

AduFRJ **SEÇÃO SINDICAL**

Jornais, boletins e encartes da Adufrj-SSind publicados no período de 01/2001 a 12/2001.

Encartes publicados neste período:

- 23/07/01 - Eleições da Adufrj**
- 30/07/01 - Educação**
- 06/08/01 - Debates 1**
- 20/08/01 - Debates 2**
- 27/08/01 - Periodização**
- 31/10/01 - Especial Vestibular**
- 12/11/01 - Debates 3**
- 17/12/01 - Especial salários**

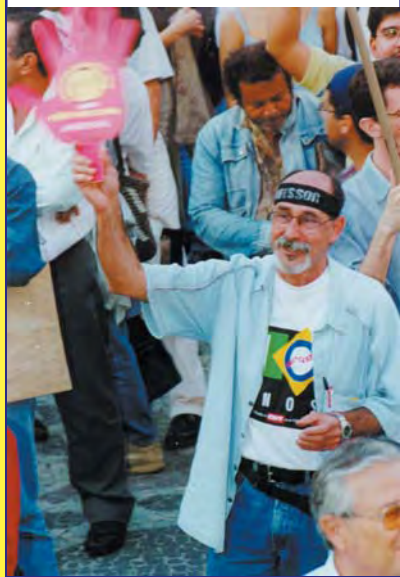
Anote

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano. O Fórum será realizado entre 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre.

RETROSPECTIVA 2000

Confira os fatos e imagens que marcaram o último ano do século na UFRJ e no movimento docente

Páginas 3, 4 e 5



Véus de 'chita' para a UFRJ

Por Gilda
Moreira dos
Santos

Página 8

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 19 • 2 de Janeiro de 2001



Vilhena anuncia reunião com MEC e Andes-SN sobre licença sindical

O REITOR DA UFRJ DIVULGA NOTA GARANTINDO PAGAMENTO DO PRESIDENTE DO ANDES-SN, CORTADO DEVIDO A AÇÃO AUTORITÁRIA DA DIRETORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, SPERANZA DA MATA. VILHENA ANUNCIOU AUDIÊNCIA COM O GOVERNO E O SINDICATO PARA NEGOCIAR A LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DO MANDATO SINDICAL



SPERANZA TENTA VETAR PARTICIPAÇÃO DE TITULAR NA CONGREGAÇÃO DA FE

Página 6

Página 7



Editorial

Lições do Consuni

A última reunião do Consuni do ano de 2000 não contou, mais uma vez, com a presença dos sub-reitores, não obteve quórum para deliberações e terminou de maneira melancólica. Incomodado pela insistência da Adufrj-SSind em solicitar a palavra e com vários conselheiros inscritos para se posicionarem sobre o calendário acadêmico de 2001, o reitor descontrolou-se e interrompeu seu discurso indigente sobre a formação de milícias internas para controlar a presença em sala de aula de professores e alunos no próximo período e encerrou a sessão. O tapa de Vilhena na campanha da mesa da sala de reuniões do Consuni atingiu-nos em cheio, teve o efeito de um tapa na cara de toda a comunidade e foi uma atitude de força, indigna e medíocre, de um professor que não tem condições de sustentar qualquer debate. Mas, curiosamente, pouca ou nenhuma reação houve. Por que será que ainda nos submetemos e assistimos calados a estas agressões? Quando foi que perdemos a capacidade de reagir e manifestar a nossa indignação?

Não há como negar que a responsabilidade maior neste processo é dos docentes, cujos representantes têm ampla maioria em qualquer colegiado. Mas é contraditório que a categoria tenha, na prática, aberto mão desta prerrogativa quando uma parcela significativa de seus representantes não comparece às reuniões do Consuni. Inviabilizar a discussão e a deliberação só favorece o estado atual das coisas mas de novo há contradições sérias nesta postura, pois a insatisfação entre os docentes é generalizada.

Em relação à nova periodização, a omissão do Consuni e a recusa do CEG e do CEPG a reverem a resolução conjunta que tomaram

há mais de um ano demonstrou total desprezo pelos argumentos ouvidos nas reuniões realizadas nos centros e nas unidades, muitos deles apresentados pelos próprios conselheiros, que identificaram problemas graves na resolução e na sua implantação precipitada! No entanto, prevaleceu nos colegiados uma espécie de *espírito de corpo*, particularmente no CEPG, onde apenas os representantes dos alunos e nenhum docente foram favoráveis à reabertura do debate sobre a resolução.

Espantoso foi o motivo básico desta intransigência: os conselheiros já discutiram a questão exaustivamente e a deliberação já foi tomada. Ignoraram que o que se estava criticando era exatamente o fato da discussão ter ficado restrita ao âmbito dos próprios conselhos, alijando, mesmo que involuntariamente, a comunidade universitária. É claro que não se pode imputar aos conselheiros toda a responsabilidade pela pouca discussão, pois há dificuldades em acionar a estrutura administrativa da universidade e a motivação dos professores para participar é pequena. Mas também é verdade que desistiu-se muito cedo de tentar maior participação e em muitos casos sequer houve tal preocupação. Por outro lado, defender que não se deve rever uma decisão apenas por já haver deliberação anterior é apostar na inércia e negar a dinâmica que permite a evolução das propostas.

O próprio sub-reitor Gatass reconheceu que havia pontos que ainda precisavam ser melhor esclarecidos e regulamentados. A mensagem que ele enviou a todos os docentes não é nada "tranquilizadora". Ao estabelecer que o calendário é de 20 semanas por período mas que as disciplinas são as atual-

mente aprovadas pelo CEG, deixa uma faixa móvel de até 5 semanas para início e fim das aulas, o que inviabiliza o objetivo de calendário único e pode gerar problemas simplesmente insolúveis para as unidades que oferecem disciplinas a outras. Ao garantir que as reformas curriculares e pedagógicas podem ser implementadas até 2002 sem estabelecer um processo de transição e de adaptação, permite tudo ou nada pode ser feito, ou seja, pode-se ter um pouco de tudo e isso é o mesmo que o caos. Ao informar que o CEG e o CEPG ainda terão que regulamentar pontos da resolução, reconhece que há interpretações diversas e pontos obscuros nos termos da resolução e que ela ainda não está pronta para ser implantada. Mas estes são pequenos detalhes sem importância, não é mesmo?

Que representantes no CEG, no CEPG e no Consuni estão hoje tranquilos e se sentem confortáveis em relação à implantação do novo calendário, da nova periodização e das "inovações pedagógicas" contidas na Resolução Conjunta 01/99 em seus Centros, Unidades e Departamentos? Que unidades acadêmicas já apresentaram suas propostas e em que termos?

Por incrível que pareça, a reitoria usa até o argumento do respeito às deliberações dos colegiados para impedir a reavaliação das deliberações anteriores. Mas será que a defesa acirrada da proposta dos Conselhos hoje pela reitoria não indicaria apenas que sua proposta original de três períodos possa estar contemplada?

Entretanto, as questões sobre o desconhecimento dos termos da resolução, do aumento absurdo da carga horária, da falta de estru-

tura das unidades acadêmicas, da excessiva extensão do ano letivo, do conflito com o Regimento e extrapolação dos limites de competência dos conselhos não foram suficientes para convencer os conselhos superiores de que muita coisa pode dar errado e que o próximo período letivo pode se revelar como uma enorme caixa de surpresas desagradáveis, cuja solução será muito mais difícil.

Por fim, todas as fichas estão colocadas na tecnologia, com a substituição "do computador velho" (sic) e da implantação de um novo, desconhecido e fantástico sistema integrado automático de registro e controle acadêmico (SIRA). Parece até que ninguém mais se recorda dos problemas com o SIGMA, o sistema perfeito que quase nos levou à loucura no ano passado.

Comunicação de afastamento

Ao Presidente da Adufrj-SSind

Professor José Henrique Sanglard

Prezado Professor José Henrique Sanglard:

Comunico-lhe meu afastamento da diretoria da Adufrj-SSind, por motivo de viagem.

Agradeço a você e aos demais companheiros da Adufrj-SSind por tudo que me ensinaram e pelo convívio afetuoso que sempre tivemos.

Esteja certo de que, aonde quer que eu esteja, estarei referenciada nos princípios éticos e nas práticas políticas que caracterizam a Adufrj-SSind.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2000.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Ilustrações: Roberto Houaiss Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Retrospectiva 2000

O último ano do milênio não foi lá essas coisas para os docentes da UFRJ e das demais universidades em geral. No plano nacional, avançou a contra-reforma do governo federal. Foi aprovada a lei geral do Emprego Público e, agora, todo o funcionalismo está ameaçado por futuras leis específicas que enquadrem cada categoria. No apagar das luzes, foi aprovado o Plano Nacional de Educação do MEC, sem participação da sociedade. Aqui, na maior universidade federal do país, Vilhena lançou factóides como a festa dos 80 anos, exonerou diretores e deu liberdade para sua discípula, diretora da Faculdade de Educação, destruir aquela Unidade e perseguir o presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher. E ainda teve engarrafamento monstruoso no Fundão, a instituição da GID, corte de bolsas do alojamento... Mas como nem tudo é desgraça, 2000 também passa para a história como o ano da rearticulação dos grupos de trabalho do Sindicato Nacional, da eleição da nova diretoria do Andes-SN e da vitória das estaduais paulistas em sua luta pelo reajuste salarial. Esse também foi o ano da divulgação do Dossiê Universidade Pública da USP, do adiamento da nova periodização por conta da greve, da defesa da Seguridade Social Pública em todos os encontros e seminários promovidos pela Adufrj-SSind e por outras entidades, além da sinalização para o fortalecimento das entidades nacionais com o objetivo de construir a hegemonia dos trabalhadores. Na justiça, a Adufrj-SSind ganhou a extensão do pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) para os professores aposentados. A seção sindical garantiu também a entrega dos dados para a avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) de 2000 em sistemas *off-line* ou em papel, além do adiamento do prazo final da entrega dos formulários.

JANEIRO/2000

Diretoria da Adufrj-SSind protesta em nota contra nomeação da diretora Speranza da Faculdade de Educação. Congregação da FE, reunida em 3 de janeiro, também contesta a nomeação feita no final da tarde de 30 de dezembro. Primeiro ato da direção da FE é suspender concurso da pós-graduação. Obrigatoriedade do estágio didático para bolsistas da Capes causa polêmica no CEG/CEPG. Representante do CT no Consuni, professor Oscar Rosa Mattos questiona Mestrado Profissionalizante. Câmara Docente do CEG recebe um aumento de pedidos para professores substitutos em relação ao ano anterior (41,5%). UFRJ regulamenta estágio didático. Reunião do CEG de 19/01 corta bolsas do alojamento.

FEVEREIRO

Docentes dos Colégios de Aplicação e CEFET são surpreendidos com o corte das bolsas do Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º grau (PAP). É anunciado o projeto de consórcio da Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede). No dia 2, uma comissão de diretores dos institutos hospitalares da UFRJ não se mostra satisfeita com possibilidade de transferência para o HU. Adufrj-SSind solicita execução judicial de abono/98. Alunos da pós da Faculdade de Educação divulgam protesto contra diretora. Juiz de Fora recebe 19º Congresso do Andes-SN e V Conad Extraordinário, entre os dias 20 e 26. Entre as várias decisões do Congresso, estava a proposta de malha salarial da Adufrj-SSind, baseada em salários mínimos do Dieese. O Congresso também se posicionou contra todas as formas de ataque ao princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. E contra a dissociação da universidade da realidade social e sua subordinação aos interesses de mercado.



MARÇO

Inicia-se a Campanha Salarial 2000 (FOTO) dos servidores públicos federais por uma reposição de 63,83%. A primeira reunião do Conselho Universitário do ano (dia 23) é marcada pela recusa do interventor/reitor do MEC em debater a exoneração do diretor do IDT. Governo edita, no dia 24, uma Medida Provisória que institui a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) para os professores de 1º e 2º grau das IFES. A GID quebra a isonomia em relação aos docentes de 3º grau. Um "estranho" parecer da Procuradoria da UFRJ, aprovado por Vilhena, desautoriza uma comissão do CEPG criada para tentar resolver a crise da Faculdade de Educação. Conselheiros se revoltam em duas notas. Sai o resultado da GED/1999 na página eletrônica da UFRJ.



Retrospectiva 2000

ABRIL

Adufrj-SSind lança seu jornal colorido. A seção sindical publica um encarte especial sobre Periodização. O Conselho Nacional dos Diretores de Colégios de Aplicação (CONDICAP) rejeita a GID. O CEG aprova um auxílio-alimentação emergencial para os 136 novos estudantes alojados. Consuni se curva ao grupo da reitoria e aprova os nomes dos sub-reitores Antônio Figueiredo para a Graduação e Ricardo Gattass para cuidar da Pós-Graduação e Pesquisa. Várias manifestações marcam o contraponto às comemorações oficiais pelos 500 anos da descoberta do Brasil. Universidades estaduais paulistas iniciam briga por reajuste salarial e entram em greve. Começam as obras (dia 29) e as confusões (foto) na ligação entre as Linhas Vermelha e Amarela. Governo decide suspender (dia 27) o pagamento de decisões judiciais relativas a planos econômicos antigos e, no caso da UFRJ, corta 26,05% dos salários de docentes e técnico-administrativos.



MAIO

Coppe apresenta proposta no CEG para dar três cursos na graduação, mas não consegue aprovação. Adufrj-SSind publica encarte com as reivindicações salariais dos professores das IFES. Plenária dos Servidores Públicos Federais, no dia 7, aprova uma greve geral por tempo indeterminado. No dia 10 de maio, centenas de pessoas protestaram no HU vestidas de preto no primeiro ato de greve dos funcionários da UFRJ. Adufrj-SSind promove o II Encontro de Professores da UFRJ, lotando o auditório da Escola de Serviço Social. A chapa Andes-Autônoma e Democrática obtém 53,25% dos votos nas eleições para a Direção Nacional do Sindicato. Professor da UFRJ e diretor da Adufrj-SSind, Roberto Leher é o novo presidente eleito do Andes-SN (foto).



II Encontro de Professores da UFRJ

As dicas fazem do Centro cultural da FIC



JULHO

Gattass é nomeado sub-reitor "interino" da Graduação, no dia 5. Comando de greve do Andes-SN propõe suspensão da greve unificada. Servidores ganham apoio para o movimento na 52ª Reunião Anual da SBPC (foto). Professores da UFRJ retornam às aulas no dia 17. CUT-Rio elege como novo presidente o previdenciário Antônio Carlos Carvalho, o Carlinhos. CEG decide adiar a implementação da nova periodização para 2001, por causa da greve.

JUNHO

Os docentes da UFRJ entram na greve geral dos SPF a partir do dia 5. Adufrj-SSind divulga um resumo do "Dossiê Universidade Pública". Criado por professores da USP, o documento rebate argumentos contra a manutenção e ampliação da rede pública de ensino superior. Consuni adia nomeação do professor Átila Freire, indicado pela reitoria, para o cargo de sub-reitor de Graduação. Sub-reitoria está vaga desde a saída de Antônio Figueiredo para a Secretaria de Ensino Superior (SESu), em 23/5. Servidores em greve protestam contra a visita do ministro da C&T, Ronaldo Sardenberg, ao campus da UFRJ (dia 15) (foto). No mesmo dia, universidades paulistas conseguem acordo satisfatório com as reitorias e encerram a greve, iniciada em 26 de abril. Associação dos estudantes de pós-graduação da UFRJ (APG/UFRJ) entram em greve desde o dia 21. Durante o 40º Conad, realizado em Brasília, entre os dias 22 e 24, Roberto Leher toma posse como novo presidente do Sindicato Nacional. Decisão do CEG de adiar a matrícula dos calouros para o segundo semestre para não prejudicar o movimento dos servidores, nem os novos alunos, é desrespeitada por Vilhena.



DEZEMBRO

Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj vão aos colegiados para tentar rediscutir e reformular a polêmica resolução 01/99 (periodização), mas os conselhos rejeitam a proposta. Assembleia Legislativa aprova reserva de vagas para estaduais do Rio. Comunidade da Faculdade de Educação vai ao CEG para buscar auxílio na crise e pedir o fim das arbitrariedades da diretora. Duas comissões são montadas para apurar irregularidades na FE. Vilhena consegue na justiça, sem consulta à comunidade, mudar o nome da UFRJ para Universidade do Brasil. Plano Nacional de Educação feito pelo MEC é aprovado no Congresso Nacional. Reitoria mente, não abona faltas e corta salário do presidente do Andes-SN, Roberto Leher (foto).

AGOSTO

Grupos de Trabalho do Andes-SN voltaram a se reunir com regularidade. Adufrj-SSind publica encarte especial sobre a Lei de Emprego Público e a Medida Provisória da GID. Reitoria anuncia um polêmico programa de fomento à graduação (Prograd), condicionado à nova periodização. O professor João Antônio Felício é eleito o novo presidente da CUT Nacional, no 7º Concut. Encontro de Seguridade lota teatro João Caetano, promovido pelo CRESS-RJ.

SETEMBRO

Instituto de Matemática sofre com inundação no prédio. Vilhena exonera o diretor do Instituto de Doenças do Tórax (IDT), Alfredo Peyneau, mais uma vez. Mais de seis milhões de brasileiros comparecem às urnas para votar no Plebiscito Nacional da Dívida Externa (foto). Mais de cinco milhões e meio foram contrários ao atual acordo do governo brasileiro com o FMI. Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) se revolta contra atos arbitrários de Vilhena. Democracia é atacada na Federal de Pelotas, onde a reitora Inguelore Souza foi indicada em primeiro lugar na lista tríplice enviada ao MEC após uma votação fechada e secreta do conselho universitário daquela instituição. Colégio de Aplicação da UFRJ realiza um seminário para discutir seu perfil institucional. Congregação do Museu Nacional divulga um manifesto pedindo ao governo mais verbas para a assinatura de periódicos. Adufrj-SSind promove um debate sobre a Carreira dos docentes das universidades.



OUTUBRO

A reitoria ignora o CEG e distribui parte dos recursos do Prograd da forma como bem entende. Parte do Prograd se transforma em um fundo para melhoria dos Laboratórios de Informática da Graduação (LIG). Reitoria monta comissões para a UFRJ conseguir recursos junto aos Fundos Setoriais. Vilhena, em duas reuniões informais, chama os conselheiros para conhecer um Projeto de Reestruturação Organizacional da universidade. Trata-se, na verdade, de uma reforma estatutária disfarçada. Dados da 37ª DP (Ilha do Governador) mostram que a violência na Ilha do Fundão está cada vez maior. Uma tubulação antiga do CT se rompeu e inundou o bloco H, no dia 23, a exemplo do ocorrido no Instituto de Matemática.



NOVEMBRO

UFRJ recebe o XV Congresso Nacional dos Pós-Graduandos, que discute a viabilidade de uma lei própria para reger a vida da "categoria". O 41º Conad, ocorrido em Pelotas (RS), de 3 a 5 de novembro, tem como tema central o debate sobre o projeto do emprego público e a destruição do sistema federal de ensino. Vilhena processa professora de 76 anos que lutou contra seu projeto de estacionamento na Praia Vermelha. SBPC questiona fundos setoriais. Adufrj-SSind ganha na justiça o adiamento do prazo e a entrega do relatório da GED fora do Sigma. CEG altera parcialmente resolução da periodização. Setor da Educação retoma luta unificada, com um encontro realizado em Luziânia. Andes-SN e Adufrj-SSind denunciam perseguição da diretora da Faculdade de Educação, da reitoria da UFRJ e do MEC ao presidente do Sindicato, professor Roberto Leher. Reitoria faz festa para os 80 anos da UFRJ; comunidade protesta contra os dois anos de Vilhena na reitoria (foto).



Movimento

Vilhena diz que negociará licença com vencimentos

Na última sessão do milênio do Conselho Universitário, o professor José Henrique Vilhena, na condição de reitor, divulgou nota oficial da reitoria na qual afirma que o professor e presidente do Andes-SN, Roberto Leher, terá garantido o pagamento do salário do mês de dezembro. Vilhena foi além, disse que irá em uma reunião no MEC onde negociará com o governo a licença do presidente do sindicato, sem prejuízo da sua remuneração. O Andes-SN será convidado para a reunião que acontece no próximo dia 8 (veja abaixo a nota do reitor).

O pagamento do sindicalista foi cortado em função das faltas atribuídas pela diretora de sua unidade, Speranza França da Mata. A diretora, conforme já foi amplamente divulgado nos jornais da Adufrj-SSind, lançou as faltas (90 dias consecutivos) à revelia do chefe de departamento

de didática da Faculdade de Educação, ao qual pertence Roberto.

Técnico também teve salário cortado

O conselheiro Carlos Maldonado disse já ter sido vítima deste tipo de situação quando foi diretor da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). Maldonado teve seu pagamento suspenso por dois meses graças a faltas que lhe foram atribuídas indevidamente. O representante dos técnico-administrativos lembrou que, mesmo após ter sido resolvida a sua liberação e normalizado o seu pagamento na época, até hoje não foram retiradas as faltas de seu histórico, o que poderá lhe causar prejuízos no momento de sua aposentadoria.

Falta de quórum

Com a falta de quórum (faltavam três conselheiros), o reitor-interventor ficou à vontade para não aceitar o pedido de pronunciamento do presidente da Adufrj-SSind e outras entidades presentes sobre a situação do presidente do Sindicato Nacional. Representantes da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Adufrj-SSind) e da Fasubra compareceram ao Colegiado para manifestar apoio a Roberto e à liberdade de atuação sindical.

A Adufrj-SSind enviou mensagens para parlamentares e entidades sindicais e do movimento universitário convidando para o protesto no Colegiado. Foram convocados, também, pela seção sindical os professores da universidade e os próprios membros do Consuni. Apesar dos esforços da entidade para que o colegiado máximo da instituição tivesse, em sua última

sessão do ano, quórum e participação suficiente para tratar de temas tão importantes, como a questão da liberação do presidente do Andes-SN, o calendário letivo e a nova periodização, nem todos compareceram.

Com o recesso de janeiro, a próxima reunião do Colegiado acontecerá apenas dia 8 de fevereiro. O recesso no primeiro mês do ano é mais uma novidade desta reitoria. Tradicionalmente o Consuni paralisava as atividades em fevereiro.

Calendário

Apesar dos apelos das conselheiras Ana Maria Ribeiro e Gilda Moreira, não foram tratados os problemas que decorrerão do novo calendário. Mais uma vez, foram lembradas a real possibilidade da grande evasão dos novos alunos na matrícula a ser realizada antes do resultado dos concursos das demais universidades públicas do Rio, em fevereiro.

Ana Maria relatou que, na reunião ocorrida entre o reitor e as representações de alunos e técnicos, foi sugerido pelos conselheiros que a data de inscrição em disciplinas (5 de fevereiro) seja transformada em pré-matrícula. A matrícula seria confirmada em uma data no início de março.

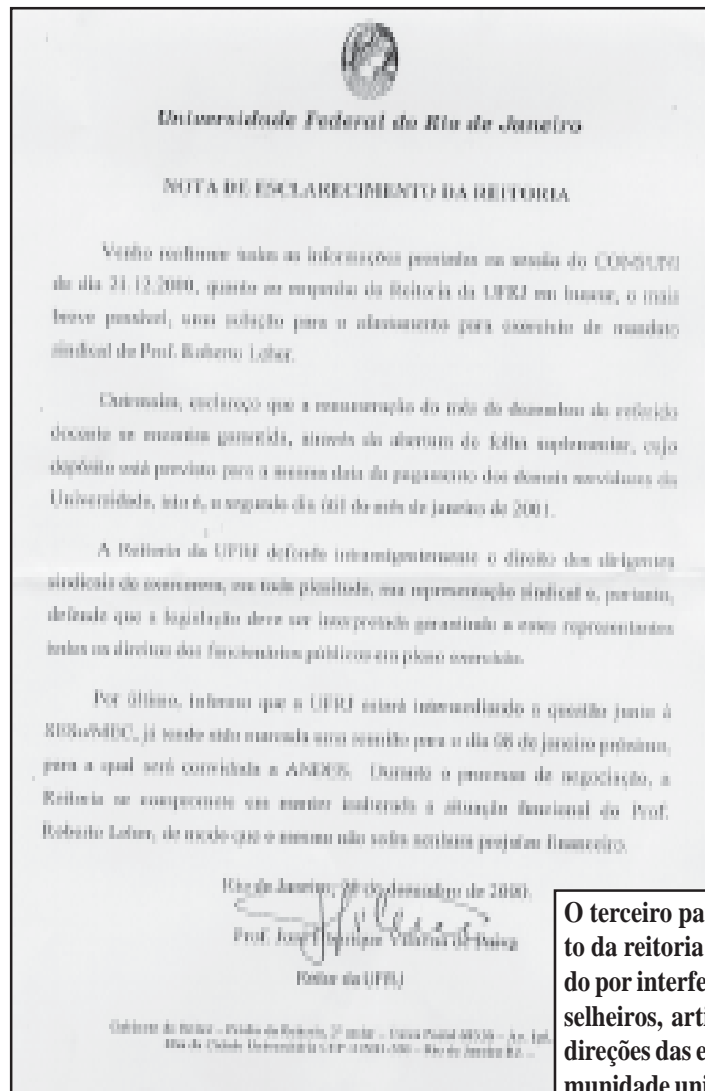
Depois do carnaval

Na verdade, a polêmica envolve o transtorno que a decisão dos colegiados de começar o ano letivo em 12 de fevereiro pode causar principalmente para os estudantes e os funcionários das sessões de ensino. Ana Maria ressaltou que muitos professores estarão ainda gozando férias no primeiro dia letivo. Isso significa que as aulas só começarão mesmo em março.

Vilhena disse que irá abrir comissão de sindicância para investigar os professores e alunos que não estiverem em atividades de sala de aula a partir do dia 12 de fevereiro. Ana Maria argumentou que isso seria impossível e absurdo já que as férias dos docentes foram marcadas pela sub-reitoria de pessoal para o início do ano, medida tomada antes da aprovação do calendário pelo Consuni. Os professores têm direito a 45 dias de descanso remunerado e que estão, inclusive, impedidos por uma medida provisória do governo de vender 1/3 de suas férias. Muitos docentes, nesta situação, já declararam, segundo a conselheira, que vão estar na universidade no dia 12 apenas para apresentar a ementa dos cursos. Aulas mesmo só depois do carnaval.

Solidariedade ao professor Roberto Leher

Muitas moções ou mensagens de solidariedade ao professor Roberto Leher ou de repúdio à perseguição sofrida pelo presidente do Andes-SN chegaram (e continuam chegando) à Adufrj-SSind. Até o fechamento desta edição, pudemos registrar as moções encaminhadas pelo Conselho Universitário da Unicamp, pela diretoria das seções sindicais da Federal de São Carlos (ADUFScar), da Federal de Pernambuco (ADUFEPE), da Federal de Juiz de Fora (APESJF) - também aprovada no conselho universitário da instituição -, da Federal do Ceará (ADUFC), da Universidade do Rio Grande (APROFURG), da Rural do Rio (ADUR), da Federal de Pelotas (Adufrpel) e do Amazonas (ADUA), da Rural do Ceará (Sindurca), além das mensagens de apoio do deputado federal Milton Temer, da 11ª Conferência Nacional de Saúde (realizada em 16 a 19/12/00) e de professores da UFRJ que representam a oposição sindical a atual diretoria do Andes-SN. Veja a íntegra dos textos no site www.adufrj.org.br/rleher.htm



O terceiro parágrafo do texto da reitoria foi acrescentado por interferência dos conselheiros, articulada com as direções das entidades da comunidade universitária.



Memória



UFRJ

Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes tem salário cortado pelo MEC

Desde que assumiu a presidência do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), em maio deste ano, o professor-doutor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher, vem sofrendo ameaças de demissão por abandono de emprego.

Trata-se de uma perseguição política da diretora da faculdade, professora Speranza da Mata, do reitor José Vilhena, e do próprio Ministério da Educação, ao professor que foi eleito presidente do Sindicato, em um pleito que mobilizou a comunidade universitária em todo o país. Vinte e cinco mil docentes compareceram às urnas em quase todas as universidades brasileiras, especialmente as públicas.

Roberto representa uma postura de oposição tanto à diretora da Faculdade, cuja nomeação desencadeou uma crise nesta unidade, quanto à atual reitoria da UFRJ, cujo projeto universitário é pautado exclusivamente pelas orientações do governo federal.

'zero reais'

Na penúltima sessão do Conselho Universitário da UFRJ, na quinta-feira, dia 21, o professor Vilhena assumiu publicamente que não concordava com a perseguição ao mandato classista e que teria abonado as faltas atribuídas pela professora Speranza ao presidente do Sindicato. A informação dada pelo reitor foi desmentida na sexta-feira, dia 22, quando o professor teve acesso ao seu contracheque. Disponível no *site* do governo, o contracheque do professor, referente ao mês de dezembro tinha como valor líquido a cifra 'zero reais'.

Licença

Desde agosto deste ano, quando os docentes da UFRJ retornaram às atividades após um mês em greve junto dos demais servidores federais, o presidente do Andes-SN foi liberado das atividades de aula pela Congregação de Docentes da Faculdade de Educação. A diretora Speranza da Mata atribuiu, à revelia do chefe de departamento de Roberto, 90 dias consecutivos de faltas ao professor.

Manifestações

Diversas entidades docentes, parlamentares, sindicalistas e membros da comunidade universitária já se manifestaram contra o processo sofrido pelo presidente do Andes-SN. O deputado estadual Milton Temer se manifestou em nota enviada à seção sindical. "É evidente que as ameaças contra ele fazem parte de todo um processo de desmonte dos direitos dos servidores públicos, muito em especial daqueles que compõem as áreas estratégicas de educação e saúde públicas, operado pela aliança tucano-pefelista, ora no poder", diz a nota do parlamentar.

Speranza tenta vetar participação de Titular na Congregação

A diretora da Faculdade de Educação, Speranza França da Mata, tentou impedir que o professor titular Tarso Bonilha Mazzotti continuasse a participar das reuniões da Congregação desta Unidade. Na última reunião da Congregação, dia 28, Speranza manteve sua postura destemperada e, ao ouvir os argumentos dos demais professores contra o veto, saiu da sala da Congregação, intempestivamente, suspendendo a sessão.

Os membros da Congregação decidiram, então, divulgar uma nota (veja abaixo) onde esclarecem os equívocos da diretora e manifestam o repúdio contra a falta de diálogo imposta por Speranza.

Uma comissão da Congregação foi ao gabinete da diretora e a convenceu de retornar à sessão para



SPERANZA ADMINISTRA A FACULDADE SOB AS CRÍTICAS DA MAIORIA

tratar dos pontos pautados para aquele dia. A partir daí, a reunião transcorreu com certa tranquilidade até que a diretora resolveu

questionar a homologação dos membros eleitos para 2001. Ela alegou que foram eleitos quatro representantes de professores adjuntos, número, segundo ela, maior do que o previsto no estatuto da UFRJ. Legalista, Speranza não levou em consideração que o processo eleitoral deste ano foi o mesmo transcorrido no ano passado, com o conhecimento, inclusive, da procuradoria da universidade, segundo relatou a professora Raquel Goulart.

Speranza foi muito criticada por quase todos os presentes por tentar anular a eleição de um colegiado que, segundo declarou o professor Titular Antonio Flávio, deverá continuar resistindo contra o autoritarismo e lutando pela democracia e pelo respeito aos colegiados da unidade.

Nota da Congregação da Faculdade de Educação

Os membros da Colenda Congregação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abaixo-assinado, comunicam ao Magnífico Reitor e aos Colegiados superiores os graves fatos ocorridos na Reunião Ordinária de 28 de dezembro de 2000, iniciada às 10h15min, na sala 216.

A sra. Diretora, Profa Speranza França da Mata, comunicou que o Professor titular Tars Bonilha Mazzotti não poderá participar das próximas reuniões da Congregação por se encontrar em estágio probatório. Ocorre que o referido professor já pertencia ao corpo docente da casa quando foi aprovado em concurso para professor titular.

O Prof. Titular Antônio Flávio Barbosa Moreira demonstrou que a decisão de excluir o Prof. Tarso da Congregação", além de ser mo-

ralmente ofensiva, não tem respaldo legal, de acordo com o parágrafo terceiro do Artigo 70 da Instrução Normativa n 10 de 14 de setembro de 1994 da Secretaria de Administração Federal.

Ao ouvir os argumentos, a sra. Diretora levantou-se e abandonou a reunião, sem encerrá-la com as palavras de praxe, o que já havia ocorrido em três outras ocasiões.

Perplexos, os membros da Congregação permaneceram no recinto e decidiram enviar uma comissão à procura da sra. Diretora para instalá-la a retornar e a dar prosseguimento à reunião.

Mais uma vez, ficou patente que a Diretora não tem a serenidade necessária para dirigir os debates na Congregação, devido a sua direção hostil em relação aos pontos de discordantes dos seus.

Assim, ocorre que em muitas ocasiões ficam sem ser resolvidas questões urgentes da vida acadêmica da Faculdade, que se encontra praticamente paralisada.

A guisa de exemplo, a Congregação protestou contra o atraso da apresentação em 28 de dezembro das atas de reuniões realizadas em 27 de abril, 03 de maio e 17 de maio de 2000, lembrando à sra. Diretora que a pronta apresentação da ata na sessão subsequente é praxe acadêmica para garantir a fidelidade dos documentos.

A Congregação protesta contra o desperdício das grandes potencialidades da Casa neste processo desgastado, improdutivo e recorrente de negativa ao diálogo que se instalou desde a posse da sra. Diretora.



Opinião/Gilda Moreira dos Santos*

“Véus de chita para a UFRJ”

Definitivamente, a UFRJ parece estar imersa num mar de fantasias. Ou seria de pesadelos? Vamos, então, aos fatos, valendo-nos de um dizer jocoso pois, como se dizia em Roma, “ridendo castigat mores”. Transcorridos dois anos de reitoria Vilhena - principal responsável pela inserção da maior Universidade Federal do País num caos jamais verificado nos seus oficiais oitenta anos de existência - já não se pode dizer mais nada com convicção, não é mesmo?

A última atitude “honroosa” do “magnífico” reitor foi lutar na justiça para que a UFRJ voltasse a se chamar Universidade do Brasil (nome original da Instituição, anterior ao Regime Ditatorial no País), alegando que a mudança do nome “Universidade do Brasil” para “UFRJ” tinha sido uma imposição da Ditadura militar, contra a qual, ELE, Vilhena, (Imaginem só!...) haveria de lutar, denodadamente, com todas as suas forças. Ora vejam! Isso é de deixar qualquer criatura integrante da comunidade “ufrjotana”, e conhecedora do atual dirigente dessa Instituição, simplesmente pe-tri-fi-ca-da.

Quem diria? O senhor José Henrique Vilhena de Paiva - designado pelo MEC e pelo Governo Federal para intervir na UFRJ- defendendo a Democracia?! Logo ELE? Aquele, que se utilizou do aparato autoritário militar (a Polícia Federal) para retirar a comunidade da UFRJ da reitoria, com fins de ocupar o cargo tão por si só almejado!? Será que o Sr. Vilhena se redimiu? Ou será esta mais uma das armadilhas do “magnífico” reitor para tentar esconder, com Véus de Chita, a verdadeira situação de carência em que se encontra a UFRJ hoje, sem verbas, sem recursos, sem Democracia Interna e, ainda, sem andamento administrativo?

Seja lá qual for o motivo, o fato é que a UFRJ mudou!... Agora se subscreve “Universidade do Brasil!” Um título para Positivista nenhum botar defeito! Ademais, com a retirada do Federal do nome da Instituição, qual será o caráter da nova

Universidade do Brasil? Estamos, de fato, retrocedendo, e a volta desnecessária de um nome antigo é a prova disso. Mas talvez agora, quem sabe, o Vilhena não limpe a mancha de autoritarismo do seu nome? Tudo é possível, depois que o mundo conheceu a Teoria da Relatividade... De qualquer modo, é mais provável que a sua “noobre” marca na História venha a ser o título de Dr. Honoris Causa de grande autoritário da UFRJ.

Uma coisa ainda não está esclarecida: por que será que o Vilhena, em vez de se preocupar com a busca de mecanismos reais e democráticos para solucionar os problemas internos da UFRJ, se propõe, ridiculamente, à implementação de reformas supérfluas e paliativas e, mais grave ainda, autoritárias? Será que ELE acredita mesmo ser viável a defesa da Democracia por vias autoritárias? Afinal, quem o Vilhena consultou na comunidade acadêmica para mudar o nome da nossa Universidade Federal do Rio de Janeiro? O democrático não pressupõe a consulta e a decisão do coletivo? Talvez na cabeça do “magnífico” reitor não seja bem assim. Está mais que óbvio que o seu conceito de Democracia é diferente do nosso, porque, indubitavelmente, não se pode fazer diferença entre José Henrique Vilhena de Paiva e tantos outros ditadores da nossa História global.

Pois não foi o Vilhena que ocupou cargo autoritariamente, desrespeitando a decisão democrática da maioria da comunidade da UFRJ? Não foi ele que expulsou essa mesma comunidade da reitoria com a força policial? Ao tomar posse ilegítima, não foi o Vilhena que: intimou, na Justiça, representantes das categorias estudantil e técnico-administrativa, acusando-os de criminosos; mandou demolir o Grêmio estudantil (espaço de Integração entre os três segmentos da UFRJ), localizado no segundo andar do Hospital Universitário; implantou resolução proibindo a realização de festas e consumo de bebidas alcoólicas nos campi; tentou transformar, à força, a área de lazer da Es-

cola de Educação Física, com localização no campus da Praia Vermelha, num estacionamento pago; demitiu, por telefone, o diretor do Instituto do Tórax (IDT), sem direito à defesa; nomeou uma Impostora (a atual diretora da Faculdade de Educação), desrespeitando a eleição democrática daquela unidade, como, aliás, é sua prática cotidiana na universidade; tentou impor uma nova Periodização, passando por cima dos órgãos colegiados, inclusive com divulgação prévia na grande Imprensa; suspendeu o benefício Bolsa Alimentação dos alunos carentes do Alojamento; suspendeu a linha de ônibus Fundão/Bonsucesso, deixando a comunidade universitária em dificuldades de acesso e saída do campus; demoliu o antigo prédio do Bandeirão do CT; organizou Feira Cultural e Científica, à inteira revelia da comunidade acadêmica, inclusive sem transparência nos gastos com o evento? E não é o Sr. Vilhena que hoje propõe gradeamento das unidades e dos campi da UFRJ, com o “sofístico” discurso de que estará protegendo a comunidade acadêmica da violência de cada dia? Não é ELE que, atendendo à sugestão do ministro Paulo Renato, está pondo à venda os terrenos da UFRJ, sem ao menos consultar a comunidade?

Como se não bastasse, o Sr. Vilhena, em parceria com os aliados Speranza França (interventora da Faculdade de Educação) e Paulo Renato, tenta exonerar o professor do curso de Pedagogia Roberto Leher (atual presidente do ANDES), alegando que suas atividades sindicais representam abandono de emprego. Além disso, após ter indiciado, na Justiça, a ilustre professora Margarida (Faculdade de Educação Física), devido ao seu envolvimento político em defesa da área de lazer da Escola de Educação Física, contra “o estacionamento pago”, Vilhena ainda teve o cinismo de pousar em fotografia com a mesma professora, quando da entrega de sua Medalha de Honra Acadêmica em Brasília, no Congresso Federal, esse ano.

Não satisfeito, nosso “feitor” Vilhena decidiu, autoritariamente, mudar o nome da UFRJ para Universidade do Brasil, sob a alegação de que está reivindicando um direito democrático cassado pela Ditadura militar. “Graaande” ação Democrática! Certamente todas as ações atrozmente mencionadas acima são sinônimos de exercícios democráticos, na concepção do “magnífico” reitor, caso contrário, ELE, que tanto preza e defende a “Democraciiii”, não seria digno de executá-las. Se bem que, como diz um ditado popular, “de bom senso e boa intenção o inferno anda cheio”.

Por fim, senhoras e senhores, a UFRJ mudou sim! Mudou de nome, para soterrar a má fama da sua história nesses dois últimos anos de retrocessos da reitoria Vilhena. Mas sua essência não será modificada facilmente com milagres jurídicos. Vilhena, Paulo Renato e o magnífico Presidente Fernando Henrique Cardoso haverão de comer muita Farinha e Sustagem, para conseguirem liquidar as manchas daninhas cravadas no seio da UFRJ, por eles próprios, nesse espaço mínimo de dois anos, o que foi suficiente para pôr em dúvida o caráter de Excelência desta grande Instituição do Brasil. Lamentavelmente, essa é a nossa situação real, nua e crua. E a denúncia se faz necessária por parte de todos aqueles que defendem a Universidade pública, gratuita, de qualidade e para todos, e que entendem as mudanças “vilhescas” como Véus de Chita para esconder a realidade.

Esperamos que estas palavras não sirvam de motivo para perseguição por parte daqueles que não se sentem contemplados. Considerando que os autores aqui criticados são pessoas que se dizem democráticas e adeptas, incondicionais, da Liberdade de Expressão, certamente não estaremos correndo nenhum risco.

* **Gilda Moreira dos Santos** (Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) & representante titular dos Pós-graduandos no CONSUNI).

Atenção, docentes sindicalizados

■ Na folha de pagamento de janeiro, deve constar a segunda parcela de restituição do Plano de Seguridade Social (PSS) cobrado a mais pelo governo em 1994. Pelos cálculos do Ministério do Planejamento, isso representa 31% de um salário do servidor naquele ano, de acordo com matéria de O Dia (02/01). Serão beneficiados 957 mil servidores federais em todo o país.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 20 • 8 de janeiro de 2001

www.adufrj.org.br

Anote

Cerca de 300 trabalhos de universitários de todo o país serão apresentados na 2ª Bienal de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE), que se realizará de 3 a 10 de fevereiro no campus da Uerj

Presidente do Andes-SN recebe o pagamento

A pressão das entidades da UFRJ na última reunião do Conselho Universitário (28/12) surtiu o efeito desejado. O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, recebeu o pagamento no dia 4/01, apesar de um dia de atraso em relação ao prometido pela reitoria em sua “nota de esclarecimento”. O professor estava com o contracheque zerado, em função de faltas atribuídas pela diretora da Faculdade de Educação da UFRJ, Speranza França. Faltas essas lançadas à revelia do chefe de departamento de Didática ao qual pertence Roberto e do qual havia sido liberado para exercer o mandato sindical. Em nota de 28/12, a reitoria tinha se comprometido a pagar o salário do docente, através de folha suplementar, no segundo dia útil do mês de janeiro (dia 3, portanto).

No prometido dia 3, Roberto verificou que seu pagamento não havia sido depositado. Noticiou o fato à Sub-Reitoria de Pes-

soal e Serviços Gerais (SR-4) e falou com a sub-reitora Maria Augusta Temponi. Esta alegou um erro no setor de controle de pagamento e informou que a remuneração estaria no banco no dia seguinte, como de fato aconteceu.

Reunião com a SESu/MEC

Na mesma “nota de esclarecimento da reitoria”, Vilhena garantiu que o caso do professor Roberto Leher seria levado a uma reunião com a SESu/MEC, no dia 8, para a qual seria convidado o Sindicato Nacional. Marcada inicialmente para o Palácio Gustavo Capanema (centro do Rio), o encontro foi transferido para Brasília, às 14h, segundo informou a assessoria do reitor. Para Leher, é difícil prever a posição do MEC na reunião, mas tem esperanças de sucesso nas negociações. “Acreditamos que a reitoria e o MEC devem ter responsabilidades com o Estado de Direito e esperamos

que sejam dadas alternativas satisfatórias para a liberdade de representação sindical”, comentou. O presidente do Andes-SN informou que a documentação jurídica está toda preparada para a reunião de forma a garantir o seu pagamento e sua liberdade de representação sindical.

O professor acredita também que essa perseguição acaba se tornando um elemento a mais na indignação da categoria com o atual governo federal. Seria mais um motivo para uma possível greve do Setor da Educação, que vem sendo discutida desde o Encontro Unificado, realizado em Luziânia (GO), em novembro, com a presença do Andes-SN, da Fasubra, do Sinasefe, da UNE, da Ubes e da ANPG. “Pela quantidade de notas de apoio que temos recebido, percebemos que a entidade e os seus militantes se sentiram pessoalmente atingidos com essa perseguição”, comentou.

Docentes têm direito às férias já marcadas

A assessoria jurídica da ADUFRJ informa aos docentes que não é legal a convocação verbal dos professores para interromperem suas férias e retornarem ao serviço em 12 de fevereiro, como está ocorrendo em algumas Unidades.

Os professores que estão com férias marcadas, já usufruindo o benefício ou com as férias confirmadas, não precisam antecipar o retorno de seu descanso para estar em sala de aula no dia 12 de fevereiro atendendo a chamada verbal do Chefe do Departamento ou da Direção da Unidade.

Apenas a autoridade máxima da entidade (no caso, o Reitor) pode declarar a interrupção das férias, e apenas na existência de motivo relevante, tal como calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou necessidade imperiosa de serviço. Nada disto ocorreu na UFRJ. Os professores devem ficar tranquilos pois a marcação anterior das férias, aliada à inexistência de convocação oficial e legal do docente, os eximem de estar em sala de aula no curso do período de descanso, não havendo fundamento legal para a abertura de processo administrativo disciplinar contra o docente.

Se a Reitoria cometer uma ilegalidade e convocar os professores para anteciparem o retorno de suas férias previamente marcadas, a ADUFRJ ingressará com ação judicial para garantir os direitos dos seus sindicalizados.

Resultados da GED/2000 estão na Internet

Já está disponível na página eletrônica da UFRJ (www.sigma.ufrj.br) o desempenho institucional relativo à Gratificação de Estímulo à Docência (GED) de 2000. Neste endereço, o docente deve clicar no aviso de 19/12/2000, abaixo da palavra “atenção”. Em seguida a um comunicado da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD), finalmente há um link para as tabelas dos resultados alcançados pelos professores da UFRJ. Assim como no ano passado, o visitante vê primeiro os números dos seis Centros da

universidade, mais o Fórum de Ciência e Cultura. Clicando em cada instância acadêmica, chega-se às Unidades; depois, aos departamentos e, por fim, a cada professor (identificado apenas pela sua matrícula SIAPE, seu regime de trabalho e sua categoria).

Em relação aos números também iniciais divulgados no ano passado, percebe-se que a média de pontos da UFRJ subiu um pouco (de 129.59 para 132.08). No entanto, menos docentes se submeteram ao processo inicial desta vez (de 3.066 para 2.909) de um total

de 3.347 (de acordo com matéria do Valor Econômico, de 02/01/2001). A CADD esclarece em um comunicado na página eletrônica que não estão sendo considerados nesta primeira divulgação dos resultados as avaliações dos docentes que não submeteram seus dados através do SIGMA e eventuais alterações de pontuação solicitadas através de recursos.

Procurado para comentar o desempenho institucional da UFRJ, o porta-voz da CADD, professor Fernando Alves Rochinha, encontrava-se em viagem devido a um congresso em sua área de atuação.

Instância Acadêmica	Número de Docentes	Pontos	Média de Pontos	Horas Aula Homologadas (2000/1,2000/2)	Média de Horas Aula por Período
CCJE	183	22282.67	121.76	37879.00	103.49
CCMN	439	58894.00	137.15	121272.60	138.12
CCFCH	312	41493.34	132.99	88865.50	142.41
CLA	421	55913.00	132.81	131898.80	156.65
CT	446	59305.39	132.97	113238.25	126.95
Fórum de Ciência e Cultura UFRJ	70	9433.33	134.76	18538.54	132.42
Total	2909	384217.21	132.08	971675.13	167.01

Erramos

■ Duas erratas relativas ao jornal de 02/01/2001: 1) no fim da matéria sobre o professor Roberto Leher (página 6), foi cortado o trecho final do texto, que terminava assim: “...ementa dos cursos. Aulas mesmo só depois do carnaval.”; 2) na retrospectiva, a referência de foto no mês de junho (página 5) foi trocada. Em vez da visita do ministro de C&T à universidade, a foto é da posse da nova diretoria do Andes-SN.



UFRJ

Vestibular da UFRJ muda de novo para este ano

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) de 20/12 decidiu mudar o vestibular da UFRJ para este ano. O fim da redação como prova eliminatória, a confirmação da abrangência nacional e um novo formato para o concurso foram as principais alterações aprovadas pelos conselheiros. O edital ficará pronto em março e as provas voltam a ser feitas no fim do ano.

Tida como a grande novidade do ano passado, a redação eliminatória acabou não atingindo o seu objetivo. Apenas 1,3% dos candidatos não passou pela “peneira” do exame. Outro aspecto que acabou pesando na retirada do caráter eliminatório da redação foi a obrigação de adiantar todo o cronograma do concurso, com a redação sendo feita em agosto. O professor do Centro de Tecnologia Ismael da Silva Soares comentou ainda que, nos cursos de grande procura, a subjetividade do avaliador da redação

pode decidir o ingresso ou não do candidato na UFRJ.

A abrangência nacional (entendida no colegiado como a possibilidade de se realizarem algumas provas fora do Rio e aprovada em novembro) também foi confirmada pelos conselheiros. Coordenador acadêmico do vestibular, o professor Herli Menezes já havia explicitado em sessões anteriores a grande procura pela UFRJ em outros estados. Herli citou Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e alguma cidade do Nordeste como possíveis locais de prova, com todo o sigilo e fiscalização dos exames realizados no Rio. Um empecilho bastante provável para a idéia seria a simples negação de uma universidade desses locais em ceder salas e pessoal com receio de perder seus melhores alunos para a UFRJ. “A Unicamp já faz isso. Todo ano, esperam a gente publicar o edital e marcam as provas nas mesmas datas”, comentou Herli. Mesmo assim, o co-

ordenador ganhou a função de fazer contatos com outras universidades para sondar a viabilidade da proposta. Professora do CLA, Marize Malta ressaltou que os testes de habilidade específica deveriam ser feitos no Rio, pelo menos aqueles relativos aos cursos de Dança, Direção Teatral e Música.

Herli Menezes também ficou com a tarefa de levar a proposta de um novo formato de vestibular para a primeira sessão do colegiado deste ano. Uma coisa é certa: nunca mais serão feitas cinco provas em um só dia (média de 54 minutos para o candidato “gastar” em cada disciplina) como houve neste ano. “Foi massacrante”, era o comentário mais freqüente dos conselheiros. Um teste eliminatório de cultura geral objetivo e aproveitamento ou não do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) serão algumas das medidas estudadas pela comissão do vestibular.

Plano de Educação do governo já vale para 2001

O Plano Nacional de Educação (PNE) do governo, aprovado no Senado Federal em 14/12 com abstenção do bloco de oposição, depende apenas de sanção presidencial para ser implantado. Após essa medida, entra em vigor neste ano. O deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), relator do projeto na Câmara dos Deputados, lembra que as secretarias municipais e estaduais têm um papel essencial no desenvolvimento do plano. O período de duração do PNE é de dez anos. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) fez um pedido para criação de uma subcomissão dentro da Comissão de

Educação do Senado Federal para acompanhar a implantação do PNE. O grupo deverá ser formado por senadores e representantes da sociedade civil.

Além disso, a senadora cobrou vontade política e mais recursos para que as metas previstas possam ser postas em prática, de acordo com a Agência Senado. Emília também protestou contra a falta de oportunidade para realizar um amplo debate sobre o PNE do governo na Comissão de Educação. Em julho de 2001 será realizado um seminário para debater os resultados do plano.

CUT contesta novas regras no FGTS

A Central Única dos Trabalhadores pretende ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação questionando a legalidade da medida provisória 1.951. Esta MP estabeleceu novas regras sobre o pagamento da correção das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelos expurgos devidos dos planos Verão e Collor I. Para o presidente da CUT, João Felício, a medida provisória restringe os procedimentos dos sindicatos e dos advogados porque estabelece que somente o titular da conta poderá sacar o dinheiro. Outro ponto questionado pela CUT é a proibição para que o saque do FGTS se dê por medida liminar. Com isso, para movimentar a conta será necessário esperar o julgamento final da ação.

Fonte: Agência CUT, 18/12.



Resenha

Matéria da Gazeta Mercantil, de 21/11, informa que, dos 922 estabelecimentos de ensino superior existentes no país – entre universidades, centros universitários, faculdades integradas e escolas superiores –, perto de 80% são privados e abrigam 60% do total de universitários. Este é o resultado de uma pesquisa de quatro anos realizada pelo sociólogo Michelangelo Trigueiro, professor da Universidade de Brasília. De acordo com a pesquisa, a maior concentração destas instituições fica na região Sudeste onde, do total, 84,87% são particulares.

Em O Globo, de 21/12, os diretores da Escola de Comunicação da UFRJ e do Instituto de Artes e Comunicação Social da UFF apoiaram o boicote dos alunos ao Exame Nacional de Cursos. “Argumentam que uma só prova não é suficiente para avaliar um aluno que passou quatro anos na faculdade. E criticam a exclusão dos trabalhos de pesquisa e extensão na qualificação dos cursos”. De acordo com declaração da diretora da UFF, o MEC não contrata professores, não aumenta salários nem compra material há cinco anos. “E, depois, quer cobrar estrutura. Os alunos estão certíssimos. O MEC é que deveria cumprir seu papel”, comentou.

Matéria da revista Megazine, de O Globo (26/12), mostra que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro oferece auxílio-moradia, alimentação a baixo custo (almoço a R\$ 0,56 com direito a refresco e sobremesa), lavanderia a preço de custo e outros benefícios a seus estudantes. E o detalhe é que os alojamentos da Rural comportam 1,5 mil alunos. O decano de assuntos estudantis daquela instituição, Mauro Rodrigues, afirma: “Apesar de o Governo federal não dar apoio para assistencialismo ao estudante, tentamos oferecer alguns benefícios para mantê-los em sala de aula”.

**Calendário de reuniões
para análise do Caderno de
Textos do XX Congresso
(Fevereiro de 2001, no Rio)**

01/02 (quinta-feira)
Análise do Caderno de Textos

07/02 (quarta-feira)
Análise do Caderno de Textos
(junto da reunião do Conselho
de Representantes)

08/02 (quinta-feira)
Assembléia Geral
local: Auditório do CT
horário: 14h
pauta a confirmar: periodização,
teses ao XX Congresso e
eleição de delegados para o XX
Congresso

13/02 (terça-feira)
Reunião da delegação eleita na
AG para o XX Congresso
pauta: teses aprovadas/
Caderno de Textos

*As três reuniões serão
realizadas, a princípio, na
sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200),
às 14 horas.*

**Problema dos
professores
substitutos piora
na UFRJ**

Página 6



**Presidente do
Andes-SN pode
ser cedido da
UFRJ para UnB**

Página 7

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 20 • 15 de Janeiro de 2001



O LIXO SE ACUMULA AO LONGO DAS VIAS DO LOCAL.
A GRAMA QUASE NÃO EXISTE

Área entre o CT e o CCMN está abandonada

Páginas 4 e 5



Movimento

Advocacia Geral da União acaba com a autonomia de seis universidades federais

Conforme notícia veiculada pela seção sindical dos docentes do campus I da Universidade Federal da Paraíba (Adufpb-JP), a Advocacia Geral da União (AGU) autorizou a Procuradoria Geral da União a assumir a representação judicial em Brasília de seis Universidades Federais (do Espírito Santo, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, da Rural de Pernambuco, de Pelotas e do Amazonas). A reportagem da Adufjrj-SSind conferiu no site da AGU (www.agu.gov.br), em notícia de 3/01, a justificativa para o absurdo. Seria uma medida para economizar

recursos com o deslocamento de procuradores para o acompanhamento dos processos que tramitam nos Tribunais Superiores, com sede em Brasília. Na verdade, trata-se de mais uma investida do governo federal contra o artigo 207 da Constituição Federal, que preconiza a Autonomia Administrativa das Universidades Federais.

Ainda de acordo com a notícia da Adufpb-JP, a “AGU é um órgão submetido diretamente à tutela do Presidente da República. Assim sendo, a AGU e, por extensão, as Procuradorias Universitárias, como a da UFPB,

não podem ser consideradas, atualmente, entes autônomos do Estado, mas órgãos vinculados ao Executivo Federal. Isso fere o artigo 207 da Constituição Federal. Para a Adufpb-JP, esse é um golpe de misericórdia na Autonomia Universitária.”

No início do período letivo, previsto para o próximo dia 25, a Diretoria Executiva da Adufpb-JP pretende mobilizar a comunidade universitária e a sociedade paraibana para discutir a questão, exigindo, inclusive, uma posição do Conselho Universitário da UFPB sobre a recente medida da AGU.



Resenha

Deu na Folha de S. Paulo (7/01): “O Brasil terminou o século 20 com 3.905 favelas espalhadas pelo país. Um aumento de 717 (ou 22,5%) desde o Censo de 91. O Estado de SP, com 1.548 favelas, é o campeão absoluto dessa competição de pobreza, concentrando 39,6% desse universo. As informações têm como base os primeiros dados do Censo 2000. (Folha de SP, 7/1)”

Como já era esperado, o funcionalismo civil vai pagar o reajuste dos militares – aumento médio de 28,23%. Matéria da Folha de S. Paulo, de 30/12 informa que o governo federal lançou medida provisória na qual se de-

termina o adiamento do ingresso de concursados no serviço público (economia de R\$ 200 milhões), corta-se despesa com pagamento de decisões judiciais (R\$ 280 milhões), redução de despesas de pessoal (R\$ 340 milhões) e corte de custeio e investimento (R\$ 351 milhões).

Matéria de O Estado de S. Paulo (3/01) informa que os deputados do Rio vão apreciar os vetos do governador Anthony Garotinho para a Lei 3.524, que reserva pelo menos 50% das vagas das universidades estaduais para alunos oriundos de escolas públicas. Em um dos três vetos, Garotinho eliminou o dispositivo segundo o qual

apenas os alunos que estivessem no ensino público desde o ciclo fundamental pudessem se candidatar ao benefício. O recesso parlamentar acaba em 15 de fevereiro. Para aumentar a confusão, colégios particulares ameaçam recorrer à Justiça contra a lei, que qualifica como discriminatória.

O PNE do MEC, sem participação da sociedade, aprovado pelo Congresso no fim de 2000 sofreu um duro golpe do próprio presidente. Fernando Henrique vetou um dos principais dispositivos do PNE. O artigo estabelecia um aumento de 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em gastos com educação nos próximos dez anos.

Anote

Concurso para pesquisadores

Promovido pelo Ministério de Ciência & Tecnologia e pela Reunião Especializada de C&T do Mercosul (Recyt), foi lançado um concurso para jovens pesquisadores nas áreas de meio ambiente e tecnologias limpas. O chamado Prêmio Mercosul para Jovens Pesquisadores recebe inscrições até 9 de março e os candidatos devem ter até 35 anos. Serão quatro premiados, um de cada país membro do Mercosul. Mais informações podem ser conseguidas pelos telefones 0 XX (61) 317-7884 e 317-7811, pelo e-mail: bsantanna@mct.gov.br ou no site: www.mct.gov.br/Temas/mercosul/premiocham.htm



Exposição nova na Casa da Ciência



A Casa da Ciência está promovendo desde 12 de janeiro a exposição “500 anos da Inventiva do Brasil”. O programa é uma viagem por todas as invenções feitas por brasileiros ou que tiveram a participação de gente do nosso país. O visitante também fica sabendo a repercussão que os principais inventos trouxeram para a sociedade. A exposição funciona até 25 de fevereiro de 2001, de terça-feira a sexta-feira (9h às 20h) e aos sábados, domingos e feriados (10h às 20h). É gratuita.

Setor das Federais se reúne este mês



O Andes-SN confirmou uma reunião do Setor das Federais para os dias 23 e 24 de janeiro. A idéia é aproveitar a participação de delegados das seções sindicais no Fórum Social Mundial, que será realizado em Porto Alegre a partir do dia 25. A reunião do Setor será na sede da Adufjrgs-SSind e terá como um dos pontos de pauta a avaliação do indicativo de Greve do Setor da Educação Federal e elaboração do calendário de lutas.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Ilustrações: Roberto Houaiss Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufjrj: adufjrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufjrj2@ax.ibase.org.br Home-page: <http://www.adufjrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Cartas

Desconto indevido do PSS

Prezados senhores,

Tenho recebido da Adufrj vários pedidos de apoio para isto, para aqui e gostaria de saber o seguinte: sou docente associada há bastante tempo, pagando mensalidade e, no entanto, não consigo ver resolvidos problemas que o Sintufrj já conseguiu, como por exemplo, a devolução do PSS, descontado novamente pelo governo sobre a gratificação natalina. Portanto, tive de novo dois descontos de PSS neste fim de ano, ficando uma vez mais com o salário pela metade. Soube que os técnicos, por exemplo, receberam em folha suplementar. Falei com o DP (Departamento de Pessoal) e eles alegam que o desconto é realmente indevido, porém o Sintufrj ganhou uma ação e a Adufrj, não. Considerando que esse desconto duplo gera um valor muito alto no meu contracheque, valor este que é muito importante para a minha manutenção, gostaria de perguntar o que está sendo feito. E por que a Adufrj não pode ganhar uma ação deste tipo e o Sintufrj, sim?

Elenice M. Correa
Departamento de Histologia e Embriologia (CCS)

Nota da diretoria

“Prezada Prof^a. Elenice

Em resposta à sua mensagem de 07/12, gostaríamos de esclarecer a situação das ações judiciais mencionadas. De fato, até hoje, a única ação judicial sobre questões salariais ganha na justiça pelo Sintufrj e ainda não ganha pela Adufrj-SSind foi a devolução do desconto pelo PSS. Isto se deu em circunstâncias especiais, pois os funcionários têm contato direto com os procedimentos administrativos, pela própria natureza da atividade de parte da categoria, e tiveram acesso à informação de que o desconto seria feito da maneira que ocorreu antes dele acontecer, conse-

Esclarecimento da Assessoria jurídica da Adufrj-SSind

“A Adufrj ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela (espécie de liminar), atualmente tramitando na 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O Juiz indeferiu o pedido de tutela antecipada. Apresentamos recurso - via agravo de instrumento - ao Tribunal Regional Federal e estamos lutando para superar o indeferimento e obter a decisão antecipada com o Desembargador Federal Relator.

Nesta ação ordinária, pleiteamos que os filiados ao Sindicato tenham devolvidos os 11% descontados da gratificação natalina e abono constitucional de 1/3 de férias em 1999, com juros e correção monetária. Na mesma ação, tentamos impedir os descontos futuros para o PSS na gratificação natalina e no abono constitucional.

Na 1ª instância, o processo foi contestado pela Universidade, sendo certo que já apresentamos réplica. Buscaremos o julgamento antecipado da lide (que o processo seja julgado sem a produção de outras provas, uma vez que a lide versa sobre questão de direito).

A Assessoria Nacional do Andes-SN também ingressou em Brasília com ação visando evitar o desconto ou obter a determinação de devolução imediata do valores des-

guindo uma liminar na justiça. A Adufrj-SSind só teve conhecimento desse desconto quando ele já estava implantado e não cabia mais o mandado de segurança para obter também a liminar, que tem caráter preventivo. Entramos então com uma ação ordinária, que ainda está em tramitação. Quando nossa ação for julgada e obtivermos ganho de causa, os descontos sobre o PSS, desde 1999, deverão ser devolvidos, com correção.

Chamamos a atenção da professora para o fato de que a execução de sentenças judiciais neste país não é imediata e que, na UFRJ, às vezes as decisões sobre o cumprimento de ações ganhas na justiça obedece a critérios arbitrários.

contados e também não obteve a liminar.

As ações sobre a matéria são semelhantes. No entanto, as ações são distribuídas (por sorteio) a Juizes diversos. Existem alguns juizes que concedem medida liminar (ou seja, determinam que a parte cumpra imediatamente o pedido, independentemente do julgamento final do processo) outros juizes entendem que devem aguardar o direito de defesa do réu e todo o desenrolar do processo para, apenas ao final, haver a determinação de pagamento. Assim, em algumas ações há concessão de liminar e em outras não há. Isto, em geral, independe de quem entrou com a ação, mas sim do juiz ao qual o processo foi distribuído.

A existência de decisões diferentes na primeira instância do Judiciário é extremamente democrática e a uniformização se dará nos Tribunais, em grau de recurso, a favor ou contra. Ao final, nos Tribunais Superiores (STJ/STF), normalmente todas as ações terão um único rumo.

Desta forma, quem não obteve a liminar deve aguardar pois isto significa que o processo irá se desenvolver em todas suas fases e, ao final, se a jurisprudência for favorável, irá receber todos os atrasados. Mas, se a jurisprudência se fixar de forma contrária ao pleito, também não corre o risco de ter que devolver tudo (todos os anos durante o curso do processo) o que recebeu por força da liminar à União.”

Como exemplo, citamos a ação sobre o pagamento do abono pecuniário de 1/3 de férias de 1998, que a Adufrj-SSind ganhou na justiça. Já não cabem mais recursos e a UFRJ não efetuou o pagamento até agora, apesar de a sentença ter estipulado muitas diárias pelo atraso.

No caso da ação do Plano Verão, os famosos 26% que boa parte dos professores da UFRJ ainda recebe, a Adufrj-SSind ganhou na justiça antes do Sintufrj, mas a UFRJ só resolveu efetuar o pagamento, (não sabemos os motivos), a partir do momento em que o Sintufrj também ganhou a mesma ação, algum tempo depois.

Saudações Universitárias e Sindicais”
A Diretoria



@dufrj

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais.

A novidade que aparece na página eletrônica (www.forumsocialmundial.org.br) é o serviço do Fórum Expresso. O internauta digita o seu e-mail num formulário eletrônico simples de inscrição e passa a receber todas as notícias sobre o evento. Logo no topo superior esquerdo da página de entrada, o visitante tem acesso à lista de convidados confirmados do Fórum (atualizada até 19 de dezembro). Estarão presentes o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o sociólogo Emir Sader, os escritores Frei Beto e José Saramago, entre outros.

ATTAC



A página eletrônica brasileira da ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) já recebeu mais de dez mil visitas desde que foi criada (embora não informe a data). Acessando <http://www.attac.org/brasil>, o visitante conhece um pouco da história dessa organização que começou na França e que pretende instituir “um imposto internacional sobre as transações financeiras, primeiro passo para estabelecer o controle das sociedades sobre os mercados de dinheiro”, entre outras reivindicações para livrar a sociedade “da ditadura dos mercados financeiros”. Na seção “documentos”, pode-se entender um pouco mais da iniciativa, baixando artigos, entrevistas e documentos envolvendo a ATTAC.



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) representa em todo país cerca de 2,5 milhões de profissionais da educação básica pública, entre professores, especialistas e funcionários de escola. Ao todo, são 29 as entidades filiadas à CNTE. Conheça as atividades desenvolvidas pela CNTE e confira as últimas notícias sobre o ensino público brasileiro na página eletrônica: www.cnte.org.br.



UFRJ

Área entre o CT e o CCMN está abandonada

Segurança, sinalização deficiente e vegetação devastada são principais problemas

Não é mistério para ninguém que a UFRJ apresenta um quadro desolador no interior dos seus prédios e áreas externas. No entanto, o aspecto de uma área específica entre o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN) decaiu rapidamente nos últimos meses. A ligação das Linhas Vermelha e Amarela, no fim de abril, e a festa oficial dos 80 anos da UFRJ, em novembro, foram os principais causadores do abandono daquele local. As autoridades responsáveis da universidade confirmam pequenas reformas para melhoria do trecho, mas apontam o polêmico Plano-Diretor da reitoria como a solução definitiva para os problemas levantados. Entre os diversos transtornos apontados pela comunidade estão: a falta de segurança, o tráfego mal sinalizado e as dificuldades de transporte. Com o fechamento do trecho entre o CT e o CCMN para os carros que vinham da Avenida Brasil, o trânsito interno da ilha do Fundão ficou bem mais tranquilo. No entanto, o isolamento provocado por essa mudança foi muito prejudicial principalmente ao CCMN. A presença de vários motoristas e a circulação de ônibus pela parte dianteira do Centro davam uma margem mínima de segurança à comunidade que frequenta o local.

A retirada do ponto de ônibus próximo à entrada do CCMN também trouxe outras dificuldades óbvias para os usuários. Quem não tem carro é obrigado a se deslocar até o ponto localizado na curva intermediária entre o CT e o CCMN para conseguir condução. À noite, com a péssima iluminação, o simples entrar e sair dos prédios se torna uma pequena aventura no escuro. Estudantes moradores de Niterói reclamam ainda que o ônibus da linha 998 (Charitas-Galeão) não passa no Fundão a partir das 18 horas.

Quem tem carro precisa driblar o lixo acumulado ao longo das vias por conta das sobras da festa dos 80 anos e de colu-

nas de concreto largadas no meio da pista – o retorno, antes existente no fim das duas pistas entre os centros, foi fechado. Além disso, o motorista precisa ficar atento aos buracos e aos carros que vêm em sentido contrário devido à ausência de sinalização – as únicas placas (corroídas pelo tempo) existentes entre as vias principais da UFRJ e o estacionamento do CCMN indicam apenas a presença dos quebra-molas na pista. Para os que tentam fugir do trânsito mal sinalizado, há uma alternativa também ruim. Por cima do canteiro central, foi improvisada uma passagem (esburacada, aliás) por onde os carros arriscam a suspensão.

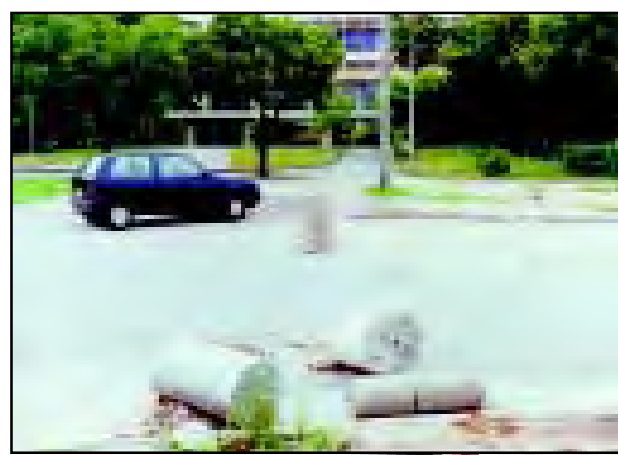
Para completar o cenário de desolação da região, a grama (onde havia) foi arrancada pela festa dos 80 anos e pelos carros que, no período letivo, estacionam por cima dos canteiros. As únicas benfeitorias feitas no local também são contestadas. O abrigo de ônibus construído na curva entre o CT e o CCMN é pequeno para dar conta da movimentação de pessoas dos prédios em redor. Com chuva ou sol forte, a cobertura é insuficiente para todos. E o chão de terra batida fica enlameado com as chuvas. A própria parada dos ônibus na curva, sem nenhum recuo construído, contribui para obstruir o trânsito. Dos três telefones públicos instalados ao lado da parada, um está mudo.

O ponto de vista da Prefeitura

O prefeito da Cidade Universitária, Ivan Pereira de Abreu, admite os problemas e argumenta que existem a caminho duas soluções para aquela área: uma provisória e outra definitiva, com a implantação do polêmico Plano-Diretor da reitoria.

Na provisória, que deve estar terminada até 22 de janeiro (o período de matrícula dos alunos se inicia dois dias depois), a Prefeitura está preparando pequenas reformas.

Será feito o retorno ao fim do trecho entre os Centros para os carros circularem em um só sentido e para evitar a “bandalha” por cima do canteiro central. A sinalização será adequada às mudanças



1 Os carros, para não voltarem na contramão, passam por cima do canteiro. Em primeiro plano, as toras na pista

e também serão pintadas no chão das vias, ao lado do meio-fio, as faixas para o que o prefeito chamou de “estacionamento em 45°”. “Esse novo desenho comportará três vezes mais o atual número de carros, evitando que os motoristas subam nos canteiros”, informou Ivan Pereira. O lixo da festa dos 80 anos e as colunas de concreto serão retirados das pistas.

Sobre a questão da segurança no campus, Ivan assegurou que a iluminação está sendo replanejada em toda a ilha do Fundão e a prioridade é para a instalação de postes de luz na alameda que corre ao lado do CCMN (chamada agora de Al. Paineira).

Plano Diretor

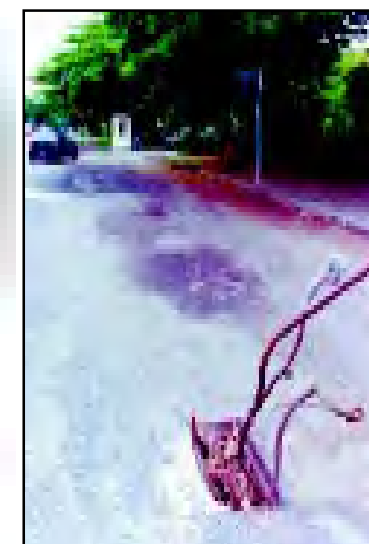
A solução definitiva para os problemas da área, de acordo com a Prefeitura Universitária, estaria no Plano-Diretor. O aviso para licitação de empresas interessadas no projeto estaria sendo encaminhado no fim deste mês. Perguntado não se trata de matéria que necessita de aprovação do Consuni, o prefeito disse apenas que é responsável pela “execução e fiscalização”. Também de acordo com ele, os recursos para as obras estariam sendo garantidos pela reitoria.

O trecho entre o CT e o CCMN seria totalmente interditado aos carros, transformando-se numa área de lazer. As en-

2 Cobertura pequena e falta de bancos são algumas falhas do ponto de ônibus. Alguns ônibus não entram no Fundão à noite



3 O ponto de ônibus ao lado do CCMN não tem iluminação, cobertura ou bancos. Um buraco na pista é o “presente” para os motoristas distraídos



Onde está a transparência orçamentária?

No dia 11/01, o jornal O Estado de São Paulo publicou matéria na qual a UFRJ anuncia investimentos de R\$ 19 milhões para 2001, dos quais R\$ 2 milhões seriam aplicados em segurança na Ilha do Fundão. O texto diz que os investimentos previstos serão feitos com recursos do governo federal, da UFRJ e da iniciativa privada, por meio de convênios. Mas não esclarece ponto a ponto. E fica mais uma vez a pergunta sobre como estão sendo geridos os recursos da universidade. Depois de Prograd, dos fundos setoriais e da festa dos 80 anos, agora é a vez do Plano-Diretor.

tradas de estacionamento que existem ali seriam remanejadas para as avenidas principais que ladeiam os centros. Os jardins seriam refeitos e a vegetação existente, replantada para avenida que passa em frente ao CENPES. Haverá cercas em todos os prédios e equipes de segurança funcionando de forma integrada em toda a ilha. Uma faria a segurança patrimonial dos prédios; a outra, a vigilância da Prefeitura; a última seria terceirizada para garantir o controle no limite das cercas até os prédios. O ponto de ônibus entre o CT e o CCMN seria replanejado para comportar um recuo e a cobertura, ampliada. Medidas para melhorar a circulação de carros na ilha também serão tomadas, segundo Ivan.

A circulação de linhas externas do Fundão à noite é um problema que a Prefeitura não consegue resolver. O prefeito diz reclamar da situação às empresas, mas recebe como resposta que “os motoristas devem estar fazendo isso por conta própria”, pois a orientação é para cumprir o itinerário programado. Ivan Pereira lamenta que a Secretaria Municipal de Transportes não exerça uma fiscalização eficaz nessas linhas: “Eles (SMTR) argumentam que não têm pessoal para isso”.

Críticas

Procurado para comentar o projeto da reitoria para o campus, o decano do CT, Oscar Acselrad, confirmou que participou das reuniões preparatórias de um projeto de segurança para o Centro. “Ninguém me apresentou nada com o nome de Plano-Diretor. Uma reformulação de grande porte feita no Fundão, creio, deve ser ponto de pauta do Conselho Universitário, por onde nunca passou. Sobre a simples instalação de cercas aqui no CT, não tem problema”, afirmou.

O professor do CT e representante no CEG Antônio Cláudio não gostou de nada do que viu ou ouviu a respeito do tal Plano-Diretor da reitoria. “Para mim, é horrível essa idéia de cercar os prédios e o isolamento que isso pode provocar”, comentou.

Tribuna

Como você avalia a situação atual da área entre o CT e o CCMN?

Serafim Brandão, analista do NCE



Está meio abandonado, sim. Já conversei com o decano do Centro (Marco Antônio) e sei que a idéia era construir uma praça por aqui. Não sei se é falta de recursos, mas para a festa dos 80 anos teve recurso, né? Achei até que aquele circo que montaram era o início da construção da praça. Moro no Méier e a ligação das Linhas foi muito boa para mim, mas ficaram devendo a sinalização para a entrada do estacionamento do CCMN em frente ao CT. Ficou perigosíssimo.

Renata Corato, estudante de Geografia (8º período)



Ficou muito pior. Desde a festa dos 80 anos, tiraram a grama toda (do canteiro central). Com a ligação das linhas Vermelha e Amarela, ficamos sem esse ponto de ônibus entre o CT e o CCMN, que era mais prático para a gente, além de ser mais preparado (com banco e abrigo). Fizem um outro ponto aqui ao lado do CCMN (próximo ao anel viário das Linhas), mas só colocaram a placa. Não tem bancos, nem cobertura.

Josilda Moura, diretora do Instituto de Geociências



Está feio. Mas o nosso principal problema está relacionado à segurança. Temos recebido várias reclamações de assalto Encaminhei várias solicitações à decania e à Prefeitura Universitária nesse sentido. Melhorou um pouco a ronda policial e o decano deslocou um segurança para o estacionamento à noite, mas ainda é uma situação precária. O curso noturno da Geografia está sofrendo muito por conta disso. Além disso, a iluminação também é ruim. Estamos aguardando o Plano Diretor do campus para ver se resolvemos isso.



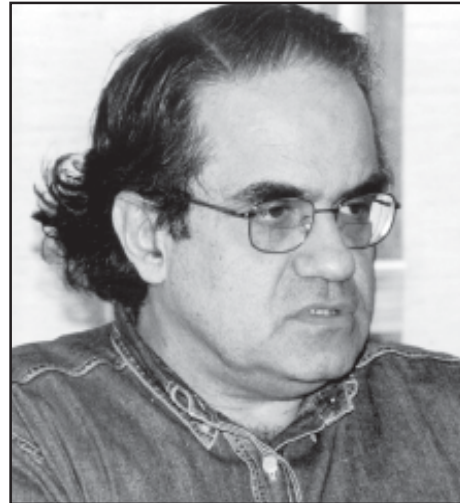
UFRJ

Problema dos professores aumenta em relação a 2000

Aumentou em cerca de 32% o número de autorizações para contratação de substitutos

A falta de professores para cobrir o quadro de algumas Unidades piorou ainda mais este ano. A câmara docente do CEG, responsável pelo trabalho de análise e distribuição de cotas de substitutos pela universidade, teve que gerenciar um volume de pedidos ainda maior que o do ano passado. “Em 1999, a câmara aprovou 132 solicitações; em 2000, aprovou 186; e agora chegamos a 244, o que demonstra que houve um agravamento da situação na graduação”, comentou Antônio Cláudio, professor do Centro de Tecnologia e presidente da comissão.

Os números iniciais do ano passado indicavam 68 prorrogações de contratos anteriores, mais 96 novas cotas. Logo depois, mais 22 vagas foram preenchidas, totalizando 186 substitutos. Desta vez, foram 80 prorrogações, mais 164 cotas novas, totalizando 244 (cerca de 32% de aumento do número de autorizações). Houve



ANTÔNIO CLÁUDIO,
PRESIDENTE DA CÂMARA
DOCENTE DO CEG

293 solicitações contra 283 de 1999/2000 (ver quadro). E pode crescer ainda. Algumas Unidades Acadêmicas entraram com recursos no CEG para conseguir mais substitutos para seus cursos. A Câmara de Corpo Docente do CEG vai se reunir extraordinariamente neste fim de janeiro para jul-

gar esses casos.

Para ampliar as dificuldades da recomposição de quadro permanente das universidades, o governo federal continua adiando a publicação de concursos para o funcionalismo civil. Recentemente, anunciou-se que esse adiamento seria uma das formas de garantir o reajuste dos militares. Além do mais, o MEC quer retirar o Regime Jurídico Único dos novos docentes e contratá-los já pelo emprego público de regime celetista.

No relatório final da Câmara Docente do CEG, ressalta-se que existem dificuldades para encontrar candidatos em algumas áreas com carências de professores, o que tem impedido a realização de concursos, apesar de haver vagas alocadas. Outros departamentos não recebem cotas, pois solicitam Assistentes ou Auxiliares (dada a situação real da área), contrariando a política da UFRJ de alocar vagas para concurso para Professor Adjunto. A rediscussão dessa política no CEG, conforme explicitada no relatório do ano passado, acabou não se realizando até mesmo pela falta dos concursos.

Crítérios

Antônio Cláudio comentou que só houve indeferimento de pedidos graças a algumas normas e critérios técnicos (se as solicitações não fossem aprovadas em Congregação ou em Conselho de Centro ou se o Departamento solicitante tivesse uma carga docente semanal média considerada baixa). Foram excluídos ainda os pedidos de cota para professor substituto ministrar aulas de disciplinas complementares.

Problemas se repetem

Constatados no relatório do ano passado, vários problemas das Unidades continuaram sem solução este ano. “A Faculdade de Direito continua com um número elevado de substitutos. Não é possível alocar de imediato todas as vagas de professores permanentes necessárias, pois não teríamos candidatos suficientes. Além disso, os concursos poderiam ser embargados por ações judiciais, como está ocorrendo com os concursos atuais”, diz um trecho do documento.

Entre outros pontos do relatório, deve-se destacar que a comissão pede prioridade de vagas para os cursos novos (quando houver concurso para o quadro permanente), de forma que não necessitem mais de professores substitutos dentro de três anos. Antônio Cláudio exemplifica com os cursos de Dança (Escola de Educação Física), Fisioterapia e Fonoaudiologia (ambos da Faculdade de Medicina). Para preservar a continuidade dos cursos, um trecho do documento pede para que, futuramente, os cursos novos só sejam aprovados com comprovação do quadro docente suficiente. Ou com a aprovação de vagas novas para o concurso do quadro permanente, viabilizando a realização das disciplinas previstas.

A situação de falta de professores no Colégio de Aplicação está se agravando, o que exigirá a alocação de vagas de professores. “Como o CAp está discutindo sua situação dentro da Universidade (debate do perfil institucional, conforme noticiado no Jornal da Adufrj de 2/10/2000), o que pode ter impacto inclusive em seu quadro de professores, recomendamos agilizar essa discussão”, informa um trecho do documento.

Fonte: CEG

Unidades	Prorrogadas 2001	Solicitados 2001	Novos substitutos 20h	Novos substitutos 40h	Unidades	Prorrogadas 2001	Solicitados 2001	Novos substitutos 20h	Novos substitutos 40h
CLA					CCJE				
FAU	15	10	8	0	F. Direito	10	29	0	29
EBA	11	17	11	6	I Economia	0	0	0	0
E. Música	6	14	10	4	FACC	0	6	0	0
F. Letras	11	9	0	9	Total do Centro	10	35	0	29
Total do Centro	43	50	29	19	CCS				
CCMN					F Medicina	3	8	8	0
I. de Matemática	0	0	0	0	F. Odontologia	0	14	7	0
I. de Física	0	0	0	0	F. Farmácia	0	5	0	1
I. de Química	0	0	0	0	E. Enfermagem	6	12	10	0
I. Geociências	0	0	0	0	IBC	0	0	0	0
Total do Centro	0	0	0	0	I. Microbiologia	0	0	0	0
CFCH					I. Nutrição	1	4	4	0
IFCS	0	0	0	0	EEFD	8	14	9	0
I. Psicologia	0	0	0	0	I. Biologia	0	1	1	0
E. Comunicação	0	9	4	0	Total do Centro	18	58	39	1
CAP	6	14	14	0	CT				
F. Educação	0	26	18	0	E Engenharia	0	8	0	3
ESS	2	11	8	0	I de Química	1	0	0	0
Total do Centro	8	60	44	0	Total do Centro	1	8	0	3
Total Geral	80	211	112	52					



Movimento

Presidente do Andes-SN pode ser cedido da UFRJ para a UnB

Um acordo de cooperação entre as universidades daria fim à perseguição política

Um acordo de cooperação técnica entre a UFRJ e a UnB pode ser a solução de momento para o impasse formado entre o Sindicato Nacional e o governo federal no caso do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Em reunião na Delegacia Regional do MEC (DEMEC/RJ), no último dia 8, representantes do MEC e da UFRJ argumentaram que a possibilidade de licença com vencimentos do professor para desempenho de mandato classista contraria a legislação vigente do RJU (alterada por reforma de FHC em 1997). Já os representantes da categoria responderam que a lei da forma como está é um claro cerceamento da atividade sindical.

Estiveram presentes na reunião: pelo MEC, o secretário do Ensino Superior, Antônio MacDowell Figueiredo (SESu); pela UFRJ, José Henrique Vilhena (reitor) e Maria Augusta Temponi (sub-reitora de Pessoal e Serviços Gerais). Pelo Andes-SN, compareceram Fernando Molinos (1º vice-presidente do Sindicato Nacional); Cristina Miranda (2º vice-presidente Regional-Rio)



ROBERTO LEHER QUER MUDANÇAS NO RJU

e José Henrique Sanglard (presidente da Adufrj-SSind). O professor Roberto Leher tinha uma banca de mestrado na Faculdade de Educação da UFF no mesmo dia e não pôde comparecer.

No acordo de cooperação sugerido, o professor ficaria cedido à Faculdade de Educação da UnB até o fim de seu mandato. Mais próximo da sede do Sindicato Nacional,

Leher desenvolveria atividades de pesquisa, da forma como tinha planejado fazer na UFRJ antes da perseguição da diretora Speranza França. Contatado durante a reunião, o reitor da UnB, Lauro Morhy, não manifestou qualquer oposição à idéia. Enquanto o processo não é formalizado, Vilhena comprometeu-se a abonar as possíveis faltas a serem lançadas pela diretora da Faculdade de Educação (FE). O reitor afirmou que as providências de trâmite poderiam ser tomadas no âmbito da reitoria mesmo em caráter *ad referendum*, para evitar dificuldades impostas pela direção da Unidade.

O vice-presidente do Andes-SN, Fernando Molinos, propôs que a situação fosse resolvida até o XX Congresso, marcado para meados de fevereiro, no Rio. Acrescentou ainda que, caso tudo se resolvesse com a transferência, o processo de licença deveria ser encerrado e arquivado.

Para o presidente da Adufrj-SSind, esse acordo parece ser a solução política possível na atual conjuntura, enquanto não surge a mudança definitiva do RJU. O professor argumenta que, caso realmente seja fechado o acordo com a UnB, é importante não permitir que fique qualquer “man-

cha” no currículo do presidente do Andes-SN na UFRJ.

Roberto destaca mobilização da categoria

Em entrevista por telefone ao jornal da Adufrj, o professor Roberto Leher também afirmou que o melhor desfecho para o caso seria a reformulação do RJU, retirando as medidas que cerceiam a atividade sindical. “Mas o acordo pode significar a resolução imediata do problema até então”, comentou. Sobre a alteração do RJU, Roberto informou que as negociações estão bem encaminhadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), muito por conta da repercussão nacional causada pela perseguição da diretora da Faculdade de Educação. “Inicialmente, a posição do governo federal é de aceitar a revisão dessa mudança feita em 1997”, disse.

Roberto fez questão de ressaltar a importante mobilização da categoria docente, de parlamentares e outras entidades no caso. “Particularmente, o trabalho das entidades da UFRJ fez ressurgir uma forte indignação que, creio, trará bons frutos em 2001”, completou.

Contag avalia balanço do governo sobre reforma agrária

No fim do ano passado, o governo federal divulgou um balanço da reforma agrária. Os dados davam conta de várias melhorias na distribuição de terras, do assentamento de famílias, da diminuição do número de ocupações de terras e do menor número de assassinatos no meio rural. O documento pintava, portanto, o presidente Fernando Henrique e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, como os paladinos da justiça no campo. Poucos dias depois do estardalhaço causado na imprensa com esses dados, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) resolveu lançar um documento no qual o governo critica o balanço governamental.

Para a Contag, o balanço mostra, antes de mais nada, que as políticas públicas atuais “estão muito longe de apontarem solu-

ções reais para os problemas existentes e assegurar melhores condições de vida e de trabalho para os homens e mulheres do campo brasileiro”. Os dados de melhoria seriam, sobretudo, avanços conquistados com duros esforços de mobilizações e manifestações realizadas pelos movimentos populares do campo. “Em especial, o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que realiza todo ano o Grito da Terra Brasil, dentro da perspectiva de que a reforma agrária e a agricultura familiar são pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do campo e de todo o nosso País”.

Sobre os pontos apresentados pelo governo, a Contag diverge da comemoração que o governo teve com a redução nos níveis de concentração de terras (o Brasil ficou em 12º lugar no continente americano!).

De acordo com o documento, “esse índice deixa claro que o governo federal pouco ou nada fez para mudar a estrutura fundiária no País e reforça a necessidade de uma ampla e massiva reforma agrária para a solução do problema fundiário brasileiro. A reforma agrária precisa ser considerada uma política pública prioritária, fundamental para a redução da exclusão social e para o desenvolvimento do campo”.

A Contag admite a redução dos assassinatos no campo, mas as dez mortes do último ano ainda representam um número elevado. Um agravante da situação seria a impunidade daqueles que matam no campo e cita diversos casos, nos quais a lentidão da Justiça permite liberdade aos supostos mandantes dos crimes. Sobre as ocupações de terra, a Contag garante que, apesar da repressão policial, os trabalhadores vão con-

tinuar o esforço de denunciar os latifúndios improdutivos.

A Contag questiona ainda onde estariam as supostas 110 mil famílias assentadas pelo governo no ano de 2000. “Somente em acampamentos coordenados pela CONTAG existem 35.000 famílias que ainda aguardam serem assentadas pelo governo (...) É curioso, ainda, que o site do INCRA divulgue o assentamento de 71.605 famílias até novembro/2000, o que significa que o governo teria assentado 37.381 famílias somente em um mês (dezembro/00). Isso sem que nenhuma entidade ou a imprensa tivessem se dado conta”, informa o documento.

A Contag ainda critica a lenta execução orçamentária do Incra, a política de recadastramento de terras e outros aspectos divulgados com festa pelo governo FHC.

Fonte: Agência CUT (08/01)



Opinião/UNE

Manifesto sobre a cultura Brasileira!*

A cultura de um povo é a forma mais elevada de reconhecimento, união e fortalecimento de uma nação. É através da cultura que o ser humano se reconhece como pertencente a um grupo social, a uma localidade e a um país e é, ela mesma, constitutiva da ação em sociedade sendo, portanto, indissociável dela.

Num momento em que uma suposta “globalização a todo custo” impõe um pensamento único, pautado na submissão e pulverização dos povos, na substituição da identidade nacional por um pseudo-multiculturalismo que não corresponde à realidade, reafirmamos a convicção na existência de uma cultura legitimamente brasileira, resultante da articulação de costumes, crenças, símbolos e signos gestados pelas etnias, pelas diferentes regiões e necessidades próprias do nosso país. Estamos interessados numa arte que reflita a existência dessa cultura e que seja capaz de promover uma reflexão verdadeira sobre o Brasil.

A atual política cultural implementada em nosso país impossibilita o fortalecimento dessa arte, ora transferindo a responsabilidade de fomento cultural exclusivamente para as mãos da iniciativa privada, transformando os órgãos governamentais voltados à cultura em decoração, em agências intermediárias de negócios, ora manipulando os elementos culturais para criar uma falsa propaganda de um país de 500 anos sem contradições.

Essa política se manifesta nas rádios, nas tv's, nos teatros, nos museus, na indústria cultural como um todo e (um pouco menos) na imprensa, onde a falta de atritos, a falta de divergências, a mesmice e a padronização são imperadoras, transformando o conhecimento sobre a realidade num falso cotidiano. Por onde quer que se olhe, as estruturas de divulgação cultural se encontram corrompidas: o recém denunciado esquema de “jabás” nas rádios, os critérios duvidosos das escolhas dos museus, as leis de incentivos fiscais cheias de



falhas que beneficiam sempre os mesmos grupos, as falsas críticas que, ao não iluminarem a obra de arte para o público, servem apenas como resenha de final de semana para elogiar os amigos. Tudo trabalha contra a solidificação do Brasil como um povo.

É impensável a possibilidade do surgimento de “novos talentos” numa situação onde o artista não tem domínio de sua produção. E enquanto isso, os governantes responsáveis pela política cultural vigente fingem que o problema não é com eles, que essa situação não é fruto de um direcionamento que insiste em descolar a produção artística das relações concretas da vida do povo.

Mas nem tudo são farpas e a cultura brasileira resiste exatamente onde ela percebe, mesmo que intuitivamente, que sua força depende da sua ligação estreita com a realidade que a forja. É assim com o movimento *Hip-Hop*, com o *Manguebeat*, com o teatro brechtiano em São Paulo, exemplos de como a reflexão sobre a realidade pode fazer emergir uma arte de maior importância cultural.

A União Nacional dos Estudantes firma seu apoio e sua crença nessa arte verdadeiramente interessada nas suas origens, no desejo de entender o que é o Brasil, mesmo nascendo em condições adversas e forçada a permanecer em guetos. Achamos que a arte diversificada e criativa da juventude brasilei-

ra merece ocupar o centro das coisas, o centro da vida social da atualidade.

Para isso, destacamos a necessidade de: - uma nova política cultural para o Brasil, que se preocupe em resolver as distorções do mercado cultural, criando condições para a emergência de uma gama mais diversificada de expressões artísticas. - valorização da cultura nacional em toda a sua complexidade, no sentido de solidificação da idéia de nação. - criação de mais espaços para elaboração e circulação da arte brasileira - apoio aos novos artistas.

A UNE possui uma histórica atuação na área cultural. Fomos os precursores de uma das mais expressivas experiências da cultura brasileira, o CPC - Centro Popular de Cultura, existente na década de 60. Não somos dos que esquecem o que já fizeram. Estamos articulando, a partir dessa 2ª Bienal da UNE, a criação do Circuito Universitário de Cultura e Arte com o intuito de democratizar o acesso à produção cultural das universidades e de criar condições para sua circulação. Este manifesto é fruto da reflexão sobre a realidade cultural do Brasil e do desejo de que nossa arte esteja à altura do nosso povo. O enorme potencial da cultura brasileira, que não se deixa vencer tão facilmente, resiste à política de terra arrasada implementada hoje no país. Nós somos uma trincheira dessa resistência!

São Paulo, 15 de Novembro de 2000

União Nacional dos Estudantes

* Este texto que está circulando pelo país é a primeira versão do Manifesto da UNE sobre a Cultura Brasileira. Este Manifesto será lançado durante a Bienal e até lá será amplamente discutido e subscrito por diversas personalidades ligadas à arte e à ciência no Brasil.

Os quatro grandes temas do Fórum Social Mundial

- A Reprodução Social e a Produção de Riquezas
- O Acesso às Riquezas e à Sustentabilidade
- A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos
- Poder Político e Ética na Nova Sociedade



Anote

- A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) convoca Plenária Nacional dos SPF para o dia 11/02, a partir das 9h, em Brasília. Em pauta, campanha salarial e uma possível mobilização para greve, entre outros pontos.

Fórum Social redefine sociedade globalizada

Movimento Social elabora alternativas de desenvolvimento com base na distribuição de bens econômicos e culturais

Nos últimos anos, as diversas frentes políticas e organizações que se contrapõem à globalização da economia e seus efeitos na sociedade vêm se apresentando, na maioria das vezes, nos limites da denúncia e do protesto. Atos e manifestações em Seattle, Washington e Praga contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial; assim como os atos contra o Fórum de Davos a última reunião de cúpula do G-7, em Okinawa, balançaram as estruturas da nova ordem, mas não chegaram a provocar o alcance necessário para abrir o mundo às outras formas de pensamento, organização social e desenvolvimento.

A maioria das manifestações contra o neoliberalismo tem sido reprimida com bastante violência pelos Estados liberais. Na semana que vem, aqui mesmo na brasileira Porto Alegre, as principais organizações e seus representantes vindos de todos os cantos do mundo prometem cenário bem diferente. Nada de pedras, bombas, gritaria.

Ao contrário, a imprensa que sustenta o Pensamento Único, principalmente no Brasil, só terá duas alternativas. Ou ignora o evento que congregará mais de 10 mil pessoas em torno do Fórum Social Mundial, uma contrapartida organizada ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre nos mesmos dias, 25 a 31 de outubro, em Davos. Ou, para além de Paulo Coelho que estará na estação suíça defendendo o livre mercado e sua estrutura de mega-marketing editorial, a imprensa começa a voltar os olhos para um Saramago e suas idéias não tão ortodoxas, ou para uma liderança do movimento dos trabalhadores rurais na França, José Bové, citado cingicamente pela Revista Veja como um 'destruidor de McDonalds'.

O Fórum Social Mundial contará, ainda, com a presença do escritor uruguaio Eduardo

Galeano, do editor do jornal Le Monde Diplomatique, Bernard Cassen. Cassen é, sem dúvida, um dos ativistas deste movimento que, já neste encontro, traçará uma nova perspectiva para a globalização dos povos. Uma perspectiva que, ao contrário da lógica excludente das políticas de mercado, apresentará alternativas políticas, culturais e econômicas para transformar os recursos gerados a partir das novas tecnologias em recursos a serem compartilhados por todos, em uma nova globalização, não econômica, mas social.

A agenda do encontro

O Fórum Social Mundial será dividido em quatro grandes temas, com quatro grandes conferências realizadas todos os dias, na parte da



manhã. As tardes serão dedicadas a oficinas temáticas que abordarão as especificidades do neoliberalismo e suas estruturas e as alternativas para uma nova ordem econômica e social. Serão discutidos: ALCA, Taxa Tobin, Plano Colômbia, Mercosul, a questão dos

transgênicos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, educação, direitos humanos, identidade cultural, exclusão, democracia, cooperação internacional, responsabilidade empresarial, voluntariado, movimento social, entre tantos outros pontos.

As noites contarão com apresentações de artistas e grupos culturais. Estão confirmadas as presenças do francês Manu Chao, Nação Zumbi, Nando Reis, Lobão e, se os boatos que circulam nas entidades sindicais se confirmarem, o encerramento terá a apresentação dos cubanos do Buena Vista Social Club. A vinda do Buena Vista teria sido articulada por Chico Buarque que, por motivos de agenda, não poderia se comprometer com o evento.

Algumas presenças confirmadas em Porto Alegre

Alfredo Guevara, cineasta cubano; Ariel Dorfman, escritor chileno; Atilio Borón, presidente do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso); Bernard Cassen, presidente da ATTAC-França e diretor do jornal Le Monde Diplomatique; Diane Matte, coordenadora da Marcha das Mulheres 2000; Dita Sari, líder do Movimento Estudantil da Indonésia; Eduardo Galeano, escritor uruguaio; Emir Sader; Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida Externa dos Países de Terceiro Mundo; François Chesnais, economista francês; Frei Beto; João Felício, presidente da CUT; João Pedro Stédile, do MST; Jorge Benstain, economista argentino; José Bové, agricultor francês, militante ecológico e anti-militarista e líder da Confédération Paysanne; José Ramos Horta, prêmio Nobel da Paz; José Saramago; Leonardo Boff, teólogo brasileiro; Maria Vitória Benevides, socióloga, professora da USP; Michael Löwy, sociólogo, pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França; Milton Santos, geógrafo brasileiro; Oscar Niemayer; Peter Marcuse, professor de Planejamento Urbano da Columbia University; Raí, presidente da Fundação Gol de Letra; Sebastião Salgado.

Fórum terá *pool* de imprensa independente

A Ciranda Internacional da Informação Independente – CIIIn - vai colocar em prática, durante o Fórum Social Mundial, uma das propostas mais ousadas surgidas no debate sobre as alternativas ao neoliberalismo: *o saber e a informação são bens comuns a toda humanidade; por isso, não podem ser transformados em mercadorias.*

A CIIIn em Porto Alegre vai transpor para o jornalismo o conceito que permitiu o florescimento, nos últimos anos, do chamado "software livre": o *copyleft*. A palavra é um trocadilho notável. O direito de propriedade intelectual é conhecido, em todo o mundo, pela ex-

pressão inglesa *copyright*. Mas *right*, em inglês, significa direito e também *direita*. *Left* é a tradução de esquerda e, ao mesmo tempo, o participio do verbo *to leave*: deixar, autorizar, oferecer. *Copyleft*, portanto, é o contrário de *copyright*... Por trás da brincadeira semântica, há uma alternativa que está dando certo. Para enfrentar o poder das grandes corporações que querem controlar a informação, nada melhor que o *saber compartilhado*.

Em termos práticos, a CIIIn vai permitir que as publicações ligadas aos movimentos sociais, ou de agências de notícia independentes, façam uma cobertura ampla do Fórum Social Mundi-

al. Por suas condições materiais, cada um desses órgãos terá condições limitadas de estar em Porto Alegre. Na grande maioria dos casos, enviará um ou dois jornalistas. A própria dimensão do evento impedirá que esta equipe tenha sucesso, se isolada.

O *site* do Fórum Social Mundial, que já recebe cerca de 300 visitas diárias e multiplicará esta audiência durante o evento, está sendo redesenhado. Ele vai abrigar, entre 25 e 30 de janeiro, todo o acervo de matérias e fotos produzidas pelas publicações ligadas à Ciranda.

Fonte: *site* do FSM – www.forumsocialmundial.org.br


Movimento

VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria

Com o tema "Futuro da aposentadoria: uma reflexão e luta do presente", realizou-se de 12/01 a 16/01, na cidade de Uberlândia (MG), o VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN. O senador Lauro Campos (PT-DF); o deputado federal Gilmar Machado (PT-MG); o presidente do Andes-SN, Roberto Leher; o vice-reitor da Federal de Uberlândia, Antônio Almeida; o prefeito da cidade, Zaire Rezende; entre outros, prestigiaram o evento.

Apesar de o encontro tratar de assuntos voltados para a categoria docente, houve ampla participação da sociedade e de outras categori-

as de trabalhadores do serviço público. Participaram representantes da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUF); da Confederação Brasileira dos Aposentados (COBAP), Frente Parlamentar de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública e várias seções sindicais do Andes-SN, entre outros.

Para a coordenadora do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, Cleusa dos Santos, o VII Encontro demonstrou a importância que a reforma da Seguridade Social tem assumido no governo FHC. "O evento apontou para a ne-

cessidade de fortalecer as organizações políticas da classe trabalhadora. Traçou estratégias políticas de mobilização dos professores ativos e aposentados e contribuiu para o enriquecimento do debate teórico e da ação política", afirmou.

Para a Diretoria do Sindicato Nacional, a organização exemplar do evento por parte da ADUFU – seção sindical foi um bom prenúncio para a realização do 42º Conad, a ser realizado em Uberlândia, em julho deste ano. Estaremos dando mais detalhes do VII Encontro no próximo jornal da Adufrj-SSind.

Recadastramento penaliza aposentados e pensionistas

Uma professora (que não quis se identificar) reclamou à reportagem da Adufrj-SSind do atendimento da SR-4 no recadastramento de docentes aposentados e pensionistas para fins de pagamento. Embora tenha elogiado a educação e atenção dos funcionários do setor responsável, a professora não gostou de ser atendida em pé, em pleno corredor do oitavo andar do prédio da reitoria. Não havia um lugar adequado para preencher os documentos com tranquilidade. Ao lado do balcão de atendimento, existe apenas um pequeno sofá de três lugares. Quando aparecem muitas aposentados e pensionistas (o atendimento é feito somente às terças e quintas-feiras), os retardatários precisam fazer o procedimento em pé

mesmo. "Não é um formulário simples e fico imaginando pessoas mais idosas tendo que passar por esta situação", comentou a professora. A mesma fonte declarou ainda que o processo de recadastramento anterior teria sido mais confortável, com os aposentados e pensionistas preenchendo documentos num salão amplo com várias cadeiras. As pessoas eram chamadas pela letra inicial dos nomes (agora, o recadastramento é feito de acordo com o mês de aniversário) e os funcionários estavam posicionados em microcomputadores prontos para inserção dos dados. A reportagem da Adufrj-SSind deixou recado na secretaria da SR-4, mas a sub-reitora Maria Augusta não retornou a ligação para esclarecer o fato.

UFSCar é contra Emprego Público

Depois do alerta do Andes-SN e suas seções sindicais, alguns colegiados começam a se mexer contra o famigerado projeto de emprego público do governo nas universidades. Em 14/12, na resolução de nº 390 do Conselho Universitário da Federal de São Carlos, os representantes resolveram se manifestar contrariamente a quaisquer iniciativas de implantação desta proposta governamental.

O Consuni da UFSCar, na mesma resolução, solicita a todas as entidades nacionais vinculadas ao ensino superior e à produção do conheci-


Resenha

Professor de aluguel

Uma prova da política inócua do MEC no Ensino Superior foi dada na coluna do jornalista Ancelmo Gois, no Jornal do Brasil (14/01): "Maior universidade particular carioca, com cerca de 30 mil estudantes, a Estácio de Sá mantém em seus quadros mestres e doutores que não estão dando aulas. Eles emprestam seus títulos para impressionar o MEC. É o que Carlos Eduardo Alves, diretor do Sinpro-Rio, chama de "carga zero". Segundo ele, é uma prática comum nas universidades privadas no Rio. Tem professor de aluguel que cede seu nome a mais de uma instituição (...). No fim, anuncia-se que o ministério vai criar um cadastro nacional de professores para impedir essa prática.

MEC contraria LDB

Após várias críticas, a Comissão de Especialistas do MEC anunciou mudanças nos critérios para autorização e reconhecimento dos cursos de Jornalismo. As novas diretrizes (adequação do docente à disciplina, avaliação do regime de trabalho, do plano de carreira e das políticas de aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente), de acordo com integrante da comissão do MEC, forçariam uma reforma curricular nos cursos. Para o coordenador da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), Felipe Messina, ao tentar impor um currículo único, o ministério está contrariando a LDB, que garante liberdade curricular aos cursos. Folha Dirigida, 11/01.

CNTE critica PNE do MEC

A secretária de assuntos educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Teresa Leitão, criticou o Plano Nacional de Educação do governo por não apresentar grandes avanços. Segundo Teresa, uma das únicas possibilidades de melhoria para o setor seria a elevação para 7% da aplicação do PIB em Educação, um dispositivo vetado pelo próprio presidente Fernando Henrique. No PNE da sociedade, elaborado em conjunto com várias entidades, a proposta era de aplicação de 10% do PIB em Educação. Matéria da Folha Dirigida, também de 11/01.

Calendário de reuniões para análise do Caderno de Textos do 20º Congresso
(Fevereiro de 2001, no Rio)

01/02 (quinta-feira)
 Análise do Caderno de Textos

07/02 (quarta-feira)
 Análise do Caderno de Textos
 (junto da reunião do Conselho de Representantes)

08/02 (quinta-feira)
 Assembléia Geral
 local: Auditório do CT
 horário: 14h
 pauta a confirmar: periodização, teses ao 20º Congresso e eleição de delegados para o 20º Congresso

13/02 (terça-feira)
 Reunião da delegação eleita na AG para o 20º Congresso
 pauta: teses aprovadas/Caderno de Textos

As três reuniões serão realizadas, a princípio, na sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 14 horas.



**Calendário de reuniões
para análise do Caderno de
Textos do 20º Congresso
(Fevereiro de 2001, no Rio)**

01/02 (quinta-feira)
Análise do Caderno de Textos

07/02 (quarta-feira)
Análise do Caderno de Textos
(junto da reunião do Conselho
de Representantes)

08/02 (quinta-feira)
Assembléia Geral
local: Auditório do CT
horário: 14h
pauta a confirmar: periodização,
teses ao 20º Congresso e
eleição de delegados para o
20º Congresso

13/02 (terça-feira)
Reunião da delegação eleita na
AG para o 20º Congresso
pauta: teses aprovadas/
Caderno de Textos

*As três reuniões serão
realizadas, a princípio, na
sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200),
às 14 horas.*

**Nova periodização
perto da hora da
verdade**

Página 3

**Andes-SN discute
assuntos de
aposentadoria em
Uberlândia**

Página 6 e 7

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 21 • 29 de Janeiro de 2001



Começa o debate

Mais de dez mil pessoas prestigiam o evento, em Porto Alegre, que divide as atenções do mundo com o Fórum Econômico de Davos, na Suíça

Páginas 4 e 5



Movimento

Campanha Salarial 2001 pede 75% de reajuste

Descaso do governo pode levar à retomada da greve unificada

De acordo com matéria do Correio Braziliense de 22/01, o lançamento oficial da campanha salarial 2001 dos servidores públicos federais já tem data marcada: 13 de fevereiro, no espaço cultural da Câmara dos Deputados. Em vez da reposição de cerca de 64% pedida no ano passado, a luta agora é por 75,48% de reajuste. Esse valor representa a inflação acumulada desde janeiro de 1995 pelo Índice de Custo de Vida (ICV), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

No ano que passou, o governo federal se negou a conceder um reajuste linear (para todos os servidores). O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) insiste na política de aplicar gratificações em carreiras e cargos considerados estratégicos e que estão com salários defasados em relação ao mercado de trabalho na iniciativa privada. Na visão dos sindicatos, essa correção é injusta, pois contempla apenas 26% de todos os quase 500 mil SPF (só da ativa). Sem contar que as gratificações podem ser retiradas a qualquer momento.

De acordo com o economista do Dieese Max Leno, pode parecer até escandaloso um pedido de reajuste de 75%. "É. É realmente um escândalo o governo deixar que seu trabalhador precise desse reajuste para recuperar o poder de compra. São seis anos", comen-

tou. O Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal calcula entre R\$ 500 e R\$600 o salário médio dos servidores.

Governo não cumpre acordo com servidores

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) aproveitou a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, para conseguir apoio e definir detalhes da nova campanha salarial. Assim como no ano passado, entidades como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além de políticos e economistas de oposição, serão chamadas a apoiar o movimento.

A CNESF reuniu as entidades do serviço público presentes na cidade e promoveu um encontro preparatório para a Plenária dos SPF que acontece em Brasília, dia 11 de fevereiro. A reunião teve a participação da representante da Executiva Nacional da CUT, a servidora Lúcia Reis, que informou sobre as audiências da categoria com os ministérios do Trabalho e do Orçamento e Gestão.

No relato dos representantes da Central e de outras entidades que acompanham as audiências com o governo desde a suspensão da greve nacional no ano passado, fica evidente o descumprimento com as reivindicações dos trabalhadores. Em especial o descumprimento do acordo que motivou a suspensão da greve, o de incluir no orçamento de 2001 um montante para o re-

ajuste salarial para a categoria.

A primeira briga será ainda antes da deflagração da Campanha. No dia 1º de fevereiro a CNESF se reúne com o ministro Martus Tavares (Orçamento e Gestão) para cobrar as promessas de efetiva negociação. Para os dirigentes presentes em Porto Alegre, o governo não está investindo na negociação, prometendo e sinalizando propostas que não são cumpridas de fato. Esta conversa de surdos que os ministros e o próprio presidente Fernando Henrique promove em relação aos servidores pode levar a categoria a retomar a greve nacional ainda no primeiro trimestre deste ano.

Outra preocupação levantada pelas entidades foi a de retomar como eixo principal da campanha a questão do reajuste salarial. Segundo o presidente do Andes-SN, a CUT está mais sensível à falta de política salarial para o serviço público e deverá incluir como prioridade para 2001 a campanha dos servidores. Vale lembrar que a categoria amarga seis anos de defasagem salarial.

O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, um dos coordenadores da reunião, disse que este evento foi preparatório para a Plenária do dia 11, onde, inclusive, poderá haver mudanças de eixos para a campanha. O diretor do Sindicato dos Docentes Fernando Molinos questionou a negociação dividida pelos ministérios. Para ele, o fato de cada categoria conversar em separado (Andes-SN com ministério da Educação, Fasubra com Planejamento etc) enfraquece o processo de negociação e de mobilização em torno da questão salarial.



Resenha

O estande do Andes-SN no Fórum Social Mundial foi destaque nesta semana. O FSM acontece nesta última semana de janeiro, em Porto Alegre. Segundo o Jornal de Brasília, "o Sindicato vai expor a situação da educação no País, com estatísticas sobre o investimento no setor, a política de Recursos Humanos em relação à categoria e aos demais servidores das universidades federais, política social para o setor, entre outras informações sobre a realidade brasileira, que serão traduzidas para o inglês, francês e espanhol."

Cerca de 200 cursos de mestrado abertos fora das instituições que os organizam estão funcionando sem o aval do governo. É o que noticiou o jornal O Globo (21/01/01). Os cursos são em sua grande maioria pagos e significam 8% da pós-graduação do país. Os diplomas não são reconhecidos pelo MEC e os alunos não poderão utilizá-los em seus currículos. A maioria se concentra nas áreas de direito, administração, informática e engenharia de produção e é fornecida por três universidades federais: Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A informação é da Capes, segundo o jornal carioca.

UFF é beneficiada com verba da Fundação Ford. A nota da Gazeta Mercantil (22/01/01) diz que o Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informação e Políticas Públicas - Data UFF vai receber um "apoio de US\$ 300 mil d Fundação Ford". A verba será destinada à pesquisa sobre os valores da sociedade brasileira incluindo relações raciais, religião, cultura, política, violência, comportamento sexual, direito civil e desigualdade social. Atualmente, segundo o jornal, o Data UFF realiza pesquisas para empresas, instituições e partidos políticos.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Ilustrações: Roberto Houaiss Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Periodização

Nova periodização perto da hora da verdade

Unidades têm dificuldades para iniciar aulas em fevereiro

O calendário acadêmico da UFRJ reserva o dia 12/02 para o início das aulas, graças à nova periodização estabelecida pela resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. No entanto, poucos dias antes de começar a valer o que está escrito no documento, as Unidades já expõem as dificuldades encontradas para cumprir a regulamentação.

A Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas decidiu por unanimidade manter o calendário de 15 semanas de aulas, de acordo com os currículos vigentes. Com esta definição, as aulas nesta unidade só começarão dia 5 de março, após o carnaval. A decisão da Congregação reflete os problemas, principalmente administrativos, que ocorrerão com a implementação da resolução CEG/CEPG 01/99. Durante o mês de dezembro passado, a diretora Neyde Theml ouviu os chefes e coordenadores de departamento e verificou a preferência da Unidade pelo sistema de Cursos Semestrais sobre os módulos propostos na nova periodização.

Segundo a ata da Congregação, reunida dia 11, os departamentos compreenderam que, até serem reformulados os currículos

dos cursos, as cinco semanas necessárias para cumprir nova periodização seriam “plena-mente atendidas se fossem absorvidas as horas extras que cada professor dá, além da sala de aula, com orientação e pesquisa com os alunos da Graduação”. No IFCS, tradicionalmente, os estudantes têm aulas nos dois turnos, manhã e tarde ou tarde e noite, cumprindo, na prática, horário integral. Para os departamentos do IFCS, os professores “esticam o dia e atendem muito bem o que se passou a chamar de Atividades Acadêmicas”.

Outra questão em pauta para a Congregação do Instituto foram as férias de um grande número de docentes gozadas no mês de fevereiro. A Direção da unidade sugeriu à Congregação que nos dias 12 a 22 fossem feitas, além das inscrições em disciplinas, outras atividades como palestras, orientação profissional etc com os professores que não estivessem de férias. O IFCS manteria, ainda, o sistema de dois semestres até que os novos currículos fossem apresentados. Mas a Congregação optou pelo início efetivo das aulas para toda a unidade apenas em 5 de março.

A decisão do IFCS teve ainda como base o regimento da UFRJ, que determina que as unidades podem estabelecer seus calendários aca-

dêmicos dentro dos parâmetros de 15 semanas de aula e cinco de atividades acadêmicas.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Já a diretora da FAU, Maria Ângela, admite as dificuldades que a nova periodização vai trazer, mas acredita que a Unidade deve tentar se adaptar da melhor forma possível aos termos da resolução. A dificuldade à qual a professora se refere é, principalmente, a discussão da implantação da nova periodização durante o próprio período de aulas.

Sobre a última Congregação da FAU, realizada em 10/01, a professora informou que houve deliberação pelo 12/02 como o dia de início das aulas, determinado nos colegiados da UFRJ. “Não cabe à FAU contrariar uma resolução votada e aprovada em diversas instâncias da universidade”, resignou-se. A diretora contou que tentou comunicar essa decisão a todos os professores, mas não consegue encontrar aqueles que estão viajando. Mesmo assim, para 12/02, Maria Ângela considera que serão dadas as aulas normalmente para os calouros. No mesmo dia, nos horários possíveis, a intenção é reunir os professores nos departamentos para discutir a implantação da 01/99.

Para o estudante de Arquitetura, Daniel Sousa, também integrante da Congregação da FAU, a confusão da nova periodização foi legitimada quando o Consuni não aceitou rediscutir a proposta das entidades no fim do ano passado/início de 2001. Para ele, tudo o que ocorrer de 12/02 até 05/03 será na base do “me engana que eu gosto”. Daniel lembra ainda que muitos professores estarão usufruindo seu direito às férias já no transcorrer oficial das aulas. Para Daniel, a discussão da nova periodização ainda vai dar muito pano para manga...

Psicologia

Vale lembrar a respeito da nova periodização que o Instituto de Psicologia produziu um documento no ano de 2000, criticando duramente a resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. Para os docentes do IP, as “confusões” surgidas da resolução dos colegiados acadêmicos da UFRJ “chegam a alterar o espírito da LDB”. O documento lista como problemas o aumento de carga horária de professor e alunos, sem justificativa pedagógica e sem correspondente aumento de remuneração e a possibilidade de docentes com muitos orientandos se esquivarem das aulas com guarda da resolução, sobrecarregando de turmas os demais, entre outros pontos.

Panfletagem alerta calouros sobre Vilhena

Os dias de matrícula dos novos alunos da UFRJ (24 a 26/01) foi marcado pela panfletagem que os estudantes promoveram na entrada do Centro de Tecnologia (CT) e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Com palavras de boas-vindas e explicações simples em textos curtos, a idéia dos papéis era mostrar o lado bom da universidade e também falar da negativa intervenção do MEC na instituição, através do reitor Vilhena.

O carro-chefe dos protestos dos estudantes era a nova periodização. Para não confundir a cabeça de quem estivesse chegando agora na UFRJ, os textos buscavam, em linhas gerais, esclarecer que o calendário escolar de 2001 faria parte de uma estratégia meramente produtivista do MEC: formar mais em menos tempo, com perda da qualidade dos cursos.

Em um dos panfletos, dizia-se o seguinte: “O Governo Federal tem um projeto claro para a educação pública brasileira. FHC está



ALUNOS DA UFRJ INTERROMPERAM FÉRIAS PARA PANFLETAR

implementando, até as últimas conseqüências, o plano econômico do Banco Mundial e do FMI. Este projeto prega o incisivo corte das verbas públicas para a educação, destinando estes recursos para pagar a dívida externa. O objetivo final é a privatização”.

No outro, não menos crítico, dizia-se: “O que está em jogo é um projeto de educação mercadológica que fará deste país mais subserviente, acabando com a pro-

dução de conhecimento científico e com as pesquisas. Desta forma estaremos cada vez mais periféricos e necessariamente submissos à produção de conhecimento que vem dos países de fora”.

Para a suplente de representação discente no Consuni, Priscilla March, estudante do 8º período de Biologia, os 200 dias impostos pela interpretação dos colegiados sobre a LDB vai causar um maior número de evasões. De acor-

do com ela, o DCE vai preparar uma semana de recepção dos calouros em março com o objetivo de integrar os novos alunos e conscientizar os interessados sobre os problemas da UFRJ.

Representante discente no CEG, o estudante de Ciências Sociais (3º período) Bruno Lopes acredita que os 200 dias fazem parte da primeira etapa para a divisão do calendário em quatro períodos pretendida pelo reitor (mais entradas de alunos com a mesma estrutura, sabe-se lá como). Bruno acredita que, caso o trabalho de panfletagem conquiste dez alunos em 300, já valeu todo o esforço.

E parece que a iniciativa já começou a render antes do esperado. O estudante Eduardo Alves, que se matriculou no curso de Administração, leu os panfletos e condenou a história da nomeação de Vilhena. “Achei errado, mas vou conhecer mais da conduta dele agora”, disse. Eduardo pretende ingressar no movimento estudantil da UFRJ.



Fórum Social Mundial

Um outro mundo é possível no Fórum Social Mundial

Por Ana Manuella, de Porto Alegre

O primeiro Fórum Social Mundial conseguiu mobilizar a atenção dos que são contra e também dos que são a favor do neoliberalismo no mundo. Enquanto os representantes da alta cúpula de liberais e capitalistas se reúnem em Davos, na Suíça, mais de 10 mil dirigentes governamentais, parlamentares, sindicalistas e representantes de movimentos sociais dos mais diversos discutem novas propostas de organização econômica e social para humanidade. A imprensa tradicional reconheceu a dimensão do FSM e passou a dar cobertura a todas as atividades do evento, paralelamente a Davos.

Longe de ser apenas uma vitrine para as administrações progressistas dos governos do PT em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, o FSM parece ter alcançado seu objetivo. Na abertura do Fórum, dezenas de nações estavam representadas, entre elas, todos os países da América Latina. Quatro mil e quinhentas pessoas credenciadas disputaram e lotaram o Centro de Eventos da PUC-RS, onde quase mil acompanharam satisfeitas (mesmo de pé) quatro horas de solenidade, na tarde do dia 25. A Adufrij-SSind também está representada no FSM pelos professores José Simões e Cleusa dos Santos.

Não era para menos, o evento discute temas de interesse direto das organizações e indivíduos que se interessam em construir uma sociedade onde, como disse o governador do estado anfitrião, Olívio Dutra "a solidariedade seja o princípio que norteie as relações humanas e a melhoria de vida no planeta tenha a primazia na definição das políticas públicas num Estado apropriado pela cidadania".

Exclusão é 'encenada' por grupo de atores no MST

Os trabalhadores do MST não ocupam somente as terras improdutivas. Ocupam os palcos também. Durante a abertura do FSM, crianças, mulheres e homens, a mai-



O PROTESTO CONSTANTE NAS RUAS DE TODO O MUNDO IMPULSIONOU A CRIAÇÃO DO FÓRUM SOCIAL

oria integrantes do movimento pela reforma agrária no país, encenaram no palco do Centro de Convenções parte de suas próprias vidas. Acompanhados pela percussão da banda Afro-Tchê, os atores-trabalhadores emocionaram os presentes retratando a

marcha da sobrevivência no mundo dos excluídos. Calado, de cabeça baixa, o grupo simulou uma marcha que aos poucos foi ganhando os ares da resistência e da consciência de que é possível mudar a história. Acompanhando o espetáculo, dois

telões laterais exibiam o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado. No encerramento, a mensagem de que é possível construir um novo mundo, com uma nova lógica, onde seres humanos tenham o direito de sonhar, de deixar de serem mercadorias para se tornarem cidadãos.

Attac questiona OMC

Um dos enfoques dado pelos organizadores ao evento foi a discussão sobre as diretrizes da Organização Mundial do Comércio e seus efeitos, principalmente para os países em desenvolvimento. A Ação por uma Taxação das Transações Financeira em Apoio aos Cidadãos, conhecida como Attac, é a principal organização internacional que vêm se contrapondo à globalização da economia baseada na concentração de renda e na exclusão social promovidas pelos organismos financeiros. Um das mais concorridas do FSM, a conferência "Que Comércio Internacional Queremos" conta com a participação do presidente da Attac, o francês Bernard Cassen. Cassen é editor do Jornal Le Monde Diplomatique. A conferência buscou definir termos de troca para esta internacionalização com cláusulas sociais e ambientais em primeiro plano.

"Comida e comunicação serão direitos"

Tal como no poema do escritor Eduardo Galeano, também presente no FSM, o direito à terra e à sua produção e o direito à informação e conhecimento foram destaques no evento.

Na sexta-feira, dia 26, os trabalhadores brasileiros do Movimento Sem-Terra, com o reforço do líder camponês na França José Bové, fizeram protesto contra o comércio e alimentos transgênicos no Brasil. O dirigente do MST João Stédile chamou pediu que o governo brasileiro escute a posição dos cientistas sobre os transgênicos e imponha uma moratória sobre a sua comercialização.

Marcha leva 20 mil às margens do Rio Guaíba

A Marcha Contra o Neoliberalismo e Pela Vida aglutinou mais de 20 mil pessoas que percorreram as Avenidas Borges de Medeiros e Ipiranga, no Centro de Porto Alegre, até o anfiteatro Pôr do Sol, na margem do Rio Guaíba. Além dos participantes do Fórum, a população de Porto Alegre esteve presente nas ruas para protestar contra as políticas econômicas excludentes. A marcha partiu do Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público da cidade. Personalidades da política, sindicatos e entidades estudantis estavam presentes. Durante toda a marcha, palavras de ordem contra o neoliberalismo partiram de diversos grupos.

A CUT e os sindicatos filiados marcaram presença. As delegações do Andes-SN e da Fasubra também acompanharam a Marcha. O enfoque das entidades era a defesa do emprego e da educação pública e gratuita.

O movimento dos sem-teto e dos moradores de rua se fizeram presente na passeata com faixas e um grande lençol suspenso pelos participantes. Um dos momentos marcantes foi a passagem do grupo em frente a um prédio público (antigo instituto de previdência), na Av. Borges de Medeiros, hoje totalmente ocupado pelos moradores sem-teto.

Ao chegar no Anfiteatro Pôr-do-Sol, um dos carros de som da organização anunciou

a queima de um boneco do Tio Sam. Segundo os organizadores, o ato foi um símbolo pelo fim da subordinação ao sistema liberal e seus dirigentes e propagadores. Entre eles, Fernando Henrique Cardoso foi devidamente lembrado.

Enquanto o Tio San ardia no Pôr-do-Sol, estudantes e anarquistas do movimento *punk* ameaçavam invadir uma loja da rede McDonald's, em uma alusão à manifestação do francês Bové, ano passado, contra a proliferação da rede americana de *fast-food* e a substituição de uma política agrícola e de alimentos na Europa. Afora alguns ovos e muito xingamento, a loja não sofreu maiores danos.

Ciência com ética

Ainda na sexta-feira, dia 26, os participantes do Fórum tiveram a oportunidade de assistir às palestras que trataram do acesso às riquezas e da sustentabilidade. Ecologistas e economistas defenderam a ciência construída com emoção e ética.

O ecologista José Lutzenberger atacou a política das multinacionais, que poderia ser traduzida na expressão "os fins justificam os meios". Para Lutzenberger, é fundamental desmistificar o paradigma científico dos dias atuais, na qual a ciência se transforma em "uma religião messiânica e fanática cujo dogma afirma que a tecnologia não tem limite e acredita que a economia só é saudável quando cresce. Isso é um absurdo. É impossível crescer sempre", comentou. Ainda segundo ele, a noção de mercado estaria destruindo o planeta.

A economista chilena Rayén Quiroga Martínez defendeu uma economia sócio-ecológica, que levasse em consideração as relações sociais e com o meio ambiente. A transição para uma economia sustentável seria possível com os governos adotando instrumentos de gestão ambiental. Esta política idealizada

seria acompanhada pela sociedade civil organizada. Nesse sentido, a economista chilena destacou a importância do Orçamento Participativo adotado em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

Já o biólogo francês Jacques Testart alertou o público do Fórum quanto à necessidade de organização da sociedade para cuidar de temas polêmicos, como os transgênicos e o aquecimento global. Também presidente da Comissão Francesa de Desenvolvimento Duradouro, Jacques explicou que, na França, existe uma Conferência de Cidadãos, formada por pessoas voluntárias e independentes que são capacitadas nos finais de semana.

Para Testart, os laboratórios envolvidos com a produção de transgênicos, por exemplo, omitem resultados negativos para enganar a população. "Ainda estamos num momento de experimentação, daí a necessidade da precaução. Os testes estão sendo feitos na natureza", disse o francês, questionando em seguida como seria possível reverter a situação de um campo já plantado com transgênicos, caso sejam provados os riscos do processo.

Principais entidades que compõem o FSM

Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Attac – Ação por uma Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

Cives – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

CJG – Centro de Justiça Global

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

CJP/CNBB – Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Anote

Seminário sobre Políticas Agrárias

A cidade de Viçosa (MG) vai receber, nos dias 2 e 3 de fevereiro, o Seminário Nacional sobre Políticas Agrárias. Organizado pelo GTPA do Andes-SN, o evento tem vários objetivos, como: pensar a questão agrária no sindicato; articular a luta contra o latifúndio e articular ações contra a violência no campo, entre outros pontos.

Seminário Internacional

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) vai promover o Seminário Internacional "América Latina: integração soberana ou subordinada?". O evento terá lugar entre os dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro e pretende discutir as políticas de inserção da AL no mundo globalizado. Os interessados podem inscrever-se, gratuitamente, no Laboratório de Políticas Públicas da Uerj que fica na sala 2001, bloco b, pavilhão João Lyra Filho, ou ainda pelo telefone 587-7963. Será concedido um certificado de participação.

Exposição "Tempo e Espaço"

O Museu de Astronomia do Rio de Janeiro realiza a exposição "Tempo e Espaço", que mostra como as noções de tempo e espaço se desenvolveram ao longo da história. O Museu funciona de terça-feira a domingo, na Rua General Bruce, 586, em São Cristóvão. O telefone para informações é: 580-7010; fax: 589-4965 e o site: www.mast.br





VII Encontro

Andes-SN discute assuntos de aposentadoria

Seção Sindical da Federal de Uberlândia organizou o evento

Uma preparação para o I Encontro Nacional do Idoso Brasileiro e o I Encontro do Idoso dos países do Mercosul em 2002. Essa foi uma das recomendações dos docentes reunidos no VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, que se realizou em Uberlândia nos dias 12 a 14 de janeiro.

Na atual conjuntura de desrespeito governamental aos aposentados e pensionistas, com ataques constantes à Seguridade Social, o evento que tinha como tema central o “Futuro da aposentadoria: uma reflexão e luta do presente” ganhou especial importância. Por isso mesmo, o VII Encontro recebeu a presença expressiva de representantes de várias seções sindicais, além de autoridades, parlamentares e estudantes. O VII Encontro Nacional também foi considerado um exemplo de organização e formação, o que credencia a Adufu-SSind para a realização de um excelente 42º Conad, em julho, de acordo com a Diretoria do Andes-SN.

Abriu o evento o senador Lauro Campos (PT/DF) que discursou sobre a necessidade de ligar a Educação à criação de empregos no país. “A Educação só é realmente louvável, saudável, quando está ligada ao trabalho. Quando é uma educação para a vida e para transformar o mundo”, afirmou. O senador, que já foi professor da Universidade de Brasília, citou a redução dos vencimentos de docentes universitários ao longo dos anos para criticar a atual



DA ESQ. PARA A DIREITA: FERNANDO MOLINOS; VICE-REITOR DA UFU, ANTÔNIO DE ALMEIDA; O PREFEITO DE UBERLÂNDIA, ZAIRE REZENDE; ROBERTO LEHER; O PRESIDENTE DA ADUFU-SSIND, JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO; O SENADOR LAURO CAMPOS E O DEPUTADO FEDERAL GILMAR MACHADO NA MESA DE ABERTURA.

situação do Brasil. “Dizem (os governos) que nós somos isso e aquilo e vão reduzindo, de modo que hoje, o problema de um professor que vai se aposentar não é só lutar pela aposentadoria; ele já entra na aposentadoria mendigando”, disse.

Boa acolhida

Presidente do Andes-SN, o professor Roberto Leher destacou a hospitalidade da reitoria da Universidade Federal de Uberlândia. “É importante frisar que a realização do evento dentro do espaço da Universidade simboliza a acolhida de uma ação do Sindicato Nacional”, comentou. Pouco depois, o vice-reitor da UFU, Antônio Almeida, lamentou as recentes medidas governamentais, que forçaram aposentadorias apressadas com receio de perda de direitos – mesmo daqueles docentes que gostariam de

continuar atuando nas instituições. “Infelizmente, estão ameaçados pelas perdas das nossas conquistas históricas e se sentem forçados a apressar suas aposentadorias. É importante juntar esforços a resgatar aquilo que acreditamos e fazer valer os nossos direitos como cidadãos”, esclareceu.

Primeiro vice-presidente do Andes-SN, Fernando Molinos lembrou que os primeiros encontros estavam voltados apenas para os aposentados. “Hoje, o encontro já trabalha fundamentalmente com os servidores da ativa, sem desconsiderar a situação atual dos já aposentados”, disse.

O encontro, apesar de tratar de assuntos voltados aos docentes, esteve aberto à participação da sociedade e de outras categorias de trabalhadores do serviço público. Estiveram presentes também representantes da Fenajuf (Federação Na-

cional dos Servidores do Poder Judiciário Federal e Ministério Público da União), da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados), entre tantas outras entidades.

Depoimentos

Um dos grandes momentos do VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria foi a parte reservada aos depoimentos dos docentes quanto ao tema em debate, no dia 14/01. Atuante no Sindocet-PR, a professora Malu Domingues (foto) fez uma performance poética, destacando a luta da mulher pela igualdade. Com este tema, a professora está para lançar o livro *Meu Universo em Verso*.

Cleusa dos Santos



Fonte: site da Adufu-SSind

Fundos de pensão em baixa

Os movimentos sociais são contrários à formação dos fundos de pensão para os trabalhadores. A organização puramente capitalista e especulativa desses fundos é um princípio que não deve ser seguido. No entanto, mesmo os participantes desse tipo de mecanismo já começam a sofrer. Deu no Jornal do Commercio, de 20/01: “Em meio à

revolta com que receberam a decisão do governo, que aumenta de 55 anos para 60 ou 65 anos a idade para aposentadoria nos fundos de pensão fechados, os funcionários do BNDES, do Banco do Brasil e de outras instituições atingidas pela mudança encontraram humor para fazer piada. Criaram o “prêmio bengala de prata” para quem con-

seguir aposentar-se aos 60 e “bengala de ouro” para os que têm de esperar até os 65”. O fundo de previdência complementar do Banco do Brasil, Previ, passou da média quinzenal de 70 pedidos de aposentadoria para 440 em duas semanas. A média de adesões de novos funcionários ao fundo também caiu (de 70% para menos de 40%).

De acordo com o deputado federal Paulo Paim (PT-RS), Fernando Henrique está levando 19 milhões de aposentados brasileiros à miséria. Paulo lembra que FH concedeu um reajuste de 11,5% para os trabalhadores em maio do ano passado, enquanto os aposentados receberam 5,5% (a partir de junho) em relação ao salário mínimo. “Se for mantida esta lógica de reajustes diferenciados, até o ano 2018, todos os aposentados estarão recebendo apenas o equivalente a um salário mínimo”, comentou.



VII Encontro

Palestrante comenta experiência argentina

Presença internacional no VII Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, o argentino Júlio Gambina falou sobre a experiência neoliberal vivida em seu país. Diretor do Centro de Estudos da Federação Judicial Argentina e integrante do Comitê de Direção do Instituto de Estudos e Formação da Confederação de Trabalhadores Argentinos (CTA), Júlio Gambina teve como tema “A deterioração dos direitos de aposentadoria no contexto do desenvolvimento capitalista”.

Na visão de Gambina, houve grande cumplicidade de partidos políticos e até de dirigentes sindicais para a inserção das práticas neoliberais em seu país. Lá como cá, a reforma previdenciária iniciada em 1994, “foi uma privatização para favorecer um mercado de capitais na Argentina e que estão a serviço de grandes empresas”.

A privatização da previdência a caminho

Coube ao técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, dar um das palestras do dia 13/01 no VII Encontro. Antônio Augusto trabalhou o tema: “A privatização da previdência social pública e a instituição da previdência parlamentar”. Toninho iniciou sua explanação, citando o significativo papel histórico (para o governo) desempenhado pelo ex-ministro Bresser Pereira na Reforma do Estado. Nas palavras do técnico do DIAP, Bresser teve a função de “dar uma capa acadêmica” às mudanças que entrariam em curso. Seria uma tentativa de convencer a população que o que estaria por vir não seria ruim; pelo contrário, seria até benéfico para a sociedade.

Antônio destacou que o setor público da época (continua sendo até hoje) era o único no qual se poderia efetuar cortes no volume desejado pelos banqueiros internacionais. A primeira parte disso consistiu em fazer uma limpeza dos direitos trabalhistas existentes: congelamento dos salários, extinção dos anuênios e quinquênios; desvinculação da remuneração de civis e militares etc.

Na segunda parte, procurou-se reduzir a inflação. Ocorre que, com a queda da

inflação, os bancos iriam sofrer. A solução encontrada foi fazer um acordo para manter os juros lá no alto. Mesmo os bancos que não conseguissem sobreviver nessa nova realidade – isso se veria mais tarde – teria um plano de reestruturação do sistema (o Proer).

Na fase final, agora, querem entregar a previdência pública ao mercado. O projeto que está em tramitação na Câmara praticamente obriga o servidor a entrar num plano de previdência complementar. “Se ele não entrar, não terá direito à aposentadoria integral”, disse. Para encerrar, Toninho comentou a publicação, no último dia 10/01, da medida que aumenta a idade mínima para conseguir sacar a capitalização contratada nos fundos de pensão. O técnico chamou a atenção de que esses contratos são de natureza privada. “E o governo vai lá e interfere. A quem interessa isso?”, questionou, com ironia.

Para ele, as medidas tomadas pelo governo nesta área são negativas para o próprio governo, que deixa de arrecadar a contribuição do servidor e ainda passa a contribuir para o fundo. Trata-se não somente de uma disposição do governo de transferir renda para o setor privado.



@dufrj



Lançado ano passado, o livro “Brasil Outros 500”, escrito por José Leonardo Teixeira Costa, Marcelo Badaró Mattos e Mônica da Silva Araújo é fruto de uma resposta dos movimentos sociais à campanha oficial para comemorar os 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Enquanto a mídia fazia festa com a data, naquela ocasião, o site (www.brasil-outros500.com.br) criado por várias entidades, em especial o Sindicato dos Economistas do Rio, fazia críticas contundentes ao processo de dominação e exploração do país ao longo desses cinco séculos. O projeto literário nasceu do sucesso da iniciativa virtual. O interessado deve acessar a página eletrônica para saber como adquirir um exemplar do livro.



Resenha

Em reunião com o presidente nacional da CUT, João Felício, no dia 18/01, o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles comprometeu-se a apresentar uma proposta para pagamento do FGTS no início de fevereiro. O governo deve aos trabalhadores a correção de 68,9% do FGTS, referente às perdas com os Planos Verão (1989) e Collor I (1990). A proposta do governo deverá ser estudada durante seminário nacional da CUT, que se realizará nos dias 3 e 4 de fevereiro. Se não houver concordância, a Central promete passeatas e greves para março.

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, previu que, até o fim de 2002, cada grupo de cem estudantes do ensino médio terá seis computadores com acesso à Internet. Segundo ele, o presidente Fernando Henrique Cardoso lançará no dia 12, em Sinop (MT), o programa que vai adquirir entre 150 mil e 200 mil aparelhos para os colégios brasileiros. Os computadores serão comprados por R\$ 500 milhões, com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

MOÇÃO

Os participantes do VII Encontro Nacional Sobre Assuntos de aposentadoria, realizado de 12 à 14 de janeiro de 2001, na Universidade Federal de Uberlândia, em promoção do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, sediado pela ADUFU-Seção Sindical considerando:

- a indignação da cidadania com os desvios, os desperdícios, ou simplesmente o roubo dos recursos públicos;
- o aumento das denúncias e dos indícios de corrupção nos escalões administrativos do Governo Federal;
- a ousada tentativa do Poder Executivo, no sentido de intimidar e silenciar o Ministério Público e o Poder Judiciário, que têm a atribuição de combater e punir a corrupção e improbidade administrativa;
- o uso recorrente e autoritário de Medidas Provisórias para legislar indiscriminada e abusivamente

Dirigem-se à Sociedade Brasileira com o objetivo de denunciar essas práticas lesivas aos direitos políticos e sociais da maioria da população, solicitando ao Congresso Nacional a urgente retomada da votação da lei que limita o abuso ao recurso da medida provisória pelo Governo Federal.


Opinião/ANPG*

Moção de repúdio

A Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) vem expor seu completo repúdio às propostas de plano de (des)emprego público do MEC e da ANDIFES. Para os coordenadores da ANPG, a aprovação e a implantação do plano de empregos na perspectiva dessas duas instituições será um duríssimo golpe na universidade pública, gratuita e de qualidade.

A intenção clara do governo é a possibilidade de livre demissão e contratação, ficando o MEC como supervisor e controlador da administração dos empregos, podendo movimentá-los, quando não ocupados, entre as diferentes instituições, em um claro desrespeito ao princípio da autonomia universitária consagrada na Constituição Federal.

Caso o emprego público (CLT) venha a ser introduzido nas universidades, a anti-autonomia preconizada pela PEC-370/96, será uma realidade e a esfera pública será corroída pela privatização.

Tem alguma dúvida? Veja então um trecho da “antiga” proposta de emenda constitucional: “Par. 1º É assegurado às universidades federais, entidades de direito público, na forma da lei, estatuto jurídico especial com as seguintes características:

(...) IV - regime próprio de pessoal, de contrato de emprego, não se aplicando o disposto no caput e parágrafo 1º do art. 39, no art. 41 e no inciso V do art. 206; V - sistema próprio de previdência, não se aplicando o disposto no art. 40; VI - autonomia na definição do quadro de pessoal, na fixação de sua remuneração, e na política de contratação e demissão, não se aplicando o disposto no inciso X do art. 37, no inciso X do art. 48 e nas alíneas “a” e “c” do inciso II do parágrafo 1º do art. 61, observadas as limitações do orçamento”. (grifo nosso) (BORNHAUSEN, Paulo. Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 370, Câmara dos Deputados, Assessoria Legislativa, Brasília, 1996).

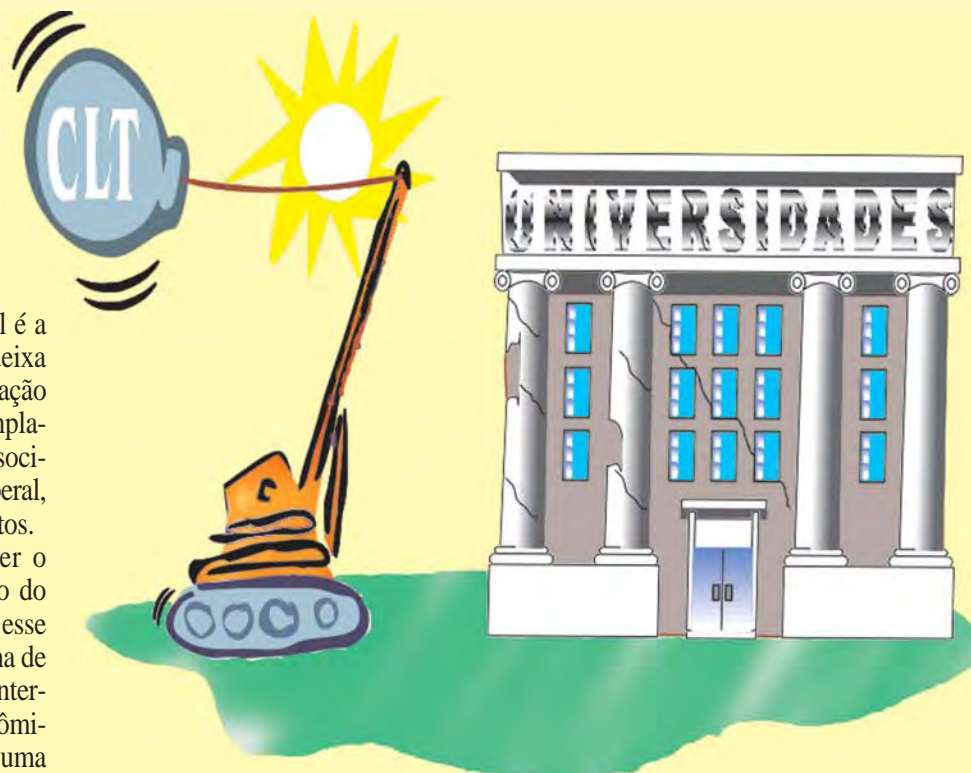
Esse documento é bastante esclarecedor, pois, traz as linhas mestras do atual plano de empregos do MEC e da ANDIFES. Mostra assim, que esse projeto não passa do simulacro do simulacro. Isto é, não pas-

sa da cópia da cópia (a fonte original é a cartilha do Banco Mundial). Pior, deixa bem claro que ele representa a atualização de uma concepção de autonomia amplamente combatida pelos movimentos sociais ligados à educação. Governo neoliberal, é isso aí! Novas máscaras, velhos rostos.

Na medida em que visa oferecer o arcabouço jurídico para a vinculação do ensino superior às regras do mercado, esse plano de empregos torna-se uma forma de adaptação das relações trabalhistas internas das universidades à política econômica neoliberal. Assim transpõe-se mais uma fronteira para se transformarem as IFES em empresas onde predominem a lógica do aumento do controle, exploração e precarização do trabalho.

Além destes fatores, vale lembrar que o Plano de Empregos: extingue o referencial de isonomia salarial entre ativos e aposentados; estimula o fim da Dedicção Exclusiva (DE), 40h/semana; no seu art. 4º fere a autonomia das instituições (art. 207 da C.F/88), permitindo o controle governamental e a adoção de práticas clientelistas na distribuição e alocação das vagas não ocupadas nas IFES; fragmenta em várias carreiras o pessoal docente das instituições federais; não contempla (sequer cita) docentes da Educação Básica de Colégios de Aplicação, Escolas Experimentais, Casas de Cultura, Unidades/Núcleos de Educação Infantil etc; cria a figura do “professor conferencista”, sendo que o mesmo não faz parte da carreira docente do Magistério da Educação Superior, tem uma carga horária de 12 horas semanais e uma remuneração em função de sua titulação; institucionaliza as políticas que associam salário a indicadores produtivistas por meio de Gratificação de Qualidade do Ensino e Produção Acadêmica (para a educação superior), Gratificação de Qualidade do Ensino e Produtividade Técnica (para a educação profissional); promove o “enxugamento de pessoal”, provocando mais desempregos.

Sua implantação significa um longo passo em direção à “autonomia” desejada por FHC - que trata o pessoal docente e técnico-administrativo tendo em vista unica-



mente as demandas do mercado de trabalho, ficando as instituições “livres” para controlar e despedir seu pessoal, podendo assim, reduzir “autonomamente” os seus custos. Com isso, corre-se o sério risco de que os professores das áreas em que o mercado não tem interesse, cujas oportunidades de emprego são mínimas, por exemplo, fiquem em situação de inferioridade diante dos professores de áreas consideradas lucrativas, bem como, de que apenas esses profissionais mais “visíveis” ganhem mais, isto sem qualquer relação com seu trabalho acadêmico efetivo. Além disso, fixa de forma “independente” o valor dos salários, o que evidentemente não permite o direito e a prática da comunidade universitária de se definir sem as imposições do mercado.

Um dos objetivos do governo é limitar a pesquisa a um reduzido número de docentes. Os demais continuarão nas atividades de ensino. Por esses e outros fatores e motivos, o plano de empregos é o golpe de misericórdia na indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão. Enfim, na própria universidade.

Concretamente, os dirigentes universitários serão “forçados” a não terem “outra saída” que não seja transformar a instituição em que trabalham (caso não haja resistências) num simples local de venda de serviços e a cortarem os gastos com a estrutura interna, através da redução de salários e demissões de pessoal ou assistência estudantil, de cultura, artes, de convivência, extensão e da pesquisa crítica.

Caso seja aprovado e implementado esse Plano de Empregos do MEC, a contradição entre o acesso ao poder e seu exercício por parte das reitorias, unidades movimentos sociais, tende a se aprofundar às raias do insustentável. O que queremos dizer é que assim, a participação efetiva e o controle da comunidade universitária sobre a gestão (administração), organismos de poder e rumos da universidade estarão cada vez mais distantes, cada vez menores. Cada vez mais determinadas pelos dogmas do “deus mercado”.

Num momento de tanto arrocho salarial, de falta de perspectivas profissionais e mesmo de deterioração dos recursos de trabalho nas universidades públicas, esse projeto governamental pode funcionar como um isca bastante atrativa para os professores imediatistas, conservadores e individualistas.

Para além do repúdio, precisamos promover ações diversas (caravanas, passeatas, atos públicos, debates, etc.) para combater esse plano de (des) emprego e escravização da universidade ao mercado. Essa tática de pulverização - bastante usada pelos dominadores, historicamente - precisa ser neutralizada completamente. Queremos outras relações internas e externas à universidade. De preferência relações que dêem um basta, à tanta violência, desrespeito, autoritarismo, corrupção e destruição.

Então vamos à luta, companheiros(as)!!!

* Associação Nacional dos Pós-graduandos

Realizou-se neste fim de semana, nos dias 3 e 4, uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Carreira, em Brasília. A Diretoria do Andes-SN está preparando uma proposta de alteração das disposições transitórias do Projeto de Carreira Única do Sindicato Nacional, atualmente protocolado no MEC. Esta proposta, que seria analisada pelo GT-Carreira, deverá ser apreciada no 20º Congresso.

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 22 • 5 de fevereiro de 2001

www.adufrj.org.br

Campanha

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNEF) convoca Plenária Nacional dos SPF para o dia 11/02, a partir das 9h, em Brasília. Em pauta, campanha salarial e uma possível mobilização para greve, entre outros pontos.



Calendário de reuniões para análise do Caderno de Textos do 20º Congresso (Fevereiro de 2001, no Rio)

07/02 (quarta-feira)
pauta:

Análise do Caderno de Textos e mesma pauta da AG de 08/02 (junto da reunião do Conselho de Representantes)

08/02 (quinta-feira)
Assembléia Geral
local: Auditório do CT
horário: 14h

pauta:
periodização;
teses ao 20º Congresso, eleição de delegados para o 20º Congresso e para a plenária dos SPF dia 11/02, em Brasília; atribuições dos cargos vagos na diretoria

13/02 (terça-feira)
Reunião da delegação eleita na AG para o 20º Congresso
pauta:
teses aprovadas/
Caderno de Textos

As duas reuniões serão realizadas, a princípio, na sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200), às 14 horas.

Representantes do Fórum Social deixam capitalistas na berlinda

Miguel Papi

Organização do FSM divulgará as diretrizes debatidas durante os seis dias do evento

O I Fórum Social Mundial reuniu durante uma semana, na cidade de Porto Alegre (RS), 121 delegações de países do mundo inteiro com cerca de vinte mil pessoas, entre delegados, convidados, imprensa e inscitos no local. O Comitê Gaúcho do FSM divulgou oficialmente para os jornalistas a participação de dezesseis mil pessoas, além dos delegados e imprensa, que se credenciaram como observadores na própria Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS) onde as principais conferências foram realizadas.

A sessão de encerramento no Centro de Eventos da católica não deixou nada a dever para a abertura nem em presença, nem em participação. Quatro mil ouviram as declarações de representantes de todas as delegações de que um outro mundo é possível. Este outro mundo com o fim da fome, da pobreza e a conquista da justiça social foram o objeto das discussões das dezesseis mega-conferências e 372 oficinas e vinte e um depoimentos de personalidades da política e da cultura nacional e internacional.

Porto Alegre sediará 2ª edição do Fórum

As principais organizações que compõem o FSM anunciaram a realização anual do evento. O próximo, que será realizado novamente na capital gaúcha em janeiro de 2002, terá um caráter um pouco diferente do primeiro. Enquanto na primeira edição do Fórum as entidades participantes centraram os esforços nos debates e na troca de pensamentos e experiências, para o próximo serão disponibilizados documentos, textos e artigos de sindicatos, ongs, instituições, movimentos populares para debate das comunidades através da *Internet*. Até abril deste ano, a organização do Fórum divulgará uma carta de princípios com diretrizes sobre os eixos centrais discutidos no evento (produção, sustentabilidade, comunicação, cultura e polí-



20 MIL NA MARCHA CONTRA A FOME E PELA VIDA. CENTRO DE PORTO ALEGRE (25/01)

tica). Em janeiro de 2001, os movimentos sociais, partidos e governos que se agregaram aos princípios do FSM deverão promover o encontro, então deliberativo, quando será produzido um documento que expresse as principais ações a serem tomadas na construção de uma nova ordem econômica e social no mundo.

Outra consequência desta primeira edição foi a proposta de formação de um Conselho Internacional do FSM, formado por representantes das entidades que o compõem. Já está definido também que em 2003 o FSM acontecerá em outra cidade, muito provavelmente em outro país.

Fórum repercute na imprensa nacional e internacional

Mais de 1800 jornalistas credenciados da imprensa nacional e estrangeira acompanharam de perto as atividades durante os seis dias do Fórum. O ponto alto da cobertura foi a transmissão ao vivo pelas TVs a cabo e pela rede aberta da TVE do Rio Grande do Sul da teleconferência que pôs frente a frente os representantes do FSM, de Porto Alegre, com os representantes do Fórum Econômico de Davos, na Suíça.

Pelo Fórum de Porto Alegre, participaram a ativista Aminata Traore, do Mali; o jornalista Bernard Cassen, do jornal *Le Monde Diplomatique*; Hebe de Bonafini, representante das Mães da Praça de Maio; o diretor

da Ong "50 Years is Enough" (Bastam 50 Anos) Njoki Njehu; Oded Grajew, da Associação dos Empresários pela Cidadania (Cives); Rafael Alegria, do movimento Via Campesina; Diane Matte, da Marcha Mundial das Mulheres e o sociólogo filipino Walden Bello.

No time de Davos, o mega-investidor George Soros foi o capitão. Para o reforço dos capitalistas foram escalados os representantes da ONU, John Ruggie e Mark Malloch; o economista norte-americano Jeffrey Sachs, do FMI; Bjorg Edlund, representante de empresas multinacionais; e Pierre Sané, da ONG Anistia Internacional.

O super debate foi retratado por muitos como uma final de campeonato mundial. E não era para menos. O Fórum de Porto Alegre saiu da partida com muitos, muitos gols de vantagem. Para se ter uma idéia da importância da transmissão em tempo real, o representante do neoliberalismo, Soros, quis interromper o debate ao ser bombardeado pelas lideranças do Fórum Social com os números das vítimas da fome, do desemprego e das guerras provocadas pelo sistema capitalista. Nenhuma das perguntas de Porto Alegre foi respondida. Para todas as críticas aos efeitos do sistema liberal a resposta foi a mesma "não tínhamos conhecimento disso".

Continua no próximo jornal



Movimento

Setor das Federais declara guerra contra o projeto de Emprego Público

Além da discussão em torno da campanha salarial 2001 dos SPF, a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior gerou outros encaminhamentos de luta para o ano que se inicia. Protesto contra a submissão das procuradorias das universidades ao governo, pelo imediato pagamento dos expurgos do FGTS e contra a proposta de Emprego Público foram os principais assuntos.

Os docentes presentes à reunião realizada em Porto Alegre nos dias 23 e 24 de janeiro decidiram aprovar uma nota de protesto contra a submissão cada vez maior das Procuradorias das IFES à Advocacia Geral da União – conforme noticiado no Jornal da Adufrj-SSind, de 15/01, a AGU autorizou a Procuradoria Geral da União a assumir a representação judicial em Brasília de seis universidades federais (do Espírito Santo, da Paraíba, do Rio Grande do Sul, da Rural

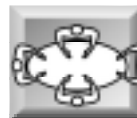
de Pernambuco, de Pelotas e do Amazonas). Sob a alegação de economia de gastos, o governo ataca mais uma vez o artigo 207 da Constituição Federal, que preconiza a autonomia universitária. A nota aprovada na reunião do Setor será encaminhada às reitorias, ao Fórum de Procuradores, à Andifes, ao Congresso Nacional e, em especial, às comissões de Educação da Câmara e do Senado.

O Setor decidiu encaminhar à CUT a proposta para um dia nacional de greve em favor do imediato pagamento da dívida do FGTS pelo Tesouro Nacional. O encaminhamento da proposta seria feito pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF).

O dia 28 de março foi confirmado como o Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Universidade Pública. O Setor, entre ou-

tros pontos de mobilização contra a proposta de Emprego Público nas universidades, apontou a necessidade de conseguir um posicionamento dos conselhos superiores das instituições contra a implantação da CLT no meio universitário. Até onde se sabe, apenas os colegiados da Federal do Rio Grande do Norte, da Federal do Pará, da Federal de Juiz de Fora e da Federal de São Carlos já se manifestaram contra a iniciativa do governo FHC.

Nesse sentido de defesa da Universidade, a reunião indicou a realização de uma rodada nacional de Assembléias Gerais das seções sindicais entre os dias 19 e 23 de março, tendo como pauta a possibilidade de greve de todo o Setor da Educação, no caso de envio da proposta do MEC ao Congresso Nacional. Se o Ministério da Educação encaminhar o projeto antes deste período, a rodada de AGs será antecipada.



Periodização

DRE faz mudanças na previsão de turmas com base na nova periodização

A poucos dias do início das aulas (30/01), os coordenadores de cursos foram surpreendidos por um memorando da DRE, avisando alterações nos programas que envolvem a previsão de turmas. Agora, a DRE vai promover mudanças que considerem o período letivo como 20 semanas e não mais, 15. “Tais modificações farão com que a carga horária total das turmas já previstas para 2001-1 ultrapasse a carga cadastrada para a disciplina. Também por determinação da SR-1, as previsões cujas cargas horárias totais ultrapassarem a cadastrada no SIRA ficarão na situação de pendente, assim como as inscrições já realizadas. Para a regularização, solicitamos que o número de horas semanal cadastrado no SIRA para as turmas previstas em 2001-1 seja alterado, levando em consideração as vinte semanas previstas no calendário acadêmico

como duração do período letivo”.

Vale lembrar que, em ofício encaminhado ao sub-reitor Ricardo Gattass, no dia 10 de janeiro, a diretoria da Adufrj-SSind fez uma série de questionamentos com relação à nova periodização. A nota foi baseada na mensagem “Um presente para a UFRJ: Uma transição tranquila”, enviada por Gattass aos docentes da universidade em 11/12/2000.

Entre os esclarecimentos pedidos, destacam-se os seguintes relacionados ao registro acadêmico: “i) Se as disciplinas para o ano de 2001 devem manter as características atuais aprovadas no CEG, ou seja, carga horária e conteúdo planejadas para 15 semanas de aula, quais são as orientações desta sub-reitoria para o início e término das aulas? E sobre as atividades a serem desenvolvidas nas semanas ex-

cedentes, se for o caso?; ii) Em vista da discrepância entre as características das atuais disciplinas e o novo calendário, como serão computadas as cargas horárias médias (número de horas-aula por semana) dos cursos neste ano com vistas à pontuação para a GED 2001?; iii) Quando o novo sistema de registro acadêmico (SIRA) vai estar concluído pelo NCE, testado e completamente operacional?; iv) Quando as secretarias acadêmicas terão conhecimento de, acesso a e treinamento no uso de o novo sistema de registro acadêmico (SIRA)?; v) Quando as instruções para a previsão de turmas estarão prontas e disponíveis na *home-page* da Sub-Reitoria de Ensino de Graduação - SR1? (...)”.

O ofício da diretoria da Adufrj-SSind não foi respondido até hoje, mas as imposições continuam.



Resenha

O Ministério da Ciência e Tecnologia vai criar, nas próximas semanas, o Centro de Gestão Estratégica, órgão encarregado de monitorar e avaliar as aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento. De acordo com matéria do “Valor Econômico”, de 30/01, o “governo quer mudar a tradição e exigir resultados mais concretos dos recursos aplicados nessa área”. Resta saber qual será o alcance deste Centro e se todas as pesquisas serão monitoradas.

Pela primeira vez, a maior base de dados da pesquisa nacional, mantida pelo CNPq, atingiu 90% da cobertura das atividades realizadas no país. O diretório de pesquisa foi criado em 1993, com uma cobertura de 40%. De acordo com a assessoria do CNPq, agora será possível ter um perfil mais claro das atividades de pesquisa científica e tecnológicas desenvolvidas no Brasil. Os interessados podem conhecer a base de dados no endereço: www.cnpq.br/dgp/4/Site/index.html

O Congresso Nacional derubrou por 223 a 216 votos a medida provisória que permitia ao governo fazer o pagamento do funcionalismo federal até o quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado. Com isso, FHC será obrigado a pagar o salário aos servidores até o último dia útil de cada mês.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou no dia 29/01 uma lista de 52 instituições com reconhecida qualidade no ensino jurídico. Tais instituições vão receber o selo “OAB Recomenda”. A Faculdade de Direito da UFRJ marca presença no documento. Aliás, a grande maioria das instituições listadas é pública.

ASSEMBLÉIA GERAL

14/02 quarta-feira

8:30 horas

**Periodização/
Calendário 2001 -
Representação junto
ao Ministério Público**

**Teses para o
20º Congresso
do Andes**

**Complementação da
delegação da
Adufrj ao
20º Congresso
do Andes**

***Auditório do CT*
Bloco A - Ilha do Fundão**

**Reunião da delegação
eleita na AG para o
20º Congresso**

**13/02 (terça-feira)
pauta: teses aprovadas/
Caderno de Textos**

**Sede da Adufrj-SSind
(CT, Bloco D, sala 200),
às 14 horas.**



**Faculdade
Nacional de
Direito entre
as críticas e os
elogios**

Páginas 6 e 7

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 22 • 12 de fevereiro de 2001

MANUELLA SOARES



MARCHA CONTRA FOME E PELA VIDA REÚNE 20 MIL NO ANFITIATRO PÔR-DO-SOL NO PRIMEIRO DIA DO FSM (25/01/01)

Educação no Fórum Social

Andes-SN, UNE, Fasubra e Sinasef promovem passeata em defesa da educação pública durante o encontro de Porto Alegre

Páginas 4 e 5



UFRJ

CAp em busca do reconhecimento da UFRJ

Reivindicação de gratificação maior já passou pelo Conselho do CFCH

O Colégio de Aplicação da UFRJ inicia 2001 com grande disposição para uma luta salarial específica das escolas básicas das IFES – embora exista, num contexto maior, a campanha pela reposição de 75% do salário dos servidores públicos federais.

Desde a criação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), em março do ano passado, o CAp se sente discriminado e luta por uma gratificação nos mesmos valores da GED. Como se não bastasse a discriminação inicial, o governo ainda não firmou as regras básicas que permitam aos colégios alcançar o máximo dos valores da GID. Atualmente, dentro de seus níveis, os professores só recebem 60% da gratificação e os aposentados estão excluídos.

Por conta disso, os professores daquela Unidade da UFRJ resolveram partir para duas iniciativas que possam resolver seus problemas mais imediatos. No primeiro movimento, foi encaminhado um documento aos colegiados superiores da instituição com o objetivo de se obter o reconhecimento da atividade universitária realizada no CAp.

Este pleito já passou pelo Conselho de Centro do CFCH e foi aprovado com um parecer bastante elogioso: “Por tudo o que vimos na análise do documento, fundamentando de forma clara e objetiva a

especificidade do CAp, o reconhecimento institucional da natureza universitária do trabalho desenvolvido pelos seus professores, a qualificação dos mesmos e a qualidade de sua atuação, cremos perfeitamente justificado que a esse reconhecimento se siga agora um dispositivo legal que o consolide na forma de gratificação condizente, cabendo agora a este Conselho avaliar a procedência dessa solicitação e, se aprovada, encaminhá-la aos órgãos competentes”, diz o trecho final do parecer.

Já aprovado no CFCH, o documento do CAp será levado à apreciação do CEG. “O mais rápido possível”, de acordo com a vice-diretora do colégio, Ana Lúcia, que também é conselheira deste colegiado. Para ela, existe grande esperança de que os colegas de magistério superior reconheçam as atividades universitárias do CAp. “Briga maior será na SESu, mesmo com a natureza justa do pedido, mas acho que temos ‘munição’ para isso”, afirmou. Afinal, esclarece, o sucesso do CAp implicaria no sucesso de todas as escolas básicas das IFES que desenvolvem trabalho semelhante ao apresentado pela Unidade da UFRJ.

Comissão do CAp quer luta conjunta com outros colégios

O segundo movimento por um salário um pouco melhor está sendo encaminhado pela comissão da GID do CAp, formada pelo presidente da comissão da GED, professor Leslie Benchetrit, e das professoras Izabel Cristina e Militza



O SEMINÁRIO SOBRE O PERFIL INSTITUCIONAL DO CAP, EM SETEMBRO DE 2000, FOI O PONTO DE PARTIDA DA REIVINDICAÇÃO ATUAL

Bakich, do próprio Colégio de Aplicação. A indiferença do governo FHC é tão grande que, até hoje, segundo elas, não foram divulgados os critérios básicos para que as comissões possam se pautar. Daí o motivo pelo qual, até hoje, os professores recebem apenas 60% da famigerada GID.

Para Izabel e Militza, certos artigos da MP (único documento oficial com o qual puderam trabalhar) limitaram em muito o trabalho da comissão. Na distribuição de pontos da GID (80, no total), 48 pontos são devidos por aulas dadas, 16 para o número de alunos sob responsabilidade do docente e mais 16 são devidos por uma avaliação qualitativa das aulas e projetos de interesse da escola. Somente neste último item, a comissão conseguiu incluir um pouco dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no CAp. “Ainda assim, de maneira alguma, isso nos contempla”, lamenta Izabel.

Uma maneira que as professoras estão visualizando para resolver seus problemas é promover uma reunião de todos os representantes de comissões GID do país nesses primeiros meses de 2001. Nessa reunião, seriam elaborados os eixos para reivindicações comuns dos co-

légios que realizam trabalhos de natureza universitária e exigem gratificação à altura. Para agilizar essa possível reunião nacional das comissões, as professoras solicitaram a divulgação de seus e-mails. O da professora Izabel é: izabel@cap.ufrj.br. O da professora Militza é: milabak@cap.ufrj.br.

Solução é Carreira Única

A criação de gratificações como a GID ou a GED elege a avaliação produtivista como uma forma de diluir a necessidade maior da categoria docente que é a aprovação de um projeto de Carreira Única para todos os níveis. Vale lembrar que o Andes-SN luta, também, pela incorporação emergencial da GED, em seus valores máximos aos salários básicos de todos os docentes ativos, aposentados e respectivos pensionistas. O Sindicato defende ainda a imediata extinção da GID.

O caráter discriminatório da GID em relação aos professores do ensino fundamental e médio é inaceitável para o Sindicato. A exclusão de professores aposentados e a quebra de isonomia são outros fatores que, de acordo com o movimento docente, só poderão ser solucionados com a aprovação da Carreira Única.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Colegiados

CEG admite redefinir nova periodização

CEG critica falhas no sistema de registro acadêmico

As previsões feitas no final do ano passado em relação à implementação do novo calendário acadêmico se tornaram realidade antes mesmo da data oficial do início do ano letivo, 12 de fevereiro. A primeira sessão do Conselho de Ensino de Graduação (7) foi marcada por críticas ao sub-reitor Ricardo Gattass e às promessas feitas pela reitoria de que o novo sistema de registro acadêmico não causaria nenhum transtorno a estudantes, professores e funcionários.

A decisão do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) de começar as atividades somente no dia 5 de março foi recebida pela reitoria como uma afronta à resolução 01/99 (nova periodização). Depois de ler no jornal da Adufrj-SSind de 29/01 uma notícia de que algumas Unidades, entre elas o IFCS, apresentavam dificuldades para iniciar as aulas em 12 de fevereiro, Gattass criou arbitrariamente uma lista eletrônica e enviou um e-mail para todos os docentes da UFRJ falando em democracia e pedindo respeito às decisões dos colegiados superiores da universidade. Quando alguns docentes resolveram responder ao sub-reitor, concordando ou não com o teor da mensagem, centenas de e-mails dirigidos à reitoria

passaram a entupir a caixa de correio de todos os professores da lista. Ficou evidente o aborrecimento causado pela inesperada enxurrada de mensagens e o sub-reitor acabou pedindo desculpas, no CEG, pela trapalhada. Mesmo justificando-se, o dirigente considerou que o teor da mensagem foi "brando".

Embora invocando o tema, democracia e respeito às decisões dos colegiados não parecem ser a especialidade desta reitoria. É o que considerou a bancada dos estudantes no colegiado. A estudante Isabel Mansur criticou a atitude do sub-reitor e lembrou que a decisão da unidade de iniciar as atividades em março foi tomada na Congregação do IFCS por unanimidade, com base nas dificuldades operacionais das secretarias de ensino e pelo número de professores que ainda estariam de férias no mês de fevereiro. A estudante fez questão de ressaltar o atropelo da implantação da nova divisão de períodos, principalmente porque as unidades, e em especial o IFCS, não fizeram suas reformas curriculares no ano passado. Isabel lembrou também que ainda consta no regimento da universidade a autonomia das unidades para estabelecer seu calendário acadêmico dentro do período estipulado pelo calendário geral da instituição.

Rediscussão

Tanto os conselheiros como o próprio sub-reitor admitiram a necessidade de se redefinir alguns pontos da resolução 01/99. Finalmente o CEG parece estar reconhecendo que os 200 dias de atividade acadêmica previstos na LDB não significam 200 dias de aula, como vem afirmando a Adufrj-SSind desde que a resolução entrou em pauta nos colegiados.

Gattass anunciou que estará pautando algumas sessões do CEG com o objetivo de discutir a nova periodização e suas implicações, principalmente a reforma curricular nas várias unidades.

O professor e diretor adjunto de graduação do Instituto de Química, Sérgio Machado, questionou o processo de "transição" para a adequação dos currículos à nova periodização. Para o professor, não basta que os cursos de 60 horas, por exemplo, diluam suas cargas previstas para 15 semanas ao longo das vinte semanas previstas na resolução 01/99. Na sua opinião, compartilhada por outros membros do CEG, uma reforma curricular não é feita em apenas um ano. Sérgio citou seu próprio curso, considerado o melhor da sua área, com conceituação máxima obtida pela comissão de especialistas da Capes e conceito A no 'provão' do MEC. O curso de Química da UFRJ é referência para as

atuais diretrizes curriculares do MEC e, de acordo com o professor, esta qualidade não se estabelece de uma hora para outra, nem tão pouco pode ser revista em um espaço de um ano ou dois.

Vagas ociosas

Foi também do professor do IQ a proposta aprovada pelo colegiado que possibilitará o preenchimento das vagas ociosas dos cursos oferecidos no vestibular 2001 dos grupos II (tecnológicas) e V (humanas). Para esses grupos, os critérios de pontuação estabelecidos pelo edital do vestibular estabelecem pontuações mínimas em algumas matérias específicas para que o candidato possa ser considerado apto, mesmo que tenha atingido uma boa pontuação total. Para os candidatos do grupo II, o candidato tem que obter, por exemplo, nota maior ou igual a três na prova de matemática ou um total de nove pontos somadas as provas de matemática, química e física.

Para resolver o preenchimento das vagas ociosas, o colegiado, sem o acordo dos estudantes, aprovou que a comissão de vestibular respeitará todo o edital de vagas (reclassificação), já em processamento. As vagas que sobram da reclassificação serão oferecidas para os que tiverem obtido maior pontuação sem considerar os critérios restritivos estabelecidos no edital de vestibular.

Gattass tenta reverter decisão da comunidade do IFCS

Na sessão do CEG, o sub-reitor Gattass divulgou uma nota comunicando um contato feito com a direção da unidade quando teria sido definido um protocolo de cooperação para viabilizar o início do período no dia 12 de fevereiro.

A direção do IFCS emitiu uma outra nota esclarecendo a situação. De fato, Gattass esteve no IFCS, mas a mencionada conversa não resultou em qualquer acordo no sentido de que as aulas começassem as aulas antes dos dias 5 de março. Veja a íntegra das duas notas.

NOTA

No dia 05.02.2001, o Sub-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Docente em reunião com a Direção do IFCS definiram um protocolo de cooperação que viabilizará o início do período letivo no dia 12 de fevereiro de 2001.

Prof. Ricardo Gattass

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro 2001
Aos Colegas do IFCS

A visita do Prof. Dr. Ricardo Gattass Sub-Reitor de Pós-Graduação e Graduação/UFRJ

A Direção do IFCS alegra-se em comunicar aos colegas que nosso Sub-Reitor visitou o IFCS no dia 05.02.2001 próximo passado, num gesto de generosidade e busca de entendimento no tocante às dificuldades do IFCS em começar as aulas no dia 12.02.2001.

No encontro do Dr. Gattass com a Direção do IFCS conclui-se: 1- Pelo entendimento das especificidades do IFCS quanto a pessoal e condições físicas e que impedem o começo das aulas no dia 12.02.2001; 2- Pela busca conjunta com a SR-2 e a Sub-Reitoria de Patrimônio por meios imediatos de deter o dano físico ao prédio (Memo 27, 06.02.2001, Reitoria) com o escoramento imediato do andar térreo; 3- Pela aceitação de uma turma especial/noite do curso de História.

A Direção do IFCS faz sinceros votos de continuidade do clima de entendimento e harmonia em prol da nossa Universidade.

Neyde Theml Diretora
André Chevitereze Diretor Adjunto

Maria da Graça Schalcher Vice Diretora
Francisco Carlos Teixeira da Silva Diretor Adjunto



Fórum Social Mundial

O parâmetro humano

Por Luis Fernando Veríssimo

Texto apresentado na cerimônia de encerramento do FSM, Porto Alegre

O Ser Humano é a medida de todas as coisas. Pelo tamanho do Ser Humano se mede a vastidão do Universo, assim como pelo palmo e a braça se começou a medir a Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso moral do Ser Humano não é um floreio de linguagem que a única espécie que fala se faz, é valorizar este frágil instrumento de medição pelo qual a vida revela seu sentido. O Ser Humano ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo quando nega a primazia do social, ou diz que uma sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas. O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não elege-se como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar, e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse apenas a última das muitas tentativas de substituir o Ser Humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à dignidade como o único direito a ser cultuado. Já tentaram rebaixar o ho-

mem a mero servo de uma ordem divina, a autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma comodidade entre outras comodidades, com nenhuma liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo numa sociedade igualitária, como só existirá liberdade real onde os valores neoliberais não prevalecerem.

O que aconteceu nestes cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o parâmetro humano. Se houve ações mais fortes, elas se justificam pelo princípio jurídico da auto-defesa, pois estava-se defendendo a saúde do planeta, ou pelo princípio teatral da ação simbólica. O principal foi que falou-se muito, e o que se falou foi ouvido no mundo inteiro. Se não foi entendido no mundo inteiro, não faz mal. A intenção era apenas mostrar que seres humanos não abdicaram da sua função, que o retorno de capital ainda não é a medida de todas as coisas do mundo. E afinal, este foi apenas o primeiro Fórum Social Mundial. Nos próximos, falaremos mais claro.

Educação pública no FSM

Os servidores das universidades e escolas públicas federais aproveitaram o Fórum Social Mundial e realizaram em um dos seis dias do evento um encontro que reuniu educadores de vários estados. O presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher, comentou a importância das entidades, principalmente da América Latina, de organizarem uma agenda comum de atividades. Roberto lembrou das negociações feitas pela Área de Livre Comércio nas Américas (Alca). Os integrantes da Alca apresentaram no último encontro a proposta de definir a educação como prestação de serviços. A idéia, ainda que absurda para a maioria dos educadores, tem passagem nos governos neoliberais, como o brasileiro. A admissão da educação como serviço implicaria, inclusive, na sua regulamentação pela Organização Mundial do Comércio, segundo o presidente do Sindicato.

Na frente da luta contra a mercantilização do conhecimento e do ensino, foi organizada a Coalizão Internacional em Defesa da Educação Pública que reúne os docentes e técnico-administrativos dos Estados Unidos, México e Canadá. Segundo Roberto Leher, este movimento associado a outros da América Latina e do Brasil pretende fazer frente às ameaças da área de livre comércio. A Rede Social para a Educação Pública, por exemplo, está propondo para sindicatos entidades da AL uma jornada continental de luta no dia 20 de abril com o tema "Salvemos a Educação dos acordos de livre comércio".

No Brasil, o III Encontro Unificado Andes-SN, UNE e Fasubra propôs a organização do Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade Pública no dia 28 de março, com atividades em todos os estados.

Parlamentares

Os deputados federais Padre Roque (PT/PR), Pedro Wilson (PT/GO) e Milton Temer (PT/RJ) marcaram presença na reunião da educação no FSM. Padre Roque citou o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, formulado nos Congressos Nacionais de Educação (1996, 1997, 1999). Segundo o deputado, o governo se apropriou da iniciativa e alterou quase todas as propostas, trans-



ANDES-SN NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

formando o PNE da sociedade no PNE do governo, ou melhor do Ministério da Educação. Padre Roque lembrou ainda que mesmo o PNE do governo não foi respeitado pelo presidente da República que vetou o investimento aprovado de 7,5% do PIB, que seriam aplicados em educação nos próximos dez anos. No PNE da Sociedade a previsão de investimento era de 10% em dez anos.

O deputado Milton Temer disse que o poder legislativo se encontra tão submetido ao esvaziamento quanto às universidades brasileira. "Este governo tem sido competente o desmonte da *res publica*", comentou. Para Temer não basta que os movimentos sociais, em

particular no setor de educação, organizem ações parciais. O deputado sugeriu que os movimentos comecem a, junto aos parlamentares e com a população, construir uma agenda política para "brecar as ações do governo". Uma das ações, para o parlamentar, é "botar para fora o governo FHC", disse referindo-se à proximidade das próximas eleições.

Os parlamentares consideram que este é o ano de preparação dos programas de campanha e que é necessário incluir nas discussões programáticas dos partidos os temas da educação e da distribuição de renda com ênfase na questão salarial dos servidores públicos.



ENCONTRO DE ENTIDADES DA EDUCAÇÃO PROMOVIDO PELA ANDES-SN, UNE E

Efeito tango

O presidente do Andes-SN lembrou o 'efeito tango' sofrido pelas universidades públicas brasileiras. Trata-se de uma comparação com a situação das instituições de ensino público na Argentina onde algumas das reformas de cunho neoliberal já foram implementadas. Um exemplo foi citado pela dirigente da Associação dos Docentes a Universidade de La Plata, Verónica Bethencourt, presente na reunião. A sindicalista revelou que, apesar da troca do governo Menem para o mais 'palatável' De La Rúa, a situação salarial, por exemplo, é bastante precária e é uma das que mais mobiliza a categoria dos professores. Segundo a sindicalista, as 27 universidades públicas recebem ao todo uma verba de US\$ 1 bilhão e 800 milhões, sendo que 90% dos recursos são destinados ao pagamento de salários. Os professores ganham US\$ 90 dólares por oito horas semanais, o que significa que para receber um salário de US\$ 1000 por mês os docentes argentinos têm que trabalhar cerca de 50 horas por semana.

Agrotécnicas

O representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais (Sinasef) anunciou que a entidade produzirá uma pesquisa nacional sobre as escolas agrotécnicas federais para comprovar que as reformas introduzidas no setor da educação pública são um retrocesso. O Sinasef vai mostrar que as direções destas escolas tratam os servidores como nos tempos de "autoritarismo colonial". Segundo o Sinasef são muitas as denúncias de ameaças e destratos a funcionários nessas instituições.

Fasubra

O diretor da Federação Nacional dos Servidores Públicos, Agnaldo Fernandes, citou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como uma proposta de organização de grandes mobilizações. Tal como no MST, Agnaldo acredita na formação de um amplo movimento das entidades associadas a outros setores do movimento social em defesa das escolas públicas. A ênfase seria a contraposição as políticas de Fernando Henrique e de Paulo Renato para o setor.

Registros do FSM

16 conferências, 400 oficinas e várias atividades



PASSEATA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PERCORRE PRINCIPAIS SALAS DE CONFERÊNCIA NO FSM



MARCHA CONTRA A FOME E PELA VIDA, CENTRO DE PORTO ALEGRE



NOS CORREDORES DAS SALAS DE CONFERÊNCIA, FAMÍLIA ACOMPANHA AS PALESTRAS



CENTENAS DE PESSOAS ADEREM À PASSEATA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA PROMOVIDA PELO ANDES-SN, UNE E FASUBRA



ANFITEATRO PÔR-DO-SOL RECEBE PÚBLICO DO FSM



UFRJ

Faculdade de Direito entre os prós e contras

Fora da UFRJ, elogios da OAB e do MEC. Entre alunos e docentes, não existe tanta unanimidade

A Faculdade Nacional de Direito (FND), da UFRJ, consegue a proeza de se dividir, na atualidade, entre as severas críticas e os elogios rasgados. Falta de transparência na escolha do diretor, portarias mal explicadas e ausência de reuniões da Congregação são alguns dos principais pontos atacados naquela Unidade. Reconhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), reformas no prédio e bom desempenho no polêmico provão do MEC são os argumentos favoráveis.

No início do ano, a reportagem da Adufrj-SSind foi procurada pelo professor adjunto José Ribas Vieira para denunciar supostas irregularidades no processo de nomeação do atual diretor da FND, Armênio Cruz. Segundo Ribas, sem que houvesse qualquer divulgação da nomeação por portaria, em novembro de 2000, os professores foram surpreendidos com a notícia de que Armênio era o novo diretor.



Fachada da FND foi totalmente restaurada (acima). Na Unidade, nem o diretor tem idéia de quando foi a última reunião na Sala da Congregação (ao lado)



Em um requerimento que protocolou no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e na reitoria (sem resposta até o fechamento desta edição – 09/02), Ribas questiona: “(...) tendo tomado conhecimento extra-oficialmente da posse do Professor Armênio Cruz no cargo de Diretor da Faculdade, que informou publicamente exercer um mandato até 2002, vem requerer que sejam esclarecidos os motivos pelos quais tal fato foi possível, bem como solicitar cópia do ato (se houver), e vista do processo que possibilitou tal nomeação”.

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind pesquisou nos boletins da UFRJ e descobriu realmente que a portaria nº 2.357, de 22 de novembro de 2000, indica a nomeação do professor Armênio como diretor *pro-tempore* da faculdade. O ex-diretor Ayrton da Costa Paiva havia sido aposentado compulsoriamente em 12 de setembro de 2000. No entanto, a Assessoria Jurídica também percebeu que, antes da nomeação, o professor Armênio já teria assinado portarias na condição de diretor.

O professor Ribas questionou ainda que a Congregação da FND não se reu-

**Nosso Bolso**

Imposto de Renda mais salgado

O presidente Fernando Henrique, de acordo com nota do Informe JB de 06/02, decidiu que não vai reeditar a medida provisória que estabelecia até o dia 5 do mês seguinte ao trabalhado como a data de pagamento do funcionalismo federal. A idéia de FHC é enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei restabelecendo a sistemática anterior (até o dia 5 seguinte), quando os ânimos dos parlamentares estiverem mais calmos, principalmente na base governista. Por enquanto, da forma como está, a União será obrigada a pagar 14 salários em 2001 – além do 13º,



terá que arrumar recursos para a folha de dezembro (que, antes, seria paga no início de janeiro).

O grande problema do funcionalismo com essa alteração de datas foi o imposto de renda mais salgado. Sem a MP, os salários de janeiro e fevereiro são pagos no mesmo mês e o Leão da Receita não perdoa. Até servidores que recebem entre R\$ 600 e R\$ 900 (e estariam isentos), vão recolher de R\$ 45 a R\$ 135 de imposto. A faixa mais afetada é de quem ganha R\$ 1,8 mil, que tem 7,5% do salário descontado na fonte e, sem a MP, recolherá este mês 17,5% (mais R\$ 360).

**Periodização**

SR-4 esclarece recadastramento

No boletim da Adufrj-SSind de 22/01, uma professora aposentada (que não quis se identificar) reclamou do desconforto para se recadastrar na UFRJ. De acordo com a docente, embora os funcionários do setor fossem atenciosos, o corredor do oitavo andar da reitoria não seria o lugar mais adequado para pessoas idosas preencherem formulários. Quando aparecem muitos professores, quem não consegue lugar em um pequeno sofá do local precisa atualizar os dados em pé mesmo.

O recadastramento é fruto do decreto presidencial nº 2.251, de 12 de junho de 1997. No artigo primeiro, está determinado o seguinte: “A atualização cadastral dos servidores aposentados e dos pensionistas da União que recebam proventos ou pensão à conta, do Tesouro Nacional, constantes do

Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, será realizada anualmente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional,

no mês de aniversário do aposentado ou beneficiário de pensão, e será sempre condição básica para a continuidade do recebimento do benefício.”

Responsável pela Divisão de Legislação (DVLE), a funcionária Fátima Guerreiro diz que os possíveis problemas enfrentados pelos professores é causado pela “mania do brasileiro de deixar tudo para últi-

Todo ano...

ma hora”. Fátima recomenda que os servidores ou pensionistas compareçam à DVLE nos primeiros dias do mês de aniversário para evitar a confusão no final desse período.

Sobre uma outra reclamação da professora – de que um recadastramento anterior teria sido feito num

amplo salão, com várias cadeiras e vários funcionários à disposição -, Fátima justificou que se tratava de outro tipo de situação. O SIAPE estava sendo criado e os órgãos federais tiveram pouco tempo para cadastrar todos os servidores no sistema. “Na ocasião, tivemos até reforço de funcionários de outros setores para concluir a tarefa a tempo”, contou.

Reforma do prédio garante climatização e isolamento acústico

Se ainda paira alguma desconfiança sobre o poder reinante na FND, as recentes obras, o reconhecimento da OAB e o desempenho no polêmico Provão do MEC são motivos de satisfação para todos na Faculdade, embora os alunos não entendam de onde surgiu o dinheiro tão repentinamente. Para o diretor Armênio, a FND sempre se notabilizou por formar quadros qualificados para os mais altos cargos do Judiciário. Atualmente, três ministros do Supremo Tribunal Federal são ex-alunos da Unidade. O desempenho nas provas de avaliação externa e o reconhecimento da OAB – a Ordem recomendou a Unidade da UFRJ como uma das cerca de 50 instituições brasileiras capazes de prestar um ensino jurídico de qualidade -, de acordo com o diretor, são conseqüências diretas do nível do corpo docente e corpo discente. “Não ficamos sur-

preendidos, mas ficamos envergonhados (com o selo da OAB)”, afirmou.

O novo diretor menciona a reforma em todo o prédio da FND. “As instalações físicas há muito estavam abandonadas. Não estimulavam os alunos”, comentou. Hoje, a fachada da faculdade se apresenta restaurada e as salas de aula do quarto andar estão sendo redimensionadas para acomodar melhor os estudantes. O Salão Nobre, a Sala da Congregação e outros locais da Unidade estão sendo climatizados e os móveis e piso foram restaurados também. Os banheiros e elevadores também estão em



PARA O DIRETOR (DETALHE), O SALÃO NOBRE REFORMADO É MOTIVO DE ORGULHO

obras e estarão preparados para receber deficientes físicos em cadeiras de roda.

Também começou a ser feito um isolamento acústico de todas as salas da FND,

devido à proximidade da Unidade com o hospital Souza Aguiar, com um corpo de bombeiros e o restante de barulho do centro da cidade. Isso, entre outros consertos nos corredores e estrutura do prédio.

Feliz com as obras, a estudante do quinto período Patrícia Machado lembra que já chegou a cair pedaço de reboco do teto durante aulas no passado. O dirigente do CACO Vinícius Lisboa também acredita que as obras são mais do que bem vindas. Mas aproveita para fazer uma crítica. “Quando há interesse (fazendo referência aos festejos oficiais dos 80 anos da UFRJ), aparece o dinheiro”, afirma. Já o diretor Armênio preferiu não falar dos recursos para tantas obras. “É tudo dinheiro da universidade, que nos é permitido pelo grande desempenho. A FND está sendo reerguida”, desconversou.



Opinião/Arthur Arruda Leal Ferreira*

Condenações Sumárias e vagas para substituto

Os anos Collor foram notórios pela descoberta dos principais responsáveis pelas mazelas do Brasil: os funcionários públicos. Todos, sob a condição de marajás, teriam os seus salários desproporcionais à inércia de seus serviços, contrariando a eficácia governada pelas leis do mercado. Os servidores públicos seriam responsáveis pelo endividamento público e pelo estouro dos orçamentos. Ocuparam o lugar das mazelas nacionais que já foram da saúva, das forças ocultas e das multinacionais (estas atualmente consideradas como as nossas tábuas de salvação, uma vez que portadoras de capital estrangeiro). Parece que com atraso de uma década, os anos Collor finalmente chegaram à UFRJ, em sua atual administração com a prática de condenações apressadas ou de caça-às-bruxas. Quando me refiro à atual administração refiro-me não apenas à atual reitoria, mas também a setores dos colegiados superiores.

Um exemplo disto pode ser encontrado na reunião do CEG de 02 de novembro, relatada pelo Jornal da Adufrj do dia 06 do mesmo mês, na qual o Instituto de Psicologia foi citado por alguns conselheiros como:

1) Ausente da responsabilidade com relação às disciplinas ministradas em outros cursos como Serviço Social, Enfermagem, Odontologia e Nutrição;

2) Requerer professores substitutos, mesmo tendo uma baixa carga média de horas-aula semanais;

3) Respalda o seu pedido num suposto acordo com a reitoria.

Para esclarecer esta situação é necessário que, ao menos após as condenações sumárias, a parte implicada seja escutada. E neste caso não se trata do Instituto de Psicologia, mas de um dos seus departamentos, o de Psicologia Geral e Experimental, responsável pela maior parte das disciplinas de Psicologia oferecidas em outras unidades. A situação deste departamento é um bom exemplo das confusões e constrangimentos que ocorrem em nossa universidade.



O primeiro problema que passa o nosso curso de Psicologia é espacial, e diz respeito ao conjunto do nosso Instituto, visível a qualquer um que se habilite a visitar nossas dependências na Praia Vermelha. Existem 7 salas de aula para a graduação, sendo 5 delas com capacidade para no máximo 40 alunos. Como são abertas 80 vagas (isto sem contar os transferidos e remanejados) para 10 períodos (contando também que o Instituto tem um dos menores índices de evasão), temos um óbvio problema de espaço em nossas dependências. Cerca de 1000 alunos para 300 carteiras. Para não continuarmos mais um ano brincando de “dança das cadeiras”, foi pedida uma solução à reitoria, sendo-nos oferecida uma alternativa salomônica: as turmas de 80 alunos seriam todas divididas em duas e mais salas de aula seriam demandadas à decania, pois nas palavras do reitor, “as salas de aula não são dos cursos, mas das decanias”. A solução salomônica da reitoria tinha um problema claro: como dobrar a carga docente já saturada com a ausência de concursos e a avalanche de aposentadorias? Resposta genial da reitoria: o recurso aos substitutos, uma vez configurada a saturação da carga didática.

O Departamento de Psicologia Geral e Experimental foi um dos primeiros a implementar estas mudanças, apostando no aspecto pedagógico e no conforto dos alunos. Até o momento desta mudança, na passagem do primeiro para o segundo se-

mestre de 2000, o departamento cumpria tranquilamente a sua carga didática, mesmo com 2 professores afastados para aperfeiçoamento e outros dividindo sua carga didática com cargos administrativos (como coordenação de curso) e atividades na pós-graduação. Com esta nova distribuição, a nossa carga didática ficou sobrecarregada, impondo-se um critério de escolha das disciplinas a serem oferecidas, já que não seria possível qualquer convocação urgente dos afastados, nem a supressão das atividades administrativas e na pós-graduação dos demais. As disciplinas obrigatórias foram duplicadas e as eletivas tiveram oferta mínima e em turmas únicas. Quanto às disciplinas oferecidas aos outros cursos da UFRJ, estas ficaram em boa parte descobertas, problema que se imaginava ser solucionado com um pedido de 2 professores substitutos, devidamente respaldado nas cargas dos professores e de suas atividades correntes.

Contudo, o nosso pedido de professores substitutos foi recusado, pois o CEG alegou possuímos baixa carga-horária semanal. Para cumprir nossos compromissos didáticos passamos por apertos sucessivos. Para o CEG não passamos de oportunistas. Por que ocorre este descompasso acarretando a nossa condenação sumária? A explicação pode estar na confusão feita pelo próprio CEG, pois ao computar a carga didática do departamento, considerou no cômputo a carga de

8 professores do atual Departamento de Teoria Psicanalítica (departamento cuja criação foi aprovada pelo próprio CEG em 14 de maio de 1997), além de um professor em exercício de licença-prêmio em vias de aposentadoria. Os professores do Departamento de Teoria Psicanalítica, devido ao seu engajamento em seu próprio programa de pós-graduação, possuem comparativamente uma menor carga didática na graduação, reduzindo a nossa média semanal. Em termos concretos, temos 12 professores atualmente, tendo ocorrido 3 aposentadorias (e mais uma em vias de ocorrer) sem reposição desde 1998. Desses 12 professores, 2 estão afastados para doutoramento e 1 está desfrutando licença-prêmio. Além da nossa contribuição nas disciplinas de pós-graduação, orientações de estágios, monografias e dissertações, temos que lecionar em cerca de 25 disciplinas distribuídas em 37 turmas. Algo portanto bem distante do oportunismo anunciado na reunião do CEG e divulgado no Jornal da Adufrj.

Por todas estas razões, antes de se partir para a condenação sumária de toda uma unidade, é necessário dar ouvidos aos implicados, especialmente quando os mal-entendidos burocráticos são bastante prováveis e que vivemos num equilíbrio bastante precário entre aulas na graduação, pesquisa, orientações, pós-graduação e atividades administrativas. Isto tudo com condições materiais e de apoio cada vez mais precárias e com um quadro cada vez mais reduzido de docentes. A quem podemos enfim acusar e responsabilizar por nossos fracassos? Nós que nos equilibramos nas precárias condições de funcionamento desta universidade? Ou aqueles que olhando para as nuvens se miram numa universidade produtora de números gloriosos, e ignoram os nossos menores obstáculos, dando-se ao luxo de criar mais entaves para o nosso cotidiano?

* Professor Adjunto do Instituto de Psicologia

Recadastramento

Ainda a respeito do recadastramento (ver jornal de 12/02) que aposentados e pensionistas precisam fazer na UFRJ, a funcionária Fátima Guerreiro (Divisão de Legislação) informa que está sendo enviada uma carta-aviso para todos os docentes. A mensagem está sendo encaminhada no mês anterior ao de aniversário do aposentado ou pensionista, já que a atualização cadastral deve ser realizada anualmente neste período festivo para o beneficiário.

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 23 • 19 de fevereiro de 2001

www.adufrj.org.br



Andes-SN comemora 20 anos

Na Uerj, o 20º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes reúne cerca de 500 delegados

Uma mesa composta de trinta e duas pessoas. Uma mesa composta de lideranças dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos. A abertura (dia 15/02) do 20º Congresso do Andes Sindicato Nacional foi, como anunciou o presidente da entidade, professor Roberto Leher, marcada pela identificação da política autônoma e democrática que caracterizou os vinte anos de existência do sindicato dos docentes das universidades brasileiras.

A professora aposentada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Miriam Limoeiro prestou homenagem aos dois educadores libertários, Florestan Fernandes e Maurício Tragtemberg. Segundo a professora, diferentes na trajetória pessoal mas tão semelhantes na defesa do ensino público. Miriam relembrou também a importância do I Fórum Social Mundial, ocorrido no início do ano, para os movimentos sociais. “Seguindo o mote de Porto Alegre, um outro mundo é possível. Uma outra sociedade, uma outra universidade pública, gratuita, laica e de qualidade são possíveis. Mas só se nós os construirmos e suas formas dependerão do embate das forças sociais que se agreguem para construí-los”.

Para a professora, o Andes Sindicato Nacional, ao longo dos seus vinte anos contribuiu muito para a produção de alternativas de concepção de universidade, de escola e de sociedade. “A importância do movimento docente nas lutas pela transformação da universidade e da sociedade brasileira decorre, ao meu ver, especialmente da forma de sua organização - autônoma e democrática - e da combatividade que de um modo geral tem marcado a sua história”.

Universidade e Movimento Social

Outro depoimento que sintetizou o caráter deste 20º Congresso foi o do líder dos Trabalhadores Rurais Sem Terra João Pedro Stédile.



NA MESA DE ABERTURA DO 20º CONGRESSO, O PRESIDENTE DO SINDICATO, PROFESSOR ROBERTO LEHER, CITOU O FÓRUM SOCIAL DE PORTO ALEGRE COMO UM MOMENTO DE REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS

Para o representante do MST, os movimentos se encontram em meio à disputa de três projetos claros. O neoliberal ou neocolonial, como classificou a professora Maria da Conceição Tavares, que levará o país de volta à condição de colônia. “Este projeto nos obrigará a abandonar a idéia de nação e de povo. Para isso, pretendem implantar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), dolarizar a economia e entregar o resto das estatais ao sistema financeiro internacional”, disse. Para Stédile, o projeto neoliberal na forma como o governo vem apresentando à população está desgastado. As novas ações dos movimentos sociais contrários as políticas de desemprego, ajuste fiscal e privatizações são reconhecidas a partir do I Fórum Social de Porto Ale-

gre, segundo Stédile.

Para o líder do MST, as elites brasileiras estão se dando conta deste novo movimento popular e estão apresentando um segundo projeto que somente na aparência se contrapõe ao atual. As elites, a imprensa e o próprio governo expõem novos candidatos que representariam pequenas mudanças sociais, mas não alterariam a essência do atual mo-

delo econômico brasileiro e a sua dependência ao capital internacional. Candidatos como Tarso Jereissati, José Serra, Paulo Renato, Gorotinho, Ciro Gomes e, até o petista Cristóvam Buarque, representariam esta tendência de reformismo conservador.

Nem Itamar Franco foi poupado. Para a lideran-

“Uma outra sociedade, uma outra universidade pública, gratuita, laica e de qualidade são possíveis.”

ça do MST, Itamar representa um nacionalismo sem coragem de enfrentar as causas da dependência brasileira ao mercado internacional.

A exposição de João Pedro Stédile resume muitas das falas que se seguiram. Defendeu o rompimento da política econômica com os organismos internacionais e a construção de movimentos populares que façam frente às políticas governamentais. Como proposta, ficou a construção de uma frente popular que aglutine os movimentos sociais, partidos de esquerda e sindicatos em torno de um projeto democrático popular.

Ex-presidentes participam da abertura

Maria Cristina de Moraes, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Márcio de Oliveira, Sadi Dal-Rosso e Oswaldo Maciel, todos ex-presidentes do Andes-SN participaram da mesa de abertura do Congresso em uma homenagem aos vinte anos de fundação do Sindicato. Em todos os depoimentos, a disposição de construir uma entidade referenciada nas decisões da categoria foi citada como um dos princípios do movimento dos professores universitários.

Sindicalismo autônomo

Roberto Leher encerrou a cerimônia criticando o uso de verbas públicas, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pelas entidades sindicais. Para o presidente do Andes-SN, a entidade dos docentes nasceu sob o signo do sindicalismo autônomo em relação ao Estado. Roberto citou ainda as conquistas obtidas pelos movimentos na década de 80 com destaque para a Constituição Federal. “O Andes-SN tem a clareza, como citaram alguns dos representantes aqui presentes, de que não conseguiremos mudar a situação sem intensificar os movimentos sociais. O Fórum Social Mundial indica a possibilidade de ampliarmos a luta em nível, também, internacional”. Roberto lembrou que no dia 20 de abril os movimentos sociais no Brasil e na América Latina estarão realizando manifestações contra a implementação dos tratados da Área de Livre Comércio (Alca).



GT Política Educacional

Sobre videntes e previsões

A chegada de um novo ano – e, mais ainda, o início de um novo milênio – é sempre uma boa oportunidade para videntes exercitarem seus alegados poderes de vislumbrar o que o futuro nos reserva.

O sub-reitor Gattass não deixou por menos nesta passagem de ano, quando comunicou aos professores algumas de suas previsões relativas à transição da periodização vigente na universidade para a exigida pela Resolução 1/99. Uma mensagem enviada por ele no final de 2000 para os professores desejava e previa uma “transição tranqüila” para a UFRJ.

É hora de conferir.

Sobre o SIRA, o sub-reitor Gattass dizia estar “apostando na seriedade e competência do NCE. Tenho certeza que o Novo Sistema de Registro Acadêmico (SIRA) estará completamente operacional no início do semestre.(...) **SUBSTITUIÇÃO DO COMPUTADOR VELHO** - Estamos adquirindo, via FUJB, dois grandes servidores de banco de dados, quatro SUNs UltraSpark II, chaveadores de segurança e um sistema de backup que estarão em operação em Janeiro de 2001. Assim, quando o sistema velho baseado no UNISYS for desativado estaremos com um sistema on-line capaz de processar mais de 1000 transações via Web garantido a eficiência e segurança do SIRA.”

Em mensagem posterior, o prof. Gattass avançava nova previsão: “Estamos fazendo a transição do sistema antigo de controle acadêmico para um sistema novo. Em 12 de fevereiro, neste novo sistema, os professores já poderão retirar, via WEB, as pautas de seus novos alunos. Parabéns ao NCE!”

Tanta certeza já tinha feito o prof. Gattass afirmar, numa das reuniões do CEG, que se responsabilizava pessoalmente pelo sistema de inscrição em dis-

ciplinas. É verdade que não ficou claro o que significava esta responsabilidade: o que aconteceria ao prof. Gattass caso o sistema não funcionasse, como acabou acontecendo?

Não aconteceu nada com o prof. Gattass, embora, infelizmente, não possamos dizer o mesmo dos estudantes e professores, penalizados que foram com a ineficiência do sistema. Com o período letivo já iniciado, uma enorme parcela de estudantes não conseguiu se inscrever em disciplinas e os que conseguiram se inscrever não sabem se vão mesmo obter as vagas. Até que tudo seja resolvido, muitos estudantes terão assistido as aulas em disciplinas que não poderão cursar e terão também perdido muitas aulas das disciplinas que acabam cursando.

Os professores, por sua vez, como não conseguiram cadastrar suas turmas, não sabem afinal de contas que turmas terão e com quantos alunos.

Por maravilhosas que sejam as novas tecnologias (novos servidores, SUNs UltraSpark II, etc.), elas não são capazes de implementar o que está contido em proposições contraditórias entre si e é isto exatamente o que ocorre com a situação em que a Reitoria e os colegiados superiores da UFRJ colocaram a comunidade universitária.

A Resolução 1/99 estabeleceu que:

“Art.16 – As Unidades e Órgãos Suplementares deverão proceder à reformulação de seus regulamentos, normas acadêmicas e *curricula* dos cursos regularmente oferecidos, adequando-os às inovações pedagógicas desta Resolução, no prazo de 24 meses a partir da data de sua publicação.”

A Resolução foi publicada no Boletim da UFRJ de 30/12/99, o que resulta num prazo de até o final de 2001 para que as unidades da UFRJ façam as modificações necessárias à sua implantação.

Este prazo aponta para uma implantação gradual das mencionadas “inovações pedagógicas”, mas é incompatível com: a) o calendário de 2001, que determinou o início das aulas em 12/2 e outros atos acadêmicos (inscrição em disciplinas, etc.) dentro da lógica das 20 semanas de aula; b) a exigência de que o professor tenha carga horária anual de 320 horas de aula.

No final de janeiro, a 12 dias do início das aulas, a DRE informou ter alterado os programas envolvidos na previsão de turmas. Desprezando o prazo estabelecido na Resolução, mas em consonância com o calendário 2001 e também com a nova exigência das 320 horas de aula anuais do professor, a carga horária das disciplinas seria distribuída ao longo das 20 semanas. Como as disciplinas e a carga de aulas do professor estavam programadas pelas unidades dentro da lógica de um período de aulas de 15 semanas, mas o SIRA operava com a nova periodização e o novo calendário, desprezando os prazos estabelecidos na própria Resolução, é claro que nada podia dar certo. Como estas contradições eram evidentes, não sendo necessária nenhuma bola de cristal para prever o caos que seria instalado, fica a pergunta: Por que tanto desrespeito e descaso com os estudantes e professores?

Por que tanto atropelo na implantação das “inovações pedagógicas” da Resolução 1/99? A orientação do DRE de que a carga horária das disciplinas tem que ser dividida em 20 semanas não foi um erro, como quis fazer crer o sub-reitor Gattass. Trata-se claramente da implementação a qualquer custo do novo calendário. Toda a lógica do funcionamento acadêmico está sendo subvertida por tal açodamento: **implanta-se um calendário compatível com um currículo que as unidades não têm. O novo calendário com as 20 semanas, por sua**

vez, foi decidido não para atender a um novo currículo cuja necessidade estaria sendo sentida pelas unidades, mas sim novos currículos para os cursos da UFRJ serão estabelecidos para atender a um novo calendário.

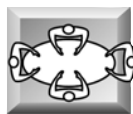
Em uma das mensagens referidas acima, o prof. Gattass também se refere à GED dos professores, avisando que “por decisão da Comissão Nacional da GED (em julho de 2000), a Carga Horária das Disciplinas deverá ser dividida por 15 para efeitos de cálculo da Carga Horária Semanal. Este fator poderá ser alterado no presente ano, mas esta mudança só valerá para a próxima avaliação da GED em 2001.”

O texto é compatível com a exigência das 320 horas anuais da Resolução 1/99, isto é, de acordo com ela e com a mensagem do Prof. Gattass, apesar de ainda não ter havido as reformas curriculares, a carga didática do professor já será – ou poderá ser? - computada dentro da lógica das 20 semanas.

Não tenhamos nenhuma dúvida: não há nenhuma disposição da Reitoria, nem dos colegiados superiores da UFRJ, para debater a nova periodização com a comunidade universitária. Um dos pontos de pauta da última sessão do CEG era bastante eloqüente: “Cronograma para o envio de reformas didáticas pedagógicas e curriculares”. O papel dos professores será o de executar mudanças que não foram concebidas por eles e com as quais eles não concordam, como tem ficado claro em todas as reuniões e assembleias promovidas pela Adufrj-SSind.

Precisamos exigir, com a maior urgência, que os representantes dos professores nos colegiados, façam o que é sua obrigação: consultar seus representados.

GTPE da Adufrj-SSind



Colegiados

Reitoria tenta impor vinte semanas às Unidades

No final do ano passado, o CEG decidiu que não haveria mudanças no atual sistema de registro acadêmico enquanto as unidades não apresentassem suas reformas curriculares até o segundo semestre de 2001.

No afã de aparentar que a nova periodização já estava sendo praticada pelas Unidades, a DRE fechou o sistema de registro acadêmico para as disciplinas que mantiveram o padrão de quinze semanas de aula. O resultado foi o caos total nos departamentos.

Rosiléia Castório Damasceno chegou cedo à sala do Conselho Universitário na manhã da quarta-feira, dia 14. Rosiléia é Chefe da Secretaria Acadêmica do Instituto de Biologia e foi à sessão do Conselho de Ensino de Graduação na esperança de ver resolvido um problema que durante pelo menos duas semanas atingiu todos os técnicos ou docentes responsáveis pelas inscrições em disciplinas e outros atos acadêmicos desta natureza.

De acordo com o calendário acadêmico

definido no fim do ano passado pelo CEG e referendado pelo Consuni, no dia 15 de janeiro as unidades iniciaram o processo de pré-inscrição dos alunos. Para isso era necessário que as turmas estivessem inseridas no novo Sistema de Registro Acadêmico (SIRA) com o nome do docente responsável e distribuição da carga horária da disciplina pelo número de semanas estabelecido nos currículos, na imensa maioria, definidos com quinze semanas de aula.

Muito simples. O problema apareceu para Rosiléia e para os coordenadores de curso quando a DRE baixou, no dia 30 de janeiro, uma norma determinado que o SIRA não aceitaria mais a carga horária das disciplinas dividida pelas tradicionais quinze semanas. Para forçar a barra e implementar a nova periodização, a DRE, sob o comando do ex-candidato a sub-reitor da graduação, professor Átila Freire, determinou que o SIRA só aceitaria disciplinas com três horas exatas de aula por semana, num total, também exato, de vinte semanas.

Caos total nas Unidades. Rosiléia era o exemplo do desespero. Na sessão do CEG, o sub-reitor Gattass e um atrapalhado supe-

rintendente Átila tentavam explicar o inexplicável. A intenção da reitoria era evidentemente: implementar as vinte semanas da nova periodização. O problema é que a grande maioria dos cursos ainda não fez o ajuste curricular previsto na resolução conjunta no 01/99, que define a nova divisão de períodos letivos.

Sem a adequação dos currículos e diante de mais uma arbitrariedade da reitoria, o conselho do CEG se viram diante da verdadeira sinuca. Aliás, bastante prevista pelos movimentos docente e discente na universidade. Como implementar as vinte semanas letivas sem que as unidades tenham feito suas reformas curriculares? Como, sem que o próprio CEG tenha definido o que poderá ser considerado atividade acadêmica para o cumprimento dos 200 dias letivos previstos na LDB e, agora, na resolução 01/99?

Colegiado já tinha definido sistema de transição

O conselheiro Antônio Cláudio, da Escola de Engenharia, apresentou a solução. Após a explicação dos responsáveis pelo novo sistema no NCE, o gerente de sistemas Gilson Tavares e o professor Marcos Borges, sobre a operacionalidade do SIRA, os conselheiros decidiram o que já tinha sido deliberado no final do ano passado. A decisão tomada em dezembro pelo CEG era de que não haveria mudança no sistema de registro no primeiro semestre de 2001. O sistema continuaria a aceitar o atual padrão de cadastramento da DRE com quinze semanas de aula e um mínimo de quatro horas semanais por disciplina.

O CEG aprovou, então, que o sistema voltará a funcionar como antes, com a possibilidade de as disciplinas serem organizadas para dez, quinze ou vinte semanas, com um mínimo de três horas semanais por turma. O colegiado aprovou também, para alívio da secretária Rosiléia, do Instituto de Biologia, e dos demais, que os períodos de inscrição nas disciplinas e alterações serão prorrogados em duas semanas, cada um.

Direção do IFCS não assume decisão de congregação

Na sessão do CEG de 14.02.01, os representantes dos estudantes questionaram a nota divulgada na semana anterior pelo sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass sobre o 'protocolo de cooperação' que teria estabelecido com a direção do IFCS para viabilizar o início das aulas na Unidade em 12 de fevereiro. Gattass respondeu as acusações de que teria forjado uma 'negociação' com a direção apresentando uma terceira nota, desta vez assinada por dois diretores da Unidade. A nota assinada pela vice-diretora do IFCS, Maria da Graça Schalcher, e pelo diretor adjunto, Francisco Carlos Teixeira da Silva, diz que apesar da 'situação emergencial', todas as matrículas da Unidade teriam sido realizadas e que o semestre letivo teria começado dentro do calendário geral aprovado pelo Consuni.

Os estudantes estranharam a posição da direção do IFCS já que a representante Isabel Mansur, em conversa com os diretores da Unidade, disse ter sido informada de que não havia nenhum 'acordo' com a reitoria para que a Unidade começasse as aulas antes do dia 5 de março.

Na última nota (veja nesta página), a direção do IFCS não confirma o início das aulas em 12 de fevereiro, expondo, inclusive, que a Unidade estava com 59 professores em férias.

Obras são pano de fundo da negociação

Quem ouviu o professor Ricardo Gattass tratar do assunto da implementação do novo calendário no IFCS pode perceber que estava em jogo uma moeda de troca entre a reitoria e a direção da Unidade. Mesmo sabendo das dificuldades operacionais e acadêmicas que envolvem todo o processo de implementação da nova periodização, a direção do IFCS parece ter aceito desafiar a decisão de sua Congregação em troca do compromisso da reitoria em reerguer uma das salas do térreo do prédio do Largo do São Francisco. A sala 103, nos fundos do Instituto, corre risco de desabamento, mas não é o único local do prédio, segundo os estudantes, que está em condições precárias de funcionamento.

Ao Senhor Sub-Reitor da SR-1 e SR-2

Prof. Dr. Ricardo Gattass

Cabe informar, em face aos equívocos sobre o semestre letivo no IFCS, o seguinte:

- 1- A rede elétrica do IFCS está sendo desligada repetidamente em função da redistribuição emergencial da carga;
- 2- Há risco imediato de desabamento, o que ocasionou oportuna e benéfica intervenção da SR-2 e SR-3;
- 3- Temos 59 professores em férias.

Apesar da situação emergencial do IFCS, todas as matrículas foram realizadas e o semestre acadêmico iniciado no dia 12.02.2001, com reunião da Congregação e atividades acadêmicas dos departamentos.

Cumprimo-me destacar que todos os laboratórios do IFCS iniciaram suas atividades com palestras, pesquisas, orientações e seminários, além da presença dos professores.

Atenciosamente

Maria da Graça Schalcher
Vice-diretora

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Diretor Adjunto


Movimento

Greve nacional à vista

Intensificar o processo de mobilização com o objetivo de retomar a greve nacional foi a principal deliberação da Plenária Nacional dos SPF, realizada em Brasília (11/2). Predominou o entendimento entre os 186 participantes da Plenária (o Andes-SN contou com 11 delegados e 5 observadores) na análise da conjuntura, quanto às estratégias e quanto ao calendário de lutas.

Os informes e posições defendidas por parte do ANDES-SN referenciaram-se nas posições discutidas pelo Setor e nos esforços realizados para articular-se o máximo possível com os encaminhamentos feitos pelas demais entidades. Foram indicados como pontos centrais da luta a questão da reposição salarial, do emprego público, da previdência social e do direito à organização sindical.

Destacou-se a disposição de enfrentamento ao governo e a necessidade de avançar a mobilização na perspectiva de retomada da greve nacional, diante da posição de intransigência do governo.

Ao lado, registram-se as principais deliberações e encaminhamentos da Plenária.

Deliberações e encaminhamentos

1. Suspensão da participação da CNESEF na mesa de interlocução, até que o governo apresente respostas concretas sobre nossas reivindicações;
2. Intensificar o processo de mobilização com vistas à retomada da greve nacional dos SPFs;
3. Discutir nas AGs o indicativo de retomada da greve nacional dos SPFs, tendo como referencia a primeira quinzena de maio, a ser deliberado na próxima plenária;
4. Realizar Plenárias Estaduais dos SPFs para lançamento unificado da Campanha Salarial de 2001;
5. Unificar as ações com os servidores das três esferas (federal, estadual e municipal). Neste sentido, aprovou-se a realização de um Fórum Unificado das três esferas, na perspectiva de construir uma agenda comum, a ser coordenado pela CUT, ainda no 1º semestre de 2001;
6. Realização de um Seminário das Entidades que compõem a CNESEF para avaliação e planejamento das atividades com data a ser definida pela CNESEF;
7. Quanto aos eixos de luta, houve o entendimento de que é necessário intensificar a luta e não abrir mão da pauta de reivindicação que foi protocolizada no MPOG, mas que também se impõem a definição de eixos prioritários no sentido de fortalecer e unificar todas as categorias dos servidores públicos, dando visibilidade e clareza às principais questões hoje consideradas pelo movimento.


Resenha

O Conselho Nacional de Educação (CNE) está analisando pedido de reconhecimento de mais de 300 novos cursos superiores em todo o país. O número, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo, diz respeito aos processos enviados pelas instituições de novembro de 2000 a janeiro deste ano. O maior problema visto pelo conselho é que a grande maioria dos novos cursos está sendo aberta em faculdades particulares. E o Plano Nacional de Educação do MEC, aprovado agora, prevê que 40% das vagas devem ser públicas. Há cinco anos, essa era a proporção. Hoje, cerca de 66% das vagas são pagas.

O governador Anthony Garotinho prometeu construir um restaurante popular para os universitários, na abertura da Segunda Bienal de Cultura da UNE. Garotinho anunciou para este ano ainda um lugar onde os estudantes possam comer por apenas R\$ 1 – bastando apresentar a carteirinha da UNE ou da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). O local a ser escolhido para a iniciativa deverá ser a Praça XV.

Relatório elaborado por técnicos do FMI (Fundo Monetário Internacional) sugere que as universidades públicas brasileiras deveriam cobrar mensalidade de seus alunos. Neste ano, o orçamento das instituições federais de ensino superior totaliza R\$ 6,14 bilhões. O ministro da Educação, Paulo Renato, não querendo desobedecer aos seus chefes do exterior, disse que não descarta completamente a cobrança de mensalidade.

O Conselho Nacional de Educação determinou o fechamento de todas os cursos de mestrado e doutorado dados no Brasil por instituições estrangeiras em convênio com faculdades nacionais. O conselho afirmou que não pode agir contra a autonomia das universidades, mas vai divulgar que os cursos não valerão nada. A Capes definirá a situação dos alunos já graduados e matriculados nos cursos já existentes.

Consuni começa o ano de olho na Faculdade de Educação

Decano do CCJE quer aproximar a COPPEAD e a FACC

A primeira reunião do Conselho Universitário do ano (08/02) foi marcada pela diversidade de temas acumulados. Falou-se de tudo um pouco, mas as primeiras decisões disseram respeito à Faculdade de Educação e à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis com COPPEAD. O colegiado máximo da UFRJ, atento à crise da FE, decidiu criar uma comissão de três membros para acompanhar os trabalhos de uma outra comissão (de sindicância) já atuando na Unidade. Até o fim dessa iniciativa, também ficou determinado que os funcionários postos em disponibilidade

de pela diretora não poderão ser pressionados pela SR-4 a se transferir para outras Unidades da UFRJ. Tão logo os trabalhos da comissão de sindicância terminem, os conselheiros serão informados dos resultados.

A recente posição alcançada pela COPPEAD entre as melhores instituições de pós-graduação na área de administração também foi motivo de júbilo entre os conselheiros. Mas também serviu para que o decano Carlos Lessa (CCJE) buscasse aproximar a COPPEAD da graduação da FACC (que apresenta vários problemas de infra-estrutura). O Consuni aprovou a formação de uma comissão para ouvir os dois lados e, se possível, a longo prazo, investir na integração entre os dois níveis de ensino.

Calendário de lutas dos SPF

28/03

Dia Nacional de Luta com paralizações e lançamento da campanha salarial, nos Estados, em Plenárias Estaduais dos SPFs

05/04

Marcha em Brasília em Defesa do Serviço Público

06/04

Plenárias Setoriais

07/04

Plenária Nacional dos SPF, para apreciar indicativo de retomada da greve para a 1ª quinzena de maio.

**Nota da Diretoria da
Adufrj-SSind sobre
decisão da
Congregação do IFCS**

Página 2

**Consuni cobra
explicações da
reitoria**

Página 2



**Carreira Única é
reafirmada no 20º
Congresso**

Página 3

**Principais
deliberações do
20º Congresso**

Páginas 6 e 7

OPINIÃO

**Condenações
sumárias e
vagas para
substituto II**

Página 8

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 23 • 5 de março de 2001

Andes-SN realiza ato pela educação

Na tarde de 20/02, quatrocentos docentes saíram da Uerj, onde se realizou o 20º Congresso do Sindicato Nacional, para um ato em defesa do ensino superior nas proximidades do Hospital Universitário Pedro Ernesto

Páginas 4 e 5

Guilherme Lessa



A PRESIDENTE DA ASDUERJ, CLÁUDIA GONÇALVES (À ESQUERDA), E O PROFESSOR ROBERTO LEHER À FRENTE DA PASSEATA



Nota da Diretoria

Direção do IFCS assumiu decisão de sua Congregação

Na sessão do CEG de 07/02, o Prof. Gattass apresentou nota em que afirmava que a direção do IFCS teria se comprometido a iniciar o período letivo em 12 de fevereiro de 2001.

A informação falsa contida na nota era grave porque comprometia a direção do IFCS com uma decisão que, se tivesse sido tomada, significaria um claro desrespeito à sua Congregação.

A direção do Instituto respondeu com duas notas que denunciaram as precárias condições em que se encontram as instalações daquela unidade e a necessidade de recursos para o seu adequado funcionamento.

Por outro lado, é patente a obstinação da Reitoria em implantar a Resolu-

ção 01/99 a qualquer custo e eliminar quaisquer focos de oposição ou resistência, acenando com recursos em troca de adesão ou vinculando-os oficialmente à periodização, como no caso do Prograd.

No boletim da Adufrj de 19 de fevereiro, publicamos, na página 3, uma matéria com o título “Direção do IFCS não assume decisão de congregação”, sobre os acontecimentos ocorridos na sessão do CEG de 14/2, concernentes à implantação da Resolução Conjunta CEG/CEPG nº 01/99 naquela unidade.

Entretanto, a Direção do IFCS manteve a decisão de começar o semestre letivo em 5 de março, conforme deliberação da Congregação da Unidade realizada em 11 de janeiro de 2001: “O IFCS

manterá o calendário de 15 semanas para aulas, de acordo com os currículos vigentes nos 2(dois) semestres, iniciando o primeiro semestre em 05/03/2001 com todos os professores em sala de aula”.

É importante destacar que a nota assinada pela vice-diretora Maria da Graça Schalcher e pelo diretor adjunto Francisco Carlos Teixeira da Silva (e reproduzida na mesma página do Boletim) não afirma, como está na matéria, que “o semestre letivo teria começado dentro do calendário geral aprovado pelo Consuni”, e sim que foi iniciado em 12/2 o “semestre acadêmico”, caracterizado por atividades como reunião da Congregação, palestras, pesquisas, orientações e seminários.

Os comentários no item “Obras são pano de fundo da negociação”, que insinuam que a direção do IFCS desafiou a decisão da Congregação em troca de verbas da reitoria para obras no prédio da unidade, foram baseados em declarações de conselheiros presentes à sessão do CEG, e do sub-reitor Ricardo Gattass, mas parecem não ter fundamento, já que a referida decisão da Congregação foi cumprida.

A polêmica e os contratempos provocados pela nova periodização, porém, continuam e não se encerram neste episódio. Os boletins e jornais da Adufrj-SSind estarão, como sempre estiveram, abertos às opiniões, críticas e manifestações de toda a comunidade.



Colegiados

Consuni cobra explicações da reitoria

Pintura no CT, sinalização no Fundão e Conselho de Minerva foram alguns dos problemas apontados

A sessão do último Conselho Universitário (dia 22/02) foi marcada pelo cerco feito pelos conselheiros em cima do sub-reitor Ricardo Gattass. Todos que se manifestaram no período de expediente levantaram algum tipo de problema na UFRJ. Até pela visibilidade alcançada nos últimos dias, a recente pintura colorida do pavimento térreo do Centro de Tecnologia (CT) e as enormes placas de sinalização nas vias do Fundão foram dois pontos bastante atacados pelos representantes.

Primeiro a se pronunciar no expediente, o decano do CT, professor Oscar Acelrad, criticou mais uma vez a forma como as decisões são tomadas na Universidade. O decano não gostou nem um pouco de tomar conhecimento da pintura no corredor térreo somente na hora em que a obra ia começar. Mesmo sendo contra a reforma, acabou recebendo uma notificação da reitoria determinando o procedimento – isso sem falar que a pintura é de gosto duvidoso (vários quadrados coloridos se misturando na frente dos blocos do Centro. Outra “benfeitoria” no *campus* sem explicação foi a instalação de placas indicativas de lugares que formalmente não existem na estrutura da universidade. De fato, quem visita

o Fundão se depara com letreiros que indicam “Ciências Exatas e da Terra; Engenharias” e outros.

Diante disto, o Consuni aprovou um requerimento para que sejam apresentados os custos da obra de pintura da entrada do CT, seus responsáveis, licitação e demais dados referentes. O Consuni resolveu ainda que os mesmos dados solicitados sejam apresentados para as novas placas que hoje existem no *campus*, que devem ser corrigidas, mencionando os Centros e Unidades em conformidade com o estatuto vigente da UFRJ. O representante dos técnico-administrativos Carlos Maldonado chegou a lembrar que as indicações das placas remetem às denominações

propostas pelo estatuto da reitoria de fins de 98/início de 99 (estatuto Moysés Nussenzevig) e rejeitado no colegiado.

Os conselheiros também questionaram a formação do que a reitoria chama de Conselho de Minerva. Criado, de acordo com seu estatuto, para “lutar pela melhoria das condições técnicas, administrativas, financeiras e didáticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, o tal conselho de Minerva não teve seu funcionamento aprovado pelo Consuni, embora tenha sua estrutura integral no prédio da reitoria e com *link* direto na página eletrônica oficial da UFRJ. E, como se não bastasse, o presidente de honra da iniciativa é o próprio professor Vilhena.

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



20º Congresso

Carreira Única é reafirmada no 20º Congresso

Por ampla maioria, decidiu-se não mexer na proposta protocolada no MEC, em 99

A questão da Carreira foi um dos principais debates do 20º Congresso do Andes-SN, realizado no campus da Uerj, de 15 a 20 de fevereiro. Os professores decidiram, por ampla maioria, não mexer na Proposta de Carreira Única do Sindicato Nacional, protocolada no Ministério da Educação, em 1999. No entanto, para se chegar a essa decisão, o movimento docente travou uma grande discussão em torno do tema. Havia, em todas as propostas, o objetivo comum de enfrentar o recente anteprojeto de Emprego Público do MEC para as instituições de Ensino Superior.

As três principais possibilidades sugeridas para a Carreira durante o 20º Congresso foram as seguintes: lutar pela ideia de Carreira Única da forma como está, incluir a carreira docente entre as carreiras típicas de Estado ou fazer alterações nas regras de transposição para a Carreira Única.

Veio da Direção Nacional do Sindicato a proposta de mudar as regras de transposição da atual carreira para a Carreira Única. A justificativa seria criar um mecanismo capaz de torná-la mais atraente para a categoria. De acordo com a Diretoria, algumas distorções de nomenclatura e de progressão por titulação poderiam ser corrigidas com a proposta de alteração. Um exemplo citado no documento da Direção Nacional dizia o seguinte: "Como explicar a um docente, Adjunto, com 18 anos de carreira (mas com título de graduado), que na nova carreira ele seria enquadrado como Auxiliar? Ainda que o salário corresponda a seu salário atual, ele estará 'voltando' ao início da carreira". Na proposta, nessa fase transitória, o docente permaneceria na mesma classe, resguardadas as diferenças salariais causadas pela falta da titulação desejada para aquela classe.

O encarregado de Assuntos Jurídicos do Andes-SN, professor Luiz Lucas, tentou passar o seu ponto de vista: "Sabemos que muitos companheiros nossos podem nos criticar, mas entendemos que essa é a melhor estratégia do momento para que a pro-



QUATROCENTOS DOCENTES SE MANIFESTARAM SOBRE OS MAIS DIVERSOS TEMAS DURANTE OS CINCO DIAS DO EVENTO

posta de carreira aprovada em 1993 deixe de ser uma bandeira de luta e seja finalmente implementada", afirmou.

Estratégia ou não, a proposta da Diretoria não convenceu a maioria da plenária do 20º Congresso. Em meio ao debate acalorado, houve até quem sugerisse a realização de um Congresso Extraordinário – seguindo orientação do Grupo de Trabalho de Carreira do Andes-SN, reunido nos dias 3 e 4 de fevereiro – só para discutir Emprego Público, mas a ideia não vingou. Predominou o entendimento de que o movimento docente deve defender a Carreira Única tal como está, pois o risco de se entrar num processo de revisão com divergências dentro do próprio movimento docente seria muito grande na atual conjuntura de ataque do MEC. A professora Solange Bretas, sindicalizada da Adufu (Universidade Federal de Uberlândia), comentou que a proposta de Carreira Única atual tomou cinco a seis anos de reflexão do movi-

Um dos momentos mais emocionantes do 20º Congresso foi quando o primeiro presidente do Andes-SN, Osvaldo Maciel, lembrou a fundação do Sindicato em 19 de fevereiro de 1980. Imediatamente, todos ficaram de pé para uma demorada salva de palmas.

mento docente. "Não é em três ou quatro meses, com Congresso Extraordinário, que vamos conseguir mobilizar os professores", afirmou. Outro docente, o professor Márcio Antônio de Oliveira, da Apes-JF (Universidade Federal de Juiz de Fora), também se manifestou. "Isso (mudança nas regras de transposição) é um Cavalo de Tróia. Sou contra essa forma de atrair a base do Sindicato com mecanismos de identificação. Greve da Educação, sim. Greve das universidades, sim. Mudança na Carreira, não", disse. O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, comentou que a discussão no 20º Congresso não seria suficiente em torno do tema e pediu que a questão fosse remetida às Assembleias Gerais para uma melhor elaboração. O delegado da Adufrj-SSind José Miguel também não se convenceu com as justificativas para a transposição. "Problema de transposição é para qualquer setor. Regras de transposição mexem no conceito de carreira, mas a prioridade é a luta contra o Emprego Público", finalizou. Por ampla maioria, então, os delegados das seções sindicais presentes votaram pela manutenção da Carreira Única protocolada no MEC.

Alguns delegados defenderam a ideia de lutar pela carreira típica de Estado para os docentes, mas foram rechaçados. O 20º Congresso decidiu que esse tipo de proposta isola os docentes da luta conjunta com os SPF e estimula uma espécie de política do "salve-se quem puder".

Oposição se retira

O 20º Congresso foi rico em debates, mas teve seu momento de divisão. Na tarde do último dia do evento (20/02), professores que representam a atual oposição à Direção Nacional do Sindicato se retiraram da plenária. Derrotados pelo voto em várias proposições, esse grupo de docentes alegou que "não sentia condições políticas para continuar no Congresso".

De acordo com o professor Gil Vicente, sindicalizado da ADUFSCar (Universidade Federal de São Carlos), dois princípios estariam sendo desrespeitados: as decisões da base das seções sindicais e o direito à pluralidade, com possibilidade de existência de uma posição antagônica ao grupo da Diretoria. Gil citou dois exemplos de votações onde supostamente esses princípios estariam sendo atacados. No entanto, nos dois casos, todas as decisões foram tomadas democraticamente pela plenária do 20º Congresso. A própria derrota da Direção Nacional na questão da Carreira reforçou o sentido de democracia e independência nas votações do movimento docente.

Enquanto o grupo de professores saía da plenária, o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, foi ao microfone e deu a sua versão para o motivo real daquela movimentação. "É sintomático que na hora de organizar o Plano de Lutas do Sindicato, esses companheiros se retirem. É a terceira vez que isso ocorre nos últimos três Congressos. Agora, esse grupo vai ter que explicar para as bases por que todas as vezes que se fala em luta, existe a retirada", criticou.

Guilherme Lessa



20º Congresso

Guilherme Lessa



PROFESSORES SE CONCENTRAM PARA A PASSEATA EM FRENTE AO PORTÃO PRINCIPAL DA UERJ. ABRAMALAS QUE O BLOCO DA EDUCAÇÃO VAI PASSAR

Docentes realizam ato pela educação

Protesto foi marcado pelo bom humor e pela disposição de luta

Os docentes presentes ao 20º Congresso não se restringiram apenas às plenárias na defesa pela Educação brasileira. Na tarde do último dia do evento (20/02), os cerca de 400 delegados e observadores fizeram uma passeata entre o *campus* da Uerj e o Hospital Universitário Pedro Ernesto, em Vila Isabel. Mesmo debaixo de forte calor, o protesto foi marcado pelo apoio da população, pelo bom humor e pela disposição de luta em 2001 no combate às políticas governamentais.

Distribuindo panfletos e apoiados por um carro de som emprestado pela Aduff-SSind, os professores tentaram esclarecer a população dos desmandos do governo Fernando Henrique com relação à Educação Pública e ao funcionalismo federal. No texto, havia referências às idéias do FMI

de cobrança de mensalidades nas instituições de ensino superior; ao polêmico projeto “Amigos da Escola”, que pede à comunidade para trabalhar de graça nos colégios, cumprindo o papel do Estado; ao acintoso envio de recursos para o pagamento de juros das dívidas interna e externa (R\$ 87 bilhões só em 2000) e aos preocupantes números da Educação, como o fato de apenas 1% dos brasileiros estar matriculado no ensino superior. No percurso até o hospital, os docentes abusaram do uso de músicas bem-humoradas e irônicas, baseadas em marchinhas de carnaval (ver página ao lado).

Os professores passaram em silêncio pela frente do hospital, onde realizaram um ato político. Várias entidades estavam representadas, como a Fasubra, a UNE, a APG/UFRJ, além de políticos de esquerda.

Diretor da União Nacional de Estudantes (UNE), o estudante Marcio Musse

comentou que a entidade estará na linha de frente com o Andes-Sindicato Nacional na luta para derrotar a política do governo para a Educação. “Para quem dizia que nada acontece no país antes do carnaval, esse ato é um sinal de que esse vai ser um ano de muitas lutas”, afirmou.

O coordenador da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) Agnaldo Fernandes, assim como o dirigente da UNE, disse que sua entidade também estará “ombro a ombro” com os docentes na luta contra o anteprojeto de Emprego Público do MEC, que impõe a celetização aos servidores.

O deputado federal Gilmar Machado (PT), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, prestigiou o evento e demonstrou suas preocupações com os rumos da área educacional no Congresso. Mas também se disse esperançoso com a recente realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. “A onda que come-

çou em Porto Alegre vai varrer o país. O Congresso está demonstrando qual o caminho que devemos seguir”, comentou. Antes da passeata, o parlamentar havia manifestado na plenária da Uerj que estava deixando a presidência da Comissão em março próximo e, infelizmente, o PSDB ou o PFL deveriam ganhar esse posto na nova legislatura.

O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, encerrou o ato. O professor aproveitou a proximidade com o Hospital Pedro Ernesto para saudar a luta dos profissionais da Saúde Pública no país, que “estão resistindo bravamente” aos baixos salários e à falta de condições de trabalho. Roberto prometeu muita luta para 2001. “Essa vinda à rua é uma sinalização clara de como vamos defender a Universidade. Vamos defendê-la no espaço público. Estamos abrindo agora a nossa marcha de 2001 ao lado dos trabalhadores do campo e da cidade”, disse.



Manuella Soares

Marchinhas embalam passeata

Ó, professor, por que estás tão triste?
Mas onde está sua estabilidade?
É que o Fernando está sucateando,
Privatizando a Universidade.

Ó, Fernandinho,
Pode esperar:
Sou professor, vou resistir, eu vou lutar
Boto o bloco na rua
Para não privatizar

Ei, você aí,
Quem manda no Brasil é o FMI
Para entrar na faculdade
Você vai ter que pagar mensalidade
Eu vou lutar, lutar até sair
O FHC e o FMI

Fernando, eu quero
Fernando, eu quero
Fernando, eu quero um aumento
São sete anos
São sete anos
São sete anos, e assim eu não agüento



IMAGENS DO 20º CONGRESSO



GUILHERME LESSA

PROFESSORES
DISTRIBUEM
PANFLETOS
EXPLICATIVOS
PARA
COMUNIDADE

JOÃO PEDRO
STÉDILE NA
ABERTURA



MANUELLA SOARES

DEPUTADO
GILMAR
MACHADO NO
ATO PÚBLICO

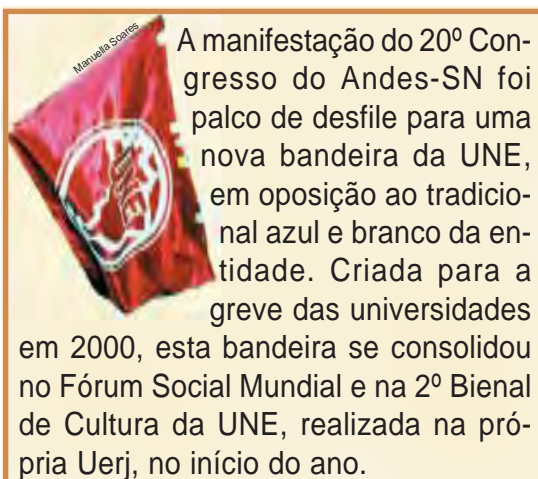


GUILHERME LESSA

DETALHE DO
PLENÁRIO EM
VOTAÇÃO

EDITORAS NO
HALL DO TEATRO
DA UERJ

DETALHE DA
PASSEATA DA
EDUCAÇÃO



Manuella Soares

A manifestação do 20º Congresso do Andes-SN foi palco de desfile para uma nova bandeira da UNE, em oposição ao tradicional azul e branco da entidade. Criada para a greve das universidades em 2000, esta bandeira se consolidou no Fórum Social Mundial e na 2ª Bienal de Cultura da UNE, realizada na própria Uerj, no início do ano.



FOTOS GUILHERME LESSA





20º Congresso

Principais deliberações do 20º Congresso

Em cinco dias de muitos debates (15 a 20/02), o movimento docente reafirmou antigos ideais para o ensino superior, mas também trabalhou as novas questões trazidas pela conjuntura

Política Educacional

O 20º Congresso aprovou que o movimento docente (MD) deve construir a resistência às políticas neoliberais, principalmente as que interferem diretamente nos setores de educação. A decisão foi motivada pelas investidas do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente as reformas no ensino superior. Segundo o texto de apoio "Reforma do Estado e Política Educacional", presente no caderno de textos do congresso, o ajuste fiscal promovido pelo governo retira as verbas de educação e saúde públicas e as transfere para os respectivos setores privados.

O texto da diretoria do Andes-SN faz referência, ainda, a dados que evidenciam a destruição da educação pública no país. "Com uma população de aproximadamente 170 milhões de habitantes, pelo menos 19,5 milhões de brasileiros permanecem analfabetos; desses, 5,5 milhões estão na faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos). Dos mais de 22 milhões de crianças entre 0 a 6 anos, menos de 5 milhões estão matriculados na educação infantil (creche e pré-escola)".

Foram rejeitadas também as diretrizes curriculares para a educação, orientadas pelo FMI ou Banco Mundial. Estas organizações nada teriam a ver com o tema, não fosse o compromisso do governo em saldar as dívidas com o sistema financeiro internacional, em detrimento da manutenção da educação pública e gratuita. Não é à toa, como foi amplamente divulgado na imprensa nacional, que dirigentes do FMI declararam que as universida-

des públicas brasileiras deveriam cobrar mensalidades de seus alunos.

Cursos de formação acelerada

Os cursos seqüenciais e profissionalizantes, liberados pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), foram também rejeitados pelo movimento docente. Os delegados consideraram que estes cursos são referenciados na lógica do mercado e reduzem a formação acadêmica.

Os cursos à distância, assim como programas especiais de formação pedagógica também rebaixariam a formação dos alunos.

Respeito à gratuidade

Uma das preocupações do MD foi aprovar a luta pela democratização da educação brasileira. Gratuidade; expansão de vagas públicas, tanto no ensino médio como na educação superior; investimentos nos estabelecimentos públicos; e valorização real dos profissionais da educação fazem parte do leque de lutas que envolveram esta democratização.

Integração

O MD aprovou que o Andes-SN promova a luta em defesa da Educação Públi-

ca, Gratuita e Socialmente Referenciada. O Sindicato deverá defender intransigentemente a integração ensino-pesquisa-extensão; assim como a integração graduação/pós-graduação.

Privatização interna

O Andes-SN fará a denúncia e o combate às diversas formas de privatização interna das instituições de ensino superior públicas. Utilização privada de recursos, pessoal, estrutura etc, através de convênios para a realização de pesquisas e prestação de serviços, será combatida pela entidade. Cobrança de taxas, mensalidades nos diferentes níveis e modalidades também foi rechaçada pelo movimento.

Institutos de Educação

O Andes-SN deverá lutar pela revogação da lei 9394/96 que regulamenta os Institutos Superiores de Educação e Cursos Normais Superiores. O MD reafirmou o papel da universidade como *locus* da formação do educador.

Em contrapartida, o sindicato lutará pela aprovação do PDL 358/00 que suscita os efeitos do decreto 3276/99 (que cria

os institutos superiores) e reafirma as universidades como locais de formação dos professores.

O MD posicionou-se contra o Fundo Nacional para Educação Fundamental (Fundef) por entender que este recurso está sendo utilizado pelos municípios para formar professores leigos de forma rápida e insuficiente, fora das IES, com o objetivo de atender às exigências da nova LDB.

PNE da sociedade

O Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira foi reafirmado como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação pública brasileira e para as intervenções do Andes-SN na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. O MD aprovou a participação do sindicato na promoção do IV Congresso Nacional de Educação (Coned) a ser realizado em novembro deste ano. A realização do Coned será articulada pela Frente Nacional em Defesa do Ensino Público, da qual faz parte o sindicato dos docentes.

O MD se posicionou, também, contrário ao PNE, recentemente aprovado no Congresso Nacional. A categoria entende que este Plano representa a proposta do governo Fernando Henrique e seus aliados para a educação brasileira.

Política de Ciência & Tecnologia

Foi aprovado que o Grupo de Trabalho de Ciência & Tecnologia do Andes-SN cuide dos tratados de livre comércio, da lei de patentes e das resoluções da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre educação e ciência que tenham influência com a Universidade brasileira e latino-americana.

O Congresso também deliberou que o Sindicato deve analisar e promover debates sobre os acordos internacionais referentes ao Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão, com entidades nacionais como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e com



ALÉM DAS BANDEIRAS DO SINDICATO E DO 20º CONGRESSO, A FAIXA DE REIVINDICAÇÃO SALARIAL PEDE 75,48% DE REAJUSTE



a Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), além dos partidos de esquerda. A implantação do Centro de Lançamento pelo governo federal desconsiderou a autonomia do município, transferindo famílias e restringindo direitos dos trabalhadores que ali residiam.

Um outro ponto importante decidido pelo Andes-SN disse respeito à transferência de empregos nacionais para o exterior através do processo de privatização. Técnicos estrangeiros vêm ao país tomar a vaga de profissionais brasileiros igualmente qualificados. O Sindicato vai articular os GTs de C&T para identificar regionalmente e nacionalmente esse processo, através de seminário, para que sejam determinadas ações em defesa do emprego nacional.

Plano Nacional de Educação e GED/GID

O 20º Congresso deliberou que, frente à política educacional implementada pelo governo FHC, o Andes-SN deve defender as metas referentes à Educação Superior expressas no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e combater a super exploração do trabalho docente através de mecanismos de produtividade (GED e GID, no âmbito federal, e seus equivalentes, com outras nomenclaturas, nas esferas estadual e municipal). Ainda sobre as gratificações, na parte do Plano de Lutas do Setor das IFES, o 20º Congresso encaminhou firme luta contra a GED e a GID e propôs manifestação, no MEC, em 5 de abril, em favor da carreira única do Andes-SN e pela imediata abertura de concurso público no RJU. A data foi escolhida na Plenária dos SPF para a Marcha sobre Brasília em Defesa do Serviço Público. O presiden-

te do Andes-SN, Roberto Leher, fez questão de enfatizar este ponto devido à recente transformação da MP da GID na Lei nº 10.187/01, no dia 12/02.

Estágio de docência

O Andes-SN posicionou-se contra o programa de estágio de docência imposto pela Capes e deliberou lutar contra a atuação, compulsória ou voluntarista, de alunos de pós-graduação nas atividades de docência dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior onde estudam.

SINPRO-SP

Uma das mais delicadas questões do 20º Congresso esteve relacionada com o Sinpro-SP. A 5ª Vara Cível de Brasília reconheceu o Andes-SN como a representante legal dos docentes da educação superior da cidade de São Paulo, fato que o sindicato paulistano se recusava a aceitar. Este, inclusive, teria recolhido contribuições sindicais indevidas ao longo dos últimos tempos. O Andes-SN decidiu iniciar os procedimentos necessários à execução provisória da dívida e, assim que tiver o dinheiro, será providenciada a devolução aos docentes paulistas. Foi acordado que esta cobrança deveria ser feita com o maior cuidado para não prejudicar o Sinpro-SP, que representa (neste ponto, legalmente) os professores de 1º e 2º graus daquela cidade.

Política de Seguridade Social

O último ponto a ser deliberado pelo 20º Congresso (já passava das três da madrugada do dia 21/02) não passou sem a reflexão do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind. Os representantes do grupo de trabalho estavam na plenária.

Diversos itens foram aprovados em

O 20º Congresso aprovou uma rodada de Assembléias Gerais nas seções sindicais (de 16 a 23 de março) para discutir um indicativo de retomada da greve unificada dos SPF

defesa da Seguridade Social, entre os quais a contribuição da Adufrj-SSind, que pediu ao 20º Congresso para que o Andes-SN aprofunde “eixos temáticos que tratam das orientações político-econômicas dos organismos internacionais, particularmente da OMC, no âmbito da seguridade social, a fim de estabelecer estratégias de luta e fortalecimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores e dos cidadãos”.

Política de Etnia, Gênero e Classe

O Congresso deliberou que o Andes-SN deve estimular as seções sindicais e as universidades a se engajarem na luta contra o racismo e as desigualdades raciais, especialmente sobre as mulheres afrodescendentes. Houve uma pequena discussão se deveria ser dado o destaque para as mulheres afrodescendentes, mas a maioria da plenária ficou convencida de que essa parte da população seria a mais discriminada e votou a favor do destaque.

Política de Comunicação

Foi aprovada uma nova estruturação da política de comunicação do Sindicato, com a divisão do setor em núcleos de Produção Jornalística e Editorial (para a revista Universidade & Sociedade) e em uma Assessoria de Comunicação. No entanto, foi remetida para o próximo Conad (em Uberlândia) a proposta de criação de um Conselho Editorial que ficaria responsável pela supervisão das matérias do jornal InformANDES. Até lá, o Grupo de Trabalho de Comunicação & Artes do Andes-SN se encarrega desta função.

Fundo de Solidariedade Sindical

Diante da recente perseguição pela UFRJ e pelo MEC ao presidente do Sindicato Nacional, professor Roberto Leher, o 20º Congresso ampliou a concepção de solidariedade sindical para diretores da Direção Nacional e das se-

ções sindicais. Agora, o fundo se justifica quando os diretores são demitidos arbitrariamente ou sem justa causa ou quando são impedidos de exercer o mandato sindical por normas dos poderes públicos ou outras regulamentações advindas de órgãos reguladores da iniciativa privada. Isso se deu porque, antes, o fundo só era estendido aos demitidos. A partir da reforma de FHC no RJU, em 1997, aos dirigentes sindicais só ficou permitida a licença sem vencimentos para desempenho de mandato classista – justamente o caso do presidente do Andes-SN. Foi rejeitada a idéia de encaminhar à CUT a proposta de criação de um Fundo de Solidariedade Sindical Cutista. A plenária entendeu que isso é tarefa que cabe aos sindicatos de base, não à central de trabalhadores.

Política Sindical

Um dos princípios aprovados no 20º Congresso foi fortalecer a organização sindical do Andes-SN, reafirmando seus princípios, seu caráter nacional, classista, autônomo e articulado com os demais setores da sociedade civil, combatendo as propostas e ações do governo FHC contra a organização sindical em geral, realizando debates, seminários e encontros.

Na parte de formação sindical, foi aprovada a idéia de o Andes-SN viabilizar cursos, seminários e debates de formação em âmbito nacional e regional, abordando a história do sindicalismo e das universidades; política educacional atual; movimento sindical e transformações do mundo do trabalho e gestão sindical no Andes-SN, entre outros pontos.

21º Congresso

Ainda sem data marcada, o próximo Congresso será realizado na cidade de Rio Grande (RS), sob a organização da APROFURG-seção sindical.



Notas do CEG

Prograd 2001

A reitoria apresentou na sessão do CEG de 21/02 a sua proposta para a distribuição de recursos do Prograd 2001 para o primeiro semestre. Os critérios serão determinados pelo CEG e Consuni. O colegiado aprovou a constituição de duas comissões sobre o tema. Uma fará a análise dos índices de crescimento acadêmico do programa que norteará a distribuição de recursos para a graduação. Outra comissão fará a avaliação dos processos das unidades que participaram da segunda chamada do Programa. Segundo o sub-reitor Gattass, são quinze os processos de unidades que apresentaram projetos de inovação didática na graduação e poderão, caso aprovados, receber uma verba de 35 mil reais por semestre durante três anos.

Seguro

O sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass anunciou que renovou a apólice de seguro coletivo para os alunos de licenciatura que estejam em período de estágio. Gattass anunciou que a reitoria está negociando um seguro geral pra os cerca de 28.000 estudantes da universidade, não só para cobertura durante a realização dos trabalhos de campo, mas também para casos de emergência em geral. Segundo a conselheira Íris Rodrigues de Oliveira, o seguro para os licenciandos em estágio nas escolas é uma exigência da Secretaria Estadual de Educação.

Bolsas

Os representantes discentes apresentaram para os demais conselheiros do CEG a preocupação com relação às bolsas de alimentação dos estudantes do alojamento do *campus* do Fundão. Os estudantes do alojamento estariam preocupados com uma possível suspensão das bolsas no final de fevereiro. Gattass disse que, segundo a reitoria, todos os programas de bolsas estudantis existentes estariam garantidos normalmente para os próximos períodos.

Sobre os programas de bolsas que foram formulados pelo documento aprovado pelo CEG sobre a política de assistência estudantil da UFRJ, Gattass disse que gradualmente vai tentar encontrar idéias para “alavancar recursos” para implementação dos programas. Atualmente somente o Profag (Programa de Apoio à Formação Acadêmica de Graduação) está sendo implementado pela SR-4.



Opinião

Condenações sumárias e vagas para substituto II

Na qualidade de conselheiras do Ceg, representando o CFCH, vimos manifestar a nossa decepção com a leitura do artigo do Prof. Arthur Arruda Leal Ferreira, do Instituto de Psicologia, publicado em 12 de fevereiro de 2001.

A opinião apresentada sobre uma sessão do Ceg de novembro de 2000 está bastante defasada no que se refere aos acontecimentos derivados daquela reunião de colegiado superior e cabe comentar algumas das situações reais, que implicaram modificações substantivas na vidas dos estudantes com entrada em 2000/2 que, porventura, tenham precisado cursar créditos externos do IP e do IFCS.

No contexto dos anos Collor aperfeiçoaram-se “a prática de condenações apressadas ou de caça-às-bruxas (sic)”, revitalizando suas variadas expressões, dentre elas a opinião do professor Arthur. Os Anos Collor chegaram na UFRJ desde a década passada, ao consolidarem um projeto neoliberal de gestão de políticas sociais, dificultando, e muitas vezes impedindo, a observação dos princípios contidos na Constituição de 1988.

As instituições federais de ensino superior parecem ser pautadas segundo lógicas de produtividade e qualidade incompatíveis com sua finalidade precípua que as distingue de uma escola de terceiro grau e esta é, na realidade, a questão que deveria reunir a comunidade acadêmica, em geral, e seus docentes, em particular.

A postura do professor expressa sérias e inaceitáveis confusões, e algumas delas serão comentadas em seguida:

1) À Reitoria desta Universidade compete a gestão e o gerenciamento de políticas acadêmicas homologadas nos colegiados competentes.

2) O Ceg, Conselho de Ensino de Graduação, não tem função adminis-

trativa. Seus representantes são professores eleitos pelos seus pares nos respectivos Centros. É da competência do Ceg a formulação e acompanhamento de políticas acadêmicas dirigidas à graduação e educação básica. É inaceitável imiscuir Reitoria e Conselhos Superiores e é fundamental esclarecer e informar que a sala onde se reúnem os colegiados superiores localiza-se no prédio da Reitoria.

3) Na sessão do Ceg, objeto do artigo do Prof. Arthur, houve denúncia de que unidades de ensino, do CFCH, do CCS e do CCMN, estavam sem professores do Instituto de Psicologia e do IFCS.

4) Estas denúncias tornaram pública uma situação lamentável por comprometerem a integralização da grade curricular de centenas de graduandos. A origem da denúncia foi a ausência de professores das referidas unidades de ensino.

5) O pedido de contratação de professores substitutos obedece a Resolução do Ceg e a editais anuais também deste colegiado, devendo as unidades de ensino requerentes, necessariamente, obedecerem aos critérios e procedimentos aprovados. Dentre estes, destaca-se o prazo de 31/10 para o planejamento do ano seguinte e a aprovação do pedido em diferentes colegiados: reunião do Departamento e da Congregação, na unidade de ensino, e homologação do Conselho de Centro correspondente (vetando-se a aprovação Ad Referendum em qualquer destas instâncias), todos com pareceres circunstanciados.

6) O Instituto de Psicologia teve o seu pedido de Professor Substituto relativo a 2001 retirado pela Diretora em exercício, na reunião do Conselho de Centro, colegiado este que não se reuniu no presente ano letivo. Deste modo, o pedido não chegou à Câmara de Corpo Docente do Ceg. Caso tivesse che-

gado, seria remetido à unidade de origem para observar a tramitação.

7) No que tange a solicitação de contratação de professor substituto relativo ao ano de 2000, a Câmara de Corpo Discente negou o pedido e, após a interposição de recurso do IP, a Plenária do Ceg aprovou o parecer da Câmara que negava, com base na baixa CDSM do departamento requerente com registro na estrutura acadêmica.

8) O Ceg não alega baixa CDSM. Este colegiado examina as peças do processo, a partir de critérios definidos publicamente e amplamente divulgados, justamente para serem matéria de controle social. Os departamentos são os responsáveis pela instrução do pedido.

9) Tampouco o Ceg tem a competência de condenar unidades ou departamentos.

É preciso registrar que as práticas sociais é que resultam episódios lamentáveis como o vivido nesta sessão.

A leitura do artigo do Prof. Arthur, colega de Centro, evocou dois processos simultâneos: a vitimização e a desresponsabilização. No primeiro caso, numa postura dualizada, o IP, de um lado, e setores dos colegiados e Reitoria, do outro, são concebidos por oposição simples e posturas antagônicas, embora as tentativas de acordo com o Reitor tenham sido mencionadas. No segundo, ao acusar e responsabilizar o outro, “setores dos colegiados superiores” e “alguns conselheiros”, as implicações de cada sujeito envolvido são expiadas, num processo mágico.

Sobre estes assuntos, decerto o professor do Instituto de Psicologia versa com melhor propriedade. É necessário, então, experimentá-los.

**Lília Guimarães Pougy (ESS),
Iris de Oliveira (FE) e Ana Lucia Soutto Mayor (CAp)**¹

¹ Representantes do CFCH no Ceg (1999 – 2002).

Reuniões do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

12/03
segunda-feira

18:00
horas

20/03
terça-feira

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:

Plano de Lutas; a) Periodização na UFRJ;
b) Emprego Público; c) Campanha Salarial



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 24 • 12 de março de 2001

www.adufrj.org.br

Assembléia Geral

22/03
quinta-feira

9:00
horas

Local:

A confirmar

Pauta:

Plano de Lutas; a) Periodização na UFRJ;
b) Emprego Público; c) Campanha Salarial
Eleição de delegado para a Plenária dos
SPF de 7 de abril, em Brasília;

Consuni dá prazo para reitoria se explicar

A sessão do Conselho Universitário de 08/03 voltou suas baterias mais uma vez para cima da reitoria. Na abertura da sessão, o sub-reitor Ricardo Gattass tentou responder às críticas da reunião anterior, afirmando que as questões polêmicas das obras no Fundão (ver boletim da Adufrj de 5 de março) estariam sendo encaminhadas à sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3), ao próprio reitor ou ao próximo encontro do Conselho Superior de Coordenação Executiva. No entanto, os conselheiros consideraram insuficientes esses procedimentos. Como se não bastasse, a essas reclamações juntaram-se novas cobranças, todas elas de alguma forma ligadas à intransigência do professor Vilhena na gestão da UFRJ. Sobre as obras, os conselheiros decidiram que a reitoria tem dez dias úteis para levantamento de dados. Se isto não ocorrer, o Consuni pode tentar a via judicial para conseguir as informações.

O professor Oscar Rosa Mattos (CT) foi enfático em sua intervenção. "Nós (Consuni) não decidimos encaminhar nada. Nós decidimos que as placas (sinalizadoras no Fundão) fossem retiradas ou modificadas, independente da vontade do professor Arouca (sub-reitor da SR-3) ou da vontade do professor Vilhena", comentou. Oscar cobrou ainda os responsáveis pela instalação das tais placas, os custos envolvidos e a participação da Prefeitura Universitária. Quando Gattass disse que as decisões levavam algum tempo para serem efetivadas numa universidade, vários representantes se propuseram a fazer o serviço com as próprias mãos.

Estacionamento

O representante dos técnico-administrativos Roberto Gambine levou à sessão do colegiado o problema do estacionamento da Praia Vermelha. A Prefeitura universitária decidiu cobrar por carro uma taxa anual de R\$ 15, mas restringiu demais os espaços das vagas. Gambine acredita que a atitude possa ser uma maneira de forçar a criação do estacionamento na área da Escola de Educação Física, vetado pelo Consuni. O colegiado aprovou uma moção para que o prefeito universitário compareça à próxima sessão ordinária (22/03) para explicar a situação.

Ainda a esse respeito, o decano do CCS, Sérgio Fracalanza, informou aos demais conselheiros que a professora emérita Margarida de Menezes estaria sendo intimada a depor na Polícia Federal no dia 4 de abril devido a supostos danos ao patrimônio da UFRJ. Na verdade, Margarida está sendo perseguida pelo reitor Vilhena por ter liderado vitoriosamente a cam-

panha contra o estacionamento na área esportiva da EEFD da Praia Vermelha, conforme o jornal da Adufrj-SSind já publicou em 20 de novembro. Naquela ocasião, alguns alunos derrubaram cercas impostas pela Prefeitura para evitar acidentes durante as práticas esportivas. O Consuni votou uma moção de solidariedade à professora e pediu o arquivamento do processo pela reitoria.

Conselho de Minerva

O Conselho de Minerva, presidido pelo próprio reitor da UFRJ e sem estatuto aprovado no colegiado, continua funcionando no prédio da universidade e com *link* na página eletrônica oficial da instituição. A desobediência ao comando do Consuni para retirar as vinculações desse órgão em relação à UFRJ foi motivo de revolta nos presentes. O próprio sub-reitor admitiu que a situação está irregular e pediu aos conselheiros que rasguem qualquer documento da entidade que apareça nos murais da UFRJ.



A UFRJ deve ser gratuita, pública e de qualidade. No entanto, o último jornal da reitoria estampou em sua manchete principal que o negócio na área de Educação é o mote do novo século (foto). Nas páginas centrais, o subtítulo diz: "o mercado da educação se expande sob impulso de demandas crescentes. Levando em conta oportunidades e tendências contemporâneas, bem como sua posição representativa para o setor acadêmico do país, a Universidade do Brasil/UFRJ (sic) discute suas estratégias de atuação".



Rápidas do Consuni

Foi aprovada por unanimidade uma moção de repúdio ao FMI proposta pelo representante discente Márcio Carvalho. Os conselheiros se posicionaram firmemente contra o estudo do organismo internacional que apregoa o pagamento de mensalidades nas universidades públicas brasileiras.

No próximo dia 15/03, o Conselho Universitário será convocado para uma sessão especial de discussão estatutária. De acordo com os conselheiros, pequenas mudanças de texto precisam ser feitas para adequar o estatuto à LDB e às determinações do Conselho Nacional de Educação. Um exemplo citado: em vez de "Ministério da Educação e do Desporto", seria "Ministério da Educação". Existe a necessidade de quórum qualificado (presença de mais de dois terços do Conselho) para votar as mudanças.

Na sessão de 22/02, o Consuni aprovou a idéia de criar um espaço próprio direto na página eletrônica oficial da UFRJ. Nesta última sessão, a conselheira Ana Ribeiro se pôs à disposição para montar o projeto do espaço virtual de divulgação do colegiado.

Sobre supostas irregularidades ocorridas no último vestibular, o sub-reitor comunicou aos conselheiros que está para ser aberta uma comissão de sindicância com o objetivo de apurar os fatos.



Opinião

Universidade Carandiru

Da Miséria Imposta à Indigência Consentida

1. Acicate da pobreza

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, é um organismo internacional criado em 1961 como sucessor da antiga Organização Europeia de Cooperação Econômica (1948), que administrava o financiamento norte-americano para a reconstrução europeia logo após a Segunda Guerra Mundial. Passou a funcionar como instrumento regulador do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), hoje ampliado e substituído pela Organização Mundial do Comércio, OMC, com objetivos e importância similares aos do FMI, do Banco Mundial e dos bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID). A OCDE abriga hoje os 29 países mais ricos do planeta e, desde 1994, formula uma série de recomendações em matéria de emprego, entre as quais: "(...) Para que os assalariados permaneçam em seus postos ou aceitem qualquer condição de trabalho, há que fazê-los entender que qualquer período de inatividade será financeiramente insustentável." [ver Enciclopédia do Mundo Contemporâneo, pg. 49, S.Paulo: Publifolha, 2000].

A OCDE também fornece diagnósticos e estatísticas que pautam a ação de agências internacionais de financiamento, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, mais imprecisamente conhecido como Banco Mundial) e, por consequência, a de governos de países clientes daqueles organismos. No início do ano 2000, com base explícita naqueles diagnósticos e estatísticas, foram publicados: a) os termos de um acordo entre a Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC e o BIRD, envolvendo um empréstimo de seiscentos e quinze milhões de dólares, para a implementação de um projeto (custo total de um bilhão trezentos e quarenta e cinco milhões de dólares) para a Educação Su-

perior no Brasil, condicionado por certos pressupostos e metas de aumento da produtividade das universidades públicas; b) um protocolo de intenções subscrito por dirigentes do MEC e de 52 instituições federais de ensino superior brasileiras (IFES) relativas a certas metas a serem alcançadas sob critérios e indicadores de produtividade.

O documento BIRD e o documento MEC se baseiam nas mesmas fontes (OCDE) e praticamente se repetem.

Por exemplo, o acordo BIRD/MEC reza que "(...) a política federal para a educação superior, até recentemente, não visava o controle dos custos ou correlacionar o financiamento à produtividade (...)" e que o principal meio para o aumento da eficiência "(...) será o suporte a novos sistemas de financiamento e estatutos reguladores, sob os quais (...) a alocação de recursos está ligada à performance tal como definida pela política de prioridades do governo", e que "(...) ao fim do programa [BIRD/MEC], o alcance da educação superior terá crescido [e] o custo por graduando terá diminuído, graças a um sistema de financiamento reestruturado (...)", adiantando que "(...) a política do MEC será a de estruturar a nova fórmula de financiamento de modo a incentivar as instituições a implementar a nova estratégia e torná-las mais eficientes e seletivas nos seus custos". [ver "Report No. PID8239 - BIRD, oct-1999/april-2000"]

O documento de compromisso MEC/IFES concorda e comemora, citando explicitamente os diagnósticos da OCDE: "(...) o número de vagas das universidades federais pode aumentar 40% até 2002, sem que sejam contratados novos professores.(...) O número de servidores está em queda (...).Com isso, [a partir de 1994] a relação alunos por servidor aumentou de 7,8 para 11,2." De fato, o anexo ao documento MEC/IFES promete aumentar em quase 50%, em 4 anos, o número de vagas no sistema federal público, com as premissas de congelamento ou redução dos gastos, do número de docentes e do número de funcionários, até pelo menos 2002.

[ver "Enfrentar e Vencer Desafios", MEC, Brasília, abril de 2000, que inclui "Protocolo" Mec/Ifes].

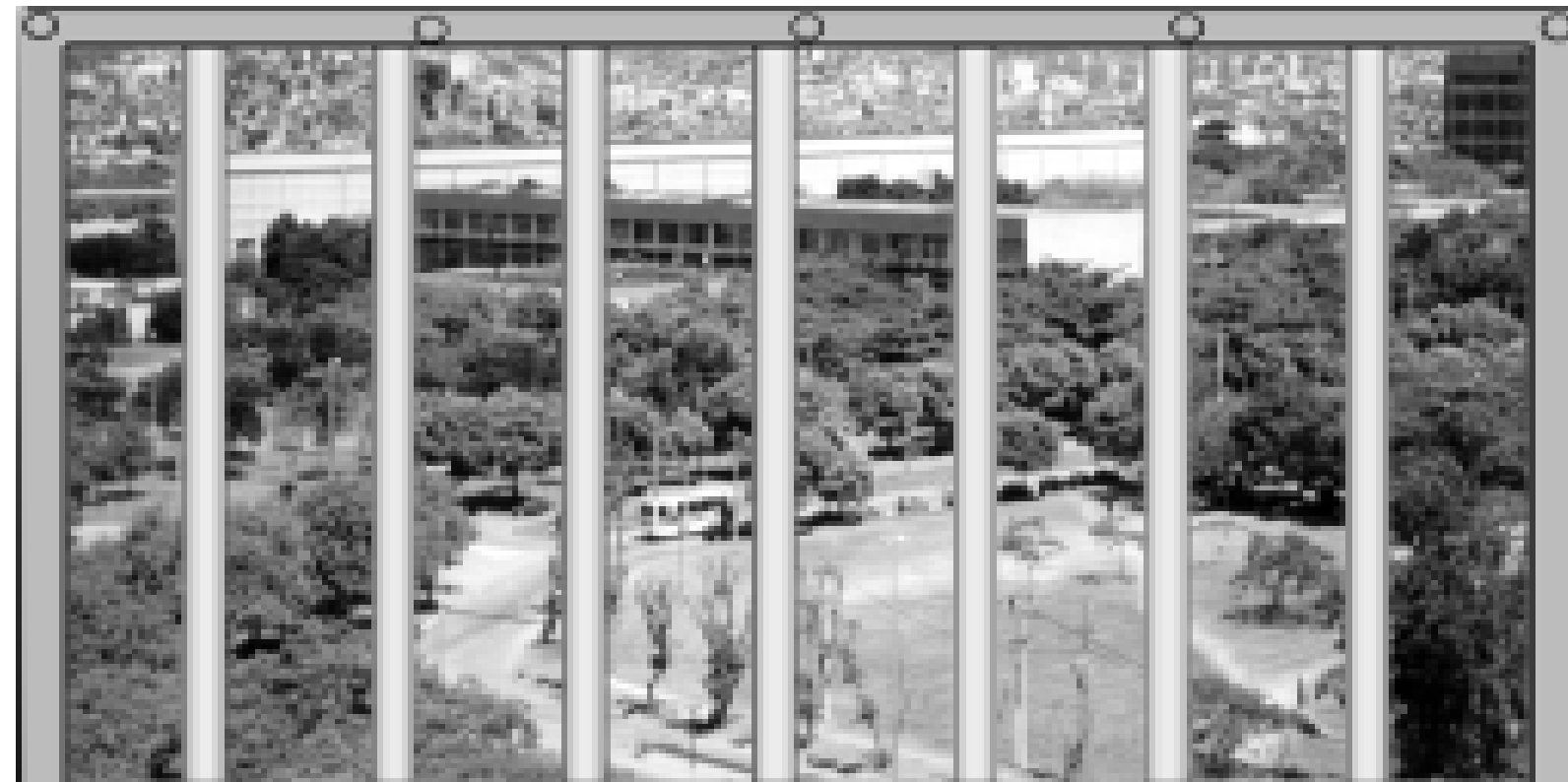
É notável que em nenhum momento os textos dos acordos BIRD/MEC e MEC/IFES falem de "falta de recursos" ou "dificuldades inerentes ao subdesenvolvimento"; há, sim, diversas observações sobre "ineficiência" e "baixa qualidade" do ensino, a partir de comparações de índices setoriais de países com dimensões, poder econômico e características culturais muito diferentes entre si.

De forma consistente com os compromissos assumidos, o MEC e a direção da UFRJ vêm tentando aplicar no interior da maior universidade pública federal brasileira os mesmos princípios e mecanismos que parecem ter sido, até hoje, no âmbito nacional e internacional, relativamente eficazes para estimular a adesão ou resignação diante de atitudes e medidas administrativas abusivas e arbitrárias, não poucas vezes humilhantes e violentas. Isso, apesar das eventuais resistências, aliás já esperadas, mas aparentemente desprezíveis sem maiores conseqüências.

Ao par Protocolo de Intenções (MEC) / Recursos (BIRD) correspondem na UFRJ a Resolução CEG/CEPG-99.1 (Periodização e Modularização) e os recursos do PROGRAD/PROLIG (programas de financiamento específicos para projetos e laboratórios de informática na graduação da UFRJ).

O disposto na Resolução CEG/CEPG da UFRJ, que implementa os acordos BIRD/MEC/IFES, encontra por sua vez o caminho de sua materialização nos critérios de distribuição de dinheiro do PROGRAD/PROLIG.

Enquanto o Protocolo MEC/IFES formaliza o compromisso de "diminuir as taxas de evasão e retenção" e aumentar em quase 50% a população discente ao lado da "premissa" de congelamento (ou redução) dos recursos humanos e materiais [ver "Enfrentar e Vencer Desafios", pg. 37-39], a Resolução da UFRJ, entre outras coisas, implementa a ampliação e intensificação do trabalho docente, a abreviação do tempo de



Universidade condenada pelo MEC/FMI

integralização dos cursos e a desregulamentação das estruturas curriculares, tendo em vista alcançar aquelas metas nos prazos estipulados.

A alocação de recursos para as unidades via PROGRAD/PROLIG, baseada exclusivamente em critérios de "produtividade", vincula a possibilidade de mesma de sobrevivência de um curso à adoção do modelo carandiru que a Resolução regulamenta. (A Casa de Detenção exibe a eficientíssima razão de cerca de 200 detentos por funcionário, segundo Drauzio Varella, "Estação Carandiru", Companhia das Letras, S.Paulo, 1999, pg. 111).

A versão doméstica universitária da "racionalidade econômica" barganha, através do PROGRAD e do PROLIG, recursos supostamente excepcionais, mas provenientes da mesma fonte -Reitoria da UFRJ (e/ou MEC) - que não repassa ou alega não dispor das dotações orçamentárias ordinárias, constitucionalmente garantidas, necessárias ao funcionamento normal da instituição.

O PROGRAD e o PROLIG funcionam assim como instrumentos de

persuasão, a serviço da Reitoria da UFRJ, ao lado das sempre oportunas excepcionais e dos acenos em direção ao crescimento institucional e pessoal diferenciado para os senatos, é claro.

2. Consolidação da indigência

Desde o ponto de vista dos índices e metas a serem alcançados a todo custo, atribui-se à nova periodização (apelidada de reforma pedagógica e curricular) o poder mágico de realizar (segundo certas simulações alucinadas, isto é, prescindindo de qualquer levantamento minimamente consistente sobre a situação real das unidades), de um só golpe:

-o enxugamento dos cursos, dos currículos e dos conteúdos - a uniformização das disciplinas e o cômputo por equivalentes-hora, a eliminação dos pré-requisitos, reduzindo o escandaloso déficit docente e material a uma questão de racionalidade na alocação dos recursos;

-o encurtamento do tempo de integralização dos cursos e da permanência do estudante na universidade,

procurando, dessa forma, atender aos índices de produtividade (OCDE/PROGRAD);

-a intensificação da carga docente em sala de aula, critério privilegiado de avaliação profissional e institucional e meio de esvaziamento do espaço reflexivo;

-a integração e universalização cega das avaliações e dos procedimentos (GED, Provão), com a sua automatização e centralização (Sigma, SIG, SIRA) e com o enfraquecimento dos Conselhos, Congregações, Departamentos e Coordenações como instâncias avaliadoras e deliberativas autônomas;

-a preparação para o treinamento à distância (Unired e vários cursos avulsos que a UFRJ já oferece), por computador ou por correio, com suplementar precarização e intensificação do trabalho do docente e do pós-graduando desviado de sua atividade, em detrimento da pesquisa, da extensão e do direito ao repouso e à reflexão;

-a transmutação e consolidação das relações de pertencimento, con-

vivência e formação universitárias como transação comercial: de um lado o "estudante" cliente e do outro a "universidade" prestadora de serviços.

As conseqüências mais imediatas dessa política perversa já são evidentes. De cabeça para baixo, partindo das divisões de grade para os currículos, das exigências de carga horária para os conteúdos, das restrições para a especificação das necessidades, dos índices e projeções para as realidades, em ensaios irresponsáveis e onerosos com base em simulações apressadas (nos poucos casos em que foram feitas) e muita arrogância, a administração da UFRJ está construindo o maior índice de evasão de sua história, os piores concursos vestibulares que a instituição já viveu, o pior sistema administrativo e de avaliação que jamais teve - e que, pela gravidade e quantidade das ilegalidades praticadas, fragiliza a instituição ao ponto de comprometer a sua sobrevivência -, um ambiente corrompido de relações baseadas na desconfiança mútua e na barganha, enfim, um clima inóspito para o exercício da crítica, da convivência saudável e do pensamento independente.

É nesse quadro que as ações organizadas dos estudantes, funcionários e docentes podem e devem conduzir a um melhor conhecimento das nossas dificuldades, compartilhando informações, resistindo às arbitrariedades das administrações, expondo e ajudando a estabelecer a responsabilidade daqueles que, pelos mais diversos motivos, contribuem para a decomposição do patrimônio cultural que a UFRJ representa. Se hoje ainda há uma universidade pública brasileira para o nosso orgulho, devemos isso à resistência daqueles que sempre acreditaram nela. A universidade vive. Viva a Universidade.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2001

Luiz Carlos Brito Paternostro
Professor Adjunto da Escola de Comunicação da UFRJ
Membro do GTPE da Adufrj



Resenha

Jornada Continental em Defesa da Educação Pública

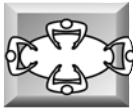
O Andes-SN participou ativamente do esforço de articulação das entidades do campo da educação, nacionais e internacionais, presentes no Fórum Social Mundial. Como resultado desse diálogo, as entidades decidiram promover dois eventos: a Jornada Continental "Salvemos a Educação dos Acordos de Livre Comércio", em 20 de abril, e o dia latino-americano de Luta contra os Tratados da OMC, a ser realizado em Buenos Aires, em 7 de abril.

Livrarias são uma raridade no país. De acordo com matéria da Folha de São Paulo, existem 2.004 unidades espalhadas pelo território, o que dá uma média de um estabelecimento para cada 84,4 mil habitantes. Roraima, Amapá e Tocantins possuem, cada um, apenas duas livrarias. Os números - publicados recentemente no Anuário Editorial Brasileiro do Grupo Editorial Cone Sul - mostram que os habitantes da região Norte são os que menos têm oportunidade de acesso aos livros por meio das livrarias. Lá existe uma para cada 215,3 mil pessoas.

Deu no Informe JB, de 3/03: "O Coppead, centro de pós-graduação em Administração da UFRJ, resolveu investir num projeto inédito no Brasil: aboliu o uso de papel no curso de mestrado e implantou o e-book, equipamento do tamanho de um livro de bolso que permite armazenar o conteúdo de 42 livros."

Reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional

O GTPE da Adufrj se reúne nesta sexta-feira, 16/03 às 9 horas, na Escola de Serviço Social. Na pauta, a Avaliação do trabalho do GTPE em 2000/2; e o Planejamento do trabalho do GTPE em



Colegiados

CEG quer solução para assistência estudantil

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (7/03), os estudantes do alojamento protestaram contra a suspensão das 'quentinhas' que eram fornecidas desde o ano passado em substituição ao auxílio-alimentação. Na sessão anterior (21/02), o estudante Bruno Lopes já havia alertado ao sub-reitor Ricardo Gattass dos boatos acerca do corte que estaria sendo anunciado para o último dia de fevereiro. De fato, o próprio CEG havia determinado em resolução, no ano passado, que as 'quentinhas' seriam suspensas em 28/02/2001. Até esta data, a Política de Assistência ao Estudante, formulada por uma Comissão de professores da Escola de Serviço Social em assessoria à Câmara Discente do CEG, deveria estar sendo implementada. Uma dos projetos contidos na política de assistência era justamente a bolsa-auxílio ao estudante de baixa renda. A bolsa resolveria o problema de alimentação dos alojados e poderia ser acumulada com outras modalidades de bolsas do 'Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico', uma das ações da política aprovada.

Cada um dos alojados recebeu um cheque da reitoria no valor de R\$ 150 para

suprir as necessidades de alimentação na primeira quinzena de março. Gattass disse ter criado o 'prêmio' como expediente para poder garantir esta verba aos alunos.

Estudantes reclamam da 'bolsa-trabalho'

A discussão em torno do corte da alimentação dos alunos alojados foi centrada na orientação da Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) de fazer com que estes adiram ao Programa de Apoio à Formação Acadêmica (Profag), criado pela sub-reitora Maria Augusta Temponi. O Profag foi muito criticado, tanto pelos alunos quanto pelos conselheiros do CEG, pelo caráter não acadêmico dado ao estágio. Muitos dos estudantes que aderiram ao programa estão cumprindo carga de trabalho semanal de 12 horas em estágios que nada tem a ver com suas áreas de formação.

O estudante do terceiro período da Escola de Educação Física e Desporto (EEFD) Magno de Jesus Oliveira está no Profag. Longe das pistas de corrida ou das águas de uma piscina olímpica, o 'estágio' de Magno consiste, como o da grande maioria dos que aderiram ao programa da SR-4, em fazer fichamentos e catalo-

gação de livros na Biblioteca do Instituto de Física. O valor da bolsa é de 260 reais por mês. Para compensar a falta de vínculo acadêmico e investir na formação 'prática', Magno conseguiu um outro estágio, não remunerado, em uma academia de ginástica. "Tive que trancar duas disciplinas para garantir a bolsa do Profag e manter um estágio na minha área", desabafa.

A situação da estudante do terceiro período de Psicologia, Andrea Lilian Paixão não é diferente. Andrea é alojada e está 'estagiando' pelo Profag na Biblioteca do Instituto de Psiquiatria (IPUB). "Tenho até acesso a alguns títulos e autores da minha área, mas, na verdade, o meu trabalho é decodificar os textos para a base Minerva, tarefa típica de bibliotecário". Andrea conta, ainda, que tem que enviar relatório de atividades quinzenalmente ao Sistema de Informatização das Bibliotecas (SIBI), que o remete para a SR-4. Como o curso de Psicologia é integral e a biblioteca do IPUB não funciona à noite, Andrea tem que utilizar horários de estudo e até de almoço para cumprir a carga horária do Profag.

CEG aprova manutenção de bolsa alimentação

O alojamento tem, atualmente, 467 estudantes moradores. Apenas 154 alunos teriam aderido ao Profag. Outros 43 estudantes têm bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), dezesseis têm bolsas do CNPq e quatorze, outros tipos. Ainda existem, de acordo com relatório da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) divulgado no CEG pelo sub-reitor, 117 bolsas Profag disponíveis.

Os estudantes presentes no colegiado reivindicaram a transferência dos recursos ainda disponíveis no Profag para a alimentação dos alojados, seja na forma de 'quentinhas', seja na implementação da bolsa-auxílio. Gattass respondeu que esta transferência dependeria de uma vontade política da reitoria que não existe, segundo o próprio sub-reitor.

Ao final, o colegiado de graduação aprovou uma moção solicitando que "o auxílio alimentação seja mantido até a efetiva implementação da bolsa auxílio ao estudante de baixa renda". (leia matéria abaixo).

Sub-reitora de Extensão adia sonho dos estudantes

Quórum estava no limite quando professora votou contra proposta dos conselheiros

A sub-reitora de Extensão, Maria José Chevitarrese, jogou por água abaixo os planos de uma Assistência Estudantil mais digna na sessão do Conselho Universitário de 8/03. A professora se negou a votar na iniciativa, alegando não acreditar que uma proposta encampada pelos estudantes e representantes dos professores e funcionários pudesse ser implantada. Uma vez que o quórum do colegiado para deliberação estava no limite, a recusa da sub-reitora adiou a iniciativa de apoio ao alojamento. A assistência estudantil só deve voltar a ser ponto de pauta da próxima sessão ordinária do Consuni, em 22/03.

Ao fim da votação, os estudantes estavam revoltados. De acordo com a representante discente no CEG presente à reunião do Consuni,

Danielle Bento, a sub-reitora se aproveitou do regimento e do adiantado da hora para dizer que não ia votar e tirou a proposta. A justificativa de que a idéia não podia ser implantada, segundo ela, não passou de um artifício. "Estamos (nós, estudantes) no limite", afirmou.

A assistência estudantil não estava pautada no Conselho Universitário, mas um recurso dos alunos ao colegiado máximo da universidade acabou sendo votado e a discussão tomou a plenária. O recurso tinha ainda o reforço da moção do CEG aprovada no dia anterior, decidindo "que o auxílio alimentação seja mantido até a efetiva implementação da Bolsa Auxílio ao Estudante de baixa renda".

O sub-reitor Gattass tentou argumentar que não havia previsão orçamentária para auxílio aos estudantes. Afirmou que não havia legalidade na iniciativa e comentou ainda que a UFMG, por exemplo, só mantém

uma política de assistência estudantil porque cobra uma taxa semestral aos universitários. Gattass defendeu então o Profag, enquanto outras alternativas seriam estudadas.

O representante dos técnico-administrativos Roberto Gambine respondeu à reitoria que a UFRJ não está fazendo nenhum favor aos estudantes ao pagar suas refeições. "Estamos cumprindo um papel institucional ao garantir que (os estudantes de baixa renda) concluam seus cursos", disse. A conselheira Ana Maria Ribeiro destruiu um por um todos os argumentos jurídicos apresentados pelo sub-reitor citando o estatuto da UFRJ. Ana, ex-estudante da UFMG, informou que a taxa semestral não sustenta a alimentação estudantil e, sim, a manutenção do diretório e dos centros acadêmicos locais. Além disso, a conselheira questionou o fato de que, com o polêmico Profag, os estudantes do alojamento estejam servindo de mão-

de-obra barata para a reitoria, substituindo o trabalho qualificado de servidores. Ana rebateu o fato de não haver previsão orçamentária para os alunos, acusando a reitoria de não ter levado essa discussão ao Consuni — uma de suas atribuições, aliás, de acordo com o estatuto.

Por fim, o também técnico-administrativo Carlos Maldonado criticou a mudança pela reitoria da Divisão de Assistência Estudantil para a SR-4, sob o comando da sub-reitora Temponi. Segundo Maldonado, a DAE pertence à estrutura da SR-1 e só poderia ser retirada por alteração estatutária, o que não ocorreu. Para viabilizar o alojamento e a alimentação, Maldonado conclamou a reitoria a pedir dinheiro na Fundação José Bonifácio, de apoio à UFRJ.

Depois da votação adiada, os alunos protestaram, cantando: "Sem comida/Não dá mais/Se não tiver/Eu vou na casa do Gattass".

Assembléia Geral

22/03
quinta-feira

9:00
horas

Local:

Salão Nobre da Decania do CT
bloco A - Ilha do Fundão

Pauta:

Plano de Lutas;
a) Periodização na UFRJ;
b) Emprego Público;
c) Campanha Salarial;
Eleição de delegados para
a Plenária dos SPF de 7 de
abril, em Brasília.

Reunião do Conselho de Representantes

20/03 18:00
terça-feira horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:

Plano de Lutas; a) Periodização na
UFRJ; b) Emprego Público;
c) Campanha Salarial

GED

**Nova
periodização
afeta
gratificação dos
professores**

Página 3

**CEG volta a
discutir
alterações no
vestibular**

Página 7

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 24 • 19 de março de 2001

Manuella Soares



Kevin Melo



Vida no Campus

Não se sabe como, mas parte das deliberações do Conselho Universitário do dia 8/03 foi finalmente cumprida. Até o fechamento desta edição, as polêmicas placas sinalizadoras do Fundão foram tiradas na entrada da Linha Vermelha e em frente ao CT. As placas localizadas na entrada do CCS; uma, próxima ao prédio da reitoria e outra em frente ao HU foram cortadas. Nos letreiros, havia referências a locais que não existem formalmente no estatuto da UFRJ, como Engenharias, por exemplo (na verdade, trata-se do Centro de Tecnologia). Os conselheiros também cobravam explicações de custos e responsabilidades sobre essa obra e a pintura do piso do corredor no CT (ver página 8).



Movimento

Andes-SN analisa projeto de emprego público do MEC

A diretoria do Andes-SN e o Grupo de Trabalho Carreira estão analisando a mais nova versão do Anteprojeto de Emprego Público das Instituições Federais de Ensino. A versão data de 22/01 e, segundo nota da Diretoria às seções sindicais, o documento segue as mesmas diretrizes gerais presentes nas versões anteriores.

O informe da diretoria do Sindicato Nacional destaca alguns pontos que devem ser objeto de avaliação preliminar da entidade. O anteprojeto cria 'empregos isolados' (art.5) para os professores associados e os técnicos especializados; restringe o regime de Dedicção Exclusiva da Educação Profissional (art. 19 e 20) – o regime DE será concedido apenas para professores que participem de 'programas ou projetos de interesse da instituição' e apenas para 20% dos professores em regime de 40 horas. O Anteprojeto exclui ainda, como nas versões anteriores, os professores do ensino funda-

mental e médio do regime de DE; apresenta uma tabela salarial e estabelece (art. 23) percentuais de gratificação por titulação de maneira diferenciada para a carreira de Educação Profissional incluindo, além dos 12%, 25% e 50% (respectivamente especialização, mestrado e doutorado), 20% por 'notória especialização profissional'. Estabelece, ainda, que os percentuais de gratificação do Professor Associado serão de 12,5% (especialização), 90% (mestrado) e 220% (doutorado). Esses percentuais, segundo o informe do Andes-SN, podem ser explicados pela tabela salarial que prevê um piso muito baixo para estes docentes.

Audiências no MEC

A diretoria do Andes-SN informou também às seções sindicais que vem reiterando junto ao MEC a necessidade de estabelecer audiências para tratar da Carreira Única, referendada no 20º Congresso da categoria (ocorrido em fevereiro, no Rio de Janeiro).



Colegiados

CEPG autoriza distribuição de bolsas

A última reunião do CEPG teve como principal ponto de pauta o resultado da seleção das bolsas de mestrado e doutorado, referentes à chamada "cota pró-reitoria". Foram distribuídas pelos diversos programas da UFRJ um total de 40 bolsas de mestrado e mais 22 de doutorado (foram reservadas cinco de mestrado e três de doutorado como reserva técnica, para atendimento de casos emergenciais). Uma comissão teve a função de estabelecer critérios para a distribuição e o fez da seguinte forma: 35% do total das bolsas foram encaminhadas para os programas de nível 6 ou 7 (de acordo com a Capes); 45% para os de nível 4 e 5 e o restante, para os de nível 3.

A análise dos pedidos levou em conta ainda o perfil da distribuição de bolsas Capes e CNPq do curso, nos últimos anos; a justifi-

cativa do pedido e a evolução do programa, entre outros pontos. Após a avaliação dos pedidos, foi constatado que cinco bolsas de mestrado seriam suficientes para o atendimento dos cursos nível 3. Como havia uma quota inicial de oito, três foram repassadas para os níveis 4 e 5. No doutorado, das quatro bolsas alocadas inicialmente para os cursos nível 3, foram realocadas duas para o nível 6 e 7.

Coleta Capes

O sub-reitor Gattass informou aos conselheiros que a Coleta Capes se encerrava naquele dia da sessão e, até onde sabia, treze programas não teriam informados os dados. Gattass não conseguiu prorrogação na Capes e, portanto, tais cursos ficariam sem notas.

Resolução 01/99 ainda não está regulamentada

Mais uma vez, foi informado que a resolução CEG/CEPG 01/99 não teria sido regulamentada em sua totalidade. A comissão mista dos colegiados acadêmicos ainda está trabalhando na questão.

Estágio docente para bolsistas desrespeita regulamentação

Os representantes discentes do CEPG expuseram a situação cada vez pior de muitos dos pós-graduandos submetidos à obrigatoriedade do estágio docente para os bolsistas Capes na UFRJ. Segundo os estudantes Flávia Braga e Diego Vaz, a regulamentação do estágio feita pelo colegiado há dois anos não está sendo respeitada (alunos não podem responder por mais que 20% do curso e o professor tem que estar presente na sala de aula). De acordo com esses representantes, muitos pós-graduandos dão todo o programa no lugar dos docentes, que só fazem assinar a pauta. Gattass pediu encaminhamento por escrito dessa questão para que a SR-2 possa realizar a fiscalização.

28 de março

quarta-feira

Dia Nacional de Luta em defesa da Educação Pública, com paralisações, manifestações e atos em todo o país e realização das Plenárias Estaduais para lançamento da Campanha Salarial dos SPF em nível estadual

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Nosso Bolso

Nova periodização afeta GED

Aulas dadas em fevereiro serão analisadas para efeito da gratificação

A nova periodização da UFRJ consegue atrapalhar onde menos se espera. Além de estar dando mais aula ao longo do ano, o professor da UFRJ corre o risco de ter sua hora-aula semanal pontuada de forma idêntica a um docente de outra universidade que tenha trabalhado com um calendário de 15 semanas. Algum professor sabe como vai ser a contabilização de sua GED com a nova periodização? O parâmetro de divisão para a contagem de aulas no semestre serão 20 semanas, as antigas 15 ou algum meio termo? Não se sabe.

Nem os próprios colegiados da UFRJ debateram o tema ainda. De acordo com o porta-voz da Comissão de Avaliação Docente (CADD) da UFRJ, professor Fernando Rochinha, isso estará sendo discutido brevemente, e uma proposta será levada aos conselhos da universidade. Atualmente, a hora-aula semanal média do docente vale 10 pontos na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* e 8 pontos na pós-graduação *lato sensu* (sem remuneração).

Independente da decisão que seja tomada, o conselheiro da Adufrj-SSind no Instituto de Física, professor José Simões, considera um absurdo que os docentes ini-

ciem suas atividades sem conhecer os critérios pelos quais serão avaliados. “A GED já é um absurdo em si; não conhecendo os seus critérios é pior ainda”, comentou.

Devido à imposição dos 200 dias de aula que obrigou os servidores a tirar férias no mês de janeiro, a comissão da GED ficou esvaziada e teve seu trabalho de análise prejudicado. De acordo com Rochinha, alguns recursos estão sendo analisados ainda, mas o prazo para pedir correções já se extinguiu. “E esses recursos, somados aos relatórios que chegaram em papel, não chegam a 5% do total de relatórios apresentados”, disse. Os próprios recursos, ainda segundo o porta-voz, não dizem respeito a um erro de julgamento da comissão, mas a algum esquecimento no fornecimento de dados ou falhas assim.

O professor comemora que tenha havido um aumento da média de pontos da UFRJ nesta avaliação – era 113,86 em 1998, pulou para 129,59 em 1999 e agora é de 132,08. “É um resultado absolutamente positivo, mas temos que ser cautelosos. De repente, os professores aprenderam a lidar melhor com o sistema Sigma e a avaliação da GED. Cabe aos colegiados da universidade fazer uma reflexão sobre esses números”, afirmou. A diretoria da Adufrj-SSind argumenta que o aumento da pontuação média não significa aumento da qualidade.

Periodização adia rediscussão dos critérios da GED

Outro problema que a periodização causou em relação à gratificação foi a ausência de rediscussão dos critérios da GED na UFRJ, tanto nos colegiados, como na comunidade universitária. Para Rochinha, com várias questões emergenciais (assistência estudantil, vestibular, substitutos, periodização etc.) sempre tomando o tempo dos colegiados, não houve como realizar esse tipo de debate, que mais uma vez foi adiado.

Rochinha se defendeu das reclamações de que o prazo para entrega dos relatórios em final de novembro (prazo estendido até o último dia de dezembro por ação judicial ganha pela Adufrj) teria sido fixado muito cedo. “As pessoas já sabiam quanto de aula iriam dar e qualquer outra atividade neste período poderia entrar por recurso. Não tem nada demais”, comentou. A diretoria da Adufrj-SSind também contesta este ponto, ironizando: “como se não fizesse diferença receber o salário correto meses depois!”.

O professor, que também faz parte da Comissão Nacional de Avaliação Docente, adiantou que será preparado um relatório nacional da GED. “Estamos dependendo da chegada dos relatórios locais”, completou.



Resenha

Os servidores federais se preparam para mais uma batalha política contra o governo Fernando Henrique Cardoso. Tentarão barrar, pela sexta vez, a iniciativa da União de cobrar o desconto previdenciário nos contracheques dos funcionários inativos. O governo agora quer alíquotas progressivas (13% a 15%) quanto maiores forem os benefícios. Salários abaixo de R\$ 900 ficariam isentos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), as mulheres estão conquistando os campi das dez maiores universidades brasileiras: em 791 cursos, há 146.727 mulheres matriculadas contra 136.871. Na UFRJ, são 14.547 mulheres para 13.386 homens.

Notícia da página eletrônica do MEC informa que mais de 1,5 mil programas de pós-graduação acompanhados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) receberão, este ano, novos conceitos após serem submetidos à avaliação trienal. Na última avaliação, foram analisados 1.293 programas em todas as áreas de conhecimento. Deste total, 646 eram de mestrado e doutorado, 620 só de mestrado e 27 só de doutorado.

Um estudo do Instituto de Medicina Social da Uerj, em parceria com o CNPq, concluiu que os pesquisadores brasileiros nunca estiveram tão valorizados. De acordo com matéria da Gazeta Mercantil, de 13/03, o número de profissionais que terminam o doutorado cresce de forma surpreendente. Em 2000, o país formou 5 mil novos doutores, contra mil em 1990. Para cada 50 graduados, apenas um chega ao fim do doutorado. (anualmente, 300 mil estudantes brasileiros encerram o terceiro grau).

Nota da coluna “No ponto”, do Jornal do Brasil, de 14/03, informa que a Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, é a preferida por bolsistas brasileiros financiados pela Capes na busca pelo título de doutor. “São 26 alunos, a maior média por universidade. É a campeã pelo segundo ano consecutivo. Em 1998, o título pertencia à Universidade de Londres e, ano passado, a mais cobiçada era a Universidade de Barcelona.”

Anote

DCE recebe calourada

O Diretório Central dos Estudantes continua realizando eventos para receber os calouros da UFRJ:

20/03 - terça-feira - na sala 106 do IFCS, ao meio-dia, haverá um debate com o tema “Ciências Humanas pra quê?”, com os professores Francisco Carlos da Silva (IFCS), Franklin Trainé (IFCS) e Romildo Porto (UFRRJ);

21/03 - quarta-feira - às 11h30, será a vez do tema: “Alimentos Transgênicos e Saúde”, com Leila Oda (presidente do CNT-Bio) e MST no Centro de Ciências da Saúde;

22/03 - quinta-feira - será realizado um ato no prédio da reitoria em defesa da Assistência Estudantil, durante a reunião do Conselho Universitário, pela manhã;

23/03 - sexta-feira - no auditório Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha, será realizado o debate com o tema “Conjuntura, Projeto Neoliberal e o Desmonte da Universidade Pública”, com Maria da Conceição Tavares (IE-UFRJ), Agnaldo Fernandez (FASUBRA) e Ana Maria Ribeiro (representante do Consuni)

30/03 - sexta-feira - no Colégio de Aplicação, às 13h30, será a vez da exibição do filme “Santo Forte”


Documento

Projeto MEC/BIRD 2000

No último boletim da Adufrj (12 de março), as páginas centrais trouxeram o artigo “Universidade Carandiru” do professor Luiz Carlos Brito Paternostro, da Escola de Comunicação da UFRJ e membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj. Desta vez, o jornal abre espaço para a tradução de um relatório do Banco Mundial sobre o “Projeto de Aperfeiçoamento da Educação Superior no Brasil”.

O documento é de significativa importância para a comunidade universitária entender o pensamento de quem realmente orienta a Educação no Brasil. Não é o MEC. Este ministério apenas busca implementar o que lhe é mandado por seus superiores em Washington.

Particularmente no caso da UFRJ, o professor acredita que o disposto na resolução CEG/CEPG da UFRJ, que implementa os acordos BIRD/MEC/IFES, encontra por sua vez o caminho de sua materialização nos critérios de distribuição de dinheiro do PROGRAD/PROLIG.

Nº do Relatório: PID8239
Nome do Projeto: Projeto de Aperfeiçoamento da Educação Superior no Brasil
Região: América Latina e Caribe
Setor: Educação
ID do Projeto: BRSE65527
Mutuário: República Federativa do Brasil
Agência Implementadora: Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC)
Data de Elaboração: 8 de outubro
Data de Avaliação: 1º de fevereiro de 1999
Data Prevista do Conselho (Expected Board Date): 20 de abril de 2000

1. Antecedentes do País e do Setor

O Alcance/Acesso é inadequado: menos de 12% do grupo na faixa etária correspondente cursa educação superior. O que é bastante baixo, em comparação com outros países na região (Argentina 41%; Peru 40%; Uruguai 30%; Venezuela 29%; Chile 27%. (Unesco 1995) e com a média de 49% nos países da OCDE. A mera duplicação do número de vagas oferecidas, contudo, não duplicará a taxa de cobertura, porque um grande número de jovens brasileiros está alcançando a idade para cursar a universidade. Nos últimos 15 anos, o crescimento da oferta privada de educação superior foi aproximadamente igual ao crescimento moderado do grupo da faixa etária correspondente, mas agora grandes incrementos absolutos da oferta serão necessários simplesmente para manter a taxa corrente (e inadequada) de cobertura. Além disso, as taxas de conclusão das escolas secundárias estão crescendo fortemente e trabalhadores brasileiros mais velhos estão em busca do terceiro grau. Em suma, uma percentagem maior de um número crescente de brasileiros procura educação superior e o sistema não pode acompanhar esta demanda sob as condições existentes.

As instituições públicas são ineficientes: o custo por estudante nas instituições públicas (por exemplo, aproximadamente R\$14.000,00 ao ano no sistema federal) é equivalente ao das médias dos países da

OCDE, enquanto que a qualidade não é. A rigidez do financiamento e a regulamentação (especialmente a política de pessoal) criam um forte desincentivo para a eficiência de custos ou qualidade. A universidade pública tem sido financiada com base no insumo. A política federal para a educação superior, até recentemente, não tentou controlar custos ou correlacionar o financiamento à produtividade. Outras leis e regulamentações, fora do controle ou da influência do MEC, criaram incrementos dos custos embutidos que não aperfeiçoaram o alcance, a qualidade ou a pertinência da educação. Os reitores das universidades têm procurado, tradicionalmente, mais obter recursos do governo federal do que gerenciar eficazmente os recursos em suas instituições.

A qualidade e a pertinência são baixas: com umas poucas exceções notáveis, a qualidade da instrução e a pertinência do currículo estão abaixo dos padrões desejáveis (razoáveis). Historicamente, o sistema brasileiro – como aqueles da Europa continental – está orientado para proporcionar treinamento profissional, antes que educação geral ou interdisciplinar. Os que detêm um primeiro grau universitário (graduados) estão autorizados a praticar a profissão graças a seus diplomas. Tais sistemas têm tido êxito, têm sido produtivos e de alta qualidade sob uma variedade de condições. Contudo, no Brasil, graças principalmente a uma regulamentação restritiva do mercado de trabalho, a influência das associações profissionais no estabelecimento dos currículos e do número de cursos/vagas tem servido antes para limitar o suprimento de trabalho profissional do que para satisfazer as demandas do mercado de trabalho. Além disso, no sistema público brasileiro, uma falta de coerência na pesquisa, no ensino e nas políticas de progressão de carreira nas instituições públicas têm levado, freqüentemente, a uma concentração de professores fazendo pes-



quisa especializada em detrimento do ensino de graduação. Contrastando com isso, muitas instituições privadas orientam-se pelo lucro e, assim, não realizam qualquer pesquisa nem pagam os salários necessários para atrair e reter professores de alta qualidade.

O sistema é injusto: o sistema público proporciona uma educação de maior qualidade, não cobra taxas e limita o número de vagas. A competição para admissão é feroz, e os estudantes ricos se saem melhor porque podem freqüentar escolas privadas de elite e cursos preparatórios para os exames vestibulares.

O acesso e a qualidade são regionalmente desiguais: em 1996, setenta e oito por cento das instituições de educação superior (que representavam 74% do total de matrículas) estavam nas regiões sul e sudeste do país. As instituições de melhor qualidade estão concentradas principalmente naquelas regiões. Em cidades como São Paulo, existem

atuamente mais oferta de vagas do que estudantes matriculados. Na maior parte do resto do país, a situação se inverte.

2. Objetivos do Projeto

O objetivo de desenvolvimento do projeto é aumentar o acesso à educação de terceiro grau e facilitar a transição para um sistema mais adequado (diverso), de maior qualidade e mais eficiente. O meio principal para aumentar o acesso no sistema privado será um programa de crédito educativo para estudantes qualificados mas carentes. O meio principal para aumentar a qualidade, a eficiência e a pertinência será o suporte a um novo sistema de financiamento e a uma nova estrutura reguladora sob os quais as instituições estejam livres para tomar decisões, mas a alocação de recursos esteja vinculada ao desempenho (performance), assim definido pela política de prioridades do governo.

3. Descrição do Projeto

O propósito do programa é aperfeiçoar a formação de capital humano no Brasil pelo aumento do acesso à educação superior, de sua qualidade, pertinência e eficiência. Espera-se que um aperfeiçoamento da formação de capital humano, a longo prazo, contribua para o crescimento econômico e que dissemine efeitos positivos para a sociedade civil. Ao final do programa, a cobertura (alcance) da educação superior terá crescido (em proporção ao grupo etário pertinente), o custo por graduado terá diminuído, graças à reestruturação do sistema de financiamento, e a qualidade da educação proporcionada terá aumentado, graças principalmente ao incremento da autonomia para as instituições de educação superior e a uma descentralização das tomadas de decisões através do sistema.

4. Financiamento do Projeto

O custo total do projeto está estimado

em \$1,345 milhões, dos quais o empréstimo do Banco cobrirá \$615 milhões.

5. Implementação do Projeto

A implantação do projeto será determinada durante a Preparação.

6. Sustentação do Projeto

A primeira questão crítica quanto à sustentabilidade gira em torno da solvência financeira do programa de crédito educativo (*student loan program*). Opções de retorno (pagamento) e métodos de arrecadação terão que superar uma tradição de taxa de inadimplência inaceitavelmente altas. Os incentivos devem ser estruturados para manter tanto a inadimplência como os custos administrativos dentro de um mínimo razoável.

A segunda questão crítica para a sustentabilidade envolve a adoção incompleta ou parcial da nova estrutura de autonomia pelas instituições federais. Muitas das universidades federais de ponta (aquelas com as mais fortes capacidades administrativas) têm indicado uma vontade de se tornarem “pioneiras” no uso (“*early adopters*”) das liberdades que serão oferecidas. Outras podem mostrar uma maior resistência. A política do MEC será a de estruturar a nova fórmula de financiamento de forma a incentivar as instituições a implementarem a nova estratégia e a se tornarem mais eficientes nos seus custos e seletivas no aperfeiçoamento da qualidade de seus programas.

7. Lições aprendidas com operações anteriores no País/Setor

O Banco tem extensa experiência na região em educação superior, grande parte da qual em projetos com tarefas gerenciadas por membros da equipe de preparação deste projeto. Há duas lições principais para o plano do projeto: em primeiro lugar, mudanças fundamentais dos sistemas são obtidas pela criação dos meios de financiamento de metas de políticas de su-

porte. Investimentos complementares podem ser necessários, mas é difícil que promovam reformas radicais. Em segundo lugar, no que diz respeito ao crédito educativo (*student loan*), uma forte análise técnica da viabilidade financeira do plano e a credibilidade das pressuposições de retorno (pagamento) são essenciais para a solvência do programa.

8. Categoria da pobreza. Não aplicável

9. Aspecto ambientais. Categoria C

10. Categorias de Objetos do Programa. Educação

Contato:
The InfoShop
The World Bank
1818 H Street, NW
Washington D.C. 20433
Telephone: (202) 458-5454
Fax: (202) 522-1500
Lauritz Holm-Nielsen
Task Manager
(202) 473-6712

Nota: Esta é uma informação sobre um projeto em evolução. Certas atividades e/ou componentes podem não ser incluídas no projeto final. Processado por InfoShop [WorldBankGroup] na semana que terminou em 15 de outubro de 1999. A educação superior brasileira é, de um modo geral, um serviço não comercializável cujo custo não é afetado significativamente pelo preço da educação superior em outros países. Por isso, estabelecer custos em termos de outras moedas mais estáveis pode levar a equívocos por causa das flutuações nas taxas de câmbio no Brasil. Quando o real estava “supervalorizado”, os custos pareciam exorbitantes. Depois da desvalorização recente, uma comparação em dólares poderia mostrar falsamente uma diminuição de 40% nos custos de 1998 para 1999. Os custos são melhor avaliados pela comparação com os preços domésticos (tais como a percentagem de um salário inicial médio de um graduado, o custo de um carro, de uma casa, ou de alguma outra cesta de produtos). Uma tal comparação mostra que os custos da educação superior pública são, no mínimo, tão altos como nos países da OCDE.

(tradução: Luiz Carlos Brito Paternostro)



Colegiados

Estudantes reclamam da falta de professores no IFCS

Sem aula, 60 alunos do ciclo básico foram ao CEG reivindicar contratação de professores substitutos

Os estudantes do primeiro e segundo períodos do curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) iniciaram o período letivo sem professores em algumas disciplinas obrigatórias e reivindicaram, na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (14/03), que o colegiado aprovasse a contratação de três professores substitutos para suprir as turmas. A Câmara de Corpo Docente do CEG havia negado o pedido de renovação dos professores substitutos para a Unidade.

O pedido de renovação foi recusado, segundo o presidente da Câmara, Antônio Cláudio, porque a Unidade não cumpriu os prazos para envio das solicitações, além de não ter apresentado, na solicitação de alocação das vagas, documentação suficiente, principalmente em relação à carga de trabalho dos professores na pós-graduação. "Infelizmente, a Unidade perdeu todos os prazos exigidos pelo MEC para que a universidade proceda as contratações ou renovações de substitutos". O conselheiro disse entender o drama dos alunos, mas explicou com detalhes o procedimento e o calendário que as unidades e departamentos devem cumprir para terem seus pedidos aceitos.

Critérios

Segundo o presidente da Câmara, um dos critérios para que a contratação de substituto seja aprovada é que o departamento solicitante tenha uma carga horária média semanal de 12 horas aula para cada professor. O afastamento de professores para cargos de direção ou aperfeiçoamento também é aceito como justificativa para os pedidos. "A câmara só aceita alocação de vagas com evidente carência ou alguma especificidade do corpo docente comprovada na documentação", explicou. Ainda segundo o professor, foram alocadas 252 vagas para substitutos, este ano, nas várias Unidades da universidade. Destas vagas, 80 foram prorrogações de contratos.

Manifestação

Antonio Claudio recebeu dos estudantes um abaixo-assinado reivindicando que o CEG

aprovasse a contratação de substitutos. Os estudantes fizeram uma manifestação para que o assunto fosse rediscutido e pediram aos conselheiros a aprovação das contratações. O processo dos três substitutos não estava na pauta daquela sessão, mas, segundo as representantes do CFCH no colegiado, Lilia Pougy e Ana Lucia, o processo teria passado regularmente, com toda a documentação necessária, na reunião do Conselho do Centro, na Segunda-feira, dia 12/03.

O colegiado decidiu ouvir um dos representantes dos estudantes do IFCS, Hildebrando, do segundo período. "Não estamos defendendo a não existência do processo e dos procedimentos para a contratação dos professores, mas se o processo de requerimento não é só burocrático, esperamos que estudantes sem aula não sejam tratados como burocracia", disse manifestando a angústia dos alunos por não terem iniciado todas as disciplinas do curso.

Os estudantes disseram que também foram à direção do IFCS reclamar a falta de professores nas salas, mas obtiveram a resposta de que não havia a possibilidade da Unidade alocar professores do quadro, pois estes estavam comprometidos com outras aulas na graduação e atividades também na pós-graduação.

Sub-reitor encaminhou pedido de alocação

Na mesma sessão, foi encaminhado pelo sub-reitor Ricardo Gattass um processo solicitando que o CEG aprovasse a contratação de quatro professores substitutos para o curso de Biologia (do Instituto de Biologia) e cinco para o curso de História (do IFCS). A necessidade dos pedidos surgiu a partir de um erro administrativo cometido pela Comissão de Vestibular durante a divulgação dos resultados das provas para o ingresso neste ano. O erro gerou uma demanda de estudantes maior do que a prevista para estes cursos.

A situação dos alunos do IFCS sem aulas, embora estivesse relacionada ao outro processo, que ainda não havia chegado ao CEG, pesou na avaliação de vários conselheiros, que viram na contratação de substitutos para os alunos inesperados do curso de História uma possível solução emergencial para o problema dos outros alunos, se fosse aprovado o adendo pro-

posto por Gattass, de deixar a carga da Unidade a distribuição interna das vagas. Esta solução não agradou a muitos dos conselheiros, para quem o impacto do aumento do número de alunos nestes cursos deveria ter sido apresentado à Câmara Docente e ao CEG para que as vagas fossem aprovadas, e que reclamaram bastante da falta de informações no processo por parte das unidades envolvidas.

A proposta de Gattass acabou sendo rejeitada e foi aprovada a do conselheiro Cláudio Limeira de delegar à Câmara de Corpo Docente a decisão final, em regime de urgência, sobre o caso.

O colegiado decidiu ainda que o Instituto de Biologia e o IFCS deveriam encaminhar os relatórios do ano de 2000 e o planejamento de 2001, com o número, o nome dos professores e a carga docente semanal referentes aos cursos para os quais as vagas estão sendo solicitadas. Estes relatórios deveriam chegar à Câmara de Corpo Docente até sexta-feira, 16/03. O Colegiado decidiu também que a direção do IFCS designasse em caráter emergencial professores do quadro efetivo para as turmas que estivessem sem aula enquanto o processo de avaliação e contratação dos professores substitutos estivesse em curso.

Reserva técnica

Durante a sessão ordinária, o professor Gattass disse várias vezes que, embora tivesse certeza da necessidade de aprovar as contratações para os cursos de História e de Biologia, só colocaria em prática o que o CEG aprovasse, já que não podia resolver pessoalmente a questão porque o próprio colegiado havia retirado dos sub-reitores a chamada "Reserva Técnica de Vagas" (cotas de vagas que eram distribuídas pela reitora, diretamente, sem passar pela apreciação do colegiado).

No entanto, Gattass voltou a mencionar o assunto antes do início da sessão extraordinária que tratou do vestibular 2002 (ver matéria na página 7), quando disse que tinha sido informado de que afinal ele tinha, sim, uma "reserva técnica", que poderia utilizar para aprovar as contratações dos substitutos, independentemente da decisão que o CEG viesse a tomar. Nesta ocasião, os estudantes já haviam se retirado do plenário e não houve manifestação dos presentes.

Anote

Escola de Engenharia comemora 209 anos

Em abril, a Escola de Engenharia da UFRJ estará comemorando seus 209 anos de fundação. Uma grande festa está sendo planejada pela direção da EE reunindo sugestões de toda a comunidade universitária. As contribuições podem ser depositadas em urnas nas secretarias de ensino de cada habilitação do Centro até o dia 30 de março.



Jornada Continental pela Educação

O Andes-SN participou ativamente do esforço de articulação das entidades do campo da educação, nacionais e internacionais, presentes no Fórum Mundial. Como resultado desse diálogo, as entidades decidiram promover dois eventos: a Jornada Continental "Salvemos a Educação dos Acordos de Livre Comércio", em 20 de abril e o dia latino-americano de Luta contra os Tratados da OMC, a ser realizado em Buenos Aires, em 7 de abril.



Reunião do Setor das IFES

No dia 4 de abril, haverá Reunião do Setor das Federais, com a participação de docentes da carreira de 1º e 2º graus para discutir questões relacionadas a esse segmento docente e à preparação da manifestação do campo da educação no MEC, no dia 5 de abril. No dia 6, o Setor se reúne novamente para avaliar as atividades desenvolvidas e para considerar o resultado da Rodada Nacional de assembléias gerais sobre o indicativo de retomada da greve unificada dos SPF.



Colegiados

CEG volta a discutir alterações no vestibular

Conselheiros criticam propostas como aproveitamento do ENEM e prova objetiva

Depois de haver decidido mudar novamente o vestibular para 2002, o Conselho de Ensino de Graduação realizou uma sessão extraordinária na última Quarta-feira (14/03) para definir o novo edital. O colegiado já havia decidido o fim da redação como prova eliminatória, e a abrangência nacional do concurso. Depois de alguns problemas ocorridos no último concurso, o Coordenador Acadêmico da Comissão de Vestibular, Herli Menezes, decidiu apresentar para apreciação dos conselheiros propostas de modificação para o próximo concurso.

ENEM é criticado

O CEG deverá se reunir ainda uma ou duas vezes até que o edital – que tem que estar pronto até o dia 30 de março – seja definido. Entre as alterações, Herli propôs o aproveitamento do Exame Nacional do Ensino Médio como forma de acesso alternativa ao vestibular. Neste primeiro debate, a proposta foi bastante criticada. Para a professora Ana Lúcia, do Colégio de Aplicação, e para Sérgio Machado, Coordenador de Graduação do Instituto de Química, o ENEM, apesar de estar sendo aplicado por duas universidades públicas (Unicamp – modelo híbrido, com utilização da nota como parcela no cálculo final da pontuação; e USP), não preenche os requisitos do concurso da UFRJ, além de ser um teste de avaliação governamental de amplitude nacional.

Tratamento diferenciado

Um tratamento diferenciado para carreiras que exigem o Teste de Habilidade Específica foi também proposto pela Coordenação do Vestibular. A idéia é que caso um candidato de uma destas

carreiras (Música, Dança, Direção Teatral etc) não consiga obter os pontos suficientes nas provas julgadas específicas do seu grupo, as provas de habilidade específica possam ser usadas como critério de aproveitamento para o acesso à instituição.

Licenciatura Noturna

O professor Herli apresentou a proposta de remover a prioridade de escolha dos candidatos pela opção do curso noturno nas Licenciaturas. A proposta nem chegou a ser apreciada pelos conselheiros que se detiveram a temas ainda mais polêmicos como a prova objetiva.

Concurso será realizado em outras capitais

A Coordenação de Vestibular propôs aos conselheiros que as provas para o ingresso na UFRJ sejam realizadas também nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Brasília e Campina Grande.

Nota mínima

Os conselheiros discutiram também a possibilidade de se retirar as notas mínimas exigidas nos grupos II (tecnológicas) e V (humanas) ou estabelecer uma metodologia de aproveitamento das vagas quando o número de candidatos que obtiverem a pontuação necessária for menor do que a oferta.

Prova objetiva não convence

Entre as propostas do professor Herli, a prova objetiva como fase eliminatória ou de qualificação foi a que tomou mais tempo do debate dos conselheiros. Para Herli, só o aumento da demanda de candidatos (que pode ultrapassar 70.000 vestibulandos no próximo concurso) já seria um motivo para a mudança da prova.

A professora Ana Lúcia, do Colégio de Aplicação, defendeu que os Grupos de Trabalho por Matéria – com a participação de um professor da dis-

ciplina do Colégio de Aplicação – fossem novamente constituídos para discutir qualquer alteração na constituição das provas e na concepção de modelo do concurso. “Além de ser um sinalizador do perfil do graduando, o vestibular é uma diretriz para a prática do ensino médio”, disse, enfatizando que o concurso de ingresso da UFRJ, totalmente discursivo desde 1988, é uma referência para as escolas. “É um modelo que trabalha o não previsível, que exige do candidato uma fundamentação do seu raciocínio”.

Ana Lúcia lembrou também que o CEG passou um ano inteiro discutindo a proposta da prova de redação ser estabelecida como uma etapa eliminatória e considerou fundamental que os grupos de trabalho voltassem a se reunir para apreciar qualquer nova alteração no concurso.

Modelo anterior

O professor Antonio Cláudio, da Escola de Engenharia, sugeriu, em função do pouco tempo para redefinir qualquer modelo, que o CEG deliberasse pela volta ao modelo anterior (vestibular 2000) com três dias de prova, sem nenhuma fase ou exame eliminatórios. A representante dos estudantes, Isabel Mansur, aprovou a idéia do conselheiro e disse também não concordar com a aplicação de provas objetivas no concurso de ingresso na universidade.

Ainda com as avaliações em andamento, o professor Gattass suspendeu a sessão às 15:30 alegando ter providências inadiáveis a tratar, decorrentes das deliberações da sessão ordinária anterior. A próxima reunião ordinária do CEG está cancelada e no seu lugar ocorrerá uma reunião extraordinária para continuar a discussão sobre o vestibular 2002.



Rápidas do CEG

Gattass quer implementar bolsas de monitoria e tutoria na graduação

Ainda no início da sessão do CEG, o sub-reitor Ricardo Gattass anunciou que pretende dar andamento à política de assistência aos estudantes implementando bolsas de monitoria e tutoria na graduação. Gattass disse que estas bolsas nada teriam a ver com os programas regulares da Capes na pós-graduação. A representante estudantil no colegiado, Isabel Mansur, foi contra a discussão deste tipo de bolsa pelo CEG antes que o Consuni se manifeste em relação ao problema do auxílio-alimentação dos estudantes alojados no *campus* do Fundão. “Não temos nada contra as bolsas de monitoria, mas na semana que vem (sessão de 22/03), o Consuni irá tratar deste assunto (bolsas alimentação). Acho que devemos esperar a decisão deste colegiado”, disse, preocupada com a garantia da distribuição dos recursos – que a própria reitoria insiste em dizer que são poucos – para a assistência estudantil.



A página eletrônica da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br>) traz importantes informações para a declaração de imposto deste ano. O prazo para apresentação do documento se encerra em 30 de abril, mas os interessados já podem baixar um programa específico da Receita neste *site* para adiantar a declaração, que poderá ser transmitida via internet, ou ser entregue em disquete nas agências bancárias autorizadas ou nas unidades da Secretaria da Receita Federal. Os visitantes desse endereço virtual também podem ter acesso a toda legislação tributária e instruções gerais para fazer a declaração.



Colegiados



Vida no Campus

Manuella Soares

Vilhena cancela reuniões sem justificar

Embora estivesse convocado desde o dia 8 de março, o Conselho Universitário Extraordinário de 15/03 foi cancelado por ordem do reitor somente na véspera, às 16h. A reunião era importante, pois votaria recomendações do Conselho Nacional de Educação ao estatuto da UFRJ para regularizar a atuação do próprio Consuni. O pior é que não foi passada qualquer justificativa aos conselheiros. Alguns desses que não tiveram acesso à mensagem eletrônica ou não conseguiram ser avisados pelo telefone chegaram cedo à sala de reuniões para nada.

Antes desse cancelamento súbito, o reitor também suspendeu a reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), no dia 13/03. Há mais de um ano esse colegiado não é convocado pelo reitor. De acordo com circular encaminhada pelos decanos do CT, Oscar Acselrad, e do CCS, Sérgio Fracalanza, aos demais conselheiros, a sessão do CSCE foi cancelada sem qualquer justificativa também na véspera.

Gattass não preside mais o Consuni

Em mensagem eletrônica enviada aos conselheiros na noite do dia 14/03 (ao qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso), o sub-

reitor Gattass se diz impedido de presidir o Conselho Universitário na ausência do reitor devido a "fatos recentes". Respondendo a essa mensagem, o decano do CCS lamentou a decisão, apesar de desconhecer os detalhes que levaram a tal iniciativa. Fracalanza alegou que, sob a presidência de Gattass, o colegiado máximo da UFRJ estava, pelo menos, sendo palco de reivindicações democráticas e de respeito ético e acadêmico, "apesar das divergências". Fracalanza, na mesma mensagem, afirma torcer para que os compromissos assumidos pelo então presidente do colegiado sejam respeitados.

■ Na sessão do CEPG de 16/3, Gattass comunicou aos conselheiros que a razão de não mais presidir o Consuni se devia a problemas políticos. O sub-reitor afirmou que teve uma longa discussão para tentar convencer Vilhena da necessidade da sessão extraordinária, mas não obteve êxito. Uma vez que as decisões tomadas enquanto presidente do Consuni não avançam, Gattass não se sentiu mais à vontade para ocupar tal posição.



ALÉM DAS PLACAS SINALIZADORAS (MATÉRIA DE CAPA), OUTRA "BENFEITORIA" QUE AINDA NÃO FOI EXPLICADA OU REFEITA É A PINTURA DO PAVIMENTO TÉRREO EM FRENTE AOS BLOCOS DO CT. A "CARNAVALESCA" DISPOSIÇÃO DAS CORES NÃO AGRADOU EM NADA À COMUNIDADE LOCAL, ALÉM DE SER INÚTIL. QUANTO FOI GASTO NESTA BRINCADEIRA? QUEM \$E BENEFICIOU DESTA \$ITUAÇÃO?

CUT critica proposta do governo para FGTS

Trabalhadores com direito a correção superior a R\$ 2 mil só receberiam no outro governo

O ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, anunciou, no último dia 13/03, que houve avanço nas negociações com as centrais sindicais na questão do pagamento do FGTS referente aos planos Collor I e Verão. Por conta disso, até FHC seria convidado a participar das próximas rodadas de negociação sobre o tema. No entanto, a agência de notícias da CUT informou no dia 14 que não houve aceitação alguma da proposta por parte da central.

De acordo com o governo, quem tem direito a uma correção de até mil reais receberia a diferença em até 12 meses; valores entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil seri-

am ressarcidos em dois anos e o grande problema estouraria na mão dos que têm direito a correção superior a R\$ 2 mil. Estes trabalhadores seriam pagos em seis anos. Para bancar essa iniciativa, o ministro propôs aumento da alíquota das empresas de 8% para 9% e aumento da multa aos empregadores em caso de demissão sem justa causa (de 40% para 50%). A diferença percentual entre os possíveis novos e os antigos valores serviriam para capitalizar o fundo de pagamento. Pequenas empresas estariam liberadas dessa proposta. Mesmo assim, a

Federação das Indústrias de São Paulo já começou a reclamar, indicando que a idéia não vai caminhar.

Para a CUT, até a batalha judicial é mais vantajosa que a proposta da correção do FGTS para quem tem a receber mais de R\$ 2 mil. "A verdade, portanto, é que não houve acordo, não houve avanço e mais uma vez fica evidenciada a visão da CUT de que sem mobilização o governo não vai viabilizar o pagamento da correção do FGTS aos trabalhadores", diz o trecho final da nota.

Segundo João Felício, o Tesouro gastou R\$ 26,2 bilhões com o Proer, R\$ 26,5 bilhões com as privatizações e mais R\$ 7 bilhões com os fazendeiros. Mas FHC diz que não pode pagar R\$ 40 bilhões aos trabalhadores.

Durante todo o processo de negociação, FHC vem afirmando que o Tesouro Nacional não arcaria com essa despesa do FGTS, pois "levaria o país à bancarrota". No entanto, ele não deve ter se lembrado disso quando montou o Proer dos bancos, subsidiou as privatizações ou quando perdoou dívidas de latifundiários e usineiros, como bem assinalou o presidente da CUT, João Felício, em artigo na Folha de S. Paulo, de 10/03. Segundo João Felício, o Tesouro gastou R\$ 26,2 bilhões com o Proer, R\$ 26,5 bilhões com as privatizações e mais R\$ 7 bilhões com os fazendeiros. Mas FHC diz que não pode pagar R\$ 40 bilhões aos trabalhadores.

Assembléia Geral

3/4 18:00
terça-feira horas

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

- a) autonomia e democracia interna na UFRJ
- b) indicativo de paralisação e Marcha a Brasília, em 5 de abril
- c) eleição de delegados para a Plenária dos SPF em 7 de abril

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 25 • 26 de março de 2001

www.adufrj.org.br

Reunião do Conselho
de Representantes

2/4 segunda-feira 18:00 horas
Escola de Serviço Social

Pauta

- a) questões internas/específicas das Unidades;
- b) autonomia e democracia interna na UFRJ;
- c) projeto de emprego público do governo/MEC;
- d) indicativo de paralisação e Marcha a Brasília, em 5 de abril.

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados

DEBATE

Periodização na UFRJ

Mesa:

um conselheiro do CEG
(a confirmar)

uma conselheira do CEPG
(Professora Ingrid Sarti)

Professora Dalila Andrade
(Faculdade de
Educação da UFMG)

3 de março
(terça-feira)

14 horas

Auditório do CFCH
PRAIA VERMELHA

Conselheiros vão adaptar estatuto

Fotos/Manuella Soares

Com Vilhena ou sem ele, representantes de professores, estudantes e funcionários correm atrás de homologação do MEC

O cancelamento sem justificativa das últimas reuniões do Conselho Universitário da UFRJ foi a gota d'água para os conselheiros. Nesse período em que não houve sessões formais do colegiado (desde o dia 8 de março), alguns representantes passaram a elaborar uma estratégia de atuação diante do reitor. Ninguém estaria mais agüentando as atitudes sistemáticas de Vilhena de não convocar as reuniões ou de enviar o sub-reitor Gattass em seu lugar – mesmo nesse último caso, quando as sessões aconteciam, as deliberações do Consuni não eram respeitadas pela administração da universidade.

No último dia 22 (data na qual Vilhena cancelou mais um Consuni ordinário sem justificar), docentes, funcionários e estudantes estiveram reunidos na própria sala do conselho para elaborar um documento em defesa do funcionamento legal da UFRJ.

A idéia dos conselheiros é levar esse documento, ao lado do estatuto reformado pela Comissão de Legislação e Normas do colegiado,



CONSELHEIROS TROCAM IDÉIAS PARA GARANTIR ESTATUTO

diretamente ao conhecimento do ministro da Educação, em Brasília. Uma comissão formada por quase todos os deanos (o decano do CFCH, Carlos Messeder, não aparece nem nas sessões convocadas do Consuni) ficaria encarregada de falar com o ministro e encaminhar o processo ao Conselho Nacional de Educação. Se tudo corresse bem, o CNE aprovaria o texto e o devolveria para homologação definitiva de ministro Paulo Renato.

Fora esse trabalho de conseguir audiência na capital do país, existe a intenção de ganhar o apoio da bancada de deputados do estado do Rio de Janeiro para a causa do Consuni. Ainda não ficou definido como isso será fei-

to: ou aproveitando a ida à Brasília para a conversa com o ministro, ou convidando os parlamentares para uma visita à UFRJ.

Para o decano do Centro de Ciências da Saúde, professor Sérgio Fracalanza, o atual estado político da universidade não é nada saudável. "Isso acaba fomentando uma disputa interna, por exemplo, com esse dinheiro que vem dos fundos setoriais. Tem que haver transparência", comentou. Ex-conselheiro do CEPG, o professor Carlos Vainer também apareceu na sala de reuniões e deu o seu recado. "Temos que brigar na Justiça. Temos que apontar um caminho para as pessoas que não são conselheiras e também querem participar dessa luta", afirmou.

Alunos protestam contra fim de alimentação

Um dos atos marcados pelo Diretório Central dos Estudantes para receber os calouros seria realizar um protesto no Consuni do dia 22/3 contra a falta de política de assistência estudantil da reitoria. Nem mesmo o cancelamento da sessão diminuiu o ânimo dos presentes. Os manifestantes levaram um fogão (ver foto) ao hall do prédio da reitoria e distribuíram sopa a quem estivesse passando, numa forma de crítica ao fim da alimentação fornecida ao alojamento em março.

E não parou por aí. Após o almoço improvisado, os estudantes ocuparam a SR-1 e prometeram só sair depois de receberem alguma satisfação por parte do sub-reitor Gattass sobre o assunto. Já no início da noite, o grupo de 30 estudantes se deslocou para a sala da SR-4 para tentar algum diálogo com a sub-reitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi.

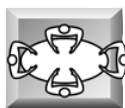


Houve um princípio de tumulto, com os alunos acusando uma funcionária do setor de agredir um deles e vice-versa. Os estudantes foram comunicados que estavam detidos pela vigilância, enquanto se aguardava a chegada da Polícia Federal para apurar os fatos. Nesse período de espera, o sub-reitor Gattass entregou aos estudantes uma cópia de ofício, no qual convidava os demais sub-reitores e o próprio Vilhena para discutir uma solução emergencial para a alimentação dos alojados, no dia seguinte (23/03). No entanto, nem o próprio Gattass garantia a realização de tal encontro. Algum tempo depois, os alunos conseguiram se retirar do prédio da reitoria. Mas foram fotografados por agentes da PF e houve registro de queixa contra o grupo, de acordo com relato do sub-reitor no dia seguinte (ver nota do DCE na página 3).

O dia seguinte

Na sessão do CEPG do dia seguinte, Gattass demonstrava transtorno com a situação. afirmou que fará todo o esforço para que os estudantes tenham ampla defesa, caso sejam obrigados a depor na Polícia Federal mais tarde.

Os representantes discentes no CEPG reclamaram muito dessa prática da atual reitoria de chamar a PF em todo e qualquer incidente. A estudante Flávia Braga comentou que já participou de outras ocupações de salas e que, somente a partir de 98 (gestão Vilhena), surgiu essa atitude de chamar a polícia. Vários outros conselheiros também seguiram essa opinião e, durante a sessão, foi aprovada uma moção, por ampla maioria, para que seja retirada a queixa contra os estudantes.



Colegiados

CEG aprova alguns critérios do vestibular 2002

Pela segunda vez reunidos em sessão extraordinária, os conselheiros trataram do edital do concurso Vestibular 2002.

A Comissão de Vestibular, que se reuniu no dia anterior, levou à sessão extraordinária do Conselho de Graduação de 21/03 mais uma bateria de propostas para a definição do edital do próximo vestibular – que deverá estar pronto até o dia 30 deste mês. As propostas levaram em consideração a discussão feita na sessão anterior (14/03). Também foram consideradas as propostas da representante dos técnico-administrativos no Conselho Universitário, Ana Maria Ribeiro. Ana Maria é técnica em assuntos educacionais e defende o imediato retorno do processamento dos dados do concurso e sua administração para o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE/UFRJ).

Os principais pontos discutidos foram o fim da fase eliminatória, a nota mínima como critério de ‘corte’ (eliminação) para alguns grupos (Tecnológicas e Humanas) e a introdução de uma primeira fase classificatória com questões objetivas para todos os grupos.

Fim da fase eliminatória

O colegiado não chegou a votar todos os

pontos necessários para fechar o edital e outra sessão extraordinária para tratar do tema acontecerá nesta quarta-feira (28), às 9h30min. Apesar de não concluir o edital, o colegiado deliberou pelo fim da fase eliminatória no próximo concurso. Votaram também a nota zero como um ‘ponto de corte’ (eliminação) para todos os grupos. A manutenção da exigência da nota mínima 3 (três) para as provas de Português e Redação ainda vai ser avaliada.

Prova objetiva

A Comissão de Vestibular apresentou um modelo de concurso para 2002 que implica em três dias de prova. Pela proposta da comissão, no primeiro dia seriam aplicadas uma prova objetiva para auferir os conhecimentos gerais do candidato (baseada na aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC para o ensino médio) e a Redação. No segundo dia, seriam aplicadas duas provas específicas de cada grupo. No terceiro, a prova de Língua Portuguesa e mais uma prova específica.

Muitos conselheiros acharam precipitado introduzir mudanças radicais como a aplicação da prova objetiva neste próximo edital. A representante do CFCH e professora do Colégio de Aplicação, Ana Lúcia, foi contra a proposta para 2002. “Além de mim e da

professora Irís (também representante do CFCH, da Faculdade de Educação), quem leu os ‘parâmetros curriculares’?”, questionou. A professora lembrou também que a Uerj realizou debates durante dois anos com a comunidade e as escolas do ensino médio para aplicar sua prova objetiva baseada nos parâmetros propostos pelo governo.

O professor Antônio Cláudio, representante do CT, reforçou a consideração sobre o impacto imediato que as provas da UFRJ têm nas escolas e nos cursinhos pré-vestibulares. “A aplicação de uma prova objetiva agora pode ser um passo atrás”. Segundo o professor da Escola de Engenharia, com a aplicação da prova objetiva nos moldes propostos pela comissão, o ensino de biologia, por exemplo, ficaria em segundo plano nos conteúdos ministrados pelas escolas para os candidatos das carreiras da Engenharia, que, segundo o professor, hoje se voltam para a solução de problemas ambientais. “Isso vai contra, inclusive, às nossas próprias diretrizes curriculares de ensino superior (da UFRJ). Na nossa concepção, temos que formar profissionais engajados em solucionar os problemas da sociedade e melhorar as condições sociais e da natureza. Esta orientação está impressa nas capas das Diretrizes da UFRJ para todos os cursos, de todas as áreas, que foram enviadas ao MEC”, lembrou.

Grupo VI

Na proposta da Comissão de Vestibular está a criação de um novo grupo das carreiras que exigem o teste de Habilitação Específica. As carreiras listadas são Música, Artes Plásticas, Dança, Direção Teatral, Licenciatura em Educação Artística e Artes Ambientais e Cênicas. A representante dos estudantes, Danielle Bento, questionou a proposta das provas específicas de Geografia e História, que seriam aplicadas neste grupo, para o curso de Dança. A estudante lembrou que a Dança, hoje, faz parte do grupo I, que engloba as carreiras ligadas ao Centro de Ciências da Saúde. “Os estudantes de Dança têm aulas de anatomia, bioquímica. Será que não deveriam estar na área biomédica?”

Concurso nacional

A representação estudantil demonstrou preocupação também com a aplicação do vestibular em outros estados. O CEG já aprovou que o próximo concurso terá abrangência nacional e a comissão propõe que as provas aconteçam também em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Campina Grande. O maior temor dos estudantes é quanto à falta de infra-estrutura (alojamento, bolsas etc) da universidade para receber estudantes de outras cidades. Na próxima sessão, deverá haver uma definição sobre todos os pontos do edital.

CEPG aprova participação em debate

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) aprovou na última sessão (23/03) a participação da conselheira Ingrid Sarti (do CFCH) como representante do colegiado no debate sobre periodização promovido pelas entidades sindicais e estudantis da UFRJ. O debate *Periodização na UFRJ* acontece nesta terça-feira, 3 de abril, às 14h, no Auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Ao lado, reproduzimos o convite enviado pela Adufrj Seção Sindical ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG) que, até o fechamento desta edição, não havia se manifestado. O mesmo convite foi enviado ao CEPG, também na semana passada.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2001

De: Sintufrj, Adufrj-SSind, DCE Mário Prata e APG da UFRJ

Para: Presidente do Conselho de Ensino de Graduação

Prezado Professor Ricardo Gattass:

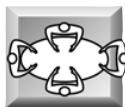
Como parte da discussão da Resolução 1/99 CEG/CEPG com a comunidade universitária, a Adufrj-SSind, o DCE, a APG e o Sintufrj estão organizando uma série de debates sobre o tema “Periodização na UFRJ”.

O objetivo dos debates é o de divulgar o conteúdo da Resolução –ainda muito pouco discutido– e a extensão e o significado de sua implementação.

O primeiro destes debates ocorrerá na Praia Vermelha (em local a ser divulgado posteriormente), em 3/4/01 (terça-feira), às 14 horas. Para compor a mesa, estamos convidando um conselheiro do CEG, um do CEPG, indicados por seus respectivos colegiados, e a Prof^a. Dalila Andrade, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Certos de contar com a compreensão deste Conselho quanto à importância de sua participação nestes debates, aguardamos a indicação do conselheiro e enviamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias. C/C para os Conselheiros do CEG, CEPG e Consuni e Diretores das Unidades Acadêmicas.

Sintufrj Adufrj-SSind DCE Mário Prata APG da UFRJ



Colegiados

Gattass diz não ser “demissionário”

O sub-reitor Ricardo Gattass esclareceu na sessão deste colegiado (21/03) que não está “demissionário”. Gattass explicou que o motivo da afirmação pública era para dirimir boatos que teriam surgido em função de “discordâncias” entre as “estratégias” propostas pelo sub-reitor e as tomadas pelo reitor José Vilhena em relação ao funcionamento do Conselho Universitário. O professor Gattass, que nas últimas reuniões esteve à frente também do Consuni, disse não ter conseguido convencer Vilhena de não suspender a sessão de 15 de março. A sessão suspensa trataria das adequações estatutárias referentes à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A base das alterações é a proposta de estatuto acordada entre a reitoria e o Conselho Universitário em 1998. Esta proposta já tramitou no Conselho Nacional de Educação e aguarda a homologação do colegiado superior da UFRJ para que se restabeleça a situação de regularidade da instituição em acordo com a nova legislação.

O reitor tem sistematicamente suspenso ou adiado as sessões do Consuni que tratariam desta e de outras questões, como a assistência estudantil. Gattass disse não concordar com essa postura. Para o sub-reitor, a melhor forma de resgatar a “normalidade” da UFRJ seria resolver a homologação das adequações estatutárias (ver matéria de capa).

Substitutos I

A Câmara de Corpo Docente do CEG deu parecer sobre as vagas para professores substitutos pleiteadas pelas Unidades da Biologia e do IFCS.

Em relação à demanda de turmas novas gerada pelo último concurso de ingresso (vestibular 2001), Instituto de Biologia recebeu quatro vagas e o curso de Filosofia do IFCS, cinco. A informação é do presidente da Câmara, professor Antônio Cláudio. Segundo o professor, a Câmara decidiu também conceder mais 13 novas vagas para substitutos ao IFCS. As vagas são referentes ao pedido feito ao longo do ano passado, que foi recusado por falta de documentação suficiente. Diante da pressão dos estudantes sem aula, nas sessões anteriores, o colegiado decidiu que a Câmara faria nova análise do processo. Segundo Antônio Cláudio, desta vez, a Unidade enviou toda a documentação necessária e as vagas foram concedidas.

Substitutos II

O sub-reitor transformou a sessão de 21/03, que seria extraordinária para tratar do Vestibular 2002, em uma sessão ordinária para que o colegiado homologasse o parecer da Câmara de Corpo Docente sobre as vagas concedidas ao Instituto de Biologia e ao IFCS. Os conselheiros aprovaram o parecer por 13 votos a favor e três contrários. Gattass disse ter se informado da chamada “reserva

técnica” da reitoria para concessão de vagas. Como não existe, no momento, nenhuma “cota” de professores substitutos na Comissão Técnica de Alocação de Vagas (Cotav), a reitoria não tem disponível os 20% desta cota, que teria a título de reserva técnica. A representante do Centro de Ciências da Saúde, professora Angela Gonçalves, questionou o fato de que o sub-reitor terá que reivindicar essas vagas diretamente no MEC. Para a professora, esta política revela que a universidade estaria abrindo mão da luta pela recomposição do quadro docente através da abertura de concurso público.

MEC anuncia concurso para 2000 vagas

O sub-reitor Ricardo Gattass adiantou na sessão do CEG (21/03) o que estaria sendo veiculado na edição do dia seguinte do Jornal do Brasil. A notícia do jornal confirmava a informação do sub-reitor de que o MEC abrirá concurso público para 2000 vagas de docentes das universidades públicas. Gattass disse que, deste montante, 6% (120 vagas) seriam destinados para o preenchimento do quadro docente da UFRJ. A reação de alguns conselheiros não foi das mais entusiasmadas. A professora Angela Gonçalves foi uma das que considerou muito pequena a cota destinada à UFRJ diante do número de substitutos que a universidade contrata, atualmen-

te, 252 professores. Além disso, as vagas seriam do nível de Adjunto, o que, segundo a professora, não atenderia “as unidades que não têm pós-graduação consolidada, como a Faculdade de Direito, por exemplo.”

O Secretário de Ensino Superior, Antônio MacDowell Figueiredo, confirmou ao Jornal do Brasil a intenção do governo de abrir o concurso para as 2000 vagas. Segundo o secretário, a posição geral do governo é apostar na aprovação do projeto de Emprego Público que será encaminhado ao Congresso Nacional, em abril. O MEC, ainda segundo o secretário, defende que as 2000 vagas sejam liberadas antes da tramitação do projeto, no Regime Jurídico Único. Figueiredo reconheceu que a demanda para o preenchimento do corpo docente nas universidades é muito maior (7000, segundo o Jornal do Brasil) e, também, que, se aprovada a Lei do Emprego Público, as demais vagas seriam liberadas no regime da CLT.

Segundo o presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher, o Sindicato foi a primeira voz a defender as contratações pelo Regime Jurídico Único que, para entidade, ainda é o regime efetivo dos servidores. “Se o concurso saísse hoje, iríamos saudar essa medida. Mas, infelizmente, não existe nenhum ato concreto do governo que permita a contratação pelo RJU. Na verdade, o MEC cria uma imagem de que o governo são ‘vários’ e que ele defende o RJU e o restante não”. Para Roberto Leher, a proposta ainda não tem o aval da equipe econômica e o MEC conta com isso para que a proposta não seja efetivamente aprovada.

Presidente do Andes-SN tem salário atrasado

O presidente do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), professor Roberto Leher, teve seu pagamento referente ao mês de fevereiro atrasado por mais de quinze dias. O atraso, segundo o próprio professor, aconteceu porque a UFRJ (Roberto é professor da Faculdade de Educação) ainda não regularizou sua situação no sistema Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos). Roberto já obteve sua cessão para a Universidade Federal de Brasília (UnB) onde estará desempenhando suas atividades acadêmicas e poderá exercer o mandato sindical. Caso a UFRJ não regularize a situação do professor até a próxima folha de pagamento, o atraso poderá se repetir no mês de abril.

Para o professor, que teve que arcar com uma série de prejuízos pessoais em função do problema, “a reitoria da UFRJ ainda não assimilou a idéia do afastamento para o exercício das atividades acadêmicas e sindicais”.

CORRA QUE A POLÍCIA VEM AÍ!

ESTUDANTES FAMINTOS SÃO OBRIGADOS A FUGIR DA POLÍCIA ENVIADA PELA REITORIA

Mais uma vez a polícia foi chamada pela Reitoria para retirar, de suas dependências, estudantes que reivindicavam alimentação. Nós, moradores do Alojamento, o DCE - Mário Prata, CAs da UFRJ e outros estudantes organizamos um ATO em protesto a não implementação do Projeto de Assistência Estudantil aprovado pelo CEG (Conselho de Ensino e Graduação). Fizemos e distribuímos sopa para toda a comunidade, numa forma de demonstrar nossa indignação. Logo depois, resolvemos indagar sobre o jantar das próximas noites. Subimos até o 8º andar, onde nos reunimos e questionamos o não cumprimento das deliberações dos Conselhos Superiores desta instituição. Depois de muito correr, percebemos que ninguém responde por esta Universidade.

Uma vez percebendo a ausência de diálogo, ocupamos as salas da Sub Reitoria exigindo um posicionamento das autoridades incompetentes que implementam a política de sucateamento na UFRJ.

A SUB REITORA, Maria Augusta Temponi, em mais um exemplo da truculência e autoritarismo que imperam nesta Universidade, chamou a polícia FEDERAL para nos coagir com violência. Exercíamos um direito previsto em lei. Impediram, anticonstitucionalmente, a nossa saída, cerceando nosso direito de ir e vir.

Desta forma, nos vimos obrigados a fugir do porrete sacado pelos policiais. Isso, sem falar, da maratona pelas escadas escuras afim de alcançarmos a rua.

A LUTA CONTINUA , MAS CORRA QUE A POLÍCIA VEM AÍ!!!

Estudantes do Alojamento, DCE - MárioPrata



Movimento

CUT recusa proposta do governo para o FGTS

A CUT recusou completamente o “acordo” que o governo propôs para o pagamento dos expurgos do FGTS relativos aos Planos Verão (1989) e Collor I (1990). De acordo com notícia veiculada em 23/3 pelo boletim eletrônico da Executiva Nacional da CUT, “o governo está fazendo propaganda enganosa”. Para a Central Única dos Trabalhadores, a farsa do governo, em conluio com outras centrais sindicais, ficou evidente ao se anunciar a reduzida participação do governo no pagamento da dívida, o deságio em cima dos valores devidos aos trabalhadores e a não aceitação do acordo pelo empresariado. Trata-se de um caso no qual o devedor passa a dívida aos credores.

Pelas contas da central, os trabalhadores arcarão com muito mais do que os R\$ 4,7 bilhões do anunciado deságio de 15%. O fato é que o conjunto dos trabalhadores perderá R\$ 8,4 bilhões, já que não foi acertada em momento algum a correção do montante a receber, desde o anúncio do “acordo” até o prazo final dado para o pagamento da dívida, em 2006.

E há mais problemas. O governo promete entrar com R\$ 6 bilhões (uma parcela ridícula comparada aos R\$ 40 bilhões confiscados em 1989 e 1990). No entanto, com prazos tão longos e a não correção, quem garante que o governo não irá aplicar esses recursos?

“O processo ainda não acabou. O tal ‘acordo’ tende a ir para o ralo, já que os principais atores sociais não aceitam participar. Semana que vem, a CUT volta a Brasília. Novamente, estará visitando parlamentares – agora de todos os partidos – para vetar a proposta de aumento da multa rescisória (que deverá tornar-se Projeto de Lei). No dia 5, milhares de trabalhadores es-



tarão nos calcanhares de FHC exigindo reajustes salariais aos servidores e, dos congressistas, a instalação imediata da CPI da Corrupção. E, evidentemente, cobrando a correção imediata das contas do FGTS”, segundo um trecho do documento da CUT. Antes da Marcha do dia 5 de abril, os trabalhadores estarão envolvidos nos dois atos do dia 28 de março, no centro da cidade “ver cartaz ao lado.

Proposta da CUT

Antes desse “circo” armado pelo governo, a CUT já tinha entregue uma outra proposta ao Conselho Curador do Fundo de Garantia. Nesse projeto, o

patrimônio líquido atual do Fundo (R\$ 8,7 bilhões) cobriria 92% das contas, em apenas 90 dias. Não seria necessário, como quer o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, aguardar até 2002 para pagar os valores devidos a esse contingente de trabalhadores.

De forma geral, a dívida seria paga com 10% da Desvinculação de Recursos da União (DRU), o que daria um total de R\$ 9 bilhões em três anos; com o governo devolvendo os R\$ 34 bilhões que tomou emprestado do FGTS ao longo da sua existência; com taxação dos empresários que demitem acima da média do setor e com aumento do imposto de renda das instituições financeiras de 15% para 27,5%, como funciona para qualquer brasileiro. “Estas propostas, somadas à liberação do patrimônio líquido atual do Fundo, certamente, iniciariam na sociedade uma negociação mais qualificada”, diz outro trecho do boletim cutista.

Assembléia Geral aprova semana de mobilização

Os professores da UFRJ reunidos em assembléia geral no dia 22/03 aprovaram a participação da categoria nas atividades programadas para o dia 28 de março, no Centro do Rio. Neste dia serão realizadas dois atos. A primeira atividade será o Ato em Defesa do Serviço Público e está marcado para às 14h da Quarta-feira, nas escadarias da Biblioteca Nacional, na Cinelândia. O Segunda atividade será uma passeata da Candelária à Cinelândia marcando o lançamento da Campanha Salarial Unificada da CUT. Na passeata, que tem início às 17h, as entidades cutistas reivindicarão a correção integral do FGTS para os trabalhadores e a instalação imediata da CPI da Corrupção. A assembléia avaliou que não havia condições de paralisar neste dia, nem retomar a greve geral ou a greve específica neste momento.

A assembléia aprovou também

a realização de reuniões da Adufrj Seção Sindical nas diversas Unidades nesta semana – de 26 a 30/03. As atividades visam construir na UFRJ um processo de discussão e mobilização em torno das questões internas da universidade e suas conexões com o movimento geral das universidades e do serviço público. Nestas reuniões serão avaliadas as questões específicas da unidade; autonomia e democracia interna na UFRJ; o projeto de emprego público do governo/MEC; e o indicativo de paralisação no dia 5 de abril, com participação na Marcha a Brasília no mesmo dia.

Os professores aprovaram também que a Adufrj busque realizar debates, onde houver condições, com candidatos docentes aos Colegiados as Unidades e Centros, além dos Colegiados Superiores (CEG, CEPG e Consuni).

CALENDÁRIO NACIONAL

19 a 23 de março - Rodada Nacional de Assembléias Gerais para avaliar

- o **Indicativo de Dia Nacional de Luta** em Defesa da Educação Pública, com paralisações, atos públicos e lançamento da campanha salarial dos SPF – Servidores Públicos Federais, em 28 de março;
- a retomada da **Greve Geral Unificada** dos SPF
- **Greve Geral do Setor da Educação**, caso o Projeto de Emprego Público do MEC fosse enviado ao Congresso.

4 de abril Quarta-feira - Reunião do Setor das IFES específica para tratar das questões do 1º e do 2º Grau, em Brasília.

5 de abril Quinta-feira - Marcha sobre Brasília em Defesa do Serviço Público e da Educação e Dia de Protesto pela Correção Integral do FGTS, este promovido pela CUT Nacional, em Brasília.

6 de abril Sexta-feira - Reunião do Setor das IFES para analisar o resultado da Rodada Nacional de Assembléias Gerais, as atividades desenvolvidas nos Estados e em Brasília, além de preparar a participação na Plenária dos SPF no dia seguinte, em Brasília.

7 de abril Sábado - Plenária Nacional dos SPF para discutir o Plano de Lutas, a Campanha Salarial e a Greve Nacional Unificada.

CALENDÁRIO LOCAL

26 a 30 de março - Reuniões nas Unidades, tendo como pontos de pauta:

- 1) Questões internas/específicas da Unidade;
- 2) Autonomia e Democracia interna na UFRJ;
- 3) Projeto de Emprego Público do Governo/MEC; e 4) Indicativo de Paralisação e Marcha sobre Brasília em 5/4/2001.

2 de abril Segunda-feira - Reunião do Conselho de Representantes, às 18h, na Escola de Serviço Social, mesma pauta, com ênfase nos itens 2 e 4.

3 de abril Terça-feira - Assembléia Geral, às 18h, no Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha, com a seguinte pauta:

- 1) Autonomia e Democracia interna na UFRJ;
- 2) Indicativo de Paralisação/Marcha sobre Brasília em 5/4/2001; e
- 3) Eleição de delegados para a Plenária dos SPF em 7/4/2001.

Assembléia GERAL

3/4
terça-feira **18:00**
horas

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

- autonomia e democracia interna na UFRJ
- indicativo de paralisação e Marcha a Brasília, em 5 de abril
- eleição de delegados para a Plenária dos SPF em 7 de abril

Reunião do Conselho de Representantes

2/4 segunda-feira
18:00 horas

Escola de Serviço Social

Pauta

- questões internas/específicas das Unidades;
- autonomia e democracia interna na UFRJ;
- projeto de emprego público do governo/MEC;
- indicativo de paralisação e Marcha a Brasília, em 5 de abril.

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados

DEBATE

Periodização na UFRJ

Mesa:

representante do CEG

representante do CEPG

Professora Dalila Andrade
(Faculdade de
Educação da UFMG)

3 de abril
(terça-feira)

14 horas

Auditório do CFCH
PRAIA VERMELHA

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 25 • 2 de abril de 2001

Guilherme Lessa



SERVIDORES PÚBLICOS SE INTEGRAM À PASSEATA DA CUT NA AV. RIO BRANCO

Servidores protestam contra 7 anos sem reajuste



UFRJ

Cresce movimento em defesa da UFRJ

Professores, funcionários e estudantes se mobilizam para restaurar a normalidade institucional

Numa grande demonstração de que ninguém agüenta mais as arbitrariedades de Vilhena, cerca de cem pessoas estiveram no Salão Pedro Calmon, na Praia Vermelha, no dia 28 de março, para discutir um manifesto em defesa da normalidade institucional da UFRJ. A idéia é lançar esse documento em um grande ato público na universidade, com convite aos parlamentares da bancada federal do Rio de Janeiro, no final de abril.

É a terceira vez que ocorre esse tipo de reunião. Embora tenha nascido da iniciativa de conselheiros do Consuni, construiu-se o consenso de que a mobilização para grandes atos deve contar com o apoio das entidades representativas de professores, funcionários e estudantes (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG-UFRJ). Os decanos do CCJE, Carlos Lessa; do CCS, Sérgio Fracalanza, e do CT, Oscar Acselrad, que coordenaram a reunião, se comprometeram publicamente a convocar essas representações para se unirem à luta contra o interventor do MEC.

Na construção do manifesto em defesa da UFRJ, um ponto polêmico demonstrou que a aliança contra Vilhena estaria mobilizando pessoas com as mais diferentes concepções de universidade – uma das frases do documento defendia “o caráter público e gratuito de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Alguns professores, alegando interesse em ampliar a aliança em torno do manifesto, questionaram o caráter gratuito das atividades listadas. Segundo esses, muitos cursos já cobram

pelo ensino, pesquisa e extensão e os docentes não se sentiriam nem um pouco dispostos a apoiar o documento. Um ou outro defenderam intransigentemente o texto como estava e surgiram, ainda, algumas soluções conciliatórias. Alguns queriam eliminar “ensino, pesquisa e extensão” por “atividades-fins”. A lógica seria a de que tudo o que não é pesquisa, extensão ou ensino poderia ser cobrado. Outros sugeriram manter o texto como está, acrescentando ao seu final “bem como o controle institucional e acadêmico da prestação de serviços”. Aí, um pouco diferente, a idéia é de que, o que estiver sendo cobrado, a universidade deve conhecer e controlar. Uma comissão de redação ficou de “costurar” esse ponto.

Estatuto

Um dos representantes dos professores do CT no Consuni Oscar Rosa Mattos aproveitou um dos momentos da reunião para historiar o processo de crise em curso no órgão colegiado máximo da UFRJ. Oscar lembrou a adaptação do estatuto à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, feita no conselho em 1999. Informou que o Conselho Nacional de Educação (CNE) retornou o documento com pequenas indicações de mudança para que fosse finalmente aprovado. Segundo Oscar, o reitor reteve esse documento do CNE por um ano sem qualquer justificativa.

Assim, quando o texto do estatuto foi finalmente encaminhado à comissão de legislação e normas do Consuni, processaram-se as alterações sugeridas e o texto final ficou pronto na primeira quinzena de março. Convocou-se uma sessão especial para o dia 15 de março para votação de alteração estatutária, mas Vilhena

cancelou a reunião sem justificativa. No dia 22, quando estava prevista uma sessão comum, também houve cancelamento sem qualquer apresentação de motivo.

Ação!

Oscar Rosa Mattos informou aos presentes à reunião que os conselheiros conseguiram fazer uma espécie de votação paralela do estatuto. Conseguiram 36 assinaturas entre os membros do conselho para o documento preparado pela comissão de legislação e normas (o equivalente a dois terços do colegiado e também o mínimo necessário para aprovação de alterações estatutárias). O objetivo é buscar uma audiência com o próprio ministro da Educação para entregar o texto. Entendeu Oscar que, se o reitor não convoca as sessões do Consuni para dar prosseguimento ao processo, os conselheiros, portanto, resolveram eliminar o “intermediário”.

Outra iniciativa relatada pelo professor do CT disse respeito a um outro documento protocolado pela comissão de legislação e normas (da qual faz parte) na reitoria para cobrar explicações pelos cancelamentos sucessivos do Consuni e para a convocação imediata de uma sessão especial sobre o estatuto.

“É quase um AI-5 dentro da UFRJ”, disse o decano Carlos Lessa sobre a ausência do Consuni, comparando com a dissolução do Congresso pela ditadura. O ex-conselheiro Antônio Paes de Carvalho somou aos lamentos o fato de nunca terem sido vistos no colegiado o orçamento da UFRJ ou a prestação de contas da reitoria.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, e a 2ª vice-presidente, Cleusa dos Santos, estiveram na reunião, representando a entidade. Em suas intervenções, Sanglard solicitou esclare-

cimentos sobre a natureza daquela reunião que, em alguns momentos, parecia ter caráter institucional e, em outros, era referida como assembleia da comunidade. Ressaltou ainda que a frente política que estava se formando não podia deixar de incluir os movimentos organizados e as entidades representativas de professores, alunos e funcionários, na UFRJ, que tinham longa história de luta pela democracia interna, de denúncia e de resistência aos desmandos da atual reitoria. Lembrou também que a via institucional era limitada para levar esta luta, citando a grande mobilização inicial contra a intervenção do MEC, que culminou com a ocupação da reitoria por alunos e funcionários, e depois, o acordo com os órgãos colegiados superiores que arrefeceu a mobilização da comunidade e levou ao cenário atual. Por fim, conclamou a todos para unificar a luta com os movimentos organizados e convidou os professores presentes para participar das reuniões do Conselho de Representantes, da Assembleia Geral da Adufrj-SSind e do debate sobre periodização na semana seguinte, onde a questão da democracia interna na UFRJ estaria em pauta.

O ex-conselheiro do CEPG e professor do IPPUR, Carlos Vainer, frisou que os professores, funcionários e estudantes ali presentes deveriam encontrar também outras formas de envolver o restante da comunidade universitária na luta. “Temos que criar fatos políticos. Temos que fazer com que o Vilhena se torne um grande problema para o MEC; não só nosso”, disse. Nesse sentido, a platéia aprovou a iniciativa de se espalhar um abaixo-assinado por toda a UFRJ para colher adesões contra as arbitrariedades do reitor.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

CUT aprova resoluções para FGTS

Central Sindical vai lutar pela correção plena para todos os trabalhadores

A Executiva Nacional da CUT se reuniu em São Paulo, no dia 22 de março, para discutir a luta pela reposição dos expurgos nas contas do FGTS. Na ocasião, considerou-se oportuno e correto o abandono das negociações no âmbito do Ministério do Trabalho. Para a Central Única dos Trabalhadores, a farsa do governo, em conluio com outras centrais sindicais, ficou evidente ao se anunciar a reduzida participação do governo no pagamento da dívida, o deságio em cima dos valores devidos aos trabalhadores e a não aceitação do acordo pelo empresariado. Trata-se de um caso no qual o devedor passa a dívida aos credores.

Também foi classificada como adequada a denúncia das manobras do governo e de setores do movimento sindical (outras centrais) que se prestaram a fazer um jogo contrário aos interesses da classe trabalhadora e proclamaram uma farsa de acordo. A Executiva Nacional da Central reiterou as propostas apresentadas e, além de convocar todas as entidades para garantir uma grande manifestação em Brasília no próximo dia 05 de abril, manifestou com veemência que não aceitará qualquer tipo de perda de direitos dos trabalhadores. Os dirigentes da CUT vão tentar convencer os parlamentares a votarem contra a proposta do governo que será apresentada ao Congresso nos próximos dias.

Todas as manifestações, a partir do 5 de abril, de acordo com um documento cutista divulgado na página eletrônica da Central (www.cut.org.br), em 23/03, deverão exigir o pagamento integral dos expurgos nas contas do FGTS, ao lado de todas as lutas do período: as campanhas salariais unificadas, a luta em defesa do serviço público, as denúncias dos verdadeiros assassinatos que ocorrem na Petrobrás por falta de segurança no trabalho e principalmente a denúncia do governo FHC, exigindo a instalação imediata da "CPI da Corrupção".

A Executiva Nacional da CUT orientou os seguintes encaminhamentos:

1. Todas as entidades, especialmente as Estaduais da CUT, deverão garantir a participação massiva na manifestação de Brasília, em 05 de abril.

2. A CUT mantém suas propostas para a correção nas contas do FGTS e buscará interlocução no Congresso Nacional, articulará a apresentação de um projeto de lei alternativo à farsa do acordo entre os pelegos e o governo, publicará um InformaCUT especial com os esclarecimentos do processo desta luta para orientar o conjunto dos trabalhadores e a sociedade. Publicação que deve ser amplamente distribuída, inclusive nas bases dos setores sindicais que participam da farsa de acordo junto ao governo.

3. A CUT mantém a proposta protocolada no Conselho Curador do FGTS e lutará por sua aprovação na reunião prevista para 29 de março. A proposta tem o

objetivo de garantir que todos os trabalhadores com direito à correção do FGTS recebam até R\$ 1.000,00 em 90 dias, utilizando o patrimônio líquido do Fundo, calculado em 8,7 bilhões de reais. Sendo que os trabalhadores com direito a uma correção de até R\$ 1.000,00 receberiam integralmente neste prazo, os que tiverem direito a um valor superior a R\$ 1000,00 receberia este valor em 90 dias e a diferença em um prazo a ser negociado.

4. Os sindicatos e demais entidades da base da CUT deverão continuar promovendo ações na Justiça, assegurando que os trabalhadores não tenham custos, as entidades deverão, portanto, viabilizar ações jurídicas gratuitas.

5. A Executiva Nacional da CUT deverá, nos próximos dias, fazer gestões junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça buscando negociar que a tramitação dos processos do FGTS seja a mais rápida possível.

6. Pelo aumento geral das aposentadorias e pensões do Regime Geral da Previdência Social e pela correção das aposentadorias pelo Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), que foi incorretamente reajustado pela URV por ocasião do Plano Real (1994)."

- Num outro ponto, a Executiva Nacional da CUT listava uma série de encaminhamentos em defesa da Petrobrás e dos petroleiros, tendo em vista os últimos acontecimentos.



Resenha

Os acusados do massacre de Eldorado do Carajás (PA), no qual 19 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram assassinados, serão levados a julgamento em maio. A chacina ocorreu em abril de 1997 e o inquérito policial indiciou 154 militares, mas, até hoje, ninguém foi condenado.

O clima de protesto tomou conta da Argentina. Diante do pacote econômico anunciado pelo governo, com cortes no orçamento da área social, várias manifestações estouraram em todos os pontos do país vizinho. No dia 20/3, escolas públicas de primeiro e segundo graus entraram em greve de 48 horas e estudantes e professores ocuparam universidades em províncias como Córdoba, Buenos Aires e Santa Fé.

Matéria de O Dia, de 25/3, alerta para o crescente processo de terceirização em curso no funcionalismo público. A explosão na plataforma da Petrobras se tornou o capítulo mais recente desta polêmica. "Funcionários de carreira da empresa estatal responsabilizam a falta de capacitação dos terceirizados pelo acidente", diz um trecho da matéria, informando também que o Tribunal de Contas da União põe sob suspeita várias dessas contratações temporárias.

Anote

Recital no Fórum

O projeto Música no Fórum iniciou suas atividades no dia 05/04, com um recital de violoncelo e piano, apresentado por David Chew & Marcelo Verzoni. Os músicos executarão obras de Antônio Vivaldi, Robert Schumann, Johannes Brahms e Heitor Villa-Lobos. O concerto acontece às 19h, no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura (Av. Pasteur, 250/2º andar - Praia Vermelha). A entrada é franca. As senhas serão distribuídas com meia hora de antecedência.



Inscrições para bolsas PIBIC

Estarão abertas, de 03 a 19/04, as inscrições para as bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UFRJ. Durante o período, poderão ser feitos pedidos de novas bolsas, como também renovação das já existentes. Outros detalhes podem ser conferidos na página eletrônica da SR-2: www.sr2.ufrj.br (em "editais" ou "PIBIC 2001"), pelo telefone 598-1735 ou pelo endereço eletrônico: pibic@sr2.ufrj.br

Capes divulga lista de candidatos

Neste 2 de abril, serão divulgados na página eletrônica da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (www.capes.gov.br) os nomes dos candidatos a bolsas de doutorado no exterior que foram aprovados na etapa da entrevista. Uma das listas trará os nomes dos que terão a bolsa assegurada caso complementem a documentação. A outra, daqueles para quem a implementação da bolsa vai depender da desistência de candidaturas da lista anterior, na mesma área de estudos pretendida, e também do envio da complementação dos documentos.





Movimento

O primeiro passo para a greve geral?

Servidores promovem duas manifestações no centro do Rio nonono nono nono noon

O primeiro passo para uma grande Marcha sobre Brasília, no dia 5 de abril, e para a greve geral em maio. Essa foi a conclusão comum observada nas diversas intervenções de servidores durante o Dia Nacional de Paralisação (28 de março). No Rio de Janeiro, a data se dividiu em duas atividades: a primeira, um ato público dos servidores públicos federais na Cinelândia, no início da tarde; a segunda, uma passeata da Candelária até a Cinelândia tendo como reivindicações a defesa da correção do FGTS para os trabalhadores, a instalação da CPI da Corrupção e a campanha salarial unificada do CUT. No ato público, os servidores não pouparam críticas ao governo Fernando Henrique. Para chamar a atenção da população, os servidores distribuíram folhetos explicativos e, gentilmente, entregaram rosas para as mulheres.

Um dos primeiros a falar, o servidor Marcos Valério, do Sindicato Nacional dos Juizes Federais, historiou um pouco do que foi a luta dos SPF ao longo dos últimos meses. Marcos, que participou do Comando Nacional de Greve (CNG) ano passado e, posteriormente, do Comando Nacional de Mobilização (CNM), comentou que foi totalmente acertada a decisão de abandonar a mesa de negociações com o governo federal pelo reajuste salarial. “Aquilo era uma mesa de enrolação; não de negociação”, disse. Marcos classificou o 28 de março como um dia muito importante. “É o momento de retomar a nossa campanha salarial contra esses famigerados acordos de livre comércio, contra o sucateamento do serviço público. Não temos outro

caminho que não seja a luta efetiva dos trabalhadores”, afirmou.

Pela Executiva Regional da CUT-RJ, a secretária de Políticas Sindicais Isabel Cristina afirmou que a central não vai abrir mão de sua responsabilidade na condução do caso do FGTS, no reajuste salarial dos servidores e, principalmente, na construção da greve geral de maio. “Esse é o momento do chega, do basta! Ou não teremos chance depois”, avisou.

A técnica-administrativa Neuza Pinto falou em nome da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e chamou a atenção para o fato de que “as universidades estarão mais uma vez presentes na luta contra esse que é o maior arrocho da história desse país”, contou. Neusa informou que a Fasubra estava, naquele 28 de março, participando de manifestações em todo o Brasil e fazendo denúncias sobre a forma destruidora como o governo federal vem tratando o serviço público em todos os setores.

A 3ª vice-presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto, encerrou o ato na Cinelândia e fez coro com os servidores que a antecederam: “Estamos atestando a nossa disposição de luta contra esse governo. Vamos resistir, lutar e conquistar vitórias. No dia 5 de abril, vamos encher Brasília”, disse.

Em seguida, os servidores se dirigiram para a Candelária, de onde partiu a passeata de encerramento do Dia Nacional de Paralisação.

Greve em Niterói

Em Niterói, os servidores da saúde realizaram uma manifestação em frente ao Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap). Em greve há um mês, o movimento já colheu quase cinco mil assinaturas de apoio da população.



A Adufrj-SSind esteve presente nas manifestações dos SPF e da CUT, no dia 28 de março





Entrevista/Roberto Leher

MEC prepara pacote para abril

Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), Roberto Leher, comenta a promessa do MEC de abrir concurso para o corpo docente das IFES. Segundo Roberto, com a divulgação do 'pacote', o ministério admite a contratação pelo Regime Jurídico Único, amplamente defendido pelo Sindicato.



Jornal da Adufrj - Em linhas gerais, qual será o impacto do "Pacote de Abril", anunciado pelo MEC para os servidores das instituições federais

de ensino e, em especial, para os docentes?

A embalagem das medidas, na forma de Pacote (situação não recusada pelo MEC), é reveladora de seu conteúdo. Pacotes foram comuns no governo militar e caracterizavam uma medida unilateral. O impacto do pacote para a universidade dependerá de sua concretização. Até o presente momento o pacote está vazio. Explico: a principal medida, positiva, seria a abertura de concursos no RJU, uma reivindicação do movimento docente reiterada no 20º Congresso do Andes, realizado recentemente, no Rio de Janeiro. No entanto, o MEC não assegura que isso vá ocorrer. Curiosamente, existe uma entidade abstrata, chamada "O Governo" que ainda não se posicionou sobre os concursos. A situação lembra a RAM dos técnico-administrativos. Estava tudo certo, mas "O Governo" breçou. As verbas anunciadas, inclusive a do "fundo dos fundos", sequer cobrem as existentes em 1995. Seriam R\$ 120 milhões em 2 anos. Entretanto, em 95, as verbas de investimento eram da ordem de R\$ 170 milhões. Há ainda um ponto preocupante. Os substitutos deixariam de receber salário nas férias e poderiam ter seus contratos renovados por 6 ou 7 vezes, o que demonstra que o que era para ser excepcional prossegue sendo a regra.

JAD - Então, o anúncio da abertura de concurso para 2000 vagas para docentes pelo RJU é apenas um jogo de cena? O Sindicato vai apostar nesta promessa?

O que podemos extrair de positivo do anúncio do "pacote" é que, em primeiro lugar, o MEC admite uma tese que o An-

des-SN defendia de forma quase solitária: é possível realizar concursos no RJU e, segundo, que não dá mais para postergar a abertura de concursos. Atualmente somam cerca de 7 mil vagas, um número um pouco maior do que o de substitutos, que somam mais de 6 mil.

Em matéria do Jornal de Brasília (25/03), Roberto Leher diz que o pacote para as universidades, anunciado pelo governo para abril, "é demagógico e vazio". Nesta entrevista ao jornal da Adufrj, o presidente do Andes-SN comenta detalhes do pacote e os últimos encontros com a SESu e a Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes).

des-SN defendia de forma quase solitária: é possível realizar concursos no RJU e, segundo, que não dá mais para postergar a abertura de concursos. Atualmente somam cerca de 7 mil vagas, um número um pouco maior do que o de substitutos, que somam mais de 6 mil.

JAD - O Andes-SN esteve em audiência com o Secretário de Ensino Superior recentemente (15/03). Como foi o encontro? O que disse o secretário sobre o projeto de emprego público do governo e quais foram os comentários dos representantes sindicais?

A reunião Andes/SESu tratou de uma série de questões, em especial concursos no RJU, situação do projeto de emprego público, carreira (com destaque para a situação dos docentes da carreira de 1º e 2º graus), financiamento etc. O Secretário de Ensino Superior afirmou que o projeto deve ser enviado ao Congresso até abril, pois, "O Governo" assim determinou. Os representantes do Andes apresentaram os encaminhamentos do 20º Congresso e a disposição de não admitir que essa medida venha a ser efetivada. Os próprios representantes do MEC admitem que não têm como garantir o futuro da carreira do RJU, agora em vias de extinção; os direitos previdenciários, que com a reforma da

previdência, tornam-se ainda mais débeis. Em suma, a medida é inaceitável e o movimento lutará energeticamente contra.

JAD - Anteriormente ao encontro com a Sesu, o senhor esteve em reunião com o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes), Emídio Cantídio. Como a entidade dos reitores está encarando o projeto de emprego público? É possível para o Sindicato contar com o apoio da Andifes para barrar a investida governamental?

O Presidente da Andifes não externou nenhuma posição clara quanto ao emprego público. Na prática, a elaboração de uma proposta baseada na CLT indica a aceitação da medida, porém, há uma divisão, visto que diversos Conselhos Universitários já se manifestaram contra e também diversos reitores já asseveraram que não concordam com a medida.

JAD - Neste mês de abril, os movimentos do setor de educação (Andes-SN, Fasubra, UNE, CNTE/CUT) estarão organizando diversas atividades, nos estados, em defesa da educação pública. Qual a expectativa do movimento docente para o próximo período?

As atividades realizadas em diversos es-

Calendário de lutas para abril

2 a 9 – Semana de Ação Global pelo Direito à Educação – CNTE, com destaque para a paralisação do dia 6

4 – Dia de luta contra os expurgos do FGTS – CUT

5 – Marcha sobre Brasília com atos dos setores de educação, saúde, previdência. O ato marcará também a luta pela instalação da CPI da Corrupção

6 – Manifestações contra a Área de Livre Comércio (Alca) e os Tratados de Livre Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires – Argentina

tados no dia 28 de março atestam que o movimento está em franco crescimento. A Marcha sobre Brasília, no dia do SOS Serviço Público, será um termômetro. As entidades dos SPF estão muito motivadas e otimistas. A partir desta manifestação, o movimento irá ocupar forte presença na esfera pública. Há uma convergência de avaliações entre o Andes, os SPF e o movimento social representado pela CUT, MST, UNE e entidades da sociedade civil, como a OAB, a ABI de que o país não pode mais ser governado em função dos interesses do FMI, Banco Mundial e OMC. A situação da Argentina, infelizmente, revela o grau de subordinação dos governos da região a essas políticas. E a universidade não suporta mais reformas neoliberais. Por tudo isso, acreditamos que teremos grandes manifestações e importantes conquistas, em defesa da universidade pública, gratuita e assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.



UFRJ

Reitoria chama polícia contra estudantes

Indignados, conselheiros do CEG vão abrir sindicância para apurar responsáveis por 'cárcere privado' imposto a estudantes do alojamento

Parece até tempos de ditadura. A manifestação pacífica dos estudantes do alojamento pela volta do auxílio-alimentação no oitavo andar do prédio da reitoria (22/03) teve como resultado a intolerância da reitoria da UFRJ, representada pela atitude da sub-reitora de Pessoal (SR-4), Maria Augusta Temponi, de manter sob cárcere privado cerca de trinta estudantes enquanto chamava a Polícia Federal para apurar denúncias de "invasão Maria Augusta, que é assistente social, não conseguiu controlar a manifestação dos alunos que, insatisfeitos com a suspensão da sessão do Conselho Universitário onde se daria uma solução para a falta de alimentação, tentaram ocupar a sala da sub-reitora, em protesto. Na ocasião, primeiramente, procuraram o sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, que disse não poder resolver o problema sozinho. Depois, se dirigiram ao Gabinete da SR-4, que atualmente aloca a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE). A intenção dos alunos era pressionar a sub-reitora Maria Augusta Temponi a liberar, juntamente da Sub-reitoria de Patrimônio (SR-3), verba para as bolsas de alimentação.

Truculência

A solução encontrada pela sub-reitora para lidar com a manifestação dos alunos sofreu críticas indignadas por parte dos conselheiros do CEG. O conselheiro Sérgio Machado foi uma das vozes mais contundentes. Para o representante do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN), o tratamento dado pela SR-4 aos estudantes foi "ultrajante". "Uma pessoa que faz isso (prender os alunos e chamar a polícia) não pode ser chamada de professora e pertencer ao quadro docente". A professora Ana Borralho também fez sérias críticas à postura da sub-reitora. "Foi uma truculência da professora Temponi cha-



PELA MANHÃ, ESTUDANTES PROTESTARAM NO HALL DA REITORIA

mar a política federal. Não podemos deixar isso passar em branco".

Sérgio chegou a propor que o colegiado suspendesse os trabalhos até que qualquer queixa a estudantes fosse retirada. A informação que circulava no momento da sessão era de que já havia um processo na PF contra os alunos. Os conselheiros também tinham dúvida sobre quem teria entrado com a queixa, a sub-reitora ou uma funcionária.

Sérgio Machado lembrou que a solução para o problema da alimentação seria a volta dos bandejões, a exemplo da Universidade Federal Fluminense. "Aqui do lado, do outro lado da poça, eles resolveram o problema. Por que a Universidade Federal do Rio de Janeiro não pode ter um bandejão?", questionou.

"Na universidade, só se entra com vestibular"

O representante do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Alcino Câmara, também criticou a atitude de manter aprisionados os estudantes. Para o professor, esta atitude revela o desespero da reitoria e rememorou a atitude do ex-reitor Pedro Calmon, em plena ditadura, durante uma tentativa da polícia de invadir o prédio do Largo do São Francisco para prender estudantes perseguidos. Na ocasião, o reitor, junto

dos demais professores da casa, não só impediu a entrada dos policiais, como proferiu uma frase que ficou conhecida na história da luta pela democracia na universidade: "Aqui o senhor (policia) não vai entrar, porque aqui só se entra com o vestibular".

Sindicância

Foi com este espírito que o colegiado, responsável pela definição das políticas acadêmicas para o corpo discente de graduação, decidiu abrir uma comissão de sindicância para apurar os responsáveis por manter os estudantes do alojamento sob 'cárcere privado' na ante-sala do gabinete da SR-4 e por chamar a Polícia Federal.

Estudantes

As representantes estudantis também relataram o ocorrido na SR-4. Na opinião da conselheira Isabel Mansur, o que levou os estudantes à tentativa de ocupar a sub-reitoria teria sido o "jogo de empurra" de uma sub-reitoria (SR-1) para outra (SR-2). "A professora Temponi diz que o responsável legal é o professor Gattass, mas quem tem o poder 'legal' é a Temponi. Os estudantes do alojamento, que se empenham, que têm as melhores notas, estão sem comer! E, agora, não podem protestar que a Po-

lícia Federal é chamada?", desabafou.

Danielle Bento defendeu a implementação da Política de Assistência aos Estudantes, já aprovada no CEG. Danielle disse estar presente no momento em que os estudantes foram presos pela vigilância e criticou a forma como os estudantes foram recebidos pelos funcionários da SR-4. Segundo Danielle, logo ao entrar na sala, os estudantes foram recebidos com desespero pelas secretárias, o que pode ter causado qualquer incidente. "Ninguém mais do que a gente defende o patrimônio público. Nós precisamos da universidade", disse criticando a inabilidade da SR-4 em tratar das questões sociais e políticas dos estudantes.

Falta de vontade política

A representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e professora da Escola de Serviço Social, Lilia Pougy, lamentou que a situação dos estudantes "tenha chegado a este ponto". Para ela, faltou vontade política da reitoria para implementar o projeto de assistência do CEG. "Por que apenas um dos cinco modelos de bolsa aprovados na política foi implementado?", questionou, em referência ao Programa de Apoio à Formação Acadêmica (Profag), coincidentemente de autoria da professora Temponi. "Não adianta falar que não há verba, pois sabemos que isso é uma questão de priorizar o que deve ser feito. Assistência ao estudante é assistencialismo ou é um direito?" criticou.

A professora lembrou que a bolsa-auxílio aos estudante de baixa renda é um dos programas já aprovados. Para Lilia, que também é assistente social, os estudantes não podem continuar dependendo da atual fragmentação da reitoria. "A crise de governabilidade é a origem desta situação", afirmou.

Sessão conjunta

O CEG vai solicitar ao Conselho Universitário que convoque uma reunião de todos os colegiados (CEG/CEPG/Consuni) pra tratar especificamente da assistência estudantil.

**UFRJ**

Representantes do Sintufrj são chamados para socorrer os alunos

Presos pela vigilância na antecâmara da SR-4, os estudantes conseguiram se comunicar com o Sintufrj e avisaram aos sindicalistas que aguardavam a PF para indiciá-los. Instantes depois, pouco antes da polícia chegar, três diretores da entidade já tentavam estabelecer uma negociação com a sub-reitoria para liberar os alunos.

Na 'negociação' com a Polícia Federal, os sindicalistas viveram momentos de tensão. De acordo com o diretor do Sindicato, Lenin

Pires, a polícia estava ali para fichar os estudantes e não foi fácil convencê-los de que se tratava apenas de uma manifestação pela volta da alimentação para os alojados. Felizmente, enquanto os outros conversavam com a polícia, um dos diretores conseguiu 'driblar' a vigilância e abriu caminho para que os alunos se retirassem do local, quase em fuga.

Para Lenin, um dos sindicalistas que defenderam os alunos, a equipe da SR-4 não teve habilidade para lidar com o problema. "Es-

sas pessoas são dirigentes e recebem gratificações ou comissões justamente para apresentar soluções para demandas que se apresentam. Uma delas é o atendimento ao estudante, nosso usuário. O que nós encontramos foi o mais absoluto destempero por parte de quem é pago para não se destemperar", disse. Lenin também faz críticas às sub-reitorias de graduação, de pessoal e de patrimônio que, na sua opinião, fazem um "jogo de empurra" no qual os maiores prejudicados são os alunos.

Manifesto defende ação policial no *campus*

Um manifesto assinado pelos funcionários da SR-4 e da Consultoria Jurídica da reitoria circulou através do serviço de mensagens da Intranet/UFRJ. O documento conta a versão dos funcionários e dos advogados alocados na sub-reitoria sobre o incidente com os estudantes. O relato, assinado pela superintendente Rojane Fieldler, questiona a presença de dirigentes do Sintufrj na reitoria quando a Polícia Federal foi chamada para autuar os alunos. O texto critica também a moção aprovada pelo Conselho de Ensino para Pós-Graduandos (CEPG) em que o colegiado manifesta apoio aos estudantes. O documento diz que

servidoras teriam sido "agredidas" durante a tentativa de ocupação dos alunos. A redação do jornal da Adufrj tentou entrar em contato com a superintendente Rojane, na tarde da quarta-feira (28/03), mas foi informada que a funcionária estava em reunião e não poderia falar naquele momento. Até o fechamento desta edição, não houve retorno do recado deixado pela redação.

A mensagem foi respondida por outra servidora e membro do Conselho Universitário. Em sua mensagem, a técnica em assuntos educacionais Ana Maria Ribeiro pede que os funcionários da sub-reitoria reflitam sobre o drama vi-

vido pelos estudantes do alojamento. Ana Maria responsabiliza a própria reitoria pelo impasse criado com os alunos. "É muito importante que nós servidores técnico-administrativos saibamos ser funcionários públicos federais da UFRJ e não servidores dos sub-reitores, do reitor, dos diretores, etc. Defender a institucionalidade, o Estatuto, as deliberações dos órgãos superiores é estar na legalidade. Não podemos defender o que as "pessoas" querem e sim o que a instituição decide. Os que defendem as "pessoas", defendem os cargos de confiança que aquelas "pessoas", neste momento, têm o poder de indicar.

Projeto do CAP tem parecer favorável no CEG

A sessão do CEG de 28/03 aprovou o parecer favorável da professora Maria da Penha (CCJE) ao projeto encaminhado pelo Colégio de Aplicação (CAp) que reivindica o reconhecimento institucional da natureza do trabalho universitário desenvolvido por seus docentes. De posse do parecer do colegiado, os docentes do CAp reivindicarão junto à Secretaria de Ensino Superior (Sesu) uma gratificação que tenha os mesmos valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), concedida aos professores do terceiro grau das universidades públicas. A possibilidade da SESu conceder a gratificação aos docentes do CAp surgiu, segundo a conselheira Ana Lúcia, em um debate sobre o perfil institucional do colégio. De acordo com Ana, que também é vice-

diretora do CAp, o secretário do MEC, Antonio MacDowell Figueiredo, teria dito, durante o evento, que só poderia aceitar a reivindicação de uma gratificação em valores mais altos do que a atual Gratificação de Incentivo à Docência (GID) se a instituição e seus colegiados reconhecessem a natureza universitária do trabalho do professor do CAp.

Com a aprovação do projeto, o CEG reconhece que os professores do CAp ensinam, pesquisam e também fazem extensão como os demais colegas do terceiro grau. De acordo com o parecer da professora Penha, a proposta é totalmente constitucional e pode ser encaminhada diretamente à SESu. A professora da Faculdade de Direito se apresentou para acompanhar os dirigentes do CAp na negociação com o Ministério, em Brasília.

Notas do CEPG

O Colegiado de Ensino Para Graduados (CEPG) trocou a representante no debate sobre periodização promovido pelas entidades. A professora Ingrid Sarti tem aula marcada para o momento do debate e não poderia participar. Foi aprovado o nome da professora Denise Pamplona, do Museu Nacional.

Perguntado a quantas andava o caso dos alunos detidos na SR-4, o sub-reitor Gattass argumentou que seria encaminhada uma carta ao superintendente da Polícia Federal para que não sejam feitos os indiciamentos. Sobre a mesma questão, alguns conselheiros não gostaram nem um pouco do tom e do destaque dado a uma nota das funcionárias da SR-4 no jornal eletrônico da reitoria distribuído a todos os servidores portadores de *e-mail* (ver matéria do CEG). O sub-reitor se comprometeu a fazer uma solicitação para que não sejam mais publicadas matérias ou notas de caráter unilateral.



Terreno da Av. Chile pode ser privatizado

A SR-3 já anunciou a abertura de licitação aos interessados para o dia 5 de abril. O terreno mede 95 metros de frente para a avenida Chile, mais 95 metros de fundo e 90 metros de extensão por ambos os lados, perfazendo um total de 8.550 metros quadrados. O projeto de alienação de terreno de propriedade da UFRJ, na Avenida Chile, no centro, foi criticado pela diretoria da Adufrj-SSind, assim que foi anunciado, no ano passado. Na ocasião, a diretoria da entidade questionou a forma de gerenciar o patrimônio da universidade por parte desta reitoria. Mais uma vez, a idéia de alienar o imóvel não foi discutida na comunidade universitária. "Obviamente, porque esta não tem legitimidade para sustentar nem encaminhar o debate interno democrático de como tais medidas iriam afetar a instituição e suas unidades acadêmicas", disse o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, em artigo publicado em O Globo, de 23/12. "O uso do patrimônio para suprir déficits orçamentários é uma forma de privatização", completou, em outro trecho.



UFRJ

Campus cercado causa polêmica

Circulação de pessoas e veículos fica prejudicada na Cidade Universitária

Mais uma arbitrariedade de Vilhena ganhou as páginas dos jornais. O factóide da vez, publicado no Jornal do Brasil de 29/03, foi o cercamento dos prédios do *campus* do Fundão. Embora a proposta não tenha sido discutida em nenhum fórum competente da universidade ou até mesmo na comunidade local, o interventor do MEC decidiu passar por cima dessas instâncias e tocar o projeto assim mesmo. De acordo com a matéria do JB, além dos muros, será instalado um sistema de vigilância eletrônica com câmeras de TV, com alcance de até 360 graus.

A Cidade Universitária será dividida em três módulos: o primeiro congregará Hospital Universitário e Centro de Ciências Sociais; o segundo, Centro de Tecnologia e Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza; e, finalmente, o terceiro, com reitoria e Letras. Curioso é que o alojamento, dado como um ponto isolado e perigoso para os estudantes que ali moram, não mereceu atenção no projeto.

A professora Laura Maria Goretti, do Programa de Engenharia Civil da Coppe, procurou a Adufrj-SSind para criticar a idéia da reitoria. “O Rio de Janeiro está

Kelvin Melo



OS MUROS ATRÁS DO CCMN JÁ COMEÇARAM A SUBIR, CONFORME DENÚNCIA DA PROFESSORA LAURA MARIA (DETALHE)



cheio de condomínios de luxo com vários recursos de segurança sendo assaltados. Para mim, o projeto mais atrapalha as pessoas de dentro do que resolve o problema”, comentou.

Ainda segundo Laura, entre várias reclamações, havia a preocupação com a circulação das pessoas e veículos dentro da universidade. “No CT e CCMN, parece que só vai haver uma entrada para esse contingente. Como isso vai funcionar?”, questionou, acrescentando o constrangimento que será causado a alguém que venha pesquisar na UFRJ ou participe de alguma banca examinadora como membro externo. Laura, que trabalha num lu-

gar que poderá ser uma das “pontas” do tal módulo acadêmico CT/CCMN, pergunta como irá se deslocar, por exemplo, para a reitoria. “Agora, eu posso fazer esse caminho a pé. Com uma única entrada/saída posicionada entre o CT e o CCMN, vou fazer um longo percurso”, afirmou. A professora chegou a ouvir que o grêmio dos funcionários da Coppe seria derubado para a consolidação do processo de cercamento do CT. Ouvido sobre essa possível demolição, o presidente do grêmio da Coppe, Paulo Motta, confirmou que a idéia existia, mas, tudo foi contornado com a mobilização da direção da entidade.

Decanos são contra

Os decanos do CT, Oscar Acselrad, e do CCS, Sérgio Fracalanza, já se manifestaram contrariamente ao projeto encaminhado. Para Oscar, até onde teve conhecimento da iniciativa, é estranho que a SR-3 (Patrimônio e Finanças) esteja concentrando todo tipo de atividade relacionada à obra. “A SR-3 compra, paga, fiscaliza e executa. Eu não entendo. E o projeto ainda está indefinido”, disse. Oscar já havia lembrado em reuniões do Conselho Universitário que uma comissão do CT/CCMN ofereceu alternativas para a construção do tal módulo, mas foi ignorada. Fracalanza já disse que vai lutar contra o projeto tal como está concebido para o CCS. “Deixaram uma entradinha de nada para todo o prédio”, disse. O fato de o projeto inicial do CT prever a demolição do grêmio da Coppe e o recuo posterior demonstrou o amadorismo envolvido no projeto. Fatos que uma simples conversa podia resolver.

Procurado para esclarecer alguns pontos do projeto da reitoria, o prefeito universitário Ivan de Abreu encontrava-se em reunião no fechamento desta edição (30/03).

UFRJ

DEBATE

PERIODIZAÇÃO

Mesa:

representante do CEG

representante do CEPG

Professora Dalila Andrade
(Faculdade de
Educação da UFMG)3 de abril
(terça-feira)

14 horas

Auditório CFCH
PRAIA VERMELHA

Marcha sobre Brasília
Cerca de 20 mil pessoas, de vários estados, marcharam em 5 de abril sobre Brasília. Os manifestantes foram exigir do Congresso Nacional a instauração da CPI da Corrupção para apurar todas as irregularidades apontadas até agora no governo de Fernando Henrique. Segundo o presidente nacional da CUT, João Felício, mais manifestações serão realizadas no Dia do Trabalhador, 1º de maio.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 26 • 9 de abril de 2001

www.adufrj.org.br

ALCA
Polícia argentina
para manifestantes

A polícia argentina bloqueou a entrada de 24 ônibus que levavam trabalhadores brasileiros a Buenos Aires. O grupo, formado por sindicalistas e ativistas de entidades ligadas à CUT, se dirigia para o ato público contra a Área de Livre Comércio das Américas.

Debate sobre periodização mobiliza comunidade

O auditório do CFCH foi pequeno para o interesse demonstrado pela comunidade da Praia Vermelha no debate sobre periodização promovido pelas entidades em 3 de abril: o auditório do CFCH ficou lotado e muitos não conseguiram entrar. Vários representantes dos colegiados acadêmicos da UFRJ marcaram presença e sentiram a pressão da comunidade para mudar a polêmica resolução 01/99, que regulamentou 200 dias de aula para toda a universidade. Ao fim do evento, os professores do CEG, Paulo Vaz, e do CEPG, Denise Pamplona, se comprometeram a levar os resultados da discussão para seus respectivos colegiados.

Já na última reunião do Conselho de Ensino de Graduação, no dia seguinte ao debate, Paulo e outros conselheiros que também estiveram presentes na platéia do debate pediram ao sub-reitor Ricardo Gattass para incluir o relato do evento e a consequente discussão da periodização como ponto de pauta da próxima sessão. Na sessão do CEPG, de 6 de abril, a professora Denise fez um rápido relato da indignação da comunidade presente ao debate. O sub-reitor argumentou que vai encaminhar a rediscussão da resolução 01/99. No entanto, disse que não fará isso antes de finalizar o edital do vestibular (no CEG) e a regulamentação dos cursos de pós-graduação (no CEPG).

Os conselheiros do CEG e CEPG

A professora Denise Pamplona (CEPG) iniciou sua exposição historiando o processo de construção da proposta dos colegiados. Segundo Denise, os conselheiros gastaram bastante tempo para finalizar a 01/99, no sentido de adaptar a universidade aos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sempre com a intenção de fazer o melhor para a UFRJ. No entendimento dela, parte do processo ficou prejudicado, pois os professores estavam completamente alheios a esse tipo de discussão nas Unidades e a lei da GED também influenciou na formação dos conceitos da resolução. “(A resolução) tem erros, (provocou) interpretações errôneas e interpretações que não podiam ser feitas”, dis-

se. “Até o sub-reitor fez interpretações que não eram (válidas)”, completou. Para contornar a situação atual, Denise informou que a comissão mista CEG/CEPG (da qual faz parte) está se reunindo para rediscutir pontos da 01/99 e citou o problema da reclassificação dos calouros como algo a ser reconsiderado.

O professor Paulo Vaz (CEG) seguiu, em linhas gerais, a fala da professora. Paulo fez questão de ressaltar que um debate como aquele promovido pelas entidades era uma ótima oportunidade de troca de idéias. O professor também citou a distância entre conselheiros e seus representados como um entrave para a aceitação atual da resolução. “Não tínhamos retorno de sugestões por parte das Unidades”, disse. Para ele, a resolução acabou marcada como uma forma de aumento da carga horária docente e do tempo de aula para estudantes. “A resolução não é isso”, defendeu. O período de tempo extra do conceito de “trabalho acadêmico efetivo” encontrado na resolução seria usado, por exemplo, para o estudante se dedicar a disciplinas eletivas, enquanto os professores encaminhavam seus projetos de pesquisa.

A versão da professora da UFMG

A outra convidada do debate, a professora Dalila Andrade (da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais), se disse surpresa com o teor das mudanças encontradas na resolução 01/99 da UFRJ. Para ela, a LDB é uma espécie de lei-

suporte, que não deveria “engessar” a legislação como viu aqui na UFRJ. Dalila não entendeu, por exemplo, como os colegiados locais impuseram 320 horas de aula aos professores, enquanto a LDB reza oito horas semanais em média. A professora comentou ainda que as universidades deviam somar forças para melhorar o acesso da população ao ensino superior, em vez de “intensificar o trabalho aqui dentro”.

Algumas intervenções

O estudante Vinícius Wu, representante do DCE, afirmou que o tema em debate não se resumia a uma simples resolução, mas se tratava do próprio rumo da universidade. Vinícius criticou vários pontos, desde o aumento de evasão dos calouros resultante do descompasso entre o calendário da UFRJ e o das demais universidades até a falta de estrutura das secretarias acadêmicas para trabalhar com intervalos tão curtos entre os módulos. Segundo Vinícius, a resolução em si é ilegal, pois estabelece um calendário único para a UFRJ, contrariando o que determina o regimento vigente “que permite a cada Unidade baixar o seu calendário, de acordo com parâmetros do Consuni”.

A 2ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, comentou que o debate sobre periodização começava, na realidade, ali. E também o seu sucesso. “Não queremos legitimar uma concepção de universidade empresarial, por isso nos mobilizamos”, disse.

A representante dos pós-graduandos Gil-da Moreira classificou como um erro

gravíssimo a alegada falta de comunicação entre os conselheiros e a comunidade, pelos professores do CEG e do CEPG. Gilda afirmou ainda que os pós-graduandos (muitos vindo de outras cidades) tiveram de enfrentar preços de aluguel mais caros para iniciar aulas em fevereiro (por causa do carnaval) e muitos não receberam bolsas relativas ao período, conforme prometido pelo sub-reitor.

A professora Maria de Lourdes (do GTPE da Adufrj) não deixou passar a crítica dos professores do CEG e CEPG sobre o distanciamento da comunidade em relação ao tema, em sua fase de elaboração. “Isso rigorosamente não é verdade. No 1º semestre de 1999, a Adufrj teve negada pela secretaria do CEG sua solicitação de cópia da versão inicial da Resolução que estava sendo discutida nos Conselhos. Desde esta época, a Adufrj publicou várias matérias sobre o assunto, fez várias reuniões de unidades com esta pauta. Queremos uma porta aberta para discutir e um calendário compatível para isso”, reivindicou.

A funcionária e técnica em assuntos educacionais, Ana Maria Ribeiro, também não poupou a nova resolução. “Essa resolução levará ao caos. Essas questões de adaptação não podem ser feitas da forma como a universidade está estruturada”, disse. No meio da fala de Ana Ribeiro, faltou luz no prédio do CFCH. A técnica-administrativa não se apertou: falou e conseguiu prender a atenção de uma platéia de quase duzentas pessoas durante oito minutos no escuro, sem microfone ou ar-condicionado.

Diálogo

O professor do Instituto de Física e mediador do debate, José Simões, fez ver aos representantes do CEG e do CEPG que o evento não tinha nenhum objetivo de atacar pessoalmente os conselheiros, diante da “chuva” de críticas. “Não foi nossa intenção que eles (Paulo e Denise) se sentissem desconfortáveis. Nossos colegiados estiveram aqui bem representados. Só queríamos melhorar a comunicação (entre comunidade e conselhos) num clima maduro”, encerrou.

Reuniões do Conselho de Representantes

11/4 quarta-feira 18:00 horas 17/4 terça-feira

Escola de Serviço Social - Praia Vermelha

Pauta: Plano de Lutas

- Questões específicas das Unidades;
- Emprego Público e Carreira;
- Periodização na UFRJ;
- Democracia Interna na UFRJ;
- Questões de 1º e 2º graus;
- Campanha Salarial;
- Indicativo de Greve para maio



Colegiados

CEG ouve Odontologia

O Conselho de Ensino de Graduação do último dia 4 de abril tentou “apagar mais um incêndio” dentro da UFRJ. A “desesperada” da vez foi a Odontologia, com problemas de falta de professores, equipamentos precários e ausência de segurança. Ao fim da sessão, o CEG aprovou duas moções para tentar resolver os problemas: a primeira visa o remanejamento de professores dentro da própria faculdade para que possam ser garantidas, pelo menos, as disciplinas obrigatórias; a segunda foi de apoio a uma comissão de alto nível criada pelo conselho de coordenação do Centro de Ciências da Saúde em 2 de abril para planejar a recuperação emergencial da Unidade. Vale lembrar que um assunto dessa natureza (financeira/estrutural) não deveria ser ponto de pauta do CEG (órgão deliberativo em matéria didática e pedagógica), não fosse a paralisação do Consuni pelo reitor.

Para chegar a essas decisões, o colegiado ouviu o depoimento da aluna do 7º período do curso de Odontologia, Camila Mayworm. A estudante comentou que existe uma fenda na torre de acesso ao prédio do curso que pode se romper de vez a qualquer momento. Citou ainda o uso de equipamentos de mais de 20 anos cujos defeitos requerem a fabricação de peças de reposição, uma vez que já se encontram fora de linha. Há também um ar-condicionado quebrado, o que, além de tirar o conforto da comunidade local, prejudica em muito as normas de biossegurança dos procedimentos odontológicos (de acordo com Camila, o suor pinga em cima dos pacientes ou dos materiais esterilizados). Falta de professores, banheiros quebrados (alguns cheios de entulho), telhado furado, laboratórios sucateados foram outros pontos lembrados pela aluna.

Após esse relato angustiante, o superintendente da SR-1, Átila Freire, garantiu que ia conseguir junto à SR-3 comprar o que fosse necessário para o curso de Odontologia funcionar com o mínimo de condições.

Vestibular

O CEG debateu mais alguns pontos do edital do vestibular de 2002. Algumas questões foram decididas: será encaminhada uma consulta a Unidades que aplicam o Teste de Habilidade Específica com o objetivo de saber se este THE deve ser pontuado ou não (atualmente, o teste só considera se o candidato está apto ou não para o ingresso no curso). O CEG aprovou estabelecer uma prova de conhecimentos gerais como uma primeira fase classificatória. O novo exame será totalmente discursivo. A decisão significou uma vitória do atual modelo de vestibular sobre a proposta do professor Herli Menezes (atual coordenador acadêmico do vestibular) de implementar novos objetivos no concurso da UFRJ.

O ponto mais polêmico foi a decisão de não mais exigir nota mínima para classificação do candidato em qualquer prova. Agora, basta o estudante superar o zero para concorrer à vaga. Em concursos anteriores, a UFRJ cobrava nota mínima um para as disciplinas e chegou a pedir uma nota mínima dois para a redação eliminatória do ano passado. Alguns conselheiros cobraram simulações estatísticas de vestibulares anteriores, estabelecendo o corte com a nota três para redação em todas as carreiras, mas não foram atendidos e o sub-reitor encaminhou a votação de qualquer forma.



Movimento

Proposta de Emprego Público é ameaça à carreira docente

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, reunida no dia 3 de abril, na Escola de Serviço Social, ressaltou na atual conjuntura o avanço da proposta governamental de emprego público. A AG também discutiu a crise interna da UFRJ. Foi marcada para o próximo dia 11 de abril, na Escola de Serviço Social, às 18h, uma reunião do Conselho de Representantes da entidade, aberta a todos os sindicalizados interessados, para a discussão de um plano de lutas, incluindo a avaliação de um indicativo de greve para maio. Também estarão pautados na reunião os seguintes pontos: 1 – questões internas/específicas das Unidades; 2 – emprego público/carreira; 3 – periodização na UFRJ; 4 – democracia interna na UFRJ; 5 – questões do 1º e 2º graus; 6 – campanha salarial 2001; 7 – indicativo de greve para maio (ver pauta de convocação na capa deste boletim).

Para esta reunião, será realizado um levantamento de todo o material relativo ao emprego público produzido pelo Sindicato. A idéia é produzir, dentro do possível, uma cartilha didática voltada para os docentes sobre os impactos negativos que essa proposta do governo FHC traz para as universidades públicas brasileiras.

Outra coleta de informações será promovida com relação aos reflexos da portaria interministerial nº 63 (ver nota abaixo) nas Unidades da UFRJ. Neste sentido, está sendo solicitado aos conselheiros e aos sindicalizados em geral uma pesquisa junto à sua Unidade do atual quadro de contratação de professores efetivos e substitutos.

Para discutir com a comunidade as implicações do emprego público do governo, os professores aprovaram a realização de um Congresso Interno dos Professores UFRJ da promovido pela Adufrj-SSind. A intenção é a realização de um evento nos moldes do Congresso Interno da USP.

A luta do Colégio de Aplicação pelo reconhecimento da natureza do trabalho universitário de seus professores também mereceu apreciação da Assembléia Geral. Embora todos entendam a preocupação de alguns docentes do CAP quanto a falta de isonomia entre as gratificações GED e GID, na assembléia, houve a compreensão de que essa “batalha” deveria ser encaminhada nos termos aprovados pelo Andes-Sindicato Nacional e não pela via institucional com pedidos diretos ao MEC ou à Secretaria de Ensino Superior. O conjunto do movimento docente tem

lutado pela Carreira Única e pela incorporação da GED, em seus valores máximos, para todos os docentes de todos os níveis. A AG aprovou também que a seção sindical irá promover encontros com os professores do CAP para debater o assunto.

Diante do quadro de desmobilização atual dos docentes, houve consenso que não seria possível promover uma paralisação no dia 5 de abril (Dia da Marcha sobre Brasília), quando os movimentos sociais de todo o país estariam pedindo a CPI da Corrupção, a correção integral do FGTS, a reposição salarial e combate às privatizações. Para a Plenária dos SP F do dia 7 de abril, em Brasília, a AG aprovou que seu representante deveria se abster da votação de indicativo de greve geral para maio. Nem a favor, pela falta de mobilização atual na UFRJ; nem contra, pela posição histórica da entidade de lutar pelos direitos de seus sindicalizados e sabendo que o quadro de mobilização mais intensa ainda pode ser construído. Para participar da Plenária dos SP F, foi aprovado como delegado de base o nome do presidente da Adufrj-SSind José Henrique Sanglard, restando à diretoria a indicação de mais um delegado.

Governo proíbe contratação pelo RJU

Não foi nenhuma novidade para o movimento docente organizado a divulgação da portaria interministerial nº 63, de 20 de março (publicada em 27/03), com a qual o governo federal determinou a proibição de contratação de docentes pelo Regime Jurídico Único nas Instituições Federais de Ensino Superior. No entanto, quando o ministro da Educação, Paulo Renato, especulou na imprensa que contrataria dois mil professores pelo RJU há menos de duas semanas, houve

quem acreditasse. Na verdade, tudo não passou de mais um “jogo de cena” do governo FHC para desmobilizar a categoria.

E a portaria foi mais longe. Seu artigo terceiro reza o cancelamento das autorizações concedidas e não utilizadas para a contratação de professores substitutos, ou seja, daquelas cujos resultados finais não tenham sido publicados no DOU até 31 de março de 2001. No caso particular da UFRJ, o sub-reitor Ricardo Gattass garantiu que as co-

tas de substitutos da universidade ainda não publicadas no Diário Oficial (pouco mais de duzentas, já que as renovações de bolsas já teriam sido publicadas) estariam garantidas por um recurso impetrado na SESu no dia 30 de março. Segundo ele, a SESu aceitaria um pedido de até 10% da força de trabalho de cada instituição (cerca de 350, na UFRJ). Gattass afirmou que o secretário de Ensino Superior, Antônio Figueiredo, já deu parecer favorável para o pedido.

Reunião do Conselho de Representantes e Diretoria ampliada

17/04
terça-feira

18:00
horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:

- 1 – Periodização na UFRJ;
- 2 - Questões internas/específicas das Unidades
- 3 – Emprego Público/Carreira
- 4 – Democracia Interna na UFRJ
- 5 – Questões do 1º e 2º graus
- 6 – Campanha Salarial 2001
- 7 – Indicativo de Greve para Junho



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 27 • 16 de abril de 2001

www.adufrj.org.br

Reitor cancela Consuni de novo

Mais uma vez sem qualquer justificativa, o reitor-interventor do MEC decidiu cancelar a sessão ordinária do Conselho Universitário prevista para o dia 12 de abril. Desde 8 de março, não existe reunião formal do colegiado. Os conselheiros continuam aguardando resposta do ministro da Educação, Paulo Renato, para conseguir uma audiência e pôr fim a essas arbitrariedades.

Marcha reúne 20 mil em Brasília

A presença de cerca de 20 mil manifestantes, entre servidores, estudantes e outros trabalhadores, no dia 5 de abril em Brasília foi fundamental para o lançamento da campanha salarial dos servidores públicos federais. A categoria amarga sete anos sem reajuste nos contracheques. O ato do dia 5 foi também um protesto pela correção integral do FGTS e pela instalação da CPI da corrupção.

As perdas salariais da categoria já chegam a 75,48% e o governo federal continua intransigente. Segundo o boletim da Coordenação Nacional das Entidades dos SPF, este é um caso único na história do Brasil. “Nunca nenhum governo causara tanta injustiça. Nunca nenhum governo se submetera tanto aos desejos do FMI (Fundo Monetário Internacional): o de criar um Estado mínimo, extinguir empregos, privatizar empresas e aumentar o lucro da iniciativa privada, sobretudo do capital internacional.”

A estratégia do governo tem sido a de con-

ceder gratificações que não serão incorporadas aos salários para algumas categorias. A reivindicação dos 75,48%, assim, implica na extinção das GED e GID ou suas incorporações como parte do reajuste linear total reivindicado.

Reajuste de 75,48% é justo

As entidades dos servidores acreditam que a reivindicação dos 75,48% e bastante razoável, se compararmos com o reajuste do salário mínimo no mesmo período (sete anos): 115%. O reajuste passa até a ser modesto se comparado ainda com o aumento acumulado de vários setores: Entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000, os medicamentos subiram 113,71%; os alugueis, 150,26%; a eletricidade, 79,75%; a água/esgoto, 148,46%, o gás de butijão, 286,31%, o telefone, 478,32%, transporte coletivo, 135,40%; a gasolina, 198,20%; e os livros didáticos, 102,06%. Já os salários ...

Plenária dos SPF indica greve para a primeira semana de junho

A Plenária dos Servidores Públicos Federais de 7 de abril, em Brasília, contou com a participação da Adufrj-SSind. O presidente da entidade, José Henrique Sanglard, esteve presente e de acordo com o seu relato as entidades avaliaram que a paralisação nacional do dia 28 de março foi fraca, mas que a participação das categorias na Marcha sobre Brasília, dia 5, foi boa. As entidades, entre elas o Andes-SN, avaliaram que não seria indicado encaminhar para as bases um indicativo de retomada de greve para a primeira quinzena de maio.

Um novo indicativo (para primeira semana de junho) e um novo calendário de mobilizações foram aprovados (veja quadro). A diretoria do Andes-SN deverá convocar uma nova rodada de Assembléias Gerais e reunião do setor nas semanas anteriores à Plenária.

Calendário de mobilização aprovado na Plenária do dia 7/4

17 e 18/04 Reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social da Confederação Nacional dos Servidores Federais para avaliar o avanço da PEC 136 e da Previdência Complementar

9 e 10/05 Dias Nacionais de Luta com mobilização, atos e paralisações nos estados

20/05 Plenária dos SPF, precedida de reuniões de setor e rodadas de Assembléias Gerais. A plenária vai avaliar um indicativo de greve para a primeira semana de junho. O indicativo pode também ser antecipado para 28 de maio.



Jurídico

UFRJ recorre à justiça para retirar Plano Verão

A reitoria da UFRJ entrou com o processo judicial para retirar o pagamento dos 26,05% (Plano Verão) dos professores sindicalizados. A alegação da administração da universidade é que a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho que concederam o ganho de causa à Adufrj teriam cometido uma ilegalidade ao conceder a URP de fevereiro de 89 (Plano Verão). O entendimento é que, como o Supremo Tribunal Federal já se posicionou de forma contrária ao reajuste, a decisão do TRT estaria equivocada.

O juiz relator do processo da UFRJ concedeu um prazo de 30 dias para que a Adufrj se defenda. A assessoria jurídica da entidade já está trabalhando no assunto e manterá os sindicalizados informados nos próximos jornais e boletins.

Nem todos os professores recebem o Plano Ve-

rão na UFRJ, apenas os que foram contratados até 1994. Isto confirma uma situação injusta, de quebra de isonomia, que divide a categoria e se agrava a cada ano. A postura atual da reitoria é contraditória para quem, por ocasião da edição da portaria 77, que retirava o Plano Verão, tentou se colocar como a grande defensora do direito de manutenção do Plano Verão para os professores e funcionários que já o percebiam. Entretanto, nada fez ou propôs, administrativa ou legalmente, para a parcela crescente dos excluídos. Agora, a reitoria tenta estabelecer a isonomia “por baixo”, retirando os 26,05% de quem recebe.

A diretoria da Adufrj-SSind entende que, apesar de haver dificuldades administrativas e legais, os benefícios do Plano Verão deveriam ser estendidos a todos. Mas, a questão é muito mais de cunho político do que meramente legal ou administrativo.

Adufrj requer revisão nas aposentadorias na UFRJ

A Adufrj-SSind está entrando com um requerimento junto à administração central da universidade para a revisão dos processos de aposentadoria concedidos enquanto estava em vigor a interpretação do inciso I do Parágrafo Único do artigo 2º da Instrução Normativa SEAP nº 5 de 28.04.99, que vetava a contagem em dobro da licença prêmio não usufruída para efeito de aposentadoria.

O requerimento da seção sindical visa a verificar possíveis perdas de vencimentos em aposentadorias concedidas neste período. Deverão ser revistas as aposentadorias proporcionais concedidas desprezando, na apuração da pro-

porção devida aos professores, o tempo em dobro das licenças não gozadas; as aposentadorias compulsórias nas quais se apurou uma proporção que desprezou o tempo das licenças; e as aposentadorias nas quais o tempo de licença prêmio foi considerado de forma simples, com o objetivo de apurar se o docente não poderia ter completado o tempo de aposentação antes da revogação do artigo 192 (da Lei 8.112/90). O artigo 192 previa que o docente ao se aposentar teria direito à diferença da remuneração de sua classe no momento da aposentação em relação à classe imediatamente superior.



Colegiados

Coppe insiste nos cursos de graduação

Habilitações propostas podem gerar demanda por professores substitutos

O principal ponto em pauta do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), de 11 de abril, foi a possibilidade de criação de três novas habilitações do curso de Engenharia, coordenadas pela Coppe: Automação e Controle, Engenharia da Informação e Infraestrutura e Planejamento Ambiental. O colegiado resolveu aguardar uma manifestação formal das Congregações de Unidades que estejam de alguma forma envolvidas no projeto, principalmente da Escola de Engenharia (com muitos docentes listados para atuar nas novas habilitações), para autorizar seu funcionamento.

Ano passado, a Coppe comprou uma briga feia com a Escola de Engenharia e com o Instituto de Matemática para criar cursos na graduação com esses nomes. Na ocasião (sessão de 3 de maio), a Câmara de Currículos do CEG, encarregada de analisar o caso, deu um parecer inicial desfavorável, baseando-se em quatro pontos técnicos. Segundo aquele relatório, a Coppe não possuía (ainda não possui) atribuição regimental para atuar na graduação e a maioria das Congregações de Institutos e Escolas com disciplinas semelhantes às oferecidas pela Coppe não tinham sido consultadas. O relatório ainda cobrava o procedimento burocrático do preenchimento de formulários do CEG para criação dos cursos e pedia um planejamento da carga horária disponível dos docentes listados para a iniciativa. Na mesma época, a Escola de Engenharia argumentava que não teria condições de competir pelos alunos com a Coppe fazendo cursos parecidos – mesma reclamação do Instituto de Matemática.

COPPE quer construir novo prédio

Na última sessão do CEG, apresentando-se como coordenador geral das três habilitações, o professor Fernando Rochinha buscou prestar alguns esclarecimentos aos conselheiros em relação às restrições do

ano passado. Sobre a atribuição regimental da Coppe, a solução encontrada foi passar os cursos para a Escola de Engenharia e tratá-las como habilitações, embora se mantenha a coordenação acadêmica na Coppe. Os procedimentos burocráticos foram preenchidos. Rochinha disse ainda que a Coppe, com seus recursos próprios, estaria disposta a financiar a construção de um novo prédio para abrigar a demanda de graduação. No entanto, dois pontos pendentes (aprovação das Congregações e planejamento da carga horária dos docentes) não ficaram claramente definidos para alguns representantes.

O professor Antônio Cláudio, da Escola de Engenharia (EE), manifestou preocupação com o plano apresentado para as novas habilitações. Ele identificou, entre os nomes listados para a iniciativa, alguns nomes de docentes da EE que já possuem uma carga horária didática mínima de oito horas, e alguns docentes da própria Coppe que já exercem esse mínimo de oito horas de graduação também na EE. “Não há posicionamento da Congregação se podem arcar com essa nova carga horária. Isso deveria ser formalizado”, criticou, preocupado com a possibilidade de a UFRJ vir a precisar de substitutos para viabilizar as novas habilitações ou os antigos cursos da Escola. O ex-conselheiro discente Felipe Marun (estudante de Informática) também esteve presente no CEG e pediu tempo para que o Instituto de Matemática se manifestasse.

Rochinha disse que todas as Unidades – algumas de maneira não formalizada – já teriam se manifestado favoravelmente à iniciativa. O Conselho não se satisfaz e solicitou um pronunciamento formal das Unidades em relação ao tema até 27 de abril para encerrar a questão. O tempo curto foi determinado assim para possibilitar a inclusão (ou não) das habilitações no próximo edital de vestibular. Seriam oferecidas 20 vagas por semestre para cada uma das habilitações.

Vestibular continua complicado

Ainda na sessão de 11 de abril, o CEG fez uma revisão do que tinha sido votado

na semana anterior em relação ao vestibular. Os representantes de professores e alunos voltaram atrás na decisão de estabelecer uma prova de conhecimentos gerais antes dos testes específicos e não específicos de praxe. Em seguida, deliberou-se pela volta do concurso nos moldes do concurso/2000 (um dia para disciplinas não-específicas; outro dia para redação, literatura e Língua Portuguesa, mais uma específica e o último dia reservado para as específicas restantes).

A confusão em torno da prova de conhecimentos gerais foi descoberta a partir de uma mensagem do sub-reitor Gattass passada a dois conselheiros. Nela, Gattass pedia esclarecimentos sobre o que teria sido aprovado na sessão anterior. Acabou recebendo duas interpretações diferentes.

Na verdade, a comissão de vestibular defendia a prova de conhecimentos gerais somente no modo objetivo de respostas (múltipla escolha). Quando os conselheiros deliberaram que o concurso seria todo realizado da forma discursiva, passou-se a idéia de que também esse exame seria assim – fato que a comissão rejeita até por problemas operacionais de correção. Daí, o “conserto” nesta última sessão.

Ônibus da UFRJ é apreendido

A cada dia que passa, a administração Vilhena se supera em matéria de desrespeito à Assistência Estudantil. Na noite de 10 de abril, o ônibus da UFRJ que faz a ligação Praia Vermelha – Fundão foi parado numa blitz da Polícia Militar na Avenida Brasil, na altura da Fiocruz. Descobriu-se, então, que o veículo não tinha qualquer documento para rodar. Ninguém da direção da UFRJ apareceu para cuidar da situação (será que vão chamar a Polícia Federal?) e o ônibus foi apreendido. Para sorte dos alojados (cerca de 20 pessoas) que voltavam ao Fundão, alguns diretores do DCE estavam presentes e pagaram uma *van* para todos chegarem ao destino. O sub-reitor Gattass prometeu encaminhar à SR-3 uma solicitação para ressarcimento do DCE.



Resenha

De acordo com nota divulgada na página da Central Única dos Trabalhadores, foi criada, no dia 28 de março, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. A nova entidade abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mais de 800 mil agricultores e 140 sindicatos em mais de 250 municípios. Aproximadamente 2 mil delegados participaram do Congresso de fundação da Federação, que já nasce ligada à CUT.

Há 25 anos, o Brasil é campeão da má distribuição de renda. Os 10% mais ricos da população brasileira embolsam 28 vezes a renda obtida pelos 40% mais pobres. Segundo matéria do Jornal do Brasil de 02/04, em Zâmbia, a mesma proporção é de 17 vezes. No Quênia, 21 vezes e em Botsuana, 22 vezes. Nos EUA, a relação fica em 5,5 vezes e na Argentina, em 10.

Nota da coluna Fred Suter, em O Dia, de 02/04, informa que a União gasta por ano R\$ 350 milhões, com a terceirização de mão de obra no serviço público.

Deu no Informe JB, de 02/04: “Vestibular inédito acontece, dia 5 de abril, na Universidade Estadual de Mato Grosso. Quase 500 índios tentam uma vaga em um curso superior criado especificamente para os primeiros povos do Brasil. O governador Dante de Oliveira já tem planos de expansão. Quer criar uma Universidade Indígena, para atender a população indígena de toda América do Sul”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está preparando um dia de manifestações em 17 de abril, quando o massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) completa cinco anos. O plano, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo de 31/03, é promover vigílias, marchas e atos de protesto nas 23 capitais dos estados em que o movimento está organizado.

Anote

Bolsas PIBIC

Até 19/04 estão abertas as inscrições para as bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UFRJ. Durante o período, poderão ser feitos pedidos de novas bolsas, como também renovação das já existentes. Outros detalhes podem ser conferidos na página eletrônica da SR-2: www.sr2.ufrj.br (em “editais” ou “PIBIC 2001”), pelo telefone 598-1735 ou pelo endereço eletrônico: pibic@sr2.ufrj.br



A Adufrj-SSind convida os docentes da UFRJ para coquetel em comemoração dos 22 anos de fundação da entidade. Nesta sexta-feira, 27 de abril, a partir das 17h, na sede, Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200.

Participe!



**Um outro mundo
Uma outra Universidade**
Adufrj convida para mesa redonda sobre o Fórum Social Mundial

26 de abril - 17h

Auditório da
Escola de Serviço Social

Reunião do Conselho de Representantes

23/4 segunda-feira
17:00 horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

- 1 – Prestação de contas 1999
- 2 – Periodização na UFRJ
- 3 – Emprego Público/Carreira
- 4 – Democracia Interna na UFRJ
- 5 – Questões do 1º e 2º graus
- 6 – Campanha Salarial 2001
- 7 – Indicativo de Greve para Junho

As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 26 • 23 de abril de 2001



PRIMEIRO DEBATE PROMOVIDO PELAS ENTIDADES LOTA AUDITÓRIO NA PRAIA VERMELHA

Periodização

Colegiados rediscutirão periodização

Mobilização foi fundamental para decisão dos conselhos de rever toda a resolução 01/99. As entidades estão organizando um outro evento para o amplo debate da comunidade universitária, no próximo mês.

Páginas 8, 9 e 10. Leia também os artigos nas páginas 11 e 12



Movimento

MST protesta contra impunidade no massacre de Eldorado dos Carajás

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fizeram protestos em todo o Brasil para lembrar os cinco anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, no qual morreram 19 colonos. Na Bahia, cerca de seis mil agricultores chegaram a Salvador, depois de marcharem pelo interior do estado. Em Pernambuco, mais de dois mil sem-terra protestaram na capital. As manifestações se repetiram em Alagoas, no Rio Grande do Sul, no Mato Grosso, em Goiás e no próprio Pará.

O processo de Eldorado dos Carajás poderá ser retomado em maio. A 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Pará já sorteou os 21 jurados que decidirão o destino dos 153 policiais militares acusados pela morte dos 19



MANIFESTAÇÕES TOMARAM CONTA DE VÁRIAS CAPITAIS DO PAÍS

trabalhadores rurais sem terra, em 17 de maio de 1996.

Transgênicos – vale lembrar que uma das bandeiras do MST – ser contra os transgênicos – ganhar forte respaldo na França. O governo daquele

país reafirmou, na semana passada, a posição de manter a moratória à autorização de novos organismos geneticamente modificados, os transgênicos. A moratória é aplicada no país desde 1999.

Ato em Quebec contra a ALCA

Milhares de manifestantes de todo o continente americano protestariam neste último final de semana contra a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em Quebec, no Canadá. Lá, se realizaria a reunião de cúpula de chefes de estado de 34 países americanos, exceto Cuba, para assinar acordo sobre a Alca. O diretor tesoureiro da CUT/RJ, Adefilson Ribeiro Teles participa dos protestos representando a Central e como membro da Rede Brasileira de Integração entre os Povos (Rebrip).

A Executiva Nacional da CUT resolveu intensificar a campanha contra a ALCA, desenvolvendo estudos sobre os impactos nos ramos de atividade econômica e novas jornadas de luta envolvendo as entidades nacionais filiadas. A Central Única dos Trabalhadores tem o objetivo de garantir a implementação de ações sindicais setoriais, aprofundar o debate sobre o que significa o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e denunciar que se trata de uma ameaça à soberania nacional

e aos direitos trabalhistas e sociais dos brasileiros e demais povos latino-americanos. Além disso, causará efeitos negativos em vários setores da economia.

Ainda neste mês de abril, a CUT participará de eventos nos quais defenderá que se aprove uma jornada continental denunciando a ALCA que inclua a organização de manifestações para o dia 20 de julho de 2001, data da reunião do G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) em Gênova, Itália.



@dufrj

Fotos de Sebastião Salgado podem ser vistas na web

O trabalho do fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado já pode ser visto, na rede, no endereço www.sebastiaosalgado.com.br.

A página oferece navegação em português, inglês, espanhol e francês. No Êxodos, o projeto mais recente (1993 e 1999) e o Mundo da Maioria, que traz três ensaios realizados entre 1977 e 1992.

Êxodo documenta a situação de milhões de refugiados, migrantes e destituídos em 41 países. O Mundo da Maioria retrata as populações rurais da América Latina; Fome no Sahel, imagens da África Oriental; e Trabalhadores, os trabalhadores manuais.

Na página - que está sendo lançada conjuntamente pelo Terra e pela Beieeb - uma entrevista com Salgado, sua biografia, resumo dos trabalhos realizados e a visão do artista sobre a fotografia, além de informações sobre a organização sem fins lucrativos pelo reflorestamento da Mata Atlântica criada por ele e por Leila Warnick Salgado, o Instituto Terra.



Adusp lança 19ª Revista

A Revista Adusp é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da USP. O conteúdo integral da edição esta disponível no site: www.adusp.org.br

Os negócios das fundações privadas existentes na USP e a avaliação docente são os destaques da edição. Outros textos discutem a avaliação na contagem de publicações. Destaque para: “A Greve de 2000: Lembranças emocionadas e um balanço crítico”, de autoria do professor Flávio Aguiar, da FFLCH-USP - “Democracia e poder na Universidade”, dos professores Dilma de Melo e Silva e Jair Borin, da ECA-USP - “Novo estatuto para a UFRJ, meio século de retrocesso”, do professor José Antônio Martins Simões, do IF-UFRJ.



Governo usa rolo compressor para atropelar direito dos trabalhadores

Por Cid Marcondes - A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou dia 18, por 21 votos a favor e 7 contra, o texto do relator do projeto 195/01, o deputado federal Luiz Antonio de Medeiros (PL-SP), que regulamenta o pagamento da correção do FGTS referente aos planos Verão e Collor 1.

A principal mudança feita pelo relator foi a criação da prioridade no pagamentos para aposentados, doentes profissionais, portadores de câncer e Aids e todos os tra-

balhadores com um crédito a receber de até R\$ 2.000. As outras mudanças aumentam a faixa de isenção do pagamento do pedágio, de R\$ 1.000 para R\$ 2.000 e diminuem a alíquota de pedágio, de 12% para 10%, na faixa entre R\$ 2.000,01 e R\$ 5.000,00. Para João Vaccari, Tesoureiro nacional da CUT e representante da Central no Conselho Curador do FGTS, que acompanhou o processo de votação na Comissão de Trabalho, o governo não quis negociar em momento algum, foram

para o rolo compressor, utilizaram-se de manobras até fora do regimento interno para impedir que alguém falasse "Eles (o governo) não atropelaram só o legislativo, atropelaram direitos dos cidadãos", disse Vaccari. "Mas a CUT vai continuar lutando para que todos os trabalhadores tenham seus direitos respeitados, vamos pressionar os parlamentares para mudar esse projeto no plenário da Câmara" afirmou Vaccari.

Publicado no site da CUT (www.cut.org.br)

Anote

Cadastramento em pesquisa

O Núcleo Pró-Acesso, coordenado pelas professoras Cristiane Rose e Regina Cohen, está desenvolvendo o projeto de pesquisa "Acessibilidade, identidade e vida cotidiana de pessoas com dificuldades de locomoção nos espaços de ensino e pesquisa". O núcleo está efetuando, na UFRJ, um cadastramento de pessoas que tenham alguma dificuldade de locomoção (idosos, obesos, mulheres grávidas, portadores de deficiência física permanente ou temporária), portadores de deficiência sensorial (visual e auditiva), mental e/ou outras. O contato com o núcleo pode ser feito pelo telefone 598-1663 ou pelo e-mail: proacesso.ufrj@bol.com.br

Museu Histórico Nacional

comemora Revolução Portuguesa No dia 25/04, às 15h, o Museu Histórico Nacional e o Instituto Camões estarão realizando uma mesa redonda alusiva à Revolução de 1974, em Portugal. O evento será coordenado pelo cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, Luís Felipe Castro Mendes, com a participação dos professores Heloísa de Jesus Paulo, da Universidade de Coimbra, Francisco Palomanes Martinho, da Uerj e Sílvio de Almeida Carvalho, da UFRJ. Às 17h, será inaugurada a exposição "Abrir Abril: O Chegar da Liberdade", promovida pelo Instituto Camões. A exposição permanecerá aberta ao público até 30/06. O Museu Histórico Nacional fica na Praça Marechal Âncora, s/n. - Centro (próximo à Praça XV), no Rio de Janeiro.

Reunião do GTPA

A cidade de Curitiba vai receber, no dia 30/04, a reunião do Grupo de Trabalho de Política Agrária (GTPA) do Andes-SN. Entre os pontos de pauta, estão: a avaliação do seminário de Política Agrária do Sindicato Nacional realizado em Viçosa, em fevereiro deste ano; os encaminhamentos do 20º Congresso a serem implementados pelo GTPA no ano de 2001 e a participação no Seminário Internacional - Educação na Reforma Agrária: sociedade, terra e cidadania, previsto para acontecer em Maringá, de 18 a 22 de julho deste ano



Resenha

Matéria da Veja Rio, de 18 de abril, informa que o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi recentemente informatizado. O trabalho de localizar um documento no maior acervo de arquivos privados do país, que podia levar horas ou dias, agora não passa de cinco minutos nos terminais de consulta. O problema é que apenas três máquinas fazem esse serviço. A pesquisa pode ser feita gratuitamente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h30, no 14º andar do prédio da FGV, na Praia de Botafogo.

O Brasil ultrapassou a barreira das cem escolas de Medicina, de acordo com levantamento feito pelo ex-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB) e professor da Universidade Federal do Paraná, Antônio Celso Nassif. Juntas, oferecem 9.278 vagas por ano. Segundo matéria de O Estado de S. Paulo, de 15 de abril, "o que parece ser uma boa notícia pode representar um risco, pois o aumento desordenado do número de escolas médicas pode levar à perda de qualidade da formação e à piora das condições de trabalho dos profissionais (...). O aviltamento salarial com provável queda no atendimento, somado à formação inadequada, pode resultar em um aumento significativo de erros médicos".

De cada mil trabalhadores do país, apenas um se dedica ao setor de pesquisa e tecnologia. É um número cinco vezes menor do que a média mundial, segundo informou matéria do Correio Braziliense, de 15 de abril. O pior é que o Brasil não ampara esses poucos pesquisados que tem, que acabam terminando a formação e trabalhando no exterior. "Embora faltem dados oficiais sobre a fuga desses profissionais, várias instituições estimam que cerca de 700 mil trabalhadores de diversas áreas deixaram o país nos últimos cinco anos em busca de melhores condições de trabalho", diz um trecho da reportagem.



Um outro mundo Uma outra Universidade

Mesa redonda

26 abril
(quinta-feira)

17 horas

Escola de Serviço Social
(Praia Vermelha)



Entrevista/Ana Maria Ribeiro

Vestibular passado a limpo

Técnica em assuntos educacionais, Ana Maria Ribeiro foi, durante boa parte de sua vida como estudante, representante no Conselho de Ensino de Graduação. Como profissional, trabalhou na Sub-reitoria de Graduação (SR-1) durante mais de onze anos, três deles como Coordenadora Administrativa do Vestibular. Com quase vinte anos de UFRJ, Ana Maria se sente a vontade para falar sobre política acadêmica e, em especial, sobre o concurso. “Trabalhar no vestibular foi importante pelo acesso que tive aos dados. Principalmente, para o que eu queria atacar, que era a questão da evasão. Sempre achei esta uma questão fundamental na graduação”.

Diante dos problemas ocorridos no último concurso e das discussões que estão ocorrendo no CEG em relação a mudanças no vestibular para 2002 e 2003, dois aspectos estão incomodando a especialista: a confiabilidade do processo e a o preenchimento das vagas. Por ser ainda uma referência em relação ao concurso e como membro do Conselho Universitário, Ana Maria conta que foi procurada por representantes de várias escolas do ensino médio, após o resultado do vestibular 2001. Segundo ela, as escolas queriam mostrar à universidade a insatisfação com o procedimento adotado este ano. A principal reclamação das escolas foi em relação à publicação de duas listagens com resultado do concurso. “Isso sem nenhuma explicação ou justificativa por escrito. A atual comissão jamais emitiu um documento pedindo desculpas, dizendo que houve erros. Se limitou a dar entrevista para imprensa dizendo ter ocorrido problemas técnicos”, critica.

Nesta entrevista ao Jornal da Adufrj, Ana Maria comenta o ocorrido e faz algumas sugestões que já foram encaminhadas por ela, oficialmente, para análise da Congregação do Centro de Ciências da Saúde, onde é lotada. Suas propostas já foram inclusive objeto de discussão no CEG, apresentadas pelo atual sub-reitor interino de Graduação, Ricardo Gattass. Entre elas, Ana Maria, sugere que todo o processo administrativo e gerencial do concurso volte para o Núcleo de Computação Eletrônica, onde trabalhou durante o tempo em que esteve à frente do concurso. De acordo com a técnica, o NCE tem tradição na administração de vestibulares, condições técnicas e pessoal qualificado para este tipo de trabalho.



Você fez uma intervenção contundente, na primeira sessão do Consuni deste ano criticando o vestibular 2001 e pedindo uma comissão de sindicância para apurar os procedimentos adotados no concurso. Quais são as principais críticas?

O que me motivou foram os vários colegios de ensino médio terem me procurado. As escolas queriam que eu trouxesse para o conjunto da universidade a insatisfação com o procedimento adotado pela UFRJ. Citaram vários problemas ocorridos ao longo do ano, de erros no CCI (cartão de confirmação de inscrição), de filas quilométricas, de dados errados, de problemas de relacionamento com a Comissão e, principalmente, sobre a emissão de duas listagens de resultado. Uma que continha erros e depois outra. Isso sem nenhuma explicação, justificativa por escrito da universidade. A comissão de vestibular jamais emitiu nenhum documento pedindo desculpas dizendo que houve erros. Se limitou a dar entrevista para imprensa dizendo ter ocorrido problemas técnicos.

Quais foram os erros cometidos?

Houve vários tipos de erros, como o envio de CCI errado para candidatos, dizendo que estes haviam enviado documentos errados. Outros receberam cartas dizendo que estava faltando documento, quando o candidato tinha apresentado o documento. No primeiro dia de prova, nos dados da documentação na lista de presença, na identidade, por exemplo, estavam faltando dígitos. Os fiscais tiveram que fazer a identificação pessoal de quase todos os candidatos. São coisas pequenas que mostram que há erros no sistema de informática que está sendo apresentado para gerenciar o concurso. E isso gerou uma certa insegurança.

Esse sistema é conhecido?

Não. É um sistema que foi experimentado neste concurso e ninguém sabe direito quem é o pai da criança.

Ninguém assumiu o sistema, quem gerenciou, nenhuma firma...

Não. Isso é uma coisa que a gente questiona, porque este trabalho não é qualquer técnico que faz. Se fosse assim, qualquer um abria um sistema de concurso na esquina. Eu pedi explicações por escrito, mas não houve resposta. A gente (NCE) tinha desenvolvido, na época em que acompanhei o concurso, um sistema que praticamente eliminou as filas. A única fila que tinha era a do pessoal que pedia isenção de taxas, por que é muita gente. O resto, até alteração de CCI, a gente disponibilizou pela Internet.

E a história do ranking?

As escolas pressionaram muito por conta do erro da listagem, mas a gota d'água foi o *ranking*. Como é que no *ranking* da UFRJ, o colégio PH - que na primeira versão aparecia em 10º lugar - em uma segunda listagem aparece em segundo lugar e no *ranking* divulgado pela Uerj, o colégio não aparece entre dez melhores colégios dos cinco grupos. Como pode o PH ser segundo lugar na UFRJ e não aparecer no *ranking* da Uerj? Isso é uma coisa que as escolas questionam e acho que deve ser apurado.

Com a experiência do período em que estive na comissão, posso afirmar que os métodos utilizados pelo PH para tentar fazer com que o seu *ranqueamento* seja alto não são os melhores métodos. Eles ficam tentando, ao longo do ano, tirar aluno da escola, dizer que o aluno está transferido, dizer que ele ainda não completou o terceiro ano etc. Por isso encaminhei o assunto ao Conselho Universitário. Acho que existe uma crise de confiabilidade no ensino médio, acho que a gente tem que apurar, tem que ter esclarecimentos sobre o que aconteceu para trazer tranquilidade à comunidade acadêmica do ensino médio. Mais um ano com erros e perdemos a credibilidade, completamente.



O Conselho de Graduação vem dedicando várias sessões à rediscussão do vestibular da UFRJ, inclusive de modelo de prova. Você encaminhou uma proposta que acabou contribuindo nas discussões e nas decisões que estão sendo tomadas. Como você acha que deve ser organizado o próximo concurso?

No intuito de contribuir com o debate e sabendo que o conselho de graduação está fazendo o debate eu elaborei um pequeno documento, uma proposta, e o entreguei, em primeiro lugar, ao decano do meu Centro, o professor Sérgio Fracalanza. O documento solicitava que se levasse a discussão ao Conselho de Centro do CCS. Só que paralelo a isso, em uma conversa com o professor Gattass, eu expus que o índice de vagas ociosas já tinha sido previsto em maio de 2000 em um documento que eu mesma apresentei ao Conselho Universitário. Na época, fiz uma projeção do que aconteceria no vestibular 98/99 se as mesmas regras deste ano fossem adotadas. Aquele documento já apontava um alto índice de evasão no grupo 5 (humanas). E que a redação seria ineficaz como procedimento de eliminação. Ele disse que desconhecia o documento já que não era sub-reitor nesta época. Eu preparei um pacote de documentos que envolviam inclusive os relatórios financeiros e acadêmicos da época em que estive na comissão, documentos que são públicos, e os anexei à minha proposta para os concursos de 2002 e 2003.

O que deve ser alterado e o que deve ser mantido?

Na proposta, eu defendo que a parte

administrativa e de informática seja toda entregue ao Núcleo de Computação Eletrônica, que tem duas equipes de alta competência que organiza concursos e que têm profissionais na gerência de informática. Os analistas do NCE já passaram por sistemas de concursos vestibulares. São competentes, com completa lisura, para dar conta da parte administrativa, financeira e de informática.

Na parte acadêmica, acredito que deva ser constituída uma coordenação acadêmica formada por um representante de cada disciplina e com membros de banca com experiência de pelo menos três anos na constituição de bancas do vestibular da universidade. Essas pessoas teriam a responsabilidade de estudar o modelo e organizar a próxima prova. O presidente desta comissão seria indicado ou pelo sub-reitor ou pelo CEG.

E sobre os critérios de seleção?

Do ponto de vista acadêmico, a minha opção seria a volta ao modelo de 2000. E que a única exigência para eliminação do candidato seja não tirar zero em nenhuma prova e obter três no somatório da prova de língua portuguesa e redação. Este critério, por si só, organiza os candidatos em ordem crescente de nota fazendo com que os melhores de fato entrem na UFRJ. Todos os estudos que a gente tem com este modelo mostram que as vagas são ocupadas e o índice de perdas é muito pequeno.

Isto para o próximo ano, 2002? E para 2003? O CEG vem discutindo alterações mais profundas, inclusive de modelo de prova...

Eu sou contrária a que no meio do ano letivo se altere modelo. Esse negócio de que o edital tem que ficar pronto até 31 de março, que a reitoria estava pressionando, isso não existe. Eu já tive edital aprovado em 15 de julho, com inscrição em agosto. Porque tradicionalmente a gente não mudava o modelo. Fazia-se pequenas alterações de mínimo de corte, coisas para facilitar a vida... Sempre tivemos a preocupação de alterações que fossem mexer muito com a vida do candidato serem divulgadas com muita antecedência. Me lembro perfeitamente que quando alteramos o programa de

química, mudanças pequenas, a gente aprovou no meio do ano. No final do mesmo ano, avisamos as escolas para no outro ano implementar. Isso garante um tempo para o ensino médio se reformular e se balizar.

Hoje, se a gente voltar ao modelo que já existia (2000), não estamos criando problema nenhum para as escolas, para os alunos. Inclusive na questão de se retirar a nota mínima de exigência. Que é um falso fantasma no meu ponto de vista.

Como assim, falso "fantasma"?

Os cursos onde se candidatam as pessoas que fazem cursinho preparatório são os cursos de grande competição, é medicina, direito etc. Nesses, quem passa, passa muito bem, não é pelo três da eliminação... tem que ter uma pontuação muito alta. Então, normalmente este tipo de entrave dificulta exatamente os cursos em que o candidato está estudando num colégio público ou no seu curso regular, que não tem grana para pagar cursinho preparatório. Esse candidato é que está sendo prejudicado e em cursos que têm pouca procura. É completamente absurdo a gente ter vaga não ocupada na universidade.

O que eu proponho: que o CEG comece agora a apresentar propostas de alteração para 2003. Estabelecer uma data limite, até junho ou junho, por exemplo, para que as unidades, os cursos, encaminhem propostas e que se feche, no máximo até o final do ano, a proposta do novo modelo. Ou seja, quando acabar o processo do vestibular 2002, a sub-reitoria divulga o novo modelo para a população, antes de começar as aulas do ano que vem.

Então, você acha que deve haver alteração no modelo?

Eu apresentei uma proposta também para 2003. É uma proposta para o debate, aberta, e eu estou sendo, inclusive, um pouco criticada por estar sugerindo a utilização do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Na realidade, acho que, apesar de ter críticas, principalmente à organização do Enem pelo Cesgranrio, não podemos esquecer que somos uma universidade federal e que

recebemos alunos de todas as regiões do país. Acho que temos que ter uma balizamento nacional e o Enem, querendo ou não, é feito nacionalmente. Ele pode ser utilizado, não como qualificador, mas como pré-qualificador.

Na verdade, muitos candidatos fazem cursos em escolas, muitas vezes particulares, que fingem que ensinam e quando fazem a prova da UFRJ têm notas baixíssimas e acham que o problema é do vestibular. Muitos pais reclamam 'Ah, mas o meu filho tira nota dez em tudo, como não passou na prova da universidade pública?' É preciso que se tenha um mecanismo que mostre para este candidato que ele cursou um ensino médio de pouca qualidade e que ele redirecione, inclusive, a sua opção de carreira.

Se formos ver, dos 60 mil candidatos à UFRJ, 70% estão nos dez cursos mais concorridos, medicina, odonto, comunicação, direito etc. É preciso redistribuir melhor as nossas seis mil vagas.

O CEG já aprovou que a prova da UFRJ será realizada em outros estados. O que você acha?

Acho que foi uma decisão equivocada. O então reitor Paulo Alcântara, na época em que eu era da comissão, tinha muita vontade de fazer um vestibular nacional. A primeira coisa que a gente fez para ver se a idéia era viável foi ampliar os postos de inscrição. A gente instalou postos de inscrição em Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Belo Horizonte... foram mais de vinte capitais. Acompanhamos e fizemos o levantamento. O resultado foi que o número de candidatos que se inscreviam nestas cidades não ultrapassava 10% do total de inscritos. Sendo que a maioria estava concentrada nas cidades do interior de São Paulo e no interior de Minas. É muito pequeno o número de pessoas que se inscrevem fora deste eixo. E, deste contingente de 10%, os que passavam não chegavam a 2%. E, ainda, dos que passavam, a gente descobriu, mais adiante, que não faziam a prova para cursar a universidade. Eram candidatos bancados por colégios destas regiões que queriam usar a aprovação de seus alunos como propaganda local. É muito investimento da universidade para muito pouco retorno efetivo no preenchimento das vagas.



UFRJ

CT/CCMN estudam cercamento

Comissão dos Centros propõe seis acessos para CT e CCMN

Continua causando polêmica o cercamento dos Centros e Unidades do *campus* do Fundão. De acordo com o decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acserald, a primeira vez que se ouviu falar no assunto foi em meados do ano passado, quando a Prefeitura da Cidade Universitária e a Sub-reitoria de Patrimônio (SR-3) procuraram as decanias do CT e do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza para comunicar que seus prédios seriam 'gradeados'. O cercamento faria parte de um Plano Diretor que envolveria todas as unidades acadêmicas em um projeto de reurbanização em que os prédios seriam organizados em três módulos acadêmicos. No módulo I, ficariam cercados o CCS, o Hospital Universitário e a Escola de Educação Física. No módulo II, seriam gradeados o CT e o CCMN, com apenas uma via de acesso para carros e pedestres. No módulo III, ficariam reunidos o prédio da Reitoria (onde funcionam a Faculdade de Arquitetura e a Belas Artes) e a Letras.

Imposição

De acordo com o professor Oscar, a reitoria apenas comunicou aos decanos que iria implantar o Plano Diretor e que a decisão sobre o cercamento já estava tomada. Diante da imposição da reitoria e da situação de crise institucional vivida, principalmente, no Conselho Universitário (instância onde este assunto deveria ter sido debatido), as decanias do CT e CCMN montaram uma Comissão de Estudos formada por arquitetos, professores e engenheiros dos dois centros.

Segundo o decano do CT, apesar não ter sido apresentado, nem pela Prefeitura nem pela SR-3, um projeto global do Plano, com plantas, detalhamento e cronograma de execução, as obras já começaram. De acordo com Mônica Carvalho, arquiteta que responde pelo trabalho da Comissão de Estudos, a prefeitura apenas apresentou ilustrações e de-

senhos sobre a reurbanização do local.

Segurança

Segundo o prefeito da Cidade Universitária, Ivan Pereira, o que motivou a reitoria a cercar os prédios foram as reclamações sobre a falta de segurança no *campus*. E foi a "preocupação com a segurança" que fez, segundo Ivan, a Prefeitura e a SR-3 optarem por apenas duas entradas para o módulo que compreenderá os dois Centros. "Para a prefeitura, se é uma questão de segurança, quanto menos entrada melhor. Hoje estão sendo estudadas duas entradas, uma entre o CT e o CCMN para carros e pedestres e outra para caminhões (na Av. Jequitibá)", diz Ivan. (ver ilustração 1)

Para o decano do CT, a questão da segurança é importante e deve ser tratada, mas a justificativa da reitoria de reunir prédios como o CT e o CCMN, Letras e Reitoria (onde funciona as faculdades de Belas Artes e Arquitetura), Hospital Universitário e CCS pode revelar uma proposta muito mais ampla de reformulação da estrutura de direção dos centros, com a extinção das decanias. Nada mais lógico quando se trata da reitoria Vilhena. O reitor-interventor vem enfrentando a resistência política da maioria dos decanos e o Plano Diretor pode ser mais uma ação desta administração para reformar a estrutura da UFRJ.

Oscar critica a falta de um projeto detalhado e vai mais além. Para o decano, em relação à segurança de um espaço complexo como o *campus* do Fundão deveria ser feito um estudo técnico de "alta qualidade, por empresa especializada". E mais, o parecer e a proposta deveriam ser amplamente discutidos, ao menos no Conselho Universitário, afirma.

Tráfego comprometido

Segundo a arquiteta Mônica Carvalho, a Comissão de Estudos levantou que, para manter as atuais condições de fluxo de carros de passeio, pedestres e outros veículos na área que compreende o CT e CCMN, seriam necessárias seis entradas (ver ilustração 2 e detalhes 3 e 4). As sugestões da

Comissão foram feitas a partir de uma análise do fluxo diário no local. O volume de pedestres também foi considerado. Para Mônica, manter uma só entrada e saída para os dois Centros junto do local de parada dos ônibus, como quer a Prefeitura, pode significar um enorme transtorno para a comunidade. Principalmente, no início da manhã e no final da tarde, quando o volume de carros entrando ou saindo no mesmo local associado à parada dos ônibus, pode gerar sérios congestionamentos.

Rua de serviço

O prefeito diz que a definição do cercamento tal como a prefeitura está propondo é fruto de reuniões com o grupo selecionado pelas decanias e que a principal reivindicação dos Centros seria a construção de uma 'rua de serviço' – via interna ao gradeamento que serviria de fluxo para carretas, caminhões de gás e outros veículos que abastecem os vários laboratórios da Escola de Engenharia, do Instituto de Química e das demais Unidades.

Mas Mônica afirma que não é só isso. Além de seis vias de acesso com entrada e saída de veículos e pedestres (no mínimo, pois há reivindicação de mais duas: uma de acesso ao Instituto de Macromoléculas e outra nos fundos do CCMN), a arquiteta afirma que a 'rua de serviço' tem, necessariamente, que ser construída antes do gradeamento. 'Caso contrário, a obra não fará sentido e a circulação entre um centro e outro, entre uma unidade e outra, principalmente para os carros pesados, ficará comprometida', comenta.

Reitoria quer acesso

De acordo com o Prefeito, o Plano Diretor prevê que o acesso aos 'módulos' será restrito a estudantes, docentes e técnicos. "Colocaremos vigilantes terceirizados no lado de fora dos módulos, câmeras de vídeo em pontos estratégicos e em cada portaria de um prédio terá uma câmera", diz. A centralização da segurança ficaria, segundo Ivan, com a Divisão de Segurança da Prefeitura.

O prefeito afirma que a decisão sobre o

tipo de sistema de segurança que será adotado nos módulos será uma opção das comunidades locais. Mas já adianta o que quer a reitoria. Pelo relato de Ivan, seria um controle sofisticado com direito a identificação pessoal através de crachás ou cartões magnéticos, sujeito até mesmo a controle individual dos cadastrados por satélite.

Mônica Carvalho diz que a Comissão ainda não discutiu a questão do controle de segurança, mas para a arquiteta parece pouco viável um controle tão preciso de entrada e saída de pessoas e carros em um espaço público com as dimensões dos Centros do Fundão. Mônica comparou a situação do *campus* da UFRJ com a da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, um complexo de unidades acadêmicas com circulação de milhares de pessoas por dia. A Uerj é gradeada, os carros têm identificação para o uso do estacionamento mas, no entanto, as pessoas têm acesso livre aos prédios.

A pergunta que fica é: não estaria na hora de as decanias convocarem a comunidade de seus Centros para um debate sobre o assunto?

Comissão de Estudos sobre o Fechamento com Cercamento do Espaço Físico CT/CCMN

Equipe Técnica

Mônica Lima de Carvalho - Arquiteta do Setor de Planejamento - Decania/CT

Zenio Moura da Nóbrega - Arquiteto Decania CCMN

Marcia Kinder - Professora do Departamento de Engenharia Civil - Escola de Engenharia
Ricardo Esteves - Arquiteto - PET/COPPE

Colaboradores

Eduardo Siqueira - Professor Adjunto do Instituto de Matemática

Cláudia Morgado - Professora Adjunta da Diretoria Adjunta da Escola de Engenharia

Jorge Xavier - Professor Coordenador do Curso de Geoprocessamento - CCMN

Roberto Mafra - Ouvidor da Sub-diretoria Administrativa do COPPE

Celso Luiz de Souza - Engenheiro Administrador do Prédio do CCMN

Custos aparecem apenas em um edital de licitação

O jornal da Adufrj-SSind procurou, sem sucesso, a Sub-reitoria de Patrimônio para obter informações sobre o custo da reurbanização do *campus*. Nas tentativas feitas, o sub-reitor Maurício Arouca não pôde atender, ou por estar em reuniões ou por estar viajando (o sub-reitor se encontrava em Brasília, no período de 16 a 20 de abril, segundo a secretaria da SR-3).

Em relação à empresa que vai fazer a obra de gradeamento (que já começou) nem o Prefeito sabia dizer o nome. Mas parte da previsão orçamentária para a reformulação do *campus*, no que diz respeito à manutenção e à segurança, aparece no Edital de Concorrência nº 5/2000, assinado pela sub-reitoria. A empresa que ganhou a concorrência (desconhecida) vai cuidar da limpeza, capinagem, poda de árvores e da segurança dos 'módulos'. Apesar do Prefeito garantir que o sistema de manutenção e segurança ainda vai ser definido pelos Centros e que a reitoria só vai cuidar da limpeza e segurança do lado de fora dos 'módulos', no edital, estão bem definidas as atribuições da empresa contratada.

Para o 'Módulo I' (CCS, HUCFF e EEEFD) está previsto no edital um recurso anual de R\$ 1.218.501. Para o II (CT e CCMN), o a verba prevista é de R\$1.272.484 por ano. No módulo III (Reitoria, FAU, EBA e Letras) a previsão é de R\$ 978.121.

No total, R\$ 3.469.107 serão destinados a manter a limpeza e segurança no Fundão. Entende-se limpeza, pelo Edital 5/2000, serviços de 'capina', 'catação manual de lixo orgânico', 'varreção de meio-fio', 'poda de árvores' e 'limpeza de caixas d'água'. Como segurança, os serviços que serão prestados não ficam muito claros e parecem estar longe do modelo vislumbrado pelo Prefeito Ivan Pereira. De fato, só há no edital a especificação das áreas que deverão ser cobertas por seguranças 'armados e não armados' em '14 postos' de 24 horas de funcionamento, por módulo.

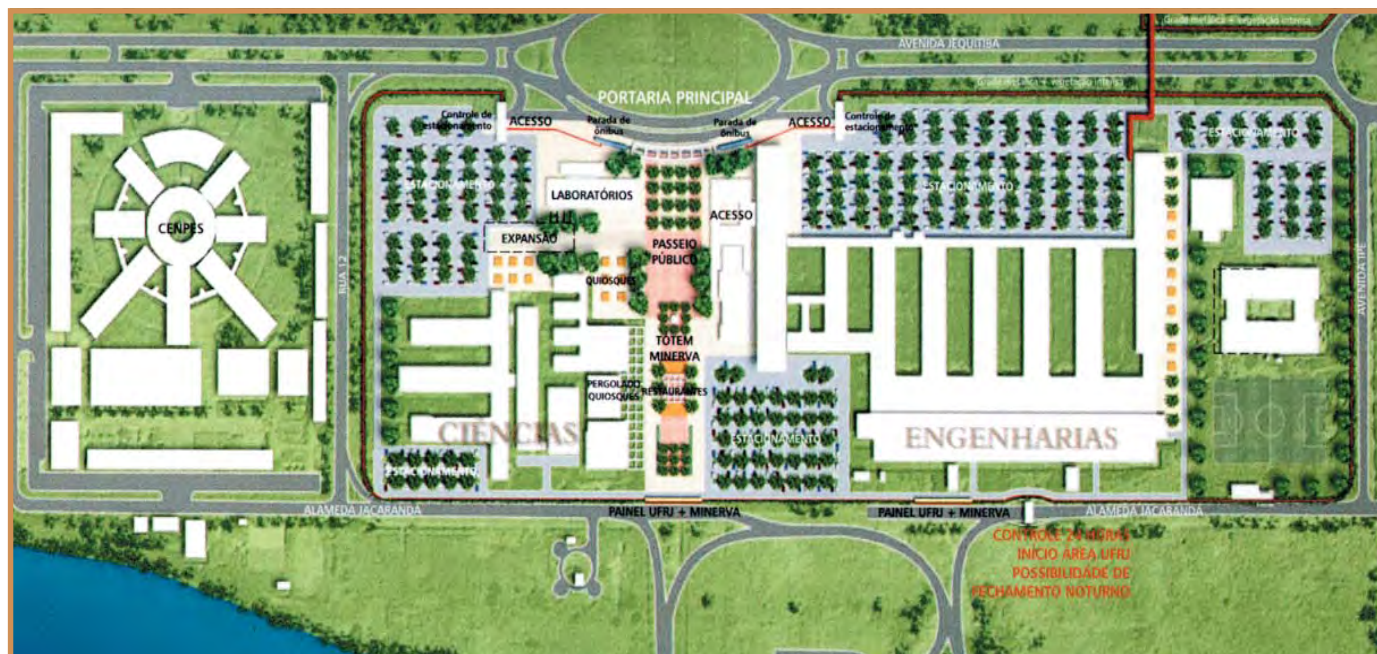
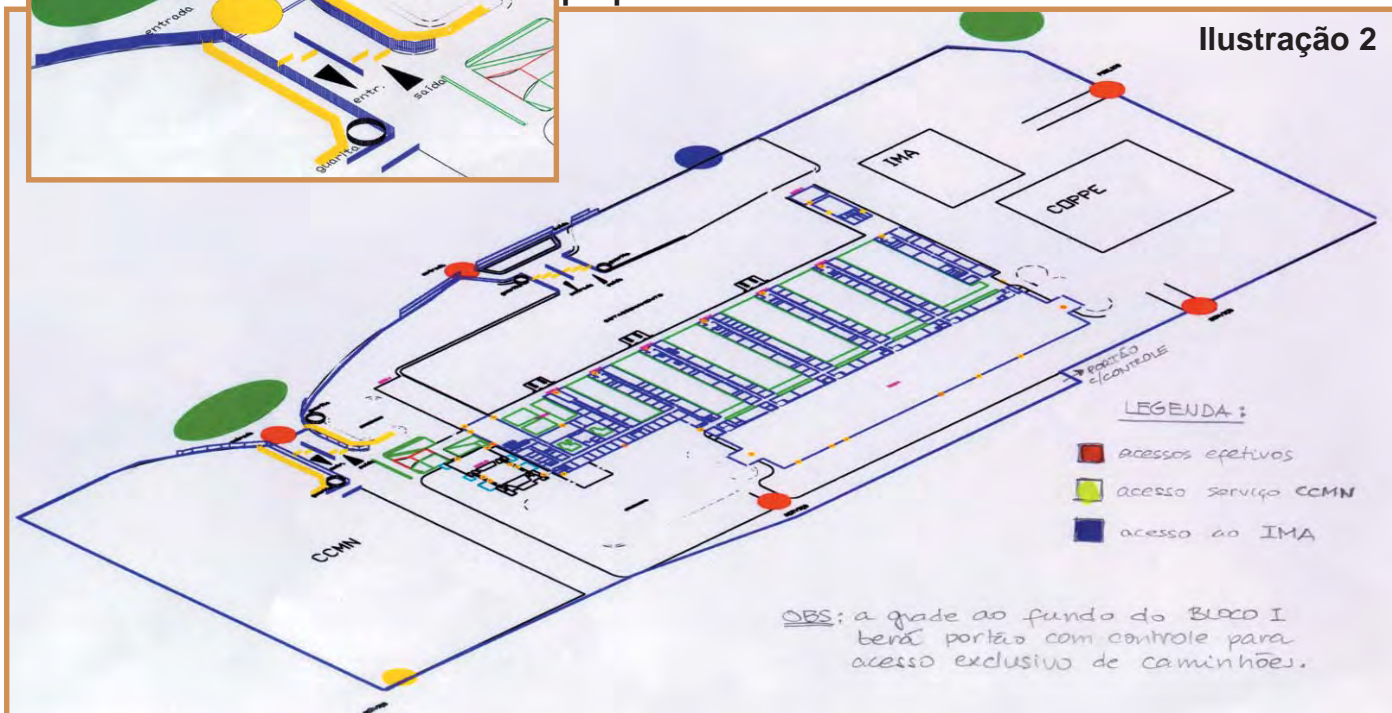


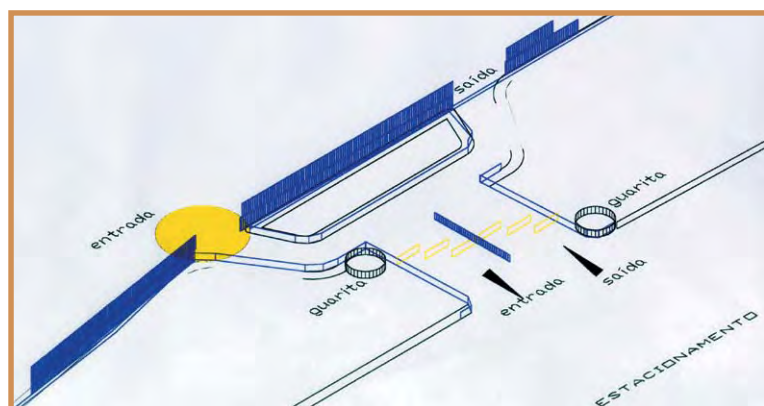
Ilustração I - Projeto da Prefeitura



Detalhe do acesso principal do CCMN (3) - na proposta da comissão dos centros



Comissão CT/CCMN apresenta planta com seis acessos, no mínimo, para os centros



Detalhe do acesso principal do CT - entrada de veículos (4)



Colegiados

Colegiados vão rediscutir periodização

CEG/CEPG marcam reunião conjunta para reavaliar Resolução 01/99

A polêmica em torno da nova periodização da UFRJ marcou presença na sessão do CEG de 18 de abril. O surgimento de problemas relacionados às disciplinas em módulos e o relato do professor Paulo Vaz sobre o debate promovido pelas entidades (Adufrj-SSind, Sintufrj, APG e DCE) em 3 de abril acabou provocando uma demorada discussão. Isso, embora o sub-reitor Ricardo Gattass tivesse sinalizado que não pautaria tal assunto no colegiado antes de fechar o edital do vestibular. No fim, os conselheiros decidiram realizar uma reunião CEG/CEPG (com convite aos representantes do Consuni) em 3 de maio para tratar da periodização. Também estarão pautados nesta reunião a assistência estudantil e a crise institucional da universidade. A sessão do CEPG de 20 de abril confirmou por unanimidade a realização desta sessão.

Já no momento de expediente da sessão, destinado a informes, alguns professores demonstraram preocupação com a situação dos cursos que misturam disciplinas moduladas com outras semestrais. Esse fato apareceu somente agora que se aproxima o primeiro intervalo entre os módulos no calendário letivo 2001 (parada de 26 de abril até 7 de maio). “Muitos alunos estão confusos”, disse o professor Jorge Fernando (Faculdade de Farmácia). O mesmo professor lamentou que, pela primeira vez em seis anos, a Unidade dele tivesse perdido alunos (10%) por causa do início das aulas em 12 de fevereiro. Ao longo desse período, o curso sempre teve todas as vagas preenchidas.

Avaliação do debate

O professor Paulo Vaz (Escola de Comunicação) iniciou seu relato sobre o debate da periodização retratando o que chamou de um

“clima de ataque” contra os colegiados acadêmicos da UFRJ, responsáveis pela Resolução 01/99. Nas palavras de Paulo, o que “estava em jogo eram reclamações dos representados contra representantes”. De acordo com o professor, esse ambiente teria sido criado pela presença atual de um reitor com legitimidade questionada, além da suspeita de que a nova periodização não passa de mais um mecanismo de “ajuste” do Estado nas universidades públicas. Paulo afirmou, ainda, que a maior reclamação estava ligada à interpretação dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo. Segundo ele, boas idéias de aproveitamento acadêmico podem estar sendo perdidas pelo temor de redução das férias dos professores. Outro ponto sobre o debate, apontado como problemático, no relato de Paulo, seria o suposto favorecimento da resolução a professores que atuam na pós-graduação. O professor rebateu esse argumento citando o artigo que torna obrigatória uma carga mínima didática na graduação.

Integrante do DCE e representante no CEG, Danielle São Bento respondeu às críticas de Paulo. Para ela, o debate não foi manipulado pelas entidades para atacar os conselheiros, como podia estar sugerindo o relato. O que existiu foi uma manifestação livre dos anseios da comunidade universitária. Danielle citou o informe do expediente no qual ninguém se entendia sobre o intervalo entre os módulos. “Se nós aqui não estamos nos entendendo, imagina a comunidade!”, disse.

A conselheira Ana Borralho, professora da Faculdade de Medicina, afirmou que as conseqüências trazidas pela polêmica resolução não a surpreendiam. Ana disse que, em sua Unidade, os cursos já funcionam com uma lógica de mais de 40 semanas no calendário letivo e, portanto, a resolução não causava transtorno. No entanto, já sabia de antemão que as demais Unidades não teriam como implantá-la. “Nós levamos quatro anos para fazer uma reforma curricular no curso de Medicina e mais quatro anos para implantá-

la. Não é da noite para o dia que se faz isso”, afirmou. Para ela, a nova periodização foi feita num processo muito corrido para adaptação à LDB e teve a influência da inserção da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na vida da categoria. Ana também questionou a idéia defendida por outros conselheiros de que deveria haver um calendário único para a UFRJ. Por tudo isso, Ana lembrou que votou a favor da rediscussão da 01/99, quando as entidades compareceram ao CEG com essa proposta em dezembro do ano passado.

O professor Cláudio Limeira (representante do CCMN) rebateu a crítica de que não houve ampla discussão da Resolução 01/99. Limeira admitiu que pode ter havido um problema para chamar a comunidade para o debate, mas, como disseram outros conselheiros, o interesse pela nova periodização só teria surgido com sua implementação. Cláudio comentou que vários problemas emergenciais impediram que a resolução voltasse à pauta do CEG antes. O professor sugeriu que fosse estendido um convite aos representantes das entidades para participar das reuniões CEG/CEPG.

O professor Jorge Fernando contou que esteve no debate do CFCH sobre a periodização, mas não sentiu ambiente para se pronunciar. Jorge afirmou que o essencial para os colegiados é não entrar em confronto com as entidades da UFRJ. Lembrou ainda que o CEG e o CEPG conseguiram um grande ganho ao refutar a proposta do reitor de três entradas de alunos por ano. O docente da Faculdade de Farmácia argumentou que a resolução “saiu com alguns cacôs”, mas teve seus acertos também.

Jorge foi contra a idéia de levar representantes de Adufrj, Sintufrj, DCE e APG para participarem livremente de discussões no colegiado. O professor Cláudio esclareceu que essa participação seria realizada através do envio de propostas e de algum tempo para defesa delas.

Seria, então, uma participação restrita.

O estudante Bruno Lopes defendeu o debate e a realização de outros na mesma linha temática. Falou que todos tinham total liberdade para se manifestar e ressaltou que nenhum representante de entidade estava na mesa do debate do CFCH sobre periodização – além de realçar que não houve qualquer tipo de controle das entidades sobre as intervenções, que estiveram abertas durante o debate para todos os presentes.

Para Bruno, o projeto de unificar os calendários na UFRJ da forma como está sendo feito é ruim e o estudante se posicionou a favor do convite às entidades.

Entidades reivindicam calendário de discussão

As críticas de alguns conselheiros do CEG ao debate sobre periodização mostra que não há clareza sobre o papel da representação de categorias nos próprios Conselhos, que é exatamente o de trazer a opinião dos representados sobre os temas em discussão. A idéia de confrontou ou de contraposição dos Conselhos às entidades representativas de professores, alunos e técnicos-administrativos não tem sentido, a menos que os Conselhos se julguem auto-suficientes.

A posição defendida pela Adufrj-SSind tem sido, antes de tudo, que a comunidade seja ouvida através de um processo que garanta ampla participação. A discussão do teor e das implicações da resolução 01/99 não pode ficar restrita às sessões dos Colegiados Superiores e cabe aos Conselheiros realizarem o debate em suas Unidades e Centros. O ciclo de debates promovido pela Adufrj-SSind em conjunto com o Sintufrj, APG e o DCE não objetiva substituir a discussão pela via constitucional nos departamentos, Unidades e Centros, mas pretende estimular a participação, esclarecer a comunidade e contribuir para a construção de uma proposta coletiva, que atenda aos interesses de toda a UFRJ.

Registro

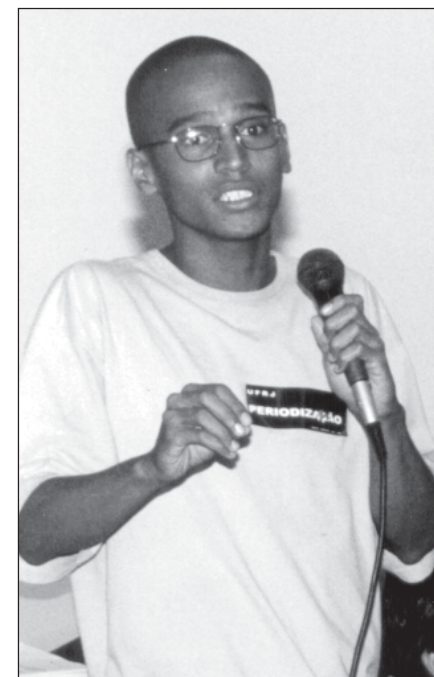
Primeiro debate sobre periodização mobilizou a comunidade

O auditório do CFCH ficou lotado para assistir ao primeiro debate sobre periodização promovido pelas entidades em 3 de abril. O breve relato de Paulo Vaz na sessão do CEG de 18 de abril sobre o debate não retratou todas as críticas à polêmica Resolução 01/99.

Interpretação “torta” da LDB (ao entender os 200 dias de trabalho acadêmico efetivo com 200 dias de aula e transformar a exigência de 8 horas-aula semanais em 320 horas-aula por ano), ilegalidade em relação ao regimento interno da UFRJ, dificuldade extra para alunos de pós-graduação de fora do Rio foram alguns pontos questionados na Resolução CEG/CEPG.



▲ Gente em pé ou sentada no chão. O auditório do CFCH foi pequeno para o interesse demonstrado pela comunidade universitária



▲ Vinícius Wu, representante do DCE: “Resolução contraria o regimento vigente, que permite a cada Unidade baixar o seu calendário, de acordo com parâmetros do Consuni”



► O presidente da Adufrj-SSind comentou que os colegiados redefiniram o conceito de aula numa clara intenção de acomodar os professores de pós-graduação na lei da GED.

► O debate contou até mesmo com o participante mirim Leonardo que, na foto, “ajuda” sua mãe. A técnica em assuntos educacionais Ana Maria Ribeiro: “Essa resolução levará ao caos”



▼ Dalila Andrade, da Faculdade de Educação da UFMG, não entendeu porque os colegiados da UFRJ impuseram 320 horas anuais de aula aos professores. Na Federal de Minas, os professores lecionam 8 horas em média, por semana





Colegiados

Consuni busca apoio no CEG contra reitor

Estatuto reformado por conselheiros já tem 39 de 45 assinaturas possíveis

Os professores José Luiz Fontes Monteiro e Oscar Rosa Mattos, representantes do CT no Consuni, estiveram presentes ao CEG para relatar a crise institucional da UFRJ. Sem reuniões desde 8 de março, esses conselheiros pediram apoio em futuras ações contra o reitor. Embora as arbitrariedades do interventor do MEC na UFRJ não sejam novidades para ninguém, os docentes do CT fizeram questão de explicar de perto a situação ao Conselho de Ensino de Graduação.

O professor José Luiz historiou brevemente o estopim da última briga contra o reitor: a reforma do estatuto da UFRJ. Contou que esse processo ficou engavetado no gabinete do reitor durante um ano até chegar à Comissão de Legislação e Normas (CLN) do Consuni. Finalmente, quando os membros dessa comissão promoveram as modificações sugeridas pelo Conselho Nacional de

Educação (CNE), Vilhena travou a convocação do colegiado. “A raiz (da crise) está na atitude da reitoria. Quando chegam aos colegiados questões do cotidiano que interessam à reitoria, tudo bem. Mas quando as deliberações (dos conselhos) não são convenientes, nada funciona”, afirmou José Luiz.

O representante do Consuni comentou a recente vitória do colegiado em reunir (até aquele dia) 39 assinaturas de conselheiros ratificando o estatuto reformado pela CLN. Se fosse convocada uma sessão especial do Consuni, 36 assinaturas (dois terços do colegiado) seriam suficientes para aprovação do estatuto. José Luiz lembrou que esse número alcançado tem mais força porque, por omissão da reitoria, o conselho está com nove representações vagas. Ou seja, foram sensibilizados 39 de 45 conselheiros. O documento com as assinaturas foi enviado diretamente ao MEC e existe a expectativa de se conseguir uma audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato, em Brasília, para

tentar pôr um fim às arbitrariedades.

José Luiz aproveitou o momento para criticar duramente o professor Gattass no período de crise. O professor lembrou que as deliberações do Consuni tomadas sob a presidência do sub-reitor não foram efetivadas e que, por conta disso, Gattass acabou não aceitando mais presidir o colegiado. José Luiz usou das palavras “conivência” e “autismo” para descrever o comportamento do sub-reitor.

O professor Oscar Rosa Mattos reforçou o relato do colega e afirmou que, desde a entrada na UFRJ em 69 como estudante (período de ditadura militar) até os dias de hoje, não tinha visto nada parecido com o comportamento dessa reitoria. “A melhor coisa que posso esperar é que reitoria acabe. E acabe logo”, disse. Oscar também se mostrou preocupado com a proximidade das eleições para diretores de Unidades e decanos e de como Vilhena pode se aproveitar disso para conseguir a base de sustentação que não tem hoje. “Temos que nos preparar para reconstruir a UFRJ”, completou.

Reunião CEG/CEPG discute programas do MEC

O secretário de Ensino Superior do MEC, Antônio MacDowell Figueiredo, ex-sub-reitor na gestão Vilhena, compareceu a uma sessão conjunta CEG/CEPG na última sexta-feira (20/4). Figueiredo alertou os colegiados acadêmicos que o ministério está para lançar a reformulação do Programa PET e mais dois editais para as universidades captarem recursos: um para aperfeiçoamento das condições de oferta da graduação e outro, para modernização da gestão universitária.

Comissão de sindicância da Faculdade de Educação

Terminou o trabalho da comissão de sindicância formada para apurar supostas irregularidades administrativas na Faculdade de Educação. O sub-reitor Gattass comunicou que já recebeu o relatório, mas, em virtude de ter chegado ao CEG diretamente de uma viagem, não o tinha em mãos.

Relato de alojado horroriza conselho

Falta de água, risco de incêndio, desconto em bolsas são alguns dos problemas

Morador do alojamento, o estudante do curso de Engenharia Elétrica Raphael dos Reis conseguiu um espaço no colegiado para fazer um relato dramático (mais um) da situação dos alunos do local. De acordo com Raphael, faltou água durante cinco dias no alojamento e a reitoria não teve sensibilidade para pagar, ao mínimo, um caminhão-pipa para os alo-

jados. Raphael também lembrou do ônibus da UFRJ apreendido na Avenida Brasil, durante uma blitz da PM, por falta de documentação, enquanto fazia o trajeto entre a Praia Vermelha e o Fundão. O estudante cobrou um posicionamento da reitoria para saber como uma empresa dessas conseguiu trabalho na universidade. O sub-reitor disse que teria feito uma consulta na SR-3 sobre o caso, mas não tinha obtido resposta até o momento.

E não parou por aí. O estudante também cobrou explicações sobre a

polêmica bolsa imposta pela reitoria aos estudantes, o Profag (Programa de Apoio à Formação Acadêmica de Graduação), que não teria sido paga até o quinto dia útil do mês. “Só foi paga essa semana”, disse. Pior: alguns alunos teriam recebido um desconto inexplicável. Em vez dos R\$ 260 acertados, receberam R\$ 150.

Raphael também informou aos conselheiros que, com a chuva de duas semanas atrás, foi verificado que a água estaria se infiltrando no prédio pelas calhas de luz. Ou seja, além

das goteiras habituais que, às vezes, molham o material dos alunos, havia sido detectado agora um risco de incêndio.

Para encerrar seu “desabafo”, Raphael citou uma frase que ouviu de Gattass em uma outra sessão do CEG: “Aqui não podemos ser irresponsáveis”. O sub-reitor não falou nada sobre a bolsa ou os problemas estruturais do prédio do alojamento. No entanto, a assistência estudantil é ponto de pauta da reunião CEG/CEPG de 3 de maio.



Opinião/CA-ECO

“Onde está a democracia?”

A Escola de Comunicação da UFRJ, desde o ano passado, vem vivendo um processo de Reforma Curricular, não só pela necessidade de atualização de seu currículo, mas também para adequá-lo à nova LDB. Esta reforma, sem dúvida, deveria ser uma boa oportunidade para estudantes, funcionários e professores, juntos, construírem democraticamente um projeto acadêmico-pedagógico e um currículo que possibilitassem a formação de profissionais com um perfil voltado para as demandas da comunidade acadêmica e da sociedade (mantenedora da Universidade).

Entretanto, tal processo não vem sendo tão democrático assim. Em 2000, as discussões foram muito restritas: inicialmente, deram-se apenas entre alguns professores, por meio de uma lista na Internet (debate virtual). Surgiu, então, uma listagem de disciplinas, a partir de propostas de professores participantes. Posteriormente, houve duas paradas de três dias na escola, uma no primeiro semestre e a outra já no final do ano, que abriram a discussão para a comunidade da ECO. Po-

rém, apesar de experiências importantes, tais discussões não foram profundas ou democráticas o suficiente para a aprovação e implementação de um novo modelo de currículo que fosse mais do que um amontoado de disciplinas. Faltou, inclusive, a discussão do projeto acadêmico da Escola, ou seja, debater exatamente o que queremos da ECO, qual o comunicador (jornalista, publicitário, produtor editorial e radialista) que queremos formar e como alcançar esses objetivos.

Na última semana, as atividades da ECO foram paralisadas e voltamos a debater o assunto novamente, na esperança de poder intervir dessa vez. Em um processo supostamente democrático, muitos dos alunos e professores presentes expressaram o desejo de discutir o projeto acadêmico para a Escola, partindo daí para a alocação das disciplinas. Nesse primeiro dia de discussão, a agenda da semana chegou a ser mudada em função dos referidos anseios. Ficamos, assim, próximos da possibilidade de construção, apesar de toda discordância.

No segundo dia, porém, para nossa

surpresa, os pontos listados no dia anterior para pautar a discussão a respeito do projeto foram “esquecidos”. A dinâmica da reunião era outra: tratava-se da exposição e defesa da proposta da Direção à platéia. Estava vetado a estudantes, funcionários e professores o direito de interferência, restando a estes apenas a função de meros ouvintes e legitimadores do projeto pré-elaborado. Aliada a alguns coordenadores de curso, a Direção apresentou um currículo nada apreciável, seguindo claramente o projeto educacional do Governo, que quer acabar com a Universidade Pública de qualidade. Algumas das maiores “vantagens” apontadas por seus defensores era a flexibilização, com a possibilidade de escolha do tipo de formação que o aluno individualmente poderia ter. Em contrapartida, a formação mais geral e integradora foi considerada dispensável, por exemplo (quem quiser, até poderá cursar disciplinas como Sociologia Geral, Antropologia Cultural, mas a obrigatoriedade significaria predeterminar o que é o bem).

Apesar do projeto da Direção da ECO

não se caracterizar como uma “reforma de gabinete”, tampouco pode ser considerado um processo construído coletivamente, com ampla participação. Dizia-se passível de modificações, mas diante da proposta de uma discussão mais profunda, com a possibilidade de voltar atrás “passos já dados” (como a alteração do Ciclo Básico, já vigente para a turma 2001/1), a limitação era clara. As críticas e sugestões foram desconsideradas ou simplesmente desprezadas. Possivelmente estamos diante de mais uma batalha perdida contra os desmandos que vêm acontecendo na UFRJ, iniciados pelo reitor imposto, que apenas implementa a cartilha do FMI.

Muitos dos presentes ao circo instaurado na ECO se retiraram, em sua maioria, por não concordarem com a arbitrariedade que estava sendo praticada. Onde está a democracia? Será que não há mais nada por fazer? Acreditamos que nem tudo está perdido e procuraremos defender a Universidade Pública Gratuita e de Qualidade.

Centro Acadêmico da ECO, Gestão Armando a Lona no Picadeiro

Periodização

Adufrj quer discussão ampla da periodização

Há informações de que a comissão mista CEG/CEPG estaria preparando proposta de revisão para a Resolução 01/99. A preocupação da Adufrj-SSind, que motivou esta mensagem enviada à presidente da comissão, Ângela Gonçalves, é que a discussão não seja só interna ao CEG e ao CEPG. Até o fechamento desta edição, a Adufrj-SSind não recebeu resposta.

A Adufrj-SSind vem discutindo há bastante tempo a questão da nova periodização dos cursos na UFRJ propos-

ta pela Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99, tendo começado recentemente um ciclo de debates sobre o tema. O primeiro deles, realizado no dia 3 de abril próximo passado, na Praia Vermelha, foi bastante concorrido e contou com a presença de representantes do CEG e do CEPG como debatedores.

Em linhas gerais, os grandes problemas apontados em relação à Resolução envolvem não só questões específicas de conteúdo como também o limitado processo de discussão no interior da comunidade acadêmica da UFRJ, cujo debate, até aqui, tinha ficado restrito ao âmbito dos próprios Conselhos. Como conseqüência disto, ainda há grande

desonhecimento entre professores, alunos e funcionários do teor e das implicações daquela Resolução.

No segundo semestre de 2000, nos dirigimos, sem sucesso, aos Conselhos Superiores para solicitar a rediscussão da Resolução 01/99, estabelecer procedimentos e um calendário que permitisse maior participação dos professores antes de nova deliberação. Embora o pedido fosse fundamentado com extenso questionamento sob vários aspectos (acadêmico, político, operacional e até legal) e muitos dos Conselheiros concordassem que havia problemas na Resolução, o pedido foi sumariamente rejeitado. Hoje, várias das objeções colocadas

já se materializaram e, na prática, a Resolução não foi implantada.

Assim sendo, no momento em que a Comissão Mista CEG/CEPG começa a reanalisar a Resolução 01/99 e a formular propostas de alteração, gostaria de solicitar a V.Sa. que nos fosse concedida a oportunidade de debater com a Comissão, em uma de suas próximas reuniões, estratégias para garantir que o processo de discussão da Resolução e das propostas de alteração seja o mais amplo possível.

Saudações Universitárias e Sindicais”

Prof. José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind



Opinião/Luiz Carlos Brito Paternostro*

Semana de Trabalho da Reforma Curricular da ECO

Pintando a guilhotina e enfeitando a sepultura

Uma qualidade apreciada na escolha da área a ser inundada para a construção de uma represa, por exemplo, é a sua proximidade com locais povoados e carentes de recursos. Isto é, lugares capazes de fornecer mão-de-obra barata e pouca resistência à eventual desocupação e dispersão de seus habitantes, consequência implícita na execução de um tal projeto. De modo semelhante, o plano de ocupação do leste europeu pela Alemanha Nazista contemplava, além do saque puro e simples, a escravização dos habitantes das áreas conquistadas. Como se sabe, a reciclagem dos despojos resultantes do genocídio, insumos preciosos ou exóticos para artigos de luxo, integrava a manutenção do dispositivo colonizador.

“Cavar a própria cova” é uma expressão comum que representa razoavelmente bem a situação de servir a um projeto contrário aos nossos próprios interesses. Mais ainda se, na carência de recursos, é não apenas economicamente eficiente, mas também um constituinte indispensável a participação da vítima no suplício.

Não é nada tão grave assim a situação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que realiza nesta “Semana de Trabalho da Reforma Curricular” (novo título do evento chamado, ainda no final do ano passado, de “Semana de Debates”), para os seus cursos de graduação, uma reestruturação de suas grades curriculares, ementas, programas e, certamente, de sua orientação polí-

tico-pedagógica. Lá nos foi dito, a nós professores, alunos e demais funcionários presentes às reuniões de segunda e terça-feira últimas, que não estávamos, nós da Escola de Comunicação, de forma alguma, nos adaptando às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social - não aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e, portanto, a rigor, não legalmente vigentes, embora seguidas como um catecismo pelas comissões de avaliação do Governo Federal. Sim, que não estávamos nos adaptando a nada, pois, em última análise, era o Governo quem se havia adaptado às reformas propostas e estudadas por nós há mais de um ano, o que explicaria a congruência entre as Diretrizes e a nossa Escolha.

Tampouco o enxugamento da estrutura curricular, a falta absoluta de menção de qualquer carência ou negação deliberada de recursos pelo Governo Federal e pela administração da UFRJ, que caracterizam a proposta de reforma apresentada pela Direção, nada disso seria produto de uma adaptação a qualquer exigência ou submissão à agenda das avaliações e às novas regras de financiamento da graduação (PROGRAD). Não. Foi-nos explicado que as Comissões de Especialistas e as suas regras, as condições para o repasse de recursos, os acordos celebrados entre os dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, o MEC e outros organismos, tais como o Banco Mundial, tudo isso adapta-se mila-

grosamente aos nossos genuínos desejos e intenções, consubstanciados na Reforma Curricular que nesta semana se consolida.

Pelo menos algo aqui se afigura como afirmação da vontade de autonomia, ainda que de forma estranhamente negativa. A saber, que se não quiséssemos que a reforma curricular contivesse o enxugamento do currículo, o cumprimento da agenda dos avaliadores do Governo Federal, a coincidência com o programa dos organismos internacionais, se não fosse ESTA a NOSSA proposta, lutaríamos pelo que acreditamos ser o melhor para a Escola, para os nossos alunos, docentes e funcionários, para o nosso futuro como livres pensadores e como educadores, como orgulhosos integrantes da maior universidade federal pública brasileira.

Será então que a nossa responsabilidade é ainda maior do que parecia ser? Será que deliberadamente tomamos esta decisão, a que julgamos mais acertada e que, por mera coincidência, atende às demandas do Governo Federal tendo em vista o evidente desmonte do ensino superior público? É muito grave que a Escola de Comunicação da UFRJ diga isso, reconheça isso publicamente através de seus dirigentes e de seus colegiados. Esta responsabilidade é nossa. Não há como fugir dela. Não fomos enganados. Eis aqui o exercício da nossa autonomia e o verdadeiro significado da “nossa Reforma Curricular”.

* Professor adjunto da ECO

ASSEMBLÉIA GERAL



4 MAIO
Sexta-feira

9:30
HORAS

Auditório do CT
Bloco-A Ilha do Fundão

Pauta

- 1 – Prestação de contas 1999
- 2 – Mudança no sistema de consignação/mensalidade
- 3 – Paralisação, 9 e 10 de maio
- 4 – Periodização
- 5 – Crise interna na UFRJ
- 6 – Emprego Público
- 7 – Campanha Salarial

UFRJ

PERIODIZAÇÃO

ADUFRJ-SINTUFRJ-DCE-APG

DEBATE

Periodização na UFRJ

Mesa

Representante do CEG
(a confirmar)

Representante do CEPG

Professor Pablo Rieznik
(Faculdade de Ciências
Sociais da Universidade de
Buenos Aires)

8 de maio (terça-feira)

14:30 horas

Auditório Paulo Rodolpho
Rocco (Quinhentão), no CCS,
na Ilha do Fundão

Reunião do Conselho de Representantes

02/5 quarta-feira

18:00 horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

- 1 – Prestação de contas 2000
 - 2 – Mudança no sistema de consignação/mensalidade
 - 3 – Paralisação, 9 e 10 de maio
 - 4 – Periodização
 - 5 – Crise interna na UFRJ
 - 6 – Emprego Público
 - 7 – Campanha Salarial
- As reuniões do Conselho são abertas a todos os sindicalizados

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 28 • 30 de abril de 2001

www.adufrj.org.br

1º de maio com mobilização
Nas principais cidades do país, a CUT, sindicatos, o MST e partidos de oposição promoverão mobilizações no Dia do Trabalhador. Vão exigir: Fora FHC e o FMI, CPI da Corrupção, não ao calote do FGTS, reforma agrária, não às privatizações e reposição das perdas salariais. O 1º de Maio, no Rio, será realizado na Praça Mauá. Haverá atividades no dia inteiro, começando com brincadeiras para crianças, e terminando com um ato.

Lançado o manifesto contra o reitor

Entidades representativas não foram oficialmente convidadas

Já começou a coleta de assinaturas para apoiar o manifesto “A UFRJ construindo o seu destino”. O documento, que tenta dar uma resposta às arbitrariedades de Vilhena no comando da universidade, foi lançado no salão Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha, no dia 23 de abril. O senador Saturnino Braga (PSB), o deputado estadual Carlos Minc (PT) e a ex-deputada e professora emérita da UFRJ Maria da Conceição Tavares prestigiaram o evento. As deputadas federais Jandira Feghali (PC do B) e Laura Carneiro (PFL) não puderam comparecer, mas se colocaram à disposição para ajudar na divulgação e defesa do manifesto.

Apesar do caráter de confronto com o reitor, as entidades representativas da universidade (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj) não foram oficialmente convidadas, conforme combinado em reunião anterior de discussão de manifesto. Mais estranho ainda é que o convite enviado eletronicamente para o corpo social da UFRJ dizia que o “ato marcará uma nova fase das nossas discussões, ampliando o debate sobre o futuro de nossa Universidade”. Não houve debate algum: os decanos historiaram o processo, os parlamentares fizeram suas falas e o ato foi encerrado logo em seguida.

Coordenadores do ato de lançamento do manifesto, os decanos do CT, do CCS e do CCJE (respectivamente, professores Oscar Acselrad, Sérgio Fracalanza e Carlos Lessa) historiaram a construção do documento e passaram à leitura. Parte do trecho inicial do manifesto explica a razão do protesto: “(...) A dimensão continental e a diversidade geopolítica e cultural de nossa nação exigem o fortalecimento desse sistema e a preservação da UFRJ no lugar que lhe compete. Recolocar esta questão constitui atualmente objetivo de máxima importância, diante da crise institucional que vem sendo vivida pela UFRJ, em decorrência das sucessivas tentativas, por parte do Reitor, de violar suas normas estatutárias e regimentais, descumprir as decisões emana-

das dos colegiados superiores e impedir o Conselho Universitário de exercer a jurisdição superior da Universidade. Com isso, a Reitoria, embora legalmente constituída, reafirma e amplia sua ilegitimidade (...)”.

Em relação à versão anterior do manifesto, foi retirada a parte na qual se defendia “o caráter público e gratuito de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Em seu lugar, ficou um tímido trecho que se limita a afirmar a “gratuidade do ensino”. Essa questão foi o ponto mais polêmico na reunião de 28 de março de discussão do manifesto, realizada também no salão Pedro Calmon. Na ocasião, alguns professores não queriam “assustar” possíveis adesões à iniciativa de colegas que já cobrassem por cursos na pós-graduação ou na extensão! Outros (aí incluídos diretores da Adufrj presentes ao salão) defenderam radicalmente o princípio da universidade pública, gratuita e de qualidade. A solução encontrada pela comissão de redação foi declarar a gratuidade do ensino (não especificando se na graduação e/ou na pós) e não se posicionar quanto à gratuidade ou não das outras atividades (pesquisa e extensão).

Naquela mesma reunião, vale lembrar, o presidente da Adufrj-SSind solicitou esclarecimentos (até hoje sem resposta) sobre a natureza daquela reunião que, em alguns momentos, parecia ter caráter institucional e, em outros, era referida como assembleia da comunidade.

Outros aspecto preocupante no documento finalizado é a clara menção à defesa da meritocracia ao afirmar, por exemplo: “Os dirigentes da universidade devem contar com o apoio e o respeito do corpo social da Universidade – apoio e respeito que só se obtêm no esforço diário e permanente de ensino, pesquisa e extensão, base de sua qualificação (...)”. Por outro lado, existe pouca ou nenhuma menção à relação entre dirigentes eleitos, representantes em órgãos colegiados e seus representados no documento, o que é fundamental para restabelecer as bases da democracia interna, que vem sendo sistematicamente violada pela atual reitoria.

A diretoria da Adufrj-SSind não esteve representada no ato. Ao tomar conhecimento do manifesto, após o ato, a diretoria criticou vários pontos, como a defesa tímida da gratuidade apenas para o ensino, a meritocracia e a falta de uma proposta clara de democracia no interior da universidade.

O diretor do Sintufrj Agnaldo Fernandes argumentou que o sindicato não fez uma avaliação do evento. Na opinião dele, as entidades não precisavam de um convite formal, uma vez que estariam inseridas na mensagem dirigida ao “corpo social da UFRJ”. Agnaldo considerou o ato positivo, mas também acredita que poderia ter sido aberto um espaço para as entidades se manifestarem. “Afinal, elas é que estão contra o reitor desde o início”, afirmou.

Representante da APG e conselheira discente no Consuni, Gilda Moreira também criticou a organização do ato. “A APG não recebeu o convite. Não houve divulgação do ato por cartazes, nem panfletagem. Pelo lado simbólico, valeu a pena, mas nem sequer houve debate. Do ponto de vista político, isso não foi positivo”, disse. O DCE também não recebeu convite oficial para o ato de lançamento do manifesto. Representante da entidade, o estudante Miguel Papi disse que não houve tempo para avaliar conjuntamente o evento. “Em conselho de centros acadêmicos, no entanto, já debatemos que não basta lutar pela legalidade. A gente quer lutar pela democracia”, comentou. Como opinião particular, o estudante achou o ato ruim, porque não deu voz às entidades. De acordo com os decanos, o objetivo é conseguir o maior número de adesões na comunidade da UFRJ em 30 dias a partir daquele ato. Para facilitar a tarefa, os decanos estariam delegando listas para algumas pessoas previamente autorizadas a colherem as assinaturas nas diversas Unidades da universidade. Ainda segundo os decanos, os nomes dessas pessoas seriam divulgados o mais breve e onde fosse possível.

O decano Carlos Lessa encerrou o ato convocando uma nova reunião para o fim de maio, com a intenção de realizar um balanço da coleta de assinaturas.



Prestação de Contas

Adufrj-SSind apresenta prestação de contas

Na próxima assembléia geral da Adufrj-SSind serão apreciadas as contas da atual gestão relativas ainda ao ano de 1999, cujos balanços foram aprovados na reunião do Conselho de Representantes de 23 de abril e estão publicados nesta edição. A prestação de contas de 2000 também já foi encaminhada ao Conselho e deverá ser divulgada em breve, após sua análise pelos conselheiros da Seção Sindical, prevista para a reunião de 2 de maio próximo.

O atraso na apresentação da prestação de contas de 1999 e de 2000 deveu-se, em grande parte, à expectativa de que seria possível apresentá-las de forma mais significativa para os sindicalizados, através de um novo sistema de acompanhamento detalhado e de controle integrado das contas da tesouraria que vem sendo implantado na Adufrj-SSind. Infelizmente, a classificação e a introdução das informações de 1999 e de 2000 no novo sistema, que já funciona em caráter experimental, está levando mais tempo do que o esperado, pois há dificuldades naturais de adaptação aos novos procedimentos e de classificação detalhada das despesas por atividade, além do volume de dados ser muito grande. Assim, para não atrasar ainda mais a apresentação das contas, elas estão ainda formatadas no esquema técnico-contábil tradicional. Assim que os balancetes por atividade destes anos estiverem disponíveis eles serão também divulgados e nossa expectativa é de apresentar a prestação de contas de 2001 já no novo formato.

Para melhor compreender o problema, é interessante explicar alguns detalhes do funcionamento da tesouraria. Todas as movimentações financeiras são registradas pela Adufrj-SSind em seu sistema próprio e, em paralelo, todos os comprovantes ou documentos de receitas e de despesas são enviados a uma empresa contábil que, de forma independente, elabora os balancetes e faz os registros oficiais em livro de acordo com o exigido pela legislação vigente. Já foram feitos contatos com a empresa de contabilidade que presta serviços à Adufrj-SSind para compatibilizar os dois sistemas.

A necessidade de ter uma forma de registro contábil própria e diferente é clara, pois não nos basta saber apenas os valores

totais recebidos e gastos, mas principalmente em que atividades as contribuições dos sindicalizados estão sendo investidas, revelando nosso perfil de custos e prioridades políticas de atuação. No novo sistema de contabilidade em implantação, as contas de despesas estão associadas às atividades da Seção Sindical, permitindo combinar praticamente qualquer tipo de despesa com qualquer tipo de atividade para a emissão de relatórios e, principalmente, para poder viabilizar qualquer análise gerencial, de planejamento e de acompanhamento das atividades da Seção Sindical, incluindo a elaboração de orçamentos anuais e sua execução.

A forma de apresentação atual das contas não permite esta flexibilidade, como pode ser observado nos balancetes em anexo. Para exemplificar, as despesas com os jornais e boletins informada representa as despesas de fotolitos e impressão, mas o custo real dessas publicações inclui muito mais itens, tais como os salários e encargos sociais dos profissionais de comunicação da Adufrj-SSind e as despesas com postagem aos sindicalizados, por exemplo, cujos totais também estão informados em bloco. Embora o balancete publicado tenha sido adaptado para tentar retratar melhor as despesas por atividades ele ainda não informa que parcelas dos totais de salários, encargos e postagem se referem aos jornais e boletins para isolar o custo total desta atividade.

Em relação às contas de 1999 apresentadas, algumas observações merecem destaque. Em primeiro lugar, as reservas da Adufrj-SSind cresceram neste período (1999) de cerca de R\$200 mil para quase R\$380 mil. A necessidade de manter um fundo de reserva é clara, para permitir que a Seção Sindical continue a funcionar em condições extremas, como no caso de greves e já houve até interrupção do desconto em 1995/96. Tal crescimento era esperado, considerando que em julho de 1999 passou a vigorar o sistema de cobrança de mensalidades de 1% da remuneração, que é o padrão no Andes-SN. A proposta original aprovada em assembléia geral era de que a cobrança fosse apenas sobre as parcelas permanentes do salário (vencimento + GAE + anuênios) mas, em função da

alegação da reitoria de que não era possível fazer a consignação dessa forma, o percentual de 1% foi aplicado sobre o total das remunerações e posteriormente reduzido para 0,8%. Vale ressaltar que não houve redução do repasse ao Andes-SN, que é fixado em 0,2%, ou seja, a rigor, as receitas próprias da Adufrj-SSind correspondem apenas a 0,6% do total de remuneração de seus sindicalizados.

Em segundo lugar, a arrecadação e as despesas informadas não correspondem exatamente ao registro nos livros contábeis da Adufrj-SSind. Isto porque em 1999 a Adufrj-SSind organizou o 38º Conad no Rio de Janeiro e adiantou ao Andes-SN parte do pagamento das despesas com o evento, cuja prestação de contas também está publicada em anexo. O pagamento do total gasto com o Conad foi compensado

diretamente dos repasses ao Andes-SN que deveriam ser feitos nos meses seguintes (julho a setembro) como mensalidades, fundo de solidariedade, fundo de comissão nacional de mobilização e rateios do 18º Congresso e do próprio Conad. Assim, para registrar esses repasses, a prestação de contas apresentada inclui como receita o que deveria ter sido reembolsado pelo Andes-SN mas foi abatido diretamente dos repasses, redistribuindo o mesmo valor total nos itens apropriados de despesas. Com isso fica mais claro o perfil real de receitas/despesas no ano e não há alteração do resultado, apesar de não corresponder exatamente à movimentação financeira ocorrida no período, que não registra os repasses ao Andes-SN naqueles meses, pois não existiram as respectivas movimentações financeiras.

Prestação de contas do 38º Conad

No.	Descrição	Sub-Total R\$	Total R\$
1	Pessoal		6.093,62
1.1	Secretaria		1.521,62
1.1.1	Passagens	0,00	
1.1.2	Diárias	0,00	
1.1.3	Hotel	0,00	
1.1.4	Horas Extras	1.521,62	
1.2	Assessoria de Imprensa		4.572,00
2	Correio		1.594,87
3	Imprensa e Divulgação		6.070,10
3.1	Cadernos de Textos	0,00	
3.2	Cartazes/Folders	4.135,00	
3.3	Convites	860,10	
3.4	Fotografias	1.075,00	
4	Infraestrutura		39.360,13
4.1	Som, Informática, Reprografia e Filmagem	14.976,50	
4.2	Aluguel de Salas e Auditórios	23.342,26	
4.3	Material de Consumo	488,51	
4.4	Cópias Xerográficas	45,00	
4.5	Coffee Break, Água, Café e Assemelhados	507,86	
5	Pastas, Camisetas, Crachás e Blocos		10.429,00
5.1	Pastas	5.040,00	
5.2	Camisetas	2.859,00	
5.3	Crachás	1.420,00	
5.4	Blocos	1.110,00	
6	Transporte (Ônibus/Van)		2.700,05
7	Festa/Baile		2.800,00
	Total Geral	69.047,77	



Prestação de Contas

Balancete 1999

No.	Descrição	Sub-Total R\$	Total R\$
1	Ativo		499.201,28
1.1	Circulante		443.360,06
1.1.1	Disponível		388.064,07
1.1.1.1	Caixa	201,49	
1.1.1.2	Contas Correntes	9.757,42	
1.1.1.3	Contas de Poupança	377.867,08	
1.1.1.4	Aplicações Financeiras	238,08	
1.1.2	Realizável - Curto Prazo		55.295,99
1.1.2.1	Adiantamento de Salários	3.000,00	
1.1.2.2	Adiantamento para Viagens	530,00	
1.1.2.3	Empréstimos a Receber	50.000,00	(Sintufrij)
1.1.2.4	IRRF sobre Aplicações	1.765,99	
1.2	Permanente		55.841,22
1.2.1	Imobilizado		55.841,22
1.2.1.1	Móveis, Utensílios e Instalações	11.867,28	
1.2.1.2	Máquinas e Equipamentos	30.199,50	
1.2.1.3	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	
1.2.1.4	Sistema de Comunicações	6.974,16	
2	Passivo		78.888,05
2.1	Circulante		4.379,17
2.1.1	Exigível - Curto Prazo		4.379,17
2.1.1.1	Contribuições Sociais a Pagar	4.253,17	
2.1.1.2	Encargos Tributários a Pagar	126,00	
2.2	Patrimônio Líquido		74.508,88
2.2.1	Patrimônio Social		74.508,88
3	Receitas		1.197.109,74
3.1	Operacionais		1.183.727,32
3.1.1	Contribuições dos Sindicalizados	1.112.169,55	
3.1.2	Reembolso Despesas 38o Conad	69.047,77	(Andes-SN)
3.1.3	Receitas Eventuais	2.510,00	
3.2	Financeiras		13.382,42
3.2.1	Aplicações Financeiras	20,97	
3.2.2	Rendimentos de Poupança	13.361,45	
4	Despesas		776.796,51
4.1	Operacionais		773.223,34
4.1.1	Institucionais Andes-SN		217.362,91
4.1.1.1	Mensalidades	196.074,42	
4.1.1.2	Comissão Nacional de Mobilização	10.175,50	

No.	Descrição	Sub-Total R\$	Total R\$
4.1.1.3	Fundo de Solidariedade	11.112,99	
4.1.2	Despesas com Eventos		142.629,81
4.1.2.1	Posse Diretoria Adufrj-SSind	1.860,05	
4.1.2.2	Marcha Popular pelo Brasil	1.500,00	
4.1.2.3	Rateios 38-39 Conad/18 Congresso	8.476,47	
4.1.2.4	Passagens, Diárias e Estadias	90.543,37	
4.1.2.5	38 Conad (parcial)	29.280,30	
4.1.2.6	Outros Eventos	10.969,62	
4.1.3	Pessoal		152.511,11
4.1.3.1	Salários	97.876,04	
4.1.3.2	Décimo Terceiro Salário	8.712,33	
4.1.3.3	Férias	7.530,22	
4.1.3.4	Previdência Social	27.273,43	
4.1.3.5	FGTS	8.980,84	
4.1.3.6	PIS/Salário Família	1.138,66	
4.1.3.7	Vale Transporte	787,83	
4.1.3.8	Contribuição Sindical	211,76	
4.1.4	Serviços Prestados		61.126,14
4.1.4.1	Assessoria Jurídica	39.900,00	
4.1.4.2	Contabilidade	12.650,00	
4.1.4.3	Acesso Internet/Alternex	1.155,74	
4.1.4.4	Pager-Bip/Promptel	1.742,40	
4.1.4.5	Pessoas Físicas	5.678,00	
4.1.5	Divulgação		116.657,02
4.1.5.1	Jornais/Boletins	63.150,45	
4.1.5.2	Cartazes/Cópias	5.552,26	
4.1.5.3	Despesas Postais	45.800,96	
4.1.5.4	Anúncios/Publicidade	2.153,35	
4.1.6	Outras		82.936,35
4.1.6.1	Assinaturas	1.917,18	
4.1.6.2	Limpeza/Conservação	4.001,26	
4.1.6.3	Lanches/Refeições	7.273,06	
4.1.6.4	Telefone	7.219,70	
4.1.6.5	Material de Expediente	19.014,18	
4.1.6.6	Passagens Locais Ônibus/Táxi	8.830,52	
4.1.6.7	Reforma Instalações da Sede	20.859,10	
4.1.6.8	Diversos	13.821,35	
4.2	Perdas Eventuais		67,60
4.3	Financeiras		3.505,57
4.3.1	Juros Passivos	238,29	
4.3.2	Despesas Bancárias	3.267,28	

Patrimônio 1999

Descrição Patrimônio	Valor R\$	Total R\$
Ativo		499.201,28
Circulante		443.360,06
Caixa	201,49	
Contas Bancárias	9.757,42	
Contas de Poupança	377.867,08	
Aplicações Financeiras	238,08	
Adiantamento de Salários	3.000,00	
Adiantamentos para Viagens	530,00	
Empréstimos a Receber	50.000,00	
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.765,99	
Permanente		55.841,22
Móveis, Utensílios e Instalações	11.867,28	

Descrição Patrimônio	Valor R\$	Total R\$
Máquinas e Equipamentos	30.199,50	
Direito de Uso de Telefone	6.800,28	
Sistema de Comunicações	6.974,16	
Passivo		499.201,28
Circulante		4.379,17
Contribuições Sociais a Pagar	4.253,17	
Encargos Tributários a Pagar	126,00	
Patrimônio Líquido		494.822,11
Patrimônio Social	74.508,88	
Superavit Acumulado	420.313,23	



Opinião

Assembléia Geral dos estudantes da ECO denuncia autoritarismo na condução da reforma curricular e critica currículo proposto pela Direção. Os textos abaixo foram levados à reunião de 25/4 do Conselho Departamental, na qual os alunos ainda fizeram a entrega do valor (dinheiro de brincadeira) mencionado na nota assinada pelo “Corpo Discente”.

Reforma curricular: queremos discussão a fundo e democracia de verdade

Os estudantes da ECO reunidos em assembléia vêm manifestar sua indignação com a forma autoritária como vem sendo realizada a discussão de reforma curricular, de modo antidemocrático e superficial, fugindo do debate amplo de um projeto acadêmico. Acreditamos que não houve vontade por parte da Direção de realizar um debate sério: foi criada uma imagem de democracia, mas as opiniões diferentes em nenhum momento foram consideradas, mantendo a proposta inicial praticamente intocável, apesar de todas as polêmicas e discordâncias por ela geradas.

Esta proposta, além da ausência de projeto acadêmico, apresenta como problemas, por exemplo: matérias voltadas exclusivamente para nichos mercadológicos, disciplinas sem discussão de ementas, flexibilização negativa do currículo, com a perda de conteúdos imprescindíveis para a formação do comunicador, falta de discussão clara sobre as habilitações.

Reivindicamos que sejam feitas novas discussões, abertas a toda a comunidade acadêmica da ECO - estudantes, funcionários e profes-

sores - em que estaremos construindo a formação humanística do comunicador, com visão crítica e atuante na sociedade, e uma Escola de Comunicação que pense ensino, pesquisa e extensão, de uma maneira indissociável, respeitando o tempo necessário para a construção de um projeto coletivo. Por entender que esta discussão deve ser completa, queremos a rediscussão do ciclo básico e da entrada única, que foram questões aprovadas de uma forma atropelada e que não podem servir de justificativa para uma aprovação igualmente apresada do ciclo profissional.

O corpo discente da ECO se posiciona contrário à aprovação da reforma como vem sendo encaminhada. Vimos propor que, em respeito à comunidade acadêmica da Escola, seja aberto um debate realmente democrático, profundo, com o prazo que se fizer necessário. Um debate que vá a fundo na questão do projeto de Escola que queremos construir, em todos os seus aspectos. Enfim, um debate que difira inteiramente da encenação de democracia que vem sendo feita pela Direção até aqui.



Opinião

A Escola de Comunicação da UFRJ (ECO) dedicou a semana de 16 a 20/4 ao tema da Reforma Curricular. No “Informativo sobre a Semana da Reforma Curricular”, o CA da ECO apresenta seu relato e avaliação do processo e convida os estudantes da ECO para uma Assembléia Geral no dia 24/4.

Informativo sobre a Semana da Reforma Curricular (16 a 20/04/2001)

Discussão ou discurso?

Segundo o Aurélio:

Discurso:

1) Peça oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser; 2) Exposição metódica sobre certo assunto; arrazoado.

Discutir:

1) Debater (questão, problema, assunto); 2) Examinar, investigar, questionando.

Estudantes da ECO,

Como todos devem saber, na semana passada* deixamos de ter aulas para que a comunidade acadêmica da ECO discutisse sua Reforma Curricular. Bom, pelo menos na proposta inicial, era esse o objetivo desta semana. Mas, por uma série de razões, o que se deu na verdade foi uma farsa democrática.

No início, a semana até podia caracterizar-se como uma **discussão**, onde os participantes podiam expressar suas idéias, com a possibilidade de participar de fato da construção de seu projeto de Escola e de profissional. Ao longo dos dias, foi revelando-se uma semana do **discursão** da Direção, que queria simplesmente aprovar uma Reforma, rapidamente, atendendo às exigências do MEC, para talvez conseguir uma gracinha pra ECO. Mas tal aprovação devia parecer democrática, fruto de consenso.

Muitos dos alunos não apareceram na Escola, seja por descrença, desinteresse, porque estavam adiantando trabalhos (principalmente os calouros, preocupados com o CR), ou por qualquer outro motivo. O CA da ECO se propõe a contar/opinar, resumidamente, sobre a última semana nesse informativo. Além disso convidamos vocês para uma Assembléia Geral nesta Terça (24/04), às 16h, no Laguinho.

É muito importante a participação de todos nesse momento decisivo da UFRJ, da ECO e nosso, claro.

Brevíssimo histórico da Reforma

A ECO, desde o ano passado, vem vivendo um processo de Reforma Curricular, não só pela necessidade de atualização de seu currículo, mas também para adequá-lo à nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Entretanto, tal processo que deveria contar com a participação de professores, alunos e funcionários da Escola, não vem sendo tão democrático assim. Em 2000, as discussões foram muito restritas: inicialmente, deram-se apenas entre alguns professores, por meio de

uma lista na Internet, surgindo então, uma listagem de disciplinas. Posteriormente, houve duas paradas de três dias na ECO: uma no primeiro semestre, a outra no final do ano, que abriram a discussão para a comunidade acadêmica. Porém, apesar de experiências importantes, tais discussões não foram profundas ou democráticas o suficiente para a aprovação e implementação de um novo modelo de currículo que fosse mais do que um amontoado de disciplinas.

Não houve, inclusive, discussão do projeto pedagógico da Escola, ou seja, debater exatamente o que queremos da ECO, qual o comunicador (jornalista, publicitário, produtor editorial e radialista) que queremos formar e como alcançar esses objetivos. Dá pra perceber que a reformulação do currículo não é simples e nem acontece a toda hora (a última Reforma foi em 1985). Não fomos nós que dissemos:

“Nós levamos quatro anos para fazer uma reforma curricular no curso de Medicina e mais quatro anos para implantá-la. Não é da noite para o dia que se faz isso”

(Ana Borralho, professora da Faculdade de Medicina, durante discussão sobre periodização no CEG – Jornal da Adufrj, 23/4/01)

Segunda-feira

Estavam no auditório da CPM a Direção da Escola, alguns alunos e professores. A reunião começou com a Direção falando de sua listagem de disciplinas e cargas horárias.

Alunos e professores levantaram questões e críticas como: o perfil adequado do comunicador social e das habilitações específicas; a necessidade de uma formação geral integradora; a base teórica e técnica; o ensino associado à pesquisa e à extensão; problemas da entrada única, como a competitividade e o critério do CR**; a necessidade de um horário noturno desde o Ciclo Básico; o que é disciplina essencial e eletiva; diferença entre flexibilização do currículo e liberdade do aluno, problemas administrativos etc.

O intuito era discutir um projeto didático-pedagógico (ou acadêmico, segundo a LDB) para a escola, com participação ampla, diferente do que vinha sendo feito. A partir daí, poderíamos definir as disciplinas, evitando a fragilidade de um currículo feito às pressas, mais preocupado com sua forma do que com o conteúdo, atendendo a necessidades que não eram da comunidade da ECO.

Ficou definido que o debate seguiria essa proposta. Porém, como já era tarde, foram destacados pontos, a partir dos quais iríamos discutir o projeto acadêmico, no dia seguinte. A reunião sobre o funcionamento dos laboratórios, que havia sido programada, ficaria para depois do almoço.

Terça-feira

A reunião começou com duas horas de atraso por parte da Direção e teve uma outra dinâmica. A proposta da Direção foi exposta e defendida a partir dos pontos listados, mas sem espaço para o debate. A possibilidade de construção conjunta que tínhamos alcançado, foi desprezada. Mais uma vez, restava à platéia a função de ouvintes do **discursão**, legitimadores da falsa democracia da Reforma Curricular.

Alguns membros do CA e professores retiraram-se indignados, diante da repetição da história do ano passado, da ausência de discussão, da impossibilidade de participarem efetiva e democraticamente do processo.

Quarta-feira

Esse foi o dia das reuniões das habilitações, nas quais pretendia-se chegar a propostas de currículos para as habilitações específicas da Comunicação (Ciclo Profissional).

Em geral, os grupos contaram com a participação de poucos alunos e tiveram independência para discutir seus currículos mais ou menos profundamente. Na maioria dos casos se resumiu a alocações de disciplinas, de forma aleatória: tira uma daqui, põe outra ali, essa como eletiva porque já excederam as obrigatórias... Por outro lado, a discussão de Produção Editorial, por exemplo, foi mais abrangente: o projeto acadêmico para a habilitação, a relação com o Ciclo Básico, incluindo perspectivas profissionais, pesquisa de currículos e ementas de outras escolas (ECA-USP, Anhembí-Morumbi), dentre outros pontos.

Assim, resultaram propostas diversas: enquanto algumas propostas contaram com disciplinas sem ementa, outras tinham uma discussão de fundo (minimamente que fosse).

As propostas resultantes dessas reuniões poderão ser encontradas na pasta do CA, bem como divulgaremos um relato mais detalhado das discussões em cada habilitação em breve.

Quinta-feira

Independente do grau de avanço nas discussões em cada habilitação, achamos que não era adequada a aprovação de qualquer uma das propostas, seguindo a lógica de amplificar, democratizar e aprofundar o debate.

As propostas de currículo das habilitações foram levadas às reuniões dos três departamentos (de Fundamentos da Comunicação, de Expressão e Linguagem e de Métodos e Áreas Conexas), que mostraram-se inclinados a aprovar logo a Reforma do Ciclo Profissional.

Sexta-feira

Foi o dia do Conselho Departamental (Condep) da Escola. Em um primeiro momento, a Direção, representada pelo professor Zé Henrique (o Paulo Vaz estava no Fundão), apresentou a proposta de aprovar imediatamente o pacote da reforma curricular, mesmo que muitas disciplinas (principalmente de jornalismo) estivessem sem ementas definidas.

Vendo que não seria possível aprovar a reforma sem a apresentação das ementas, o Zé Henrique adotou a proposta do professor Hugo Mello: marcar-se um Condep para aprovar a reforma dali a 4 semanas, e promover “discussões” nas três semanas anteriores ao Conselho. O objetivo das “discussões” era concluir o que estava faltando e legitimar a aprovação da Reforma.

Percebendo a manobra, os professores Paternostro e William propuseram que a própria comunidade acadêmica criasse seus mecanismos de discussão, sem imposição de um calendário de discussão pelo Condep, que só serviria para legitimar a reforma da Direção. Além disso, propuseram que a resolução de continuidade de discussão da reforma fosse encaminhada à comunidade da ECO com a recomendação de que deveria ser precedida de uma discussão aprofundada sobre projeto acadêmico.

Foi feita a votação entre as duas propostas. O resultado, entre os presentes, foi de 4 votos para cada proposta. A Direção, porém, decidiu contabilizar para sua proposta o voto do professor Walter Torres (coordenador de Direção Teatral), que havia se retirado mais cedo da reunião declarando voto na proposta do Zé Henrique, antes mesmo de ter sido apresentada a outra proposta. E ignorou o voto também declarado (por escrito) da professora Maura. Para piorar, defendeu que o professor Hugo

Melo, indicado para aquele conselho específico pelo professor Jonas (chefe do Departamento de Métodos e Áreas Conexas), deveria ter direito a voto. Só que o professor Hugo Melo não é suplente do Departamento, ou seja, não foi eleito. Logo, pelo estatuto da Escola, não tem direito a voto no Condep.

Resumindo: a Direção queria dar o direito a voto a um professor que não foi eleito (o prof. Hugo Melo) e, quanto aos votos declarados, queria contabilizar somente aquele que lhe interessava.

Em meio a tudo isso, os professores William e Paternostro e a representação discente fizeram a única coisa que lhes restava fazer: retiraram-se em protesto ao rodo que foi passado no conselho.

Para completar, o professor Paulo Vaz chegou do Fundão e disse que o voto do professor Hugo deveria valer. Falou ainda que o prazo de 4 semanas para a aprovação da reforma era muito longo, pois a ECO tinha uma verba prometida a receber, caso aprovasse logo a re-

forma. A aprovação deveria se dar já na próxima semana.

E agora?

Diante de todo esse quadro, ficou mais do que provado que a Direção não está disposta a discutir, pretende legitimar os trabalhos (com a nossa participação) para a aprovação imediata da reforma e, conseqüentemente, vender a Escola.

Por tudo isso e mais algumas coisas, é muito importante a participação de todos na Assembléia para discutirmos, ouvirmos uns aos outros e decidirmos o que faremos daqui para frente.

Centro Acadêmico da ECO – Gestão *Armando a Lona no Picadeiro*

Notas:

* Semana de 16 a 20/04/2001.

** Valendo para os alunos ingressantes em 2001.1, a ECO decidiu que o acesso às suas habilitações específicas se dará por escolha dos alunos, classificados a partir do CR obtido ao final do Ciclo Básico.

Querido Paulo:

Como Vaz?

Nós, o corpo discente, tomamos ciência de vosso interesse na aprovação imediata da Reforma Curricular em virtude da falta de cascalho nos cofres desta estimada unidade da UFRJ.

Nós, o corpo discente, embora concordemos com a necessidade de uma reforma (e não apenas curricular), discordamos da maneira acochambrada em que ela vem acontecendo.

Sensibilizados com vossa causa, nós, o corpo discente, tomamos a liberdade de recolher com nossos colegas uma merrequinha com o objetivo de auxiliar nas obras mais urgentes e na compra de materiais didáticos, enquanto a reforma não vem.

Se necessário, nós, o corpo discente, ainda estamos dispostos a contribuir da mesma maneira periodicamente, enquanto estivermos (nós, o senhor e o corpo docente) discutindo uma Reforma Curricular de qualidade, clara, transparente, sem fins lucrativos e através de um processo democrático.

Grato,

O Corpo Discente

O Conselho Departamental da ECO, reunido em 25/4, aprovou (8 votos contra 5) tratar da Reforma Curricular em um prazo de 4 semanas, ao final do qual haverá outra reunião do Conselho para decidir o novo currículo da Escola. A proposta que recebeu 5 votos defendia um prazo maior para a discussão da Reforma Curricular. A mesma reunião de 25/4 ainda rejeitou (7 a 6 votos) a proposta dos estudantes de crítica à forma de distribuição de verbas na universidade pública pelo MEC e pela Reitoria da UFRJ.



Embaixador critica duramente Alca

Por conta disso, diplomata foi demitido de cargo no Itamaraty pelo presidente FHC

Logo em seguida ao lançamento do manifesto “A UFRJ construindo o seu destino” (leia na primeira página), o salão Pedro Calmon foi cedido para um ato de desagravo ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Samuel foi demitido por FHC do cargo de diretor do Instituto de Pesquisas em Relações Exteriores da Casa de Rio Branco (IPRE) por ter criticado o processo de construção da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Em declarações à imprensa, no início de abril, o embaixador teria dito que a Alca se trata da negociação de um “patíbulo” para o Brasil. No dicionário Aurélio, o significado da palavra não deixa dúvidas sobre a crítica do embaixador: “estrado ou lugar onde os condenados sofrem a pena capital (forca, guilhotina, decapitação)”.

O decano Carlos Lessa, que permaneceu no salão como anfitrião da UFRJ, comentou que o ato de destituição de Samuel da diretoria do IPRE é um exemplo claro de que a Alca é bem mais do que um simples acordo

comercial, como sugerem o tempo todo os técnicos do governo. “(Com a Alca) vão transformar o Brasil em um Porto Rico”, disse. Lessa acrescentou ainda que o presidente chegou a convocar a nação para discutir o assunto. “Mais de 98% da população desconhecem o tema. Na hora em que uma voz competente se levanta para fazê-lo, tem a cabeça degolada”, comentou. O presidente da Associação de Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, não ficou atrás nas críticas. Dirigindo-se ao embaixador, disse: “o senhor foi ‘condecorado’ com uma demissão do atual governo”. Vários representantes da Associação Brasileira de Imprensa, do Sindicato de Engenheiros do Rio, do Movimento em Defesa da Economia Nacional e dos conselhos Federal e Regional de Economia também defenderam o embaixador.

O senador Saturnino Braga, que também ficou no salão após o ato específico da UFRJ, observou que Samuel exercia seu direito de cidadão ao falar sobre a Alca. “O embaixador, no cargo de diretor de instituto, tem um compromisso com a verdade, não com o governo em exercí-

cio. O fato causou e vai causar cadeias de indignação”, afirmou. Saturnino aproveitou a ocasião para criticar a data fixada para instalação da Alca, em 1º de janeiro de 2006. “Não estaremos preparados”, disse, acrescentando que a formação da área de livre comércio é a parte final de um projeto de abertura econômica e fim da nação brasileira.

O homenageado daquele dia foi o último a se manifestar. Samuel agradeceu o apoio e conclamou ao debate mais amplo sobre a Alca. Para ele, a discussão deve ser pautada sempre pela não participação do Brasil no acordo. “Não digo que os problemas (do acordo) sejam de prazos ou critérios. Somente a não participação na Alca poderá levar à construção de uma economia mais justa”, enfatizou.

Samuel fez uma comparação para completar sua informação à imprensa de que a Alca seria a negociação de um patíbulo. “É como se carrasco e vítima iniciassem um diálogo surreal (de como seria a execução). Ou seja, não muda a essência do processo: a subordinação do Brasil aos interesses político-econômicos americanos”, alertou.



Resenha

CNPq

Deu na coluna “No Ponto”, do Jornal do Brasil de 24/04: “O CNPq baixará resolução cortando pela metade o tempo dos cursos de mestrado e doutorado nas áreas de ciência e tecnologia. É para aumentar o número de cérebros em setores estratégicos – telecomunicações, por exemplo. Hoje, é de dois e quatro anos a duração média dos cursos de mestrado e doutorado”. A iniciativa não passa de uma artimanha do governo para diminuir a qualidade dos cursos com o objetivo de produzir números maiores para a mídia.

Opção pelo Brasil

Pesquisa da National Science Foundation (1997) divulgada pelo O Estado de S. Paulo em 22/04 informa que mais de 80% dos cientistas brasileiros que obtiveram títulos de Philosophy Doctors (PhD) nos Estados Unidos retornaram ao Brasil. Essa proporção é muito maior do que a de qualquer outra nação. Entre indianos e chineses, o índice é de 40%. Quase metade dos argentinos e colombianos também optaram pela permanência no exterior.

Reajuste em 2002

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo volte a dar reajuste anual aos servidores federais. O STF concedeu, no dia 26/4, liminar que obriga FHC a retomar, em 2002, a “revisão geral dos vencimentos do funcionalismo”. A obrigação garante aumento a 1,3 milhão de servidores. Por unanimidade (8 a 0), os ministros do Supremo declararam que a União tem uma dívida com o funcionalismo desde junho de 1999 – um ano após a publicação da Emenda Constitucional 19 (Reforma Administrativa). Até aquela data, o governo deveria ter enviado ao Congresso projeto regulamentando o dispositivo da Constituição que obriga a revisão dos vencimentos. Há mais seis anos, porém, os servidores não têm aumento. Ao votar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), o STF estabelece que a regulamentação tem que ser feita. O PT calcula que os servidores tenham direito a um reajuste de 34%, retroativo a junho de 1998, quando saiu a emenda.



Internacional

Argentina mergulha fundo na crise

A Argentina mergulhou fundo na crise neoliberal. Depois de se curvar ao ideário do FMI, o país está próximo do fundo do poço e pode levar outros países chamados emergentes para a “fogueira”. A classificação do risco de investimentos naquele país já superou a classificação de outras nações com situações bastante turbulentas como Rússia e Turquia, de acordo com matéria de O Estado de S. Paulo, de 24 de abril.

Nem o anúncio de uma suposta ajuda

norte-americana acalmou os mercados. A dependência externa é tão grande que bastam alguns rumores de que o país vá desvalorizar sua moeda para que o terror se instale. O governo argentino garante que está tudo bem, mas já prepara um corte orçamentário de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 180 milhões seriam relativos a reduções no orçamento do serviço estatal de aposentadoria. O Ministério da Saúde e o Ministério do Interior sofreriam os cortes de US\$ 120 mi-

lhões restantes. O FMI até promete alguns recursos, mas quer mais cortes no orçamento. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência...

Presidente do BC

O presidente do Banco Central da Argentina, Pedro Pou, suspeito de ignorar operações de lavagem de dinheiro ocorridas a partir de 1995, foi demitido. Uma CPI local ficou de entregar relatório ao presidente De la Rúa com a apuração do caso.

Periodização

Adufrj-SSind e comissão mista CEG/CEPG acertam reunião para tratar da Resolução 01/99

No jornal de 23 de abril, a Adufrj-SSind publicou a íntegra de uma mensagem endereçada à presidente da comissão mista CEG/CEPG, professora Ângela Gonçalves. O motivo daquela mensagem, baseada em informações de que a comissão estaria preparando proposta de revisão para polêmica resolução 01/99, era buscar meios de ampliar o debate para além dos colegiados e assegurar a efetiva participação da comunidade.

Devido a um problema no endereço eletrônico da professora Ângela, a mensagem, enviada em 18/04, acabou não chegando ao destino (o aviso de erro no endereço só retornou para a Adufrj no sábado,

21/04, após o fechamento do jornal, no dia anterior)

Somente a mensagem transformada em ofício e protocolada na secretaria do CEG/CEPG foi finalmente recebida, na terça-feira, 24/4, e respondida no dia seguinte. Na carta-resposta da comissão, a professora Ângela convida o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, a participar de uma reunião no dia 16/05 para conversar sobre as formas para ampliar a discussão da resolução 01/99.

Ao lado e abaixo, reproduzimos a carta-resposta da comissão e um ofício da Adufrj-SSind esclarecendo o episódio.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2001.

Da: Presidente da Comissão Mista CEG/CEPG
Profa. Angela Gonçalves da Silva

Para: Presidente da Adufrj-SSind
Prof. José Henrique Sanglard

Prezado Prof. José Henrique,

Tivemos, ontem, à tarde, por ocasião da reunião da nossa comissão mista, a grata surpresa de recebermos a sua carta, datada de 24 de abril de 2001, após termos lido no jornal da Adufrj que a mesma já nos havia sido enviada mas, infelizmente, sem qualquer retorno de nossa parte (!).

Gostaríamos de informar a V. S^a que a Comissão Mista CEG/CEPG vem, desde o início deste ano, fazendo uma revisão da Resolução CEG/CEPG 01/99 baseando-se não só nas diversas manifestações dos conselheiros de ambos os colegiados superiores CE e CEPG como, e também, naquelas observadas pela comunidade acadêmica.

Portanto, é nossa intenção convidar V. S^a para uma reunião que poderá ser realizada no próximo dia 16/05, à tarde, quando então poderemos, conforme solicitado em sua carta, conversar sobre as "estratégias para garantir que o processo de discussão da Resolução e das propostas de alteração seja o mais amplo possível".

Considerando estarmos trabalhando para a manutenção da estrutura organizacional de nossa universidade e da garantia do ensino de qualidade que aqui ministramos, atentiosamente,

Profa. Angela Gonçalves da Silva
Presidente da Comissão Mista CEG/CEPG

Rio de Janeiro, 26 de Abril de 2001

Ofício nº 023/2001

Da: Diretoria da Adufrj-SSind
Para: Presidente da Comissão Mista CEG/CEPG
Prof^a Ângela Gonçalves da Silva

Prezada Professora Ângela,

Agradecemos o convite para participar da reunião da Comissão Mista CEG/CEPG do dia 16/05 e gostaríamos de confirmar o horário e o local.

Quanto à aparente contradição entre o ofício encaminhado no dia 24 de abril e a publicação antecipada no jornal da Adufrj, gostaríamos de esclarecer o que se segue:

a) o conteúdo do ofício mencionado foi enviado, por mensagem eletrônica na quarta-feira, 18/04, para seu endereço eletrônico imviags@microbio.ufrj.br, obtido através da Prof^a Denise Pamplona, que é conselheira do CEG e também membro da Comissão Mista;

b) até o fechamento do jornal, na sexta-feira, dia 20/04, às 20:00 horas, ainda não havia resposta, como foi publicado;

c) no dia 23/04, segunda-feira, recebemos mensagem do servidor da Microbiologia, datada de Sábado, 21/04, informando que o endereço acima apresentava problemas e que a mensagem anterior não pôde ser entregue;

d) imediatamente entramos em contato com a Secretaria CEG/CEPG, onde obtivemos a confirmação de que havia problemas com o endereço anterior, fomos informados do novo endereço eletrônico, imadgra@microbio.ufrj.br, e a mensagem foi novamente encaminhada;

e) na terça-feira, 25/04, como ainda não tínhamos resposta, reproduzimos a mensagem como ofício e o protocolamos-aparentemente só este último documento foi recebido.

Portanto, gostaríamos de solicitar a V.Sa. que esclarecesse o ocorrido junto aos demais membros da Comissão Mista CEG/CEPG, para que não haja dúvidas quanto aos procedimentos adotados por esta Seção Sindical.

Por fim, esperamos que este incidente não se transforme numa barreira para o diálogo e nem para a serenidade que o tratamento do tema exige.

Seguem, em anexo, cópias das mensagens citadas.

No Boletim da Adufrj que circulará na próxima semana estaremos publicando nota sobre a resposta da Comissão e nossos esclarecimentos.

Saudações Universitárias e Sindicais

José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind



Colegiados/Periodização

CEG e Consuni suspensos

CEPG garante participação no segundo debate sobre resolução 01/99

Nem Consuni, nem CEG. A semana que passou foi marcada pela falta de quórum para realização do Conselho de Ensino de Graduação, em 25 de abril, e pelo cancelamento (mais um) do Conselho Universitário, previsto para 26 de abril.

No CEG, que seria presidido pela conselheira mais antiga no colegiado, professora Maria da Penha – o sub-reitor Ricardo Gattass já tinha avisado que estaria fora do país -, a falta de quórum foi determinada às 9h15. No entanto, poucos minutos mais tarde, apareceram alguns representantes que completavam o número mínimo para realização da sessão. Alegando compromisso com o regimento e seus quinze minutos máximos permitidos para constituir quórum, Maria da Penha se retirou da sala.

No dia seguinte, com a justificativa de comparecer a uma solenidade de “lançamento do Edital para Implementação de Planos de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Institucional de Pesquisa 01/2001”, em Brasília, Vilhena cancelou o Consuni (como se tudo estivesse bem na universidade e houvesse substituto para presidir o colegiado).

A ausência dos dois conselhos é bastante prejudicial no momento em que vários assuntos “explodem” na UFRJ. O convite para participação no segundo debate sobre periodização (reproduzido abaixo) promovido pelas entidades Adufrj, APG, DCE e Sintufrj deixou de ser lido oficialmente, por exemplo. A expectativa é que o convite seja

formalizado nesta semana nas sessões ordinárias dos conselhos ou na reunião conjunta CEG/CEPG, com presença de conselheiros do Consuni, neste 3 de maio – em cuja pauta aparece a polêmica resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. O CEPG, reunido em 27 de abril, indicou os nomes dos professores Marcos Borges (CCMN) e Mabel Tarré (CFCH) para participarem do segundo debate sobre periodização promovido pelas entidades, em 8 de maio.

Faculdade de Educação e EBA farão protesto

Outro ponto importante que deixou de ser discutido foi o parecer da comissão de sindicância montada para apurar irregularidades da direção da Faculdade de Educação. A comunidade daquela Unidade deve comparecer ao colegiado neste 2 de maio para pressionar o sub-reitor Gattass.

Quem também “perdeu a viagem” com a suspensão do CEG foi a comunidade da Escola de Belas Artes. Cerca de cem pessoas, entre docentes e alunos da Unidade, apareceram de surpresa no saguão da reitoria para protestar contra as péssimas condições de estrutura e falta de verbas. Além de não ter um prédio próprio para desempenhar suas atividades e sua comunidade sofrer com desgastantes deslocamentos dentro do prédio da reitoria, a EBA está com seus ateliês caindo aos pedaços (literalmente: outro dia, um reboco do teto quase caiu em cima de uma modelo). Para piorar, alguns cursos da Escola estão suspendendo as aulas, pois a reitoria não tem repassado verbas para pagar os modelos há dois meses. O grupo também prometeu retornar ao CEG em 2 de maio para protestar.



UFRJ

Diretores se reúnem para discutir fundo para infra-estrutura

Cerca de vinte diretores de várias unidades da UFRJ estiveram reunidos em um dos auditórios do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (Coppead), na última quinta (27), para discutir a concorrência da UFRJ ao Edital de Implementação de Planos de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Institucional de Pesquisa 01/2001.

Convidados pelos diretores do Museu Nacional, Instituto de Economia, Coppead e Coppe, os dirigentes puderam ouvir o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, sobre as idéias da reitoria para pleitear a verba dos fundos.

Maurício, que também foi convidado pelos diretores, disse que, além dos fundos do Ministério da Ciência e Tecnologia, também poderão estar disponíveis verbas vindas diretamente da Secretaria de Ensino Superior (SESu) para ‘urbanização, melhoria de infraestrutura etc’. Segundo o sub-reitor, a universidade tem que ter um ‘plano’. “O que a reitoria está tentando fazer é, primeiro, independentemente de onde venha o dinheiro, identificar os problemas estruturais e, depois, decidir que parte concorre ao fundo, que parte concorre às verbas da SESu...”

A diretora do Nutes (Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde), Vera Helena Ferraz, disse que o dinheiro do fundo, cerca de R\$ 15 milhões, é bem vindo para a universidade, mas demonstrou sua preocupação com os critérios para a distribuição dos recursos. “É preciso que se garanta a clareza desses critérios”, comentou.

Arouca disse que a reitoria em seu ‘plano’

identificou alguns grupos de problemas: parte hidráulica (‘castelos d’água, recuperação estrutural do CT/CCMN e CCS, estrutura do complexo do HUCFF, impermeabilização de áreas (passarelas do CT, por exemplo), urbanização externa do Fundão (segurança e acesso). Segundo o sub-reitor, a reitoria já gastou cerca de R\$ 1 milhão com o que chamou de tempo todo de ‘plano’.

Prédios históricos

A diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Yvone Cabral, mencionou o estado precário dos prédios tombados e questionou a situação das unidades isoladas. “Estas unidades nunca entram no planejamento dos Centros nem estão na lista de prioridades da reitoria”, criticou.

O vice-diretor do Instituto de Geociências, Leonardo Fonseca de Almeida, sugeriu que se definisse uma ‘grande mazel’ para ser tratada de forma global com o primeiro montante de recursos que a universidade vier a conseguir. Leonardo, assim com alguns outros diretores, apontou a questão da ‘energia relacionada à segurança’ como uma das possíveis questões centrais a serem solucionadas de uma só vez.

O grupo decidiu que a partir daquele momento a Comissão de Coordenadores de Área (definida pela reitoria) passará a trabalhar sobre a construção de uma proposta para a universidade concorrer ao edital. A comissão se reunirá, periodicamente, com os diretores das unidades e o próximo encontro será no dia 10 de maio, ao meio-dia, na Coppead.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2001

De: Sintufrj, Adufrj-SSind, DCE Mário Prata e APG da UFRJ

Para: Presidente do Conselho de Ensino para Graduados

Prezado Professor Ricardo Gattass:

Com o objetivo de divulgar o conteúdo da Resolução 1/99 CEG/CEPG – ainda muito pouco discutido – e a extensão e o significado de sua implementação, a Adufrj-SSind, o DCE, a APG e o Sintufrj estão organizando mais um debate sobre o tema “Periodização na UFRJ”.

O debate ocorrerá no auditório Paulo Rodolpho Rocco (Quinhentão) no CCS, na Ilha do Fundão, em 8/5/01 (terça-feira), às 14:30 horas. Para compor a mesa, estamos convidando um conselheiro do CEG, um do CEPG, indicados por seus respectivos colegiados, e o Prof. Pablo Rieznik, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires.

Certos de contar com a compreensão deste Conselho quanto à importância de sua participação nestes debates, aguardamos a indicação do conselheiro e enviamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

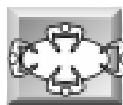
C/C para os Conselheiros do CEG, CEPG e Consuni e Diretores das Unidades Acadêmicas.

Governo não vai mais realizar concurso para docente

Vilhena é o único que comparece à solenidade no MEC

José Vilhena foi o único reitor a comparecer na solenidade de lançamento dos fundos de Desenvolvimento da Infra-estrutura da Pesquisa, no Palácio do Planalto. De acordo com notícia publicada no jornal O Globo (27/04/01), os reitores ficaram indignados com a notícia de que o governo não vai mais abrir as duas mil vagas para docentes prometidas no início de abril. Os reitores também não gostaram do fato de a equipe econômica não ter liberado as gratificações prometidas aos técnico-administrativos das universidades.

De acordo com o jornal, os reitores acham que o descumprimento do governo de suas próprias promessas pode levar a uma nova greve nas federais. O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, já havia previsto o engodo do MEC ao divulgar a abertura de vagas. O Sindicato dos Docentes está encaminhando assembleias locais em todas as universidades para discutir um indicativo de paralisação nacional. A Adufrj-SSind realiza sua próxima assembleia no dia 4 de maio, às 9h, no Auditório do Centro de Tecnologia, Bloco A – Ilha do Fundão. Na pauta, um indicativo de paralisação nos dias 9 e 10 de maio.



Colegiados

Todos contra o reitor

A reunião conjunta CEG/CEPG, com convite aos conselheiros do Consuni, realizada em 3 de maio, confirmou a aliança dos colegiados superiores da UFRJ contra o reitor. Numa demorada sessão, vários representantes (principalmente aqueles ligados ao Conselho Universitário) desabafaram suas insatisfações mais diversas ligadas à desordem institucional. Desrespeito às decisões colegiadas, precariedade da assistência estudantil, política do “fato consumado”, ausência de prestação de contas da universidade foram alguns problemas apontados.

O decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acelrad, aproveitou a reunião para relatar o encontro que uma comissão do Consuni teve com o ministro da Educação, Paulo Renato, no dia 25 de abril, em Brasília. Na ocasião, segundo Oscar, foi entregue o documento com o estatuto da UFRJ reformado assinado por 39 dos atuais 45 representantes do órgão colegiado máximo da universidade. Ainda segundo o decano do CT, Paulo Renato comprometeu-se a encaminhar o documento para sua assessoria jurídica para urgente apreciação do caso.

Resta saber se o compromisso do ministro não é da “boca para fora”. Não custa lembrar que foi o próprio Paulo Renato que impôs Vilhena à UFRJ, apesar do resultado da consulta informal realizada pela comunidade da UFRJ em 1998. Recentemente, apenas Vilhena compareceu a uma solenidade do ministério aberta a todos os reitores. Paulo Renato ajudaria a derrubar o seu único apoio institucional na maior universidade federal brasileira?

No final da sessão, os conselheiros CEG/CEPG aprovaram (os do Consuni não podiam, pois não existe a sessão CEG/CEPG/Consuni

na estrutura formal da UFRJ) duas propostas para pressionar Vilhena. Na primeira, os colegiados acadêmicos apóiam o documento encaminhado pela comissão do Consuni ao ministro e reforçam o pedido de restabelecimento da normalidade institucional. Na segunda, aprova-se a formação de uma comissão (três integrantes do CEG, três do CEPG e um estudante, ainda não definidos) para elaborar um documento que será entregue a Vilhena e, posteriormente, também ao ministro da Educação. No texto a ser criado, deverá constar uma pauta de reivindicações, exigindo basicamente a volta da regularidade de reuniões do Consuni e o respeito às decisões dos conselhos.

Desabafos contra o reitor

Os representantes estudantis dos três colegiados centraram fogo na questão da precariedade da assistência estudantil. Os alunos estavam revoltados principalmente com o abandono do alojamento (falta de água, cancelamento do auxílio-alimentação, bolsas descontadas sem motivo, ônibus de circulação entre os *campi* apreendido pela polícia). “Eu me sinto lesado enquanto representante, enquanto cidadão brasileiro e enquanto estudante. A crise só acaba quando ele (Vilhena) sair”, afirmou o representante discente no CEPG Diego Vaz. O representante discente no Consuni Miguel Papi ressaltou que a volta da normalidade e legalidade é importante, mas fez um apelo para a democratização da UFRJ. “Não se trata de aprovar o estatuto e voltar com os conselhos. Temos que ter participação efetiva da comunidade”, comentou.

O representante dos professores do CT no Consuni, professor Oscar Rosa Mattos, reiterou que torce para a atual reitoria acabar o mais rápido possível. Segundo Oscar, se o reitor ti-

ver que ser “aturado” até o fim de seu mandato, alguns compromissos básicos devem ser acertados. “E não são somente compromissos daqui para frente. É daqui para trás”, disse, referindo-se às decisões de colegiados não encaminhadas pela reitoria. “Minha vocação para palhaço acabou”, completou.

A diretora da Adufrj-SSind Cleusa Santos fez uma intervenção na reunião dos conselhos. Para Cleusa, os “sintomas” da modernização conservadora estão muito claros. A diretora fez referência à “melhoria de gestão”, aos “fundos setoriais” e à “comissão de diretores” – referindo-se à Comissão de Coordenadores de Área que vai trabalhar nos fundos de Infra-Estrutura - sintetizam o processo de legitimação da reforma estatutária da gestão Vilhena. Estes “mecanismos”, segundo a professora, reproduzem a exploração capitalista que tem aprofundado a crise na sociedade brasileira e obedecem a orientação dos organismos internacionais. Exemplos disso, na área da educação, são o sistema de avaliação e produtividade da carreira docente, o processo de privatização dos serviços públicos e a falta de política de assistência estudantil.

Para Cleusa, uma reflexão crítica sobre as ações político-institucionais desenvolvidas pela comunidade universitária revela que, a condição de “ilegalidade” a que estão submetidas as instâncias democráticas da UFRJ nada mais são do que a expressão de uma regressão da democracia iniciada em meados da década de oitenta. Em sua avaliação, o Manifesto divulgado recentemente por uma ‘frente ampla’ da comunidade é resultado da necessidade de implementação de ações políticas que permitam reverter este quadro. Entretanto, segundo

a professora, “o manifesto reproduz a fragmentação da luta social que, por sua vez, é consequência de uma concepção que entende o “corpo social” da UFRJ como um conjunto de indivíduos. Por carecer de uma visão de totalidade, o conjunto das entidades representativas da Universidade – Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE, APG - não foram convidadas a participar da sua elaboração.” Cleusa lembrou uma “velha” frase que supõe ser bastante conhecida dos professores: “a necessidade de abandonar as ilusões sobre uma determinada situação é a necessidade de abandonar uma situação que necessita de ilusões”.

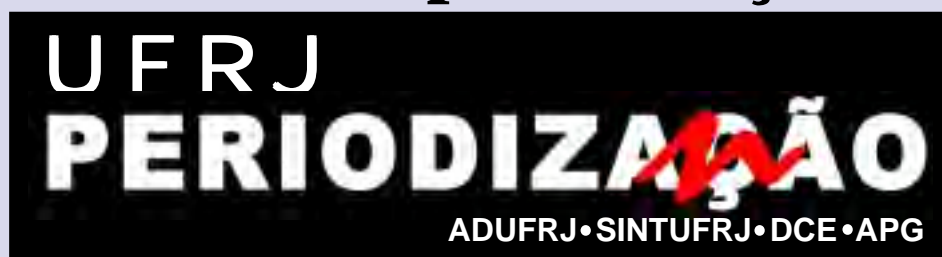
Sobre o programa de “melhoria de gestão” (veja matéria na página 6), Cleusa ponderou que este é consequência da resolução 01/99 - a qual a Adufrj tem questionado desde 99. Em sua opinião, o recebimento de verbas passa, necessariamente, pelos critérios impostos pelas diretrizes do SESu/MEC para os programas de Apoio às IFES, dando ênfase especial à reforma curricular.

Cleusa referiu-se, ainda, às manifestações de vários presentes sobre o sentimento de desrespeito e a falta de condições para o exercício da cidadania. Estes aspectos subjetivos, segundo ela, só podem ser objetivados em ações concretas, como por exemplo, denúncias de irregularidades, denúncias de recebimento de verbas por setores desta universidade cujo objetivo é privatizar o conhecimento. Chamou a atenção para a responsabilidade social de cada um dos presentes para com a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A consciência crítica é necessária, mas, insuficiente se não houver ações coletivas que visem à negação do política vilhenista.

Segundo debate sobre periodização será no CCS

Com o objetivo de divulgar o conteúdo da Resolução 1/99 CEG/CEPG – ainda muito pouco discutido – e a extensão e o significado de sua implementação, a Adufrj-SSind, o DCE, a APG e o Sintufrj estão organizando mais um debate sobre o tema “Periodização na UFRJ”.

O debate ocorrerá no auditório Paulo Rodolpho Rocco (Quinhentão) no CCS, na Ilha do Fundão, em 8/5/01 (terça-feira), às 14:30 horas. Para compor a mesa, foram convidados um conselheiro do CEG, um do CEPG, indicados por seus respectivos colegiados, e o Prof. Pablo Rieznik, da Faculdade de Ciências Soci-



ais da Universidade de Buenos Aires.

O CEPG, reunido em 27 de abril, indicou os nomes dos professores Marcos Borges (CCMN) e Mabel Tarré (CFCH) para participarem do segundo debate sobre periodização

promovido pelas entidades. O CEG indicou o nome da professora Angela Gonçalves, que é também presidente da comissão mista dos dois colegiados.

Pablo Rieznik é Professor Titular de Eco-

nomia e Pesquisador do Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires. No Brasil, entre 1980 e 1983, foi pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e professor da PUC-SP.

Pablo é autor de, entre outros livros, *Endeudamiento externo y crisis económica mundial - Antecedentes sobre el caso brasileiro*, - Edição do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, 1986 e de *Crítica del Dogma del Trabajo*, Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA), 2001.

UFRJ

PERIODIZAÇÃO

ADUFRJ-SINTUFRJ-DCE-APG

DEBATE

Periodização na UFRJ

Mesa

Representante do CEG

Representante do

CEPG

Professor Pablo Rieznik

(Faculdade de Ciências

Sociais da Universidade de

Buenos Aires)

8 de maio (terça-feira)

14:30 horas

Auditório Paulo

Rodolpho Rocco

(Quinhentão), no CCS,

na Ilha do Fundão

**Sindicância
propõe
afastamento da
diretora da
Faculdade de
Educação**

Página 6

**Programas do
MEC para
graduação
reeditam velhas
propostas com
poucos recursos**

Página 7

**Colegiados se
reúnem para
resgatar a
“normalidade”
institucional
na UFRJ**

Página 8

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 27 • 7 de maio de 2001



Campanha Salarial no Dia do Trabalhador

Os servidores públicos federais marcaram presença nas atividades do 1º de Maio - dia do trabalhador - em todo o país. No Rio, a concentração das categorias foi na Praça Mauá. Sem reajuste há sete anos e com uma defasagem de 75,48%, os servidores se organizam para uma greve geral em junho. Nos próximos dias 9 e 10 de maio, a campanha continua. Apesar de a Adufrj-SSind não ter deliberado sobre sua adesão à paralisação, a entidade está convidando os professores a participarem dos atos previstos para estes dias, no centro do Rio. Confira.

Páginas 4 e 5





Editorial

Qual das UFRJ está em crise?

Há cerca de três anos, o governo FHC, através do MEC, nomeou um interventor para ocupar a reitoria da UFRJ à revelia do resultado da consulta à comunidade para a formação da lista tríplice, que indicava outro candidato por ampla maioria de votos. Em resposta à violência do Ministério da Educação, os movimentos organizados resistiram a este ato de força com a ocupação do gabinete do reitor, que foi obrigado a tentar administrar a Universidade às escondidas e de local incerto.

Naquela ocasião, vários dirigentes e membros de projeção da comunidade acadêmica local criticaram a posição das entidades representativas da comunidade, classificando-a como irresponsável, radical e de vandalismo. Enquanto isso, articulavam a aceitação do reitor imposto em nome da legalidade, da governabilidade e da normalidade institucional. Após algum tempo de impasse, prevaleceu a saída institucional do acordo de governabilidade entre os conselhos superiores e a reitoria.

Hoje, depois dos “grandes projetos acadêmicos” e de “modernização” implantados pela atual gestão, a conclusão óbvia é que o acordo foi um engodo, pois não tinha do lado da reitoria sustentação política, ética ou moral, e a aposta na legalidade pela governabilidade sem crítica, contestação e denúncia revelou-se como um grande equívoco. Ou será que o batismo das ruas e avenidas do campus da Ilha do Fundão com nomes de espécies nativas da Mata Atlântica, a colocação de placas de sinalização indicando Unidades e Centros inexistentes pela Ilha, a distribuição de belas e luxuosas agendas aos professores no início de cada ano, a pintura carnavalesca das entradas dos blocos e do piso dos corredores do Centro de Tecnologia, o caos no trânsito com a interligação dos anéis viários amarelo e vermelho da cidade através do campus universitário, a privatização do estacionamento no campus da Praia Vermelha, o desrespeito, a postura arrogante e despótica na condução dos conselhos superiores que culminou com a mordada ao Conselho Universitário, a intervenção na Faculdade de Educação e no

Instituto de Doenças do Tórax, a tentativa de implantação a ferro e fogo de uma nova periodização dos cursos com direito a um extemporâneo recesso de uma semana em período contínuo sem módulos (seria esta a versão criativa de uma nova forma de luta via greve institucional ou uma das inovações pedagógicas reclamadas pela Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99?), o desmantelamento da assistência estudantil ou mesmo a “recuperação” do título de Universidade do Brasil, que, aliás, fez escola na Engenharia, que se transformou em Politécnica, podem ser considerados projetos ou atos dignos da reitoria da maior universidade federal do país?

Muitos desmandos, arbitrariedades e absurdos depois, começam a surgir movimentos “independentes” de defesa da Universidade ou de salvação da instituição, como se não tivesse havido aqueles que, como diria Brecht, estiveram o tempo todo na luta e, por isso mesmo, são imprescindíveis. O mais estranho é que alguns dos que apoiaram abertamente a posse do interventor, participaram da gestão atual implantando sua política ou simplesmente se omitiram, porque tinham coisas mais importantes com que se preocupar, estejam fazendo coro na oposição sem qualquer autocritica. Se Vilhena é um demônio a ser exorcizado, a solução não pode estar apenas em um nome carismático de consenso para substituí-lo sem desmontar o inferno em que ele e os que o apoiaram transformaram esta universidade, mas deve estar baseada em uma proposta construída de modo coletivo que estabeleça novas bases para as relações entre as instâncias institucionais, os dirigentes eleitos e a comunidade; para as atribuições, a composição e a representação nos órgãos colegiados em todos os níveis e até mesmo para a reorganização da instituição em centros, unidades e departamentos.

O processo de desagregação interna provocado pela gestão desastrosa e desastrada de Vilhena criou várias UFRJ dentro de nosso ambiente acadêmico. O pior é que a UFRJ da reitoria é a que é veiculada

para a sociedade, mas é uma espécie de visão autista da universidade, que não consegue ou se recusa a perceber as outras UFRJ da realidade que a rodeia e parece existir apenas na cabeça do reitor interventor e de seus (ainda) fiéis seguidores mais próximos. Nesta UFRJ de fantasia, as grandes questões acadêmicas estão sendo discutidas e resolvidas num ambiente de harmonia, com a participação de pessoal técnico da mais alta qualificação, longe das questões menores de falta de democracia nas decisões, de cooptação e de favorecimento denunciadas pelas entidades representativas dos movimentos organizados da comunidade universitária. Pela via institucional, se o Conselho Universitário é contra, despreza-se sua opinião e implementa-se o que quiser; se o Conselho insistir em ser ouvido e incomodar muito, fecha-se o Conselho – está configurada a ditadura universitária!

Fora dos gabinetes da reitoria, porém, a realidade é muito diferente, mas a UFRJ de cá ainda continua dividida, porque a relação entre os dirigentes e representantes eleitos e a comunidade que os elegeu e espera ser por eles representada (consultada para formular que posição ou proposta deve ser apresentada e defendida) está mal resolvida. Em algum momento, após a conquista de eleições diretas, o processo de eleição para as instâncias institucionais deixou de merecer a devida atenção, inclusive da própria Adufrij-SSind, e se transformou quase que em uma mera formalidade. As convocatórias para as eleições não têm a devida antecedência, os processos eleitorais não priorizam o debate político mas, ao contrário, estão centrados nos nomes e em personalidades. O voto se dá, em grande parte, por simpatia pessoal, não em propostas de atuação ou em posições em relação aos temas relevantes em debate, e não fica claro o papel do representante nem os mecanismos de consulta e de diálogo com os representados – invariavelmente a representação de uma unidade, departamento ou categoria em órgãos colegiados tende à representação pessoal de idéias e propostas.

Vencida a etapa da eleição, os representantes eleitos em processos esvaziados da discussão política tendem a trabalhar nos órgãos de que participam como uma instância quase independente, que só consegue ver a via institucional para a saída dos problemas que enfrentam – a história recente demonstra as limitações desta via no acordo de governabilidade que nos levou à atual crise. Este sentimento de auto-suficiência é mais visível e crítico nos conselhos superiores, onde o distanciamento dos locais de trabalho parece favorecer a perda da conexão com a base, até pela dificuldade operacional de manter o contato regular com os representados. Mas isso cria falsas contraposições entre os conselhos e as entidades representativas dos movimentos organizados, como se estivesse em jogo a defesa de interesses de comunidades diferentes, mesmo com a necessária autonomia dos movimentos em relação à estrutura administrativa.

Quando questionamos no CEG e no CEPG que a discussão sobre a nova periodização na comunidade não tinha sido suficiente, a primeira reação dos conselheiros foi ressaltar que os Conselhos já tinham discutido exaustivamente o tema, em inúmeras e longas reuniões, várias em conjunto, como se a discussão nos Conselhos fosse a discussão da comunidade através de seus representantes, mesmo que eles não estivessem promovendo o debate em suas unidades ou categorias de origem. Ou seja, não havia clareza de que por mais que os representantes formulassem e discutissem a proposta, se não houvesse o retorno para o conjunto das pessoas representadas, o resultado não expressaria a opinião da universidade, mas apenas do conjunto de conselheiros como indivíduos.

As várias UFRJ pouco se comunicam e qualquer tentativa de saída isolada não oferece perspectivas de superação da crise conjuntural e também estrutural em que estamos imersos. A questão que se coloca hoje é como integrá-las na construção e na defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrij: adufrij@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrij2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrij.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Registro

Quem não foi perdeu. A comemoração dos 22 anos da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ, na própria sede da entidade (Sala 200, Bloco D, Centro de Tecnologia), deu direito a um farto coquetel e boa conversa. Ex-diretores da Adufrj-SSind marcaram presença no evento. Vários representantes estudantis dos diversos colegiados também apareceram para dar os parabéns.

Quem esteve lá teve a oportunidade de conhecer as novas instalações da Adufrj-SSind, recém-saídas de uma obra de ampliação.



◀ Um brinde geral para abrir o coquetel e homenagear os 22 anos da entidade

▼ Professores visitam as novas instalações da seção sindical e, como ninguém é de ferro, param para mais um brinde



▲ No “Amarelinho” da Adufrj-SSind, professores e estudantes conversam animadamente. Entre eles, a ex-diretora Selene de Oliveira relembra os “velhos” tempos.

▶ Os estudantes pós-graduandos Diego Vaz e Gilda Moreira observam um pouco da história de luta da Adufrj-SSind no painel de fotos



▲ Ao centro, a secretária Elisa de Jesus confraterniza com a atual diretoria e a ex-diretora Rosanne Dias (à direita, de vermelho)

Anote

Eventos da COPEA em maio

A Coordenação de Programas de Estudos Avançados (COPEA) já fez uma programação para maio de suas próximas atividades. No dia 10, o tema será “Coma e Morte Cerebral”, por Cícero Galli Coimbra (Unifesp); no dia 17, haverá mesa-redonda sobre o tema “Psiquiatria e Psicanálise: contrastes e convergências”, com Eustáquio Portela Nunes - UFRJ e Márcio Versiani - UFRJ. As palestras ocorrem sempre às 17h30, no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura (Av. Pasteur, 250, 2º andar). A entrada é franca.

Matemática para Poetas

De 8 de maio a 3 de julho, todas as terças-feiras, a Casa da Ciência vai apresentar o tema “Matemática para Poetas”. Parceria entre a Casa da Ciência e o Instituto de Matemática da UFRJ, o ciclo de palestras vai “refletir sobre a matemática que vai além do senso comum”. A Casa da Ciência fica na Rua Lauro Muller, 3, em Botafogo.



Seminário sobre financiamento da pesquisa

De 11 a 13 de maio, a USP vai receber o I Seminário sobre “Política Nacional de Financiamento da Pesquisa e Pós-Graduação” e o XXVII CONAP (Congresso Nacional dos Pós-Graduandos). O evento se realizará no chamado Bloco Didático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no *campus* de Ribeirão Preto (SP). Mais informações podem ser conseguidas com Cleyde pelo e-mail: cleyde@rfi.fmrp.usp.br ou com Cristina pelo telefone: (16) 602-3520. A promoção é da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e da Associação de Pós-Graduandos da USP de Ribeirão Preto (APG/USP-RB).





Movimento

1º de maio sinaliza greve para junho

Senado Federal, governo FHC e Força Sindical são os principais alvos das críticas

Mais um passo na direção da greve geral em junho. Assim podem ser classificados os atos do 1º de maio organizados pela CUT em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, a manifestação teve lugar na Praça Mauá e os oradores não pouparam críticas ao Senado, ao governo e à Força Sindical.

A primeira atração do ato foi a apresentação da peça "O Grande Circo Brasil", por uma companhia teatral do Sindicato dos Bancários. Com frases rimadas e muitas ironias, os atores brincaram com o grande mágico FHC, "que faz desaparecer seu salário e seu emprego" e com os senadores brigões Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães, entre outros esquetes.

Primeiro a falar, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef) Luiz Pedro Marchon Vieira elogiou o comportamento da CUT na organização do 1º de maio. Na opinião de Luiz Pedro, a central adotou o melhor posicionamento ao não aceitar a colaboração do governo estadual para realização do ato. "O governador Garotinho massacra os servidores também", afirmou. Por fim, Luiz Pedro conclamou o funcionalismo federal à luta para conseguir a tão sonhada reposição salarial. "Para resgatarmos os 75,48% que o governo nos deve, devemos radicalizar. É a greve geral!", completou.

O diretor da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) Agnaldo Fernandes não perdoou o Senado. "O país

**GREVE GERAL
CONTRA A POLÍTICA DE FHC**
SINTRASEF/RJ FILIADO À CUT E A CONDFEF



FAIXA, DISCURSO (NO DETALHE À ESQUERDA, AGNALDO FERNANDES DA FASUBRA) E TEATRO: INGREDIENTES PARA MOBILIZAR A POPULAÇÃO CONTRA FHC



está afundando nas mãos dos ACM e Arruda da vida. Temos que aproveitar a decisão do STF (que exigiu do governo a revisão anual dos salários do funcionalismo). Mas esse aumento só vem com a pressão dos trabalhadores", afirmou.

Por sua vez, o senador do PT Geraldo Cândido lembrou o caráter do Dia Internacional dos Trabalhadores. "Essa é a data em que muitas vezes a comemoração parece festa. No Brasil, essa é uma data de luta e luto, porque os trabalhadores não têm o que comemorar. Temos que exigir o fim do governo FHC. Temos que exigir a cassação dos bandidos ACM, Arruda e Barbalho. O lugar adequado para eles é o Carandiru, não o Senado Federal", contou.

O Andes-SN também esteve representado na manifestação. A 3ª vice-presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa Pinto, atacou a Força Sindical. "O que fazemos hoje é muito mais do que demarcar um dia. Vamos construir uma sociedade de luta para o socialismo. E não é com a política de pão e circo da Força Sindical que vamos fazer isso", disse, ressaltando a necessidade de união dos trabalhadores em defesa do serviço público.

Protestos pelo mundo

Várias manifestações marcaram o 1º de maio pelo mundo. Em Londres, seis mil policiais foram às ruas para conter mais de cinco mil manifestantes. Na Alemanha e na Coreia, os trabalhadores enfrentaram a polícia. Nas capitais latinas, os protestos se concentraram na globalização e na formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Campanha salarial está nas ruas

Os servidores federais já tem um compromisso marcado para os próximos dias 9 e 10 de maio. É a paralisação nacional de 48 horas que está sendo organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A iniciativa é uma advertência ao governo FHC que não quer negociar a pauta de reivindicações da campanha salarial. A Assembleia Geral da Adufrj-SSind marcada para 4 de maio não ocorreu e não houve, portanto, apreciação do indicativo de paralisação na UFRJ para essas datas. No en-

tanto, a entidade convoca os professores que puderem para participar do ato.

No Rio de Janeiro, o protesto do dia 9 começa com um debate às 9h no Colégio Pedro II (Unidade de São Cristóvão). Estarão presentes um jurista para falar sobre a Ação de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo PT e PDT que deu ganho de causa à revisão anual dos vencimentos dos SPF e também um sindicalista para tratar da Reforma Administrativa do governo federal. À tarde, a partir das 14h, começa

uma vigília dos SPF na Cinelândia, onde será exposto para a população o trabalho do funcionalismo público. Além disso, as entidades sindicais estarão arrecadando assinaturas para a CPI da Corrupção.

No dia 10 de maio, será a vez da passeata dos SPF da Candelária até o Ministério da Fazenda, com concentração a partir das 11h. Quando chegarem ao prédio do ministério, na Av. Antônio Carlos, os SPF vão lavar as escadarias, numa alusão à necessidade de limpar o país dos corruptos do governo pela CPI.

Dia 9

9h Debate sobre Ação de Inconstitucionalidade e Reforma Administrativa
Local: Colégio Pedro II (Unidade São Cristóvão)

14h Vigília na Cinelândia

Dia 10

11h Passeata da Candelária até o Ministério da Fazenda



Movimento

Andes-SN faz análise do Emprego Público do MEC

A diretoria do Andes-SN já fez uma análise preliminar do anteprojeto de lei do emprego público (versões de 10 e 19 de abril) para as Instituições Federais de Ensino. Como já é sabido, o grupo de trabalho do ministério da Educação continua soltando versões a torto e a direito para sinalizar uma espécie de “discussão” com a comunidade acadêmica. Na verdade, a cada intervalo de severas críticas por parte de docentes, estudantes e técnico-administrativos, o MEC retorna com uma versão diferente, com pequenas mudanças de forma. Continua a propor o regime da CLT, o deslocamento dos futuros professores e técnico-administrativos para o Regime Geral da Previdência (aposentadorias limitadas a 10 salários mínimos de referência) e o estabelecimento de uma nova carreira, elaborada para atender a universidade de ensino e o sistema de ensino profissional desvinculado da pesquisa e da ciência. Destacamos a seguir, alguns pontos da análise preliminar, ressaltando que as referências à versão de 19 de abril só aparecerão nos trechos em que houver novidade em relação a 10 de abril.

Na versão de 10 de abril, continuam sendo propostas quatro carreiras de pessoal docente: Educação Superior, Educação Profissional, Ensino Fundamental e Médio e Professores Associados. Continua também a criar empregos isolados para os técnicos especializados. São criados os respectivos “Quadros de Pessoal”.

Na versão de 19 de abril, os empregos públicos aparecem novamente com diretrizes para os respectivos quadros de pessoal. Os técnicos especializados seriam empregos isolados com uma só referência, mas dentro do quadro de pessoal técnico-administrativo. A proposta alternativa de plano de empregos e remunerações do pessoal técnico-administrativo e técnico especializado é abandonada.

Previdência

O artigo segundo da versão de 10 de abril indica que as instituições federais poderão figurar como patrocinadoras da previdência complementar. É necessário ressaltar que a possibilidade aberta para que as IFE figurem como patrocinadoras da previdência comple-

mentar cria um enorme mercado para as seguradoras privadas, o que, na prática, anula todos os argumentos governamentais referentes à economia de recursos para o pagamento de aposentadorias integrais. Apesar de não estar explicitado nos textos anteriores, verifica-se que este era um dos objetivos principais do projeto. Nessa versão, o anteprojeto é omissivo em relação à progressão.

Na versão de 19 de abril, foi excluída a menção à autonomia universitária que existia antes e também foi suprimido o artigo que tratava de quem poderia ocupar os cargos máximos de direção das instituições federais de ensino. Ainda nesta versão, fica determinado que a contratação de professores substitutos e visitantes fica submetida à autorização do MEC e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ou seja, mais do que nunca, a área da Educação fica sujeita aos interesses econômicos.

Carreira

Na versão de 19 de abril, na carreira de docente da Educação Superior, acrescenta-se à

Classe de Assistente de ensino com mestrado e um único nível; a classe de adjunto fica com oito níveis e a de titular, com três. A Classe de Auxiliar (existente nas versões anteriores) é eliminada. A Carreira de ensino fundamental e médio é dividida em quatro classes, com ingresso apenas no primeiro nível. A carreira de professor associado foi estendida para a educação Profissional e foi acrescida mais uma classe apenas para docente de curso superior. Quanto ao regime de trabalho, existem dois: 40 horas semanais e 40 horas com dedicação exclusiva. Todos os professores serão submetidos a uma avaliação de desempenho individual como requisito para progressão e para o recebimento de gratificações.

Aliás, também na versão de 19 de abril, fica estabelecida uma gratificação de 40% para dedicação exclusiva e foi abandonada a gratificação especial para os docentes da Região Norte do país. Para os docentes do ensino médio e fundamental e educação profissional, o mestrado e doutorado garantem gratificações de 30% e 40% respectivamente.



Memória

A implementação do emprego público (CLT) nas Instituições Federais de Ensino somente pode ser viabilizada com a aprovação de uma lei específica, por força do instrumento legal que dispõe sobre o emprego público. A partir de fevereiro de 2000, o MEC tentou envolver as entidades representativas para alcançar esse objetivo. Percebendo as intenções do governo, o Andes-SN, a Fasubra e o Sinasefe passaram a não mais frequentar esta Comissão. Somente a Andifes permanece na mesma. Como resultado da Comissão foram elaboradas duas propostas de Anteprojeto de Lei, já comentadas nos jornais e boletins da Adufrj-SSind.

Em comum, ambas sacramentam o regime da CLT, o deslocamento dos futuros professores e técnico-administrativos para o Regime Geral da Previdência (aposentadorias

limitadas a 10 salários mínimos de referência) e estabelecem, no corpo da Lei, uma nova carreira, elaborada para atender a uma universidade voltada somente para o ensino e a um sistema de ensino profissional desvinculado da pesquisa e da ciência.

A resposta do movimento docente, tímida no primeiro semestre, rapidamente ganhou maior dimensão. A deliberação dos 40º e 41º Conad contra o emprego público e a resistência do Andes-SN de participar de qualquer processo que tenha o objetivo de regulamentar a reintrodução da CLT nas IFE têm sido fundamentais para ampliar o debate nestas instituições. Como consequência do debate, um número crescente de Conselhos Universitários vem se posicionando contrários ao emprego público, quebrando a unanimidade pretendida pela Andifes, obrigada

a rever a sua posição de adesão incondicional ao projeto do governo.

Em virtude das críticas e das ações do movimento docente em vários âmbitos (Congresso Nacional, Conferência Brasileira de Educação, encontros de entidades científicas, estudantis e sindicais e nas instâncias deliberativas de diversas IFE), o MEC mudou sua tática. Em vez de propor em um único projeto a sua política de emprego público e carreira, o Ministério da Educação as desagregou. Assim, a criação do emprego público será feita por meio de um Projeto de Lei e a carreira através de um Decreto. É óbvio que o Decreto somente pode ser editado após a aprovação da Lei. O objetivo do governo é deslocar o debate para a carreira (e as propostas da Andifes de carreira corroboram a tática) de modo que a tramitação do

emprego público seja a mais discreta possível. É certo que a intenção do MEC de ver o seu projeto aprovado é efetiva. O emprego público é uma das condições impostas pelo Banco Mundial por ocasião do desmanche do Plano Real em 1998.

É fundamental garantir o debate com a comunidade universitária e a sociedade. O processo de discussão pode contribuir para que os conselhos superiores se posicionem de modo esclarecido contra o emprego público e, mais importante, para que o movimento ganhe mais força e visibilidade. É essencial, também, implementar a insígnia: Pela abertura imediata de concursos pelo RJU. O movimento docente, diante de seu maior embate, saberá responder ao desafio histórico.



Colegiados

Comissão propõe afastamento de Speranza

A comissão de sindicância do CEG propõe afastamento de diretora da Faculdade de Educação

Finalmente, foi apresentado no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) o parecer da Comissão de Sindicância que apurou as irregularidades cometidas pela professora Speranza França da Mata na direção da Faculdade de Educação. Após quatro meses de trabalho e sete reuniões, a Comissão, formada pelos professores Adalberto Vieyra, Roberto Lent e Ingrid Sarti, recomendou que a reitoria instaure um processo disciplinar contra a professora Speranza e a afaste do exercício do cargo como medida cautelar.

O sub-reitor Ricardo Gattass disse, em resposta ao parecer da comissão do CEG, que irá instaurar uma Comissão de Inquérito Administrativo formada por procuradores da universidade, cujo presidente deverá ser Valério Reis. Segundo Gattass, a comissão decidirá se acata a sugestão de afastamento de Speranza. O sub-reitor elogiou o

trabalho dos membros da comissão que, segundo ele, trabalharam em condições bastante adversas, não obtendo por parte da direção da Faculdade nenhum apoio para desenvolver os trabalhos. A própria diretora se recusou a depor diversas vezes para a Comissão.

A sindicância na FE teve o propósito de apurar as arbitrariedades cometidas pela professora desde que assumiu o cargo no final de 1999. De lá para cá, a diretora desrespeitou diversas decisões dos órgãos colegiados da Unidade. Uma das brigas que Speranza comprou junto ao corpo docente da faculdade foi lançar um edital de seleção para o mestrado e doutorado à revelia da Congregação ao mesmo tempo que revogou o regulamento do Programa de Pós-Graduação de 1999, aprovado em todas as instâncias da universidade.

Afastamento de servidores

A comissão também comprovou a perseguição de Speranza a 18 funcionários, o que contribuiu para perda de cerca de 40% da força de trabalho da Unidade. De acordo com o parecer, Speranza afastou servidores

como Maria Ivone Jardim, mestre em educação e ex-técnica do Conselho Federal de Educação, sem razões técnicas para isso. A servidora foi considerada competente e dedicada pelos professores que testemunharam na comissão.

A comissão de sindicância concluiu que há claras evidências de “avaliações funcionais injustas, arbitrárias e irregulares de servidores técnico-administrativos, resultando na sua colocação em disponibilidade.

A Comissão também comprovou a calúnia pública da diretora sobre turmas que estariam sendo criadas com o objetivo de acumular pontos com vistas à GED.

Na última sessão da Congregação, segundo relato das professoras Íris Rodrigues e Raquel Goulart, o clima ficou insuportável entre o corpo docente e a diretora. (Veja nota nesta página). A professora Íris, que também é representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) no CEG pediu que o sub-reitor tomasse alguma providência, com base no parecer da comissão, para tentar resgatar a normalidade acadêmica na FE.

Direção da Faculdade de Educação: arbítrio e violência sem limites

O que deveria ter sido a 2ª reunião ordinária da Congregação em 2001 foi, no dia 27 último, uma deplorável manifestação de força e de fechamento a qualquer diálogo.

Havia dois impasses iniciais: a própria composição do colegiado e sete atas de reuniões anteriores ainda não submetidas à votação. Em relação ao primeiro, havia a recusa da Diretora (Speranza França da Mata) em homologar os resultados da eleição de quatro representantes dos Professores Adjuntos, ainda que, tendo comparecido à votação, não tivesse contestado, no processo, o número de vagas. Em relação ao segundo, a Diretora declarou que não seriam aceitas (sequer apresentadas) as correções feitas pelos membros do Colegiado, conforme decisão da reunião anterior.

Os impasses aumentaram à medida que a Di-

retora invocou o Regimento de 1972 para sustentar a presença de apenas dois Adjuntos e “leis maiores” para a representação estudantil e dos servidores técnico-administrativos que, é importante registrar, estão reduzidos a menos da metade.

A partir de então, no triste espetáculo, mantendo sua posição supostamente legal, Speranza atacou, agrediu e acusou os conselheiros que se pronunciavam acerca das questões. Contestou bancas, concursos e as mais variadas decisões assumidas pela Congregação “ilegal”. Não mencionou a composição da lista para Diretor, na qual ocupava o 3º lugar, homologada por aquele colegiado.

Diante da solicitação de que fosse colocado em pauta o Anteprojeto do novo Regimento, elaborado por Comissão eleita pela Congregação e remetido pela Diretora ao Serviço Jurídico,

antes de qualquer discussão naquele fórum, a Diretora sugeriu que os professores tratassem de consegui-lo.

Em plena reunião, o Diretor Adjunto e Coordenador de Pós-Graduação (Alberto de Mello e Souza), quase agrediu fisicamente o Professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro, representante (re)eleito dos Adjuntos. Depois de contido por colegas, saiu chamando-o de “moleque”.

No final, ficou agendado um novo impasse para a semana seguinte, face à manutenção de atas que, com graves problemas formais, remetem a muitas imprecisões.

Em meio ao emaranhado de regulamentos e à crise institucional da UFRJ, fica a pergunta: até onde irá a Direção da FE?

Professores da Faculdade de Educação

Reitoria omite informações para desconto em folha

No início de abril, a Reitoria enviou ofício-circular à Adufrj-SSind informando que as consignações para desconto em folha dos sindicalizados não seriam mais feitas pela UFRJ e deveriam ser entregues diretamente ao SERPRO.

A partir de então, entramos em contato com a própria Reitoria, o SERPRO e outras seções sindicais para saber como este procedimento era feito e quais as informações necessárias, pois o manual do usuário de consignações do SIAPE não previa a possibilidade de informar apenas o percentual (0,8%) da remuneração para o cálculo da contribuição de cada sindicalizado. Verificou-se depois que existia o procedimento de movimentação financeira por meio de percentuais, mas ele só estava disponibilizado para o órgão gestor (no caso, a UFRJ).

Desta forma, a partir de maio, os valores individuais dos descontos em folha para a Adufrj-SSind teriam que ser calculados pela própria seção sindical e remetidos em arquivo digital para o SERPRO para atualização do banco de dados do SIAPE.

Em 23 de abril, enviamos ofício à Reitoria solicitando os dados necessários para o cálculo das consignações e desde então temos feito contatos diários com a SR-4 para cobrar as informações e marcar uma audiência. Até agora, as respostas foram evasivas.

Em função disso, resolvemos preparar um arquivo com as últimas informações disponíveis (março/2001), para o caso de não recebermos em tempo hábil as informações solicitadas à reitoria, como de fato aconteceu.

Na AG do dia 4 de maio, esta questão estava em pauta, pois o cálculo das mensalidades, dependendo das informações disponíveis, não refletiria a remuneração real do docente para aplicação do percentual, ou seja, seria necessário obter aprovação da AG para proceder de modo diferente do que havia sido antes deliberado (0,8% sobre a remuneração total bruta), para evitar a possibilidade de não termos o desconto para a seção sindical nos contracheques de junho. A deliberação original sobre o assunto em assembléia previa o desconto de 1% sobre os itens permanentes da remuneração (salário + GAE + anuênio), mas devido à impossibilidade alegada pela reitoria na época de proceder dessa forma, houve o desconto de 1% sobre a remuneração total bruta, o que foi posteriormente reavaliado em outra AG chegando-se ao percentual de 0,8% sobre a remuneração bruta, que era o que estava em vigor até agora.

Como o arquivo com os dados atualizados tinha que ser entregue ao SERPRO no início desta semana e a Assembléia de 4 de maio não deliberou sobre o assunto, a diretoria se viu forçada a implementar em caráter emergencial e *ad-referendum* da AG o desconto por tempo indeterminado dos mesmos valores de março/2001 a partir de junho de 2001 até que a situação seja regularizada. Em caso de haver dúvidas sobre os valores descontados para a Adufrj-SSind, solicitamos aos sindicalizados para que entrem em contato com a seção sindical para que sejam feitos os esclarecimentos ou tomadas as providências necessárias. Contamos com a compreensão e a colaboração de todos.

Diretoria da Adufrj-SSind



Colegiados

MEC oferece poucos recursos e velhas propostas

Cursos, Unidades e Centros terão que 'correr' para cumprir os prazos dos editais dos programas

Na sessão do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) de 20/04, o atual secretário de Ensino Superior, Antônio MacDowell Figueiredo, compareceu pessoalmente para apresentar os 'novos' programas do MEC para às universidades federais. Quarenta e oito milhões de reais serão alocados em três programas para a graduação: Programa de Aperfeiçoamento das Condições de Oferta de Cursos de Graduação (PCO), Programa de Modernização da Gestão Universitária (PMG) e Programa Especial de Treinamento (PET).

Logo após a visita do secretário da SESu, o professor do CEPG Edson Watanabe tomou a iniciativa de convidar os membros do CEG para discutir as diretrizes do MEC (disponíveis no site www.mec.gov.br) para estes programas. Uma proposta de edital interno foi definida e apresentada pelo professor na última sessão do Conselho de Graduação (CEG). Ao todo se-

rão R\$ 2,320 milhões (valor de referência), sendo que R\$ 870 mil é dinheiro da própria UFRJ que, segundo o sub-reitor Ricardo Gattass, sairá do montante de recursos do Prograd II, não utilizados no segundo semestre de 2000. A comissão 'informal' elaborou uma proposta de divisão dos recursos: 80% do valor total, ou R\$ 1,856 milhão será aplicado no PCO. Os projetos PCO deverão reservar 12,5% para o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi), que usará a verba para a compra de títulos e periódicos. Segundo Gattass, o sistema de bibliotecas já tem uma lista com as demandas de cada unidade para a compra de novos livros e revistas de cada área. No total, cerca de 230 mil irão para a gerência do SIBi.

Para o Programa de Modernização da Gestão, serão R\$ 290 mil (20% do total do valor de referência) divididos entre as unidades ou centros que se candidatarem e tiverem seus projetos aprovados.

PET

O PET tem por objetivo 'envolver os cursos de licenciatura' e 'integrar graduação e pós-graduação'. Os

colegiados já elaboraram as diretrizes para que os grupos sejam formados. O prazo para apresentação de projetos é 14 de maio e o valor mensal da bolsa é de R\$ 241,52. As propostas dos Grupos PET/UFRJ serão selecionadas pela comissão e deverão ser aprovadas pelo CEG e CEPG. A seleção, de acordo com edital disponível no *site* da SR-2 (www.ufrj.br) será baseada na análise do projeto e do currículo do coordenador. Os Grupos serão acompanhados através de relatórios de atividades semestrais. A novidade este ano, segundo Edson Watanabe, é a Jornada PET/UFRJ que seria realizada paralelamente à Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural, no segundo semestre.

Pouco dinheiro, tempo curto

Na sessão do CEG, ficou definido que, para se candidatar à parte das verbas, as Unidades, Centros ou cursos deverão apresentar projetos a uma comissão formalizada por este colegiado até 23 de maio. Da comissão 'oficial' fazem parte os professores do CEG Cláudio Limeira (CCMN), Lilia Pougy (CFCH) e Paulo Renato (CT); e o estudante Leonardo Esteves. Quanto à distribuição dos recursos pelos projetos à

esta comissão caberá apenas formalizar os critérios já votados pelo CEG. Os contemplados no programa de condições de oferta (PCO) terão um limite máximo de R\$ 120 mil por projeto.

No caso do Programa de Modernização da Gestão (PMG), a verba será centralizada pelas sub-reitorias (SR-1 e SR2) que farão um levantamento das unidades e departamentos que necessitam de melhorias para trabalharem com os sistemas de informação da universidade (Sigma, Siga etc).

A idéia que predominou entre os conselheiros é a de que os recursos são poucos (muitos falaram em 'gestão da miséria') e o tempo para que os projetos sejam encaminhados à comissão é muito curto. Gattass informou que a universidade tem que encaminhar os projetos selecionados ao MEC até 31 de maio e que os programas seriam implementados em 1 de julho. Watanabe informou que ligou para Figueiredo, na SESu, comentando os prazos apertados. Segundo o conselheiro do CEPG, o secretário disse que poderia até estender o prazo de recebimento dos projetos institucionais, mas o repasse da verba também seria adiado.

MEC quer acabar com os grupos PET existentes

Segundo a professora da Faculdade de Farmácia da Federal do Paraná, Maria Suely, o Programa Especial de Treinamento já existe há vinte anos. Na votação do orçamento das universidades federais para 2000, o programa conquistou um recurso de R\$ 15,5 milhões a serem distribuídos pelos 314 grupos já existentes. Maria Suely é tutora de um grupo PET e diz que, desde o ano passado, o MEC vem trabalhando para acabar com os atuais grupos e implementar o novo modelo do programa. A primeira medida foi passar o programa do âmbito da Capes para o CNPq. As demais medidas do governo para exterminar os atuais grupos passam pela suspensão da bolsa dos tutores (R\$ 724, o equivalente a uma bolsa de mestrado do CNPq) desde janeiro de 2000 até o atraso de seis meses das bolsas dos monitores (R\$ 241,52). O último pagamento

aos estudantes, referente ao segundo semestre de 2000, ocorreu em março deste ano.

De acordo com a professora, os 314 grupos têm duração de três a quatro anos e são formados por 12 bolsistas e um tutor, enquanto os grupos que se candidatarem ao novo modelo terão de quatro a, no máximo, sete bolsistas. Outra diferença é que o PET, na sua atual configuração permite uma ampla interdisciplinaridade dos cursos e uma formação ampla e mais consistente do aluno que permanece durante praticamente toda a sua formação como bolsista PET. Na atual versão do MEC, o programa tem duração de apenas doze meses. O grupo tem, então, que se desfazer e, a cada ano, concorrer a novo edital, verbas etc.

Na opinião da professora, um outro problema da nova versão do PET é a

obrigatoriedade do grupo estar vinculado a um curso de licenciatura. "Isso restringe as áreas. No meu caso, por exemplo, sou do curso de Farmácia e não temos licenciatura. Agora, estamos impedidos de concorrer a este novo edital".

Cara nova, dinheiro velho

Maria Suely denuncia, ainda, que o dinheiro que o governo apresenta para estes novos programas não é novo. "O MEC quer aproveitar a verba que nós (professores e alunos) conquistamos para o PET no orçamento de 2000 para financiar seu novo modelo e outros programas". Segundo Maria Suely, o Andes Sindicato Nacional entrou com uma ação na justiça pelo pagamento dos tutores, em julho do ano passado, paralelamente a um protesto durante a 52ª edição da SBPC, em

Brasília. O Andes-SN, no último Congresso Nacional (janeiro/2000), se posicionou pela manutenção do PET no seu formato anterior, que regulamenta os 314 grupos existentes.

UFRJ implementa novo edital

O edital do PET/UFRJ 2001 já está no site da universidade. Mas parece que a implementação do programa começou só na 'Universidade do Brasil'. Segundo Maria Suely, no sentido de impedir o massacre do governo aos atuais grupos PET, os 314 grupos se recusam a enviar os relatórios de trabalho à Capes. A professora diz que o Fórum de Pró-reitores de Graduação também se posicionou pela manutenção do PET no seu formato original e, no Congresso Nacional, já há uma ampla frente de parlamentares em defesa do programa.



Colegiados

Todos contra o reitor

A reunião conjunta CEG/CEPG, com convite aos conselheiros do Consuni, realizada em 3 de maio, confirmou a aliança dos colegiados superiores da UFRJ contra o reitor. Numa demorada sessão, vários representantes (principalmente aqueles ligados ao Conselho Universitário) desabafaram suas insatisfações mais diversas ligadas à desordem institucional. Desrespeito às decisões colegiadas, precariedade da assistência estudantil, política do “fato consumado”, ausência de prestação de contas da universidade foram alguns problemas apontados.

O decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acselrad, aproveitou a reunião para relatar o encontro que uma comissão do Consuni teve com o ministro da Educação, Paulo Renato, no dia 25 de abril, em Brasília. Na ocasião, segundo Oscar, foi entregue o documento com o estatuto da UFRJ reformado assinado por 39 dos atuais 45 representantes do órgão colegiado máximo da universidade. Ainda segundo o decano do CT, Paulo Renato comprometeu-se a encaminhar o documento para sua assessoria jurídica para urgente apreciação do caso.

Resta saber se o compromisso do ministro não é da “boca para fora”. Não custa lembrar que foi o próprio Paulo Renato que impôs Vilhena à UFRJ, apesar do resultado da consulta informal realizada pela comunidade da UFRJ em 1998. Recentemente, apenas Vilhena compareceu a uma solenidade do ministério aberta a todos os reitores. Paulo Renato ajudaria a derrubar o seu único apoio institucional na maior universidade federal brasileira?

No final da sessão, os conselheiros CEG/CEPG aprovaram (os do Consuni não podiam, pois não existe a sessão CEG/CEPG/Consuni

na estrutura formal da UFRJ) duas propostas para pressionar Vilhena. Na primeira, os colegiados acadêmicos apóiam o documento encaminhado pela comissão do Consuni ao ministro e reforçam o pedido de restabelecimento da normalidade institucional. Na segunda, aprova-se a formação de uma comissão (três integrantes do CEG, três do CEPG e um estudante, ainda não definidos) para elaborar um documento que será entregue a Vilhena e, posteriormente, também ao ministro da Educação. No texto a ser criado, deverá constar uma pauta de reivindicações, exigindo basicamente a volta da regularidade de reuniões do Consuni e o respeito às decisões dos conselhos.

Desabafos contra o reitor

Os representantes estudantis dos três colegiados centraram fogo na questão da precariedade da assistência estudantil. Os alunos estavam revoltados principalmente com o abandono do alojamento (falta de água, cancelamento do auxílio-alimentação, bolsas descontadas sem motivo, ônibus de circulação entre os *campi* apreendido pela polícia). “Eu me sinto lesado enquanto representante, enquanto cidadão brasileiro e enquanto estudante. A crise só acaba quando ele (Vilhena) sair”, afirmou o representante discente no CEPG Diego Vaz. O representante discente no Consuni Miguel Papi ressaltou que a volta da normalidade e legalidade é importante, mas fez um apelo para a democratização da UFRJ. “Não se trata de aprovar o estatuto e voltar com os conselhos. Temos que ter participação efetiva da comunidade”, comentou.

O representante dos professores do CT no Consuni, professor Oscar Rosa Mattos, reiterou que torce para a atual reitoria acabar o mais rápido possível. Segundo Oscar, se o reitor ti-

ver que ser “aturado” até o fim de seu mandato, alguns compromissos básicos devem ser acertados. “E não são somente compromissos daqui para frente. É daqui para trás”, disse, referindo-se às decisões de colegiados não encaminhadas pela reitoria. “Minha vocação para palhaço acabou”, completou.

A diretora da Adufrj-SSind Cleusa Santos fez uma intervenção na reunião dos conselhos. Para Cleusa, os “sintomas” da modernização conservadora estão muito claros. A diretora fez referência à “melhoria de gestão”, aos “fundos setoriais” e à “comissão de diretores” – referindo-se à Comissão de Coordenadores de Área que vai trabalhar nos fundos de Infra-Estrutura - sintetizam o processo de legitimação da reforma estatutária da gestão Vilhena. Estes “mecanismos”, segundo a professora, reproduzem a exploração capitalista que tem aprofundado a crise na sociedade brasileira e obedecem a orientação dos organismos internacionais. Exemplos disso, na área da educação, são o sistema de avaliação e produtividade da carreira docente, o processo de privatização dos serviços públicos e a falta de política de assistência estudantil.

Para Cleusa, uma reflexão crítica sobre as ações político-institucionais desenvolvidas pela comunidade universitária revela que, a condição de “ilegalidade” a que estão submetidas as instâncias democráticas da UFRJ nada mais são do que a expressão de uma regressão da democracia iniciada em meados da década de oitenta. Em sua avaliação, o Manifesto divulgado recentemente por uma ‘frente ampla’ da comunidade é resultado da necessidade de implementação de ações políticas que permitam reverter este quadro. Entretanto, segundo

a professora, “o manifesto reproduz a fragmentação da luta social que, por sua vez, é consequência de uma concepção que entende o “corpo social” da UFRJ como um conjunto de indivíduos. Por carecer de uma visão de totalidade, o conjunto das entidades representativas da Universidade – Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE, APG - não foram convidadas a participar da sua elaboração.” Cleusa lembrou uma “velha” frase que supõe ser bastante conhecida dos professores: “a necessidade de abandonar as ilusões sobre uma determinada situação é a necessidade de abandonar uma situação que necessita de ilusões”.

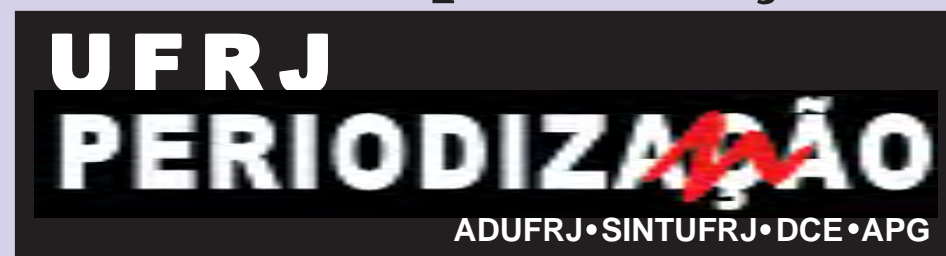
Sobre o programa de “melhoria de gestão” (veja matéria na página 6), Cleusa ponderou que este é consequência da resolução 01/99 - a qual a Adufrj tem questionado desde 99. Em sua opinião, o recebimento de verbas passa, necessariamente, pelos critérios impostos pelas diretrizes do SESu/MEC para os programas de Apoio às IFES, dando ênfase especial à reforma curricular.

Cleusa referiu-se, ainda, às manifestações de vários presentes sobre o sentimento de desrespeito e a falta de condições para o exercício da cidadania. Estes aspectos subjetivos, segundo ela, só podem ser objetivados em ações concretas, como por exemplo, denúncias de irregularidades, denúncias de recebimento de verbas por setores desta universidade cujo objetivo é privatizar o conhecimento. Chamou a atenção para a responsabilidade social de cada um dos presentes para com a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A consciência crítica é necessária, mas, insuficiente se não houver ações coletivas que visem à negação do política vilhenista.

Segundo debate sobre periodização será no CCS

Com o objetivo de divulgar o conteúdo da Resolução 1/99 CEG/CEPG – ainda muito pouco discutido – e a extensão e o significado de sua implementação, a Adufrj-SSind, o DCE, a APG e o Sintufrj estão organizando mais um debate sobre o tema “Periodização na UFRJ”.

O debate ocorrerá no auditório Paulo Rodolpho Rocco (Quinhentão) no CCS, na Ilha do Fundão, em 8/5/01 (terça-feira), às 14:30 horas. Para compor a mesa, foram convidados um conselheiro do CEG, um do CEPG, indicados por seus respectivos colegiados, e o Prof. Pablo Rieznik, da Faculdade de Ciências Soci-



ais da Universidade de Buenos Aires.

O CEPG, reunido em 27 de abril, indicou os nomes dos professores Marcos Borges (CCMN) e Mabel Tarré (CFCH) para participarem do segundo debate sobre periodização

promovido pelas entidades. O CEG indicou o nome da professora Angela Gonçalves, que é também presidente da comissão mista dos dois colegiados.

Pablo Rieznik é Professor Titular de Eco-

nomia e Pesquisador do Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires. No Brasil, entre 1980 e 1983, foi pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e professor da PUC-SP.

Pablo é autor de, entre outros livros, *Endeudamento externo y crisis económica mundial - Antecedentes sobre el caso brasileiro*, - Edição do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Buenos Aires, 1986 e de *Crítica del Dogma del Trabajo*, Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA), 2001.

Assembléia Geral

17/05
quinta-feira

9:30
horas

Salão Nobre da Decania do CT
Bloco A - 2º andar - Ilha do Fundão

Pauta

- 1- Indicativo de greve em junho
- 2- Eleição de delegados para Plenária dos SPF
- 3- Situação do Plano Verão (26,05%)
- 4- Prestação de Contas 1999/2000
- 5- Periodização na UFRJ
- 6- Alteração no processo de desconto em folha das mensalidades da Adufrj-SSind

Reunião do Conselho de Representantes

16/05-quarta-feira **18:00 horas**
Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

- 1- Indicativo de greve em junho
- 2- Reunião do Setor das IFES/Plenária dos SPF
- 3- Situação do Plano Verão (26,05%)
- 4- Periodização na UFRJ
- 5- 42º Conad: propostas da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind
apresenta
prestação de
contas de 2000

Página 3

UFRJ
PERIODIZAÇÃO
ADUFRJ SINTUFRJ DCE APG

Segundo debate
marca diferenças
entre
conselheiros e a
comunidade

Páginas 4 e 5

Mesa-redonda
mostra pontos
de vista sobre
Fórum Social
Mundial

Páginas 10 e 11

AUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 28 14 de maio de 2001

Servidores indicam greve para junho



Uma paralisação nacional de 48 horas (dias 9 e 10 de maio) marcou a campanha salarial 2001 dos SPF na semana que passou. No Rio, cerca de cem servidores federais fizeram uma manifestação, no último dia 10 de maio, para reivindicar um reajuste salarial de 75,48% - índice inflacionário acumulado nos últimos seis anos. O protesto (foto ao lado) foi realizado em frente ao antigo prédio do Ministério da Fazenda, no Centro. Os servidores lavaram as escadarias que levam ao ministério numa referência clara à necessidade de limpeza da corrupção existente no atual governo federal. Além do reajuste salarial e da luta pela instalação da CPI da Corrupção, os SPF defendem o serviço público gratuito e de qualidade, querem o pagamento imediato da correção do FGTS e são contra o desconto previdenciário para aposentados.

A última Plenária dos SPF do dia 7 de abril, em Brasília, indicou greve para a primeira semana de junho. A Reunião do Setor das Federais (marcada para o dia 19/5) e a próxima Plenária (dia 20) vão avaliar o indicativo. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind (ver chamada ao lado) também fará a análise da possibilidade de greve, além de eleger delegados para a Plenária.

Tempo curto para discutir infra-estrutura



PROFESSORES SE REÚNEM NA COPPEAD PARA MONTAR ESTRATÉGIA

Unidades e Centros
terão apenas até o dia 18
para apresentar
demandas de melhoria
das condições de ensino
e pesquisa da UFRJ

Página 6



Movimento

Adufrj reativa GTCA local

Uma reunião da diretoria da Adufrj-SSind com um dos representantes da seção sindical na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, professor Roberto Houaiss, iniciou o processo de reconstituição do grupo de trabalho de Comunicação e Artes (GTCA) da entidade. Uma das principais finalidades da retomada desse GT é aproximar a militância do que é fazer a comunicação sindical.

Realizado no último dia 3 de maio, o encontro buscou discutir em linhas gerais uma proposta para a comunicação sindical. O objetivo é a consolidação de procedimentos permanentes para esta área, que seriam mais ou menos independentes de quem estivesse na gestão da Adufrj-SSind.

“O que é fazer um jornal sindical, a que público se destina e o que esse público espera?” foram algumas das dúvidas que mobilizaram os presentes na reunião. Houve o entendimento de que o GTCA local é um grupo especial de trabalho, uma vez que afeta diretamente os sindicalizados e militantes, além dos próprios profissionais contratados para compor a redação da Adufrj-SSind.

Por conta disso, a entidade está convocando todos os sindicalizados interessados para uma primeira reunião do GTCA no próximo dia 22 de maio (terça-feira), às 17h30min, na própria sede da seção sindical (Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200). Estarão em discussão também o próprio formato das reuniões e a dinâmica dos trabalhos.

Estas reuniões, que devem ser mensais, a princípio, devem abrir espaço para duas atividades principais: a discussão das políticas locais e nacionais de comunicação e a avaliação da produção local (e, eventualmente, nacional) do período anterior a cada reunião.

Reunião do GT Comunicação e Artes da Adufrj-SSind

22/05
terça-feira

17:30
horas

Local: sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200

Anote

Privatização da Educação

O laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP/Uerj), o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e a Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj/Andes-SN) vão realizar o seminário internacional sobre Políticas de Privatização da Educação na América Latina. O evento vai ocorrer nos dias 23, 24 e 25 de maio no 11º andar do prédio da Uerj, no Bloco F. A inscrição (gratuita) no seminário pode ser feita pelo fax 587-7963, pelos e-mails lpp@uerj.br ou educatrab@ax.apc.org ou na página eletrônica do LPP: www2.uerj.br/lpp

Programação:

Quarta-feira (23/05)

08:30 - 09:00 h. - Registro dos participantes

09:00 - 09:30 h. - Abertura do Seminário

Profa. Nilcéa Freire (Magnífica Reitora da UERJ)

Profa. Claudia Gonçalves Lima (ASDUERJ/ANDES)

Profa. Miriam Limoeiro Cardoso (LPP/UERJ)

09:30 - 11:00 h. - Políticas de Privatização da Educação na América Latina: um Balanço

Prof. Pablo Gentili (LPP/UERJ)

Coordenação: Cristhiane Silva de Albuquerque (UERJ)

11:00 - 12:30 h. - Chile: Anatomia de um Mito

Prof. Tomás Moulián (Instituto de Formación Social “Paulo Freire”, Chile)

Coordenação: Profa. Tânia Carvalho Neto (LPP/UERJ)

12:30 - 14:30 h. - Almoço

14:30 - 16:30 h. - A Reforma Educacional Chilena: um Balanço

Prof. Claudio Almonacid (Ministerio de Educacion, Chile)

Coordenação: Gilmar de Souza Ribeiro (UERJ)

16:30 - 17:00 h. - Intervalo

17:00 - 18:30 h. - A Reforma Chilena em Questão: Olhares a partir da Experiência Brasileira

Profa. Alicia Bonamino (PUC/RJ)

Coordenação: Adjovanes Tadeu Silva da Almeida (UERJ)

Quinta-feira, 24/05

09:00 - 10:30 h. - Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil

Profa. Laura Tavares (LPP/UERJ)

Coordenação: Rosilda Benáchio (UERJ)

10:30 - 12:30 h. - A Reforma Educacional no Brasil: um Balanço
Profa. Dalila Andrade de Oliveira (UFMG)

Coordenação: Francisco Potiguara (UERJ)

12:30 - 14:30 h. - Almoço

14:30 - 16:00 h. - A Lógica da Privatização: um Estudo de Caso (o Estado do Paraná)

Profa. Ivânia Marini Pitton (Faculdade de Palmas, Paraná)

Coordenação: Claudio Fernandes da Costa (UERJ)

16:00 - 16:30 h. - Intervalo

16:30 - 18:30 h. - Lutas Sociais e Privatização da Educação no Brasil

Prof. Roberto Leher (UFRJ, ANDES/Sindicato Nacional)

Profa. Claudia Gonçalves Lima (ASDUERJ/ANDES)

Coordenação: Paulo Fernando de Mello Martins (UERJ)

19:00 - 21:30 h. - Conferência Aberta: Reforma do Estado e Privatização do Espaço Público na América Latina

Prof. Tomás Moulián (Instituto de Formación Social “Paulo Freire”, Chile)

Profa. Miriam Limoeiro Cardoso (LPP/UERJ)

Prof. Roberto Leher (UFRJ, ANDES/Sindicato Nacional)

Prof. Pablo Gentili (LPP/UERJ)

Coordenação:

Profa. Claudia Gonçalves Lima (ASDUERJ)

Sexta-feira (25/05)

09:00 - 10:30 h. - Mercado contra Democracia: os Rumos da Reforma do Estado na Argentina

Prof. Emilio Taddei (CLACSO, Argentina)

Coordenação: Bluma Salomão (UERJ)

10:30 - 12:30 h. - A Reforma Educacional na Argentina: um Balanço

Profa. Myriam Feldfeber (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Prof. Jorge Cardelli (Ctera, Argentina)

Coordenação: Susana di Pietro (Universidad de Luján, Argentina)

12:30 - 14:30 h. - Almoço

14:30 - 16:30 h. - Reforma do Estado e Educação na Argentina

Prof. Gustavo Fischman (Arizona State University, EE.UU)

Profa. Moni Pelayes (Universidad Nacional de San Luis, Argentina)

Coordenação: Aixa Alcántara (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

16:30 - 17:00 h. - Intervalo

17:00 - 18:30 h. - A Reforma Argentina em Questão: Olhares a partir da Experiência Brasileira

Profa. Lilian do Valle (LPP/UERJ)

Coordenação: Julián Gindín (Universidad Nacional de Rosario, Argentina)

18:30 h. - Encerramento



Prestação de Contas

Adufrj-SSind apresenta contas de 2000

Na Assembléa Geral da Adufrj-SSind a ser realizada em 17/05 serão apresentadas, para apreciação da categoria, as contas da atual gestão relativas a 1999 e 2000. A prestação de contas de 1999 foi analisada e aprovada na Reunião do Conselho de Representantes de 23 de abril último, publicada no boletim nº 28 de 30 de abril e encaminhada para a AG de 4 de maio. A prestação de contas de 2000 foi avaliada e aprovada na reunião do Conselho do dia 2 de maio e está sendo publicada nesta edição. Como a Assembléa Geral de 4 de maio, em função do pequeno número de docentes presentes, optou por não deliberar sobre os itens de pauta, ambas as prestações de contas (1999 e 2000) estão sendo encaminhadas para a assembléa de 17 de maio próximo.

A prestação de contas de 2000 está sendo apresentada agora no formato contábil convencional, como já havia sido observado (ver

boletim de 30/4). Entretanto, os dados do ano de 2000 já foram introduzidas no sistema novo de controle da tesouraria, estão sendo verificados e, em breve, deverão ser apresentados também os relatórios detalhados sobre as receitas e despesas daquele ano (2000) relacionadas às diversas atividades.

Em relação aos resultados de 2000, verificou-se que as reservas da seção sindical saltaram de R\$ 380 mil (1999) para quase R\$ 550 mil durante o ano de 2000. A disponibilidade de reservas desta ordem permitem que a seção sindical tenha tranquilidade para garantir o funcionamento em condições excepcionais como uma greve e até pensar em projetos mais ousados como a construção de uma sede própria, com instalações mais amplas e adequadas para nossas atividades, o atendimento dos sindicalizados, oferecimento de outros serviços, reuniões e cursos, por exemplo.

Balancete Analítico - 31/12/2000

No.	Descrição	Sub-Total R\$	Total R\$
1	Ativo		637.103,48
1.1	Circulante		557.972,65
1.1.1	Disponível		555.495,65
1.1.1.1	Caixa	843,71	
1.1.1.2	Contas Correntes	6.994,09	
1.1.1.3	Contas de Poupança	547.452,73	
1.1.1.4	Aplicações Financeiras	205,12	
1.1.2	Realizável - Curto Prazo		2.477,00
1.1.2.2	Adiantamento para Viagens	2.477,00	
1.2	Permanente		79.130,83
1.2.1	Imobilizado		79.130,83
1.2.1.1	Móveis, Utensílios e Instalações	17.687,28	
1.2.1.2	Máquinas e Equipamentos	44.871,50	
1.2.1.3	Direito de Uso de Telefones	6.800,28	
1.2.1.4	Sistema de Comunicações	9.771,77	
2	Passivo		500.872,22
2.1	Circulante		6.050,11
2.1.1	Exigível - Curto Prazo		6.050,11
2.1.1.1	Contribuições Sociais a Pagar	5.508,37	
2.1.1.2	Encargos Tributários a Pagar	541,74	
2.2	Patrimônio Líquido		494.822,11
2.2.1	Patrimônio Social		494.822,11
3	Receitas		1.347.732,55
3.1	Operacionais		1.308.498,13
3.1.1	Contribuições dos Sindicalizados	1.305.725,18	
3.1.2	Recuperação de Despesas	2.378,65	
3.1.3	Receitas Eventuais	374,48	
3.1.4	Receitas Não Operacionais	19,82	
3.2	Financeiras		39.234,42
3.2.1	Aplicações Financeiras	23,25	
3.2.2	Rendimentos de Poupança	39.211,17	
4	Despesas		1.211.501,29
4.1	Operacionais		1.204.995,01
4.1.1	Institucionais - Andes-SN		399.825,96
4.1.1.1	Mensalidades	326.421,58	
4.1.1.2	Comissão Nacional de Mobilização	17.041,00	
4.1.1.3	Fundo de Solidariedade	10.215,24	

Continuação Balancete Analítico - 31/12/2000

No.	Descrição	Sub-Total R\$	Total R\$
4.1.1.4	Central Única dos Trabalhadores	46.148,14	
4.1.2	Despesas com Eventos		118.572,40
4.1.2.1	CUT/RJ	7.164,72	
4.1.2.2	Rateios 40-41 Conad/19 Congresso	17.388,64	
4.1.2.3	Passagens, Diárias e Estadias	87.881,34	
4.1.2.4	Outras Despesas com Eventos	6.137,70	
4.1.3	Pessoal		271.723,26
4.1.3.1	Salários	140.113,28	
4.1.3.2	Acordo Coletivo	32.008,13	
4.1.3.3	Décimo Terceiro Salário	12.960,41	
4.1.3.4	Férias	24.518,85	
4.1.3.5	Previdência Social	41.543,63	
4.1.3.6	FGTS	13.377,74	
4.1.3.7	Seguro Saúde	4.412,56	
4.1.3.8	PIS - Folha de Pagamento	1.688,55	
4.1.3.9	Vale Transporte	913,42	
4.1.3.10	Contribuição Sindical	186,69	
4.1.4	Serviços Prestados		124.948,50
4.1.4.1	Assessoria Jurídica	98.966,04	
4.1.4.2	Contabilidade	13.840,00	
4.1.4.3	Acesso Internet/Alternex	503,74	
4.1.4.4	Pager-Bip/Promptel	1.422,52	
4.1.4.5	Outras Pessoas Jurídicas	916,20	
4.1.4.6	Pessoas Físicas	9.300,00	
4.1.5	Divulgação		184.243,83
4.1.5.1	Jornais/Boletins	72.696,90	
4.1.5.2	Cartazes/Cópias	10.263,57	
4.1.5.3	Despesas Postais	100.347,36	
4.1.5.4	Anúncios/Publicidade	936,00	
4.1.6	Outras		105.681,06
4.1.6.1	Assinaturas	2.154,21	
4.1.6.2	Limpeza/Conservação	2.452,93	
4.1.6.3	Lanches/Refeições	10.600,94	
4.1.6.4	Telefone	10.451,49	
4.1.6.5	Material de Expediente	40.311,56	
4.1.6.6	Despesas com Instalações	3.778,90	
4.1.6.7	Passagens Locais Ônibus/Táxi	14.905,03	
4.1.6.8	Impostos e Taxas	104,06	
4.1.6.9	Diversos	20.921,94	
4.2	IRRF sobre Aplicações		1.770,55
4.3	Financeiras		4.735,73
4.3.1	Juros Passivos	1,98	
4.3.2	Despesas Bancárias	4.733,75	

Balanco Patrimonial - 31/12/2000

	Descrição Patrimônio	Valor R\$	Total R\$
Ativo			637.103,48
	Circulante		557.972,65
	Caixa	843,71	
	Contas Bancárias	6.994,09	
	Contas de Poupança	547.452,73	
	Aplicações Financeiras	205,12	
	Adiantamentos para Viagens	2.477,00	
	Permanente		79.130,83
	Móveis, Utensílios e Instalações	17.687,28	
	Máquinas e Equipamentos	44.871,50	
	Direito de Uso de Telefone	6.800,28	
	Sistema de Comunicações	9.771,77	
Passivo			637.103,48
	Circulante		6.050,11
	Contribuições Sociais a Pagar	5.508,37	
	Encargos Tributários a Pagar	541,74	
	Patrimônio Líquido		631.053,37
	Patrimônio Social	494.822,11	
	Superavit Acumulado	136.231,26	

Periodização

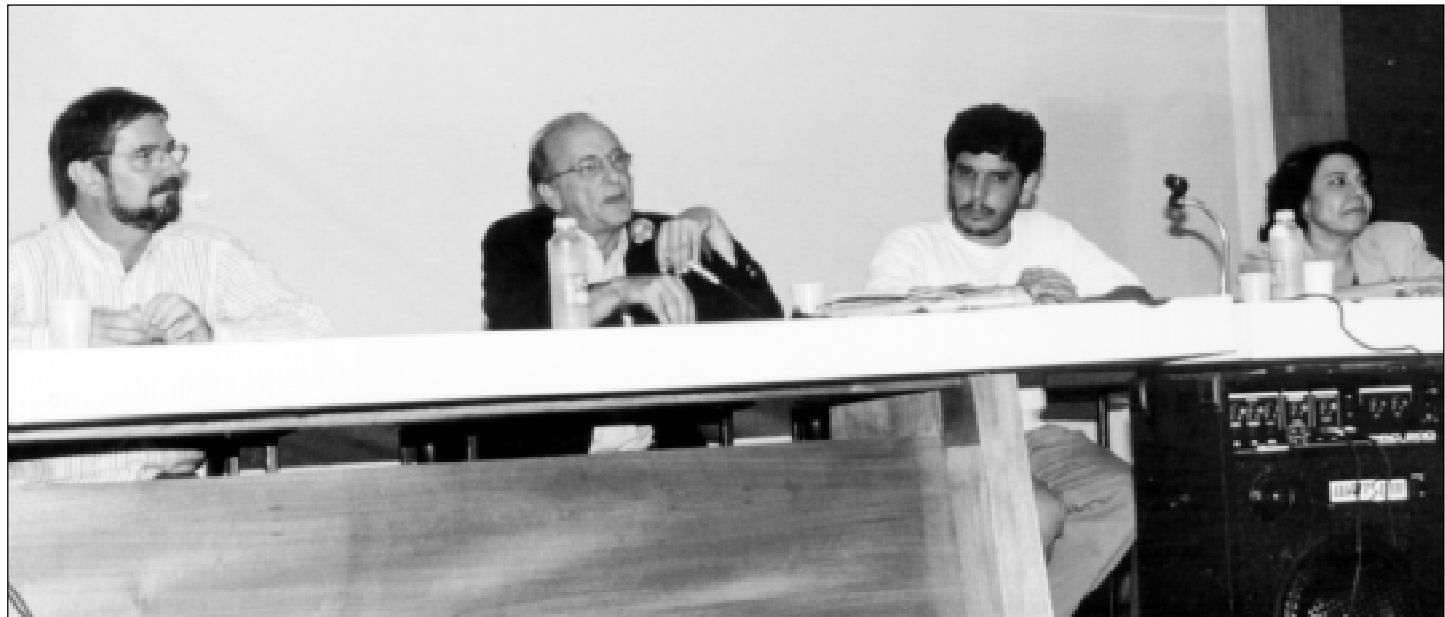
Colegiados querem separar GED da 01/99

Segundo debate sobre periodização marca diferenças entre colegiados e a comunidade acadêmica

Separar a aplicação da lei da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) da resolução conjunta CEG/CEPG nº 01/99. Essa é a principal correção em andamento anunciada pela presidente da comissão mista dos colegiados acadêmicos, professora Angela Gonçalves, no segundo debate sobre periodização promovido pelas entidades, no dia 8 de maio. Realizado no auditório Rodolpho Paulo Rocco, o evento marcou mais uma vez a distância de pensamento entre representantes e representados na estrutura da UFRJ.

Convidado internacional, o professor Pablo Rieznik da Faculdade de Ciências Sociais de Buenos Aires foi o primeiro a falar. O professor comentou que estranhou inicialmente o tema do debate: “periodização”. Após as explicações dos colegas brasileiros (LDB, GED, aumento do trabalho docente no ensino, falta de reajuste salarial), Pablo começou a entender. “Lembrei até do meu país. Afinal, o capital não tem pátria e a ‘receita’ (emitida pelo FMI e Banco Mundial) é muito parecida”, disse. O convidado frisou que, assim como no Brasil, os problemas da política educacional argentina são remetidos ao ministério da Fazenda e ironizou ainda o fato de os técnicos do Banco Mundial terem se tornado especialistas em assuntos educativos.

Para o professor argentino, a ordem neoliberal do momento passa pelo que chamou de “implantação das reformas de segunda geração”. Depois de privatizar as empresas estatais (reformas de primeira geração), agora é a vez de “cuidar” da Educação e da Saúde. No que diz respeito às universidades, Pablo acredita que as consequências são (e serão) terríveis. Segundo ele, no ensino superior, esse processo tem sido conduzido de forma sutil. É a empresa X que entra na universidade para financiar algum tipo de infra-estrutura e, com o tempo, colhe os lucros das pesquisas lá realizadas. “Privatiza-se a mente do pesquisador”, observou. O convidado en-



DA ESQ. PARA A DIREITA: MARCOS BORGES, PABLO RIEZNIK, MIGUEL PAPI (COORDENADOR DO DCE) E ANGELA GONÇALVES

cerrou sua primeira participação no debate conclamando os docentes a reconhecerem que este processo faz parte de um projeto mais amplo. Somente assim será possível quebrar o modelo neoliberal vigente.

Os representantes do CEG e do CEPG A professora Angela Gonçalves, do Instituto de Microbiologia, que foi a representante do CEG no debate, historiou o processo de construção da resolução 01/99, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em fins de 96 no Congresso Nacional. Segundo ela, na ocasião, toda a UFRJ ignorou o processo de apreciação e promulgação da LDB. Quando surgiram os “200 dias de trabalho acadêmico efetivo”, na opinião da professora, apenas o Centro de Ciências da Saúde estava preparado para tal. Afinal, o CCS trabalha num calendário com 22 semanas por semestre desde 93. “Começamos as aulas sempre em fevereiro. A LDB, para nós (do CCS) não representou grande problema”, disse. Angela argumentou que a UFRJ não abria aos sábados (salvo para algumas disciplinas) e que esse dia não pode ser considerado para a contagem dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo.

Angela enfatizou que a resolução é do CEG/CEPG e não do reitor, com quem é normalmente associada – o que, para a professora, dificulta sua apreensão. Por fim, afirmou que a comissão mista dos

colegiados está trabalhando em correções e na revisão da 01/99 (quando citou a necessidade de separar a legislação da GED da resolução) e ressaltou a importância dos debates promovidos pelas entidades para contribuir com idéias para essa reformulação. “É muito importante essa nossa conversa aqui para (alcançar) aquilo que a comunidade deseja”, completou.

O professor Marcos Borges (do Instituto de Matemática), que representou o CEPG no debate, foi o maior defensor da resolução. Marcos disse concordar com tudo o que foi dito pelo professor Pablo a respeito da conjuntura internacional, mas discordou de sua aplicação específica no caso da UFRJ. “A LDB foi amplamente discutida no Congresso e aqui também”, disse. A seguir, o representante do CEPG tentou eliminar o que chamou de “mitos” em torno da resolução.

Em primeiro lugar, Marcos criticou o “mito” de que o professor vai ter mais trabalho com a 01/99. Segundo ele, isso não é verdade, pois a resolução resgata atividades que não contavam formalmente para o trabalho docente, como a orientação. O professor admitiu, no entanto, que pode existir uma dedicação maior do tempo docente às aulas, em detrimento da pesquisa e da extensão. Como segundo ponto, Marcos elogiou a flexibilização permitida pela 01/99. Para ele, agora é

possível ao docente ficar um bloco (de dez semanas) sem dar aulas para se dedicar à pesquisa. “O único artigo que obriga a alguma coisa é o que regulamenta as 160 horas na graduação, o que é positivo. Afinal, obriga certas Unidades acadêmicas a apoiarem a graduação (como nunca tinham feito)”, comentou. “Se o professor orienta dois mestrandos e dois alunos de licenciatura (ao longo das 20 semanas previstas no novo calendário), ele consegue as 160 horas na graduação”. O convidado do CEPG também fez questão de frisar que a inspiração para criar a 01/99 foi “puramente pedagógica” e que o reitor não influenciou o processo. Por fim, citou que o documento dos colegiados proporciona uma aproximação entre a graduação e a pós-graduação.

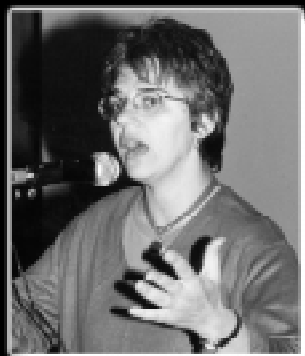
As entidades respondem

Representando o DCE, Daniel Sousa reiterou a posição dos estudantes no debate anterior de que a nova periodização aumenta a evasão dos calouros, resultante do descompasso entre o calendário da UFRJ e o das demais universidades. Daniel chamou a atenção para a redução das férias, o que prejudica o tempo de estudo e pesquisa dos estudantes. O representante também rebateu um argumento da fala do professor do CEPG de que os estudantes terão mais tempo para ati-

PERIODIZAÇÃO



O PROFESSOR ARGENTINO (ESQ.), PATERNOSTRO (À DIR.) E ANA MARIA (ABAIXO À DIREITA) APONTARAM PARA MARCOS BORGES (ABAIXO À ESQ.) ALGUNS DOS PROBLEMAS DA RESOLUÇÃO



vidades extra classe com os módulos. “Com o tempo livre, o aluno vai ‘puxar’ matérias de outros períodos para acabar o curso mais rápido. Isso é implantar, sim, a cartilha do FMI”, criticou.

Pelo Sintufrj, a técnica em assuntos educacionais Ana Maria Ribeiro criticou a formulação encontrada pelos colegiados para fazer o calendário em função de dias letivos. “Assim como em todas as universidades do mundo, os currículos são organizados em horas-aula e não em dias de aula”, disse. Ana ressaltou que várias questões propostas na resolução não são acadêmicas; são administrativas e não foi levada em conta a atual estrutura da UFRJ. Lembrou que a resolução nasceu do gabinete do reitor e que o CEG e o CEPG tentaram minimizar seus efeitos, mas a 01/99 acabou virando um “remendo” mal feito. A técnica-administrativa alertou que, com a atual resolução não considerando os sábados como dia de trabalho acadêmico efetivo, qualquer professor que abrir um laboratório nesse dia da semana (e houver algum incidente, como um incêndio) estará sujeito a penalidades. “Do jeito que está a resolução, o professor será obrigado a pagar”, argumentou.

A diretora da Adufrj-SSind Cleusa Santos comentou que o objetivo das entidades envolvidas é propiciar o debate em torno do tema. “A discussão não che-

gou à totalidade da UFRJ (como mencionou o professor Marcos). Pois as Unidades não tiveram tempo para se manifestarem e, quando o fizeram, foi através de comissões interdepartamentais que não contemplavam o resultado da posição da maioria dos professores. Indagou sobre os encaminhamentos político-institucionais do CEG/CEPG para propiciar a realização de um debate democrático sobre esta resolução na UFRJ. Por fim, Cleusa perguntou como ficam a pesquisa e a extensão dos professores com a resolução 01/99 e não obteve resposta.

Pela Associação de Pós-Graduandos (APG), o estudante Diego Vaz rebateu um outro argumento dos conselheiros de que a resolução tinha como finalidade o melhor para os alunos. “Nós queríamos, através de nossos representantes em todos os colegiados, que os sábados fossem colocados como dias de aula. No CEPG, isso foi negado. No Consuni, foi ignorado. Fico imaginando: se o esforço que foi feito para se começar as aulas em fevereiro fosse direcionado para abrir a universidade aos sábados...”, sugeriu. Segundo ele, a carga horária de todos os cursos foi aumentada na DRE e as férias foram reduzidas. “Apesar das intenções iniciais dos conselheiros, temos que lutar para rever isso”, afirmou.

Falta de discussão com a comunidade ainda é o problema

Integrante do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind, a professora Maria de Lourdes criticou severamente o que o representante do CEPG chamou de “ampla” discussão da resolução 01/99. Lourdes tentou conseguir as versões iniciais da resolução junto à secretaria do CEG em 1999, mas havia o impedimento oficial da divulgação. Segundo ela, o único “diálogo” exercido naquela época foi a pergunta formal dos sub-reitores às Unidades sobre se estas preferiam o sistema de dois ou de três períodos. E com prazo muito restrito. “O documento chegou às Unidades por volta do dia 9 de julho para ser respondido até o dia 15 de julho de 1999. Isso foi relatado pelo professor Antônio Cláudio (representante do CEG) na sessão conjunta CEG/CEPG do dia 23 de julho”, informou. Com base nesta experiência anterior, Lourdes perguntou como seria tratada a reformulação da 01/99 dali em diante. “Será feito um calendário de discussão para mobilizar a comunidade?”. A esse respeito, a professora Angela confirmou uma reunião da comissão mista com o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, para o dia 16 de maio. Segundo ela, os encaminhamentos para uma discussão mais ampla com a comunidade poderiam ser tomados nesta data. O professor Marcos, na mesma linha, comentou que apenas as entidades e a reitoria têm esse poder de mobilização: “Os colegiados não possuem estrutura para fazer isso”.

O professor Pablo Rieznik não ficou alheio ao debate sobre democracia e “burocracia” na UFRJ. Segundo ele, mesmo que não tivesse obtido nenhuma informação sobre o assunto em pauta e olhasse a resolução pela primeira vez - na verdade, alguns dias antes do debate, Pablo tomou conhecimento da resolução através de material remetido pelas entidades -, teria percebido que estava diante do “espírito clássico do burocrata”. De acordo com o argentino, o “espírito” da resolução é voltado para o controle e para o condiciona-

mento do trabalho. Pablo salientou que as intenções dos conselheiros podem ter sido as melhores possíveis, mas lembrou que não existe nenhum documento do Banco Mundial que fale diretamente em destruição do sistema público. “Fala-se em melhorar a eficiência”, ironizou.

Também integrante do grupo de trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind, o professor Luiz Paternostro criticou a idéia de que a resolução surgiu da necessidade de adaptação à LDB. “Não é verdade. A GED é crucial na resolução, que regula apenas o que interessa e não regula nada além disso”, disse. Sobre o exercício da democracia na UFRJ, Paternostro perguntou como seria o comportamento dos colegiados diante dos novos programas do MEC que distribuem poucos recursos para aquilo que já deveria estar garantido por lei: o financiamento pleno do sistema federal de ensino superior. “Os colegiados vão fazer o quê para discutir esses programas na comunidade? Como os colegiados vão fazer frente a isso? Esperamos que eles (os colegiados) nos defendam, em vez de criar uma resolução aplicando as determinações do MEC”, observou.

O professor Marcos respondeu que, embora não concorde com a política e os prazos do MEC, “a alternativa que se impõe é pegar ou largar” os programas do ministério. Para ele, não são as resoluções que criam os problemas da universidade - neste momento, alguns professores da platéia exclamaram que as resoluções ajudam a consolidar os problemas da UFRJ.

Disposição de continuar com os debates

Justamente por causa das diferenças de pensamento entre representantes e representantes, o professor Marcos acenou favoravelmente à continuidade dos debates sobre a periodização. Para ele, os colegiados estão sensíveis à comunidade. “Se a UFRJ pensa diferente de mim, ou eu me retiro dos colegiados ou mudo minha opinião”, disse.



Tempo curto para discutir infra-estrutura

Unidades e Centros terão até dia 18 para apresentar demandas à Comissão

O tempo tem sido cada vez mais um fator decisivo na obtenção de recursos para a melhoria das condições de ensino e pesquisa na UFRJ. Desta vez, as Unidades e Centros terão apenas cinco dias, a contar desta segunda-feira, 14/05, para relatarem todos os problemas que envolvem infra-estrutura, equipamentos, laboratórios, segurança, instalações elétricas e, até, urbanização de suas áreas. Aqueles que estiverem mais “preparados”, segundo os membros da Comissão, terão mais chances de se candidatarem aos recursos que virão do Fundo de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Institucional de Pesquisa, disponibilizados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Será uma verdadeira corrida ao ‘pote de ouro’. Só que o pote não estará tão recheado assim. A expectativa da Comissão é de que a UFRJ receba cerca de R\$ 15 milhões por ano, a partir do próximo semestre. A primeira impressão é de se trata de uma quantia considerável, mas observação atenta dos relatos, muitas vezes desanimados, de decanos, diretores e representantes da comunidade universitária revela uma situação muito mais grave do que esta verba pode resolver. Não é de hoje que prédios como o do Centro de Tecnologia e outros no Fundão, Praia Vermelha, sem contar as unidades isoladas, como a Escola de Enfermagem, padecem com os problemas estruturais, falta de energia, infiltrações e tantas outras dificuldades.

A Comissão de Infra-Estrutura é formada pelos diretores do Museu Nacional, Luiz Fernando Duarte; do Instituto de Economia, João Carlos Ferraz; da Coppe, Stefen Segen; pelo sub-reitor de Patrimônio, Maurício Arouca; e pelos representantes do CEG e CEPG, professoras Wanda Vilhena Freire e Evaristo Biscaia, respectivamente. Também faz parte da Comissão de Infra-estrutura, o professor Antônio Paes de Carvalho, ex-



DIRETORES, DECANOS E SUB-REITORES MONTAM ESTRATÉGIA PARA CONSEGUIR RECURSOS

diretor do Instituto de Bio-Física.

Na última quinta-feira, 10/05, a Comissão se reuniu com diversos diretores. Os decanos Oscar Acselrad (CT), Marco Antônio França (CCMN) e Sérgio Fracalanza (CCS) compareceram para discutir a coleta de informações para feitura do projeto institucional que concorrerá, no MCT, aos recursos.

Nos depoimentos dos presentes, a preocupação com a garantia da vinda dos recursos para a universidade e a definição dos critérios para sua aplicação era grande.

Prazo curto pode superestimar projeto orçamentário

A comissão apresentou uma proposta de trabalho para a elaboração do projeto que acabou sendo aceita pelos dirigentes sem muitos questionamentos. Em exatos sessenta minutos de exposição e debate, a comissão conseguiu arrancar a aprovação de três fases para a elaboração de projeto institucional amplo para a UFRJ que vise não só estas verbas, mas cacifar a universidade no jogo dos editais do governo: 1. Diagnóstico Institucional; 2. Projeto de Recuperação (com orçamento); e 3. De-

envolvimento Institucional.

Para o diretor da Coppe, a questão do desenvolvimento institucional envolve uma discussão demorada com a comunidade e, portanto, deve ser tratada, neste projeto, de forma bastante ampla e apenas como um ‘sinalizador’ de uma proposta institucional. Segen comentou, ainda, que o prazo curto pode gerar uma sobrevalorização dos orçamentos que serão apresentados em forma de ‘estimativas’.

Vitrine

Segundo o decano do CCS, não é à toa que a UFRJ teve influência na criação do fundo para infra-estrutura em pesquisa. Para Fracalanza, este projeto deve ter uma “forte base de produção científica” associada às suas demandas.

O decano do CCMN, Marcos França, sugeriu que fossem definidas linhas de demandas gerais que caracterizassem necessidades para que a universidade venha a desenvolver e ampliar seus projetos científicos e culturais.

A diretora da Faculdade de Educação, Edione Trindade, concordou com os dois dirigentes e defendeu a constituição de um relatório, proposto pelo sub-reitor Arouca, a ser encaminhado às unidades

para que sejam relatadas as necessidades dentro de parâmetros gerais: 1. Infra-estrutura física (Construções, recuperação estrutural, energia/iluminação, hidráulica/sanitária, segurança e biosegurança); e 2. Infra-estrutura Funcional (comunicações, conforto ambiental, Bibliotecas, laboratórios etc). A adequação às normas de acesso aos espaços da universidade, que garante o trânsito de portadores de qualquer tipo de deficiência, também foi listada.

Sempre os mesmos

Para a diretoria da Adufrj-SSind, o processo pouco democrático dos editais de última hora não garante a participação da comunidade nas decisões. Não há tempo para o debate sobre as reais necessidades e os grupos beneficiados acabam sendo os mesmos em todos as seleções: as unidades que possuem as melhores condições de infra-estrutura.

A próxima reunião da comissão com os diretores e decanos foi marcada para o dia 22 de maio, terça-feira, ao meio-dia. Só que, desta vez, o encontro de dirigentes será no Auditório Hélio Fraga do CCS e a reunião terá duração de duas horas, pelo menos.



Colegiados

EBA e EEFD reclamam falta de verbas

Estudantes e professores lotam a assistência e cobram posição do CEG

A última sessão do Conselho de Ensino de Graduação foi marcada pelos protestos das comunidades das Escolas de Belas Artes (CLA) e Educação Física (CCS). Em ambas, os problemas estavam relacionados diretamente à administração Vilhena e à falta de verbas. Na EBA, a representante do Centro Acadêmico, Isabelle Lyra Pinto, e o professor Nelson Macedo relataram que, na semana anterior, a reitoria suspendeu as contratações dos modelos-vivos, cujo trabalho é fundamental para as aulas práticas de todos os oito cursos da escola. Na Educação Física, dez turmas estão sem aulas no parque aquático da Escola porque a sub-reitoria de Patrimônio (SR-3) suspendeu as contratações dos 'guardiões de piscina' ou salva-vidas, responsáveis pela segurança de estudantes em suas atividades práticas dentro d'água.

Uma enxurrada de problemas estruturais e de pessoal em várias unidades foram relatadas por conselheiros e representantes estudantis. Falta de professor, laboratórios e computadores, péssimas condições nas salas de aulas, falta d'água, luz e outras mazelas foram relatadas. O representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS) Alberto Schanaider, disse se sentir "inoperante" face aos problemas apresentados a cada sessão, no colegiado. Alberto questionou o fato de os problemas administrativos da reitoria estarem interferindo diretamente nas questões acadêmicas chegando ao ponto da suspensão de aulas nas unidades.

O sub-reitor Ricardo Gattass disse se sensibilizar com a situação apresentada pelas Unidades, mas, novamente, 'empurrou' a responsabilidade sobre a implementação das decisões do colegiado para as sub-



COLEGIADO TENTA RESOLVER MAIS UM PROBLEMA DA UFRJ

reitorias de Pessoal e Patrimônio. Para o sub-reitor acadêmico, o CEG cumpre a sua parte ao definir as políticas acadêmicas e que só resta ao conselho "aguardar" pela execução.

A representante discente, Flávia dos Santos, criticou: "Estamos no limite em que só nos resta aguardar? Então, professor, as sub-reitorias de patrimônio e pessoal têm prioridade em relação às da área acadêmica?". Para a estudante, este "poder" dado à SR-4 e à SR-3 é uma inversão de valores, já que as prioridades acadêmicas (como garantir condições de aulas para alunos e professores) é que dão razão de ser à instituição universitária.

O professor Alberto pediu transparência na gestão dos recursos pela reitoria. Alberto questionou o fato de a SR-3 garantir recursos para a confecção de agendas luxuosas, fartamente distribuídas entre o corpo docente, enquanto não há verba para necessidades tão básicas do alunado. "Todos estão desconfortáveis com esta série de problemas. Não sei por quanto tempo os modelos-vivos estarão vivos!".

Prestação de Contas

Os protestos da EBA e da Educa-

ção Física foram seguidos pela manifestação do representante do Centro Acadêmico do Instituto de Microbiologia, Paulo "Mineiro", que relatou a situação emblemática de um estudante da unidade, portador de deficiência física, que tem problemas para frequentar o curso por falta de infraestrutura adequada. Paulo disse ter descoberto que existe na decania do CCS um projeto para a instalação de um elevador para portadores de deficiência, "engavetado" há um ano por falta de verbas. As conselheiras Angela Gonçalves, do CCS, e Maria da Penha (CCJE) também cobraram da reitoria uma solução para o acesso dos portadores de deficiência às instalações da universidade.

Reitoria responsabiliza diretores

O sub-reitor disse que um projeto para garantir este tipo de acesso em toda a universidade deveria ser apresentado à comissão de Infra-Estrutura (ver matéria na página 6) que vai gerir os recursos - cerca de R\$ 10 milhões, segundo Gattass - que a UFRJ receberá do MEC ainda neste semestre. Gattass tentou res-

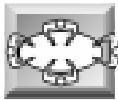
ponsabilizar, também, as direções das unidades pela falta de recursos. "Me espanta, o fato da Belas Artes não ter concorrido às verbas do Prograd II. O fato de uma Unidade não concorrer a este edital sinaliza para nós que ela não está precisando de dinheiro".

A fala do sub-reitor não agradou os diretores presentes. A conselheira e diretora da Faculdade de Letras, Edione Trindade, disse que os montantes do Prograd que chegaram às unidades sofreram descontos da reitoria por "antecipações" concedidas para custeio e manutenção. Para a professora, o Prograd é uma verba para investimento na graduação e não deve ser usada para cobrir gastos de manutenção já previstos. Para Edione, o colegiado caiu em uma 'armadilha' ao aprovar que os recursos do Prograd estariam vinculados à apresentação de projetos sujeitos à aprovação da reitoria.

Os conselheiros questionaram também que, com o surgimento do Prograd e de outros editais, a reitoria se absteve de repassar às Unidades e Centros as verbas tradicionais para custeio e manutenção das condições mínimas para as atividades acadêmicas.

Questionado sobre a prestação de contas do orçamento de 2000, Gattass disse ter sido informado pelo sub-reitor Maurício Arouca (SR-3) de que as contas já foram aprovadas pelo Conselho de Curadores, no dia 3 de maio.

O colegiado aprovou por unanimidade uma moção para que a reitoria garanta os contratações dos modelos-vivos para os cursos da Belas Artes e dos salva-vidas para o parque aquático da EEFD. Na tentativa de solucionar os problemas de falta de verbas para a manutenção das Unidades, o CEG vai convidar o sub-reitor Arouca para participar da próxima sessão do colegiado, dia 16.



Colegiados

Átila sugere que docentes sirvam de salva-vidas!

Diretor da EEFD explica que essa proposta implica em duplicação de funções

Para dar detalhes da situação da EEFD, o diretor Waldyr Ramos foi à sessão do CEG reivindicar uma posição quanto à contratação dos salva-vidas. Waldyr lembrou aos conselheiros da fatalidade ocorrida ano passado, em uma das piscinas da Escola, quando uma aluna do programa chamado “Clube Escolar” morreu. Segundo o professor, o parque aquático da escola foi interditado pelo Corpo de Bombeiros, em novembro de 2000, pela ausência dos salva-vidas. Até o incidente envolvendo a estudante, o entendimento da direção da escola era de que a Lei Estadual que obriga a presença dos salva-vidas durante as atividades nas piscinas não abrangeria a universidade por ser esta uma instituição federal. Após a interdição do corpo de bombeiros, a direção apurou que a legislação também é válida para a UFRJ e, em dezembro, foi solicitado à Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) que fossem contratados os profissionais. Segundo o diretor, a documento da EEFD se encontra no gabinete da sub-reitora Maria Augusta há 80 dias e ainda não foi dada nenhuma resposta à solicitação. Waldyr explicou que a legislação faculta à direção da escola contratar em caráter emergencial os salva-vidas, já que este profissional não existe no quadro da instituição. O diretor disse que vem usando



ÁTILA FREIRE, O
SUPERINTENDENTE DA SR-1

recursos do Prograd para contratar os salva-vidas, mas o custo das contratações diretas é muito alto e consome boa parte dos recursos da escola. O Conselho de Centro do CCS já solicitou à reitoria que liberasse a verba para o pagamento dos salva-vidas, mas, segundo Waldyr, os contatos feitos entre a escola e a SR-4 foram “infrutíferos”.

Após o relato do diretor, o superintendente da SR-1, Átila Nunes, sugeriu que os próprios professores da Escola servissem de salva-vidas. Waldyr respondeu, educadamente, que o corpo docente era contratado para atividades acadê-

micas e que a proposta implicaria em duplicação de funções.

As representantes discentes, Danielle São Bento e Flávia dos Santos aproveitaram a deixa para questionar a reitoria. “Este trabalho é para um profissional que cobre o horário de funcionamento das piscinas. Então o professor, que já tem uma série de atribuições, vai ter que cuidar da segurança? Ou, então, os alunos vão ter que fazer um cursinho no corpo de bombeiros para dar conta de uma lei que é de responsabilidade da instituição?”, criticou Danielle.

A estudante Flávia completou a crítica: “Este tipo de proposta é uma inversão de valores. Então, a responsabilidade pela garantia das condições para as atividades acadêmicas não é mais da instituição e passa a ser do indivíduo?”

Representante dos estudantes relata precariedade na EBA

A representante do CA da EBA, Isabelle Lyra Pinto, fez um relato minucioso das condições precárias da Unidade. Sobre a suspensão dos contratos dos modelos-vivos, Isabelle explicou que até 1997, estes eram feitos diretamente pela direção da Escola. De lá para cá, a reitoria centralizou as contratações, que passaram a ser renovadas anualmente. A estudante relatou que o diretor da Escola informou que somente metade da verba do Prograd chegou à Unidade, provavelmente fruto do desconto da SR-3 de possíveis ‘adiantamentos’.



Resenha

Deu no jornal O Estado de S. Paulo, em 28/04: “Fazer mestrado e doutorado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) poderá levar menos tempo. O órgão criou o sistema de bolsas de pós-graduação integrada (PGI), que diminui em um ano o tempo para o conclusão dos estudos. No sistema convencional, o estudante leva dois anos para concluir o mestrado e quatro para o doutorado. Com o PGI, o aluno completará mestrado e doutorado em cinco anos, em apenas uma etapa”.

De acordo com a coluna “Sindicatos”, do jornal Extra, em 28/04, o reajuste do salário mínimo para R\$ 180 foi pouco para recuperar o poder aquisitivo do trabalhador. Segundo cálculos do Dieese, o valor do salário mínimo necessário para o trabalhador brasileiro é de R\$ 1.066,68. Ainda segundo o órgão, metade dos ocupados no Brasil vive com renda de até dois salários mínimos.

Matéria da Veja de 2 de maio traz números sobre o “crescimento vertiginoso” de novos cursos superiores no país. Até 1997, a média de abertura desses cursos era de 200 ao ano. Em 1999, foram autorizados 745 novos cursos superiores e, em 2000, 865. A reportagem insinua que uma porcentagem considerável dos cursos aprovados pertence a parentes ou sócios dos conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE).

De acordo com matéria do Jornal da Ciência, de 30/04, Adalberto Val, do Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), aproveitou-se da 7ª Reunião Especial da SBPC, que se realizou em Manaus, para denunciar a fragilidade de investimentos na região Norte do país. Segundo Val, a Amazônia já soma mil pesquisadores com nível de doutorado, mais que o dobro de cinco anos antes. Ele lamentou que apenas 2% do orçamento de ciência e tecnologia sejam investidos na região. Apenas 2% das bolsas da Capes, por exemplo, estão direcionadas para a região Norte, contra 67% voltadas para o Sudeste, 15% para o Sul, 10% para o Nordeste e 6% para o Centro-Oeste.

Gattass diz que só Vilhena pode abrir inquérito contra Speranza

Na sessão de 9/05, o sub-reitor Ricardo Gattass relatou que recebeu uma mensagem eletrônica de professores da Faculdade de Educação solicitando providências em relação ao afastamento da diretora da unidade, Speranza da Mata. O afastamento foi recomendado pela Comissão de Sindicância do CEG que apurou as

irregularidades cometidas pela diretora desde o início de sua gestão, em 1999. Gattass informou aos conselheiros que o relatório da Comissão já foi enviado à Procuradoria Jurídica da Universidade e disse que o procedimento mais “natural” seria a abertura de uma comissão de inquérito que teria poderes para pedir o

afastamento.

O detalhe, para desespero dos que sofrem com a administração da diretora, é que, segundo o sub-reitor, como Speranza foi nomeada pelo reitor, somente ele (Vilhena) pode instalar o inquérito administrativo. Ou seja, mais uma vez, o lobo vai tomar conta do galinheiro.



Matemática critica graduação na Coppe

Instituto do CCMN considera que a Coppe ofereceria currículo semelhante ao seu

O Instituto de Matemática divulgou nota (3/05) questionando a proposta da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) de oferecer o Curso de Graduação em Engenharia da Informação. Segundo a avaliação do Instituto, o curso proposto tem grande interseção de disciplinas com o de Bacharelado em Informática. A avaliação dos professores da Matemática é que o conteúdo programático do curso da Coppe é praticamente idêntico ao curso atualmente oferecido pelo Instituto.

Segundo o vice-diretor do IM, Miguel Jonathan, a Coppe quer oferecer um curso de graduação que formará um profissional com o mesmo perfil dos formandos do IM. A principal preocupação, segundo o professor, é que haja perda de vagas, já que, atualmente, o vestibulando só pode concorrer a uma determinada carreira (engenharia, informática, química, física etc).

Segundo a nota do IM, os candidatos que vierem a prestar exame para o curso de Engenharia da Computação constituem o mesmo grupo que hoje disputa as vagas de Informática. A proposta do Instituto é, segundo Jonathan, não impedir a realização da graduação pela Coppe, mas, pelo menos, dar ao candidato a opção de concorrer aos dois cursos no mesmo concurso. Pela proposta do IM, aqueles que se candidatassem preferencialmente ao curso de Engenharia da Informação teriam como segunda opção o curso de Informática e vice-versa.

Críticas

Mas as críticas ao curso da Coppe são mais extensas. De acordo com a nota do IM, a proposta da Coppe prevê que o corpo docente do novo curso

tenha a participação de todo o Programa de Engenharia de Sistemas e Computação (PESC) da Coppe, o que inclui um “significativo efetivo de professores do Departamento de Ciência da Computação (DCC) do IM” sem que o Instituto tenha sido consultado.

O Instituto de Matemática aponta o risco de agravamento da separação dos grupos de Computação e Informática com a implantação isolada do novo curso da Coppe. Esta separação, segundo os docentes do IM, fragilizaria ainda mais a posição a UFRJ no cenário nacional. A nota do Instituto lembra também que os dois grupos estão empenhados na criação de Instituto de Computação na universidade.

IM questiona uso de verbas

O IM critica na nota que o Coppe tenha apresentado a proposta do novo curso ao Conselho de Ensino de Graduação sem consultar o Instituto. O Instituto se posiciona contra a participação dos professores em regime de dedicação exclusiva do DCC/IM no novo curso do Coppe e critica também a gestão de recursos na universidade: “O IM vê com grande apreensão a aplicação de recursos substanciais para a criação de um novo curso na UFRJ, para poucos alunos, e similar em grande parte ao Bacharelado em Informática, num momento em que a Universidade declara não dispor de recursos para recuperar os laboratórios e salas de aulas do mesmo Bacharelado em Informática, que estão em estado extremamente precário”.

Congregação da Escola de Engenharia é contra graduação da Coppe

Segundo relato do coordenador do curso de Engenharia Civil, Paulo Renato Barbosa, na sessão do Conselho de Ensino de Graduação de 2/05, a Congregação da Escola de Engenharia

se posicionou contrária à criação de três cursos de graduação pelo Coppe. Por 22 votos a sete, o corpo docente da EE deliberou que é prematuro apostar nos novos cursos de Automação e Controle, Engenharia da Informação e Infra-estrutura e Planejamento Ambiental. Segundo Paulo Renato, que é representante do Centro de Tecnologia no CEG, os professores da Engenharia estão revoltados com a iniciativa dos colegas da pós-graduação. “Os docentes do Coppe sempre tiveram acesso fácil e garantido ao ensino de graduação na Escola. Não entendo por que motivo somente de dois anos e meio para cá surgiu a idéia de se montar esses cursos voltados para a graduação”, comentou o conselheiro. Segundo Paulo, o desconforto entre os professores da EE com os cursos “paralelos” é geral. “É uma duplicação de esforços, sem contar a confusão que será criada para os alunos”.

De acordo com o conselheiro, a “marca Coppe” pode atrair os alunos, mas a Escola tem mais de 40 anos de tradição na formação de profissionais voltados para a aplicação dos conhecimentos das engenharias, o que, na sua opinião, não deve ser desprezado. “Nunca houve empecilho para que os professores do Coppe atuassem na graduação da Escola, só

que essa vontade deveria ter aparecido há quarenta anos atrás”, disse, fazendo referência ao fato de que a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) (regulamentada há exatamente dois anos e meio) pode ter exercido alguma influência na decisão do Coppe de lançar os novos cursos.

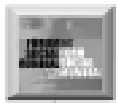
As críticas não pararam por aí. Paulo relatou, também, que até bem pouco tempo atrás os alunos de graduação da EE não tinham autorização do Coppe para uso dos laboratórios da pós-graduação, o que demonstra um contra-senso da Unidade em sua atual investida na graduação.

Diante do relato do conselheiro Paulo, o sub-reitor Ricardo Gattass acabou reconhecendo que, de fato, a gratificação poderia influenciado a decisão do Coppe, mas disse que apostava na criação dos cursos como uma forma de aumentar a oferta aos alunos. Alguns conselheiros questionaram porque as unidades não investiam na ampliação dos cursos atuais no turno da noite, já que existe tanto empenho dos professores do Coppe em dar aulas na graduação. O representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Alberto Schanaider, disse que ninguém no CEG aprovaria uma duplicidade de cursos e propôs que as duas unidades “se harmonizassem”.



Ressaca atinge vila dos funcionários

A ressaca que atingiu o litoral fluminense no fim de semana passado (dias 5 e 6 de maio) causou enormes prejuízos à vila dos funcionários, situada atrás do prédio da reitoria. Já foi iniciada uma campanha para arrecadação de doativos para os moradores. As contribuições estão sendo recolhidas na decania do Centro de Tecnologia, na Administração, Bloco A, ao lado dos elevadores. São bem vindos alimentos não perecíveis, roupas, agasalhos, colchonetes e água potável.



Fórum Social Mundial

Professores criticam Pensamento Único

Mesa-redonda debate participação no FSM e as perspectivas para 2002

O Fórum Social Mundial foi o tema de uma mesa-redonda promovida pela Adufrj-SSind no dia 26 de abril, data de aniversário de 22 anos da entidade. Para o encontro, foram convidados professores da UFRJ que participaram do evento que reuniu mais de 20 mil pessoas vindas de vários cantos do país e do mundo, na cidade de Porto Alegre, em janeiro deste ano. O FSM ocorreu paralelamente ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Em Davos estiveram presentes os representantes e defensores do sistema capitalista mundial. Em Porto Alegre, no Brasil, reuniram-se representantes de movimentos sociais, os mais diversos, que se opõem às políticas neoliberais, principalmente as que hoje atingem a América do Sul e os países pobres e em desenvolvimento.

Carlos Lessa, decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômica (CCJE), Ricardo Tauile, do Instituto de Economia, Laura Tavares, do Centro de Ciências da Saúde, Roberto Leher, da Faculdade de Educação e atual presidente do Andes Sindicato Nacional e José Simões, do Instituto de Física, compuseram a mesa. Para marcar o trabalho de informação desenvolvido pela seção sindical, foi convidada também a jornalista que acompanhou o Fórum, Manuella Soares. A mediação das exposições foi feita pela vice-presidente da seção sindical, Cleusa Santos, que também esteve em Porto Alegre e fez o seu relato.

Pensando em 2002

Fruto da organização de entidades do movimento social nacional e internacional, como a Abong - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - e Attacc - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos-, o Fórum contou com a participação de centrais sindicais com a CTU e a argentina CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos). O evento contou com o apoio do governo do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre. Os participantes saudaram a iniciativa da Adufrj de debater as possibilidades de inserção da entidade e da comunidade universitária na próxima edição que ocorrerá em janeiro de 2002, novamente na capital gaúcha.

O debate da Adufrj sobre o Fórum se constituiu em um mosaico de visões acerca do que significou a realização do evento para os movimentos sociais e para a construção de uma sociedade efetivamente mais justa.



COMUNIDADE ACOMPANHA DEBATE SOBRE O FÓRUM DE PORTO ALEGRE

Contra a transformação do conhecimento em mercadoria

O presidente do Andes-SN abriu o debate resgatando as condições sócio-históricas do processo de consolidação do neoliberalismo nos países em desenvolvimento. Ao situar o Consenso de Washington Roberto Leher chamou a atenção para o fortalecimento do movimento antiglobalização. Trata-se de um movimento que vem ganhando força desde as manifestações contra o Acordo Multilateral de Investimentos, na Europa (1988) durante o encontro da Organização Mundial do Comércio, e em Seattle (1999) e nas realizadas recentemente em Washington contra os organismos financeiros internacionais. Para Roberto, o Fórum Social Mundial é um momento fundamental desta luta de reação. Esta resistência tem, para o presidente do Andes-SN, muita importância, pois, se contrapõe a uma “política de mundialização” que tem, por objetivo, criar uma diferenciação entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, especialmente, no que se refere à produção de conhecimento”. Para provar este fato, Leher citou que existem hoje no mundo 3,5 milhões de patentes que se constituem em conhecimento transformado em mercadoria. Dessas patentes, apenas 1% está registrado nos países periféricos, e a maioria é registrada por multinacionais que operam nesses territórios. “Das 400 mil paten-

tes consideradas estratégicas, nenhuma se encontra nos países periféricos”, denuncia o presidente do Andes-SN, para quem “a mundialização do capital significa o ‘apartamento’ do trabalho em relação ao conhecimento”, disse, citando o economista Samir Amim. A discussão sobre o desenvolvimento dos países periféricos e a relação entre as economias globalizadas e a exclusão de uma grande massa de trabalhadores do acesso ao trabalho e a produção de ciência foram, para Roberto, pertinentemente tratadas durante o FSM.

Destacou a relevância social da participação dos sindicatos do setor de Educação, inclusive o Andes-SN, que se organizaram durante a realização do Fórum, promovendo uma grande passeata que circulou pelos estantes, conferências e oficinas. A manifestação dos educadores no Fórum uma oportunidade para a integração das entidades latino-americanas do setor que, aproveitaram a oportunidade, para acertar uma agenda de manifestações que culminou na manifestação contra a Alca, em Buenos Aires, no dia 6 de abril, na Argentina. As articulações do setor da educação, no FSM, reuniram representantes de entidades argentinas, do Uruguai, México e lideranças da Federação Internacional de Sindicatos de Educadores (FISE).

Reação ao liberalismo

O relato do professor José Simões foi um relato bastante ilustrativo do Fórum: “Fomos a

reação ao liberalismo, à ditadura econômica, ao Pensamento Único. Podemos reconhecer em Porto Alegre uma série de movimentos de solidariedade, novas experiências e atores sociais”. Simões chamou a atenção para um dos pontos altos do evento que, segundo o professor, foi a teleconferência entre os participantes do FSM e os do Fórum de Davos.

Por iniciativa de uma emissora francesa, o debate foi transmitido, ao vivo, pela Globo News e pela TV Educativa do RS. “Eu creio que este embate deveria ser assistido por todo mundo. De um lado, vimos quatro pessoas, representando as multinacionais, a ONU, a OMC e outros organismos de defesa do capital. Eram os quatro cavaleiros do apocalipse. Do outro lado (Porto Alegre), estávamos nós.” O debate, segundo Simões, foi revelador do significado da atuação dos órgãos internacionais na economia dos países dependentes. Disponibilizou aos presentes a cópia da fita da tele-conferência “Porto Alegre-Davos” - da Adufrj-SSind - para consulta. Simões chamou a atenção para as administrações dos governos populares no Rio Grande do Sul, o que teria levado a capital gaúcha a ser escolhida para concentrar os movimentos contrários à globalização da economia. “Seria uma pretensão nos considerarmos vanguarda nesse processo, mas, significativamente, algo de novo está acontecendo nesta região do país”, comentou.

O professor Roberto Tauile comentou sua participação ressaltando as experiências das ad-



O decano do CCJE, Carlos Lessa esteve no Fórum. Na foto (à esq.), Lessa expõe suas impressões sobre o evento internacional que reuniu mais de 20 mil pessoas em Porto Alegre. Ao seu lado, a vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, e o presidente do Andes-SN, Roberto Leher



Roberto Leher
Presidente do Andes-SN
“A mundialização do capital significa o ‘apartamento’ do trabalho em relação ao conhecimento”



José Simões
Professor
“Fomos a reação ao liberalismo, à ditadura econômica, ao pensamento único. Pudemos reconhecer em Porto Alegre uma série de movimentos de solidariedade, novas experiências e atores sociais”.

ministrações de Porto Alegre e do governo gaúcho. “De fato, o Fórum não aconteceu em Porto Alegre por acaso. A experiência dessas administrações, eu diria, estão na fronteira da organização social da produção contemporânea, no mundo”. Tauile ressaltou o caráter pluripartidário com que são tratadas as questões de planejamento e desenvolvimento propostas por estas administrações. “Estão sendo feitas coisas naquela região absolutamente criativas, democráticas e progressistas. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais cresceu, foi o estado que mais empregou, sem proselitismo, sem ‘estrelismo’, com participação de todos.” Tauile comentou sua participação em uma das oficinas sobre mercado internacional e o comércio entre os países do mercado europeu, por exemplo, com o Brasil. “Não havia certezas em Porto Alegre, havia, no máximo, grandes direções. As experiências destas administrações (petistas) foram uma referência para estas direções”. Tauile participou do Fórum como membro da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto-gestão e Cooperativados (Anteag), que têm 150 empresas auto-gestoras associadas e, segundo o professor, são originárias de empresas que faliram e nas quais os trabalhadores assumiram a administração. “A lei no Brasil não facilita este tipo de empreendimento, mas o governo do Rio Grande do Sul facilita. Destes, 150 empreendimentos com cerca de 30 mil trabalhadores, mais de 100 estão no RS”, relatou.

Saudação à integração dos movimentos na América Latina

Laura Tavares deu seu depoimento afirmando que o simples somatório de experiências bem sucedidas não é suficiente para a construção de um projeto político maior que dê conta de resolver todos problemas gerados pela globalização. Laura saudou o processo de integração latino-americana que, no Fórum, juntou entidades e movimentos da América Latina que vêm se contraponto a iniciativas como, por exemplo, a Área de Livre Comércio nas Américas (Alca). “Bem-vindo este movimento que vai nos oxigenar, com certeza, e abrir um pouco os nossos olhares para uma problemática social mais ampla e para a possibilidade de construir uma coisa que eu, tanto quanto o Tauile, não sei bem o que é, mas que me surpreendeu muitíssimo e me deu muita esperança”, disse a professora, ressaltando o caráter de integração dos povos latino-americanos durante a realização do FSM.

Comunicação sindical e jornalismo independente

A jornalista Manuella Soares chamou a atenção para a formação da Ciranda de Informação Independente, uma espécie de “pool” de jornais de veículos de comunicação de sindicatos, ONGs e entidades do movimento social. A idéia da Ciranda, segundo a jornalista, partiu dos organizadores do Fórum. “A ciranda surgiu às

vésperas do Fórum, como uma alternativa à cobertura da imprensa tradicional, já que não se sabia, ao certo, como a mídia comercial iria abordar o evento”. Para Manuella, a iniciativa demonstrou a possibilidade concreta de os movimentos populares construir uma imprensa ‘alternativa’ que repercuta, não só os próximos Fóruns, mas também as políticas e projetos que contrariam a lógica da globalização.

Mesa com as Farc impressiona decano

O professor e decano do CCHJ, Carlos Lessa, fez questão de ressaltar um dos momentos mais disputados do Fórum: a participação da Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. “Poucas vezes na minha vida eu vi um espaço tão densamente ocupado, mas a explicação que me deram foi a de que a representação das Farc havia sido convidada para fazer parte de uma mesa, mas o governo Fernando Henrique, numa posição muito autoritária vetou esta participação. A partir daquele momento, tudo que falava em Colômbia teve um sucesso enorme. A sala das Farc esteve absolutamente lotada, quase que irrespirável. O que me impressionou muitíssimo”.

Diversidade de movimentos

Lessa caracterizou o Fórum como um ponto de encontro de variadíssimos movimentos que “normalmente andam separados”. Ao cha-

mar a atenção para a criatividade popular como um recurso de sobrevivência destacou: “uma sociedade que historicamente não garante a todos a plena inserção na produção, no consumo e na cidadania desenvolve variadíssimas estratégias de suprir alternativamente isso. Cuidado, porque isso desenvolve uma imensa criatividade, mas acho que aí não está o futuro”. Isto porque o decano teme que a onda de cooperativas de trabalhadores possa gerar uma desobrigação do Estado de toda a responsabilidade social com a contratação regular da força de trabalho, um mecanismo que, segundo o professor, em última instância, “é uma degradação da força de trabalho”.

Carlos Lessa criticou, também, a proliferação das organizações não-governamentais e a substituição de atividades que são obrigações sociais do Estado. Para ele, o trabalho desenvolvido por algumas ONGs são uma nova roupagem para empresas que visam, na verdade, muito mais a outros empreendimentos de mercado do que, propriamente, a atividades sociais.

Cleusa Santos, ao comentar sobre o FSM, considerou necessário lembrar o entusiasmo e a garra política do povo brasileiro nos tempos das “Diretas Já” e foi com esta relação que iniciou sua participação no debate. Para ela, o FSM teve o mérito de traduzir as diversas práticas sociais que negam o processo de barbarização do capitalismo contemporâneo. Retomando o ideal prometéico da esperança e da busca da felicidade sugeriu um nexos entre este ideal e as condições para a potencialização da consciência crítica. Ao expor seus argumentos em favor de movimentos como este, Cleusa destacou os grandes momentos de denúncia que marcaram o FSM. Citou como exemplo as conferências e oficinas sobre o tema “A produção de riquezas e a reprodução social”, a presença marcante do MST e a tele-conferência de Davos e Porto Alegre. Também tratou das ONGs ao registrar que é preciso reconhecer que há diferenças entre elas como, por exemplo, aquelas que colocam seus serviços para subsidiar movimentos revolucionários como o MST. A professora lamentou a ausência da professora Leila Landhin, que não pode comparecer, e sem dúvida nenhuma poderia ter enriquecido o debate e quem sabe responder a questão colocada no início do FSM: se as ONGs disseram a que vieram.

Espaço de conscientização

A professora Regina Barbosa, do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva da UFRJ, não esteve em Porto Alegre, mas participou do debate ressaltando a participação das instituições públicas, como a universidade, no processo de construção de alternativas, à organização do mercado e à exclusão social. Regina, que trabalha com extensão universitária, viu no Fórum Social um momento catalizador das iniciativas populares e um espaço potencial de conscientização da sociedade acerca de seus direitos como cidadãos participativos.



Opinião/Paulo Roberto Menezes*

Nada melhor do que um dia após o outro

Quando em 1998 o MEC impôs o nome de Vilhena para a Reitoria da UFRJ em detrimento ao de Aloísio Teixeira, um grupo de pessoas encabeçado pelas direções dos três segmentos da universidade com o apoio de vários militantes, decidiu partir para o embate e ocupou o gabinete do reitor por vários dias. Aquela atitude era uma resposta dos movimentos organizados à intervenção clara do governo FHC na Universidade. Naquela ocasião muitos nos chamaram de loucos dizendo que aquela atitude não nos levaria a nada e que a solução era aceitar Vilhena em nome da governabilidade, da institucionalidade.

Hoje, depois das obras de fachada, das intervenções em eleições em diversas unidades, do pouco caso com o CONSUNI, das trocas de nomes de Centros e tantas outras atitudes despóticas, podemos perceber o quanto nossa atitude estava no caminho certo e que não éramos simplesmente os alarmistas do caos. Mas aonde quero chegar? Simples.

Agora, depois de praticamente consolidada a política de desmandos de Vilhena e seus seguidores, começa-se a pensar em uma reação, e o pior de tudo, muitos dos que veladamente conspiraram para sua posse, passam a esboçar uma preocupação em salvar a UFRJ das mãos daquele grupo talvez querendo pegar carona no movimento. Ora, tanta hipocrisia só tem um nome: oportunismo.

Sim esta é a palavra. Porque muitos dos que hoje estão "indignados" foram os primeiros a fechar os olhos para aquela intervenção dizendo inclusive que o MEC tinha todo direito de indicar o nome de sua conveniência. Alguns apoiaram claramente a posse do interventor enquanto outros - por estarem muito ocupados em seus afazeres, ou seja, suas aulas, suas pesquisas, seus trabalhos, não podiam esperar o desenrolar da crise - simplesmente ignoravam os fatos pecando também pela omissão.

O mais estranho é que só agora, depois desta reação ter ganho a força política vista, a DIREÇÃO da COPPE venha se posicionar pelo entendimento. Seriam seus pequenos interesses o motor de suas preocupações com a "normalidade da vida acadêmica e administrativa" e o motivo de discordância com o comportamento autoritário do Reitor?

Cabe ainda lembrar que por ser um documento da Diretoria, aprovado apenas no Conselho de Coordenadores, sem passar pelo colegiado superior da COPPE, o Conselho Deliberativo, tal documento não deveria ter sido intitulado MANIFESTO DA COPPE.

Como diz o dito popular "nada melhor do que um dia após o outro".

* Representante dos técnico-administrativos no Conselho Deliberativo da Coppe

Manifesto da COPPE

A COPPE sempre pautou sua trajetória pelo respeito à diversidade de opiniões e à pluralidade de ações necessárias para que a Universidade cumpra seus compromissos com a sociedade.

A resistência do Reitor em convocar o Conselho Universitário para a revisão do Estatuto da UFRJ agrava a desagregação institucional, alimentada pelo desrespeito aos colegiados superiores, expondo a UFRJ a uma crise com sérias conseqüências.

Após verem esgotadas as iniciativas conduzidas recentemente, pela sua Direção e representantes do CT no CONSUNI, para que a Reitoria restabelecesse a normalidade do funcionamento do Conselho Universitário, a COPPE considera que a atitude do Reitor não atende aos anseios de sua comunidade quanto ao diálogo democrático que deve nortear a vida universitária.

A COPPE discorda deste comportamento autoritário e propõe o início imediato de um diálogo construtivo, que possa viabilizar a normalidade da vida acadêmica e administrativa e ainda construa uma unidade a ser proposta para a próxima sucessão da Reitoria.

A gravidade do momento impõe o compromisso de todas as forças responsáveis e conseqüentes desta Universidade com a busca de uma resposta urgente ao atual impasse. A negociação de um consenso entre estas forças parece ser ainda a alternativa mais viável.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2001

Diretoria da COPPE
Conselho de Coordenação da COPPE



Jurídico

URP de 1988

A 18ª Vara do Trabalho já liberou o alvará para o pagamento da reclamação trabalhista 1019/89 relativo à Unidade de Referência de Preços (URP) dos meses de abril, maio e junho de 1988. Neste processo, 27 reclamantes têm direito. Pede-se que os professores vinculados a essa reclamação trabalhista procurem o escritório de advocacia Hermann Assis Baeta, na rua México, 70, grupo 401, munidos de cópias da carteira de identidade e CPF, para que possam ser efetuados os pagamentos.



Nosso Bolso

13º salário antecipado

O Ministério do Planejamento anunciou no dia 9 de maio que 1,4 milhão de servidores federais ativos, aposentados e pensionistas terão em junho a antecipação de parte do 13º salário (que sai no contracheque entregue em julho). O valor equivale a 50% do salário bruto mensal. Essa primeira parcela será maior do que aquela a ser creditada em janeiro. Isso porque no contracheque de junho não vão incidir os descontos do Imposto de Renda (IR) e do Plano de Seguridade Social (PSS). A antecipação só não vale para quem tirou férias e já recebeu, por opção, metade do 13º salário.

ASSEMBLÉIA GERAL

24/5 **9:30**
quinta-feira horas

Salão Nobre da Decania do CT
Ilha do Fundão, bloco A, 2º andar

Pauta:

Indicativo de Greve dos SPF
Pauta de Reivindicações Gerais e Específicas
Propostas para o 42º Conad
Mandado de Segurança/Plano Verão (26,05%)
Prestação de Contas 1999/2000

Conselho de Representantes

23/5 **18:00**
quarta-feira horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:

Pauta de Mobilização
Indicativo de Greve dos SPF
Propostas para o 42º Conad
Mandado de Segurança/Plano Verão (26,05%)

Reunião dos Professores do CT

23/5 **15:00**
quarta-feira horas

Bloco C, sala 205

Pauta: Discussão da Pauta Geral de Reivindicações e para Mobilização Interna

Professor, envie o seu endereço para nosso cadastro de e-mails

■ Para facilitar a comunicação com nossos leitores, estamos reiniciando neste boletim uma campanha de cadastramento de endereços eletrônicos. Para quem já estava na nossa lista e mudou de e-mail recentemente, é favor realizar o recadastramento. Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importante de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço para: adufjrj@alternex.com.br. Agradecemos desde já a colaboração



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 29 • 21 de maio de 2001

www.adufjrj.org.br

Reunião do GT
Comunicação e
Artes da Adufrj-SSind

22/05 **17:30**
terça-feira horas

Local: sede da Adufrj-SSind
Centro de Tecnologia,
Bloco D, sala 200

Assembléia da Adufrj-SSind aprova mobilização para a greve dos SPF

Professores não aprovaram indicativo de paralisação para a primeira semana de junho

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 17/05 não aprovou o indicativo de greve para a primeira semana de junho. Houve entendimento, por parte dos professores presentes, de que o quadro de mobilização atual da UFRJ não permitiria a paralisação das atividades. Mas também ficou acertado que a possibilidade da entrada na greve continua possível a médio prazo.

Também pesou para essa decisão da seção sindical a pequena mobilização nacional dos servidores para os recentes atos dos dias 9 e 10 de maio. Foi verificado que apenas 9 seções sindicais do Andes-SN conseguiram fazer algum tipo de manifestação. Outras 42 mantiveram as atividades normais e quatro nada informaram.

No sentido de intensificar a mobilização na universidade, a Assembléia decidiu propor o processo de construção de uma pauta interna para atrair os demais professores da UFRJ para a luta. Além do já tradicional "Fora Vilhena" (cada vez mais forte), a pauta interna de mobilização deve falar da negação à periodização e a necessidade de se discutir a Carreira Docente (defender a Carreira Única do Andes-SN e ser contra a proposta de Emprego Público do MEC). Algumas reuniões de Unidades devem ser agendadas nos próximos dias para dar início a esse processo.

A decisão da AG da Adufrj seria levada pela professora Maria de Lourdes Fonseca, eleita delegada de base da Adufrj-SSind à reunião do Setor das Federais e à Plenária dos SPF que se realizariam, respectivamente, nos dias 19 e 20, em Brasília.

MP acolhe ação contra periodização

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, informou aos presen-



tes, em linhas gerais, como foi a reunião com a comissão mista CEG/CEPG no dia 16/05. Segundo avaliou, o encontro foi bastante produtivo e os conselheiros se mostraram bastante receptivos ao diálogo. Houve a participação também dos representantes da APG e do DCE. Ao final, foi acertado que o documento de reformulação da resolução 01/99 da comissão a ser enviado ao CEG/CEPG seria discutido previamente com as entidades em nova reunião, incluindo ainda uma proposta de calendário e do processo de discussão nos departamentos, Unidades e Centros.

Sanglard aproveitou o tema para informar ainda que o Ministério Público já acolheu uma ação judicial da Adufrj-SSind questionando a resolução CEG/CEPG 01/99, que trata da periodização. Sob a alegação da seção sindical de que a resolução prejudica o ensino, a pesquisa e a extensão na UFRJ, o MP entrou numa fase de coleta de informações junto à reitoria.

Mensalidades da Adufrj-SSind

José Sanglard também historiou o processo de cobrança de mensalidades para a seção sindical com base na folha de pagamento da UFRJ, que está sendo continuamente desrespeitado pela reitoria. Conforme noticiado no jornal da Adufrj-SSind de 3 de maio, a administração da universidade enviou ofício à entidade informando que as consignações para desconto em folha dos sindicati-

zados deveriam ser entregues diretamente ao Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. A partir de então, a Adufrj-SSind foi se inteirando do processo e descobriu que, para se chegar aos valores corretos devidos por cada sindicalizado, precisaria de informações até hoje não fornecidas pela reitoria, apesar de constantemente solicitadas.

Enquanto essas informações não aparecem, a Assembléia Geral de 17/05 confirmou a decisão *ad referendum* da diretoria da Adufrj-SSind de cobrar as mensalidades nos mesmos valores da folha de março. Isso foi feito porque os dados tinham que ser entregues ao Serpro até a semana que passou e a AG de 4 de maio (na qual o assunto estava pautado) não aconteceu por falta de quórum.

A Assembléia também aprovou dar autonomia à diretoria da Adufrj-SSind para criar e implementar um processo de estimativa do desconto em folha dos sindicalizados o mais próximo da realidade aprovada pelo movimento docente da UFRJ (0,8% sobre a remuneração total bruta). Isso só será efetivado se a reitoria não fornecer as informações solicitadas a tempo e o desconto vier a ser feito dessa maneira. Vale ressaltar que qualquer docente que se sentir injustiçado na cobrança pode se comunicar com a entidade para corrigir o valor. Se houver um impacto muito grande na arrecadação da Adufrj-SSind (tanto para mais, quanto para menos), uma nova Assembléia Geral deverá ser convocada para rediscutir a questão.

A adaptação dos sistemas computacionais, a coleta de informações e o acompanhamento junto ao Serpro de todo esse processo vem sendo coordenado e executado pelo professor José Miguel Bendrao Saldanha com apoio da Secretaria e Tesouraria da Adufrj-SSind.

Veja situação dos 26,05% (Plano Verão) na página 4



Colegiados

CEG aumenta opções para vestibular 2002

Candidatos poderão optar por até cinco cursos e/ou habilitações

A proposta da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa da Coppe de oferecer três novos cursos de graduação foi pautada para o próxima sessão do Conselho de Ensino de Graduação (GED), nesta quarta, 23. A polêmica quanto aos cursos de Automação e Controle, Engenharia da Informação e Infra-Estrutura e Planejamento Ambiental, diante da possibilidade de aumento de vagas ociosas em alguns cursos, levou o colegiado a aprovar um leque maior de opções de carreiras para os vestibulandos de 2002. No edital do próximo concurso, em fase de conclusão, ficou definido que o candidato concorrerá a cinco opções de cursos e/ou habilitações distintas dentro de um mesmo grupo de carreiras. No conjunto, apenas uma escolha poderá ser feita para um curso que exija o Teste de Habilidade Específica. Para cada opção, o candidato deverá definir o curso, a habilitação, o turno

e o semestre de preferência.

O representante do Centro de Tecnologia Antônio Cláudio demonstrou preocupação quanto ao critério de seleção dos candidatos em relação às novas possibilidades de escolhas no mesmo concurso. Os conselheiros resolveram manter o critério atual de que a nota geral do candidato deve prevalecer para definir sua colocação em cada uma das opções.

'Apagão' provoca mudança de horário das provas

A iminência dos cortes de energia elétrica anunciados pelo governo federal fez com que o colegiado adiasse o início das provas. Foi estabelecido, no edital, que os exames, que acontecerão em setembro, terão início às 9h e término às 13h. Os candidatos deverão chegar ao local das provas às 8h.

Inscrição via Internet

A inscrição para o concurso será realizada pela rede eletrônica. Alguns conselheiros se mostraram pre-

ocupados com a conferência das assinaturas, fotos e dos documentos dos candidatos no momento das provas, já que a organização só obterá informações fornecidas *on line*.

Arouca só aparece para entregar relatório

Convidados para esclarecer problemas de gestão de verbas e pessoal que vêm aumentando a cada período em toda a universidade, os sub-reitores Maurício Arouca (SR-3) e Maria Augusta Temponi (SR-4), mais uma vez, não compareceram ao CEG. Arouca ainda chegou perto da sala onde acontecia a sessão do colegiado, mas não entrou. O sub-reitor Ricardo Gattass informou aos presentes que o sub-reitor de Patrimônio não entraria para não interromper a discussão sobre vestibular. O encontro dos conselheiros com o sub-reitor foi remarcado para a próxima sessão, quarta-feira, dia 23. Foi distribuído para os conselheiros o Relatório de Gestão 2000, encaminhado pela SR-3. Sobre a ausência da professora Temponi, não houve nenhum comentário.

Estudantes impedem taxas para revisão de provas

Já no final da sessão, o presidente da Comissão de Vestibular, Herli Menezes, apresentou a proposta da comissão de que fossem cobradas taxas para os pedidos de revisão de provas pelos candidatos. A proposta causou estranheza e revolta para a bancada estudantil. A justificativa apresentada por Herli era de que parte dos cerca de vinte mil pedidos de revisão eram de provas entregues em branco. O professor Jorge Fernando (CCS) fez a defesa da cobrança de 10% do valor da inscrição no vestibular para cada pedido de revisão de prova, alegando também a quantidade de provas em branco.

A idéia da cobrança pegou os estudantes de surpresa. Flávia dos

Santos disse que era um absurdo a cobrança já que o valor da inscrição já previa o direito do candidato de ter suas provas revistas, caso achasse necessário. Danielle Bento emendou o protesto criticando a idéia da cobrança – “agora, na universidade pública, vamos passar a cobrar por cada serviço?” – e, lembrando que uma boa parte dos candidatos tinha isenção de inscrição, afirmou que estes “não poderiam ser cobrados por um direito já previsto”. Vinícius Wu cobrou da comissão de vestibular dados sobre o custo de realização das provas e a estimativa do quanto significaria mais essa cobrança. “De onde a comissão tirou o

percentual de 10%. A partir de qual estudo?”, questionou.

Nem Herli nem o sub-reitor Ricardo Gattass souberam responder aos alunos. O representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas Paulo Vaz fez coro com os alunos e se mostrou insatisfeito com os ‘mecanismos’ encontrados pela reitoria para suprir necessidades básicas de funcionamento da universidade. Ao final do debate, até o próprio professor Herli, “na condição de conselheiro”, se disse contrário à cobrança das taxas.

Alheio, mas não tanto, ao debate, Ricardo Gattass viu a proposta da reitoria ser rejeitada pelo conselho por 12 votos.



Movimento

Polícia baiana espanca estudantes

Na Universidade Federal da Bahia, estudantes foram violentamente atacados pela Polícia Militar do estado. Um dos feridos perdeu três dedos da mão ao ser atingido pela explosão de uma bomba de gás lacrimogêneo. Cerca de cinco mil universitários e secundaristas participavam de uma manifestação pela cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, acusados de violar o painel de votação do Senado. Os estudantes foram cercados pela polícia quando se dirigiam ao Bairro da Graça, em direção à moradia de ACM. A intenção dos manifestantes era “lavar” a entrada do prédio.

Os PMs invadiram a Faculdade de Direito da UFBA e de lá passaram a atirar bombas de gás e efeito moral, reprimindo os estudantes.

Para a direção do Andes-SN, a “barbárie instalada necessita ser barrada. Não podemos mais aceitar a repressão. Venha donde vier, principalmente, quando se apresenta como ‘democracia’.”

Conselho da UFBA suspende aulas em protesto

A assessoria de imprensa da Seção Sindical dos Docentes da Federal da Bahia (APUB) informou que o Conselho Universitário da universidade, na noite de 16/05, decidiu suspender as atividades acadêmicas da quinta-feira, 17/05, em protesto contra a repressão aos alunos. A seção sindical impetrou *habeas corpus* para garantir o direito de manifestação da comunidade universitária. A entidade também colocou sua assessoria jurídica à disposição dos professores que sofreram danos materiais decorrentes da violência policial.

Fonte: página eletrônica do Andes-SN

Começa dia 21 o 6º Congresso do Sintufrj
A Adufrj-SSind e o Andes-SN participam da mesa de abertura do 6º Consintufrj nesta segunda-feira, dia 21, às 9h30, no auditório do Quinhentão (CCS). O evento segue até o dia 24/05, com encerramento previsto para as 19h.





Adufrj-SSind esclarece posição sobre proposta/dossiê do CAP-UFRJ

A Adufrj-SSind se sente no dever de esclarecer sua posição em relação a uma proposta da seção sindical da Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH) dirigida, dentro de um relatório do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes-SN, para todas as entidades filiadas ao Sindicato Nacional, em 8 de maio.

No documento, a APUBH propõe a divulgação pelo Andes-SN de “campanha desenvolvida pela ADUFRJ com relação à GID (dossiê), possibilitando a construção de uma proposta nacional para a questão”. Trata-se, portanto, do processo de reivindicação de uma gratificação maior pelos docentes do Colégio de Aplicação da UFRJ, muito insatisfeitos com os atuais valores da GID (ver jornal nº 22, de 12 de fevereiro de 2001).

Cabe esclarecer que a referida proposta teve origem, de fato, no CAP-UFRJ, mas não foi desenvolvida nem encaminhada pela seção sindical. A Adufrj-SSind, pelo contrário, em momento algum fez campanha de apoio à reivindicação. Os conselheiros da seção sindical naquela Unidade tentaram dissuadir os colegas dessa escolha de luta, mas não obtiveram êxito. O espaço no jor-

nal foi concedido aos professores do CAP dentro do espírito democrático e de livre expressão que sempre foram os princípios da Adufrj-SSind.

Vale lembrar que, na mesma matéria, ficou ressaltado que “a criação de gratificações como a GID ou a GED elege a avaliação produtivista como uma forma de diluir a necessidade maior da categoria docente que é a aprovação de um projeto de Carreira Única para todos os níveis (...) O caráter discriminatório da GID em relação aos professores do ensino fundamental e médio é inaceitável para o Sindicato. A exclusão de professores aposentados e a quebra de isonomia são outros fatores que, de acordo com o movimento docente, só poderão ser solucionados com a aprovação da Carreira Única”. Essa, sim, é a posição da Adufrj-SSind, respaldada recentemente na decisão do 20º Congresso do Andes-SN, realizado em fevereiro, na Uerj. A proposta do CAP-UFRJ nunca foi aprovada em qualquer Assembléia Geral da entidade.

Reproduzimos ao lado o ofício de esclarecimento à APUBH, também encaminhado às demais seções sindicais e à Diretoria do Andes-SN:

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2001

Ofício 030/2001

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Diretoria da APUBH

Assunto: Relatório Reunião do GTPE 26-28/4

Companheiros(as)

No Relatório da Reunião do GTPE, realizado em Brasília, de 26 a 28 de abril de 2001, encaminhado às Seções Sindicais pela Circular 167/2001, de 8 maio de 2001, na página 7, o informe da APUBH contém textualmente o seguinte (grifo nosso):

■ propõem que o Andes-SN divulgue a campanha desenvolvida pela ADUFRJ com relação à GID (dossiê), possibilitando a construção de uma proposta nacional para a questão.

Esclarecemos aos companheiros que a referida proposta, de fato, teve origem no Colégio de Aplicação da UFRJ, mas não foi desenvolvida nem encaminhada pela Seção Sindical, nem nunca foi objeto de deliberação em nossas Assembléias Gerais, por opção exclusiva dos professores do Colégio de Aplicação que, contrariando a orientação da Adufrj-SSind para a questão, que passava necessariamente pela luta por uma Carreira Única, preferiram trabalhar em paralelo pela via institucional.

A Adufrj-SSind em momento algum fez campanha apoiando o procedimento adotado pelos professores do CAP, que não estava de acordo com as deliberações e encaminhamentos do Sindicato para a questão. Nossos conselheiros na unidade não mediram esforços para mostrar o quanto essa escolha estaria fortalecendo a “divisão” da categoria além de ser inócua diante da atual conjuntura. O referido dossiê foi enviado para a Adufrj-SSind e para o Andes-SN para ciência apenas, não tendo sido elaborado com a participação da Seção Sindical nem em suas instâncias.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos nossas

Saudações Sindicais e Universitárias

Prof. José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

CC: Diretoria do Andes-SN e Seções Sindicais

Cefeteq luta por sua manutenção no Maracanã

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Química do Rio de Janeiro, unidade Maracanã, está em estado de alerta. De acordo com mensagem dos docentes da instituição enviada ao Jornal da Ciência em 17 de maio, há o risco de se ver a escola fechada “tendo seu prédio desejado e visado pela Universidade Veiga de Almeida estabelecida em torno do nosso terreno”. O texto demonstra preocupação com o fato de o corpo docente, funcionários e alunos serem possivelmente transferidos para uma área em Realengo sem um perfil definido. A mensagem rebate as acusações de que a comunidade do Cefeteq não desejaria se mudar para uma área mais distante do centro da cidade e questiona vários pontos da iniciativa do governo federal: “Por que des-

truir uma escola de tradição no ensino técnico (57 anos) para se construir uma outra que ainda não tem seu perfil definido? Por que a população do Rio não merece ter duas instituições que atuem na formação de cidadãos e técnicos? Por que querem manipular a opinião pública colocando a nossa comunidade contra a população de Realengo e da Zona Oeste como se não apoiássemos a criação de uma Escola Técnica lá, quando preferimos ver muitas escolas públicas de bom nível espalhadas pela Cidade, pelo Estado, pelo país?” Os docentes estão organizando uma página eletrônica para quem quiser apoiar a Campanha em Defesa do Cefeteq, Unidade Maracanã. Reproduzimos ao lado o manifesto dos docentes.

Manifesto em defesa do Cefeteq - unidade Maracanã:

Reconhecemos que o trabalho desenvolvido ao longo desses 57 anos pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Química - CEFETEQ, antiga Escola Técnica Federal de Química - RJ, pauta-se pelo compromisso de seus profissionais em formar cidadãos e técnicos de qualidade nas áreas de Química, Alimentos, Biotecnologia e Meio Ambiente, competentes, conscientes de suas atividades e críticos em relação às mesmas.

A situação hoje vivida pelo Cefeteq, em sua unidade Maracanã, é dramática. Após ter sofrido um violento corte no seu orçamento para 2001, a instituição está agora ameaçada fisicamente de extinção e interrupção dos serviços prestados à sociedade, pela mudança

de seu perfil e de sua localização.

Um país carente de escolas não se pode dar ao luxo de destruir Escolas Públicas de qualidade. Ao contrário, acreditamos que a rede de escolas técnicas necessita ser ampliada através da construção de novas unidades, assim como devem ser asseguradas as condições de seu funcionamento.

Nós, da comunidade científica, educacional e tecnológica, as associações profissionais, os ex-alunos, os ex-professores abaixo-assinados, apoiamos o movimento dos professores do Cefeteq que querem não só preservar o seu lugar de trabalho, mas principalmente a história de uma instituição. **(segue extensa lista de assinaturas)**



Nosso Bolso

Procuradoria da UFRJ propõe corte do Plano Verão!

A procuradoria da UFRJ encaminhou parecer à Reitoria/SR-4 propondo, não só o corte do Plano Verão (26,05%) dos docentes da UFRJ, como a devolução dos valores recebidos desde outubro de 1994.

No dia 9 de maio, o reitor da UFRJ informou à Adufrj-SSind, por meio de contato telefônico, que a seção sindical teria cometido um equívoco na forma de encaminhar a ação relativa ao Plano Verão (26,05%) e solicitou uma reunião urgente para tratar do assunto. No mesmo dia, o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, esteve com o reitor, acompanhado da Dra. Sayonara Grilo, da Assessoria Jurídica.

Naquela reunião, o professor Vilhena informou que havia realizado várias consultas a especialistas que indicaram que o corte do Plano Verão era uma questão de tempo e seria inevitável e que o pedido de execução dos atrasados solicitado pela Adufrj-SSind na Justiça do Trabalho teria precipitado os fatos. Relatou também que tinha parecer da procuradoria neste sentido, que ainda não tinha autorizado o corte, que deveria ter sido efetuado já no mês anterior, e que ele próprio não percebia tal vantagem, o que permitiria uma decisão mais isenta.

Vilhena chegou a sugerir formas para que a seção sindical pudesse agir no sentido de lhe dar elementos para não executar imediatamente o que indicava o parecer da procuradoria. Tal parecer era a conclusão de um volumoso processo administrativo, que nas primeiras páginas continha ofícios da Adufrj-SSind solicitando a extensão dos 26,05% do Plano Verão a todos os docentes, em 1994, mas cuja existência a reitoria nunca tinha dado ciência à seção sindical.

Esmola demais, o santo desconfia!

Além do repentino surgimento de um processo que não existia ou que estava desaparecido por vários anos, a atual reitoria nunca tinha antes se apresentado para a seção sindical demonstrando espírito de colaboração e diálogo. Entretanto, por trás de tanto clima de cooperação, estava implícita a tentativa de responsabilizar a Adufrj-SSind pela decisão que só poderia ser tomada pelo reitor, alegando erro político ao solicitarmos a execução de uma sentença judicial que nos dava ganho de causa.

Por outro lado, a postura da reitoria é con-

traditória para quem já solicitou a rescisão da ação que a Adufrj-SSind ganhou em 1994 para o pagamento do Plano Verão e agora seus atrasados.

É curioso que somente após muitos anos tenhamos ciência da tramitação administrativa dada aos ofícios 40/94 e 46/94 da Adufrj-SSind nos quais pleiteamos o pagamento do índice de 26,05% aos professores, mas que jamais foram respondidos pela administração.

Por outro lado, é interessante obter a confirmação, após 6 longos anos, de que a vantagem recebida pelos nossos associados foi realmente uma vitória da seção sindical, que exigiu o cumprimento de uma decisão judicial! Mas é muito estranho que tal processo misterioso só surgiu quando a Reitoria pretende suprimir a vantagem!

Durante os seis anos em que os professores receberam a vantagem, a administração superior propalou em verso e prosa que o fazia por decisão própria, que era uma benesse decorrente da autonomia universitária de gestão. O pagamento da vantagem seria feita de forma desvinculada do processo judicial, posto que não estavam obrigados a fazê-lo, na medida em que nunca haviam recebido um mandado judicial determinando a incorporação ou o pagamento da diferença. Desta forma, durante muito tempo, a UFRJ teria efetuado pagamentos para vários professores não associados a nenhum sindicato, sem ação judicial e que haviam sido admitidos após 1989.

Agora que pretende cortar e suprimir a vantagem, também sem nenhuma decisão judicial que o autorize, já que continua a UFRJ sem receber qualquer mandado judicial sobre o tema, vem o Reitor nos entregar um processo "desaparecido" enquanto lhe interessou e avisar que, sem sua participação, o Procurador Geral "mandou" a SR-4 retirar da folha o pagamento! Melhor seria se a Procuradoria "mandasse" cumprir as liminares descumpridas e a SR-4 as acatasse sem necessitar de outra ordem!

Transitado em julgado o processo de atrasados, foi iniciada a execução, motivo pelo qual pedimos que a UFRJ fornecesse os dados (fichas financeiras) dos professores para possibilitar o cálculo dos valores devidos entre fevereiro de 1989 a outubro de 1994 (data da incorporação dos 26,05%). A UFRJ respondeu pedindo para limitar os cálculos até a data do advento do RJU já que, em dezembro

À SR-4,

para excluir o índice de 26,05% (plano verão), dos docentes associados à Adufrj, especificados na implantação de fls. 151. Caso o índice em tela tenha sido estendido administrativamente a outros docentes que não estejam na situação mencionada às fls. 151, também deve ser excluído, tendo em vista que o Juiz da 34ª Vara do Trabalho, Dr. Roberto Norris, limitou a execução do julgado à data do advento do RJU, ou seja, 11.12.90, conforme decisão de fls. 290, publicada no Diário Oficial em 11.01.2001 (fls. 314).

Conforme pronunciamento de fls. 326/329, da Procuradora responsável pelo caso, com base na informação de fls. 151, o referido percentual vem sendo pago administrativamente desde outubro de 1994. Desta forma, esta Procuradoria Geral entende que os docentes beneficiados terão que restituir os valores recebidos administrativamente pelo mesmo objeto, pois a decisão judicial garante apenas os anos de 1989 e 1990, uma vez que os docentes já receberam bem mais do que a Justiça lhes concedeu (desde out/94 até a presente data).

Cabe ressaltar que os próprios docentes/substituídos processualmente, admitem no Recurso de Agravo de Petição (fls. 341, § 4º), que a decisão judicial em questão ocasiona a redução da sua remuneração a partir de 12.12.90, diante da limitação da coisa julgada.

Atenciosamente,

S.J., 11.04.2001

VALERIO BENEDES VIEIRA
 Procurador-Geral da UFRJ

ASGG para
 as providências
 20/04/2001
 WJ

de 1990, deixamos de ter um contrato de trabalho. O Juiz acolheu o pedido limitando a execução até a data que ele entendera ter competência para tanto, pois era um Juiz Trabalhista.

Recorremos desta decisão e o processo foi remetido ao TRT para novo julgamento. Este recurso suspendeu todo o processo, inclusive os efeitos do despacho. O Procurador da UFRJ não concorda e acredita que com este despacho torna-se indevido qualquer pagamento após dezembro de 1990 e que, apesar de ser uma decisão *sub judice*, ela já produziria efeitos imediatos na UFRJ.

É importante ressaltar que se o Juiz era incompetente para apreciar quaisquer fatos relativos ao Plano Verão após dezembro de 1990 (como alega a UFRJ), não será uma decisão dele que poderá afetar uma incorporação que aconteceu em outubro de 1994.

Decisão sobre corte é da reitoria

O procurador da UFRJ alega que sempre discordou do pagamento administrativo do Plano Verão, que ele tinha conhecimento da incorporação dos associados do Sintufrj há muito tempo e que desde o início da atual gestão, já havia recomendado formalmente o corte. A mesma recomendação não tinha sido feita em relação aos associados da Adufrj-SSind porque a procuradoria desconhecia a existência de um processo administrativo sobre o tema. Quando soube, o fez através da decisão cuja cópia está reproduzida acima.

O Reitor e a Sub-Reitora de Pessoal decidiram o que fazer. É de competência da Reitoria proceder alterações na folha de pagamento, não do Procurador Geral.

Diretoria da Adufrj-SSind

UFRJ**PERIODIZAÇÃO**

Local:

Auditório G2
Faculdade de Letras,
na Ilha do Fundão**29/5/01**
(terça-feira)**13:00**
horas

Mesa:

um conselheiro do CEG
um do CEPGe o Prof. Luiz Roncari,
do Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da USP**CEG cria
comissão para
negociar cursos
da Coppe**

Página 4

**Seminário na
Uerj discute
privatização da
educação
pública**

Página 6

**6º Consintufrj
monta plano
de lutas**

Página 7

**Adufrj-SSind
discute
pesquisa sobre
comunicação
sindical**

Página 8

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 29 • 28 de maio de 2001

Nem ameaça de corte do Plano Verão mobiliza professores

AG autoriza diretoria da seção sindical a entrar na Justiça com mandado de segurança

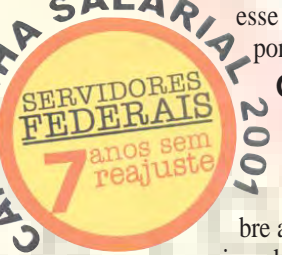
Poucos professores foram à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 24 de maio, realizada no Salão Nobre da Decania do CT, que autorizou a diretoria da seção sindical a entrar com um mandado de segurança na Justiça, no caso de a reitoria cortar o Plano Verão (26,05%) dos professores (e/ou ainda se for requerida a imediata devolução dos valores recebidos sob esta rubrica).

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, historiou o processo dos 26,05% e alertou a todos os presentes mais uma vez que a responsabilidade pelo corte seria da reitoria; não da seção sindical, como quer fazer crer a administração central da UFRJ. Vilhena alega que o pedido de execução dos atrasados solicitado pela Adufrj-SSind na Justiça do Trabalho teria precipitado a iminência do corte. A diretoria da seção sindical estranha a postura contraditória da reitoria, que, durante esses seis anos de recebimento da vantagem, propagandeou que fazia o pagamento por decisão própria, baseada na autonomia de gestão universitária (mais detalhes no boletim do dia 21 de maio).

De acordo com a decisão da Assembléia, o mandado de segurança poderá ser impetrado num prazo de até 60 dias, através da Assessoria Jurídica da entidade. Ao fim deste período (e se não houver nenhum movimento da reitoria), este ponto entrará de novo em pauta para reavaliar a questão.

Sanglard relatou as dificuldades em obter in-

formações junto à atual reitoria. Para ilustrar o que estava dizendo, citou o processo de consignação de mensalidades para desconto em folha dos professores. A Adufrj-SSind vem enviando seguidos ofícios à reitoria para solicitar informações (foi mandado mais um no dia 21 de maio) até o fechamento desta edição sem qualquer resposta. Para monitorar o corte, a diretoria da seção sindical estava visitando diariamente a página eletrônica do SIAPE para verificar quando os contracheques estavam disponibilizados na Internet. Somente após a



AG, no próprio dia 24, foi confirmado que ainda constava o Plano Verão nos contracheques divulgados na página eletrônica do SIAPE. Ou seja, não havia sido feito o corte em maio.

Ainda sobre este tema, a diretoria da Adufrj-SSind fez o pedido de vistas do processo administrativo do Plano Verão, que, só recentemente, a reitoria deu ciência à Seção Sindical.

Prestação de contas aprovada

A prestação de contas da seção sindical relativas aos anos de 1999 e 2000 foi aprovada pela Assembléia. Sanglard explicou que apenas um professor contestou por e-mail os valores destinados às publicações da Adufrj-SSind, mas já estava sendo encaminhado o

esclarecimento pedido. O presidente da entidade contou que, brevemente, as contas serão apresentadas mais detalhadamente, relacionando as atividades com as despesas. A próxima AG (prevista para o dia 8 de junho), inclusive, terá esse detalhamento como um dos pontos de pauta.

Greve das universidades está no horizonte

Foi dado o informe na AG sobre as reuniões do Setor das Federais e da Plenária dos SPF realizadas no fim de semana anterior (respectivamente, nos dias 19 e 20). Os relatos regionais em torno da mobilização para a construção de uma greve dos SPF está se mostrando sem força. Por isso mesmo, uma greve do Setor da Educação ou das universidades pode começar a ser articulada. A Fasubra, que congrega os técnico-administrativos de todo o país, está com uma mobilização mais forte e aposta nesta possibilidade. Uma reunião do Setor das Federais foi marcada para o próximo dia 10 de junho e uma rodada nacional de assembleias entre os dias 4 e 8 está sendo solicitada às seções sindicais para debater a questão.

Para fortalecer a necessidade de mobilização na UFRJ, a Assembléia aprovou a preparação e envio a todos os docentes de um material relativo ao Anteprojeto de Emprego Público para as universidades. No futuro, muito provavelmente após o ciclo de debates em torno da periodização, a seção sindical deverá voltar suas forças para organizar um outro ciclo de discussões com o tema do emprego público. Também para reforçar a mobilização interna, existe a proposta de se construir uma pauta de reivindicações gerais e específicas dentro do movimento docente na UFRJ.



Opinião/Osvaldo Coggiola*

Argentina: o novo Cavallo de Bush

Com a nomeação de Cavallo como virtual chefe de governo, um virtual golpe de estado aconteceu na Argentina, pois o "super-ministro" foi beneficiado com poderes excepcionais, que expropriam em grande parte aqueles do Congresso e do próprio Poder Executivo. O golpe foi consumado em meio de uma grave crise política, que derrubou em menos de um mês dois ministros da fazenda (Machinea e López Murphy), e também de uma grande mobilização popular, compreendendo funcionários públicos, professores, estudantes e, sobretudo, os "piqueteiros", na sua maioria desempregados.

O golpe evidenciou o fracasso total da política implementada após o acordo com o FMI, que envolve créditos de nada menos que US\$ 40 bilhões (lembramos que a crise mexicana, em um país com uma população e uma economia três vezes maior, tinha mobilizado a cifra recorde de US\$ 55 bilhões). Apenas dois meses depois do acordo, a taxa de juros da dívida externa argentina tinha voltado ao 14% anual, a produção industrial de janeiro tinha caído 5%, o déficit fiscal superava com folga os 400 milhões estabelecidos: a Argentina estava novamente falida, após três anos de recessão ininterruptos. Surgiram também denúncias de lavagem de dólares da parte dos bancos e contra o Banco Central. Pois bem, a crise deixou claro que os ministros eram designados ou derrubados pelos próprios bancos.

Cavallo propôs a legalização do dinheiro retirado ilegalmente del país, autorizando-o a adquirir bônus do Estado nacional. O único concreto que fez até agora foi o imposto ao cheque, que arrecadaria US\$ 6 bilhões, que serão pagos pelos que menos têm: os grandes monopólios o repassarão aos preços ou o deduzirão do IVA, Imposto ao Valor Agregado, segundo já prometeu Cavallo. A arrecadação desse imposto permite pagar as dívidas do governo em pesos, e inclusive os salários, que estavam ameaçados de não poder ser cobrados. Para os bancos, repre-

senta um grande negócio porque podem manejar centenas de milhões de pesos durante os quinze dias que vão desde a arrecadação até a entrega ao Tesouro; e também porque Cavallo estabeleceu que qualquer pagamento acima de mil pesos deve ser feito por cheque. Isto resolve, por enquanto, o déficit fiscal, mas não a dívida externa, porque para ela são precisos dólares, e na Argentina os dólares vão-se, pela conta corrente de pagamento de juros da dívida e a remessa de lucros; pela conta de que registra a saída de capitais. A Argentina não pode sequer colocar novos títulos para pagar os que vencem.

Toda a política consiste então em que o dinheiro dos bancos financie a dívida externa e não a produção e o consumo. Quando Cavallo diz que o peso está sobre valorizado em 20%, quer dizer que a falência está à vista e que está colocada a desvalorização. A reprogramação da dívida externa só poderia fazer-se com taxas de juros usurárias, como as que aceitou Machinea quando reprogramou a que vencida em 2001 para 2005, com 13% de juros anuais.

Por outro lado, foram elevados para 35% os 'arancéis' das importações de têxteis, calçados e outros artigos que vem de fora do Mercosul, e reduzidos para zero os correspondentes a bens de capital, como máquinas ou informática. Os primeiros tinham metade daquela proteção, e os segundos deviam pagar taxa de 14%: a indústria brasileira de artigos de consumo se beneficiaria nas suas exportações à Argentina, mas seria prejudicada a indústria de bens de capital, que deverá competir com a taxa zero para o restante da indústria mundial. A proteção ao consumo beneficia a Alpargatas, contra a concorrência asiática, e também às empresas de telecomunicações, nas mãos do capital europeu, que não pagarão taxas pelos bens de capital que necessitem. Estas medidas favorecem portanto aos EUA e aos espanhóis, que parabenizaram Cavallo.

Isto acaba com o Mercosul: Cavallo disse que

quer substituir a União Aduaneira por uma Associação de Livre Comércio, que permita que cada país negocie de forma independente com os países de fora da zona. Isto é o que pretendem os EUA para poder impor a zona de livre comércio desde Alaska até a Terra do Fogo (ALCA). Por isso o governo Bush não objetou as medidas "protecionistas" da Argentina para calçados e têxteis. Na indústria de automóveis o Mercosul já não têm vigência: o "mercado comum" ficou reduzido, para a Argentina, a um mercado de combustíveis crus e alguns alimentos. Para o "cavallista" Sturzenegger: "*La Argentina tiene que dejar de perder inútilmente el tiempo con ese proyecto absurdo del Mercosur. Tiene que ir a buscar inmediatamente una negociación bilateral con Estados Unidos*".

As direções sindicais, no entanto, decretaram uma "trégua", baseadas em que Cavallo prometeu não cortar 300 milhões de pesos na educação, como proposto pelo seu predecessor López Murphy. Mas isto é muito pouco dentro do programa de conjunto de Cavallo: a liquidação dos regimes trabalhistas, abaixar os custos dos patrões e liquidar o salário-família; privatizar o sistema de saúde; acabar com a educação gratuita e privatizar uma parte do sistema escolar; privatizar a arrecadação de impostos, estabelecer fundos para garantir o pagamento da dívida externa; demissão maciça de funcionários públicos. Este massacre social não resolverá, porém, a falência argentina.

Cavallo propõe modificar a lei de conversibilidade, somando ao dólar o euro como moeda de referência. Isto é um fogo de artifício, que oculta que Cavallo está saqueando as reservas monetárias: impôs ao Banco Central um bônus de US\$ 500 milhões e pretende impor uma reforma da Carta Orgânica do BCRA para substituir reservas em dólares por bônus, etc. O objetivo destas medidas é pagar os vencimentos da dívida externa com reservas bancárias e do Ban-

co Central para escapar da declaração de falência. Mas isto aproxima o momento da desvalorização ou da dolarização. A isto se soma a fuga de capitais: em março saíram mais de 3,5 bilhões de dólares, e desde meados de fevereiro, 5 bilhões. O índice de produção industrial voltou a cair 4,5% e março, e as empresas continuam fechando: Gillete, Editorial Estrada, há ameaças de 1200 demissões nas Aerolíneas Argentinas.

A concessão de poderes especiais ao chefe do partido que obteve 8% dos votos nas últimas eleições presidenciais, e que foi derrotado mais tarde em uma eleição local, constitui um golpe de Estado. Cavallo representa além disso a política econômica responsável pela presente falência da Argentina (foi funcionário da ditadura militar, de Menem, e agora de Dela Rúa, ou seja, de todos os partidos burgueses e governos da Argentina, incluído o "partido militar") e foi precisamente essa falência o pretexto usado para impor o golpe. O prazo dos poderes concedidos excede o período do atual parlamento nacional, portanto violenta os direitos da cidadania que votará em outubro próximo. Só a mobilização popular independente conseguirá conter os seus planos reacionários: trabalhadores argentinos e brasileiros deverão impor, não o mercado, mas a luta comum contra o imperialismo e os governos responsáveis pela miséria social e a dissolução nacional.

*Professor do Departamento de História da USP

Comunicação de

Em tempo de afastamento publicada na época devida a comunicação de afastamento do professor Henrique Longo da diretoria da Adufrj-SSind, na qual exercia a função de 2º Secretário, por problemas particulares, desde 28 de janeiro de 2001.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1º Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2º Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Jornal dos Sports Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Crise de Energia

CUT quer garantir empregos na crise energética

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) não se cala diante do “apagão” do governo. Mais uma vez, rompendo com idéia de que a oposição não tem proposta, a central já fez uma breve análise da conjuntura e propõe algumas medidas para minimizar os efeitos da crise energética. “Esta crise deve-se ao abandono das funções estratégicas de planejamento do Estado e, ao mesmo tempo, decorrente do modelo de privatizações e da atrofia das funções públicas de regulação, fiscalização e controle das novas operadoras privadas do sistema de geração e distribuição de energia”, diz o trecho inicial de um documento divulgado na página eletrônica da entidade (www.cut.org.br) em 16 de maio. Para a CUT, o governo pecou gravemente também antes das privatizações do setor, quando reduziu os investimentos, comprometendo assim prazos mínimos nunca inferiores a cinco anos para a ampliação da oferta de energia. Os recursos do BNDES, também crítica a central, foram usados para apoiar a formação de consórcios na compra das estatais do setor, em lugar de financiar a expansão do sistema. Como se não bastasse, após as privatizações, “a ANEEL concedeu aumentos de tarifas em cerca de 200% e simplesmente ignorou o descumprimento das metas de investimentos das empresas já privatizadas, das termoeletricas, dos projetos de auto-geração e ampliação da capacidade das usinas estatais existentes. Era a tragédia anunciada, e a CUT em inúmeras

oportunidades chamou a atenção das autoridades para o problema!”, informa outro trecho. Em seguida, a CUT reivindica que os trabalhadores não sejam prejudicados pela necessidade de medidas emergenciais e, nesse sentido, propõe:

1) Estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, enquanto durar o racionamento. Para tanto, exigimos que o governo envie ao Congresso Nacional projeto de lei, em caráter de urgência urgentíssima, com o intuito de assegurar a estabilidade.

2) Redução de 10% da jornada semanal de trabalho, sem redução de salários, para todos os trabalhadores do comércio, indústria, serviços e funcionalismo público.

3) Proibição de horas extraordinárias de trabalho, salvo em situações emergenciais que devem ser apreciadas pelas entidades de classe (patronais e dos trabalhadores).

Os recursos do BNDES, também crítica a central, foram usados para apoiar a formação de consórcios na compra das estatais do setor, em lugar de financiar a expansão do sistema

4) Suspensão do funcionamento do comércio aos domingos.

5) Limitação do funcionamento do comércio a 10 horas diárias.

6) Suspensão definitiva das privatizações no setor elétrico.

7) Congelamento das tarifas de energia e revisão das privatizações e concessões das empresas que não estão cumprindo metas de investimentos.

8) A ANEEL deve monitorar o excedente de energia de empresas e destiná-los a beneficiar a sociedade.

9) Revisão dos programas federais de incentivos e isenções fiscais, orientando-os a financiar programa público emergencial de geração de energia para os estabelecimentos de serviços essenciais (hospitais, escolas, segurança, etc).

10) Revisão da carteira de empréstimos do BNDES:

a) suspensão definitiva dos programas de apoio às privatizações (energia e saneamento);

b) orientar o crédito de médio e longo prazos aos setores não intensivos em energia e geradores de empregos (agricultura familiar, habitação popular, etc).

c) financiar programa de investimentos públicos para a ampliação da capacidade de geração de energia, privilegiando a produção das usinas já existentes, pequenas centrais hidrelétricas, termoeletricas, energia solar, eólica e de co-geração.



Resenha

O juiz da 2ª Vara Civil, da Lapa, em São Paulo (SP), condenou, em primeira instância, a revista *Veja* a pagar 200 salários mínimos ao integrante da direção nacional do MST João Pedro Stédile. A condenação ocorreu em função de uma matéria publicada na edição de nº1648, de 10 de maio, de 2000, na qual se acusava João Pedro de diversos crimes: violação de domicílio, dano, formação de quadrilha, furto etc. Outro ponto grave foi a publicação na mesma edição de uma foto-montagem em que o líder do MST aparece segurando uma pistola. A revista ainda pode recorrer da decisão.

Nos jornais dos últimos dias, deve-se destacar a coluna de Janio de Freitas na Folha de S. Paulo de 20 de maio. O colunista, com ironia e severidade, critica a postura corrupta para abafar as crises no Congresso e no Executivo do país. No mesmo texto, Janio de Freitas chama a atenção para um requerimento de denúncia por crime de responsabilidade contra Fernando Henrique feito por cinco juristas “de peso”: Celso Antonio Bandeira de Mello, Dalmo Dallari, Fabio Konder Comparato, Goffredo Telles Junior e Paulo Bonavides.

O colunista da Folha adverte que a consistência constitucional e jurídica do requerimento será difícil de “abafar” com os argumentos usados até agora pelo governo do tipo “interesses eleitoreiros”, “ingovernabilidade”, “repetição de investigações que já se fazem”.

No requerimento, constam as explicações de parlamentares para a retirada de assinatura no pedido de CPI da Corrupção, “todas relacionando o recuo à obtenção ou promessa de verbas”. Para o colunista, a Constituição e, especificamente, a lei 1079 foram totalmente desrespeitadas, pois definem como crime de responsabilidade o fato de o Presidente da República “coagir (parlamentar) no modo de exercer seu mandato, bem como conseguir ou tentar conseguir o mesmo objetivo mediante suborno ou outras formas de corrupção”.

Por fim, Janio de Freitas comenta que, pior que a possibilidade de “abafamento” do requerimento, é o silêncio da mídia brasileira para o caso: cinco dos maiores juristas do país processando FHC não mereceu até agora uma simples menção da chamada “grande mídia impressa”.

Anote

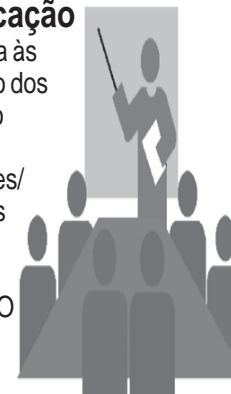
Edital do CNPq



O CNPq lançou um edital para auxílio individual. O prazo para o recebimento de projetos se estende até 13 de junho. As propostas podem ser apresentadas para pesquisas em qualquer área da ciência. O CNPq tem R\$ 30 milhões disponíveis para o financiamento e o valor dos projetos podem variar de R\$ 5 mil até R\$ 100 mil, com duração de até dois anos. As verbas não podem ser usadas para pagamento ou complemento de salários e bolsas, construção ou reforma ou compra de mobiliários. O pesquisador pode comprar e até mesmo importar equipamentos com os recursos, fazer viagens, contratar serviços de pessoas ou empresas. O formulário para apresentação das propostas deve ser preenchido e enviado para o CNPq via Internet (www.cnpq.br). As dúvidas podem ser esclarecidas pela Central de Atendimento: 0800 61-9697 ou pelo e-mail: atendimento@cnpq.br

Encontro conjunto da área de Educação

Com o objetivo de aprofundar a discussão relativa às Diretrizes Nacionais para os Cursos de Formação dos Profissionais da Educação, a Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) e o Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas vão realizar um encontro conjunto de 5 a 8 de junho. No mesmo evento, estarão pautadas: a Educação à Distância e o Provão da Pedagogia. O local será o Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Sócios da Anfope com anuidade em dia pagam R\$ 10 pela inscrição, não sócios pagam R\$ 40 e estudantes (com comprovante) têm entrada franca. Informações para participar do evento podem ser conseguidas pelo telefone (0xx48) 331-8509 ou pelo e-mail anfope@ced.ufsc.br ou ainda pela página eletrônica: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope>





Colegiados

CEG cria comissão para negociar cursos da Coppe

Escola de Engenharia e Coppe não chegam a acordo quanto a cursos de graduação

O Conselho de Ensino de Graduação decidiu, na sessão de 23/05, criar uma comissão para a análise dos cursos de graduação em Engenharia propostos pela Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe). Segundo o relato da presidente da Câmara de Currículos do CEG, Angela Gonçalves, não foi possível se chegar a um parecer sobre a pertinência dos novos cursos de Engenharia da Informática, Engenharia de Automação e Controle e Engenharia de Infra-Estrutura e Meio Ambiente propostos pela unidade complementar. Os motivos foram os vários pareceres das unidades que estariam envolvidas com a criação dos cursos, dos Centros de Tecnologia (CT) e de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN).

Nos memorandos enviados pelos Institutos de Matemática, Física, Química, Geociências, Biologia, Escola de Química, Escola de Engenharia e Escola de Comunicação haviam posicionamentos diversos quanto à participação das unidades e de seus professores nos cursos propostos. A Escola de Comunicação foi a única que aprovou participar do curso de Engenharia da Informação sem apresentar nenhuma restrição.

De acordo com o relato da professora Angela, o Instituto de Física se comprometeu em ministrar todas as disciplinas necessárias ao ciclo básico dos novos cursos, como Física I, II e III, por exemplo. O Instituto de Biologia, que só participaria de uma disciplina do curso de Infra-Estrutura e Meio Ambien-

te, declarou que estaria estudando a proposta e pedia um prazo maior para decidir.

A Escola de Química declarou que havia acompanhado a tramitação do curso de Automação e Controle, do qual poderia participar, mas estranhava já terem sido apresentadas duas professoras de seu quadro como participantes da elaboração do curso sem que a direção da unidade tivesse sido consultada formalmente. A EQ informou que achava precipitada a decisão de aprovar os cursos, mas colocou seu corpo docente à disposição. O Instituto de Geociências declarou não estar suficientemente esclarecido e que, por este motivo, poderia aceitar ou não participar ou dos novos programas.

A congregação do Instituto de Matemática emitiu dois memorandos. Um em que concordava em participar das disciplinas de Cálculo e Álgebra Linear dos novos cursos. Em outro memorando, o IM pedia um prazo maior para que a congregação se posicionasse quanto ao curso de Engenharia da Informação, que teria grade curricular muito semelhante ao curso de Informática, já existente no próprio IM. O IM sugeriu, então, que o edital de vestibular da UFRJ previsse a possibilidade do candidato optar por um ou outro curso (o que já foi aprovado na sessão de 16/05).

Escola de Engenharia

O parecer que provocou maior indecisão no colegiado foi o da Escola de Engenharia (ou Escola Politécnica, como está sendo chamada pela direção da Escola). A EE também se posicionou duas vezes. Na primeira, concordava em abrigar os cursos da Coppe como

habilitações de Engenharia, desde que a ordenação de ensino ficasse sob a responsabilidade da Escola. A Coppe poderia indicar os coordenadores das novas habilitações. A Coppe insistiu que a coordenação de ensino ficasse a cargo de um professor de seu quadro. O indicado seria o professor Fernando Rochinha. Diante do impasse, a congregação da Escola de Engenharia enviou outro memorando em que se recusava a participar “institucionalmente e com o seu corpo docente” dos cursos propostos pela Coppe.

A resistência da EE fez com que o diretor da Coppe, Segen Estefen, enviasse um documento se responsabilizando integralmente pelos cursos, desde salas de aula, laboratórios e até todo o corpo docente para todas as disciplinas dos três novos currículos.

O representante do CT e diretor adjunto do curso de Engenharia Civil, Paulo Renato, defendeu que a criação dos cursos é uma duplicação de esforços e recursos da universidade. Para Paulo, o curso de Engenharia Civil e o de Engenharia de Infra-Estrutura e Meio Ambiente tem exatamente a mesma proposta e formarão o mesmo profissional. O conselheiro questionou porque a Coppe não oferecia suas salas, laboratórios e professores para ampliar a oferta de vagas nos cursos de engenharia já existentes. “Já que há tanta disposição da Coppe em aumentar a oferta na graduação, vamos aumentar o número de vagas, oferecer os professores, salas ociosas e laboratórios para os cursos da Engenharia”, disse.

O professor Paulo Vaz defendeu a aprovação dos cursos e disse que o colegiado deveria se posicionar favorável pela necessidade do aumento da oferta de vagas na universida-

de, o que, segundo ele, revelaria a preocupação da instituição com a sociedade. O professor lamentou não ter havido boa vontade entre as duas unidades (Coppe e EE) em compatibilizar suas necessidades para o gerenciamento dos cursos.

A representante do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Ana Lúcia, foi quem propôs a comissão para a análise dos novos cursos de engenharia. Para ela, apesar de o CEG já haver se posicionado favorável aos cursos, há a necessidade, diante das dificuldades apresentadas pelas unidades, de que o colegiado medie as relações entre as direções. “O CEG apostou no diálogo acadêmico e por isso não instalou antes a comissão”, disse. A comissão tem prazo até a sessão do dia 6 de junho para apresentar um parecer ao CEG. Foram indicados pelo CEG, as professoras Angela Gonçalves e Marize Malta como representantes do colegiado. Cada unidade envolvida poderá indicar dois membros.

Decisão irrita sub-reitor

O sub-reitor acadêmico se mostrou irritado com a decisão de formar a comissão para análise dos cursos de graduação da Coppe. Ricardo Gattass disse que este “adiamento” sobre o parecer do CEG em relação aos cursos poderá inviabilizar a oferta destes, caso aprovados, já no edital de vestibular de 2002.

Segundo Angela, nem a Câmara de Currículos nem o CEG questionam a competência da Coppe em ministrar os cursos, mas, além da necessidade de que a unidade apresente seus programas curriculares e corpo docente, um outro problema é o fato de a Coppe não figurar no regimento da universidade como uma unidade regular. O Conselho Universitá-

Diretor da Escola de Engenharia e professor da Coppe falam sobre o impasse

Os professores Elói Moreira, da Escola de Engenharia, e Fernando Rochinha, da Coppe foram ouvidos no CEG quanto ao impasse para a criação dos novos cursos de engenharia. De acordo com o diretor da EE, a idéia de criar os cursos foi fomentada pela própria Escola de Engenharia. O diretor disse ter convidado, no início de sua gestão (em janeiro de 1998), o professor Sandoval Carneiro para ser diretor de ensino da Escola, justamente pelo fato de o professor já ter sido diretor da Coppe. “Conhecendo as dificuldades em alguns setores das duas unidades, pedi a Sandoval que fizesse um estudo para as novas habilitações, começando

pelo curso de Automação e Controle”, disse. O diretor da EE disse que a unidade sempre teve cuidado para que as tensões internas fossem dirimidas e que sempre investiu na parceria entre a graduação e a pós-graduação.

Segundo o diretor, no início de 2000, a congregação da EE manifestou estranheza quanto à notícia veiculada no **Boletim da Adufrj** (27, 16/04/2001, página 2) de que os novos cursos da Coppe seriam oferecidos e estariam sob a responsabilidade da Coppe. O diretor reiterou a posição da congregação de que aceitaria as novas habilitações desde estas estivessem submetidas à coordenação de ensino da

escola, como os demais cursos.

Fernando Rochinha negou ter dado tal declaração ao jornal e disse lamentar que esta tivesse sido utilizada como argumento para a EE não aceitar participar dos cursos. A redação da Adufrj sustenta que a declaração foi dada, não diretamente ao boletim, mas publicamente durante a sessão do CEG de 11 de abril de 2001. No entanto, em nenhum momento, o professor procurou a redação do jornal para quaisquer críticas ou desmentido.

Rochinha disse que existe uma “figura de retórica” sobre a animosidade entre a Coppe e a EE. “Não existe esta animosidade. Temos ten-

sões aqui e ali, mas não é este o espírito que prevalece.” Rochinha considerou acertada a decisão do colegiado em formar uma comissão mediadora. Para o professor, “houve negociação, sim, mas talvez nem tudo tenha sido formalizado”. Em relação às alegações de superposição de currículos, Rochinha pediu que o CEG analisasse mais detalhadamente a documentação apresentada pela Coppe para os programas. “Em todas as habilitações de engenharia há superposição de currículo. Só o ciclo básico significa 30 a 40% de superposição. O que está se apresentando são visões diferentes do campo de engenharia”, argumentou.

rio deveria, primeiro, aprovar o regimento da Coppe caracterizando-a como uma unidade de ensino de graduação e pós-graduação – atualmente, a Coppe é voltada apenas para a Pós-graduação e Pesquisa.

Estudante questiona Unidade

A estudante Danielle Bento disse que estaria havendo uma “inversão” de competências entre os dois colegiados. Para a representante discente, o CEG deveria esperar o posicionamento do Consuni em relação à Coppe para então aprovar cursos de graduação em uma unidade suplementar “que nem existe formalmente no regimento da universidade”.

Angela lembrou também que este caso não é uma novidade na UFRJ. Segundo a professora, existe uma unidade suplementar de pesquisa, o Instituto de Macromoléculas, que já oferece cursos na graduação. Quanto à superposição de currículos em cursos diferentes, a professora disse que isto ocorre também em alguns cursos da Faculdade de Farmácia e o Instituto de Microbiologia, por exemplo. Danielle lembrou que sobre estes cursos, existe um posicionamento do representante do Consuni, Sérgio Fracalanza, questionando estas “irregularidades”.

A representante do CSS, Ana Borralho, defendeu as parcerias e lembrou da situação financeira “privilegiada” da Coppe. A professora também sugeriu que a unidade de pós-graduação oferecesse suas salas, laboratórios e professores para o aumento de vagas nos cursos de graduação já existentes na Escola de Engenharia. A professora se mostrou preocupada com a declaração da direção da Coppe de que se responsabilizaria sozinha pelos novos cursos. Para ela, a formação de professores não acontece de “uma hora para outra” e a Coppe correria o risco de não ter corpo docente suficiente para cobrir as disciplinas.

Integração é o ideal

A separação do Ensino em Unidades específicas de graduação e de pós-graduação em Engenharia vai contra o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defendido pelo movimento docente desde as suas origens. Neste sentido, a oferta de cursos de graduação pela Coppe ou de cursos de pós-graduação pela Escola de Engenharia seria positiva, inclusive pela oferta de mais vagas, o que parece consensual. Os problemas aparecem quando existe a possibilidade de superposição ou concorrência entre os cursos de cada unidade. Para a Adufrj, a solução ideal seria que a Escola de Engenharia e a Coppe trabalhassem integradas, como, aliás, já ocorre em alguns de seus departamentos e programas. Esta questão sempre esbarrou em muitos preconceitos e mitos – talvez esta seja a hora de se pensar em retomar a idéia da fusão das duas unidades, integrando-as de forma definitiva.



UFRJ

Compra de equipamentos novos é descartada

Comissão de infra-estrutura local tem até 4 de julho para enviar uma proposta para o MEC

A comissão de infra-estrutura da UFRJ vai dar prioridade às questões de estrutura predial, segurança, energia e parte hidráulica ao dividir os possíveis recursos (estimados em R\$ 15 milhões) provenientes de um edital do governo. Uma coisa é certa: graças ao precário quadro apresentado pela universidade, já estão descartados: aquisição de equipamentos novos, construção de prédios novos ou mudança de sede de alguma unidade (numa clara referência à tentativa do reitor de transferir os institutos hospitalares para o Fundão). A universidade tem até o dia 4 de julho para enviar sua proposta de concorrência aos recursos do MEC.

Essas foram as conclusões da última reunião da comissão com os diretores e decanos realizada no auditório Helio Fraga, no CCS, na tarde do último dia 22 de maio. A próxima reunião da comissão local com os dirigentes (prevista para o dia 4 de junho, ao meio-dia, no mesmo auditório) deverá definir como será feita a repartição dos recursos. E aí começam os problemas: existem muitas dúvidas se o dinheiro deve ser distribuído por prédio, por Centros ou pelo que foi denominado de “unidade física”, dando a idéia de um conjunto de edificações interligadas. Neste sentido, o *campus* da Praia Vermelha seria considerada uma “unidade física”; o CCS, outra; e assim por diante. Ninguém esclareceu como seriam tratadas as Unidades isoladas da UFRJ (como o IFCS, por exemplo). Mais grave, no entanto, é que algumas intervenções começaram a sinalizar que a divisão dos recursos deveria obedecer à lógica da produtividade.

Situações de alto risco devem ter prioridade

O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Carlos Lessa, sugeriu que os recursos fossem destinados para atacar os denominados “pontos críticos” da UFRJ. “Gostaria que a prioridade fosse dada a situações de alto risco”, comentou. O decano listou as inun-



DIRIGENTES NÃO SABEM COMO REPARTIR OS RECURSOS

dações no subsolo do prédio da reitoria e o risco de incêndio no Palácio Universitário como alguns exemplos. A propósito da crise do país, Lessa comentou que o dinheiro também poderia ser utilizado para preservar pesquisas que dependem do fornecimento contínuo de energia. “Devem existir casos como esses nas áreas biomédicas e no CCMN”, falou. O diretor do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC), Roberto Medronho, também questionou a utilização da produtividade para repartir os recursos. “Não podemos dividir pela ‘excelência’. Se uma Unidade produz menos, ela pode correr o risco de um incêndio?” O diretor do Colégio de Aplicação, Moacyr Barreto, também falou em nome das Unidades que ainda não têm tradição em pesquisa. “Importante refletir sobre isso para não abortar grupos de pesquisa que possam estar surgindo”, disse.

O sub-reitor Ricardo Gattass distribuiu entre os presentes uma espécie de roteiro para cada Unidade relatar sua produção acadêmica nos últimos anos. Segundo Gattass, um relatório compilado da “excelência” da UFRJ é fundamental para se conseguir os esperados R\$ 15 milhões. Ainda para tranquilizar aqueles que não queriam produtividade como

critério de distribuição de dinheiro, o integrante da comissão local de infra-estrutura da UFRJ e diretor do Museu Nacional, professor Luiz Fernando Duarte, alertou que o levantamento da produção acadêmica da universidade está sendo feita para “alavancar” os recursos, mas a repartição desse montante será feita depois da forma como diretores e decanos acharem melhor.

E o Consuni?

O diretor do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), Adalberto Vyeira, aproveitou a ocasião para criticar o caráter das reuniões sobre infra-estrutura, envolvendo diretores e decanos. Segundo ele, apesar de considerar salutar o debate entre os dirigentes para resolver os problemas da universidade, não se pode ignorar o desprestígio crescente da reitoria em relação ao Consuni.

Vale lembrar que a diretoria da Adufrj-SSind já criticou o processo pouco democrático dos editais de última hora. Afinal, não se garante a participação da comunidade nas decisões. Não há tempo para o debate sobre as reais necessidades e os grupos beneficiados acabam sendo os mesmos em todas as seleções: as Unidades com melhores condições de infra-estrutura.

Kelvin Melo


Movimento

Seminário discute Educação Pública

Emir Sader lembra que Paulo Renato estagiou no Banco Mundial antes de ser ministro

A Educação Pública deve ser defendida com a mesma força com que o MST reivindica a terra. Esse foi o pensamento expresso pelo professor Emir Sader durante a abertura do Seminário Internacional sobre Políticas de Privatização da Educação na América Latina, realizado na Uerj. O evento, promovido pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP) daquela universidade, pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e pela Seção Sindical dos Docentes local (Asduerj) foi realizado entre os dias 23 e 25 de maio e contou com a participação de quase 300 inscritos.

A abertura do seminário contou com a presença do sub-reitor de Extensão e Cultura da Uerj, André Lázaro, que afirmou a disposição de luta daquela universidade para conter o projeto do governo. O sub-reitor criticou severamente a “redução da dimensão pública a essa questão monetária” e fez ironia com a crise energética do país. “O Laboratório de Políticas Públicas demonstra que o apagão intelectual não virá. Temos aqui a perspectiva de construção de um mundo melhor”, afirmou.

Logo em seguida, a presidente da Asduerj, Cláudia Gonçalves Lima, trouxe uma sau-



CERCA DE 300 PESSOAS TOMARAM CONTA DE UM AUDITÓRIO DA UERJ PARA ASSISTIR AO SEMINÁRIO



DA ESQ. PARA A DIR.: PABLO GENTILI, EMIR SADER, ANDRÉ LÁZARO E CLÁUDIA GONÇALVES

dação aos participantes do seminário em nome do Andes-SN. Cláudia ressaltou que a Uerj não é uma universidade diferente das outras públicas e, como tal, passa por um momento difícil. A professora citou especificamente a dificuldade de cumprimento do acordo salarial fechado com o governo do estado ao fim da greve do ano passado. “Estamos nesse momento acreditando que o seminário vai ajudar a instrumentalizar essa luta em defesa da universidade pública”, comentou.

A cerimônia de abertura foi encerrada pelo Doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, o professor Emir Sader. Além da comparação de luta com o MST, Emir Sader destacou o fato de o atual ministro da Educação, Paulo Renato, ter estudado em universidade pública para, anos depois, passar à história como o maior responsável pela privatização do ensino superior do país. O professor comentou ainda que, antes de ser indicado ao ministério, Paulo Renato fez um estágio no Banco Mundial - o que não é absolutamente nenhuma coincidência... Por fim, o filósofo destacou a necessidade de se formarem alianças para defender a Educação Pública na América Latina, citando a organização daquele seminário como um exemplo (Andes-SN, CLACSO, LPP, reitoria da Uerj).

Reforma na América Latina segue o mesmo receituário

Logo após a abertura do seminário, foi a vez do Doutor em Educação pela Universidade de Buenos Aires e professor adjunto da Faculdade de Educação da UERJ, Pablo Gentili, discorrer sobre o tema: “Políticas de Privatização da América Latina: um Balanço”. Segundo Pablo, para caracterizar o processo de reforma educacional na região, é preciso entender as semelhanças entre os casos nacionais.

A dita preocupação nacionalista para economia de gastos públicos foi o primeiro ponto a ser atacado pelo professor. “A realidade é que alguns países não diminuíram seus custos na Educação. Houve uma realocação de recursos”,

afirmou. Pablo citou as políticas de avaliação (Provão, Enem) e o processo de criação de diretrizes nacionais curriculares como uma forma de aumento desses gastos com Educação. Existe ainda, para o professor, uma ganância com o que chamou de infra-estrutura periférica. “A gente ouve falar do aumento de empréstimos junto às agências internacionais (Bird, BID) para comprar computadores, aparelhos de fax, antena parabólica, para escolas e universidades. De que adianta? O fax chega, mas não tem linha telefônica; o computador chega, mas não pode ser ligado na rede defeituosa; o teto não suporta o peso da antena parabólica”, ironizou.

Outra forma de privatização sutil nas insti-

tuições, segundo Pablo, é a transferência de responsabilidades públicas para a iniciativa privada. Nesse sentido, as organizações sociais (ONGs) aparecem com destaque, utilizando muitas vezes dinheiro público para gerir, de forma privada, uma instituição pública. “Por outro lado, temos menos democracia nas instituições públicas, pois a interferência popular fica diminuída nas corporações privadas”, observou.

A propaganda do governo federal brasileiro de aumento do número de estudantes nas universidades também foi respondida por Pablo. “É a exclusão includente. Ele entra no sistema educacional (quase todo privado), mas será excluído lá na frente, pois está num siste-

ma degradado”, disse. O professor lembrou ainda que o governo continua sua farsa quando o estudante conclui um curso de má qualidade. “(O governo alega que) não se consegue emprego porque falta requalificação. Gastam-se milhões com isso”, comentou. As ONGs participam desse processo ativamente. “E mesmo assim não se consegue o emprego”, completou.

Pablo conclamou a volta do sentido de internacionalismo para combater as políticas de privatização da Educação Pública na América Latina. “Não acho que seja uma bandeira nacional, mas regional. Temos que criar alianças”, disse.



Movimento

6º Consintufrj monta plano de lutas

Niko/Sintufrj

A abertura do 6º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ, na manhã de 21/05, contou com a presença dos representantes da Fasubra, Fernando Maranhão; da CUT Nacional, Lúcia Reis; do presidente do Andes-SN, Roberto Leher; da vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos; e do DCE Mário Prata, Miguel Papi. O coordenador geral do Sintufrj abriu a cerimônia lembrando o caráter eleitoral do Congresso, onde, ao final, iriam se inscrever três chapas que concorrerão à próxima diretora colegiada. Uma das principais discussões do Congresso seria a decisão da categoria sobre a direção proporcional ou majoritária a para entidade.

Fernando Maranhão saudou a categoria de técnico-administrativos da UFRJ. “Cada vez que vemos um grupo de trabalhadores reunidos, formal ou informalmente, sabemos que dele sair proposta puma política para a sociedade”. O sindicalista disse que a Fasubra espera que o Congresso e a eleição que se aproxima fortifiquem os laços políticos da categoria.

A representante da CUT Nacional, Lúcia Reis, disse que, como membro da categoria – Lúcia é servidora da UFRJ –, o Congresso é um momento muito especial para os trabalhadores, principalmente, para os de uma universidade cuja reitoria vem implementando o projeto do governo



MESA DE ABERTURA

para a educação superior pública. “Para a CUT, o avanço de cada Sindicato é fundamental e a central só faz sentido com organizações classistas. Não conseguiremos melhorar a condição dos trabalhadores se não mudarmos a política, o governo, a universidade”, complementou.

O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, saudou os congressistas ressaltando a importância do evento como um momento de riqueza da luta política dos trabalhadores. Roberto chamou a atenção para a unidade nacional dos segmentos de estudantes, professores e funcionários, repre-

sentados por entidades como a UNE, Andes-SN e Fasubra, no embate contra as políticas privatizantes do governo nas universidades públicas e, especialmente, contra o projeto de Emprego Público, que retira a autonomia das instituições e dos servidores. Roberto lembrou a pertinência das palavras de ordem já de algum tempo proferidas pelos movimentos sociais e sindicais de “Fora FHC, Fora FMI”, “neste momento de possibilidade de avanço dos movimentos, com a crise do governo Fernando Henrique Cardoso”. Roberto citou o pedido de cinco grandes juristas

que entraram com um requerimento no Congresso Nacional denunciando o presidente por crime de responsabilidade (veja Resenha, página 3). Para Roberto estes juristas compreenderam a necessidade do “Fora FHC” e a atitude pode ser um caminho para um pedido de *impeachment*.

Miguel Papi fez questão de lembrar a solidariedade da direção do Sintufrj na ocasião em que os estudantes foram detidos na Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) quando faziam uma manifestação contra o fim do auxílio-alimentação para os moradores do alojamento do Fundão. O estudante também ressaltou a unidade entre os segmentos universitários contra a gestão do interventor Vilhena, nos últimos três anos.

Cleusa Santos desejou aos congressistas um debate “fértil e profícuo, contestatório e capaz de rearticular formas e resistir a esse projeto neoliberal para a sociedade e, masi especificamente, para a universidade”. Cleusa lembrou que, atualmente, 76% do patrimônio público nacional, “que é fruto do trabalho da classe trabalhadora”, já foram privatizados. “Faltam apenas 24%”, denunciou.

Participaram também da mesa de abertura, as representações do Sindicato dos Trabalhadores da UFF (Sintuff), do Colégio Pedro II (Sinduscop) e da Rural do Rio de Janeiro (Sintur-RJ).

Unificar a luta para vencer o governo

Representante do Andes-SN no 6º Consintufrj, Badaró criticou projeto de FHC para o ensino superior

Com o tema “Universidade”, um dos debates ocorridos no 6º Consintufrj na tarde do dia 21 de maio abriu o espaço para a crítica ao governo federal e sua política em relação ao ensino superior. Na mesa, estavam presentes o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Carlos Lessa; Fernando Maranhão (representando a Fasubra) e Marcelo Badaró (Andes-SN).

Este último, que é professor da UFF, preferiu uma abordagem mais nacional do tema. Segundo ele, o projeto do governo para o ensino superior prevê “menos” universidade. “Não em quantidade, mas em qualidade. E, para as públicas, isso significa, é claro, menos investimento”. Badaró citou alguns números: até 1994,

existiam pouco menos de 900 instituições de ensino superior. Agora, são mais de 1,3 mil. E quase todas as novas são privadas.

Para Badaró, além da ameaça privatizante, o governo trabalha ainda com o que chamou de “tática da fragmentação” para desestabilizar o funcionalismo. “Aqueles que se vendem para complementação de salários, pela venda de serviços, são ganhos para esse projeto”, disse. A imposição de trabalhadores terceirizados também faz parte dessa lógica de investida contra a Universidade Pública. “Como é que se vai passar uma idéia de defesa da instituição para alguém que ganha mal e está ali apenas temporariamente?”, questionou.

O professor terminou sua apresentação conclamando os técnico-administrativos para a luta unificada, apesar das dificuldades. “Já enfrentamos outras situações difíceis antes, na própria ditadura. Vamos então, lutar agora contra essa outra ditadura: a ditadura do mercado”, afirmou.

Quando perguntado por uma pessoa da plateia como falar em luta unificada, quando os próprios docentes abandonaram essa mesma luta em 1998 por causa da GED, Badaró esclareceu que a posição do Comando Nacional de Greve de manter o movimento foi desrespeitada pela então diretoria recém-eleita do Andes-SN. Segundo Badaró, a idéia do CNG era utilizar o volume de recursos estimado para o pagamento da GED para se conceder um aumento isonômico para os professores e também para os funcionários. O anúncio de acordo entre o ex-presidente do Andes-SN e o senador Antônio Carlos Magalhães para suspender a greve em função da GED ruiu o movimento daquela época.

Já o decano do CCJE preferiu abordar o tema de forma mais local. Lessa comentou que a situação da UFRJ é muito complicada, uma vez que Vilhena não tem prestígio na sociedade. “No momento em que as instituições (de ensino su-

perior) são atacadas, a voz que deveria nos representar está muda”, disse. Para ilustrar o que tinha dito, o professor citou o caso de tombamento do Canecão. “O Canecão não tem valor arquitetônico algum e as pessoas correm um risco enorme em caso de incêndio. E, naquela ocasião, preservaram o Canecão contra a universidade. O nosso prestígio é zero”, completou.

Para o representante da Fasubra, a idéia do Estado Mínimo já chegou às universidades. “Onde se pode ganhar dinheiro no Brasil, quando tudo já foi vendido? No ensino!”, observou. Fernando aproveitou o debate para desbancar um mito criado pelo governo para desmantelar o sistema público de ensino superior. Sobre o fato de a universidade estar a serviço das elites, Fernando, que é de Pernambuco, comentou que isso não é absolutamente verdadeiro. “No Norte e no Nordeste, 60% dos universitários pertencem às classes C, D e E. No Sul e no Sudeste, é que existe uma inversão”, contou.



Grupos de Trabalho

Adufrj-SSind discute pesquisa

Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes quer saber o que se espera das publicações da entidade

Existe uma necessidade de pesquisa entre os sindicalizados para saber o que se pensa e o que se espera das publicações da Adufrj-SSind. Esse ponto foi consensual entre os participantes da reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da seção sindical, que foi reativado na última terça-feira, dia 22.

Os professores presentes entenderam que, por mais que o trabalho de comunicação sindical seja considerado bom pelo movimento docente em geral, é preciso quantificar e qualificar essa avaliação. Uma próxima reunião do GT já foi marcada para o dia 19 de junho, às 17h30, na sede da própria Adufrj-SSind (Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200), com o objetivo de estabelecer os termos dessa possível pesquisa a ser realizada junto aos leitores das publicações da en-

tidade.

Outros objetivos do GTCA

O GT da Adufrj-SSind foi considerado uma experiência bastante positiva para docentes e jornalistas. Por um lado, permite aos professores entender como funciona a comunicação sindical, suas possibilidades e limites; por outro, faz os jornalistas compreenderem melhor os anseios do movimento docente.

Na próxima reunião (dia 19), além da pesquisa, está pautada a discussão sobre os encaminhamentos do GTCA Nacional do Andes-SN; a possibilidade de criação de um boletim eletrônico *on line* da Adufrj-SSind e a avaliação da produção do setor de Comunicação até aquela data.

Se o professor interessado quiser discutir alguma matéria ou a página eletrônica da entidade (www.adufrj.org.br) ou a parte de propaganda da seção sindical (cartazes, mensagem eletrônica etc), bastará entrar em contato com a Adufrj-SSind através do e-mail:

adufrj@alternex.com.br e pautar aquele determinado assunto até o dia 12 de junho (o prazo de uma semana anterior ao próximo GT daria condições de todos os participantes tomarem conhecimento do assunto pautado para agilizar a discussão).

GTCA Nacional

Na reunião, foi avaliada, também, a série de encontros temáticos que o GTCA Nacional vem relaizando, em cada regional. O grupo da Adufrj entendeu que seria importante buscar a participação nestas atividades. Para o próximo encontro, a ser realizado em Salvador, de 2 a 3 de junho, estarão participando, pela seção sindical, a professora Cleusa Santos e a jornalista Manuella Soares. O GT da Adufrj levará a proposta de que os textos ou fitas dos debates e encontros realizados pelo Sindicato tenham ampla divulgação. Outra sugestão será a transformação deste material audiovisual em Cadernos do Andes-SN, incluído entrevistas com os participantes dos eventos.

Universidade, Seguridade Social, e a XI Conferência Nacional de Saúde

Não nos são estranhas as expressões Universidade e Seguridade Social, até porque, tanto fazem parte do nosso cotidiano acadêmico como de nosso cotidiano cidadão, ou pelo menos deveriam estar presentes em nossas agendas políticas. A discussão de um dos eixos que envolve a Seguridade Social - a Saúde, não pode e não deve se limitar à condição (fragmentada e fragmentadora) da formação de recursos humanos especializados, que na maioria das vezes (re)produz um profissional direcionado para uma prática mercantilista, esterilizada de qualquer sinal de compromisso ético-político", e de inserção social frente aos reais agravos que envolvem a população brasileira (e, neste ponto, cabe enfatizar o papel primordial da Universidade e dentro de um quadro analítico da sua atual crise e subsunção de suas funções de ensino, pesquisa e extensão). Um quadro que demonstra um crítico litígio entre as instituições formadoras e a realidade de um sistema de saúde que vem se mostrando cada vez mais caótico, segmentado e sucateado.

Sem ares de surpresa, sabe-se que o modelo e a lógica que atravessam o Brasil capitaneados pelo governo FHC entregam incondicionalmente o país ao capital internacional, negligenciando, desrespeitando e desfigurando a Constituição Brasileira; solapando os direitos sociais nela inscritos, resultado de diversas conquistas sociais, dentre as quais a mais importante - quando se refere à saúde - foi a instituição do

S U S .
Nesta rota, a XI Conferência Nacional de Saúde (Operação do Sistema Único de Saúde - SUS e o Exercício do Controle Social), também foi vitimada, tanto no que tange à sua convocação, quanto à sua organização. Entretanto, mesmo com as dificuldades impostas, foi decisiva a ação dos delegados presentes na superação das adversidades. Foi dada mais uma demonstração de compromisso com um projeto político popular e democrático e com sua premissa maior: a defesa intransigente da vida.

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social (GTSS) do ANDES-SN, e em particular o GTSS da Adufrj-ss, têm acumulado e procurado reconstruir espaços para discussão sobre o temário de Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência) dentro do seu caráter indissociável, mostrado-se assim afinados com esse coro que se encontra presente em todos os cantos do país, vinculando-o intrinsecamente com uma concepção de universidade, socialmente referenciada. Neste sentido, e seguindo uma das deliberações do último Encontro do GTSS / ANDES-SN (Aracaju/SE - 04,05 e 06/05) publicamos a Carta da XI Conferência Nacional de Saúde como ponto de retomada da discussão do tema e suas questões no seio da Comunidade da UFRJ.

PROFESSOR,

**ESTE ESPAÇO ESTÁ RESERVADO E GARANTIDO PARA A SUA
CRÍTICA, DENÚNCIA E COLABORAÇÃO! PARTICIPE!**

Carta da XI Conferência Nacional de Saúde

Nós, os delegados e delegadas presentes a esta Conferência, 2500 homens e mulheres de diferentes classes sociais, credos, idades, raças e etnias de todas as regiões do país, avaliamos que passados quatorze anos, da VIII Conferência Nacional de Saúde, início do processo de construção do SUS, é possível constatar avanços. É significativa a transformação urbanística sanitária e de criação do arcabouço jurídico institucional ocorrida. Construímos um processo de reforma setorial impulsionado por um movimento composto de vários atores sociais a ao longo dessas três últimas décadas, produzimos saberes e práticas políticas, discursivas e paradigmáticas.

Com a garantia legal conquistada, o desafio passou a ser a transição de um Sistema desintegrado e centralizado para um outro, com comando único em cada esfera do governo. Aqui não mais uma tarefa de resistência mas uma tarefa construtiva.

Os Conselhos de Saúde e o processo político de pactuação intergestores surgido após a Lei Orgânica da Saúde, criaram condições privilegiadas de negociações para viabilizar a descentralização e municipalização do SUS, conforme aprovado na IX Conferência Nacional de Saúde. No entanto consideramos que a verdadeira municipalização ainda não é uma realidade para todo o país, embora tenha ampliado significativamente o acesso da população a serviços de saúde com maior qualidade, diferenciando o modelo de atenção e qualificando a gestão descentralizada. O processo de estruturação do SUS pode ser considerado como um movimento contra hegemônico a um modelo político econômico predominantemente excludente.

A Saúde da população do Brasil, como preceitua a Constituição Federal, depende de fatores econômicos e sociais; entre eles, a garantia de emprego.. salário, casa, comida, educação, lazer, transporte. Neste momento o desemprego, a péssima distribuição de renda (50 milhões de pessoas em estado de miséria) a fome a desnutrição e outros muitos agravos interferem nas condições de vida e de saúde, ressurgem antigas e surgem novas formas de adoecer e morrer, caracterizando um quadro epidemiológico da maior perversidade, agravado pelas condições de pobreza, gênero, raça e idade. Enquanto isto, os Governos investem em saúde, no setor público (universal, para toda população) apenas

RS 300,00) per capita ano.

Na raiz do agravamento da falta de qualidade de vida e de saúde da População está o projeto social e econômico do Governo Fernando Henrique que privilegia a lógica do ajuste econômico em detrimento das Políticas Sociais. No ano 2000, o Brasil pagou, com juros a amortização da dívida pública, R\$ 20 milhões de reais por hora, ou seja, R\$ 480 milhões por dia.

Nosso país está submetido a um conjunto de medidas do rigoroso programa de ajuste fiscal, dentre as quais destacamos:

a) a redução e reorientação dos gastos públicos em prejuízo das demandas sociais, buscando cumprir orientações do Banco Mundial; ,

b) redução do Estado, com privatização de empresas e serviços públicos;

c) diminuição da proteção social através da prevaricação das relações de trabalho.

O ajuste fiscal impacta duplamente o setor de saúde, seja pela indisponibilidade de recursos financeiros e materiais, seja pelo aumento da demanda da população, apresentando dentre outras, as seguintes repercussões:

a) intervenções de saúde de cunho campanhista, a pretexto de atender demandas reprimidas, realizadas de forma intempestiva, sem compor a programação das atividades regulares do sistema, com graves prejuízos para os usuários, transtornos para os servidores e dificuldades de gestão;

b) desarticulação dos diversos níveis do sistema de saúde, afetando sobretudo os portadores de deficiências e patologias pela sua dependência dos serviços mais especializados;

c) precariedade no acesso ao SUS pela pressão da demanda, favorecendo o crescimento dos Planos e Seguros de Saúde frente à insuficiente regulação governamental, com ampliação da renúncia fiscal para esse setor. Este quadro compromete a busca da universalidade e da equidade no SUS, aprofundando a divisão no Sistema de Saúde brasileiro, condenando a maioria da população brasileira a um sistema de saúde ainda precário e fragilizando o processo de consolidação do SUS, enquanto prevalecer esta atual política. É importante ressaltar que, apesar das restrições, a luta pela implantação do SUS está crescendo e tem alcançado vitórias, graças à ação decisiva de milhões de cidadãos usuários, trabalhado-

res, gestores e prestadores comprometidos com um projeto político popular e democrático em defesa da vida.

Este documento foi redigido e aprovado conjuntamente por entidades do movimento popular de saúde. Movimentos de minorias, CONASS, CONASEMS, centrais sindicais, ABRASCO, CEBES e inúmeras outras, submetido como Documento Político da 11ª CNS e aprovado na assembléia geral.

Agenda para a efetivação do SUS e do Controle Social

Diante desse quadro, nós, reunidos nesta 11ª Conferência Nacional de Saúde, defendemos:

1. A melhoria das condições de saúde e da existência efetiva de políticas sociais intersetoriais e de um compromisso irrestrito com a vida e a dignidade humana, capaz de reverter os atuais indicadores de saúde, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida da população.

2. Fortalecimento do exercício da cidadania através do Controle Social da sociedade e em especial na área de saúde através das Conferências e Conselhos de Saúde deliberativos e paritários com exigência de respeito às suas decisões.

3. A X Conferência Nacional aprovou a busca do financiamento definido, definitivo e suficiente para a área de saúde. A partir da PEC 169 conquistamos a EC 29/00, que precisa ser cumprida e regulamentada urgentemente, incluindo aí as transferências fundo a fundo dos Estados para os Municípios, a fim de atender a demanda de recursos financeiros que viabilizem o Sistema.

4. Suspensão e proibição de quaisquer contratos e convênios substitutivos da gestão pública, a exemplo de organizações como o PAS e assemelhados atendendo a preceito constitucional explicitado pela Procuradoria Geral da República.

5. Uma política de Recursos Humanos para o SUS, com contratação através de concurso público, centrada na profissionalização, na multiprofissi-

onalidade, no aprimoramento continuado, no compromisso humano e social e em condições dignas de trabalho e salário. Nesta perspectiva é imprescindível a efetiva implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e das mesas nacional, estaduais e municipais de negociação do SUS.

6. Acesso universal à atenção integral, equânime e humanizada, garantindo o financiamento de todos os níveis da saúde, com autonomia dos municípios e estados na elaboração e execução de seus Planos, com aprovação dos respectivos Conselhos de Saúde

7. A organização da porta de entrada do sistema, através de distintas iniciativas de estruturação da atenção básica tais como: Saúde da Família, Sistemas Locais de Saúde e outras estratégias, que devem garantir a territorialização, a gestão pública, a responsabilidade sanitária, equipe multiprofissional em dedicação integral, bem como a articulação e integração com os demais níveis de atenção à saúde.

8. A efetivação do SUS, alicerçada por princípios constitucionais a na legislação infraconstitucional, para que normas e procedimentos não extrapolem os dispositivos legais e sejam respeitadas as competências de cada uma das esferas de Governo.

Exigimos que todos os níveis de gestão, Federal, Estadual e Municipal, cumpram a legislação e apresentem para apreciação e deliberação dos Conselhos o Plano Anual de Saúde, que deverá sempre ser discutido amplamente com a sociedade, como o caminho de efetivação do SUS.

Somente com a reorientação da atual política pública, social e econômica, é que poderemos viabilizar com sucesso o processo de consolidação do SUS o que inclui, a exemplo de lutas de importantes segmentos da sociedade civil, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa até o resultado de uma Auditoria desta dívida.



Quo Vadis?

Para onde vamos com a reforma curricular da ECO?

Currículo: território político para a construção de identidades e para a organização da resistência às forças liquidantes

A Escola de Comunicação da UFRJ está na iminência de implementar uma alteração radical da estrutura dos seus cursos de graduação, processo este que se desenvolve desde abril de 2000, em que a Direção e as coordenações das várias habilitações vêm promovendo “ressignificações” de forma, conteúdo e orientação geral do que se entende por “currículo”. Neste processo, parte-se dos fins para só depois alcançar os meios e os princípios norteadores da reforma, que têm por base as recomendações das Diretrizes Curriculares do MEC - ainda não aprovadas e permanentemente sujeitas a redefinições - e a idéia prevaiente de que, uma vez definido o “elenco das disciplinas” de cada habilitação, o perfil e o projeto pedagógico sobrevêm de forma inequívoca e natural. A definição do que é e do que queremos com a Comunicação está em jogo, seja como “campo ativador”, seja como exercício da interdisciplinaridade, seja como campo disciplinar comprometido tão somente com as práticas de mercado, como exigem alguns.

Estabelece-se aí, de pronto, uma disputa pelos sentidos hegemônicos, em que deixam-se de lado as categorias aglutinantes de “projeto acadêmico”, “proposta pedagógica”, “currículo” e “perfil de habilitação” para o privilégio de outras, espúrias e dispersantes, como “flexibilização do currículo” mesmo antes de defini-lo, “listagem de disciplinas” que darão origem ao perfil profissional, “currículo enxuto” para que o aluno possa “escolher” a formatação do “seu” curso, mesmo antes da definição clara e transparente da proposta, do perfil e antes mesmo de discutir – se não “o que é currículo para nós” –, “qual currículo queremos” e “o que queremos com esse currículo em particular, em detrimento de outros tantos possíveis”. As habilitações estão trabalhando com “metodologias” distintas para alcançar objetivos distintos dentro de um panorama geral em que a proposta do curso de Comunicação Social não está minimamente articulada a uma perspectiva educacional crítica e eticamente comprometida. Não é casual que isso venha ocorrendo assim. As propostas seguem, no geral, uma orientação heterônoma e estranha aos interesses da comunidade acadêmica, tendo em vista, principalmente, os acenos do Governo Federal em direção ao novo esquema de financiamento das atividades regulares das universidades públicas. O que implica, inclusive, a título de “contrapartida”, comprometer os seus irrisórios e minguantes recursos de pessoal e instalações com o projeto liquidante do MEC. De nada servem os protestos em defesa “de uma agenda positiva”, “da negociação possível”, nem mesmo daqueles que se dizem defensores da autonomia, se, de fato, um tal discurso não vier acompanhado da prática democrática que o momento exige, tendo em vista a organização da resistência contra o desmonte acelerado do que resta de nossa atividade acadêmica. Consideramos os acontecimentos relatados neste artigo como um capítulo da construção daquela resistência.

Em abril passado, ainda antes do começo da “Semana de Trabalho da Reforma Curricular da ECO”, agendada pela Congregação em dezembro de 2000 com o nome de “Semana de Debates da Reforma Curricular”, foi constituída pela nova Coordenação do Curso de Produção Editorial uma Comissão de professores para organizar o exame e a discussão de uma proposta de currículo para o ciclo profissional daquela habilitação. Foram convidados, desde o início, todos aqueles dispostos a trabalhar, propor, debater e criticar abertamente os princípios implícitos na reforma. A idéia era a de que ninguém atrapalha ao se manifestar; ao contrário, pode contribuir para o melhor projeto possível, desde que o faça com um espírito crítico e comprometido com a construção do bem comum. O que de fato mudou, em relação aos procedimentos anteriores de trabalho daquela Coordenação, foi o caráter aberto das discussões da Comissão de Produção Editorial: quem quisesse participar teria que aceitar a democracia dos debates. O que não é fácil nem usual para todo mundo, é verdade. Mais do que “idéias novas”, o que se consolidava naquelas reuniões eram “práticas novas”, não autoritárias, de discussão e deliberação, com absoluto respeito pela opinião alheia, de alunos, funcionários ou professores. O que pode ser facilmente verificado junto aos participantes dos trabalhos da Comissão.

Não havia, a bem dizer, um projeto fechado para o Curso de Produção Editorial naquele momento. Pois a idéia, desde o início, era – e é – promover um debate amplo e permanente sobre o currículo e seus desdobramentos. Consideramos o processo muito sério e complexo para ser deixado ao arbítrio de uns poucos supostamente iluminados, por mais bem intencionados que sejam.

É isso mesmo que defendemos: que seja dado à comunidade tempo suficiente para propor, discutir e corrigir. O que é preocupante no processo de reforma atualmente em curso na ECO, é que algumas opiniões e discordâncias deixem de ser manifestadas pela sensação de impotência ou falta de oportunidade. Pelo menos para o curso de Produção Editorial, todas as opiniões são, em princípio, oportunas, desde que visem, em primeiro lugar, a defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A proposta de Produção Editorial procura, assim, conservar aquele caráter público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado que ainda persiste na UFRJ apesar das ferozes investidas para o seu desmonte. Nesse sentido, pode-se dizer que é “conservadora”. É igualmente progressista, ao buscar o fortalecimento e o alcance daquelas características, através do exercício de práticas democráticas inéditas ou muito raras em nosso meio. Isso não deve ser motivo de preocupação ou de perplexidade, mas de alívio e regozijo.

Não propomos uma “nova” habilitação, pois acreditamos que a Produção Editorial existe por direito próprio, tem a sua história e o seu lugar, pelo menos até que se constitua uma situação diferente e esta seja a vontade e o interesse da comunidade ligada à área e da sociedade em geral.

Assim, o currículo vigente, por pior que seja, ou por menos que se cumpra de fato, deve representar uma situação histórica e uma prática de modo algum fortuita, um legado cuja revisão deve começar pelo respeito à sua legitimidade, merecedora, no mínimo, de um estudo cuidadoso e de um questionamento amplamente democrático.

O aqodamento com que se está fazendo a “reforma curricular da ECO” não pode ser responsabilidade da Comissão de Produção Editorial. Pelo contrário, é conhecido de grande parte da comunidade universitária o esforço imenso dos membros daquela Comissão para promover uma discussão minimamente responsável sobre o assunto, contra uma máquina autoritária poderosa, o desânimo inerte e a indiferença de muitos diante das dificuldades. Assim, se foram incluídas disciplinas tecnológicas na proposta de currículo, isso derivou de uma comparação com a estrutura de outros cursos da área, com a história das práticas de Edição, com o que já se fazia na ECO, com certas necessidades advindas das alterações das mídias e dos processos e, principalmente, do reconhecimento coletivo nas discussões da Comissão quanto à conveniência das inclusões. Para quem não percebeu o sentido absolutamente singular da prática democrática desenvolvida durante os trabalhos da Comissão de Produção Editorial, é muito difícil aceitar resultados igualmente singulares, se comparados com os assim chamados “princípios da reforma da ECO”, que, de fato,

não podem ser nem mesmo anunciados abertamente, dado o seu caráter submisso diante das chantagens financeiras da Reitoria e do Governo Federal.

Reivindicamos – de forma pública e evidente, em diversos foros e em várias reuniões de departamentos, do Conselho Departamental e da Congregação – o retorno das disciplinas teóricas, tanto as gerais como as profissionais, que foram reduzidas durante a implantação precipitada e irresponsável do ciclo básico comum, a nosso ver, uma adaptação infeliz à indigência da situação atual da ECO. Enquanto não conseguimos reverter a situação criada e modificar o ciclo básico tendo em vista garantir o caráter universitário e não técnico do curso, propomos incluir as disciplinas teóricas provisoriamente em qualquer das categorias de disciplinas do ciclo profissional.

A proposta da Comissão de Produção Editorial visa, decididamente, garantir a formação de pessoas desde uma perspectiva crítica e com capacidade de intervenção qualificada na sociedade; pessoas conscientes e capazes de propor, elaborar, discutir, criticar e implementar políticas públicas necessárias à defesa da população dentro e fora do âmbito de sua atuação profissional. A nosso ver, isto é o que constitui uma formação eticamente comprometida com o caráter público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado da universidade. Compromisso ético incompatível, é verdade, com os “princípios da reforma curricular da ECO”, mercantis e subalternos.

A única disciplina formadora na área de informática básica está alocada no ciclo comum, com o nome de Sistemas de Informação, remendo produzido, aliás, pela tentativa de se evitar que a apresentação de fundamentos da ciência da computação fosse substituída por “Adestramento no Mouse e no Teclado”. Assim, a Comissão de Produção Editorial conservou no seu projeto o estudo dos sistemas de armazenamento e recuperação de dados e das técnicas e fundamentos da documentação digital, indispensáveis para o profissional de Edição, o que lhe permite uma atuação qualificada em conjunto com especialistas em sistemas, presentes, hoje em dia, em praticamente todos os setores produtivos e de pesquisa.

A Comissão colocou-se nitidamente contrária à atomização dos conteúdos do curso de Produção Editorial, ameaçado

pela implantação de um currículo constituído por disciplinas fracamente acopladas, sem pré-requisitos, proposta da Direção da ECO para todos os cursos, tendo em vista as diretrizes de flexibilização do Governo Federal e do Banco Mundial para a Educação “Superior” no Terceiro Mundo. O preço da desobediência àquelas diretrizes seria a indignidade e a extinção institucional por absoluta falta de recursos. Para a Comissão de Produção Editorial, o preço da submissão à chantagem inconstitucional das administrações da UFRJ e do MEC é a perda da nossa identidade e o enfraquecimento da resistência ao desmonte da universidade pública e do patrimônio cultural que ela representa. Concordamos, contudo, que, pelo menos para aqueles que confundem “ser digno” com “ser ultrapassado”, seja difícil compreender as nossas razões.

Porque nisso se resume tudo, nessa ética implícita, que é a única forma de existência ética: não é a dificuldade o que corrompe, o que corrompe é que é a dificuldade.

Com a falta crônica de professores e recursos materiais, o maior problema não é o “sistema de créditos” que termina por se tornar um “sistema seriado”. De fato, a indignidade mascarada de “livre-arbítrio” que caracteriza a proposta da direção da ECO não passa de um arremedo de um “sistema de créditos”, com todos os seus defeitos e sem nenhuma de suas qualidades.

Em suma, não é a desestruturação “modernizante” que poderá atualizar o currículo e preparar o curso para os novos tempos, mas sim a preservação da nossa identidade, da consciência de pertencimento a uma instituição e a um projeto. Somente discutindo e deliberando, o mais democraticamente possível, sobre as estruturas e os conteúdos dos cursos, teremos alguma chance de construir e consolidar coletivamente os instrumentos de formação e de resistência. A partir daí, as ementas e os programas não serão mais meros artifícios de adaptação a uma “política educacional” predatória, mas produtos genuínos de nossa solidariedade

de acadêmica, por mais difícil que ela seja.

A revisão urgente da implantação do ciclo comum poderia equilibrar, pelo menos em parte, a carga sobre os departamentos. Deixar de caracterizar a especificidade do curso de Produção

Editorial no ciclo profissional, dispersando a carga horária entre disciplinas comuns às várias habilitações de Comunicação Social, não pode ser solução para a falta de professores e de recursos. Não somos um “espaço” para ocupação “eficiente”, mas um curso superior da maior universidade pública federal do país, uma referência de conteúdos, de procedimentos e de comportamentos.

O projeto de Produção Editorial para o ciclo profissional desejado pela Comissão não obriga o aluno, como o ciclo comum o faz, a cursar disciplinas “laboratoriais”. Obriga, sim, à participação em atividades específicas de sua área de atuação, desde que garantidos os recursos materiais e humanos para elas. Disciplinas que implicam trabalhos práticos não se confundem com as famigeradas disciplinas “laboratoriais”, assim como uma disciplina que faz uso de laboratórios não é trabalho de laboratório que toma emprestado o título de uma disciplina. A Comissão de Produção Editorial, enfrentando inúmeras dificuldades impostas pelo projeto “pragmático” da Direção da ECO, vem tentando construir um espaço democrático capaz de discutir aquelas limitações de recursos desde um ponto de vista político, organizando uma resistência possível ao desmonte planejado.

O projeto proposto pela Comissão de Produção Editorial afasta-se, portanto, decisivamente, do perfil que foi traçado pela Direção da ECO desde as primeiras reuniões sobre os novos currículos, sob o acicate de uma política de desmonte do MEC, da anuência subalterna dos Colegiados Superiores da UFRJ e do terrorismo financeiro da atual reitoria.

O fato de as reuniões da “reforma curricular da ECO” serem menos antidemocráticas do que as do período da ditadura, por exemplo, não significa que possam conduzir à aceitação da comunidade. Pois a “reforma” corresponde, no

atual estado de coisas, mais a uma liquidação do que restou e dos que restaram, do que a uma reorganização da resistência às forças liquidantes.

Não há dúvidas de que, continuarem as coisas como estão, e também devido ao projeto e ao perfil completamente diferentes para os formados em outras habilitações que não a de Produção Editorial, será muito difícil a aplicação da “reforma” no dia a dia da ECO e da UFRJ. Pois estaremos aí, permanentemente, recordando aos nossos colegas, funcionários, alunos e à comunidade em geral, que sim era e é possível resistir com dignidade ao desmonte, sem abdicar das nossas convicções mais profundas. Mais ainda, que a condição de qualquer resistência passa pela necessidade de defender aquelas convicções.

A ECO está, mais do que nunca, ameaçada de colapso, já seja pelo desmembramento ou descaracterização de seus cursos, já seja pela extinção do que resta de seu papel como instância crítica, pensante e verdadeiramente formadora na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Enquanto o curso de Produção Editorial servir, entre outras coisas, para mostrar à ECO, à UFRJ e à sociedade que há os que acham que vale a pena resistir à violência e à humilhação que hoje sofre a universidade pública, estará, pelo menos até agora, cumprindo o seu papel formador.

É para isso que existimos. Não há por que existir sem isso.

Isso é o que se pode e se deve fazer.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2001

William Dias Braga

Professor Assistente da Escola de Comunicação da UFRJ, Coordenador do Curso de Produção Editorial da ECO-UFRJ

Luiz Carlos Brito Paternostro

Professor Adjunto da Escola de Comunicação da UFRJ, Membro do GTPE da Adufrj-SSind

“Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:”

Assim se inicia a Mensagem n.9, de 9 de janeiro de 2001, que encaminha a sanção da Lei 10.172, da mesma data, que aprova o Plano Nacional de Educação.

Foram ouvidos e atendidos, então, os maiores “especialistas em educação” do País, os membros da equipe econômica. No plano internacional também, os mais qualificados “formuladores em educação” são organismos financeiros: o Banco Mundial, o BID, a OCDE e o FMI.

Foram vetados pela Fazenda e pelo MPOG:

a) o item 1.3, subitem 22 que amplia o Programa de Renda Mínima para crianças de 0 a 6 anos;

b) o item 4.3, subitem 2, que fixa a oferta mínima de ensino público superior em 40%;

c) o item 4.4, subitem 24, que garante a alocação de no mínimo 75% dos recursos da União vinculados ao ensino para a reestruturação e expansão das IFES;

d) o item 4.4, subitem 26, que garante crédito educativo para no mínimo 30% das matrículas no ensino privado superior;

e) o item 4.4, subitem 29, que recomenda triplicar, em 10 anos, os financiamentos públicos da pesquisa científica e tecnológica;

f) o item 10.3, subitem 4, que obriga a implantação de um plano de carreira para o pessoal técnico-administrativo;

g) o item 11.3, subitem 1, que amplia gradualmente, em 10 anos, até 7% do PIB, o percentual de gastos públicos em educação;

h) o item 11.3, subitem 7, que fixa valores mínimos para o financiamento público por aluno, segundo padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente;

i) o item 11.3, subitem 13, que transfere ao Tesouro a responsabilidade de pagar a aposentados e pensionistas, excluindo tais gastos da rubrica de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os assim chamados “Programas de Apoio às IFES” da SESu/MEC, cujo manual foi distribuído em abril de 2001, obedecem à mesma orientação, que desobriga o Estado de suas responsabilidades constitucionais relativas à educação pública, vinculando a alocação de recursos ao cumprimento de metas de produtividade estranhas e mesmo contraditórias com a qualidade e com a gratuidade do ensino superior público. Mais ainda, em nome da “produtividade”, para poderem candidatar-se ao financiamento do MEC, as instituições públicas federais devem, necessariamente, comprometer recursos “próprios”, exíguos mas indispensáveis ao funcionamento ainda que precário de suas atividades regulares, flexibilizar os seus currículos para adaptá-los à escassez e acelerar o desmonte. Assim, o mais recente desdobramento do Manual da SESu/MEC, que circula nos colegiados superiores da UFRJ, compromete 870 mil reais de recursos “próprios” a título de contrapartida - três oitavos - do financiamento máximo alocável para esta Universidade pelos Programas SESu/MEC. O mesmo se dá em um nível mais interno, dos Centros e das Unidades, no qual as ofertas de recursos para equipamentos de laboratórios estão comprometidas com projetos pseudo-acadêmicos, tais como o Ensino a Distância, cursos de extensão pagos, “parcerias” privadas e produção comercial de “bens culturais”. Assim, por exemplo, na ECO faltam professores e outras condições para a manutenção de seus cursos regulares, mas são prometidos recursos, desde que vinculados a projetos no mínimo desviantes em relação aos objetivos fundamentais de ensino gratuito e de qualidade que deveriam orientar a instituição.



Opinião/Segen Farid Estefen*

A COPPE na Graduação

Tendo em vista as informações incompletas e tendenciosas que vêm sendo publicadas em relação à proposta de ampliação e participação mais direta da COPPE na graduação em Engenharia da UFRJ, consideramos de fundamental importância esclarecer à comunidade da Universidade em relação aos verdadeiros propósitos que motivaram nossa instituição a apresentar tal proposta.

Os avanços tecnológicos e a globalização da economia mundial têm provocado grandes transformações nos diversos setores da sociedade. Este novo cenário requer profissionais com uma formação sólida e abrangente, capazes de dominar novas tecnologias e enfrentar desafios impostos por uma economia altamente competitiva e em constante mudança. A escolha da profissão é um momento decisivo para aqueles que desejam estar preparados para atuar neste novo cenário. Neste contexto, a COPPE foi motivada a apresentar uma proposta à UFRJ, maior universidade federal do país e responsável pela formação de grande contingente de profissionais, para a criação de três novas habilitações: **Engenharia da Informação, Engenharia de Controle e Automação, e Engenharia de Infra-estrutura e Planejamento Ambiental.**

Para oferecer estas habilitações, a COPPE buscou parcerias com outras unidades da UFRJ, no sentido de proporcionar ao aluno uma formação multidisciplinar, consolidada a partir de uma fundamentação em ciências básicas em sintonia com as novas tendências da ciência, da tecnologia e da sociedade contemporânea. O objetivo é proporcionar aos alunos o acesso aos mais modernos laboratórios, assim como a participação em projetos de alta tecnologia em parceria com empresas.

Portanto, a proposta da COPPE permite à UFRJ oferecer novas possibilidades de formação profissional aos vestibulandos que buscam em nossa Universidade a oportunidade de uma formação que os prepare para as demandas científicas e tecnológicas. A Diretoria da COPPE está convicta de que a UFRJ somente tem a ganhar com esse tipo de iniciativa. E é exatamente neste sentido que vem, por meio desta nota, refutar as informações equivocadas que vêm sendo veiculadas sobre a iniciativa da instituição.

Na edição de 14 de maio do Jornal da ADUFRJ, o Professor Miguel Jonathan, vice-Diretor do Instituto de Matemática (IM), emitiu equivocadas opiniões a respeito do assun-

to. A habilitação proposta pela COPPE é diferente do Curso de Informática oferecido atualmente pelo Instituto de Matemática. Aqueles que tiverem a oportunidade de ler o projeto apresentado pela COPPE, de forma isenta, perceberão que há diferenças claras de conteúdo programático, objetivos e metodologias. No que se refere ao corpo docente, dos 45 professores listados para participar da habilitação do curso de Engenharia da Informação, apenas nove são lotados no IM, sendo que, todos eles, por iniciativa pessoal, se propuseram a participar do referido curso. Também não faz sentido a apreensão declarada pelo professor, em relação à aplicação de recursos substanciais da UFRJ para a criação de um novo curso, uma vez que a COPPE em nenhum momento solicitou recursos orçamentários à Universidade para implementar suas novas habilitações. Quanto à proposta de que os vestibulandos que optarem preferencialmente pelo curso de Engenharia da Informação tenham como segunda opção o curso de Informática oferecido pelo IM e vice-versa, a COPPE já se pronunciou publicamente, em várias ocasiões, que é favorável a esta possibilidade.

Na mesma edição do referido jornal, o professor Paulo Renato Barbosa, Diretor Adjunto de Ensino da Escola Politécnica, faz inúmeras afirmações inverídicas. Não é verdade que os professores da COPPE tenham fácil e garantido acesso ao ensino de graduação a todas as habilitações da Escola Politécnica. Também não é correto a afirmação de que a COPPE impede ou dificulta o acesso de alunos de graduação a seus laboratórios. Muito pelo contrário, a instituição tenta estimular tal iniciativa através da oferta de projetos de Iniciação Científica e de participação destes alunos em projetos de engenharia. Para se ter uma idéia, hoje, somente nos laboratórios do Programa de Engenharia Civil, mais de 40 alunos de graduação da UFRJ estão trabalhando em projetos coordenados por professores da COPPE.

É preciso que todos tenhamos consciência de que, para sobreviver na atual conjuntura, em um mundo globalizado e extremamente competitivo, é preciso abrir mão de interesses corporativos e isolados em prol da UFRJ, Universidade da qual todos fazemos parte.

*Diretor da COPPE / UFRJ

Professor, envie o seu endereço para nosso cadastro de e-mails

Para facilitar a comunicação com nossos leitores, estamos reiniciando neste boletim uma campanha de cadastramento de endereços eletrônicos. Para quem já estava na nossa lista e mudou de e-mail recentemente, solicitamos que realize o recadastramento. Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importan-

te de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço para: adufjr@alternex.com.br

Ressaltamos que mesmo os professores não sindicalizados estão convidados a participar desse cadastramento.

Agradecemos desde já a colaboração.

Cartilha sobre periodização

Todos os centros acadêmicos da UFRJ (CAs) já possuem, à disposição dos interessados, uma cartilha criada pelas entidades (Adufrj-SSind, APG-UFRJ, DCE Mário Prata e Sintufjr) sobre periodização.



ASSEMBLÉIA GERAL

8/6 **9:30**
sexta-feira horas

Auditório do CT
Ilha do Fundão, bloco A

Pauta:

- 1- Estratégias de luta das IFES
- 2- 42º Conad - Propostas da Adufrj-SSind
- 3- Comissão de Trabalho - Emprego Público
- 4- Eleições diretoria/Conselho 2001/2003
- 5- Periodização na UFRJ
- 6- Divulgação de Relatórios Financeiros

Conselho de Representantes

5/6 **18:00**
terça-feira horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:

- 1- Estratégias de luta das IFES
- 2- 42º Conad - Propostas da Adufrj-SSind
- 3- Comissão de Trabalho - Emprego Público
- 4- Eleições diretoria/Conselho 2001/2003
- 5- Periodização na UFRJ
- 6- Divulgação de Relatórios Financeiros

UFRJ DEBATE PERIODIZAÇÃO



7 de junho (quinta-feira)
12:30h - Auditório do Centro de Tecnologia, bloco A
Mesa: conselheiro do CEG (a confirmar), conselheiro do CEPG (a confirmar) e a Técnicas em Assuntos Educacionais da UFRJ Ana Maria Ribeiro

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 30 • 04 de junho de 2001

www.adufrj.org.br

Reunião dos Professores do CT

6/6 **15:00**
quarta-feira horas

Bloco C, sala 205

Pauta:

Discussão da Pauta de Reivindicações;
Duas mil vagas para Concurso/ Emprego Público

Estudantes da EBA protestam de novo

Continuam sem aulas as disciplinas que utilizam o serviço de modelos-vivos

Cerca de trinta alunos estiveram novamente no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), na última quarta-feira, dia 30, reivindicando a contratação de modelos-vivos para as disciplinas obrigatórias dos cursos e habilitações da Escola de Belas Artes. Cavaletes, tintas, pincéis e lápis foram usados pelos estudantes em caricaturas e desenhos feitos, ao vivo, durante o decorrer da sessão. O alvo principal dos alunos foi o sub-reitor Ricardo Gattass, retratado de várias formas, não muito convencionais. A produção dos alunos foi mais uma forma de protesto contra os desmandos da reitoria e a falta de verba de manutenção para as atividades de ensino e infra-estrutura das unidades.

O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, que estava presente na sessão a convite dos colegiados, disse que a responsabilidade pela contratação dos modelos era da diretoria da EBA. Arouca disse, também, que a verba (segundo ele, de R\$ 30 mil) já estaria na unidade desde abril. Arouca confirmou as informações dadas pelos estudantes, em sessão anterior, de que a reitoria regulamentou as contratações em três modalidades: contratações individuais através de recibo de prestação de serviço (RPA) para um período de três meses, não renovável. Outra forma de contratação do serviço seria através de agência de modelos. Uma Fundação interna como a José Bonifácio, poderia, segundo o sub-reitor, em caso extremo, arcar também com as contratações.

Informações contraditórias

O diretor da EBA, Victorino de Oliveira Neto, também estava presente e deu um parecer totalmente contrário ao do sub-reitor Arouca. Segundo Victorino, há três anos, a



MODELO-VIVO POSA NO "UNIVERSIDADE NA PRAÇA" DE 1998

SR-3 vinha aceitando as contratações dos prestadores de serviço, feitas diretamente pela Escola, por RPA, para todo o ano letivo (oito meses). O diretor desmentiu a informação dada por Arouca de que o dinheiro para as contratações já estaria na unidade desde abril. "Os R\$ 30 mil somente foram disponibilizados depois que suspendemos as aulas. A SR-3 exigiu, para efetuar o empenho dos recursos, que fosse enviado, por nós, um contrato de prestação de serviços." De acordo com Victorino, a minuta do contrato foi feita enviada para a SR-3. "O parecer da minuta está há dois dias nas mãos do superintendente (da SR-3) Carlos Moreira. Estamos amarrados neste ponto", concluiu.

Contemporização

Diante das duas versões, Gattass sugeriu ao colegiado que evitasse o confronto dos esclarecimentos dados por Arouca e os do diretor da EBA, mas reconheceu que "claramente" havia um "descompasso nas informações". Nenhum conselheiro opinou sobre a questão, até que o representante do Centro de Tecnologia, Antônio Cláudio, propôs que as duas sub-reitorias (SR-1 e SR-

2) discutissem com a direção da EBA uma solução para o problema.

Unidade não foi avisada de mudanças

Segundo o Chefe do Setor Financeiro da Escola, Djalma de Carvalho Filho, a unidade não recebeu nenhuma informação oficial, por parte da SR-3, sobre a mudança no sistema de contratação dos prestadores. "Eles (SR-3) mandaram a dotação orçamentária, o que não significa o empenho e, portanto, não autoriza o pagamento dos prestadores", diz Djalma. O funcionário explica que a reitoria reformulou todo o sistema de contratações vinculando-o ao Sidec - Sistema de Divulgação de Contratos - ligado, por sua vez, ao Sifai. "Agora tenho que fazer um cadastro no Sidec e emitir um pré-contrato para obter um pré-empenho, mas isso não significa nada se a sub-reitoria não autorizar a execução (pagamento)". Djalma acredita que esta falta de comunicação entre a reitoria e as unidades gerou o impasse que deixou os estudantes sem aulas há quase dois meses.

Adufrj-SSind seleciona estagiários de jornalismo

Seção Sindical dos Docentes da UFRJ oferece duas vagas de estágio em seu departamento de Comunicação Sindical. Os candidatos deverão enviar seus dados pessoais e comprovação de vínculo acadêmico para a caixa postal 68531 ou pelo correio eletrônico - amsoares@civil.ee.ufrj.br ou kelvin@civil.ee.ufrj.br. A entidade receberá os dados até o dia 20 de junho. Os candidatos deverão ter conhecimentos de editores de texto (Word) e programas de acesso à Internet; e, preferencialmente, conhecimentos de programas de editoração (Page Maker e FrontPage)

Periodização

Terceiro debate critica autoritarismo da resolução

CEPG não mandou representante e conselheira do CEG chegou atrasada e saiu antes

“Fiquei um tanto quanto chocado com a questão numérica, com a preocupação quantitativa. Estamos à beira de um apagão, não só intelectual, mas mental”. Essas foram as palavras de Luiz Dagobert de Aguirra Roncari sobre a periodização na UFRJ. Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Roncari foi o convidado externo do terceiro debate sobre a nova divisão de períodos (resolução conjunta CEG/CEPG 01/99), realizado no dia 29 de maio, no Auditório G2, da Faculdade de Letras.

Para Luiz, esse tipo de ambiente passa a minar a autonomia do professor. Com a quantificação de tudo, são produzidas muitas estatísticas, mas dificilmente surgem conhecimentos novos. O docente lembrou o caso dos profissionais das universidades privadas. “Lá, pode-se até ganhar mais, no entanto, a autonomia vai pro espaço. As regras muito rígidas subordinam o trabalho do professor”, afirmou.

Luiz Roncari aproveitou para comentar que nenhum país pode dar um salto econômico e social sem universidades fortes. “A Argentina desmontou sua universidade”, afirmou. Aproximando-se então do tema do debate, Luiz observou que a USP viveu o processo de adaptação à LDB sem traumas e associou os problemas da UFRJ a essa avaliação quantitativa e a regras burocráticas muito rígidas.

Luiz Roncari disse ainda que sente um arrepiamento toda vez que se fala em flexibilização e reforma curricular no Brasil. “Nas grandes universidades do mundo (Harvard, Sorbonne), a gente não ouve falar nisso”, afirmou.

Representação desfalcada

A ausência de um representante do CEPG e a concordância da conselheira do CEG Edione Trindade com quase todos os argumentos da platéia deram uma característica mais calma ao terceiro debate sobre periodização realizado no dia 29 de maio, no auditório G2 da Faculdade de Letras.

A secretária do CEPG informou que havia dificuldades de indicação de um nome para compor a mesa: os mais antigos alegavam compromissos acadêmicos no horário marcado; já os docentes mais novos no colegiado não se sentiriam à vontade para defender uma posição que não conheciam plenamente. Essa relutância dos novos quadros do CEPG reforça, aliás, a argumentação das entidades de que a comunidade acadêmica precisa de



PLATÉIA ATENTA DO TERCEIRO DEBATE SOBRE PERIODIZAÇÃO NO AUDITÓRIO G2 DA FACULDADE DE LETRAS

mais discussão em torno da 01/99. O professor Marcos Borges (do CCMN), que compareceu ao debate anterior, poderia ir, mas apenas duas horas após o início previsto, o que inviabilizaria sua participação na mesa. A própria Edione, que também é diretora da Unidade onde houve o debate, chegou atrasada (cerca de uma hora) e saiu um pouco antes do encerramento. E só compareceu após ser chamada pelos representantes estudantis presentes. Não houve indicação formal do colegiado para representação no debate.

Proposta da Letras não venceu no CEG/CEPG

A conselheira do CEG foi muito breve em sua intervenção. Comentou inicialmente que a proposta da Faculdade de Letras não saiu vencedora na reunião conjunta CEG/CEPG. Edione disse que a resolução foi boa na medida em que contemplou o Centro de Ciências da Saúde no calendário da universidade, mas admitiu que o sistema de módulos acaba engessando o ensino. “Que bom que a comunidade se engajou nessa discussão. Os colegiados precisam dessa orientação”, falou. A diretora da Unidade se mostrou preocupada com a inscrição dos alunos (um caos no início do ano) com a proximidade do segundo semestre. “Já pro-

curamos esclarecimentos na sub-reitoria (de Graduação), estamos em junho e não temos uma orientação de como esse segundo semestre vai se realizar”, disse.

A vez das entidades

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, lembrou aos presentes que as entidades estavam investindo no debate com a intenção de garantir uma ampla discussão em toda a comunidade acadêmica. Sanglard também comentou que nunca foi vontade das entidades promoverem uma substituição do papel institucional dos colegiados. “Não queremos isso de maneira nenhuma. Os colegiados é que devem resolver a questão, ainda mais agora com o Consuni amordaçado pelo reitor-interventor”, disse.

A representante da APG e conselheira do Consuni, Gilda Moreira dos Santos, questionou a suposta tentativa de integração entre graduação e pós-graduação proposta na resolução 01/99. “Não é com uma lei que isso será legitimado”, comentou. Gilda disse ainda que a Faculdade de Letras não começou as aulas no dia 12 de fevereiro, mas os pós-graduandos estão sendo obrigados a entregar seus trabalhos até me-

Tribuna



Luiz Roncari
Professor da USP

“As regras muito rígidas subordinam o trabalho do professor. Fiquei um tanto quanto chocado com a questão numérica, com a preocupação quantitativa”



Gumercinda Nascimento
Professora da Letras

“O que a gente vê no país é isso: os acadêmicos discutem e a administração não aparece”, enquanto não tinha aparecido nenhum conselheiro do CEG e do CEPG para o debate.



José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

“Não queremos substituir o papel institucional dos colegiados de maneira alguma. Queremos ampla discussão em toda a comunidade acadêmica”

dos de junho para compatibilizar a entrega de notas com Unidades que iniciaram mais cedo. “Como é que pode? Não cumpriu (o calendário) no início, mas vai cumprir no fim”, criticou. Gilda também não perdoou a liberdade que a resolução dá para os professores espremerem suas aulas num curto período de tempo, sacrificando os estudantes e com perda dos conteúdos.

Pelo DCE Mário Prata, a estudante Isabel Mansur cobrou mais transparência da rediscussão da 01/99 nos colegiados. “Não basta dizer que estão rediscutindo. Existem vários problemas de conteúdo e da forma como foi implantada a resolução, sem nenhum debate”, afirmou.

Calendário para discutir

O professor Roberto Houaiss (Faculdade de Arquitetura) também abordou o caráter pouco democrático da implantação da 01/99. “A discussão aqui é importante, mas queria discutir nos Departamentos, na Congregação da FAU. Isso não houve. E quero calendário razoável para discutir”, disse. O professor da Escola de Engenharia Luciano de Menezes reforçou o caráter de autoritarismo da resolução durante sua implantação. Para isso, citou o fato de seu chefe de Departamento ter insistido no receso para todos os docentes no período entre os módulos. Mesmo para aqueles que tivessem optado pelas disciplinas semestrais.

Em relação ao calendário letivo implantado, Edione fez questão de dizer que os módulos não foram aceitos na Letras. “Sempre trabalhamos com 18 semanas e vamos continuar assim”, afirmou. A diretora disse que nunca entendeu que o começo das aulas em 12 de fevereiro era obrigatório. Diante dos protestos da platéia, lembrando que o sub-reitor Gattass teria comunicado essa obrigação a todas as Unidades. Edione ficou sem ter o que dizer.

Programas do MEC

Cobrada enquanto conselheira do CEG sobre as novas formas de financiamento da Universidade promovidas pelo MEC, Edione assentiu quanto à necessidade de os colegiados reverem essa política e também concordou quanto à necessidade de encaminhar essa discussão junto à comunidade de forma a não se repetir o atropelo verificado na aplicação da resolução CEG/CEPG 01/99.

Um documento que circula nos colegiados superiores da UFRJ, por exemplo, compromete R\$ 870 mil de recursos próprios a título de contrapartida - três oitavos - do financiamento máximo alocável para a universidade pelos programas SESu/MEC.

Ex-Secretário do MEC comparece ao debate

O personagem do terceiro debate sobre periodização foi, sem dúvida, o ex-sub-reitor e ex-secretário do Ensino Superior do MEC, Antônio MacDowell Figueiredo. O professor chegou um pouco depois do início da fala de Luiz Roncari e ficou aproximadamente duas horas no auditório. Enquanto ouvia as intervenções, Figueiredo recebeu um Vilhena-dólar criado pelas entidades. Sorriu e guardou a cédula no bolso.

Mesmo quando houve abertura de inscrições para a platéia, Figueiredo preferiu não se manifestar. Num certo momento das intervenções, a integrante do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adufrj-SSind, professora Maria de Lourdes, citou a matéria sobre a reunião CEG/CEPG de 1º de outubro de 1999, que aprovou os dois períodos letivos de 100 dias de aula cada um. O trecho do jornal lido pela professora mencionava a recusa do sub-reitor que presidiu a sessão conjunta de colocar em votação a proposta defendida por alguns conselheiros de que os períodos letivos na UFRJ continuassem como eram antes da Resolução 01/99, além da indignação com que os conselheiros reagiram a esta forma de autoritarismo. Embora a professora não tenha citado o nome, o presidente da mesa era o próprio Figueiredo. Imediatamente depois dessa fala, o professor se retirou do auditório.

Logo em seguida, o professor Luciano de Menezes, da Escola de Engenharia, lamentou que uma oportunidade como aquela tivesse sido “perdida”. “Infelizmente, é assim: temos muito a fazer nessa universidade e não dá para participar de tudo”, disse, referindo-se à saída do ex-secretário do Ensino Superior e um dos maiores responsáveis pela aprovação da Resolução 01/99 na UFRJ.

Professor, cadastre-se

Para quem já estava na nossa lista e mudou de e-mail recentemente, solicitamos que realize o recadastramento. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço para:
adufri@alternex.com.br



Colegiados

SESu pode reduzir substitutos

Na sessão de 30/05, o sub-reitor Ricardo Gattass informou que a Secretaria de Ensino Superior do MEC poderá cortar parte da cota de professores substitutos da UFRJ para 2001. De acordo com o presidente da Câmara Docente do CEG, professor Antônio Cláudio, as universidades têm direito ao teto máximo para solicitação de vagas para professores substitutos de 10% do número de professores permanentes do quadro. Atualmente, se encontra na SESu a solicitação de 273 vagas para substitutos e 15 para reserva técnica. A cota máxima da UFRJ seria de 317 professores. “Estamos abaixo do limite, mesmo com uma reserva”, disse Antônio Cláudio.

Ainda assim, Gattass teme que o ministério baixe a cota da UFRJ para 200 vagas, o que acarretaria sérios transtornos para as unidades. Caso o corte vire realidade, a Câmara Docente terá que se reunir novamente para redistribuir as vagas.

CEG rediscute Prograd

O sub-reitor de Patrimônio, Maurício Arouca, esteve presente no colegiado para prestar esclarecimentos sobre a política de distribuição de recursos na universidade. Arouca não disse muita coisa e os conselheiros se limitaram a questionar porque os recursos do Prograd não eram usados como um mínimo de ‘aporte’ para resolver os problemas estruturais emergenciais das unidades. Tanto o sub-reitor, como o professor Gattass lembraram as reuniões que estão acontecendo sobre o fundo de infra-estrutura que deverá ser disponibilizado pelo MEC para a universidade.

Arouca enfatizou muito que as unidades não estariam “acostumadas” a trabalhar com planejamento e previsão orçamentária. O conselheiro Antônio Cláudio concordou que a universidade precisa trabalhar mais com planejamento, mas disse que os colegiados não têm conseguido exercer sua função principal que é exatamente elaborar os orçamentos e fazer o planejamento efetivo.

Ao final do encontro com Arouca, os conselheiros chegaram à conclusão que precisam rediscutir toda a política de recursos e verbas, incluindo os programas Prograd (I e II) e Prolog, o que deverá ser feito nas próximas sessões.

Em tempo:

Manobra ardilosa

O interventor do Mec, José Vilhena, apronta mais uma violação contra a UFRJ. Com medo de deixar as sessões do Conselho Universitário acontecerem e ter que arcar com os prejuízos políticos de suas eventuais propostas “gerenciais”, Vilhena usa o artifício de convocar uma Assembléia Comunitária para entregar o Título de Doutor *honoris causa*. Segundo a redação do Jornal do Sintufjr, a manobra foi reconhecida pela representação dos técnico-administrativos, quando estes receberam o convite para a solenidade marcada para 8 de junho, no Fórum de Ciência e Cultura. Segundo os funcionários, Vilhena está propondo uma forma ilegal de oficializar o título. Quem tem competência para tal, de acordo com o regimento da universidade, é o Consuni. Além do mais, a convocação da Assembléia também é ilegal, já que a mesma foi extinta, segundo os funcionários, no Estatuto da UFRJ, atualizado e adaptado à LDB, em 11/05/1999.



UFRJ

EEFD ainda sem salva-vidas

Assim como no caso da EBA (ver matéria de capa), o CEG decidiu que as sub-reitorias de Ensino e de Patrimônio (SR-1 e SR-3) e a direção da Escola de Educação Física e Desportos deverão se reunir para resolver o problema de falta de salva-vidas nas piscinas da Unidade. Várias turmas estão sem aulas também no parque aquático da Escola por este motivo. O parque foi interditado pelo Corpo de Bombeiros em dezembro do ano passado. O superintendente da SR-1, Átila Nunes, disse que já havia entrado em contato com o comando dos bombeiros, que, por sua vez, já teria enviado dois profissionais para atuar nas piscinas

da UFRJ. A direção da EEFD reclama verbas da reitoria para a contratação dos salva-vidas, uma exigência da legislação estadual.

Os conselheiros questionaram a atual política de distribuição de recursos para as Unidades, principalmente no tocante às verbas para manutenção da estrutura de prédios e condições de ensino para os cursos de graduação. Nas próximas sessões, o colegiado deverá rediscutir o Prograd (chamadas I e II) e as verbas de Infra-estrutura (atualmente, os diretores de unidades vêm realizando reuniões periódicas para montar um projeto e concorrer ao fundo do MEC.



Cartas

Enquanto Vilhena não move uma palha contra a diretora da Faculdade de Educação, os arbítrios continuam naquela Unidade. Alguns professores receberam uma carta do Diretor Adjunto e coordenador da pós-graduação, professor Alberto de Mello e Souza, perguntando se aqueles não dariam as aulas para a turma pós-intervenção na FE. De acordo com estes docentes, a carta seria uma maneira de justificar os nomes de todos no folder do Programa e “despedir” o grupo formalmente. Segue abaixo a resposta do grupo de docentes ao professor Alberto.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2001

Ao Prof. Alberto de Mello e Souza
C/C Sub-reitoria, CEPG, comunidade da UFRJ, CAPES

Em resposta à sua carta de 2 de maio, **reiteramos o que já era de seu conhecimento antes da publicação do edital de seleção da turma de 2001**: não estamos ministrando aulas nem orientando alunos da referida turma. O atual programa de pós-graduação é ilegíti-

mo, encontrando-se em total desacordo com as decisões colegiadas da Universidade, como atestam os seguintes fatos:

1. os editais de seleção para Mestrado e Doutorado, então publicados, suspensos em janeiro de 2000;

1. o Regulamento de 1999, aprovado em todas as instâncias colegiadas da UFRJ, revogado à revelia dessas mesmas instâncias;

2. o Regulamento pelo qual V. S. tem se pautado, não adaptado às normas da resolução 01/99 do CEPG, uma vez que essa adaptação não foi aprovada nem pelo Colegiado nem pela Congregação da FE/UFRJ;

3. a retomada de linhas de pesquisa que não mais expressam o trabalho acadêmico desenvolvido pelo corpo docente;

4. o edital de seleção dos alunos da turma de 2001, não aprovado pelo Colegiado da Pós-graduação e rejeitado pela Congregação da FE/UFRJ;

5. o fato de ser este o único programa de pós-graduação em Educação de universidade federal cujo coordenador não foi eleito e a co-



Jurídico

Adufrj-SSind ganha abono 2001

Foi publicada sentença, proferida no dia 4 de maio, concedendo o direito de os professores sindicalizados à Adufrj-SSind optarem pela conversão em abono de 1/3 de suas férias de 45 (quarenta e cinco) dias referente ao ano de 2001. A sentença também garante o direito ao pagamento do abono pecuniário.

Mais uma vez a Adufrj-SSind consegue o reconhecimento judi-

cial de que é devido o pagamento do abono pecuniário aos professores. Também é importante destacar que a sentença proferida adota integralmente a tese que vem sendo defendida pela entidade há anos, reconhecendo a aplicação do Decreto 94.664/87, que aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, no lugar do Regime Jurídico Único – Lei 8.112/90.

ordenadora eleita destituída.

Lembramos a V. S. que já havíamos expressado nossa posição em reuniões de Colegiado da Pós-graduação, em cartas abertas à comunidade, ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da UFRJ, bem como na própria solicitação à Direção da FE para que suspendesse o edital da turma 2001. A propósito dos alunos desta turma, muitos dos quais sequer conhecemos, consideramos serem vítimas do descaso às decisões colegiadas que vem marcando, nos últimos tempos, a vida institucional em muitos setores da UFRJ e, especialmente, na Faculdade de Educação. Neste sentido, decidimos **não ministrar aulas, não realizar orientações e nem participar da seleção da turma de 2002**, caso o atual quadro se mantenha.

Apesar da total ilegitimidade do programa, que nos impede de colaborar, manchando nossas carreiras e nomes acadêmicos com a participação numa iniquidade, reiteramos nossa disposição, por dever legal e ético, de cumprir integralmente as respectivas cargas horá-

rias, em outras atividades da Faculdade, bem como no atendimento aos alunos da turma de 1999, como sempre fizemos.

Continuamos esperando que as recomendações da Comissão de Sindicância instaurada para apurar irregularidades na FE sejam acatadas pela Reitoria e que seja restabelecida a ordem institucional democrática na FE, condições indispensáveis aos altos propósitos acadêmicos de um Programa de Pós-graduação.

Alice Casimiro Lopes
Ana Canen
Ana Maria Vilela Cavaliere
Antônio Flávio B. Moreira
Edson A. Souza Filho
Luiz Antônio Cunha
Márcio da Costa
Ludmila Thomé de Andrade
Marlene Carvalho
Mônica P. Santos
Pedro Benjamin Garcia
Raquel Goulart Barreto
Renato José de Oliveira
Tarso Mazzotti


AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ

Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem**
Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

PERIODIZAÇÃO

Local:

**Salão Nobre
do IFCS**

21/6/01
(quinta-feira)

12:00
horas

Mesa:

um conselheiro do CEG
(a confirmar)

Professora Ingrid Sarti
(CEPG)

Professor Edmundo
Fernandes Dias,
do Departamento de Sociologia
da Unicamp

Reunião do GT de Política Educacional

O Gtpe da Adufrj, no próximo dia 11 de junho, no horário das 16h30min às 18h30min, realizará sua reunião onde discutirá questões nacionais e locais, entre elas a periodização na UFRJ.

O encontro será em frente à Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Esclarecimentos sobre o Plano Verão (26,05%)

Página 2

Gattass interrompe sessão do CEG

Página 6

Consuni não aceita mais despotismo da reitoria

Página 7

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 30 • 11 de junho de 2001



DA ESQ. PARA A DIR.: A TÉCNICIANA ANA RIBEIRO, PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ HENRIQUE SANGLARD; PROFESSORES ANTÔNIO CLÁUDIO (CONSELHEIRO DO CEG) E EDUARDO BATISTA (CEPG)

Mais críticas à periodização

Quarto debate promovido pelas entidades deu espaço ao embate de idéias e motivou ainda mais a reformulação da resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. Na sessão do CEPG do dia seguinte ao debate, uma integrante da comissão mista dos colegiados informou que a proposta de alteração desdobra a resolução em três outros documentos separando a GED em um deles. Páginas 4 e 5

DIA 12

Passeata no Centro

Adufrj-SSind conclama os professores da UFRJ para o ato dos SPF

De acordo com deliberação da última plenária dos Servidores Públicos Federais, ocorrida em 20 de maio, em Brasília, o Andes-SN realizou na semana de 4 a 8 de junho, em conjunto com outros

sindicatos do país, uma Jornada Nacional de Luta. No Rio de Janeiro, a Coordenação Estadual dos SPF indicou um ato para o próximo dia 12. Será feita uma passeata da Candelária à Cinelândia, pela CPI da

Corrupção e em protesto contra a crise energética, com concentração às 15h. Essa manifestação é considerada uma preparação para a Marcha dos 200 mil prevista para 27 de junho em Brasília.



Esclarecimentos sobre o Plano Verão (26,05%)

A matéria sobre a ameaça de corte dos 26,05% (Plano Verão), publicada no Jornal da Adufrj número 29, de 21 de maio de 2001, gerou dúvidas em vários sindicalizados sobre qual seria de fato a situação relatada. Em vista disso, tentaremos nesta edição resgatar, de forma sucinta, a história que culminou com o parecer da procuradoria da UFRJ propondo o corte e a cobrança do que já havia sido pago antes. Os fatos fundamentais são os seguintes:

a) em 1994, a Adufrj ganhou no TRT – Tribunal Regional do Trabalho, em segunda instância, a ação sobre o pagamento da URP de fevereiro de 1989 (Plano Verão – 26,05%) a seus associados (ainda não éramos Seção Sindical), cuja relação nominal constava da ação, mas a reitoria não efetuou o pagamento de imediato;

b) logo depois, o Sintufrj, que na época também era uma associação – a Asufrj, também ganhou a mesma ação e a reitoria resolveu pagar os 26% a seus associados;

c) como também havia professores associados à Asufrj, a situação ficou ainda mais estranha, pois apenas parte dos professores passaria a receber o ganho em função de uma mesma decisão judicial, e o pagamento aos associados da Adufrj também foi feito a partir de outubro de 1994;

d) no mesmo ano, a Adufrj entrou com processo administrativo solicitando a extensão do plano verão a todos os professores, não apenas aos associados listados nominalmente na ação de 1989 e, depois de muita luta, a extensão administrativa foi feita a todos os professores, inclusive os novos que ingressaram depois da 1989;

e) em 1996, não se sabe exatamente por que motivo, a reitoria estabeleceu que apenas os professores que tinham ingressado na UFRJ até dezem-

bro de 1994 e constavam na listagem do processo teriam direito ao ganho, retirando o pagamento dos demais e limitando a extensão administrativa a esta data;

f) em 2000, nossa ação transitou em julgado no TST – Tribunal Superior do Trabalho nos dando ganho de causa definitivo e, em função disso, entramos com uma petição ao juiz solicitando os atrasados do plano verão, relativos ao período de 1989 a 1994;

g) em seu despacho, porém, o juiz entendeu que tinha competência para julgar apenas o período em que estávamos regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, anterior ao RJU – Regime Jurídico Único, pois ele era um juiz trabalhista, limitando os cálculos dos atrasados até dezembro de 1990;

h) a procuradoria da UFRJ interpretou este despacho erroneamente, em nossa avaliação, e elaborou parecer à SR-4/Reitoria concluindo pelo corte do pagamento e cobrança do que já havia sido pago desde outubro de 1994;

i) a reitoria, conforme descrito em detalhes na matéria anterior, nos convocou recentemente para uma reunião onde nos sugeriu enacminhamentos para contornar a situação, ao mesmo tempo em que tentava responsabilizar a Adufrj-SSind por estar sendo forçado a executar o corte e a cobrança indicados no parecer do procurador, em função do despacho do juiz sobre a execução dos atrasados;

j) somente nesta reunião, o processo administrativo iniciado em 1994 nos foi apresentado, já que a reitoria nunca nos tinha dado ciência do andamento do processo durante todos estes anos, cujo desfecho era o parecer do procurador.

Em diversas oportunidades publicamos em nossos jornais e boletins as partes até então conhecidas do que foi

relatado. O corte não foi efetivado, mas a reitoria continua a fazer disso uma espécie de chantagem com os professores e a Seção Sindical - nesta última reunião o reitor afirmou diversas vezes que o corte seria uma questão de tempo. A decisão e a responsabilidade do corte, porém, sempre foi e continua sendo da reitoria, não da Adufrj-SSind.

Entretanto, não está claro ainda se o pagamento vinha sendo feito de fato de forma administrativa - a própria reitoria ora diz que sim ora que estaria cumprindo a decisão judicial de 1994, de acordo com suas conveniências. A rigor, pelo menos em parte o pagamento é administrativo sim, pois a extensão para quem ingressou até 1994 na UFRJ incluiu docentes que não estavam associados à Adufrj na época da ação. E é de competência exclusiva do reitor proceder a alterações salariais, suspendendo o pagamento administrativo ou o estendendo para todos ou parte dos docentes. Por outro lado, se já houve uma extensão administrativa, o que impediria nova extensão a todos hoje?

O mais curioso disto tudo é que reitoria já tinha entrado na justiça com o pedido de rescisão da decisão judicial que nos deu ganho de causa dos 26,05% e poderia suspender o pagamento a qualquer momento até o desfecho do processo - já contestamos a ação, que estaria, inclusive, fora do prazo legal para o uso deste recurso. Mas o argumento para o corte e a cobrança do que foi pago durante anos que o procurador propôs agora foi em função do despacho do juiz sobre a petição para a execução, o cálculo e o pagamento dos atrasados, o que é inteiramente descabido! Em suma, não há decisão judicial que obrigue a reitoria a fazer o corte ou a cobrar os valores já pagos - ela só o fará se assim desejar, por sua própria iniciativa.

Anote

Programa Recém Doutor

O Edital do Programa de Apoio a Docente recém-doutor Antônio Luís Vianna 2001 está disponível na página eletrônica da SR-2 (www.sr2.ufrj.br). Os eventuais candidatos devem enviar uma mensagem eletrônica para alv@sr2.ufrj.br informando da intenção de se candidatar ao Programa. Só podem se candidatar docentes do quadro permanente da UFRJ admitidos até a data limite para o recebimento das propostas (18 de junho) e com grau de Doutor obtido após 1º de maio de 1998, entre outros aspectos. O local de entrega das propostas é a sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2), Divisão de Pesquisas - Prédio da Reitoria, sala 817. Os telefones são: 598-1723 e 598-1729.



Capes inscreve para bolsas no exterior

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) está com inscrições abertas, até o dia 31/08, para bolsas de doutorado no exterior. A coordenação de bolsas de auxílio no exterior informou que, ainda neste ano, 200 novos bolsistas serão selecionados. É necessário que o candidato escolha a instituição e país em que deseja cursar e justifique a opção em seu plano de estudos. É a primeira vez que as inscrições para doutorado podem ser feitas pela Internet, através do site www.capes.gov.br



AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular
Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Folha Dirigida Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufjr@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufjr2@ax.ibase.org.br Home-page: <http://www.adufjr.org.br>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Dinheiro só para os “melhores”

Recursos do fundo de infra-estrutura vão beneficiar Unidades com pesquisa forte

Não houve grandes avanços na reunião de diretores e decanos, dia 4 de junho, para tratar da repartição de recursos pela UFRJ do Fundo de Infra-estrutura de Pesquisa do governo. O que começou a ganhar força naquele fórum de dirigentes foi a utilização de critérios produtivistas (somente do nível de pesquisa) para dividir os prováveis R\$ 15 milhões que caberiam à universidade. No próximo encontro, que promete ser mais “quente”, marcado para esta segunda-feira (dia 11), o sub-reitor Ricardo Gattass ficou encarregado de mostrar uma primeira proposta de distribuição do dinheiro pelas Unidades.

As Unidades “ganham” mais três dias, a partir daquela reunião, para entregar à reitoria o levantamento de suas necessidades estruturais (prazo estipulado anteriormente para o dia 18 de maio) e o levantamento de sua produção acadêmica (previsto para o próprio dia 4 de junho). O sub-reitor estava preocupado com o reduzido número de documentos entregues até então. Sobre este aspecto, o diretor do Instituto de Química, Ângelo Pinto, chegou a dizer que quem não fizesse o “dever de casa” estaria fora do edital.

Gestão do dinheiro

Outro item que não ficou claramente de-

finido na reunião disse respeito à gerência dos recursos na universidade. Não se sabia se cada diretor administraria um percentual do “bolo” ou se um decano ou “gerente” a ser indicado tomaria conta de uma área maior interligada. A idéia das “unidades físicas” ou conjuntos de prédios próximos, chamados agora de “módulos” (a palavra parece ter virado moda na UFRJ, depois do Sigma e da periodização), tomou a dianteira das propostas. Ou seja, a Praia Vermelha, embora comporte Unidades de vários Centros, receberia um investimento geral; o CCS (Fundão), outro; o CT mais as três Unidades do CCMN a que dá abrigo, outro; e assim por diante. Não foi encontrada nenhuma fórmula para generalizar os investimentos nas Unidades isoladas, como o IFCS, Escola de Música, Observatório do Valongo, entre outras.

E o alojamento?

Sabidamente um dos prédios mais deteriorados da UFRJ, o alojamento não mereceu sequer uma citação na reunião de diretores e decanos. A justificativa de que o dinheiro deve ser usado para recuperar prédios onde se faça pesquisa jogou os estudantes de baixa renda para escanteio. Aliás, outras Unidades, onde a pesquisa não é forte, como o Colégio de Aplicação, devem ter o mesmo destino. Nas palavras do diretor do Instituto de Economia e integrante da comissão local de infra-estrutura, João Ferraz, “temos que propiciar condições para que os

centros de excelência avancem mais e puxem as demais (Unidades)”. Sabe-se lá como isso vai ser feito... Houve uma tentativa do decano do CCS, Sérgio Fracalanza, de atribuir “pontos” para a parte de graduação, mas Ferraz refutou a idéia baseado no caráter do edital (chamado de “desenvolvimento da infra-estrutura institucional de pesquisa”). Foi aceita pela comissão local a reivindicação do Centro de Letras e Artes de que a produção artística fosse considerada no mesmo nível da produção científica.

IPPUR reclama e Medicina justifica falta de proposta

A disputa pelos R\$ 15 milhões tem exposto situações diversas entre as Unidades da UFRJ. O diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga, justificava não ter enviado qualquer proposta para a comissão pelo fato de a FM não possuir uma estrutura própria. Seus estudantes utilizam as dependências de várias Unidades, principalmente as hospitalares. Por outro lado, o diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Rainer Randolph, reclamava justamente do contrário. Temia que sua produtividade contasse para o prédio da reitoria como um todo, em detrimento do próprio IPPUR (que utiliza um espaço “emprestado” da FAU).

Sistema de Bibliotecas pede socorro

Conselheira do CEPG, a professora Vera

Lúcia apareceu na reunião dos dirigentes para pedir apoio financeiro do fundo de infra-estrutura para o Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ. Segundo ela, é necessário R\$ 1,5 milhão para realizar alguns serviços de melhoria no acervo da universidade (catalogação, atualização do servidor, segurança e climatização). No entanto, mais US\$ 8 milhões (isso mesmo, dólares) seriam necessários para a reposição de cerca de dois mil títulos considerados prioritários desde 1998.

Racionamento entra na pauta

O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, falou sobre racionamento na UFRJ durante o período de crise energética. Para ele, uma espécie de cartilha de conscientização está sendo elaborada para que se evitem os desperdícios na universidade. Nas áreas externas, Arouca afirmou que já foi reduzida a iluminação em cerca de 50%. Nos prédios, o sub-reitor comunicou que os diretores seriam chamados pela Prefeitura Universitária para informar em que períodos poderia haver corte da luz. A idéia é fazer o “apagão” doméstico sem prejudicar qualquer pesquisa que dependa do fornecimento contínuo de energia.

As pesquisas podem ser desenvolvidas sem iluminação externa, mas como fica a segurança, por exemplo?



Adufrj-SSind esclarece mais uma vez posição sobre proposta do CAp/UFRJ

No dia 21 de maio, a Apubh respondeu ao ofício de esclarecimento enviado pela Adufrj-SSind (ver boletim nº 29, de 21 de maio) sobre a proposta de o Colégio de Aplicação da UFRJ pleitear uma gratificação nos moldes produtivistas da GED.

A presidente da seção sindical mineira, professora Beatriz Couto, cita as matérias publicadas sobre o assunto nos jornais da Adufrj-SSind e reconhece que nestas matérias havia a crítica às gratificações de caráter produtivista (GED/GID) e também a defesa da Carreira Única. No entanto, afirma a diretora: “como as matérias não foram assinadas, fica implícita a concordância da ADUFRJ”. Ainda segundo a professora Beatriz, o fato que levou à proposição de uma campanha junto ao Andes-SN para essa luta “capiana” foi a sintonia verificada entre os professores da base mineira e a proposta do CAp. Assim que tomaram conhecimento da

posição do CAp/UFRJ, passaram a reivindicar daquela AD uma postura semelhante, que consideravam adequada para a defesa dos seus interesses. Daí, a incorporação desse ponto na pauta de lutas da Apubh.

“Preocupados em ampliarmos o nosso campo de lutas, longe da intenção de polemizarmos o assunto em questão, esclarecemos os motivos que nos levaram a propor à Andes-SN a divulgação da campanha. Tal postura não é novidade pois a Andes já encaminhou em tempos anteriores dossiê das escolas de 1º e 2º graus e CEFETS ao MEC para reivindicar tratamento isonômico ao do 3º grau quanto a percentuais de DE, titulação e mesmo para subsidiar a luta conjunta por carreira única”, encerra o ofício mineiro.

No dia 5 de junho, em novo ofício enviado à Apubh, a diretoria da Adufrj-SSind reafirmou seu posicionamento de não ter promovido qualquer campanha de apoio ao en-

caminhamento institucional dado à GID pelos docentes do Colégio de Aplicação. A seção sindical reconhece a legitimidade do dossiê, que busca caracterizar a natureza universitária das atividades do colégio. No entanto, não apóia a iniciativa de reivindicação de uma gratificação produtivista nos moldes da GED. “Deste modo, é preciso entender que o dossiê e a reivindicação da GED são questões distintas, com origens também diferenciadas”, diz um trecho do ofício.

A diretoria da Adufrj-SSind encerra o ofício, listando três pontos pelos quais essa reivindicação do CAp/UFRJ não poderia ser transformada em um movimento político geral e coerente dentro do Sindicato, como sugere a Apubh. Em primeiro lugar, a reivindicação seria discriminatória em relação aos próprios docentes de 1º e 2º graus, pois congregaria apenas os docentes dos colégios de aplicação, excluindo outras Unidades

de ensino básico ligadas às IFES. Em segundo, a reivindicação em si da GED é contraditória com a proposta de Universidade e as reivindicações salariais do Sindicato por reajuste linear, por isonomia e por uma verdadeira avaliação docente, entre outros aspectos. Por fim, “a reivindicação de GED nos termos propostos não está vinculada à luta pela carreira única e a ela se contrapõe, na medida em que dividiria a categoria em frentes de luta distintas para os docentes de terceiro grau e para os docentes do ensino básico”.

A diretoria da Adufrj-SSind já entrou em contato com a comissão de professores do CAp que coordenou os trabalhos que resultaram na proposta para marcar uma reunião visando esclarecer a questão. Logo após e com o mesmo objetivo, será agendada uma reunião com todos os professores do colégio.

Periodização

Mais críticas à

Quarto debate reafirma os problemas da 01/99. Comissão CEG/CEPG deve apresentar proposta nova em breve

O quarto debate sobre a periodização realizado no auditório do Centro de Tecnologia no dia 7 de junho foi uma aula de Universidade. O embate das idéias mostrou a diversidade da UFRJ e deu mais motivos para a reformulação da resolução conjunta CEG/CEPG 01/99.

Primeiro a falar, o conselheiro do CEPG Eduardo Batista defendeu a resolução. “Mas há coisas a serem corrigidas”, admitiu. Eduardo elogiou o que chamou de princípios fundamentais da 01/99, como o calendário único. Para ele, houve mérito dos conselheiros em “sintonizar” num determinado período de tempo disciplinas do CCS (que trabalham com mais de 20 semanas), a graduação em geral e parte da pós-graduação que utiliza disciplinas de doze semanas em seu curso (deu exemplo da Coppe). Sobre a crítica de que os professores estariam dando aulas a mais, Eduardo falou que a interpretação não é correta. Acrescentou ainda que a orientação começou a ser contada para a atividade docente, o que não existia antes. “Não significa (que os professores são obrigados a dar) oito horas só de aula por semana. Nem teríamos horas-aulas para todos os três mil docentes da universidade”, comentou. O conselheiro do CEPG fez questão de frisar que a resolução é fruto do esforço dos dois colegiados acadêmicos e procurou isentar a reitoria de qualquer responsabilidade no processo. “Tenho certeza de que os colegiados atuaram de forma independente”, disse. Aproveitou para informar que a comissão mista CEG/CEPG está trabalhando no aperfeiçoamento da resolução e, acreditava que, em menos de um mês, os resultados dessa iniciativa deveriam estar sendo divulgados amplamente.

O professor Antonio Cláudio, representante do CEG, falou em seguida. Segundo ele, foi o reitor quem começou a história da resolução, ao afirmar para a mídia que a UFRJ ofereceria 50% vagas a mais em um ano (proposta de três entradas de alunos, no lugar das duas atuais). Para Antonio Cláudio, o problema com a aceitação da resolução foi que a comunidade se “prende” muito à questão da periodização apenas e esqueceu os demais pontos (car-

ga horária docente, carga horária discente, conceitos de aula etc). O conselheiro admitiu que a resolução 01/99 ficou tumultuada na medida em que misturou vários assuntos num só documento (entre eles, a GED). Por fim, afirmou que a resolução adaptou a UFRJ à LDB, incluindo o período reservado a exames finais dentro dos polêmicos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo.

Convidada desse penúltimo debate promovido pelas entidades, a técnica em Assuntos Educacionais e funcionária atualmente lotada no Instituto de Doenças do Tórax (IDT), Ana Maria Ribeiro, voltou bem mais no tempo para tratar da periodização. Ana lembrou do processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Congresso. A técnica contou que o impacto da LDB na UFRJ poderia ser resolvido com mudanças estatutárias e que isso foi oportunamente comunicado aos colegiados acadêmicos. “Não havia nada que exigisse regulamentação específica”, disse, em referência à criação da resolução conjunta 01/99. A técnica também questionou o procedimento adotado pelos conselhos de não contar mais o sábado como dia de trabalho acadêmico efetivo. “É uma pequena grande contradição”, brincou. “Antes contava, agora não”, completou.

Ana Maria, de forma bem didática, usou algumas transparências para comparar a legislação da LDB e a resolução CEG/CEPG. Questionou a interpretação dos colegiados superiores da UFRJ sobre os 200 dias de trabalho acadêmico efetivo: “Isso foi criado na LDB para fiscalizar cursos privados que só davam aulas três dias por semana. Não se aplica às universidades públicas que sempre deram mais que os 200 dias, como sempre foi o caso da UFRJ”, disse. Ana reiterou que a UFRJ não fecha completamente em nenhum mês do ano e muita pesquisa é feita, inclusive, aos domingos. “Quando trabalhei na comissão do vestibular, tinha que dar uma pilha de autorizações para professores e alunos entrarem nas Unidades, principalmente no CCS, nos finais de semana das provas”, afirmou. A funcionária criticou mais uma vez a rigidez implantada no momento em que a resolução qualifica o dia de trabalho acadêmico efetivo como aquele em que há o funcionamento normal de secretarias, labora-

tórios e bibliotecas. “Se um professor vem fazer pesquisa num sábado e o laboratório onde está pega fogo, quem vai ser responsabilizado? Pela resolução, o próprio professor!” Por fim, Ana Maria comentou o triste episódio da evasão causada pelo descompasso entre o calendário da UFRJ (início em fevereiro) e as demais universidades. Afirmou que o número oficial deve ficar em torno das mil vagas perdidas.

A vez das entidades

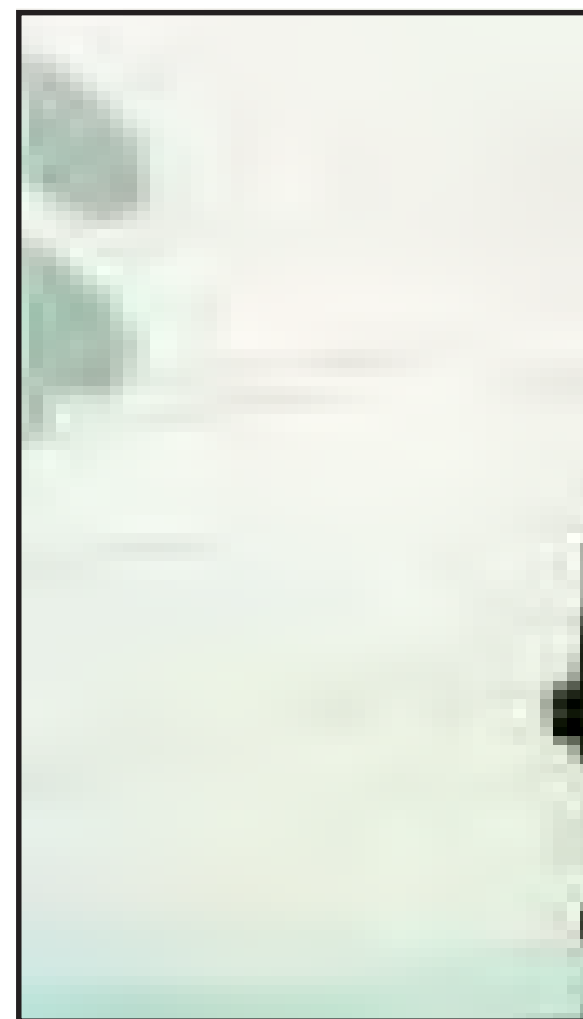
A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, citou a fala do professor José Henrique Sanglard, no debate anterior: “Não cabe a nós (entidades) substituir os espaços institucionais, mas garantir democraticamente um amplo debate”, disse. Para Cleusa, a resolução faz parte de um processo maior, imposto pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI “e a UFRJ é a ponta desse iceberg”.

O diretor do Sintufrj Marcilio Lourenço destacou a abertura da discussão que foi promovida pelas entidades. Segundo ele, nas universidades, e particularmente na UFRJ, existe hoje a política do “tacão”, do fato consumado. “Precisamos fazer debates mais do que nunca. Se não, o reitor vai passar o rodo”, disse.

A coordenadora do DCE Isabel Mansur explanou o caráter autoritário da resolução. Lembrou aos presentes o comunicado do sub-reitor Ricardo Gattass a todas as Unidades no estilo “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Na ocasião, Gattass teria dito que uma comissão de sindicância seria criada para cada lugar que recusasse iniciar as aulas em fevereiro. “Por que nas outras universidades isso não aconteceu? Não acho que seja através de uma resolução que vamos fazer a integração graduação/pós. E a autonomia das Unidades?”, criticou. Para a representante da APG-UFRJ Gilda Moreira, o fato que mais a irrita na resolução CEG/CEPG é que a propalada “flexibilidade para facilitar a pesquisa” não aparece no texto da resolução. “É um processo de burocratização da UFRJ”, disse.

Conselheiros tentam responder

Antonio Cláudio comentou que o alto índice de evasão atual não foi provocado pela época em si do início das aulas, mas pelas próprias normas do vestibular. Citou o problema do Instituto de Química, que teve a maior procura no concurso dos últimos tem-



ANA MARIA COMPARA ARTIGOS DA LDB

Tribuna



José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

“Como o CEG e o CEPG vão levar essa discussão aos locais de trabalho, nos Departamentos? Se precisarem de divulgação, as entidades abrirão o espaço necessário”, sobre a necessidade de ampliar o debate da reformulação da 01/99.



Antônio Cláudio
Conselheiro do CEG

“A comunidade ficou muito à vontade com a periodização, mas os demais pontos ficaram muito mais complicados em muitos assuntos”.

periodização



DEBATE E DA RESOLUÇÃO CONJUNTA CEG/CEPG PARA FAZER SUAS CRÍTICAS



Antonio Cláudio
Membro do CEG
"A resolução se prendeu ao entendimento da comunidade e esqueceu os aspectos pedagógicos. A resolução foi aprovada num clima de euforia que misturou entusiasmo e medo."



Ildeu de Castro Moreira
Professor da Física
"Essa resolução dos 200 dias de aula oferece uma visão mídua da universidade. Tenho vergonha do servilismo (da comunidade acadêmica) da UFRJ. Essa universidade é servil; é a universidade submetida."



Eduardo Batista
Conselheiro do CEPG
"Não é correta a interpretação (da comunidade) de que o professor deve dar mais aulas. (A resolução) não significa que os professores são obrigados a dar oito horas só de aula por semana."

pos e, ao mesmo tempo, ficou com mais vagas ociosas do que nunca. "Isso se deveu às notas mínimas exigidas para algumas disciplinas específicas que tiraram muitos candidatos". Sobre a inscrição nas disciplinas (uma desgraça no início do ano), o conselheiro argumentou que algumas medidas estão sendo tomadas. "Está sendo feito um treinamento dos funcionários das secretarias de ensino (meio caótico, segundo o próprio Antonio Cláudio, pois o treinamento só existe em um turno e todos os funcionários precisam ser liberados ao mesmo tempo); estão sendo feitos investimentos no maquinário da DRE e na informatização das secretarias de ensino", informou.

Eduardo Batista rebateu a crítica de que a resolução seja burocrática. Segundo ele, a 01/99 "mexe com conceitos acadêmicos" e não existe prejuízo para a pesquisa. "Na Coppe, onde os conteúdos programáticos passaram de 12 para 10 semanas, imprimiu um pouco o tempo, mas pode ser feita (a pesquisa)", disse. Diante da exposição da técnica Ana Maria Ribeiro comparando LDB e resolução 01/99, Eduardo ressaltou que o "espírito da resolução" pedia o período reservado aos exames finais incluídos nos 200 dias. Entretanto, consta da resolução que os exames finais se situariam fora dos 200 dias. "Temos que alterar isso", afirmou. Eduardo aproveitou ainda para rebater as críticas de que a 01/99 foi criada para acomodar os professores da pós na GED. O conselheiro do CEPG citou o artigo que obriga todos os docentes a darem um mínimo de 160 horas por ano na graduação. "Votei contra. Acho isso uma aberração. Não há cursos de graduação suficientes para todos os docentes. Unidades como o Museu Nacional não têm graduação", disse. Neste momento, o professor elogiou a organização do debate e disse ter se sentido bem ao longo da discussão. "Falaram em ambiente tenso (para os conselheiros), mas está um clima *relax*", brincou.

Mais críticas à resolução

Ana Maria continuou seu bombardeio sobre a resolução. No entendimento dela, não haveria a quantidade de cursos novos de graduação sendo propostos no CEG (ver matéria na página 7) se não houvesse a GED embutida na resolução. "É engraçado que tenhamos que adaptar o calendário de toda a universidade para que a Coppe possa dar aulas na graduação. Ainda não vi proposta

no Consuni para a Coppe se transformar em Unidade acadêmica, deixar de ser um órgão suplementar. Neste caso, ela perderia a (Fundação) Coppetec, que vende serviços?", perguntou.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, voltou a cobrar dos conselheiros como a resolução vai ser discutida na comunidade acadêmica. "Como o CEG e o CEPG vão levar essa discussão aos locais de trabalho, nos departamentos? Se precisarem de divulgação, as entidades abrirão o espaço necessário", observou.

O professor Ildeu de Castro Moreira, da Física (e que também dá aulas na Coppe), discordou do conselheiro Eduardo quando este disse que a pesquisa não foi prejudicada na UFRJ. Na metade do ano, o professor explicou que, em sua área de atuação, existem congressos importantes aos quais não poderá comparecer mais porque estará dando aula na universidade. Ildeu se disse totalmente atingido pela resolução. "Na Física, meu curso foi estendido. Na Coppe, foi contraído. Até hoje não ouvi as justificativas pedagógicas para isso", ironizou. E o docente informou ainda que 90% de seu departamento foi contra a resolução. "Essa resolução dos 200 dias de aula oferece uma visão mídua da universidade. É um negócio imbecil. Sou professor daqui há 20 anos e tenho vergonha do servilismo (da comunidade acadêmica) da UFRJ. Essa universidade é servil; é a universidade submetida", afirmou.

IMPORTANTE:

Desdobramentos da resolução no CEG/CEPG

Na sessão do CEPG do dia seguinte ao debate (8/6), a professora Denise Pamplona, que também é integrante da comissão mista CEG/CEPG informou que haverá uma reunião desta comissão na quarta-feira (dia 13) para fechar a reformulação da 01/99. Existe a proposta de desdobrar a polêmica resolução em três documentos: uma resolução sobre periodização modificada; uma, sobre a aplicação da LDB; e uma outra sobre a resolução da GED. Na semana seguinte, as propostas seguirão aos colegiados em separado para uma primeira avaliação; depois, para uma sessão conjunta; e depois para as entidades representativas dos segmentos. A idéia é que os documentos circulem amplamente na comunidade acadêmica.



Colegiados

Gattass encarna Vilhena e interrompe sessão

Sub-reitor fica irritado com possível veto aos cursos de graduação da Coppe e impede votação

Na última quarta-feira (6), o sub-reitor interino de Graduação, Ricardo Gattass, interrompeu intempestivamente a sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). A atitude de Gattass fez lembrar os vários acometimentos do reitor interventor, José Vilhena, quando o Conselho Universitário ainda se reunia regularmente. Depois de algumas horas discutindo sobre a aprovação ou não dos três novos cursos de graduação propostos pela Coppe, os conselheiros queriam votar a proposta. Como as declarações da maioria do colegiado eram desfavoráveis à Coppe, Gattass, que nitidamente queria ver os novos cursos figurando no edital do vestibular 2002, perdeu o controle e declarou que não iria mais pôr a matéria em votação.

Os conselheiros se revoltaram com a atitude ditatorial do representante da reitoria. Um dos professores, da Escola de Engenharia, que assistia ao festival de manobras por parte de Gattass, acabou perdendo a paciência e declarou que se retiraria, acusando o sub-reitor de autoritário e ditador. Foi a deixa para que Gattass encerrasse a sessão e conseguisse evitar que o colegiado votasse, mais uma vez, contra a proposta da Coppe de oferecer cursos de graduação – Engenharia da Informação, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia de Infra-Estrutura e Planejamento Ambiental.

Os conselheiros se revoltaram contra a atitude do sub-reitor e decidiram autoconvocar uma sessão extraordinária do colegiado para a quarta-feira, dia 13, às 8 horas, uma hora antes da convocação ordinária. O objetivo dos conselheiros é aprovar uma nota de esclarecimento quanto à posição do colegiado sobre os cursos de graduação da Coppe. O colegiado deverá votar contra a realização dos cursos por entender que não houve acordo entre a Escola de Engenharia, que os abrigaria como habilitações, e a Coppe – que insiste em oferecer os cursos independentemente da Unidade.

A situação da proposta da Coppe não é muito favorável. Para conseguir emplacar os cursos de graduação, a unidade vai ter que contar também com o apoio do Conselho Universitário (se este vier a se reunir regularmente) para ter regularizada sua situação regimental e sua condição como unidade de ensino de graduação e pós-graduação.

Durante a sessão, os conselheiros ouviram a coordenadora do curso de Engenharia Civil, Mônica Salgado, e o professor Emérito Benjamin Ernani Diaz, da EE, e, novamente, o professor Fernando Rochinha, representante da Coppe. Tanto Mônica como Ernani argumentaram contra os cursos da Coppe, principalmente o de Infra-estrutura e Planejam-

BASES PARA A NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO INSTITUCIONAL DA UFRJ
(Proposta de encaminhamento)

O Reitor da UFRJ propõe-se a convocar o Conselho Universitário, sob vigência do Estatuto de 1971, exceto quanto à composição do Conselho, para o que manter-se-ia aquela estabelecida no início de 1999, e com a correção referente à extinção do ano letivo.

1. O Conselho Universitário teria a incumbência de aprovar a indicação do Reitor para o cargo de Sub-Reitor, atualmente não ocupado, com o objetivo de recuperar a composição 70/30;
2. O Conselho Universitário teria a incumbência de elaborar um novo Estatuto a partir de proposta de texto apresentada pela Reitoria:
 - a) Com vigência a partir de 08/07/2002;
 - b) Com disposição transitória que assegure a vigência do Estatuto de 1971, com as adaptações realizadas no início de 1999, até 07/07/2002;
 - c) Com disposição transitória que regularize estatutariamente a existência de Unidades ou Órgãos Suplementares não constituídos no Estatuto de 1971.
3. O Conselho Universitário aprovaria o novo Estatuto elaborado nos termos do item 2.
4. O Reitor encaminharia o novo Estatuto ao MEC, aprovando nos termos do item 2, para aprovação pelo Conselho Nacional de Educação.

>UFRJ
>CONSELHO UNIVERSITÁRIO
>SESSÃO DE 07.06.2001
>EXTRAORDINÁRIA
>REITORIA - 9:30 HORAS - ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA
>
>EXPEDIENTE
>(30 minutos improrrogáveis)
>
>ORDEM DO DIA
>1 - Aprovação da indicação do Prof. Átala Pantaleão Silva Freire para Sub-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Docente.
>
>2 - Encaminhamento da discussão do novo Estatuto da UFRJ.
>(Apresentação, pela Reitoria, de proposta de encaminhamento da discussão).
>
>Atenciosamente.
>Ivan da Silva Hidalgo
>Secretário dos Órgãos Colegiados

Automação (que teria equivalência com o curso de Engenharia Elétrica), no início desta discussão há um ano atrás, mas via com receio a atual proposta. Segundo Antônio Cláudio, o departamento de Eletrônica da EE também estava disposto a organizar o curso, se houvesse recursos necessários.

Antônio Cláudio sugeriu, também, que a Coppe estava interessada em abrir espaço para a garantia da Gratificação de Estímulo à Docência a seus professores e, também, para utilizar os recursos dos Fundos do Ctpetro (Plano Nacional de Ciência e Tecnologia do Setor de Petróleo e Gás Natural), que a unidade estaria conquistando junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

O professor Rochinha rebateu as declarações do conselheiro, afirmando que a Coppe não precisaria dos novos cursos para se beneficiar dos fundos e que seus professores têm uma pontuação média de 137 pontos na GED, atualmente.

Enxurrada de cursos novos

Antes de apresentar o resultado da reunião

entre os coordenadores de ensino da Coppe e os representantes das unidades que participariam dos cursos, a representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Angela Gonçalves, comentou que chegou à Câmara de Currículos, nas últimas semanas, outras propostas de cursos novos para inserção no edital de vagas do vestibular 2002. Foram propostos, além dos três cursos da Coppe, mais dois cursos da Escola de Engenharia (Engenharia de Petróleo e Engenharia de Meio Ambiente), um do Instituto de Geociências (Turismo) um da Coppead e um da Biofísica. A professora informou que surgiu na câmara um projeto do Núcleo de Escola de Saúde Pública para um curso de graduação em Saúde Pública. Assim como a Coppe e a Coppead, o NESC não tem atribuição para ministrar cursos de graduação, mas, segundo a presidente da Câmara de Currículos, o diretor do Núcleo, Roberto Medronho, estava estarelecido com a informação e disse que não enviaria nenhum processo até o fim de semestre.

to Ambiental, por entenderem que se trata de uma 'cópia' do curso de Engenharia Civil.

Não bastasse o problema burocrático, o relato dos professores da Escola de Engenharia (e mesmo a defesa do professor Rochinha) levantou muitas dúvidas para a aprovação de cursos que, segundo os depoimentos, teriam grade curricular idêntica a de cursos já existentes e que, portanto, duplicariam a utilização de recursos, instalações, equipamentos e corpo docente. A idéia de que os novos cursos atenderiam a demanda social por vagas na universidade também ficou um pouco abalada quando foi informado que a Coppe pretende abrir apenas 20 vagas por semestre para cada um dos cursos em questão. Só o curso de Engenharia Civil oferece 120 vagas por semestre e, segundo a professora Mônica, passará a oferecer 140 vagas/semestre, com turmas de 40 alunos aproximadamente.

O conselheiro Antônio Cláudio, do departamento de Eletrônica da EE, disse que tinha se posicionado favoravelmente à criação do novo curso de Engenharia de Controle e

entre os coordenadores de ensino da Coppe e os representantes das unidades que participariam dos cursos, a representante do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Angela Gonçalves, comentou que chegou à Câmara de Currículos, nas últimas semanas, outras propostas de cursos novos para inserção no edital de vagas do vestibular 2002. Foram propostos, além dos três cursos da Coppe, mais dois cursos da Escola de Engenharia (Engenharia de Petróleo e Engenharia de Meio Ambiente), um do Instituto de Geociências (Turismo) um da Coppead e um da Biofísica. A professora informou que surgiu na câmara um projeto do Núcleo de Escola de Saúde Pública para um curso de graduação em Saúde Pública. Assim como a Coppe e a Coppead, o NESC não tem atribuição para ministrar cursos de graduação, mas, segundo a presidente da Câmara de Currículos, o diretor do Núcleo, Roberto Medronho, estava estarelecido com a informação e disse que não enviaria nenhum processo até o fim de semestre.

Tempos sombrios

Angela aproveitou o caso do NESC para fazer uma declaração de indignação com algumas práticas que estariam virado "moda" na estrutura da universidade. A professora fez referência ao texto que circulou entre os conselheiros ao final da sessão da semana anterior, em 30/05 (Veja quadro nesta página), cujo conteúdo indicava as "bases para a normalização da situação institucional da UFRJ". O documento sem autoria apresentava uma proposta onde o reitor convocaria uma sessão do Conselho Universitário, "sob a vigência do Estatuto de 1971" e com uma pauta que indicava a aprovação da "indicação do Reitor para o cargo de Sub-Reitor" (veja íntegra da nota apócrifa nesta página) e indicação de uma reforma estatutária tendo como base a proposta da reitoria. Estranhamente, o Conselho Universitário foi convocado uma sessão extraordinária para o dia 7 de junho com a pauta: "1 - Aprovação da indicação do Prof. Átala Pantaleão Silva Freire para Sub-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Docente. 2 - Encaminhamento da discussão do novo Estatuto da UFRJ. (Apresentação, pela Reitoria, de proposta de encaminhamento da discussão)."

A preocupação da conselheira é que este tipo de prática contrária à instituição (documentos não assinados venham a determinar as pautas e decisões oficiais) não se desenvolva e que as instâncias da universidade sejam cada vez mais ignoradas. Angela, que disse sentir mais orgulho de ter sido aluna do que de ser professora da UFRJ, fez um desafoço emocionado sobre a atual situação dizendo ter entrado na universidade em 1969 em meio à ditadura e até hoje não ter visto este tipo de situação "onde os processos começam a ser aceitos pela reitoria à revelia dos colegiados, sem qualquer trâmite regimental."



Colegiados

Consuni não aceita mais despotismo de Vilhena

Em sessão extraordinária, Vilhena nega questão de ordem para que Colegiado Superior regularize situação institucional e os conselheiros se retiram em protesto

O Conselho Universitário finalmente se reuniu em sessão extraordinária convocada pelo reitor interventor, José Henrique Vilhena. A intenção da reitoria era a de que o colegiado aprovasse a indicação do nome do professor Átila Pantaleão Freire para o cargo de sub-reitor de graduação (SR-1) e começasse a discutir a reforma do estatuto da universidade com base na proposta da reitoria.

O reitor só não contava com a reação da maioria dos conselheiros que se retiraram da sessão após a “questão de ordem” levantada pelo decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, professor Carlos Lessa. O decano fez um breve relato da situação irregular em que se encontra a UFRJ frente à nova Lei de Diretrizes e Bases. Lessa lembrou a todos, principalmente ao reitor, que na última sessão do Consuni (8 de março), presidida pelo sub-reitor Ricardo Gattass, foi aprovada a convocação de uma sessão especial para a apreciação do parecer da Câmara de Legislação e Normas do colegiado sobre as considerações da Secretaria de Ensino Superior do Mec a respeito do atual estatuto e sua adequação à LDB. Todos os acertos apontados pela SESu se referem à forma do texto do estatuto (adequações de redação) e não ao seu conteúdo. Lessa fez questão de chamar a atenção para a atitude do reitor de desconvocar sistematicamente as sessões do colegiado.

A proposta do decano era a de que a decisão anterior do Colegiado fosse respeitada pelo reitor e que, conseqüentemente, aquela sessão ordinária fosse, na verdade, a sessão



OS CONSELHEIROS SE RETIRAM DA SESSÃO (DETALHE) EM PROTESTO AO DESPOTISMO DA REITORIA

especial para a aprovação do parecer da CLN para adequação do atual estatuto à legislação.

A estratégia de Vilhena é clara para os conselheiros: impedir a adequação simples do atual estatuto para impor uma reforma estatutária com base no seu projeto (estatuto Moisés Nussenzveig). Projeto este que estabelece a fusão de sub-reitorias acadêmicas, o fim das decanias, restringe ainda mais a participação de estudante e funcionários nas decisões institucionais entre outras alterações.

Ao recusar a “questão de ordem”, Vilhena – que em vários momentos encerrou autoritariamente e intempestivamente diversas sessões – acompanhou, meio atônito, 27 dos 35 conselheiros que assinavam a lista de presença se retirarem da sala.

Os que ficaram com o reitor, como o diretor do Hospital, Amâncio Carvalho e do Museu Nacional, Luiz Fernando Dias Duarte, ainda tentaram convencer os demais a voltarem para a sessão. A preocupação destes eram os R\$ 15 milhões que a universidade pode vir a receber dos Fundos de Infra-Estrutura do MEC. Os fundos foram, aliás, um dos moti-

vos que levou Vilhena a convocar o conselho. A reitoria e os dirigentes que a apóiam sabem que para concorrer aos Fundos, o projeto da universidade tem que passar pela aprovação do Colegiado Superior.

O grupo que ficou com Vilhena chegou a fazer uma proposta para os conselheiros que se retiraram: o reitor convocaria uma sessão extraordinária no dia 21/06, às 9h30, para aprovar a indicação de Átila como sub-reitor. No mesmo dia, seriam convocadas a sessão especial (às 10h30) para aprovar a adequação do atual estatuto à LDB e outra, extraordinária (às 11h30), para discutir a formação de uma comissão do Consuni que faria uma proposta de estatuto baseada na da reitoria.

No dia seguinte (8/06), Ricardo Gattass informou, na sessão do Cepg, que

que estaria prevista a sessão especial para tratar do estatuto no dia 21/06 e haveria uma outra sessão ordinária, no dia 28/06, para marcar o reinício das reuniões regulares e para a proposta dos diretores e decanos para a UFRJ concorrer a Fundos de Infra-estrutura.

Manoella



Os conselheiros que ficaram com Vilhena

Luiz Fernandes Dias Duarte – Representante do Fórum de Ciência e Cultura e diretor do Museu Nacional e integrante da Comissão dos fundos de Infra-estrutura

Amâncio Paulino – Representante do governo Municipal e diretor do HUCFF

Carlos Alberto Messeder – Decano do CFCH

Márcio Carvalho de Sá (Batata) – representante discente

Jorge de Abreu Coutinho – Representante dos professores eméritos

Gerardo Gerson Bezerra de Souza – representante dos titulares do CT

Luiz Felipe Ulhôa Canto – suplente (titulares do CCMN)

José Roberto Meyer Fernandes – representante dos adjuntos do CCS

Marco Antônio França – representante dos decanos do CCMN

Professor estranha espaço democrático no jornal da Adufrj

O representante do CFCH no CEG e diretor da Escola de Comunicação, Paulo Vaz, criticou os artigos publicados no Jornal da Adufrj sobre a reforma curricular onde, segundo ele, estariam sendo veiculadas acusações indevidas e pessoais aos membros da direção da Escola. Segundo o professor, a congre-

gação teria feito uma nota e estaria circulando na escola um abaixo-assinado, que já teria o nome de mais de 80% dos professores da ECO.

O diretor criticou também o fato de que um dos professores que assinam o artigo criticando a direção da Escola “fazer parte da Adufrj” e, por este motivo,

ter “tanto espaço” na publicação. A redação do Jornal da Adufrj esclarece que a publicação é aberta à participação de todos os professores da universidade. Na edição do Jornal nº 29 (28 de maio/2001), na página 8, foi publicado um anúncio ocupando quase um quarto de página com a seguinte mensagem: *Pro-*

fessor, este espaço está reservado e garantido para a sua crítica, denúncia e colaboração! Participe! Até o momento do fechamento desta edição, nem o professor Paulo nem nenhum outro professor da Escola procurou o jornal para quaisquer esclarecimentos ou desmentidos.



Movimento

Adufrj-SSind para quê?

Aproxima-se o período das eleições para a renovação da Diretoria e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Este é o momento privilegiado para fazermos uma avaliação sobre o trabalho desenvolvido pela Seção Sindical e sua forma de organização, refletir sobre as perspectivas do movimento docente na UFRJ e definir linhas de atuação que a entidade deve adotar nos próximos anos.

Quais são hoje os principais problemas que os professores (e a comunidade acadêmica, em geral) gostariam que fossem enfrentados? Quais devem ser nossas políticas prioritárias? Que estratégias de luta coletiva devemos desenvolver? Como nos organizar para alcançar esses objetivos? Como aumentar a mobilização e a participação dos sindicalizados nas atividades da Seção Sindical? Como estimular a abertura de novas frentes de trabalho?

Para discutir essas questões e outras mais que certamente surgirão no debate, convidamos todos os sindicalizados para uma reunião a ser realizada no dia 22 de junho, às 9h30min, no Auditório do Centro de Tecnologia, na ilha do Fundão. Nesta reunião, que esperamos se desdobre em outras, vamos repensar nossa entidade e organizar o processo eleitoral. Compareça e participe. Sua opinião ou crítica é relevante, bem vinda e faz diferença!

Diretoria da Adufrj-SSind



FLAGRANTE DA ASSEMBLÉIA GERAL DE 8/06/2001

CONVITE AOS SINDICALIZADOS para REUNIÃO/DEBATE

Sexta-Feira, 22 de junho, 9h30min
Auditório do Centro de Tecnologia
Bloco A, Ilha do Fundão

Em pauta:

- 1 – Adufrj-SSind para quê?
- 2 – Processo Eleitoral 2001

Notas do CEG

Vestibular

Antes da discussão dos cursos de graduação da Coppe, foi debatido um pedido do Instituto de Matemática para que fosse revisto o edital do vestibular 2002, quanto ao caráter classificatório do concurso. O IM pedia que fosse incluído um parágrafo único no edital estabelecendo uma pontuação mínima de 18 pontos para entrada em seus cursos e habilitações de 18 pontos totais.

Após longo debate, os conselheiros acharam por bem manter a decisão anterior de que o concurso da UFRJ privilegiará não a pontuação dos candidatos, mas a escolha das carreiras, possibilitando assim o preenchimento de vagas ociosas para os cursos menos concorridos. A proposição do IM foi rejeitada também pelo entendimento de que a mudança de critério teria que ser analisada também para os cursos das demais unidades. Os conselheiros solicitaram ao sub-reitor que encaminhasse uma comunicação ao Instituto sobre a decisão.

EBA e EEFD

Gattass informou aos conselheiros, durante o expediente, o resultado da reunião das sub-reitorias de Graduação (SR-1) e Patrimônio (SR-3) com as direções da Escola de Belas Artes (EBA) e Educação Física (EEFD). Segundo o sub-reitor, “todos os assuntos foram equacionados e estarão resolvidos até o fim de junho”. Gattass informou que a contratação dos modelos-vivos para a EBA está “resolvida” até o fim do ano, e que o contrato com os guarda-vidas para o parque aquático da EEFD está garantido também até junho. A solução encontrada para a Educação Física, segundo o sub-reitor, será um convênio “acadêmico” com o Corpo de Bombeiros, “envolvendo a formação de guarda-vidas para os alunos da Educação Física”.



Notas do CEPG

O sub-reitor Ricardo Gattass comunicou ao CEPG que a avaliação da Capes está se encerrando e existem informações extra-oficiais de que alguns programas da UFRJ tiveram sua nota diminuída. A divulgação oficial deve ser feita em agosto. Como existe uma resolução do colegiado (nº 01/98) que dispõe

sobre providências a serem tomadas em casos desse tipo, o sub-reitor recomendou uma releitura do documento para uma reflexão dos conselheiros.

Foram indicados para a Comissão de Avaliação do Desempenho Docente (CADD), leia-se “comissão da GED”, os

nomes dos professores Eduardo Batista (CT) e Cristina Loyola (CCS) como representantes do CEPG.

A conselheira Ingrid Sarti foi indicada como representante do CEPG no próximo debate sobre periodização a ser realizado pelas entidades, no IFCS. A própria

Ingrid, aliás, aproveitou o tema da periodização para fazer uma crítica à Divisão de Registro de Estudantes (DRE). Segundo ela, as disciplinas de orientação criadas no curso dela que seriam contadas para a atividade docente (de acordo com a resolução 01/99) não estavam sendo aceitas no órgão.

UFRJ PERIODIZAÇÃO

Local:

Salão Nobre
do IFCS

21/6
(quinta-feira)

12:00
horas

Mesa:

Professora Maria da Penha
(CEG)

Professora Ingrid Sarti
(CEPG)

Secretário Geral do Andes-SN
Edmundo Fernandes Dias,
professor do Departamento de
Sociologia da Unicamp

Conselho de Representantes

20/6 18:00
quarta-feira horas

Escola de Serviço Social

Pauta: Praia Vermelha

- 1- Formas de Luta/Reivindicações das IFES;
- 2- Calendário de Atividades
 - I) Indicativo de Paralisação em 27/06
 - II) Marcha em Brasília em 27/06
 - III) Reunião do Setor das IFES em 28/06
 - IV) Plenária dos SPF em 29/06
 - V) 42º Conad, Uberlândia, 28/06 a 01/07
- 3 - Eleições Diretoria/Conselho 2001/2003
- 4 - Crise Interna na UFRJ
- 5 - Periodização na UFRJ

ASSEMBLÉIA GERAL

21/6 17:30
quinta-feira horas

Sala 106 do IFCS
Largo de São Francisco

Pauta:

- 1 - Formas de Luta/Reivindicações das IFES
- 2 - Calendário de Atividades
 - I) Indicativo de Paralisação em 27/06
 - II) Marcha em Brasília em 27/06
 - III) Reunião do Setor das IFES em 28/06
 - IV) Plenária dos SPF em 29/06
 - V) 42º Conad, Uberlândia, 28/06 a 01/07
- 3 - Eleição de Delegados para Plenária dos SPF e 42º Conad
- 4 - Eleições Diretoria/Conselho 2001/2003

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 31 • 18 de junho de 2001

www.adufrj.org.br

Reunião do GT
Comunicação e Artes
da Adufrj-SSind

19/6
terça-feira

17:30
horas

- 1 - Avaliação do equilíbrio entre o projeto editorial e o gráfico do jornal de 28 de maio; propostas de pesquisa de opinião e de boletim eletrônico
- 2 - Encaminhamentos do GTCA Nacional

Local: sede da Adufrj-SSind,
Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200

UFRJ não pode cortar Plano Verão

Recurso da Adufrj-SSind confirma equívoco da reitoria em relação ao corte dos 26,05%

O recurso (agravo de petição) que a Adufrj-SSind apresentou contra a decisão do juiz da 34ª Vara do Trabalho limitando a execução dos atrasados do Plano Verão à data da edição da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico Único) realmente tem caráter suspensivo, ou seja, não produz nenhum efeito até que nosso recurso seja julgado em definitivo, como vínhamos sustentando. Em outras palavras, foi este o entendimento do Juiz da 5ª Turma do TRT, Dr. Orlando Santos Diniz, que acatou pedido da Adufrj-SSind para que esclarecesse a questão (ver cópia ao lado).

A ordem judicial que será enviada à Reitoria é taxativa ao dizer que existe um processo encerrado que deferiu a URP de fevereiro, sem limitação temporal, e que só se o Judiciário anular este processo, acatando a ação rescisória da UFRJ contra a Adufrj-SSind é que o direito poderá ser questionado.

Cópias deste novo despacho já foram entregues ao procurador geral e ao reitor da UFRJ. Cabe ressaltar, porém, que esta liminar não é o principal instrumento judicial que nos garante o pagamento dos 26,05%, pois ele já estava assegurado por sentença do TST (Tribunal Superior do Trabalho). O acatamento do recurso da Adufrj-SSind pelo juiz do TRT (Tribunal Regional do Trabalho), entretanto, pode permitir a revisão da equivocada interpretação dada pela procuradoria e pela reitoria da UFRJ ao despacho anterior sobre a execução dos atrasados do Plano Verão, que limitava os cálculos apenas até o advento do RJU (1990).

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Agravo de Petição nº: TRT – AP – 2296/01

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso ordinário, sendo agravante ASSOC. DOS DOCENTES DA UNIV. FEDERAL RJ – ADUFRJ e agravado UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ.

Trata-se de agravo de petição interposto contra a respeitável decisão às fls. 277 que limitou os efeitos da sentença condenatória à data de conversão do Regime Jurídico Único, instituído pela Lei 8112/90.

Constato que a coisa julgada formada no processo de conhecimento não estabeleceu qualquer limitação temporal. Sendo que se sua projeção estaria a invadir período em que a Relação Jurídica seria de índole estatutária, tal aspecto poderia ensejar aparente incompetência material da Justiça do Trabalho cuja a desconstituição somente poderia ser alcançada pela via de Ação Rescisória.

Sendo assim, uma vez presente a verossimilhança da alegação contida na peça recursal, tenho por presentes o *periculum in mora*, haja vista a possibilidade da UFRJ ter expurgados vencimentos dos substituídos processuais, objeto de deferimento no processo cognitivo.

Pelas razões expostas defiro o que requerido pelo agravante, determinando à autarquia Federal que se abstenha de prática de qualquer ato que importe na supressão do percentual deferido e coberto pela coisa julgada material.

Intime-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por mandado.

Juiz Orlando Santos Diniz

Professor, envie o seu endereço para nosso cadastro de e-mails

Para facilitar a comunicação com nossos leitores, continuamos neste boletim com a campanha de cadastramento de endereços eletrônicos. Para quem já estava na nossa lista e mudou de e-mail recentemente, solicitamos que realize o recadastramento. Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importan-

te de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço para: adufrj@alternex.com.br

Ressaltamos que mesmo os professores não sindicalizados estão convidados a participar desse recadastramento.

Agradecemos desde já a colaboração.

Reunião dos
professores do CT

19/6 12:30
terça-feira horas

Pauta:

- 1 - Avaliação do Indicativo de Paralisação, quarta-feira, dia 27/6
- 2 - Estratégias Gerais de Luta
 - Campanha Salarial
 - Pauta de Reivindicações
 - Formas de Encaminhamento
- 3 - Questões específicas do CT/UFRJ

Salão Nobre da Decania do CT,
Bloco A, 2º andar



Eleições do Sintufrj

No recente congresso do Sintufrj (6º Consintufrj), inscreveram-se três chapas para a disputa eleitoral: a “Base Independente” (Chapa 1), a “Tá na Hora da Virada” (Chapa 2) e “Um Sindicato Trabalhando pela Base” (Chapa 3). Também no 6º Consintufrj foi definido que a composição da nova diretoria será pelo critério majoritário. Ou seja, no próximo biênio, o sindicato será governado pela chapa que alcançar o maior número de votos. A votação acontece nos dias 19, 20 e 21 de junho, em vários locais da UFRJ. A seguir, o jornal da Adufrj-SSind abre espaço para a divulgação das idéias das chapas.

CHAPA 1

O que é base independente

A Base Independente é um grupo de aposentados e ativos, que tem como objetivo de construir plano de luta para a base, para combater e denunciar o governo e alguns aliados que buscam através de uma política sem expressão, e corrompida massacrar a nação e os servidores, para construir um movimento de combate a esses políticos precisamos nos organizar internamente e externamente através de uma política no qual possamos envolver toda a classe assim como os parlamentares que lutam pelos interesses de nossa categoria independente de qual seja o partido. Ainda, vou mais além, hoje a ditadura que este governo impõe aos servidores públicos, acaba com o poder aquisitivo, fazendo com que os servidores busquem alternativas para sua sobrevivência através de agiotas ou até quando podem nas financeiras, vejam até que ponto chegamos, será que este país ficará a mercê desses malfadados políticos é por isso que nós da Chapa Base Independente, convocamos os nossos companheiros para se engajar nesta

luta, pois só assim conseguiremos avançar em nossas reivindicações.

Universidade

A Universidade, peça insubstituível do sistema universitário brasileiro, está sendo amesquinhada, obscurificada, isolada e desrespeitada, encontrando-se diante do sério risco de desagregação interna e perda de respeitabilidade externa. Tais fatos são agravados pela inexistência, por parte do Governo Federal, de uma clara política de apoio de ensino e a pesquisa de nível superior, ferindo o princípio constitucional da autonomia universitária. Para reverter este quadro devemos construir um objetivo principal de todos aqueles que, dentro e fora da universidade para garantir a qualidade das atividades acadêmicas e o princípio da gratuidade de ensino, para isso devemos conscientizar os docentes e técnicos administrativos e estudantes da nossa responsabilidade diante das dificuldades no momento que vivemos e ter o compromisso de elevar a esta nação um sistema universitário na formação pro-

fissional de alta qualidade, preservando a nossa cultura e desenvolvendo a ciência e a tecnologia, contribuindo para o nosso saber mundial. Para isso a Universidade deve dispor de autonomia na construção das questões e na busca e reformulação de nosso ensino gratuito.

Os dirigentes de nossa Universidade devem contar com o apoio e o respeito do corpo social da universidade, apoio este que só se obtém com o esforço diário e permanente de ensino, pesquisa e extensão e qualificação para que se obtenha confiança para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A universidade deve ser objeto de avaliação pela sociedade que a financia e a qual pertence e serve, seja no plano administrativo. Pois a Universidade é a mais interessada em se expor para que a sociedade a conheça, avalie e com ela conviva. É por este caminho que devemos trilhar e ter respeito pela diversidade e pluralidade que existe entre nós, ter conhecimento nos projetos acadêmicos, posições políticas e valores pessoais, devemos en-

frentar com respeito unitário e participativo o processo de renovação de dirigentes da Universidade que se avizinha, de modo que a escolha de decanos, diretores das unidades e de órgãos suplementares e um novo reitor se dê através de comprometimento com princípios como os que sempre defendemos e ora reafirmamos.

Nossos direitos como técnicos-administrativos, seja ativo ou aposentado, devemos afirmar que hoje lutamos pelas nossas reposições salariais, que foi usurpada durante 7 anos, estabilidade do nosso emprego lutar pelas nossas ações no qual este governo insiste em desrespeitar as decisões judiciais (Ex. 28,86, 26,06% e outros), condições de emprego, lutar por uma aposentadoria justa, plano de saúde através das unidades hospitalares da UFRJ, por isso precisamos elaborar um planejamento e dar condições de uma qualificação, tendo como base resgatar todos os princípios, qualidade, gratuidade no ensino, grupo de trabalho, investir na pesquisa e ocupar os espaços institucionais.

CHAPA 2

Tá na Hora da Virada: a UFRJ tem saída

O SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ tem em seu quadro de 13.902 sindicalizados, um número expressivo de servidores docentes (cerca de 20%), portanto, agradecemos a iniciativa da Adufrj- Seção Sindical, em ceder este espaço para que possamos nos dirigir aos colegas docentes.

A **Chapa 2 – Tá na Hora da Virada** se propõe a estar presente não só na luta sindical - por melhores salários e condições dignas de trabalho para os servidores técnico-administrativos - como na luta institucional por uma universidade pública gratuita, democrática, autônoma e de qualidade, que é de todos nós.

A UFRJ vive hoje a sua mais profunda crise institucional. Com certeza, o reitor interventor, nomeado pelo MEC, vai entrar para a história da UFRJ como aquele que a colocou no “fundo do poço”; aquele que patrocinou o “apagão”

institucional. Os membros da **Chapa 2 – Tá na Hora da Virada**, participaram ativamente do processo de resistência à sua nomeação e estão conscientes das perdas - acadêmicas, administrativas e patrimoniais - ocorridas nos últimos três anos. O órgão máximo de decisão institucional (o Conselho Universitário), está paralisado pela intolerância, inabilidade, incapacidade e incompetência que reina na administração superior. O Estatuto da UFRJ, nossa constituição interna, até hoje não foi adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1996, porque o “todo poderoso” age como se fosse o dono da universidade.

Os conselhos departamentais, congregações, conselhos de centro – órgãos colegiados regimentais que expressam a democracia universitária, apesar da concentração de poder na categoria docente – têm sido também desrespeitados no pro-

cesso de decisão. A resolução CEG/CEPG n.º 01/99 é a expressão do atual período das decisões de “cima para baixo”, sem debate, sem discussão, sem participação dos que, de fato, têm que implementá-las – docentes e funcionários - e dos que sofrem as conseqüências – os estudantes.

Devemos enfrentar a atual política de arrocho salarial unificadamente, nos opondo às saídas discriminatórias e competitivas apresentadas pelo Governo Federal. A qualidade é desconsiderada, privilegiando a quantidade. Esta é a lógica da GED para os docentes e da GDAE, recentemente introduzida nos salários dos técnico-administrativos, por Medida Provisória. Propomos intensificar as relações com o movimento docente, construindo lutas e discussões conjuntas, fortalecendo nossas entidades nacionais, Fasubra-Sindical e Andes-SN. Somos todos trabalhadores em Educação, estamos em uma ins-

tituição de ensino e nas nossas diferentes funções, nas atividades meio e fim, devemos nos unir para garantir que a Universidade Pública possa ultrapassar este período de ingerência governamental e intervenção na autonomia, patrocinada pelo governo FHC.

Para a Chapa 2, o movimento de luta unificada das três categorias – docentes, funcionários e estudantes – e sua articulação com a população, é fundamental para impor uma derrota à este governo, que insiste em destruir o ensino superior público gratuito de qualidade, que é oferecido pelas instituições federais, obedecendo as cartilhas do FMI e do Banco Mundial.

Nosso programa, a composição de nossa chapa e outras informações estão disponibilizados no endereço <http://www.tanahoradavirada.hpg.com.br>

Chapa 2 – Tá na Hora da Virada

CHAPA 3

Chapa 3: um Sindicato Trabalhando pela Base

Chega a eleição, seja qual for. E deparamos com um rol de promessas e de boas intenções, principalmente daqueles que sempre estiveram no poder, nada fizeram e dizem que, agora sim, está na hora da virada.

A nossa chapa não tem a prepotência nem a arrogância de imaginar que resolveremos todos os problemas que nos afligem. Nem pensamos em apresentar propostas mirabolantes, em vender ilusões para angariar votos.

Para nós, **um sindicato trabalhando pela base** é aquele que se compromete com um programa que esteja afinado com os interesses da categoria, que seja viável e possa trazer conqui-

tas futuras e benefícios para os servidores.

Para nós, o sindicato é um espaço fundamental para a organização e a luta dos trabalhadores por seus direitos. Por isso precisamos, fortalecer o nosso SINTUFRJ. É necessária uma nova direção, que saiba trabalhar para recuperar a confiança da categoria na nossa entidade representativa.

Os trabalhadores da UFRJ querem mudanças no sindicato. Tanto que até quem sempre esteve com o controle da entidade admite que está na hora de mudar. *Slogans* assim soam quase como uma confissão de culpa diante da categoria, apesar da arrogância de quem sempre se

julgou ‘melhor e mais preparado’.

Nós, da “**Chapa 3 - Um Sindicato Trabalhando pela Base**” estamos nos apresentando para a categoria com uma proposta baseada nos princípios da democracia, transparência e independência da nossa entidade de classe em relação ao estado, aos governos, ao patronato e aos partidos políticos.

Queremos fortalecer a nossa Organização por Local de Trabalho, em nível nacional. E assim pretendemos defender os nossos direitos e responder aos anseios da categoria.

Temos à frente a oportunidade única de eleger uma chapa coesa, que tem como centro

das preocupações a representação efetiva dos verdadeiros interesses da Base, buscando ampliar a transparência não só nas contas do sindicato mas também nas nossas relações. Não acreditamos em iluminados. Acreditamos na construção de relações efetivamente democráticas e de respeito, entre Direção e Base.

Vamos decidir essas eleições ainda no primeiro turno. Para isso basta que a chapa majoritária obtenha 50% mais um dos votos. Não há tempo a perder. É preciso termos, o quanto antes, **Um Sindicato Trabalhando pela Base: Chapa 3, neles!**



Movimento

Multidão contra FHC

Manifestação no Centro do Rio critica apagão e pede instalação da CPI da Corrupção.

Há muito tempo o Centro da cidade não via uma manifestação como a do dia 12 de junho. Aproximadamente 30 mil pessoas tomaram a Avenida Rio Branco com uma grande passeata até a Cinelândia para protestar contra a crise energética e pedir a instalação da CPI da Corrupção. É bem verdade que o governador Garotinho (agora no PSB) se aproveitou do momento para promoção pessoal, mas, acima disso, o ato foi considerado um belo ensaio para a Marcha dos 200 mil em Brasília, no dia 27 de junho.

Estudantes, militantes, políticos, sem-terra e sindicalistas se misturaram em várias “alas” e fizeram um desfile de primeira contra o governo federal. Que o diga o casal formado pelos estudantes Carlos Menezes e Liliane Bisage (foto). Os dois, assim como tantos outros casais vistos na Rio Branco, resolveram comemorar o Dia dos Namorados em plena manifestação. Carlos, que é estudante do oitavo período de Fisioterapia da UFRJ, contou que foi à passeata após assistir a uma propaganda política na TV e só se incomodou com os partidários do governador. “Não põe na foto esse pessoal do Garotinho”, disse.

Dos prédios caiu a tradicional chuva de papel picado mostrando a solidariedade da população com os manifestantes. Nem mesmo a chuva de verdade, que caiu quando a multidão se aproximava do Teatro Municipal, conseguiu diminuir o entusiasmo geral. “São Pedro está com a gente agora para dizer que a culpa (do apagão) não é dele. É de Fernando Henrique”, disse, com bastante presença de espírito, o funcionário do Banco do Brasil e diretor do sindicato dos bancários Cyro Garcia, que já foi candidato ao governo do estado do Rio pelo PSTU em 1998.

No palanque montado na Cinelândia,

as lideranças de vários partidos de oposição se pronunciaram sobre a corrupção no governo Fernando Henrique e a incompetência do presidente na condução da crise energética. O representante do PSTU Lindberg Farias criticou duramente o ministro da Justiça, José Gregori. Segundo Lindberg, o ministro estaria querendo processar o partido pelo fato de sua propaganda política ter atacado o governo. “Como pode (este governo) falar em Justiça, se só consegue governar por medidas provisórias?” No fim, instou o governador presente ao ato para dizer que não haveria, no Rio de Janeiro, nem corte de luz, nem sobretaxa. Garotinho, no entanto, evitou a provocação e não falou sobre essa possibilidade.

A deputada federal Jandira Feghali (PC do B) preferiu enaltecer a grandiosidade do ato. “O Rio de Janeiro hoje dá o exemplo de unidade das oposições. Não chegaremos a lugar algum dividindo as forças políticas”, disse, referindo-se à sucessão presidencial do próximo ano. Logo a seguir, um representante do PMDB do Rio que faz parte da base do governo Garotinho foi bastante vaiado, mesmo falando contra FHC.

O deputado federal e presidente nacional do PT, José Dirceu, também prestigiou a manifestação. “O Rio inicia com este ato um grande movimento nacional contra a corrupção e o apagão. As esquerdas sabem que podem governar o Brasil. Vamos ocupar Brasília no dia 27”, afirmou.

O governador Garotinho encerrou a manifestação comentando que os banqueiros foram os únicos beneficiados do governo FHC. “Bendito apagão que serviu para abrir a cabeça do povo brasileiro. O governo não fez nada, pois quem manda é o FMI”, disse. “Se Fernando Henrique não tivesse medo do que fez, não teria impedido a CPI da Corrupção”, completou, também incentivando todos os presentes a ocuparem Brasília no próximo dia 27.



POPULAÇÃO TOMA CONTA DAS RUAS DO CENTRO PARA PROTESTAR CONTRA O GOVERNO FEDERAL. NO DETALHE, CASAL DE NAMORADOS COMEMORA O DIA 12 DE JUNHO NA PASSEATA

Comunicação de afastamento

Comunicamos, a pedido da professora Leila Rodrigues da Silva, seu afastamento da Diretoria da Adufrj-SSind, na qual exercia o cargo de 2ª Tesoureira, a partir de 5 de junho de 2001.

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Folha Dirigida
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Colegiados

CEG não aprova cursos de graduação da Coppe

Não vai ser desta vez que a Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) oferecerá seus tão propalados cursos de graduação em Engenharia. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), por unanimidade (15 votos), não aprovou os cursos de Engenharia da Informação, Engenharia de Controle e Automação, e engenharia de Infra-estrutura e Planejamento Ambiental na forma que foram propostos para o vestibular de 2002.

Não valeram os argumentos levantados pela unidade de pesquisa de que os cursos já haviam sido aprovados "no mérito". O conselheiro Cláudio Limeira (CCMN) lembrou que o CEG aprovou apenas o mérito de se abrir novos cursos, mas que estes deveriam cumprir as exigências da Câmara de Currículos e do próprio Colegiado. O principal entendimento dos conselheiros é que havia muita informação e contra-informação sobre as possíveis superposições de disciplinas e conteúdos em relação aos cursos já existentes nas unidades envolvidas com os novos, como

os da Escola de Engenharia (Engenharia Civil e Eletrônica) ou do Instituto de Matemática (Informática).

Além de votar contra os cursos de graduação do órgão suplementar, os conselheiros aprovaram, também, que seja formada uma comissão de avaliação do CEG para analisar os pareceres técnicos das Congregações de todas as unidades envolvidas. Foi rejeitada por nove votos a seis a proposta de uma comissão *ad hoc* com membros convidados de outras universidades (USP, Unicamp, por exemplo) para auxiliar a análise por parte da comissão do CEG.

Antes da reunião ordinária, o CEG já havia se reunido em sessão extraordinária e aprovou uma nota de esclarecimento sobre a posição do colegiado. A iniciativa foi uma forma de garantir que a opinião dos conselheiros chegasse à comunidade, já que, na sessão anterior, o sub-reitor Ricardo Gattass praticamente impediu a votação da matéria sabendo que o colegiado se posicionaria contra a graduação na Coppe, neste momento.

Calendário 2002

Na próxima sessão, o CEG deverá dar início à discussão do calendário acadêmico de 2002. Foram distribuídas uma proposta de resolução CEG/CEPG que fixa os atos da administração acadêmica para o próximo ano e uma proposta de resolução para ser aprovada pelo Consuni que determina o início e o fim do período letivo. A novidade é que o primeiro semestre iniciaria dia 18 de fevereiro para os vetera-

nos e só em 4 de março para os calouros de 2001/1, encerrando-se em 15 de julho de 2002.

O segundo período letivo começaria dia 29 de julho para os veteranos e 5 de agosto para os calouros de 2002/2 encerrando em 27 de dezembro de 2002. A proposta da reitoria é continuar com a periodização em módulos (quatro módulos de 50 dias, cada)



Rápidas do CEG

O CEG indicou o nome da professora Maria da Penha (CCJE) para a mesa do próximo debate sobre Periodização promovido pelas entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG. O debate acontece no dia 21 de junho, quinta-feira, às 12h, no Salão Nobre do IFCS, no Largo do São Francisco. O evento contará também com as presenças da representante do CEPG, Ingrid Sarti, e o Secretário Geral do Andes-SN e professor do Departamento de Sociologia da Unicamp, Edmundo Dias.

A conselheira Íris Rodrigues (CFCH) informou aos presentes sobre sua participação no último Encontro da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação (Anfope), ocorrido de 5 a 8 de junho, em Curitiba. A professora ressaltou a participação em três mesas redondas: sobre Diretrizes Curriculares, Educação à Distância e Provão.

Sobre a formação de professores, a tendência da Anfope, segundo a professora, é de oposição ao projeto SESu/MEC de "separar a formação dos professores do ensino médio da habilidade acadêmica." A Anfope se posicionou contra a formação de docentes nos chamados Institutos Superiores de Educação que, segundo Íris, seria uma forma de agilizar a formação e diminuir custos.

A Associação também se posicionou contra a atual avaliação institucional do Provão. A principal crítica é que o conjunto de avaliação do Provão não considera a avaliação interna das instituições sobre seus cursos.

Quanto à Educação à Distância, segundo a professora, a principal discussão foi em torno da falta de educação para a o en-

sino à distância. Segundo ela, foram apresentadas duas experiências interessantes na área: a formação de professores para o Ensino à Distância e para leigos da UFPR e um projeto de formação para professores do ensino fundamental da Federal de Mato Grosso do Sul.

A bancada dos estudantes questionou o fato de a reitoria não ter aprovado a solicitação de ônibus para a participação dos alunos no 47º Congresso da UNE, em Goiânia. Segundo a conselheira discente Isabel Mansur, foi feito um pedido à sub-reitoria de Patrimônio (SR-3) pelo DCE Mário Prata. O pedido foi encaminhado ao gabinete do reitor há mais de trinta dias e ainda não tinha sido assinado. O Encontro da UNE começou dia 13 de junho, e a atitude de Vilhena só não inviabilizou a participação dos estudantes da UFRJ porque a Adufrj-SSind e o Sintufrj se cotizaram para o aluguel de um ônibus.

A representante do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação Bruna Nunes falou para os conselheiros sobre a posição dos estudantes em relação à reforma curricular em curso naquela escola. Segundo Bruna, a atitude do diretor da unidade, Paulo Vaz, tem sido autoritária e tem impedido a participação da comunidade nas decisões sobre a reforma acadêmica. A estudante informou também que Paulo Vaz destituiu o cargo de coordenador de curso o professor Willian Dias Braga, um dos que vinham se manifestando publicamente contra a condução da reforma curricular pela direção da ECO. O professor Paulo Vaz é membro do CEG, mas não estava presente nesta sessão.



Opinião/Luiz Carlos Paternostro*

A síndrome da caneta (Há uma esperança na ECO?)

O delito de opinião já está sendo punido na Escola de Comunicação da UFRJ, um sinal dos novos tempos e de certo pioneirismo sombrio. O (ex?)-coordenador do curso de Produção Editorial, Professor William Dias Braga, foi comunicado de sua demissão, através de um e-mail, pelo Professor Paulo Vaz, Diretor da ECO e atual representante dos professores do CFCH no CEG. Conforme explicação do Diretor, o Professor William foi demitido por haver manifestado publicamente (ver artigo do Jornal da Adufrj-SSind de 28/05/01) seu desacordo com os princípios norteadores da "reforma curricular" atualmente em curso naquela Escola. Pouco antes da publicação do artigo, circulou na ECO, por iniciativa da Direção, um abaixo-assinado em apoio "ao processo e às idéias-chave da reforma". Após a publicação do artigo, foi votada na Congregação - embora

sem pauta específica para aquele assunto e sem a presença do Professor William, que é representante titular dos Assistentes naquele colegiado - uma nota de repúdio a matérias (sic) veiculadas recentemente por jornais e boletins da Adufrj-SSind. A nota foi distribuída na sessão do CEG de 06/06/01 pelo Professor Paulo Vaz, conselheiro do CEG e Diretor da ECO.

É no mínimo curioso que seja adequado patrocinar uma manifestação pública de apoio, através de um abaixo-assinado ou de uma nota institucional, ao mesmo tempo que não se admite o desacordo através de um artigo.

A situação do Professor William Dias Braga não é, certamente, solitária. O acompanhamento, por exemplo, o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, aliás, recentemente homenageado na UFRJ em desagravo à punição que sofreu por razões muito parecidas.

Como se sabe, o Embaixador Pinheiro Guimarães foi demitido, pelo Presidente da República, do cargo de Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty por haver criticado publicamente o ingresso do Brasil na Alca, denunciando - como era seu dever - o imenso prejuízo para o País caso aquilo venha a se concretizar.

No caso da destituição do jornalista e professor William Dias Braga do cargo de coordenador do curso de Produção Editorial da ECO, os motivos parecem ser ainda mais ilegítimos. Pois enquanto o Itamaraty é um órgão executivo do Governo Federal, a Universidade Federal do Rio de Janeiro é ou deveria ser uma garantia para o pensamento crítico e independente. A ECO, em particular, que forma jornalistas e outros comunicadores sociais, tem o dever de promover e defender a liberdade de pensamen-

to e de expressão, especialmente a de seus estudantes, funcionários e professores. É inaceitável que a arrogância e o autoritarismo da ditadura tentem se impor na UFRJ através de unidades que deveriam ser as curadoras dos direitos dos estudantes, funcionários e professores expressarem livre e publicamente as suas opiniões, as suas críticas e as suas inconformidades. Aos princípios subalternos e mercantis que orientam a reforma curricular da ECO, se acrescentam, infelizmente, os procedimentos autoritários promotores do pensamento único e inibidores das resistências, tão difíceis, ao desmonte do patrimônio público.

Rio, 12 de junho de 2001.

* Professor Adjunto da Escola de Comunicação da UFRJ e membro do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind

Assembléia GERAL

26/6
TERÇA-FEIRA

18:00
horas

Local: Sala 8 do Anexo
da Escola de Serviço
Social, Praia Vermelha

Pauta:

- 1 - Discussão do Caderno de Textos do 42º Conad
- 2 - Eleição de delegados e observadores para o 42º Conad e para Plenária dos SPF

**GTCA da Adufrj-
SSind elabora
pesquisa de
opinião junto aos
sindicalizados**

Página 3

**Comissão de
infra-estrutura
da UFRJ
apresenta
projeto para R\$
30 milhões**

Página 4

**Diretoria do
Andes-SN é
contra os fundos
setoriais e
institutos do
milênio**

Página 5

**Vilhena sofre
derrota tripla
na volta ao
Consuni**

Página 12

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 31 • 25 de junho de 2001



ESTUDANTES, INTEGRANTES DO GTPE DA ADUFRJ-SSIND, PROFESSOR CONVIDADO DA UNICAMP (SECRETÁRIO GERAL DO ANDES-SN) E CONSELHEIROS DO CEG E DO CEPG AO FINAL DO QUINTO DEBATE SOBRE PERIODIZAÇÃO

Periodização volta à pauta dos colegiados

Semana do quinto debate sobre periodização coincide com reabertura oficial da discussão do tema nos colegiados acadêmicos da UFRJ. Desdobramentos da resolução 01/99 foram apresentados e entidades pedem atenção da comunidade para que não se repitam os mesmos erros.

Páginas 6 a 11

APAGÃO SÓ NA CORRUPÇÃO!

Marcha dos 200 mil, em Brasília, no dia 27



Jurídico

MP regulamenta contratação de substitutos

Lançada no dia 31 de maio, a Medida Provisória nº 2.150-39 já é conhecida no meio universitário como a MP que criou a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDAE), ou, em outros termos, a GED dos funcionários, com todos os problemas. A mesma medida provisória, em seu artigo 74, modifica a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre as contratações temporárias. Abre-se a possibilidade de nova prorrogação dos contratos dos professores substitutos, pelo prazo de até doze meses, desde que o prazo final não ultrapasse 31 de dezembro de 2002, e que tenha sido aberto processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, sem a inscrição ou aprovação de candidatos. A Assessoria Jurídica do Andes-Sindicato Nacional está aprofundando o estudo da MP e deverá encaminhar a análise das alterações promovidas e os reflexos em relação aos docentes.

A referida MP também trata da remuneração dos cargos em comissão de Natureza Especial - NES e do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e dos cargos de direção - CD das IFES. Esta remuneração passa a ser recebida em uma única parcela e poderá ser recebida pelos ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente da Administração Pública Federal direta ou indireta de acordo com a sua opção às alternativas previstas na Medida Provisória.



Movimento

AG discute formas de mobilização

Até queimar agenda da reitoria foi citado como um meio de chamar a atenção da categoria

A foto de uma assembléia vazia na edição do jornal da Adufrj-SSind de 11 de junho (apenas o presidente José Henrique Sanglard e a vice-presidente Cleusa Santos compareceram à AG de 8/6) pôs o dedo na ferida do movimento docente. Na AG realizada no dia 21 de junho, no IFCS, houve quem elogiasse a iniciativa de expor a atual situação de mobilização na UFRJ para chocar o professorado. Por outro lado, houve quem mostrasse desagrado com essa postura da diretoria. De uma maneira ou de outra, os docentes presentes voltaram a pensar em mecanismos para atrair a categoria para o movimento.

Por isso mesmo, o primeiro ponto de pauta da AG "Formas de Luta/Reivindicações das IFES" se transformou numa ampla discussão de como trazer os demais professores para a luta. Para quem parou para analisar a situação, existe o entendimento de que o individualismo está prevalecendo não só na UFRJ, como nas demais universidades. Quem consegue o dinheiro de algum projeto fica quieto; quem não consegue perde mais tempo fazendo outro projeto que provavelmente não obterá retorno financeiro.

Tempo, ou melhor, a falta de tempo também foi apontada como um empecilho para a organização do movimento docente. As aposentadorias constantes e a falta de concursos públicos para reposição do quadro, o reduzido número de funcionários técnico-administrativos, a obrigação de dar mais aula por conta da periodização e da famigerada GED sobrecarregam demais os professores. O resultado é que são feitas poucas reuniões departamentais, as reuniões de Congregação rareiam e as assembléias sofrem um reflexo direto disso. Ninguém arranja tempo para discutir o curso e, muito menos, a universidade como um todo. O professor Arthur Arruda (Psicologia)



talvez tenha sintetizado bem a situação quando disse que "o professor está se tornando um professor-empresa. Ele assume várias atividades, algumas até de técnico-administrativos".

Formas de luta

No sentido de reforçar a mobilização, as mais diversas formas de luta foram sugeridas, sem que se chegasse a um termo definitivo. A segunda agenda (2001) confeccionada pela reitoria em papel de excelente qualidade causou revolta, pois há cursos que não dispõem sequer de uma mísera resma de papel para aplicar as provas. O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) propôs a realização de um ato em frente à reitoria para queimar as agendas do Vilhena. "Temos que chamar a atenção de todo mundo para como os recursos da UFRJ estão sendo aplicados pela reitoria", disse. A possibilidade de puxar uma estatuinte também foi levantada, no momento em que o Consuni parece recomeçar a discussão de um novo estatuto. A necessidade de se fazer uma campanha direcionada aos professores que não recebem os valores relativos ao Plano Verão (26,05%) também apareceu. Outra campanha sugerida foi a da ameaça do projeto de emprego público do MEC, mostrando seus efeitos nocivos para os profes-

res novos e antigos. Nenhuma das propostas, entre várias outras discutidas, no entanto, chegou a ser uma deliberação final e foram remetidas para outras reuniões de Unidades, do Conselho de Representantes e próximas Assembléias.

Greve e 42º Conad

Diante do quadro de desmobilização atual da UFRJ, os professores presentes decidiram refutar a possibilidade de greve e também o indicativo de paralisação para o dia 27/6 - situação que será levada ao Setor das Federais (28/6, em Uberlândia) pelos professores José Henrique Sanglard e Regina Pugliese. Ambos foram eleitos também como delegado e observadora da seção sindical, respectivamente, para o 42º Conad, que se reúne de 28/6 a 01/7, na própria cidade de Uberlândia. Para a Marcha em Brasília, no dia 27, o professor Clóvis Filho (CAp) se dispôs a participar, até o fechamento desta edição. Nenhum docente se mostrou disponível para comparecer à Plenária dos SPF, dia 29/6, em Brasília, representando a Adufrj-SSind.

Uma nova Assembléia Geral está marcada para o dia 26 (terça-feira), na Escola de Serviço Social, às 18 horas, para discussão do caderno de textos do 42º Conad, escolha de novos observadores no evento e delegados à plenária dos SPF.

Grupos de Trabalho

GTCA elabora pesquisa de opinião

Idéia é construir um perfil de leitura dos sindicalizados para aperfeiçoar publicações

O Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Adufrj-SSind se reuniu mais uma vez no último dia 19 de junho, na sede da entidade, para discutir os encaminhamentos do GTCA do Andes-SN, a pesquisa de opinião a ser feita junto aos sindicalizados e o equilíbrio entre projeto gráfico e editorial das publicações da seção sindical.

A pesquisa foi o tema que mais tempo tomou dos participantes do GT local. Cerca de vinte perguntas foram elaboradas na tentativa de mapear o interesse dos sindicalizados: uma parte busca saber a opinião sobre as publicações impressas da Adufrj-SSind e sobre a página eletrônica da entidade (www.adufrj.org.br) e uma segunda parte procura traçar um perfil de leitura do entrevistado no cotidiano (jornais, revistas, imprensa alternativa e livros).

Foi reforçado o entendimento de que essa pesquisa será importante para construir um perfil dos sindicalizados na área de comunicação e possibilitar o aperfeiçoamento das publicações da Adufrj-SSind. Uma firma especializada no assunto pesquisa deve ser chamada para assessorar esse trabalho. A empresa deverá dar o formato adequado às perguntas, para entrevistas e tabulação dos resultados.

GTCA Nacional

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, deu informe da última reunião do GTCA Nacional, ocorrida em Salvador. A professora citou que houve um seminário sobre rádio comunitária e outra palestra sobre a possibilidade do uso de mídias como TVs a cabo pelos sindicatos. De acordo com o palestrante deste segundo tema, uma lei que regulamenta o uso das TVs a cabo vai garantir uma hora semanal de programação, no mínimo, feita pela Universidade e por entidades de classe. Cleusa levou a preocupação do GT local de socializar as informações desses encontros do GT Nacional para o resto das seções sindicais.

Sobre a seqüência de encontros do GTCA Nacional, a professora também lembrou aos demais a dificuldade da Adufrj-SSind em participar da organização do evento do Rio de Janeiro, previsto para setembro ou outubro. Com o tema "Globalização, Comunicação e Artes", o encontro estaria coincidindo com o processo sucessório da seção sindical.

Mesmo com as eleições locais, o GTCA decidiu encaminhar aos coordenadores nacionais do tema uma proposta de organização do evento, com responsabilidades bem definidas e distribuídas pelas seções sindicais cariocas, pela regional do Sindicato Nacional e pelo Andes-SN.

Avaliação de jornal

O coordenador do GTCA local, professor Roberto Houaiss (FAU), aproveitou a parte final da reunião para avaliar o projeto gráfico do jornal da Adufrj-SSind de 28 de maio, que considerou "com muito texto e pouco atraente para o leitor". Para ele, deveria haver tratamento melhor dos grandes textos para evitar esse tipo de situação. Os participantes do grupo pensaram na possibilidade de edição desses textos maiores, na divisão dos artigos em duas edições ou na continuidade dos artigos na Internet. No entanto, acabou prevalecendo o entendimento de que, pelo menos no momento, todos os artigos devem ser publicados na íntegra numa só edição.

Próxima reunião

A próxima reunião do GTCA local está marcada para o dia 17 de julho, uma terça-feira, às 17h30, na sede da Adufrj-SSind (Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200). Estarão pautados: pesquisa de opinião, equilíbrio editorial e gráfico das publicações e encaminhamentos do GTCA Nacional.

Prevalece a sistemática de que qualquer professor pode pautar um ou mais jornais, uma ou mais matérias, da Adufrj-SSind até o dia 10 de julho, para discussão no GTCA. E qualquer sindicalizado pode participar das reuniões.



Resenha

Uma sentença da 28ª Vara Federal do Rio publicada no Diário Oficial do dia 25/05 pode beneficiar 1,3 milhão de funcionários públicos. O juiz concedeu um reajuste de 21,81% nos vencimentos do servidor federal Luiz Roberto Toste, de 45 anos. Essa foi a primeira decisão do tipo emitida por um juiz de instância inferior após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter cobrado do governo a revisão anual dos vencimentos dos servidores, em abril. A União tem 30 dias para recorrer, de acordo com matéria do jornal Extra (29/05).

Assim como a UFRJ, várias universidades federais enfrentam grave crise na reposição de seu quadro de professores. O Jornal de Brasília de 14 de maio informa que a UnB precisa de, pelo menos, 300 novos docentes. Outros 200 seriam necessários para implantar novos cursos. Naquela universidade, somente na última década, o número de estudantes aumentou 80%, enquanto o corpo docente encolheu 3% no mesmo período.

Um estudo do economista Márcio Pochmann, professor da Unicamp, estima que União, estados e municípios terão que demitir, até dezembro, de 700 mil a 1,2 milhão de servidores e funcionários terceirizados, de acordo com matéria publicada no Extra, de 17/6. A razão dessas demissões seria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece limite de gastos com pessoal em até 60% da receita líquida da administração. Quem for atingido vai se juntar aos 220 mil trabalhadores que já perderam seus postos no serviço público, somente de 1998 a 2000. É o governo seguindo as diretrizes do FMI: ajusta as contas e manda embora o trabalhador.

No fim de maio, o HSBC foi acusado de espionar o sindicato dos bancários de Curitiba. Para essa espionagem, o banco teria supostamente contado com a ajuda de funcionários da área de segurança do estado. O jornal dos bancários do Rio de Janeiro, de 1º de junho, informa que um jornal da CUT foi apreendido por órgãos do governo estadual justamente por trazerem essas denúncias. A justificativa é que o jornal levantaria calúnias e injúrias contra Lerner. "Estes casos comprovam que a arbitrariedade do governador Jayme Lerner é de causar inveja ao regime militar", conta um trecho da publicação dos bancários do Rio.

Anote

ABL homenageia Euclides da Cunha

A Academia Brasileira de Letras organiza ciclo de conferências em homenagem a Euclides da Cunha. O evento começou semana passada e vai até 17/07, sempre às terças-feiras, às 17h30, na Sala José de Alencar da ABL (Av. Presidente Wilson, Castelo, Centro, RJ). Coordenado pelo acadêmico Ivan Junqueira, o ciclo de conferências traz a seguinte programação: 26/06 - "Euclides da Cunha e Raul Pompéia", com Alexei Bueno; 03/07 - "Um século de 'Os sertões'", com Walnice Nogueira Galvão; 10/07 - "Vida e morte nos sertões do Conselheiro", com Celso Furtado. Também será inaugurada uma exposição, no dia 26/6, às 17h, na Galeria do Centro Cultural da ABL, e ficará aberta ao público de segunda à sexta-feira, de 13h às 18h. A entrada é franca em ambos os eventos, com direito a certificados de frequência para os participantes do ciclo de conferências. Outras informações com Simone, no telefone: (21) 524-8230, ramal 20, de 9h às 18h.

HU precisa de sangue

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho está precisando de doações de sangue. O banco de sangue da unidade necessita receber, diariamente, pelo menos 60 doações, mas está captando apenas a metade. Para doar o sangue não é preciso estar em jejum. É aconselhável, entretanto, que os doadores não consumam alimentos ricos em gordura algumas horas antes de fazer a doação. Grávidas não podem doar sangue, assim como pessoas que tenham tido doenças infecciosas e parasitárias. Quem quiser doar pode procurar o Hospital (Ilha da Cidade Universitária), de 2ª a 6ª feira, entre 7h30 e 13h30. Outras informações na página eletrônica www.hucff.ufrj.br ou no telefone 562-2207.

Álcool e drogas

O uso abusivo de álcool e outras drogas é o tema do livro "Álcool e Drogas: usos, dependência e tratamentos", organizado por Marcelo Cruz e Salette Ferreira e que está sendo lançado pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ. O lançamento será feito no dia 29 de junho, às 10h30, no próprio IPUB, no campus da Praia Vermelha, no Auditório Henrique Roxo.



UFRJ

Comissão de infra-estrutura da UFRJ apresenta projeto para R\$ 30 milhões

Segundo representantes da comissão, universidade está concorrendo com UFRGS e UFMG

Na última reunião dos diretores e decanos com a comissão que está montando o projeto para concorrer às verbas do MEC para investimentos em infra-estrutura nas universidades públicas (dia 18/6), foi apresentada uma proposta preliminar que reivindica R\$ 30 milhões para a UFRJ. Segundo o diretor do Museu Nacional e membro da comissão, professor Luiz Fernando Duarte, o grupo trabalhou com dados do Sigma, referentes a 2000. A partir daí, foi produzida uma tabela que expressaria a produção acadêmica e científica da universidade. Apesar de saber que a verba destinada à UFRJ provavelmente estará na casa dos R\$ 15 milhões, a comissão, em conjunto com os dirigentes que vêm participando dos encontros sobre o tema, dobrou o montante solicitado com o objetivo de mostrar as “reais necessidades da UFRJ” em relação à sua situação patrimonial.

Na reunião anterior, ficou estabelecido que a prioridade para o uso da verba será resolver os diversos problemas de estrutura predial, segurança, energia e parte hidráulica das Unidades e Centros. Neste último encontro, a comissão sugeriu que as verbas recebidas sejam gastas, prioritariamente, em reformas estruturais, rede elétrica e em redes de comunicação informatizadas. A verba será dividida em cinco módulos que compreendem Unidades que ocupam, no entendimento da comissão, o mesmo espaço geográfico. O quinto módulo, no entanto, englobaria as “unidades isoladas” (veja quadro com a discriminação dos módulos e os valores que caberão a cada um).

Segundo Luiz, o edital do MEC prevê que os recursos sejam destinados a melhorias das condições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Por este motivo, a comissão estabeleceu como parâmetros para dividir os futuros recursos o número de doutores de cada unidade, o percentual de pesquisadores de cada uma ligados ao CNPq e a relação destes com a produção científica – artigos e livros publicados. Os números de alunos da pós-graduação matriculados e titulados também estão contando como fatores de ganho para os módulos.

De acordo com o próprio Luiz, nada é certo quanto ao que virá efetivamente para a UFRJ. Caso venham os R\$ 15 milhões, a comissão também terá preparado um projeto com o redimensionamento necessário para distribuir a verba entre os módulos. Além da redução pela metade, a diferença é que no projeto de R\$ 30 milhões estão previstos R\$ 1,5 milhão para o projeto Sibi (bibliotecas) e R\$ 4 milhões para um projeto de rede de informática. No projeto de R\$ 15 milhões estas ‘rubricas’ seriam retiradas para que os recursos fossem divididos apenas para a recuperação de prédios e sistemas de energia.

Concorrência

Como o projeto será encaminhado já com a distribuição dos recursos por módulos, Luiz explica que o governo também poderá liberar recursos apenas para estes ou aqueles grupos de unidades, ou, até mesmo, somente para as bibliotecas ou para a rede de informática.

No entendimento da comissão, a universidade tem dois fortes concorrentes no páreo pelas verbas do MEC: a UFRGS e a UFMG. Estas instituições apresentariam índices de produtividade e possibilidades de expansão que ‘ameaçariam’ o prestígio da UFRJ junto ao ministério. É interessante observar que, apesar de ser um único sistema de ensino superior federal, o governo vem estimulando cada vez mais a concorrência entre as instituições e, agora, entre as próprias unidades dentro da mesma universidade. E a justificativa é sempre a mesma: de que são poucos os recursos disponíveis.

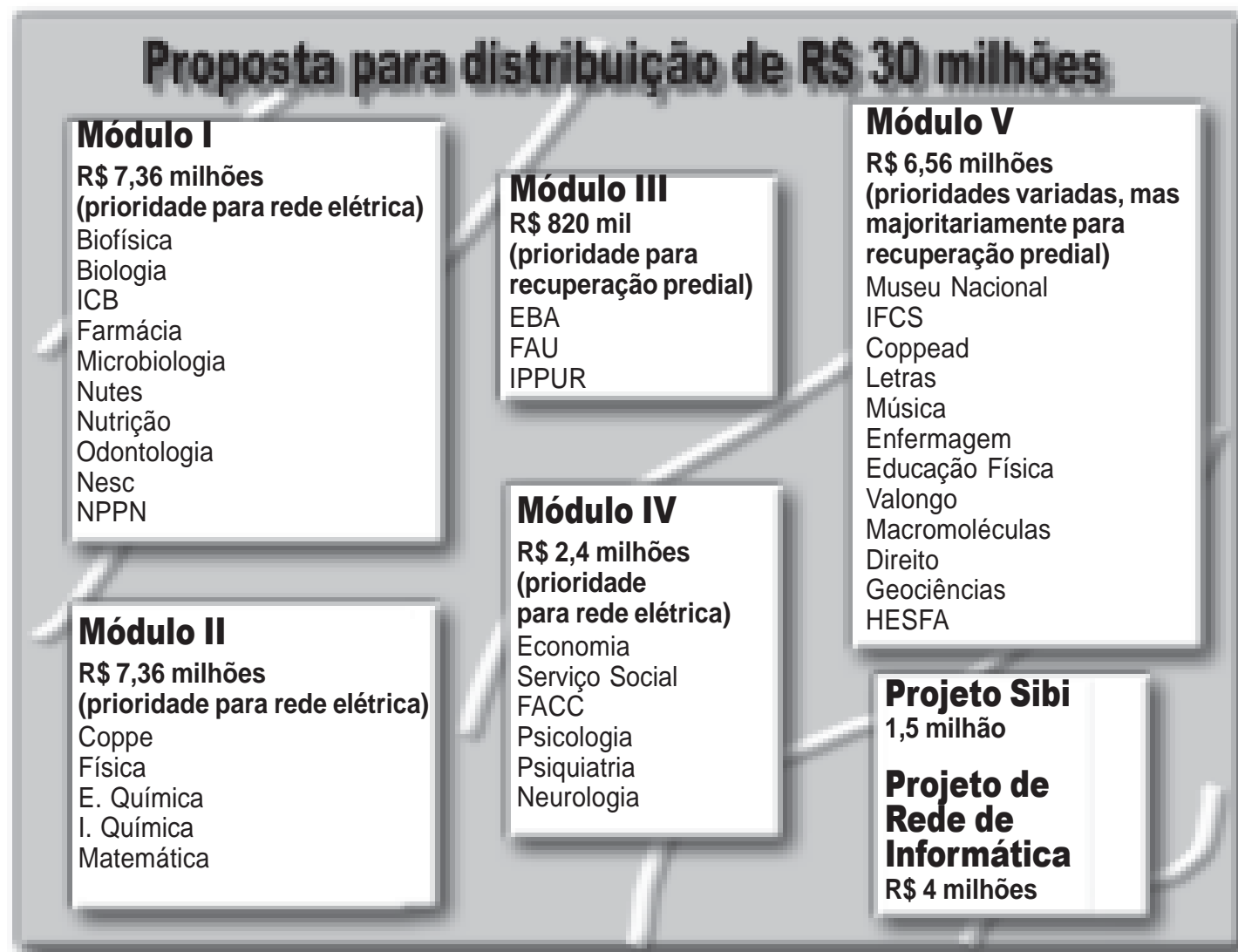
Sem informação

Algumas unidades não entraram na tabela – Escola de Comunicação, Faculdade de Medicina, Educação e Escola de Engenharia – porque não enviaram seus dados para a comissão. Alguns dos diretores presentes reclamaram também de distorções nas informações fornecidas na tabela e solicitaram que a comissão ve-

rificasse os possíveis erros na base de dados do Sigma. Foi observado que o fato de a ECO e de a Faculdade de Educação não constarem do módulo IV (que compreende o *campus* da Praia Vermelha) diminui o montante de recursos para este módulo, já que se trata de Unidades com grande produção na pós-graduação e pesquisa.

Dia D

O futuro do projeto da UFRJ será definido na sessão do Conselho Universitário prevista para o dia 28 de junho. Os conselheiros deverão aprovar a proposta da comissão para seu envio ao ministério até 4 de julho. Até lá, a comissão de infra-estrutura se reúne novamente com diretores e decanos, na próxima segunda-feira, dia 25, ao meio-dia, no Auditório Hélio Fraga, no Centro de Ciências da Saúde. A comissão espera que o comparecimento dos diretores seja total para a aprovação da proposta a ser levada ao Consuni.





Movimento

Diretoria nacional é contra os fundos setoriais e institutos do milênio

42º Conad do Andes-SN trata, entre outros temas, da crescente privatização do ensino nas instituições

Vem aí o próximo Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (42º Conad). O primeiro dos dois eventos realizados anualmente acontece entre 28 de junho e 1º de julho, na cidade de Uberlândia (MG). O Conad é uma instância deliberativa do Sindicato Nacional e a cada Seção cabe indicar um delegado como participante, com direito a voz e voto nas plenárias e grupos mistos.

Em relação aos eixos de luta para o movimento docente, a diretoria do Andes-SN está encaminhando, entre outros, o fortalecimento da luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital e o combate à exploração capitalista fortemente marcada pelos programas ditados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Bird e OMC). A luta pela transformação social em conjunto com

os demais movimentos sociais, a participação ativa nas instâncias da CUT e pela organização dos trabalhadores em níveis nacional e internacional serão outras bandeiras propostas pela direção da entidade.

Contra a privatização nas públicas

No campo do ensino, o combate à privatização nas instituições de ensino superior públicas será defendido. A expansão e desenvolvimento das universidades públicas, ampliação das verbas públicas no orçamento para educação e a defesa das metas do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (o Congresso aprovou em dezembro do ano passado o PNE do governo) também serão propostas como eixos de luta. A diretoria defenderá também a alocação de verbas nas instituições não condicionadas a programas do governo, como os Institutos do Milênio e os Fundos Setoriais, ligados a setores específicos do mercado.

Carreira,

A luta pela Carreira Única, a valorização do trabalho docente, o programa nacional de capacitação docente e o piso e a malha salarial também constam nos encaminhamentos da diretoria como eixos de luta para o próximo período.

Em relação às políticas sociais, a diretoria do Andes-SN encaminha que o Sindicato se posicione contra a proposta de reserva de vagas nos cursos e turnos das instituições de ensino superior públicas; que se intensifique as ações no Congresso Nacional para impedir o PL (1.374/99) que obriga que estudantes das universidades públicas dêem aulas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A diretoria propõe ainda que a entidade se engaje em um amplo movimento de denúncia dos vetos presidenciais ao PNE instituído pela lei 10.172/2001. A diretoria encaminha também que a entidade acompanhe a indicação das demais entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola

Pública para que o IV Congresso Nacional de Educação (CONED) até abril de 2002. Revogar o decreto 2.208/8 que trata da educação Técnica e Tecnológica também será uma frente de luta. Ampliar as discussões no Grupos de Trabalhos sobre Política Educacional e Carreira sobre a transformação dos Cefets em universidades é outra meta, conforme deliberação no 41º Conad para que o assunto fosse apreciado nesta edição de Uberlândia.

Outros temas

Outros temas como Seguridade Social e Aposentadoria, Ciência e Tecnologia, Política Agrária, Política e Formação Sindical e Etnia, Gênero e Classe também serão tratados e deliberados neste Conselho. A íntegra do caderno de textos do 42º Conad está disponível no endereço www.andes.org.br/42conad/default.htm. Aos interessados, o Caderno de Textos se encontra também na sede da Adufrj-SSind (CT, bloco D, sala 200).

Manifesto pela Pós-graduação da Educação/UFRJ

Carta Aberta às Autoridades Constituídas e à Comunidade Universitária Brasileira

Os participantes do IV Encontro de Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Sudeste, organizado pelo EDUFÓRUM/ANPEd e pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (Campus de Marília), no período de 23 a 25 de maio de 2001, tornam públicas a situação por que passa o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sua posição a respeito.

Com grande esforço de sua comunidade, a UFRJ havia constituído um Programa de Pós-Graduação em Educação de méritos amplamente reconhecidos na área da Educação, e que congregava um grupo de docentes-pesquisadores de alta qualificação e produção científico-acadêmica. Tal Programa atendia a uma intensa demanda nacional e vinha recebendo avaliações muito positivas da CAPES/MEC.

Por motivos de política interna, esse Programa vem sendo submetido a um processo de "desmonte" contínuo e progressivo dos grupos de pesquisa que eram o seu sustentá-

culo. Medidas arbitrárias e autoritárias, atestadas inclusive por Comissão de Sindicância, constituída pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da UFRJ, atingem profundamente o Programa, inviabilizando a aplicação da proposta acadêmica anteriormente aceita e aprovada nas instâncias competentes.

Diante disto, a maioria dos docentes-pesquisadores vinculados ao Programa não tem tido mais condições de participar das atividades de pesquisa, orientação e docência desenvolvidas em seu âmbito.

Em sessão plenária deste IV Encontro, consideramos unanimemente o fato em pauta como de alta gravidade, com sérias perdas e danos para a formação da comunidade científica da área de Educação no Brasil. Por assumirmos que não se trata de um problema particular da UFRJ, alertamos as autoridades constituídas para a urgente necessidade da busca de encaminhamentos visando à superação dessa inaceitável situação de crise.

Apelamos particularmente para os Conselhos Superiores, para o Sub-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e para o Magnífico Reitor da UFRJ, no sentido de usarem de suas atribuições e capacidade de influência visando sustar o processo de esvaziamento e destruição de um

Programa nacionalmente respeitado, com quase 30 anos de serviços prestados à educação.

Por fim, solicitamos a atenção dos órgãos oficiais, como o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Fundação Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, para a profunda pertinência destas denúncias e destes apelos.

Marília, 25 de maio de 2001

Programas de Pós-Graduação presentes:

- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas
- Programas de Pós-Graduação em Educação da

Universidade Estadual Paulista (dos Campi de Marília, Rio Claro, Presidente Prudente e Araraquara)

- Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos
- Programas de Pós-Graduação em Educação (Psicologia da Educação; Supervisão e Currículo; e Educação Matemática) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense
- Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Católica de Petrópolis
- Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro

Periodização

Quinto debate marca nova etapa de discussão da periodização

Conselheiros anunciam mudanças na 01/99 e entidades pedem atenção da comunidade para que não se repitam os mesmos erros

O quinto debate sobre periodização promovido pelas entidades mobilizou um bom público no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no dia 21/6. A exemplo dos demais, o evento marcou a distância de idéias entre os representantes dos colegiados CEG e CEPG e a comunidade acadêmica, mas, acima disso, apresentou a disposição ao diálogo e ao entendimento entre as "partes". A proposta surgida em meio à discussão de se retomar o calendário acadêmico e os mecanismos administrativos do ano de 2000 (anterior à implantação da resolução, portanto) começa a ganhar força.

Primeira a falar, a professora Ingrid Sarti (CEPG) fez rápidas observações sobre o processo de construção da polémica resolução CEG/CEPG 01/99 dos 200 dias de aula. Segunda ela, quanto entrou como representante naquele colegiado que cuida da pós-graduação e pesquisa, o documento já estava pronto e acabado. Ingrid admitiu que se "sentiu perdida" na leitura da resolução e, apesar dos colegas do CEPG lhe informarem que houve uma enorme quantidade de debates para se chegar ao texto final, ela mesma não se lembrava de nenhuma discussão no IFCS, de onde é professora.

Logo a seguir, Ingrid procurou dar um voto de confiança aos conselheiros e tentou dissociar os colegiados da atual reitoria. A professora também comentou achar injusta a crítica de que os conselhos acadêmicos se distanciaram "das bases" que representam. "Existe muita distância entre as próprias Unidades e até entre Centros e Unidades. Temos muitas dificuldades de contato (na UFRJ)", afirmou. Para ilustrar o que estava dizendo, Ingrid atacou a página eletrônica da UFRJ, que devia disponibilizar toda a informação relativa à universidade, mas "na qual é difícil localizar algo". Por fim, como representante que é, colocou-se à disposição para levar sugestões aos conselhos sobre a periodização.

Ao contrário da representante do CEPG, o professor Antônio Cláudio "assumiu a criança". "Estou há quatro anos no CEG (um mandato mais uma recondução) e, se há algum culpado pelo



BOM PÚBLICO COMPARECEU AO QUINTO DEBATE SOBRE A PERIODIZAÇÃO NO IFCS

que está acontecendo, sou eu", brincou. Mais sério, Antônio Cláudio voltou a defender que houve debate, sim, da resolução 01/99. Segundo ele, o que pode ter ocorrido é que não houve debate suficiente. Assim como a professora Ingrid, o professor do Centro de Tecnologia atribuiu às dimensões e à precariedade geral do funcionamento da universidade essa falta de discussão. Num outro momento do debate, o representante chegou a se referir à UFRJ como "um dinossauro que só não está no Museu da Quinta da Boa

Vista porque não fomos empalhados".

O professor aproveitou a ocasião para anunciar a reformulação da 01/99 e seu desdobramento em duas outras resoluções (ver matérias nas páginas 8 e 9 e os documentos nas páginas 10 e 11). Para participar desse processo, as Unidades teriam até o dia 31 de agosto para retornar suas sugestões. Antônio Cláudio admitiu que o prazo é relativamente curto, mas justificado pela necessidade de estabelecimento do calendário do ano que vem.

Ainda em sua primeira intervenção, o

professor voltou a elogiar (assim como tinha feito no debate anterior, no CT) o calendário único proposta na resolução, que possibilitaria aos estudantes a inscrição em disciplinas de outras Unidades ou Centros. Antônio Cláudio admitiu que, à época da formulação da 01/99, o aparecimento da GED atrapalhou muito. "Todo mundo queria saber: como fica a minha GED nisso tudo?", lembrou, acrescentando que esse substitutivo atual pretende corrigir isso, ao separar a gratificação em outro texto.

O professor do Departamento de Soci-

ologia da Unicamp e secretário-geral do Andes-SN, Edmundo Fernandes Dias, convidado para a mesa do quinto debate, criticou a submissão dos colegiados acadêmicos à LDB, da qual supostamente surgiram todas as imposições de trabalho acadêmico. "Isso é uma maluquice: por que temos que obedecer à LDB? O texto constitucional é superior à LDB e defende a autonomia das universidades em seu artigo 207", afirmou.

Edmundo disse também que a situação vivida pela UFRJ não podia ser tratada apenas tecnicamente como vinha observando até então; a questão é mais política do que qualquer outra. Para ele, o ministro da Educação, Paulo Renato, quer aumentar a carga de trabalho de docentes e funcionários a qualquer custo para cumprimento das metas acertadas com o Banco Mundial. A resolução seria o mecanismo encontrado na UFRJ para alcançar esses resultados. Sobre a preocupação dos conselheiros com a inserção da GED, Edmundo foi bem claro em sua posição de extinção da gratificação, com a luta pelo reajuste linear dos SPFs. "O que faz com a GED? Não faz nada. Acaba com a GED. Ela é uma falsa medida para aumentar o trabalho individual do professor", disse, acrescentando que aceita a crítica de Antônio Cláudio relativa à falta de mobilização para discutir a universidade.

Entidades

Coube ao coordenador do DCE Vinícius Wu falar em nome das entidades organizadoras (Adufrj-SSind, APG, DCE e Sintufrj) do ciclo de debates sobre a

periodização. O estudante lembrou aos presentes vários problemas apontados na polémica resolução. Wu comentou que não houve anteriormente uma discussão democrática do documento do CEG/CEPG. A imposição foi feita de tal maneira que as Unidades e departamentos não sabiam como implementar as mudanças. Citou ainda o já famoso comentário do sub-reitor Ricardo Gattass "manda quem pode, obedece quem tem juízo", a respeito da decisão da Congregação do IFCS de não iniciar as aulas em 12 de fevereiro.

Também sobre o tumultuado início de ano, Vinícius apontou a grande evasão resultante do descompasso de calendários entre a UFRJ e as demais universidades. O estudante também repisou os aspectos da ilegalidade da resolução, que se confronta com o regimento da própria universidade; a lógica produtivista inserida no documento; o caos na inscrição de disciplinas e, para fechar, recuperou o pensamento da técnica em assuntos educacionais Ana Maria Ribeiro no debate anterior. Naquela ocasião, Ana afirmou que os colegiados, ao não contarem os sábados como dias de trabalho acadêmico efetivo, estavam jogando nas costas dos professores e técnicos toda a responsabilidade em caso de incêndio ou algum outro incidente nas instalações da UFRJ. E todos sabem que existem pesquisas que precisam ser feitas nos finais de semana.

Vinícius considerou uma vitória a abertura oficial da rediscussão da 01/99, acrescentando que espera uma discussão mais democrática desta vez.

"Insubordinação cívica"

Entidades vão se reunir no dia 2 de julho para analisar novos documentos propostos pela comissão mista CEG/CEPG

No momento em que se abriu o espaço para intervenções da plateia, o professor do Departamento de Filosofia Franklin Trein foi um dos primeiros a se manifestar. Diante do que classificou como um projeto de desmonte das universidades como um todo, o docente admitiu estar fazendo uma "insubordinação cívica" ao não aplicar os princípios da 01/99. "É uma aberração alunos e professores ficarem em salas de aula durante 200 dias. Onde estão os debates consistentes didático-pedagógicos para esses 200 dias?", criticou. Num outro momento, Franklin voltou a falar em insubordinação cívica ao ler o seu contracheque, que contém uma mensagem para o servidor situar seu trabalho entre 8h e 17h. "Eu descumpro isso. Chego antes das 8h e, às vezes, fico até as 22h", completou. Para ele, citando especificamente o caso do IFCS, não existem condições de fazer os tais 200 dias de aula. "Não temos corpo administrativo para cuidar desses curtos intervalos de tempo (entre os módulos)", disse. O professor Antônio Cláudio retomou a palavra algum tempo depois para justificar o calendário único mais uma vez no sentido de reforçar a unidade da UFRJ, em vez de permitir a fragmentação em conjuntos de Unidades acadêmicas. O representante do CT no CEG comentou que a adaptação à LDB tal como foi feita na UFRJ não ocorreu em nenhuma outra instituição. Para não contar os sábados, os colegiados teriam se baseado em um levantamento feito junto às Unidades demonstrando pouca movimentação nesses dias. "Não podemos desconsiderar a resolução porque saiu no período Vilhena ou porque faz parte da política FHC", disse.

A professora Ingrid comentou que ela mesma não sabia porque não se poderia contar o sábado como dia de aula. Edmundo Dias voltou a atacar a LDB e seu processo de aprovação. Segundo ele, Darcy Ribeiro pegou o projeto do MEC e, com ele debaixo do braço, passou pelas salas dos congressistas dizendo "me prestem essa última homenagem, estou morrendo de câncer". E, no clima de comoção, foi aprovada a péssima lei. O secretário geral do Andes-SN também falou que a resolução CEG/CEPG não apresentava os benefícios citados pelos conselheiros anteriormente no que dizia respeito à integração graduação/pós-graduação. "Não

tem nada disso aqui", citou, com aquiescência da conselheira Ingrid, ao seu lado. E propôs que a situação da UFRJ ficasse congelada no que era antes da resolução, "vigia-se o Vilhena e companhia e pensa-se a UFRJ nesse período".

O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia), tendo ouvido a data limite de 31 de agosto para retorno de sugestões para os colegiados, pediu um prazo maior: 30 de outubro. E justificou: "Nesse período, temos as férias de meio de ano e vai ser difícil mobilizar a comunidade", disse. Outro ponto é que, com prazo tão curto, não seria possível avaliar os erros e acertos do período que estaria acabando. A data de 31 de agosto seria usada para retornar apenas as avaliações por parte dos departamentos.

O professor da Escola de Comunicação e integrante do GTPE da Adufrj-SSind, Luiz Paternostro, deu mais uma amostra do caráter autoritário de imposição da 01/99. Paternostro citou a reforma curricular na ECO e a destituição do coordenador do curso de Produção Editorial, prof. William Dias Braga, simplesmente por não concordar com o processo. "Em respeito com a nossa história, é melhor não fazer uma violência (como essa). Vamos esperar que esse senhor (Vilhena) vá embora", observou, acrescentando que a representatividade dos colegiados passa pela confiança da comunidade. "Se os colegiados não conseguem representatividade, de que valem eles?", questionou.

Também integrante do GTPE da Adufrj-SSind, a professora Maria de Lourdes criticou mais três pontos da resolução 01/99: a sobrecarga de aulas para alunos e estudantes; a entrega de dados (que não foram pedidos) ao governo com a contabilização de atividades docentes como a de orientação, facilitando o controle autoritário do MEC; e a imposição de reformas curriculares cuja necessidade não foi sentida pelas Unidades. Sobre o caráter autoritário da resolução, Lourdes ressaltou que os presidentes dos conselhos são os sub-reitores, indicados pelo reitor. "Eu acompanhei sessões que foram conduzidas de forma profundamente autoritária e com desrespeito aos conselheiros", disse.

Reunião das entidades

Para analisar os recentes documentos liberados pela comissão mista CEG/CEPG, as entidades convidam estudantes, técnico-administrativos e professores para uma reunião no próximo dia 2 de julho, (segunda-feira), às 18 horas, na sala de convivência da Escola de Serviço Social.



DA ESQ. PARA A DIR.: PROFESSORES ANTÔNIO CLÁUDIO (CEG), INGRID SARTI (CEPG), EDMUNDO DIAS (ANDES-SN) E ISABEL MANSUR (DCE)

Tribuna



Edmundo Dias
Professor de Sociologia da Unicamp e Secretário Geral do Andes-SN

"Isso é uma maluquice: por que temos que obedecer à LDB? O texto constitucional é superior à LDB e defende a autonomia das universidades em seu artigo 207. O que faz com a GED? Acaba com a GED. Ela é uma falsa medida para aumentar o trabalho individual do professor".



Franklin Trein
Professor da Filosofia

"É uma aberração alunos e professores ficarem em salas de aula durante 200 dias. Onde estão os debates consistentes didático-pedagógicos para esses 200 dias? Além disso, não temos corpo administrativo para cuidar desses curtos intervalos de tempo (entre os módulos)".



Colegiados

Comissão CEG/CEPG altera resolução da periodização

Depois de tantas críticas, Conselhos iniciam processo de revisão

A comissão mista CEG/CEPG apresentou aos colegiados acadêmicos duas propostas de resolução que substituem a polêmica resolução 01/99 que trata da periodização da universidade. Os dois colegiados reagiram de formas completamente diferentes. Enquanto o CEG elogiou o trabalho da comissão, presidida pela professora Angela Gonçalves, o CEPG considerou as novas propostas um retrocesso em relação à 01/99.

A comissão mista se reuniu sistematicamente desde fevereiro e montou a nova proposta de adequação da periodização, disciplinas e cargas horárias docente e discente à Lei de Diretrizes e Bases, em vigor desde 1997. Na verdade, a 01/99 foi dividida em duas resoluções. Uma trata especificamente da carga horária docente nas atividades de ensino e, de certa maneira, regulará a aplicação da Gratificação de Estímulo à Docência. A outra dispõe sobre a aplicação da LDB nas questões acadêmicas.

Na sessão do CEG (20/06), os conselheiros ouviram a explanação do membro da comissão mista, Cláudio Limeira, e decidiram propor ao CEPG que aprovassem a divulgação das propostas para os departamentos, unidades e centros nesta segunda-feira (25/6). A idéia do CEG era dar um prazo para que as congregações de unidades e centros se manifestassem sobre as alterações e correções da 01/99 e enviassem através dos Centros o resultado dos debates até o dia 31 de agosto. O colegiado de graduação estaria propondo um espaço de pelo menos dois meses para que a comunidade universitária analisasse e aprovasse ou rejeitasse as mudanças, total ou parcialmente.

No CEPG, a proposta não foi bem-vinda. À exceção da conselheira que também faz parte da comissão mista, Denise Pamplona, e dos representantes discentes, os conselheiros da pós-graduação acharam que as propostas não deveriam ser divulgadas para a comunidade antes da próxima reunião CEG/CEPG, marcada para o dia 4 de julho.

Repercussão das alterações no CEG

As propostas da comissão mista foram, no geral, muito bem aceitas pelo CEG. Principalmente a idéia de não repetir o ocorrido em 1999, quando a resolução em vigor praticamente foi imposta às unidades, sem qualquer discussão ampla com a comunidade e as entidades representativas.

Na nova versão para a periodização, a resolução diz que o calendário escolar 'deve' ser único e não "o calendário escolar é único", como está na resolução em vigor. Na interpretação da comissão, esta forma mantém a concepção de um calendário letivo único, mas mantendo as particularidades das unidades em relação ao calendário escolar.

O professor Alcino Câmara foi uma voz isolada, ao menos no CEG, no questionamento à esta proposta da comissão mista. A preocupação do professor do Instituto de Economia é que esta 'abertura' abandone a idéia da construção de uma 'universidade' com interação total entre os cursos e disciplinas.

O professor Antônio Cláudio defendeu que as unidades não devem funcionar como instituições isoladas mas acredita que o debate nos próximos dois meses poderá dar maior visibilidade às alterações e maior entendimento para a construção do calendário que dê conta dos duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, exigidos pela LDB. Antônio Cláudio defendeu também que as resoluções (tanto a atual resolução quanto as novas propostas) fossem imediatamente disponibilizadas na página da UFRJ e enviadas aos departamentos, unidades e centros, o que foi aprovado ao final da sessão deste colegiado.

O representante discente Vinícius Wu saudou o trabalho da comissão mista de aceitar as críticas que surgiram ao longo dos debates promovidos pelas entidades Adufrj, Sintufrj, DCE e APG sobre a periodização. Para o estudante, a discussão central não é o calendário único, "até porque não é isso que dá a noção de uma universidade", complementou. O estudante ressaltou também que a nova proposta de resolução vai de acordo com o

atual estatuto da universidade que diz que as unidades têm autonomia para estabelecer seus calendários acadêmicos dentro do ano letivo estipulado pelo Conselho Universitário (início e fim do ano letivo).

A professora Íris Rodrigues (CFCH) foi quem propôs adiar a discussão pelos colegiados para depois que as unidades e centros se posicionassem em relação às propostas da comissão. No entanto, a professora fez questão de ressaltar que, no seu entendimento, o calendário administrativo não deve ser confundido com o "calendário pedagógico".

A também representante do CFCH, Lilia Pougy, considerou que o calendário deve ser discutido em uma resolução específica, ano a ano. Lilia também acredita na necessidade da ampliação deste debate.

Repercussão no CEPG

O primeiro a questionar as propostas da comissão mista foi o sub-reitor Ricardo Gattass. Ciente de que as novas resoluções alterariam substancialmente todas as idéias da reitoria incorporadas pela Resolução 01/99, Gattass iniciou o debate com os conselheiros do CEPG (sessão de 22/06) invocando uma "futura consultoria jurídica", caso as novas resoluções fossem aprovadas.

Mas não foram só as ameaças do sub-reitor que resultaram na decisão do CEPG de não aceitar a proposta do CEG de divulgar logo as novas propostas para

a periodização. A maioria dos conselheiros que se manifestou apontou problemas nas alterações da comissão mista. O professor Márcio Estillac (CCMN) discordou das mudanças apresentadas. "As propostas da comissão vão de encontro ao trabalho realizado em 1999 pelos colegiados", argumentou. Para o professor, a decisão sobre a fixação do número de dias nos quais a universidade vai funcionar integralmente (todas as unidades, departamentos, secretárias, laboratórios etc) não pode ser estabelecida apenas no calendário letivo.

Outra preocupação dos representantes no CEPG foi quanto à participação dos docentes da pós-graduação nas atividades de ensino de graduação. Na atual resolução (01/99), todos os professores têm que dar um mínimo de quatro horas semanais de aula (com 60 min cada) na graduação. Pela proposta da comissão, a obrigatoriedade passa a ser de que os professores devem ter uma carga horária anual de, em média, oito horas-aula (50 min de aula e 10 min de intervalo) semanais em atividades de ensino e que esta carga horária contenha pelo menos uma disciplina na graduação.

O professor Eduardo Batista, que foi participante de um dos debates promovidos pelas entidades, disse que o colegiado deveria aprender a "suportar as pressões da comunidade" e também defendeu que a comunidade só tivesse acesso às novas propostas da comissão mista após outras reuniões conjuntas dos dois colegiados.

PROFESSOR,

**ESTE ESPAÇO ESTÁ RESERVADO E GARANTIDO PARA A SUA
CRÍTICA, DENÚNCIA E COLABORAÇÃO! PARTICIPE!**

Calendário não é suficiente

O **Jornal da Adufrj-SSind** teve acesso às duas novas propostas de resolução da comissão mista CEG/CEPG (aprovadas na comissão no dia 13 de junho) durante a sessão do CEG do último dia 21. O CEPG não aceitou a proposta do Colegiado de Graduação de enviar estes documentos às Unidades a partir da segunda, dia 25. A redação deste jornal está publicando a íntegra das duas propostas nas páginas 10 e 11 desta edição.

Nesta página, publicamos também um quadro resumo das principais alterações propostas, apresentado para os conselheiros do CPEG, na sessão de 22 de junho.

A Comissão Mista CEG/CEPG, por outro lado, ainda não convocou as entidades, como havia sido acertado na reunião de 16 de maio da comissão mista com os representantes das entidades, para avaliar a forma de encaminhar as propostas à

comunidade.

O prazo de 31 de agosto, que não consta das resoluções nem em nenhum documento da comissão, compreende o período de recesso entre os semestres letivos de 2001, o que significa que teríamos bem menos que dois meses para o pronunciamento dos departamentos e congregações de entidades. Se a proposta é para vigorar a partir de 2002, nada impediria que este prazo fosse estendido pelo menos até o final de outubro. Diversos conselheiros do CEG e do CEPG se manifestaram enfaticamente, em diversas ocasiões, inclusive durante os debates promovidos pelas entidades, sobre a dificuldade de levar qualquer proposta até os departamentos. Para a diretoria da Adufrj-SSind, se o objetivo é fazer a discussão a mais ampla possível, tanto a sua extensão como o período sugerido têm que ser revistos.



Movimento



Haverá segundo turno nas eleições do Sintufrj

Por muito pouco, a chapa 2 intitulada “Tá na hora da virada” não venceu, em primeiro turno, as eleições do Sintufrj. De um total de 4.973 votos válidos (houve ainda 321 votos nulos ou brancos), a chapa 2 conseguiu 2.479 (49,84% do total de votos válidos). A chapa 3, “Um sindicato trabalhando pela base”, obteve 1.539 votos (30,94%). Já a chapa 1, “Base independente”, conseguiu 955 votos (19,20%) e está eliminada do processo eleitoral. Dentro de 30 dias, será realizado o segundo turno, de acordo com o regimento do sindicato.

A coordenadora geral da chapa 2 Neusa Luzia (Medicina) comemorou a grande aceitação do programa da “Tá na hora da virada” pela categoria. “Foi importante ver o reconhecimento da categoria. Isso nos dá mais ânimo para mobilizar a categoria a participar do sindicato, o que sempre foi nossa linha de atuação”, disse. Neusa não quer entrar no clima de “já ganhou”. “Nós saímos vitoriosos do ponto de vista político”, observou. A coordenadora da chapa 2 lamentou apenas que a comissão eleitoral não tivesse aprovado a recontagem de votos em nove urnas. “Verificamos uma diferença total de 17 votos, mas a comissão eleitoral refutou o recurso sem nenhuma fundamentação”, comentou,

acrescentando que, no momento do recurso, os representantes das chapas 1 e 3 na comissão votaram contra. Ela compara o processo local com o ocorrido nas eleições presidenciais norte-americanas. “Num país capitalista, esse pleito de recontagem foi aceito. Num processo de trabalhadores, isso não houve. É lamentável”.

Já uma das integrantes da chapa 3, Lúcia Reis (Fórum de Ciência e Cultura), mantém as esperanças de vitória para o segundo turno. “Tivemos uma mudança importante já depois de o processo de eleição iniciado (Lúcia se refere à mudança da proporcionalidade para majoritariedade) e houve pouco tempo para debates de idéias”, comentou. Ela acredita que, com mais debates e aumento do universo de eleitores, a chapa 3 poderá sair vitoriosa. Mais importante para ela, no entanto, é o fortalecimento do debate no sindicato. Sobre o recurso impetrado pela chapa 2, Lúcia acredita que a tensão surgiu em função da mudança da forma de dirigir o sindicato e da pequena diferença de votos apresentada. “Não entendi direito o que eles queriam, mas havia fiscalização e a comissão devia proclamar os resultados. Se persiste a dúvida, é legítimo o direito de recorrer”, contou.

Informe

Na última quinta-feira, 21/6, cerca de 30 estudantes da escola de Comunicação se reuniram em assembléia para discutir a exoneração do coordenador de Produção Editorial William Braga. Ele foi afastado do cargo por discordar da forma como a direção da Escola vem tratando o processo de reforma curricular. Na assembléia, os estudantes resolveram ir à próxima ses-

são do CEG levando um texto e um abaixo-assinado nos quais serão explicadas as razões da insatisfação dos estudantes com esta situação. Os documentos para o CEG estarão sendo finalizados em uma reunião do centro acadêmico, nesta segunda-feira (25/6), ao meio-dia.

Miguel Papi
Coordenador do DCE

Principais mudanças da resolução 01/99 (apresentadas pela comissão mista na sessão do CEPG)

- A resolução da periodização é dividida em duas resoluções: Uma para a GED e outra que trata da LDB

- Inclusão das especificidades do CAP na nova resolução

- Mudança na definição de trabalho acadêmico efetivo (principalmente em relação à abertura de secretarias, laboratórios e bibliotecas art.1º, 1§ da 01/99) e retirada do art. 3º da 01/99.

- O calendário DEVE ser único

- Retirada das 20 (e 10) semanas e inclusão de 100 (e 50) dias de trabalho acadêmico efetivo

- Inclusão de responsabilidade/supervisão de docente da UFRJ em disciplinas e RCC externos à UFRJ

- Inclusão em atividades pedagógicas; trabalho clínico e/ou cirúrgico

- Retirada da duração mínima das

atividades de ensino em 60' e inclusão de 50' (aula) + 10' (intervalo, podendo ser agrupados mais de um intervalo em horas-aula consecutivas) – esta alteração já foi aprovada pelo CEG

- A turma tem a mesma carga horária da disciplina e do RCC

- A referência a “as disciplinas compartilhadas e divididas” foi substituída por “TURMAS compartilhadas e divididas”

- As 320 horas anuais foram substituídas por 8 horas-aula semanais, em média, para os docentes

- As 160 horas na graduação foram substituídas por uma disciplina na graduação

- A referência às “Unidades ou Órgão Suplementares que não ofereçam cursos de graduação” foi substituída por “Unidades Suplementares”



Propostas da comissão mista CEG/CEPG

Resolução Conjunta CEG/CEPG N.º XX/2001

[CM de 13/06]

Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 9.394/96, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas e dos requisitos curriculares complementares e as cargas horárias docente e discente.

O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos em sessão conjunta no dia XX de XXXXX de XXXX, considerando ser necessário:

- adequar as normas a regulamentos que regem a organização do ensino, na UFRJ, aos dispositivos e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996;

- estabelecer um sistema de periodização do ano letivo e de caracterização das disciplinas que admita maior flexibilidade e diversidade nas estruturas curriculares, que estimule a experimentação didático-pedagógica, o estudo cooperativo orientado em programas tutoriais e de iniciação à pesquisa como cumprimento de requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ;

- criar um conjunto padronizado e uniforme de normas que permita o aperfeiçoamento e a operação integrada dos sistemas institucionais de registro acadêmico da UFRJ em todos os níveis de ensino;

resolvem: Do Ano Letivo

Art.1º - O ano letivo independe do ano civil e deve ter extensão mínima de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, observada a carga horária mínima anual de 800 horas para

a Educação Básica.

§1º - Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão da Educação Básica e Superior na UFRJ.

§2º - O calendário escolar deve ser único para todos os cursos de Educação Básica e Superior, nos níveis de graduação e pós-graduação, regularmente oferecidos pela UFRJ.

Art.2º - O ano letivo é constituído por dois períodos, cada um com extensão mínima de 100 dias de trabalho acadêmico efetivo, e separados por um período de recesso escolar de uma a três semanas.

§1º - Cada um dos dois períodos letivos pode ser subdividido em dois blocos de igual duração com, no mínimo, 50 dias de trabalho acadêmico efetivo em cada um deles.

§2º - Durante cada período letivo devem ser realizadas as atividades necessárias ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ.

§3º - Para os cursos de graduação e pós-graduação, as atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser iniciadas e finalizadas no mesmo período letivo.

§4º - Para os cursos da Educação Básica, as atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser concluídas ao término do 2º período letivo.

Da Disciplina e do Requisito Curricular Complementar

Art.3º - A disciplina corresponde a um determinado programa de conteúdos

curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizado sob responsabilidade de docentes da UFRJ ou profissionais devidamente por ela credenciados, contando, neste caso, com a supervisão direta de docente da UFRJ.

§ 1º - Toda disciplina deve compreender, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: exposição teórica, seminário, estudo dirigido, trabalho de campo, trabalho em laboratório, trabalho clínico e/ou cirúrgico, orientação, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de Educação Básica e Educação Superior, nos níveis de graduação ou pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente.

§2º - Segundo sua natureza e atividade predominante, as disciplinas são classificadas como teórica, prática, teórico-prática ou de orientação.

§3º - A disciplina de orientação é realizada na forma de supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitoria, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses.

§4º - As atividades de ensino de uma disciplina estruturam-se em horas-aula, definidas como unidades programadas de trabalho pedagógico.

§5º - As atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino à distância, em qualquer nível, devem ser objeto de resolução específica dos Colegiados competentes.

Art.4º - A hora-aula é equivalente a 50 minutos de trabalho pedagógico e 10 minutos de intervalo.

Parágrafo Único - Quando uma disciplina é ministrada em duas ou mais horas-aula consecutivas, os intervalos podem ser agrupados desde que sejam mantidos em sua duração total.

Art.5º - Disciplinas podem ser cursadas por alunos não pertencentes à UFRJ, desde que cadastrados no sistema de registro acadêmico da Universidade.

Parágrafo Único - O cadastro referido no "caput" deste artigo deve ser feito de acordo com regulamentação específica do CEG/CEPG.

Art.6º - O requisito curricular complementar - RCC - é uma modalidade de trabalho acadêmico efetivo previsto na grade curricular do curso, estruturado em horas-aula, cujas características não correspondam às de uma disciplina, realizado sob a responsabilidade de docentes da UFRJ ou profissionais devidamente por ela credenciados, contando, neste caso, com a supervisão direta de docente da UFRJ.

Parágrafo Único - Os Colegiados responsáveis devem estabelecer a carga horária, local de realização, período acadêmico e formas de avaliação de cada um dos requisitos curriculares complementares.

Art.7º - Todas as disciplinas e requisitos curriculares complementares devem ser cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§ 1º - No cadastro da disciplina devem constar: código, título, nível, carga horária e sua classificação.

§2º - No cadastro do requisito curricular complementar devem constar: código, título, nível e carga horária.

Art.8º - As disciplinas e os re-



Propostas da comissão mista CEG/CEPG

Resolução conjunta CEG/CEPG N.º XY/XX [CM de 13/06]

Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 9.678/98 quanto à carga horária docente em atividades de ensino.

O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos em sessão conjunta no dia XX de XXXXX de XXXX, considerando ser necessário regulamentar o cômputo da carga horária docente em atividades de ensino na UFRJ, para fins de implementação da Gratificação de Estímulo à Docência, Lei n. 9678/98 de 03 de julho de 1998, resolvem:

Da Carga Horária Docente

Art.1º - A carga horária do

professor em atividades de ensino é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§1º - A carga horária anual do professor em atividades de ensino é a soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo.

§2º - Para cômputo da carga horária anual do professor em atividades de ensino, deve ser considerada a proporção efetivamente assumida das turmas divididas ou compartilhadas.

§3º - Caso o professor leccione para turmas com horários total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada deve

ser o somatório da carga horária de cada turma descontado o somatório das cargas horárias sobrepostas.

§4º - Nas turmas de disciplinas de Orientação, a carga horária atribuída deve ser equivalente a uma hora de aula semanal por aluno inscrito.

Art.2º - Resolução específica do CEG/CEPG deve dispor sobre o registro e o cômputo da carga horária de docentes da UFRJ desempenhada em atividades de ensino em outra Instituição, no cumprimento de acordos e convênios de intercâmbio acadêmico aprovados pelos colegiados competentes.

Art.3º - As atividades de en-

sino desempenhadas no âmbito de cursos que gerem remuneração complementar aos docentes não devem ser consideradas para efeito do cômputo da carga horária mínima estabelecida no art. 10º, §1º, da Resolução GPG/2001.

Das Disposições Finais

Art.4º - Cabe às Unidades e Órgãos Suplementares, através de seus órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.

Art.5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

quisitos curriculares complementares são oferecidos sob a forma de turmas.

§1º - Toda turma deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ a ter, necessariamente, a mesma carga horária da disciplina ou requisito curricular complementar correspondente.

§2º - O registro de turma de disciplina teórica, prática ou teórico-prática deve conter: nome dos docentes, período letivo, local, horário, carga horária, número mínimo e máximo de vagas para inscrição de alunos. Em caso de turma subdividida, o registro de cada subturma deve conter essas mesmas informações.

§3º - Para fins de registro acadêmico, a turma com atividades em diferentes locais deve ter como referência a Unidade Acadêmica onde a disciplina é ministrada.

§4º - O registro de turma correspondente à disciplina de orientação deve conter: período le-

tivo, carga horária e nome dos professores orientadores.

§5º - Toda turma de requisito curricular complementar deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ, devendo conter: período letivo, nome dos docentes e carga horária.

§6º - Turmas sob responsabilidade de mais de um professor são consideradas:

a) divididas, quando as atividades pedagógicas são ministradas por mais de um professor, separadamente ou através de módulos; ou

b) compartilhadas, quando as atividades pedagógicas são conjuntas e simultaneamente, integral ou parcialmente, ministradas pelos professores.

Da Carga Horária Docente

Art.9º - A unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno é a hora-aula.

§1º - Toda a carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno deve constar do boletim escolar.

§2º - Nos cursos de Educação Superior, apenas as cargas horárias das disciplinas nas quais o aluno obtém aprovação são consideradas para efeito do cumprimento dos requisitos curriculares do curso e constarão do histórico escolar.

§3º - Na Educação Básica, a carga horária das disciplinas em que o aluno não obtém aprovação deve constar do histórico escolar para efeito de transferência.

Da Carga Horária Docente

Art. 10º - A carga horária do professor é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§1º - A carga horária do professor em atividades de ensino deve ser de, no mínimo, 08 horas-aula semanais, em média.

§2º - A carga horária anual

deve incluir, pelo menos, uma disciplina teórica, prática ou teórico-prática de graduação.

§3º - Unidades ou órgãos Suplementares, mediante solicitação justificada, podem ser autorizados pelo CEG a isentar docentes, temporariamente, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no §2º.

Art. 11º - Resolução específica do CEG/CEPG deve dispor sobre o registro e o cômputo da carga letiva de docentes da UFRJ.

Das Disposições Finais

Art.12º - Cabe às Unidades e aos Órgãos Suplementares, através de seus órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.

Art.13º - Revogam-se as disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e CEPG.

Art.14º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Colegiados

Vilhena sofre tripla derrota no Conselho Universitário

Consuni aprova adequação de estatuto à LDB e rejeita Átila Freire para Sub-reitoria de Graduação

Finalmente o Conselho Universitário conseguiu aprovar a adequação do estatuto da UFRJ às exigências da Lei de Diretrizes e Bases. O embate que vinha sendo travado entre a maioria dos conselheiros do colegiado superior e o reitor parece ter tido um fim. Ao menos no que diz respeito à volta da normalidade institucional. O parecer da Comissão de Legislação e Normas que adequou o atual estatuto às exigências da Secretaria de Ensino Superior foi aprovado por unanimidade. As 26 alterações feitas, segundo o relator do processo, conselheiro Carlos Maldonado, se referem a questões de forma e não de conteúdo.

Aparentemente uma questão simples, a adaptação do estatuto da universidade à LDB ganhou contornos políticos quando, em abril de 2000, a reitoria resolveu omitir o parecer do Conselho Nacional de Educação sobre as adequações remetidas pelo Consuni. Já naquela época, a SESu havia sugerido que a UFRJ fizesse as modificações para regularizar sua situação institucional.

No afã de aprovar a seu projeto de estatuto (estatuto Moisés Nussenzveig), Vilhena não só o protocolou no MEC à revelia do Conselho Universitário como vinha impedindo sistematicamente, des-

de o início deste ano, a realização das sessões para a volta à normalidade institucional.

Reitor pressiona conselheiros

O acordo estabelecido pela reitoria e alguns membros do Consuni para que fossem realizadas três sessões consecutivas no último dia 21 foi uma mais uma das tentativas do reitor de 'empurrar' o nome do professor Átila Pantaleão Freire para o cargo de sub-reitor de graduação (leia matéria abaixo).

A tentativa de primeiro realizar a votação da indicação do nome do professor do Centro de Tecnologia para depois votar a adequação estatutária acabou não funcionando como forma de pressão. A maioria dos conselheiros não se rendeu às diversas ameaças 'veladas' de Vilhena de que só votaria a adequação se o professor Átila fosse aceito para a SR-1.

Três sessões

A ameaça de Vilhena ficou clara quando o reitor convocou as três sessões para o mesmo dia. Na primeira, prevista para as 9h30, a pauta era dividida em dois pontos: Encaminhamento para a aprovação das adaptações do Estatuto à LDB e demais legislações; e aprovação da indicação do professor Átila Pantaleão Silva Freire para sub-reitor de Ensino de Graduação. Só na sessão seguinte (especial), seriam aprovadas as adequações do estatuto. Para uma terceira sessão ex-

traordinária estava pautada a discussão e aprovação de comissão para uma reforma que de fato altere o conteúdo do atual estatuto. O debate que antecedeu a votação da indicação para a sub-reitoria foi tenso e a maioria dos presentes decidiu, de antemão, que não aceitaria a indicação de Átila. Muitos conselheiros disseram até concordar que, na próxima revisão estatutária, os sub-reitores sejam nomeados diretamente pelo reitor, por serem cargos de confiança. Mas, nas condições regimentais atuais, os conselheiros não queriam se responsabilizar por um nome com tantas restrições.

Estatuto e cronograma de trabalho

As adequações do estatuto da universidade serão remetidas para as Unidades e Centros para que estes façam as suas adaptações regimentais. O prazo para o envio das adaptações para a Comissão de Legislação e Normas do Consuni será de 90 dias após o recebimento. A CLN terá também mais noventa dias para emitir parecer sobre todas as adaptações para deliberação no Consuni.

Na terceira sessão, foi retomada a discussão sobre uma reforma estatutária para a UFRJ que fosse além das adequações exigidas pela LDB. Vilhena até tentou impedir que a comissão provisória aprovada não contivesse os mesmos participantes da comissão que deu início à discussão da reforma estatutária de conteúdo, em 2000.

Mas acabou sofrendo nova derrota. A comissão aprovada mantém alguns dos nomes antigos e incorpora outros novos (ver quadro), mas, como ressaltou o conselheiro Maldonado, com o espírito de incluir representantes de todas as segmentos e opiniões sobre a estrutura administrativa e acadêmica da universidade.

Outra derrota para Vilhena foi o fato de que a comissão aprovada, ainda que provisória, vai trabalhar a partir do levantamento já iniciado pela comissão estatutária anterior, aprovada pelo Consuni, que não leva em conta somente as idéias da reitoria e do 'estatuto Moisés'.

A próxima sessão do Conselho Universitário está prevista para o dia 28 de junho, quando será aprovado o projeto da UFRJ para concorrer aos fundos de Infra-estrutura do MEC (leia matéria na página 4).

Comissão provisória para elaboração do novo Estatuto da UFRJ

Marco Antônio França – CCMN
Roberto Antônio Gambine – Técnico-administrativo
Miguel Papi – Represente Discente
Carlos Maldonado – Técnico-administrativo
João Carlos Ferraz – Suplente (CCJE)
Luiz Fernando Dias Duarte – FCC
Joel Regueira Teodósio – CT
José Luiz Fontes – Suplente (CT)
Gilda Moreira – Representante Discente
Carlos Alberto Messeder - CFCH

Átila é rejeitado novamente

Vilhena diz que manterá indicação em todas as sessões do Consuni

Não foi a primeira vez que o professor Átila Pantaleão foi rejeitado pelo Conselho Universitário. A indicação de Átila não tinha aprovação do conselho para o cargo de Sub-reitor de Graduação (SR-1) desde 8 de junho de 2000.

Na última quinta-feira, Vilhena amargou nova derrota ao apresentar novamente sua indicação. Por 22 votos contra 8, Átila foi 'indeferido'.

Como na época da sua apresentação ao Conselho, o nome de Átila para a sub-reitoria sofreu críticas violentas. Segundo alguns conselheiros, o professor é adepto de idéias acadêmicas que visam à 'quantidade' em de-

trimento da 'qualidade'. O professor Flávio Dickstein lembrou a atuação do professor Átila enquanto coordenador de ensino da Escola de Engenharia. Segundo Flávio, Átila foi um dos promotores do fim do ciclo básico nas engenharias. Os estudantes também reclamaram do superintendente. Daniel de Souza responsabilizou Átila pela grave crise dos alunos

em relação às inscrições acadêmicas deste ano. "Átila mudou o sistema de inscrição à revelia do CEG. Não dá para votar em uma pessoa que não respeita as decisões dos colegiados", disse o estudante. A sua atuação como superintendente da SR-1 e, principalmente, como coordenador do processo último vestibular (2001) foram citadas como desastrosas.

Milton Santos (1926-2001)

Morreu no último dia 24 de junho o geógrafo e professor emérito da USP Milton Santos, um dos mais respeitados intelectuais do país. Milton tinha 75 anos e, segundo o Hospital do Servidor Público Estadual, de São Paulo, a causa da morte foi insuficiência respiratória aguda. O professor lutava contra um câncer há sete anos.



Foi ele o único brasileiro a ganhar o prêmio internacional de Geografia Vautrin Lud, que corresponde ao Prêmio Nobel de Geografia, em 1994. Fora do país, Milton Santos foi professor das universidades de Paris, Columbia, Toronto, Dar Assalaam (Tanzânia). No Brasil, deu aulas na USP, na UFRJ e na Federal da Bahia. Na sua última visita pública à UFRJ, em setembro de 1999, Milton recebeu o título de Professor *Honoris Causa* e confessou que essas eram as três instituições pelas quais tinha a maior afeição. Pela da Bahia, por lhe ter permitido ser professor pela primeira vez; pela UFRJ, que o acolheu após o exílio da ditadura; e pela USP, que era sua última "casa".

Ainda por ocasião dessa homenagem, Milton Santos proferiu um discurso convocando toda a comunidade universitária a uma reflexão sobre os rumos do ensino superior. A íntegra daquele discurso ("A Universidade: da internacionalidade à universalidade") pode ser encontrada na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br).

No meio acadêmico, sua morte já motivou várias mensagens e artigos de homenagens e pêsames, como a encaminhada para a Adufrj-SSind pelo chefe do Departamento de Geografia da UFRJ, Jorge Xavier da Silva, reproduzida abaixo. O Consuni do último dia 28 manifestou um voto de pesar pelo falecimento do geógrafo. Ainda no Conselho foi sugerido que o Instituto de Geociências promova um seminário para reflexão sobre sua obra.

"O Departamento de Geografia da UFRJ pesarosamente assinala o falecimento do eminente Geógrafo Milton Santos, Doutor *Honoris Causa* por esta UFRJ e detentor de títulos honoríficos semelhantes concedidos por outras 15 universidades do Brasil e do exterior.

Apresentando as condolências devidas aos familiares, associa-se este departamento às inúmeras entidades nacionais e internacionais que, juntamente com geógrafos e outros pesquisadores que conhecem a obra ímpar de Milton Santos, registram esta considerável perda para o meio científico e intelectual."

Reunião das entidades

■ Para analisar os recentes documentos liberados pela comissão mista CEG/CEPG, a Adufrj, o Sintufrj, o DCE e a APG/UFRJ convidam estudantes, técnico-administrativos e professores para uma reunião no próximo dia 2 de julho (segunda-feira), às 18 horas, na sala de convivência da Escola de Serviço Social.

42º Conad debate subordinação ao mercado

Presidente critica 'naturalização' da lógica produtivista entre docentes das universidades públicas

A mercantilização nas universidades foi um dos temas centrais do 42º Conselho Nacional do Andes-SN (Conad) que aconteceu no último final de semana em Uberlândia (MG). Na abertura (dia 28/6), o presidente da entidade, Roberto Leher, ressaltou a subordinação das atuais reitorias à lógica produtivista expressa em gratificações como a GED ou a GID. "O discurso de que as universidades devem se integrar à sociedade tem se tornado, na verdade, um eufemismo para expressar que as instituições devem se entregar ao mercado", disse.

O deputado federal Gilmar Machado (PT/MG) prestigiou o evento. Membro da Comissão de Educação da Câmara, Gilmar chamou a atenção para o retorno do projeto de autonomia universitária do MEC. De acordo com o deputado, o governo pretende retomar o projeto em agosto e o posicionamento dos docentes é fundamental para a atuação da bancada de oposição. O deputado comentou também o desejo do governo de aprovar, ainda no segundo semestre, o projeto de Emprego Público. A aprovação significa a implementação de um regime de contratos privados de professores e funcionários, via CLT, e abre as portas para

a criação das instituições de direito privado, previstas na proposta de autonomia do MEC.

Também participaram da mesa, o prefeito de Uberlândia, Zaire Resende (PMDB), o presidente da Seção Sindical da Universidade de Uberlândia (Adufrj-SSind), José Francisco Ribeiro; do Sindicato dos Técnico-Administrativos da UFU, Paulo Raiz; e do DCE, Elisson César Prieto. Pela diretoria do Sindicato, Angela Ferreira (Regional Leste), Domingues Godói e Edmundo Dias.

Cinquenta e seis seções sindicais participaram do evento com mais de 150 representantes, sendo 52 delegados de base e 60 observadores.

Andes-SN consegue barrar criação da Uergs como fundação de direito privado

"Uma importante vitória na luta contra a privatização das universidades públicas" foi o comentário do presidente da entidade, Roberto Leher, ao saber que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul votou a emenda do deputado Bernardo Olavo (PPS) que retirou da legislação que cria a nova Universidade Estadual o caráter de fundação de direito privado. A votação aconteceu na noite da quinta-feira, 28, ao mesmo tempo em que acontecia a abertura do Conad, em Uberlândia.

Segundo o professor, a partir de um parecer da assessoria jurídica do Andes-

SN, os parlamentares gaúchos se convenceram de que não havia motivos para a criação da fundação. A comissão idealizadora da nova universidade alegava a grande quantidade de convênios que seriam criados com o setor privado para implementar a fundação. "O que mais as universidades fazem hoje são convênios externos. Isto não é justificativa para privatizar uma instituição pública e contratar pela CLT", comentou. Segundo Roberto, antes da intervenção do Sindicato, a proposta da fundação não foi passada ao governador Olívio Dutra. Na semana anterior à votação, a diretoria da entidade conseguiu uma audiência com o vice-governador, Miguel Rosseto, e expôs a posição do Sindicato. O Andes-SN defendeu a criação da nova universidade como uma instituição de direito público, mantendo o RJU como regime para os futuros servidores.

Segundo nota na página eletrônica Terra, o governo não deverá vetar o texto aprovado na assembleia por unanimidade (40 votos) e a Uergs será criada como uma instituição de direito público. Para o Sindicato, o resultado ainda não é de todo satisfatório, pois a nova universidade vai estar vinculada à Secretaria de C&T do Estado, o que pode restringir o caráter exclusivamente tecnológico à instituição de ensino. A proposta do Palácio Piratini que vinculava a Uergs à secretaria de Educação perdeu por 22 votos a favor da Ciência e Tecnologia.

Imprensa desvia atenção da Marcha

A Marcha em Brasília (dia 27/6) contra o apagão e contra a corrupção, organizada por partidos da oposição, pela CUT e outras entidades da sociedade civil teve sua força diminuída pela ação mais agressiva de um pequeno grupo. Resultado: a chamada grande imprensa preferiu dar destaque aos confrontos estabelecidos fisicamente entre *punks* e alguns estudantes contra a PM e "esqueceu" de passar aos leitores as idéias defendidas no palanque montado na Esplanada dos Ministérios. Entretanto, vale lembrar que o presidente da CUT avisou ao comando da PM para restringir a atuação dos policiais à vigilância dos *punks*. O Jornal do Brasil e O Globo do dia

seguinte, pelo menos, frisaram que a confusão foi provocada pela "fatia menos politizada de todo o bolo de estudantes – os *punks*", segundo um trecho do JB, mas essas publicações pecaram pela falta de divulgação dos discursos da oposição organizada.

De acordo com informes na página eletrônica do Partido dos Trabalhadores, o líder Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que o protesto é contra a corrupção institucionalizada no país. "Se não tivesse corrupção não tinha criança com fome ou morrendo de diarreia, não tinha adolescente se prostituindo com 14 anos e já teria acontecido a reforma agrária", denunciou. Ele acrescen-

tou que no governo Fernando Henrique Cardoso não sobram recursos para as áreas sociais porque "o presidente ofereceu o país aos estrangeiros e trouxe o capital estrangeiro em troca do arrocho salarial do trabalhador brasileiro".

Ainda segundo o informe da página eletrônica petista, Lula teria dito que, no novo Brasil que o povo quer, o capital estrangeiro será atraído com mão-de-obra qualificada, com distribuição de renda para que haja consumo e sem apagão. "Essa crise energética que estamos vivendo é a consolidação da incompetência e da pouca vergonha deste governo."



Colegiados

CEG adia discussão sobre calendário 2002

Colegiado manterá posição de consultar Unidades e Centros sobre a reformulação da 01/99

Na sessão de 26/06, os conselheiros do CEG discutiram a rejeição do CEPG sobre o envio imediato às Unidades e Centros das propostas de reformulação da Resolução 01/99 (periodização) para manifestação destas instâncias até o dia 31 de agosto. Na sessão do dia 22/06, os conselheiros do CEPG entenderam que seria necessária uma reunião mista dos dois colegiados, para que pudessem discutir a reformulação proposta pela comissão e, só então, encaminhá-las às Unidades.

O colegiado de graduação decidiu aceitar a convocação para a sessão mista CEG/CEPG que deverá ocorrer no dia 4 de julho, mas manteve a decisão de primeiramente receber as contribuições

das instâncias acadêmicas das Unidades e Centros antes de alterar o que foi proposto pela comissão mista. Para a professora Lilia Pougy (CFCH), a posição do colegiado de pós-graduação foi desrespeitosa. "É um desrespeito não aceitar o encaminhamento do CEG. Esta reunião CEG/CEPG tem que solucionar isso". Lilia faz parte da comissão mista que elaborou a reformulação e acredita que, a partir do momento em que foram apresentadas em um ou noutro conselho, as propostas são públicas e o debate pode ser iniciado em todas as instâncias acadêmicas. A professora argumentou também que as propostas são fruto do trabalho de uma comissão que tem integrantes das duas instâncias e não via motivos para rejeitar que as Unidades, através dos Conselhos de Centro, enviassem seus pareceres e contribuições à comissão, como foi sugerido pelo CEG.

Com o resultado desta consulta à comunidade, os colegiados iniciariam os debates e as deliberações.

O professor Alcino Câmara (CCJE) se mostrou preocupado com a preservação das relações entre os dois conselhos e considerou que o CEG deveria aguardar a comunicação oficial do outro colegiado para então encaminhar a discussão para as Unidades. Para o professor do Instituto de Economia, a comissão mista não poderia se reportar diretamente à comunidade, o que, para ele, seria "assembleísmo". Lilia retrucou: "foi para isso que as trouxemos (as propostas) aos colegiados, em sessões públicas."

A comissão mista CEG/CEPG apresentou aos dois colegiados a separação da 01/99 em duas resoluções. Uma das resoluções trata das questões acadêmicas ligadas à nova LDB, como o estabelecimento do período letivo com 200 dias de

atividade acadêmica. A outra resolução define a contagem da carga horária docente nas atividades de ensino para a Gratificação de Estímulo à Docência.

Calendário

Os conselheiros decidiram, também, adiar o debate sobre a proposta de calendário acadêmico para 2002, apresentada pela Sub-reitoria de Graduação duas semanas antes. A proposta da reitoria deverá entrar em pauta na sessão do dia 11 de julho, mas alguns conselheiros defenderam que esta discussão só aconteça após os desdobramentos da reformulação da 01/99.

O jornal da Adufrj nº31 (25 de junho) publicou a íntegra das duas propostas. A edição está publicada também na página eletrônica da seção sindical (www.adufrj.org.br/arquivo/paginajornal/htm).

Reforma curricular da ECO e afastamento de professor são discutidos

A pedido dos representantes discentes, foi incluída na pauta da sessão do CEG a discussão sobre os problemas vividos por alunos e professores durante o processo de reforma curricular promovido pela direção da Escola de Comunicação. A representante do Centro Acadêmico da escola, Bruna Nunes, expôs o manifesto dos alunos em relação ao afastamento do professor William Dias Braga do cargo de Coordenador do Curso de Produção Editorial (leia o texto na página 3).

Segundo o relato da estudante, o professor foi destituído do cargo por ter se manifestado publicamente, através de artigo publicado no **Jornal da Adufrj**, contra o processo de reforma curricular conduzido pelo diretor da Unidade, Paulo Vaz.

Presente na sessão, Paulo Vaz se retirou antes de ouvir as considerações dos demais conselheiros sobre o assunto. Antes, porém, Paulo relatou a sua versão do processo. Segundo o diretor da ECO, a discussão da reforma curricular na Unidade se deu "em três níveis". O primeiro teria sido a discussão da proposta da direção em uma lista de discussão eletrôni-

ca, na qual professores e alunos puderam se manifestar, nos meses de janeiro e fevereiro de 1999. O segundo momento teria sido durante três semanas de debates públicos promovidos sobre a reforma. Em um terceiro momento, Paulo disse que a reforma foi aprovada em reuniões do conselho departamental e nos próprios departamentos. Paulo informou também que a direção está circulando um abaixo-assinado nos departamentos para aprovar a reforma. De acordo com o professor, em dois departamentos já havia expressiva manifestação dos professores que assinariam o texto da direção. Quanto à exoneração do Professor William Dias Braga, Paulo Vaz disse que não iria se manifestar, tendo em vista que considerava o assunto uma questão interna da ECO.

Os conselheiros docentes do CEG preferiram não se manifestar em relação à questão do afastamento do professor William Dias Braga. A representante do CCS, Ana Borralho, disse que não era da competência do colegiado superior dirimir este tipo de conflito nas Unidades. Outros professores também defenderam que os estudantes da ECO buscassem, primei-

ro, pressionar os conselhos departamental e de Centro, para depois retornar a questão ao CEG, se fosse necessário.

Para os estudantes, no entanto, a discussão merecia um posicionamento do colegiado pois estes já teriam esgotado todas as possibilidades de entendimento com a direção da escola. O representante estudantil Bruno Lopes, disse que não se tratava somente de uma questão interna, mas da falta de democracia na Unidade. A estudante Isabel Mansur lamentou a saída de Paulo Vaz e estranhou o depoimento do professor: "a tal lista que ele (Paulo Vaz) disse que foi aberta só pode ter uma representação de estudantes".

Reforma pode estar sendo implementada sem aprovação do CEG

A dúvida foi levantada pela representante discente Flávia dos Santos. No decorrer da discussão da reforma da ECO, a estudante questionou se o novo currículo já estava sendo implementado. Os alunos da escola disseram que no ciclo básico, já estaria valendo a entrada única, com um grupo de dis-

ciplinas obrigatórias igual para todas as carreiras (Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Produção Editorial e Direção Teatral). Para ingressar na habilitação escolhida, os alunos teriam que disputar as vagas de acordo com seus coeficientes de rendimento (CR), ao final do primeiro ciclo.

Flávia disse que este era um assunto sobre o qual o CEG poderia se posicionar. A professora Ana Borralho disse não ter tido conhecimento de nenhum processo ou tramitação sobre mudança nas disciplinas dos cursos da escola. Ana sugeriu que os estudantes levantassem a documentação comprovando que a reforma já estava em andamento e a encaminhassem à Câmara. De antemão, a professora esclareceu que nenhuma alteração curricular, nem mesmo uma mudança apenas no nome das matérias, pode ser feita sem passar pela Câmara de Currículos.

Ao final da sessão a representante discente Isabel Mansur informou que os estudantes irão à Divisão de Ensino da SR-1 para conferir se as reformas na ECO já foram ou não apreciadas pelo CEG.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem**
Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Folha Dirigida
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** <http://www.adufrj.org.br>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Nosso Bolso

Governo desconta valores no pagamento do FGTS

O governo começa a pagar, em junho do próximo ano, a correção monetária dos saldos das contas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) relativas aos planos Verão, de janeiro de 1989, e Collor, de março de 1990. O projeto seria sancionado pelo presidente Fernando Henrique no dia 29 (data de fechamento desta edição).

O plano do governo trará grandes prejuízos aos trabalhadores, segundo cálcu-

los da Central Única dos Trabalhadores (que se recusou a compactuar com esse plano) e do Instituto FGTS Fácil. A partir da promulgação da lei, os valores a serem pagos serão corrigidos apenas pela TR, que tem rendido em torno de 2% ao ano. Comparado com o rendimento do FGTS (pela própria TR mais 3% de juros anuais), quem tem direito a receber mais de R\$ 8 mil pode amargar um prejuízo de 32,67%.

De acordo com o presidente da CUT, João Felício, a adesão ao plano do governo só é vantajosa para as pessoas que têm a receber até a faixa de R\$ 2 mil. Estas recebem os valores integrais sem nenhum deságio em, no máximo, duas parcelas semestrais. Acima disso, já pode ser melhor recorrer à justiça. A Central está estudando a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o governo.

Manifesto

A destituição do professor William Braga do cargo de coordenador do curso de Produção Editorial, ainda que seja um ato legal, esconde uma intenção arbitrária. Sobre ela os alunos do curso de Comunicação Social desta universidade vêm a público se manifestar.

Logo após publicar um artigo no jornal da Associação de Docentes da UFRJ em que criticava o processo de reforma curricular em andamento na Escola de Comunicação, o professor William Braga foi retirado do cargo de coordenador pelo diretor da unidade, professor Paulo Vaz.

Sua demissão não levantaria os indignados protestos que vem gerando, não fosse ela uma nítida reação à publicação do artigo do professor William. Afinal, como foi fartamente testemunhada por alunos, funcionários e professores da escola durante o processo de discussão da reforma curricular, o professor William

sempre se opôs à reforma tal como era projetada, de forma pouco participativa, pela direção.

Ao contrário de excluir o professor William da coordenação do curso de Produção Editorial no decorrer da reforma, o professor Paulo Vaz o fez assim que o ex-coordenador publicou um artigo num jornal que circula por toda a UFRJ. Suas alegações de que o cargo de confiança estaria ocupado por alguém que não merece a confiança do diretor são, portanto, inúteis, já que o professor Paulo Vaz teve todas as oportunidades para destituir legalmente qualquer integrante da direção.

Mas não. Preferiu fazê-lo quando da publicação de opinião. A conclusão é simples: a direção da ECO, na pessoa do professor Paulo Vaz, puniu a opinião discordante quando esta se tornou publicamente conhecida. O próprio diretor reconheceu que esta foi a razão quando

deu entrevista a um aluno da escola, cujo registro em áudio está à disposição dos conselheiros.

Diante disso, os alunos do curso de Comunicação Social vêm ao CEG afirmar que: não aceitam uma violência desta ordem para com o seu curso, principalmente no fim de um semestre e durante um processo de reforma curricular; e que a publicação de opinião é livre no país, e as medidas que punem e restringem a liberdade de expressão na universidade devem ser coibidas, constringidas e combatidas.

Que fique claro que os alunos de Produção Editorial não aceitam a forma pela qual se deu a destituição do coordenador de curso William Braga. E, enojados, repudiam a flagrante restrição ao pensamento livre dentro do ambiente da universidade pública.

Alunos da ECO



Movimento

Reunião/debate com os sindicalizados no CCS

A reunião realizada em 22 de junho, no saguão do auditório do Centro de Tecnologia, tendo como pontos de pauta: "Adufrj-SSind para quê?" e processo eleitoral 2001, contou com a participação de treze (treze) professores de três Centros da UFRJ (CT, CCMN, CFCH) que, por quase três horas, discutiram e avaliaram a importância de reforçar o Conselho de Representantes.

Foram avaliadas as possíveis causas da desmobilização dos professores e, como um meio de conhecer o pensamento da categoria, serão organizadas reuniões nos diversos Centros. A próxima já está marcada para o CCS, no Auditório Hélio Fra-

ga (bloco K, 2º andar), no dia 11/7, uma quarta-feira, às 14 horas.

Quais são hoje os principais problemas que os professores (e a comunidade acadêmica, em geral) gostariam que fossem enfrentados? Quais devem ser as políticas prioritárias da entidade? Que estratégias de luta coletiva a Adufrj-SSind deve desenvolver? Como organizar para alcançar esses objetivos? Como aumentar a mobilização e a participação dos sindicalizados nas atividades da seção sindical? Como estimular a abertura de novas frentes de trabalho? Essas são as questões que ficam para o debate do CCS.



Cartas

Caros colegas, parabéns a Adufrj Seção Sindical pela cobertura que faz das reuniões e atividades dos conselhos superiores da UFRJ. Com relação ao que foi noticiado no seu último número, gostaria de fazer uma retificação. Eu disse no CONSUNI que a meu ver a decisão da Escola de Engenharia de modificar o Ciclo Básico, descaracterizando-o, foi um erro que deve ser corrigido. Na sua exposição de idéias no CONSUNI, o professor Pantaleão defendeu o molde atual, o que nos faz divergir nesta importante questão. Eu desconheço se o professor Pantaleão "foi um dos promotores do fim do ciclo básico nas engenharias" (sic) e não afirmo isto.

Boa sorte ao Jornal.

Flavio Dickstein
Departamento de Matemática Aplicada
Instituto de Matemática



Resenha

Deu na coluna "Radar" da revista Veja, de 27/6: "Quem andou dizendo que as mulheres têm menos neurônios que os homens deveria olhar de perto os dados da rede de ensino no país. Elas são a esmagadora maioria (72,5%) dos estudantes que se formam na idade correta. Em bom português, repetem menos de ano que os homens".

Todos os professores indignados com os rumos do ensino superior do país certamente já sabem em quem NÃO vão votar no ano que vem para presidente: o ministro da Educação, Paulo Renato, assumiu pela primeira vez no último dia 24 de junho que é candidato à sucessão de FHC.

O presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello, afirmou dia 18 de junho que tinha certeza de que o presidente FHC vai encaminhar ao Congresso um projeto prevendo o reajuste de salários do funcionalismo público para 2002. Já existe decisão do Supremo reconhecendo que o Executivo tem essa dívida com os servidores. No entanto, o Congresso Nacional não aceitou incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002 a proposta de reajuste linear para os servidores públicos federais. A emenda da oposição foi rejeitada na Câmara dos Deputados (dia 27) por 233 a 126 votos e uma abstenção.



Rápidas do CEPG

Primeiros a se adaptarem à resolução 01/99 do CEPG (não confundir com a polêmica resolução conjunta 01/99 CEG/CEPG), os regulamentos dos programas de mestrado em Informática e de mestrado e doutorado em Sociologia e Antropologia foram aprovados pelo colegiado na sessão de 29/6.

Promete esquentar as próximas sessões do CEPG um projeto de resolução para regulamentação geral dos cursos de pós-graduação da UFRJ. Um dos trechos finais do documento faz referência aos "cursos pagos".

O sub-reitor Ricardo Gattass anunciou que a página eletrônica do CNPq divulgou naquela data os projetos pré-selecionados para constituir os polêmicos "Institutos do Milênio". Dos 57 divulgados, nove são da UFRJ (um é do próprio Gattass).



Colegiados

Topa tudo por dinheiro

UFRJ se submete à política do MEC em troca de dinheiro para sua manutenção, que é dever do Estado

A política neoliberal para o ensino superior produz situações do arco-da-velha. Na sessão do dia 28/6, pressionados por um prazo exíguo que não pediram (limite em 4 de julho para chegada do projeto em Brasília) e num clima de desconfiança em relação à reitoria, os conselheiros do Consuni podem ter votado algo que não conheceram em sua totalidade e que, com certeza, não sabem se vai se realizar: um projeto de infra-estrutura de pesquisa na UFRJ para os próximos dois anos no valor de R\$ 30 milhões. A destinação desse dinheiro? Conserto dos sistemas de água, recuperação da rede elétrica, recuperação estrutural dos prédios.

Exatamente. O Conselho Universitário votou um dever do Estado em relação ao sistema federal de universidades brasileiras: sua manutenção. A diferença dos dias atuais é que o governo tirou a obrigação de si e obrigou as instituições a concorrerem entre elas. E, pelo menos dentro da UFRJ, obrigou as Unidades a disputarem entre si os valores demandados. Quem o disse bem foi o decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS), Sérgio Fracalanza: “Muitas das nossas necessidades deviam ser atendidas via orçamento. (O fundo) é um terreno perigoso porque desobriga o governo de seu dever”, comentou.

No fim das contas, o Consuni aprovou a proposta da comissão de infra-estrutura local no “escuro”, pois mesmo os projetos de execução das obras nas Unidades não estavam detalhados. O conselho determinou ainda que os recursos serão administrados via Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e a comissão de supervisão que irá coordenar os gastos localmente terá a presença dos decanos.

A proposta

Integrante da comissão local de infra-estrutura e diretor do Museu Nacional, o professor Luiz Duarte fez uma breve exposição da proposta elaborada ao longo de três meses com a participação de dirigentes de Unidades e decanos. Segundo Duarte, quando foi divulgado, o fundo de infra-estrutura dava a entender que o dinheiro poderia ser utilizado para manutenção das instituições de uma maneira geral. Com o tempo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que está coordenando todo o processo, fechou a questão de que os recursos deveriam ser voltados exclusivamente para a melhoria das condições de pesquisa. Concluído isso, a comissão local resolveu

fazer um “malabarismo”: relacionar as demandas pedidas na infra-estrutura geral com a atividade de pesquisa existente nos diversos Centros. A esse respeito, o decano do CCJE, Carlos Lessa, chegou a brincar: “Fico imaginando a dificuldade que foi relacionar o conserto da rede de esgoto com a pesquisa”, disse.

“Não temos certeza de como a Finep irá interpretar o nosso relatório”, admitiu o próprio Luiz Duarte. Outro “malabarismo” da comissão de infra-estrutura local foi criar um planejamento para os próximos dois anos duplicando assim o valor-limite estabelecido pelo MCT. Em vez dos R\$ 15 milhões, a UFRJ quer R\$ 30 milhões. E o detalhe é que o levantamento inicial das necessidades estruturais da universidade feito pela comissão passa dos R\$ 100 milhões.

A justificativa de Duarte é o tamanho da UFRJ e sua quantidade de doutores. Enquanto basta a uma instituição ter 800 doutores para alcançar o limite máximo de R\$ 15 milhões do edital, a UFRJ tem mais de 2 mil professores nesse nível de titulação.

Nesse aspecto, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, defendeu a proposta apresentada até mesmo em caso de devolução do relatório pela Finep. “Essa é uma briga política. Temos que enviar igualzinho, se mandarem de volta. Não podemos comparar a UFRJ com outras universidades que não têm a dimensão de sua pesquisa” (Essa foi boa. Já podemos até imaginar o professor Arouca liderando a próxima greve na universidade com a sua determinação. Mas isso já é outra história).

A distribuição

Se entender o “malabarismo” obras/pesquisas da comissão não foi fácil, outra confusão veio na proposta de distribuição dos possíveis R\$ 30 milhões (ou R\$ 15 milhões, se respeitado o limite) na UFRJ. A conselheira Ermelinda Azevedo Paz não escondeu sua indignação pelo fato de parte de seu Centro ter sido ignorado na distribuição. “Causou-me estranheza (a proposta), uma vez que tinha sido combinado nas reuniões de diretores e decanos que a produção artística teria seu valor considerado igual ao da produção científica, tecnológica”, observou. Na proposta, a faculdade de Letras e a Escola de Música não foram citadas.

Ermelinda disparou ainda contra Unidades com reduzido número de doutores que foram mais bem aquinhoadas do que a Letras e a Música. Citou o Instituto de Macromoléculas que tem previsão de ganhar R\$ 1 milhão (ou R\$ 500 mil, na pior hipótese). “A gente ouve falar que algumas Unidades tiveram que ‘abrir mão’ de algo. Por que a Coppe

não abre mão? Por que as Unidades que têm mais condições de conseguir recursos não ‘abriram mão’?”, continuou. “Numa das reuniões, Luiz Duarte disse que as Unidades com pesquisa forte deveriam ‘subir puxando’ as outras. Esse projeto, na verdade, enterra as outras”, completou.

O diretor do Museu Nacional argumentou que o edital do MCT infelizmente não considerava a pesquisa na área artística e cultural. “O ponto levantado pela professora é justíssimo, mas o MCT não tem esse compromisso que a Capes, por exemplo, já assumiu”, disse. Sobre as tabelas vistas na reunião de dirigentes, Duarte retrucou que os números foram corrigidos dando a entender que as distorções não seriam tão flagrantes. Sobre o ‘abrir mão’, Duarte não se manifestou. Em seguida, Vilhena tentou contemporizar. “Esse é um dos fundos que virão”, disse. Para o reitor, em outros editais, a Música e a Letras podem receber mais recursos ou a própria reitoria, com recursos próprios, pode realizar “políticas compensatórias”.

O técnico-administrativo Carlos Maldonado resumiu a questão: “Estamos pagando o preço (da falta de tempo). A discussão está sendo de esclarecimento. A proposta vai ser detalhada no fim de semana e o que vamos aprovar aqui é um conceito apenas”, afirmou. E assim foi feito.

IMPORTANTE: em relação à tabela de valores divulgada no Jornal da Adufrj-SSind (nº 31, página 4, 25 de junho), houve uma “pequena” mudança do tamanho de R\$ 2 milhões. O módulo V (das Unidades isoladas) perdeu esse montante que será dividida fraternalmente entre os módulos I (do CCS Fundão) e II (CT/CCMN): R\$ 1 milhão para cada. A justificativa do professor João Ferraz, diretor da Economia e também integrante da comissão local de infra-estrutura, para essa redistribuição foi um ajuste entre as necessidades de cada módulo e o desempenho apresentado na área de pesquisa.

Consuni quer resolver política estudantil

Além dos fundos de infra-estrutura para desenvolvimento da pesquisa, o Conselho Universitário de 28 de junho também tratou da assistência estudantil.

Em relação aos alunos do alojamento, foi aprovado que seja feita uma solicitação às fundações universitárias vinculadas à UFRJ (entre elas, a FUJB) para tentar viabilizar os recursos para alimentação dos estudantes durante dois meses. Enquanto isso (e em caso de resposta negativa das fundações), com recursos próprios, a reitoria deverá reativar, também por um prazo de dois meses, o apoio financeiro cortado para alimentação (cerca de R\$ 250 por mês para cada alojado). Nesse período, espera-se que o Consuni discuta e delibere sobre os encaminhamentos aprovados pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) para uma ampla política de amparo ao estudante na UFRJ. Uma sessão extraordinária do Consuni nesta quinta-feira (dia 5 de julho) com esse único ponto de pauta seria o princípio dessa discussão. Nesta reunião já agendada, a reitoria deverá apresentar um relatório da aplicação da solução emergencial, entre outros documentos, para que os conselheiros fiquem cientes de todo o material que já passou pelo CEG.

A solução parece ter agradado aos vários alunos que compareceram ao salão do Consuni, com cartazes nos quais se lia: “Estamos com fome!!!” Houve muitos aplausos após a votação dos encaminhamentos finais.

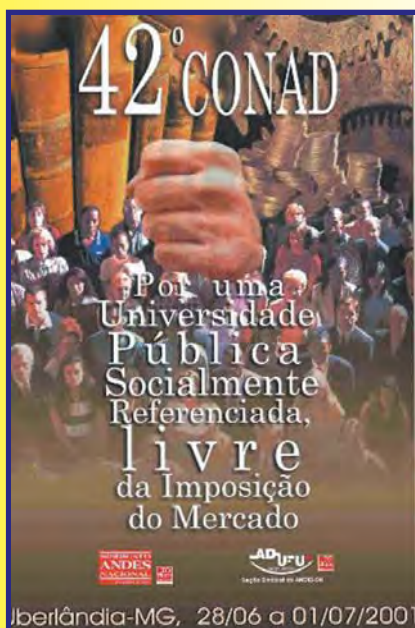
A comemoração teve um gostinho especial. Afinal de contas, apesar de o tema estar pautado no Consuni desde a última sessão ordinária (ocorrida em março), Vilhena não queria dar espaço para o assunto de maneira alguma. Acabou tendo que ceder diante da pressão de todo o conselho e da possibilidade de não ser votada a proposta da UFRJ para o fundo de infra-estrutura (ponto seguinte da pauta). O reitor foi obrigado, aliás, a substituir o ponto de pauta de sua indicação do professor Átila Freire para sub-reitor de graduação para dar lugar à discussão da assistência estudantil.



Rápidas do Consuni

Foi aprovada a ata da sessão especial de 21/6, que discutiu a adaptação do estatuto da UFRJ à LDB. A partir desse passo, nada mais resta à reitoria do que levar as providências tomadas ao conhecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE) após três meses de intensa resistência.

O técnico-administrativo Carlos Maldonado lembrou aos presentes que uma comissão foi criada no Consuni para avaliar a situação dos funcionários afastados da Faculdade de Educação pela polêmica diretora Speranza da Mata. Maldonado, que faz parte da comissão, disse que o relatório já está pronto e pediu inclusão do assunto na pauta tão logo possível.



Uberlândia-MG, 28/06 a 01/07/2001

▶ **42º Conselho Nacional do Andes-SN, realizado em Uberlândia, no fim de junho, atualizou plano de lutas, aprovou luta por contratação pelo Regime Jurídico Único e indicou paralisação para meados de setembro**

▶ **Andes-SN quer impeachment para FHC**

▶ **Diretor do Sindicato Nacional fala da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul**

Páginas 4 a 6

Fundações universitárias causam polêmica

Página 3

Orçamento da UFRJ para 2002 exclui estudantes

Página 8

Reitoria quer privatizar serviços e leiloar espaços da universidade

Página 8

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 32 • 9 de julho de 2001

CEG e CEPG institucionalizam debate sobre a periodização

Unidades terão até 17 de setembro para enviar posicionamento sobre as duas propostas de reformulação da Resolução 01/99 apresentadas pela Comissão Mista dos colegiados acadêmicos

Página 7



CONSELHEIROS VOTAM PELO ENVIO DAS PROPOSTAS DA COMISSÃO MISTA CEG/CEPG PARA APRECIÇÃO DOS DEPARTAMENTOS, UNIDADES E CENTROS DA UFRJ

Reunião/debate com os sindicalizados no CCS

Dia 11/7 **14:00**
quarta-feira horas

Local: Auditório Hélio Fraga
(bloco K, 2º andar)

Quais são hoje os principais problemas que os professores (e a comunidade acadêmica, em geral) gostariam que fossem enfrentados? Quais devem ser as políticas prioritárias da entidade? Que estratégias de luta coletiva a Adufrj-SSind deve desenvolver? Como organizar para alcançar esses objetivos? Como aumentar a mobilização e a participação dos sindicalizados nas atividades da seção sindical? Como estimular a abertura de novas frentes de trabalho? Essas são as questões que ficam para o debate do CCS.

Esclarecimento

Diretor da Eco encaminha nota ao jornal da Adufrj-SSind

A Adufrj-SSind recebeu o seguinte e-mail:

----- Original Message -----

From: "José Henrique Moreira"

Sent: Terça-feira, 3 de Julho de 2001 12:36
 Subject: Nota da Congregação da ECO

> à ADUFRJ,
 > encaminhando para publicação no jornal da ADUFRJ, a pedido do
 > Prof. Paulo
 > Vaz,
 > Diretor da Escola de Comunicação da UFRJ, nota aprovada pela
 > Congregação
 > da ECO
 > em 5/6/2001 a respeito do processo de reforma curricular em
 > andamento na
 > escola.
 >
 > Saudações,
 > --
 > José Henrique Moreira
 > Diretor Adjunto de Graduação - ECO/UFRJ
 >
 >
 >
 >

Nota à Comunidade Acadêmica da UFRJ

A congregação da ECO/UFRJ, em reunião do dia 05/06/2001, em virtude das recentes matérias publicadas no Boletim e no Jornal da ADUFRJ, vem a público esclarecer que os professores da Escola participaram ativamente do processo de Reformulação Curricular ora em sua fase de conclusão e que, quando tiveram oportunidade de se manifestar formalmente em reuniões de departamento, apoiaram ampla e majoritariamente o processo e as idéias-chave de seu projeto pedagógico (33 dos 38 professores dos Departamentos *Fundamentos da Comunicação e Mídias e Áreas Conexas* aderiram a um abaixo-assinado em defesa do processo e das idéias-chave da Reformulação). Estranha, por isso, que estes veículos de comunicação tenham publicado as matérias sem a devida apuração dos fatos e, portanto, sem levar em consideração as opiniões e visões majoritárias dos professores da ECO, dando margem a que a Comunidade Acadêmica pudesse formar uma imagem enviesada e negativa da Reforma Curricular de seus cursos de graduação.

A Adufrj-SSind tem publicado dois tipos de materiais relativos à reforma curricular da ECO: matérias resultantes de cobertura jornalística de vários eventos (sessões do CEG, AGs de estudantes da ECO, etc.) e artigos assinados por professores e por representantes estudantes da ECO. As matérias jornalísticas são de responsabilidade política da diretoria da Adufrj-SSind, que sustenta o

teor do publicado. O conteúdo dos artigos assinados é, evidentemente, de responsabilidade de seus autores.

As descrições e avaliações de todo este material veiculado no jornal e boletim da Adufrj-SSind têm sido apresentadas e discutidas ampla e publicamente em eventos promovidos pelo sindicato, tais como debates, em reuniões de seu Conselho de Representantes, do seu

Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes e em instâncias acadêmicas nas quais o sindicato esteve presente, tais como sessões do CEG.

Segundo notícia publicada na Folha Dirigida (28/6 a 04/07/2001, pag. 8), o Prof. Paulo Vaz declarou que "cerca de 80% dos professores manifestaram, através de abaixo-assinado, apoio à reforma." Até o momento, a direção da ECO não

encaminhou para publicação o abaixo-assinado mencionado na nota reproduzida acima e na notícia da Folha Dirigida. Não temos, portanto, até o momento, como divulgar para a comunidade da UFRJ nem o teor do abaixo-assinado nem os nomes daqueles que efetivamente o assinaram.

O jornal da Adufrj-SSind continua aberto às contribuições da comunidade da UFRJ.

PROFESSOR,

ESTE ESPAÇO ESTÁ RESERVADO E GARANTIDO PARA A SUA CRÍTICA, DENÚNCIA E COLABORAÇÃO! PARTICIPE!

ADUFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
 Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1ª Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2ª Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva (afastada)

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Folha Dirigida

Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

Fundações Universitárias causam polêmica

Uma comissão de sindicância foi convocada pelo reitor da USP, Jacques Marcovitch, para investigar a ocupação por estudantes da sala onde estava reunido o Conselho Universitário da instituição no dia 26 de junho. Segundo matéria de O Estado de S. Paulo de 3/7, os alunos invadiram o local para protestar contra o funcionamento das fundações universitárias dentro da universidade. Ainda de acordo com o jornal, quebraram portas de vidro e usaram aerosóis irritantes nos olhos dos conselheiros.

A motivação dos estudantes foi a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Em março deste ano, a seção sindical de docentes da USP (Adusp) publicou revista em que denunciou a crescente privatização da instituição por

meio da criação dessas fundações. Um levantamento feito pela equipe da revista contou 28 fundações privadas atuando com o nome da USP. "São empreendimentos que usam a 'grife' USP, a estrutura física e professores formados pela universidade (na maioria das vezes contratados em regime de dedicação integral) para a prestação de consultorias privadas e cursos remuneradas, ou seja, para fins particulares", diz um trecho da matéria "Fundações demais, transparência de menos".

Na UFRJ, o assunto "fundações" deve esquentar as próximas sessões do Conselho Universitário. Existe uma proposta de resolução que tem o objetivo de regulamentar as relações entre a UFRJ e as fundações que usam seu nome. Essa

versão à qual a reportagem da Adufrj-SSind teve acesso, em seu artigo 17, reza que, após a realização de uma atividade contratada por uma fundação, 5% da receita bruta obtida serão destinados à reitoria e 5%, para a Unidade ou Órgão Suplementar envolvido na atividade.

Vale lembrar que o 40º Conad do An-des-SN, realizado em junho de 2000, em Brasília, deliberou pela luta pela garantia do "financiamento integral, pelo Estado, do conjunto das Instituições de Ensino Superior públicas, pela gratuidade plena nos estabelecimentos de ensino público, nos termos da Constituição Federal e Estaduais, contra todas as formas de desresponsabilização do Estado com o financiamento das Universidades Públicas".



Nosso Bolso

Imposto de Renda injusto

Um estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) demonstra que a Receita Federal arrecadou 68% mais impostos sobre a renda do trabalhador nos últimos cinco anos, contra uma inflação de 36%. De todas as pessoas que pagam imposto de renda, 67% ganham até R\$ 1,5 mil e 2 milhões estavam isentos há cinco anos. Em 1996, quando a atual tabela do IR passou a vigorar, o limite de isenção de R\$ 900 equivalia a cerca de nove salários mínimos; hoje, vale apenas cinco. Isso sem falar que a tabela para deduções está congelada desde 1995. Ou seja, a política do governo FHC é clara: pressiona as classes baixa e média para atingir as metas do FMI.

Metade do 13º salário

Os professores devem ter recebido no pagamento relativo a junho a antecipação de parte do 13º salário. O valor equivale a 50% do salário bruto mensal. Essa primeira parcela será maior do que aquela a ser creditada em janeiro. Isso porque no contracheque de junho não vão incidir os descontos do Imposto de Renda (IR) e do Plano de Seguridade Social (PSS). A antecipação só não vale para quem já tirou férias e já recebeu, por opção, metade do 13º salário.

Anote

Programação da Escola de Música

A Escola de Música da UFRJ apresenta movimentada programação nesse início de julho. No dia 9 (segunda-feira), a Orquestra Sinfônica da própria Unidade é a atração. No dia 10, *The Irvane Valley College*, um coral universitário norte-americano mostra seu talento. Finalmente, no dia 11, a UFRJazz faz homenagem ao músico e compositor Victor Assis Brasil, precocemente falecido. Todas as apresentações têm entrada grátis e começam às 18h30. A Escola de Música fica na Rua do Passeio, 98. Mais informações podem ser conseguidas no telefone 2240-1391, ramal 45.



Festival de Choro

No sentido de incentivar a produção de músicas originais no campo popular e lançar novos valores, o Museu da Imagem e do Som vai promover o "Chorando no Rio", Festival de choro do estado do Rio de Janeiro em setembro/outubro deste ano. As inscrições estão abertas até 3 de agosto e as composições deverão ser exclusivamente instrumentais. Mais informações podem ser conseguidas pelos telefones 2224-9081 e 2252-9452 ou pelo e-mail: chorandonorio@mis.rj.gov.br.



Grupos de Trabalho

GTPE Nacional se reúne em Salvador

A professora Raquel Goulart Barreto será a representante da Adufrj-SSind na próxima reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional Nacional, que será realizada em Salvador, no dia 17 de julho. Raquel também participará da Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, ainda em Salvador, no dia 18 de julho. A capital baiana também será palco, de 13 a 18 de julho, da 53ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

GTCA da Adufrj-SSind se reúne dia 17

A próxima reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Adufrj-SSind, aberta a todos os sindicalizados, está marcada para o dia 17 de julho, uma terça-feira, às 17h30, na sede da própria seção sindical (Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200). Estarão pautados: pesquisa de opinião, equilíbrio editorial e gráfico das publicações e encaminhamentos do GTCA Nacional. Prevalece a sistemática de que qualquer professor pode pautar um ou mais jornais, uma ou mais matérias, da Adufrj-SSind até o dia 10 de julho, para discussão no GTCA.



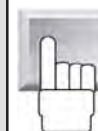
Resenha

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul vai realizar o vestibular de 2002 reservando 50% das vagas para alunos carentes e 10% para deficientes físicos. Para alguns juristas, as cotas ferem o princípio da igualdade perante a lei. Segundo o sindicato dos docentes do ensino superior, a medida visa a apenas compensar e não eliminar as desigualdades sociais, de acordo com matéria de O Estado de S. Paulo (em 2/7).

O novo planetário de São Paulo, que será construído na zona leste da cidade, terá o nome do geógrafo Milton Santos, falecido em 24/6. O anúncio foi feito pela prefeita Marta Suplicy. O início da obra está previsto para o próximo ano, segundo nota da Folha de S. Paulo (em 30/6).

Matéria do Jornal O Dia (29/6) informa que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, não admite a possibilidade de os servidores ficarem sem aumento para 2002. O STF publicou, nessa mesma data, no Diário da Justiça, a decisão que obriga o governo a fixar os aumentos anuais a todos os servidores federais. Embora o governo possa recorrer, Marco Aurélio acredita que isso será apenas uma desculpa para atrasar o reajuste, uma vez que a votação do caso foi unânime (oito a zero), em 25 de abril deste ano.

Apesar das denúncias de favorecimento a donos de centros universitários (e talvez por isso), o Conselho Nacional de Educação (CNE) rejeitou na semana passada uma proposta de tornar públicas as sessões das Câmaras de Educação Básica e Superior, em que são discutidas as autorizações de cursos. Por 14 votos a favor, 4 contra e 1 abstenção, foi decidido que as reuniões continuarão sendo realizadas a portas fechadas.



@dufrj

O Ministério de Ciência e Tecnologia lançou em sua página eletrônica <http://www.mct.gov.br/Temas/mar/Default.htm> o "Documento Básico para uma Política de Ciência e Tecnologia do Mar" e está convidando a comunidade científica brasileira a opinar a respeito. A opinião pode ser expressa no próprio endereço eletrônico. Não é informado em lugar algum até quando podem ser enviadas as sugestões. Entre os vários pontos de discussão, estão: dinâmica de ecossistemas, poluição na zona costeira e caracterização e manutenção da biodiversidade e identificação e exploração sustentável de recursos renováveis e não-renováveis.



Desde o dia 2 de julho, estão disponíveis na página eletrônica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), no endereço www.capes.gov.br, as novas orientações do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE). De acordo com notícia da própria página, as modificações incrementadas vêm sendo informadas às universidades beneficiárias do PDEE (que têm programa de doutorado com conceito igual ou superior a 5), em reuniões realizadas nas próprias instituições.





Movimento

42º Conad atualiza Plano de Lutas

Conad aprova luta por contratação pelo Regime Jurídico Único e indica paralisação

O Andes-SN vai defender a realização de concurso público pelo RJU para as 1.800 vagas abertas pelo governo para as universidades federais. Entre as deliberações do 42º Conselho Nacional do Andes-SN, ocorrido no final de junho, em Uberlândia (MG), está também um indicativo de participação na greve nacional dos servidores públicos, organizada pelas entidades nacionais, prevista para a 2ª quinzena de agosto. Uma paralisação de advertência nas universidades federais, de 10 a 14 de setembro, será indicada para apreciação das assembleias gerais das seções sindicais no início do segundo semestre.

O Conad aprovou a participação do Andes-SN na paralisação dos servidores federais já marcada para os dias 1 e 2 de agosto. As seções sindicais deverão realizar assembleias locais para levar posicionamento a uma reunião do setor das Federais que precederá a Plenária dos Servidores, de 5 de agosto.

Técnicos podem entrar em greve a partir de 25 de julho

Em relação ao movimento dos técnico-administrativos, o Conad aprovou uma moção de repúdio à Medida Provisória 2150-39, que extingue a GAE e cria a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-administrativa Educacional. A GDAE imprime a mesma lógica produtivista da GED ao trabalho dos funcionários das universidades federais.

A categoria dos técnicos já decidiu, em plenária da Fasuba, deflagrar uma greve por tempo indeterminado a partir de 25 de julho. A reivindicação principal é a reposição linear dos 75,48%, sem discriminação entre ativos e aposentados.

Ainda sobre reajuste, no Plano de Lutas, o Conad aprovou que o Sindicato se incorpore às ações jurídicas e políticas já realizadas pela Coordenação Nacional dos Servidores Federais (CNEF) referentes à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o reajuste dos servidores. O STF declarou que existe omissão por parte do governo em relação ao reajuste linear para o funcionalismo.

Fundos e Institutos

Um dos temas centrais do Conad de Uberlândia foi a privatização nas universi-

dades e as seções sindicais aprovaram a luta pela ampliação das verbas públicas orçamentárias para a educação e para os órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia. Os docentes querem também a reformulação das políticas para o setor e a democracia na gestão das agências de fomento federais e estaduais. Na resolução que trata do assunto, o Conad se posiciona contra a alocação de verbas condicionadas a programas governamentais, como os Institutos do Milênio, e empresariais, como os Fundos Setoriais. A ideia do movimento docente é romper com o estímulo a pesquisas vinculadas às demandas do mercado e defender a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Conad aprovou ainda a participação do Andes-SN na comissão de organização do seminário sobre "Fiscalização e Controle de Verbas Públicas", do Congresso Nacional. A intervenção do Sindicato será para discutir a destinação dos recursos sob o ponto de vista dos trabalhadores.

Campanha defende serviço público

O Sindicato participará de uma campanha em caráter emergencial a ser promovida pelo conjunto de entidades e sindicatos do serviço público, para o próximo semestre. A ideia dos movimentos é divulgar o desmonte do serviço público e ganhar a opinião pública para as reivindicações de salários, melhoria do sistema público, garantia dos direitos conquistados, entre outros.

Política Educacional e C&T

O 42º Conad se posicionou contrário à reserva de vagas nos cursos e turnos das IES públicas para os alunos oriundos da rede pública. No entendimento do Sindicato, esta prerrogativa fere a Constituição e viola o direito de todos à educação pública gratuita, interferindo, ainda, na autonomia das universidades. Para o Andes-SN, o problema não se resume ao acesso, mas, principalmente, à permanência do aluno na universidade. O Conad reafirmou a necessidade da ampliação do número de vagas nas instituições públicas e a implantação dos cursos noturnos.

Sobre os Centros Federais de Ensino Tecnológico, o Andes-SN deverá organizar uma mesa paralela durante a 53ª Reunião Anual da SBPC. A ideia é articular as entidades sindicais e acadêmicas para ampliar o debate sobre a transformação dos CEFETs em universidades públicas.

O Conad deliberou também que o Sindicato realize, no segundo semestre deste ano, um seminário nacional sobre a Educação Superior Brasileira. O objetivo é possibilitar a discussão dos diferentes temas demandados em Congressos e Conads.

Uma das propostas da Adufrj-SSind, a "luta pelo atendimento pleno da demanda interna de vagas nos cursos das IES públicas, garantindo vagas para todos os alunos academicamente aptos, com a eliminação de critérios internos quantitativos de classificação e de disputa de vagas como os coeficientes de rendimento (CR)" foi rejeitada pelo plenário. A ideia da seção sindical era tratar de um tema que vem afetando a vida acadêmica da UFRJ. Em unidades como a Escola de Comunicação, o CR dos alunos vem sendo utilizado como critério de acesso à habilitação escolhida, ao longo do curso.

Outra proposta da Adufrj-SSind sobre vestibular foi parcialmente aceita. O plenário aprovou que as seções sindicais e o Grupo de Trabalho de Política Educacional discutam o acesso direto de alunos do 2º grau às universidades públicas, tendo em vista as formas paralelas de acesso que estão sendo utilizadas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A discussão sobre o acesso direto com eliminação do vestibular ou elaboração de uma proposta de luta pela exclusividade de acesso via vestibular foi rejeitada.

Denúncias sobre o CNE

O Andes-SN deverá realizar uma campanha junto às seções do Ministério Público Federal solicitando a apuração das denúncias sobre favorecimento de membros do Conselho Nacional de Educação, que são donos de instituições privadas de ensino. A Revista Veja de 2 de maio de 2001 traz reportagem sobre a abertura de instituições particulares de ensino cujos donos são parentes ou amigos de membros do Conselho

Seguridade Social

Em relação ao tema Seguridade Social, o Conad referendou deliberações de Conselhos anteriores e as deliberações tomadas pela 11ª Conferência Nacional de Saúde sobre a convocação de conferências específicas, recursos humanos, financiamento da saúde, hospitais universitários e saúde do trabalhador. O **Jornal da Adufrj** (nº 28, de 28 de maio/01, páginas

Fotos: Manuella Soares



8 e 9) traz a Carta da 11ª Conferência, com as deliberações do encontro e agenda para efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) e controle social. A edição também traz um texto de análise do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da seção sindical.

Foi aprovado que o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria estude a viabilidade da realização de uma pesquisa sobre o perfil dos docentes aposentados e suas realidades com as instituições e o Sindicato. A resolução surgiu a partir de uma proposta da Adufrj-SSind, que sugeria o exemplo da pesquisa que vem sendo realizada por esta seção como parâmetro para o Sindicato Nacional.

Política e formação sindical

O Conad aprovou também a realização, até o 43º Conad, de um Encontro Nacional sobre Política Sindical para debater os temas específicos da política sindical do Andes-SN e buscar respostas para as questões que envolvem a mobilização da categoria e a expansão da entidade.

A ABERTURA CONTOU COM AS PRESENCAS DO DEPUTADO FEDERAL GILMAR MACHADO (PT/MG) E DO PREFEITO DE UBERLÂNDIA, ZAIRE RESENDE (PMDB). AO LADO, A APRESENTAÇÃO DO GRUPO TABINHA, FORMADO POR CRIANÇAS DE 3 A 14 ANOS, DURANTE A PRIMEIRA SOLENIIDADE DO CONSELHO DO ANDES-SN



JOSÉ SANGLARD E REGINA PUGLIESE, PRESIDENTE E DIRETORA, FORMARAM A DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND



DOCENTES ANALISAM PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO EM GRUPO MISTO

Conad rejeita prestação de contas de 1998 a 2000

Os delegados presentes ao 42º Conad decidiram rejeitar a prestação de contas do Sindicato nos anos de 1998, 1999 e 2000. Trinta e seis seções sindicais votaram pela rejeição das contas e pela realização de auditoria contábil jurídica e perícia documental independente "para que os documentos e as contas possam ser averiguadas com rigor". A discussão sobre a prestação de contas deste período se arrasta desde a realização do V Conad Extraordinário (fevereiro de 2000, em Juiz de Fora). De lá para cá, houve mudança de diretoria em maio do ano passado e a tesouraria da atual direção realizou um levantamento interno constatando uma série de problemas na documentação, dita extraviada pela diretoria do biênio 98/00, que foi recuperada posteriormente.

O primeiro tesoureiro, José Domingues de Godói, apresentou a proposta da diretoria de fazer uma verificação das contas e construir uma peça jurídica, a partir da auditoria, garantindo o direito de defesa dos envolvidos. O professor Jaldes Reis (ADUFPB-JP), disse que o que estava em discussão não era o 'bloqueio' à direção anterior, presidida pelo professor Renato de Oliveira, atual secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Para Jaldes, com a proposta de auditoria, o Sindicato estaria construindo uma 'moral e uma ética' na condução deste tipo de processo. Jaldes defendeu que, se houve mau uso do dinheiro do Sindicato, não deveria ser feita uma auditoria, mas sim a abertura de processos judiciais contra os

responsáveis.

O secretário-geral, Edmundo Dias, questionou a proposta de não realizar a auditoria, já que a direção anterior (98/00) fez à revelia do Conad uma auditoria nas contas da gestão 96/97, acusando sem provas vários professores e os expôs em jornais da entidade.

Diante dos argumentos apresentados pela atual direção, o plenário rejeitou as contas do período (36 votos a favor da resolução encaminhada, 10 abstenções e nenhum voto contrário) e aprovou a auditoria independente.

A proposta da Adufrj-SSind de que até o 43º Conad fossem disponibilizados por meio eletrônico a movimentação financeira e os lançamentos contábeis detalhados das prestação de contas do Sindicato de 1998 a 2000 para todos os sindicalizados foi rejeitada. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, defendeu a proposta oriunda dos grupos mistos que incluía um item específico garantindo o "amplo e irrestrito direito de defesa das partes envolvidas", durante o processo de esclarecimento dos fatos relativos à referida prestação de contas. A inclusão deste adendo foi rejeitada.



PLENÁRIA DO 42º CONAD

Andes-SN quer *impeachment* para FHC

O ANDES-SN e a CNEF vão protocolar na Câmara dos Deputados um pedido de *impeachment* contra o presidente Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade. FHC, além de não cumprir preceito constitucional previsto no artigo 37, que determina o pagamento de reajuste anual dos salários dos servidores repondo a inflação do período, vem ainda desobedecendo sistematicamente decisões judiciais. A comunicação foi feita ontem pelo assessor jurídico do Andes-SN, Cláudio Santos, durante o 42º Conad..

A denúncia contra o presidente da República será protocolada no Congresso Nacional em data ainda a ser definida pelas duas entidades. Antes de entrar com a denúncia junto ao Congresso, o Sindicato fará consultas aos juristas Gofredo da Silva Teles, Fábio Konder Comparato, Dalmo Dallari e Celso Antonio Bandeira de Mello que, recentemente, também entraram com pedido de *impeachment* contra Fernando Henrique Cardoso. O pedido dos juristas foi arquivado pelo presidente da Câmara, deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

Além da denúncia por crime de responsabilidade, ANDES E CNEF vão também ajuizar uma ação indenizatória para buscar reparação de dano sofrido pelos servidores públicos federais, pela omissão de FHC e uma ação ordinária para cobrar o reajuste onde será solicitada a fixação e incorporação dos índices devidos.

Cláudio Santos informou também aos participantes do Conad que a entidade já está tomando as providências legais para denunciar o governo brasileiro junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à Corte

Interamericana de Direitos Humanos, organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Na OIT, o Governo brasileiro será denunciado por violações contra o direito trabalhista e na Corte Interamericana pela violação dos direitos econômicos, sociais e culturais dos servidores federais.

Esta não é a primeira vez que FHC é denunciado perante a OIT, que ano a ano cobra do Governo brasileiro respostas das violações e pode incluir o Brasil na lista de países mercedores de sanções internacionais

Publicado no Jornal Conad é Notícia (1/07/01)



Entrevista/Luiz Lucas

Diretor do Andes-SN comenta criação da Uergs

Durante o 42º Conselho Nacional do Andes-SN, que teve como tema central a Universidade pública, socialmente referenciada e livre das imposições do mercado, os participantes receberam a boa notícia de que a nova Universidade Estadual do Rio Grande do Sul não será mais uma fundação de direito privado, como previa o seu projeto original.

O vice-presidente da Regional Sul do Sindicato e encarregado de assuntos jurídicos, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, acompanhou as negociações ocorridas na Assembléia Legislativa do estado e foi um dos interlocutores do Andes-SN com o governo gaúcho para impedir que a nova instituição já nascesse privatizada.

Em entrevista ao Jornal da Adufrj-SSind, em Uberlândia, Luiz Lucas contou para um pouco desta vitória do movimento frente às tentativas de mercantilização do ensino superior no país.

Na sua opinião, o que motivou a criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul?

Foi um dos pontos do programa do governo Olívio Dutra. Provavelmente, esta tenha sido a motivação mais imediata. O que se sabe é que, em várias reuniões, feitas no estado, por ocasião do orçamento participativo, e mesmo em outros tipos de audiência havia uma expectativa bastante forte a respeito da criação desta universidade. Sem dúvida, há uma série de razões que não podem ser desconsideradas a favor da criação de uma universidade no estado. Há um problema, que provavelmente aconteceu em função da forma que o projeto tomou, que é a consciência por parte do governo do estado de que os recursos disponíveis para esta universidade são limitados. Talvez por isso o governo não tenha se dirigido de início para um tipo de proposta que provavelmente se pretendia viabilizar, ainda que com poucos recursos. Esta falta de recursos acabou determinando a adoção de um projeto que deixa muito a desejar, um projeto de universidade que dava uma ênfase muito grande à sua auto-sustentação. Isso, institucionalmente, ficou amarrado com a proposta de uma Universidade que contaria com trabalho celetista, por exemplo. Uma universidade que tenha estas características seria mais barata. Ela teria menos necessidade de recursos públicos e seria uma instituição muito mais flexível. O problema é que nós sabemos bem das conseqüências negativas que um modelo destes pode ter. Flexibilidade, baixo custo de universidade, baixa qualidade de ensino e produção acadêmica.

Este modelo, caso fosse adotado, poderia influenciar na transformação de instituições públicas em fundações deste tipo?

Sabemos, por exemplo, que há um projeto do governo federal de privatização das universidades públicas, transformando-as justamente em fundações de direito privado com o trabalho celetista. O modelo é muito semelhante ao proposto, originalmente, para a Uergs e, sem dúvida nenhuma, uma vez implantado nesta universidade com estas características, num estado com um governo de esquerda, seria bastante difícil a gente lutar contra o projeto



Manuella Soares
LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS

do governo federal.

A rigor, por uma questão de justiça, devo dizer que há uma diferença no que propunha o governo do Rio Grande do Sul, ou seja, uma fundação de direito privado criada pelo poder público. Isso é diferente das fundações propostas no modelo Bresser Pereira, que são as organizações sociais, que seriam criadas não pelo poder público, mas por pessoas físicas. Disso decorre uma diferença importante do ponto de vista da regulamentação e do controle dessas instituições. Não são exatamente a mesma coisa, no entanto, havia uma grande semelhança entre o proposto para a Uergs e a atual projeto do governo federal. sobretudo em relação à regulamentação do contrato via CLT, que nós consideramos inadmissível para uma universidade. Sobre tudo, porque o projeto inicial do governo do estado do RS não propunha nenhum tipo de garantia para a manutenção do vínculo de trabalho, não havia nenhum tipo de estabilidade. Nós consideramos que isto é absolutamente incompatível com a natureza do trabalho universitário que deve estar protegido em razão da liberdade de pensamento necessária ao seu desenvolvimento. Deve estar também protegido de qualquer ingerência político-partidária e de qualquer controle ideológico. Por estas razões, o Sindicato não poderia aceitar esta proposta.

O Andes-SN participou de alguma audiência pública sobre a criação da Uergs?

Foram feitas várias audiências públicas, audiências do orçamento participativo e au-

diências especificamente voltadas para a criação da nova universidade. Nós estivemos em praticamente todas.

Quanto tempo durou o processo de formulação da proposta que foi encaminhada à Assembléia?

Acho que em torno de um ano, não me lembro muito bem. Houve duas etapas que podemos distinguir bem claramente. Primeiro, o projeto foi sendo formalizado por um grupo de trabalho. Ainda neste momento, houve uma audiência e nós participamos levando o nosso posicionamento. Quando o projeto foi apresentado à Assembléia, houve audiências no chamado Fórum Democrático, conduzidas por parlamentares.

Por entender que a forma como essas audiências eram conduzidas não era a melhor para que se conseguisse realmente analisar a fundo o projeto, nós reivindicamos uma audiência com o governador do estado do Rio Grande do Sul. Fizemos isso desde o final do ano passado. Finalmente esta audiência aconteceu na quinta-feira da semana passada (21/06), mas com o vice-governador Miguel Rosseto.

É verdade que o governador não tinha clareza do caráter privatizante do projeto original?

Quando pedimos a audiência com o governador encaminhamos também um documento ao governo do estado, onde fazíamos uma análise do projeto e expúnhamos todas as críticas que tínhamos. O encontro direto com o governo só foi possível nesta quinta-feira e, na minha avaliação, foi a primeira discussão que tivemos sobre os conflitos que existem na posição que o governo tem defendido.

O impacto nacional, negativo, de uma universidade estadual criada como uma fundação privada contribuiu, então, para o recuo do governo gaúcho?

Exatamente. Nesta audiência, este fator pesou muito. Combinamos para o dia seguinte uma reunião com a Procuradoria do Estado e com a Assessoria Jurídica do Andes-SN, o que culminou com a apresentação de uma emenda que retirava o caráter fundacional da instituição e no acordo de lideranças na Assembléia pela definição da universidade como uma fundação de direito público.



Colegiados

CEG e CEPG institucionalizam debate sobre reformulação da 01/99

Unidades terão até 17 de setembro para se pronunciarem sobre as duas propostas de resolução que alteram a atual periodização

Na sessão conjunta dos colegiados acadêmicos ocorrida na última quarta-feira, dia 4, foi aprovado o envio, pelas Sub-reitorias de Graduação (SR-1) e de Pós-graduação (SR-2), aos Departamentos, Unidades e Centros das propostas de reformulação da Resolução 01/99, elaboradas pela comissão mista CEG/CEPG, que tratam da periodização, contagem de pontos para a GED e outras adequações acadêmicas à LDB. Além da 01/99, que está em vigor, e das propostas de alteração, os colegiados solicitaram que a comissão mista elabore um texto de referência para a discussão da comunidade. O documento deverá retratar a história da resolução 01/99, seus princípios, e as principais mudanças propostas, neste momento, pela comissão. Toda esta documentação deverá estar disponível, também, na página eletrônica da universidade (www.ufrj.br). A comunidade deverá analisar as propostas dos colegiados e as congregações de Centro (ou de Unidades, caso o Centro não se reúna) deverão encaminhar até o dia 17 de setembro o resultado das discussões e eventuais propostas à comissão mista.

A reunião conjunta foi convocada apenas para que os colegiados pudessem definir conjuntamente se abririam o debate institucional nas Unidades ou discutiriam as alterações primeiramente. Os exemplos das dificuldades vividas por professores, alunos e funcionários ao longo do ano passado e deste primeiro semestre foram suficientes para mostrar que uma legislação que afeta toda a vida acadêmica não poderia ser decidida, novamente, entre as paredes da sala dos colegiados. “A nossa proposta é qualificar a discussão da comissão mista. Queremos o caminho inverso da resolução 01/99”, disse a conselheira Lilia Pougy (CFCH). A professora defendeu o encaminhamento proposto pelo CEG de levar a



CONSELHEIROS DA GRADUAÇÃO E DA PÓS-GRADUAÇÃO DEFINEM ENCAMINHAMENTO DA REFORMULAÇÃO DA PERIODIZAÇÃO

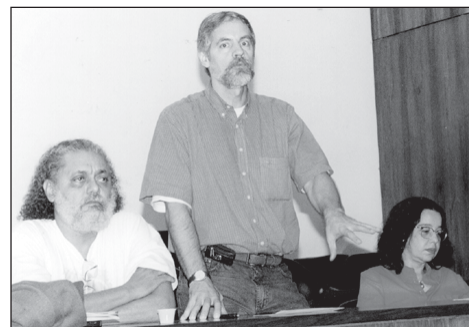
Comunidade reivindicou rediscussão da 01/99

Os debates promovidos pela Adufrj, DCE, APG e Sintufrj contribuíram para dar visibilidade de que a resolução aprovada há dois anos se mostrou inaplicável para a maioria das unidades. Os debates aconteceram em todos os Centros da UFRJ, no Fundão, na Praia Vermelha e no Largo do São Francisco.

O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, que teve a oportunidade de se manifestar na sessão conjunta CEG/CEPG, fez questão de esclarecer que a posição das entidades nunca foi a de substituir o papel institucional dos colegiados e outras instâncias da universidade ao discutir a resolução. Sobre o calendário único, Sanglard defendeu apenas a unificação dos atos administrativos: inscrição em disciplinas, matrícula etc. O presidente da entidade frisou ainda que as Unidades acadêmicas que, de alguma forma, sustentavam disciplinas aos sábados, não devem ser impedidas de utilizar esses dias por conta da resolução.

Em seguida, Sanglard sugeriu que as Unidades dispusessem de mais tempo para retornar com sugestões. “Precisamos de uma avaliação de como foi esse primeiro período e conseguir que a discussão seja a mais ampla possível”, afirmou. O presidente de seção sindical argumentou que as dificuldades de promover reuniões na UFRJ, o final do período, o recesso e o próprio início do próximo período seriam sérios obstáculos para um debate de curto prazo.

Ainda na sessão conjunta do dia 4, o professor Cláudio Limeira (CCMN) citou os pontos da resolução que não foram cumpridos, na prática, pelas Unidades. A aplicação das 60 horas como carga docente na graduação em



LUCIANO MENESES, JOSÉ SANGLARD E MARIA DE LURDES PASSOS ACOMANHAM A SESSÃO

2000 e a passagem para 120 horas em 2001; a adequação da resolução ao Colégio de Aplicação, que já deveria ter sido feita, o próprio calendário único entre outros. “Estamos vivendo uma letra morta. E os motivos são o próprio texto e a implementação administrativa da resolução”, disse.

Para Limeira, o recesso previsto para os dias 16 a 24 de julho não vai atrapalhar a discussão. “Precisamos desse tempo. Os colegiados de forma madura, serena, poderão refletir e tomar uma decisão”, comentou. Cláudio considerou ser um grande problema o fato de as propostas já terem se tornado públicas e os conselhos não terem encaminhado, anteriormente, a discussão para a comunidade. “Estamos 15 dias atrasados”, disse defendendo, também, a dilatação do prazo para que as congregações possam se manifestar.

A discussão do calendário de 2002 ficou adiada para depois das deliberações das congregações, conselhos de Centro, CEG e CEPG relativas à periodização.

discussão das resoluções para as unidades. “É mais complicado. É mais fácil baixar uma lei de cima para baixo, mas a realidade mostrou os problemas que este colegiado tentou resolver. Temos que ter a ousadia de ouvir a comunidade”.

A maioria dos representantes do CEG e, também, do CEPG estava convencida da necessidade de envolver toda a comunidade no debate da nova periodização. A única divergência que surgiu foi quanto à produção de um terceiro documento pela comissão mista, que acabou sendo aprovada por 12 votos a 11. Os que defendiam um texto de apresentação para as novas propostas de resolução acreditavam que era necessário ressaltar para a comunidade os ‘princípios’ que nortearam a formulação da 01/99. O estabelecimento de um calendário único, como forma de promover a integração entre os cursos e entre a graduação e a pós-graduação, seria um destes princípios.

A professora Ângela Gonçalves, assim como vários outros integrantes da comissão mista, votou contra essa iniciativa, mas acatou o resultado da plenária. Ela disse que não considerava necessário um texto explicativo, pelas próprias críticas que a resolução 01/99 recebeu. “As pessoas, ao receberem os novos documentos, saberiam ver as diferenças entre a primeira resolução e essas propostas de agora”, disse. Ângela ressaltou que a confecção deste texto explicativo não pode retardar o processo de discussão. Para os demais, também não haveria a necessidade da apresentação, pois as propostas da comissão (as duas já foram publicadas no **Jornal da Adufrj** nº 31, de 25 de junho) seriam perfeitamente compreendidas pelos professores, alunos e funcionários, a partir do debate nos vários fóruns da universidade. “Entendo que, no momento, a comissão nos traz um material que é fruto do trabalho dos representantes dos dois colegiados. Um terceiro documento é excrescente”, argumentou o professor Alberto Schanaider, do Centro de Ciências da Saúde.



Colegiados

Orçamento 2002 exclui estudantes

Conselheiros são pegos de surpresa com proposta de orçamento para 2002 quando a pauta era assistência estudantil

A sessão extraordinária do Conselho Universitário para tratar da Assistência Estudantil, em 5 de julho, acabou se transformando em uma tardia "análise" da proposta orçamentária da UFRJ para 2002. Vilhena e o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, justificaram a ausência de uma política de apoio aos estudantes por falta de recursos. Até aí, nenhuma novidade.

Só que, para surpresa dos conselheiros, Arouca e Vilhena mostraram a idéia de orçamento da universidade para o próximo ano (ver quadro) no qual as fontes de receita (Tesouro Nacional, com R\$ 30,812 milhões, e recursos próprios, com R\$ 9,273 milhões) já seriam insuficientes para tratar da previsão de gastos (R\$ 47 milhões) - sendo assim, não poderiam investir no alojamento e alimentação dos alunos carentes. Quando os conselheiros pensaram, então, em rediscutir a proposta apresentada, a reitoria deu outro aviso inesperado: os dados da UFRJ deveriam estar em Brasília no dia seguinte (6 de julho).

O técnico-administrativo Carlos Maldonado não se conteve. "Quero registrar minha irritação por receber a proposta orçamentária da UFRJ a 24 horas de sua entrega (em Brasília)", observou. Maldonado criticou que o documento só tenha chegado naquele

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2002*			
	OCC Manutenção	Receita Própria	Total
Tesouro	30.812	9.541	40.353
Total da Receita	30.812	9.273	40.085
			Previsão de Receita
			47.000
			Previsão Gastos 2002
			31.000
			Contratos
			3.800
			Cons/Perm/Serviços/Diárias
			1.700
			Bolsas e Auxílios
			2.000
			Prof. Visitante/Substituto
			3.500
			Vestibular e Pasep
			5.000
			Outros Gastos
			(6.915)
			Déficit Previsto
			13.599
			Dívida anos anteriores

* em mil reais

momento e comentou que esse artifício não passava de uma manobra para legitimar a proposta (afinal, Vilhena poderia dizer depois que o Consuni "viu" a proposta orçamentária de 2002). O técnico-administrativo fez questão de registrar que se desresponsabilizava pelo material que iria ser entregue.

Apesar da "bomba" inesperada, os conselheiros batalharam (e conseguiram aprovar) um acréscimo de R\$ 1,5 milhão para assistência estudantil na proposta orçamentária 2002. Uma comissão formada por quatro integrantes do colegiado (o decano do CCMN, Marco Antônio Faria; o diretor do HU, Amâncio Paulino; a técnica-administrativa Ana Maria Ribeiro e o representante discente Daniel Sousa) ficou encarregada de se reunir com o sub-reitor Arouca na manhã do

dia seguinte para remanejar os gastos da universidade e garantir algum direito para os estudantes no ano que vem.

Essa mesma comissão ficou encarregada de, dentro de um prazo de sessenta dias a partir daquela sessão, estudar um documento aprovado no CEG sobre o assunto: "Subsídios para uma proposta de política de assistência ao estudante". Elaborado pela Câmara de Ensino deste colegiado em conjunto com professores da Escola de Serviço Social, o texto se preocupa com os estudantes do alojamento, cuida ainda dos alunos de baixa renda (estimados em cerca de 2,7 mil) e propõe outras ações para contemplar os demais. Ao final desses dois meses de prazo, a comissão do Consuni apresentaria no plenário uma proposta de política de Assis-

tência Estudantil para ser votada.

Mas e agora?

Enquanto 2002 não chega e a política geral de apoio não é aprovada, restou tratar da situação presente dos alunos do alojamento: submetidos a uma bolsa sem vínculos acadêmicos (PROFAG, implantada pela reitoria) e com fome, devido ao auxílio-alimentação cortado. Mas o problema imediato, Vilhena não quis resolver. Sob protestos dos representantes discentes e demais estudantes presentes ao salão do Consuni, o reitor encerrou a sessão (abruptamente, para variar). Cobrado da solução emergencial, após ter tocado a já conhecida campanha de encerramento, Vilhena argumentou que a reitoria não tem dinheiro para cobrir o auxílio pedido e apenas a Fundação CCMN (o nome dessa fundação surgiu durante a discussão, mas a própria página eletrônica oficial da UFRJ só registra as fundações Coppetec, Bio Rio e José Bonifácio - FUJB) se dispôs a ajudar financeiramente nesse sentido (na sessão passada, em 28/6, ficou acertado que a reitoria faria uma solicitação para que todas as fundações universitárias com ligações na UFRJ dessem alguma contribuição emergencial. Apenas a Fundação CCMN respondeu comprometendo-se a ajudar os 89 alunos do Centro, moradores do alojamento). No fim, demonstrando que a palavra de ordem nunca perdeu força, os estudantes gritavam o já tradicional "Fora, Vilhena!".

Reitoria privatiza serviços e leiloa espaços no campus

Reitor propõe regular relações com fundações universitárias, cobrar estacionamento e cessão de espaços para marketing

O debate da assistência estudantil motivou comparações com modelos de outras universidades, envolveu o nome das fundações universitárias ligadas à UFRJ e pôs em pauta a "responsabilidade orçamentária".

Para todas as idéias que incentivassem a permanência na universidade de um aluno carente ou de localidade distante, Vilhena bateu na mesma tecla: "responsabilidade orçamentária". O Consuni não poderia prever gastos que a administração não pudesse executar. A conduta poderia até ser chamada de exemplar, não fosse o histórico de irresponsabilidade e falta de transparência na utilização dos recursos da UFRJ. Só para os polêmicos programa de

apoio à graduação (Prograd) e aos laboratórios de informática (Prolog), que ninguém pediu, a reitoria dizia disponibilizar R\$ 2 milhões por semestre. E o auxílio-alimentação para os alojados ao longo de um ano inteiro consome cerca de R\$ 1,5 milhão. E ainda tem as agendas luxuosas (edições de 2000 e 2001) distribuídas pela administração central, enquanto não há sequer papel para aplicação das provas nas salas de aula. Além disso, a festa dos 80 anos da UFRJ (festividade oficial que ignorou a história de Unidades mais antigas), a pintura do pavimento térreo do CT, as placas com sinalizações erradas e o plano de cercamento dos Centros do Fundão seguem sem explicações de fontes orçamentárias, apesar de pedidos insistentes dos conselheiros.

Vilhena comentou a gratuidade do ensino na UFRJ, comparando com o exemplo da UFMG. Segundo ele, a assistência estudantil naquela instituição é mantida graças

REITORIA PROPÕE ARRECADAÇÃO PRIVATIZANTE*

	Curto Prazo (0-12 meses)	Médio Prazo (12-24 meses)	Longo Prazo (>24 meses)
Permissionários (Restaurantes, Trailers, Lojas e etc.)	2.000	0	0
Marketing nos espaços da UFRJ	2.000	0	0
Centro de Exposição e Convenções	0	3.000	0
Imóvel Av. Chile	0	0	6.000
Parque Tecnológico	500	1.500	2.000
Fundações (participação UFRJ)	6.000	9.000	12.000
Outros Projetos Imobiliários	0	1.500	20.000
Total	10.500	15.000	40.000

* em mil reais

a cobranças semestrais de R\$ 140 dos alunos que podem pagar. A UFRJ, por não estar cobrando taxas na época da promulgação da Constituição de 1988, estaria impedida de cobrar taxas de seus estudantes. "Renunciamos a R\$ 10 milhões naquela época e não colocamos nada no lugar. O que houve foi a explosão da universidade", afirmou. Para garantir recursos de tal monta, a curto prazo, o reitor está esperando regulamentar

a relação da UFRJ com as fundações universitárias (que movimentam cerca de R\$ 180 milhões por ano, segundo cálculos da reitoria, dos quais 5% seriam devidos à UFRJ), administrar a cobrança dos estacionamentos do Fundão e dos trailers e criar um espaço de marketing nos campi da universidade, apostando na desoneração do Estado com financiamento do ensino público. Ou seja, apostando na privatização.

Assembléia GERAL

26/7
quinta-feira

9:30
horas

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta:

- 1) Encaminhamentos do 42º Conad;
- 2) Periodização na UFRJ;
- 3) Comissão Eleitoral;
- 4) Eleição de Delegados para Plenária SPF (05/8)

Servidores e estudantes da Uerj negociam com governo

Em greve desde o dia 29 de junho, professores, funcionários e estudantes da Uerj conseguiram uma contraproposta do governo do estado para a reivindicação dos 26,82% de reajuste para os servidores da universidade. O governo diz que concede o reajuste, só que parcelado. Durante a negociação ocorrida na manhã da última quinta, dia 12, o comando unificado de greve ainda conseguiu aumentar de 6% (proposta original) do governo para 11% a primeira parcela do reajuste, a ser paga ainda este mês (na folha de pagamento de julho). O restante do reajuste será pago em outubro, 5%; janeiro de 2002, 5%; e abril de 2002, 5,82%.

Segundo a assessoria de imprensa da Asduerj Seção Sindical, os demais pontos da pauta de reivindicações do movimento grevista estão, sendo negociados com a administração da Uerj. Na pauta, estão o ingresso por concurso público, terceirização de serviços, desvio de verbas e contratações irregulares.

Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte

17/06 17h30
terça-feira

Sede da seção sindical

Ilha do Fundão, Centro de
Tecnologia, Bloco D, sala 200

Pauta:

Pesquisa de opinião, Equilíbrio editorial e gráfico das publicações e encaminhamentos do GTCA Nacional

aberta a todos os sindicalizados



Conselho de Representantes

24/7 **terça-feira** 18 horas
Escola de Serviço Social

Pauta:

- 1) Encaminhamentos do 42º Conad;
- 2) Periodização na UFRJ;
- 3) Comissão Eleitoral.

Definida solução emergencial para alojamento

Consuni transforma bolsa da reitoria e estende seu valor a todos os alunos carentes

Em tempos de racionamento, apareceu alguma luz no fim do túnel para os estudantes carentes da UFRJ. Depois de muitas idas e vindas (e muita pressão dos conselheiros), a reitoria aceitou, na sessão do Conselho Universitário de 12 de julho, uma proposta de estender o valor da bolsa Profag a todos os estudantes do alojamento, em regime emergencial, por um período de dois meses. A conquista da bancada discente do Consuni foi a mudança do caráter da bolsa Profag (até hoje chamada de bolsa-trabalho).

No modelo proposto pela reitoria, a bolsa estava vinculada à uma atividade, e com a alteração do Consuni este trabalho passa a ser voluntário. Se a bolsa não tiver nenhum vínculo acadêmico ou o tempo das atividades programadas for concomitante aos seus estudos, o estudante pode se recusar a cumprir as tarefas.

Não foi fácil chegar a essa solução 'emergencial'. Primeiro a se manifestar, o representante discente Daniel Sousa informou que houve uma reunião da comissão do conselho criada para resolver este problema, no dia 6/7. O sub-reitor de Finanças, Maurício Arouca, teria dito na ocasião que existe dinheiro para aplicação das bolsas Profag para todos os alojados. Em nome da comissão, Daniel sugeriu que o dinheiro destinado ao Profag fosse destinado ao auxílio-alimentação. "Se tem dinheiro, não tem polêmica. Basta bom senso", afirmou o aluno.

Logo em seguida, o decano do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Marco Antônio, que também integra a comissão que discute a assistência, trouxe um adendo à proposta. Uma vez que um grupo de estudantes já estaria dentro do programa Profag e para não criar injustiças, a bolsa adquiriria um caráter voluntário. Assim, quem estivesse gostando do Profag poderia continuar a desenvolver a atividade. Os demais re-

ceberiam a bolsa da mesma forma, ainda que não executassem as tarefas programadas. Marco Antônio lembrou ainda que, para o projeto amplo de assistência estudantil, seria interessante repensar a experiência dos restaurantes universitários.

Vilhena quer bandeirão

O reitor da UFRJ disse considerar "com extrema simpatia" a idéia dos restaurantes universitários, mas afirmou precisar de um recurso inicial para efetivar o projeto. "Temos que estabelecer outras formas de arrecadação", comentou. E voltou a lembrar da proposta de arrecadação privatizante (que regulamenta as relações com as fundações universitárias, determina cobrança de estacionamento, entre outros pontos). O sub-reitor Arouca também começou a "jogar contra", quando defendeu o modelo do Profag, que classificou como "uma política mais inteligente", em vez da concessão do auxílio-alimentação aos estudantes alojados, que considerou como uma "postura assistencialista condenável".

A defesa dos estudantes

A representante dos estudantes pós-graduados no Consuni Gilda Moreira retrucou que a solução emergencial deveria ser coberta pela reitoria, na ausência de ajuda das fundações. Isso teria sido aprovado na sessão anterior do colegiado. "Não pode desdizer o que já disse", comentou. Gilda aproveitou para reivindicar um espaço no alojamento para os pós-graduandos carentes ou vindos de outros estados (atualmente, apenas alunos de graduação podem pleitear uma vaga no local). A estudante baseou sua reivindicação na lembrança de que o alojamento estava planejado para comportar o dobro de pessoas que abriga hoje. "Não se sabe onde foi parar o dinheiro (para a duplicação do prédio)", criticou.

O representante dos técnico-administrativos Roberto Gambine demons-

trou preocupação com a questão emergencial. Para ele, o Consuni não poderia despende os dois meses destinados à assistência estudantil para tratar apenas de uma solução de emergência. "Para avançar na elaboração da política mais ampla com tranqüilidade, temos que resolver isso logo", apelou. Gambine observou que questões estatutárias impediam que a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) destinasse dinheiro a auxílios de alimentação. E emendou: "Será que a FUJB não pode dar uma outra contrapartida para a UFRJ e, assim, liberar a administração central a arcar com as bolsas?"

Tentativa de imposição da reitoria falha

Arouca insinuou que a solução não seria tão emergencial assim, pois os auxílios-alimentação teriam sido cortados há seis meses e o Profag já seria uma realidade. Vilhena fez coro: "Não podemos fazer essa discussão como se estivéssemos numa bolha fora do Brasil. Quem resolve isso (assistência estudantil) tem recursos próprios", disse.

O decano do CCMN contra-atacou na hora. "Há seis meses não é pago, mas, anos antes disso, era pago. A proposta da comissão não passa por nenhuma irregularidade". O representante discente Miguel Papi criticou a fala de Arouca. "É muito ruim falar que não existe questão emergencial. O assunto está pautado desde março no Consuni. E se fez mais emergencial com a ausência do Consuni", completou. No fim das contas, a reitoria se dobrou à vontade dos conselheiros.

Também foi aprovado que a Comissão de Ensino e Títulos se juntaria à comissão já aprovada na sessão anterior (e mais quaisquer outros conselheiros que quisessem colaborar) para sistematizar a proposta de Política de Assistência Estudantil decidida pelo Conselho de Ensino de Graduação. A idéia é agilizar a discussão do tema nas próximas sessões.



Movimento

Projeto ameaça democracia na Universidade de Pernambuco

Matéria publicada no Jornal do Commercio, de Recife, em 5/7, alerta para a possibilidade de mudanças no processo de eleição para reitor, vice-reitor e diretores das Unidades que compõem a Universidade do Estado de Pernambuco. Um projeto de lei do deputado Antônio Mariano (PFL) quer modificar o processo atual de eleições diretas, com peso igual para votos de professores, alunos e servidores. O pefelista quer a elaboração de uma lista triplíce, que deverá ser submetida ao governador. Além disso, pela proposta que ainda precisa ser discutida pela Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa antes de seguir para apreciação dos deputados, os votos dos três segmentos que compõem o corpo social da Universidade teriam pesos diferenciados: professores,

70%; servidores, 15%; e alunos, também 15%. A Associação dos Docentes da UPE (Adupe), o Sindicato dos Servidores (Sind-UPE) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) já se manifestaram contrariamente ao projeto, que segundo eles, "fere a democracia". O deputado, ainda de acordo com a matéria, garante que estará democratizando ainda mais a disputa pelos cargos. O problema, na opinião do parlamentar, é que as pessoas querem permanecer nos cargos. "Faz tempo que não há rodízio na UPE. Há muito apadrinhamento e queremos acabar com isso", argumenta o deputado (obviamente, o deputado não menciona que pode ser muito conveniente para o governo estadual ter um reitor de sua preferência).

Os alunos, ainda segundo a matéria, já pro-

metem muita luta contra o projeto. A Associação dos Docentes da UPE (Adupe) também garante que vai pressionar os deputados. "Ninguém da Universidade foi chamado para discutir o assunto. A UPE avançou muito com a gestão democrática e não vamos aceitar que haja uma volta ao passado", diz o presidente da entidade, Roberto Burkhardt.

O Jornal do Commercio não esqueceu o último processo eleitoral da UFRJ "Em julho de 98, alunos e professores da Universidade Federal do RJ (UFRJ) invadiram a reitoria da instituição para protestar contra a nomeação do professor José Henrique Vilhena para o cargo de reitor. Apesar de ter sido o terceiro colocado na eleição, ele foi o indicado pelo Ministério da Educação para desempenhar a função."

UFSC também reclama do fundo de infra-estrutura

Na Universidade Federal de Santa Catarina, o projeto do conselho local para o Projeto de Financiamento de Infra-Estrutura Institucional para Pesquisa também sofreu críticas da comunidade. De acordo com o boletim nº 378 (2 de julho) da Associação dos Professores daquela instituição (Apufsc), a crítica (assim como aqui) também se guiou pela falta de participação da comunidade.

"Para (Henrique) Lisboa (chefe do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental), os chefes de departamento não tiveram a participação que deveriam na discussão e elaboração do projeto. 'As chefias não foram convidadas para todas as reuniões. Não houve uma par-

ticipação mais aberta'", diz um trecho da matéria. Mais adiante, o docente diz esperar que os valores sejam rediscutidos quando vier a decisão da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O pró-reitor de Pós-Graduação local, Álvaro Prata, no entanto, garantiu que o dinheiro deverá ser aplicado nos termos previstos do projeto aprovado pelo conselho. A Federal de Santa Catarina pleiteia R\$ 15 milhões (tem 980 doutores, ultrapassando o patamar de 800 pedido no edital do governo). Desse possível montante, quer gastar R\$ 8,9 milhões para obras nos prédios; R\$ 2,4 milhões em equipamentos; R\$ 750 mil em acervo bibliográfico e R\$ 3 milhões para outros gastos.

Anote

O Coral Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro estará no palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, dia 14/07, às 10h, quando esta casa estará festejando seu 92º aniversário. O Teatro Municipal comemorará com um dia inteiro de concertos, aberto ao público, onde o Corpo de Baile, o Coral Sinfônico e a Orquestra do Teatro Municipal, em conjunto com artistas convidados estarão se apresentando para a população. O Coral Infantil da UFRJ, criado em 1989, é, pelo terceiro ano, convidado a participar desta grande festividade.

Fitas revelam irregularidades de reitoria

Eleição na Federal de Pelotas está sendo investigada pelo Ministério Público

Após longos oito meses, as entidades representativas da comunidade da Universidade Federal de Pelotas finalmente conseguiram ter acesso às cópias de fitas de áudio da reunião do CONSUN de 25 de setembro de 2000, data que demarcou o golpe de recondução da atual reitora Inguelore Souza - para quem não lembra, num conselho fechado à participação da comunidade, Inguelore "conquistou" sua reeleição.

Segundo o jornal da Associação de docentes da UFPel de 21 de junho, as fitas revelam uma série de irregularidades no processo de eleição e, por isso mesmo, já se encontram em poder do Ministério Público para perícia. Para se ter uma idéia, as fitas mostram que Inguelore não forneceu aos membros do CONSUN a relação de professores candidatos da UFPel que poderiam ser votados. E nem mesmo uma relação de docentes candidatos a participarem da lista triplíce foi revelada.

Edital

Eleições para Diretoria da Adufrj-SSind/Conselho de Representantes 2001/2003

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convocamos eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2001-2003, para os dias 12, 13 e 14 de setembro de 2001.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 13 de agosto de 2001, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 02 de setembro de 2001, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 15 de maio de 2001, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 14 de julho de 2001 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind



Resenha

As bolsas de iniciação científica do CNPq não sofreram com os cortes promovidos pela agência de fomento do ministério da C&T. Segundo matéria do Estado de S.Paulo (10/07/01), apesar da redução do número de bolsas de mestrado e doutorado, desde 1995 cresce o número de bolsas para a graduação. Em 2000, foram concedidas 14.500 bolsas Pibic (Programa Institucional de Iniciação Científica). Um aumento de 2,13% em relação a 1999.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem** **Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Folha Dirigida
Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Assembléia GERAL

26/7
quinta-feira

9:30
horas

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta:

- 1) Encaminhamentos do 42º Conad,
- 2) Periodização na UFRJ;
- 3) Comissão Eleitoral;
- 4) Eleição de Delegados para Plenária SPF (05/8)

Conselho de Representantes

24/7
terça-feira

18
horas

Instituto de Filosofia e
Ciências Sociais - Sala 200
Largo de São Francisco, 01

Pauta:

- 1) Encaminhamentos do 42º Conad;
- 2) Periodização na UFRJ;
- 3) Comissão Eleitoral.

Bandojão



**Resjete das bolsss!
Não á cobrança de taxas!
Reabertura da
emergência do HU!**

CCS

**DCS
UFRJ**

Andes-SN publica cartilha sobre Carreira

Página 3

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 33 • 23 de julho de 2001

Fim da emergência mobiliza CCS

Congregação da Faculdade de Medicina (FM) vai discutir o fim da Emergência do Hospital Universitário (HU) no dia 26. Se aprovada uma proposta de um grupo de professores da Unidade, o Conselho de Centro do CCS vai debater o tema no dia 30 de julho. Diretor do HU quer substituir a Emergência por um serviço de Pronto Atendimento.

Páginas 4 e 5

O HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO NÃO
TEM ATENDIMENTO
DE EMERGÊNCIA

PLACA NA ENTRADA DA ILHA DO FUNDÃO DÁ A MÁ NOTÍCIA AOS VISITANTES



Cartas

Prezados colegas:

O Jornal da Adufrj publicou em fac-símile, em 9/7/2001, nota aprovada na Congregação da Escola de Comunicação referente às matérias e artigos anteriormente veiculados sobre a reforma curricular ora em curso. Ao lado, o jornal estampou a mensagem que enviei acompanhando o arquivo com a nota da Congregação. Os documentos não foram publicados priorizando a divulgação de seu conteúdo, mas na forma tradicional que o jornalismo usa quando deseja comprovar “denúncias”: reprodução de suas imagens.

Parece estranho que um documento da Congregação de uma unidade acadêmica da UFRJ tenha sua legitimidade questionada, como se podia deduzir no texto abaixo das duas imagens. Pior ainda é que se construa a suposição de que eu estaria, com aquele encaminhamento, oferecendo à publicação material de origem duvidosa, uma vez que os abaixo-assinados dos departamentos não seguiam junto. Nem deveriam seguir, aliás, por se tratarem de manifesto interno dos docentes ao

resto da comunidade da ECO, e ninguém tinha autorização para sua divulgação externa.

Se a editoria do jornal tinha suspeitas quanto à veracidade da nota da Congregação, ou da existência dos abaixo-assinados, poderia ter consultado a Direção da ECO ou sua Secretaria Gerencial, responsável pelas atas das reuniões. Ou, simplesmente, ignorar o material enviado pela falta da comprovação. Mas o jornal fez o pior: jogou tudo a público sem confirmação de fontes e articulando os documentos de modo distorcido. Há outro agravante no deslize jornalístico da ADUFRJ: esclareço que fui encarregado de expedir o material justamente pelo fato de que NÃO SOU membro da Congregação da Escola, respondendo apenas, em cargo de confiança, pela condução do ensino de graduação. Qual era, então, a necessidade de expor a mensagem de encaminhamento? Lançar suspeita sobre a minha conduta? Francamente, não há razão plausível para tal, nem administrativa nem de “responsabilidade política” (justificativa que a ADUFRJ vem

usando para ataques a quaisquer membros da comunidade acadêmica). Lembro, como provavelmente lembram os diretores da AD, que participei, como permitiam minhas habilidades teatrais, de eventos do movimento docente em 1996, 1998 e 2000, durante greves prolongadas. Expor assim a público o meu nome, com associações indevidas e tendenciosas, é no mínimo irresponsabilidade.

Em número anterior do jornal (ou do boletim, não me lembro), a ADUFRJ acatou para publicação, sem cobrar nomes ou assinaturas (como cobra agora dos manifestos dos docentes da ECO), nota encaminhada por alguns estudantes da Escola, assinando-se “Alunos da ECO”, como se dela fossem autores TODOS os discentes de graduação. Pergunto se estavam em anexo 1156 nomes e assinaturas.

Compreendo-me, portanto, credor de retratação por parte do Jornal da ADUFRJ.

Atenciosamente,

José Henrique Moreira

Professor da Escola de Comunicação da UFRJ

Esclarecimento

O Boletim da Adufrj do dia 02/07/2001 publicou um Manifesto encaminhado à redação por estudantes do Centro Acadêmico da Escola de Comunicação da UFRJ em nome dos alunos da ECO (replicado ao lado). Segundo é do conhecimento da redação deste jornal, o manifesto foi referendado em assembléia de alunos, elaborado por uma representação estudantil legítima e lido publicamente na sessão do CEG de 26/06/2001, logo após o professor William Dias Braga haver sido demitido pelo Diretor da ECO,

professor Paulo Vaz, do cargo de Coordenador do Curso de Produção Editorial, por haver manifestado a sua contrariedade com o processo de reforma curricular em curso naquela Escola.

Assim sendo, esta redação não entende a pertinência de qualquer retratação quanto ao que foi divulgado, repudiando qualquer acusação de desrespeito, uma vez que é o seu dever tornar públicas as manifestações de apoio e de inconformidade relativamente aos processos que se desenvolvem no meio acadêmico, em par-

titular aqueles que produzem alterações tão radicais para a vida de estudantes, funcionários e professores.

Quanto ao abaixo-assinado de professores da ECO em apoio à reforma curricular, mencionado por seu Diretor, professor Paulo Vaz, em sessões do CEG, em entrevista ao jornal “Folha Dirigida” e na Nota enviada à Adufrj para divulgação, continuamos aguardando o envio do mesmo - teor e assinaturas - para publicação e ampla informação da comunidade da UFRJ.

Manifesto

A destituição do professor William Braga do cargo de coordenador do curso de Produção Editorial, ainda que seja um ato legal, esconde uma intenção arbitrária. Sobre ela os alunos do curso de Comunicação Social desta universidade vêm a público se manifestar.

Logo após publicar um artigo no jornal da Associação de Docentes da UFRJ em que criticava o processo de reforma curricular em andamento na Escola de Comunicação, o professor William Braga foi retirado do cargo de coordenador pelo diretor da unidade, professor Paulo Vaz.

Sua demissão não levantaria os indignados protestos que vem gerando, não fosse ela uma nítida reação à publicação do artigo do professor William. Afinal, como foi fartamente testemunhada por alunos, funcionários e professores da escola durante o processo de discussão da reforma curricular, o professor William sempre se opôs à reforma tal como era projetada, de forma pouco participativa, pela direção.

Ao contrário de excluir o professor William da coordenação do curso de Produção Editorial no decorrer da reforma, o professor Paulo Vaz o fez assim que o ex-coordenador publicou um artigo num jornal que circula por toda a UFRJ. Suas alegações de que o cargo de confiança estaria ocupado por alguém que não merece a confiança do diretor são, portanto, inúteis, já que o professor Paulo Vaz teve todas as oportunidades para destituir legalmente qualquer integrante da direção.

Mas não. Preferiu fazê-lo quando da publicação de opinião. A conclusão é simples: a direção da ECO, na pessoa do professor Paulo Vaz, puniu a opinião discordante quando esta se tornou publicamente conhecida. O próprio diretor reconheceu que esta foi a razão quando deu entrevista a um aluno da escola, cujo registro em áudio está à disposição dos conselheiros.

Diante disso, os alunos do curso de Comunicação Social vêm ao CEG afirmar que: não aceitam uma violência desta ordem para com o seu curso, principalmente no fim de um semestre e durante um processo de reforma curricular; e que a publicação de opinião é livre no país, e as medidas que punem e restringem a liberdade de expressão na universidade devem ser coibidas, constringidas e combatidas.

Que fique claro que os alunos de Produção Editorial não aceitam a forma pela qual se deu a destituição do coordenador de curso William Braga. E, enojados, repudiam a flagrante restrição ao pensamento livre dentro do ambiente da universidade pública.

Alunos da ECO

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva (afastada)

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Folha Dirigida Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

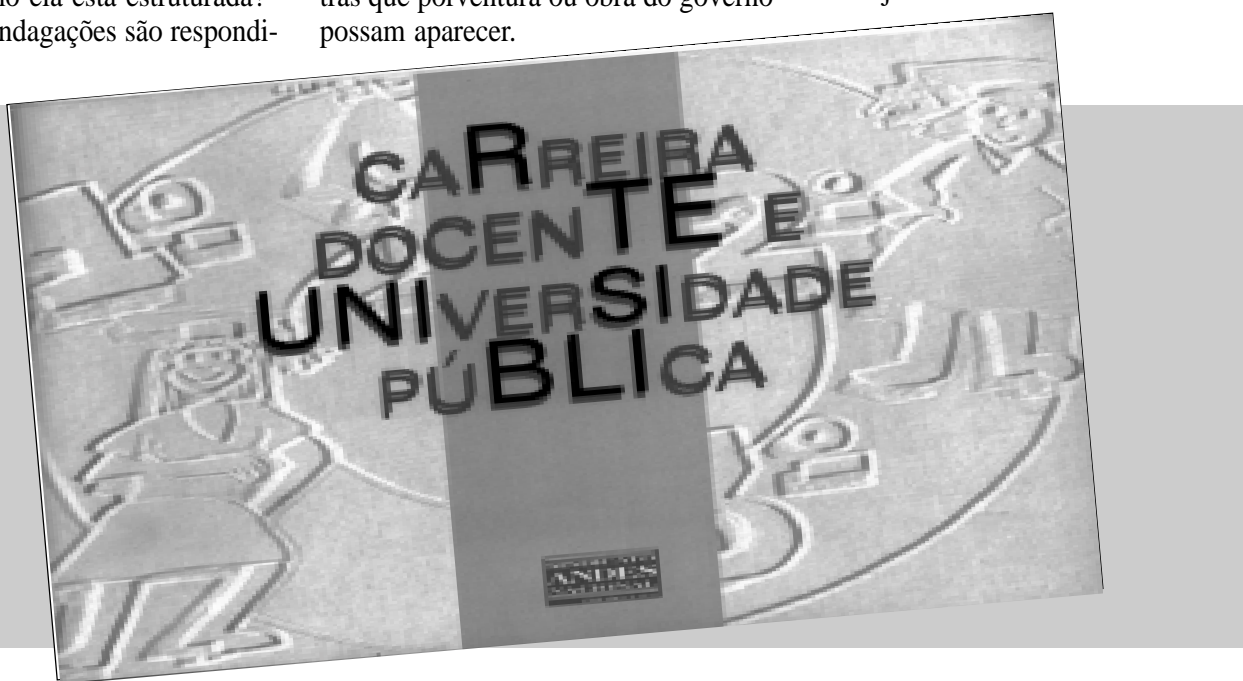
Andes-SN publica cartilha sobre carreira

“Carreira Docente e Universidade Pública” é a mais nova cartilha publicada pelo Andes Sindicato Nacional. O livrete de 56 páginas traz o projeto de carreira única para a categoria docente e um comentário sobre os motivos pelos quais o Sindicato a defende tão arduamente. “Como assegurar a autonomia do professor e um processo de seleção e contratação impessoal e público?” “A Carreira Única é um avanço em relação à atual?” “Como ela está estruturada?” Estas e outras indagações são respondi-

das e comentadas. Os textos receberam as ilustrações do professor da FAU e militante do movimento na UFRJ Roberto Houaiss.

Segundo a vice-presidente da Regional Rio, Cristina Miranda, o projeto de carreira do Andes-SN é estruturado na titulação docente e no concurso público. Na nova cartilha, a entidade se posiciona contrária às gratificações por produtividade como a GID, GED e outras que porventura ou obra do governo possam aparecer.

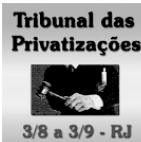
Lançada em junho durante o 42º Conad de Uberlândia, a cartilha foi produzida pelo Grupo de Trabalho Carreira com a coordenação dos professores Cristina Miranda, Marília Washington (2ª vice-presidente Regional São Paulo), Franci Cardoso (1º vice-presidente Regional Nordeste I) e Ana Lúcia Faria (1º vice-presidente Regional Nordeste III). O material será distribuído em breve para todos os professores sindicalizados da Adufrj-SSind.



Anote

Tribunal das Privatizações

Um conjunto de entidades estará promovendo a partir de 3 de agosto de 2001 o Tribunal das Privatizações, evento que vai buscar julgar o processo de privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos, executadas pelo governo. As atividades do Tribunal ocorrerão na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e no Sindicato dos Engenheiros.



GT Seguridade Social se reúne

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social do Andes-SN fará reunião nos dias 27 a 29 de julho, em Brasília. No dia 27, haverá um debate sobre a Política de Assistência Social no governo FHC com representantes do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A Adufrj-SSind estará representada por um membro do GTSS local. A Central Única dos Trabalhadores realiza também em julho, nos dias 25 a 27, um Seminário de Previdência Social Pública, Gestão Paritária. O evento é institucional da Central e a participação se dará por representações das entidades sindicais filiadas. A Adufrj-SSind também participará do seminário, através do GTSS local.



VII Encontro Internacional de Violoncelos

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ vai receber o VII Encontro Internacional de Violoncelos, dia 25 de julho, às 19 horas, com recital de Roman Mekinulov no Salão. O Fórum fica à Av. Pasteur, 250, 2º andar, na Praia Vermelha. A entrada é franca. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 295-1595, ramais 113/117.



Resenha

A abertura da 53ª Reunião Anual da SBPC, em Salvador, foi marcada pelo protesto dos reitores das universidades federais. Os dirigentes cobraram do governo mais recursos, infraestrutura e pessoal e ameaçaram não iniciar o segundo semestre letivo de 2001. O jornal Folha de S.Paulo (14/07/01) trouxe o discurso do presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Carlos Roberto Antunes: “Caso não sejam encontradas soluções urgentes, as universidades federais correm o risco real de não iniciarem regularmente o segundo semestre letivo de 2001”.

O número de professores temporariamente contratados ou ‘substitutos’ aumenta a cada ano. É o que mostrou a reportagem da Folha de S.Paulo (16/07/01) após o anúncio da abertura de concurso público para 2000 vagas de professores nas IFES. Segundo o jornal, em 195, eram 5.537 substitutos para 48.652 cargos docentes nas federais. Em maio deste ano, os substitutos chegaram a 7.141 e representam 14% do corpo docente das 52 instituições.

O presidente do CNPq, Evando Mirra, informou sobre a definição do cronograma de desembolso de recursos relativos ao orçamento do Pronex em 2001, acertado com o MCT, para o segundo semestre deste ano. Somado ao desembolso já realizado no primeiro semestre, dará o total de R\$ 35,3 milhões, de acordo com o Jornal da Ciência por e-mail de 13 de julho.

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Química (Cefeteq) deve apresentar, nos próximos dias, um projeto para sua manutenção no bairro do Maracanã. Havia uma proposta da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico para transferir a instituição para o bairro de Realengo. Demonstrando a vitória da mobilização, o MEC recuou na transferência e ainda pretende construir, com auxílio técnico do Cefeteq, um novo centro de capacitação profissional em Realengo, orçado em R\$3 milhões.

Deu no Informe JB de 14 de julho: “Ex-chefe de gabinete do Ministério da Educação, Edson Machado deixou o cargo há um mês, em meio a uma turbulência. O Iesb, universidade de propriedade da mulher dele, foi uma das faculdades que mais ganharam autorizações do MEC para abrir novos cursos. Pelo visto, a queda não abalou seu prestígio na casa. Na terça-feira (10 de julho), recebeu medalha do ministro Paulo Renato pelos ‘relevantes serviços prestados à educação’.”


UFRJ

Fim da Emergência mobiliza CCS

Estudantes e direção da Faculdade de Medicina querem preservar o serviço

A próxima Congregação da Faculdade de Medicina, marcada para esta quinta-feira, dia 26, vai tratar de um assunto que interessa de perto a toda comunidade da UFRJ: o fechamento de vez do serviço de emergência do Hospital Universitário (desde 1992, fechou-se o atendimento para público externo). Aonde serão levadas as pessoas que venham a sofrer de um problema grave na ilha do Fundão? Para estudantes e para a direção da Faculdade de Medicina (FM), o Hospital Clementino Fraga Filho é o destino natural desses casos. Provavelmente, para o diretor do HU, Amâncio Paulino, esses casos deverão ser encaminhados para os hospitais mais próximos: Paulino Werneck (Ilha do Governador), Geral de Bonsucesso e Getúlio Vargas (Penha).

A portaria nº 122, de 17 de junho, assinada pelo diretor, diz que a "evolução histórica da missão institucional", reforçada pelo fechamento parcial de 1992, não permite mais ao hospital absorver esse tipo de demanda (emergência). Num dos anexos do documento, Amâncio faz um breve histórico do serviço criado em 1978 até os dias atuais. Segundo ele, a missão do HUCFF era mista: hospital comunitário e hospital de referência regional, mais voltado para procedimentos de alta complexidade (cirurgias, transplantes). Com o tempo, explica o diretor, a estrutura começou a ser sobrecarregada: "(...) no planejamento inicial, previam-se 200.000 prontuários para o ano 2000 - e nele chegamos a 400.000!" Com a situação crítica já no início dos anos 90, houve o fechamento de 12 de setembro de 1992, quando a Emergência "deixou de ter porta aberta para o público". Ou seja, para o diretor,

a tendência de hospital comunitário perdeu força ao longo do tempo e a vocação de hospital de referência deveria ser legitimada.

Nessa transformação da Emergência em Pronto Atendimento, Amâncio se baseia ainda em uma resolução de oficina de trabalho do Conselho Nacional de Saúde, realizada em agosto de 1999. No item 6 da parte de "Mecanismos e Metas" da referida resolução, "as internações de urgência/emergência devem ser realizadas, prioritariamente, através de central de vagas e agendamentos". E, mais adiante, pede-se a elevação progressiva da porcentagem de atendimentos de maior complexidade, visando zerar o atendimento de menor complexidade.

A reportagem da Adufrj-SSind tentou falar com o diretor do HU, mas não conseguiu um contato. Foram enviadas cinco perguntas ao assessor do diretor, que acusou o recebimento. Até o fechamento, nenhuma resposta chegou. Portanto, a opinião dele é retirada da portaria e seus anexos.

Entre as modificações introduzidas pela portaria, está a transferência dos leitos para outra área do HU e o estabelecimento provisório das salas 208/210 do ambulatório como área de pronto-atendimento, de 7 às 16h30, nos dias úteis, e a enfermaria 9C11, nos fins de semana e no horário noturno, até que outro ponto seja designado e preparado.

Contraditoriamente, Amâncio avisa no anexo III de sua portaria que o serviço de Pronto-Atendimento também tem a responsabilidade de atender "casos de acidentes de trabalho envolvendo funcionários, professores e alunos localizados no campus da Cidade Universitária, assim como qualquer paciente em risco de vida que aqui chegar." Mas a situação parece ser bastante confusa no HU (ver matéria do quadro na página 5).

A versão dos estudantes

Os estudantes não pensam da mesma maneira que o diretor do HU. "A Universidade tem o papel de dar um retorno à sociedade. Não é se fechando (com o fim da Emergência) que isso vai ocorrer", disse a estudante Letícia Rezende, do 6º ano da Faculdade de Medicina e integrante do Centro Acadêmico Carlos Chagas. Letícia argumenta também que a ausência de uma Emergência (mesmo de pequeno porte) prejudica a formação dos estudantes - todo aluno da Medicina precisa passar seis meses de estágio em uma Emergência para se formar. "Esse modelo favorece a pesquisa e a extensão em assistência hospitalar, mas prejudica o ensino. Temos que ter o ensino, a pesquisa e a extensão. Obviamente que o HU não vai dar conta de toda a nossa formação, mas precisamos de um modelo. Até para diferenciar condutas erradas que podem estar sendo observadas em outras Emergências da cidade", disse.

Para ela, não procede a justificativa de que a "missão institucional" do HU deva ser o atendimento da alta complexidade. Em um documento do centro acadêmico, existe o questionamento do prejuízo aos pacientes assistidos pelo HU: 1.507 pacientes deixaram de ser assistidos com a mudança da Emergência para Pronto Atendimento em relação ao mesmo período do ano passado.

Em um outro documento do Centro Acadêmico Carlos Chagas enviado à Faculdade de Medicina, os estudantes afirmam que os artigos 31 e 63 do Regimento do HU foram desrespeitados com essa mudança, uma vez que a alteração só poderia ser promovida com a aprovação do Consuni (o que não ocorreu).

Posição do Andes-SN

O Andes Sindicato Nacional tem



como deliberação desde o 18º Congresso de Fortaleza, em março de 1999, lutar contra a mercantilização e a privatização dos HUs, esclarecendo à sociedade sobre a importância que eles têm como instrumento didático-pedagógico na formação dos profissionais de saúde e para o atendimento da população, bem como defender os princípios de gratuidade, integralidade e universalidade de suas ações.

A Faculdade de Medicina faz proposta

Justamente para tratar dessas diferenças de modelo, a Congregação da Faculdade de Medicina vai se reunir esta semana. O diretor da FM, Almir Fraga, vai levar a proposta de um grupo de professores para preservar e reformular a Emergência do HU. "Minha opinião é que deve ter. Nossos alu-

nos precisam disso. Já fui chefe da Emergência durante três anos e sei como funciona", contou. Almir acredita na negociação com o diretor do HU, mas receia que as divergências possam levar o assunto ao CEG e, posteriormente, ao Consuni.

Na proposta do grupo de docentes, a Emergência deve permanecer no subsolo e deverá ter uma entrada única. Além de pacientes matriculados no HU e outros (referenciados pela rede pública), alunos, docentes e funcionários poderiam ser atendidos por esse modelo (se sofressem algum problema durante suas atividades habituais no campus da Cidade Universitária).

A professora Ana Maria Borralho, que integra este grupo de formulação de proposta da Medicina como coordenadora da Graduação da Unidade e é conselheira do CEG, também não quer o fim da Emergência do HU. "Com isso, todos os estu-

dantes terão que fazer o estágio em Emergência fora daqui. E ficam sem orientação adequada", disse.

Decano do CCS tenta acordo entre as partes

Quem provavelmente vai ficar no meio do "troteio" entre as partes será o decano do CCS, Sérgio Fracalanza. Se a proposta passar pela aprovação da Congregação da Faculdade de Medicina no dia 26, a reunião do Conselho de Centro do dia 30 vai cuidar do tema. "É importante uma retomada do diálogo, de forma que torne o HU viável com uma Emergência e não se prejudique o ensino. É nossa obrigação dar a eles o melhor ensino possível", observou. Fracalanza espera que o acordo saia o mais rápido possível para que os alunos não sejam prejudicados e para que a comunidade seja atendida de uma forma profissional.

A EMERGÊNCIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO VIROU FOCO DE DISPUTA ENTRE A DIREÇÃO DO PRÓPRIO HU E OS ESTUDANTES DA FACULDADE DE MEDICINA

Falta orientação no HU para casos urgentes

No dia 27 de junho, o fechamento da emergência e a falta de indicações para o recém-criado serviço de "Pronto Atendimento/Divisão de Saúde da Comunidade" deu uma amostra dos problemas que podem criar para qualquer pessoa que precise de urgentes cuidados médicos no Fundão. Naquela data, um funcionário da Escola de Educação Física chamado Cariolano dos Santos passou mal e desmaiou com sintomas semelhantes aos de uma convulsão.

O diretor da EEFD, Waldyr Ramos, tentou conseguir uma ambulância junto à Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), mas não obteve sucesso. Foi informado de que a viatura devia permanecer no local para atender a serviços da Divisão. Com dificuldade, Waldyr transportou Cariolano para o Hospital Universitário em seu próprio carro.

Após autorização, entrou pela porta dos fundos (pelo pronto atendimento, deveria entrar pela porta da triagem, num lugar de difícil estacionamento) e foi orientado por um vigilante a seguir para o nono andar. Pelo relato de Waldyr, houve dificuldade ainda para conseguir uma maca para deslocamento do funcionário inconsciente. No nono andar, recebeu informação para descer ao segundo. Lá chegando, foi instado a voltar para o nono andar. Disposto a não perder mais tempo, procurou o gabinete do diretor do hospital em busca de soluções. Quando retornou ao leito do funcionário, foi convencido a voltar mesmo para o nono. Finalmente, os médicos apareceram e prontamente iniciaram os procedimentos necessários. Cerca de 25 minutos, de acordo com Waldyr, foram gastos "nestas idas e vindas". O diretor da EEFD agradece o atendimento que os médicos e funcionários prestaram, mas o funcionário não resistiu e faleceu dois dias depois (29/6). A conselheira do CEG e coordenadora de graduação da Medicina, Ana Maria Borralho, foi categórica na análise do caso. "Pelo relato (Ana deduziu se tratar de um derrame), mesmo um rápido atendimento não salvaria a vida do funcionário. No entanto, se fosse um infarto (com arritmia), o paciente ia morrer nesses 25 minutos", comentou.

Se a situação permanecer como está, a única salvação para casos urgentes no Fundão será levar o adoentado para os hospitais mais próximos (Paulino Werneck, na Ilha do Governador; Hospital Geral de Bonsucesso; e o Getúlio Vargas, na Penha).



ANA BORRALHO



Opinião

A Quem Interessa a Discórdia?

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a maior Universidade Federal do Brasil está colocada em xeque. A atual Reitoria decidiu adotar um novo nome: Universidade do Brasil/UFRJ, que passa, assim, a ter um nome fantasia, fato comum às empresas que disputam o mercado de consumo.

A forma autoritária de conduzir um processo de reforma em curso, expressa-se nas alterações não oficiais da estrutura universitária, como por exemplo, os cartazes de plástico que foram colocados no *campus* da Ilha do Fundão com designações que são do total desconhecimento da comunidade universitária da UFRJ. O que significa ENGENHARIAS? Será para compatibilizar com LETRAS?

O atual Estatuto da universidade mantém o nome UFRJ e a estrutura universitária instituída quando da sua criação. A adequação do Estatuto à LDB não necessitava de maiores mudanças mas, o grande acordo de governabilidade alterou a composição do Conselho Universitário. Na verdade fizemos uma alteração estatutária sem colocarmos a máscara de Estatuinte.

A atual situação é interessante. Reformas curriculares são impostas sustentadas em projetos. Será que afinal a UFRJ aderiu a lógica do mercado? Será que a formação crítica, sempre defendida pela universidade finalmente foi vencida? Será que estamos, todos nós, tão distantes dos princípios democráticos e da autonomia que não nos interessa mais um dos elos centrais da corrente acadêmica – o aluno?

Nos últimos dez anos vimos transformações mundiais que derrubaram muros, fossem eles físicos ou ideológicos. A defesa da democracia, permitiu a luta pelo fim da opressão. Mentos foram rachadas ao meio em crises tão profundas que, somente ago-

ra, percebemos o quanto foi grande a “farsa vitoriosa” que se tornou a derrota das conquistas coletivas.

Estamos em crise. Não podemos culpar ninguém. Todas as atitudes foram tomadas de forma pensada, apaixonada, deliberada e com uma certa maquiavelismo contundente. Estamos em tempo de mudanças. Não devemos ter medo. Essa palavra não condiz com a racionalidade universitária, o espírito investigativo e criador. É hora de não só propormos, mas também de agirmos.

A execução de um muro no meio de uma das ruas da Cidade Universitária nos leva a lembrar de Berlim, e aí nos perguntamos: o que queremos deixar do outro lado? Afinal, de que lado que ficaremos quando concretarmos o muro?

Sem reclamar, sem espernear, sem opinar, sem apresentar projetos, o Centro de Tecnologia (ou serão as ENGENHARIAS?) assistirá calado a uma aberração ou, no mínimo, um projeto de qualidade duvidosa onde reina o desejo ou imposição de uma vontade imperial. Esse fato é real. Entretanto, estão sendo executadas na UFRJ transformações mais profundas: as decisões dos órgãos colegiados são desrespeitadas ou desconsideradas.

O Conselho Universitário é finalmente convocado e se reúne. O CEG e o CEPG, conjuntamente, começam a se questionar e resolvem ouvir a Comunidade Universitária – a Resolução autoritária 01/99 do CEG/CEPG é enviada aos Departamentos, Congregações e Conselhos de Centro para que se posicionem antes da sua deliberação final.

Não nos enganemos. Essas lufadas de democracia não se sustentam se deixarmos passar ao largo as nossas opiniões. Os prazos são apertados. Até 17/setembro/2001

temos que enviar respostas sobre o ato acadêmico disciplinador, ou melhor: a Resolução 01/99. Afinal que Universidade é essa que regulamenta como trabalho acadêmico apenas o que é realizado em sala de aula? Será que na realidade o nome fantasia se apropriou da UFRJ e viramos um escolão?

Nesse momento devemos olhar com profundidade no que transformamos nossa universidade. Estamos nos aproximando de um momento eleitoral e a LDB prevê que a escolha de dirigentes seja feita com a participação da comunidade. Temos que agir enquanto laboratório de testes democráticos com cautela e sem medos. Vamos eleger os dirigentes universitários. A democracia tem que ser conquistada com perseverança e ousadia, com criatividade e firmeza e muito acertadamente com autonomia.

O espírito da Lei 9.192 no seu art. 16 inciso I garante que, se o órgão colegiado assim o desejar, a lista tríplice pode ser formada pela vontade coletiva desde que respeitada a proporcionalidade legal. Nesse momento apresentamos uma proposta para discussão na comunidade universitária da UFRJ: que os colégios eleitorais aprovem, como lista tríplice o resultado das consultas realizadas na comunidade.

A importância dessa discussão, no nosso entendimento, se deve a necessidade interna de conquistarmos a união da comunidade universitária, resgatarmos a garantia e o respeito das decisões coletivas, assim como, externar publicamente a certeza de que democracia e autonomia se conquistam exercendo o direito de agir e de expressar livremente o pensamento.

Prof. José Luciano de Souza Menezes
Escola de Engenharia da UFRJ

Lei 9.192.....

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurarem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal;

II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição;

III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação a das demais categorias;

IV - os Diretores de unidades universitárias federais serão nomeados pelo Reitor, observados os mesmos procedimentos dos incisos anteriores;

Periodização

Escola de Engenharia discute periodização

A direção da Escola de Engenharia (ou Politécnica) já divulgou os prazos para que os departamentos e a congregação da unidade façam a discussão sobre as propostas de alteração da resolução 01/99. Os departamentos terão até o dia 22 de agosto para debater e encaminhar sugges-

tões para a Comissão de Ensino da Congregação da EE. A Congregação da Unidade se reúne dia 29 de agosto para deliberar sobre o assunto. O resultado será encaminhado ao Conselho do Centro que deverá se posicionar sobre as novas propostas até o dia 17 de setembro.

Professores debatem formação de educadores

As diretrizes curriculares para os novos cursos de formação dos professores da Educação Básica estiveram em pauta durante a reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN, na sede da Apub-SSind, em Salvador, durante a 53ª SBPC.

As diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e visam, principalmente, regulamentar os “Cursos Normais Superiores Emergenciais”, com dura-

ção de 2,5 anos. Esses cursos foram criados para atender à nova LDB, que exige que, até 2007, todo professor da educação infantil (1ª a 4ª série) tenha nível superior.

Para o GT do Andes-SN, os Cursos Normais Superiores não promovem a formação plena dos educadores. Nos próximos encontros, o GT estará fazendo uma análise da proposta do governo.

Fonte: Página Eletrônica do Andes-SN



Entrevista/Jorge Máximo

Diretor da Asduerj fala sobre a greve

No dia 13 de julho, em Assembléia Comunitária, os professores, funcionários técnico-administrativos e alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro decidiram sair da greve iniciada em 29 de junho. A pressão exercida junto ao governador Garotinho surtiu efeito e a reivindicação salarial de 26,82% foi finalmente negociada. No entanto, outros pontos (ingresso por concurso público, contra a terceirização de serviços, desvio de verbas) continuam na pauta de mobilização da comunidade. Para falar desse movimento vitorioso, a redação da Adufrj-SSind conseguiu uma entrevista com o 2º vice-presidente da Asduerj e professor da Faculdade de Formação de Professores, Jorge Máximo.

Quais eram as reivindicações deste ano e o que mudou em relação à greve do ano passado?

A campanha salarial 2001 foi um prolongamento da iniciada no ano anterior. Em julho de 2000, após quarenta nove dias de greve, o governador enviou uma carta a UERJ propondo para aquela data um abono de 10%, a ser incorporado em janeiro de 2001, quando seria apresentado um novo índice de reajuste para a universidade de acordo com a arrecadação do Estado. A incorporação só foi efetivada em maio após muita pressão das entidades representativas. O índice foi protelado em sucessivas e extenuantes reuniões com secretários de Estado ao longo de todo o semestre. Neste período, Garotinho não apenas declarou à imprensa estar com *superávit* nas contas do governo, como anunciou um aumento de 60% para a Polícia Militar. Do secretariado, as entidades representativas ouviam que a universidade não era prioridade. A última greve teve como principal reivindicação o cumprimento da proposta de Garotinho, que possibilitou o retorno das atividades na universidade no ano passado.

Como foi o envolvimento da comunidade desta vez?

Mais de trezentos servidores técnicos-administrativos participaram da assembleia, realizada no dia 25 de junho, que aprovou por ampla maioria a paralisação da categoria. A adesão foi maciça. No mesmo dia, uma assembleia com mais de 500 estudantes apro-



A CAMPANHA SALARIAL 2001 TEVE INÍCIO COM A GREVE DO ANO PASSADO. NA FOTO, ATO EM FRENTE AO PALÁCIO DO GOVERNO, EM 2000

vou o apoio discente à greve. No dia 28 de junho, mais de duzentos professores se reuniram em assembleia e deliberaram por aderir à greve e construir a unidade com o segmento dos servidores técnico-administrativos, uma característica constante dos movimentos reivindicatórios da UERJ. Uma assembleia conjunta, realizada no dia dois de julho, ratificou a paralisação. Daí até o encerramento da greve, as assembleias foram comunitárias, com professores, funcionários e alunos, garantindo uma expressiva representatividade dos fóruns de decisão e a participação média de 500 pessoas.

Como se posicionou a reitoria da Uerj diante do movimento de greve?

A administração da universidade titubeou entre o apoio ao movimento e a articulação com o governo do Estado. Apesar de reconhecer a justeza das reivindicações, não conseguiu levar a cabo ações que favorecessem, efetivamente, o atendimento das reivindicações.

Quais e como foram as atividades realizadas no período?

No período anterior a greve, as entidades representativas organizaram três atos públicos durante reuniões de negociação com o governo. No segundo, no dia 11 de junho, a universidade paralisou as atividades por vinte e quatro horas. No dia 21 de junho, a manifestação teve a participação de funcionários da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), também em cam-

panha salarial. Durante a greve, foram realizados mais dois atos no Palácio Guanabara. O primeiro, em cinco de julho, culminou com uma passeata até o Largo do Machado, em protesto contra a utilização da Polícia Militar para reprimir o movimento, exatamente no dia em que se completava um ano da violenta destruição do acampamento da UERJ, no mesmo local, durante a campanha salarial 2000.

O reajuste salarial foi negociado, mas e as outras reivindicações (ingresso por concurso público, contra a terceirização de serviços, desvio de verbas etc.)?

Os demais pontos de reivindicação estão sendo discutidos em reuniões internas com a reitoria da universidade.

Os pontos da pauta interna são, entre outros, a incidência do reajuste sobre os auxílios; a atualização dos valores dos auxílios referente aos reajustes de 98 e 2000; fim da cobrança dos cursos da Uerj; fim do Nuseg (Núcleo Superior de Estudos Governamentais) e apuração das irregularidades; aumento do número e do valor das bolsas; restaurante universitário.

E se o governador não cumprir o acordo mais uma vez?

O reajuste será implantado através de decreto lei. Caso isso não ocorra, a universidade voltará às ruas, mesmo porque o processo de negociação da pauta interna mantém a universidade mobilizada.

Entrevista concedida por e-mail.



Movimento

Técnicos entram em greve dia 25

No movimento nacional dos servidores, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores na Universidades (Fasubra) saiu na frente e aprovou a deflagração de uma greve nacional da categoria dos técnico-administrativos das federais a partir desta quarta-feira, dia 25 de julho.

Como foi deliberado no 42º Conad de Uberlândia, as seções sindicais do Andes-SN aprovaram a adesão da entidade docente à paralisação nacional dos servidores federais que acontece nos dias 1

e 2 de agosto. As seções realizarão também assembleias locais onde decidirão sobre a adesão à outra paralisação de advertência prevista para os dias 10 a 14 de agosto. A da Adufrj-SSind está marcada para o dia 26 de julho, às 9h30, no Auditório do Centro de Tecnologia, no Fundão. O posicionamento das seções sindicais será levado à reunião do Setor das Federais no dia 4 de agosto, antecedendo à Plenária dos SPFs, marcada para o dia 5.



Movimento

Resoluções do Tema I – 42º Conad

EIXOS POLÍTICOS E PLANO DE LUTAS das IFES

O 42º Conselho Nacional do Andes-SN (Conad), realizado em Uberlândia entre os dias 28 de junho e 1º de julho, deliberou sobre os eixos de luta e plano de lutas das instituições superiores de ensino até o próximo Conad. Para a categoria docente na UFRJ, estamos divulgando apenas a parte relativa às instituições federais de ensino.

Eixo de lutas

1) Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital. Esta luta requer a negação da divisão internacional do trabalho imposta pelo capital rentista que submete os países periféricos à condição neocolonial.

2) Combater a exploração capitalista fortemente marcada pelo programa neoliberal expressado pelo Consenso de Washington, pelas determinações de Davos (G-7), FMI, Banco Mundial e OMC. Lutar contra as coalizões de classes e forças que sustentam as políticas dos governos identificados com essa agenda, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Estas lutas envolvem a negação de medidas como o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio. Combater, em especial, as políticas neoliberais sobre C&T, educação, saúde e previdência social, o ajuste fiscal, as reformas administrativas e da previdência e todas as medidas que objetivam destruir os direitos dos trabalhadores.

3) Intensificar a luta, em conjunto com os movimentos sociais, por transformações sociais que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população. Para tanto, é necessário fortalecer os instrumentos de luta, potencializando o sindicalismo classista, autônomo e democrático pela participação ativa, nas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de fortalecer a organização do conjunto da classe trabalhadora em âmbitos nacional e internacional contra a ordem do capital.

4) Defender o ensino público, gratuito, laico, de alta qualidade e universal, em todos os níveis, como dever do Estado e direito do cidadão, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação.

5) Lutar pela expansão e pelo desenvolvimento das Instituições Públicas de Ensino Superior, defendendo: a autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal,

a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; a gratuidade plena; a ampliação das verbas; o padrão unitário de qualidade; a democracia como base do autogoverno dessas Instituições; a revogação da legislação que procura impedir a autonomia universitária, a não permissão da implementação deste aparato legal, o combate a todas as formas de precarização do trabalho docente que comprometem a autonomia individual do professor, como o emprego público e as diversas modalidades de trabalho informal.

6) Lutar pela ampliação das verbas públicas orçamentárias para a educação e para os órgãos de fomento à Ciência e Tecnologia, defendendo as metas do PNE-Sociedade Brasileira, sustentando: a reformulação das políticas para o setor, de modo a assegurar a democracia nos órgãos de fomento federais e estaduais; a participação ativa da comunidade universitária na definição das prioridades do setor; a alocação de verbas não condicionadas a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais) para estimular pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão.

7) Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a carreira única do Andes-SN; o programa nacional de capacitação docente e o piso e a malha salarial, assim como políticas de reposição das perdas salariais.

Plano de lutas do setor das IFES

1) que as seções sindicais atuem no âmbito das CUTs estaduais e coordenações estaduais dos SPFs, construindo a luta conjunta das três esferas do serviço público, de forma a reforçar a organização e o trabalho do Fórum Nacional de Lutas.

2) que as seções sindicais fortaleçam a luta contra o projeto de Emprego Público, desenvolvendo ações em defesa do concurso público no RJU, consolidando uma linha de ação mobilizadora, expressa na consigna de “concurso público no RJU: acredite nesta tese e defenda-a”. Esta campanha deve buscar o apoio das entidades representativas da comunidade acadêmica para pressionar as reitorias, a ANDIFES, e o governo federal para garantir a expansão dos quadros de pessoal.



2a) Que os critérios de distribuição de vagas entre as IFES sejam ampla e democraticamente discutidos e não impostos pelo MEC, de acordo com as normas importadas das propostas do Banco Mundial para o ensino superior público nos países em desenvolvimento e que internamente nas IFES os critérios de distribuição das vagas sejam igualmente ampla e democraticamente debatidos pelas comunidades universitárias e não impostas unilateralmente pelas administrações dessas instituições.

3) Que seja discutida, no âmbito dos SPFs, a criação de uma comissão voltada para o estudo e a elaboração de princípios gerais e diretrizes básicas que orientem a definição de planos de carreiras no serviço público.

4) Que as seções sindicais articuladamente às CUTs Estaduais desenvolvam ações conjuntas com entidades do movimento sindical e popular, e outras entidades da sociedade civil buscando ampliar a mobilização contra a corrupção no âmbito do Estado.

5) Que se identifiquem, a partir das reuniões dos três setores, onde ocorrem situações de ingerência dos Conselhos Profissionais na autonomia das universidades; divulguem-se os pareceres jurídicos já acumulados e elaborem-se matéria sobre o assunto para o INFORMANDES.

6) Que as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais contribuam politicamente para a organização e realização de Plenárias dos SPFs estaduais e/ou regionais com a participação da coordenação nacional.

7) Integrar-se à preparação da Marcha em defesa da Educação Pública em Brasília, em 3 de outubro e à atividade do DNTE/Ramo da Educação, com participação nas atividades nos municípios e estados.

8) Que o ANDES-SN desenvolva um conjunto de ações emergenciais em defesa da universidade pública e que a Diretoria elabore um projeto de campanha a ser submetido à aprovação do 43º CONAD.

9) Realizar paralisação de advertência

com duração de uma semana, de 10 a 14 de setembro. O 42º CONAD indica que as seções sindicais realizem rodada de AGs para deliberar sobre a participação na paralisação dos SPFs em 1 e 2 de agosto, definindo a sua forma de adesão: paralisando as atividades e/ou participando das mobilizações promovidas pela CNESF.

10) Que o ANDES-SN trabalhe no interior da CUT a construção da greve geral para o 2º semestre de 2001.

11) Realizar uma rodada nacional de AG, em data posterior à paralisação de setembro, a fim de avaliar o processo de mobilização e as possibilidades de greve e/ou outras formas de luta, indicando aquela que na conjuntura deve vir a ser prioritária com definição das pautas que devem orientá-las, incluindo na discussão os seguintes pontos específicos, nos termos das deliberações do 19º Congresso do ANDES-SN:

- incorporação da GAE e os valores máximos da GED: (Deliberação do 19º Congresso: - “Lutar pela INCORPORAÇÃO EMERGENCIAL DA GED, pelos seus valores máximos aos salários básicos de todos os docentes do magistério superior de 1º e 2º graus, ativos ou aposentados, e aos dos respectivos(as) pensionistas.”

- Implantação do piso salarial;
- Implantação da carreira única do ANDES-SN;

- Isonomia na categoria;
- Contra a proposta de Emprego Público do governo e pela Contratação pelo RJU para recomposição do quadro das IFES.

12) Participar da comissão de organização do seminário sobre “Fiscalização e Controle de Verbas Públicas” do Congresso, construindo sua intervenção sob o ponto de vista dos trabalhadores, para discutir inclusive a destinação dos recursos.

13) Lutar contra as ações das administrações superiores das IES que objetivam perseguir dirigentes sindicais.

14) Que o próximo CONAD aprecie a participação do Sindicato na Conferência Internacional Contra a Desregulamentação e em Defesa dos Direitos Trabalhistas para Todos, a ocorrer de 22 a 24 de fevereiro de 2002, em Berlim/Alemanha.

Recomendação ao GTCA

1) Que a APUFSC SSind libere, para o conjunto do Sindicato, cópia do vídeo sobre a proposta de Emprego Público que está elaborando. Os custos da aquisição serão de responsabilidade da Seção Sindical solicitante.

Eleições da Adufrj-SSind estão marcadas para setembro

Estão convocadas as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2001-2003, para os dias 12, 13 e 14 de setembro de 2001. As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 13 de agosto de 2001, de acordo com o disposto no artigo 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da seção sindical. As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 2 de setembro de 2001, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 15 de maio de 2001, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 14 de julho de 2001 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral.

O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada Unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. Os sindicalizados votam numa das listas da sua Unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.



Calendário das Eleições

	Inscrição de chapas/listas	Votação
Diretoria	até 13 de agosto 2001	12, 13, 14 de setembro de 2001
Conselho de Representantes	até 3 de setembro de 2001	

Posse da nova diretoria da Adufrj-SSind - 15 de outubro de 2001

Regimento Eleitoral da

Título I Dos princípios gerais

Art. 1º. Este Regimento Eleitoral da Adufrj - Seção Sindical (Adufrj-SSind), aprovado na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 10 de julho de 1997, rege, de acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, os processos eleitorais da Adufrj-SSind, que devem respeitar os princípios gerais da democracia, da igualdade de condições para todos os candidatos, do direito à divergência e do direito de voto dos sindicalizados.

Art. 2º. São eleitores todos os sindicalizados há pelo menos 60 (sessenta) dias na data da realização da eleição, em pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 3º. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 4º. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 1º. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

§ 2º. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, a eleição para esse cargo, para complementação de mandato, poderá ser feita a qualquer momento, na forma do *caput* deste artigo ou do parágrafo anterior.

Título II Da Comissão Eleitoral

Art. 5º. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros.

§ 1º. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pela Assembléia Geral, com pelo menos 10 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 2º. Caso a Assembléia Geral não designe os membros da Comissão Eleitoral dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, caberá ao Conselho de Representantes fazê-lo, com pelo menos 5 dias de antecedência em relação ao fim do prazo para inscrição de candidatos às eleições.

§ 3º. Nenhum candidato poderá ser

membro da Comissão Eleitoral.

Art. 6º. Compete à Comissão Eleitoral:

I - elaborar normas específicas das eleições;

II - decidir sobre a aceitação das candidaturas;

III - constituir as Seções Eleitorais e nomear os mesários;

IV - divulgar e fiscalizar as eleições;

V - fazer a contagem dos votos e proclamar os resultados;

VI - tomar as demais providências necessárias à realização das eleições e ao cumprimento das disposições deste Regimento Eleitoral, e

VII - decidir sobre os casos omissos neste Regimento Eleitoral.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Eleitoral, cabe recurso ao Conselho de Representantes, na reunião de homologação de que trata o art. 35 deste Regimento.

Art. 7º. A Diretoria colocará à disposição da Comissão Eleitoral os recursos operacionais da Adufrj-SSind necessários ao cumprimento das suas obrigações.

Título III Das candidaturas

Capítulo I Dos princípios gerais

Art. 8º. Pode candidatar-se a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind qualquer sindicalizado há pelo menos 120 (cento e vinte) dias na data da respectiva eleição que esteja em pleno gozo de seus direitos, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

Art. 9º. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes o sindicalizado que:

I - exerça alguma das seguintes funções na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade ou chefe de departamento, ou

II - exerça alguma outra função de direção na UFRJ ou outro órgão da administração municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

Art. 10. A Comissão Eleitoral deverá divulgar suas decisões relativas à aceitação ou não das candidaturas até, no máximo, 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para a inscrição das chapas, devendo, no caso de recusa de candidaturas, apresentar os motivos para tal.

Capítulo II Das candidaturas à Diretoria

Art. 11. Não pode candidatar-se a cargo na Diretoria o sindicalizado que:

I - esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando, ou

II - seja membro da Diretoria, tendo sido membro da Diretoria na gestão anterior.

Art. 12. As inscrições de candidatos a cargos na Diretoria devem ser feitas junto à Secretaria da Adufrj-SSind, obedecendo aos seguintes prazos:

I - até 30 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no *caput* do art. 4º, ou

II - até 20 (trinta) dias antes do início da eleição, se esta tiver sido convocada de acordo com o disposto no § 1º do art. 4º.

§ 1º. As inscrições devem ser feitas na forma de chapas, mediante requerimento do candidato ao cargo de Presidente dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 2º. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *chapa* um conjunto de candidatos aos cargos da Diretoria, no todo ou em parte, sendo um candidato a cada cargo.

§ 3º. Cada uma das chapas inscritas poderá conter, no máximo, 2 (dois) membros da Diretoria anterior.

§ 4º. A chapa que tiver recusada a inscrição de algum ou alguns dos seus candidatos, mas não de todos, terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da recusa pela Comissão Eleitoral para substituir os candidatos cuja inscrição tiver sido recusada, mediante requerimento de algum dos membros da chapa cuja inscrição foi aceita dirigido à Comissão Eleitoral.

§ 5º. O candidato apresentado na forma prevista no parágrafo anterior que tiver recusada a sua inscrição não poderá ser substituído.

Capítulo III Das candidaturas ao Conselho de Representantes

Art. 13. Não pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes o sindicalizado que esteja ocupando o cargo ao qual está se candidatando pela segunda vez consecutiva.

Art. 14. As inscrições de candidatos a cargos no Conselho de Representantes devem ser feitas junto à Secretaria da

Adufrj-SSind até 10 (dez) dias antes do início da eleição.

§ 1º. As inscrições devem ser feitas na forma de listas.

§ 2º. Para os efeitos deste Regimento, entende-se por *lista* um conjunto ordenado de candidatos aos cargos de representantes dos sindicalizados de uma Unidade.

§ 3º. Uma lista pode conter, no mínimo, um candidato, e, no máximo, o dobro do número de representantes que os sindicalizados da Unidade podem eleger.

§ 4º. Cada lista deve inscrever-se mediante requerimento do seu primeiro candidato dirigido à Comissão Eleitoral, no qual constem os nomes dos candidatos, acompanhado de suas declarações de aceite das candidaturas.

Título IV Das Seções Eleitorais

Art. 15. Para a realização do processo de votação, a Comissão Eleitoral agrupará os eleitores em conjuntos, denominados Seções Eleitorais.

§ 1º. Cada Seção Eleitoral corresponderá a um local de votação e incluirá os eleitores de uma ou mais Unidades, a critério da Comissão Eleitoral, de forma a dar aos eleitores as melhores condições possíveis para o exercício do seu direito de voto, de acordo com os recursos operacionais disponíveis.

§ 2º. A Comissão Eleitoral designará o responsável por cada Seção Eleitoral e os respectivos mesários, dentre os sindicalizados que não forem candidatos.

§ 3º. A qualquer momento e a seu critério, a Comissão Eleitoral poderá substituir o responsável pela Seção Eleitoral ou qualquer dos seus mesários, na forma do parágrafo anterior.

§ 4º. A Comissão Eleitoral providenciará todos os recursos necessários ao funcionamento das Seções Eleitorais.

Título V Da votação

Art. 16. As eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas por escrutínio universal direto e secreto.

Art. 17. As eleições serão realizadas durante um período de, no mínimo, 1 (um) dia e, no máximo, 3 (três) dias consecutivos, devendo esse período constar do edital de convocação das eleições.

Art. 18. A votação deverá ocorrer em locais públicos na UFRJ, nos dias e horários de maior afluxo de eleitores, dentro do período previsto para as eleições, em turnos não inferiores a 2 (duas) horas consecutivas em cada dia de votação.

Adufrj - Seção Sindical

Art. 19. Em cada local de votação deverá ser instalada uma mesa de votação, dirigida pelo responsável pela respectiva Seção Eleitoral e conduzida pelos respectivos mesários, que deve dispor de:

I - uma lista única de presença dos eleitores da respectiva Seção Eleitoral;

II - cédulas oficiais para votação;

III - envelopes para votos em separado;

IV - relação oficial das chapas e dos candidatos que estiverem concorrendo à eleição;

V - atas de votação;

VI - registro de ocorrências;

VII - urna inviolável para depósito dos votos, e

VIII - condições para os eleitores registrarem seus votos com tranquilidade e manutenção do sigilo do voto.

Art. 20. No início de cada turno de votação, o lacre da urna deverá ser retirado no próprio local da votação, com a presença do responsável pela Seção Eleitoral.

Art. 21. Para votar, o eleitor deverá dirigir-se ao local de votação correspondente à sua Seção Eleitoral, assinar a lista de presença, receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula e depositá-la na urna.

§ 1º. Na eleição para a Diretoria, o eleitor deve indicar uma das chapas concorrentes.

§ 2º. Na eleição para o Conselho de Representantes, o eleitor deve indicar uma e apenas uma das listas de candidatos a representantes dos sindicalizados da sua Unidade.

§ 3º. É facultado aos membros da mesa de votação solicitar identificação dos eleitores, caso julguem necessário.

Art. 22. O sindicalizado cujo nome não constar da lista de presença oficial da Seção Eleitoral e que desejar votar, poderá fazê-lo em separado, em envelope especialmente fornecido pela Comissão Eleitoral e disponível na mesa de votação para esse fim.

§ 1º. Neste caso, o eleitor deverá receber a cédula oficial de votação devidamente rubricada, registrar seus votos na cédula, colocá-la no envelope, que será lacrado e identificado externamente com o seu nome e outras indicações como Unidade e Departamento de lotação do eleitor, a fim de facilitar sua verificação posterior durante o processo de apuração, assinar o envelope e depositá-lo na urna.

§ 2º. As ocorrências de votos em separado deverão ser registradas na ata de votação.

Art. 23. Após cada turno de votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata parcial de votação relativa ao turno em questão, assinando o número de votantes e ocorrências; e

III - conduzir a urna, a lista de presença e outros materiais da Seção Eleitoral, que ficarão sob sua guarda até o reinício da votação, para local seguro.

Art. 24. Encerrada a votação, o responsável pela Seção Eleitoral, auxiliado pelos mesários, deverá:

I - lacrar a urna no local de votação, de preferência na presença de outros eleitores;

II - preparar uma ata consolidada relativa a todos os dias e turnos de votação, assinando o número total de votantes, abstenções e ocorrências, e

III - conduzir a urna, a lista de presença, as atas parciais de votação, a ata final de votação e os materiais da eleição não utilizados para o local de apuração ou para local designado pela Comissão Eleitoral.

Art. 25. As urnas permanecerão sob a guarda do responsável pela Seção Eleitoral, devidamente lacradas, até o início da votação, entre os turnos de votação e entre o término da votação e a entrega à Comissão Apuradora.

Título VI Da Apuração

Capítulo I Dos procedimentos gerais

Art. 26. A apuração dos votos deverá ser realizada por uma Comissão Apuradora, cujos membros serão designados pela Comissão Eleitoral, na sede da Adufrj-SSind ou em outro local público indicado pela Comissão Eleitoral, até o dia seguinte ao do encerramento da votação.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral poderá designar como membro da Comissão Apuradora qualquer um dos seus próprios membros, qualquer responsável por Seção Eleitoral ou qualquer sindicalizado presente à apuração que não seja candidato cujos votos estejam sendo apurados.

Art. 27. A Comissão Apuradora deverá proceder à abertura de cada urna, verificar a coincidência entre o conteúdo das urnas com os dados existentes nas atas de votação e contar os votos.

§ 1º. Havendo registro de ocorrências em ata de votação, fortes evidências de irregularidades ou pedidos formais por

eleitores, candidatos ou chapas que possam implicar em impugnação dos votos de uma urna, a abertura da mesma estará condicionada a aprovação da Comissão Eleitoral, cabendo ainda recurso à reunião de homologação dos resultados do Conselho de Representantes de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 2º. As urnas que, mesmo apresentando algum tipo de irregularidade, tenham sua abertura autorizada pela Comissão Eleitoral, serão apuradas em separado e a validade de seus votos deverá ser julgada pelo Conselho de Representantes na reunião de homologação dos resultados de que trata o art. 35 deste Regimento.

§ 3º. Os votos em separado serão considerados e apurados se for comprovado que o votante satisfaz ao disposto no art. 2º deste Regimento e, neste caso, o voto será retirado do envelope e misturado aos demais votos da urna, antes do início da apuração da mesma, evitando assim a quebra de sigilo.

Art. 28. Serão considerados brancos os votos que não tenham qualquer marca, sinal, desenho, inscrição ou outra forma de expressão do eleitor.

Art. 29. Serão considerados nulos os votos que não forem considerados brancos nem válidos.

Art. 30. Finda a apuração, a Comissão Apuradora preparará uma ata de apuração e divulgará os resultados.

Capítulo II Da apuração dos votos para a Diretoria

Art. 31. Serão considerados válidos para a Diretoria os votos que indicarem apenas uma chapa, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de chapa der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 32. Serão considerados eleitos para a Diretoria da Adufrj-SSind os integrantes da chapa que obtiver maior número de votos válidos.

Parágrafo único. Em caso de empate entre duas ou mais chapas, deverá ser convocada nova eleição, da qual participarão apenas as chapas empatadas, num prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da divulgação dos resultados da apuração.

Capítulo III Da apuração dos votos para o Conselho de Representantes

Art. 33. Serão considerados válidos para a eleição para o Conselho de Represen-

tantes os votos que indicarem apenas uma lista, claramente assinalada.

Parágrafo único. Os votos nos quais a indicação de lista der margem a dúvidas serão julgados pela Comissão Apuradora.

Art. 34. Serão considerados eleitos representantes dos sindicalizados da respectiva Unidade no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind os candidatos de cada lista, em quantidade proporcional ao número de votos obtidos pela lista e na ordem em que foram inscritos, conforme o § 2º do artigo 14 deste Regimento

§ 1º. O número de representantes dos sindicalizados da cada Unidade dependerá do número de sindicalizados na Unidade, da seguinte forma:

a) até 60 sindicalizados: 1 representante;

b) de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e

c) mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

§ 2º. Os suplentes dos representantes eleitos por cada lista serão os candidatos da mesma lista inscritos em seguida, em igual número.

§ 3º. O número de candidatos eleitos por cada lista será obtido multiplicando-se o número de votos de cada lista pelo número de representantes dos sindicalizados na Unidade e dividindo-se o resultado pelo número de votos válidos, arredondando-se o resultado para o número inteiro mais próximo.

Título VII Da homologação dos resultados

Art. 35. A Diretoria em exercício convocará uma reunião do Conselho de Representantes, até no máximo 15 (quinze) dias após a divulgação dos resultados apurados, com o objetivo de julgar requerimentos tais como recontagem de votos, impugnação de urnas ou outros recursos cabíveis, completar o processo, se necessário, e homologar os resultados.

Título VIII Das disposições transitórias

Art. 36. Aplica-se à sucessão da atual Diretoria o disposto nos artigos 11 e 12 e à sucessão do atual Conselho de Representantes o disposto no art. 13 deste Regimento Eleitoral.

Aprovado na Assembléia Geral de 10 de julho de 1997

Alterado na Assembléia Geral de 17 de novembro de 1998

Trechos do Regimento Geral da Adufrj - Seção Sindical

Aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 22/4/1997

“(...)

Capítulo I Dos princípios gerais

(...)

Art. 14. O exercício de cargo na Diretoria ou no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e a candidatura a tal cargo são incompatíveis com o exercício:

I - das seguintes funções na UFRJ: reitor, vice-reitor, sub-reitor, decano de centro, diretor de unidade e chefe de departamento;

II - de outras funções de direção na UFRJ ou em outros órgãos da administração municipal, estadual ou federal.

§ 1º. O membro da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo perderá automaticamente seu cargo na Adufrj-SSind.

§ 2º. O candidato a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind que assumir qualquer das funções dos incisos I e II deste artigo terá sua candidatura automaticamente cancelada.

(...)

Título IV Dos processos eleitorais

Capítulo I Dos princípios gerais

Art. 34. Os princípios gerais que norteiam os processos eleitorais da Adufrj-SSind são a democracia, a igualdade de condições para todos os candidatos e o direito à divergência.

Parágrafo único. O Regimento Eleitoral deve ser elaborado pelo Conselho de Representantes e Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.

Art. 35. É vedada a acumulação de cargos na Diretoria e no Conselho de Representantes.

Art. 36. São eleitores todos os sindicalizados da Adufrj-SSind há pelo menos 60 dias da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedado o voto por procuração.

Art. 37. O processo eleitoral será coordenado por uma Comissão Eleitoral composta por 3 ou mais membros e designada pelo Conselho de Representantes ou pela Assembléia Geral.

Parágrafo único. À Comissão Eleitoral compete elaborar normas específicas das eleições, respeitando o disposto no



Regimento Eleitoral, nomear mesários, divulgar, fiscalizar e fazer a contagem de votos, bem como proclamar os resultados.

Art. 38. As eleições serão realizadas entre os dias 5 e 15 de setembro dos anos ímpares e convocadas pelo Presidente através de edital publicado em jornal de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro e pelos meios de comunicação da Adufrj-SSind, com pelo menos 60 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Parágrafo único. Não sendo convocadas eleições dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo cabe ao Conselho de Representantes convocá-las, com pelo menos 40 dias de antecedência em relação à data das eleições.

Capítulo II Da eleição para a Diretoria

Art. 39. A eleição para a Diretoria será

realizada através de escrutínio universal, direto e secreto.

Art. 40. Pode candidatar-se a cargo na Diretoria qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo vedada a recondução como membro da Diretoria da Adufrj-SSind de qualquer membro da Diretoria por mais de uma vez consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Parágrafo único. É vedada a recondução de membro da Diretoria para o mesmo cargo que ocupa.

Art. 41. As inscrições para a eleição da Diretoria serão feitas em forma de chapas junto à secretaria da Adufrj-SSind, até 30 dias antes da data da realização da eleição, mediante requerimento assinado pelo candidato ao cargo de Presidente, no qual constem os nomes dos candidatos a cada cargo da Diretoria, acompanhado de

suas declarações de aceite das candidaturas e do programa da chapa.

§ 1º. Só será permitida a inscrição de chapa que contenha, no máximo, 2 membros da Diretoria anterior.

§ 2º. Na hipótese da eleição ter sido convocada na forma do parágrafo único do artigo 38, as chapas deverão ser inscritas até 20 dias antes da data da realização da eleição.

Art. 42. Caso nenhuma chapa se inscreva dentro do prazo previsto, a Assembléia Geral deliberará sobre a prorrogação do prazo para inscrição de chapas e novas datas para a eleição e para a posse da Diretoria eleita.

§ 1º. As novas datas de eleição e de posse da Diretoria eleita devem garantir um mínimo de 20 dias entre o término do prazo para inscrição de chapas e a eleição, e um mínimo de 30 dias entre a eleição e a posse da Diretoria eleita.

§ 2º. O mandato da Diretoria anterior fica automaticamente prorrogado até a posse da Diretoria eleita.

§ 3º. O mandato da Diretoria eleita será reduzido de forma a encerrar-se na data prevista para a posse da Diretoria seguinte, de acordo com o art. 43.

§ 4º. Este procedimento poderá ser repetido quantas vezes assim for deliberado pela Assembléia Geral.

Art. 43. A Diretoria eleita tomará posse em Assembléia Geral convocada para este fim, no primeiro dia útil após o dia 14 de outubro do ano da eleição, data em que também se encerrará o mandato da Diretoria anterior.

Capítulo III - Das eleições para o Conselho de Representantes

Art. 44. As eleições para o Conselho de Representantes serão realizadas através de escrutínio universal direto e secreto.

Art. 45. Pode candidatar-se a cargo no Conselho de Representantes qualquer sindicalizado há pelo menos 120 dias antes da data da realização da eleição, no pleno gozo de seus direitos, sendo permitida uma única reeleição consecutiva, respeitado o disposto no art. 14.

Art. 46. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Representantes, poderá, a qualquer momento, ser realizada eleição para esse cargo, para completar o mandato anterior.

(...)"

GT Seguridade Social

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind tem reunião marcada para o dia 13 de agosto, às 15 horas, na Escola de Serviço Social. O encontro é aberto a todos os interessados. A pauta ainda está sendo elaborada e será divulgada nas próximas publicações da seção sindical.

GT Comunicação e Artes

O Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes da Adufrj-SSind volta a se reunir nesta terça-feira (dia 31), na sede da própria seção sindical (Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200). Estarão pautados: pesquisa de opinião, equilíbrio editorial e gráfico das publicações e encaminhamentos do GTCA Nacional. A reunião é aberta a todos os sindicalizados.

Bandejão



**Reajuste das bolsas!
Não à cobrança de taxas!
Reabertura da
emergência do HU!**

APG

DCE Mário Prata
UFRJ



Sete anos sem reajuste

Os servidores públicos federais estão há 7 anos sem reajuste.

São mais de 75% de perdas salariais.

2 de agosto

Ato unificado em frente ao IFCS da UFRJ, às 15h, no Largo do São Francisco.



Nesta edição
Encarte especial sobre o decreto do governo que altera as regras para o ensino superior



A CUT, sindicatos, entidades do movimento sindical e trabalhadores sem terra fizeram manifestação contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) no Centro do Rio, na última sexta-feira, 20 de julho. O protesto fez parte da agenda de manifestações contra a reunião do G-8, em Gênova, onde um manifestante foi morto pela polícia italiana.

SPF fazem manifestação no Centro dia 2

Assembléia Geral aprova mobilização para o ato

Os professores presentes à Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 26/7 verificaram que não há condições de paralisar a UFRJ nos próximos dias 1º e 2 de agosto. A manifestação está prevista no calendário do plano de lutas das IFES aprovado no 42º Conad. No entanto, o grau de desmobilização atual da categoria nas federais, somado ao reinício das atividades letivas na UFRJ, não indica a paralisação das atividades. O segundo semestre letivo estava previsto para reiniciar em 24 de julho, uma terça-feira, mas as Unidades devem começar as aulas mesmo no dia 30 de julho ou 6 de agosto. De qualquer forma, os docentes estão convidados a participar das atividades que forem programadas para estes dias pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNEFSF). No próximo dia 2, os SPF farão um ato unificado em frente ao IFCS da UFRJ, no Largo de São Francisco, às 15h. A luta é contra os 7 anos sem reajuste, com perdas salariais acumuladas de mais de 75%.

Para a paralisação de advertência de 10 a 14 de setembro, a sistemática deve se repetir. Os professores estarão convidados a participar das atividades programadas em apoio ao movimento nacional, mas a paralisação das atividades na

UFRJ não deve ser encaminhada. Nesta semana, de 12 a 14, estarão ocorrendo eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Além do fato de o dia 17 de setembro ser o limite dado pelos colegiados da UFRJ para retorno de sugestões da comunidade sobre a periodização. De qualquer modo, estas questões deverão ser reavaliadas em outra AG no início de setembro.

Pela UFRJ em particular, essas manifestações devem ganhar a força dos funcionários técnico-administrativos que têm uma assembléia geral marcada para o 1º de agosto, tendo como pauta a entrada em greve. Recentemente, os funcionários tiveram sua GAE cortada e substituída por uma outra gratificação (GDAE) discriminatória.

Vale lembrar que essa manobra do governo contra a categoria dos técnico-administrativos é uma advertência sobre o que pode ocorrer a qualquer momento com a GAE dos professores e dos demais servidores.

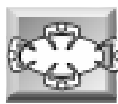
Essas serão as posições que a Adufrj-SSind vai levar à reunião do Setor das Federais (4/8) e à Plenária dos SPF (5/8) por meio de um representante ainda a ser indicado pela diretoria da seção sindical.

Eleições da Adufrj-SSind - Foram aprovados para compor a comissão eleitoral das elei-

ções da Adufrj-SSind os nomes dos professores Filadelfo Cardoso Santos (Instituto de Física); Maria de Lourdes Passos (Instituto de Psicologia) e Regina Pugliese (CAp). Diferente de outros pleitos de outros sindicatos, a comissão eleitoral do sindicato dos professores da UFRJ não comporta representante de qualquer chapa que venha a ser inscrita.

Periodização

Preocupados com o desenrolar do processo institucional de discussão da periodização - houve informe da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na qual só foi encaminhada a resolução 01/99, sem as demais propostas da comissão mista CEG/CEPG - os professores da AG decidiram que deve ser encaminhado um ofício às direções de Unidades para solicitar o calendário de reuniões de Congregações para tratar do assunto periodização. A medida em que a programação das Unidades (e também Centros e Departamentos) seja conhecida, todo o calendário estará sendo veiculado na página eletrônica da seção sindical (www.adufrj.org.br). Em breve, o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind estará divulgando algumas análises das propostas da comissão mista para subsidiar a discussão na universidade.



Colegiados

Menos R\$ 1 milhão no orçamento da UFRJ

A reunião do CEG da última quarta-feira não aconteceu por falta de quórum. Apenas oito docentes e duas estudantes, sendo uma suplente, compareceram (em diferentes horários das 9h às 11h) à primeira reunião após o recesso de duas semanas. O sub-reitor Ricardo Gattass só chegou por volta das 11h, fez alguns comentários informais sobre a administração, assinou a ata, abrindo e encerrando a sessão.

Gattass informou aos presentes que iria

tratar naquela sessão do corte de verbas para a contratação de professores substitutos e visitantes em 2002. Segundo o dirigente, o MEC cortou em R\$ 1 milhão o orçamento deste ano, o que significa que, a partir de agosto, não existe, na sua interpretação, verba para pagamento de todos os atuais 204 docentes em contratação temporária.

Para 2002, o sub-reitor disse que a verba para a contratação de substitutos e visitantes será de apenas R\$ 1.540 mil, o que só repre-

senta o pagamento de 170 professores em regime de 20 horas. Gattass prometeu aos presentes que iria a Brasília tentar garantir o pagamento de todos os atuais contratados para o segundo semestre.

Sessões canceladas

A sessão do Consuni prevista para 26/7 não ocorreu porque o reitor teria se submetido a uma cirurgia bucal. No CEPG do dia 28/7, faltou o quórum para iniciar a sessão.

Anote

Tribunal Ético das Privatizações

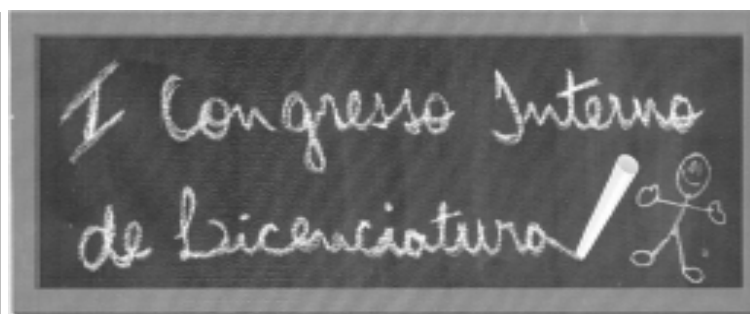
Já estão programadas algumas atividades do chamado "Tribunal das Privatizações", que está sendo promovido por um conjunto de entidades. O evento vai julgar o processo de privatizações das empresas estatais e dos serviços públicos, executadas pelo governo. Do desmonte do Estado aos apagões

3/8. Das 13 às 15h. - Plenário da Alerj
A CPI das privatizações no estado do Rio de Janeiro

14/8. Das 18 às 21h. - Sindicato dos Engenheiros Privatizações: formulação e resultados

21/8. Das 18 às 21h. - Sindicato dos Engenheiros Privatizações: perspectivas e alternativas

3/9. Das 10 às 16h. - Plenário da Alerj



I Congresso Interno de Licenciatura da UFRJ Auditório Pedro Calmon - Praia Vermelha

8 de agosto	9 de agosto	10 de agosto
9h - Sessão de Abertura	9h - Conferência sobre o tema "Currículo e Formação de Professores"	9h - Sessão Plenária para elaboração do documento sobre as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores na UFRJ
10h - Conferência sobre o tema "As Diretrizes Curriculares Nacionais"	Conferencistas: Alfredo Veiga Neto (UFRJ) e Antônio Flávio Moreira (UFRJ)	13h - Sessão Plenária para aprovação do documento a ser encaminhado ao CEG
Conferencistas: Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos (UFMG) e Pablo Antonio Amadeo Gentili (Uerj)	14 - GT nos Centros com discussão e elaboração de documento	
14h - GT de Licenciatura nas Unidades		

Sintufrj discute greve

Os cerca de 300 funcionários presentes à assembleia do Sintufrj, realizada em 23/7, deliberou pela não entrada na greve nacional da Fasubra desde o dia 25/7. Ficaram acertados: rodadas de reuniões nas Unidades entre os dias 24 e 31 de julho e um ato no dia 26/7 na reunião do Consuni. A próxima Assembleia Geral está prevista para o dia 1º de agosto, às 10h, para discutir a possível greve, a pauta interna de reivindicações e a representação para a plenária nacional dos SPF que se realizará nos dias 4 e 5 de agosto.



Resenha

Materia do jornal Correio Popular de 20 de julho informa que vice-prefeito do campus da Unicamp cometeu falta grave ao participar de licitações públicas para realizar obras dentro da universidade. O vice-prefeito Luiz Carlos de Almeida foi denunciado à Comissão Processante Permanente (CPP) daquela instituição pelo sindicato dos funcionários técnico-administrativos. Luiz é sócio de uma construtora que venceu algumas concorrências para obras na Unicamp. Almeida infringiu três legislações ao participar das licitações: a Lei Federal 8.666, que trata das concorrências públicas, o Estatuto do Servidor Público do Estado de São Paulo e o Estatuto da Unicamp.

Nota divulgada pela página eletrônica da CUT (www.cut.org.br) em 18/7 informa que o Ministério Público Federal deverá pedir a expulsão do Brasil dos diretores do banco inglês HSBC responsáveis pela ordem de espionagem e escuta telefônica clandestina no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB), de Curitiba. Para o procurador Luiz Francisco de Souza, que anunciou essa decisão do MPF, a espionagem "é uma ofensa à democracia brasileira, porque cerceia a liberdade sindical e representa uma interferência na segurança pública interna do país".

A crise na Argentina desvalorizou o real, aumentou a dívida pública em R\$ 6 bilhões e vai respingar no funcionalismo federal. Esse é o assustador início de uma matéria de O Dia, de 22/7. A área técnica do governo prepara um conjunto de medidas que vão mostrar para o mercado financeiro e para o FMI a disposição de arrochar os trabalhadores para cumprir as famigeradas metas. Entre as medidas, estão o corte de cargos comissionados (DAS), congelamento de gratificações que seriam reajustadas até o fim do ano e a redução em 12,5% da Gratificação da Atividade Executiva (GAE). Isso sem falar na discussão do desconto previdenciário dos aposentados.



Eleição Sintufrj

O segundo turno das eleições do Sintufrj - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ - está marcado para os próximos dias 7, 8 e 9 de agosto. No primeiro turno, de um total de 4.973 votos válidos, a chapa 2, intitulada "Tá na Hora da Virada", conseguiu 2.479 (49,84% do total de votos válidos) e a chapa 3, chamada "Um Sindicato Trabalhando pela Base", conquistou 1.539 votos (30,94%). Disponibilizamos, mais uma vez, nesta edição, um espaço para as duas chapas se manifestarem.

As eleições do sindicato dos técnico-administrativos

ganha especial importância no momento em que 80 mil servidores de 24 universidades federais do país aderiram à greve nacional da categoria, desde o dia 25 de julho. Segundo matéria do jornal Folha de S. Paulo (27/7), a intenção é condicionar o reinício das aulas do segundo semestre ao atendimento, por parte do MEC, das reivindicações. Além da reposição salarial de 75,48%, os servidores pedem a aprovação de um plano único de carreiras e salários e a incorporação de um projeto de gratificação aos aposentados.

Vote Chapa 2 no SINTUFRJ Tá na Hora da Virada!

Mais uma vez agradecemos à diretoria da Adufrj-Seção Sindical, este espaço em seu jornal para que as chapas, que concorrem ao segundo turno das eleições do SINTUFRJ, possam se expressar.

Como não foi possível a nenhuma das três chapas alcançarem os 50%+1 dos votos no primeiro turno, a Chapa 2 que obteve 49,84% dos votos, vem solicitar aos sindicalizados no SINTUFRJ a participação de todos no segundo turno das eleições, que se realizará nos dias 7, 8 e 9 de agosto.

A Chapa 2 – Tá na Hora da Virada entende que a luta em Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática e com Qualidade Social está intimamente ligada à defesa da valorização, do respeito e da dignidade dos profissionais que nela trabalham. A política de privatização do ensino e dos serviços que a universidade oferece tem crescido na mesma proporção em que o governo reduz, não somente o orçamento das instituições de ensino superior, mas os salários de seus trabalhadores. Ou seja, constrói a falsa tese de que se deve "vender" o que se produz (e de quem produz) aqui para garantir sua sustentação e desenvolvimento. A forma autoritária de nomeação de dirigentes universitários, sem a legítima representatividade de suas comunidades, é outro instrumento utilizado por este governo para abafar e inviabilizar a voz de descontentamento interno. A transformação da universidade em pequenas ilhas isoladas do "saber" – mantendo a máxima de quem já é "grande" receber sempre mais recursos – só reforça a política de exclusão social em que o país está mergulhado.

Por meio da imprensa ou de outras universidades, tomamos conhecimento do posicionamento da ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das IFES) na SBPC onde colocavam a eminência de não ser iniciado o segundo semestre de 2001 nas universidades brasileiras pela política desenvolvida pelo governo FHC para as universidades. A UFRJ, por

meio de sua administração central, está fora deste debate, e dirige a universidade como se estivesse na lua, ou em outro planeta.

Neste contexto, os segmentos da comunidade universitária, em particular na UFRJ, têm a responsabilidade de defender a Universidade em contraposição a estas noções de mercantilização do saber, empobrecendo o papel da Universidade.

A chapa 2 – Tá na Hora da Virada! – acredita que é também papel das entidades que atuam na organização das demandas profissionais, as iniciativas na luta pela democratização destas instituições, na perspectiva de disseminação do conhecimento e de seus benefícios para toda a sociedade.

O SINTUFRJ tem o prazer de ter em seu quadro de sócios alguns milhares de docentes. Atua e continuará atuando, com a vitória da chapa 2, na garantia de direitos assistenciais e jurídicos, tendo como norte o respeito à representação docente, instituída a partir do ANDES-SN e de sua seção sindical, a Adufrj-SSind. Por outro lado, renovamos o compromisso de seguir na elaboração de políticas que privilegiem o entendimento e a cooperação mútua entre os segmentos; reafirmando a democracia como um princípio unificador das distintas vocações e práticas laborais em benefício do conhecimento, da Universidade e da sociedade que nos mantêm.

A próxima vitória começa nesta eleição

Dez anos pode não ser um tempo muito grande na história de um povo ou, mesmo, de uma categoria. Mas dez anos descendo a ladeira, de tropeço em tropeço, muito blábláblá sobre o sexo dos anjos, uma aventura aqui e uma derrota acolá, pouca ou nenhuma atenção aos problemas do dia-a-dia dos associados pode ser fatal na vida de uma entidade sindical. A carcaça pode até permanecer: as instalações físicas e um amontoado de pessoas sem um projeto comum posando de diretoria do sindicato. Mas vai-se a alma e o sangue da entidade: a confiança e a participação da categoria.

Quem pensou no nosso outrora vitorioso Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro — SINTUFRJ, acertou. Esse é, infelizmente, o cenário atual. Um sindicato com uma diretoria que só parece se preocupar com as questões políticas gerais, não atende bem o associado, tem uma precaríssima oferta de serviços, não organiza a base, não se abre para a categoria e atua como um clube fechado.

O resultado é uma categoria

desmobilizada, desmotivada, sem esperanças, com pouco ou nenhum espaço de participação e intervenção. A triste prova disso é o resultado do primeiro turno das eleições: menos de 40% dos associados com direito a voto compareceram às urnas! E a chapa mais votada teve o apoio de apenas 19% dos associados. POR QUÊ?

Não é necessário, nem justo, responsabilizar apenas A, B ou C. Todos, em cada momento, de um modo ou de outro, contribuíram para essa triste situação: o sindicato já não cumpre o seu papel! Fechou-se em suas contradições internas, anda longe das necessidades mais urgentes e importantes de seus associados. A nossa CHAPA 3 poderia — com justiça! — eximir-se de culpa, lançando toda a responsabilidade nas costas do grupo majoritário que controla a diretoria há quase 10 anos!

Mas não o fazemos, em respeito aos colegas e porque somos parte de todas as lutas dos últimos anos, com seus erros e acertos. Mas repudiamos a baixaria e a pobreza de idéias que marcaram a campanha da chapa dois, do grupo que controla o sindicato, que só contribuiu para afastar os associados das urnas e, portanto, impedir a manifestação da vontade da maioria. Uma maioria que exige o seu sindicato de volta, unido, organizado, mobilizado e voltado para os interesses do associado.

Uma esperança possível à luz dos novos estatutos da entidade: não teremos mais uma diretoria saco-de-gatos, perdida em suas disputas intestinais ou controlada pela maioria que nos conduziu à presente situação.



Periodização

O Novo Calendário: Os primeiros cem dias do fim

Finalmente a UFRJ discute a periodização, e o ex-sub-reitor da atual reitoria e ex-secretário da SESu, Antônio Figueiredo, declara que "A única coisa que a Universidade pede é que as unidades repensem seus conteúdos curriculares, o que, aliás, deveria ser atividade natural e constante". Esse pronunciamento não é, a rigor, surpreendente, pois subordina reformas curriculares aos desejos desta reitoria, o que é coerente com sua prática autoritária.

Na verdade a UFRJ, como uma universidade viva, vem renovando seus cursos, cada um a seu tempo e no seu próprio ritmo, através das unidades de ensino, pesquisa e extensão. Podemos comprovar isso verificando as discussões de mudanças curriculares realizadas na Escola de Serviço Social, Instituto de Economia, Instituto de Química, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia, entre outras Unidades. Assim, vários de seus cursos continuam aprimorando a formação na graduação e da pós-graduação. As reformas curriculares são realizadas na UFRJ muito antes da Resolução 01/99 e sempre reservaram para si o tempo e a seriedade necessários para atender propostas pedagógicas de tal porte.

Enquanto isso, vemos que a pseudo-implantação da Resolução 01/99 mostrou que a academia manteve, de fato, as 15 semanas de aulas, como reconhece oficialmente o Jornal da UFRJ (ano 3, no. 17, julho 2001), porta voz da reitoria, em seu último número. Por exemplo, o diretor da Escola de Comunicação (ECO), Paulo

Vaz, declara: "Mantivemos 15 semanas efetivas de aula porque a tendência não é aumentar a carga horária da disciplina e sim redistribuí-la no tempo". O diretor Adjunto de Graduação do Instituto de Física, Ricardo Barten, afirma: "Ficamos como antes, apenas tivemos mais folga no calendário..." Afinal, nada mudou.

Informa o Jornal da UFRJ: Ao ser questionado sobre qual seria o calendário ideal para o funcionamento do Instituto de Economia, o Diretor é enfático: "Nós estávamos trabalhando com o regime de 15 semanas, ou seja com 60 horas, e funcionava muito bem, sem problemas". O comentário de Paulo Vaz, defensor da Resolução 01/99, é contraditório: Vaz concorda e lembra que, no caso de dez e dez, haveria outra vantagem: Os professores poderiam ter mais tempo para se dedicar às pesquisas. "Valeria a pena em algum momento experimentar. Mais do que uma discussão política sobre o caso, acho que é uma discussão pedagógica", enfatiza. Será que os Colegiados Superiores não discutiram pedagogicamente os efeitos dessa Resolução? Mais uma curiosidade nesse texto nos chama atenção. Sérgio Paula Machado observa: "Curioso é que vimos pessoas com coeficiente de rendimento (C.R.) altíssimos, que nunca foram reprovadas, e costumavam puxar todas as matérias, na segunda metade do período, pedindo para trancar mais de uma matéria. A maioria alegava cansaço físico. É incrível ver rapazes e moças de 19 anos, estressados, com gastrite, queda de cabelos, etc", e complementa a matéria: ...o número de solicitações de

trancamento de disciplinas fora do prazo aumentou aproximadamente 50%. Informa ainda o Jornal da UFRJ sobre o questionamento do professor: Para ele, um período não é suficiente para avaliar se o problema foi desencadeado por causa da extensão do calendário, mas não descarta essa possibilidade.

As entrevistas com alunos são, no mínimo, curiosas: Caroline Rodrigues Boheme, oitavo período da Comunicação diz: "para mim, não mudou nada. Pelo contrário, estudei menos esse semestre. Foi realizada a Semana de Iniciação Científica, na qual houve apresentações de projetos experimentais e, durante esse período, não houve aulas para quem não estivesse envolvido na atividade. Como eu não participei, nem fui à universidade durante 15 dias. Meus amigos? Ninguém falou nada. Acho que a maioria nem tomou conhecimento da mudança.

Outros comentários interessantes divulgados na mesma edição do Jornal da UFRJ:

• "As notas subiram, sim. Eles estavam mais folgados e tiveram mais tempo para estudar. Foi bom." (pg. 10)

• "(...) foram justamente estas interrupções que mais prejudicaram o andamento do ano letivo no instituto: "os cursos estavam numa crescente e de repente, pararam. Ao recomeçar novamente, eles demonstraram para retomar o ritmo. Estas interrupções não são boas. A falta de regularidade foi a maior dificuldade que enfrentamos." (pg. 11)

• O período marcado para começar em

12/fevereiro na verdade só começou em 05/março." (pg. 11)

• "(...) o semestre com cem dias será muito mais prejudicial para os alunos do que para os professores e os funcionários". (pg. 10)

• "É desgastante, principalmente para quem acabou de encarar um vestibular. Fiz provas até janeiro e as aulas começaram em fevereiro. Em julho, teremos apenas duas semanas de recesso." (pg. 10)

Boa parte dos entrevistados confirmam as preocupações presentes nos debates realizados recentemente pelas entidades representativas da comunidade da UFRJ. Os depoimentos colhidos pela Reitoria mostram a flagrante contradição entre os objetivos declarados da Resolução e os resultados obtidos até agora na frustrada tentativa de implantá-la no primeiro período de 2001. A avaliação aprofundada do que foi este período na vida acadêmica da UFRJ é fundamental para a análise das novas Resoluções que substituirão a 01/99, ora encaminhadas pelos Colegiados Superiores CEG e CEPG para discussão pelos Departamentos, Unidades e Conselhos de Centros. Tendo em vista a evidente persistência de elementos tão confusos e contraditórios, é indispensável a intervenção direta e a participação ampla da comunidade acadêmica nesse debate agora institucional.

Diretoria da Adufrj-SSind

Atividades SINDICAI

Ato dos SPF
2/8 - 15h
Largo de São Francisco,
em frente ao IFCS

Reunião do
Setor das IFES
4/8 - 9h
Sede do Andes-SN
Brasília

Plenária
Nacional
dos SPF
5/8 - 9h
Brasília

Reunião do GT
Comunicação e Artes
(GTCA)
4 e 5/8 - 9h - Curitiba

II Encontro do Coletivo do
Jurídico do Andes-SN
10 e 11/8 - 9h - Aracaju
Pauta:
entre vários temas, serão discutidas as
Relações de Trabalho na Administração
Pública; GED/GID - Conceito e
Regulamentação; a Medida Provisória
nº 2.150-40; a Limitação das Decisões da
Justiça do Trabalho à edição do RJU e
Data-base dos servidores Públicos
(ADIn nº 2.061)

A Adufrj-SSind estará representada

Reunião do GT de
Política de Formação Sindical
(GTPFS)
23/8 - 9h
Salão do Golden Park Hotel
Rua do Russel, 374 Glória - Rio de Janeiro
Pauta:
1 - Informes;
2 - Política de Formação Sindical em âmbito regional;
3 - Relações Intersindicais - DNTE/CUT;
4 - Rede de Solidariedade Internacional;
5 - Programação das atividades do GT;
6 - Outros.

Marcha em Defesa da Educação Pública
3/10 - Brasília

Decreto presidencial altera regras para o ensino superior

Estamos disponibilizando neste encarte, o texto do Decreto nº 3860, de 9 de julho de 2001. O documento dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

O Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN produzirá em breve avaliação do decreto. No momento em que foi publicado no D.O, o GTPE nacional estava participando da 53ª Nacional da SBPC, em Salvador e com a participação no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. O GTPE local da Adufrj-SSind também estará estudando o decreto e suas implicações para as universidades públicas.

O decreto presidencial altera também as competências do Ministério da Educação, do Conselho Nacional de Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/Mec).

DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e, tendo em vista o disposto nas Leis nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, nº 9.391, de 24 de novembro de 1995, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DECRETA:

Art. 1º As instituições de ensino superior classificam-se em:

I – públicas, quando criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; e

II – privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, entende-se por cursos superiores os referidos nos incisos I e II do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAPÍTULO II

DAS ENTIDADES MANTENEDORAS

Art. 3º As pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito de natureza civil ou comercial, e, quando constituídas como fundação, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. O estatuto ou contrato social da entidade mantenedora, bem assim suas alterações, serão devidamente registrados pelos órgãos competentes e remetidos ao Ministério da Educação.

Art. 4º A transferência de cursos e instituições de ensino superior de uma para outra entidade mantenedora deverá ser previamente aprovada pelo Ministério da Educação.

Art. 5º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa publicarão, para cada ano civil, suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal, sendo ainda obrigadas a:

I – manter, em livros revestidos de formalidades que assegurem a respectiva exatidão, escrituração completa e regular de todos os dados fiscais na forma da legislação pertinente, bem assim de quaisquer outros

atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

II – conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

§ 1º As entidades de que trata o caput deverão, ainda, quando determinado pelo Ministério da Educação:

I – submeter-se a auditoria; e

II – comprovar:

a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e

b) a não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes;

§ 2º Em caso de encerramento de suas atividades, as instituições de que trata o caput deverão destinar seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente.

Art. 6º As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 7º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I – universidades;

II – centros universitários; e

III – faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores

Art. 8º As universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, atendendo ao que dispõem os artigos 52, 53 e 54 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º As atividades de ensino previstas no caput deverão contemplar, nos termos do

Art. 44 da Lei 9.394, de 1996, programas de mestrado ou de doutorado em funcionamento regular e avaliados positivamente pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º A criação de universidades especializadas, admitidas na forma do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, dar-se-á mediante a comprovação da existência de atividades de ensino e pesquisa, tanto em áreas básicas como nas aplicadas, observado o disposto neste artigo.

§ 3º As universidades somente serão criadas por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

Art. 9º Para os fins do inciso III do art. 52, da Lei n. 9.394, de 1996, entende-se por regime de trabalho docente em tempo integral aquele que obriga a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos vinte horas semanais destinado a estudos, pesquisa, tra-

balhos de extensão, planejamento e avaliação.

Art. 10. As universidades, mediante prévia autorização do Poder Executivo, poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede definida nos atos legais de seu credenciamento, desde que situados na mesma unidade da federação.

§ 1º Para os fins do disposto no art. 52 da Lei nº 9.394, de 1996, os cursos criados na forma deste artigo, organizados ou não em novo campus, integrarão o conjunto da universidade.

§ 2º A autonomia prevista no inciso I do art. 53 da Lei nº 9.394, de 1996, não se estende aos cursos e campus fora de sede das universidades.

§ 3º Os campi fora de sede já criados e em funcionamento na data de publicação deste decreto preservarão suas atuais prerrogativas de autonomia até a conclusão do processo de credenciamento da Universidade, ao qual estarão igualmente sujeitos.

Art. 11. Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

§ 1º Fica estendida aos centros universitários credenciados autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes.

§ 2º Os centros universitários poderão usufruir de outras atribuições da autonomia universitária, além da que se refere o parágrafo anterior, devidamente definidas no ato de seu credenciamento, nos termos do parágrafo 2º do artigo 54, da Lei nº 9.394, de 1996.

§ 3º A autonomia de que trata o parágrafo 2º deverá observar os limites definidos no Plano de Desenvolvimento da Instituição, aprovado quando do seu credenciamento e credenciamento.

§ 4º É vedada aos centros universitários a criação de cursos fora de sua sede indicada nos atos legais de

credenciamento.

§ 5º Os Centros Universitários somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, com qualidade comprovada em avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado.

Art. 13. A criação de cursos superiores em instituições credenciadas como faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores depende de prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 14. Os institutos superiores de educação criados na forma do Decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, deverão definir planos de desenvolvimento institucional.

Parágrafo único. Os institutos de que trata o caput, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico.

Art. 15. Anualmente, antes de cada período letivo, as instituições de ensino superior tornarão públicos seus critérios de seleção de alunos nos termos do Art. 44, inciso II, da Lei nº 9.394, de 1996, e de acordo com as orientações do Conselho Nacional de Educação.

§ 1º Na ocasião do anúncio previsto no caput deste artigo, as instituições de ensino superior também tornarão públicas:

I - a relação nominal dos docentes e sua qualificação, em efetivo exercício;

II - a descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos, tais como laboratórios, computadores, acessos às redes de informação e acervo das bibliotecas;

III - o elenco dos cursos reconhecidos e dos cursos em processo de reconhecimento

IV - os resultados das avaliações do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta dos cursos supe-

riores, realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP; e

V - o valor dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis ao período letivo a que se refere o processo seletivo.

§ 2º O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem assim a publicação de informação inverídica, constituem deficiências para os fins do § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO

Art. 16. Para fins de cumprimento dos arts. 9º e 46 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior.

§ 1º Para assegurar processo nacional de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação manterá cooperação com os sistemas estaduais de educação.

§ 2º Para assegurar o disposto no § 3º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a cooperação e integração prevista com os sistemas de ensino estaduais.

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I – avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II – avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;

b) plano de desenvolvimento institucional;

c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;

d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de infor-

mação;

e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação.

f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;

g) programas e ações de integração social;

h) produção científica, tecnológica e cultural;

i) condições de trabalho e qualificação docente;

j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas;

l) os resultados de avaliações coordenadas pelo MEC;

III – avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

§ 1º A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de funcionamento dos mesmos, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:

I - organização didático-pedagógica;

II - corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

III - adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso;

IV - bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

§ 2º As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Art. 18. A avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de

conhecimento, será realizada pela CAPES, de acordo com critérios e metodologias próprios.

CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

Art. 19. A autorização para funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores, bem assim o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Art. 20. Os pedidos de credenciamento e de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados pelas respectivas entidades mantenedoras, atendendo aos seguintes requisitos de habilitação:

I - cópia dos atos, registrados no órgão oficial competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica de atuação, na forma da legislação pertinente;

II - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

III - prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

V - demonstração de patrimônio para manter instituição ou instituições de educação;

VI - identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um;

VII - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se for o caso;

VIII - estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição de ensino sem prerrogativas de autonomia.

Parágrafo único. O Ministério da Educação definirá, em ato próprio, os requisitos de habilitação aplicáveis às instituições federais de ensino superior nos processos de que

trata o caput.

Art. 21. As universidades, na forma disposta neste decreto, somente serão criadas por novo credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem bom desempenho nas avaliações realizadas pelo INEP, ou, no caso de instituições federais, por lei específica.

Parágrafo único. O credenciamento e o credenciamento das universidades, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 22. O processo de credenciamento de universidades autorizadas ou credenciadas antes da vigência da Lei nº 9.394, de 1996, deverá ocorrer sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 2º do art. 88 da mesma lei.

Art. 23. Os centros universitários, na forma disposta neste decreto, somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria de seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Parágrafo único. O credenciamento e o credenciamento dos Centros Universitários, bem assim a aprovação dos respectivos estatutos e suas alterações, serão efetivados mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 24. O credenciamento das faculdades integradas, faculdades, institutos superiores e escolas superiores se dará mediante ato do Poder Executivo.

Art. 25. O credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de Termo de Compromisso entre a entidade

mantenedora e o Ministério da Educação.

Parágrafo único. Integrarão o Termo de Compromisso de que trata o caput, os seguintes documentos:

I - plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infraestrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação;

II - critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior;

III - descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos fora de sede;

IV - valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o desenvolvimento dos cursos;

V - projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de autoavaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; e

VI - minuta de contrato de prestação de serviços educacionais a ser firmado entre a instituição e seus alunos, visando garantir o atendimento dos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e a regularidade da oferta de ensino superior de qualidade.

Art. 26. A autorização prévia para o funcionamento de cursos superiores em instituições de ensino superior mencionadas no inciso III do art. 7º deste Decreto será formalizada mediante ato do Poder Executivo.

§ 1º O ato de que trata o caput fixará o número de vagas, o municí-

pio e o endereço das instalações para o funcionamento dos cursos autorizados.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo aplica-se, igualmente, aos cursos referidos no art. 10.

Art. 27. A criação de cursos de graduação em medicina, em odontologia e em psicologia, por universidades e demais instituições de ensino superior, deverá ser submetida à manifestação do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º O Conselho Nacional de Saúde deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o caput dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 28. A criação e o reconhecimento de cursos jurídicos em instituições de ensino superior, inclusive em universidades e centros universitários, deverão ser submetidos à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil deverá manifestar-se no prazo máximo de cento e vinte dias, contados da data do recebimento do processo, remetido pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 2º A criação dos cursos de que trata o caput dependerá de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 29. Os atos de autorização prévia de funcionamento de cursos de medicina, psicologia, odontologia e direito ofertados por universidade, em sua sede, não se estendem a cursos oferecidos fora de sua sede.

Art. 30. Os cursos superiores autorizados deverão iniciar suas atividades acadêmicas no prazo máximo de até doze meses, contados da data de publicação do ato legal de sua autorização, findo o qual este será automaticamente revogado.

Art. 31. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores serão formalizados mediante ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de direito, medicina, odontologia e psicologia dependem de deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação homologada pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 32. O reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores ofertados por universidades, em sua sede, nos termos do artigo anterior, serão formalizados mediante atos do Poder Executivo, que fixarão o município e os endereços de funcionamento de suas instalações.

Parágrafo único. Os atos referidos no caput não se estenderão a cursos oferecidos fora da sede da universidade.

Art. 33. A autorização prévia de funcionamento de cursos fora de sede, ofertados por universidades, em conformidade com o disposto no art. 10 deste Decreto, será formalizada mediante ato do Poder Executivo, após deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação homologado pelo Ministro de Estado da Educação, que fixará o município e o endereço de seu funcionamento.

Art. 34. O Ministério da Educação, após a aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os critérios e procedimentos para:

I – o credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior referidas no inciso III do art. 7º;

II – a autorização prévia de funcionamento de cursos superiores em instituições não universitárias;

III – o reconhecimento de cursos superiores, ressalvados os que dependem de deliberação individual da Câmara referida no caput;

IV – a elaboração de regimentos por parte de instituições de ensino superior não universitária.

§ 1º Os critérios e procedimentos referidos no caput deverão levar em consideração, obrigatoriamente, os

resultados da avaliação do Exame Nacional de Cursos e das demais avaliações realizadas pelo INEP.

§ 2º Compete ao Departamento de Políticas do Ensino Superior, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, considerando os resultados das avaliações realizadas pelo INEP:

I – a preparação dos atos necessários à execução dos procedimentos estabelecidos na forma do caput;

II – a instrução dos processos de deliberação obrigatória pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação; e

III – a expedição de notificação ao interessado na hipótese de indeferimento do pleito.

§ 3º Recebida a notificação de que trata o inciso III do parágrafo anterior, o interessado poderá apresentar recurso ao Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, observado o prazo de trinta dias contados da expedição da notificação.

§ 4º Na apreciação do recurso de que trata o parágrafo anterior, o Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação poderá solicitar a manifestação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação sobre a matéria.

§ 5º No caso de decisão final desfavorável nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de autorização prévia de funcionamento de cursos superiores, inclusive os fora de sede em universidades, os interessados só poderão apresentar nova solicitação relativa ao mesmo curso ou instituição após decorrido o prazo de dois anos, a contar da publicação do ato.

Art. 35. Identificadas deficiências ou irregularidades mediante ações de supervisão ou de avaliação e reavaliação de cursos ou instituições de ensino superior, nos termos do art. 46 da Lei 9.394, de 1996, ou o descumprimento do disposto no Termo de Compromisso mencionado no Art. 25, deste decreto, o Poder Executivo determinará, em ato próprio, conforme o caso:

I – a suspensão do reconhecimento de cursos superiores;

II – a desativação de cursos superiores;

III – a suspensão temporária de

prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários;

IV – a intervenção na instituição de ensino superior; e

V – o descredenciamento de instituições de ensino superior.

§ 1º O baixo desempenho em mais de uma avaliação no Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP poderá caracterizar as deficiências de que trata o caput.

§ 2º O ato de intervenção referido no caput especificará sua amplitude, prazo e condições de execução, e será acompanhado de designação de dirigente pro tempore.

Art. 36. O Ministério da Educação, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os procedimentos para:

I – suspensão do reconhecimento de cursos superiores;

II – a desativação de cursos superiores;

III – a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários, observado o disposto no caput do art. 35;

IV – a intervenção em instituição de ensino superior; e

V – o descredenciamento de instituições de ensino superior.

§ 1º Os cursos de graduação que tenham obtido, reiteradamente, desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas INEP, terão seu reconhecimento suspenso mediante ato do Poder Executivo.

§ 2º As instituições de ensino superior de que trata o caput terão prazo de um ano para solicitar novo reconhecimento, sendo vedada a abertura de processo seletivo de ingresso de novos alunos até que o curso obtenha novo reconhecimento.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que a instituição tenha solicitado novo reconhecimento, ou caso o processo de novo reconhecimento identifique a manutenção das deficiências e irregularidades constatadas, o curso será desativado.

§ 4º As instituições de ensino superior credenciadas como centros universitários e universidades e que

possuam desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP, terão suspensas as prerrogativas de autonomia, mediante ato do Poder Executivo.

§ 5º As instituições de que trata o parágrafo 4º serão submetidas, nos termos do art. 34, a imediato processo de credenciamento.

Art. 37. No caso de desativação de cursos superiores e de descredenciamento de instituições, caberá à entidade mantenedora resguardar os direitos dos alunos, dos docentes e do pessoal técnico administrativo.

Parágrafo único. São assegurados aos alunos de cursos desativados ou com o reconhecimento suspenso:

I – a convalidação de estudos até o final do período em que estiverem matriculados para efeito de transferência; e

II – o registro do diploma no caso daqueles que tenham concluído o curso ou estejam matriculados no último período letivo, desde que comprovado o aproveitamento escolar.

Art. 38. Será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

Art. 39. Os processos que, na data de publicação deste Decreto, estiverem protocolizados no Conselho Nacional de Educação serão deliberados pela sua Câmara de Educação Superior e submetidos à homologação do Ministro de Estado da Educação.

Art. 40. Fica delegada ao Ministro de Estado da Educação competência para a prática dos atos referidos no § 1º do art. 8º, nos arts. 10, 13, 21, 23, 24, 26, 31, 32, 33, 35 e 36 deste Decreto.

Art. 41. Ficam revogados os Decretos nº 2.026 de 10 de outubro de 1996 e nº 2.306 de 19 de agosto de 1997.

Brasília, 9 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza



**Diretor do HU
edita outra
portaria sobre
Emergência**

Página 4

**Colegiados
aprovam
calendário 2002
antes da
redefinição da
periodização**

Página 5

**Entrevista com a
professora da
Faculdade de
Educação e
conselheira do
CEG, Íris
Rodrigues**

Página 7

**Calouros da
Escola de
Serviço Social
conhecem
história de lutas
na UFRJ**

Página 8

Bandejão



**Reajuste das bolsas!
Não à cobrança de taxas!
Reabertura da
emergência do HU!**

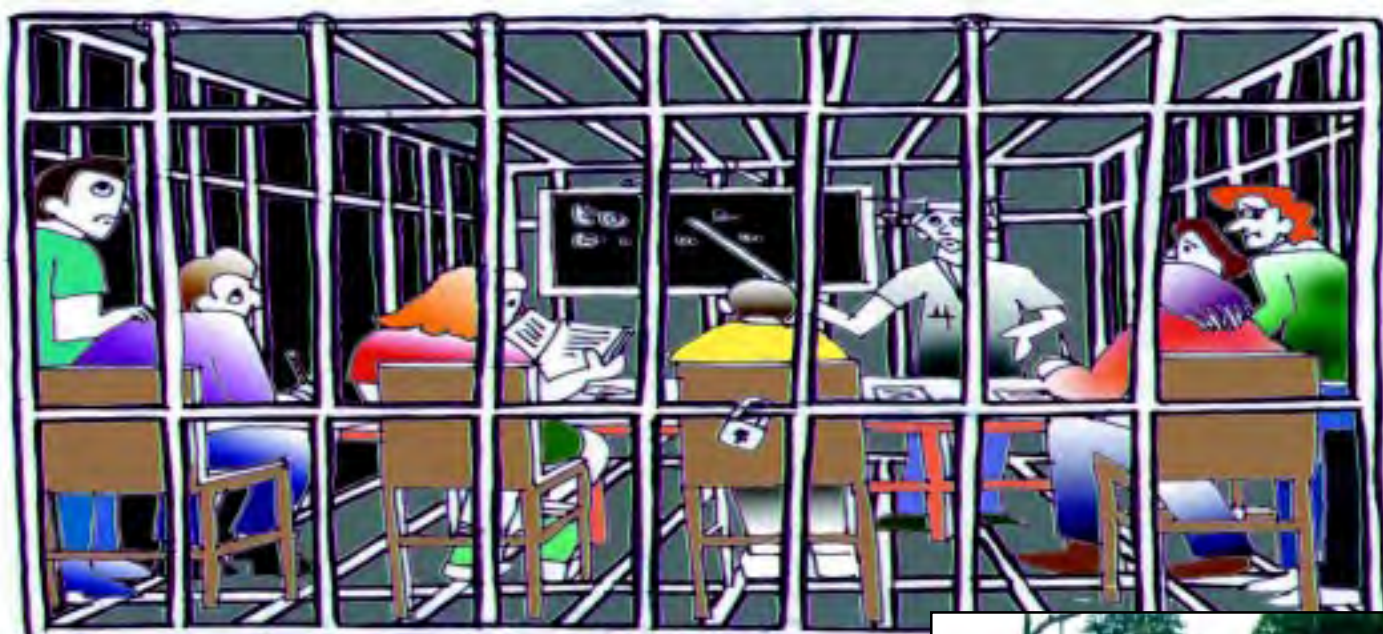
APG
UFRJ

DCE
UFRJ

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 34 • 6 de agosto de 2001



CT/CCMN

Celas/salas de segurança máxima

As obras de cercamento do CT/CCMN que não foram discutidas em nenhum fórum da universidade estão a todo vapor. A Prefeitura Universitária informa que haverá duas entradas e apenas uma saída de veículos desse conjunto gradeado. Uma entrada/saída ficará próxima ao local do atual ponto de ônibus entre os dois Centros. Ainda segundo a Prefeitura, haverá ainda uma entrada para carros de passeio bem próxima daquela ligação com a Linha Vermelha (atrás do bloco I do CT). Dentro do conjunto gradeado, será construída uma via de circulação interna para alcançar os

estacionamentos dos Centros. Como o espaço é reduzido, provavelmente apenas um carro poderá passar por vez nessas vias internas. Não custa muito imaginar os congestionamentos nos horários de maior movimento e nos casos de algum carro enguiçado. As pessoas só vão poder entrar por um ponto (também próximo ao atual ponto de ônibus) sob estrita vigilância e identificação, conforme noticiado em reportagens anteriores. É a UFRJ se fechando cada vez mais para a comunidade e se enclausurando como se fosse um condomínio de luxo da Barra.



Calendário das Eleições da Adufrj-SSind

Inscrição de chapas/listas

Votação

Diretoria

até 13 de agosto 2001

**Conselho de
Representantes**

até 2 de setembro de 2001

12, 13, 14 de setembro de 2001

Posse da nova diretoria da Adufrj-SSind - 15 de outubro de 2001

Errata - No encarte sobre as eleições da Adufrj-SSind publicado em 23 de julho, cometemos um erro no calendário. A inscrição de listas para o Conselho de Representantes pode ser feita até o dia 2 de setembro (não "até 3 de setembro" como apareceu no calendário).



Movimento

Servidores federais protestam em ato no Centro do Rio

Técnico-administrativos param em 30 universidades

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, no Largo de São Francisco, foi palco de um ato dos servidores públicos federais do Rio de Janeiro na última quinta-feira, dia 02/08. Cerca de 70 pessoas entregaram panfletos referentes à sua situação salarial aos trabalhadores que ali estavam. Os sindicalistas discursaram sobre a política econômica e social do governo.

Segundo Marina Barbosa, representante da Aduff-SSind e diretora do Andes-SN, o governo vem tomando uma série de atitudes que prejudicam diretamente esses trabalhadores, como a proposta de corte da Gratificação de Atividade Executiva (GAE), equivalente a uma redução de 160% no vencimento. "Esse ato tem como objetivo divulgar para a população o porquê da paralisação da classe e a real e insustentável conjuntura na qual se encontra o serviço público federal. Queremos um novo serviço público de qualidade." disse Marina.

A não previsão de reajuste salarial na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborada pelo Ministério do Planejamento para o próximo ano foi mais um motivo para os servidores optarem pela greve em todo o país.



FORA FMI E FHC FOI A PALAVRA DE ORDEM DOS SERVIDORES HÁ 7 ANOS SEM REAJUSTE

A representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Isabel Cristina Costa Ferreira, lembrou que no dia 17 de agosto haverá o lançamento da Campanha Unificada das Categorias em Luta para a convocação de uma greve geral com início em 20 de agosto. "O povo deve saber o que está acontecendo, deve conhecer todas as mazelas pelas quais os servidores vêm passando: a falta de reajuste salarial há 7 anos, a criação da alíquota de desconto previdenciário dos aposentados e pensionistas, o fechamento de concursos públicos, entre outros fatos que confirmam a intenção do Executivo em servir apenas ao

Fundo Monetário Internacional (FMI) e não à educação ou à saúde de seu país." criticou.

Sintufrj

O Sintufrj também estava no local. Os técnico-administrativos aderiram à greve nacional dos servidores públicos federais no último dia 1º. A UFRJ é a 30ª universidade pública a paralisar suas atividades administrativas. No dia 8 de agosto, será a vez dos funcionários da previdência, saúde e trabalho pararem. Em todas as falas, as diversas categorias defenderam a continuidade do movimento que, por enquanto, não tem data para acabar.

Agenda Sindical

II Encontro do Coletivo do Jurídico do Andes-SN

10 e 11/8 - 9h

Aracaju

Pauta:

entre vários temas, serão discutidas as Relações de Trabalho na Administração Pública; GED/GID - Conceito e Regulamentação; a Medida Provisória nº 2.150-40; a Limitação das Decisões da Justiça do Trabalho à edição do RJU e Data-base dos servidores Públicos (ADIn nº 2.061)

GT Seguridade Social da Adufrj-SSind

13/8 - 15 horas

.Escola de Serviço Social. O encontro é aberto a todos os interessados

Reunião do GT de Política de Formação Sindical (GTPFS)

23/8 - 9h

Salão do Golden Park Hotel (Endereço: Rua do Russel, 374 Glória - Rio de Janeiro

Pauta:

- 1 - Informes;
- 2 - Política de Formação Sindical em âmbito regional;
- 3 - Relações Intersindicais - DNTE/CUT;
- 4 - Rede de Solidariedade Internacional;
- 5 - Programação das atividades do GT;
- 6 - Outros.

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação

20, 21 e 22/9

Montevideu - Uruguai

Marcha em Defesa da Educação Pública

3/10

Brasília

Fórum Mundial de Educação

24 a 27/10

Porto Alegre - Rio Grande do SUL

Encontro das Seções Sindicais do RJ

15/8 - 14 horas - Rio de Janeiro

sede da Secretaria Regional do Andes-SN, av. Rio Branco, 277, sala 1306

Observação: o Encontro será precedido de palestra e debate sobre Política de C&T com o 1º Tesoureiro do Andes-SN, professor José Domingues de Godoi Filho

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva (afastada)

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



UFRJ

CBPF desmente integração

Instituto não concorda com sugestão de comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia

O diretor interino do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), órgão vinculado ao Ministério da Ciência & Tecnologia, João Carlos Costa dos Anjos, desmentiu as notícias de que a instituição estaria buscando se integrar à UFRJ. Segundo ele, a intenção do CBPF é manter as parcerias atuais com a universidade. Somente isso. “O instituto não teria muito a acrescentar a uma grande universidade como é a UFRJ. Os pesquisadores daqui não vêm com bons olhos essa fusão e certamente o país sairia perdendo”, comentou.

João Carlos, na verdade, manda um recado bem claro a uma comissão instituída no MCT que realizou recentemente um processo de avaliação dos institutos de pesquisa a ele vinculados. Segundo rela-

tório da comissão, o CBPF exerce as atividades de um típico Departamento de Física de uma boa Universidade mas é um instituto independente (ou seja, sugere a integração)

A Associação Nacional de Pesquisadores (ANPesq) já se manifestou a respeito dessa análise: “estreita tipologia institucional imposta sem justificção ex-

“O instituto não teria muito a acrescentar a uma grande universidade como é a UFRJ. Os pesquisadores daqui não vêm com bons olhos essa fusão e certamente o país sairia perdendo”

plícita e sem qualquer discussão com as instituições afetadas”, diz um trecho do documento divulgado no Jornal da Ciência por e-mail do dia 30 de julho. “(...) é impossível não se surpreender com o relatório do CBPF. Trata-se de relatório superficial e evado de parcialidade, cujo teor é muito mais compatível com o objetivo de expressar preferências do que prover assessoramento fundamentado”, diz outro trecho mais adiante.

A ANPesq reafirma o prestígio internacional do CBPF, seus “indicadores de elevada produção científica” e a intensa formação de mestres e doutores. Além disso, destaca a cooperação e apoio a vários grupos de pesquisa nacionais. Para esta associação nacional, a eventual confirmação desta postura da comissão vai tornar o MCT “responsável pelo desmantelamento de alguns núcleos de pesquisa de qualidade, solidamente estabelecidos, especialmente no Rio de Janeiro.”

Anote

Profix

O governo lançou no último dia 30 de julho um programa para tentar evitar que pesquisadores com doutores deixem o país em busca de melhores oportunidades. Batizado de Profix, o programa vai conceder cem bolsas por dois anos e, para os que estiverem desempregados, uma ajuda de custo fixa de R\$ 30 mil para financiar pesquisas pelo mesmo período. Os interessados poderão se inscrever até 12 de setembro. O edital está disponível no endereço www.cnpq.br/servicos/editais/ct/profix110701.htm. O resultado será divulgado até 28 de dezembro e as bolsas terão início em fevereiro de 2002.



Conferências da Coordenação de Programas de Estudos Avançados (COPEA)

A COPEA estará iniciando um novo Ciclo de Debates, agora sobre Desigualdades Sociais. No dia 09/08, será apresentada a palestra “As Múltiplas Formas de Desigualdade”, por Elisa Reis (UFRJ); dia 16/08, “Exclusão e Estabilidade Social no Brasil Colonial”, por Manolo Florentino e João Fragoso (UFRJ); dia 23/08, “Violência e Desigualdade”, por Alba Zaluar (Uerj). Todas as conferências serão realizadas no Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ - Campus da Praia Vermelha - Avenida Pasteur, 250, 2º andar - Salão Pedro Calmon. O horário é às 17h30. Informações com Marília Costa Cruz, pelo telefone 2295-1595 (r.111).



Debate Iser-Rio

No dia 09/08, às 19h, será realizado o debate “Guerra e paz entre os deuses: Religião, sociabilidade e violência”, no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Av. Rio Branco, 277, 17º andar, Cinelândia, Rio). O objetivo da mesa é discutir, a partir de pesquisas realizadas sobre a realidade brasileira, as duas possibilidades do fenômeno religioso: integrar e separar. Os debatedores serão o antropólogo Marcus Alvito (UFF) e a socióloga Maria das Dores C. Machado (UFRJ). Mais informações na Assessoria do Instituto de Estudos da Religião (Iser) que se localiza na Praça Mahatma Gandhi, 2/822, Cinelândia. Telefone 2524-9761.



Resenha

Em entrevista dada à Folha Dirigida (31/07), o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, criticou a reitoria da universidade principalmente por não haver um diálogo entre o reitor José Henrique Vilhena e os demais setores da UFRJ. Na prática, o Conselho Universitário foi fechado, não ocorrendo discussões sobre as reais dificuldades enfrentadas atualmente. “Nós temos aqui uma UFRJ com inúmeros problemas que podem ser vistos a olhos nus, como a manutenção dos prédios ... e outra com projetos mirabolantes que não saem do papel ...”, concluiu Sanglard.

Pesquisa do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou que, em 2001, 50 milhões de brasileiros (29, 3 % da população) vivem com uma renda mensal inferior a R\$ 80, valor insuficiente para a compra de uma cesta básica, de acordo com reportagem do Jornal do Brasil (31/07). Já no Rio de Janeiro, 14, 38% estão nessas condições. Na última década, segundo o coordenador do Comitê Rio da Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, Maurício Andrade, o número de famintos triplicou. Enquanto isso, na semana passada, Bradesco e Itaú divulgaram seus resultados semestrais. O primeiro teve lucro recorde de R\$ 1,042 bilhão e o Itaú se superou: R\$ 1,457 bilhão. Para os banqueiros, não tem crise.

Deu no Informe JB (1/08): “Vai custar caro aos contribuintes fluminenses a dragagem do lamacento Canal do Cunha, que separa a Ilha do Fundão da Favela da Maré, no Rio. Pela obra, o governo do estado pagará R\$ 29 milhões - ou R\$ 19,33 o metro cúbico dragado. No Porto de Sepetiba, ano passado, o mesmo serviço custou um quinto disso.”

Nota do Swann (28/7): “O consórcio formado pelas empresas Método Engenharia e TishmanSpeyer venceu a concorrência da UFRJ para a construção de um prédio, na Avenida Chile, em terreno que pertence à universidade. À instituição, que será proprietária do imóvel, caberão 30 unidades de 460 metros quadrados e 395 vagas de garagens, o que deverá render cerca de R\$ 8 milhões anuais de aluguel.”

Matéria da Folha Dirigida de 31/7 informa que a UNE não gostou nem um pouco da normatização do Pibic (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) feita pelo CNPq com a resolução 007-2001. Agora, a entidade de fomento à pesquisa limitou a idade máxima dos candidatos a bolsas em 24 anos. Para a UNE, o limite de idade é absurdo quando o principal critério deveria ser a qualidade do estudante.

Professor, envie o seu endereço para nosso cadastro de e-mails

Para facilitar a comunicação com nossos leitores, estamos continuando neste jornal uma campanha de cadastramento de endereços eletrônicos. Para quem já estava na nossa lista e mudou de e-mail recentemente, solicitamos que realize o recadastramento. Nesta universida-

de, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importante de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço para:

adufrij@alternex.com.br

Ressaltamos que mesmo os professores não sindicalizados estão convidados a participar desse cadastramento.

Agradecemos desde já a colaboração.



Diretor do HU edita outra portaria sobre Emergência

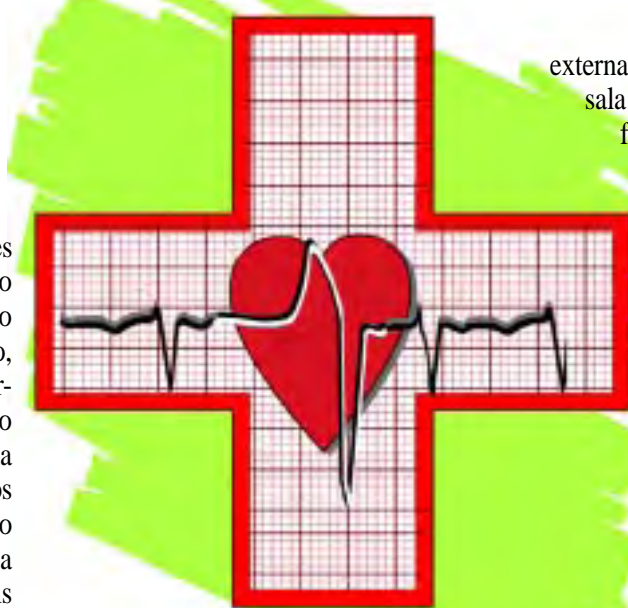
Conselho do hospital vai decidir futuro do serviço. Faculdade de Medicina quer o retorno ao subsolo

As críticas provenientes de vários setores do Centro de Ciências da Saúde fizeram o diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Amâncio Paulino, voltar (um pouco) atrás na questão da Emergência - no dia 17 de junho, uma portaria do diretor renomeou o serviço de Emergência para "Pronto Atendimento" e transferiu os recursos da área para andares superiores do HU, entre outras medidas (ver jornal da Adufrj-SSind nº 33, de 23 de julho). Depois da reclamação geral, Amâncio resolveu convocar o Conselho de Administração do hospital (ver quadro) para o dia 2 de agosto. O Conselho não se reunia há anos. Amâncio pretende solicitar a este colegiado a criação de um calendário de debates para discutir amplamente no CCS qual será o destino deste serviço. De acordo com o diretor, o que o Conselho decidir baseado nos debates será encaminhado. "O Conselho de Administração do HUCFF é a instância deliberativa superior à direção geral", afirma.

Na portaria nº 161, do dia 31 de julho, além de convocar este conselho, Amâncio revoga a renomeação do serviço de Emergência para "Pronto Atendimento". Conforme os estudantes do Centro Acadêmico Carlos Chagas haviam questionado em reunião passada do Conselho de Centro do CCS, o diretor reconheceu que a mudança de nome interferia no Regimento do HUCFF - este somente poderia ser alterado por decisão do recém-convocado Conselho de Administração e com a sua homologação no Consuni. Ainda na mesma portaria nº 161, o diretor mantém as normas provisórias até que a instância deliberativa máxima do hospital se manifeste sobre algum modelo definitivo.

Diretor do HU explica mudança

Em entrevista ao jornal da Adufrj-SSind, o diretor do HU justificou a nova portaria por "um problema de comunicação" ocorrido no CCS. Segundo Amâncio, não ficou claro para o conjunto da comunidade que o novo sistema de Pronto Atendimento é provisório. "Todo mundo passou a julgar as deficiências de agora e pro-



jetar isso tudo para o futuro", comentou. O diretor citou o caso recente do funcionário da EEFD que passou mal e demorou cerca de 25 minutos até ser atendido no nono andar do prédio - e faleceu dois dias depois. Amâncio reconheceu que, se fosse uma situação que requisitasse pressa no atendimento (não era o caso), o paciente viria a falecer. Ao mesmo tempo, o diretor pediu um crédito da comunidade para esse estado provisório. "Nós queremos fazer o melhor. Não existe essa história de que queremos acabar com a Emergência, porque ela não dá lucro. Estamos sempre querendo viabilizar a política assistencial. A família deste funcionário, por exemplo, percebeu que ele foi bem atendido e autorizou a doação dos órgãos", afirmou. Para ele, também não existe nenhum prejuízo acadêmico para os estudantes no espaço que foi criado provisoriamente - as obras na antiga área do subsolo têm previsão de término dentro de um mês e a proposta da direção é instalar ali um centro oftálmico. Ele garante que deseja uma Emergência mais ampla, mas em outro lugar do *campus* do Fundão ou até mesmo na chamada "perna seca" do HU (como é chamada uma parte do prédio que está abandonada). No entanto, da forma como estava, o diretor diz que o serviço gerava problemas para o funcionamento do hospital.

Sobre a proposta da Faculdade de Medicina para a Emergência, aprovada em Congregação do dia 26 de julho, Amâncio diz não ver "grandes problemas", mas discorda da idéia de entrada única que, segundo ele, causaria pressão de demanda

externa no hospital, da construção de uma sala de repouso ("O paciente não pode ficar mais de seis horas na Emergência. Passou disso, leva para a internação no HU") e da manutenção no subsolo ("nos andares superiores, os pacientes da Emergência ficam mais próximos dos serviços de internação").

Estudante comenta nova portaria

A estudante Letícia Rezende, do 6º ano da Faculdade de Medicina e integrante do Centro Acadêmico, considera essencial a idéia dos debates para subsidiar o Conselho de Administração do HU. "Isso deveria ter sido feito desde o início. Mostra que a democracia tem algum valor", disse. Por outro lado, Letícia espera que os debates realmente sirvam para implementar a vontade da maioria. A aluna lembrou que uma comissão de professores estava discutindo a situação da Emergência desde o início do ano (os estudantes até começaram a participar dos trabalhos a partir de abril), mas a portaria de 17 de junho "foi emitida assim mesmo, atropelando a comissão".

Letícia comemorou o recuo da renomeação da Emergência e já adiantou a postura do centro acadêmico nos debates que devem surgir. "A curto prazo, os estudantes aprovam a proposta da Faculdade de Medicina; a longo prazo, queremos que seja construída uma emergência de referência estadual", afirmou. Quando soube pela reportagem da Adufrj-SSind que o diretor do HU também deseja uma Emergência mais ampla, Letícia pediu mais ação. "O ideal seria que isso não ficasse só no discurso. Já poderia ser iniciado um planejamento para viabilizar a captação de verbas", comentou.

Faculdade de Medicina defende proposta

O diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga, também ficou satisfeito com a revitalização do Conselho de Administração do HUCFF (do qual faz parte). "Isso é fundamental. Faz parte da gestão democrática", disse. Almir destacou que

o problema de convocação deste colegiado não é da gestão Amâncio - o diretor do HU disse ter feito todas as convocações previstas em Regimento e o diretor da Medicina confirma, mas nunca houve quórum. Segundo Almir Fraga, o esvaziamento do conselho vem de gestões anteriores do HU que não o convocavam e o hábito acabou prevalecendo. Porém, com esse tema tão polêmico em pauta, existe a expectativa de ambos os diretores que as sessões voltem a se realizar. "Uma porção de assuntos definidos no HU deviam passar por este Conselho, como os convênios, por exemplo", observou.

Sobre a proposta aprovada na Congregação de sua Unidade, Almir argumentou que uma entrada única "não sufocava" o serviço do HU. "Eu e ele já trabalhamos na Emergência e sabemos que não é assim. Com os encaminhamentos corretos, vai funcionar como em qualquer lugar. Às vezes, é uma correria; às vezes, é uma calmaria", disse. Almir também defendeu a fixação da Emergência no subsolo. "Em qualquer lugar do mundo, este serviço é de fácil acesso", disse. Quanto à chamada sala de repouso, Almir concordou em parte com o diretor do HU. "É claro que um paciente não pode ficar mais de seis horas aproximadamente, mas até esse limite de tempo, o paciente precisa ficar num lugar mais confortável em observação", completou. O diretor da Faculdade de Medicina apenas teme que as defesas pela fixação da Emergência no subsolo fiquem prejudicadas pelas obras que já estão terminando. "Será que houve alguma mudança da estrutura física?", questiona, preocupado com a reinstalação da Emergência no local.

Composição do Conselho de Administração

Reitor (ou representante)

Decano do CCS

Representante da FUJB

Diretor da Faculdade de Medicina

Diretor da Escola de Enfermagem

Representante do corpo docente assistencial

**Colegiados**

Colegiados aprovam calendário 2002 antes da redefinição da periodização

Ainda sem o posicionamento das Unidades e Centros, CEG e CEPG definem um calendário com períodos de 10 e 20 semanas

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou na sessão de 1º de agosto um calendário acadêmico para 2002 que foi aprovado pelo Conselho de Ensino de para Graduados na sessão seguinte, dia 3. De acordo com a decisão dos dois conselhos acadêmicos, a UFRJ terá, em 2002, calendários diferenciados para os cursos que optarem por um período com 20 semanas e para os que optarem por períodos com 10 semanas (veja quadro). A decisão dos colegiados pode ser um complicador no processo de redefinição da 01/99, embora, ao final da sessão do CEPG, o sub-reitor Ricardo Gattass tenha garantido, em depoimento ao Jornal da Adufrj, que “se houver alguma mudança na rediscussão da 01/99 que influencie o calendário, este será imediatamente posto em pauta nos colegiados”.

Os conselheiros, tanto do CEG quando do CEPG, presentes às sessões, acabaram por antecipar uma discussão que vem sendo travada nos Departamentos, Unidades e Centros. Para o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, foi uma surpresa o fato de os colegiados votarem um calendário antes da redefinição da periodização. Sanglard esteve presente na sessão do CEPG e pode expor um pouco das preocupações dos movimentos: “Vocês vão definir com todos os detalhes um calendário e, ao mesmo tempo, está havendo uma discussão nas Unidades de todas as premissas para se definir este mesmo calendário, o que foi, inclusive, uma decisão dos próprios colegiados (CEG e CEPG)”.

O presidente da seção sindical cobrou o compromisso dos conselheiros com a rediscussão da 01/99. “Está embutida neste calendário a aprovação dos módulos. Nenhum de nós é inocente. A decisão é política”, disse ressaltando que, na prática, a 01/99 não está sendo cumprida por nenhuma Unidade. “Te-

mos uma legislação que é inviável. Temos que ter muito cuidado com o que decidimos. Afinal, que cursos começaram em 12 de fevereiro? Que cursos começaram 24 de julho? E que cursos vão começar em 25 de fevereiro (de 2002) com os novos currículos?”

Aos questionamentos do presidente da Adufrj-SSind, o sub-reitor afirmou que as Unidades estavam realmente desrespeitando uma decisão do Conselho Universitário em relação à 01/99, mas que os colegiados não estavam “atropelando nada”. O sub-reitor afirmou, ainda, que, naquelas sessões, o que estava em jogo não era a Resolução, mas a definição de “ações administrativas como o vestibular, por exemplo”.

A discussão no CEG

No colegiado de graduação, Ricardo Gattass apresentou a proposta da reitoria divulgada sessões antes. A proposta tinha sido preparada com base na Resolução 01/99. A conselheira Angela Gonçalves perguntou, logo no início da discussão, se a redefinição da 01/99, a partir da proposta da comissão mista, não inviabilizaria qualquer calendário que fosse aprovado naquele momento.

A conselheira e membro da comissão, Lília Pougy, disse que via de forma dissociada as duas discussões: a redefinição da 01/99 e a aprovação do calendário. Opinião bem diferente teve a representante dos estudantes, Danielle São Bento, única conselheira que votou contra o calendário que seguiu para o CEPG. “Votei contra porque sou coerente. Na sessão de 26 de junho, em uma votação apertada (13 a 12), votamos que o calendário seria discutido antes do dia 17 de setembro, mas, na ocasião, votei pela definição do calendário somente após o posicionamento da comunidade”, disse em depoimento ao jornal da Adufrj-SSind. Ao contrário da representante da comissão mista, a estudante acha que a definição do calendário está completamente associada à discussão nas Unidades e Centros sobre a periodização. “não dá para prever o que as Unidades vão propor”, comentou.

A diretora da Divisão de Ensino da SR-1,

Itacy Pereira reforçou que o que estava em debate era a resolução 01/99. Itacy lembrou que, este ano, os 200 dias foram considerados como aula (em função da 01/99), mas lembrou que a comissão mista propõe uma nova orientação sobre o que seria atividade acadêmica: atividade acadêmica entendida como atividades de ensino, pesquisa e extensão. Itacy reconheceu que a maioria das unidades neste primeiro semestre trabalharam com 15 semanas de aula, independente da 01/99.

A professora Ana Lúcia, do CAP, disse que o calendário definirá apenas os atos acadêmicos como inscrição, trancamento, remanejamento de alunos, entre outros. Para a professora, o calendário estava sendo definido com o entendimento da proposta da comissão mista: com 200 dias de atividade de ensino, pesquisa e extensão.

Para o conselheiro e diretor da Escola de Comunicação, Paulo Vaz, existe um consenso sobre o entendimento de que os 200 dias são de atividades de ensino, pesquisa e extensão. “Minha escola tá terminando a reforma curricular e vai optar pelas 15 semanas”, disse. Para ele, os 200 dias de aula efetiva teriam que contar com atividades nos sábados.

A conselheira Ana Borralho (CCS) disse que a Faculdade de Medicina não vai atender à compactação do curso para 10, 15 ou 20 semanas. “trabalhamos com 22 semanas há 4 anos” Lembrou que o calendário da Medicina acaba sendo seguido por todas as Unidades que ‘prestam serviço’ para a Unidade.

Para o conselheiro Paulo Renato (CT), as Unidades não deveriam se prender em uma ‘camisa de força’ de 15 ou 20 semanas. Para o professor, o trânsito de um aluno entre um curso e outro não depende dos cursos começarem ou terminarem na mesma data, mas sim da compatibilidade das disciplinas em seus horários semanais. “Um aluno de Engenharia, para fazer uma disciplina na Biologia, vai depender de sua carga horária semanal. Não pode é haver conflito de horários”.

O conselheiro Antônio Cláudio (CT) acabou apresentado a proposta que foi votada e aprova-

da. O professor lembrou que não tinha havido reforma curricular nas Unidades até aquele momento, e que não daria para aprovar um calendário incompatível com a realidade. “Ainda estamos em caráter excepcional. Não podemos exigir que até 18 ou 25 de fevereiro todos os cursos estejam adequados a essa legislação. Temos que trabalhar com a realidade: temos uma legislação que não está sendo cumprida”. Antônio Cláudio disse, também, que, ao aprovar o calendário, o colegiado estava descumprindo uma resolução aprovada pelos próprios conselheiros. A diretora da DE confirmou que nenhuma das propostas de alteração curricular para a graduação que tinham chegado ao CEG previam disciplinas em módulos.

A discussão no CEPG

No conselho de pós-graduação, o calendário aprovado pelo CEG ganhou uma forma um pouco diferente: a definição de um calendário para dois períodos de 100 dias e outro para quatro módulos com 50 dias a contar do dia 25 de fevereiro, com término em 27 de dezembro, foi substituída por um calendário para períodos com 20 semanas (não especificaram quais seriam as atividades nestas semanas) e outro para períodos com 10 semanas. “Quem optar por dez semanas fica mais apertado em julho, mas não podemos inventar tempo”, argumentou Gattass para defender a proposta.

O conselheiro Nelson Souza e Silva (CCS) sugeriu que na resolução fosse registrado que as Unidades que não pudessem cumprir o calendário aprovado tivessem a possibilidade de enviar justificativas de seus calendários próprios para apreciação dos colegiados. A proposta acabou não sendo votada pelo conselho.

Para o professor Evaristo Biscaia (CT), o calendário aprovado corrige alguns pontos da 01/99. Mas, segundo ele, se a resposta das Unidades e Centros mudar a resolução ou mesmo simplesmente aprovar a proposta da comissão mista, o calendário ficará anacrônico. “Entendi que o calendário seria rediscutido a partir da rediscussão da resolução. Não imaginei o contrário”, comentou surpreso. O professor foi o único voto contrário.

Calendário de Discussão nas Unidades - Periodização Resoluções Conjuntas CEG/CEPG 01/99, XX/2001 e XY/XX

Unidade/Centro	Prazos ou reuniões agendadas
Escola de Engenharia/CT	22/08/01, Quarta-feira - Prazo para reuniões de Departamentos 29/08/01, Quarta-feira, Congregação para deliberar
Escola de Química/CT	15/08/01, Quarta-feira, prazo para reuniões de Departamentos 17/08/01, Sexta-feira, Conselho Departamental 24/08/01, Sexta-feira, Congregação para deliberar
Instituto de Economia/CCJE	06/08/01, Segunda-feira, 14:30 h, Sala 1, Reunião de Professores
Instituto de Matemática/CCMN	06/08/01, Segunda-feira, Congregação para definir calendário

Obs. Informações fornecidas pelas Unidades até 3 de agosto

Os documentos
estão disponíveis no endereço
www.adufrj.org.br

Proposta de calendário para 2002 aprovada no CEG (1/08) e no CEPG (3/08) que será levada ao Conselho Universitário:

Início e término de cada período letivo regular ou bloco:

- Primeiro período letivo, no caso de cursos de 20 semanas: de 25/02 a 17/07.
- Primeiro período letivo, no caso de cursos de 10 semanas: 25/02 a 23/07
- Primeiro período letivo para a Faculdade de Medicina: 28/01 a 5/07
- Segundo período letivo, no caso de cursos de 20 semanas: 1/08 a 20/12
- Segundo período letivo, no caso de cursos de 10 semanas: 29/07 a 27/12
- Segundo período letivo para a Faculdade de Medicina: 22/07 a 20/12


Colegiados

Apenas duas Unidades reformularam seus currículos

Novos currículos da Faculdade de Educação e de Serviço Social são aprovados no CEG

Desde que a UFRJ se deparou com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1997, a reforma curricular dos cursos de graduação na universidade é um assunto que volta e meia é ponto de pauta ou debate no Conselho de Ensino de Graduação (CEG). Com a rediscussão da Resolução CEG/CEPG 01/99 – que trata da nova periodização e define outras condições acadêmicas – o assunto voltou a ser tratado pelos conselheiros. Pela regulamentação da 01/99, ainda vigente, as Unidades teriam que promover, em um prazo máximo de dois anos, uma reforma nos currículos de todos os cursos a fim de se adequar a um calendário único. O calendário, imposto pela nova periodização, determina períodos com vinte semanas de aula ou módulos de 50 dias, num total de 200 dias de atividades de ensino. A prática das Unidades no primeiro semestre deste ano já mostrou a inviabilidade desta periodização, principalmente para os cursos de graduação.

Para 2002, os colegiados já estão, inclusive, encaminhando ao Conselho Universitário uma proposta de calendário que considera os 200 dias de atividades acadêmicas abrangendo estas atividades como ensino, pesquisa e extensão. A mudança de concepção permite estruturar um calendário mais compatível com a realidade das Unidades – mesmo depois da 01/99, todos os cursos continuaram adotando a periodização semestral com 15 semanas de aula em cada um dos períodos.

Na proposta da comissão mista CEG/CEPG, encaminhada para apreciação da comunidade nos Departamentos, Unidades e Centros, a reforma curricular não é mais uma obrigatoriedade para os cursos. Discutindo sobre o calendário acadêmico de 2002 (veja ma-

téria na página 5), os conselheiros de graduação acabaram tocando em um dos pontos frágeis da 01/99. Desde a sua aprovação, apenas duas Unidades encaminharam à Câmara de Currículos suas alterações curriculares para a graduação. A Escola de Serviço Social e o Instituto de Economia apresentaram suas propostas pedagógicas ao plenário do CEG e já tiveram seus projetos aprovados pela Câmara de Currículos. Segundo a presidente da Câmara de Currículos, Angela Gonçalves, tanto a ESS quanto a Economia já vinham debatendo a reforma de currículos, bem antes da 01/99, como uma demanda interna das comunidades envolvidas e de suas expectativas quanto à formação dos profissionais, inserção na sociedade etc. Uma das justificativas das Unidades por não terem feito suas reformas é o fato de estarem aguardando as Diretrizes Curriculares do MEC para a graduação em cada curso. Na página eletrônica do ministério, estão disponíveis propostas encaminhadas por várias instituições de ensino, mas o Conselho Nacional de Educação somente aprovou, recentemente, em abril deste ano, as diretrizes para a formação de professores. Confira no endereço www.mec.gov.br/Sesu/diretriz.shtm#diretrizes.

ECO implementa reforma sem aprovação no CEG

A obrigatoriedade da reforma de currículos gerou um caso peculiar neste processo que é o da Escola de Comunicação. A direção da ECO vem divulgando, através de relatos do professor e diretor da Escola, Paulo Vaz, no colegiado ou ainda, no Jornal da UFRJ (jornal da reitoria), que a reforma curricular já estaria sendo implementada. Os estudantes de Comunicação protestam e seus representantes nos conselhos dizem que a ‘reforma’ foi imposta sem a devida discussão democrática com a comunidade. Apesar das denúncias dos alunos de que os cursos na Comunicação já estão sendo ministra-

dos dentro de uma nova estrutura curricular, o fato é que, diferente da ESS e da Economia, apenas a apresentação da proposta de projeto pedagógico da ECO foi aprovada no CEG. A professora e membro da Câmara de Currículos, Marize Malta, explica que para que uma disciplina nova ou alterada seja registrada na Divisão de Registro do Estudante (DRE) é necessário que a Unidade encaminhe um processo à Divisão de Ensino da SR-1, o que não ocorreu no caso da reforma da Comunicação. Até a última sessão do CEG (1/08), nenhum processo sobre a reforma nesta Unidade havia sido encaminhado à Câmara de Currículos, segundo confirmação da diretora da Divisão de Ensino da SR-1, professora Itacy Mota Pereira.

Para dar visibilidade ao tema, o CEG aprovou a organização de um seminário sobre reforma curricular dos cursos de graduação na UFRJ. De lá para cá, a Comissão de Licenciatura do colegiado, presidida pela professora da Faculdade de Educação Íris Rodrigues centrou esforços na realização de um evento que, ao menos, desse conta da discussão para os currículos das licenciaturas. O esforço gerou o I Congresso Interno de Licenciatura da UFRJ que começa nesta quarta-feira, dia 8 de agosto, às 9h, no Auditório Pedro Calmon, na Praia Vermelha.

Com a realização do Congresso, o assunto ganhou relevância para o colegiado e o sub-reitor Ricardo Gattass transferiu a próxima sessão (prevista para o mesmo dia e horário) para a abertura do Congresso. Com isso, os conselheiros do CEG terão a oportunidade de debater o tema com os convidados (confira a programação na seção Anote, página 3) e com a comunidade.

Em tempo: o CNE aprovou em 3/04 as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. A informação só foi disponibilizada no site do MEC em 3/8.

Unidades receberão Prograd com a mesma distribuição anterior

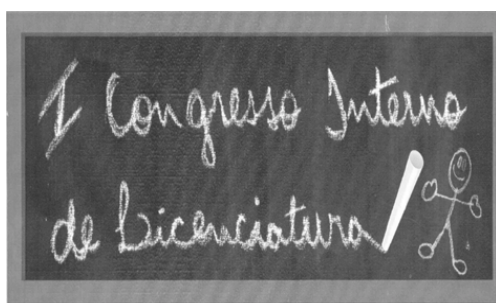
A reboque da reforma curricular sugerida na nova LDB e imposta pela 01/99 (na nova proposta da comissão mista CEG/CEPG as reformas deixam de ser obrigatórias), a reitoria da UFRJ criou o Programa de Apoio à Graduação (Prograd). O programa de financiamento foi um instrumento encontrado pela reitoria Vilhena para distribuir recursos com base em critérios de produtividade, relação docente/aluno e alunos formados/ingressantes e notas no Provão.

O programa foi dividido em duas etapas: um Prograd ‘índice’ (recursos que foram estabelecidos com base nesses critérios para as Unidades); e um Prograd ‘segunda chamada’ ou ‘projetos’ (recursos destinados a contemplar Unidades que tivessem projetos de melhorias de índices acadêmicos, com base nos mesmos critérios produtivistas).

Na última sessão do CEG, o sub-reitor Ricardo Gattass anunciou que, para o segundo semestre, a reitoria irá repassar os mesmos valores do Prograd ‘índice’ repassados no semestre passado para as Unidades. Os conselheiros protestaram, já que existe uma Comissão do Prograd ‘índice’ criada justamente para redefinir os critérios aprovados no início do ano e altamente questionados ao longo deste primeiro período. Várias Unidades e cursos se sentiram prejudicados e a comissão, presidida pela conselheira e diretora da Faculdade de Letras, Edione Trindade, deveria ter apresentado a nova planilha de distribuição.

Os conselheiros solicitaram que o sub-reitor desse um ultimato às duas comissões – Prograd ‘índice’ e Prograd ‘projetos’ (presidida pelo professor Alcino Câmara) – para que até a próxima sessão do conselho apresentassem seus pareceres sobre a distribuição dos recursos.

Anote



Auditório Pedro Calmon - Praia Vermelha

8 de agosto

9h - Sessão de Abertura

10h - Conferência sobre o tema “As Diretrizes Curriculares Nacionais”
Conferencistas: Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos (UFMG) e Pablo Antonio Amadeo Gentili (Uerj)

14h - GT de Licenciatura nas Unidades

9 de agosto

9h - Conferência sobre o tema “Currículo e Formação de Professores”
Conferencistas: Alfredo Veiga Neto (UFRGS) e Antônio Flávio Moreira (UFRJ)

14 - GT nos Centros com discussão e elaboração de documento

10 de agosto

9h - Sessão Plenária para elaboração do documento sobre as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores na UFRJ

13h - Sessão Plenária para aprovação do documento a ser encaminhado ao CEG



Entrevista/Iris Rodrigues

LDB não obriga reformas curriculares na universidade

A professora da Faculdade de Educação e conselheira do CEG, Iris Rodrigues, não entende a angústia que observa sobre “a necessidade de se fazer uma reforma curricular”. Segundo ela, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não determina isso. Nessa entrevista ao Jornal da Adufrj-SSind, Iris fala sobre o assunto e sobre o I Congresso de Licenciatura da UFRJ.



A Lei de Diretrizes e Bases, sancionada em 1997, sugere, mas não obriga, que os cursos reformulem suas orientações curriculares com base nas novas

diretrizes do MEC. Estas diretrizes já estão disponíveis? O que a senhora acha delas?

Nenhuma diretriz, à exceção dos cursos de licenciatura, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação. Tem algumas profissões que sequer têm propostas. Por exemplo: Farmácia, Filosofia, são cursos acadêmicos que sequer têm proposta disponível no site da SESu (Secretaria de Ensino Superior do MEC). Um curso como Engenharia Civil? Será que tem suas diretrizes? Vamos checar lá no site do MEC: então você chega e não tem nada.

Havia um prazo para que estas diretrizes fossem aprovadas? Como isso funciona em relação à LDB?

Teoricamente, a LDB tem dez anos para ser implementada. O que dá, no nosso cálculo, o prazo de dezembro de 2006. Como não se pode implementar nada no início de dezembro, já que as escolas estão saindo de férias, supõe-se que no ano letivo de 2007 todas as escolas e todas as instituições já funcionem com base na nova Legislação.

Mas existem alguns cursos que já têm diretrizes aprovadas...

Sim. Qual era, por exemplo, a nossa dificuldade quando assumimos a presidência da Comissão Permanente de Licenciatura do CEG. O que se mostrou foi a necessidade de se fazer efetivamente uma reforma curricular dentro dos cursos de licenciatura na UFRJ. Precisávamos de uma sinalização oficial. Mas a LDB é genérica, não é uma lei específica. Então, fomos buscar orientação específica. O

que é específico? São as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação, que não existiam naquele momento.

Quando a comissão iniciou o processo de reformulação das licenciaturas?

Em outubro do ano passado. Começamos a recolher o material ou as propostas que havia no CNE. A preocupação era trabalharmos somente com propostas e estas não serem aprovadas. Teríamos que fazer tudo de novo? Esperamos, e, em abril, o CNE aprovou, se não me engano, no dia 23, e já vai à sanção presidencial a regulamentação da LDB no que diz respeito à formação de professores na educação básica.

Por que esse Congresso Interno que, em princípio, seria um seminário para fomentar o debate sobre as reformas curriculares em toda as Unidades, acabou sendo transformado em um evento específico para a licenciatura?

Nós somos um universo e por isso nos chamamos universidade. Somos um universo de conhecimento, mas, apesar da aparente autonomia, temos que respeitar as leis. Nós respeitamos as leis educacionais, a LDB, as diretrizes curriculares. E, se não há diretrizes curriculares para algumas profissões, nós não podemos fazer essas diretrizes serem implementadas, aprovadas etc.

Mesmo com a 01/99, somente duas unidades fizeram suas reformas curriculares. A Faculdade de Economia, a Escola de Serviço Social. Como a senhora vê este processo?

Se pensarmos em currículo a partir de um conceito clássico, currículo é um conjunto de atividades didático-pedagógicas que levam a um determinado fim, a um determinado objetivo. Para se ter um bom currículo é preciso que a comunidade se reúna e se entenda como parte constante deste currículo. Você não pode ter um currículo de formação de professores que seja determinado pela CPL (Comissão Permanente de Licenciatura). Eu não sei o que significa formar um professor para uma determinada área. Nunca na minha vida eu iria impor a alguém um conceito em que apenas eu tivesse trabalhado nele. Um currículo tem que ser pensado como um projeto político dentro das comunidades. Primeiro as pessoas têm que pensar internamente e depois apresentá-las para o conjunto da universidade. Conheço algumas Unidades que estão discutindo currículo a sério e estas propostas deverão estar prontas tão logo exista um prazo para isso. O IFCS está discutindo, o departamento de História, a Filosofia estão discutindo a adequação do currículo em reuniões internas, na Educação também, assim como no Serviço Social.

“Um currículo tem que ser pensado como um projeto político dentro das comunidades”

Quem desencadeou esta discussão nos colegiados, na visão da professora? Foi a LDB ou a Resolução 01/99?

O conhecimento é um organismo vivo, não pode ser cristalizado por muito tempo. A LDB não determina que os cursos superiores façam reformas em suas disciplinas e conteúdos, mas desde 1988 isto vem acontecendo em várias áreas.

Nestas discussões, considerando o novo entorno sócio-econômico político e as novas legislações, as Unidades podem chegar a conclusão que não têm que fazer reforma nenhuma. Outras podem chegar à conclusão que precisam de apenas uma reforma superficial e outras de que precisam de uma reforma substantiva. Isso tem que partir das comunidades, não pode ser imposto por ninguém, nem por reitor, nem por decano, nem por ministro da Educação.

Quais são os pontos que deverão ser discutidos no Congresso de Licenciatura?

O que gostaria que fosse definido e clarificado é que tipo de profissional da educação a UFRJ pretende formar. Desde sua fundação, a universidade trabalha com a formação de professores. Não é possível que joguemos todo esse trabalho fora, em nome de um modismo chamado Instituto Superior de Educação. E isso, em nome de um aligeiramento da formação. Defendo a democracia e se a comunidade achar por bem esta proposta eu vou seguir, mas pergunto: nós queremos um professor formado em seis meses ou em um ano? É nosso objetivo criar condições, utilizando o dinheiro público, para que uma pessoa saia da universidade legalmente instituída como professor mas sem uma formação de peso? É de nosso interesse atender um mercado que, na minha concepção, é extremamente virtual? Este mercado não existe. É uma piada. Uma piada que nos amedronta. Quando estamos batalhando por um vestibular que seja mais coerente, mais racional, sempre aparecem os questionamentos: ‘mas e o mercado de trabalho? A universidade tem que abrir suas portas mais para atender o mercado de trabalho’. A premissa está errada. A universidade tem que abrir suas portas para que mais pessoas a deixem qualificadas.

De que forma essa discussão sobre reforma curricular pode contribuir para alguma alteração desse quadro de saída dos profissionais, hoje voltados para este mercado ‘virtual’?

Tem muita gente que não gosta disso que eu digo, mas não adianta nada o governo investir no ensino médio e fundamental sem

investir no ensino superior. Você investe lá no ensino médio, o aluno sai com habilidades e competências, com transdisciplinaridades e multidisciplinaridades, e chega na universidade e vai aprender a fazer conta? Educação não é algo pontual, não é mercado nem moeda de troca política, precisa deixar de ser moeda de troca política.

No seu entendimento, hoje, que Unidades deveriam promover uma reforma curricular mais substancial?

Não sei. Educação com certeza. Posso falar, porque é a minha área. Não vou achar que a Economia deva fazer, porque é a comunidade que deve chegar a essa conclusão. Nós, da Faculdade de Educação, chegamos a esta conclusão e estamos realizando nossas reuniões.

É possível se dimensionar um tempo para que um curso reformule sua estrutura curricular? Dá para estimar um período para este tipo de debate?

Não. Cada comunidade tem o seu tempo de discussão e de implementação.

Quais são os procedimentos institucionais para que um curso promova uma reforma curricular?

A Unidade debate com a comunidade, elabora um projeto que tem que ser aprovado em cada Departamento. Depois um projeto final é feito com as contribuições dos Departamentos e vai para a Congregação aprovar, fazer modificações ou rejeitar. Se aprovado na Congregação, é examinado pela Câmara de Currículos, cujo parecer, caso favorável, tem que ser aprovado pelo Colegiado (segundo informação da professora Marize Malta, membro da Câmara de Currículos, o projeto pode ser aprovado na própria Câmara, sem necessidade de referendo em plenário do colegiado). Só depois, as disciplinas aprovadas seguem para a Divisão de Registro de Estudante, para serem registradas. As disciplinas devem conter todas as ementas, carga horária, entre outros requisitos.

Na resolução 01/99, os cursos são obrigados a reformular seus currículos. Pela nova proposta da comissão mista que está sendo analisada pelas Unidades, não existe mais esta obrigatoriedade. O que acha, fica melhor assim?

Acho muito engraçado quando as pessoas colocam a necessidade de se fazer uma reforma. Mas, como falei, o conhecimento é um organismo vivo e está constantemente se modificando e, constantemente, estamos recebendo propostas para inclusão e exclusão de disciplinas. Isto já é reforma curricular.



Movimento

Calouros conhecem história de lutas na UFRJ

Presidente do Andes-SN e conselheiro do CEG falam aos novos estudantes da Escola de Serviço Social

A semana de recepção dos calouros da Escola de Serviço Social teve um primeiro debate bastante enriquecedor na noite do último dia 30 de julho. O presidente do Andes-SN e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, e o conselheiro do CEG e professor da Escola de Engenharia, Antônio Cláudio, marcaram presença no auditório daquela Unidade e esclareceram cerca de 50 novos alunos sobre a defesa pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

O presidente do Sindicato Nacional foi o primeiro a falar. Ao retomar a constituição histórica da Universidade, lembrou sua função social de produtora de conhecimento e de expressão do pensamento livre e destacou a história de lutas na UFRJ. E exemplificou o que dizia quando citou que a instituição realizou as primeiras eleições diretas para reitor em pleno regime militar. Para Roberto Leher, essa foi a base da autonomia uni-



DA ESQ. PARA A DIR.: O PRESIDENTE DO ANDES-SN, ROBERTO LEHER; A VICE-DIRETORA DA ESS, NOBUKO KAMEYAMA; E O CONSELHEIRO DO CEG, ANTÔNIO CLÁUDIO

versitária consagrada no artigo 207 da Constituição Federal de 1988. “Autonomia pela qual toda a comunidade universitária deve lutar para manter”.

O presidente do Andes-SN citou a intervenção de Vilhena na maior universidade federal do país, desde 1998, como um empecilho a esse objetivo. “E isso não foi fortuito. A UFRJ é uma referência dentro do sistema federal de ensino. Trata-se de um ataque orquestrado para tentar minar o artigo 207”,

comentou. O presidente criticou aqueles que apoiaram o atual reitor usando uma expressão do sociólogo Florestan Fernandes: “A universidade tem uma inteligência contra-revolucionária”. Para Roberto, apesar desta frase ter sido dita para classificar os professores que entregaram os colegas durante o AI-5, ela serve até hoje, pois “os conservadores permanecem”.

Roberto atacou particularmente a nova periodização da universidade. Segundo

ele, esse modelo de aprendizado induz o estudante a entrar, receber muito conhecimento de uma vez e a sair rapidamente da instituição. “Ao contrário da essência da universidade, que é justamente vivenciar com intensidade esse período de aprendizado”, observou.

A vez do conselheiro do CEG

Segundo Antônio Cláudio, muitas das mazelas pelas quais a UFRJ passa hoje têm origem na culpa da própria comunidade universitária. O conselheiro do CEG lembrou que, alguns anos antes da entrada de Vilhena na reitoria, houve espaço para discussão de uma estatuinte. A intenção era remodelar o estatuto, vigente desde 1970. As divergências encontradas dentro da própria comunidade impediram que os trabalhos fossem levados adiante. Resultado: “quando ele entrou, encarou um conjunto de leis ambíguas. Quando interessa, pratica uma lei. Quando não interessa, pratica outra”, disse.

Ao tecer elogios à iniciativa da ESS pela realização de debates como este, o professor desejou que os calouros “tenham aqui espaço para o seu desenvolvimento”.

Presidente do Andes-SN elogia mobilização dos funcionários



Antes de dar a palestra aos calouros da Escola de Serviço Social, o presidente do Andes-SN atendeu a reportagem da Adufrj-SSind para falar da mobilização dos servidores públicos federais, da situação dos concursos públicos para as universidades e do recente decreto governamental que altera as regras do ensino superior (publicado como encarte no boletim nº 34 da Adufrj-SSind, de 30 de julho).

Segundo Roberto Leher, o termômetro da mobilização dos SPF seria a Plenária, prevista para ocorrer no último domingo (5/8). Ainda sem saber o resultado da reu-

nião nacional dos SPF, o presidente do Andes-SN destacou o importante movimento grevista dos funcionários técnico-administrativos. Vinte e seis universidades estão paradas desde o dia 25 de julho. “A adesão inicial foi bastante significativa, ainda mais num contexto difícil de conjuntura e de recesso letivo”, comentou. Roberto destacou que a expectativa para a mobilização dos SPF é crescente, uma vez que o governo não acenou com qualquer reajuste para os servidores para 2002 e o próprio Supremo Tribunal Federal reconhece que FHC infringiu a Constituição. “A Marcha contra a corrupção e contra o apagão, em Brasília (realizada em 27 de junho), chegou a surpreender os organizadores pelo seu número”, acrescentou.

Concursos Públicos

De acordo com Roberto Leher, houve uma reunião do Andes-SN com a Andifes no dia 19 de julho. O representante da Andifes era o reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Mozart Neves Ramos. Nessa reunião, o reitor afirmou que a SESu teria prometido algum ato oficial em relação às contratações de professores por concurso público para a semana de 22 a 28 de julho. O que não ocorreu. “Enquanto não sai nenhuma medida, é apenas intenção (do governo)”, disse o presidente do Sindicato Nacional.

Decreto presidencial

Sobre o decreto presidencial nº 3860 de 9 de julho de 2001, Roberto adiantou

apenas uma preocupação quanto à parte que regulamenta o credenciamento/descredenciamento de instituições de ensino superior. O Andes-SN ainda está analisando o documento do governo. Para ele, deve-se ficar atento que o credenciamento e o descredenciamento das instituições federais de ensino superior não estão no decreto e foram ‘jogados’ para futuro ato do Ministério da Educação. Para o presidente do Andes-SN, o fato é que as IFES não poderão ter os mesmos critérios (presente no decreto) usados para as particulares. “No caso das IFES, o MEC é avaliador e mantenedor. É uma situação delicada, que, no caos de uma má avaliação, poderia levar à intervenção federal na universidade”, observou.

Ricardo E. Musafir/Prof. Adjunto da Escola de Engenharia e da COPPE/UFRJ

Sobre o calendário da UFRJ

Nas discussões sobre a “periodização”, como é chamada a reforma do calendário acadêmico da UFRJ, temos ouvido (ou lido, nos relatos dessas discussões) sucessivas declarações de conselheiros do CEG e do CEPG enfatizando a importância da UFRJ ter um calendário único. Pessoalmente, não consigo ver em que isso é, de fato, relevante e temo que se esteja privilegiando apenas um aspecto burocrático (a uniformização), que termina sendo posto à frente da discussão sobre a real necessidade de um “calendário único” para a UFRJ.

O número de calendários oficialmente ativos até o ano passado não era muito grande - havia pelo menos 3: o “geral”, que a maior parte das unidades seguia, o da COPPE e o da Medicina - e permitia que alguns cursos fossem estruturados de forma distinta dos demais, segundo as suas conveniências e particularidades. A existência desses calendários, entretanto, não criava empecilhos a que alunos de uma unidade cursassem disciplinas em outras, sendo fato corriqueiro alunos da Escola de Engenharia cursarem disciplinas da COPPE e alunos da COPPE cursarem disciplinas da COPPEAD ou dos Institutos de Matemática, Filosofia e Economia, para citar alguns exemplos. Curiosamente, o maior benefício apontado com a implantação do calendário único é justamente o fato de se criar maior facilidade para que alunos de uma dada unidade possam cursar disciplinas em outra. A questão é que o que foi feito em nome desse aumento de facilidade - que não parecia ser uma reivindicação da comunidade universitária que, aliás, convivia muito bem com a diversidade (afinal, ninguém pensa em cursar disciplinas em outra unidade sem informar-se sobre horários e prazos) -



gerou conseqüências, a meu ver, bastante negativas para o ensino na UFRJ: para permitir que as unidades pudessem escolher entre disciplinas semestrais (opção, por exemplo, da Escola de Engenharia) ou mais curtas (como escolhido pela COPPE), os semestres foram divididos em blocos de 10 semanas. Identifico nesses blocos, três problemas sérios:

1) para que os alunos possam, de fato, assimilar o que aprenderam, é necessário um tempo mínimo de contato com a matéria que, a meu ver, as 10 semanas não possibilitam. A minha experiência na COPPE, onde a duração dos períodos mudou, a partir do ano passado, de 13 semanas (12 semanas de aulas mais uma para exames) para 10 semanas é que, com a redução do tempo que os alunos têm para “digerir” o que é apresentado, o aproveitamento é menor. Tem-se a impressão que, quando os alunos começam a compreender a matéria, o curso acaba. Isso acontece apesar do fato de que a carga horária total permanece praticamente inalterada (as aulas aumentaram enquanto o período diminuiu, mantendo-se o número de créditos; só esquecerem de avisar aos alunos que eles deveriam aumentar sua eficiência de aprendizado) e, acredito,

aconteceria também na graduação.

2) A curta duração do período impõe sérios limites às formas de proceder à avaliação: dificulta a aplicação de mais de uma prova no mesmo período e, no caso da avaliação por meio de trabalhos, tão comum nos cursos de pós-graduação, o problema é mais sério ainda, pois o docente tem de conseguir ensinar o necessário para que os alunos possam desenvolver o trabalho e deixar ainda tempo suficiente para, que no fim das 10 semanas, a tarefa esteja concluída. Parece fácil, não? A solução natural é invadir o próximo bloco. Na graduação, esta questão é mais grave: como as turmas são maiores, há frequentemente a necessidade de provas de 2ª chamada (que eram facilmente acomodadas no calendário antigo). No exíguo espaço de 10 semanas, a aplicação de mais essas provas é praticamente impossível.

3) Os intervalos entre os blocos são extremamente curtos. Isso (que foi copiado do calendário da COPPE) era viável na pós-graduação, onde as turmas são, em geral, pequenas e a figura do pré-requisito é muito menos importante que na graduação. Para os cursos de graduação (como toda a UFRJ está descobrindo), não vai haver tempo hábil

para processar as inscrições.

É interessante notar que a proposta original da “periodização” era implantar um calendário semelhante ao da COPPE - 3 períodos - em toda a UFRJ. Entendo que isso também seria inviável, porque devido às diferenças entre os cursos de graduação e pós-graduação já apontadas - principalmente a questão do tamanho das turmas, necessidade de provas de segunda chamada e de mais tempo para processar as inscrições - pede blocos de maior duração, bem como um espaço entre os períodos de, no mínimo, duas semanas. Acontece que um calendário que contemplasse esses aspectos e tivesse mais de dois blocos ficaria extremamente longo.

Tínhamos, até pouco tempo atrás, um sistema que funcionava bem e do qual não havia, que eu saiba, queixas. Esse sistema permitia a convivência harmoniosa de uns poucos calendários distintos. Curiosamente, a tentativa de implantação de um calendário único gerou, de fato, um grande aumento no número de calendários existentes, já que cada Unidade resolveu adaptar o calendário oficial da forma que lhe pareceu mais adequada. Em alguns casos, cursos dentro da mesma Unidade adotaram calendários diferentes. Embora eu não tenha nenhuma objeção a que o sistema antigo seja modificado ou aperfeiçoado, creio que a experiência desse ano na UFRJ (na COPPE, a experiência começou em 2000) é suficiente para mostrar que, a menos que novas propostas enfatizem benefícios reais para o ensino, é melhor voltar ao sistema antigo que, sabemos, funcionava. Afinal, os calendários foram feitos para atender às especificidades dos cursos, o que vinham fazendo muito bem. No momento, tem-se a impressão de que o novo calendário não atende a ninguém.

Arthur Arruda Leal Ferreira/Professor Adjunto do Instituto de Psicologia

Universidade Carandiru II

Ou vaidades e intrigas palacianas

Antes de desenvolver toda a argumentação deste artigo, devo reforçar que todas as idéias aqui expressas são de minha autoria e responsabilidade, não sendo necessariamente endossadas pelos meus pares no Instituto de Psicologia e do Departamento de Psicologia Geral e Experimental. Em fevereiro deste ano escrevi um artigo para este jornal intitulado "Condenações sumárias e vagas para substitutos", artigo de alcance modesto, que visava discutir menos os aspectos técnicos com que o CEG tomava as suas decisões do que as apreciações negativas e fáceis com que alguns de seus conselheiros se referiam ao Instituto de Psicologia. Este artigo infelizmente provocou uma resposta corporativa de alguns membros do CEG, que injustamente se intitulou como uma continuação do meu artigo. Esta resposta, enquanto uma coleção de redundâncias, ironias, lugares-comuns e psicologismos somente representou uma demonstração prática do que estava tentando demonstrar de modo mais conceitual: as condenações fáceis e apressadas que percorrem sem o menor cuidado o tecido social da UFRJ. Esta resposta teve a importância de, como um bacilo, produzir anticorpos contra este espírito, conduzindo a um exame mais minucioso da situação a que me referia no primeiro artigo. Para evitar a tréplica e buscar uma boa referência e companhia, tentarei mostrar como outros setores que administram a nossa vida universitária e que buscam se distinguir da reitoria acabam por operar num sentido muito próximo dela tal como descrito no interessante artigo do Professor Paternostro intitulado "A Universidade Carandiru" (Jornal da Adufrj, 12/03/2001). E isto com direito a uma pitada novelesca e rocambolesca de vaidades e intrigas palacianas, ocorridas em torno deste pavilhão menor de nosso Carandiru que é a Psicologia.

Para tentarmos configurar especialmente o problema, visualizemos o Instituto de Psicologia nos fundos da Praia Vermelha. O Pavilhão 9 não caberia no seu interior. Nem talvez a solitária do Carandiru. Ele possui sete salas para graduação, todas com capacidade inferior a sessenta alunos, quando o curso de Psicologia tem em média oitenta alunos ao menos, em cada um de seus dez períodos. Para evitar este óbvio problema de superlotação sempre contávamos com o gentil auxílio do Serviço Social. Mas a situação

chegou ao seu ápice na virada do primeiro para o segundo semestre do ano passado. Esta passagem de semestre, não é difícil lembrar, foi bastante tumultuada, uma vez que espremida num prazo de uma semana, devido a greve. Em função deste problema óbvio de espaço e outros a ele

relacionados (é a única unidade que fecha em qualquer paralisação), os professores deste Instituto marcaram uma audiência com o atual reitor da universidade. Como era sabida a distinção entre administração e normatização, os professores deste Instituto dirigiram-se à reitoria e não ao CEG, apesar de terem o cuidado de comunicar a este conselho nossa penúria espacial. Nesta entrevista com o nosso administrador maior começaram os nossos reais problemas:

1) pela divisão de turmas sugerida pelo reitor sem que houvesse um número de professores suficientes para tal (uma semana era um prazo exíguo demais para que os professores ligados a cargos administrativos e pós-graduação, ou afastados para aperfeiçoamento ou por problema de saúde resolvessem a sua vida num passe de mágica);

2) pelas soluções espaciais oferecidas pelo atual reitor e que não foram cumpridas pelas outras unidades da Praia Vermelha (com exceção da Escola de Serviço Social);

3) pelas sugestões pensadas nesta reunião e jamais acordadas com a reitoria (no caso, o pedido de substitutos para resolver o déficit de professores mediante a divisão de turmas).

O terceiro aspecto, apenas por ter sido proferido no espaço obscuro e fechado da reitoria, soou a certos ouvidos ávidos de intrigas como um acordo palaciano, que gerou ao longo do processo uma série de ruídos e de heróis improvisados aptos a tripudiar e fazer bravata com o cadáver moral do Instituto de Psicologia. Disso tratarei mais adiante. Resta apenas observar por ora que este produto de uma simples "brincadeira de telefone sem fio", gerou conseqüências muito complicadoras no nosso esforço de



solução dos problemas.

Como no Instituto de Psicologia sabemos da distinção entre administração e normatização, acatamos de bom grado a sugestão de nosso alcaide e encaminhamos através de dois de nossos departamentos, o de Psicometria e o de Psicologia Geral e Experimental, os pedidos

de professor substituto ao CEG, passando pelo respectivo Centro, e não à Reitoria (ambos têm funções diferentes, apesar de administrarem nossas vidas, e às vezes em sentidos bem parecidos). O resultado é que o departamento de Psicometria obteve a oferta de dois substitutos e o de Psicologia Geral e Experimental não, em função da Carga Docente Semanal Média (CDSM). Aqui começam os problemas de princípio e de fundo técnico.

Em primeiro lugar, os problemas de princípio: a resolução CEG 1/96 no seu artigo segundo, item d estipula como critério para o pedido de professor substituto a CDSM superior a 12 horas-aula (não sei se as disciplinas oferecidas na pós-graduação são consideradas). Parece a princípio um critério justo, mas no rigor da sua aplicação automática este critério atropela uma série de sutilezas. De início, são considerados todos os docentes, afastados para aperfeiçoamento ou não. É certo que todo o departamento tem que ter um controle sobre a sua concessão de afastamentos, especialmente no que tange às suas responsabilidades, especialmente na oferta de disciplinas. Há um limite de 20% de margem de afastamento do corpo docente, a partir do qual, o ônus da responsabilidade passa a ser do departamento. Por que isto não é considerado no cálculo da CDSM? Não estaria a universidade agindo de modo esquizofrênico, estimulando o aperfeiçoamento docente, e ao mesmo tempo, impedindo uma das condições materiais para que ele se realize, deixando um mínimo espaço para rearranjo da carga didática nos departamentos?

E mais, na Resolução CEG/CEPG 1/99, no seu artigo quarto, especialmente no pa-

rágrafo 2, há toda uma flexibilização do conceito de disciplina, incluindo as disciplinas de orientação. Por que então estas atividades de orientação (monitoria, monografia, iniciação científica, apoio técnico, mestrado e doutorado) não são consideradas? Ainda que não haja uma reforma curricular nas unidades, por que o princípio da lei não se atualiza nos julgamentos da CDSM? Ainda mais, se nos estabelecemos numa universidade pública em que, graças ao princípio de autonomia, somos nós que a administramos, por que não considerar também no cômputo da CDSM cargos como chefia de departamento, coordenação de cursos e estágio? Aqui estamos perante a mais uma esquizofrenia da UFRJ: perante o cálculo da GED, toda mínima atividade é computável para registrarmos nossas ocupações. Mas para demonstramos o efeito da sobrecarga de trabalho que acumulamos após alguns anos com aposentadorias massivas e ausência de contratações só nos valem de nossas aulas? Não estaria aqui a UFRJ assumindo o seu perfil de Escolão de terceiro grau?

Além destes problemas de princípio, existiram outros de cunho técnico que marcaram o processo. De início no cálculo da CDSM, além dos professores afastados para doutoramento e aposentados, foram considerados cerca de 8 professores do Departamento de Teoria Psicanalítica, cuja criação remete ao ano de 1994 e cuja aprovação em câmara do CEG à data de 14 de maio de 1997. Este departamento, ainda que esteja com o seu processo sob análise do Consuni, já teria que contar com o reconhecimento do CEG que aprovou a sua criação. As contra-argumentações de nosso Departamento neste sentido não foram consideradas. Quanto ao Departamento de Psicometria, este, ao ser contemplado com duas vagas de substitutos foi responsabilizado segundo o parecer do CEG de 18 de outubro de 2000 pelo "atendimento de disciplinas obrigatórias que o departamento deve oferecer a cursos externos ao IP". A solução é aparentemente correta, fora o fato de que é o Departamento de Psicologia Geral e Experimental, e não o de Psicometria, que tem alocado em seu conjunto de disciplinas as que são oferecidas para as outras unidades da UFRJ. Mas como este departamento já havia sido avaliado de forma incorreta em sua CDSM, e quiçá temperado este juízo com a possibilidade de



justiçar um acordo espúrio supostamente feito nos salões da reitoria, a Câmara de Corpo Docente bateu o martelo de modo contrário ao pedido de substitutos.

Contudo, a comédia de erros persistia em seus desdobramentos: os professores do departamento de Psicologia Geral e Experimental não tinham condições de oferecer estas disciplinas, a não ser que alguns professores que já participavam abrissem mão de seus cargos de chefia, coordenação de curso, estágio, disciplinas na pós-graduação e orientações em geral para aumentar ainda mais a sua carga didática. E os alunos de algumas unidades como Serviço Social, Enfermagem, Nutrição e Odontologia continuavam sem aula. Foi neste momento que interveio o Superintendente da SR-1, professor Átila Freire, ameaçando a coordenação do Instituto de Psicologia de alocar um professor substituto das disciplinas de psicologia sob a coordenação de um dos cursos do CCS (no caso a Faculdade de Odontologia), ameaça que acabou sendo cumprida. Mas da forma mais curiosa possível: o concurso de substituto realizado em novembro de 2000 só tinha validade até dezembro do mesmo ano, o que resultou apenas numa complicação ainda maior do problema, que se avolumou e só está sendo resolvido aos poucos neste ano, com uma reformulação cuidadosa e bastante difícil da carga docente do departamento de Psicologia Geral e Experimental, reforçado pela volta de seus afastados para doutoramento.

No calor deste problema, alguns conselheiros do CEG, sem desconfiar da pilha de

equivocos que o processo acumulava, magicamente encontraram a solução para o problema na acusação do bode expiatório do problema, o Instituto de Psicologia. E esta não foi obra de um sujeito oculo num processo mágico, como transcreve o boletim da ADUFRJ de 6 de novembro de 2000:

“O professor Sérgio de Paula Machado da Câmara de Corpo Docente do CEG, comentou ter negado um pedido de substitutos para a Psicologia, pois considera um absurdo um quadro como o do IP, com uma Carga Docente Média Semanal (CDSM) inferior a doze horas, pedir substitutos. Sérgio citou ainda um acordo verbal da Psicologia com o reitor para que não fossem dadas aulas para mais de quarenta alunos (o relato deste acordo foi feito por professores da Psicologia ao conselheiro Alberto Schanaider)”.

Esta citação é importante porque, além de explicitar o pensamento burocrático do Escolão *in natura*, aponta um possível ruído que estaria contido no bojo do processo: um possível acordo com a reitoria que não houve. Deve ser lembrado que nenhuma sala do Instituto de Psicologia comporta mais do que sessenta alunos e as turmas tem ao mínimo oitenta alunos, o que faz com que as antigas soluções à la Carandiru, não sejam mais possíveis, ainda em face da iminente visita de uma comissão de avaliação do MEC, este estranho ministério presidencial que pouco investe em nós e muito nos cobra. Se a solução fosse estipular um teto de quarenta alunos por turma, não es-

taríamos duplicando, mas triplicando o problema de falta de docentes. Este ruído, que certamente deve ter influenciado nos juízos automáticos e objetivos da Câmara de Corpo Docente do CEG, e se encontra também impresso no artigo em que alguns conselheiros escreveram como réplica de defesa da corporação. Certamente esta será a única oportunidade de citar esta resposta:

“A leitura do artigo do Prof. Arthur, colega de Centro, evocou dois processos simultâneos: a vitimização e a desresponsabilização. No primeiro caso, o IP, de um lado, e setores dos colegiados e Reitoria do outro, são concebidos por oposição pura e simples e posturas antagônicas, *embora tentativas de acordo com o reitor tenham sido mencionadas* (sobre o óbvio problema de espaço, que é de competência da reitoria, assim como o de substitutos é de competência do CEG; apesar do fracasso dos órgãos competentes na solução do problema que persiste, a reitoria não partiu para a ofensa pública). No outro, ‘setores dos colegiados superiores’ e ‘alguns conselheiros’, as implicações de cada sujeito são expiadas, num processo mágico” (um psicologismo desnecessário por parte dos autores, uma vez que a ocultação do nome dos sujeitos deve-se à clareza e à transparência com que foram citados no Jornal da ADUFRJ anterior, evitando-se a redundância, mas que agora, por via das dúvidas, são novamente explicitados na primeira citação).

Daí que se conclui que não se trata apenas de uma expiação, mas também de uma

bravata em que o CEG se valeu de um julgamento apressado e eivado de intrigas palacianas sobre uma unidade para se diferenciar da reitoria. Necessidade que se faz imperiosa ainda mais nos dias de hoje em que o próprio reitor torna-se sujeito oculo, magicamente desaparecido e, com ele, o Consuni. Contudo, pode-se perguntar: se o CEG deseja diferenciar-se da reitoria, por que não se coloca à distância da modelo fabril que está sendo importado para avaliação da universidade? Por que, de modo semelhante à atual administração, interpreta o princípio de duzentos dias de atividade acadêmica contido na LDB como duzentos dias de aula? Por que não se distancia de qualquer política que nos transforme num Escolão? Por que, quando o atual administrador sugere três períodos nos duzentos dias de aula, o CEG junto ao CEPG oferece quatro módulos, sofisticando ainda mais o modelo Carandiru (casa de detenção com a eficientíssima razão de cerca de duzentos detentos por funcionário)?

Para concluir, além da recusa de professores temporários (novo nome que precariza ainda mais a relação com os substitutos), o que em si já foi péssimo, pois vários alunos ficaram sem aula, recebemos como dado mais concreto a acusação através de intrigas palacianas e ofensas. Que fosse recusado o substituto, mas houvesse ao mínimo a elegância de ser evitada uma condenação simples, sumária e hostil, tal como as que devem ser consumadas a cada momento na instituição que por ora nos serve de modelo. De resto, estas consequências do modelo Carandiru já haviam sido descritas pelo professor Paternostro: “um ambiente corrompido de relações baseadas na desconfiança mútua e na barganha, enfim, um clima inóspito para o exercício da crítica, da convivência saudável e do pensamento independente”. Se “alguns setores dos órgãos superiores” estão desejosos de psicologização, que adotem ao menos a psicanálise e o imperativo da escuta, ao contrário da psiquiatria do início do século XIX, mais satisfeita na confissão e classificação dos ditos loucos. Se algo puder ser pedido aos conselhos superiores como antídoto ao modelo Carandiru, pede-se mais escuta e menos condenações fáceis. Pode ser mais demorado e menos eficaz, mas produz mais transparência e respeito. E aos professores da UFRJ, peço que repensem com mais cuidado as relações com os nossos representantes dos colegiados superiores que administram o nosso cotidiano. Pois que se a postura dos nossos representantes se dá da forma como este caso pode explicitar, é hora de rever os critérios de representação destes colegiados. Ou, ao menos, os representantes que elegemos.

Assembléia Docente Universidade de Buenos Aires - Conadu Histórica

Declaração dos professores argentinos

Declaração aprovada pela Assembléia Geral dos docentes da Universidade de Buenos Aires em 20 de julho de 2001. Este texto foi encaminhado para apreciação dos professores em unidades da UBA durante a sexta greve geral dos argentinos em protesto pela política de ajuste econômico implementada pelo governo De la Rúa.

Aos docentes, aos estudantes, a todo o povo:

BASTA!

EM DEFESA DA UNIVERSIDADE E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, DOS TRABALHADORES E DESEMPREGADOS, DERROTEMOS O AJUSTE DE CAVALLO E DE LA RUA.

Declaração da Associação dos Docentes da Universidade de Buenos Aires. AGD – Conadu

A universidade, a educação pública e o país estão dominados por um quadro de sucateamento generalizado. Até a língua foi substituída, se considerarmos que se denomina como um “Compromisso por Independência” a um pacto que responde às exigências dos mercados, quer dizer, do monopólio financeiro capitalista que vem lucrando com a miséria da nação e dos milhões de argentinos. Isto é o significado deste sétimo ajuste; na verdade, o enésimo, se nós considerarmos uma série interminável de ajustes que remonta há anos e que nos tem levado a um estado de dissolução nacional e social.

O confisco que agora se volta contra os salários e as aposentadorias, que é cinicamente chamado de “poupança” por De la Rúa e Cavallo, servirá para manter a ilegítima drenagem dos fundos públicos para os bancos e os costumeiros monopólios.

É um gravíssimo e perverso ataque à vida da população em todos os aspectos que, pelo contrário, deveriam contribuir como uma saída efetiva da crise: o trabalho, a educação, a saúde, o salário, as aposentadorias, a

atividade econômica.

A possibilidade da existência destas melhorias certamente não está nos sucessivos ajustes, na insuportável e ilegítima carga da dívida externa e no enorme ganho dos grupos concentradores e parasitários do monopólio capitalista, em especial daqueles que se apoderaram dos serviços públicos e das estatais, saqueadas pela privatização.

Certamente, sobre uma dívida que já tem sido paga em excesso, continuam pagando 15 bilhões de dólares de juros. Mas não é só isso: também destinam 20 bilhões de dólares de subsídios injustificáveis às AFJP (Administradoras de Fundos de Pensão) e aos polvos financeiros que são seus titulares. Em suma, 60% do orçamento público são confiscados em favor do insaciável buraco do capital financeiro.

Ao contrário, os gastos públicos que deveriam atender às funções essenciais do Estado, como educação, saúde, saneamento, desenvolvimento regional e tudo que é realmente útil e necessário, longe de ser excessivo, como proclama a propaganda oficial, são poucos e insuficientes.

Como conseqüência, a educação piora dia a dia, não há medicamentos e insumos sanitários nos hospitais, prolifera a febre aftosa que destruiu a riqueza do gado. Como trabalhadores da universidade, temos os salários congelados por oito anos. Os pactos assinados sobre aumentos, vergonhosamente pequenos, não foram cumpridos e tenta-se, ainda, que suportemos as reduções para “cumprir pontualmente”, como diz sem nenhuma vergonha o governo, com a rapinagem financeira. E o que vale para nós vale para todos os trabalhadores de todo o país.

Os argumentos de Cavallo De la Rúa para justificar este ajuste injustificável são de um cinismo irracional e irresponsável. Falam em nome de fins sociais, de desenvolvimento econômico e de dignidade.

Ao contrário, devem ser considerados justos os métodos de luta direta com fechamento de ruas e principais vias de acesso, assim como indignas da democracia as repressões judiciais e acusações judiciais contra seus protagonistas. Liberdade imediata, então, para Ali,

Castells, Barraza, Ranieri, Gil, Zárate e todos os presos por estarem na luta. Pelo fim dos processos contra os 2.800 trabalhadores perseguidos.

O curso da história deve girar 180 graus.

A sociedade Argentina transformou-se no mundo do infortúnio e, por essa razão, nossa luta será a alavanca essencial do giro de 180 graus que necessitamos.

Não permitamos esse Cavallo de Tróia. Já conseguimos pôr para fora Lopez Murphy; agora é a vez de Cavallo, De la Rúa, Ruckauf e todos os que impulsionam o ajuste que destrói nosso bem-estar e nossa soberania, enviando para o imperialismo e seus cúmplices locais as riquezas que produzimos e nosso poder de decisão.

Não permitamos que avancem mais um passo na destruição de nossa Universidade pública que, caso consumada, significaria um retrocesso na possibilidade de recuperação do povo e da nação, mais do que nunca necessitados de desenvolvimento científico com uma visão séria e crítica da sociedade em que vivemos.

Não por acaso temos que suportar as autoridades universitárias repetirem as artimanhas dos rapinadores, ditadas pelo Banco Mundial, e promover as pseudo-reformas com o único objetivo de nos ajustarmos, ameaçando a existência da universidade pública, acabando até mesmo com o poder destas mesmas autoridades.

Por essa razão estamos certos de que a defesa e a recuperação da universidade pública, sua melhoria acadêmica, somente serão possíveis através do esforço de sua comunidade, defendendo suas melhores tradições, rejeitando energicamente as falsas “modernizações”.

Para isso, necessitamos mais vagas e melhores salários, mais verbas e investimentos, no lugar deste ajuste destinado a assegurar enormes ganhos especulativos e monopolizadores.

Estas aspirações, não as queremos somente para nós, mas como parte de uma recuperação geral do país, que deve incluir todos os setores, com prioridade para aqueles mais atrasados.

Como trabalhadores docentes, aspiramos uma recuperação salarial de todos os trabalhadores, emprego para os desempregados e o aumento da renda dos aposentados e pensionistas.

Por isso, propomos também:

- O cumprimento estrito da jornada de trabalho de oito horas, a fixação de um salário mínimo de 600 pesos por mês; um auxílio-desemprego equivalente a meio salário mínimo, uma aposentadoria mínima de 450 pesos. Dissolução, liquidação e intervenção das AFJP: pela reestatização do sistema previdenciário.

- Repúdio total à dívida externa e revisão da sua legitimidade. Pela nulidade das leis de impunidade e dos indultos aos comandantes da ditadura e pelo julgamento de todos os responsáveis militares e civis destes governos. Pela estatização do sistema de operação bancária sob o controle dos trabalhadores.

Companheiros docentes e cidadãos:

- Estamos em uma hora decisiva. É o final de um ciclo histórico, já que a política de saque que descrevemos não é própria de um governo, mas de um regime como um todo. Desde os governos militares aos governos do PJ e da Alianza.

- Logo após ter quebrado os argentinos, o sistema quebra-se na impotência e no fracasso. Devem ir. O fim deste sistema se tornou, progressivamente, uma reclamação nacional. Precisamos reorganizar, de baixo para cima, a sociedade argentina.

- Convocamos todas as organizações de trabalhadores, desempregados e de piqueteiros para se unir em torno desta causa comum, para estender a luta, as mobilizações e a greve geral, até derrotarmos este plano sinistro que pretendem descarregar sobre nossas cabeças e deliberarmos uma saída política, nossa, não a dos políticos fracassados do atual sistema.

Buenos Aires, julho de 2001

Tradução: Luiz Acosta Acosta
Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 35 • 13 de agosto de 2001

www.adufrj.org.br

Instituto de Ginecologia

■ O descredenciamento pelo SUS do Instituto de Ginecologia no último dia 31 de julho será tema único da sessão extraordinária do Consuni em 16 de agosto. Vilhena pretende transferir os serviços do Instituto para o Hospital Universitário. Os conselheiros vão analisar este processo para não permitir a mesma arbitrariedade que ocorreu na transferência do IDT para o HU.

Indicativo de Greve
Assembléia Geral
15 agosto
quarta
9:00
horas

Pauta
-Indicativo de Greve para 22/8
-Ação Judicial do Plano Verão (26,05%)
-Periodização / Calendário 2002 /
Discussão nas Unidades
-Processo Eleitoral

Auditorio do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Consuni confirma 26,05% dos funcionários

Notícia do corte surgiu no dia 8, mas forte mobilização manteve o pagamento

O Conselho Universitário realizado no dia 9 de agosto se transformou em uma verdadeira "panela de pressão" para o retorno dos 26,05% (referentes ao Plano Verão) ao contracheque dos funcionários técnico-administrativos e dos professores que entraram com a ação pelo Sintufrj. E, pressionado pela comunidade e com seus argumentos facilmente batidos, Vilhena teve que voltar atrás em sua decisão. Vale lembrar que a Adufrj-SSind obteve ordem judicial que impede o corte para os seus sindicalizados (ver boletim nº 31, de 18 de junho de 2001).

Na resolução nº 04/2001, aprovada por unanimidade, o Consuni resolveu determinar à Sub-reitoria de Pessoal que proceda à imediata transferência do cadastramento da ação relativa aos 26,05% do SIAPE para o recém-criado Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais do governo (SICAJ). Essa simples medida, que a reitoria estava se recusando a implementar (alegando existir uma determinação da Procuradoria da UFRJ, órgão atualmente vinculado à Advocacia Geral da União), estaria cortando de forma irresponsável um quarto do salário de 18 mil pessoas. Foi decidido ainda que será constituída uma comissão para, junto ao reitor, acompanhar essa transferência entre os sistemas. Somente o procurador pode cadastrar a ação dos 26,05% no SICAJ.

Procuradoria não pode decidir a suspensão

A notícia que deixou a UFRJ em pânico foi divulgada no último dia 8. O reitor afirmou em nota que a Procuradoria da UFRJ teria determinado a suspensão do pagamento dos 26,05% referentes ao Plano Verão, em vigência desde setembro de 1994. As alegações eram absurdas: os procuradores que assinam um outro documento datado de 6 de agosto deste ano afirmam que só tomaram conhecimento do caso recentemente. A bancada dos funcionários técnico-administrativos informou que a Procuradoria tenta derrubar esse ganho dos trabalhadores há vários anos, tendo perdido em todas as instâncias.

Outra afirmação da Procuradoria é que a Justiça do Trabalho que deu o ganho de causa aos trabalhadores não teria competência para analisar a situação (em 1990, os antigos contratos celetistas viraram estatutários). Os técnico-administrativos



Manuella Soares

A SALA DO CONSUNI FOI PEQUENA PARA A MOBILIZAÇÃO. SERVIDORES AGUARDAM A SESSÃO NO HALL DA REITORIA

também contra-argumentaram que a Procuradoria não tem poder para avaliar esse conflito de competências. Essa tarefa caberia a um juiz.

Os técnico-administrativos fizeram ver aos presentes que os procuradores simplesmente "opinam" pela suspensão em seu parecer; eles não "determinam", como Vilhena grafou em seu comunicado à comunidade. A responsabilidade pelo corte seria do reitor, assim como quase ocorreu com os professores há pouco mais de dois meses.

Mesmo assim, não foram poupadas as críticas contra a Procuradoria da UFRJ. O conselheiro e técnico-administrativo Roberto Gambine observou que o procurador não poderia usar esse artifício para cometer "essa violência da redução dos salários". A também conselheira e funcionária Ana Maria Ribeiro também não perdeu a Procuradoria: "Interessante que seja legalista (a Procuradoria) para algumas coisas e para outras, não. E a questão dos 28% (aumento concedido aos militares e não repassado ao funcionalismo civil, como determina a Constituição)?

O professor Oscar Rosa Mattos (conselheiro pelo CT) considerou que o "procurador está opinando demais. E errado". Neste sentido, lembrou o caso da nomeação dos sub-reitores no qual a Procuradoria disse que a reitoria não deveria apresentar os nomes ao Consuni. Contou ainda a destituição do diretor do Instituto de Doenças do Tórax, respaldada pela Procuradoria. "E agora está opinando de forma irresponsável (pela suspensão dos 26,05%)", observou. "Esse conselho deveria se preocupar sim é com esse procurador".

O presidente da Adufrj-SSind, José

Sanglard, teve oportunidade de se manifestar na sessão do colegiado. E centrou suas críticas na reitoria. "De quem essa administração se sente representante? Da comunidade de professores, funcionários e estudantes ou dos órgãos do governo? A defesa da Universidade é a defesa dos salários de seus trabalhadores", disse.

Ao final da sessão, os funcionários voltaram a se reunir no saguão ao lado da sala do Consuni e classificaram a resolução que confirmava o pagamento dos 26,05% como uma importante vitória. No entanto, ficou o alerta para que a comissão instituída - da qual participam alguns técnico-administrativos - acompanhe de perto a tramitação para garantir efetivamente o depósito do dinheiro nas contas dos trabalhadores.

Em tempo: A Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), em reunião no dia 9/08, decidiu apoiar a resolução do Conselho Universitário em relação ao corte dos 26,05%. Assim como o Consuni, a Congregação daquela Unidade quer a execução imediata da transferência do cadastramento da ação do Sindicato concernente aos 26,05% do Plano Verão do SIAPE para o SICAJ, sem ônus para todos os que estão sob amparo legal. Para a Congregação do Instituto, cabe ao Setor Jurídico da UFRJ o cumprimento do Decreto 2.839/98, as responsabilidades e os procedimentos relacionados à gerência processual da Universidade para dotação de verbas e não julgar mérito ou lavrar sentença de processo que tramita em juízo federal.

CAMPANHA SALARIAL 2001
SERVIDORES FEDERAIS
7 anos sem reajuste

Greve com mobilização ou "esmola"

Página 2

Fim da lista tríplice

Nota da Agência Diap informa que os integrantes da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados aprovaram no dia 8 de agosto o Projeto de Lei nº 2961/00, do deputado Wilson Santos (PMDB-MT), extinguindo as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários. O projeto segue agora para apreciação do Senado Federal.

Concurso para docentes

Na última sessão do CEPG, o sub-reitor Gattass marcou uma sessão conjunta CEG/CEPG para o dia 17. Os colegiados aprovarão formalmente o calendário 2002 e a distribuição das 130 vagas de docentes pela UFRJ com a reabertura de concursos públicos. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou (6/08/01) a portaria nº 163 autorizando a realização dos concursos e a nomeação para as 2000 vagas docentes nas IFES. Gattass, no entanto, chamou a atenção dos conselheiros para uma "brecha" na legislação que pode garantir mais vagas: no caso de um Professor Adjunto conseguir a vaga de Titular na própria instituição, fica autorizado um novo concurso para suprir a vaga liberada.



Movimento

Greve a partir do dia 22 ou "esmola"

Docentes devem optar pela greve e mobilização ou aceitar passivamente a encenação do governo após 7 anos de arrocho?

Os servidores públicos federais vão ter que fazer uma escolha bem clara nos próximos dias de agosto: assistir de forma passiva à encenação do governo ou mobilizar para a greve por reajuste salarial digno. Enquanto pressentia a crescente mobilização dos SPF (os técnico-administrativos de 34 universidades já paralisaram as atividades desde 25 de julho e os funcionários da Previdência pararam no dia 8), o governo liberou para a imprensa o anúncio de um reajuste salarial linear para o funcionalismo. Inicialmente, a intenção do Palácio do Planalto era repor a inflação apenas de 2001. A Plenária dos SPF realizada em 6 de agosto já deliberou a deflagração da greve nacional a partir do próximo dia 22. A luta é por uma reposição de 75,48%, índice calculado pelo Dieese, de janeiro de 1995 a dezembro de 2000!

A posição do Andes-SN

Tendo em vista a intransigência e a falta de palavra (ou proposta) nas últimas negociações com o governo, nada garante que os trabalhadores vão conseguir algo de forma passiva. Em documento aprovado na Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior, no dia 4 de agosto, o Andes-SN ressalta esse e outros problemas cujas consequências podem levar a categoria docente à greve.

De acordo com o "Comunicado do Andes-SN à opinião pública em geral e à comunidade universitária em particular", os ataques à Universidade Pública não podem mais ser tolerados. O texto faz referências ao recente acordo com o FMI (que, por sua vez, vai exigir o maior arrocho da história do país) e destaca, também, a repercussão direta sobre as instituições federais. "A permanente corrida atrás de complementação orçamentária para custear níveis cada vez mais indigentes de funcionamento das instituições; a ausência de concursos regulares para docentes, cujo déficit alcança oito mil vagas; os

salários incompatíveis com a dignidade e a responsabilidade da profissão docente; a degradação acelerada da infra-estrutura, são marcas da política anti-universitária do MEC", diz um trecho.

Mais adiante, o documento critica a política de redução de gratificações que pode ser implementada a qualquer momento (o corte da GAE dos técnico-administrativos é um exemplo), a ruptura da isonomia entre os docentes das carreiras de terceiro grau e do ensino básico e a ausência de paridade entre ativos e aposentados. Cita ainda o famigerado projeto de emprego público (celetização das atividades) que o MEC pretende enviar ao Congresso.

O apoio descarado do MEC ao ensino privado, em detrimento do que é público também mereceu a atenção deste documento do Andes-SN. "Em nítido contraste com o financiamento das Federais, em apenas dois anos foram liberados R\$ 750 milhões do BNDES para as instituições privadas", assinala um trecho. O controle produtivista pelo Provão é, para o Sindicato Nacional, a negação da autonomia universitária e a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão. Ainda segundo o documento, o Conselho Nacional de Educação se tornou um órgão de Estado a serviço de representantes do setor privado com comprovados escândalos de favorecimento a centros universitários.

Apesar disso tudo, as universidades públicas reagiram ao processo de desmonte e ampliaram a oferta de matrículas, mesmo com a redução considerável do quadro docente. O documento mostra, porém, que essa expansão trouxe novos problemas. Fundações privadas foram constituídas nas IFES, "redefinindo-as como instituições de venda de serviços".

E o docente nesta história?

"Este processo insidioso de privatização tem como combustível o arrocho salarial, decorrente de sete anos de congelamento salarial, visto que a gratificação imposta pelo MEC, além de irrisória e antiacadêmica, discrimina aposentados e docentes da carreira do ensino básico das IFES", observa um outro trecho. Para o Andes-SN, a adesão dos

docentes no movimento de greve, por todas as razões apontadas, "é um gesto de luta em defesa do ensino público de alta qualidade, voltado para as necessidades da maioria da sociedade brasileira".

A crise é geral

Se alguém pensa que o quadro não está tão ruim assim e não há como piorar, basta olhar a situação da Argentina. A Plenária dos SPF do dia 5 não esqueceu disso e aprovou uma moção de apoio ao movimento de greve das universidades argentinas. O documento frisa a necessidade de se lutar contra a redução dos salários e dos benefícios da seguridade social dos trabalhadores da Universidade e dos demais servidores. "Compreendemos que a luta encaminhada pelos trabalhadores argentinos é, também, a nossa luta", observa um trecho da moção, acrescentando que a crise é resultante dos acordos com o FMI.

Pauta de Reivindicações do movimento

Além da reposição salarial dos sete anos de congelamento até agora (75,48%), a Plenária dos SPF montou a pauta de reivindicações baseada nos seguintes pontos: contra o emprego público e pela abertura de concursos no Regime Jurídico Único (RJU); incorporação das gratificações; defesa dos direitos sindicais e em defesa dos direitos dos aposentados (contra a Proposta de Emenda Constitucional 370, que pretende fazer o desconto previdenciário dos inativos). Também foi encaminhada uma solicitação à Central Única dos Trabalhadores para convocação de uma greve geral para a primeira quinzena de setembro, entre outros atos (ver calendário).

A posição dos reitores

Em reunião datada de 11 de julho, o Conselho Pleno da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) também já mostrou sinais de impaciência com o governo. De acordo com um manifesto divulgado pela entidade, a Andifes afirma que fez um acordo com o MEC em 1998. Naquela ocasião, as instituições se comprometiam a expandir a oferta de vagas em 10% ao ano em troca da ampliação de verbas de manutenção na mesma

taxa, além de alocar oito mil docentes nas vagas existentes e ampliar o quadro técnico-administrativo. Os reitores garantem que a parte das IFES foi cumprida "com folga", enquanto o governo não só não fez a sua parte, como também editou medidas restritivas à autonomia das instituições. O documento da Andifes se encerra da seguinte forma: "Isto posto, é dever da Andifes alertar as autoridades e a sociedade brasileira que, apesar dos esforços e do compromisso com o desenvolvimento do país demonstrado ao longo dos anos, caso não sejam encontradas soluções urgentes, as Universidades Federais correm o risco real de não iniciarem regularmente o segundo semestre letivo de 2001".

Ameaça do Emprego Público está a caminho

Durante audiência pública na Comissão de Educação da Câmara, o ministro da Educação, Paulo Renato, disse que o anteprojeto que trata do regime de emprego público nas instituições federais de ensino superior, em elaboração no MEC, será encaminhado em breve para apreciação do Congresso Nacional. Vários deputados questionaram o ministro neste aspecto. Segundo informe do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, os deputados Ivan Valente (PT-SP) e Agnelo Queiroz (PC do B-DF) consideram que a nova forma de contratação a ser instituída contribuirá para enfraquecer a universidade pública e de qualidade.

Calendário de aprovado no Setor das Federais do Andes-SN para o mês de agosto:

- 6 a 17 – rodada de Assembléias Gerais
- 15 – Atos nos Estados, em frente aos órgãos do Ministério da Justiça
- 17 – Atividades de lançamento da Campanha Salarial Unificada da CUT para o 2º semestre
- 18 e 19 – reunião do Setor das Federais
- 20 e 21 – nova rodada de Assembléias Gerais
- 22 – deflagração da greve unificada



Movimento Internacional

Argentinos fazem o maior protesto contra modelo econômico

Dirigente da Associação de Docentes da UBA fala sobre os movimentos de protesto contra o ajuste

As informações não são muitas, mas a maioria dos consumidores de telejornais e jornais brasileiros sabe que alguma coisa não anda bem na vizinha Argentina. E mais: que, em breve (muito antes do que se imagina), os cortes de salários, aposentadorias e o aumento da recessão serão realidade também por aqui. Que ninguém se iluda, pois o vento que bate lá, bate cá. O professor e secretário geral da Associação de Docentes da Universidade de Buenos Aires, Nestor Correa, que participa de um intercâmbio acadêmico com a UFRJ, contou ao Jornal da Adufrj como está sendo articulado o movimento dos 'Piqueteiros'. As ações do movimento dos trabalhadores e desempregados na Argentina vêm ganhando força e apoio popular contra as políticas de ajuste do governo De la Rúa.

No dia 20 de julho, foi realizado o I Congresso Nacional dos Piqueteiros, reunindo 2000 delegados, na grande Buenos Aires. Os 'Piqueteiros', conta Nestor, são um movimento que reúne tendências e organizações do movimento sindical e popular. Um tipo de MST de lá. As principais correntes são o Pólo Obreiro, da qual o professor faz parte, a Corrente Classista e Combativa (CCC) e a Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA).

O congresso dos piqueteiros elaborou um plano emergencial de luta com o objetivo principal de libertar os cinco dirigentes presos pelo governo de De la Rúa. Emilio Alí, José Barraza, César Raineri, Carlos Gily e Rubén Zárate são lideranças da Coordenação de Desempregados da Província e foram presos por terem orga-

nizados os recentes bloqueios de estradas em pelo menos 40 cidades. Segundo a CTA, Rubén Zárate, trabalhador da construção civil, de 19 anos, foi torturado na prisão. Os protestos e as greves gerais têm sido uma resposta dos trabalhadores às políticas liberais do governo Menem, assumidas por Fernando De la Rúa. A segunda reivindicação dos trabalhadores é o arquivamento de 2.500 processos contra dirigentes, sindicalistas e estudantes que foram abertos nos últimos cinco anos. "Este governo de centro-esquerda, que continua a política do Menem, começou a perseguir os trabalhadores. Temos, neste momento, cinco dirigentes presos. Um é estudante. Estamos em campanha nacional para a libertação destes companheiros", diz Nestor.

A estratégia do movimento para pressionar o governo está sendo um movimento progressivo de paralisação e 'piquetes'. No dia 1º, os Piqueteiros fecharam 50 pontos nas estradas e vias de acesso da capital e nas províncias. A manifestação continuou nos dias 7 e 8 e, nesta semana,

a Argentina vai parar por 72 horas, a partir de terça, dia 14.

A CTA esteve presente no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e, já de algum tempo, tem construído um movimento de organização dos trabalhadores desempregados nos bairros da capital federal e nas províncias. Segundo Nestor, são várias as entidades criadas nos bairros com a reivindicação, não mais de melhorias para os moradores, mas de empregos e salários para os trabalhadores e desempregados. "Os Piqueteiros não são um movimento espontâneo. É uma organização que surge da participação de sindicatos e entidades de trabalhadores, de desempregados e ativistas e conta com muito apoio da sociedade, até mesmo dos setores da classe média", revela o professor. Nestor está no Brasil até o fim deste mês em um intercâmbio com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. A Adufrj-SSind está organizando um debate com o professor argentino no dia 20 de agosto, às 19 horas, no Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha.

Docentes em greve por tempo indeterminado

Na Argentina, os docentes das 35 universidades públicas paralisaram suas atividades por tempo indeterminado. Na avaliação do professor Nestor Correa, que é secretário geral da Associação dos Docentes da Universidade de Buenos Aires, o movimento cresceu entre os professores por conta dos cortes nos salários do funcionalismo e das demais medidas de ajustes contra os aposentados. Os docentes argentinos também acumulam insatisfações em relação ao processo de privatização das instituições públicas, aos

cortes de verbas para as universidades e aos baixos salários para professores e funcionários. Segundo Nestor, a mentira da moeda estável, forjada com a paridade com o dólar, se revela no salário dos docentes. Um professor titular, em fim de carreira, com dedicação exclusiva, recebe, hoje, US\$ 1700. Há vinte anos, este docente recebia US\$ 3.200 por mês. Os salários dos docentes argentinos também estão congelados desde 1992. Segundo Nestor, a inflação acumulada neste período já superou a casa dos 70%.

Agenda Sindical

GT Seguridade Social da Adufrj-SSind

13/8 - 15 horas

Escola de Serviço Social. O encontro é aberto a todos os interessados

Reunião GTCA Adufrj-SSind

21/8 - 17:30 horas

Sede da Adufrj-SSind, CT, sl. D-200

Reunião do GT de Política de Formação Sindical (GTPFS)

23/8 - 9h

Salão do Golden Park Hotel
Endereço: Rua do Russel, 374 Glória
- Rio de Janeiro

Pauta:

- 1 - Informes;
- 2 - Política de Formação Sindical em âmbito regional;
- 3 - Relações Intersindicais - DNTE/CUT;
- 4 - Rede de Solidariedade Internacional;
- 5 - Programação das atividades do GT;
- 6 - Outros.

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação
20, 21 e 22/9

Montevideu - Uruguai

Marcha em Defesa da Educação Pública
3/10

Brasília

Fórum Mundial de Educação

24 a 27/10

Porto Alegre - Rio Grande do Sul

Acordo com FMI é um auxílio-funeral

Acordo gera cortes que atingem, mais uma vez, as áreas sociais

Na opinião do professor do Instituto de Economia da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, o mais novo acordo do governo brasileiro com Fundo Monetário Internacional (FMI) é, na verdade, um "auxílio-funeral". Um 'fôlego' para que o presidente Fernando Henrique termine o mandato em 2002. "Esse acordo sinaliza efeitos extremamente nocivos para a economia e para sociedade,

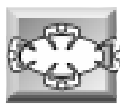
aprofundando a recessão e os cortes nas áreas sociais". Para o professor titular em Economia Internacional do IE, o arrocho fiscal implicará, mais uma vez, na dificuldade de o governo conceder reajustes nos salários dos servidores federais. Os servidores, inclusive os docentes das universidades, amargam sete anos sem reajuste nos contracheques. Reinaldo comenta, ainda, que os US\$ 15 bilhões vêm para cobrir o "buraco gigantesco" da balança das contas externas, já previsto por quem vem acompanhando, de perto, os ajustes e a

venda dos patrimônios públicos aos organismos financeiros internacionais.

Segundo informação do Jornal do Brasil (9/08/01), o acordo com o FMI deverá gerar outro ajuste fiscal que atingirá, em cheio, as áreas sociais. "O governo nega, mas os números demonstram que desde o início do acordo com o FMI, em 1998, até o ano passado, o Tesouro Nacional deixou de liberar R\$ 16,4 bilhões, 44,4% do total de 36,9 bilhões que deveriam ser investidos na área social e de infra-estrutura. Programas como o combate à tuberculose,

malária, dengue, saneamento básico e outros praticamente não receberam nenhum recurso nos últimos três anos", conclui o jornal carioca.

Segundo informação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a Comissão e Assuntos Econômicos do Senado promoverá audiências públicas para debater o novo acordo, o crescimento da dívida pública e as altas taxas de juros. A comissão vai convidar os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Orçamento e Gestão.



Colegiados

Diretrizes do MEC são criticadas em Congresso de Licenciatura

A abertura do I Congresso Interno de Licenciatura da UFRJ, dia 8, no Salão Pedro Calmon na Praia Vermelha, foi marcada por duas visões bem distintas das novas diretrizes curriculares do MEC para a formação de professores do ensino fundamental e médio no país. O debate girou em torno das exposições dos professores Lucíola Licínio, da UFMG, e Pablo Gentili, da UERJ.

Lucíola Lucínio fez uma minuciosa análise estrutural do documento do MEC (Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior). Otimista, a professora considerou as diretrizes um 'diálogo' com todos os setores envolvidos com a questão da educação básica, ressaltando a participação de entidades como a Anfop (Associação Nacional de Formação de Professores) e Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) na sua formulação.

No seu entendimento, o documento contempla as diversas visões sobre a formação de professores, desde as dos educadores tradicionais - para quem o problema maior é a falta de conteúdo na formação dos professores - até os educadores críticos que consideram os fatores sócio-econômicos como determinantes na produção do conhecimento nas escolas. O documento também 'dialoga' com os organismos internacionais, em especial, com o Banco Mundial (Bird) "Por tentar agradar a todo mundo, a legislação acaba não agradando a nenhum dos setores", afirmou a professora. Na sua opinião, é possível a comunidade universitária encontrar brechas no documento e formular legislações internas que apontem para que um perfil de profissional a universidade pública, no caso a UFRJ, quer formar e para atender a quais demandas - a formação de educadores críticos ou profissionais pouco qualificados para atender um 'mercado' prometido pelo governo.

Com uma discussão acadêmica voltada justamente na área das políticas da Reforma do Estado para a área da educação, o professor Pablo Gentili fez um análise mais ampla do momento político no qual as diretrizes do governo foram criadas. Para o professor, o documento traz um 'verniz' progressista ao tocar em alguns pontos defendidos pelo movimento docente e pelas entidades da área da educação. Para Gentili, não se trata apenas de um diálogo



NA MESA, LUCINDA LUCÍNIO (UFMG), IRIS RODRIGUES (CEG/UFRJ) E PABLO GENTILI (UERJ)

com as diversas posições em relação à formação de professores no Brasil. O professor lembrou que as diretrizes do MEC (leia-se governo FHC) são baseadas nas orientações dos organismos financeiros internacionais, principalmente do Banco Mundial, com o propósito de mercantilizar o ensino em todos os níveis. "Trata-se de uma imposição baseada não no discurso, mas em ações e políticas destes organismos internacionais. São, portanto, condições que estão fora da esfera do discurso", afirmou.

Para o professor, é uma ingenuidade achar que um projeto ou documento ou diretrizes que apenas contenham discursos ou propostas, ainda que estejam de acordo com anseios do movimento docente ou de outros setores progressistas do campo da educação, possam efetivamente mudar o quadro do sistema educacional brasileiro. "Nós ficamos com o discurso e eles (governo) com a política", disse, fazendo referência ao fato de que o governo FHC não tem cumprido sequer suas próprias metas, estabelecidas em programas ou em planos como o Plano Nacional de Educação, Fundef e outros.

Comunidade reclama de pressa da Comissão do CEG

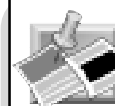
O Congresso foi aberto pelo sub-reitor de Graduação, Ricardo Gattass. O dirigente, simbolicamente, declarou aberta, também, a sessão do CEG que tradicionalmente ocorre nas manhãs das quartas-feiras, na sala do Conselho Universitário, no prédio da reitoria, campus do Fundão. Nas tardes de quarta e quinta, os docentes e alunos se reuniram nas Unidades que trabalham com Licenciaturas. Na sexta, dia 10, os participantes se reuniram em plenária onde seria

definido um documento a ser encaminhado à Comissão Permanente de Licenciatura do colegiado. Essa, aliás, foi a principal crítica ao evento. No Colégio de Aplicação, por exemplo, a professora e a 2ª presidente da Regional-Rio do Andes-SN, Cristina Miranda, disse que a Coordenação de Equipes por Setor Curricular do colégio se reuniu na sexta-feira, dia 3, e só então os professores souberam do evento divulgado pela coordenadora, professora Márcia Lima. Cristina criticou, também, a proposta de que este I Congresso já definisse um documento a partir de sugestões das Unidades envolvidas, formuladas em apenas uma tarde, como no caso do CAP. "Quando foi feita a divulgação, nós entendemos que seria um primeiro evento sobre o assunto e que não seria deliberativo", comentou. Cristina informou também que os professores do CAP iriam propor a organização de um II Congresso de Licenciatura, ainda este ano. Até lá, as Unidades teriam tempo para discutir os documentos, as diretrizes e promover o debate sobre a formação de professores, currículos, entre os outros assuntos propostos pelo evento. Um exemplo de um tema que, na visão da diretora do Andes-SN, deveria ser mais aprofundado é a questão da separação dos cursos de bacharelado e licenciatura. O surgimento dos Institutos Superiores de Educação é outro tema bastante polêmico para a professora.

Segundo a professora do Departamento de História, Leila Rodrigues, no IFCS, a comunidade também considerou exíguo o tempo para o exame de documentos e apresentação de propostas. No entanto, os professores avaliaram que este espaço de discussão é importante e optaram por apresentar algumas diretrizes gerais

Roubo no Instituto de Psicologia

Dois computadores, uma impressora e um fax recém adquiridos foram roubados do Departamento de Psicologia Geral e Experimental e do Departamento de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica no Instituto de Psicologia (IP-UFRJ), campus da Praia Vermelha. Segundo o professor Arthur Arruda Leal Ferreira, o fato deve ter acontecido entre os dias 30 e 31 de julho, mas os funcionários só deram queixa do ocorrido no dia 6 de agosto, por acharem que se tratava de uma operação normal de conserto. De acordo com a Vigilância da UFRJ, não há sinal de arrombamento e o inquérito já está na Divisão de Segurança da Universidade, na Ilha do Fundão, para ser futuramente apurado pela Polícia Federal.



Resenha

Deu no Informe JB (09/08): "A Faperj, que financia o setor de pesquisas, vai cortar seus repasses às instituições federais instaladas no Rio." A decisão foi tomada devido aos cortes de verbas com que o Governo vem castigando os laboratórios estaduais.

Artigo de Mário Novello, pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), para o Jornal do Brasil (07/08), demonstra toda a revolta pelo fim de tal instituição. "Um instituto de pesquisa onde se cultua a ciência fundamental deveria ser tratado com respeito e orgulho." diz. Enquanto as razões formais para o fechamento passam pelo fracasso das administrações do centro, a realidade encontra-se na política de redução do papel da instituição pelo governo. "É inconcebível que a pesquisa em ciência básica deixe de ser considerada um eixo estratégico de suma importância para o desenvolvimento do país." conclui Novello.

Reportagem do Valor Econômico (07/08) revela que a produção da indústria brasileira ficará estagnada no segundo semestre de 2001. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o crescimento será "zero ou próximo de zero". Outra pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou a queda da produção física da indústria em junho, o que não ocorria desde agosto de 1999. A crise de energia, a alta dos juros e a desvalorização cambial estão entre os fatores cruciais para a diminuição do ritmo durante o ano.

Calendário das Eleições da Adufrj-SSind

	Inscrição de chapas/listas	Votação
Diretoria	até 13 de agosto 2001	12, 13, 14 de setembro de 2001
Conselho de Representantes	até 2 de setembro de 2001	

Posse da nova diretoria da Adufrj-SSind - 15 de outubro de 2001

Professor Assembleia Geral

PAUTA

- Avaliação da deflagração da greve em 22 de agosto
- Ação judicial dos 26,05% (Plano Verão)
- Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind
- Periodização/Calendário 2002

22
AGOSTO
quarta-feira

13:00
HORAS

Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 35 • 20 de agosto de 2001

**Não houve
inscrição de
chapas para a
eleição da
próxima diretoria
da Adufrj-SSind**
Página 2

Professores em estado de greve na UFRJ

Página 2



OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS REALIZARAM MANIFESTAÇÃO EM FRENTE À JUSTIÇA FEDERAL NO CENTRO DO RIO, DIA 15

Pela volta do Bandeirão



Os estudantes organizaram um 'sopão' no saguão do Bloco A do Centro de Tecnologia em protesto pela falta de assistência estudantil na universidade. Durante o ato, mais de trezentas pessoas saborearam o caldo verde preparado pela organização do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia. Alunos, professores e técnico-administrativos manifestaram indignação com a falta de bandeirão, condições do alojamento e transporte na Cidade Universitária. "É revoltante conseguir uma vitória sobre a emergência do alojamento no Consuni e ter uma minoria interna que despreza as decisões deste colegiado", disse um dos representantes do Diretório Central dos Estudantes, Daniel Sousa. O dirigente fez referência ao fato de o Conselho Universitário já ter aprovado a prorrogação do auxílio ali-

mentação para os alojados e a reitoria se negar a cumprir a decisão.

A Política de Assistência Estudantil, formulada e aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), deveria estar sendo discutida no Conselho Universitário, mas ainda não foi posta em debate pelo reitor. Os estudantes lembraram que, para este ano, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul aprovou uma verba de R\$ 2 milhões para a assistência estudantil, enquanto a UFRJ disponibiliza apenas R\$ 20 mil para bolsas e auxílios.

A Adufrj-SSind deu total apoio à manifestação organizada pelo Diretório Central dos Estudantes e pela Associação de Pós-Graduandos. O presidente, José Sanglard, e a vice, Cleusa Santos, prestigiaram o ato e defenderam a política de assistência estudantil.



**Comunidade do
Instituto de
Ginecologia luta
por recursos
do SUS**
Página 5

**Nesta edição:
Encarte
"Debates
Adufrj 2"**



Movimento

Aprovado o indicativo de greve para 22 de agosto

Vinte e seis seções sindicais de docentes já indicaram greve

Um indicativo de greve para o dia 22 de agosto foi aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind reunida em 15/8. Esta posição da AG seria levada ao conhecimento da Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior no fim de semana (18 e 19/8) pelos professores Luciano Menezes e Cleusa Santos. Os docentes presentes na AG também ficaram encarregados de promover reuniões nas Unidades (onde for possível) nos dias 20/8 e 21/8 (segunda e terça) para informar os demais colegas da mobilização para a greve. A próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind está marcada para o próprio dia do indicativo (22/8), no Auditório do Centro de Tecnologia, às 13 horas. A presença de todos os professores será fundamental.

Até o fechamento desta edição, 25 das 56 seções sindicais de docentes das IFES já tinham aprovado o indicativo de greve nesta data. A seção sindical da Universidade Federal de Sergipe apresentou

outro indicativo, para o dia 4 de setembro. A comunidade da UFS se encontra em recesso letivo até 2 de setembro. Já a greve convocada pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra-Sindical) paralisou 34 instituições e a mobilização está crescendo. Na UFRJ, Marcílio Lourenço, um dos representantes dos técnico-administrativos no Consuni, deu informe na Assembléia da Adufrj-SSind de que a greve deve “deslanchar” nesta semana. Até então, explicou Marcílio, o sindicato estava um pouco dividido entre as atividades de greve e o processo eleitoral que se encerrou (ver matéria na página 7). Agora, pode se dedicar totalmente à mobilização.

Indignação nas Unidades e Estado de Greve

Apenas três Unidades fizeram reuniões antes da Assembléia para analisar a situação dos professores da UFRJ. No entanto, foram suficientes para dar o grau de indignação. Na Faculdade de Letras, no dia 13/8, cerca de 30 professores se mostraram totalmente favorá-

veis à entrada na greve, mas pediram um pouco mais de tempo para mobilizar os colegas. No Colégio de Aplicação, com a participação total de 22 professores, foram realizados dois encontros: um no turno da manhã e outro, à tarde. Um grupo queria fazer uma paralisação rápida; o outro, incitava a greve. No Centro de Tecnologia, seis professores se reuniram e pensaram formas de revitalizar o movimento diante da crise institucional.

Para reforçar a idéia de que o momento é de plena mobilização, os professores presentes à Assembléia Geral decidiram que a UFRJ deveria se declarar em estado de greve até a próxima AG. Vale lembrar que a greve das universidades está sendo impulsionada pela seguinte pauta: contra o projeto de emprego público do MEC (celetização das atividades docentes) e pela abertura de concursos no Regime Jurídico Único (RJU); incorporação das gratificações (GAE); defesa dos direitos sindicais e em defesa dos direitos dos aposentados. Os 26,05% (Plano Verão) percebidos por docentes e funcionários da UFRJ estão sob ameaça de corte da reitoria, mas não estão na

pauta geral da greve, sendo assim mais um “combustível” para a mobilização.

Periodização

Este ponto de pauta foi transferido para a Assembléia do dia 22, uma vez que o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind está divulgando um novo documento sobre o assunto neste jornal e todos os professores podem se informar melhor após a leitura.

Seções Sindicais que aprovaram indicativo de greve para o dia 22 de agosto

ADUFAC - Acre
ADUFPA - Pará
ADFCAP - Ciências Agrárias do Pará
APRUMA - Maranhão
ADUFPI - Piauí
ADUFPB-Patos
ADUFPB-JP - Paraíba/João Pessoa
ADUFERPE - Rural de Pernambuco
ADUFAL - Alagoas
ADUFS - Sergipe
ADCEFET-MG
APES-JF - Juiz de Fora
ASPUV - Viçosa
ASPESAL - Agricultura de Lavras (MG)
ADUFRJ - Rio de Janeiro
APUFSC - Santa Catarina
ADUFRGS - Rio Grande do Sul
APROFURG - Rio Grande
SINDUFAP -
ADUFC - Ceará
ADUFEPE - Pernambuco
ADUFU - Ubelândia
ADUNB - Brasília
ADUFF - Federal Fluminense
ADCEFET-RJ
SEDUFMS - Santa Maria

Próxima assembléia geral deverá aprovar novo calendário eleitoral

A Assembléia Geral de 22 de agosto deverá rever o calendário eleitoral para a diretoria da Adufrj-SSind. Isto porque não houve inscrição de chapas para concorrer às eleições para o biênio 2001/2003 dentro do prazo regimental original, que se esgotou em 13 de agosto último. As eleições para o Conselho de Representantes, porém, ainda podem ser realizadas de 12 a 14 de setembro, como previsto no edital que convocou as eleições da Diretoria e do Conse-

lho, caso haja listas de candidatas inscritas até 2 de setembro.

De acordo com o artigo 42 do Regimento Geral da Adufrj-SSind (publicado no encarte da edição de 23 de julho de 2001), o novo calendário eleitoral deverá prever um mínimo de 20 dias entre a inscrição de chapas e a realização das eleições, com posse da nova diretoria 30 dias após as eleições. O Regimento Geral é omissivo quanto aos prazos relativos ao Conselho de Representan-

tes, que estão definidos apenas no Regimento Eleitoral, mas que podem ser alterados pela Assembléia Geral. Como as eleições para o Conselho podem ocorrer a qualquer momento, é possível haver eleições de representantes tanto no período de 12 a 14 de setembro como no período das eleições para a diretoria, de acordo com o novo calendário que vier a ser aprovado. O mandato da diretoria atual fica automaticamente prorrogado até a posse da diretoria eleita.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva (afastada)

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Estagiária: Isabela Figueiredo Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Folha Dirigida Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br Home-page: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Grupos de Trabalho

Andes-SN realiza Seminário Nacional de Comunicação no Rio

Manuella Soares

Tema do Encontro será “Globalização e Comunicação Sindical”

A realização de um Seminário Nacional com o tema “Globalização e Comunicação Sindical” no Rio de Janeiro ainda este ano foi a principal decisão do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes do Andes-SN, reunido em Curitiba no dia 5 de agosto. O evento foi programado para os dias 27 e 28 de setembro e, até lá, grandes nomes do jornalismo brasileiro e de professores estarão sendo convidados para constituir as mesas de debate. Após o seminário, o GTCA voltará a se reunir para avaliar todo o trabalho dos últimos meses e elaborar um documento para subsidiar a política do Sindicato Nacional nesta área específica de imprensa e propaganda. O texto seria apresentado para avaliação do próximo Conselho Nacional do Andes-SN (Conad) e do próximo Congresso do Sindicato.



NA MESA DO SEMINÁRIO, O ENCARREGADO DE IMPRENSA JOSÉ DOMINGUES, E A JORNALISTA SINDICAL MARILISE BASFELD

GTCA de Curitiba

Houve consenso no GTCA de Curitiba que deverá haver um forte esforço de mobilização da Regional Rio e das seções sindicais locais para fortalecer o seminário. Na capital paranaense, onde se realizou um outro seminário com o tema “A imagem institucional nas entidades sindicais”, o evento acabou esvaziado. Apesar da propaganda feita pela Regional Sul do Andes-SN e do SINDOCEFET-PR, a presença de pú-

blico interessado no tema foi prejudicada pela coincidência de datas com a reunião do Setor das Federais e da Plenária dos SPF. Além disso, a Universidade Federal do Paraná estava em recesso letivo e não havia como convidar aos estudantes e docentes da área de Comunicação. Estiveram presentes em Curitiba, representando a Adufrj-SSind, a vice-presidente da seção sindical, Cleusa Santos, e os jornalistas Douglas Pereira, Kelvin Melo e Manuella Soares.



Internacional

Mães contra o liberalismo e o desemprego

Nem as centrais sindicais (brasileiras e argentinas) escapam das críticas da Associação das Mães da Praça de Maio - grupo de mulheres que protesta contra a violência de Estado desde a época do regime militar argentino. As mães ficaram conhecidas no mundo todo por protestarem contra o desaparecimento de seus filhos e companheiros durante as ditaduras da América Latina. As mães conduziram enormes e históricas passeatas em volta da Praça de Maio, em frente à residência oficial da presidência argentina (Casa Rosada), pelo fim da tortura em seu país. Duas das representantes da entidade estiveram na Escola de Serviço Social da UFRJ para o seminário “Violência, Gênero e Subjetividade”, nos dias 13 e 14 de agosto, e falaram à reportagem da Adufrj-SSind sobre as crises dos governos do Brasil e da Argentina.

Para a presidente da associação, Hebe Bonafini, a participação das centrais sindicais (e cita especificamente a Confederação de Trabalhadores Argentinos - CTA) não tem sido positiva nas negociações entre os governos e os trabalhadores. “Passaram a negociar tudo e não vêem a realidade da luta”, afirmou. Hebe criticou também a atual condução da CUT, no Brasil. Para a ‘mãe de Maio’, a central brasileira se

constituiu num pólo combativo, mas que, com o tempo, também passou a negociar com os governos neoliberais, como o de Fernando Henrique Cardoso. E, na opinião de Hebe, o saldo tem sido negativo para os trabalhadores.

Piqueteiros

Para Hebe, os verdadeiros articuladores do movimento social na Argentina são os chamados “Piqueteiros”, em sua grande maioria, os desempregados. Ela informa que o índice de desemprego naquele país está beirando os 30%. “E há províncias com um índice ainda maior”, completou.

Ao falar da luta dos “Piqueteiros”, a presidente da associação deu uma amostra do que



HEBE BONAFINI (À ESQ.) E ELZA MANZOTTE

seria o seu tema no seminário da ESS: “Violência Estatal e Resistência dos Sujeitos”. Hebe contou que alguns integrantes deste movimento novo estão presos (pelo menos cinco dirigentes) e mais de dois mil estão sendo processados nos últimos cinco anos. Hebe ressaltou que a violência estatal contra o seu povo se materializa em um ‘Estado de estar sem trabalho e sem educação’. “Vivemos um estado de violência terrível. O desemprego não permite a uma mãe comprar leite para os seus filhos”. Ela acrescentou ainda que os resquícios do regime militar não foram eliminados: “A tortura está legalizada em meu país”, desabafa.

Fórum Social Mundial

A presidente da Associação das Mães da Praça de Maio se disse “feliz” de estar participando de eventos como o Fórum Social Mundial. Hebe foi uma das que participaram da teleconferência entre o Fórum de Porto Alegre e o Fórum Econômico de Davos, na Suíça. “Esta teleconferência foi um marco de expressão da luta contra a riqueza no mundo. É fácil sermos contra a pobreza. Difícil é lutar contra a riqueza”, afirmou lembrando que também participou dos protestos contra o G-8 (sete países mais ricos e a Rússia).



Resenha

Reportagem do Jornal do Commercio (15/08) afirma que a indústria paulista cortou 5.199 postos de trabalho em julho. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), quatro fatores auxiliaram a queda da produção industrial: a crise da Argentina, o racionamento de energia, o enfraquecimento da economia mundial e o elevado nível da taxa de juros no país. A previsão para os próximos meses não é nada boa, já que o impacto do racionamento deve ser maior entre agosto e outubro.

Artigo do professor Luiz Felipe Coelho, do Instituto de Física da UFRJ, publicado na Gazeta Mercantil (15/08), critica o baixo número de patentes no país, provocado pela lentidão no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A pouca importância dada pelos brasileiros ao aprendizado e à falta de acesso à bibliotecas e livrarias, o que também dificulta a colocação da ciência e tecnologia no centro da sociedade no Brasil.

Nota do Informe JB (14/08) revela uma pesquisa feita pelo professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ. Os resultados mostram que dos 28 chefes de Estado que o Brasil já teve desde 1850, Fernando Henrique Cardoso obteve o segundo menor crescimento de PIB (Produto Interno Bruto), tendo média de 2,44% ao ano. Apenas Prudente de Moraes foi pior, com 2%.

Segundo matéria do O Estado de S. Paulo (12/08), o ministro Pratini de Moraes referiu-se às pendências judiciais existentes para justificar o recuo do governo na liberação do plantio da soja transgênica Roundup Ready, da Monsanto, que havia sido anunciada há cerca de quinze dias. Desde que o Ministério Público ingressou na Justiça com uma ação contra o ministro, por suas declarações em favor da soja geneticamente modificada e a promessa de autorização do plantio, Pratini tem se esquivado de comentar o assunto. Nesta quinta-feira, antes de apresentar o Plano Agrícola e Pecuário 2001/02, durante seminário sobre perspectivas do plantio, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura, ele disse que a liberação da soja transgênica depende da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O CNPq (www.cnpq.br) dobrou o prazo de concessão de bolsas de recém-doutor (RD) de 18 para até 36 meses. Além disso, ampliou para dois anos o prazo máximo de titulação permitido para os candidatos ao auxílio. A medida passa a vigorar a partir de agora e junto ao Programa de Fixação de Doutores (Profix), lançado recentemente, pretende viabilizar a inserção de pesquisadores de alta qualificação no mercado de trabalho. Os pedidos serão analisados segundo as normas em vigor para a renovação das bolsas dessa modalidade. Aqueles que tiveram bolsas RD pelo período de 18 meses, e ainda não tenham adquirido vínculo empregatício, também poderão solicitar uma nova concessão por mais 18 meses.



Colegiados

Unidades ainda discutirão licenciatura

CPL organizará jornada de licenciaturas no segundo semestre

O I Congresso de Licenciatura da UFRJ, realizado nos dias 8 a 10 de agosto, teve a participação de 59 professores e 263 alunos de várias Unidades. Segundo a presidente da Comissão Permanente de Licenciatura (CPL) do CEG, Íris Rodrigues, os participantes aprovaram algumas diretrizes gerais para um documento sobre a formação de professores que será encaminhado ao colegiado. “Elaboraremos (a CPL) um documento contendo as deliberações dos diversos grupos e o encaminharemos às Unidades que, através de suas instâncias, darão a palavra final no que concerne à elaboração das diretrizes de formação de professores na UFRJ”, acrescenta.

Íris adiantou alguns pontos que foram consensuais para quem participou

do Congresso. A UFRJ não criará um Instituto Superior de Educação como prevêem as diretrizes do MEC.

Segundo a professora, os grupos de trabalho das Unidades que oferecem licenciatura também optaram pela articulação entre o bacharelado e a licenciatura. Para os congressistas, os cursos de licenciatura na UFRJ deverão manter a indissociabilidade entre ensino e pesquisa (pesquisas específicas sobre Ensino e Educação). As diretrizes aprovadas no encontro também apontam para a criação e implementação de uma política de fomento à licenciatura.

A integração entre as Unidades e Institutos com a Faculdade de Educação e o Colégio de Aplicação foi indicada para a formação de eixos curriculares dos cursos. Os currículos deverão ser organizados para propiciar uma maior flexibilidade/diversidade das disciplinas interdepartamentais.

O congresso também encaminhou para o documento da CPL a criação de cursos de aperfeiçoamento e a ênfase na formação humanista.

Na sessão do CEG de 15/08, a representante do CFCH e professora do CAp, Ana Lúcia Souto, que também faz parte da CPL, fez questão de informar que o Congresso aprovou como desdobramento a organização de uma Jornada de Licenciaturas, por Centros, a ser realizada no segundo semestre. “Este foi um desejo manifestado pelas Unidades presentes de estarem discutindo de forma co-partícipe com o CAp a formação de professores para os ensinos fundamental e médio”, disse a professora. Na mesma sessão, Íris informou aos conselheiros que, no Congresso, os participantes de algumas Unidades não aceitaram um vestibular diferenciado para o bacharelado e outro para a licenciatura, como sugere o MEC.

Notas do CEPG

UFRJ paga diploma de cursos pagos

Na reunião do CEPG (17/8), o sub-reitor Gattass informou que a UFRJ gasta cerca de R\$ 56 mil com emissão de diplomas por ano (com custo unitário pouco superior a um real). Até aí, tudo bem. No entanto, os conselheiros ficaram revoltados ao saber que a universidade gasta R\$ 16 mil com diplomas dos cursos de aperfeiçoamento, que são pagos.

Pontuação da GED para 2001 é a mesma

O CEG e o CEPG aprovaram as mesmas instruções gerais e tabela da pontuação da GED dos dois últimos anos. O presidente da Comissão de Avaliação do Desempenho Docente (CADD), Leslie C. Benchetrit, esteve nos colegiados para fazer um breve relato do processo. Para efeito da contabilização da GED, serão consideradas 15 semanas por cada período letivo (não valerão os 200 dias de aula, portanto). Leslie justificou essa decisão no “período de transição” que vive a 01/99, em rediscussão nas Unidades. O presidente da CADD acredita que o módulo de Ensino e Orientações no famigerado Sigma (www.sigma.ufrj.br) estará aberto até o final de agosto. Para prazo final de inserção destes dados, está sendo cogitada a data de 16 de novembro. O módulo de Produção Intelectual está permanentemente aberto. Leslie não quis responder se o polêmico sistema será a única alternativa para envio dos dados.

Racionamento afeta Sigma

Um problema que pode dificultar ainda mais o trabalho dos docentes é que o sistema Sigma entrou no esquema de racionamento de energia. Desde 9 de junho, o sistema fica indisponível das 20 horas das sextas-feiras até as 10 horas das segundas-feiras.

Concurso para docentes

O CEG pediu mais tempo e foi atendido: a reunião conjunta prevista para sexta-feira passada (17/8) deve ocorrer no dia 24. A distribuição de vagas dos concursos públicos anunciados pelo governo estará na pauta.

Notas do CEG

SIRA não funciona

A representante estudantil Isabel Mansur cobrou da reitoria, na última sessão do CEG (15/8), solução para o problema revivido pelos estudantes nas inscrições em disciplinas do segundo semestre. “Eu mesma não consegui me inscrever em uma matéria”, reclamou. Isabel contou que está com duas matérias pendentes, do primeiro semestre, por conta da confusão gerada pelo novo Sistema de Registro Acadêmico (SIRA). Segundo a estudante, o sistema não comporta o número de acessos e nos dias finais é quase impossível garantir as inscrições nas disciplinas. “Por que não voltamos às fichas amarelas e rosas? Pelo menos funcionavam”, reclamou.

Gattass culpa vírus

O sub-reitor Ricardo Gattass jogou a responsabilidade do mau funcionamento do sistema em um ataque de ‘vírus’ sofrido pela rede da universidade. O representante do CCMN, professor Sérgio de Paula Machado, lembrou que, no início do ano, a reitoria divulgou nos jornais que o novo sistema era ‘infalível’. “Com uma declaração pública dessas, todos os hackers resolveram testar a rede da universidade. E conseguiram entrar”, comentou.

Prograd: recursos ainda indefinidos

Novamente os presidentes das Comissões Prograd ‘Índice’ e Prograd ‘segunda chamada’ ou ‘projetos’ não apresentaram ao colegiado as planilhas para distribuição dos recursos do programa de apoio às Unidades. As representantes do CFCH, Ana Lúcia (CAp) e Lilia Pougy (Serviço Social), cobraram uma posição das comissões e lembraram que o CEG já havia dado o prazo para estas se posicionarem em relação às verbas da graduação. “As comissões deveriam ter se reunido em caráter de urgência”, reclamou Lilia.

Lilia sugeriu, ainda, que, na falta dos presidentes Edione Trindade (Prograd ‘índice’) e Alcino Câmara (Prograd ‘projetos’), as comissões deveriam se auto-convocar para definir as planilhas. O representante do CT, professor Antônio Cláudio, disse que o CEG poderia na próxima sessão deliberar sobre as verbas, independentemente da apresentação dos pareceres das duas comissões. As medidas evitariam a repetição do repasse do Prograd ‘índice’ feita no primeiro semestre, com base nos mesmos critérios, pela reitoria, o que não foi aprovado pelo colegiado, até este momento.

A professora Edione estava presente, mas não apresentou nenhum parecer relativo à sua comissão. De acordo com o sub-reitor, o professor Alcino foi procurado pela SR-1, mas não foi encontrado.

Vestibular 2003

O ingresso na graduação da UFRJ em 2003 já começou a ser discutido no CEG. Os conselheiros aprovaram a convocação dos grupos de trabalho das unidades (ou equivalente), por meio de portaria da SR-1. Os grupos apresentarão propostas de redefinição da política de seleção para os cursos de graduação da UFRJ e redefinição o programa em adequação à LDB e aos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). O CEG também vai encaminhar a rediscussão do modelo do concurso e suas diretrizes no que se refere à ‘interdisciplinaridade’. Será organizado um fórum de discussão do vestibular com a participação do sistema de ensino médio. O fórum foi aprovado, mas alguns conselheiros criticaram a participação das escolas particulares nesta discussão, por estas terem interesses de mercado acima dos interesses educacionais. O professor Sérgio de Paula Machado questionou: “como compatibilizar os interesses do ‘PH’ (cursinho privado) com as propostas do Pedro II e dos CAp (da rede pública federal)?”



Instituto de Ginecologia pede socorro

Funcionários e pacientes se mobilizam contra mudança para a Ilha do Fundão

O Instituto de Ginecologia da UFRJ, que funciona no Hospital Moncorvo Filho, está em uma má situação. O relatório da Secretaria Municipal de Saúde contendo irregularidades e a conseqüente suspensão de verbas e do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por 180 dias provocaram reações em toda a comunidade. A primeira delas foi a do reitor José Vilhena que logo manifestou seu desejo de transferir o Instituto para o Hospital Clementino Fraga Filho, na Ilha do Fundão. Em entrevista cedida à imprensa, Vilhena afirmou ter o Hospital Universitário melhor infra-estrutura para abrigar a Unidade.

Diretoria contesta relatório

O documento elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde apresenta várias denúncias. Entre elas, a constatação de pagamento de 40 reais por mamografias para pacientes ditas "particulares" e a subutilização de alguns equipamentos, diminuindo o número de atendimentos da instituição. Diz o relatório: "um mamógrafo pode realizar 40 mamografias/dia. Os dados constantes da planilha indicam que são realizados, em média, 16 exames/dia, o que corresponde a 40% da capacidade instalada."

O vice-diretor do Instituto, Antônio Carneiro, está revoltado com o episódio. Ele conta que as irregularidades não se confirmaram e que a cobrança de 40 reais para uma mamografia só é feita com pessoas não credenciadas ao SUS e à unidade. Sobre os comentários do reitor da UFRJ, Carneiro disse: "Ir para o Fundão é uma idéia antiga e que foi colocada novamente em foco por causa desse relatório. O Hospital Universitário não tem



COMUNIDADE LUTA CONTRA TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDÃO

condições de atender nem seus pacientes, quanto mais os do Instituto de Ginecologia inteiro. Além disso, o centro da cidade, onde nós nos localizamos, é um lugar de mais fácil acesso do que a Cidade Universitária."

Em relação às providências tomadas, Carneiro também relata que já foi requisitada uma comissão do Conselho Regional de Medicina para reavaliar as condições técnicas do Instituto. "É muito importante retornarmos às nossas atividades porque aqui recebemos sempre pessoas de outros municípios, como Cabo Frio, Miguel Pe-

reira, São Pedro da Aldeia. Precisamos apagar essa imagem ruim na cabeça dos brasileiros de que os nossos funcionários são desonestos e de um mau atendimento hospitalar", concluiu o vice-diretor.

Manifestações de apoio de todos os lados

Em carta aberta à população, os médicos do Curso de Pós-Graduação em Ginecologia da UFRJ demonstraram sua indignação com a Reitoria sobre a possível transferência do Instituto. No momento, estão sob responsabilidade da instituição

24 médicos, além das aulas ministradas ao Curso de Graduação da Faculdade de Medicina da mesma universidade. "Nossa intenção é discutir e avaliar o nosso futuro acadêmico, visto que a mudança repentina inviabilizará toda a série de ações e atendimentos especializados... e provocará danos irreparáveis tanto para nossa formação como para os pacientes." diz a carta.

Um outro documento, da Congregação da Faculdade de Medicina da UFRJ, também afirma solidariedade à Unidade do Hospital Moncorvo Filho e a inviabilidade de instalação dos serviços em qualquer outro local público.

Pacientes estão desesperadas

Cerca de 800 pacientes atendidas atualmente pelo Instituto de Ginecologia não têm como prosseguir com seus tratamentos na Ilha do Fundão. Muitas moram em outros municípios e às vezes precisam ir ao hospital até 4 vezes na semana. É o caso da dona-de-casa Maria da Conceição Matos Oliveira, residente em São Gonçalo. "Eles não estão pensando em nós, eles estão pensando neles. Deve-se ter respeito pelos pacientes. Eu não tenho como pagar minha locomoção. Não irei continuar o tratamento em outro lugar."

Esse clima de revolta motivou o ato ocorrido no último dia 13, em frente ao Instituto, reunindo toda comunidade. Uma carta das pacientes divulgada na manifestação apelava: "...diante de tão graves problemas de saúde, só nesta unidade encontramos apoio, carinho e um tratamento humano e adequado. Nós nos unimos para pedir humildemente o não fechamento deste local."

Uma sessão extraordinária para tratar da situação do IG estava marcada para quinta-feira passada (16/8), mas foi cancelada pelo reitor. Vilhena estaria em Brasília negociando o pagamento dos 26,05% dos servidores da UFRJ, que ele mesmo cortou.

Parlamentares se manifestam sobre o caso

No dia 16/8, houve uma audiência pública sobre a situação do Instituto na Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa. Ficou decidido que a Secretaria Estadual de Saúde iria realizar uma vistoria no local no dia 20/8 para checar as instalações. A Secretaria também fará a análise de um relatório da recém-criada Comissão em Defesa do

Instituto de Ginecologia. Se o ambiente encontrado mostrar sinais de melhoria, existe a possibilidade de reverter a suspensão do SUS e o Instituto terá três meses para melhorar ainda mais suas instalações e afastar de vez a idéia de transferência para o Fundão. Ao fim deste período, a Secretaria fará mais uma visita de avaliação. Convi-

dado a comparecer à reunião na Assembléia Legislativa, o reitor sequer mandou algum representante.

No próprio dia 20, a Comissão em Defesa do Instituto está organizando uma assembléia comunitária para dar informes da situação, às 11h, no Auditório do Hospital Moncorvo Filho. Desde o anúncio da suspensão de verbas do SUS até o dia

da audiência pública, o Instituto realizou 39 cirurgias e prestou mais de 1,5 mil consultas com recursos que ainda dispunha.

Vale lembrar que está em vigor uma liminar conseguida pela comunidade junto ao Ministério Público para evitar a transferência do IG para o Hospital Universitário, como deseja o reitor.



Nosso Bolso

Plano Verão: situação da ação da Adufrj-SSind (26,05%)

Em 30 de agosto de 1993, a ação do Plano Verão da Adufrj-SSind, reclamação trabalhista 841/90, obteve decisão favorável (acórdão) no TRT - Tribunal Regional do Trabalho. E esta foi a última decisão judicial de julgamento quanto ao mérito do processo na justiça do trabalho.

Em outubro de 1993, a UFRJ solicitou a revisão da decisão constante no acórdão (revisita) que não foi aceita no TRT. A universidade recorreu à instância superior através do instrumento de agravo, que foi acolhido e analisado pelo TST - Tribunal Superior do Trabalho. O TST, porém, não considerou (conheceu) procedente o pedido de revisão da decisão anterior solicitada pela UFRJ. Como não cabiam mais recursos, a decisão do TRT permanece até hoje como a decisão definitiva, equivalente a uma sentença do Tribunal Superior, apesar da formalidade da certidão de trânsito em julgado só ter sido obtida em fevereiro de 2000. Resumindo, é como se a sentença tivesse sido proferida pelo TRT em agosto de 1993, ou seja, esta é a data do fato do trânsito em julgado.

Com este entendimento, a ação rescisória que a UFRJ impetrou perde substância, pois este tipo de ação se refere à última decisão judicial sobre o caso, cujo prazo de dois anos para recurso e contestação já está expirado há

muito tempo. A reitoria e a procuradoria geral da UFRJ, porém, se prendem à data da certidão de trânsito em julgado para solicitar a rescisão.

Por diversas ocasiões, a Reitoria deu a entender que o pagamento dos 26,05% para os 2.842 professores que constam dos autos do processo ganho pela Adufrj-SSind teria sido feito por extensão administrativa, ignorando a sentença judicial favorável, que nunca foi derrubada.

As rubricas utilizadas pela Reitoria para realizar o pagamento aos professores dos 26,05% do Plano Verão, desta forma, estariam vinculadas à ação de mesmo teor ganha pelo Sintufrj - reclamação trabalhista 1177/91. A recente investida da Reitoria, com base num parecer da procuradoria geral da UFRJ, visando suprimir o pagamento do percentual ganho na justiça através de ações rescisórias parece confirmar tal hipótese, pois a relação de beneficiados contém cerca de 18.000 (dezoito mil) servidores e docentes da UFRJ, que ultrapassam em muito os cerca de 8.000 (oito mil) servidores relacionados nos autos judiciais da reclamação trabalhista do Sintufrj, de acordo com a própria procuradoria.

Em função disso, enviamos ofícios à Reitoria, à Sub-Reitoria de Pessoal e à Procuradoria geral da UFRJ solicitando esclarecimentos so-

bre a situação de nossos sindicalizados (ver quadro abaixo), além de convidá-los para estarem presentes à Assembléia Geral de 22 de agosto.

Entretanto, algumas questões ainda permanecem em aberto. Se existem duas ações com ganho de causa, não seria preciso fazer o cadastramento de ambas no SICAJ e haver rubricas específicas no SIAPE para efetuar o pagamento? Se não, se foi permitida a extensão administrativa e o uso de uma única rubrica para todas as ações de mesmo conteúdo, por que tal extensão administrativa exclui, e tem excluído até hoje, parcelas cada vez mais significativas dos professores da UFRJ? A quem interessa quebrar a isonomia de salários na UFRJ? Se na sentença se reconhece o direito à reposição salarial dos índices expurgados, qual a lógica para limitar o benefício a uma data específica? Por acaso quem entrou para os quadros da Universidade após 1994 não sofreu as conseqüências do expurgo dos índices inflacionários dos planos econômicos do governo?

O tratamento dado pela Reitoria às decisões judiciais é ambíguo e oportunista. Quando elas lhe são desfavoráveis, utiliza todos os artifícios possíveis para obstruir a execução ou simplesmente as descumpra e silencia - até hoje ainda não foi feito o pagamento do abono pecuniário de 1998, por exemplo. Quando é

conveniente, usa o jurídico para se esconder assumindo o discurso legalista intransigente, mesmo que não haja ordem judicial que o apóie, como no caso do corte dos 26,05%. Neste caso, ainda houve o agravante da forma como a decisão foi anunciada, após o vencimento do prazo de cadastramento das ações, através de uma mensagem na página eletrônica da UFRJ, desrespeitosa e simplesmente terrorista.

Curiosamente, como na época da fatídica Portaria 77, a reitoria agora se coloca como vítima, sem autoridade ante a procuradoria geral, e, ao mesmo tempo, como agente empenhado em garantir os direitos dos professores e funcionários da UFRJ nos gabinetes de Brasília.

Sua mensagem (ver quadro abaixo), utilizando como porta-voz o diretor da Coppe, por exemplo, não deixa dúvidas quanto a isso, embora não questione o que acontecerá após agosto ou o prazo "negociado". Será que ainda há entre nós os que acreditam nas histórias da carochinha, em Papai Noel ou no Coelhoinho da Páscoa?

Não é por acaso que no instante em que os funcionários de 39 universidades estão em greve por melhores salários, os docentes de 25 universidades apontam para greve unificada com os servidores públicos estas coisas aconteçam na UFRJ. É a velha história do bode na sala...

Ofício da Adufrj-SSind ao reitor

Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 2001

Ofício nº 051/2001

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Reitor da UFRJ

Professor José Henrique Vilhena de Paiva

A Adufrj Seção Sindical do Andes-SN é autora de reclamação trabalhista, na qual foi concedida antecipação de tutela jurisdicional, em junho deste ano, pelo juiz Orlando dos Santos Diniz, da 5ª turma do TRT da 1ª Região, determinando que a UFRJ efetue a manutenção do pagamento do Plano Verão (26,05% - URP de fevereiro de 1989) aos seus associados, impedindo que a autarquia proceda à supressão do pagamento da vantagem, incorporada à remuneração desde outubro de 1994.

Tendo em vista a divulgação, pela Reitoria, da notícia do cancelamento das rubricas 5107 e 5108 que viabilizaram o pa-

gamento dos 26,05% a 18.000 funcionários públicos, tão somente pelo fato de que a procuradoria da autarquia não teria efetuado o cadastro da ação do Sintufrj no SICAJ - Sistema de Cadastro de Ações Judiciais, vimos requerer as seguintes informações:

- quais os números das rubricas que possibilitam o pagamento da vantagem de 26,05% aos nossos sindicalizados?
- já foi realizado o cadastramento de nossa ação ao SICAJ, instituído no Decreto 2839/98? Qual o número do processo administrativo correspondente?
- na folha de pagamento do mês de agosto de 2001 consta o pagamento de 26,05%, referente ao Plano Verão, para os professores sindicalizados?

Outrossim, verificamos no contracheque de inúmeros professores, substituídos

processualmente, que a vantagem foi cortada já no mês de julho de 2001.

Por tudo isso, requeremos em caráter de urgência, os esclarecimentos acima, bem como o imediato cumprimento da ordem judicial, restaurando o pagamento suprimido no mês de julho e evitando novos cortes neste mês de agosto.

Por fim, aproveitamos o ensejo para solicitar, mais uma vez, a presença de V. Sa. Ou de um representante qualificado da Reitoria da UFRJ para prestar os esclarecimentos necessários sobre a situação em tela à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, que será realizada na próxima quarta-feira, dia 22 de agosto de 2001, às 13:00 horas, no auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão.

Saudações Sindicais e Universitárias

José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind

À Comunidade COPPE

Em contato telefônico esta manhã com o Reitor da UFRJ, que se encontra em Brasília negociando com o Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação o absurdo corte de 26% dos salários de professores e funcionários técnico-administrativos, me foi dada a seguinte informação: 1) Com base em decisão favorável da Justiça a ação do SINTUFRJ, os 26% serão mantidos na folha de pagamento da UFRJ; 2) Avalia-se que isso possa ser mantido por um prazo de 90 dias, visto que a Procuradoria deverá recorrer e já há por parte dos tribunais competentes jurisprudência contrária a manutenção dos 26%; 3) A Reitoria esta mantendo negociações com os ministérios supracitados no sentido de incorporar os 26% no salário, embora não haja ainda uma definição para a questão.

A Direção da COPPE continuará acompanhando de perto os desdobramentos do caso, no sentido de atuar da forma mais eficiente para preservar os salários vigentes.
Segen Farid Estefen
Diretor da COPPE/UFRJ
(Em 15/8/2001)



Movimento

Posse do Sintufrj emociona comunidade da UFRJ

Chapa 2 venceu eleições com 53,22% do total de votos válidos

A Chapa 2 'Tá na hora da virada' venceu as eleições do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ para o biênio 2001/03. Os dirigentes tomaram posse em uma belíssima cerimônia na última sexta-feira, no Auditório do Roxinho (CCMN). A chapa 2 venceu o segundo turno das eleições com 2.606 votos (53,22% dos válidos) contra 2.291 (46,78%) da chapa 3 'Um sindicato trabalhado pela base'.

Emocionada, a representante Isabel Mansur (DCE), saudou a nova gestão e fez questão de ressaltar a o esforço da entidade na luta em conjunto com os alunos pela democracia na universidade e contra os desmandos da reitoria Vilhena. O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, também saudou a nova diretoria. "São pessoas com história no movimento e que sempre estiveram presentes na luta em defesa da instituição, da universidade e da educação pública", disse. Sanglard lembrou o acordo firmado entre o governo e o FMI: "o governo prometeu um superávit de 3,5% do PIB e quem vai pagar esta conta são os trabalhadores, mais uma vez". O professor fez questão de mencio-



Manuella Soares

CHAPA 2 TOMA POSSE NO AUDITÓRIO DO ROXINHO

nar a importância da unidade entre os segmentos (alunos, docentes e técnicos) nos embates com a reitoria e o governo federal. "Estivemos juntos nos debates sobre a periodização e estaremos agora com o indicativo de entrada na greve dos SPF para o dia 22", declarou.

O presidente da CUT-Rio, Antônio Carlos de Carvalho (Carlinhos) parabenizou a comissão eleitoral do Sindicato pela 'lisura, transparência e democracia' na condução das apurações nesta eleição.

Muitos também falaram sobre o processo eleitoral, tido como acirrado, com direito a troca de agressões e acusações entre os grupos. No final, ganhou a categoria. Esta foi opinião do representante da Fasubra Sindical, José Ronald Pinto. "A hora da virada vai ser a partir de agora. A vitória vai ser terminar a gestão com a categoria acreditando na luta", disse Ronald, aproveitando a oportunidade para lembrar que em 39 universidades os técnicos-administrativos já paralisaram suas atividades e o

movimento na UFRJ é decisivo para as negociações e o enfrentamento com o governo federal.

A coordenação geral da nova direção é formada pelos técnicos Ana Maria Ribeiro, Agnaldo Fernandes e Neusa Pinto. Ao tomar posse, a nova direção (formada por trabalhadores que participaram de outras gestões) prestou homenagem a alguns companheiros que ali se despediam, ainda que por enquanto, do comando da entidade. Marcílio Dias e Lenin Pires foram saudados e bastante aplaudidos por suas atuações, em especial, nos diversos momentos em que estiveram à frente de lutas internas - a intervenção do MEC, em 98 - e nas greves e movimentos da categoria.

Resultado das Eleições para o SINTUFRJ biênio 2001/2003

Total de Votantes
5.181

Total de votos válidos
4.897

CHAPA 2 - 2.606 (53,22%)
CHAPA 3 - 2.291 (46,78%)

Anote

Desigualdade sociais

A COPEA (Coordenação de Programas de Estudos Avançados) da UFRJ organizará em todo o mês de agosto conferências sobre o tema Desigualdades Sociais. Os encontros sempre acontecerão às quintas-feiras, às 17h30, no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura. No dia 23 de agosto, será a vez da professora Alba Zaluar, da UERJ, debater Violência e Desigualdade. O Fórum de Ciência e Cultura fica à Av. Pasteur, 250/2º andar, Praia Vermelha, e as conferências serão abertas ao público.

Música no Fórum

O projeto Música no Fórum se realizará todas quintas-feiras do mês de agosto, às 19h, no Salão Dourado, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. No dia 23, o repertório de Gabriel Fauré, Manuel de Falla, Astor Piazzolla e Francisco Mignone será executado por Ricardo Tuttmann, Marcos Ribeiro e Luiz Sodré, no Recital de canto, violoncelo e piano. Já no dia 30 de agosto, o Recital de violino e piano contará com os músicos João Daltro de Almeida e Ilze Trindade e as obras de Beethoven, Betrich Smetana, Antonín Dvorak e Radamés Gnattali. O Fórum fica à Av. Pasteur, 250/2º andar, Praia Vermelha, e a entrada é gratuita.

Serviço Social e Psiquiatria

Nos dias 28 e 29 de agosto será realizado o Seminário e o Fórum de Serviço Social e Saúde Mental, de 9h30min às 19h, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). O evento pretende discutir as questões do serviço social e a reforma psiquiátrica brasileira com assistentes sociais, trabalhadores e familiares do campo da saúde mental. Estão programados vários debates envolvendo profissionais de diferentes instituições, como a UFRJ, o Instituto Philippe Pinel e o Hospital Municipal Souza Aguiar. O auditório do CFCH fica à Av. Pasteur, 250, Fundos, Praia Vermelha. Informações e inscrições no CRESS (Rua México, 41, sala 1201 - tel.: 22401727.

Mast realiza exposição

O Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), no Rio de Janeiro, inaugura, dia 22 de agosto, a exposição temporária "Instrumento Científico: diferentes olhares". A mostra será dividida em quatro módulos: Introdutório, Instrumento e design, Instrumento e memória e Leitura de um instrumento científico. A palestra "Museu conta História" ocorrerá no dia 26 de agosto, com a participação do grupo Mundo da Lua a história do surgimento dos pontos cardeais e da bússola. Maiores informações no site no Mast (www.mast.br).


Andes

Andes-SN deve defender Ciência do país

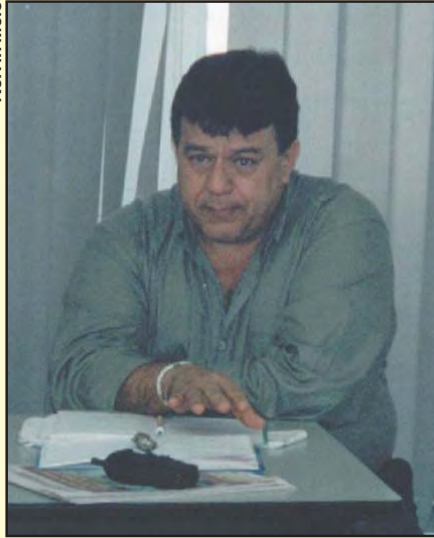
Dirigente do Sindicato Nacional critica política de C&T do governo e omissão das entidades científicas

O Andes-SN deve ocupar o espaço de defesa da Ciência e Tecnologia do país. Essa foi a conclusão do 1º tesoureiro do Sindicato Nacional, José Domingues de Godoi, em palestra aos professores das seções sindicais do Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto. Domingues criticou duramente a atual falta de resistência política das entidades da área no país, como a SBPC, e atacou os fundos setoriais criados pelo governo.

A última vez que o governo apresentou algum “arremedo de política de C&T” foi quando Renato Archer era o titular da pasta (março de 1985 a outubro de 1987), de acordo com o dirigente do Andes-SN. De lá para cá, a demolição do setor tomou impulso. As fundações de amparo à pesquisa, por exemplo, tiveram seus recursos cada vez mais reduzidos. “Se as fundações de amparo à pesquisa funcionassem como prega a Constituição, chegaríamos perto de 1,5% do PIB do país (no ano passado, calculado em cerca de R\$ 1 trilhão)”, disse.

Para acabar com o clima de oba-oba que vem junto dos fundos setoriais, Domingues deu o exemplo dos antigos investimentos da Petrobrás nas universidades. “A Petrobrás sempre colocou muito dinheiro na Universidade. Houve um tempo em que, só no CENPES, aplicava algo em torno de 2% do seu orça-

Kelvin Melo



mento, o que era mais do que todo o montante de todas as agências de fomento à pesquisa da época”, afirmou, para logo em seguida, atacar o fundo do petróleo. “Isso é uma migalha. E, pela atual legislação, a Petrobrás está praticamente impedida de investir mais na Universidade”.

Domingues também não gostou nem um pouco do modelo apresentado pelo governo para as universidades concorrerem ao fundo de infra-estrutura, com a obrigação de possuir uma fundação de apoio. Um excelente incentivo para a privatização das instituições.

Domingues mostrou preocupação com o recente acordo do Brasil com o FMI que vai provocar o maior arrocho da história do país e que pode representar a pá de cal na política nacional de C&T. “Uma vez que o orçamento da União é meramente autorizativo (ou

seja, apenas estipula um teto até onde o governo pode gastar), o governo poderia simplesmente limitar ou eliminar os recursos destinados aos fundos (para alcançar o *superávit* exigido pelo Fundo Monetário Internacional)”, comentou.

SBPC em baixa

Para justificar a sua descrença na força política da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Domingues citou a última Reunião Anual da entidade, realizada em Salvador, no meio deste ano. “Dos quase doze mil inscritos, aproximadamente 250 eram docentes universitários e pesquisadores; quase três mil eram professores da rede municipal e o restante, estudantes”, comentou. E para completar: “Este ano, a cerimônia de encerramento da SBPC se destinou à discussão da logomarca da entidade”. E isso ocorreu numa época de extrema gravidade e falta de esperança no futuro da ciência brasileira.

Uenf em greve

O professor da UFF e 1º vice-presidente da Regional Rio, Marcelo Badaró, aproveitou a reunião para informar que a Universidade Estadual do Norte Fluminense está em greve desde o início de agosto. A luta da comunidade da Uenf é pela autonomia (o conselho de uma fundação privada interfere na gestão universitária) e por reajuste salarial. Embora o sindicato local dos docentes não seja filiado ao Andes-SN, Badaró explicou que “existem algumas conversas em andamento”.

Calendário de Discussão nas Unidades - Periodização Resoluções Conjuntas CEG/CEPG 01/99, XX/2001 e XY/XX

Unidade/Centro	Prazos ou reuniões agendadas
Escola de Engenharia/CT	22/08, Quarta-feira - Prazo para reuniões de Departamentos 29/08, Quarta-feira, Congregação para deliberar
Escola de Química/CT	24/08, Sexta-feira, Congregação para deliberar
Escola de Belas Artes	27/08 - 13 horas, Sessão Ordinária da Congregação
NESC / CCS	28/08, 10 hs, Sala 31 do NESC . Discussão da resolução conjunta CEG/CEPG pelo corpo deliberativo
Escola de Enfermagem Anna Nery	29/08, Reunião de Congregação para fechamento da discussão
Escola de Comunicação	30/08, 11:30hs, Congregação para decidir posição da Escola de Comunicação quanto às propostas da Resolução CEG/CEPG nº XX/2001 e nº XY/XX
Escola de Educação Física e Desportos	04/09, Congregação para deliberar sobre o assunto

Agenda Sindical

Reunião da Coordenação do GTPE
20/08 - 15h00

Sala de Reuniões do ANDES-SN - Brasília

Pauta:

1. Preparação da Plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (dia 21/08);
2. Análise do Decreto 3860/01;
3. Outros Assuntos.

Reunião do GTCA da Adufrj-SSind
21/08 - 18h00

Observação: mudou de local. Agora, será na sede da Regional RJ do Andes-SN, na av. Rio Branco, 277/1306.

Plenária Nacional do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

21/08

Brasília-DF

14h00

Sala de Reuniões do ANDES-SN

Seminário Internacional sobre Direito de Greve nos Serviços Públicos

28 a 30/8

Brasília - DF

Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados

Reunião do GTSS/A

3/9

Florianópolis

Início: 9h00

Término: 18h00

Pauta:

Informes Nacionais; Informes dos GTs das S. SINDs; Preparação dos Encontros Regionais e Locais das 3 esferas; estratégias de luta frente à questão da exclusão de aposentados e pensionistas, da revisão salarial e da retomada de tramitação da PEC 136; outros Assuntos constantes da pauta de trabalho do GT

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação

20, 21 e 22/9

Montevideu - Uruguai

Marcha em Defesa da Educação Pública

3/10

Brasília

Fórum Mundial de Educação

24 a 27/10

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Debates

Boletim
Especial
Edição de
20 de agosto
de 2001

URGENTE

Em defesa da Universidade Pública

Comunicado do ANDES-SN à opinião pública em geral e à Comunidade Universitária em particular

Os docentes do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior do Andes-SN, reunidos em Brasília, no dia 04 de agosto de 2001, indicaram, por unanimidade, GREVE NACIONAL a partir de 22 de agosto. Os representantes das 29 Seções Sindicais presentes estabeleceram que a GREVE deve ser ativa, envolvendo todos os segmentos da comunidade, com amplas Assembléias e mobilizações no conjunto das universidades públicas brasileiras.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN - informa à opinião pública que as medidas governamentais que objetivam viabilizar um superávit orçamentário de 3,5% do PIB, conforme acordo com o FMI, para o pagamento da dívida pública, inviabilizarão o funcionamento digno das Instituições Federais de Ensino. É responsabilidade da comunidade universitária exigir um basta a essas medidas. A permanente corrida atrás de complementação orçamentária para custear níveis cada vez mais indigentes de funcionamento das instituições; a ausência de concursos re-

gulares para docentes, cujo déficit alcança oito mil vagas; os salários incompatíveis com a dignidade e a responsabilidade da profissão docente; a degradação acelerada da infra-estrutura, são marcas da política anti-universitária do MEC. Após seis anos de governo FHC e de gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, não é mais possível tolerar esses ataques que, lastimavelmente, recrudescem na medida em que se agudiza a falência do modelo econômico neoliberal.

De fato, como se não bastassem as ignominiosas ações já efetivadas, o novo acordo com o FMI, inspirado nas violentas medidas adotadas pela Argentina, irá requerer cortes ainda mais violentos como a redução de salários, por meio da redução das gratificações (já em curso na carreira dos técnico-administrativos), em especial da GAE, o item que compõe a maior parte do vencimento dos servidores, e do aprofundamento da ruptura da isonomia entre os docentes das carreira de terceiro grau e do ensino básico e da paridade entre ativos e aposentados – medidas encaminhadas por meio do projeto de emprego público que o MEC pretende apresentar ao Congresso Nacional. O referido projeto de emprego público significa um gigantesco passo na direção da privatização completa das instituições federais, extinguindo a estabilidade no emprego – uma conquista secular das universidades, sem a qual não é possível a plena autonomia individual do professor e, por conseguinte, a própria autonomia universitária constitucionalmente garantida – a aposentadoria integral e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nem mesmo os crédulos, que julgaram que o “responsável” professor Fernando Henrique apoiaria as uni-

versidades, hoje acreditam nessa versão e imagem cuidadosamente cultuadas pela mídia comprometida com o projeto neoliberal adotado pelo governo. Vale lembrar que ainda no início de seu primeiro mandato, indagado sobre a primazia de sua política educacional, o Presidente respondeu: “a universalização do ensino primário e a freagem do crescimento da universidade federal” (Archard e Flores, *Gobernabilidad: un reportaje de América Latina*. México: PNUD/Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 85). O Ministro Paulo Renato, em entrevista à revista Exame (10/06/96), completou: “a ênfase no ensino universitário foi característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias (...) hoje este modelo está em agonia terminal”. A ideologia da globalização fornece ao Ministro argumentos para sustentar que “o acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know-how* de que necessitam. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz mais sentido do ponto de vista econômico”. O Sr. Ministro parece esquecer que 99% das patentes pertencem a corporações multinacionais dos países do G-7 e que os custos da propriedade intelectual inviabilizam o acesso da população a direitos essenciais como os medicamentos, insumos agrícolas etc.

Essas orientações não são apenas intenções, mas, como vimos, políticas efetivas. Estudo do IPEA (CARBUCCI, P. R. Indicações sobre o Orçamento das IFES, Texto para discussão n. 752, RJ: IPEA, agosto de 2000) atesta a violenta redução das verbas de manutenção e de-

envolvimento das IFES. O gasto total com as 39 universidades federais aparentemente se manteve relativamente inalterado no período após 1995. Mas, se os valores forem desagregados, o quadro é outro: os gastos com “despesas de capital” (recurso destinado a bibliotecas, insumos, melhoria de instalações etc.) despencou 80%: de já irrisórios R\$ 173 milhões em 1995 para R\$ 31 milhões em 1998.

Ao mesmo tempo, o fornecimento de ensino superior pelo setor privado foi vigorosamente apoiado. A liberalização do “mercado educacional” fez com que o crescimento do setor privado fosse não apenas acentuado, mas implementado sem quaisquer formas de controle social. Proliferaram, na atual gestão do MEC, cursos irregularmente abertos fora de sua sede por universidades que, a rigor, não poderiam ostentar este título caso o Art. 207 da Constituição Federal estivesse sendo respeitado. Em nítido contraste com o financiamento das Federais, em apenas dois anos foram liberados R\$ 750 milhões do BNDES para as instituições privadas. Na prática, o controle de qualidade do ensino foi reduzido ao chamado “produto final”, por meio do Exame Nacional de Cursos em que quatro ou cinco anos de formação são avaliados por pouco mais de uma dúzia de questões de múltipla escolha, negando a autonomia universitária e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão (portanto, a própria Constituição Federal) e, ainda, a verdadeira avaliação acadêmica que deveria acompanhar toda a formação dos estudantes.

O Conselho Nacional de Educação, em vez de um órgão de Estado, como previsto no projeto de LDB original, assumiu a feição institucional de órgão

de Governo. Atualmente, sua composição assemelha-se a um condomínio de representantes do setor privado. Até mesmo conselheiros vinculados ao projeto governamental como J. A. Giannotti e Eunice Durhan, apesar de artífices do projeto educacional neoliberal, mostram-se constrangidos com o clima de negócios que ronda o MEC, situação que levou o Chefe de Gabinete do Ministro Paulo Renato a se afastar do cargo. Um representante da Fundação Cesgranrio, possível doadora de impressionantes R\$ 500 mil para a reeleição de FHC, foi nomeado membro do CNE enquanto que a Cesgranrio recebeu a atribuição de elaborar parte do “Provão”, um contrato que seguramente envolve valores significativos e confere considerável poder para a mesma.

As universidades públicas reagiram ao processo de desmonte e ampliaram a oferta de matrículas apesar de inédita redução do quadro docente. Professores e estudantes, por mérito das universidades, de denodados membros dos comitês da Capes e do CNPq que lutaram pela manutenção das quotas de bolsas, e do esforço pessoal, qualificaram-se por meio do mestrado e do doutorado. Assim a produção científica cresceu.

Porém, essa expansão heróica trouxe seqüelas. Fundações privadas foram constituídas nas IFES, redefinindo-as como instituições de venda de serviços, em detrimento de seu caráter de instituição fomentadora de pesquisa orientada pelas questões lógicas internas do campo científico e pelas necessidades sociais. Este processo insidioso de privatização tem como combustível o arrocho salarial decorrente de sete anos de congelamento salarial, visto que a gratificação imposta pelo MEC, além de irrisória e antiacadêmica, discrimina aposentados e docentes da carreira do ensino básico das IFES.

Em suma, o projeto governamental em curso já avançou a ponto de despedaçar o caráter público das Instituições Federais de Ensino Superior. O ensino de qualidade, associado à pesquisa, já não encontra nessas instituições o ambiente necessário ao seu desenvolvimento. A participação das instituições privadas no ensino superior não pára de crescer, sufocando as públicas. A adesão dos docentes ao movimento de greve, nesse sentido, é um gesto de luta em defesa do ensino público de alta qualidade, voltado para as necessidades da maioria da sociedade brasileira.

Brasília, 6 de agosto de 2001



Jorge Beinstein/Professor universitário, Buenos Aires - traduzido por Iraci D. Poleti

Argentina Entre a dívida e o saque uma economia de joelhos

A Argentina enfrenta uma situação explosiva: a crise mundial (agravada pela possível recessão da economia norte-americana) e o naufrágio generalizado de suas próprias regras econômicas, de suas identidades políticas e culturais e de suas instituições

No dia 17 de junho, dois argentinos foram mortos na província de Salta, perto da fronteira com a Bolívia, durante confrontos com a polícia, que tentava reabrir a principal via de circulação, bloqueada pelos manifestantes. Estes protestavam contra a crítica situação social dessa parte deserdada do país. Nela, segundo o cotidiano *La Nación*,¹ 56% da população vivem em estado de pobreza, e 17% mal conseguem fazer uma refeição por dia.

Acompanhando o desastre econômico e o empobrecimento de amplos setores da população, os protestos populares, que se multiplicam, aumentam o isolamento de um executivo prematuramente gasto. No poder desde 10 de dezembro de 1999, há menos de dois anos, prometendo o fim da corrupção e a reativação da economia, o presidente Fernando De la Rúa mais que decepcionou. A situação não melhorou em nada e, em numerosos setores, está pior que antes. Desde seus cem primeiros dias à frente do Estado, o presidente se fez o defensor do modelo implantado pelo predecessor, o peronista ultraliberal Carlos Menem, e assinou um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Um contexto degradado

Em matéria de luta contra a corrupção, as promessas de De la Rúa deram lugar apenas a uma ação superficial, limitada a

alguns funcionários próximos a Menem. A corrupção institucional não pode, de fato, ser abrangida se abstraída de suas bases, isto é, da hegemonia de grupos econômicos muito concentrados (na maioria, estrangeiros). Seus “super-lucros” alimentam-se de uma pilhagem permanente que não pode funcionar a não ser com a cumplicidade do Estado. Articulação de clãs desonestos (políticos, patronais, judiciários, policiais etc.) e de uma oligarquia governante cleptocrata, o “menemismo” não era nem tão excepcional nem tão anormal como há quem diga. Era apenas a adaptação peronista ao esquema econômico vigente.

A Argentina enfrenta uma situação explosiva: a crise mundial (agravada pela desaceleração e pela possível recessão da economia norte-americana) e o naufrágio generalizado de suas próprias regras econômicas, de suas identidades políticas e culturais e de suas instituições. Tudo isso num contexto latino-americano igualmente degradado — fruto do casamento entre um capitalismo subdesenvolvido (Estado mínimo, desmantelamento da legislação trabalhista e da previdência social) e a “democracia” parlamentar de tipo ocidental.

PIB negativo de mais de 3%

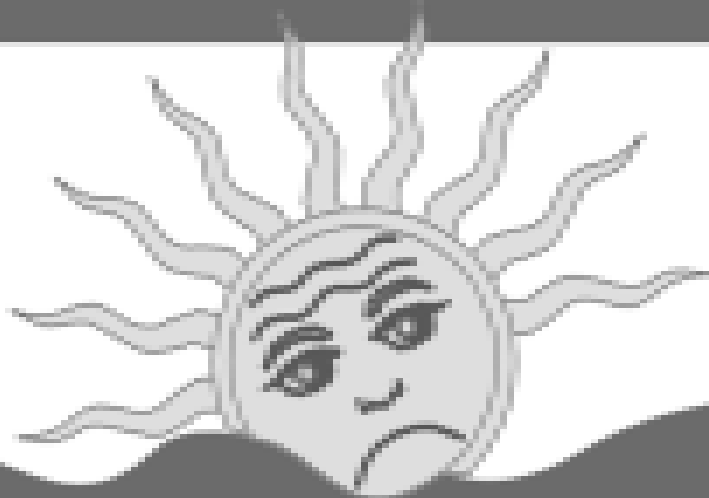
“Elitizadas”, as sociedades esqueceram no caminho as massas crescentes de mar-

ginalizados e de indigentes. A desarticulação dos tecidos produtivos, começada na década de 80 (ou mesmo antes, em alguns casos), agravou-se. Ligadas a interesses financeiros e mafiosos globais, as burguesias locais voltaram-se, em parte, para os negócios parasitários ilegais, ou semi-legais, do narcotráfico ao saque do Estado.

De 1985 até a crise financeira mexicana do fim de 1994, uma recessão muito forte afetou uma boa parte da região,² e o crescimento, com grandes dificuldades, só se manteve graças ao aumento das dívidas externas e dos déficits fiscais. É desse modo que a dívida externa regional passa de 450 bilhões de dólares, em 1991, para 750 bilhões de dólares em 1999, ano ao longo do qual a variação do PIB regional por habitante é negativa (-1,6%), com quedas superiores a 6%, no Equador e na Venezuela, e de mais de 3% na Argentina e na Colômbia. A situação piorou em 2000 e tudo indica que ainda se agravará em 2001.

O círculo vicioso da dívida

A crise argentina resulta de uma longa sucessão de fracassos acumulados durante mais de um século: esgotamento do modelo agro-exportador da década de 30; do sistema de industrialização subdesenvolvido e de sua expressão política popular, o peronismo (entre 1945 e 1955); de todas as



tentativas conservadoras, mais ou menos autoritárias e sangrentas ou “democráticas” que, desde o golpe de Estado militar de 1955, não puderam estabilizar a sociedade; do encontro, enfim, no decorrer da década de 90, de um capitalismo nacional em declínio e parasitário com o capitalismo global submetido à especulação financeira.

O aumento da dívida externa, pública e privada, constitui um fator importante na degradação da situação. A dívida pública se manteve relativamente estável no fim da década de 80 e no início da década de 90, sendo que as importantes entradas de capitais, devido à grande quantidade de privatizações de empresas públicas, mantiveram a ilusão de uma estabilização. Porém, uma vez esgotados os fundos das privatizações, a dívida do Estado voltou a crescer. Chegava a 110 bilhões de dólares no final de 1998. Além disso, se essa dívida pública dobrou entre 1992 e 1998, a dívida privada multiplicou-se por dez, passando de 3,5 bilhões de dólares a 35 bilhões de dólares (segundo estimativas oficiais). No fim do ano 2000, o endividamento total do país (Estado, províncias, setor privado) atingia 200 bilhões de dólares.³ Como o pagamento dos juros provoca um endividamento ainda maior (a Argentina toma emprestado para pagar os juros da dívida), o círculo vicioso se auto-alimenta,

levando o país ao *crack* financeiro.

O desastre da “dolarização”

Seria possível argumentar que a ausência local de capitais e a abundância de fundos globais destinados aos mercados emergentes que impeliram governantes e empresários argentinos a solicitarem empréstimos. Isso seria esquecer que o Ministério da Economia calcula em 120 bilhões de dólares o montante de depósitos de argentinos em contas bancárias no exterior e em paraísos fiscais. No passado, afirmava-se que os impasses de um Estado dirigista, impedindo-os de trabalharem livremente, provocavam a fuga desses capitais. É difícil imaginar uma economia mais liberal do que a atual. No entanto, a fuga dos capitais se acelerou!

A partir do início da década de 90, a política de abertura às importações e a supervalorização da moeda local (a relação entre o peso argentino e o dólar dos Estados Unidos é de paridade) fizeram explodir o déficit comercial. De fato, em abril de 1991, no primeiro mandato do presidente Carlos Menem, Domingo Cavallo, “superministro” da Economia, havia implantado o sistema de convertibilidade do peso em dólar (um peso igual a um dólar) e o inseriu na Constituição. Automaticamente, essa paridade fixa encareceu os produtos argentinos e

teve conseqüências negativas sobre inúmeras indústrias locais que, desde então, têm dificuldades para exportar. Ao mesmo tempo, isso beneficiava a compra de produtos estrangeiros, que invadiram o mercado interno e fizeram concorrência a setores inteiros da economia argentina. Tudo isso aumentou o desemprego, mas também provocou uma oferta local de bens que freou a inflação. Somando-se à concentração financeira, comercial e industrial, a nova paridade favorecia um modelo fundamentalmente importador, dominado por um reduzido grupo de firmas multinacionais. O resultado, também aqui, foi o aumento da dívida externa e ajustes econômicos cada vez mais dolorosos que, supostamente, são necessários para reduzir o déficit comercial e desacelerar... o endividamento.

Rumo a uma economia “colonial”

Segundo os economistas neoliberais, a má gestão das empresas públicas era responsável pelo déficit fiscal. E agora? A privatização das “jóias” do Estado não impediu que os déficits continuassem aumentando... E ainda foi preciso obter novos empréstimos! Uma causa importante do déficit é a evasão fiscal das empresas estrangeiras, que se soma à pouca pressão fiscal sobre as altas rendas, bem como às enormes transferências de recursos públi-

cos para os grandes grupos econômicos, particularmente para os setores financeiros. A privatização da previdência social e a redução das cotizações pagas pelo patronato constitui um bom exemplo dessa política. Elas privaram o Estado de mais de 8 bilhões de dólares por ano, cifra próxima do déficit das contas públicas.⁴

Esse Estado, que a ortodoxia neoliberal prometia sanear, depurando-o de suas taras burocráticas, reduziu suas dimensões e seu peso econômico, mas continuou submetido às manipulações dos grandes grupos financeiros. As privatizações — que, de fato, constituem desnacionalizações — desenharam uma nova economia que poderia ser classificada como “colonial”.⁵

As ilusões triunfalistas da década de 90

A dupla pilhagem, externa (pagamento da dívida) e “interna” (super-lucros dos grandes grupos econômicos) esgotou em poucos anos uma economia já muito deteriorada. Entre 1997 e julho de 2000, a taxa de desemprego passou de 13,8% para 15,4%.⁶ Em 2000, o número de pobres em Buenos Aires e nos subúrbios ultrapassava 3,5 milhões de pessoas, com muitos portenhos — habitantes da capital — fazendo malabarismos entre dois e até três empregos para sobreviverem. Acrescentando-se a isso as províncias, sobretudo as mais distantes (Corrientes, Chaco etc.) e onde se concentra a pauperização, o país, neste final de século, contava com 14 milhões de pobres, mais de 3 milhões de indigentes e mais de 2 milhões de desempregados.⁷

Realidade estrutural, produto de um capitalismo convertido em sistema de pilhagem, a recessão nada tem de um fenômeno conjuntural, atribuível a causas passageiras. As ilusões triunfalistas apregoadas pelos neoliberais nos longínquos anos 90 não resistiram à realidade dos fatos. Os ministros da Economia navegam, atualmente, em águas turbulentas, tentando desesperadamente sobreviver, cada vez mais a curto prazo, enquanto se ampliam os protestos populares que ameaçam transformar-se em rebelião generalizada.

A “megatroca” de Cavallo

Em dezembro de 2000, em estado de virtual impossibilidade de pagamento, o governo só se salvou graças a um socorro financeiro no valor de 39,7 bilhões de dólares, administrado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A propaganda oficial tentou apresentar esse balão de oxigênio como uma “proteção” que permitiria à Argentina retomar seu crescimento. A ilusão durou apenas alguns meses. Demissionário

no dia 2 de março de 2001, José Luis Machinea, ministro da Economia, foi substituído por uma equipe ultraliberal que tenta um ajuste de salvação baseado em cortes brutais nas despesas públicas (particularmente na educação). A experiência só conseguiu desencadear uma gigantesca resposta popular (greves, bloqueio de estradas, ocupação de universidades).

Politicamente isolado e com seu mais baixo índice de popularidade, o presidente De la Rúa chamou Domingo Cavallo, pai da política econômica durante a maior parte do regime de Menem, para o Ministério da Economia, fazendo dele seu virtual primeiro-ministro. Após haver aumentado a pressão fiscal (o que acelera a recessão), Cavallo procurou, na seqüência, obter o refinanciamento de uma parte considerável da dívida externa. O que finalmente conseguiu no dia 4 de junho graças à transformação de 29,477 bilhões de dólares de dívida de curto e médio prazos em dívida de longo prazo. Contudo, a justiça investiga a operação, afetada por evidências de corrupção no pagamento de “comissões” exorbitantes aos grupos financeiros implicados nessa “megatroca”.

O mito da estabilidade eterna

Afetado pela situação preocupante do Brasil (seu principal parceiro comercial, às voltas com uma grave crise energética) e pela sombra de um arrefecimento comercial, Buenos Aires teve que se decidir, no dia 15 de junho, por uma “desvalorização virtual” de sua moeda. Após uma década de paridade fixa com o dólar — que, provocando uma sobrevalorização insustentável do peso, bloqueou as exportações — o “peso comercial”, criado recentemente, já viu seu valor cair 8% em relação ao “peso normal” — que continua sendo trocado à taxa fixa de um dólar.

Isso introduz um fator adicional de instabilidade a uma situação já muito preocupante. Além do que um dos mitos do neoliberalismo argentino da década de 90 está definitivamente numa situação difícil: a eterna estabilidade do tipo de câmbio, orgulho do ex-presidente Menem, e que De la Rúa jurara manter e até declarara, como seu antecessor, que preferia dolarizar completamente a economia a desvalorizar o peso. Essa ilusão monetária fez muitos argentinos acreditarem que seu dinheiro se havia transformado miraculosamente em dólares. Em contrapartida, ninguém os alertou de que a supervalorização do peso permitia às empresas estrangeiras descapitalizarem o país que, por sua vez, endividava-se um pouco mais a cada dia.⁸ Menos ainda o FMI, que sempre citou a Argentina como um modelo de ortodoxia econômica. E que novamente, no dia 22 de junho, através de seu diretor de Relações Exteriores, Thomas Dawson, manifestou seu apoio ao plano de Cavallo...



1 27 de junho de 2001. [voltar]

2 Durante esse período, o PIB latino-americano caiu 1,5%, em média — com situações dramáticas, como as da Argentina (-6,2%) e do México (-8,2%). Fonte: “Estudio Económico de América latina y el Caribe 1995-1996”, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Santiago (Chile, 1997). [voltar]

3 Estado: 133 bilhões de dólares; províncias: 21 bilhões de dólares; setor privado: 47 bilhões de dólares. [voltar]

4 Ler, de Jorge Beinstein, “Neoliberalismo y saqueo. Hacia la liquidación del sistema de seguridad social”, *Ciudadanos* n° 2, Buenos Aires, verão de 2001. [voltar]

5 Se 14% dos depósitos bancários estavam em estabelecimentos de capitais estrangeiros em 1994, essa taxa chega a 51% no ano de 2000. Os grupos estrangeiros também aumentaram seu controle sobre outros setores: em 1998, entre as 100 primeiras empresas do país, 67 eram de origem estrangeira, contra 36 em

1989, ano da posse de Menem na Presidência (*Les Echos*, Paris, 2 de outubro de 2000). [voltar]

6 *Les Echos*, Paris, 14 de agosto de 2000. [voltar]

7 *El País*, Madri, 24 de novembro de 2000. [voltar]

8 As verbas destinadas ao pagamento da dívida estouram: 23% do orçamento, em 2001, contra 10% em 1997. Fonte: *Libération*, 22 de junho de 2001. [voltar]



Agora é greve!

Guilherme Lessa

Unificar para Vencer

Dia 28 na Candelária

A CUT convoca todas as categorias com data base no segundo semestre para o ato de unificação de luta das categorias no dia 28, às 15h, com concentração na Candelária

N o v o **Calendário** **Eleitoral da** **Adufrj-SSind**

Inscrição de chapas - 17 de setembro (segunda-feira)

Eleições

9, 10 e 11 de outubro (terça, quarta e quinta)

Posse da nova diretoria

12 de novembro (segunda)

Podem votar os eleitores sindicais até

12 de agosto de 2001

Candidatos à chapa da diretoria devem ter se sindicalizado até 13 de junho de 2001

Eleições do Conselho de Representantes

Inscrição de listas até 2 de setembro
Votação - 12, 13 e 14 de setembro

Observação: caso não surjam inscrições para a eleição do Conselho (ou apareçam novos candidatos após essas datas), as novas listas podem ser inscritas até 30 de setembro e a eleição do CR vai coincidir com as datas das eleições da Diretoria (9, 10 e 11 de outubro).

Professores da UFRJ avaliam gravidade da situação e decidem adesão ao movimento unificado dos SPF

Os professores da UFRJ deflagraram a greve em Assembleia Geral realizada no Auditório do Centro de Tecnologia, no dia 22 de agosto. Foram 163 votos a favor, um contra e cinco abstenções. Com esta decisão, os docentes da maior universidade federal do país se juntam aos colegas de 38 outras instituições, aos funcionários técnico-administrativos de 41 universidades, aos trabalhadores da Previdência, aos professores do Colégio Pedro II e a vários outros servidores públicos federais. É a greve dos SPF que ganha força e mostra a disposição de luta contra o governo FHC.

A pauta de reivindicações pela qual os docentes entraram em greve abriga os seguintes pontos: pela abertura de concursos pelo Regime Jurídico Único; contra o projeto de Emprego Público (no caso dos docentes, Paulo Renato já avisou que pretende mandar a regulamentação de Emprego Público das IFES para o Congresso); pela defesa dos direitos sindicais (não custa lembrar que o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, foi ameaçado de demissão e ficou meses sem receber seu salário. Também precisou se transferir da UFRJ para a UnB para exercer o seu mandato sindical); pela defesa dos direitos dos aposentados (contra, portanto, o desconto previdenciário) e pelo reajuste salarial de 75,48% (índice acumulado de 1995 a dezembro de 2000, calculado pelo Dieese) e incorporação das gratificações.

26,05%

A ameaça de corte dos 26,05% (Plano Verão), embora seja mais um fator de indignação na universidade, não faz parte da pauta geral dos SPF. Informações extra-oficiais da Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind deram conta de que houve o cadastramento das ações da Seção Sindical dos docentes e do Sintufrj no Sistema de Acompanhamento de Ações Judiciais (SICAJ) do governo (o que foi confirmado no Consuni, página 4). Isso



PROFESSORES VOTAM A DEFLAGRAÇÃO DA GREVE

garante o pagamento para o mês seguinte, mas não se pode prever como será a próxima folha, uma vez que a Procuradoria da universidade (também extra-oficialmente) está recorrendo das liminares conseguidas pelos movimentos organizados da UFRJ. Ao fim da Assembleia Geral, os professores presentes decidiram incluir a questão dos 26,05% no ponto de pauta de isonomia salarial das reuniões de Unidades que se sucederão durante a greve. A AG aprovou a convocação formal do reitor para prestar esclarecimentos sobre o tema na próxima Assembleia, marcada para 29/8, às 13h, no Auditório do Centro de Tecnologia. Vilhena, um representante da Procuradoria e um representante da SR-4 foram convidados para esta última, mas não compareceram.

Periodização

Na Assembleia foi informado que o material relativo à rediscussão da periodização do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind seria publicado nesta edição (ver encarte).

Eleições da Adufrj-SSind

A AG aprovou um novo calendário eleitoral para a eleição de diretoria da Adufrj-SSind. Nenhuma chapa havia se inscrito até 13 de agosto, primeiro prazo aprovado. Agora, os candidatos podem se inscrever na seção sindical até 17 de setembro e os dias da eleição serão 9, 10 e 11 de outubro. Houve o entendimento de que o prazo para inscrição de listas do Conselho de Representantes da entidade ainda é válido (até 2 de setembro), assim como a eleição para este colegiado permanece nos dias 12, 13 e 14 de setembro. Caso apareçam mais inscrições para o conselho após esta data, também serão realizadas eleições para representantes juntamente com a eleição de diretoria (9, 10 e 11 de outubro). E a inscrição de listas poderá ocorrer até 30 de setembro. Também foi decidido que haverá convocação para as eleições de diretoria por meio de um edital de prorrogação em jornal de grande circulação. Embora não tenha sido considerada necessária (o Regimento Eleitoral da entidade é omissivo neste ponto), a medida será providenciada como mais uma forma de divulgação do processo.

Continua na página 2



Greve

Continuação da matéria da capa

Uma lição dos alunos aos professores da UFRJ

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind transcorreu em clima de grande indignação com a postura do governo federal. Os salários congelados há sete anos, as condições de trabalho deterioradas e o ridículo aumento de 3,5% anunciado por FHC (e, ainda por cima, vinculando o desconto dos aposentados e outros cortes na área social) mobilizaram centenas de alunos e professores para o Auditório do Centro de Tecnologia. Os informes de deflagrações de greve em outras universidades, os relatos emocionados de alunos em apoio ao movimento grevista e uma indicação pró-greve nas reuniões de Unidades foram mais do que suficientes para a decisão final da AG. A greve na UFRJ congrega agora alunos, funcionários e docentes.

Chamou a atenção logo de início a dura intervenção dos alunos de Engenharia Eletrônica. Aos gritos de “ão, ão, ão, greve séria é solução!”, mais de cem estudantes entraram no Auditório e “incendiaram” a Assembléia com a fala de seus representantes. O aluno Pedro Vieira fez menção aos professores “covardes” que não têm a coragem de encarar um movimento de greve. “Estamos tentando dar os braços para os professores, mas não pode ser com meia dúzia parando e outra meia dúzia, não. Que seja feito o protesto de valorização da universidade. Vamos dar total apoio a isto, se os professores demonstrarem seriedade”, afirmou. “Não é greve para ir à praia, comer camarão... se é que o professor tem dinheiro para comprar camarão”, completou, para risadas e aplausos gerais.

Pouco antes de Pedro, o estudante de Arquitetura Daniel Sousa, um dos representantes discentes no Consuni e integrante do DCE, fez ver aos presentes que a greve dos professores abre um espaço interno importante de discussão para temas de interesse estudantil, como a luta pela volta do bandeirão. “É o momento de vincular a pauta interna à pauta externa, contra o Vilhena”.

Alunos protestam no CAP

Foi no dia anterior à Assembléia (21/8), no entanto, que veio a maior lição dos alunos para os professores que perderam as esperanças. De forma espontânea, os alunos do Colégio de

Aplicação (CAp-UFRJ) elaboraram cartazes, faixas e um panfleto em defesa dos professores e saíram às ruas próximas para informar a população. No calor do protesto, chegaram a parar o trânsito para chamar a atenção para sua causa. A polícia foi chamada e um passante gritou: “Prendam essas crianças!”. Os estudantes se ajoelharam no meio da rua e disseram: “Prendam a gente, então!” No fim, o protesto foi contornado sem maiores problemas, apesar da agressividade policial.

A representante da APG e também conselheira do Consuni, Gilda Moreira, esteve presente e passou o recado: “Que bom ouvir essa manifestação da Engenharia. Os estudantes vão estar aqui presentes em apoio aos professores”, disse. Gilda ressaltou a palestra do argentino Néstor Correa (ver matéria na página 3) e lembrou que os “Piqueteiros” (desempregados e trabalhadores argentinos) estão defendendo o ensino público em suas manifestações. Os centros acadêmicos da Física e do Serviço Social marcaram presença e deram seu apoio total à greve.

Algumas intervenções da Assembléia

Conselheiro da Adufrj-SSind e professor da FAU, Roberto Houaiss falou que já estava na hora de “acordar do pesadelo”. Houaiss citou a importância do movimento mostrar sua força para disputar espaço na mídia. “Quero uma greve para resolver os problemas do meu trabalho e para pensar a conjuntura do continente com os professores argentinos, uruguaios e venezuelanos”. A fala do professor Jorge Luiz do Nascimento (Eletrotécnica) foi o exemplo de que a indignação chegou a docentes anteriormente afastados de movimentos de greve. “Sempre detestei entrar em greve. Mas agora é oportuno. A gente quer o justo e o prometido. A gente quer o que é nosso”, afirmou. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, ressaltou a demonstração dos alunos. “Temos que aproveitar a greve para rediscutir esta instituição. O aviso dos alunos é importante para a reflexão. Este não é

um governo frágil. Temos que fazer grandes atos com participação massiva dos docentes. Hoje, a AG conta com 120 professores (ao final, seriam 216). Queremos mil professores na próxima Assembléia”, disse.

Selene Alves Maia, do Instituto de Matemática, observou que os alunos estão reensinando aos professores. “Hoje, (os estudantes) vieram resgatar o sentido da cidadania. É o momento de marcharmos juntos. Não é greve para (professor) ficar trancado no laboratório”, disse. O decano do CCMN, Marco Antônio Faria, proclamou a necessidade de luta neste momento. “Esse número de professores da Assembléia nem de longe corresponde à resposta que podemos dar a esse governo. Temos que lutar agora nem que seja o último combate. É uma bazófia esse aumento de 3,5%. É uma indignidade”, afirmou.

Professores Substitutos

Embora não sejam professores do quadro efetivo, a AG aprovou a necessidade de chamar os substitutos para o movimento grevista. Já que são submetidos aos contratos temporários, os substitutos deveriam estar protegidos por um trabalho político a ser feito junto às Unidades. Ficou acertado que seria chamada uma reunião com os professores substitutos nos próximos dias (2ª feira, 16h, sala C-207 do Centro de Tecnologia).

Comando Local de Greve

O Comando Local de Greve foi instalado na última sexta-feira (24/8), na sala D-210 do Centro de Tecnologia.

Indicações para as reuniões de Unidades

Foi indicado às reuniões de Unidade para que sejam convocadas preferencialmente com a presença de representantes de alunos e técnico-administrativos. Nessas reuniões, além da mobilização para as atividades de greve e a questão da isonomia salarial (incluídos os 26,05%), seriam discutidas quais atividades consideradas essenciais seriam levadas para apreciação do Comando Local de Greve e à Assembléia Geral.

Reuniões nas Unidades

NUTRIÇÃO

27/08 - segunda, 9h30
Anfiteatro Bloco J/2º andar

29/08 - quarta, 10h
Anfiteatro Bloco J/2º andar

FÍSICA

27/08 - segunda, 12h
Sala A-343

SERVIÇO SOCIAL

27/08 - segunda, 14h
Praia Vermelha (local a confirmar)

CENTRO DE TECNOLOGIA

29/08 - quarta, 9h30
local a confirmar

MATEMÁTICA

27/08 - segunda, 11h30
Bloco B sala 110

GEOCIÊNCIAS

28/08 - terça, 10h
local a confirmar

E.E. Anna Nery

28/08 - terça, 15h
Sala 1 Centro de Estudos - HESFA

CAP

27/08 - segunda, 8h30
Auditório do CAP

ECO

27/08 - segunda, 14h
local a confirmar

IFCS

27/08 - segunda, 10h
local a confirmar



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

 Internacional

Resistência dos trabalhadores argentinos reforça a luta no Brasil

Modelo neoliberal chegou ao limite na Argentina e provocou reação da sociedade

“Eu sou você amanhã”. Um antigo bordão de propaganda não poderia ser mais adequado para descrever a atual situação de Argentina e Brasil. Essa foi a impressão causada pelo debate “Crise Capitalista e Universidade: políticas do Banco Mundial e resistência dos docentes e demais trabalhadores argentinos”, realizado na Escola de Serviço Social (20/8) e Faculdade de Letras (21/8). O secretário geral da Associação Gremial dos Docentes da Universidade de Buenos Aires, Néstor Correa, foi o convidado das palestras organizadas pela Adufrj-SSind. A fala do professor argentino trouxe muita esperança de um futuro melhor graças à crescente mobilização dos trabalhadores daquele país frente aos desmandos dos organismos internacionais de controle da economia.

Néstor comoveu as audiências logo de início. O professor argentino mencionou que, sempre que um militante da Associação de docentes se apresenta em algum ato público, deve ser citada uma homenagem aos 30 mil desaparecidos políticos daquele país durante o regime militar. Néstor destacou que a luta do momento passa pela liberdade de cinco líderes das grandes manifestações que estão tomando conta da Argentina e pelo arquivamento de mais de 2,5 mil processos movidos contra pessoas que se opuseram ao regime atual.

Crise econômica sem precedentes

Durante sua fala, no lotado Auditório da Escola de Serviço Social, Néstor destacou alguns aspectos da crise argentina que lembram em muito os problemas vividos no Brasil. Falou da estagnação da economia há três anos e dos salários congelados desde 1992. “Hoje, o salário de um docente tem poder de compra 70% menor do que naquela época”, afirmou. As empresas públicas foram privatizadas. Um processo que, segundo ele, foi resultado da ação do atual mi-

nistro da Economia, Domingo Cavallo. O professor recordou que Cavallo já tinha sido ministro dos militares, quando ficou famoso ao transformar dívidas de empresas privadas em dívidas do Estado. Em sua segunda passagem pela pasta do ministério, já no governo Menem, houve a privatização e, agora, em sua terceira gestão, promove o maior arrocho dos trabalhadores daquela nação. Sem esconder sua indignação, Néstor comentou que os bancos argentinos nunca tiveram tanto lucro como agora. Uma demonstração clara de que a crise interessa a certos grupos.

Modelo esgotado

O entusiasmo que se seguiu às privatizações, sob a ilusão da maioria do povo argentino, não durou muito. Néstor Correa deu o exemplo do ocorrido com a privatização da *Aerolíneas Argentinas*, que já foi a terceira melhor do mundo em segurança e qualidade. Com o regime militar, a ex-estatal forte se afundou nas dívidas, que se agravaram no governo Carlos Menem.

O professor argentino ressaltou que outras crises conjunturais já ocorreram antes e foram “resolvidas”, o que sugere que o modelo neoliberal está se esgotando. “O que deixa essa crise de expectativa para o futuro é que ela não tem mais solução nos termos tradicionais (impostos pelos técnicos do FMI). Todas as tentativas batem de forma muito profunda nos trabalhadores”, comentou. Néstor argumentou que qualquer briga com a economia financeira é difícil, mas existem muitos problemas na conjuntura atual. “A indexação ao dólar não é mais possível e o que todos os setores do poder concordam é o arrocho em cima dos trabalhadores”, completou.

Néstor, que é da área de Economia, chegou a ironizar o “jogo de cena” do Banco Mundial na mídia. “O Banco diz que quer elevar a qualidade de vida dos argentinos, mas como pode brigar por isso com o arrocho dos salários, com o fim da Educação, com cortes na Saúde. A resposta para tudo isto, de acordo com Néstor, tem sido a manifestação nas ruas. “Nossa associação de docentes está participando deste movimento. Estamos dispostos a manter a unidade de ação contra os organismos internacionais”, contou.

Professor da UFRJ compara situações

Também convidado para falar no debate, o professor da Escola de Comunicação e integrante do Grupo de Trabalho de Política Educacional, Luiz Carlos Brito Paternostro, comentou a proximidade da crise entre os dois países. “Nós podemos ver isso um pouco distante (a crise argentina) e, talvez, quando a crise chegar aqui, será tarde demais”, observou. Paternostro lembrou a importância da mídia na venda de uma imagem para a sociedade. “Há quatro anos, era fácil defender a privatização. A globalização era vista como solução”. Passado esse tempo, o professor chamou a atenção para um personagem da sociedade que classificou como “charlatão econômico”, aquele que oferece a cultura da sobrevivência e ilude a maioria. Citou o exemplo do apagão brasileiro. “Se falta luz, a culpa é atribuída ao indivíduo que não poupou”, disse.

Na Universidade, ainda de acordo com Paternostro, o FMI prega uma menor retenção do estudante “para se alcançar o índice satisfatório”, o que é bastante perigoso da forma como está sendo apregoadado, através da periodização (intensificação do trabalho docente). “Sinto que a greve na qual estamos entrando é a maior greve política dos últimos dez anos, contra a ameaça de extinção da Universidade tal como a conhecemos. Que a gente utilize este tempo da greve para refletir sobre a situação internacional e sobre como essas políticas são implementadas no nosso dia-a-dia”, afirmou. Para quem pensa que a atuação dos organismos internacionais no Brasil é invenção da oposição, Paternostro cita que os atuais ministros Pedro Malan e Paulo Renato já foram gerentes do Banco Mundial no país durante o governo Collor. “Nosso Secretário de Saúde Municipal, Ronaldo Cezar Coelho, é um banqueiro”.

Solidariedade entre docentes

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 22 de agosto, recebeu uma moção de apoio da Associação de docentes da Argentina e, em retribuição, aprovou uma outra moção de apoio à luta dos trabalhadores do país vizinho.

Auditório da Letras também lota para ouvir professor argentino

Já na Faculdade de Letras, o encontro com o professor Néstor Correa serviu como oportunidade para a discussão de vários temas, como a crise da Argentina e a luta dos servidores públicos federais no Brasil. A Adufrj-SSind e a Associação dos Pós-Graduandos (APG) estavam representadas, como também merece destaque o comparecimento dos estudantes. Além da situação vivida pela Ar-

gentina, alunos e professores debateram problemas enfrentados pela UFRJ e as soluções que poderiam ser encontradas. A falta de interesse da comunidade acadêmica pelos assuntos político-administrativos foi comentada pela professora Gumerinda Nascimento: “Estamos perdendo a coragem de defender posições e de lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.”



Manuela Soares

 CEG

CEG rejeita critérios de distribuição do Prograd

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu em 22/08 não aprovar a distribuição dos R\$ 900 mil referentes ao Prograd (Programa de Apoio à Graduação) proposta pela reitoria. A comissão do Prograd ‘índice’, presidida pela representante do CLA, Edione Trindade, não apresentou nenhuma proposta de distribuição. O sub-reitor, Ricardo Gattass, apresentou um planilha onde foram levados em conta fatores de produtividade como a nota do Provão, o número de docentes em relação ao número de formados; o tempo despendido por aluno formado e índice de orientação aos alunos (confira os critérios e a planilha de distribuição na página www.adufrj.org.br).

Miséria

Foi praticamente unânime entre os conselheiros a opinião de que os R\$ 900 mil são ínfimos para manter o ensino de graduação na universidade. Além de criticar as migalhas oferecidas pela sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3), muitos conselheiros deixaram claro que são contra os índices de produtividade como critério de distribuição de recursos. Ana Borrhalho (CCS) e Sérgio de Paula (CCMN) foram alguns dos que reclamaram da política de distribuição de recursos por demanda de projetos. “Essa planilha produtivista é inconsistente. O Prorecon (Programa de Reequipamento das IES) teve uma chegada pífia às unidades. E a reitoria não fez nada.”, criticou. Para o professor, o Prolig (Programa de Apoio aos Laboratórios de Informática da Graduação), o PET (Programa Especial de Treinamento) e o PCO (Programa de Aperfeiçoamento das Condições de Oferta de Cursos de Graduação) são outros exemplos que não deram certo.

Reforma da ECO

A representação estudantil no CEG e o Conselho Acadêmico dos estudantes da ECO entraram com um processo na Divisão de Ensino da SR-1 análise das disciplinas do ciclo básico da escola que estariam sendo ministradas sem a aprovação do colegiado. Os estudantes fizeram um minucioso levantamento com o objetivo de regularizar a situação da reforma curricular da unidade encaminhada pela direção da escola sem o aval do conselho acadêmico.

Profag

Os estudantes reclamaram novamente o plano emergencial aprovado no Consuni para resolver o problema da alimentação dos alunos moradores do alojamento. Isabel Mansur cobrou da reitoria a transformação do restante da verba do Programa de Fomento à Graduação da SR-4 (bolsa-trabalho) em bolsas auxílio para estudantes de baixa renda, em especial, para os alojados. Sempre vale lembrar que a Política de Assistência ao Estudante, aprovada no CEG, e que prevê a instalação de um bandeirão, já foi encaminhada ao Consuni e ainda não recebeu encaminhamento.



Greve

Ato dos servidores dá início à greve

Trabalhadores e estudantes vão às ruas pelo reajuste linear para o funcionalismo

A última quarta-feira (22/08) marcou o início da greve dos servidores públicos federais em todo o país e um ato movimentou o Centro do Rio. Os funcionários se concentraram em frente ao Colégio Pedro II, na Marechal Floriano e seguiram até a Cinelândia. Um dia após o anúncio do governo que o aumento dado seria de somente 3,5%, os trabalhadores exigiram os 75,48% de reajuste referente aos 7 anos de perdas salariais, além da melhoria nas condições do ensino público.

Várias entidades participaram do protesto que parou o centro da cidade, entre elas o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (Sindscope), o Cefet, o Colégio Militar, o Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal), o Instituto Benjamim Constant, a Fundação Nacional de Saú-



MANIFESTAÇÃO NAS RUAS MOSTRA AS REIVINDICAÇÕES PARA A SOCIEDADE

de e o Sindsprev (Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Previdência). O presidente da CUT-RJ, Antônio Carlos de Carvalho deu o seu depoimento: "É apenas o início de uma seqüência de greves nesse país. Servidores,

bancários, petroleiros devem se unir para uma paralisação geral. Esse 3,5% é uma provocação aos trabalhadores. Não agüentamos mais esse sucateamento do serviço público federal pelo governo."

Conselho Universitário da UFRJ apóia a greve

O Conselho Universitário de 23 de agosto aprovou uma resolução de apoio à greve dos servidores públicos federais. O Consuni decidiu "manifestar publicamente a necessidade de o governo atender prontamente as reivindicações. O Conselho resolve (...) que na UFRJ não haverá qualquer tipo de retaliação e perseguição aos servidores que participam do movimento".

Dezenas de estudantes marcaram presença na sessão do colegiado máximo da universidade. O Conselho de Centros Acadêmicos, em reunião da véspera, havia decidido apoiar o mo-

vimento de greve. Aos gritos de "Arroz, feijão, queremos bandeirão", os estudantes também foram cobrar da reitoria uma postura em relação à abandonada política de assistência estudantil. Vilhena garantiu em documento distribuído aos conselheiros que determinou "o imediato restabelecimento do pagamento de 26,05% de seus funcionários ativos e inativos", em atendimento ao mandado de Notificação de 14 de agosto de 2001, expedido pelo Meritíssimo Juiz de Trabalho da 24ª Vara do Rio de Janeiro, Doutor José Horta de Souza Miranda.

O reitor também se comprometeu a suprir o atendimento de baixa complexidade do Instituto de Ginecologia, durante três meses, até que se apresente um projeto de reerguimento daquela unidade hospitalar. O conselheiro Luiz Afonso Mariz, diretor do IPPMG, informou que o instituto ainda teria a receber do SUS verbas relativas a dois meses antes do descredenciamento. Vilhena insiste na transferência para o Fundão para aperfeiçoar o instituto, mas os conselheiros estão desconfiados devido à arbitrária transferência do IDT para o Hospital Universitário.



CEG/CEPG

Concurso para docentes e substitutos

A reunião CEG/CEPG de 24 de agosto aprovou a formação da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV) 2001. O grupo ficará encarregado de distribuir as 130 vagas recentemente liberadas para a UFRJ. Desse total, cerca de 70 já estão comprometidas para concursos já realizados antes da proibição do governo. A COTAV é formada por representantes do CEG, do CEPG, da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e do Fórum de Ciência e Cultura (FCC). Pelos colegiados, cada Centro ganha uma representação. Leslie Benchetrit, da CPPD, ficou como presidente da comissão.

Por conta destas novas 130 vagas, já foi decidido também que a Câmara Docente do CEG limitará a aprovação de substitutos para 2002 em 181 professores. Destes, até 70% poderão ser contratados em regime de 40 horas. O restante do orçamento desta rubrica (R\$ 3,540 milhões) seria utilizado para contratar substitutos de 20 horas e professores visitantes. Pedidos extras só poderiam ser atendidos com a eventualidade de um reforço orçamentário. Atualmente, na UFRJ, trabalham 311 substitutos (204 contratos novos e 77 renovações).

Os conselheiros estranharam os valores dos salários apresentados para substitutos pelo sub-reitor Gattass: R\$ 763 + auxílios (para substitutos 40 horas) e R\$ 561 + auxílios (20 horas), que seriam maiores do que os conhecidos. O sub-reitor justificou os valores pelo aumento do salário mínimo. E se alguém estiver recebendo menos, deve reclamar na SR-4, segundo Gattass.

Rediscussão do calendário e da periodização

Sobre a greve, Gattass já avisou que depende da extensão do período de paralisação para os colegiados legislares sobre o calendário 2001/2º semestre "e, talvez, sobre o de 2002". Ainda por conta da greve, foi apresentado aos colegiados pelo Sintufrj um requerimento para adiar o prazo de retorno das sugestões de mudança da 01/99 (atualmente fixado em 17 de setembro). Os conselheiros entenderam que somente mais próximo do prazo final poderiam avaliar a situação e considerar um adiamento. Gattass pediu para os conselheiros do CEG levarem, para a reunião do dia 29/8, um informativo de como está o desenrolar da rediscussão nas Unidades.

Fundo de infra-estrutura

O sub-reitor Gattass informou que o Ministério garantiu um montante de R\$ 12 milhões para a UFRJ com relação ao fundo de infra-estrutura. Houve um corte de R\$ 3 milhões em relação ao anunciado pelo MEC para os projetos de instituições com mais doutores em seu quadro.

Avaliação Capes

Sai o resultado do dia 29/8 da avaliação dos programas de pós-graduação do país.

Moção do Consuni em apoio à greve dos SPF

Considerando:

1) A importância da garantia de serviço público de qualidade, que atenda as necessidades da população;

2) a defesa do princípio constitucional da irredutibilidade dos salários, já expresso em decisão recente do supremo tribunal federal;

3) a situação dos servidores públicos federais, onde se incluem os docentes e técnico-administrativos das universidades, que sofrem um brutal arrocho sala-

rial, com vencimentos congelados há sete anos;

4) que o reajuste anunciado pelo governo federal não atende às necessidades de correção salarial dos servidores;

5) que os sete anos sem correção nos salários dos servidores públicos federais demonstram com clareza que o processo inflacionário não está associado a reajustes para o funcionalismo;

6) que as gratificações propostas não significam reajustes lineares nos vencimen-

tos e sem ajustes em tabelas específicas.

O Conselho Universitário, reunido em sessão ordinária do dia 23 de agosto de 2001, resolve:

- apoiar o movimento dos servidores públicos federais por salários dignos;

- manifestar publicamente a necessidade de o governo federal atender prontamente as reivindicações;

- que na UFRJ não haverá qualquer tipo de retaliação e perseguição aos servidores que participam do movimento.

Grupo de trabalho analisa propostas da Comissão Mista CEG/CEPG

Sugestões do GTPE da Adufrj-SSind para modificações nas propostas de resoluções apresentadas pela Comissão Mista CEG/CEPG, para discussão.

Propostas da Comissão Mista CEG/CEPG Resolução Conjunta CEG/CEPG N.º XX/2001	Sugestões de modificações do GTPE	Justificativa para as sugestões de modificações
Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 9.394/96, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas e dos requisitos curriculares complementares e as cargas horárias docente e discente.		
O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos em sessão conjunta no dia XX de XXXX de XXXX, considerando ser necessário:		
- adequar as normas a regulamentos que regem a organização do ensino, na UFRJ, aos dispositivos e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996;		
- estabelecer um sistema de periodização do ano letivo e de caracterização das disciplinas que admita maior flexibilidade e diversidade nas estruturas curriculares, que estimule a experimentação didático-pedagógica, o estudo cooperativo orientado em programas tutoriais e de iniciação à pesquisa como cumprimento de requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ;	Excluir	O real objetivo da resolução é adequar à LDB e regulamentar a GED.
- criar um conjunto padronizado e uniforme de normas que permita o aperfeiçoamento e a operação integrada dos sistemas institucionais de registro acadêmico da UFRJ em todos os níveis de ensino;		
resolvem:		
Do Ano Letivo		
Art. 1º - O ano letivo independe do ano civil e deve ter extensão mínima de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, observada a carga horária mínima anual de 800 horas para a Educação Básica.		
§1º - Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão da Educação Básica e Superior na UFRJ.	Trabalho acadêmico efetivo compreende as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Educação Básica e Superior na UFRJ.	É mais abrangente e não exige que haja as três atividades para que seja caracterizado um dia de trabalho acadêmico efetivo.
§2º - O calendário escolar deve ser único para todos os cursos de Educação Básica e Superior, nos níveis de graduação e pós-graduação, regularmente oferecidos pela UFRJ.	O calendário escolar será estabelecido nas Unidades e Órgãos Suplementares, respeitados os limites definidos nos colegiados superiores da UFRJ.	Não determina o calendário único; respeita o estabelecido no Regimento Interno da UFRJ em relação à autonomia das unidades para a definição de seus calendários.
Art.2º - O ano letivo é constituído por dois períodos, cada um com extensão mínima de 100 dias de trabalho acadêmico efetivo, e separados por um período de recesso escolar de uma a três semanas.	Art.2º - O ano letivo é constituído por dois períodos, cada um com extensão mínima de 100 dias de trabalho acadêmico efetivo, e separados, na graduação, por um período de recesso escolar de, no mínimo, três semanas.	Para garantir o registro acadêmico, o lançamento de notas, a oportunidade de reposição de aulas e provas de 2ª chamada. Em relação aos professores, garante-se o direito trabalhista de partir as férias; aos estudantes, garante-se o período de 15 dias após o fim do período com grau I. Não restringe a pós-graduação ao intervalo mínimo de 3 semanas de recesso, respeitando a diversidade de organização de fato existente na UFRJ.
§1º - Cada um dos dois períodos letivos pode ser subdividido em dois blocos de igual duração com, no mínimo, 50 dias de trabalho acadêmico efetivo em cada um deles.	Excluir	Desrespeita a divisão em dois períodos estabelecida no <i>caput</i> do art. e, em princípio, pode servir para encurtar o período de integralização dos cursos de graduação.
§2º - Durante cada período letivo devem ser realizadas as atividades necessárias ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ.	Excluir	Para que atividades curriculares como estágios possam ocorrer regularmente ainda que em dias fora do calendário letivo.

Propostas da Comissão Mista CEG/CEPG (continuação)	Sugestões de modificações do GTPE (cont.)	Justificativa para as sugestões de modificações (cont.)
§3º - Para os cursos de graduação e pós-graduação, as atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser iniciadas e finalizadas no mesmo período letivo.		
§4º - Para os cursos da Educação Básica, as atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser concluídas ao término do 2º período letivo.		
Da Disciplina e do Requisito Curricular Complementar	Da Disciplina, do Requisito Curricular Complementar e das atividades de Orientação	Separar “atividade de orientação” de “disciplina”.
Art.3º - A disciplina corresponde a um determinado programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizado sob responsabilidade de docentes da UFRJ ou profissionais devidamente por ela credenciados, contando, neste caso, com a supervisão direta de docente da UFRJ.	Art.3º - A disciplina corresponde a um determinado programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizado sob responsabilidade de docentes da UFRJ.	A responsabilidade sobre uma disciplina deve ser sempre de docente.
§ 1º - Toda disciplina deve compreender, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: exposição teórica, seminário, estudo dirigido, trabalho de campo, trabalho em laboratório, trabalho clínico e/ou cirúrgico, orientação, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de Educação Básica e Educação Superior, nos níveis de graduação ou pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente.	§ 1º - Toda disciplina deve compreender, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: exposição teórica, seminário, estudo dirigido, trabalho de campo, trabalho em laboratório, trabalho clínico e/ou cirúrgico, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de Educação Básica e Educação Superior, nos níveis de graduação ou pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente.	Estamos sugerindo a retirada da atividade de orientação. Achamos que deve ser mantida a distinção entre aula e orientação, inclusive para garantir a equidade na distribuição da carga didática dos departamentos..
§2º - Segundo sua natureza e atividade predominante, as disciplinas são classificadas como teórica, prática, teórico-prática ou de orientação.	§2º - Segundo sua natureza e atividade predominante, as disciplinas são classificadas como teórica, prática e teórico-prática.	Idem
§3º - A disciplina de orientação é realizada na forma de supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitoria, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses.	Excluir e apresentar de forma modificada no artigo novo proposto depois do artigo 6º	Idem
§4º - As atividades de ensino de uma disciplina estruturam-se em horas-aula, definidas como unidades programadas de trabalho pedagógico.		
§5º - As atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino à distância, em qualquer nível, devem ser objeto de resolução específica dos Colegiados competentes.	Excluir	É redundante já que, em geral, as atividades pedagógicas podem, e algumas devem, ser objeto de resolução específica dos colegiados. O artigo abre espaço para a adoção do ensino à distância, como um caso especial, sem justificativa para isso.
Art.4º - A hora-aula é equivalente a 50 minutos de trabalho pedagógico e 10 minutos de intervalo.	Art.4º - A hora-aula, em sala de aula, é equivalente a 50 minutos de trabalho pedagógico.	Não há razão para se impor o intervalo de 10 minutos.
	ARTIGO NOVO: As equivalências em hora aula para o trabalho pedagógico fora de sala de aula devem ser objeto de deliberação dos colegiados competentes das unidades, centros e superiores da UFRJ.	Atividades pedagógicas extra-classe não devem necessariamente ser contabilizadas da mesma maneira que as aulas: haveria o risco de permitir a integralização apressada dos cursos
Parágrafo Único – Quando uma disciplina é ministrada em duas ou mais horas-aula consecutivas, os intervalos podem ser agrupados desde que sejam mantidos em sua duração total.	Excluir	Para compatibilizar com a exclusão da imposição do intervalo de 10 minutos.
Art.5º - Disciplinas podem ser cursadas por alunos não pertencentes à UFRJ, desde que cadastrados no sistema de registro acadêmico da Universidade.	Art.5º - Disciplinas podem ser cursadas por alunos não pertencentes à UFRJ, respeitadas as regulamentações dos colegiados competentes.	A exigência burocrática de registro no sistema deve ser substituída pela exigência de regulamentação acadêmica que respeite a autonomia das unidades.
Parágrafo Único - O cadastro referido no “caput” deste artigo deve ser feito de acordo com regulamentação específica do CEG/CEPG.	Excluir	O cadastro é um problema administrativo; o importante é que os colegiados definam os critérios de admissão desses alunos.
Art.6º - O requisito curricular complementar - RCC - é uma modalidade de trabalho acadêmico efetivo previsto na grade curricular do curso, estruturado em horas-aula, cujas características não correspondam às de uma disciplina, realizado sob a responsabilidade de docentes da UFRJ ou profissionais devidamente por ela credenciados, contando, neste caso, com a supervisão direta de docente da UFRJ.	Art.6º - O requisito curricular complementar – RCC - é uma modalidade de trabalho acadêmico efetivo previsto na grade curricular do curso, contabilizado por equivalência em horas-aula, cujas características não correspondam às de uma disciplina, realizado sob a responsabilidade de docentes da UFRJ ou profissionais devidamente por ela credenciados, contando, neste caso, com a supervisão direta de docente da UFRJ	Nem todas as atividades compreendidas nestes requisitos seriam adequadamente estruturadas por horas-aula. O estabelecimento da equivalência ofereceria a oportunidade para se avaliar caso a caso.
Parágrafo Único – Os Colegiados responsáveis devem estabelecer a carga horária, local de realização, período acadêmico e formas de avaliação de cada um dos requisitos curriculares complementares.	Parágrafo Único – Os departamentos e demais Colegiados responsáveis devem estabelecer a carga horária, local de realização, período acadêmico e formas de avaliação de cada um dos requisitos curriculares complementares.	É importante resgatar explicitamente a competência dos departamentos.
	ARTIGO NOVO: A atividade de orientação é realizada na forma de supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitoria, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses.	Incluir a caracterização de orientação, já que a resolução trata também desta atividade
	PARÁGRAFO ÚNICO (NOVO): As atividades de orientação serão contabilizadas por equivalência em horas-aula, estabelecida pelos departamentos e demais colegiados competentes.	Estabelecer como se contabiliza a atividade de orientação, tal como foi feito para o requisito curricular complementar.
Art.7º - Todas as disciplinas e requisitos curriculares complementares devem ser cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ.	Art.7º - Todas as disciplinas e requisitos curriculares complementares devem ser objeto de apreciação e aprovação pelos departamentos e demais Colegiados competente e cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ.	Resgatar a competência dos colegiados quanto às decisões sobre matérias acadêmicas. Retirar “para fins de” porque o objetivo da apreciação acadêmica não é o cadastro no sistema de registro.
§ 1º - No cadastro da disciplina devem constar: código, título, nível, carga horária e sua classificação.		
§2º - No cadastro do requisito curricular complementar devem constar: código, título, nível e carga horária.	§2º - No cadastro do requisito curricular complementar devem constar: código, título, nível e equivalência de carga horária.	Compatibilizar com artigo 6.º

Propostas da Comissão Mista CEG/CEPG ((continuação))	Sugestões de modificações do GTPE (cont.)	Justificativa para as sugestões de modificações (cont.)
Art.8º - As disciplinas e os requisitos curriculares complementares são oferecidos sob a forma de turmas.		
§1º - Toda turma deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ e ter, necessariamente, a mesma carga horária da disciplina ou requisito curricular complementar correspondente.	§1º - Toda turma corresponde a uma disciplina ou requisito curricular complementar, devendo ser estabelecida e aprovada pelos Departamentos e registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ. A turma deve ter, necessariamente, a mesma carga horária da disciplina ou requisito curricular complementar correspondente.	Reafirmar a competência dos departamentos. Manter o vínculo entre turmas e disciplinas e requisito curricular complementar.
§2º - O registro de turma de disciplina teórica, prática ou teórico-prática deve conter: nome dos docentes, período letivo, local, horário, carga horária, número mínimo e máximo de vagas para inscrição de alunos. Em caso de turma subdividida, o registro de cada subturma deve conter essas mesmas informações.	§2º - O registro de turma de disciplina teórica, prática ou teórico-prática deve conter: nome dos docentes, período letivo, local, horário, carga horária e máximo de vagas para inscrição de alunos. Em caso de turma subdividida, o registro de cada subturma deve conter essas mesmas informações.	Retirar "número mínimo" para atender às necessidades de turmas mesmo Quando haja poucos alunos, de acordo com deliberação dos departamentos e legislação vigente.
§3º - Para fins de registro acadêmico, a turma com atividades em diferentes locais deve ter como referência a Unidade Acadêmica onde a disciplina é ministrada.		
§4º - O registro de turma correspondente à disciplina de orientação deve conter: período letivo, carga horária e nome dos professores orientadores.	§4º - O registro da atividade de orientação deve conter: período letivo, carga horária e nome dos professores orientadores.	Registra-se a atividade, mas ela não será uma disciplina.
§5º - Toda turma de requisito curricular complementar deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ, devendo conter: período letivo, nome dos docentes e carga horária.	§5º - O registro das turmas de requisito curricular complementar no sistema de registro acadêmico da UFRJ deve conter: período letivo, nome dos docentes e equivalência de carga horária.	Não é necessário enfatizar a importância do sistema de registro, apenas especificar os campos que ele deve conter.
§6º - Turmas sob responsabilidade de mais de um professor são consideradas: a) divididas, quando as atividades pedagógicas são ministradas por mais de um professor, separadamente ou através de módulos; ou b) compartilhadas, quando as atividades pedagógicas são conjunta e simultaneamente, integral ou parcialmente, ministradas pelos professores.	§6º - Turmas sob responsabilidade de mais de um professor são consideradas: a) divididas, quando a carga horária total das atividades pedagógicas são ministradas por mais de um professor, separadamente ou b) compartilhadas, Quando as atividades pedagógicas são conjunta e simultaneamente, integral ou parcialmente, ministradas por mais de um professor.	O objetivo do artigo é regulamentar como se divide a carga horária. A menção a módulos, sem que estes sejam definidos, não ajuda a esclarecer a divisão de turmas entre professores. Especificar melhor a situação da disciplina compartilhada.
Da Carga Horária Discente		
Art. 9º - A unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno é a hora-aula.		
§1º - Toda a carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno deve constar do boletim escolar.		
§2º - Nos cursos de Educação Superior, apenas as cargas horárias das disciplinas nas quais o aluno obtém aprovação são consideradas para efeito do cumprimento dos requisitos curriculares do curso e constarão do histórico escolar.		
§3º - Na Educação Básica, a carga horária das disciplinas em que o aluno não obtém aprovação deve constar do histórico escolar para efeito de transferência.		
Da Carga Horária Docente		
Art. 10º - A carga horária do professor é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.	Art. 10º - A carga horária do professor é computada pelos departamentos e registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ.	Reafirmar a competência dos departamentos.
§1º - A carga horária do professor em atividades de ensino deve ser de, no mínimo, 08 horas-aula semanais, em média.	§1º - A carga horária do professor em atividades de aula deve ser de, no mínimo, 08 horas-aula semanais, em média.	Conforme o artigo 57 da LDB.
§2º - A carga horária anual deve incluir, pelo menos, uma disciplina teórica, prática ou teórico-prática de graduação.	§2º - A carga horária anual, nas unidades onde haja ensino de graduação, deve incluir, pelo menos, uma disciplina teórica, prática ou teórico-prática de graduação.	A integração entre unidades exclusivamente de pós-graduação e graduação em áreas conexas é um objetivo acadêmico valioso, não alcançável, contudo, por uma mera exigência legalista, que as obriga a alterar suas atividades, em prejuízo da qualidade de seu trabalho e de sua organização acadêmica.
§3º - Unidades ou órgãos Suplementares, mediante solicitação justificada, podem ser autorizados pelo CEG a isentar docentes, temporariamente, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no §2º.	§3º - Unidades ou órgãos Suplementares, mediante solicitação justificada dos Departamentos e/ou Congregações, podem ser autorizados pelo CEG a isentar docentes, temporariamente, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no §2º.	Reafirmar a competência dos colegiados.
Art. 11º - Resolução específica do CEG/CEPG deve dispor sobre o registro e o cômputo da carga letiva de docentes da UFRJ.		
Das Disposições Finais		
Art.12º- Cabe às Unidades e aos Órgãos Suplementares, através de seus órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.	Art.12º- Cabe às Unidades, aos Órgãos Suplementares e Centros, através de seus órgãos colegiados, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.	Reafirmar a competência dos Centros e dos colegiados.
Art.13º- Revogam-se as disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e CEPG.	Art.13º- Revoga-se a Resolução Conjunta CEG/CEPG 1/99 e disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e CEPG.	É necessário que se revogue a Resolução. 1/99, que não foi discutida pela comunidade universitária, de maneira que o que porventura seja mantido da Resolução 1/99 seja submetido explicitamente à avaliação da comunidade acadêmica.
Art.14º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.		

Calendário de Discussão nas Unidades - Periodização Resoluções Conjuntas CEG/CEPG 01/99, XX/2001 e XY/XX

Unidade/Centro	Prazos ou reuniões agendadas
Escola de Belas Artes	27/08 - 13 horas, Sessão Ordinária da Congregação
Escola de Educação Física e Desportos	04/09, Congregação para deliberar sobre o assunto
Escola de Enfermagem Anna Nery	29/08, Reunião de Congregação para fechamento da discussão
Escola de Comunicação	30/08, 11:30hs, Congregação para decidir posição da Escola de Comunicação quanto as propostas da Resolução CEG/CEPG nº XX/2001 e nº XY/XX
NESC / CCS	28/08, 10 hs, Sala 31 do NESC . Discussão da resolução conjunta CEG/CEPG pelo corpo deliberativo
Escola de Engenharia/CT	29/08, Quarta-feira, Congregação para deliberar

Propostas da Comissão Mista CEG/CEPG Resolução conjunta CEG/CEPG N.º XY/XX	Sugestões de modificações do GTPE	Justificativa para as sugestões de modificações
Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 9.678/98 quanto à carga horária docente em atividades de ensino.	Dispõe sobre a aplicação da Lei n. 9.678/98 quanto à carga horária docente em atividades de aula e orientação.	
O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos em sessão conjunta no dia XX de XXXX de XXXX, considerando ser necessário regulamentar o cômputo da carga horária docente em atividades de ensino na UFRJ, para fins de implementação da Gratificação de Estímulo à Docência, Lei n. 9678/98 de 03 de julho de 1998, resolvem:	O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos em sessão conjunta no dia XX de XXXX de XXXX, considerando ser necessário regulamentar o cômputo da carga horária docente em atividades de aula e orientação, para fins de implementação da Gratificação de Estímulo à Docência, Lei n. 9678/98 de 03 de julho de 1998, resolvem	Conforme justificativa de alteração do § 1º do art. 3º da Resolução XX/2001.
Da Carga Horária Docente		
Art.1º - A carga horária do professor em atividades de ensino é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.	Art.1º - A carga horária do professor em atividades de aula e orientação é computada pelos departamentos e registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ	Afirmar a competência dos departamentos.
§1º - A carga horária anual do professor em atividades de ensino é a soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo.	§1º - A carga horária anual do professor em atividades de aula é a soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo.	Separar "aula" de "orientação".
§2º - Para cômputo da carga horária anual do professor em atividades de ensino, deve ser considerada a proporção efetivamente assumida das turmas divididas ou compartilhadas.	§2º - Para cômputo da carga horária anual do professor em atividades de aula, deve ser considerada a proporção individualmente assumida das turmas divididas ou compartilhadas	Idem.
§3º - Caso o professor leccione para turmas com horários total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada deve ser o somatório da carga horária de cada turma descontado o somatório das cargas horárias sobrepostas.		
§4º - Nas turmas de disciplinas de Orientação, a carga horária atribuída deve ser equivalente a uma hora de aula semanal por aluno inscrito.	§4º - Nas atividades de Orientação, a carga horária atribuída deve ser equivalente a uma hora de aula semanal por aluno inscrito.	Conforme distinção entre aula e orientação.
Art.2º - Resolução específica do CEG/CEPG deve dispor sobre o registro e o cômputo da carga horária de docentes da UFRJ desempenhada em atividades de ensino em outra Instituição, no cumprimento de acordos e convênios de intercâmbio acadêmico aprovados pelos colegiados competentes.	Art.2º - Resolução específica do CEG/CEPG deve dispor sobre o registro e o cômputo da carga horária de docentes da UFRJ desempenhada em atividades de aula e orientação em outra Instituição, no cumprimento de acordos e convênios de intercâmbio acadêmico aprovados pelos colegiados competentes.	Idem.
Art.3º - As atividades de ensino desempenhadas no âmbito de cursos que gerem remuneração complementar aos docentes não devem ser consideradas para efeito do cômputo da carga horária mínima estabelecida no art. 10º, §1º, da Resolução GPG/2001.	Art.3º - As atividades de ensino desempenhadas no âmbito de cursos que gerem remuneração complementar aos docentes não devem ser consideradas para efeito do cômputo da carga horária.	As atividades que gerem remuneração complementar devem ser combatidas porque contribuem para a quebra da isonomia, da equidade na distribuição da carga didática dos professores e, principalmente, para o desrespeito ao caráter público e gratuito das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade.
Das Disposições Finais		
Art.4º - Cabe às Unidades e Órgãos Suplementares, através de seus órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.	Art.4º - Cabe às Unidades, Órgãos Suplementares e Centros, através de seus órgãos colegiados, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.	Reafirmar a competência dos Centros e demais órgãos colegiados.
Art.5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.	Art.5º - Revoga-se a Resolução Conjunta CEG/CEPG 1/99 e disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e CEPG.	Afirmar a necessidade de revogação da Res. 1/99, conforme justificado ao final da proposta de resolução anterior.

Na AG da Adufrj-SSind de 22/8, circulou um quadro para preenchimento com informações sobre reuniões de departamento e/ou Congregação sobre periodização. O quadro abaixo foi transcrito literalmente das informações recolhidas.

UNIDADE	DATA DA REUNIÃO	OBSERVAÇÕES
Arquitetura	29/8	Reunião de Congregação para fechar documento da periodização.
Engenharia Eletrônica	20/8	Todos os professores, técnicos (funcionários) e representantes de turma votaram contra o calendário de 200 dias e foi enviado um ofício para a Escola de Engenharia.
Fisioterapia	22/8	
Mecânica Aplicada e Estruturas	17/8	Revogação da Resolução 1/99 e mínimo de 3 semanas de intervalo entre o 1º e o 2º semestre.
Nutrição	24/8	Discussão do teor dos documentos.
Escola de Belas Artes	Aguarda decisão de Assembléia	
Engenharia Industrial	21/8; Congregação da Escola de Engenharia tratará do assunto de em 29/8	Resumo 30 semanas de aula por ano, com recesso entre os dois períodos de aula de 3 semanas; trabalho acadêmico efetivo durante todo o ano; orientação separada de aula.
IFCS	23/8	Reunião das comissões criadas nos 5 departamentos do Instituto.
Departamento de Psicologia Geral e Experimental	15/8	O tema foi adiado para a próxima reunião, em 27/8.
CAp	4/9	Não sabemos como ficará com a greve.

Assembléia Geral

05 SETEMBRO
quarta-feira

13:00 horas

Pauta

Avaliação da greve

Regimento do Comando Local de Greve

Periodização/
Calendário 2002

Auditório do Roxinho
CCMN - Ilha do Fundão

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 36 • 3 de setembro de 2001

Greve inviabiliza Serra na UFRJ



O AUDITÓRIO PEDRO CALMON, NA ECONOMIA, FOI LOTADO POR ESTUDANTES E PROFESSORES EM GREVE

No dia seguinte (31/8) à manifestação de professores e estudantes durante a presença do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, na Faculdade de Economia, foi cancelada a mesa da qual participaria o ministro da Saúde, José Serra, no Seminário Internacional Desenvolvimento do Século XXI. O diretor da Unidade, João

Ferraz, alegou que não permitiria a presença da Polícia Federal e da tropa de choque da Polícia Militar que foram solicitadas para garantir a 'segurança' do Ministro. Serra falaria sobre emprego e desenvolvimento social. O ato no dia anterior (30/8) foi marcado pela ausência do interventor José Vilhena. An-

tes da palestra de Sardenberg, os estudantes em greve fizeram um ato pacífico no Auditório Pedro Calmon. O ministro da C&T recebeu das mãos do presidente da Adufrj-SSind uma nota em nome das entidades em greve na UFRJ reivindicando a abertura de negociações sobre a pauta dos servidores federais.

Leia tudo sobre a greve nas páginas 3, 4, 5, 6, 7, 10 e 12

A APG Associação de Pós-graduandos da UFRJ

*convoca todos os
estudantes da Pós-
graduação para uma
assembléia, no dia 05/09,
às 14h30, no Salão da
Decania do CT - 2º andar
do bloco A.*

Pauta:

- Greve
- Reajuste e ampliação das bolsas

GT Verbas do
Andes-SN
apresenta estudo
sobre salário dos
docentes
Página 3

Greve é direito
assegurado para
SPF e substitutos
Página 4

Assembléia
Geral da
Adufrj-SSind
aprova
continuidade da
greve e recebe
apoio do CEG
Páginas 5 e 6



Eleição

Eleições da Adufrj-SSind

A Assembléia Geral de 22 de setembro aprovou um novo calendário eleitoral para a eleição da diretoria da Adufrj-SSind. Nenhuma chapa havia se inscrito até 13 de agosto, primeiro prazo aprovado. Agora, os candidatos podem se inscrever na seção sindical até 17 de setembro e os dias da eleição serão 9, 10 e 11 de outubro. Houve o entendimento de que o prazo para inscrição de listas do Conselho de Representantes da entidade ainda

era válido (até 2 de setembro), assim como a eleição para este colegiado permanece nos dias 12, 13 e 14 de setembro. Caso apareçam mais inscrições para o conselho após esta data, também serão realizadas eleições para representantes juntamente com a eleição de diretoria (9, 10 e 11 de outubro). E a inscrição de listas poderá ocorrer até 30 de setembro. O edital de prorrogação das eleições da seção sindical foi publicado no Jornal do

Brasil (25/8), no caderno Achei!, na página 8. Podem votar os eleitores sindicalizados até 12 de agosto de

2001 e os candidatos à chapa da Diretoria devem ter se sindicalizado até 13 de junho de 2001.

Novo Calendário Eleitoral

	Inscrição de chapas/listas	Votação
Diretoria	até 17 de setembro	9, 10 e 11 de outubro
Conselho de Representantes*	até 30 de setembro	

*caso não surjam inscrições para eleição do Conselho (ou apareçam novos candidatos após essas datas). Ainda são válidas as datas de 12, 13 e 14 de setembro, se alguma lista tiver sido inscrita até 2 de setembro.



Cartas

O roubo no Instituto de Psicologia: uma nota de esclarecimento

Com relação a notícia do roubo de equipamentos no Instituto de Psicologia publicada no penúltimo jornal da ADUFRJ, alguns esclarecimentos se fazem necessários:

1) Foram roubados dois computadores dos mais bem equipados do Instituto de Psicologia, ambos financiados pela FAPERJ (por essa razão se tratavam de modelos mais sofisticados), porém instalados em salas diferentes: um no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e o outro no Departamento de Psicologia Geral e Experimental, e pertencentes a pesquisas diferentes. Além desses computadores, foi roubado um fax na sala do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. O ladrão estava a par dos melhores equipamentos internos do Instituto de Psicologia, o que circunscreve um grupo bem delimitado de suspeitos.

2) O roubo se deu na semana anterior ao retorno às aulas do segundo semestre no

Instituto de Psicologia. O roubo do meu computador provavelmente se deu na passagem da tarde do dia 30 de julho, data de meu último uso, e a manhã do dia 31 de julho, quando um grupo de alunos que estudavam com um professor do Departamento de Psicologia Geral e Experimental constataram a ausência do computador, não me comunicando, pois achavam que ele teria sido levado para conserto. O roubo do computador só me foi comunicado no dia 06 de agosto por um outro professor do departamento, que estranhou a falta do aparelho. Ao contrário do que dizia a última nota no Jornal da ADUFRJ, o pessoal técnico-administrativo do Instituto nem constatou, nem me comunicou o roubo. O ladrão tinha uma noção da rotina e do fluxo de pessoas no Instituto, o que torna ainda mais restrito o grupo de suspeitos.

3) Não há sinais de arrombamento em nenhuma das salas, tendo o ladrão acesso a chaves do Instituto de Psicologia, que eram confiadas ao pessoal da limpeza, do almoxarifado e da portaria. Ao contrário do computador que se encontrava no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (que foi desmanchado), o meu foi levado inteiro

(com exceção do monitor), o que implica que: ou o ladrão se trata de uma figura insuspeita ou familiar à portaria; ou que o ladrão conhecia a rotina desta. A lista de possíveis suspeitos é de fato bem estreita.

4) A direção do Instituto assim que constatou o roubo tomou as devidas providências, comunicando-o à Segurança do Campus da Praia Vermelha e à Polícia Federal, que já compareceu para executar a perícia no local do crime. De igual forma, já foi constituída uma Comissão de Inquérito interna ao Instituto. Em reunião de Congregação destinada a tratar do tema, a direção lembrou que, desde a posse da atual reitoria, foi retirada a segurança interna do Pavilhão onde funciona o Instituto, situação mantida apesar do envio de ofícios e alertas sobre a fragilidade da segurança. A Segurança da Praia Vermelha afirma que sua atuação está limitada à ausência de equipamentos, diminuição de contingente e desvio de funções, especialmente o cuidado de carros estacionados, não tendo como controlar a segurança interna dos prédios. Desmonte da segurança aliada a um arrocho salarial geral que tornam qualquer novidade eletro-eletrônica num tesou-

ro altamente cobiçável.

5) Se for pesquisado em outras unidades e centros, não serão raras as notícias de roubo de equipamentos nos últimos dois anos ao menos. Se a política "cada um por si e Deus por todos" de obtenção de recursos for a tônica do atual conceito oficial de autonomia universitária, que a reitoria ao menos garanta a conservação de nossas pobres migalhas financiadas por outros órgãos mais generosos. Se ela é capaz de nos amparar apenas com este mecanismo genial da engenharia administrativa, o PROGRAD (em que não há dinheiro para o cartucho das impressoras ou para xerox de questionário de estágio probatório), então que ela nos garanta a segurança do que conseguimos obter na vizinhança dadivosa. Pois do contrário, além do sucateamento concreto de nosso aparato cotidiano, nada mais restará para administrar que o resultado deste processo, a gestão daquilo que não despertará a mínima cobiça nem aos ladrões, tornando-se a atual administração numa mera Rainha da Sucata.

Arthur Arruda Leal Ferreira
Prof. da Psicologia



Nosso Bolso

GT apresenta estudo sobre salário

Nem com a incorporação da GED, docentes recuperam as perdas destes sete anos

Em meio à guerra de informações desencadeada em momentos de greve nacional, principalmente no que diz respeito a índices e reajustes, o Grupo de Trabalho Verbas, do Andes-SN, apresentou um estudo sobre as reivindicações salariais dos servidores. O trabalho foi dirigido ao Comando Nacional de Greve, na semana passada, e demonstra que os docentes estão, de fato, postulando os mesmos 75,48% de reajuste devidos a todos os servidores federais.

O trabalho do GT desmascara o discurso do governo que confunde a população quando evoca a GED ou a GID como índices de reposição salarial. Além destas se-

rem apenas gratificações, de caráter produtivista e que podem ser retiradas dos contracheques, a incorporação da GED em seus valores máximos no salário de todos os docentes (uma das reivindicações do Sindicato) não seria suficiente para recompor as perdas sofridas nos últimos sete anos.

Nas contas do GT, a incorporação da GED, em termos percentuais, significaria, em média, uma recomposição de apenas 33,54%. Faltaria ainda uma parcela de 31,41% de reajuste linear que, "calculada sobre os 33,54%, perfaz exatamente os 75,48%, que é a reivindicação geral dos servidores".

Em outras palavras, como o próprio grupo declara, os professores não têm qualquer pretensão de que os 75,48% sejam aplicados sobre os valores recebidos na

forma destas gratificações.

Aula de matemática orçamentária

O estudo (ver tabelas abaixo) apresenta dados da execução orçamentária da União referente aos anos de 1995 a 2000 (período que foi considerado para o cálculo das perdas). E a conclusão é transparente: o dinheiro saiu dos salários dos servidores, da educação e do ensino superior e foi parar nas contas dos credores internacionais. A visão é fácil quando comparamos os números. A receita corrente líquida em 1995 era de R\$ 67 bilhões de reais. Neste ano, foram gastos com pessoal R\$ 37 bilhões ou 56,1% do orçamento. Com educação, R\$ 13,6 bilhões ou R\$ 20,3%. Com o ensino superior, R\$ 6,2 bilhões ou 9,2%. Com juros, no mesmo pe-

ríodo, o governo pagou R\$ 16,8 bilhões ou 24,9% do bolo.

Em 2000, o quadro é desesperador: de R\$ 141,7 bilhões, mais da metade do dinheiro público, ou R\$ 78 bilhões (55%) foi parar nas mãos dos credores. Com pessoal, o governo gastou R\$ 52 bilhões (36,8%). Com educação, o percentual de gasto caiu para 8,9% ou R\$ 12,6 bilhões. Ao ensino superior restou a verba de R\$ 6 bilhões ou 4,2% da receita líquida. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Ministério da Fazenda (SIAFI/MF).

Ladeira abaixo

Segundo matéria da Folha de S. Paulo (20/08), de 1995 a 2000, os gastos com a dívida externa saltaram de 3% para 9,4% do PIB.

Estudo do GT Verbas do Andes-SN

Tabela 1

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receitas correntes	127,1	152,5	175,3	200,4	218,0	251,4
Receitas correntes líquidas	67,3	89,4	97,04	104,5	129,9	141,7

[valores nominais em bilhões de reais: fonte - STN/MF]

Tabela 2

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gastos c/pessoal da União	37,8	40,6	44,5	47,9	51,6	52,1
Gastos c/educação	13,64	12,39	12,10	13,00	12,50	12,64
Gastos c/ensino superior	6,20	5,67	5,40	5,18	5,68	6,00
Gastos com juros da dívida	16,8	19,5	21,0	30,8	45,4	78,1

[valores nominais em bilhões de reais: fonte - SIAFI / STN]

Tabela 3

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gastos c/pessoal da União / RCL	56,1%	45,4%	45,9%	45,9%	39,7%	36,8%
Gastos c/educação / RCL	20,3%	13,9%	12,4%	12,4%	9,6%	8,9%
Gastos c/ensino superior / RCL	9,2%	6,3%	5,6%	5,0%	4,4%	4,2%
Gastos c/juros / RCL	24,9%	21,8%	21,6%	29,5%	35,0%	55,1%

[resultado da comparação de tabelas anteriores: fonte - SIAFI / STN]

Tabela 4

Titulação dos docentes	X = Salário médio (DE) em fevereiro de 1998	No de prof. nas IFES (jan/98)	Y = Valor máximo da GED	X + Y	% em que (X+Y) excede X
Graduação	R\$ 1.667,51	6.355	R\$ 303,94	R\$ 1.971,45	18,2%
Aperf. / especial.	R\$ 2.209,03	7.760	R\$ 389,48	R\$ 2.598,51	17,6%
Mestrado	R\$ 2.305,31	16.557	R\$ 910,00	R\$ 3.215,31	39,5%
Doutorado	R\$ 3.298,20	12.478	R\$ 1.430,52	R\$ 4.728,72	43,4%
Total: 43.150					Média ponderada: 33,54%

Agenda Sindical

3/9

Florianópolis

Início: 9h00 - Término: 18h00

Reunião do GTSS/A do Andes-SN

20, 21 e 22/9

Montevideu - Uruguai

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação

3/10

Brasília

Marcha em Defesa da Educação Pública

24 a 27/10

Porto Alegre

Fórum Mundial de Educação

Local: Porto Alegre - Rio Grande do Sul

8 a 11/11

Florianópolis

43º CONAD

Local: Florianópolis - SC, sediado pela APUFSC Seção Sindical

O tema central será: "Serviço Público é preciso: educação para a superação da barbárie".

Greve é direito assegurado para SPF

No caso de adesão ao movimento grevista, substitutos também estão protegidos contra medidas punitivas

Rasgar a Constituição é o que propõe o governo ao falar em corte de ponto dos servidores públicos em greve. Texto da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN informa que “não existe norma dispondo sobre eventuais punições para o servidor público que está em greve (...)”. O direito de greve é assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso VII, embora não exista lei específica disciplinando o exercício do direito de greve. Ao mesmo tempo em que inexistente lei neste sentido, “também não há qualquer norma constitucional ou infraconstitucional dispondo sobre a abusividade ou ilegalidade da greve de servidor público”.

Vale lembrar que uma liminar, expedida por conta da greve do ano passado, ainda não foi cassada pelo governo e impede o corte de ponto dos grevistas. O corte havia sido determinado pelo então coordenador de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Luiz Carlos de Almeida Capella.

Na verdade, mesmo a ausência de uma lei específica do direito de greve é culpa do próprio governo. Por conta disso, em sessão de julgamento realizada em 20 de maio de 1994, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por maioria, acatar Mandado de Injunção impetrado pela Confederação dos Servidores Públicos do Brasil contra o Congresso Nacional. O objetivo era regulamentar o exercício do direito de greve, enquanto lei complementar não viesse a ser editada. Ao julgar procedente o Mandado de Injunção, a Suprema Corte deixou o Estado em falta legislativa com os servidores (há mais de seis anos, portanto). O STF, no entanto, não interpretou como auto-aplicável o direito de greve. Também não estabeleceu qualquer punição em caso de deflagração do movimento social.

Ou seja, na leitura final do “limbo jurídico” que foi criado, os servidores podem fazer greve e não serão punidos por isso. Mas ainda falta lei para disciplinar o direito de greve.



Decreto de FHC sobre corte de ponto é inconstitucional

Em 1995, Fernando Henrique não criou nenhuma proposta de lei para regulamentar o direito de greve, mas, de forma autoritária, quis estabelecer as penalidades em caso de paralisação dos servidores. Tentou isso através do decreto nº 1.480, de 3 de maio. Falou em fim de abono, de compensação ou de cômputo, para fins de contagem do tempo de serviço, por causa das faltas.

A Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB não deixou o fato passar em branco. Em parecer datado de 2 de junho de 2000 (por conta da greve em maio daquele ano), rechaça completamente o decreto. Uma vez que não existe lei reguladora sobre a greve, o decreto é inconstitucional. Para a OAB, o julgamento pelo STF “não fixou parâmetros de punição em caso de deflagração do movimento social”. A prática de desconto de dias parados em razão de greve é também ilegal naquilo que afronta o art. 45 do Regime Jurídico Único, segundo o qual “salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento”. Os vencimentos dos SPF são protegidos ainda pelo art. 37, da

Constituição Federal, que impede a redução de salários. Finalmente, “a utilização de decreto deve ser repudiada veementemente como instrumento que é de potencializado autoritarismo e desrespeito inaceitável à Constituição Federal, ao Estado Democrático de Direito e à justiça social”.

E os professores substitutos?

Neste “caldo jurídico” que se formou, um segmento significativo das universidades, o de professores substitutos, pode estar se perguntando sobre seus direitos. De acordo com a Assessoria Jurídica do Andes-SN, também esses professores podem ficar tranquilos. Na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que rege o trabalho dos substitutos com as IFES, não existe qualquer referência à punição dos professores substitutos (e visitantes) no caso de greve. No artigo 11 desta mesma Lei, são estendidos aos substitutos alguns direitos existentes no RJU. “Ora, como algumas regras da Lei nº 8.112/90 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos - são também aplicáveis aos Professores Substitutos, não há que se falar em possibilidade de puni-los pelo exercício de greve, porquanto também inexistente previsão legal para a punição dos servidores federais”.

Conforme assegura a Assessoria Jurídica, se considerada como infração a greve do substituto, o fato deverá ser apurado mediante processo de sindicância, onde deverá ser garantida a ampla defesa ao docente. E, ainda assim, “não existe norma que preveja a rescisão contratual pelo exercício do direito de greve por parte dos Professores Substitutos e Visitantes”. No caso de alguma medida punitiva em relação aos professores submetidos aos contratos temporários, poderá haver ajuizamento de medida judicial - mandado de segurança ou ação de rito ordinário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela - para afastar a ilegalidade. Se sindicalizado da Adufrj-SSind, o substituto ou visitante terá a Assessoria Jurídica da entidade à sua disposição.

Por conta da greve atual, a Adufrj-SSind já se reuniu com doze substitutos no último dia 27/8. Na ocasião, foram discutidas a greve e as formas de mobilização deste segmento de professores. Uma próxima reunião com os substitutos será marcada para os próximos dias. A diretoria da Adufrj-SSind pede para que os substitutos interessados na mobilização entrem em contato com a entidade e deixem e-mails de contato para facilitar a convocação. De acordo com a reitoria, existem hoje 311 substitutos na UFRJ.

Contatos dos substitutos com a Adufrj-SSind. Os telefones de contato da seção sindical são os seguintes: 2590-7753, 2590-4799 e 2260-6368.

O e-mail para solicitar a convocação de reuniões da Adufrj com os substitutos é: adufjr@civil.ee.ufrj.br



Greve segue firme na UFRJ

CEG divulga documento de apoio ao movimento

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 29 de agosto decidiu pela continuidade da greve por tempo indeterminado com os demais servidores públicos federais. Foram 125 votos a favor, três abstenções e nenhum voto contrário. Apesar da aparente participação pequena na AG, as reuniões nas Unidades contaram com grande presença de professores que votaram pela greve.

A professora Ana Lúcia, do CAP e representante do CFCH no Conselho de Ensino de Graduação, leu uma nota de apoio ao movimento grevista na universidade elaborada pelo colegiado na manhã daquele mesmo dia. O CEG reconhece as reivindicações dos servidores, afirma ainda que o calendário será rediscutido ao fim da greve e assegura todos os direitos dos estudantes durante o período de greve (ver nota na página 6). O CEG se soma ao Consuni na defesa institucional dos direitos de greve. A AG encaminhou ainda um pedido de apoio à greve ao Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG), que se reuniu formalmente na última sexta 31. O Comando Local de Greve protocolou o pedido na Secretaria do Colegiado. Como a próxima sexta-feira é feriado, o CEPG só deverá se pronunciar em 14/09.

Deboche do MEC

Motivação para a continuidade da greve foi a atitude (mais uma vez) desrespeitosa dos representantes do governo na mesa de negociações com a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras). A coordenadora geral do Sintufrj, Neuza Pinto, foi à Assembléia explicar a situação aos docentes.

De acordo com ela, nos últimos dias, a Fasubra (que entrou em greve há mais tempo, em 25 de julho) conseguiu audiência com o ministro Paulo Renato. Em 23/8, houve o primeiro compromisso de abertura de negociações: a Medida Provisória da recém-criada gratificação seria reeditada com algumas pequenas modificações favoráveis aos trabalhadores. Porém, o ministro disse que outras sugestões dos trabalhadores causariam gastos da ordem de R\$ 3 bilhões aos cofres do governo. O comando de greve



AG DETERMINA CONTINUIDADE DO MOVIMENTO GREVISTA

dos técnico-administrativos fez ver ao ministro, com seus documentos, que a repercussão financeira das sugestões não passaria dos R\$ 850 milhões. Para surpresa dos funcionários, a MP foi reeditada no dia 27/8 sem qualquer modificação favorável aos trabalhadores. Na avaliação do CNG-Fasubra, ocorreu o previsto: o governo optou pela tática de “esticar a corda e tentar nos cansar”. A aparente pequena margem de negociação se esvaiu em pouco tempo.

Estudantes

A coordenadora do DCE e estudante de Ciências Sociais, Isabel Mansur, esteve na Assembléia e declarou o apoio dos estudantes à greve, formalizado em assembléia realizada no dia anterior (28/8). (ver matéria da página 6)

Greve na pós-graduação também

Logo em seguida, representantes de Unidades passaram informes de algumas reuniões realizadas e reafirmaram a necessidade de fortalecer a greve e paralisar também a pós-graduação. Entre as falas, deve-se destacar a história do Instituto de Física, ainda dividido quanto à participação na greve. O professor José Simões comentou que os alunos fizeram um bem-humorado protesto ao lado de uma sala onde os docentes da Unidade

se reuniram para discutir o movimento grevista. Os estudantes espalharam balões pelo corredor e escreveram em um cartaz: “Professor, não pise na bola. Participe da greve”. Em outros locais, os docentes estão praticamente ou totalmente paralisados, como na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na Escola de Belas Artes, na Faculdade de Letras, no Instituto de Psicologia, na Escola de Comunicação, na Faculdade de Educação, na Escola de Serviço Social, no IPPUR, na Microbiologia, entre tantos outros. Em meio aos informes, surgiu a notícia de que o Colégio de Aplicação estaria se retirando da greve. Porém, uma reunião dos professores da Unidade realizada na manhã do dia seguinte à AG decidiu recolocar o CAP - histórico participante das lutas do movimento docente - de volta à greve.

O professor Simões ressaltou, nesta greve atual, o elevado grau de participação dos estudantes. Falou ainda da “grande quantidade de Unidades inquietas”, mesmo aquelas que não se mobilizam tradicionalmente. “O elemento novo é a avaliação política. Ao fazer a greve, temos que olhar não só para Brasília, mas para o mundo. A situação de nossos colegas da Universidade de Buenos Aires dá vontade de chorar. É preciso dar um basta ao tacão do FMI”, disse.

Sobre a pós-graduação, muitos se manifestaram preocupados com os compromissos acertados com as agências de fomento (Capes e CNPq principalmente) que não poderiam ser adiados com a greve. O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, observou que dentro dessas agências existem muitos professores universitários que podem ser sensibilizados com a greve. Já o professor Ildeu Moreira (também da Física) não poupou críticas ao funcionamento da pós-graduação. Recomendou a paralisação total, pois a impressão que se tem com a continuidade das atividades é que a pesquisa no Brasil está em ótima situação. Ildeu afirmou que a pesquisa se tornou cada vez mais elitista no país e que reproduz uma política de “casa grande e senzala”, na qual os “Institutos do Milênio” seriam os exemplos mais claros.

Exposição da greve na mídia

O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) comentou que a mídia precisa perceber a força da greve. O ato dos SPF realizado no Centro no dia 28 passou apenas na TVE e só mereceu uma nota no jornal Extra do dia seguinte. Neste sentido, Luciano apelou para os docentes que têm contatos na grande imprensa para escreverem artigos sobre

Continua



Continuação da página 5

a mobilização em defesa da Universidade Pública. O professor Henrique Longo (Escola de Engenharia) também se mostrou surpreso com a indiferença dos veículos de comunicação. “Tivemos um ato forte no Centro e falamos nos jornais da rebelião dos flanelinhas”, criticou.

Delegado ao Comando Nacional de Greve

A Assembléia Geral delegou ao Comando Local de Greve a prerrogativa de indicar o delegado da Adufrj-SSind para o Comando Nacional de Greve do Andes-SN. A idéia é agilizar o envio de pessoas ao CNG. Se algum delegado não puder permanecer em Brasília, o comando local providencia uma rápida substituição sem que se precise esperar a próxima AG.

Formação de comissões

Foi decidida na Assembléia Geral a formação de duas comissões para fortalecer o movimento de greve: a comissão de Comunicação e Imprensa e a comissão de Organização de Eventos e Atividades. Esses dois grupos atuarão em conjunto com o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind. Até o fechamento desta edição, a professora Leonor

Werneck (Letras) havia se colocado à disposição da primeira; para a segunda, os professores José Simões (Física), Sandra Martins (CAP) e Ildeu Moreira (Física). Qualquer sindicalizado pode participar.

Atividades de greve

Foi aprovada a participação dos docentes da UFRJ em vários atos de mobilização. Os principais foram realizados no Fórum de Ciência e Cultura, nos dias 30 e 31, numa “recepção de boas-vindas” aos ministros Ronaldo Sardenberg (Ciência & Tecnologia) e José Serra (Saúde) (ver capa e matéria na página 12)

Instituto de Ginecologia

Mais uma atitude autoritária da reitoria foi relatada na AG. Representantes de Vilhena teriam se encaminhado ao Instituto de Ginecologia no dia 28/8 para retirar os prontuários de atendimento das pacientes. Sem os prontuários, o Instituto não poderia funcionar mais. Avisados dessa violência, dezenas de professores, alunos e funcionários que estavam no ato dos SPF no Centro se dirigiram ao IG e conseguiram impedir a ação da reitoria (apenas cinco prontuários foram levados). A coordenadora do Sintufrj, Neuza Pinto, classificou esse movimento como “extramente covarde e agressivo”. Pro-

fessores do IG foram especialmente convidados para a Assembléia para dar informes da situação vivida, mas acabaram não comparecendo (leia mais na nota da página 9).

Suspensão do vestibular

A determinação dos professores em greve ficou expressa na vontade de suspender o vestibular em nível nacional para as instituições federais e no cancelamento da reposição de aulas. A questão ganhou um contorno polêmico. O professor José Miguel (Escola de Engenharia) explicitou que não se ganha a simpatia da sociedade para a causa dos SPF punindo a população ou os estudantes dessa forma. Outros professores entenderam que essa radicalização seria o meio de demonstrar ao governo a seriedade da luta e forçar a negociação. A AG determinou o envio desta polêmica para discussão nas reuniões de Unidade e também para o CNG, para ser apreciado pelas demais seções sindicais do Andes-SN

26,05%

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind esteve presente na AG e confirmou o que já se especulava pela UFRJ: houve o cadastramento das ações judiciais do Sintufrj e da Adufrj-SSind no Sistema Acompanhamento das Ações

Judiciais (SICAJ) do governo. No entanto, aquelas pessoas que escolheram ações individuais para o caso sofreram o corte nos salários. A Adufrj-SSind está mapeando todos os casos para verificar se algum sindicalizado de sua ação sofreu algum tipo de corte. Mais uma vez, nenhum representante da reitoria apareceu na AG para esclarecer a situação.

Nota tirada no CEG nesta quarta-feira, 29/08

O Conselho de Ensino de Graduação, em sua reunião ordinária de 29/08/2001, por decisão unânime, informa que:

- 1) apóia as reivindicações do movimento de professores e funcionários;
- 2) reconhece a paralisação de atividades acadêmicas na educação básica e no ensino superior;
- 3) afirma que o calendário deverá ser rediscutido após o fim do movimento, de forma a dar continuidade às atividades interrompidas a partir do dia de deflagração da greve;
- 4) e afirma que os alunos terão seus direitos assegurados.

Conselho de Ensino de Graduação

Estudantes da UFRJ também entram em greve

Mais de 700 alunos lotaram o auditório do CT em apoio aos docentes e funcionários

Em Assembléia Geral realizada no dia 28/08 e organizada pelo DCE, os estudantes da universidade decidiram aderir à greve dos docentes e dos funcionários, comandando atividades dentro da UFRJ. “É absolutamente necessário mais ação nesse momento, não adianta nada cada um ir para a sua casa fazer uma greve de pijama. Precisamos organizar a mobilização, incluindo as pautas dos alunos, como o Bandeirão e a ampliação dos cursos noturnos, com as exigências dos demais servidores.” disse o aluno Rafael Calil da Educação Física.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, foi ao auditório do CT, demonstrar seu apoio aos estudantes: “É importante que essa assembléia esteja cheia, pois esta é uma greve muito difícil e nós precisamos colocá-la para a sociedade para que esta entenda o que se passa



ESTUDANTES NÃO QUEREM GREVE DE PIJAMA

dentro da universidade. A atividade política da greve é agir, aparecer na mídia, revelando nossos problemas e apresentando soluções para a UFRJ. Já são 40 instituições federais de ensino superior paradas.” concluiu o professor.

Praticamente todos os centros acadêmicos participaram da Assembléia e explicaram se suas Unidades estavam paradas total ou parcialmente. A aluna Flávia Almeida

de Letras definiu o objetivo do movimento: “Precisamos nos mobilizar e incluir as pautas específicas dos estudantes com as de professores e funcionários. É necessária uma greve ativa onde todos continuem participando, mesmo não havendo aula.”

Bandeirão e fim das cobranças de taxas

O comando de greve dos estudantes de-

finiu alguns pontos que serão colocados nas próximas Assembléias Gerais: o projeto de assistência estudantil, com o início do Bandeirão, a ampliação do número de bolsas de iniciação científica e dos cursos noturnos da UFRJ, o fim das cobranças de taxas irregulares em espaços públicos e da lista tríplice de eleição para reitor, a contratação de servidores e docentes e a reabertura da emergência do Hospital Universitário.

As atividades que serão discutidas na próxima Assembléia dos estudantes, já marcada para o dia 5 de setembro envolvem a paralisação de todas as atividades acadêmicas, incluindo a pós-graduação. Também estarão em pauta, em conjunto com as demais universidades públicas, o projeto “Universidade na Praça” e a organização de um seminário sobre Universidade e Construção Nacional. Dentro do seminário seriam realizados debates sobre: Programa Social, Autonomia, Periodização e Reforma Curricular.

Manifestação reforça greve

Passeata contou com várias entidades e comunidade da UFRJ marcou presença

Após mais de uma semana em paralisação, os funcionários públicos federais mostraram que o seu movimento está mais forte do que nunca. Prova disso foi a passeata ocorrida, na última terça-feira, no centro do Rio. Os servidores se concentraram em frente à Igreja da Candelária e seguiram em direção à Cinelândia, carregando faixas e exigindo mudanças do governo.

Dentre os sindicatos participantes estavam o Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio de Janeiro), o Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), o Sindsprev (Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro), o Adcefet, além do Sindicato dos Bancários, que também reivindica reajuste salarial, e a Central Única dos Trabalhadores, organizadora do ato. Mesmo com a presença de trabalhadores de diferentes atividades, todos tinham em comum os mesmos desejos. “Fora FHC, fora FMI” foram as palavras de ordem.

Servidores exigem mudanças

O presidente da CUT-RJ, Antônio Carlos de Carvalho, estava no local e também deu sua opinião a respeito do reajuste de 3,5% proposto pelo governo: “Esse aumento é uma provocação aos servidores públicos federais. Nós não agüentamos mais esse sucateamento do serviço público! Chega de investimentos para o capital estrangeiro! Queremos um melhor investimento no social, com saúde e educação para todos.” Os servidores querem um reajuste linear de 75,48% relativo aos 7 anos de arrocho salarial. “A greve é o nosso instrumento para pressionar o governo a valorizar os trabalhadores do serviço público e melhorar as condições de atendimento à população”, disse Vítor Amaral, representante do Sintrasef.



ESTUDANTES DA UFRJ TAMBÉM PARTICIPARAM DO ATO

“Esse aumento é uma provocação aos servidores públicos federais. Nós não agüentamos mais esse sucateamento do serviço público! Chega de investimentos para o capital estrangeiro! Queremos um melhor investimento no social, com saúde e educação para todos.”

Antônio Carlos de Carvalho - Presidente da CUT-RJ



ADUFRJ-SSIND LEVOU FAIXAS PARA O ATO NO CENTRO

Comunidade da UFRJ estava presente na manifestação

Professores, funcionários técnicos-administrativos e estudantes da UFRJ também participaram do movimento, reforçando a paralisação que vem ganhando cada vez mais adesões. “Ao mesmo tempo que docentes e funcionários têm as suas pautas de reivindicações, os estudantes exigem um projeto de assis-

tência estudantil, com o Bandeirão e a ampliação do número de bolsas de iniciação científica. A UFRJ está nessa luta!”, concluiu o estudante de Direito da universidade, Luís Felipe Alencar.

As próximas atividades nessa semana incluem atos em Brasília, no dia 4 de setembro, e o Grito dos Excluídos, organizado pela CUT-RJ, no feriado de 7 de setembro.

Reuniões nas Unidades

Escola de Serviço Social
03/09 - segunda, 14h

Colégio de Aplicação
03/09 - segunda, 8h30
Auditório do CAp

NUTES

03/09 - segunda, 13h30

Escola de Engenharia
03/09 - segunda, 14h30
Sala F-119

Instituto de Geociências
04/09 - terça, 10h
Hall

Instituto de Química
04/09 - terça, 10h
Sala A-633

Coppe

04/09 - terça, 13h
Bloco G, sala 122

Andes-SN e Fasubra pedem apoio da Andifes

Na última terça-feira, 28 de agosto, os Comandos Nacionais de Greve do Andes-SN e da Fasubra se reuniram no diretório da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) para discutirem o balanço da greve. Dentre os assuntos destacados estavam a dificuldade das entidades em abrir negociações com o MEC e a possibilidade de haver uma radicalização da greve com o fechamento dos Núcleos de Processamento de Dados. A exigência de que a Andifes tome uma postura mais incisiva diante do mesmo Ministério, já que a crise das Instituições Federais de Ensino Superior tornou-se insustentável, também foi pauta do encontro.



Movimento

Uenf em luta pela autonomia universitária

Uma luta pela autonomia universitária está sendo travada na Universidade Estadual do Norte Fluminense desde o dia 7 de agosto. Funcionários e professores estão em greve contra a influência de uma fundação de direito privado, controlada pelo governador Anthony Garotinho. Se na UFRJ o Consuni é desrespeitado pelo reitor, o Conselho Universitário daquela instituição é sistematicamente desobedecido pela fundação (Fenorte) que controla todos os recursos orçamentários da Uenf, in-

clusive os recursos federais (bolsas da Capes, por exemplo). A presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Aduenf), Cláudia Leal, informou que a greve conquistou a adesão de 77% dos pouco mais de 230 professores do quadro. “Os docentes se mantiveram firmes, mesmo com a ameaça de corte de ponto feita pelo Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza”, afirmou. Ainda segundo a presidente, o próximo passo do movi-

mento grevista passa pela tentativa de conseguir uma audiência com o secretário estadual (ou com o próprio governador). Se esse movimento não funcionar (desde o início da greve, nenhuma sinalização de conversa surge do Palácio Guanabara), funcionários e professores vão entrar com uma ação no Ministério Público estadual contra o governo.

A AG da Adufrj-SSind de 29/8 aprovou uma moção de apoio à luta dos docentes e funcionários da Uenf. Veja abaixo a íntegra da moção.

Moção de apoio à greve da UENF

Os professores da UFRJ reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind, Seção Sindical dos Docentes da UFRJ do Andes-SN, vem a público manifestar seu apoio e solidariedade aos colegas da Associação de Docentes da UENF que sofrem, hoje, ingerências do Governo do Estado naquela Universidade e lutam pela AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA.

Sabemos das longas negociações que os representantes da UENF tiveram com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, exigindo o direito daquela Universidade à autonomia e sua institucionalização na forma de pessoa jurídica. Reconhecemos, ainda, os esforços dos representantes da UENF no âmbito de sucessivas comissões solicitadas pelo Governo do Estado, cujos resultados foram ignorados pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, Sr. Wanderley de Souza, que, embora participando nominalmente dos trabalhos, nunca manifestou interesse em seu prosseguimento e efetivação.

A comunidade universitária da UENF vem denunciando, sem medo, os interesses político-eleitorais deste Governo na região nordeste-fluminense, o que o leva a tentar im-

por o controle da UENF por uma Fundação em Campos dos Goytacazes, denominada FENORTE, cuja direção é formada por seus correligionários. A esta Fundação foi concedida personalidade jurídica com poder de definição e gestão do orçamento público teoricamente - apenas teoricamente - destinado à UENF, em relação ao qual seu Reitor e Conselho Universitário não têm qualquer participação.

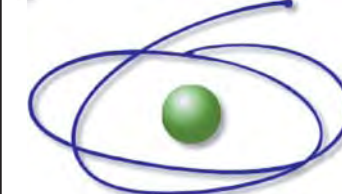
Passados 8 (oito) anos, o Governo insiste em manter a Universidade como um “setor” da FENORTE e a situação se agravou pois a UENF não pôde, até agora, decidir e ter aprovados seu Plano de Cargos e Vencimentos, nem seu projeto de reenquadramento funcional. Não há sequer a possibilidade de a UENF definir e promover os concursos públicos para preenchimento de vagas em seus quadros. O Governo estadual interrompeu o diálogo com a UENF e, através de cortes salariais já efetivados, exige que a comunidade científica retorne às suas “atividades normais” num cenário de completa “anormalia”.

A luta da UENF é também nossa luta pela Universidade Pública de qualidade, cuja autonomia não é con-

cedida, mas conquistada! Estamos solidários a este movimento de resistência às práticas políticas nefastas e ao mau uso do patrimônio público. As Universidades Públicas são instituições representativas do pensamento inquieto, crítico e transformador, que não se sujeita aos imperativos do mercado. A Universidade Pública no Brasil tem uma história de resistência em defesa dos interesses da população e compromisso com as futuras gerações.

Manifestamos, também, nosso repúdio à forma tirânica com que os membros da comunidade UENF vêm sendo tratados pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia que ordenou, sem amparo legal, o corte do salários dos trabalhadores - professores e técnicos - em estado legal e legítimo de greve. PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADA! PELO FIM DA SUBMISSÃO DA UENF À FENORTE! PELA UENF AUTÔNOMA !

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2001
Assembléia Geral da Adufrj-SSind



CAPES

Capex oferece bolsas para artistas

Artistas nas áreas de música, dança, artes cênicas, audiovisual, artes plásticas e fotografia, com idade entre 18 e 29 anos, podem concorrer a bolsas de estudo no exterior oferecidas pelo programa ApArtes. O ApArtes é direcionado a artistas brasileiros, residentes no país, com formação e atuação promissora em sua área. O objetivo do programa é oferecer oportunidade de aperfeiçoamento a artistas que estão fora do mercado acadêmico, mas que revelam talento em suas áreas. São 26 bolsas de estudo, sendo dez para música, quatro para dança, quatro para artes cênicas, quatro para audiovisual e quatro para artes plásticas e fotografia. Os artistas selecionados receberão bolsa de estudo com duração de até 12 meses que inclui mensalidade de US\$ 1.100, passagem aérea de ida e volta, auxílio para instalação no exterior, seguro-saúde e taxas escolares. As inscrições estão abertas até 20/10 e mais informações podem ser conseguidas na página: www.capes.gov.br



Acervo da FGV está na rede

Historiadores do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) colocaram na Internet um portal recheado de preciosidades históricas. Estão na rede 35 mil fotos de políticos famosos e de episódios importantes do passado recente do país. Há registros desde os preparativos da revolução de 1930 até o colapso da ditadura militar e o começo da Nova República nos anos 80. Além das fotografias, há ainda cerca de 1,8 milhão de documentos, antes guardados em arquivos pessoais de 200 personalidades, e hoje administrados pelo CPDOC. Tem manuscritos do presidente Getúlio Vargas e até rascunhos de manobras militares durante a 2ª Guerra Mundial. A página do CPDOC é: www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/



Colegiados



CEG faz balanço da rediscussão da 01/99

Prazo limite para deliberações nas Unidades e Centros (17/09) pode ser adiado

Pouco antes de aprovar o apoio à greve de professores e funcionários, os representantes de Centro no CEG fizeram um relato de como estavam acontecendo as reuniões para rediscussão da resolução 01/99 nas Unidades.

Na opinião dos conselheiros estudantis, poucas Unidades e departamentos estariam realizando debates e, com a greve, a data final para avaliação e deliberação sobre o assunto, dia 17 de setembro, deveria ser revista, também, após a greve.

A Faculdade de Economia, segundo a professora Maria Lúcia (CCJE), já tem posição e está encaminhando sua proposta para o Centro. O professor Antônio Cláudio (CT) disse que a maioria dos departamentos da Escola de Engenharia já se posicionou e está encaminhando a volta ao sistema anterior: dois semestres com 15 semanas de aula, cada.

Antônio Cláudio informou, também, que

na Coppe alguns professores e programas querem o retorno às 12 semanas na pós-graduação. No programa de Bioquímica, por exemplo, segundo o professor, os professores têm clareza quanto às dificuldades de implementar as 10 semanas.

No Instituto de Química, segundo Sérgio de Paula (CCMN), apenas um departamento ainda não se posicionou. Os demais também querem o retorno ao sistema anterior, com base na nova proposta da comissão mista.

No CCS, a polêmica gira em torno da situação do Instituto de Ginecologia (ver matéria ao lado) e da emergência do Hospital Universitário. Foi o que relatou o representante do Centro, Alberto Schanaider, dizendo que ainda não há posicionamentos sobre o assunto.

No Instituto de Matemática, os departamentos estão fazendo reuniões e a Congregação da Unidade está tendendo a considerar as duas propostas inadequadas (tanto a 01/99 quanto a nova proposta da

comissão mista). O informe foi dado pelo professor Miguel Jonathan (CCMN). Segundo ele, a tendência da Matemática também é pela volta ao "sistema antigo".

Na Escola de Química, segundo a professora Cláudia Jardim, dois dos quatro departamentos também já se posicionaram pela volta ao sistema anterior à 01/99. Na Letras, segundo a representante do CLA, professora Wanda Freire, não está havendo discussão e nem a EBA nem a FAU definiram alguma posição, ainda.

Vinícius Wu fez um relato da posição dos estudantes. "Os estudantes também têm feito atividades para a discussão da periodização durante a greve. A assembléia geral dos alunos que aprovou a entrada da greve também indicou o retorno ao que se tinha antes, as 15 semanas", relatou. Wu lembrou que os estudantes se sentem prejudicados e vão realizar um levantamento do prejuízo para a universidade. "Por conta da resolução, adiantamos o calendário e tivemos muitas vagas ociosas", cobrou.

Diretor do Instituto de Ginecologia realiza cirurgias no HU

O Instituto de Ginecologia da UFRJ continua passando por sérios problemas. Além do corte da verba do SUS, devido a denúncias de relatório da Secretaria Municipal de Saúde, a ameaça de transferência da instituição do centro do Rio para a Cidade Universitária prossegue nos planos da reitoria da universidade. O último acontecimento envolve o próprio diretor do IG, Paulo Vieira da Costa Lopes. No dia 24 de agosto, o diretor retirou os prontuários de algumas pacientes e se mudou para o gabinete do diretor do HU, Amâncio Paulino de Carvalho, onde realizou algumas cirurgias com a equipe médica do hospital, na última segunda-feira (27/08).

Segundo o vice-diretor do Instituto de Ginecologia, Antônio Carneiro, há 20 dias o diretor não aparecia mais no IG, e quando voltou no dia 24/08, pegou os prontuários e avisou as pacientes por telefone de que as cirurgias seriam efetuadas no Hospital Universitário. Como não foi apoiado por nenhum médico ou funcionário, em decisão tomada em Assembléia da Unidade no dia 27/08, teve que utilizar a equipe médica do HU.

A atitude do diretor fez o Conselho Regional de Medicina determinar a abertura de uma Comissão de Ética do Instituto que se reuniu na última quinta-feira (30/08) para averiguar o caso. Entretanto, o professor Paulo Lopes não compareceu ao encontro. Agora um relatório dessa Comissão seguirá para o Conselho Regional de Medicina para que este tome uma decisão definitiva a respeito do comportamento do diretor.

Liminar impede transferência

Em outra reunião realizada no Centro de Ciências da Saúde (CCS) no dia 30 de agosto, uma Comissão nomeada pelo reitor da UFRJ não pôde ser instalada. O motivo foi a liminar do Ministério Público Federal concedida no dia 28/08 que impede a transferência de qualquer instituto da universidade para o Hospital Universitário sem prévia autorização do MPF. A Comissão, que seria formada por quatro médicos do IG, três do HU e um do IPPMG, estabeleceria que os atendimentos dos casos mais simples aconteceriam no HESFA e as cirurgias, no HU.

Mesmo com todos os problemas, o Instituto de Ginecologia continua a atender as pacientes normalmente. Novas assembléias estarão acontecendo nessa semana em busca da renúncia do diretor da Unidade e da restituição da verba do SUS.

CEG monta nova comissão para Prograd 2002

Ainda na sessão do dia 29, o professor Gattass informou que os recursos referentes ao Prograd 'índice' para a manutenção do ensino de graduação nas Unidades, no segundo semestre, já tinham sido liberados. O sub-reitor apresentou também uma simulação de uma nova distribuição baseada em critérios que, para ele, haviam sido consensuais entre os conselheiros. A professora Ana Lúcia (CFCH), que não pôde comparecer na reunião anterior, se disse perplexa com os valores atribuídos ao CAP (R\$ 2 mil), também recebidos pelo Instituto de Macromoléculas. O diretor do colégio, Moacyr Barreto, esteve na sessão anterior e apresentou os dados da escola, mas como a decisão do colegiado foi não referendar a proposta de distribuição apresentada pela reitoria, o CAP continuou com o 'bônus' anteriormente proposto para as Unidades que não haviam se manifestado (CAP e IMA).

Ana Lúcia disse que o colegiado não podia se omitir em relação à definição das verbas para as unidades e propôs a retomada dos trabalhos da comissão Prograd 'Índice' para 2002. O conselho aprovou uma nova comissão, formada por um representante de cada Centro e um estudante. A nova comissão Prograd 'Índice' será presidida pelo professor Antônio Cláudio, do CT.

Avaliação do MEC

Os conselheiros questionaram os novos critérios de avaliação dos cursos de graduação do Ministério da Educação, divulgados na imprensa. A avaliação dos cursos deixará de ser competência da Secretaria de Ensino Superior e passará para a alçada do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). A mudança que mais incomodou foi o fato de que as comissões de avaliadores não serão mais formadas somente por professores e especialistas, mas também por profissionais de cada área.

O representante Sérgio de Paula (CCMN) disse que os novos critérios favorecem as faculdades privadas. "Tenho a sensação clara de que as mudanças foram feitas para beneficiar as particulares. A UFRJ deve se pronunciar junto ao MEC contra essas medidas", afirmou.

Gattass se esquivou dizendo que a reitoria não podia fazer muito em relação ao 'lobby' das particulares. "O lobby das particulares está envolvendo recursos financeiros altos. Na minha visão, as particulares são como os comerciantes de droga", disse o representante da reitoria.

Para o professor Antônio Cláudio (CT), a universidade pública tem que ter clareza de

que sua mantenedora é o governo e que, portanto, os problemas devem ser listados e enviados para o MEC. "As mantenedoras têm prazo para cumprir as exigências. Nossa mantenedora é o MEC. Temos que listar essas exigências (em relação aos cursos da UFRJ) e devolvê-las para eles solucionarem os problemas", sugeriu.

Concursos

Gattass informou que a portaria que trata das novas 130 vagas para docentes já está pronta e aguarda publicação no Boletim da UFRJ. A Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) vai funcionar na sala da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Das 130 vagas, cinco já foram preenchidas com professores concursados que já tinham toda sua documentação aprovada. Dos 74 concursos já feitos, Gattass disse que apenas mais 20 ou 30 contratos seriam assinados, além destes cinco. Sérgio de Paula questionou o procedimento: "pelo que entendi da lei, todas as vagas anteriores seriam extintas e esses que fizeram concursos e já foram aprovados deveriam ser contratados independentemente destas vagas". O professor não obteve outros esclarecimentos do sub-reitor sobre o assunto.

Calendário de Discussão nas Unidades - Periodização Resoluções Conjuntas CEG/CEPG 01/99, XX/2001 e XY/XX

Unidade/Centro	Prazos ou reuniões agendadas
Instituto de Psicologia	03/09, Congregação, a discussão será feita com base no documento do GTPE da Adufrj-SSind
NUTES	03/09, Os documentos serão discutidos em reunião do CTD/NUTES
Escola de Educação Física e Desportos	04/09, Congregação para deliberar sobre o assunto



Greve

Nota do Comando de Greve dos Docentes ao Ministro

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2001

Ao:

Exmo Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia

Ronaldo Sardenberg

O anúncio de um reajuste salarial linear irrisório de 3,5% pelo governo foi uma provocação para o funcionalismo público federal e serviu para mobilizar os professores no sentido de dar um sonoro basta à falta de verbas, às perdas salariais acumuladas e aos direitos sociais e trabalhistas cassados nos últimos anos. Além disso, o MEC alega cinicamente desconhecer a pauta de reivindicações que vem sendo sistematicamente protocolada naquele ministério e desconhece a palavra negociação.

A área econômica do governo, por sua vez, insinua que os recursos para o reajuste miserável proposto teriam que vir de aumento de impostos transferidos de ou-

tras áreas sociais, previstos no orçamento de 2002 ou, ainda, originários do desconto previdenciário dos aposentados.

A nossa mobilização em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, assim como de todos os setores sociais, conta com a simpatia da população que entende o massacre dos sete anos sem reajuste salarial e a farsa que é a alegação do governo de que a dívida é fruto do desequilíbrio causado pela folha de pagamento do funcionário público e déficit da previdência social. Na verdade, é cada vez mais claro que o rombo financeiro é causado pelos juros mais altos do planeta que o governo paga ao capital especulativo internacional, de acordo com as diretrizes do FMI.

A redução de verbas na área de Educação deixa uma grande parcela da população brasileira excluída de participar da riqueza produzida por todos e concentrada nas mãos de uma minoria.

Os orçamentos irrisórios previstos para a Ciência e Tecnologia (C&T) não têm permitido o desenvolvimento tecnológico nacional necessário ao desenvolvimento urbano e rural.

Desta forma, inibem-se a educação e as possibilidades de pleno desenvolvimento da pesquisa e, por consequência, deterioram-se ainda mais as condições de sobrevivência do homem do campo e das cidades.

Diante desses fatos a Universidade Federal do Rio de Janeiro hoje paralisada por decisão de Assembléia Geral de cada categoria representada por: Seção Sindical dos Docentes da UFRJ do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ADUFRJ-SSind), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ), Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata-UFRJ) e Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG-UFRJ) vem reinvidicar a

V. Excia. que encaminhe, junto ao governo que representa, a necessidade de imediata abertura das negociações sobre a pauta de greve dos Servidores Públicos Federais que se encontram em Greve desde 22 de agosto de 2001.

Pauta da Greve

1 – Realização de concurso público no RJU, contra os Projetos de Lei de Emprego Público.

2 – reposição das perdas salariais: pela reposição de 75,48%.

3 – incorporação das Gratificações.

4 – direitos de aposentadoria, defesa da Previdência Pública, combate à PEC-136 e ao PL-9/99.

5 - defesa dos direitos sindicais.

Comando de Greve dos Docentes da UFRJ

Greve do pijama

NÃO

ASSEMBLÉIA GERAL

05

SETEMBRO
QUARTA-FEIRA

13:00

HORAS

PAUTA

Avaliação da greve
Regimento do Comando Local de Greve
Periodização/Calendário 2002

Auditório do Roxinho - CCMN
Ilha do Fundão

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL





Opinião/Cláudio Thomás Bornsteins

O mito da empresa estatal improdutiva

Algumas idéias que me surgiram após a leitura do livro de Aloysio Biondi "O Brasil Privatizado"

Os meios de comunicação sempre apregoaram que a empresa estatal era improdutiva, ineficiente, gerava déficit, prejuízo. Por causa disto era necessário privatizá-la. Para que gerasse lucro. E ficava implícito ou mesmo explícito que, gerando lucro a empresa faria investimento, modernização, enfim, faria melhorias. Assim foi vendida a idéia para o grande público.

A verdadeira história é outra. Parte-se da premissa ou hipótese de que empresa estatal deve dar prejuízo e empresa privada, lucro. Depois mostra-se triunfante a tese: a empresa estatal dá prejuízo, a privada, lucro. A circularidade do argumento, a tautologia não fica clara porque se a tese é mostrada, trombeteada aos quatro ventos, a hipótese, isto é, o início todo da história, fica escondido, soterrado de baixo de uma massa de números e regulamentações.

Ilustro as idéias com alguns exemplos na área de energia, produção de aço e telefonia, retirados do livro acima mencionado, onde o interessado poderá encontrar maiores detalhes e dados numéricos. No primeiro semestre de 1997 a Telebrás ainda era uma empresa estatal. Nos próximos seis meses seu lucro deu um salto de 250% passando de 500 milhões de reais para 1,8 bilhões. Fenômeno semelhante aconteceu com as empresas de energia elétrica: a lucratividade da Eletrobrás explodiu de 550 milhões para 1,5 bilhões de reais, praticamente 200% de avanço. Houve milagre? Segundo Biondi, o que houve foi basicamente reajuste de tarifas. Reajuste feito às vésperas da privatização.

Enquanto a empresa era estatal, ou seja, pertencia ao povo brasileiro, o objetivo não era o lucro. Por exemplo, é conhecido o fato das siderúrgicas, enquanto estatais, terem subsidiado a indústria privada que utilizava o aço barato. O discurso era o da competitividade. Por competitividade entenda-se: é necessário a estatal ter prejuízo para que a empresa privada tenha lucro. Somente quando se preparava a privatização é que o aço teve aumentos de até 300%.

Algo semelhante aconteceu com a Petrobrás. Para permitir que a indústria petroquímica nacional tivesse preços capazes de enfrentar a concorrência internacional a nafta, matéria prima do setor, foi por longos anos vendida a preços mais baixos. Em determinados períodos parte do preço da gasolina, vendida pela Petrobrás, serviu para baratear o álcool, produzido pelos "barões do açúcar".

Muitos outros exemplo podem ser dados. Para se sustentar no poder o governo muitas vezes usou as estatais, principalmente as da área de energia e telefonia para "segurar" a inflação ou beneficiar setores estratégicos da economia. Assim, congelava-se preços e tarifas na tentativa de reduzir as pressões e controlar as taxas de inflação. Congelava-se também a possibilidade de lucro das empresas. O discurso era que as estatais tinham uma função social, entenda-se, engolir prejuízos. Quando veio a onda de privatizações o discurso mudou. Agora as empresas tinham que dar lucro. Claro, porque se não dessem lucro quem as compraria? Evidentemente que não se admitia a possibilidade da empresa dar lucro e continuar a ser estatal.

Para se entender melhor o raciocínio é necessário entender como é estabelecido o preço de venda das

estatais. Biondi explica que, na maioria das vezes, este não leva em conta o patrimônio acumulado. É baseado no que os técnicos chamam "fluxo de caixa descontado" que em resumo consiste no seguinte. Estipula-se um tempo para os cálculos. Para a Telebrás foram dez anos (1998 a 2007). Durante este tempo calcula-se todo tipo de faturamento da empresa, subtraindo é claro as despesas. Toma-se o valor presente e pronto. Está determinado o preço da estatal

Dentro desta lógica tomaram-se medidas aparentemente ilógicas do ponto de vista econômico. Para tornar as estatais rentáveis, quer dizer, para propiciar fluxos de caixa positivos, o estado, quer dizer, o povo brasileiro, foi obrigado a engolir dívidas monstruosas, realizar investimentos absurdos nas empresas, para depois vendê-las por quantias que não justificam nem as dívidas assumidas, nem os investimentos feitos. Biondi conta que na venda da COSIPA o governo engoliu uma dívida de 1,5 bilhões para vender a empresa por 300 milhões. Na privatização do BANERJ o governo engoliu todos os compromissos futuros dos planos de pensão dos seus funcionários, o que implicou numa dívida de 3,3 bilhões de reais, mesmo sabendo que o banco seria vendido por apenas 330 milhões de reais. Entenda-se o raciocínio: vende-se um papel em baixa, pior, paga-se para vendê-lo. O outro compra. Se compra é porque é rentável. Se é rentável, porque se vende em tais condições? Dá para entender?

Dá. Basta assumir como verdadeira a premissa de que o estado, a empresa estatal, ou seja, eu e você estão aí para assumir os prejuízos. Os lucros ficam com a empresa privada.

* Professor da Coppe



Resenha

Matéria de O Globo de 30 de agosto destaca o fim do mandato de Stanley Fischer como vice-diretor-gerente do FMI. O próprio admitiu as falhas do processo de globalização: "Há falhas no processo de integração à economia global e precisamos compensar os perdedores", disse. Fischer deve voltar ao Banco Mundial, onde já foi economista-chefe. Na festa de despedida do "número dois" do Fundo, estavam presentes Armínio Fraga e Domingo Cavallo. Claro, são todos grandes amigos.

Cerca de 200 estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) fizeram um grande protesto em Niterói em apoio à greve dos SPF. Os alunos promoveram uma passeata pelas ruas da Zona Sul daquela cidade até o prédio da reitoria, em Icaraí. A manifestação também foi motivada por um possível aumento de preços do bandeirão da universidade, que passaria de R\$ 0,70 para R\$ 2,50. O reitor Cícero Fialho afirmou para o jornal O Fluminense, de 30/8, que pretendia um reajuste para R\$ 1,70.

O Sintrasef realizou um ato que chamou a atenção do jornal O Povo, de 30/8. Os sindicalistas serviram um café da manhã improvisado em frente ao prédio do MEC, no Centro do Rio. "Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas revela que aproximadamente 50 milhões de brasileiros estão vivendo em condições críticas. Nós, servidores, estamos indo para o mesmo buraco. Daqui a pouco, nem isso vamos poder estar comendo", disse, em referência ao simples café da manhã.

Deu no Boechat, em 30/8: "Dono do maior acervo de paleontologia do país, o Museu de Ciências da Terra, na Urca, está abandonado. Todos os seus funcionários foram transferidos para outros órgãos pelo Ministério das Minas e Energia. Restaram o diretor, Diógenes de Almeida Campos, e uma secretária. Que, às vezes, cuidam até da faxina".

Saiu o resultado no último dia 29/8 da 13ª avaliação da Capes, que abrangeu 1.544 programas de mestrado e doutorado em todo o país. Desse total, 9% obtiveram conceitos 6 e 7, os melhores. A maior parte dos programas (86%) teve resultados médios (notas 3, 4 e 5) e outros 5% ficaram com avaliação insuficiente, com conceitos 1 e 2 e estão impedidos de receber novos alunos, pois seus diplomas não serão reconhecidos pelo MEC. As universidades têm até o dia 14 de setembro para entrar com recursos e pedir a revisão das notas.



Greve

Movimento realiza primeiro grande protesto unificado

Comando de Greve entrega nota a ministro da C&T em seminário da Faculdade de Economia

Apesar de todos os esforços da direção da Faculdade de Economia da UFRJ, a visita do ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, não passou em brancas nuvens para o movimento de greve. O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind, em meio a uma manifestação de protesto, reivindicou do representante do governo a abertura de negociações sobre a pauta dos servidores. O ato aconteceu durante a abertura do seminário Desenvolvimento no Século XXI, na noite da última quinta-feira, 29, no Fórum de Ciência e Cultura.

Representando os segmentos em greve, o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, leu a nota entregue ao ministro (veja íntegra na página 10) e fez duras críticas à política do governo na área da ciência e tecnologia. Sanglard lembrou aos presentes o acordo que o governo Fernando Henrique quer estabelecer com os EUA, vendendo a Base de Alcântara, no Maranhão, para a instalação de satélites comerciais. “O ministro falou



JOSÉ SANGLARD LÊ A NOTA DO COMANDO LOCAL DE GREVE

ainda há pouco sobre os investimentos no setor, mas esqueceu de comentar a venda da Base. Este acordo significa a entrega de parte de nosso território e a perda da soberania nacional”, afirmou sob aplausos calorosos da platéia que lotava o Auditório Pedro Calmon.

Na nota, o movimento afirma que o anúncio de um reajuste irrisório de 3,5% foi uma provocação para o funcionalis-

mo. o texto das entidades faz referência ao apoio da população à greve e à farsa do discurso governista de que a dívida pública é causada pela folha de pagamentos dos servidores e aposentadorias.

O ato aconteceu ao final das exposições do Secretário Executivo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), José Antônio Ocampo, do ex-ministro e atual secretário geral da Unctad

(Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), Rubens Ricupero, e do próprio ministro. Seu discurso, aliás, não poderia ser mais privatizante. Sardenberg fez questão de salientar “a necessidade de que se aumente a participação do setor privado no desenvolvimento científico e tecnológico”. Tanto ele como os demais palestrantes não economizaram nos elogios ao modelo de competição tecnológica nos moldes da globalização econômica. Para Sardenberg, as pesquisas devem estar voltadas para o desenvolvimento da “sofisticação de produtos e bens de exportação e de novos produtos e serviços que contenham valor agregado”.

Perguntado pelo jornal da Adufrj-SSind sobre as críticas feitas pelo movimento grevista, Sardenberg se limitou a dizer que era dono da sexta pasta do governo em termos de orçamento. O ministro disse que iria encaminhar a nota com as reivindicações dos servidores ao presidente.

Na ocasião, foi prestada uma homenagem ao economista Celso Furtado que receberia no dia seguinte (31/8) o título de Professor *Honoris Causa*. Celso Furtado foi o único membro da mesa a aplaudir a nota lida pelo presidente da seção sindical.

Estudantes fazem protesto e Vilhena não aparece

Pouco antes do início do evento, centenas de estudantes em greve aguardavam a chegada dos convidados e, em especial, a entrada do reitor-interventor. José Vilhena parece ter desistido de enfrentar a manifestação da comunidade e não ousou aparecer durante toda a noite. A solenidade estava marcada para as 19h e uma hora antes ainda havia várias cadeiras vazias. Os estudantes que não estavam inscritos foram impedidos de entrar no Auditório e tiveram que se concentrar no Teatro de Arena, no pátio da faculdade.

Indignados com o tratamento e cansados de esperar pelas autoridades os alunos decidiram ignorar a truculência da barreira formada pe-



ESTUDANTES TÊM QUE ENFRENTAR A SEGURANÇA PARA ENTRAR NO AUDITÓRIO PEDRO CALMON. NO DETALHE, O REPRESENTANTE DO DCE, VINICIUS WU, AO LADO DO ANGUSTIADO DIRETOR DA FE JOÃO FERRAZ



los seguranças e ocuparam todo o auditório ao som de palmas e palavras de ordem “Para acabar com a privatização: greve geral na Educação”.

Não teve jeito. Sozinho (os demais dirigentes e palestrantes não haviam entrado), o diretor da Faculdade, João Ferraz, teve que ceder à organização dos estudantes e, como não conseguia nem falar ao microfone, passou a palavra aos diretores do DCE. Os alunos leram um manifesto em defesa da universidade pública e de repúdio às práticas privatizantes e ao ensino mercadológico. Ao final do ato, se retiraram com a informação de que nem Vilhena, nem o ministro apareceriam naquela noite.

Assembleia Geral
13 setembro
 quinta-feira
13:00 horas
 Auditório do Quinhentão (CCS)
 (Blaq. do Fluminense)
AduFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

tema
 Avaliação do greve
 suspensão do vestibular e
 não reposição de aulas
 regimento interno da CGS
 Periodização

Servidores fazem ato dia 12

Vestibular e reposição de aulas estão na pauta da greve

A possibilidade de suspender ou adiar o vestibular para a UFRJ foi um dos pontos tratados na Assembleia Geral da Adufrj-SSind, de 5 de setembro. Não houve nenhuma decisão sobre o assunto, uma vez que a maioria dos professores presentes considerou que não havia discussão acumulada para qualquer deliberação sobre o assunto. Os impactos de um possível adiamento ou suspensão deverão ser novamente avaliados na próxima AG, marcada para esta quinta-feira, 13 de setembro, no Auditório do Quinhentão (CCS), às 13 horas. A continuidade da greve foi reafirmada por 77 votos a favor, nenhum contrário e três abstenções.

Além da questão do vestibular, outro ponto polêmico foi a reposição de aulas ao fim da greve. Uma das propostas apontava o início de outubro como um prazo limite para que houvesse reposição de aulas ainda neste semestre. Foi sugerido também reposição parcial e até a não reposição das aulas caso o governo não negocie e a greve se estenda por mais algumas semanas. O Instituto de Química apresentou uma proposta: solicitar ao Consuni para que se pronuncie sobre a interrupção do vestibular. No Ceg, este assunto também deverá ser tratado nas próximas sessões.

Tanto a questão do vestibular como a reposição de aulas foram remetidas como pontos de pauta das reuniões de Unidades e do Comando Local de Greve. O professor José Miguel (Escola de Engenharia e participante do CLG), lembrou que o assunto vestibular estaria sendo tratado pelo Comando Nacional de Greve junto às demais seções sindicais.

Participação no ato do dia 12

Foi aprovada pela Assembleia a presença dos professores da UFRJ no ato do Dia Nacional de Luta (12/09), organizado pela Coordenação Nacional dos SPF. No Rio de Janeiro, haverá uma passeata com concentração no Sambódromo, a partir das 14h. A par-

ticipação de toda a comunidade universitária é importante para dar mais visibilidade ao movimento grevista e suas reivindicações na mídia.

Instituto de Economia está na greve

O informe de um representante do Instituto de Economia marcou a Assembleia Geral. Unidade tradicionalmente afastada dos movimentos grevistas, o IE realizou uma reunião com cerca de 50 professores no dia 3 e decidiu, por ampla maioria (44 a favor, 4 contra), entrar na greve. De acordo com o professor Ricardo Tauille, os estudantes foram fundamentais para esta mobilização. As manifestações durante o seminário de Economia da semana retrasada exerceram, segundo Tauille, “uma bela pressão” em cima dos docentes do Instituto. A idéia dos professores do IE é promover uma greve de ocupação, com muitas atividades extracurriculares (veja a íntegra da proposta do IE em www.adufrj.org.br).

Bloqueio da mídia

Também causou satisfação na Assembleia o fato de que, pouco a pouco, a greve dos SPF começa a ganhar algum espaço na mídia. No dia da AG, uma equipe da Rede Globo esteve transitando pela UFRJ e estava programada para 7 de setembro uma entrevista com o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, na CNT, no jornal do meio-dia. Apesar de a equipe da Rede Globo ter entrevistado alunos e docentes, não saiu reportagem no Jornal Nacional ou no Jornal da Globo daquele dia. Acredita-se que a chefia de reportagem tenha percebido a força da greve e a insatisfação de todos (não com a greve, mas com o governo) e a notícia acabou não saindo.

Reunião de toda a pós-graduação

A Assembleia percebeu a necessidade de reforçar a mobilização na pós-graduação em toda a UFRJ. Uma proposta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) de se programar uma reunião com re-

presentantes de todos os programas de pós-graduação já está pautada na comissão de Eventos, que trabalha conjuntamente com o Comando Local de Greve. Quem marcou muito bem a questão da pós-graduação na AG foi o professor José Simões (Instituto de Física): “Existe uma grande preocupação em ver o que pára e o que não pára na pós-graduação. Isso é um assunto menor. Assunto maior é verificar que a pós-graduação e a pesquisa vão parar mesmo. Não nesta greve (ou por causa dela), mas porque já estão parando pela falta de recursos. Pronex e Institutos do Milênio são esmolas para alguns. Nosso sistema de bolsas é um descalabro. Estamos formando desempregados de alto nível”, criticou.

Comando Nacional de Greve

A Adufrj-SSind começa a ter representação no Comando Nacional de Greve do Andes-SN a partir do 10 de setembro. O Comando Local e as comissões de trabalho da Adufrj-SSind contam com a participação de cerca de 30 professores de várias Unidades.

Periodização e solicitação ao CEG

Com relação à periodização, foi aprovada pela Assembleia uma proposta do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind: em primeiro lugar, o tema periodização será remetido como ponto de pauta das reuniões de Unidade durante a greve; em segundo, será solicitado aos colegiados CEG/CEPG para que adiem o prazo de 17 de setembro para retorno de sugestões da comunidade sobre a redefinição da resolução conjunta 01/99.

Regimento do CLG

A proposta de regimento do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind foi levada ao conhecimento dos professores presentes na Assembleia Geral de 5 de setembro. Como foi o último ponto de pauta a ser apreciado e aprovado (quando a AG já não estava tão cheia), os docentes resolveram que o documento seria divulgado no boletim da entidade (ver nota na página 2) e voltaria a ser rediscutido na próxima Assembleia.

Reuniões de Unidade

Colégio de Aplicação

10/09
 9:00 horas
 Auditório do CAP

Escola de Engenharia

10/09
 10:00 horas
 Sala D-215 do CT

Escola de Serviço Social

10/09
 14:00 horas

IPPUR

10/09
 14:00 horas
 Sala III

IFCS

10/09
 14:00 horas
 Local: Sala 202

ECO

10/09
 14:00 horas
 Sala 136
 Obs: com caráter de assembleia comunitária, congregando os três segmentos

Faculdade de Medicina

11/09
 9:00 horas
 Local: Hospital Universitário, sala 11E34

Instituto de Geociências

11/09
 10:00 horas
 Hall

NESC

11/09
 10:00 horas

Instituto de Psicologia

11/09
 11:00 horas
 Sala 2

Escola de Enfermagem

12/09
 9:00 horas
 Local: Pavilhão de Aulas

Escola de Educação Física

13/09
 10:00 horas
 Sala 302

Instituto de Economia

14/09
 11:00 horas



Movimento

Greve fura o bloqueio da mídia

A mídia teve que se render. Após cerca de 15 dias de greve unificada (os funcionários técnico-administrativos estão parados desde 25 de julho), a televisão e os jornais finalmente reconheceram a força das reivindicações e começaram a noticiar o movimento dos servidores públicos federais. No dia 4 de setembro, graças a um requerimento de instalação assinado por 190 parlamentares, constituiu-se na Câmara dos Deputados uma Comissão Geral com o tema "A Crise do Serviço Público". Representantes de diversas categorias em greve marcaram presença e ocuparam o Plenário da Câmara. Logo em seguida, com o apoio de centenas de sem-terra, os SPF realizaram uma passeata até o Palácio do Planalto, onde realizaram um protesto. A iniciativa ganhou os noticiários televisivos e as páginas dos

principais jornais impressos. Nada mal para uma terceira semana de greve, que estava sendo ignorada pela mídia até então.

Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (Comunicado nº 7, que pode ser lido na íntegra em www.andes.org.br), "devemos continuar explorando o canal aberto no Congresso pelo movimento grevista, que visa não só forçar a revisão da proposta orçamentária, mas também criar pressão sobre o Executivo pela abertura de negociações." O CNG informa ainda que foi protocolado, na semana passada, um pedido de audiência com o presidente da República. Segundo avaliação do Comando, dois tipos de atitude devem ser esperadas do governo: repressão num primeiro momento (Paulo Renato já anunciou na Folha de S. Paulo, de 4/09, que pre-

tende fazer corte de ponto - através de decreto inconstitucional de FHC, ver matéria "Greve é direito assegurado para SPF", no jornal nº 36, de 3 de setembro); num segundo momento, quando não conseguir desmobilizar os servidores, vai tentar propor gratificações diferenciadas dentro das categorias e discriminando os aposentados. "Caberá ao movimento afirmar a sua pauta unificada e não transigir nestes pontos centrais." Os SPF reivindicam: realização de concurso público no Regime Jurídico Único, contra os projetos de lei de Emprego Público; reposição das perdas salariais: 75,48%; incorporação das gratificações; direitos de aposentadoria; defesa da Previdência Pública; defesa dos direitos sindicais.

Agenda Sindical

10/9

Reunião do GTPE

Sede do Andes-SN, em Brasília

20, 21 e 22/9

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação

Montevideu - Uruguai

26 e 27/9

Seminário Nacional: Saúde e Questão Racial

Rio de Janeiro (local a confirmar)

3/10

Marcha em Defesa da Educação Pública

Brasília

24 a 27/1

Porto Alegre

Fórum Mundial de Educação

Porto Alegre

Local: Porto Alegre - Rio Grande do Sul

8 a 11 de novembro

43º CONAD

O tema central será: "Serviço Público é preciso: educação para a superação da barbárie".

Local: Florianópolis - SC, sediado pela APUFSC Seção Sindical

Regimento do Comando Local de Greve da Adufrrj-SSind (Proposta do CLG - 5/9/2001)

1. O Comando Local de Greve da Adufrrj-SSind (CLG) tem por objetivo coordenar politicamente a greve dos docentes da UFRJ a partir dos encaminhamentos do Comando Nacional de Greve do Setor das IFES do Andes-SN (CNG) e das deliberações das Assembleias Gerais da Adufrrj-SSind.

2. O CLG é composto por:

a) representantes de cada Unidade, com direito a voz e voto, escolhidos em reunião dos professores da Unidade reconhecida pela Adufrrj-SSind, de acordo com o número de sindicalizados da Unidade:

- até 60 sindicalizados: 1 representante;

- de 61 a 120 sindicalizados: 2 representantes, e

- mais de 120 sindicalizados: 3 representantes.

b) a Diretoria da Adufrrj-SSind, com direito a voz.

No caso da substituição de representantes das unidades é aconselhável que os substitutos

e o substituídos atuem juntos no CLG pelo menos numa mesma reunião.

3. Participam das reuniões do CLG, com direito a voz, sem direito a voto:

a) observadores indicados pelas reuniões de Unidade da UFRJ reconhecidas pela Adufrrj-SSind;

b) suplentes de representantes indicados pelas reuniões de Unidade da UFRJ reconhecidas pela Adufrrj-SSind, como observadores, se os titulares estiverem presentes;

c) membros do Conselho de Representantes da Adufrrj, e

d) convidados, a critério do CLG.

4. As reuniões do CLG serão coordenadas pela Diretoria da Adufrrj-SSind. Na ausência desta, o CLG escolherá a coordenação.

5. Formar-se-ão no CLG tantas Comissões quanto necessárias, para a implementação das diversas tarefas a ele inerentes.

6. O CLG, sempre que julgar necessário,

enviará notas à comunidade universitária e à Assembleia Geral da Adufrrj-SSind, contendo:

a) informes gerais, nacionais e locais;

b) avaliações e propostas de encaminhamento.

As notas e os comunicados constituem-se em documentos oficiais do CLG.

7. As decisões do CLG serão tomadas por maioria simples dos votos dos membros do CLG presentes à reunião, cabendo à Diretoria da Adufrrj-SSind decidir em caso de empate, e as votações serão explicitamente colocadas nos comunicados sempre que solicitado por algum dos membros do CLG.

8. Serão feitas atas das deliberações das reuniões do CLG que deverão ser reproduzidas e distribuídas aos representantes das Unidades no Comando Local.

9. O CLG somente considerará como informes das Unidades para subsidiar suas avaliações políticas e deliberações, aqueles repassados pelos representantes das Unidades, seus

suplentes e observadores no CLG, membros do Conselho de Representantes e/ou diretores da Adufrrj-SSind.

10. O CLG poderá indicar representantes para o CNG na qualidade de:

a) observadores, com direito apenas a voz, sem direito a voto, ad referendum da Assembleia Geral da Adufrrj-SSind;

b) delegados, com direito a voz e voto, se houver deliberação explícita da Assembleia Geral da Adufrrj-SSind concedendo-lhe esta prerrogativa.

11. A representação do CLG em qualquer fórum deverá ser indicada pelo próprio Comando Local, preferencialmente dentre seus membros.

12. A divulgação das posições do CLG à imprensa ficará a cargo da Diretoria da Adufrrj-SSind, e/ou de quem o CLG designar.

13. Os casos omissos serão decididos pelas reuniões plenárias do CLG, cabendo recurso à Assembleia Geral da Adufrrj-SSind.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

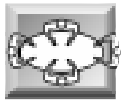
Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Henrique Sanglard 1º Vice-Presidente: Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) 2º Vice-Presidente: Cleusa dos Santos 1º Secretário: Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) 2º Secretário: Henrique Innecco Longo (afastado) 1ª Tesoureira: Regina Célia de Souza Pugliese 2ª Tesoureira: Leila Rodrigues da Silva (afastada)

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular Escola de Engenharia: José Miguel Bendrao Saldanha - Titular Escola de Enfermagem Ana Nery: Walcyr de Oliveira Barros - Titular Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular NESC: Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente Escola de Educação Física e Desportos: Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular Escola de Serviço Social: José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular Instituto de Psicologia: Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares Reportagem: Kelvin Melo de Carvalho Estagiária: Isabela Figueiredo Projeto Gráfico: Sylvio de Azevedo Marinho Diagramação: Douglas Pereira Fotografia: Guilherme Lessa Tiragem: 10.000 Impressão: Folha Dirigida Colaboração: Agência Andes E-mail Adufrrj: adufrrj@ax.ibase.org.br E-mail Redação: adufrrj2@ax.ibase.org.br Home-page: <http://www.adufrrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Colegiados

Speranza volta a atacar

Diretora da Faculdade de Educação impede que aluna defenda dissertação de mestrado

Desta vez o alvo da professora Speranza França da Mata, pretensa diretora da Faculdade de Educação, foi uma mestrande do Programa de Educação Escolar, Anita Handfas. A aluna estava com a defesa de sua dissertação marcada para às 9h da última quarta-feira, 5/09, quando recebeu um comunicado, às vésperas, de que a atividade estava suspensa. A diretora simplesmente fez uma consulta ao Procurador Geral da UFRJ, Valério Nunes, e este emitiu um parecer dizendo que a faculdade “não poderia aceitar o agendamento das defesas” dos estudantes do Programa. A Procuradoria se baseou na liminar conseguida na Justiça comum pela diretora, em 24 de outubro de 2000. A sentença anula o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e os editais de seleção para este curso das turmas de 1999 e 2000. O regulamento havia sido aprovado no Colegiado, na Congregação e no Conselho de Centro, bem como no Conselho de Ensino para Pós-Graduandos e Pesquisa (CEPG).

A intenção da diretora de acabar com o Programa já é notória. A repercussão de mais esta arbitrarie-

dade na faculdade de Educação foi a pior possível. Os conselheiros do CEG ficaram indignados não só com Speranza, mas com a atitude da procuradoria. Para os conselheiros, o Procurador Valério Nunes foi muito ágil em cortar o plano Verão (26,05%) de professores e funcionários, mas não tomou nenhuma atitude contra o abuso de autoridade da professora. Na opinião dos conselheiros, é a professora quem deveria estar sendo acionada por investir contra um curso de sua Unidade, seus professores e alunos. Para a professora Maria da Penha (CFCH), aposentada como procuradora, a atitude de Speranza é lastimável. “Esta liminar (que anula o Programa) é de primeira instância e facilmente cassada, se assim a procuradoria o quisesse”, disse.

A vítima, Anita Handfas, conseguiu falar aos conselheiros do CEG e ao sub-reitor, Ricardo Gattass. Anita fez questão de expor a situação aviltante, do ponto de vista moral e psicológico, pela qual estava passando. “Nós travamos todas as lutas contra esta direção arbitrária, mas não acreditávamos que a situação chegasse a este ponto. Do ponto de vista subjetivo, os conselheiros podem imaginar o que é ter sua defesa suspensa, sem maiores explicações, com menos de 36 horas de an-

tecedência. Do ponto de vista objetivo, corro o risco de perder meus projetos profissionais que dependem desta conclusão”. Anita foi a primeira aluna do curso a concluir a dissertação e cumprir todos os requisitos do programa. A estudante tinha se programado para se inscrever no Doutorado em Educação da UFF, cujo prazo final é 14 de setembro e precisa apresentar uma comprovação de que realizou sua defesa.

Diante do absurdo da situação e da pressão dos alunos e professores da FE, o sub-reitor disse que iria garantir que Anita defendesse sua dissertação na SR-2. De fato, a defesa foi marcada para o dia seguinte (6/09), às 15h, na sala 801, do prédio da reitoria. Resta saber o que mais a professora Speranza, com o apoio da Procuradoria, poderá fazer contra os professores e estudantes da Faculdade de Educação.

Comissão de inquérito

Não custa lembrar que a Comissão de Sindicância instalada pela SR-2 apurou uma série de irregularidades na atual gestão da FE e indicou o afastamento de Speranza do cargo de diretora, em maio deste ano. Portanto, o reitor Vilhena já deveria ter instalado uma comissão de inquérito administrativo para encaminhar as indicações da Sindicância.



Movimento

Estudantes mantêm greve

A assembléia dos estudantes, na última quinta-feira (6/09), aprovou a continuidade da greve unificada. Os estudantes da UFRJ também participaram do ato dos servidores públicos federais nesta quarta-feira, dia 12, no Sambódromo. Na próxima sessão do Consuni, os representantes discentes reivindicarão a construção de um bandeirão na universidade. Na assembléia, os alunos também trataram da questão do vestibular.

Os pós-graduandos, em assembléia, no dia 5/06, definiram o apoio à greve dos servidores federais e a participação nas atividades de greve. No dia 12, os estudantes farão um ‘arrastão’ da pós graduação, às 9h, no CT e no CCMN (a concentração será no Bloco H, do CT).

Plano Verão

A Adufrj-SSind solicita aos professores que sofreram os cortes dos 26,05% do Plano Verão que deixem na seção sindical os seus e-mails e telefones para contato em caso de atividade ou reunião para tratar do assunto.

Os telefones de contato da seção sindical são os seguintes: 2590-7753, 2590-4799 e 2260-6368. O e-mail é: adufjr@civil.ee.ufrj.br

CEG vira muro de lamentações

A última sessão do CEG (5/09), mais uma vez, se transformou em um muro de lamentações. O estopim para as lamúrias generalizadas foi a notícia de que a SR-3 suspendeu a distribuição de verbas do Prograd ‘índice’ para o segundo semestre. A justificativa, segundo o sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, foi o fato de o CEG não ter dado a ‘chancela’ para as planilhas apresentadas pela reitoria. Os conselheiros se indignaram com a subserviência de Gattass à sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3). O CEG, no entanto, apenas não concordou com os critérios apresentados e já havia reconstituído a comissão

Prograd para estabelecer os critérios próprios para o programa.

Segundo o sub-reitor, a SR-3 estaria alegando, também, que já teria excedido o orçamento em R\$ 2 milhões com a contratação de professores substitutos e visitantes e teria gasto também com ‘adiantamentos’ cedidos a diretores de Unidades, com parte da verba do programa.

A professora Ana Borralho (CFCH) sintetizou a revolta de todos. “Precisamos dar um basta nesta história!”, disse se referindo ao jogo de empurra entre as sub-reitorias. “Nada do que é decidido aqui é encaminhado pela reitoria. Parece

que não tem saída”, desabafou.

As verbas anunciadas por Gattass para a graduação são, até o momento, R\$ 900 mil para o Prograd (2001/2); R\$ 800 mil como contrapartida da UFRJ para o Programa de Condições de Oferta na Graduação (PCO); e R\$ 120 mil para bolsas de iniciação científica, como contra-partida ao CNPq.

Até agora, a graduação da UFRJ não viu a cor deste dinheiro. Tão pouco professores e alunos viram a cor ou o cheiro dos computadores prometidos pelo Programa de Apoio aos Laboratórios de Informática (Prolig). Na área da assistência, os estudantes

do alojamento continuam esperando o repasse da verba do Profag (bolsa-trabalho da SR-4) para bolsas de auxílio-alimentação.

Os conselheiros do CEG reclamaram também da falta de transparência da SR-3 na gestão dos recursos da universidade e da falta de compromisso da administração central com a decisão dos colegiados acadêmicos. Diante da situação, foi sugerida uma nova reunião conjunta CEG/CEPG/Consuni, com data a ser marcada. A proposta da reunião dos colegiados é tentar reorganizar uma ação institucional junto à reitoria.



Opinião/Márcio Amaral

Fechamento da emergência do HU?

Quando em um documento oficial de um grande hospital público é feita a louvação da redução dos atendimentos por ele prestados à população, pensamos imediatamente que alguma coisa de muito perversa deve estar acontecendo naquela instituição: "Reduziu-se de modo significativo o número total de atendimentos (mais de 60%)". - Diretoria Geral do H.U. Clementino Fraga Filho. Um leitor menos avisado imaginaria que, por algum prodígio qualquer, a demanda e o sofrimento da população na região onde aquele hospital se localiza, teria diminuído de forma drástica e poderia imaginar, ainda, quais medidas poderiam ter determinado um resultado tão espetacular!! Quando lesse, porém, todo o documento, ficaria, talvez, estupefato ao ver que aquela redução louvada, havia se devido a uma atitude unilateral: o simples e quase cirúrgico fechamento das unidades de atendimento emergencial daquele hospital: "...deixávamos, assim, de dar acesso a qualquer cidadão... e passávamos a relacionar a demanda, adequando-a aos nossos recursos especializados". - (Idem) A inversão de valores é óbvia, espera-se do administrador público que tome a demanda como referência na busca da disponibilização dos recursos. O que mais choca, no documento em questão, é que não se diga ali uma palavra sequer referente ao que foi feito com os tais 60% de atendimentos não realizados. Por um momento pensamos estar lendo um documento referente ao racionamento da oferta de energia elétrica. Os tais "mais de 60%" representam em verdade, cerca de 3672 atendimentos e qua-

se o mesmo número de pessoas que estima-se não foram ali atendidas. Para onde foram essas pessoas? Isso não parece ser assunto do interesse dos responsáveis pelo documento.

Veja-se que até aqui não discutimos as razões dos dirigentes daquele hospital para a execução de medidas tão dramáticas, mas apenas a total insensibilidade que transpira de cada parágrafo daquele texto que não parece se referir a pessoas.

Por vezes, o administrador público é obrigado a adotar medidas que prejudicam alguns, em benefício de outros, mas, ao fazê-lo, especialmente se é um médico, que o faça com o coração sangrando, não com a indiferença dos responsáveis pelo fechamento daquela unidade de atendimento de emergência. A portaria que determina aquele fechamento (Nº 22 de 17 de junho/2001) aponta como sua inspiração principal "a resolução unânime da Oficina de Trabalho do Conselho Nacional de Saúde" e isso nos levou a uma preocupação enorme em relação aos responsáveis pelos destinos da saúde em nosso país. Efetivamente, quando lemos o Relatório da referida "Oficina", pudemos identificar logo a mesma insensibilidade e espírito burocrático: "...visando zerar o atendimento de complexidade primária e reduzir o de complexidade secundária a nível necessário para a confirmação diagnóstica dos casos de complexidade terciária e seu atendimento, caracterizando o H.U.E. como hospital de Referência Regional". Nenhuma palavra sobre as características regionais e em relação àqueles hospitais universitários que,

historicamente, são a "espinha dorsal" dos atendimentos primários de certas regiões, como por exemplo, o Hospital Antônio Pedro, em Niterói.

Como é colocado o problema pelo referido relatório, conclui-se que a única preocupação dos seus redatores foi com o seu próprio interesse e não com o funcionamento de um Sistema Integrado de Saúde. Um pouco mais adiante, lemos a expressão de extremo mau-gosto para se referir àqueles pessoas que recorrem exclusivamente à assistência oferecida pelas unidades ligadas ao SUS: "SUS-dependentes". É com expressões do gênero que se deixam trair os velhos assistencialistas e burocratas estatais. Os tais "SUS-Dependentes" são, em verdade: "SUS-Financiadores", "SUS-Contribuintes" na sua imensa maioria e não os "SUS-Mendicantes" que esperam pelas dádivas de um punhado de burocratas.

O Relatório Final da tal "Oficina de Trabalho" inicia-se por um parágrafo que deveria envergonhar aqueles que o assinam, não somente pelo seu linguajar pseudo-economicista, como por incluir ali duas negações que terminam por inverter o sentido daquilo que se quer afirmar: "A concretização dos propósitos do FIDEPS aqui resgatados e melhor direcionados, e nem a aplicação integral dos recursos captados em outras fontes, segundo os princípios e diretrizes do SUS, não terão qualquer possibilidade de substituir o grave desfinanciamento (sic) público dos serviços de saúde".

O que dizer de um texto dessa natureza?

O que dizer das idéias dos que o redigiram?

Sabemos muito bem como são aprovados tais documentos "unânicos" em reuniões do gênero, por isso, estamos certos de que muitos que o "assinaram" sequer o conhecem bem.

Este artigo já vai ficando por demais longo e, por isso, não cabe aqui a discussão do papel dos HUs no sistema SUS e, em especial, no que se refere ao atendimento às emergências, mesmo por que, pensamos que "diretrizes gerais" não são camisas de força e devem adaptar-se às situações particulares, especialmente em um país como o nosso. Além disso, esta é matéria que necessita estudo mais aprofundado, que talvez venhamos a fazer em um outro artigo.

De qualquer maneira, estamos certos de que não serão mentes insensíveis ou responsáveis por "oficinas" que mais parecem mecânicas, aquelas mais aptas a encontrar as melhores respostas para problema tão grave.

Márcio Amaral - 1º Secretário da SMCRJ e Prof. Adjunto da UFRJ

[SMCRJ]: Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro [H.U.E.]: Hospital Universitário e de Ensino [FIDEPS]: Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa em Saúde

Observação: O autor (Prof. Márcio Amaral) autorizou republicação. O artigo apareceu originalmente no número 117 (julho/agosto-2001) do periódico "Edição Médica", órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Estudantes fazem grande protesto em *shopping*



TREZENTOS ALUNOS FAZEM PASSEATA NO RIO SUL

A semana final de agosto não foi marcada apenas pela grande manifestação diante do ministro de Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, no dia 30/08 (ver jornal nº 36, de 3 de setembro), no Instituto de Economia. No dia seguinte, estava programado mais um protesto contra o ministro da Saúde, José Serra, que estaria presente naquela Unidade. Serra não apareceu, mas os estudantes não perderam o entusiasmo e realizaram uma passeata nos corredores do *shopping* Rio Sul, em Botafogo, próximo ao *campus* da Praia Vermelha. O ato de ousadia rendeu matérias nos jornais "O Globo" e "Extra" e começou a furar o bloqueio da mídia para as reivindicações dos SPF no Rio de Janeiro.

Assembléia Geral

19 de setembro
quarta-feira

14:00 horas

Auditório do Roxinho
Ilha do Fundão

Pauta

Avaliação da greve
Adiamento do vestibular
Periodização

Ato público com a presença de parlamentares do Rio de Janeiro em defesa da universidade pública

17 de setembro
segunda-feira 14:00 horas

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)
Largo de São Francisco 1

Abrço ao Colégio de Aplicação
20 de setembro
quinta-feira
11 horas
Em defesa da Universidade Pública

Debate Democratização do acesso à Universidade Pública
21 de setembro
sexta-feira
10:30 horas
Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 37 • 17 de setembro de 2001

Samuel Tosta



PASSEATA LEVA MILHARES DO SAMBÓDROMO À CINELÂNDIA, NO CENTRO DO RIO

Servidores fazem maior ato público da greve

Servidores federais, em todos os estados, realizaram grandes passeatas e manifestações no Dia Nacional de Luta, 12 de setembro. No Rio, passeata seguiu pelas avenidas Presidente Vargas e Rio Branco. Funcionários da Previdência, Justiça Federal, INCRA, Pedro II e das Universidades se uniram na manifestação contra as políticas de FHC e pelo reajuste linear.

Veja matéria na página 6. Mais greve nas páginas 3, 7, 8, 9, 10, 11 e 12



Opinião/José Luciano de Souza Menezes*

Cotas para quê?

Os temas que são divulgados na mídia surgem do nada ou serão apenas para que o espaço dos privilegiados do país seja ocupado com palavras de ordem emanadas do poder central? Entramos no século 21 e o Brasil continua a manter a mesma desigualdade social que foi implementada na sua colonização.

No início, os títulos de nobreza eram trocados por ouros e pedrarias, quando não por interesses mais fúteis. Com o passar dos anos, a luta pelo fim da escravidão levou à libertação dos negros no papel. Na verdade, continuavam escravos. Muitos nem falavam português direito. Quando se entendiam usavam os dialetos de origem. Professavam suas crenças escondidos atrás dos santos católicos, cantavam suas lamentações e canções às escondidas no meio da noite, permeando ou incutindo nos corações e mentes dos que eram mais sensíveis a outras crenças e sensações. Assim formou-se a "democracia racial no Brasil".

A luta pela libertação dos oprimidos não encontrava só nos negros as perseguições. Os índios foram dizimados e tinham por justificativa a expiação pública de que eram preguiçosos. A diferença principal era que o negro não conhecia a terra onde chegou como escravo e era mais difícil fugir. Quanto aos indígenas, a floresta era familiar. A cultura indígena, em que pese o massacre a que foi submetida, permanece e o acultramento é feito de forma diferenciada. Hoje, a população indígena já tem uma parcela mínima, é verdade, freqüentando as universidades. Por que não permitir seu ingresso em cotas? Talvez os votos dos indígenas sejam poucos e não pesem em uma eleição nacional. Ou então pode ser

que esses votos sejam dirigidos aos próprios indígenas e assim não são objetos de conquista.

A utilização das cotas, em que pese o reconhecimento da discriminação existente, não transparece na política desenvolvida pelo governo no ensino público seja ele municipal, estadual ou federal. Não interessa ao poder instituído, que a formação básica, até a oitava série, dê condições aos brasileiros excluídos de ter o conhecimento da sua real condição social. Não interessa à classe média que os excluídos possam disputar o mercado de empregos, ou mesmo o mercado de consumo, e tenham acesso às universidades, sejam elas públicas e gratuitas ou privadas e pagas.

Faz parte da cultura excludente dessa mesma classe média a conscientização e formalização da submissão, do agradecimento e do reconhecimento de qualquer conquista social como uma benesse de uma classe superior (mesmo sendo média). Esse procedimento de formação cultural se dá para aqueles que são, a despeito de todos os obstáculos, ditos mais dotados.

Não podemos ter a disputa de vagas, em qualquer área no país, entre os que se alimentam e os que conseguem sobreviver à fome e à exclusão total. Essa talvez seja a forma mais perversa de garantir a exclusão definitiva. Sem possuir condições mínimas de sobrevivência concedemos um percentual de vagas para que fique claro que dadas as chances - ingresso por cotas nas universidades públicas - seja confirmada a realidade de que os mesmos não conseguem ou não possuem condições de concluir o curso universitário.

Podemos ver o que ocorre com os

partidos políticos, que são obrigados a garantir 30% de mulheres candidatas para concorrer às vagas de vereadores, deputados, etc. As chapas partidárias ou são menores em números de concorrentes ou contém apenas nomes para cumprir o percentual exigido pela legislação.

A luta pela democratização do ensino deveria reverter essa tendência, permitindo que o acesso às universidades públicas ocorra sem seleção por vestibular ou outro qualquer meio de discriminação. A luta pela democratização do acesso deveria se dar reconhecendo que a seleção já é feita ao permitir o acesso daqueles que concluem o nível médio ou chamado segundo grau. O acesso à universidade já tem a sua restrição e limitação feita quando se comprova que muitos não concluem o ensino fundamental.

Ao poder instituído, que deveria ser o mais interessado em melhorar as condições sociais do país, caberia somente manter as universidades públicas com capacidade e verbas para receber todos os que concluem e sobrevivem a essa limitação quase intransponível pela maioria da população.

O vestibular como política de segregação ou para acesso às universidades públicas deve ser extinto. A manutenção da qualidade do ensino público, gratuito e de qualidade, a responsabilidade do poder instituído municipal, estadual e federal, assim como a melhoria das condições sociais dos brasileiros devem ser garantidas. A saúde juntamente com a garantia do direito à vida e educação para todos são o mínimo que a sociedade exige de um governo que se diz democrático.

* Professor da Escola de Engenharia

CUT presta solidariedade aos trabalhadores norte americanos

Por Executiva
Nacional da CUT

São Paulo, 11 de
setembro de 2001

À AFL-CIO*

A/C John Sweeney

Presidente

Prezado Companheiro

Vimos expressar nossa mais profunda consternação frente aos atos terroristas praticados em várias cidades dos Estados Unidos da América. Manifestamos também nossa condolências às vítimas e familiares e nossa total solidariedade à AFL-CIO e aos trabalhadores americanos, nesta hora de dor e dificuldade. O ocorrido reforça nossa convicção, de sindicalistas e cidadãos, da justeza de nossa luta por um mundo melhor, com paz e justiça social para todos e esperamos que as autoridades americanas ajam com equilíbrio diante do trágico episódio, que a todos nós atinge.

Em solidariedade,

João Antônio Felício
Presidente Nacional
Central Única dos
Trabalhadores

*A American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) é a federação dos sindicatos da América, representando mais de 13 milhões de trabalhadores. A AFL-CIO foi criada em 1955.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000
Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.


Andes

MEC não aceita proposta dos professores em primeira reunião com o Andes-SN

Insatisfeitos, docentes prometem radicalização da greve que não tem data para terminar

O governo federal mais uma vez se mostrou indiferente durante a primeira reunião do MEC com o Andes-SN (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior-Seção Nacional) realizada na última quinta-feira (13/09), em Brasília. Uma comissão formada por representantes dos professores, à convite da secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, foi ao MEC dar início as negociações da greve que ocorre desde 22 de agosto. Entretanto a secretária deixou claro que os pedidos dos docentes (dentre eles 75,48% de reajuste salarial) estão fora do limite de acordo com o MEC, o que revoltou o presidente do Andes-SN, Roberto Leher. Professor não quis nem ouvir as propostas intermediárias do governo: “Só nos receberam para dar satis-



Fotomontagem

fação à sociedade e aos parlamentares que fazem pressão a nosso favor.” disse prometendo o aumento da radicalização da greve. Além disso, ele rebateu as acusações de inflexibilidade dos grevistas di-

zendo que o Sindicato já fez muito em sentar à mesa com a secretária, mesmo sabendo que o poder de decisão é do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Não foram marcadas novas reuniões.


Jurídico

UFRJ entra com recurso contra os 26,05% dos docentes da Adufrj-SSind

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind informa que a UFRJ entrou com um agravo regimental (recurso jurídico) para cassar a liminar que impede o corte dos 26,05% (Plano Verão) dos docentes que se encontram na ação coletiva da seção sindical. De acordo com a assessoria, além dos cortes de ações individuais, houve também cortes dos 26,05% nos contracheques dos professores da

UFRJ que se transferiram para outras instituições.

Ações isoladas

A Adufrj-SSind foi convidada para uma reunião de professores da Coppe sobre os 26,05%. A reunião foi convocada por uma comissão de docentes para debater a questão dos cortes, na semana de paralisação da Coppe. Até o momento, 352 servidores que não fazem parte das ações coletivas da

Adufrj-SSind e do Sintufrj tiveram suas ações individuais desarquivadas para a reitoria efetuar os cortes. A assessoria jurídica da entidade fez um relato histórico da ação coletiva ganha pela Adufrj-SSind e estará estudando uma ação conjunta para a situação destes professores. Foram discutidas ainda possíveis ações no sentido de estender o percentual a todos os docentes.


Resenha

Materia da Folha de S. Paulo (9/09) informa que o Ministério Público Estadual investiga as fundações de apoio à USP com base em representação formulada pelo DCE (Diretório Central dos Estudantes) e pelo Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito. No documento, encaminhado há um mês, as entidades estudantis levantam suspeitas da existência de eventuais irregularidades na destinação de verbas das fundações, que prestam consultoria privada e mantêm cursos remunerados, entre outras atividades - em alguns casos, utilizando infra-estrutura física e professores da Universidade.

A partir de 5 de novembro, a Caixa Econômica Federal (CEF) vai colocar à disposição dos trabalhadores o termo de adesão para o pagamento da correção monetária do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) referente aos expurgos dos planos econômicos Verão e Collor I. Os pagamentos serão feitos a partir de junho do próximo ano. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) orienta as pessoas com valores a receber acima de R\$ 2 mil a não assinarem o termo de adesão. A CUT não concorda com o acordo feito entre o governo e outras centrais sindicais, por não concordar com a cobrança de deságio (Folha de S. Paulo, 13/9)

Materia do jornal O Fluminense (9/09) informa que o quadro de professores titulares da Universidade Federal caiu em 21% desde 1995: são 2.272 docentes com dedicação exclusiva atualmente - 605 a menos do que possuía há seis anos. A matéria ressalta que isso ocorreu mesmo com a universidade criando 13 novos cursos e ampliando o número de graduandos (19.097 para 21.748) desde então.

Levantamento feito pela Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública e divulgado pelo Jornal do Brasil (de 10 de setembro) revela que a liberação de recursos para as instituições é muito lenta. “Dos R\$ 137 milhões de investimento previstos este ano para as 52 instituições federais, apenas R\$ 3,4 milhões (2,43%) foram liquidados até o dia 17 de agosto. A situação também é ruim no ensino de pós-graduação, no qual foram gastos R\$ 650 mil (7,52%) dos R\$ 8,6 milhões previstos no orçamento”. Na mesma matéria, o inacreditável Ministério da Educação “acredita não haver razão para a greve (dos SPF) e para a queixa dos reitores”.



Colegiados

Adiamento de Vestibular 2002 será discutido no CEG

Alunos em greve do CAP pedem adiamento e conselheiros iniciam debate

Apesar de considerar qualquer decisão prematura, neste momento, o Conselho de Ensino de Graduação (em 12/09) iniciou a discussão de um possível adiamento do Vestibular 2002 em função da greve nas universidades e escolas federais. Representantes dos alunos do Colégio de Aplicação solicitaram aos conselheiros o adiamento do concurso, cujas provas c

omeçam dia 28 de outubro. Os alunos e professores do CAP também estão em greve e seus noventa vestibulandos querem o compromisso do CEG de que possam, caso aprovados, se matricular na graduação mesmo sem a conclusão do ensino médio. Os alunos do CAP demonstraram preocupação também com os colegas das demais escolas federais, como o Colégio Pedro II, que também se encontram paralisados por tempo indeterminado.

Na pauta

O assunto está pautado como primeiro item da sessão desta quarta-feira, dia 19, mas os conselheiros deram uma prévia de como serão as discussões. A representante do CFCH e vice-diretora do CAP, Ana Lúcia, apresentou a questão. Ana lembrou o impacto da nota do CEG que reconhece a paralisação das atividades acadêmicas e questionou: "O vestibular é ou não atividade acadêmica?" A resposta veio do representante do CCMN, Cláudio Limeira, para quem a nota do colegiado foi "precisa, adequada e o vestibular é uma atividade acadêmica da universidade, sim." Limeira reconhece que existem particularidades nesta atividade, como a remuneração de professores da universidade que participam das bancas ou elaboração de

provas. Limeira é contra adiar, suspender ou cancelar o concurso, mas não acha prematuro que o colegiado discuta como garantir o direito dos estudantes do CAP.

Alguns conselheiros, como o representante do CT, Paulo Renato, consideram que, com a continuidade da greve, as aulas para os alunos do 3º ano do ensino médio deveriam ser tratadas como atividade essencial. A representante do CCS, Ana Borralho, também achou prematura a discussão. "Ter ou não ter vestibular é uma questão que está sendo discutida nas assembleias gerais de todas as universidades em greve", lembrou a professora, para quem são os comandos de greve das categorias que deverão decidir se haverá ou não vestibular, este ano, nas federais. Ana Borralho também lembrou que o movimento docente está discutindo a reposição de aulas: "tem um momento que fica impossível repor aulas", disse, considerando fundamental assegurar o direito dos alunos.

Provas começam cedo este ano

A representante do CFCH, Íris de Oliveira, presidente da Comissão Permanente de Licenciatura, relatou que os coordenadores de ensino médio das escolas já haviam questionado as datas do vestibular 2002, na UFRJ, independente da greve. Segundo Íris, as escolas consideram que até outubro não haveria tempo para a conclusão da apresentação dos conteúdos pedagógicos exigidos no programa do concurso. Iris considerou prematura a redefinição do calendário do vestibular sem a previsão do reinício das aulas deste período.

A representante discente, Danielle São Bento, lembrou do seu tempo de vestibulanda: "Em muitos colégios, os conteúdos são dados em cima da hora. Quantas vezes estudávamos uma matéria nova na véspera de provas do vestibular." A estudante

também questionou as datas das provas e perguntou como seria garantido o direito dos alunos que viessem a ser reprovados no vestibular em outubro. "Eles terão o direito de cursar novamente a terceira série no CAP, no ano que vem? O conteúdo programático não está dado. Até os coordenadores das escolas que não estão paralisadas estão reclamando das provas em outubro", disse.

Parecer jurídico

Os conselheiros solicitaram à SR-1 um parecer jurídico sobre o adiamento do vestibular 2002. Para a Assessoria Jurídica da Adufrij-SSind, o adiamento do concurso é possível com a reedição do edital do Vestibular 2002, alterando apenas as datas e mantendo todos os demais pontos do edital, as inscrições e as provas de Habilidade Específica já realizadas.

Aula de direito

Ao tratar das questões apresentadas, o sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, não perdeu a oportunidade de intimidar a comunidade docente em relação à greve. Gattass fez questão de lembrar que esteve negociando, recentemente, a greve dos professores da Universidade Estadual do Norte Fluminense e expôs a sua versão para o tratamento dado pelo governo Garotinho aos docentes. "A associação docente da Uenf foi a juízo e se declarou em greve. Então, o governador fez os professores assinarem um documento declarando, individualmente, que não estavam em greve. Os professores que não assinaram tiveram o salário cortado". Gattass foi adiante e disse que existe um memorando da SR-3 pedindo que o CEG os informe de que os professores substitutos da UFRJ estão em greve. "Não vou reconhecer a greve de ninguém", disse Gattass, após declarar que a sub-reitoria de Patrimônio e Finanças estaria querendo "resolver o problema financeiro" do gasto com os substitutos e se

aproveitaria da greve para cortar a verba para os pagamentos.

A representante do CCJE, Maria da Penha Cruz, foi enfática: "O direito vai muito além da lei. Quem é legalista nunca vai ser jurista", disse a professora da Faculdade de Direito. Penha pediu para a reitoria apresentar um documento onde estivesse escrito que professores em contrato temporário não poderiam fazer greve. "Eu não começo greve, mas não 'furo' greve", disse a professora, para quem o direito de greve está previsto na Constituição Federal para todos os trabalhadores, independente do contrato de trabalho.

Segundo a professora, os substitutos não são contratados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). "No momento em que o professor é contratado como substituto (nas universidades federais), passa a ter os mesmos direitos dos docentes regidos pelo RJU", afirmou. Segundo a professora, após a última greve de docentes, o governo reconheceu que os contratos dos professores substitutos deveriam ser prorrogados. "Se o ministro da Educação prorrogou os contratos, já reconheceu a greve destes professores".

A pauta da próxima sessão do CEG (19/09, às 9h)

- 1 – Vestibular 2002 e situação dos alunos do terceiro ano do ensino médio do CAP
- 2 – Vestibular 2003
- 3 – Professores substitutos
- 4 – Processo 019426/01-92 (convênio acadêmico com a Universidade Federal de Goiás)
- 5 – Proposta da Adufrij-SSind de adiamento do prazo para deliberações sobre a redefinição da periodização na UFRJ (o prazo atual é 17/09)
- 6 – Portaria do MEC

Nota dos estudantes do Colégio de Educação

O Conselho de Ensino e Graduação, em reunião ordinária de 29 de agosto de 2001, por decisão unânime, afirmou que reconhece o movimento de greve dos professores e funcionários e que os alunos de qualquer unidade da UFRJ terão seus direitos assegurados.

Como estudantes da UFRJ, os estudantes do terceiro ano do Colégio de Aplicação solicitam deste mesmo Conselho o direito de se

matricularem no Ensino Superior caso sejam aprovados no exame de vestibular da UFRJ, ainda que não tenham obtido o certificado de conclusão do Ensino Médio devido à greve.

Embora estejamos aqui representando os alunos do terceiro ano do Colégio de Aplicação, solicitamos a garantia de matrícula para todos os estudantes de rede pública cujas atividades também se encontrem paralisadas

por tempo indeterminado.

Caso o contrário ocorra, entendemos que o CEG estará agindo contra suas próprias soluções. No caso dos alunos do Colégio de Aplicação, seu direito de não ser prejudicado pela paralisação das atividades estará sendo ferido e, num caso mais amplo, em relação a todos os estudantes da rede pública, a não possibilidade de se matricular represen-

tará um choque contra um dos princípios básicos da greve, que é a democratização do ensino superior.

Solicitamos também o adiamento das datas do próprio exame de vestibular da UFRJ, entendendo que as aulas não condizem com o estado de greve das escolas públicas, que não terão tempo suficiente para fechar os conteúdos necessários para a realização das provas.



Colegiados

CEPG responde ao ataque de Speranza

Conselheiros garantem defesa de teses dos alunos do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação

O Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) determinou, em sessão realizada no dia 14 de setembro, que as defesas de teses dos pós-graduandos do Programa de Educação Escolar serão asseguradas uma a uma. Em 24 de outubro, a diretora da FE, Speranza França da Mata, conseguiu uma liminar na justiça comum, cuja sentença anula o regulamento do programa e os editais de seleção das turmas de 1999, 2000 e 2001. Na semana retrasada, a diretora fez uma consulta ao Procurador Geral da UFRJ, Valério Nunes, e este emitiu um parecer dizendo que a faculdade “não poderia aceitar o agendamento das defesas” dos estudantes do Programa.

A vítima imediata da iniciativa da diretora seria a pós-graduanda Anita Handfas, que foi a primeira a conseguir cumprir todos os requisitos do programa para a defesa. Por determinação do sub-reitor, Anita defendeu seu trabalho no prédio da reitoria, na sala 801, no dia 6 de setembro. E foi aprovada com a recomendação de que sua dissertação fosse publicada. De acordo com a estudante, foi muito importante a mobilização, organização e união dos alunos e professores da FE para conseguir defender o seu trabalho. “Essa defesa foi o primeiro passo para regularizar o programa como um todo”, disse ela, acrescentando que a diretora não se manifestou

publicamente após este episódio.

A professora Rosanne Evangelista (CAp), que faz pós-graduação no programa, esteve presente no CEPG e falou em nome dos alunos. Explicou que todo o processo estava regular até a surpresa desagradável da semana retrasada. Contou que o regulamento havia sido aprovado em todas as instâncias colegiadas da UFRJ; explicou que os candidatos ao programa responderam a um edital público. Os alunos não foram avisados de nenhuma irregularidade no programa durante o ato de inscrição, na aula inaugural e no transcorrer do curso (até semana retrasada). “Fizemos todos os atos com ótima produção tanto no mestrado, como no doutorado. E, agora, estamos impedidos de colar grau por conta de decisão judicial”, observou. Rosanne ressaltou que, até o momento, os alunos do programa não se dirigiram à imprensa ou à justiça porque confiam na solução dentro dos muros da universidade, em suas instâncias colegiadas.

Um dos representantes do CT no colegiado, o professor Evaristo Biscaia ficou perplexo com a atitude da diretora da Faculdade de Educação, apoiada pelo coordenador Alberto de Mello e Souza. “A Capes avaliou o curso. Ele não é uma ficção. Os alunos não podem ser ludibriados desta forma”, protestou. Em seguida, chegou a questionar se o coordenador receberia a comissão devida ao cargo “de um programa que não existe”, em sinal de ironia. A professora Mabel Tarré (CFCH) comentou que as regras estavam no edital e os alunos foram regidas por elas. Se houvesse sentença contrária, os

estudantes do programa deveriam receber a comunicação “em tempo hábil”. Anita foi comunicada do cancelamento da defesa apenas dois dias antes.

Os conselheiros do CEPG também aprovaram a convocação do coordenador do programa para a próxima reunião do colegiado. A iniciativa tem o objetivo de esclarecer as razões do cancelamento dos editais. Se não houver solução mesmo assim, continua o improvisado sistema de defesa de dissertação no prédio da reitoria. O problema maior passa a ser, no momento, a emissão dos diplomas, que ainda depende de autorização da arbitrária diretora.

Distribuição de vagas em compasso de espera

Provocou revolta nos conselheiros do CEPG o fato de o reitor ainda não ter assinado a portaria que oficializa o funcionamento da COTAV (Comissão Temporária de Alocação de Vagas). Os professores Evaristo Biscaia (CT) e Hatisaburo Masuda (CCS) contestaram veementemente essa atitude do reitor. “Se continuar assim (com seus integrantes não sendo oficialmente designados), a tendência da comissão é se dispersar”, comentou Masuda. Já Evaristo ressaltou que a instituição da COTAV foi uma medida dos colegiados acadêmicos da UFRJ que se tornou exemplo para as demais universidades na distribuição de vagas. O sub-reitor Gattass disse que não entendia o motivo dessa portaria não ter sido assinada até então. “Vilhena disse que seguiria o processo normal em (recente) reunião do Consuni”, lembrou.



Rápidas do CEPG

Após a avaliação trienal da Capes, o sub-reitor Gattass informou algumas Unidades fizeram pedidos de recurso via reitoria. Aqueles que, segundo Gattass, tiveram suficiente “fundamentação acadêmica” foram encaminhados. Informou ainda aos conselheiros do CEPG que já conversou com os coordenadores dos cursos que receberam notas baixas (principalmente na área médica) e está realizando esforços para que esses programas aceitem se agregar a outros programas mais bem avaliados da mesma área de conhecimento.

Uma defesa de tese virou mais um capítulo da briga do Instituto de Ginecologia com a reitoria. A pedido do diretor do Instituto de Ginecologia (que está trabalhando no HU), o sub-reitor Gattass determinou a transferência da defesa de tese da Dra. Isabel Cristina para uma sala do 10º andar do HUCFF em 5 de setembro. Os professores do Instituto viram nessa transferência mais uma manobra política para forçar a transferência para o Fundão e se pronunciaram numa nota, em defesa da autonomia do próprio IG, em 10 de setembro. O sub-reitor recuou e manteve a defesa no lugar previamente marcado (no Anfiteatro Geral do IG, no dia 11/09).

O sub-reitor confirmou oficialmente que a UFRJ recebeu R\$ 12,260 milhões do fundo de infra-estrutura. Gattass informou que a comissão que trabalhou no documento para a Finep será acionada para fazer uma “transparente distribuição” dos recursos pela UFRJ. Contou ainda que o edital de redes e bibliotecas, entre outros itens, será divulgado na Conferência Nacional de C&T, que começa em Brasília, neste dia 18 de setembro. Vale lembrar que o movimento docente já se posicionou contrariamente a estas formas de financiamento das instituições públicas de ensino superior, que acirram a concorrência pela disputa de “migalhas” do governo.



Lançamento da Biblioteca Virtual Mulher

Foi lançado na semana passada a página eletrônica www.prossiga.br/bvmulher/ cedim Trata-se de um projeto do Prossiga em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/RJ) e com apoio da Faperj. A Biblioteca Virtual Mulher reúne um banco de dados, distribuído

em oito grandes áreas temáticas, como “Ciência, Cultura e Comunicação”, “Saúde Integral da Mulher” e “Violência Contra Mulher. A biblioteca traz um serviço de assistência, onde é possível encontrar, por área temática, endereços e contatos de instituições que prestam serviços de aten-

dimento a mulheres, como postos de saúde, delegacias e defensorias públicas. A página eletrônica permite ainda que entidades e pesquisadores ligados ao assunto possam se cadastrar para ter uma página gerada automaticamente, que passa a ser incluída na biblioteca.



Servidores param a cidade

Fotos/Samuel Tosta

No Dia Nacional de Luta, milhares de pessoas protestaram contra a política do governo FHC

Na última quarta-feira (12/09), o centro da cidade do Rio de Janeiro foi tomado pelos servidores públicos. A manifestação, ocorrida no Dia Nacional de Luta, reuniu milhares de cidadãos que se concentraram no Sambódromo e prosseguiram em passeata até a Cinelândia. Vários sindicatos estavam presentes como o Sindsprev/RJ (Sindicato dos Previdenciários do Rio de Janeiro), o Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), o Sintrasef (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do Rio de Janeiro) e o Sindifisp-RJ (Sindicato dos Fiscais da Previdência Social do Rio de Janeiro).

Servidores de outras instituições também participaram do ato como os dos Hospitais dos Servidores do Estado, de Bonsucesso, da Lagoa e de Ipanema, do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da Biblioteca Nacional. Dirigentes do Andes-SN, do MST e da CUT-RJ estiveram presentes. O movimento contou com funcionários vindos de outros municípios do Rio de Janeiro que chegaram em ônibus fretados. O fato de o governo ainda não ter aceitado negociar com os servidores, mesmo após quase um mês de paralisação, está aumentando a força do movimento e a revolta contra FHC. “Este é o marco inicial da radicalização dos servidores contra a indiferença do governo federal. Outras atividades serão programadas para cada vez mais chamar a atenção da sociedade. Nós vamos ser vencedores contra esse governo de arrocho e das políticas do FMI”, disse o vice-presidente da CUT-RJ, Jaime de Souza. O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, destacou a importância de atos como este na luta contra o governo e para as conquistas do movimento de greve.

Reajuste salarial já

Os funcionários públicos federais, em greve desde 22 de agosto, exigem um aumento salarial de 75,48% relativos a sete anos de arrocho salarial. A proposta do governo de um reajuste de 3,5% para o próximo ano revoltou ainda mais os trabalhadores. Giovane Silva do Sintrasef demonstrou toda a sua indignação com o momento vivido pelo serviço público federal: “Estamos há sete anos sem qualquer reajuste salarial. Não dá mais para tolerar



O ATO QUE COMEÇOU NO SAMBÓDROMO LEVOU MILHARES DE PESSOAS, EM PASSEATA, À CINELÂNDIA E TOMOU AS PRINCIPAIS AVENIDAS DO CENTRO DA CIDADE

isso. Agora o governo ainda quer cortar a GAE, o que significa 160% do nosso salário. Esse governo passou por cima do Supremo Tribunal Federal. Ele quer acabar com o serviço público.”

Segurando várias faixas com apitos e narizes de palhaços, os servidores mostraram que querem chamar a atenção da sociedade para o seu problema. Algumas crianças com bandeiras do Brasil abriram a passeata simbolizando o futuro das famílias que dependem do sucesso das reivindicações. A funcionária Marcelle Almeida deu o seu depoimento: “Exigimos o aumento. Minha família está passando por dificuldades. O presidente não se importa com o serviço público. É ele que movimenta o país. Precisamos ser notados. Estamos cansados de sete anos de arrocho. O serviço público deve ser de qualidade nas universidades e nos ministérios.”

“Tudo aumenta e o salário não. O nível de qualidade de vida dos servidores caiu, assim como a qualidade de atendimento pela falta de concursos públicos com a substituição de concursados por contratados.” disse a funcionária do Sindsprev/RJ, Nazaré Tomás.

Aposentados lutam por seus direitos

Maria Cavalcante de Queiroz, funcionária aposentada, também participou da manifestação, mesmo com dificuldade de acompanhar a passeata: “Eu estou passando uma situação muito difícil. Está me faltando

tudo, até remédio. Quase não tenho o que comer. Estão negando os nossos direitos conseguidos com tanta luta. O presidente não pensa nos trabalhadores, só nas classes dominantes. Ele não dá sequer uma satisfação ao povo.”

Outra aposentada, Nazaré Silva, continua ativa no seu sindicato: “Estão querendo acabar com o funcionalismo público. Trabalhamos durante toda a vida para depois quererem retirar nossas gratificações. Não somos palhaços. FHC ainda faz tudo isso em nome da dívida externa.” Dentre os manifestantes, o vendedor de biscoitos José Ferreira chamava a atenção por ser um aposentado do serviço público federal. Mostrando seu

contra-cheque com um salário insuficiente, ele falou sobre sua vida: “Eu já fui um funcionário da União, mas a situação foi se tornando tão crítica que ficou impossível meu sustento. Já vivi na sarjeta e tive que procurar outras possibilidades de ganhar dinheiro.”

Universidades se uniram no protesto

As universidades do Rio de Janeiro participaram ativamente do ato com professores, funcionários e estudantes unidos. A UFRJ estava no local com seus alunos, professores e funcionários, os representantes da Adufrj-SSind, do Sintufrj e do DCE e da APG. O estudante de Geografia Eduardo Bulhões revelou os objetivos do movimento: “Os alunos estão aqui para apoiar a greve porque também têm as suas próprias reivindicações como o Bandeirão. A vitória dos funcionários e dos professores é a vitória dos alunos também,

pois assim eles terão mais prazer em produzir e trabalhar. Lutamos por melhores condições de ensino.”

“Estamos aqui por um serviço público de qualidade nas universidades onde são formados os trabalhadores brasileiros. A universidade tem uma enorme importância para o país por produzir conhecimento e tecnologia. Não se pode acabar com ela”, disse a estudante Maíra Cunha.

Notas sobre os atentados nos EUA e o assassinato do prefeito de Campinas

O Comando Estadual de Greve dos SPF também leu duas notas sobre os atentados nos EUA no último dia 11 de setembro e a respeito do assassinato do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos. Sobre os atentados nos Estados Unidos, disseram: “O mundo assistiu estupefocado os acontecimentos de terça-feira (11/09). Pela primeira vez, os EUA sentiram o que é ser atacado como já fizeram com inúmeros países. O mundo nunca mais será o mesmo, nem a economia, o que pode trazer uma recessão mundial. O Brasil, que com o governo FHC é totalmente dependente do capital internacional, sofrerá sérios danos. Nenhuma potência é invulnerável. Os poderosos devem ter sabedoria para tirar algo bom desse atentado e tornar o mundo melhor sem racismo, fome, miséria e violência.” Já em relação ao assassinato do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, colocaram: “Perdemos mais um companheiro na luta por uma melhor sociedade. Toninho foi mais uma vítima dos que são contra a administração popular.”

Os servidores pretendem agora organizar outras atividades que coloquem os problemas para a sociedade. Um ato está programado para o próximo dia 28 de setembro, quando os servidores novamente vão parar o Centro do Rio.

Está na hora de intensificar a greve

Professores devem participar mais das atividades de greve e das Assembléias

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 13 de setembro no Auditório do Quinhentão (CCS), reafirmou a necessidade de participação dos docentes nas atividades de greve. Houve o entendimento que, apesar do índice de paralisação ser grande em toda a UFRJ, os professores precisam comparecer com mais força nas próprias Assembléias, nas reuniões de Unidades e, principalmente, nas manifestações. A continuidade da greve foi determinada por 84 votos a favor, 4 contrários e nenhuma abstenção.

Além do comparecimento maior nessas atividades, também é um fato que um número maior de docentes poderia estar participando ativamente do Comando Local de Greve e das comissões de trabalho (Comunicação e Imprensa; Eventos) para auxiliar nas tarefas de mobilização. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, repetiu a intervenção da AG anterior: "Precisamos assumir essa greve", disse. O professor ressaltou que já existem mais de 40 nomes de "comandantes" no CLG, mas não se conseguiu, pelo menos até a semana passada, fazer uma reunião com todos (ou quase todos). Para Sanglard, essa falta de "mão-de-obra" é a razão de algumas atividades já aprovadas em Assembléia não terem se realizado. A reunião de toda a pós-graduação, atos de protesto contra o corte dos 26,05% e entrega da pauta de reivindicação dos servidores na reitoria da UFRJ foram citados como exemplos. Apesar das dificuldades, a entidade continua lutando pela extensão dos 26,05% a todos os docentes da UFRJ. No último dia 12, sua assessoria jurídica esteve presente em uma reunião de professores da Coppe sobre o Plano Verão.

Várias intervenções que se seguiram reforçaram a análise do presidente da Adufrj-SSind. O professor da FAU Roberto Houaiss citou o ato do



PROFESSORES VOTAM NA CONTINUIDADE DA GREVE

Centro realizado no dia anterior (ver página 6) como um exemplo. "Foi muito interessante, mas requer muito trabalho de organização. Tem que produzir panfleto, fazer cartazes, carregar faixas...". No fim, fez o apelo que foi a tônica da Assembléia: "Temos que trabalhar os atos internos (da universidade) e ganhar visibilidade (para a greve) na rua", afirmou. "Greve não é brincadeira. Não entendam isso como um pito, mas como um chamamento para a luta", completou.

O professor José Simões (Instituto de Física) continuou a "convocação" dos colegas docentes: "O Roberto foi generoso; vou passar um pito, sim. É tarefa de cada um se mexer. Existe a demanda de algumas Unidades de radicalizar a greve (sem realização de vestibular e sem reposição de aulas), mas, nos atos do Centro, poucos docentes - basicamente o CLG -, poucos funcionários e vários estudantes apareceram", disse. A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, arrematou: "o caráter espontâneo dessa paralisação tem surpreendido o CLG. Há informações de participação significativa (de docentes) nas reuniões de Unidade que não tem se materializado em ação", comentou. A profes-

sora Ângela Maria (Instituto de Geociências) aproveitou a localidade da Assembléia para fazer um convite especial aos docentes do Centro de Ciências da Saúde: "Nunca vi a universidade tão parada assim, inclusive Economia e Direito. Venho aqui convidar o CCS para participar mais intensamente da greve", disse.

Uma fala contra a greve

O professor Richard Stephan (Escola de Engenharia) fez a única intervenção contra a continuidade da greve. "Não sei se estamos loucos, mas acredito que o nosso mecanismo de mobilização não é esse (a greve). Esse negócio de ficar parado serve apenas ao governo", disse. Richard propôs o fim da paralisação e o retorno às atividades letivas nesta segunda-feira (dia 17/09), como uma forma diferente de protesto: os docentes deveriam demonstrar que fariam isso com algum sinal de "luto".

O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) rebateu o argumento de Richard. Historiou que, da última greve, em 2000, os servidores saíram porque o governo prometeu dar algum reajuste no orçamento deste ano. Não o fizeram. "Agora, querem dar 3,5% de aumen-

to para 2002 somente se tirar 11% dos aposentados. Assim, eu não quero. E estou pagando cheque especial todo mês. O que a gente tem que fazer é a greve, reforçando os atos". José Miguel (também da Escola de Engenharia) ressaltou o espírito democrático das Assembléias. "Eu prefiro o Richard aqui na Assembléia contra a greve, num movimento de discussão coletiva, do que quem vota na greve e não aparece mais ou de quem nem aparece porque sabe que os presentes vão votar pela continuidade da greve", concluiu.

Atividades de greve nesta semana

A Assembléia Geral aprovou a participação em mais atividades desta semana. A Comissão de Eventos do CLG informou que, nesta segunda-feira (17/09), será realizado um ato no IFCS, às 14h, com a presença de vários parlamentares das bancadas estadual e federal do Rio de Janeiro; a representante do CAp, Sandra Martins, convidou para o ato dia 20/09, quando será dado um "abraço" simbólico no Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa, às 11h e, em 21/09, haverá um outro debate sobre democratização do

Continua



Movimento

Continuação da página 7

acesso à Universidade Pública, às 10h30, no Auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha.

Periodização

A AG aprovou que o tema “periodização” continue sendo debatido nas reuniões de Unidade durante a greve

Regimento do CLG aprovado

Divulgado no último boletim da Adufrj-SSind (nº 37, de 10 de setembro), o regimento do Comando Local de Greve voltou para Assembléia para ser novamente referendado - o documento tinha sido aprovado na AG anterior, mas voltou para alguma eventual alteração após a publicação no boletim. Foi aprovado mais uma vez, da forma como estava, com apenas uma abstenção.

Vagas de docentes e reconhecimento do MEC

Duas solicitações oriundas dos colegiados acadêmicos da UFRJ geraram alguma polêmica na Assembléia. Primeiro, foi informado um prazo até 5 de outubro para que as Unidades se posicionem sobre suas necessidades de recomposição do quadro docente. O motivo seria a liberação de cerca de 130 vagas pelo MEC para a UFRJ. A AG encaminhou o assunto para discussão nas reuniões de Unidade (ver mais na matéria da página 5)

A AG aprovou ainda que seja feita uma solicitação ao CEG para que os coordenadores de cursos da UFRJ não enviem seus dados cadastrais ao Ministério da Educação, via reitoria (prazo dado de até 20 de setembro). Luciano Menezes explicou que, numa greve, o envio de informações ao MEC não pode ocorrer como se tudo estivesse normal nas universidades.

Comando Nacional de Greve

A Assembléia aprovou formalmente os nomes dos professores Walcyr de Oliveira Barros (Escola de Enfermagem), Milton Roedel (Instituto de Química), Roberto Houaiss (FAU) e Maria de Lourdes (Instituto de Psicologia) como delegados da Adufrj-SSind ao Comando Nacional de Greve, em sistema de rodízio, para os próximos dias.

Vestibular ainda causa polêmica

Por ampla maioria, foi aprovado na Assembléia que o assunto vestibular não teria qualquer decisão definitiva naquele dia, mas o tema voltará a ser ponto de pauta da próxima AG (marcada para 19/09, 14h, no Auditório do Roxinho). Mesmo assim, a realização do concurso durante a greve provocou várias e distintas intervenções.

O professor José Simões (Instituto de Física) explicou que o movimento docente não pretende causar qualquer prejuízo aos alunos com o cancelamento ou adiamento do vestibular. E fez uma comparação. “É como aplicar um remédio a um paciente. Geralmente, é uma solução amarga e que produz efeitos colaterais. Não queremos isso, mas a responsabilidade é do governo”, criticou. Simões lembrou ainda que o concurso vestibular 2001 já sofreu transtornos, quando os critérios do edital impediram, em alguns Centros, o preenchimento das vagas oferecidas. No fim, pediu mais tempo para avaliação do movimento.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, ressaltou que essa discussão foi difícil mesmo dentro do Comando Local de Greve. Sanglard contou também que deve ser observado o lado dos estudantes do terceiro ano das escolas federais e do Colégio de Aplicação (Unidades em greve), que não estão apreendendo os conteúdos da “reta final” da vida escolar (ver matéria do CEG na página 4). Por conta disso, destacou que o CLG encaminhou o adiamento da decisão, condicionando uma eventual suspensão do vestibular da UFRJ à suspensão nacional dos concursos.

O professor José Miguel (Escola de Engenharia) também considerou que a discussão precisava ser mais amadurecida. Questionou ainda as pos-

sibilidades do movimento de greve conseguir esse adiamento ou cancelamento do vestibular. José Miguel defendeu que o vestibular transcorresse normalmente. Reforçando a proposta sugerida pelo professor Henrique Longo, na AG anterior, José Miguel destacou que os dias de prova (que mobilizam milhares de vestibulandos e seus familiares, além da imprensa) poderiam ser utilizados pelos servidores para esclarecer a sociedade dos motivos da greve. “Acho uma ocasião muito boa para atuarmos”, disse.

Richard Stephan voltou a atacar a representatividade da Assembléia para decidir um assunto tão importante para a vida educacional do país. O professor Luiz Manoel Gazzaneo (FAU) não entendeu da mesma maneira. “Todos os professores receberam a convocação (através dos boletins e de cartazes). Se não vieram, delegam poderes de decisão aos presentes. Se estão em greve, pelos menos deviam vir à Assembléia na hora marcada”, argumentou.

O estudante Fernando Mamari, do 2º período da Geografia, apoiou a possibilidade de cancelamento do vestibular e da não reposição de aulas ao fim do movimento grevista. “Enquanto aluno, prefiro perder seis meses de aula, e sem reposição, para ter um ensino melhor depois. E para o vestibular, vale o mesmo”, afirmou.

A professora Cristina Miranda (CAp), que também é dirigente do Andes-SN, esclareceu que o Comando Nacional de Greve ainda não tem as informações de como o vestibular ocorre pelo país afora. “Ele não é igualzinho em todos os lugares”, disse. “É um ato de pressão sobre o governo, mas essa discussão cabe também aos funcionários e estudantes”, completou, acrescentando que seria melhor uma assembléia comunitária para tratar do assunto.

Reposição de aulas

Foi aprovado que a reposição de aulas só poderá ser discutida ao final da greve.

Tribuna



Luciano Menezes
Professor da Escola de Engenharia

“Agora, querem dar 3,5% de aumento para 2002 somente se tirar 11% dos aposentados. Assim, eu não quero. E estou pagando cheque especial todo mês. O que a gente tem que fazer é a greve, reforçando os atos.”



José Miguel
Professor da Escola de Engenharia

“Temos que aproveitar os dias do vestibular para fazer propaganda da greve. Vamos ter muita gente aqui interessada nos rumos da universidade e acho uma ocasião muito boa para atuarmos.”

Reuniões de Unidade

Escola de Enfermagem
19/09 - 9:00 horas - Sala 2 Pavilhão de Aulas

Instituto de Química
18/09 - 10:00 horas - Bloco A – CT Sala A633

Instituto de Geociências
18/09 - 10:00 horas - Hall de entrada do IGEO – CCMN

Colégio de Aplicação
18/09 - 9:00 horas - Auditório do CAp

Escola de Serviço Social
17/09 - 14:00 horas - Sala 09

IFCS
17/09 - 14:00 horas - Sala 200

Escola de Música
17/09 - 16:00 horas - Sala da Congregação

ECO
18/09 - 14:00 horas - Sala 136



Andes (Documento do Grupo de Trabalho Verbas)

As prioridades do governo FHC, os salários dos SPFs, e o caso específico dos docentes das IFES

1. A globalização subalterna e o apagão social

No dia 22 de agosto de 2001, os servidores públicos federais (SPFs) deflagraram uma greve por tempo indeterminado que visa, entre outras reivindicações, obter a reposição das perdas resultantes do congelamento salarial que lhes foi imposto a partir de janeiro de 1995 e que, portanto, em pouco tempo completará 7 anos. Para recompor o poder aquisitivo dos SPFs será necessário, de acordo com o DIEESE, um reajuste de 75,48%. Ressalte-se que este índice refere-se apenas ao reajuste devido até dezembro de 2000.

Essa situação, que configura um brutal desrespeito para com o conjunto dos servidores, não é, entretanto, um fato isolado, decorrendo, na realidade, da adoção de uma política econômica que tem sacrificado a imensa maioria da população brasileira, privada cada vez mais de seus direitos sociais básicos, em benefício dos detentores do grande capital internacional e de seus aliados, principal base de sustentação do atual governo. Os interesses desses setores – expresso por organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, aos quais o país tem sido submetido de forma servil, prevêm a destinação de crescentes parcelas do Orçamento Geral da União, com a geração de superávites fiscais cada vez mais altos, ao pagamento de amortizações e juros da dívida pública. O calote se aplica, nessa lógica – mesmo que descumprindo a Constituição – aos SPFs, mas nunca aos agiotas internacionais.

Os fatos acima são conhecidos – qualitativamente – por todos os que acompanham com alguma atenção a vida nacional. Este documento demonstra essa realidade para além de qualquer dúvida, baseando-se para tal em números publicados pelo próprio governo, obtidos nos ‘sites’ da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Ministério da Fazenda (SIAFI/MF).

2. Receitas correntes líquidas, destinações sociais e pagamentos da dívida pública desde 1995

Faz-se necessário, inicialmente, precisar os conceitos de *receitas correntes* e *receitas correntes líquidas* da União, posto que será utilizado apenas este último, para fim das comparações que aqui serão feitas.

O fato é que nem todas as *receitas correntes* estão disponíveis para a distribuição orçamentária da qual fazem parte, entre outros, os recursos para pagamento de pessoal da União, de despesas com Saúde, Educação e demais áreas sociais, por exemplo. Há uma parcela que deve ser subtraída, a saber: as transferências constitucionais / legais e os benefícios previdenciários; o montante que resulta dessa subtração é chamado de *receitas correntes líquidas* e será, portanto, a referência para o nosso estudo, pois são exatamente essas as receitas passíveis de discussão e de disputa política, por ocasião da elaboração

anual do Orçamento Geral da União (O.G.U.).

Os valores das receitas correntes e correntes líquidas da União para o período de 1995 até 2000 compõem as informações contidas na Tabela 1, sendo que os valores correspondentes aos anos de 1995 até 1999 são nominais, enquanto que os do ano de 2000 são aqueles que constam da lei orçamentária, após os vetos (dotação inicial).

3. Uma breve análise de dados

Na Tabela 2 está apresentada uma série histórica dos valores nominais referentes aos gastos com pessoal da União, educação, ensino superior e juros da dívida, efetuados no período compreendido entre 1995 e 2000, enquanto que na Tabela 3 encontram-se apresentados os valores percentuais desses gastos em relação às receitas correntes líquidas.

Os números acima, vindos do próprio governo, são de uma eloqüência calamitosa e irrefutável.

Verifica-se, a partir das informações contidas na Tabela 3, que os gastos da União com pessoal, vistos como percentuais das receitas correntes líquidas (RCL), caíram de 56,1% para 36,8%, entre 1995 e 2000. Ou seja, a fatia do bolo que hoje cabe aos salários do pessoal da União é de cerca de 2/3 do que era há seis anos.

Os gastos com educação, por sua vez, despencaram de 20,3% das RCL, em 1995, para 8,9% em 2000! Os gastos com ensino superior tiveram uma queda ainda mais acentuada, indo de 9,2% para 4,2% das RCL.

E para onde foi esse dinheiro? Novamente, na Tabela 3 pode se verificar, também, que pagamos hoje 55,1% das RCL com juros da dívida, em vez dos 24,9% de 1995, ou seja, 30,2% a mais.

A partir dos gráficos em anexo pode-se visualizar de maneira clara e ilustrativa as situações aqui expostas.

Essas são as verdadeiras prioridades de um governo que, em termos do que arrecada, reduz percentualmente para menos da metade os recursos do ensino superior público, aniquila os salários dos servidores para muito além do exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (50%), enquanto mais do que duplica os gastos com juros da dívida.

4. O caso específico dos salários dos docentes

Na atual greve dos servidores públicos federais a principal reivindicação salarial é portanto a reposição do poder aquisitivo perdido desde 1995, para o que será necessário um percentual linear

de 75,48%. Mencione-se que, além disso, a remuneração dos SPFs foi também corroída por outras manobras do governo: os anuênios, por exemplo, incidem hoje apenas sobre seus salários base e não sobre o total de seus ganhos, o que é uma das conseqüências da política de gratificações diferenciadas implementada pelo governo.

Os docentes das IFES, em particular, depois da greve de 1998, passaram a receber a GED e a GID – Gratificação de Estímulo à Docência e Gratificação de Incentivo à Docência, respectivamente. Essas gratificações, além de não serem salário e poderem ser cortadas a qualquer momento, obedecem a critérios produtivistas absolutamente incompatíveis com uma Universidade séria e de qualidade, além do que excluem ou discriminam parcelas significativas dos professores, em especial os aposentados e os docentes de 1º e 2º graus das IFES. Frisamos que, atualmente, o salário base da grande maioria dos professores não chega a um quarto de sua remuneração total. O governo vem procurando, já neste início de greve, desqualificar as demandas salariais dos professores, alegando que já lhes teria concedido reajustes salariais.

Cabe aqui esclarecer nosso pleito. Os docentes das IFES não estão postulando qualquer condição diferenciada em relação ao conjunto dos SPFs, do qual fazem parte. Assim, o que é reivindicado, em termos de salário, é o seguinte:

1. Incorporação da GED, por seus valores máximos, a todos os professores das IFES – em termos percentuais, isto significa aproximadamente, em média, uma recomposição de 33,54%, como demonstrado abaixo;

2. Uma vez incorporadas as gratificações, resta portanto uma parcela de 31,41% de reajuste linear, que, calculada sobre os 33,54%, perfaz exatamente os 75,48%, que é a reivindicação geral dos SPFs.

Em outras palavras, o que querem os docentes é receber os 75,48%, como servidores públicos federais, não tendo qualquer pretensão de que este percentual seja aplicado sobre os valores hoje recebidos sob forma de GED / GID.

Mente, portanto, o governo ao afirmar que nada mais é devido aos docentes das IFES.

Nos cálculos feitos para obtenção do percentual médio de 33,54% (Tabela 4) foram levados em conta os índices de recomposição que seriam obtidos se satisfeita nossa reivindicação de incorporação da GED a todos os docentes. Foram utilizados para tal os salários e o quantitativo, nas IFES, de docentes graduados, aperfeiçoados / especializados, mestres e doutores, segundo dados divulgados pelo próprio MEC durante a greve de 1998. Há pequenas distorções que podem ser ocasionadas pelo fato que, de lá para cá, um certo número de docentes se titulou; não foram considerados, por indisponibilidade de dados, nem o reajuste (levemente superior) obtido pelos professores titulares com o título de doutor, nem os números específicos relativos aos professores de 1º e 2º graus. Estas incorreções, entretanto, afetam de maneira apenas marginal as contas apresentadas e poderão ser objeto portanto de ajustes finos.

Estudo do GT Verbas do Andes-SN

Tabela 1

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Receitas correntes	127,1	152,5	175,3	200,4	218,0	251,4
Receitas correntes líquidas	67,3	89,4	97,04	104,5	129,9	141,7

[valores nominais em bilhões de reais: fonte - STN/MF]

Tabela 2

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gastos c/pessoal da União	37,8	40,6	44,5	47,9	51,6	52,1
Gastos c/educação	13,64	12,39	12,10	13,00	12,50	12,64
Gastos c/ensino superior	6,20	5,67	5,40	5,18	5,68	6,00
Gastos com juros da dívida	16,8	19,5	21,0	30,8	45,4	78,1

[valores nominais em bilhões de reais: fonte - SIAFI / STN]

Tabela 3

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Gastos c/pessoal da União / RCL	56,1%	45,4%	45,9%	45,9%	39,7%	36,8%
Gastos c/educação / RCL	20,3%	13,9%	12,4%	12,4%	9,6%	8,9%
Gastos c/ensino superior / RCL	9,2%	6,3%	5,6%	5,0%	4,4%	4,2%
Gastos c/juros / RCL	24,9%	21,8%	21,6%	29,5%	35,0%	55,1%

[resultado da comparação de tabelas anteriores: fonte - SIAFI / STN]

Tabela 4

Titulação dos docentes	X = Salário médio (DE) em fevereiro de 1998	No de prof. nas IFES (jan/98)	Y = Valor máximo da GED	X + Y	% em que (X+Y) excede X
Graduação	R\$ 1.667,51	6.355	R\$ 303,94	R\$ 1.971,45	18,2%
Aperf. / especial.	R\$ 2.209,03	7.760	R\$ 389,48	R\$ 2.598,51	17,6%
Mestrado	R\$ 2.305,31	16.557	R\$ 910,00	R\$ 3.215,31	39,5%
Doutorado	R\$ 3.298,20	12.478	R\$ 1.430,52	R\$ 4.728,72	43,4%
		Total: 43.150			Média ponderada: 33,54%



Movimento

Greve dá resultados, sim

Militantes do movimento docente lembram história de lutas

É comum ouvir em tempos de mobilização: “Greve não rende nada, só atrapalha a vida da gente”. Para mostrar o outro lado da história, o Andes-Sindicato Nacional lançou um estudo com as conquistas dos últimos 20 anos do movimento docente através das greves (ver página 11). Foram relacionadas 12 greves desde 1980 até a última, no ano passado. A mais curta durou 20 dias, em 1981. A mais longa levou 107 dias, em 1991.

O documento do Andes-SN está sendo distribuído nas Assembleias Gerais e disponibiliza cinco colunas de informações sobre as greves: o ano em que ocorreram; duração, número de universidades paradas; principais reivindicações e os resultados do movimento.

O estudo resgata um pouco da história do movimento docente, como já havia sido sugerido pelo professor Osvaldo de Oliveira Maciel, primeiro presidente do Andes-SN (biênio 81/82). No boletim eletrônico do Sindicato Nacional relativo ao XX Congresso, realizado na Uerj em fevereiro deste ano, Osvaldo lembrou que os novos docentes precisam conhecer melhor a história do Sindicato. “Estou convicto de que a história é o meio que nos per-

mite buscar, no passado, as lições que nos ensinam a caminhar, no presente, rumo ao futuro que sonhamos construir”, disse, na ocasião.

Ainda de acordo com o professor, a realização do Congresso Nacional de Docentes Universitários, a criação do Andes-SN e a eleição de sua primeira diretoria representaram o ponto alto de um processo de lutas e inúmeras discussões preparatórias, que envolveram e empolgaram muitos militantes, motivados a mudar a feição política autoritária da Universidade e da Sociedade.

“Albert Einstein disse que a mente que se abre para uma nova idéia jamais volta ao seu tamanho normal. Eu acrescentaria que o coração que se abre para a paixão das lutas e à emoção de ver e viver seus resultados não voltará a aquietar-se, jamais. Foi isso que a experiência do Movimento Docente me mostrou, fortalecendo, iluminando e amadurecendo as minhas convicções desde os tempos de militante do movimento estudantil”, afirmou ainda para registro do boletim eletrônico do Andes-SN.

A luta na UFRJ

Para o professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia), que entrou na UFRJ em 1980, a greve inesquecível foi a de 1987. “Até a Coppe parou”, lembra. Foi importante, segundo ele, por-

que todas as gratificações que existiam, naquela época, foram incorporadas ao salário. Além disso, foi criado o plano de carreira docente que existe até hoje. O ingresso na carreira através de concurso público e o regime de dedicação exclusiva, além da progressão através da titulação e avaliação de desempenho acadêmico também foram conquistas deste período. Luciano descarta o tamanho e a dispersão geográfica da UFRJ como um empecilho para a mobilização. “O problema maior hoje é o individualismo. No entanto, a greve atual é a nossa última chance de conseguir algum ganho. O governo está enfraquecido pelas seguidas denúncias de corrupção”, afirma ele, que já foi diretor da Adufrj-SSind no biênio 87/89.

O presidente atual da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, guarda dois momentos especiais das greves. Na UFRJ e no movimento docente desde 1979, Sanglard não esquece da primeira (1980), quando foi conseguido o primeiro Plano de Carreira. O segundo, mais pessoal, foi quando se casou em meio à greve de 1984. “Casei no sábado e, na segunda, já estava na reunião do Comando Local de Greve”, brinca.

Sanglard comenta que o movimento grevista ainda convive com as sequelas da greve de 1998, quando houve a interferência da diretoria então

recém-eleita do Andes-SN. Na época, foi feito um acordo com o governo, à revelia do Comando Nacional de Greve, que excluiu os profissionais de 1º e 2º graus e aposentados da negociação. O objetivo do movimento docente era um reajuste linear para todos os professores universitários, ativos ou aposentados. Sobrou a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que é considerada ruim pelo movimento docente pelo seu caráter produtivista e variável.

Em 2001, para Sanglard, a adesão das Unidades à paralisação é maior do que nas últimas greves, como, por exemplo, no Centro de Tecnologia e no Instituto de Economia. “Mas a participação dos professores da UFRJ poderia ser muito maior nas atividades de greve e nas Assembleias”, observa. O presidente verifica que é importante a presença nas AG, uma vez que a informação de como andam os movimentos grevistas local e nacional é sempre mais atualizada. Apesar de as Assembleias não se mostrarem tão cheias, Sanglard comemora o fato de muitas reuniões de Unidades estarem ocorrendo. “Pelos informes das reuniões de Unidades, percebemos que existe um conjunto três ou quatro vezes maior do que a presença na AG de professores discutindo a greve por toda a UFRJ”, esclarece.

Agenda Sindical

20, 21 e 22/9

I Encontro Internacional dos Sindicatos da Educação
Montevideu - Uruguai

26 e 27/9

Seminário Nacional: Saúde e Questão Racial
Rio de Janeiro - (local a confirmar)

3/10

Marcha em Defesa da Educação Pública
Brasília

24 a 27/10

Fórum Mundial de Educação
Porto Alegre - Local: Porto Alegre – Rio Grande do Sul

8 a 11 de novembro

43º CONAD
Local: Florianópolis – SC, sediado pela APUFSC Seção Sindical
O tema central será: “**Serviço Público é preciso: educação para a superação da barbárie**”.

Ato público com a presença de
parlamentares do Rio de Janeiro em
defesa da universidade pública.

17
setembro
segunda-feira

14:00
horas

**Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais (IFCS)**

Largo de São Francisco 1

Quadro geral das greves nas Universidades Federais - últimos 20 anos (1980-2000)

Ano Período	Duração	Número de Universidades paradas	Principais reivindicações	Resultados
1980 16/11 a 11/12	26 dias	19 Universidades Autárquicas e 07 Escolas Isoladas	Reajuste salarial de 48%; Carreira do Magistério (MEC); Eleição direta para reitor; 12% do Orçamento da União para a Educação.	Aumento Salarial de 82,25% para SPF's; Aprovação do Novo Plano de Carreira do Magistério Superior das IFES; Reenquadramento dos docentes.
1981 11/11 a 01/12	20 dias	19 Universidades Autárquicas e 05 Escolas Isoladas.	Reposição salarial de 45%; Reajuste Semestral; Enquadramento - prof. colaboradores admitidos após 12/79.	Reposição salarial de 30% (a partir 01/82); Absorção dos colaboradores no Plano de Carreira; Recuo do governo em transformar universidades autárquicas em fundações.
1982 18/11 a 20/12	32 dias	18 Universidades autárquicas, 03 Escolas isoladas e adesão Técnicos Adm. 29/11- 1º vez que Andes e Fasubra fazem mobilização conjunta.	Reposição de 23,8%; Reajuste semestral, pelo índice da inflação; Direitos iguais para estatutários e celetistas, Reestruturação das IFES, com base na proposta do Andes.	Recuo do governo na implantação do ensino pago e transformação das autarquias e fundações.
1984 15/05 a 07/08	84 dias	19 Universidades Autárquicas, 08 Escolas Isoladas e adesão dos servidores	Reposição de 64,8% (retroativo jan. 84); Reajuste semestral; 13º para estatutários; Quinquênios para celetistas; Piso de 3 salários para servidores.	Formação da "Comissão de Alto Nível" para reabrir negociações.
1985 10/08 a 23/09	45 dias	16 Universidades Fundações	Reposição de 38,5%; Reajuste igual ao INPC do semestre; Implantação de reajuste trimestral; Aposentadoria Integral; Adicional de DE (dedi- cação exclusiva), acima de 50%; 5% de produti- vidade; Adicional de 5% por quinquênio; Verbas de OCC (Conta de Custeio) para as IFES fundacionais.	Reajuste de 75,06% (a partir de setembro); Liberação de Cr\$ 60 bilhões de cruzeiros para IFES; Promessas de criação de Planos de Cargos, garantindo isonomia entre Fundações e Autarquias.
1987 25/03 a 07/05	44 dias	45 IFES (entre Fundações e Autarquias).	Adoção de Plano de Carreira Única para Docen- tes; Isonomia Salarial; Aposentadoria Integral; Verbas para funcionamento das IFES; Revogação do decreto que proíbe a contratação de pessoal.	Aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei 7.592 criando o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos (regulamentada em 87, com nova tabela salarial e efeito retroativo a abril de 1987).
1989 08/05 a 13/07	66 dias	42 IFES, estudantes e servidores (adesão 02/06).	Aumento do OCC/OG em 27,8%; Revogação do decreto que proíbe contratações e abertura imediate de concurso; Reajuste mensal; Reposição salarial de 34,9%; Anuênio de 1% (em substituição ao quinquênio); Aposentadoria integral; Incorporação da Gratificação de Nível Superior.	Liberação de verba de emergência no valor de Cr\$ 60 milhões (cruzados no- vos); Promessa de liberar suplemen- tação de Cr\$ 453 milhões (cruzados novos); Aumento de DE de 40% para 50% sobre o salário base e de 25% para 30% para docentes de 1º e 2º grau da IFES; Progressão horizontal de um nível para outro - de 4% para 5%; Autorização de concentração de 760 do- centes e 1.340 servidores para IFES; Direito à aposentadoria integral.
1991 05/06 a 20/09	107 dias	45 IFES - professores e servidores.	Reposição de 144,88%; Incorporação das perdas salariais dos Planos Bresser, Verão e Collor - 640,39%; Abertura de concurso público; Expansão do Quadro de Pessoal; Eleição direta para Reitor; Garantia de Repasse para o Andes das contribuições dos docentes.	Rejeição da MP 296/91 que excluía docentes e servidores do reajuste; Re- ajuste aos SPF's de 20%; Correção da tabela dos docentes das IFES - vari- ando de 51,8% (auxiliar 1 - 20h) e 77,45% (titular e doutor); Set 91 - docen- tes conquistam novo reajuste na tabela - 20% (auxiliar 1 - 20h) e 48,8% (titular e doutorado); Aumento de gratificação por titulação de 15% para 25% (mestrado); de 25% para 50% para doutorado; gra- tificaçao de 12% (especialização); Au- mento da gratificação de DE de 50% para 55%.
1993 13/05 a 14/06	31 dias	43 IFES - professores e servidores 1º Greve Unificada dos SPF's, com apoio dos estudantes.	Pauta Unificada; Política Salarial, com reajustes mensais; Isonomia salarial; Recomposição do poder aquisitivo; Pagamento dos Passivos Trabalhistas; Incorporação de 84,32% do Plano Collor; Liberação FGTS; Anistia para SPF's punidos em razão da greve.	Anistia dos servidores em greve; Rea- juste de 85% (escalonado); Aprovação de política salarial até junho de 94; Isonomia: concedida elevação da GAE escalonada; *OBS: Andes e Fasubra mantiveram a greve, mesmo com a saída dos outros setores, por não con- cordarem com as propostas do gover- no. Fim em 14/06.
1994 19/04 a 08/06	50 dias	38 IFES - professores e servidores. SPF's.	Manteve-se pauta específica dos docentes das IFES - reajuste de 139,24% (referente aos planos Bresser e Collor e reajuste de 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário); Plano Nacional de Capacitação de Docente; Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas; Pauta Unificada SPF's	STF decide que SPF's têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congres- so Nacional; Governo ameaça SPF's de corte de ponto e demissões; *OBS: Falta de mobilização da categoria.
1998 31/03 a 13/07	104 dias	51 IFES - docentes e servidores, com apoio dos estudantes	Reajuste salarial de 48,65%; Reposição do quadro de docentes das IFES; Ampliação de Vagas e Aber- tura de concursos para docentes IFES; Retirada de Programa de Incentivo à Docência (MP).	GED - Gratificação de Estímulo à Docência - adicionais de remuneração aos docen- tes; Governo não abriu mão do projeto privatizante e de seguir a cartilha do FMI e Banco Mundial.
2000 24/05 a 18/08 *UFMT 31/05 a 18/07	87 dias	31 IFES - docentes e servidores, com apoio dos alunos. E demais categorias de Servidores Públicos Federais.	Pauta Unificada; Reposições de 64%; Investimento para o Serviço Público Federal.	Barrou Projeto de Autonomia do MEC para as Universidades brasileiras; Barrou o en- vio ao Congresso do Projeto de Emprego Pú- blico, do governo federal.

Malan domina as verbas da Educação

Deputados participam de reunião sobre orçamento com professores em greve

Não é apenas na UFRJ que os interesses do ensino e da pesquisa se encontram subordinados a quem detém o controle do dinheiro, das verbas, das rubricas e das políticas de distribuição de recursos. O deputado federal Márcio Fortes (PSDB/RJ) pôde demonstrar aos presentes em uma reunião com professores da Coppe que quem manda no dinheiro é o ministério do Planejamento, sob a liderança do Ministro Pedro Malan. A propósito, na ocasião, o deputado da base governista fez questão de prometer uma audiência do ministro das finanças com o Comando Nacional dos Docentes para tratar da greve. Márcio Fortes foi convidado pelo vice-diretor da Coppe, Pinguelli Rosa, para uma reunião de professores em greve sobre o Orçamento da União para 2002. O deputado federal do PT, Jorge Bittar, também esteve presente como convidado. Os dois parlamentares fazem parte da Comissão de Orçamento da Câmara e prestaram alguns esclarecimentos sobre o andamento e a tramitação da proposta do governo.

Os professores esperavam uma posição formal dos representantes do governo e da oposição sobre a definição das partes do orçamento que serão destinadas ao reajuste dos servidores federais e ao sistema público de ensino superior. Respostas concretas não foram obtidas, mas o deputado do PT encontrou espaço para criticar a lógica da política governamental e a falta de planejamento para o atendimento das demandas de saúde e educação. Bittar considerou as críticas de que o governo não tem atendido às reivindicações de funcionários e docentes das universidades um reflexo da falta de participação da sociedade nas decisões sobre a destinação das verbas públicas. O deputado petista defendeu o orçamento participativo, já implementado em algumas administrações do partido como uma solução para o estabelecimento de critérios que visem ao desenvolvimento da nação e não somente ao ajuste econômico ou ao equilíbrio fiscal.

Adufrj-SSind apresenta os números da crise

O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, apresentou uma série de dados e números que revelam exatamente as prioridades do governo e o tratamento dispensado à educação, em especial, aos salários e ao investimento no ensino superior público. Os números expostos por Sanglard fazem parte



MÁRCIO FORTES E JORGE BITTAR FALAM PARA PROFESSORES NA COPPE

de um estudo feito pelo Andes Sindicato Nacional (veja documento na página 9 desta edição e matéria do Jornal da Adufrj de 3/09, página 3).

Em 1995, o governo gastou R\$ 37,8 bilhões com pessoal. Em 2000, o gastou caiu, em termos percentuais, de 56,1% para 36,8% do total do orçamento federal (R\$ 52,1 bilhões). Com o ensino superior, a verba diminuiu, em termos percentuais, de 9,2% (1995) para 4,2% (2000), ou de R\$ 6,2 para R\$ 6 bilhões. Com o juros da dívida, o governo FHC gastou, em 2000, R\$ 78 bilhões, mais da metade do dinheiro público (55%). Em 1995, os gastos com juros foram da ordem de R\$ 16,8 bilhões (24,9%). O que o presidente da seção sindical mostrou indignou ainda mais os professores presentes, mas certamente não era nenhuma novidade para os parlamentares, já que os dados foram retirados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Ministério da Fazenda).

Sanglard questionou a proposta do governo de vincular o reajuste previsto para os servidores, de apenas 3,5%, à criação de impostos e descontos para os previdenciários. “O projeto do governo diz que, para conceder o reajuste, ainda teria que haver aumento de impostos e taxaço aos aposentados! Por isso estamos em greve”. O presidente da entidade declarou que a greve é de todos os servidores que estão sem reajuste há mais de sete anos, e não somente dos professores. “Estamos há sete anos com uma série de penduricalhos, gratificações que podem ser retiradas a qualquer momento, como no caso dos técnico-administrativos que tiveram a GAE (Gratificação de Atividade Executiva) transformada em GDAE (gratificação produtivista por desempenho). Acho que já fomos atacados por muitos aviões. Todo dia cai um avião nas nossas cabeças!”, disse o

sindicalista, numa alusão ao ataque aos EUA.

O vice-diretor da Coppe, Pinguelli Rosa, também comentou a situação salarial dos técnicos e docentes e questionou o atual reitor da UFRJ de querer retirar o índice de 26,05% (Plano Verão) dos contracheque de servidores que ganharam, em última instância, o direito ao reajuste.

A professora Maria de Lourdes lembrou que o governo editou recentemente uma Medida Provisória que permitiria ao governo cassar ações já transitadas em julgado, como o caso dos 26,05%. “Até que ponto o reitor da UFRJ não está antecipando uma vontade do governo federal?”

Fundos setoriais

Tanto Bittar quanto Márcio Fortes ressaltaram os fundos setoriais como uma possibilidade de recursos para as instituições. O deputado pesedebista disse que os ministros, principalmente o da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, se “ressentem” da ausência de projetos enviados pelas instituições. Na briga dos dirigentes por um quinhão, Márcio Fortes ressaltou o desempenho do atual diretor do Hospital Universitário da UFRJ, Amâncio Paulino. Segundo o deputado, Amâncio viaja com o parlamentar uma vez por mês “e sempre volta com dinheiro”. Na opinião de Márcio, o que vale para o governo são projetos “bem apresentados”, com dados, números e objetivos para a alocação dos recursos.

Mas a idéia de que toda a verba para estrutura, equipamentos e outros tipos de fomento às universidades públicas tenha que ser obtida através ‘lobbies’ e outros mecanismos foi rechaçada pela maioria dos presentes. “Temos que lembrar que não estamos defendendo só esta universidade. Temos problemas de baixo salários e de infraestrutura em todas as instituições”, criticou o profes-

sor do Programa de Engenharia Química da Coppe, Cláudio Habert. Para o professor os ‘lobbies’ dos dirigentes significam a falência total de todos os investimentos que foram feitos no sistema público. “Não adianta pedir para resolver o problema da Coppe. Temos problemas em todas as Unidades. Esta é uma greve em defesa de todo o sistema público”, disse Habert, chamando a atenção para o fato de que a comunidade universitária já chegou ao limite. O professor lembrou aos parlamentares que existe a possibilidade de o movimento radicalizar a greve, suspendendo ou adiando a realização dos vestibulares. “Este nível de governo pode levar ao acirramento do movimento. O vestibular pode ser anulado. Nós vamos lamentar, mas não teremos outra alternativa. É melhor dizer que não vamos fazer o vestibular para 60 mil alunos do que recebê-los e não ter verba para manter as atividades da universidade”, disse, arrancando aplausos dos presentes.

O professor Walter Suemitsu, da Escola de Engenharia, concordou com o colega. Para o professor, não é função dos docentes ficar correndo atrás de dinheiro. “Não queremos chegar ao ponto das universidades americanas, onde seus professores são pontuados por trazerem dinheiro para suas instituições. Isso é um dever do Estado”.

Outro professor do Instituto de Física Ildeu Moreira disse que as universidades brasileiras têm se destacado em todos os indicadores internacionais. “Revistas como Science e Nature têm apontado o crescimento das pesquisas brasileiras, apesar do quadro adverso”. Ildeu lembrou aos parlamentares da falta de diálogo do governo com a comunidade acadêmica em diversos momentos. “Talvez se tivéssemos sido ouvidos, não tivéssemos tido perdas de bilhões de dólares com a crise energética”, questionou. Para Ildeu, os professores estão sendo forçados pela intransigência do governo a manter o movimento de greve. “Odiamos parar nossas atividades, mas estamos sendo forçados”, disse.

Ato da Adufrj-SSind com parlamentares

O presidente da seção sindical aproveitou a oportunidade para reforçar o convite aos parlamentares para o ato do movimento de greve que acontece na segunda-feira, dia 17. O Comando Local de Greve organizou a atividade, que acontece às 14h, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo do São Francisco. A Adufrj-SSind enviou convite a todos os parlamentares da bancada Estadual da Câmara e do Senado.

Cleusa Santos

Assembléia Geral

27

setembro
quinta-feira

13:00
horas

Auditório do CT
Ilha do Fundão

Pauta

- ✓ Avaliação da greve
- ✓ Adiamento do vestibular
- ✓ Calendário Eleitoral
- ✓ Ação do Plano Verão (26,05%)
- ✓ Periodização

Ministro Paulo Renato ouvirá docentes dia 26

Um dia depois das manifestações em frente ao Ministério da Educação, em Brasília, ocorridas na tarde da última quarta-feira, 19/09, o secretário do MEC, Luciano Patrício, acertou com os representantes do Andes-SN, Fasuba e UNE uma reunião com o ministro Paulo Renato. A audiência está marcada para esta quarta-feira, às 11h, no ministério.

Segundo o primeiro tesoureiro do Andes-SN, José Domingues de Godoi Filho, a manifestação em frente ao MEC foi uma resposta dos servidores à intransigência demonstrada pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na reunião de quarta-feira com as entidades. Na ocasião, Martus disse que só negociaria com os professores e funcionários se estes suspendessem a greve. Na tarde da quinta-feira, 20/09, os representantes das entidades em greve se reuniram com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB/MG). O deputado já havia demonstrado, em reunião anterior, apoio aos movimentos e garantido empenho na abertura de negociações com o Planalto.

Venha participar do ato "Universidade na Praça"!

A UFRJ leva sua produção para as ruas da cidade

26/9
quarta-feira

A partir das 10h na Cinelândia



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 38 • 24 de setembro de 2001

www.adufrj.org.br

Ato da CUT - SPF

28 de setembro

16:00 horas

Concentração na Candelária
passeata até a Cinelândia

Governo reconhece força da greve

MEC publica nota na imprensa e revolta assembléia da Adufrj-SSind

O governo sentiu o golpe. Passado quase um mês de greve, o ministério da Educação foi aos jornais com um comunicado dirigido à comunidade universitária recheado de omissões, mentiras e ameaças. Publicado na página 5 dos principais jornais do país no dia 19 de setembro, a nota fala da melhoria de diversos indicadores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desde 1994 - ano em que FHC iniciou o primeiro mandato. São citados: ampliação do corpo discente na graduação e na pós-graduação das universidades e crescimento da titulação dos docentes. O documento, obviamente, não esclarece que esses números foram conseguidos graças aos esforços de toda a comunidade universitária, apesar da péssima atuação do MEC ao longo desses anos.

O documento comenta ainda a distribuição de milhões em recursos para programas de informatização; periódicos e livros para as bibliotecas e, finalmente, a criação dos fundos setoriais. Mais uma vez, o governo faz um "jogo de cena". Quem conhece de perto a situação das IFES, percebe que os laboratórios e bibliotecas estão muito longe da situação ideal. No caso da UFRJ, que é a maior universidade federal do país, já é fato reconhecido no CEPG que a coleção de periódicos está defasada há anos. Os fundos setoriais, conforme a diretoria do Andes-SN vem alertando há bastante tempo, destinam suas verbas apenas para projetos definidos como prioritários pelos investidores privados que ora atuam nestas áreas.

As observações mistificadoras mais revoltantes do documento dizem respeito às gratificações criadas para os professores do 3º grau (GED), para os técnico-administrativos (GDAE) e a supostos 11 mil concursos para provimento de cargos efetivos de docentes. O próprio MEC reconheceu recentemente uma defasagem de 8 mil vagas, comprovável pelo número atual de professores substitutos, mas autorizou concursos para menos de 2 mil vagas (em agosto deste ano). O MEC omite de forma vergonhosa que os professores de 1º e 2º graus ligados às universidades foram discrimina-

dos com a GID. Esconde, ainda, que a gratificação é variável, quebra a isonomia salarial na categoria e está atrelada a critérios que não foram discutidos pela comunidade universitária.

A nota, que foi divulgada no dia da AG, provocou a revolta dos presentes. Em vez de diminuir o ânimo, a nota do MEC foi vista como uma provocação e um reconhecimento da greve. Por isso mesmo, a continuidade da greve por tempo indeterminado foi aprovada por 80 votos a favor, 9 contrários e uma abstenção. Uma proposta do Instituto de Matemática e da Escola de Engenharia para incluir a discussão de saída da greve, na pauta da próxima AG, não encontrou coro nos demais docentes.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, deu o tom da Assembléia. "É uma contradição (sair da greve agora). Mesmo com a mídia voltada para o episódio nos EUA, conseguimos ser notados. É a hora de pressionar. É claro que cansa um mês de greve. Mas o governo sentiu o golpe", afirmou. O professor Henrique Longo (Escola de Engenharia) deu mais fôlego à continuidade do movimento grevista. "A nossa greve não é como a dos lixeiros, que, com um dia, a sujeira está espalhada por toda a cidade", comentou. A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, também não viu outro mecanismo que não a greve para o governo ouvir as reivindicações dos servidores. "Temos que dar visibilidade à importância da universidade na denúncia da questão social. A luta apenas começou", disse, sugerindo que o movimento docente elaborasse um dossiê UFRJ em defesa da Universidade Pública, a exemplo do dossiê USP (divulgado em junho de 2000 pela Adufrj-SSind). A professora Leonor Werneck dos Santos (Faculdade de Letras) deu o "fecho de ouro" da discussão da continuidade da greve. "Depois de ler essa vergonhosa nota, pensar em sair da greve seria dizer 'eu concordo com tudo isso' (que foi escrito)", afirmou.

O professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) ironizou a nota do governo e os custos de sua publicação em um local nobre dos principais jornais do país (página 5 do primeiro caderno de todos eles). Luciano descobriu, por exemplo, que, em O Globo, essa nota custou cerca de R\$ 75 mil. "Imaginem (a ajuda) que esse dinhei-

ro não representaria para alguns departamentos desta universidade", disse. Luciano sugeriu que o movimento docente respondesse ao MEC "num lugar mais barato", como, por exemplo, a coluna do obituário. Citou a seguinte frase: "o governo convida para o enterro da Universidade Pública e gratuita", encerrou. Quanto a este ponto, a Assembléia aprovou uma solicitação ao Andes-SN para estudar a oportunidade a viabilidade de publicar uma nota nos jornais em resposta à matéria paga do MEC.

Os professores da Assembléia Geral, além da continuidade da greve, aprovaram a participação docente no primeiro "Universidade na Praça" deste ano, que será realizado em conjunto com alunos e funcionários técnico-administrativos, no dia 26/09, às 10h, na Cinelândia. Para este ato, aprovou-se a constituição de uma comissão composta pelos professores José Simões (Instituto de Física), Luiz Cláudio Pimentel (IGEO) e Selene Alves (Matemática). Também foi aprovada a realização de um primeiro encontro dos cursos de pós-graduação no dia 25 de setembro (horário e local a confirmar), para tratar da greve. Outro ato aprovado é a realização de um protesto contra o corte dos 26,05% (Plano Verão) e pela extensão deste valor a todos os docentes, além de protocolar a pauta de reivindicações dos servidores, na reitoria. No dia 28, é a vez de um Ato Unificado organizado pela CUT-RJ, às 16h, com concentração na Candelária.

A AG aprovou encaminhar solicitação à reitoria e aos colegiados superiores da UFRJ exigindo divulgação dos critérios de distribuição de vagas para docentes, que devem permitir ampla participação da comunidade universitária, com transparência e democracia na tomada de decisões. Também foi aprovado que as reuniões de departamento para tratar do assunto ganhem um caráter político e sejam consideradas atividades de greve, numa alusão ao primeiro ponto de pauta dos servidores (contratação por concursos no Regime Jurídico Único).

Vestibular

Continua em pauta, nas reuniões de Unidade, a discussão sobre o adiamento ou não do vestibular. Foi aprovada a criação de uma comissão para apresentar estudo sobre a viabilidade do adiamento do vestibular.



Parlamentares do Rio na luta dos SPF

Foi movimentado o Ato em Defesa da Universidade Pública promovido pelo Comando Local de Greve da Adufj-SSind. A atividade contou com deputados de vários partidos da oposição e do governo. Jorge Bittar (PT), Jandira Feghali (PCdoB) e Márcio Fortes (PSDB) representaram a bancada federal. Chico Alencar (PT), Carlos Minc (PT) e Vivaldo Barbosa (PDT) como representantes da Assembléia Legislativa (Alerj). O vereador Eliomar Coelho (PT) também esteve presente e defendeu a luta pela qualidade das universidades públicas em nível municipal. O Ato aconteceu no Auditório do IFCS, no Largo do São Francisco, dia 17.

Primeiro a falar, Jorge Bittar, que é coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, contou que esteve com o ministro Paulo Renato dias antes de os servidores entrarem em greve. A deputada Jandira também participou do encontro em que o ministro foi cobrado pela abertura de negociações, sem sucesso. De acordo com o parlamentar, que também é membro da Comissão Mista de Orçamento, a incorporação da GAE (Gratificação de Atividade Executiva) para os técnico-administrativos não custaria mais do que R\$ 840 milhões aos cofres públicos por ano, de acordo com dados da Fasubra.

No caso dos docentes, segundo estimativas feitas por assessores de Bittar, a incorporação da GAE significaria algo em torno de R\$ 1,2 bilhões por ano.

Para Bittar, o governo não abre mão de sua política de ajuste fiscal (e do pagamento de juros da dívida pública os credores internacionais) o que pode ser sentido com a crise energética. “O FMI considera, por exemplo, que uma empresa estatal, ainda que equilibrada, está impedida de fazer investimentos só para gerar superávits para o governo. Um exemplo disso é Furnas (Centrais Elétricas)”, citou. A assessoria



REPRESENTANTES DE VÁRIOS PARTIDOS APOIAM GREVE

do parlamentar apresentou um estudo comparativo sobre a execução do orçamento de 2001 para o ensino superior e sua previsão para 2002 (veja tabela na página 3).

Greve anunciada

Segundo o deputado, o movimento de greve conta hoje com o apoio da maioria dos reitores. “Em 98, o ministro fez um acordo com os reitores de que aumentaria as verbas das universidades em troca da expansão do sistema. As Ifes se superaram em oferta de vagas e o dinheiro até agora não apareceu para as instituições”, disse. Segundo Bittar, no final do ano passado, a Comissão de Orçamentos brigou e conseguiu um aumento nas verbas para as universidades, mas estas não foram executadas ainda. “Esta também é uma forma de gerar superávit. O governo poupa recursos da Educação e da Saúde para que os principais bancos continuem a aumentar seus lucros”, comentou.

Mais barulho

Jandira Feghali disse que o governo pretende ganhar “no cansaço” e sugeriu a todos que fizessem mais barulho. “Precisamos fazer mais barulho, criar novos fatos políti-

cos”. A deputada fez referência à proposta de 3,5% do governo para o reajuste do funcionalismo e adiantou que “para o salário mínimo o reajuste do ano que vem será de R\$ 7, um acinte ao bom senso”. Jandira também criticou a bolsa alimentação lançada recentemente pelo Ministério da Saúde. Cada família que entrar no programa receberá R\$ 15 para cada filho desnutrido, até o limite de três crianças. “Se a mãe perde um dos filhos, continua a receber o dinheiro e o governo descobre, esta mãe tem que devolver o dinheiro recebido com taxa Selic!”

Jandira considerou que a aliança do movimento universitário com os parlamentares demorou a acontecer no Rio e aproveitou para fazer críticas à postura de José Vilhena. “O reitor da UFRJ só aparece onde não precisa. Em uma reunião convocada pelo ministro (referência à solenidade de lançamento das 2000 mil vagas docente para concurso público feita por Paulo Renato) nenhum reitor compareceu. Só o Vilhena”.

Apoio e aulas públicas

O deputado estadual Chico Alencar considerou o ato bastante representativo por-

que contava com a presença de representantes de vários partidos. Chico, que é professor do departamento de História da UFRJ, também defendeu que o movimento saia das universidades e promovia grandes atividades públicas como as edições do “Universidade na Praça” – tradicional ato em que a comunidade leva sua produção para ruas da cidade. Para Chico, “a greve cresce e é vitoriosa em si mesma” e “não se limita à pauta de reivindicações: é pela defesa do ensino público e gratuito”. Para o deputado, esta luta é antiga, mas o movimento não pode ficar “embolorado”. “Greve não pode ser ócio, por mais criativo que seja. Greve não pode ser para que os colegas façam outras atividades, ou bicos, mesmo que como forma de sobrevivência”, afirmou. Para o parlamentar, garantir o apoio dos 70 deputados da Alerj é uma tarefa fácil, “ninguém será contra”. Mas o fundamental, na sua visão, será a capacidade de o movimento de greve organizar atividades como aulas públicas. Chico usou o exemplo da discussão sobre a questão americana e os caminhos que o Brasil pode tomar diante da conjuntura internacional como um tema a ser tratado durante a greve. “Devemos também comunicar a população de que a greve não é contra ela”, finalizou.

Silêncio da mídia

O vereador Eliomar Coelho também considerou importante o apoio dos parlamentares ao movimento grevista. Eliomar criticou o silêncio da mídia: “São 50 instituições federais em greve, entre 54, e parece que não está acontecendo nada para a sociedade”. O vereador se comprometeu em trabalhar uma moção de apoio na Câmara dos Vereadores, mas também considera que isto não é o suficiente. “Devemos prestar solidariedade a este movimento que, além de

Despesas da Educação Superior Execução dos Recursos do Tesouro e Proposta para 2002

Programas	Execução Or. 2000	Dotação final Or. 2001	Pago Or. 2001	%pago por dotação	Proposta PL. Or. 2002	Diferença PL. 2002 Or. 2001	Diferença PL. 2002 Or. 2000
Ensino de Graduação							
Investimentos	41.989.778	137.087.343	3.573.588	2,61%	45.412.932	-91.674.411	3.423.154
Outras despesas correntes	605.062.813	534.674.465	267.000.586	49,94%	484.187.091	-50.487.374	-120.875.722
Total	647.052.591	671.761.808	270.574.174	40,28%	529.600.023	-142.161.785	-117.452.568
Ensino de Pós-graduação							
Investimento	6.205.462	8.653.375	681.525	7,88%	6.373.375	-2.280.000	167.913
Outras despesas correntes	410.511.915	498.524.438	225.552.509	45,24%	511.817.185	13.292.747	101.305.270
Total	416.717.377	507.177.813	226.234.034	44,61%	518.190.560	11.012.747	101.473.183
Extensão Universitária							
Investimento	60.581	300.000	-	-	0	-300.000	-60.581
Outras despesas correntes	6.595.283	5.705.884	2.354.635	41,27%	0	-5.705.884	-6.595.283
Total	6.655.864	6.005.884	2.354.635	39,21	0	-6.005.884	-6.655.864
Hospitais de Ensino							
Investimento	2.276.005	8.330.000	-	-	0	-8.330.000	-2.276.005
Outras despesas correntes	52.920.236	30.280.000	6.509.151	21,50%	0	-30.280.000	-52.920.236
Total	55.196.241	38.610.000	6.509.151	16,85%	0	-38.610.000	-55.196.241
Total Educação Superior	1.125.622.073	1.223.555.505	505.671.994	-	1.047.790.583	(175.764.922)	(77.813.490)

Fonte: SIAFI e Proj. Lei 32 de 2001

justo, é legítimo, mas precisamos do fortalecimento do movimento através das atividades de rua”, declarou.

Audiência na Alerj

Carlos Minc parabenizou os professores, alunos e funcionários da UFRJ pela “resistência e lucidez” na condução do movimento. Minc também acredita que todos os parlamentares darão apoio ao movimento. “As universidades e a pesquisa foram comparadas a superávits. O fato de as estatais terem ficado sem investimento vai afetar a vida da população por muito tempo”, disse o parlamentar, para quem o apoio da Alerj pode ser importante para dar visibilidade à greve das federais no Rio. “Além da moção, sugiro uma grande audiência pública na assembléia legislativa, a exemplo da que fizemos para o problema da Escola Técnica Federal de Química (Cefeteq-RJ)”. Minc lembrou que, há pouco tempo, o MEC queria transferir a Escola do bairro do Maracanã para Realengo. A comunidade pediu a intervenção da Alerj, foi encaminhada uma moção ao ministro e a luta, segundo Minc, foi vitoriosa.

Minc fez comparações entre a crise das universidades federais e o problema vivido pela Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio). Segundo Minc, o previsto por lei

para a agência é 2% do total de recursos orçamentários do Estado. “Em 2000 recebemos apenas 0,2% e este ano passamos para 0,6%”. Em valores, de uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, o governo do Estado deveria repassar R\$ 160 milhões para a agência, mas este ano só repassou R\$ 50 milhões. “Estão garfando R\$ 110 milhões da pesquisa”.

Ato falho

Márcio Fortes abriu seu discurso dizendo que havia sido convidado para um debate na semana anterior na UFRJ (ver matéria no jornal da Adufrj nº 37, de 17/09/2001, página 12) pelo “professor Vilhena”. Sob sussurros da platéia, corrigiu: “quer dizer, pelo Pinguelli (vice-diretor da Coppe)”. O deputado pesedebista foi cobrado pelo presidente da Seção Sindical dos Docentes da promessa que fez no referido debate de abrir negociações com o ministro da Fazenda Pedro Malan. Márcio disse que não tinha tido tempo hábil da sexta (14/09) até aquele dia (segunda, 17/09).

Ainda assim, Márcio sustentou que sua contribuição seria a organização da “interlocução entre o movimento e os parlamentares da bancada do Rio e os demais que tivessem interesse na questão das universi-

dades.” Para o deputado, é necessário construir políticas definitivas “para que as greves não aconteçam todos os anos”.

O deputado estadual Vivaldo Barbosa (PDT) teve que se retirar para outro compromisso, mas deixou seu apoio ao movimento.

Andes-SN

A vice-presidente do Andes-SN no Rio, Cristina Miranda, relatou uma audiência ocorrida no Senado, dias antes. Segundo Cristina, a senadora Emília Fernandes (PT/RS), da Comissão de Educação, criticou o ministro Paulo Renato que por três vezes foi convidado a comparecer ao Senado para discutir a greve e não compareceu. Desta vez, os senadores aprovaram, por unanimidade, a convocação do ministro da Educação e, também, o do Planejamento, Martus Tavares.

Estudantes

Os estudantes do DCE e da APG também estiveram no ato com os parlamentares manifestando apoio e relatando as atividades programadas. A pós-graduanda Gilda Moreira relatou que cinco programas de pós-graduação da UFRJ já aderiram à greve: no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), no Instituto de Economia, na Faculdade de Educação, na Letras e no Serviço Social.



Colegiado apóia a greve

O Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa aprovou, por unanimidade, uma nota de apoio à greve dos servidores públicos federais na UFRJ. O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind solicitou ao colegiado que aprovasse uma nota nos termos da aprovada pelo Colegiado de Ensino de Graduação (CEG). Os representantes do CEPG debateram a adesão à greve na pós-graduação e aprovaram a seguinte nota:

O CEPG resolve:

- 1) Apoiar o movimento dos servidores dos públicos federais por salários dignos;
- 2) Manifestar publicamente, a necessidade de o governo federal entrar imediatamente em negociação para atender as reivindicações;
- 3) Apoiar a decisão do Consuni de que na UFRJ não haverá qualquer tipo de retaliação ou perseguições aos servidores e alunos que participam do movimento.

Periodização:

O CEPG decidiu também adiar para o final da greve o prazo de retorno das sugestões das Unidades para a rediscussão da periodização.

Reunião de Unidades

CAp

20/09 – pauta: 3ª série do Ensino Médio/Assinatura de férias

Psicologia

25/09 – 12h

Serviço Social

24/09 – 14h, na ESS

Escola de Engenharia

24/09 – 10h

Faculdade de Educação

25/09 – 10h – sala de professores

IFCS

24/09 – 14h – sala 200

Medicina

25/09 – 9h30 – anfiteatro
11E34 - UHCFF

Greve na Uenf chega à Justiça

O juiz Raymundo Soares de Matos, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) deu prazo de onze dias (a partir de 14/09) para que o governo Garotinho regularize o pagamento dos servidores em greve da Universidade Estadual Norte Fluminense. A comunidade da Uenf está em greve contra a intervenção da Fundação Estadual do Norte Fluminense na autonomia da insti-

tuição. A Fenorte instituiu, por exemplo, o regime celetista para professores e funcionários. A Aduenf solicitou uma manifestação do Ministério Público sobre a autonomia da universidade estadual. Com base em uma decisão da Justiça do Trabalho local, a Fenorte também cortou o ponto dos servidores em greve. A Aduenf conta com 144 professores sindicalizados.

Confira as últimas da greve

www.adufrj.org.br



Abraço ao CAP emociona e tem ampla cobertura

Mais um ato demonstrou que os servidores públicos estão determinados a conseguir o reajuste salarial e a melhoria nas condições de ensino nas instituições federais. Centenas de estudantes e seus familiares, se reuniram na última quinta-feira (20/09) para abraçar o Colégio de Aplicação da UFRJ. Professores e técnico-administrativos do CAP o Sintufrj, a Adufrj-SSind, a APG e o Andes-SN estavam presentes. A manifestação contou com a criatividade dos alunos que fizeram máscaras e se fantasiaram de FHC e FMI. Moacyr Barreto, diretor do CAP, resumiu o objetivo do abraço: “O abraço é acima de tudo um ato de carinho. É a defesa da escola, dos docentes, dos funcionários e dos estudantes por um ensino público melhor.”

A participação da comunidade, foi determinante no sucesso do ato. Alba Valente, avó de um aluno, deu a sua opinião sobre a situação dos servidores: “Meu marido é um servidor público aposentado e estamos com enormes dificuldades. Todo o funcionalismo concorda que é necessário mudar essa situação de sete anos sem aumento. Estão querendo retirar todas as gratificações deles. Se isso acontecer, como vão sobreviver?” Já a aluna Bárbara Cady descreveu a importância da presença dos estudantes no Abraço: “Estou apoiando os professores e os funcionários, porque essa é uma causa justa. Declarou ainda, que pela falta de concursos, já ficamos dois meses sem um professor de matemática. A sociedade precisa saber da situação da escola e do ensino público em geral e como o governo não nos apoia.”

Imprensa aparece na manifestação

Depois do abraço ao Colégio de Aplicação, todos foram para a Avenida Borges de



ABRAÇO AO CAP AGITA GREVE DOS SERVIDORES

Medeiros carregando faixas e cartazes. Com os gritos de “Arroz, feijão, saúde e educação” e “FHC o quê que há? A solução é negociar”, professores, funcionários e alunos chamaram a atenção da imprensa que apareceu no local com várias equipes de televisão e jornais. O vereador Eliomar Coelho (PT) também estava presente para dar o seu apoio ao movimento: “Os sindicatos têm que ir para as ruas para que a sociedade participe dos movimentos e saiba quais são as reivindicações.” A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos falou sobre o ato no CAP: “É um momento significativo para a comunidade reunindo professores, alunos, familiares e funcionários, e propicia um momento de re-



ALUNOS DO CAP/UFRJ EM CENA

flexão em todos. Além disso, revela o caráter político do ato para as crianças e mostra para a sociedade a importância do CAP e do ensino público e gratuito no país.”

A funcionária técnica-administrativa Patrícia

Ferreira, também, comentou a situação dos servidores públicos federais: “Onde há mobilização, há luta. E isso é muito bom para o movimento. A mobilização dos alunos também é de extrema importância. Foram eles que evitaram que um grupo de professores votasse o fim da greve aqui na escola. Precisamos fazer barulho, chamar a atenção da sociedade e da imprensa para que o governo não retire os nossos direitos, como os 26,05% do Plano Verão.”

Estudantes fazem teatro em plena praça

Após a manifestação na Avenida Borges de Medeiros, os estudantes do CAP convocaram todos os presentes a assistirem um “teatro em tirinhas”, organizado por eles e pelos professores da própria instituição, na praça em frente ao Colégio. Em quatro pequenos atos cheios de criatividade, mostraram a dominação do FMI no governo FHC e a indiferença da mídia e do governo federal em relação à greve. No final da apresentação, lembraram o “Universidade na Praça” que ocorrerá quarta-feira (26/09), às 10 horas, na Cinelândia, chamando a participação de todos os envolvidos na greve.

A vice-presidente da regional/RJ do Andes-SN e também professora do CAP, Cristina Miranda, estava presente e deu o seu depoimento: “Essa greve é dos servidores públicos federais e teve uma adesão jamais vista nas instituições federais de ensino superior e de todos os Colégios de Aplicação do país. O fato de professores de Ensino Fundamental e Médio terem uma situação diferente dos docentes de ensino Superior torna esse ato ainda mais especial no CAP. Nós estamos abraçando o CAP e também a causa de todo o funcionalismo público.”

Mais uma vitória contra Speranza

Outra aluna do programa faz a defesa da dissertação de mestrado

A Faculdade de Educação conseguiu mais uma vitória parcial na batalha contra o trio Speranza/Vilhena/procurador da UFRJ (Valério). Com a presença do diretor científico da SR-2, Edson Watanabe, foi realizada, no dia 20/09, a defesa de dissertação de mestrado de Giseli Pereli de Moura Xavier, na sala 804, do prédio da reitoria. Estudante do Programa da Faculdade de Educação, Giseli (assim como todos os estudantes do programa) estaria teoricamente proibida de fazer a defesa por um polêmico parecer da procuradoria.

Apesar de estar com esse direito garantido pelo CEPG, Giseli passou um susto. Boatos na Unidade davam conta de que a defesa não seria efetivada. Finalmente, a aluna completou o processo e teve a pesquisa aprovada pela banca examinadora.

Os professores da banca fizeram questão, antes de entrar no mérito do estudo, de questionar a arbitrariedade da direção da Faculdade no programa. Vera Candau (PUC-RJ), um dos membros da examinadora, frisou que a Faculdade de Educação da UFRJ é um patrimônio da sociedade brasileira. “Não é o patrimônio de um grupo”, avisou. O professor Antônio Flávio também demonstrou todo o seu estranhamento e indignação com a situa-

ção. “É um absurdo que a defesa tenha que ser feita aqui na reitoria. O regulamento do programa foi aprovado e os alunos cumpriram todos os créditos. A defesa deveria ser realizada na Faculdade de Educação”, comentou. Orientadora de Giseli e presidente da banca examinadora, a professora Ana Canen ressaltou a resistência da mestranda. “Ela enfrentou uma situação que eu não desejo a ninguém na véspera de uma defesa. E ela se saiu bem”.

O CEPG realizado no dia seguinte à defesa (21/09) homologou as defesas de dissertação das alunas Giseli e Anita Handfas (defendida há três semanas atrás), mas ainda não tinha a documentação necessária para aprovar a emissão de diplo-

mas. Para isso, cada mestrando e doutorando do programa deverá entrar com um pedido de recurso para concessão dos diplomas para aprovação no colegiado. Em paralelo a essa iniciativa, os estudantes do programa da Faculdade de Educação comunicaram ao colegiado que entraram com um pedido de convalidação da inscrição de todos junto ao coordenador Alberto de Mello e Souza (que, “curiosamente”, foi quem assinou o pedido de aprovação de banca para três alunas do programa). O coordenador, embora tivesse sido convocado pelo CEPG, não compareceu, justificou-se com uma viagem já programada ao exterior e prometeu aparecer na próxima sessão (28/09).

27 de setembro 2001

Informativo da Adufrj-SSind

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala

200 Ilha do Fundão - CEP: 21944/970

Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ

Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

Edição e texto: Comunicação Sindical Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Universidade na Praça esclarece população sobre a greve

Mais de vinte estandes levam produção da UFRJ para a população no Centro

O Centro do Rio parou nesta quarta-feira (26/09). Alunos, professores e funcionários da UFRJ apresentaram, na Cinelândia, uma pequena mostra de suas produções científicas e culturais. Foram 45 atividades de diferentes cursos da UFRJ e alguns da UFF e da UniRio. Os deputados estaduais Carlos Minc (PT) e Chico Alencar (PT)

também compareceram e deram apoio ao movimento. Os organizadores, a Adufrj-SSind, o Sintufrj, o DCE e a APG, agradeceram à Câmara Municipal, principalmente ao vereador Eliomar Coelho (PT), pelo fornecimento do espaço e pela infra-estrutura. O encontro serviu para fortalecer a greve, sendo mais uma oportunidade

para a sociedade conhecer a produção acadêmica das instituições federais e as reivindicações para a melhoria do ensino público e gratuito. O evento mobilizou as emissoras de televisão do país. A Rede Globo e a TVE fizeram reportagens ao vivo, além da CNT e da Record que também cobriram o ato.

Participaram do evento:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> UFRJ | <input type="checkbox"/> História | <input type="checkbox"/> Odontologia |
| <input type="checkbox"/> Geografia | <input type="checkbox"/> Meteorologia | <input type="checkbox"/> Letras |
| <input type="checkbox"/> Psicologia | <input type="checkbox"/> Matemática | <input type="checkbox"/> Enfermagem |
| <input type="checkbox"/> Biologia | <input type="checkbox"/> Engenharia | UFF |
| <input type="checkbox"/> Medicina | <input type="checkbox"/> Geologia | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Biomédica | <input type="checkbox"/> Informática | <input type="checkbox"/> Economia |
| <input type="checkbox"/> CAP | <input type="checkbox"/> Escola de Música | <input type="checkbox"/> Psicologia |
| <input type="checkbox"/> Nutrição | <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Ciências Sociais |
| <input type="checkbox"/> Física | <input type="checkbox"/> Serviço Social | <input type="checkbox"/> Direito |
| <input type="checkbox"/> NESC | <input type="checkbox"/> Direito | UNIRIO |
| <input type="checkbox"/> Educação Física | <input type="checkbox"/> Belas Artes | <input type="checkbox"/> Direito |
| <input type="checkbox"/> Ciências Sociais | <input type="checkbox"/> Comunicação | |

Comandos se reúnem com Paulo Renato

O saldo da reunião do ministro com o Comando Nacional de Greve do Andes-SN e demais entidades, dia 26/09, foi a constituição de grupos de trabalho para que o MEC, ao final de uma semana, apresente propostas para serem avaliadas pelas assembléias das categorias em greve. Em princípio, o ministro queria que as entidades suspendessem a greve para constituir os grupos, o que foi imediatamente recusado pelos sindicalistas. As

entidades dos servidores também estiveram com secretários do Ministério do Planejamento, neste dia. Nenhuma resposta concreta sobre a pauta dos movimentos foi apresentada pelo governo. Leia mais sobre as duas audiências no Informe Especial nº 7, do CNG do Andes-SN. As avaliações estarão na nota do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind e no Comunicado nº 13 (www.andes.org.br/comunicados.htm).

MEC paga jornais para desqualificar greve

Em nota especial, o CNG desmente o informe publicitário do governo publicado nos principais jornais do país, na última quarta-feira, dia 19. "Poderíamos questionar os gastos exorbitantes da publicação de uma só nota deste tipo (no dia seguinte, a Folha de S. Paulo demonstrava que só uma agência de publicidade já ganhou R\$ 13,5 milhões com as propagandas do MEC este ano). Gasta-se tanto para desqualificar com informações distorcidas e dados

falaciosos uma greve que conta com a adesão praticamente integral das categorias", diz a nota. O CNG também desfaz as mentiras da propaganda governista. O governo propaga seus investimentos em equipamentos e bibliotecas. O CNG revela: "os 50 milhões (de reais) investidos em computadores desde 1995 são equivalentes à verba publicitária do gabinete do ministro deste ano apenas". Leia a íntegra da nota no endereço: www.andes.org.br/comunicados.htm.

CNUG promove ato pela paz e contra retaliações

O Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF realizou, na quarta-feira, 19/09, um ato de solidariedade aos trabalhadores vítimas dos atentados ocorridos nos EUA. A manifestação foi em frente à Embaixada Americana, em Brasília. Além de se manifestar contra todas as formas de terrorismo, os servidores em greve são contra as retaliações propagadas pelo governo norte-americano.



Em Brasília, polícia agride estudantes e servidores em protestos

Nas manifestações ocorridas nos dias 19 e 20/09, em frente ao MEC e ao Ministério da Fazenda, estudantes e servidores públicos foram agredidos com tiros e golpes de cassetete por policiais militares do Distrito Federal. No dia 19, após ouvir do ministro do Planejamento, Martus Tavares, que não haveria negociação com os trabalhadores em greve, professores e servidores se dirigiram em passeata para o MEC. No dia 20, foi a vez de estudantes levarem tiros e golpes da polícia, em nova manifestação no Ministério da Fazenda. O enfrentamento fez com que o governo recuasse e Paulo Renato, que já havia ameaçado com cortes de salário, marcou a audiência com os movimentos, ocorrida na quarta-feira, 26.

Governo quer empresariar pesquisador

Mais de 1,2 mil cientistas se reuniram em Brasília durante a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (19 a 21/09). O chefe de captação de recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Maurício Mendonça, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo (20/09), que o ministério está trabalhando na “flexibilização das instituições públicas federais”. O famigerado objetivo, segundo ele, é rever o sistema de dedicação exclusiva previsto no regime das universidades. “Queremos um sistema pró-ativo que permita ao pesquisador ir além, para que ele possa transformar sua criação em algo comercializável. A nova lei (Lei de Inovação) será um estímulo para que o pesquisador se torne um empresário bem-sucedido”, disse, sem se importar com o conceito de universidade pública socialmente referenciada, gratuita e de qualidade. O anteprojeto da lei de Inovação foi apresentado pelo governo durante a Conferência. O texto ficará exposto na página www.mct.gov.br apenas por 50 dias, a contar do dia 21/09.

CNG faz protesto durante Conferência

O CNG do Andes-SN não conseguiu se inscrever na Conferência de C&T. Os organizadores do MCT alegaram que se tratava de uma entidade sindical e, como tal, não cabia sua presença em um fórum de reflexão sobre políticas científicas. Nas mesas da conferência, participaram representantes da CNI e da Odebrecht, dando um panorama dos princípios que norteariam o evento. Mesmo assim, o Sindicato apresentou um manifesto aos participantes. O Senador Roberto Freire (PPS/PE), apesar de não ter lido o documento, solicitou à organização que distribuisse o texto entre os participantes. No manifesto, o CNG questiona o Plano Plurianual Avança Brasil e a agenda de compromissos do governo com um novo padrão de financiamento de ciência e tecnologia. “É nesse quadro que se constituem os fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico, que são o primeiro passo e um dos pilares dessa estratégia que pretende incentivar o desenvolvimento tecnológico empresarial, (ponto central da agenda do MCT)”. A íntegra da nota está no Comunicado 12 (www.andes.org.br/comunicados.htm)

Governo regulamentada GID

O CNG do Andes, em nota sobre a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), analisa que o decreto nº 3.932, de 19 de setembro de 2001, é “nefasto” para os professores de 1º e 2º graus das Ifes. Produtivista, a gratificação toma como referência o número de aulas que o professor ministra. Não leva em conta a titulação do professor e a necessidade de projetos de capacitação. Segundo a nota, “no máximo, 91% dos docentes de cada grupo perceberão os 100% da GID, o que, sem

UFSCar está 90% parada

A greve na Universidade Federal de São Carlos (SP) está mais forte do que nunca. Cerca de 90% dos 733 funcionários estão parados. Estão trabalhando apenas os responsáveis por cobaias ou pelo funcionamento de equipamentos de pesquisa que não podem ser desligados. Para Luís Carlos Gomide, diretor da Adufscar, esta é a greve com maior adesão dos docentes da qual já participou. “Isto porque a relação entre o MEC e as universidades parece um diálogo de surdos”, afirmou. “Toda manhã, fazemos assembleias, mas quase não há o que deliberar porque simplesmente não há nenhuma resposta à pauta de reivindicações”, disse a coordenadora do Sintufscar Leonília Passos, em reportagem de O Estado de São Paulo (22/09).

Governo persegue dirigentes do Andes-SN e da Fasubra

Na tentativa de acabar com a greve, o governo federal, além de divulgar notas pagas e ameaçar as categorias com cortes de ponto, parte para o ataque judicial. As assessorias jurídicas do Andes-SN e da Fasubra conseguiram derrubar uma liminar de interdito proibitório - dispositivo que proibia o presidente do Sindicato, Roberto Leher, e dois coordenadores da Federação de se aproximarem a 100 metros do prédio do MEC. O pedido de liminar do governo foi uma resposta às manifestações ocorridas em frente aos ministérios (19 e 20/09), numa clara tentativa de intimidação.

**PROFESSORES
FEDERAIS EM GREVE
PARA NÃO APAGAR O
FUTURO!**

dúvida alguma, vai gerar no interior das instituições a corrida em busca de uma carga horária cada vez maior”. Outro critério produtivista é a proporcionalidade de ganho em relação ao número de alunos por turma em sala de aula, de acordo com a análise do Sindicato. O Comitê de Avaliação Docente (CAD), encarregado da avaliação na instituição, será substituído pela direção da Unidade e, se o professor discordar de algum resultado, só terá ao próprio CAD para recorrer.

CNESF informa mobilização crescente

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) informou que, além do Andes-SN e da Fasubra, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) está com mais de 90% dos trabalhadores em greve. O SINASEFE apresenta 70% de trabalhadores parados. A CONDSEF tem 65% em greve. Os servidores da ASSIBGE e da FENAJUFE pararam alguns dias e voltaram ao trabalho, mas ainda estão discutindo a retomada do movimento grevista. Os da Sindilegis e da UNAFISCO não entraram em greve em nenhum momento. A direção da CNESF avisa que está programando uma abordagem destas entidades menos mobilizadas para travar a discussão da greve e aumentar cada vez mais a participação dos SPF.

Pesquisadores protestam na Nature

Cerca de 252 pesquisadores apóiam um manifesto publicado por quatro recém-doutores na revista científica ‘Nature’. Entre outras reclamações, os pesquisadores protestam contra a abertura de apenas 2000 vagas para docentes nas universidades federais, enquanto o déficit de professores é da ordem de 8000. “Áreas estratégicas como ecologia, sociologia, economia, história e engenharia necessitam de engajamento de grupos de pesquisa em aspectos aplicados e básicos, direcionados à resolução dos sérios problemas nacionais. Todavia, o governo não permitiu a oferta de posições acadêmicas nas IFES nos últimos três anos, como resultado de uma política que aparentemente almeja banir Universidades Públicas e a pesquisa básica realizada nela”. O manifesto pode ser lido e apoiado na página www.geocities.com/jadauto/geo/manifesto.html.

Assembléia Geral

REPOSIÇÃO SALARIAL
JÁ!
CNEF / CUT

3 de outubro
quarta-feira

13:00 horas

Auditório do Roxinho - CCMN
Ilha do Fundão

Pauta

- Avaliação da Greve;
- Regulamentação da GID;
- Adiamento do Vestibular;
- Ação do Plano Verão (26,05%)

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Professores debatem democratização do acesso à universidade

Página 8

Audiência Pública
na Assembléia Legislativa do Rio
Greve dos SPF

5/10 **9:30**
sexta-feira horas
na sala de Comissões da Alerj

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

CEG debate adiamento do vestibular

Página 6

Mesa redonda
"A Pós-Graduação na UFRJ".

Convidados:
Carlos Vainer (IPPUR)
Luiz Antônio da Cunha
(Faculdade de Educação)
Luis Pinguelli Rosa
(Coppe)

4/10/2001 (quinta-feira)
10:00 horas

Local: Auditório G2 da Faculdade de Letras (Fundão)

Promoção APG/UFRJ

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 38 • 1 de outubro de 2001

A força da Greve



UNIVERSIDADE NA PRAÇA LEVA MULTIDÃO À CINELÂNDIA

Movimento ganha ruas da cidade e assembléia aprova proposta de adiamento do vestibular

A greve dos servidores públicos federais teve um capítulo especial no último dia 26/09. Professores, alunos e funcionários técnico-administrativos de três universidades (UFRJ, UniRio e UFF) tomaram conta da Cinelândia e mostraram sua produção acadêmica para a população do Rio no "Universidade na Praça". Outra atividade, de todos os SPF, movimentou o Cen-

tro na última sexta-feira (28/09) com passeata em frente aos ministérios e ao lado do consulado dos Estados Unidos. No dia do Universidade na Praça, em Brasília, o ministro Paulo Renato se mostrou intransigente na primeira negociação com os comandos de greve. A provocação do ministro foi respondida com a decisão de continuidade da greve pela Assembléia da

Adufrj-SSind (27/09). A AG aprovou também proposta de adiamento do vestibular 2002. Na Câmara Municipal da cidade, foi aprovada moção encaminhada pelo vereador Eliomar Coelho (PT) e assinada por outros 18 parlamentares em solidariedade à greve dos servidores (ver página 5).

Leia mais sobre a greve nas páginas 2, 3, 4, 5 e 6.



Assembléia aprova proposta de adiamento do vestibular

Assembléia aprova a continuidade da greve e atividades nas ruas fortalecem movimento

Mais de um mês de greve e os professores da UFRJ reiteraram, na última assembléia (27/09), a continuidade da adesão ao movimento nacional dos servidores federais. No momento em que o governo resolve radicalizar e ameaça com cortes de salários, a greve ganha força, se apresenta nas ruas e praças da cidade e mostra que os trabalhadores têm disposição para enfrentar a truculência de Fernando Henrique e seus ministros. A continuidade da greve foi aprovada por 89 docentes. Apenas um voto foi contrário e não houve abstenções. Cento e três professores assinaram a lista de presença.

Na assembléia, o encontro do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, da Fasubra, do Sinasefe e da UNE com o ministro Paulo Renato, dia 26/09, foi avaliado pela maioria como uma resposta às pressões exercidas pelas categorias em greve. Para o professor Luciano Menezes, o fato de 26 Unidades da UFRJ terem participado da edição do Universidade na Praça, ato ocorrido também na quarta-feira, 26/09, demonstra a intensidade do movimento nas universidades (veja matéria nas páginas 4 e 5). “O ato feito pelos alunos, com a participação dos movimentos, mostra o vigor da universidade”, ressaltou o professor.

O professor do Instituto de Física José Simões chamou a atenção para o fato de, na audiência, o ministro ter dito que iria adiar por 60 dias o envio do projeto de lei do Emprego Público ao Congresso. Para Simões, o adiamento foi um passo importante na luta dos servidores contra o projeto. O professor analisou, ainda, que a reivindicação de que o governo não envie o projeto, ou de que este não seja aprovado, é tão importante quanto



Grupo do Cap se apresenta na Assembléia

Uma novidade desta assembléia foi a apresentação de um grupo teatral formado por alunos do CAP/UFRJ. Os estudantes repetiram a performance mímica apresentada nas manifestações do Abraço ao Cap (20/09) e da Universidade na Praça (26/09). Uma criativa sátira à subordinação do governo ao FMI e ao descaso com serviços públicos pôde ser apreciada pelos presentes.

a reivindicação de reajuste salarial. Simões relatou que o MEC distribuiu uma nota por e-mail aos professores adjuntos, garantindo que estes poderiam concorrer às vagas de professor titular, ainda pelo RJU, como forma de tranquilizá-los. “O governo reconhece que sua proposta é um horror. Tanto assim, que vem a público dizer que isto (o fim do RJU) é só para os novos, o que, na prática, é mais uma mentira. Nós sabemos”, complementou.

Para Luiz Carlos Paternostro, da Escola de Comunicação, a semana passada foi um marco na conquista da visibilidade do movimento de greve. “Pela primeira vez, um repórter da Globo, em horário nobre, diz que os professores só recebem 26% de salário real, o resto é gratificação”, disse, se referindo à cobertura da emissora sobre a audiência das entidades nacionais com o MEC.

Para o presidente da Adufjr-SSind, José Sanglard, o movimento docente da UFRJ deve

aguardar as propostas que deverão surgir dos grupos de trabalho montados pelo governo com a participação das entidades em greve para tomar qualquer medida diferente da continuidade da greve dos SPF. Para o professor, a greve ainda tem espaço para crescer nacionalmente.

A professora Sandra Martins, do CAP, resumiu a indignação de todos com a postura do presidente Fernando Henrique em relação à greve. “Pena que não temos um conselho profissional, para que pudéssemos destituí-lo da função de professor”, disse. Em sua opinião, a luta dos movimentos deveria ser intensificada contra agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional. “Nossa luta tem que ser mais acirrada contra o FMI, que é o chefe deles (governo FHC)”.

O professor da Escola de Engenharia José Miguel elogiou a presença do presidente da CUT, João Felício, na audiência da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESEF) com os secretários do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Considerou que está na hora de as entidades puxarem uma greve geral em defesa do serviço público, com a participação dos sindicatos do setor privado.

Ildeu Moreira, do Instituto de Física, criticou a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, ocorrida em Brasília, dias 19 a 21/09, e lembrou a intenção do Ministério da Ciência e Tecnologia de acabar com institutos de pesquisa como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast). Ildeu sugeriu que o movimento se manifestasse contra estas investidas. O professor também sugeriu que o movimento convidasse os prováveis candidatos à presidência da República para um debate sobre as plataformas de cada um em relação à Educação e à Ciência e Tecnologia.



Continuação da página 2

Adiamento do Vestibular 2002

A assembleia aprovou o adiamento do Vestibular da UFRJ vinculando-o ao novo calendário, que será discutido ao final da greve. Esta decisão será encaminhada ao Conselho de Ensino de Graduação, nesta semana.

A decisão pelo adiamento foi tomada com 45 votos a favor, apenas um contrário e três abstenções. Praticamente todos os pronunciamentos foram favoráveis ao adiamento como forma de pressão durante a greve. Apenas o professor José Miguel considerou precipitada a decisão que, na sua opinião, deveria passar por uma discussão regional ou nacional do movimento de greve. Henrique Longo, também da Escola de Engenharia, foi uma das muitas vozes favoráveis ao adiamento. "Além de ser um fator de pressão, hoje o adiamento é uma forma de minorar os problemas dos alunos do CAP, Pedro II e Cefets que perderam aulas." Para Henrique, não faz sentido o movimento pedir para que os alunos e professores do terceiro ano do Colégio de Aplicação (CAP/UFRJ) não participem da greve.

O Conselho de Graduação também discutiu o assunto na última reunião, dia 26/09 (veja matéria na página 6). Os professores, na AG, consideraram importante que o movimento se posicionasse antes da próxima sessão do colegiado, que acontece nesta quarta-feira, dia 3/10, já que o assunto será novamente tratado.

A AG aprovou a participação do movimento no Ato das Categorias em Luta e Servidores Públicos Federais convocado pela CUT. O ato ocorreu na sexta-feira (28/09) e

levou centenas de estudantes e trabalhadores em uma passeata que saiu da Cinelândia e percorreu os prédios dos ministérios da Educação, do Trabalho e da Fazenda, passando pelo Consulado Americano, onde fizeram uma manifestação pela paz e contra as retaliações aos ataques sofridos pelos EUA. O ato terminou com um protesto em frente à sede do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), no Buraco do Lume.

Outra atividade aprovada foi a participação na audiência pública concedida pelos parlamentares do Rio, nesta sexta-feira, 5/10, às 9h30, na sala de Comissões da Assembleia Legislativa (Alerj).

Nesta quarta-feira, 3/10, acontecerá a Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública, em Brasília. Os professores aprovaram o apoio da Adufrj-SSind à organização de caravanas para a Marcha. Os docentes interessados em participar devem procurar a sede da seção sindical.

Foi aprovado também que o Comando Local de Greve deverá intervir para denunciar as políticas do MEC, sempre que possível, em eventos institucionais da UFRJ ou que ocorram fora da universidade, mas que tenham a participação de seus dirigentes ou representações.

Também nesta quarta (3/10), está programada a abertura do 2º Congresso de Extensão da UFRJ e espera-se que a Secretária de Ensino Superior, Maria Helena de Guimarães, esteja presente. O Comando Local de Greve deverá organizar uma atividade para intervir neste fórum e interpelar a secretária, manifestando as posições e reivindicações da greve nacional.

Governo regulamenta GID

O CNG do Andes, em nota sobre a regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), analisa que o decreto nº 3.932, de 19 de setembro de 2001, é "nefasto" para os professores de 1º e 2º graus das Ifes. Produtivista, a gratificação toma como referência o número de aulas que o professor ministra. Não leva em conta a titulação do professor e a necessidade de projetos de capacitação. Segundo a nota, "no máximo, 91% dos docentes de cada grupo perceberão os 100% da GID, o que, sem dúvida alguma, vai gerar no interior das instituições a corrida em busca de uma carga horária cada vez mai-

or". Outro critério produtivista é a proporcionalidade de ganho em relação ao número de alunos por turma em sala de aula, de acordo com a análise do Sindicato. O Comitê de Avaliação Docente (CAD), encarregado da avaliação na instituição, será instituído pela direção da Unidade e, se o professor discordar de algum resultado, só terá ao próprio CAD para recorrer.

A Assembleia Geral da Adufrj-SSind aprovou a discussão da GID como ponto de pauta da próxima AG, que acontece nesta quarta-feira, 3/10, às 13h, no Auditório do Roxinho, CCMN, Ilha do Fundão.

Governo anuncia corte de salários

O ministro da Educação, Paulo Renato, mostrou suas "duas caras" na semana que passou. Na quarta-feira (26/09), combinou com os comandos nacionais de greve dos servidores federais da educação (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe) e dos estudantes (UNE) a constituição de grupos de trabalho para tratar de algumas das reivindicações dos movimentos. Um dia depois, em reunião com reitores, o inacreditável Paulo Renato teve a ousadia de anunciar o corte de salário de docentes e técnico-administrativos da ativa. A notícia foi repassada, na sexta-feira, dia 28/09, pelo presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes), Carlos Roberto Antunes dos Santos, ao presidente do Andes-SN, Roberto Leher.

A atitude do governo pegou de surpresa as categorias. É bem verdade que, na audiência do dia 26/09, Paulo Renato tentou impor o fim da greve como elemento decisivo para instalar os grupos de trabalho e iniciar alguma negociação. No entanto, os sindicalistas reagiram indignados, pois esse "filme" já foi visto antes, na greve de 2000. Naquele momento, a greve foi encerrada com a promessa de um reajuste no orçamento para este ano e o que ocorreu de lá para cá foi a inserção de um percentual irrisório (3,5%) para o orçamento de 2002. O ministro recuou e os referidos grupos de trabalho foram imediatamente constituídos, independentemente da greve. Ao

final desta semana, ficou acertado que o MEC apresentaria as propostas para serem levadas às assembleias das entidades. Bastou os servidores levantarem da mesa de negociações para receberem a "punhalada" pelas costas.

Em virtude dos rumores da possibilidade de suspensão dos salários, as assessorias jurídicas do Andes-SN, Fasubra e Sinasefe reuniram-se para definir estratégias comuns de ação jurídica, segundo informe urgente do Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Ficou combinada a interposição de mandado de segurança em nome de toda a categoria docente. O mesmo procedimento foi seguido pelas demais entidades. O pedido do Sindicato Nacional será julgado nesta segunda-feira (1/10) na 16ª Vara Federal do Distrito Federal. A Assessoria Jurídica do Andes-SN sugere que as seções sindicais aguardem a decisão liminar de Brasília. Se o pedido for negado, as seções sindicais devem impetrar ações nos estados.

Também nesta segunda-feira (1/10), o Andes-SN vai entrar com um requerimento no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) para que não se cometa essa arbitrariedade do corte de salários. O Sindicato Nacional vai lembrar ao "desmemoriado" ministério que a greve é um direito assegurado na Constituição Federal (conforme publicado no jornal da Adufrj-SSind nº 36, de 3 de setembro).



Eleição da Adufrj-SSind

Assembleia aprova novo calendário

A assembleia geral do dia 26/09 aprovou um novo calendário para eleição da diretoria para o biênio 2001/2003 e do Conselho de Representantes

- **29/10** - Inscrição de Chapas para a Diretoria

- **09/11** - Inscrição de Listas para o Conselho de Representantes

- **19, 20 e 21/11** - Eleição para Diretoria e Conselho de Representantes

- **21/12** - Posse da Diretoria Eleita

Obs: Poderão se candidatar os docentes sindicalizados até 22/07/2001 e serão eleitores os docentes sindicalizados até

21/09/2001, que estejam em pleno gozo de seus direitos, em ambos os casos.

As eleições para o Conselho convocadas para 9, 10 e 11 de outubro continuam em vigor.

Primeiro de outubro é a data limite para a inscrição das listas para a eleição do Conselho de Representantes. A Assembleia Geral aprovou também que a posse aos novos conselheiros será realizada em reunião do Conselho de Representantes ou AG convocada para esse fim, preferencialmente, em 15 de outubro, ou na primeira Assembleia Geral que for marcada a partir desta data.

Reuniões de Unidades

ESS, Psicologia e ECO
Obs: reunião unificada entre professores, alunos e funcionários das três Unidades
1/10
segunda-feira
14:00 horas
Auditório da Escola de Serviço Social

Escola de Engenharia
2/10
terça-feira
10:00 horas
Sala D-215

CAP-UFRJ
2/10
terça-feira
8:30 horas
Auditório

EEFD
3/10
quarta-feira
10:00 horas
Sala 302

Universidade na Praça esclarece população sobre a greve

Estudantes, professores e funcionários das instituições federais de ensino apresentam suas produções na Cinelândia

Mais um ato da greve dos servidores públicos mobilizou a comunidade acadêmica das universidades federais do Rio de Janeiro. O evento Universidade na Praça levou para o centro da cidade um pequeno exemplo do que é realizado e produzido nas instituições federais de ensino. O DCE e a APG organizaram o encontro que contou com grande participação dos alunos da UFRJ e foi apoiado pela Adufrj-SSind e pelo Sintufrj. Em mais de 45 atividades, 26 unidades da UFRJ ofereceram à sociedade noções dos trabalhos que são feitos nas universidades e a importância destes na vida de cada cidadão. A UFF e a UniRio também marcaram presença na Cinelândia.

“A saúde pública do país está em uma situação lastimável. O Hospital Universitário da UFRJ atende muitas pessoas carentes que não têm condições de ter um plano de saúde. Com o fim da emergência por lá, o quadro se agravou. Além disso, o governo federal não dá a mínima importância para nós, cortando cada vez mais nossos recursos. Exigimos a reabertura da emergência do HU, pois é nesse local que damos um pouco de esperança a quem praticamente já a perdeu”, disse a estudante de Medicina Maria Santos, que media a pressão arterial do público no estande da Faculdade.

As mais diferentes produções espalharam-se pela Cinelândia e atraíram uma grande participação do público. Enquanto os alunos de Educação Física forneciam informações sobre saúde e atividade física, os estudantes de Enfermagem distribuíam panfletos com dados sobre AIDS, câncer de próstata, diabetes, obesidade e outras doenças. Já os estudantes da Escola de Belas Artes (EBA) participaram de uma aula pública orientada pelo professor Gérson Bonforte: “O Universidade na Praça é de extrema importância para nós e para a sociedade. Ao mesmo tempo que todos tomam conhecimento do que acontece na universidade, nós temos a oportunidade de praticar o que produzimos e ainda auxiliarmos na própria saúde da população. Precisamos de manifestações como esta para aparecermos na imprensa. Deve-se respeitar a nossa instituição”, disse o professor.

Alunos organizaram várias apresentações

Na abertura dos eventos que faziam parte do Universidade na Praça, a professora do Instituto



de Matemática Selene Alves Maia lembrou o objetivo da manifestação: “Continuamos na luta pelos nossos direitos, mas estamos aqui para apresentar uma pequena mostragem da nossa produção científica e cultural para a sociedade. E os trabalhos desenvolvidos na universidade não podem ser esquecidos pelo governo”.

A representante dos técnico-administrativos, Neuza Luzia, também destacou a importância da atividade: “Nós fazemos uma produção competente para a população e é isso que estamos mostrando aqui. Mas essa produção está em risco pela falta de apoio do poder executivo. O governo não se sensibiliza com a situação das instituições federais de ensino. Enquanto isso, o Ministério da Educação diz que nunca o ensino superior foi tão amparado. Queremos que o ministro atenda as nossas reivindicações”.

Isabel Mansur, representante do DCE, falou sobre a participação de outras universidades: “Essa não é uma atividade só da UFRJ. Aqui estão estudantes da UFF e da UniRio, que também têm suas próprias reivindicações”. Isabel também abriu o evento apresentando os alunos de Educação Física e as danças folclóricas do Brasil. Logo depois, no estande de Engenharia, começaram a ser mi-



ALUNOS DA MEDICINA, BELAS ARTES, ODONTOLOGIA E NUTRIÇÃO APRESENTAM SEUS TRABALHOS. VINTE E SEIS UNIDADES DA UFRJ PARTICIPARAM DO EVENTO



nistradas aulas públicas com assuntos atuais. A crise energética no Brasil foi tratada pelo professor da Coppe, Luis Pinguelli Rosa, enquanto o professor Paulo Canedo falou sobre a questão da escassez de água no planeta.

Imprensa prestigia o evento

Após um mês de paralisação, a mídia parece ter percebido a força do movimento dos servidores públicos. Fruto do trabalho da Comissão de Imprensa do Comando Local de Greve, a CNT e as Redes Bandeirantes, Brasil e Globo, que fez uma intervenção ao vivo no telejornal regional (RJTV), compareceram ao local. Estudantes, funcionários e docentes puderam se manifestar publicamente contra o desmonte deliberado do ensino público e, assim, contribuir ativamente para a visibilidade das dificuldades e das reivindicações do movimento grevista.

Pela primeira vez, uma reportagem do Jornal Nacional mencionou o fato de que 75% dos salários de docentes e técnico-administrativos correspondem a gratificações, revelando a fragilidade econômica dos servidores. Também foi noticiada a possibilidade de adiamento ou suspensão do vestibular.

No dia posterior ao Universidade na Praça

(27/09), os jornais impressos também traziam uma imagem positiva da mobilização da comunidade acadêmica. O jornal O Povo chamou o evento de “Protesto inteligente”, pois conseguiu reunir em um mesmo momento o que há de melhor nas universidades e apresentou as deficiências do ensino público no país para a sociedade.

Parlamentares comparecem

Os deputados estaduais Chico Alencar (PT) e Carlos Minc (PT) estiveram presentes durante o Universidade na Praça e debateram no estande de Engenharia questões relacionadas à educação: “O parlamento apóia o movimento dos servidores e deseja que uma solução seja encontrada para a manutenção do ensino público, gratuito e de qualidade”, disse o deputado Carlos Minc. O parlamentar também lembrou que haverá uma audiência pública na Assembléia Legislativa, no dia 5 de outubro, que discutirá a situação de professores e servidores do ensino público.

Os organizadores agradeceram à Câmara Municipal, principalmente ao vereador Eliomar Coelho (PT), pela autorização do espaço e pela infra-estrutura.



APRESENTAÇÃO
DO GRUPO RIO
MARACATU

A PROFESSORA
SELENE ALVES,
AO FUNDO DA
FOTO ABAIXO
(DE AMARELO),
PARTICIPOU DA
ORGANIZAÇÃO,
PELO CLG



ALUNOS NA
GEODÉSIA
DA EBA



PINGUELLI
FALA SOBRE
A CRISE
ENERGÉTICA
EM AULA
PÚBLICA

Na Câmara Municipal da cidade, foi aprovada moção de autoria do vereador Eliomar Coelho (PT) e assinada por outros 18 parlamentares em solidariedade à greve dos servidores. Confira abaixo.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro - MOÇÃO

Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, seja consignado nos anais desta Casa de Leis, MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE aos Professores e a toda comunidade Universitária das Instituições Federais de Ensino Superior.

TODO APOIO À GREVE

Docentes, técnico-administrativos e estudantes de cinquenta das cinquenta e quatro instituições Federais de ensino superior estão em greve por melhores

condições de ensino, pesquisa e extensão. Param também pela realização de concurso público baseado no Regime Jurídico Único, pelos direitos dos aposentados e por um reajuste geral para o funcionalismo público de 75%, índice acumulado desde janeiro de 1995.

As universidades federais precisam hoje de mais de oito mil professores para recuperar sua capacidade de manter com qualidade suas atividades de ensi-

no, pesquisa e extensão. O Governo Federal, desde 1994 quase não realizou concurso, com o objetivo de cortar despesas, reduzindo o quadro de servidores e promoveu reajuste salarial, pela última vez, em janeiro de 1995. Por outro lado, no ano 2000, usou setenta e oito bilhões para o pagamento de juros da dívida externa.

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro, atenta às necessidades da cidade,

solidariza-se com estes servidores na luta por um ensino público, gratuito e de qualidade e contra um modelo de gestão que leva a universidade à situação crítica que não é mais tolerada pela comunidade acadêmica e pela população em geral.

Plenário Teotônio Villela, 19 de setembro de 2001.

Vereador Eliomar Coelho
Partido dos Trabalhadores



Colegiados

CEG debate adiamento do vestibular

Colegiado pode adiar as datas das provas ou criar novas vagas para alunos do CAP

O Conselho de Ensino de Graduação decidiu não deliberar nada sobre o Vestibular 2002 na última sessão, no dia 26/07. No entanto, os conselheiros aprovaram que o CEG tomará uma decisão, nesta quarta-feira, dia 3/10, mediante pareceres da Comissão de Vestibular, da Faculdade de Direito e da Assessoria Jurídica da UFRJ. A Comissão de Vestibular terá que apresentar uma análise do adiamento das datas das provas, que começariam no próximo dia 28, sob o ponto de vista administrativo e operacional. Tanto a Faculdade de Direito como o Jurídico da UFRJ terão que se posicionar em relação ao adiamento e, também, sobre a possibilidade de criação de 90 vagas novas, em edital suplementar, para o vestibular dos alunos

do terceiro ano do ensino médio do Colégio de Aplicação.

A proposta de adiamento surgiu quando, na sessão anterior, os alunos do terceiro ano do CAP solicitaram ao CEG a garantia dos seus direitos em relação à greve na universidade. A representante do CFCH e vice-diretora do CAP, Ana Lúcia de Souto Maior, encaminhou a proposta de adiamento. Outra representante do CFCH, professora Lilia Pougy, sugeriu que o colegiado estudasse a possibilidade, com base na Lei de Diretrizes e Bases, de criar 90 vagas novas para o vestibular dos alunos em greve do CAP.

Alunos e professores do CAP e professores do Colégio Pedro II acompanharam a sessão. Nos discursos, a maioria dos conselheiros não se opôs, a princípio a aprovar o adiamento das provas. O colegiado preferiu decidir após os pareceres requeridos. O conselheiro e presidente da Comissão de

Vestibular, Herli Menezes, disse que não tem competência para alterar o processo do concurso, que já estaria em andamento, com a realização das provas de habilidade específica.

Do ponto de vista jurídico, a representante do CCJE e professora da Faculdade de Direito, Maria da Penha, disse não ver problemas com adiamento das datas das provas, desde que seja definido o por quê, como e quando as provas serão realizadas.

O motivo todos sabem e, na opinião da maioria, é legal e legítimo: a adesão dos segmentos da UFRJ à greve nacional dos SPF. A efetivação deste adiamento e as novas datas das provas serão objeto de estudo da Comissão de Vestibular. Quanto ao adiamento ou não das provas, será uma decisão política que o CEG deverá tomar, já que o concurso é uma atividade acadêmica e o próprio conselho já reconheceu a greve e suspendeu as atividades acadêmicas até o fim da mesma.

Speranza perde de novo

Edital-surpresa de diretora da FE é anulado no CEPG

Uma surpresa bastante desagradável marcou mais um capítulo da campanha que a diretora da Faculdade de Educação, Speranza França da Mata, vem promovendo contra os alunos do programa de pós-graduação em Educação Escolar daquela Unidade. Speranza publicou no Jornal do Brasil de 27/09 um edital de seleção para as turmas de 1999, 2000 e 2001 do programa, tanto para o curso de mestrado, como de doutorado. O Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG) não perdoou essa atitude, que foi considerada como um fato contrário aos princípios acadêmicos da UFRJ. O colegiado tornou nulo o edital extraordinário.

A iniciativa da diretora se mostra um absurdo, uma vez que os alunos dessas turmas já estão cumprindo os créditos (ou já cumpriram). Em 24 de outubro deste ano, Speranza conseguiu uma liminar na justiça comum, cuja sentença anula o regulamento do programa e os editais de seleção das turmas dos anos citados. O disparate é maior quando se sabe que a diretora esteve presente na aula inaugural do programa e o coordenador do programa Alberto de Mello e Souza já autorizou a banca examinadora para alguns estudantes em fase final de curso (duas das quais já defenderam suas dissertações).

Alberto foi convocado a comparecer às duas últimas reuniões do CEPG para prestar esclarecimentos sobre as

dificuldades que os alunos estão enfrentando. O coordenador faltou mais uma vez e não foi dada qualquer justificativa sobre sua ausência.

Primeiro diploma encaminhado

Os alunos do programa da Faculdade de Educação conseguiram outra vitória no último CEPG. A Câmara de Acompanhamento de Cursos do colegiado julgou favorável o pedido da aluna Anita Handfas (primeira a concluir os créditos) para que fossem considerados válidos os atos acadêmicos do seu mestrado. O plenário do CEPG homologou o parecer da câmara e, portanto, Anita já pode conseguir o diploma de reconhecimento nacional.



Resenha

Governo quer empresariar pesquisador

Mais de 1,2 mil cientistas se reuniram em Brasília durante a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (19 a 21/09). O inacreditável chefe de captação de recursos do MCT, Maurício Mendonça, afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo (20/09), que o ministério está trabalhando na “flexibilização das instituições públicas federais”. O famigerado objetivo, segundo ele, é rever o sistema de dedicação exclusiva previsto no regime das universidades. “A nova lei (Lei de Inovação) será um estímulo para que o pesquisador se torne um empresário bem-sucedido”, disse, sem se importar com o conceito de universidade pública socialmente referenciada, gratuita e de qualidade. O anteprojeto da lei de Inovação foi apresentado pelo governo durante a Conferência. O texto ficará exposto na página www.mct.gov.br apenas por 50 dias, a contar do dia 21/09.

CNG faz protesto durante Conferência

O CNG do Andes-SN não conseguiu se inscrever na Conferência de C&T. Os organizadores do MCT alegaram que se tratava de uma entidade sindical e, como tal, não cabia sua presença em um fórum de reflexão sobre políticas científicas. Nas mesas da conferência, participaram representantes da CNI e da Odebrecht, dando um panorama dos princípios que nortearam o evento. Mesmo assim, o Sindicato apresentou um manifesto aos participantes. O Senador Roberto Freire (PPS/PE) solicitou à organização que distribuisse o texto entre os participantes. No manifesto, o CNG questiona o Plano Plurianual Avança Brasil e a agenda de compromissos do governo com um novo padrão de financiamento de ciência e tecnologia. A íntegra da nota está no Comunicado 12 (www.andes.org.br/comunicados.htm)

Pesquisadores protestam na ‘Nature’

Cerca de 252 pesquisadores apóiam um manifesto publicado por quatro recém-doutores na revista científica ‘Nature’. Entre outras reclamações, os pesquisadores protestam contra a abertura de apenas 2000 vagas para docente nas universidades federais, enquanto o déficit de professores é da ordem de 8000. “Áreas estratégicas como ecologia, sociologia, economia, história e engenharia necessitam de engajamento de grupos de pesquisa em aspectos aplicados e básicos, direcionados à resolução dos sérios problemas nacionais. Todavia, o governo não permitiu a oferta de posições acadêmicas nas IFES nos últimos três anos, como resultado de uma política que aparentemente almeja banir Universidades públicas e a pesquisa básica realizada nela”. O manifesto pode ser lido e apoiado na página www.geocities.com/jadauto.geo/manifesto.html.

**PROFESSORES FEDERAIS EM GREVE
PARA NÃO APAGAR O FUTURO!**



Colegiados

Consuni cobra explicações do procurador

Colegiado quer recuperar os 26,05% cortados de 352 servidores e estender o percentual a quem não o recebe

O Conselho Universitário, realizado em 27/09, tratou exclusivamente da questão dos 26,05% referentes ao Plano Verão. Foi criada uma comissão de conselheiros para analisar estratégias de recuperação do percentual para 352 servidores que foram "cortados". Além disso, o grupo formado também ganha o objetivo de tentar a extensão do valor para os demais servidores (tanto para aqueles que nunca receberam, como para quem recebeu durante algum tempo em meados da década de 90 e depois teve o ganho "cortado").

O Consuni resolveu ainda solicitar à SR-4 os processos dessas 352 pessoas para entender melhor os motivos pelos quais elas ficaram sem os 26,05%. Ainda dentro da comissão formada, será estudada a possibilidade de se elaborar uma resolução do próprio colegiado para reforçar as ações judiciais no sentido de restituição dos valores cortados (e de sua extensão aos demais). Por último, ficou acertado que o reitor vai demandar uma resposta explícita do polêmico procurador-geral da UFRJ, Valério Nunes Vieira, quanto ao corte. No último memorando da Procuradoria dirigida ao gabinete do reitor (datado de 10 de setembro, mas sem número), o procurador evita falar em "corte". Por outro lado, limita-se a dizer que a decisão do juiz da 24ª Vara do Trabalho garante apenas o percentual dos servidores arrolados nas ações do Sintufrj e da Adufrj-SSind. Os conselheiros querem explicações claras do posicionamento do procurador. Vilhena comprometeu-se imediatamente a requisitar os processos e a pedir esclarecimentos ao procurador.

No entendimento do colegiado, o procurador não é juiz e não pode simplesmente "decidir" um corte. Os 352 servidores que ficaram sem o ganho judicial participavam de processos individuais nos quais obtiveram sentenças contrárias. Ao mesmo tempo, também estavam nas ações coletivas das entidades nas quais conseguiram o valor. Para Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos, as pessoas não podiam sofrer os cortes, pois o ganho estava associado ao processo das entidades; não em relação às ações individuais nas quais não alcançaram o objetivo. "Ficamos horrorizados ao analisar alguns processos. Trata-se de uma decisão política", criticou.

Vilhena tentou explicar que as procuradorias das universidades estão vinculadas à Ad-



CONSUNI FORMA COMISSÃO PARA CUIDAR DOS 26,05%

vocacia Geral da União (AGU) e são independentes dos dirigentes. Do seu ponto de vista, os cortes estariam sendo promovidos em todos os lugares do funcionalismo federal onde não havia a devida autorização judicial para o pagamento. "Não é o nosso caso", apressou-se em dizer.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, teve oportunidade de se manifestar no colegiado. O professor ressaltou a importância da iniciativa de recuperar o percentual de quem foi cortado e conseguir a extensão para todos os servidores. "É muito complicado trabalhar com um colega que exerce a mesma função e não recebe o mesmo que você", observou. Sanglard comentou que essa reivindicação dos 26,05% do Plano Verão, é antiga na Adufrj-SSind - desde 1995, quando foram cortados os percentuais de alguns professores. Marcílio Lourenço, outro representante dos técnico-administrativos, questionou o poder da Procuradoria. "Como é que pode a Procuradoria de uma universidade ter mais autonomia do que as próprias universidades. A Advocacia Geral da União é a mentora intelectual desta inconstitucionalidade", criticou. O professor Flávio Dickstein (CCMN) também atacou o papel do procurador. "O desempenho da Procuradoria está causando uma sobreposição de poder e o Consuni tem que se pronunciar sobre o assunto", disse. Flávio, que faz parte do grupo de 352 servidores vítimas pelo corte, pediu pressa ao colegiado e à comissão na resolução do caso. Lembrou que, numa situação de profundo arrocho salarial, ficar sem os 26,05% é algo dramático. Oscar Rosa Mattos, representante do CT, também não perdoou o procurador. "O procurador deveria ter independência para proteger o Estado, não o governo", afirmou.

A comissão

A comissão formada para tratar dos 26,05% ficou constituída pelos professores Oscar Rosa Mattos (CT); Carlos Messeder (CFCH); Sônia Zyngier (CFCH); Amâncio Paulino (CCS) e Gerardo Gerson ou Flávio Dickstein (CCMN); pelos técnico-administrativos Roberto Gambine e José Carlos. Participarão ainda como observadores e para ajudar nos trabalhos: um representante da Adufrj-SSind; um representante do Sintufrj; Gilda Moreira (alunos) e o diretor do Instituto de Química, Ângelo da Cunha Pinto.

A comissão já deve apresentar os primeiros resultados na sessão extraordinária do Consuni, já marcada para esta quinta-feira (4 de outubro).

COTAV

O professor Oscar Rosa Mattos cobrou do reitor a assinatura da portaria que vai oficializar o funcionamento da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV). Vilhena afirmou que assinaria o documento naquele mesmo dia da sessão, à tarde.

AG discute 26,05%

A assembléia da Adufrj-SSind (27/09) tratou da questão dos 26,05% do Plano Verão. O presidente da Seção Sindical fez um relato da sessão do Conselho Universitário. A assessora jurídica da entidade, Sayonara Grillo, neste esteve presente e informou que, no

momento, não há novidades em relação à tramitação da ação coletiva da Adufrj-SSind. A AG aprovou a participação do presidente da entidade, como membro ad hoc, na comissão do Consuni, que se reuniria na sexta-feira, dia 28/09.



@dufrj

Fórum Mundial de Educação

O site do Fórum Mundial de Educação (www.forummundialdeeducacao.com.br) contém todas as informações do evento que se realizará entre 24 e 27 de outubro em Porto Alegre e reunirá governos, organizações não-governamentais, universidades e escolas em um debate central sobre *A Educação no mundo globalizado*. Esse tema foi organizado em quatro eixos distintos: *Educação como direito; Educação, tecnologia e trabalho; Educação e culturas; Educação, transformação e utopias*. Além disso, serão apresentados mais de 800 trabalhos com experiências teóricas, metodológicas e cotidianas na área da educação do mundo todo. Estão previstos 15 mil participantes no evento que contará com atividades artísticas, culturais, shows e painéis.

Fórum Social Mundial 2002

Já estão abertas as inscrições para o Fórum Social Mundial 2002, que ocorre de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre. O II Fórum Social Mundial foi lançado nacionalmente no dia 11 de setembro, mesma data dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos. A tragédia norte-americana demonstrou a necessidade e a urgência de se buscar propostas alternativas para construir um mundo mais justo, democrático, sem violência e longe da desigualdade social. Por isso, a importância do Fórum Social Mundial cresce, cada vez mais. Representantes de entidades e movimentos sociais podem fazer a pré-inscrição na página eletrônica do FSM 2002 (www.forumsocialmundial.org.br) até o dia 22 de outubro.



Greve

Professores debatem acesso à universidade

Reserva de vagas gera polêmica e dúvidas para os convidados

O debate sobre a Democratização do acesso à Universidade Pública foi realizado no dia 21/09, no CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas). O encontro contou com a mediação do presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, e com a participação da professora do Colégio de Aplicação da Uerj, Sônia Wanderlei, do deputado estadual (PT) e professor da UFRJ, Chico Alencar, da vice-diretora do Colégio de Aplicação da UFRJ, Ana Lúcia Souto e do professor do Instituto de Economia, Marcelo Paixão. As principais discussões foram a reserva de vagas para estudantes da rede pública de ensino e a possibilidade de uma cota especial para negros nas universidades.

Sanglard destacou a importância do evento: "Esse debate envolve uma série de assuntos complicados: o vestibular, a reserva de vagas e as questões sociais e raciais no país. São necessários encontros como esse para que haja uma maior discussão dos temas nas universidades".

Ana Lúcia Souto, do Cap/UFRJ, se apresentou contra a reserva de vagas nas instituições, mas também criticou o "imobilismo da Universidade". Na visão dela, a Academia tem dificuldade de lidar com essas questões de acesso: "É claro que todos têm direito às vagas, mas, para mim, qualquer tipo de reserva de vagas vai ser excludente de alguma forma. Uma mudança dessa proporção exige antes uma mudança na sociedade brasileira, com outro quadro social, econômico e político. A educação deve ser prioridade. As redes públicas têm que ser recuperadas, com um professor melhor remunerado e autônomo". Ana Lúcia deu o exemplo do Colégio de Aplicação da UFRJ como uma escola mais heterogênea: "As redes municipais e estaduais devem se interligar com as universidades. Os sorteios realizados no Cap para o ingresso na classe de alfabetização retiram da escola a exclusão por classe social que ocorre em outros colégios. E o professor não pode ter um olhar excludente". A vice-diretora do Cap também falou sobre os problemas que continuam existindo na educação brasileira, como a precariedade do ensino de jovens



COTAS PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA OU PARA NEGROS FORAM OS PRINCIPAIS PONTOS DO DEBATE

e adultos, o esvaziamento dos cursos de Licenciaturas, a complexidade da educação à distância e a atuação de organizações não-governamentais em comunidades carentes.

O deputado estadual Chico Alencar classificou o tema da reserva de vagas como "altamente polêmico" e não quis "fechar uma posição". "É uma questão tão polêmica que eu me permito ter dúvidas. A reserva de vagas na Uerj e na Uenf pode excluir ainda mais os estudantes que entram na universidade por esse meio. Os alunos mais carentes terão uma certa dificuldade em acompanhar os outros, o que pode aumentar a evasão dos cursos. Será difícil achar quem tenha estudado os ensinamentos fundamentais e médio inteiramente na rede pública, como diz a lei. Todas as vagas reservadas serão preenchidas? É um assunto muito complicado", disse o parlamentar. Chico também falou sobre a intenção de se colocar uma cota específica para negros nas instituições: "A questão racial é mais complexa ainda. O que é o negro no Brasil? Quem é considerado negro nesse país? E os índios e seus descendentes? Descendentes até que geração? Também terão direito a vagas? Eu quero ver o que vai acontecer a partir da experiência da Uerj, assim poderá se tirar alguma conclusão do que é melhor ser feito."

A professora do Cap/Uerj, Sônia Wanderlei, também expôs suas dúvidas: "O que acontecerá com o aluno carente que precisa trabalhar e o seu curso é integral? E o

material que ele irá utilizar? Como ele vai adquirir os livros? Dependendo do curso, os materiais são caríssimos. A sociedade tem que pensar novas redes de sociabilidade para negros e pobres. Pensar criativamente em relacionar o tradicional com o novo na educação."

A situação do negro na sociedade brasileira e na educação pública e de qualidade foi tratada pelo professor do Instituto de Economia, Marcelo Paixão: "Eu acho que o debate deve acontecer. A situação do negro no Brasil é problemática desde a escravidão. As pessoas têm vergonha de assumir o que são. Os censos demográficos no Brasil dizem que 95% da população não se declaram pretos. Então, nossa população negra é menor do que a do Uruguai, oficialmente", ironizou. "A cota já existe; são 3% de negros que podem entrar na Universidade. Os negros não têm expectativas na profissão. Quantos médicos e advogados negros existem?" Marcelo se mostrou favorável ainda à reserva de vagas para negros: "As cotas surgem como elemento de reparação. O formalismo jurídico de que todos são iguais perante a lei não encontra correspondência no cotidiano. A ação afirmativa é a correção desse tratamento diferenciado. A universidade deve isso a quem a paga. Nas universidades, deve-se propor momentos de debate e reflexão desse assunto, tão complexo, que envolve outras questões além da educação pública", finalizou o professor do IE.

Notícias da Greve

CNESF informa mobilização crescente

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) informou que, além do Andes-SN e da Fasubra, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS) está com mais de 90% dos trabalhadores em greve. O SINASEFE apresenta 70% de trabalhadores parados. A CONDSEF tem 65% em greve. Os servidores da ASSIBGE e da FENAJUFE pararam alguns dias e voltaram ao trabalho, mas ainda estão discutindo a retomada do movimento grevista. Os da Sindilegis e da UNAFISCO não entraram em greve em nenhum momento. A direção da CNESF avisa que está programando uma abordagem destas entidades menos mobilizadas para travar a discussão da greve e aumentar cada vez mais a participação dos SPF.

UFSCar está 90% parada

A greve na Universidade Federal de São Carlos (SP) está mais forte do que nunca. Cerca de 90% dos 733 funcionários estão parados. Estão trabalhando apenas os responsáveis por cobaias ou pelo funcionamento de equipamentos de pesquisa que não podem ser desligados. Para Luís Carlos Gomide, diretor da Adufscar, esta é a greve com maior adesão dos docentes da qual já participou. "Isto porque a relação entre o MEC e as universidades parece um diálogo de surdos", afirmou. "Toda manhã, fazemos assembleias, mas quase não há o que deliberar porque simplesmente não há nenhuma resposta à pauta de reivindicações", disse a coordenadora do Sintufscar Leonília Passos, em reportagem de O Estado de São Paulo (22/09).

CNUG promove ato pela paz e contra retaliações

O Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF realizou, na quarta-feira, 19/09, um ato de solidariedade aos trabalhadores vítimas dos atentados ocorridos nos EUA. A manifestação foi em frente à Embaixada Americana, em Brasília. Além de se manifestar contra todas as formas de terrorismo, os servidores em greve são contra as retaliações propagadas pelo governo norte-americano.

Em Brasília, polícia agride estudantes e servidores em protestos

Nas manifestações ocorridas nos dias 19 e 20/09, em frente ao MEC e ao Ministério da Fazenda, estudantes e servidores públicos foram agredidos com tiros e golpes de cassetete por policiais militares do Distrito Federal. No dia 19, após ouvir do ministro do Planejamento, Martus Tavares, que não haveria negociação com os trabalhadores em greve, professores e servidores se dirigiram em passeata para o MEC. No dia 20, foi a vez de estudantes levarem tiros e golpes da polícia, em nova manifestação no Ministério da Fazenda.

Liminares garantem salário dos grevistas

Comandos Nacionais de Greve interrompem negociação por conta da ameaça de corte

Os professores e servidores das universidades federais conseguiram na Justiça obter o pagamento dos salários do mês de setembro. Na semana passada, o ministro Paulo Renato Souza (Educação) condicionou o repasse dos salários ao fim da greve, com um plano de reposição de aulas e a realização dos vestibulares. Na noite de segunda-feira (1º de outubro), o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu liminar no mandado de segurança ajuizado pelo Andes-Sindicato Nacional, determinando que o Ministro da Educação repasse as verbas necessárias ao pagamento da remuneração dos docentes em greve do mês de setembro.

O MEC já foi notificado da decisão na própria noite da concessão da liminar. A Advocacia Geral da União (AGU) vai tentar entrar com um recurso para suspender o mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. A Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN estará acompanhando no STF o possível ingresso deste recurso.

A decisão proíbe o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) - órgão que distribui as verbas das universidades - de "efetuar descontos nos vencimentos dos servidores das universidades federais". Ainda no despacho, o juiz argumenta que a retirada do salário força os servidores públicos a "abdicar de direito constitucional".

Os comandos nacionais de greve das entidades da educação (Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e UNE) protocolaram um documento no MEC e escreveram uma carta aos parlamentares com duras críticas à atitude do ministro Paulo Renato. Em ambos os textos, os servidores e estudantes ressaltam que, em nenhum momento das reuniões ocorridas no ministério (no dia 26/09, com o próprio Paulo Renato; no dia 27/09, com técnicos do MEC), falou-se em corte dos salários. "Consideramos essa atitude inaceitável, arbitrária, constituindo-se uma violência e um desrespeito por parte de V. Excia. a todos aqueles que participaram da audiência. Afinal, sobre que bases éticas pretende V. Excia. estabelecer o diálogo visando à superação da maior greve da história das Instituições Federais de Ensino?", diz um trecho do documento protocolado no MEC.

Também nos dois textos, os comandos nacionais de greve afirmam que a negociação - com a constituição dos grupos de trabalho para tratar das reivindicações dos servidores - será interrompida, enquanto perdurar o não pagamento dos salários. As categorias em greve também reafirmaram a firme disposição de luta em defesa dos direitos constitucionais e das Instituições Federais de Ensino.

Reter salários dos grevistas é inconstitucional

De acordo com matéria da Folha de São Paulo (01/10), a determinação do ministro da Educação, Paulo Renato, de reter os salários de setembro dos professores grevistas, é inconstitucional.

O jurista Walter Ceneviva diz que a greve, sendo considerada legítima, não é motivo para prejuízo dos trabalhadores. "Esta não é uma reação adequada, porque não resolve o problema e piora o confronto entre as partes envolvidas", diz. "O diálogo é que deveria preponderar." Este também é o pensamento do jurista Dalmo Dalari. "Esta determinação só mostra intolerância. A greve é um direito do trabalhador, e ele não deve sofrer conseqüências por seus atos." Ele explica que o salário não pode ser suspenso pois é considerado fundamental para a sobrevivência do empregado. Tanto Dalari quanto Ceneviva acreditam que o Judiciário vai barrar a retenção dos salários. Eles acham que o ministro tomou esta atitude para pressionar os grevistas, que permanecem parados há mais de um mês.

Audiência Pública
da Assembleia Legislativa do RJ
Greve dos SPF

5/10
sexta-feira

9:30
horas

na sala de reuniões da Alerj

AduFRJ
COMUNICAÇÃO SINDICAL

Ato contra os cortes e pela extensão a todos dos 26,05%

4/10
quinta-feira

10:00
horas

**Na sala do Consuni,
prédio da reitoria - 2º andar. Compareça!**



Guilherme Lessa

O Comando Local de Greve se reúne regularmente para tratar da mobilização dos docentes na UFRJ. Nesta semana, a mídia voltou a enfocar a greve dos servidores. Na terça-feira (2/10), a reportagem do Jornal do Rio (Bandeirantes) entrevistou o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, e filmou o CLG reunido. Além disso, jornalistas da Folha Dirigida e de O Globo ligaram para saber sobre a questão do adiamento do vestibular.

Docentes uruguaios apóiam greve no Brasil

A Associação de Educadores da América Latina e do Caribe manifestaram apoio ao movimento de greve do Andes-SN. Em nota, a AELAC diz que os professores brasileiros, há sete anos sem reajuste, têm mostrado muita 'paciência' e que o governo brasileiro tem abusado desta situação. A associação chama a atenção para esta forma de terrorismo 'que não condena à morte, mas à agonia'.

Movimento conjunto com docentes argentinos

As duas principais entidades de docentes universitários da Argentina, Conadu/Histórica e Conadu, realizam também uma Marcha em Defesa do Ensino Público, nesta quarta-feira, dia 3. A coincidência de datas entre as entidades argentinas e brasileiras, como o Andes-SN, a Fasubra e o CNTE, que também realizam a Marcha Nacional, em Brasília, não foi à toa. As marchas fazem parte da Jornada dos Países do Cone Sul em Defesa da Educação, Saúde e Ciência. No dia 11 de outubro, está prevista uma paralisação nacional de docentes universitários na Argentina.

Reunião na Praia Vermelha traz propostas para a mobilização

Aproximadamente 50 pessoas compareceram à reunião conjunta de professores, funcionários técnico-administrativos e alunos da Escola de Comunicação, Escola de Serviço Social e Instituto de Psicologia, no dia 1º de outubro. Na ocasião, foi dado informe sobre regresso unilateral do Instituto de Economia às aulas. No sentido de reforçar a greve no *campus* da Praia Vermelha, foram sugeridas atividades de panfletagem e passagem em sala de aula convidando os docentes da Economia para uma efetiva participação na greve e nas futuras reuniões conjuntas com as demais Unidades adjacentes. Foi formada uma co-

Protesto percorre ministérios no Rio

Dois mil servidores públicos federais participaram do ato das categorias em luta no Centro do Rio, na sexta-feira (28/09), organizado pela CUT-RJ. A concentração ocorreu na Cinelândia. Logo depois, uma passeata percorreu as adjacências, passando pelo Consulado dos Estados Unidos e parando em frente à sede do PSDB/RJ, no Buraco do Lume. Dentre as entidades presentes, estavam a Adufrj-SSind, o Sintufrj, o Sindsprev (Sindicato dos Servidores da Previdência Social) e o Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II). Além disso, representantes do MST e de outras universidades

Abraço ao MAST

Funcionários do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) realizaram nesta terça-feira (2/10), pela manhã, um ato público em defesa da instituição. A exemplo do que os servidores da UFRJ fizeram com o Colégio de Aplicação em 20/09, seria dado um abraço simbólico no museu. O ato é uma reação ao parecer da Comissão Tundisi do Ministério da Ciência e Tecnologia que recomenda a saída do Mast do âmbito do MCT para que seja integrado ao governo do Estado do Rio, à prefeitura ou, ainda, que seja incorporado a uma universidade. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 27/09, atenta a mais essa ameaça governamental, aprovou solicitação ao Comando Nacional de Greve para que sejam articuladas ações concretas em defesa da C&T nacional.

federais do Rio, a UFF, a Uni-Rio e a UFRRJ, também compareceram à manifestação.

"Temos que denunciar o que esse governo está fazendo com a educação e com os trabalhadores. Estamos aqui para repudiar o que o PSDB faz com a classe trabalhadora. Não vamos aceitar o massacre que querem impor a ela. Esse governo é o governo da exclusão social, do desemprego e das privatizações", disse o presidente da CUT-RJ, Antônio Carlos de Carvalho. Carlinhos ainda lembrou a importância da 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, em Brasília, realizada no dia 3 de outubro.

Reitor critica política de FHC

O reitor da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Oswaldo Baptista Duarte Filho, afirmou à reportagem da Folha de S. Paulo (em 28/09) que a atual política educacional do presidente Fernando Henrique Cardoso "deixa a desejar". Entre outros pontos, Duarte Filho criticou a proliferação de fundações nas universidades. Sobre os salários dos docentes, ele compara os sistemas público e privado. O reitor diz que um professor com doutorado e dedicação exclusiva da universidade pública ganha R\$ 3.140 por mês, valor que inclui as gratificações. "No setor privado, esse valor vai para R\$ 9.000."

Sintufrj debate papel das IFES

O Sintufrj promoveu o debate 'Universidade e Sociedade - O papel social das Ifes'. O evento aconteceu nesta terça-feira (2/10), no Auditório do CFCH, na Praia Vermelha. Participaram da mesa o professor e decano do CCJE, Carlos Lessa, o técnico-administrativo e ex-dirigente do sindicato, Lenin Pires, e o representante do DCE, Bruno Lopes.

Segundo Neuza Pinto, diretora do Sintufrj e mediadora, a intenção deste tipo de evento é fazer com que a comunidade volte a discutir a universidade, principalmente as transformações vividas nos últimos anos.

Para Lenin Pires a universidade tem papel transformador na organização da sociedade e na constituição de modelos econômicos e sociais. Já o estudante Bruno Lopes acredita que só os movimentos concretos como a greve dos servidores serão agentes desta transformação sob a ótica dos trabalhadores e não do mercado ou da sociedade dominante. Para o professor Lessa, a universidade pública deve contribuir para desfazer o discurso predominante do 'pensamento único' ou liberal na sociedade.

O professor da Escola de Comunicação e membro da Comissão de Imprensa e Divulgação do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind Luiz Carlos Paternostro interveio no debate chamando a atenção para o fato de as entidades e movimentos estarem discutindo o sucateamento do ensino e da pesquisa nas instituições públicas. Paternostro criticou a decisão de alguns professores do Instituto de Economia de saírem da greve unificada, nesta semana. O professor convidou a todos para a assembléia comunitária da Escola de Comunicação, Serviço Social e Psicologia, nesta segunda-feira, 14h, no *campus* da Praia Vermelha.

Mesa redonda "A Pós-graduação na UFRJ"

4/10 quinta-feira

10:00 horas

Auditório do G2 da Faculdade de Letras
(Fundão)

Atividade de greve

Debate sobre Movimento Socialista
na Atualidade com Zuleide Melo

(Presidente de honra do PCB)

Local: CBPF

Dia: 09/10 - terça-feira
14:00 horas

Assembléia Geral

9 de outubro
terça-feira

13:00 horas

Auditório do Centro
de Tecnologia

Bloco A - Ilha do Fundão

Pauta

Avaliação da greve;
Regulamentação da GID;
Adiamento do vestibular;
Ação do Plano Verão
(26,05%).

Atividade de greve

Debate sobre
Movimento Socialista
na Atualidade com
Zuleide Melo
(Presidente de honra do PCB)

Local: CBPF
Dia: 09/10 - terça-feira
14:00 horas

Reuniões de
Unidades

Escola de Engenharia
10:00 horas
segunda-feira - 8/10
Sala D-215

Instituto de Geociências
13:00 horas
segunda-feira - 8/10
Hall do IGEO

Praia Vermelha
(Psicologia, Comunicação,
Educação, Economia,
Serviço Social etc.)
14:00 horas
segunda-feira - 8/10
Teatro de Arena
(na Economia)

Comunicamos à comunidade da UFRJ, com pesar, o falecimento, assassinado em um assalto, de Gustavo de Souza Pugliese, filho da Profª Regina Célia de Souza Pugliese, do Colégio de Aplicação e 1ª tesoureira da Adufrj-SSind.

Nossos sentimentos estão voltados para a família de Gustavo, especialmente para nossa querida e valorosa companheira Regina. Esperamos que nossa solidariedade e afeto possam ajudá-la a enfrentar este momento tão difícil.

A missa de 7º dia de Gustavo será no dia 10/10 (4ª feira), às 18h30, na Igreja do Cristo Redentor, na rua das Laranjeiras, 519 (quase na esquina com a rua General Glicério).

Diretoria da Adufrj-SSind

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 39 • 8 de outubro de 2001

Ato em frente ao MEC nesta terça, dia 9

Corte dos salários deve ser respondido com grande manifestação em frente ao prédio da secretaria do Ministério da Educação, na Rua Araújo Porto Alegre, no Centro.

O ato acontece nesta terça-feira, dia 9, às 15 horas.

Leia mais sobre a greve nesta edição



R. Borges é jornalista do Andes-SN

RBorges



Greve deve ser ampliada

AGU cassa liminar no STF e comando nacional indica o fortalecimento do movimento grevista

Na noite de quinta-feira (4 de outubro), a Advocacia Geral da União (AGU) cassou, no Supremo Tribunal Federal, a liminar que garantia o pagamento dos professores. Diante disso, o Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional decidiu encaminhar para os comandos locais e para as assembleias o fortalecimento da greve. A idéia é intensificar as atividades de rua para ampliar a pressão sobre o governo pela abertura de negociações e atendimento das reivindicações da pauta unificada de greve.

As seções sindicais estão sendo orientadas pela Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN a entrar com mandados de segurança nos estados para tentar obter o sa-

lário de setembro em cada local. A Assessoria Jurídica também vai entrar com recurso no STF com o objetivo de cassar a recente decisão, favorável ao MEC.

Quem deferiu o pedido do MEC foi o presidente interino do Supremo, Ilmar Galvão. Para tomar essa decisão, Galvão se baseou no fato de o direito de greve dos servidores públicos ainda não ter sido regulamentado por lei. O inacreditável ministro do Supremo, no entanto, não levou em conta que foi o próprio governo que, nesses anos todos, se negou a regulamentar o direito constitucional de greve.

STJ defendeu o pagamento

A decisão do Supremo foi divulgada algumas horas depois de o ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, ter dado prazo de 24 horas para que o ministro da Educação repassasse para as universidades federais as verbas para o pagamen-

to de setembro dos professores.

Comandos de greve interrompem negociação

Os comandos nacionais de greve das entidades da educação (Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e UNE) protocolaram um documento no MEC e escreveram uma carta aos parlamentares com duras críticas à atitude do ministro Paulo Renato. Em ambos os textos, os servidores e estudantes ressaltam que, em nenhum momento das reuniões ocorridas no ministério (no dia 26/09, com o próprio Paulo Renato; no dia 27/09, com técnicos do MEC), falou-se em corte dos salários. “Consideramos essa atitude inaceitável, arbitrária, constituindo-se uma violência e um desrespeito por parte de V. Excia. a todos aqueles que participaram da audiência. Afinal, sobre que bases éticas pretende V. Excia. estabelecer o diálogo vi-

sando à superação da maior greve da história das Instituições Federais de Ensino? Sustentamos, Sr. Ministro, que uma interlocução democrática só é possível em um ambiente livre de retaliações e em que os interlocutores apresentem de modo verdadeiro os seus pontos de vista. V. Excia. omitiu que tomaria medidas retaliatórias, indicando uma possibilidade de interlocução que, de fato, não existia”, diz um trecho do documento protocolado no MEC.

Também nos dois textos, os comandos nacionais de greve afirmam que a negociação - com a constituição dos grupos de trabalho para tratar das reivindicações dos servidores - será interrompida, enquanto perdurar o não pagamento dos salários. As categorias em greve também reafirmaram a firme disposição de luta em defesa dos direitos constitucionais e das Instituições Federais de Ensino.

Marcha pela educação leva 50 mil a Brasília

Servidores protestaram em frente ao Congresso Nacional e ao MEC

A 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, realizada na última quarta-feira (03/10), foi um sucesso. Cerca de 50 mil trabalhadores da educação, estudantes, servidores federais em greve, trabalhadores sem terra e populares participaram do evento, organizado pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e apoiado pela CUT. O Andes-SN marcou sua presença com 400 docentes.

A passeata foi dividida em sete alas: Financiamento da Educação, Valorização

Profissional, Derrubada dos Vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação), Democratização do Ensino, Investimentos para a Educação, Regime de Previdência do Servidor e Solução para as Reivindicações dos Servidores Federais em Greve.

Durante a Marcha, houve uma manifestação em frente ao Congresso Nacional, que se encontrava cercado por 4 mil policiais militares e 200 policiais civis, inclusive com acompanhamento aéreo e uso de bombas. A situação ficou tensa após um grupo queimar dois bonecos de espuma que representavam o Ministro da Educação e o FMI. Dois estudantes acabaram sendo presos. “A presença da polícia já é uma agressão”, disse João Felício, presidente da CUT.

Ao final, cada representante das entidades presentes e parlamentares de partidos da esquerda discursaram a favor de uma educação pública, gratuita e de qualidade e contra a política neoliberal de FHC.

Funcionários da UFRJ fecham Linha Vermelha

A decisão do MEC de suspender o pagamento dos servidores públicos, mesmo com a liminar obtida pela Fasubra mantendo a liberação do salário, provocou uma mudança no caráter da greve. Durante uma Assembleia Geral dos técnico-administrativos, realizada também na quarta-feira (03/10), foi aprovada a paralisação das atividades nas unidades hos-

pitalares da UFRJ, incluindo o HUCFF (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho) e o IPPMG (Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira). Logo depois, cerca de 200 funcionários bloquearam por trinta minutos uma pista da Linha Vermelha, sentido Ilha do Governador, para protestar contra a intransigência do governo em negociar as reivindicações com os grevistas.

ERRATA: no último jornal (nº 38, de 1º de outubro, página 5), houve um equívoco na identificação de uma das fotos do ato “Universidade na Praça”. Em vez de “alunos na geodésia da EBA”, leia-se “alunos na geodésia da FAU”.



Uma resposta indignada para o MEC

Assembléia vota continuidade da greve em resposta à ameaça de corte de salários pelo ministro Paulo Renato

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 3 de outubro aprovou a continuidade da greve por 120 votos a favor, nenhum contrário e apenas duas abstenções. A votação foi considerada uma resposta indignada à ameaça de corte de salários dos grevistas pelo MEC. Outro ponto bastante discutido na AG foi o adiamento do vestibular da UFRJ decidido no CEG daquela manhã (ver matéria da página 8).

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, informou que a legislação permite ao governo depositar os salários até o quinto dia útil do mês seguinte - tradicionalmente, no entanto, esse depósito estava sendo feito até o segundo dia útil (data daquela Assembléia), o que não foi feito. Daí, a revolta dos professores. "O atraso complica a vida de quem já programou seus pagamentos e compromissos para esse período", criticou Sanglard.

Mesmo com a ameaça de corte, o Comando Local de Greve insistiu para que o Comando Nacional de Greve não se retire das comissões de trabalho com o MEC. Na segunda-feira (1º de outubro), o CLG enviou nota ao CNG-Andes-SN com a consideração de que "não se deve permitir imputar a pecha de intransigência ao movimento grevista". Assim, encaminhou o retorno às comissões de trabalho com o MEC. Segundo

a nota do CLG, além do sinal de transição, o espaço desta negociação poderia ser utilizado para exigir a manutenção dos salários.

A posição do CLG não foi unânime. José Miguel, professor da Escola de Engenharia e integrante do Comando, considerou a saída das comissões a melhor atitude a ser tomada. "Essas comissões constituídas já eram fracas. Se a nossa resposta a uma atitude traiçoeira (do corte) é sentar lá como se nada tivesse acontecido, as comissões ficam mais enfraquecidas ainda", disse. Também do CLG e da Escola de Engenharia, Sanglard rebateu: "Em momento algum, o CLG pôs em dúvida a competência do CNG. O que nós pedimos foi uma reavaliação. A preocupação foi a de não perder um espaço importante", completou.

Adiamento do vestibular

O adiamento do vestibular foi bastante comemorado pelo professor Henrique Longo (Escola de Engenharia): "O que ocorreu hoje no CEG foi histórico. Vimos muitos alunos dos CEFETs, do Pedro II e do CAP no colegiado e o resultado causou uma grande euforia", disse. Henrique lembrou que o adiamento ganhou mais importância depois que a rede pública estadual também entrou em greve no dia 2/10.

Desmonte da Ciência e Tecnologia

José Simões (Instituto de Física) citou os estudos de comissões do Ministério da Ciência e Tecnologia, que encaminham medidas arbitrárias e destruidoras

contra os centros de pesquisa. "Estão fechando os cursos de pós-graduação do CBPF e do Observatório Nacional a partir do ano que vem. É uma realidade. E nós também estamos na mira desse projeto de desmonte. Vamos responder às ameaças com uma palavra que para nós é muito cara: solidariedade", comentou.

Posição da Andifes

A professora Gumercinda dos Santos se mostrou revoltada com outra postura do ministro Paulo Renato, que estaria pedindo "neutralidade" aos reitores que se posicionaram a favor da greve dos servidores. "Nós lutamos muito nos últimos 20 anos pela democratização da universidade pública e não admitimos que um reitor seja um fantoche de ministro. A Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) tem que se pronunciar a respeito. O momento é de indignação. E de resistência", observou.

Suspensão da Assembléia

Logo após a votação da continuidade da greve, os professores na Assembléia Geral da Adufrj-SSind foram surpreendidos pela trágica notícia do assassinato, em um assalto, do filho da professora Regina Pugliese (do Colégio de Aplicação e 1ª tesoureira da entidade). A professora se retirou da AG e, consternados, os demais presentes decidiram suspender a Assembléia. Ficou resolvido apenas que a próxima AG será realizada na terça-feira, 9 de outubro, às 13 horas, no Auditório do Centro de Tecnologia.



A proposta do governo federal de alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criticada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Social Democracia Sindical (SDS). O texto governamental prevê que as negociações trabalhistas podem superar a CLT em alguns pontos. "Se com a legislação em vigor, o empresário se nega a cumprir direitos, imagine sem uma lei que o obrigue a isto", disse João Felício, presidente da CUT.

O presidente Fernando Henrique e os ministros da Ciência e Tecnologia e da Fazenda assinaram, no dia 3/10, o projeto de lei que cria quatro novos fundos setoriais para o desenvolvimento científico e tecnológico: Saúde, Agronegócios, Biotecnologia e Aeronáutico. A receita prevista dos fundos para 2002, se o projeto for aprovado neste ano pelo Congresso, passaria de R\$ 240 milhões para R\$ 520 milhões. Nunca é demais lembrar que a direção do Andes-SN condena a criação dos fundos setoriais que destinam suas verbas apenas para projetos definidos como prioritários pelos investidores privados que ora atuam nestas áreas, entre outros problemas.

Deu no Boechat (3/10): "O MEC começou uma blitz em 900 hospitais que mantêm residentes de medicina em todo o país. A batida destina-se a verificar se os estudantes - são mais de 17 mil - dispõem de condições de aprendizado adequadas. Quem estiver fora das normas será descredenciado. O Miguel Couto, no Rio, dançou ontem".

Matéria do jornal O Globo (1/10) informa que a Casa do Estudante Universitário será finalmente reformada pela UFRJ. Depois da reforma, a casa vai abrigar um salão de exposições ligadas à área de produção de energia e cursos de pós-graduação de antropologia social, "além de outros cursos de extensão" (que, espera-se, não sejam pagos). Também está no projeto a criação de um centro de informações sobre todas as atividades da UFRJ e um café. A expectativa é terminar as obras (orçadas em R\$ 10 milhões) em três anos.

Sintufrj debate papel das IFES

O Sintufrj promoveu o debate 'Universidade e Sociedade - O papel social das Ifes'. O evento aconteceu nesta terça-feira (2/10), no Auditório do CFCH, na Praia Vermelha. Participaram da mesa o professor e decano do CCJE, Carlos Lessa, o técnico-administrativo e ex-dirigente do sindicato, Lenin Pires, e o representante do DCE, Bruno Lopes.

Segundo Neuza Pinto, diretora do Sintufrj e mediadora, a intenção deste tipo de evento é fazer com que a comunidade volte a discutir a universidade, principalmente as transformações vividas nos últimos anos.

Para Lenin Pires a universidade tem papel transformador na organização da sociedade e na constituição de modelos econômicos e sociais. Já o estudante Bruno Lopes acredita que só os movimentos concretos como a greve dos servidores serão agentes desta transformação sob a ótica dos trabalhadores e não do mercado ou da sociedade dominante. Para o professor Lessa, a universidade pública deve contribuir para desfazer o discurso predominante do 'pensamento único' ou liberal na sociedade.

O professor da Escola de Comunicação e membro da Comissão de Imprensa e Di-

vulgação do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind Luiz Carlos Paternostro interveio no debate chamando a atenção para o fato de as entidades e movimentos estarem discutindo o sucateamento do ensino e da pesquisa nas instituições públicas. Paternostro criticou a decisão de alguns professores do Instituto de Economia de saírem da greve unificada, nesta semana. O professor convidou a todos para a assembléia comunitária da Escola de Comunicação, Serviço Social e Psicologia, nesta segunda-feira, 14h, no campus da Praia Vermelha.



Ato das categorias reforça a greve

Servidores protestam pelas ruas do Centro e param em frente à sede do PSDB

Dois mil servidores públicos federais participaram do ato das categorias em luta no Centro do Rio, na sexta-feira (28/09), organizado pela CUT-RJ. A concentração ocorreu na Cinelândia. Logo depois, uma passeata percorreu as adjacências, passando pelo Consulado dos Estados Unidos e parando em frente à sede do PSDB/RJ, no Buraco do Lume. Dentre as entidades presentes, estavam a Adufrj-SSind, o Sintufrj, o Sindsprev (Sindicato dos Servidores da Previdência Social) e o Sindscope (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II). Além disso, representantes do MST e de outras universidades federais do Rio, a UFF, a Uni-Rio e a UFRRJ, também compareceram à manifestação.

“Temos que denunciar o que esse governo está fazendo com a educação e com os trabalhadores. Estamos aqui para repudiar o que o PSDB faz com a classe trabalhadora. Não vamos aceitar o massacre que querem impor a ela. Esse governo é o governo da exclusão so-

cial, do desemprego e das privatizações”, disse o presidente da CUT-RJ, Antônio Carlos de Carvalho. Carlinhos ainda lembrou a importância da 2ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, em Brasília, realizada no dia 3 de outubro.

Parlamentares compareceram ao ato

O senador Geraldo Cândido (PT) estava no local e reafirmou seu apoio ao movimento: “FHC nega receber os trabalhadores e vive em função do FMI. E ainda oferece 3,5% de aumento depois de sete anos sem reajuste.” Além de Geraldo, prestigiaram a manifestação o deputado estadual Chico Alencar (PT) e os deputados federais Jandira Feghali (PC do B) e Milton Temer (PT). Aos representantes da Câmara dos Deputados foi entregue um cartão simbólico contrário ao veto do Plano Nacional de Educação para ser encaminhado ao Senado Federal - é sempre importante lembrar que o PNE (do governo) foi aprovado em 14/12 de 2000 com abstenção do bloco de oposição no Senado por ser considerado ruim. No entanto, a situação do PNE do governo fi-

cou ainda pior quando o presidente FHC vetou pontos que poderiam trazer algumas melhorias para o setor. No PNE da sociedade, construído em conjunto com várias entidades da área (inclusive o Andes-SN), e que não foi discutido no Congresso Nacional, previa-se a aplicação de 10% do PIB em Educação, entre outras medidas.

“Nós temos participado de todas as audiências para ajudar nas negociações do governo com os servidores, mas o que se percebe é a intenção de derrotar a greve. FHC não quer nos dar a vitória para manter o pagamento de outras coisas, como o FMI e os banqueiros. Então deve-se ir para as ruas. Queremos salários justos e universidades públicas e de qualidade”, disse a deputada federal do PC do B, Jandira Feghali. O deputado federal do PT, Milton Temer, também falou para os servidores: “Para o governo, o único dinheiro que não pode ser reduzido é o do FMI. O reservado para a educação e para a saúde pode. Nós não temos que ficar a serviço desse governo de desemprego e arrocho salarial.”

Pós-graduação em debate na UFRJ

Professores e estudantes discutem problemas da pós-graduação na universidade

O debate “A pós-graduação na UFRJ”, realizado na última quinta-feira (04/10), no auditório G2 da Faculdade de Letras, reuniu docentes e alunos em torno do papel da pós-graduação na universidade. Organizado pela APG (Associação dos Pós-Graduandos), o evento contou com a presença dos professores Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, e Luis Pinguelli Rosa, da Coppe.

Vainer iniciou a discussão destacando o fato de a pós-graduação ser considerada um espaço segregado pela universidade: “Eu não posso ser orientador de uma monografia e nem oferecer aulas na graduação. Também há um pensamento de que a pesquisa só se realiza na pós-graduação. Com as Bolsas de Iniciação Científica, a situação mudou um pouco. O único contato que tenho com os alunos de graduação é exatamente por causa dessas bolsas”. O professor também falou da fragmentação da própria UFRJ: “Existem várias unidades e departamentos que se consideram autônomos. O sistema de créditos acabou fragmentando as turmas. Hoje, não há um projeto universi-

tário que una todos os centros da UFRJ e consiga um avanço maior na qualidade de ensino e de pesquisa daqui”.

Vice-diretor da Coppe, Pinguelli destacou o crescente desmonte da pós-graduação: “Esse processo de desagregação é programado. Na Coppe, toda a semana surgem editais dos mais diferentes projetos. Se não fosse a Coppetec (Fundação de Projetos, Pesquisa e Estudos Tecnológicos) para controlar essa demanda, não se saberia o que cada professor está fazendo e em qual projeto está trabalhando”.

Outro assunto de bastante polêmica no debate foi a prestação de serviços remunerados na universidade. “A UFRJ pode prestar estes serviços desde que os recursos adquiridos sejam revertidos para a universidade. Esses recursos integram um espaço público e são públicos, devendo ser reorganizados. Devemos criar regras claras para a redistribuição dessas verbas, com limites e a exigência de que cada área preste contas à instituição”, disse o professor Carlos Vainer. “A privatização já ocorre na UFRJ de outras maneiras, principalmente através do grande número de serviços prestados e da entrada de capital privado”, completou Pinguelli. Aliás, é exatamente esse o caso da Fundação Coppetec.

O papel da universidade para a sociedade também foi comentado por Vainer: “A universidade é feita de diversidade, mas é uma instituição burocrática, com regras universais. Assim, vive essa tensão de ser uma instituição e de ser um espaço de criação e de intelecto. Temos que recriar a cultura universitária, onde a tarefa principal das universidades seja formar profissionais e produzir conhecimento”. A necessidade de discussões ideológicas nas áreas exatas finalizou o encontro: “Deve-se abrir espaços para debates nas ciências tecnológicas. Isso não acontece e os alunos tornam-se somente técnicos baseados na prática, sem nenhuma teoria”, concluiu Vainer.

A coordenação da APG questionou até que ponto o aluno deve ser formado para o mercado, fato que foi mencionado e aceito como inevitável pelos debatedores. Outra dúvida da APG teve relação com o financiamento da universidade. “Na falta de verba pública, até que ponto a verba de origem privada influi na produção da Universidade?” A coordenação da APG concluiu que não se discute o principal de toda a discussão: um modelo de universidade. “Precisamos de mais debates como esse”, disse a coordenação da APG à reportagem da Adufrj-SSind.

Agenda Sindical

24 a 27/10

Porto Alegre

Fórum Mundial de Educação
Local: Porto Alegre – Rio Grande do Sul

5 a 9/11

Rio de Janeiro

9:45

Abertura do XVI Encontro Nacional de CPPTAs

Local: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

8 a 11/11

Florianópolis-SC

43º CONAD

Tema: “Serviço Público é preciso: Educação para a Superação da Barbárie”

Local: Sede da Apufsc

12 a 15/11

Campinas – São Paulo

IV Simpósio latino

Americano de Ciência de Alimentos - Alimentos para o Século 21 – desafios e Tendências para a América Latina

Local: Centro de Convenções da Unicamp.

22 e 23/11

Brasília

2º Seminário Nacional de Fiscalização Financeira e Controle das Verbas Públicas

Local: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

26/11

Rio de Janeiro

18:30 às 21h

Aula “Educação no Tempo Presente: Desafios, Embates, Perplexidade e Alternativas”
Local: Auditório 111 da Uerj.



Professores e estudantes protestam em Congresso da UFRJ

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind entrega carta com suas reivindicações aos participantes do evento

A abertura do 2º Congresso de Extensão da UFRJ na sede do BNDES, no dia 3 de outubro, foi bem movimentada. Cerca de 200 pessoas compareceram ao auditório Arino Ramos Ferreira. Na presença do reitor, José Henrique Vilhena, o DCE (Diretório Central dos Estudantes) e o Comando Local de Greve (CLG) da Adufrj-SSind conseguiram apresentar suas reivindicações aos presentes na Sessão Inaugural do Congresso. Logo após a apresentação da soprano Livia Dias e da pianista Maria Elizabeth Lucas, ambas da Escola de Música, o representante do DCE, Miguel Papi, destacou a importância de uma universidade mais crítica para a comunidade acadêmica: “Os estudantes estão sempre na luta por uma universidade mais crítica e que pague bem seus professores e funcionários. Queremos uma universidade que produza conhecimento para si e também para a sociedade. A extensão, o ensino e a pesquisa devem andar juntos para o melhor, dentro e fora da universidade.”

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, criticou a intransigência do governo federal em negociar com os servidores. Segundo ela, tal situação ganha contornos mais específicos, com a nomeação de um reitor “interventor”, em 1998 (para desconforto de Vilhena presente à mesa da sessão). Cleusa também expôs as deficiências na educação pública: “Precisamos defender a razão da emancipação humana e a importância da educação gratuita e de qualidade, desde o ensino fundamental e médio até o ensino superior. Uma educação que tenha como horizonte o ser humano e não a acumulação e os lucros do capital. Temos que lutar contra a política neoliberal do governo e as consequências dessa política nas universidades públicas. Professores, técnico-administrativos e estudantes devem lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade para que ela resgate a cultura e os valores sócio-humanos. Parabéns a todos os participantes que apresentaram seus trabalhos - apesar de todas as dificuldades de produzir conhecimento e ciência nesse



VICE-PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND CRITICA VILHENA

país”, disse convidando todos os congressistas a levarem seus projetos para o próximo Universidade na Praça, a ser realizado até o fim do mês.

Cleusa Santos ainda leu e entregou aos presentes uma carta do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind com as reivindicações dos docentes e informações a respeito do desmonte da pesquisa no país com o fechamento do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC): “Em defesa da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e pela luta contra a caracterização das atividades de extensão como prestação de serviços não gratuitos no sentido de angariar recursos e complementar salários de docentes e técnico-administrativos”, dizia o documento. Os membros da mesa no Congresso tam-

bém receberam um material do CLG contendo todos os dados desde o início da greve (22 de agosto).

Evento apresentou 226 trabalhos

Durante os três dias (3 a 5 de outubro) do 2º Congresso de Extensão da UFRJ, “A Universidade do Brasil no Novo Milênio”, 226 projetos seriam apresentados por docentes, técnico-administrativos e estudantes, na sede do BNDES. Os trabalhos foram divididos em oito temas: Comunicação (3 projetos), Cultura (12), Direitos Humanos (9), Educação (52), Meio Ambiente (16), Saúde (111), Tecnologia (18) e Trabalho (5). Dentre as Unidades da UFRJ, a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) inscreveu o maior número de trabalhos, 43 ao todo, seguida pelo Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) com 19, pelo Instituto de Geociências (IGEO), com 16, e pelo Hospital Escola São Francisco de Assis (HESFA) com 15.

Notícias da Greve

Abraço ao MAST

Funcionários do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) realizaram na terça-feira (2/10), pela manhã, um ato público em defesa da instituição. A exemplo do que os servidores da UFRJ fizeram com o Colégio de Aplicação em 20/09, foi dado um abraço simbólico no museu. O ato foi uma reação ao parecer da Comissão Tundisi do Ministério da Ciência e Tecnologia que recomenda a saída do Mast do âmbito do MCT para que seja integrado ao governo do Estado do Rio, à prefeitura ou, ainda, que seja incorporado a uma universidade. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 27/09, atenta a mais essa ameaça governamental, aprovou solicitação ao Comando Nacional de Greve para que sejam articuladas ações concretas em defesa da C&T nacional.

Docentes uruguaios apóiam greve no Brasil

A Associação de Educadores da América Latina e do Caribe manifestaram apoio ao movimento de greve do Andes-SN. Em nota, a AELAC diz que os professores brasileiros, há sete anos sem reajuste, têm mostrado muita ‘paciência’ e que o governo brasileiro tem abusado desta situação. A associação chama a atenção para esta forma de terrorismo ‘que não condena à morte, mas à agonia’.

Movimento conjunto com docentes argentinos

As duas principais entidades de docentes universitários da Argentina, Conadu/Histórica e Conadu, realizam também uma Marcha em Defesa do Ensino Público, nesta quarta-feira, dia 3. A coincidência de datas entre as entidades argentinas e brasileiras, como o Andes-SN, a Fasuba e o CNTE, que também realizam a Marcha Nacional, em Brasília, não foi à toa. As marchas fazem parte da Jornada dos Países do Cone Sul em Defesa da Educação, Saúde e Ciência. No dia 11 de outubro, está prevista uma paralisação nacional de docentes universitários na Argentina.

Huap parado

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (Sintuff) garante que o Hospital Universitário Antônio Pedro (Huap) deve funcionar apenas mais uma semana, caso o MEC não libere o pagamento dos servidores. “Se os hospitais realmente tiverem de ficar paralisados, a culpa será do MEC”, disse um dos integrantes do comando de greve do Sintuff, Marcos Paiva. O Huap, que faz cerca de mil atendimentos diários, só está prestando serviços de emergência e realizando atendimentos ambulatoriais.



Nosso Bolso

Servidor inativo recebe devolução do PSS

Cento e oitenta mil servidores aposentados devem ter recebido na semana passada, com o contracheque de setembro, a devolução do Plano de Seguridade Social (PSS). O desconto de 11%, feito durante três meses em 1999, foi considera-

do inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Cada servidor receberá, em média, R\$ 388 de uma só vez. A dívida quitada pela União diz respeito apenas àqueles que recebiam mais de R\$ 1,2 mil naquela época.



Colegiados

Consuni aprova parecer que mantém os 26,05%

NCE diz que não vai processar pagamento somente para o hospital universitário

O Conselho Universitário extraordinário para tratar dos 26,05% (Plano Verão), realizado em 4/10, voltou a se posicionar contra os recentes cortes. Além disso, mostrou-se mais uma vez favorável à extensão do percentual àqueles servidores que não recebem o ganho judicial. A diferença desta reunião para as anteriores foi a aprovação por unanimidade de um parecer elaborado por um comissão de conselheiros, com consulta feita a especialistas em relações trabalhistas.

A comissão foi constituída durante a sessão de 27/09 e se reuniu três vezes antes de ser aprovado pelo colegiado. Sobre a exclusão do pagamento de 26,05% de 358 funcionários que também possuíam ação individual, o documento da comissão afirma que “ordem judicial do processo coletivo é clara ao não excluir nenhum funcionário, portanto, não poderia o Procurador, ou a UFRJ como um todo, interpretar a referida ordem ou cumpri-la parcialmente. A afirmativa do Procurador de que o processo individual se sobrepõe ao coletivo carece de amparo jurídico, sendo portanto totalmente ilegal”. Em outro trecho, o documento esclarece ainda que, apenas quando expressamente intimado a optar pela ação individual (o que não ocorreu), o indivíduo deixa de se beneficiar das van-



REITOR SE RETIRA DA SALA SEM DAR EXPLICAÇÕES

tagens obtidas na ação coletiva (artigo 104 do Código do Consumidor). O parecer conclui sobre este ponto pela imediata reincorporação dos 26,05% recebidos até então e que este pagamento seja retroativo aos meses de corte.

Este ponto foi aprovado por 28 votos, uma vez que o conselheiro Flávio Dickstein (CCMN) foi um dos professores “cortados” e não se sentiu à vontade para votar um ponto que lhe interessava diretamente.

A comissão também não viu nenhum respaldo judicial para suspender o pagamento dos 26,05% de quem já vinha recebendo o ganho judicial. “Caso tal fato aconteça, a responsabilidade política do mesmo será plena e total da própria UFRJ”, diz o documento. Por último, a comissão reitera o apoio político já manifestado pelo Consuni em 1999, “quando claramente foi

explicitado em ata o desejo deste Conselho de ver os 26,05% estendidos a todo o quadro funcional da UFRJ, independente do ano de admissão”. Já este ponto foi aprovado por 29 votos.

Pela continuidade da comissão

Os conselheiros, após a leitura do parecer, elogiaram o trabalho da comissão e solicitaram sua continuidade para acompanhar os desdobramentos das decisões do Consuni nas próximas folhas de pagamento. Até o reitor pediu pela manutenção dos trabalhos da comissão.

A coordenadora do Sintufrj Neuza Luzia ressaltou que, apesar do trabalho da comissão, a Procuradoria da UFRJ teria ordenado à SR-4 a elaboração da folha com os cortes dos 26,05% desses 358 servidores e de outros dez mil pro-

fessores e funcionários (cujos nomes não estariam nas ações coletivas originais das entidades).

Pagamento

Pouco depois, a representante dos técnico-administrativos no Consuni, Ana Maria Ribeiro, contou que os funcionários do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) suspenderam todas as atividades internas. Segundo ela, a ordem para o NCE era somente processar a folha do hospital universitário. “Nenhum funcionário processará pagamento que não seja para toda a universidade”, afirmou. Vilhena disse não ter nenhuma informação sobre a situação.

Vestibular cancelado irrita Vilhena

Após o fim da sessão, o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, interpelou o reitor-interventor sobre qual seria a garantia que a comunidade poderia ter de que a decisão do Consuni sobre os 26,05% seria implementada, se logo após da decisão do CEG sobre o adiamento do vestibular, no dia anterior, a reitoria havia convocado a imprensa para declarar que não respeitaria a posição (ver matéria da página 8). Por outro lado, onde estava a autoridade do reitor quando a Procuradoria e a SR-4 efetuaram cortes do Plano Verão à sua revelia (?). Aos urros, completamente descontrolado, Vilhena se retirou da sala sem mais explicações.

CEPG repudia ato do ministro

Uma reunião conjunta CEG/CEPG está marcada para discutir a COTAV

A sessão do CEPG de 5/10 se desdobrou em três assuntos principais: revolta pelo corte de salários, situação do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação e a constituição da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV).

Sobre o programa da FE, ao que tudo indica, um acordo está sendo negociado entre as partes interessadas e a situação dos alunos vai ser finalmente resolvida. Uma comissão foi criada para elaborar um regulamento de transição, que serviria para “abri-

gar” os estudantes das turmas de 1999 a 2001. Estes alunos estão vivendo um impasse há algumas semanas (ver edições anteriores das publicações da Adufrj-SSind). Os interessados se inscreveriam nesse regulamento de transição e poderiam ter sua vida acadêmica resolvida.

Sobre a distribuição de vagas na UFRJ, causou revolta e apreensão o fato de o reitor não ter assinado ainda a portaria que institui a COTAV. Pior: os prazos para preparação do edital dos concursos está se esgotando e a tarefa que aguarda os integrantes da eventual comissão é considerada “gigantesca”. Para discutir o tema, foi convocada uma

reunião conjunta CEG/CEPG para 11h30 desta quarta-feira (10/10), após a sessão do CEG que vai debater o adiamento do vestibular.

A intervenção mais emocionante do CEPG coube ao professor Nelson Souza e Silva (CCS) que criticou duramente a atitude de corte dos salários por parte do governo. “O ministro tem que ser responsabilizado criminalmente pelo que está fazendo com os hospitais universitários. Temos que acionar o Ministério Público. (O ministro) passou por cima de tudo quanto é legislação”, disse, sob aplausos. O CEPG aprovou a moção que reproduzimos a seguir.

Moção do CEPG

“O CEPG enfatiza o apoio ao movimento de greve dos servidores públicos federais por considerar que são justas suas reivindicações. Este conselho adotará uma atitude seletiva diante de suas atividades, priorizando aquelas consideradas essenciais à preservação dos princípios que norteiam a universidade pública e gratuita.

Por outro lado, o CEPG repudia o ato do ministro da Educação, suspendendo o pagamento dos salários devidos aos servidores públicos federais referentes ao mês de setembro, pois fere direitos constitucionais. Ao mesmo tempo, responsabiliza o ministro pelas conseqüências advindas deste ato, que inviabiliza a manutenção em funcionamento de setores de atendimento à comunidade.”



Servidores realizam audiência na Alerj

Entidades em greve programam manifestações conjuntas contra corte de salários e abertura de negociações

A audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) reuniu lideranças dos comandos de várias instituições federais em greve. Programado para a manhã de sexta-feira (5/10), o ato seria uma oportunidade de expor para os parlamentares do Rio as reivindicações do movimento nacional. Os servidores foram recebidos pelo deputado Carlos Minc, do PT. As assessorias de Chico Alencar, também do PT, e da deputada federal Jandira Feghali (PC do B), justificaram a ausência dos parlamentares e comunicaram seus apoios.

Representantes da Regional Rio do Andes-SN, das seções sindicais da UFRJ, UFF, UniRio, Rural e do Colégio Pedro II puderam expor a Carlos Minc a situação da greve no momento em que o governo radicaliza e corta os salários dos servidores. Minc apresentou aos grevistas uma moção já aprovada pelo plenário da Alerj, cujo conteúdo explicita a indignação dos parlamentares do Rio com a postura do ministro da Educação de sacrificar a educação pública superior sob a justificativa de estar investindo no ensino fundamental. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, disse que é um ab-



SERVIDORES SÃO RECEBIDOS NA SALA DE COMISSÕES DA ALERJ

surdo o governo federal fazer a discriminação entre os níveis de ensino. “Esta escolha é mesquinha. O ensino tem que ser público, gratuito e de qualidade em todos os níveis e para todos, desde o ensino fundamental até o ensino superior, em todos os níveis em que se possa alcançar a formação do ser humano”, criticou.

Sanglard comentou o corte de salários imposto pelo governo e citou a unidade e a força da greve lembrando a postura dos servidores do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (NCE) que se recusaram a processar a folha de pagamentos só para os funcionários do HU/UFRJ. Os servidores do

Hospital trabalharam durante a greve em caráter de excepcionalidade.

Minc se comprometeu a aprovar junto aos colegas parlamentares um convite ao ministro Paulo Renato para comparecer à Assembleia para que seja questionado em relação às suas políticas para o ensino superior. A sessão pública foi toda gravada e, de acordo com Minc, será publicado um resumo no Diário Oficial do Estado.

O corte de salários foi objeto de indignação de todos e as representações presentes aproveitaram para acordar manifestações conjuntas nesta semana. Foi prevista também a organização de uma assembleia co-

munitária das entidades das universidades e escolas federais em greve do Rio, provavelmente na segunda-feira, 15 de outubro, dia do professor. Também foi sugerido a realização de um ato conjunto dos movimentos das universidades e outras instituições da área da educação pública. A manifestação está programada para ocorrer durante o evento “Como é fundamental o nosso ensino”, organizado pelo Colégio Pedro II, dia 17 de outubro.

Pesquisa virtual apóia servidores

Em pesquisa do JB Online de quinta-feira para sexta-feira da semana passada, foi perguntado aos internautas o seguinte: “Você acha justo cortar os salários dos professores grevistas para obrigá-los a voltar ao trabalho?” Dezenove por cento responderam que “sim”; 77% que não e 4% não optaram.

De sexta-feira para sábado, foi perguntado: “Você acha que os servidores públicos devem se conformar com o veto do presidente à emenda de reajuste de 7% da categoria?”. Até as 18h do dia 5/10 (fechamento desta edição), 84% dos pesquisados responderam que “não”; 13% responderam que “sim” e 3% não optaram por qualquer resposta.

A Alerj aprovou por unanimidade a moção assinada pelos deputados Carlos Minc e Chico Alencar em apoio à greve dos servidores

MOÇÃO

Desde o dia 22 de agosto, professores e funcionários das universidades públicas federais encontram-se em greve. Cinquenta, das 52 instituições federais de ensino superior em todo o país, aderiram ao movimento. A universidade pública brasileira está sendo destruída pela política do Governo Federal.

As recentes declarações do Ministro da Educação evidenciam o tratamento dispensado a essas instituições. O Ministro afirma que “se o preço da universalização do ensino fundamental fosse sacrifício da universidade pública, teríamos mesmo assim o dever moral e político de pagá-lo”.

O movimento permanente que professores e funcionários têm feito ao longo de todos estes anos coloca como principal reivindicação a destinação de mais

verbas públicas para todo o sistema de ensino público, em todos os níveis. Contrariando o acordo feito pela aprovação do Plano Nacional de Educação, o Presidente da República vetou nove dispositivos da lei, inclusive aquele que determina o investimento mínimo de 7% do PIB em educação. Isto significaria 24 bilhões de reais por ano para a melhoria da qualidade do ensino.

Professores e funcionários, com sabedoria cotidiana, entendem que um país livre, democrático e soberano constrói-se através da educação básica e média, com seu necessário aprimoramento no ensino superior. Portanto há que ser feita a inversão de prioridades na destinação de verbas do Governo Federal.

Apesar do precário investimento go-

vernamental no setor, dados veiculados pelo Ministro em relação à graduação e à pós-graduação são a expressão do trabalho e da dedicação da comunidade universitária. As universidades federais precisam de mais de oito mil professores para recuperar sua capacidade de, com qualidade, manter suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os servidores federais tiveram seu último reajuste em janeiro de 1995. São sete anos em que o governo federal concedeu gratificações variáveis que estão muito distantes de promover a necessária valorização profissional desses servidores.

A quase totalidade da pesquisa brasileira é realizada nas universidades federais e outras instituições públicas. Não teriam sido construídas as hidrelétricas,

os poços de prospecção em águas profundas, a indústria naval e a aeronáutica sem o trabalho de estudantes, professores e técnico-administrativos.

Por tudo isso reivindicam o concurso público pelo Regime Jurídico Único, a incorporação das gratificações e reposição das perdas salariais, reajuste de 75,48% para ativos e aposentados e a garantia dos direitos dos aposentados, ameaçados pela PEC 136.

Queremos, através desta Moção, manifestar nosso apelo e esperança de que o Governo reconsidere as medidas punitivas adotadas e apresente propostas concretas e superadoras do impasse.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 2 de outubro de 2001.

Deputado Chico Alencar
Deputado Carlos Minc



Colegiados

CEG vai definir novas datas do vestibular

Conselho adia as provas que teriam início no último domingo de outubro

O Conselho de Ensino de Graduação decidiu adiar as datas das provas gerais do Vestibular 2002. As provas começariam no próximo dia 28. O adiamento foi comemorado por estudantes do CAP e do Colégio Pedro II que encheram a galeria e acompanharam toda a sessão do colegiado, ocorrida na última quarta-feira (3/10). Algumas alunas do Colégio de Aplicação choraram aliviadas e se abraçaram emocionadas pela vitória. As novas datas do concurso de seleção para a graduação da universidade serão definidas na reunião desta quarta-feira (10/10).

A decisão foi tomada em meio a uma discussão acalorada sobre as consequências do adiamento. Os representantes docentes se dividiram na votação (seis contra, seis a favor). Os três votos da bancada estudantil decidiram a questão, apesar de a conselheira discente Flávia dos Santos ter titubeado na hora de votar pelo adiamento. Flávia, que havia manifestado ser contra a tomada de decisão naquela sessão, tentou se abster (o que não é permitido pelo regimento do colegiado) e, por fim, cedeu aos apelos do restante da bancada, votando com os alunos. Resultado: nove votos a favor, seis contrários ao adiamento das provas.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 27/09 já havia decidido aprovar a proposta de adiamento, considerando os prejuízos que seriam causados aos alunos da rede pública federal em greve, caso as datas fossem mantidas. O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind apresentou um ofício solicitando a aprovação do adiamento pelo colegiado. Foi lembrado no CEG, que a rede pública estadual também entrou em greve, ampliando a comunidade de alunos que seriam prejudicados caso as datas fossem mantidas.

O presidente da seção sindical, José Sanglard, se pronunciou durante a sessão e disse que a decisão não deveria ser tratada pelos conselheiros com base em questões de administração ou financeiras. Sanglard reforçou o que tinha sido dito, pouco antes, pela representante discente Danielle Bento, lembrando a todos a falta de transparência nos gastos da reitoria. “Para fazer aquela pintura carna-

valesca no chão do CT ou brindar os professores com agendas luxuosas, o reitor tem dinheiro. Isto são prioridades? Este colegiado tem que indicar que o adiamento do vestibular é prioridade, disse o presidente da entidade docente.

O questionamento do professor e da estudante foi uma resposta à posição do presidente da Comissão de Vestibular, Herli de Menezes, de que o vestibular não poderia ser adiado porque quase a metade da arrecadação do vestibular – cerca de R\$ 1,5 milhão – já teria sido gasta com “transporte, envio de cartas, comunicação de rede”, entre outros recursos operacionais. O restante, segundo o professor, seria gasto com a avaliação da prova.

Adiamento para defender a universidade

Os conselheiros que se manifestaram durante o debate foram unânimes em reconhecer que a greve, principalmente no momento em que o governo corta salários, é mais do que justa. Mesmo os que votaram contra o adiamento reconheceram no movimento um instrumento de defesa da universidade pública, contra o sucateamento imposto pela falta de verbas, recursos e contratações.

Omissão da reitoria

Mais uma vez, a Procuradoria Jurídica da UFRJ foi omissa na defesa da comunidade. O parecer sobre o adiamento que deveria ter sido apresentado ao colegiado não foi feito. A Faculdade de Direito também tinha sido solicitada a produzir um parecer sobre a questão, que também não foi apresentado. A conselheira do CCJE, Maria da Penha, se desculpou pela faculdade, dizendo que um grupo de professores se reuniu para avaliar o adiamento, mas, segundo a professora, precisavam de “mais elementos”.

A autora da proposta de adiamento, professora Ana Lúcia Souto, disse que o colegiado não podia ficar refém da omissão da procuradoria e encaminhou para que a deliberação fosse feita, independente dos pareceres. Praticamente todo o tempo do expediente da sessão foi gasto com este debate, mas, na verdade, o colegiado já havia aprovado que iria tomar uma decisão com ou sem pareceres. O sub-reitor Ricardo Gattass abusou da boa fé de todos e deixou a sessão acontecer, sem esclarecer sobre a decisão anterior.

Opiniões

Para a professora Lilia Pougy, do CFCH, que três semanas antes era contra o adiamento das provas, a proposta por ela apresentada de se criar vagas novas para o vestibular dos alunos do CAP era uma alternativa. “Há três semanas, tinha dúvidas. Hoje não tenho mais. Esta é uma greve que está sendo feita para além das reivindicações salariais. É uma greve que é nossa. Devemos transformar os princípios que defendemos em práticas reais”, disse defendendo o adiamento como forma de defesa da universidade frente às truculências do governo.

O professor Alberto Shanaider, do CCS, lembrou que é o governo quem desrespeita os direitos constitucionais cortando os salários dos servidores. “Não podemos prejudicar alunos da rede pública em prol de argumentos que o governo não respeita. Os professores e funcionários estão tendo prejuízos com os cortes”. O professor sugeriu que a decisão do CEG fosse encaminhada também ao Conselho Universitário.

A representante discente Isabel Mansur invocou a autonomia universitária para balizar a posição dos conselheiros. “A autonomia garante a constitucionalidade da mudança das datas. Não se trata de cancelamento. Não se trata só da garantia do acesso, mas da greve, da defesa dos salários e da defesa das universidades. Em 95, a passagem de ônibus custava 0,30 centavos. Hoje, custa um real”, disse, lamentando que a instituição trate a greve como uma questão particular dos movimentos universitários. A estudante lembrou o apoio dado por muitos reitores ao movimento nacional e criticou a postura subserviente da reitoria Vilhena. Isabel sugeriu que as correspondências que serão enviadas aos alunos com as novas datas sejam utilizadas para o envio de mensagem com a posição do conselho pelo adiamento em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Para o professor Antônio Cláudio, do CT, qualquer decisão tomada não seria o melhor para a universidade. Para Antônio Cláudio, a população envolvida com o vestibular poderia não compreender a decisão do adiamento. “Acho que esta ação não pode ser julgada apenas em função dos alunos das escolas em greve”, ponderou.

Ouro Preto e Goiás já tinham adiado suas provas

Os colegiados acadêmicos das universidades federais de Ouro Preto e Goiás já haviam decidido adiar as provas de seus vestibulares em função da greve nacional dos servidores federais. A decisão da UFG foi tomada em 4 de setembro e o conselho suspendeu o edital do vestibular aprovado em 3 de julho. A Universidade Federal de Ouro Preto decidiu oficialmente adiar o próximo vestibular da instituição por 22 dias. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Ufop transferiu o concurso de 4 e 5 de janeiro para 26 e 27 do mesmo mês. O início das inscrições ao vestibular também foi adiado do dia 22 de outubro para o dia 29/10. A quase totalidade dos 452 professores da universidade está em greve.

Mais 17 seções sindicais adiam vestibular

Até o fechamento desta edição, dezessete seções sindicais (além da Adufrj-SSind) do Andes-SN já tinham decidido em assembleias o adiamento do vestibular.

Vilhena diz que não acata decisão

Horas depois da decisão do CEG, o reitor-interventor José Vilhena divulgou uma nova para a imprensa onde diz que o vestibular não será adiado. Na nota, Vilhena desautoriza o colegiado e diz que o concurso é responsabilidade da reitoria e “independe de qualquer posição de qualquer conselho”. Segundo o professor e representante do CT no CEG, Antônio Cláudio, a atitude do reitor fere o regimento do conselho e o estatuto da universidade. Quem tem atribuição para decidir todas as normas para execução do vestibular e elaborar o edital (ou sua revisão) é o conselho de graduação. Cabe ao reitor apenas assinar o documento e à reitoria executar o concurso. Caso Vilhena não assinasse o adiamento das provas, o conselho poderá acioná-lo na Justiça.

Sem salário, cresce ainda mais a greve nas universidades

Comando Nacional encaminha adiamento dos vestibulares em todo o país

Na semana passada, o Comando Nacional do Andes-SN encaminhou para deliberação das assembleias gerais o adiamento dos concursos vestibulares de 2002 em todas as universidades públicas federais (comunicado nº 15, do CNG/Andes-SN). Na UFRJ, a assembleia da Adufrj-SSind (27/09) já havia se manifestado favorável ao adiamento nesta universidade. O Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ também já aprovou o adiamento dos exames que começariam no dia 28 deste mês. Amanhã (10/10), o CEG estará definindo as novas datas das provas.

O CNG indica aos Comandos locais que chamem a imprensa para esclarecer sobre o vestibular e a greve. Segundo o Comando Nacional, o governo, especialmente Fernando Henrique e o MEC, tem usado

argumentos falsos para distorcer fatos e confundir a opinião. Um dos argumentos mentirosos segue a linha de que, com a greve, os alunos vão buscar as universidades privadas ou que a paralisação causa prejuízo a pais e alunos. Outra mentira deslavada que é reproduzida pela mídia e, na UFRJ, pelo reitor-interventor Vilhena, é que o governo defende o direito dos alunos. “Se o governo quisesse defender o direito dos alunos e alunas à universidade, já teria aberto algum canal de negociação com o Comando Nacional de Greve do Andes-SN”, diz a nota do CNG. O CNG está indicando, entre outras atividades, os dias 15 e 16 de outubro como Dias Nacionais de Esclarecimento à Sociedade sobre o Vestibular (veja Comunicado nº 15, disponível no www.andes.org.br/comunicados.htm).

Diretor decreta estado de emergência no HUCFF

A direção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho decretou estado de emergência por causa da decisão do MEC de corte dos salários de setembro dos funcionários federais. No Hospital, 1,9 mil profissionais estão parados. Com a medida, estão suspensos: internações, cirurgias, consultas e atendimentos de emergência - exceto procedimentos de extrema gravidade, como os de

hemodiálise e de tratamento de câncer. De acordo com matéria do jornal O Fluminense (6/10), Amâncio responsabilizou Paulo Renato de Souza pelo problema: “É uma situação caótica, gerada pela atitude inconsequente do ministro da Educação de não depositar os salários de servidores que não pararam, mesmo durante a greve. É uma medida injusta e ilegal”, disse.



(S. Salvador - O Estado de Minas)

Revisão do corte no Supremo

Deu na coluna de Ancelmo Gois, em O Globo (08/10): “Pode cair a liminar que o STF deu impedindo o pagamento dos salários de setembro dos professores das universidades federais e dos funcionários da Justiça de São Paulo, ambos em greve. O caso será reexaminado pelo presidente do Supremo, Marco Aurélio Mello. Que junto com o colega Sepúlveda Pertence tem sustentado em julgamentos que a greve é um direito do servidor público”.

PT brigará por recursos sociais no orçamento de 2002

Para a bancada do PT, a pressão do governo a sua base aliada para não aceitar gastos adicionais ao orçamento de 2002 (como a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste superior a 3,5% para os servidores públicos denuncia o seu aprisionamento ao FMI (Fundo Monetário Internacional). “O compromisso do governo é com um mega superávit”, afirmou o deputado Jorge Bittar (PT-RJ). Ele destacou que só o

superávit federal está estimado em R\$ 37 bilhões. O petista, que integra o comitê de Receitas da Comissão de Orçamento e a subcomissão do salário dos servidores, afirmou que há possibilidade de ampliar a receita sem taxar os inativos para garantir um reajuste digno para o funcionalismo, elevar o salário mínimo, corrigir a tabela do IR e assegurar os recursos constitucionais para a Saúde (fonte: Agência Informes, da liderança do PT na Câmara dos Deputados).

Adesão quase total na Adunifesp

De acordo com a seção sindical dos docentes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em torno de 85% dos cursos de graduação estão parados. A paralisação atinge cerca de 50% das aulas de pós-graduação. Os cursos de especialização também estão parcialmente parados. “Mesmo que o salário de setembro seja pago, os professores continuarão em greve”, afirmou a presidente da Adunifesp, Soraya Smaili, em matéria do Jornal do Commercio (6/10).

MST é premiado na Espanha

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi comunicado no dia 5/10 que receberá o Prêmio Internacional Alfonso Comín, em Barcelona (Espanha). O prêmio é concedido a pessoas ou entidades que tenham se destacado em lutas pela justiça, liberdade, paz e direitos humanos. A entrega do prêmio deverá ocorrer até a primeira quinzena de dezembro na prefeitura da cidade espanhola. A premiação é feita pela Fundação Alfonso Comín, entidade criada em 1983, para homenagear o intelectual, político católico e marxista. Entre os já premiados estão Nelson Mandela (1986), o Povo da Palestina (1988), as vítimas inocentes do povo do Iraque na Guerra do Golfo (1991) e o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga (1992). Em 25 de setembro de 2001, o MST ganhou o Prêmio de Direitos Humanos da Prefeitura de Siero, região de Astúrias, na Espanha. Em 1991, o Movimento, juntamente com a CPT, ganhou o prêmio Nobel Alternativo, concedido pela Fundação The Right Livelihood Awards, da Suécia. Em 1996, o rei da Bélgica concedeu o prêmio Rei Balduino ao movimento. O programa de educação do MST também foi premiado pela Unicef, em 1995 (fonte: Agência Informes, publicação da liderança do PT da Câmara dos Deputados).

Coppe protesta contra corte de salário

Um ato em frente ao bloco G (Coppe), na manhã desta segunda-feira (8/10), voltou a chamar a atenção da imprensa para as reivindicações dos servidores públicos federais. A revolta era grande entre os presentes, principalmente por causa da retenção dos salários de setembro conseguida pelo MEC junto ao ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal. Em sinal de protesto contra a atitude do ministro, os professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes estavam vestidos de preto e seguravam velas.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, abriu o ato e historiou o processo de negociações, subitamente interrompido pela medida arbitrária de corte dos salários. Sanglard afirmou que essa iniciativa do governo aumenta cada vez mais a indignação dos servidores. O coordenador do DCE, Miguel Papi, ressaltou a força da greve na maior universidade federal do país. “Não é todo dia que a gente vê uma manifestação como essa na Coppe e vemos cursos do CCS (Centro de Ciências da Saúde) e do Direito parados”, destacou. Miguel lembrou ainda que, além da UFRJ, em cerca de outras 40 instituições de ensino superior, os estudantes declararam greve em apoio aos professores e técnico-administrativos. A representante dos

funcionários técnico-administrativos no Consuni e coordenadora geral do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, afirmou que ninguém gosta de fazer greve, mas que é necessário. “Amanhã, são sete dias de atraso do pagamento. Temos filhos e nossas contas. Quem vai pagar os juros das contas ou aos agiotas?”, perguntou. No fim, conclamou todos à resistência. “Não vai ser esse ministro que vai destruir a Universidade Pública. Vamos lutar e vamos vencer”, disse.

O diretor da Coppe, Segen Estefen, classificou a política do governo como um “apagão da C&T”. Quanto ao corte, o dirigente também questionou a postura do ministro nas negociações. “Essa atitude do ministro é contra os princípios da democracia e contra os princípios mais básicos do relacionamento entre governo e funcionalismo”, disse.

O presidente da Faperj, Fernando Peregrino, também marcou presença no ato. “Educação é tratada hoje como *business*. Alguém está ganhando dinheiro. Há um objetivo predador nisso (política do MEC)”, observou. Fernando comentou que a Faperj está ao lado dos servidores e lembrou ainda a luta contra a cisão do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e do Observatório Nacional.

Campus de Campina Grande adere à greve

O corte dos salários foi a deixa para que a Seção Sindical da Federal da Paraíba (*campus* Campina Grande) aderisse à greve nacional dos servidores. Este é mais um exemplo de que não é com truculência que Fernando Henrique, Paulo Renato e companhia vão conseguir que a categoria desista da luta. Ao contrário, o corte só tem revelado a disposição do movimento.

Assembléia reúne três Unidades na Praia Vermelha

A assembléia comunitária na Praia Vermelha (8/10) reuniu professores, alunos e funcionários da Escola de Serviço Social, Escola de Comunicação e Psicologia. Entre os encaminhamentos aprovados, está a participação no ato que acontece hoje (9/10), às 15h, em frente à Secretaria do MEC, na Rua Araújo Porto Alegre, no Centro.

Banqueiro se filia ao PSDB

O presidente do BankBoston, Henrique Meirelles, decidiu filiar-se ao PSDB na última sexta-feira (5/10), a convite do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao ceder ao pedido de FHC, Meirelles recusou proposta do PMDB, partido no qual cutiva várias amizades. O presidente do BankBoston é amigo dos senadores Iris Rezende e Maguito Vilela, caciques do PMDB goiano, e do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB). A filiação do banqueiro é mais uma prova de que alguns setores da sociedade estão bem felizes com a atual política econômica. Afinal, não é novidade para ninguém os recordes de lucro conseguidos pelos banqueiros no governo FHC.

Assembléia Geral

16/10 14:00
Terça-feira Horas

Pauta

Avaliação da greve;
Adiamento do vestibular

Auditório do CT
Bloco A-Ilha do Fundão

Assembléia Geral

18/10 13:00
Quinta-feira Horas

Pauta

A confirmar

Auditório do CT
Bloco A-Ilha do Fundão

Direito de greve é assegurado aos SPF

Rasgar a Constituição é o que propõe o governo ao falar em corte de ponto dos servidores públicos em greve. Texto da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN informa que “não existe norma disposta sobre eventuais punições para o servidor público que está em greve (...)”. O direito de greve é assegurado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso VII, embora não exista lei específica disciplinando o exercício do direito de greve. Ao mesmo tempo em que inexistente lei neste sentido, “também não há qualquer norma constitucional ou infraconstitucional disposta sobre a abusividade ou ilegalidade da greve de servidor público”.

(leia mais na edição nº 36, de 3 de setembro de 2001)

Constituição Federal de 1988

(...)
Capítulo VII
Da Administração Pública
Seção I

Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (...)

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 40 • 15 de outubro de 2001

MEC sob pressão



MANIFESTANTES ENTRAM NO CENTRO DE CONVENÇÕES PARA PROTESTAR CONTRA MINISTRO (NO DETALHE)

O ministro da Educação, Paulo Renato, esteve no Rio para um seminário, no dia 9/10. Diante do protesto de professores, estudantes e técnico-administrativos, que gritavam: “salafrário, eu quero meu salário!”, o ministro contou mentiras à platéia e se retirou pelos fundos do Centro de Convenções do Hotel Glória. Seguranças, policiais militares e a Polícia Federal foram chamados para reprimir os manifestantes.

Página 4

Assembléia de 9 de outubro aprova Fundo de Solidariedade de Greve

Páginas 2 e 3

Coppe paralisa atividades contra o corte de salários

Página 5

CEG adia vestibular para janeiro

Página 8



Governo teme derrota no STF

Por unanimidade, professores continuam em greve, mesmo com quase duas semanas sem salário.

“Eles podem cortar nossos salários, mas não o nosso bom humor”. A declaração do professor da Escola de Engenharia, Henrique Longo, durante a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, na quinta-feira, dia 11, espelhou a disposição dos professores em continuar na greve apesar da tentativa do governo de acabar com o movimento a partir do corte de salários. E humor e criatividade não vão faltar na atividade aprovada na assembléia para esta quarta-feira, dia 17, data proclamada pela CUT como Dia Nacional de Luta. A AG aprovou a participação em uma passeata no Centro da cidade em forma de um bloco carnavalesco. O local e horário da concentração estarão sendo divulgados no endereço www.adufrj.org.br.

A AG aprovou por unanimidade (77 votos) a continuidade da adesão à greve dos servidores federais por tempo indeterminado. Assinaram o livro de presença 136 professores. Com as informações que chegaram do Comando Nacional de Greve do Andes-SN sobre os contatos das entidades em greve com o Ministério da Educação, a avaliação geral é que o governo demonstrava medo de que o movimento conquistasse vitórias junto ao Supremo Tribunal Federal e prometia, naquele momento, pagar os salários caso o Andes-SN retirasse as ações (a edição deste jornal fechou na noite da quinta-feira, dia 11. Veja matéria sobre as ações do CNG na página 7).

Para acompanhar os desdobramentos das ações do Comando Nacional junto ao governo, os professores aprovaram a realização de duas assembléias nesta semana. A primeira aconteceu na terça, dia 16, às 14h, no Auditório

do Centro de Tecnologia. A segunda AG será na quinta, dia 18, às 13h, no Auditório do Centro de Tecnologia. Foi aprovado também um calendário de atividades de greve para toda a semana. Veja toda a programação no quadro na página ao lado.

A Comissão de Eventos da greve, aprovada na assembléia anterior (que ocorreu na terça, dia 9) encaminhou três atividades que seriam organizadas com o objetivo de angariar recursos para o Fundo de Greve, também aprovado nesta AG (veja nota sobre o fundo na página 3). Segundo informes da professora Selene Alves que participa da comissão, está prevista uma festa no IFCS, dia 18, organizada pela ‘Rádio Pulga’ e pelo DCE. A Comissão vai centrar esforços na realização de um show de música erudita e popular, na Escola de Música da UFRJ, provavelmente no dia 25, com a participação de professores da Unidade e de convidados como Paulinho da Viola,

Beth Carvalho, Noca da Portela, entre outros. Um ‘Docente Dançante’ também sendo organizado para o início de novembro.

Vestibular

A AG aprovou uma nota de esclarecimento à população, principalmente aos alunos das escolas das redes pública e privada de ensino médio, sobre o adiamento do vestibular 2002 (leia nesta página). Foi aprovado também que o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind estará se reunindo na ante-sala do gabinete do reitor, nesta segunda-feira, dia 15, às 9h. O objetivo é pressionar o interventor a assinar o edital do vestibular com as novas datas aprovadas pelo Conselho de Ensino de Graduação (veja matéria na página 8).

A assembléia aprovou também solicitar à Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind uma consulta sobre quais medidas a entidade poderia tomar caso o reitor não respeite a decisão do colegiado.

Nota da Assembléia Geral da Adufrj-SSind sobre o Adiamento do Vestibular

Em razão da adesão à greve dos Servidores Públicos Federais pelas Instituições Federais de Ensino, incluindo os professores das Escolas Federais de 1º e 2º Graus, os docentes da UFRJ deliberaram em Assembléia encaminhar ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da UFRJ a proposta de adiamento do vestibular, para não prejudicar os alunos das Escolas Federais.

O Reitor da UFRJ utiliza a imprensa para intranquilizar e causar terror aos vestibulandos e a seus familiares. O

Conselho de Ensino e Graduação (CEG), órgão competente para analisar e deliberar sobre questões acadêmicas, visando dar tranquilidade aos alunos que farão o vestibular, marcou novas datas para o concurso de ingresso à UFRJ, 22/jan/2002, 27/jan/2002 e 03/fev/2002, decisão esta aprovada por unanimidade, por entender ser esta a forma de viabilizar que todos possam concorrer em condições de igualdade.

Enquanto isso, o Reitor da UFRJ, em sua saga privatizante junto com o

Ministro da Educação, ameaça entregar a realização do vestibular a uma empresa privada, ferindo, assim, a autonomia universitária garantida na Constituição Federal, acusando o movimento docente em greve de ser o responsável pelo prejuízo aos alunos dos colégios federais.

Qual o interesse do Reitor em cancelar o vestibular? Qual o interesse da reitoria em retirar a execução do vestibular da UFRJ, entregando-a a uma empresa privada? De onde o Reitor e o Minis-

tro da Educação retirarão os recursos para essa empreitada?

· O vestibular deve ser realizado pela UFRJ.

· A deliberação do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) deve ser cumprida.

· O Reitor tem a obrigação de publicar as novas datas do Vestibular 2002 em cumprimento às deliberações do Colegiado Superior (CEG)

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2001
Assembléia Geral da Adufrj-SSind



Fundo de Solidariedade da Greve

A Assembléia Geral dos docentes de UFRJ, realizada no dia 9 de outubro, aprovou a formação do Fundo de Solidariedade da Greve (FSG). Com esta atitude, o Movimento Docente responde à retenção irregular e arbitrária de nossos salários pelo MEC. Trata-se de enfrentar uma questão que é estratégica neste momento, para assegurar a continuidade da greve e assim forçar o governo ao pagamento dos salários, à abertura de negociações e ao atendimento de nossa pauta de reivindicações.

O Fundo está constituído inicialmente por uma contribuição de R\$ 40.000 por parte de Adufrj-Seção Sindical, que será acrescido por outras contribuições a serem realizadas por professores, sindicatos, conselhos federais e organismos profissionais. Estas contribuições (depósitos) poderão ser restituíveis ou não restituíveis (doações). Estes recursos são administrados por uma Comissão de Gerenciamento de três professores designados pela Assembléia Geral de 9 de outubro. São eles: José Simões (Instituto de Física); Luis Acosta (Escola de Serviço Social) e José Miguel (Escola de Engenharia).

Como contribuir para o Fundo de Solidariedade da Greve?

O procedimento é muito simples: o depositante tem que se dirigir à sede da seção sindical (Ilha do Fundão, Bloco D

do Centro de Tecnologia, Sala 200), em qualquer dia útil, no horário de 10 às 14 horas, e preencher um formulário junto dos integrantes da Comissão de Gerenciamento do FSG. Para aqueles que desejem fazer depósitos diretamente na conta do FSG, informamos que o número da conta é 16.806-8 da agência 3652-8 do Banco do Brasil. Mesmo assim, é muito importante que, logo depois de realizado o depósito, seja preenchido o formulário correspondente na sede da Adufrj-SSind. Assim, poderá receber a restituição, uma vez pagos os salários atualmente retidos.

É necessário sublinhar a relevância da contribuição para este fundo, já que dele dependerá, em parte, o sucesso da nossa luta.

Como obter um empréstimo do Fundo de Solidariedade da Greve?

Poderão receber empréstimos do Fundo os professores da UFRJ (sindicalizados ou não) que tiveram seus salários retidos pelo MEC. O valor máximo do empréstimo para cada professor é de R\$ 500. Para obter um empréstimo, o professor deve se dirigir à sede da Adufrj-SSind, em qualquer dia útil, no horário de 10 às 14 horas, e preencher um formulário junto dos integrantes da Comissão de Gerenciamento do FSG. O solicitante deverá apresentar: o contracheque do mês de julho ou agosto

de 2001, o seu documento de identidade, e um cheque de sua emissão no valor de empréstimo solicitado, nominal a **ADUFRJ-Seção Sindical**, assinado e com a data em branco. Este cheque será depositado na conta corrente do FSG no dia seguinte ao crédito dos salários atualmente retidos.

Caso o solicitante não tenha possibilidade de entregar um cheque seu, poderá igualmente solicitar o empréstimo, entregando, neste caso, um cheque de outra pessoa. Neste caso, será necessário preencher mais um formulário, assinado pelo titular do cheque, no qual conste a autorização para a realização desta operação.

Para contribuir:

- depósito na conta 16.806-8 da agência 3652-8 do Banco do Brasil;
- preencher o formulário correspondente na sede da Adufrj-SSind.

Para retirar (limite de R\$ 500):

- comparecer à sede da Adufrj-SSind com o contracheque de julho ou agosto de 2001 e o documento de identidade;
- assinar um cheque nominal a Adufrj-SSind com a data em branco

Atividades de greve da semana

Segunda

15/10

9 horas

Reunião do Comando Local de Greve na ante-sala do Consuni, prédio da reitoria, Ilha do Fundão

12 horas

Reunião conjunta dos Comandos de Greve dos Docentes, Estudantes e Técnico-administrativos Na sede do Sintufrj

15 horas

Assembléia Regional das Entidades em Greve

No pátio da secretaria do MEC, Rua Araújo Porto Alegre, Centro

Terça

16/10

10 horas

Assembléia Comunitária da UFRJ Auditório do Centro de Tecnologia

14 horas

Assembléia da Adufrj-SSind No Auditório do Centro de Tecnologia

Quarta

17/10

Dia Nacional de Luta

Passeata no Centro

(confira local e hora no endereço www.adufrj.org.br)

15 horas

Ato no Colégio Pedro II (Unidade Centro)

Rua Marechal Floriano, esquina com Rua Camerino

Quinta

18/10

13 horas

Assembléia Geral da Adufrj-SSind No Auditório do Centro de Tecnologia

Sexta

19/10

Debate com alunos das redes pública e privada sobre vestibular e acesso à universidade (local e hora a confirmar: www.adufrj.org.br)

Carta aberta ao Ministro de Educação, Paulo Renato

Indignação. Foi com indignação e repúdio que os professores da UFRJ reagiram às palavras do ministro da Educação, em matéria publicada e não desmentida nos jornais dizendo, entre outras coisas, que os reitores não podem opinar sobre a greve pois são meros gerentes de recursos públicos.

O livre pensamento é uma prerrogativa da qual os cidadãos e as cidadãs não abrem mão. A história dos movimentos docentes, discentes e de funcionários, nas últimas décadas, tem como bandeira de luta a democratização da universidade na consulta prévia à comunidade na escolha de seus dirigentes. Portanto, o compromisso dos que ocupam cargos de direção é com a comunidade que os elegeu. E o compromisso da universidade pública e gratuita é com a sociedade civil que a sustenta com seus

impostos, à qual deve servir.

As palavras do ministro ferem a autonomia universitária, ferem a liberdade indispensável à produção do conhecimento, à reflexão e à crítica.

Cercear o pensamento, o direito de greve, cortar salários para interromper uma greve justa são práticas que repudiamos.

O Supremo Tribunal Federal revelou onde estava a ilegalidade. O governo se recusava a cumprir a Constituição, não reajustando, há sete anos os salários de seus servidores.

A ilegalidade está nos desvios de empréstimos pactuados junto ao BID para equipar a universidade pública e utilizados, na verdade, para o pagamento da dívida externa. Basta uma breve consulta às atas do Senado que ali estarão registradas as duas ocorrências.

Acostumados a dobrar a espinha

dorsal aos interesses internacionais, os dirigentes da Nação não se cansam de desrespeitar a Carta Magna Brasileira. A presença de um porta-aviões com armas nucleares, em território brasileiro, sem que o Congresso opinasse; a instalação de um escritório da CIA em São Paulo o atestam.

Em memória dos brasileiros que tombaram na luta pela liberdade, erguemos a nossa espinha dorsal. Repudiamos nestes tempos de barbárie o brado fascista: "Abaixo a inteligência, viva a morte". É nossa utopia, compromisso e resistência.

Os professores reafirmam, portanto, sua indignação frente ao papel atribuído à universidade que, segundo as declarações do ministro, deixa de ser o lugar democrático, do pensamento e da palavra livre.

Aprovada na AG da Adufrj-SSind de 9/10/2001



Servidores protestam em seminário do PNE

Ministro Paulo Renato sai pela porta dos fundos do hotel e manda estudar a terceirização do vestibular

O ministro da Educação, Paulo Renato, já descobriu que não vai ter paz durante a greve dos servidores. Presente a um seminário sobre o péssimo Plano Nacional de Educação do governo, na manhã de terça-feira passada, no Hotel Glória, o representante do MEC teve que ouvir o protesto de aproximadamente cem professores, funcionários e alunos da Educação Pública. No fim, escoltado por policiais do 2º Batalhão de Polícia Militar, por várias seguranças do hotel e pela Polícia Federal, acabou se retirando pelos fundos do Centro de Convenções do prédio.

Pouco antes, quando ia falar, um primeiro grupo de estudantes e servidores entrou no salão do seminário com as palavras de ordem: “Se o governo não recuar/Não vai ter o vestibular”. Diante da truculência dos seguranças que começaram o empurrão-empurrão, os manifestantes passaram aos gritos de: “Devolve os nossos salários, terrorista da educação”, entre outros. Após alguns minutos, o conflito foi levado para o salão ao lado do seminário, de onde ainda podia se ouvir o protesto. Enquanto isso, o ministro tentou articular alguma explicação sobre a retenção dos salários. Mesmo com a concorrência das palavras de ordem vindas do salão contíguo (e bastante audíveis), Paulo Renato disse que sentou para uma primeira conversa com os professores no dia 26 de setembro. Na ocasião, ouviu a pauta de reivindicações. Dos cinco pontos de pauta unificada dos SPF, afirmou que a reposição salarial, a incorporação das gratificações e a contratação pelo Regime Jurídico Único eram os mais importantes. Sobre este último, que ele considerou o principal, disse também que, no dia seguinte (27/09) levou uma proposta aos reitores. Paulo Renato não explicou qual era a proposta. Não esclareceu também porque entregou a tal proposta aos reitores (em vez de levá-la aos comandos de greve). Para estes, é sabido que só se prometeu a constituição de comissões de trabalho. No fim desta surreal intervenção, Paulo Renato afirmou que não foi mais procurado pelas entidades. Foi a gota d’água para que alguns manifestantes que tinham conseguido permanecer no plenário voltassem a protestar. “Mentiroso! Isso é mentira! Sete anos sem reajuste”. Dito



DESDE CEDO, OS SERVIDORES SE CONCENTRARAM EM FRENTE AO HOTEL

isto, retiraram-se indignados. Depois desta interrupção, o ministro disse, na maior cara-de-pau do mundo, que o corte de salários foi determinado pela Justiça. “E eu tenho que me submeter”, encerrou, sob aplausos tímidos e algumas vaias.

Entrevista

Na breve entrevista após sua fala (e antes da retirada ingloria), Paulo Renato disse que respeitava a manifestação democrática, mas pedia respeito como cidadão e como ministro. Quando indagado sobre o adiamento dos vestibulares, o ministro afirmou que mandou estudar a possibilidade de terceirizar o concurso em alguns lugares. E reafirmou que vai reter os salários dos docentes até a volta às aulas.

Presidente da ABE chama servidores de baderneiros

Talvez, mais chocante do que as mentiras do ministro, tenha sido a fala da presidente da Associação Brasileira de Educação, Edília Coelho Garcia, ainda com Paulo Renato presente. Edília disse que os verdadeiros professores eram aqueles ali no salão do seminário: “Lá fora estão os baderneiros”. Foi vaiada por metade da plateia e aplaudida pelos dirigentes e empresários do ensino privado. Em seguida, a inacreditável Edília pediu desculpas a todos pela manifestação “ruidosa dos baderneiros”. Foi corrigida pelo professor Eduardo Marques, da Faculdade



MANIFESTANTE FICOU ENTRE A POLÍCIA FEDERAL E A PM

de Educação da Uni-Rio e inscrito para o seminário. “Manifestação democrática!”, gritou, da plateia.

No intervalo, Eduardo foi procurado pela reportagem da Adufrj-SSind e não aliviou nas críticas. “Na minha frente, não vai chamar os professores de baderneiros. Essa é uma greve plenamente democrática e que tem o apoio dos alunos”, disse. O professor aproveitou a ocasião para confirmar que os conselhos superiores da Uni-Rio adiaram o vestibular e disse mais: “O reitor disse que respeita a decisão dos conselhos, mas nós avaliamos que são as assembleias que são soberanas para decidir, num momento de greve. E estas se sobrepõem a qualquer conselho”, observou.

Portas abertas?

Como forma de enfrentamento da política produtivista do MEC, o Andes-SN elaborou um projeto de lei que adapta sua proposta de carreira única à realidade das Instituições Federais de Ensino Superior. Este projeto foi protocolado (junto da pauta de reivindicações do setor das Federais) em julho de 1998, e reprotocolada em agosto de 1999 e em junho de 2000. O ministro da Educação, Paulo Renato, que posa de conciliador para a mídia e diz estar com as portas do seu gabinete abertas aos servidores, nunca deu qualquer satisfação ao Sindicato Nacional sobre tal proposta.



Coppe protesta contra corte de salário

Fotos Kelvin Melo

Servidores se vestiram de preto e seguraram velas contra a política do MEC

Um ato em frente ao bloco G (Coppe), na manhã de segunda-feira (8/10), voltou a chamar a atenção da imprensa para as reivindicações dos servidores públicos federais. A revolta era grande entre os presentes, principalmente por causa da retenção dos salários de setembro conseguida pelo MEC junto ao ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal. Em sinal de protesto, os professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes estavam vestidos de preto e seguraram velas. A Coppe, um dos mais importantes centros de produção de tecnologia da universidade, paralisou seus 1,4 mil projetos por um dia. Entre eles, o de monitoramento de vazamentos de óleo na costa brasileira por satélite.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, abriu o ato e historiou o processo de negociações, subitamente interrompido pela medida arbitrária de corte dos salários. Sanglard afirmou que essa iniciativa do governo aumenta cada vez mais a indignação dos servidores. O coordenador do DCE, Miguel Papi, ressaltou a força da greve na maior universidade federal do país. “Não é todo dia que a gente vê uma manifestação como essa na Coppe e vemos cursos do CCS (Centro de Ciências da Saúde) e do Direito parados”, destacou. Miguel lembrou ainda que, além da UFRJ, em cerca de outras 40 instituições de ensino superior, os estudantes declararam greve em apoio aos professores e técnico-administrativos. A representante dos funcionários técnico-administrativos no Consuni e coordenadora geral do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, afirmou que ninguém gosta de fazer greve, mas que é necessário. “Amanhã, são sete dias de atraso do pagamento. Temos filhos e nossas contas. Quem vai pagar os juros das contas ou aos agiotas?”, perguntou. No fim, conclamou todos à resistência. “Não vai ser esse ministro que vai destruir a Universidade Pública. Vamos lutar e vamos vencer”, disse. Roberto Gambine, também representante dos funcionários no Consuni, destacou a unidade que está se verificando no movimento grevista. “Se o (ministro) Paulo Renato queria colocar os hospitais e a comunidade contra a greve, não conseguiu!”, ressaltou.



AO FINAL DO ATO, OS MANIFESTANTES CANTARAM O HINO NACIONAL



À ESQUERDA, O PRESIDENTE DA FAPERJ CRITICA O MEC



SERVIDORES ACENDEM VELAS EM SINAL DE PROTESTO

“Apagão da C&T”

O diretor da Coppe, Segen Estefen, classificou a política do governo como um “apagão da C&T”. Quanto ao corte, o dirigente também questionou a postura do ministro nas negociações. “Essa atitude do ministro é contra os princípios da democracia e contra os princípios mais básicos do relacionamento entre governo e funcionalismo”, disse.

O deputado estadual Vivaldo Barbosa (PDT) fez coro no protesto contra o governo federal. “Quando se asfixia a Universidade Pública, a construção do futuro fica comprometida”, comentou. O presidente da Faperj, Fernando Peregrino, também marcou presença no ato. “Educação é tratada hoje como *business*. Alguém está ganhando dinheiro. Há um objetivo predador nisso (política do MEC)”, observou. Fernando comentou que a Faperj está ao lado dos servidores e lembrou ainda a luta contra a cisão do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e do Observatório Nacional.

Professores protestam em frente ao MEC

Docentes, funcionários e estudantes da rede federal de ensino exigem o fim dos cortes de salários

A tarde de terça-feira (09/10) foi marcada por mais uma manifestação dos servidores e alunos do ensino público federal. Centenas de professores, funcionários e estudantes se uniram em frente ao prédio do Ministério da Educação (MEC) no Rio, no centro da cidade, para protestar contra a decisão do Ministro Paulo Renato de cortar o pagamento de todos os servidores da educação.

O ato teve a participação das universidades federais (UFRJ, UFF e Uni-Rio), do Colégio Pedro II, do Cefet-RJ e do CAP/UFRJ. Os funcionários da Previdência e da Saúde, representados pelo Sindsprev, também estavam presentes para apoiar os servidores, mesmo tendo recebido seus salários normalmente. “Nós estamos com o mesmo problema que o pessoal da educação está tendo, mesmo com o salário em dia. Os ministros não querem negociar e nos receber. Estamos na mesma luta”, disse a representante do sindicato, Lúcia Maia.

Cátia Melo, professora do CefetEQ (Centro Federal de Educação Tecnológica de Química), levou sua família para a manifestação: “É uma absurdo cortar o salário enquanto a greve não for julgada. Se o ministro achou que isso enfraqueceria o movimento, ele se enganou, pois até quem não apoiava o movimento, entrou na greve com o corte.” Os técnico-administrativos, em greve há mais de 60 dias, também estavam indignados com a situação: “A greve tem deixado Paulo Renato bem nervoso. Agora com a adesão do Hospital Universitário, nosso movimento se fortaleceu ainda mais. O governo está querendo desmoralizar os trabalhadores do ensino público federal com esse corte. Vamos construir mais atos unificados para derrotar essa política que quer destruir a educação”, disse a representante do Sintufrj, Simone da Silva.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, destacou a



PROFESSORES SEM SALÁRIO VENDEM SUAS ROUPAS

importância de atos unificados para a greve: “É uma manifestação em conjunto para denunciar à população o que acontece com a educação pública no país. O governo inviabilizou a negociação com o corte de salário. Temos que continuar resistindo e fazendo atos como esse para avisar ao ministro que não sairemos derrotados. O ensino público no Brasil é de boa qualidade, não devido aos “investimentos” do MEC, e sim, pelos bons profissionais que nele existem”.

Venda de livros para ajudar no fundo de solidariedade

Vera Lúcia Lima, professora do Colégio Pedro II, estava com uma panela na mão recolhendo contribuições das pessoas que por ali passavam: “Nós estamos com o salário



SERVIDORES FORMAM UMA GRANDE RODA

as roupas. Logo depois, eles fizeram uma grande roda e começaram a dançar, enquanto gritavam palavras de ordem contra o ministro e contra o governo.

Imprensa também compareceu

Durante a manifestação em frente ao MEC, a imprensa esteve presente. O fechamento dos hospitais universitários e o adiamento do vestibular na Uni-Rio e na

UFRJ trouxe a atenção da mídia para a greve e para as razões da mobilização. Os grandes jornais e redes de televisão estão agora comparecendo a todos os atos dos servidores. O presidente da Aduni-Rio, Willian Soares, falou sobre a decisão do adiamento do vestibular na Uni-Rio: “Todos perceberam que era o melhor a ser feito. O reitor já aprovou o adiamento e novas datas serão marcadas”.

Para protestar, os professores também colocaram à venda suas própri-



Servidores lutam em todas as frentes pelo pagamento

STF deve examinar pedido do Andes-SN nos próximos dias

O Andes-Sindicato Nacional protocolou no dia 8/10 um pedido de “modificação de sentença” no Supremo Tribunal Federal. O objetivo, segundo o Comando Nacional de Greve, é restabelecer a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), favorável ao pagamento imediato dos servidores das universidades.

No dia 9/10, o ministro Marco Aurélio encaminhou o processo para a Advocacia Geral da União (AGU), no qual são solicitadas informações adicionais. De acordo com o CNG, este procedimento é usual, visto que a parte que se sente prejudicada pela liminar do STJ deve ser escutada. “É certo que isso pode atrasar o exame de nosso recurso em até cinco dias, porém o exame torna-se mais sólido em termos processuais”, disse.

Em reunião com o assessor jurídico do Andes-SN, Roberto Caldas, no dia 11/10, o ministro Marco Aurélio sustentou que o Procurador Geral da República deveria

agir de forma tão rápida como foi feito no pedido da AGU. “Assim, o pedido de revisão de sentença poderá ser analisado no prazo mais curto possível”, diz um trecho do informe especial nº 14, do Comando Nacional de Greve (disponível em www.andes.org.br/comunicados.htm). Por conta disso, a assessoria jurídica esclarece que é recomendável que as seções sindicais aguardem o desdobramento do mandado de segurança nacional para a adoção de qualquer medida judicial local.

Audiência com o presidente da República

O CNG-Andes-SN já recolheu 127 assinaturas de deputados e 25, de senadores, em apoio ao pedido de audiência dos trabalhadores do serviço público em greve com o presidente FHC. Parlamentares de diversos partidos, tanto da oposição como da base do governo, assinaram o documento. Em função da audiência com o ministro Paulo Renato, ocorrida na noite do dia 10/10, a protocolização do pedido de audiência deverá ser feito somente nesta semana.

Audiência com o ministro da Educação

Pressionado pelo adiamento dos vestibulares em várias universidades e pela continuidade da greve (mesmo com a retenção dos salários), o ministro recebeu as entidades da Educação em uma audiência no dia 10/10, com a presença de 22 parlamentares. O Comando Nacional de Greve fez questão de registrar que o encontro não teria caráter de negociação, uma vez que isso só poderia ocorrer com o restabelecimento dos vencimentos.

O ministro continuou inflexível quanto à retenção dos salários e disse que não haveria condições de incorporar as gratificação (GAE). Os parlamentares informaram que podiam dispor de até R\$ 400 milhões com ajustes no orçamento, além de R\$ 350 milhões já propostos pelo governo para atender as reivindicações de todos os segmentos da educação federal. Vale lembrar que somente a proposta da Fasubra consumiria R\$ 560 milhões. A reunião foi encerrada e uma nova audiência foi marcada para 17 de outubro.

Dirigentes da UFRJ pedem pagamento imediato

Com a presença do reitor, decanos e diretores de várias Unidades da UFRJ e tendo a Adufrj-SSind como observadora, realizou-se uma reunião em caráter de urgência, na noite de 8/10, e (diga-se de passagem) em um prédio fora dos *campi*, para tratar do corte de salários e do adiamento do vestibular. Ao final, foi escrito um manifesto de dirigentes da universidade, no qual foi solicitado o comparecimento do reitor à reunião da Andifes, em Brasília, na semana passada. O relato da reunião foi feito pelo professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia), integrante do Comando Local de Greve. Os dirigentes pediram, através do reitor (pelo menos, era o que se esperava), para que a Andifes interviesse junto ao ministro com dois apelos: pelo pagamento imediato dos servidores das IFES e pela retomada imediata de negociação com as entidades representativas dos diversos segmentos.

Quanto ao vestibular, chegou a ser proposta uma reunião dos diretores junto com o Consuni para tentar anular a decisão do CEG, mas não conseguiu apoio suficiente. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, esteve presente e lembrou a todos que foi o MEC quem rompeu a negociação com os servidores. Disse ainda que não cabia aos diretores desrespeitar as decisões dos colegiados superiores.

Juizado quer multar grevistas

Até 11/10, Adufrj-SSind não foi notificada em relação ao Colégio de Aplicação

Não bastassem os problemas que os grevistas precisam enfrentar na luta nacional, apareceu mais uma dor de cabeça para os professores do ensino fundamental no Rio de Janeiro. O juiz Siro Darlan, da 1ª Vara da Infância e da Juventude do estado, resolveu multar os docentes que não estiverem dando aulas. A justificativa de Siro Darlan se baseia na interpretação de que o direito constitucional à Educação para todos “supera” o direito constitucional de greve. Darlan quer cobrar uma multa de R\$ 5 por aluno fora da sala de aula das entidades representativas dos professores.

No caso da UFRJ, a decisão do juiz afeta o Colégio de Aplicação - até o fechamento desta edição (11/10), a Adufrj-SSind não havia sido notificada judicialmente.

De acordo com o advogado Ronald Alexandrino, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), a decisão não tem amparo legal. “Falta competência ao juiz Siro Darlan para isso. Qualquer advogado pode defender esses professores”, comentou, em entrevista ao *Jornal do Brasil* de 10/10. As assessorias jurídicas dos sindicatos já estão se movimentando. A argumentação inicial, a princípio, deve ser pautada pelo fato de que o direito à greve é um direito tão fundamental quanto o direito à educação. A lógica de que a defesa de

um direito reduz a eficácia de outro não encontra guarida no direito constitucional brasileiro.

Em entrevista à rádio CBN no dia 10/10, Soneli Antunes, uma das coordenadoras gerais do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do RJ), foi mais além na defesa da greve. “Achamos correta a defesa dos estudantes, mas sentimos falta do juizado e do ministério público na hora de pressionar o governo para pagar um salário digno aos professores, quando não há vagas para todos os alunos e quando não há concursos para professores. Estamos sendo cobrados pela lei, mas somos abandonados pelo poder público. E quem cobra o poder público? Quem está do lado dos alunos somos nós”, disse

Manifesto de dirigentes da UFRJ

Os Decanos e Diretores da UFRJ reunidos em caráter de urgência na noite de 08/10, solicitaram o comparecimento do Sr. Reitor a reunião da ANDIFES, marcada para 09/10 em Brasília, encaminhando a referida entidade, um forte apelo a ser apresentado ao Sr. Ministro da Educação, focalizado em dois pontos principais, que no momento presente inviabilizam o funcionamento normal das Universidades Públicas Federais. Trata-se este apelo de solicitar com toda clareza ao Sr. Ministro duas providências urgentíssimas:

1º) O pagamento imediato dos servidores, professores e técnicos-administrativos das IFES;

2º) A retomada imediata de negociação com as entidades representativas dos diversos segmentos.

Este apelo, apesar de não representar algo novo no cenário das dificuldades atuais, é absolutamente relevante, pois não importa, no momento, a procura dos responsáveis pelo agravamento da crise. Importa, isto sim, evitar os imensos transtornos causados em nossa vida acadêmica, refletidos visivelmente na interrupção de aulas e pesquisas, nas dificuldades para a execução do vestibular e nas dificuldades para o exercício de atividades na área de saúde, notadamente nos hospitais universitários.

Por todo o exposto, conclamamos também a ANDIFES, enquanto instância representativa dos dirigentes máximos das IFES, a participar de forma ativa do processo de negociação entre o Ministério da Educação e as entidades de classe.

Anote

I Encontro Nacional Universitário

Na UFRJ, todos os alunos que queiram participar no “I Encontro Nacional Universitário - a terra e um projeto para o Brasil”, podem se inscrever no Diretório Central dos Estudantes, no dia 17 de outubro, quarta-feira, às 17h. Os contatos podem ser feitos com Júlia (CA de Ciências Sociais) - 9991-8140; Valéria (Ciências Sociais) - 2234-0403; Ana (ECO) - 2552-1327 e Marcelo (Geografia) - 9318-0942. O endereço eletrônico do DCE é: dce_ufRJ@hotmail.com





Colegiados

CEG adia vestibular para janeiro

Por unanimidade, colegiado fixa novas datas. Reitor tem prazo até o dia 15 para assinar o edital

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da UFRJ adiou as provas do vestibular para os dias 22 e 27 de janeiro e 3 de fevereiro de 2002. As novas datas foram aprovadas por unanimidade durante sessão do colegiado superior da universidade, na última quarta-feira, dia 10. Foi dado ao reitor-interventor, José Vilhena, um prazo, estipulado pelo CEG, de até a segunda-feira, dia 15, para que o edital alterado fosse assinado para publicação.

Além da imprensa (as principais emissoras de TV e jornais estavam presentes), estudantes do CAP, do Pedro II e representantes dos colégios da rede privada de ensino médio lotaram a galeria. Uma nota dos alunos dos colégios particulares Qualidade Integral, Anglo-americano e Corcovado foi lida em apoio à greve e ao adiamento das provas. O estudante André Luiz Araújo, do QI, afirmou que os alunos da rede privada estavam solidários com os colegas da rede estadual e federal em greve e consideravam a greve justa. “Os alunos sabem em que universidade querem entrar”, disse, referindo-se à qualidade das universidades federais.

A posição de Vilhena de que manteria as datas do vestibular com iní-



ALUNOS COMEMORAM O RESULTADO DA VOTAÇÃO

cio em outubro foi encarada por todos como desrespeito explícito à democracia na universidade. Para a professora Lília Pougy (CFCH), a posição do reitor-interventor não foi nenhuma surpresa. “Não atender a decisão do colegiado é aumentar a confusão. Nós não suspendemos o vestibular, nós adiamos”, disse.

A representante dos técnicos-administrativos no Consuni, Ana Maria Ribeiro, deu parecer técnico sobre o adiamento. Ana Maria foi uma das responsáveis pela execução do concurso durante os anos de 1997/99. Para a técnica, as novas datas são perfeitamente viáveis. Sendo realizadas em janeiro, as provas podem ser

corrigidas em um mês e a lista dos aprovados poderia estar sendo divulgada ainda na primeira quinzena de março. Ainda de acordo com Ana, o cronograma não prejudicaria em nada o ingresso dos alunos, já que o calendário do ano que vem deverá ser revisto e, muito provavelmente, os novos alunos começarão o ano letivo juntamente com os veteranos, hoje em greve.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, esteve presente com outros professores em greve e lembrou a falta de ‘palavra’ do reitor-interventor que não assinou a portaria da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) (ver ma-

téria nesta página), embora tenha assumido o compromisso publicamente na sessão do Consuni de 4/10. Sanglard criticou também o anúncio do ministro Paulo Renato de que iria terceirizar os vestibulares nas federais contratando instituições como a Cesgranrio “Isto é uma ameaça aos alunos e à autonomia da universidade. O vestibular seria feito por uma instituição que não tem competência acadêmica para isso. Os alunos fariam prova desconhecendo completamente o processo em curso”, comentou. Sanglard criticou também o jogo de cena do ministro que, ao recorrer à Cesgranrio, também estaria promovendo o adiamento de provas por questões operacionais.

Despotismo

Os conselheiros consideraram, também, a hipótese (bastante viável, na opinião de alguns) de que Vilhena não assine o edital com as novas datas. Caso isto aconteça, a próxima sessão deverá pautar que medidas o colegiado irá tomar diante de mais uma arbitrariedade. A representante discente Isabel Mansur sugeriu que o reitor seja processado junto ao Ministério Público Federal caso não acate a decisão do colegiado superior. Vale lembrar que, pelo estatuto da universidade, quem tem autoridade para definir o edital do concurso é o conselho de graduação e ao reitor cabe apenas assiná-lo e torná-lo público.

Vilhena tem até o dia 15 para assinar a COTAV

Colegiados acadêmicos questionam uso eleitoreiro de vagas docentes

Em reunião conjunta CEG/CEPG (10/10), os colegiados de graduação e pós-graduação deram um ultimato para que o reitor interventor assinasse a portaria que nomeia os membros da COTAV (Comissão Temporária de Alocação de Vagas). A data é a mesma que o CEG deu a Vilhena para que assinasse o edital de vestibular com as novas datas das provas: 15 de outubro. A revolta dos conselheiros com a

postura déspota do reitor era total. Nas intervenções indignadas, acabou sobrando para o sub-reitor Ricardo Gattass. Alguns conselheiros cobraram de Gattass sua condição de membro de uma reitoria que desrespeita os conselhos. “O reitor é quem aparece, mas existe todo um jogo. Será que ele é a única pessoa que pode decidir?”, questionou o conselheiro do CEG, Cláudio Limeira. A professora do CEG, Ana Lúcia Souto, lembrou que Vilhena estava em Brasília naquele dia e que, portanto, Gattass, na condição de reitor em exercício, poderia assinar a portaria.

Gattass respondeu, constrangido e para espanto de todos, que tinha aceito uma notificação da Procuradoria da Universidade para que não assinasse nenhuma portaria na ausência do reitor.

O professor do CEPG, Nelson Souza e Silva, também sugeriu aos colegiados, com base na resolução conjunta 01/93 (que instituiu a COTAV), que reeditassem a resolução dando ao sub-reitor a prerrogativa de nomear a comissão – retirando-a do reitor, como reza a legislação em vigor.

Gattass disse estar numa função de confiança e que ia tentar “convencer”

Vilhena a assinar a portaria. “Achei que ia terminar o mandato. Hoje, já não tenho certeza”, disse um intimidado Gattass, revelando o medo de contrariar os mandos de seu reitor.

Alguns conselheiros criticaram a postura intransigente da reitoria e denunciaram interesses eleitoreiros de Vilhena para manter em seu poder a distribuição das 130 novas vagas docentes. A barganha política seria feita com vistas à eleição para dirigentes em 2002.

A próxima sessão conjunta está prevista para o dia 19.

Paulo Renato e D. Ruth são vaiados em Brasília

Andes-SN faz reflexão no Dia do Professor com críticas ao governo e explicações sobre a greve

Na abertura do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação, evento utilizado pelo governo para 'comemorar' o Dia do Professor, o ministro da educação foi novamente alvo de protestos e vaias de docentes, estudantes e técnico-administrativos em greve. A manifestação ocorreu em Brasília, no dia 15, e as vaias foram dirigidas também para Ruth Cardoso. Segundo a professora Fátima Macena (Seção Sindical da Federal de Pernambuco), do CNG, cerca de 150 servidores e estudantes conseguiram entrar no auditório, abriram faixas e questionaram justamente o tema do evento: a qualidade na educação. Segundo a professora, o ato teve ótima repercussão nacional.

No Comunicado nº 17, o CNG reforça a necessidade do fortalecimento da greve independentemente do pagamento dos salários. O CNG reafirmou também, neste comunicado, a exigência de condições democráticas para estabelecer qualquer negociação, o que significa a devolução do pagamento do mês vencido.

No Comunicado, o Comando faz referência ao apoio de alguns reitores à greve e no empenho pela abertura de negociações com o governo.



(Ponciano - Expresso Popular)

No Dia do Professor (15 de outubro), o Comando Nacional de Greve do Andes - Sindicato Nacional lançou uma nota crítica na internet. Para o CNG, "comemorar o dia do Professor em nosso país é remeter a uma profunda reflexão de seu papel na formação de uma sociedade justa, livre, crítica e soberana". A nota lembra a falta de condições de trabalho, a falta de professores na sala de aula, a sobrecarga de atividades acadêmicas e a baixa remuneração como os desafios do educador em busca de dignidade. Além de explicar os motivos da greve, junto dos demais servidores públicos, a nota não perdoa a retenção dos salários de setembro por ordem de um ministro, "que outrora também foi professor". O texto foi intitulado "O que comemorar?" e está disponível no Comunicado nº 17.

Cinismo do MEC

Nos principais jornais do país, em meio à maior greve dos docentes das instituições federais de ensino, o MEC teve o cinismo de homenagear o professor no dia 15 de outubro. "Hoje, um terço dos brasileiros está em algum tipo de escola, da educação infantil à pós-graduação. O notável esforço de inclusão que foi feito nos últimos anos só teve êxito porque a profissão de educador tem sido abraçada, com entusiasmo e competência, por mulheres e homens - sobretudo mulheres - que dedicam o melhor de si mesmos à missão de preparar as novas gerações para um futuro melhor", diz um trecho. Só faltou escrever "apesar do MEC"...

MEC gasta R\$ 20 milhões em propaganda

Veja por outra, a comunidade universitária é surpreendida por editoriais da grande imprensa contra a greve. A justiça das reivindicações dos servidores é tão clara que os textos dos jornais chegam a beirar o inacreditável. Mas tudo se esclarece quando a motivação é econômica: somente neste ano (até 14/10), o pré-candidato a presidente e ministro da Educação, Paulo Renato, já gastou R\$ 20,9 milhões em serviços de propaganda e publicidade. Não há dúvida sobre o lado que os empresários da área de Comunicação iriam defender.

Fasubra discute proposta do MEC

No dia 14/10, o governo apresentou uma nova proposta de reajuste salarial para os funcionários das universidades públicas federais em greve: incorporação total da GAE, que representa um acréscimo de 160% no salário. A incorporação começaria a ser paga em 2002.

Para os dirigentes da Fasubra, a proposta do governo é um avanço significativo, mas ainda é insuficiente. Para começo de conversa, a Fasubra quer a incorporação para este ano. Pelas contas do MEC, a incorporação da GAE custará R\$ 474 milhões. Pelos cálculos da Fasubra, todos os pedidos (não só a GAE) resultariam em gasto de R\$ 560 milhões, de acordo com matéria do Jornal do Brasil de 15/10.

Dia Nacional de Luta

Todos ao Dia Nacional de Luta, nesta quarta-feira (17/10), pela garantia dos direitos dos trabalhadores. A CUT/RJ convoca todos os sindicatos filiados e categorias em luta para a passeata, às 16h, da Candelária até a Cinelândia, contra o projeto de lei do governo de flexibilização da CLT, que tenta acabar com direitos trabalhistas.

Durante a passeata, os servidores públicos federais denunciarão o descaso do governo durante os quase 2 meses de greve da categoria pelo reajuste salarial de 75,48% e pedirão a união de todas as categorias também em campanha salarial pela defesa do serviço público de qualidade.

A comunidade da UFRJ está levando para o protesto a idéia de uma passeata-carnaval, com animação garantida pelo bloco carnavalesco do Arranco do Engenho de Dentro, e várias "alas". A iniciativa surgiu das reuniões comunitárias do *campus* da Praia Vermelha, foi aprovada nos comandos locais de greve da UFRJ e foi encampada pela CUT/RJ.

Outra audiência na Alerj

Na tarde de quinta-feira (11/10), as entidades do serviço público federal em greve foram mais uma vez recebidas na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Os parlamentares ratificaram o apoio à greve e os representantes das entidades sinalizaram com a continuidade e fortalecimento da greve, por causa da retenção dos salários. Em moção aprovada na Alerj, em 2 de outubro, fica destacado o fato de que os servidores públicos federais tiveram seu último reajuste em janeiro de 1995. "São sete anos em que o governo federal concedeu gratificações variáveis que estão muito distantes de promover a necessária valorização profissional desses servidores".

Pesquisa indica apoio à greve

Uma pesquisa realizada na quarta-feira (10/10) com ouvintes da rádio CBN mostrou que a maioria dos ouvintes discorda da decisão do ministério da Educação (MEC) de reter os salários de professores e funcionários da rede federal de ensino. De acordo com a rádio CBN, 85,6% dos ouvintes não concordam com a decisão do Governo. A pesquisa foi realizada entre as 8h e 16h daquela data. Para o presidente do sindicato dos professores, Roberto Leher, o resultado da pesquisa reflete a imagem pública da greve. "Nós recebemos forte solidariedade da sociedade, de entidades e de partidos políticos", afirmou.

Vilhena dá entrevista lamentável

A revista Veja nº 41 deve ter publicado a mais lamentável entrevista da história da seção das chamadas "páginas amarelas". O entrevistado foi nada mais nada menos do que o reitor da UFRJ, José Vilhena. O interventor do MEC disse, entre outras barbaridades, que a culpa dos problemas da Universidade Pública é do corporativismo de professores e funcionários. Quando indagado sobre a responsabilidade do governo Fernando Henrique no sucateamento das instituições, Vilhena deu todos os sinais de submissão possíveis. Argumentou que "existe um esforço (por parte do governo). O orçamento vem sendo corrigido e há novidades como os fundos setoriais (...)". Ou seja, além de eximir o governo de qualquer parcela de responsabilidade, fez propaganda dos famigerados fundos setoriais, que atuam na universidade de acordo com a vontade dos interesses privados. No entanto, na hora de responsabilizar alguém pelos problemas salariais de professores do ensino médio, o interventor não titubeou: "É claro que existe um problema salarial, e isso tem de ser resolvido com os governadores e prefeitos".

Vilhena atacou ainda as decanias e os ín-

dices de formação de alunos por professor. "Nas universidades federais, formamos um aluno por professor a cada ano". O interventor esquece de dizer que ele mesmo não forma sequer um aluno há muitos anos, desde que entrou na vida administrativa da UFRJ (diretor do IFCS, sub-reitor e reitor). Aliás, a própria introdução da entrevista tem algum mérito ao citar sutilmente o pouco brilho acadêmico do interventor do MEC, que, aos 57 anos, "passou a maior parte de sua vida acadêmica longe dos holofotes".

Outro ponto importante a ser ressaltado do depoimento de Vilhena diz respeito à periodização, embora não seja nomeado assim na entrevista. Ao contrário da interpretação que os colegiados CEG e CEPG insistem em afirmar, o interventor prega sim um ano letivo de 200 dias úteis. Pior: argumenta que, caso isso fosse efetivamente realizado, a duração dos cursos poderia ser encurtada. Sobre este aspecto, o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind não cansa de avisar sobre os prejuízos acadêmicos que um excesso de aulas num período menor de tempo irá causar à comunidade universitária.

Salários estão muito defasados

Os salários dos professores das universidades federais estão muito defasados em relação aos das universidades estaduais e privadas em São Paulo. Um professor titular e doutor de uma universidade federal recebe R\$ 3.169,53, já com a GAE (uma gratificação uniforme para todos). Em uma das três estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), ele receberia R\$ 5.554,46. Em todos os casos, há regime de dedicação integral à docência. Em 39 universidades privadas em São Paulo, onde o professor recebe por hora-aula, o salário

médio é de R\$ 6.505,50 por 40 horas semanais. Na Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), o maior salário de um professor titular é de R\$ 8.865,21 por 40 horas semanais - mais que o dobro de um professor federal.

A tabela salarial publicada pelo jornal O Globo, nesta terça-feira (16 de outubro) dá o valor de cerca de R\$ 4.860 para um titular DE doutor, mas não explica que isso só ocorre se o docente conseguir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) de forma plena (140 pontos).

Grevista do Pedro II não pagará multa

Os professores do Colégio Pedro II, que estão em greve, não precisarão mais pagar R\$ 5 por aluno menor de idade que está sem aulas. Uma liminar suspendendo a cobrança foi concedida pelo desembargador Cláudio de Mello Tavares, da 11ª Câmara Cível. Segundo ele, a medida poderia resultar em lesão greve aos direitos dos docentes. A suspensão vale até o julgamento do mérito do recurso, em ação impetrada pelo Sindicato dos Servidores do CP II.

Outras atividades de Greve

17/10 - Ato no Colégio Pedro II, 14h

Rua Marechal Floriano

18/10 - Assembléia Geral, 13h

Auditório do Centro de Tecnologia

19/10 - Debate sobre o adiamento do vestibular, 14h
Auditório do CFCH (Praia Vermelha)

**ASSEMBLÉIA
GERAL**
23/10 TERÇA-FEIRA
13:30 HORAS

PAUTA:

Avaliação da greve;
Adiamento do
vestibular

Auditório do CT - bloco A
Ilha do Fundão

**ASSEMBLÉIA
GERAL**

25/10
quinta-feira
13:30
horas

PAUTA:

Avaliação da greve;
Adiamento do
vestibular

Auditório do CT - bloco A
Ilha do Fundão

**Professores no samba...
para não dançar**

O Erudito e o Popular

25/10 20:00
(quinta-feira) horas

R\$ 5,00

Local: Escola de Música da UFRJ
Rua do Passaio, 98 - Lapa - RJ

Debate

**Adiamento
do vestibular**
"A UNIVERSIDADE
PÚBLICA AMEAÇADA"

23/10 14:00
terça-feira horas

Auditório do CFCH
Campus da Praia Vermelha
Av. Pasteur 250 - fundos

Comando Local de Greve da UFRJ

AUDUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 41 • 22 de outubro de 2001

Vilhena aposta no caos



ESTUDANTES PODEM ACIONAR REITOR ALEGANDO PREJUÍZOS
COM A MANUTENÇÃO DAS PROVAS EM OUTUBRO

O interventor do MEC, agora apoiado explicitamente por seu sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, aposta no caos e insiste em começar o vestibular 2002 neste domingo, dia 28. Os três colegiados superiores (CEG, CEPG e Consuni) reafirmam a necessidade do adiamento e temem as conseqüências e prejuízos que a teimosia e insanidade do reitor podem causar a estudantes e à própria instituição. A Adufrj-SSind pedirá ajuizamento de Ação Civil Pública contra a reitoria para garantir os direitos dos vestibulandos e a realização das provas em janeiro, conforme o decidido pelo Conselho de Graduação. Leia mais sobre o vestibular nas páginas 8 e 9.

Docentes não aceitam aumento nas gratificações

Tanto a assembléia da Adufrj-SSind como o Comando Nacional de Greve do Andes-SN não aceitaram a proposta do governo de reajustar as gratificações GID e GED. Para o movimento docente, os reajustes nas gratificações por produtividade aumentariam as diferenças salariais entre ativos e aposentados. A assembléia da seção sindical reafirmou também a solidariedade com os docentes de 1º e 2º graus (Páginas 2, 3 e 4).



Movimento

Assembléias reafirmam solidariedade com docentes do CAP-UFRJ

Professores rejeitam aumento da gratificação que aprofundaria as diferenças na categoria e entre ativos e aposentados

Duas assembléias gerais mobilizaram os docentes da UFRJ na semana que passou. Na primeira delas, realizada na terça-feira (16/10), os presentes ainda viviam forte indignação com a entrevista do reitor à Veja. Na outra AG (em 18/10), a revolta era com a primeira proposta oficial entregue pelo governo ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN. Também foram discutidos o adiamento do vestibular, a possibilidade de multa aos professores do Colégio de Aplicação e o reajuste da GED/GID. Em ambas as assembléias, foi reafirmada a continuidade da greve por tempo indeterminado.

Chamou a atenção na AG de 16/10 a fala emocionada da conselheira do CEG e vice-diretora do CAP, Ana Lúcia Souto Mayor, sobre solidariedade. Ana Lúcia assinalou que “nunca foi tão fundamental trabalhar a solidariedade diante da dor”, referindo-se às dificuldades enfrentadas pelos professores de 1º e 2º graus desde o fim da greve de 1998. Na ocasião, estes docentes ficaram sem a GED. “A dor, às vezes abate; às vezes, duplica a força. (Nós, docentes do CAP) tivemos que trabalhar a dor. E eu continuo apostando na categoria”, disse.

O professor José Simões (Instituto de Física) lembrou mais uma vez a penetração que a greve das universidades conseguiu na mídia. “Estão falando da guerra, mas, no segundo plano, aparece a nossa greve. Estamos na pauta política do país e isso não é pouca coisa”, disse.

O professor Walter Suemitsu (Escola de Engenharia) criticou o ministro Paulo Renato “que fica publicando mentiras na im-

prensa”. “Que moral ele tem?”, questionou. No fim, Walter antecipou a resposta da AG à proposta oficial do governo, que viria no dia seguinte: “Reajuste da GED é inaceitável. Estamos lutando pela Carreira Única do Andes-SN”, afirmou.

O professor Murillo Cruz (Instituto de Economia) destacou a quebra institucional que está se agravando cada vez mais na UFRJ, com o reitor desrespeitando os colegiados. “O nosso conselho legitimamente decide e o reitor decide passar por cima?! Isso é gravíssimo. Temos que dar apoio irrestrito ao nosso colegiado”, afirmou. Murilo também comentou que o movimento docente não pode cair na “armadilha” do que o governo vem classificando de “limitação orçamentária”. “Para liberar bilhões para meia dúzia de banqueiros, reúne (o alto escalão do governo) numa salinha e resolve na hora”, criticou.

A professora Gumercinda Gonda (Letras) desprezou a entrevista de Vilhena à Veja (edição nº 1722). “Tenho muitos livros para ler e não vou perder meu tempo lendo o que reitor diz”, observou. Gumercinda não gostou nada foi da seção “carta ao leitor” (o editorial da revista) que, sob o título “O horror ao mérito”, atacou duramente o movimento grevista. “Quem pagou esta matéria claro que foi o MEC”, disse. Foi solicitada à Assessoria Jurídica da entidade para que estudasse meios de conseguir um espaço equivalente na revista por conta do direito de resposta.

Outra matéria veiculada nos jornais O Globo e Jornal do Brasil causou alvoroço na Assembléia Geral. O reitor mandou publicar um enorme anúncio confirmando o início do vestibular para o dia 28 de outu-

bro, sob um custo apurado de R\$ 13 mil. A AG decidiu, sobre o assunto, solicitar ao CEG a publicação de uma nota de mesmo tamanho com as novas datas aprovadas pelo colegiado (ver matérias nas páginas 8 e 9)

Aposentados

Surgiu, por proposta do professor aposentado Alino Lorezon (IFCS), a idéia de pedir ajuda aos demais colegas aposentados para o fundo de solidariedade de greve, uma vez que não tiveram seus salários cortados. Um documento semelhante ao utilizado na greve de 1998, quando também houve corte de salários, será enviado aos aposentados (veja página 4)

Colégio de Aplicação

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind esteve presente na AG e esclareceu os professores do Colégio de Aplicação que não houve citação oficial do sindicato. Nesse caso, seria melhor não tentar qualquer ação jurídica para não chamar a atenção do juiz Siro Darlan para o CAP-UFRJ. Os docentes do CAP, no entanto, informaram que a direção do colégio já teria sido oficiada a passar a lista de professores e de alunos da Unidade ao juizado.

Mesmo com a explicação e por pedido dos professores do CAP, a Assembléia decidiu acionar a Assessoria Jurídica da entidade para fazer um recurso em relação à ação do juizado. Ficou aprovada ainda a recomendação de se impetrar uma medida contra o juiz, por conta desse ataque ao direito de greve. No caso, seria aguardado o momento mais adequado.

Manifestos

Foram lidos na Assembléia os manifes-

tos dos professores do IFCS e da assembléia comunitária da Praia Vermelha, realizada em 15/10, sobre a entrevista de Vilhena (os documentos estão transcritos, na íntegra, na página 11).

Assembléia do dia 18/10

Os professores presentes à AG de 18/10 já tinham em mãos a proposta do MEC entregue ao Comando Nacional de Greve. Mas não gostaram do que viram. Dos quatro pontos da proposta governamental, apenas o primeiro foi bem vindo: manutenção da contratação de docentes pelo Regime Jurídico Único (RJU). Esse item foi aprovado como unanimidade, com a ressalva da AG que seja tratado como “inegociável”. A AG pediu para que ficasse explícito na próxima proposta do MEC a rejeição de uma eventual previdência complementar.

No segundo item, o governo acenou com a formação de um grupo de trabalho para definir um plano de reposição de quadros e o calendário de implementação, “considerando que 2 mil concursos (...) já estão autorizados no RJU”. Os docentes da AG avaliaram que os 2 mil concursos não contam, pois já estavam autorizados antes da greve. Foi aprovada a reposição de vagas imediata com novos concursos e expansão das vagas que atenda as reivindicações acadêmicas das Instituições Federais de Ensino Superior.

No terceiro ponto, os docentes foram ainda mais incisivos. Houve rejeição do reajuste da GED e da GID, por unanimidade. Foi pedido também ao CNG-Andes para que seja reafirmada a incorporação integral da GAE e da GED em seus valores máximos para todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus.

No quarto e último item, houve o entendimento que o pagamento imediato dos

Assembléia Comunitária da Praia Vermelha
Segunda-feira 22/10 - 14 horas - Escola de Serviço Social

Continua na página 3



Movimento

Continuação da página 3

salários não faz parte da pauta e nem deveria constar de uma proposta oficial do governo. Foi totalmente rechaçado.

Embora não constasse da proposta oficial, os docentes da UFRJ manifestaram que os demais pontos de pauta dos servidores deveriam ser reafirmados: defesa dos direitos sindicais e defesa dos direitos dos aposentados. Foi indicado ao Comando Nacional de Greve para que participem das negociações, mesmo com a retenção dos salários.

Fundo de Solidariedade

Com o esgotamento dos recursos do fundo de solidariedade até aquela assembléia (restavam apenas R\$ 47, com 86 docentes atendidos), foi aprovado que o atendimento será feito de uma forma diferente a partir desta segunda-feira: esta-

rá aberto o processo de solicitação de empréstimos e, quando algum recurso entrar, os docentes serão chamados na ordem de chegada das solicitações à entidade (veja quadro abaixo).

Museu Nacional

Denise Pamplona, professora do Museu Nacional e conselheira do CEPG, informou aos presentes que a Unidade iria realizar um grande evento no domingo (21/10), na Quinta da Boa Vista, com o objetivo de angariar dinheiro para o fundo dos funcionários.

Adiamento do vestibular

O adiamento do vestibular era o segundo ponto de pauta da Assembléia Geral. Não houve muita discussão por conta do avanço da hora. Havia a preocupação que a reitoria reforçasse a segurança no concurso e que os alunos

sofressem algum tipo de violência.

A Assessoria Jurídica da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) agendou uma audiência com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Daniel Sarmiento, nesta segunda-feira (22/10), às 13h30. Na audiência, a seção sindical entregará uma representação judicial solicitando o adiamento das datas das provas do Vestibular 2002, conforme foi decidido pelo Conselho de Ensino de Graduação da Universidade. Ainda na audiência, será solicitada ao MPF que ajuíze uma Ação Civil Pública obrigando a UFRJ a adiar as datas do concurso.

A Adufrj-SSind convidará o Diretório Central dos Estudantes, o Sintufrj e integrantes do Conselho de Graduação para participar da audiência.

Notícias da Greve

Grevista do Pedro II não pagará multa

Os professores do Colégio Pedro II, que estão em greve, não precisarão mais pagar R\$ 5 por aluno menor de idade que está sem aulas. Uma liminar suspendendo a cobrança foi concedida pelo desembargador Cláudio de Mello Tavares, da 11ª Câmara Cível. Segundo ele, a medida poderia resultar em lesão greve aos direitos dos docentes. A suspensão vale até o julgamento do mérito do recurso.

Cinismo do MEC

Nos principais jornais do país, em meio à maior greve dos docentes das instituições federais de ensino, o MEC teve o cinismo de homenagear o professor no dia 15 de outubro. "Hoje, um terço dos brasileiros está em algum tipo de escola, da educação infantil à pós-graduação. O notável esforço de inclusão que foi feito nos últimos anos só teve êxito porque a profissão de educador tem sido abraçada, com entusiasmo e competência, por mulheres e homens - sobretudo mulheres - que dedicam o melhor de si mesmos à missão de preparar as novas gerações para um futuro melhor", diz um trecho. Só faltou escrever "apesar do MEC"...

MEC gasta R\$ 20 milhões em propaganda

Veja por outra, a comunidade universitária é surpreendida por editoriais da grande imprensa contra a greve. A justiça das reivindicações dos servidores é tão clara que os textos dos jornais chegam a beirar o inacreditável. Mas tudo se esclarece quando a motivação é econômica: somente neste ano (até 14/10), o pré-candidato a presidente e ministro da Educação, Paulo Renato, já gastou R\$ 20,9 milhões em serviços de propaganda e publicidade. Não há dúvida sobre o lado que os empresários da área de Comunicação iriam defender.

Pesquisa indica apoio à greve

Uma pesquisa realizada na quarta-feira (10/10) com ouvintes da rádio CBN mostrou que a maioria dos ouvintes discorda da decisão do ministério da Educação (MEC) de reter os salários de professores e funcionários da rede federal de ensino. De acordo com a rádio CBN, 85,6% dos ouvintes não concordam com a decisão do Governo. A pesquisa foi realizada entre as 8h e 16h daquela data. Para o presidente do sindicato dos professores, Roberto Leher, o resultado da pesquisa reflete a imagem pública da greve. "Nós recebemos forte solidariedade da sociedade, de entidades e de partidos políticos", afirmou.

Fundo de Solidariedade Urgente!

Na última quinta-feira (18/10), o Fundo de Solidariedade da Greve (FSG), após realizar 86 empréstimos a professores da UFRJ que tiveram seus salários suspensos, esgotou suas reservas. Posteriormente, vários colegas, principalmente aposentados e dirigentes que receberam seus salários, fizeram depósitos no FSG. Assim, nesta próxima terça-feira (23/10), teremos novamente a possibilidade de continuar a realizar empréstimos, das 10 às 14 horas na sede da Adufrj-SSind. O atendimento será por ordem de chegada, até o limite de nossas reservas. A partir deste momento, mesmo sem fundos disponíveis, estaremos abrindo uma lista de espera, que será atendida na medida em que forem feitas novas contribuições ao nosso Fundo.

Comissão de Gerenciamento do FSG

Agenda Sindical

24 a 27/10

Porto Alegre

Fórum Mundial de Educação

Local: Porto Alegre – Rio Grande do Sul

8 a 11/11

Florianópolis-SC

43º CONAD – Tema: "Serviço Público é preciso:

Educação para a Superação da Barbárie"

Local: Sede da APUFSC

22 e 23/11

Brasília

2º Seminário Nacional de Fiscalização Financeira e Controle das Verbas Públicas

Local: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

26/11

Rio de Janeiro

18h30 às 21h – Aula "Educação no Tempo Presente: Desafios, Embates, Perplexidade e Alternativas"

Local: Auditório 111 da UERJ



Deu no Informe JB (19/10): "Além dos políticos, o ministro Paulo Renato poderá sofrer prejuízos financeiros por causa da greve nas universidades. O deputado Milton Temer moverá contra ele ação de ressarcimento dos gastos publicitários feitos pelo MEC, esta semana, no Dia do Professor. Paulo Renato assinou a propaganda - algo que a Constituição proíbe, expressamente, como crime de responsabilidade civil."



Movimento

CNG-Andes indica rejeição do reajuste da GED e GID

A greve segue incomodando o governo FHC e eliminando qualquer chance do pré-candidato Paulo Renato à presidência. No dia 17 de julho, o ministro teve chamada a atenção pelo presidente, que queria o fim do movimento grevista. No mesmo dia, no fim da tarde, houve uma audiência do Andes-SN com a secretária do Ensino Superior. Foi nessa reunião que a SESu apresentou a proposta do MEC para os servidores, já preliminarmente discutida na Assembléia da Adufrj-SSind, de 18/10 (ver matéria das páginas 2 e 3).

Fora a proposta de manutenção das contratações pelo Regime Jurídico Único (RJU), já interpretada como uma vitória do movimento, os outros três pontos oferecidos pelo governo não foram bem vistos pelo CNG-Andes-SN. No caso específico da criação de um grupo de trabalho para viabilizar mais concursos para docência, o CNG-Andes alerta sobre sua possível inutilização num futuro próximo. Isso porque 2002 é um

ano eleitoral e, a partir de junho, nenhum concurso público e nenhuma efetivação poderão ser realizados.

Sobre o reajuste de 30% da GED e da GID, o CNG-Andes-SN deixa claro que isso significaria “ampliar as feridas abertas na greve de 1998, pois estas gratificações romperam a paridade entre ativos e aposentados e violaram a isonomia, além de terem introduzido a lógica produtivista no exercício da docência (...)”.

Finalmente, sobre o pagamento imediato dos salários retidos condicionado à volta ao trabalho, o CNG entende que a negociação deve se dar num ambiente democrático, o que pressupõe o pagamento.

Incorporação das gratificações

O CNG-Andes realizou um estudo (ainda incompleto) sobre o impacto da incorporação das gratificações ao vencimento dos docentes das Instituições Federais de Ensino. O estudo demonstra que, ao se incorporar ao vencimento básico a GAE e a GED (nos seus valo-

res máximos conforme a titulação para os docentes de 1º, 2º e 3º graus), o impacto financeiro é da ordem de R\$ 472 milhões anuais, o que representa 15,6% de acréscimo aos recursos atuais destinados para o pagamento dos docentes ativos e aposentados das IFE. Nestes valores já estão incorporados o 13º salário e 1/3 de férias, considerando-se ainda uma margem de segurança de 10%, tendo em vista insalubridade, periculosidade, gratificações de localidade, entre outros. O governo sinaliza com apenas R\$ 250 milhões para tratar da pauta dos docentes.

A Assembléia da Adufrj-SSind (18/10) criticou esse limite orçamentário imposto pelo governo. Em várias oportunidades, quando lhe é conveniente, o executivo socorre quem apresenta dificuldades. Um dos professores presentes lembrou o exemplo recente do rolamento da dívida das companhias aéreas brasileiras com o governo em valor superior a R\$ 500 milhões.

Convite aos docentes aposentados

O Fundo de Solidariedade da Greve (FSG) foi aprovado na Assembléia Geral dos docentes em 9 de outubro. Trata-se de uma resposta do Movimento Docente à retenção irregular e arbitrária dos salários dos servidores da ativa. Nesta carta, o Comando Local de Greve e a Diretoria da Adufrj-SSind fazem um convite aos colegas aposentados para participarem das atividades de greve e, dentro das possibilidades, contribuir para o Fundo de Solidariedade da Greve.

Rio de Janeiro, 19 de Outubro de 2001
Caro Colega Aposentado,

Como é de seu conhecimento, nós, professores das Universidades Federais, estamos em greve há quase dois meses, em defesa da universidade pública e de qualidade e por melhores condições de vida e trabalho. Em razão desta luta tivemos nossos salários retidos pelo MEC,

de forma irregular e arbitrária, nos causando transtornos significativos na administração da vida cotidiana.

O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind recebeu por parte de vários colegas – inclusive de docentes aposentados – a indicação de que gostaríamos de somar forças em uma rede de solidariedade entre os trabalhadores que, no nosso caso, estão na carreira docente e os que, dignamente, a constituíram com anos de empenho intelectual.

Assim, convidamos os colegas aposentados a se integrarem a algumas atividades do movimento em curso, particularmente as de visibilidade pública demonstrando a importância da universidade pública, inclusive pelos seus elementos que hoje estão aposentados.

A Assembléia Geral dos docentes da UFRJ aprovou a formação do Fundo de Solidariedade da Greve. Esta é a resposta à retenção irregular e arbitrária de nossos salários pelo MEC. O objetivo do Fundo é dar apoio emergencial aos docentes

em greve para quitar seus compromissos financeiros imediatos. Gostaríamos de solicitar, mais uma vez, a sua contribuição na forma de doações ou empréstimo restituíveis. Para efetivá-la abrimos uma conta corrente no Banco do Brasil: Agência nº 3652-8 – conta corrente 16.806-8, em nome da Adufrj Seção Sindical. Após a realização do depósito favor entrar em contato com a Adufrj-SSind nos telefones: 2590-4799 ou 2260-6368 para podermos identificar o contribuinte e o tipo de contribuição (doação ou empréstimo restituível).

As condições gerais de funcionamento do fundo foram divulgadas no jornal de 15 de outubro, nº 40, na página 3, para seu conhecimento, e também estão disponíveis na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br).

Agradecendo desde já sua solidariedade, enviamos nossas

Saudações Universitárias e Sindicais

Comando Local de Greve e Diretoria da Adufrj-SSind

Anote

Congresso na Uerj apóia SPF

A Associação dos Servidores da Uerj (Sintuperj) realiza um Congresso esta semana (22 a 24 de outubro), com destaque para um ato de apoio à greve das federais na segunda-feira, às 13h, em frente à universidade.

2º Congresso do Sintuperj

Programação

Dia 22 de outubro

13:00 - Ato em apoio à greve das federais, em frente à Uerj

09:00 - Credenciamento

10:00 - Abertura e aprovação do **Regimento Interno**

12:00 - Almoço

14:00 - Painel - O sindicalismo no setor público e as transformações no mundo do trabalho, com Prof. Dr. Arnaldo Nogueira (FEA Usp e FEA Puc/SP)

Dia 23 de outubro

09:00 - Grupos:

1. Reforma do Estatuto

2. Organização Sindical e formas de luta

3. Conjuntura

12:00 - Almoço

13:00 - Apresentação dos relatórios dos Grupos

14:00 - Painel sobre a crise energética, com Prof. Dr. Carlos Vainer (UFRJ)

Dia 24 de outubro

09:00 - Plenária para aprovação de propostas sobre o Estatuto

11:00 - Plenária sobre Conjuntura

13:00 - Almoço

14:00 - Plenária sobre Organização e formas de luta

17:00 - confraternização e encerramento

Dia 23/10
Nova assembléia de Pós-graduandos, às 12h, no Fundão (Salão azul do CCS).
Pauta: Reajuste de Bolsas, Greve e Lei dos Pós-graduandos.

Assembléia Geral dos estudantes da UFRJ
23/10 - terça-feira
10:00 horas
Auditório do CFCH
Praia Vermelha
Pauta: vestibular



Movimento

Funcionários incorporam 100% da GAE aos salários

Incorporação da GAE e revogação da GDAE são as conquistas dos técnico-administrativos

Os funcionários técnico-administrativos podem terminar a greve nesta semana. O Informe da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), de 18 de outubro, dá o indicativo de saída unificada do movimento. Disso depende, é verdade, que o governo cumpra o calendário fechado na última reunião entre o comando nacional de greve da categoria e o ministério da Educação, com a conquista da incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) aos vencimentos dos servidores.

Na última sexta-feira (19/10, data de fechamento desta edição), o governo deveria liberar o pagamento e assinar um termo de acordo preliminar. Nesta segunda-feira (22/10), deveria ser enviado o Projeto de Lei de incorporação da GAE ao Congresso Nacional. Na terça, dia 23, os líderes da Câmara de Deputados devem se reunir para cuidar da tramitação e da aprovação do PL no

Congresso. No dia 24/10, as assembleias gerais da categoria poderiam deliberar pela volta ao trabalho e, em 25/10, seriam instalados alguns grupos de trabalho para analisar outros pontos da pauta de reivindicações.

A proposta, de acordo com o CNG da Fasubra, se efetivamente concretizada, além da incorporação da GAE, permitirá “um crescimento razoável da massa salarial da categoria, através do reajustamento dos diversos adicionais vinculados ao vencimento (anuênio, insalubridade, periculosidade, noturno, hora extra, entre outros)”. Ao mesmo tempo, vai estabilizar o vencimento básico de ativos, aposentados e pensionistas, livrando-os dos riscos de redução salarial a que estavam expostos, entre outros pontos.

Foi considerada pelo CNG-Fasubra uma vitória do movimento organizado a revogação da gratificação GDAE, associada à incorporação da GAE. Significa “a substituição da cultura individualista e da competição, associada à remuneração variável, pela idéia da avaliação de desempenho premiada no desenvolvimento na carreira, ou seja, significa uma vitória da nossa idéia

de universidade em contrariedade com a lógica produtivista que permeia a política governista”, diz um trecho do informativo da Fasubra.

Sintufrj realiza assembleia segunda

Segundo a imprensa do sindicato dos técnico-administrativos, os pagamentos dos trabalhadores das Unidades hospitalares da UFRJ foram pagos. A assembleia geral dos funcionários do HUCFF, no entanto, decidiu, na sexta-feira (19/10), manter a greve até que a categoria tome uma decisão conjunta. Mais de 200 técnicos do HU estavam presentes. O diretor do hospital, Amâncio Paulino, pressionou os trabalhadores e disse que retomaria as atividades abrindo novas admissões de pacientes. Os grevistas notificaram a Divisão de Admissão e Alta que permaneceriam com a escala de greve e a responsabilidade de qualquer incidente estaria nas mãos do diretor.

O Sintufrj realiza assembleia geral nesta segunda (22/10) e discutirá o indicativo de saída, a partir do resultado das negociações da Fasubra com o MEC, na semana passada.

Anote

Fórum Social Mundial 2002

Já estão abertas as inscrições para o Fórum Social Mundial 2002, que ocorre de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, em Porto Alegre. O II Fórum Social Mundial foi lançado nacionalmente no dia 11 de setembro, mesma data dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos. A tragédia norte-americana demonstrou a necessidade e a urgência de se buscar propostas alternativas para construir um mundo mais justo, democrático, sem violência e longe da desigualdade social. Por isso, a importância do Fórum Social Mundial cresce, cada vez mais.

Representantes de entidades e movimentos sociais podem fazer a pré-inscrição na página eletrônica do FSM 2002

(www.forumsocialmundial.org.br) até o dia 22 de outubro.

O Comitê-Rio do FSM vai realizar entre os dias 26 e 28 de outubro, na Universidade Cândido Mendes, centro do Rio de Janeiro, um evento que representa o início das mobilizações para o encontro de Porto Alegre. O Fórum Social do Rio de Janeiro pretende aprofundar a discussão sobre os temas mais relevantes para a superação das desigualdades sociais no país e também a inserção do país no cenário internacional. Temas como o atentado ao *World Trade Center*, a reação norte-americana, o Plano Colômbia e a ALCA certamente estarão presentes, ao lado de temas como a pobreza, o meio ambiente, a crise de energia, a segurança pública, o desemprego no Brasil.

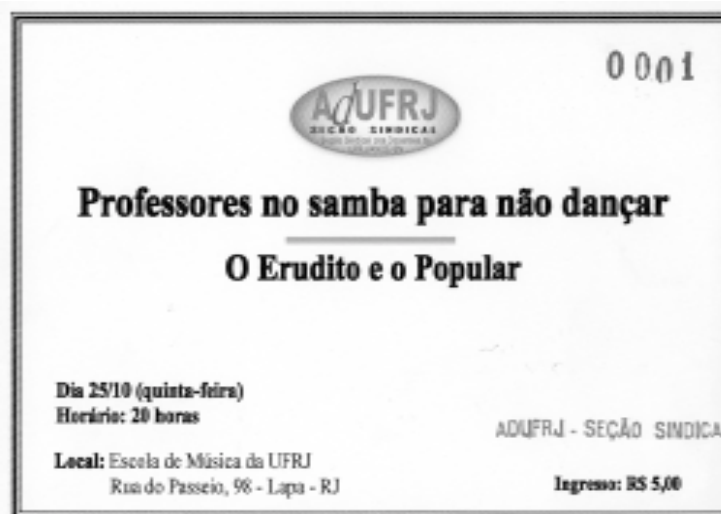
A abertura, na sexta-feira à noite, terá a presença de Bernard Cassen, editor do jornal *Le Monde Diplomatique* e um dos principais articuladores do Fórum Social Mundial, e de César Benjamin, do Movimento Consulta Popular, que reúne mais de 200 entidades. Nas manhãs de sábado e domingo, entre outros ilustres convidados, estarão a Juíza Maria Salete Macaloz, que destacou-se na luta contra as irregularidades cometidas nas privatizações brasileiras, e João Pedro Stédile, integrante da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Show para arrecadar dinheiro para o Fundo de Solidariedade da Greve

O show “Professores no samba para não dançar - O Erudito e o Popular” (ver convite ao lado) tem por objetivo maior arrecadar recursos para o Fundo de Solidariedade da Greve. A capacidade do Salão Leopoldo Miguez é de 1,1 mil lugares.

Colegas, convide seus amigos e familiares. A contribuição de vocês e deles é a garantia efetiva da força e da unidade da nossa greve. Está confirmada a presença de grandes nomes da música popular brasileira e, também, do corpo docente da Escola de Música da UFRJ.

Os telefones de contato para venda antecipada de ingressos são os seguintes: 9317-2565 e 3393-0799 (professora Selene Alves Maia, do Instituto de Matemática e integrante da comissão de Eventos Culturais do Comando Local de Greve) e 9772-5495 (estudante Isabel Mansur, do DCE e conselheira do CEG).



Movimento

Protesto e samba

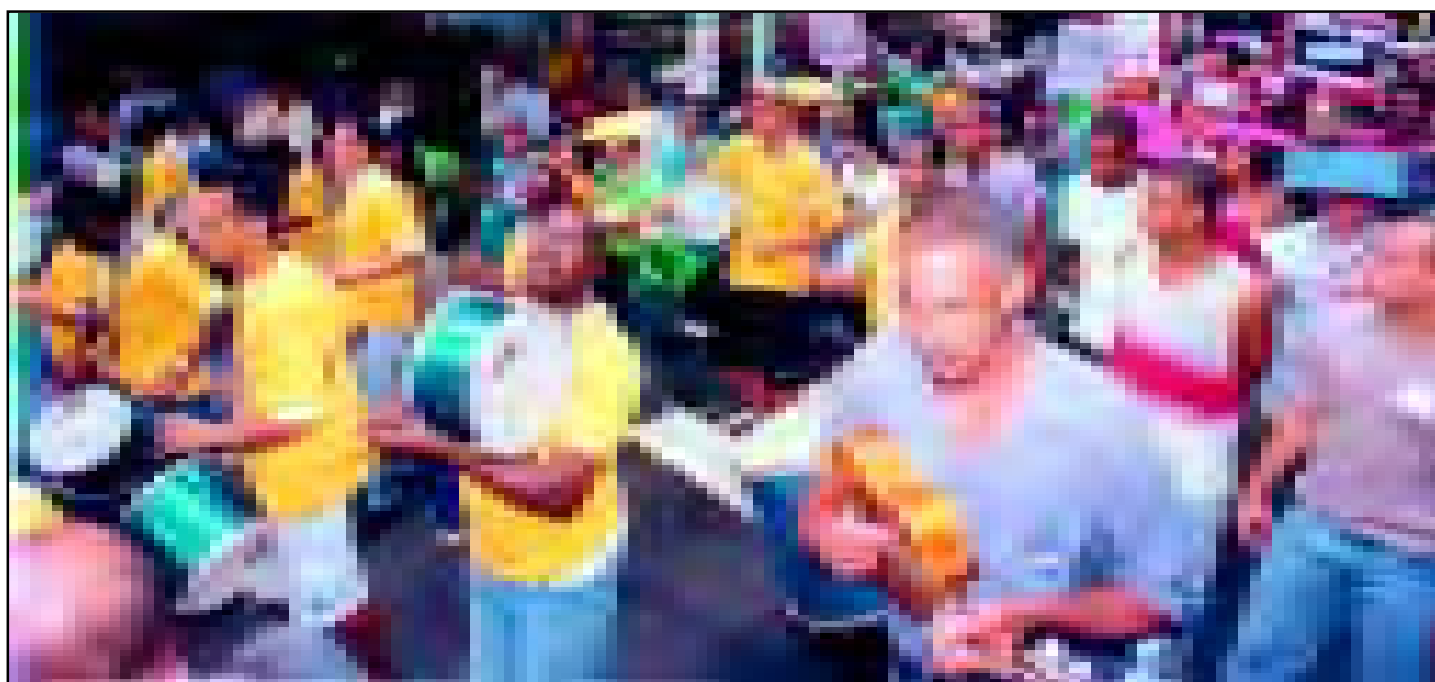
Passeata diferente no Centro do Rio. Manifestação reúne servidores públicos federais e uma escola de samba no Dia Nacional de Luta

O Dia Nacional das Categorias em Luta, organizado pela CUT-RJ, na última quarta-feira (17/10), teve uma manifestação diferente na Avenida Rio Branco. Professores, funcionários e estudantes da rede pública federal se fantasiaram com chapéus e sacos plásticos para mostrar a sua indignação com o governo. A greve dos servidores está completando três meses. A escola de samba Arranco do Engenho de Dentro levou parte de sua bateria para animar ainda mais a passeata. O samba-enredo "A Dimensão da Ferida", composto pelos próprios integrantes da escola, apresentava a revolta dos servidores com a falta de reajuste salarial há sete anos: "...Exijo mais respeito/Reposição do meu salário/Saúde, educação/E previdência...".

Além dos trabalhadores da educação, estavam presentes os funcionários da previdência, da saúde e dos Sindicatos dos Bancários, dos Portuários e dos Metalúrgicos. O representante dos bancários, Dário Cruz, falou sobre as reivindicações dos trabalhadores: "O governo não pensa no melhor das classes trabalhadoras. A flexibilização dos direitos trabalhistas, na CLT, prova isso. De alguma forma, sempre para favorecer o FMI, o poder executivo quer retirar uma parte do pouco que já recebemos com o nosso trabalho".

O presidente da CUT-RJ, Carlos Carvalho, reforçou a luta e a força de vontade dos servidores do Ministério da Educação que, mesmo com o pagamento de setembro cortado, não desistiram de suas reivindicações: "Não é por acaso que Paulo Renato quer derrotar os trabalhadores com golpes baixos como o corte de salários. Ele sabe que a classe trabalhadora não foge à luta, mesmo passando por dificuldades financeiras". Carlinhos também destacou a capacidade de união das categorias: "Esse ato é uma grande demonstração que a nossa greve está mais unificada do que nunca. Hoje estão aqui professores, estudantes, bancários, previdenciários, entre outros...".

A defesa da qualidade do serviço público federal continua sendo um dos principais motivos da paralisação das atividades dos servidores, como disse a representante



BATERIA ANIMOU A MANIFESTAÇÃO DOS SERVIDORES



PROFESSORES FANTASIADOS NO DIA NACIONAL DE LUTA

do Comando Estadual de Greve dos servidores públicos federais, Simone Costa: "Estamos contra o governo. Um governo que demonstrou uma extrema irresponsabilidade com o serviço público do país e que deseja o seu sucateamento. Vamos lutar pela nossa dignidade. A nossa greve continua e cada vez mais unificada".

Universidades federais compareceram em peso

Todas as universidades federais do Rio (UFRJ, UFF, UFRRJ e Uni-Rio) levaram seus representantes ao protesto. A Adufrj-SSind, juntamente de outras seções sindicais, patrocinou o evento. Foram confeccionados chapéus e as roupas utilizadas na manifestação. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), mesmo sem estar em greve, trouxe o seu apoio: "Estamos preocupados com os nossos companheiros das universidades federais com o corte de salários. Vocês têm o nosso apoio integral, pois nós também passamos por dificuldades nas negociações com o governador do estado. Esperamos que vocês não desistam das suas reivindicações. Amanhã (18/10), na Uerj encaminharemos uma proposta de um fundo de greve para angariar recursos para os ser-

nistros com a saúde da população foi revelada no corte de salários que trouxe os funcionários dos hospitais universitários à greve. A nossa resposta só pode ser dada com a continuidade da greve e o aumento da sua radicalização", disse a técnica-administrativa da UFRJ, Simone da Silva.

Marcha Mundial das Mulheres abriu a passeata

No mesmo dia em que completava um ano da primeira Marcha Mundial das Mulheres, o Comitê Estadual da Marcha organizou outra passeata que acabou se unindo ao protesto dos servidores públicos. Centenas de participantes e suas famílias distribuíram rosas e bolas lilás às mulheres que passavam pela Avenida Rio Branco, ao mesmo tempo que cantavam músicas como "Maria, Maria". Uma das organizadoras, Wanda Cunha, apresentou o objetivo do evento: "Estamos aqui porque queremos o fim do preconceito contra a mulher no trabalho. Merecemos os mesmos direitos trabalhistas que os homens. Também queremos o fim da violência contra a mulher que, em 70% dos casos, é cometida pelo seu próprio companheiro e que é tratada com impunidade pela Justiça".



vidores da educação que não receberam seus pagamentos", disse o diretor da Asduerj, Jorge Máximo.

O presidente da Regional/RJ do Andes-SN, Marcelo Badaró, falou sobre as dificuldades que o sindicato dos docentes está encontrando ao negociar com o governo: "O que o governo oferece ainda é um pequeno pedaço do que reivindicamos. Enquanto não houver uma solução para os salários este ano, a greve não acabará. Queremos os nossos salários de setembro e um reajuste decente que aconteça agora e não no ano que vem. Que credibilidade terá esse governo em suas promessas de reposições para 2002, se ele não respeita a saúde e a educação do país?". "O descaso do presidente e do mi-



Movimento

Parlamentares ratificam o apoio à greve

Em nova audiência, servidores federais apresentaram suas reivindicações na Alerj

As entidades do serviço público federal foram recebidas mais uma vez, na quinta-feira (11/10), pelos deputados estaduais do Rio de Janeiro, na Assembléia Legislativa. Durante a audiência, os parlamentares ratificaram o apoio à greve dos servidores e prometeram tentar abrir novas negociações com o governo em Brasília. Estavam presentes os deputados estaduais Chico Alencar (PT), Paulo Pinheiro (PT) e Carlos Minc (PT) e o deputado federal Jorge Bittar (PT), além de representantes da CUT-RJ, do Andes-SN, da Fasubra e dos alunos do Colégio Pedro II e do CAP/UFRJ.

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, destacou a importância do fortalecimento da greve no momento em que os salários são cortados: “Temos que



SERVIDORES E PARLAMENTARES ESTÃO UNIDOS NA GREVE

unir ainda mais o nosso movimento”. Cleusa também falou sobre o fundo de solidariedade para os docentes que estão com dificuldades: “Eu proponho novas alternativas, como atos e shows para uma maior arrecadação. Os trabalhadores devem continuar com dignidade na luta pelo

ensino público, gratuito e de qualidade”.

O presidente da Regional/RJ do Andes-SN, Marcelo Badaró, apresentou novas informações sobre as negociações em Brasília: “As nossas reivindicações, o concurso público, o reajuste salarial e a incorporação das gratificações tiveram como

resposta o corte de salários. A greve não é uma ameaça à ordem pública e social. Nós estamos defendendo o direito de greve e os movimentos sindicais. É fundamental o apoio dos parlamentares para se abrirem novas portas de diálogo com o governo”. O representante do DCE, Miguel Papi, falou sobre a intervenção do reitor da UFRJ na decisão do Conselho de Ensino de Graduação de adiar o vestibular: “Temos um reitor interventor que desrespeita um colegiado superior da universidade e que deseja realizar o vestibular nesse mês”.

Moção

Em moção aprovada na Alerj, em 2 de outubro, fica destacado o fato de que os servidores públicos federais tiveram seu último reajuste em janeiro de 1995. “São sete anos em que o governo federal concedeu gratificações variáveis que estão muito distantes de promover a necessária valorização profissional desses servidores”.

Servidores da UFRJ protestam em frente ao NCE

Reitoria força situação e folha de pagamento dos funcionários das unidades hospitalares é rodada separadamente

A Assembléia Comunitária de docentes, técnico-administrativos e alunos da UFRJ, antes marcada para o auditório do Centro de Tecnologia, acabou sendo realizada em frente ao Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), no prédio do CCMN (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza). A notícia de que a reitoria havia mandado rodar a folha de pagamento dos servidores dos hospitais da universidade em separado surpreendeu a comunidade da UFRJ. Centenas de trabalhadores e estudantes se uniram para impedir a entrada dos funcionários do NCE no edifício, enquanto representantes das entidades presentes davam os mais recentes informes da greve.

A coordenadora geral do Sintufrj, Neuza Luzia, falou sobre o andamento das negociações do MEC com a Fasubra: “O MEC já fala em atender três reivindicações nossas, mas a greve vai continuar enquanto o pagamento não sair. E se a ameaça de rodar a folha de salário dos funcionários dos hospitais continuar, o diálogo com o ministério será suspenso”. O presidente da



SANGLARD PEDIU SOLIDARIEDADE NA GREVE

Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também apresentou os informes da paralisação dos docentes: “Enquanto o governo acena com uma possibilidade de negociação com a Fasubra, o mesmo não acontece com o Andes-SN. Isso é uma aposta de que haverá uma divisão em nossa greve. Assim como rodar a folha em separado também é uma tentativa de enfraquecer o movimento. Agora, mais do que nunca, temos que nos unir, trabalhando juntos nas audiências em Brasília e em nossas atividades. E precisamos achar formas conjuntas de solidariedade para quem está passando por dificuldades financeiras”. Sanglard também leu uma nota feita no dia anterior (15/10), na reunião unificada de professores,

funcionários e estudantes da UFRJ, no Centro do Rio.

Imprensa esteve presente

Durante a manifestação dos servidores no NCE, jornais e redes de televisão compareceram no local. A representante da APG, Gilda Moreira, destacou o fato de a imprensa cobrir somente a briga pelo adiamento do vestibular e o fechamento dos hospitais universitários devido ao corte de salários, esquecendo-se de revelar as reivindicações de todo o funcionalismo público federal na luta por um ensino público de qualidade: “Temos que radicalizar a greve. A imprensa não pode tratar o movimento dos servidores apenas pelo corte de

pagamento. Temos que mostrar para a sociedade que a paralisação está desvinculada dessas duas questões, o vestibular e o salário retido”.

O representante do DCE, Daniel Sousa, também deu as mais recentes informações do Comando Unificado dos Estudantes: “Essa é a maior greve dos estudantes das instituições federais de ensino superior. Nós temos uma pauta de reivindicações que envolve a garantia de autonomia do movimento estudantil e o fim da lista tríplice nas universidades. Temos que mostrar nossa insatisfação com o governo e sua política para a educação”.

Salários são pagos

Apesar da mobilização, a folha de pagamento em separado para os funcionários dos hospitais acabou sendo processada. O coordenador do NCE, Sérgio Rocha, deu entrevista à imprensa garantindo que os sete discos com os nomes dos servidores seriam enviados aos bancos ainda naquele dia. Contrariando as informações que havia dado ao comando de greve dos funcionários, Sérgio disse que a analista responsável pelo processamento da folha iria terminar a operação fora do NCE. O coordenador havia dito aos grevistas que os procedimentos somente poderiam ser feitos naquele local.



Colegiados

Gattass diz para imprensa que acata decisão de Vilhena

Sub-reitor assume a política intervencionista e também desacata o colegiado que preside

Em nenhum momento, durante as mais de cinco horas em que presidiu a última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (17/10), o sub-reitor de graduação em exercício, Ricardo Gattass, questionou a autoridade do colegiado sobre as datas e o processo do vestibular da universidade. Ao contrário, sempre que argüido por algum conselheiro (a sessão foi conjunta com o CEPG e teve a participação de vários integrantes do Consuni), Gattass mostrava conhecer o estatuto da instituição e o regimento dos conselhos superiores, e confirmava que estas atribuições eram do colegiado. No entanto, ao ser entrevistado por alguns repórteres após a suspensão da sessão (esta passou a ser permanente), não vacilou em dizer que se tivesse que escolher entre a decisão do conselho e as ordens do reitor ficaria com as últimas.

“Não posso fazer uma ação de falsidade ideológica. Se o edital (com as novas datas) não for publicado, vou garantir a tranquilidade do vestibular”, disse aos jornalistas, repetindo praticamente todo discurso de seu ‘chefe’, bem no estilo ‘manda quem tem razão, obedece quem tem juízo’, uma de suas máximas tantas vezes repetidas ao longo de sua gestão nas sub-reitorias acadêmicas. Seu superintendente na SR-1, Átila Pantaleão, ao dar esclarecimentos à sessão conjunta sobre o andamento da execução do concurso disse claramente que fará o que o sub-reitor mandar, ou melhor, o que o reitor-interventor mandar.

Apesar da tentativa de Gattass de rediscutir o adiamento, os conselheiros do CEG, CEPG e Consuni aproveitaram a sessão conjunta para resolver que medidas tomariam em relação à insubordinação de Vilhena ao não publicar as novas datas. Os conselheiros estavam também indignados e ‘passados’ com as declarações dadas pelo interventor nas páginas amarelas da revista *Veja* (17/10/2001)

O sub-reitor também não foi poupado. Alguns conselheiros questionaram sua reputação ao permanecer em uma reitoria que desqualifica toda uma comunidade que atinge índices respeitáveis nas avaliações



CONSELHEIROS SE REVOLTARAM COM (MAIS UM) DESRESPEITO DO REITOR AO CEG

do próprio governo, como o Provão, ou da Capes e CNPq. Mesmo sem recursos. “Em todos os programas que a reitoria abriu (Prolig, PCO, Prograd e outros), a minha Unidade participou e ganhou projetos. Até hoje, não recebemos nada”, cobrou o representante do CCMN e professor do Instituto de Química, Sérgio Machado.

A representante docente do CCS, Ana Borralho, referendou as críticas. “Quando a Medicina recebeu o primeiro lugar no Provão, ele (Vilhena) foi o primeiro a ir no nosso gabinete tirar fotos para a imprensa”, atacou. “Estamos suportando a presença deste reitor desde 98. Este colegiado não é inseqüente. Ele (Vilhena) paga uma matéria nos jornais para impedir nossa decisão. Ninguém suspendeu, nos adiamos”, desabafou.

O presidente da Adufrj-SSind fez um das mais críticas mais duras às declarações do reitor-interventor. Sanglard questionou a legitimidade da reitoria e sugeriu que todos os colegiados da universidade (Congregações, Conselhos etc) se pronunciassem. “Nós não reconhecemos Vilhena como reitor, isto tem que ser dito pelos colegiados, congregações, conselhos e por todos os professores”, afirmou. “Ele não tem aporte acadêmico para fazer isso”, disse, fazendo referência aos desmandos do interventor. Para o presidente da Seção Sindical, a indignação dos colegiados chegou um pouco tarde. “Fomos chamados de loucos, em 98, quando

denunciamos a intervenção. Não temos que nos esconder atrás de burocracia ou da legislação. Ele (Vilhena) não comparece aqui porque tem medo, não tem argumentos e se intitula porta-voz da instituição”, afirmou.

As vozes do Consuni

O representante dos técnico-administrativos no Consuni, Fortunato Mauro, informou que o Sindicato dos Trabalhadores (Sintufrj) estaria disposto a entrar com uma ação jurídica em nome de estudantes da rede pública (do CAp/UFRJ e do Pedro II) contra os desmandos da reitoria. Sugeriu que os decanos, alguns presentes àquela sessão, fechassem os espaços dos *campi* para a realização de provas no dia 28 de outubro.

O decano Sérgio Fracalanza (CCS) disse que em seus 27 anos de universidade nunca havia assistido a uma crise como a vivida pelos servidores e estudantes. Fracalanza comentou a incapacidade de articulação acadêmica do reitor como um dos motivos para o estado de acefalia de duas das cinco sub-reitorias (Pessoal e de Graduação). A sub-reitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi, foi demitida por Vilhena na semana que passou. “A questão do vestibular é um dos inúmeros exemplos desta crise”, disse Fracalanza.

O sub-reitor comentou também a entrevista da *Veja*. “Sou um dos seis ‘futriqueiros’ ditos na revista (assim

Vilhena se referiu aos decanos). Isto não atinge só a mim, mas a todos os professores”, disse. Fracalanza lembrou que foi uma decisão política da reitoria não repassar mais nenhum recurso às decanias, desde 1998.

A centralização dos recursos nas mãos do reitor e do sub-reitor de patrimônio, Sérgio Arouca, foi considerada por muitos a instalação da política de ‘toma lá, dá cá’. Nos últimos três anos, a reitoria adotou a fórmula de tentar negociar verbas diretamente com as direções de Unidades para ganhar o apoio político inexistente na comunidade.

Para o decano do CCMN, Marco Antônio França, é muito pouco provável que ocorra alguma sessão do Consuni para tratar do vestibular onde, na sua opinião, a decisão do CEG seria referendada por unanimidade. Marco Antônio também comentou a situação das universidades federais. “Somos a bola da vez”, disse, afirmando que a política de desmonte do MEC é clara.

Para os representantes do Consuni que se manifestaram, as declarações de Vilhena seriam a construção de um caminho para uma nova intervenção. Em 2002, o Colégio Eleitoral deverá montar a lista tríplice com a indicação da reitoria. Os conselheiros avaliaram que, ao desqualificar a universidade pública (veja

Continua na página 9



Colegiados

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em Sessão Ordinária de 17/10/2001, aprovou:

As ementas da Atas do CEG dos dias 30/06, 3/10 e 10/10 de 2001, relativas ao Vestibular 2002.

A Comissão Executiva do Vestibular da UFRJ deverá divulgar na mídia as datas das provas do Vestibular de 2002, aprovadas pelo CEG em 10/10/2001, com o mesmo destaque e nos mesmos veículos em que foi publicada a nota do reitor, conforme o Artigo 28 do Edital nº 22, de 6 de junho de 2001.

Os membros do CEG entrarão com uma Notificação na Justiça Federal contra o reitor da UFRJ pelo descumprimento da deliberação do CEG, na sessão do dia 10/10/2001, relativa à fixação das novas datas de novas datas das provas.

Que a Comissão Executiva do Vestibular divulgue aos dirigentes da Universidade – Decanos e Diretores de Unidades – as datas das provas do Vestibular 2002, aprovadas em 10/10/2001.

Continuação da página 8

materia e manifestos nas páginas 10 e 11), Vilhena estaria tentando mostrar para o governo que é seu 'homem de confiança'. Foi sugerido que os colegiados iniciem o debate sobre o processo eleitoral da UFRJ para o ano que vem.

Ações jurídicas

Ao final, o CEG aprovou, entre outras medidas (veja quadro acima), os seus integrantes entrariam com uma Notificação na Justiça Federal contra o reitor pelo descumprimento do adiamento. A Notificação foi feita na quinta-feira, dia 18.

A Assessoria Jurídica da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) agendou uma audiência com o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Daniel Sarmiento, nesta segunda-feira (22/10), às 13h30. Na audiência, a seção sindical entregará uma representação judicial solicitando o adiamento das datas das provas do Vestibular 2002, conforme foi decidido pelo Conselho de Ensino de Graduação da Universidade. Ainda na audiência, será solicitada ao MPF que ajuíze uma Ação Civil Pública obrigando a UFRJ a adiar as datas do concurso.

A Adufrj-SSind convidará o Diretório Central dos Estudantes, o Sintufrj e integrantes do Conselho de Graduação para participar da audiência.

Colegiados realizam outra sessão e convocam imprensa

Estava marcada para sexta-feira (19/10) outra sessão conjunta CEG/CEPG, com convite aos conselheiros do Consuni, para discutir a crise institucional que incluiria vestibular, alocação de vagas docentes e proximidade com processo eleitoral para reitoria. Quinta-feira à tarde, Gattass desconvocou a reunião alegando 'distorções' na matéria publicada pelo jornal O Globo sobre a sessão do dia 17. O jornal teria anunciado que os colegiados entrariam com ações na Justiça pela destituição de Vilhena do cargo de reitor.

Este assunto não foi sequer pautado, mas ainda assim foi utilizado pela reitoria como desculpa para evitar que os conselheiros dos três colegiados superiores tivessem a oportunidade de articular medidas contra a insubordinação da reitoria no caso do vestibular. Como os colegiados CEG/CEPG são auto-convocáveis, os conselheiros decidiram realizar a sessão da sexta-feira.

Cerca de cinquenta representantes, incluindo integrantes do Consuni, compareceram. Em sessão conjunta, os integrantes do CEG decidiram solicitar aos decanos que informem aos diretores de Unidades as novas datas do vestibular em janeiro. O CEG solicitou também que os decanos e diretores tomem as medidas necessárias para fazer cumprir a decisão do colegiado. Ou seja, impedir, através do fechamento dos Centros e Unidades, por exemplo, que o reitor faça as provas no dia 28.

Coletiva

Uma coletiva para a imprensa foi convocada às pressas para a tarde daquela sexta-feira. As principais emissoras de rádio e TV e jornais compareceram. Os conselheiros explicaram, mais uma vez, os motivos do adiamento e a preocupação com a realização das provas neste domingo. Questões de segurança, violação de provas, falta de fiscalização (um terço dos fiscais são servidores, estão em greve e sem salários), entre outras, foram aventadas. Para a representante dos técnico-adminis-

trativos no Consuni, Ana Maria Ribeiro, a Comissão de Vestibular não tem como controlar 5.800 pessoas que estarão trabalhando durante a realização das provas. Para a conselheira, assim como para os demais presentes, Vilhena deverá ser responsabilizado por quaisquer danos que possam vir a ocorrer aos vestibulandos e por prejuízos financeiros e patrimoniais causados pela manutenção das datas.

Vilhena aposta no caos

Ana Maria Ribeiro informou que o Comando Local de Greve da UFMG, uma das universidades onde ocorreria provas para a UFRJ (este ano, o vestibular abrange outros estados), já decidiu e informou aos colegiados acadêmicos da federal de Minas que os *campi* não serão abertos para a realização de provas neste domingo.

Para o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, o reitor (e quem estiver com ele) está apostando no caos. Sanglard lembrou a todos que a entidade estará entrando com pedido de ajuizamento de uma Ação Civil Pública no Ministério Público contra a insubordinação e pela garantia do direito dos alunos de realizar as provas nas datas marcadas pelo colegiado acadêmico.

Aluno pode acionar reitor

Um candidato ao vestibular da UFRJ esteve presente durante a coletiva e disse estar disposto a entrar com uma ação na justiça para garantir seus direitos. O vestibulando é servidor da universidade e perguntou se havia possibilidade de a ação ser dirigida contra a pessoa de José Vilhena. A resposta dos presentes foi afirmativa. Basta uma liminar favorável a uma ação de um aluno que se sentir prejudicado pelo não adiamento para que as provas no dia 28 sejam anuladas.

Decano avalia situação da UFRJ

Durante a sessão conjunta, pela manhã, o decano do Centro de Tecnologia fez uma radiografia da situação institucional da

universidade. Para Oscar Acselrad, a reitoria de Vilhena estaria configurando, na prática, sua proposta de reforma estatutária e administrativa rejeitada logo no início da intervenção, ainda em 1998. Oscar lembrou que, no projeto de Vilhena, estava previsto o fim das decanias e que, desde que assumiu, o reitor-interventor não repassa nenhuma verba aos decanos, o que, de fato, minimiza as gestões. No projeto da reitoria, as sub-reitorias acadêmicas SR-1 e SR-2 virariam uma pró-reitoria, o que acabou se dando com a acumulação dos cargos pelo professor Gattass, que estaria funcionando como o pró-reitor.

Vilhena também queria emplacar o fim dos colegiados superiores, em especial do Conselho Universitário, criando um 'conselhão' acadêmico, formado de 'notáveis'. Este fórum se reuniria apenas uma ou duas vezes por ano. A realidade do órgão máximo da Universidade, o Consuni, estaria muito próxima disso. É sistematicamente desconvocado, o que lhe retira o poder de implementação das decisões acadêmicas. Este ano, o Consuni só foi convocado por Vilhena para aprovar o projeto que concorreu aos fundos setoriais do MEC e acabou levando R\$ 12 milhões, que são agora disputados pela SR-3, na figura do sub-reitor Maurício Arouca. Este, aliás está acumulando mais uma sub-reitoria: a de Pessoal (SR4), com a demissão da professora Maria Augusta Temponi, na semana passada. O decano do CT lembrou que está é mais uma das propostas implementadas 'na marra'. No do estatuto Vilhena, também estava prevista a junção da SR-3 com a SR-4. Seria criada a sub-reitoria de Administração, que ficaria nas mãos, é claro, do professor Arouca.

O decano, assim como os vários conselheiros presentes, chamaram a atenção para a estratégia maldosa e perversa da reitoria em realizar uma reforma sem a participação da comunidade, de forma autoritária e extinguindo, na prática, os colegiados que, de uma forma ou de outra, garantem a institucionalidade e o mínimo de democracia nas decisões da universidade.



Pesquisa feita com ouvintes da rádio CBN, durante a programação do dia 18/10, sobre a greve deu o seguinte resultado:

É justa, os professores ganham pouco 95%

É injusta, os professores ganham bem e trabalham pouco 3%
Não tenho opinião formada 1%



UFRJ

Vilhena dá entrevista lamentável

A revista Veja nº 41 deve ter publicado a mais lamentável entrevista da história da seção das chamadas "páginas amarelas". O entrevistado foi nada mais nada menos do que o reitor da UFRJ, José Vilhena. O interventor do MEC disse, entre outras barbaridades, que a culpa dos problemas da Universidade Pública é do corporativismo de professores e funcionários. Quando indagado sobre a responsabilidade do governo Fernando Henrique no sucateamento das instituições, Vilhena deu todos os sinais de submissão possíveis. Argumentou que "existe um esforço (por parte do governo). O orçamento vem sendo corrigido e há novidades como os fundos setoriais (...)". Ou seja, além de eximir o governo de qualquer parcela de responsabilidade, fez propaganda dos famigerados fundos setoriais, que atuam na universidade de acordo com a vontade dos interesses privados. No entanto, na hora de responsabilizar alguém pelos problemas salariais de professores do ensino médio, o interventor não titubeou:

"É claro que existe um problema salarial, e isso tem de ser resolvido com os governadores e prefeitos".

Vilhena atacou ainda as decanias e os índices de formação de alunos por professor. "Nas universidades federais, formamos um aluno por professor a cada ano". O interventor esquece de dizer que ele mesmo



**"ASSIM NÃO DÁ".
REALMENTE COM UM REITOR
ASSIM, NÃO DÁ.**

não forma sequer um aluno há muitos anos, desde que entrou na vida administrativa da UFRJ (diretor do IFCS, sub-reitor e reitor).

Aliás, a própria introdução da entrevista tem algum mérito ao citar sutilmente o pouco brilho acadêmico do interventor do MEC, que, aos 57 anos, "passou a maior parte de sua vida acadêmica longe dos holofotes".

O interventor disse que decanos e seus assessores "não fazem nada (...) fazem futrica o dia inteiro". Nas sessões conjuntas CEG/CEPG, com a participação de representantes do Consuni, entre eles, quatro decanos, foram ouvidas várias declarações de indignação quanto às declarações do interventor (veja matérias nas páginas 8 e 9). Para o professor e decano do CCS, Sérgio Fracalanza, por exemplo, o interventor não afrontou apenas os dirigentes ou seus assessores, mas todo o corpo docente da universidade.

Outro ponto importante a ser ressaltado do depoimento de Vilhena diz respeito à periodização, embora não seja nomeado assim na entrevista. Ao contrário da interpretação que os colegiados CEG e CEPG insistem em afirmar, o interventor prega sim um ano letivo de 200 dias úteis. Pior: argumenta que, caso isso fosse efetivamente realizado, a duração dos cursos poderia ser encurtada. Sobre este aspecto, o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind vem trabalhando e alertando sobre os prejuízos acadêmicos que um excesso de aulas num período menor de tempo irá causar à comunidade universitária.



Resenha

Dez programas de pós-graduação no Brasil estão iniciando um projeto piloto para tentar diminuir o tempo de duração do mestrado, que passa de dois anos para um. A redução faz parte da Pós-Graduação Integrada, uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para acelerar a chegada do aluno ao doutorado. Os escolhidos serão estudantes com bom desempenho e que têm intenção de ingressar no doutorado. O CNPq oferecerá a opção para os programas que têm, no mínimo, nota 6 da Capes. A decisão final de acelerar ou não os cursos é das Universidades, mas as agências financiadoras têm grande influência porque a grande maioria dos alunos recebe bolsas com prazos definidos. Será esta mais uma iniciativa para produzir números de produtividade para o MEC? A qualidade dos bons alunos não será afetada?

Por unanimidade, o plenário da Câmara, em 10/10, aprovou o projeto de lei nº 4.938/01, que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O relator da proposta, deputado Fernando Gabeira (PT-RJ), disse que "a criação do Instituto é fundamental para desenvolver o nosso projeto de biotecnologia e vai dar ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro a possibilidade de pesquisar a Mata Atlântica".

Matéria de O Estado de SP (4/10) informa que o desmatamento de florestas no Brasil é o maior do planeta em números absolutos. Apesar de possuir uma das maiores coberturas florestais do mundo, o país perde todos os anos 0,4% de sua floresta, ou seja, 2,3 milhões de hectares. A taxa é o dobro do índice médio mundial nos últimos dez anos.

Deu no Informe JB, de 14/10: "A estatística é do filósofo francês André Glucksman, em entrevista ao jornal espanhol El País: dos mortos na Primeira Guerra Mundial, 80% eram militares e 20%, civis. Na Segunda Guerra, o placar empatou. E, nos conflitos nos anos 90, a cada 10 cadáveres, oito eram de civis."

Deu no O Globo (19/10) que o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Município vai estudar medidas judiciais para que o reitor da UFRJ cumpra o adiamento do vestibular 2002. Na mesma matéria, o jornal repercute as declarações de Vilhena de que pretende usar o 'convencimento' para evitar que alunos que se sintam prejudicados não tentem impedir a realização das provas neste domingo (28/10). O interessante é que Vilhena não aparece em nenhum dos fóruns universitários, colegiados, assembleias ou debates para 'esclarecer' absolutamente nada sobre o assunto.



Nosso Bolso

Salários estão muito defasados

Os salários dos professores das universidades federais estão muito defasados em relação aos das universidades estaduais e privadas em São Paulo. Um professor titular e doutor de uma universidade federal recebe R\$ 3.169,53, já com a GAE (uma gratificação uniforme para todos). Em uma das três estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), ele receberia R\$ 5.554,46. Em todos os casos, há regime de dedicação integral à docência. Em 39 universidades privadas em São Paulo, onde o professor recebe por hora-aula, o salário médio é de R\$

6.505,50 por 40 horas semanais. Na Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), o maior salário de um professor titular é de R\$ 8.865,21 por 40 horas semanais - mais que o dobro de um professor federal.

A tabela salarial publicada pelo jornal O Globo, nesta terça-feira (16 de outubro) dá o valor de cerca de R\$ 4.860 para um titular DE doutor, mas não explica que isso só ocorre se o docente conseguir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) de forma plena (140 pontos).

Anote

Ciclo de palestra na FACC

Os professores da FACC convidam para o ciclo de palestras que será realizado nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2001. O ciclo tem por objetivo, através da apresentação da produção acadêmica dos docentes, angariar fundos para os funcionários da Faculdade, que estão com os salários retidos pelo governo. Será solicitada uma contribuição de R\$ 5,00 (cinco reais) para o público presente. As palestras do ciclo ocorrem sempre entre 19h e 20h30, na sala 229, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/FACC, que fica na Av. Pasteur, 250, Urca.



Manifesto

Comunidade da UFRJ repudia entrevista de Vilhena

Foram lidos na Assembléia Geral de 16/10 os manifestos dos professores do IFCS e da assembléia comunitária da Praia Vermelha, realizada em 15/10, sobre a entrevista de Vilhena concedida à revista Veja da semana (ver matéria da página 10). Abaixo, os documentos, na íntegra.

“MANIFESTO DE DESAGRAVO

Professores e estudantes da graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunidos em Assembléia Comunitária, às 14:00, do dia 15 de outubro do corrente ano, no *Campus* da Praia Vermelha, analisaram a entrevista concedida as páginas amarelas da Revista Veja, edição 1722, ano 34, n.41, de 17 de outubro de 2001 e, concluíram pelo seguinte:

1. A UFRJ é de fato “a maior e uma das mais antigas universidades do país”, com mais de 25.000 alunos, 3000 professores e 9000 funcionários, com uma média de 8,3 alunos por cada professor

2. O interventor José Henrique Vilhena, foi o candidato menos votado na lista tríplice encaminhada ao MEC que, sem nenhum pudor democrático, o escolheu a revelia da grande maioria da comunidade acadêmica

3. A sua fala expressa claramente o projeto de educação superior monitorado pelo FMI e pelo Banco Mundial para o ensino universitário dos países do terceiro mundo, sendo a UFRJ no Brasil o laboratório experimental e o interventor Vilhena e seus asseclas a massa de manobra desse projeto. Ademais, este projeto se caracteriza pela privatização, pela massificação do ensino, pelo aligeiramento da formação, pela desresponsabilização do Estado e sua substituição pelo voluntariado da sociedade civil, pela parceria com empresas, pela aferição da qualidade pela quantidade, tornando a universidade refém do mercado e colocando em xeque o financiamento público do ensino superior. Assim sendo, essas estratégias políticas utilizadas pelo governo federal colidem frontal-

mente com o projeto de universidade defendido por amplos setores da sociedade civil comprometidos com a defesa da universidade pública e gratuita.

4. A luta pela universidade pública, gratuita, democrática, a serviço das necessidades sociais do país, e não apenas do mercado, não se constitui numa luta em defesa de um pseudo corporativismo. Ao contrário, do que foi noticiado, reivindica melhores condições de trabalho, salários dignos e a manutenção e ampliação da educação do ensino superior

5. Em nome da eficácia mercantil, se desqualifica o papel acadêmico exercido pelas decanias, chegando ao cúmulo de macular a honra de dignos homens da ciência, reconhecidos internacionalmente. Desse modo, repudiamos a injustiça cometida pelo interventor da UFRJ e, apresentamos o nosso respeito a tão dignos mestres pela dedicação e compromisso com a produção e socialização do conhecimento.

Sem mais, subscrevemo-nos”.



Cartas

Foi lamentável a forma e o conteúdo escolhidos pelo ministro da Educação para agradecer os professores. Não podendo dirigir-se diretamente a eles, sem correr o risco de passar novamente por constrangimentos, optou por usar verbas de propaganda do Ministério (segundo O Globo - 13/10/2001, são R\$ 20,9 milhões só este ano), que correspondem a 2/3 das verbas anuais de custeio e investimento da UFRJ. Quanto ao conteúdo da nota, é inteiramente sofista.

Corrigindo algumas inverdades publicadas na matéria paga: (1) - “O notável esforço de inclusão que foi feito nos últimos anos...”. Ora, quando o sr. Paulo Renato nem sequer era ainda ministro, o saudoso professor Sérgio Costa Ribeiro afirmava que “com 96% de crianças matriculadas, o acesso à escola está virtualmente universalizado” (Revista Veja - Edição comemorativa dos 25 anos. Título do artigo: “Construindo o saber”, autor: Sérgio Costa Ribeiro, 1993) e que, conforme argumentava com dados não distorcidos nesse e em outro artigo “A pedagogia da repetência”, publicado na mesma época, o problema educacional brasileiro está na falta de qualidade. E aí perguntamos, como pode a referida nota ministerial afirmar que (2) - “A educação brasileira está melhorando muito” se, por exemplo, só por conta de ameaças absurdas veiculadas na mídia, era de 37 anos, até 1996, a média histórica do tempo de serviço dos professores da UFRJ enquanto que hoje ela tangencia o limite legal prático (em torno de 28 anos, considerando o gênero), com o agravo de que só naquele ano (1996) a UFRJ perdeu mais de 100 doutores ativos. Sabe a população brasileira quanto custa e quanto tempo leva para formar um doutor?

E confesso que o meu dia do professor se estragou de vez quando li (3) - “Elas (as escolas) deixaram de ser um privilégio das elites e se abriram para os que antes ficaram de fora: os pobres, os negros, ...”. Fazer uma afirmação dessa chega a ser, no mínimo, deseducativo.

Teria muito mais a dizer, mas por não ser pago, o espaço aqui é curto e, também, sujeito a cortes.*

Marcos Elia

Professor adjunto aposentado do Instituto de Física

* A carta, originalmente, foi enviada à redação de O Globo

Manifesto do IFCS

“Nós, professores e pesquisadores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ manifestamos nossa perplexidade face à entrevista do nosso colega e atual reitor, Prof. José Henrique Vilhena de Paiva, à revista VEJA (7 de outubro de 2001, edição nº 1722, ano 34, nº 41, pp 9-13).

Com anos de trabalho no IFCS, de onde é originário lotado o Prof. Vilhena, não reconhecemos em nossa universidade a instituição tão cruelmente descrita ao público pelo reitor. Talvez a universidade que administra não seja mesma na qual trabalhamos. A UFRJ é hoje conhecida nacional e internacionalmente como uma instituição de ponta na pesquisa científica e na formação acadêmica, com núcleos de excelência reconhecidos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, pelo CNPq, CAPES, FINEP e FAPERJ. Áreas como a medicina, as engenharias, as ciências sociais, letras, comunicação e outras são consideradas como as melhores do Brasil.

Nossos professores, colegas do Prof. Vilhena são conselheiros, observadores e consultores de órgãos públicos e privados no país e no exterior. Nossos alunos são regularmente aprovados com os primeiros lugares em concursos públicos, desde o magistério até a magistratura. Os diversos Laboratórios (*das ciências formais, empírico-formais e hermenêutica*) da UFRJ possuem convênios de cooperação internacional com praticamente todos os países e centros produtores de saber, tais como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Japão, Bélgica, Grécia e Itália. Em nossas salas de aula atuam professores e pesquisadores de todo o mundo e nossos professores são regularmente convidados por estes principais centros mundiais de pesquisa.

Tais fatos, de conhecimento público, desmentem as informações prestadas, como verdadeiro desserviço a UFRJ, por nosso colega e atual reitor. Por suas declarações na entrevista fica

claro que o reitor desconhece inteiramente a nossa universidade. Na verdade, a UFRJ – malgrado as péssimas condições de infra-estrutura – avança e aprofunda suas pesquisas e a formação de seus alunos.

Talvez o desconhecimento que o nosso colega e atual reitor manifesta sobre a UFRJ decorra do longo tempo em que ocupa “funções gratificadas sem qualquer função acadêmica” (prof. Vilhena - Entrevista VEJA), sem contato com a sala de aula, com publicações científicas, com a orientação de teses ou com projetos de pesquisas.

Assim, nós, professores do IFCS, convidamos o nosso colega reitor da UFRJ a inteirar-se do trabalho efetivo dos professores, pesquisadores, alunos e funcionários em prol de uma educação abrangente, criativa e de qualidade para a sociedade brasileira realizado todos os dias dentro de nosso instituto e de nossa universidade.

Rio de Janeiro 14 de outubro de 2001”



Opinião/Márcio Amaral*

O papel dos HUs em um Sistema Integrado de Saúde

Duas das unidades hospitalares da UFRJ protagonizaram nos últimos meses, em sua relação com o Sistema Único de Saúde, dois episódios lamentáveis: o Instituto de Ginecologia teve seu contrato de prestação de serviços rompido a partir de comprovação de denúncias de cobranças e irregulares por procedimentos; e o HU suspendeu o atendimento (muito precário, é verdade) a emergências, o que tem motivado grandes propostas da comunidade acadêmica.

O primeiro caso, lamentável sob todos os aspectos, não será objeto de estudo neste artigo mas há que se registrar a constatação de que aquele Instituto tornar-se-á inviável sem aquele convênio e, ainda, que uma unidade da UFRJ não deveria ser tratada como uma “cliniqueta” qualquer, até porque ela, originalmente, não tem fins de lucros particulares. Isto, por si só, deveria servir de motivo para que os gestores do SUS procurassem junto à Universidade uma solução que não prejudicasse a comunidade que é assistida naquele Instituto. Por outro lado não nos parece muito honesto da parte da Reitoria aproveitar-se, a exemplo dos “pescadores de águas turvas”, de uma situação como aquela para tentar levar a efeito seu interesse em desativar aquele Instituto.

No caso do fechamento da Emergência pela direção do HU, há muitas questões cujo aprofundamento é imprescindível para que qualquer sistema de saúde (não apenas unificado, mas também integrado), venha a funcionar de forma satisfatória.

O principal argumento da direção do HU para justificar aquele ato é o de que os HUs devem voltar-se para os procedimentos terciários e quaternários (os de maior complexidade) e tal argumento esteia-se no falso dilema que sempre aparece no meio universitário entre ensino e assistência. Assim o HU seria uma ... “instituição de cunho acadêmico (tendo) como atividade fim não somente a assistência mas principalmente (grifo nosso) o ensino e pesquisa ...” (Contrato de Metas HUCFF-UFRJ). Ninguém nega aos HUs o seu caráter de ensino, entretanto, uma vez que em medicina aquilo que se ensina deve ser fundamentalmente o



como bem atender pode-se concluir que não existe bom ensino sem bom atendimento especialmente em unidades que têm participação fundamental no ensino de graduação, como é o caso do HUCFF. Ou seja, no caso do nosso HU, não dispor de unidade de atendimento de emergência, além de representar uma omissão em relação à população da região, é uma omissão em relação à formação dos seus próprios estudantes e à perpetuação da situação que obriga os estudantes à feitura de esforços isolados para obter a tal “formação” junto às unidades de emergência municipais e estaduais.

A direção do HU demonstra sua preocupação com o problema no mesmo documento já citado, só que a solução por ela proposta somente pode resultar em fracasso. Senão, vejamos: propõem eles um “Plano de Co-gestão técnica com o serviço de Emergência do Hospital Municipal Paulino Weneck”. Em poucas palavras, os docentes, residentes, alunos do HU juntar-se-iam aos profissionais de saúde do HMPW para a aplicação de um “padrão de atuação assistencial comum ... “(idem). Pode alguém acreditar que um modelo de gênero tenha alguma chance de funcionar a

conteúdo? O que é uma “Co-gestão técnica”? É uma discussão entre os professores do HU e os médicos do HMPW para a escolha das condutas? De quem serão as responsabilidades éticas e legais pelos procedimentos? Em verdade, a consequência seria, certamente, uma “Congestão-Técnica”.

Um pouco mais adiante, diz o mesmo documento que o tal plano de “Co-gestão” deveria investir em “...profissionais médicos que acompanharão os plantões... com função principal de supervisão de residentes e alunos...” Aqui já desaparece a figura do professor. Que qualificação teriam os citados “profissionais médicos” para exercer a referida “supervisão”?

A tendência, em tal situação, é a repetição do antigo descompromisso da Faculdade com a preparação dos seus alunos para atendimento de emergência e ainda à deformação dos tais “profissionais-médicos”. Existe alguma coisa mais antipática do que os tais “profissionais” serem apenas supervisores de residentes e alunos, em vez de terem obrigação de agir nas emergências (coisa que, aliás, também se deveria esperar dos professores)? É fácil de imaginar o quanto uma situação do gênero geraria mal-estar en-

tre os profissionais do HMPW.

Mais adiante, a megalomania que envereda para o quase ridículo. Pensam os redatores do referido “Contrato de Metas” que o modelo por eles proposto “...poderá servir de piloto para um possível padrão a ser adotado em nossa cidade”. Quem sabe senão para o país e para o mundo?

Só podem servir de exemplo aquelas instituições que assumem plenamente suas responsabilidades e mantêm esforço permanente do seu próprio aperfeiçoamento. Não é o que se verifica no referido projeto, o qual apenas reforça a velha tendência a um certo descompromisso de Faculdade para com a formação dos seus alunos no que se refere ao atendimento às emergências. É bom que se observe que a Direção da Faculdade de Medicina está participando dos esforços da reabertura de uma emergência digna do nome no HUCFF).

Por fim, entendemos a preocupação e o medo da direção do HU com o risco daquele hospital vir a ser “devorado” pelos atendimentos, as emergências. Temos do outro lado da baía, com o Hospital Antonio Pedro, um exemplo bem vivo de como um HU pode ter comprometida sua qualidade pelo excesso de demanda àquele tipo de atendimento. Por outro lado, vivemos em nosso país, especialmente no que se refere à saúde, uma situação de tal forma perversa, que os serviços que atendem bem tendem a atrair uma demanda quase predatória. A solução para esse problema não há de ser certamente, uma auto-proteção que implique na omissão ao desempenho de seu papel social. Aliás, é essa omissão de alguns que gera a sobre-carga de outros. É por isso que reforçamos ser a denominação Sistema Único de Saúde insuficiente. É imprescindível que ele seja integrado e, em tal integração, a Universidade deve exercer um papel fundamental. Mas para que isso aconteça, é imprescindível que ela assuma suas responsabilidades não somente com aqueles que ela forma, mas também com a população que a sustenta e dela precisa.

* Prof. Adjunto da UFRJ e Diretor Clínico do Instituto de Psiquiatria da UFRJ

23 de outubro de 2001

Informativo da Adufrj-SSind

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala

200 Ilha do Fundão - CEP: 21944/970

Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ

Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

Edição e texto: Comunicação Sindical Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Procurador vai acionar Vilhena

Ação Pública será impetrada esta semana para garantir alunos das escolas federais no vestibular da UFRJ

O Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Daniel Sarmiento, aceitou entrar com uma Ação Civil Pública contra a reitoria da UFRJ. O reitor José Henrique Vilhena insiste em realizar a primeira bateria de provas do vestibular 2002 neste domingo, 28, contrariando a decisão do Conselho de Ensino de Graduação de adiar as provas para os dias 22 e 27 de janeiro e 3 de fevereiro.

O presidente da Seção Sin-

dical dos Docentes da UFRJ, José Henrique Sanglard, e representantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) convenceram o procurador da necessidade do adiamento das provas. A representante do CEG, professora Ana Lúcia Souto Mayor, esclareceu que a intenção do adiamento sempre foi garantir que todos os estudantes possam fazer as provas em iguais condições, o que não aconteceria nas datas anteriormente marcadas com as universidades e colégios fe-

derais em greve. A decisão do adiamento foi tomada pelo CEG há três semanas, no dia 3/10, tempo suficiente para que a Comissão Executiva do Vestibular parasse os procedimentos e reformulasse o calendário de execução das provas (organização de bancas, de equipes de fiscalização, impressão de provas etc).

O fato de o reitor não acatar a decisão do conselho superior acabou gerando uma situação de intranquilidade para professores e alunos da rede

pública e particular. Foi comunicado ao procurador que o CEG notificou na Justiça Federal o descumprimento de sua decisão pelo reitor. Esta notificação tem a função de responsabilizar Vilhena por quaisquer prejuízos e danos, morais ou materiais, que possam ocorrer, caso as provas não sejam, de fato, adiadas.

A audiência com o procurador ocorreu no início da tarde de ontem (22/10), no Ministério Público Federal, no Centro.



Atividades da semana

Assembléia Geral

Pauta: Avaliação da greve; Adiamento do vestibular
Quinta-feira, 25/10
13:30 horas
Auditório do Centro de Tecnologia - Ilha do Fundão

Professores no samba... para não dançar

O Erudito e o Popular

25/10 20:00

R\$ 5,00

Local: Escola de Música da UFRJ

Rua da Passagem, 98 - Lagoa - RJ

(Ponciano - Expresso Popular)

Apenas três seções sindicais aprovaram reajuste nas gratificações

O último Comunicado do CNG/Andes-SN (nº 18) afirma que o movimento docente não está disposto a abrir mão da incorporação das gratificações. A grande maioria das seções sindicais não aceitou o reajuste de 30% nas GED e GID. Trinta e cinco rejeitaram e querem a incorporação das mesmas. Quanto à negociação sem o pagamento do salário de setembro: das que se posicionaram, 17 dizem que é possível sentar à mesa de negociações nesta situação. Outras 15 seções indicaram que o pagamento é uma condição para o reestabelecimento de negociações.

Na avaliação do Comando Nacional, a perspectiva de

vitória parcial da Fasubra e do retorno dos técnicos ao trabalho nesta semana não configuram qualquer tipo de enfraquecimento da greve. Ao contrário, para o CNG, a resposta das assembléias das seções sindicais foi firme e a greve dos docentes ganhará ainda mais visibilidade. Para o CNG, o argumento da limitação orçamentária para a incorporação das gratificações deve ser combatida. Existe dinheiro que é gasto pelo MEC em propaganda e outras despesas superfaturadas, segundo a nota do Comando. O remanejamento de recursos do Orçamento depende de vontade política do governo.

Ministro apela para a divisão do movimento

O ministro Paulo Renato está jogando cada vez mais “pesado” com o movimento docente. Em carta aberta enviada aos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior no dia 22/10, o representante do MEC está apostando numa divisão dos professores. Em determinado trecho da mensagem (que foi enviada aos endereços eletrônicos aos quais o ministério tinha acesso), Paulo Renato reclama da falta de diálogo com o Andes-SN. Como se o Sindicato tivesse cortado o salário dele!

Ainda no documento, Paulo Renato se diz respeitador do movimento sindical, na condição de ex-presidente da Adunicamp (seção sindical dos docentes da Unicamp). Mas não comprova isso ao longo do texto: “Face à dificuldade das negociações com o Andes, que poderá levar a retirada da proposta

de remanejamento do orçamento por parte dos parlamentares, aceitaremos a decisão independente de cada uma das diversas Associações Docentes, mesmo que não haja uma decisão unificada de todas as IFEs. As Unidades Acadêmicas poderão também informar à reitoria o indicativo com data de retorno ao trabalho. Quando do envio dessa informação pelo Reitor ao MEC, o pagamento destas unidades será automaticamente liberado”. Enfim, uma clara manobra divisionista que não encontrará eco no movimento docente.

Resposta do Comando Nacional de Greve

Não tardou a resposta do Comando Nacional de Greve à iniciativa do ministro. No dia seguinte ao envio da mensagem ministerial, o CNG lançou

uma nota na Internet (www.andes.org.br/comunicados.htm) na qual rechaça a possibilidade de tratamento diferenciado para esta ou para aquela instituição. “Os delegados das seções sindicais em greve, eleitos em Assembléias Gerais, reiteram a unidade do movimento; ratificam as concepções e práticas históricas do movimento docente no sentido da democracia e do pluralismo; reafirmam ainda o Comando Nacional de Greve como o único e legítimo representante do movimento docente cabendo-lhe, exclusivamente, a direção política, a interlocução e a negociação com o governo, a partir das decisões das Assembléias Gerais das Seções Sindicais do Andes-SN”, diz um trecho da nota.

Universidades estaduais também apóiam greve dos SPF

Professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj e Uenf) se reuniram na segunda-feira (22/10), no hall dos elevadores do campus Maracanã, para ratificar a solidariedade à greve dos servidores públicos federais. Durante o ato, os organizadores entregaram uma carta com explicações à comunidade acadêmica: “Apesar do endurecimento do governo e das posturas vergonhosas de FHC e Paulo Renato (...) as direções do movimento têm demonstrado estarem à altura dos desafios e das tarefas que lhes estão sendo postas”, dizia um trecho do documento.

O diretor da Asduerj (Associação dos Docentes da Uerj) Jorge Máximo lembrou que a greve é em defesa do ensino público do país que se encontra ameaçado pela política do governo FHC, seguida pelo governador do estado, Anthony Garotinho: “Assim como os companheiros das instituições federais, também estamos lutando por um ensino público, gratuito e de qualidade”. “Somos

todos um só movimento, somos todos trabalhadores da educação. A defesa do serviço público e da educação pública é o dever de cada cidadão brasileiro. Essa é uma luta de toda a população”, disse a presidente da Asuerj (Associação dos Servidores da Uerj), Perliciana da Costa.

O representante da Uenf, Constantino da Silva, apresentou os problemas que a universidade e seus funcionários vêm enfrentando em busca da sua autonomia: “Ficamos 48 dias em greve e, logo no segundo dia de paralisação, Garotinho mandou cortar nossos salários de agosto. Já voltamos a trabalhar e até agora não recebemos os pagamentos de setembro e de agosto. O governador já recebeu uma ordem para enviar um projeto de lei à Alerj que transforme a Uenf em uma verdadeira universidade, mas ainda não o fez”.

Os servidores estaduais terminaram o ato prometendo organizar mais manifestações a favor da greve das instituições federais.

Reitoria paga cargos de direção, HU e Medicina

Os professores que ocupam cargos de direção ou funções gratificadas receberam os salários de setembro na semana passada. A reitoria apostou na divisão da categoria e conseguiu rodar a folha de pagamento dos funcionários do HUCFF em separado. Aliás, todos os professores da Faculdade de Medicina também foram pagos, já que a reitoria não conseguiu separar quem estava alocado no hospital e quem estava na Unidade de ensino.

Alguns docentes, no entanto, não se conformaram com esta arbitrariedade e depositaram parte do pagamento no Fundo de Solidariedade da Greve (FSG), como forma de empréstimo. Um professor que não quis ser identificado depositou todos os R\$ 4.131,89 recebidos no fundo. “Estou em greve como todos os outros. Não é justo eu receber o salário enquanto os outros não recebem nada”, disse. O professor disse que pôde fazer o empréstimo porque tinha reservas e podia passar este mês sem o pagamento. “Cada um disponibiliza sua solidariedade da sua forma e com as suas possibilidades. Se estivesse precisando de todo ou parte do salário, neste momento, não poderia ter feito o empréstimo”, complementou. Vários docentes aposentados e da Faculdade de Medicina também estão fazendo depósitos.

Eleição para reitor na USP

A Universidade de São Paulo já vive o clima de eleição para reitor. Existem nove candidatos para o pleito que será realizado em duas fases: na primeira, em 24 de outubro, um colégio eleitoral formado por representantes de professores, funcionários e alunos elege os oito professores titulares mais votados; na segunda fase, em 9 de novembro, o colégio eleitoral e o Conselho Universitário elege, entre os oito, uma lista tríplice, a partir da qual o governador indicará o sucessor do reitor. O grande tema que está mobilizando os “reitoráveis” e a comunidade acadêmica é a relação da USP com as fundações de apoio. Apenas um candidato, o professor da ECA (Escola de Comunicação e Artes) Jair Borin, defende o fim das fundações, que prestam consultoria privada e mantêm cursos remunerados, entre outras atividades - em alguns casos, utilizando infra-estrutura física e professores da USP.

Câmara aprova anistia para os petroleiros

Sessenta e oito funcionários da Petrobras que foram demitido por causa da greve de 1995 e outros 12 que foram punidos na paralisação de 1994 estão próximos da anistia. O plenário da Câmara aprovou na semana passada o projeto de lei nº 113/99, do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), que concede anistia a trabalhadores punidos por realização de greve. O petista adiantou que na semana que vem vai conversar com as lideranças partidárias do Senado para conseguir a urgência para o projeto e evitar a sua tramitação pelas comissões.

Meneguelli lamentou que seja necessário projeto de lei para assegurar direitos constitucionais. “O direito à associação, ao livre exercício das atividades sindicais e o direito de greve são garantidos pela Constituição e é um absurdo que sejam utilizados para fundamentar demissões”, ressaltou. A proposta aprovada garante a reintegração dos petroleiros, a recuperação dos direitos previdenciários e a contagem do tempo em que eles ficaram afastados para fins de FGTS e aposentadoria. (Fonte: Informes PT)

Assembléia Geral

29 de outubro
segunda-feira

13:30 horas

Auditório do CT
Ilha do Fundão

Pauta

Avaliação da greve
Adiamento do vestibular
Eleição para delegados
para a VI Plenária
Estatutária da CUT

**MEC recua diante
da força da greve**
Página 2

**Colegiados
encaminham
esclarecimento ao
ministro da
Educação**
Página 5

**Universidades
estaduais também
apóiam greve dos
SPF**
Página 7

**Show reúne
comunidade
acadêmica da UFRJ**
Página 8

Professores
em greve
para não
apagar o
futuro!

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 42 • 29 de outubro de 2001

Greve continua

Kelvin Melo



CHEIO, AUDITÓRIO DO CT VOTA CONTINUIDADE DA GREVE NA UFRJ

A semana que passou foi marcada pelas audiências do Comando Nacional de Greve com representantes do MEC e pela briga judicial em torno do adiamento do vestibular. Na maior assembléia (25/10) desde a deflagração da greve, com mais de trezentos docentes presentes, foi reafirmada a continuidade da greve. Os docentes aprovaram também o estado de assembléia permanente, o que significa que uma nova AG poderá ser marcada sem a necessidade de convocação com quarenta e oito horas de antecedência. Páginas 2 e 3



Até o fechamento desta edição (26/10), estava cassada a liminar que garantia o adiamento do vestibular. Os estudantes, em um protesto nas ruas da Zona Sul e em um debate (foto ao lado), protestaram e discutiram a intransigência do reitor na manutenção das datas do concurso. Página 6



Movimento

MEC recua diante da força da greve

Na quarta-feira (24/10), o MEC recuou diante da força do movimento docente e apresentou novas opções salariais para o Comando Nacional de Greve do Andes-SN. O ministério trabalha com R\$ 250 milhões para atender as reivindicações, que ainda podem ser acrescidos de R\$ 100 milhões - montante conseguido com os parlamentares que vêm acompanhando as audiências. Para que possam ser observados os prazos de tramitação e votação do orçamento da União/2002, foi proposto às Assembleias que indicassem uma resposta imediata ao CNG.

As opções tratam de combinações com

GED, GID, GAE e até mesmo reajuste linear dos vencimentos básicos. Além disso, são considerados os aposentados e pensionistas e equiparações da GED e da GID, no caso dos docentes de 1º e 2º graus com mestrado e doutorado. Fora a discussão salarial, o CNG e os representantes do MEC garantiram que as contratações de docentes em 2002 se façam pelo Regime Jurídico Único (RJU). O ministério ainda deve estabelecer um cronograma de mais concursos (também pelo RJU) para 2003. Um deputado, líder governista, tentou condicionar o pagamento do mês de setembro ao fim da greve; a proposta foi

rechaçada veementemente.

Avaliação do CNG

O CNG-Andes avaliou que o movimento docente está dando uma firme resposta às tentativas de divisão da categoria por parte do governo. O fim da greve da Fasubra não enfraqueceu as reivindicações dos professores. O compromisso dos parlamentares no acompanhamento das negociações e o aceite, como mediador, do presidente do Superior Tribunal de Justiça, Costa Leite (fato recusado pelo ministro Paulo Renato), expuseram que a intransigência está, de fato, com o lado do governo.

Em relação aos recursos disponíveis, o CNG trabalhou com cinco combinações (ver quadro abaixo), no limite dos R\$ 350 milhões, e mais o impacto orçamentário das duas gratificações juntas. Embora não possam ser considerados precisos (o MEC não fornece todos os dados), os cálculos do Comando Nacional "podem servir para uma razoável avaliação comparativa das propostas por parte dos docentes nos CLGs e nas AG". Uma margem de segurança de 10% é dada em todas as propostas para cuidar de eventuais ajustes no orçamento. A íntegra do estudo pode ser encontrada no Informe Especial nº 20 em: www.andes.org.br/comunicados.html

Impactos orçamentários

Estimativas da comissão do CNG-Andes

	Atual	GAE e GED(1)	GED, com GAE fixa(2)	GAE (com 60% GED)(3)	GAE (GED plena)(4)	Reajuste de 30% da GED(5)	Reajuste linear de 10%(6)	Equiparação GID-GED e extensão de 60% da GID(7)
Ativos	2.082.966.307,32	170.206.244,83	76.130.748,81	103.765.180,29	103.765.180,29	200.437.456,53	144.456.260,58	11.886.906,3
Aposentados	868.482.456,14	254.052.979,89	164.368.612,96	104.980.780,32	202.663.626,67	58.879.732,77	99.022.706,72	16.346.807,8
Total	2.951.448.763,45	424.259.224,72	240.499.361,78	208.745.960,60	306.428.806,96	259.317.189,29	243.478.967,3	28.233.714,2
Margem 10%	295.144.876,35	42.425.922,47	24.049.936,18	20.874.596,06	30.642.880,70	25.931.718,93	24.347.896,73	2.823.371,4
Total geral	3.246.593.639,80	466.685.147,19	264.549.297,96	229.620.556,66	337.071.687,65	285.248.908,22	267.826.864,03	31.057.085,63

Nota explicativa dos estudos dos impactos das gratificações

(1) incorporação ao vencimento dos valores atuais da GAE e de 140 pontos da GED para ativos e aposentados do 1º, 2º e 3º graus; anuênios passam a incidir sobre vencimento atual + GED + GAE; (2) incorporação ao vencimento de 140 pontos da GED para ativos e aposentados do 1º, 2º e 3º graus, mantendo-se os valores atuais da GAE; anuênios passam a incidir sobre vencimento atual + GED; (3) incorporação ao vencimento dos valores atuais da GAE para ativos e aposentados do 1º, 2º e 3º graus; valores da GID equiparam-se aos da GED; aposentados do 3º grau continuam com 60% do valor máximo da GED e aposentados do 1º e 2º graus passam a ganhar 60% da GED/GID; anuênios passam a incidir sobre vencimento atual + GAE; (4) incorporação ao vencimento dos valores atuais da GAE para ativos e aposentados do 1º, 2º e 3º graus; valores da GID equiparam-se aos da GED; aposentados passam a ganhar 100% da GED/GID; anuênios passam a incidir sobre vencimento atual + GAE; (5) valores da GID equiparam-se aos da GED e ambos são reajustados em 30%, mantendo-se todo o resto como é hoje; (6) reajuste de 10% nas tabelas de vencimentos dos docentes de 1º, 2º e 3º graus (item 1.4 da proposta do MEC); (7) Equiparação dos valores da GID aos da GED para docentes do 1º e 2º graus com mestrado e doutorado (item da proposta do MEC); extensão de 60% da GID aos aposentados e pensionistas.

Notícias da greve

■ Diante da arbitrariedade do ministro Paulo Renato, que pediu "neutralidade" aos reitores durante a greve, algumas universidades reagiram à altura. Em mensagem enviada ao Jornal da Ciência por e-mail, no dia 16/10, o Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos saiu em defesa de seu reitor, Oswaldo Baptista, que se manifestou a favor do movimento docente. Um dos argumentos do manifesto de solidariedade é que o reitor "exerce um cargo de Estado, desvinculado (inclusive temporalmente) de qualquer governo vigente. A autonomia no exercício desse cargo é garantida pela Constituição Federal".

■ O Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro publicou nota oficial em O Globo (20/10) de apoio à greve dos SPF. "O CREMERJ apóia o movimento dos funcionários públicos federais por aumento de salários, e considera inadmissível a postura intransigente do governo federal em não negociar com os servidores em luta, ansiosos por reparar sete anos de injusto congelamento. Os médicos que trabalham para o governo federal participam deste movimento legítimo, exercendo, inclusive, o direito inalienável da greve". Na nota, o CREMERJ denuncia o governo como o verdadeiro responsável por qualquer prejuízo que tenha sido causado ao atendimento da população.



SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000

Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** <http://www.adufrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

Propostas de negociação são debatidas

Incorporar a GAE ganha a preferência na última assembleia geral da Adufrj-SSind

Uma polêmica marcou as duas assembleias gerais da Adufrj-SSind realizadas na semana passada: nas negociações com o governo, os docentes deveriam priorizar a incorporação (total ou parcial) da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) ou a gratificação de Atividade Executiva (GAE)? Na AG de 23/10, a incorporação da GED (em seus valores máximos) venceu a outra alternativa por 73 votos a 65. Na segunda AG da semana (25/10), saiu vencedora uma proposta de incorporação de 50% da GAE, deixando a GED como está, e utilizando o restante dos recursos disponíveis para um reajuste linear dos vencimentos básicos (133 contra 114). Em ambas as AGs, foi reafirmada a continuidade da greve por tempo indeterminado. Na assembleia de 25/10, que foi a maior até agora, nesta greve, com mais de trezentos docentes assinando o livro de presença, 270 votaram a favor da greve (com 12 votos contrários e 14 abstenções).

Esta última assembleia decidiu ainda que o CNG-Andes avalie algumas alternativas para negociação, além da incorporação parcial da GAE e o reajuste linear com os recursos restantes. Foi aprovado que sejam equiparados os valores da GID aos da GED e a extensão de 60% de seus valores máximos aos aposentados de 1º e 2º graus. A garantia da contratação de docentes em 2002 pelo Regime Jurídico Único (RJU) apontada pelo governo foi bem aceita pela AG. O estabelecimento de cronograma de concurso para professores de 1º, 2º e 3º graus, pelo RJU, também foi aprovado como necessário pela assembleia. Além disso, foi concedido ao CNG a autonomia necessária para a negociação com o MEC, respeitados os princípios do movimento docente. O professor Milton Roedel (Instituto de Química) foi indicado como observador da Adufrj-SSind no CNG-Andes a partir desta terça-feira (30/10).

Na AG de 23/10, as principais deliberações disseram respeito aos princípios gerais que deveriam nortear as negociações com o MEC: isonomia salarial entre os docentes de 1º, 2º e 3º



MAIOR ASSEMBLÉIA DOS ÚLTIMOS ANOS VOTA CONTINUIDADE DO MOVIMENTO GREVISTA

graus e paridade com aposentados (122 a favor, 11 contra e 3 abstenções), garantia dos direitos sindicais (face às ameaças do ministro de punir os grevistas, além do corte de salários) e garantia de assistência estudantil. Também foi aprovado o nome da professora Janete Luzia (Escola de Serviço Social) como observadora e 2ª suplente da Adufrj-SSind no CNG a partir de sexta-feira (26/10).

Caráter democrático da Assembleia

Se por um lado, uma parte dos professores estava ansiosa para decidir sobre os encaminhamentos propostos para as negociações, antes de votar a continuidade da greve, por outro, foi comentado em várias falas o caráter democrático das Assembleias, nas quais se abre espaço para os defensores da GED e para aqueles que vêem na gratificação um malefício para a Universidade. No entanto, a pressa para decidir não permitiu que houvesse muito tempo para o aprofundamento das discussões sobre cada proposição apresentada. “Essa construção democrática é um legado que essa AD tem há mais de vinte anos. Espero que a participação volte a aumentar e que a diferença apareça”, disse o professor Ildeu Moreira (Instituto de Física). O professor Theophilo Ottoni (Escola de Engenharia) chegou a levar um manifesto para a AG de 23/10, em de-

fesa da GED e contra as propostas de sua incorporação aos vencimentos. Segundo o manifesto, que foi lido, “...se for decretado que, para sempre, aquele que muito se dedica deve perceber exatamente igual ao menos empenhado dos docentes, estaremos desmotivando os dois de progredir individualmente e de evoluir em suas profissões”. Por outro lado, o professor Luiz Paternostro (Escola de Comunicação) não perdoou a divisão que a gratificação criou nas instituições federais de ensino superior: “Eu não me lembro da GED no passado da Universidade. Essa universidade tem história ou não? Essa produção acadêmica começou com a GED!? A GED não foi feita para salvar. O professor precisa de um taxímetro ou relógio de ponto? Estou abismado com a fala dos colegas”, comentou. A esse respeito, também criticando a existência da GED, pronunciou-se o professor José Simões (Instituto de Física) em AG anterior. “Nós somos avaliados a cada dois anos para progressão funcional e quando prestamos concurso para outro nível da Carreira”, disse.

Carta do ministro aos docentes

Muitas foram as críticas às cartas que o MEC tem enviado aos docentes isoladamente, em atropelo ao Comando Nacional de Greve. O professor Murillo Cruz (Instituto de Economia) fez uma

referência irônica ao bioterrorismo mundial sobre o assunto: “Quando eu recebi aquela carta (mensagem eletrônica) do MEC, comecei a tomar antibiótico. Rapidamente”, disse.

Faculdade de Medicina

O diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga, leu uma nota dos docentes daquela Unidade, reunidos em 23/10, na qual foi repudiada a atitude de pagamento diferenciado na Universidade (veja nota na página 7). Almir observou que, visto que os professores da Medicina estariam recebendo os salários integralmente, houve uma recomendação para que pudessem contribuir, dentro das possibilidades, para o Fundo de Solidariedade de Greve.

Assembleia Permanente

A AG de 25/10 aprovou o estado de Assembleia Permanente. Isso significa que, dado o ritmo veloz dos últimos acontecimentos, a seção sindical não precisa convocar uma assembleia com 48 horas de antecedência. A próxima está marcada para esta segunda-feira, dia 29/10, às 13h30, no Auditório do Centro de Tecnologia. Se for necessário, por exemplo, poderá ser convocada uma outra AG para o dia seguinte.

Vestibular

As assembleias da semana passada marcaram um ato pacífico para o domingo (28/10) nos locais de prova (veja matéria na página 4).

Agenda Sindical

22 e 23/11

Brasília

2º Seminário Nacional de Fiscalização Financeira e Controle das Verbas Públicas
Local: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

26/11

Rio de Janeiro

18h30 às 21h – Aula “Educação no Tempo Presente: Desafios, Embates, Perplexidade e Alternativas”
Local: Auditório 111 da UERJ



Colegiados

O que aconteceu?

Até o fechamento da edição (sexta-feira), concurso estava confirmado pelo presidente do Tribunal Regional Federal

Até o fechamento desta edição (26/10), o adiamento do vestibular e o respeito ao colegiado CEG estavam em jogo no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sob a presidência do desembargador Arnaldo Esteves Lima. Foi a ele que a Procuradoria Geral da UFRJ, em conjunto com a Procuradoria Regional da União, requereram a “suspensão dos efeitos da decisão liminar” concedida pelo juiz da 5ª Vara Federal, Dr. Firly Nascimento Filho. Arnaldo cassou a liminar.

A batalha jurídica começou quando os movimentos organizados da UFRJ perceberam que Vilhena iria tentar realizar o vestibular a qualquer custo, contra o bom senso e contra o CEG. No dia 22/10, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Daniel Sarmento, entrou com uma Ação Civil Pública contra reitoria da UFRJ. Sarmento tomou esta

decisão após receber representantes do CEG e o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, em uma audiência. O resultado foi a liminar conseguida na 5ª Vara Federal. Na terça-feira, 23/10, um incidente no CCMN dava uma noção clara do clima de intranquilidade na universidade sobre o assunto. A Comissão Executiva do Vestibular marcou uma entrevista coletiva e não permitiu que alguns alunos entrassem na sala. Um protesto se formou na porta do local. Quando as equipes de reportagem se preparavam para deixar a sala da coletiva, os funcionários da Comissão Executiva trancaram a sala e jogaram a culpa sobre os estudantes (como se os alunos tivessem as chaves...). Cinco viaturas da Polícia Militar foram chamadas ao local desnecessariamente, devido ao caráter pacífico do protesto dos estudantes.

No dia seguinte, o evento desagradável foi narrado ao presidente do Tribunal Regional (TRF), Arnaldo Lima. A assessoria jurídica da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind) foi recebida em audiência que

foi acompanhada pelo presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, por representantes do Conselho de Ensino de Graduação e do Diretório Central dos Estudantes. O desembargador ouviu a defesa da liminar concedida ao procurador dos Direitos do Cidadão, Daniel Sarmento, que adia o vestibular 2002 da UFRJ para os dias 22 e 27 de janeiro e 3 de fevereiro. José Sanglard citou o incidente ocorrido durante a entrevista coletiva da comissão executiva do vestibular como um exemplo da intranquilidade que existia na universidade. A comissão não soube lidar com a presença de estudantes que queriam assistir à coletiva e chamou a Polícia Militar ao local.

No dia 25/10, a UFRJ entrou com recurso pedindo a suspensão da liminar do adiamento. O próprio desembargador julgou o recurso da reitoria. Mesmo com o vestibular (até o fechamento desta edição) confirmado, o Sintufrj orientou os funcionários (dois mil do corpo de cinco mil pessoas envolvidas no concurso) para que não comparecessem. A universidade gastou R\$2.4 mi-

lhões na produção do concurso que vai mobilizar 4.750 pessoas para fiscalização, transporte, segurança, atendimento médico, etc. Os cursos mais procurados são: Medicina, Engenharia eletrônica e Comunicação.

Assembléia define ato no dia do vestibular

Caso o vestibular realmente ocorresse, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 25/10 aprovou que fosse realizado um protesto pacífico nos locais de prova. Parlamentares e entidades da sociedade civil (Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) seriam convidados para a manifestação. Seria feita uma panfletagem esclarecendo aos vestibulandos e aos familiares as implicações da realização do concurso, contra a decisão de um colegiado superior da UFRJ. A concentração seria em dois pontos (em frente ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza e na entrada do *campus* da Praia Vermelha, pela av. Venceslau Brás), às 7h.



Greve

Museu Nacional esclarece visitantes sobre a greve

Conforme anunciado pela professora Denise Pamplona na Assembléia Geral de 18/10, o Museu Nacional fez seu primeiro grande ato de greve no domingo (21/10). Foram montadas algumas tendas na parte externa do Museu e foram exibidos vídeos, materiais e palestras sobre a produção acadêmica daquela Unidade. Também foi improvisado um “sebo”, com o recurso da venda dos livros usados sendo revertido para o fundo dos funcionários. Dezenas de pessoas compareceram e receberam o panfleto explicativo da greve (ao lado), produzido pelos servidores do Museu Nacional.

“A greve e o Museu Nacional

O Museu Nacional, tão conhecido por suas exposições abertas ao público desde 1824, é também um centro de pesquisa científica, onde são realizados cursos universitários e treinamento técnico. A pesquisa envolve as coleções de materiais biológicos, geológicos e antropológicos, com mais de 9 milhões de peças - além de inúmeros laboratórios, um horto botânico e duas bibliotecas (com cerca de 450 mil volumes). Para dar uma idéia do que isso significa, basta dizer que nas exposições estão apenas cerca de 9 mil dessas peças.

Como o Museu é subordinado ao Ministério da Educação (através da UFRJ), seus funcionários e professores estão participando do



TENDAS MOSTRAM TRABALHO DA UFRJ

movimento grevista dos servidores públicos em defesa de condições dignas de sobrevivência. As demandas dos grevistas se concentram em pontos importantes de sua remuneração (congelada há anos ou ameaçada de instabilidade, pela manutenção de gratificações não

Divulgação

incorporadas ao salário). E, agora que o próprio pagamento foi suspenso pelo Ministério, é urgente que todos saibam porque entramos nesse movimento.

O estado de Museu que você está visitando bem demonstra as dificuldades que vêm enfrentando as instituições públicas de educação e ciência para se manter. Apesar de uma luta contínua para reformar o prédio, renovar as exposições e garantir a continuidade da pesquisa, os recursos governamentais continuam ridiculamente baixos - impedindo a difusão do conhecimento para toda nossa população.

O apoio a nosso movimento é o apoio à luta de todos pelo ensino público de qualidade, pelo conhecimento e pela cultura compartilhados.”



Colegiados

Colegiados encaminham esclarecimento ao ministro

CEG e CEPG enviam nota ao MEC denunciando as faltas cometidas pelo reitor nomeado

Os cerca de trinta conselheiros do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e do de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) que estiveram presentes na última sessão conjunta (26/10) decidiram encaminhar um relatório ao ministro Paulo Renato denunciando as faltas cometidas pelo reitor da UFRJ durante o processo do vestibular 2002. Os conselheiros, no entanto, não souberam prever o que o ministro vai fazer com seu nomeado: uma repreensão, uma advertência, sua substituição por outro membro da reitoria ou apenas um telefonema?

O documento é uma declaração de que a comunidade universitária, respaldada por várias notas de Unidades e Congregações de Centro (Coppe, IM, Biofísica, Medicina, IFCS, FAU, CLA, CT, CCMN e CCJE, por exemplo, se posicionaram em notas públicas a favor do adiamento e da decisão do colegiado), não aguenta mais esta reitoria, em especial, o reitor

nomeado. No momento da aprovação da nota, os conselheiros já haviam recebido a informação de que a justiça federal do Rio tinha cassado a liminar do adiamento.

A nota ao MEC (veja nota abaixo) foi distribuída amplamente pela Adufrj-SSind para toda a imprensa e também para entidades como OAB, ABI, CNBB, entre outras. Os colegiados responsabilizam a comissão executiva de vestibular e o reitor por quaisquer prejuízos que possam ter ocorrido ou possam ocorrer com a manutenção das datas do vestibular nos dias 28/10, 11/11 e 18/11.

Repercussão da suspensão

A suspensão da liminar que garantia a decisão do conselho foi recebida com consternação pelos conselheiros. A representante discente, Isabel Mansur, comentou a exposição a que foram submetidos os estudantes neste período. “É uma injustiça o que está sendo feito”. A estudante solicitou que, na nota, a reitoria fosse responsabilizada pelos danos causados com o descumprimento do adiamento. Isabel se referia às centenas de

estudantes da rede pública federal em greve desde o dia 22 de agosto que podem ter sido prejudicados com o vestibular acontecendo este mês.

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, comentou a decisão da justiça e anunciou o ato das entidades que seria realizado em frente ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), local onde ocorreria provas, no domingo 28, às 7 da manhã. O ato seria uma forma pacífica de protestar contra o autoritarismo a que foi submetida a comunidade universitária.

O representante docente do CEPG, Nelson Souza e Silva (CCS), disse que os colegiados deveriam esgotar as vias administrativas para resolver a questão. Para o professor, as três vias – política, jurídica e administrativa – não são excludentes. Por isso, defendeu que o ministro fosse avisado dos árbitros do reitor e espera dele um parecer.

Para o representante dos técnico-administrativos no Consuni, Fortunato Mauro, os colegiados buscaram todos os recursos políticos e jurídicos racionais para manter sua decisão. Para ele, o fato

de a própria Justiça derrubar uma liminar do Ministério Público significa um recado para a comunidade: o limite destas instituições (CEG/CEPG) frente às irracionalidades cometidas pela reitoria. “A única postura que nos resta é dizer para a sociedade que os colegiados fizeram tudo o que poderia ter sido feito dentro de seus limites. O que pode acontecer no domingo é de responsabilidade do reitor”, disse o conselheiro.

Para a professora Lilia Pougy (CEG), o confronto foi estabelecido pelo reitor. “Estamos tentando estabelecer a ordem e a legitimidade da instituição”, disse a representante do CFCH, para quem a nota não vai sensibilizar muito o ministro, já que ele mesmo nomeou Vilhena à revelia da comunidade.

Nota de repúdio

Na sessão conjunta anterior, os colegiados aprovaram uma nota de repúdio ao incidente ocorrido durante a coletiva para a imprensa realizada, a portas fechadas, pela Comissão Executiva do Vestibular. (veja nota na íntegra na página 6)

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente

De: Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino para Graduados da UFRJ.

Para: Sr. Paulo Renato de Souza - Ministro da Educação

Excelentíssimo Senhor Ministro,

O CEG e o CEPG, órgãos colegiados superiores da UFRJ, denunciam graves faltas cometidas pelo Reitor da UFRJ, que, pelo não cumprimento das funções que lhe competem legal e regimentalmente, infringe os diplomas legais que versam sobre o assunto, conforme apontado a seguir:

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, órgãos colegiados de Ensino e Pesquisa da Estrutura Superior, têm atribuições definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996). No parágrafo único do Artigo 53, desta lei, fica estabelecido, para estes colegiados superiores, o seguinte preceito: decidir sobre todos os aspectos relacionados ao ensino e pesquisa com a finalidade de garantir a autonomia didático-científica da universidade. O Artigo 56 desta

mesma lei estabelece que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos”.

O Regimento Geral da UFRJ (aprovado pelo Parecer nº 299/70, do Conselho Federal de Educação), em sua Parte II, Título III, Capítulo I, Seção II, Artigo 28, estabelece que “Ao Conselho de Ensino de Graduação compete:”, Item I, “na função de planejamento:”, sub-item 6, “planejar o Vestibular unificado”. Da mesma forma, no Item II, “na função deliberativa:”, estabelece em seus sub-ítem: 1 - “deliberar em matéria didática e pedagógica na Área de Ensino de Graduação”; 2 - “traçar normas gerais para orientação e controle das atividades pedagógicas, na Área de Ensino de Graduação” e 9 - “deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, em matéria pertinente à Área de Ensino de Graduação”.

Por outro lado, ainda o mesmo Regimento Geral da UFRJ, em sua Parte II, Título III, Capítulo II, Artigo 30, das atribuições do reitor, estabelece em seu Item 3 que **o Reitor deve: “cumprir e fazer cumprir as deliberações dos órgãos colegiados da estrutura superior”**, que são definidos pelo Estatuto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estes órgãos são:

Título IV Capítulo I:

Seção I - Conselho Universitário - órgão superior deliberativo;

Seção III - Conselho de Ensino de Graduação - órgão deliberativo em matéria didática e pedagógica;

Seção IV - Conselho de Ensino para Graduados - órgão deliberativo na orientação da pesquisa e em matéria pedagógica e didática para graduados.

Compete ao Reitor da UFRJ, portanto, dentro do princípio de gestão democrática, cumprir as deliberações dos órgãos colegiados e fazer cumprir estas deliberações dando publicação às mesmas e ordenando as ações necessárias para implementá-las.

No dia 03/10/01 o CEG, de acordo com suas funções legais, estatutárias e regimentais, deliberou pelo adiamento das datas do Vestibular 2001, fixando as novas datas de realização das provas em Sessão do dia 10/10/2001. Esta deliberação foi encaminhada pelo Sub-reitor de Graduação, presidente do CEG, ao Reitor da UFRJ e ao coordenador do Vestibular, através do Memorando nº 129/01 de 10/10/2001 e por correio eletrônico datado de 18/10/2001, às 16h30min, respectivamente, para que as ações administrativas necessárias, resultantes destas deliberações, fossem executadas.

O Reitor não cumpriu as suas atribuições, dentro de suas competências:

- Legal (Artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e

- Regimental (Inciso 3 do Artigo 30 do Regimento Geral da UFRJ),

ou seja, providenciar a publicação em Diário Oficial da União da deliberação do órgão colegiado superior. Pelo contrário, o Reitor mandou publicar matéria paga na imprensa privada, com informações inverídicas que contrariam as deliberações do CEG.

Tais faltas já causaram graves prejuízos à instituição no âmbito acadêmico e na sua visibilidade social, bem como, a todos os candidatos inscritos para a prova de seleção à Universidade.

A autonomia didático-científica da UFRJ e a manutenção do princípio de gestão democrática só podem persistir se o respeito às decisões dos colegiados superiores for restaurado.

Certos de contar com vossa atenção e do respeito de V.Excia subscrevemo-nos,

Atenciosamente

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2001



Movimento

Alunos discutem adiamento do vestibular

Antes do debate, estudantes fecharam av. Venceslau Brás por 30 minutos

Os estudantes da UFRJ realizaram dois eventos para debater o adiamento do vestibular, na última terça-feira (23/10). De manhã, uma assembléia ratificou o apoio às novas datas do vestibular da universidade. Dezenas de estudantes, inclusive secundaristas, lotaram o auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). No fim, todos se dirigiram à saída do campus e fecharam a avenida Venceslau Brás, por trinta minutos. O objetivo era para protestar contra a intransigência do reitor, que insiste em manter o vestibular para este mês. Após a manifestação, houve um debate, no mesmo auditório, para esclarecer aos estudantes secundaristas as questões da UFRJ e do adiamento do vestibular.

O evento, organizado pelo Comando Local de Greve da universidade, foi iniciado com a representante discente no CEG, Isabel Mansur. Primeiro, ela apresentou um quadro geral da posição do colegiado na instituição e depois, falou sobre a importância do adiamento do vestibular tanto para os alunos de escolas federais quanto para a democracia na UFRJ: “Essa greve é por um ensino público de qualidade. É a garantia de uma universidade melhor para quem nela irá ingressar. Uma universidade onde não falte professores porque não



ALUNOS DO CAP/UFRJ E DO PEDRO II PARTICIPARAM DO DEBATE

são organizados concursos públicos. O adiamento do vestibular é muito justo para todos. A Uni-Rio já adiou e a UFF discutirá essa possibilidade esta semana. Só que, na UFRJ, o desrespeito do reitor à autonomia universitária e à democracia dentro da universidade impede que as decisões dos colegiados sejam realizadas”. Isabel também falou sobre a distância entre a universidade e as escolas do Ensino Médio: “Quantas vezes os estudantes secundaristas vêm à universidade? A função dessa instituição não é estar próximo à sociedade? Então há alguma coisa errada. A universidade deve ter um questionamento constante, com produção de conhecimento para si e para a sociedade”.

A estudante do CAP/UFRJ, Maria Car-

valho, destacou que os alunos estão sem aulas porque também entraram em greve junto dos professores e funcionários: “Nós sempre apoiamos as reivindicações dos professores porque queremos uma escola melhor, com mais verbas e investimentos por parte do governo. O CAP/UFRJ nem tem um prédio próprio. Nós podemos ser despejados a qualquer momento pela prefeitura. Faltam professores e instalações melhores. Nós estamos defendendo um ensino público de qualidade. O Colégio de Aplicação é ameaçado o tempo todo de extinção e a boa posição de seus alunos no vestibular é um dos fatos que o mantém em destaque”.

O sucateamento da educação das instituições federais foi discutido pelo estudan-

te do Cefet/RJ, Leopoldo Ferreira: “O governo está acabando com o ensino técnico no país, e conseqüentemente, com o avanço das pesquisas e da tecnologia. O que eles querem é que se pague pelo conhecimento, pela educação e pelo pensamento. Eles podem acabar com a nossa instituição, mas não com o nosso direito de pensar”. A posição da mídia na greve e a união dos estudantes universitários e os secundaristas também fizeram parte da fala do estudante do Cefet/RJ: “A imprensa não se interessa pelas necessidades que temos nas escolas e nas universidades. Temos que estar todos juntos na rua para falar com a sociedade sobre a nossa insatisfação”.

Papel da universidade

A estudante Luciana Martins, do Colégio Pedro II, está na segunda série do Ensino Médio, mas foi ao debate devido ao polêmico assunto: “A greve só teve um destaque maior na imprensa por causa do adiamento do vestibular, mas existem outras questões que não são colocadas como o arrocho salarial que os professores vem sofrendo e a falta de investimentos no ensino público”. O dever das universidades também foi debatido pela estudante: “A universidade está formando profissionais exclusivamente para o mercado de trabalho, com relações frias e impessoais. Enquanto deveria transformar professores, técnico-administrativos e alunos em uma só comunidade”.



Movimento

Palácio do Planalto comete grosseria contra CUT

Matéria da Agência CUT (www.cut.org.br), publicada em 24/10, relata mais um episódio de arrogância do governo. “O Palácio do Planalto protagonizou, na tarde de hoje, um ato de grosseria e discriminação política com o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (João Felício). Diante da intenção do presidente da CUT de protocolar, pessoalmente, pedido de audiência, o Palácio do Planalto movimentou seus funcionários para carregar uma mesa para fora do prédio e na calçada carimbar o recebimento.” A matéria explica que, há dois meses, a CUT tenta marcar uma audiência com o presidente da República para intermediar a questão dos servidores públicos federais, sem qualquer resposta.

Nota de repúdio à Comissão Executiva de Vestibular

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Sub-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente
Conselho de Ensino de Graduação.

NOTA DE REPÚDIO

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), reunidos em 24/10/2001, manifesta repúdio às atitudes da Comissão Executiva do Vestibular e as autoridades universitárias responsáveis pelos seguintes fatos:

- a.. descumprimento da decisão do CEG, de comunicar as novas datas e instar as providências correspondentes, conforme Nota do CEG, de 17/10/2001.
- b.. convocação de uma coletiva com a imprensa no local de segurança e guarda do material do Concurso do Vestibular.
- c.. desrespeito a Conselheira do CEG, estudantes e professores desta universidade e ao público externo, ao informar que não haveria a Coletiva.
- d.. Proibição da presença dos estudantes na coletiva.
- e.. Recurso à Polícia Militar para evacuação do recinto e cárcere privado de estudantes e parte da imprensa convocada.



Movimento

Universidades estaduais também apóiam greve dos SPF

Professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj e Uenf) se reuniram na segunda-feira (22/10), no *hall* dos elevadores do *campus* Maracanã, para ratificar a solidariedade à greve dos servidores públicos federais. Durante o ato, os organizadores entregaram uma carta com explicações à comunidade acadêmica: “Apesar do endurecimento do governo e das posturas vergonhosas de FHC e Paulo Renato (...) as direções do movimento têm demonstrado estarem à altura dos desafios e das tarefas que lhes estão sendo postas”, dizia um trecho do documento.

O diretor da Asduerj (Associação dos

Docentes da Uerj) Jorge Máximo lembrou que a greve é em defesa do ensino público do país que se encontra ameaçado pela política do governo FHC, seguida pelo governador do estado, Anthony Garotinho: “Assim como os companheiros das instituições federais, também estamos lutando por um ensino público, gratuito e de qualidade”. “Somos todos um só movimento, somos todos trabalhadores da educação. A defesa do serviço público e da educação pública é o dever de cada cidadão brasileiro. Essa é uma luta de toda a população”, disse a presidente da Asuerj (Associação dos Servidores da Uerj), Perliciana da Costa.

O representante da Uenf, Constantino

da Silva, apresentou os problemas que a universidade e seus funcionários vêm enfrentando em busca da sua autonomia: “Ficamos 48 dias em greve e, logo no segundo dia de paralisação, Garotinho mandou cortar nossos salários de agosto. Já voltamos a trabalhar e até agora não recebemos os pagamentos de setembro e de agosto. O governador já recebeu uma ordem para enviar um projeto de lei à Alerj que transforme a Uenf em uma verdadeira universidade, mas ainda não o fez”.

Os servidores estaduais terminaram o ato prometendo organizar mais manifestações a favor da greve das instituições federais.



Nosso Bolso

Falta de salários ameaça saúde dos professores

A insensibilidade do ministro da Educação, Paulo Renato, na retenção dos salários dos grevistas não encontra limites. Relatos que chegam à seção sindical dizem que professores já “estouraram” o limite de suas contas bancárias para honrar os compromissos. Mesmo assim, algumas contas deixam de ser pagas e pensões alimentícias determinadas judicialmente deixam de ser repassadas.

Reitoria paga cargos de direção, HU e Medicina

Os professores que ocupam cargos de direção ou funções gratificadas recebe-

ram os salários de setembro na semana retrasada. A reitoria apostou na divisão da categoria e conseguiu rodar a folha de pagamento dos funcionários do HUCFF em separado. Aliás, todos os professores da Faculdade de Medicina também foram pagos, já que a reitoria não conseguiu separar quem estava alocado no hospital e quem estava na Unidade de ensino.

Alguns docentes, no entanto, não se conformaram com esta arbitrariedade e depositaram parte do pagamento no Fundo de Solidariedade da Greve (FSG), como forma de empréstimo. Um professor que não quis ser identi-

ficado depositou todos os R\$ 4.131,89 recebidos no fundo. “Estou em greve como todos os outros. Não é justo eu receber o salário enquanto os outros não recebem nada”, disse. O professor disse que pôde fazer o empréstimo porque tinha reservas e podia passar este mês sem o pagamento. “Cada um disponibiliza sua solidariedade da sua forma e com as suas possibilidades. Se estivesse precisando de todo ou parte do salário, neste momento, não poderia ter feito o empréstimo”, complementou. Vários docentes aposentados e da Faculdade de Medicina também estão fazendo depósitos.



Resenha

O seminário internacional “Previdência Social Pública – desafios para sua preservação”, promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi unânime em afirmar que os fundos de pensão não são seguros o suficiente para garantir aposentadoria e não contribuem com o desenvolvimento econômico do país. O deputado Doutor Rosinha (PT-PR), coordenador do evento, também defendeu a previdência pública e o sistema de repartição, “que é justo e permite a transferência interclasse, regional e de urbana para rural”.

A comissão de Educação da Câmara tinha reunião marcada para o último dia 24, pela manhã. Na pauta, estava o projeto de lei nº 2.264/96, do deputado Paulo Rocha (PT-PA), que “institui a residência em enfermagem e dá outras providências”. E havia ainda uma proposta de fiscalização financeira e controle do deputado Ivan Valente (PT-SP), que investiga a aplicação de recursos nas universidades.

Sessenta e oito funcionários da Petrobras que foram demitido por causa da greve de 1995 e outros 12 que foram punidos na paralisação de 1994 estão próximos da anistia. O plenário da Câmara aprovou na semana passada o projeto de lei nº 113/99, do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), que concede anistia a trabalhadores punidos por realização de greve. Meneguelli lamentou que seja necessário projeto de lei para assegurar direitos constitucionais. A proposta aprovada garante a reintegração dos petroleiros, a recuperação dos direitos previdenciários e a contagem do tempo em que eles ficaram afastados para fins de FGTS e aposentadoria. (Fonte: Informes PT)

A Universidade de São Paulo já vive o clima de eleição para reitor. Existem nove candidatos para o pleito. Em 9 de novembro, o colégio eleitoral e o Conselho Universitário elegem uma lista tríplice, a partir da qual o governador indicará o sucessor do reitor. O grande tema que está mobilizando os “reitoráveis” e a comunidade acadêmica é a relação da USP com as fundações de apoio. Apenas um candidato, o professor da ECA (Escola de Comunicação e Artes) Jair Borin, defende o fim das fundações, que prestam consultoria privada e mantêm cursos remunerados, entre outras atividades - em alguns casos, utilizando infra-estrutura física e professores da USP.

Cerca de 10 mil pessoas estavam inscritas no Fórum Mundial de Educação, que ocorreu de 24/10 a 27/10, em Porto Alegre. Uma espécie de preparação para o Fórum Social Mundial, o FME foi idealizado pela prefeitura da capital gaúcha e teve o apoio de 79 entidades ligadas à área.



Cartas

Encaminhada pelo coordenador do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Márcio Goldman, a carta abaixo foi enviada também para Veja, Jornal do Brasil, O Globo e Folha de São Paulo.

“Os professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional - UFRJ, abaixo-assinados, diante da recente entrevista à revista *Veja* do professor Vilhena, que ocupa atualmente a reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vêm a público manifestar a sua indignação com o

teor de suas declarações sobre a nossa universidade. Consideramos que tais declarações só vêm agravar a já evidente incompatibilidade das posições e ações do referido professor com o conjunto da comunidade universitária.”

Otávio Velho, Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Yonne Leite, Giralda Seyferth, Eduardo Viveiros de Castro, José Sérgio, Leite Lopes, João Pacheco de Oliveira, Antonio Carlos de Souza Lima, Aparecida Vilaça, Bruna Franchetto, Carlos Fausto, Federico Neiburg, Márcio Goldman

Veja as
últimas da
greve em

www.adufrj.com.br



Movimento

Show reúne comunidade acadêmica da UFRJ

Artistas apoiaram a paralisação dos docentes no evento que arrecadou dinheiro para o fundo de solidariedade da greve

A Escola de Música da UFRJ foi palco de um grande evento na noite de quinta-feira (25/10). O show "Professores no samba para não dançar - O Erudito e o Popular", realizado no Salão Leopoldo Miguez, para angariar recursos para o fundo de solidariedade da greve, atingiu seu objetivo. Além de ajudar os professores que não receberam o pagamento do mês de setembro, a produção cultural da universidade pôde ser assistida pelas comunidades da UFRJ e de outras universidades e colégios.

Uma das organizadoras da Comissão de Eventos da Adufrj-SSind, a professora Selene Alves Maia (Instituto de Matemática), fez um discurso emocionado: "Este show foi idealizado, primeiro com a preocupação de arrecadar dinheiro para o fundo de greve, mas depois tornou-se uma festa porque os sambistas, assim como os professores, acreditam e têm suas convicções pautadas pela ética e pela solidariedade. Eles (os sambistas) apóiam o nosso movimento porque não querem calar suas vozes e porque também são guardiões do conhecimento". Selene destacou as dificuldades que as universidades públicas vêm enfrentando: "É incrível como há a vontade de se destruir instituições e nem se sabe o por quê. Nós temos um compromisso com a sociedade e vamos continuar lutando até o fim pela justiça." No fim, a professora agradeceu aos professores João Batista Vargens (Faculdade de Letras) e Luís Cláudio Pimentel (Instituto de Geociências), aos demais membros da Comissão de Eventos Culturais do Comando Local de Greve e ao público presente.

Música clássica e samba no evento

A professora Patrícia Betras (Escola de Música) abriu o show, tocando no piano duas peças de Villa-Lobos, "Alma Brasileira" e "Poema Singelo". Em seguida, a peça "Dicotomia", de Alexandre Loureiro, foi apresentada pela professora Sara Cohen (Escola de Música) no piano, e por Fábio Oliveira Coelho no violoncelo e Victor Somma na flauta. Iniciando a segunda parte do show, a professora Sara Cohen retornou ao palco com duas peças



O JONGO, NA APRESENTAÇÃO DA COMPANIA FOLCLÓRICA DO RIO

de choro, "Remando" e "Fon-Fon" de Ernesto Nazaré, também no piano. A Companhia Folclórica do Rio, formada na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ, apresentou uma dança folclórica do Brasil, o Jongo do Caxambu. Nascido nas fazendas do Rio de Janeiro, o Jongo é formado por homens e mulheres que ficam em roda, animados por sons de atabaques. A platéia participou da apresentação, quando os artistas desceram do palco para chamar o público para dançar.

O último ato do evento foi totalmente dedicado ao samba. "É um enorme prazer estar aqui. Pela primeira vez, dois grandes produtores do saber, a academia e o popular, estão juntos", disse o cantor Marquinhos de Oswaldo Cruz. A velha guarda da Portela, formada por Casquinha, Monarca, Ratinho e Surica cantou clássicos do samba carioca. O cantor Marquinhos de Oswaldo Cruz e seus músicos Paulão, Milenês, Duarte e Márcio Almeida também trouxeram vários convidados como as cantoras Cristina Buarque, Renata Mansur, Simone Leal e Miramar Mangabeira que foram muito aplaudidas pelos presentes.



O POPULAR E O ERUDITO UNIDOS NO EVENTO



A PLATÉIA ACOMPANHOU ANIMADA O SHOW

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal especial da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br 31 de outubro de 2001



Campus de guerra

Vilhena chama Batalhão de Choque da PM para reprimir manifestação em defesa da universidade

No último domingo (28/10), a avenida entre os Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e o Centro de Tecnologia (CT) se transformou, para o lamento de todos os presentes e dos que assistiram através da imprensa, em uma praça de guerra. Covarde, como todas as últimas guerras vividas pela humanidade. Com direito a bombas de gás e de 'efeito moral', chutes e golpes de cassetetes foram usados pela Polícia Militar, devidamente reforçada pelo Batalhão de Operações Especiais

(Bope) e pela Polícia Federal. Um ato pacífico foi atropelado pela truculência da polícia convocada pelo reitor-interventor, José Henrique Vilhena de Paiva.

Em uma atitude inédita na história da universidade, um reitor (por mais interventor que seja) chama uma tropa de choque, armada de fuzis, bombas e cassetetes para dentro do *campus* universitário. Como se não bastasse, o reitor se dirige à imprensa, no dia seguinte (29/10), e dá declarações de que realizar o vestibular (nestas condições) foi uma 'vitória'. Vitória da intransigência, da irresponsabilidade em relação ao patrimônio público e do descaso com a vida de pessoas. Ao convocar a PM e o Bope, Vilhena certamente apostava no caos, como

foi amplamente alertado pelas direções das entidades, na semana anterior, em diversas declarações públicas. O próprio ato, além de ter como objetivo a manifestação contra os prejuízos que foram impostos aos alunos da rede pública em greve, por conta da realização das provas neste mês, foi, também, uma forma que as entidades encontraram para alertar a sociedade sobre possíveis incidentes que poderiam ocorrer nos vários locais de prova, espalhados pela cidade.

Na sexta-feira, à noite, o Conselho Pedagógico do CAP/UFRJ se reuniu e enviou uma nota pública à Comissão Executiva de Vestibular. O conselho solicitou que os 570 vestibulandos que fariam prova na Lagoa fossem remanejados. Este tipo de procedi-

mento já havia ocorrido antes, no concurso de 1999, quando um 'apagão' atrapalhou a realização do concurso em alguns locais de prova no Fundão. A comissão se mostrou também intransigente e ignorou o alerta da comunidade do colégio. Resultado: estudantes entraram nas salas, conseguiram pegar alguns cartões de prova e inviabilizaram a realização do exame naquele local.

Em entrevista coletiva (29/10), alguns conselheiros do CEG disseram à imprensa que pretendem anular todo o concurso. Os conselheiros lamentaram a repressão aos alunos e acusaram o reitor de realizar atos acadêmicos como o vestibular em um ambiente de total intransigência e insegurança.



Especial - Vestibular

Nota zero para o interventor

Às 7 horas do domingo, 28/10, cerca de 200 pessoas, entre estudantes, professores e funcionários se posicionaram em frente às escadarias do CCMN. A intenção era aguardar o início da liberação da entrada dos vestibulandos nas salas onde ocorreriam as provas, prevista para as 8 horas. A orientação do comando do ato era expor para os estudantes e seus familiares, através de panfletos e discursos, a decisão do Conselho de Ensino de Graduação e denunciar as arbitrariedades do reitor em não adiar o concurso para janeiro. Às 7h20 foi feito um acordo entre o comando do ato e o comandante da PM, Paulo Lopes. Os estudantes permaneceriam por mais 15 minutos na entrada do Centro e formariam um corredor humano, ladeando a entrada, para que os candidatos pudessem entrar no prédio. O corredor foi formado, mas os policiais espremeram e empurraram os estudantes. Foi o pretexto para que os cassetetes e bombas começassem a atuar. Saldo: quatro feridos, sendo dois estudantes e dois funcionários.

Ato dos Docentes

Em duas Assembléias Gerais da Adufrj-SSind (de 23 e 25/10), os docentes aprovaram a realização de uma panfletagem, no dia 28, na entrada do CCMN. Foram convidados parlamentares e entidades da sociedade civil organizada (OAB, ABI e CNBB). Nas AGs, os professores rejeitaram qualquer atividade nos locais de provas que impedisse os vestibulandos de realizarem os exames no dia 28. Veja, ao lado, a reprodução do panfleto distribuído.

Caro vestibulando,

Você vai realizar uma prova, de cujo resultado depende o ingresso na maior universidade federal pública do País. Com certeza, este é um dos momentos mais importantes da sua vida.

O Conselho de Ensino e Graduação da UFRJ, responsável pela elaboração do edital e pela fixação das datas das provas, aprovou, por unanimidade, as novas datas do vestibular, tendo em vista a situação de exceção que a instituição vive, com a greve dos docentes, funcionários e alunos e com uma reitoria absolutamente hostil à comunidade da universidade que dirige. O prejuízo dos alunos da rede pública federal, em greve há mais de dois meses, seria irreparável se fossem mantidas as datas do vestibular. Por isso, a comunidade acionou o Ministério Público, obtendo uma liminar da Justiça que impedia a realização das provas no dia 28 de outubro. Esta liminar foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal, nesta sexta-feira última. Infelizmente, apesar dos nossos esforços, não foi possível que nós, professores, funcionários e alunos da UFRJ, garantíssemos a tranquilidade e serenidade a que você tem direito.

Sabemos que realizar um vestibular nessas condições abre o caminho para a liquidação da instituição. O desrespeito sistemático às decisões dos Conselhos Superiores é uma prática dessa Reitoria, imposta pelo Ministério da Educação, que visa, em última análise, a privatização do ensino superior público e gratuito. A luta por uma Universidade justa, autônoma e democrática será, temos certeza, um dos seus objetivos ao ingressar na nossa comunidade. Ela ainda existe porque somos capazes de defendê-la.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2001



UM APARATO POLICIAL NUNCA VISTO FOI ACIONADO POR VILHENA PARA INTIMIDAR A MANIFESTAÇÃO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE



ANTES DAS AGRESSÕES, PACIFICAMENTE, ESTUDANTE PROTESTA CONTRA A INTRANSIGÊNCIA DO REITOR-INTERVENTOR



ESTUDANTES ABRIRAM PASSAGEM PARA OS VESTIBULANDOS, MAS FORAM ESPREMIADOS PELA PM



ESTUDANTE E FUNCIONÁRIO SÃO SOCORRIDOS PELOS PRÓPRIOS MANIFESTANTES. O COMANDO DA PM NÃO CHAMOU ASSISTÊNCIA PARA OS FERIDOS



ÀS 7H20, HOVE ACORDO COM A PM



O DEPUTADO CHICO ALENCAR SE MANIFESTA CONTRA A VIOLÊNCIA NO CAMPUS



NA SAÍDA DO CAP, ÀS 11H55, O SUPERINTENDENTE DA SR-1 E RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO VESTIBULAR, ÁTLA FREIRE, SE NEGAA FALAR COM A IMPRENSA



ANTES DAS 8H, OS VESTIBULANDOS ENTRAM NO CCMN, PASSANDO AO LADO DA MANIFESTAÇÃO QUE FOI CERCADA PELA POLÍCIA



A POLÍCIA MILITAR, DESPREPARADA PARA A SITUAÇÃO, APELA PARA A VIOLÊNCIA E ATACA ESTUDANTES



Especial - Vestibular

Repressão da polícia atinge conjunto da Universidade

Indicativo de greve pela destituição do reitor é aprovada para Assembléia de 01/11

Uma agressão à Universidade Pública. Foi assim que os professores reunidos em Assembléia Geral, no dia 29/10, viram os episódios de violência causados pela ação da polícia no dia do vestibular, no *campus* da Cidade Universitária. Para repudiar o ocorrido, foram aprovados dois atos para a quarta-feira (31/10): uma manifestação no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), pela manhã, e um ato à tarde, na Assembléia Legislativa (Alerj).

Ficou decidido, na assembléia, que seria formada uma comissão para avaliar a intervenção do MEC na UFRJ, em particular a invasão policial e as agressões contra estudantes, docentes e funcionários, vestibulandos e seus responsáveis. Essa comissão já conta com os seguintes nomes: Carlos Strauss (Coppe), Vera Maria Martins Salim (Coppe), Deia Maria (Biologia), Ildeu Moreira (Física), Selene Alves (Matemática), Walter Suemitsu (Engenharia), João Augusto Matos (Química) e Letícia Legay (NESC).

Será organizado ainda um abaixo-assinado para que toda a comunidade universitária possa se manifestar pela destituição ou não do reitor. Todas as ações voltadas para a deposição do interventor serão levadas para discussão nos outros segmentos universitários (funcionários e alunos). A via judicial, tendo a destituição de Vilhena como objetivo, não foi descartada. A assessoria jurídica da seção sindical será consultada sobre possíveis ações de crime de responsabilidade e improbidade administrativa por causa da intransigência do reitor no caso do vestibular.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, deu os informes iniciais da AG e responsabilizou, pelos lamentáveis episódios do concurso, a reitoria (pela intransigência), a Comissão do Vestibular (por ter levado a efeito a intransigência), o MEC (pela omissão: nada fez para frear o interventor) e o governo do estado (pela cessação da Polícia Militar e do Batalhão de Choque). “A autonomia universitária foi atacada”, disse Sanglard.



A TRUCULÊNCIA DEMONSTRADA PELOS POLICIAIS REVOLTOU ASSEMBLÉIA

Em seguida, foram feitos vários relatos de docentes e estudantes que presenciaram as cenas de violência no dia do vestibular. O professor Luiz Paternostro (Escola de Comunicação) estava impressionado com o que houve. “Há muito não sabia de uma truculência tão grande. Os policiais não mataram ninguém, mas podiam ter matado. Bope (Batalhão de Operações Especiais) para cuidar do vestibular é um pouco demais”, afirmou.

Os professores do Colégio de Aplicação narraram os eventos da Unidade, situada na Lagoa, e que culminaram com o cancelamento das provas de mais de 14 mil candidatos. Foram lidos dois documentos aprovados na escola, na semana anterior ao concurso, e divulgados na mídia, nos quais se chamava a atenção para os problemas que poderiam ocorrer e onde também se solicitava o remanejamento dos candidatos que fariam prova no local. Mesmo assim, nenhuma das “autoridades competentes” tomou qualquer providência.

O professor Roberto Cintra (Coppe) disse que “o território da Universidade é inviolável”. “O que ocorreu atropelou a

todos nós”, disse. Indignado, chegou a sugerir a ocupação da reitoria após a assembléia. “Foi um ataque a cada um de nós. Nós, docentes, em rodízio, somos capazes de ocupar a reitoria. Não pensem que, com o fim da greve, vamos ficar tranquilos, tendo esse reitor aqui”, afirmou. Logo depois, Ricardo Kubrusly (Instituto de Matemática) sugeriu que a volta dos professores da UFRJ às aulas fosse condicionada pela destituição do interventor. E aproveitou para criticar a pequena presença de docentes na manifestação de domingo.

Murillo Cruz (Instituto de Economia) não perdoou Vilhena: “Eu não consigo mais adjetivar essa pessoa. É uma pessoa desqualificada. Eu abro mão da pauta de reivindicações pela renúncia dessa pessoa”, comentou. O professor Walter Suemitsu (Escola de Engenharia) foi mais além: “Não vamos culpar só o reitor. O sub-reitor (Ricardo Gattass), o superintendente (Átila Freire) e o coordenador do vestibular (César Scelza) são responsáveis também. Eles sumiram agora”, disse. Depois, Walter argumentou que seria fundamental

que os dirigentes de Unidade que apoiaram Vilhena no início fossem os primeiros a participar do abaixo-assinado pela sua destituição.

Indicativo de greve pela destituição do reitor

A revolta com o reitor era grande. A sugestão de indicativo de greve pela deposição de Vilhena na pauta da AG de quinta-feira (01/11) foi aprovada. Houve o entendimento que os professores da UFRJ entraram em greve por uma pauta de reivindicações definida e que essa destituição seria uma reivindicação diferente. Por isso, o conjunto da categoria deveria estar ciente do fato e apto a discutir o assunto amplamente. Alguns queriam que essa outra greve deveria ser aprovada logo, antes da possível desmobilização por conta de um indicativo de saída da greve nacional. A professora Maria Antonieta (Instituto de Física) não queria saber dessa proposta. “Já estamos há dois meses em greve e não podemos mais deixar nossos alunos sem aulas”, disse, mas acrescentou ser favorável ao abaixo-assinado.

Assembléia Geral

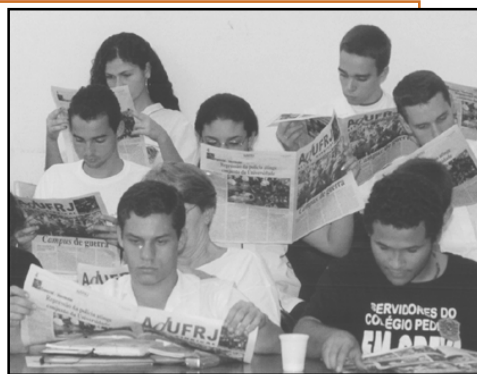
06 de novembro
terça-feira

13:30 horas

Local a
confirmar

Pauta

Avaliação da greve;
Adiamento do vestibular;
Indicativo de greve pelo
impedimento do reitor;
Eleições/calendário
eleitoral da Adufrj-SSind



Estudantes lêem a edição Especial do Jornal da Adufrj sobre o vestibular. Comissão executiva pede anulação das provas do dia 28
Página 4



Comunidade realiza manifestação na Alerj pela democracia na UFRJ e contra o reitor-interventor
Página 3

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 39 • 5 de novembro de 2001

www.adufrj.org.br

Mais uma derrota de Vilhena
A Comissão de Educação da Câmara Federal rejeitou o nome Universidade do Brasil para a UFRJ. O PL foi apresentado pelo deputado Roberto Jefferson (PPB/RJ). O parecer da rejeição foi votado na manhã do dia 31/10 (informe dado durante reunião do CNG/Andes-SN).

Assembléia repudia manobra do governo

Abaixo-assinado pelo impedimento do reitor contou com mais de 160 assinaturas no primeiro dia de circulação

“Perversidade”, “molecagem”, “traição”. Não faltaram palavras na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind (01/11) para classificar a atitude do MEC na mesa de negociações do dia anterior (ver matéria da página 2). Muitas hipóteses foram ventiladas sobre o retrocesso do governo, como a possibilidade de o parlamento estar “fritando” o ministro Paulo Renato ou a intransigência pura e simples do governo. No entanto, independente da causa, foi considerada revoltante a forma como as negociações foram suspensas. Resultado disso na AG: 242 votos pela continuidade da greve, contra 46 de um indicativo de saída (condicionado ao atendimento das reivindicações) e oito abstenções.

Foi aprovado, também, que o Comando Nacional mantenha a pauta de reivindicações que estava sendo negociada no momento em que as conversas com o MEC foram interrompidas. Alguns professores, no entanto, entenderam que o rompimento unilateral do governo propiciava ao movimento docente a oportunidade de refazer o documento em bases mais vantajosas. Neste sentido, foi bastante lembrada a proposta que ganhou a preferência da AG da Adufrj-SSind em 25/10, que defendia a incorporação de 50% da GAE e o uso do restante dos recursos para um reajuste linear. Mas a maioria dos docentes aprovou que a minuta de acordo deveria ser reafirmada, para não dar margem a uma eventual interpretação negativa por parte da sociedade. De acordo com o ponto de vista majoritário, ninguém poderá dizer que os docentes estão mudando suas reivindicações a toda hora. A intransigência fica claramente caracterizada no lado governista.

Verbas

Em um ponto, no entanto, todos concordaram: o não atendimento à pauta de reivindicações é puramente político. Não se trata de uma extrapolação orçamentária. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, lembrou os mais de R\$ 500 milhões de dívidas das companhias aéreas que o governo estava rolando a perder de vista. Citou ainda a renegociação de quase R\$ 19 bilhões da dívida dos produtores rurais. Essa é a terceira vez na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso que o pagamento dos débitos agrícolas é revisto para beneficiar o setor. A renegociação exigirá desembolso do governo de cerca de R\$ 260 milhões por ano. Apenas para exemplificar: R\$ 250 milhões é o montante que o MEC diz ter “desaparecido” da mesa de negociações com o movimento docente.

Foram aprovados, também, que o CNG exija do governo federal explicações sobre as razões do oferecimento de propostas e compromissos que o MEC não honraria. Os professores da UFRJ querem o cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos pelo ministério.

Abaixo-assinado

Nesta Assembléia foi lida a última versão do abaixo-assinado pelo impedimento do reitor/interventor Vilhena. A aprovação desta iniciativa surgiu nas AG de 29/10 e 30/10. O texto pode ser conhecido, na íntegra, na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br/greveufrj/ABAI-XO-ASSINADO1.htm). O documento começou a circular no local e mais de 160 assinaturas foram coletadas. A idéia é verificar o índice de rejeição do reitor entre os docentes, a princípio. Em seguida, o abaixo-assinado será estendido aos demais segmentos (estudantes e funcionários) e para o restante da

sociedade. Os interessados podem subscrever o texto até o dia 19 de novembro, quando será feito um balanço final. Isso pode ser feito na sede da seção sindical (Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200) ou junto aos docentes que se responsabilizaram pela circulação do texto nas diversas Unidades da UFRJ e cujos nomes e contatos serão divulgados oportunamente.

Vestibular

No final da assembléia foi discutida a realização de dois atos que deverão ser organizados pelos movimentos docente, estudantil e dos funcionários. As entidades farão a organização ao longo desta semana. O primeiro será um enterro simbólico do reitor-interventor Vilhena e seu protetor Paulo Renato. A manifestação está prevista para o dia 7 de novembro, às 15h, no pátio da delegacia do MEC, no Centro da cidade. O segundo ato deverá acontecer no dia 11 de novembro, dia em que ocorreria a segunda prova do vestibular do reitor. A manifestação deverá ganhar um caráter nacional com a presença de seções sindicais de outras federais do país e demais entidades da sociedade civil. Mesmo com o cancelamento das provas nesta data, o ato, ainda não confirmado, tem como objetivo a reafirmação da autonomia da universidade e a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Eleições na Adufrj-SSind

Ao final, os diretores da entidade encaminharam para a apreciação dos presentes a necessidade de o movimento discutir o processo eleitoral da seção sindical. Não houve inscrição de chapas para a diretoria para o biênio 2002/2003. A questão foi reencaminhada para discussão nas próximas assembléias.



Movimento

Governo falta com a palavra

Recursos inicialmente prometidos “desaparecem” da mesa de negociações

Além da intransigência, a falta de palavra. Quando tudo caminhava para a assinatura do acordo e o fim da greve, o Ministério da Educação afirmou não mais contar com os recursos prometidos para atender às reivindicações. Além disso, foi criado um “jogo de empurra” entre o Congresso e o Poder Executivo sobre a responsabilidade de conseguir o montante necessário. O líder do governo Arnaldo Madeira recusou-se a assinar o termo de compromisso com os Comandos Nacionais de greve do Andes-SN e do Sinasefe, argumentando que os R\$ 250 milhões inicialmente acertados “teriam sido consumidos pelas emendas dos parlamentares”. Desse modo, só restariam pouco mais de R\$ 100 milhões.

Como bem ressaltou o comunicado nº 20 do CNG-Andes (concluído às 8h do dia 01/11), criou-se uma situação absurda na

qual o líder do governo (do PSDB) discordava do ministro da Educação (PSDB), o qual não encontrava acordo com o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (também do PSDB). A secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães (que ri bastante, não se sabe de quê), afirmou que o ministro “não se empenharia por resolver o problema no âmbito do Executivo, porque considerava que esta era uma proposta dos parlamentares”. A reunião foi encerrada e até o fechamento desta edição (01/11) não havia perspectiva de novo encontro.

Governo x STF

O mais absurdo de tudo é que o líder Arnaldo Madeira jogou a culpa da falta de acordo na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), favorável ao pagamento dos professores (ver nota abaixo). Uma grande balela, na verdade. Se o acordo fosse assinado, o salário dos docentes iria sair de qualquer maneira. Aparentemente, o governo

esperou o máximo que pôde por uma determinação do STF para tentar enfraquecer o movimento de greve. Com os salários garantidos na corte máxima do país, FHC e Paulo Renato perderam seu instrumento de pressão. E perderam os argumentos que fundamentavam sua política de desmonte da Educação.

Quase surgiu o acordo

Até o rompimento das negociações pela turma governista, faltavam apenas R\$ 13,5 milhões para o acordo final. Esse montante viria a partir do remanejamento de emendas da Comissão de Educação. Os parlamentares governistas queriam forçar a saída da greve antes da definição dos recursos, mas foram rechaçados pelos argumentos do Andes-SN e do Sinasefe.

Encaminhamentos

Com o objetivo de pressionar o governo a aceitar o termo do acordo, o CNG-Andes encaminhou para as assembleias gerais a reafirmação da continui-

dade da greve. Também são indicados o reforço de pressão junto a parlamentares e realização de atos públicos. O CNG-Andes orienta ainda para que sejam feitas denúncias na mídia sobre a intransigência do governo e a postura de descompromisso do MEC na obtenção dos recursos. Também estão sendo chamadas caravanas a Brasília, no dia 8/11, para ato público, com pedido de audiência com o presidente FHC. Por último, é pedida a divulgação de uma nota dirigida à imprensa e à sociedade (reproduzida abaixo).

Anuênios

O CNG-Andes solicitou um estudo sobre a legislação relativa aos anuênios à Assessoria Jurídica Nacional, que estaria sendo disponibilizado, nos próximos dias, para os comandos locais de greve. O estudo é particularmente importante, devido à possibilidade de incorporação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) aos vencimentos básicos.

Nota à imprensa e à sociedade

“É de conhecimento público o fato ocorrido, no dia de ontem, durante a Reunião de Negociação entre o Ministério de Educação e os Comandos Nacionais de Greve do ANDES-SN e o SINASEFE, em que existia uma expectativa positiva de consolidar o acordo para o fim da greve que vinha sendo construído desde a audiência realizada em 26/10. A Secretária de Ensino Superior (SESu), Maria Helena Castro, informou que o montante orçamentário de 350 milhões de reais, até então indicados pelo MEC como limite para balizar as condições de negociação, não mais estavam garantidos.

Cabe registrar que, por telefone, o líder do governo Dep. Arnaldo Madeira (PSDB/SP) informou à Secretária da SESu que não concordava em assinar o acordo de líderes partidários para disponibilizar o montante de 350 milhões, mas somente 100 milhões. Assistimos, perplexos e indignados, a Secretária da SESu comunicar que, como consequência

desses fatos, não assinaria o acordo com as entidades e a reunião estava suspensa, não havendo a perspectiva de um novo encontro. Tais fatos significam um retrocesso em relação aos compromissos públicos assumidos por deputados da base governista e pelo próprio Ministério da Educação.

Desde o início do nosso movimento, buscamos obter respostas do Governo ao nosso pleito e estabelecer efetivas e imediatas negociações. Mesmo neste momento, no qual o governo age irresponsavelmente, traindo seus compromissos, reafirmamos, mais uma vez, nossa disposição de negociar e finalizar o processo iniciado.

Por fim, estamos apontando às nossas Assembleias Gerais que avaliem a situação criada pela atitude do governo, indicando a CONTINUIDADE DA GREVE.

Brasília, 01 de novembro de 2001.”

CNG-ANDES/SN

Professores Federais em Greve para não Apagar o Futuro

STF manda governo pagar aos professores

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio, determinou, no dia 30/10, o repasse de recursos para pagamento do salário de setembro dos professores. A decisão restabelece a liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo o ministro, a retenção dos salários significa a realização de “justiça com as próprias mãos”, porque fere a autonomia administrativa e de gestão financeira das universidades prevista pelo artigo 207 da Constituição Federal.

O presidente do STF julgou que o direito de greve dos servidores, também previsto pela Constituição de 1988, não é afastado pelo fato de ainda não ter sido regulamentado por lei complementar. “A Constituição republicana e democrática de 1988 assegura o direito à paralisação dos serviços como derradeiro recurso contra o arbítrio, a exploração do homem pelo homem, a exploração do homem pelo Estado”, diz um trecho do despacho.

Depois da crítica de parlamentares governistas à decisão de liberação do pagamento, Marco Aurélio não perdoou, em entrevista ao jornal O Globo (01/11): “Atuo na órbita do Direito. Vivemos no estado democrático de direito, em que as decisões judiciais devem ser observadas. Possíveis inconformismos devem ser feitos na seara própria”, disse.



Resenha

Deu na coluna Radar, na Veja nº 43, nº 1724: “Paulo Renato Souza já comunicou pessoalmente a FHC que não vai à convenção do PSDB como pré-candidato à Presidência da República. Suas pretensões foram abatidas pela greve dos professores universitários e pela paralisação de seus índices nas pesquisas de intenção de voto.”

A greve das instituições federais de ensino superior ganhou forte apoio no meio cultural. No jornal de literatura “Panorama”, de número 26, edição de novembro deste ano, por exemplo, foi publicada a carta aberta ao ministro da Educação, aprovada na Assembleia Geral da Adufrj-SSind de 9 de outubro.

A eventual cobrança de mensalidades sugerida pelo ministro da Educação é um absurdo. Matéria da Folha de S. Paulo (28/10) informa que apenas 24,4% dos formandos das instituições federais têm renda mensal familiar superior a R\$ 3.021. Ou seja, pessoas que, teoricamente, teriam condição de pagar mensalidades semelhantes às das particulares, que vão de R\$ 400 a R\$ 1.500,00. Se forem considerados apenas os que têm famílias com renda superior a R\$ 7.550, somente 5,7% poderiam pagar um curso com alguma facilidade.



Movimento

Alerj repudia atitude do reitor

Parlamentares fazem moção em repúdio aos acontecimentos do primeiro dia de provas do vestibular

Um ato contra a ação do reitor, José Henrique Vilhena, e da polícia no dia do vestibular da UFRJ foi realizado na quarta-feira (31/10), nas escadarias da Assembléia Legislativa do Rio. A Adufrj-SSind, o Sintufrj e o DCE participaram da atividade, organizada pela Comissão “Luta pelo impedimento do reitor”, formada na AG de segunda-feira (29/10). “É um protesto em defesa da UFRJ. Não pode se repetir o que aconteceu no domingo. O reitor é totalmente culpado pela violência vista por todo o país. Foi ele que convocou a Polícia Militar e o Batalhão de Choque para dentro do

campus, quando se queria fazer uma manifestação pacífica”, disse o estudante Daniel Mendes, representante do DCE.

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, falou sobre as próximas decisões da entidade: “Nós estamos organizando um abaixo-assinado pela destituição do reitor para a comunidade acadêmica da universidade expressar sua opinião sobre ele. Também estamos contando com o apoio de nossa assessoria jurídica para os procedimentos que devemos tomar”. Sanglard disse que o sindicato é favorável à anulação de todas as provas: “Queremos o adiamento para janeiro por tudo o que ocorreu e era previsto no domingo (28/10). Foi horrível assistir ao espancamento de estudantes dentro de sua própria universidade. As condições psico-

lógicas nas quais os vestibulandos fizeram as provas também eram péssimas. Este ato é em desagravo às atitudes da polícia e do reitor e serve para mostrar à sociedade o que realmente aconteceu no dia do vestibular”. Professores e alunos aproveitaram a ocasião para distribuir a edição “especial vestibular” do jornal da Adufrj-SSind, no momento do ato.

Parlamentares e imprensa presentes

Os deputados estaduais Chico Alencar (PT) e Carlos Minc (PT) compareceram ao protesto e entregaram ao presidente da Adufrj-SSind uma moção repudiando os fatos e o uso da violência no dia do vestibular. Trinta e seis parlamentares de diferentes partidos (PT, PMDB, PSB, PSDB, PPB,

PV, PRONA e PTdoB) assinaram a moção “Entendemos que o bom senso levará à anulação dessa conturbada seleção e ao estabelecimento de uma nova data para os exames vestibulares da UFRJ”, diz um trecho do documento que pode ser encontrado, na íntegra, na página www.adufrj.org.br. Os dois parlamentares afirmaram que entrariam na quinta-feira (01/11) com uma ação cível pública contra o reitor, responsabilizando-o pelos danos morais e materiais de tudo o que aconteceu no domingo. “Eram fatos previsíveis e evitáveis”, disse o deputado estadual Carlos Minc.

A imprensa também apareceu no local, provando que a situação da educação pública do país finalmente ocupa um lugar de destaque nos grandes jornais e nas redes de televisão.



Opinião/Cinda Gonda

Esta greve tem um nome: liberdade

Uma lição as sociedades não indígenas deveriam guardar da tradição dos guaranis: “o poder só deve ser concedido a quem não o procura”.

Domingo, 28 de outubro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro vivenciou a situação limite frente à postura autoritária da atual reitoria.

O vestibular foi o estopim de uma crise que vinha se acumulando. A cada dia, os sinais se tornavam visíveis.

A escolha pelo governo do último nome da lista tríplice, num processo considerado legal, mas não legítimo, feriu as expectativas da comunidade da UFRJ.

A partir daí, passaríamos a caminhar num terreno minado. Primeiro foram os ataques aos decanos, cuja independência de pensamento os levou ao esvaziamento de suas funções. Em seguida, o órgão má-

ximo da Universidade, o Conselho Universitário, silenciado, porque não convocado. Finalmente, o Conselho de Ensino de Graduação cujas deliberações passaram a ser ignoradas, desrespeitadas.

O reitor começou a devotar um rancor, “psicanaliticamente” explicável a toda forma de representação simbólica que lhe devolvesse a unidade perdida: legitimidade/legalidade.

Dialeticamente, oriundo do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, parecia um estrangeiro no território das idéias, das discussões conceptuais, no espaço da razão e da sensibilidade. A entrevista concedida à Revista Veja confirma a hipótese.

Se um aprendizado (deciframento áspero do áspero) a ditadura militar nos deixou foi o da recusa radical a toda e qualquer forma de expressão autoritária, o da rup-

tura das regras do jogo democrático.

Momentos inesquecíveis estão guardados na memória da Universidade. A organização das entidades: a Adufrj-SSind, o DCE Mário Prata, e o Sintufrj. A posse do primeiro reitor escolhido pela comunidade, Horácio Macedo, dos decanos de centros, dos diretores de unidades. Cada pequena vitória constituía uma fagulha que incendiava um cotidiano que nos parecia, por vezes, tão precário. O país avançava para a elaboração e consolidação de um processo democrático. E, coletivamente, apostávamos no sonho possível de uma sociedade mais justa e fraterna.

Mesmo nos “anos de chumbo”, cuja lembrança nos provoca calafrios, o reitor Pedro Calmon defendeu a inviolabilidade do campus quando da tentativa de invasão por tropas militares. Consta que assim se

dirigiu a um policial que coordenava a ação: “aqui só se entra com vestibular”.

Tragicamente, em pleno estado de direito, um professor, que ocupa o cargo de reitor, convoca forças policiais para reprimir o livre direito de manifestação de alunos, professores e funcionários.

Equívocou-se ao pensar que pela força nos acuaría, que não reagiríamos à violência da quebra da autonomia universitária.

A banalização do horror tem um nome: fascismo. “O inimigo está entre nós”.

Esta greve é vitoriosa! Começou sob o signo da indignação. A indignação permanece. E a consciência de que o processo de politização da UFRJ é irreversível. Esta greve tem um nome: LIBERDADE, ecoando na tradição de um canto guarani...

* Professora da Faculdade de Letras da UFRJ



Colegiados

Vestibular só em janeiro

Comissão Executiva acata decisão do CEG. Provas do dia 28 são anuladas e o concurso é adiado para o início do ano

Não foi por falta de aviso. A teimosia do reitor José Vilhena em aplicar a primeira prova do vestibular 2002 no domingo, 28 de outubro, resultou em uma verdadeira batalha no *campus* do Fundão e no Colégio de Aplicação, na Lagoa. Estudantes foram agredidos por protestarem contra a intransigência e defenderem o direito de todos os vestibulandos, das redes particular e pública, de realizarem os exames em igualdade de condições (veja matéria na edição Especial do Jornal da Adufrj de 31 de outubro).

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (31/10), a Comissão Executiva de Vestibular encaminhou um relatório pedindo a anulação das provas do dia 28 e o adiamento dos exames marcados para os dias 11 e 18 de novembro. O relatório foi primeiramente encaminhado ao reitor, mas a comissão voltou atrás, reconheceu o CEG como a instância deliberativa em relação ao concurso e reencaminhou o documento ao colegiado.

Na verdade, o CEG já havia divulgado para a imprensa, desde segunda-feira, 29, que iria adiar as provas do domingo e manteria o calendário já aprovado há um mês e desrespeitado pela reitoria (22 e 27 de janeiro e 3 de fevereiro de 2002). O colegiado aprovou a anulação total das provas realizadas no domingo e reafirmou o calendário de janeiro e fevereiro. O CEG aceitou um pedido da comissão executiva de deixar a fixação exata das datas para depois de uma reunião que acontecerá entre as comissões de vestibular da UFRJ, UniRio e UFF, que também adiarão seus concursos. A intenção, segundo a comissão, é estabelecer um calendário sem sobreposição de provas de duas ou mais instituições no mesmo dia.

Segundo o conselheiro do CEG, Antônio Cláudio (CT), não existe nenhuma possibilidade de haver provas ainda este ano. O professor reafirmou que a preocupação do colegiado com os alunos da rede pública em greve se mantém e as datas já estabelecidas não serão antecipadas. Caso haja alguma antecipação será de apenas alguns dias (a data do dia 20 de janeiro, por exemplo, foi aventada para ser o primeiro dia de provas, no lugar do dia 22).



CEG CONTINUA PRESTIGIADO PELA COMUNIDADE

Colegiados discutem violência no *campus*

Uma sessão conjunta CEG/CEPG (com a participação de membros do Consuni) antecedeu à reunião que anulou as provas de domingo. Na sessão, o superintendente da SR-1 e coordenador geral do vestibular, Átila Freire, prestou esclarecimentos sobre os incidentes ocorridos no dia 28. Átila disse que esteve presente no Fundão e no CAP e presenciou 'os tumultos', ou seja, a ação da Polícia Militar na repressão aos estudantes. O superintendente afirmou que se limitou a acompanhar as decisões da reitoria e, depois, da justiça em relação às datas do concurso. Ao ser perguntado se havia condições de realizar novas provas nos dias 11 e 18 deste mês, Átila disse que não existe condições psicológicas para a realização dos exames. A posição do superintendente foi bastante diferente das sessões anteriores ao dia 28, quando afirmou que o vestibular poderia ser realizado com tranquilidade. A sessão foi presidida pela professora Angela Gonçalves (CEG). O sub-reitor, Ricardo Gattass, estava em Salvador, numa reunião de pró-

reitores, segundo informações da secretaria do CEG/CEPG.

O CEG aprovou a anulação reconhecendo que os candidatos não tiveram a oportunidade de participar do vestibular de forma equânime e que os estudantes das escolas em greve tiveram seus estudos interrompidos. Foi ressaltado, também, o índice de faltas no primeiro dia, que chegou a 11%. Comparado aos vestibulares anteriores o número de faltas foi muito alto, já que a média para o primeiro dia gira em torno de 2 ou 3%.

Repercussão

A maioria dos conselheiros que se manifestou cobrou a responsabilidade da reitoria, em especial do teimoso reitor, e da comissão executiva pela violência a que foram submetidos alunos, professores e funcionários durante a manifestação em defesa da universidade no dia 28. Vários criticaram a postura oportunista do reitor de utilizar os incidentes ocorridos com o vestibular para se reaproximar do ministro da Educação, Paulo Renato (parece que até ele já andava sem paciência com o Vilhena). A vitória 'cantada' pelo

interventor nos jornais, no dia seguinte, por ter realizado as provas, mesmo com toda a violência ocorrida no Fundão e em outros locais de prova, foi rechaçada pelos conselheiros e pela comunidade de professores, alunos e funcionários presente na sala do Conselho Universitário.

O decano do CCJE, Carlos Lessa, lembrou que a universidade é o espaço para a tolerância e convivência de todas as idéias, doutrinas e controvérsias. "Estou escandalizado com a presença das polícias militar e federal no *campus*", disse lembrando Pedro Calmon: um reitor conservador que, segundo Lessa, em plena ditadura militar, impediu que a polícia adentrasse o Palácio Universitário da Praia Vermelha. Ao contrário, Vilhena chama o aparato policial para dentro dos *campi*. Lessa rememorou também a ocupação da reitoria em 1998, durante 44 dias, por estudantes e funcionários. "Quando os conselhos superiores admitiram a nomeação de Vilhena, ainda que ilegítima, os funcionários e estudantes desocuparam o prédio em absoluta paz", disse o professor, para quem o espírito universitário foi violado, no domingo, 28.

Moções contra a violência e pela responsabilização da reitoria

Duas moções foram aprovadas pela sessão conjunta e encaminhadas para a Adufrj-SSind. Uma lamenta os "fatos ocorridos nos *campi* da UFRJ" e repudia "fortemente todos os atos que vêm violentando a universidade". Outra moção repudia a presença da Polícia Militar e do Batalhão de Choque no *campus* do Fundão. Na nota, os conselhos denunciam a atitude irresponsável do reitor em ter colocado em risco a integridade física da comunidade, dos candidatos e de seus familiares.

Entidades também pediram a anulação das provas

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, reafirmou as preocupações da entidade e do movimento docente com as catástrofes que haviam sido anunciadas. Sanglard também criticou a postura de Vilhena de ir pedir asilo ao seu 'padrinho', no MEC. Entidades como a UNE e representações de professores e estudantes do CAP e do Colégio Pedro II também protestaram contra o reitor, pedindo a anulação das provas e a realização do vestibular só em janeiro de 2002.

O fino da prepotência

Demorou um pouco, mas no final da tarde da última quinta-feira (31/10), o reitor-interventor, totalmente isolado em seu gabinete, decidiu, através de sua assessoria, divulgar a anulação das provas e o adiamento do vestibular. A arrogância, no entanto, parece ter permanecido. Mesmo em baixa, o dirigente faz questão de tomar para si uma decisão que já tinha sido sabiamente tomada pelos conselhos e por toda a comunidade universitária.

"Diante da preocupação manifestada pelo Governador do Estado quanto à segurança dos candidatos do Vestibular da UFRJ e das informações transmitidas pela Comissão de Vestibular, depois dos incidentes de domingo passado, o Reitor José Henrique Vilhena decidiu anular a presente edição do Vestibular.

As novas datas deverão ser definidas após ampla consulta a todos os envolvidos levando em conta o menor prejuízo possível para todos os candidatos".

Nota publicada na página eletrônica da UFRJ, no final da tarde do dia 1º de novembro.

6 de novembro de 2001

Informativo da Adufrj-SSind

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala

200 Ilha do Fundão - CEP: 21944/970

Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ

Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

Edição e texto: Comunicação Sindical Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Andes-SN protocoliza termo de acordo

Na hora 'H', secretária da SESu se recusa a assinar minuta de Acordo para fim da greve

O Andes-SN protocolou ontem (5/11) no gabinete do ministro Paulo Renato o Termo de Acordo entre o Andes-SN, o Sinasefe e o MEC, que a secretária de Ensino Superior, Maria Helena de Castro, na audiência do dia 31/10, se negou a assinar. Na última quinta-feira, quando tudo já estava pronto e a redação do termo já tinha sido concluída (por uma comissão composta de um assessor do MEC, um representante do Andes-SN e um do Sinasefe), a secretária, que havia se retirado da sala de negociações momentos antes, voltou com a informação de que os R\$ 250 milhões garantidos pelo ministério não estavam mais disponíveis.

A alegação da representante do MEC foi a de que os recursos não estavam garantidos por alguns parlamentares e, ainda, que o ministério discordava dos termos daquele acordo. O absurdo é que o anúncio da secretária foi dado minutos depois de ambas as partes terem acertado todos os detalhes da minuta, incluindo a garantia das verbas, R\$ 363,5 milhões – incluindo os R\$ 13,5 milhões que faltavam para atender a equiparação das gratificações GED e GID. De acordo com o termo, a GAE seria incorporada e a GID seria estendida em 60% para os docentes aposentados de 1º e 2º graus.

Ao protocolar o termo de acordo no MEC, o Andes-SN fez



questão de ressaltar que a secretária, na audiência do dia 31, após surpreendentemente ter voltado atrás na negociação, informou que a “Agenda de Negociações” estava suspensa. No ofício protocolado, o Andes-SN deixou claro para o ministro que na rodada de assembléias gerais ocorrida no dia seguinte à interrupção das negociações, 1/11, a maioria das seções sindicais referendou a minuta de acordo e, unanimemente, as AGs indicaram a continuidade da greve, frente ao impasse que foi estabelecido pelo governo. Na nota, o Sindicato reafirma a disposição do movimento docente pelo fim da greve e o respeito aos termos acordados na minuta. (ver íntegra do acordo que não foi assinado no Comunicado do CNG/Andes-SN N° 20).

R\$ 13,5 milhões estavam no acordo

Até os R\$ 13,5 milhões que faltavam para atender à

equiparação das gratificações GIE e GED foram incluídos no acordo que não foi assinado pelo governo. Na manhã da audiência, o Andes-SN, em reunião com parlamentares e com o presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Ifes), Carlos Roberto Antunes dos Santos, garantiu o empenho destes com o remanejamento de verbas da Andifes e do Concefet (Conselho de Diretores dos Centros Federais de Educação Tecnológica) para a alocação dos recursos para o atendimento de uma das reivindicações dos docentes de 1º e 2º graus.

No termo de acordo, atendidos os compromissos, o Andes-SN se comprometia a apresentar ao conjunto das seções sindicais o indicativo de saída de greve para o dia 9 de novembro e a definição sobre a reposição das aulas do 2º semestre de 2001.

Abaixo-assinado pelo impedimento do reitor

Iniciativa aprovada na Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 30 de outubro de 2001, começou a circular um abaixo-assinado pelo impedimento do reitor/interventor do MEC, José Henrique Vilhena de Paiva. Todos os professores que quiserem assinar o manifesto podem proceder das seguintes maneiras: assinar nas bancas que são montadas na entrada das Assembléias ou dirigir-se à sede da seção sindical na Ilha do Fundão. Além disso, os interessados podem apanhar folhas do abaixo-assinado para circular em suas Unidades, como diversos docentes já estão fazendo. Outra forma será via correio: no envelope com o boletim de 11 de novembro, estará sendo enviada uma folha em separado com o texto do manifesto para todos, o que pode facilitar a participação dos aposentados e daqueles que estão com dificuldades de comparecer aos *campi* da UFRJ. O documento assinado deverá ser remetido o mais rápido possível para o endereço da Adufrj-SSind (Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - CEP 21944-970, Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ). Um balanço final será apresentado em 23 de novembro. O texto pode ser conferido, na íntegra, na página eletrônica da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br. Em breve, o documento será estendido aos demais segmentos da universidade (funcionários e estudantes) e para o restante da sociedade.

Especial Caros Amigos trata do sucateamento da universidade

Desde 31 de outubro, está nas bancas de todo o país a edição especial da revista Caros Amigos sobre o ensino superior. “A Universidade no espelho - Para onde caminha o ensino superior no Brasil” tem como principais objetivos retratar as mudanças que ocorreram na universidade no período FHC. Os jornalistas tentam mostrar o que a grande imprensa não diz e aprofundam o que ela trata de forma superficial. A edição traz uma entrevista com Luiz Antônio Cunha, professor da UFRJ, e artigos dos docentes Valdemar Sguissardi e Glaci Zancan (presidente da SBPC), além de reportagens sobre a situação da pesquisa, provão, fundações privadas, ensino à distância, os “cartolas” da educação, cotas e vestibulares, extensão universitária e a cobertura da mídia. Em dois artigos, também é discutida a polêmica cobrança de mensalidades na universidade pública. Deve-se destacar a reportagem sobre a importante greve dos alunos de Tocantins, que conseguiu frear a privatização da Unitins. Através dos números do ensino superior no país, dos últimos sete anos de luta dos movimentos em defesa da universidade, além de indicações bibliográficas e de páginas eletrônicas para quem quiser saber mais sobre o assunto, o especial é “um retrato, sob todos os ângulos, da degradação a que vem sendo submetida a mais importante instituição do edifício social, um retrato acabado do desvirtuamento de suas funções em razão da política educacional imposta pelo governo FHC”, conforame bem resume seu editorial.

Jurídico atento à bitributação

A Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN informa que está atenta para evitar a incidência de imposto de renda indevido sobre a remuneração do mês de outubro, se vier a ser paga no mês de novembro. Nesse sentido, estará sendo adotada a medida judicial cabível para afastar possível bitributação.

CEG discute datas para vestibular 2001

Na tarde de ontem, 5/11, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) se reuniu para discutir as novas datas do vestibular 2001. Segundo a conselheira Ângela Gonçalves (CCS), o CEG não pode definir as datas antes de conversar com os representantes das comissões de vestibular das demais universidades em greve, como a UFF e a UniRio, que também adiaram seus concursos. O colegiado está em sessão permanente e foi presidido pela conselheira. O sub-reitor Ricardo Gattass participou da reunião.

Jornada cancelada

Gattass anunciou na sessão que decidiu cancelar a edição da Jornada de Iniciação Científica deste ano. Segundo assessoria de seu gabinete, a jornada deverá acontecer só em 2002 e as datas serão definidas na sessão do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG), nesta sexta-feira, 9/11, a partir das 10h, na sala do Conselho Universitário. A greve e os ‘problemas por que vem passando a universidade’ foram os motivos alegados pelo sub-reitor para o cancelamento da jornada, deste ano.

Crítica às eleições na USP

A Associação de Pós-Graduandos da USP aproveita o momento das eleições locais para lutar pela democratização da universidade. De acordo com a entidade, é um absurdo que a votação para reitor seja feita nos moldes da época da ditadura, na qual, no primeiro turno, uma minoria da comunidade universitária (1,66%) tem o direito de votar e, no segundo turno, só 0,185% da comunidade. Os três mais votados têm seus nomes submetidos à aprovação do governador do estado, que escolhe o nome de sua preferência. “Além de serem eleições sem compromisso político com a comunidade universitária, com poucos debates, onde reinam as trocas de favores, a própria forma como elas são feitas põe de manifesto seu caráter autoritário e restritivo, desmanchando a já restrita votação de representantes universitários, pois a escolha, de fato, é feita pelo governador”, diz um trecho de manifesto que está circulando por e-mail em várias instituições do país. No próximo dia 9/11, o Conselho Universitário da Instituição elege, entre oito nomes, os três que vão compor a lista para o governador.

Fundador da Estácio de Sá despreza pesquisa nas universidades

Em entrevista para uma edição especial da Folha Dirigida sobre o Dia do Professor, o fundador da universidade Estácio de Sá, João Uchôa Cavalcanti Netto, aborda temas polêmicos e despreza completamente o papel da pesquisa. João Uchôa está à frente de uma universidade que tem 90 mil alunos e 30 unidades espalhadas pelo país. Fundada em 1970, a Estácio abriga uma comunidade de cerca de 150 mil pessoas, entre alunos, funcionários e professores. “Na cúpula da Estácio quem tem mestrado e doutorado não entra. Isso é uma regra”, diz ele.

Num trecho, o fundador da universidade diz o seguinte, quando indagado sobre o baixo desempenho do país quanto aos indicadores educacionais, com um volume preocupante de analfabetos: “O analfabetismo não é um problema com o qual eu lide. Por exemplo, eu acho que se o Brasil amanhã começar a ter muita gente fazendo mestrado, doutorado, pós-doutorado, MBA, eu acho que vai ser muito. Acho que é péssimo para o país e para as pessoas. É um mito que todo mundo precise estudar. Isto não é verdade”.

Em outro trecho: “Eu não me interessei

pela educação e nem acho que eu seja uma pessoa muito interessada em educação. Eu sou interessado na Estácio de Sá, isso é que é importante. Estou interessado no Brasil? Não, não estou interessado no Brasil. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá.”

Finalmente, quando a Folha Dirigida perguntou sobre a pesquisa na Estácio, Uchôa saiu-se assim: “As pesquisas não valem nada. A gente olha todo mundo fazendo tese, pesquisa e tal, mas não tem nenhuma sendo aproveitada, raríssimo, é uma inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal. Aquilo ali vai dar um monte de título para o cara, ele vai arrumar um emprego bom e vai trocar cartãozinho com o outro que pesquisa também e fica aquela troca de reverência, para um lado e para o outro, mas a pesquisa em si não vale nada. As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”, disse. A íntegra da entrevista pode ser lida em: www.folhadirigida.com.br/professor/cadernos/maior_riqueza/5.html.

ASSEMBLÉIA GERAL

13

13:30 horas

de novembro
terça-feira

**Auditório do Centro
de Tecnologia**

Ilha do Fundão

Pauta

Avaliação da greve

Impedimento do reitor

Ações judiciais:
desconto do PSS e GED

Eleições da Adufrj-SSind

Abaixo-assinado pelo impedimento do reitor

Iniciativa aprovada na Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 30 de outubro de 2001, começou a circular um abaixo-assinado pelo impedimento do reitor/interventor do MEC, José Henrique Vilhena de Paiva. Todos os professores que quiserem assinar o manifesto podem proceder das seguintes maneiras: assinando nas bancas que são montadas na entrada das Assembléias ou dirigindo-se à sede da seção sindical na Ilha do Fundão. Além disso, os interessados podem apanhar folhas do abaixo-assinado para circular em suas Unidades, como diversos docentes já estão fazendo. Outra forma será via correio: no envelope com este boletim de 11 de novembro, estará sendo enviada uma folha em separado com o texto do manifesto para todos, o que pode facilitar a participação dos aposentados e daqueles que estão com dificuldades de comparecer aos *campi* da UFRJ. O documento assinado deverá ser remetido o mais rápido possível para o endereço da Adufrj-SSind (Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - CEP 21944-970, Caixa Postal 68531 - Rio de Janeiro - RJ). Dentro das possibilidades de cada um, a Comissão pelo Impedimento do Reitor e a diretoria da Adufrj-SSind também pedem para que os professores façam o documento circular entre os colegas docentes mais próximos. Um balanço final será apresentado em 23 de novembro. O texto pode ser conferido, na íntegra, na página eletrônica da Adufrj-SSind: www.adufrj.org.br. O documento está sendo estendido aos demais segmentos da universidade (funcionários e estudantes) e para o restante da sociedade.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 40 • 12 de novembro de 2001

www.adufrj.org.br

Assembléias reafirmam Termo de Acordo

Abaixo-assinado pelo impedimento do reitor já conta mais de 500 assinaturas

As assembléias gerais de professores da UFRJ realizadas na semana passada (dias 6 e 8) reafirmaram o Termo de Acordo, protocolado em 5/11 no MEC. A maioria dos docentes deliberou que o ministério deve cumprir com os itens negociados e acertados até o rompimento unilateral por parte do governo (os itens salariais seriam: incorporação da GAE; extensão de 60% da GID aos aposentados e pensionistas de 1º e 2º grau e equiparação dos valores atribuídos por meio da GID aos da GED para professores de 1º e 2º grau). Em ambas as AGs, foi aprovada a continuidade da greve por tempo indeterminado diante da possibilidade de envio do projeto de reajuste das gratificações ao Congresso (veja matéria da página 4).

Na AG de 6/11, o professor José Simões (Instituto de Física) observou que foi o MEC que quebrou o trato. “O acordo não era nenhuma maravilha, mas era um avanço. O próximo passo agora é deles. Hoje, temos que fortalecer a greve, pois qualquer alteração (dos termos do acordo) pode levar a uma paralisação mais prolongada”, disse. A professora Magaly Albuquerque (Instituto de Química), que é professora nova, fez um depoimento contra tudo que o MEC vem apregoando até agora. Magaly disse que nunca foi sindicalizada (até setembro deste ano) e que terá reajuste zero com o termo de acordo. Mesmo assim, está “satisfeita, porque vamos estar reparando um mal de 1998”. O diretor da Faculdade de Medicina, Almir Fraga, ressaltou a importância do espaço de discussão das assembléias e alertou: “Muito cuidado com propostas isoladas sem a devida discussão”.

Na AG de 8/11, foi a vez do professor Raphael de Haro (Instituto de Física) sintetizar o sentimento geral, na penúltima intervenção da fase de avaliação da greve. Uma colega teria brincado com ele, na assembléia, depois de tantas falas: “Ué, você

vai falar? Você deve estar enferrujado!”. Raphael respondeu no microfone. “Posso até estar falando devagar, mas existe uma parte minha que não se enferruja: a capacidade de me indignar. Percebo que a maior parte do meu salário é de gratificação. Não vamos parar de nos indignar”, afirmou.

Decisão do STJ

A notícia com a decisão favorável ao repasse de recursos para o pagamento dos salários de outubro foi bastante comemorada na Assembléia de 8/11 (veja matéria da página 4).

Abaixo-assinado

A AG de 6/11 aprovou o encaminhamento de que parte da coleta de assinaturas do abaixo-assinado pelo impedimento do reitor (veja matéria no boletim nº 39, de 5 de novembro) seja realizada, sempre que possível, em horários e locais de maior movimento. Foi informado que já existem mais de 500 assinaturas nos documentos centralizados pela comissão pelo impedimento do reitor. Muitos outros abaixo-assinados foram levados por docentes para suas Unidades e devem retornar para a Adufrj-SSind com centenas de novos nomes nesta semana. A campanha, que começa a receber o apoio dos demais segmentos universitários, deve ganhar mais impulso com o envio do texto para a casa dos professores (ver quadro ao lado). A expectativa da comissão é que sejam conseguidas mil assinaturas nos próximos dias. A comissão pede ainda àqueles que estão recebendo o documento em casa para não assinarem novamente, o que poderia dificultar o trabalho de totalização das assinaturas.

A professora Ana Borralho (Faculdade de Medicina) pediu, em Assembléia, para que seja esclarecido aos demais docentes que a assinatura pelo impedimento do reitor não está vinculada a uma nova greve ou à continuação da greve atual. Segundo ela, muitos professores estariam receosos em participar da iniciativa por associá-la

Plano Verão (26,05%) URGENTE!

▪ A Comissão de Acompanhamento da questão dos 26,05% do Consuni/UFRJ informa que restam poucos dias para o recadastramento no SICAJ dos servidores que foram cortados no ganho judicial em seus contracheques. Os interessados devem se dirigir à Adufrj-SSind e ao Sintufrj, impreterivelmente, até 13/11 para verificar sua situação.

a mais dias de paralisação - o que não é verdadeiro. Foi rejeitada a proposta de que os sindicalizados estariam concordando com a destituição do reitor, a menos que enviassem correspondência com declaração em contrário. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, argumentou que é hora de apostar na ação; não na inércia: “É uma iniciativa que leva apenas alguns segundos. É o mínimo: assinar uma lista para demonstrar a nossa indignação com o reitor”, disse.

GED 2002

Também foi aprovado na AG de 6/11 que seria feita uma solicitação à Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) o adiamento do prazo para informação dos dados relativos à GED 2002, fixado em 16/11. A solicitação pede que esse prazo seja vinculado ao final da greve e que seja mantido o pagamento dos valores atuais até que a nova pontuação seja atribuída. A diretoria da Adufrj-SSind enviou um ofício para a CADD no dia 7/11, mas ainda não obteve qualquer resposta.

Fundo de solidariedade

Graças a uma “injeção” de recursos por parte da diretoria da Adufrj-SSind, no valor de R\$ 10 mil, e por parte da Asduerj-SSind (Seção Sindical dos Docentes da Uerj), num valor de R\$ 15 mil, foi reaberto o fundo de solidariedade da greve no dia 9/11. O atendimento aos docentes em dificuldades financeiras por conta da retenção arbitrária dos salários está sendo feito das 10h às 14h.

Eleições da Adufrj-SSind

Nada foi deliberado sobre este item de pauta, que foi remetido para a AG de terça-feira (13/11).

Observadores para o CNG

Foram indicados os nomes dos professores Milton Roedel (Instituto de Química) e José Miguel (Escola de Engenharia) como observadores e suplentes de delegados ao CNG, nesta ordem.



Colegiados

Provas do vestibular começarão após 19 de janeiro

CEG aprova emendas ao edital do vestibular 2002

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou, na semana passada (7/11), o texto do 'aditamento' (acréscimo) ao edital do vestibular 2002. Pelo novo texto, que deverá ser publicado em Diário Oficial pelo reitor José Vilhena, as provas realizadas dia 28 de outubro estão anuladas e aplicação dos exames nos dias 11 e 18 de novembro suspensa. Os testes de habilitação específica foram mantidos e seus resultados, validados. As novas datas das provas específicas e não específicas ainda serão marcadas pelo colegiado, tendo como base as datas anteriormente definidas: 22 e 27 de janeiro e 3 de fevereiro. A Comissão Executiva deverá se reunir com as comissões de vestibular da UFF e da UniRio que também adiaram seus vestibulares, para acertar o calendário para que não haja sobreposição de datas.

Na sessão do dia 5/11, o CEG definiu que as provas só acontecerão após o dia 19 de janeiro. Os conselheiros solicitarão, também, que o Colégio de Aplicação (CAp) e as Unidades de Graduação avaliem o tempo necessário e as formas possíveis para a reposição dos conteúdos curriculares relativos aos 2º semestres letivo de 2002.

Sessão permanente

O CEG continua em sessão permanente, apesar de o sub-reitor Ricardo Gattass ter questionado este procedimento dos conselheiros para garantir que a discussão sobre o concurso e seus encaminhamentos fossem efetivados. Ainda na segunda-feira, dia 5, os conselheiros se reuniram para adiantar a discussão sobre as datas. Esta sessão, como a do dia 31, quando a comissão executiva e o coordenador do vestibular, Átila Pantaleão, reconheceram a necessidade da anulação

das provas realizadas e do adiamento das demais, foi presidida pela conselheira Angela Gonçalves (CCS). O sub-reitor acabou encarando este fato e o caráter permanente da sessão como uma afronta política.

Na quarta-feira, Gattass assumiu a presidência da sessão permanente e causou constrangimento aos conselheiros. A partir daí houve uma demorada discussão sobre a presidência da sessão. Gattass tentou justificar que estava ali por uma questão de 'legalidade'. Os conselheiros tentaram explicar o caráter da sessão permanente, estabelecida para garantir a realização do vestibular nas condições estabelecidas pelo colegiado. O representante Cláudio Limeira (CCMN), reforçou a posição do CEG e lembrou que, mesmo sendo contrário, num primeiro momento, encampou a decisão do conselho, participando, inclusive, de entrevistas para jornais e TVs defendendo o adiamento. Limeira, assim como muitos conselheiros, cobrou a responsabilidade de Vilhena pelos prejuízos causados com a realização

das provas no dia 28.

Agradecimentos

Não foram poucos os agradecimentos e os parabéns concedidos à professora Angela Gonçalves por sua condução nas sessões do dia 31/10 e do dia 5/11. Serenidade, tranquilidade e sobretudo capacidade de articulação entre o conselho e a Comissão Executiva do Vestibular foram alguns dos elogios recebidos pela professora. Ângela que, como integrante mais antigo do CEG, presidiu a reunião que definiu a anulação e o adiamento do concurso durante, pelo menos, nove horas, com apenas meia hora de intervalo. A sessão foi acompanhada por uma bateria de repórteres, operadores de câmeras e fotógrafos dos principais veículos de imprensa. A conselheira discente, Danielle São Bento, agradeceu à professora em nome dos estudantes. A professora agradeceu à manifestação dos conselheiros, dizendo que o mérito tinha sido de todos os participantes.

Avaliação da GED poderá ser feita após a greve

Em sessão conjunta, os colegiados acadêmicos CEG e CEPG decidiram adiar a avaliação da GED para 45 dias antes do final do 2º período letivo de 2001. Isto significa que a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) deverá encaminhar para a Comissão Nacional da GED os seguintes termos: que a avaliação, na UFRJ acontecerá após a retomada do período acadêmico, reconhecidamente suspenso por nota do CEG, no início da greve; e que, até lá, os professores continuarão a receber a gratificação atual.

A discussão não foi tranquila.

Onze docentes votaram nesta proposta, enquanto dez votaram no adiamento do prazo para preenchimento dos dados no Sigma de apenas duas semanas, de 16/11 para 30/11.

A proposta vencedora nos colegiados vem ao encontro do que o movimento de greve dos professores decidiu na penúltima assembleia (6/11). A Adufrj-SSind também vai solicitar à CADD o adiamento do prazo para o preenchimento dos dados da GED para o final da greve, e que, até lá, as gratificações continuem sendo pagas de acordo com a avaliação atual.



Opinião

O impasse

Depois de tanta assembleia e discussão estamos cansados. Nossos alunos estão cansados, nossas famílias preocupadas, o país inteiro nos observa e espera de nós uma atitude consciente e responsável.

Tivemos um longo processo de discussão construindo nossas propostas e contra-propostas.

Erramos e acertamos e tornamos a errar e tornamos a acertar pois assim são formadas as idéias: de conversas e conversas e conversas.

Semana passada parecíamos perto da paz.

Não tínhamos a proposta de nossos sonhos (ela ainda podia e pode ser melhorada - nos empenhávamos nessa tarefa mas estávamos perto da paz, isso era inegável. Tínhamos a possibilidade de uma carreira melhor, de algum futuro real para as nossas instituições públicas de ensino e verbas para viabilizar a nossa proposta.

Era a paz das aulas e da normalidade almejada, conquistada nos 70 e tantos dias de negociações entre nós e o governo, e principalmente entre nós e nós mesmos.

A paz, que só pode ser vivida sob a soberania do nosso pensamento e num cenário de justiça e democracia intelectual, esta paz, infelizmente, ainda não foi alcançada. Estávamos perto dela, mas a estratégia do governo era outra, outros eram seus planos. A extinção das universidades federais não é apenas uma paranóia das associações de docentes, mas um plano declarado do governo, representado pelo senhor ministro da educação.

As verbas sumiram (?) e parece que com elas a nossa esperança de paz foi mais uma vez adiada. O governo, apostando na nossa impaciência e no nosso desconforto perante a sociedade, retorna ao início das negociações, com o mesmo cala a boca de 98. Apostando no esfacelamento das universidades públicas, na rompimento entre professores e alunos e funcionários e na pressão pragmática dos grupos cegos e elitistas que só vêem a si e só transam com o seu próprio umbigo, gozando nunca, posto que o gozo exige a diferença, o senhor ministro resolve resolver por todos nós, e ponto.

Não custa lembrar que no início deste movimento, fomos surpreendidos por algo diferente no ar. Não eram novas propostas, mas a presença ativa, como há muito não se via, dos nossos estudantes. Ao nosso lado, cobrando uma consistência político-filosófica que não permitia e nem permite o simplismo e a leviandade de lutar apenas por melhores salários, nos obrigaram a uma postura intelectual diferenciada.

NOSSA LUTA É PELA PRESERVAÇÃO DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA O FUNCIONAMENTO PLENO DE UMA UNIVERSIDADE PLURAL E SOLIDÁRIA.

Isso vai muito além de pequenos ganhos salariais e certamente não passa nem de longe por 30 por cento na GED. Este é o compromisso acordado entre professores, alunos, funcionários e a sociedade, e não podemos traí-lo, sob pena de não podemos ver nossos filhos e netos na universidade pública.

É hora dos estudantes voltarem a nos ensinar a caminhar com orgulho, a não nos deixar perdidos na depressão e no pragmatismo dos ossos cansados. Somos um só lado, uma imensa faixa de Möbius atravessando a intolerância e a pequenez dos nossos governantes. A greve continua e juntos vamos construir uma universidade melhor.

Ricardo Kubrusly (Instituto de Matemática-UFRJ)



Colegiados

Conselheiros encaminham ações pela renúncia ou afastamento de Vilhena

Alguns representantes do Conselho Universitário e dos colegiados acadêmicos (CEG e CEPG) se reuniram na última quinta-feira, dia 8/11, para debater ações para resgatar a normalidade institucional na universidade. A insatisfação com os desmandos do reitor José Vilhena já é notória e ganhou até as páginas dos principais jornais de grande circulação do país. A iniciativa partiu de alguns membros do Consuni, em especial de quatro decanos – Carlos Lessa (CCJE), Sérgio Fracalanza (CCS), Marcos França (CCMN) e Oscar Acselrad (CT) – e certamente terá o apoio da esmagadora maioria dos representantes docentes, discentes e dos técnico-administrativos nos três colegiados superiores.

Como em 1998, a tentativa primeira do Consuni será ‘pedir’, formalmente, para que Vilhena renuncie. Certos de que o interventor não terá grandeza suficiente para tal gesto, os representantes da comunidade universitária partirão para ações mais incisivas. Uma delas será pedir para que o Ministério da Educação se pronuncie sobre a aprovação do novo estatuto da UFRJ em um prazo determinado (provavelmente, vinte dias). Findo este período, os colegiados solicitarão uma Ação Civil Pública contra o

ministério pela omissão. Os representantes acadêmicos e institucionais pensam também em entrar com um mandado de segurança na justiça federal, obrigando o reitor a acatar as decisões dos colegiados superiores. Outra medida será o sentido de que seja reconhecida a auto-convocação do colegiado máximo.

O professor e conselheiro, Oscar Rosa Matos, apresentou documentos que comprovam a má fé com que Vilhena tratou o órgão máximo da instituição durante a sua gestão. Oscar lembrou de uma ação que ele próprio encaminhou à justiça federal contra o fato de o reitor ter desconvocado sistematicamente o colegiado durante três meses, alegando que este estaria com a sua composição irregular. Em agosto, Vilhena convocou uma sessão especial somente para aprovar o projeto dos Fundos Setoriais, que resultou em R\$ 12 milhões para a universidade. Dinheiro este que está sendo disputado pela reitoria (veja nota ao lado).

Rosa Matos apresentou um ofício em que Vilhena, em 13 de julho deste ano, encaminha à Secretaria de Ensino Superior um relato de que o Consuni estava com sua composição regular (relação 70/30 entre docen-

tes e demais segmentos), conforme determina a nova Lei de Diretrizes e Bases. Este ofício foi enviado para respaldar o projeto dos Fundos Setoriais, aprovado pelo colegiado em 28 de junho. Em agosto, quase dois meses depois da sessão que aprovou o texto do estatuto formulado pelo colegiado (21/6), com as equações à nova legislação (que Vilhena insistia em não reconhecer), o interventor respondeu a uma solicitação do procurador regional dos Direitos do Cidadão, Daniel Sarmento (o mesmo que entrou com a ação civil pelo adiamento do vestibular), dizendo que o mesmo conselho estava irregular, ou seja, ilegal.

Diante das mentiras, improbidades e tantas outras ‘maluquices’ políticas, os conselheiros decidiram encaminhar uma solicitação ao Ministério Público para que seja estudada a possibilidade de afastamento de Vilhena do cargo para que o Conselho Universitário possa restabelecer a normalidade e desencadear o processo de escolha de um novo dirigente.

Consuni quer que Fundos sejam geridos pela FUJB

Os R\$ 12 milhões dos Fundos Setoriais do MCT que foram destinados à UFRJ são

hoje alvo de disputa entre a sub-reitoria de Patrimônio (SR-3), leia-se: Maurício Arouca e Vilhena, e o Conselho Universitário. O Consuni representa os interesses das direções de Unidades e Decanias que durante cerca de três meses construíram o projeto que concorreu às verbas para infra-estrutura. Quando aprovou o projeto, o Consuni determinou que o dinheiro seria gerido pela Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e que a coordenação desta gerência seria do sub-reitor Maurício Arouca. A reitoria resolveu ‘passar a perna’ no colegiado e, desde que o projeto foi aprovado, vem denunciando ‘irregularidades’ na Fundação. O objetivo é fazer com que o dinheiro saia da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) direto para o caixa de Arouca, na SR-3.

Os conselheiros se mobilizaram e entraram com uma notificação na Finep para que a verba não seja liberada até que o impasse seja resolvido e a reitoria aceite a decisão do Consuni para que os recursos sejam encaminhados à FUJB. Vale lembrar que o movimento docente se posiciona contrário aos Fundos Setoriais, já que este tipo de financiamento aumenta a política de privatização interna e de competitividade entre Unidades e Instituições.



Movimento

Estudantes protestam na reitoria

A greve e o impedimento do reitor foram os principais assuntos discutidos na Assembléia dos alunos

Na última quinta-feira (08/11), mais uma Assembléia Geral dos estudantes da UFRJ movimentou o prédio da reitoria. Organizado pelo DCE, o encontro avaliou o andamento da greve de docentes e alunos, além de definir novas propostas de atos e debates de temas relacionados à universidade. O estudante Bruno Lopes iniciou a discussão destacando a importância da vitória dos técnico-administrativos, com a incorporação da GAE aos salários: “Antes o governo nem falava com os trabalhadores. Houve a

conquista dos funcionários, mas a nova rastradeira do MEC nos docentes deve radicalizar a greve. E nós temos que acompanhar esse movimento”. Bruno também falou que se deve chamar a atenção da imprensa, novamente, para o *campus* e para as reivindicações da greve: “Agora que o vestibular foi adiado, a mídia não aparece mais aqui”.

Felipe Cunha, aluno do IFCS, disse que o impedimento do reitor, José Henrique Vilhena, não seria uma boa solução se o governo, através da lista tríplice, colocasse outro reitor-interventor na reitoria. “Mesmo que a greve acabe devemos continuar na luta em defesa da universidade pública e de qualidade. Temos que saber qual universidade queremos para que a nossa voz possa ser ouvi-

da”, concluiu Felipe. Vinícius Wu, representante discente no CEG, lembrou que as propostas do movimento estudantil não podem ser esquecidas durante a greve: “Não basta só tirar o Vilhena. Não podemos nos esquecer das nossas reivindicações como o bandeirão e o aumento no número de bolsas de iniciação científica. Com o fim da greve, também precisamos saber o que será melhor para os estudantes: o cancelamento do período ou não”.

Daniel Sousa também falou sobre outra deliberação do CEG que não foi acatada pelo reitor: “A questão da bolsa-alimentação do alojamento já foi resolvida pelo CEG, mas a SR-1 não fez nada de concreto ainda”. “Devemos nos articular nacionalmente para evi-

tar que a mídia comece a colocar os estudantes sem aulas contra os professores em greve. Devemos lembrar à sociedade que a causa da greve é justa”, completou Daniel.

Os estudantes decidiram continuar em greve e aprovaram uma participação no ato da Adufrj-SSind, domingo (11/11). Depois, todos seguiram para a SR-1 para protestar pela bolsa-alimentação, já aprovada pelo CEG.

Na sexta-feira (9/11), o sub-reitor Maurício Arouca (SR-3) recebeu os estudantes e foi notificado sobre a inércia por parte da reitoria na implementação da assistência estudantil. Os alunos cobram a inclusão de R\$ 3 milhões para essa finalidade no orçamento da UFRJ em 2002, de acordo com resolução do Consuni deste ano.



Movimento

MEC retrocede nas negociações

Paulo Renato envia projeto de reajuste de gratificações para o Congresso nesta terça-feira (13/11)

Depois da intransigência e da falta de palavra, o MEC apelou agora para a mentira e o retrocesso. Não satisfeito em ter dificultado as negociações ao máximo que pôde com os comandos nacionais de greve do Andes-SN e do Sinasefe, o ministério resolveu “atropelar” as instâncias máximas do movimento docente. Para isso, pretende enviar ao Congresso Nacional na terça-feira (13/11) um projeto de reajuste de das gratificações GED e GID (34%) e extensão de 60% da GID máxima aos aposentados e pensionistas dos 1º e 2º graus - proposta já rejeitada nas assembleias do Sindicato Nacional há mais de um mês. A iniciativa de Paulo Renato mostra o desespero de quem não consegue dobrar a força da greve.

Talvez pior do que o retrocesso, são as mentiras que o ministro propagou pela mídia e na reunião com o Andes-SN e o Sinasefe em 8/11. Em entrevista a um programa da TV Gazeta, no dia 7/11, Paulo Renato disse que a paralisação dos professores das universidades federais é uma “greve de aposentados”. Paulo Renato afirmou ainda que a atual proposta de incorporação da GAE prejudica os “jovens doutores”, que teriam reajuste zero. Diz também que tem recebido apoio de diversos docentes, que estariam sem voz nas assembleias por constrangimento.

O representante do MEC se “esqueceu” de dizer que a luta do Andes-SN se iniciou com a pauta de reajuste linear para todos e com o fim das gratificações. Depois, no processo de negociação, a reivindicação passou a ser pela incorporação das gratificações (GAE e GED), o que também traria um reajuste significativo para toda a categoria. Nesses dois momentos, não apareceu ninguém do ministério na mídia para dizer que os “jovens doutores” estariam sendo prejudicados. A resposta do MEC, no caso, foi a retenção arbitrária dos salários e alegações de falta de dinheiro.

O presidente do Andes-SN, Roberto Leher, não aliviou nas críticas. “Todas as posições são debatidas com liberdade nas assembleias”, afirmou, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo (8/11). Leher acrescentou que as AGs são constituídas, em grande maioria, por professores da ativa. E reafirmou a defesa dos direitos dos aposentados. “Os aposentados deram uma contribuição inestimável ao país; devemos

lutar pela sua defesa”, observou. Quando indagado sobre o suposto apoio do professorado ao ministro, o presidente do Sindicato Nacional fez questão de frisar que isso não seria verdade. Observou ainda que uma parcela dos docentes acredita que a luta deveria voltar a ser pelo reajuste linear (75,48% até dezembro de 2000).

Uma outra mentira do MEC foi a respeito do término do prazo para garantia de recursos junto aos parlamentares, que teria sido ultrapassado pela “demora” do Andes-SN. No documento entregue pelo ministério aos Comandos Nacionais de Greve do Sindicato Nacional e do Sinasefe, o ministério diz que “segundo os parlamentares, vencera-se o prazo sinalizado...”. Na verdade, no dia 31 de outubro, data da assinatura do termo de acordo, todas as lideranças partidárias subscreveram o documento, à exceção do líder do governo, Arnaldo Madeira. Ou seja, não houve a presumida demora, mas o posicionamento do próprio governo.

A última mentira: para fazer o reajuste das gratificações, surgiram “do nada” mais R\$ 150 milhões. Depois do rompimento unilateral do MEC na mesa de negociações em 31/10, havia sido dito pela secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, que só existiam R\$ 100 milhões para atender às reivindicações dos docentes.

Ministro isolado convoca reitores

Isolado, o ministro tenta garantir algum apoio dos reitores para que sua proposta ganhe fôlego. No dia 7/11, Paulo Renato e a secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, se reuniram com 16 reitores, em Brasília. Pelo que se sabe da

reunião, os representantes do governo não convenceram ninguém.

Ato em Brasília

Cerca de dois mil manifestantes participaram de um movimentado ato em Brasília. Primeiro, os servidores e estudantes fizeram uma vigília em frente ao MEC durante a reunião do Andes-SN e Sinasefe com os representantes do ministério. Em seguida, todos se dirigiram ao Palácio da Alvorada, no qual foi protocolado um pedido de audiência com o presidente da República. O pedido foi reforçado pela assinatura de mais de 150 deputados federais e senadores., sensíveis à situação das IFES.

STJ determina repasse de recursos às universidades

No dia 8/11, o MEC sofreu mais uma derrota na Justiça. O ministro Gilson Dipp deferiu o pedido de extensão da liminar do mês de setembro também para o mês de outubro. No despacho, Gilson Dipp concedeu a liminar para que se faça o repasse de verbas às universidades federais, mas compete ao reitor realizar o pagamento. Ficou determinado que o ministro comprovasse o repasse até as 15h de 9/11 (data do fechamento desta edição).

Passadas as 24 horas, foi constatado por declarações de algumas universidades e da Andifes que esse repasse não foi feito. Assim, a Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN entrou com um mandado de segurança no STJ para que o ministro da Educação fosse novamente oficiado. Se o ministro Paulo Renato não fizesse o repasse, ficaria caracterizado o crime de responsabilidade, cuja penalidade é a consequente destituição do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de qualquer função pública.

Texto do MEC revolta Andes-SN

No dia 7/11, o MEC disponibilizou, na internet, uma “nota de esclarecimento aos Docentes das Instituições Federais de Ensino”. Seria apenas mais um lamentável documento recheado de mentiras para tentar dividir a categoria, não fosse um “pequeno” incidente: o texto era, na verdade, um “rascunho” eletrônico, com várias observações pejorativas ao movimento docente. Só para se ter uma idéia, o comentário final dizia o seguinte: “Chega de radicalismo. Digam não à liderança incompetente do Andes e do Sinasefe. Chega de palhaçada. Por uma negociação racional que faça jus à maioria dos docentes das IFE. Lembrem-se que a opinião pública não perdoará o adiamento dos

vestibulares”. O texto pode ser conferido, na íntegra, em www.andes.org.br/mancada.htm. O ministério já retirou o arquivo de sua página eletrônica.

Na reunião que tiveram com os representantes do MEC no dia seguinte (8/11), o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, criticou o modo anti-ético como o MEC vem conduzindo as interlocuções. Roberto mostrou toda a indignação do movimento com a tal “nota de esclarecimento”, que desrespeitou a forma de atuação sindical, afrontando diversos acordos do governo brasileiro com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O segundo escalão do MEC (o ministro não mostra a cara) disse que ia investigar o caso.

Notícias da greve

Os servidores do Banco Central do Rio de Janeiro e de São Paulo decidiram, na última terça-feira (06/11), paralisar as atividades por tempo indeterminado. Os funcionários estão se mobilizando desde o início de agosto por um reajuste de 75,48% referente às perdas salariais dos últimos sete anos e melhorias nas condições de trabalho. Na quarta-feira (07/11), 400 servidores protestaram na porta do BC do Rio, na Avenida Presidente Vargas.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) decidiu adiar, na última terça-feira (06/11), por tempo indeterminado, o seu vestibular 2002. A instituição informou que as novas datas serão definidas depois que os professores, em greve desde agosto, voltem ao trabalho. Segundo o presidente da Copeve (Comissão Permanente de Vestibular), João Lins Filho, o vestibular foi suspenso a pedido da reitoria da instituição. Neste ano, a Federal da Paraíba recebeu 71 mil inscrições para o seu vestibular.

O Projeto de Lei nº 147, de 1997, do senador Romero Jucá foi aprovado pela Comissão de Educação do Senado, no dia 23 de outubro. O PL revoga o artigo 2º da Lei nº 9.192, de 21/12/95, que impede a reeleição dos reitores e vices de Universidades, diretores e vices de unidades universitárias e de estabelecimentos de ensino superior. Romero Jucá argumenta que esse impedimento configuraria “exceção discriminatória contra os bons dirigentes universitários que não podem continuar prestando bons serviços à entidade que comandam”. Jucá, que, é bom lembrar, é do PSDB/RR, só não esclarece se o conceito de “bom dirigente” serve para a comunidade ou para o MEC.

A Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN informa que está atenta para evitar a incidência de imposto de renda indevido sobre a remuneração do mês de outubro, se vier a ser paga no mês de novembro. Nesse sentido, estará sendo adotada a medida judicial cabível para afastar potencial bitributação.

A Associação de Pós-Graduandos da USP aproveita o momento das eleições daquela universidade para lutar pela democratização da universidade. De acordo com a entidade, é um absurdo que a votação para reitor seja feita nos moldes da época da ditadura, na qual, no primeiro turno, uma minoria da comunidade universitária (1,66%) tem o direito de votar e, no segundo turno, só 0,185% da comunidade. Os três mais votados têm seus nomes submetidos à aprovação do governador do estado, que escolhe o nome de sua preferência. O segundo turno da votação se realizaria no dia de fechamento desta edição (9/11).

Cláudio Thomás Bornstein/COPPE/UFRJ

A "GRED" E A "GEVE"

Em um momento em que a discussão sobre a greve ameaçava confundir-se com a discussão sobre a GED ocorreram-me alguns pensamentos. Quero antes de mais nada dizer que não sou grande entendido nem em greves nem em GED. No entanto, ou talvez justamente por isto, pode haver algo aproveitável nas idéias que coloco abaixo.

Começo pelo óbvio porque é mais fácil. A GED é uma peça no sistema de avaliação dos docentes, premiando aqueles que cumprem as suas normas. E, pelo que tenho escutado em assembleias e corredores, ninguém é contra a avaliação. O problema está no *como*. Como avaliar? É neste contexto que a GED tem que ser examinada.

Tentando centrar na essência, mesmo sob o risco da omissão de algum aspecto, eu diria que o âmago da GED é a visão quantitativa e a ênfase na atividade docente. Examinemos estes dois pontos com mais cuidado.

Qual a vantagem da visão quantitativa, ou seja, qual a vantagem de uma avaliação baseada em uma soma de pontos atribuídos por um critério pré-estabelecido? A vantagem parece ser a objetividade, a aparente imparcialidade, o caráter impes-

soal do julgamento. E isto, num sistema ou numa sociedade em que tudo costuma ser levado para a esfera pessoal, parece ser bastante positivo. Friso que, se o caráter impessoal de tal julgamento parece ser uma inegável vantagem, na medida em que fica mais difícil enquadrar individualidades, a imparcialidade, no entanto, é extremamente duvidosa. Acho que é desnecessário frisar que qualquer critério, ao menos qualquer critério humano, reflete uma concepção, representa tendências e interesses daqueles que o elaboraram. Qual a concepção por trás da GED? Isto nos conduz ao segundo ponto: a ênfase na atividade docente.

Embora a GED também premie atividades administrativas e publicações a ênfase parece ser na atividade docente, ou seja, em ensino e orientação de alunos. Por que o peso dado à atividade de ensino se esta está implícita até mesmo na definição da palavra *magistério*? Ou seja, porque premiar ensino se este está indissoluvelmente ligado à atividade do professor? A GED traz implícita a concepção de um professor que não dá aulas. Pois, se todo professor desse aulas, seria necessário premiar esta atividade?

A resposta dada pelos que são favorá-

veis à GED costuma ser afirmativa, ou seja, que, de fato, existem professores que não dão aulas, ou, ao menos, não dão aulas em número suficiente. Isto me conduz a um terceiro ponto que, parodiando Brecht, gostaria de chamar: a exceção e a regra.

Pois se existe regra e exceção, a exceção é exceção e a regra é regra. Ou será que é o contrário? Seria a exceção a regra e seria a regra a exceção? O que eu quero dizer é que não me parece razoável criar regras para evitar as exceções a menos que exceções sejam a regra.

Suponhamos que isto seja verdade, ou seja, que de fato um grande número de professores, ou, ao menos, mais do que o desejável, não dê aulas ou, melhor, não dê aulas em número suficiente. Teria sido preciso criar a GED para resolver este problema? Não teria sido muito mais fácil, dentro do mesmo espírito normativo/quantitativo, estabelecer um padrão que, inclusive, visando permitir um ajuste fino, ou seja, englobar particularidades, poderia se adequar a cada unidade/departamento? Friso que isto já é feito por uma série de unidades/departamentos, que estabelecem um número mínimo de cursos por semestre que cada professor tem que dar, o que, inclusive, pode ser um

instrumento interessante para detectar distorções, pois uma carga horária docente muito alta de um determinado departamento pode indicar uma maior prioridade em contratações.

Qual a diferença de um tal sistema para a GED? A diferença é considerável. Uma coisa é um departamento ou unidade estabelecer um padrão, ponto de convergência dos docentes do departamento, cuja discussão junte e una, e que longe de representar uma visão corporativa, como alguns gostam de dizer, representa, acima de tudo a aceitação e explicitação de responsabilidades, e outra coisa é deixar toda a regulamentação por conta de uma competição desvairada centrada em número de cursos, dividindo e individualizando os docentes.

A história na verdade é outra. Longe da preocupação de criar mecanismos para detectar eventuais distorções na universidade brasileira, a GED veio para criar, diria melhor, tentar criar, um novo padrão não de atividade docente mas sim de docente: o professor horista. Aquele que ganha de acordo com o número de aulas que dá. A quem interessa este padrão é outra história que deixo para outro ou para outra vez. Será preciso?

Oscar Acselrad/decano do Centro de Tecnologia

Vestibular 2002. É preciso ir além

É de Pedro Calmon, ex-Reitor da UFRJ, a frase célebre: "Polícia só entra na Universidade fazendo vestibular". Bons tempos aqueles em que a Universidade era defendida por homens deste quilate. O Prof. Alberto Coimbra, fundador da COPPE e seu Diretor nos primeiros anos de sua existência, por mais de uma vez se postou na porta de entrada para impedir que forças policiais da ditadura percorressem as salas de aula em busca de estudantes que eles classificavam de agitadores profissionais e baderneiros. Agora, e não é a primeira

vez nos anos recentes, o Batalhão de Choque da PM e a Polícia Federal são convidados a entrar, permanecer e "manter a ordem" no interior do Campus Universitário. As cenas decorrentes deste convite estão em todas as reportagens de TV e nos jornais dos dias 28 e 29 passados. Não basta lamentar ou se indignar contra estas cenas de selvageria e barbárie, é preciso ir além.

Manifestações e atos públicos são formas democráticas, um exercício de cidadania, pelas quais também se complementa a formação dos estudan-

tes, que assim se conscientizam do bom uso do espaço público, coletivo, preparando-se para tornarem-se futuros agentes e dirigentes do processo de construção e desenvolvimento nacional, onde as diferenças, antes de serem um entrave, são enriquecedoras do diálogo. Este diálogo, ingrediente necessário à formação de bons cidadãos, também pode emergir na Universidade com o exercício competente da atividade docente pelo estímulo à crítica, ao debate e à aceitação das diferenças.

Neste último domingo pude testemu-

nar como devem ser formados os futuros cidadãos deste país pela ótica míope do atual Reitor. Segundo seus cânones e sua prática, o diálogo se ensina através do confronto com a Polícia, armada com bombas, pistolas, metralhadoras e escopetas, aula magna ministrada por um oficial tenso, nervoso e truculento. O uso criterioso da mentira e da omissão casual de detalhes também é relevante neste aprendizado: a televisão mostrou exaustivamente a cena de jovens quebrando vi-

Continua na página 2

Continuação da página 1

draças, sem informar adicionalmente que eles assim agiram porque dois colegas estavam sendo espancados por policiais dentro de um salão, que para não serem interrompidos em sua “função educativa” trancaram o portão de acesso ao local.

Ainda nesta mesma ótica, a aceitação das diferenças ensina-se pelo desrespeito às decisões dos órgãos colegiados, pela contínua violação dos estatutos e regimentos da Universidade, prática corrente do Reitor ao longo dos últimos 3 anos, demonstrando a sua concepção de como “obedecer tudo o que esteja dentro da lei e da democracia”, citando suas próprias palavras. Talvez seja por isso que o Reitor vem a público para afirmar que o que se passou foi uma vitória.

Triste Universidade em que estas situações são descritas como vitória. Vitória de quem? Do Reitor, sim, que coloca sua visão pessoal à frente dos interesses da Universidade. Que coloca sua necessidade de afirmação pessoal à frente do bom senso e permite a exposição da Universidade a situações como esta do Vestibular de 2002. Triste Universidade na qual questões de natureza administrativa e acadêmica têm que ser sistematicamente resolvidas com o recurso ao Poder Judiciário. Tem razão quem diz que há muito a se transformar nesta Universidade, e talvez um bom início seja mudar a legislação para que não venham a existir mais Reitores que não tenham estatura acadêmica, ética e intelectual para de fato poder representá-la. É inconcebível que uma Universidade Federal brasileira possa ter por Reitor uma pessoa de seu quadro docente que jamais tenha orientado um aluno de iniciação científica, que jamais tenha orientado um único aluno de mestrado ou doutorado, que jamais tenha publicado um simples artigo em periódico reconhecido em sua especialidade. É preciso mudar regimentos para que um Reitor que não cumpra o que decide o Conselho Universitário seja de alguma forma penalizado. É como se o Presidente da República não acatasse decisões do Congresso, e fica tudo por isso mesmo.

Antigamente se dizia que era um golpe. Na Universidade do atual Reitor, e na Universidade de seus sonhos, o Reitor deve ser absoluto, sem debates, sem crítica. Resistirmos, a que será que se destina?

Flávio Fonseca Nobre/Professor Titular do Programa de Engenharia Biomédica da Coppe/UFRJ

Carta-desabafo

Hoje, 1/11/2001, em assembléia, os professores da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, decidiram se manter em greve face aos acontecimentos recentes e amplamente divulgados de que acordos e propostas costuradas nos últimos dias foram rompidos por parlamentares, e sobretudo governo. Hoje, vejo no noticiário da noite que o Sr. Ministro de Educação remete para o Governo (seria Governo o Sr. Presidente BHC? *Definição de BHC ao final) a discussão referente à greve dos docentes, integrando com as greves de outros ministérios e, pelo que pude entender do noticiário, propondo a suspensão do pagamento do mês de outubro dos servidores em greve destes diferentes ministérios e órgãos governamentais. Hoje, vejo na mídia que um grupo de professores avançaram de forma significativa ao produzirem um ‘ratinho’ transgênico, e que resultados deste trabalho poderão vir a salvar vidas no futuro. Hoje, vejo notícias sobre a guerra biológica que vem se iniciando no mundo. Hoje, a mídia apresenta os resultados e perspectivas do nosso famigerado ‘apagão’, ou melhor, racionamento de energia.

Hoje me senti parte de um grupo de párias da sociedade brasileira - funcionários públicos e sobretudo professores, que sou desde de 1975. Quem irá prover à sociedade profissionais para desenvolver novos processos, medicamentos e técnicas para tratar e salvar vidas? Quem irá formar pessoa para desenvolver formas de identificar, tratar e prever possíveis efeitos de uma guerra biológica? Quem estará alertando ao Governo de possíveis problemas no sistema de fornecimento de energia elétrica? (É verdade que no caso não deram atenção).

É verdade, as empresas universitárias, digo, universidades privadas talvez possam atender a esta demanda de profissionais de bom nível para desenvolver a nossa ciência e tecnologia e formar pessoal para lidar com problemas de saúde pública entre outros tantos que nos assolam. Será? É este o caminho para o progresso? Será que estamos assumindo o famoso ditado ‘façam o que eu digo, não o que faço?’ Países desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra apóiam de forma decisiva as suas Universidades bem como outros setores do serviço público, em particular na saúde pública.

Cito estes dois países por conhecer mais de perto, mas se pesquisarem verão que outros tantos praticam o ‘protecionismo’ nas mais diferentes formas, em particular, com relação às Universidades.

Quando nos tentam convencer que lá, as Universidades são privadas, pagas, esquecem de dizer como de fato funciona o mecanismo. Empresas financiam Universidades porque têm ganhos no imposto de renda, além de ganhos específicos através de um atrelamento do que é feito nas Universidades. De uma forma simples, colocam recursos e, caso algo seja desenvolvido, a prioridade para produzir, comercializar é da empresa. O gasto com educação é totalmente dedutível do IR. Eu, caso professor fosse lá, poderia deduzir despesas com livros, computadores e outros itens necessários para exercer minha profissão - professor. Ou seja, quem acaba ‘botando grana’ nas Universidades de lá é a sociedade. E porquê isto? É o reconhecimento de que sem Universidades um país é nada.

E o que vemos hoje no nosso Brasil? Sete anos sem aumento efetivo dos professores universitários e de outros tantos servidores públicos, que amanhã serão chamados a responder sobre problemas diversos, como a guerra biológica. Aliás, aqui no nosso país verde-amarelo, a falta de cuidado e atenção com alertas já é suficiente para não nos preocuparmos com guerra biológica - vide dengues, febre amarela e outras doenças.

Dizer, como vem na mídia o nosso Ministro, que concedeu uma GED - Gratificação de Estímulo à Docência, é dizer que o Brasil entende que professor só deve ser pago se produzir. Produzir o quê? X horas de aulas, Y trabalhos científicos ou equivalente para diferentes áreas, e por aí vai. Coitado do Einstein, aqui não teria GED!

Se há profissionais que não trabalham, o nosso sistema já prevê como resolver esta questão. Se há pessoas que ganham demais, por isto o Governo (BHC é o governo?) não pode ou não quer ajustar salários, como veiculado através de mensagens pela internet para professores, não diretamente, mas apontando que opções que a categoria defendia iriam privilegiar estes marajás (ai, desculpem, lembrei do nosso malfadado colorido). Então me pergunto - que BHC, desculpe -

que Governo é este que, junto com quem de direito - Congresso, Senado e Jurídico - não podem, ou não conseguem, ou não querem resolver estas diferenças. Penalizar aqueles que não se privilegiaram das brechas existentes no passado para incorporações e aquisições de vantagens é falta de seriedade e de compromisso com este nosso sofrido Brasil.

Sou um privilegiado neste Brasil. Professor universitário, com duas filhas lindas em Universidades Públicas. Faço parte de uma geração que chegou neste ponto, com sacrifícios, sem benesse nenhuma. Faço parte daquela geração da ditadura militar, aquela que lia Fernando Henrique Cardoso, aquela que participou da criação da ANDES junto com o Ministro Paulo Renato, não na cúpula, mas junto com tantos outros que estavam lá naquele momento. E me pergunto, que legado ficará para as novas gerações? Será que será o que me marcou na minha adolescência, quando no início da televisão ainda vi o Sr. Abreu Sodré indo à televisão para dizer algo do tipo ‘quando era jovem, eu também participava destas manifestações e movimentos, mas conforme se amadurece vamos mudando de posição’. Eu não sou mais jovem, mas acredito em uma Universidade, em um serviço público de qualidade. Acredito que um Governo deve prover condições para um país crescer e avançar, não simplesmente atender demandas externas. Sei que não é simples, nem fácil, mas sem Universidades e, no nosso Brasil e neste momento, sem **Universidades Públicas**, não chegaremos a ter o que todos querem - um Brasil de primeiro mundo, um Brasil reconhecido e forte, um Brasil NOSSO!

***B.H.C.** Inseticida fitossanitário organoclorado persistente; o princípio ativo apresenta uma persistência LONGA no ambiente; o produto desloca-se pouco para as regiões vizinhas (e muito para o exterior!); emprego não autorizado em domicílios; uso em campanha de saúde pública (como, por exemplo, extermínio de funcionários públicos, professores e ciência e tecnologia). Os produtos contendo essa substância terão que apresentar na rotulagem a categoria toxicológica I e faixa vermelha, com caveira, duas tábias cruzadas, indicativos do risco do produto.

Alberto Di Sabbato/Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense

Carta para Dora Kramer

Prezada jornalista Dora Kramer:
Tomo a liberdade de fazer alguns comentários ao seu artigo publicado ontem (01/11/2001) sob o título “Deram régua e compasso ao MST”. Devo dizer, de antemão, que não me considero no direito de discutir as suas opiniões, mas me sinto impelido a comentar algumas interpretações dos fatos contidas no artigo.

1) A Sra. associa a suspensão das negociações dos professores universitários em greve à notícia da liberação do pagamento dos salários de setembro, determinada pelo STF. É curioso que a notícia sobre a suspensão das negociações - algumas páginas adiante no mesmo jornal em que a Sra. escreve - atribua-a claramente à negativa dos parlamentares em destinar recursos para a viabilização das reivindicações, o que já parecia certo desde a semana anterior. Portanto, atribuir aos professores, nesse caso, a tática do “conflito pelo conflito” é, para dizer o mínimo, uma interpretação injusta.

2) A Sra. menciona decisões anteriores do presidente do STF como forma de desqualificar a decisão tomada por esse magistrado acerca dos salários dos professores. Além disso, a Sra. faz coro à opinião do ministro da Educação que se diz revoltado “com um poder da República que ordena o pagamento de salários a pessoas que não trabalharam” (O Globo, 31/10/2001, 1ª página). Não discuto a sua opinião nem a do ministro. Acho apenas que, independentemente das opiniões individuais, o Poder Judiciário merece todo o respeito, mesmo quando julgue de forma diversa das nossas opiniões e dos nossos desejos. Os fatos parecem apontar para uma situação normal em uma Democracia: o ministro da Educação ordenou a suspensão dos salários dos grevistas; estes entraram com uma ação judicial, perderam em uma instância, ganharam em outra. Assim é a vida democrática.

3) No que se refere à suspensão

dos salários dos professores universitários federais, deve-se considerar que não foram prejudicados apenas os grevistas. É fato notório que os servidores e professores dos Hospitais Universitários, que não estavam em greve, tiveram também suspensos os seus vencimentos. Assim como os professores da COPPE/UFRJ, por exemplo, que há dez anos não faziam greve e decidiram aderir ao movimento após terem seus salários cortados. Acrescento ainda uma informação que talvez não seja do seu conhecimento, e que não teve nenhuma divulgação: os professores licenciados, como é o meu caso, também tiveram os salários suspensos. Por esses fatos, afirmo que a suspensão dos salários pelo ministro da Educação, tal como se deu, foi, no mínimo, arbitrária.

4) A Sra. afirma que os professores “usaram o vestibular para dar fôlego ao movimento”. A discussão sobre o adiamento da realização do vestibular é, obviamente, uma consequência da greve. Entretanto, a questão do vestibular, particularmente o da UFRJ, que a Sra. menciona, foi tratada nos órgãos colegiados pertinentes, que decidiram pelo adiamento. A insistência na sua realização e o tumulto que se seguiu é responsabilidade (ou irresponsabilidade, depende do ponto de vista) de um reitor que, desde a sua nomeação, tem se caracterizado pelo desrespeito às decisões das instâncias universitárias democraticamente constituídas. Entretanto, para a Sra., ao que parece, ao ir contra as decisões do Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ, o Sr. Vilhena “assenhoreou-se do cargo

para o qual foi escolhido”. Mais uma vez, trata-se de uma questão de opinião. Entretanto, atribuir toda essa confusão diretamente aos professores em greve não parece corresponder aos fatos observáveis.

5) A Sra. associa a ação dos professores universitários à “tática do MST”, desqualificando-a. Não me parece a ocasião nem o lugar para discutir a questão da terra em nosso país e o papel do MST nos parques avanços até aqui alcançados. Entretanto, isso me evoca uma outra associação: a de como é diversa a predisposição governamental ao diálogo dependendo de quem são os interlocutores. Quando se trata do MST ou dos professores universitários tudo é difícil, não há recursos orçamentários, as atitudes governamentais são sempre duríssimas. “A greve dos professores das universidades federais sofreu ontem (31/10) uma reviravolta que poderá significar a radicalização do movimento. Quando o retorno ao trabalho já era dado como certo os líderes partidários disseram que não seria possível viabilizar - dentro do Orçamento 2002 - toda a verba necessária para atender às reivindicações dos grevistas. Até segunda-feira (29/10), havia o compromisso assumido pelos parlamentares de buscar, por meio de emendas ao orçamento do ano que vem, cerca de R\$ 250 milhões, além de outros R\$ 100 milhões - a título de verba complementar - para acabar com a greve. Isso tudo caiu por terra diante da recusa do líder do Governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), em assinar o documento no qual os parlamentares reafirmavam

tal intenção. ‘O papel do Congresso não é encontrar verba para resolver problema de greve. Isso abre um precedente perigoso e pode virar moda’, justificou Madeira.” (“Falta de recursos radicaliza greve”, Jornal do Brasil, 01/11/2001, pág. 18, grifos meus).

6) Em contrapartida, quando se trata, por exemplo, dos “produtores rurais”, que maravilha! “Pela quinta vez em oito anos - e quarta no governo FH - os produtores rurais conseguiram renegociar suas dívidas vencidas. Ontem (30/10), parlamentares da base ruralista fecharam acordo com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que aceitou dar prazo maior e juro menor sobre débitos vencidos com o Banco do Brasil. (...) O acordo resultou no adiamento imediato da quitação de R\$ 18,2 bilhões, metade da dívida vencida dos agricultores. O resto ainda será negociado. A vida dos produtores rurais também foi aliviada no curto prazo - o governo concedeu um desconto de 68% na parcela de R\$ 1,8 bilhão do débito antigo que venceria hoje. Os agricultores ganharam 25 anos para quitar suas dívidas, que antes venciam até 2010. Também haverá benefícios de um corte pela metade dos juros para quem deve mais de R\$ 200 mil. Esses devedores pagarão juros ente 3% e 5% ao ano, acrescidos da variação do Índice Geral de Preços ao Mercado.” (grifos meus). Não inventei nada disso, está na página 12 do Jornal do Brasil de 31/10/2001, sob a manchete “Governo premia fazendeiro devedor”.

7) Apenas como exercício: 68% de R\$ 1,8 bilhão (o desconto do governo à dívida imediata dos “produtores rurais”) é igual a R\$ 1,224 bilhão, o que equivale a mais de três vezes (precisamente 3,4 vezes) o total necessário para atender às reivindicações dos professores universitários, estimado, segundo a notícia acima referida, em R\$ 363,5 milhões. Creio que não é necessário fazer nenhum comentário adicional.

Carta de Porto Alegre pela Educação Pública para todos

Os mais de 15.000 educadores, educadoras, estudantes, pesquisadores, autoridades, sindicalistas representantes de múltiplas e diferentes forças sociais e populares sujeitos protagonistas da história e comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos os homens e mulheres de todas as idades, orientações sexuais e pertencimentos étnicos, religiosos e culturais da Terra, como condição necessária e possível à PAZ e a melhores condições de vida para a Humanidade, apresentam aos governos de todos os países e a todos os povos do Mundo, as posições aprovadas durante a plenária final do Fórum Mundial de Educação.

O período em que vivemos no qual o capital, para aumentar seus ganhos a concentrações nunca vistas, levou à miséria e à guerra a grande maioria da população mundial, precisa ser entendido como de ruptura. Hoje, na atual conjuntura internacional, após o ato terrorista de 11 de setembro, por todos repudiado, ficou mais claro tanto o desequilíbrio entre o norte e o sul e o fosso crescente entre ricos e pobres, quanto o perigo da violência originária dos irracionalismos que ameaçam toda forma de civilização. As forças dominantes do mundo buscam mostrar o momento presente como sendo de catástrofe mundial.

Para a grande maioria dos seres humanos, no entanto, esta ruptura pode ser vista como a passagem de uma situação para outra, na qual a solidariedade, a liberdade, a igualdade e o respeito às diferenças, se revificam como valores aliados a compreensão de que existem hoje, no mundo, forças e riquezas capazes de alimentar os famintos e fornecer condições materiais e espirituais, entre as quais a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada a todos.

É dentro deste contexto e como parte dessas forças que se reuniu o Fórum Mundial de Educação demonstrando que este momento de passagem vem sendo construído em todos os cantos da Terra por movimentos sociais e governos comprometidos com a democracia e as causas populares com a proposição, no campo e na cidade, de alternativas à globalização neoliberal excludente. Há que destacar-se o abandono e o massacre a infância como a face mais cruel e desumanizadora deste modelo de so-

cidade. São muitas as frentes de luta dentro das quais vão sendo encontradas alternativas populares e democráticas em várias partes do mundo. Neste contexto, entendemos que:

A ampla solidariedade e organização entre movimentos sociais, associativos, sindicais e parlamentares em encontros mundiais, em vários países e cidades, de qualidade muito diferenciada mas em número crescente e incorporando forças sociais diversas - como aqueles realizados pelas forças zapatistas, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, pelo movimento contra o apartheid, contra o neoliberalismo e pela humanidade em Belém do Pará-Brasil, pela 3a. Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia na África do Sul, pela Marcha pela Paz realizada pela ONU em Perugia e Assis, pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC) e outros contra as forças financeiras mundiais representadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio (especialmente o acordo geral sobre o comércio e os serviços que põe em perigo a educação pública), pelo Fundo Monetário Internacional, que dizem "reorganizar a economia do mundo". As reações ocorridas em Seattle, Davos, Cancun, Quebec e Gênova, as greves e marchas realizadas por trabalhadores de diferentes categorias, especialmente os trabalhadores em educação e os estudantes, o Fórum Social Mundial e este Fórum Mundial da Educação, indicam que, com os pés no presente, criticando o que de terrível foi feito e vem sendo feito contra todos os povos, os homens e as mulheres do mundo vão construindo, com esperança, o futuro. Por isto, é necessário repudiar a mercantilização da educação que permite aos países do norte, aproveitando sua posição dominante, roubar os cérebros dos países do sul através de uma imigração seletiva. Tudo isto, nos indica a possibilidade de ampliação de alternativas realmente solidárias, populares e democráticas, entre elas às relativas à escola pública, gratuita e de qualidade, em todos os níveis de educação. Neste sentido, entendemos que a luta contra a globalização neoliberal exige que afirmemos as soluções já existentes e busquemos novas possibilidades amplas

e de realização nos âmbitos local, regional, nacional e mundial;

Serão bem-vindas à luta e à realização de alternativas populares e democráticas todas as forças, organizações e setores que entendam a necessidade de uma radical mudança nas propostas econômicas em realização em escala mundial, bem como nas políticas públicas nacionais e locais, permitindo a igualitária distribuição das riquezas, a sustentabilidade meio-ambiental e o amplo acesso a todos dos bens culturais comuns, entre os quais todos os tipos de educação, mediatizadas pela formação nos valores de solidariedade, de liberdade e do reconhecimento das diferenças, para superação dos fatores que criaram e criam hierarquias entre os seres humanos. A constituição de um projeto societário em oposição ao modelo de globalização neoliberal exige a incorporação de crescentes forças à esta luta apenas começada e o combate a todos os fundamentalismos;

Uma luta especial e necessária é exigida, para que entendamos que quaisquer sejam suas crenças, modos de viver, gostos, sentimentos, diferenças em termos de necessidades educativas especiais, sua força criadora do futuro, o ser humano é sempre um ser humano sujeito de direitos. A educação, condição necessária para o diálogo e para a PAZ, tem um papel importante nessa luta, na medida em que os tão diversos e sempre coletivos espaços nos quais ela se dá são lugares de discussão, vivência e convivência possível dessas tantas diferenças e projetos. A escola pública, nesse processo, transforma-se e se revifica como espaço/tempo de possibilidades de encontros de homens e mulheres de todas as idades, com trajetórias até aqui apenas entrevistas. Assim, ao contrário da afirmação das forças do capital ao insistirem que a escola pública já está superada, reafirmamos sua potência e permanente movimento na reinvenção do cotidiano de nossas sociedades e na sua própria transformação como resultado do protagonismo dos excluídos;

A conquista do poder político em cada situação concreta, nacional e local, é também uma das frentes de luta, já que a globalização do capital sempre precisou de governos nacionais, regionais e locais capazes de executar seus planos e fazer valer sua força. A criação de alternativas às propostas

neoliberais vem sendo construída pela existência de governos populares e democráticos, conquistados e tecidos com dificuldades, mas que precisam ser compreendidos como possibilidade crescente;

A luta por mudanças no mundo do trabalho, com a construção da perspectiva de uma profissionalização sustentável como garantia de acesso a todos das rápidas evoluções científico-tecnológicas, acompanhada de garantias dos direitos sociais para os trabalhadores e as trabalhadoras e com reconhecimento universal das certificações profissionais. Esta luta mantém relação estreita com as tantas mudanças antes indicadas, exigindo assim a ampliação do conhecimento humanista, técnico-científico, ético e estético e a incorporação real do direito às diferenças, quando essas permitem que nos compreendamos e nos aproximemos e a sua superação quando estabelecem hierarquias entre os seres humanos, em relação ao sexo, as diferentes idades, aos diferentes pertencimentos étnicos, raciais, religiosos, culturais e políticos. Os trabalhadores/trabalhadoras da educação têm, com relação a isto, histórias para contar sobre seus esforços comuns e buscam crescentemente participar, com os múltiplos movimentos sociais, na tessitura de um mundo mais justo e pacífico, afirmando a importância de seu trabalho para a primeira infância, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos. Este Fórum Mundial de Educação se soma as discussões realizadas nos diversos Fóruns de Educação que aconteceram na última década em escala mundial, identificados com o ideário expresso neste documento, e as indica para o Fórum Social Mundial/2002 como um de seus eixos prioritários. O Fórum Mundial de Educação afirma-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais que afirmem a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, irredutível à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa.

Porto Alegre, 27 de outubro de 2001
Fórum Mundial de Educação

ASSEMBLÉIA GERAL

21/11
QUARTA-FEIRA

13:30
HORAS

PAUTA:

Impedimento do reitor
Avaliação da greve
Eleições da Adufrj-SSind

*Auditório do Roxinho - CCMN
Ilha do Fundão*

**Assembléia
reafirma
continuidade da
greve**

Página 2

**Governo lança
pacote antigreve,
mas perde
de novo no STJ**

Página 3

**Aos professores
da UFRJ.**

Urgente!

Nota do Comando Local de Greve

Página 6

**Uerj pode adiar
vestibular**

Página 7

**Professores
questionam
“excelência”
de Vilhena**

Página 8

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 44 • 19 de novembro de 2001



Festa da Democracia

Representantes de várias entidades, estudantes, professores e funcionários da UFRJ marcaram presença no *campus* da UFRJ no domingo, dia 11. Com música e discurso, a comunidade lavou a alma e espantou o fantasma da violência protagonizada pela polícia chamada pelo reitor do MEC em 28/10.

Páginas 4 e 5



Movimento

Assembléia reafirma continuidade da greve

Proposta de reajuste da GED e da GID foi novamente rejeitada pelos professores

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 13/11 reafirmou a continuidade da greve e o termo de acordo rompido unilateralmente pelo MEC. Foram 132 votos a favor, 81 pelo indicativo de saída de greve e duas abstenções. O fato lamentável da AG foi a saída imediata da maioria dos docentes que perdeu a votação. Também houve quem fosse ao microfone para desqualificar o espaço democrático de discussão. As intervenções favoráveis à continuidade do movimento foram chamadas de "assembleísmos", "baboseiras" e outros termos do gênero. Quando perderam a votação, os docentes que ocupavam a parte de cima do Auditório do Centro de Tecnologia, se levantaram e saíram.

O resultado disso foi que o número de assinaturas do livro de Assembléia (206) não conferiu com o número de votantes: 215. Como a diferença apresentada, em nenhuma possibilidade poderia alterar o resultado, a AG validou o processo. Após a retirada súbita de parte dos docentes, foram votados os demais itens relativos à greve. O termo de acordo protocolizado pelo Andes-SN no MEC em 5/11 foi reafirmado, com a exigência de que o ministério o cumpra. Foi reafirmada também a rejeição de reajuste da GED/GID. No caso de envio do projeto de lei do governo sobre as gratificações ao Congresso Nacional, foi indicado ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN que avalie a possibilidade de o movimento construir uma proposta de substitutivo.

Ainda na fase de avaliação, alguns professores apresentaram propostas de indicativo de saída da greve, baseados em reuniões de Unidades ou em abaixo-assinados recolhidos antes da AG. A justificativa para tal procedimento seria uma suposta fraqueza do movimento docente e a total intolerância do governo em negociar. Na reunião da Escola de Comunicação, com quatro professores, foi aprovada a idéia do indicativo de saída, pois a proposta



ASSEMBLÉIAS DE GREVE TÊM REUNIDO MAIS DE 200 DOCENTES

de reajuste das gratificações era considerada melhor que a estabelecida no termo de acordo (com incorporação da GAE, entre outros itens).

O professor Evandro Ouriques (ECO) foi um dos que se levantaram contra a proposta de saída da greve. Evandro pediu uma reflexão dos colegas que queriam sair do movimento nacional grevista. "Me assusta que os colegas abracem a proposta de um governo espúrio", disse. Lembrou ainda que as gratificações foram sumariamente cortadas dos docentes argentinos, em uma prévia sombria do que poderia ocorrer no Brasil. Maria Auxiliadora Coelho (Nutrição) também rechaçou a idéia de volta às atividades. "Uma retirada da greve agora seria entregar a Universidade aos bandidos", afirmou. Dora, como é conhecida, aproveitou uma citação de um professor que se posicionou contra a greve. "O colega disse que greve é uma mancha na história da Universidade. Mancha é a covardia de não continuar na luta", disse. Sobre a fala de um colega que não nutria esperança na greve, mas nas eleições presidenciais do ano que vem, Dora não perdoou. "Só nos restam as urnas?!", indagou a professora, perplexa. "Nós estamos numa universidade onde as urnas não foram respeitadas", encerrou.

O presidente da Adufrj-SSind, José

Henrique Sanglard, não aceitou os argumentos que davam o movimento grevista como enfraquecido. Sanglard comentou que as seguidas derrotas do governo na Justiça e os contínuos decretos sendo disparados pelo presidente mostram que enfraquecido está o próprio governo. O professor Roberto Cintra (Coppe) sublinhou um aspecto da luta: a solidariedade. "Eu, que sou da Coppe, me beneficiei do Fundo de Solidariedade. Não vou virar as costas para os colegas do CAP ou de qualquer outra Unidade. Nosso maior princípio não está escrito, mas é a solidariedade", finalizou.

Impedimento do reitor

A comissão pelo impedimento do reitor voltou a dar um informe sobre o abaixo-assinado que está circulando pela universidade. Segundo a professora Letícia Legay (NESC), cerca de 600 assinaturas já foram coletadas nos papéis que estão centralizados na comissão. Letícia comentou que muitas pessoas de fora da universidade começaram a se manifestar sobre o assunto. "Recebemos um extenso abaixo-assinado por parte do Colégio Pedro II", disse. Existe uma expectativa na comissão que o número aumente significativamente nesta semana. Alguns docentes se responsabilizam por passar o abaixo-assinado em suas

Unidades e trazer o resultado dessa atividade nos próximos dias.

Além disso, foi aprovada a realização de reuniões conjuntas com o Sintufrj, o DCE e a APG para a formulação de estratégias e campanha ampla para o impedimento do reitor. Foram sugeridas algumas atividades, tais como: contato com parlamentares e entidades da sociedade civil, atos semelhantes ao realizado no dia 11/11 (veja matéria na página 4), vigílias e paralisações. Debates, seminários e um congresso interno também foram pensados para discutir a democracia dentro da Universidade.

Ações judiciais da GED e do PSS

A AG autorizou a diretoria da Adufrj-SSind a entrar com um mandado de segurança para impedir a cobrança do Plano de Seguridade Social sobre a gratificação natalina (13º salário) e o adicional de férias (um terço) em 2001. O presidente da Adufrj-SSind lembrou que essa causa foi ganha no ano passado, após o desconto, em primeira instância, mas a universidade ainda não efetuou essa devolução. A idéia, desta vez, é impedir, antes, o desconto para que os sindicalizados não fiquem na condição de esperar a boa vontade da reitoria ou a execução judicial. Uma vez que os colegiados acadêmicos da UFRJ (CEG e CEPG) já tinham adiado os prazos para entrega dos relatórios da GED 2001 (veja matéria no boletim de 12 de novembro), não houve necessidade imediata de deliberar sobre o mandado de segurança para adiar os prazos e para permitir a apresentação dos relatórios por escrito da GED 2001. Nos últimos anos, a diretoria da Adufrj-SSind tem entrado com esse pedido na justiça para resguardar os direitos dos professores que não possuem computador algum ou sem um computador com a configuração mínima exigida.

Eleições da Adufrj-SSind

Mais uma vez, o tema foi remetido para a próxima AG (quarta-feira, dia 21/11, no Auditório do Roxinho, CCMN, às 13h30). Ficou o compromisso de que a diretoria da entidade formule uma proposta para ser avaliada.

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000

Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

Terrorismo contra os servidores

Governo lança pacote antigreve, mas sofre mais uma derrota no STJ

A semana que passou foi marcada por mais uma violência perpetrada pelo governo FHC contra o funcionalismo público. No dia 13/11, foi anunciado um pacote "terrorista" antigreve com vários "atentados" à Constituição Federal e aos direitos dos trabalhadores. Um decreto, uma medida provisória e dois projetos de lei estabelecerão regras para dificultar a liberação de salários, criarão punições para os grevistas e permitirão a contratação de trabalhadores temporários para substituí-los.

No decreto nº 4.010, o único publicado até agora, o presidente dá ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão o poder de processar a folha de pagamento de todos os servidores federais após autorização expressa do presidente FHC. A absurda medida provisória, vai autorizar a contratação temporária de funcionários para "normalização" dos serviços públicos quando a greve for superior a dez dias. Poderá ser contratado, no máximo, o número igual ao de servidores parados. Os contratos teriam duração de três meses, prorrogáveis por igual período. A remuneração seria "semelhante" à dos quadros em greve.

Num dos projetos de lei - o que altera o Regime Jurídico Único (RJU) -, pode-

ria ser instaurado processo coletivo de demissão em caso de trinta faltas consecutivas. No outro PL, regulamenta-se o direito de greve no setor público de uma forma bastante "interessante" ao governo. Só para citar um disparate: a greve será considerada abusiva após 30 dias. Ou seja, basta ao governo ignorar a pauta de reivindicações durante um mês e, depois, partir para a "caça às bruxas": demissões, desconto nas remunerações, multa para os sindicatos e outros prejuízos para os trabalhadores.

Reação da Justiça

Se o governo achou que podia incorporar mais um dos Poderes da União, sem mais nem menos, perdeu de vez o rumo. O ministro Paulo Costa Leite, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), considerou uma ação ditatorial o pacote do governo contra as greves do funcionalismo. "Trata-se de um ato de força. Isso é muito grave institucionalmente e cria um clima de insegurança e instabilidade jurídica, incompatível com o Estado democrático de direito. No Supremo Tribunal Federal (STF), o pacote foi visto como uma manobra para evitar novas decisões do presidente Marco Aurélio favoráveis aos servidores. O presidente da Associação dos Juizes Federais, Flávio Dino, condenou a medida. "O decreto é inconstitucional. Tem o que se chama de desvio de finalidade. O objetivo é frustrar o cumprimento de decisões judiciais", disse, em entrevista a O Globo (14/11).

MEC tem novo prazo para repasse de verbas

Para a reação da Justiça fechar o dia 14/11 com "chave de ouro", o STJ deu mais uma resposta às arbitrariedades do governo. O ministro Gilson Dipp deu novo prazo de 24 horas para o ministro da Educação, Paulo Renato, repassar às instituições federais de ensino os recursos para o pagamento de outubro dos professores. Segundo Dipp, o Decreto nº 4.010, publicado no dia 13/10 no Diário Oficial da União, que centraliza no presidente da República as autorizações para liberação de recursos para pagamento de funcionários públicos da administração federal, não tem efeitos sobre as decisões já proferidas pela Justiça. O ministro Dipp determinou a expedição de mandado de intimação ao ministro da Educação, no qual exige o "fiel cumprimento" da decisão.

Adiada a votação do projeto de mudança da CLT

Na terça-feira (13/11), durante a realização do Seminário sobre a Flexibilização das Relações de Trabalho, deputados da oposição e sindicalistas conseguiram evitar a votação do projeto de lei do governo que torna mais flexível a legislação trabalhista. O evento, que tinha como objetivo esclarecer os parlamentares, foi marcado

por manifestações de trabalhadores contra o projeto. Advogados e representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho também se posicionaram contra a proposta, sendo muito aplaudidos. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, disse que a mudança será o primeiro passo para pôr em risco direitos trabalhistas como FGTS e férias remuneradas.

Comando Local de Greve mobiliza parlamentares no 'feriadão'

Seguindo orientação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN, o CLG convidou, na quarta-feira (14/11), véspera do feriado da República, os deputados federais da bancada do Rio de Janeiro para uma reunião nesta segunda, 19, às 9h30, na sede da Adufrj-SSind. Até o fechamento desta edição (14/11, às 21h30), estavam confirmados Milton Temer (PT), Jandira Feghali (PC do B) e Vivaldo Barbosa (PDT). O Comando vai solicitar aos parlamentares que formem um bloco ampliado, não só de representantes da oposição, para barrar os projetos antigreve do governo.

Nova diretoria da ASDUERJ reassume o compromisso com a Universidade Pública e Gratuita

NO DIA SEIS DE NOVEMBRO, TOMARAM POSSE O CONSELHO DE REPRESENTANTES E A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ (ASDUERJ), PARA O BIÊNIO 2001-2003. A NOVA GESTÃO É COMPOSTA PELOS PROFESSORES JORGE MÁXIMO (PRESIDENTE), CLÉIER MARCONSIN (1ª VICE-PRESIDENTE), CÉSAR XAVIER DE B. S. LIMA (2ª VICE-PRESIDENTE), ANTÔNIO BRAGA COSCARELLI (1º TESOUREIRO), LUIZ EDMUNDO TAVARES (2º TESOUREIRO), EURICO ZIMBRES (1º SECRETÁRIO), CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA (2º SECRETÁRIA) E MAIS VINTE CONSELHEIROS. DURANTE A CERIMÔNIA, O PROFESSOR JORGE MÁXIMO REAFIRMOU O COMPROMISSO DA NOVA GESTÃO COM A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA, CONCLAMANDO A PLENÁRIA A SAUDAR A HERÓICA GREVE DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. AADUFRJ-SSIND ESTEVE REPRESENTADO NA SOLENIDADE PELA PROFESSORA CLEUSA SANTOS.



Samuel Tosta

DA ESQUERDA PARA A DIREITA: EURICO ZIMBRES, LUIZ EDMUNDO TAVARES; CÉSAR XAVIER DE B. S. LIMA, JORGE MÁXIMO, CLÉIER MARCONSIN; ANTÔNIO BRAGA COSCARELLI; CLÁUDIA GONÇALVES DE LIMA.



Comunidade ocupa *campus* em Festa da Democracia

Discursos e música exorcizam violência de Vilhena contra estudantes

Cerca de cem professores, estudantes e técnico-administrativos participaram de um show-ato promovido pela Adufrj-SSind, no domingo, 11 de novembro, em frente ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. Este domingo seria o segundo dia de aplicação das provas do 'reitor Trapalhão'. A propósito, o apelido foi dado a Vilhena, neste dia, pelo deputado estadual Hélio Luz, durante a manifestação que, desta vez, não contou com a presença de policiais militares ou federais. Hélio Luz fez referência à possibilidade de cancelamento deste semestre, por conta da greve que beira os três meses de paralisação. "Queiram ou não o reitor ou a secretária (sobre as declarações de Maria Helena Guimarães, da SESu), o semestre está perdido", avaliou.

O deputado Paulo Pinheiro (PT) e os vereadores Eliomar Coelho e Paulo Eduardo (PT) também compareceram e prestaram solidariedade à comunidade da UFRJ, aos alunos que prestaram vestibular no dia 28 sob pressão e aos manifestantes que foram agredidos no dia 28 de outubro pela PM. Eliomar criticou o governo federal, chamando a atenção para o descaso do ministro Paulo Renato com o ensino público em todos os níveis. Ao comentar a violência promovida pelo reitor da UFRJ, o vereador lembrou do período da ditadura militar no Brasil, quando o aparato policial era chamado para os *campi* universitários. "Parece até que Vilhena quer, de alguma forma, resgatar este período", criticou.

Música para espantar os maus espíritos (ou reitores)

Ao abrir a Festa da Democracia, o presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, relembrou a triste paisagem do dia 28, quando os estudantes tiveram que enfrentar os cassetes do Bope (Batalhão de Operações Especiais) e fugir das bombas de gás e de 'efeito moral'. Sanglard conclamou os presentes a assinarem o abaixo-assinado pelo afastamento de José Vilhena do cargo de reitor da UFRJ. O texto já conta com mais de 600 assinaturas.

Marcos Scheneider, aluno de pós-graduação da Escola de Música da universi-



dade, abriu o show apresentando canções próprias, como "É por causa do dinheiro". Lavando a alma dos manifestantes, o grupo Jacto num misto de samba, rock, forró e pop encerrou 'os trabalhos' do dia. Estudantes e professores comemoraram a vitória da democracia e devolveram ao espaço do *campus* as manifestações culturais e populares da comunidade, dignas de uma Universidade.

Seções Sindicais participam

Professores das seções sindicais da UFF (Adufrj-SSind), Rural (Adurj-SSind), Santa Catarina (Apufsc-SSind) e São João Del Rei (Adufrj-SSind) participaram da manifestação no Fundão. O ato teve um caráter nacional e fez parte da agenda de greve do Andes-SN. Representantes da associação de docentes do Colégio Pedro II, do DCE/UFRJ, do Comando Nacional de Greve dos estudantes, da Fasubra e do Sintufrj também prestigiaram o evento.

Convidado especial

Com o perdão da comparação, o professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, Roberto Romano, é o que poderíamos chamar de antítese do reitor-interventor Vilhena. Autor de *Brasil, Igreja contra Estado; Conservadorismo Romântico; Corpo e Cristal, Marx Romântico. Lux e Tenebris e Silêncio e Ruído*, o filósofo não costuma se auto-proclamar "excelente", mas seu pensamento crítico se traduz em incontáveis artigos, estudos e ensaios publicados na imprensa e em revistas acadêmicas e especializadas de política, sociologia e ética. No dia 11, enquanto o interventor José Vilhena de Paiva (da mesma área, mas dono de currículo muito pouco invejável entre seus pares), em entrevista na edição dominical do Jornal O

Globo, dizia fazer parte de um pequeno 'grupo de excelência' da UFRJ, o professor Romano participava do ato na Ilha do Fundão, pela democracia e contra a presença do aparato policial no *campus*.

Roberto Romano também é reitorável (corre por aí que Vilhena vai tentar permanecer no cargo em 2002). É candidato a reitor da Unicamp e concorre com o favorito professor Carlos Henrique de Brito Cruz, professor titular do Instituto de Física. Romano diz que não conta com o apoio de todos os segmentos na universidade, em particular o dos funcionários, já que muitos são ligados à atual reitoria, mas seu índice de rejeição é dos menores, o que lhe mantém um atual segundo lugar, com fortes indicações de



No mesmo local, dois cenários bem diferentes: no dia 11/11, música, discursos e conversas na Festa da Democracia (foto à esquerda). Já no dia 28/10, persistiu a falta de bom senso do reitor que chamou a PM ao *campus* e causou toda a violência.



ROBERTO ROMANO, QUE É CANDIDATO A REITOR NA UNICAMP, DEFENDE AMPLA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS DECISÕES DA UNIVERSIDADE

crescimento à medida em que se aproxima o período eleitoral. Romano está apenas há três meses em campanha.

Mas o que justifica a comparação com o interventor da UFRJ é o programa proposto pelo candidato da estadual de Campinas. Se eleito, Roberto Romano diz que sua primeira medida será transferir a procuradoria jurídica e a assessoria de imprensa da universidade para o controle do Conselho Universitário. E vai além: quer ampliar a participação da comunidade no colegiado máximo da universidade (que já conta com mais de cem conselheiros, entre professores, estudantes e técnico-administrativos). A idéia, segundo o professor é criar um conselho representativo que funcione virtualmente, através da rede de comunicação da universidade, dando mais legitimidade e transparência às decisões do Consuni de lá. O conselho ampliado receberia as pautas das sessões com antece-

dência e seus representantes debateriam os temas que seriam deliberados, ampliando a participação das Unidades e dos segmentos nas decisões. Os representantes deste conselho virtual poderiam manifestar opiniões, mas não teriam direito a voto.

Excesso de democracia? Só para quem não está muito acostumado. Para o professor é preciso resgatar o espírito das assembleias comunitárias, onde os segmentos participavam ativamente das decisões. Verbas, recursos, projetos, contratações, assistência estudantil, passariam a ser tratados pelo conjunto da instituição. A procuradoria e a assessoria de comunicação nas mãos dos conselheiros dariam mais autonomia ao colegiado superior e, segundo Romano, acabariam com o poder de barganha do reitor junto às áreas de conhecimento ou Unidades da instituição.

Romano considera que um dos prin-

cipais problemas da universidade é que ela acaba sendo uma instituição do governo e não do Estado. No caso das universidades federais, por exemplo, Romano criticou a postura de reitores, como Vilhena, que assumem uma condição de político 'menor' ao se transformarem em meros condutores das políticas do governo na instituição. No caso do reitor da UFRJ, a condição de tirano foi materializada durante o processo do vestibular 2002. "A UFRJ é regida por um tirano", comentou Romano, ensinando que, como dizia Santo Agostinho, 'uma República é uma reunião de seres pensantes' e, na UFRJ, esta condição parece ter se esgotado com as constantes imposições da reitoria aos colegiados superiores e com os ataques a quem quer que se posicione contra seus projetos.



Movimento

Aos professores da UFRJ – Urgente!

Frente às notícias veiculadas pela mídia, de que o governo estaria editando um pacote de medidas repressivas ao exercício de greve por parte dos servidores públicos, a Adufrj-SSind gostaria de informar e de esclarecer o seguinte:

- o pacote anunciado seria composto de um Decreto, que tem vigência imediata a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, sem tramitação no Congresso; de uma Medida Provisória, que tem também vigência imediata, mas deve tramitar no Congresso em até 45 dias; e de três Projetos de Lei, que só entram em vigor após aprovação pelo Congresso e sanção presidencial;

- até o momento, só houve a publicação do Decreto 4.010, de 12/11/2001, que atribui a competência de processar a folha de pagamento dos servidores públicos ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, após autorização expressa da liberação de recursos pelo presidente da República (veja o texto completo em www.adufrj.org.br);

- também temos confirmação de que o governo enviou ao Congresso um projeto de lei sobre o reajuste da GED/GID, porém o texto não foi divulgado;

- o restante do pacote, também ain-

da não divulgado, conteria uma Medida Provisória (contratação de trabalhadores temporários para substituir servidores em greve e suprir serviços básicos) e dois Projetos de Lei para regulamentar a greve do serviço público, um tratando da legalidade da greve e da obrigatoriedade de reposição dos serviços em greves consideradas legais e outro sobre processo administrativo coletivo de demissão para paralisações superiores a 30 dias;

- este pacote representa uma ofensa à Constituição Federal e grave ameaça ao estado democrático de direito, ferindo a independência entre os poderes executivo e judiciário.

Em relação aos boatos sobre a situação da greve nas unidades da UFRJ e em outras universidades, a Adufrj-SSind gostaria de esclarecer que:

- o fórum máximo legítimo de deliberação da Seção Sindical é a Assembléia Geral, onde cada docente tem direito individual a voz e a voto;

- as reuniões de unidades constituem espaços adequados de reflexão, de discussão, de avaliação e de encaminhamentos para a Assembléia Geral, mas não têm caráter deliberativo autônomo;

- as deliberações da Assembléia Geral realizada em 13/11/2001 foram continuidade da greve, rejeição ao PL da GED/GID e reafirmação dos termos

do Acordo rompido pelo MEC, com nova AG em 21/11/2001, às 13h30min, no auditório do CCMN(Roxinho);

- o governo joga o tempo todo na divisão do movimento, utilizando a imprensa para divulgar suas medidas arbitrárias travestidas de propostas não formalizadas, visando confundir e tentar desagregar nossa unidade;

- mais do que nunca é importante, neste momento, reafirmar que os Comandos de Greve (Locais e Nacional), as diretorias do Sindicato e das Seções Sindicais são as únicas fontes legítimas de informações sobre a greve dos docentes nas IFES.

Deste modo, solicitamos a todos os professores que busquem regularmente informações atualizadas junto aos representantes de sua unidade no Comando Local de Greve, junto à Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) e ao Andes-SN (www.andes.org.br). Ressaltamos, ainda, que é fundamental a participação de todos nas atividades de greve e nas Assembléias Gerais, as quais têm sido os espaços reconhecidamente democráticos e legítimos para a discussão, para a avaliação e para a deliberação coletiva sobre a greve, desde sua deflagração em 22/08/2001.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2001

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind



Resenha

Fundador da Estácio de Sá despreza pesquisa nas universidades

Em entrevista para uma edição especial da Folha Dirigida sobre o Dia do Professor, o fundador da Universidade Estácio de Sá, João Uchôa Cavalcanti Netto, aborda temas polêmicos e despreza completamente o papel da pesquisa. João Uchôa está à frente de uma universidade que tem 90 mil alunos e 30 unidades espalhadas pelo país. Fundada em 1970, a Estácio abriga uma comunidade de cerca de 150 mil pessoas, entre alunos, funcionários e professores. “Na cúpula da Estácio quem tem mestrado e doutorado não entra. Isso é uma regra”, diz ele.

Num trecho, o fundador da universidade diz o seguinte, quando indagado sobre o baixo desempenho do país quanto aos indicadores educacionais, com um volume preocupante de analfabetos: “O analfabetismo não é um problema com o qual eu lide. Por exemplo, eu acho que se o Brasil amanhã começar a ter muita gente fazendo mestrado, doutorado, pós-doutorado, MBA, eu acho que vai ser muito. Acho que é péssimo para o país e para as pessoas. É um mito que todo mundo precise estudar. Isto não é verdade”.

Em outro trecho: “Eu não me interessei pela educação e nem acho que eu seja uma pessoa muito interessada em educação. Eu sou interessado na Estácio de Sá, isso é que é importante. Estou interessado no Brasil? Não, não estou interessado no Brasil. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá.”

Finalmente, quando a Folha Dirigida perguntou sobre a pesquisa na Estácio, Uchôa saiu-se assim: “As pesquisas não valem nada. A gente olha todo mundo fazendo tese, pesquisa e tal, mas não tem nenhuma sendo aproveitada, raríssimo, é uma inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal. Aquilo ali vai dar um monte de título para o cara, ele vai arrumar um emprego bom e vai trocar cartãozinho com o outro que pesquisa também e fica aquela troca de reverência, para um lado e para o outro, mas a pesquisa em si não vale nada. As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”, disse.

A íntegra da entrevista pode ser lida em: www.folhadirigida.com.br/professor/cadernos/maior_riqueza/5.html.



Colegiados

CEG responde a Ministério Público

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, na semana passada (14/11), um documento-resposta ao Ministério Público Federal sobre os fatos que levaram à anulação das provas de vestibular realizadas no dia 28 de outubro e dos incidentes ocorridos neste dia. O MP interpelou o colegiado a pedido dos procuradores Daniel Sarmiento e Rogério Soares do Nascimento. O MP poderá responsabilizar o reitor pelos acontecimentos no *campus* do Fundão e pelo prejuízo causado pela aplicação das provas.

O CEG respondeu às perguntas objetivas feitas pelo MP quanto ao núme-

ro de inscritos e às provas anuladas. Foi respondido que 57.037 pessoas se inscreveram no concurso. Destes, 55.820 estavam habilitados a fazer as provas, após o resultado do Teste de Habilidade Específica, aplicado em agosto e validado pelo colegiado. O número de candidatos que compareceram no dia da prova anulada não pôde ser precisado, já que no Colégio de Aplicação, por exemplo, os 570 vestibulandos não puderam fazer as provas e alguns nem sequer assinaram as listas de presença. O CEG, no entanto, confirmou que apenas cerca de 43.000 efetivamente fizeram provas no dia 28.

Além destas informações, o conselho formulou, com base em atas de sessões anteriores e nos dados fornecidos pela Comissão de Vestibular um relatório completo do processo desde o adiamento das provas para janeiro, em 3 de outubro, até a anulação das mesmas no dia 31.

O CEG se reúne em sessão conjunta com o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG), nesta quarta-feira, 21/11, para discutir as normas e o calendário das eleições para a próxima reitoria, em 2002. A sessão terá a participação de representantes do Conselho Universitário.



Movimento

Vigília em defesa da educação

Professores, funcionários e estudantes de instituições federais protestam contra a intransigência do MEC

Na terça-feira (13/11), docentes, técnico-administrativos e alunos de universidades e colégios públicos federais se reuniram na Cinelândia para uma vigília, de 24 horas, em prol da educação de qualidade. A vigília foi até o meio-dia da quarta-feira (14/11). Uma das principais exigências dos professores é a volta do MEC à mesa de negociações, com uma proposta de incorporação da GAE, e não o reajuste da GED e GID.

Durante o dia, os participantes montaram um bazar no qual vendiam livros e peças de roupas para um fundo de greve e, num ato simbólico sobre a atual conjuntura, distribuíram *ikebanas* (arranjos de origem japonesa que reforçam o equilíbrio, a força e a união). A representante da Adur (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Rural), Nídia Majerowicz, definiu o objetivo do encontro: "Estamos programando diversas atividades

até amanhã (14/11) com o objetivo de conversar com os moradores do Rio sobre a nossa paralisação de quase três meses e mostrar que o governo é responsável pelo não retorno ao trabalho. Ainda hoje, teremos apresentações de coral, de contadores de histórias e de uma peça teatral encenada pelos alunos da Escola Nacional de Surdos".

Daniel Sousa, representante do DCE da UFRJ, também destacou outros motivos que levaram professores, funcionários e estudantes a dormirem em barracas no Centro do Rio: "O salário de outubro ainda não foi pago. Além disso, o governo insiste em enviar ao Congresso um Projeto de Lei que não satisfaz as reivindicações dos docentes, depois de descumprir um acordo praticamente assinado. Queremos dar visibilidade à greve e esclarecer a sociedade do porquê da paralisação das universidades e das escolas públicas".

Durante a vigília, os manifestantes colheram assinaturas para um abaixo-assinado contra o governo e o Ministério da Educação pelo retrocesso nas negociações com os professores federais.



UFRJ

Continua a briga pelas verbas da Finep

O Andes-SN avisou: os fundos setoriais não seriam benéficos para a Universidade Pública. A competição entre instituições e entre Unidades aumentaria a divisão entre os docentes em troca de "migalhas" (tendo em vista os investimentos de governos passados). Mas nem mesmo o Sindicato poderia imaginar o desenrolar deste processo na UFRJ. Pelo edital da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as verbas deveriam entrar via Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). Para fazer com que os R\$ 12 milhões sigam direto para suas mãos, a reitoria está alegando que a FUJB está irregular. Por isso, o dinheiro deveria ser gerido pela Sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3).

Em entrevista por telefone, o superintendente técnico-científico da FUJB, professor José Emanuel, disse que ouviu as "menções de que a fundação estaria irregular". No entanto, em reunião do Conselho de Administração da entidade do dia 31/10 (todas as reuniões são

gravadas, segundo José), o sub-reitor Maurício Arouca afirmou que as supostas irregularidades não passavam de "invencionice". No dia seguinte, ainda segundo José, a reitoria enviou à fundação uma proposta do que se chama "contrato guarda-chuva" - para regulamentar os contratos entre a fundação e a UFRJ. A assessoria jurídica da entidade, porém, considerou que o documento "engessava" demais o funcionamento da fundação, além de criar entraves estatutários para a FUJB. No dia de fechamento desta edição (14/11), foi enviada uma contraproposta à reitoria, com cópia para os conselheiros do Consuni. O projeto deverá seguir para a Comissão de Legislação e Normas do Consuni, que deverá emitir um parecer para deliberação em sessão do Colegiado Superior. "Esperamos que essa alternativa ajude a resolver o impasse. A FUJB espera que a questão se resolva rapidamente", disse o superintendente.

UERJ pode adiar seu vestibular

Um ato realizado em 13/11 deixou para análise da reitoria da Uerj e dos colegiados superiores daquela instituição um documento que pede o adiamento do concurso também desta universidade - a única universidade pública do Rio que ainda não o fez - marcado para o período entre os dias 2 e 16 de dezembro.

A Uerj divulgou nota em que informa que o adiamento ou a manutenção do vestibular será decidido pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cosepe). A reitora Nilcéa Freire convocou uma reunião extraordinária do conselho, mas ainda não definiu a data.

Várias entidades assinaram o documento entregue na Uerj. Leia o texto, na íntegra, a seguir: **"Magnífica Reitora, Senhores Membros dos Conselhos Superiores da UERJ**

Considerando o estado de greve em que se encontram as Instituições Federais de Ensino Médio e Superior desde 22 de agosto de 2001, bem como as implicações que tal greve trouxe ao planejamento acadêmico dessas instituições, vimos apresentar argumentos que possam contribuir para que esta universidade delibere favoravelmente ao adiamento do vestibular 2002.

Em função da greve, o processo pedagógico foi interrompido nas Instituições Federais de Ensino Médio, cujos alunos ainda não puderam concluir a educação básica. Desse modo, a manutenção das datas de 2 a 16 de dezembro para o vestibular 2002 é uma nítida violação ao princípio de igualdade de acesso

à Escola, uma vez que os referidos alunos da rede pública estarão em grande desvantagem em relação aos alunos da rede privada.

Cabe lembrar que o excelente desempenho das Escolas Federais de Ensino Médio no vestibular desta casa tem sido uma constante. À guisa de exemplo, no último concurso, o primeiro lugar geral coube a uma aluna do CAP-UFRJ e o segundo, a uma aluna do Colégio Pedro II.

Além disso, a Uerj é, atualmente, a única instituição pública no Estado do Rio de Janeiro que mantém as datas do concurso de seleção inalteradas, apesar da atual conjuntura de crise na educação nacional.

Diante desse quadro, confiamos que a sensibilidade e o espírito de justiça dos órgãos deliberativos desta universidade possam levar em conta os argumentos apresentados e decidir pelo adiamento do vestibular 2002.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2001."

Comissão Discente de Vestibular do Colégio Pedro II

Grêmio do Colégio de Aplicação da UFRJ

Grêmio do CEFET

União Nacional dos Estudantes

União Estadual dos Estudantes

Andes - Sindicato Nacional

Fasubra - Sindical

Associação de Docentes do Colégio Pedro II

Seção Sindical de Docentes da UFRJ

Seção Sindical de Docentes da UFF

Seção Sindical de Docentes da Uni-Rio

Seção Sindical de Docentes da UFRRJ

Seção Sindical de Docentes da Uerj
Sindicato dos Trabalhadoras da UFRJ
Sindicato dos Trabalhadores da UFRRJ
Sindicato dos Trabalhadores da UFF
Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas do RJ
Associação dos Servidores da Uerj
Associação dos Servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto
Diretório Central dos Estudantes da UFRJ
Diretório Central dos Estudantes da Uerj
Conselho de Centros Acadêmicos da Uni-Rio

Veja a lista das Universidades que já adiaram o vestibular

UFPA (Pará)
UFRR (Roraima)
UFC (Ceará)
UFPB-JP (Paraíba - João Pessoa)
UFEPE (Pernambuco)
UFERPE (Pernambuco)
UFS (Sergipe)
UFAL (Alagoas)
UFU (Uberlândia)
FMTM (Minas Gerais - Uberaba)
UBH (Minas Gerais - Belo Horizonte)
ESAL (Minas Gerais - Lavras)
UFOP (Minas Gerais - Ouro Preto)
UNB (Brasília)
UFG (Goiás - Goiânia)
UFRJ (Rio de Janeiro)
UNI-RIO (Rio de Janeiro)
CEFET-RJ (Rio de Janeiro)
UFF (Niterói)

Notícias da greve

O ministro Paulo Renato está perdendo a noção do ridículo. Em entrevista ao Jornal do Brasil, de 11/11, o representante do MEC argumenta que Vilhena é "uma pessoa corajosa, que toma atitudes e tomou a atitude de manter o vestibular pensando nos alunos". Indagado se teria tomado a mesma decisão de manter o concurso naquelas condições de intranquilidade, o ministro afirmou que sim. "Aliás, na reitoria na Unicamp, enfrentei a greve e tomei atitudes semelhantes".

Com bastante discrição, Sem anúncio nem cerimônia, foi publicada no dia 13/11, no pé da página 36 do Diário Oficial da União uma portaria que autoriza as faculdades isoladas a aumentar em até 50% as vagas para o próximo vestibular. "É a porta para um negócio milionário. Hoje, essas faculdades têm cerca de 200 mil vagas. Em média, cada aluno representa R\$ 5 mil por ano. Nem o MEC sabe quantas vagas serão criadas", informa reportagem do Jornal do Brasil de 14/11. "Não temos idéia", reconhece a secretária de Ensino Superior, Maria Helena Guimarães, que assinou a portaria, na mesma matéria.



Cartas

Professores questionam “excelência” do reitor

Duas mensagens de docentes da UFRJ chegaram à Adufrj-SSind sobre a lamentável entrevista concedida pelo reitor ao O Globo, de 11/10. Aliás, no próprio jornal, a coluna de Ancelmo Góis, de 14/11 cita, de passagem, o fraco currículo do reitor, não se sabe se baseado na mesma fonte: “(...) Mas a oposição está panfletando uma lista — que conseguiu na internet através do sistema Sigma — da produção acadêmica do reitor como professor. Entre 1997 e 1999, encontrou três artigos nos jornais, a apresentação de um livro de Carlos Alberto Messeder e a participação na agenda/calendário UFRJ em 1998 e 2000. A conferir.” Fica também a pergunta: será que isso conta para a GED do reitor?

“Na entrevista ao jornal O Globo do dia 11 de novembro, o Reitor da maior Universidade Federal do Brasil, o prof. José Henrique Vilhena de Paiva, ao ser perguntado se sentia isolado politicamente, declarou: “eu faço parte de um grupo de excelência na UFRJ. Somos uma minoria mais competente do que o restante do ponto de vista tecnológico, científico e cultural, que apresenta as diretrizes que regem a instituição. Essas pessoas que me sustentam politicamente atingiram um padrão mais qualificado do que os demais”. Estimulado por tal declaração, resolvi fazer uma pesquisa no LATTES, onde os cientistas brasileiros depositam seus currículos, para me iluminar com a produção “tecnológica, científica e cultural” de nosso Excelente reitor. Abaixo está o resultado:

Titulação - Graduação - Filosofia UFMG, ano de obtenção: 1969
Mestrado e Doutorado, Université Catholique de Louvain, U.C.L., Louvain La Neue, Bélgica, ano de obtenção: 1980
Orientação de teses - 0
Livros publicados - 0
Produção artística/cultural - 0
Produção técnica - 0
Artigos publicados - 1

“PAIVA, J. H. V. O Princípio da Verificação e Significação dos Termos Teóricos da Ciência. REVISTA FILOSÓFICA BRASILEIRA. p.0 - 0, 1900.” (observe a ausência do número de páginas ou ano de publicação. Seria interessante que alguém encontrasse essa referência para corrigir essa falta de informação) Uma busca semelhante, no SIGMA/UFRJ, revela uma produção maior. O prof. Vilhena relata:

a) 3 “artigos publicados em revistas ou jornais” (dois artigos de opinião no jornal Folha de São Paulo, e um no jornal O Globo)

b) 2 “trabalhos de Editoria” (as Agendas da UFRJ, 1999 e 2001)

c) 1 “Publicação de livros” (a página de apresentação de um livro sobre cidades e portos, publicado em 1999)

Naturalmente, existe a possibilidade de que o Dr. Vilhena Paiva tenha estado tão ocupado sendo excelente que não tenha tido tempo para atualizar seu currículo no LATTES/SIGMA. Assim, para não cometer uma injustiça, fiz uma busca no sistema referencial considerado por muitos como o melhor para busca de publicações de pesquisadores de excelência: o *Web of*

Science (usando todas as data-bases disponíveis, das áreas científicas e humanas). Fazendo-se uma busca com “Paiva JHV”, com “Vilhena J*”, “VilhenaPaiva J*” ou com “Paiva JH*” obtemos “No articles found”. Fazendo-se uma busca mais geral, com “Paiva J*” aparecem 52 artigos, mas, lamentavelmente, nenhum deles é de nosso Excelente professor. O mesmo ocorre com a busca com “dePaiva J*” (25 artigos, nenhum de nosso reitor). Mas todos sabem que a Web of Science é muito limitada, cobrindo apenas uma fração pequena de todas as publicações feitas no mundo. Então, revistas, como a Revista de Filosofia Brasileira podem acabar não sendo incluídas (não serem “indexadas”) na lista penalizando, dessa forma, autores que preferiram privilegiar as revistas nacionais para a publicação de seus trabalhos.

Isso, no entanto, não vai impedir que outros autores, da mesma área, citem seus excelentes trabalhos, de modo que eles podem ser encontrados em buscas de citação na mesma Web of Science. Assim, resolvi verificar quantas citações de trabalhos por ventura publicados por nosso excelente reitor teriam recebido. O resultado foi “Nenhuma citação”. Esses são os dados. As conclusões são de vocês.

PS: A propósito, a análise dos dados do SIGMA de nosso reitor também é iluminadora de como a análise quantitativa pode ser ineficaz na avaliação da produção acadêmica.”

Antônio Solé
 Instituto de Biologia

“Gostaria de comentar a frase da entrevista do Reitor da UFRJ “Faço parte de um grupo de excelência na Universidade” em entrevista a este jornal* em 11/11/2001. O que se espera da vida profissional de um professor que faz tal afirmação? O mínimo é que ele tenha dado muitos cursos de excelente qualidade, que tenha publicado muitos artigos em periódicos de circulação internacional dentro da sua especialidade, que seja conhecido e respeitado internacionalmente dentro da sua área, que publique livros etc etc. É este o caso presente? Procurem obter informação a respeito. Procurem ter acesso ao currículo deste senhor e poderão comprovar se ele é ou não membro de algum grupo de excelência. É igualmente falsa a tese de que os excelentes da UFRJ o apóiam.

Existem sim poucas pessoas com excelente currículo que, infelizmente, por razões obscuras, ainda o apóiam. Entretanto, existem muitos com currículos fraquíssimos que pertencem a este seletivo grupo de apoio. Não acho que esta divisão entre excelentes e “os outros” não excelentes seja válida. Porém, já que foi evocada, em oposição ao pequeno número de pessoas que o apóia está o restante da Universidade, cuja importância não fica restrita a “um pequeno grupo de excelentes”. Se assim o fosse, a UFRJ seria pequena na sua qualidade, o que não é verdadeiro e pode ser comprovado por vários índices. Posso fazer uma lista imensa de pesquisadores/professores de alto nível aqui da UFRJ que não apóiam os métodos do Reitor administrar nossa Universidade e que, in-

clusive, já solicitaram sua renúncia do cargo. O atual Reitor tem um estranho conceito de democracia. Insiste em passar uma imagem de democrático querendo modernizar a Universidade, respeito às regras, transparência, que combate o corporativismo etc etc etc. Entretanto, dentro da UFRJ, tem atitudes intempestivas sempre que seu ponto de vista é contrariado. Administra a Universidade desrespeitando sua estrutura e Conselhos Superiores, usa as normas conforme sua conveniência. Esta tem sido a prática do atual Reitor.”

Prof Oscar Rosa Mattos
 Professor Titular, membro do Conselho Universitário e pesquisador IA do CNPq.
 * carta enviada, originalmente, ao jornal O Globo.



O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, nomeou o professor Adolpho José Melfi como o novo reitor da Universidade de São Paulo (USP). Melfi, atual vice-reitor, era o primeiro nome da lista tríplice apresentada ao governador na última sexta-feira. Adolpho José Melfi é docente da USP desde 1964, sendo atualmente professor titular da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Em sua campanha, Melfi diz-se comprometido “com o ensino público, gratuito e de qualidade; com o exercício de uma gestão participativa e transparente; e com a inserção da Universidade na sociedade, através da participação ativa nas grandes questões nacionais.” O processo de eleição indireta foi bastante criticado pelas entidades representativas da comunidade universitária.

Matéria do jornal O Globo (4/11) informa que o Rio de Janeiro já perdeu 250 mil livros preciosos para outros estados nos últimos 25 anos. Foi um conjunto de bibliotecas particulares de colecionadores que, depois de mortos, têm seus acervos vendidos por parentes para instituições ou bibliófilos principalmente de Brasília, de São Paulo ou do Nordeste. A principal reclamação dos leitores cariocas é que não existem políticas públicas para manter as bibliotecas na cidade.

Segundo reportagem do Estado de S. Paulo (07/11), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou para os prejuízos dos trabalhadores com uma maior abertura dos mercados. Na avaliação da OIT, uma liberalização comercial terá impacto negativo nos níveis de emprego e nos salários de países em desenvolvimento, como o Brasil. O estudo da entidade também apresenta soluções para o problema com o estabelecimento de políticas sociais e econômicas que criem novas oportunidades de trabalho para a população.

Deu na coluna de Ancelmo Góis (O Globo, 07/11): “Uma articulação de setores do governo (incluindo aí os ministros Paulo Renato e José Serra) que evitaria a escolha de José Henrique Vilhena para a reitoria da UFRJ, em 1998, foi abortada pela resistência de um grupo de antropólogos do Museu Nacional ligados a FH e Ruth Cardoso. Sobre o tema, o antropólogo Gilberto Velho escreveu para dizer que apoiou a indicação para a lista e a nomeação como reitor da UFRJ do professor Vilhena, por convencimento pessoal decorrente de avaliações da política interna da universidade”.

Nem todo mundo está perdendo com a crise provocada pelo governo FHC. Matéria do JB, de 30/10, informa que o Bradesco - maior banco privado do país - conseguiu um lucro recorde de R\$ 1,5 bilhão nos primeiros nove meses do ano. Entre janeiro e setembro, isso significou ganhar cerca de R\$ 232 mil por hora.

Batalha agora é no Congresso

Oposição aos projetos contra os servidores mobilizam parlamentares da Câmara e no Senado

(Myrria A. - A Crítica/AM)

Convencimento de mais parlamentares para a causa dos SPF. Esta foi a principal frente de luta desenhada na reunião do Comando Local de Greve com o senador Geraldo Cândido (PT) e a deputada federal Jandira Feghali (PC do B), na última segunda-feira (19/11). O encontro com políticos das bancadas de cada estado é uma orientação do Comando Nacional de Greve para as seções sindicais e faz parte da estratégia de criação de um bloco de oposição aos projetos antigreve do governo no Congresso.

Cerca de 15 parlamentares haviam confirmado presença, mas acabaram impedidos de comparecer por conta de compromissos de última hora. Neste sentido, concorreu com a reunião organizada pelo CLG a Conferência Parlamentar das Américas realizada em um hotel de Copacabana no mesmo horário. O deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT) passou rapidamente e transmitiu seu apoio à causa dos SPF. Milton Temer (PT) acabou se deslocando para um ato de protesto em frente ao hotel de Copacabana (veja nota no verso), no qual também se encontrava o presidente FHC. Laura Carneiro (PFL) e Miriam Reid (PSB) não puderam comparecer, mas ligaram para a entidade e se puseram à disposição para futuros encontros.



O senador Geraldo Cândido ressaltou que, para uma “ação eficiente”, é preciso mobilizar parlamentares até mesmo da base governista, uma vez que a oposição é minoritária. Para o senador, o governo “resolveu jogar pesado” com o pacote antigreve. Cândido, que foi presidente do sindicato dos metroviários do Rio de Janeiro, comentou que já passou por longas greves, sabe o desgaste que isso causa, mas salientou a importância de “sair da greve de cabeça erguida”. A deputada Jandira Feghali fez a avaliação que o governo tenta a divisão da categoria com o pro-

yecto de lei das gratificações. Para ela, a “virada do jogo” passa necessariamente pelo convencimento de “gente de peso” dentro da base governista. O PFL, segundo ela, embora bastante vinculado às privatizações, não é tão “fechado” ideologicamente como o PSDB, no que se refere à Universidade. Citou ainda o nome de parlamentares que seriam acessíveis para uma conversa de esclarecimento sobre a greve dos servidores.

A obstrução da pauta do Congresso por conta do projeto que flexibiliza a CLT é um ponto que está ajudando a greve dos servi-

dores. Além de impedir mais esse abuso do governo contra os trabalhadores, nada pode ser votado no Congresso enquanto a questão da CLT não for resolvida, inclusive o projeto de lei da GED/GID. Jandira contou que, em véspera de ano eleitoral (2002), os parlamentares não querem se arriscar a votar medidas impopulares, como a CLT e projetos contra os servidores públicos federais. Ainda assim, Jandira alertou para o prazo de 15 de dezembro, que é o fim do ano legislativo e data limite para se conseguir um acordo satisfatório com o MEC.

Em tempo: poderá ser votado hoje (21/11) pelo plenário o PL nº 5.483/01, do governo, que estabelece que acordo trabalhista prevaleça sobre a lei. A proposta estava na pauta de ontem, mas foi transferida após entendimento ocorrido em

reunião de deputados de oposição, sindicalistas e magistrados com o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG). O grupo também obteve do presidente a abertura das galerias para que os sindicalistas e trabalhadores pudessem

acompanhar os debates que ocorriam em plenário. O deputado Paulo Paim (PT-RS) afirmou que todo o trabalho da oposição e dos sindicalistas será no sentido de que o projeto não seja apreciado este ano na Câmara.

Andes-SN compara pacote antigreve a Ato Institucional

Em nota do Comunicado do Comando Nacional de Greve nº 28, o Andes-SN compara o pacote do governo para acabar com a greve no serviço público com o Ato Institucional nº 5. Como no governo Costa e Silva, recrudesce o autoritarismo e revogam-se direitos constitucionais. Segundo o Andes-SN, o pacote antigreve representa a fraqueza e a incapacidade do governo Fernando Henrique em lidar com movimentos reivindicatórios e que ganham, cada vez mais, o apoio da população. O Sindicato avalia que o pacote agride o estado de direito: "...a hipertrofia do Poder Executivo, na sua incapacidade de negociar com os movimentos sociais, desacata o Judiciário e o Legislativo, jogando no lixo a Constituição, gerando crise nas próprias instituições que sustentam o regime", afirma o Andes-SN.

Apesar de o governo contar com o apoio da mídia, "majoritariamente", segundo o Sindicato, a greve ganhou o apoio dos estudantes e de uma grande parcela da sociedade, o que incomodou FHC e o levou a apresentar as arbitrarias medidas. Para o Andes-SN, o 'pacote de novembro', associado às ações repressivas da Advocacia Geral da União, revelam um novo cenário para a greve: o da luta pela democracia e pelo direito de organização sindical. "Esses ataques não irão abalar a força do nosso movimento, pois a história dessa greve prova que as ações autoritárias têm reforçado nosso movimento e mostram à sociedade a incapacidade deste governo para negociações", conclui a nota.

De acordo com o Sindicato, no dia 13, foram realizadas várias reuniões com parlamentares para articular a obstrução das votações de orçamento e créditos suplementares. Somente os créditos somariam cerca de R\$ 5 bilhões a serem liberados em 2001. Segundo o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro, os parlamentares governistas têm todo o interesse nestes recursos que devem ser utilizados em dezembro. Outra observação do deputado é que a arrecadação com as taxas dos fundos de pensão, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal, deve gerar cerca de R\$ 1,2 bilhão para remanejamento do relator. Deste montante, poderiam sair os R\$ 100 milhões que faltam para cobrir o Termo de Acordo (estabelecido entre o Andes-SN, o Sinasefe e o MEC, mas não assinado pelo governo). "Fica provado que dinheiro não é o problema e que a limitação não é orçamentária e, sim, política", diz o Andes-SN.

Luta pelo Termo de Acordo

Neste contexto, o Andes-SN propõe a luta contra o 'pacote de novembro' (ou antigreve); a rejeição do PL que reajusta as gratificações produtivistas (GID e GED) e a retomada imediata das negociações para a assinatura do Termo de Acordo, que é considerado pelo Comando Nacional de Greve um avanço com importantes ganhos para a Universidade Pública como a retirada do projeto de emprego público, a recomposição, ainda que parcial, do quadro docente e a reversão da política salarial do governo (com a incorporação da GAE, equiparação dos valores da GID e GED

para mestres e doutores e o pagamento da GID para os aposentados de 1º e 2º graus).

Andes quer inquérito criminal contra ministro

O Andes-SN acionou novamente o Superior Tribunal de Justiça para questionar a recusa do governo em cumprir decisão judicial e pagar os salários de outubro aos professores em greve. O sindicato enviou petição ao ministro Gilson Dipp, do STJ, em que denuncia a decisão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e no qual pede que cópias dos autos do mandado de segurança contra ele sejam enviadas à Procuradoria Geral da República. Os grevistas querem que o procurador, Geraldo Brindeiro, instaure inquérito criminal contra o ministro por crime de responsabilidade. O Andes-SN pediu também ao ministro do STJ que Paulo Renato Souza seja notificado pelo descumprimento de decisão judicial, por meio de oficial de justiça. Caso o ministro da Educação não efetue o repasse imediatamente, o Sindicato pede que seja estabelecida multa diária enquanto perdurar o descumprimento da decisão (equivalente a um trinta avos da remuneração de cada professor), além de multa mensal de 20% sobre a mesma base de cálculo. A Assessoria Jurídica Nacional do Sindicato quer que o ministro Gilson Dipp reconheça a existência de má-fé processual por parte do ministro da Educação. O movimento docente solicita ainda, na mesma petição, que o Ministério da Educação não desconte dos salários de outubro o Imposto de Renda retido na fonte.

Esquema de segurança prejudica encontro de educação

Um forte esquema de segurança montado pela Câmara para evitar manifestações contra o projeto que altera a CLT esvaziou a 2ª Conferência Nacional de Educação, que começou no dia 20/11, em Brasília. Participantes do encontro ficaram retidos nas portarias da Casa. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, sequer enviou representante. "É um total desrespeito à Comissão de Educação. Isso demonstra a intransigência do ministro no tratamento da greve dos professores", afirmou o deputado Gilmar Machado (PT-MG), coordenador da Conferência.

Bolsa-escola ridícula

Em um seminário realizado no Rio de Janeiro no dia 19/11, Paulo Renato passou por certo constrangimento ao ter de responder pelos R\$ 15 pagos pelo bolsa-escola. Numa das palestras, a do economista Francisco Guimarães Ferreira, da PUC/RJ, havia a referência aos valores do programa federal como sendo "baixos, mas não risíveis".

Protesto contra FHC e pacote antigreve no Rio

Não eram muitos manifestantes. Mas o presidente FHC deve ter recebido o "recado". Também no dia 19/11, integrantes do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind, estudantes e representantes de outras entidades promoveram um ato de protesto em frente ao hotel de Copacabana, onde se realizou a Conferência Parlamentar das Américas. Em uma das faixas, estava dito tudo: "FHC ditador - Pacote antigreve = AI-6". Mesmo sendo um protesto pacífico, o Batalhão de Choque da PM foi chamado e forçou o pequeno grupo a se distanciar da fachada do prédio.

ASSEMBLÉIA GERAL

27/11 13:30
terça-feira horas

PAUTA

Avaliação da greve
Eleições da Adufrj-SSind
Impedimento do reitor

**Auditório do Centro
de Tecnologia**

Bloco A - Ilha do Fundão

Ato em defesa da DEMOCRACIA



26/11
SEGUNDA-FEIRA
8:00
HORAS

IFCS - Largo de São Francisco nº 1



**Adufrj-SSind
apresenta novo
calendário eleitoral**

Página 2

**AG aprova
indicativo de saída
de greve sem data**

Páginas 4 e 5

Guilherme Lessa



“Em que curva da história os professores deixaram de acreditar em uma sociedade mais justa?”

Fala de Vinícius Wu (foto),
coordenador do DCE, na Assembléia
Geral de 21 de novembro

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 45 • 26 de novembro de 2001

Andes-SN compara pacote antigreve a ato institucional

Anunciado no dia 13/11, o pacote antigreve do governo (um decreto, uma medida provisória e dois projetos de lei) já ganhou um nome na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind: é o ato institucional 45 (em referência ao tempo da ditadura militar e ao número do PSDB). O Sindicato Nacional também já fez a sua crítica, segundo a qual se revela um novo cenário para a greve: o da luta pela democracia e pelo direito de organização sindical.

Página 3





Movimento

Nota publicada pelo Fórum dos sindicatos de professores e funcionários de três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), além do Centro Paula Souza, no jornal A Folha de S. Paulo, em 22/11

Fórum das Seis apóia os docentes federais em greve e repudia truculência do governo

Hoje, cerca de 75% dos vencimentos dos professores das universidades federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) correspondem a "gratificações": há dez anos o governo federal criou a GAE (Gratificação de Atividade Executiva), e em 1998, em vez de reajustar salários, criou mais uma gratificação, a GED (Gratificação de Estímulo à Docência). Todos os docentes, inclusive os aposentados, recebem essas gratificações, ficando evidente o caráter de "salário" que elas têm.

O governo insiste em continuar fingindo que é gratificação para não ter que pagar os adicionais por tempo de serviço que incidem sobre os salários. Mente ao afirmar que a incorporação da GAE interessa apenas aos aposentados. De imediato beneficiaria a todos os professores que têm mais de cinco anos de serviço, e a todos os demais, sem exceção, pelo reconhecimento de que é salário, perdendo portanto o caráter precário inerente às gratificações. Dessa forma, os professores têm, no mínimo, um crédito de dez anos de adicionais não pagos com o governo.

O que querem os professores? Nada além da incorporação da GAE e do reajuste dos salários. Após dois meses de greve, uma minuta de acordo chegou a ser elaborada pelo go-

verno e as entidades representativas das categorias em greve, prevendo a incorporação da GAE. O governo porém recuou e não assinou.

Agora o Presidente da República baixou, entre outras medidas arbitrárias, o Decreto 4.010, de 12/11/2001, arrogando-se o direito de decidir a quem pagar salários! Pretende assim driblar decisão do Superior Tribunal de Justiça, que mandou o ministro Paulo Renato, da Educação, pagar os salários que haviam sido retidos por conta da greve.

O que pretende o Presidente da República? Quebrar a harmonia dos poderes sobrepondo-se ao Judiciário? Salvar a imagem, se é que isto ainda é possível, do correligionário e pretense candidato Paulo Renato Costa Souza?

O Fórum das Seis, que congrega entidades representativas dos docentes e servidores da Unesp, Unicamp e USP e do Centro Paula Souza, vem a público manifestar seu apoio aos colegas das universidades federais e exigir que o governo cumpra as leis e respeite a ordem institucional do País, da qual deveria ser o principal guardião.

Adolpho Hengeltraub
Coordenador do Fórum das Seis
(Adunesp, Adunicamp, Adusp, Sinteps, Sintunesp, Sintusp e STU)

Em documento distribuído na Assembléia Geral de 21/11, a diretoria da Adufrj-SSind expôs ao conjunto da categoria a situação das eleições para um próximo mandato da entidade. Duas prorrogações de datas para apresentação de chapas para a direção e de listas para o Conselho de Representantes foram promovidas nas últimas semanas. No mesmo texto, são apontados vários fatores de dificuldade para o desenrolar do processo, como a atual greve e a necessidade de participação e mobilização dos professores da UFRJ. Ao fim, são propostos dois novos calendários para eleições da diretoria e do CR.

Eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes

Após duas prorrogações dos prazos para as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes (com a consequente prorrogação do mandato da atual diretoria até 21/12/2001), ficou claro que o processo eleitoral não depende apenas de mais tempo para ser efetivado. Outros fatores interferiram no processo, inclusive a greve ora em curso, dificultando organizar o processo, a formulação de programas de trabalho e o surgimento de candidaturas. A prorrogação sucessiva de prazos de eleições e de mandatos de diretores não deixa a atual diretoria em posição confortável, nem pode ser a perspectiva política de uma entidade historicamente construída pela base.

A situação atual, porém, é inusitada, pois os mandatos de todos os representantes de unidades no Conselho expiraram em 15 de outubro de 2001, sem que fosse possível recompor ou renovar o Conselho até agora. Os grupos de trabalho formados também tiveram suas atividades muito reduzidas com o envolvimento das pessoas na greve. Este quadro não será revertido de forma espontânea. Há necessidade de uma discussão mais ampla sobre a Universidade que queremos e a própria Adufrj-SSind, em que todos os sindicalizados tenham a possibilidade de participar, propor formas de atuação e se engajar num processo que fortaleça e renove o movimento docente e a direção da Adufrj-SSind.

Com essas preocupações em mente, a diretoria entende que, associado a um novo calendário eleitoral, tem que haver a organização de um processo de

mobilização e de discussão que aproxime os sindicalizados do dia a dia da Seção Sindical, permita maior conhecimento das responsabilidades dos Conselheiros/Diretores, contribua para a elaboração de um plano de trabalho coletivo e crie as condições objetivas para a formação de uma nova gestão para a Adufrj-SSind. O atual comando de greve pode ser o ponto de partida para a efetivação de tal projeto. A idéia da criação de um fórum de debates sobre a Universidade aglutinaria também os docentes empenhados no processo de transformação da instituição universitária. Conclamamos a participação de todos em defesa da universidade pública e gratuita, para que o futuro não se apague!

Calendário proposto para as eleições da Diretoria

Inscrição de chapas até sexta-feira:
18/01/2002

Eleições de 18 a 20/02/2002, segunda a quarta-feira

Posse da nova diretoria em:
22/03/2002

Calendário proposto para as eleições do Conselho de Representantes

Inscrição de listas até sexta-feira:
08/02/2002

Eleições de 18 a 20/02/2002, segunda a quarta-feira

Posse dos novos conselheiros em:
22/03/2002

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2001

Diretoria da Adufrj-SSind



Movimento

Andes-SN compara pacote antigreve a Ato Institucional

Sindicato propõe rejeição do PL da GED/GID e a retomada imediata do Termo de Acordo

Em nota do Comunicado do Comando Nacional de Greve nº 28, o Andes-SN compara o pacote do governo para acabar com a greve no serviço público com o Ato Institucional nº 5. Como no governo Costa e Silva, recrudescer o autoritarismo e revogar-se direitos constitucionais. Segundo o Andes-SN, o pacote antigreve representa a fraqueza e a incapacidade do governo Fernando Henrique em lidar com movimentos reivindicatórios e que ganham, cada vez mais, o apoio da população. O Sindicato avalia que o pacote agride o estado de direito: "...a hipertrofia do Poder Executivo, na sua incapacidade de negociar com os movimentos sociais, desacata o Judiciário e o Legislativo, jogando no lixo a Constituição, gerando crise nas próprias instituições que sustentam o regime", afirma o Andes-SN.

Apesar de o governo contar com o apoio da mídia, "majoritariamente", segundo o Sindicato, a greve ganhou o apoio dos estudantes e de uma grande parcela da sociedade, o que incomodou FHC e o levou a apresentar as arbitrárias medidas. Para o Andes-SN, o 'pacote de novembro', associado às ações repressivas da Advocacia Geral da União, revelam um novo cenário para a greve: o da luta pela democracia e pelo direito de organização sindical. "Esses ataques não irão abalar a força do nosso movimento, pois a história dessa greve prova que as ações autoritárias têm reforçado nosso movimento e mostram à sociedade a incapacidade deste governo para

negociações", conclui a nota.

De acordo com o Sindicato, no dia 13, foram realizadas várias reuniões com parlamentares para articular a obstrução das votações de orçamento e créditos suplementares. Somente os créditos somariam cerca de R\$ 5 bilhões a serem liberados em 2001. Segundo o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro, os parlamentares governistas têm todo o interesse nestes recursos que devem ser utilizados em dezembro. Outra observação do deputado é que a arrecadação com as taxas dos fundos de pensão, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal, deve gerar cerca de R\$ 1,2 bilhão para remanejamento do relator. Deste montante, poderiam sair os R\$ 100 milhões que faltam para cobrir o Termo de Acordo (estabelecido entre o Andes-SN, o Sinasefe e o MEC, mas não assinado pelo governo). "Fica provado que dinheiro não é o problema e que a limitação não é orçamentária e, sim, política", diz o Andes-SN.

Luta pelo Termo de Acordo

Neste contexto, o Andes-SN propõe a luta contra o 'pacote de novembro' (ou antigreve); a rejeição do PL que reajusta as gratificações produtivistas (GID e GED) e a retomada imediata das negociações para a assinatura do Termo de Acordo, que é considerado pelo Comando Nacional de Greve um avanço com importantes ganhos para a Universidade Pública como a retirada do projeto de emprego público, a recomposição, ainda que parcial, do quadro docente e a reversão da política salarial do governo (com a incorporação da GAE, equiparação dos valores da GID e GED para mestres e dou-

tores e o pagamento da GID para os aposentados de 1º e 2º graus).

Andes quer inquérito criminal contra ministro

O Andes-SN acionou novamente o Superior Tribunal de Justiça para questionar a recusa do governo em cumprir decisão judicial e pagar os salários de outubro aos professores em greve. O sindicato enviou petição ao ministro Gilson Dipp, do STJ, em que denuncia a decisão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e no qual pede que cópias dos autos do mandado de segurança contra ele sejam enviadas à Procuradoria Geral da República. Os grevistas querem que o procurador, Geraldo Brindeiro, instaure inquérito criminal contra o ministro por crime de responsabilidade.

O Andes-SN pediu também ao ministro do STJ que Paulo Renato Souza seja notificado pelo descumprimento de decisão judicial, por meio de oficial de justiça. Caso o ministro da Educação não efetue o repasse imediatamente, o Sindicato pede que seja estabelecida multa diária enquanto perdurar o descumprimento da decisão (equivalente a um trinta avos da remuneração de cada professor), além de multa mensal de 20% sobre a mesma base de cálculo. A Assessoria Jurídica Nacional do Sindicato quer que o ministro Gilson Dipp reconheça a existência de má-fé processual por parte do ministro da Educação. O movimento docente solicita ainda, na mesma petição, que o Ministério da Educação não desconte dos salários de outubro o Imposto de Renda retido na fonte.

Andifes faz proposta de substitutivo ao PL do governo

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) apresentou, na semana passada, para o Comando Nacional de Greve do Andes-SN uma proposta de substitutivo ao PL do governo (que reajusta as gratificações produtivistas GED e GID). A proposta foi também apresentada para alguns parlamentares da Comissão de Educação da Câmara, antes de uma resposta do CNG ou das assembleias gerais das seções sindicais. Os reitores propõem um aumento nos percentuais de titulação da categoria, a equiparação das gratificações GID e GED e a extensão de 60% da GID aos aposentados do 1º e 2º graus. Pela proposta da Andifes, o percentual para doutores subiria de 50% para 72%; o de mestres de 25% para 36%; para especialistas de 12% para 18%; e de 5% para 9% para o aperfeiçoamento.

O comunicado do CNG/Andes-SN nº 31 indica a continuidade da greve e reafirma a necessidade de manter a unidade do movimento docente, "tendo em vista que iniciativas que não sejam construídas pela discussão e decisão encaminhadas pelo CNG/Andes-SN comprometem a legitimidade e, sobretudo, a força do movimento. O CNG reafirma também os princípios sobre a paridade entre docentes da ativa e aposentados e pensionistas e a isonomia entre as carreiras de 1º, 2º e 3º graus.

De acordo com informes do CNG no dia de fechamento desta edição (23/11), estava sendo trabalhada uma proposta alternativa de substitutivo ao PL do MEC, que seria apresentada às assembleias no início desta semana. Foi agendada também uma reunião entre Andifes e o CNG-Andes para terça-feira (27/11) e existe uma pré-disposição da entidade dos reitores de encampar a proposta do movimento docente na luta dentro do Congresso Nacional.



Cartas

Crítica ao movimento de greve nas UF's

1. A forma de entrar em greve precisa ser revista para dar respaldo e força ao movimento desde o seu primeiro momento.

Sugestão: a assembleia geral propõe a discussão do assunto 'entrada em greve' aos departamentos. Em seguida, é convocado um plebiscito, ou lista de assinaturas, ou representação colegiada, permitindo que todos os professores tenham uma verdadeira oportunidade democrática de se pronunciar.

2. A forma de manifestarmos nossa insatisfação com a política educacional está

equivocada. Estamos negando a capacidade criativa da Universidade e reproduzindo, simplesmente, o comportamento grevista de trabalhadores que NÃO têm a obrigação de serem criativos, como é obrigação da Universidade. Além disso, estamos agredindo o nosso primeiro aliado, o aluno, e destruindo a imagem da universidade pública, o que é o interesse de grupos econômicos.

Sugestão: vestir luto, promover regularmente a 'universidade na praça' ou 'univer-

sidade no shopping' ou 'na praia', usar o espaço das caras dos leitores dos jornais etc.

Foram estabelecidos mitos que deveríamos, pelo menos, questionar, por exemplo:

- 1) A assembleia é soberana, por que, então, tantos furando a greve?
- 2) A assembleia é representativa, por que, então, tão vazia?
- 3) Isonomia salarial é nossa bandeira, e as condições de moradia, alimentação, educação e lazer tão diferentes no Brasil.
- 4) A assembleia é democrática, no en-

tanto, o comportamento está mais para anárquico do que para democrático.

Não devemos também nos esquecer que só se faz greve de aulas de graduação. Aulas de pós-graduação, projetos, teses etc. seguem seu percurso normal. Onde está a coerência?

Conclamo os colegas a refletirem sobre estes pontos.

Richard M. Stephan
Professor da Coppe



Movimento

AG aprova indicativo de saída de greve sem data

Paralisação continua até CNG-Andes estabelecer o fim unificado. Isso depende, é claro, do resultado das demais assembleias realizadas em todo o país. Como sempre ficou claro, a greve é nacional; não é uma greve só da UFRJ

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembleia Geral, em 21/11, no Auditório do Roxinho (CCMN), aprovaram um indicativo de saída de greve sem data (221 votos) contra um indicativo de saída para o dia 26/11 (com 204 votos). Cabe agora ao Comando Nacional do Andes-SN a avaliação deste indicativo. Isso depende, é claro, do resultado das demais assembleias realizadas em todo o país. Como sempre ficou claro, a greve é nacional; não é uma greve só da UFRJ. Essa votação foi ratificada antes, quando a proposta de indicativo de saída unificada ganhou por 245 a 200 votos de uma proposição de saída unilateral da UFRJ também no dia 26. A continuidade da greve por tempo indeterminado, na primeira votação, foi derrotada por apenas quatro votos (245 a 241, com duas abstenções).

Foi uma decisão de difícil entendimento para quem não acompanha as práticas do movimento docente. Uma repórter da TV Globo que acompanhava a assembleia comunicou à emissora o fim da greve na universidade logo ao final da primeira votação. A notícia foi veiculada no telejornal local (RJ TV) e o equívoco se propagou pelo restante da mídia. Pouco mais tarde, a pedido dos representantes do Comando Local de Greve que souberam do erro por familiares e amigos, foi feita uma correção no Jornal Nacional. No entanto, a primeira informação certamente confundiu a sociedade e a própria comunidade universitária.

A fase de avaliação da greve

A fase de avaliação da greve foi marcada por diversos depoimentos a favor da continuidade da greve, intercalada por algumas intervenções contra o movimento grevista.

A professora Militza Putziger (CAP)

comentou a reunião ocorrida naquela manhã no colégio. Militza ressaltou que, mesmo os que divergiam da greve, contaram que sair do movimento nacional no atual momento seria o mesmo que "dar um tiro no pé". A docente falou sobre a angústia que sentia em não dar aulas, mas que isso só seria possível com um mínimo de dignidade. "Fomos 'rifados' (os professores do CAP, que ficaram sem a GED) em 1998. Seremos 'rifados' outra vez?", perguntou à platéia.

Uma fala emocionante veio do professor Edwaldo Cafezeiro (Letras). Ele conclamou a platéia à luta pela resistência e pela democracia. "Estão nos tirando o direito de pensar. Muita gente aqui não viveu isso", disse, em referência ao autoritário pacote antigreve baixado pelo governo bastante semelhante aos atos institucionais da ditadura. José Miguel (Escola de Engenharia) pediu uma reflexão dos demais colegas. "Não entramos em greve por tempo determinado ou para reajustar a GED. Fomos traídos pelo MEC, que mente. A nossa responsabilidade hoje aqui (de manter a greve) é histórica", disse. O próprio José Miguel, um pouco antes da fase de avaliação, havia apresentado um estudo do CNG (do qual participou) em que se desmascaram os argumentos do MEC para desqualificar o termo de acordo. Para quem estiver interessado, vale conferir na página do Andes-SN, no comunicado nº 28 (www.andes.org.br/Comunicado28.htm).

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também discordou das propostas de indicativo de saída da greve. E criticou veementemente algumas mensagens que circularam por e-mail em toda a universidade com ataques à assembleia. "Foi uma forma covarde de trabalhar politicamente e de colocar as divergências", disse. O presidente lembrou que a mídia joga informações contra a paralisação, como a que dava conta da saída da greve pela



ASSEMBLÉIA REALIZADA EM 21/11 FOI A MAIOR DA GREVE ATÉ AGORA, COM MAIS DE 500 PROFESSORES

Tribuna



Paulo Neto
Instituto de Física
"Não houve sensibilidade (por parte do Sindicato) com os professores que entraram na Universidade após 1996. O Andes trata como

heresia, quando se fala em avaliação. E estamos preocupados com a perda do período."



Edwaldo Cafezeiro
Letras
"Temos que lutar pela resistência. É pela democracia. Estão nos tirando o direito de pensar. Muita gente aqui não viveu isso

(ditadura). Ninguém, nesse momento, pode ficar de fora da luta."



Leonor Werneck
Letras
"Como professora da Faculdade de Letras, devo dizer que querer sair da greve sem nunca ter entrado não é um problema político; é um problema semântico."



Militza Putziger
CAP
"Sair do movimento nacional no atual momento seria o mesmo que dar um tiro no pé. Fomos 'rifados' (os professores do CAP, que ficaram sem a GED) em 1998. Seremos 'rifados' outra vez?"

o indicativo para avaliação do CNG-Andes. "Estamos na greve nacional", argumentou, com o objetivo de não "quebrar" o movimento unificado.

Representante dos estudantes cobra resistência dos professores

Um minuto antes da primeira votação, foi concedida a palavra a Vinícius Wu, coordenador do DCE. Visivelmente emocionado e temeroso do resultado da votação (o que acabou se confirmando), Vinícius cobrou resistência dos professores. Ele lembrou que a greve não foi construída para depois "se sair de joelhos". E menos ainda "para ceder à truculência". Com diversas referências ao pacote antigreve, à invasão do campus pela PM e ao tempo da ditadura militar, o aluno perguntou à platéia: "Em que curva da história, os professores deixaram de acreditar em uma sociedade mais justa? Que os professores não se acovardem neste momento. A minha geração não viveu a ditadura militar e não queremos viver isso". Foi aplaudido de pé por grande parte da platéia.

PL das gratificações e Pacote antigreve

Além da avaliação da greve, foi aprovada pela assembleia a luta pela retirada do projeto de lei do Congresso, com reabertura das negociações e cumprimento do Termo de Acordo. O pacote antigreve do governo mereceu o repúdio da AG, que propôs à Central Única dos Trabalhadores (CUT) um dia de mobilização ou de paralisação geral contra a iniciativa governamental.

Impedimento do reitor

As professoras Leticia Legay (NESC) e Selene Alves (Instituto de Matemática), que são integrantes da comissão pelo impedimento do reitor, informaram sobre o andamento da iniciativa. Segundo elas, já existem mais de 750 assinaturas somente de docentes da UFRJ no abaixo-assinado. Apesar de já contabilizar cerca de um sexto do corpo docente da universidade (entre ativos e aposentados), Selene e Leticia pediram o engajamento de mais colegas para acelerar o processo de coleta de assinaturas.

A comissão está organizando bancas de coleta itinerantes pelas diversas Unidades acadêmicas, mas apresenta dificuldades devido ao reduzido número de componentes do grupo (apenas cinco integrantes). "Seria bom que as pessoas se voluntariassem", disse Leticia, que também lembrou o trabalho dos colegiados CEG/CEPG na constituição de um dossiê com os seguidos desrespeitos do reitor-interventor.

As duas alertaram sobre os cuidados que devem ser tomados na coleta pelos demais docentes que estão circulando cópias do abaixo-assinado em suas Unidades.

Selene esclareceu que existem dois tipos: um é restrito aos docentes da UFRJ e o outro é aberto à participação dos demais segmentos (estudantes e funcionários) e da comunidade externa à universidade. "Temos verificado que alguns estudantes assinam na lista dos professores e vice-versa. Além disso, é importante que sejam postos no documento todos os dados requeridos, como o número da identidade", afirmou Selene, para demonstrar o compromisso com a proposta de impedimento de Vilhena. A expectativa da comissão é de conseguir aproximadamente 2,5 mil assinaturas.

O presidente da Adufrj-SSind pediu maior disposição dos docentes nesta atividade. De acordo com Sanglard, não é porque se aproxima o período de sucessão do reitor que o processo deve ser enfraquecido. Até porque Vilhena já manifestou o desejo por um segundo mandato. "Temos que deixar claro que não o queremos de novo e nem agora!", exclamou o presidente.

Foi aprovada ainda na AG a participação dos docentes em ato na reitoria organizado pelos alunos, no dia seguinte (veja matéria na página 6).

Fundo de Solidariedade

O professor José Simões, que é um dos integrantes da Comissão de Gerenciamento do Fundo de Solidariedade da Greve, observou que ainda há recursos para empréstimo aos docentes em dificuldades financeiras. O FSG funciona na sede da Adufrj-SSind, das 10 às 14h. Simões lembrou que o Fundo também está aberto para doações. Cerca de 140 pessoas já foram atendidas pelo FSG.

Eleições da Adufrj-SSind

Foi distribuída proposta da diretoria, com novo calendário e processo de mobilização, que foi remetida para ser avaliada na próxima assembleia. Leia o documento, na íntegra, na página 2.

Em tempo: Na manhã de quinta-feira (22/11), 48 professores se reuniram na Faculdade de Medicina da UFRJ para avaliar a decisão da Assembleia Geral do dia anterior. Destes, 32 resolveram acatar a decisão da AG. Os professores da Medicina, portanto, não retomarão as atividades nesta segunda (como foi veiculado na mídia) e permanecerão em greve até, pelo menos, a próxima terça-feira, dia 27/11, quando será realizada outra Assembleia Geral para avaliação do movimento.



Batalha agora é no Congresso

Oposição aos projetos contra os servidores mobiliza parlamentares da Câmara e do Senado

Convencimento de mais parlamentares para a causa dos SPF. Esta foi a principal frente de luta desenhada na reunião do Comando Local de Greve da Adufrj-SSind com o senador Geraldo Cândido (PT) e a deputada federal Jandira Feghali (PC do B), na última segunda-feira (19/11). O encontro com políticos das bancadas de cada estado é uma orientação do Comando Nacional de Greve para as seções sindicais e faz parte da estratégia de criação de um bloco de oposição aos projetos antigreve do governo no Congresso.

Cerca de 15 parlamentares foram contatados, sendo que sete haviam confirmado presença. No entanto, muitos acabaram impedidos de comparecer por conta de compromissos de última hora. Neste sentido, concorreu com a reunião organizada pelo CLG a Conferência Parlamentar das Américas realizada em um hotel de



GERALDO (PT) E JANDIRA (PCdoB) SE REÚNEM COM O CLG

Copacabana no mesmo horário. O deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT) passou rapidamente e transmitiu seu apoio à causa dos SPF. Milton Temer (PT), por solicitação dos estudantes, acabou se deslocando para um ato de protesto em frente ao hotel de Copacabana (veja nota na página 3), no qual também se encontrava o presidente FHC. Laura Carneiro (PFL) e Miriam Reid (PSB) não puderam comparecer, mas

ligaram para a entidade e se puseram à disposição para futuros encontros.

O senador Geraldo Cândido ressaltou que, para uma “ação eficiente”, é preciso mobilizar parlamentares até mesmo da base governista, uma vez que a oposição é minoritária. Para o senador, o governo “resolveu jogar pesado” com o pacote antigreve. Cândido, que foi presidente do sindicato dos metroviários do Rio de Janeiro, comentou que

já passou por longas greves, sabe o desgaste que isso causa, mas salientou a importância de “sair da greve de cabeça erguida”.

A deputada Jandira Feghali fez a avaliação que o governo tenta a divisão da categoria com o projeto de lei das gratificações. Para ela, a “virada do jogo” passa necessariamente pelo convencimento de “gente de peso” dentro da base governista. O PFL, segundo ela, embora bastante vinculado às privatizações, não é tão “fechado” ideologicamente como o PSDB, no que se refere à Universidade. Citou ainda o nome de parlamentares que seriam acessíveis para uma conversa de esclarecimento sobre a greve dos servidores.

Jandira contou que, em véspera de ano eleitoral (2002), os parlamentares não querem se arriscar a votar medidas impopulares, como a CLT e projetos contra os servidores públicos federais. Ainda assim, Jandira alertou para o prazo de 15 de dezembro, que é o fim do ano legislativo e data limite para se conseguir um acordo satisfatório com o MEC.

Estudantes continuam em greve

Reunidos na sala do Consuni, alunos marcam dois atos em Unidades que decidiram retornar às aulas na segunda-feira (26/11)

A Assembléia Geral dos estudantes da UFRJ, realizada na última quinta-feira (22/11), decidiu pela continuidade da paralisação, mesmo com o indicativo de saída da greve dos professores. Uma das propostas aprovadas pelos alunos foi a realização de dois atos: um no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e outro na Escola de Comunicação (ECO). Os dois acontecem às 8 horas desta segunda-feira (26/11). O objetivo é impedir que as aulas sejam retomadas. Bruno Lopes, do IFCS, reforçou a idéia de que os estudantes deveriam comparecer à Assembléia dos docentes da terça-feira (27/11) para pedir que não retornem ao trabalho: “O governo jogou com o nosso cansaço. Devemos ir à Assembléia protestar, já que o resultado de ontem (21/11) foi feito por professores que não batalharam pelo movimento de greve”.

A representante discente no CEG, Isabel Mansur, destacou a importância do movimento dos estudantes nas universidades: “Nós temos quatro dias para mostrar que há um segmento da UFRJ (os estudantes) que é contrário à saída de greve”. Miguel Papi, coordenador do DCE, falou sobre as vitórias estudantis na paralisação: “Temos que tirar o clima de que perdemos a greve. Nós vencemos. Pela primeira vez, o MEC sentou com o Comando Nacional de greve dos estudantes e aceitou liberar uma verba de assistência estudantil de R\$ 50 milhões”.

Daniel Sousa apresentou uma proposta de panfletagem para reconstruir o processo de mobilização dos estudantes: “Temos que aproveitar esse momento para reconstruir o movimento que está desgastado. Deve haver atos que chamem os alunos para pressionar os professores a continuarem em greve”. Daniel também criticou os docentes que utilizam os estudantes como desculpa para retornarem às aulas: “O pior de tudo isso é o fato de professores que votaram pelo fim da greve falarem em nome dos alunos, dizendo que nós estamos sendo prejudicados. En-

tretanto, o que nós queremos é continuar em greve. Temos que reverter esse processo”.

Reposição integral das aulas

Os estudantes se mostraram preocupados com a reposição integral das aulas ao fim da greve. Todos acreditam, como já aconteceu em outros momentos, que alguns professores darão as disciplinas em um tempo mais curto que o necessário, não havendo assim um bom aprendizado da matéria. Vinícius Wu, conselheiro discente no CEG, deu a sua opinião sobre o calendário após o fim da paralisação: “Devemos exigir do CEG um novo calendário acadêmico com reposição integral das aulas, de acordo com a LDB, mesmo que o período comece em dezembro ou em março do ano que vem. Os professores que não respeitarem a reposição devem ser denunciados ao DCE”.

A próxima Assembléia Geral dos estudantes da UFRJ está marcada para terça-feira (27/11), às 10 horas, no Centro de Tecnologia. A pauta tratará unicamente da reposição integral das aulas.

Resenha

Uerj mantém as datas do vestibular 2002

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cesepe) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) decidiu no dia 22/11, por 17 votos a cinco, manter as datas das provas discursivas do vestibular Estadual 2002, marcadas para os dias 2 e 16 de dezembro. Os alunos de escolas federais queriam o adiamento do concurso por se sentirem prejudicados em relação aos demais candidatos.

Os estudantes pretendem recorrer da decisão, no Conselho Universitário da Uerj, e marcar uma audiência para pedir a ajuda do governador Anthony Garotinho. Na semana retrasada, representantes do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), da Fasubra e da União Nacional dos Estudantes (UNE) entregaram um documento à reitora da Uerj, Nilcéa Freire, com o pedido de adiamento do vestibular.

O conselho da Uerj chegou a estudar a possibilidade de transferir as provas para os dias 13 e 20 de janeiro. De acordo com a reitora o adiamento do vestibular não poderia ultrapassar este limite, ou todo o calendário acadêmico da universidade, que não está em greve, teria que ser alterado. Dos 56.204 inscritos no concurso, 4% são candidatos oriundos de escolas federais, de acordo com matéria de O Globo (23/11).



Colegiados

Gattass diz que vai reunir Conselho Universitário

Colegiados querem realizar processo dentro da legislação para evitar novo 'interventor'

Está chegando a hora. Os integrantes dos conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados se reuniram para discutir as normas do processo eleitoral de 2002. Os representantes do Conselho Universitário também foram convidados para a sessão do dia 21/11. O ponto alto do encontro foi a concordância do sub-reitor Ricardo Gattass em presidir a próxima sessão ordinária do Consuni, marcada para dia 13/12, caso o reitor venha a suspendê-la por qualquer motivo.

A decisão de Gattass foi uma resposta à pressão dos colegiados para que o Consuni se reunisse e desse início, formalmente, ao processo de escolha do próximo reitor, no ano que vem. Pela legislação vigente, as listas tríplexes para escolha do dirigente devem ser enviadas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 8 de maio de 2002.

Em 1998, para escapar da lei 9.132/95 que determina uma proporcionalidade de 70/30 para o voto dos docentes em relação aos dos alunos e funcionários, foi realizada uma consulta informal que elegeu o professor Aloisio Teixeira para o cargo. Na votação do Colégio Eleitoral, Vilhena não retirou seu nome, como o fizeram os outros integrantes as chapas perdedoras.

Vilhena acabou ficando na lista enviada ao governo e foi o 'escolhido'.

Para evitar o desastre ocorrido na última eleição, os colegiados aprovaram uma comissão para estudar as leis, resoluções e regimentos sobre o processo. A comissão foi formada por membros dos três conselhos superiores e apresentará uma proposta de calendário e de normas para o processo na sessão do Consuni, no dia 13. A reunião terá a participação do CEG e do CEPG.

Conselheiros iniciam debate

Durante o debate na sessão conjunta, o professor Antônio Cláudio (CEG/CT) propôs a fixação de normas mais 'permanentes' para a escolha do reitor. Ana Maria Ribeiro, representante dos técnico-administrativos no Consuni, considerou que esta discussão deveria acontecer depois de eleita a nova reitoria, quando poderia ocorrer uma discussão sobre mudança de estatuto e, então, poderia ser inserido um 'capítulo' especial sobre eleição de dirigentes. Para o professor Rosa Mattos (Consuni), o importante, neste momento, seria garantir a realização da sessão do Conselho Universitário e o estabelecimento de um calendário eleitoral. Na discussão, surgiu a proposta de que o Consuni realize, formalmente, dentro da legislação, o processo eleitoral, com a proporcionalidade 70 (docentes)/30 (estudantes e técnico-administrativos). Mes-

mo que isto signifique a perda do peso dos votos destes dois segmentos. Os prós e os contras desta decisão serão estudados pela comissão e apresentados aos colegiados. A representante do CFCH no CEG, Ana Lúcia Souto, sugeriu que se determine que a chapa vencedora no Colégio Eleitoral preencha todos os nomes da lista tríplex, evitando casuísmos como o de Vilhena.

Uma coisa é certa. Desta vez, os colegiados não vão ceder às artimanhas da reitoria e prometeram, com ou sem Vilhena, com ou sem Gattass, comparecer à sessão do dia 13 para dar início às 'eleições 2002' na UFRJ.

Greve

Os colegiados aprovaram uma moção (veja texto no quadro abaixo) ao Congresso Nacional questionando o governo federal por não assinar o acordo com os docentes em greve. A nota faz referências aos gastos do governo de bilhões de reais com empresas de energia para minimizar os efeitos da crise no setor. Este mesmo governo "cria os maiores obstáculos nas negociações com o Comando de Greve dos professores, inviabilizando a conclusão de um acordo que já teria posto fim ao movimento, por se negar a destinar R\$ 13,5 milhões de reais para a gratificação dos docentes de 1º e 2º graus das universidades", diz a nota.

Avaliação da GED é adiada

A Comissão Nacional de Avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) adiou o prazo de entrega dos relatórios das comissões das universidades. O presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) da UFRJ, Leslie Claude Benchetrit, informou na sessão conjunta CEG/CEPG que o prazo para a avaliação da GED 2001 foi prorrogada por 30 dias. Isto significa, segundo Leslie, que o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma) estará aberto para a coleta dos dados para a avaliação até, pelo menos, o dia 9 de dezembro. O ofício da Secretaria de Ensino Superior é de 9/11.

Na nota da SESu, a Secretária Maria Helena Castro informa que o cronograma da GED pode ser alterado novamente, já que a implementação da avaliação e da pontuação da gratificação deste ano, a ser paga em 2002, depende do "reinício das atividades acadêmicas e de docência referentes ao segundo semestre do ano letivo de 2001".

CEG só retoma calendário após decisão de assembléia geral

Antes de começar a sessão conjunta, alguns conselheiros comentaram a decisão de professores em algumas Unidades de voltarem às aulas antes do fim do movimento. Os conselheiros do CEG lembraram da resolução tomada no início da greve que suspendeu as atividades e os atos acadêmicos neste período. O representante Antônio Cláudio (CT) lembrou que o calendário acadêmico, à exceção da Faculdade de Medicina, ainda é único e será estabelecido somente após o fim da greve. Ainda que alguns professores queiram retomar suas atividades e antecipar a volta ao período, estes terão que repor aulas, exames e outras atividades para os estudantes que se sentem prejudicados. Os conselheiros reafirmaram que só vão retomar o calendário acadêmico após a decisão da Assembléia Geral dos Docentes da Adufrj-SSind.

Moção aprovada pelo Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e por membros convidados do Conselho Universitário

"As nações estabelecem suas relações por um conjunto de instituições que as identificam e as distinguem no cenário internacional. A Universidade, como casa do espírito, do saber, da ciência e da cultura, é marca e passagem de cada povo e nação para a civilização mundial. Infelizmente no Brasil, os atuais governantes - apesar de oriundos em sua maioria da Universidade Pública - Tratam esta instituição fundamental com desprezo e desdém. Não podemos entender diferente, quando constatamos a generosidade do governo federal em aportar

4,5 bilhões de reais às empresas distribuidoras de energia - 3,0 bilhões destinados pelo BNDES com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outros 1,5 bilhões através do bolso da população com o reajuste de mais de 20% nas tarifas de energia elétrica. Ao mesmo tempo, esse governo cria os maiores obstáculos nas negociações com o Comando de Greve dos professores, inviabilizando a conclusão de um acordo que já teria posto fim ao movimento, por se negar a destinar 13,5 milhões de reais para a gratificação dos docentes de 1º e 2º graus

das universidades. Aposta na truculência, quando envia ao Congresso Nacional uma medida provisória - já aí um ato de açodamento junto ao parlamento - que trata de um pacote anti-greve que viola a Constituição em seus direitos fundamentais, ataca a independência entre os poderes da República e nos remete ao período autoritário com tentativa de resolver questões e conflitos sociais pelo uso da força.

Os Colegiados Superiores da UFRJ, reunidos no dia 21 de novembro de 2001, dirigem-se à sociedade brasileira para repudiar atentado à Constituição,

conclamando que estejamos unidos contra estas medidas, que ferem os princípios básicos de convivência democrática de nossa sociedade.

Dirigimo-nos especialmente ao Congresso Nacional, para que, em nome da razão, do bom senso, do diálogo e da democracia - prática inerente aquela casa - que rejeite na totalidade esta medida provisória, enterrando-a como um entulho autoritário, que nenhuma pessoa de bem de no nosso país deseja ver resgatado."

Aprovado na sessão conjunta CEG/CEPG de 21-11-2001



Opinião/Roberto Leher*

Greve nas Instituições Federais de Ensino contra o desmonte da inteligência



O Brasil possui 52 Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs): 39 universidades, 5 CEFETs e 8 Faculdades isoladas. São 400 mil estudantes de graduação, 60 mil de mestrado e 30 mil de doutorado. Há, ainda, as Instituições Federais da Educação Básica - CEFETs (11), Colégio Pedro II, escolas técnicas (6) e agrotécnicas (48), que cumprem importante papel no sistema educacional brasileiro.

Grande parte da pesquisa brasileira é realizada nessas instituições. Sem o trabalho dos estudantes, professores e técnicos-administrativos, não teríamos construído as hidrelétricas, os poços de prospecção em águas profundas, a indústria naval e aeronáutica. Tampouco, conheceríamos nossa história e nossa flora. Decerto, não teríamos melhorado geneticamente nossa agricultura; o custo da produção de alimentos seria ainda mais alto e o Brasil seria um país ainda mais excludente e com pior qualidade de vida.

Essas instituições estão sendo destruídas por FHC, que admitiu ser objetivo de seu governo frear-lhes o crescimento. O ministro da Educação, em entrevista à Revista Exame, afirmou que a busca do desenvolvimento científico e tecnológico é uma prioridade ultrapassada, uma idéia que a globalização enterrou no cemitério da história.

Os Novos Senhores do Mundo - FMI,

Banco Mundial e a OMC - atuam a serviço da economia hegemônica, impedindo o desenvolvimento autônomo na periferia do capitalismo. A maior parte das verbas públicas é destinada ao pagamento da dívida, por isso, não há lugar para a educação pública no orçamento da União. Com essa política, o governo estimula a criação de instituições privadas de ensino que, livres do controle público e sem compromisso com a pesquisa, proliferam a uma velocidade jamais vista. A educação tecnológica e a educação superior estão sendo redefinidas em conformidade com o modelo ditado pelo Banco Mundial, com graves prejuízos para a consolidação da capacidade científico-tecnológica nacional e para a formação dos estudantes. A assimilação incondicional dessa política, por parte do MEC, exclui o Brasil do conhecimento avançado. Concretamente, as reformas neoliberais configuram um verdadeiro apartheid educacional planetário. Todos os traços de qualidade social, isonomia e universalismo, ainda existentes no sistema de ensino brasileiro, são destruídos. A mais recente investida imposta pelos organismos internacionais foi criação do anteprojeto de regulamentação do Emprego Público nas IFEs que, caso implementado, concorreria para consolidar a privatização dessas instituições, flexibilizando o trabalho acadêmico e acentuando a precarização das relações trabalhistas. Graças à pressão do movimento docente, o governo voltou atrás, mantendo a contratação dos docentes pelo Regime Jurídico Único (RJU). Esta é uma importante conquista da greve.

Faz parte ainda da política do governo a

violenta compressão salarial dos docentes do setor das federais, cujos salários encontram-se congelados há sete anos. Segundo o Dieese, a perda salarial alcança 44%, requerendo um reajuste de 75,48% para recuperar o poder de compra de 1995, último ano em que os salários foram reajustados. Cabe ressaltar que, da remuneração salarial dos professores, 75% correspondem a gratificações que podem ser retiradas. Só a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) representa 160% do salário.

As gratificações GED (Gratificação de Estímulo à Docência) e GID (Gratificação de Incentivo à Docência), implantadas pelo MEC a partir de 1998, aprofundam a quebra da isonomia e da paridade entre docentes da carreira de ensino superior, que recebem a GED, e os da educação básica, que recebem a GID e entre ativos e aposentados.

As gratificações produtivistas trazem implicações extremamente negativas ao trabalho acadêmico, na medida em que são concedidas de forma diferenciada por titulação e por mecanismos de pontuação das atividades docentes, estimulando a competitividade e o individualismo. Ao contrário do que afirma o ministro, a modalidade de avaliação de desempenho, introduzida pela GED, baseada em critérios supostamente justos, neutros e objetivos, não passa de um simulacro, que desconsidera as condições de trabalho; a trajetória histórica da instituição; o espaço-tempo; a qualidade da docência; a relação com a educação básica. Tudo é suprimido, exceto a quantidade de artigos, a rentabilidade da pesquisa e a pertinência

com as linhas de pesquisa, definidas de forma heterônoma. Assim, o trabalho acadêmico é transformado em mercadoria. Estudos sobre o impacto financeiro da incorporação das gratificações (GAE e GED) ao salário dos docentes evidenciam que, com R\$ 466.685.147,19, o governo poderia atender a esta reivindicação. Esse valor corresponde a um dia de pagamento dos juros da dívida externa. Assim, a resistência do ministro em negociar a incorporação das gratificações só se explica pelo compromisso em mantê-las como expressão da política neoliberal do governo para as IFEs.

O movimento docente reafirma a isonomia e a paridade como princípios que não serão negociados em hipótese alguma, razão pela qual reivindica a incorporação das gratificações. A postura inábil e autoritária assumida pelo ministro em todo o curso da greve - corte dos salários e ataques à direção do movimento - prejudicou o processo de negociação, prolongando a greve, pondo em risco o semestre letivo e obrigando as IFEs a adiarem o vestibular. A greve dos docentes das IFEs é a expressão do compromisso histórico do ANDES-SN com um projeto de educação em que a universidade seja concebida como instituição social de interesse público, fundamentada no princípio da universalidade, da liberdade na produção e transmissão do conhecimento e na execução de programas e projetos que viabilizem soluções para os complexos problemas da sociedade brasileira.

* Presidente do ANDES-SN



Protesto contra FHC e pacote antigreve no Rio

NÃO ERAM MUITOS MANIFESTANTES. MAS O PRESIDENTE FHC DEVE TER RECEBIDO O "RECADO". NO DIA 19/11, INTEGRANTES DO COMANDO LOCAL DE GREVE DA ADUFRJ-SSIND, ESTUDANTES E REPRESENTANTES DE OUTRAS ENTIDADES PROMOVERAM UM ATO DE PROTESTO EM FRENTE AO HOTEL DE COPACABANA, ONDE SE REALIZOU A CONFERÊNCIA PARLAMENTAR DAS AMÉRICAS. EM UMA DAS FAIXAS, ESTAVA DITO TUDO: "FHC DITADOR - PACOTE ANTIGREVE = AI-6". MESMO SENDO UM PROTESTO PACÍFICO, O BATALHÃO DE CHOQUE DA PM FOI CHAMADO E FORÇOU O PEQUENO GRUPO A SE DISTANCIAR DA FACHADA DO PRÉDIO.

Assembléia Geral

4 de dezembro
terça-feira

13:30 horas

Auditório
do Centro de
Tecnologia
Ilha do Fundão

Pauta

Eleições da Adufrj-SSind
Avaliação da greve
Impedimento do reitor

Ato em Defesa da UFRJ



10/12
Segunda-feira

17:00
Horas

Auditório Pedro Calmon
Praia Vermelha



CEG aprova
prorrogação de
substitutos

Página 6

"Carta para
FHC", por
Luciano Menezes

Página 7

26,05% de
novembro só
em folha
suplementar

Página 7

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 46 • 3 de dezembro de 2001

Perto da VITÓRIA



QUASE 600 PROFESSORES VOTAM NO AUDITÓRIO DO CT (27/11)

Leia sobre o movimento nas páginas 3, 4 e 5



Nosso Bolso

Cuidado com o termo do FGTS do governo

CUT foi contrária ao acordo, pois o governo fica isento do pagamento da dívida ao longo do tempo

O governo federal distribuiu, em todo o país, formulários referentes ao “Termo de Adesão” para devolver aos trabalhadores as partes expurgadas das contas do FGTS, durante as aplicações dos planos Verão (1989) e Collor (1990).

Todos os trabalhadores que tinham contas vinculadas ao FGTS, nesses períodos, têm o direito de receber de volta o que foi subtraído, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, (STF), no início de 2000. A CUT, já em 1993, entrou com ações cole-

tivas na Justiça para reaver a correção integral do FGTS. Em proposta aprovada pelo Congresso Nacional, os pagamentos serão efetuados, de uma só vez, em junho de 2002 ou até 2007 (depende dos valores a receber). A CUT foi contrária a esse acordo, por considerar que o grande responsável pela dívida – o governo federal – ao longo do tempo, ficará isento do ônus da dívida.

Os trabalhadores estão recebendo em suas residências dois formulários; um branco e outro azul. Ambos trazem na parte superior pedidos de informações cadastrais (números do PIS/PASEP, CPF, endereço completo e etc). Nas partes inferiores, consta o tal termo de adesão. O formulário azul, destina-se aos trabalhadores que

têm ações na Justiça (particular ou coletiva) e o formulário branco, para quem não tem. O trabalhador que preencher o formulário azul e assiná-lo estará, automaticamente, abrindo mão da sua ação na Justiça e receberá o que lhe é devido com descontos e sem correções, não podendo pleitear eventuais diferenças. Além disso, terá que arcar com as custas do processo e honorários advocatícios – se a sua ação for individual.

Orientações da CUT

A CUT volta a insistir: o trabalhador não deve preencher o formulário azul, a menos que concorde com os seus termos. Preencha somente a parte cadastral do formu-

lário branco e aguarde em sua residência comunicado da Caixa Econômica informando o quanto receberá de volta. O próprio governo reconheceu, após pressões da CUT, que o trabalhador não precisa assinar o Termo de Adesão sem saber o quanto vai receber. A portaria número 65, de 12 de setembro de 2001, diz o seguinte: “O trabalhador poderá optar apenas pela atualização do endereço e aguardar que a Caixa Econômica Federal lhe remeta as informações referentes ao complemento da atualização monetária para, posteriormente, exercer a prerrogativa de adesão ao recebimento da correção fixada pela Lei Complementar nº 110.”

(Fonte: Agência CUT, notícia de 21/11)



Movimento

Empresariado cobra de FHC a nova CLT

Técnico do DIAP rejeita nova legislação, que acabaria com o Direito do Trabalho

Apesar de avisado por assessores pelo “efeito eleição”, o presidente Fernando Henrique levou a proposta de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para votação no Congresso na semana passada. Até o fechamento desta edição (30/11), o projeto ainda não tinha sido votado na Câmara. Por obstrução ou por problemas no painel eletrônico que totaliza os votos dos deputados. Graças a isso, a flexibilização das leis trabalhistas deverá voltar para apreciação nesta terça-feira (4/12).

FHC sempre comentou que não agüentava mais ouvir cobranças empresariais de que não modificou nada nas relações entre trabalho e capital nos seus sete anos de mandato, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo (29/11). Por aí se vê que quem manda neste (des)governo, em vez dos trabalhadores.

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) Ulisses Riedel afirmou que “não se trata de mera reformulação, onde seja dado maior valor à negociação coletiva como apresentado, mas de enorme retrocesso social, com afronta ao Estado de Direito”. No jornal do DIAP de outubro/novembro, o diretor classifica o projeto do ministro Francisco Dornelles como inconstitucional e injusto. É inconstitucional porque a CF assegura aos trabalhadores, em seu art. 7º, um elenco de direitos, “além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, especialmente os reconhecidos em acordo ou convenção coletiva. É injusto porque amplia as possibilidades de transferência de renda do trabalho para o capital. “Há apenas três formas de interferir na distribuição funcional da renda. Fenômenos naturais, decisões de governo e decisões de

mercado. A primeira, em geral, é neutra. A segunda, pela proposta governamental, deixa de existir. Significa dizer que os trabalhadores, que são a parte mais fraca econômica, social e politicamente na relação com o empregador, dependerão exclusivamente do mercado, cuja finalidade última é o lucro”, afirma Ulisses, no artigo.

No mesmo texto, o diretor do DIAP conclui que, se a CLT for realmente alterada, estará acabado o Direito do Trabalho. Segundo ele, a espinha dorsal do Direito do Trabalho está consolidada no art. 444 da CLT, que prescreve: “As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho (...)”. Assim sendo, não é verdade que a negociação esteja sendo prejudicada pela legislação. Fica clara a intenção governamental de suprimir direitos com o discurso falso de facilitar as negociações.

OAB protesta

Se o projeto de lei que flexibiliza a legislação trabalhista for aprovado, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Até para acompanhar a votação no Congresso, o governo usou de todos os seus artifícios para criar a nova lei. O presidente da CUT, João Felício, teve que conseguir um *habeas corpus* para garantir livre trânsito na Câmara.

Do Senado não passa

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, já afirmou que não aceitará votar o assunto com a urgência pedida pelo governo. O PMDB e os partidos de oposição têm 42 senadores, um a mais do que a metade da Casa. Juntos, inviabilizam a aprovação de qualquer projeto de lei ou de emenda constitucional.



Movimento

Andes-SN e Sinasefe conseguem acordo com MEC

Representantes do ministério ainda tentaram diminuir o montante de recursos

Após 99 dias de greve, o ministério da Educação não resistiu mais à força da greve, à pressão da sociedade e ao crescente desgaste político do presidente Paulo Renato. No dia 28/11, o deputado Nelson Marchezan (relator do PL do MEC) comunicou ao Comando Nacional de Greve do Andes-SN que o governo aceitava o substitutivo do movimento docente e a minuta do Termo de Acordo (com os itens não salariais da pauta).

Dessa maneira, o CNG-Andes-SN encaminhou uma rodada nacional de assembleias para o dia 30/11 (a Adufrj-SSind já tinha uma AG marcada para a data, veja matéria das páginas 4 e 5). O objetivo foi apreciar o indicativo de saída unificada da greve para esta terça-feira (4/12), condicionado à assinatura do Termo de Acordo Andes-SN/Sinasefe com o MEC e a tramitação, em regime de urgência, do substitutivo formulado pelo movimento grevista. Também foi encaminhada uma rodada nacional para esta terça-feira para apreciação do encerramento unificado da greve, caso as condições sejam cumpridas. Caso se confirme o fim da paralisação, o CNG-Andes recomendou que as seções sindicais devem se empenhar em garantir, junto às instituições, as condições democráticas para definição de um novo calendário acadêmico. E que os estudantes e técnico-administrativos participem deste processo.

O acordo

O substitutivo do CNG-Andes-SSind recupera do Termo de Acordo a equiparação da GID à GED para docentes do magistério de 1º e 2º graus com mestrado e doutorado, estabelece a extensão de 60% do valor máximo atribuído por meio da GID aos aposentados e pensionistas dos 1º e 2º graus e altera a lei que institui a GID. O substitutivo previa, inicialmente, um reajuste médio de 14,5% nos vencimentos básicos dos professores, mas foi reduzido para um percentual médio entre 12 e 13% a partir de fevereiro de 2002. O impacto orçamentário da proposta é de R\$ 320 milhões.



ABRAÇO AO COLÉGIO DE APLICAÇÃO FOI UM DOS GRANDES MOMENTOS DA GREVE

Deve-se ressaltar que, no último momento, representantes do MEC tentaram reduzir o montante disponível para o ajuste da tabela de vencimentos. Tentaram incluir o impacto daqueles já prometidos 3,5% de reajuste para todo o funcionalismo federal, o custo da contribuição do Estado com o PSS, o reajuste dos futuros professores (2 mil) e, ainda, o reajuste dos substitutos. O total desses quatro itens seria de R\$ 47 milhões. O Andes-SN reagiu e avisou que o novo impasse seria publicamente exposto à imprensa. A reunião foi suspensa e a solução só foi alcançada com a intervenção de parlamentares da Comissão de Orçamento da Câmara. Os professores ganham os 3,5% a partir de janeiro.

Agradecimentos

Como não poderia deixar de ser, no dia 29/11, além de registrar o apoio dos estudantes e outras representações dos SPF, o CNG-Andes visitou autoridades e personalidades que tiveram papel destacado no processo de negociação da greve: o ministro Costa Leite (STJ), o presidente do TRF da 1ª Região, Tourinho Neto; o presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello; liderança do PT, presidente do Senado e da Câmara, entre outros.

Notícias da greve

Paulo Renato quer mais

Deu na coluna de Ricardo Boechat, de 28/11, no JB: "A Unicamp decidiu conceder ao seu professor licenciado Paulo Renato de Souza, a partir deste mês, 'vencimentos e demais vantagens da função'. O despacho saiu semana passada no Diário Oficial de São Paulo. Salvo equívoco, o ministro da Educação, há anos longe das salas de aula, passou a acumular dois salários. Embora, às vezes, resista a pagar um." No dia seguinte, o ministro escolheu ficar com o maior: o de professor (R\$ 12 mil, graças a uma gratificação ganha quando reitor). E tem outra explicação: como ministro, deixaria de receber o salário se concorresse à presidência. Como professor, pode se candidatar sem perder os vencimentos. Enquanto estiver afastado das aulas, o MEC vai ressarcir a Unicamp do salário do ministro. É mole?

FHC considera professor um "coitado"

Poucas horas de ser fechado o acordo entre o MEC e o CNG-Andes no dia 28/11, o presidente FHC deu mais uma de suas infelizes declarações. Depois de chamar os aposentados de vagabundos e dizer que "a vida de rico é muito chata", o alvo da vez foram os professores. Durante palestra na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o presidente disse que, se a pessoa não consegue produzir, vai ser professor". No dia seguinte, FHC tentou se desculpar em nota oficial, mas o estrago já estava feito. Sobre o assunto, o professor Luciano Menezes (Escola de Engenharia) escreve nesta edição do jornal da Adufrj-SSind (veja na página 7).

Ministro quase foi preso

O governo teve que se dobrar diante da pressão da greve e da justiça das reivindicações. No último dia 27/11, o presidente Fernando Henrique mandou Paulo Renato pagar aos docentes o salário de outubro. FHC percebeu que estava num beco sem saída, sem respaldo da sociedade e sem apoio do Judiciário. Pior: deu-se conta que seu ministro da Educação estava muito perto da cadeia por descumprimento de decisão judicial - Paulo Renato chegou a ser protegido por um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal para não ser preso. Para pagar aos professores, Paulo Renato já tinha sido notificado duas vezes pelo Superior Tribunal de Justiça. Sobre a transferência de responsabilidade do pagamento para o presidente, o governo perdeu por 13 a 0 no STF. Independente disso, o Andes-SN ingressou no dia 27/11 com ação no STJ para garantir o pagamento dos salários com correção monetária e a suspensão do mandado de segurança impetrado pelo governo até o repasse. Na UFRJ, a previsão, de acordo com informações conseguidas na SR-3, era que o pagamento fosse depositado na sexta-feira (30 de novembro).

Conquista da greve

No início da greve, na edição de 17 de setembro, o jornal da Adufrj-SSind publicou uma matéria com o título "Greve dá resultados, sim". Em uma tabela, eram listados os resultados das greves dos últimos 20 anos. Com o fim desta greve, já poderemos incluir mais uma linha na tabela:

Ano/Período

2001 (22/08 a 04/12)

Duração

105 dias

nº de IFES paradas

52 IFES

Resultados

Reajuste médio entre 12% e 13% nos vencimentos básicos; equiparação da GID à GED para docentes de 1º e 2º graus (mestres ou doutores); extensão de 60% do valor máximo da GID para os aposentados de 1º e 2º graus; barrou Projeto de Emprego Público; conseguiu mais duas mil vagas para docentes pelo Regime Jurídico Único; derrotou pacote antigreve do governo; instalação de mesas de negociação para tratar de diversos temas ligados à Universidade.



AG aprova indicativo de saída de greve para dia 4 de dezembro

Fim depende de cumprimento do acordo pelo governo e lideranças parlamentares

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral na sexta-feira (30/11), aprovaram um indicativo de saída unificada de greve para terça-feira (4/12), condicionado ao cumprimento do acordo por parte do governo e pelos parlamentares no Congresso Nacional (veja matéria da página 3). Até 4 de dezembro, a greve continua.

Predominou entre os professores presentes a sensação de proximidade da conquista de parte das reivindicações e de fim do movimento grevista. No entanto, com o governo que aí está, também ficou claro que um pouco de cautela não faz mal nessa altura. O MEC atrasou o envio do substitutivo do PL ao Congresso, que estava previsto para 29/11, e o relator do substitutivo, deputado Nelson Marchezan, afirmou que só dará o seu parecer e buscará o acordo das lideranças para garantir a tramitação em regime de urgência nesta segunda-feira (3/12). Por isso, o indicativo de saída unificada não está sendo sugerido para o primeiro dia útil da semana.

Assembléia da Adufrj-SSind discute reposição de aulas

Na última assembléia geral (30/11), os professores chegaram a debater o reinício do período e a reposição de aulas. O Comando Local de Greve apresentou uma proposta que



CARTÕES FACILITARAM A VOTAÇÃO NAS AGs DE 27 E 30/11

prevê um período de 15 semanas de aula com reposição integral da carga horária e do conteúdo das disciplinas. O CLG também propôs que não haja compactação do período e que seja preservado um recesso de, no mínimo, 4 semanas entre os períodos (veja quadro ao lado).

A assembléia estará avaliando estes e outros princípios que serão levados para a apreciação do Conselho de Ensino de Graduação. O CEG já se comprometeu em retomar o período após o término da greve.

Fundo de Solidariedade

Com o depósito do salário de outubro

para todos os professores, a comissão de Gerenciamento do Fundo de Solidariedade de Greve comunicou o encerramento das atividades. Foi informado que, possivelmente na próxima assembléia, será apresentado um relatório do que foi feito pela comissão nesse período.

Eleições da Adufrj-SSind

O assunto foi remetido novamente para a próxima AG. No entanto, desta vez, a discussão na entidade será o primeiro ponto de pauta na terça-feira (4/12). A AG será realizada no Auditório do Centro de Tecnologia, às 13h30.

O que o CLG propõe para retomada do período:

Aprovar a reposição de aulas após o fim da greve de acordo com os seguintes princípios:

a) Calendário unificado para toda UFRJ, definido pelo CEG e aprovado pelo Consuni, como referência para o calendário específico das unidades;

b) Reposição integral da carga horária e do conteúdo das disciplinas, sem compactação do período e/ou aumento da carga horária, em 15 semanas de aulas;

c) Dedicar a primeira semana de aulas à revisão da matéria do período anterior à greve, sem haver avaliações em geral, especialmente testes e provas, nas duas primeiras semanas de aula, a menos que exista concordância expressa de todos os alunos da turma;

d) Garantir o direito dos estudantes que não freqüentaram as aulas das disciplinas ministradas pelos professores que não interromperam as suas atividades durante o período de greve de terem novas aulas e provas;

e) Deixar um intervalo mínimo de 4 (quatro semanas) entre os períodos letivos;

f) Garantir que as aulas do primeiro período de 2002 só comecem após o término do segundo período de 2001

Presidente do Andes-SN comparece à AG

O presidente do Andes-SN e professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher, marcou presença na Assembléia Geral de 30/11. Roberto fez questão de ressaltar o peso da decisão da AG anterior (de 27/11), que manteve a continuidade da greve unificada. Segundo ele, todos estavam atentos ao que ocorria no Auditório do CT e o resultado repercutiu nacionalmente.

Roberto fez um registro público da intermediação do presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello, que “certamente contribuiu” para que se alcançasse a solução final. Dom Jaime Chemello teria conversado com representantes do governo e do Congresso com essa finalidade.

De acordo com ele, foi marcada uma reunião com o relator do PL, Nelson Marchezan para esta segunda-feira (03/12), para revisão das tabelas salariais da carreira docente com o novo reajuste. “Queremos fazer uma revisão final das contas”, comentou. Isso seria necessário, porque a experiência dos servidores federais com o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não tem sido nada boa nos últimos anos.

O presidente do Andes-SN classificou o possível fim de greve, com todos os itens do acordo efetivados, como uma vitória ética e política em relação “aos companheiros de 1º e 2º graus”. Roberto observou que se tentou transformar a lei

da GID em “algo mais parecido com a GED”, embora guarde severas críticas contra ambas as gratificações. Também considerou como a maior conquista da greve a manutenção das contratações pelo Regime Jurídico Único (RJU) - evitando a celetização da atividade docente - e as duas mil vagas a mais que foram criadas pelo acordo entre o CNG-Andes e o MEC. Mil para 2002 (que é um ano eleitoral e apresenta limitações legais para contratação de funcionários públicos) e mais mil para 2003.

Em uma outra intervenção durante a assembléia, Roberto emocionou a todos quando relatou a dimensão que a luta dos docentes ganhou junto à sociedade. Nes-

te sentido, enfatizou a recepção dos metalúrgicos do ABC na festiva saída do Congresso (lá estavam para protestar contra a flexibilização da CLT), quando foi anunciado o acordo entre o MEC e o Comando Nacional. “Eles sabiam da nossa luta e tinham a visão da importância da Universidade”, disse. Roberto rebateu a declaração infeliz de FHC que chamou os professores de “coitados”. “Temos que ter orgulho de quem somos”, afirmou. No fim, conclamou os docentes para a crescente mobilização da categoria. “Vamos manter esse fórum (das assembléias), no qual todos podem falar. Esse é o patrimônio da nossa greve”, completou.



Movimento

Assembléia virou o jogo e greve continuou na UFRJ

Em uma assembléia histórica, por 296 a 209 votos, os professores reverteram a posição de indicativo de saída e mantiveram a greve na UFRJ, até a efetivação da negociação do Comando Nacional do Andes-SN com o MEC e com o Congresso Nacional. A assembléia de 27/11 referendou o substitutivo do Andes-SN como alternativa para a negociação e contra o projeto de aumento nas gratificações GID e GED encaminhado pelo governo e em tramitação no Congresso Nacional. Na mesma AG, o substitutivo do Sindicato ganhou por 375 a 122 votos da proposta dos reitores (também apresentada para a negociação) que previa um reajuste nos índices de titulação.

O projeto do Sindicato previa um reajuste médio de 14,5% nas tabelas da carreira docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFE). O professor da Escola de Engenharia José Miguel Bendrao participou da elaboração da proposta e explicou que o Comando Nacional de Greve do Sindicato optou por um reajuste médio

porque a carreira estaria muito distorcida e um reajuste na titulação, como propunha a Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes), não resolveria o problema. O CNG apresentou uma proposta cujo impacto no orçamento da União seria na ordem de R\$ 330 milhões (destes, os parlamentares garantiram R\$ 328 milhões). Veja detalhes da negociação na página 3.

Um relato da greve em Brasília

O vice-presidente da Regional Rio do Andes-SN, Marcelo Badaró, fez um relato das ações do CNG desde o início da paralisação, em 22 de agosto. Segundo o dirigente, as primeiras reuniões com a SESu efetivamente só aconteceram no final de setembro. Até este momento, o MEC se recusava a reconhecer a greve e não atendia aos pedidos de audiência do Sindicato. “Nos dias 25 e 26 de setembro, o MEC abre a negociação, estabelece as comissões de trabalho e, logo em seguida, corta os salários”, lembrou. Badaró comentou também que do iní-

cio da greve até a formatação do Termo de Acordo, foram feitas modificações na pauta original da categoria, mas os princípios do movimento, principalmente quanto à isonomia, foram mantidos.

Representantes das entidades dos técnico-administrativos e dos estudantes compareceram à AG e prestaram manifestações de apoio e solidariedade. Mais de 100 estudantes compareceram para mostrar que estavam com os professores e apoiavam a greve. O representante da UNE, Ademário Souza, da Federal da Bahia, informou sobre as negociações dos estudantes em greve com o governo e com o Congresso. Segundo Ademário, o acordo com a UNE estava sendo negociado com uma verba de R\$ 70 milhões para a extensão, R\$ 12 milhões para o Programa Especial de Treinamento (PET) e R\$ 46 milhões para a assistência estudantil. Da verba da assistência, os parlamentares só garantiam R\$ 3 milhões. O estudante lembrou da dificuldade do movimento em garantir estes recursos já que o governo e sua base no congresso são contra a assistência estudantil.

Estudantes querem discutir reposição com docentes

Assembléia vota continuidade da greve e reafirma campanha “Fora, Vilhena!”

Os estudantes da UFRJ aprovaram, em assembléia no auditório do CT, por ampla maioria, a continuidade da greve por tempo indeterminado. Os alunos também votaram pela reposição integral das aulas do semestre. No entanto, a discussão de como isso será realizado foi encaminhada para uma assembléia comunitária ao final do movimento grevista. Na mesma assembléia, foi reafirmada a campanha “Fora, Vilhena!” e elaborou-se uma nota de apoio à luta dos professores. De acordo com Daniel Sousa, coordenador do DCE, ajudar a construir a greve é ajudar a construir a política de assistência estudantil nas universidades federais. “A única forma de negociar com o governo é a greve”, disse.

No dia 28/11, estava convocada pelo Comando Nacional de Greve e Mobilização da UNE uma série de manifestações por todo o país em defesa das reivindicações estudantis. A idéia do protesto teve origem em uma declaração do ministro Paulo Renato sobre emenda do PT relacionada à assistência estudantil. Encaminhada pela senadora Emília Fernandes (PT-RS), a proposta em tramitação na Comissão Mista de Educação do Congresso previa R\$ 46 milhões com essa finalidade. O ministro avisou ao relator da comissão, deputado Gilmar Machado (PT-MG), que “isto não faz parte do projeto do governo”. Caso a proposta venha a ser aprovada, o ministro pretende não executar a verba.

Estudantes querem influir nas Eleições para Direção de Unidades

Alunos de diversos centros acadêmicos marcaram presença na assembléia e foram feitas várias referências às eleições para diretorias de Unidades da UFRJ. O objetivo claro do corpo discente é apoiar candidatos “antivilhenistas”. Onde isso não for possível, algumas formas de protesto estão sendo encaminhadas. No Instituto de Física, por exemplo, foi lançada campanha para um estudante concorrer com o candidato da atual direção.

Protesto em defesa da democracia

Comunidade da UFRJ se reúne em frente ao IFCS para evitar reinício das aulas

Na última segunda-feira (26/11), professores, técnico-administrativos e estudantes da UFRJ protestaram no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) em defesa da democracia na universidade. O ato foi organizado pelas entidades da instituição (Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE e APG). O objetivo era impedir o retorno das aulas pelos docentes do instituto. Os estudantes que participaram do evento chegaram cedo ao IFCS e retiraram as mesas e as cadeiras das salas de aula e colocaram bolas na porta de entrada com o aviso: “Não pise na bola. Não fure a greve”.

Café da manhã na ECO

Diante da expectativa de que alguns professores voltassem às aulas no dia 26, o movimento de greve montou uma mesa com pães, frios e frutas para marcar a continuidade da paralisação na Escola de Comunicação. O café da manhã começou às 8h e apenas uma professora se apresentou para



FAIXA NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

dar aulas. Na verdade, uma mestranda que ministraria o curso no lugar do professor responsável pela disciplina. Na sala vazia, a tutora desistiu da aula. Mais de 60 alunos

participaram do ‘café da manhã’ e alguns professores estiveram presentes para o ato.

A professora Maura Sardinha, da Produção Editorial, diz que se mantinha em greve. Maura, em período normal, só teria que dar aulas na terça e na quarta, mas participou do ‘café’ para mostrar que a paralisação continuava. “A greve foi necessária, porém desgastante. No entanto, sair agora é pular do barco no pior momento”, avaliou.

Para o professor Aluizio Trinta, de Teoria da Comunicação, os alunos estariam “pressionando” os professores para o fim da greve. O professor confessa que não foi à nenhuma assembléia geral da categoria, apesar de ter feito greve e de se manter informado pelos boletins e mensagens da Adufrj-SSind e do Comando Local de Greve. “O governo se mostrou truculento, mas estou preocupado com o a conclusão do semestre”, comentou. O professor chegou à Escola disposto a dar aula, mas foi convencido por estudantes e outros colegas em greve de que a semana era decisiva e de que a UFRJ só deveria sair de greve após a negociação com o governo.



Colegiados

CEG aprova prorrogação de substitutos

Novas vagas serão definidas nesta quarta-feira (5/12)

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, na sessão de 28/11, a prorrogação dos contratos de 152 substitutos para o ano de 2002. Das vagas solicitadas, 98 são para o regime de 20 horas e 54 para o de 40 horas semanais. A UFRJ tem na previsão orçamentária R\$ 3.547.901,00 disponíveis para a contratação de professores temporários. A Câmara Docente do CEG teve que trabalhar com o limite de contratação de 474 professores para o terceiro grau e 21 para o Colégio de Aplicação.

Como a verba é pequena e a demanda das Unidades é muito alta, o CEG resolveu ganhar mais um tempo para estudar as novas vagas solicitadas. Ao todo são 132 novos contratos temporários que, em princípio, foram divididos pela Câmara Docente em 80 vagas para 20 horas e 52 para 40 horas.

O sub-reitor Ricardo Gattass informou que a verba disponível pela SR-3 só daria para contratar 250 professores temporários. O total de vagas concedidas pela Câmara Docente foi de 284 contratações. A ideia dos conselheiros é transformar as vagas de 40 em 20 horas para atender a todos os pedidos. As Unidades que estão em situação mais crítica, segundo a avaliação da Câmara, são a Faculdade de Direito, Belas Artes, Música, Letras e o CAP. Só na Faculdade de Direito, foram solicitadas 17 novas vagas para substitutos.

Conselheiros questionam política de contratação

Alguns conselheiros criticaram a política de contratação de professores substitutos

para preencher o quadro docente na falta de concursos públicos para compor o corpo efetivo. “O substituto é uma anomalia no sistema. Um mal necessário. Mas em doses pequenas, não para resolver esta situação que está aí”, comentou o professor Jorge Fernando (CCS), se referindo à falta de concursos para a carreira.

Nos últimos anos, as universidades públicas têm utilizado o expediente das contratações temporárias para resolver todos os tipos de problemas referentes à falta de professores. Afastamento, morte, licenças e aposentadorias são os fatores que abrem demanda para as contratações. Os contratos temporários só podem ser feitos para o nível de Auxiliar 1, no caso do terceiro grau, e de C1 para os professores do CAP. Isto significa que os salários dos substitutos

são equivalentes aos mais baixos da carreira, o que acarreta dificuldades para os departamentos na contratação de docentes com qualificação para os cursos.

Algumas Unidades, como as do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, preferem aumentar a carga horária de seus docentes a arcar com a perda de qualidade com a contratação de temporários. Segundo o professor Sérgio de Paula Machado (CCMN), alguns bons candidatos, muitas vezes, são bolsistas da Capes ou do CNPq e têm que escolher entre a bolsa e o contrato. Acabam escolhendo a primeira para garantir a qualificação. Sem contar que os valores das bolsas de mestrado e doutorado são maiores do que o salário do substituto. “O CCMN não solicitou vagas este ano porque verificou que contratar substitutos é pior para os cursos. Optamos por absorver a carga para garantir a qualidade. Se a política do governo continuar é possível que estejamos pedindo vagas daqui a um ou dois anos”, disse Sérgio.

Visitantes

Visitantes

O sub-reitor Ricardo Gattass informou que o orçamento tem que comportar também a contratação de professores visitantes. Dos 60 previstos, segundo Gattass, apenas 20 contratos de visitante poderão ser efetivados. Os conselheiros reagiram à limitação com críticas. Para o professor Sérgio, os recursos com temporários seriam melhor aplicados com a contratação de visitantes (docentes com alta qualificação ou especialização) de outras instituições nacionais e estrangeiras.

‘Amigos da Universidade’?

Gattass sugere trabalho voluntário como solução para falta de professor

Na discussão da carência de professores efetivos, o professor Miguel Jonathan (CCMN) sugeriu que o CEG estudasse um processo de credenciamento para a contratação de técnicos, pesquisadores ou docentes aposentados para ministrarem aulas na graduação. O credenciamento seria semelhante ao que é feito hoje para os professores visitantes. “Os professores eméritos, por exemplo, não podem dar aulas porque são aposentados”, comentou. A preocupação da universidade seria, se-



gundo Gattass, que estes ‘credenciados’ viessem a exigir, no futuro, uma incorporação no quadro docente através de medidas judiciais.

Segundo o sub-reitor, já existe no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) uma proposta de credenciamento de ‘professores externos’ (incluindo técnicos) e professores aposentados para aulas na pós-graduação. Gattass comentou a existência de um decreto do governo que possibilitaria a contratação de pessoas para darem aulas como ‘voluntários’, sem direito funcional e, sem remuneração. O professor Jonathan declarou que havia grande interesse de funcionários do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), por exemplo, de exercerem a docência, até mesmo sem receber por isso, desde que seus nomes pudessem ser ‘reconhecidos’ pela instituição.

Moção lida na AG de 30/11

“Nós, docentes do Colégio de Aplicação, desejamos expressar publicamente nossos agradecimentos e nosso reconhecimento ao Andes-SN na pessoa de seu presidente, Professor Roberto Leher, e à Adufrj-SSind pelo empenho na luta pelas reivindicações dos docentes de 1º e 2º graus (Ensino Fundamental e Ensino Médio).”



Jurídico

Vilhena entrega representação da UFRJ para AGU

Nota na página eletrônica da Advocacia-Geral da União (www.agu.gov.br), de 27/11, informa que a AGU assumiu, através de suas procuradorias, a representação judicial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “A determinação atende ao pedido do procurador-geral da UFRJ ratificado pelo reitor dessa entidade pública. A medida está baseada no art. 11-A, inciso I, da Lei 9.028/95, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que autoriza a AGU a assumir a representação judicial de autarquias e fundações a pedido, ou não da instituição.” Na prática, de acordo com nota da Coluna do Servidor de O Dia (30/11), oficializa-se o que já vinha ocorrendo há muito tempo. Todas as questões sobre o cumprimento das decisões judiciais nas universidades, autarquias e fundações passam pelo crivo da AGU.

Mais uma vez, a autonomia universitária é atacada. A Procuradoria não procura defender o Estado, mas sim os interesses dos governos tucanos que andam por aí. E uma atitude “entreguista” dessas só poderia vir do reitor-interventor do MEC.



Opinião/Luciano/Menezes*

Carta pra FHC

Sr. Presidente

Fernando Henrique Cardoso

Peço licença pra mode lhe escrevê, num sô hôme letrado mais meus fio são. Ainda moramo no interior do sertão e aqui seu Presidente num fosse Dona Mariquinha qui hoje já tá cum 80 ano nós num escrivava nada. Me lembro qui quando nós era menino nem jorná chegava puraqui mas hoje cum essas rodage toda tá que é uma beleza, todo dia nós lê o jorná, adespois confere na televisão e vê umas história diferente. Nós num cumpre bem, mais nós crê mais letras escrita do que nas palavra dos home. Meus fios seu presidente são tudo letrado, tem um que tem uma banca de jorná. Um outro anda pelos mato prantando, criando galinha, umas duas cabecinha de gado, tem dois fio e uma muié que é uma lindeza, eu num entendo bem mais ele divide a terra cum monte de gente e cada um mora nuns barraco cuberto de preto, ainda ontente veio aqui e dexô um monte de macaxeira, mio, feijão, galinha e inté umas duas saca de arroz, etá terra boa essa nossa sô. A minina arresolveu ir pra cidade grande se mudou pra Son Palo e vortô cum diploma de professora. Aqui foi uma alegria danada, nós nunca pensava de ve uma fia nossa iguá a Dona Mariquinha. Ela chegou e

dirige a Escola Municipal lá os fio de todo mundo estuda, os minino de hoje em dia são danado de esperto, com 7 e 8 ano tudo le e exprica pra nós. As veis nós num entende o que no jorná tá escrito e os pestinha exprica tudo. Mas onte seu Presidente nós num acreditamo quano ovimos voismicê dizer na televisão que quem num sabe fazê ensina, nós pensava que era uma pegadinha igual aquelas da televisão, e ficamo esperando...esperando.. e nada, num aparecia a expricassão. Entonce nois drumimo e quando acordemos nós fumo lê no jorná e tava lá escrito, vou copiá pro mode de num escrevê cum erro:”voce fica lá (em Princenton) e tem que produzir ao fim um ou dois anos algum trabalho. Mas se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor. É aquela angústia: se ele vai ter um nome na praça ou se ele vai dar aula a vida inteira, repetindo o que os outros fazem”. Bem seu Presidente eu num sei onde fica Princenton nem o que se faz por lá, mais vejo minha fia todo dia indo pra escola cum monte de caderno, de livro papé colorido e inté giz de cor ela carrega. De noite a coitadinha, senta lá na sala e começa a corrige os trabalhos dos mininos, adespois sempre antes de drumi ela le e todo mês ela sempre chega cum um livro novo e lê, le revista, le jorná, faz umas anotação e diz que é

pra mode mió ensina mió pros mininos. Eu pensava que adespois de formado num precisava mais lê nada, mais ela me expricou que quanto mais ensina mais tem que aprendê. Entonce despois qui vi qui vosmicê tinha sintido angústia, eu entendi um montão de coisa. Aqui na nossa terra quem tem nome na praça e na rua é poeta: a praça central se chama CARLOS DRUMOND, a avenida principá é VINICIUS DE MORAES, a rua qui eu moro tem o nome de FERNANDO PESSOA que num sei quem é mais deve sê poeta, e até o campo de futebol se chama ESTÁDIO DE FUTEBOL CAMÕES, mais conhecido cumo o CAMÕESÃO DO SERTÃO. O mais triste foi vê minha fia lendo o jorná e escondendo a tristeza, eu bem vi que ela enxugou um chôro no canto do olho, ela num acreditou que o Presidente achava isso de professô. Mais cumo pái que sô falei pra ela: “fia num fica triste não, essa coisa que Presidente falô só acontece lá no tá de Princenton, aqui no Brasil é diferente – quem num consegue ensiná termina sendo Presidente da República”.

Inté Presidente e termino pedindo pro sinhô pedi discupa pros professô quando falá de novo na televisão.

Um brasileiro.

* Professor da Escola de Engenharia



Resenha

Das 970.655 vagas oferecidas nos vestibulares, faculdades e centros universitários particulares do país, 306.181 não foram preenchidas no ano passado. Isso significa que, de cada 100 vagas, 31,5 não são ocupadas. A situação é clara: o ensino é caro e não tem, em sua maioria, a qualidade da ensino público. Os alunos sabem disso: enquanto nas públicas, a média é de 8,8 candidatos por vaga; nas particulares, o índice não passa de 1,9.

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (Faperj) vai estudar a possibilidade de entrar na Justiça Federal com notificação para a União pelo anúncio do pacote antigreve nas Universidades federais.

O documento tem o objetivo de alertar a União que o “pacotão” pode levar as instituições de ensino a interromper a realização de pesquisas científicas apoiadas financeiramente pela Faperj (com a contratação de professores temporários, por exemplo).

Segundo matéria do jornal O Globo (25/11), a nova polêmica da UFRJ é a eleição para reitor. A eleição começará a ser discutida no dia 13 de dezembro pelo Consuni, mesmo que o atual reitor, José Henrique Vilhena, não esteja presente na sessão. “Temos que começar as discussões logo porque o Vilhena vai acabar desconvocando o conselho e corremos o risco de chegar às vésperas da data limite sem nada definido”, disse o decano do Centro de Tecnologia (CT), Oscar Ascelrad. Também de acordo com a reportagem, o decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Carlos Lessa, é o favorito na disputa pela reitoria, contando com o apoio do candidato mais votado em 1998, Aloísio Teixeira.

Reportagem do Estado de S. Paulo (22/11) revela que as matrículas no ensino superior aumentaram 14%. O resultado do Censo da Educação Superior, divulgado pelo MEC, também destaca que as faculdades particulares cresceram 17,5%, enquanto as instituições federais tiveram um acréscimo de 9,1%. A pesquisa mostra ainda que as escolas privadas aumentaram o número de ingressos por processos seletivos, 16,5%. O índice é superior ao registrado nas federais (13,7%) e estaduais (9,4%). Pela primeira vez, 51% dos docentes nas universidades e faculdades do Brasil têm mestrado ou doutorado. Enquanto na rede pública, os mestres e doutores são 58% e 63% do total, respectivamente, na rede privada, os docentes com titulação são 43% do total.



Movimento

Sindicalista assassinado

Cerca de duas mil pessoas foram ao Cemitério do Caju no dia 26/11 para despedirem-se do presidente do Sindicato dos Eletricistas do Rio de Janeiro (Sintergia), Aldanir Carlos dos Santos. Ele foi assassinado na noite de sábado, dentro do carro, quando chegava na Vila Aliança, em Bangu, por volta das 22h, para dei-

xar o amigo Márcio dos Santos de Araújo, integrante do diretório municipal do PT. Márcio não foi atingido. Dois homens se aproximaram e um deles disparou um tiro certeiro e mortal em Aldanir, seria candidato a deputado estadual pelo PT nas próximas eleições

Aldanir foi o sexto sindicalista

cutista assassinado no Rio de Janeiro nos últimos 15 anos. A CUT, em audiência com o secretário de Segurança, Josias Quintal, na semana passada, exigiu rigor na apuração do crime. Os dirigentes cutistas lembraram ao secretário que os outros cinco assassinatos de sindicalistas continuam sem solução.



Nosso Bolso

O pagamento dos 26,05% (Plano Verão), referente ao mês de novembro deverá ser efetuado em folha suplementar no mês de dezembro. A informação foi veiculada pela reitoria na página eletrônica da universidade (www.ufrj.br). Segundo a reitoria, o pagamento foi acertado entre o procurador da UFRJ e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ocorrida no dia 27/11, em Brasília.


Colegiados

Colegiados debatem eleição para reitor

Os conselhos superiores ainda não chegaram a uma definição sobre as normas para eleição da próxima reitoria, em 2002

Os conselhos de Ensino de Graduação (CEG) e de Ensino para Graduados (CEPG) se reuniram mais uma vez para discutir as normas para eleição da próxima reitoria da UFRJ, no ano que vem. A sessão conjunta do dia 30/11 foi presidida pelo sub-reitor Ricardo Gattass e contou com a participação dos integrantes do Conselho Universitário, como estava previsto. A comissão dos colegiados formada para apresentar uma proposta de normas para o processo não chegou a uma conclusão. Segundo o decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acselrad, três pontos foram tratados pela comissão: se o Consuni deve fazer ou não uma consulta prévia oficial à comunidade; como será o procedimento do Colégio para elaboração da lista tríplice; e a definição do calendário, que dependeria do fim da greve dos docentes. Pela legislação em vigor, a consulta seria um balizador para o Colégio Eleitoral votar nos candidatos que comporão a lista. O Colégio Eleitoral é formado pelos colegiados superiores (CEG, CEPG e Consuni) e o Conse-

Iho Curador.

Normas serão definidas no dia 13

A comissão, que tem representação dos três conselhos, terá que apresentar uma proposta a ser votada na sessão do Conselho Universitário do próximo dia 13. O professor Antônio Cláudio (CEG/CT) disse concordar com uma consulta à comunidade organizada pelo Consuni. No entanto, considerou que os colegiados precisariam de uma 'salvaguarda' para garantir que o processo será disparado. O professor teme que, caso as normas não sejam aprovadas no dia 13 (Gattass se comprometeu em presidir a sessão), o processo esteja comprometido. Antônio Cláudio sugeriu que, neste caso, CEG e CEPG façam a aprovação das normas em uma sessão conjunta, com convite ao Consuni.

Alguns conselheiros sugeriam um 'pacote' de compromisso com o resultado da consulta (formal ou não) para a formação da lista, a partir dos nomes oriundos da chapa eleita. Um dos questionamentos feitos em relação à consulta oficial é o problema da proporcionalidade. Ao realizar a consulta à comunidade, o Consuni teria que utilizar a mesma ponderação de votos do Colégio Eleitoral: 70% de peso para os votos de pro-

fessores e 30% de peso a serem distribuídos entre os segmentos dos alunos e dos funcionários. Para a representante dos técnico-administrativos no Consuni, Ana Maria Ribeiro, a discussão das normas para a eleição deve estar centrada na garantia de um processo que leve a universidade a discutir o seu modelo de gestão. "Não acho que devemos nos preocupar em impedir que este ou aquele (reitor) venha a participar. Acho que temos que nos opor ao modelo de gestão que está aí e não à pessoa do Vilhena", comentou. Ana lembrou que o processo de escolha de dirigentes dentro da legislação já ocorreu em outras universidades, de 1998 para cá, e não houve problemas.

Já para o representante dos estudantes no CEPG, Nonato Coelho, o problema da proporcionalidade 70/30 tem importância também nesta eleição. Nonato não concorda com o escalonamento das categorias em proporções do tipo 70/20/10 no percentual de peso para docentes, técnico-administrativos e estudantes, por exemplo. Para Nonato, os conselhos devem discutir a proporcionalidade para que a próxima gestão tenha legitimidade, ao contrário da gestão Vilhena. "Não vamos abrir mão da nossa representatividade neste processo", afirmou.

Ato em Defesa da UFRJ


10/12
Segunda-feira

17:00
Horas

Auditório Pedro Calmon
Praia Vermelha



Os colegiados superiores e as entidades representativas da UFRJ estão organizando um grande ato no dia 10 de dezembro em defesa da Universidade. A idéia partiu de alguns conselheiros do Conselho Universitário e conta com o apoio dos colegiados acadêmicos (CEG e CEPG) e das entidades Adufrj-SSind, DCE, APG e Sintufrj. A manifestação acontecerá no Auditório Pedro Calmon, no Palácio Universitário, na Praia Vermelha, a partir das 17h. Esta manifestação será uma oportunidade para a comunidade universitária rediscutir o funcionamento da maior universidade federal do país.

Moradores denunciam invasão do *campus* da UFRJ

Associação pede apoio da comunidade universitária e diz que reitoria está omissa no caso

A comunidade luta pela UFRJ. Se a frase vale para a greve, vale também para uma disputa de terreno da universidade no *campus* da Praia Vermelha. A Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (ALMA) denuncia que uma churrascaria está sendo construída naquele local, entre o Canecão e a Casa da Ciência. Pior de tudo: as obras são feitas "sem licença, a toque de caixa, em geral de madrugada", de acordo com um documento que a associação circula como pode para divulgar a questão. A associação está também bastante preocupada com o impacto no trânsito que um estabelecimento desses (de médio

porte) pode causar na região e pede a imediata reintegração de posse para a UFRJ.

Segundo a ALMA, os atuais "ocupantes" - que são a Amauta Administradora de Serviços, a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o restaurante Braseiro da Fé - impetraram 23 processos em diversas Varas Federais. "Tudo para impedir a ação eficaz da Justiça e ficarem usando terreno da União, sem pagar impostos e aluguel, tendo como vítima a UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, enfim a população", ainda de acordo com o documento. Detalhe: a atividade de um restaurante é irregular para o endereço, pois não é permitida pelo Plano de Estruturação Urbana (PEU) da cidade, criado em 1978.

Além de tudo isso, a ALMA informa que

a reitoria da UFRJ parece não existir. "Parece que ninguém de lá efetivamente se preocupa se uma enorme área da UFRJ será apropriada por grileiros ricos. Até hoje, perante a Prefeitura da Cidade, perante a Secretaria Municipal de Urbanismo, a UFRJ nunca se manifestou contra estas ocupações e licenças que tentam obter".

A associação pede para que os interessados escrevam para os juízes responsáveis pelos 23 processos e peçam a reintegração de posse à UFRJ. Os nomes, identificação dos processos e endereços eletrônicos dos juízes podem ser conseguidos na página eletrônica da Adufrj-SSind, em www.adufrj.org.br/processos.htm. Outra solução é pedir ao prefeito da cidade, César Maia, para anular o alvará irregular concedido para o local. O endereço eletrônico para

contato com a ALMA é: alma@centroin.com.br.

É um pedido de urgência, pois a associação alerta que a churrascaria está próxima da inauguração. "É preciso fazer algo urgente, pois a tal Amauta Administradora de Serviços Ltda está prestes a inaugurar o novo restaurante e infelizmente, para vergonha dos brasileiros, a lei mais forte e irrevogável em nosso país é a lei do fato consumado", encerra o documento da ALMA.

O presidente da ALMA, Abílio Tozini, disse que entrou em contato com o procurador geral da UFRJ, Alexandre Cintra, e com as entidades da universidade (Adufrj-SSind e Sintufrj) para marcar uma reunião nesta semana com a comunidade acadêmica para que algo de concreto possa ser feito.

Ato em Defesa da UFRJ



10/12
Segunda-feira
17:00
Horas

Auditório Pedro Calmon
Praia Vermelha

CEG
Consuni
CEPG

DCE Maria
Prata
UFRJ

SINTUFRJ
Associação de Professores

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 47 • 10 de dezembro de 2001

Termina a greve nacional

43° CONAD



Serviço público é preciso.
Educação para superação da barbárie.

14 a 16 de dezembro de 2001
Brasília-DF

ANDES

Vem aí o 43º Conselho Nacional do Andes-SN. O evento acontece nos dias 14, 15 e 16 de dezembro, em Brasília. Na pauta, a prestação de contas da entidade nacional e a atualização do Plano de Lutas do Sindicato.

Cinqüenta e duas instituições de ensino superior entraram na greve nacional do Andes-SN; cinqüenta e duas estão saindo de forma unificada. Em cada assembleia de cada instituição, o que importava (e importa) era a opinião e a participação de cada docente. Foram mais de três meses de assembleias, atividades de rua, manifestações nos fóruns acadêmicos e legislativos em defesa da Universidade Pública e gratuita. Assim foi construída a vitória do movimento.

A Adufrj-SSind disponibilizou em www.adufrj.org.br/salario.htm as tabelas completas com os novos salários dos docentes das universidades federais. Na próxima semana, estaremos publicando um encarte especial com todo o projeto de lei aprovado no Congresso Nacional e as tabelas com o cálculo dos reajustes.



O fim da greve nas páginas 3, 4 e 5

Assembleia Geral

PAUTA:
Situação do Plano Verão (26,05%)
43º Conad:
Textos de Resolução/delegação da Adufrj-SSind
Impedimento do reitor

11/12
TERÇA-FEIRA
13:00
HORAS

Auditório do CT
Ilha do Fundão

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL



Presidente da CUT ressalta greve do funcionalismo

Central orienta divulgação dos nomes que votaram pela alteração da CLT

“As campanhas salariais do segundo semestre, a greve do funcionalismo e a alteração na CLT, proposta no PL 5483/01, foram os principais acontecimentos deste segundo semestre”, afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, em nota divulgada na página da entidade (www.cut.org.br), no último dia 6.

Na avaliação do presidente da CUT, embora muito tenha se falado que o segundo semestre seria um período ruim para a economia e que, portanto, seria muito difícil conquistar acordos que

repusessem a inflação, várias categorias conseguiram efetuar boas campanhas salariais. Com relação à greve do funcionalismo, Felício ressaltou ter sido essa a maior greve do setor em 7 anos, principalmente nas áreas da saúde, educação e previdência e que causou desgaste ao governo FHC, obtendo conquistas, ainda que parciais, para os funcionários. Foi, portanto, um movimento vitorioso.

Sobre as mudanças na CLT, Felício destacou a importância da ação articulada e conjunta do movimento sindical cutista e a bancada de oposição na câmara dos Deputados. Lembrou que foi perdida somente uma batalha (votação na Câmara) nessa guerra, e que a luta agora é com os senadores.

Felício quer, ainda neste fim de ano, marcar uma audiência com o presidente do senado, Ramez Tebet, para tratar desse assunto e orienta que cada CUT estadual também procure os senadores de seus estados, para mostrar-lhes o erro histórico que seria aprovar essas mudanças propostas, pelo ministro do trabalho, na CLT. O informativo da CUT-RJ pede para que sejam divulgados quais os deputados federais que votaram a favor do projeto do governo que acaba com os direitos dos trabalhadores. Esta edição do jornal da Adufrj-SSind traz abaixo os nomes dos deputados do Rio de Janeiro que compactuaram com FHC e companhia.

(Fonte: Agência CUT)



De acordo com matéria do jornal O Globo (02/12), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) são contrárias à mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por temerem perdas de conquistas históricas. Segundo os sindicatos, as empresas, sob a alegação de dificuldades financeiras, podem forçar acordos com o objetivo de reduzir encargos trabalhistas e seus custos. “Com a mudança, estamos com a faca no pescoço o tempo todo”, diz o presidente da CUT, João Felício.

Os militares do Rio ganharam na justiça o direito ao reajuste salarial que os servidores civis da União receberam em 1997, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) diz o JB (01/12). Serão beneficiados todos os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, inclusive inativos e aposentados, que estejam sediados no Rio e tenham recebido em 1993 reajuste inferior a 28,86%. O governo federal, através da Advocacia Geral da União, ainda pode recorrer.

Reportagem da Folha de S. Paulo (02/12) revela que três instituições particulares que nem sequer apareciam no ranking das 20 maiores universidades do país em 1991 hoje já despontam como verdadeiros conglomerados de ensino: a Unip (Universidade Paulista), a Universidade Estácio de Sá e a Ulbra (Universidade Luterana do Brasil). Segundo dados do censo do ensino superior, elas agora ocupam o primeiro, o terceiro e o quarto lugar, respectivamente, em número de alunos de graduação do país. Para Eunice Ribeiro Durham, ex-conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), “tem havido um crescimento desmesurado do sistema privado de ensino superior, que está ameaçando a credibilidade do sistema no seu conjunto”.

Deputados paulistas vão investigar os contratos feitos entre os órgãos públicos estaduais e as fundações de apoio à Universidade de São Paulo, diz o Estado de S. Paulo (03/12). “Queremos saber se as secretarias do Estado estão se valendo das fundações para contratar serviços sem licitação”, esclareceu o deputado estadual César Callegari (PSB). A questão chamou a atenção dos parlamentares depois da polêmica que surgiu na USP em torno da atuação das cerca de 30 fundações existentes. Em alguns setores da universidade há dívidas se parte do dinheiro recebido é mesmo repassado para a USP. “Essas fundações são entidades privadas que estão sendo mantidas por recursos vindos de órgãos públicos”, diz o vice-presidente da seção sindical dos docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), Oswaldo Coggiola.

Eles querem acabar com as férias e o 13º salário

A FAVOR DO GOVERNO

- **Alexandre Santos (PSDB):**
dep.alexandresantos@camara.gov.br
- **Arolde de Oliveira (PFL):**
dep.aroldedeoliveira@camara.gov.br
- **Candinho Mattos (PFL):**
dep.candinhomattos@camara.gov.br
- **Carlos Nader (PFL):**
dep.carlosnader@camara.gov.br
- **Dino Fernandes (PPB):**
dep.dinofernandes@camara.gov.br
- **Dr. Heleno (PSDB):**
dep.dr.heleno@camara.gov.br
- **Eurico Miranda (PPB):**
dep.euricomiranda@camera.gov.br
- **Léidio Rosa (PFL):**
dep.iedirosa@camara.gov.br

- **Itamar Serpa (PSDB):**
dep.itamarserpa@camara.gov.br
- **Jair Bolsonaro (PPB):**
dep.jairbolsonaro@camara.gov.br
- **João Mendes (PFL):**
dep.joaomendes@camara.gov.br
- **Jorge Wilson (PMDB):**
dep.jorgewilson@camara.gov.br
- **José Egydio (PFL):**
dep.joseegydio@camara.gov.br
- **Laura Carneiro (PFL):**
dep.lauracarneiro@camara.gov.br
- **Luisinho (PPB):**
dep.luiseduardo@camara.gov.br
- **Márcio Fortes (PSDB):**
dep.marciofortes@camara.gov.br

- **Paulo de Almeida (PFL):**
dep.paulodealmeida@camara.gov.br
- **Paulo Feijó (PSDB):**
dep.paulofeijo@camara.gov.br
- **Paulo Lessa (PFL):**
dep.robertojefferson@camara.gov.br
- **Roberto Jefferson (PTB):**
dep.rodrigomaia@camara.gov.br
- **Rodrigo Maia (PFL):**
dep.ronaldosantos@camara.gov.br
- **Ronaldo Santos (PSDB):**
dep.rubemmedina@camara.gov.br
- **Ruben Medina (PFL):**
dep.simaosessin@camara.gov.br



Movimento

CNG-Andes aprova o fim da greve

Foi indicado às seções sindicais o estado de mobilização até FHC sancionar projeto de lei nesta semana

Nasceu a “criança”. Após 108 dias de greve e muitas dificuldades criadas pelo governo, o projeto de lei nº 5805/01 que reajusta a tabela de vencimentos dos docentes e altera a Lei da GID, entre outras providências, foi aprovado na Câmara dos Deputados em 6 de dezembro. O PL deve ser votado no Senado, em 12/12, e enviado no dia seguinte para sanção presidencial. Uma vez que a tramitação estava assegurada com um texto emendado pelos representantes do Andes-SN, o CNG encaminhou o encerramento da greve. No entanto, como cautela não faz mal a ninguém, foi indicado às seções sindicais o Estado de Mobilização até a sanção presidencial.

Alguns ganhos da greve

Pela reformulação da Lei da GID, fica ampliado o limite global em cada instituição de 73 vezes o número de professores ativos para 80 vezes, permitindo que 100% dos docentes possam alcançar a totalidade da gratificação. A avaliação dos docentes de magistério de 1º e 2º graus passam a seguir regras semelhan-

tes às da Lei da GED. Torna possível o cálculo da gratificação nos meses de férias do docente conforme a média alcançada no ano civil imediatamente anterior. Também se possibilita a avaliação da GID de professores em pós-graduação *stricto sensu*. Ocorre ainda a extensão da GID para os docentes aposentados do magistério de 1º e 2º graus.

Uma emenda do CNG-Andes ao projeto de lei inclui salvaguardas que asseguram que as futuras revisões gerais anuais de remuneração não serão deduzidas da presente alteração das tabelas de vencimentos básicos dos professores (um reajuste médio em torno de 13% a partir de fevereiro). Os docentes receberão também o reajuste do funcionalismo federal (3,5%) que será aplicado em janeiro.

Governo criou mais dificuldades no último momento

Em mais uma manobra “suja”, o MEC protocolizou, no dia 4/12, na Secretaria da Câmara dos Deputados, um projeto de lei diferente do que foi acordado com o Comando Nacional de Greve do Andes-SN, em 29/11. O projeto de lei 5805/01 (que dispõe sobre a revisão dos vencimentos dos docentes e

altera a Lei da GID) apresentou quatro mudanças significativas em relação à versão anterior.

A primeira delas dizia respeito ao mês de referência para o reajuste da tabela. O PL afirmava que isso seria feito a partir de fevereiro; não em janeiro, como na versão anterior (acabou prevalecendo o mês de fevereiro como referência, mas o montante anual permanece o mesmo).

Com relação à GID, o governo não incluía no PL as mudanças na Lei desta gratificação (Lei nº 10.187/01), como a alteração no modo de avaliação do professor e a ampliação da pontuação máxima de cada instituição. Em terceiro lugar, o PL assegurava que o reajuste geral dos SPF de janeiro de 2002 iria incidir sobre a nova tabela de vencimentos. No entanto, pela redação daquele momento, o futuro reajuste de 2003 do funcionalismo poderia ser reduzido pelos ganhos da greve. Por último, a versão do PL protocolizado no Congresso previa um reajuste médio em torno de 12,6%, em vez dos 13 a 14% previstos anteriormente.

Reunião decisiva

No dia 5/12, houve uma reunião decisiva. Uma comissão do CNG-Andes es-

teve reunida com técnicos do Ministério do Planejamento, do MEC e da Comissão de Orçamento da Câmara, junto do relator do PL, deputado Nelson Marchezan, e mais o deputado Gilmar Machado. Com muita paciência, os argumentos do governo foram sendo destruídos até o acerto final.

AG da Adunb simboliza encerramento nacional da greve

Delegada da Adufrj-SSind no CNG-Andes nos últimos dias do movimento de greve, a professora Janete Luzia (Escola de Serviço Social) informou que houve um encerramento simbólico do movimento nacional na assembléia dos docentes da Universidade de Brasília (UnB). A direção do Sindicato Nacional e o CNG foram convidados a participar para representar a categoria de todo o país. Segundo Janete, foi muito destacada nessa AG a unidade da greve: 52 instituições federais de ensino superior entraram na greve nacional e vão sair juntas. Outro ponto bastante comemorado foi o resgate da dívida com os professores de 1º e 2º graus e aposentados, que foram bastante prejudicados com os desdobramentos da greve de 1998.



Grupo de Trabalho

Coordenador do GTCA participa de encontro no Rio

O ex-diretor da Adufrj-SSind e atual coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação Sindical da Adufrj-SSind, Roberto Houaiss, participou de uma das mesas do 7º Curso de Comunicação Sindical do Núcleo Piratininga. O evento acontece todos os anos, no Rio de Janeiro, e é uma oportunidade para que sindicalistas, dirigentes, profissionais e estudantes possam debater e pensar práticas de comunicação nas entidades de classe. Roberto Houaiss abordou a comunicação no Andes Sindicato Nacional e dividiu sua apresentação com o coordenador do curso de jornalismo da Faculdade Cândido Mendes, Gustavo Gindr, que falou sobre comunicação e universidade.

Roberto expôs um pouco de sua experiência, como sindicalista, na elaboração de



AO CENTRO, O COORDENADOR DO GTCA DA ADUFRJ-SSIND, PROFESSOR ROBERTO HOUAISS

políticas de comunicação para uma entidade nacional como o Andes-SN. Para o professor da Faculdade de Arquitetura da UFRJ, não existem fórmulas para a produção de

comunicação nas entidades. Mas, no caso do Andes-SN, Roberto apontou algumas diretrizes que, na sua opinião, deram certo. A utilização de algumas técnicas já consagra-

das pela chamada ‘grande imprensa’ é para Roberto um fator de acerto na comunicação dos sindicatos. O resgate da função social dos profissionais também foi apontado como um fator de construção de mídias ‘eficazes’. A relação entre dirigentes e profissionais (jornalistas, na maioria das vezes) também foi abordada pelo militante. “Acho que deve haver continuidade no trabalho de comunicação e, para isso, é necessário se manter uma equipe permanente e estável de profissionais”, comentou.

Roberto comentou a necessidade da disputa de informações com patrões, governo e com a mídia ‘oficiosa’. No caso da greve dos docentes deste ano, Roberto comentou a utilização da Internet pelo ministro Paulo Renato para abordar diretamente os professores e pressioná-los pelo fim do movimento.



Assembléia aprova princípios para reposição de aulas

Diretoria da Adufrj-SSind está autorizada a entrar na Justiça para garantir os 26,05% (Plano Verão)

A situação dos 26,05% cortados dos contracheques dos professores e a reposição de aulas após a greve foram os principais pontos discutidos na Assembléia dos professores da UFRJ de 6/12. Em meio aos debates, foi aprovada ainda uma proposta do professor Arthur Leal (Instituto de Psicologia) de declarar como *personas non gratas* na UFRJ o presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro Paulo Renato Souza e a secretária da SESu, Maria Helena Guimarães.

Sobre o ganho judicial do Plano Verão, a coordenadora do Sintufrj Neuza Pinto esteve presente na AG e informou que os técnico-administrativos deflagraram uma nova greve para recuperar o percentual no pagamento. Segundo Neuza, informações de Brasília estariam dando o corte como um erro administrativo. Ela rebateu esse argumento e classificou esse desconto como uma atitude política da reitoria. “Se fosse apenas um erro, o procurador da universidade e Vilhena não estariam realizando reuniões em Brasília durante esta semana”, disse. A coordenadora observou que a categoria não iria aceitar essa “covardia” da reitoria diante de uma decisão da Justiça favorável aos trabalhadores. “A Universidade tem que reagir”, contou.

Pouco mais tarde, porém, a coordenadora comunicou à Assembléia a informação de que a folha suplementar estaria já autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo MEC. Apesar da boa notícia, os professores presentes avaliaram que os ministérios não têm sido nada confiáveis nos últimos tempos. Por isso, a Assembléia autorizou a assessoria jurídica da Adufrj-SSind a entrar com um mandado de segurança para garantir os 26,05% no pagamento, caso não apareça a tal folha suplementar. Além disso, a próxima AG (nesta terça-feira, 11/12, às 13h, no Auditório do CT) terá este assunto como primeiro ponto de pauta.

Um pouco antes da notícia sobre a folha suplementar, alguns docentes encaminharam a proposta de indicativo de greve pelos 26,05%. E mantiveram, ainda des-



NEUZA INFORMOU QUE OS FUNCIONÁRIOS ENTRARAM EM GREVE

confiados das fontes do MEC e do MPOG.

A idéia foi rechaçada pelo entendimento de que a recente greve teria exigido um esforço muito grande por parte dos professores, o que dificultaria uma possível nova paralisação. Outro fator decisivo foi a complicação de encaminhar essa luta na categoria. Ficou a dúvida de como o sindicato deveria proceder, se boa parte do corpo docente não recebia o percentual anteriormente. Alguns professores defenderam que a luta

pela extensão a todos só poderia ser iniciada com a recomposição de quem foi “cortado”. Nesse sentido, a greve seria um instrumento importante de pressão. Mas não conseguiram maioria na AG. Vale lembrar que a Adufrj-SSind sempre pautou sua atuação pela extensão administrativa do valor para todos os docentes (antigos e novos).

A professora Maria Antonieta de Almeida (Instituto de Física) contou uma história curiosa em relação ao caso: nos úl-

timos dias, foi abordada por um colega que não teria feito greve e que teria indagado se “nós iríamos entrar em greve pelos 26,05%”. Antonieta ficou revoltada. “Nós, quem, cara pálida?”, respondeu a ele. “Essa ‘turma’ não cansou de atacar o sindicato durante a greve. Eles entraram em sala de aula e agora vão entrar de férias (e vão receber os ganhos da greve). E querem que a gente entre em greve de novo? Está no momento desta ‘turma’ dizer quais são as ‘novas formas de luta’, que não a greve”, desabafou.

Reposição de aulas

Sobre a reposição de aulas, a Assembléia aprovou alguns princípios que serão encaminhados para os colegiados superiores (CEG, CEPG e Consuni). (veja quadro abaixo).

Ação Judicial da GED

Foi aprovado que a Assembléia Geral autoriza a diretoria da Adufrj-SSind a ajuizar mandado de segurança para adiar o prazo de entrega dos relatórios da GED-2001, previsto para esta segunda-feira, 10 de dezembro, e permitir a apresentação dos relatórios por escrito, fora do sistema Sigma.

Princípios gerais aprovados pela Assembléia da Adufrj-SSind para reposição de aulas que serão encaminhados aos colegiados superiores:

a) Calendário unificado para toda UFRJ, definido pelo CEG e homologado pelo Consuni, como referência para o calendário específico das unidades;

b) Reposição integral da carga horária e do conteúdo das disciplinas, sem compactação do período e/ou aumento da carga horária semanal, com base em 15 semanas de aulas, resguardadas as especificidades da Faculdade de Medicina e do Colégio de Aplicação;

c) A primeira semana de aulas deve ser dedicada à revisão da matéria do período anterior à greve, sem haver avaliações em geral, especialmente testes e provas, nas duas primeiras semanas de aula, a me-

nos que exista concordância expressa de todos os alunos da turma;

d) As aulas do primeiro período de 2002 só devem começar após o término do segundo período de 2001;

e) Garantia do direito dos estudantes que não freqüentaram as aulas das disciplinas ministradas pelos professores que não interromperam as suas atividades durante o período de greve de terem novas aulas e provas;

f) Intervalo mínimo de 4 (quatro semanas) entre os períodos letivos, visando garantir o direito de férias de docentes e alunos, a complementação das atividades letivas e os procedimentos administrativos necessários;

g) O calendário de 2002 deve se basear em períodos letivos de 15 semanas de aula;

h) As coordenações de curso não devem ser autorizadas a fazer transferência parcial de alunos entre turmas, sem a concordância dos pro-

fessores e alunos envolvidos, no caso de disciplinas com mais de uma turma, nas quais alguns professores deram aulas durante a greve;

i) O prazo para exames de qualificação e defesa de teses (mestrado e doutorado), além de monografias/projetos de final de curso de graduação, deve ser ampliado por um tempo igual ao da duração da greve;

j) O CEPG e o Consuni devem fazer gestões junto aos órgãos de financiamento da pesquisa (CAPES, CNPq, FAPERJ, etc) no sentido de ampliar os prazos concedidos aos programas de pós-graduação;

k) Reconhecimento da suspensão dos calendários acadêmicos durante a greve, com a interrupção de contagem de prazos para a integralização de créditos, tempo máximo de permanência no cursos, condições para jubileamento, manutenção de bolsas, defesas de teses e dissertações, trancamento de matrículas, novas opções, etc.



Fortalecer seção sindical é tarefa da categoria

Greve mostra importância da organização dos trabalhadores na luta por seus direitos

Fortalecimento da diretoria e do Conselho de Representantes da seção sindical, além de participação ativa da categoria nas atividades da entidade. Essas foram as premissas que marcaram a discussão do primeiro ponto de pauta da Assembléia Geral de 4 de dezembro: eleições para a Adufrj-SSind. Os prazos do processo eleitoral já foram prorrogados por duas vezes este ano e novas datas já foram marcadas (veja quadro abaixo).

Houve o entendimento entre os presentes de que a greve dificultou o trabalho de articulação de chapas para a diretoria e listas para o conselho da seção sindical. Com o fim do movimento de greve, espera-se que o processo possa ser desenvolvido normalmente. Para isso, foi formada uma comissão de professores que terá a função de organizar debates nas Unidades e Centros sobre a Universidade e sobre o papel da Adufrj-SSind.

A vice-presidente Cleusa Santos iniciou a discussão. Destacou a força do movimento de trabalhadores do setor da Educação, mas também sinalizou sobre a pouca participação da categoria nas atividades. Mesmo aquelas realizadas durante a greve. “Não foi uma experiência fácil pela própria singularidade (a diretoria de sete pessoas foi reduzida a três: o 1º secretário, Roberto Leher, assumiu a presidência do Andes-SN e os outros três diretores se afastaram por motivos pessoais). Nós não temos liberação para exercer o mandato sindical e, por isso, tive a minha vida acadêmica comprometida. Mas se tivermos uma diretoria e um Conselho de Representantes fortes, com outras pessoas ajudando, não vai pesar para ninguém”, afirmou. Cleusa observou que poucos dedicam um dia ou algumas horas de sua vida para o movimento docente. “Na discussão do Fórum Social Mundial, da Seguridade Social e outras atividades realizadas, são sempre os mesmos que aparecem. Isso é muito pouco para

lutar por esta Universidade”, disse.

O presidente José Henrique Sanglard seguiu a mesma linha e ressaltou a importância de um sindicato apoiado pela base. “Sem ela (a Adufrj-SSind), estaríamos em maus lençóis. Com essa greve, resgatamos a capacidade de externar nossa indignação”, afirmou. Segundo Sanglard, no caso de uma organização sindical bem equilibrada e ativa, as próprias Assembléias ganham agilidade. “As assembléias têm limitações naturais. Se 10% querem falar, a reunião se alonga demais. Precisamos de uma estrutura que permita discussões mais locais (daí a importância do Conselho de Representantes). Assim, as assembléias ficam mais objetivas. Queremos manter a mobilização. Que isso não morra com o fim da greve”, completou. Para dar um exemplo do que dizia, Sanglard observou que o Conselho de Representantes perdeu o mandato em 15 de outubro. E está vago desde então. “O regimento da Adufrj-SSind sinaliza claramente a prorrogação do mandato da diretoria, mas é omissão quanto ao Conselho”.

A professora Maria Helena Silveira (Escola de Engenharia), que foi uma das fundadoras da entidade, chamou a atenção para a despolitização em curso no país. Comentou o veto do presidente à inclusão da Sociologia e Filosofia como

matérias do ensino médio e a recente tentativa do MEC de excluir a Literatura do currículo de Português. Para ela, a Adufrj-SSind cria oportunidade de romper com esta conjuntura. “Nosso caminho é a politização da inteligência. Convido os professores para que pensem um projeto de Nação”, disse.

Reconhecimento do Sindicato

Nesta assembléia e na AG anterior (30/11) não foram poucos os elogios à condução da greve pela atual diretoria da Adufrj-SSind e pelo Comando Nacional, além da moção dos docentes do Colégio de Aplicação publicada no jornal passado (3 de dezembro, nº 46). Para o professor Ildeu Moreira (Instituto de Física), o esforço dos três diretores atuais deve ser tomado como um exemplo para o restante da categoria.

O professor Marcos Pimentel (CAp) agradeceu o reconhecimento dos colegas em relação aos docentes de 1º e 2º graus. “Ficamos à deriva em 1998, mas o movimento nacional fez valer que pertencemos a esta Universidade”, disse. Richard Stephen (Coppe) afirmou que voltou a se sindicalizar à Adufrj-SSind por causa da atual gestão. Arthur Leal (Psicologia) também vibrou com a retomada do movimento docente. “Parabéns à Mesa pela condução limpa, transparente e democrá-

tica (da greve). Letícia Legay (NESC) foi outra que considerou que o “movimento foi extremamente bem conduzido”. Roberto Houaiss (FAU) comemorou a força da greve. “Demos uma aula ao movimento sindical brasileiro. E o que a gente sofreu de provocação por parte do governo não foi brincadeira”. Ricardo Justen (Farmácia) agradeceu à diretoria da Adufrj-SSind e à atuação dos professores Roberto Leher, Luciano Menezes e José Miguel (estes últimos atuando ora como delegados, ora como observadores da Adufrj-SSind no CNG). Aliás, o mesmo Ricardo estava pleno de agradecimentos: destacou ainda os alunos e os professores do CAp e todos os professores que participaram das assembléias, mesmo aqueles que votaram contra a greve.

Fundo de Solidariedade

Foi informado na AG de 4/12 que o depósito dos valores que foram emprestados ao Fundo de Solidariedade da Greve já estavam disponíveis nas contas desde 30/11. Em relação aos docentes que retiraram empréstimos no FSG e deixaram cheques com datas em branco, foi informado que esses cheques seriam depositados a partir de 5/12. Quase 150 docentes se utilizaram do FSG por conta da retenção arbitrária dos salários pelo MEC.

Na AG seguinte (6/12), um dos integrantes da comissão, professor José Simões (Instituto de Física), fez questão de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma para o fundo, às diretorias da Adufrj-SSind e da Asduerj, aos aposentados e demais colegas docentes que puderam ajudar.

Não à continuação da greve pelos 26,05%

Diante do corte dos 26,05% dos salários dos servidores da UFRJ, a AG de 4/12 votou contra a proposta de continuar a greve, se o percentual não for pago. Houve o entendimento de que esta greve é nacional e o ganho judicial é uma questão restrita à UFRJ e a outras três instituições (universidades federais de Santa Catarina, Brasília e do Maranhão). O assunto foi pauta para a assembléia de 6/12 (veja matéria na página 4).

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

Inscrição de chapas para Diretoria:

até 18/01/2002

Inscrição de listas para o Conselho de Representantes:

até 08/02/2002

Eleições para direção e para o CR:

de 18 a 20/02/2002

Posse da nova diretoria e dos novos conselheiros:

22/03/2002



Colegiados

CEG aprova contratação de substitutos

Colegiado prorroga 150 contratos e concede 109 novas contratações

Num total de 286 solicitações, o CEG, em 5/12, concedeu 259 vagas de professores substitutos para o ano de 2002. O parecer da Câmara Docente favorável à prorrogação de 150 contratos e à concessão de 109 novas contratações foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros. Seguindo os critérios discutidos na sessão anterior, as novas vagas serão concedidas em sua maioria para o regime de 20 horas semanais (97 vagas para 20 horas e 53 para 40 horas). Acompanhando o parecer da Câmara, o colegiado entendeu que uma possível reserva técnica para eventuais necessidades já teria sido gasta com estas contratações, dado o elevado número de pedidos das Unidades em relação à pouca verba destinada pelo Ministério da Educação (R\$ 3.547 milhões).

Quanto à contratação de professores visitantes, o colegiado aprovou que a sub-reitoria (SR-1) busque novos recursos junto ao MEC. No momento em que uma conselheira comentou a necessidade de a reitoria buscar mais verbas para as contratações, o sub-reitor Ricardo Gattass não conseguiu disfarçar um riso maroto. Apesar do 'deslize', Gattass se comprometeu em solicitar a verba. Sobre recursos, o estudante Bruno Lopes denunciou o gasto da reitoria de R\$ 1 milhão para a construção de um 'espaço multimídia' na antiga Casa do Estudante, no Flamengo. O casarão é um dos bens imóveis da UFRJ e até a década de 80 serviu de alojamento para alunos. "Durante dois anos, os estudantes reivindicaram verbas para o alojamento no Fundão e para assistência e não havia dinheiro. Agora, o dinheiro aparece para uma

firma privada montar um espaço multimídia", denunciou

Parecer da Câmara pode balizar concursos futuros

O parecer da Câmara Docente sobre situação das Unidades em relação à demanda por professores substitutos foi bastante elogiado pelo Conselho. O professor Antônio Cláudio (CT), presidente da Câmara, espera que o parecer possa se tornar um balizador para a alocação de novas vagas para o quadro permanente. Uma das preocupações levantadas pelo professor é que, pela lei aprovada para a abertura de 1000 novos concursos em 2002, para cada professor concursado a instituição deve abrir mão de um substituto. O representante do CSS, Alberto Schanaider, lembrou que a Unidade que receber a vaga para concurso pode não ser a mesma que perderá um contrato temporário correspondente.

A representante estudantil no CEG, Danielle São Bento, pediu uma solução definitiva para o problema da falta de professores em algumas Unidades. Aluna da Faculdade Letras, Danielle lembrou que o drama se repete a cada ano. Em sua Unidade, Danielle diz que são várias as disciplinas que são ofertadas com a indicação de que serão ministradas por um professor substituto que não é contratado "nem no início, nem no meio, nem no fim do período". "Eu imagino que esta situação se repete em outras Unidades", comentou.

No parecer, a Câmara afirma estar analisando, há mais de dez anos, o mérito dos pedidos de substitutos feitos pelas Unidades. Os professores temporários deveriam ser contratados apenas para cobrir a falta de docentes afastados por licenças, qualificação ou outras situações eventuais. A Câmara detectou, no entanto, que os subs-

titutos vêm cobrindo o vazio dos concursos e a falta de professores que se aposentam a cada ano.

O parecer da Câmara chama a atenção para a situação de algumas Unidades, em especial. A Faculdade de Direito é citada como tendo um elevado número de substitutos. A Câmara avalia que a Unidade não dispõe de candidatos suficientes para preencher todas as vagas necessárias para contratações por concurso. A Unidade ainda convive com o risco constante de ver resultados de concursos embargados por ações judiciais. Para evitar esse tipo de problema, a Câmara sugere que a Faculdade faça uma previsão de concursos para o quadro efetivo para os próximos anos e que conte com o apoio de entidades como a OAB e de outras instituições de ensino.

Cursos novos

Dança, Fisioterapia e Fonoaudiologia devem ter vagas asseguradas nos próximos concursos, segundo a Câmara. A aprovação de cursos novos pelo CEG, inclusive, deverá levar em conta o contingente de professores efetivos. A Câmara sugere, ainda, que nas próximas alocações de vagas por concurso, as Unidades com problemas crônicos tenham prioridade.

CAp

O Colégio de Aplicação também mereceu atenção da Câmara. "A situação de falta de professores no CAp está se agravando, o que exigirá alocação de vagas de professores", diz o parecer. A Câmara não pôde atender a todos os pedidos do CAp (26 substitutos), tendo que limitar em vinte e uma as contratações, mas solicitou que a reitoria encaminhasse a Brasília, junto do pedido de verba para visitantes, mais verba para contratações do Colégio.

Teimosia de interventor joga dinheiro público no lixo

O Conselho de Ensino de Graduação protocolou no Ministério Público Federal do Rio, na semana passada, um documento apresentando os gastos com a realização das provas do dia 28 de outubro. A teimosia do reitor-interventor Vilhena em não acatar o adiamento custou aos cofres da União, segundo o parecer da Comissão Executiva de Vestibular, R\$ 451.740,22. Outros gastos 'indiretos' das sub-reitorias de Pessoal (SR-4) e de Patrimônio (SR-3), podem chegar a mais R\$ 150 mil. Estes gastos foram relatados no parecer como estimativa e não puderam ser comprovados na documentação.

Caso o adiamento tivesse sido respeitado após a sessão do colegiado de 3/10, os custos extras teriam sido apenas da ordem de R\$ 50 mil. A realização de novas provas não específicas (a chamada primeira fase) vai custar, segundo a Comissão, o mesmo montante, ou seja, mais R\$ 600 mil. O prejuízo não é pequeno: R\$ 550 mil jogados no lixo pelo reitor-interventor.

Sindicância

A vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos foi 'convidada' a comparecer no Quartel do Batalhão de Choque da Polícia Militar, no dia 10/12, para prestar esclarecimentos sobre os 'fatos' ocorridos no dia 28 de outubro, durante a realização de provas do vestibular 2002.

CEG referenda direito de alunos

Na sessão de 5/12, foram relatados alguns casos de professores que teriam dado aulas durante a greve e estariam se recusando a cumprir a reposição integral dos cursos para os estudantes que optaram por participar da paralisação. O caso mais absurdo foi o relatado por uma aluna do Instituto de Psicologia. Ao conversar com professor de um dos

cursos sobre a reposição, onze estudantes ouviram do docente um sonoro "f...-se". Chorando, a aluna disse que o malcriado professor já teria concluído o curso para os demais alunos e se recusava a repor as aulas para os que fizeram greve.

Para evitar que este tipo de situação ocorra em outras Unidades, o colegiado aprovou

nesta sessão uma nota referendando o direito à reposição de aulas para os estudantes que pararam durante a greve. A nota do CEG solicita que os departamentos e as divisões de currículos das Unidades se reúnam para encaminhar a viabilização desta reposição. Outra decisão explicitada na nota é que os estudantes que se sentirem prejudicados por

este ou aquele professor ou curso devem recorrer primeiramente ao departamento, depois à Congregação da Unidade e, só então, caso não tenha sido resolvida a questão, o recurso seja encaminhado ao CEG.

Nesta quarta-feira, 12/12, o colegiado deve discutir a retomada do calendário acadêmico de 2001 e as novas datas do vestibular.



Colegiados

Consuni define normas eleitorais para 2002

Conselheiros reúnem-se nesta quinta-feira para decidir sobre eleição da próxima reitoria

Em mais uma sessão conjunta CEG/CEPG, na quarta-feira (6/12), com a participação de integrantes do Conselho Universitário, foi debatido o processo de escolha do próximo reitor da UFRJ. A comissão formada para estudar as normas eleitorais sugeriu que o Consuni realizasse uma consulta formal, com a proporcionalidade 70(docentes)/15(estudantes)/15(funcionários), prevista como uma opção na legislação sobre a escolha de dirigentes nas universidades (Lei 9.192, 21/12/1995).

A decisão sobre como será o processo ainda vai ser tomada nesta quinta-feira, dia 13, quando o Consuni se reúne formalmente. Os estudantes, no entanto, não gostaram do parecer da comissão dos colegiados. Para o representante dos alunos no Consuni, Bruno Lopes, a consulta formal não garante legitimidade ao reitor eleito. “O processo de adiamento do vestibular foi um exemplo de que os conselhos só são fortes quando a comunidade tem suas propostas aqui respeitadas”, criticou. Bruno questionou também a formação da Comissão Eleitoral que, segundo a proposta apresentada, seria constituída por quinze membros dos colegiados superiores. Com a proporcionalidade 70/30, ao segmento dos estudantes caberia apenas uma

representação na Comissão. “Não é possível que os conselheiros não reconheçam a força dos estudantes. Como pode um representar 33 mil alunos?”, criticou. Bruno teme que os estudantes fiquem desestimulados a participar por terem o peso de seus votos tão reduzido.

A representante dos estudantes da pós-graduação no Consuni, Gilda Moreira, argumentou pela paridade entre professores, estudantes e técnico-administrativos na consulta. “Entendo a decisão dos conselhos, mas os estudantes vão continuar defendendo sua representatividade”, afirmou. Bandeira histórica do movimento estudantil, a paridade foi defendida também pela professora e integrante do Consuni, Diana Maul. “A questão da proporcionalidade deve ser refletida. Individualmente, pois sei que esta é uma posição minoritária entre os docentes, defendo a paridade. Não por outros motivos, mas porque significa a igualdade de responsabilidade das categorias para com a universidade”, comentou.

Para o decano do CCS, professor Sérgio Fracalanza, os conselheiros deveriam deixar de lado a polêmica da representatividade dos segmentos na consulta “Temos que deixar de lado as questões menores que nos separam”, apelou. Para o professor, a consulta deve ser feita no âmbito da legislação, ao contrário do que ocorreu em 1998. Naquele ano, para equilibrar o peso das categorias, os conselhos optaram por realizar uma consulta ‘in-

formal’, com a proporção 50(docentes)/25/25(estudantes e funcionários). Assim como a comissão que elaborou a proposta de normas, Fracalanza acredita que o colegiado não deve deixar ‘brechas’ para que a eleição seja posteriormente questionada pelo Planalto.

Apesar de ter votado contra, o representante dos técnico-administrativos no Consuni, Roberto Gambini, defendeu a proposta da comissão, da qual fez parte. Para Roberto, a consulta formal tem que garantir a realização de um amplo debate sobre projetos de Universidade. “A comissão se preocupou em não deixar brechas para questionamentos em relação ao processo. Vamos fazer o debate político durante a eleição dos candidatos e, então, teremos mais facilidade de construir a votação no Colégio Eleitoral”, explicou.

Mesmo diante dos argumentos a favor da consulta ‘legal’, os alunos não se convenceram. “É obrigação dos estudantes dizer que os rei está nu”, criticou Vinícius Wu, representante no CEG. O estudante reclamou do ‘falso’ consenso que teria sido criado em torno da consulta formal. “O que vai garantir o respeito à consulta é a sua legitimidade e não a subserviência às normas que foram impostas”.

Formação das listas

A polêmica se instalou também em relação à formação das listas típicas. Pela legislação, a votação no Colégio Eleitoral – no caso da UFRJ: Consuni, CEG, CEPG

e Conselho de Curadores – deve ser uninominal. Os três mais votados para cada cargo, reitor e vice, integram as listas a ser enviada ao Presidente da República. A comissão que estudou as normas propôs que a consulta formal fosse feita apenas para a escolha do reitor. As inscrições seriam, então, de candidaturas e não de chapas. Ao se inscrever junto à Comissão Eleitoral, o candidato deveria indicar sua “equipe de trabalho”. O reitor eleito na consulta estaria automaticamente inscrito no Colégio Eleitoral, assim como seu vice. Caberia ao Colégio Eleitoral encontrar a fórmula para eleger os demais integrantes das duas listas, principalmente a de reitor. Os nomes dos integrantes das listas seriam os da ‘equipe’ (reitoria) eleita na consulta.

A proposta nem de longe foi consensual entre os conselheiros. A professora Lília Pougy (CEG) e o professor Nelson Souza e Silva (CEPG) defenderam a votação de chapas e não de candidaturas. Os professores sugeriram, também, que a Comissão Eleitoral definisse, previamente, que os nomes a serem encaminhados ao Colégio Eleitoral fossem somente os nomes dos professores da chapa vencedora. Este procedimento evitaria ‘surpresas’ na hora da formação das listas. “Acho importante debater projetos para a universidade. Quero uma alternativa ao projeto hegemônico do MEC. Temos um grupo, que não é só o do reitor, que sustenta este projeto aqui na UFRJ”, avaliou Lília.

ECO debate democracia nas eleições para diretores

Na última quinta-feira (06/12), um debate sobre a democracia e o processo eleitoral nas Unidades reuniu professores, funcionários e estudantes na Escola de Comunicação (ECO). O evento foi organizado pelo Centro Acadêmico da ECO e contou com o apoio das entidades da UFRJ: a Adufrj-SSind, o Sintufrj, o DCE e a APG. A aluna Bruna Nunes iniciou a discussão apresentando os problemas ocorridos no processo eleitoral da ECO e o desejo de que o peso dado aos três segmentos da instituição seja paritário (hoje são 70% para os docentes e 30% para os funcionários e estudantes): “Apesar de os estudantes estarem presentes na comissão eleitoral, não houve um debate com a comunidade sobre o assunto. Houve um adiamento do prazo para inscrição de novas chapas, mas ainda não foram feitas discussões. Só há uma chapa inscrita e ninguém sabe

de que forma as eleições serão realizadas”. O professor Luis Carlos Paternostro, da Escola de Comunicação, falou sobre a importância da participação da comunidade universitária nas eleições: “Deve haver uma abertura do processo eleitoral com circulação de informações e com o que a comunidade tem para dizer”.

Paridade na Letras

Em assembléia comunitária, cerca de 70 participantes aprovaram, na sexta-feira, 7/12, a paridade para a eleição do próximo diretor da Faculdade de Letras. A comunidade espera que o resultado seja referendado pela Congregação da Unidade, nesta segunda, 10/12. Segundo a representante dos Pós-graduandos, Gilda Moreira, o Instituto de Biologia, o IFCS e o IPPMG também optaram pela paridade entre estudantes, docentes e técnico-administrativos.

UFRJ tem 16 cursos com conceito A no Provão 2001

Nesta semana será divulgado para a imprensa o resultado da avaliação do Provão 2001. O Jornal da Adufrj-SSind teve acesso ao relatório e pôde constatar que, dos 18 cursos da UFRJ avaliados, 16 obtiveram conceito A. O curso de Psicologia ficou com conceito B e apenas o curso de Jornalismo recebeu um E. Neste caso, segundo o professor e conselheiro do CEG, Jorge Fernando, os estudantes de jornalismo boicotaram o Provão, o que explica o conceito do curso. Jorge pretende comentar o resultado na sessão do colegiado desta quarta, dia 12/12. Para o conselheiro o resultado foi “espetacular” e demonstra que a UFRJ, além de ser a maior, é a “melhor” federal do país.

O Andes-SN não concorda com esta forma de avaliação do MEC para o sistema de educação superior. O 40º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes (junho/200) referendou a luta contra o Exame Nacional de Cursos (Provão) por este ser parte de uma política do governo federal de desmantelamento da Universidade Pública. Um dos questionamentos feitos pelo movimento, por exemplo, é que as avaliações do governo pressupõem punições aos cursos com baixos conceitos também nas universidades federais, mas não levam em consideração que a responsabilidade pelo estado de sucateamento destes (falta de professores, equipamentos, infraestrutura etc) é do próprio governo.

Cursos/UFRJ	Conceito
Administração	A
Biologia	A
Direito	A
Economia	A
Engenharia Civil	A
Engenharia Elétrica	A
Engenharia Mecânica ..	A
Engenharia Química ...	A
Farmácia	A
Física	A
Jornalismo	E
Letras	A
Matemática	A
Medicina	A
Odontologia	A
Pedagogia	A
Psicologia	B
Química	A



Opinião/Márcio Amaral*

Um Ministro da “Coisa Privada” (ou um candidato a rei e seu lobo)

Tudo o que é público, e especialmente os serviços públicos, tem sofrido um ataque cerrado nos últimas décadas. Assim desmoralizaram-se os hospitais, as escolas e a previdência pública. Sob o manto da “Moralização” e da condenação do “mau uso dos recursos públicos” escondem-se interesses inconfessáveis que conseguiram, em um movimento bem orquestrado, não só esvaziar aquelas instituições como também atrair para o seu lado até mesmo boa parte da classe média, a qual deveria ser a mais interessada no bom funcionamento daqueles serviços. Alguns baluartes de excelência nos Serviços Públicos, porém, mantiveram-se inexpugnáveis como as Universidades Públicas a Fundação Oswaldo Cruz, o Colégio Pedro II e as Escolas Técnicas Federais.

É em relação às Universidades que hoje se travam os piores embates. Por mais que as Universidades Particulares tentem aumentar o seu investimento, na contratação de professores respeitados, por exemplo, e tentem esvaziar as Universidades Públicas, não têm conseguido avançar um passo sequer no sentido de sua superação em quaisquer dos índices pelos quais é avaliado o bom funcionamento de uma universidade: desempenho de seus ex-alunos em concursos públicos ou escolha em primeira opção pelos vestibulandos, por exemplo. Mais do que isso, por um fenômeno difícil de explicar, o que se verifica é que os tais professores, quando transferem-se para a iniciativa privada, em vez de carregarem o seu prestígio consigo tendem a perdê-lo e a nivelar-se com a mesquinhez do ambiente no qual passam a viver. Até recentemente, considerávamos

esse fenômeno de difícil entendimento e explicação. Duas matérias de jornal, porém deram-nos a senha para a decifração do problema.

1) Um certo senhor, dono e gerente de um certo agregado de “escolas” que alguém ousou chamar de Universidade e usou o nome do fundador da cidade do Rio de Janeiro (pobre do bravo e determinado Estácio de Sá!) para a sua denominação, deixou claro em uma entrevista (JB 16/11) que administra um “Universidade” como quem administra um armazém de “secos e molhados” (“Não sou muito interessado em Educação, sou interessado na Estácio; “A realidade da vida não é estudar”; “As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora”). Em um país que tivesse em regime que se prezasse, declarações como estas deveriam ser suficientes para o cassação da autorização que este Sr. tem para enganar milhares de jovens e suas famílias.

2) Logo após os acontecimentos do Hotel Glória, a direção de um outro agregado de “escolas” (que alguém chamou **Univercidade**, talvez numa confissão de que o analfabetismo ali se inicia pelo nome) fez publicar matéria paga (JB 11/10) denominada “Talibanização do País” na qual alguém com espírito de jornalista frustrado tentou fazer um paralelo entre o movimento dos professores e o regime Talibã e escreveu inúmeras bobagens como, por exemplo, a de chamar o terrorismo de Islâmico, e falar da resistência inútil contra a “globalização inevitável do capitalismo”. No final do tal artigo o articulista terminou por revelar seu verdadeiro objetivo: oferecer vagas

sem necessidade de vestibular, com quem oferece automóvel ou repolhos para aquelas pessoas devidamente “globalizadas pelo capitalismo”, é claro.

É nas mãos de gente assim que está entregue boa parcela da educação brasileira. É com gente assim que o Sr. Paulo Renato veio se reunir no Rio de Janeiro. No seu “D. Quixote”, Cervantes faz S. Pança dizer um ditado espanhol: “não com quem nasce; mas com quem pasces”, que talvez ilustre a situação de nosso Ministro. É com essa gente que ele está comendo; é a essa gente que ele se nivela; é essa gente que está lançando sua candidatura à presidência da República. Para isso, de uma coisa ele já dispõe; de um bom **Bobo da Corte**. A cena, mostrada amplamente pelas TVs, do Sr. Vilhena sentado em uma cadeirinha baixa, com cara de “único menino que fez o dever de casa” enquanto “Sua Majestade” o Ministro da Educação explica em um quadro negro porque o seu “Bobo” tinha razão ao promover a balbúrdia que provocou com o tal “vestibular”, é daquelas cenas que deveriam fazer corar de vergonha todas as pessoas que amam e respeitam à UFRJ e aprenderam a identificá-la, um pouco mais ou menos, com o seu Reitor. Com aquele ser, ridículo sob todos os aspectos, estamos certos de que ninguém na UFRJ se identifica. É certamente por isso, aliás, que ele resolveu atacar a instituição que lhe deram para dirigir usando todos os instrumentos de que dispõe e do cargo usurpado de Reitor. Será que o Ministro não se deu conta de que ao elogiar a atitude do Sr. Vilhena estava necessariamente atacando os demais reitores por ele nomeados de omissos? A afinidade entre Paulo Renato e Vilhena é tão gran-

de que este parece ser “a menina dos olhos” do Sr. Ministro e o Ministro parece ser a “Pupila do Sr. Reitor”.

Somente um sentimento enorme de frustração poderia explicar os ataques dirigidos pelo Sr. Vilhena à própria instituição que deveria ser o primeiro a honrar. Antes de se tornar o Führer da Alemanha, Hitler tentou ser pintor e teve alguns “quadros” seus recusados em exposições vienenses; Goebbels fez uns “filminhos” que não tiveram aceitação e terminou dizendo: “Cultura! Quando ouço esta palavra ponho logo a mão na pistola”. Os dois assemelham-se àquelas pessoas que bateram inutilmente à porta das Musas. Como elas não abriram, atearam fogo ao seu Templo. Com o Sr. Vilhena parece ter se dado algo de parecido. Ele deve ter sonhado em ser professor e até, pasmem, em ser filósofo; como se viu completamente frustrado, tentou “atear fogo” no que o frustou.

A nota do IFCS de repúdio às declarações do Sr. Vilhena e as belíssimas frases nela contidas (“... Não reconhecemos em nossa Universidade a instituição tão cruelmente descrita ao público pelo reitor. Talvez a universidade que administra não seja a mesma na qual trabalhamos”) dão a dimensão daquele homem que há tanto tempo ocupa “funções gratificadas sem qualquer função acadêmica”.

A UFRJ é grande e criativa e haverá de continuar a sê-lo. Aqueles que a atacam assemelham-se àqueles “apedrejadores de montanhas”. Das duas uma: ou fazem a montanha aumentar de tamanho ou provocam avalanches que acabam por soterrá-los.

*Professor Adjunto da Faculdade de Medicina



Vida no Campus

NA FOTO, UM DOS DOIS *OUTDOORS* COM A CAMPANHA EM DEFESA DA UFRJ, EXPOSTO NA LINHA VERMELHA. NESTA SEGUNDA, 10/12, OS COLEGIADOS SUPERIORES, CEG, CEPG E CONSUNI, E AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA UFRJ, ADUFRJ-SSIND, DCE, APG E SINTUFRJ, ESTÃO ORGANIZANDO UM GRANDE ATO, POLÍTICO E CULTURAL, EM DEFESA DA UNIVERSIDADE. A MANIFESTAÇÃO ACONTECERÁ NO AUDITÓRIO PEDRO CALMON, COM EXTENSÃO NO TEATRO DE ARENA MARACATU NO PALÁCIO UNIVERSITÁRIO, NA PRAIA VERMELHA, A PARTIR DAS 17H.



O deputado federal **Ivan Valente (PT/SP)** ressaltou a vitória da greve de 2001. "Este ato é da maior importância neste momento. Cumprimento os professores pela vitória contra a lógica que tenta quebrar o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas. A greve foi uma vitória em termos de ganho salarial, mas também pela manutenção do Regime Jurídico Único. Foi uma derrota do governo e do ministro Paulo Renato".

O presidente nacional da CUT, **João Felício**, também parabenizou o Andes-SN pela greve. "Parabéns à luta, à ousadia e à forma como vocês conduziram este processo".



Representando o DCE, **Vinicius Wu** relembrou a coragem dos que resistiram à gestão Vilhena e que passaram momentos difíceis na luta contra o modelo de gestão imposto por esta reitoria. "Vivemos nestes últimos anos todo o tipo de pressão contra os preceitos democráticos desta universidade, desde o total desrespeito aos órgãos colegiados até a intervenção policial do espaço físico desta universidade (...) A tempestade que nós vivemos não vai durar para sempre e este modelo tem tão pouco a oferecer que, até para aqueles que se vendem, está difícil de engolir. É por isso que a gente tem que acreditar que a gente pode e que está mais do que na hora de virar este jogo".



Muito aplaudido, ainda no início do evento, quando foi anunciada sua presença, o presidente do Andes-SN, **Roberto Leher**, saudou as entidades e os conselhos da UFRJ e ressaltou a decisão da manutenção da greve pela assembléia da Adufrj-SSind, do dia 27/11, que teria sido fundamental para as negociações com o governo, no final da greve. Roberto considerou que a constituição de espaços públicos para o debate na universidade é fundamental para que a comunidade consiga superar o modelo de gestão imposto pelo governo. "Vilhena não foi um raio isolado na universidade. Ele contou com uma parcela que se autodenominou notável. É preciso identificar as pessoas que sustentaram Vilhena e trazer os aliados da intervenção para o debate público".



AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano IV nº 41 • 17 de dezembro de 2001
www.adufrj.org.br

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano IV nº 41 • 17 de dezembro de 2001

www.adufrj.org.br

■ A equipe do Projeto Homens, Saúde e Vida Cotidiana convida para o lançamento do vídeo "Homens, Saúde e Vida Cotidiana", na Livraria do Museu da República, no dia 19 de dezembro, das 18h às 22h. O Museu fica na Rua do Catete, 153. O projeto é uma parceria entre a Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz) e do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva (NESC/UFRJ).

Ato reforça unidade na defesa da UFRJ

Pública realizado na segunda-feira, dia 10/12, lotou o auditório Pedro Calmon, no campus da Praia Vermelha. O evento foi organizado pelos conselhos superiores (CEG, CEPG e representantes do Consuni) e entidades representativas dos docentes (Adufrj-SSind), estudantes (DCE e APG) e técnico-administrativos (Sintufrj). O decano do Centro de Ciências da Saúde, Sérgio Fracalanza, abriu o ato lendo um manifesto assinado pelo também decano Carlos Lessa, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. "A dimensão continental e a diversidade geopolítica e cultural de nossa nação exigem o fortalecimento desse sistema (universitário) e a preservação da UFRJ no lugar que lhe compete. Recolocar esta questão constitui atualmente objetivo de máxima importância diante da crise institucional que vem sendo vivida pela UFRJ em decorrência das sucessivas decisões de seu reitor que sistematicamente viola as normas regimentais e estatutárias", diz um dos trechos lidos pelo professor.

Um dos cotados para ser candidato a reitor no ano que vem, Carlos Lessa proferiu seu discurso citando o desmantelamento da universidade e também dos institutos de pesquisa, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, recentemente ameaçado de extinção pelo governo.

Falando pelo CEPG, a professora Ingrid Sarti enfatizou o trabalho legislativo dos conselhos e a necessidade de uma maior comunicação entre os setores da universidade. A professora Ângela Gonçalves, do CEG, repassou os momentos de tensão vividos pelo colegiado e as truculências do reitor em relação ao adiamento do vestibular 2002. Ângela comemorou com os presentes a notícia de que a graduação da UFRJ também é excelente (no bom sentido). Dezesesseis dos dezoito cursos avaliados obtiveram conceito A no Provão do MEC. Simone Silva, diretora do Sintufrj,



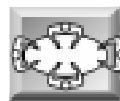
SALÃO PEDRO CALMON FICOU LOTADO

também comentou o resultado e ressaltou a unidade das categorias na resistência contra a reitoria Vilhena.

O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, fez uma crítica e considerou que a unidade da comunidade universitária contra as imposições da atual reitoria estaria acontecendo com um certo atraso. Sanglard lembrou a nomeação do interventor José Vilhena, em 1998, ressaltando a ocupação do prédio da reitoria por estudantes e técnico-administrativos, quando foi sentida a ausência da maioria dos docentes neste processo. Nas crises da Faculdade de Educação, do Instituto de Doenças do Tórax, Sanglard também acha que a comunidade poderia ter se empenhado um pouco mais para evitar que a crise institucional chegasse ao ponto que chegou, dando como exemplos mais gritantes o vestibular e a presença da polícia nos campi. "A luta pela universidade pública e em defesa da UFRJ não começa aqui. Acho que todos nós, e a história desta instituição representa isso, todos que nos dedicamos ao trabalho educativo, e que procuramos fazê-lo com competência e dignidade, estamos trabalhando em defesa desta instituição". Para Sanglard, a palavra de ordem "Fora Vilhena" é mais do que uma questão pura e simples com o reitor. "Ela foi e continua sendo um grito de liberdade desta instituição".

Quem participou

- Conselheiros Consuni** – na mesa, representados pelo professor Carlos Lessa
- Conselho de Ensino de Graduação** – na mesa, representado pela professora Ângela Gonçalves
- Conselho de Ensino para Graduados** – na mesa, representado pela professora Ingrid Sarti
- DCE Mário Prata** – na mesa, representado pelo estudante Vinicius Wu
- APG/UFRJ** – na mesa, representada pela estudante Gilda Moreira
- Sintufrj** – na mesa, representado pela servidora Simone Silva
- Adufrj-SSind** – na mesa, representada pelo professor José Henrique Sanglard
- João Felício** – presidente da CUT Nacional
- Roberto Leher** – presidente do Andes-SN
- Neusa Pinto** – Fasubra Sindical
- Ivan Valente** – deputado federal (PT/SP)
- Chico Alencar** – deputado estadual PT
- Carlos Minc** – deputado estadual PT
- Eliomar Coelho** – Vereador PT
- Paulo Eduardo** – vereador PT/Niterói
- Lucia Souto** – PPS
- Florinda Lombardi** – PSTU
- Abílio Tozini** – presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (Alma)
- Mais de duzentos professores, estudantes e servidores da UFRJ



Colegiados

CEG redefine calendário 2001

Estudantes conseguem prazo para inclusão de disciplinas

Na sessão do dia 12/12, o Conselho de Ensino de Graduação restabeleceu o calendário acadêmico de 2001. Para a contagem dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o reinício oficial das atividades acadêmicas foi em 10 de dezembro. O segundo período de 2001 vai até o dia 5 de abril. Os conselheiros adiaram o prazo de trancamento de disciplinas para os alunos para 18 de janeiro. Os estudantes conseguiram aprovar um prazo extra para inclusão de disciplinas para 11 de janeiro.

Problemas com a reposição

Os representantes discentes reclamaram bastante da condução dos demais conselheiros na redefinição do calendário. Segundo o representante dos alunos, Vinícius Wu, o colegiado deveria definir as datas com base na realidade das Unidades e não para o simples cumprimento dos 100 dias do período. "A realidade é que, nos locais onde houve interrupção das atividades, as aulas não re-

começaram no dia 10 e, pior, muitos professores destas Unidades já estão marcando avaliações para a semana que vem (de 17 a 21/12)", reclamou. Vinícius comentou casos que estariam ocorrendo no IFCS e na Faculdade de Letras. A bancada estudantil tentou convencer os professores do colegiado a aprovar uma resolução que garantisse que não haveria prejuízos aos estudantes. Uma das propostas era, como também defendeu o professor José Sanglard, em nome da assembleia da Adufrj-SSind, que a primeira semana pós-greve fosse dedicada à revisão das matérias e que nas duas primeiras semanas de aula não houvesse aplicação de provas ou exames.

Ao final, os estudantes conseguiram a abertura de um prazo para inclusão de novas matérias. Com esta medida, os alunos que se sentem prejudicados ainda podem optar por vagas em outras turmas ou disciplinas para aproveitarem melhor o período.

Pós-graduação

O calendário do CEG foi estabelecido levando em consideração que muitos programas de Pós-graduação não pararam nestes três últimos meses. Segundo

a professora Lília Pougy (CFCH), esta não é a situação dos programas da Escola de Serviço Social, onde as aulas na pós não aconteceram durante a greve. A conselheira reclamou ao ouvir do sub-reitor Ricardo Gattass que a SR-2 não havia reconhecido a paralisação para a Capes e para o CNPq, no intuito de evitar cortes de bolsas e financiamentos. Para a professora, esta informação deveria ter chegado a todos os programas e aos colegiados ainda durante a greve.

Substitutos têm contratos estendidos até o fim do período

Até o final do segundo período de 2001, agora fixado em 5 de abril, os professores substitutos que encerrariam seus contratos em 31 de dezembro deste ano continuarão contratados e deverão, assim como os demais, repor as aulas perdidas durante a greve. Segundo a secretaria do CEG, o professor substituto tem o direito de ter seu contrato cancelado em 31/12 como estava previsto antes da interrupção das atividades. Neste caso, o departamento deverá absorver a carga horária do professor para a reposição ou encaminhar um requerimento de novo contrato à Câmara Docente do CEG.

Datas do vestibular só devem ser definidas esta semana

Na sessão de 12/12, os conselheiros do CEG não puderam definir as datas do vestibular 2002. O coordenador acadêmico do concurso, Herli de Menezes, apresentou as propostas surgidas na discussão com os coordenadores de vestibular das demais federais do Rio. Segundo Herli, nas conversas com os representantes da UFF, UniRio, Rural e Cefet, as datas sugeridas para o concurso da UFRJ seriam 3, 17 e 21 de março. Na discussão com os conselhei-

ros do CEG, ficou acertado que o professor Herli tentaria uma nova negociação com as instituições para garantir que o vestibular da UFRJ seja realizado entre 24 de fevereiro a 24 de março.

As definições das datas poderá levar em conta a utilização de dias de semana e até de sábados. A preocupação do CEG é garantir um mínimo de condições adequadas para a realização das provas, a correção e a divulgação dos resultados.

Novo calendário acadêmico

- Reinício das atividades acadêmicas: 10/12/2001
- Término do calendário acadêmico de 2001: 05/04/2002
- O CEG resolveu recomendar que as atividades acadêmicas de graduação e da educação básica realizadas no período de 10/12 a 21/12/2001 e 02/01/2002 a 04/01/2002 sejam dedicadas prontamente à revisão de conteúdos ministrados antes de 22/08/2001 (início da greve).
- O CEG também resolveu recomendar que não haja aferição de rendimento acadêmico antes do dia 07/01/2002.



Resenha

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) estão em greve desde o dia 17 de setembro. Apesar do amplo apoio da sociedade e mesmo a tentativa de mediação das entidades organizadas nas cidades de Londrina, Maringá e Cascavel, sede das respectivas universidades, o governo Jaime Lerner ainda não abriu canais para efetiva negociação. Há risco de cancelamento do vestibular. Professores e funcionários reivindicam reposição salarial de 50,03% pelas perdas salariais de 6 anos.

O "Jornal da Paulista", publicação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), entrevistou Nelson Cardoso Amaral, professor de física da Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista no orçamento das universidades nos anos 90. Segundo ele, desde o início do governo FHC, o orçamento teve uma queda lenta e diminuiu cerca de 15% no período. O professor diz que falta dinheiro para a universidade: "A riqueza nacional está sendo destinada para pagar a dívida pública interna e a dívida externa". Os recursos do Fundo Público Federal servem cada vez mais para pagar despesas básicas como água e luz e o capital para investimentos em bibliotecas, equipamentos e laboratórios caíram de R\$ 310 milhões, em 1995, para R\$ 91 milhões, em 2000. Na entrevista, ele diz ainda que a autonomia financeira das IFES é um bom caminho: "O governo precisa regulamentar a autonomia financeira das Ifes. Deixar claras as regras do jogo, o dinheiro que as instituições têm".

Segundo matéria do jornal O Globo (08/12), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocará uma greve geral na primeira quinzena de março contra a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). "A maioria das pessoas ainda não sabe ou não se deu conta do que está sendo mudado", disse o presidente da entidade, João Felício. A Executiva Nacional da CUT também aprovou uma série de manifestações para o início do ano.



Colegiados

Consuni convocará consulta para reitor

Colegiado decide não entrar em recesso até abril para garantir o processo eleitoral

O impasse predominou na última sessão do Conselho Universitário realizado em 13 de dezembro. Os conselheiros se reuniram para discutir exclusivamente o processo de escolha do próximo reitor, em 2002. Mas uma divergência na forma de encaminhar a discussão acabou sendo decisiva para a interrupção dos trabalhos. De certo mesmo, foi decidido que o Consuni só vai deliberar sobre seu recesso (normalmente, em janeiro ou fevereiro) na primeira sessão ordinária de abril do ano que vem. Esse funcionamento ao longo dos próximos meses objetiva garantir a tranquilidade do processo eleitoral. Outra definição do colegiado (por 24 votos contra 10) é que será convocada uma consulta à comunidade para o cargo de reitor.

Com a mesma pauta de processo eleitoral para reitor, uma nova reunião está marcada pelo próprio Vilhena para esta quinta-feira (20 de dezembro) – o Consuni de 13/12 foi presidido pelo sub-reitor Ricardo Gattass (apesar de Vilhena ter desconvocado a reunião na véspera), mas havia reconhecimento da legalidade da sessão por entendimento da Comissão de Legislação e Normas do colegiado superior.

Paridade x legalidade

O primeiro entrave da reunião se deu quando começou a ser rediscutido o peso de cada segmento universitário (docentes, funcionários e estudantes) na votação. Conforme o jornal da Adufrj-SSind já havia divulgado, nas últimas reuniões CEG/CEPG, com convite aos conselheiros do Consuni, estudantes e funcionários técnico-administrativos defendem a paridade (um terço de “peso” para cada segmento). Já os professores (pelo menos os que se manifestaram até agora), querem manter a proporção 70% para docentes, 15% funcionários e 15% para alunos. De acordo com estes professores, a consulta tem que obedecer à letra da lei, por pior que ela seja, para não abrir “brecha” a uma nova intervenção na UFRJ. Seria a legalidade levada a efeito para impedir novos “vilhenas” (ou o próprio).

Estudantes e funcionários discordam desse raciocínio, pois consideram que a legitimidade do processo é o ponto realmente relevante. “Onde estava a legalidade quando a polícia invadiu o *campus* para agredir estudantes? Onde está a legalidade quando abandonam o alojamento e dão R\$ 1 milhão para reformar um prédio da UFRJ? Onde está a legalidade quando pretendem inaugurar um bingo numa área da UFRJ que o Colégio de Aplicação pleiteia há anos? Onde está a legalidade quando cortam os 26,05%

dos servidores?”, questionou a representante discente Isabel Mansur (CEG). “Acredito na lei, mas acredito antes na Justiça”, observou Daniel Sousa, também representante discente (Consuni). Os alunos e funcionários têm decisões congressuais de categoria pela paridade e acreditam que será difícil mobilizar a comunidade para um processo no qual terão influência reduzida.

O professor Oscar Rosa Mattos não vê a questão da mesma maneira. Constatou que, num exame das últimas consultas à comunidade para reitor, o candidato eleito sairia ganhador com qualquer proporcionalidade, fosse ela 70/15/15; 50/25/25, pela paridade (33/33/33) ou voto universal. “Essa discussão não tem sentido no nosso caso. A eleição não é a consulta. São 80 pessoas (dos colegiados superiores) que vão decidir. Como convencer estas pessoas? Muitos são legalistas nesse grupo”, contou, fazendo referência à lei nº 9.192, de 1995, que dispõe sobre a escolha dos dirigentes universitários. Pela lei, a consulta (como diz o próprio nome) é apenas um balizador para que os 80 conselheiros (somados Consuni, CEG, CEPG e talvez Conselho de Curadores) façam a lista tríplice.

Na votação já citada do encaminhamento da consulta (24 a 10), os cinco representantes estudantis e os cinco representantes dos funcionários téc-

nico-administrativos foram os votos contrários.

Estudantes se retiram do Consuni

Superada a questão do encaminhamento da consulta, veio o grande impasse. No momento em que se começaria a discutir normas, datas, composição da comissão para a consulta à comunidade, os estudantes decidiram sair da sala. Como alguns professores também tinham se retirado, acabou o quórum mínimo para deliberação.

A alegação dos estudantes para a retirada foi o encaminhamento da discussão. Em vez de trabalhar a proposta da comissão CEG/CEPG/Consuni, alguns professores passaram a encaminhar um outro texto, já em forma de resolução, trazido no dia da sessão. Seria uma sugestão de Aloisio Teixeira para resumir o documento mais extenso construído na comissão. Oscar Ascelrad (decano do CT) tentou conciliar: “Não existem duas propostas. O que existe nesta proposta está na proposta da comissão, só que com outra linguagem”, disse. Para Flávio Dickstein, o que deve ser ressaltado da reunião é que o processo eleitoral começou a ser discutido no Consuni, com a presença de mais de 30 conselheiros. A divergência, ainda segundo Flávio, é fruto do debate em torno de uma lei que fere a autonomia universitária – “um processo que ninguém concorda”.



Jurídico

Justiça adia prazos da GED

A Adufrj-SSind conquistou na Justiça a suspensão por três meses do prazo final fixado (12 de dezembro de 2001) para a entrega dos relatórios da GED. Na mesma ação, também ficou assegurado o recebimento da gratificação em seus valores atuais até que se apure o resultado da nova avaliação. Pelo despacho, o reitor e o presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) local devem dar ampla publicidade à decisão judicial, por qualquer meio hábil.

O juiz da 20ª Vara Federal, Vladimir Santos Vitovsky, que concedeu a liminar, entendeu que o prazo de 12 de dezembro é bastante exíguo em virtude da greve recém-encerrada. Sobre a possibilidade de entrega dos relatórios da GED por escrito, o juiz ainda vai se pronunciar, após ouvir a representação judicial da universidade.

Anote

O IFCS será pequeno para tanta festa. No dia 18 de dezembro, a partir das 18h, o Salão Nobre do instituto recebe a comemoração pela edição de número 500 do Jornal do Sintufrj. Na programação, está um debate intitulado “Informação - arma poderosa na luta contra a exploração”. Além disso, está prevista uma exposição de fotos, charges e edições históricas da publicação sindical.





Antigos problemas da UFRJ mobilizam assembleia

Distribuição indefinida de vagas pelas Unidades angustia professores

Com o fim da greve, a última Assembleia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 11/12, voltou-se para antigos problemas da universidade. Assuntos como a situação dos 26,05% e o impedimento do reitor já estavam pautados. Durante a AG, o “nebuloso” processo de distribuição de vagas de docentes na UFRJ e eventuais processos judiciais contra o ministro da Educação também foram discutidos. Foi eleita ainda a delegação da seção sindical ao 43º Conad, ocorrido em Brasília, entre os dias 14 e 16 de dezembro.

Sobre o ganho judicial, a reitoria havia informado que o pagamento seria efetuado na quinta-feira (13/12), o que não se confirmou. Mesmo assim, houve o entendimento na AG de que a questão estava resolvida apenas parcialmente. A diretoria da seção sindical, desde 1994, luta pela extensão administrativa para todos. O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, lembrou que não adianta enviar ofícios para a reitoria ou conversar com o reitor. “Temos que ter 500 ou 600 professores lá na porta do Vilhena para pressionar”, disse. No sentido de encaminhar a luta para conseguir a extensão dos 26,05% para todos os professores, ficou decidido que a Adufrj-SSind faria uma consulta a todo corpo docente para descobrir quem recebe e quem não recebe o percentual – esse “mapeamento” já foi tentado pela diretoria da seção sindical junto à sub-reitoria de Pessoal por diversas vezes, sem uma resposta satisfatória. De posse desses dados, a seção sindical poderia organi-

zar melhor alguma atividade pela extensão dos 26,05%.

PSS só em janeiro

Foi informado que, de acordo com a SR-4, a devolução do desconto indevido do PSS sobre a gratificação natalina (13º) ocorrerá no salário de dezembro, a ser pago em janeiro. Sanglard lembrou que a ação vale para a venda de 1/3 das férias, que também não pode ser descontado para o PSS.

Depoimento na PM

Na semana passada, a vice-presidente da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, foi convidada pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar a esclarecer os fatos ocorridos durante o domingo do vestibular. A assessoria jurídica da entidade indicou um advogado criminalista para representá-la e, se for necessário, seu depoimento poderá ser tomado na própria sede da seção sindical.

Cadê a COTAV?

O confuso processo de distribuição de vagas de docentes pelas Unidades está angustando os professores. O reitor, pelas últimas informações, não constituiu ainda a Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV). E o prazo para lançar os editais estaria se esgotando. Existe a preocupação que o interventor do MEC se utilize dessas cotas para alavancar sua reeleição no ano que vem. Sanglard observou que o jornal da Adufrj-SSind está aberto às denúncias para todos que souberem de alguma “negociação de bastidores”. “Não pode é apresentar uma denúncia vazia”, afirmou. O presidente também instou os presentes a cobrarem as representações dos

Centros nos colegiados superiores por um processo justo e transparente.

Salário é intocável

O professor Person Cândido (EEFD) não esqueceu as dificuldades pelas quais passou (e vem passando) por causa da retenção arbitrária dos salários por parte do MEC. Com o nome incluído em diversas listas de proteção ao crédito (SERASA ou SPC) e vários cheques devolvidos, Person se sentiu frontalmente atingido pela atitude do governo. Indignado (e acreditando não ser um caso único, o que foi confirmado pelos demais professores), questionou se não caberia alguma ação do movimento docente contra o ministro. “Não podemos deixar isso assim. Essa não foi a nossa primeira, nem a última greve. O governo não pode gostar de fazer isso sempre”, comentou. Janete Luzia (Escola de Serviço Social), que esteve no Comando Nacional de Greve como delegada ou observadora da Adufrj-SSind em algumas oportunidades, explicou que a Assessoria Jurídica Nacional já pensava em fazer algo a esse respeito após o movimento de greve.

Sanglard disse que ia encaminhar o assunto para a assessoria local verificar como isso está evoluindo. A possível ação contra o ministro também será remetida para próxima AG.

Impedimento do reitor e Congresso interno

Foi comentado o ato em defesa da UFRJ (veja matéria da capa) e foi informado que o abaixo-assinado já conta com quase mil nomes só de professores da UFRJ. Além dessa iniciativa, um dossiê com diversas

irregularidades administrativas da reitoria Vilhena está sendo confeccionado por representantes dos colegiados superiores.

Idéia surgida durante a greve, foi novamente levantada a possibilidade de realização de um Congresso Interno da UFRJ ou seminário para discutir questões da Universidade. O objetivo deste evento, que deve ocorrer nos próximos meses, seria discutir amplamente a UFRJ que a comunidade acadêmica deseja. Os resultados deste seminário (ou Congresso) seriam apresentados (e cobrados) aos reitoráveis. O presidente da Adufrj-SSind ressaltou a importância dessa iniciativa. “O Vilhena se aproveitou de uma conjuntura que está aí. Temos que mudar esta conjuntura. E o seminário é um meio”, disse.

43º Conad

A Assembleia Geral aprovou que a diretoria indicasse um de seus componentes como delegado ao 43º Conselho Nacional de Seções Sindicais do Andes-SN e, além disso, os nomes dos professores Walcyr Barros, Janete Luzia e Luciano Menezes como observadores e suplentes, nesta ordem. Caso a diretoria não indicasse o delegado, o professor Walcyr assumiria esta função. A diretoria indicou José Henrique Sanglard para compor a delegação.

Entretanto, posteriormente, o professor Luciano não pôde aceitar a indicação, além de Walcyr e Sanglard não terem condições de estar presentes na sexta-feira para as plenárias de abertura, de instalação e inicial. Em vista disso, a delegação ficou assim constituída: Janete (delegada), Walcyr (observador/1º suplente) e Sanglard (observador/2º suplente).



Nosso Bolso

Aumento de 3,5% aprovado na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 13/12 o projeto de lei que reajusta em 3,5% os salários dos servidores públicos federais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações a partir de janeiro de 2002. O presidente do Senado, Ramez Tabet, já incluiu a proposta na pauta da Casa para ser votada nesta semana. Vale lembrar que o projeto só foi apresentado pelo governo para cumprir decisão do Supremo

Tribunal Federal, que determinou o reajuste do funcionalismo em cumprimento ao artigo 37 da Constituição. Até então, os SPF reivindicavam um aumento salarial de 75,48%. Pelo projeto de lei que reajusta o salário dos professores (veja encarte nesta edição), o aumento vai incidir sobre a tabela já reajustada com os 3,5% e não será prejudicado por futuros aumentos concedidos aos servidores em geral.



Resenha

Pesquisadores criticam avaliação do trabalho científico

Artigo veiculado no Jornal da Ciência (04/12) de dois pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) critica o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) pela implementação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT). Segundo o texto, é de preenchimento obrigatório uma ficha na qual aparecem números (quantos artigos, quantos alunos orientados, quantas bancas), sem qualquer menção à qualidade. “A avaliação numerológica do trabalho

científico responde à nefasta política do “publish or perish”. Nos países avançados, ela vem sendo questionada por conduzir, a curto prazo, a uma ciência sem relevo, esterilizada, transformando o cientista em mero produtor de “papers”, sob pressão de datas de vencimento. A ciência precisa de liberdade para sobreviver, não pode ter um ritmo imposto”, diz um trecho. Para ter acesso ao texto na íntegra, visite <http://www.sbpnet.org.br/jcdiario/jcdiario-04-12-01.html>

Como calcular a sua remuneração

O Projeto de Lei nº 5.805/2001, aprovado na Câmara dos Deputados como resultado de nossa greve, dispõe sobre a alteração dos vencimentos básicos dos professores do ensino de 1º, 2º e 3º graus das Instituições Federais de Ensino (IFE), mas apresenta apenas as tabelas dos vencimentos básicos dos docentes em regime de 20 horas e de 40 horas com graduação. Com o objetivo de informar desde já nossos sindicalizados sobre os novos valores da remuneração para todos regimes de trabalho e níveis das carreiras do magistério, apresentamos, nas páginas seguintes, um conjunto de tabelas nas quais cada um poderá obter o valor bruto de sua remuneração, de acordo com o Projeto de Lei, que deve ser votado esta semana no Senado.

Descrição das Tabelas

As tabelas foram organizadas por carreira do magistério (1½º grau e 3º grau), titulação (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) e regime de trabalho (20 horas semanais, 40 horas semanais e Dedicção Exclusiva). Cada tabela contém os valores das parcelas que compõe a remuneração para cada classe (Titular, Adjunto, Assistente e Auxiliar para 3º grau; Titular, E, D, C, B e A para 1º e 2º graus) e cada nível, U (único) ou 1, 2, 3, 4.

A apresentação das tabelas para cada carreira está em ordem crescente de titulação (em primeiro, graduação; depois, aperfeiçoamento, e assim sucessivamente, até o doutorado), para cada um dos regimes de trabalho (20h, 40h e DE). Assim, a primeira tabela de cada carreira se refere aos docentes graduados em regime de 20h semanais, a segunda tabela aos docentes graduados em regime de 40h semanais e a terceira tabela aos docentes graduados em regime de dedicação exclusiva. O próximo conjunto de três tabelas se refere aos docentes com aperfeiçoamento para os respectivos regimes de trabalho e assim por diante. Cada tabela contém oito colunas: Classe, Nível, VB-PL (Vencimento Básico a partir do Projeto de Lei), CSM (Complemento para o Salário Mínimo de R\$180,00), VB (Vencimento Básico), GAE (Gratificação de Atividade Executiva), PVerão (Plano Verão - 26,05%) e Anuênio (1% do Vencimento Básico).

Tanto os valores máximos da GED/GID como os valores correspondentes a 60% dos valores máximos da GED/GID estão apresentados em tabelas em

separado, também para cada regime de trabalho, titulação e classe.

Metodologia de Cálculo

Os valores das tabelas geradas foram obtidos da seguinte forma:

1. Tomou-se como referência o vencimento básico para o regime de 20 horas semanais com graduação apresentados no PL.

2. Obteve-se o vencimento básico correspondente ao regime de 40 horas semanais multiplicando-se por **2,0** o vencimento básico para o regime de 20 horas semanais.

3. Obteve-se o vencimento básico correspondente ao regime de dedicação exclusiva multiplicando-se o vencimento básico para o regime de 40 horas semanais por **1,55**.

4. Considerou-se a titulação, multiplicando o vencimento básicos para o docente graduado pelo respectivo fator de correção: **1,05** para aperfeiçoamento; **1,12** para especialização; **1,25** para mestrado e **1,50** para doutorado, obtendo-se o vencimento básico a partir do PL (**VB-PL**).

5. O vencimento básico a partir do PL menor que o salário mínimo atual (R\$180,00) deve receber ainda a complementação para o salário mínimo (**CSM = 180 - VB-PL**), obtendo-se, finalmente, o vencimento básico real (**VB**), ou seja, **VB = VB-PL + CSM**.

6. Calculou-se o valor da Gratificação de Atividade Executiva, que corresponde a 160% do vencimento básico real, ou seja, **GAE = 1,6 x VB**.

7. Calculou-se o valor do Plano Verão, que corresponde a 26,05% do

valor da soma do vencimento básico real com a GAE, ou seja, **PVerão = 1,2605 x (VB+GAE)**.

8. Obteve-se o valor de um anuênio, ou seja, **Anuênio = 0,01 x VB = VB/100**.

De posse desses valores em cada tabela combinando carreira, titulação, regime de trabalho, classe e nível é possível obter o valor do vencimento total bruto, a menos de outros ganhos judiciais, vantagens pessoais, ou adicionais tais como periculosidade e insalubridade. Para isso, é necessário os seguintes passos:

a) Localize na tabela relativa a sua carreira, titulação e regime de trabalho a linha correspondente a sua classe e nível na carreira.

b) Some o vencimento básico correspondente (VB) com o valor da GAE e, se for o caso, a parcela relativa ao plano verão (PVerão).

c) Acrescente o valor do adicional por tempo de serviço, multiplicando o valor unitário de Anuênio fornecido na tabela pelo número total de anuênios, que pode ser obtido num contracheque anterior, terceiro campo à esquerda, T.S. (%), logo abaixo do campo categoria/carreira.

d) Adicione o valor da GED ou da GID, de acordo com sua pontuação, carreira e situação funcional (ativo ou aposentado). Para os professores do 3º grau, o valor da GED pode ser obtido no último contracheque; para os docentes de 1º e 2º graus, ativos e aposentados, por enquanto, a GID corresponde a apenas 60% do valor máximo.

e) Inclua, finalmente, os R\$88,00 relativos ao auxílio alimentação!

A nova legislação

O projeto de Lei 5805, transcrito abaixo, já com as emendas do relator (deputado Nelson Marchezan) foi votado em regime de urgência na Câmara dos Deputados no dia 6 de dezembro. O PL modifica a Lei nº 10.187 (popular Lei da GID), também transcrita abaixo já com as emendas do relator. A expectativa é que o Senado vote o PL nesta semana e que o presidente sancione a lei em seguida. De acordo com a senadora Heloísa Helena (PT), já há acordo de lideranças - firmado em requerimento - para que o Projeto de Lei tramite em regime de urgência. A senadora registra que a votação será tranqüila, visto que todas as lideranças já firmaram acordo para a sua aprovação. Vale ressaltar que a parte inicial do PL legisla sobre situação dos médicos residentes. Não reproduzimos alguns anexos por motivo de espaço. Os anexos relativos aos pontos das gratificações GID e GED constam da página 8 e o Anexo I do PL 5.805 se transformou nas tabelas das páginas a seguir.

PROJETO DE LEI 5805/01

Dá nova redação ao art. 49. da Lei nº 9.

6.932, de 7 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ao médico residente será assegurada bolsa no valor correspondente a oitenta e cinco por cento do vencimento básico fixado para os cargos de nível superior posicionados no padrão I da classe A do Anexo da Lei nº 10.302, de 31 de outubro de 2001, em regime de quarenta horas semanais, acrescido de adicional no percentual de cento e doze vírgula zero nove por cento, por regime especial de treinamento em serviço de sessenta horas semanais.”

Art. 2º A alteração determinada pelo art. 1º terá efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2002, ficando assegurado ao médico residente, exclusivamente nos meses de dezembro de 2001 e janeiro de 2002, o pagamento de bolsa extraordinária nos valores de R\$ 400,00 e

R\$100,00, respectivamente.

Art. 3º As tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino passam a ser as constantes do Anexo I, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 4º O Anexo II da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II desta Lei, a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 5º O §7 do art. 1º, o parágrafo único do art. 4º, e o art. 5º da Lei nº 10.187, de 2001, passam a vigorar, a partir de 1º de fevereiro de 2002, com as seguintes alterações:

“Art.1º.....”

§ 7º Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada na avaliação do ano civil imediatamente anterior.” (NR)

“Art.4º.....”

Parágrafo único. O professor que se encontra nas situações previstas nos incisos II ou III poderá optar pela percepção da Gratificação com base na sua pontuação efetivamente alcançada, caso a possua.”

Art. 5º A Gratificação de que trata esta Lei integrará os proventos da aposentado-

ria e as pensões, de acordo com:

I - a média dos valores recebidos nos últimos vinte e quatro meses; ou

II - o valor correspondente a sessenta por cento do limite máximo fixado no § 1º do art. 1º, quando percebida por período inferior a vinte e quatro meses.

Parágrafo único. As aposentadorias e às pensões existentes quando da vigência desta Lei aplica-se o disposto no inciso II deste artigo.”

Art. 6º Sobre os valores das tabelas constantes dos Anexos I e II desta Lei incidirá qualquer índice concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais entre 30 de novembro de 2001 e 31 de janeiro de 2002, vedada qualquer dedução proveniente de posterior revisão geral e anual da remuneração.

Parágrafo único. Os efeitos financeiros do disposto no caput vigorarão a partir de 1º de fevereiro de 2002.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as Leis nº 8.725, de 5 de novembro de 1993 e 8.138, de 28 de dezembro de 1990, a partir de 12 de fevereiro de 2002.

Brasília,

LEI Nº 10.187, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001.

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 2.125-12, de 2001, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor de 1º e 2º Graus nas instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I.

§ 1º A Gratificação instituída no caput deste artigo terá como limite máximo oitenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II, obedecido ao limite fixado no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 2º A pontuação atribuída a cada professor obedecerá a regulamento estabelecido por cada instituição que incluirá, obrigatoriamente, a carga horária semanal, e a avaliação das atividades de ensino obedecerá a critérios quantitativos, mantendo-se os critérios qualitativos para a participação dos docentes em programas e projetos de interesse institucional.

§ 3º O limite global de pontuação mensal corresponderá, em cada instituição, a

oitenta vezes o número de professores e, sempre que a instituição de ensino ultrapassar o limite de pontuação correspondente a setenta e cinco vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, a sua ampliação dependerá de autorização expressa do Ministério de Estado da Educação, mediante justificativa apresentada pela IFE no seu plano de desenvolvimento institucional.

§ 4º É condição obrigatória para a atribuição de pontuação ao professor de que trata esta Lei a prestação de, no mínimo, oito horas semanais de aulas, admitindo-se a redução deste limite à metade nas hipóteses previstas nos incisos II e III do art. 4º.

§ 5º O Poder Executivo estabelecerá os requisitos básicos para o regulamento de que trata o § 2º.

§ 6º As instituições federais de ensino, constantes do Anexo I desta Lei, darão conhecimento prévio aos respectivos Ministérios a que se vinculem dos regulamentos referidos no § 2º, e os publicarão no Diário Oficial da União, com vigência a partir de trinta dias da referida publicação.

§ 7º A periodicidade da revisão da pontuação dos professores, nos termos do § 2º, não poderá ser superior a um ano.

§ 8º Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada nos doze meses imediatamente anteriores à competência do efetivo pagamento.

Art. 2º A Gratificação de que trata o ar-

tigo anterior será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 3º Até a vigência dos regulamentos de que trata o § 2º do art. 1º, a Gratificação será calculada com base em pontuação correspondente a sessenta por cento do limite fixado no § 1º daquele artigo.

Parágrafo único. Até que seja possível o cálculo previsto no art. 1º, observar-se-á o disposto no caput deste artigo para o pagamento daquelas parcelas.

Art. 4º O servidor que não possua pontuação somente fará jus à Gratificação, calculada com base em sessenta por cento do limite máximo de pontos fixado no § 1º do art. 1º, quando se encontrar:

I - cedido para exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4, ou cargo equivalente na Administração Pública Federal;

II - em exercício de Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada na própria instituição;

III - afastamento autorizado pela instituição para curso de especialização, mestrado ou doutorado em outra instituição.

Parágrafo único. O professor que se encontra nas situações previstas no inciso II poderá optar pela percepção da Gratificação com base na sua pontuação efetivamente alcançada, caso a possua.

Art. 5º Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão, a

Gratificação:

I - somente será devida se percebida há pelo menos dois anos de atividade;

II - será calculada pela média aritmética dos últimos vinte e quatro meses anteriores à aposentadoria.

Art. 6º Fica vedada, a partir da publicação desta Lei, a redistribuição de Professores de 1º e 2º Graus com escolaridade inferior à graduação para as instituições referidas no Anexo I.

Art. 7º Sobre os valores fixados no Anexo II, incidirão os índices de reajuste geral concedidos aos servidores públicos federais civis a partir da publicação desta Lei.

Art. 8º Ficam reajustados em trinta por cento, a partir de 1º de janeiro de 2000, os valores fixados em reais no anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998.

Parágrafo único. A Gratificação instituída pela Lei nº 9.678, de 1998, é devida, igualmente, aos ocupantes de cargos efetivos de Professor do Magistério Superior das Instituições Federais de Ensino Superiores Militares.

Art. 9º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.125-11, de 27 de dezembro de 2000.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 12 de fevereiro de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

Tabelas da carreira do 1º e 2º graus

Exemplo de uso das tabelas

Para ilustrar o procedimento de cálculo, vamos obter o novo vencimento bruto de um docente auxiliar nível 3, graduado, em regime de dedicação exclusiva, com 100% da GED, sem o plano verão e com 5 anuênios:

(a) A tabela correspondente, neste caso é a Tabela 3.3 (3o. Grau – Graduação – Dedicação Exclusiva) e a linha com os valores de interesse é a terceira linha de baixo para cima.

(b) A soma do vencimento básico (R\$473,80) com a GAE (R\$758,09) é igual a R\$1.231,89.

(c) Acrescentando o adicional de tempo de serviço, que é igual a 5 vezes o valor de um Anuênio (R\$4,74), ou seja, R\$23,70 resulta em R\$1.255,59.

(d) Adicionando o valor da GED (R\$303,94), que pode ser obtido, neste caso, consultando a Tabela 4.3b (100% GED – 140 Pontos – DE) encontramos R\$1.559,53.

(e) Por fim, incluindo a parcela fixa do auxílio alimentação (R\$88,00), encontramos uma remuneração bruta total de R\$1.647,53.

Estes valores correspondem aos reajustes relativos apenas ao PL 5805/2001, a partir de fevereiro de 2002, a ser recebido no início de março de 2002.

Sobre o vencimento básico, as parcelas da GAE e do adicional de tempo de serviço incidirão ainda o índice a ser concedido a todo o funcionalismo público federal em janeiro de 2002. Se este índice for de 3,5%, como vem sendo anunciado pelo governo, os valores dessas parcelas devem ser multiplicados por 1,035. No exemplo acima, o valor da remuneração bruta total seria, portanto, igual a (VB + GAE + TS) x 1,035 + GED + AA, ou seja, 1.255,59 x 1,035 + 303,94 + 88,00 totalizando R\$1.691,47.



Tabela 1.1

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	272,63	0,00	272,63	436,21	184,65	2,73
E	4	230,79	0,00	230,79	369,26	156,31	2,31
E	3	221,03	0,00	221,03	353,65	149,70	2,21
E	2	211,71	0,00	211,71	338,74	143,39	2,12
E	1	202,59	0,00	202,59	324,14	137,21	2,03
D	4	187,73	0,00	187,73	300,37	127,15	1,88
D	3	181,18	0,00	181,18	289,89	122,71	1,81
D	2	177,54	2,46	180,00	288,00	121,91	1,80
D	1	174,27	5,73	180,00	288,00	121,91	1,80
C	4	171,94	8,06	180,00	288,00	121,91	1,80
C	3	168,85	11,15	180,00	288,00	121,91	1,80
C	2	165,84	14,16	180,00	288,00	121,91	1,80
C	1	163,48	16,52	180,00	288,00	121,91	1,80
B	4	133,62	46,38	180,00	288,00	121,91	1,80
B	3	127,76	52,24	180,00	288,00	121,91	1,80
B	2	122,22	57,78	180,00	288,00	121,91	1,80
B	1	116,81	63,19	180,00	288,00	121,91	1,80
A	4	110,79	69,21	180,00	288,00	121,91	1,80
A	3	106,01	73,99	180,00	288,00	121,91	1,80
A	2	101,49	78,51	180,00	288,00	121,91	1,80
A	1	97,67	82,33	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 1.2

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	545,26	0,00	545,26	872,42	369,30	5,45
E	4	461,58	0,00	461,58	738,53	312,63	4,62
E	3	442,06	0,00	442,06	707,30	299,41	4,42
E	2	423,42	0,00	423,42	677,47	286,78	4,23
E	1	405,18	0,00	405,18	648,29	274,43	4,05
D	4	375,46	0,00	375,46	600,74	254,30	3,75
D	3	362,36	0,00	362,36	579,78	245,43	3,62
D	2	355,08	0,00	355,08	568,13	240,50	3,55
D	1	348,54	0,00	348,54	557,66	236,07	3,49
C	4	343,88	0,00	343,88	550,21	232,91	3,44
C	3	337,70	0,00	337,70	540,32	228,72	3,38
C	2	331,68	0,00	331,68	530,69	224,65	3,32
C	1	326,96	0,00	326,96	523,14	221,45	3,27
B	4	267,24	0,00	267,24	427,58	181,00	2,67
B	3	255,52	0,00	255,52	408,83	173,06	2,56
B	2	244,44	0,00	244,44	391,10	165,56	2,44
B	1	233,62	0,00	233,62	373,79	158,23	2,34
A	4	221,58	0,00	221,58	354,53	150,08	2,22
A	3	212,02	0,00	212,02	339,23	143,60	2,12
A	2	202,98	0,00	202,98	324,77	137,48	2,03
A	1	195,34	0,00	195,34	312,54	132,30	1,95

Tabela 1.3

1º/2º GRAUS - GRADUAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	845,15	0,00	845,15	1.352,24	572,42	8,45
E	4	715,45	0,00	715,45	1.144,72	484,57	7,15
E	3	685,19	0,00	685,19	1.096,31	464,08	6,85
E	2	656,30	0,00	656,30	1.050,08	444,51	6,56
E	1	628,03	0,00	628,03	1.004,85	425,36	6,28
D	4	581,96	0,00	581,96	931,14	394,16	5,82
D	3	561,66	0,00	561,66	898,65	380,41	5,62
D	2	550,37	0,00	550,37	880,60	372,77	5,50
D	1	540,24	0,00	540,24	864,38	365,90	5,40
C	4	533,01	0,00	533,01	852,82	361,01	5,33
C	3	523,44	0,00	523,44	837,50	354,52	5,23
C	2	514,10	0,00	514,10	822,57	348,20	5,14
C	1	506,79	0,00	506,79	810,86	343,25	5,07
B	4	414,22	0,00	414,22	662,76	280,55	4,14
B	3	396,06	0,00	396,06	633,69	268,25	3,96
B	2	378,88	0,00	378,88	606,21	256,62	3,79
B	1	362,11	0,00	362,11	579,38	245,26	3,62
A	4	343,45	0,00	343,45	549,52	232,62	3,43
A	3	328,63	0,00	328,63	525,81	222,58	3,29
A	2	314,62	0,00	314,62	503,39	213,09	3,15
A	1	302,78	0,00	302,78	484,44	205,07	3,03

Tabela 1.4

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	286,26	0,00	286,26	458,02	193,88	2,86
E	4	242,33	0,00	242,33	387,73	164,13	2,42
E	3	232,08	0,00	232,08	371,33	157,19	2,32
E	2	222,30	0,00	222,30	355,67	150,56	2,22
E	1	212,72	0,00	212,72	340,35	144,07	2,13
D	4	197,12	0,00	197,12	315,39	133,51	1,97
D	3	190,24	0,00	190,24	304,38	128,85	1,90
D	2	186,42	0,00	186,42	298,27	126,26	1,86
D	1	182,98	0,00	182,98	292,77	123,93	1,83
C	4	180,54	0,00	180,54	288,86	122,28	1,81
C	3	177,29	2,71	180,00	288,00	121,91	1,80
C	2	174,13	5,87	180,00	288,00	121,91	1,80
C	1	171,65	8,35	180,00	288,00	121,91	1,80
B	4	140,30	39,70	180,00	288,00	121,91	1,80
B	3	134,15	45,85	180,00	288,00	121,91	1,80
B	2	128,33	51,67	180,00	288,00	121,91	1,80
B	1	122,65	57,35	180,00	288,00	121,91	1,80
A	4	116,33	63,67	180,00	288,00	121,91	1,80
A	3	111,31	68,69	180,00	288,00	121,91	1,80
A	2	106,56	73,44	180,00	288,00	121,91	1,80
A	1	102,55	77,45	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 1.5

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	572,52	0,00	572,52	916,04	387,77	5,73
E	4	484,66	0,00	484,66	775,45	328,26	4,85
E	3	464,16	0,00	464,16	742,66	314,38	4,64
E	2	444,59	0,00	444,59	711,35	301,12	4,45
E	1	425,44	0,00	425,44	680,70	288,15	4,25
D	4	394,23	0,00	394,23	630,77	267,01	3,94
D	3	380,48	0,00	380,48	608,76	257,70	3,80
D	2	372,83	0,00	372,83	596,53	252,52	3,73
D	1	365,97	0,00	365,97	585,55	247,87	3,66
C	4	361,07	0,00	361,07	577,72	244,56	3,61
C	3	354,59	0,00	354,59	567,34	240,16	3,55
C	2	348,26	0,00	348,26	557,22	235,88	3,48
C	1	343,31	0,00	343,31	549,29	232,52	3,43
B	4	280,60	0,00	280,60	448,96	190,05	2,81
B	3	268,30	0,00	268,30	429,27	181,72	2,68
B	2	256,66	0,00	256,66	410,66	173,84	2,57
B	1	245,30	0,00	245,30	392,48	166,14	2,45
A	4	232,66	0,00	232,66	372,25	157,58	2,33
A	3	222,62	0,00	222,62	356,19	150,78	2,23
A	2	213,13	0,00	213,13	341,01	144,35	2,13
A	1	205,11	0,00	205,11	328,17	138,92	2,05

Tabela 1.6

1º/2º GRAUS - APERFEIÇOAMENTO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	887,41	0,00	887,41	1.419,86	601,04	8,87
E	4	751,22	0,00	751,22	1.201,95	508,80	7,51
E	3	719,45	0,00	719,45	1.151,12	487,29	7,19
E	2	689,12	0,00	689,12	1.102,59	466,74	6,89
E	1	659,43	0,00	659,43	1.055,09	446,63	6,59
D	4	611,06	0,00	611,06	977,70	413,87	6,11
D	3	589,74	0,00	589,74	943,59	399,43	5,90
D	2	577,89	0,00	577,89	924,63	391,41	5,78
D	1	567,25	0,00	567,25	907,60	384,20	5,67
C	4	559,66	0,00	559,66	895,46	379,06	5,60
C	3	549,61	0,00	549,61	879,37	372,25	5,50
C	2	539,81	0,00	539,81	863,69	365,61	5,40
C	1	532,13	0,00	532,13	851,40	360,41	5,32
B	4	434,93	0,00	434,93	695,89	294,58	4,35
B	3	415,86	0,00	415,86	665,37	281,66	4,16
B	2	397,83	0,00	397,83	636,52	269,45	3,98
B	1	380,22	0,00	380,22	608,35	257,52	3,80
A	4	360,62	0,00	360,62	576,99	244,25	3,61
A	3	345,06	0,00	345,06	552,10	233,71	3,45
A	2	330,35	0,00	330,35	528,56	223,75	3,30
A	1	317,92	0,00	317,92	508,67	215,32	3,18

Tabela 1.7

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	305,35	0,00	305,35	488,55	206,81	3,05
E	4	258,48	0,00	258,48	413,58	175,07	2,58
E	3	247,55	0,00	247,55	396,09	167,67	2,48
E	2	237,12	0,00	237,12	379,38	160,60	2,37
E	1	226,90	0,00	226,90	363,04	153,68	2,27
D	4	210,26	0,00	210,26	336,41	142,41	2,10
D	3	202,92	0,00	202,92	324,67	137,44	2,03
D	2	198,84	0,00	198,84	318,15	134,68	1,99
D	1	195,18	0,00	195,18	312,29	132,20	1,95
C	4	192,57	0,00	192,57	308,12	130,43	1,93
C	3	189,11	0,00	189,11	302,58	128,09	1,89
C	2	185,74	0,00	185,74	297,19	125,80	1,86
C	1	183,10	0,00	183,10	292,96	124,01	1,83
B	4	149,65	30,35	180,00	288,00	121,91	1,80
B	3	143,09	36,91	180,00	288,00	121,91	1,80
B	2	136,89	43,11	180,00	288,00	121,91	1,80
B	1	130,83	49,17	180,00	288,00	121,91	1,80
A	4	124,08	55,92	180,00	288,00	121,91	1,80
A	3	118,73	61,27	180,00	288,00	121,91	1,80
A	2	113,67	66,33	180,00	288,00	121,91	1,80
A	1	109,39	70,61	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 1.8

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	610,69	0,00	610,69	977,11	413,62	6,11
E	4	516,97	0,00	516,97	827,15	350,14	5,17
E	3	495,11	0,00	495,11	792,17	335,34	4,95
E	2	474,23	0,00	474,23	758,77	321,20	4,74
E	1	453,80	0,00	453,80	726,08	307,36	4,54
D	4	420,52	0,00	420,52	672,82	284,81	4,21
D	3	405,84	0,00	405,84	649,35	274,88	4,06
D	2	397,69	0,00	397,69	636,30	269,36	3,98
D	1	390,36	0,00	390,36	624,58	264,39	3,90
C	4	385,15	0,00	385,15	616,23	260,86	3,85
C	3	378,22	0,00	378,22	605,16	256,17	3,78
C	2	371,48	0,00	371,48	594,37	251,60	3,71
C	1	366,20	0,00	366,20	585,91	248,02	3,66
B	4	299,31	0,00	299,31	478,89	202,72	2,99
B	3	286,18	0,00	286,18	457,89	193,83	2,86
B	2	273,77	0,00	273,77	438,04	185,43	2,74
B	1	261,65	0,00	261,65	418,65	177,22	2,62
A	4	248,17	0,00	248,17	397,07	168,09	2,48
A	3	237,46	0,00	237,46	379,94	160,83	2,37
A	2	227,34	0,00	227,34	363,74	153,98	2,27
A	1	218,78	0,00	218,78	350,05	148,18	2,19

Tabela 1.9

1º/2º GRAUS - ESPECIALIZAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	946,57	0,00	946,57	1.514,51	641,11	9,47
E	4	801,30	0,00	801,30	1.282,08	542,72	8,01
E	3	767,42	0,00	767,42	1.227,87	519,77	7,67
E	2	735,06	0,00	735,06	1.176,09	497,85	7,35
E	1	703,39	0,00	703,39	1.125,43	476,41	7,03
D	4	651,80	0,00	651,80	1.042,88	441,46	6,52
D	3	629,06	0,00	629,06	1.006,49	426,06	6,29
D	2	616,42	0,00	616,42	986,27	417,50	6,16
D	1	605,07	0,00	605,07	968,10	409,81	6,05
C	4	596,98	0,00	596,98	955,16	404,33	5,97
C	3	586,25	0,00	586,25	938,00	397,07	5,86
C	2	575,80	0,00	575,80	921,27	389,99	5,76
C	1	567,60	0,00	567,60	908,16	384,44	5,68
B	4	463,93	0,00	463,93	742,29	314,22	4,64
B	3	443,58	0,00	443,58	709,73	300,44	4,44
B	2	424,35	0,00	424,35	678,96	287,41	4,24
B	1	405,56	0,00	405,56	648,90	274,69	4,06
A	4	384,66	0,00	384,66	615,46	260,53	3,85
A	3	368,07	0,00	368,07	588,91	249,29	3,68
A	2	352,37	0,00	352,37	563,80	238,66	3,52
A	1	339,11	0,00	339,11	542,58	229,68	3,39

Tabela 1.10

1º/2º GRAUS - MESTRADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	340,79	0,00	340,79	545,26	230,82	3,41
E	4	288,49	0,00	288,49	461,58	195,39	2,88
E	3	276,29	0,00	276,29	442,06	187,13	2,76
E	2	264,64	0,00	264,64	423,42	179,24	2,65
E	1	253,24	0,00	253,24	405,18	171,52	2,53
D	4	234,66	0,00	234,66	375,46	158,94	2,35
D	3	226,48	0,00	226,48	362,36	153,39	2,26
D	2	221,93	0,00	221,93	355,08	150,31	2,22
D	1	217,84	0,00	217,84	348,54	147,54	2,18
C	4	214,93	0,00	214,93	343,88	145,57	2,15
C	3	211,06	0,00	211,06	337,70	142,95	2,11
C	2	207,30	0,00	207,30	331,68	140,40	2,07
C	1	204,35	0,00	204,35	326,96	138,41	2,04
B	4	167,03	12,98	180,00	288,00	121,91	1,80
B	3	159,70	20,30	180,00	288,00	121,91	1,80
B	2	152,78	27,23	180,00	288,00	121,91	1,80
B	1	146,01	33,99	180,00	288,00	121,91	1,80
A	4	138,49	41,51	180,00	288,00	121,91	1,80
A	3	132,51	47,49	180,00	288,00	121,91	1,80
A	2	126,86	53,14	180,00	288,00	121,91	1,80
A	1	122,09	57,91	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 1.12

1º/2º GRAUS - MESTRADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.056,44	0,00	1.056,44	1.690,31	715,53	10,56
E	4	894,31	0,00	894,31	1.430,90	605,72	8,94
E	3	856,49	0,00	856,49	1.370,39	580,10	8,56
E	2	820,38	0,00	820,38	1.312,60	555,64	8,20
E	1	785,04	0,00	785,04	1.256,06	531,71	7,85
D	4	727,45	0,00	727,45	1.163,93	492,70	7,27
D	3	702,07	0,00	702,07	1.123,32	475,51	7,02
D	2	687,97	0,00	687,97	1.100,75	465,96	6,88
D	1	675,30	0,00	675,30	1.080,47	457,38	6,75
C	4	666,27	0,00	666,27	1.066,03	451,26	6,66
C	3	654,29	0,00	654,29	1.046,87	443,15	6,54
C	2	642,63	0,00	642,63	1.028,21	435,25	6,43
C	1	633,49	0,00	633,49	1.013,58	429,06	6,33
B	4	517,78	0,00	517,78	828,44	350,69	5,18
B	3	495,07	0,00	495,07	792,11	335,31	4,95
B	2	473,60	0,00	473,60	757,76	320,77	4,74
B	1	452,64	0,00	452,64	724,22	306,57	4,53
A	4	429,31	0,00	429,31	686,90	290,77	4,29
A	3	410,79	0,00	410,79	657,26	278,23	4,11
A	2	393,27	0,00	393,27	629,24	266,36	3,93
A	1	378,47	0,00	378,47	605,55	256,34	3,78

Tabela 1.14

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	817,89	0,00	817,89	1.308,62	553,96	8,18
E	4	692,37	0,00	692,37	1.107,79	468,94	6,92
E	3	663,09	0,00	663,09	1.060,94	449,11	6,63
E	2	635,13	0,00	635,13	1.016,21	430,17	6,35
E	1	607,77	0,00	607,77	972,43	411,64	6,08
D	4	563,19	0,00	563,19	901,10	381,45	5,63
D	3	543,54	0,00	543,54	869,66	368,14	5,44
D	2	532,62	0,00	532,62	852,19	360,74	5,33
D	1	522,81	0,00	522,81	836,50	354,10	5,23
C	4	515,82	0,00	515,82	825,31	349,36	5,16
C	3	506,55	0,00	506,55	810,48	343,09	5,07
C	2	497,52	0,00	497,52	796,03	336,97	4,98
C	1	490,44	0,00	490,44	784,70	332,18	4,90
B	4	400,86	0,00	400,86	641,38	271,50	4,01
B	3	383,28	0,00	383,28	613,25	259,60	3,83
B	2	366,66	0,00	366,66	586,66	248,34	3,67
B	1	350,43	0,00	350,43	560,69	237,35	3,50
A	4	332,37	0,00	332,37	531,79	225,11	3,32
A	3	318,03	0,00	318,03	508,85	215,40	3,18
A	2	304,47	0,00	304,47	487,15	206,22	3,04
A	1	293,01	0,00	293,01	468,82	198,46	2,93

Tabela 1.11

1º/2º GRAUS - MESTRADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	681,58	0,00	681,58	1.090,52	461,63	6,82
E	4	576,98	0,00	576,98	923,16	390,79	5,77
E	3	552,58	0,00	552,58	884,12	374,26	5,53
E	2	529,28	0,00	529,28	846,84	358,48	5,29
E	1	506,48	0,00	506,48	810,36	343,04	5,06
D	4	469,33	0,00	469,33	750,92	317,87	4,69
D	3	452,95	0,00	452,95	724,72	306,78	4,53
D	2	443,85	0,00	443,85	710,16	300,62	4,44
D	1	435,68	0,00	435,68	697,08	295,08	4,36
C	4	429,85	0,00	429,85	687,76	291,14	4,30
C	3	422,13	0,00	422,13	675,40	285,91	4,22
C	2	414,60	0,00	414,60	663,36	280,81	4,15
C	1	408,70	0,00	408,70	653,92	276,81	4,09
B	4	334,05	0,00	334,05	534,48	226,25	3,34
B	3	319,40	0,00	319,40	511,04	216,33	3,19
B	2	305,55	0,00	305,55	488,88	206,95	3,06
B	1	292,03	0,00	292,03	467,24	197,79	2,92
A	4	276,98	0,00	276,98	443,16	187,60	2,77
A	3	265,03	0,00	265,03	424,04	179,50	2,65
A	2	253,73	0,00	253,73	405,96	171,85	2,54
A	1	244,18	0,00	244,18	390,68	165,38	2,44

Tabela 1.13

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	408,95	0,00	408,95	654,31	276,98	4,09
E	4	346,19	0,00	346,19	553,90	234,47	3,46
E	3	331,55	0,00	331,55	530,47	224,56	3,32
E	2	317,57	0,00	317,57	508,10	215,09	3,18
E	1	303,89	0,00	303,89	486,22	205,82	3,04
D	4	281,60	0,00	281,60	450,55	190,72	2,82
D	3	271,77	0,00	271,77	434,83	184,07	2,72
D	2	266,31	0,00	266,31	426,10	180,37	2,66
D	1	261,41	0,00	261,41	418,25	177,05	2,61
C	4	257,91	0,00	257,91	412,66	174,68	2,58
C	3	253,28	0,00	253,28	405,24	171,54	2,53
C	2	248,76	0,00	248,76	398,02	168,49	2,49
C	1	245,22	0,00	245,22	392,35	166,09	2,45
B	4	200,43	0,00	200,43	320,69	135,75	2,00
B	3	191,64	0,00	191,64	306,62	129,80	1,92
B	2	183,33	0,00	183,33	293,33	124,17	1,83
B	1	175,22	4,79	180,00	288,00	121,91	1,80
A	4	166,19	13,82	180,00	288,00	121,91	1,80
A	3	159,02	20,99	180,00	288,00	121,91	1,80
A	2	152,24	27,77	180,00	288,00	121,91	1,80
A	1	146,51	33,50	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 1.15

1º/2º GRAUS - DOUTORADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.267,73	0,00	1.267,73	2.028,37	858,63	12,68
E	4	1.073,17	0,00	1.073,17	1.717,08	726,86	10,73
E	3	1.027,79	0,00	1.027,79	1.644,46	696,12	10,28
E	2	984,45	0,00	984,45	1.575,12	666,77	9,84
E	1	942,04	0,00	942,04	1.507,27	638,05	9,42
D	4	872,94	0,00	872,94	1.396,71	591,25	8,73
D	3	842,49	0,00	842,49	1.347,98	570,62	8,42
D	2	825,56	0,00	825,56	1.320,90	559,15	8,26
D	1	810,36	0,00	810,36	1.296,57	548,85	8,10
C	4	799,52	0,00	799,52	1.279,23	541,52	8,00
C	3	785,15	0,00	785,15	1.256,24	531,78	7,85
C	2	771,16	0,00	771,16	1.233,85	522,30	7,71
C	1	760,18	0,00	760,18	1.216,29	514,87	7,60
B	4	621,33	0,00	621,33	994,13	420,83	6,21
B	3	594,08	0,00	594,08	950,53	402,37	5,94
B	2	568,32	0,00	568,32	909,32	384,93	5,68
B	1	543,17	0,00	543,17			

Tabelas da carreira do 3º grau

Tabela 3.1

3º GRAU - GRADUAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	294,71	0,00	294,71	471,54	199,61	2,95
Adjunto	4	242,66	0,00	242,66	388,26	164,35	2,43
Adjunto	3	232,69	0,00	232,69	372,30	157,60	2,33
Adjunto	2	222,86	0,00	222,86	356,58	150,94	2,23
Adjunto	1	213,17	0,00	213,17	341,07	144,38	2,13
Assistente	4	195,83	0,00	195,83	313,33	132,64	1,96
Assistente	3	187,53	0,00	187,53	300,05	127,01	1,88
Assistente	2	179,85	0,15	180,00	288,00	121,91	1,80
Assistente	1	172,90	7,10	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	4	159,30	20,70	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	3	152,84	27,16	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	2	146,78	33,22	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	1	141,00	39,00	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 3.3

3º GRAU - GRADUAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	913,60	0,00	913,60	1.461,76	618,78	9,14
Adjunto	4	752,25	0,00	752,25	1.203,59	509,50	7,52
Adjunto	3	721,34	0,00	721,34	1.154,14	488,56	7,21
Adjunto	2	690,87	0,00	690,87	1.105,39	467,92	6,91
Adjunto	1	660,83	0,00	660,83	1.057,32	447,58	6,61
Assistente	4	607,07	0,00	607,07	971,32	411,17	6,07
Assistente	3	581,34	0,00	581,34	930,15	393,74	5,81
Assistente	2	557,54	0,00	557,54	892,06	377,62	5,58
Assistente	1	535,99	0,00	535,99	857,58	363,03	5,36
Auxiliar	4	493,83	0,00	493,83	790,13	334,47	4,94
Auxiliar	3	473,80	0,00	473,80	758,09	320,91	4,74
Auxiliar	2	455,02	0,00	455,02	728,03	308,18	4,55
Auxiliar	1	437,10	0,00	437,10	699,36	296,05	4,37

Tabela 3.5

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	618,89	0,00	618,89	990,23	419,17	6,19
Adjunto	4	509,59	0,00	509,59	815,34	345,14	5,10
Adjunto	3	488,65	0,00	488,65	781,84	330,96	4,89
Adjunto	2	468,01	0,00	468,01	748,81	316,98	4,68
Adjunto	1	447,66	0,00	447,66	716,25	303,20	4,48
Assistente	4	411,24	0,00	411,24	657,99	278,53	4,11
Assistente	3	393,81	0,00	393,81	630,10	266,73	3,94
Assistente	2	377,69	0,00	377,69	604,30	255,81	3,78
Assistente	1	363,09	0,00	363,09	580,94	245,92	3,63
Auxiliar	4	334,53	0,00	334,53	535,25	226,58	3,35
Auxiliar	3	320,96	0,00	320,96	513,54	217,39	3,21
Auxiliar	2	308,24	0,00	308,24	493,18	208,77	3,08
Auxiliar	1	296,10	0,00	296,10	473,76	200,55	2,96

Tabela 3.7

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	330,08	0,00	330,08	528,12	223,56	3,30
Adjunto	4	271,78	0,00	271,78	434,85	184,08	2,72
Adjunto	3	260,61	0,00	260,61	416,98	176,51	2,61
Adjunto	2	249,60	0,00	249,60	399,37	169,06	2,50
Adjunto	1	238,75	0,00	238,75	382,00	161,71	2,39
Assistente	4	219,33	0,00	219,33	350,93	148,55	2,19
Assistente	3	210,03	0,00	210,03	336,05	142,26	2,10
Assistente	2	201,43	0,00	201,43	322,29	136,43	2,01
Assistente	1	193,65	0,00	193,65	309,84	131,16	1,94
Auxiliar	4	178,42	1,58	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	3	171,18	8,82	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	2	164,39	15,61	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	1	157,92	22,08	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 3.2

3º GRAU - GRADUAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	589,42	0,00	589,42	943,07	399,21	5,89
Adjunto	4	485,32	0,00	485,32	776,51	328,71	4,85
Adjunto	3	465,38	0,00	465,38	744,61	315,20	4,65
Adjunto	2	445,72	0,00	445,72	713,15	301,89	4,46
Adjunto	1	426,34	0,00	426,34	682,14	288,76	4,26
Assistente	4	391,66	0,00	391,66	626,66	265,27	3,92
Assistente	3	375,06	0,00	375,06	600,10	254,03	3,75
Assistente	2	359,70	0,00	359,70	575,52	243,62	3,60
Assistente	1	345,80	0,00	345,80	553,28	234,21	3,46
Auxiliar	4	318,60	0,00	318,60	509,76	215,79	3,19
Auxiliar	3	305,68	0,00	305,68	489,09	207,04	3,06
Auxiliar	2	293,56	0,00	293,56	469,70	198,83	2,94
Auxiliar	1	282,00	0,00	282,00	451,20	191,00	2,82

Tabela 3.4

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	309,45	0,00	309,45	495,11	209,59	3,09
Adjunto	4	254,79	0,00	254,79	407,67	172,57	2,55
Adjunto	3	244,32	0,00	244,32	390,92	165,48	2,44
Adjunto	2	234,00	0,00	234,00	374,40	158,49	2,34
Adjunto	1	223,83	0,00	223,83	358,13	151,60	2,24
Assistente	4	205,62	0,00	205,62	328,99	139,27	2,06
Assistente	3	196,91	0,00	196,91	315,05	133,36	1,97
Assistente	2	188,84	0,00	188,84	302,15	127,90	1,89
Assistente	1	181,55	0,00	181,55	290,47	122,96	1,82
Auxiliar	4	167,27	12,74	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	3	160,48	19,52	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	2	154,12	25,88	180,00	288,00	121,91	1,80
Auxiliar	1	148,05	31,95	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 3.6

3º GRAU - APERFEIÇOAMENTO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	959,28	0,00	959,28	1.534,85	649,72	9,59
Adjunto	4	789,86	0,00	789,86	1.263,77	534,97	7,90
Adjunto	3	757,41	0,00	757,41	1.211,85	512,99	7,57
Adjunto	2	725,41	0,00	725,41	1.160,65	491,32	7,25
Adjunto	1	693,87	0,00	693,87	1.110,19	469,96	6,94
Assistente	4	637,43	0,00	637,43	1.019,88	431,73	6,37
Assistente	3	610,41	0,00	610,41	976,66	413,43	6,10
Assistente	2	585,41	0,00	585,41	936,66	396,50	5,85
Assistente	1	562,79	0,00	562,79	900,46	381,18	5,63
Auxiliar	4	518,52	0,00	518,52	829,63	351,19	5,19
Auxiliar	3	497,49	0,00	497,49	795,99	336,95	4,97
Auxiliar	2	477,77	0,00	477,77	764,43	323,59	4,78
Auxiliar	1	458,96	0,00	458,96	734,33	310,85	4,59

Tabela 3.8

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	660,15	0,00	660,15	1.056,24	447,12	6,60
Adjunto	4	543,56	0,00	543,56	869,69	368,15	5,44
Adjunto	3	521,23	0,00	521,23	833,96	353,03	5,21
Adjunto	2	499,21	0,00	499,21	798,73	338,11	4,99
Adjunto	1	477,50	0,00	477,50	764,00	323,41	4,78
Assistente	4	438,66	0,00	438,66	701,85	297,10	4,39
Assistente	3	420,07	0,00	420,07	672,11	284,51	4,20
Assistente	2	402,86	0,00	402,86	644,58	272,86	4,03
Assistente	1	387,30	0,00	387,30	619,67	262,32	3,87
Auxiliar	4	356,83	0,00	356,83	570,93	241,68	3,57
Auxiliar	3	342,36	0,00	342,36	547,78	231,88	3,42
Auxiliar	2	328,79	0,00	328,79	526,06	222,69	3,29
Auxiliar	1	315,84	0,00	315,84	505,34	213,92	3,16

Tabela 3.9

3º GRAU - ESPECIALIZAÇÃO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.023,23	0,00	1.023,23	1.637,17	693,04	10,23
Adjunto	4	842,52	0,00	842,52	1.348,02	570,64	8,43
Adjunto	3	807,90	0,00	807,90	1.292,64	547,19	8,08
Adjunto	2	773,77	0,00	773,77	1.238,03	524,07	7,74
Adjunto	1	740,13	0,00	740,13	1.184,20	501,29	7,40
Assistente	4	679,92	0,00	679,92	1.087,87	460,51	6,80
Assistente	3	651,10	0,00	651,10	1.041,77	440,99	6,51
Assistente	2	624,44	0,00	624,44	999,10	422,93	6,24
Assistente	1	600,31	0,00	600,31	960,49	406,59	6,00
Auxiliar	4	553,09	0,00	553,09	884,94	374,61	5,53
Auxiliar	3	530,66	0,00	530,66	849,06	359,42	5,31
Auxiliar	2	509,62	0,00	509,62	815,39	345,17	5,10
Auxiliar	1	489,55	0,00	489,55	783,28	331,57	4,90

Tabela 3.11

3º GRAU - MESTRADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	736,78	0,00	736,78	1.178,84	499,02	7,37
Adjunto	4	606,65	0,00	606,65	970,64	410,88	6,07
Adjunto	3	581,73	0,00	581,73	930,76	394,00	5,82
Adjunto	2	557,15	0,00	557,15	891,44	377,36	5,57
Adjunto	1	532,93	0,00	532,93	852,68	360,95	5,33
Assistente	4	489,58	0,00	489,58	783,32	331,59	4,90
Assistente	3	468,83	0,00	468,83	750,12	317,54	4,69
Assistente	2	449,63	0,00	449,63	719,40	304,53	4,50
Assistente	1	432,25	0,00	432,25	691,60	292,76	4,32
Auxiliar	4	398,25	0,00	398,25	637,20	269,73	3,98
Auxiliar	3	382,10	0,00	382,10	611,36	258,80	3,82
Auxiliar	2	366,95	0,00	366,95	587,12	248,54	3,67
Auxiliar	1	352,50	0,00	352,50	564,00	238,75	3,53

Tabela 3.13

3º GRAU - DOUTORADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	442,07	0,00	442,07	707,30	299,41	4,42
Adjunto	4	363,99	0,00	363,99	582,38	246,53	3,64
Adjunto	3	349,04	0,00	349,04	558,46	236,40	3,49
Adjunto	2	334,29	0,00	334,29	534,86	226,41	3,34
Adjunto	1	319,76	0,00	319,76	511,61	216,57	3,20
Assistente	4	293,75	0,00	293,75	469,99	198,95	2,94
Assistente	3	281,30	0,00	281,30	450,07	190,52	2,81
Assistente	2	269,78	0,00	269,78	431,64	182,72	2,70
Assistente	1	259,35	0,00	259,35	414,96	175,66	2,59
Auxiliar	4	238,95	0,00	238,95	382,32	161,84	2,39
Auxiliar	3	229,26	0,00	229,26	366,82	155,28	2,29
Auxiliar	2	220,17	0,00	220,17	352,27	149,12	2,20
Auxiliar	1	211,50	0,00	211,50	338,40	143,25	2,12

Tabela 3.15

3º GRAU - DOUTORADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.370,40	0,00	1.370,40	2.192,64	928,17	13,70
Adjunto	4	1.128,37	0,00	1.128,37	1.805,39	764,24	11,28
Adjunto	3	1.082,01	0,00	1.082,01	1.731,21	732,84	10,82
Adjunto	2	1.036,30	0,00	1.036,30	1.658,08	701,89	10,36
Adjunto	1	991,24	0,00	991,24	1.585,98	671,37	9,91
Assistente	4	910,61	0,00	910,61	1.456,98	616,76	9,11
Assistente	3	872,01	0,00	872,01	1.395,22	590,62	8,72
Assistente	2	836,30	0,00	836,30	1.338,08	566,43	8,36
Assistente	1	803,99	0,00	803,99	1.286,38	544,54	8,04
Auxiliar	4	740,75	0,00	740,75	1.185,19	501,71	7,41
Auxiliar	3	710,71	0,00	710,71	1.137,13	481,36	7,11
Auxiliar	2	682,53	0,00	682,53	1.092,04	462,28	6,83
Auxiliar	1	655,65	0,00	655,65	1.049,04	444,07	6,56

Tabela 3.10

3º GRAU - MESTRADO - 20 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	368,39	0,00	368,39	589,42	249,51	3,68
Adjunto	4	303,33	0,00	303,33	485,32	205,44	3,03
Adjunto	3	290,86	0,00	290,86	465,38	197,00	2,91
Adjunto	2	278,58	0,00	278,58	445,72	188,68	2,79
Adjunto	1	266,46	0,00	266,46	426,34	180,48	2,66
Assistente	4	244,79	0,00	244,79	391,66	165,79	2,45
Assistente	3	234,41	0,00	234,41	375,06	158,77	2,34
Assistente	2	224,81	0,00	224,81	359,70	152,27	2,25
Assistente	1	216,13	0,00	216,13	345,80	146,38	2,16
Auxiliar	4	199,13	0,00	199,13	318,60	134,87	1,99
Auxiliar	3	191,05	0,00	191,05	305,68	129,40	1,91
Auxiliar	2	183,48	0,00	183,48	293,56	124,27	1,83
Auxiliar	1	176,25	3,75	180,00	288,00	121,91	1,80

Tabela 3.12

3º GRAU - MESTRADO - DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	1.142,00	0,00	1.142,00	1.827,20	773,48	11,42
Adjunto	4	940,31	0,00	940,31	1.504,49	636,87	9,40
Adjunto	3	901,67	0,00	901,67	1.442,68	610,70	9,02
Adjunto	2	863,58	0,00	863,58	1.381,73	584,90	8,64
Adjunto	1	826,03	0,00	826,03	1.321,65	559,47	8,26
Assistente	4	758,84	0,00	758,84	1.214,15	513,96	7,59
Assistente	3	726,68	0,00	726,68	1.162,69	492,18	7,27
Assistente	2	696,92	0,00	696,92	1.115,07	472,02	6,97
Assistente	1	669,99	0,00	669,99	1.071,98	453,78	6,70
Auxiliar	4	617,29	0,00	617,29	987,66	418,09	6,17
Auxiliar	3	592,26	0,00	592,26	947,61	401,13	5,92
Auxiliar	2	568,77	0,00	568,77	910,04	385,23	5,69
Auxiliar	1	546,38	0,00	546,38	874,20	370,06	5,46

Tabela 3.14

3º GRAU - DOUTORADO - 40 HORAS SEMANAIS

Classe	Nível	VB-PL	CSM	VB	GAE	PVerão	Anuênio
Titular	U	884,13	0,00	884,13	1.414,61	598,82	8,84
Adjunto	4	727,98	0,00	727,98	1.164,77	493,06	7,28
Adjunto	3	698,07	0,00	698,07	1.116,91	472,80	6,98
Adjunto	2	668,58	0,00	668,58	1.069,73	452,83	6,69
Adjunto	1	639,51	0,00	639,51	1.023,22	433,14	6,40
Assistente	4	587,49	0,00	587,49	939,98	397,91	5,87
Assistente	3	562,59	0,00	562,59	900,14	381,04	5,63
Assistente	2	539,55	0,00	539,55	863,28	365,44	5,40
Assistente	1	518,70	0,00	518,70	829,92	351,32	5,19
Auxiliar	4	477,90	0,00	477,90	764,64	323,68	4,78
Auxiliar	3	458,52	0,00	458,52	733,63	310,56	4,59
Auxiliar	2	440,34	0,00	440,34	704,54	298,24	4,40
Auxiliar	1	423,00	0,00	423,00	676,80	286,50	4,23



Tabelas da GED

As tabelas a seguir apresentam os valores relativos a um ponto da GED (Tabelas 4.0a, 4.0b e 4.0c), assim como os valores correspondentes a 60% e a 100% da pontuação máxima, 84 e 140 pontos, respectivamente (Tabelas 4.1a, 4.1b, 4.2a, 4.2b, 4.3a e 4.3b), de acordo com o regime de trabalho, a titulação e a classe.

Tabela 4.0b - GED - Valor do Ponto - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	1,443	1,859	1,859	5,200	7,423
Adjunto	1,443	1,859	1,859	4,459	6,500
Assistente	1,443	1,859	1,859	4,459	4,459
Auxiliar	1,443	1,859	1,859	2,379	3,250

Tabela 4.1a - 60% GED - 84 Pontos - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	61,15	77,53	77,53	174,72	250,07
Adjunto	61,15	77,53	77,53	149,60	218,40
Assistente	61,15	77,53	77,53	149,60	149,60
Auxiliar	61,15	77,53	77,53	79,72	109,20

Tabela 4.2a - 60% GED - 84 Pontos - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	121,21	156,16	156,16	436,80	623,53
Adjunto	121,21	156,16	156,16	374,56	546,00
Assistente	121,21	156,16	156,16	374,56	374,56
Auxiliar	121,21	156,16	156,16	199,84	273,00

Tabela 4.3a - 60% GED - 84 Pontos - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	182,36	233,69	233,69	546,00	1.014,47
Adjunto	182,36	233,69	233,69	546,00	858,31
Assistente	182,36	233,69	233,69	546,00	655,20
Auxiliar	182,36	233,69	233,69	250,07	389,84

Tabela 4.0a - GED - Valor do Ponto - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	0,728	0,923	0,923	2,080	2,977
Adjunto	0,728	0,923	0,923	1,781	2,600
Assistente	0,728	0,923	0,923	1,781	1,781
Auxiliar	0,728	0,923	0,923	0,949	1,300

Tabela 4.0c - GED - Valor do Ponto - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	2,171	2,782	2,782	6,500	12,077
Adjunto	2,171	2,782	2,782	6,500	10,218
Assistente	2,171	2,782	2,782	6,500	7,800
Auxiliar	2,171	2,782	2,782	2,977	4,641

Tabela 4.1b - 100% GED - 140 Pontos - 20 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	101,92	129,22	129,22	291,20	416,78
Adjunto	101,92	129,22	129,22	249,34	364,00
Assistente	101,92	129,22	129,22	249,34	249,34
Auxiliar	101,92	129,22	129,22	132,86	182,00

Tabela 4.2b - 100% GED - 140 Pontos - 40 HORAS

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	202,02	260,26	260,26	728,00	1.039,22
Adjunto	202,02	260,26	260,26	624,26	910,00
Assistente	202,02	260,26	260,26	624,26	624,26
Auxiliar	202,02	260,26	260,26	333,06	455,00

Tabela 4.3b - 100% GED - 140 Pontos - DE

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado
Titular	303,94	389,48	389,48	910,00	1.690,78
Adjunto	303,94	389,48	389,48	910,00	1.430,52
Assistente	303,94	389,48	389,48	910,00	1.092,00
Auxiliar	303,94	389,48	389,48	416,78	649,74

Tabelas da GID

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos a um ponto da GID (Tabela 2.0), assim como os valores correspondentes a 60% e a 100% da pontuação máxima, 48 e 80 pontos, respectivamente (Tabelas 2.1a e 2.1b), de acordo com o regime de trabalho e a titulação.

Tabela 2.0 - GID - Valor do Ponto

Escolaridade	20 HORAS	40 HORAS	DE
Graduação	1,61	3,22	4,92
Aperfeiçoamento	1,61	3,22	4,92
Especialização	1,61	3,22	4,92
Mestrado	3,12	7,80	11,38
Doutorado	4,55	11,38	17,88

Tabela 2.1a - 60% GID - 48 Pontos

Escolaridade	20 HORAS	40 HORAS	DE
Graduação	77,28	154,56	236,16
Aperfeiçoamento	77,28	154,56	236,16
Especialização	77,28	154,56	236,16
Mestrado	149,76	374,40	546,24
Doutorado	218,40	546,24	858,24

Tabela 2.1b - 100% GID - 80 Pontos

Escolaridade	20 HORAS	40 HORAS	DE
Graduação	128,80	257,60	393,60
Aperfeiçoamento	128,80	257,60	393,60
Especialização	128,80	257,60	393,60
Mestrado	249,60	624,00	910,40
Doutorado	364,00	910,40	1.430,40



AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VIII nº 48 • 26 de dezembro de 2001

Senado aprova
aumento dos
professores

Página 2

CEG aprova
calendário
acadêmico para
2002

Página 3

Setor das
Federais se
reúne em janeiro

Página 6

Eleição para
reitor já tem
calendário

Página 7

Vilhena propõe
"acordão" pelos
26,05%

Página 7

Escândalo na
alocação de
vagas docentes

Página 8

Vitória da greve marca 43º Conad

Unidade da categoria, democracia e determinação da diretoria do Andes-SN e do Comando Nacional de Greve são destaques nas avaliações

Páginas 4, 5, 6 e 7



Bruno Spada/Art Press





Movimento

Aprovado aumento para professores no Senado

Reajuste geral de 3,5% é sancionado pelo presidente e janeiro vira data-base do funcionalismo

Em votação simbólica, no dia 18/12, o Senado aprovou projeto de lei que reajusta os salários de professores universitários por meio da alteração de tabelas de vencimentos básicos. Como já tinha sido aprovado na Câmara, o projeto foi à sanção presidencial. Até o fechamento desta edição (21/12), não havia notícia sobre a aprovação de FHC.

O governo prevê que o reajuste representará um aumento de R\$ 366 milhões nas despesas orçamentárias de 2002. As tabelas completas com os novos vencimentos dos professores a partir de fevereiro foram publicadas no boletim da Adufrj-SSind, nº 41, de 17 de dezembro. O projeto tramitou em regime de urgência, já que



sua aprovação foi condição para que a greve dos professores fosse encerrada depois de 108 dias. Pela proposta, sobre a tabela de vencimentos dos professores incidirá qualquer índice concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, entre 30 de novembro

de 2001 e 31 de janeiro de 2002, vedada qualquer dedução proveniente de posterior revisão geral e anual de remuneração.

Reajuste de 3,5% passa pelo presidente

Um exemplo de revisão geral que não será deduzida do reajuste de fevereiro foi o recente aumento de 3,5% concedido a todo o funcionalismo federal. O presidente sancionou a lei 10.331, no dia 19 de dezembro, e o primeiro salário corrigido será creditado no primeiro dia útil de fevereiro. A lei estabelece ainda que as "revisões das remunerações e subsídios dos servidores públicos sejam feitas no mês de janeiro". Na prática, conforme acentua a coluna do servidor, do jornal O Dia (21/12), esse foi o mês fixado como data-base para o grupo formado por 1,1 milhão de servidores federais. "Mais que o reajuste pequeno de 3,5%, a data-base foi a grande notícia de Natal para as repartições públicas federais de todo o Brasil", diz a coluna.

Eleições da Adufrj-SSind estão marcadas para fevereiro

Fortalecimento da diretoria e do Conselho de Representantes da seção sindical, além de participação ativa da categoria nas atividades da entidade. Essas foram as premissas que marcaram a discussão do primeiro ponto de pauta da Assembléia Geral de 4 de dezembro: eleições para a Adufrj-SSind. Os prazos do processo eleitoral já foram prorrogados por duas vezes este ano e novas datas já foram marcadas (veja quadro ao lado).

Houve o entendimento entre os presentes de que a greve dificultou o trabalho de articulação de chapas para a diretoria e listas para o conselho da seção sindical. Com o fim do movimento de greve, espera-se que o processo eleitoral possa ser desenvolvido normalmente. Para isso, naquela assembléia foi formada uma comissão de professores que terá a função de organizar debates nas Unidades e Centros sobre a Universidade e sobre o papel da Adufrj-SSind.

Calendário Eleitoral da Adufrj-SSind

Inscrição de chapas para Diretoria:

até 18/01/2002

Inscrição de listas para o Conselho de Representantes:

até 08/02/2002

Eleições para direção e para o CR:

de 18 a 20/02/2002

Posse da nova diretoria e dos novos conselheiros:

22/03/2002



Anote

Exposição no MAST

O Museu de Astronomia e Ciências Afins promove a exposição temporária "Instrumentos Científicos: Diferentes Olhares". Os instrumentos expostos constam da coleção do Museu, uma das mais expressivas da América Latina. Trata-se de uma boa oportunidade de observar as diferentes abordagens e leituras de um instrumento científico e histórico. O MAST fica na Rua General Bruce, 586 (São Cristóvão) e funciona de 10h às 17h, às terças, quintas e sextas-feiras. Aos sábados e domingos, de 16 às 20h. A entrada é gratuita.



Fórum Social Mundial

FSM: 2ª edição próxima

De 31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002, organizações não governamentais, movimentos sociais e entidades da sociedade civil do mundo todo se encontram em Porto Alegre na segunda edição do Fórum Social Mundial. O evento vai discutir experiências e propor alternativas que se contrapõem ao modelo de globalização imposto pelo capital internacional e seus representantes. O Fórum Social Mundial 2002 terá uma extensa programação de conferências, seminários, oficinas e eventos culturais que prevê a participação de cerca de 50 mil pessoas, entre delegados, ouvintes e imprensa.

Errata

No último boletim (nº 41, de 17 de dezembro de 2001), faltaram algumas palavras no início da matéria "Ato reforça unidade na defesa da UFRJ". O texto deveria começar assim: "Um ato em defesa da Universidade Pública realizado na segunda-feira (...)".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 2590-4799, 2260-6368 e 2590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (afastada) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo (afastado) **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues da Silva (afastada)

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Estagiária:** Isabela Figueiredo **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000

Impressão: Folha Dirigida **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Colegiados

CEG aprova calendário acadêmico para 2002

Medicina e CAP também tiveram calendários específicos referendados

O Conselho de Ensino de Graduação, na sessão de 19/12, aprovou as datas de início e fim dos períodos acadêmicos de 2002. Devido aos 108 dias da greve de 2001, o calendário do ano que vem começa em 6 de maio e foi esticado até 31 de janeiro de 2003, cumprindo assim os 200 dias de "atividades acadêmicas efetivas", exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases, a constituição da educação brasileira. Os calouros começarão suas atividades uma semana mais tarde, em 13 de maio.

A Faculdade de Medicina e o Colégio de Aplicação tiveram seus calendários específicos referendados pelo colegiado superior. Na Medicina, o tradicional calendário mais longo foi aprovado e as atividades de 2002 se iniciam em 14 de abril e terminam em 28 de fevereiro de 2003. Pela natureza das atividades nos ensinos fundamental e médio, o CAP trabalha com período letivo anual e, para manter uma certa paridade com os demais colégios de ensino do Estado, optou por iniciar e terminar as atividades no ano civil. No CAP, as atividades começam em 8 de abril e terminam no dia 20 de dezembro.

O diretor do CAP, Moacyr Barreto, apresentou a proposta do colégio ao CEG

também para a integralização do período de 2001, após a greve. Segundo o diretor, as aulas na Lagoa recomeçaram efetivamente no dia 10 de dezembro último e seguirão até o dia 23 de março, quando o colégio pára por duas semanas até o início das atividades de 2002. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Resolução 01/99 ainda causa polêmica

Na discussão sobre o calendário, alguns conselheiros lembraram que a resolução CEG/CEPG 01/99 que prevê um calendário único para toda a universidade ainda estaria em vigor. Antes da greve, as Unidades e departamentos estavam em meio a um processo de rediscussão da resolução. Uma comis-

são mista dos dois colegiados havia preparado dois projetos substitutivos à resolução que estavam sendo apreciados pela comunidade. Os segmentos de docentes e estudantes, através das entidades Adufrj-SSind, DCE e APG, realizaram uma série de debates sobre o assunto, com a participação de representantes dos conselhos acadêmicos. A proposta da comissão mista já previa o entendimento de que dias de atividade acadêmica efetiva não são, necessariamente, dias de aula ou de ensino. Na prática, o CEG acabou ignorando a resolução vigente e dando a possibilidade de as Unidades trabalharem nos moldes anteriores à resolução (com 15 semanas de aula por semestre, por exemplo), por entender que 2002 será um ano 'excepcional', em função da greve.

Professores se negam a repor aulas após a greve

Estudantes enfrentam problemas com reposição de aulas

Em alguns departamentos da UFRJ, os estudantes que participaram da greve nacional das universidades federais estão tendo que recorrer ao CEG para pedir a reposição de aulas. Algumas alunas da Escola de Comunicação e da Enfermagem estiveram no colegiado e denunciaram casos de professores que se recusam a darem aulas de reposição. Estes docentes, segundo as estudantes,

alegam que não interromperam suas atividades e já integralizaram seus cursos para os alunos que freqüentaram suas aulas em plena paralisação. A orientação ouvida pelas alunas no CEG foi que constituíssem processo formal em suas Unidades para que, após tramitação nas Unidades, possam chegar às mãos dos conselheiros para parecer. Segundo a conselheira Lília Pougy (CFCH) só após esgotarem todos os recursos em seus departamentos, Unidades e Centros, os estudantes podem recorrer ao CEG pedindo providências.

SR-4 dificulta extensão de contratação de substitutos

Os professores substitutos que foram contratados em 2000 teriam que ter seus contratos encerrados em 31/12/2002, segundo a sub-reitoria de Pessoal (SR-4). Com a greve, o próprio Ministério da Educação, segundo informação da conselheira do CEG, Wanda Freire, recomendou que as universidades estendessem os contratos destes professores até o término do período acadêmico de 2001, que, no caso da UFRJ, será em abril de 2002.

O assunto foi tratado na sessão do CEG de 19/12 e, segundo o sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass, a SR-4 não aceitou prorrogar os contratos destes professores.

Irritados, alguns conselheiros lembraram ao representante da reitoria que nas universidades do Paraná, Santa Catarina, Minas Ge-

rais e Pernambuco os professores substitutos não encontraram nenhum problema para repor as atividades paralisadas com a greve e estão com seus contratos prorrogados normalmente. "Que milagre eles (os procuradores das outras universidades) fazem que o nosso procurador não consegue?", questionou a conselheira Maria da Penha (CCJE). Segundo a professora da Faculdade de Direito, as reitorias possuem uma senha para procederem, diretamente das instituições, a extensão dos contratos. Penha explicou, ainda, que existe uma Medida Provisória que faculta às instituições a prorrogação dos contratos temporários por até quatro anos. A professora relatou um caso da Faculdade de Direito da UFMG onde uma docente minis-

tra aulas como substituta há três anos.

O colegiado acabou aprovando a possibilidade da extensão dos contratos temporários destes professores por mais um ano. Esta prorrogação até 2003 será descontada das cotas de vagas novas para substitutos aprovadas em sessão anterior pelo conselho.

Verba está nas mãos das SR-1 e SR-2

Gattass anunciou que os recursos para contratação de professores substitutos e visitantes estão agora sob a responsabilidade das sub-reitorias acadêmicas. O sub-reitor disse que já enviou solicitação ao MEC para aumentar a verba dos atuais R\$ 3,5 milhões para R\$ 6 milhões, o que, segundo o professor, possibilitaria a contratação de, pelo menos, 45 visitantes.



Resenha

Deu na Coluna de Cláudio Humberto, no Jornal de Brasília (17/12): "O Ministério Público Federal realiza levantamentos preliminares para abrir processo de investigação contra o ministro da Educação, Paulo Renato. Denúncias encaminhadas aos procuradores garantem que o ministro seria o suposto proprietário de pelo menos quatro universidades privadas em Brasília, Campo Grande e São Paulo, por meio de "laranjas". Todas foram criadas durante a sua gestão no MEC."

Matéria da Folha de S. Paulo de 14/12 informa que o capitão da Polícia Militar Francisco Rohrer conseguiu defender uma dissertação e passar no mestrado em psicologia social na PUC-SP. Francisco estava sendo impedido de fazer a defesa, uma vez que os estudantes de diversas universidades acusam o capitão de ter liderado violenta repressão policial contra manifestação na Avenida Paulista, em abril deste ano. Entre os presentes à apresentação de Rohrer, estavam o secretário estadual da Segurança Pública, Marco Petrelluzzi, e o coronel Ubiratan Guimarães, condenado a 632 anos de prisão pelo massacre de 111 presos no Carandiru em 1992. O coronel recorre da sentença em liberdade.

Nota da coluna "sindicatos" do jornal Extra (18/12) informa que os seis mil trabalhadores da Fundação Nacional de Saúde ganharam na Justiça a reintegração dos demitidos pelo governo federal desde 1999. Os juízes do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro garantiram o retorno ao trabalho e o pagamento dos salários dos meses em que estiveram afastados. De acordo com a direção da Central Única dos Trabalhadores, só resta ao Ministério da Saúde uma única alternativa: o cumprimento da decisão judicial.

O Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu a licitação para instalar 290 mil computadores em colégios e bibliotecas a partir do ano que vem. O MEC exigiu a instalação do sistema Windows em pelo menos dois terços das máquinas. Isso contraria o princípio da livre concorrência, já que existem outros programas tão eficazes e mais baratos. Além disso, o irmão do ministro, Marco Antônio Costa Souza, é advogado da Microsoft - empresa proprietária do sistema Windows. Estavam previstos gastos da ordem de R\$ 500 milhões.

Matéria do Jornal do Brasil (19/12) informa que vem aí mais uma greve na educação. Os insatisfeitos da vez são os professores indígenas. "Para variar", a categoria cobra do governo mais investimentos e melhores condições de trabalho. "Vamos fazer uma greve em janeiro. Para nós, isso vai ser muito importante", diz Jerry Adriane de Jesus, índio pataxó e professor de uma escola indígena em Coroa Vermelha (BA). O anúncio foi feito em clima ameno, depois da apresentação do Censo Escolar Indígena de 99, no dia anterior, no MEC.



Movimento

Vitória da greve marca 43º Conad do Andes-SN

Unidade da categoria, democracia e determinação da diretoria do Andes-SN e do Comando Nacional de Greve são destaques nas avaliações

A vitória da greve nacional das universidades federais marcou a 43ª edição do Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad), realizada em Brasília, de 14 a 16 de dezembro. Foram feitas algumas poucas críticas, principalmente, por dirigentes da seção sindical da federal de São Carlos, ao resultado da greve. Mas nada que abalasse a confiança da maioria da categoria, ali representada, na condução do movimento pela atual direção nacional.

Na Plenária de Instalação, uma dinâmica diferente foi apresentada pela mesa que conduziu os trabalhos. A diretoria nacional achou por bem não incluir os temas referentes às Políticas Sociais, já que esta edição do Conad estaria acontecendo ao final de um movimento que durou mais de cem dias e impossibilitou que a grande maioria dos docentes e seções sindicais preparasse material para o Caderno de Textos (uma espécie de caderno de teses preparada para cada Conselho ou Congresso).

No debate da Plenária de Conjuntura, o presidente da entidade, Roberto Leher, apresentou a tese da diretoria para a atualização do Plano de Lutas da categoria. Roberto relembrou os principais momentos da greve de 2001 e ressaltou que o movimento se deu dentro do contexto da negociação com o legislativo em relação à definição do orçamento para o próximo ano. A adesão inédita da categoria, não só dos docentes, mas dos técnico-administrativos e dos estudantes, também foi comentada como ponto de força das negociações. As críticas de que a direção e o Comando Nacional de Greve "atrasaram as negociações"

ou "que não negociavam com o parlamento e com reitores" foram rebatidas com a simples descrição dos momentos da greve. A interação com a Justiça e com os movimentos sociais também foi destacada. "Em nenhum momento houve atropelo, o que contribuiu em muito com o sucesso da nossa greve. Como contribuíram as visitas inúmeras que fizemos ao ministro do Supremo, ao STJ, ao TRT, à CNBB, que teve um papel fundamental, e, também, aos acampamentos do MST, ainda no início da greve". Segundo o presidente do Andes-SN, a greve foi vitoriosa por estar respaldada nos movimentos sociais, na opinião pública e, principalmente, nas assembleias gerais de cada seção sindical, em cada universidade ou instituição em greve.

Críticas

Para o presidente da Adufscar-SSind, Gil Vicente, o resultado econômico da greve não teria sido bom para a categoria já que o reajuste médio acordado teria beneficiado os professores da carreira do ensino médio e fundamental. Apesar das críticas, a Adufscar-SSind, assim como outras 38 seções que realizaram assembleias nos dias 6 e 7 de dezembro, véspera do encerramento da greve, apontado para o dia 10, aprovou os termos do acordo feito pelo CNG/Andes com o governo (Comunicado nº 35, em www.andes.org.br/comunicados.htm). Neste momento, sentindo-se em minoria, como vem se repetindo ao longo dos últimos eventos nacionais, a oposição se retirou da Plenária de Conjuntura.



NA ABERTURA, ROBERTO LEHER COMENTA O SUCESSO DO MOVIMENTO E O RESPALDO DEMOCRÁTICO DAS ASSEMBLÉIAS DAS SEÇÕES SINDICAIS DURANTE A GREVE

Estaduais



Marcelo Badaró
Regional Rio

O primeiro vice-presidente da Regional Rio, Marcelo Badaró (foto), anunciou a criação da nova Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Norte Fluminense (Sinduenf), que deverá ser aprovada no próximo Congresso do Andes-SN, em fevereiro. Badaró lembrou a recente greve dos docentes da Uenf e a luta da comunidade pela autonomia universitária. A Uenf está vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio e é gerida por uma fundação privada, a Fenorte.

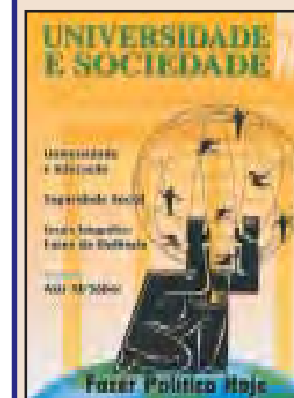


Evandir Codato
Aduel-SSind

As greves das estaduais da Paraíba e do Paraná foram objeto de moção de apoio do 43º Conad. A professora Evandir Codato (foto) lembrou que, no Paraná, a paralisação das universidades estaduais de Maringá, Londrina e Oeste do Paraná completou mais de 90 dias durante a realização do encontro dos docentes, em Brasília. Assim como o movimento nacional, professores fazem a greve juntamente com estudantes e funcionários. Os grevistas exigem que o governador Jaime Lerner inclua R\$ 90 milhões do orçamento do estado para as universidades.

Fotos: Ana Manuella Soares

Novos lançamentos do Andes-SN



A REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE Nº 25 FOI UM DOS LANÇAMENTOS EDITORIAIS DO 43º CONAD. O TEMA CENTRAL DA PRINCIPAL PUBLICAÇÃO DA ENTIDADE É 'FAZER POLÍTICA HOJE'.

O 18º CADERNOS ANDES TAMBÉM FOI APRESENTADO À CATEGORIA. 'MEMÓRIAS DA LUTA III' TRAZA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS



O SINDICATO LANÇOU TAMBÉM O CD-ROM COM AS 24 EDIÇÕES ANTERIORES DA REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. INTERATIVO, O CD FOI CONSIDERADO UM ACERVO HISTÓRICO FUNDAMENTAL PARA A ENTIDADE.

Plano de Lutas destaca intervenção econômica na América Latina

Luta contra diretrizes de organismos financeiros na educação, saúde e seguridade é prioridade

Parece até que os docentes brasileiros já sabiam. Dias antes da convocação social na Argentina, os professores reunidos no 43º Conad aprovaram uma moção de solidariedade ao povo argentino oprimido pelas ações do governo De la Rúa e de seu ministro Cavallo. O fortalecimento da internacionalização da luta contra o imperialismo e pela independência dos povos foi destaque no Plano de Lutas aprovado pelo Conselho. Os organismos multilaterais que expressam o programa neoliberal encampado tanto na Argentina como no Brasil, através da política de ajustes fiscais e aumento de

juros da dívida pública, também foram citados. O Conad reafirmou a luta do movimento docente contra as determinações do Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, em especial, nos campos da educação, da saúde e previdência social.

Nacionalmente, os movimentos sociais também mereceram atenção especial no Plano de Lutas. O sindicalismo classista, autônomo e democrático foi reafirmado. Em relação ao ensino superior, o Sindicato, mais uma vez, reafirmou a luta pela expansão do ensino público e gratuito, com a autonomia universitária estabelecida nos termos do artigo 207 da Constituição Federal. Ampliação de verbas, padrão unitário de qualidade e democracia na gestão universitária fo-

ram reafirmados também. Um destaque foi dado à luta contra as tentativas de regulamentar esta autonomia com vistas à privatização do ensino superior nas instituições federais.

Pacote de novembro

Com o fim da greve, o movimento docente tem mais um decreto e uma medida provisória para se preocupar. No Plano de Lutas, foi inserida a luta pela revogação do decreto 4010 que transfere para o presidente da República a responsabilidade pelo pagamento ou corte dos salários dos servidores. Também foi destacada a luta contra a MP nº10, de 13/11/2001, que permite a contratação de pessoal por tempo determinado para substituir servidores em greve.

CLT

Como o Andes-SN representa também docentes de instituições de ensino superior particulares, o Conad aprovou o combate contra o PL 5483, que flexibiliza a Confederação das Leis Trabalhistas (CLT). Aprovado na Câmara, o PL está nas mãos dos senadores e, caso aceito, os trabalhadores serão penalizados com a perda de direitos como férias, 13º salário, entre outras garantias previstas na legislação atual.

Terrorismo americano

No Plano de Lutas, houve destaque também para a denúncia da campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra direitos e independência dos povos no Oriente Médio, na Ásia e na América Latina.



Movimento

Setor das Federais se reúne em janeiro

Ana Manuella Soares

O Setor das Federais do Andes-SN se reúne nos dias 5 e 6 de janeiro, em Brasília. Será o primeiro encontro do movimento docente das federais após a greve e foi considerado pela maioria dos docentes presentes ao 43º Conad o momento ideal para uma avaliação mais minuciosa dos resultados da greve.

No Conad, foi aprovado um Plano de Lutas para o setor das federais que teve como primeiro ponto a defesa de que a CUT tenha uma postura clara contra o pacote de novembro de 2001. A Carreira também foi mencionada e foi aprovada a criação de uma comissão de estudos para a elaboração de princípios gerais e diretrizes que oriente a definição de planos de carreiras no serviço público.

Fundações

A exemplo do trabalho que vem sendo realizado pela seção sindical dos docentes da USP (Adusp-SSind), foi aprovada uma campanha nacional junto às demais seções para que o Sindicato reúna, o mais breve possível, dados sobre o processo de privatização interna nas universidades públicas. Duas edições da Revista Adusp (de março e setembro de 2001) trazem



PLENÁRIA DO 43º CONAD

dossiês sobre as fundações da USP, com dados que impressionam. Na edição de setembro, em uma reportagem sobre a Fundação Calos Alberto Vanzolini (FCAV ou Fundação Vanzolini), foram constatados dados sobre receitas e despesas que indicam remunerações adicionais médias de docentes ligados à fundação da ordem de R\$ 121 mil, por ano. Os conflitos de interesse e a falta de transparência na captação e aplicação dos recursos que en-

volve as fundações são retratados na série de reportagens, artigos e entrevistas.

Fórum Social Mundial

Assim como no Plano de Lutas das estaduais e das particulares, para o setor das federais foi aprovada a recomendação para que as seções sindicais participem da segunda edição do Fórum Social Mundial, que acontece no início de fevereiro, em Porto Alegre.

Sindicato estuda compra de sede própria em Brasília

O 43º Conad reconheceu a necessidade de uma nova sede para o Andes-SN. A aprovação da aquisição deverá ser feita no Congresso de Rio Grande, em fevereiro, mas alguns critérios já foram indicados pelo Conselho das seções sindicais. O imóvel deverá ter, no mínimo, 300m² e o custo deverá girar em torno de R\$ 350 mil. A forma de custeio da sede também será definida no Congresso e deve ser objeto de avaliação e de teses das seções sindicais para o Congresso.

21º Congresso será em Rio Grande

O próximo evento nacional do movimento docente será a realização do 21º Congresso Nacional do Andes-SN, nos dias 23 a 28 de fevereiro, em Rio Grande (RS). O tema central será Projeto Histórico e Educação: a luta do sindicalismo classista. As contribuições das seções sindicais e dos sindicalizados para integrarem o Caderno de Textos deverão chegar à sede do Andes-SN, impreterivelmente até 18 de janeiro de 2002 (em disquete ou e-mail). O 44º Conad será realizado em Florianópolis (SC), ainda no primeiro semestre de 2002.

Carta de Brasília

O 43º CONAD - Conselho do ANDES-Sindicato Nacional, reunido em Brasília de 14 a 16 de dezembro de 2001, examinando a conjuntura internacional e nacional, se posicionou com clareza em defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

O CONAD denuncia a intervenção imperialista no Oriente Médio e na Ásia Central, as tentativas de violentar a independência da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, etc). Condena as políticas dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio entre outras) que via políticas de ajuste destroem a possibilidade da soberania dos povos e das classes trabalhadoras, liquida os direitos sociais e civis e busca, permanentemente, criminalizar os movimentos de luta dos trabalhadores e minorias exploradas e oprimidas. Exemplar dessa situação é o momento atual argentino em que o desmantelamento dos serviços sociais, o aviltamento das condições, de sobrevivência dos aposentados, entre outros males, evidenciam a construção internacional da miséria absoluta dos nossos povos e o reforçamento dos grupos econômicos subsidiários do grande capital internacional.

Este Conselho denuncia ainda as políticas que em nome de uma agilidade e modernidade administrativas buscam redesenhar os países para garantir a acumulação capitalista.

Condena a tendência secular do militaris-

mo como "solução" para as crises do capitalismo. Denuncia a hipocrisia das forças imperialistas em combater o "terrorismo" de grupos dos países oprimidos ao mesmo tempo em que aceitam e tentam legitimar o terrorismo estatal estabelecido no Oriente Médio pela política israelense; a construção internacional da mais ampla e brutal coalizão de forças, que sob o pretexto de combater o terrorismo, criou as condições de uma política planetária em defesa do capital e pretendeu dar legitimidade ao intervencionismo das grandes potências sobre o direito dos povos.

Por isso, o CONAD afirma a necessidade da luta pela construção de uma sociedade socialista que supere a ordem do capital. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional como garantia de uma paz mundial, justa e duradoura.

Ao analisar a conjuntura nacional, o CONAD se pronuncia pela denúncia e pelo combate às tentativas do executivo de destruir as liberdades democráticas por meio de práticas recorrentes como, por exemplo, o pacote de novembro. Os mecanismos tradicionais sob o império tucanopefelista de abuso do executivo, das medidas provisórias, controle parlamentar, isenções para os ruralistas, abandono de toda perspectiva nacional têm levado a que as autoridades governamentais não apenas tenham tentado criminalizar os movimentos sociais, mas tornar ilegítimos direitos constitucionais como os direitos sociais, o

direito de greve. A luta dos trabalhadores públicos federais, em especial do setor da educação, demonstrou que a população não aceita mais passivamente este governo. O desgaste do governo tem levado ao aumento da brutalidade estatal. A greve dos docentes e dos trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino potencializaram a resistência vitoriosa ao arbítrio e à violência estatal. Após sete anos de salários congelados, de medidas de construção política de fragmentação dos trabalhadores como classe (gratificações produtivistas, por exemplo), o Governo tentou abafar nossa luta por meio da mentira deslavada, da propaganda antidemocrática e anticonstitucional, das tentativas de coação do Judiciário, do desrespeito as decisões daquele poder. Travando uma luta que ultrapassou os marcos de quaisquer interesses corporativistas, o conjunto dos docentes, mobilizados nos locais de trabalho, com respaldo da opinião pública, resistiu ao corte dos salários e afirmou não apenas seu compromisso com a Educação Pública, mas com sua dignidade como indivíduos, intelectuais e sindicalistas. Contrariando a opinião dos burocratas repressores, os docentes afirmaram que, para além da questão salarial, de importância indiscutível, sua luta representa a defesa do projeto histórico de sociedade em que seja priorizada a educação pública de qualidade para todos, em todos os níveis. Unificadamente construiu-se um movimento que recebeu o apoio da sociedade, o respeito de parlamentares e da imprensa que, apesar de não concordarem necessariamente com nossa posição, reconheceram a maturidade, a justiça e a neces-

sidade de nossa luta. Saímos com o sentimento de uma vitória que resgata a dignidade dos docentes e com ganhos salariais que, ainda insuficientes para recompor nossos salários, são superiores aos de qualquer outra categoria. Uma vitória política que denunciou à sociedade o autoritarismo e os desmandos do governo federal e que deu uma coesão à nossa categoria e ao nosso Sindicato, qualificando-o como um dos grandes interlocutores na questão educacional e o interlocutor por excelência das IES.

Nos estados, em especial, no Paraná e na Paraíba, o movimento dos docentes enfrenta duras greves contra governos que praticam a mesma política do governo federal e são, também, laboratórios para práticas semelhantes em um futuro próximo.

Respaldados pela justiça da luta, construída e pavimentada pela emoção e pelo esforço intelectual e político de toda a categoria, os delegados, observadores e diretoria do Sindicato saúdam o momento novo que se abre e conclamam a todos para, em conjunto, barrarmos as medidas autoritárias e contrárias aos direitos sociais (como a modificação da CLT) que se colocam para o próximo período.

Em defesa das liberdades democráticas e direitos sociais.

**Viva a luta das classes trabalhadoras!
Viva a presença e o fortalecimento das entidades sindicais livres, autônomas, classistas e democráticas!**

Brasília, 16 de dezembro de 2001.

**Movimento****Colegiados**

Conad aprova auditoria feita nas contas do Sindicato

Resultado de Auditoria revela irregularidades na gestão 1998/2000

Superfaturamento, pagamentos de passagens aéreas, notas frias, ações trabalhistas e benefícios a funcionário sem justificativa normativa foram algumas das irregularidades apontadas por uma auditoria independente sobre as contas do Andes-SN, no período 1998/2000. Na época a frente da entidade, o professor e atual secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Renato de Oliveira, terá que justificar até o próximo Congresso, em fevereiro de 2002, gastos com passagens aéreas para uso particular. O ex-presidente, assim como outros dirigentes de sua gestão terão amplo direito de defesa, de acordo com o estatuto do Andes-SN, segundo a decisão dos participantes do 43º Conad.

Segundo o tesoureiro do Sindicato, Domingues de Godoi, a atual diretoria tomou todos os cuidados para que a auditoria fosse feita com a maior transparência possível e não houve a intenção de prejudicar nenhum sindicalizado, ao contrário do que foi feito pela diretoria do professor Oliveira. Logo no primeiro Conad de sua gestão, a diretoria de 1998/2000 fez questão de expor professores da direção anterior (presidida pela professora Maria Cristina Moraes), acusando-os, no Caderno de Textos daquele evento, de irregularidades nas prestações de contas. Os problemas de contabilidade também puderam ser conferidos pela auditoria e foram constatadas as pendências. Ficou registrado, segundo a tesouraria, que se tratam de problemas quanto à guarda de documentos contábeis e financeiros de responsabilidade da administração da entidade. O 43º Conad aprovou que a devolução ou ressarcimento aos docentes que foram listados no Caderno de Textos, após a averiguação das contas pela auditoria, seriam feitos logo após o término do evento. O ressarcimento mais alto seria de R\$ 244,91 para a professora Maria Cristina e o maior valor devido à entidade seria de R\$ 1.608,60, em nome do professor Renato Dagnino.

Apuração das irregularidades

De posse do resultado da auditoria, a diretoria vai solicitar justificativas para os problemas considerados graves que envolvem a direção anterior, como a indicação de superfaturamento de serviços contratados, notas frias, irregularidades com o Prêmio Andes e a questão das passagens em nome do ex-presidente.

Eleição para reitor já tem calendário

Candidatos terão que apresentar um programa de gestão

Que Minerva ajude a UFRJ desta vez! Em sessão realizada no dia 20 de dezembro, o Conselho Universitário estabeleceu o calendário do processo eleitoral para a reitoria em 2002. No dia 21 de março, em uma reunião conjunta dos colegiados superiores da universidade, serão elaboradas as listas tríplices de candidatos aos cargos de reitor e vice-reitor. Antes disso, nos dias 5, 6 e 7 de março, será feita a consulta à comunidade acadêmica para saber o desejo da maioria (na proporção de 70% de peso para o corpo docente; 15% para os estudantes e 15% para os técnico-administrativos). Até 7 de maio, serão enviadas as listas para escolha e nomeação pelo presidente.

Para evitar o impasse ocorrido na sessão anterior do Consuni e que culminou com a retirada dos representantes estudantis (veja boletim da Adufrj-SSind, nº 41, de 17 de dezembro), os conselheiros decidiram encaminhar a discussão com base no documento mais resumido do professor Aloisio Teixeira, com adendos oriundos da proposta da comissão dos três colegiados superiores (CEG, CEPG e Consuni).

Também neste Consuni foi aprovado que a Comissão Coordenadora da Consulta à Comunidade terá quinze integrantes (sendo 11 docentes, 2 técnico-administrativos e dois estudantes). A proposta de Aloisio contava apenas sete pessoas nesta comissão, mas a maioria dos conselheiros entendeu que haveria muito trabalho na organização do processo para tão pou-

cos. Assim definido, já foram indicados os nomes dos professores Milton Roedel (CCMN), Léa Miriam (CCS), José Roberto Meyer (CCS), José Luiz Fontes (CT) e do próprio Aloisio Teixeira (CCJE). Os técnico-administrativos indicados foram: José Carlos Pereira e Roberto Gambine. Os estudantes ainda vão escolher seus dois representantes na comissão. Para fechar o grupo, o CEG e o CEPG vão indicar três professores cada.

A comissão terá a função de aceitar as inscrições de candidatos, supervisionar o processo de consulta, constituir as mesas de votação, apurar os resultados e garantir a lisura, organização e a eficiência de todo o processo, entre outras atividades. Para auxiliar na execução dessas tarefas, a comissão está autorizada a convocar, a qualquer momento, os docentes e técnico-administrativos da UFRJ, "tendo essa convocação precedência sobre todas as demais atividades do servidor".

Um dos adendos da proposta maior da comissão dos colegiados exigia que o candidato, no momento da inscrição no processo de consulta à comunidade, apresentasse programa de gestão e os nomes de sua equipe de trabalho. De acordo com o técnico-administrativo Carlos Maldonado, para se inscrever, "o candidato tem que dizer a que veio". "Não escolhemos pessoas, escolhemos programas. E apresentar a equipe é fundamental. Os últimos quatro anos nos mostraram isso. Pela primeira vez na história, houve recusa pelos colegiados de um nome indicado para sub-reitor. À luz da realidade, é fundamental saber quem serão os responsáveis por cada área",

disse. Aloisio Teixeira rebateu: "Não precisa colocar na letra da lei uma decisão política (do candidato). A comunidade pode cobrar o programa, se quiser, e vota em quem quiser", afirmou. Na hora da votação, ganhou a proposta pela qual o candidato deverá apresentar um programa de trabalho. No entanto, foi rejeitada a proposição de que os candidatos deverão exibir os nomes de sua futura equipe.

São elegíveis todos os docentes da UFRJ, em efetivo exercício, que integrem a carreira de magistério superior, e ocupem os cargos de Professor Titular, de Professor Adjunto, nível 4, ou que sejam portadores do título de doutor. Neste último caso, independentemente do nível ou da classe do cargo ocupado. A inscrição de candidatos na consulta será feita nos dias 16 e 17 de janeiro. Estatuto será votado no CNE

O técnico-administrativo Carlos Maldonado informou aos demais conselheiros que o estatuto da UFRJ (aquele que foi adaptado à LDB) será finalmente apreciado em reunião de 28 de janeiro de 2002 do Conselho Nacional de Educação. Se isso se confirmar, o colégio eleitoral para elaboração das listas tríplices será aumentado. Isso porque o "novo" estatuto prevê que, além do CEG, CEPG e Consuni, o conselho de curadores da universidade também participe da escolha.

Próxima sessão do Consuni

Para decidir mais detalhes do processo eleitoral para reitor, alterar regimento do Consuni e outros pontos, estava prevista (até o fechamento desta edição, em 21/12) uma sessão para esta quinta-feira, 27 de dezembro.

26,05% em troca de mais vagas

Antes da sessão do Consuni efetivamente ser iniciada, Vilhena chamou os conselheiros para uma "conversa" sobre os 26,05% relativos ao Plano Verão. O reitor-interventor informou que havia uma possibilidade de garantir o ganho judicial para quem já o recebe e ainda estender o percentual para os demais servidores da UFRJ. Em troca disso, a universidade deveria apresentar e implantar um processo de ampliação das vagas (Vilhena chegou a falar em 2,5 mil novas vagas). O acordo seria costurado junto ao Ministério da Educação, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Advocacia Geral da União.

Segundo ele, "ficou claro que a situação dos 26,05% na universidade é de extrema fragilidade". Usando expressões como: "é muito difícil empurrar (o caso) com a barriga", Vilhena comentou que seria importante (mas complicado) postergar o máximo possível essa situação até o próximo governo. Em certo

ponto de sua demorada "explicação" sobre o caso, chegou a valorizar a greve e os sindicatos. "Pelos duas recentes greves (de professores e funcionários), o momento é razoável (para se fazer o tal acordo). Ninguém está querendo tumultuar o ambiente", disse.

Cena patética

O reitor-interventor comentou que essa possibilidade deveria ser discutida brevemente pelo Consuni, em uma reunião informal. O pior estava por vir: de forma patética, Vilhena anunciou que poderia até não participar da consulta eleitoral à comunidade, pois apareceria como o grande "benfeitor" daqueles que não recebem o ganho judicial e passariam a ganhá-lo. De acordo com ele, cerca de mil professores não ganham o percentual. Logo ele e seus procuradores que tanto fizeram contra os 26,05%! Num tom misterioso, disse aos conselheiros: "Teríamos que abrir mão de várias coisas..." Vilhena

contou que as 2,5 mil vagas não precisariam ser ofertadas de uma vez só. "Isso pode ser escalonado", afirmou. Também informou que essa ampliação de vagas poderia ser implantada via ensino à distância.

A conselheira Ana Clara Torres (CCJE) considerou "complicada essa troca". Ana pediu ao reitor que fossem socializados os pareceres jurídicos sobre a questão dos 26,05%, mas fez questão de frisar que o ensino à distância apresenta vários problemas de ordem pedagógica. Segundo ela, esse tipo de ensino "não foi amadurecido".

O Andes-SN defende a expansão das vagas nas instituições públicas, respeitada a ampliação dos investimentos adequados nas condições de trabalho e na valorização dos profissionais da educação. No entanto, é decisão do movimento docente combater os cursos sequenciais, os cursos à distância e os programas especiais de formação pedagógica que aligeiram e minimizam a formação acadêmica.



Colegiados

Escândalo na alocação de vagas

Vilhena concentra vagas no ICB, na Coppe e no Museu Nacional

No apagar das luzes da véspera do Natal, o reitor-interventor resolveu apresentar algumas Unidades e órgãos suplementares com farta distribuição de vagas docentes para titulares e adjuntos. Os premiados foram o Instituto de Ciências Biomédicas, com 20 vagas; o Museu Nacional, com 10; e a Coppe, com 29. Os institutos de Economia (4 vagas), Biologia (4 vagas), Biofísica (4 vagas), Química (3 vagas), Microbiologia (3 vagas) e Macromoléculas (3 vagas) e a Faculdade de Medicina (6 vagas) também foram agraciados. O absurdo desta alocação foram os critérios utilizados, ou seja, o reitor mais uma vez ignora a existência de uma Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) e decide distribuir, ao seu bel prazer, 81 das 133 vagas disponíveis para a universidade. Na verdade, a comissão foi instituída pelos conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados, mas sua portaria nunca foi assinada pelo magnífico interventor.

A notícia, já esperada pelos integrantes dos colegiados superiores foi dada a duas conselheiras do CEG, pelo sub-reitor acadêmico, Ricardo Gattass, em seu gabinete, na sexta-feira, 21. As conselheiras foram participar de uma sessão conjunta dos dois conselhos que acabou não acontecendo por falta de quórum do CEG. Cansadas de esperar pelos colegas, as professoras foram ao gabinete de Gattass para as congratulações típicas do final do ano. Segundo uma das conselheiras, Íris Rodrigues, ao entregá-lhes o relatório da alocação do reitor, Gattass sugeriu que as professoras o ajudassem a fazer a distribuição das 52 vagas restantes. As conselheiras se recusaram a assumir tal responsabilidade, já que os colegiados haviam estabelecido uma comissão com competência para isso.

CEPG se recusa a alocar as vagas restantes

Gattass ainda tentou fazer com que os conselheiros do CEPG, que acabaram se reunindo formalmente na sexta (21), alocassem as 52 vagas que sobraram da distribuição do reitor. O colegiado se recusou a fazê-lo e emitiu uma nota reafirmando que não irá participar de nenhum

processo de alocação que não esteja respaldado pela Cotav. Segundo o representante dos estudantes no CEPG, Diego Vaz, a direção do Museu Nacional também divulgou nota, no mesmo dia, dizendo não concordar com a distribuição de Vilhena e que não irá receber as vagas destinadas à Unidade.

CEPG desvincula calendário da graduação

Na sessão do dia 21/12, o Colegiado de Ensino para Graduados decidiu que o calendário acadêmico de 2002 para a pós-graduação terá início em 8 de abril. Desta forma, as atividades acadêmicas da pós-graduação começam um pouco

antes do que as da graduação, que se iniciam em 6 de maio. Os conselheiros consideraram que a maior parte dos cursos da pós não parou e que começar 2002 em abril daria tempo para que os formandos da graduação da UFRJ pudessem se inscrever normalmente nos programas.

Centro Unidade	Provão 99	Nº de Professores 2000			Média Ingressantes 97-98-99	Média Formados 97-99	Formados/ docentes	Adjuntos		Titular
		Perman.	Subst.	Total				Alocar	Já Alocadas	
CLA										
FAU		105	22	127	247,0	148,0	1,2			
EBA		83	24	107	349,3	156,0	1,5			
Letras	A	177	14	191	553,7	308,0	1,6			
Música		78	12	90	34,3	24,0	0,3			
CCMN										
Geociências		70	0	70	161,3	66,7	1,0			
Física	A	121	0	121	126,7	22,7	0,2			
Matemática	A	125	1	126	307,4	107,7	0,9		1	1
Química	A	114	0	114	84,7	22,7	0,2		3	
CFCH										
IFCS	A	108	4	112	416,1	187,0	1,7			
ECO	E	62	3	65	237,2	130,7	2,0			
Educação	A	58	14	72	100,0	44,3	0,6			
Psicologia	B	59	0	59	165,7	93,0	1,6			
ESS		60	5	65	151,0	118,0	1,8			
CCJE										
FACC	A	41	0	41	329,3	276,0	6,7			
Economia	A	81	0	81	165,3	105,7	1,3		4	
Direito	A	37	24	61	534,7	313,3	5,1			
CCS										
Biologia	A	70	1	71	186,7	117,0	1,6		4	
ICB		96	0	96	47,5	14,0	0,1		20	
Biofísica									4	
EEFD		78	11	89	400,7	186,0	2,1			
EEAN		78	11	89	147,3	110,0	1,2			
Farmácia	A	49	1	50	144,0	161,3	3,2			
Medicina	A	453	8	461	359,3	273,8	0,6		6	
Microbiologia		62	0	62	31,1	10,7	0,2		3	
Nutrição		39	2	41	60,7	56,0	1,4			
Odontologia	A	69	0	69	84,3	76,7	1,1			2
Fórum										
Museu Nacional									10	
CT										
Coppe									19	10
Engenharia	A	218	2	220	531,7	323,7	1,5			
Química	A	63	1	64	199,7	126,3	2,0			
Total da UFRJ		2654	160	2814	6156,7	3579,2	1,3	52	68	13

AduFRJ **SEÇÃO SINDICAL**

Jornais, boletins e encartes da Adufrj-SSind publicados no período de 01/2000 a 12/2000.

Encartes publicados neste período:

10/04/00 - Periodização

17/04/00 - Acordo coletivo

12/05/00 - Campanha salarial

14/08/00 - Lei de emprego das IFES

ADUFRJ

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Boletim ANO II

5 de janeiro de 2000

Visite a página
da Adufrj
[www.alternex.com.br/
~adufjrj](http://www.alternex.com.br/~adufjrj)

Termina o prazo para o envio de dados da Ged/99

Encerrada a fase de captação de dados para a Gratificação de Estímulo à Docência (Ged) em 4 de janeiro, a Comissão de Acompanhamento do Desempenho Docente (CADD) passa agora à fase de análise dos documentos para obter a pontuação final dos docentes. No dia de fechamento desta edição (dia 5), o porta-voz da CADD, Fernando Rochinha, não tinha previsão de datas para divulgação dos pontos dos professores, nem de quantas pessoas optaram pelas planilhas em papel. “Mesmo porque estamos entrando nessa fase de análise hoje”, disse. Pelo que acompanhou dos módulos eletrônicos nesses dias anteriores ao prazo final, Rochinha adiantou que cerca de 300 a 350 itens de produção intelectual eram inseridos no sistema diariamente. “Excetuando, é claro, os dias de Natal e Ano Novo”, comentou. Tão logo o trabalho de pontuação seja concluído, a CADD vai disponibilizar os resultados e os docentes poderão imediatamente recorrer. Ainda segundo Rochinha, como os prazos ficaram apertados – os resultados devem estar em Brasília até a semana que vem –, dificilmente as mudanças relativas aos re-

cursos virão no pagamento referente a janeiro. Depois de verificado algum erro na pontuação – e dependendo do tempo de apresentação do recurso –, o professor receberá os valores corretos, com direito à retroatividade, nos meses seguintes.

Devido à nova sistemática de captação dos dados conquistada pela Adufrj na Justiça, os professores puderam entregar suas planilhas para a Ged em disquete ou em papel para a homologação dos dirigentes nas unidades. De acordo com a decisão judicial, a CADD deveria disponibilizar nas decanias as planilhas dos três módulos: Ensino e Orientações, Produção Intelectual e Atividades Suplementares. Na página eletrônica da UFRJ e no Sigma, somente a planilha de Produção Intelectual foi disponibilizada.

Também de acordo com a determinação da Justiça, os professores têm até o dia 7 de abril para detalhar os dados de Produção Intelectual. A partir deste detalhamento, a CADD vai conferir tanto as informações fornecidas como o percentual de Ged a que o docente terá direito ao longo do ano.

Bolsas de professores do Cap podem atrasar em fevereiro

Os professores de 1º e 2º graus das instituições federais de ensino superior podem ter desagradáveis surpresas neste início de ano. O MEC anunciou que vai manter as bolsas do Programa de Apoio ao Professor de 1º e 2º graus somente até o mês de julho. Isto significa que o governo investirá na formalização da Nova Carreira Docente do Ensino Profissional que segregará os docentes das instituições de ensino técnico e tecnológico (Cefets) da carreira dos docentes das universidades federais. A “nova” carreira do governo faz parte da “revolução silenciosa na educação” tão apregoada pela mídia e se sobrepõe à proposta de Carreira Unificada reivindicada pelo movimento docente nacional e protocolada pelo Andes Sindicato Nacional junto ao MEC, no ano passado.

O convênio do PAP é gerido pela Capes, tem vigência de seis meses e é renovável. No caso da UFRJ, o convênio expira este mês (janeiro de 2000) e até agora a sub-reitoria de Pós-Graduação ainda não recebeu do MEC o termo aditivo para a renovação, o que põe em risco o pagamento em dia das bolsas, a partir de fevereiro.

A secretaria de programas da Capes informou que os termos aditivos ainda não foram liberados para as instituições porque o Ministério ainda não decidiu qual das secretarias - Secretaria de Ensino Superior (Sesu), a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) ou a própria Capes - continuará a administrar a verba do PAP. A favorita para gerir este pedacinho do orçamento da educação é a SEMTEC e, segundo entrevista do assessor da Sesu, José Luiz Valente, ao Andes-SN, as novas contratações dos professores dos CAPs deverão ocorrer na carreira de 3º grau das universidades. Não haverá mais contratações pelo RJU e os professores dos Cefets serão enquadrados na Carreira de Ensino Profissional.

Segundo a secretaria de programas da Capes, é quase certo haver atraso no repasse da verba das bolsas para as universidades em fevereiro. Mesmo se o PAP continuar a ser gerido por esta agência não vai haver tempo hábil para que se firmem novos contratos até o fim de janeiro.

ASSEMBLÉIA GERAL

11 de janeiro de 2000,
terça-feira, 13 horas
Salão Nobre da
Decania do Centro
de Tecnologia
Bloco A - 2º andar
Ilha do Fundão

Pauta:

- Escolha de delegados para o 19º Congresso Nacional do Andes-SN e para o 5º Conad Extraordinário
- Teses para o 19º Congresso do Andes-SN
- Ações sobre os descontos do PSS criados pela Lei nº 9783/99

ATENÇÃO:

Estamos retificando a pauta da AG de 11-01-00 da ADUFRJ-SSind que havia sido divulgada em cartazes e na nossa página eletrônica.

A DIRETORIA E OS
FUNCIONÁRIOS DA ADUFRJ-
SSIND DESEJAM A TODOS UM
ANO NOVO MAIS PRÓXIMO DE
NOSSOS IDEAIS, COM:

LUTAS POLÍTICAS BEM
SUCEDIDAS
SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE
TRABALHO DIGNOS
MELHOR DISTRIBUIÇÃO DE
RENDA
SOLIDARIEDADE E PAZ!

Teses da Adufrj para o 19º Congresso Nacional do Andes-SN

Tema II: **Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Modelo Jurídico da Universidade Autônoma e Políticas Públicas**

A LUTA PELA CARREIRA ÚNICA NO ANDES-SN FRENTE ÀS INVESTIDAS DO GOVERNO FEDERAL: O QUE FALTA PARA INICIAR AS AÇÕES PRÁTICAS?

A transformação da questão da Carreira em uma luta de todos os docentes é a orientação que melhor responde aos desafios colocados ao movimento docente. É preciso incluir os docentes dos setores das estaduais e das particulares no processo, pois hoje a desregulamentação e a precarização atingem a todos. Ademais, nossa luta é por um projeto de universidade e, neste, a presença de todos os setores é crucial.

No que diz respeito ao setor das federais, urge empreender ações nacionalmente unificadas para ampliar a mobilização dos docentes em relação ao tema. Ênfase especial terá de ser conferida aos Adjuntos, pois o governo e seus aliados nas administrações universitárias tentam cooptar estes docentes para a sua tese de que, com uma carreira específica, eles poderão ter novas perspectivas para a sua vida acadêmica. Diante da urgência da situação dos docentes da educação tecnológica e do ensino básico das IFES, é crucial empreender ações políticas capazes de transformar o problema em prioridade efetiva do conjunto do sindicato e, neste sentido, não cabe privilegiar atos como "consultas" a funcionários do terceiro escalão do MEC como os da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC (SEMTEC). O Sindicato deverá construir condições para que a carreira se transforme em objeto de enfrentamento com a política do MEC. Igualmente importante é a inclusão dos professores aposentados no debate, posto que já sofrem os efeitos nefastos da quebra da isonomia. Trata-se, agora, de um embate por projetos de universidade.

TEXTO DE RESOLUÇÃO

Carreira

1) Empreender ampla divulgação da proposta de carreira do Andes-SN com a malha salarial correspondente nas IES, por meio de folhetos explicativos e cartazes padronizados. O texto deve incluir breve introdução situando a luta pela carreira única na conjuntura atual e sua relação com o projeto de universidade do Andes-SN. Esta divulgação deverá ser iniciada em março de 2000 e deverá contar com a assessoria dos Grupos de Trabalho de Carreira, de Comunicação e Arte e de Política Educacional.

2) A divulgação da carreira deverá contemplar as especificidades dos setores. No caso do setor das federais, a questão da inclusão dos docentes do ensino básico, técnico, agrotécnico e tecnológico terá de ser enfatizada,

assim como as perspectivas abertas pela nova carreira aos adjuntos. Na divulgação da nova malha salarial a questão da correção da isonomia deve ser enfocada como elemento importante para a mobilização.

3) Em relação ao Setor das IFES: a) Rejeitar qualquer proposta de Plano de Carreira específico para os docentes da educação tecnológica e do ensino básico, e b) Empreender luta contra a flexibilização dos direitos do trabalho, notadamente rejeitando contratos no Regime da CLT.

4) Ainda no caso do Setor das Federais, fica estabelecido o seguinte calendário: a) Nos meses de março e abril, o Andes-SN deve realizar vigílias no MEC para cobrar as providências relativas à implementação da nova carreira; b) No final do mês de março ou no início de abril, os setores que já se encontrarem mobilizados devem organizar um dia nacional de luta (preferencialmente unificado entre os setores), e c) no mês de abril, solicitar às Assembléias Gerais posicionamento sobre as formas de luta mais adequadas caso a resposta do Governo Federal não indique a possibilidade de implementação da nova carreira ainda no primeiro semestre de 2000 ou em prazo julgado conveniente pelo setor.

5) Os Grupos de Trabalho de Política Educacional, Carreira, Verbas e Seguridade Social devem prosseguir os estudos sobre as implicações da transposição dos professores ativos e aposentados na nova carreira, com o objetivo de subsidiar as negociações em torno da implementação da nova carreira, possivelmente indicando itens que devam constar nas disposições transitórias.

6) O GT de Carreira deverá organizar um formulário padrão para coleta de informações sobre a carreira e malha salarial das estaduais e privadas, a ser periodicamente divulgado no InformAndes, com o objetivo de subsidiar as ações do sindicato.

Autonomia e Financiamento

A Adufrj-Ssind propõe que o Andes-SN faça um estudo sistematizado do conjunto das medidas de política educacional do MEC, em especial, as relativas ao financiamento e à autonomia, bem como as relacionadas com a carreira e com a formação de educadores. A participação do Andes-SN no III Coned e as Resoluções deste evento serão igualmente examinadas, tendo em vista que a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) encontra-se em estágio adiantado na Câmara dos Deputados, colocando em ameaça o ensino público brasileiro. Como proposta de Resolução, defenderemos que as deliberações do 18º Congresso e dos 37º e 39º Conad's permanecem atuais e, neste sentido, não iremos propor encaminhamentos alternativos. Em nossa avaliação urge implementá-las e, deste modo, estaremos propondo apenas o aprofundamento das deliberações anteriores.

Tema III: **Questões Organizativas e Financeiras**

A comunicação tem enorme importância na vida cotidiana e particularmente num sindicato como o ANDES, pela abrangência dos assuntos e áreas onde se movimentam seus trabalhadores (do conhecimento), assim como pelas inúmeras frentes que compõem sua agenda política, bastante diversificada na resistência às políticas neoliberais dos dois últimos Fernandos.

TEXTO DE RESOLUÇÃO:

1) Rearticular o sindicato com o Fórum pela Democratização da Comunicação que agrega entidades diversas, não apenas sindicais, e visa superar uma realidade de concentração de famílias e/ou interesses em grandes redes que se articulam com monopólios internacionais afetando profundamente as informações que recebemos, particularmente as de fundo político e econômico.

2) Articular o ANDES-SN com iniciativas, algumas de caráter internacional como o grupo **Attac** (Associação pela Tributação das Transações Financeiras e Apoio à Cidadania), voltadas para construção de um conjunto de informações diferentes das pautadas pela maioria da grande imprensa e seus articulistas, que têm coberto com parcialidade os fatos políticos e econômicos como as privatizações em nosso país, apresentando tais "saídas" como únicas.

3) Reconstruir mecanismos e veículos de recente experiência relativos a: comunicação interna com sindicalizados e as direções das seções sindicais; montagem de campanhas e propaganda próprias que possam passar à sociedade o que defendemos e qual tipo de universidade pública queremos; uma assessoria de imprensa mais agressiva, que transforme em notícia os enfrentamentos do sindicato.

4) Publicar um INFORMANDES SEMANAL visando um fluxo mais contínuo e menos denso de informações do sindicato para as seções sindicais. Atualmente isso é feito por inúmeros ofícios, sem nenhuma elaboração que melhor dinamize o trabalho político, tanto das direções das seções sindicais como dos GTs locais.

5) De acordo com proposta da Adufrj-SSind aprovada no último CONAD, constituir um conselho editorial para o INFORMANDES (mensal), procurando uma representação proporcional das seções sindicais representadas no GT correspondente (o GTCA), permitindo uma linha editorial mais independente na construção de pautas e assuntos eleitos.

Noticiário

Aposentadorias

O governo continua querendo beber o sangue do servidor. Mesmo depois de perder no STF na questão da contribuição previdenciária do funcionalismo público, os técnicos de FHC vão voltar à carga neste ano para mudar a situação. Assim que acabar o recesso parlamentar, a União vai tentar regulamentar um projeto de previdência complementar para os servidores. A intenção é impor o teto do INSS (R\$ 1.255) à aposentadoria dos funcionários públicos e transferir para eles o custo do complemento, através de contribuições para um fundo de previdência complementar. Com os fundos aprovados e criados, quem entrar para o serviço público passa a ter o mesmo teto do INSS de aposentadoria. Para quem já está na ativa, o Ministério da Previdência avisou que vai buscar o aumento das alíquotas de contribuição existentes.

Convênio

De acordo com matéria da Folha de S. Paulo, o Ministério da Educação assinou, no último dia 29, um convênio para aquisição de equipamentos de laboratório para 110 instituições de ensino superior, no valor de R\$ 15 milhões. Os materiais deverão chegar às instituições até o fim do primeiro semestre de 2000. Tudo será fornecido pela empresa britânica Philip Harris, vencedora da licitação internacional.

Bairrismo

Nota do Informe JB, de 25/12/99: "Até na ciência Rio e São Paulo são rivais. O presidente da Faperj, Fernando Peregrino, não pára de ouvir reclamações de cientistas fluminenses furiosos com a divulgação da Fapesp de que é pioneira na implantação da Internet 2. Segundo a fundação carioca, o sistema do Rio foi criado em abril (99) e com 115 milhões de bytes a mais do que a rede paulistana".

CUT quer fiscalizar FGTS

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, apresentou, no último dia 23, ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, uma proposta de fiscalização mais eficiente em relação ao FGTS. Vicentinho deseja que os sindicatos possam verificar o recolhimento das contribuições previdenciárias e dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço pelas empresas. Estas teriam que disponibilizar todas as informações sobre esse assunto. "O empresário que for contra é porque sonega", disse. O ministro não tinha posição no momento, mas afirmou que discutiria a questão com outras áreas do governo.

Desemprego

Na década de 90, em que o governo consolidou a abertura econômica, privatizou empresas e começou a se retirar da lista de grandes empregadores, o desemprego mais que dobrou no Brasil. Só na Grande São Paulo, o número de desempregados saltou 246% de janeiro de 1990 a novembro de 1999 – de 483 mil para 1,673 milhão.

Sexto ano sem reajuste

Em entrevista à revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, o presidente Fernando Henrique voltou a dizer que reajustes salariais, especialmente no setor público, ameaçam o controle da inflação. Se essa fala se confirmar, 2000 será o sexto ano de salários congelados para os servidores da União.

Coppe aciona comissão da Secretaria de Segurança

A Coppe negou nos jornais o superfaturamento de que foi acusada na implantação do projeto Delegacia Legal, do governo do Estado. De acordo com o diretor Segen Estefen, houve um erro de especificação na proposta analisada pela Secretaria de Segurança: o item tido como superfaturado por uma comissão da Secretaria não existe. A Coppe entrou com notificação judicial para que os responsáveis pelo relatório comprovem o superfaturamento. Depois, vai partir para uma ação por calúnia, difamação e danos morais.

Plantão Jurídico

O Plantão Jurídico retomou suas atividades na última quarta-feira, dia 5. Os professores podem consultar os advogados da Adufrj sobre qualquer tipo de questão trabalhista coletiva ou individual. O Plantão é realizado na sede da Adufrj, toda quarta-feira, das 13h às 17h. O endereço da entidade é: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - Cidade Universitária.

Como ser atendido:

- Marcando horário com o advogado através da secretaria, nos telefones 590-4799 ou 260-6368;
- telefonando para o advogado, durante o Plantão, nos números acima;
- ou enviando sua questão para o endereço eletrônico adufjr@alternex.com.br. Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

Professor, envie o seu endereço para nosso cadastro de e-mails

Para facilitar a comunicação com nossos leitores, estamos começando neste boletim uma campanha de recadastramento de endereços eletrônicos. Num futuro próximo, através desses *e-mails*, esperamos disponibilizar informações curtas e interessantes sobre a vida acadêmica e política da nossa UFRJ.

Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importante de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço eletrônico para: adufjr@alternex.com.br.

Agradecemos desde já a colaboração.

Consuni elege novos conselheiros da FUJB

O último Consuni de 1999 elegeu os novos integrantes dos conselhos da Fundação Universitária José Bonifácio. Para o Conselho de Administração foram eleitos titulares os professores Angelo da Cunha Pinto (CCMN), Sylvia Mello Vargas (CCS) e Oscar Acelrad (CT). Como suplentes ficaram: Maria Ângela Dias (CLA), Flávio Dickstein (CCMN) e Luiz Afonso Henriques (CCS). Para o Conselho Curador da fundação, vão participar como titulares Helios Freres Filho (CCJE) e Dirceu Velloso (CT) e, como suplentes, Cláudio Contador (CCJE) e Cesar Gonçalves Neto (CCJE).

Intervenção na UFRJ prossegue com nomeação de candidata rejeitada na Faculdade de Educação

A Diretoria da Adufrj-Ssind vem a público expressar o seu veemente protesto e indignação frente ao ato de nomeação da nova diretora da Faculdade de Educação pelo reitor-interventor, desrespeitando a vontade expressa pela comunidade – que rejeitou, na consulta prévia, a então candidata única, com mais de 60% de votos brancos e nulos - e pela Congregação da FE – em cuja lista tríplice a candidata constava como terceira colocada, com apenas dois votos dos dezenove -, empossando-a, ao apagar das luzes do ano findo, ou seja, ao final da tarde do dia 30 de dezembro de 1999, afrontando o processo democrático, a exemplo do que ocorrera na reitoria da UFRJ.

Evidentemente, esta nomeação significa uma afronta à vontade da comunidade, expressa de forma inequívoca pela Congregação. Ao impor um nome para encaminhar um projeto rejeitado, o Sr. Vilhena repete, como farsa, a violência da intervenção.

Quando o Governo Federal nomeou o Sr. José Henrique Vilhena para o cargo de Reitor, a comunidade acadêmica interna da UFRJ promoveu um amplo movimento de esclarecimento público, apoiada por entidades como a SBPC, sobre o significado deste ato do Executivo. Os documentos dos colegiados superiores da UFRJ cha-

maram a atenção da sociedade para o fato de que esta imposição significava um desrespeito ao disposto no Art. 207 da Constituição Federal, arranhando, ainda mais, o Estado de Direito. Com este ato do Governo, o arbítrio passou a governar a universidade, envolvendo-a em sucessivas crises. E, na ausência de propostas e encaminhamentos capazes de contribuir para a solução das mesmas, a reitoria tem-se limitado a acatar todas as imposições do Governo Federal, independentemente do posicionamento dos colegiados da universidade e das entidades representativas dos educadores e, mais amplamente, da sociedade civil democrática.

Atualmente, o MEC está empenhado em redefinir a política de formação de professores. Ignorando até mesmo o Conselho Nacional de Educação, órgão assessor do referido ministério, o Presidente da República editou o Decreto que restringe a formação dos docentes da educação infantil e das séries iniciais do primeiro grau aos cursos normais superiores. Este posicionamento já havia sido contundentemente criticado pela Associação Nacional de Pesquisadores em Educação (ANPEd), pela ANFOPE e pela maioria das Faculdades de Educação do país, inclusive a da UFRJ.

A nomeação da terceira colocada na lista para o

cargo de Diretora pelo Sr. Vilhena é coerente com a adesão irrestrita da reitoria da UFRJ à política educacional do MEC. E, certamente, a reitoria pretende conseguir, com este ato casuístico, novos aliados para a política do Executivo, ignorando, entretanto, que a ampla maioria da Faculdade de Educação, expressa por sua Congregação, não irá aceitar ser cúmplice do desmonte do ensino público. Com efeito, a Congregação da Faculdade de Educação manifesta sua disposição de impedir que a esfera pública da universidade seja novamente atingida, resistindo ao golpe institucional contra a FE, à degradação da formação de professores, à destruição do princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa e, enfim, ao retorno do obscurantismo e autoritarismo que ameaçam a instituição, a exemplo dos tristes anos da ditadura militar.

A Adufrj-SSind manifesta sua solidariedade ativa com a comunidade da Faculdade de Educação e conclama os colegiados superiores da UFRJ, as unidades e as entidades representativas a se pronunciarem contra mais esta intervenção que afronta a democracia de nossa universidade. Estendemos esta conclamação às demais entidades representativas da comunidade acadêmica brasileira, bem como às entidades comprometidas com a democracia e a causa do ensino público com qualidade social.

Notas e pronunciamentos, favor enviar para o Gabinete do Reitor da UFRJ, c/c: Faculdade de Educação (Gabinete da Direção e Chefes de Departamentos).

Nota da Congregação da Faculdade de Educação

Os membros da Congregação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunidos em 3 de Janeiro de 2000, abaixo-assinados, vêm a público protestar frente à recente nomeação da Prof^a. Speranza França da Matta para exercer o cargo de diretora desta Faculdade.

O Reitor desrespeitou a vontade expressa pela comunidade – que rejeitou, na consulta prévia, a então candidata única, com mais de 60% de votos brancos e nulos - e pela Congregação da FE – em cuja lista tríplice a candidata constava como terceira colocada, com dois votos dos dezenove -, empossando-a, ao apagar das luzes do ano findo, ou seja, ao final da tarde do dia 30 de dezembro de 1999.

Lastimamos a ocupação de um cargo político-administrativo nessas condições. Acima de tudo, é questionável a possibilidade de a professora indicada exercer a liderança de nossa comunidade acadêmica, algo fundamental nesse momento em que os esforços de todos precisam convergir para a execução dos projetos em curso. Entre estes, destacamos: a reformulação curricular do curso de Pedagogia, em avançado estágio de planejamento; a recente reformulação do Programa de Pós-graduação, que já rendeu frutos positivos na avaliação continuada da CAPES; o debate com outras Unidades e instâncias da UFRJ, visando à reformulação das Licenciaturas; a criação de novos

grupos de pesquisa, incorporando os professores recém-doutores; e a ampliação da oferta de cursos de especialização *lato sensu*.

Neste momento, tememos que a direção nomeada constitua instrumento para a implementação das preocupantes medidas do MEC para a área de educação, encaminhadas à revelia da comunidade acadêmica e das entidades representativas dos educadores, a exemplo do recente Decreto 3.276/99, a propósito da formação de professores.

A Congregação, a despeito de sentir-se desrespeitada, cônica de suas prerrogativas, permanecerá cumprindo seu dever de representação e direção, no sentido de zelar pelo predomínio do espírito público frente aos interesses menores, garantindo o bom andamento de nossas atividades acadêmicas, bem como os procedimentos verdadeiramente democráticos e os regulamentos legitimamente instituídos.

Professor Doutor ANTÔNIO FLÁVIO BARBOSA MOREIRA – Professor Titular

Professor Doutor LUIZ ANTÔNIO CONSTANT RODRIGUES DA CUNHA – Professor Titular

Professor Doutor TARSO BONILHA MAZZOTTI – Professor Titular

Professora Doutora MARLENE ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação e Representante Titular dos Professores Adjuntos

Professora ÍRIS RODRIGUES DE OLIVEIRA – Chefe do Departamento de Didática

Professora LUCIANE QUINTANILHA FALCÃO - Chefe do Departamento de Administração

Professor Doutor ROBERTO LEHER – Representante Titular dos Professores Adjuntos

Professora Doutora ANA CANEN - Representante Titular dos Professores Adjuntos

Professor MARCELO MACEDO CORRÊA E CASTRO - Representante Titular dos Professores Adjuntos

Professora Doutora ANA MARIA VILLELA CAVALIÉRI - Representante Suplente dos Professores Adjuntos

Professora Doutora RAQUEL GOULART BARRETO - Representante Suplente dos Professores Adjuntos

Professora Doutora ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES - Representante Suplente dos Professores Adjuntos

Professor Doutor RENATO JOSÉ DE OLIVEIRA - Representante Suplente dos Professores Adjuntos

Professor ANTÔNIO CARLOS MORAES - Representante Titular dos Professores Assistentes

Professor JAÍLSON ALVES DOS SANTOS - Representante Suplente dos Professores Assistentes

Professor MARCOS ANTÔNIO CARNEIRO DA SILVA - Representante Suplente dos Professores Assistentes

LILIAN ROSE ULUP - Representante Titular dos Servidores Técnico-administrativos

MÔNICA RON-REN - Representante Titular dos Servidores Técnico-administrativos

PROJETOS NO CONGRESSO AMEAÇAM UNIVERSIDADES E SERVIDORES

Arma-se em Brasília mais um golpe contra os servidores públicos federais. O governo FHC está utilizando milhões de reais dos cofres públicos para pagar uma convocação extraordinária do Congresso. Serão gastos R\$ 20 milhões para bancar as sessões extras, enquanto o governo federal só liberou R\$ 5 milhões para três grandes estados atingidos pelas enchentes neste início de janeiro.

Os primeiros resultados das votações em Brasília são alarmantes. Só a aprovação, em 12/01, da Desvinculação de Recursos da União (DRU) – antigamente conhecida como Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) – possibilitou ao governo federal a livre movimentação de recursos da ordem de R\$ 41,2 bilhões por ano, que serão retirados (adivinhem de onde?) da Saúde, da Previdência e da Educação.

A convocação extraordinária está em todos os jornais de grande circulação do país. O que não aparece em letras garrafais na grande imprensa é que a possível aprovação da pauta encomendada pelo governo vai desmontar o serviço público brasileiro. Pelo contrário, a mídia em geral espalha a idéia de que os servidores são os vilões da Previdência e de que usufruem de inúmeras benesses da estrutura administrativa da União.

A Adufrj-SSind está disponibilizando em sua página eletrônica (www.alternex.com.br/~adufjr) textos para os professores manifestarem seu repúdio e inconformismo com tal situação, onde estão resumidas nossas preocupações com as reformas em andamento. Sugerimos modelos de cartas a serem enviados, por cada professor, aos parlamentares. Os endereços eletrônicos dos congressistas também estão disponibilizados na página eletrônica. Cada mensagem que chegar às mãos dos parlamentares ou de sua assessoria pesará na sua decisão durante as votações.

O constrangimento dos congressistas em relação à responsabilidade pela destruição da universidade e do serviço público em geral será diretamente proporcional ao número de eleitores que se manifestarem contra as propostas do governo.

Participe deste esforço conjunto com a Adufrj-SSind, o Sintufrj e a Aduff-SSind!
Apóie essa iniciativa! Defenda seus direitos!

ASSEMBLÉIA GERAL

QUARTA-FEIRA,

19 de janeiro de 2000, às 13 horas

Auditório do Centro de Tecnologia
ILHA DO FUNDÃO

PAUTA

- Eleição de delegados para a plenária dos SPF;
- Propostas de pauta de reivindicações para plenária dos SPF;
- Proposta de acordo coletivo para os funcionários da Adufrj-SSind;
- Propostas da Adufrj-SSind ao 19º Congresso e ao V CONAD Extraordinário;
- Ações judiciais sobre:
 - a) corte das funções comissionadas/gratificadas;
 - b) perdas do Plano Real.

Plantão Jurídico

O Plantão Jurídico retomou suas atividades na última quarta-feira, dia 5. Os professores podem consultar os advogados da Adufrj sobre qualquer tipo de questão trabalhista coletiva ou individual. O Plantão é realizado na sede da Adufrj, toda quarta-feira, das 13h às 17h. O endereço da entidade é: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - Cidade Universitária.

Como ser atendido:

- Marcando horário com o advogado através da secretaria, nos telefones 590-4799 ou 260-6368;
- telefonando para o advogado, durante o Plantão, nos números acima;
- ou enviando sua questão para o endereço eletrônico adufjr@alternex.com.br. Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

**Diretora da
Faculdade de
Educação
gera crise na
Pós-graduação**

Página 4

**UFRJ usa
Sigma para
coleta de dados
da Capes**

Página 6

**RETROSPECTIVA 99
Principais
fatos que
marcaram a
Universidade**

Páginas 8 e 9

**OPINIÃO
Mestrado
Profissionalizante:
Vamos nessa?**

por Oscar Rosa Mattos

Páginas 14 e 15

Conquistas e Direitos Ameaçados

O presidente Fernando Henrique Cardoso convocou extraordinariamente o Congresso Nacional, entre 5 de janeiro e 14 de fevereiro de 2000, para aprovar medidas de aprofundamento do ajuste fiscal e para a contagem de prazos de projetos que o governo quer ver aprovados antes do fim do primeiro semestre deste ano, atingindo direitos dos docentes, dos servidores e dos trabalhadores em geral.

A pauta desta convocação visa à conclusão das reformas administrativa e da previdência, bem como a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, agora na forma de DRU (Desvinculação dos Recursos da União), que subtrai 20% das verbas dos setores sociais. Quanto aos servidores públicos, deverão ser votados os critérios de demissão dos servidores estáveis; o fim do regime estatutário para as Universidades, com o retorno do regime de CLT para os novos contratados; a contribuição previdenciária dos aposentados e a criação de fundos de pensão, com o fim da aposentadoria integral custeada pelo Tesouro Nacional, entre outras medidas deletérias.

Os projetos de lei que instituem, unificam e regulamentam os regimes de previdência complementar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios retiram dos servidores públicos atuais a aposentadoria integral e podem transferir os futuros servidores para o INSS, tendo cobertura pela Previdência Pública, a cargo do Tesouro, até o valor máximo de R\$ 1.255,32, devendo a parcela que exceder este limite ser complementada por fundo de pensão a ser criado pelas entidades públicas.

O fim da aposentadoria integral e a limitação ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apontam claramente que se cumprem determinações acordadas com o FMI e o Banco Mundial. Estas determinações, de um lado, responsabilizam o servidor públi-

co pela aparente “falência” da Previdência Social e, de outro, abrem o campo para que a previdência torne-se um apetitoso negócio, conforme se constata pelo crescimento dos fundos de pensão em nosso país.

A idéia de uma previdência transformada em fonte de lucro privado contribui duplamente para acentuar as desigualdades sociais que nos intitulam como o país campeão em índices de miséria social: primeiro, porque pretende quebrar o princípio de solidariedade entre os trabalhadores, qual seja, gerações que trabalham sustentam aqueles que já trabalharam e já contribuíram, para que estes não precisem trabalhar na velhice ou até o fim de suas vidas; segundo, porque a previdência complementar e os fundos de pensão, para lograrem sucesso, alimentam-se, fundamentalmente, do capital especulativo que não gera empregos.

De forma análoga, a possibilidade de aprovação dos projetos que dispõem sobre a contribuição do servidor já aposentado é mais um ato de violência contra o funcionalismo. O repúdio da sociedade brasileira, diante da tentativa de penalização dos servidores aposentados com o ônus do *deficit* público, já encontrou eco na decisão do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional esta medida. Aprovar alteração desta natureza na Constituição Federal é desconsiderar a voz da sociedade e contribuir para a destruição do serviço público brasileiro.

Em relação à reforma administrativa, os projetos que dispõem sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho (por quais critérios?) e do regime de emprego do servidor público são ameaças concretas aos servidores em geral e, em particular, aos docentes e técnico-administrativos das Universidades Federais.

O fim da estabilidade e o retorno dos contratos pelo regime da CLT representam um retrocesso em relação aos preceitos originais da Constituição Federal, que estabele-

ceu que o serviço público deveria estar pautado por princípios e regras capazes de garantir a estabilidade e o profissionalismo indispensáveis para o cumprimento de suas responsabilidades. A aprovação daqueles projetos vai consolidar a predominância dos interesses privados e particularistas em detrimento do interesse público, infelizmente uma prática ainda comum em autoridades ocupando circunstancialmente cargos no governo. A Universidade Pública, em especial, uma instituição devotada à construção e à socialização do conhecimento, não pode estar subordinada a humores governamentais, sejam eles quais forem. A garantia da condição de servidor público estável é essencial para que o conhecimento possa ser livremente construído e trabalhado.

Assim, é óbvio que o motivo gerador da reforma administrativa e do Estado não é o fortalecimento de uma esfera pública no Estado, mas sim a efetivação da reforma privatizante acordada com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que transfere ao servidor público o ônus do *deficit* gerado pelos juros e serviços das dívidas interna e externa.

As primeiras votações realizadas nesta semana não deixam dúvidas de que o governo vai fazer o possível para agradar aos grupos que lhe prometerem fidelidade em troca de alguns “agrados”, no velho estilo “*é dando que se recebe*”. E a sociedade, mais uma vez, será convocada apenas na hora de pagar a conta ...

Por isso, os professores e técnico-administrativos das Universidades Federais devem acompanhar atentamente a tramitação destas matérias e pressionar os parlamentares para que se posicionem em defesa do serviço público e de sua democratização e contra os projetos que pretendem destruí-lo. Precisamos também divulgar o voto dos parlamentares que se associarem aos propósitos do governo.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES
REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO
DIAGRAMAÇÃO: DOUGLAS PEREIRA
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.altemex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND
PRESIDENTE
JOSÉ HENRIQUE SANGIARD
1ª VICE-PRESIDENTE
MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
2ª VICE-PRESIDENTE
CLEUSA DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO
ROBERTO LEHER
2º SECRETÁRIO
HENRIQUE INNECCO LONGO
1ª TESOUREIRA
REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
2ª TESOUREIRA
LEILA RODRIGUES ROEDEL

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

COLÉGIO DE APLICAÇÃO
SANDRA MARTINS DE SOUZA – TITULAR; MARCOS VINÍCIOS P. ANDRADE – TITULAR E CLÓVIS DE F. NEVES FILHO – SUPLENTE
ESCOLA DE ENGENHARIA
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA – TITULAR
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY
WALCYR DE OLIVEIRA BARROS – TITULAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA – TITULAR E ROBERTO HOUAISS – TITULAR
NESC
LIDIA SOARES CARDOSO – TITULAR E REGINA HELENA SIMÕES BARBOSA – SUPLENTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
LEANDRO NOGUEIRA SALGADO FILHO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
JOSÉ AUGUSTO V. S. BISNETO – TITULAR E SARA GRANEMANN – TITULAR
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ARTHUR ARRUDA L. FERREIRA – TITULAR E MARCOS AGUIAR DE SOUZA – TITULAR
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MORAES – TITULAR E MARCOS ANTÔNIO C. DA SILVA – TITULAR

Greve na Coppe

Cerca de 40 mil servidores em todo o país (sendo 1,5 mil funcionários da UFRJ) tiveram gratificações cortadas no mês de dezembro. Na maior universidade federal do Brasil, a medida pegou em cheio a Coppe. O Sintufrj e os funcionários foram reclamar na reitoria e, após intensa mobilização, conseguiram recuperar a diferença de valores ainda no início de janeiro.

Governo prorroga proibição de concursos

O governo vai publicar nos próximos dias um decreto prorrogando por 90 dias a proibição de concursos e da nomeação de 1,7 mil pessoas aprovadas em concursos anteriores. A medida estava em vigor desde março do ano passado, mas o decreto anterior havia determinado a data de 31 de dezembro de 1999 como o último dia da proibição. A justificativa dos técnicos da equipe de FHC é que não seria prudente ampliar a folha de pagamento do governo agora, sem antes ter em mãos o orçamento do ano 2000. Para depois de março, no entanto, o Ministério do Planejamento já tem alguns concursos anunciados.

Resenha

▫ Informe JB, de 6/01: “Os mata-mosquitos voltarão ao trabalho. Foi indeferido recurso da União contra a decisão que determinou a reintegração de 5.700 agentes à Fundação Nacional de Saúde, por seis meses. Bateu o martelo o desembargador Frederico Gueiros”.

▫ Coluna de Ricardo Boechat, em 08/01: “A Advocacia Geral da União está de olho nas gratificações pagas a altos funcionários de universidades federais. Em dezembro, o órgão emitiu um parecer considerando muitas delas ilegais. Poucos reitores deram bola para o documento”.

▫ De Danuza, em 13/01: “Voltando ao assunto: o prefeito Luiz Paulo Conde propôs uma parceria à UFRJ para reformar e transformar em hotel-escola o belíssimo prédio da universidade que está em ruínas na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. A sugestão de Conde nunca teve resposta. Detalhe: a UFRJ já foi notificada pela Secretaria Municipal de Urbanismo pelas péssimas condições de manutenção do prédio. Informação cultural: em qualquer lugar do mundo, o dono do imóvel tem a obrigação de preservá-lo sob as penas da lei”.

CUT se organiza contra pacote trabalhista do governo

A ameaça de mais uma redução dos direitos trabalhistas conquistados no Brasil está tirando o sono dos sindicalistas. O presidente Fernando Henrique avisou que deseja “flexibilizar” certos direitos como férias, décimo terceiro salário e FGTS. Para o secretário-geral da CUT, João Antônio Felício, o “presidente só convida sindicalistas para homologar decisões já tomadas pelo governo”. Para as centrais sindicais, o que o governo fez até agora em função da tal “flexibilização” não contribuiu para melhorar o nível de emprego no país. Um exemplo foi o fiasco do contrato temporário de trabalho, criado no início de 98. A CUT já avisou que vai botar o bloco na rua. “Temos de redobrar nossos esforços e arregaçar as mangas. Teremos de voltar às ruas logo nesses primeiros meses. Pois, caso contrário, a desgraça virá sobre nossas cabeças”, comentou o tesoureiro da CUT nacional, Antônio Carlos Spis.

Anuênios de celetistas

Sobre o pagamento de anuênios devidos aos celetistas, o governo já avisou que o dinheiro só deve sair após 17 de janeiro. Pior, em alguns casos, somente com o pagamento de janeiro, a ser creditado em fevereiro. O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Sintrasef) anunciou que entrará com ação de perdas e danos contra a União.

▫ Sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a lei que institui o chamado rito sumaríssimo. Dentro de dois meses, a Justiça do Trabalho vai passar a julgar em uma única audiência entre empregado e empregador as reclamações de valor até R\$ 5.440. O prazo para a sentença sair será de, no máximo, 45 dias a partir da data de entrada do processo na Justiça.

▫ O Globo, em 13/01: Trinta e seis reitores de universidades públicas brasileiras assinaram, na semana passada, um protocolo de intenções para a criação da primeira universidade pública virtual do país: a UniRede. No Rio, a UFRJ, a UFF e a Uni-Rio aderiram ao projeto. No próximo dia 19, os reitores se reunirão com o ministro Paulo Renato para decidir detalhes da universidade virtual.

▫ Informe JB, de 13/01: “A UNE lança em breve campanha nacional de combate ao trote violento. Pedirá que seja substituído por recolhimento de doações para vítimas de enchentes”.

Cortes nas FCs e FGs

Em dezembro do ano passado, a Presidência da República aprovou um Parecer Normativo da Advocacia Geral da União (GQ 203 do DOU de 8.12.99) no qual o governo suspende todas as Funções Comissionadas e Gratificadas (FCs e FGs) que eram pagas para os docentes das universidades e instituições de ensino públicas desde 1987, por força da portaria ministerial do MEC 474 (26.08.87).

Para a administração central, as únicas funções de confiança pagas corretamente após a implantação do PUCCRE são aquelas cujos valores foram definidos na Lei 8.168, de 1991, que transformou as Funções Comissionadas em Cargos de Direção (CDs) e em Funções Gratificadas (FGs). Nesta ocasião, alguns professores que ocupavam cargos de direção administrativa ou acadêmica tiveram o valor de suas gratificações reduzidos nominalmente, mas permaneceram com as diferenças incorporadas aos seus proventos, incluindo o acúmulo dos chamados “quintos”, ou a quinta parte do valor da gratificação que era, antes da Lei de 91, incorporada ao salário a cada ano trabalhado em exercício da função gratificada.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão enviou para as universidades e demais autarquias, no dia 4 de janeiro último, um ofício (OC 01/SRH-MP) determinando que as instituições informem ao governo, por escrito, quais serão os servidores que, de acordo com o parecer, terão seus proventos reduzidos. As instituições, assim como a UFRJ, terão que notificar os docentes sobre os cortes com antecedência de dez dias.

Os cortes estão previstos para a folha de janeiro de 2000. Isso significa que os professores que se encontram nesta situação deverão estar recebendo ainda este mês uma notificação do governo sobre os cortes ou reduções nas gratificações. Os aposentados e pensionistas também estão ameaçados e devem ter seus atos de aposentadoria revisados pelo governo para suprimir este tipo de vantagem.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind está estudando o assunto e já concluiu que há ilegalidades no corte das funções em janeiro de 2000. Um dos argumentos da assessoria é que estas gratificações são pagas há mais de cinco anos, o que caracterizaria direito adquirido, sem que o governo pudesse então reverter este pagamento.

Os advogados da Adufrj estão preparando uma medida judicial coletiva que será discutida na próxima assembleia geral da entidade, nesta quarta-feira, dia 19, a partir das 13h no Auditório do Centro de Tecnologia, na Ilha do Fundão.

Importante: Caso a assembleia geral aprove entrar com ações judiciais relativas a estes cortes, os professores atingidos devem procurar imediatamente a Adufrj-SSind para assinar os requerimentos e apresentar documentos necessários para a instrução dos processos.

Diretoria suspende concurso na pós da Educação

Depois de cancelar uma reunião da Congregação da Faculdade de Educação, o primeiro ato administrativo da recém nomeada professora Speranza França da Mata como diretora da faculdade foi revogar o edital de seleção para inscrição dos candidatos aos cursos de mestrado e doutorado em Educação Escolar para as turmas de 2000 e 2001. A medida, segundo a atual coordenadora do programa, professora Marlene Alves Carvalho, abala a credibilidade da Faculdade junto às agências financiadoras como a Capes e o CNPq, junto à própria comunidade e às demais faculdades de educação do país, que enviam seus alunos para os cursos de mestrado e doutorado da UFRJ.

Para a professora Marlene Alves, que não foi consultada a respeito da revogação, a medida "dá a impressão de falta de rumo, seriedade e coerência administrativa". O edital revogado se referia à realização de três concursos, um deles já ocorrido em 99, o segundo programado para março de 2000 e o terceiro para julho deste ano.

Algumas pessoas interessadas no programa da FE procuraram a coordenação ainda em 99 mas, ao saberem que havia mais dois concursos previstos, preferiram aguardar as segunda e terceira edições do concurso deste ano para se prepararem melhor. Estes prováveis candidatos só tomaram conhecimento do cancelamento às vésperas da data prevista para o início das inscrições (10 de janeiro), por meio do edital de revogação publicado em jornal de grande circulação, dia 7 de janeiro.

De acordo com a coordenadora do programa, a preparação para a seleção de alunos da pós-graduação *stricto sensu* envolve um grande investimento dos candidatos, desde aulas de línguas até a elaboração de projetos de pesquisa (doutorado) ou planos de curso (mestrado), tudo com cópias de vasta quantidade de documentos e leitura extensa de literatura especializada. Depois de percorrer toda esta maratona, o candidato que vê frustrada sua intenção de concorrer às vagas terá bons motivos para se queixar da administração da UFRJ, na opinião da professora.

A suspensão do concurso para a pós-graduação na FE interrompe, também, o fluxo de entrada de alunos, previsto para se adequar ao número de professores disponíveis para orientações de teses e dissertações. Segundo Marlene Alves, o Colegiado da Pós-graduação, a Comissão de Coordenação do Programa e ela mesma, como coordenadora do programa, se sentem desrespeitados pela medida intempestiva da diretora Speranza França. Marlene tem recebido diversas manifestações de apoio de coordenadores de programas em Educação de outras instituições, inclusive da Coordenadora do Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-graduação em Educação, professora Vera Maria Nigro de Souza Placco, da PUC-SP.

Suspensão temporária

A nova direção da Faculdade diz que a suspensão das inscrições do Programa é temporária e se justifica por duas razões: uma, porque o Programa teria obtido

nota 4 na avaliação da Capes de 1999, contra um conceito A em 1993; a outra é que a atual coordenação do programa não estaria assimilando alguns professores concursados com título de doutorado.

A atual direção diz ainda que pretende reformular o Programa para rediscutir os critérios de integração dos docentes aos cursos e melhorar a qualidade nos níveis exigidos pela Capes.

Nomeação contra a vontade da maioria

A professora Speranza França foi nomeada com base em medida judicial impetrada por ela mesma na Justiça comum. Como candidata única, ela obteve 40,05% dos votos contra 58,15% de votos nulos e brancos em consulta prévia realizada entre professores, alunos e funcionários da Faculdade, com base na legislação em vigor (proporcionalidade de 70% para os docentes e 30% divididos entre os demais segmentos).

O processo na Faculdade de Educação se assemelha à nomeação de Vilhena como reitor da UFRJ pelo ministro Paulo Renato. Vilhena não precisou recorrer diretamente à justiça, o ocorreu com a professora que como ele foi rejeitada pela maioria da comunidade eleitora e, também, na votação de seu Colegiado Superior. Como Vilhena, a professora Speranza irá amargar a pecha de interventora por ter ficado em terceiro lugar na lista tríplice organizada pela Congregação da Faculdade e mesmo assim ter sido nomeada para o cargo.

Em sessão da Congregação da Faculdade, foi definido que só entraria na lista tríplice o candidato que tivesse obtido a maioria simples dos votos (50% mais um) na consulta à comunidade.

Segundo o professor titular e membro da coordenação da pós, Antonio Flávio Barbosa Moreira, a professora Speranza saiu como candidata única por falta de organização de outra possível chapa. Mesmo com a vitória dos votos brancos e nulos, o que caracterizaria a rejeição à sua candidatura, a professora recorreu à justiça ganhando o direito à nomeação. Com base na liminar obtida por Speranza, Vilhena impôs à Congregação a organização da lista tríplice. Em primeiro lugar ficou o professor Francisco Cordeiro Filho com 12 votos (nomeado diretor pró-tempore da Faculdade, ficando no cargo durante quase sete meses); em segundo, o professor Marcelo Corrêa e Castro com cinco votos; e, em terceiro, com apenas dois votos, a professora Speranza. Dezenove dos vinte membros titulares da Congregação votaram nesta eleição.

Após a nomeação, os membros da Congregação da Faculdade quiseram se reunir, mas foram impedidos pela nova diretora. A intenção era aprovar uma nota de repúdio à intervenção, o que foi feito em reunião extra-oficial na qual assinaram a nota (publicada no boletim da Adufrj-SSind de 5 de janeiro) 18 membros do colegiado, entre representantes titulares e suplentes.

Perfil da pós-graduação na Faculdade de Educação

O Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar é o único da Faculdade. Foi criado em 1972. Nestes 28 anos, já formou mais de 800 mestres e 200 doutores que se encontram, atualmente, prestando serviços em sistemas educacionais em vários estados do Brasil. Para os estados do Acre e Rondônia, a FE formou 20 mestres.

O Programa tem 19 docentes no quadro permanente, todos com doutorado. Na última seleção para os cursos de mestrado e doutorado, em julho de 99, se inscreveram 175 candidatos ao mestrado e 53 ao doutorado. Foram selecionados 20 mestrandos e 9 doutorandos.

A inscrição para a primeira seleção de 2000, revogada pela diretora, deveria ter começado no dia 10 de janeiro estendendo-se até 3 de março. As provas escritas estavam marcadas para o dia 27 de março.

Os números da consulta prévia feita à comunidade da Faculdade de Educação

Speranza - 40,05% dos votos
Nulos - 49,08% dos votos
Brancos - 9,07% dos votos

Parciais por segmento

Docentes
Speranza - 22 votos
Nulos - 37 votos Brancos - 03 votos
Total de votantes - 62
Total de docentes na unidade - 65

Técnicos-administrativos
Speranza - 12 votos
Nulos - 09 voto Brancos - 24 votos
Total de votantes - 45
Total de técnicos na unidade - 58

Estudantes da Faculdade
Speranza - 43 votos
Nulos - 67 votos Brancos - 11 votos
Total de votantes - 121

Estudantes das licenciaturas do Fundão
Speranza - 46 votos
Nulos - 02 Brancos - não houve

Estudantes das licenciaturas do IFCS
As urnas foram abertas e foi verificado que os votos não se encontravam dentro dos envelopes. A Comissão Eleitoral não realizou a contagem dos votos, anulando a urna.
Total de estudantes na unidade - cerca de 2.500.

SR2 se reestrutura em quatro diretorias

A Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR-2) estará implementando nestes dois primeiros meses do ano uma nova estrutura gerencial e administrativa. A mudança foi anunciada pelo sub-reitor Antônio Figueiredo, durante a primeira sessão do Conselho de Ensino para Pós-graduandos, ocorrida dia 7 de janeiro.

Segundo o sub-reitor, o organograma da nova SR-2 deixa de lado uma organização vertical que remonta aos anos 70 e é uma tentativa de aproximar as atividades da sub-reitoria das políticas acadêmicas definidas pelo Conselho de Ensino para Pós-graduandos (CEPG). Foram criadas quatro diretorias que, na nova estrutura, ficarão subordinadas diretamente ao gabinete da SR-2.

Durante a implementação da nova estrutura, as denominações ainda podem sofrer alguma alteração. São elas: Diretoria de Credenciamento e Certificação; de Desenvolvimento Docente; de Acompanhamento Discente e de Apoio Operacional. Entre o sub-reitor e os diretores estarão atuando as assessorias *ad hoc* e comissões executivas de apoio. A função destas comissões seria traduzir os comandos da política acadêmica gerada no CEPG em normas executáveis pela instituição. As comissões, segundo Figueiredo, poderão ser permanentes ou definidas periodicamente conforme a demanda política da universidade.

Os professores convidados para as direções da nova SR-2 são Mabel Tarré Carvalho de Oliveira (Credenciamento e Certificação), da Educação; Edson Watanabe (Acompanhamento Discente), da Engenharia; Celina Mello (Desenvolvimento Docente), da Letras; e Manoel Aguinaldo Guimarães (Apoio Operacional), que foi diretor administrativo da Coppe.

Vislumbrando o novo estatuto

De acordo com o sub-reitor, a nova configuração da SR-2 já se apresenta “com vistas à reforma estatutária”. A “Pró-reitoria de Desenvolvimento Acadêmico”, como é chamada no organograma a nova SR2, apresenta, segundo Figueiredo, um formato que poderá num futuro próximo abarcar atividades de competência da Sub-reitoria de Graduação (SR-1). Um exemplo é a Diretoria de Acompanhamento Discente que, em um primeiro momento, cuidará apenas das questões relativas a bolsas e estágios financiados pelo CNPq, Capes e FUIJ. A pretensão da SR2 é, posteriormente e dentro de uma perspectiva de



“integração Ensino-Pesquisa”, acompanhar também os exames de seleção dos graduandos, as inscrições e transferências na pós-graduação, o provão, e todo o processo de avaliação discente, como adaptação, abandono e acompanhamento de egressos.

Com o novo funcionamento da sub-reitoria, Figueiredo acredita que o CEPG deverá diminuir a atividade de análise e despachos de processos e passará a definir as políticas acadêmicas para a SR2 gerir e normatizar.

Duas universidades

De acordo com o sub-reitor, o novo organograma da SR2 poderia ser também adotado pela SR1, o que pode vir a ocorrer. Para Figueiredo, esta proximidade entre as sub-reitorias e sua correspondência operacional com os colegiados (CEG e CEPG) podem resolver o pro-

blema da co-existência de duas universidades distintas – uma voltada para a graduação e outra para a pesquisa – em uma só, que ocorreria devido à falta de políticas de estímulo à atividade docente na graduação e de programas de fomento às atividades de ensino.

Durante a exposição do organograma para o CEPG, o conselheiro Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur), elogiou a nova estrutura, mas sugeriu que a diretoria de Apoio Operacional tivesse entre suas atribuições a capacitação de técnicos e profissionais que participam dos programas da pós-graduação.

Vainer sentiu falta, também, de uma proposta para o que chamou de “política de divulgação científica da UFRJ” e pediu que os colegiados discutam os rumos da Editora da UFRJ, hoje dirigida pela professora Yvonne Maggie, do IFCS.

UFRJ usará Sigma na coleta Capes

A UFRJ inicia nesta semana a coleta de dados para a avaliação dos programas de pós-graduação por uma das suas mais importantes financiadoras: a Capes. Vinculada ao Ministério da Educação, a agência de fomento avalia ano a ano a pós-graduação no país. Segundo a reitoria da universidade, no último processo de avaliação, em 1998 - com dados de 1996 e 1997 -, a UFRJ teve, em termos globais, um desempenho "bastante bom". A próxima avaliação da agência do MEC ocorrerá em 2001, com dados de 98, 99 e 2000.

Segundo o sub-reitor de Pós-graduação, Antônio Figueiredo, os programas usarão as informações já contidas no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma). Até a coleta de dados de 98, os programas de pós-graduação utilizaram o sistema informatizado da própria Capes (Aplicativo de Coleta Capes). A partir deste ano, para a coleta de dados de 1999, a administração da UFRJ vai utilizar o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma), o que significa que os programas devem adotar este sistema para o envio de informações para a Capes. Posteriormente, a universidade usará o sistema da agência para a inserção das informações geradas pelo Sigma.

Em reunião no último dia 14 com os coordenadores dos programas de pós-graduação da universidade, o Sub-reitor Antônio Figueiredo distribuiu o documento "Instruções para a Coleta Capes'99". Segundo o texto, o sistema usado pela Capes cria uma visão "fracionada" da universidade, porque cada programa cria sua base de dados. O Sigma, utilizado na recente captação de dados para a GED/99, criaria "uma visão integrada da UFRJ", onde cada item comum entre programas é registrado apenas uma vez, servindo a todos. Como na versão utilizada para a GED/99, o Sigma-Capes/99 vai ser dividido em módulos com ditas específicas para a inserção de dados pelos programas (ver cronograma).

Conceito determina sobrevivência dos cursos

Da avaliação da Capes resulta um dos pesos para

a divisão do bolo orçamentário do governo, dirigido à pesquisa nas universidades federais. Este ano, pela primeira vez desde que o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo, os critérios para a definição orçamentária da Secretaria de Ensino Superior do ME-C (Sesu) serão os mesmos do ano anterior.

Na matriz de recursos do MEC, 90% são direcionados ao Ensino. Os 10% restantes são divididos entre as instituições que produzem pesquisa. O cálculo para a divisão das verbas considera o tamanho do corpo docente em cada programa de pós (a quantidade de professores) vezes o peso referente à condição da @ de Conhecimento (área-, de altos custos têm peso 2; de custo intermediário, peso 1,5 e de baixo custo, peso 1) vezes o conceito conquistado pelo programa na avaliação da Capes (a escala vai de um programa com conceito I e 2, que tem peso 0, até o que obteve nota 7, que tem peso 4,05).

Para a conquista de bolsas da Capes para o corpo docente e discente, um critério importante é o tempo médio de titulação, que deve ser de dois anos para o mestrado e quatro anos para o doutorado.

Na sessão do Cepg do dia 7 de janeiro, o professor Carlos Vainer, do Ippur, questionou a Capes por cometer o equívoco de querer formar no mesmo espaço de tempo pós-graduandos de áreas diferentes. "Cursos pluridisciplinares, por exemplo, pagam um custo alto. O estudante acaba funcionando pela lógica da oferta de bolsas. É necessário abrir este pacote e colocar a discussão entre as comunidades científicas, não basta uma medida administrativa", comentou.

Desta crítica, nasceu no CEPG a idéia de que o critério de tempo médio de titulação, utilizado para a concessão de bolsas pela Capes, incorpore uma regra semelhante aos critérios adotados pela Sesu. Nela, contariam para a definição das cotas para 2000 a cota do ano anterior (i 999) vezes o tempo médio de titulação vezes o conceito obtido pelo programa na avaliação da Capes vezes o peso referente à área de conhecimento.

Obrigatoriedade de estágio didático causa polêmica no CEG/CEPG

Um ofício da Capes está incomodando muita gente. Publicado em fevereiro, um documento da agência de fomento determina aos seus estudantes bolsistas um estágio pedagógico obrigatório na graduação. Resultado: reclamação geral dos estudantes que não querem a obrigatoriedade, pois alguns não desejam seguir a docência, outros temem não ter o devido reconhecimento da carga horária do treinamento didático em seus currículos acadêmicos e outros ainda receiam trabalhar como substitutos de docentes.

A UFRJ, ao que tudo indica, não vai se curvar nesse caso e pretende, isso sim, deixar a inteira responsabilidade de determinar a obrigatoriedade para os programas de pós-graduação. "Nó somos autônomos e não precisamos seguir a Capes", disse o sub-reitor Antônio Figueiredo, acrescentando que outras instituições estão dando respostas similares para a agência financiadora.

Representante do corpo discente no CEPG, o estudante Pablo Piras, da Engenharia Química da Coppe, se preocupa com o fato de que essa mesma descentralização - não obriga, nem desobriga, mas deixa os programas decidirem - seja má utilizada por alguns coordenadores para impor o estágio didático aos seus alunos.

O assunto está em discussão ainda nas reuniões conjuntas dos dois colegiados de ensino e terá mais um capítulo nesta quarta-feira (dia 19 de janeiro).

CRONOGRAMA

Prazo	Evento
17 e 18/01	Manutenção
19/01	Módulo Equipe
25/01	Módulo Atuação no Programa
27/01	Módulo Projetos
31/01	Módulo Produção Intelectual
04/02	Prazo final para entrega de dados no Sigma
A partir 09/02	Arquivos específicos dos Programas com dados aproveitados de SIGMA disponíveis na página da SR2 na internet
Até 15/03	Encaminhamento dos arquivos específicos dos Programas para a SR2 por e-mail ou disquete

Não houve a primeira sessão do Conselho Universitário do ano 2000, prevista para o último dia 13/01.

Quarenta e cinco minutos após o horário marcado para o Início do Consuni, Vilhena resolveu dar por adiada a reunião por falta de quórum.

Encaminhamentos dos grupos de trabalho e setores do Andes-SN

No dia 6 de janeiro os Setores das Federais, Estaduais e Particulares) os Grupos de Trabalhos (carreira, política educacional, comunicação e arte, seguridade social, verbas e política sindical) do Andes-SN se reuniram, cumprindo deliberação do 39º Conad, para organizar as ações do sindicato contra as políticas destrutivas do governo FHC e do MEC.

O destaque ficou para o GT Carreira que, inicialmente convocado para discussão da nova proposta de carreira do MEC para o ensino tecnológico, se recusou a discutir tal projeto, por compreender que ele define uma proposta de educação tecnológica profissional limitada, orientada pelo Banco Mundial, diametralmente oposta ao projeto de Carreira Única defendida pelo Andes-SN. O grupo criticou a diretoria do Andes-SN pela passividade frente ao projeto do MEC de retirar o ensino de 1º e 2º graus (CAPs e Cefets), assim como as Escolas Técnicas e Agrotécnicas, do Sistema Universitário. Frente a tais investidas do MEC constatou-se, mais uma vez, a importância e a urgência da luta pela implementação da Carreira única do Andes-SN pela segunda vez protocolada, naquele ministério, em junho de 1999.

Na reunião dos setores, a diretoria do Andes-SN foi duramente cobrada por não apresentar nenhuma avaliação de conjuntura ou encaminhamento perante a convocação extraordinária do congresso pelo governo, cuja pauta inclui temas que atingi rego

duramente os trabalhadores e o serviço público, como desdobramentos das reformas da previdência e administrativa, além da famigerada tentativa de instituir desconto providenciário para os servidores aposentados. A direção do sindicato foi criticada por não ter feito articulações prévias, especialmente junto à coordenação dos servidores públicos federais (CNESF), de forma que o sindicato pudesse estar organizado para atuar junto aos parlamentares quando chegassem a Brasília para a convocação extraordinária.

Decidiu-se por trabalhar junto aos parlamentares tanto no centro político de Brasília como localmente, nas áreas de interferência das seções sindicais. No plano local, as indicações foram no sentido de fazer chegar aos parlamentares documentos com nossa avaliação dos pontos em votação na convocação extraordinária, em visitas aos escritórios e representações de parlamentares nos estados e pelo envio de correspondência.

Conforme indicação do conselho de representantes e deliberação da última Assembleia Geral (11/O1) a Adufrj-SSind estará representada em Brasília para atuar junto ao Congresso, assim como, no nível local, em conjunto com outras entidades sindicais do Rio, pressionando os parlamentares para se posicionarem contra os temas em pauta na convocação extraordinária que ameaçam conquistas e direitos dos servidores públicos (ver Editorial desta edição).

V CONAD Extraordinário

20 de fevereiro de 2000
Juiz de Fora-MG

Pauta:
Prestação de Contas do
Andes-SN/exercício 1998

19º Congresso do ANDES.SN

21 a 26 de fevereiro de 2000
Juiz de Fora-MG

Pauta:
Movimento Docente: Plano de Lutas
Autonomia, Financiamento, Carreira,
Campanha Salarial, Modelo Jurídico da
Universidade Autônoma e Políticas Públicas.
Questões Organizativas e Financeiras

NA UFRJ

Deliberações da Assembleia Geral da Adufrj-SSind de 1/1

- ✓ Ingresso de ações judiciais para impedir a ampliação da base de cálculo do PSS criada pela Lei n.º 9738/1999;
- ✓ Teses para o 19º Congresso do Andes-SN: (publicadas nas páginas 10 a 13 desta edição);
- ✓ Eleição de delegados e observadores;
- ✓ Ao V CONAD Extraordinário do Andes-SN: José Miguel Bendrao Saldanha (delegado), Roberto Leher e Maria Cristina Miranda (observadores e suplentes do delegado);
- ✓ Ao 19º Congresso do Andes-SN: Cleusa dos Santos, Maria Cristina Miranda, Fátima Grave, José Miguel Bendrao, José Henrique Sanglard, Leila Roedel, Maria de Lódes R. da F. Passos, Regina Célia Pugliese, Roberto Houaiss, Roberto Leher, Sara Granemann e José Luciano Menezes (delegados); Rosanne Dias, Sandra de Souza, Walcyr Barros, Lídia Cardoso, Célia Gama, Marcos Vinícios Pimentel, Leandro Salgado Filho e Antônio Carlos Moraes (observadores e suplentes dos delegados).

NACIONAL

A Adufrj no movimento dos servidores públicos

Em 22 e 23 de janeiro, a Adufrj-SSind estará participando da reunião do Setor das IFES e da Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPF) que terão a seguinte pauta: Informes; Conjuntura Nacional/Internacional; Campanha Salarial; Pauta de Reivindicações dos SIIF.

22 de janeiro

Reunião do Setor das Federais do Andes-SN

23 de janeiro

Plenária Nacional dos SPF
Brasília

RETROSPECTIVA 99

Dezembro/98
Janeiro/99

A passagem de ano é marcada na UFRJ pela discussão em torno do estatuto interno ainda sob os efeitos da nomeação pelo MEC do interventor Vilhena. Em tumultuada sessão do Conselho Universitário, aprova-se a indicação dos sub-reitores por Vilhena debaixo de sonoras vaias. O chamado “Acordão”, que permitiu a nomeação destes nomes, serve ainda para cassar o mandato de alguns conselheiros. No plano nacional, chama a atenção a posse do ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira. No Congresso, são aprovados a cobrança previdenciária dos inativos e o aumento das alíquotas da contribuição para os ativos. Os partidos de oposição entram com uma Ação de Inconstitucionalidade para derrubar a medida.

Fevereiro/99

Engatinha no Conselho Universitário a discussão do novo estatuto da UFRJ.

Março/99

Em protesto contra a presença de um representante do governo, os docentes presentes ao 18º Congresso do Andes-SN, em Fortaleza, ficam de costas para a Mesa durante pronunciamento de secretário da SESu, Luis Roberto Curi. Na UFRJ, Vilhena apresenta sua proposta de três períodos letivos por ano. Morre o ex-reitor Horácio Macedo. Itamar Franco visita o Fórum de Ciência e Cultura. O MEC divulga o resultado nacional da Ged/98: a UFRJ aparece em 38º lugar com 57% dos seus docentes recebendo 100% da gratificação.

Abril/99

A Adufrj-SSind lança um caderno especial que trata da reforma universitária e dos projetos de autonomia para instituições de ensino superior. O MEC apresenta seu projeto de autonomia à Andifes. A Reitoria lança um jornal institucional, o “UFRJ”, que não teria vida muito longa. Realiza-se no Teatro João Caetano o Tribunal da Dívida Externa, organizado por entidades civis para julgar a dívida contraída pelos países pobres e os responsáveis pelo endividamento.



OUTUBRO
Passeata pela educação reúne 15 mil no Planalto

Maió/99

FHC reajusta o salário mínimo em miseráveis R\$ 6. No 1º de maio, 130 mil pessoas protestam contra o governo federal só em São Paulo. Estoura o escândalo das fitas gravadas do leilão das telefônicas. O alojamento da UFRJ mais uma vez sofre com o atraso das bolsas. Um estacionamento começa a funcionar nos campos de pelada da EEFD na Praia Vermelha. Alunos, professores e funcionários se organizam e conseguem preservar o ambiente de lazer e ensino. O Consuni vota (dia 11) os ajustes necessários ao estatuto da UFRJ determinados pela LDB. O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, apresenta um levantamento da dívida da universidade, estimada então em R\$ 27 milhões. Servidores em todo o país se mobilizam contra o acordo do governo para os 28,86%. Inaugura-se no HU uma ala para o atendimento de pessoas ligadas a planos de saúde particulares.

Junho/99

Adufrj-SSind protesta contra a reitoria pela não inclusão da mensalidade da seção sindical na folha de pagamento do mês de maio. Cria-se uma situação de tensão entre o prefeito da UFRJ e o Consuni por supostas declarações desrespeitosas daquele em relação ao colegiado máximo da UFRJ. Hospital Universitário chama a imprensa para declarar sua alta produtividade sem a devida compensação do Ministério da Saúde. TSE divulga gastos da campanha de reeleição de FHC (R\$ 43 milhões), dos quais R\$ 11 milhões foram doados por bancos. Realiza-se o 38º Conad na UFRJ, organizado pela Adufrj-SSind e que contou com a presença histórica do presidente cubano, Fidel Castro, em uma visita inesperada. Adufrj-SSind comemora seus 20 anos de fundação com um grande baile no Clube Ginástico, no Centro. Em entrevista ao Caderno de Educação de O Dia, o inacreditável ministro da Educação, Paulo Renato, sugere que a UFRJ venda parte de seu patrimônio para pagar suas dívidas. Inicia-se a briga pública entre a universidade e a família Priolli pela posse do Canecão. Juíza federal decide que a Coppe/UFRJ, organizadora de um concurso para a Câmara dos Vereadores, deve ressarcir quase cem mil candidatos por suspeitas de fraude nos resultados dos testes.

SETEMBRO
Professor Milton Santos recebe o título *Honoris Causa* da UFRJ



SETEMBRO
Estudantes ocupam a reitoria da UFRJ contra o projeto de autonomia do governo



ABRIL
Tribunal da Dívida reabre discussão sobre a suspensão da dívida dos países pobres

Julho/99

Reitoria completa um ano de poder na UFRJ. No Consuni, ninguém acha motivo algum nisso para comemoração. CEG e CEPG encaminham às unidades a versão preliminar da polêmica resolução conjunta 01/99 que vai reger a vida acadêmica da universidade. Começa a pressão da comunidade universitária pelo adiamento dos prazos de implementação deste documento na UFRJ. Bresser Pereira recebe uma bela via na 51ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Porto Alegre. Os decanos do CCS e do CT manifestam sua preocupação com furtos e roubos no campus do Fundão. O diretor do HU, Amâncio Paulino, recebe ameaças de morte pela tomada de medidas administrativas rigorosas, como o controle da farmácia do hospital, e passa a andar com dois seguranças. FHC monta novo ministério. Bresser Pereira é substituído por Ronaldo Sardenberg na pasta da Ciência & Tecnologia. Adufrj-SSind realiza o I Encontro de Professores Aposentados. Mec apresenta seu projeto de autonomia. Consuni discute interligação entre as Linhas Vermelha e Amarela pelo Fundão.

Agosto/99

Vilhena proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os campi da UFRJ. O reitor, ainda neste mês, racha com a Andifes e afirma que vai discutir a autonomia das IFES isoladamente daquela associação de reitores. Consuni reprovava tal atitude com veemência. Projeto de Florestan Fernandes volta a ser referência do debate sobre autonomia das federais. Diretoria do Andes-SN noticia no Informandes nº 92 informações distorcidas sobre a não aprovação pelo 38º Conad da prestação de contas de 1998 do Sindicato Nacional. O Conselho Universitário retoma a reforma estatutária. Finalmente formada a comissão local da Ged/99. Aprova-se a ligação das Linhas Vermelha e Amarela. Reitoria não renova convênio com a Capes para renovação de bolsas dos professores do CAp. Cem mil pessoas tomam conta de Brasília para protestar contra o governo federal (dia 26). Universidades lançam o canal universitário UTV, canal 16 da Net.

Setembro/99

Senado aprova reserva de vagas nas universidades federais (dia 2). Mais de 200 estudantes ocupam a reitoria por 26 horas em um protesto contra o projeto de (des)autonomia do Mec. Eleita a nova reitoria da Adufrj-SSind, em votação realizada nos dias 13, 14 e 15. FHC atinge 65% de impopularidade. São assassinados dois sindicalistas – Edma Rodrigues, do Sindicato dos Enfermeiros e Marco Otávio, da Associação Brasileira de Enfermagem – e nada é apurado. Só 1% do funcionalismo federal adere ao PDV de Fernando Henrique. O professor Antônio Cândido diz que sua palestra na UFRJ foi sua última exposição em público. O geógrafo Milton Santos recebe o título de Professor Honoris Causa da UFRJ. CEG e CEPG aprovam dois períodos por ano letivo e critérios para avaliação da Ged/99

Outubro/99

Quinze mil pessoas fazem a Marcha pela Educação em Brasília. Diretor do IPPMG questiona utilização de recursos dos hospitais pela reitoria no Consuni. Canecão é tombado pela Alerj sob protestos de toda a comunidade contra a apatia e falta de habilidade da administração da UFRJ. Anuncia-se na UFRJ que a coleta de dados para a avaliação da Ged vai ser feita por um sistema eletrônico: o Sigma. Docentes devem se cadastrar no aplicativo para comunicar suas atividades acadêmicas. O CAp prepara edital para oferecer, pela primeira vez, alfabetização em suas salas (que seria aprovado mais tarde). Colegiados CEG/CEPG homologam os critérios da Ged/99. Nova regulamentação acadêmica da UFRJ (resolução 01/99) é aprovada nos colegiados CEG/CEPG.

Novembro/99

Adufrj-SSind oferece a seus sindicalizados o plantão jurídico. Começa a (polêmica) discussão no CEG/CEPG do calendário acadêmico para 2000. UFMG é acionada na justiça para aplicar a reserva de vagas. Uma comissão mista CEG/CEPG/Consuni prepara uma proposta de financiamento para as universidades federais. Governo federal aprova projeto de lei que permite a servidores (que não fazem parte das chamadas carreiras típicas) serem regidos pelas normas da CLT. Realiza-se em todo o país o Dia Nacional de Paralisação e Protesto (10). Servidores do IDT protestam contra a idéia da reitoria de transferir o instituto para o prédio do HU. CEG encaminha proposta de novo vestibular para 2001, com a redação valendo como teste eliminatório. INDC e Instituto de Psiquiatria também são tombados. Sigma apresenta vários problemas. Adufrj-SSind recorre à Justiça para garantir envio de dados da Ged por escrito. Consuni aprova novo calendário de 2000, com aulas iniciando-se em março.

Dezembro/99
Janeiro/2000

Adufrj consegue liminar que garante direitos do docente no processo Ged. Realiza-se o III Congresso Nacional de Educação (Coned), em Porto Alegre. Logo após o Coned, o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo é aprovado na Comissão de Educação da Câmara. Professores são surpreendidos com desconto do PSS no 13º salário. Termina o prazo para o envio de dados da Ged/99. Consuni elege novos conselheiros da FUJB. Funcionários da Coppe fazem greve em função da suspensão na folha de pagamento da universidade das chamadas vantagens individuais. Vilhena nomeia nova diretora da Faculdade de Educação sob protestos da comunidade universitária.

Propostas da Adufrj-SSind para o 19º Congresso do ANDES-SN

Aprovadas na Assembléia Geral de 11/01/00.

TEMA II - Avaliação do III CONED

O III Coned realizou-se em um contexto de claro confronto de projetos. De um lado, o PNE-Sociedade Brasileira elaborado nos I e II CONED estabelece a responsabilidade do Estado com a educação pública e objetiva a sua democratização radical, definindo metas e diretrizes coerentes com os objetivos deste PNE; de outro lado, o PNE do Governo Federal flexibiliza a responsabilidade do Estado em relação à universalização da educação, aprofunda a privatização, descaracteriza os espaços democráticos e, em resumo, consolida e sistematiza o projeto educacional em curso, projeto este adaptado à condição capitalista dependente a que o país está submetido.

Em seu terceiro encontro nacional, o CONED constitui-se em uma referência crucial para a luta em defesa do ensino público, contribuindo, decisivamente, para a consolidação de uma agenda educacional alternativa. Este posicionamento político crítico decorre, entre outros aspectos, de seu caráter autônomo e democrático. Com efeito, os dois primeiros eventos foram realizados de modo independente das verbas governamentais, possibilitando total liberdade de crítica às entidades promotoras. Ademais, o autofinanciamento ampliou a responsabilidade do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). As entidades mobilizaram intensamente suas instâncias locais que, igualmente, tiveram um papel ativo na realização dos dois primeiros CONED. No caso do ANDES-SN, as Seções Sindicais participaram ativamente da preparação dos mesmos.

Entretanto, o terceiro CONED foi construído em um contexto muito mais adverso. O projeto educacional privatizante do Governo Federal já se encontra muito mais avançado e os efeitos nefastos da nova LDB já se fazem sentir em diversos setores, entre os quais a formação de professores, a avaliação, a escolha de dirigentes, a reforma do ensino técnico e tecnológico, entre outros. Além disso, outras iniciativas contra o ensino público estão em curso, entre as quais cabe destacar os projetos de autonomia, financiamento das IFES, destruição da carreira única (não apenas pela fragmentação das carreiras do sistema federal, mas também pela introdução da GED).

Mas não foram apenas as políticas governamentais que criaram dificuldades à realização do terceiro CONED. A mudança no modo de participação do Andes-SN que, na prática, alijou os representantes das

entidades de base das reuniões preparatórias do evento, seguramente produziu um distanciamento que acarretou claro prejuízo para o debate político no evento. No caso do ANDES-SN, diversos representantes de Seções Sindicais avaliaram que o referido alijamento foi muito negativo e, nesse sentido, consideraram criticável o procedimento da Direção Nacional no processo de construção do CONED.

Outro aspecto negativo foi o deslocamento de atribuições do FNDEP para os governos Estadual e Municipal. A participação de governos do campo popular vem sendo estimulada desde o primeiro CONED, entretanto, neste último, os citados governos acabaram por se imiscuir nas prerrogativas organizacionais específicas do Fórum, minimizando o esforço organizativo das entidades e, no caso do CEPERGS, provocando constrangimentos políticos. Em suma, o evento acabou por assumir uma indesejada feição governamental. No caso do ANDES-SN, o privilegiamento do campo institucional, em detrimento do movimento social, pode ser visto como decorrente da opção política de sua atual Direção Nacional.

Apesar desses problemas, as entidades e os profissionais reunidos no evento lograram aprovar, na Plenária Final, a Carta de Porto Alegre, em que a defesa do PNE-Sociedade Brasileira foi reiterada. Entre os seus eixos prioritários de luta destacamos a responsabilidade do Estado com a manutenção e o desenvolvimento do ensino público, o que nos remete para a questão do financiamento, a democratização do ensino (universalização e gestão) e a valorização do magistério. Ademais, ainda conforme a Carta, face ao avanço das políticas neoliberais, é de suma importância o combate à legislação que vem desmontando o ensino público.

Mas para que este Plano venha a se afirmar como uma opção real à política governamental o funcionamento do FNDEP tem de ser redefinido, tanto em sua configuração interna, como em plano nacional. No primeiro item, o funcionamento interno, urge retomar a participação das entidades de base do Fórum, reduzindo suas reuniões executivas ao estritamente necessário. No segundo item, é fundamental incentivar a participação ativa da ANPED e da SBPC, entre outras entidades de natureza similar, no Fórum. O mesmo se aplica ao DNTE-CUT. Nesta perspectiva, a desqualificação da Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Escola Pública pela Diretoria

do ANDES-SN é inaceitável, tornando pertinente as críticas da CNTE à atitude desqualificadora deste sindicato.

A agenda proposta no CONED tem como corolário a definição de estratégias e táticas em que a atuação na esfera institucional (Congresso, Governo) tem de ser redefinida, tanto na CUT quanto no ANDES-SN. O privilegiamento quase exclusivo do caminho institucional contribuiu para maior desmobilização, debilitando, dessa forma, a própria atuação na esfera institucional. Afinal, sem mobilização a negociação acaba sendo capitulação.

Em resumo, para dar conseqüência às lutas do CONED, o ANDES-SN deve ter uma participação cada vez mais vigorosa em favor das grandes lutas unitárias que o ensino público brasileiro exige.

TEXTOS DE RESOLUÇÃO

1) O Andes-SN deve promover ações para fortalecer o DNTE-CUT, participando ativamente da rearticulação deste Departamento e promovendo debates internos (GTPFS e GTPE) a propósito da organização do setor educação na CUT;

2) Incentivar a participação das Seções Sindicais nas lutas pelo ensino público e gratuito da CUT.

3) As Seções Sindicais devem articular-se com as entidades sindicais e acadêmicas locais com o objetivo de revigorar os Fóruns Regionais em Defesa da Ensino Público.

4) Os Fóruns Regionais devem elaborar um Plano de Luta, articulado nacionalmente, com o objetivo de divulgar e empreender ações em favor das diretrizes do PNE-Sociedade Brasileira.

5) Os Fóruns Regionais devem propor alternativas para ampliar a participação das entidades de base no FNDEP com o objetivo de fortalecê-lo.

Subscrevem este Documento, elaborado na reunião do GTPE de 06 de janeiro de 2000:

Ana Cristina Martins – ADUA-SSind
Ana Lúcia Barbosa Faria – SINDOCEFET-MG
Claudia March Frota de Souza – ADUFF-SSind
Maria Inês Corrêa Marques - ADUCSAL
Marieta Koikem – ADUFEPE-SSind
Ranah Manezenco – ASPUV-SSind
Rejane Santos – SEDUFMS
Roberto Leher- ADUFRJ-SSind
Suelene Leite Pavão- ADUFPA-SSind
Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 11-01/00

TEMA II - A luta pela carreira única no ANDES-SN frente às investidas do Governo Federal: O que falta para iniciar as ações práticas?

A história do Andes-SN e da luta por uma carreira que dignificasse a profissão docente praticamente se confundem, tamanha a imbricação existente entre a carreira e a luta pela universidade pública, gratuita, laica e de real qualidade. Já em sua primeira pauta de reivindicações, a (então chamada) Andes definiu a carreira nacional unificada como referência fundamental de luta, tendo em vista a situação precária dos professores colaboradores e a generalizada ausência de concurso público. A conquista de alguns itens relativos à carreira, em decorrência de longa e difícil greve do setor das federais, nas gestões Portella e Ludwig no MEC, foi um marco importante, mas insuficiente, pois não abrangeu todos os docentes das IFES. Esta luta prosseguiu com várias greves do setor das IFES, culminando com a conquista do PUCRCE em 1987. O movimento docente prosseguiu discutindo a questão e aprovou no XII Congresso (Manaus, 1993) a sua proposta de Carreira e Capacitação Docentes – uma meta para os docentes dos três setores. A luta e a implementação teriam de respeitar as especificidades dos setores (ver Caderno 2). Com o avanço das políticas neoliberais (que pretendem desregular o trabalho) e, especialmente, após a Greve Nacional de 1998, o tema foi recolocado no topo da agenda do movimento docente, mas não tem sido encaminhado pela instância executiva do sindicato com o empenho necessário para cumprir as deliberações das suas instâncias deliberativas.

O percurso da discussão sobre a carreira nos dois últimos anos tem uma configuração preocupante. Após os graves episódios do final da Greve Nacional de 1998, em que, depois do acordo da Diretoria Nacional com Antônio Carlos Magalhães, os docentes do 1º e 2º Grau acabaram excluídos da GED (e os aposentados perderam o tratamento isonômico, tendo em vista que perceberiam apenas 60% do valor total da GED) o tema, por pressão das bases, assumiu o primeiro plano da agenda política do sindicato.

Foi realizado em outubro de 1998, no Rio de Janeiro, um Encontro de Professores de 1º e 2º graus; a seguir, a questão foi objeto de debate de um encontro de Grupos de Trabalho; o 37º Conad de Belo Horizonte remeteu o tema para as instâncias deliberativas de base do sindicato para aprofundamento e, finalmente, no 18º Congresso, o tema foi um dos principais pontos de embate entre a Diretoria Nacional do Andes-SN e a oposição. Ficou estabelecido que o projeto de carreira a ser encaminhado ao Governo Federal seria uma adaptação da proposta de carreira do Caderno 2 e que deveria ser rapidamente protocolizado no MEC. Após meses de protelação, o 38º Conad definiu os ajustes necessários para adequar o projeto de carreira do Caderno à situação das IFES e determinou a sua imediata protocolização no MEC. Entretanto, ao contrário do encaminhamento aprovado no Conad, que previa ampla mobilização, a protocolização foi burocrática. Depois disso, o tema desapareceu *orwellianamente* da agenda política do sindicato. Por

que a Direção Nacional conduz a questão com tamanha falta de prioridade? Por que tamanha resistência de encaminhar uma deliberação tomada com ampla maioria no 18º Congresso e nos 38º e 39º Conad? Por que a resistência em abraçar a carreira docente do Caderno 2?

A proposta de que a luta pela Carreira unificada das IFES deveria ter como parâmetro o “Caderno 2”, está fundamentada na avaliação de que a carreira do Andes-SN responde melhor à conjuntura, pois inclui, de modo orgânico, o conjunto dos docentes das IFES na luta pela nova carreira. Atualmente, toda a carreira docente das IFES está sob risco de pulverização (e não apenas a de 1º e 2º graus) como se depreende do exame dos projetos de autonomia e financiamento do MEC.

Deste modo, qualquer Proposta de nova carreira unificada para as IFES está na contramão da política pretendida pelo Executivo. O objetivo do MEC, já expresso em minuta de Projeto de Lei (Dezembro de 1999), é a criação de uma Carreira específica para os professores das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Tecnológicas. É certo que, pelo projeto do Governo Federal, também os docentes dos Colégios de Aplicação (no bojo da criação dos Cursos Normais Superiores) e das demais formas de oferta de ensino básico nas IFES devem ser apartados da carreira do terceiro grau das IFES. Essas atividades, na compreensão do MEC, não guardam vínculos com as universidades, devendo ser desregulamentadas. Exemplo contundente desta tendência pode ser encontrado no referido projeto de “carreira dos professores da educação profissional”, em que as novas contratações dar-se-iam apenas pelo regime da CLT. Igualmente, o recente projeto de autonomia do MEC que desloca todos os centros de formação técnica das universidades federais para os CEFET corrobora o dito. Foi esta avaliação que levou o Encontro Nacional de 1º e 2º Graus das IFES, realizado no Rio de Janeiro, a solicitar a saída da Direção do Andes-SN da Comissão de Carreira de 1º e 2º Graus do MEC, pois aceitar discutir a situação dos docentes de 1º e 2º Graus em uma comissão específica para este nível de ensino seria aceitar a premissa da desvinculação. A mesma recomendação permanece atual para a situação da carreira dos docentes da educação tecnológica: não cabe aceitar a premissa de que este é um assunto a ser tratado na Secretaria de Ensino Técnico do MEC.

A luta contra o projeto de autonomia do MEC está igualmente na contramão das políticas do governo Federal que têm por meta a criação de carreiras específicas para cada universidade. Entretanto, esta luta não será vitoriosa se o sindicato circunscrever sua ação aos gabinetes do MEC, do Congresso Nacional ou mesmo do Judiciário. Estas ações deveriam resultar da mobilização de todos os docentes: aí sim as negociações poderão ser efetivas e promissoras. A inversão operada na atual gestão, como a prática nos mostra, é desmobilizadora e somente tem permitido que o Governo Federal avance em suas posições.

O imobilismo da Direção Nacional em relação à luta (emergencial) pela carreira única para as IFES é particularmente grave, pois não existe garantia legal de

que poderemos manter as conquistas do Regime Jurídico Único e do PUCRCE. Igualmente carece de sustentação legal a inclusão administrativa dos docentes do ensino básico, técnico, agrotécnico e tecnológico na carreira única. O avanço das reformas neoliberais tornou a questão da carreira bem mais complexa. O próprio judiciário vem adotando interpretações polêmicas. Conforme o STF, o Art. 206 da Constituição Federal, coloca os docentes fora do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais. Segundo ainda o STF, o Art. 206, V, “lhes assegura outro regime, único mas especial”. A LDBEN (Arts. 53-56 e 67), por sua vez, transfere para o Colegiado Superior da Universidade a “contratação e dispensa docentes” e a definição de “Planos de Carreira Docente” (art. 53). O art. 54 admite que as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades (...) dos seus Planos de carreira e do Regime jurídico do seu pessoal. A Emenda Constitucional nº 19, de julho de 1998, e a Reforma Administrativa dela decorrente, também advogam a possibilidade de carreira específica para os docentes das IFES.

O que parecia apenas descompromisso com a questão da carreira dos docentes de 1º e 2º graus, vem se revelando uma política bem definida: cada vez fica mais forte a hipótese de que a Diretoria Nacional está aguardando o desfecho do projeto de autonomia, para, somente então, encaminhar os assuntos relativos à carreira. Desde a protocolização, em julho deste ano, nada foi feito. O Caderno de Textos do 39º sequer mencionou a luta pela carreira. Trata-se de uma orientação extremamente perniciosa, que coloca em risco a nossa luta em favor da carreira unificada. Caso a desregulamentação da autonomia se verificasse, qual seria a carreira que teríamos? Certamente, algo próximo ao que pretende o interventor da UFRJ¹.

AVALIAÇÃO E ESTRATÉGIAS

A transformação da questão da Carreira em uma luta de todos os docentes é a orientação que melhor responde aos desafios colocados ao movimento docente. É preciso incluir os docentes dos setores das estaduais e das particulares no processo, pois hoje a desregulamentação e a precarização atingem a todos, ademais, nossa luta é por um projeto de universidade e, neste, a presença de todos os setores é crucial.

No que diz respeito ao setor das federais, urge empreender ações nacionalmente unificadas para ampliar a mobilização dos docentes em relação ao tema. Ênfase especial terá de ser conferida aos Adjuntos, pois o governo e seus aliados nas administrações universitárias tentam cooptar estes docentes para a sua tese de que, com uma carreira específica, eles poderão ter novas perspectivas para a sua vida acadêmica. Diante da urgência da situação dos docentes da educação tecnológica e do ensino básico das IFES, é crucial empreender ações políticas capazes de transformar o problema em prioridade efetiva do conjunto do sindicato e, neste sentido, não cabe privilegiar atos como “consultas” a funcionários do

terceiro escalão do MEC como os da Secretaria de Ensino Técnico do MEC (SENTEC). O Sindicato deverá construir condições para que a carreira se transforme em objeto de enfrentamento com a política do MEC. Igualmente importante é a inclusão dos professores aposentados no debate, posto que já sofrem os efeitos nefastos da quebra da isonomia. Trata-se, agora, de um embate por projetos de universidade.

TEXTOS DE RESOLUÇÃO

1) Empreender ampla divulgação da proposta de carreira única do Andes-SN com a malha salarial correspondente nas IES, por meio de folhetos explicativos e cartazes padronizados. O texto deve incluir breve introdução situando a luta pela carreira única na conjuntura atual e sua relação com o projeto de universidade do Andes-SN. Esta divulgação deverá ser iniciada em março de 2000 e deverá contar com a assessoria dos Grupos de Trabalho de Carreira, de Comunicação e Arte e de Política Educacional.

2) A divulgação da carreira única deverá contemplar as especificidades dos setores. No caso do setor das federais, a questão da inclusão dos docentes do ensino básico, técnico agrotécnico e tecnológico terá de ser enfatizada, assim como as perspectivas abertas pela nova carreira aos adjuntos. Na divulgação da nova malha salarial a questão da correção da isonomia deve ser enfocada como elemento importante para a mobilização.

3) Ratificando a deliberação do 38º CONAD sobre o piso e o teto da Carreira Única para o Magistério das IES, a malha salarial desta carreira será a seguinte, em salários mínimos do DIEESE:

20 horas	dedicação	exclusiva
Prof. Auxiliar A	1,0	3,1
Prof. Auxiliar B	1,1	3,41
Prof. Assistente A	1,5	4,65
Prof. Assistente B	1,65	5,12
Prof. Adjunto A	2,0	6,2
Prof. Adjunto B	2,2	6,82
Prof. associado A	2,5	7,75
Prof. Associado B	2,75	8,53
Prof. Pleno	3,0	9,3

4) Em relação ao Setor das IFES: a) Rejeitar qualquer proposta de Plano de Carreira específico para os docentes da educação tecnológica e do ensino básico, e b) Empreender luta contra a flexibilização dos direitos do trabalho, notadamente rejeitando contratos no Regime da CLT.

5) Ainda no caso do Setor das Federais, fica estabelecido o seguinte calendário: a) Nos meses de março e abril o Andes-SN deve realizar vigílias no MEC para cobrar as providências relativas a implementação da nova carreira; b) No final do mês de março ou no início de abril os setores que

já se encontrarem mobilizados devem organizar um dia nacional de luta (preferencialmente unificado entre os setores), e c) no mês de abril, solicitar às Assembléias Gerais posicionamento sobre as formas de luta mais adequadas caso a resposta do Governo Federal não indique a possibilidade de implementação da nova carreira ainda no primeiro semestre de 2000 ou em prazo julgado conveniente pelo setor.

6) Os Grupos de Trabalho de Política Educacional, Carreira, Verbas e Seguridade Social devem prosseguir os estudos sobre as implicações da transposição dos professores ativos e aposentados na nova carreira, com o objetivo de subsidiar as negociações em torno da implementação da nova carreira, possivelmente indicando itens que devam constar nas disposições transitórias.

7) O GT de Carreira deverá organizar um formulário padrão para coleta de informações sobre a carreira e malha salarial das estaduais e privadas, a ser periodicamente divulgado no InformAndes, com o objetivo de subsidiar as ações do sindicato.

Autor: Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 11-01-00

TEMA II - Política Sindical e Seguridade Social: em busca da superação da apologia a reforma e aprofundamento da crítica-crítica

Uma observação mais atenta sobre as conseqüências sócio-econômicas resultantes do processo de luta empreendida pelo Andes-SN no âmbito da Seguridade Social² revela os limites do projeto do governo FHC e das alternativas políticas para a reforma do Estado. E a primeira conseqüência óbvia e imediata - para os trabalhadores do ensino público³ - é o retrocesso das conquistas sociais obtidas na Constituição de 1988.

Entretanto, as conseqüências sócio-econômicas da luta empreendida pelo Andes-SN, não podem ser analisadas somente como algo superior e exterior ao protagonistas ignorando-se as diferenças e divergências - entre meios e fins - em função da direção hegemônica construída em nome da unidade. Somente o desconhecimento das polêmicas que atravessaram os desdobramentos históricos do movimento socialista⁴ ou a ingenuidade política, que leva à uma visão economicista (evitada de fatalismo e determinismo), permite uma análise reducionista dos processos sociais que envolvem a Seguridade Social.

Assim, do ponto de vista teórico, as conseqüências sócio-econômicas e a luta política só podem ser avaliadas pelas derrotas e conquistas do trabalho em confronto com o capital, por ações que conduzam a reformas que garantam a ampliação e o aprofundamento das relações democráticas entre Estado e sociedade em direção à socialização tanto da política quanto da economia, pelas alianças solidárias que se estabelecem com os incluídos e excluídos do trabalho. Por isso, a avaliação das conquistas e derrotas do movimento docente não prescinde da consciência teórica das particularidades sócio-históricas que explicam a polêmica sindical⁵.

Ora, a fratura política ocorrida em finais da década de 1990 revela a tendência adotada pela direção nacional: em clara contradição com os supostos de autonomia e democracia que sustentavam a história do movimento docente, a Diretoria Nacional, desde a sua posse, vem dirigindo o sindicato contra os interesses e as aspirações da maioria de seus representados. Prova disto são as divergências que marcaram o início desta gestão, especialmente os acordos com o PFL - partido que congrega os remanescentes da ditadura militar - que excluiu os docentes do 1º e 2º Graus da GED assim como a isonomia salarial dos professores aposentados.

Neste sentido, as possibilidades de levar à prática o essencial da luta política sindical tornava-se problemática. Vale dizer que a pouca relevância atribuída às funções sócio-políticas dos grupos de trabalho (GT³) têm sido a tônica desta direção. Mais especificamente, ficou no plano da retórica a luta pela Seguridade Social, cuja política de governo tem encontrado uma enorme resistência entre o conjunto dos professores, especialmente dos professores aposentados.

A reprodução de uma perspectiva fragmentadora da totalidade da vida social desenhou o arco de ações políticas desta gestão. Por ocasião do Encontro realizado em 07 e 08 de outubro de 1998, que teve no centro do debate a polêmica sobre o conjunto de direitos sociais constitutivos do tripé da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), observou-se o desconhecimento, por parte da Coordenação, dos dispositivos constitucionais que regem a Seguridade social que, conforme define o Art. 194, "compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Seus objetivos assentam-se nos princípios de organizar a seguridade com base na:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

O reformismo conduzido por esta diretoria não exclui os encaminhamentos dos assuntos relativos à previdência social. Os fundos de pensão aparecem como alternativa à previdência. Assim, apesar de ter sido amplamente discutido no encontro realizado em 06, 07 e 08 de agosto de 1999, em Goiânia, o entrelaçamento de interesses entre os acordos da burguesia nacional, transnacional, organismos financeiros (como o FMI e o Banco Mundial) e os direitos dos trabalhadores do conhecimento da universidade brasileira, nenhuma ação - no sentido de agrupar e consolidar forças com os trabalhadores em geral através de alianças com as instituições regulamentadoras das demais profissões - foi encaminhada. Ao contrário, o acompanhamento

destes acordos deu-se de forma burocrática e dentro da legalidade. Restringiu-se sobretudo ao acompanhamento das votações no congresso e a informações parlamentares, como atesta o ofício 424/99 encaminhado às Seções Sindicais em 04 de novembro de 1999 pela Secretaria do Andes-SN, que se limitou a comunicar o Despacho do Ministro da Previdência Social Waldeck Ornélas no dia 25 de outubro de 1999, que autorizava o afastamento tanto do secretário quanto de sua assessora para acompanhá-lo em visita ao BID, BIRD e FMI para explicar a reforma da Previdência Social. É bom lembrar que nenhuma reflexão crítica por parte da Coordenação deste GT foi encaminhada.

TEXTOS DE RESOLUÇÃO

1) Defender um modelo de seguridade social que reafirme o compromisso de luta por uma previdência referenciada pela solidariedade e responsabilidade entre as gerações de nossa sociedade, diametralmente oposto aos esquemas paralelos de previdência complementar, que são objetivamente estruturadas para ratificar os princípios da economia de lucro, cada vez mais radicalizadas em nosso país, caracterizando-se, por conseguinte, como instrumentos que aumentam a concentração da renda nacional e a exclusão social.

2) Assegurar que a luta no âmbito da Seguridade Social agregue o conjunto dos trabalhadores e todas as dimensões que constituem esta política: Saúde, Assistência e Previdência Social.

3) Combater em todas as frentes as tentativas de desconto previdenciário para os inativos.

4) Mobilizar os servidores públicos contra as iniciativas de regulamentação de projetos de previdência complementar, como os fundos de pensão e outros.

5) A luta pela defesa deste e de outros direitos conquistados não pode ser restrita aos processos burocráticos como a troca de ofícios ou demais documentos e a realização de seminários, devendo privilegiar ações coletivas organizadas no âmbito da CUT e outras entidades representativas dos movimentos sociais.

Autor: Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 11-01-00

¹ A proposta do grupo que patrocina e sustenta Vilhena está inscrita no escopo das reformas trabalhistas de feição neoliberal. Flexibiliza os direitos do trabalho e “naturaliza” o trabalho precarizado. Mais especificamente, cria uma carreira particular na UFRJ, separa os docentes em “profissionais” e “acadêmicos”, estabelecendo vínculos temporários para os primeiros e permanente apenas para estes últimos “altamente competentes”, quebra o ingresso via concurso público, elimina a dedicação exclusiva para os docentes “profissionais”. (Cadernos Adufrj-SSind, nº 2).

² Sabe-se que, do ponto de vista da estrutura jurídico-política, a Constituição de 1988 consagrou os direitos sociais da cidadania moderna contidas no *Welfare State* e a Seguridade Social (formulada na Convenção 102 no ano de 1952 pela Organização Internacional do Trabalho – OIT) tinha como premissa garantir a justiça social, a equidade e

universalidade.

³ É claro que não se limita a ele, mas aos trabalhadores em geral.

⁴ Especialmente o período stalinista que vai de 1919 a 1956

⁵ Que, como se sabe, são resultantes do processo de complexificação do capital que envolve Estado e sociedade.

Tema III - O ANDES-SN e os dilemas do sindicalismo brasileiro

TEXTOS DE RESOLUÇÃO

1) As Seções Sindicais devem articular-se para garantirem participação ativa nos CECUTs e o Sindicato como um todo deve mobilizar-se para garantir o maior número possível de delegados ao CONCUT. Nesses eventos, as delegações do ANDES-SN buscarão as articulações necessárias para o resgate das concepções e práticas que deram origem à CUT, o que passa necessariamente pela recusa ao modelo do sindicato orgânico/nacional e pela implementação de uma estrutura sindical classista, horizontal, de base e democrática, objetivo que, para ser alcançado, depende centralmente da superação política da atual linha majoritária na direção da Central;

2) Na perspectiva de retomada do esforço de formação sindical que se efetivou no sindicato após o Congresso de João Pessoa e hoje se encontra suspenso, o Sindicato deverá, a partir de iniciativa do GTPFS organizar um Seminário Nacional, no primeiro semestre de 2000, sobre o modelo cutista de organização sindical, na linha das decisões acumuladas no ANDES-SN sobre este ponto e encaminhando o debate sobre temas como: proporcionalidade nas direções sindicais; organização por ramos; estratégias de unificação de organizações e lutas sindicais, entre outros pontos. As discussões do Seminário poderão propiciar uma intervenção mais qualificada nos eventos da CUT e um trabalho mais sistemático do GTPFS;

3) De forma a garantir uma rearticulação das entidades do ramo de educação da CUT, resgatando a importância da reativação do DNTE, o Sindicato Nacional deverá:

a) pautar nos Gts de Política e Formação Sindical e Gts de Política Educacional, locais e nacionais, do Andes-SN um cronograma de discussão sobre a organização do ramo da educação na CUT, bem como sua sustentação financeira, e das questões centrais que envolvem a educação brasileira; b) realizar seminário nacional juntamente com as outras entidades nacionais da educação e a CUT para tratar dessas questões e estabelecer pauta unitária do setor da educação, em nível nacional e nos estados; c) articular-se com as outras entidades nacionais visando à realização do III Congresso do DNTE, cobrando da CUT a concretização do III Congresso, no ano 2000

Autor: Assembléia Geral da Adufrj-SSind.

Tema III-Política de comunicação do ANDES-SN

A comunicação tem enorme importância na vida cotidiana e particularmente num sindicato como o ANDES, pela abrangência dos assuntos e áreas onde se movimentam seus trabalhadores (do conhecimento), assim como pelas inúmeras frentes que compõem sua agenda política, bastante diversificada na resistência às políticas neoliberais dos dois últimos Fernandos.

TEXTOS DE RESOLUÇÃO

1) Rearticular o sindicato com o Fórum pela Democratização da Comunicação buscando contribuir e se integrar às iniciativas mais gerais que buscam superar as tendências monopolistas e concentradoras já conhecidas no País, que vêm tornando a informação um grande negócio de âmbito internacional, articulado às políticas governamentais de desmonte do patrimônio público;

2) Articular o sindicato com iniciativas que vêm ganhando mais peso recentemente, no sentido de construir redes e/ou estruturas de comunicação mais autônomas desses grandes grupos e/ou interesses;

3) Rediscutir uma política de comunicação do ANDES-SN que comporte:

a) comunicação interna, no sentido de reorganizar o fluxo de comunicação em dois planos: entre os dirigentes sindicais e entre estes e os sindicalizados;

b) mecanismos de institucionalização e propaganda das funções do sindicato e suas bandeiras básicas de luta, agregando a isso, as estruturas correlatas que poderiam ser expedientes bastante eficazes de comunicação;

c) assessoria de imprensa que tenha condições de articular de forma mais contínua, tanto a interlocução com as redações/jornalistas — mesmo os de grandes veículos antes citados, mas que atingem públicos consideráveis — como ainda, a inserção em matérias e cadernos de caráter científico — e como tal, menos ligados aos embates conjunturais, tão ao gosto da imprensa mais tradicional.

4) Em função da necessidade de imediatamente retomar a comunicação interna, reeditar o InformAndes semanal como forma de articular as informações entre a diretoria nacional, diretoria das Seções Sindicais e movimento docente;

5) De acordo com a proposta da Adufrj-SSind aprovada no 39º CONAD, constituir um Conselho Editorial para o InformAndes (mensal) que deverá atuar de forma articulada com o GT CA. Este Conselho Editorial será composto por sete (7) membros eleitos em plenária do Congresso, com mandato de um (1) ano, com a atribuição de implementar linha editorial independente, capaz de garantir o debate democrático no sindicato e, também, a objetividade no tratamento das matérias do Informativo.

Autor: Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 11-01-00

Mestrado Profissionalizante: Vamos nessa?

*Prof. Oscar Rosa Mattos, Prof. Titular- CT-UFRJ**

A CAPES, através da portaria nº 080 de 16/12/98 (www.capes.gov.br), criou o CURSO STRICTO SENSU chamado MESTRADO PROFISSIONALIZANTE. Algumas propostas de cursos deste tipo têm aparecido desde então. Aqui na UFRJ o assunto ainda não foi regulamentado pelo CEPG, mas está sendo discutido em algumas Unidades.

Sobre o tema, gostaria de fazer alguns comentários e começo com uma simples questão:

Quais são os cursos de pós-graduação que a UFRJ oferece? Além daqueles Stricto Sensu: mestrado e doutorado, há os de lato sensu e os de extensão. Entre os de lato sensu, sempre que um público alvo é identificado, há os chamados cursos de especialização que têm regulamentação aprovada pelo CEPG. Estes cursos podem ser oferecidos abertos ao público ou especificamente para uma ou mais empresas. Pode haver custos envolvidos e pagamento de pessoal. Muitos exemplos existem na UFRJ e, particularmente, no CT.

Cabe agora a questão: o que traz de “novo” este tipo de curso STRICTO SENSU chamado “Mestrado Profissionalizante”? De “novo”, traz a “infelicidade” do nome. Colocar adjetivos em algo que já existe me parece extremamente inoportuno e a experiência brasileira com isto é péssima (lembra da “Engenharia Operacional”?). Dirão alguns: o mestrado atual já tem vários adjetivos, posto que é muitas vezes chamado de mestrado em ciência, mestrado em engenharia etc. Na realidade, aqui na UFRJ, ele é **MESTRADO** e ponto. O “novo” adjetivo colocado no mestrado pela portaria da CAPES pode dar “idéia” que temos um mestrado “acadêmico” e agora passaríamos a ter outro tipo: o profissionalizante.

Vejam: o **MESTRADO** seria **OU** acadêmico, **OU** profissionalizante. Interessante, não? Em princípio a idéia pareceria boa e dirão alguns: já existe em vários locais do mundo! Este argumento é ótimo e modista na era da “globalização”! Gostaria de ter, entretanto, outras coisas que existem nos outros países do mundo: educação de qualidade, assistência social etc. Aliás, foi baseado no argumento de que “nos outros países é assim” que privatizaram (em muitos casos doaram) nossas estatais. Irí-

amos passar para o primeiro mundo, com maiores investimentos em educação etc etc. Estou esperando... Voltemos ao mestrado profissionalizante.

Primeiramente, este papo de **ou acadêmico ou profissionalizante** é lamentável. É triste que ele emane de um órgão vinculado ao Ministério da EDUCAÇÃO!. Esta celeuma entre “acadêmico” e “profissionalizante” é falsa e serve bastante bem aos interesses colonialistas da política da “globalização”. Listarei somente dois exemplos de teses de mestrado que orientei recentemente:

“*Aços Revestidos Submetidos à Proteção Catódica: Análise da Seleção do Revestimento e Monitoração do Sistema*”

Autor: Joaquim Pereira Quintela- Engenheiro da Petrobrás.

“*Avaliação da Qualidade de Folhas de Flandres Envernizadas Via Impedância Eletroquímica*”.

Autora: Giselle G. do Nascimento, hoje chefe do laboratório de corrosão da Mercedes-Benz

São as teses acima “acadêmicas” ou “profissionalizantes”?

Qualquer ensino de nível superior tem que ser necessariamente acadêmico e será **SEMPRE** profissionalizante. Um aluno(a) da matemática que desenvolve um método para resolver uma equação diferencial no seu mestrado está fazendo uma tese acadêmica ou profissionalizante?

O caráter de “terminalidade”, que aparentemente é a força motriz para criação do “novo” mestrado (vide portaria 080 da CAPES), já existe no mestrado atual. Dizer que nosso mestrado é tão somente uma etapa prévia ao doutorado, pelo menos nas áreas aplicadas, é desconhecer a realidade. Aliás esta afirmação é contraditória com a existência do doutorado direto. É através do MESTRADO que temos pessoal altamente qualificado nos diversos ramos de atividades do país e diria mais, infelizmente temos poucos doutores nestas respectivas atividades. Isto sim seria uma coisa a ser copiada do primeiro mundo: obrigar as multinacionais daqui a investirem em pesquisa/desenvolvimento. Contrariamente ao

primeiro mundo, nosso mercado para os doutores ainda é restrito. Por exemplo, numa filial da IBM no primeiro mundo quantos doutores atuam? E aqui no Brasil? Lá os doutores que estão trabalhando são “acadêmicos” ou “profissionalizantes”? É impossível (e indesejável) separar o aspecto acadêmico do profissionalizante em um curso superior. Por conseguinte, será impossível separar estes dois mestrados e, no futuro, caso isto “decole”, teremos um único mestrado mas sem apoio nenhum dos órgãos de fomento, pois o “novo” curso, como veremos mais adiante, deve ser **AUTO-FINANCIADO!** Outro aspecto importante: quem irá garantir a “terminalidade” do “novo” mestrado? Quem irá impedir que o aluno egresso do “novo” mestrado faça o doutorado? Que faça concurso para professor assistente nas universidades? Este assunto, como proposto, seria cômico se não fosse trágico.

Por outro lado, há outras necessidades de formação de pessoal no país, além de doutores e mestres? Cursos mais direcionados, ligados ao interesse de determinadas comunidades/indústrias? Claro que existem! Exemplos típicos podem ser encontrados; e para citar somente um deles, tenho conhecimento de um curso envolvendo aplicação de laser em odontologia. É importante passar este conhecimento de forma rápida e condensada para dentistas e outros interessados? Claro que sim! A pergunta é: qual o motivo de chamar este tipo de curso de mestrado profissionalizante? Qual o motivo de transmitir este conhecimento específico e Não-Continuado na forma de um curso Stricto Sensu? Por que não chamá-lo de especialização ou, caso o termo especialização seja um título desgastado, “**Capacitação Profissional Avançada**”, como já foi proposto por uma comissão da própria CAPES para estudar este assunto?

Qual o risco que estaremos correndo ao regulamentarmos este “novo” tipo de mestrado?. A meu ver, o principal risco está explicitado no artigo 6 da própria portaria 080 da CAPES.

“**Artigo 6** – Os cursos da modalidade tratados nesta portaria possuem vocação para o auto financiamento. Este aspecto deve ser explora-

do para iniciativa de convênio com vistas ao patrocínio de suas atividades.”

Vejam: trata-se de um curso que deve ser auto-financiado: mestrado (claro, profissionalizante). Dirão os crédulos que este curso não irá influenciar em nada o “outro” mestrado, para o qual os órgãos de fomento dão bolsas e financiamento. Será? Se o mestrado profissionalizante “decolar”, qual será a razão de manter o outro? Não haverá espaço para os dois, posto que eles serão idênticos. Visto que não há como separar o que é acadêmico do que é profissionalizante, só tem um jeito: mestrado profissionalizante será todo aquele que for “auto-financiado”. E os outros? O governo não se veria livre desta tarefa de financiar o mestrado, financiando somente o doutorado? Mais tarde, quem sabe não estaremos criando o doutorado profissionalizante e auto-financiado?

O artigo 5 da referida portaria da CAPES é esclarecedor:

“Artigo 5 – Os programas de mestrado avaliados de acordo com os padrões tradicionais poderão solicitar o enquadramento como mestrado profissionalizante...”

Será este o futuro do mestrado? É isso que desejamos?

Eu não faço parte daqueles que acham que as UNIVERSIDADES não devem gerar cursos. Nem mesmo chego a fazer parte do grupo que acha que todo e qualquer aluno deve ter acesso gratuito à UNIVERSIDADE. Entretanto, neste momento, com este governo, acho que devemos ser RADICAIS defensores de uma das poucas coisas públicas que nos resta: ENSINO PÚBLICO E GRATUITO DAS UNIVERSIDADES. Temos que ser vigilantes neste sentido. Será que é difícil ver que este “novo” curso de mestrado põe em risco aquilo que levamos mais de vinte anos para consolidar: nosso sistema de pós-graduação, sem similar no mundo, apesar da “globalização”?

Quais as razões de professores onde o mestrado e doutorado estão implantados participarem deste “novo” tipo de curso? Para não ser maniqueísta e dizer que só existem dois motivos, direi que aqui no CT eu identifiquei pelo menos dois motivos.

Há colegas que já orientam teses de

mestrado e doutorado mas vêm neste novo tipo AUTO-FINANCIADO de curso a possibilidade de conseguir fundos para suas pesquisas e, talvez sobretudo, aumentar seus respectivos soldos participando do ganho financeiro que este “novo” mestrado poderá trazer. Dois aspectos: 1) é ilusório achar que por esta via iremos resolver nossos problemas financeiros, tanto a nível pessoal (**06 anos sem reajuste salarial é dose!!**) quanto institucional (recursos para pesquisas). 2) sem questionar o aspecto ético, qual a razão de não tentar a solução atraindo recursos via cursos de especialização? Qual a necessidade deste “novo” tipo de mestrado para atrair estes recursos?

O segundo motivo que identifico aqui no CT, é o de colegas que por diversas razões não orientam teses: quer de mestrado, quer de doutorado. Estes estão vendo neste “novo” tipo de mestrado a possibilidade de virem a orientar alunos de pós-graduação de cursos stricto sensu. Entretanto, não seria mais conseqüente lutar para vencer as barreiras (quer de formação/capacitação quer político/burocráticas) que os impedem de orientar? É surpreendente ver colegas ligados a partidos de esquerda, radicais defensores do ensino público e gratuito, totalmente a favor deste “novo” curso de mestrado. Esquecem que ELE SERÁ NECESSARIAMENTE PAGO? Que irá aniquilar o outro já existente. Será que os princípios filosóficos que estes colegas sempre disseram defender não superam as necessidades e interesses pessoais momentâneos?

No meu entender devemos lutar para mudar o nome e o status deste curso. Ele não deveria ser um curso stricto sensu, visto que o mestrado atualmente existente cumpre os dois papéis: forma tanto profissionais para o ensino e pesquisa como profissionais para indústrias/empresas. Estou convencido que o mestrado nas áreas das engenharias, pelo menos, foi, e continua a ser, fundamental para o país. Será um crime extingui-lo! Por outro lado, não estou disposto a facilitar ações deste governo, ainda que não intencionais, que coloquem em risco o ensino público (ou o que resta dele). A meu ver a UFRJ deveria liderar um movimento contrário a este curso.

** Pesquisador IA do CNPq.*

PROFESSOR

envie o seu endereço para nosso cadastro eletrônico

A campanha de recadastramento de endereços eletrônico da Adufrj está sendo um sucesso. Dezenas de professores já nos enviaram seus *e-mails*. Através desses, esperamos disponibilizar informações curtas e interessantes sobre a vida acadêmica e política da nossa UFRJ. Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importante de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço eletrônico para: adufrij@alternex.com.br. *Agradecemos desde já a colaboração.*

ASSEMBLÉIA GERAL

QUARTA-FEIRA,
19 de janeiro de 2000,
às 13 horas

Auditório do
Centro de Tecnologia
ILHA DO FUNDÃO

ADUFRJ

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Boletim ANO II

27 de janeiro de 2000

Visite a página
da Adufrj-SSind
[www.alternex.com.br/
~adufrij](http://www.alternex.com.br/~adufrij)

Assembleia
GERAL
17/2
QUINTA-FEIRA
9 horas
Auditório do CT

**As Unidades da UFRJ
requisitaram mais professores
substitutos para este ano do
que em 1999**

Página 4

**GED:
Pontuação individual está na
página eletrônica da
universidade**

Página 6

A Reforma da Previdência e as pressões no parlamento

Reflexões teórico-práticas sobre uma ação política

Prof^a. Cleusa dos Santos, da Escola de Serviço Social*

Retomar o potencial da luta pela garantia do Seguro Social, especialmente dos direitos previdenciários adquiridos por tempo de serviço prestado. Esse é o eixo em torno do qual, a partir do dia 10/01/00, têm-se mobilizado em Brasília representantes, militantes, sindicalizados e associados de entidades sindicais tais como o ANDES-SN, SINTSEP/GO(CONDEF), FASUBRA, FENAFISP, UNAFISCO COBAP, MOSAP, ANASP, SINDIFISP E FENAJUFE - ligadas à CNESF - para, junto aos parlamentares, exercerem o direito de fazer valer as conquistas iniciadas no último quartel do século XIX pela classe trabalhadora representada pelos partidos de extração socialista. Apresento aqui o relato de minha participação, como representante da Adufrj-SSind, nas atividades desenvolvidas no Congresso Nacional pela Comissão Nacional de Mobilização (CNM), integrada pelas entidades relacionadas aci-

ma, no período de 12 a 20/1/00.

Contando com a participação de um número significativo de aposentados - na sua maioria, pessoas com mais de 60 anos, servidores públicos que já contribuíram para a constituição de uma política previdenciária baseada na solidariedade de gerações -, todos os parlamentares da Câmara de Deputados foram visitados. Numa resposta tanto à contra-reforma governamental- que atende as requisições de medidas neoliberais acordadas com o FMI e Banco Mundial - quanto a outros ataques desferidos recentemente por FHC - que imputou aos aposentados a pecha de "vagabundos" -, os aposentados cobraram posições políticas contrárias à aprovação da PEC 136/99 que, como se sabe, institui a exigência de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

Continuação na página 2

Plantão Jurídico

O Plantão Jurídico retomou suas atividades na última quarta-feira, dia 5. Os professores podem consultar os advogados da Adufrj-SSind sobre qualquer tipo de questão trabalhista coletiva ou individual. O Plantão é realizado na sede da Adufrj-SSind, toda quarta-feira, das 13h às 17h. O endereço da entidade é: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - Cidade Universitária.

Como ser atendido:

- ✓ Marcando horário com o advogado através da secretaria, nos telefones 590-4799 ou 260-6368;
- ✓ telefonando para o advogado, durante o Plantão, nos números acima;
- ✓ ou enviando sua questão para o endereço eletrônico adufrij@alternex.com.br. Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

Continuação da 1ª página

A Comissão Nacional de Mobilização das entidades de servidores públicos reuniu, assim, seus representantes para uma panfletagem nos gabinetes e se, por um lado, essa estratégia conjunta de mobilização está possibilitando uma intervenção política mais efetiva deste segmento de trabalhadores, por outro, tem reavivado o espírito crítico diante das perspectivas sócio-humanas de barbarização da vida social no cenário mundial. As reuniões de trabalho desenvolvidas pela CNM propiciaram a troca de experiências e informações e garantiram os encaminhamentos dos participantes expressos na formulação de documentos para serem panfletados, devolvendo a esperança na liberdade política de ação tão oprimida por um sentimento crescente de resignação frente aos novos processos de exploração do trabalho e ao constante desrespeito aos institutos democráticos.

Entre as atividades promovidas pelos representantes das Comissões de Mobilização das entidades, destacam-se a participação na audiência pública da Comissão Especial do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 136/99 e a aplicação de um questionário elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a ser preenchido com informações prestadas pelos deputados, objetivando materializar as posições contrárias ou favoráveis dos parlamentares em relação à PEC 136/99.

A participação na audiência pública da Comissão Especial da PEC 136/99 dos convidados da Comissão, os atuários Newton César Conde e Ivo Maurício Bettega de Loyola, permitiu iluminar as reflexões desenvolvidas pelos integrantes da Comissão Nacional de Mobilização (CNM) das entidades dos servidores pú-

blicos e aprofundar a crítica às propostas divergentes apresentadas pelos dois convidados.

Ao ressaltar que "o problema não está na falta de um teto para os benefícios do inativo do serviço público, igualando-o ao inativo da iniciativa privada, mas na estrutura dos cargos e carreiras", Loyola lembrou "que o servidor recebe um salário pequeno com uma série de variáveis e vantagens, independente dos méritos. E na hora da aposentadoria, o que vale é o montante com todas as vantagens incluídas". Por isso, Loyola conclui: "esse é o ponto chave, o grande defeito. Deve-se estimular a carreira com uma remuneração digna, sem penduricalhos. Mas achar que a previdência do servidor é um privilégio é desviar as coisas do foco correto de discussão" (Jornal da Câmara, 14/01/2000).

O amadurecimento resultante da participação em todas estas atividades se reflete, entre outras ações, na elaboração pela CNM do texto "A realidade sobre a questão da Previdência Social do setor público" a ser entregue aos parlamentares.

As atividades desenvolvidas na Comissão oferecem-me a possibilidade de socializar as informações sobre "a quantas anda" o movimento dos aposentados; fortalecer o grupo de trabalho (GT) de Seguridade Social da ADUFRJ-SSind na luta da política previdenciária; instrumentalizar as discussões sobre o plano de carreira dos professores da ativa que, em função da contrarreforma do Estado, têm sofrido os ataques do Governo expressos nos cinco anos sem reajuste salarial, no plano de demissão voluntária e, "de quebra", nas nomeações de interventores que implantam as medidas e exigências governamentais conservadoras.

* Diretora da Adufrj-SSind

CEPG descentraliza decisões com nova resolução

No último dia 14, o sub-reitor Antônio Figueiredo se reuniu com os coordenadores dos cursos de pós-graduação para anunciar algumas medidas. Além das instruções da Coleta Capes e da reorganização da SR-2 em quatro diretorias (ver jornal Adufrj-SSind de 14 a 28/01/2000), o professor anunciou a regulamentação de Colegiados de Pós-graduação e Pesquisa nas Unidades e Órgãos Suplementares (resolução CEPG 02/99). Estes colegiados terão poder de decidir sobre processos que usualmente abarrotam a pauta do CEPG. Como se tornarão pequenas instâncias locais de poder, estes colegiados estão sendo chamados no CEPG de "Cepeguinhos".

Com a criação destes mini-colegiados, o CEPG acredita que vai facilitar a vida dos programas, justamente porque as decisões serão tomadas numa instância mais próxima. Segundo Figueiredo, o CEPG corria, antes desta nova regulamentação, o risco de tomar uma decisão ruim, já que obviamente não estaria tão ciente dos problemas dos programas quanto os próprios integrantes dos projetos. O sub-reitor ressaltou, no entanto, que a formação dos "cepeguinhos" está condicionada à existência de pelo menos dois programas de pós-graduação na Unidade ou Órgão Suplementar. As áreas que só apresentarem um programa podem escolher entre continuar mandando seus processos para o CEPG ou associar-se a um "cepeguinho" com o qual mantenha algum tipo de afinidade. Neste caso, o Instituto de Física (que só possui um programa) poderia se associar ao Instituto de Química, por exemplo.

De acordo com o professor Edson Watanabe, representante do CT no CEPG, várias pequenas questões poderão ser resolvidas pelos mini-colegiados como, por exemplo, a obrigatoriedade do estágio didático para alunos (ver matéria da página 7) ou ter ou não mais duas semanas para apresentar teses, por exemplo. "No início, nós (CEPG) vamos ter um pouco de trabalho pesado com a apreciação das normas criadas pelos cepeguinhos, mas, depois, vamos ficar livres para pensar a política geral de pós-graduação da UFRJ", comentou.

As Unidades e os Órgãos Suplementares terão prazo até 7 de julho de 2000 para instituírem seus "cepeguinhos" e submeterem suas regras de funcionamento ao CEPG. Se não o fizerem até a data prevista, perdem a delegação plena para aprovação de bancas de mestrado e doutorado. O professor Watanabe disse que a resolução já seguiu para publicação e anunciou a intenção de colocá-la na página oficial da UFRJ.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO E REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO
DIAGRAMAÇÃO: DOUGLAS PEREIRA
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL ADUFRJ: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.altermex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE
JOSÉ HENRIQUE SANGLAND
1ª VICE-PRESIDENTE
MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
2ª VICE-PRESIDENTE
CLEUSA DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO
ROBERTO LEHER
2º SECRETÁRIO
HENRIQUE INNECCO LONGO
1ª TESOUREIRA
REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
2ª TESOUREIRA
LEILA RODRIGUES ROEDEL

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

COLÉGIO DE APLICAÇÃO
SANDRA MARTINS DE SOUZA - TITULAR; MARCOS VINÍCIOS P. ANDRADE - TITULAR E CLÓVIS DE F. NEVES FILHO - SUPLENTE
ESCOLA DE ENGENHARIA
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA - TITULAR
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY
WALCYR DE OLIVEIRA BARROS - TITULAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA - TITULAR E ROBERTO HOUISS - TITULAR
NESC
LÍDIA SOARES CARDOSO - TITULAR E REGINA HELENA SIMÕES BARBOSA - SUPLENTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
LEANDRO NOGUEIRA SALGADO FILHO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
JOSÉ AUGUSTO V. S. BISNETO - TITULAR E SARA GRANEMANN - TITULAR
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ARTHUR ARRUDA L. FERREIRA - TITULAR E MARCOS AGUIAR DE SOUZA - TITULAR
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MORAES - TITULAR E MARCOS ANTÔNIO C. DA SILVA - TITULAR

Noticiário

Resultado do vestibular

A UFRJ deve divulgar a primeira lista de classificação do vestibular antes do prazo previsto no edital (dia 03/02). A idéia, até o fechamento desta edição (dia 27/01), seria convocar a imprensa para a sexta-feira (dia 28/01) e ganhar as páginas dos jornais dominicais com a notícia. Ao mesmo tempo em que daria ampla divulgação aos resultados, a universidade aproveitaria a ocasião para espalhar as novidades do vestibular 2001 – que vai contar com uma prova de redação eliminatória na primeira fase.

Passeio pela universidade

A UFRJ vai inovar na recepção de seus alunos este ano. Numa tentativa de criar um vínculo mais forte entre os estudantes que estão chegando e a universidade, a Prefeitura Universitária vai promover passeios de ônibus com os calouros pelos campi. A idéia partiu da professora Cibeli Reynald, representante do CLA no Conselho de Ensino de Graduação (CEG): “Muita gente, por exemplo, que foi ao Museu Nacional quando pequeno, naquelas excursões escolares, não sabe que aquele prédio faz parte da UFRJ. Com esses passeios, vamos apresentar esse nosso patrimônio”, comentou. No entendimento da professora, as pessoas poderão aprender a defender o nome da UFRJ, se a conhecerem melhor. Dois roteiros foram traçados: um, mais interno, vai conduzir os calouros pela Ilha do Fundão; o outro vai levar os estudantes para pontos mais “separados” da universidade, como o Observatório Nacional ou o Salão Leopoldo Miguez, da Escola de Música. Através de cartazes e *folders*, os alunos serão orientados a participar do programa. A saída dos ônibus (ainda sem local definido) terá dois horários: 8h e 13h, entre os dias 15 e 18 de fevereiro. Alunos do curso de Turismo do Senac funcionarão como guias nesses ônibus para contar a história dos lugares. Quem participar do programa recebe adesivos e material com a marca da UFRJ.

CEG em revisão

A última reunião do CEG (dia 26) esteve marcada pelo espírito de revisão. O sub-reitor Aníbal Lopes pediu a alguns conselheiros para se debruçarem sobre as antigas resoluções do colegiado, que perderam a validade por conta da LDB ou mesmo pelas recentes resoluções conjuntas CEG/CEPG. A intenção é editar um caderno de resoluções atualizado para orientação dos coordenadores da graduação. Foi lembrada ainda a necessidade de criação de normas específicas para regulamentar a emissão da segunda via dos diplomas e das provas de segunda chamada dos alunos.

Resenha

• Informe JB, de 27/01: “Está virando rotina na Ilha do Fundão. Ontem, às 9h45, todos os passageiros que saltavam do ônibus de integração entre os prédios da UFRJ foram assaltados. Assim, em fila, na rua. No ponto em frente ao hospital universitário”.

• De acordo com o *Jornal do Comercio* de 27/01, o Brasil já é o terceiro país do mundo em número de desempregados, perdendo apenas para a Índia e para a Rússia. Em 1990, o país estava em oitavo lugar e, em 1995, alcançou a quinta posição. A conclusão do professor Márcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e da Economia do Trabalho da Unicamp, é que o desemprego, embora seja um fenômeno mundial, está cada vez mais presente nas economias periféricas.

• A CUT voltou a reivindicar a manutenção da atual legislação trabalhista brasileira. Esta posição da central sindical vem se chocar contra a idéia do governo de “flexibilizar” direitos trabalhistas, como o décimo terceiro salário, as férias e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). “É conversa fiada esse negócio de dizer que a redução dos direitos resolverá o problema do desemprego”, observou o secretário-geral da central sindical, João Antônio Felício. O sindicalista tem uma resposta na ponta da língua para calar os técnicos da equipe econômica da União. Para ele, não dá nem para comparar os salários brasileiros com os de países como EUA e Japão, por exemplo. E isso sem falar nos benefícios que estes países desenvolvidos garantem ao trabalhador na área da saúde, da educação e da previdência social. “Vamos mostrar que a proposta de Fernando Henrique é um engodo, porque ela não vai eliminar o desemprego”, comentou Felício.

• O *Jornal do Comercio* publicou, em 16/01, um quadro com dados sobre o salário no Brasil. “Nos últimos cinco

anos, a massa salarial no Brasil caiu 5%, segundo o IBGE. De 1997 para 1998, o número de famílias brasileiras com renda superior a dez salários mínimos caiu de 19% para 16%, conforme o IBGE. A participação dos trabalhadores na renda do País caiu de 47% para 34% entre 1994 e 1998. Mais de 40% da população brasileira ganham menos de dois salários mínimos por mês. Segundo o Dieese, o valor do salário mínimo brasileiro caiu de US\$ 140, no início do governo Fernando Henrique, para cerca de US\$ 70, no final de 1999”.

• Em matéria do Extra, de 16/01, o jurista Celso Bandeira de Mello denuncia que o número de medidas provisórias editadas nos dois governos Fernando Henrique já supera o número de leis da Constituição. Para Celso Mello, essa é uma prova incontestável de que o Estado de Direito está ameaçado. Conforme também já denunciou o jurista Fábio Konder Comparato em seu artigo “Réquim para uma Constituição” no livro *O Desmonte da Nação*, organizado pelo professor Ivo Lebauspain: “O volume de medidas provisórias editadas e reeditadas, a maior parte delas sem a menor relevância ou urgência, já ultrapassa largamente o número de leis votadas pelo Congresso Nacional, desde a promulgação da Constituição. Mesmo quanto à iniciativa das leis, a preponderância do Executivo é esmagadora: durante as últimas legislaturas, mais de 80% dos projetos de leis aprovados pelo Congresso foram de iniciativa do Presidente da República”. Voltando à opinião do jurista Celso Mello, o governante que não cumpre a decisão da Justiça está passível de *impeachment*. “De acordo com a Lei 8.429, a menor pena prevista nesses casos é a perda de cargo. Nos Estados Unidos e na Europa, se um ministro faz isso, vai preso. Só a consciência da sociedade pode mudar esse quadro”, afirmou. Entre os casos mais graves e

conhecidos de “enganação” dos trabalhadores pela União, estão o reajuste dos 28,86% e a correção de saldos do FGTS.

• Informe JB, de 17/01: “Acusações contra a direção da Usiminas chegaram à CUT e serão repassadas ao governador Itamar Franco amanhã, por dois dirigentes da central sindical. Para não ser demitidos, os empregados estariam sendo obrigados a cancelar a filiação ao Sindicato dos Metalúrgicos. Só teria ‘ficha limpa’ quem apresentasse comprovante do desligamento”.

• A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não justificou o nome que tem no último dia 25. Aprovou o projeto de lei que autorizará a contratação de servidores pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Pela nova modalidade, o funcionários podem ser demitidos com mais facilidade e não têm direito à aposentadoria integral. O projeto ainda deve passar pela plenária do Senado, antes de seguir para sanção presidencial.

Para contratar de acordo com o novo regime, porém, o governo também precisa ganhar a briga no Congresso. Depois da sanção da CCJ, o Executivo deverá enviar ao Congresso pelo menos dois projetos de lei sobre o assunto. Isso porque o texto aprovado naquela comissão prevê a existência de leis específicas sobre a criação do emprego público nas normas da CLT.

Além disso, a União deverá definir ainda quais são as carreiras exclusivas de Estado, que ficarão de fora do novo regime de contratação, assim como os cargos em comissão. Para os servidores já contratados pelo Regime Jurídico Único (RJU), o projeto de lei não altera nada.

O projeto mantém a seleção de candidatos para o funcionalismo por concurso público de provas e títulos – o que justifica a estratégia do Ministério do Planejamento de retardar estes processos seletivos até 28 de abril; assim, as novas contratações já aconteceriam dentro das novas regras.

Problema dos professores substitutos piora na UFRJ

A Câmara Docente do CEG encerrou no último 12 de janeiro o trabalho de análise e distribuição de cotas de professores substitutos pela universidade. E “trabalho” foi apelido. Os integrantes da Câmara tiveram pela frente um volume de pedidos bastante superior às escassas vagas disponíveis na UFRJ (diante de 283 pedidos, foram permitidas apenas 68 prorrogações e 96 cotas novas). “O agravamento da situação é bastante claro: em 1999, a Câmara Docente aprovou 132 solicitações para 200 pedidos contra as 164 aprovadas de agora”, comentou o presidente da Câmara Docente, Antônio Cláudio, da Escola de Engenharia.

Houve, portanto, um aumento de 41,5% nos pedidos de professores substitutos no último ano em relação ao ano anterior, contra um aumento de apenas 24,2% do número de autorizações de contratação de professores substitutos. Foi grande o estrago causado pela investida do governo federal na reforma previdenciária – provocando muitas aposentadorias em 1997 e 1998 – e pela proibição de concursos públicos a partir de março do ano passado. Para ampliar as dificuldades, descobriu-se que certos departamentos solicitaram a republicação do edital do concurso para professor substituto, nos últimos dois anos, porque não conseguiram efetuar a inscrição de um único candidato para o concurso do quadro permanente. Segundo Antônio Cláudio, em alguns casos, o principal motivo para esse fraco interesse está no salário oferecido pela universidade, bastante inferior àquele de quem vai trabalhar na iniciativa privada.

No relatório encaminhado à plenária do CEG, a Câmara Docente explica que, primeiramente, procedeu à análise das prorrogações dos contratos de professor substituto. Na análise do pedido de cotas novas, a comissão priorizou as unidades que apresentaram redução efetiva do número de docentes ocorrida por aposentadorias, falecimentos, exonerações e licenças para tratamento de saúde. Unidades que estão com concursos públicos para o quadro permanente em andamento tiveram seu pedido de cota de professores substitutos descontado pelo número de vagas que podem vir a ser preenchidas.

Também foi considerada, entre outros pontos, a prioridade para departamentos que participam de cursos novos e licenciaturas noturnas que, apesar de implantados há quase cinco anos, ainda não conseguiram corpo docente efetivo e permanente. Foram excluídos sumariamente os pedidos encaminhados fora do prazo ou para professores

Unidades	Solicitadas 2000	Prorrogadas 2000	Novos Substitutos 20hs	Novos Substitutos 40hs	Unidades	Solicitadas 2000	Prorrogadas 2000	Novos Substitutos 20hs	Novos Substitutos 40hs
CLA					I. Economia	0	0	0	0
FAU	27	6	4	11	FACC	0	0	0	0
EBA	25	11	4	6	Total do Centro	28	15	2	6
E. Música	15	7	1	6	CCS				
F. Letras	18	3	8	5	F. Medicina	11	3	5	0
Total do Centro	85	27	17	28	F. Odontologia	11	0	0	0
CCMN					F. Farmácia	4	0	0	1
I. Matemática	8	0	1	0	E. Enfermagem	12	4	5	0
I. Física	0	0	0	0	IBC	3	0	0	0
I. Química	0	0	0	0	I. Microbiologia	0	0	0	0
I. Geociências	0	0	0	0	I. Nutrição	4	1	0	1
Total do Centro	8	0	1	0	EEFD	21	0	3	3
CFCH					I. Biologia	3	0	1	0
IFCS	14	0	6	0	Total do Centro	69	8	14	5
I. Psicologia	0	0	0	0	CT				
E. Comunicação	3	1	2	0	E. Engenharia	5	1	1	0
CAP	35	6	7	0	E. Química	2	0	2	0
F. Educação	22	10	2	0	Total do Centro	7	1	3	0
E. Serv. Social	12	0	3	0	Total Geral	283	68	57	39
Total do Centro	86	17	20	0					
CCJE									
F. Direito	28	15	2	6					

substitutos ministrarem aulas de disciplinas complementares.

Na conclusão do seu relatório, a Câmara Docente chama a atenção para a falta de professores no CAP. Uma vez que o CEG aprovou a oferta de classes de alfabetização, a Câmara pede um planejamento detalhado do colégio para não necessitar de substitutos nos próximos anos. Além disso, o documento indica que cursos novos como Dança (EEFD), Fisioterapia (FM) e Fonoaudiologia (FM) tenham vagas asseguradas nas próximas distribuições de vagas para o concurso de quadro permanente, de forma que também não venham mais pedir substitutos. Aliás, para a criação de qualquer curso na universidade, o relatório sugere que sua aprovação e implantação esteja ligada diretamente à comprovação de quadro docente suficiente ou à aprovação de vagas novas em concursos para o quadro permanente que viabilizem o futuro do curso.

A Faculdade de Direito, com 23 professores substitutos, é o caso mais grave da UFRJ, segundo o relatório. Como não é possível alocar de imediato vinte ou trinta vagas para concurso, dada a insuficiência do número de candidatos, o relatório propõe que a Unidade faça uma previsão factível e adequada de concursos para o quadro permanente. Para finalizar, o relatório afirma que as próximas alocações de vagas para o concurso de quadro permanente devem atender aos departamentos com problemas crônicos de falta de do-

centes, que exigem professores substitutos ano após ano.

Como novidade para a próxima análise dos pedidos de professor substituto, a Câmara Docente sinaliza uma mudança na sistemática de trabalho. Em virtude do que avalia como informações insuficientes e conflitantes contidas nos processos analisados nos últimos anos, a Câmara Docente sugere a possibilidade de utilização dos dados históricos inseridos no Sigma – o sistema que pretende gerenciar de forma integrada todos as informações acadêmicas da UFRJ. A Câmara solicitaria dos departamentos apenas os dados futuros relativos a seus planejamentos de cursos e corpo docente. Essa decisão deverá ser tomada até o meio do ano para que haja tempo de adequação por parte dos departamentos.

Composição da Câmara Docente

Prof. Antônio Cláudio Gómez de Sousa
Escola de Engenharia/CT (presidente)
Prof. Carlos Gonçalves Terra
Escola de Belas Artes/CLA
Prof^a. Edione Trindade de Azevedo
Faculdade de Letras/CLA
Prof^a. Cibeli Reynald
Escola de Música/CLA
Prof. Alberto Schanaider
Faculdade de Medicina/CCS.

Exigência da Capes provoca regulamentação de estágio didático

A UFRJ regulamentou na última reunião conjunta CEG/CEPG (dia 19) o estágio didático para alunos da pós-graduação *stricto sensu*. Agora, para regularizar a situação dos estudantes, cabe aos colegiados de Pós-Graduação e Pesquisa da Unidade ou Órgão Suplementar decidir os requisitos mínimos do estágio (obrigatoriedade ou não, carga horária, critérios de avaliação, etc.) e encaminhar seu projeto ao CEPG. Em nenhum caso, no entanto, as tarefas letivas (entrar em sala para dar aula) atribuídas aos pós-graduandos poderão superar 20% da carga horária total da disciplina na qual exercem atividade de treinamento didático.

Representante do corpo discente no CEPG, o estudante da Engenharia Química da Coppe Pablo Piras voltou a manifestar sua preocupação com a liberdade que foi dada aos programas para definir a obrigatoriedade do estágio didático, mesmo contra a vontade dos alunos. Pablo sustentou que a prática do que foi observado nos programas desde fevereiro – quando um ofício da Capes determinou a obrigatoriedade do estágio didático para todos os seus bolsistas - até agora foi bem diferente da teoria dos demais conselheiros do CEG/CEPG. “Um simples ofício da Capes, enviado de forma não-institucional, mas a cada coordenador, estava sendo obedecido”, comentou.

O sub-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, respondeu que essa obrigatoriedade não será uma decisão isolada de um professor. “O colegiado vai definir (a



obrigatoriedade ou não) como uma proposta do programa. Não vejo isso como negativo”, defendeu. Sobre o que vinha ocorrendo nos programas, Figueiredo atribuiu o problema à demorada resposta da UFRJ para o assunto somada à insegurança de perder as bolsas. “Com essa resolução, a situação vai ser modificada. Mas também dizer que não é obrigatório para todos os programas não é nada razoável”, afirmou.

Para a vice-presidente da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, esta exigência da Capes representa mais uma intervenção na autonomia universitária. Segundo a professora, o alcance desta medida só pode ser compreendido à luz da contenção na contratação de pessoal docente para as universidades públicas. Assim como o antigo programa de tutoria da UFRJ, esta exigência de estágio tem como efeito a substituição do trabalho do docente efetivamente con-

tratado pelo trabalho do bolsista da Capes. Em lugar de abrir concursos para preencher as vagas de docentes em atendimento às necessidades da graduação e da pós-graduação, a medida da Capes “resolve” o problema fazendo com que o estudante de pós-graduação assuma uma parcela do trabalho do docente. Na verdade, esta exigência da Capes deve ser vista como contratação de mão-de-obra barata travestida de estágio de formação.

Um ponto bastante polêmico da resolução diz respeito à presença do professor junto ao pós-graduando durante a atividade letiva. Alguns conselheiros defenderam que o aluno não poderia ficar sozinho enquanto daria aula, mas acabou prevalecendo o ponto de vista de que seria suficiente uma supervisão direta neste aspecto.

A última discussão do documento relacionou-se à vontade dos alunos pós-graduandos que desejavam receber um certificado especial da universidade quando exercessem o estágio didático. Os estudantes argumentaram que essa espécie de diploma poderia lhes dar alguma vantagem em algum concurso para a docência. Os conselheiros responderam que o histórico escolar (onde constaria a tal disciplina de treinamento didático) atenderia perfeitamente a essa necessidade. Se o aluno, mesmo assim, desejar alguma distinção do programa, bastará solicitar um comprovante ao coordenador.

Vale lembrar que a resolução dos colegiados substitui o antigo programa de tutoria até então vigente.

V CONAD *Extraordinário*

20 de fevereiro de 2000
Juiz de Fora-MG

PAUTA:
Prestação de Contas do Andes-SN/exercício 1998

19º Congresso do ANDES-SN

21 a 26 de Fevereiro de 2000/Juiz de Fora-MG

Pauta:

- ✓ Movimento Docente: Plano de Lutas;
- ✓ Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Modelo Jurídico da Universidade Autônoma e Políticas Públicas;
- ✓ Questões Organizativas e Financeiras.

Pontuação GED disponível na rede

Desde o dia 19 de janeiro, os docentes têm à disposição na página eletrônica da UFRJ o resultado individual da pontuação GED. Para saber os pontos alcançados, deve-se acessar o Sigma com a senha no recém-criado Módulo Ged/99 – Resultados. Nessa “janela” do aplicativo, pode-se verificar um extrato detalhado por item da atividade acadêmica avaliada.

Porta-voz da Comissão de Avaliação do Desempenho Docente (CADD), o professor Fernando Alves Rochinha explicou que ainda não foi possível reunir dados para fazer o relatório geral da universidade quanto à gratificação GED. A idéia da comissão, de acordo com Rochinha, além do relatório geral, é divulgar uma avaliação por departamento.

O professor adiantou que pouco mais de cem docentes habilitados para pedir a GED não encaminharam os relatórios nem através do sistema Sigma, nem pelo papel. Conforme decisão da juíza, este contingente que não sofreu a avaliação em 99 vai perceber um valor GED equivalente ao de dezembro de 1998. Para regularizar a situação, eles devem enviar para a CADD, através de processo, as informações de Ensino e Orientações, Projetos, Produção Intelectual e Atividades Suplementares.

Segundo Rochinha, os docentes sem avaliação e mais

todos aqueles que escolheram o envio de dados pelas planilhas quantitativas devem detalhar as informações relativas a Projetos, Produção Intelectual e Atividades Suplementares no Sigma, até o dia 7 de abril às 23h59.

Recurso

Este ano, a comissão estabeleceu um processo padronizado para o docente preparar o recurso relativo à gratificação. Desde o dia 20 de janeiro, é possível adotar este procedimento: o interessado deve preencher um formulário RAP; escrever sua justificativa e juntar ao processo uma cópia do resultado da pontuação fornecido pelo Sigma e outra cópia do relatório GED disponível nos módulos do Sigma. Os processos deverão ser encaminhados à CADD/SR-2 pelos respectivos Setores de Pessoal das Unidades através da Divisão de Comunicação (DICOM) da UFRJ.

Documentos necessários para formalização do recurso:

- ✓ Formulário RAP devidamente preenchido;
- ✓ Justificativa do solicitante;
- ✓ Cópia do resultado da pontuação fornecido pelo Sigma;
- ✓ Cópia do relatório GED disponível nos módulos do Sigma

Consuni sem ação em época importante

Mais uma vez faltou quórum para o Consuni, em 27/01. Desta vez, havia número suficiente de conselheiros para abrir a sessão e realizar o expediente (parte de avisos), mas faltou gente para início das deliberações. E as perspectivas de decisão não são nada boas a curto prazo para o colegiado: haverá um recesso até depois do carnaval, em março, e as representações discente e de técnico-administrativos encerraram seus mandatos nesta reunião de 27/01. As eleições (no caso dos funcionários) e as indicações (no caso dos estudantes) sucessórias estão previstas para a segunda quinzena de março. Se não houver prorrogação de mandato, o Consuni provavelmente só deve se reunir efetivamente no fim de março ou início de abril. Enquanto isso, as discussões de mestrado profissionalizante, de cursos sequenciais e a proposta de autonomia do MEC continuam circulando por aí...

Durante o expediente, o professor Aloísio Teixeira manifestou-se preocupado com a suspensão do concurso para a pós-graduação da Faculdade de Educação. No entendimento de Aloísio, a posse da diretora é legal, embora a maioria dos docentes não aprove o processo da lista tríplice. No

caso do edital de concurso suspenso, no entanto, o professor comentou que a diretora deveria apontar algum caso de irregularidade que justificasse tal fato. Como isso não ocorreu, pareceu-lhe que a atitude arbitrária prejudica a Unidade e a UFRJ, em geral. No fim, Aloísio pediu para que a situação seja apreciada pelo CEPG.

Em seguida, Aloísio e o representante dos estudantes José Carlos Madureira levaram ao Consuni uma notícia de que o estatuto elaborado pela reitoria estaria nos escaninhos do Conselho Nacional de Educação (CNE), pronto para ser analisado. Os dois pediram a imediata retirada do texto antigo do CNE e Vilhena prometeu atender a solicitação.

Bolsas do CAP - O diretor do CAP, Moacyr Barreto, pediu esclarecimentos à reitoria sobre as bolsas dos professores do colégio. O convênio do PAP (Programa de Apoio ao Professor de 1º e 2º graus) é gerido pela Capes, tem vigência de seis meses e é renovável por seis meses. O sub-reitor Antônio Figueiredo explicou que o termo aditivo para a renovação ainda não chegou às mãos dele, mas garantiu o pagamento das bolsas em fevereiro relativo a janeiro.

Deliberações da AG da Adufrj-SSind de 19/1/00

✓ **Pauta de reivindicações para plenária dos SPF's de 23/1/00:** Encaminhar para a Diretoria do Andes-SN, seções sindicais, reunião do setor das federais do Andes-SN de 22/1/00, CNESF e plenária dos SPFs, deliberações sobre a pauta nacional de reivindicações dos SPFs já tomadas em assembleias anteriores da Adufrj-SSind.

✓ **Perdas do Plano Real:** Autorização para a Adufrj-SSind impetrar ação judicial para obtenção de reajuste de vencimentos no índice resultante da diferença entre o índice efetivamente aplicado e aquele realmente devido, por força da aplicação da lei nº 8880/94.

✓ **Corte das funções comissionadas/gratificadas:** A seção sindical deve reunir informações relativas a este problema na UFRJ, para que uma assembleia geral posterior volte a tratar do tema. Foram sugeridos os seguintes encaminhamentos: solicitação de informações tanto à SR-4 quanto diretamente aos professores sobre a situação do quadro docente da UFRJ atingido pela medida, organização de reunião com os professores atingidos por ela.

Obs.: A Diretoria da Adufrj-SSind vai se reunir com a SR-4 para esclarecimentos sobre corte das funções comissionadas/gratificadas no dia 1º de fevereiro.

Calendário ADUFRJ

✓ **Reunião com os professores atingidos pelo corte das funções comissionadas/gratificadas, com a participação da assessoria da Adufrj-SSind.**

LOCAL: sede da Adufrj-SSind, às 10 horas.

DATA: 9/2 (quarta-feira)

✓ **Reuniões para discussão dos temas constantes do caderno de textos do V Conad Extraordinário e do 19º Congresso do Andes-SN.**

LOCAL: sede da Adufrj-SSind, às 14 horas.

DATA: 2/2 (quarta-feira)

TEMA: Conjuntura, Seguridade social, questões de gênero, C&T, comunicação

DATA: 9/2 (quarta-feira)

TEMA: Prestação de contas do sindicato/1998, questões organizativas e financeiras, política sindical

DATA: 15/2 (terça-feira)

TEMA: Autonomia, financiamento, coned, carreira, conjuntura, planos de lutas dos setores

✓ **Reunião do Conselho de Representantes e da delegação da Adufrj-SSind para avaliação e encaminhamentos relativos ao V Conad Extraordinário e ao 19º Congresso do Andes-SN: 1-3 (quarta-feira), às 10 horas, na sede da Adufrj.**

Todos os sindicalizados estão convidados a participar das reuniões acima.

Alojamento sofre cortes nas bolsas

A assistência estudantil na UFRJ inicia o ano sofrendo mais um duro golpe. Em reunião no último dia 19, o colegiado CEG foi informado de que a universidade não vai sustentar bolsas-alimentação (no valor atual de R\$ 240) para os novos estudantes do alojamento. Por conta disso, os 136 novos alojados que estão entrando em 2000 ganharão apenas os quartos e dois lanches (um de manhã e outro, à tarde), mas ficarão sem as bolsas. A medida representa uma “economia” para os cofres da UFRJ de quase R\$ 400 mil anuais. Os demais alojados permanecem com o benefício, mas não se sabe até quando...

De acordo com o professor Antônio Cláudio (da Escola de Engenharia), integrante da comissão CEG formada para analisar especificamente as necessidades do alojamento, a extinção mesmo que momentânea destas bolsas representa uma diminuição substancial e bastante grave da assistência estudantil da UFRJ. “O projeto acadêmico da assistência estudantil tem grande relevância como qualquer outro e este está sendo duramente atingido. Não temos realizado outros projetos nesse sentido e os recursos para a graduação estão encolhendo consideravelmente. Estamos prejudicando as áreas mais carentes da nossa universidade”, comentou.

Após o desabafo, o professor Antônio Cláudio afirmou ainda que a comissão do CEG para o alojamento, da qual faz parte, ganhou uma nova tarefa. O objetivo, segundo ele, é preparar um documento a ser enviado ao Consuni e, posteriormente, ao MEC, para viabilizar a assistência estudantil. Para Antônio Cláudio, um projeto de cerca de R\$ 1 milhão anuais (calculando a bolsa em R\$ 180) bastaria para reestabelecer o auxílio para todos, com uma regularidade que não existe atualmente. Como esta idéia ainda vai tramitar nos colegiados superiores da UFRJ e, no final, ainda vai depender da vontade governamental, existe o temor de que o passar dos anos vá acabando com as bolsas restantes dos demais alojados. Com a renovação das vagas, em poucos anos, não haveria mais nenhum estudante com bolsa-alimentação, marcando mais uma vez de forma negativa a administração Vilhena.

Histórico do problema

Em agosto do ano passado, o CEG aprovou a desvinculação das bolsas do benefício-moradia, alegando a intenção de favorecer mais estudantes. Na época, a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) avaliou que alguns alunos poderiam ter a bolsa, mas não precisariam de alojamento; outros poderiam ter a bolsa, mas dispensariam o alojamento e, finalmente, haveria os que deveriam ter os dois benefícios. Em seu atual relatório para o preenchimento das va-



gas ociosas do alojamento, a equipe de assistentes sociais da DAE chegou a indicar 109 destes 136 alunos selecionados para também receberem as bolsas-alimentação, uma vez que a renda familiar *per capita* deles se apresenta inferior a dois salários mínimos. Representante do corpo discente no CEG, o conselheiro Felipe Marun ficou chocado com o corte. “Estava claro para mim que não haveria extinção de bolsas (com a desvinculação entre bolsa e moradia). Fiquei surpreso”, afirmou.

Outras iniciativas

Paralelamente ao projeto de assistência que será levado ao MEC, as assistentes sociais e a comissão CEG pretendem estudar novas formas de financiamento dos estudantes mais carentes, sem a dependência da União. “Isso já existe de uma forma não oficial, como o trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Macaé, que financia a ida e vinda dos alunos. Tentaríamos mostrar, de forma então mais institucional para outras prefeituras, que o alojamento aqui cria um vínculo muito forte entre os estudantes e a capital. O estudante perde o interesse de voltar para sua origem quando fica muito tempo no Rio de Janeiro”, comentou Antônio Cláudio. O alojamento, de acordo com o professor, seria reservado apenas para os mais carentes mesmo e para aqueles que morassem bem longe.

Mais uma vez, em função da escassez das verbas alocadas pelo governo federal nas universidades públicas, o estudante é penalizado: perde o direito à bolsa-alimentação, tem que passar horas se deslocando de um município distante até a universidade, etc. A perda de qualidade do ensino público e o progressivo acréscimo nas dificuldades de acesso da população mais carente à universidade pública são conseqüências inevitáveis destas políticas.

PROFESSOR

envie o seu endereço para nosso cadastro eletrônico

A campanha da Adufrj-SSind de recadastramento de endereços eletrônicos está sendo um sucesso. Dezenas de professores já nos enviaram seus *e-mails*. Através desses, esperamos disponibilizar informações curtas e interessantes sobre a vida acadêmica e política da nossa UFRJ. Nesta universidade, onde as notícias nos pegam de surpresa muitas vezes, acreditamos nessa ferramenta como uma forma importante de divulgação dos fatos e de articulação do movimento docente em geral. Quem quiser participar dessa iniciativa, deve mandar seu endereço eletrônico para: adufrij@alternex.com.br

Agradecemos desde já a colaboração.

Assembléia
GERAL

17/2
QUINTA-FEIRA

9 horas
Auditório do CT

Pauta:

V Conad Extraordinário e 19º Congresso do Andes-SN; acordo coletivo dos funcionários da Adufrj-SSind; Ação judicial relativa aos cortes das funções comissionadas/gratificadas. Obs.: Possíveis alterações na pauta ou data da Assembléia Geral serão informadas na página eletrônica e, sempre que houver tempo hábil, no boletim ou jornal da Adufrj-SSind.

Nota de esclarecimento aos mestrandos e doutorandos

Em vista da apreensão manifestada por muitos mestrandos e doutorandos diante das declarações da Profa. Speranza França da Mata, recentemente conduzida ao cargo de Diretora da Faculdade de Educação pelo Reitor José Henrique Vilhena, os professores abaixo assinados, integrantes do Colegiado da Pós-graduação em Educação Escolar desta faculdade, vêm a público esclarecer que:

- O atual Regulamento da Pós-graduação em Educação Escolar é **plenamente legal**, tendo sido aprovado pelo Colegiado em reunião no dia 14/09/98, aprovado pela Congregação em reunião do dia 30/09/98, aprovado pelo Conselho do CFCH em reunião do dia 25/01/99 e aprovado pelo CEPG em reunião do dia 19/03/99. Em seguida foi publicado no Boletim da UFRJ (BUFRJ) nº 5, do dia 25/05/99. Posteriormente foi ratificado pelo CEPG em reunião do dia 04/06/99, tendo sido publicada uma errata no BUFRJ nº 7 de 29/07/99.

- O Regimento da Faculdade de Educação, utilizado como argumento para manutenção do cargo de Diretor Adjunto, **nunca foi aprovado ou publicado**, sendo sua validade **não** consensual.

- A atual coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Profa. Marlene Carvalho, **exerce legalmente, além de legitimamente, o cargo**, tendo sido eleita coordenadora pelo Colegiado da Pós-Graduação e nomeada pelo Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa pela portaria 1688 de 05/08/99. Esta portaria encontra-se publicada no BUFRJ nº 8 de 26/08/99 e no DOU nº 154 de 12/08/99.

- O atual Regulamento da Pós-graduação em Educação Escolar **não impede a entrada de novos professores**. Ao contrário, prevê em seu artigo nº12 o credenciamento de novos professores para integrar o Programa, conforme descrito abaixo:

Art. 12 - O credenciamento de docente para integrar o Programa depende de requerimento ao Colegiado, ao qual serão anexados os seguintes documentos:

- uma cópia autenticada do seu diploma de Doutor e um exemplar da tese defendida;
- curriculum vitae*, no qual seja comprovada, especialmente, sua participação em projetos de pesquisa e sua produção científica publicada, no campo da Educação; e
- plano de trabalho, contendo propostas de ensino e de pesquisa necessariamente afins às linhas de pesquisa do Programa, aprovada no Departamento e en-

caminhada para registro no SID/SR-2.

§ 1º - A documentação mencionada no *caput* deste artigo será examinada por uma comissão de três membros do Colegiado, indicada pelo Coordenador, consultada a Comissão de Coordenação.

§ 2º - O relatório da Comissão *ad hoc* será examinado pelo Colegiado, que votará pela incorporação ou não do docente, mediante escrutínio secreto.

§ 3º - O Colegiado do Programa fixará, bianualmente, os indicadores mínimos de produção acadêmica para o ingresso e permanência no Programa, levando em consideração os critérios estabelecidos pelas agências oficiais de fomento e as normas da UFRJ.

Segundo esses critérios, recentemente ingressaram no Programa, cumprindo todos esses requisitos, os professores Marcio da Costa, Mônica Pereira dos Santos e Ludmila Thomé de Andrade. No entanto, dois professores tiveram sua entrada negada, uma vez que seus projetos de pesquisa foram considerados insuficientes pelas Comissões *ad hoc*. Cumpre esclarecer que aqueles critérios visam garantir a qualidade do Programa. Lembramos que, em virtude dessas recentes mudanças, já obtivemos um melhor resultado na Avaliação Continuada realizada pela CAPES.

- No processo de consulta sobre os nomes que a comunidade indicaria à Congregação para serem incluídos na lista tríplice de candidatos à Direção, **só houve queima de votos impugnados**. Além disso, tais votos não alterariam significativamente o quadro.

- O edital de seleção para o Mestrado e Doutorado, **no momento arbitrariamente revogado pela atual Diretora**, foi publicado no BUFRJ nº 6, de 24/06/99, com errata no Boletim nº 7 de 29/07/99, tendo sido desde então amplamente divulgado.

- A Diretora Speranza convocou ao seu gabinete a Professora Marlene, Coordenadora da Pós-Graduação, dia 4 de janeiro próximo passado, e na presença de duas testemunhas - as professoras Nyrma e Cristina Marília -, para lhe solicitar a suspensão das inscrições dos candidatos ao concurso de seleção, marcada para o dia 10 de janeiro, alegando:

a) sua condição de diretora recém empossada; b) seu desejo de assenhorar-se da situação da PG e conhecer melhor o processo de seleção. A professora Marlene recusou tais argumento por dois motivos: a) A professora Speranza é, há anos, membro do corpo permanente da PG, acompanhou o processo de votação do atual regulamento do Programa, do respectivo plano

curricular e do edital de seleção; portanto, o argumento de falta de familiaridade com a situação não procede; b) nas organizações públicas, como a UFRJ, a mudança de dirigentes não justifica de modo algum a interrupção ou suspensão de atividades. Mudam os chefes de departamento, diretores, decanos ou reitores e a instituição prossegue sua vida administrativa, amparada por normas e pelas decisões de Conselhos, respeitando-se o calendário oficialmente aprovado. Do contrário, cada mudança de dirigentes geraria a paralisia da instituição.

Por estar convencida de que a revogação de um edital sem o amparo do Colegiado da PG, da Congregação ou do CEPG era ato inoportuno e ilegal, o qual não lhe cabia absolutamente assumir, e na intenção de preservar a normalidade da vida administrativa e a credibilidade do Programa, a Coordenadora Marlene recusou formalmente o pedido da professora Speranza.

Reafirmamos que defenderemos o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, democraticamente elaborado, em todas as instâncias, bem como os direitos de todos os mestrandos e doutorandos selecionados sob suas.

Restaurada a verdade, colocamo-nos ao inteiro dispor de todos os mestrandos e doutorandos para qualquer outro esclarecimento que se faça necessário.

MARLENE ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO
Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar

ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES

ANA CANEN

ANA MARIA VILLELA CAVALIÉRI

ANTONIO FLAVIO BARBOSA MOREIRA

LUDMILA THOMÉ DE ANDRADE

LUIZ ANTÔNIO CONSTANT RODRIGUES DA CUNHA

MARCIO DA COSTA

MARIA JUDITH SUCUPIRA DA COSTA LINS

MÔNICA PEREIRA DOS SANTOS

PEDRO BENJAMIM GARCIA

RAQUEL GOULART BARRETO

RENATO JOSÉ DE OLIVEIRA

TARSO BONILHA MAZZOTTI

Unidades	Solicitadas 2000	Prorrogadas 2000	Substitutos 20hs	Unidades	Solicitadas 2000	Prorrogadas 2000	Substitutos 20hs	Unidades	Solicitadas 2000	Prorrogadas 2000	Substitutos 20hs
CLA FAU				Antropologia	3	0	1	Odontopediatria e Ortodontia	0	0	0
An. e repres. da Forma	8	3	0	Filosofia	3	0	0	Odontologia Social e Preventiva	0	0	0
Tec. de Construção	1	0	0	Total da Unidade	14	0	6	Total da Unidade	11	0	0
Estruturas	3	0	3	I Psicologia				F. Farmácia			
Planej de Arquit.	10	0	0	Psicologia Social	0	0	0	Anál. Clín. Toxicologia	2	0	0
Planj. Urbano e Regional	0	0	0	Psicologia Geral e Experimental	0	0	0	Tecn. Alimentos e Toxologia	0	0	0
Urbanismo e Meio Ambiente	5	3	1	Psicometria	0	0	0	Tecn. Farmacêutica	0	0	0
Total da Unidade	27	6	4	Psicometria Clínica	0	0	0	Hig. Social e Análises Clínicas	0	0	0
EBA				Total da Unidade	0	0	0	Medicamentos	2	0	1
BAR-Técnicas e Representação	3	2	0	E. Comunicação				Farmacognosia	0	0	0
BAF-Análise e Repres. da Forma	6	2	0	Fundamentos	0	0	0	Total da Unidade	4	0	1
BAB-Artes Bases	4	0	0	Expressões e Linguagens	0	0	0	E. Enfermagem			
BAU-História e Teoria da Arte	3	0	2	Métodos e Áreas de Domínios Con....	3	1	2	Enfermagem Fundamental	2	0	2
BAI-Desenho Industrial	1	1	0	Total da Unidade	3	1	2	Enfermagem Médico-Cirúrgica	3	3	0
BAV-Comunic. Visual	1	0	1	CAP				Enfermagem Materno-Infantil	2	0	0
Total da Unidade	25	11	4	Matemática	4	0	0	Metodologia de Enfermagem	2	1	1
E. Música				1ª a 4ª série	2	1	0	Enfermagem e Saúde Pública	3	0	2
Inst. de Teclado e percusão	5	2	0	Física	0	0	0	Total da Unidade	12	4	5
Composição	2	1	0	Artes Plásticas	5	1	0	IBC			
Inst. de Arco e Corda Dedilhada	1	1	0	Ciências Biológicas	4	2	0	Histologia e Embriologia	0	0	0
Teórico de Mat. Aplicadas	1	1	0	Francês	2	1	0	Anatomia	3	0	0
Vocal	2	1	1	Artes Cênicas	0	0	0	Bioquímica	0	0	0
Inst. de Sopros	4	1	0	Orientação Educacional	0	0	0	Biofísica e Fisiologia	0	0	0
Música de Conjunto	0	0	0	Música	0	0	0	Parasitologia	0	0	0
Total da Unidade	15	7	1	Desenho	4	1	0	Farmacologia Básica e Clínica	0	0	0
F. Letras				L. Portuguesa	6	0	0	Total da Unidade	3	0	0
Letras Clássicas/Setor Grego	4	1	3	Química	2	0	0	I. MICROBIOLOGIA			
Letras Clássicas/Setor Latim	5	1	3	Inglês	4	0	0	Microbiologia Geral	0	0	0
Letras Vernáculas	3	0	0	Total da Unidade	35	6	7	Micro Biologia Médica	0	0	0
Letras Anglo-Germânicas	3	0	0	F. Educação				Imunologia	0	0	0
Letras Neo-Latinas	0	0	0	Didática	10	6	2	Virologia	0	0	0
Letras Neo-Latinas/L. Espanhol	0	0	0	Fundamentos da Educação	12	4	0	Total da Unidade	0	0	0
Letras Neo-Latinas/ L. Francesas	0	0	0	Administração Educacional	0	0	0	I. Nutrição			
Letras Orientais e Eslavas	0	0	0	Total da Unidade	22	10	2	Nutrição Social Aplicada	0	0	0
Let. Orientais e Eslavas/Hebraico	2	0	2	E. Serv. Social				Nutrição Básica Experimental	0	0	0
Linguística e Filologia	0	0	0	Métodos e Téc. do Serv. Social	2	0	0	Nutrição e Dietética	4	1	0
Ciência da Literatua	1	1	0	Política Sociais	5	0	2	Total da Unidade	4	1	1
Total da Unidade	18	3	8	Fundamentos do Sev. Social	5	0	1	EEFD			
Total do Centro	85	27	17	Total da Unidade	12	0	3	Arte Corporal	15	0	0
CCMN				Total do Centro	86	17	20	Corridas	0	0	0
I. Matemática				CCJE				Ginástica	2	0	1
Matemática Pura	0	0	0	F. Direito				Jogos	2	0	0
Ciência da Computação	0	0	0	Teoria do Direito	6	4	1	Lutas	0	0	0
Métodos Matemáticos	3	0	1	Direito Social Econ.	7	3	0	Biociências da Atividade Física	2	0	2
Métodos Estatísticos	3	0	0	Direito Civil	5	3	0	Total da Unidade	21	0	3
Matemática Aplicada	2	0	0	Direito do estado	10	5	1	I. Biologia			
Total da Unidade	8	0	1	Total da Unidade	28	15	2	Biologia Marinha	1	0	1
I. Física				I. Economia				Botânica	0	0	0
Física Teórica	0	0	0	Economia	0	0	0	Ecologia	1	0	0
Física Matemática	0	0	0	Total da Unidade	0	0	0	Genética	0	0	0
Física dos Sólidos	0	0	0	FACC				Zoologia	1	0	0
Física Nuclear	0	0	0	Contabilidade	0	0	0	Total da Unidade	3	0	1
Total da Unidade	0	0	0	Administração	0	0	0	Total do Centro	69	8	14
I. Química				Total da Unidade	0	0	0	CT			
Química Analítica	0	0	0	Total do Centro	28	15	2	E. ENGENHARIA			
Bioquímica	0	0	0	CCS				Expressão Gráfica	5	1	1
Físico Química	0	0	0	F. Medicina				Macânica Técnica	0	0	0
Química Inorgânica	0	0	0	Patologia	0	0	0	Eletrônica	0	0	0
Química Orgânica	0	0	0	Clínica Médica (Fisio)	8	3	2	Eletrotécnica	0	0	0
Total da Unidade	0	0	0	Cirurgia	0	0	0	Eng. Naval	0	0	0
I. Geociências				Otorino e Oftalmologia	3	0	3	Eng. Metalúrgica	0	0	0
Astronomia	0	0	0	Ginecologia e Obstetrícia	0	0	0	Eng. Nuclear	0	0	0
Geologia	0	0	0	Pediatria	0	0	0	Eng. Industrial	0	0	0
Meteorologia	0	0	0	Medicina Preventiva	0	0	0	Hidráulica e Saneamento	0	0	0
Geografia	0	0	0	Radiologia	0	0	0	Estruturas	0	0	0
Total da Unidade	0	0	0	Ortopedia	0	0	0	Transportes	0	0	0
Total do Centro	8	0	1	Psiquiatria e Medicina Legal	0	0	0	Construção Civil	0	0	0
CFCH				Total da Unidade	11	3	5	Eng. Mecânica	0	0	0
IFCS				F. Odontologia				Total da Unidade	5	1	1
História	3	0	2	Patologia e Diagnóstico Oral	0	0	0	E. Química			
Ciências Sociais	2	0	0	Clínica Odontológica	7	0	0	Engenharia Química	0	0	0
Ciências Políticas	3	0	3	Prótese e Materiais Dentários	4	0	0	Engenharia Bioquímica	0	0	0
								Total Geral	283	68	57
								Processos Orgânicos	27	0	0
								Processos Orgânicos	27	0	0
								Total da Unidade	2	0	2
								Total do Centro	7	1	3



Zulmair Rocha

Cap é surpreendido por corte de bolsas

Os professores dos Colégios de Aplicação e CEFETs das instituições federais foram surpreendidos na virada do mês com o corte das bolsas do PAP – Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º Graus das Instituições Federais de Ensino. Já no final do ano passado, a redação deste Jornal adiantou que poderia ocorrer algum atraso na renovação do convênio PAP, realizado entre a universidade (através da SR-2) e o ministério da Educação (através da Capes).

Segundo o funcionário da Capes que responde pelo programa, a justificativa seria que o Tribunal de Contas da União “teria descoberto o pagamento das bolsas”. Reconhecendo que esta verba, na verdade, seria destinada a compensar as reivindicações salariais ocorridas durante a greve nacional dos docentes de 1998, o TCU teria suspenso a liberação da verba. No final do ano passado, o MEC garantiu ao Andes-SN que as bolsas continuariam a ser pagas até que fosse resolvida a questão da carreira docente.

De um lado, o governo quer criar uma carreira específica para os professores de 1º e 2º graus da rede federal de ensino superior e tecnológico. De outro, o movimento docente luta pela aprovação da Carreira Unificada, em que os professores do ensino médio e tecnológico das IES seriam incorporados à carreira do ensino superior.

A Adufrj-SSind encaminhou ofício ao ministro Paulo Renato repudiando veementemente esta medida que prejudicará milhares de docentes que, como no CAP/UFRJ, já iniciaram suas atividades para o ano letivo de 2000.

Em ofício encaminhado pela direção do Andes-SN às seções sindicais, a direção do sindicato diz que “contatos preliminares, por telefone, mantidos com o Ministério da Educação – MEC, indicam que um novo mecanismo de financiamento está sendo proposto, substituindo as atuais bolsas por gratificações que serão pagas retroativamente ao mês de janeiro/00”.

Leia a íntegra dos ofícios enviados ao MEC pela Adufrj-SSind e Andes-SN, na página 2.

CEPG propõe desativação da pós-graduação da Faculdade de Educação

Página 4

Universidade Pública Virtual do Brasil será lançada em abril

Página 5

Comissão não chega a acordo sobre transferência de Institutos do CCS para HU

Página 6

Assembléia
GERAL
17/2
QUINTA-FEIRA
9 horas

Auditório do Centro de Tecnologia
ILHA DO FUNDÃO

PAUTA

V Conad Extraordinário e 19º Congresso do Andes-SN;

Acordo coletivo dos funcionários da Adufrj-SSind;

Ação judicial relativa aos cortes das funções comissionadas/gratificadas;

Participação da Adufrj-SSind na CUT Regional

OPINIÃO

Privatizar não é a solução

por Carlos Vainer

Página 8

Capes silencia sobre corte das bolsas de 1º e 2º graus

O MEC, na figura do ministro Paulo Renato, sempre que pode, vem a público divulgar programas especiais para o ensino básico, o que seria uma das prioridades do Ministério. Em suas intervenções na Voz do Brasil, por exemplo, o tratamento dado aos professores de 1º e 2º graus dos pontos mais longínquos do país que recorrem ao Ministério é personalizado, emotivo e aparentemente muito bem intencionado. Entretanto, a realidade é bem diferente da propaganda

oficial. A suspensão de um programa de bolsas do MEC sem aviso prévio, nem alternativas de continuidade, é de uma perversidade inominável!

A violência desta atitude mostra, na prática, as verdadeiras intenções do governo para com o ensino básico, além do descaso e desrespeito aos profissionais do setor que trabalham nas IFES, covardemente surpreendidos no reinício das atividades do período letivo. Mais grave ainda são o silêncio

e a falta de informações sobre esta manifestação de autoritarismo e prepotência: nem a Capes, órgão vinculado ao MEC responsável pelo programa de bolsas canceladas, foi capaz de fornecer alguma explicação. "A única informação é que não há informação", pasmem, foi a resposta obtida junto à assessoria do programa.

Abaixo reproduzimos os ofícios enviados pelo Andes-SN e pela Adufrj-Ssind ao MEC contra o corte do programa de bolsas.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2000

Ofício nº 019/2000

Excelentíssimo Senhor
Paulo Renato de Souza

Senhor Ministro,

A diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro -ADUFRJ-SSind- protesta enfaticamente contra o cancelamento das bolsas para os docentes de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior e, no caso da UFRJ, dos professores do Colégio de Aplicação.

Esta bolsa é um precário paliativo para a ausência de reajuste salarial para os docentes das unidades de ensino básico das IFES, promove inominável discriminação entre os docentes da ativa e os aposentados destas unidades (que nada receberam ao final da Greve Nacional de 1998) e, por isso, a posição do Andes-SN é inequívoca: a única alternativa aceitável é a inclusão de todos os docentes das IFES na nova carreira única já protocolizada no MEC desde meados do ano passado.

É também entendimento da diretoria da Adufrj-SSind que esta bolsa não pode ser cancelada até que a nova carreira esteja em vigor, por isso, rogamos a V. Excia. o imediato restabelecimento do pagamento das bolsas.

Estaremos acompanhando com atenção os procedimentos deste ministério. É nossa expectativa que V. Excia. abra negociações efetivas que possibilitem que a nova carreira única dos docentes das IFES entre em vigor o mais rapidamente possível.

Saudações Sindicais e Universitárias,

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos

1ª Vice-Presidente da Adufrj-SSind

Brasília, 10 de fevereiro de 2000

OF.N.º 044/00

Excelentíssimo Senhor
PAULO RENATO SOUZA
DD. Ministro de Estado da Educação

Brasília – DF

Senhor Ministro,

A diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, manifesta o seu mais veemente protesto contra a suspensão intempestiva do pagamento das bolsas para os professores de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior.

Tal atitude, prejudica parcela significativa dos docentes das IFES, não contribuindo para a construção de uma solução definitiva para os problemas de defasagem salarial que afligem tais professores.

A diretoria da ANDES-SN solicita de V.Excia., o restabelecimento imediato do pagamento das bolsas, bem como, reafirmamos o pedido de uma audiência, no sentido de buscarmos solução definitiva para a situação que atualmente afeta os docentes de 1º e 2º graus das IFES.

Certos de contarmos com sua atenção, aguardamos retorno com brevidade.

Saudações Sindicais e Universitárias

Osmar Marchese

Secretário Geral

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
PABX: 590-4799/590-7753/260-6368
RAMAIS: SECRETARIA 20 / FAX 21
SEC. ELETRÔNICA 24 / COMUNICAÇÃO 29
EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES
REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO
DIAGRAMAÇÃO: DOUGLAS PEREIRA
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA DIAP
E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE

JOSÉ HENRIQUE SANGLARD
1ª VICE-PRESIDENTE
MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA
FONSECA PASSOS
2ª VICE-PRESIDENTE
CLEUSA DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO
ROBERTO LEHER
2º SECRETÁRIO
HENRIQUE INNECCO LONGO
1ª TESOUREIRA
REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
2ª TESOUREIRA
LEILA RODRIGUES ROEDEL

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

COLÉGIO DE APLICAÇÃO
SANDRA MARTINS DE SOUZA – TITULAR; MARCOS VINÍCIOS P. ANDRADE – TITULAR E CLÓVIS DE F. NEVES FILHO – SUPLENTE
ESCOLA DE ENGENHARIA
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA – TITULAR
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY
WALCYR DE OLIVEIRA BARROS – TITULAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA – TITULAR E ROBERTO HOUISS – TITULAR
NESC
LÍDIA SOARES CARDOSO – TITULAR E REGINA HELENA SIMÕES BARBOSA – SUPLENTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
LEANDRO NOGUEIRA SALGADO FILHO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
JOSÉ AUGUSTO V. S. BISNETO – TITULAR E SARA GRANEMANN – TITULAR
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ARTHUR ARRUDA L. FERREIRA – TITULAR E MARCOS AGUIAR DE SOUZA – TITULAR
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MORAES – TITULAR E MARCOS ANTÔNIO C. DA SILVA – TITULAR

PRIVATIZAÇÃO

UFRJ “Parking”

No primeiro semestre de 1999, a briga pelo funcionamento ou não do estacionamento da Praia Vermelha no lugar dos campos de futebol tomou as páginas do nosso jornal. Em junho, o professor Luiz Alberto Vidal de Carvalho, denunciava ao jornal da Adufrj-SSind: um vigilante federal multava todos os motoristas que paravam fora dos estacionamentos do *campus* do Fundão. Pior que isso, o vigilante teria dito ainda que o próximo passo da reitoria seria entregar a administração das vagas para a CET-Rio. Em novembro, foi a vez de o Iate Clube firmar um convênio com a Prefeitura da UFRJ (setor Praia Vermelha) no qual ganhava 50 credenciais para os funcionários daquele clube estacionarem no *campus*. Em dezembro, durante as provas de vestibular, reboques da (adivinhem?) CET-Rio tentaram levar os carros de pais e alunos estacionados na área federal em frente ao CT. Não conseguiram graças aos protestos dos presentes e apoio de alguns seguranças da UFRJ. Agora é oficial. Um memorando circular do sub-reitor Maurício Arouca indica que está em andamento um processo licitatório para escolher a empresa que cuidará de todos os estacionamentos da UFRJ. Leia artigo sobre o assunto na página 8.

ERRATA

No último Boletim da Adufrj-SSind (27/01), na nota “Passeio pela Universidade”, por erro da Redação e não da entrevistada, publicamos que o Observatório Nacional (na verdade, pertencente ao CNPq) faria parte da UFRJ. O certo é o Observatório do Valongo. Agradecemos às professoras do Curso de Astronomia pela correção.

Regularização da contribuição sindical da Adufrj

A diretoria da Adufrj-SSind solicitou à Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) que efetivasse a compensação do desconto que foi feito nos contra-cheques dos sindicalizados, a título de mensalidade (1% sobre os vencimentos quando deveria ter sido de apenas 0,8%), na folha de pagamento de novembro de 1999. Em março, os sindicalizados serão descontados em 0,6% para compensar o que foi cobrado a mais. A partir de abril, o desconto dos sindicalizados da Adufrj voltará a ser de 0,8%.

A Adufrj-SSind foi ainda informada que o recolhimento de 0,8% sobre o 13º salário de 1999 e sobre o adicional de 1/3 de férias de 2000, que deveria ter sido realizado no mesmo mês de recebimento, só será efetuado nos contra-cheques de março.

Para que não haja dúvidas sobre a excepcionalidade deste recolhimento, a Adufrj-SSind pediu ainda que seja incluída uma mensagem nos contra-cheques (de março) dos professores alertando para os descontos.

Professores que sofreram cortes nas FGs serão atendidos caso a caso

Na última quarta-feira (9), a diretoria e a assessoria jurídica da Adufrj-SSind realizaram uma reunião com os sindicalizados sobre a redução dos valores das funções comissionadas (FCs e FGs) em função do parecer da União 203 de 8.12.99. Como poucos professores procuraram a entidade para discutir possíveis ações contra a medida do governo, a advogada da entidade estará orientando os interessados sobre como proceder em razão dos cortes, caso a caso, durante o expediente normal do Plantão Jurídico, que ocorre toda quarta-feira, das 13h às 17h (é necessário marcar hora para o atendimento).

Com base no parecer, a UFRJ estará nos próximos meses reduzindo os valores das funções comissionadas e gratificadas para os atuais valores das Funções Gratificadas (FGs) e Cargos de Direção (CDs) correspondentes.

A assessoria da Adufrj informa que em 1996, a universidade chegou a fazer algumas reduções no contracheques dos comissionados, mas em 98 voltou atrás. Na época, estas medidas não atingiram os aposentados, mas a assessoria avisa que desta vez estes docentes também serão atingidos.

As ações judiciais relativas aos cortes das funções comissionadas/gratificadas é ponto de pauta da próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind, a ser realizada nesta quinta-feira, dia 17, às 9h, no Auditório do Centro de Tecnologia, no Fundão.

Resenha

- Segundo a grande imprensa, o Ministério do Planejamento (MOG) diz estar estudando a concessão de aumento salarial para os servidores civis e militares, especialmente para as carreiras que ficaram sem reajuste nos últimos cinco anos. O novo ministro da Defesa, Geraldo Quintão, já avisou que deseja o aumento dos militares para breve. Ainda segundo a grande imprensa, é possível que sejam adotados critérios de avaliação para reajustes diferenciados entre os servidores. Pelo visto, a GED, repudiada pelos professores, está fazendo escola. O incrível mesmo é que não há resposta para as entidades sindicais dos servidores que tentam há anos estabelecer negociações com o governo para a reposição das perdas salariais. Como os servidores públicos federais estão em campanha salarial, fica a suspeita de que as notícias de reajuste estejam sendo plantadas pelo governo na mídia com o objetivo de impedir a mobilização dos servidores.
- Informe JB: “Aos 80 anos, o professor que dá nome ao hospital do Fundão, Clementino Fraga Filho, coordena a 8ª edição do curso de especialização em clínica médica na Santa Casa de Misericórdia”.
- A CUT e demais centrais sindicais se mostraram favo-

ráveis à ideia da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres de se usar os fundos de pensão como instrumento de pressão em cima das empresas. Essa proposta, apresentada no Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), em fins de janeiro, se fundamenta no poder dos trabalhadores envolvidos na gestão destes fundos de investimento. Estes trabalhadores poderiam bloquear aplicações em empresas ou países que desrespeitem itens da Organização Mundial do Trabalho, como o direito à organização sindical e os limites para trabalho infantil. Os fundos de pensão têm hoje US\$ 17 trilhões aplicados nos mercados mundiais.

• Informe JB, de 04/02: “Cerca de 30% dos alunos de universidades federais abandonam o curso antes do fim, grande parte por falta de vagas em aulas noturnas. Esse e outros problemas estão no documento que a UNE levará para o ministro Paulo Renato em maio. Vai reivindicar mais bolsas de iniciação científica e verba para reforma de laboratórios, alojamentos e bibliotecas.”

• Informe JB, de 08/02: “A USP prepara manifestação em defesa da Universidade Pública, amanhã, durante lançamento de um dossiê sobre o ensino superior. Diz, por

exemplo, que os alunos de faculdades federais e estaduais foram muito mais bem sucedidos no Provão do que os de instituições privadas”.

• Informe JB, de 08/02: “Apesar de ter apenas 33,5% das matrículas em ensino superior, as universidades públicas têm 77,2% dos professores com doutorado. Mais: elas oferecem 87% dos cursos de mestrado e 89% dos cursos de doutorado do país”. Se pensarmos que em 1964 apenas 30% das matrículas do ensino superior alocavam-se nas faculdades particulares, verificamos que, apesar dos índices de qualidade do ensino público superior, o governo insiste em fazer minguar o sistema público, enquanto faz crescer o particular.

• Um encontro dos sindicatos de todo o planeta está sendo organizado para a cidade de San Francisco (Califórnia), entre os dias 11 e 14 de fevereiro. É a Conferência Mundial Aberta em Defesa da Independência dos Sindicatos e das Liberdades Democráticas. A troca de experiência de luta do movimento sindical e a adoção de iniciativas unitárias contra a política de instituições multilaterais, como FMI, Bird e OMC são os principais objetivos da conferência.

CEPG propõe desativação da pós-graduação na Faculdade de Educação

A intervenção desastrosa do reitor na Faculdade de Educação esgotou a paciência dos conselheiros do CEPG. Na última reunião do conselho, em 11/02, foi aprovada a desativação gradual do programa de pós-graduação daquela unidade, com o acompanhamento do CEPG, visando restabelecer o estado de direito e de legitimidade, além de impedir o esvaziamento das atividades do programa. Durante a intervenção do CEPG será suspenso o ingresso de novos alunos no programa, mas estão resguardados os direitos daqueles já inscritos.

A solução proposta e aprovada, radical e ariscada a princípio, é uma tentativa de sensibilizar e pressionar a Reitoria e restabelecer o funcionamento pleno do programa de acordo com as normas do CEPG o mais rápido possível. Na sessão anterior, o CEPG havia aprovado uma moção pedindo explicações a Vilhena sobre a exoneração da professora Marlene Carvalho do cargo de coordenadora do programa e sobre a nomeação (também sem qualquer consulta ao Conselho) do professor Alberto de Mello e Souza em seu lugar. O reitor enviou um memorando no qual justificava a decisão baseado em parecer jurídico da Procuradoria da Universidade. O CEPG contestou o parecer e reafirmou, então, a posição de não reconhecimento do coordenador nomeado, desaprovou de forma contundente a atitude do reitor e votou pela desativação monitorada. Uma comissão do colegiado vai acompanhar este processo na FE até que se restabeleça a normalidade do programa. A próxima reunião do CEPG (em 18/02)

vai determinar como se dará essa iniciativa.

A truculência do interventor do MEC na UFRJ, em simbiose com o autoritarismo da Diretora ilegítima da Faculdade de Educação, agrava o quadro de desrespeito às instâncias institucionais da universidade. Após o ato da nova Diretora de suspensão do Edital para ingresso de novos estudantes no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, prejudicando os candidatos que se prepararam para ingressar no mestrado e no doutorado, bem como o fluxo de estudantes, um critério importante na avaliação da CAPES, a reitoria afastou a coordenadora legitimamente eleita pelo colegiado, Prof^a Marlene Carvalho, educadora respeitada em todo país, devotada à causa do ensino público e autora de importantes estudos na área de alfabetização. É importante registrar que a escolha do colegiado foi referendada por unanimidade pela Congregação da Unidade e homologada pelo CEPG, nos termos das Resoluções da Pós-Graduação em vigor.

Não tendo como justificar o seu ato arbitrário e violento, o reitor-interventor menciona em sua Portaria um processo judicial que, na verdade, está relacionado com o procedimento de elaboração da lista tríplice para escolha de diretor pela congregação da Faculdade de Educação, nada tendo a ver com a coordenação da pós-graduação. A ilegalidade de seu ato, sob o silêncio e a cumplicidade do titular da Sub-Reitoria de Ensino para Graduados, Prof. Antônio Figueiredo, provocou imensa indignação entre os conselheiros (ver moção nesta página).

Perplexidade e indignação no CEPG

Indagado pelo conselheiro André Parente a respeito da notícia do afastamento da coordenadora, até então não confirmada, o Sub-reitor Figueiredo, em um primeiro momento, afirmou na reunião do CEPG de 04/02 que não sabia de nada. Várias falas então se seguiram dizendo que, caso isso se confirmasse, não havia acordo possível a respeito do Edital cancelado (matéria até então em discussão), pois o afastamento seria entendido como uma intervenção em um programa de pós-graduação da UFRJ e um desrespeito à autonomia do CEPG. “Se for verdade, a Administração Central deve corrigir o Diário Oficial, porque é um ato nulo. O reitor abusou do poder. O reitor não tem esta atribuição. Isto aqui é uma universidade”, comentou Carlos Vainer. Alguns conselheiros ameaçaram abandonar o CEPG, caso a notícia se confirmasse.

Finalmente, sob pressão dos conselheiros, o Sub-reitor teve de confirmar a notícia do afastamento. A partir deste momento, a maioria dos conselheiros externou sua indignação e protesto. Alguns lembraram que está havendo uma *vilhenização* da universidade e que a crise na Faculdade de Educação é, antes, uma crise da UFRJ. Outros constataram que estamos retornando à época da posse do Sr. Vilhena.

Tendo em vista que a decisão do reitor-interventor de afastar uma coordenadora homologada pelo CEPG desrespeita as prerrogativas deste colegiado, os conselheiros se reuniram imediatamente e elaboraram a moção reproduzida nesta página.

Como se a notícia da dispensa da professora Marlene no DO não fosse suficiente para agravar o caso, o último Boletim da UFRJ (27 de janeiro) trouxe outras “surpresas”. Nele, a diretora Speranza, “no uso de suas atribuições legais”, além da revogação do edital tão comentado, tornou público que destituiu a Comissão de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, composta pelos três professores titulares da Unidade, igualmente eleitos pelos seus pares.

Moção

Tendo tomado conhecimento, na sessão de 4 de fevereiro de 2000, de que o Magnífico Reitor mandou publicar no Diário Oficial da União ato de dispensa da Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar e designação de novo coordenador, e considerando:

a) que o CEPG, na reunião de 28 de janeiro, deliberou compor uma comissão para, após contato com as partes em conflito na FE, recomendar ao CEPG procedimentos e iniciativas que pudessem sanar a crise institucional no referido Programa de Pós-Graduação; b) que o relatório desta comissão foi aprovado por unanimi-

dade, uma vez que suas recomendações indicam o caminho para a superação da crise, c) que o ato de exoneração de Coordenador em exercício de mandato e, sobretudo, o ato de designação de nova coordenação deveria ter sido preliminarmente aprovado pelo CEPG,

O CEPG vem solicitar ao Magnífico Reitor que, em respeito à Regulamentação da Pós-Graduação em nossa Universidade e ao próprio Conselho, revogue os atos acima referidos e reconheça a competência e os esforços ora empreendidos pelo CEPG em defesa da Pós-Graduação na Faculdade de Educação e de toda a UFRJ.

Universidade virtual

Consórcio entre universidades públicas oferecerá cem mil vagas para formação de professores do ensino fundamental pela Internet



A partir de abril, universidades públicas federais, estaduais e municipais formarão uma grande rede virtual de ensino superior, para todo o Brasil, via satélite, através da RNP que passa agora a se chamar RNEP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Trata-se do projeto do consórcio UniRede – Universidade Virtual Pública do Brasil – sobre o qual, desde dezembro do ano passado, os Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia, através das Secretarias de Ensino Superior e Ensino à Distância, vêm mostrando grande interesse. Lançado em janeiro, o Protocolo de Intenções da UniRede já conta com a adesão de 49 universidades públicas federais, estaduais e municipais, entre elas a UFRJ.

O objetivo do consórcio é desenvolver cursos de graduação, pós-graduação, programas de “treinamento” corporativos e cursos de educação continuada, utilizando uma rede eletrônica própria, ligada à RNEP, e infovias de comunicação via satélite. A UniRede poderá receber do governo até R\$ 3,5 bilhões durante quatro anos para o desenvolvimento da rede e sustentação dos projetos que serão apresentados pelas universidades.

Segundo o texto do Projeto de Infovias e Multimídia Integradas, a UniRede se compromete a oferecer, em caráter emergencial, cem mil vagas para a capacitação em serviço de nível superior a professores do ensino fundamental em todo o país. Para isso, o consórcio pretende instalar, em cada município, uma Sala Virtual e um Ponto de Reprodução de Material Impresso por universidade participante. Isto para dar suporte às atividades da rede.

FunRede

Quem vai gerir as verbas da universidade eletrônica será a Fundação Universidade Virtual Pública do Brasil – FunRede, uma entidade de direito privado que administrará os recursos cap-

tados junto ao governo e às tradicionais agências de fomento, como Finep e CNPq. Para o projeto emergencial, por exemplo, já há disponível um montante de R\$ 10 milhões somente para a estrutura física (computadores, salas) nas instituições participantes.

A estrutura da FunRede terá um Comitê Gestor constituído por representantes das universidades que participam da rede. Serão sete membros, indicados pelos reitores, com mandato de um ano, num sistema de rotatividade entre a representação das IES. A sede da Fundação, como também a da própria rede, deverá se localizar em Brasília, mais especificamente na UnB.

O consórcio será oficialmente constituído sob a forma de convênio entre as Universidades e a FunRede. Cada Universidade vai escolher uma de suas Fundações internas para celebrar sua adesão.

A “inauguração” do consórcio está prevista para abril, com a assinatura de documento jurídico em ato público a ser realizado em Brasília. Além do apoio dos ministérios, o projeto da UniRede à distância conta também com o incentivo da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino à Distância, com cerca de 100 parlamentares de diversos partidos.

Outro elo importante que está sendo conectado para a operacionalização da UniRede é a Anatel que, segundo a professora Elizabeth Rondelli, uma das participantes do projeto pela UFRJ, deverá, a partir do Ministério das Comunicações, fomentar a estrutura da rede em relação a outros meios, como o sistema de rádio-difusão, as TVs Educativas, a cabo e até mesmo a rede de telefonia tradicional.

A íntegra do “estatuto” da universidade virtual e outros documentos da UniRede estão no endereço <http://www.uniredede.br>. Segundo a versão disponível nesta página, o documento constitui um Protocolo de Intenções e ainda está em discussão entre os participantes.

Recursos

De acordo com o Protocolo de Intenções da rede, as universidades partici-

pantes deverão alocar recursos humanos para os cursos e programas que serão oferecidos, incluindo a seleção e treinamento dos profissionais envolvidos. Não há no texto, no entanto, nenhuma linha sobre contratações, concursos ou algo semelhante para professores, técnicos e estudantes que participarão dos programas. Segundo a professora Rondelli, quase tudo sobre este assunto ainda está em debate, mas, provavelmente, os professores que ministrarão os cursos virtuais serão os mesmos que fazem parte, hoje, do corpo funcional das universidades. Para isso, serão capacitados em programas internos de qualificação, através de programas de mestrado e doutorado em Ensino à Distância oferecidos no ambiente da UniRede.

Apesar da verba anunciada pela imprensa (R\$ 3,5 bi em quatro anos), as universidades, pelo protocolo, terão que “responder pelos custos específicos à execução dos planos, programas ou projetos, em sua jurisdição, e contribuir para os custos comuns ao funcionamento da UniRede”. As IES participantes serão responsáveis, também, por todos os encargos trabalhistas e previdenciários “decorrentes dos recursos humanos, alunos e prepostos, utilizados nos trabalhos, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento (UniRede)”.

Ressalvas

Para a direção da Adufrj-SSind, apesar de reconhecer a importância de se utilizar meios eletrônicos como um recurso para aumentar o acesso ao ensino superior público, é difícil não associar o formato que está sendo apresentado pela UniRede com um antigo projeto do governo de transformar as universidades públicas em “organizações sociais de direito privado”. A criação de uma Fundação privada para gerir recursos que, a princípio, deverão ser públicos, causa temor em relação ao destino que será dado às verbas que forem captadas pelos programas, bem como sua gerência e os benefícios para as instituições, professores e alunos.

Projeto anda a passos largos

A idéia de montar uma rede virtual de acesso ao ensino superior nasceu nas instituições públicas há pelo menos três anos. Mas foi no final de 1999 que o projeto ganhou força. Desde o 2º Encontro da UniRede realizado, nos dias 2 e 3 de dezembro, em Brasília, com representantes do MEC e MCT, os participantes do projeto vêm recebendo adesões das IES e decidiram montar o programa emergencial de formação de professores para o ensino fundamental.

Segundo a Coordenadora de Extensão do CFCH/UFRJ, Elizabeth Rondelli, a proposta de se montar uma rede de ensino virtual pública não partiu do governo, mas de docentes de várias instituições que de algum tempo já promovem iniciativas institucionais nessa área.

As primeiras instituições a se envolverem com o projeto foram, além da UFRJ, a UFMG, a UnB e as federais do Pará, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, todas com programas de ensino à distância já em operação pela Internet. Para montar a UniRede, os professores que vêm desenvolvendo o projeto foram buscar inspiração em modelos já constituídos no exterior. Uma das universidades virtuais já visitadas em seus países de origem pelos participantes do projeto foi, por exemplo, a espanhola www.uned.es (Universidad Nacional de Educación a Distancia), que já conta com 240.000 alunos matriculados.

As universidades ainda não institucionalizaram o ensino à distância, o que deve ocorrer, segundo Rondelli, a partir da formação do consórcio. Por isso ainda não há cargos de coordenação definidos na UniRede e nem nas próprias universidades. Por enquanto, a estrutura organizacional da rede é formada por quatro Grupos de Trabalho (GTs), que reúnem os professores que se dispõem a trabalhar voluntariamente no projeto.

Os GTs Estrutura Organizacional, Tecnologias, Produtos (cursos, programas, etc) e Operacionalização estarão reunidos de 23 a 25 de fevereiro em um 3º Encontro da UniRede que, desta vez, acontece no campus da Praia Vermelha. A abertura será às 9h do dia 23, no auditório do LNCC.

Segundo a professora Rondelli, vários docentes da UFRJ já estão envolvidos com programas de ensino à distância – Psicologia, Letras e Faculdade de Educação, por exemplo, já oferecem cursos virtuais de especialização - e por isso os GTs da UniRede farão uma reunião para apresentá-los à UniRede, nesta quarta-feira (16), às 15h, no auditório do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), no campus do Fundão.

Como o consórcio ainda está em fase de projeto, a intenção é conseguir a adesão dos professores envolvidos com programas e cursos que já estão em ambiente virtual para o trabalho nos GTs da UniRede.

O Sigma e os docentes da UFRJ*

Paulo Boaventura

Todos os docentes de nossa Universidade ficaram conhecendo o SIGMA. Muitos deles, inclusive este que aqui escreve, travaram com ele uma luta encarniçada, procurando lá incluir alguma informação consistente sobre o que fizeram nestes 18 meses.

Um ponto importante nisso é que, em algum momento, todos devem ter sonhado com a possibilidade de um meio que lhes permitisse informar, uma única vez, sobre o produto de seu trabalho – ao invés de repetir, em diferentes formatos, as mesmas informações para sub-reitorias, agências financiadoras, fundações, etc., etc., com evidente prejuízo, pelo tempo assim gasto, para o próprio trabalho informado nos relatórios.

Então o SIGMA, como um sistema único capaz de fornecer os dados pertinentes a cada organização para isso habilitada, poderia ter caído dos céus para acabar com essa trabalhadeira.

Infelizmente, ele foi apresentado aos seus usuários com

prazos “para ontem”, com o preenchimento vinculado à GED, sem ter sido adequadamente experimentado nem depurado e mesmo sem que a própria forma de sua elaboração tivesse sido discutida em contato com os futuros usuários.

Ele ficou assim como esses eletrodomésticos mal projetados, cujos fabricantes nunca se lembraram de perguntar a uma dona de casa como se faria para limpar aquela coisa.

Exagero? De forma alguma: não há ajuda de contexto, apenas ajudas de caráter mais geral e as famosas “perguntas freqüentemente feitas”. O cadastro dá erros, você acabou de incluir uma pessoa e ele não a reconhece, ou então você não consegue incluí-la porque o campo foi ocupado por outra. Para imprimir, algumas coisas são fáceis, mas em outros casos você tem que passar um *e-mail* para si próprio.

E o mais complicado, que é a não universalidade do uso. Nem todos possuem o *Netscape 4.5*, alguns usam ver-

sões mais antigas e outros o *Windows Internet Explorer*. Nem todos têm acesso fácil a computadores – e mesmo quando isso existe, como ocorre com este que aqui escreve, o problema de entrar em um sistema com 3.500 usuários que precisam informar suas atividades em prazo curto se mostrou muito complicado.

Enfim, em contraste com os gentis e eficientes analistas que elaboraram o SIGMA, sempre prontos a ajudar em tudo, o que transpareceu neste processo foi uma monumental auto-suficiência e um claro autoritarismo.

Lamentável: esperamos todos que, durante o ano, algo seja feito para transformar o SIGMA no que ele deve ser: o atendimento de uma antiga aspiração e um instrumento eficiente para informar sobre o trabalho que se faz em nossa Universidade.

* Artigo reproduzido do boletim “Opção”, informativo da Coppe, de 20/01/2000

Arquivo/Adufri



Institutos resistem à transferência para HU

Prossegue na área de saúde a discussão da transferência dos institutos (Instituto de Doenças do Tórax, Instituto de Neurologia Deolindo Couto e Instituto de Ginecologia) para o prédio do HU. E, ao que parece, o debate ainda vai se alongar bastante. No último dia 2, reuniu-se no HU uma comissão formada pelo diretor do hospital, Amâncio Paulino, e pelos diretores dos institutos, entre outros docentes do CCS. Este grupo teria a incumbência de negociar em quais condições seria feita a transferência ou negar o projeto. Por enquanto, a segunda opção está levando a melhor.

Para Amâncio Paulino, a transferência dos institutos significa um pequeno sacrifício em prol de uma causa maior: a integração

entre as diversas áreas do conhecimento médico num único prédio com a preciosa contribuição do corpo docente destes lugares atualmente afastados. “Essa transferência vai otimizar a relação de pessoal, vai permitir reunir grupos de pesquisa com mais facilidade e vamos agregar forças do ponto de vista acadêmico”, comentou.

O IDT reafirmou, na reunião, seu posicionamento de se transferir para o prédio abandonado pela Petrobras que fica entre o Cenpes e a Escola de Educação Física. O Instituto de Ginecologia se rebelou contra a idéia de se transferir “aos pedaços” – Amâncio explicou que não teria como, no início, mudar procedimentos ambulatoriais e cirurgias do instituto para o Fundão. “Nos-

os docentes não fazem só uma coisa: eles fazem de tudo”, afirmou Paulo Lopes, diretor do IG. Segundo Lopes, fica a dúvida de como vai ficar a vida destas pessoas neste ir e vir do HU para o Instituto. Já o diretor do INDC, Gianni Temponi, entendeu que a mudança pode provocar queda na qualidade do atendimento.

A comissão continua se reunindo semanalmente para discutir a transferência até que o assunto entre na pauta do Conselho Universitário (no momento, em recesso). O próprio Consuni montou uma comissão à parte para acompanhar o tema. O resultado do trabalho dos dois grupos deve ser analisado ainda neste semestre pelo colegiado máximo da universidade.

Universidade aguarda resultado geral da GED

Porta-voz da Comissão local de Avaliação do Desempenho Docente (CADD), o professor Fernando Alves Rochinha afirmou que o trabalho de divulgação dos resultados GED por departamento ainda não avançou por problemas operacionais. “O mesmo pessoal que nos dá o suporte técnico de Informática estava envolvido com a Coleta Capes”, comentou. Rochinha avisou ainda que a comissão está realizando encontros para avaliar os pedidos de recurso com relação à GED implementada no pagamento de janeiro. Além disso, o professor voltou a pedir que os docentes – aqueles que optaram pela planilha quantitativa - que detalhem a produção acadêmica no Sigma até 7 de abril.

Propostas para o 19º Congresso do Andes-SN

Textos para discussão e deliberação da próxima Assembléia Geral de 17/02/00

Tema II - Ciência e Tecnologia

Considerações preliminares e resoluções complementares ao TR-31

A defesa da destinação de 3% do PIB para o setor de C&T, uma insígnia histórica, não garante, por si só, a modificação substantiva da política de C&T em vigor. Com efeito, a *cultura organizacional* do aparato de apoio à C&T existente ainda contém traços do período militar, em que o desenvolvimento científico era tido como linha auxiliar da produção (vide o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do BNDES) e condição de segurança nacional.

Os laços do CNPq com o Conselho de Segurança Nacional foram notórios durante a ditadura. Embora o primeiro Plano Quinquenal do CNPq tenha estimulado a pós-graduação e a organização de novos centros de pesquisas, parte significativa das verbas ficaram atreladas ao projeto estratégico-militar, como o programa aeroespacial que, entre 1971 e 1972, recebeu a maior verba individual do CNPq (maior do que a verba de toda a pós-graduação, por exemplo). Nos anos 1970, as prioridades da área de C&T passam a estar inscritas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, gerando os Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). É importante registrar que a autonomia do CNPq no período era inexistente. O seu Conselho Científico e Tecnológico era então constituído majoritariamente por representantes governamentais e por cientistas escolhidos pelo Presidente da República e, mesmo assim, as prioridades deste colegiado passavam pelo crivo presidencial.

Contraditoriamente, por esforço, dedicação e empenho das universidades públicas, parte destes recursos foram alocados em programas de pós-graduação que conheceram notável crescimento no período. Entretanto, o crescimento foi mais significativo nas áreas tidas como *estratégicas*, permitindo a ampliação da capacidade instalada das mesmas. Estas áreas passaram a ter influência crescente na burocracia do setor. Assim, com a "frente ampla pelo alto" que conduziu a *transição democrática*, estes grupos – influentes, em grande parte, porque representantes de áreas de interesse do projeto de *modernização conservadora* – ocuparam postos-chaves do aparato de C&T, impedindo a

democratização substantiva dos órgãos de fomento à C&T.

Embora o período atual se caracterize pelo abandono de qualquer projeto de geração e absorção de tecnologia exógena, com o objetivo de promover a "modernização conservadora" (característica da ditadura), a política científica permanece atrelada à lógica do capital, agora em outra feição, moldada, em grande parte, pelas condicionalidades do Banco Mundial.

Os órgãos de fomento não se constituem em espaços públicos. O acesso aos comitês científicos ainda é feito por eleições que são simulacros de democracia, as prioridades não são debatidas publicamente nas universidades e centros de pesquisa não universitários e, infelizmente, os órgãos não são públicos no sentido próprio do termo, sendo agências desprovidas da necessária autonomia. Exemplo: atualmente, um burocrata da hierarquia superior do MEC acumula a presidência da CAPES. Fazem parte da reestruturação destas entidades o apoio à iniciativa privada (Finep), privilegiar programas integrados como o PRONEX, a redução da taxa de bancada, a avaliação por produto e uniformizadora, e o deslocamento das bolsas para o pesquisador, em detrimento dos programas.

TEXTO DE RESOLUÇÃO - 31 (complementação)

1) O movimento docente deve incluir no topo de sua agenda política a luta pela democratização dos órgãos de apoio a C&T, como parte da luta mais ampla em defesa de uma política de C&T capaz de romper com a heteronomia científico-cultural decorrente da condição capitalista dependente do país, agravada pela Lei de Patentes imposta pela indústria farmacêutica e pelo Departamento de Estado dos EUA.

2) Promover amplo debate com a comunidade universitária, incluindo as entidades acadêmicas e sindicais, a respeito dos objetivos e do funcionamento da CAPES, CNPq, FINEP e Fundações estaduais de apoio à C&T, enfatizando a autonomia, a democracia e o caráter público destes órgãos.

3) Discutir formas de submeter as políticas de C&T ao debate público, com o objetivo de redirecionar radicalmente as

suas prioridades da esfera do capital para o bem-estar social, a liberdade de criação e a perpetuação de todas as formas de vida no planeta.

4) Discutir formas de avaliação dos programas e projetos que contemplem simultaneamente: as mediações singulares que configuram a atividade acadêmica; a relevância social, cultural e científica, e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Tema II - Política Sindical e Seguridade Social

Texto de Resolução - 34

Incluir item 6: *Lutar contra o gerenciamento e a administração dos Fundos de Pensão pelos sindicatos e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).*

TR – A luta das mulheres trabalhadoras:

Incluir itens:

2 – Defender o "programa de lutas para as mulheres" como o eixo orientador das ações do Andes – SN, no que se refere à mulher trabalhadora.

3 – Lutar pelo cumprimento das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, especialmente as que se referem à proteção à maternidade e à infância.

4 – Defender as políticas públicas já consolidadas na Constituição (especialmente os Títulos: II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais (capítulos: II - Dos Direitos Sociais; e IV - Dos Direitos Políticos) e VIII – Da Ordem Social (capítulos: II - Da Seguridade Social; VII – Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso), alvos de ataques das reformas em curso.

Tema III - Conselho Fiscal

Orçamentos, relatórios financeiros e prestações de contas – alteração estatutária

Texto de apoio

O Estatuto do Andes-SN atribui ao Conad as funções de Conselho Fiscal do sindicato (Art. 23, inciso IV) e a prerrogativa de examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias anuais apresentadas pela Diretoria (inciso V), limitando essa competência à reunião do Conad que se realiza no pri-

meiro semestre de cada ano (Art. 60 e Art. 30, inciso VI).

O Estatuto, no entanto, não especifica quais são os exercícios financeiros que devem ter seus relatórios examinados. Tradicionalmente, o primeiro Conad de cada ano, realizado no final do primeiro semestre, examina os relatórios financeiros do ano anterior e a previsão orçamentária do próprio ano em curso. Ou seja, quando o orçamento anual do sindicato é aprovado, já transcorreu metade do ano, durante a qual as despesas foram realizadas sem terem de atender a um orçamento prévio, com óbvias consequências negativas para o funcionamento do sindicato. Em 1999, o primeiro Conad do ano (o 38º, do Rio de Janeiro) remeteu para o 39º Conad, realizado em novembro, a aprovação do orçamento de 1999, levando o sindicato nacional a funcionar sem orçamento, durante praticamente todo o ano de 1999.

Também o exame dos relatórios financeiros do exercício anterior tem sido muito prejudicado pelo tempo excessivo decorrido entre a realização das despesas e o seu exame. Despesas realizadas no início de 1998 só foram examinadas em meados de 1999, mais de um ano depois. Com estes prazos, torna-se muito difícil, aliás impossível, tomar qualquer medida que corrija rumos eventualmente considerados errados pelo movimento nas finanças do seu sindicato.

A criação de um Conselho Fiscal, proposta pela Diretoria do Andes-SN (TR 46 do Caderno de Textos do 19º Congresso), não resolverá estes problemas.

A alteração estatutária proposta visa contribuir para resolver estes problemas. Cada Conad aprovará, em definitivo o orçamento do semestre seguinte, provisoriamente o orçamento do semestre subsequente e deliberará sobre as contas do semestre anterior. Por exemplo, o 41º Conad (a realizar-se no 2º semestre de 2000) deliberará sobre as contas do 1º semestre de 2000 e aprovará o orçamento definitivo do 1º semestre de 2001, além de aprovar uma primeira versão do orçamento do 2º semestre de 2001. O 42º Conad (1º semestre de 2001) deliberará sobre as contas do 2º semestre de 2000 e aprovará, definitivamente, o orçamento do 2º semestre de 2001 e, provisoriamente, o orçamento do 1º semestre de 2002, e assim sucessivamente. Desta forma, mesmo que haja alguma dificuldade ou impasse na aprovação dos orçamentos num Conad, haverá um orçamento apro-

vado no Conad anterior que terá de ser cumprido pela Diretoria.

Texto de resolução - 46

O 19º Congresso aprova as seguintes alterações no Estatuto do Andes-SN:

1) O Art. 60 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 60. A deliberação sobre os relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias do Andes-SN dar-se-á da seguinte forma, a partir do 41º Conad, inclusive:

I – A previsão orçamentária de receitas e despesas do Andes-SN para o 1º semestre de cada ano será apresentada pela Diretoria ao Conad que se realiza no 1º semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao Conad que se realiza no 2º semestre do ano anterior, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva.

II – A previsão orçamentária de receitas e despesas do Andes-SN para o 2º semestre de cada ano será apresentada pela Diretoria ao Conad que se realiza no 2º semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao Conad que se realiza no 1º semestre do ano em curso, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva.

III – Os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao 1º semestre de cada ano serão apresentados pela Diretoria ao Conad que se realiza no 2º semestre do mesmo ano, para exame e deliberação.

IV – Os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao 2º semestre de cada ano serão apresentados pela Diretoria ao Conad que se realiza no 1º semestre do ano seguinte, para exame e deliberação.

Parágrafo único. O 40º Conad deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 1999, aprovará definitivamente o orçamento do ano 2000 e aprovará provisoriamente o orçamento do 1º semestre de 2001."

2) O inciso VI do Art. 30 passa a ter a seguinte redação:

"VI - elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias semestrais da ANDES-SINDICATO NACIONAL, e remetê-los às ADs-SSINDs, até trinta (30) dias antes das reuniões do CONAD que irão examiná-los;"

Privatizar não é a solução

Carlos Bernardo Vainer*

Foi com verdadeira estupefação que tomei conhecimento de recente memorando circular do Sr. Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças informando que se encontra em andamento “licitação para escolha de empresa especializada visando a operação dos estacionamentos em Áreas da UFRJ”. Na exposição de seus motivos, o Sr. Sub-Reitor argumenta que “o crescimento do uso de veículos particulares nas áreas e vias pertencentes à UFRJ vem aumentando acentuadamente (...) originando transtornos para a comunidade universitária e a manutenção do próprio *campus*”. Destaca também que “algumas soluções pontuais foram tomadas por parte da Prefeitura e de alguns Diretores de Unidade e/ou Decanos” e se demonstraram insuficientes, quando não claramente irregulares.

Diante das dificuldades, a Administração Central da UFRJ age como o governo que a impingiu à Universidade: privatiza. Ora, se há irregularidades, que sejam reprimidas e punidos seus responsáveis. Agora, pretender que privatização e cobrança de estacionamento no espaço universitário constituam solução, eis algo inaceitável. Afinal, que problema se pretende resolver com esta atitude? Pretende-se, por acaso, diminuir o número de “particulares nas áreas e vias pertencentes à Universidade”? Pretende-se, então, restringir a presença de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos? Se não são esses os “particulares” a que se refere o Sr. Sub-Reitor, quem seriam os impertinentes “particulares” que visitam de maneira tão desabusada nossa casa do saber? Se o objetivo não é restringir a presença dos membros do corpo social da Universidade aos *campi*, por que razão deveria esta presença tornar-se onerosa? E pensar que há pouco tempo atrás discutia-se como



facilitar seu acesso e uso da Universidade por membros das comunidades vizinhas e da sociedade em geral e agora se discute como tornar onerosa para seu próprio corpo social a utilização de áreas universitárias!

A tentativa, canhestra e ridícula, de vincular os recursos a um uso social – “fundo destinado parte ao programa de apoio aos estudantes” – apenas torna mais lamentável a pretensão. “Tudo Pelo Social”? Só falta o Sub-Reitor convidar a primeira dama para inaugurar o estacionamento solidário, esta nova contribuição da Administração da UFRJ à Política Social de FHC!

Não será com esse tipo de demagogia que se justificará medida tão absurda. Gostaríamos de poder reconhecer que a Administração Central mostra a mesma disposição de lutar em defesa de programas de apoio aos estudantes através de uma atitude mais firme, por exemplo, de oposição à política governamental de desmonte da Universidade Pública, à eliminação de bolsas de estudos e à desestruturação das insti-

tuições de pesquisa.

Quanto ao mau uso do espaço universitário, gostaríamos de ter encontrado maior empenho da Administração Central em defender os interesses da UFRJ quando dos recentes tombamentos de que foram objeto, na Praia Vermelha, parcelas de nosso patrimônio imobiliário. Talvez faltasse ali igual combatividade porque os “particulares” fossem outros que não estes inquietos e eternamente incômodos professores, estudantes e servidores que, apesar das complicações que criam para a Administração, teimam em circular nas “áreas e vias pertencentes à Universidade”.

É necessário evitar a privatização de áreas universitárias e bloquear qualquer tentativa de transformar professores, servidores e estudantes em fonte de recursos próprios para a UFRJ tapar os buracos orçamentários resultantes do arrocho governamental contra as Universidades. É necessário interromper imediatamente a licitação em curso e abrir a discussão, na própria comunidade, acerca dos procedimentos adequados para regular o uso das áreas de estacionamento. Em todos os casos, deve ser assegurado livre e gratuito acesso às áreas de estacionamento aos professores, servidores e estudantes da Universidade. Nunca é demais lembrar que, por toda parte, servidores públicos têm estacionamento gratuito em seus locais de trabalho. Nunca é demais lembrar que não é junto ao corpo social da Universidade que o Senhor Sub-Reitor de Finanças deve buscar os recursos necessários à manutenção dos serviços e das áreas patrimoniais da Universidade.

* Prof. do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e Conselheiro do CEPG

V CONAD *Extraordinário*

20 de fevereiro de 2000 • Juiz de Fora-MG

PAUTA:

Prestação de Contas do Andes-SN/exercício 1998

19º Congresso do ANDES-SN

21 a 26 de Fevereiro de 2000/Juiz de Fora-MG

- ✓ Movimento Docente: Plano de Lutas;
- ✓ Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Modelo Jurídico da Universidade Autônoma e Políticas Públicas;
- ✓ Questões Organizativas e Financeiras.

Governo quer criar uma GED para o 1º e 2º graus

A Secretaria de Ensino Superior do MEC informou que, até o fim do mês, o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei criando uma gratificação, nos termos da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), para os professores de 1º e 2º Graus do sistema federal de ensino superior, incluindo os Colégios de Aplicação. Segundo uma nota do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), o ministério da Educação comunicou à diretoria dessa entidade que, até quarta-feira, dia 23, vai ser definido se haverá alguma antecipação da gratificação, através de Medida Provisória, ou se mantém o pagamento do Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º Graus das IES (PAP/Capes), suspenso intempestivamente pelo governo na semana passada.

Em encontro anterior da diretoria do Andes-SN com Paulo Renato, o ministro havia recusado a proposta de continuar pagando as bolsas do PAP. O corte atinge 12.600 professores das universidades e das escolas técnicas federais e as bolsas variavam de R\$ 85,00 a R\$ 490,00, totalizando cerca de R\$ 39 milhões para todas as IES.

Em muitas universidades e escolas as atividades letivas ainda não foram retomadas, o que dificulta uma visão geral da reação da categoria a mais esta arbitrariedade. No final do ano, o governo garantiu que as bolsas do programa PAP/Capes estariam asseguradas até que a questão da carreira docente fosse resolvida. O MEC anunciava a continuidade das bolsas até, pelo menos, o meio deste ano, quando dizia que aprovaria no Congresso Nacional o seu projeto de carreira para o ensino médio e tecnológico do sistema federal em contraposição ao Projeto de Carreira Única do Andes-SN, que unifica os três segmentos das IES em um só plano de carreira.

Os professores do Cefet/MG divulgaram uma nota de indignação e consideram a bolsa PAP apenas um paliativo para as perdas salariais amargadas pela categoria ao longo desses seis anos de governo tucano. “A atitude do MEC diante da situação econômica da nossa categoria revela uma postura desprezível, irresponsável e inconseqüente”, diz a nota.

O fato de estar ocorrendo, nesta semana, de 21 a 26, em Juiz de Fora (MG), o 19º Congresso Nacional

do Andes-SN possibilitará aos cerca de 500 docentes que participarão do evento uma tomada de posição do movimento docente em relação aos cortes. Esta é a expectativa da presidente da Seção Sindical da Universidade Federal de Juiz de Fora (APESJF-SSind), Daniella Motta de Oliveira, que considera o momento importante para a organização de um movimento para o pagamento das bolsas.

Na UFRJ

A reitoria da UFRJ pretende continuar pagando o valor das bolsas do PAP para os professores do CAP desta universidade até que o MEC resolva a situação. Segundo o sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, vai ser feito um levantamento da viabilidade jurídica e da disponibilidade de recursos para o pagamento. A assessoria da SR/2 adiantou que o valor das bolsas referentes ao mês de janeiro serão pagas paralelamente à liberação dos contracheques de março, com recursos próprios da instituição. As bolsas costumam ser pagas entre os dias 7 e 10 do mês.

Salários

Na verdade, as bolsas pagas aos professores dos CAPs e Cefets, assim como a Gratificação de Estímulo à Docência, foram instrumentos criados pelo governo para fugir do reajuste linear reivindicado pelos docentes das IES durante os cem dias da greve nacional de 1998. Embora reconhecendo a defasagem salarial da categoria, o governo não queria admitir as perdas geradas pela implementação do Real e muito menos ter que estender o reajuste às demais categorias do funcionalismo. Por isso inventou a GED, um sistema de pagamento vinculado à avaliação da produção docente, e agora quer estendê-la aos professores do ensino médio e tecnológico, provavelmente com outro nome e outros valores.

Para a Adufrj-SSind, a única alternativa aceitável é o pagamento imediato das bolsas até que a carreira única seja aprovada (veja nota sobre a deliberação da Assembléia Geral da entidade, encaminhada ao Congresso Nacional do Andes-SN, na página 2).

Comissão vai intervir na Faculdade de Educação

O CEPG não vai mais desativar o programa de pós-graduação da Faculdade de Educação. Pelo menos por enquanto. Uma comissão de quatro conselheiros mais o sub-reitor Antônio Figueiredo (ou alguém indicado por ele) vai assumir, em caráter excepcional, as atribuições da coordenação e do colegiado do programa, buscando a superação da crise. O plano de normalização - aprovado por unanimidade - inclui obrigatoriamente um novo processo de escolha do coordenador do programa - cuja nomeação pelo professor Vilhena fez explodir a revolta do colegiado.

Além de encaminhar a eleição do coordenador, a comissão do CEPG tem a tarefa de intermediar as partes em conflito na Unidade para definição de um instrumento normativo (regulamento do programa e regimento interno) e na republicação do edital de seleção dos pós-graduandos suspenso em janeiro. O mandato especial da comissão se encerra com a homologação pelo CEPG e conseqüente publicação no Boletim da UFRJ do nome do novo coordenador eleito.

A solução encontrada pelo conselho, a princípio, esbarra em empecilhos de ordem administrativa. Para o programa receber recursos, por exemplo, o nome que ainda consta nos registros da universidade é o do coordenador nomeado pelo professor Vilhena à revelia do CEPG. Contatado pelo telefone em meio à sessão, o interventor do MEC se comprometeu com um grupo de conselheiros (o professor Vivaldo Moura Neto, do Instituto de Biofísica, relatou a conversa pelo grupo) a eliminar barreiras administrativas desse tipo.

O professor Figueiredo foi derrotado na sua proposição de reconfigurar os conceitos de entrada dos docentes no programa antes da eleição do novo coordenador. No entendimento do sub-reitor, não haveria acordo político de fato em escolher a coordenação sem dar chance ao grupo da diretora Speranza França de um equilíbrio nas forças. A idéia foi veementemente condenada por alguns conselheiros que viram nisso uma forma de tirar a legitimidade do atual colegiado, reconhecido pelo CEPG. “Tem que sair um perfil conciliador desta eleição”, finalizou a professora Marília Facó Soares.

Deliberações da Assembléia Geral da Adufrj-SSind

4 Sobre o V Conad Extraordinário e o 19º Congresso do Andes-SN

- 1) Foram aprovados os textos de apoio e de resolução para serem propostos ao 19º Congresso, publicados em nosso último boletim (14 a 21/02/00);
- 2) Foram consideradas insuficientes as informações apresentadas pela diretoria do Andes-SN nos demonstrativos financeiros e contábeis referentes ao ano de 1998, pois há inconsistências internas e indícios de uso indevido dos recursos do sindicato. O delegado da Adufrj-SSind deverá solicitar as informações necessárias para o esclarecimento daquilo que está obscuro e deverá votar no sentido de serem tomadas as providências necessárias à correção dos erros contábeis e às sanções sindicais e judiciais cabíveis no caso de ser detectado uso indevido dos recursos financeiros do sindicato ou descumprimento de decisões de suas instâncias deliberativas. A Assembléia Geral deliberou propor ao V Conad Extraordinário que este apresente como proposta ao 19º Congresso do Andes-SN o texto de resolução 46 e seu texto de apoio publicados em nosso último boletim (14 a 21/02/00), que rejeitam a proposta de Conselho Fiscal do Andes-SN e estendem a função de Conselho Fiscal aos dois Conads de cada ano;
- 3) Sobre a bolsa dos professores de 1º e 2º graus – recentemente suspensa pelo MEC-, a AG reafirmou sua posição em defesa da carreira única do ANDES-SN, exigindo o pagamento imediato e integral da bolsa até que o projeto de carreira do nosso sindicato seja aprovado;
- 4) A AG aprovou a proposta de revogação da deliberação do XIV Conad: (Brasília, 14 a 18 de Fevereiro de 1995), pela qual o sindicato decidiu defender a aprovação da última versão do PLC119/92, mediante ação no Congresso Nacional. Este PLC propõe a alocação às IFES dos recursos de OCC e de pessoal sob a forma de dotação global.

4 Sobre o corte das funções gratificadas e comissionadas: A AG decidiu entrar com ações judiciais individuais.

4 Sobre a participação da Adufrj-SSind na CUT Regional: A Assembléia Geral aprovou a regularização da participação da Adufrj-SSind na CUT Regional, inclusive quanto ao pagamento dos valores devidos, uma vez que o Andes-SN já é filiado à CUT.

A AG foi realizada em 17/02/00.

Resenha

• Seis meses depois de encerrado o Programa de Demissão Voluntária (PDV), nenhum, dentre os 5.733 servidores federais que aderiram ao programa, pôde ter acesso à linha de crédito prometida pelo Governo. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco do Brasil não se acertaram até agora sobre o texto da medida provisória que criou o programa e garantiu o financiamento.

• Aos 89 anos, morreu, no último dia 16 de fevereiro, o prestigiado cientista *Carlos Chagas Filho*. Fundador do Instituto de Biofísica da UFRJ, em 1945, Chagas Filho ainda comparecia duas vezes por semana ao local para dar aulas de filosofia da ciência na pós-graduação. O professor, que publicou cerca de 200 trabalhos ao longo de sua vida acadêmica, se dizia um dependente da pesquisa.

CADD começa a analisar recursos da Ged

A Comissão local de Avaliação do Desempenho Docente (CADD) analisou cerca de 30 recursos referentes à GED até o fechamento desta edição. Portavoz da comissão, o professor Fernando Alves Rochinha disse não saber se as modificações devidas seriam implementadas já no pagamento de fevereiro. “Tudo vai depender do processo de tramitação entre a SR-2 e a SR-4”, comentou.

Segundo Rochinha, em relação ao ano passado, quando mais de duzentos processos foram levados à comissão, houve uma diminuição do número de recursos, mas, por enquanto, o professor não se arrisca a dizer que essa avaliação terá menos contestação do que a anterior. Segundo ele, deve-se levar em conta que a divulgação dos resultados da gratificação coincidiu com as férias dos docentes. “Em 1998, os recursos foram encaminhados no mês de dezembro”, disse.

Aposentadoria – Vale lembrar aos docentes que o artigo 5º da Lei da GED (ver quadro) permite incorporar à aposentadoria a média aritmética da grati-

ficção dos últimos 24 meses percebidos na ativa. Como a GED foi instituída em julho de 98, será interessante - para o professor que conseguir mais de 60% dos pontos – continuar trabalhando até agosto para, enfim, requerer a aposentadoria.

Art. 5º O docente aposentado ou beneficiário de pensão, na situação em que o referido aposentado ou instituidor que originou a pensão tenha adquirido o direito ao benefício quando ocupante de cargo efetivo referido nessa Lei, tem direito à referida gratificação de estímulo calculada a partir da média aritmética dos pontos utilizados para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses em que a percebeu.

§ 1º Na impossibilidade do cálculo da média referida no caput, o número de pontos considerados para o cálculo equivalerá a sessenta por cento do máximo de pontos fixados no § 1º do art. 1º.

Regularização da contribuição sindical

A diretoria da Adufrj-SSind solicitou à Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) que efetuassem a compensação do desconto feito a mais nos contracheques de novembro dos sindicalizados a título de mensalidade (1% sobre os vencimentos quando deveria ter sido de apenas 0,8%). Em março, os sindicalizados serão descontados em 0,6% para compensar o que foi cobrado a mais. A partir de abril, o desconto dos sindicalizados

da Adufrj voltará a ser de 0,8%.

A Adufrj requereu também à reitoria que providencie, nos contracheques de março, o recolhimento de 0,8% sobre o 13º salário de 1999 e sobre o adicional de 1/3 de férias de 2000. Para que não haja dúvidas sobre a excepcionalidade deste recolhimento, a Adufrj-SSind pediu ainda que seja incluída uma mensagem nos contracheques dos professores alertando para o desconto.

Recesso

■ Informamos aos sindicalizados que, devido a participação da direção e da equipe de redação da entidade nas atividades do V Conad Extraordinário e do 19º Congresso do Andes-SN, não haverá publicação do jornal da Adufrj-SSind na semana de 27 de fevereiro a 3 de março.

Renovação no Consuni

■ Apenas duas representações docentes encerrarão mandato neste ano no Conselho Universitário. Em 02/05, acaba o mandato do representante dos professores de 1º e 2º graus, e, em 22/12, será a vez do representante dos titulares do CFCH.

Novos telefones e ramais

■ Para facilitar o contato dos sindicalizados e do público em geral com a entidade, está funcionando na Adufrj-SSind, desde o início de janeiro, um sistema PABX. Agora, além dos números 590-4799 e 260-6368, existe o 590-7753. Todos eles, através de um sistema de atendimento digital, levam aos ramais da Secretaria (20), da Comunicação (29), da Secretária Eletrônica (24) e do Fax (21).



Mobilização de servidores dificulta aprovação de projetos

Na avaliação do Departamento Sindical de Apoio Parlamentar (Diap), a convocação dos deputados e senadores em janeiro foi realmente extraordinária, só que para o governo. Desde a primeira posse de FHC, o Congresso reuniu-se oito vezes extraordinariamente. Mas, foi desta vez que o governo conseguiu o maior número de aprovações para suas emendas e projetos regulamentares.

A mobilização dos servidores públicos federais dificultou a tramitação e aprovação de projetos de especial interesse para o governo, como o caso da proposta de emenda constitucional que institui a contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas, atentamente acompanhada pela categoria (Ver artigo divulgado no Jornal da Adufrj-SSind, 27/01/00).

Entretanto, outros projetos de interesse do governo e lesivos aos servidores foram lamentavelmente aprovados. Exemplos são o projeto de regime de emprego público (as novas contratações no serviço público serão regidas pela CLT e não mais pelo Regime Jurídico Único) e o de demissão por desempenho (acaba com a estabilidade, dando lugar a políticas de demissão muitas vezes arbitrárias).

Com esta convocação o governo FHC conseguiu impor mais alguns pontos do projeto neoliberal de sua agenda política. A aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) deu poder a Fernando Henrique para

que distribua onde bem lhe aprouver 20% das verbas públicas da União. Recursos destinados às políticas sociais poderão migrar para o pagamento dos serviços da dívida externa, por exemplo.

Além disso, foi mantida na gaveta a proposta de Emenda Constitucional que restringe o uso de medidas provisórias. Como a aprovação de tal proposta significaria limitar a prática autoritária de Executivo, a matéria não despertou grande interesse da base governista.



O que o governo queria com a convocação extraordinária:

- Ⓐ Contar prazos em relação a algumas emendas constitucionais, especialmente a da contribuição dos inativos e do subteto;
- Ⓑ aprovar a DRU na Câmara;
- Ⓒ aprovar a lei de responsabilidade fiscal;
- Ⓓ aprovar as medidas provisórias que criavam tributos ou aumentavam a arrecadação;
- Ⓔ ampliar as oportunidades de votação dos projetos que regulamentam a previdência complementar e a reforma administrativa, além das leis orçamentárias.

Governo paga R\$ 20 milhões para “bancar” convocação durante recesso

Apesar de ter gasto cerca de R\$ 20 milhões para “bancar” as votações extraordinárias de sua reforma, o governo ainda não pode cantar vitória completa. O tempo útil para aprovação de emenda constitucional vai até junho, momento a partir do qual os partidos da base aliada – aqueles que pretendem ter candidato próprio em 2002 – se concentrarão nas eleições de outubro. Além disto, mesmo até junho, o governo

enfrentará algumas dificuldades de relacionamento com sua base parlamentar, especialmente em relação à tramitação das PECs dos inativos, da reforma tributária e do uso de medidas provisórias, bem como do aumento do salário mínimo, do reajuste dos servidores e da ameaça de greve dos magistrados, além do acirramento da disputa em torno da sucessão na Câmara e no Senado.

A situação de alguns dos projetos e emendas

■ Emprego Público

Falta apenas a sanção do presidente Fernando Henrique para ser transformada em lei a proposta que vincula o regime de contratação dos servidores públicos federais à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Assim, os servidores da administração federal pública direta, autárquica e fundacional passarão a integrar o sistema previdenciário comum, ou seja, contribuirão para o INSS e receberão a aposentadoria dentro das regras da iniciativa privada, cujo teto é de R\$ 1.255,32.

■ Previdência

A CCJ aprovou também o parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL/MG) ao PLC 63/99 (PLP 10/99, na Câmara) que dispõe sobre as normas gerais do regime de Previdência Complementar. O relator, que manteve o texto aprovado na Câmara, apresentou também uma emenda de redação que foi acatada pelos senadores. O projeto segue agora para Comissão de Assuntos Sociais que dará parecer sobre o mérito da matéria.

■ Judiciário

Na sessão do dia 9, o Plenário da Câmara apreciou mais quatro emendas da reforma do Poder Judiciário. Com o resultado das votações, o ingresso na magistratura ficou condicionado a três anos de atividades jurídicas e não a três anos de atividades privativas de bacharel em Direito, como previa o substitutivo. A competência para julgar conflito de ato de governos estaduais ou municipais, com a lei federal, foi transferida do STF para o STJ, envolvendo decisão sobre a aplicação ou não da lei federal ao governo local; a competência da Justiça do Trabalho passou a ser reconhecida para julgar conflitos decorrentes de “relações de trabalho” e não mais de “relações de emprego”. A emenda rejeitada queria incluir no texto a previsão de eleições diretas e secretas para a direção dos tribunais regionais e estaduais; são eleitores os desembargadores e todos os juizes vitalícios.

■ Desvinculação dos Recursos da União (DRU)

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou também a proposta de emenda constitucional do governo que desvincula as receitas da União. Pelo texto aprovado, 20% da arrecadação de todos os impostos e contribuições da União poderão ser desvinculados de qualquer despesa previamente atribuída e podem ser livremente manuseados pelo Governo. Prioritário para FHC, a DRU já foi aprovada pela Câmara e vai à votação no plenário do Senado. Se aprovadas, as áreas de Saúde, Previdência e Educação serão mais uma vez prejudicadas em cada desvinculação.

Fonte: Agência Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Adufrj solicita execução judicial de Abono/98

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind vai tentar iniciar a execução dos valores devidos pela UFRJ a título de abono de férias de 1998 e da respectiva multa, considerando o descumprimento reiterado da ordem do Juiz na Carta de Sentença no. 98.004.5291-5 visando o pagamento do abono pecuniário de férias.

A UFRJ apresentou nos autos do processo uma lista de professores que, de acordo com a Universidade, teriam direito ou optado pela conversão de um terço de férias em pecúnia no ano de 1998, com os respectivos valores devidos a cada um dos docentes, ainda sem a inclusão das multas, evidentemente.

Entretanto, existem outros professores que fizeram o requerimen-

to e não estão incluídos na listagem da UFRJ, mas não há como a Adufrj-SSind realizar este levantamento sem a manifestação dos docentes envolvidos. Em vista disso, será preciso obter junto aos próprios interessados o valor exato recebido por cada um a título de férias em 1998.

Assim, convocamos os professores que tenham requerido o abono de férias em 1998 para comparecerem à sede da Adufrj-SSind munidos de contracheque do mês de recebimento das férias, para que seja possível verificar se o valor informado pela UFRJ está correto, para os que já constarem da listagem apresentada pela Universidade. Para os professores que não constarem da listagem da UFRJ, mas

que tenham solicitado o abono 98, o contracheque permitirá o cálculo do valor do abono e a inclusão no processo.

No caso dos professores que não constarem da listagem da UFRJ será necessário ainda a comprovação da opção do abono e do gozo de férias em 1998, para o caso de haver contestação ou impugnação por parte da UFRJ. Estes comprovantes podem ser obtidos na seção de pessoal da Unidade onde o docente estiver lotado. Uma cópia da listagem apresentada pela UFRJ nos autos do processo estará disponível na Adufrj-SSind para consulta dos interessados. A relação dos professores constantes da referida listagem também será disponibilizada em breve na pági-

na eletrônica da Adufrj-SSind (www.alternex.com.br/~adufjrj).

Os cálculos do terço das férias e da respectiva multa são simples, mas é necessário que a obtenção ou a verificação dos dados de todos os que têm direito ao abono seja concluída o mais rápido possível para dar início à execução judicial. Em vista disso, os professores que confirmarem ou contestarem e comprovarem suas informações até o dia **31 de março de 2000** serão incluídos na execução com as informações atualizadas. Quanto aos demais, aqueles cujos nomes constarem da relação apresentada pela própria Universidade serão incluídos com as informações fornecidas apenas pela UFRJ.

Nota de protesto dos alunos da Faculdade de Educação

Durante as últimas semanas fomos surpreendidos por uma série de fatos lamentáveis que vêm ocorrendo no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

Além do desrespeito ao consagrado princípio da autonomia universitária, exemplificada pela atitude em contornar sua atual falta de legitimidade pela via da justiça comum, no dia 4 de janeiro, a Diretora da Faculdade de Educação, Prof. Speranza França da Mata, decidiu revogar as inscrições para a seleção de Mestrado e Doutorado, previstas em edital, sem que ao menos consultasse o Colegiado.

Com a mesma perplexidade, no dia 04 de fevereiro, tomamos conhecimento da dispensa da Prof. Marlene Alves de Oliveira Carvalho – Coordenadora da Pós-Graduação, eleita democraticamente pelo Colegiado. Confirmando a regra autoritária que tem marcado sua administração biônica, o Rei-

tor José Henrique Vilhena, impõe o nome do Prof. Alberto de Mello e Souza como coordenador da pós-graduação da FE.

Insistindo em prosseguir com suas medidas arbitrárias e autoritárias, a Diretora da Faculdade de Educação decidiu afastar a servidora Maria Ivone Jardim da secretaria da Pós-Graduação, sem justificativa razoável.

Consideramos que a adoção dessas medidas comprometem profundamente a continuidade e o êxito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.

Causa-nos indignação e protesto, a prática de adotar medidas arbitrárias e autoritárias “na calada da noite”, desprezando o debate entre alunos e professores.

Como consequência de toda essa crise, o CEPG deliberou pela desativação do Programa e instalação de uma comissão para coordenação temporária do mesmo. Entendemos que, qualquer inten-

ção que tenha essa medida, sua repercussão para a imagem do programa será desastrosa.

Reafirmando nossa intenção em lutar de todas as formas possíveis e necessárias para garantirmos nossos direitos de mestrandos e doutorandos, exigimos:

- 4 a abertura das inscrições para seleção de mestrado e doutorado;
- 4 a imediata reintegração da Prof. Marlene Alves de Oliveira Carvalho na Coordenação do Programa;
- 4 a imediata reintegração da servidora Maria Ivone Jardim na secretaria da Pós-Graduação;
- 4 a revisão da deliberação do CEPG quanto à desativação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ.



Assinam: alunos da turma do Mestrado 1999-2000

- Alessandra Bruno
- Ana Luiza Manzini Bittencourt de Castro
- Anita Handfas
- Giseli Pereli de Moura Xavier
- Josefina Carmen Dias de Mello
- Maria da Conceição de Carvalho Rosa
- Maria Inês Lavinias Pereira
- Maria Inês Rocha de Sá
- Marina Alves de Novaes e Cruz
- Marta Diniz Paulo
- Rita de Cássia Pimenta de Araújo
- Rosanne Evangelista Dias
- Rozana Gomes de Abreu
- Vera Lúcia Marques da Silva

Exigência da Capes provoca regulamentação de estágio didático

A UFRJ regulamentou na última reunião conjunta CEG/CEPG (dia 19) o estágio didático para alunos da pós-graduação *stricto sensu*. Agora, para regularizar a situação dos estudantes, cabe aos colegiados de Pós-Graduação e Pesquisa da Unidade ou Órgão Suplementar decidir os requisitos mínimos do estágio (obrigatoriedade ou não, carga horária, critérios de avaliação, etc.) e encaminhar seu projeto ao CEPG. Em nenhum caso, no entanto, as tarefas letivas (entrar em sala para dar aula) atribuídas aos pós-graduandos poderão superar 20% da carga horária total da disciplina na qual exercem atividade de treinamento didático.

Representante do corpo discente no CEPG, o estudante da Engenharia Química da Coppe Pablo Piras voltou a manifestar sua preocupação com a liberdade que foi dada aos programas para definir a obrigatoriedade do estágio didático, mesmo contra a vontade dos alunos. Pablo sustentou que a prática do que foi observado nos programas desde fevereiro – quando um ofício da Capes determinou a obrigatoriedade do estágio didático para todos os seus bolsistas - até agora foi bem diferente da teoria dos demais conselheiros do CEG/CEPG. “Um simples ofício da Capes, enviado de forma não-institucional, mas a cada coordenador, estava sendo obedecido”, comentou.

O sub-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, respondeu que essa obrigatoriedade não será uma decisão isolada de um professor. “O colegiado vai definir (a



obrigatoriedade ou não) como uma proposta do programa. Não vejo isso como negativo”, defendeu. Sobre o que vinha ocorrendo nos programas, Figueiredo atribuiu o problema à demorada resposta da UFRJ para o assunto somada à insegurança de perder as bolsas. “Com essa resolução, a situação vai ser modificada. Mas também dizer que não é obrigatório para todos os programas não é nada razoável”, afirmou.

Para a vice-presidente da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, esta exigência da Capes representa mais uma intervenção na autonomia universitária. Segundo a professora, o alcance desta medida só pode ser compreendido à luz da contenção na contratação de pessoal docente para as universidades públicas. Assim como o antigo programa de tutoria da UFRJ, esta exigência de estágio tem como efeito a substituição do trabalho do docente efetivamente con-

tratado pelo trabalho do bolsista da Capes. Em lugar de abrir concursos para preencher as vagas de docentes em atendimento às necessidades da graduação e da pós-graduação, a medida da Capes “resolve” o problema fazendo com que o estudante de pós-graduação assuma uma parcela do trabalho do docente. Na verdade, esta exigência da Capes deve ser vista como contratação de mão-de-obra barata travestida de estágio de formação.

Um ponto bastante polêmico da resolução diz respeito à presença do professor junto ao pós-graduando durante a atividade letiva. Alguns conselheiros defenderam que o aluno não poderia ficar sozinho enquanto daria aula, mas acabou prevalecendo o ponto de vista de que seria suficiente uma supervisão direta neste aspecto.

A última discussão do documento relacionou-se à vontade dos alunos pós-graduandos que desejavam receber um certificado especial da universidade quando exercessem o estágio didático. Os estudantes argumentaram que essa espécie de diploma poderia lhes dar alguma vantagem em algum concurso para a docência. Os conselheiros responderam que o histórico escolar (onde constaria a tal disciplina de treinamento didático) atenderia perfeitamente a essa necessidade. Se o aluno, mesmo assim, desejar alguma distinção do programa, bastará solicitar um comprovante ao coordenador.

Vale lembrar que a resolução dos colegiados substitui o antigo programa de tutoria até então vigente.

V CONAD *Extraordinário*

20 de fevereiro de 2000
Juiz de Fora-MG

PAUTA:
Prestação de Contas do Andes-SN/exercício 1998

19º Congresso do ANDES-SN

21 a 26 de Fevereiro de 2000/Juiz de Fora-MG

Pauta:

- 4 Movimento Docente: Plano de Lutas;
- 4 Autonomia, Financiamento, Carreira, Campanha Salarial, Modelo Jurídico da Universidade Autônoma e Políticas Públicas;
- 4 Questões Organizativas e Financeiras.

Pontuação GED disponível na rede

Desde o dia 19 de janeiro, os docentes têm à disposição na página eletrônica da UFRJ o resultado individual da pontuação GED. Para saber os pontos alcançados, deve-se acessar o Sigma com a senha no recém-criado Módulo Ged/99 – Resultados. Nessa “janela” do aplicativo, pode-se verificar um extrato detalhado por item da atividade acadêmica avaliada.

Porta-voz da Comissão de Avaliação do Desempenho Docente (CADD), o professor Fernando Alves Rochinha explicou que ainda não foi possível reunir dados para fazer o relatório geral da universidade quanto à gratificação GED. A idéia da comissão, de acordo com Rochinha, além do relatório geral, é divulgar uma avaliação por departamento.

O professor adiantou que pouco mais de cem docentes habilitados para pedir a GED não encaminharam os relatórios nem através do sistema Sigma, nem pelo papel. Conforme decisão da juíza, este contingente que não sofreu a avaliação em 99 vai perceber um valor GED equivalente ao de dezembro de 1998. Para regularizar a situação, eles devem enviar para a CADD, através de processo, as informações de Ensino e Orientações, Projetos, Produção Intelectual e Atividades Suplementares.

Segundo Rochinha, os docentes sem avaliação e mais

todos aqueles que escolheram o envio de dados pelas planilhas quantitativas devem detalhar as informações relativas a Projetos, Produção Intelectual e Atividades Suplementares no Sigma, até o dia 7 de abril às 23h59.

Recurso

Este ano, a comissão estabeleceu um processo padronizado para o docente preparar o recurso relativo à gratificação. Desde o dia 20 de janeiro, é possível adotar este procedimento: o interessado deve preencher um formulário RAP; escrever sua justificativa e juntar ao processo uma cópia do resultado da pontuação fornecido pelo Sigma e outra cópia do relatório GED disponível nos módulos do Sigma. Os processos deverão ser encaminhados à CADD/SR-2 pelos respectivos Setores de Pessoal das Unidades através da Divisão de Comunicação (DICOM) da UFRJ.

Documentos necessários para formalização do recurso:

- 4 Formulário RAP devidamente preenchido;
- 4 Justificativa do solicitante;
- 4 Cópia do resultado da pontuação fornecido pelo Sigma;
- 4 Cópia do relatório GED disponível nos módulos do Sigma

Consuni sem ação em época importante

Mais uma vez faltou quórum para o Consuni, em 27/01. Desta vez, havia número suficiente de conselheiros para abrir a sessão e realizar o expediente (parte de avisos), mas faltou gente para início das deliberações. E as perspectivas de decisão não são nada boas a curto prazo para o colegiado: haverá um recesso até depois do carnaval, em março, e as representações discente e de técnico-administrativos encerraram seus mandatos nesta reunião de 27/01. As eleições (no caso dos funcionários) e as indicações (no caso dos estudantes) sucessórias estão previstas para a segunda quinzena de março. Se não houver prorrogação de mandato, o Consuni provavelmente só deve se reunir efetivamente no fim de março ou início de abril. Enquanto isso, as discussões de mestrado profissionalizante, de cursos sequenciais e a proposta de autonomia do MEC continuam circulando por aí...

Durante o expediente, o professor Aloísio Teixeira manifestou-se preocupado com a suspensão do concurso para a pós-graduação da Faculdade de Educação. No entendimento de Aloísio, a posse da diretora é legal, embora a maioria dos docentes não aprove o processo da lista tríplice. No

caso do edital de concurso suspenso, no entanto, o professor comentou que a diretora deveria apontar algum caso de irregularidade que justificasse tal fato. Como isso não ocorreu, pareceu-lhe que a atitude arbitrária prejudica a Unidade e a UFRJ, em geral. No fim, Aloísio pediu para que a situação seja apreciada pelo CEPG.

Em seguida, Aloísio e o representante dos estudantes José Carlos Madureira levaram ao Consuni uma notícia de que o estatuto elaborado pela reitoria estaria nos escaninhos do Conselho Nacional de Educação (CNE), pronto para ser analisado. Os dois pediram a imediata retirada do texto antigo do CNE e Vilhena prometeu atender a solicitação.

Bolsas do CAp - O diretor do CAp, Moacyr Barreto, pediu esclarecimentos à reitoria sobre as bolsas dos professores do colégio. O convênio do PAP (Programa de Apoio ao Professor de 1º e 2º graus) é gerido pela Capes, tem vigência de seis meses e é renovável por seis meses. O sub-reitor Antônio Figueiredo explicou que o termo aditivo para a renovação ainda não chegou às mãos dele, mas garantiu o pagamento das bolsas em fevereiro relativo a janeiro.

4 Pauta de reivindicações para plenária dos SPF's de 23/1/00: Encaminhar para a Diretoria do Andes-SN, seções sindicais, reunião do setor das federais do Andes-SN de 22/1/00, CNESF e plenária dos SPFs, deliberações sobre a pauta nacional de reivindicações dos SPFs já tomadas em assembleias anteriores da Adufrj-SSind.

4 Perdas do Plano Real: Autorização para a Adufrj-SSind impetrar ação judicial para obtenção de reajuste de vencimentos no índice resultante da diferença entre o índice efetivamente aplicado e aquele realmente devido, por força da aplicação da lei nº 8880/94.

4 Corte das funções comissionadas/gratificadas: A seção sindical deve reunir informações relativas a este problema na UFRJ, para que uma assembleia geral posterior volte a tratar do tema. Foram sugeridos os seguintes encaminhamentos: solicitação de informações tanto à SR-4 quanto diretamente aos professores sobre a situação do quadro docente da UFRJ atingido pela medida, organização de reunião com os professores atingidos por ela.

Obs.: A Diretoria da Adufrj-SSind vai se reunir com a SR-4 para esclarecimentos sobre corte das funções comissionadas/gratificadas no dia 1º de fevereiro.

Calendário ADUFRJ

4 Reunião com os professores atingidos pelo corte das funções comissionadas/gratificadas, com a participação da assessoria da Adufrj-SSind.

LOCAL: sede da Adufrj-SSind, às 10 horas.

DATA: 9/2 (quarta-feira)

4 Reuniões para discussão dos temas constantes do caderno de textos do V Conad Extraordinário e do 19º Congresso do Andes-SN.

LOCAL: sede da Adufrj-SSind, às 14 horas.

DATA: 2/2 (quarta-feira)

TEMA: Conjuntura, Seguridade social, questões de gênero, C&T, comunicação

DATA: 9/2 (quarta-feira)

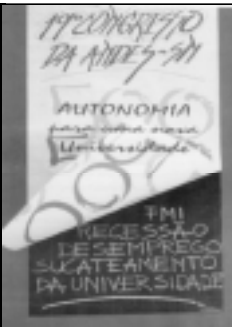
TEMA: Prestação de contas do sindicato/1998, questões organizativas e financeiras, política sindical

DATA: 15/2 (terça-feira)

TEMA: Autonomia, financiamento, coned, carreira, conjuntura, planos de lutas dos setores

4 Reunião do Conselho de Representantes e da delegação da Adufrj-SSind para avaliação e encaminhamentos relativos ao V Conad Extraordinário e ao 19º Congresso do Andes-SN: 1-3 (quarta-feira), às 10 horas, na sede da Adufrj.

Todos os sindicalizados estão convidados a participar das reuniões acima.



Congresso do Andes-SN reúne em Juiz de Fora 356 delegados e 38 observadores de 59 seções sindicais de todo o Brasil.

Juiz de Fora recebe 19º Congresso do Andes-SN

O auditório do Cine-Theatro Central de Juiz de Fora ficou lotado no dia 21 de fevereiro para a abertura do 19º Congresso do Andes-SN. Na mesa montada no palco para início dos trabalhos, além do presidente do Sindicato, Renato de Oliveira, e da presidente da seção sindical da UFJF, Daniela de Oliveira, marcaram presença a reitora da universidade local, Maria Margarida, e o presidente da UNE, Wadson Ribeiro, entre outros.

Chamou atenção nos discursos de abertura a diferença entre as falas da reitora e do presidente do Andes-SN. Enquanto Renato de Oliveira valorizou em seu discurso “a luta de argumentos de forma intensa”, a professora Maria Margarida lembrou as greves como instrumento de construção da identidade do movimento docente. Se algum desavisado chegasse ao Cine-Theatro e não conhecesse os dois, certamente trocaria as funções exercidas por cada um. Nas palavras da reitora havia muito mais revolta com a conjuntura atual do que nas do presidente do Andes-SN. Este, no entanto, limitou-se a classificar como vitória no ano que passou o recuo do governo na apresentação do projeto de

autonomia, embora admitisse que a “situação não mudou muito” desde então. Muitos professores presentes ao evento reclamaram que o presidente do Andes-SN não fizesse a menor referência, logo na abertura do Congresso, ao escandaloso corte das bolsas dos docentes de 1º e 2º graus.

Vaia

Na leitura dos nomes das personalidades que enviaram mensagens saudando a realização do 19º Congresso do Andes-SN, a 1ª secretária da entidade, Ciomara Nunes, desfiou um sem número de autoridades. A lista começou pelos nomes dos governadores, passou pelos secretários de Educação de diversos lugares e assim seguiu, só sendo interrompida uma única vez: houve um princípio de vaia, quando foi citado o nome do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Encerramento

Depois de 64 horas de trabalho em Plenárias e Grupos, o Congresso foi encerrado por falta de quórum durante as discussões finais da Plenária do Tema III (questões organizativas e financeiras), às 7h da manhã de domingo. Um dos presentes pediu verificação de quórum durante a votação de

uma proposta encaminhada pela Adufrj-SSind de criar um Conselho Editorial para o informativo do Sindicato Nacional Informandes. A intenção da Adufrj-SSind era criar uma espaço de intervenção da categoria na linha editorial da publicação, já que nos últimos tempos o Informandes tem se firmado como uma publicação considerada por boa parte dos delegados presentes ao Congresso como demasiadamente parcial, divulgando apenas os interesses da atual diretoria do Andes-SN.

Para o desalento dos que ficaram a noite inteira em Plenário, o evento foi encerrado com 157 delegados presentes, faltando apenas 21 para o quórum. A maioria dos presentes, neste momento, era de professores ligados à corrente Andes Autônoma e Democrática, oposição à atual direção. Foi organizada uma manifestação relâmpago contra a forma de encerramento dos trabalhos e um protesto contra a indicação pela diretoria do Andes-SN de professores ao Conselho Nacional de Educação, que está sofrendo denúncias de falsificação de pareceres em prol de instituições particulares de ensino.

Mais Congresso do Andes-SN nesta edição.

Assembleia

15/3
QUARTA-FEIRA

13:30
HORAS

Auditório
do CT
Ilha do Fundão

GERAL

PAUTA

- ✓ Encaminhamentos dos 19º Congresso e V Conad Extraordinário do Andes-SN;
- ✓ Campanha salarial dos SPF: indicativo de **greve por tempo indeterminado** para a 1ª semana de maio de 2000;
- ✓ Eleição de delegados para a Plenária dos SPF de 1/4/00;
- ✓ Bolsas dos professores do CAP.

A eleição da próxima diretoria do Andes-SN - para o biênio 2000/01- será nos dias 23 e 24 de maio de 2000. Os manifestos das chapas concorrentes, Andes para uma Nova Universidade (Chapa 1, da situação) e Andes Autônoma e Democrática (Chapa 2, da oposição), assim como os nomes apresentados pelas chapas no 19º Congresso, estão publicados nesta edição - páginas 6 e 7

Categoria rejeita prestação de contas do Andes-SN

“Golpista! Golpista!” Com este grito de guerra, vários professores demonstraram toda a indignação com o presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, ao final do V Conad Extraordinário. Realizado em Juiz de Fora, a 20 de fevereiro, o Conselho tinha como único ponto de pauta a prestação de contas da Diretoria Nacional do Andes-SN com relação ao exercício de 1998. Duas propostas estavam em jogo: a aprovação das contas (encaminhamento da Diretoria) ou sua desaprovação, com os devidos esclarecimentos no próximo Conad (encaminhamento da oposição). A votação final registrou empate com 25 delegados para cada lado. Assim que o resultado foi proferido, num ato arbitrário, Renato de Oliveira deu a questão como esgotada na esfera do Conad e iniciou a plenária de fechamento.

Naquele exato momento, revoltados, os delegados da oposição tentaram apelar para o bom senso democrático: a plenária é que deveria decidir o que fazer com o resultado de empate. Os delegados da situação comemoravam o empate como se fosse uma vitória - dois dias depois, na plenária de instalação do 19º Congresso, Renato de Oliveira comunicaria que o assunto da prestação de contas seria remetido ao 40º Conad.

Nem assim o presidente conseguiu diminuir a tensão do ambiente. Para a oposição, as plenárias não podem existir ou deixar de existir pela simples vontade de uma só pessoa.

Histórico da prestação de contas

A prestação de contas relativa a 1998 é uma questão que se arrasta no Sindicato desde o final do 38º Conad, realizado no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, em uma nota distribuída na madrugada da plenária final, a atual Diretoria listava alguns problemas contábeis registrados e cobrava da diretoria anterior uma solução – vale lembrar



que em meados de 1998 houve troca de Diretoria no Andes-SN e cada semestre foi trabalhado por gestões diferentes. Caso isso não fosse regularizado, a nota deixava claro em um tom ameaçador que os ex-diretores seriam devidamente responsabilizados.

A antiga Diretoria, tendo à frente a ex-tesoureira Solange Bretas, delegada da Adufu-SSind, prestou os devidos esclarecimentos tanto para o 39º Conad, realizado em Curitiba, como para este V Conad Extraordinário, mas, mesmo assim, a prestação de contas devida pela atual diretoria do Andes-SN continuou apresentando erros ou dados obscuros. Ninguém da atual Diretoria soube explicar, por exemplo, porque o segundo semestre de 1998 apresentou despesas 20% maiores em relação ao primeiro, que, como todos lembram, foi um período de greve. Por isso mesmo, a prestação de contas apresentada pela direto-

ria atual vinha sendo sistematicamente negada pelos Conads .

Absurdos

O V Conad Extraordinário foi palco de vários absurdos políticos. Além da decisão arbitrária do presidente do Andes-SN na plenária final, algumas outras falas e atitudes demonstraram o desrespeito da Diretoria com o conjunto dos delegados. Aliás, não faltaram professores que brincassem, associando o nome do salão do hotel – Salão Imperial – com a figura do presidente.

Um primeiro exemplo ocorreu logo no começo dos grupos mistos que discutiriam a prestação de contas pouco antes da plenária deliberativa. Somente ali, poucas horas antes da discussão final, foram distribuídos alguns documentos do escritório de contabilidade Merconsult, contratado pelo Andes-SN, com explicações sobre o balanço do sindicato. Quando interrogados pela oposição do por quê de

aquela nota não ter sido distribuída antes, a 1ª secretária Ciomara Nunes respondeu que algumas contas estavam sendo revistas ainda na véspera do V Conad Extraordinário. A explicação não convenceu, pois o balanço continuou apresentando erros grosseiros.

No calor da discussão, foi lembrado pelo professor Luiz Lucas, da Adufpel-SSind, que o presidente Renato de Oliveira se utilizou do Informandes, veículo de comunicação que atinge toda a categoria, para taxar de “apropriação indébita” lançamentos da diretoria anterior na prestação de contas. Nos Conads, no entanto, onde participam cerca de duzentos delegados, a Diretoria não mantinha a acusação. Mais: afirmava ainda não ter qualquer suspeição com relação aos ex-diretores em documentos entregues a estes delegados. O professor Lucas cobrou uma retratação, com o mesmo espaço, no Informandes.

O outro grande absurdo se deu na plenária final. O segundo tesoureiro da Diretoria, professor Aurélio Gonçalves de Lacerda, reconheceu os erros no balanço, mas disse que não podia alterar a prestação assinada pelo contador do escritório de contabilidade. Segundo ele, as correções só poderiam ser feitas na prestação de contas de 1999. Nesse sentido, o professor Aurélio pediu a aprovação das contas mesmo com erros e deixou os esclarecimentos para o futuro. O professor José Miguel, delegado da Adufrj-SSind, foi o primeiro a reagir. “Fica estranho aprovar prestação de contas que já é reconhecida como errada por quem a fez”, comentou. José Miguel acrescentou que as correções devidas poderiam vir na forma de um estorno contábil, mas o tesoureiro não se rendeu às evidências. A partir daí, as falas se alternaram a favor ou contra a prestação de contas até se chegar ao resultado de empate na votação. E ao desenlace pouco democrático.

As principais decisões do 19º Congresso do Andes-SN

O 19º Congresso iniciou com a rejeição da proposta da diretoria do Sindicato de pautar suas lutas a partir das proposições contidas no Manifesto “Em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho”.

Em contraposição, enfatizando a necessidade de enfrentar de forma mais combativa as políticas neoliberais implementadas pelo governo FHC, o 19º Congresso do Andes-SN reafirmou eixos de luta, priorizando as seguintes questões: **Carreira Docente, Salário, Previdência Social, Política Educacional (Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e Educação Tecnológica), Ciência e Tecnologia, Autonomia e Financiamento (Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira – Cadernos ANDES nº 2)**

Foram aprovados ainda, além dos Planos de Lutas mais específicos das IEES, das IPES e das IFES, eixos mais gerais em defesa da Universidade Pública, contrários à sua privatização e ao aviltamento do trabalho docente, representado pela contratação de professores substitutos, pela utilização de bolsistas de pós-graduação como docentes e outros modos irregulares de docência pelas IFES. O Congresso também se posicionou contra todas as formas de ataque ao princípio da indissociabilidade de ensino/pesquisa/extensão e contra a dissociação da universidade da realidade social e sua subordinação aos interesses do mercado.

Bandeiras de Luta – *Fora FHC e o projeto neoliberal; Fora FMI; Não pagamento da dívida externa do setor público* (ganhou, na votação mais apertada do Congresso – 107 a 106 –, de “Não pagamento da dívida externa”); e *Pelo pagamento da dívida social: saúde, educação, terra e trabalho*.

Congresso Extraordinário - A diretoria do ANDES-SN apresentou proposta de realização de um Congresso Extraordinário para discutir especificamente Autonomia Universitária e a definição de um “modelo jurídico para a Universidade autônoma”, proposta amplamente rejeitada.

Entulhos autoritários – Foi aprovada a luta do movimento pela revogação de todos os “entulhos autoritários” (resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis) que restringem ou impedem o pleno exercício da Autonomia Universitária, pela defesa da auto-aplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal e pelo princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, combatendo as propostas de legislação infraconstitucional ou de Emenda Constitucional que tenham o objetivo de regulamentar a autonomia universitária, tais como as do MEC e da Andifes, assim como a recusa à totalidade das propostas do MEC e da Andifes sobre Autonomia e financiamento das IES públicas, por serem totalmente contrárias às do movimento docente.

Autonomia Universitária – Mais uma vez, o movimento docente optou por defender a auto-aplicabilidade do artigo constitucional 207, que garante autonomia didático-científica, financeira e patrimonial às instituições de ensino superior. A proposta apresentada pela diretoria do Andes-SN de estabelecer um modelo jurídico para as universidades públicas foi amplamente rejeitada. Para o movimento, o modelo de universidade a ser perseguido é o que consta na Proposta do Andes/SN para a Universidade Brasileira publicada no Cadernos Andes nº 2 (1996). Até porque, para a maioria dos delegados, com a atual configuração do Congresso Nacional seria quase impossível aprovar qualquer legislação para as universidades que contemplasse um modelo de instituição pública, gratuita, de qualidade e democrática. A proposta de autonomia universitária apresentada pelo MEC foi absolutamente descartada pelos docentes.

O Congresso deliberou ainda por rejeitar os termos das “Proposições para a Universidade Autônoma” e dos “Enunciados para o Estatuto da Universidade Autônoma”, subscritos por membros da Diretoria Nacional do Andes-SN, tendo em vista suas incorreções, sua fundamentação em falsas premissas e inclusão de teses já apreciadas e rejeitadas pelas instâncias deliberativas do Andes-SN, em especial as deliberações do 18º Congresso.

Ensino Técnico e Tecnológico - Em relação ao Ensino Técnico e Tecnológico o sindicato deve lutar para impedir a implementação de uma rede de ensino profissional dissociada das redes de ensino acadêmico nos âmbitos federal, estadual e municipal e, tendo como referência o projeto Andes-SN para a Universidade Brasileira, o 19º Congresso indicou que o GTPE (Política Educacional) deve promover debates sobre a caracterização das escolas técnicas e agrotécnicas e os CAP’S enquanto unidades orgânicas vinculadas ao 3º grau, inscritas na formação de professores e na realização de atividades de pesquisa e extensão.

Cursos Seqüenciais e Institutos Superiores – O movimento docente reiterou sua posição contrária aos cursos seqüenciais e propôs a realização de um Seminário Nacional para debater diretrizes curriculares. O Congresso também rejeitou a formação de educadores dos ensinos médio e fundamental pelos Institutos Superiores de Educação, o que retira esta formação do meio acadêmico e acaba com as licenciaturas.

Provão – Os professores rejeitaram o Exame Nacional de Cursos (Provão) e a política de “ranqueamento” das universidades.

Carreira - Sobre a questão da Carreira foi aprovada a Luta junto ao Congresso Nacional para uma priorização da Carreira Unificada como forma de luta pela imediata defesa do Sistema Federal de Ensino Superior, garantindo a manutenção dos Colégios Técnicos, Escolas Agrotécnicas e Colégios de Aplicação nas universidades.

Isonomia – Uma das lutas do movimento será pela incorporação dos valores da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) nos seus níveis máximos no salário de todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus, ativos, inativos e pensionistas. Para o movimento, a GED e sua vinculação com a avaliação da produtividade docente quebram o princípio de isonomia salarial conquistado pelos servidores federais.

Salários - Sobre o piso e o teto da Carreira Única para o Magistério das IES, a malha salarial aprovada foi a proposta pela Adufrj-SSind, em salários mínimos do DIEESE:

	20 horas	Dedicação Exclusiva
Prof. Auxiliar A	1,0	3,1
Prof. Auxiliar B	1,1	3,41
Prof. Assistente A	1,5	4,65
Prof. Assistente B	1,65	5,12
Prof. Adjunto A	2,0	6,2
Prof. Adjunto B	2,2	6,82
Prof. Associado A	2,5	7,75
Prof. Associado B	2,75	8,53
Prof. Pleno	3,0	9,3

O 19º Congresso indicou como uma das tarefas centrais do Sindicato no ano 2000 a definição e implementação de campanhas salariais que, unificadas no âmbito em que isto for possível, recuperem o poder aquisitivo dos vencimentos dos docentes das IES do país, incorporando-se aos salários as diversas gratificações que hoje vigoram e a luta pela implementação de um piso salarial unificado para os três Setores.

Privatização – Os docentes se manifestaram contra o processo de privatização interna nas universidades públicas, principalmente proporcionado pelas fundações privadas que administram contratos de serviços entre programas e docentes junto a instituições externas às universidades. Os contratos de gestão e outras formas de “compra e venda” de serviços, cursos e programas nas instituições públicas foram veementemente criticados pelo movimento.

Ciência e Tecnologia - Foi aprovada a proposta apresentada pela Adufrj-SSind de que o movimento deve lutar pela democratização das agências de fomento à pesquisa e desenvolvimento de C&T. Entre outras sugestões, a proposta prevê a reivindicação da aplicação imediata de 1,5% do PIB no setor.

Seguridade Social - No tocante à Seguridade Social, o 19º Congresso reafirmou a necessidade de combater em todas as frentes as tentativas de desconto previdenciário para os inativos e os projetos de regulamentação de previdência complementar, a exemplo dos fundos de pensão.

Política Sindical - O 19º Congresso reafirmou a necessidade de uma maior articulação junto a outras categorias e movimentos em luta, da participação efetiva do Sindicato, através das suas seções sindicais, na Central Única dos Trabalhadores e suas instâncias de deliberação, como Congressos Estaduais e Nacional.

Comunicação - Nem todas as temas foram apreciados e deliberados pelo Congresso. A proposta da Adufrj-SSind de uma política de comunicação mais democrática para o Sindicato, que criava um conselho editorial para o Informandes, o que certamente garantiria sua imparcialidade, principalmente no período eleitoral, não pôde ser apreciada por falta de quórum. Igualmente importante, mas não deliberada, foi a questão da indicação de nomes, por parte da direção do Sindicato, para compor o Conselho Nacional de Educação. Outras questões de fundamental interesse dos docentes foram ainda discutidas e analisadas. Em outros números, o jornal da Adufrj-SSind estará informando as posições do Sindicato Nacional e as deliberações que irão pautar as lutas do movimento docente este ano.

Adufrj-SSind não aceita participação do Andes-SN no Conselho Nacional de Educação

Mais uma vez a Diretoria Nacional do ANDES-SN passa por cima das decisões da instância máxima de deliberação da categoria - o Congresso do ANDES-SN - e decide indicar nomes para compor o Conselho Nacional de Educação. Desde o 15º Congresso do Sindicato, a categoria já tinha se posicionado contrariamente a qualquer participação do nosso Sindicato no CNE.

No 19º Congresso realizado em Juiz de Fora, os delegados foram surpreendidos com a informação, através da Agência de Notícias do ANDES-SN, de que a diretoria do ANDES-SN indicara representantes para o referido Conselho. Ficou evidenciado nos grupos mistos (onde há uma avaliação preliminar das propostas antes da deliberação definitiva tomada nas Plenárias) que a grande maioria dos delegados reafirmou a decisão do Congresso anterior, ratificando, portanto, a posição de que a indicação de nomes para o CNE fere os princípios

de autonomia que o Sindicato deve ter em relação ao Estado e aos governos.

Infelizmente, esta questão foi tratada com descaso pela direção do nosso Sindicato e o Congresso acabou não deliberando sobre este tema.

Em função disso, a ADUFRJ-SSind encaminhou ofício ao ministro da Educação, Paulo Renato, esclarecendo a posição do ANDES-SN em relação à indicação de nomes, pela Entidade nacional, para compor o Conselho Nacional de Educação.

Veja, a seguir, o teor do ofício enviado ao Ministro:

O ANDES-SN E O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCLARECIMENTO PÚBLICO

A Adufrj-SSind - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - manifesta publicamente sua compreensão de que nenhuma instância do Andes-SN, inclusive a sua Diretoria Naci-

onal, pode indicar nomes para compor o Conselho Nacional de Educação, já que o 15º Congresso do Andes-SN decidiu pela não participação de nosso sindicato neste Conselho. Como a decisão Congressional permanece em vigor e como o Congresso é a instância máxima do Andes-SN, qualquer indicação em nome de nosso sindicato está, portanto, desautorizada.

Este posicionamento do 15º Congresso se fundamenta no Estatuto de nosso sindicato que estabelece que o Andes-SN é uma entidade autônoma em relação ao Estado e aos governos. Sendo o Conselho um órgão de governo, nosso sindicato está impedido de participar dele já por motivos estatutários. Ademais, discordamos frontalmente dos encaminhamentos efetivados pelo CNE em relação à educação infantil, básica e superior. Até mesmo a grande imprensa vem revelando a falta de independência deste Conselho em relação às políticas gover-

namentais e, em especial, aos interesses dos empresários da educação, levantando fortes suspeitas de corrupção, como venda de pareceres, entre outras práticas inaceitáveis. Estes fatos estão motivando a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o referido Conselho.

Tornamos público também que nossa divergência não é em relação aos nomes que hoje compõem o Conselho, visto que nem todos estão neste órgão com o objetivo de fazer bons negócios. Reconhecemos que existem educadores proeminentes em sua composição e nos solidarizamos com os conselheiros que estão com sua imagem exposta devido à forma inescrupulosa como agem os que pretendem transformar a educação, de um direito do cidadão e um dever do Estado, em uma mercadoria.

02 de Março de 2000

Roberto Leher

1º Secretário da Adufrj-SSind

IMAGENS DO CONGRESSO



Acima, chapa da situação apresenta seus nomes para o Sindicato Nacional

Parte da delegação da Adufrj-SSind nos trabalhos do 19º Congresso



Ao lado, a chapa da oposição apresenta seus nomes para o Sindicato Nacional

Delegado avalia 5º Conad Extraordinário

Realizou-se em Juiz de Fora, no dia 20 de fevereiro, a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho do Andes-SN (Conad), cujo único ponto de pauta foi a apreciação da prestação de contas da diretoria do sindicato nacional relativa ao ano de 1998. Mais uma vez, as contas não foram aprovadas. 25 delegados votaram a favor da aprovação e 25 votaram contra. O empate só foi possível porque Renato de Oliveira, presidente do Andes-SN, que como tal tem direito a voto no Conad, votou a favor da aprovação das contas da diretoria da qual faz parte. O delegado da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha, votou contra, com base na orientação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind (AG) de 17 de fevereiro. Esta AG deliberou que o voto do delegado dependeria das explicações que a diretoria ainda viesse a apresentar sobre os problemas que já haviam sido encontrados nas contas (apresentados na AG). As explicações dadas foram julgadas insuficientes pelo delegado e pelos observadores da Adufrj-SSind, Roberto Leher e Cristina Miranda. A AG deliberou também que o delegado deveria propor que o Conad aplicasse as punições previstas no Estatuto do Andes-SN,

caso se constatassem procedimentos indevidos por parte da diretoria.

Por causa da persistente recusa da diretoria em corrigir os erros e omissões apontados nos relatórios e pela forma como ela tentou eximir-se das suas responsabilidades acusando levemente ex-diretores de irregularidades que depois foi forçada a admitir que não existiam, o delegado da Adufrj-SSind, em conjunto com delegados de outras ADs, apresentou uma proposta de advertência à diretoria, que foi aprovada nas reuniões dos grupos mistos mas não chegou a ser votada pela Plenária, porque logo após anunciar o resultado da primeira votação, o presidente Renato de Oliveira declarou que este seria comunicado às ADs-SSinds e, diante da perplexidade e indignação dos delegados e observadores presentes, encerrou bruscamente a plenária e o Conad, afirmando que o assunto estava encerrado.

Alguns delegados tentaram ainda fazer uso da palavra, protestando contra mais esta atitude prepotente do presidente, mas um dos diretores, Renato Dagnino, frustrou-os, retirando o fio do microfone do sistema de som da plenária. Esta atitude provocou uma enorme confusão no re-

cinto e os professores delegados e observadores presentes quase foram, como se dizia antigamente, às vias de fato.

Dois dias depois, durante a Plenária de Instalação do 19º Congresso (ver noticiário), Renato de Oliveira anunciou que a diretoria vai submeter novamente as contas ao Conad, na sua 40ª reunião, prevista para junho deste ano em Belo Horizonte.

Todos os relatórios financeiros apresentados até agora pela atual diretoria do Andes-SN, no 38º Conad (Rio de Janeiro, junho de 1999), no 39º Conad (Curitiba, novembro de 1999) e agora no 5º Conad Extraordinário (Juiz de Fora, fevereiro de 2000), foram alvo de críticas e pedidos de esclarecimento por parte dos delegados das ADs-SSinds presentes aqueles eventos. Os relatórios referem-se ao exercício de 1998 e, de acordo com o Estatuto do Andes-SN, deveriam ter sido aprovados no 38º Conad, mas naquela ocasião a atual diretoria, que tomou posse no final de junho de 1998, alegou irregularidades nas contas da diretoria anterior, relativas ao primeiro semestre de 1998, que impediriam a aprovação das contas.

O 38º Conad considerou insuficientes os relatórios financeiros apresentados, tanto para a avaliação das irregularidades alegadas quanto para a apreciação das contas, transferindo-a para o 39º Conad, antes do qual a diretoria deveria tomar diversas providências para o acerto das contas e dos relatórios. Durante o 39º Conad, os relatórios apresentados e as providências relatadas foram julgadas ainda insuficientes, ficando a apreciação das contas mais uma vez transferida, agora para este 5º Conad Extraordinário, dedicado exclusivamente ao assunto, que, conforme relatado acima, não logrou encerrá-lo.

Uma exposição detalhada dos motivos pelos quais não foi possível aprovar as contas estará numa das próximas edições do Jornal da Adufrj-SSind e na home-page da Adufrj-SSind. Informes e esclarecimentos poderão também ser obtidos durante a próxima Assembléia Geral da Adufrj-SSind, dia 15 de março.

Relato feito por José Miguel Bendrao Saldanha, delegado da Adufrj-SSind ao 5º Conad Extraordinário.



Num raro momento de descontração, os professores aproveitam uma festa preparada pela seção sindical de Juiz de Fora (acima). Ao lado, uma das mesas do Congresso em ação.



Milton Muniz, candidato à presidência do Andes-SN pela chapa 1



Acima, o professor José Miguel, delegado da Adufrj-SSind no 19º Congresso e no 5º Conad Extraordinário



Roberto Leher, candidato à presidência do Andes-SN pela chapa 2



ANDES para uma nova universidade

COLEGAS!

Um espectro ronda a Universidade: o espectro da Autonomia. Queremos que a Autonomia não seja apenas um espectro, mas se torne uma realidade. Para alguns, no entanto, a Autonomia Universitária se realizará como liberdade empresarial de seus dirigentes nos genuflexórios dos altares do neoliberalismo; para outros, a luta pela Autonomia tem uma única função: contribuir para a luta final contra o Capitalismo Globalizado.

Os primeiros, encastelados no Ministério da Educação e do Desporto, jogaram sua cartada máxima formulando um projeto de lei instituindo Contratos de Desenvolvimento Institucional, a serem assinados entre as universidades e o próprio Ministério. A elegância e o ultra-liberalismo do seu principal inspirador, o ex-guru Bresser Pereira, não foram suficientes, no entanto, para esconder os propósitos autoritários e reacionários do projeto: além de criar instrumentos que permitiriam o controle ideológico sobre o trabalho de cada professor, ele buscava submeter as universidades e suas crescentes necessidades orçamentárias aos limites dos recentes acordos assinados pelo governo federal com o Fundo Monetário Internacional.

Os segundos, remanescentes de um período de auto-isolamento da ANDES-SN e hoje instalados na oposição à atual diretoria do sindicato, sacrificam noções elementares, confundindo deliberadamente Autonomia com Soberania, em favor de sua política de “guerra de extermínio” contra o governo de Fernando Henrique Cardoso. Confusão que, diga-se de passagem, só é possível quando não se compreende a Universidade e sua inserção na luta social.

Em ambos os casos, o único risco de extermínio concreto é o da própria Universidade.

O que é a Autonomia

Universitária?

Conceito fundacional da própria idéia de Universidade, a Autonomia pode ser resumida num princípio simples: na realização de sua missão pública de formulação e difusão do conhecimento, a universidade não pode sofrer interferências externas ditadas por outros interesses que não os da ciência derivados do interesse público, sob pena de não poder cumprir sua missão. Não sendo a Autonomia o equivalente de Soberania, ela pressupõe limites ao exercício do poder de autonomia da universidade. Em primeiro lugar, as limitações decorrentes da Liberdade de Cátedra: a direção da universidade autônoma não poderá atentar contra a liberdade de ensinar e aprender de seus professores e alunos; em segundo lugar, limitações ao poder de gestão de suas administrações: o estatuto da universidade autônoma deverá garantir condições de trabalho, carreira e remuneração condignas com a função pública de seus professores, condições que deverão ser respeitadas por governos e dirigentes universitários. Por outro lado, como ampliação da condição de Autarquia, a Autonomia pressupõe a liberdade de seus dirigentes defenderem seus pontos de vista na esfera jurídica da sociedade, bem como sua efetiva capacidade de representação da vontade majoritária de suas res-

pectivas comunidades universitárias. Assim, o estatuto de universidade autônoma deverá garantir tanto a independência técnica e profissional de seus procuradores jurídicos frente ao Estado, quanto o poder de escolha dos dirigentes por parte das comunidades universitárias. Finalmente, a Autonomia Universitária é a garantia de que a instituição disporá de meios para servir à sociedade que a mantém: o estatuto de universidade autônoma deverá, portanto, prever claramente a responsabilidade dos poderes públicos quanto à manutenção das universidades públicas, prever meios para sua expansão bem como mecanismos que garantam a participação da sociedade em sua gestão.

Estes, em síntese, são os elementos do **Sistema Nacional de Universidades Autônomas** proposto pela atual diretoria da Andes, com o qual concordamos integralmente. Aquela proposta permitiu o enfrentamento concreto do projeto governamental de privatização das universidades públicas, levando o Executivo a recuar, ao mesmo tempo em que permitiu superar o imobilismo da mera defesa da autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição. Esta proposta se constituiu, portanto, em nosso horizonte estratégico.

O que já fizemos na diretoria da Andes ?

Ao nos propormos “Ganhar a Andes para não perder a Universidade”, há dois anos atrás, deparamo-nos com uma greve que caminhava para a derrota: a greve dos docentes das IFES. Conduzindo a greve com uma estratégia equivocada - que visava tão somente aprofundar o desgaste do governo FHC dificultando sua reeleição, e que ignorando o interesse dos docentes - a diretoria da Andes que encerrou seu mandato em junho de 98 (atual oposição) deixou duas alternativas. Ou se aceitava a GED, em si mesma fruto do equívoco apontado, ou a derrocada das universidades federais. A alternativa que escolhemos possibilitou deter a fuga dos professores mais experientes para a rede privada. Além disso minimizou-se o potencial punitivo do processo avaliativo da GED sobre o trabalho acadêmico, ao enfrentarmos o problema da sua regulamentação - fato inédito na história do sindicato. Em suma, não nos escondemos da GED!

Da mesma forma, ao enfrentarmos as iniciativas do MEC no terreno da Autonomia, desmontando peça por peça seu projeto e desmoralizando-o publicamente, possibilitamos um quadro de alianças que impôs um recuo ao governo. O mesmo aconteceu em relação a iniciativas semelhantes de governos estaduais face às suas respectivas universidades, como no caso do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Ao lançarmos nossa proposta para a autonomia da universidade brasileira, através da constituição de um **Sistema Nacional de Universidades Autônomas**, apontamos uma estratégia capaz de mobilizar a sociedade brasileira em defesa da sua universidade. Em suma, não nos escondemos da Autonomia!

No que respeita à questão salarial, relocalamos a Andes no centro das articulações visando à retomada de uma campanha salarial do conjunto dos servidores públicos federais, além de estarmos presentes em vitórias decisivas de nossos

colegas das universidades estaduais, como no caso da Universidade Estadual da Paraíba. Nossa luta em defesa da Previdência Social também foi decisiva: foi a Andes a principal articuladora de uma iniciativa junto ao Supremo Tribunal Federal, com apoio da OAB, que levou à declaração de inconstitucionalidade do projeto governamental que instituiu contribuição previdenciária para os aposentados do serviço público e aumentava a dos ativos. Em suma, não nos escondemos dos espaços institucionais!

Estes são exemplos da ação da diretoria da ANDES em defesa da Universidade e de seus professores. Nossa ação, no entanto, foi além desses limites. A Andes, hoje, é uma entidade que desfruta de um reconhecimento público certamente muito superior ao já alcançado em outros períodos de sua história. Através de sua diretoria, ela está presente em todos os fóruns nacionais onde se possa buscar alternativas para a crise atual, seja nos espaços institucionais, seja no plano das organizações e movimentos da sociedade civil. Assim, estivemos presentes na elaboração e lançamento nacional do “Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia, do Emprego e do Trabalho”, que reúne dirigentes dos principais sindicatos brasileiros, da Central única dos Trabalhadores, da OAB, da ABI, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentre outros movimentos sociais, além de dirigentes dos principais partidos da oposição democrática e centenas de personalidades da sociedade civil, o qual se constitui, hoje, em nossa principal referência para a articulação de uma alternativa política, econômica e social para o País. Da mesma forma, participamos da organização, convocação e mobilização da “Marcha dos 100 Mil”. Em suma, não nos escondemos das alianças com os movimentos sociais organizados e das lutas de massas!

O que queremos fazer

Como já mencionamos, a construção de um **Sistema Nacional de Universidades Autônomas**, nacionalmente articulado, com estatuto próprio garantindo as prerrogativas de Autonomia para o conjunto de suas instituições, é o nosso horizonte estratégico. Este “Sistema” deverá ser a espinha dorsal do sistema nacional de ensino superior, que articulará o conjunto das instituições de ensino superior.

Algumas consignas específicas devem orientar nossa ação neste sentido:

- lutar pela ampliação dos recursos destinados ao ensino superior público, seja através do aumento das dotações oriundas do Tesouro Nacional e dos Tesouros Estaduais, seja através da proposição de mecanismos específicos de tributação capazes de gerar um Fundo Nacional para a expansão do ensino superior público e gratuito;

- lutar pela preservação do regime de serviço público para a profissão docente, com isonomia de salários para os professores das IFES e definição de patamares salariais e planos de carreira para os professores das instituições estaduais e municipais. Da mesma forma, lutar por condições de trabalho compatíveis com as exigências de nossa profissão nas instituições privadas de ensino superior, tendo como horizonte estratégi-

co a formulação de um Plano Único de Carreira Docente;

- avançar na definição de um novo modelo jurídico para as universidades brasileiras, compatível com o estatuto da Autonomia Universitária;

- avançar na definição e proposição de um novo modelo de gestão universitária, livre de manipulações governamentais e que permita a efetiva participação das comunidades acadêmicas e da sociedade civil na formulação das diretrizes estratégicas para o sistema nacional de ensino superior;

- lutar pela preservação do estatuto atual dos Centros Federais de Educação Tecnológica e pela sua modernização, a par da construção de uma política nacional para o setor, articulada com o ensino universitário e com uma política nacional de desenvolvimento tecnológico;

- lutar pela integração dos docentes de primeiro e segundo graus das instituições de ensino superior nas respectivas carreiras de ensino superior; lutar pela instituição de mecanismos públicos de controle sobre o ensino superior privado;

- mobilizar o conjunto dos professores, buscar apoio junto à comunidade científica e atuar nos espaços institucionais (Parlamento, MCT, Secretarias Estaduais de C&T, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, etc.), visando fortalecer o debate nacional sobre uma Política em Ciência e Tecnologia;

Estas consignas pressupõem uma profunda reformulação nos mecanismos internos de participação e deliberação da ANDES. Esta reformulação deverá ter como diretrizes a incorporação das modernas tecnologias informacionais, visando ampliar as formas de participação de professores nos debates internos e nos processos de tomada de decisões do sindicato, bem como a agilização de seus mecanismos de deliberação, incluindo seus fóruns nacionais.

Esta reformulação deverá contemplar, ainda, a recuperação da capacidade da Andes representar os interesses dos docentes da rede privada de ensino superior. Esta recuperação, além de se constituir num imperativo da responsabilidade sindical, deverá se constituir num mecanismo concreto de ação visando limitar e combater os efeitos deletérios da expansão incontrolada deste setor, lutando por formas de controle público sobre sua atuação e expansão. Em suma, não nos esconderemos de 50% dos docentes de ensino superior e de 75% da população estudantil universitária brasileira.

Será com esta disposição, e com seu apoio e participação, que manteremos a Nova Andes para lutarmos pela Nova Universidade Brasileira.

Juiz de Fora, 26 de Fevereiro de 2000

Nomes apresentados pela chapa:

Milton Muniz – APUFSC-SSind

Presidente

Fernando Arthur de Freitas Neves – ADUFPA -SSind

Secretário Geral

ledo Leite Fontes - ADUFPB - JP -SSind

1º Tesoureiro.



ANDES Autônoma e Democrática/Oposição

O aprofundamento das políticas neoliberais destrói as perspectivas de um projeto igualitário e democrático de sociedade. A privatização do patrimônio público requer o enfraquecimento dos movimentos sociais capazes de se opor à espoliação de direitos, pressuposta na política do governo FHC. A priorização do pagamento das dívidas externa e interna, da transformação de todos os aspectos da vida social em objeto de lucro para o capital, da manutenção da estrutura fundiária em nosso país sacrificam o ensino público universal e de qualidade, a reforma agrária, os direitos elementares à saúde e a salários dignos.

Para os países periféricos, a política neoliberal faz minguar a educação pública superior, direcionando-a para o mercado e para a produção de conhecimento de interesse do capital. Como consequência dessas diretrizes, o governo, por um lado, se desresponsabiliza pelo financiamento das IES públicas e, por outro, amplia o espaço de atuação das particulares, que muitas vezes se dedicam apenas aos cursos mais lucrativos e oferecem condições de trabalho indignas aos docentes.

A implementação da política neoliberal se faz por movimentos complementares de diferenciação e exclusão. Assim, estabelece-se uma segmentação profunda no interior da categoria docente, bem como entre as universidades, destacando algumas poucas, destinadas à produção do saber, de uma maioria, condenada à reprodução acrítica de conhecimentos produzidos alhures. Assim, promove-se a quebra de direitos de ativos e aposentados. A parcela daqueles - universidades e departamentos, CEFET, CAP, hospitais universitários, aposentados, professores da carreira de 1º e 2º graus - atingidos pela exclusão é cada vez maior. Trata-se da subordinação às determinações dos organismos financeiros internacionais para os pa-

íses periféricos, cujo lugar na divisão internacional do trabalho (e da produção de conhecimento), nesta nova fase de internacionalização do capital, é o de importadores de mercadorias (e da tecnologia e ciência nelas incorporadas) produzidas nos países centrais.

A degradação salarial em todos os níveis, os recentes ataques ao preceito constitucional da autonomia universitária, as versões governistas do Plano Nacional de Educação, a redução das verbas para C & T e para a educação pública, os esforços das administrações estaduais de "flexibilização" nas IEES são alguns exemplos da linha de intervenção governamental que, se efetivada na íntegra, inviabilizará o projeto de Universidade Pública do movimento docente.

Nós, da Andes-AD, estamos certos de que o Andes-SN é instrumento fundamental de intervenção dos professores na conjuntura nacional, de sua articulação com o conjunto dos trabalhadores e de defesa da Universidade Pública. Abraçamos o modelo sindical que construiu o Andes-SN, cujas características marcantes são a democracia interna, o respeito à organização por local de trabalho, a autonomia frente aos partidos políticos, ao Estado e às instâncias administrativas das IES. Defendemos um sindicalismo classista e combativo e refutamos o fetiche de um único sistema econômico e político possível no mundo.

Não nos rendemos à ideologia da inexorabilidade da "globalização", recusando-nos a nos integrar passivamente à ordem do capital como, lamentavelmente, propõem alguns setores do movimento sindical dos trabalhadores. A tese fatalista da inexorabilidade resulta no imobilismo dos movimentos sociais. Do nosso lado, apostamos na esperança e na combatividade que dela resulta como agentes da transformação social.

Desde seu surgimento, em 1986, a Andes-AD tem sido coerente na

afirmação de princípios dos quais não podemos prescindir. Desta forma, recusamos, no Congresso realizado naquele ano, em Salvador, a adesão ao pacto social da Nova República e ao Plano Cruzado, defendida então pelas mesmas forças políticas agora na direção do Andes-SN.

Hoje, como ontem, consideramos essencial preservar a autonomia sindical. Por esta razão, no IV Conad Extraordinário, não permitimos, contrariamente ao proposto pela atual direção nacional, a adesão do sindicato a qualquer candidatura à Presidência da República. Das lutas orientadas pelos princípios contidos em nossa concepção sindical resultaram conquistas como autonomia, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, financiamento público, PUCRCE, Regime Jurídico Único, planos de carreira das Instituições Estaduais e Particulares filiadas ao Andes-SN, estímulos à capacitação docente, garantias de verbas, isonomia salarial entre Instituições Federais de Ensino Superior autárquicas e fundacionais, dentre muitas outras hoje ameaçadas pelo atual governo.

A coalizão que, a partir de 1998, vem dirigindo o Andes-SN orienta-se por uma concepção sindical contraposta frontalmente à nossa, sobretudo no que se refere à democracia interna do movimento, ao respeito às deliberações de suas instâncias e à autonomia do sindicato frente aos partidos e ao poder institucionalizado.

As práticas da atual direção têm acarretado graves prejuízos para os sindicalizados do Andes-SN. Como vimos no final da dura greve do setor das federais de 1998, o Andes-SN sofreu o impacto da capitulação da Diretoria do Sindicato frente ao governo federal. Os aposentados e os professores de 1º e 2º graus foram traídos; decisões das Assembleias Gerais, ignoradas; as vozes de todos os professores empenhados na

vitória de nosso movimento, silenciadas. Essa conduta antidemocrática compromete a respeitabilidade do movimento diante de seus adversários, debilita a credibilidade do sindicato junto à categoria docente e permite a discriminação e a exclusão.

Diante do agravamento da crise estrutural do capitalismo e da nova geração de reformas neoliberais, torna-se imperativo o resgate de uma concepção sindical que inspirou duas décadas de luta. Conclamamos todos os docentes a construir, com a chapa Andes Autônoma e Democrática, a Universidade Pública com padrão unitário de qualidade, democrática, laica e socialmente referenciada, aberta a todos aqueles que possuem um rosto humano.

Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 2000.

Nomes apresentados pela chapa:

Presidente: Roberto Leher (ADUFRJ-SSind)

1º Vice-Presidente: Fernando Molinos Pires Filho (ADUFRGS-SSind)

2ª Vice-Presidente: Maria Lia Silva e Reis (ADUCSAL-SSind)

3ª Vice-Presidente: Marina Barbosa Pinto (ADUFF-SSind)

Secretário-Geral: Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP)

1ª Secretária: Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueiredo (ADUFC-SSind)

2ª Secretária: Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG)

3ª Secretária: Claudia Gonçalves de Lima (ASDUERJ)

1º Tesoureiro: José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT-SSind)

2º Tesoureiro: Antonio Luis de Andrade (ADUNESP-SSind)

3ª Tesoureira: Celi Nelza Zulke Taffarel (ADUFEPE-SSind - APUB-SSind)

Governo criará gratificação para 1º e 2º graus

Passado o carnaval, o Ministério da Educação ainda não encaminhou nenhum projeto de lei ou medida provisória para criar a Gratificação de Incentivo à Docência para os professores de 1º e 2º graus da rede federal, como havia anunciado no final de fevereiro. A medida seria, para o MEC, uma solução temporária para a distorção salarial que vem se acumulando, ao longo de anos, entre estes professores e seus colegas do terceiro grau. A suspensão das bolsas concedidas pela Capes para o Programa de Apoio aos Professores de 1º e 2º graus das Universidades agravou ainda mais a situação de docentes dos CAPs e CEFETs, ligados às universidades federais.

Na tarde de 24 de fevereiro, logo na abertura da Plenária do Tema I, durante o 19º Congresso Nacional do Andes-SN, em Juiz de Fora, a questão da suspensão das bolsas foi motivo de uma inversão na pauta dos trabalhos, para que o tema fosse debatido, em caráter de urgência, pelos cerca de 400 professores presentes. Como resultado, foi aprovado um Manifesto (ver quadro), que foi enviado ao MEC, na sexta-feira, 26 de fevereiro.

O plenário do Congresso de Juiz de Fora formou uma comissão de professores que irá acompanhar a diretoria do Andes-SN nas audiências com os representantes do ministério para negociar os termos da proposta do governo de transformar as bolsas em gratificação – a GID – que deverá copiar o modelo de avaliação e pontuação já apresentado pela Gratificação de Estímulo à Docência (GED), concedida aos docentes do terceiro grau.

Na UFRJ, o diretor do CAP, Moacyr Barreto, encaminhou um ofício dirigido ao ministério,

através da sub-reitoria de Pós-Graduação (SR-2), sugerindo que a GED fosse estendida diretamente aos professores do ensino fundamental e médio das universidades.

Constam desse ofício algumas formulações de critérios para esta extensão. Uma delas sugere que a GED seja estendida automaticamente, com as mesmas pontuações concedidas para o terceiro grau; uma outra aponta adequações no critério de pontuação para os professores de 1º e 2º graus. Até o fechamento desta edição, a reitoria da UFRJ não havia pago o valor referente às bolsas para o mês de janeiro, como havia anunciado em meados de fevereiro. Segundo informação dada pela assessoria da SR-2, a reitoria arcaria com o pagamento das bolsas de janeiro e iria tentar manter o pagamento com recursos próprios, nos próximos meses, até que o governo tomasse alguma medida.

CAp/UFRJ

Os professores do CAp/UFRJ se reuniram na última sexta-feira (3/03) e avaliaram que esta MP da GID não resolverá o problema deste segmento da categoria, já que é certo que aposentados e inativos receberão apenas um percentual da gratificação, como acontece com a GED. Outra preocupação dos professores é a vinculação com indicadores de produtividade. Os docentes do CAp também reivindicam a aprovação da Carreira Única, protocolada no MEC desde 1999.

Os docentes do CAp/UFRJ farão nova assembleia local nesta quarta-feira, dia 15, na parte da manhã, anteriormente à assembleia geral da Adufrj, que acontece no mesmo dia, na Ilha do Fundão, às 13h30, no Auditório

do Centro de Tecnologia (confira a pauta na capa desta edição).

A questão salarial dos professores de 1º e 2º graus foi encarada pela maioria dos delegados do 19º Congresso do Andes-SN como uma questão emergencial e mereceu a inversão de pauta na Plenária do Tema I (Movimento Docente: Plano de Lutas), sendo discutida antes de outros temas importantes como o posicionamento do movimento docente frente à conjuntura nacional e a definição das estratégias do Sindicato para este ano.

Lentidão

Desde que a Capes suspendeu as bolsas dos docentes dos CAPs e CEFETs, a atual diretoria do Sindicato vinha mantendo contatos telefônicos com os dirigentes do MEC, inclusive, diretamente com o ministro Paulo Renato.

Na noite de sexta (25), durante a Plenária do Tema II (que tratava de autonomia universitária, carreira docente e políticas públicas), o presidente do Sindicato, Renato de Oliveira, anunciou para os presentes que o ministro havia se comprometido, “oficialmente”, a enviar uma medida provisória para a efetivação do projeto de criação da GID.

Alguns delegados presentes criticaram a lentidão da diretoria em divulgar as informações obtidas junto ao MEC, principalmente um ofício do ministério que comunicava a intenção da criação da gratificação através de Projeto de Lei ou MP. O ofício teria sido enviado ao Sindicato dia 23/02, mas só foi disponibilizado para o Plenário do Congresso na manhã de sexta (25).

O 19º Congresso do Andes-SN definiu, também, que as Seções Sindicais promovam

assembleias locais, na terceira semana de março, para discutir e definir propostas de ação sobre a nova modalidade de pagamento da extinta bolsa, seu significado para a política de destruição de ensino técnico e tecnológico e o descompromisso do governo em relação aos Colégios de Aplicação.

Na última semana de março, o Sindicato deverá convocar uma reunião do Setor das Federais para avaliar as deliberações do movimento nas universidades. O Sindicato deverá, também, solicitar uma audiência com o MEC para apresentar as deliberações do Congresso sobre a questão.

A Comissão que vai acompanhar as negociações com o MEC em relação à criação da GID será composta por representantes de vários Grupos de Trabalho e da diretoria do Sindicato. Confira:

GT Carreira – Daniela Motta de Oliveira, professora de ensino médio e presidente da APESJF-SSind (Federal de Juiz de Fora)

GT Política Sindical – Ana Barbosa Faria, professora do CEFET/MG

GT Verbas – Solange Bretas, diretora da ADUFU-SSind (Federal de Uberlândia)

GT Seguridade Social – Lúcio Hagemann, professor da Federal do Rio Grande do Sul

GT Política Sindical – Francisco Vitória, professor da Federal de Pelotas.

Manifesto do 19º Congresso do ANDES-SN ao MEC

A política de desmonte das instituições de ensino superior tem sido efetivada através de ações governamentais em pontos estratégicos do sistema nacional de ensino. As investidas contra a educação básica nas instituições federais, em suas diferentes modalidades, são parte integrante do projeto de reforma educacional que o MEC, monitorado pelo Banco Mundial, vem implementando.

O governo organiza, para o ensino técnico e tecnológico, uma rede de formação profissional independente do sistema educacional. A formação profissional de nível básico, médio e tecnológico passa a ser competência de um sistema paralelo ao sistema regular de ensino, que já vem oferecendo cursos de diferentes modalidades e duração para

atender aos objetivos do mercado.

A consolidação desse sistema vem se efetivando através da retirada dos CEFETs do âmbito da SESU — agora vinculados exclusivamente à SENTEC —, com ações que visam retirar as escolas técnicas e agrotécnicas das universidades federais e com a apresentação de uma carreira específica para os docentes do ensino técnico e tecnológico. Estas medidas, mais uma vez, revelam a face autoritária do governo federal, preocupado exclusivamente em implementar os acordos firmados com o Banco Mundial.

Com relação aos Colégios de Aplicação, o governo pretende implementar uma nova política de formação de professores de caráter não universitário e, nesta perspecti-

va, pretende redefini-los como Escolas Normais Superiores, desvinculados do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como parte desta política, o governo federal extinguiu o pagamento da bolsa mantida pelo convênio PAP/CA-PES — mero paliativo ao arrocho salarial que os docentes vêm sofrendo ao longo dos últimos seis anos - e agora pretende transformá-la em mais um instrumento que atrela o trabalho docente a ganhos por produtividade, revelando, mais uma vez, o compromisso do governo com a mercantilização da educação.

Por tudo isso, os docentes das instituições de ensino superior, reunidos no 19º Congresso do ANDES-SN, comprometidos com a educação pública e

gratuita, de qualidade, exigem:

✓ a reposição imediata dos valores correspondentes ao do Convênio PAP/CA-PES para todos os docentes da carreira de primeiro e segundo graus das IFES, retroagindo a janeiro de 2000;

✓ a extensão destes valores aos aposentados e pensionistas;

✓ a desvinculação destes valores de qualquer fator de produtividade;

✓ a aprovação da carreira única protocolizada pelo ANDES-SN no MEC;

✓ a reposição salarial imediata e emergencial das perdas salariais acumuladas desde janeiro de 1995, de acordo com o índice do ICV/DIEESE.

Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 2000.



Servidores federais vão à luta em 2000

Com mais de cinco anos sem reajuste salarial, os servidores federais organizam suas forças para uma campanha de recuperação do seu poder aquisitivo em 2000. A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF) e alguns parlamentares dos partidos de oposição lançaram em fevereiro deste ano um “Manifesto ao povo brasileiro” que publicamos ao lado, na íntegra.

Neste documento, a CNESF exige uma reposição de 63,83%, baseada em cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Esse valor não é nada mais, nada menos do que a simples recuperação do poder aquisitivo de janeiro de 95, quando os salários dos servidores foram congelados. De lá para cá, apenas 14 categorias do serviço público federal conseguiram aumento. Entre elas, advogados da União, servidores militares, procuradores e advogados de autarquias, fundações e funcionários da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Recentemente, os juizes federais ameaçaram greve e devem conseguir um auxílio de R\$ 3 mil.

Enquanto isso, os profissionais da Educação são deixados de lado. Em 1998, foi instituída uma vergonhosa gratificação: a GED, que deixou de fora professores de 1º e 2º graus das escolas federais, além de quebrar a isonomia com aposentados e pensionistas. Algum tempo depois, o MEC criou bolsas para os professores de 1º e 2º graus, mas esse reconhecimento do governo durou pouco. Neste início de ano, as gratificações foram suspensas e ninguém do governo anuncia qualquer solução para o problema.

Para conseguir os 63,83%, a CNESF já programou um calendário de atividades (publicado no verso deste boletim). É a Campanha Salarial 2000 dos SPF. Num amplo processo de mobilização, Assembleias Gerais estão sendo realizadas em todo o país para consultar e deliberar sobre as reais possibilidades de uma greve por tempo indeterminado a partir de maio.

Assim como a CNESF em plano nacional, os professores do Colégio de Aplicação da UFRJ também estão se mobilizando internamente e têm propostas de ação para tentar alterar o quadro desfavorável. No verso deste boletim, encontra-se o plano de lutas do Cap.

Outras reivindicações - Além da campanha salarial, a pauta dos servidores federais para este ano inclui ainda, emprego, direitos sindicais, defesa da seguridade social e educação (não encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de autonomia universitária do MEC é um dos pontos), entre outras reivindicações.

Manifesto ao povo brasileiro

Há cinco anos o governo, com seu Plano Real, extinguiu a política salarial e acabou com os reajustes de todos os trabalhadores. Ao mesmo tempo congelou os salários dos servidores públicos prometendo que, assim, sobraria mais dinheiro para investir em saúde, educação, moradia, empregos, enfim, em melhoria de vida para toda a população.

Hoje olhamos em volta e vemos o desemprego batendo recordes, o aumento da miséria, a degradação das condições de trabalho e o ataque aos aposentados, a volta de doenças do século passado como a febre amarela e a dengue, pessoas morrendo nas filas dos hospitais públicos, o aumento do número de sem teto e sem terra, o abandono da educação e como consequência de tudo isto, o aumento da violência nas cidades e no campo.

Ou seja, os prometidos investimentos em saúde, educação, moradia, empregos e melhoria de vida não foram realizados. Ao contrário, a cada ano os recursos destinados a estas áreas, as áreas sociais, diminuí enquanto cresce a parcela do orçamento destinada a pagamento de juros da dívida pública aos especuladores nacionais e internacionais.

A propalada estabilidade econômica acabou. O dólar que no início do Real valia R\$ 0,89, vale hoje R\$ 1,80 (o dobro). Os preços dos combustíveis, da eletricidade, da água, dos alimentos, dos aluguéis sobem todo o dia. *Só não sobem os salários, há cinco anos.*

Mas se a saúde e a remuneração dos trabalhadores vai mal, não se pode dizer o mesmo dos bancos cuja saúde o governo protege com o PROER e os socorros do Banco Central. Também não podem se queixar as grandes empresas internacionais que tiveram financiamento do governo (BNDES) para arrematar a preço vil as estatais siderúrgicas, elétricas, telecomunicações, rodovias, ferrovias, indústria bélica, indústria aeronáutica, etc.

O congelamento dos salários dos servidores não

contribuiu portanto para melhoria na vida dos trabalhadores. Ao contrário, contribuiu para o desmonte dos serviços públicos, fechamento de órgãos, demissões e a conseqüente queda da sua qualidade com prejuízos imensos à população.

Por estas razões, os servidores públicos federais estão lançando hoje a Campanha Salarial 2.000. Queremos apenas recuperar o poder aquisitivo que tínhamos há cinco anos quando nossos salários foram congelados, ou seja, reivindicamos uma reposição de 63,83% (cálculo do Dieese). Achamos que a vida dos trabalhadores brasileiros é mais importante do que o lucro de banqueiros, especuladores e grandes empresários ou cumprimento de metas estabelecidas por entidades estrangeiras como o FMI e o Banco Mundial.

Queremos uma política salarial. Queremos a melhoria do serviço público e não a sua destruição. Queremos negociar e queremos o restabelecimento da nossa Data Base como determina a Constituição. Consideramos criminoso o desconto previdenciário dos aposentados. Queremos ser ouvidos e vamos gritar bem alto utilizando todas as formas históricas de luta da classe trabalhadora até que nossas justas reivindicações sejam atendidas. Conclamamos todos os brasileiros a apoiarem nossa luta pois estamos defendendo os interesses de todos nós que acreditamos num Brasil justo e soberano.

Brasília, 9 de fevereiro de 2.000.

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais – CNESF

Luiza Erundina – Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Aldo Rebelo – Liderança do Partido Comunista do Brasil – PCdoB

Aloisio Mercadante – Liderança do Partido dos Trabalhadores - PT

Miro Teixeira – Liderança do Partido Democrático Trabalhista - PDT

Calendário da Campanha Salarial 2000 dos SPF

Até 17/03/2000 Sexta-feira	Enviar resultado de AGE sobre indicativo de greve na primeira semana de maio de 2000 (o CNESF indica rodada de AGE de todas as entidades)
25-26/03/2000 Sábado/Domingo	Seminário Sobre a Organização da CNESF , na sede da FENAJUFE, em Brasília/DF
30/03/2000 Quinta-feira	Novo Ato Político da Campanha Salarial , das 09:00 às 13 horas, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados em Brasília/DF
31/03/2000 Sexta-feira	Reunião do Setor das IFES , a partir das 09:00 horas, na ANDES-SN, em Brasília/DF. A reunião discutirá e encaminhará a posição do Movimento Docente para a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais – SPF, que acontecerá no dia 01 de abril/2000.
01/04/2000 Sábado	Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais sobre a campanha salarial, com discussão e deliberação sobre os indicativos aprovados na última Plenária Nacional realizada em 23/01/2000.
1ª Semana de Maio de 2000	Indicativo de deflagração da greve por tempo indeterminado dos SPF

ATENÇÃO: Na Assembléia Geral da Adufrj, realizada em 15/3, no auditório do CT, os professores presentes não se sentiram amadurecidos o suficiente para decidir os encaminhamentos da Plenária Nacional dos SPF: uma greve a partir de maio, seguida de uma Marcha Sobre Brasília em Defesa dos Servidores Públicos. Para os docentes presentes à AG, com o retorno às aulas somente em 13 de março, não houve tempo para promover reuniões nas Unidades ou Órgãos Suplementares e recolhimento de opiniões sobre o tema. A Adufrj-SSind, no entanto, ressalva que a campanha salarial é uma prioridade e anuncia que várias reuniões serão marcadas nas Unidades e previamente divulgadas nos boletins da seção sindical. Uma vez que a Marcha estava estreitamente ligada à aprovação da greve, a AG, pelos mesmos motivos, não fechou posição sobre o assunto.

Plano de Lutas do CAp

Propostas de ações imediatas

- 1) Contato com a Associação de pais de alunos do Colégio de Aplicação (Apacap) (para relatar o que vem acontecendo com os professores do CAp);
 - 2) Formular um documento à comunidade “capiana” esclarecendo o momento que estamos atravessando;
 - 3) Discussão e deliberação sobre paralisações periódicas em dias alternados para atividades de mobilização/reuniões;
 - 4) Contato com representantes de escolas do 1º e 2º graus e escolas técnicas para estudar ações conjuntas;
 - 5) Formação de uma comissão de professores para cobrar da SR-2 o pagamento das bolsas, enquanto o MEC não normalizar a situação.
- Obs:** a Adufrj está propondo ao CAp a possibilidade de criação de um Fundo de Solidariedade. Os professores receberiam, por enquanto, o valor das bolsas através da seção sindical e, quando o MEC normalizasse o pagamento (incluindo os atrasados), os docentes de 1º e 2º graus fariam o ressarcimento à Adufrj.

Adufrj solicita execução judicial de Abono/98

Mais uma vez, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind chama a atenção dos professores para a execução dos valores devidos pela UFRJ com relação ao abono de férias de 1998 e da respectiva multa, uma vez que a reitoria vem descumprindo sistematicamente a ordem do juiz na Carta de Sentença nº 98.004.5291-5 sobre o pagamento do abono pecuniário de férias.

A UFRJ apresentou nos autos do processo uma lista de professores que teriam - ou como direito ou como opção - a conversão de um terço de férias em pecúnia no ano de 1998. É bom esclarecer que os respectivos valores devidos a cada docente estão sem a inclusão das multas.

Por outro lado, existem outros professores que fizeram o requerimento e não estão incluídos na listagem da UFRJ. Entretanto, não há como a Adufrj-SSind realizar este levantamento sem a manifestação dos docentes envolvidos. Para isso, será preciso obter junto aos próprios interessados o valor exato recebido por cada um a título de férias em 1998.

Assim, convocamos os professores que tenham requerido o abono de férias em 1998 para comparecerem à sede da Adufrj-SSind munidos de contracheque do mês de recebimento das férias, para que seja possível verificar se o valor informado pela UFRJ está correto, para os que já constarem da listagem apresentada pela Universidade.

Para os professores que não constarem da listagem da UFRJ, mas que tenham solicitado o abono 98, o contracheque permitirá o cálculo do valor do abono e a inclusão no processo. Neste caso, será necessário ainda a comprovação da opção do abono e do gozo de férias em 1998, para a possibilidade de haver contestação ou impugnação por parte da UFRJ. Estes comprovantes podem ser obtidos na seção de pessoal da Unidade onde o docente estiver lotado. Uma cópia da listagem apresentada pela UFRJ nos autos do processo estará disponível

na Adufrj-SSind para consulta dos interessados. A relação dos professores constantes da referida listagem está disponibilizada na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.alternex.com.br/~adufrij).

Os cálculos do terço das férias e da respectiva multa são simples, mas é necessário que a obtenção ou a verificação dos dados de todos os que têm direito ao abono seja concluída o mais rápido possível para dar início à execução judicial. Em vista disso, os professores que confirmarem ou contestarem e comprovarem suas informações até o dia **31 de março de 2000** serão incluídos no processo de execução judicial com as informações atualizadas. Quanto aos demais, aqueles cujos nomes constarem da relação apresentada pela própria Universidade serão incluídos com as informações fornecidas apenas pela UFRJ.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS...

...para os professores incluídos na listagem da UFRJ

- 1) contracheque do mês de recebimento das férias, para verificar se o valor informado pela UFRJ está correto. Nesse caso, não precisa nem vir à seção sindical. Basta fazer a verificação pelos telefones 590-4799 ou 590-7753.

...para os professores NÃO incluídos na listagem da UFRJ

- 1) cópia do contracheque do recebimento das férias (mês anterior às férias), que permitirá o cálculo do valor do abono e a inclusão no processo.
- 2) cópia do relatório para marcação de férias e requerimento do abono pecuniário, com o carimbo do chefe da seção de pessoal, para o caso de haver contestação ou impugnação por parte da UFRJ. **Estes comprovantes podem ser obtidos na seção de pessoal da Unidade onde o docente estiver lotado.**

GID discrimina docentes de 1º e 2º graus

Em resposta à mobilização dos professores dos 1º e 2º graus das IFES, o governo editou medida provisória, na última sexta-feira, 24/03/2000, que criou a GID - Gratificação de Incentivo à Docência, nos moldes da GED, instituída desde 1998 para os demais professores das IFES. Na mesma MP o governo reajustou em 30% os valores atuais da GED, a partir de janeiro de 2000, e a estendeu aos docentes dos Institutos Militares Federais de Ensino Superior.

Embora a GID corresponda ao reconhecimento de nossa mobilização, a gratificação criada atrela seus valores à mesma lógica produtivista da GED, considerando a carga horária semanal, o número de alunos, a avaliação qualitativa das aulas e a participação em outros programas e projetos institucionais. Entretanto, não estabelece prazos, não explicita critérios nem quem vai realizar tal avaliação. O pagamento, quando ocorrer, será retroativo a janeiro de 2000, mas enquanto não for feita a primeira avaliação serão pagos apenas 60% dos valores máximos (80 pontos). Há também li-

mitações quanto à pontuação geral, restrita a setenta e três vezes o número de professores de 1º e 2º graus de cada instituição. Em outras palavras, nem todos poderão obter o máximo de pontos. Além disso, a avaliação de cada docente está condicionada a uma carga horária mínima de oito horas semanais de aula.

A discriminação dos professores de 1º e 2º graus é patente em dois aspectos: primeiro ao estabelecer o teto de 80 pontos e, conseqüentemente valores máximos bem menores que os da GED; em segundo lugar, por excluir os professores já aposentados de qualquer benefício, o que é inaceitável!

A isonomia é quebrada tanto em relação aos docentes de 3º grau como em relação à exclusão dos aposentados, o que pode significar um perigoso afastamento do cami-

nho da carreira única.

A inclusão de um reajuste dos valores da GED retroativo a janeiro de 2000 na mesma MP, por outro lado, é uma clara manobra para desmobilizar os docentes das IFES, no momento em que os servidores federais estão em campanha salarial, com a perspectiva de construção de uma greve nacional. Assim como os R\$ 15 de reajuste do salário mínimo, o reajuste da GED, apesar de representar algum ganho para a maior parte dos docentes das IFES, soa como escárnio, considerando os cinco anos sem reajuste de salário e a reedição dos episódios de elevação do teto salarial em 1995, agora com as versões duplex e triplex, que permitem ganhos cerca de 200 vezes maiores que o novo salário mínimo, incluindo acumulação de aposentadorias, auxílios moradias e outros privilégios dos altos escalões do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Até quando assistiremos passivos a todos esses descalabros? Será que perdemos nossa capacidade de indignação? Carreira única e reajuste de 63,83%, já!

VALORES MÁXIMOS DA GID

Reunião do Conselho de Representantes

Data: 29 de março de 2000
Quarta-feira

Hora: 18:00

Local: Escola de Serviço Social

Pauta:

- 1- Campanha salarial dos SPF
- 2- Periodização
- 3- Crise interna da UFRJ
- 4- Bolsa/gratificação dos docentes do CAP

Reitor afronta UFRJ e Conselho Universitário

Logo na primeira reunião do Conselho Universitário em 2000, em 23/03, começaram tensas as relações entre o reitor e os conselheiros. E não podia ser diferente. Afinal, no período de recesso do colegiado (somado às sessões sem quórum de janeiro), houve um pouco de tudo: nomeação de coordenador não reconhecido pelo CEPG no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação; exoneração do diretor do IDT, Alfredo Risso Peyneau; exoneração do sub-reitor de Graduação, Aníbal Gil Lopes; portaria que força a transferência dos institutos para o prédio do Hospital Universitário e ofício desrespeitoso da SR-3 enviado ao decano do CT, Oscar Acselrad.

Quando os conselheiros tentaram, em regime de emergência, colocar na pauta do dia um destes pontos (a exoneração do diretor do IDT), o reitor se recusou a debater o assunto. Vilhena alegou que a substituição de diretores é uma responsabilidade administrativa de competência exclusiva do reitor. Portanto, no entendimento dele, o Consuni não deveria apresentar um requerimento para tratar disso.

Não foram poucos os conselheiros que insistiram no tema. Assustado com a possibilidade de uma deliberação que pudesse derrubar seu ato autoritário, o interventor do MEC não suportou a pressão, encerrou a sessão aos gritos e se retirou da sala, acompanhado de seus sub-reitores. E teve mais. Enquanto saía, o reitor ouviu ainda o conselheiro Paes de Carvalho (CCS) instando os demais a permanecerem em reunião. Revoltado que é com qualquer atitude democrática, Vilhena ameaçou o representante com um processo de sindicância.

No mesmo dia, os conselheiros reunidos decidiram buscar a ajuda de um advogado com o objetivo de restaurar a ordem na maior universidade federal do país. Os conselheiros também produziram uma nota de esclarecimento à Comunidade Universitária e à Sociedade sobre a situação vivida no Consuni e, ainda, uma outra nota, de repúdio à atitude do reitor de ameaça ao representante Paes de Carvalho. Os dois textos estão reproduzidos na página 2, na íntegra.

Autoconvocação

Diante do clima de enfrentamento, ninguém pode prever o que vai ocorrer na próxima sessão do Consuni, marcada para o dia 30. Isso se ela acontecer. Antes da discussão relativa ao IDT, Vilhena já havia avisado que estaria viajando nesta data. Uma vez que só o reitor tem poder para convocar o Consuni, existe o receio de que o interventor do MEC simplesmente não promova as reuniões.

Este mecanismo poderia ter sido modificado no ano passado, mas Vilhena fez de tudo para evitar a idéia de autoconvocação dos conselheiros. Na reunião de 30 de setembro de 1999 do conselho, alguns representantes encaminharam esta proposta à mesa. Como é de praxe, o processo deveria ter chegado à Comissão de Legislação de Normas do Consuni.

Estranhando a demora da tramitação, o conselheiro Oscar Rosa Mattos, representante do CT, resolveu perguntar ao secretário dos órgãos colegiados, Ivan Hidalgo, sobre o processo. Foi informado então que o reitor pegou o documento e não o devolveu...

Campanha salarial 2000 dos SPF

30/03 Novo Ato Político, na Câmara dos Deputados, às 9h, em Brasília.

31/03 Reunião do Setor das IFES, no Andes-SN, em Brasília.

01/04 Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais, em Brasília.

Esclarecimento à comunidade universitária e à sociedade

“Os abaixo assinados, membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vêm a público esclarecer que, em Sessão Ordinária de 23 de março de 2000, viram-se confrontados com decisão unilateral do Magnífico Reitor José Henrique Vilhena de Paiva, contrária ao estado de direito na Instituição, ao recusar-se a submeter àquele Conselho questões de sua competência regimental. Tendo o Magnífico Reitor declarado encerrada a Sessão de forma extemporânea, sem que para isso houvesse justificativa ou desejo dos Conselheiros, impõe-se a presente informação, diante da possibilidade de desenvolvimentos futuros que possam conduzir à ruptura da ordem institucional na UFRJ e comprometer o seu desempenho no Serviço à Sociedade, nas suas funções de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2000”.

Nota da reportagem: no documento original, existem 24 assinaturas, mas cabe lembrar que os representantes dos funcionários técnico-administrativos só não assinaram o documento porque as eleições da categoria para o Consuni não foram convocadas pelo reitor. Alguns conselheiros simpatizantes do documento também não puderam esperar o término da confecção da nota já no início da tarde daquela quinta-feira (23/03/2000).

Nota de repúdio

“Os Membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro manifestam o seu repúdio à declaração do Magnífico Reitor José Henrique Vilhena de Paiva, ameaçando com instauração de sindicância o Professor Antonio Paes de Carvalho, Representante dos Professores Titulares do Centro de Ciências da Saúde, por ter defendido o direito deste Colegiado de interpretar seu Regimento e de continuar reunido para discutir os graves problemas enfrentados pela UFRJ.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2000”.

Autoritarismo também atinge o CEPG

A sessão do CEPG no dia seguinte (24) ao Consuni não foi menos tensa. Os conselheiros, que, desde o início deste ano, estão às voltas com a crise da pós-graduação da Faculdade de Educação, foram surpreendidos com a notícia de um “estranho” parecer da Procuradoria da Universidade. Assinado pelo procurador Valério Nunes Vieira e aprovado pelo professor Vilhena, o documento desautoriza a atuação de uma comissão formada naquele colegiado para tentar resolver o problema da Faculdade de Educação. Para o procurador, a resolução do CEPG que criou a comissão estaria irregular por não ter

sido submetida ao crivo do Conselho Universitário.

No contexto de revolta com as seguidas intervenções do reitor, duas notas foram aprovadas no CEPG. A primeira teve o objetivo de pressionar Vilhena em busca de esclarecimentos sobre o parecer da Procuradoria. Os conselheiros querem saber o autor da consulta ao procurador, que questiona a legalidade da resolução do conselho. Eles consideram o parecer absurdo: caso a interpretação do procurador se confirme, a pós-graduação e a graduação estarão sem normas, uma vez que nenhuma resolução desses colegiados foi levada à apreciação do Consuni. Até mesmo o sub-reitor Antônio

Figueiredo afirmou não aceitar a interpretação do procurador. A segunda nota é um esclarecimento à comunidade universitária sobre as conseqüências do parecer na pós-graduação na universidade e, também, um convite aos conselheiros do CEG e do Consuni para que compareçam a uma reunião conjunta dos membros desses três colegiados na próxima sexta-feira (31 de março), às 10h, na sala do Consuni. Esta reunião deve debater, a princípio, a crise instalada na pós-graduação, mas deve se estender para uma tentativa de solução de toda crise institucional. É o Legislativo da UFRJ se movimentando contra o reitor.

Resultados da GED/99 na Internet

Já está disponível na página eletrônica da UFRJ (www.sigma.ufrj.br) o desempenho institucional relativo à Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Na primeira janela, os docentes podem acessar os resultados dos seis centros e do Fórum de Ciência e Cultura. Clicando em cada uma dessas instâncias acadêmicas, pode-se ver os resultados das Unidades e Órgãos Suplementares relacionados. Em seguida, vem a pontuação dos departamentos e, finalmente, de cada professor (identificado apenas pela matrícula SIAPE).

A Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) local esclarece que não constam das tabelas apresentadas as possíveis alterações provenientes de recursos. Segundo o porta-voz da CADD, professor Fernando Alves Rochinha, já chegaram às mãos dos integrantes da comissão quase cem recursos. “A maioria (dos recursos), no entanto, não provocou mudanças na pontuação. Eram mais dúvidas do que pedidos de alteração”, disse Rochinha. Ainda segundo ele, o número de recursos não aumentou com a volta dos professores à UFRJ para o recomeço das aulas.

Ao comparar o resultado inicial deste ano (sem os recursos, portanto) com os números iniciais divulgados em 1999, percebe-se que a média de pontos da UFRJ aumentou de 113,86 para 129,59.

Para a comissão, dois motivos aparentemente contribuíram para esse crescimento: as pessoas começaram a dar mais aulas e a pontuação esteve mais abrangente.

Rochinha disse que existem distorções (professores dando um número absurdo de horas de aula) no relatório da GED deste ano, assim como no do ano passado (que não foi divulgado até hoje, nem justificado de modo convincente pela Comissão). Em relação a esse ponto, o porta-voz da CADD afirmou que está enviando ofícios para os lugares onde foram apontadas tais discrepâncias pedindo explicações. Caso não venham os esclarecimentos, o relatório final – que está sendo preparado – a ser enviado ao MEC nos próximos dias vai apontar tudo isso.

Neste mesmo relatório, Rochinha espera preparar uma tabela que indique os percentuais de docentes da UFRJ em algumas faixas de pontuação. Ele acredita

que os números não devem sofrer muitas modificações com o detalhamento da produção acadêmica no Sigma até 7 de abril para aqueles docentes que preferiram entregar os dados por planilhas quantitativas, de acordo com a decisão judicial favorável à liminar impetrada pela Adufrj-SSind.

A expectativa do porta-voz da CADD é de que o MEC publique o resultado nacional da GED em abril ou maio.

Para a diretoria da Adufrj-SSind, porém, o aumento do número de aulas e os critérios mais abrangentes citados pela comissão não significam melhoria da qualidade da produção acadêmica, na medida em que não existe padronização na classificação das atividades, não há de fato uma avaliação qualitativa e a coerência do sistema da pontuação das atividades é altamente questionável.

Bomba relógio

*Prof. Artur Arruda Leal Ferreira**

Quando nos deparamos com o programa Sigma para preenchimento da GED sabíamos todos que estávamos perante uma bomba de retardo, um presente de grego da atual administração da UFRJ em retribuição à popularidade que lhe conferimos desde sua nomeação pelo MEC. Só não sabíamos onde e quando ela explodiria. Agora, infelizmente, “sofro” a notícia na própria pele. E no próprio bolso. Os problemas do Sigma eram desde o início evidentes:

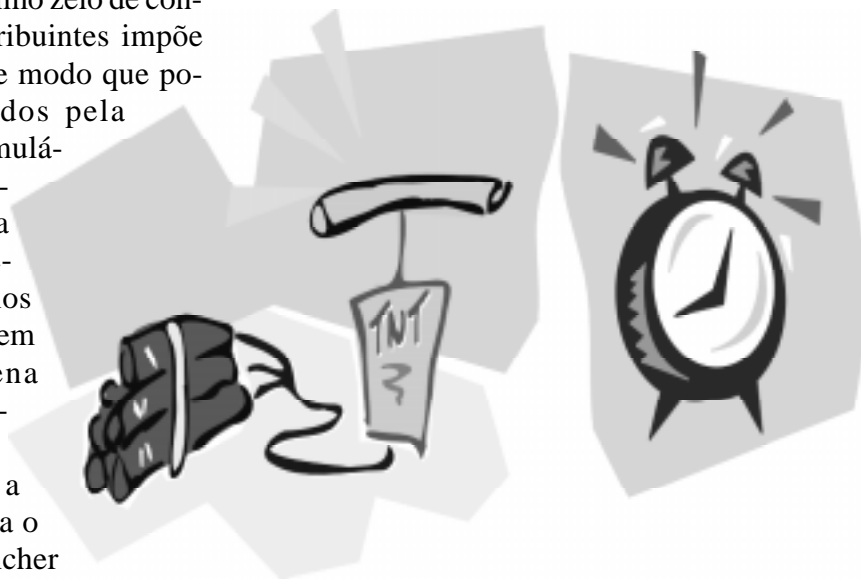
- 1) A necessidade de computador para preenchimento da GED;
- 2) A necessidade de um programa específico para navegação, o NETSCAPE 4.5
- 3) O aspecto pouco claro dos módulos SIGMA
- 4) O engarrafamento óbvio do programa, graças ao acesso em massa dos docentes devido aos prazos exíguos.

Nem a Receita Federal no máximo zelo de controlar as informações dos contribuintes impõe condições tão adversas. É desse modo que podemos preencher nossos dados pela Internet, por disquete e por formulário. Não sei se devido ao ressentimento de não se sentir desejada pela comunidade pela qual deveria zelar, esta administração nos impôs esta missão impossível em tempo exíguo sob a pena incontornável de restringir nossos parcos ganhos.

Em vista de tantos absurdos, a ADUFRJ nos garantiu na justiça o óbvio direito de podermos preencher a GED num prazo mais elástico e através de formulário. Após sucessivos fracassos informacionais (cheguei inclusive a registrar uma senha, mas nem sequer me enviaram um *e-mail* confirmando a minha entrada no sistema), preenchi por formulário minha GED no final do ano passado e a entreguei a meu chefe de departamento. Meu formulário foi enviado à SR-2 em 06/01/2000. No final de janeiro tentei saber do meu resultado, mas a minha senha tinha sido alterada. Tive que mandar dois *e-mails* para a Comissão da GED até conseguir que alguma solução fosse dada. Quando apareceram os meus dados no Sigma, eles vieram incompletos: as atividades docentes equivocadas e as suplementares sem nenhum dado preenchido. Escrevi alguns *e-mails* para a comissão da GED tentando indagar porque os meus dados es-

tariam incompletos. Nada foi respondido. Por conta própria preenchi os meus dados de pesquisa, produção intelectual e atividades suplementares, sem que nada alterasse o resultado dos meus dados, tidos como incompletos. Somente no final de fevereiro é que fui respondido pela comissão, sendo instruído a recorrer dos resultados apresentados. Essa informação, é óbvio, já estava na página do SIGMA. O que gostaria de ver respondido é porque meus dados não foram computados e nem os meus dados suplementares acrescentados. E porque a comissão demorou tanto a me responder com um simples *e-mail* orientador.

O resultado dessa brincadeira é que minha GED de fevereiro foi cortada. Numa época em que a maior parte dos professores está voltando das férias ou do carnaval. Em outras palavras,



desmobilizados e despreocupados. Obviamente recorrerei contra este prejuízo burocrático imposto por essa gente, que sob o pretexto de modernização, nos impõe um programa informacional caduco. E quando conseguimos simplificá-lo eles nos armam outras ciladas. Com relação a este descaso e absurdo burocráticos, da mesma forma que eles nos cortam facilmente uma parte de nosso salário, devemos nos perguntar se não podemos igualmente cortá-los da função que eles se autodelegaram de nos administrar sob o signo do equívoco, da dificuldade e da ineficácia. Paciência tem limite.

** Prof. Assistente do Depto. de Psicologia Geral e Experimental, Doutor em Psicologia Clínica*

Resenha

● Na lei que criou o emprego público, FHC decidiu vetar o artigo que deixava de fora do novo regime todos os servidores federais integrantes das carreiras consideradas típicas de Estado. A previsão é de que somente policiais federais, advogados, procuradores e defensores da União, além de diplomatas, continuem sendo contratados pelo regime estatutário.

● O professor Vilhena, em carta ao JB publicada em 22/02, informa que a UFRJ elaborou um projeto de recuperação do Hotel Sete de Setembro, de propriedade da universidade, localizado na Avenida Rui Barbosa, nº 762. O projeto, segundo ele, foi encaminhado pela FUJB ao Ministério da Cultura em meados do ano passado, onde aguarda apreciação.

● As sugestões de novo salário mínimo propostas pelos partidos não chegaram nem perto daquele anunciado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Segundo o Dieese, o salário mínimo deveria ter sido de R\$ 942,76 em janeiro deste ano. O valor determina o necessário para sustentar um casal e dois filhos.

● O MEC tem nova página na Internet: www.mec.org.br

● Os servidores federais vão receber, junto do salário de junho, a primeira parcela relativa às contribuições previdenciárias descontadas indevidamente entre julho e setembro de 1994. A segunda parcela sai em dezembro (salário pago no início de janeiro de 2001). No total, a União deve R\$ 600 milhões (com correção monetária), o que dá uma média de R\$ 1.090 para cada um. O governo decidiu pagar ainda os anuênios devidos a 260 mil servidores que eram celetistas. Este dinheiro (R\$ 740 milhões), no entanto, só deverá sair no ano que vem.

● Nota do Informe JB, de 24/03: “A Coppe entrou com ação penal por calúnia contra os integrantes da comissão que acusou a instituição de envolvimento em superfaturamento no projeto das Delegacias Legais. Ano passado, foram todos notificados para comprovar as denúncias, mas não deram o ar da graça”.

**Medida Provisória
Nº 2.020, de
24 de março de 2000**

Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor de 1º e 2º Graus nas instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I.

§ 1º A Gratificação instituída no caput deste artigo terá como limite máximo oitenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II, obedecido ao limite fixado no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 2º O limite global da pontuação mensal corresponderá, em cada instituição, a setenta e três vezes o número de professores de 1º e 2º graus ativos, e a pontuação atribuída a cada professor observará regulamento por ela estabelecido, que incluirá, obrigatoriamente, a carga horária semanal em sala de aula, o número de alunos sob sua responsabilidade, a avaliação qualitativa de suas aulas e a participação em programas e projetos de interesse da instituição.

§ 3º A observância do disposto no art. 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é condição obrigatória para a atribuição de pontuação ao professor de que trata esta Medida Provisória.

§ 4º O Poder Executivo estabelecerá os requisitos básicos para o regulamento de que trata o § 2º.

§ 5º As instituições federais de ensino, constantes do Anexo I desta Medida Provisória, darão conhecimento prévio ao Ministério da Educação dos regulamentos referidos no § 2º, e os publicarão no Diário Oficial da União, com vigência a partir de trinta dias da referida publicação.

§ 6º A periodicidade da revisão da pontuação dos professores, nos termos do § 2º, não poderá ser superior a um ano.

§ 7º Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada nos doze meses imediatamente anteriores à competência do efetivo pagamento.

Art. 2º A Gratificação de que trata o artigo anterior será paga em conjunto, de forma não cu-

mulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 3º Até a vigência dos regulamentos de que trata o § 2º, a gratificação será calculada com base em pontuação correspondente a sessenta por cento do limite fixado no § 1º do art. 1º.

Parágrafo único Até que seja possível o cálculo previsto no art. 1º, observar-se-á o disposto no caput deste artigo para o pagamento daquelas parcelas.

Art. 4º O servidor que não possua pontuação somente fará jus à gratificação, calculada com base em 60% do limite máximo de pontos fixado no § 1º do art. 1º, quando se encontrar:

I – cedido para exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4, ou cargo equivalente na Administração Pública Federal;

II – em exercício de Cargo de Direção – CD ou Função Gratificada na própria instituição;

III – afastamento autorizado pela instituição para curso de especialização, mestrado ou doutorado em outra instituição.

Parágrafo único – O professor que se encontre nas situações previstas no inciso II poderá optar pela percepção da gratificação com base na sua pontuação efetivamente alcançada, caso a possua.

Art. 5º Para fins de aposentadoria ou instituição de pensão, o valor da Gratificação de Incentivo à Docência será calculado a partir da média aritmética simples dos pontos utilizados mensalmente para fins de pagamento da gratificação durante os últimos vinte e quatro meses de atividade do servidor.

§ 1º Na impossibilidade do cálculo da média referida no caput, o número de pontos considerados para o cálculo será equivalente a sessenta por cento do máximo de pontos fixado no § 1º do art. 1º desta Medida Provisória.

§ 2º É vedada a concessão ou revisão da gratificação instituída por esta Medida Provisória em virtude de titulação posterior à aposentadoria ou à instituição de pensão.

Art. 6º Fica vedada, a partir da publicação des-



ta Medida Provisória, a redistribuição de Professores de 1º e 2º Graus com escolaridade inferior à graduação para as instituições referidas no Anexo I.

Art. 7º Sobre os valores fixados no Anexo II, incidirão os índices de reajuste geral concedidos aos servidores públicos federais civis a partir da publicação desta Medida Provisória.

Art. 8º Ficam reajustados em trinta por cento, a partir de 1º de janeiro de 2000, os valores fixados em reais no anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998.

Parágrafo único A Gratificação instituída pela Lei nº 9.678, de 1998, é devida, igualmente, aos ocupantes de cargos efetivos de Professor do Magistério Superior das Instituições Federais de Ensino Superior Militares.

Art. 9º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de março de 2000;

179º da Independência e 112º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Renato Souza

Guilherme Gomes Dias

Anexo I: O anexo I de que fala a MP relaciona o Colégio Pedro II; o Instituto Nacional de Educação de Surdos; o Instituto Benjamin Constant; CEFETs; Escolas Técnicas Federais; Escolas Agrotécnicas Federais e demais fundações universitárias e universidades federais.

Anexo II: o anexo II é a tabela que está reproduzida na primeira página deste boletim com os valores máximos (80 pontos).

Calendário de Mobilização

10 a 14 /4

Semana de mobilização e reunião nas Unidades

13/4

Dia Nacional de Luta

18/4

Assembléia geral

4/5

Greve Nacional dos SPF por 24h

7/5

Plenária Nacional dos Servidores

10/5

Indicativo de greve por tempo indeterminado

18/5

Marchar Nacional dos Servidores



Movimento

Professores do CAp se posicionam em relação à gratificação de incentivo à docência (GID) e reivindicam a carreira única para o 1º, 2º e 3º graus.
página 5

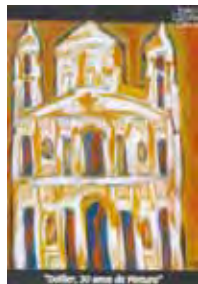


Opinião

Algumas considerações sobre a Universidade Pública Virtual do Brasil,
por Katia Lima

Exposição

O Espaço Cultural do CREA-RJ abriu para a obra do artista plástico



Dallier, no Salão Verde. A exposição vai até 28 de abril, de 2ª a 6ª feira, de 13h às 19h.

ADUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 1 • 10 de Abril de 2000

Cinco anos sem reajuste



A retórica e as ações do atual governo em relação ao funcionalismo público repetem as adotadas pelo (des) governo Collor. Assim como seu antecessor, as duas gestões FHC imputam à categoria boa parte das mazelas do país, tratam o funcionalismo como inimigo público, como se a maioria dos servidores recebesse altíssimos salários, desfrutasse de toda sorte de privilégios e nada produzisse.

O governo denigre a imagem das empresas e dos funcionários dos serviços públicos, asfixia e restringe setores prioritários e estratégicos, vende a preço vil o que gerações inteiras lutaram para construir e conquistar, desvaloriza e degrada seu maior patrimônio a título de aumentar a arrecadação e promover a reforma do estado em nome do bem comum, da moral e da austeridade, reduzindo tudo à frieza de cifras e números.

A arrogância do presidente e de sua equipe econômica ao tratar da recente polêmica em torno do salário mínimo e do reajuste dos servidores federais revelam facetas de despotismo, com requintes de crueldade e hipocrisia. A truculência mostrada pelo governo no



CAMAPANHA SALARIAL 2000 JÁ ESTÁ NAS RUAS

trato com seus funcionários parece não ter limites, mas tem objetivos claros de desmantelamento do serviço público.

O autoritarismo e o uso de força policial e militar para tentar esmagar a greve da Petrobrás em 1995, que reivindicava o cumprimento de um acordo anterior, não só serviu para acentuar a intransigência do governo como para atingir

duramente todo o sindicalismo, intimidando e inibindo futuros movimentos de outras categorias. E o discurso oficial da época foi, e ainda é, o de indispor a opinião pública com as estatais e os sindicatos, de quebrar monopólios e de acelerar o processo de privatização.

Continua na página 6

REUNIÕES DA ADUFRJ-SSIND NAS UNIDADES

PAUTA:

Campanha Salarial; crise interna na UFRJ; periodização; e questões específicas da Unidade.

EEFD

11/04 – 12h, sala 302

ESS/Psicologia/Educação/CAp

11/04 – 12h, Instituto de Psicologia (Sala da Congregação)

IFCS

12/04 – 12h30, sala 306

CT

13/04 – 11h, sala D212

CCMN

13/04 – 14h, Instituto de Física



Editorial

Improbidade administrativa na UFRJ se espelha no Governo Federal

Há uma estreita relação entre os últimos eventos da crise provocada pela atual administração da UFRJ e as recentes medidas anunciadas pelo governo FHC para as universidades brasileiras.

O interventor-reitor da UFRJ tem caracterizado sua gestão pelo desrespeito ao Conselho Universitário da UFRJ, pelo atropelo aos outros colegiados, por iniciativas academicamente vazias, mas de algum impacto na mídia, como a da nova periodização. Enquanto isto, submete os demais dirigentes à prática de favores pessoais, impõe aos professores o uso de um programa inoperante no preenchimento da GED. O resultado disto tudo é o desmonte e a desorganização institucional, com a apropriação por alguns grupos ou indivíduos do patrimônio público que é a universidade.

O governo FHC, numa escala maior, faz o mesmo. Promoveu a maior cassação de professores universitários de nossa história.

Com o terrorismo do fim das aposentadorias, obrigou um grande número de professores a se afastar precocemente da universidade. Reduziu de forma drástica o orçamento da universidade e dos demais órgãos de fomento à pesquisa. Depois, como "solução" à própria crise que provocou, preencheu as lacunas pelo mecanismo de contratação de professores substitutos, em condições muito precárias, e inventou o Pronex, retornando a alguns grupos parte dos fundos que subtraiu do CNPq. Recentemente, com um certo estardalhaço na imprensa, propõe como solução para a crise das vagas a precarização de um novo regime de trabalho e a criação de fundos que seriam pagos pelas empresas. Certamente gostaríamos de ver as empresas sendo obrigadas a investir não só nas universidades, mas também em outros setores sociais de interesse para nossa população. Mas, como confiar neste mecanismo, quando este próprio governo não cobra as dívidas que o setor privado tem com a Receita Federal e com a Previdência? Se houvesse um mínimo de seriedade por parte do governo, bastaria economizar os recursos públicos dilapidados no Proer, em benefício de especuladores, ou reduzir alguns pontos percentuais nos juros da dívida pública, o que já cobriria todos os investimentos em ensino. Enquanto alardeia suas novas propostas, na prática o governo FHC desmonta o pouco que temos e impossibilita qualquer planejamento maior no ensino e na pesquisa no país.

Nos dois casos, o resultado é o mesmo. Com a desorganização institucional, com a falta de mecanismos sérios de investimentos públicos, promove-se o aparecimento de grupos que, pela pressão política,

obtem diretamente os favores do governo. Assim, o ensino público brasileiro é diariamente privatizado, sem leilões, mas o governo esconde esta realidade com medidas de impacto na mídia.

E, apesar de toda a crise que vivemos, o ensino público superior brasileiro ainda presta um serviço inestimável. Continuamos a apresentar o melhor padrão de ensino superior, nossa pesquisa alcança repercussão internacional. É preciso reforçar e divulgar que estes resultados são obtidos pelo esforço do que nossa universidade tem de mais valioso: seu quadro de pessoal, formado ao longo de muitos anos, unicamente com investimentos públicos. As declarações pomposas do senhor FHC, e de seus seguidores menores da triste administração Vilhena, reclamando méritos para seu governo e sua administração, são apenas mais um exemplo de apropriação indevida deste patrimônio público que é o trabalho desenvolvido em nossas universidades.

E como o governo conta com o apoio dos grandes meios de comunicação, é necessário que a própria comunidade universitária assuma sua defesa, critique os desmandos locais e nacionais, divulgue suas propostas de melhoria de nossa instituição. E, neste momento em que os servidores federais retomam sua luta, é fundamental que a campanha salarial que se inicia seja a mais ampla possível. Não devemos ficar apenas na reivindicação salarial, que embora justa, não será suficiente para reverter a política imposta pelo governo. Este momento de maior mobilização deve também ser um momento de reflexão e aprofundamento dos rumos da universidade pública e das grandes divergências políticas que existem entre as propostas privatizantes do governo e as dos setores que procuram uma universidade capaz de contribuir para a melhoria de vida do conjunto de nossa população.

Assim, o ensino público brasileiro é diariamente privatizado, sem leilões, mas o governo esconde esta realidade com medidas de impacto na mídia.



Vida no Campus



O INSTITUTO DE PSIQUIATRIA INAUGUROU, NO ÚLTIMO DIA 30 DE MARÇO, UM JARDIM FRUTO DO TRATAMENTO TERAPÊUTICO DE SEUS PACIENTES. TRATA-SE DO PROJETO PLANTANDO SONHOS, SOB COORDENAÇÃO DA PSICÓLOGA CLAUDIA AZEVEDO. A IDÉIA DO PROJETO É FAZER INTERAGIR OS PACIENTES DO IPUB COM O ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO, DESENVOLVENDO A CRIATIVIDADE E A AUTO-ESTIMA, ALÉM DE CRIAR UMA ÁREA DE CONVIVÊNCIA PARA TODA A COMUNIDADE

AdUFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1º Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza - Titular; Marcos Vinícios P. Andrade - Titular e Clóvis de F. Neves Filho - Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Promessa de 6 mil vagas

Governo cria fundos e promete concursos

Semana passada, o governo federal resolveu dar mais um de seus *shows* para a platéia universitária. O presidente Fernando Henrique anunciou em solenidade na qual compareceram um punhado de dirigentes - entre os quais o reitor da UFRJ, o decano do CFCH e vários diretores de unidades - um pacote de medidas que vão desde a contratação de 6 mil novos docentes até a criação de oito fundos de investimento em pesquisa e tecnologia.

O projeto ainda será encaminhado ao Congresso Nacional e, segundo a agência Andes, o ministro da Educação, Paulo Renato, anunciou também a criação de até 190 mil empregos públicos para as instituições federais de ensino. Este número surpreendeu o presidente do Andes Sindicato Nacional, Renato de Oliveira, que questionou o MEC por só agora admitir o déficit de vagas docentes. Renato questionou também a contratação dessas vagas através do regime de emprego público, que o governo aprovou no Congresso Nacional.

A lei que cria o regime de emprego público autoriza o governo a contratar com base na Consolidação das Leis Trabalhistas

(CLT), que rege o setor privado. Com isso, os futuros professores universitários não terão estabilidade e a meta do governo é que em 30 anos não existam mais docentes e servidores regidos pelo RJU.

Carta de intenções

Como se estivesse em plena campanha eleitoral, o governo publicou e divulgou entre os dirigentes universitários uma cartilha "Enfrentar e Vencer Desafios", em que traça o cenário do ensino superior brasileiro reconhecendo a necessidade de expansão da rede e a falta de um sistema de avaliação abrangente. No texto acusa, também, a ineficiência no uso dos recursos públicos nas instituições federais, embora reconheça a qualidade superior das federais e o papel relevante das pesquisas realizadas nas instituições públicas.

No documento, ainda que superficialmente, o governo faz críticas à expansão do ensino superior privado. Reconhece a necessidade de um grande esforço para retirar o Brasil da sua baixíssima posição em relação aos países desenvolvidos e até mesmo aos vizinhos latino-americanos. Apenas 13% da população brasileira frequenta o ensino superior, "uma das menores taxas do mundo", diz o documento. Na Argentina esse percentual é de 39%, no Chile, 27%, na Bolívia, 23%, nos Estados Unidos, 80%, na

França, 50%, na Inglaterra, 48%, e na Espanha, 46%.

Fundos

Junto com a cartilha, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que cria fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico. A estimativa do governo é que, juntos, os fundos gerarão cerca de R\$ 1 bilhão para a C&T. Destes, 20% - ou o chamado fundo dos fundos - serão destinados à recuperação da infra-estrutura das universidades federais.

Segundo o presidente do Andes-SN, a atual diretoria vê com simpatia as iniciativas do governo em relação à criação dos fundos de financiamento da pesquisa. "Estas iniciativas estão dentro da linha de propostas que a diretoria do Andes-SN vem defendendo", comentou Renato, que foi recentemente empossado diretor-presidente da Fapergs, agência de fomento à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo de 5/04, a Fapesp, agência de fomento à pesquisa de São Paulo, e a SBPC aguardam com cautela as medidas. A presidente da SBPC, Glaci Zancan, disse que é preciso examinar ainda mais o texto do projeto antes de os cientistas irem ao Congresso lutar pelo pacote. Leia a opinião da diretoria da Adufrj-SSind sobre o assunto no editorial desta edição (página 2).



Resenha

As centrais sindicais CUT, Força Sindical e CGT decidiram juntar forças para lançar uma campanha pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Segundo o Dieese, essa diminuição significaria a criação de 1,7 milhão de empregos formais e o benefício de 17 milhões de trabalhadores.

O Rio vai sediar, entre os dias 23 e 26 de abril, a Terceira Conferência Internacional da Hélice Tríplice. O estranho nome é uma referência à parceria entre indústria, universidade e governo na área de Ciência e Tecnologia. Os últimos dois encontros foram promovidos em Amsterdã (Holanda), em 1996, e em Nova Iorque (EUA), em 1998. As inscrições para o evento do Rio podem ser feitas pelo site www.itoi.ufrj.br/thelix.htm ou pelo telefone 590-8817.

Coluna Mestrado, em O Dia, de 4/04: "Os professores civis do Colégio Militar estão trabalhando com uma tarja preta no braço. Eles ficaram de fora da Gratificação de Incentivo à Docência (GID), criada semana passada por Medida Provisória, que vai beneficiar os professores do Ensino Fundamental e do Médio de escolas federais. São 12 colégios militares em todo o Brasil, e os cerca de 150 professores do Rio já criaram até comissão para esse problema".

Professores e funcionários das universidades estaduais de São Paulo - USP, Unicamp e Unesp - e do Centro Paula Souza paralisaram as atividades no último dia 5 para reivindicar aumento salarial. O protesto marcou o início da campanha salarial das categorias, que têm data-base em maio. Em matéria de O Estado de S. Paulo, o presidente da Associação dos Docentes da USP, Marcos Magalhães, explicou que, em razão dos baixos salários, muitos professores têm trocado as universidades estaduais por particulares. Enquanto um doutor da USP ganha R\$ 2.900, um colega com a mesma titulação recebe R\$ 5.014 na PUC paulista.

A ONU divulgou relatório no último dia 4 sobre a pobreza mundial. Mais uma vez, o Brasil mereceu destaque negativo. Além de ficar com o pior lugar em matéria de participação da população de baixa renda no consumo e na riqueza nacional, o país é criticado pela péssima distribuição de renda. Os 20% mais pobres ficam com 2,5% da renda e do consumo nacional.

Matéria da Folha de S. Paulo, de 06/4, chamou a atenção para o desvio de verba na Universidade de Brasília desde 1995. Segundo o que foi investigado por uma comissão da UnB, funcionários da Secretaria de Recursos Humanos da universidade desviavam para suas próprias contas correntes o pagamento de precatórios (dívidas judiciais) e salários de professores que estavam de licença não-remunerada. Além de trocar o número das contas, os acusados teriam fraudado o Siape para reativar o pagamento dos professores que estavam licenciados, fazendo pós-graduação no exterior. Quando a data de retorno do professor se aproximava, eles desfaziam o esquema.

Anote



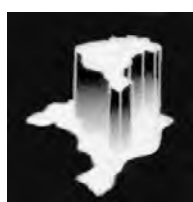
Universidade no Brasil

A UnB recebe um seminário internacional sobre a Universidade no Brasil e na América Latina nos dias 3, 4 e 5 de maio, no Auditório Dois Candangos. Realização: Andes-SN. Mais informações pelo e-mail: nesub@tba.com.br



Mostra no CREA-RJ

A exposição "Circus" do artista plástico Raimundo Peres pode ser vista no Espaço Cultural do CREA-RJ, no Salão Azul. A mostra vai de 6 a 28 de abril. O período de visitação: 2ª a 6ª feira, de 13 às 19h.



Brasil: outros 500

O Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular vai realizar uma série de eventos em abril deste ano para se contrapor aos festejos oficiais dos 500 anos. O marco final será uma Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, em Coroa Vermelha (BA), entre os dias 17 e 21 de abril.



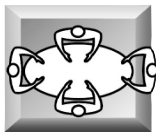
Estudantes da ESS promovem encontro

A Escola de Serviço Social da UFRJ recebe entre os dias 28 e 30 de abril o XXII Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social.

Chagas do Brasil

A Casa da Ciência da UFRJ inaugurou no último dia 30 de março a exposição "Chagas do Brasil". O evento faz parte das comemorações pelo centenário da Fundação Oswaldo Cruz e do Instituto Oswaldo Cruz.





Colegiados

Iniciação científica

Estão abertas no período de 6 a 19 de abril as inscrições na UFRJ para as bolsas de iniciação científica para o período de agosto de 2000 a julho de 2001. Os docentes doutores poderão solicitar cotas diferenciadas de bolsas, de acordo com os projetos, e os professores orientadores poderão concorrer a cotas de até duas bolsas.

Para se candidatar à bolsa, o aluno tem que ter o coeficiente de rendimento acumulado (CRA) maior ou igual a 7 ou CR maior ou igual a 8 nos períodos 99/1 e 99/2. Os que tiverem o CRA maior ou igual a 6,5 também tem chance de concorrer, desde que tenha seu pedido justificado pelo orientador. A inscrição deverá ser feita pelo orientador no Sistema de Gerenciamento Acadêmico - Sigma (www.sr2.ufrj.br). Na segunda fase da inscrição, os orientadores deverão entregar os documentos do estudante, em envelope fechado (não podem ser encadernados), no Prédio da Reitoria, na sala 802, de 10h às 16h, até o dia 24 de abril.

Estágio docente

A Fundação Capes, agência de fomento do MEC, instituiu a obrigatoriedade de estágio docente na graduação para todos os seus bolsistas de mestrado e doutorado. Na UFRJ, o assunto foi tratado em sessões do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) com o entendimento de que o estágio seria obrigatório para todos os alunos da pós-graduação. Depois de algumas discussões, este colegiado formalizou uma resolução que cria o Programa de Aperfeiçoamento Didático alunos da pós-graduação stricto sensu, facultando aos bolsistas a sua participação.

A iniciativa da UFRJ foi elogiada pela Capes, mas a agência não aceitou o programa como argumento para que a universidade não implemente a obrigatoriedade para os bolsistas desta agência. A Capes alega que a exigência do estágio não interfere na autonomia das instituições. Em nota enviada à Sub-reitoria de Ensino para Graduados (CEPG), a agência esclarece que a exigência de estágio de docência na graduação é restrita aos bolsistas do Programa de Demanda Social e não implica necessariamente em torná-la compulsória a todos os pós-graduandos. Segundo a Capes, a instituição do estágio servirá como objeto de avaliação e indicador de necessidades para a melhoria da formação didática e pedagógica dos professores.

ATENÇÃO: Unidades e Órgãos Suplementares da UFRJ devem apresentar ao CEG/CEPG seus projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação dentro dos termos na resolução 01/99 conjunta daqueles colegiados. Para quem não se lembra, trata-se da polêmica resolução que criou a periodização modular, entre outras medidas. O prazo final para essa entrega de projetos é o dia 25 de maio - estabelecido pelo Consuni em uma outra resolução com o objetivo de estabelecer nas Unidades e Órgãos Suplementares um estudo de adaptação à nova regulamentação.

Alojamento em pé de guerra

O alojamento está em pé de guerra. Desde o início do período letivo, os 136 novos estudantes instalados no local não recebem mais as refeições diárias - apenas um café da manhã e um lanche à tarde. A situação atual é reflexo da desvinculação aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação ano passado entre o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação: alguns alojados só teriam o quarto, outros teriam só a alimentação e os demais ficariam com ambos. Vários estudantes compareceram à última reunião do CEG, em 5/04, munidos de cartazes de protesto contra o corte.

Reitoria esconde o jogo

Conselheiros e entidades se mobilizam contra políticas de Vilhena e Cia.

Diante da crise institucional instalada desde a primeira sessão neste ano do Conselho Universitário (23/03), os membros dos três colegiados superiores - CEG, CEPG e Consuni - decidiram produzir uma nota pública na qual refletem suas preocupações com os mandos e desmandos do reitor José Henrique Vilhena.

Até o momento do fechamento desta edição, a nota ainda não havia sido divulgada pelos conselheiros, mas, curiosamente, o sub-reitor de Pós-Graduação, Antonio Figueiredo, durante a sessão do CEPG desta sexta-feira, 7, comentou o conteúdo da dita nota e, inclusive, anunciou que a resposta de Vilhena seria divulgada até o início desta semana.

Pelos relatos dos conselheiros durante a reunião mista do dia 23 de março, a insatisfação com os procedimentos desta reitoria é generalizada. A sessão conjunta foi importante para destacar que não são só os chamados movimentos universitários que estão descontentes com a administração Vilhena. A representante do CEPG, Marília Facó, rememorou o tratamento dado pelo reitor aos encaminhamentos deste colegiado em relação à crise instalada no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação. Vilhena simplesmente acatou um parecer da Procuradoria da universidade que desautoriza as deliberações do CEPG. Isto depois de ter se reunido com a comissão deste colegiado - que iria intermediar as relações entre a direção da faculdade e a congregação desta unidade, que apóia a ex-coordenadora do programa, exonerada pelo reitor.

O decano CCS, Sérgio Fracalanza, lembrou que desde o segundo semestre de 1998, no auge da crise da intervenção, uma comissão presidida pelo professor do Instituto de Física, Moysés Nussenzeig, elaborou uma proposta de estatuto com o aval da reitoria de Vilhena. Esta proposta foi enviada pela reitoria ao Conselho Nacional de Educação, sem o referendo do Consuni.

Naquela época, houve também uma tentativa de imposição por parte do reitor de seus sub-reitores. Mais uma vez, os colegiados resistiram às nomeações imperialistas e somente no início de 1999 conseguiram chegar ao que foi chamado de "pacto de governabilidade".

O "pacto" levou à homologação de nomes como o do professor Figueiredo, Maurício Arouca e o recém demitido Aníbal Gil Lopes para as sub-reitorias de pós-graduação, patrimônio e graduação, respectivamente. O conselheiro do CT no Consuni, professor Oscar Rosa Mattos, declarou que, além de exigir que o reitor cumpra as deliberações dos colegiados superiores, os conselheiros deveriam exigir a troca imediata dos sub-reitores que compõem a base de sustentação da reitoria. Oscar foi enfático ao declarar que estes sub-reitores não são confiáveis e alguns mentem em relação ao prosseguimento de políticas acadêmicas definidas nos conselhos.



URGENTE

Na reunião do CEPG, dia 7, o sub-reitor Figueiredo anunciou que o reajuste de 30% da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) - aos professores de 1º e 2º Graus - serão pagos no próximo pagamento, ou seja, até o quinto dia útil de maio. Tanto o reajuste quanto a nova gratificação serão pagos com retroatividade ao mês de janeiro de 2000.

Medida da Adufrj beneficia professores - Ainda na mesma reunião, o sub-reitor informou que dos 3.400 docentes da UFRJ cerca de 100 entregaram em papel seus dados para a avaliação da GED. Figueiredo não revelou quantos professores enviaram seus dados em disquete, mas, de qualquer forma, a liminar conquistada pela Adufrj beneficiou, com certeza, aqueles que não conseguiram se utilizar do Sistema de Gerenciamento Acadêmico - Sigma para o envio de seus dados. A liminar garantia que os professores que tivessem optado pelo envio de informações em papel ou *off-line* (disquete) teriam até o dia 7 de abril para enviar à Comissão Local de Avaliação o detalhamento da produção acadêmica. Ainda, segundo o sub-reitor, quem não cumpriu este prazo poderá ficar sem a GED.

Na sessão do CEPG, mais uma vez, o professor Figueiredo fez a voz de Vilhena e disse que o reitor reafirmava a concordância com o parecer sobre a FE, mas iria "acatar" as suas sugestões (de Figueiredo) quanto à segunda parte do parecer que torna os colegiados CEG e CEPG apenas órgãos assessores do Consuni, tirando-lhes o caráter deliberativo sobre as questões acadêmicas.

Para "surpresa" de todos, quem pediu o parecer ao Procurador não foi a diretora da Faculdade, ou alguém de sua parte, mas o decano do CFCH, Carlos Alberto Messeder Pereira, notadamente de estrita confiança do reitor.

Onde está o estatuto da UFRJ?

Verificando junto ao Conselho Nacional de Educação, a redação deste jornal apurou que existem três números de processos sobre análise estatutária da UFRJ circulando entre o CNE e a Secretaria de Ensino Superior (Sesu).

Em 13 de outubro de 1999, a reitoria recebeu uma diligência da Sesu pedindo que fossem feitas, em um prazo máximo de 30 dias, as alterações necessárias em referência a dois destes processos - o de número 230001.000036/99-47 (que pode ser o "estatuto Moysés") e o de número 23001.000010/99-53 (que pode ser o estatuto com as adequações feitas pelo Conselho Universitário à nova Lei de Diretrizes e Bases).

Estas informações sequer chegaram ao conhecimento dos membros do Consuni. Isso pode significar que o reitor José Vilhena não só descumpriu novamente as deliberações do colegiado como sonega informações importantes sobre questões institucionais seríssimas como a homologação de um estatuto da universidade adequado à LDB.

Em janeiro deste ano, durante a última sessão oficial do Consuni referente ao ano letivo de 1999, Vilhena disse para todos os conselheiros que assumia o compromisso de retirar do CNE o texto do "estatuto Moysés" (proposta da reitoria) e que iria "pedir informações" sobre o andamento do processo referente ao estatuto referendado pelo colegiado para a homologação no MEC.

Ora, para quem já havia recebido da Sesu uma diligência, com prazo determinado, solicitando as alterações na proposta estatutária encaminhada, é, no mínimo, estranho que o reitor ainda precisasse pedir informações sobre o andamento dos processos em Brasília.

Na última sexta-feira, representantes das três entidades - Adufrj-SSind, Sintufrj e DCE - estiveram reunidos na sede dos docentes e organizaram um calendário de atividades de mobilização, incluindo atos públicos para as próximas semanas. A proposta das entidades é chamar a atenção da comunidade universitária para a situação de crise institucional e a fragilidade por que passa a UFRJ sob o comando desta reitoria. Divulgaremos as datas em breve.



ASSEMBLÉIA DO CAP DISCUTE A GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO À DOCENCIA

GID não agrada professores

Gratificação gera incertezas para os 1º e 2º graus

A Gratificação de Incentivo à Docência (GID) continua causando dor de cabeça nos professores do Colégio de Aplicação da UFRJ. “Esse documento é uma perversidade, uma indecência”, foram alguns comentários bastante comuns na reunião do CAP no último dia 31. Criada através de Medida Provisória para substituir as bolsas destinadas ao magistério de 1º e 2º graus, a GID não atende às reivindicações do movimento docente e aprofunda as diferenças em relação ao 3º grau.

Na paralisação do dia 31, os professores do CAP iniciaram a análise da MP, levantando várias dúvidas. A principal questão que dividiu a assembléia foi a seguinte: aceitar a GID por enquanto e desenvolver a luta pela carreira única mais à frente ou simplesmente negar a gratificação? Para alguns, a divisão estabelecida entre os

docentes de 1º e 2º e 3º graus logo no artigo primeiro da MP inviabiliza por completo os dois objetivos. Para outros, deve ser aproveitado o momento de tramitação da MP no Congresso (por lei, em 30 dias a MP deve ser votada) para tentar melhorá-la, sem prejuízo da luta pela carreira única das IFES e pelo enquadramento dos docentes do CAP no 3º grau. No fim das contas, ficou marcada mais uma rodada de reuniões no CAP nesta semana (com a diminuição do tempo de aula para 40 minutos) no horário de 11h30 às 13h30 para definir um posicionamento em relação à GID.

Encontro com o sub-reitor - Durante a assembléia de 31/03, os docentes do CAP, finalmente, tiveram a confirmação da audiência solicitada (várias vezes) anteriormente, com a reitoria, na figura do sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, naquele mesmo dia pela manhã. Decididos a aproveitar o canal de comunicação aberto com a reitoria, uma comissão foi formada para o encontro. A diretoria da Adufrj-SSind esteve representada na audiência a

pedido dos professores do CAP.

De acordo com relato da comissão (que voltou ao CAP no início da tarde), o sub-reitor conheceu a insatisfação dos professores em relação à GID. Como já era esperado, Figueiredo só pôde prometer encaminhar as questões levantadas ao MEC e tentar realizar um pagamento alternativo, enquanto a GID não for efetivada na folha salarial. Além das reclamações, o sub-reitor recebeu dos professores a solicitação de transformação do CAP em uma unidade de 3º grau, já que ali ocorre a orientação de alunos de 3o. grau (Licenciatura), além de atividades de pesquisa e extensão. Para esse desejo se tornar realidade, o sub-reitor indicou ao grupo a necessidade de preparação de um projeto. Posteriormente, esse projeto seria submetido aos colegiados superiores da UFRJ para a apreciação. Deste modo, acreditam os docentes do colégio, seria alcançado o enquadramento na carreira de 3º grau. Figueiredo, ainda segundo a comissão, dispôs-se a realizar um segundo encontro para acompanhamento do problema do CAP.

Carta dos professores do CAP ao sub-reitor de pós-graduação

Nós, docentes do Colégio de Aplicação da UFRJ, vimos por meio deste encaminhar à esta Reitoria nosso posicionamento acerca da medida provisória nº 2.020 que instituiu a gratificação de incentivo à docência para os ocupantes de cargos efetivos de professor de 1º e 2º graus nas Instituições Federais de Ensino, tendo em vista o trabalho por nós desenvolvido nesta Instituição, pelas razões que passamos a expor.

A GID não atende às reivindicações dos docentes do CAP/UFRJ por não reconhecer as prin-

cipais características do trabalho por nós desenvolvido junto aos alunos do ensino superior da UFRJ. Por este motivo, reivindicamos:

1. pagamento emergencial da GED aos docentes do CAP/UFRJ em consonância com o trabalho realizado de formação de professores junto aos trezentos alunos de doze cursos de licenciatura por nós atendidos;

2. reenquadramento emergencial dos professores do CAP/UFRJ na carreira de magistério superior federal pelos motivos acima citados;

3. implantação da carreira única para docentes protocolada pelo ANDES junto ao MEC.

Pela gravidade da situação historicamente vivida pelos docentes do Colégio de Aplicação da UFRJ e na certeza de que o reconhecimento formal da natureza universitária do trabalho desenvolvido por nós pressupõe o engajamento inequívoco desta Reitoria na luta pela inserção definitiva desses docentes em uma única carreira para todo o magistério das IFES, aguardamos soluções imediatas.

Esclarecimento sobre as mensalidades de fevereiro e março

Muitos professores têm manifestado dúvidas sobre os descontos duplicados para a Adufrj-SSind nos contracheques recebidos em março e abril, relativos aos meses de fevereiro e março de 2000, motivo pelo qual resolvemos fazer um esclarecimento geral a todos os sindicalizados.

Os descontos extras em fevereiro e março se referem às parcelas do 13º salário e do adicional de férias, que não foram incluídas nas épocas devidas e só agora foram processados pela SR-4/SIAPE. A partir de abril a mensalidade retornará ao valor padrão único de 0,8% sobre a remuneração total.

Tal fato foi divulgado com antecedência em nossos jornais e boletins. Solicitamos ainda à SR-4 que incluísse uma mensagem nos contracheques explicando a situação, mas não sabemos porque isto não aconteceu.

Assim, conferindo seus contracheques, deverão ter sido feitos os seguintes descontos:

Fevereiro/2000 - mensalidade normal (0,8%) + décimo-terceiro ou adicional de férias (0,8%);

Março/2000 - mensalidade reduzida (0,6%) + adicional de férias ou décimo-terceiro (0,8%);

A mensalidade normal de março foi reduzida excepcionalmente para 0,6% para compensar os 0,2% cobrados a mais em novembro de 1999, quando ainda foi cobrado 1% sobre a remuneração total. Caso haja dúvidas ou erros em relação aos descontos

mencionados, por favor entrar em contato conosco para que possamos reclamar a correção junto à SR-4. A SR-4 também informou não ser possível nos fornecer uma listagem dos sindicalizados com a discriminação de cada desconto, de modo que a verificação terá que ser feita caso a caso.

A diretoria



@dufrj

Revista de C&T analisa descobrimento

CIÊNCIA HOJE Logo de cara, a página principal da Ciência Hoje Online (www.uol.com.br/cienciahoje) oferece quatro opções: revista, crianças, escola e em dia. Até o fechamento desta edição, o site disponibilizava, na íntegra, várias matérias da revista CH relativa ao mês de março de 2000, com destaque na capa para a comemoração dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil e a tecnologia da época que proporcionou a jornada histórica. Para os mais interessados, as últimas 7 revistas podem ser acessadas na janela "arquivo".

Na parte mais voltada para as crianças, a página eletrônica é mais limitada, trazendo apenas um texto para estimular o conhecimento científico dos "baixinhos" por edição. Está disponível apenas o último número no arquivo (houve uma reformulação: até o mês passado, podiam ser acessadas as 28 últimas revistas tanto da revista principal como da edição para crianças).

Em CH na escola, alguns assuntos científicos são abordados com uma linguagem bem didática. Na parte da CH em Dia, como o próprio nome sugere, abre-se o espaço para as últimas novidades das mais diferentes áreas do conhecimento. A Ciência Hoje Online já recebeu mais de 430 mil visitas desde 12/03/96 (no site antigo; o novo, na UOL, não mostra contador).

Centenário do educador na Internet



Biblioteca Virtual Anísio Teixeira: (www.prossiga.br/anisio Teixeira) A página eletrônica conta a biografia do educador desde o nascimento, a 12 de julho de 1900, em Caetité (BA). Mais que isso, vários textos completos do mestre estão disponíveis. Na parte de homenagens, estão listados todos os prêmios recebidos pelo professor e todas as instituições espalhadas pelo Brasil que levam seu nome. Desde 10/12/97, mais de 20 mil visitas (que devem aumentar agora por conta do centenário).

Biblioteca Virtual Carlos Chagas

Biblioteca Virtual Carlos Chagas: (www.prossiga.br/chagas) O pesquisador tem sua biografia revisitada, desde o nascimento em 9 de julho de 1878, próximo à cidade de Oliveira (MG). Aparece, é claro, a produção intelectual do mestre, dividida nas primeiras quatro décadas do século XX, com vários documentos e destaque especial para a Doença de Chagas.

Continuação do texto da capa



Mesmo que a estabilidade da moeda e a queda dos índices inflacionários tenham trazido benefícios à população em geral, a ameaça constante de recessão e os índices alarmantes de desemprego atuais deixam claro que a conta a pagar é muito alta. Mas para quem teve como principais cabos eleitorais, em duas eleições, o plano real, a estabilidade econômica e a austeridade nas contas públicas, é no mínimo um escândalo que um dos primeiros atos após a posse no primeiro mandato tenha sido a promulgação de aumentos de 150% para seus próprios vencimentos, seus ministros e parlamentares, enquanto que a maioria dos servidores tiveram que se contentar com assombrosos 22%, após o expurgo de cerca de 3% na transição URV-Real, que hoje está sendo reclamado na justiça. Houve ainda o patético e demagógico episódio da devolução de 25% dos novos salários até que o salário mínimo chegasse a 100 reais!

Cinco anos depois, porém, a mesma situação se repete, agora mais grave, pois não houve qualquer reajuste salarial neste período. O auge foi a recente discussão sobre o teto salarial dos três poderes, paralelamente ao reajuste do salário mínimo e ao estranho auxílio moradia para os juizes federais, que ameaçavam fazer greve, quem diria! No final das contas, mais uma vez, a população e os servidores públicos assistiram a uma grande encenação, com cenas explícitas de demagogia e legislação em causa própria – o salário mínimo recebeu míseros R\$15,00 e os altos escalões do governo, parlamentares e juizes, por meio de acumulações de aposentadorias e outros artifícios, foram agraciados com a possibilidade de perceberem duas ou três vezes o teto estipulado, que em si mesmo já embutia um reajuste de cerca de 40%, gerando os tetos "duplex" e "triplex". Para os servidores (e o salário mínimo), porém, sobraram argumentos contrários a qualquer reajuste, que

vão desde falta de caixa ou previsão orçamentária até, pasmem, o fato de muitos servidores já terem ganho na justiça índices expurgados de reajustes salariais por planos econômicos anteriores, como se o reconhecimento de direitos antes negados compensassem ou substituíssem perdas posteriores ou atuais!

O governo se esquece ou finge não saber que o aumento da massa salarial e do consumo vai estimular a produção, aumentando a oferta de empregos e a arrecadação de impostos, e que o rombo da previdência não existiria se o próprio governo demonstrasse empenho em cobrar o que é sonegado pelas empresas.

Mas este governo tem sido muito generoso com o sistema financeiro privado, financiando incorporações e liberando a cobrança de tarifas para qualquer operação. Só no PROER, um fundo gerado com recursos públicos para conceder empréstimos a juros subsidiados às instituições financeiras privadas, foram disponibilizados mais de R\$ 22 bilhões! E recentemente o governo, que tinha assegurado que os recursos seriam restituídos sem riscos, divulgou na imprensa que o programa havia gerado um prejuízo de R\$14,7 bilhões. Adivinha quem pagou mais essa conta?

A política salarial do governo em relação aos professores das universidades tem sido particularmente perversa, porque, além dos longos períodos sem reajustes, ao ser forçado a conceder algum tipo de benefício salarial, como no caso da greve de mais de 100 dias em 1998, o faz através de mecanismos tortuosos, que buscam dividir a categoria, redirecionar o trabalho acadêmico e destruir conquistas anteriores. Os casos da GED – Gratificação de Estímulo à Docência e da GID – Gratificação de Incentivo à Docência são exemplos claros desta política, pois, como já foi ressaltado em outros momentos, introduzem a lógica produtivista, quebram a estrutura da carreira e a isonomia, além de discriminar os aposentados, entre outros problemas.

Campanha Salarial 2000

Em função deste quadro, na Reunião do Setor das IFES - Instituições Federais de Ensino Superior do Andes-SN e na Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizadas em Brasília no início de abril, foi aprovado o indicativo de greve geral do serviço público para a primeira quinzena de maio.

Na UFRJ, a Assembléia Geral de 15/03/2000 se posicionou contrária ao indicativo, embora entendesse ser necessário um trabalho de mobilização e de construção das condições internas para a deflagração da greve, por não haver condições de se avaliar a situação da UFRJ, já que estavam ainda retornando das férias, e primeiros dias de aula do ano. Esta posição, porém, foi minoritária na reunião do setor, onde apenas duas seções sindicais, entre elas a Adufrj-SSind, tiveram posição contrária ao indicativo. Entretanto, o número de seções sem deliberação ou que se abstiveram também foi muito elevado.

Este quadro mostra a necessidade de investir na mobilização e na organização. Apesar do reajuste de 30% da GED, clara estratégia do governo no sentido de desmobilizar a categoria no momento em que há um indicativo de greve, o sentimento geral de insatisfação entre os professores permanece. Tal sentimento ainda está disperso e não tem levado o conjunto dos professores a uma reflexão que oriente uma ação coletiva. Neste sentido, na última reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind foi aprovada a proposta de realização de reuniões nos Centros e Unidades, com o objetivo de dar visibilidade à campanha salarial e organizar o debate, incluindo questões internas como a atual crise institucional da UFRJ e a proposta de nova periodização dos cursos na Universidade.



ERRATA

No Boletim de 10 de março, na página 8 ao indicar o nome do professor que irá acompanhar a Diretoria do Andes-SN na audiência com o MEC, como representante do GT Seguridade Social, é Fernando Molinos Pires Filho, também da Adufrjgs-SSind, e não o professor Lúcio Hagemann, da Federal do Rio Grande do Sul, como foi publicado.

Avaliação do 19º Congresso do Andes-SN¹

Delegados da Adufrj-SSind trazem suas reflexões

O 19º Congresso do ANDES-SN ocorrido na semana de 21 a 27 de fevereiro de 2000, na cidade de Juiz de Fora/MG, trazendo como bandeira a luta pela Autonomia ratificou propostas deliberadas em Congressos anteriores (como a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal), indicou novas prioridades (como a retomada do pagamento da bolsas para os docentes de 1º e 2º graus) e lançou as candidaturas de duas diferentes chapas que irão concorrer à direção nacional do ANDES-SN no biênio 2000-2002, cujas propostas, objetivamente apresentadas nas respectivas cartas-programas, expressam concepções e práticas sindicais distintas.

Estiveram presentes ao Congresso 353 delegados e 46 observadores, um número bastante significativo de docentes interessados nas discussões políticas mais gerais e naquelas que dizem respeito ao cotidiano da categoria, razão pela qual deve-se destacar a importância política do evento, uma vez que estes professores se empenharam, junto às suas bases, em discutir os textos elaborados, em trazer as contribuições advindas das assembleias gerais, e se comprometeram a dar retorno sobre o conteúdo dos debates e as deliberações a serem implementadas pelas respectivas seções sindicais.

Nos princípios ético-políticos - substrato dos ideais de um projeto de sociedade - assentam-se as principais divergências de conteúdo ideológico e político entre os meios e os fins a que visam os sujeitos participantes da construção da nossa organização sindical.

A fragorosa derrota da Direção Nacional do ANDES-SN neste Congresso foi atestada logo no início dos trabalhos, quando a diretoria apresentou, como sua análise de conjuntura, um manifesto subscrito por várias entidades, partidos políticos de esquerda e personalidades do país, entre elas, o atual presidente do ANDES-SN. Após intensas discussões sobre o conteúdo do manifesto e sua eficácia em termos de permitir o combate efetivo ao neoliberalismo, a ampla maioria dos delegados rejeitou o manifesto entendendo que as alianças nele propostas, inclusive com se-

tores da burguesia, não levariam ao enfrentamento necessário para barrar as políticas implementadas pelo governo FHC.

Ora, as divergências entre a atual diretoria do Sindicato e a Oposição estão sistematicamente expressas tanto nas análises de conjuntura, nas concepções de autonomia e de sindicato - que por sua vez exemplarizam as principais polêmicas contidas no caderno de textos² - quanto nas táticas utilizadas pela diretoria. Assim, contraditoriamente ao que se espera de uma direção sindical comprometida com os interesses dos trabalhadores aos quais representa, ela apostou no atraso da condução dos trabalhos (prolongando por demais o Congresso e, com isso, estendendo-o exaustivamente até a manhã do dia 27/02), na desorientação das mesas, na dificuldade em defender os TR's (textos de resolução), seja nos grupos mistos, seja nas plenárias deliberativas.

Estas práticas demarcam o giro operado por este Sindicato, a partir da posse da Diretoria do ANDES-SN, que tem se esforçado para atender as novas demandas postas à política de educação pelo projeto neoliberal do Governo FHC: trata-se de desqualificar as assembleias locais; de descumprir as decisões das instâncias deliberativas de base, de reagir intempestivamente frente às idéias divergentes, de defender propostas individuais (pense-se por exemplo nas questões sobre C& T) em detrimento daquelas construídas e aprovadas coletivamente.

Por entenderem a relevância social da política educacional no Brasil, e as conseqüências desse projeto neoliberal para a classe trabalhadora e, em particular, para os servidores públicos, a oposição à atual diretoria sistematizou um conjunto de reflexões sobre as principais temáticas do Congresso e apresentou propostas de lutas de envergadura e significação que colidiram frontalmente com as aspirações reformistas que orientam a atual direção deste sindicato.

Como se sabe, o caráter conservador desta orientação reformista tomou corpo na negociação do fim da greve em 1998 em troca da GED. As implicações do acordo feito pela direção nacional do Sindicato com o MEC supõem um outro movimento, diretamente vinculado à carreira: trata-se agora de aprovar, para o primeiro e segundo graus, a GID - Gratificação de Incentivo à Docência. E este caráter conservador vem se prolongando, por exemplo, na prática de privilegiar

o plano institucional como o principal campo de luta do movimento docente e ainda nas tentativas de legitimar o Conselho Nacional de Educação, artifice da política educacional voltada exclusivamente ao mercado.

Assim, no entendimento desta delegação, os homens não agem tão "ingenuamente" como tentam parecer, mas sim, oportunisticamente, respondem a finalidades e objetivos políticos estabelecidos. Isto nos permite avaliar que a aparente "inabilidade" da atual diretoria na coordenação do Congresso e a reiterada prática de apenas encaminhar o que lhe interessa à direção, revela a sua vinculação orgânica a interesses pré-determinados e, principalmente, a um projeto específico, aqui caracterizado como reformista-conservador, por já ter dado provas cabais de buscar separar os "lados bons" dos "lados maus" da política neoliberal do governo para a Educação.

Dois fatores expressaram, durante a realização do Congresso, a intencionalidade dessa "aparente" inabilidade: o primeiro, sinalizado acima, diz respeito à forma como a atual diretoria do ANDES-SN tratou a questão da suspensão das bolsas dos docentes de 1º e 2º graus e posterior substituição das mesmas pela GID. O segundo, refere-se à maneira como o Congresso terminou.

No primeiro caso, tanto a iniciativa de elaboração de um documento que tratasse a questão de forma a corroborar os verdadeiros interesses dos professores, bem como a solicitação de inversão da pauta da plenária para incluir, prioritariamente, este item nas discussões do Congresso não partiu de forma alguma da atual diretoria, mas, dos professores envolvidos diretamente no problema. O segundo, ainda mais lastimável, refere-se ao prolongamento excessivo de duração do Congresso, quando foram utilizados mecanismos para a sua dissolução. Apesar de considerarmos legal o fato de se solicitar a contagem de quorum³, tal procedimento, além de ter sido despolitizador, privou grande parte do movimento docente de encaminhar, democraticamente, decisões fundamentais sobre determinados temas, como a já citada indicação unilateral, pela diretoria, dos membros para constituírem o CNE, assim como os textos de resoluções que foram aprovados em assembleias e devidamente discutidos nos trabalhos realizados pelos grupos mistos durante o Congresso⁴. Por tanto, não foram votados a revogação dos nomes para o CNE - aprovada por ampla maioria em todos os grupos mistos - a for-

mação do Conselho Editorial do InforAndes, assim como as advertências à diretoria no que concerne as deliberações aprovadas e não encaminhadas.

Finalmente, podemos concluir, neste breve balanço crítico que, se por um lado, a direção social adotada pela atual diretoria do ANDES-SN tem sido objeto de contendas sobre a escolha dos objetivos políticos, por outro, tem propiciado, para uma expressiva parcela do Movimento Docente - através do conhecimento dos processos sociais que envolvem a Educação e a Universidade Pública brasileira na atual conjuntura - a necessidade da retomada de uma agenda política assentada na perspectiva de combate e resistência, perspectiva esta articulada aos movimentos sociais em luta, para, coletivamente, negarem os elementos de exploração que geram a barbárie capitalista.

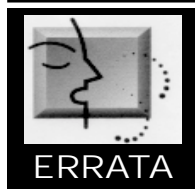
1 Esta avaliação é resultado das discussões realizadas nos três seminários de preparação da delegação da Adufrj-SSind, constituída por 13 delegados e 2 observadores escolhidos nas instâncias democráticas do sindicato: a Assembleia Geral. Realizada em 11/1/00, esta assembleia deliberou sobre os seus representantes que tiveram seus nomes divulgados no jornal da Adufrj-SSind, em 14/1/00. Ao término do Congresso, esta delegação reuniu-se por mais três sessões objetivando analisar criticamente os resultados políticos do Congresso. Vale lembrar que foram aprovadas no 19º Congresso as teses relativas aos temas Seguridade Social - fruto das reflexões do GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind -, Gênero e Etnia e, ainda a composição da nossa malha salarial, entre outras defendidas pela Adufrj-SSind.

2 Base das discussões das delegações e objeto de deliberações das assembleias gerais realizadas nas seções sindicais.

3 Seria casuismo não reconhecermos a legalidade deste procedimento.

4 Do ponto de vista subjetivo essa tática representou um profundo desrespeito para com aqueles que, superando o visível cansaço, se mantiveram até a manhã de domingo, totalizando quase 24 horas de trabalho ininterrupto.

A diretoria da Adufrj-SSind gostaria de parabenizar o delegado José Miguel Saldanha por sua destacada participação no 19º Congresso. O professor defendeu com afinco os textos de resolução apresentados/apoiados por esta seção sindical, dentre elas, a composição da nossa malha salarial, e denunciou as disparidades salariais contidas no projeto da GED. Além disso, não se intimidou e soube enfrentar a vaidade pessoal e a arrogância de alguns integrantes da Diretoria Nacional do Andes-SN.



No boletim de 10 de março de 2000, na matéria "Governo criará gratificação para 1º e 2º graus", a afirmação que "o diretor do CAp, Moacyr Barreto, encaminhou um ofício dirigido ao Ministério da Educação..." não é correta. O diretor do CAp não encaminhou nenhum ofício ao Ministério, mas apenas participou da elaboração da proposta encaminhada pela SR-2.



Opinião/Katia Souza Lima

Utilização das novas tecnologias educacionais

Algumas considerações sobre a Universidade Pública Virtual do Brasil

As discussões sobre a utilização das novas tecnologias educacionais devem partir de reflexões políticas que considero fundamentais para iluminar o conteúdo do debate que vem se desenvolvendo nas IES.

Avalio que este debate tem se efetivado, face a um projeto hegemônico, a partir de sua imediatividade, da sua aparência, sem desvendar elementos teóricos e políticos que lhe imprimem forma, conteúdo e direção. Considero que essa imediatividade se expressa através:

1) Da identificação da utilização dessas novas tecnologias, consagradas nos projetos de educação à distância, como o “passaporte da educação para a modernidade”, como “a” resposta aos problemas que se colocam para a política nacional de educação.

2) Do não desvendamento do fato de que a direção que tem sido dada ao debate sobre as universidades virtuais e a educação à distância estão mergulhadas na lógica colocada pelos organismos internacionais, principalmente através das orientações do Banco Mundial, para o ensino superior. O documento “La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia”, publicado pelo Banco Mundial em

1995 é uma clara expressão desta orientação aos países da América latina, África e para as ex-repúblicas socialistas da Ásia e Europa. O documento identifica a educação à distância como uma excelente estratégia para garantir as diferenciações entre as instituições de ensino superior, ou seja, as universidades públicas, privadas, e instituições não universitárias, que incluiriam os cursos de curta duração e os cursos à distância, objetivando garantir a formação de mão de obra para atender a lógica do mercado. No capítulo sobre a diversificação das fontes de financiamento, novamente a EaD é vista como estratégia para garantir a entrada de verba privada para o financiamento das universidades públicas através da implementação de projetos de educação continuada/(re)qualificação da força de trabalho face aos reordenamentos da estrutura produtiva à nível internacional. No capítulo sobre a redefinição do papel do Estado, numa clara defesa da lógica do Estado Mínimo, da privatização e do sucateamento da educação pública, mais uma vez a EaD é identificada como uma via para consolidação de parcerias entre o Estado e o setor privado para a implementação de projetos de ensino de graduação, pós graduação e pesquisa que atendam o mercado.

3) De sua fundamentação num discurso de “democratização” e acesso ao ensino superior, sem questionar:

que quando se fala da circulação do conhecimento e das informações, atravessando fronteiras e rompendo espaços, se faz referência às redes e serviços existentes e não aos espaços, pois as redes não alcançam a todos em todos os lugares mas alcançam alguns, em alguns lugares, aqueles que tem acesso às novas tecnologias, numa realidade social e econômica que globaliza a pobreza e a exclusão.

4) Da falsa concepção de que os problemas da educação se reduzem a possibilidade de substituição do giz e do quadro negro pela tela do computador, desqualificando o processo de formação profissional que envolve a sala de



aula mas que também se efetiva através da relação que se constrói com professores, funcionários e alunos, através do movimento docente, do movimento estudantil e de servidores técnicos administrativos, atores fundamentais do processo de educação.

5) Da inexistência de um debate aprofundado sobre o significado da implementação de cursos de graduação à distância, onde deveria ser questionado: se o Governo Federal defende a autonomia universitária, leia-se, o autofinanciamento, irá alocar verba pública para projetos de EaD que exigem uma infra estrutura tecnológica avançada para seu funcionamento? Os servidores sem reajuste, as IFES sem concurso público, o sucateamento das universidades públicas através do corte de verbas e da pressão para que seja facilitada a entrada de verba privada através das fundações...é este o cenário de “modernidade” que atravessa e condiciona o debate sobre educação à distância?

No que se refere ao projeto da Universidade Virtual Pública do Brasil, destaco alguns questionamentos/preocupações:

a) Segundo seu protocolo de intenções, no artigo sexto, o conselho consultivo será composto por membros dos órgãos governamentais envolvidos com educação, ciência e tecnologia, de parlamentares (como a Frente

Parlamentar de apoio à EaD lançada pelo Dep PFL Werner Wanderer?) e dos setores produtivos, assim como orienta o BIRD no documento já mencionado no item “receptividade a la evolución de las exigencias económicas”?

b) Quando explicita seu modelo operativo, o documento da UVPB destaca que para a sua implantação será criada uma fundação de direito privado para gerir recursos financeiros captados para o desenvolvimento de seus projetos...isto significa fortalecer a entrada de verba privada para o financiamento da educação?

Estes são alguns questionamentos...não estaremos de fato através do discurso da “democratização” da educação, da necessidade de “modernizar” as universidades, fortalecendo uma “armadilha” que apresenta o debate sem desvendar suas contradições e interesses políticos? Não estaríamos imprimindo nas universidades a lógica da “universidade operacional”, nas palavras de Marilena Chauí, a medida que se busca adaptar nossos currículos às exigências do mercado? Restaria à universidade o papel de produção de um pseudoconhecimento fabricado

por encomenda e adaptado às necessidades das empresas com seus cursos de curta duração, montados para (re) qualificar trabalhadores em seus horários de trabalho, através do ensino à distância, sem os movimentos organizados de estudantes e docentes, reduzindo a formação profissional a relação estabelecida com o mouse e a tela do computador?

Insisto na crença de que se as universidades criam o veneno, criam também o antídoto, seguindo as palavras de Milton Santos no discurso proferido na UFRJ em 24/09/99, quando recebeu o título de doutor Honoris Causa. Acredito que a utilização das novas tecnologias abre um universo de conhecimentos e de informações mas que o patamar desse debate deve ser outro, mergulhado numa dimensão política e pedagógica que (re) dimensione a política de educação e seja construído a partir de suas bases: os estudantes e os trabalhadores de educação de nosso país.

* Profa. Katia Souza Lima: Mestre em Serviço Social/UFRJ. Chefe do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Assessora do Centro de Estudos Sociais Aplicados/UFF na Comissão EaD/UFF. Coordenadora do projeto de pesquisa e extensão: Implantação do Programa de renda Mínima Bolsa Escola no Município de Niterói, em conjunto com a Profa.Dra. Maria Aparecida T. Cassab.

Nova periodização na UFRJ: Quem vai dar mais aulas? E para quê?

Está em curso a implantação da Resolução Conjunta CEG/CEPG nº 1/99, de 22/10/99, sobre a aplicação das Leis 9.394/96 (LDB) e 9.678/98 (GED) na UFRJ. A resolução dá um prazo de 24 meses, a partir da sua publicação (Boletim da UFRJ nº 12/99, de 30/12/99), para que as unidades façam a adequação dos seus regulamentos, normas acadêmicas e *curricula* às “inovações pedagógicas” da resolução (art. 16), mas o Consuni, em sua Resolução nº 2/99, de 25/11/99 (também publicada no BUFRJ 12/99), determinou a todas as unidades que apresentem até 25 de maio deste ano seus “projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação para adaptação às normas contidas na Resolução Conjunta CEG nº 1/99”.

O artigo 12 da resolução obriga os professores da UFRJ a darem 320 horas de aula por ano. O artigo é quase redundante, pois os conselheiros consideraram também que o mínimo de 200 dias de “trabalho acadêmico efetivo” determinado pela LDB teria de ser cumprido à razão de apenas 5 dias por semana, acarretando, portanto, um ano letivo de 40 semanas (Art. 2º). Consideraram ainda que “dias de trabalho acadêmico efetivo” só acontecem quando há aulas (Art. 1º, § 1º). Estas interpretações, aliadas ao mínimo de 8 horas de aula por semana que a mesma LDB impõe aos professores das universidades públicas, resultam naquelas 320 horas de aula anuais.

Ao construir a idéia da “semana de 5 dias”, os conselheiros esqueceram ou desprezaram que muitos cursos substituíram, num passado relativamente recente, as aulas aos sábados por aulas adicionais em outros dias. No curso de Engenharia, por exemplo, os alunos têm hoje, em média, cerca de 5 tempos de 50 minutos de aula por dia, de segunda a sexta, o que equivale aos antigos 4 tempos (também de 50 minutos) por dia de segunda a sábado. A carga horária e a duração totais do curso não

diminuíram, aliás até aumentaram. Consequentemente, a carga horária média (em sala de aula e fora dela) dos alunos e dos professores, *de segunda a sexta*, já está inflacionada, o que ainda acarreta sobrecarga nas outras atividades.

A LDB de fato determina que o ano letivo deve ter 200 dias de “trabalho acadêmico efetivo” e que os professores das universidades públicas são obrigados a dar, no mínimo, 8 horas de aula por semana, mas não especifica o que é “trabalho acadêmico efetivo” nem diz durante quantas semanas por ano devem os professores dar aulas. A LDB em vigor é ruim, mas a resolução consegue ser pior. O mínimo de 200 dias tem, na LDB, o sentido de ampliar a permanência dos alunos nas instituições de ensino e não necessariamente o de aumentar a carga de trabalho dos professores. A redução da jornada de trabalho está hoje nas pautas de reivindicações de trabalhadores de todo o mundo. A resolução da UFRJ vai em sentido contrário. Além disso, não é desta forma que as outras universidades públicas, federais ou estaduais, estão procedendo para adaptar-se à LDB. A maioria delas teve uma interpretação mais ampla do que é “trabalho acadêmico efetivo” e não está impondo um aumento de carga horária de aulas aos seus alunos e professores.

Atualmente, o ano letivo tem 30 semanas de aulas (mais algumas de folga), distribuídas por dois períodos de 15 semanas cada. Logo, para cumprir as 8 horas semanais médias, os professores precisam dar anualmente, no mínimo, $(30 \times 8 =)$ 240 horas de aula, que correspondem, por exemplo, a duas disciplinas de 4 créditos por período $(2 \times 2 \times 4 \times 15 = 240)$. Isto garante o cumprimento da LDB e 80 pontos no cálculo da GED (10 pontos por hora-aula semanal). Além disso, na grande maioria dos cursos, estas horas são “horas-aula”, que duram tradicio-

nalmente 50 minutos. As 240 horas-aula equivalem, portanto, a $(240 \times 50 =)$ 12.000 minutos, ou a $(12.000 / 60 =)$ 200 horas completas.

A carga horária mínima dos professores dedicada a aulas aumentará, portanto, em 60% (de 200 para 320). As duas disciplinas de 4 créditos por período, mantidas suas cargas horárias atuais, poderão ser dadas à razão de 5 horas semanais médias e o professor precisará assumir mais turmas para completar as 8 horas semanais, “cumprir a LDB” e manter os 80 pontos da GED.

É importante lembrar que estes 80 pontos são condição necessária para pleitear os 60 pontos da avaliação “qualitativa”, conforme determina a Lei da GED e que o segundo período de 2000 já foi programado com 100 dias (Resolução Consuni nº 3/99, de 2/12/99). Para manter as 8 horas semanais médias, os professores terão de dar, em 2000/1, 160 horas de aula.

O texto da resolução permite, no entanto, uma extrema “flexibilização” do conceito de “aula”. Numa das versões preliminares da resolução, um dos artigos dizia que “aula” só acontecia com a presença simultânea do professor e do aluno, uma aparente obviedade. Na versão final, o artigo foi retirado e a definição de “aula” aparece no parágrafo 3º do artigo 4º, da seguinte forma: aula é uma “unidade programada de trabalho pedagógico, com duração mínima de 60 minutos”. O parágrafo 1º do mesmo artigo lista as possíveis “atividades pedagógicas” compreendidas numa disciplina, várias das quais podem prescindir da presença do professor e o parágrafo 5º do artigo 11 atribui uma hora de carga letiva semanal por aluno inscrito em “disciplina” de orientação, apesar da definição de “aula” excluir explicitamente essa classe de disciplina. A resolução foi simultaneamente rígida na interpretação dos 200 dias e flexível na definição de “aula”,

descaracterizando-a totalmente. Professores que, devido à sua titulação ou à posição que ocupam na estrutura da UFRJ ou nos círculos de influência das agências de fomento, tenham mais “capacidade” de orientar alunos, especialmente de pós-graduação, poderão até não dar aulas de fato e, mesmo assim, dar 320 horas de “aula” por ano, ou até mais. A distorção provocada é evidente.

A ampliação do período letivo tem ainda a conseqüência de permitir a redução do tempo para a formação dos alunos, se não forem alteradas as cargas horárias das disciplinas atuais, pois os alunos poderão fazer mais disciplinas por período. Os indicadores de “produtividade” da UFRJ subirão, para alegria do MEC e do seu interventor Vilhena, que assim mostrarão a “eficiência” da sua gestão. Mas isso será mesmo bom para os alunos e para a sociedade? O que estamos precisando é formar mais gente, mais superficialmente? O desemprego está baixo e os mercados de trabalho estão ávidos por profissionais?

Por outro lado, as unidades da UFRJ poderão decidir aumentar a carga horária dos seus cursos – ou reduzir os limites máximos permitidos – de forma a manter a sua duração, usando assim a carga horária adicional para melhorar a formação dos alunos e não para aumentar a sua quantidade.

A Adufrj-SSind está promovendo durante esta semana reuniões dos seus sindicalizados nas unidades e centros da UFRJ, para, entre outros assuntos, debater esta resolução, suas implicações e como os docentes da UFRJ devem posicionar-se em relação a ela. A Assembléia Geral prevista para o próximo dia 18 terá este ponto na pauta.

A Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind propõem aos docentes que nestas reuniões avaliem a pertinência de reivindicar (1) a revogação ou a profunda alteração desta resolução, e/ou (2) que o aumento da carga horária de aulas imposto aos professores seja usado para melhorar a qualidade da formação dos alunos e não para aumentar a quantidade de alunos formados por ano.

Conceitos definidos na Resolução Conjunta CEG-CEPG nº 01/99

[(2-3-b) significa artigo 2º, parágrafo 3º, alínea b)]

Qualitativos

dias de trabalho acadêmico efetivo – aqueles nos quais há atividade de ensino regular na Universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas (1-1)

trabalho acadêmico efetivo discente – atividades didáticas sistemáticas de ensino-aprendizagem, diretamente vinculadas ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ, em qualquer nível, programadas como **disciplina** ou como **requisito curricular complementar** (3) [este conceito é definido no art. 3º mas não é citado em qualquer outro lugar]

disciplina – programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizada sob responsabilidade e acompanhamento diretos de docente devidamente credenciado pela UFRJ (4), compreendendo, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: **exposições teóricas, exercícios de fixação de conteúdos, seminários, estudos dirigidos, trabalhos de campo, trabalhos em laboratório, orientação, ou outras atividades** devidamente previstas no regulamento dos cursos de educação básica e educação superior, nos níveis de graduação ou de pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente (4-1)

classes de **disciplinas: teóricas, práticas, teórico-práticas, de orientação** (4-2)

disciplina de orientação – supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses (4-2)

disciplina dividida – disciplina sob responsabilidade de mais de um professor cujas atividades pedagógicas programadas são divididas entre os professores e por estes assumidas separadamente ou através de **módulos** (11-2-a)

disciplina compartilhada – disciplina sob responsabilidade de mais de um professor cujas atividades pedagógicas programadas são conjunta e simultaneamente, integral ou parcialmente, desenvolvidas pelos professores (11-2-b)

requisito curricular complementar – modalidade de **trabalho acadêmico efetivo** previsto na estrutura curricular do curso, cujas características não correspondam às de uma **disciplina** (6)

turma – forma de oferecimento de **disciplina** (8) ou **requisito curricular complementar** (9)

subturma – subdivisão de uma **turma** (8-2)

atributos cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ:

disciplina - código, título, nível, carga horária, classificação (7-1)

requisito curricular complementar - código, título, nível, carga horária (7-2)

turma e subturma - docentes, período letivo, local *, horário *, carga horária [igual à da disciplina (8-4)], **número mínimo e máximo de vagas** (8-2)

* exceto de disciplinas de orientação (8-5)

aula – estrutura das **atividades de ensino** de uma **disciplina** (exceto de orientação) (4-3)

– unidade programada de **trabalho pedagógico** (4-3)

módulo – não é definido

Quantitativos

duração da **disciplina** =

20 semanas consecutivas = **100 dias de trabalho acadêmico efetivo** + **1 semana de complementação de atividades acadêmicas**. (2-3-a) ou

bloco de **10 semanas** consecutivas = **50 dias de trabalho acadêmico efetivo** (2-3-b) + **1 semana de complementação de atividades acadêmicas** [esta definida só para o primeiro bloco do período] (2-3-b)

semana = **5 dias** [conclui-se de 2, de 2-3-a ou de 2-3-b]

extensão mínima do **ano letivo** = **200 dias de trabalho acadêmico efetivo** + tempo reservado aos **exames finais** (1)

ano letivo = **2 períodos**, separados por **1 a 3 semanas** de **recesso escolar** (2)

extensão mínima do **período** = **20 semanas** = **100 dias de trabalho acadêmico efetivo** (2)

(o **período** pode ser formado por **2 blocos** de **10 semanas de trabalho acadêmico efetivo** separados por **1 semana de complementação de atividades acadêmicas** (2-3-b))

duração mínima da **aula** = **60 minutos** (4-3)

unidade de **carga de atividade pedagógica** do aluno = hora (10)

carga horária letiva anual do professor = soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo (11-1)

carga horária letiva do professor numa turma =

carga horária total da disciplina, se é **disciplina compartilhada** (11-3) [ou se é o único responsável de disciplina teórica, prática ou teórico-prática (implícito?)]

proporção efetivamente assumida de **disciplina dividida** (11-3)

uma hora de aula média semanal por aluno inscrito, se é **disciplina de orientação** (11-5) ou **requisito curricular complementar** (11-6)

carga horária da disciplina de maior carga horária, no caso de turmas com horários total ou parcialmente concomitantes (11-4)

carga horária anual mínima do professor = **320 horas** de aula (12), não podendo ser computadas as atividades letivas desempenhadas no âmbito de cursos que gerem remuneração complementar aos docentes (14) [o que não significa que não possam ser computadas para a GED, criando a possibilidade da aula ser paga três vezes: como parte do vencimento, como pagamento complementar e como parte da GED]

Resolução Conjunta CEG/CEPG Nº 01/99

(texto extraído do Boletim da UFRJ nº 12/99, de 30 de dezembro de 1999, que está no site da SR4 em formato PDF)

Dispõe sobre a aplicação das Leis nº 9.394/96 e n. 9.678/98, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas e dos requisitos curriculares complementares, a carga horária discente e a carga horária docente.

O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, reunidos conjuntamente em 22 de outubro de 1999, considerando ser necessário:

- adequar as normas e regulamentos que regem a organização do ensino, na UFRJ, aos dispositivos e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996;

- estabelecer um sistema de periodização do ano letivo e de caracterização das disciplinas que admita maior flexibilidade e diversidade nas estruturas curriculares, que estimule a experimentação didático-pedagógica, o estudo cooperativo orientado em programas tutoriais e de iniciação à pesquisa como cumprimento de requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ;

- estender o período de utilização anual das instalações e do patrimônio material e intelectual da UFRJ em atividades de ensino e correlatas, incrementando o seu aproveitamento para as funções de formação de pessoal;

- criar um conjunto padronizado e uniforme de normas que permita o aperfeiçoamento e a operação integrada dos sistemas institucionais de registro acadêmico da UFRJ em todos os níveis de ensino;

- regulamentar a atividade letiva dos professores da UFRJ para fins de registro, avaliação e planejamento, e de implementação da Gratificação de Estímulo à Docência, Lei nº 9.678/98 de 03 de julho de 1998;

RESOLVEM:

Do Ano Letivo

Art. 1º - O ano letivo independe do ano civil e deve ter extensão mínima de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais.

§ 1º - Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividade de ensino regular na Universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas.

§ 2º - O calendário escolar é único para todos os cursos de educação básica e educação superior, nos níveis de graduação e de pós-graduação, regularmente oferecidos pela UFRJ.

Art. 2º - O ano letivo é constituído por dois períodos, cada um com extensão mínima de vinte semanas, correspondendo a cem dias de trabalho acadêmico efetivo e separados por um período de recesso escolar de, no mínimo, uma e, no máximo, três semanas.

§ 1º - Durante cada período letivo devem ser realizadas as atividades necessárias ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ.

§ 2º - As atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser iniciadas e finalizadas no mesmo período letivo.

§ 3º - As disciplinas podem ser oferecidas, em cada período letivo, de duas formas:

a) Disciplinas oferecidas em um período de vinte semanas consecutivas, perfazendo cem dias de trabalho acadêmico efetivo, seguido por uma semana para a complementação das atividades acadêmicas.

b) Disciplinas oferecidas em um bloco de dez semanas consecutivas, perfazendo cinquenta dias de trabalho acadêmico efetivo. Os dois

blocos de dez semanas que compõem o período letivo são separados por uma semana para complementação das atividades acadêmicas.

Do Trabalho Acadêmico Efetivo, da Disciplina e do Requisito Curricular Complementar

Art. 3º - Para efeito desta Resolução, entende-se como trabalho acadêmico efetivo discente as atividades didáticas sistemáticas de ensino-aprendizagem, diretamente vinculadas ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ, em qualquer nível, programadas como disciplina ou como requisito curricular complementar - RCC.

Art. 4º - A disciplina corresponde a um determinado programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizada sob responsabilidade e acompanhamento diretos de docente devidamente credenciado pela UFRJ.

§ 1º - Toda disciplina deve compreender, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: exposições teóricas, exercícios de fixação de conteúdos, seminários, estudos dirigidos, trabalhos de campo, trabalhos em laboratório, orientação, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de educação básica e educação superior, nos níveis de graduação ou de pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente.

§ 2º - Segundo sua natureza e atividade predominante, as disciplinas são classificadas como Teóricas, Práticas, Teórico-Práticas ou de Orientação. A disciplina de Orientação é realizada na forma de supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses.

§ 3º - As atividades de ensino de uma disciplina, excetuando-se a de

orientação, estruturam-se em aulas, definidas como unidades programadas de trabalho pedagógico, com duração mínima de sessenta minutos.

§ 4º - Todas as disciplinas devem ser ministradas nas dependências da UFRJ, com exceção daquelas que, por sua natureza, exijam localização externa.

§ 5º - As atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino à distância, em qualquer nível, serão objeto de resolução específica dos colegiados competentes.

Art. 5º - Alunos não pertencentes a cursos regulares da UFRJ poderão inscrever-se nas disciplinas, desde que cadastrados no sistema de registro acadêmico da Universidade.

Parágrafo Único - O cadastro referido no *caput* deste artigo será feito de acordo com regulamentação específica do CEG/CEPG.

Art. 6º - O requisito curricular complementar - RCC é uma modalidade de trabalho acadêmico efetivo previsto na estrutura curricular do curso, cujas características não correspondam às de uma disciplina.

§ 1º - Os colegiados responsáveis devem estabelecer a carga horária, local de realização, período acadêmico e as formas de avaliação de cada um dos requisitos curriculares complementares.

§ 2º - Quando um requisito curricular complementar for de responsabilidade direta de um profissional externo à UFRJ, este deverá estar devidamente autorizado pelo colegiado do curso.

Art. 7º - Todas as disciplinas e requisitos curriculares complementares devem ser cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§ 1º - No cadastro da disciplina devem constar o código, o título, o nível, a carga horária e a sua classificação.

§ 2º - No cadastro do requisito curricular complementar devem

constar o código, o título, o nível e a carga horária.

Art. 8º - As disciplinas oferecidas são organizadas em turmas.

§ 1º - Toda turma deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§ 2º - O registro de turma de uma disciplina teórica, prática ou teórico-prática deve conter: nomes dos docentes, período letivo, local, horário, carga horária, número mínimo e máximo de vagas para inscrição de alunos. Se a turma for subdividida, o registro de cada subturma deverá conter essas mesmas informações.

§ 3º - Para fins de registro acadêmico, a turma com atividades em diferentes locais terá como referência a Unidade Acadêmica onde a disciplina é ministrada.

§ 4º - A turma deve ter, necessariamente, a mesma carga horária da disciplina.

§ 5º - O registro de turma correspondente a Disciplinas de Orientação (cf. art. 4º, § 2º) deve conter o período letivo, carga horária do aluno e os nomes dos professores orientadores.

Art. 9º - O requisito curricular complementar é oferecido sob a forma de turma.

Parágrafo Único - Toda turma de um requisito curricular complementar deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

Da Carga Horária Docente

Art. 10 - A unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno é a hora.

§ 1º - Toda a carga de atividade

pedagógica desenvolvida pelo aluno deve constar do seu boletim escolar.

§ 2º - Apenas as cargas horárias das disciplinas nas quais o aluno obtém aprovação são consideradas para efeito do cumprimento dos requisitos curriculares de seu curso e constarão do seu histórico escolar.

Da Carga Horária Docente

Art. 11 - A carga horária letiva do professor é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§ 1º - A carga horária letiva anual do professor é a soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo.

§ 2º - Disciplinas sob responsabilidade de mais de um professor serão consideradas:

a) divididas, quando as atividades pedagógicas programadas forem divididas entre os professores e por estes assumidas separadamente ou através de módulos; ou
 b) compartilhadas, quando as atividades pedagógicas programadas são conjunta e simultaneamente, integral ou parcialmente, desenvolvidas pelos professores.

§ 3º - Para cômputo da carga horária letiva anual do professor, será considerada a proporção efetivamente assumida das disciplinas divididas e a carga horária total das disciplinas compartilhadas.

§ 4º - Caso o professor leccione para turmas com horários total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada não de-

verá superar aquela da disciplina de maior carga horária.

§ 5º - Nas turmas de disciplinas de Orientação referidas no Art. 4º, § 2º, a carga horária atribuída é equivalente a uma hora de aula média semanal por aluno inscrito.

§ 6º - Nas turmas de requisitos curriculares complementares referidas no art. 9º, parágrafo único, a carga horária atribuída é equivalente a uma hora de aula média semanal por aluno inscrito, pelo período correspondente à duração do RCC.

Art. 12 - A carga horária anual do professor deverá ser de, no mínimo, 320 horas de aula.

§ 1º - Para efeito de cumprimento do *caput* deste artigo, a carga horária anual deve incluir, no mínimo, 160 horas em disciplinas de graduação, teóricas, práticas ou teórico-práticas.

§ 2º - Unidades ou Órgãos Suplementares que não ofereçam cursos de graduação, mediante solicitação justificada, poderão ser autorizados através de resolução específica CEG/CEPG a isentar docentes, temporariamente, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no § 1º, devendo a autorização fixar prazos e condições para a isenção.

Art. 13 - Resolução específica do CEG/CEPG disporá sobre o registro e o cômputo da carga letiva de docentes da UFRJ desempenhada em outra instituição, no cumprimento de acordos e convênios de intercâmbio acadêmico aprovados pelos colegiados competentes.

Art. 14 - As atividades letivas desempenhadas no âmbito de

cursos que gerem remuneração complementar aos docentes não serão consideradas para efeito do cômputo da carga horária letiva mínima.

Das Disposições Finais

Art. 15 - Esta Resolução aplica-se ao Colégio de Aplicação, cabendo ao CEG, no prazo máximo de 45 dias, após ter avaliado os itens que exijam regulamentação específica, submeter proposta de adequação, no que for cabível, ao Conselho Conjunto CEG/CEPG.

Art. 16 - As Unidades e Órgãos Suplementares deverão proceder à reformulação de seus regulamentos, normas acadêmicas e *curricula* dos cursos regularmente oferecidos, adequando-os às inovações pedagógicas desta Resolução, no prazo de 24 meses a partir da data de sua publicação.

Art. 17 - A implantação do disposto no art. 12, parágrafo 1º, poderá efetivar-se gradativamente, respeitados os seguintes limites mínimos:

- a) 60 horas no ano letivo 2000;
- b) 120 horas no ano letivo 2001.

Art. 18 - Caberá às Unidades e órgãos Suplementares, através de seus Órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e do CEPG.

Art. 20 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 02/99

Tendo em vista a aprovação pelos Conselhos de Ensino de Graduação e de Ensino para Graduados da Resolução Conjunta CEG/CEPG nº 01/99 e a necessidade de planejar sua implementação de forma rigorosa e conseqüente, o Conselho Universitário, em reunião de 25 de novembro de 1999, resolve:

Art. 1º - Determinar a todas as Unidades e Órgãos Suplementares da UFRJ que apresentem, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da aprovação desta Resolução, ao CEG/CEPG seus projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação para adaptação às normas contidas na Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99.



Resenha

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) anunciou, no último dia 10, que vai propor um novo sistema de avaliação alternativo ao realizado atualmente pelo MEC. De acordo com o presidente do Crub, o Provão não avalia a pesquisa, as atividades de extensão e as relações externas da universidade.

O pacote do MEC para as universidades federais continua causando polêmica. Toda a comunidade universitária considerou bom o reconhecimento do governo de que faltam, pelo menos, seis mil professores. Mas a contratação pela CLT está tirando o sono de todo mundo. Só Vilhena não viu nenhum problema no pacote do governo, segundo matéria de O Dia, de 11/04.

A Advocacia Geral da União (AGU) decidiu no dia 7, segundo matéria do "Extra", que o governo vai desistir de processos decididos pelo STF. Isso significa, na prática, que os servidores federais que entraram com ação pedindo o reajuste de 28,86% e não fizeram acordo com a União serão beneficiados. No entanto, o governo estuda descontar dos 28,86% outros índices concedidos a cada servidor. O cálculo dessa questão deve demorar. A AGU reconheceu também derrota nos processos relativos ao desconto do PSS de 1994 e da contagem do tempo de serviço para os anuênios, ambos com pagamento já prometido pelo Governo para este ano.

Atenção, professores: uma quadrilha especializada em golpes contra inativos e pensionistas do serviço público está agindo no Rio de Janeiro. Matéria do Jornal do Brasil, de 10/04, explica que os estelionatários procuram as vítimas em nome da Associação dos Servidores Civis do Brasil (ASCB). A pessoa informa que há uma quantia elevada à disposição do aposentado, que só precisa ceder 10% do total para conseguir a liberação dos recursos. Em uma visita marcada pelo estelionatário, o aposentado recebe uma ficha de depósito em seu nome, mas, somente depois de adiantar os 10%, vai perceber que o depósito foi feito com um cheque roubado e já sustado.

Para o novo diretor do IDT, José Roberto Lapa, a unidade ambulatorial funciona até abril no Caju, mas as próximas consultas já ocorrerão nas dependências do HU, em maio.

O Senado aprovou no dia 12 o projeto de lei complementar que disciplina a possibilidade de demissão de funcionário público estável por insuficiência de desempenho. Como foram aprovadas ainda duas emendas ao projeto, o texto volta para a Câmara. Segundo o documento, a avaliação do servidor se basearia em assiduidade, produtividade e disciplina do funcionário.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 1 • 17 de Abril de 2000



Diretores também recusam GID

A negação da Medida Provisória 2.020 que criou a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) já é quase uma unanimidade. Depois da análise desfavorável da diretoria da Adufrj-SSind e da rejeição alcançada na assembléia do CAP/UFRJ, agora foi a vez dos diretores das escolas de educação básica vinculadas às IFES rechaçarem o texto do governo. Reunidos na semana passada, em Brasília, por ocasião do encontro ordinário do Conselho Nacional dos Diretores de Colégios de Aplicação (CONDICAP), os professores prepararam um documento em que reafirmam a luta na direção da carreira única para os docentes das IFES.

No mesmo texto, os diretores também realizaram uma outra análise, dividida em duas etapas, da MP. Na primeira parte, criticam o desconhecimento do governo da realidade da Educação Básica, uma vez que se desconsidera o tratamento dispensado aos alunos em aulas de línguas estrangeiras, arte-educação, educação infantil e as

séries iniciais da educação infantil; a União desrespeita ainda o artigo 207 da Constituição, que garante autonomia às IFES e ainda evoca uma carga horária mínima de aulas pertinente apenas às Instituições Públicas de Educação Superior. Na segunda parte, o texto do CONDICAP ressalta o "caráter contraditório, discriminatório, desrespeitoso e provocador do tratamento dos docentes de 1º e 2º graus". Para chegar a essa conclusão, são listados os problemas como a tabela diferenciada da GED e da GID e o reajuste provocador da GED na MP, entre outros aspectos.

Dossiê CAP – O CAP/UFRJ não vai ficar parado, enquanto corre a luta sindical pela carreira única. Os docentes do colégio resolveram criar um dossiê fundamentado com as características de pesquisa e extensão da instituição. Num futuro próximo, a idéia será levar o documento para os colegiados superiores da UFRJ para obter igualdade de tratamento com os docentes de 3º grau.

Assembléia GERAL

18/4
TERÇA-FEIRA

9:30
HORAS

PAUTA:

- 1 - Acordo com empregados da Adufrj-SSind;
- 2 - Campanha Salarial 2000/ Indicativo de greve;
- 3 - Periodização dos Cursos;
- 4 - Crise Interna da UFRJ;
- 5 - Pacote do MEC para Universidades.

Roxinho
AUDITÓRIO - CCMN

Solução de emergência para o alojamento

Um auxílio-alimentação emergencial foi a solução encontrada pelo CEG para resolver o problema principal dos estudantes do alojamento – desde o início do período letivo, os 136 novos alojados estão sem as refeições diárias. No ano passado, o conselho votou pela desvinculação entre o auxílio-moradia e a alimentação dos estudantes do alojamento, pois foram informados que, caso isso não fosse feito, não haveria entrada de novos alunos no local. Diante da nova realidade, no entanto, os conselheiros repensa-

ram a situação e, além da ajuda emergencial, farão um planejamento em conjunto com a reitoria e a Escola de Serviço Social. O objetivo será recuperar a assistência estudantil da UFRJ para o próximo semestre.

Quem apareceu para defender uma proposta diferente no CEG foi a sub-reitora da SR-4, Maria Augusta Temponi, cujo setor está incorporando a Divisão de Assistência Estudantil, antes de responsabilidade da SR-1). No entendimento dela, integrar esses alunos às atividades acadêmicas seria uma expe-

riência muito mais rica, através de bolsas de estágio (remuneradas ou não), em vez de "apenas dar comida". Temponi lembrou ainda que auxílio-alimentação é proibido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

Enquanto os estudantes mal continham a revolta na plenária (todas as vezes que a professora se manifestou contra o auxílio-alimentação os estudantes do alojamento reagiram com risadas irônicas), os conselheiros trataram de defender os alojados. A grande maioria intercedeu favoravelmente ao planejamento da

assistência estudantil na universidade (incluindo até a possibilidade do programa de estágio), mas os professores lembraram ainda à sub-reitora que a fome dos estudantes não poderia esperar soluções de médio ou longo prazos. A legalidade das bolsas também foi questionada. Afinal, os ingressos no alojamento antes da desvinculação continuam recebendo o auxílio até hoje. O sub-reitor Figueiredo não soube informar qual o mecanismo utilizado para o pagamento dos auxílios, atualmente cotados em R\$ 240 (ou R\$ 4 por refeição).

Eleições da diretoria do Andes-SN:

Relação completa dos candidatos das chapas 1 e 2.

A eleição acontecerá nos dias 23 e 24 de maio de 2000. Páginas 2 e 3.



ANDES para uma nova universidade

PRESIDENTE:

Milton Divino Muniz – APUFSC S.Sind.

1º VICE PRESIDENTE:

Dalton Melo Macambira – ADUFPI – S. Sind

2º VICE PRESIDENTE:

Geraldo Luiz Moreira Guedes – APUBH S.Sind.

3º VICE PRESIDENTE:

Michelangelo Giotto Trigueiro – ADUnB S.Sind

SECRETÁRIO GERAL:

Fernando Arthur de Freitas Neves – ADUFPA S.Sind

1ª SECRETÁRIA:

Mirtes Mirian Amorim Maciel – ADUFC S. Sind.

2ª SECRETÁRIA:

Elizabeth Aparecida Bittencourt – APUB S.Sind

3ª SECRETÁRIA:

Maria Auxiliadora Leal Campos – ADUPE S. Sind.

1º TESOUREIRO:

Iêdo Leite Fontes – ADUFPB-JP – S. Sind

2º TESOUREIRO:

Mário Luís Dame Wrege – ADUFRGS S.Sind

3ª TESOUREIRA:

Helena Costa Lopes de Freitas - ADUNICAMP

REGIONAL RS
1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL RS:

Carlos Schimdt – ADUFRGS S.Sind

2ª VICE PRESIDENTE REGIONAL RS:

Lígia Maria Ávila Chiarelli – ADUFPel S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL RS:

Ernesto Luiz Gomes Alquati – APROFURG S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL RS:

Ademar Micheli - SEDUFSM

1º TESOUREIRO REGIONAL RS:

Claudio Scherer – ADUFRGS S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL RS:

Helga Maria Heck – ADUFPel S.Sind

REGIONAL SUL
1º VICE PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Corália Teresinha Piacentini – APUFSC S.Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Carlos Alberto Balhana – APUFPR S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL:

Edna Garcia Maciel Fiod – APUFSC S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL SUL:

Paulo Cezar de Freitas Mathias – VPR Sul

1º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

Christian Mendes Alcantara – APUFPR S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

José Alberto Coraiola – SINDOCEFET – PR S. Sind

REGIONAL SP
1º VICE PRESIDENTE REGIONAL SP:

Emerson Pires Leal – ADUFSCar S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL SP:

Osmar de Oliveira Marchese - ADUNICAMP

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SP:

Dilma de Melo Silva – ADUSP S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL SP:

José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP

1º TESOUREIRO REGIONAL SP:

Antônio Luiz Caldas Júnior – ADUNESP S. Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL SP:

Clélia Aparecida Martins – ADUNESP S. Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1º VICE PRESIDENTE REGIONAL RJ:

Celso de Almeida e Silva - ADCEFET RJ – S. Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL RJ:

William Gonçalves Soares – ADUNI-RIO S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ:

Júlio César Vaz da Silva – ADCEFET-RJ S. Sind.

2º SECRETÁRIO REGIONAL RJ:

Egberto Gaspar de Moura - ASDUERJ

1ª TESOUREIRA REGIONAL RJ:

Marília Cintra Macedo Barroso – ADUNI-RIO S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL RJ:

Roberto Bartholo dos Santos Jr. – ADUFRJ S. Sind

REGIONAL LESTE
1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Lavínia Rosa Rodrigues – SINDUEMG – S.Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Henrique Dantas Neder – ADUFU S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Hélcio Queiroz Braga – SINDCEFET MG

2º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Alberto da Silva Jones - ASPUV

1ª TESOUREIRA REGIONAL LESTE:

Valquiria Rocha Daher – ADUFES S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE:

Maurílio Nogueira da Silva – APES-JF

REGIONAL PLANALTO
1º VICE PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Leandro Gonçalves Oliveira – ADUFG S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Ebnezer Maurílio Nogueira da Silva – ADUnB S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO:

Romualdo Pessoa Campos Filho – ADUFG S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO:

Hélio Furtado do Amaral – ADUFG S. Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

Guillermo Leonidas Castro Moya – ADCAC S.Sind.

2º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

João Batista de Deus – ADUFG S. Sind

REGIONAL PANTANAL
1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati – ADFMAT S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Lauro Bulaty – ADUFMS S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Argemiro Corrêa de Almeida – ADUEMS S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Taisir Mahmudo Karim – ADUNEMAT S. Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Aida Couto Dinucci Bezerra ADUFMAT S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Dario Xavier Pires – ADUFMS S.Sind

REGIONAL NORDESTE III
1º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Antônio Passos Lima Filho – ADUFAL S.Sind.

2ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Mirtânia Antunes Leão – ADCEFET-BA S. Sind/APUB S. Sind

1º SECRETÁRIA REGIONAL NE III:

Geraldo Sampaio Costa – APUB S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NE III:

Maria Aparecida Batista de Oliveira ADUFAL S. Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NE III:

Josenita Costa de Souza – ADUNEB S. Sind.

2º TESOUREIRO REGIONAL NE III:

João Bosco de Mendonça – ADUFS S.Sind.

REGIONAL NORDESTE II
1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE II:

José Cristóvão de Andrade – ADUEPB

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE II:

José de Anchieta Ferreira Lopes – ADURN S.Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE II:

Maria Ivonete Soares Coelho – ADFURRN S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II:

Maurino Medeiros de Santana – ADUFPB-CG S.Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NE II:

Marcia de Barros Correia – ADUFEPE S.Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE II:

Cícero Monteiro de Souza – ADUFERPE S.Sind

REGIONAL NORDESTE I
1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE I:

Lucineide Moraes de Souza – ADUFPI S. Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE I:

Helder Machado Passos – APRUMA S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NE I:

José Maria de Sales Andrade Neto – ADUFC S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE I:

Fernando Antonio de Santos Garcia – APRUMA S.Sind

1º TESOUREIRA REGIONAL NE I:

Francisco das Chagas Moraes de Moura - ADECESP

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE I:

Vera Lúcia de Almeida – ADUFC S. Sind

REGIONAL NORTE
1º VICE PRESIDENTE REGIÃO NORTE:

Francilene dos Santos Rodrigues – SESDUF-RR S.Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIÃO NORTE:

Orlando Tadeu Lima de Souza – ADFCAP S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NORTE:

Antonio Levino da Silva Neto – ADUA S. Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE:

Margarete Edul Prado de Souza – ADUFAC S. Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE:

Ise de Goreth Silva – SESDUF S. Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE:

Simone Eneida de Oliveira Costa – ADUA S. Sind



ANDES Autônoma e Democrática

PRESIDENTE:

Roberto Leher – ADUFRJ S.Sind

1º VICE-PRESIDENTE:

Fernando Molinos Pires Filho – ADUFRGS S. Sind

2ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Lia Silva e Reis – ADUCSal S.Sind

3ª VICE-PRESIDENTE:

Marina Barbosa Pinto – ADUFF S. Sind

SECRETÁRIO GERAL:

Edmundo Fernandes Dias – ADUNICAMP

1ª SECRETÁRIA:

Lena Lúcia Espindola Rodrigues Figueirêdo – ADUFC S.Sind

2ª SECRETÁRIA:

Ana Lúcia Barbosa Faria – SINDCEFET

3ª SECRETÁRIA:

Cláudia Gonçalves de Lima – ASDUERJ

1º TESOUREIRO:

José Domingues de Godoi Filho – ADUFMAT S.Sind

2º TESOUREIRO:

Antonio Luiz de Andrade – ADUNESP S.Sind

3ª TESOUREIRA:

Celi Zulke Taffarel – APUB S. Sind

REGIONAL NORTE

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE:

Vera Lucia Jacob Chaves – ADUFPA S. Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE:

Antônio José Vale da Costa – ADUA S.Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE:

Berenice Carvalho – ADUA – S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NORTE:

Henrique dos Santos Pereira – ADUA S.Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE:

Solange Calcagno Galvão – ADUFPA S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL NORTE:

Arnóbio Amanajás Tocantins Neto – ADFCAP S. Sind

REGIONAL NE I

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I:

José Eudes Baima Bezerra – VPR NE I

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I:

Franci Gomes Cardoso – APRUMA S.Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE I:

Maria Dulce Souza Castelo – ADUFC S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NE I:

Silvana Martins de Araujo – APRUMA S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL NE I:

Iberê Guimarães Aguiar – ADUFC S.Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE I:

Cláudia Alves Durans - APRUMA S.Sind

REGIONAL NE II

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II:

Maria Elisabete de Almeida – ADUFPB-JP S.Sind

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II:

Maria Marieta dos Santos Koike – ADUFEPE S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NE II:

Almir Serra Martins Menezes Filho – ADURN S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II:

Geraldo Marques Carneiro – ADFURRN S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL NE II:

Exedito Baracho Júnior – ADUFERPE S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL NE II:

Josevaldo Pessoa da Cunha – ADUFPB S.Sind

REGIONAL NE III

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Rui Belém de Araújo – ADUFS S.Sind

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Maria Cristina da Rocha Mendes – ADUFAL S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NE III:

Antônio Ponciano Bezerra – ADUFS S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE III:

Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior – ADUNEB S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL NE III:

João Pereira Leite – ADUCSAL S.Sind/APUB S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL NE III:

Osaná Macedo Reis – APUNI S.Sind

REGIONAL LESTE

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Angela M. S. Ferreira – ASPUV S.Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Valter Pires Pereira – ADUFES S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Jairo Justino da S. Filho – SINDCEFET MG

2º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Eunice Maria Godinho Morando – APESJF S.Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL LESTE:

Vera Lúcia Tomáz Fróes – APUBH S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE:

José Monserrat Neto - ASPESAL

REGIONAL PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Cláudio Lopes Maia – ADCAC S.Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Fernando Mascarenhas Alves – ADUFG S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO:

Marcus Jary Nascimento – ADCAC S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL PLANALTO:

Nádia Maria Farias Vaz - SESDUNIANA S. Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

Alcir Horácio da Silva – ADUFG S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

André Luiz dos Santos – ADCAJ S.Sind

REGIONAL PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Carlos Roberto Sanches – ADUFMAT S.Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Mário Luiz Alves – ADourados S. Sind.

1º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Sérgio Sebastião Négri – ADUFMAT Roo S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Marina Evaristo Wenceslau – ADUEMS S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Carlos Alberto Costa Andrade – ADUFMAT S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Cláudio Freire de Souza - ADourados S. Sind.

REGIONAL SP

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP:

José Vitorio Zago - ADUNICAMP

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP:

Marília Leite Washington – ADUFSCar S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL SP:

João Zanetic – ADUSP S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL SP:

Giane Sant'Ana Alves de Oliveira – ADUNIMEP S.Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL SP:

Rosemarie Andrezza - ADEPM

2º TESOUREIRO REGIONAL SP:

Vandei Pinto da Silva – ADUNESP S. Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ:

Marcelo Badaró Mattos – ADUFF S.Sind

2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ:

Maria Cristina Miranda da Silva – ADUFRJ S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ:

Gelta Terezinha Ramos Xavier – ADUFF S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL RJ:

José Eustáquio Bruno - ASDUERJ

1º TESOUREIRO REGIONAL RJ:

Frederico José Falcão – ADUR RJ S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL RJ:

Delson Lima Filho – ADUR RJ S.Sind

REGIONAL SUL

1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Maria da Graça Nóbrega Bollmann – APUFSC S.Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Luiz Allan Kunzle – SINDOCEFET PR S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL:

Maria Suely Soares Leonart – APUFPR S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL SUL:

Fábio Luiz Lopes da Silva – APUFSC S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

João Francisco Ricardo Kastner Negrão – APUFPR S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

Adelino Carlos Maccarini – SINDOCEFET PR/Pato Branco

REGIONAL RS

1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS:

Luiz Carlos Gonçalves Lucas – ADUFPEL S.Sind

2º VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS:

Adriano Severo Figueiró – SEDUFSM S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL RS:

Luis Fernando Minasi – APROFURG S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL RS:

Laura Souza Fonseca – ADUFRGS – S.Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL RS:

Fernando Rosa Nascimento – ADUFRGS S.Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL RS:

Elaine da Silva Neves – ADUFFel S.Sind

Consuni se curva ao grupo da reitoria

Apenas estudantes e dois professores são contra novos sub-reitores

Não surtiu o efeito esperado a divulgação das irregularidades cometidas por esta reitoria ao longo dos quase dois anos de um mandato salvaguardado pelo Ministério da Educação. A última sessão do Conselho Universitário homologou, com algumas delongas, os nomes para a recomposição da reitoria. Recomposição burocraticamente necessária a partir da demissão do professor Aníbal Lopes do cargo de sub-reitor de Graduação – e politicamente articulada em uma tentativa de recuperação do chamado “pacto de governabilidade”, realizado entre a reitoria e o Consuni, no início do ano passado.

Para preencher a vaga de Aníbal, foi indicado por Vilhena e aprovado pelos conselheiros o deslocamento do professor Antonio MacDowell Figueiredo da Sub-reitoria de Ensino para Graduados (SR-2) para a SR-1. Para a SR-2, foi indicado e aprovado pelo Consuni o nome do professor titular e aposentado do CCS, Ricardo Gattass.

Situação inédita para o Colegiado, os dois candidatos, Figueiredo e Gattass, fizeram uma explanação de seus projetos e intenções para as sub-reitorias e foram sabatinados pelos conselheiros.

Por quatro votos contrários – três deles dos representantes estudantis – foi homologada a indicação de Ricardo Gattass para a SR-2. O quarto voto contrário foi o do professor Aloisio Teixeira. Durante a sabatina aos sub-reitores, Aloisio chamou a atenção sobre o cargo para o qual o professor estava se candidatando, “não gostaria de ver realizada uma reforma institucional deste porte (se referindo ao projeto para o incentivo à pesquisa anunciado por Gattass, em sua apresentação)

sem que houvesse uma ampla discussão com toda a comunidade”, argumentou.

Aloisio expressou ainda um sentimento comum a muitos dos conselheiros, sejam do Consuni sejam do CEG e do CEPG, em relação a esta reitoria. Deixou explícito que na verdade poucos são os que se opõem a mudanças na vida normativa e institucional da universidade, mas todos são praticamente unânimes em rechaçar a forma como esta administração conduz suas propostas e as faz passar por cima das suas instâncias democráticas, no caso, dos colegiados superiores.

Aloisio argüiu o professor Gattass quanto ao fato de como ele reagiria se daqui a algum tempo Vilhena decidir designar coordenadores para os programas de pós-graduação, como fez recentemente na Faculdade de Educação; ou, ainda, se o reitor decidir exonerar algum diretor de unidade ou até mesmo um decano, por entender ser este seu direito legal, rememorando o caso da exoneração do diretor do IDT.

Reconhecido como alto pesquisador pela maioria dos docentes presentes, Ricardo Gattass disse que pretende permanecer na reitoria até o fim do mandato. Apresentou-se como um acadêmico interessado em reestabelecer a comunicação entre o núcleo da reitoria e os colegiados, revelando o desejo de ver encaminhado o processo de aprovação do novo estatuto da universidade pelo Consuni.

Graduação

A homologação do professor Figueiredo para a SR-1 foi aprovada com cinco votos contrários – dos estudantes, do professor Aloisio e do representes dos titulares do CT, professor Oscar Rosa Mattos. Rosa Mattos declarou o voto com críticas à postura do núcleo da reitoria, alertando que com a manutenção dos professores Figueiredo e Maurício Arouca, da sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3), muito provavelmente nada vai mudar na

forma de fazer política universitária nesta administração.

A sabatina de Figueiredo ficou a cargo da estudante Glauce Magalhães que cobrou do futuro responsável pela graduação respostas para a atual condição dos ingressos na universidade. Alojamento, bolsas de estudo e assistência aos “estudantes-trabalhadores” (aqueles que iniciam o curso mas tem que manter um emprego para seu sustento e perdem praticamente metade das possibilidades de desenvolverem suas atividades), bandejão e infra-estrutura para os cursos noturnos foram algumas das reivindicações da conselheira.

Criticado por alguns por sua atuação à frente da pós-graduação, Figueiredo complementou sua explanação inicial ressaltando que a universidade deve voltar seus investimentos para qualificar a graduação mas não disse nem como e nem quando vai iniciar projetos que atendam as reais necessidades dos estudantes.

IDT

A discussão da exoneração do diretor do Instituto de Doenças do Tórax foi remetida para uma sessão extraordinária a ser marcada para a próxima semana. Vilhena antecipou, também, os assuntos das próximas sessões do Consuni: Fundações internas; Finanças e orçamento da universidade; e integração graduação/pósgraduação. É esperar para ver.

Foram votados os nomes que compõem as comissões permanentes do Consuni (ver quadro ao lado). As vagas dos representantes dos técnico-administrativos estarão abertas até que ocorram as eleições para estes cargos. O calendário de eleição para os representantes dos técnico-administrativos no Conselho Universitário só foi divulgado pelo reitor nesta sessão. O período de inscrição para as vagas é de 17 a 23 de abril e as eleições acontecem nos dias 16, 17 e 18 de maio.

Vice-reitor

Para uma reitoria que se diz tão dentro da lei, é de se estranhar que nada seja mencionado em relação ao cargo de vice-reitor, vago desde a nomeação de Vilhena pelo MEC. Na época, o vice da chapa de Vilhena, professor Edson Saad, renunciou por não compactuar com a atitude do atual reitor de permanecer na lista que foi enviada ao MEC, mesmo sendo o terceiro votado na consulta feita à comunidade.

O cargo de vice-reitor deve ser ocupado e para isso necessita de eleição e envio de lista tríplice à Brasília, não bastando indicação da reitoria. A pergunta é: interessa para a reitoria fazer o processo legal, neste caso?

As comissões permanentes do Consuni eleitas em 13/04/00

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (CLN)

Corpo Docente: Carlos Antonio Kalil Tannus; Marco Antonio França Faria; Lea Miriam Barbosa da Fonseca; Ana Clara Torres Ribeiro e Sônia Zyngier.

Corpo Discente: José Carlos Madureira Siqueira.

COMISSÃO DE ENSINO E TÍTULOS (CET)

Corpo Docente: Sérgio Eduardo Longo Fracalanza; Eduardo Faria Coutinho; Joel Regueira Teodósio; Milton Roedel Salles e Dani Gamerman.

Corpo Discente: Glauce Magalhães.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO (CD)

Corpo Docente: Maria Ângela Dias Elias; Oscar Acselrad; Carlos Francisco Theodoro M.R. Lessa, Antonio Paes de Carvalho e Aloisio Teixeira.

Corpo Discente: Raphael Pinto Vinagre.

OBS: estão faltando os representantes técnico-administrativos em cada comissão, uma vez que somente agora o reitor convocou as eleições da categoria.



Dia 24
18:30
horas

Escola de
Serviço Social.

Reunião do Conselho de Representantes

Obs: Realizaram-se nesta semana de fechamento do boletim reuniões nas Unidades para discutir: campanha salarial; crise interna na UFRJ; periodização, pacote do MEC para as Universidades, mais as especificidades de cada área. Para dar continuidade a esse processo, na semana de 24/04 a 28/04, outros encontros de mobilização serão promovidos nas Unidades da UFRJ.

Proposta de resolução sobre o acordo coletivo da Adufrj-SSind com os seus empregados

Segue para o conhecimento e apreciação dos sindicalizados da Adufrj-SSind a proposta de acordo coletivo da entidade com os seus funcionários, que vem sendo discutida e negociada, em seus princípios, desde abril de 1998. O texto abaixo foi aprovado e apresentado pela diretoria aos funcionários em 14.04.00.

Proposta a ser apresentada pela Diretoria à Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 18 de abril de 2000.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 18 de abril de 2000 autoriza a Diretoria a celebrar acordo com os empregados da Adufrj-SSind conforme o que se segue:

1- Vigência

De 1º de maio de 1998 a 30 de abril de 2002. Os valores de auxílio-creche e plano de saúde (estimativa) devidos em decorrência deste acordo serão pagos retroativamente ao início da vigência.

2 - Nomenclatura

salário básico: valor bruto da remuneração correspondente ao cargo

salário contratado: salário básico + adicional por tempo de serviço

vantagens: auxílios creche, refeição e transporte, adicional por tempo de serviço

remuneração bruta: salário básico + vantagens

3- Cargos e salários

Grupo	Cargos	Quadro atual	Salário básico	
			01-05-98	30-04-00
Secretaria	Auxiliar de Secretaria	1	1.287,00	1.416,00
	Chefe de Secretaria	1	2.392,00	2.632,00
Informática	Técnico de Suporte	1	(*)	1.800,00
Arquivo	Auxiliar de Arquivo Sindical	1	1.287,00	1.416,00
Jornalismo	Repórter	1	(*)	1.800,00
	Jornalista	1	2.156,00	2.372,00

(*) cargo inexistente na data

Outros cargos poderão ser criados pela Diretoria, a qualquer momento. Outros atributos dos cargos (descrições detalhadas, exigências para progressão etc) serão definidos em resolução a ser elaborada.

4 - Avaliação e progressão

Anualmente, os empregados serão avaliados em relação aos seguintes critérios, ou outros que venham a ser definidos pela Diretoria: iniciativa, criatividade, responsabilidade, quantidade de trabalho, qualidade do trabalho, conhecimento do trabalho, cooperação, disciplina, auto-desenvolvimento e relacionamento pessoal. Os procedimentos desta avaliação serão definidos em resolução a ser elaborada.

De acordo com o resultado da avaliação, a Diretoria propõe e o Conselho de Representantes (ou a Assembléia Geral) aprova as eventuais promoções (ou demissões, já que não pode haver "regressão"), com recursos previstos no orçamento, eventuais mudanças no organograma etc.

5 - Adicional por tempo de serviço

Salário básico X (0,5% por ano + 2,5% por quinquênio)

O tempo de serviço será contado a partir da data do início da vigência deste acordo para os empregados admitidos antes dessa data e a partir da data de admissão para os admitidos após essa data.

6 - 13º salário (gratificação natalina)

Valor do salário contratado do mês de dezembro de cada ano.

7 - Auxílio-creche

Para cada filho com até 7 anos de idade, será pago mensalmente um auxílio-creche no valor de até R\$272,00 (valor em abril de 2000), desde que os comprovantes de despesas com creches ou estabelecimentos similares sejam apresentados à secretaria da Adufrj-SSind. O auxílio-creche não será pago durante férias ou licenças.

8 - Auxílio-refeição

Cada empregado receberá um auxílio-refeição no valor de R\$5,00 por dia de trabalho. Quando a jornada de trabalho ultrapassar 6 horas, o valor do auxílio-refeição será igual a R\$8,00. Quando a jornada ultrapassar 11 horas, a Adufrj-SSind providenciará refeição. O auxílio-refeição não será pago durante férias ou licenças.

9 - Auxílio-transporte

A Adufrj-SSind providenciará transporte entre a residência do empregado e o local de trabalho, e/ou vice-versa, ou auxílio pecuniário adequado, nas seguintes situações:

- quando a jornada de trabalho for estendida para após as 19:00;
- quando o início ou o fim da jornada se der em local que implique gastos com transporte de ou para a residência superiores aos normais.

10 - Reajustes

Anual - O salário básico será reajustado no dia 1º de maio de cada ano, de acordo com a variação do ICV do DIEESE dos doze meses imediatamente anteriores, descontados os reajustes concedidos durante esse período.

“Gatilho” – Sempre que o ICV do DIEESE acumular uma variação igual ou superior a 10 % desde o último reajuste, o salário básico será reajustado de acordo com este valor acumulado.

exemplo: salário de R\$1.000,00 em 1/5/2000; valores do ICV, mês a mês, hipotéticos:

	salário	ICV mês	ICV acum	reajuste	ICV ac geral
Mai-00	1.000,00	2,30%	2,30%	0,00%	2,30%
Junho-00	1.000,00	3,40%	5,78%	0,00%	5,78%
Julho-00	1.000,00	2,80%	8,74%	0,00%	8,74%
Agosto-00	1.000,00	1,50%	10,37%	0,37%	10,37%
Setembro	1.103,70	0,50%	0,50%	0,00%	10,92%
Outubro-00	1.103,70	1,00%	1,51%	0,00%	12,03%
Novembro-00	1.103,70	2,40%	3,95%	0,00%	14,72%
Dezembro-00	1.103,70	3,70%	7,80%	0,00%	18,96%
Janeiro-01	1.103,70	5,10%	13,30%	13,30%	25,03%
Fevereiro-01	1.250,49	4,50%	4,50%	0,00%	30,66%
Março-01	1.250,49	2,00%	6,59%	0,00%	33,27%
Abril-01	1.250,49	1,40%	8,08%	8,08%	35,14%
Mai-01	1.351,53				

Auxílio-creche e auxílio-refeição serão reajustados da mesma forma.

11 - Calendário de pagamentos (mensal, 13º, férias)

mensal: adiantamento de 40% do salário contratado até o dia 10 do mês de referência e o restante até o dia 25; auxílios refeição e creche pagos até o último dia do mês anterior ao de referência.

13º: adiantamento de metade do salário contratado junto com o pagamento de junho ou nas férias, conforme opção do empregado, e o restante junto com o adiantamento (40%) do mês de dezembro.

férias: adicional de férias (1/3 do salário contratado), abono pecuniário (se houver a opção pela conversão de um terço das férias), adiantamentos do salário bruto correspondente ao período das férias e do 13º (se houver a opção) pagos até cinco dias úteis antes do início das férias.

O adiantamento do salário do mês de férias será ressarcido em até três parcelas mensais sucessivas

12 - Horário e duração do trabalho

A jornada de trabalho será igual a: 30 horas semanais para os cargos de Jornalista e Repórter 40 horas semanais para os demais cargos.

O horário de cada empregado deve estar no quadro de horário e no registro individual. Pode ser, por exemplo, para 40 horas, das 8:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30.

Trabalho além da jornada (horas extras) só pode ser realizado com autorização de um diretor. A diretoria pode restringir a apenas alguns de seus membros essa possibilidade.

Pagamento das horas extras: adicional de 100% aos sábados, domingos e feriados e de 50% nos demais casos.

Compensação de faltas ou de horas extras só poderá ser feita de comum acordo entre o empregado e um diretor. Este acordo de compensação deverá ser feito até três dias úteis após a ocorrência da falta ou do trabalho adicional e registrado em formulário próprio (a ser desenvolvido).

Horas de trabalho noturno (entre 22:00 e 5:00) duram 52,5 minutos e são pagas com adicional de 20%. No caso de serem usadas para compensar faltas, duram também 52,5 minutos e é pago o adicional de 20%.

13 - Viagens a serviço

A convocação será feita com antecedência que permita ao empregado organizar-se para a viagem.

Despesas de transporte, alimentação, hospedagem e outras pagas pela Adufrj-SSind de acordo com os mesmos critérios utilizados em viagens de diretores a serviço da Adufrj-SSind, sendo suspensos, durante o período da viagem, os auxílios transporte e refeição.

O horário de trabalho durante a viagem será regido pelas mesmas regras do trabalho fora de viagem; o tempo da viagem será considerado como tempo de trabalho.

A título de gratificação de viagem, será pago um adicional de 1% do salário contratado por dia de viagem.

14 - Treinamento e formação profissional

Será garantida a cada empregado a dedicação de um mínimo de 3% da carga de trabalho, a cada ano, para atividades de treinamento e formação profissional, programadas de comum acordo entre o empregado e a Adufrj-SSind.

15 - Férias

Duração de acordo com a CLT (depende do número de faltas ao longo do ano); marcação do período de férias pela Adufrj-SSind, comunicado ao empregado com antecedência mínima de dois meses ou a qualquer momento por comum acordo. O período pode ser adiado pela Adufrj-SSind em caso de necessidade imperiosa de serviço (greves, por exemplo).

16 - Afastamento por doença ou acidente

O empregado afastado de suas atividades por motivo de doença ou acidente, por prazo superior a 15 dias, receberá da Adufrj-SSind a diferença entre o auxílio recebido da Previdência Social e o seu salário contratado, durante no máximo 75 dias.

17 - Plano de saúde e seguro de acidente de trabalho

No prazo de um mês a partir da celebração deste acordo, a Adufrj-SSind providenciará, para todos os seus empregados, plano de saúde básico e seguro contra acidentes de trabalho.

**Assembléia
 GERAL**

18/4

TERÇA-FEIRA

**9:30
 HORAS**

**Roxinho
 AUDITÓRIO - CCMN**

Reuniões nas Unidades/Centros

25/4

CAp – 17:30h

25/4

Instituto de Psicologia – 12:30h

26/4

NESC – 12h (sala 31)

27/4

ESS – 12:30h

2/5

CFCH – 12:30h (auditório do Instituto de Psicologia)

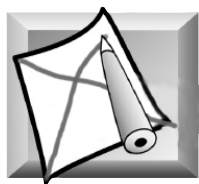
Pauta: Campanha Salarial, periodização; crise na UFRJ; pacote do MEC para as universidades; e especificidades de cada unidade.



Opinião

“500 anos de mentiras”
por Chico Alencar

Página 8.



Movimento

Leia os artigos das chapas concorrentes à eleição para a próxima diretoria do Andes-Sindicato Nacional páginas 6 e 7

Calendário de Mobilização

3 de maio

Assembléia Geral da Adufrj-SSind

4 de maio

Greve Nacional de 24 horas

7 de maio

Plenária Nacional dos SPF

10 de maio

Indicativo de Greve Geral

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 2 • 24 de Abril de 2000

Guilherme Lessa

Outros 500

Militantes da CUT, entidades sindicais e estudantes marcaram presença durante as manifestações nacionais de contraponto às comemorações oficiais do descobrimento do Brasil. No dia 19 de abril, atos como o da Praça XV, do Leme (foto ao lado) e nas escadarias do IFCS, no Largo de São Francisco, tiveram como objetivo esclarecer a sociedade sobre os 500 anos de “encobrimento” da real História sócio-política brasileira.

UFRJ - O Ato programado pelas entidades Adufrj, Sintufrj e DCE aconteceu pela manhã do dia 19, quando estudantes e professores denunciaram os desmandos e as improbidades administrativas promovidas pela reitoria do professor José Henrique Vilhena. Não são poucas as irregularidades e os atos de autoritarismo e intransigência deste reitor que não disfarça o serviço que presta ao governo federal, em especial ao Ministério da Educação. Confira no editorial (página 2) e no artigo do representante dos estudantes no Conselho Universitário, Carlos Madureira, na página 5.



Alcebiades Teixeira (Bid)
presidente da CUT/Rio

“O que está por trás destas solenidades promovidas pelos governos é o ocultamento de um presente marcado por uma profunda crise. Um presente de miséria, desemprego e no qual os povos que foram violentados, como os índios, negros e trabalhadores, continuam o sendo até hoje.”



SÍMBOLO MAIOR DOS FESTEJOS OFICIAIS DOS 500 ANOS DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL, O RELÓGIO DA REDE GLOBO FOI APEDREJADO PELA POPULAÇÃO CARIOCA



Editorial

Eu sei... mas quem se importa?

A poetisa Marina Colasanti publicou anos atrás o poema “*Eu sei, mas não devia*”, em preciosa crônica que alertava sobre as pequenas concessões feitas no dia a dia com o intuito de evitar aborrecimentos e poupar o próprio peito, esvaziando até mesmo o sentido da vida, ao agirmos como se o que nos rodeia não nos afetasse ou não nos dissesse respeito.

A apatia com que os professores da UFRJ e de outras Universidades, assim como os servidores públicos federais em geral, reagem aos fatos que estão ocorrendo aqui parece reproduzir a mesma lógica da cegueira ou da insensibilidade ao contexto político e social que nos cerca, com todas as consequências previsíveis. Se o reitor ignora ou rasga o regimento do Conselho Universitário, o problema é dos conselheiros; o que temos a ver com isso? Se a pós-graduação da Faculdade de Educação ou o Instituto de Doenças Torácicas sofrem intervenções, o problema é daquelas unidades; para que nos preocuparmos? Se os funcionários públicos estão sem reajuste salarial há mais de 5 anos e há um indicativo de greve, eles que façam a greve (como se “eles” não fôssemos nós mesmos)! Se o governo, mais uma vez, reajustou os tetos dos salários para os altos escalões e permitiu salários “duplex”, bom para eles!

O raciocínio de exclusão pelas diferenças é perigoso, porque despreza e inibe o maior trunfo que temos na luta política: a união em torno do que há em comum. Não é à toa que o governo federal vem explorando este fato ao lançar mão de mecanismos que ressaltam as diferenças para implantar suas políticas, em particular em relação aos servidores públicos e à Universidade. Ao atender, na sua visão, a algumas categorias em momentos estratégicos, o governo deixa de reconhecer o conjunto de servidores como um todo e acirra a disputa entre as categorias, concedendo “privilégios” a algumas. A proposta e posterior implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), em resposta à greve de 1998, foi sintomática.

Por meio destes mecanismos, o governo introduziu diferenciações tanto no conjunto dos servidores públicos federais quanto no dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Em primeiro lugar, apenas os professores receberam a famigerada gratificação – os funcionários das universidades foram para o limbo, como o restante dos servidores. Além disso, mesmo dentro da categoria do-

cente, a gratificação deixou de fora os professores da educação básica das universidades – injustiça essa recentemente “corrigida” com a proposta da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) –, redirecionou o trabalho docente e ainda tratou de forma distinta os aposentados e mesmo os professores da ativa dentro da estrutura da carreira. Bem, pelo menos ganharam alguma coisa, respiraram aliviados alguns! Mas hoje está claro que o governo planeja estender a outras categorias mecanismos perversos semelhantes de pretensa avaliação da produção para fins de reajustes salariais.

E não foi por acaso que a GID trouxe embutido um reajuste de 30% nos valores máximos da GED, retroativo a janeiro deste ano, com pagamento prometido para abril. Era preciso acalmar os ânimos, pois os professores das IFES já haviam indicado, na última reunião do Setor, a greve em maio, junto com os demais servidores, pela carreira única e reajuste salarial, entre outras reivindicações. A estratégia de promover a divisão e a desmobilização é evidente. Por que os professores insistiriam em correr os riscos, o desgaste e o impacto nas atividades acadêmicas de uma greve, se o governo “gratuitamente” já concedeu algum tipo de reajuste? É melhor ter 30% da GED na mão do que 68% de reajuste salarial voando!

Na UFRJ, a situação dos professores é também específica em relação à dos professores das demais Universidades Federais – somos uns dos poucos, senão os únicos, que mantivemos até hoje nos contracheques os 26,05% ganhos na justiça, que foram cassados em outras IFES. Mas, como não poderia deixar de ser, neste caso também houve uma discriminação adicional – tal benefício foi retirado dos professores que ingressaram após 1994. Também não há qualquer garantia de efetivação deste ganho para os demais professores.

O tratamento especial dispensado à UFRJ pelo Mec e o governo não é gratuito, é óbvio. A contrapartida, porém, é preocupante. A maior Universidade Federal do país se tornou uma espécie de vitrine ou balão de ensaio das propostas do MEC para a implantação nacional de suas políticas para o Ensino Público Superior – o que foi aqui implantado de nefasto será, mais cedo ou mais tarde, estendido às demais IFES. Para isso, foi fundamental garantir um interventor afinado com o Governo e o Ministério, que fosse capaz de fazer qualquer coisa para ser nomeado e se manter no cargo, indiferente a princí-

pios ético-políticos, passando por cima da vontade da comunidade expressa nas urnas e dos interesses da Instituição.

A Reitoria da UFRJ hoje é o MEC – age por e como ele. A forma autoritária, arrogante e prepotente com que a reitoria encaminha suas propostas, à revelia da comunidade acadêmica e, em alguns casos, dos próprios conselhos superiores não deixa dúvidas quanto a isso – o mais importante é atender à voz do dono. Este viés está presente e claramente visível na imposição do sistema Sigma para a coleta dos relatórios GED, na interpretação peculiar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que resultou na proposta de nova periodização ou modularização dos cursos da UFRJ e também nos cortes de benefícios de professores e funcionários sem qualquer aviso prévio, para citar apenas alguns dos acontecimentos graves mais recentes.

Nas últimas semanas a diretoria da Adufrj-SSind esteve presente em reuniões promovidas nas unidades para discutir a campanha salarial, a crise interna, a periodização e o pacote de medidas anunciadas pelo MEC para as Universidades. Em algumas unidades a resposta foi mínima, mas em outras, apesar da presença expressiva dos professores, foi notória a resistência em abordar temas como a crise interna, o indicativo de greve e a campanha salarial. Nas próximas semanas outras reuniões serão realizadas com o mesmo objetivo, pois entendemos que a discussão e a mobilização em torno destas questões é fundamental. Com este quadro, a aprovação do indicativo de adesão à greve nacional de 24 horas no dia 4 de maio, na última Assembléia Geral, pode parecer um despropósito para alguns. Entretanto, esta é uma proposta coerente com a gravidade da situação que precisamos enfrentar, tendo como horizonte a construção de uma greve nacional nas universidades e no serviço público federal em geral.

Fechar os olhos a esta realidade, imaginar ou sonhar que tudo está bem ou nada do que acontece à nossa volta é de nossa conta tem um grande risco. Ao abriremos os olhos, podemos estar imersos em nossos piores pesadelos. E pode ser muito tarde para assumir outra atitude. Da mesma forma que não nos vimos nos outros no que temos em comum, mesmo quando eles foram atingidos por violências ou injustiças, se formos levados ao calabouço, por que alguém iria agir diferente? Será que pretendemos sair do pântano puxando-nos pelos próprios cabelos?



Cartas

Esta carta foi endereçada pelos mestrandos e doutorandos da Pós-Graduação da Faculdade de Educação à sua atual Coordenação

Prezado/a Coordenador/a

Nós, alunos/as do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Educação da UFRJ, tendo em vista os sérios problemas que estamos vivenciando desde a destituição da Coordenadora do Programa, professora Marlene Carvalho, e a nomeação pelo reitor do Professor Alberto Mello e Souza, realizamos um encontro no dia 12 de abril de 2000 com os professores do referido Programa. Na ocasião, estudantes e professores puderam esclarecer dúvidas, registrar suas preocupações com os rumos do Programa e discutir várias questões que nos afetam diretamente. Lamentavelmente, o professor Alberto Mello e Souza e a atual Diretora da Faculdade de Educação, professora Speranza França da Mata não compareceram nem justificaram suas ausências.

Como entendemos que crise em curso na Faculdade de Educação não se configura em um caso isolado, o presente documento pretende explicitar as principais questões discutidas no encontro e que constituem o centro de nossas preocupações atualmente no Programa.

São elas:

✓ o não reconhecimento, por parte da referida Diretora, do novo Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar

da Faculdade de Educação da UFRJ, aprovado e todas as instâncias da UFRJ (Colegiado do PG/FE, Congregação da Faculdade de Educação, Conselho de Ensino para Graduados/CEPG) e publicado no Boletim da UFRJ nº 5 de 25/5/99, p. 38-43;

✓ a nomeação de um “coordenador” NÃO eleito por seus pares (no Colegiado) e NÃO homologado pela Colenda Congregação reunida em 28 de fevereiro de 2000;

✓ a revogação do Edital para ingresso de alunos no Mestrado e Doutorado, com seleção prevista para o primeiro semestre de 2000. Tal ato não foi acompanhado de justificativa satisfatória, contrariando decisão coletiva do Colegiado e acarretando sérios problemas no fluxo do Programa;

✓ a determinação da referida Diretora em instituir o estágio de docência na PG pretendendo que os alunos bolsistas assumam turmas da graduação imediatamente. Vale lembrar que, de acordo com o Ofício Circular nº 028/99/PR/CA-PES, tal estágio “deve ser realizado sem prejuízo do tempo de titulação do bolsista” 9item 2 – anexo ao Ofício Circular). Desse modo, a implementação do estágio de docência necessita de regulamentação por parte do Colegiado do programa, não podendo se cons-

tituir em mecanismo de preenchimento de lacunas no quadro docente da instituição;

✓ o não reconhecimento de decisões democraticamente tomadas na colenda Congregação e no Colegiado do Programa de PG que, para garantir seu pleno funcionamento, tem-se auto-convocado.

Todas as questões acima citadas ferem a tradição acadêmica e os princípios democráticos que orientam os Programas de Pós-Graduação de todas as Universidades públicas do país. No caso específico do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Educação/UFRJ, tal situação compromete seriamente a credibilidade e a consolidação de um projeto coletivamente construído e negociado. Nesse contexto, tornamos público nosso repúdio a essa forma unilateral e desrespeitosa de condução da vida institucional e acadêmica.

Informamos que as manifestações de repúdio a essa situação e de apoio a nossa luta devem ser enviadas a Direção da Faculdade de Educação – UFRJ (fax 21 295-3246) e a Secretaria do PPGE (e-mail spgeduc@cfch.ufrj.br). Com cópias para hanita@ruralrj.com.br e mego@ig.com.br.

Mestrandos e Doutorandos do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação



Resenha

Entidades sindicais de todo o país vão levar às ruas o debate para elevar a R\$ 177 o valor do salário mínimo. O ponto alto da mobilização será a transmissão ao vivo, em ponto de alta concentração de pessoas, da votação da medida provisória que fixa o mínimo em R\$ 151, marcada para o dia 26 de abril. De acordo com o deputado Paulo Paim (PT-RS), será uma espécie de “vigília nacional”, em que o povo vai conhecer o voto dos seus representantes no Congresso.

A quadrilha de estelionatários que ataca servidores inativos e pensionistas fez nova vítima. Um fiscal, de 88 anos (cujo nome não foi revelado pela matéria do JB, de 19/04) foi lesado por pessoas que se diziam funcionários da Associação de Servidores do Brasil (ASCB). O golpe foi o mesmo: o fiscal depositou dinheiro adiantado em troca da liberação de uma quantia maior a qual o servidor teria direito.

Para protestar contra a degradação do acervo do Museu de Língua e Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ, um grupo de alunos organizou, na entrada da biblioteca, uma exposição de fotografias que mostra a situação aos visitantes. No JB, em 19/04.

“O governo federal irá repassar para a iniciativa privada, totalmente de graça, a exploração das rodovias Fernão Dias e Régis Bittencourt, nas quais foram gastos cerca de R\$ 5,1 bilhões dos cofres públicos em obras de duplicação e recuperação das pistas (...) Apesar disso, nada será cobrado das empresas que participarem da privatização. Ganha a licitação aquela que oferecer a menor tarifa de pedágio.” Na Folha de S. Paulo, em 19/04.

Em sessão solene, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, Bispo do Timor Leste, será homenageado com o título de Doutor Honoris Causa da UFRJ, no próximo dia 24 de abril de 2000, às 16 horas, na sala de sessões do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria.

A Comissão de Controle e Gestão Fiscal – formada por representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento – vai decidir, no dia 25 de abril, se os concursos federais serão liberados ou não. Na Sexta-feira (28) termina o prazo de restrição dado pelo governo para a realização dos concursos.

Anote

Chá-Pop

Todas às sextas-feiras, às 12h30 o Departamento de Anatomia da UFRJ organiza um encontro para discutir a divulgação e a cultura científicas. A programação do Chá-Pop, como é chamado o evento, pode ser obtida no endereço massaran@ubl.com.br

Semana do Trabalhador

O Sintufrj estará promovendo de 2 a 5 de maio a Semana do Trabalhador, com atividades que terão como tema o “Movimento Sindical e o Trabalhador em Educação das Universidades Federais”. Informações 560-8615/590 7209/ 290-2484

UFRJ debate os 500 anos

Todas as terças-feiras, no Salão Muniz Aragão, às 19h, acontece o seminário permanente UFRJ: 500 anos de Brasil. Promovido pelo Fórum de Ciência e Cultura, o evento tem caráter multidisciplinar, a entrada é franca e aberta ao público em geral.

Palco da Ciência

O espetáculo “Pindorama 500 anos?” abre a temporada 2000 do Palco da Ciência, um espaço criado pela Casa da Ciência da UFRJ para apresentação de grupos artísticos que divulgam Ciência a partir de conteúdos educativos e divertidos. A viagem dos bonecos animados contando as lendas e mitos do descobrimento, produzida pelo grupo Fanfarra Produções, pode ser conferida até 28 de maio, sempre aos sábados e domingos, às 17h. Adulto com duas ou mais crianças e grupos com mais de 30 crianças pagam R\$ 5,00 por ingresso.



@dufrj

PROJETO RELEITURAS

Os melhores textos dos melhores escritores. Esta é a proposta do site Releituras (www.releituras.com), que contabiliza 104 autores (nacionais e estrangeiros) e mais de 260 textos publicados. Na janela índice geral, o internauta tem acesso aos nomes por ordem alfabética. Desde 23/05/98, a página eletrônica já registrou mais de 23 mil visitas.



Instituto Paulo Freire na Internet

A página eletrônica do Instituto Paulo Freire (www.paulofreire.org) pretende dar continuidade ao legado do educador. Para melhor cumprir essa finalidade, o IPF busca desenvolver pesquisas para formular e implementar planos, programas e projetos nos campos da educação, da cultura e da comunicação. "O IPF se pretende um amplo, fecundo e generoso encontro de instituições, de projetos, de sonhos e de pessoas (...) capazes de realizar a transformação social."



Jurídico

Reunião nacional de assessores avalia a GID

Na reunião dos assessores jurídicos das seções sindicais do Andes-SN e da assessoria nacional do Sindicato, ocorrida nos dias 14 e 15 de abril, a principal discussão dos dirigentes e advogados foi a questão da Gratificação de Incentivo à Docência (GID) dos professores de 1º e 2º Graus. A conclusão dos assessores, inclusive do advogado da Adufrj, é de que a luta pelo aumento dos valores da GID ou qualquer outra reivindicação neste campo passa pela organização política da categoria.

Isto porque, qualquer proposta de alteração na legislação específica que instituiu a GID tem que partir do Executivo, já que implica em aumento de despesa orçamentária, que é prerrogativa da presidência da República. Ninguém acredita que o governo vai tomar qualquer iniciativa sem a pressão incisiva da categoria.

Foi organizado, também, um grupo de trabalho para trabalhar questões relativas aos professores estrangeiros e à GED. A representante da Adufrj neste GT será a advogada Sayonara Grillo.

A redação no novo vestibular

Comissão divulga avaliação da prova eliminatória

A largada oficial para o vestibular/2001 da maior universidade federal do país já tem data marcada. No dia 13 de agosto, será aplicada a prova eliminatória de redação— a polêmica novidade deste ano. Para passar à fase seguinte, o concursando terá que alcançar uma nota igual ou superior a dois (em dez) na redação, que poderá ser feita em até duas horas e meia.

De acordo com o coordenador acadêmico do curso, Herli Joaquim de Menezes, menos de 15% dos candidatos serão cortados nesse teste de construção e articulação de texto. "Como já sinalizamos antes com a redação eliminatória para o ensino médio, os candidatos virão mais preparados", acredita Herli.

O ponto de corte estabelecido foi uma tentativa dos conselheiros de se conseguir a competência mínima de um estudante para cursar a UFRJ (a preocupação maior do processo de construção do novo formato do vestibular sempre foi com a capacidade de interpretação e expressão em língua portuguesa do candidato).

Também conselheira do CEG, a professora Ana Lúcia, vice-diretora do CAp, acreditava que a nota mínima devia ser três em dez inicialmente, mas foi sensível aos argumentos de que os cursos de baixa procura poderiam ser prejudicados com esse ponto de corte um pouco mais elevado e concordou com o dois.

Outras provas

Naturalmente, com a prova de redação isolada em uma única data, os outros dois dias do concurso ficarão um pouco mais "inchados", o que levou os organizadores do vestibular a aumentar o tempo de prova para quatro horas e meia. O edital de vestibular já foi encaminhado ao reitor para aprovação.



Veja os critérios de avaliação das redações

- O texto a ser elaborado deverá ser dissertativo;
- A adequação ao tema proposto e ao tipo de texto solicitado;
- A coesão revelada na organização macro-estrutural do texto, a concatenação de suas partes, na capacidade de adequar repetições e novidades, no desenvolvimento linear da dissertação, no uso apropriado de conexões e na precisão vocabular;
- A coerência expressa nos elementos de conhecimento de mundo partilhado, na inteligibilidade do planejamento que sustenta o texto, não apresentando elemento semântico que contradiga o conteúdo expresso ou subentendido anteriormente;
- A capacidade de selecionar fatos e argumentos, expressar opiniões e construir exemplos que comprovem o ponto de vista expresso, de modo a deles extrair conclusões apropriadas.

Docentes reclamam diferenças da GED

Professores novos têm direito a diferenças da GED após avaliação

Os professores que entraram na UFRJ em 1999 e não receberam os 60% da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) até dezembro reivindicaram este pagamento à reitoria e foram atendidos após a intervenção da Adufrj, recebendo, inclusive, os atrasados.

A reivindicação foi feita com base no art. 3 da lei 9678, que diz "a partir da data de vigência desta lei e até a conclusão do primeiro processo de avaliação de que trata o inciso II do §2 do art. 1, os servidores de que trata o artigo 1º perceberão a gratificação calculada com base em sessenta por cento da pontuação máxima fixada no § 1 do art. 1º"

Naquele momento, os professores entendiam que não tinham sido ainda avaliados e, portanto, deveriam receber, desde seu ingresso na universidade, os 60% da gratificação.

Um professor que ingressou em 1999 procurou a assessoria jurídica da Adufrj apresentando a seguinte questão: se a UFRJ já acatou o artigo 3 da lei da GED, pagando os 60%

referente ao período anterior a sua avaliação, a universidade deveria agora pagar a diferença entre os 60% e a sua avaliação, concluída no processo que se encerrou no início de 2000.

A assessoria da Adufrj está orientando os professores que julgarem ter direito a alguma diferença em relação à sua avaliação da GED/99 e ao percentual de 60% da gratificação que receberam até dezembro de 1999, para procurar a entidade e estruturar uma ação judicial coletiva para requerer esta diferença.

Para tanto, seria necessário reunir os interessados em grupos de 10 pessoas para o ingresso na Justiça Federal.

Os documentos necessários são:

Procuração, CPF, Identidade, todos os contracheques até o momento em que passou a receber a GED, com o resultado de pontos alcançados, emitido pela UFRJ, termo de Posse

Todos os documentos deverão ser entregues em cópias autenticadas (com exceção da procuração, cujo modelo está disponível no Plantão Jurídico da Adufrj) durante o expediente do Plantão Jurídico.

Até quando?

José Carlos Madureira*

Está é a pergunta que precisamos fazer. Para responder, é preciso um rápido balanço destes quase dois anos de gestão José Henrique Vilhena. A primeira medida tomada pela reitoria foi encomendar um parecer ao Conselho Nacional de Educação questionando a legalidade do Conselho Universitário da UFRJ, com claro objetivo de retirar a representação dos ex-reitores neste colegiado e diminuir o número de representantes dos alunos e funcionários, para obter maioria de votos pró-reitoria. Vilhena obteve vitória na cassação dos mandatos, mas até hoje não possui maioria no Consuni.

O reitor do MEC apresentou também, ao CNE, uma proposta de estatuto representativa dos interesses da reitoria, apelidado de "Estatuto Moisés", sem que a mesma tivesse sido discutida pela comunidade universitária e nos órgãos internos competentes.

Até hoje, quando questionado sobre a retirada do "Estatuto Moisés" do CNE, a única resposta da reitoria é o silêncio ou a fala pouco elucidativa: "As providências já foram tomadas".

O Consuni promove a adaptação do estatuto à LDB atendendo às exigências da lei, mas o reitor, até hoje, não comunicou ou documentou oficialmente como e onde está o estatuto vigente (de 1970) que foi adaptado pelo Consuni.

Caso Canecão

A derrota que a UFRJ sofreu com o tombamento da casa de espetáculo de Botafogo foi sem dúvida responsabilidade desta reitoria que por incompetência política deixou que a imprensa atuasse e a sociedade se voltasse contra a universidade.

Mas o Canecão não era caso isolado na questão patrimonial. Quem não se lembra da tentativa de transformar o terreno da Praia Vermelha em um estacionamento? Mais uma vez, a reitoria ignora uma tramitação legal interna, sem nenhuma apresentação de projeto à comissão de desenvolvimento e nem ao Consuni, como previsto no estatuto.

Bingo

No mesmo terreno da Praia Vermelha, existe uma casa de jogos (Bingo) pronta para entrar em funcionamento, com letreiros em neon e tudo o mais. O que aguarda para funcionar? Existe uma lei federal que permite o funcionamento



ATO DIA 19. CONTRA A REITORIA, NAS ESCADARIAS DO IFCS

de bingos no mínimo a 100 metros de distância de qualquer estabelecimento de ensino, hospital ou similar. Para o Tropical Bingo (nome da casa) poder funcionar só existem dois caminhos: mudar a lei federal ou a universidade vender o terreno da Praia Vermelha.

No período da discussão do Canecão, quando questionado quais as medidas tomadas para resolver tamanha irregularidade, mais uma vez foi ouvida a voz balbuciante de Vilhena: "As providências já foram tomadas". Na verdade, o empenho e determinação no caso Canecão não foi repetido no terreno da Praia Vermelha, onde está o bingo. Estranhas coincidências: estacionamento, bingo, Canecão, terreno da Praia Vermelha. No mínimo, faltou transparência e respeito às instâncias de discussão e deliberação. Com certeza nessas questões, a reitoria não agiu com probidade.

Autonomia

Infelizmente, não se encerra nesses exemplos a aventura de desrespeito à Instituição. No episódio do novo projeto de autonomia para universidades públicas apresentado pelo governo, o reitor comunicou a sociedade e as outras universidades que não só a UFRJ apoiava a proposta como também fizeira parte da sua elaboração.

Esta sua posição pessoal foi transmitida como a da universidade sem que tivesse sido discutida e deliberada pelos colegiados superiores.

É claro que cabe ao Reitor representar a instituição, mas não usar o cargo em defesa da sua posição pessoal. Em resposta à agressão, o Conselho aprovou uma nota desmentindo o apoio e a elaboração por parte da UFRJ e montou uma comissão para elaborar uma proposta alternativa que foi aprovada pelo Conselho. O Sr. Reitor rasgou o estatuto, desconheceu a deliberação do Consuni. Mais uma vez faltou com a probidade.

Periodização

A reitoria anunciou uma nova periodização acadêmica sem a ter discutido nos colegiados, tentando, novamente, através da imprensa, criar o fato consumado.

Taxas

Em outro episódio, instituiu a cobrança de taxa nas bibliotecas da Universi-

dade, mesmo com a resolução contrária a este expediente aprovada pelo Consuni. A resolução foi publicada no boletim da Universidade, porém, o reitor, que gosta de dizer a todo momento "Tenho que cumprir e fazer cumprir a lei", não tomou nenhuma medida para fazer cumprir esta resolução. Até hoje as bibliotecas continuam cobrando taxas. Ao ser omissos, falta-lhe probidade.

Auto-convocação

Pelo estatuto vigente, o Conselho Universitário é o órgão superior da Universidade. Contraditoriamente, o colegiado só pode se reunir se o Reitor convocá-lo. Em uma das sessões do ano de 1999, presidida pelo então sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio MacDowell de Figueiredo, foi aprovado por unanimidade a proposta de auto-convocação do Colegiado. Deveria receber parecer da Comissão de Legislação e Normas e voltar ao Conselho. O Sr. Reitor "engavetou" o processo em mais uma demonstração de falta de probidade.

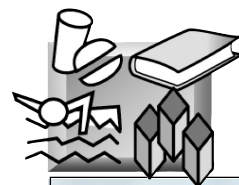
Caixa-preta

Existe, ainda, uma questão mais grave. O orçamento da Universidade é uma verdadeira "caixa preta". Pela legislação, a reitoria deve apresentar, anualmente, a proposta orçamentária da Universidade ao Consuni para ser aprovada, emendada, rediscutida ou reprovada. Mais uma vez, não se cumpriu o estabelecido no Estatuto.

Por que o Reitor assumiu como forma de exercer o poder o autoritarismo? A resposta está na necessidade de se fazer valer, na principal universidade federal do país, a política educacional do governo federal. As universidades precisam se adequar às necessidades do mercado, ou seja, apenas formar mão de obra qualificada (técnica) abrindo mão da concepção de estarem voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico, do saber e da cultura. Basta analisar os diversos projetos anunciados pelo governo federal nos últimos anos e constatar a dura realidade.

O Reitor necessita tirar do caminho qualquer coisa que atrapalhe as metas traçadas que o fizeram ser nomeado. Rasgar estatuto, regulamento, regimento, democracia. Até quando?!

* Representante dos estudantes no Consuni



Vida no Campus



A ANTENA DE TRANSMISSÃO DE UMA EMPRESA DE TELEFONIA INSTALADA HÁ APROXIMADAMENTE QUATRO ANOS NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO CONTINUA PREOCUPANDO. EMBORA EXISTA UM LAUDO DA EMPRESA ATESTANDO QUE NÃO HÁ RISCO ALGUM PARA A SAÚDE DAS CRIANÇAS, ALGUNS PAIS NÃO SE SENTEM À VONTADE SABENDO QUE OS FILHOS BRINCAM PERTO DE TAL EQUIPAMENTO.

ASSEMBLÉIA GERAL

3 de maio
QUARTA-FEIRA

PAUTA:

Campanha Salarial
Indicativo de Greve

Eleição dos delegados para a Plenária dos SPF



Eleição/Andes-SN

Andes no caminho certo



A Chapa 1 - Andes Para Uma Nova Universidade -, é constituída por professores integralmente ligados à vida acadêmica, conhecedores dos seus problemas e as suas potencialidades. Pugnamos pelo princípio constitucional do artigo 207 - Autonomia Universitária -, porém, compreendemos que novos passos devem ser dados para, de fato, alcançarmos nosso objetivo: autonomia com todas as letras.

Temos como referência política, a exemplo da atual diretoria da ANDES-SN, o manifesto "Em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho", lançado no dia 18 de novembro/99, em Brasília/DF, pela Frente Democrática e Popular, constituída pelos partidos de oposição, dirigentes da CUT Nacional, da OAB, da ABI, do MST, dentre outros movimentos sociais. O manifesto, também conta com o apoio de várias personalidades da vida política e cultural do país. Constitui-se, na atualidade, na principal referência para a articulação de uma alternativa política, econômica e social para o país.

Compreendemos que nosso sindicato tem como função primordial, articular a luta em defesa da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade com a luta por um projeto nacional alternativo que propicie o desenvolvimento econômico com distribuição de renda, sem segregações sociais e com igualdade de oportunidades para todas as cidadãs e cidadãos brasileiros.

Nossas proposições básicas

- ✓ Defesa dos salários, dos interesses e direitos dos docentes do ensino superior, dos docentes de 1º e 2º graus das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, dos ativos, aposentados e pensionistas;
- ✓ Aumento das vagas no ensino superior público e a correspondente elevação do aporte de recursos para o investimento em infra-estrutura (laboratórios, bibliotecas e salas de aula) e contratação de professores, no regime estatutário, para garantir a qualidade do ensino;
- ✓ Luta pela aprovação e a implementação do Plano Nacional de Educação - PNE, proposta da sociedade brasileira, aprovado no II CONED e pela revogação do Decreto n.º 3.276/99 que desestruturou os cursos de Pedagogia;
- ✓ Luta pela paridade entre docentes da ativa e aposentados/pensionistas, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 40, bem como pela aposentadoria integral, não acatando nenhum mecanismo de redução;
- ✓ A defesa da Carreira Única da ANDES-SN, ba-

seada na titulação e no tempo de experiência acadêmica garantirá o Sistema Federal de Ensino Superior, o fortalecimento das Instituições Estaduais e dará dignidade aos docentes da Rede Particular. Acreditamos que a Carreira garante o reconhecimento da natureza do trabalho docente, contempla a nossa diversidade de áreas e garante a isonomia salarial. É instrumento de incentivo a qualificação profissional e a dedicação das atividades próprias ao exercício da docência;

✓ A promoção de um amplo debate com todos os envolvidos com a Ciência e Tecnologia permitirá à universidade o estabelecimento de alianças com atores sociais solidários com o programa que defendemos e capazes de criar os espaços de aplicação de nosso potencial. Devemos lutar contra qualquer medida que coloque em risco a capacidade atual do complexo de educação superior e da pesquisa pública para atender as demandas por conhecimento e por profissionais que a sociedade igualitária e participativa demandará;

Autonomia com todas as letras

Luta pela constituição do Sistema Nacional de Universidades Autônomas, proposto pela atual diretoria da ANDES-SN, amplamente divulgado em agosto de 1999, no InformAndes n.º 93. O Sistema deverá ser definido em Lei, assegurando os seguintes princípios:

- a) financiamento público das instituições públicas;
- b) liberdade de cátedra, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas;
- c) condições de trabalho, carreira e remuneração condizentes com a função pública de seus professores, garantindo sua isonomia no Sistema Federal e seus princípios nos sistemas estaduais e privado;
- d) autonomia para a escolha dos dirigentes, garantindo o princípio democrático;
- e) autonomia técnica e profissional de seus procuradores;
- f) autonomia para obtenção de recursos através de doações e transferências patrimoniais, ou por sua própria atividade. No caso das instituições públicas, desde que respeitadas as disposições constitucionais e o princípio da gratuidade do ensino;
- g) participação da comunidade universitária, dos poderes públicos e da sociedade civil na gestão do Sistema Nacional de Universidades Autônomas e das suas instituições;
- h) avaliação institucional interna e externa, isto é, garantia que a qualidade e quantidade do trabalho acadêmico seja avaliado pela comunidade universitária, mas também pela sociedade;
- i) Controle público e estatal das Instituições Privadas de Ensino Superior.

No caminho certo

- ✓ Criar o Instituto ANDES que será um centro de pesquisas sobre o ensino superior, reunindo professores e pesquisadores comprometidos com uma postura crítica, propositiva e interdisciplinar. O objetivo será o de realizar atividades de pesquisa e capacitação de profissionais visando aumentar a capacidade de intervenção da ANDES-SN, nos campos sindical, acadêmico e institucional, para a orientação das políticas relacionadas à universidade;
- ✓ Criar o Conselho Fiscal com o objetivo de dar mais transparência e mais profissionalismo para a contabilidade do sindicato, cujos recursos pertencem aos professores universitários brasileiros;
- ✓ Estudar alterações na composição da direção nacional (atualmente com 77 integrantes), buscando a maior agilidade das ações da entidade;
- ✓ Discutir a adoção do mandato de três anos para a diretoria da ANDES-SN, seguindo a maioria das entidades sindicais do Brasil e do mundo;
- ✓ Propor a redução do número de eventos nacionais, incentivando os eventos regionais (integrando mais as universidades de uma determinada região) e, sobretudo, os locais (seminários, cursos e debates com a presença de personalidades nacionais), possibilitando assim, o maior engajamento do conjunto dos docentes;
- ✓ Propor a mudança na sistemática dos eventos nacionais, com o estabelecimento de horários para término das plenárias, evitando que os eventos terminem durante a madrugada e muitas deliberações importantes sejam tomadas em condições absolutamente inadequadas, com plenário esvaziado ou mesmo a suspensão dos trabalhos por falta de quorum, a exemplo do último Congresso (fevereiro/2000);

Quem apóia a Chapa 1 ?

- José Dirceu - Dep. Fed. PT/SP e Pres. Nac. PT;
- Miguel Arraes - Pres. Nac. PSB e ex. Gov. de Pernambuco;
- João Amazonas - Pres. Nac. do PC do B;
- Zuleide Farias de Melo - Pres. Nac. do PCB;
- Luíza Erundina - Dep. Fed. PSB/SP e ex. Pref. de São Paulo;
- Osmar Ribeiro de Almeida Júnior - Vice Gov. do Piauí - PC do B;
- Aloizio Mercadante - Dep. Fed. PT/SP;
- Aldo Rebelo - Dep. Fed. PC do B/SP;
- Pedro Wilson - Dep. Fed. PT/GO;
- Jandira Feghali - Dep. Fed. PC do B/RJ;
- José Genoíno - Dep. Fed. PT/SP;
- Waldir Pires - Dep. Fed. PT/BA;
- Lídice da Mata - ex.- Pref. de Salvador/ Dep. Est. PSB/BA;
- Ana Júlia Carepa - Vice. Pref. de Belém PT/PA;
- Personalidades Acadêmicas
- Abreu Matos - UFC;

- Adolfo Júlio Porto de Freitas - UFPB - JP;
 - Alcino Câmara Neto - UFRJ;
 - Alexandre Pinto Cardoso - UFRJ;
 - Aloisio Pimenta - ex-Ministro da Cultura, ex-Reitor da UFMG e da UEMG, membro da Academia Mineira de Letras e do IHG;
 - Aníbal Moura - UERJ;
 - Angelo Machado - Escritor, membro da Academia Brasileira de Ciências;
 - Benedito Rogério V. Aragão - UFPB - JP;
 - Benício Schmidt - UnB
 - Carlos Lessa - UFRJ;
 - Celso Caruso Neves - UFRJ;
 - Cid Veloso - ex. Reitor da UFMG;
 - Cristina Richer - UFRJ;
 - Décio Saes - Prof. colaborador voluntário da UNICAMP e Prof. visitante dos Instituto de Estudos Avançados da USP;
 - Eduardo Serra - UFRJ;
 - Edvaldo Cafezeiro - UFRJ;
 - Felipe Serpa - UFBA;
 - Hélgio Trindade - UFRGS;
 - Ismênia de Lima Martins - UFF
 - José Batista de Mello - UFPB - JP;
 - Lucília Regina de Souza Machado - Fac. de Educação da UFMG;
 - Lúcio Ney de Souza - Vice Reitor da UERN;
 - Luís Fernandes - UFF / FAPERJ;
 - Luiz Pinguelli Rosa - UFRJ;
 - Manfredo Oliveira - UFC;
 - Márcio Pochmann - CESIT/UNICAMP;
 - Marco Antônio Sperb Leite - UFG;
 - Maria Lúcia Teixeira Werneck - UFRJ;
 - Nelson Cardoso do Amaral - UFG;
 - Paulo Bonavides - UFC;
 - Renato de Oliveira - UFRGS/FAPERGS;
 - Ricardo Ferreira - UFPE;
 - Rinaldo Cardoso Ferreira - UPE;
 - Sabino Barroso - Intelectual/RJ;
 - Sérgio Ferreira - Biofísica/UFRJ;
 - Tarcísio Pequeno - UFC;
 - Tomas Aroldo da Mota Santos - ex. Reitor da UFMG;
 - Wilson Cano - UNICAMP;
 - Zélia Rouquawrol - UFC;
 - Zilma Fontenele - UFC;
- Direção Executiva Nacional da CUT
- João Vaccari Neto (Vice-Presidente)
 - João Antonio Felício (Secretário Geral)
 - Remígio Todeschine (Tesoureiro)
 - Antonio Carlos Spis (1º Tesoureiro)
 - Kjeld Aagaard Jakobsen (Sec. Rel. Internacionais)
 - Altemir Antonio Tortelli (Sec. De Formação)
 - Sandra Rodrigues Cabral (Sec. De Comunicação)
 - Marcelo Borges Sereno (Sec. De Organização)
 - Mônica Valente (Direção Executiva)
 - Wagner Gomes (Direção Executiva)
 - Aloisio Sérgio R. Barroso (Direção Executiva)
- Lideranças Estudantis
- Wadson Ribeiro - Pres. da União Nacional dos Estudantes - UNE
 - Carla dos Santos - Pres. da União Bras. dos Est. Secundaristas - UBES



Eleição/Andes-SN

Universidade pública, democrática e de qualidade: por um sindicato que a defenda!



Existem diferenças políticas fundamentais - perceptíveis no dia a dia do sindicato e especialmente visíveis nos momentos de decisões políticas importantes - entre as duas chapas que disputam a direção do Andes-SN.

A Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática) parte do princípio de que a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa, norteada pelo respeito aos direitos fundamentais de todos os brasileiros, exige desde já uma prática política coerente com estes objetivos. Assim, defendemos um sindicato que assuma a democracia interna como valor essencial; que seja ele mesmo, com transparência, a fonte de suas próprias deliberações políticas; onde o respeito à voz dos sindicalizados, ouvida nas Assembléias Gerais, nos Conad e Congressos, seja obrigatório. É preciso que o sindicato viva, respire, exale os valores e as práticas que ele gostaria de ver estendidos a toda a sociedade.

Temos um justo orgulho da história de nosso sindicato, cujas conquistas para a universidade pública e para a categoria docente têm que ser apreciadas: as garantias constitucionais de autonomia, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e financiamento público; a isonomia salarial entre IFES autárquicas e fundacionais; o Regime Jurídico Único; planos de carreira do setor federal e de diversas instituições estaduais e particulares; ampliação das condições para o exercício da democracia no interior das Universidades; estímulos à capacitação docente; garantias mínimas de verbas, entre outras. Como ocorre em relação a tudo o que concerne ao trabalho e ao serviço público em nosso país, estas conquistas estão hoje sob ataque cerrado e a luta por sua manutenção e ampliação depende do fortalecimento e coesão interna de nosso sindicato.

O Andes-SN, organizado pela base, independente, combativo tem um papel fundamental no enfrentamento da atual política de desmonte da universidade pública e de subordinação de nosso país aos interesses econômicos globais. Lembremos da greve de 98, em que o movimento docente, organizado democraticamente no Andes-SN, conseguiu uma mobilização sem precedentes em torno da de-

fesa da universidade pública e na crítica à política do governo FHC.

Em contraponto à nossa firme defesa de um sindicato autônomo e democrático, a corrente que apóia a Chapa 1, na atual Direção Nacional do sindicato, considera ser este um simples instrumento para obter objetivos definidos fora de nossas instâncias, em espaços até hoje nunca lealmente apontados para os sindicalizados. Assim, obedecendo a deliberações tomadas não sabemos aonde, não hesitaram em negociar o fim da greve de 1998 diretamente com o governo, aceitando a exclusão de aposentados e docentes de 1º e 2º graus e a avaliação produtivista, ambas rejeitadas por todas as assembléias de docentes; apressaram-se por designar representantes para auxiliar o governo na implementação da GED; esforçaram-se por indicar nomes para representar o sindicato no Conselho Nacional de Educação, órgão completamente dominado pelo setor privado e sobre o qual pesam acusações graves de favorecimento de escolas particulares, tudo isto apesar de já haver deliberação de congresso do ANDES-SN contrária a esta indicação. Para completar, enquanto o movimento docente luta contra todas as formas de precarização do trabalho docente, a Direção Nacional do sindicato (da qual os candidatos a Presidente, 1º Vice-Presidente e Secretário-Geral, entre outros da Chapa 1, fazem parte) indica, às escondidas do movimento, um nome para participar da comissão de emprego público que vai viabilizar as contratações de docentes pela CLT (sem estabilidade, sem aposentadoria integral, etc.). O MEC, é claro, agradece. A categoria vai responder, nas urnas, a todos estes desmandos.

A prática sindical da Chapa 1 corresponde a uma posição política antiga nos movimentos sociais no Brasil, que prioriza a simples ocupação de espaços institucionais, sem criar nem fortalecer as organizações independentes dos trabalhadores. No Andes-SN, entretanto, ainda não tínhamos visto anteriormente este tipo de política e o fato é que ela só tem servido para nos desgastar profundamente.

O resultado prático da atuação da atual direção é o enfraquecimento político e organizativo do sindicato, o que é particularmente grave no momento atual, em que o governo FHC retoma sua ofensiva contra as uni-



versidades públicas. Localmente, o interventor Vilhena, braço avançado do governo FHC na UFRJ, tem enfrentado a oposição ativa da ADUFRJ-SSind, que não aceita ver uma universidade com a grande história que é a da nossa universidade ser utilizada como laboratório de implantação das propostas destrutivas do MEC. Ao invés de somar seus esforços aos da ADUFRJ-SSind, organizado a luta e fortalecendo o sindicato localmente, a Direção Nacional novamente optou por conversas de gabinete, tendo tido audiência com o interventor-reitor na UFRJ, contra a vontade expressa da ADUFRJ-SSind, reconhecendo, deste modo, a sua legitimidade em um momento em que toda a comunidade da UFRJ negava a sua nomeação arbitrária.

O grande desafio colocado para a universidade pública hoje é manter-se como instituição verdadeiramente pública. Sob o governo FHC, tem havido um grande avanço da privatização do ensino superior, ou seja, a destruição da pesquisa e do ensino independentes (e da pesquisa em geral): no ano passado, a rede particular ofereceu 59 mil novas vagas, contra 10 mil nas universidades federais. A privatização universitária é reiterada e oficialmente recomendada pelo FMI-BIRD-OMC, cujos ditames o governo FHC segue.

As particulares, além de conquistarem postos estratégicos nas entidades de amparo à pesquisa, acabam de conseguir, como a Uniban, “o direito de participar em todas as sessões do CNE (Conselho Nacional de Educação) que discutam assuntos de seu interesse” (Folha de S. Paulo, 16/2). No início de fevereiro, Abílio Baeta Neves, titular da SESU (Secretaria do Ensino Superior), foi acusado em reportagem publicada pela revista Isto É de participar do lobby exercido por grupos privados de ensino para que seus cursos fossem aprovados. Enquanto se agitam cifras mirabolantes para diversos fundos, só GEDs, “incentivos a jovens doutores” e outras esmoladas são oferecidos aos seus supostos beneficiários. Em um quadro de miséria salarial e orçamentária, o governo anunciou recentemente seu novo “pacote”, com uma injeção de fundos destinados à privatização da pesquisa e à mercantilização do ensino. Está colocada, portanto, uma luta pela sobrevivência da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Cabe ao sindicato negociar com o governo e seus representantes na área educacional e universitária, tanto no que diz respeito às questões salariais, como àquelas mais gerais relativas à educação. Mas deve fazê-lo desde uma posição independente, deixando clara para todos os interessados (autoridades e interlocutores, docentes e público em geral) sua posição de oposição à política seguida pelo atual governo e sua perspectiva de construir outra política, outra universidade, outra educação, com outro governo.

A Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática) considera imperativo que a direção do ANDES-SN esteja comprometida com uma prática democrática que organize a luta dos docentes, que esteja presente no cotidiano de nosso trabalho, que seja crítica em relação a todos os apelos de cooptação do sindicato, que procure se unir aos setores progressistas da sociedade, guardando a independência e o respeito de suas deliberações. Somente assim seremos coerentes na luta contra o modelo de universidade privatizada e de país dependente que o governo FHC está implantando. Somente com esta prática estaremos efetivamente construindo uma universidade pública democrática, de qualidade, e caminhando no sentido de uma sociedade mais justa para todos.



Opinião/Chico Alencar

500 anos de mentiras

“Quem descobriu o Brasil foi o negro que viu a crueldade bem de frente e ainda assim produziu milagres de fé no Extremo Ocidente”.

Caetano Veloso, *Milagres do Povo*

Comemoração é, literalmente, lembrar junto. Recordar – pensando com o coração – a conflitante saga do “cobrimento” que nos constituiu como massa que deve virar povo, superando a *ninguendade*. E como país que deve virar nação, superando a subordinação.

Nenhuma celebração, portanto. Mas reflexão, entendimento, ação transformadora. Somos afro-indo-europeus, nesta ordem, inversa à da dominação colonialista. Somos ainda um *vir a ser*, na contramão da epopéia lusitana que realizava a profecia pós-Camoniana de Fernando Pessoa: “a busca de quem somos na distância de nós, e com febre de ânsia”.

Pessoas brasileiras, buscamos febrilmente nossa realização com a ansiedade de quem suporta cinco séculos de escravidão e exclusão.

Buscamos em rezas, passes, mandingas, gingas e gritos de gol (tantas vezes mal anulados) a consciência, a justiça, a solidariedade e a República. Dentro de nós. Mas só aí não basta. Os que mandam desde 1500 nos querem isolados, individualistas, dispersos, na caravela-presídio do “cada um por si”. Egoísmo como virtude é o auriverde cinzento pendão. Também na globalização: a matriarca do neoliberalismo, dona Tachter, decretou que “não há mais sociedade, mas apenas indivíduos”.

Façamos a grande data, da virada, não apenas cronológica: no lugar do macho, branco, dono de gado e gente, o sujeito coletivo que se descobre na longa marcha, ao feminino som das violas, dos atabaques vigorosos, na defesa do direito à dignidade, caetaneando Maiakovski: “gente é pra brilhar, não pra morrer



Chico Alencar participou dos atos promovidos pela CUT/Rio e demais sindicatos e entidades estudantis contra as comemorações oficiais dos 500 anos. Na foto, cantando e recitando poemas com a atriz Cassia Kiss, na Praça XV.

de fome”. Celebremos o grande dia, do cotidiano de quem abriu estradas, alargou pastos, semeou cana, café, laranja e feijão. De quem erigiu igrejas, cidades, casas onde não moraria. De quem botou a mesa onde jamais comeria. Cinco séculos de engenho, arte e suor negro, indígena e popular. João Ninguém, Maria Maria, Zé das Couves, Ana que ama a terra em que nasceu. Construtores anônimos do Brasil!

Fora com os festejos balofos e bolorentos! Chega do relógio que determina aos videotas, com enorme atraso, a descoberta que devemos fazer desde que nascemos! Viva a comemoração na batalha (razão de vida) pelo bolo repartido, pela diversidade respeitada, da soberania popular reconquistada!

Chico Alencar é autor do livro *BR 500 – Um guia para a redescoberta do Brasil* – Editora Vozes

Universidades paulistas brigam por reajuste

No último dia 19, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais (Cruesp) entregou aos sindicatos de funcionários e professores da USP, Unesp e Unicamp uma proposta de reajuste de 7%, mais um abono único de 3% sobre os salários de abril a dezembro, pagos ainda este mês. O fórum das entidades sindicais – que defende um reajuste de 32% – não gostou da proposta: “Há condições, dentro dos limites orçamentários, de propor algo melhor”, disse o presidente da Associação dos Docentes da USP, Marcos Magalhães.

Com isso, os sindicatos mantiveram o indicativo de greve para o dia 26.

Conflito – No dia 13, professores, funcionários e estudantes das três universidades públicas e do Centro Paula Souza se encaminharam ao prédio da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia para acompanhar as negociações salariais com os reitores. Infelizmente, a PM mostrou-se (mais uma vez) despreparada. Vários sindicalistas foram agredidos em uma ação requisitada pelo secretário de C&T, José Anibal.



ACIONADA PELO SECRETÁRIO JOSÉ ANIBAL, A PM USOU DE VIOLÊNCIA DESNECESSÁRIA

Daniel Garcia/ADUSP



Jurídico

Assessoria recomenda ação do FGTS

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou no dia 12 de abril o julgamento de recurso extraordinário em que a Caixa Econômica discute a aplicação dos índices de correção monetária decorrente dos planos de estabilização econômica nas contas vinculadas do FGTS de correntistas do Rio Grande do Sul. Outros dois recursos que tratam do mesmo assunto também foram colocados em pauta pelo Supremo.

Em 1997 já existia no STF uma ação civil pública, julgada procedente em primeira instância. Naquela época, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind achou mais adequado esperar a decisão final do Supremo sobre esta questão, para então entrar com uma ação coletiva requerendo a correção do FGTS dos sindicalizados.

Dos 11 ministros que estão julgando os processos citados, três já manifestaram parecer favorável aos trabalhadores. Segundo a assessoria da Adufrj-SSind, a atuação da assessoria jurídica do Andes-SN tem sido fundamental para a decisão dos juizes quanto ao mérito da questão em favor dos trabalhadores.

A assessoria da Adufrj-SSind está estudando a possibilidade de encaminhar uma ação em favor dos sindicalizados desta seção sindical, caso o parecer do STF seja a favor dos trabalhadores.

Estão sendo pleiteados nesta ação os reajustes referentes aos Planos Bresser (janeiro de 89), Collor I (maio de 90) e Collor II (fevereiro de 91) a serem corrigidos nas contas do Fundo de Garantia (FGTS) dos correntistas.

Na avaliação dos advogados do sindicato, a luta está apenas começando. O governo fará tudo para obter o voto dos demais ministros. A recomendação é que as entidades e os trabalhadores mantenham a pressão junto ao STF, já que a questão é também política e os ministros considerados mais "governistas" já emitiram seus votos.

Educadores são contra decreto presidencial

Os professores que participaram do I Congresso Ibero-Americano de Formação de Professores, realizado pela Universidade Federal de Santa Maria, publicou um manifesto contra o decreto presidencial que trata da formação de professores da educação básica.

O encontro aconteceu no mês de abril e analisou o Decreto Presidencial 3. 276 de 06/12/99 (que "dispõe sobre a formação em nível superior de professor para atuar na educação básica"). Segundo o manifesto, o decreto sobrepõe-se a discussões já organizadas pela comunidade educacional, pela Comissão de Especialistas da Pedagogia da Sesu/MEC e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para os especialistas, o decreto presidencial privilegia a prática em detrimento da teoria, negando o estatuto científico, além de desperdiçar uma capacidade já instalada de recursos humanos e materiais qualificados e financiados ao longo do tempo nas universidades públicas.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 1 • 28 de Abril de 2000



Estaduais paulistas EM GREVE

As três universidades estaduais paulistas estão em greve conjunta desde o último dia 26 de abril por melhores salários. Professores e funcionários da USP, da Unicamp e da Unesp não aceitaram a proposta dos reitores de reposição salarial de 7% desde 1º de maio de 98 (data do último reajuste), mais um abono de 3% que incidiria sobre os meses de maio a dezembro de 2000. As entidades sindicais reivindicam 25% de reajuste para agora e mais 7% no segundo semestre. Na USP, até os estudantes se solidarizaram com o movimento e também entraram em estado de greve.

Estudos feitos pelos assessores do Fórum das Seis (entidade que aglutina os sindicatos de professores e funcionários das três universidades) demonstram que, com o índice pedido pelas entidades, o comprometimento médio dos orçamentos das três universidades ficaria em torno de 87%, o que configuraria uma situação bem mais favorável que a dos últimos três anos.

Cabe lembrar que, a partir do segundo semestre de 1999, a arrecadação do ICMS do estado de São Paulo (base das liberações financeiras para as univer-

Docentes também paralisam em Santa Catarina

Os professores do Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade do Estado de Santa Catarina entraram em greve por tempo indeterminado desde o dia 27 de abril. A pauta de reivindicações dos docentes de Joinville envolve melhores salários e condições de trabalho. Em Lages (SC), os professores de três maiores colégios estaduais também aderiram à greve do magistério.

sidades) apresentou recuperação.

Apesar disso, os reitores seguiram protelando sucessivamente as reuniões marcadas com o Fórum das Seis. Para piorar a situação, no último dia 13, uma manifestação pacífica dos sindicalistas foi rechaçada com violência policial no local marcado para um encontro entre reitores e representantes do Fórum. No dia 19, finalmente, veio a proposta dos reitores de 7% de reajuste.

Uma a uma, as assembleias marcadas foram indicando as greves por tempo indeterminado. Na Unicamp, calcula-se uma paralisação de 70%; na USP, 60%, e na Unesp, vários campi já pararam suas atividades.

De acordo com o professor Francisco Miraglia Netto, do Instituto de Matemática e Estatística, segundo vice-presidente da Adusp, a mobilização está intensa nas três universidades. "Para um primeiro dia de greve, estava bastante bom. Várias escolas estão fechadas. Começamos a paralisação num pique maior do que a da greve realizada em 1994", comentou.

Intimidados com a mobilização, os reitores já fizeram um convite ao Fórum na noite do dia 25 para uma nova rodada de negociações. A reunião deve ser marcada para os próximos dias. "No início, eles (os reitores) tentaram desqualificar nosso estudo, mas nós já provamos que eles trabalharam com um cenário de arrecadação subestimado", completou o professor Miraglia. Enquanto o novo encontro não ocorre, a mobilização da greve continua. Na sexta-feira (dia 28), foi marcado um ato conjunto do Fórum das Seis na Reitoria da USP.

Assembleia Geral • 3 de maio às 9h30

PAUTA: Campanha Salarial • Greve de 24h em 4 de maio
Eleição dos delegados para a Plenária dos SPF

Roxinho AUDITÓRIO - CCMN



ANDES para uma nova universidade

PRESIDENTE:

Milton Divino Muniz – APUFSC S.Sind.

1º VICE PRESIDENTE:

Dalton Melo Macambira – ADUFPI – S. Sind

2º VICE PRESIDENTE:

Geraldo Luiz Moreira Guedes – APUBH S.Sind.

3º VICE PRESIDENTE:

Michelangelo Giotto Trigueiro – ADUnB S.Sind

SECRETÁRIO GERAL:

Fernando Arthur de Freitas Neves – ADUFPA S.Sind

1ª SECRETÁRIA:

Mirtes Mirian Amorim Maciel – ADUFC S. Sind.

2ª SECRETÁRIA:

Elizabeth Aparecida Bittencourt – APUB S.Sind

3ª SECRETÁRIA:

Maria Auxiliadora Leal Campos – ADUPE S. Sind.

1º TESOUREIRO:

Iêdo Leite Fontes – ADUFPB-JP – S. Sind

2º TESOUREIRO:

Mário Luís Dame Wrege – ADUFRGS S.Sind

3ª TESOUREIRA:

Helena Costa Lopes de Freitas - ADUNICAMP

REGIONAL RS

1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL RS:

Carlos Schimdt – ADUFRGS S.Sind

2ª VICE PRESIDENTE REGIONAL RS:

Lígia Maria Ávila Chiarelli – ADUFPel S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL RS:

Ernesto Luiz Gomes Alquati – APROFURG S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL RS:

Ademar Micheli - SEDUFSM

1º TESOUREIRO REGIONAL RS:

Claudio Scherer – ADUFRGS S.Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL RS:

Helga Maria Heck – ADUFPel S.Sind

REGIONAL SUL

1º VICE PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Corália Teresinha Piacentini – APUFSC S.Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL SUL:

Carlos Alberto Balhana – APUFPR S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL:

Edna Garcia Maciel Fiod – APUFSC S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL SUL:

Paulo Cezar de Freitas Mathias – VPR Sul

1º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

Christian Mendes Alcantara – APUFPR S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL SUL:

José Alberto Coraiola – SINDOCEFET – PR S. Sind

REGIONAL SP

1º VICE PRESIDENTE REGIONAL SP:

Emerson Pires Leal – ADUFSCar S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL SP:

Osmar de Oliveira Marchese - ADUNICAMP

1ª SECRETÁRIA REGIONAL SP:

Dilma de Melo Silva – ADUSP S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL SP:

José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP

1º TESOUREIRO REGIONAL SP:

Antônio Luiz Caldas Júnior – ADUNESP S. Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL SP:

Clélia Aparecida Martins – ADUNESP S. Sind

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1º VICE PRESIDENTE REGIONAL RJ:

Celso de Almeida e Silva - ADCEFET RJ – S. Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL RJ:

William Gonçalves Soares – ADUNI-RIO S. Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ:

Júlio César Vaz da Silva – ADCEFET-RJ S. Sind.

2º SECRETÁRIO REGIONAL RJ:

Egberto Gaspar de Moura - ASDUERJ

1ª TESOUREIRA REGIONAL RJ:

Marília Cintra Macedo Barroso – ADUNI-RIO S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL RJ:

Roberto Bartholo dos Santos Jr. – ADUFRJ S. Sind

REGIONAL LESTE

1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Lavinia Rosa Rodrigues – SINDUEMG – S.Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL LESTE:

Henrique Dantas Neder – ADUFU S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Hélcio Queiroz Braga – SINDCEFET MG

2º SECRETÁRIO REGIONAL LESTE:

Alberto da Silva Jones - ASPUV

1ª TESOUREIRA REGIONAL LESTE:

Valquiria Rocha Daher – ADUFES S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL LESTE:

Maurílio Nogueira da Silva – APES-JF

REGIONAL PLANALTO

1º VICE PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Leandro Gonçalves Oliveira – ADUFG S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO:

Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva – ADUnB S.Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO:

Romualdo Pessoa Campos Filho – ADUFG S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO:

Hélio Furtado do Amaral – ADUFG S. Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

Guillermo Leonidas Castro Moya – ADCAC S.Sind.

2º TESOUREIRO REGIONAL PLANALTO:

João Batista de Deus – ADUFG S. Sind

REGIONAL PANTANAL

1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Vilma Lúcia de Moraes Couto Albizzati – ADFMAT S. Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL:

Lauro Bulaty – ADUFMS S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Argemiro Corrêa de Almeida – ADUEMS S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL:

Taisir Mahmudo Karim – ADUNEMAT S. Sind

1º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Aida Couto Dinucci Bezerra ADUFMAT S. Sind

2º TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL:

Dario Xavier Pires – ADUFMS S.Sind

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Antônio Passos Lima Filho – ADUFAL S.Sind.

2ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE III:

Mirtânia Antunes Leão – ADCEFET-BA S. Sind/APUB S. Sind

1º SECRETÁRIA REGIONAL NE III:

Geraldo Sampaio Costa – APUB S.Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NE III:

Maria Aparecida Batista de Oliveira ADUFAL S. Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NE III:

Josenita Costa de Souza – ADUNEB S. Sind.

2º TESOUREIRO REGIONAL NE III:

João Bosco de Mendonça – ADUFS S.Sind.

REGIONAL NORDESTE II

1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE II:

José Cristóvão de Andrade – ADUEPB

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE II:

José de Anchieta Ferreira Lopes – ADURN S.Sind

1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE II:

Maria Ivonete Soares Coelho – ADFURRN S.Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE II:

Maurino Medeiros de Santana – ADUFPB-CG S.Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NE II:

Marcia de Barros Correia – ADUFEPE S.Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE II:

Cícero Monteiro de Souza – ADUFERPE S.Sind

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE PRESIDENTE REGIONAL NE I:

Lucineide Moraes de Souza – ADUFPI S. Sind.

2º VICE PRESIDENTE REGIONAL NE I:

Helder Machado Passos – APRUMA S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NE I:

José Maria de Sales Andrade Neto – ADUFC S. Sind

2º SECRETÁRIO REGIONAL NE I:

Fernando Antonio de Santos Garcia – APRUMA S.Sind

1º TESOUREIRA REGIONAL NE I:

Francisco das Chagas Moraes de Moura - ADECESP

2ª TESOUREIRA REGIONAL NE I:

Vera Lúcia de Almeida – ADUFC S. Sind

REGIONAL NORTE

1º VICE PRESIDENTE REGIÃO NORTE:

Francilene dos Santos Rodrigues – SESDUF-RR S.Sind

2º VICE PRESIDENTE REGIÃO NORTE:

Orlando Tadeu Lima de Souza – ADFCAP S. Sind

1º SECRETÁRIO REGIONAL NORTE:

Antonio Levino da Silva Neto – ADUA S. Sind

2ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE:

Margarete Edul Prado de Souza – ADUFAC S. Sind

1ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE:

Ise de Goreth Silva – SESDUF S. Sind

2ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE:

Simone Eneida de Oliveira Costa – ADUA S. Sind



ANDES Autônoma e Democrática

PRESIDENTE:

Roberto Leher (ADUFRJ)

1º VICE-PRESIDENTE:

Fernando Molinos Pires Filho (ADUFRGS)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Lia Silva e Reis (ADUCSAL)

3ª VICE-PRESIDENTE:

Marina Barbosa Pinto (ADUFF)

SECRETÁRIO-GERAL:

Edmundo Fernandes Dias (ADUNICAMP)

1ª SECRETÁRIA:

Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo (ADUFC)

2ª Secretária:

Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG)

3ª SECRETÁRIA:

Claudia Gonçalves de Lima (ASDUERJ)

1º TESOUREIRO:

José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT)

2º TESOUREIRO:

Antonio (Tato) Luís de Andrade (ADUNESP)

3ª TESOUREIRA:

Celi Zulke Taffarel (APUB)

REGIONAI NORTE

1ª VICE-PRESIDENTE:

Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA)

2º VICE-PRESIDENTE:

Antônio José (TomZé) Vale da Costa (ADUA)

1ª SECRETÁRIA:

Berenice Carvalho (ADUA)

2º SECRETÁRIO:

Henrique dos Santos Pereira (ADUA)

1ª TESOUREIRA:

Solange Calcagno (ADUFPA)

2º TESOUREIRO:

Arnóbio Amanajás Tocantins Neto (ADFCAP)

NORDESTE I

1º VICE-PRESIDENTE:

Franci Gomes Cardoso (APRUMA)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Antônio de Pádua Rodrigues (ADUFPI)

1ª SECRETÁRIA:

Maria Dulce Souza Castela (ADUFC)

2ª SECRETÁRIA:

Silvana Martins de Araujo (APRUMA)

1º TESOUREIRO:

Iberê Guimarães Aguiar (ADUFC)

2ª TESOUREIRA:

Maria da Conceição Lobato Muniz (APRUMA)

NORDESTE II

1ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Elisabete de Almeida (ADUFPB-JP)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Marieta dos Santos Koike (ADUFEPE)

1º SECRETÁRIO:

Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN)

2º SECRETÁRIO:

Geraldo Marques Carneiro (ADFURN)

1º TESOUREIRO:

Exedito Baracho Júnior (ADUFERPE)

2º TESOUREIRO:

Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFPB-CG)

NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE:

Rui Belém de Araújo (ADUFS)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Cristina da Rocha Mendes (ADUFAL)

1º SECRETÁRIO:

Antônio Ponciano Bezerra (ADUFS)

2º SECRETÁRIO:

Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Júnior (ADUNEB)

1º TESOUREIRO:

João Pereira Leite (ADUCSAL/APUB)

2º TESOUREIRO:

Osaná Macedo Reis (APUNI)

LESTE

1ª VICE-PRESIDENTE:

Angela M. S. Ferreira (ASPUV)

2º VICE-PRESIDENTE:

Valter Pires Pereira (ADUFES)

1º SECRETÁRIO:

Jairo Justino da Silva Filho (SINDCEFET-MG)

2ª SECRETÁRIA:

Eunice Maria Godinho Morando (APESJF)

1ª TESOUREIRA:

Vera Fróes (APUBH)

2º TESOUREIRO:

José Monserrat Neto (ASPESAL)

PLANALTO

1º VICE-PRESIDENTE:

Cláudio Lopes Maia (ADCAC-Catalão)

2º VICE-PRESIDENTE:

Fernando Mascarenhas Alves (ADUFG)

1º SECRETÁRIO:

Marcus Jary Nascimento (ADCAC-Catalão)

2ª SECRETÁRIA:

Nádia Maria Farias Vaz (SESDUNIANA)

1º TESOUREIRO:

Alcir Horácio da Silva (ADUFG)

2º TESOUREIRO:

André Luiz dos Santos (ADCAJ-Jataí)

PANTANAL

1º VICE-PRESIDENTE:

Carlos Roberto Sanches (ADUFMAT)

2º VICE-PRESIDENTE:

Mário Luiz Alves (ADOURADOS)

1º SECRETÁRIO:

Sérgio Sebastião Négri (ADUFMAT)

2ª SECRETÁRIA:

Marina Evaristo Wenceslau (ADUEMS)

1º TESOUREIRO:

Carlos Alberto Costa Andrade (ADUFMAT)

2º TESOUREIRO:

Cláudio Freire de Souza (ADOURADOS)

SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE:

Jose Vitorio Zago (ADUNICAMP)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Marília Leite Washington (ADUFSCar)

1º SECRETÁRIO:

João Zanetic (ADUSP)

2ª SECRETÁRIA:

Giane Sant'Ana Alves de Oliveira (ADUNIMEP)

1ª TESOUREIRA:

Rosemarie Andrezza (ADEPM)

2º TESOUREIRO:

Vandei Pinto da Silva (ADUNESP)

RIO DE JANEIRO

1º VICE-PRESIDENTE:

Marcelo Badaró Mattos (ADUFF)

2ª VICE-PRESIDENTE:

Maria Cristina Miranda da Silva (ADUFRJ)

1ª SECRETÁRIA:

Gelta Terezinha Ramos Xavier (ADUFF)

2º SECRETÁRIO:

José Eustáchio Bruno (ASDUERJ)

1º TESOUREIRO:

Frederico José Falcão (ADURRJ)

2º TESOUREIRO:

Delson Lima Filho (ADURRJ)

SUL

1ª VICE-PRESIDENTE:

Maria da Graça Bollmann (APUFSC)

2º VICE-PRESIDENTE:

Luiz Allan Kunzle (SINDOCEFET-PR)

1ª SECRETÁRIA:

Maria Suely Soares Leonart (APUFPR)

2º SECRETÁRIO:

Fábio Luiz Lopes da Silva (APUFSC)

1º TESOUREIRO:

João Francisco Ricardo Kastner Negrão (APUFPR)

2º TESOUREIRO:

Adelino Carlos Maccarini (SINDOCEFET-PR)

RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE:

Luiz Carlos Gonçalves Lucas (ADUFPEL)

2º VICE-PRESIDENTE:

Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS)

1º SECRETÁRIO:

Luís Fernando Minasí (APROFURG)

2ª SECRETÁRIA:

Laura Souza Fonseca (ADUFRGS)

1º TESOUREIRO:

Fernando Rosa Nascimento (ADUFRGS)

2ª TESOUREIRA:

Elaine da Silva Neves (ADUFPEL)



Resenha

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo subiu de 17,7% para 18,4% em março, após dois meses de estabilidade, de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade/Dieese. O resultado equivale a 1,647 milhão de desempregados, 72 mil a mais do que em fevereiro.

A arrogância do presidente Fernando Henrique parece não encontrar limites. Bem depois do fiasco da Festa dos 500 anos do Descobrimento, quando índios e outros manifestantes foram violentamente reprimidos pela polícia baiana, FH se negou a pedir desculpas pela violência. No entendimento dele, a PM agiu com o objetivo de dar segurança a ele e ao presidente de Portugal, presente ao evento. Para completar a total inabilidade política, Fernando Henrique ainda demitiu o presidente da FUNAI, que se solidarizou com os índios.

A partir deste sábado (dia 29), serão interditadas as duas pistas que ligam o Fundão à Linha Amarela (trecho entre o CT e o CCMN). Esse fechamento ao tráfego deve durar aproximadamente um mês e faz parte das obras de interligação das Linhas Vermelha e Amarela, prevista para a segunda quinzena de junho. A Prefeitura Universitária dependia de uma reunião com a SMTU e a CET-Rio na manhã do dia 28 para informar o trajeto dos ônibus neste período de interdição das pistas. À tarde, a Prefeitura já pretendia deixar mais detalhes em sua *home page*: <http://www.prefeitura.ufrj.br/>

De acordo com matéria da Folha de S. Paulo, de 24/04, o número de professores da USP, Unesp e Unicamp que se aposentaram nos últimos três anos praticamente dobrou em comparação com o triênio anterior. De 1997 a 1999, cerca de 890 docentes se aposentaram contra 470 do período anterior (inclusive, com casos de aposentadoria proporcional). Cerca de 80% deles estavam no auge da carreira acadêmica (titulação de doutores) e migraram para as escolas particulares, atraídos por maiores salários.

A bancada governista no Congresso esvaziou a votação da MP do salário mínimo, descumprindo o acordo firmado há duas semanas com a oposição para aprovar o orçamento deste ano. Nas galerias, aposentados e pensionistas protestaram de todas as formas: mostraram notas de um real, vaiaram os governistas e um deles até baixou as calças de costas para o plenário.

Alteração na estrutura da UFRJ

A reitoria está colocando na mesa dos colegiados superiores uma proposta de reestruturação das sub-reitorias acadêmicas. O assunto seria o primeiro ponto de pauta do Conselho Universitário da última quinta-feira, dia 27, mas não houve quórum para a sessão se estabelecer. Essencialmente, o grupo da reitoria está querendo criar uma pró-reitoria voltada unicamente para as atividades de ensino e uma outra, que acompanharia e incentivaria os segmentos ligados à pesquisa da universidade.

O documento com a proposta também já foi distribuído para os membros do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) e do Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG).

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Acadêmico, como seria chamada, segundo o documento, “objetiva construir uma estrutura para a administração superior da UFRJ que contribua para romper a separação entre o ensino de graduação e o ensino de pós-graduação e, também, o isolamento dos demais segmentos de ensino da Universidade, inclusive de 1º e 2º graus e ensino técnico”, entre outras tarefas, como cuidar do vestibular, dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu* e acompanhamento e avaliação institucional.

A denominada Pró-Reitoria de Desenvolvimento da Pesquisa “objetiva atuar conjuntamente com os docentes e pesquisadores da UFRJ para a promoção das atividades de desenvolvimento científico

co e tecnológico”. Estabelecer as relações da universidade com as Fundações de Apoio, Parques Tecnológicos, Incubadoras e Cooperativas e o Sistema de Bibliotecas seriam algumas atividades sob responsabilidade desta pró-reitoria.

Essas modificações administrativas implicariam em mudanças também na estrutura dos colegiados CEG/CEPG, que atualmente dividem a política acadêmica da UFRJ. Trata-se, portanto, de matéria de reforma estatutária.

Por onde anda o Estatuto?

Vale lembrar que a reitoria do professor Vilhena ainda não prestou esclarecimentos ao Conselho Universitário sobre os encaminhamentos dados pela Secretaria de Ensino Superior do MEC aos processos que lá se encontram e que tratam exatamente dos projetos de reforma do estatuto da universidade. Um deles, como já foi adiantado no **Jornal da Adufrj** de 10.04.00, o de número 230001.00036/99-47, é o chamado “estatuto Moisés”, ou seja, a proposta de reforma estatutária elaborada pelo grupo da reitoria.

O outro, de número 23001.000010/99-53, é o chamado “estatuto adaptado” (a proposta de reforma acordada entre a reitoria e os membros do Consuni para cumprir os prazos do Conselho Nacional de Educação quanto à adequação que todas as universidades deveriam cumprir as exigências da nova LDB).

Esta proposta já foi analisada pela Sesu/MEC, que em 13 de outubro enviou uma diligência ao reitor Vilhena. Ele deveria, em um prazo de 30 dias, ter realizado as exigências requeridas pela secretaria. Para isso, era necessário dar ciência destes encaminhamentos aos membros do Conselho Universitário. O que até hoje não foi feito, segundo confirmou o conselheiro e decano do Centro de Ciências da Saúde, professor Sérgio Fracalanza.

Novo pacto

Quanto ao novo “pacto” de convivência estabelecido entre o Consuni e a reitoria, o professor Fracalanza disse que, no âmbito deste colegiado, a crise chegou ao ponto máximo quando o reitor decidiu demitir sumariamente um diretor de um órgão suplementar, no caso, o diretor do Instituto de Doenças do Tórax (IDT), professor Alfredo Pyneau. O decano acredita que o reitor acabou reconhecendo, ainda que implicitamente, a solicitação dos conselheiros, quando encaminhou o processo de revisão da situação do IDT para a Comissão de Legislação e Normas do Consuni. A Comissão é presidida pelo professor e decano do Centro de Letras e Artes, Carlos Tannus.

Para Fracalanza, está nas mãos da CLN apresentar um parecer que defina até onde vai o poder de um reitor em demitir à revelia dos Colegiados Superiores um diretor de órgão suplementar ou até mesmo outros dirigentes.



Colegiados

Foi resolvido parcialmente o caso da alimentação dos alunos alojados desde o início do período letivo. Inicialmente sem as refeições, os estudantes recebem tíquetes para almoçar no restaurante “Burguesão” e jantam quentinhas entregues no próprio alojamento. Agora, o problema é que 14 alojados estudam no campus da Praia Vermelha durante o dia e não podem se deslocar para o Fundão no horário de almoço.

O coordenador acadêmico do vestibular da UFRJ, Herli Menezes, comunicou ao CEG que houve cerca de 13 mil pedidos de isenção de taxa para o concurso deste ano. A expectativa é de que 70 mil estudantes concorram para a universidade. Na Uerj, esse número é de 120 mil candidatos, mas lá o concurso é aberto a todo o segundo grau.

O GT Seguridade Social da Adufrj promove o II Encontro de Professores da UFRJ “As duas faces da Contra-reforma de FHC”, dia 12 de maio, no Auditório da Escola de Serviço Social.

A programação será divulgada no próximo Jornal.

Assembléia
GERAL
9/5
Terça-feira
9:30
Horas
Roxinho
AUDITÓRIO-CCMN



Entrevista

Na contramão de projetos mercantilistas, Antonieta de Almeida, do Laboratório de Atividades Didáticas do Instituto de Física, fala sobre o programa gratuito de qualificação de professores do ensino médio.
Página 6



Apresentamos a página eletrônica da ADUFRJ em novo endereço e formato. Confira.
www.adufrj.org.br
Página 9.

Calendário Campanha Salarial

5 de junho
Reunião dos setores das IFES
7 de junho
Plenária dos SPF
9 de junho
Assembléia Geral da Adufrj
10 de junho
Indicativo de Greve dos SPF

Obs: a professora Maria de Lourdes Passos foi a delegada indicada pela Adufrj para representar a seção sindical na Reunião de setores das IFES e na Plenária dos SPF.

AUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 3 • 8 de Maio de 2000

Guilherme Lessa



Caos no Fundão

Omissão dos controladores do tráfego, segundo o prefeito universitário, Ivan Pereira de Abreu (foto), causou, nos últimos dias, os maiores engarrafamentos da história do Fundão. A revolta tomou conta de toda a comunidade acadêmica. O itinerário dos ônibus foi alterado, os pontos de parada foram remanejados, os operadores de trânsito apareceram e foi prometido, até o fechamento desta edição, uma melhoria do asfalto na avenida da Bio Rio. Se o caos não for resolvido, o prefeito pretende fechar a entrada de veículos na Cidade Universitária pela Linha Amarela.



Ivan Pereira
prefeito universitário

Governo corta os 26,05%


O ministro Martus Tavares e o presidente Fernando Henrique Cardoso decidiram suspender o pagamento de decisões judiciais sobre o recebimento das perdas salariais decorrentes de vários planos econômicos de governos anteriores. Com a portaria 77, publicada no Diário Oficial da União de 27/04/99, o governo FHC corta de uma parte do salário de servidores que recebiam o pagamento das ações dos Planos Verão, Bresser, Collor e URPs.

No caso da UFRJ, os docentes e técnico-administrativos ficam sem o pagamento dos 26,05% referente às perdas do Plano Verão. Esta ação, como as outras que o governo quer atingir, já passou por todas as instâncias na Justiça

do Trabalho e vem sendo paga para aos servidores da UFRJ há cinco anos.

A Adufrj-SSind está convocando os docentes desta universidade a comparecerem à Assembléia Geral da categoria, nesta Terça-feira, às 9h30, no Auditório do CCMN (Roxinho), para tratar, entre outros assuntos, de autorização para que a assessoria jurídica da entidade impetire um mandado de segurança preventivo, na Justiça Federal. A ação visa a determinar que a UFRJ ignore a portaria e não proceda ao corte nos salários.

Legislativo pode anular portaria

Com base na Constituição Federal, o deputado Federal Walter Pinheiro (PT/BA) está encaminhando ao Congresso um Projeto de Decreto Legislativo que susta os efeitos da portaria 77. O deputado observou que a iniciativa pretende anular milhares de decisões judiciais,

a maioria já em processo de execução. Para ele, a portaria 77 “ofende a Constituição para determinar a insubordinação ao comando Judiciário” Caso aprovado, o decreto legislativo tem o poder de anular a medida ministerial.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind está estudando, também, uma denúncia Penal contra o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ou um pedido de impeachment deste, face a este absurdo. Segundo os advogados, “há um claro crime de desobediência a ordem judicial”.

A diretoria da Adufrj-SSind encaminhou um ofício à Sub-reitoria de Pessoal (SR-4) da universidade solicitando informações “com urgência e por escrito”, se a UFRJ já recebeu qualquer comunicado do governo a respeito da suspensão de pagamento dos 26,05%, e se, neste caso, a folha de maio virá sem a inclusão desta remuneração.



Editorial

Incompetência, Arrogância e Desrespeito

Dois fatos marcaram de forma negativa a semana passada na UFRJ: as mudanças de tráfego para a execução dos anéis de ligação viária entre as linhas Amarela e Vermelha por dentro do campus da ilha do Fundão e a portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão suspendendo o pagamento dos ganhos na justiça relativos a planos econômicos anteriores, entre eles os 26,05% do Plano Verão que boa parte dos professores e funcionários da universidade recebem em seus contra-cheques.

O primeiro episódio assumiu proporções assustadoras pois os professores, alunos e funcionários da Universidade viveram horas de tensão, agonia e desespero, arrastados que foram para um cenário digno dos melhores filmes de terror e suspense já produzidos, tendo como coadjuvantes centenas de motoristas desavisados que também tentavam retornar às suas casas depois de um dia de trabalho pelo interior do campus.

O fato mais grave é que todo o remanejamento do tráfego foi feito sem aviso prévio, após um feriado prolongado, e sem que o pessoal das prefeituras do Rio de Janeiro e da Cidade Universitária, das operadoras das vias expressas ou da Universidade dessem o ar de sua graça no local para tentar orientar, ainda que de modo tardio, os motoristas que tentavam simplesmente exercer o mais elementar direito de ir e vir. Instalou-se o caos, é óbvio, e, o que é pior, em torno de um grande Hospital Universitário, que era a única rota de fuga possível.

Na ânsia de fugir do inferno que se transformou a saída do Fundão, canteiros viraram pistas, carros se espremiavam e se arrastavam lentamente, pessoas aflitas buscavam meios de se comunicar com o mundo exterior, as ambulâncias do Hospital não podiam entrar ou sair, a troca de plantões ficou prejudicada e até cirurgias tiveram que ser adiadas. Foram seis horas de tensão e de situações absurdas de todo tipo, que se repetiriam nos dias subsequentes, e que não tiveram conseqüências ou danos ainda piores muito mais devido ao comportamento sensato das vítimas

do que pelas medidas (?) tomadas pelas autoridades responsáveis (?).

Soube-se depois que o projeto já era de conhecimento da Reitoria há pelo menos seis meses e que a atual versão existia pelo menos desde fevereiro deste ano. Mas parece que não passou em nenhum momento pelas cabeças da administração superior da UFRJ consultar e informar a comunidade diretamente ou através de rádios, jornais e televisão sobre as obras, nem tampouco foram ouvidos os protestos técnicos dos que tiveram acesso à proposta que, entretanto, nunca foi divulgada com o destaque que merecia. Além disso, nem nos colegiados superiores a discussão de tal projeto foi realizada de forma adequada, de acordo com a prática padrão da gestão Vilhena.

Além dos problemas já detectados e dos que ainda poderão ocorrer no futuro, um outro aspecto deve ser ressaltado neste episódio: qual foi a contrapartida para a Universidade ao ceder o uso de sua área interna para uma rodovia? Quais foram os termos dessa negociação? Quem negociou o quê com quem? Foram feitos estudos de impactos ambientais e no comportamento da comunidade no *campus*? Onde estão?

A Prefeitura da Cidade Universitária age rápido quando se trata de implantar um estacionamento pago na Praia Vermelha. Entretanto, revela-se incapaz de assumir qualquer responsabilidade sobre uma obra das linhas Amarela e Vermelha feita na sua casa. A assessoria da prefeitura da Cidade Universitária responsabiliza a prefeitura do Rio, a CET Rio e as concessionárias, que não teriam cumprido um acordo de envio de pessoal para orientar os motoristas. Mas como é que se planeja uma obra desse porte sem uma alternativa? Só o cenário ideal foi considerado? Ninguém pensou que alguma coisa poderia sair errado? Absurdo maior é que enquanto assiste a este jogo de empurra e caçada de culpados, a comunidade da UFRJ continua sem uma versão oficial e sem respostas a estas e a muitas outras questões.

Há alguns anos, uma grande mobilização da comuni-

dade da UFRJ conseguiu impedir e desviar o traçado da Linha Vermelha, que originalmente estava previsto para dentro da ilha do Fundão, passando por detrás do CCMN e do Cenpes. Mudamos nós ou os argumentos de anos atrás perderam sua consistência e envelheceram?

A segunda má notícia da semana foi a portaria ministerial que cassou os ganhos na justiça das perdas provocadas por planos econômicos. Tal portaria mostra claramente que a democracia brasileira ainda continua bastante frágil e relativa, pois mais uma vez o Judiciário se curva ao Executivo e se cala diante de um instrumento autoritário, já que a Justiça do Trabalho não foi sequer capaz de fazer cumprir suas próprias decisões! Embora a assessoria jurídica da Adufrj-SSind já esteja estudando as medidas preventivas cabíveis visando assegurar o pagamento dos 26%, a questão não se resume nem se resolverá apenas no âmbito jurídico.

Enganaram-se os que pensaram que o governo havia concedido um reajuste da GED a troco de nada ou apenas para acalmar os ânimos do professorado que já começava a ver como alternativa uma greve em conjunto com todo o serviço público – a conta veio rápido e de forma devastadora. O corte do pagamento do Plano Verão representa uma perda significativa dos rendimentos dos professores e, na prática, uma redução de salários, pois os valores retirados são, em média, certamente muito maiores que o aumento nos valores da GED, cujo impacto foi ainda mascarado pelo pagamento em abril das diferenças em relação ao primeiro trimestre do ano. Desse modo, se o corte for concretizado, somente no início de junho os contracheques vão revelar o verdadeiro tamanho dos rombos em nossos orçamentos.

Por tudo isso, é fundamental a presença do maior número possível de professores na Assembléia Geral do dia 9 de maio, para que possamos discutir estes problemas, construir propostas coletivas e estratégias para superá-los. Os exemplos acima demonstram que o silêncio e a omissão não oferecem nenhuma perspectiva.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1º Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports

Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Resenha

Somam-se os protestos no Dia do Trabalho. Aqui, no Brasil, e no resto do mundo. No plano nacional, destaque para a violência das polícias no enfrentamento com os trabalhadores rurais e urbanos.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se uniu a caminhoneiros, no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, e bloqueou a Rodovia da Integração na parte da manhã. O engarrafamento chegou a três quilômetros nos dois sentidos, mas ônibus e ambulâncias tinham passagem livre. Na capital paulista, os sem terra ocuparam a Secretaria do Ministério da Fazenda e 14 manifestantes foram presos. Entre eles, foi detido também o professor Achilles Delari Júnior, da Faculdade de Psicologia da Universidade Metodista de Piracicaba, da ADUNIMEP. Achilles é um profissional dedicado há anos aos projetos de extensão universitária ligados ao movimento rural.

A Força gastou R\$ 1 milhão na festa que organizou na capital paulista para bancar sorteio de dez carros e de cinco apartamentos. Teve show de cantores populares famosos e a presença da atriz da Rede Globo Maria Fernanda Cândida. Mais de 600 mil pessoas acompanharam o evento, mas a Folha de S. Paulo ouviu 100 pessoas e apenas 25 souberam dizer que a Força era uma central de trabalhadores.

A CUT reuniu 22 mil pessoas em São Bernardo do Campo, sem sorteio de carros ou apartamentos. "Podíamos Ter fei-



to uma vaquinha e sorteado um carro, mas o que estamos oferecendo aqui é dignidade, justiça e consciência política", disse o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em matéria de O Globo, de 2/05. Foi lembrada a greve de 1980, que durou 42 dias.

A globalização foi o tema principal dos protestos de 1º de maio pelo resto do mundo. Em Chicago, nos EUA, onde teve início há 114 anos a tradição da data dos trabalhadores, cerca de 900 manifestantes fizeram um ato em frente ao Centro Comercial de Chicago. Carregando cartazes, eles diziam que

■ No Rio, a Central Única dos Trabalhadores organizou um ato na Lapa (foto ao lado), que reuniu centenas de trabalhadores e políticos da oposição. Quem roubou a cena foi o índio Matalauê, da tribo pataxó, que ganhou fama com o duro discurso de protesto durante a missa pelos 500 anos de Evangelização, celebrada em Coroa Vermelha, na Bahia, no dia 24 de março. Ele repetiu as palavras de revolta com a situação dos índios.

"pessoas devem vir antes dos lucros". Em Londres, manifestantes tentaram romper a barreira policial que protegia Downing Street, rua no centro da capital britânica que é o endereço do governo e residência oficial do primeiro-ministro, Tony Blair.

O arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, considerado moderado, surpreendeu sindicalistas e políticos ao criticar duramente a política econômica do presidente Fernando Henrique Cardoso, o neoliberalismo e a globalização.



Nosso Bolso

Bancos não podem cobrar tarifas de trabalhadores

O Banco Central regulamentou, através do Conselho Monetário Nacional (CMN), a chamada conta salário, especificando os direitos dos correntistas e os deveres dos banqueiros. Alguns correntistas, principalmente servidores públicos, vinham contestando a transformação de suas contas salários em contas "especiais", automaticamente, pelos bancos, sem prévia autorização de seus usuários.

A conta salário tem isenção de tarifas, mas somente para o crédito do salário e a utilização de saques através de cartão magnético – que também deve ser fornecido sem custo para o correntista.

A conta salário não dá direito a talões de cheque, nem outros serviços bancários, como limites de crédito ou movimentações e depósitos de parte do montante do beneficiário para outras agências através de Documento de Crédito (DOC.). Mas é importante ressaltar que a resolução garante a transferência dos créditos para outras instituições financeiras, "quando realizadas pelos beneficiários pelo montante total creditado".

Os critérios da conta salário se aplicam aos serviços de pagamento de aposentados e pensionistas.

Anote

O pequeno livro de Ana Magdalena

A vida doméstica da família de Johann Sebastian Bach em concerto comentado por Marcelo Fagerlande. A Escola de Música homenageia os 250 anos de morte do compositor através do Ciclo Bach que começa dia 17 de maio, às 18h30, com a interpretação de O pequeno Livro de Ana Magdalena, com os alunos da classe de cravo da Escola. Entrada franca

II Encontro de Professores da UFRJ

O GT Seguridade Social da Adufrj-SSind promove o evento *As duas faces da Contra-reforma de FHC - Alternativas para uma nova Seguridade*. O II Encontro de Professores da UFRJ será realizado nesta sexta-feira, dia 12 de maio, a partir das 9h30, no Auditório da Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. Os palestrantes convidados são os professores Ana Elizabete Mota (UFPE), Laura Tavares (UFRJ) e Aloisio Teixeira (UFRJ); o Doutor e Administração Pública, Ivo Loyola; e a jornalista e presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Fernanda Duclos Carisio.



Semana do Assistente Social

De 15 a 16 de maio, o Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região estará organizando uma série de atividades, palestras e mini-cursos sobre os temas que envolvem o exercício da atividade do serviço social. Estarão presentes na abertura José Paulo Neto (UFRJ), Maria Inês Bravo (UFRJ) e Marilda lamamoto (UFRJ). Informações no telefone 240-1727.

CUT-RJ protesta contra repressão na Bahia

A CUT-RJ organiza no próximo dia 12 um ato de repúdio à repressão em Porto Seguro, às 15h, na Cinelândia. No mesmo dia, ocorre uma conferência sobre "A Globalização e as conjunturas nacional e internacional", às 18h, na Associação Brasileira de Imprensa. No dia seguinte, está marcada uma reunião do coletivo estadual de educação e trabalho, de 9h às 17h, na CUT.

V Congresso Interno dos estudantes

Fórum máximo de discussão e deliberação do corpo discente, o V Congresso Interno dos Estudantes da UFRJ será realizado entre os dias 11 e 14 de maio. No dia 11, o debate é na Letras, ao meio-dia. No dia 12, o evento acontece na Praia Vermelha. Dia 13 e 14, as discussões serão travadas no IFCS, Largo do S. Francisco.



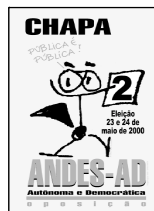
Eleição/Andes-SN

ESPAÇO RESERVADO PARA A CHAPA 1 - ANDES PARA UMA NOVA UNIVERSIDADE



Eleição/Andes-SN

Quem constrói a universidade está com a chapa 2



Na última edição do Jornal da Adufrj, apresentamos nossa concepção de autonomia e democracia sindical, uma avaliação da conjuntura – e de como nosso sindicato deve intervir nela – e da gestão da atual direção nacional do Andes-SN. Neste número, passamos a palavra àqueles que nos apóiam.

SAIBA PORQUE ELES VOTAM NA

CHAPA 2 ANDES-AD (AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA)

A clareza sobre a autonomia do movimento em relação à estrutura administrativa das universidades, em relação ao MEC e o respeito às instâncias democráticas do sindicato já seriam razões mais do que suficientes para o apoio à **Chapa 2**. Mais do que isso, a candidatura do Prof. Roberto Leher tem um significado especial para a UFRJ, considerando seu trabalho nas últimas diretorias da Adufrj, onde vem tendo atuação destacada na defesa daqueles princípios, na construção de espaços democráticos numa universidade sob intervenção e na consolidação da própria seção sindical.

Henrique Inecco Longo (Engenharia/ex-Pres. Adufrj), **José Henrique Sanglard** (Engenharia/Pres. Adufrj), **José Antônio Martins Simões** (Física/ex- Pres. Adufrj), **José Miguel Bendrao Saldanha** (Engenharia/ex- Pres. Adufrj)

Se nós queremos um sindicato autônomo, combativo e eficiente, dirigido com honestidade e com firmeza, então a nossa chapa só pode ser a **Chapa 2**.

Leandro Konder (Filósofo/PUC/RJ)

A atual direção do Andes atenuou ao máximo a luta contra o privatismo e o autoritarismo das autoridades da Educação e da República em geral. Enquanto o governo ameaçava os campi, cortando milhões da pesquisa e da pós graduação, a Diretoria do Andes procurava “dialogar” e “negociar” com os inimigos da universidade pública, instalados no MEC. Agora, a chapa liderada pelo

Prof. Roberto Leher, em nome da oposição à Diretoria atual, apresenta-se como uma via para solucionar o desânimo e a falta de perspectiva em que todos nós nos encontramos. No programa da chapa, noto a intransigente defesa da universidade pública, do princípio da democracia interna no movimento docente, e da responsabilidade dos intelectuais diante do povo brasileiro. Conclamo todos os colegas universitários a votar na chapa de oposição.

Roberto Romano (Filósofo/UNICAMP)

Os professores **Aziz Ab'Saber** (IEA/USP/ex-Pres. SBPC), **Carlos Eduardo Falcão Uchôa** (Titular Letras/UFF), **Elisaldo Carlini** (Saúde/Titular/EPM/UNIFESP), **Emir Sader** (Cientista político/UERJ), **Fabio Konder Comparato** (Titular/Direito USP), **Flávio Aguiar** (Letras/USP), **Gaudêncio Frigotto** (Titular/Educação/UFF), **Heloísa Helena** (UFAL/Senadora PT/AL), **João Antônio de Paula** (Economia/UFMG), **Maria Vitoria Mesquita Benevides Soares** (Titular/Educação/USP), **Marilena Chauí** (Filosofia/USP), **Newton Lima Neto** (ex-Pres. Andes-SN/ex-Reitor UFSCar), **Nilda Alves** (Educação/UERJ), **Oswaldo Coggiola** (História/USP), **Pablo Gentili** (Educação/UERJ) e **Warwick Estevam Kerr** (USP/Dir. Inst. Pesquisas da Amazônia/Pres. de Honra SBPC) apóiam a **Chapa 2***.

Professores da UFRJ que também apóiam a **Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática)***.

Agamenon Oliveira (Engenharia/Dir. Sind. Engenheiros/RJ)

Alejandra Pastorini (Serviço Social)

Alice Casimiro Lopes (Educação)

Almir Paredes Cunha (Belas Artes)

Ana Borralho (Medicina/Cons. CEG)

Ana Letícia Lima Guedes (CAp)

Andréa Teixeira (Serviço Social)

Andréia Cristina Silva (História)

Anita Fiszon (CAp)

Antônio Carlos Moraes (Educação)

Antônio Cláudio G. de Souza (Engenharia/Cons. CEG)

Antônio Flávio B. Moreira (Titular/Educação)

Antônio Geraldo Peixoto Filho (Psicologia)

Antônio Gomes Penna (Psicologia/Emérito)

Antonio Santana (Engenharia)

Arthur Arruda L. Ferreira (Psicologia)

Ary Medeiros (Serviço Social)

Carlos Gonçalves Terra (Belas Artes)

Carlos Eduardo Montano (Serviço Social)

Carlos Nelson Coutinho (Titular/Serviço Social/Filósofo)

Celia Brito T. Gama (CAp)

Claudio Thomas Bornstein (COPPE)

Cleusa dos Santos (Serviço Social)

Eduardo Mourão Vasconcelos (Serviço Social)

Eliane Derani (Engenharia)

Erimaldo Matias Nicácio (Serviço Social)

Fátima Cristina Brito (CAp)

Fátima Grave (Serviço Social)

Francisco Carlos Teixeira da Silva (Titular História)

Francisco Cordeiro Filho (Educação)

Franklin Trein (Filosofia)

Gabriela Icasuriaga (Serviço Social)

Geraldo Salvador de Araújo (CAp)

Henrique Inecco Longo (Engenharia)

Íris Rodrigues de Oliveira (Educação)

José Augusto V. S. Bisneto (Serviço Social)

José Helder Lopes (Física)

José Paulo Netto (Titular/Serviço Social)

José Pedro Simões Neto (Serviço Social)

Laura Tavares (Enfermagem)

Leila Escorsim (Serviço Social)

Leila R. Roedel (História)

Leticia Legay Vermelho (NESC)

Lilia G. Pougy (Serviço Social/Cons. CEG)

Lourdes Barreto (Belas Artes)

Luciano Menezes (Engenharia)

Ludmila F. Cavalcanti (Serviço Social)

Marcelo Braz (Serviço Social)

Marcelo M. Corrêa e Castro (Educação)

Marcos Varela (EBA)

Marcos Vinícios P. de Andrade (CAp)

Maria da Conceição Pinto de Goes (História)

Maria de Lourdes Passos (Psicologia)

Maria Magdala de Araújo (Serviço Social)

Maria Philomena Gebran (História)

Marilda Iamamoto (Titular/Serviço Social)

Mario Orlando Favorito (CAp)

Marion M. S. Penna (Psicologia/Academia Brasileira de Educação)

Marisa Leal (Matemática)

Marlene Carvalho (Educação)

Mavi Rodrigues (Serviço Social)

Militza Batista Putziger (CAp)

Mirian Limoeiro Cardoso (Socióloga)

Neise Deluiz (Educação)

Nelson Maculan (Titular/COPPE/Academia Brasileira de Ciências)

Oswaldo Luiz Silva (Arquitetura)

Nobuco Kameyama (Titular/Serviço Social)

Patricia March de Souza (Belas Artes)

Pedro Benjamin Garcia (Educação)

Raquel Goulart Barreto (Educação)

Regina Célia Pugliese (CAp)

Regina Helena Simões Barbosa (NESC)

Ricardo Antonini (Engenharia)

Roberto Houaiss (Arquitetura)

Rodolfo C. Ribas Jr. (Psicologia)

Rosângela Moreno (CAp)

Rosanne Evangelista Dias (CAp)

Ruth Machado Barbosa (Psicologia)

Sandra Amaral de Ferreira (CAp)

Sandra Martins de Souza (CAp)

Sara Granemann (Serviço Social)

Sheila Backx (Serviço Social)

Sueli de Almeida (Serviço Social)

Sylvia Vargas (Medicina)

Teresa Cristina Andrade (CAp)

Virginia de Paula Collyr (CAp)

Walcyr de Oliveira Barros (Enfermagem)

Yolanda Guerra (Serviço Social)

Yves Lesbaupin (Serviço Social)

Por falta de espaço, não pudemos publicar os nomes de todos os professores que já declararam seu apoio à **Chapa 2. Veja outros nomes em nossos materiais impressos de campanha e na página www.chapa2andes-ad.org.br*



Entrevista/Antonieta de Almeida

Especialização para ensino médio perde financiamento

Em quatro anos, o Laboratório de Atividades Didáticas do Instituto de Física qualificou 160 professores para o ensino de Física no segundo grau



Antonieta Teixeira de Almeida

O Laboratório de Atividades Didáticas do Instituto de Física (Ladif) foi criado para produzir material didático para o professor de terceiro grau. “Com o tempo”, como nos conta a coordenadora do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* de Atualização de professores de Física do 2º grau, Antonieta Teixeira de Almeida, o espaço situado em uma das salas do quarto andar do IF “se tornou um laboratório aberto”.

A primeira atividade de “reciclagem” de professores para o ensino médio de Física foi uma iniciativa espontânea dos alunos de licenciatura do Instituto. Eles perguntaram ao seus coordenadores se podiam trazer seus alunos dos colégios da rede pública e privada para conhecerem de perto as ilustrações das equações abstratas que aprendiam em sala de aula.

Desta experiência, nasceu um programa regular de visitas didáticas para turmas de escolas e colégios de segundo grau. As visitas são monitoradas pelo grupo que trabalha no laboratório, sendo realizadas todas às terças e quintas, bastando para isso que o responsável pelos secundaristas agende uma data com o pessoal do Ladif.

A existência desta estrutura, montada para atender alunos e professores, principalmente da rede pública estadual, é que, segundo a professora Antonieta, deu origem ao projeto que concorreu ao edital do programa Pró-Ciências da Capes/MEC, em 1996 – uma verba destinada aos programas universitários de qualificação de professores de 2º grau. O dinheiro vinha da Capes/MEC, sendo repassado pela Faperj – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro.

Fim da linha

A Capes suspendeu a verba do Pró-Ciências para 2000 e o curso está se mantendo com uma verba emergencial da Faperj, que segundo Antonieta, seria uma “sobra” de recursos da agência carioca que foi irremediavelmente dividida entre os programas desta natureza. Desta divisão, coube ao programa do Ladif recentemente transformado em um curso de especialização *lato sensu*, já aprovado pelo CEPG dentro dos moldes na nova regulamentação em tramitação no colegiado – um montante de R\$ 12.500,00 para o primeiro semestre. Isto equivale à metade da verba do ano passado para o mesmo período. O curso é ministrado por boa parte dos professores do Institu-



MARTA FEIJÓ E ANTONIETA DE ALMEIDA DEMONSTRAM UM DOS QUATRO KITS (DE MECÂNICA) QUE SÃO FORNECIDOS AOS PROFESSORES-ALUNOS

to que se revezam de dois em dois sábados em aulas práticas, palestras e conferências.

Sobrevivência

Segundo Antonieta, para o programa continuar funcionando é necessário que o repasse dos recursos que foram administrados durante os quatro anos de existência do curso. No ano passado foi de R\$ 50 mil para os dois semestres. Isto significa um gasto de R\$ 1 mil por aluno, para 200 horas de atividades didáticas.

O curso de Atualização é bastante concorrido entre os professores das escolas públicas de todo o Estado. Para se ter uma idéia, este ano, se inscreveram mais de 150 candidatos. O curso, normalmente, seleciona 50 professores, mas este

ano, por força do corte de verbas, Antonieta aprovou 28 candidatos, seis além da capacidade do Programa. “Eu já conversei com os professores e garanti a continuidade do curso até o final deste ano, mas nem a Capes, nem a Faperj me garantiram o dinheiro para o segundo semestre”, declara Antonieta, sem conseguir disfarçar sua decepção com o descaso da agência, que cortou a verba sumariamente, sem aviso prévio.

De costas para o “mercado”

Antonieta, como a outra coordenadora do Ladif, a professora Marta Feijó Barroso, concorda que o programa está na “contramão” das políticas de extensão da universidade. O curso é totalmente gratuito e os professores

recebem, além das aulas, um conjunto de *kits* para reproduzirem as experiências com seus alunos. O conjunto de quatro *kits* - de mecânica, eletricidade, termodinâmica e ótica – não custa mais do que R\$ 400 é produzido nas oficinas do Instituto por funcionários ligados ao Ladif. Os professores-alunos também recebem ajuda de custo para transporte e alimentação.

Dos professores que procuram esta especialização, muitos dão aulas em colégios estaduais de outros municípios. Antonieta cita o caso da professora de matemática do Colégio Estadual Padre de Mello, Raquel Gonçalves de Carvalho, de Bom Jesus de Itabapoana. De quinze em quinze dias, Raquel gasta doze horas de viagem - ida e volta - com o objetivo de apreender melhor as experiências e transmiti-las aos seus alunos do Norte Fluminense.

Antonieta não acredita na continuidade do curso sem a verba da Capes ou algum apoio institucional da própria universidade. A professora lamenta que, logo agora que este trabalho foi transformado em um programa *lato sensu*, a verba desapareça. Os professores que encontraram no Ladif uma oportunidade de melhorar seu desempenho no ensino médio, e com isso contribuir com a qualificação da rede pública, dificilmente encontrarão outras iniciativas semelhantes às desenvolvidas nestes quatro anos de “reciclagem”.

Redução de salários

A falta de um reajuste salarial para os servidores é para Antonieta um agravante para a manutenção do curso. Como os funcionários não têm reajuste há cinco anos, eles não apresentam disposição para novas atividades. “O programa ainda paga uma remuneração extra, mas, se eles tivessem um salário razoável, este ‘extra’ não precisaria ser muito grande. Desta fora, a verba do programa não consegue cobrir estes gastos. Ou seja, eu preciso de financiamento e de funcionários ganhando razoavelmente bem, para trabalhar com boa vontade”, desabafa.

Quanto à possibilidade de cobrança de taxas, Antonieta não tem dúvidas: “Para professor, qualquer coisa que seja paga é irreal. Tanto que na discussão que está acontecendo sobre o mestrado profissionalizante, aqui na Física, uma das coisas que está emperrando o avanço do debate é isso. Como um professor que ganha baixos salários pode pagar um curso desta natureza?”, questiona.

Os docentes do Instituto que participam do programa não recebem nenhuma remuneração para estas atividades.

“O nosso objetivo é preparar um grupo de professores de ensino médio para que, no dia em que o Estado resolva fazer uma reforma curricular, estas pessoas estejam capacitadas a trabalhar uma nova forma de ensinar Física nas escolas.”

“O trabalho na rede pública depende muito da iniciativa particular do professor. Precisamos fomentar a melhoria do ensino nas escolas públicas usando os recursos da própria universidade. Esta é realmente a nossa resposta à sociedade.”



Encontro estudantil



A DIRETORA DA ADUFRJ, CLEUSA SANTOS, FALA DURANTE A ABERTURA DO XXII ERESS

Estudantes debatem formação

Alunos e professores do Serviço Social discutem novas diretrizes curriculares

A professora Sheila Backx, Coordenadora do curso de graduação da Escola de Serviço Social, abriu o XXII Encontro dos estudantes da 5ª Região lembrando que a tradição destes eventos no Serviço Social remonta à década de 60. Mostrou o significado da organização estudantil em uma conjuntura que caminha para a consolidação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que, na sua opinião, desconsidera anos de discussão curricular e profissional desta categoria. “Ninguém pode prever as conseqüências destas novas diretrizes curriculares para esta categoria que passou os anos 80 e 90 discutindo um currículo mínimo para o curso de Serviço Social”, comentou a professora referindo-se à proposta curricular discutida pelas entidades profissionais que foi formalizada e protocolada no MEC, em dezembro de 1997. Até hoje, as entidades como a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social e os CRESS – Conselhos Regionais de Serviço Social não receberam nenhuma resposta do governo.

Diante desta situação os conselhos regionais liberaram as unidades universitárias e faculdades para trabalharem seus currículos, já que sem a resposta do MEC - e diante da nova LDB – as entidades não conseguiriam consenso nacional em torno da proposta protocolada pela ABEPSS.

Para Sheila, a probabilidade do surgimento de projetos pedagógicos específicos e diferenciados pode desfigurar o projeto original formulado por professores e estudantes ao longo destes anos.

A diretora do CRESS da 7ª região, Rodriane de Oliveira, parabenizou a iniciativa dos estudantes da UFRJ em organizar o encontro da Praia Vermelha e convocou a unidade das entidades para participarem da organização de outros eventos. Rodriane adiantou a divulgação do X Con-

gresso Brasileiro de Serviço Social, que será sediado no Rio de Janeiro, em outubro de 2001.

Professora da Escola e diretora da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, deu o tom político em nome dos docentes, representando de uma só vez a entidade dos docentes e a coordenação regional da Pós-Graduação da ABEPSS (em substituição à vice-presidente regional, Marina Barbosa). “As universidades vivem um processo de desmobilização tão grande que é gratificante ver um auditório como este cheio de alunos e professores. Como diretora da Adufrj – que no último dia 26 emancipou-se ao completar seus 21 anos, tenho clareza do compromisso social, ideológico e político desta entidade com uma formação acadêmica crítica e de sua luta para a construção da unidade dos movimentos e organizações representativas das diferentes categorias profissionais para a construção de um projeto social pautado numa concepção de emancipação humana”, declarou.

Para a professora, conhecer a história do Movimento Estudantil é um compromisso que todos os estudantes deveriam assumir. “Quem passa pelo ME tem, com certeza, uma participação sócio-política diferenciada na sociedade”, afirmou se dirigindo a uma platéia de jovens atentos, muitos ainda meio sem jeito diante dos discursos dos palestrantes, outros mais à vontade, como a formanda Glauce Magalhães, que como militante atuante do DCE da UFRJ, compunha a mesa.

Emocionada, Glauce lembrou o último encontro dos estudantes do Serviço Social, quando ingressava, em 1993, na primeira turma do curso noturno da Escola. “De lá para cá muita coisa mudou na escola. Estamos concretizando um sonho, uma expectativa que eu e outros companheiros tínhamos desde o início. Glauce lembrou a participação dos estudantes nas manifestações recentes durante as comemorações oficiais dos 500 anos, em todo o Brasil. “Na verdade são 500 anos de luta de resistência indígena, negra e popular. E destes, nós, aqui da Escola, participamos de alguns e fomos sujeitos desta história”, comentou.

XXII ERESS/2000 - CHAMA PRA LUTAR

Todo ano, em meados de abril, os estudantes do Movimento Estudantil das Escolas de Serviço Social da 5ª Região – que compreende os estados do RJ, MG e ES – organizam um encontro para discutir a formação profissional, a conjuntura das universidades públicas e privadas, mercado de trabalho, e, acima de tudo, o papel dos estudantes no movimento político nacional.

Esta parece ser a opção ideológica e política dos profissionais da área: a discussão e proposição de políticas públicas, assentadas nos direitos sociais como contribuição para a construção de uma sociedade que tem como princípios éticos-políticos que orientam a profissão: “o compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social”.

As propostas foram o objeto das discussões do fim de semana de 28 a 30 de abril, na Praia Vermelha, que contaram com a participação de mais de 500 alunos, sem contar professores e funcionários que paralisaram suas atividades para ouvir palestrantes e conferencistas que andam na contra-mão do “fim da história” como Ricardo Antunes, da Unicamp; Marcelo Badaró, da UFF; José Paulo Netto, da própria ESS da UFRJ; Carlos Nelson Coutinho, também da ESS/UFRJ; Ana Maria Vasconcelos, da UERJ; e Sara Granemann, também professora da ESS.

O que os estudantes aprovaram neste encontro

Aprimoramento intelectual visando maior competência, técnica e política do Assistente Social.

Criação de fóruns de intercâmbio de profissionais para troca de experiências.

Maior divulgação sobre a atuação do Serviço Social pelas entidades da categoria.

Investir na formação política para além da formação acadêmica.

Tribuna



Glauce Magalhães
representante do
DCE da UFRJ

“Nestes sete anos, desde o último ERESS, temos um quadro na UFRJ: corte de verbas e de bolsas, um interventor como reitor, assim como menos concurso para docentes. Por tudo isso, chamamos os estudantes para lutar”, Glauce Magalhães, representante do DCE da UFRJ



Rodriane de Oliveira
Diretora do CRESS,
7ª Região.

“construir um projeto ético-político-profissional que vise o rompimento com a prática conservadora da profissão e o desafio da democratização das nossas informações deve levar em conta também a contribuição de nossos usuários”.
Diretora do CRESS,
7ª Região.



Cleusa Santos
Diretora da ADUFRJ
e profª da Escola de
Serviço Social

“Um exame mais detido das propostas programáticas do movimento estudantil demonstra que, a partir das décadas de 80 e 90, abriu-se interlocução com o marxismo - institucionalizado na academia – e, conseqüentemente, seu revigoramento com o debate socialista”



Cartas

Esta carta foi endereçada ao presidente da Adufrj-SSind em resposta à publicação no último jornal (24 de abril) da carta dos mestrandos e doutorandos da Faculdade de Educação à sua atual coordenação

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2000

Ilmo Sr.

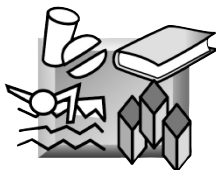
José Henrique Sanglard

Presidente da Adufrj-SSind do Andes-SN

Tendo em vista a tradição democrática, garantida pelo direito Constitucional a todos os brasileiros, de resposta a ofensas públicas, solicitamos a V.Sa. a publicação, na próxima edição do Jornal da ADUFRJ, na íntegra, de nossa versão dos fatos que foram distorcidos e caluniosamente veiculados no último número do referido periódico, no qual se afirmou que havia uma recusa formal, por parte da Coordenação da Pos-Graduação da Faculdade de Educação e da Direção desta mesma Faculdade, em participar de uma reunião entre professores e alunos da PG convocada por estes últimos. Em momento algum, a Coordenação recusou-se ao debate. Ao contrário, afirmou-se sempre a necessidade de torná-lo o mais amplo possível, como confirma correspondência recebida pela representante estudantil do Programa de Pós-Graduação da FE (documento em anexo). É também importante notar que em momento algum determinou-se que os alunos bolsistas viessem a assumir turmas de graduação. O que a Direção da Faculdade de Educação exige, como qualquer outra Direção de Unidade da UFRJ, é o cumprimento dos compromissos assumidos pelos bolsistas, entre os quais se coloca o comparecimento às atividades regulares do Programa sendo, como é de conhecimento geral, uma delas a presença em reuniões formalmente convocadas pela Direção da Instituição. Como é regulamentado nas agências de fomento, o descumprimento destas obrigações implica necessariamente em prejuízo ao reconhecimento de sua frequência. Sem mais, apresentamos nossos protestos de consideração.

Alberto de Mello e Souza

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação



Vida no Campus



LENTIDÃO NA SAÍDA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA IRRITA MOTORISTAS

Trânsito Caótico

Obras causam transtorno à comunidade da UFRJ

Quem saiu do *campus* do Fundão no final da tarde dos últimos dias - ou entrou na ilha na manhã de quarta-feira (3/5) - teve a sensação de uma viagem para a Região dos Lagos em alta temporada: engarrafamento, carros ultrapassando pelo acostamento, calor, ausência de guardas e ônibus imprensando os particulares na briga pelo espaço das pistas.

Isso tudo porque as obras de interligação das Linhas Vermelha e Amarela levaram a um fechamento parcial da Avenida entre o CT e o CCMN. Por aquele lado, só era possível entrar na Cidade Universitária. Resultado: no horário de *rush*, todos os veículos oriundos da Linha Amarela - um fluxo de 1,5 mil carros/hora entre 16h30 e 19h30- que pegam o Fundão para alcançar a Linha Vermelha se somaram a todos os carros de alunos, funcionários e professores da UFRJ que queriam ir para casa - cerca de mil carros/hora no mesmo período.

A redação da Adufrj-SSind teve acesso a várias mensagens de professores revoltados com a situação (prevista para durar até fim de junho) que cobravam soluções das autoridades locais (reitoria e Prefeitura Universitária) e externas (CET

Rio e SMTU). Pelos depoimentos, a média de tempo usado para sair do *campus* chegava a duas horas.

Na reunião do Conselho de Ensino para Graduados, dia 3, os conselheiros mostraram toda sua contrariedade com o absurdo do trânsito. "Alguém é responsável pelo que aconteceu", afirmou o representante do CT Antônio Cláudio. "E o caso dos que querem se hospitalizar no Hospital Universitário? Morrem no caminho", completou.

Certamente, a área do CSS foi a mais prejudicada com o engarrafamento. No meio do tumulto, os carros dos professores, funcionários e alunos do Hospital e adjacências ficaram presos nos estacionamentos. Ambulâncias não conseguiam chegar com rapidez à Emergência. A troca de plantão dos funcionários e médicos não foi realizada nas horas acertadas. De acordo com o diretor da Divisão de Enfermagem, Jorge Sérgio Olimpio, o mapa cirúrgico não pôde ser obedecido justamente por esse atraso na escala. "Várias cirurgias foram suspensas", disse.

Versão da Prefeitura

O prefeito universitário, Ivan de Abreu, se defendeu das acusações de negligência. Ele afirmou que a culpa de todo o caos cabe às autoridades externas ao Fundão, que não cumpriram o acordo firmado no dia 28. A SMTU não avisou os ônibus do novo traje-

to - entrada pela via ao lado da prefeitura e saída pela Bio Rio - que elimina o ponto da passarela do HU; a Guarda Municipal e a CET Rio não mandaram operadores para supervisionar a mudança e esta última também não remanejou os novos pontos de ônibus (Prefeitura, EEFD e Creche Universitária). A construtora OAS também atrasou a melhoria do asfalto na rua da Bio Rio, que ficou para ser feita na noite do fechamento desta edição (dia 4), após as 19h30.

Além disso, acidentes na Avenida Brasil, na terça-feira à tarde e na quarta-feira pela manhã causaram reflexos na saída da Cidade Universitária. Para piorar o quadro, muitos forçaram o motor e acabaram quebrando o carro, transformando-se em mais obstáculos para os que vinham atrás.

Na opinião do prefeito, agora que as mudanças foram efetivadas, o trânsito deve voltar ao que era antes. A noite do fechamento desta edição seria o termômetro das futuras reivindicações do prefeito com as entidades externas à UFRJ.

Se isso não ocorrer, Ivan pretende lutar pelo fechamento total da ligação entre o Fundão e a Linha Amarela ou pela inversão total do trânsito no sentido de saída por aquele lado ou ainda, uma inversão parcial até aquela primeira descida na Av. Brasil. "Sem o fluxo de 1,5 mil carros por hora por ali no horário de pico, o *campus* fica tranqüilo", disse.

Coppe quer aulas na graduação

Escola de Engenharia e Curso de Informática são contra a iniciativa

A Coppe comprou uma briga feia com a Escola de Engenharia e com o Instituto de Matemática nos últimos dias. A instituição, voltada exclusivamente para atividades de pós-graduação, apresentou uma proposta no CEG para criar três cursos na graduação: Automação e Controle, Engenharia da Informação e Infra-estrutura e Planejamento Ambiental. Seriam oferecidas 180 vagas por ano já para o próximo vestibular.

A Câmara de Currículos do colegiado, encarregada de analisar o caso, deu um parecer inicial desfavorável na sessão do último dia 3. A justificativa da Câmara se baseou principalmente em quatro pontos técnicos. Segundo o relatório, a Coppe não possui atribuição regimental para atuar na graduação e a maioria das Congregações de Institutos e Escolas com disciplinas semelhantes às oferecidas pela Coppe não foram consultadas. Ainda de acordo com essa análise, não ficou claro na proposta a carga horária disponível dos docentes nesses cursos e também não foi cumprido o procedimento burocrático do preenchimento de formulários para criação dos cursos.

Ao relatório da Câmara, somaram-se os protestos da Escola de Engenharia, representada pelo professor Antônio Cláudio, e do Instituto de Matemática, na figura do professor Miguel Jonathan.

De acordo com Antônio Cláudio, a Congregação da Escola de Engenharia foi contrária ao projeto por razões acadêmicas e políticas. Para o docente, não existem condições de a Escola competir com a Coppe na disputa pelos alunos. “A Coppe coopera com recursos na graduação da EE. Se ela tiver seus próprios cursos, os recursos preferencialmente vão para lá. Dessa forma, criaremos uma escola de primeira categoria, com 180 alunos, e uma outra, de segunda

categoria, com 600 estudantes”, afirmou. “Além disso, a Universidade tem decisão tomada que dá preferência à flexibilização das diretrizes dos cursos existentes, em vez da criação de novos cursos”, completou. Antônio Cláudio disse ainda que não existe espaço na EE para novas turmas e nem professores para dar tais cursos.


Presente ao CEG para esclarecer pontos da proposta, o diretor da Coppe, Segen Estefen, alegou que já existem recursos para transformar um anexo da instituição em salas de aula. Mais que isso, os professores arrolados para dar os cursos já foram contactados e têm carga horária disponível para a iniciativa.

Na vez do professor Jonathan, as críticas recaíram sobre o curso de Engenharia da Informação. Na opinião dele, essa proposta é muito semelhante ao curso já existente no Instituto de Matemática de Bacharelado em Informática. Ele distribuiu um documento no qual mostra que quase todas as disciplinas obrigatórias ofertadas pela Coppe têm uma correspondente na Informática. “Se a Coppe quiser dar matérias eletivas para o nosso curso, não haverá problema”, disse, acrescentando que o curso de Informática foi considerado o terceiro melhor do país em análise da revista Exame, só ficando atrás dos dois cursos da Unicamp. “Por que então não se investe mais num curso de sucesso com 25 anos de existência? Não temos nada contra uma nova ini-

ciativa, mas não podemos destruir ou enfraquecer um outro grupo da universidade com isso”, comentou.

Os conselheiros terminaram aprovando por seis votos a um o relatório da Câmara e a Coppe vai ter que correr contra o tempo, se quiser inserir seus cursos no novo vestibular. Para isso, deverá consultar as Congregações de outros institutos e provar que tem condições para viabilizar o curso. De acordo com o professor Segen, já foram enviados ao Conselho Universitário dois pedidos: um, para mudança de nome da Coppe para Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia e o outro, para possibilitar a atuação da instituição em todos os níveis de ensino.

O prazo para inscrição de cursos novos no edital do concurso se encerra em 14 de maio.



Engenharia da Informação

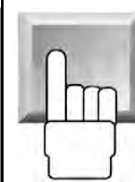
Para formar profissionais multidisciplinares que estejam preparados para as demandas do mercado contemporâneo ligado à tecnologia da informação, misturando o conhecimento técnico de um engenheiro com a flexibilidade de um especialista em informática, telecomunicação e mídia, a Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) vai oferecer, a partir do ano que vem, o curso de Engenharia da Informação, marcando a sua estrela nos programas de graduação.

Além deste, outros dois foram anunciados: Engenharia de Infra-Estrutura e Meio Ambiente e Engenharia de Automação e Controle.



DENÚNCIA

Causou estranheza na comunidade universitária que o jornal da reitoria “UFRJ”, nº 4, distribuído semana passada, tenha divulgado que o curso de Engenharia da Informação seria oferecido no ano que vem, uma vez que não tem a devida aprovação do CEG (reprodução acima).



@dufrj

Adufrj-SSind

Agora em novo endereço (www.adufrj.org.br), a página eletrônica da seção sindical traz um novo visual. O visitante tem acesso a botões que o levam para a Secretaria (com esclarecimento sobre o desconto das mensalidades em fevereiro e março) e para o Jurídico (com nota sobre a marcação de horários no plantão jurídico). O internauta pode ler ainda as últimas publicações da entidade (jornais e boletins) e está sendo construída uma seção na qual poderão ser “baixados” os textos dos cadernos especiais Adufrj – em 1999, por exemplo, foi feita uma edição sobre os 20 anos da seção sindical. Na janela @dufrj, toma-se conhecimento de links interessantes para o docente (aproveitamos a oportunidade para pedir sugestões para esse espaço a todos os professores. O e-mail é jornal@adufrj.org.br).

Campanha SOS Florestas

Em cinco séculos, o homem conseguiu destruir 93% da Mata Atlântica, 50% do cerrado e 15% da Amazônia, de acordo com dados do Fundo Mundial para a Natureza. Não satisfeitos, os ruralistas tentam aprovar no Congresso um Código Florestal que permita mais danos ao meio ambiente. A página eletrônica da Campanha SOS Florestas (www.socioambiental.org/campanha/index.htm) luta contra isso e pede aos amigos da natureza para que mandem aos parlamentares um e-mail de apoio a um outro projeto, aprovado por mais de 730 entidades. A lista já está preparada e basta ao internauta se identificar.



Chega de confisco

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Unafisco Sindical criou uma página eletrônica (www.chegadeconfisco.com.br) de protesto contra o atual imposto de renda. De acordo com os auditores responsáveis pela publicação, o Imposto de Renda adquiriu um caráter confiscatório com o congelamento de sua tabela progressiva desde janeiro de 1996. Existem artigos explicativos e, assim como a página da campanha em defesa das florestas, o site também possibilita o envio de mensagens de protesto aos parlamentares e ao Ministério da Fazenda. Além disso, o internauta pode calcular o valor do confisco no seu IR pessoal.

Acordo coletivo da Adufrj-SSind com os seus empregados

Proposta aprovada pela Assembléia Geral realizada em 18/04/2000

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 18 de abril de 2000, autoriza a Diretoria a celebrar acordo com os empregados conforme o que segue:

1 Vigência

De 1º de maio de 2000 a 30 de abril de 2002.

§ único - Os valores de auxílio-creche e plano de saúde (estimativa) devidos em decorrência deste acordo serão pagos retroativamente a 1º de maio de 1998.

Observação: A Assembléia Geral recomenda a celebração de apenas um acordo, a partir de 1º de maio de 2000, com efeitos retroativos a 1º de maio de 1998, onde couber, tornando-o equivalente a um acordo de 4 anos, já que a vigência formal do acordo não pode ser superior a dois anos. Caso esta solução não seja viável, celebrar dois acordos de igual teor, um de 1/5/1998 a 30/4/2000 e outro de 1/5/2000 a 30/4/2002.

2 Nomenclatura

salário básico: valor bruto da remuneração correspondente ao cargo

salário contratado: salário básico + adicional por tempo de serviço

vantagens de natureza indenizatória: auxílio creche, auxílio refeição, auxílio transporte e gratificação de viagem.

3- Cargos e salários

Grupo	Cargos	Quadro atual	Salário básico(*)	
			01-01-97	01-07-99
Secretaria	Auxiliar de Secretaria	1	1.287,00	1.416,00
	Chefe de Secretaria	1	2.392,00	2.632,00
Informática	Técnico de Suporte	1	(**)	1.800,00
Arquivo	Auxiliar de Arquivo Sindical	1	1.287,00	1.416,00
Jornalismo	Repórter	1	(**)	1.800,00
	Jornalista	1	2.156,00	2.372,00

(*) Nas datas em que foram reajustados pelo ICV-Dieese; de acordo com o item 10 (Reajustes), os salários serão reajustados em 1º de maio de 2000, pelo ICV-Dieese acumulado de julho de 1999 até abril de 2000.

(**) Cargos inexistentes na data

Outros cargos poderão ser criados pela Diretoria, a qualquer momento. Outros atributos dos cargos (descrições detalhadas, exigências para progressão, etc) serão definidos em resolução a ser elaborada.

4 Avaliação e progressão

Anualmente, os empregados serão avaliados em relação aos seguintes critérios, ou outros que venham a ser definidos pela Diretoria: iniciativa, criatividade, responsabilidade, quantidade de

trabalho, qualidade do trabalho, conhecimento do trabalho, cooperação, disciplina, auto-desenvolvimento e relacionamento pessoal. Os procedimentos desta avaliação serão definidos em resolução a ser elaborada pela Diretoria até 30/Jun/2000.

De acordo com o resultado da avaliação, a Diretoria propõe e o Conselho de Representantes (ou a Assembléia Geral) aprova as eventuais promoções (ou demissões, já que não pode haver "regressão"), com recursos previstos no orçamento, eventuais mudanças no organograma, etc.

5 Adicional por tempo de serviço

Salário básico X (0,5% por ano + 2,5% por quinquênio)

O tempo de serviço será contado a partir de 1º de maio de 1998 para os empregados admitidos antes dessa data e a partir da data de admissão para os admitidos após essa data.

6 13º salário (gratificação natalina)

Valor do salário contratado do mês de dezembro de cada ano.

7 Auxílio-creche

Para cada filho com até 7 anos de idade, será pago mensalmente um auxílio-creche no valor de até R\$272,00 (valor em 1º de julho de 1999), desde que os comprovantes de despesas com creches ou estabelecimentos similares sejam apresentados à secretaria da Adufrj-SSind, a título indenizatório.

8 Auxílio-refeição

Cada empregado receberá um auxílio-refeição no valor de R\$5,00 (valor em 1º de julho de 1999) por dia de trabalho. Quando a jornada de trabalho ultrapassar 6 horas, o valor do auxílio-refeição será igual a R\$8,00 (valor em 1º de julho de 1999). Quando a jornada ultrapassar 11 horas, a Adufrj-SSind providenciará refeição. O auxílio-refeição não será pago durante férias ou licenças. O auxílio refeição tem natureza indenizatória, não se integrando ao salário para nenhum fim de direito.

9 Auxílio-transporte

A Adufrj-SSind providenciará transporte entre a residência do empregado e o local de trabalho, e/ou vice-versa, ou auxílio pecuniário adequado, nas seguintes situações:

- quando a jornada de trabalho for estendida para após as 19:00;
- quando o início ou o fim da jornada se der em local que implique gastos com transporte de ou para a residência superiores aos normais.

10 Reajustes

Anual - O salário básico será reajustado no dia 1º de maio de cada ano, a partir de 1º de maio de 2000, inclusive, de acordo com a variação do ICV do DIEESE dos doze meses imediatamente anteriores, descontados os reajustes concedidos durante esse período.

“Gatilho” - Sempre que o ICV do DIEESE acumular uma variação igual ou superior a 10 % desde o último reajuste, o salário básico será reajustado de acordo com este valor acumulado.

O auxílio-creche e o auxílio-refeição serão reajustados da mesma forma.

11 Calendário de pagamentos (mensal, 13º, férias)

Mensal: adiantamento de 40% do salário contratado até o dia 10 do mês de referência e o restante até o dia 25; auxílios refeição e creche pagos até o último dia do mês anterior ao de referência.

13º: adiantamento de metade do salário contratado junto com o pagamento de junho ou nas férias, conforme opção do empregado, e o restante junto com o adiantamento (40%) do mês de dezembro.

Férias: adicional de férias (1/3 do salário contratado), abono pecuniário (se houver a opção pela conversão de um terço das férias), adiantamentos do salário bruto correspondente ao período das

férias e do 13º (se houver a opção) pagos até cinco dias úteis antes do início das férias.

O adiantamento do salário do mês de férias será ressarcido em até três parcelas mensais sucessivas.

12 Horário e duração do trabalho

A jornada de trabalho será igual a: 30 horas semanais para os cargos do grupo de Jornalismo

40 horas semanais para os demais cargos

O horário de cada empregado deve estar no quadro de horário e no registro individual. Pode ser, por exemplo, para 40 horas, das 8:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:30.

Trabalho além da jornada (horas extras) só pode ser realizado com autorização de um diretor. A diretoria pode restringir a apenas alguns de seus membros essa possibilidade.

Pagamento das horas extras: adicional de 100% aos sábados, domingos e feriados e de 50% nos demais casos.

Fica acordada a possibilidade de compensação da jornada de trabalho. A compensação de faltas ou de horas extras só poderá ser feita de comum acordo entre o empregado e um diretor. Este acordo de compensação deverá ser feito até três dias úteis após a ocorrência da falta ou do trabalho adicional e registrado em formulário próprio (a ser desenhado).

Horas de trabalho noturno (entre 22:00 e 5:00) duram 52,5 minutos e são pagas com adicional de 20%. No caso de serem usadas para compensar faltas, duram também 52,5 minutos e é pago o adicional de 20%.

13 Viagens a serviço

A convocação será feita com antecedência que permita ao empregado organizar-se para a viagem.

Despesas de transporte, alimentação, hospedagem e outras pagas pela Adufrj-SSind de acordo com os mesmos critérios utilizados em viagens de diretores a serviço da Adufrj-SSind, sendo suspensos, durante o período da viagem, os auxílios transporte e refeição.

O horário de trabalho durante a viagem será regido pelas mesmas regras do trabalho fora de viagem. O tempo gasto no efetivo deslocamento entre a sede e o destino da viagem e o retorno será considerado como tempo de trabalho.

A título de gratificação de viagem, será pago um adicional de 1% do salário contratado por dia

de viagem, que não se incorpora ao salário para nenhum fim, sendo pago em rubrica própria, não incidindo sobre nenhuma outra verba.

14 Treinamento e formação profissional

Será garantida a cada empregado a dedicação de um mínimo de 3% da carga de trabalho, a cada ano, para atividades de treinamento e formação profissional, programadas de comum acordo entre o empregado e a Adufrj-SSind.

15 Férias

Duração de acordo com a CLT (depende do número de faltas ao longo do ano); marcação do período de férias pela Adufrj-SSind, comunicado ao empregado com antecedência mínima de dois meses ou a qualquer momento por comum acordo. O período pode ser adiado pela Adufrj em caso de necessidade imperiosa de serviço (greves, por exemplo).

16 Afastamento por doença ou acidente

O empregado afastado de suas atividades por motivo de doença ou acidente, por prazo superior a 15 dias, receberá da Adufrj-SSind a diferença entre o auxílio recebido da Previdência Social e o seu salário contratado, durante no máximo 75 dias.

17 Plano de saúde e seguro de acidente de trabalho

No prazo de um mês a partir da celebração deste acordo, a Adufrj-SSind providenciará, para todos os seus empregados, plano de saúde básico e seguro contra acidentes de trabalho.

Assembléia
GERAL

9/5
TERÇA-FEIRA

9:30
HORAS

Roxinho
AUDITÓRIO - CCMN



Opinião

A periodização e o futuro da universidade

Penso que a questão da periodização proposta pelo Projeto Resolução Conjunta CEG/CEPEG.Nº01/99 coloca um enorme problema para o futuro da UFRJ, um problema que precisa ser amplamente discutido entre docentes e discentes. Todos nós sabemos do cunho da Reforma Universitária que o atual governo nos quer empurrar “goela abaixo”. Trata-se de construir uma Universidade domesticada, subserviente às necessidades imediatas do mercado. Uma Universidade cuja “competência técnica” se traduz numa formação acrítica e distanciada dos reais dilemas da sociedade brasileira. Porém, um olhar mais atento acerca do que vem ocorrendo na UFRJ, nos indica algo mais: o que Vilhena quer realizar não é apenas a domesticação da UFRJ, mas o seu sepultamento. A Universidade não apenas tem o papel de socializar o conhecimento científico, mas, sobretudo, de produzi-lo. Sem essa função precípua a Universidade perde sua razão de existência. Creio que aí reside o grande drama da periodização proposta pelo CEG/CEPEG. No meu ponto de vista, ao traduzir os “200 dias de trabalho acadêmico efetivo”, normatizado no art. 47 da L.D.B., por “200 dias de aula” - o que os professores Mário Luiz Possas e Maria

Tereza Leopardi Mello demonstram ser uma extrapolação dos objetivos da Lei 9.394/96 -, o Projeto de Resolução Conjunta CEG/CEPEG nº01/99 reduz drasticamente as condições que possibilitam a produção do conhecimento científico. Tomado ao pé da letra, esses 200 dias de aulas correm o grave risco de transformar a atividade docente em puro “cuspe e giz” e nossa Universidade numa mera instituição repassadora de conhecimento. Não estou desconsiderando o papel da sala de aula no âmbito das instituições de nível superior, mas quero chamar atenção para o fato de que o trabalho docente não deve e não pode se restringir apenas a essa tarefa. Gostaria de saber como podemos garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se, a grosso modo, a UFRJ se voltar para sala de aula? Novamente afirmo: UMA UNIVERSIDADE SEM CONDIÇÕES DE PRODUZIR CONHECIMENTO CIENTÍFICO, É UMA UNIVERSIDADE MORTA.

Fica evidente, portanto, que devemos ter todo cuidado ao pensarmos a adequação dos currículos a periodização posta pelo CEG/CEPEG. A proposta de mera diluição da carga horária semestral em 20 semanas letivas, que aparentemente se nos apresenta como

uma solução paliativa e inofensiva, na verdade, corre o sério risco de concretizar-se num falecimento consentido da nossa Universidade. Saídas solitárias de docentes e Unidades pretendendo completar uma maratona de conciliação entre as exigências dos 200 dias de aula, exigidos pela periodização do CEG/CEPEG, e as 8 horas semanais de sala de aula, postas pelo art. 57 da L.D.B., não me parecem também uma alternativa real de superação do quadro atual da UFRJ. O que nos resta, então, fazer diante desse dilema? Acho que o princípio da AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA pode nos ajudar a encontrar respostas mais adequadas para essa questão. Creio que, nessa situação, esse princípio nos indica que não devemos deixar que qualquer reestruturação do projeto de formação de qualquer Unidade deva se orientar pela **adaptação**, em maior ou menor grau, dos currículos de graduação e pós-graduação, ao que o Projeto Resolução CEG/CEPEG normatiza. Mas o que isso significa na prática? Significa que as Unidades não devem pensar seu projeto de formação a partir do que o Projeto Resolução CEG/CEPEG propõe. O ponto de partida deve ser o perfil profissional que cada Curso coletivamente construiu, ou que de-

seja reconstruir. Devemos ter clareza de que a periodização do CEG/CEPEG deve antes se render ao projeto acadêmico de cada Universidade, e não o contrário. Entretanto, devemos ter clareza também que o redimensionamento do perfil profissional, que a contemporaneidade duramente nos impõe, não se constrói num vazio. É de uma análise criteriosa do quadro sócio-histórico atual, da realidade da Universidade Pública e da particularidade da UFRJ, que podemos elucidar limites e possibilidades para implementar o projeto profissional que defendemos. Portanto, nesse sentido, o Projeto Resolução CEG/CEPEG não pode e não deve ser desconsiderado. Seu significado deve ser amplamente conhecido e discutido. Isso nos impõe um grande desafio: a mobilização discente e docente no interior de cada Unidade e em toda UFRJ, visando elaborar estratégias político-acadêmicas de enfrentamento da morte da Universidade. A hora urge, pois o sepultamento já está em curso, mas nada, a não ser uma interpretação simplista do fato e nossa inércia, nos impede de abortá-lo.

Mavi Pacheco Rodrigues

Prof.^a do Dept.^o de Fundamentos da Escola de Serviço Social

Voracidade arrecadatória

A democratização do País, ocorrida na década de 80, não alcançou a tecnocracia brasileira e os titulares do poder no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios.

Uma velha, mas não superada manipulação maquiavélica, eis que constantemente repetida, tem sido aplicada ao imposto de renda da pessoa física. Os pacientes dessa alquimia de magia negra têm sido os milhões de componentes da classe média, principal segmento do universo de contribuintes submetidos à incidência desse tributo.

O padecimento dos contribuintes do IR decorre da constatação, que vem do período da ditadura militar, de que manobras feitas na tabela do IR, por menores que sejam as vantagens obtidas em favor do Fisco, em relação a cada contribuinte individualizado, por se aplicarem a milhões de contribuintes

que se encontram em situação equivalente, rendem, no global, significativo efeito arrecadatório.

Uma dessas manipulações é a estagnação da tabela do IR por longo período. Como a economia do País caracteriza-se por razoável inflação, a tendência é a de que os ajustes de rendimentos tributáveis, feitos no mercado, estando a tabela estagnada, provocam que as rendas passem de uma faixa de rendimentos para outra mais elevada.

O arrocho salarial e a crise da economia acarretam que, regra geral, os reajustes dos rendimentos dos contribuintes correspondam, no máximo, à inflação do período. Em pouquíssimos casos, há acréscimos de rendimentos reais. O que ocorre, em realidade, na maioria absoluta dos casos, é um crescimento apenas nominal dos rendimentos.

Evidente que o estancamento da tabela do IR é artificial. Corresponde a mesquinha manobra de perversa técnica arrecadatória. Vulnera-se o princípio da capacidade contributiva, posto que se considera que a tabela original teve o seu escalonamento em função de adequação à aptidão, à época da sua feitura, de os contribuintes suportarem a carga tributária correspondente.

Não corrigida a tabela, há um acréscimo da pressão tributária suportada pelos contribuintes. Inexistente a indexação da tabela, que provocaria o seu ajustamento automático, para evitar os efeitos antes mencionados, é dever-poder do legislador realizar a sua correção.

Essa inércia mesquinha ofende também o princípio da isonomia, eis que algumas categorias, como os funcionários públicos, não

têm tido reajustes salariais, embora os preços praticados na economia estejam submetidos à gradativa elevação. Passou-se, portanto, a ter no plano dos rendimentos, novas situações de semelhança e dissimetria a exigir reestruturação da tabela.

Ademais, tem-se o efeito confiscatório, na medida em que o imposto exigido adicionalmente, pelo estancamento da tabela, não corresponde mais à capacidade contributiva que influenciou o seu estabelecimento inicial.

É o coroamento da política tributária do governo FHC, que pode ser sintetizada no lema: “Topa tudo por dinheiro.” In-

Osiris de Azevedo Lopes Filho, advogado e professor de Direito Tributário da UNB. Texto retirado do site (<http://www.chegadeconfisco.com.br/>)



Informes

Pelas Unidades

No dia da paralisação (10 de maio) foram realizadas reuniões no Instituto de Psicologia, na Escola de Serviço Social, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, na Faculdade de Letras, no Instituto de Matemática, no Centro de Tecnologia e no prédio da reitoria, reunindo professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Escola de Belas Artes. A Comissão de Mobilização da Adufrj-SSind se reuniu no final da tarde do mesmo dia 10 e fez uma breve avaliação da paralisação.

A próxima reunião da Comissão de Mobilização será nesta segunda-feira, dia 15, às 19h, na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. Contatos com a Comissão pelo endereço adufrij@alternex.com.br.

Os pontos principais discutidos nas reuniões foram:

- necessidade de extensão dos 26,05 % do Plano Verão a todos os professores da UFRJ
- pauta de reivindicações da categoria
- incorporação da GED aos vencimentos básicos
- Periodização/ Interpretação da LDB pelo CEG/CEPG

As principais sugestões e propostas apresentadas pelos professores presentes foram:

- paralisação de 10 a 15 dias com atividades, entre as quais, debates privilegiando temas de natureza política
- paralisação no dia 18 com realização de reuniões nas unidades privilegiando aspectos nacionais da Campanha Salarial
- paralisação com realização de reuniões privilegiando aspectos internos da UFRJ
- criação de uma comissão de negociação do Sindicato (Andes-SN) com o MEC
- Formação de um Comando de Mobilização dos três segmentos: estudantes, professores e técnico-administrativos
- Contatos com os órgãos de imprensa, para divulgação dos motivos da paralisação

Próximas Reuniões:

- Escola de Serviço Social - dia 15, às 12h, no Auditório
- FAU e EBA - dia 17, às 11h, no Salão Archimedes Memória
- Faculdade de Educação - dia 15, às 12h
- Na Educação Física - dia 15 às 11h30, na sala 302



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 3 • 12 de Maio de 2000



Todos à Assembléia do dia 16

O corte dos 26,05% referentes ao Plano Verão no salário dos professores foi a gota d'água na indignação da categoria. A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 9/05, no Auditório do Roxinho, recebeu cerca de sessenta docentes revoltados com a mais recente atitude do governo Fernando Henrique Cardoso, expressa na portaria ministerial nº 77. O grito de greve ficou preso na garganta, mas ficou a clara impressão de que a próxima Assembléia pode determinar a paralisação das atividades. A AG está marcada para o dia 16, às 13h, no Auditório de Centro de Tecnologia.

Quem esteve presente pôde ouvir uma exposição não menos revoltada sobre o assunto da advogada Sayonara Grillo, assessora da seção sindical. "Nós, advogados de todas as assessorias jurídicas de ADs, estamos estarecidos com essa medida do governo", afirmou Sayonara. Na opinião dela, o ato ministerial ataca frontalmente o Estado de Direito constituído. "Normalmente, nós ganhamos as ações e o governo protela. Dessa vez, eles disseram na portaria, com todas as letras, que não vão cumprir a decisão judicial. Se fosse uma pessoa física, o governo teria seus bens penhorados ou seria preso", comentou.

Para impedir o pior, as assessorias jurídicas estão armando uma defesa em quatro níveis. No primeiro momento, o Andes-SN já impetrou um mandado de segurança coletivo no STJ, em Brasília, para anular o ato ministerial. No segundo momento, as assessorias jurídicas de ADs estão sendo orientadas a entrar com um outro man-

dado de segurança coletivo na Justiça Federal contra os dirigentes de Recursos Humanos das universidades (a AG da Adufrj-SSind já deixou aprovado esse encaminhamento, caso falhe o recurso do Andes). Num terceiro passo, haverá a chamada Arguição de Violação de Preceito Fundamental da Constituição Federal no STF (após o pronunciamento do STJ sobre os mandados de segurança) e, finalmente, será preparada uma representação contra a União perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Reunião de assessores e dirigentes de entidades sindicais de SPF também considerou oportuno denunciar no STF o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, por crime de responsabilidade. Sem prejuízo dessa medida, será chamado ainda o Ministério Público Federal para representar as entidades sindicais contra o governo. Será tentada uma articulação política com os presidentes do STF, do STJ, da CUT e da OAB para facilitar todas essas ações.

Não é só isso – Na Assembléia Geral, um sentimento ficou bastante explícito entre os docentes. Não se deve desviar o rumo da mobilização da Campanha Salarial 2000 dos servidores e da luta dos professores universitários, de modo específico. No plano mais geral, os SPF querem a reposição salarial das perdas salariais acumuladas em cinco anos e meio. Já o professorado exige a implantação da Carreira Única e da Malha Salarial correspondente protocolizadas no MEC,

sem qualquer resposta até hoje daquele órgão.

O receio dos que foram à AG é que a portaria ministerial nº 77 se torne uma armadilha: caso o governo volte atrás na medida, os professores voltariam a se acomodar e deixariam de lutar pelas reivindicações mais gerais. Nas palavras de uma professora presente, "o vírus do 'farinha pouca, meu pirão primeiro' é pior do que esse *I Love You*".

Para construir a greve, a AG aprovou a criação de uma Comissão de Mobilização, que já se reuniu (ver quadro ao lado).

Outros – A questão do trânsito acabou não sendo discutida por falta de tempo e o assunto ficou para a próxima Assembléia, no dia 13.

Sintufrij – Em uma assembléia (10.05.00) com mais 1,5 mil funcionários, segundo divulgação do Sindicato, realizada no Roxinho (CCMN), ficou determinada a greve por tempo indeterminado a partir do dia 10. Como bem lembrou o conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Houaiss, "os funcionários não tinham nenhum cala-boca como a GED ou coisa parecida e estão mobilizados para a greve".

Em Tempo: O ministro do Planejamento, Martus Tavares, publicou no D.O. (10.05.00) uma outra portaria, de nº 93, suspendendo a portaria nº 77. Mas, segundo a própria portaria, a revisão da medida é apenas temporária "até que sejam analisados os processos que contemplam decisões judiciais concessivas de Planos Econômicos".

Moção de Repúdio aprovada na AG

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral, repudiam veementemente os atos violentos praticados pela Polícia Militar do Paraná contra os sem-terra, que resultaram na morte de Antonio Tavares Pereira.

É inadmissível que bombas de gás lacrimogêneo, escopetas e cães ferozes estejam sendo usados para impedir manifestações daqueles que precisam de um pouco de terra para plantar e viver.

Repudiamos também a postura do Governo Federal que, em vez de atender às reivindicações dos sem-terra, tem utilizado a truculência para reprimir um movimento que tem lutado para tornar mais justa a distribuição de terras em nosso país.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2000

Assembléia

GERAL

Auditório do Centro de Tecnologia

BLOCO A

PAUTA

Indicativo de greve do Setor das Federais do Andes-SN

Paralisação com ato público em 18 de maio

Plano Verão (26,05%)

Eleição de delegados para a plenária dos SPF em 20 de maio

13:00
HORAS

16/5
TERÇA-FEIRA



Entrevista/Milton Muniz

Candidato à presidência do ANDES-SN pela chapa 1 - ANDES para uma nova universidade

1. Qual o principal desafio para o Sindicato Nacional na atual conjuntura?

Milton Muniz - Lutar contra o sucateamento das universidades públicas pelo governo. Mante-las como instituições públicas, evitando sua privatização, e, em condições de atender a demanda por vagas. Discutir com o governo e com a sociedade as formas de controle social sobre as universidades privadas. Defender a criação de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas.

As Instituições Federais de Ensino Superior recebem recursos orçamentários constitucionais, vinculados aos impostos federais destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino. Estes são insuficientes, sofrem redução pela sonogação fiscal, são transferidos no orçamento. Ou são desviados para pagar proventos, pensões e precatórios aos professores. Estes pagamentos são de responsabilidade do MEC, que deve buscar no tesouro outras fontes para honrá-los.

Discutir a implementação de um programa de formação que propicie a cada professor universitário o grau de doutor. Vinculado: a um programa nacional de ciência e tecnologia; a políticas de desenvolvimento econômico, de importação de bens e exportação de matéria prima; às necessidades da maioria da população.

2. A falta de mobilização dos professores (e dos servidores, em geral) é um problema. Como enfrentar essa situação?

Milton Muniz - No decorrer da campanha eleitoral, estamos verificando que os Professores estão mobilizados em torno das questões que dizem respeito ao seu trabalho, à Universidade e, a relação desta com a sociedade.

Deveremos identificar as demandas sobre ensino, pesquisa, extensão e administração, as possibilidades e dificuldades em atendê-las. Discuti-las com os Professores, simultaneamente, discutir as questões corporativas: salários, condições de trabalho, formação; denunciar o descaso do Governo para com as políticas públicas: educação, saúde, segurança, arte e lazer; defesa da Universidade como instituição pertencente à sociedade, integrante do Estado, mas autônoma em relação ao governo.

3. Qual deveria ser a postura do Sindicato Nacional diante do recente corte de 26.05% (Plano Verão) do salário dos professores?

Milton Muniz - A forma como o poder judiciário está se submetendo às chantagens do poder executivo em nosso país se constitui em uma forte ameaça ao Estado democrático e de direito. A independência dos poderes, conquista da Revolução Francesa, está sendo comprometida pela implementação do projeto neoliberal do governo FHC. Atitudes como essas devem ser denunciadas internacionalmente e enfrentadas com mobilização e pressão da sociedade e, particularmente, pelo movimento docente. Tudo isso o sindicato nacional está fazendo, mas em cada universidade, onde isto ocorreu, cabe à Seção Sindical tomar as iniciativas para reverter essas decisões.

4. Como o senhor analisa o crescimento das universidades particulares no Brasil?

Milton Muniz - Com muita preocupação. O Estado cada vez mais se desresponsabiliza com o financiamento do ensino superior público, comprometendo o sistema nacional de ciência e tecnologia e de produção do saber. O resultado do provão, ao contrário do que pretendia o governo, revelou que as melhores universidades do país são as universidades públicas. O governo ao invés de levar isso em conta e investir mais no sistema público, cria linhas de crédito para financiar, e expandir ainda mais, o ensino superior privado. O governo está na contra mão do que ocorre nos principais países do mundo, onde o ensino superior público cresce através da elevação dos investimentos estatais. Por isso tudo a Diretoria da Andes, em seu projeto de autonomia universitária, propõe controle público e estatal para as Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES). Se a educação é uma concessão do Estado, precisamos criar mecanismos sociais de controle do ensino superior privado.

5. Como o senhor avalia o programa da outra chapa?

Milton Muniz - O programa da Chapa 2 foi

respondido por Lênin no início dos anos 20 em um texto clássico intitulado de “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”. No entanto é preciso destacar que esse grupo, que dirigiu o nosso Sindicato Nacional por mais de 10 anos e agora pretende retornar, adota o programa político do PSTU como referencial teórico de análise da realidade. Evidentemente todos sabem qual é a influência e a base social que esse partido representa. Por isso temos afirmado que esta eleição tem um caráter plebiscitário: ou os professores universitários brasileiros querem à frente de seu sindicato nacional um grupo amplo, plural e representativo do conjunto da academia e irão votar na Chapa 1 ou preferem um grupo identificado com o PSTU e, nesse caso, devem votar na Chapa 2.

6. Por que o senhor acha que o Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho foi rejeitado no último Congresso da ANDES-SN?

Milton Muniz - Porque a oposição a atual diretoria da ANDES-SN possuía dois terços dos delegados presentes ao Congresso. Quem ficou tanto tempo no poder teve possibilidades de constituir uma militância extremamente disciplinada. As assembleias que elegem os delegados para o Congresso da Andes são espaços privilegiados da militância do movimento docente e não do conjunto dos professores universitários, só isso justifica o fato de um grupo tão sectário e distante da universidade ter dirigido o sindicato nacional por tanto tempo e ser maioria nos eventos nacionais da Andes. O Manifesto em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, subscrito pelos principais partidos de esquerda (PT, PCdoB, PSB, PDT, PCB) e por várias personalidades democráticas da vida política e cultural, além da CUT, OAB e ABI, teve o apoio da diretoria da ANDES-SN porque ele representa um enorme esforço de um conjunto de forças sociais e políticas no sentido de construir uma alternativa para o Brasil frente ao evidente ocaso do neoliberalismo. O único partido de esquerda que não assinou o Manifesto foi o PSTU. Seria importante que a Chapa 2, dita de oposição, justificasse essa atitude.



Entrevista/Roberto Leher

Candidato à presidência do ANDES-SN pela chapa 2 - ANDES Autônoma e Democrática

1. Qual o principal desafio para o Sindicato Nacional na atual conjuntura?

Roberto Leher - Impedir o desmonte das instituições públicas de ensino superior, promovido pelo governo FHC. Para isto, o nosso sindicato deve ser contundente em suas críticas às propostas do governo, divulgar nosso projeto para a universidade brasileira e promover a interlocução com os setores progressistas da sociedade brasileira.

2. A falta de mobilização dos professores (e dos servidores em geral) é um problema. Como enfrentar esta situação?

Roberto Leher - Durante a greve de 98, os professores deram uma bela demonstração de mobilização, levando para a sociedade a importância da universidade brasileira. Naquele momento foi fundamental termos um sindicato organizado, democrático, onde toda a categoria encontrou espaço para se manifestar e, principalmente, tivemos uma direção política para o movimento. Hoje devemos levar em consideração a enorme pressão sobre as condições de trabalho dos docentes, com um acréscimo brutal de tarefas, com a degradação institucional, com o arrocho salarial crescente. Também é importante a falta de credibilidade política da atual diretoria do sindicato. Se a militância é difícil no nosso cotidiano, a direção em hipótese alguma pode atropelar as deliberações de sua base, desqualificar nossas assembleias gerais, confundir os docentes com pretensas “conversações” com o governo. O movimento docente tem um acúmulo histórico de lutas e propostas em defesa da universidade pública que deve ser ampliado neste momento de enfrentamento com a política do governo FHC.

3. Qual deveria ser a postura do Sindicato Nacional diante do recente corte de 26,05% (Plano Verão) do salário dos professores?

Roberto Leher - Em primeiro lugar, é importante ressaltar que foram as ações jurídicas

das entidades de classe, Adufrj e Sintufrj, que garantiram o pagamento dos 26% aos docentes e funcionários da UFRJ. Estas ações devem ser continuadas, intensificando-se a mobilização política, principalmente para a extensão do pagamento a todos os docentes e funcionários. E devemos alertar os docentes para o limite das ações jurídicas. É crescente a interferência e o atropelo do governo no judiciário. Ao mesmo tempo em que tomamos iniciativas no campo jurídico, devemos promover ações políticas que enfrentem os atos do governo. Em segundo lugar, é preciso denunciar a gravidade do ato do governo FHC, que com uma simples portaria suspende decisões judiciais. Se este procedimento vigorar, estaremos num regime de plena ditadura, onde nenhuma garantia constitucional será mais válida. Finalmente, é fundamental denunciarmos a postura demagógica da atual administração da UFRJ. O atual interventor tem tentado transformar-se no “defensor” dos 26%, enquanto o próprio governo que o impôs à UFRJ promove sua suspensão e congela nossos salários. Há uma clara tentativa de transformar a questão dos 26% numa moeda de troca política. Enquanto o interventor se propõe como avalista dos 26%, as críticas à sua política de desmonte institucional e seu projeto de reforma da universidade passariam a um segundo plano. O sindicato deve ser firme na denúncia desta manobra.

4. Como o senhor analisa o crescimento das universidades particulares no Brasil?

Roberto Leher - Sob o governo FHC, tem havido um grande avanço da privatização do ensino superior, ou seja, a destruição da pesquisa e do ensino independentes (e da pesquisa em geral): no ano passado, a rede particular ofereceu 59 mil vagas, contra 10 mil nas universidades federais. A privatização universitária é reiterada e oficialmente recomendada pelo FMI-BIRD-OMC, cujos ditames o governo FHC segue. As particulares, além de conquistarem postos estratégicos nas entidades de amparo à pes-

quisa, acabam de conseguir, como a Uniban, “o direito de participar em todas as sessões do CNE (Conselho Nacional de Educação) que discutam assuntos de seu interesse” (Folha de S. Paulo, 16/2). No início de fevereiro, Abílio Baeta Neves, titular da SESU (Secretaria do Ensino Superior), foi acusado em reportagem publicada pela revista Isto É de participar do lobby exercido por grupos privados de ensino para que seus cursos fossem aprovados. Enquanto se agitam cifras mirabolantes para diversos fundos, só GEDs, “incentivos a jovens doutores” e outras esmolas são oferecidos aos seus supostos beneficiários. Num quadro de miséria salarial e orçamentária, o que o governo fez recentemente com o seu novo “pacote” foi anunciar uma injeção de fundos destinados à privatização da pesquisa e à mercantilização do ensino. Está colocada, portanto, uma luta pela sobrevivência da universidade pública, gratuita e de qualidade.

5. Como o senhor avalia o programa da outra chapa?

Roberto Leher - Trata-se de uma proposta de continuidade das propostas políticas da atual direção nacional, marcadas por ingerências partidárias na definição das ações do nosso sindicato, por acordos com o governo, sem a aprovação das nossas assembleias gerais e pelo desrespeito às decisões de nossos congressos.

A chapa 1 aposta no mesmo sindicalismo de “resultados” praticado pela atual diretoria. A pretexto de minimizar perdas para os docentes, apenas tem ajudado e legitimado o governo na implementação de sua política de privatização das universidades públicas. Além do comprometimento político, os “resultados” são pífios: as perdas salariais se acumulam, a quebra de paridade entre aposentados e ativos, obtida pelo governo através da GED, atinge gravemente os docentes aposentados e os pensionistas, além de retirar dos docentes em atividade a perspectiva de uma aposentadoria digna, após uma vida inteira dedicada ao ensino público.



Resenha Greve

Bahia

Os professores da UFBA e do 3º grau do CEFET-BA deliberaram entrar em greve, por tempo indeterminado, a partir da próxima segunda-feira (dia 15). A decisão foi tomada em assembléia geral da categoria, no dia 10

Minas Gerais

A Assembléia de Professores da UFJF (Juiz de Fora) marcou uma reunião da Comissão de Mobilização para as 19h do dia de fechamento desta edição (dia 11). O encontro vai definir a data da nova assembléia e as estratégias para uma melhor construção do movimento.

Pará

No Pará, as assembléias dos professores e dos funcionários da UFPa realizadas em 9/05 apontaram para a entrada em greve a partir do dia 10. Mais de 200 docentes decidiram, por ampla maioria, a adesão da categoria à greve dos SPF.

São Paulo

Em Assembléia histórica, os docentes da USP (Adusp) decidiram continuar a greve iniciada em 26 de abril, em conjunto com a Unicamp a Unesp. Nas estaduais paulistas, a adesão é praticamente total. Na Unesp, a paralisação é de 100%.

Pernambuco

A deliberação sobre a greve é o principal ponto de pauta da assembléia geral da Adufepe-SSind, no dia 17/05.

Servidores param em todos os estados

A Plenária dos Servidores Públicos Federais, realizada em 7 de maio, aprovou uma greve geral da categoria, por tempo indeterminado. A greve, conforme informes de entidades como o Sinasefe - , a CUT/Rio e inúmeras entidades do serviço público, vai contar, num primeiro momento, com paralisações parciais, mas, muito em breve, chegará a uma adesão total dos trabalhadores.

Funcionários de várias instituições, inclusive da UFRJ, paralisaram as atividades durante, pelo menos, as 24 horas do dia 10 de maio. O estopim do movimento grevista foi, sem dúvida, a portaria nº 77 que suspende pagamento de ações já ganhas na justiça por várias categorias. Mas, o que vem movendo os servidores rumo à uma greve geral do setor são os cinco anos e meio de perdas salariais, calculadas pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócios Econômicos (Dieese) em 63,68%.

A situação financeira dos servidores públicos tornou-se insustentável. E a população bem sabe disso. Quem tem um parente ou amigo funcionário público sabe o sacrifício que é pagar com salários mínuados as contas de luz, telefone, impostos, aluguel, mercado etc. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ, o custo de vida aumentou, nestes cinco anos e meio de governo FHC, 81%.

Custo de vida

As escolas particulares aumentaram, neste período, 221,3% e o material didático, 51%. Impostos e condomínios subiram

na ordem de 330,7%; telefonia, água e eletricidade, 148,7%. Quem consome remédios paga um preço mais alto de 113,6% em relação ao início do governo tucano. Os planos de saúde privados aumentaram em 166,2% as suas faturas. No caso dos transportes, as tarifas subiram 89,9%.

Movimento rumo à greve

Na avaliação das entidades gerais do serviço público não há como suportar mais a política do governo Fernando Henrique. Os informes das entidades mostram que as bases de categorias como funcionários do IBGE, das universidades e escolas federais, Fiscais da Previdência, Fiscais da Receita, Servidores da Justiça Federal, entre outras, estão com toda a disposição para o enfrentamento com o governo. Os atos e paralisações que ocorreram nos dias 13 de abril e 4 de maio, em todos os estados, são a prova deste movimento.

Má vontade

A Coordenação dos Servidores (CNESF) informou que não há disposição do governo em dialogar com os trabalhadores. Pelo contrário, já foram canceladas duas audiências da entidade com os representantes do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Os técnicos da área econômica do governo afirmaram que “não há qualquer chance de atender às reivindicações dos servidores”. Conforme foi noticiado, no Jornal de Brasília (3/05/00), os técnicos foram além e disseram que não podem recomendar ao governo nenhum reajuste para os serviços públicos até 2010! “Para equili-

brar as contas públicas e corrigir distorções salariais será preciso segurar por dez anos qualquer correção geral de salário”, anunciaram, no mesmo jornal.

No Rio

O pontapé da greve foi dado pelos servidores do Rio, na tarde do dia 10, em que promoveram uma panfletagem de informação à população. A CUT/Rio e outras entidades disponibilizaram um telão na Cinelândia para os trabalhadores acompanharem a votação do projeto do salário mínimo de R\$ 151, pelo Congresso Nacional, que acabou ocorrendo na madrugada do dia 11.

Greve na mídia

A CUT/Rio anunciou também as inserções de um informativo nos principais canais de TV para a população entre os motivos da paralisação. A única emissora que não aceitou a publicidade dos trabalhadores foi o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Contra o confisco do IR

Os Fiscais da Receita Federal lançaram no dia 14 de abril uma campanha nacional, através da Unafisco, denunciando o confisco do Imposto de Renda, com o congelamento da tabela de descontos para pessoas físicas. A Unafisco produziu um site para que a população faça as contas do tamanho da “garfada” da União, através de uma simulação do cálculo do IR. Para saber quanto se está pagando a mais para o governo, basta uma visita ao endereço www.chegadeconfisco.com.br.

Escolha do Reitor na UNI-Rio

No dia 21/12/99, os Conselhos Superiores da UNI-Rio, reunidos na condição de Colégio Eleitoral Especial, optaram pela realização de uma consulta à comunidade para determinar a lista tríplice dos reitoráveis a ser encaminhada ao MEC. Após a consulta, o Colégio Eleitoral surpreendeu a comunidade ao alterar a colocação dos candidatos em votação realizada no dia 27/04. O atual reitor passou de terceiro ao primeiro lugar.

Resolução absurda

O Prefeito Luiz Paulo Conde confirmou a resolução que proíbe as passeatas. A medida estabelece horários e locais específicos para as manifestações, que devem ser autorizadas pela Secretaria Municipal de Trânsito. A previsão é que a medida seja publicada no Diário Oficial entre os dias 15 e 19 deste mês. A Ordem dos Advogados do Brasil está avaliando a possibilidade de ingressar na Justiça com um mandado de segurança coletivo e uma representação contra a inconstitucionalidade da resolução.

Dois mil protestam no HU

Duas mil pessoas tomaram conta da entrada do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF) no primeiro ato de greve dos funcionários da UFRJ. A maioria dos manifestantes estava vestida de preto, seguindo a orientação do Comando de Greve. Com o objetivo de conseguir a compreensão da população para o movimento, quem chegava ao HU para ser atendido recebia um panfleto explicativo sobre a situação de perdas salariais dos servidores. Foram distribuídos ainda cartões vermelhos (até para aproveitar o vestuário dos manifestantes, que lembravam o traje preto de um juiz de futebol) para serem sacados, as-

sim que fossem pronunciados o nome do presidente FHC ou a portaria ministerial nº 77.

O diretor do hospital, Amâncio Paulino, iniciou o ato, chamando a atenção para o trabalho de relevância social realizado nas instalações do complexo universitário. Amâncio acabou provocando uma divisão, quando afirmou que a manifestação tinha um caráter institucional. Nesse momento, os dirigentes do Sintufrj reclamaram a organização do protesto para o sindicato. Entre as diversas falas que se seguiram, o presidente da Adufrj, José Henrique Sanglard, teve a oportunidade de informar aos presentes que, muito pro-

vavelmente, os docentes da universidade iriam engrossar o movimento de greve, a partir da próxima Assembléia, assim como já está sendo feito no Pará e na Bahia. Para finalizar o ato, os trabalhadores se dirigiram para a Linha Vermelha e fecharam o tráfego nos dois sentidos por quinze minutos, no início da tarde.

IDT

Foi informado no ato que o Tribunal Regional Federal concedeu, naquela mesma manhã, liminar que reempossa o professor Alfredo Peyneau no cargo de diretor do IDT, anulando o ato arbitrário do reitor Vilhena.



Reivindicações salariais dos professores das IFES

Há atualmente no movimento docente três propostas de tabela salarial que têm causado alguma confusão em relação ao que seria exatamente nossa reivindicação salarial. Na Tabela I, está apresentada a proposta emergencial que foi discutida e aprovada no XIX Congresso do ANDES-SN, em Juiz de Fora, em fevereiro deste ano. A Tabela II retrata o efeito do reajuste linear pelo ICV-DIEESE acumulado a partir de janeiro de 1995, abrindo

mão da GED, como chegou a ser defendido pelo movimento docente durante a greve de 1998, como proposta de negociação com o governo. O índice de 63,84% se refere ao valor acumulado até dezembro de 1999, que tem sido a data de referência adotada para uma reivindicação unificada dos SPF - Servidores Públicos Federais. O valor atualizado até abril de 2000 já está em 67,22%. Por fim, a Tabela III mostra a correspondência de alguns

dos cargos, níveis, regimes de trabalho e titulação entre a carreira atual e a carreira única reivindicada pelo ANDES-SN, já protocolizada no MEC, bem como os respectivos valores dos salários em reais, atualizados até abril de 1999, de acordo com a malha salarial aprovada no XIX Congresso do ANDES-SN. A malha salarial da carreira única foi definida em salários mínimos do DIEESE e está apresentada na íntegra na Tabela IV.

Tabela I – Pauta emergencial aprovada no XIX Congresso – incorporação da GED em seus valores máximos na carreira atual

Carreira atual - cargo, nível, regime de trabalho e titulação	Salários atuais (valores brutos, sem descontos)				
	Vencimento + GAE	GED plena (140 pontos)	Total (sem Plano Verão)	Plano Verão (26,05%)	Total (com Plano Verão)
Auxiliar 1 DE graduado	985,79	303,94	1.289,73	256,80	1.546,53
Assistente 1 DE mestre	1.532,73	910,00	2.442,73	399,28	2.842,01
Adjunto 1 DE doutor	2.287,84	1.430,52	3.718,36	595,98	4.314,34
Titular DE doutor	3.169,37	1.690,78	4.860,15	825,62	5.685,77

Tabela II – Reajuste linear reivindicado pelos SPF – ICV-DIEESE acumulado desde janeiro de 1995 - 63,84% até dezembro de 1999 (sem GED)

Carreira atual - cargo, nível, regime de trabalho e titulação	Salários reajustados em 63,84%, sem GED		
	Plano Verão	sem Plano Verão	com Plano Verão
Auxiliar 1 DE graduado	420,74	1.615,12	2.035,86
Assistente 1 DE mestre	654,18	2.511,22	3.165,40
Adjunto 1 DE doutor	976,45	3.748,40	4.724,85
Titular DE doutor	1.352,70	5.192,70	6.545,40

Tabela III – Cargos e Salários da Carreira Única reivindicada pelo ANDES-SN

Cargo, nível, regime de trabalho e titulação atuais equivalentes	Salários da Carreira Única reivindicada pelo Andes-SN	
	Cargo	Valor
Auxiliar 1 DE graduado	Auxiliar A DE	3.018,90
Assistente 1 DE mestre	Assistente A DE	4.528,36
Adjunto 1 DE doutor	Adjunto A DE	6.037,81
	Associado A DE	7.547,26
Titular DE doutor	Pleno DE	9.056,71

Tabela IV – Malha salarial da Carreira Única reivindicada pelo ANDES-SN, em número de salários mínimos do DIEESE (R\$973,84 - abril/2000)

Cargos da Carreira Única do ANDES-SN protocolizada no MEC	Malha salarial aprovada no XIX Congresso do ANDES-SN			
	20 Horas SM-Dieese	20 Horas R\$	DE SM-Dieese	DE R\$
Professor Auxiliar A	1,00	973,84	3,10	3.018,90
Professor Auxiliar B	1,10	1.071,22	3,41	3.320,79
Professor Assistente A	1,50	1.460,76	4,65	4.528,36
Professor Assistente B	1,65	1.606,84	5,12	4.986,06
Professor Adjunto A	2,00	1.947,68	6,20	6.037,81
Professor Adjunto B	2,20	2.142,45	6,82	6.641,59
Professor Associado A	2,50	2.434,60	7,75	7.547,26
Professor Associado B	2,75	2.678,06	8,53	8.306,86
Professor Pleno	3,00	2.921,52	9,30	9.056,71

O canto da sereia

A UFRJ, assim como as demais universidades públicas, vive hoje um momento delicado, tendo em vista a política salarial devastadora do governo federal, que corrói os salários e os recursos para o ensino superior. Tal política promove o sucateamento progressivo das instalações físicas, degrada as condições de trabalho, retira ânimo do pessoal e põe em risco todo o patrimônio de ensino, de pesquisa e de extensão de qualidade, reconhecido por todos. Mas, enquanto isso, o governo se empenha em cumprir as exigências dos organismos internacionais que interferem e tutelam nossa política econômica.

O serviço público em geral vem também sofrendo as consequências dessa política e, através de suas organizações sindicais, incluindo os docentes e o pessoal técnico-administrativos das universidades públicas, construíram uma greve geral, deflagrada em 10 de maio, reivindicando, entre outras coisas, um reajuste salarial linear para compensar os efeitos de mais de cinco anos sem qualquer reajuste. Na UFRJ, os funcionários técnico-administrativos já deflagraram a greve e os docentes estão em processo crescente de mobilização.

O governo federal ainda vem tentando, de todas as formas, colocar divergências e lançar os servidores uns contra os outros, tendo em vista conter a greve geral. Depois do aumento da GED para os professores das universidades federais, que evidentemente tentou amenizar os ímpetus grevistas entre os docentes, o episódio da cassação sumária dos ganhos na justiça dos índices expurgados por planos econômicos busca não só dividir, já que nem todos ganham e entre

os que ganham há também índices de planos diferenciados, como também desviar a atenção, reduzir e substituir a luta pelas reivindicações salariais pela garantia da situação atual, mas passando a sensação de ganho e vitória. É a velha história de colocar o bode na sala!

O absurdo do conteúdo de uma portaria ministerial em que o próprio governo afirma que não vai cumprir decisões judiciais não é tão surpreendente, considerando a sistemática arrogância e o autoritarismo do governo federal quando se trata de asfixiar e submeter os serviços públicos de educação e saúde, por exemplo, aos interesses de organismos internacionais. Por outro lado, o comportamento da Reitoria da UFRJ neste caso merece uma reflexão mais profunda.

O discurso da preocupação, de empenho e de solidariedade com o problema dos docentes e servidores técnico-administrativos é sedutor, mas não se encaixa na história recente desta administração, que chegou ao poder pelas mãos do MEC contra a vontade da comunidade expressa nas urnas e, até aqui, vem tentando implantar a ferro e fogo as propostas do governo, mesmo que para isso tivesse que passar por cima de deliberações de colegiados superiores em vários momentos.

Para citar apenas alguns fatos mais recentes, onde estava a sintonia com a comunidade quando houve a intervenção no Instituto de Doenças Torácicas e a tentativa de fazer o mesmo com o Instituto de Neurologia? E na intervenção na Pós-graduação da Faculdade de Educação? E no silêncio quanto ao encaminhamento da reforma do estatuto da uni-

versidade que foi aprovado no Conselho Universitário? Ou ainda nas obras de ligação viária com as linhas Amarela e Vermelha? Onde e quando houve qualquer manifestação no sentido considerar os interesses e a participação da comunidade que sofre as consequências dos atos da administração?

Mas qual seriam as verdadeiras razões desta mudança súbita e radical de atitude? Uma análise superficial poderia identificar o interesse próprio, uma vez que os ocupantes de cargos da administração, além de vantagens como funções gratificadas ou comissionadas, também devem receber os índices dos planos econômicos que seriam retirados. Mas esta não é, evidentemente, a questão principal – há uma manobra clara de tentativa de legitimação da reitoria ao adotar o discurso de luta pela comunidade para assumir a liderança política do processo. E o que é muito mais grave, tenta-se usurpar o papel dos movimentos organizados de professores, dos técnico-administrativos, de alunos e até dos servidores públicos em geral no anunciado recuo do governo, que seria o principal resultado obtido pela administração.

Assim, o que está em discussão agora, muito mais do que índices de planos econômicos ganhos na justiça do trabalho, é aquilo pelo que lutamos muito para construir e temos de mais caro: nossa organização sindical, que não se submete a acordos de gabinetes, que não aceita a chantagem implícita da mensagem de que o problema está resolvido para este mês apenas e que tem sua força na luta coletiva e na clareza política de rechaçar o oportunismo dos que pretendem apenas obter os louros do trabalho alheio neste momento.

Assembléia
GERAL

25/5
Quinta-feira
10:00
Horas

AUDITÓRIO-CT

Avaliação do indicativo
de greve 25/5

Eleição
para o
Andes-SN

Dias
23 e 24
MAIO

Confira os locais
e horários de
votação na
página 12 desta
edição

Compareça e
fortaleça o
seu sindicato

II Encontro de
Professores
da UFRJ

Adufrj-SSind promove
debates sobre
previdência,
assistência e saúde
públicas.

Página 6, 7, 8 e 9.

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 4 • 22 de Maio de 2000

Seis mil protestam no Centro

Guilherme Lessa



APÓS A PASSEATA DO DIA 18 (FOTO), OS SERVIDORES GANHARAM DEFINITIVAMENTE O APOIO DA POPULAÇÃO PARA O MOVIMENTO

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 16/5, aprovou (com apenas uma ausência) um indicativo de greve para o próximo dia 25. No mesmo dia, às 10h, está marcada para o Auditório do CT uma outra assembléia para determinar a deflagração da greve. Pelos discursos apresentados e pela deliberação do indicativo, o recuo temporário do governo na questão dos 26,05% não diminuiu a indignação do professorado, que compareceu em maior número à última AG. Os quase cem professores presentes aprovaram ainda uma nota de repúdio (ver página 2) ao informe do MEC publicado no jornal O Globo, em 15/5, cujo teor distorce a realidade salarial da categoria para a opinião pública.

A Assembléia foi iniciada pelos infor-

mes de diversas Unidades. De uma maneira geral, os docentes que compareceram às reuniões marcadas pela Adufrj-SSind manifestaram uma preocupação com a intensidade da mobilização da universidade. Para viabilizar a greve, todos os relatos apontaram para a necessidade de uma mobilização maior dos professores e de um esclarecimento aos estudantes. Outro problema apontado foi a reposição de aulas ao fim da greve. Justamente por isso, algumas unidades desejam uma greve por tempo determinado (de, no máximo, uns 20 dias).

26,05%

O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, fez um histórico das reivin-



Sanglard
presidente da Adufrj

“A estratégia do governo é dividir os trabalhadores, espalhando gratificações em todas as categorias. Depois, ameaça retirá-las.”

Continua na página 3



Repúdio à nota do MEC

Nota do MEC confunde opinião pública

O Ministério da Educação (MEC), em nota publicada na imprensa em 15/5/2000, tenta demonstrar que foram concedidos vários reajustes salariais, desde 1995, aos professores e servidores técnico-administrativos das universidades públicas e demais instituições federais de ensino. A nota do MEC não busca esclarecer, mas sim confundir a opinião pública. Vamos aos fatos:

1) O MEC reconhece que nosso último reajuste salarial ocorreu em 1/1/1995, portanto, há mais de 5 anos. De lá para cá, a inflação acumulada, medida pelo Índice do Custo de Vida do DIEESE (ICV DIEESE), já está em mais de 67%, ou seja, houve uma perda significativa de nosso poder aquisitivo.

2) Os professores universitários receberam, de fato, a GED - uma gratificação de valor variável, que atinge de forma diferenciada cada docente e não é incorporada ao salário. Essa gratificação, mesmo com um reajuste dos seus valores máximos ocorrido em 1/1/2000, não repõe, nem de longe, as perdas salariais acumuladas.

3) Esta gratificação tem um papel perverso de discriminar diversos segmentos da categoria, como os aposentados, desrespeitando na prática o princípio da paridade (igualdade de vencimentos entre ativos e aposentados), garantido pela Constituição. Além disso, ela distorce a carreira de professor universitário, quebra a isonomia salarial garantida pela Constituição e tem efeitos lesivos nas atividades acadêmicas, privilegiando umas em relação a outras.

4) Em 1998, foi criada uma bolsa especial para os professores de 1º e 2º graus das universidades, escolas técnicas e do Colégio Pedro II, substituída em 1/1/2000 por uma gratificação similar à dos professores universitários - a GID, com as mesmas conseqüências lesivas e discriminatórias, que também não é um reajuste salarial.

5) Os índices percentuais de impacto nos salários apresentados pelo MEC são falaciosos,



pois não informam os perfis docentes (nível da carreira, regime de trabalho e titulação) a que se referem, nem qual o percentual de docentes envolvidos em cada uma das situações, deixando implícito que os valores máximos das gratificações são recebidos por todos.

Defendemos uma nova carreira única, salários dignos e recursos adequados para as universidades públicas brasileiras porque sabemos de sua importância na formação de professores e profissionais em todas as áreas do conhecimento, no atendimento à saúde da população e na produção de pesquisas científica e tecnológica para o desenvolvimento do país. Queremos e lutamos para que a universidade pública tenha maior qualidade e seja voltada para o atendimento das necessidades da grande maioria da população brasileira.

A PASSEATA DOS SERVIDORES FEDERAIS, NO CENTRO DO RIO, DIA 18, MOBILIZOU CERCA DE SEIS MIL MANIFESTANTES. OS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA COMPARECERAM EM GRANDE NÚMERO (FOTO À ESQUERDA). VESTIDOS DE PRETO, COMO PROTESTO EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO DADO PELO GOVERNO À CATEGORIA, O GRUPO PERCORREU A AVENIDA RIO BRANCO E A PASSEATA TERMINOU COM UM GRANDE ATO, NA AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, EM FRENTE AO MINISTÉRIO DA FAZENDA. NA FOTO DA DIREITA, OS PROFESSORES DA ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL MOSTRAM O CARTÃO VERMELHO PARA VILHENA, FHC E O FMI. NOS DIAS 24 E 25, SERVIDORES DE DIVERSOS ESTADOS PARTICIPARÃO DA MARCHA BRASIL, EM BRASÍLIA, ONDE PRETENDEM SER RECEBIDOS POR UM REPRESENTANTE DO GOVERNO.

AdUFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza - Titular; Marcos Vinícios P. Andrade - Titular e Clóvis de F. Neves Filho - Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Continuação da 1ª página

dicações dos docentes. Ele lembrou a Carreira Única com uma malha salarial correspondente protocolizada no MEC e comentou o desconforto da categoria na questão dos 26,05%. Como se sabe, nem todos ganham esse percentual. Assim, professores que exercem as mesmas funções possuem vencimentos diferenciados. Por isto, torna-se necessário abrir uma discussão sobre essas diferenciações salariais que, segundo ele, coloca em questão o princípio da igualdade: ou esse direito é de todos ou de ninguém.

A tentativa do reitor de ganhar os louros do processo de derrubada da portaria ministerial, expressa em informes na página eletrônica da UFRJ, também entrou na discussão. "Se ele diz que lutou tanto para mudar isso, pode lutar também para estender o percentual a todos", ironizou o professor Luciano Menezes, da Escola de Engenharia.

A Assembléia deixou claro que a extensão dos 26,05% para todos é apenas uma parte da luta do movimento docente. A verdadeira razão da mobilização contra o governo FHC é o reajuste salarial e a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

Figueiredo na SESu

O representante dos funcionários, Lenin Pires, deu um informe sobre a greve da categoria. "Está bastante forte na maioria das unidades acadêmicas. Ainda mais depois da 'gracinha' do governo com

os 26.05%", comentou. Lenin disse que a greve dos funcionários já atinge 26 universidades e a intenção era alcançar mais de 30 nesta semana (de 22/5 a 27/5). O representante dos funcionários surpreendeu a Assembléia com a notícia de que o sub-reitor de Graduação, Antônio Figueiredo, foi indicado para ocupar o cargo de Abílio Baeta na Secretaria de Ensino Superior (SESu). De acordo com Lenin, a indicação de Figueiredo demonstra mais uma vez a proximidade da reitoria da UFRJ com as políticas do MEC e justifica uma reação firme dos funcionários e professores da maior universidade federal do país.

Dossiê da USP

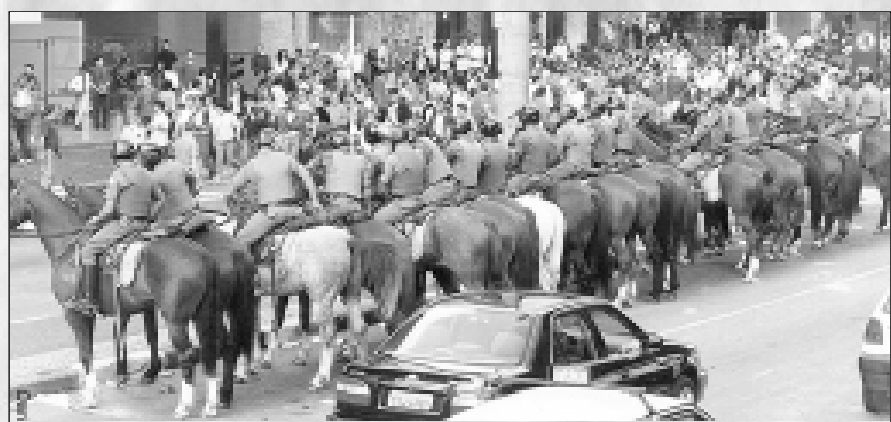
Um trabalho da USP sobre a presença da universidade pública, citado no Informandes de março e na coluna do jornalista Elio Gaspari, em O Globo, ganhou a aprovação geral da Assembléia da Adufrj-SSind. A seção sindical se dispôs a divulgar o dossiê e promover iniciativas na mesma linha de divulgação da importância da universidade pública. O canal universitário UTV (canal 16 da NET) foi visto como um meio fundamental para promover debates, colóquios e seminários - entre as diversas áreas de conhecimento da UFRJ - sobre temas relevantes da sociedade, entre outros: reforma agrária, meio ambiente, políticas sociais, ciência e construção do conhecimento etc.



Resenha Greve



Seção Sindical	Situação
ADUFPA (Ciências Agrárias do Pará)	com 186 presentes, aprovou a greve
APUSFC (Paraná)	com 173 presentes, aprovou indicativo de greve por tempo indeterminado a partir de 25/05
APUB (Bahia)	em greve por tempo indeterminado
ADEPM (Paulista de Medicina)	Com 30 presentes, aprovou indicativo de greve para 18/05
APROFURG (Rio Grande)	indicativo de greve (18/05)
ADUFAL (Alagoas)	estado de greve
SEDUFMS (Santa Maria)	em greve de 12 a 22 de maio
ASPUV (Viçosa)	indicativo de greve (25/05)
ADUFS (Viçosa)	indicativo de greve (25/05)
ADUFPb-Patos (Paraíba)	em greve por tempo indeterminado
ADUFES (Espírito Santo)	em greve por tempo indeterminado
SESDUF (Roraima)	estado de greve e paralisações periódicas
ADUFC (Ceará)	indicativo de greve sem data
ADUFERPE (Pernambuco)	indicativo de greve para 25/05
ADFCAP (Ciências Agrárias do Pará)	em greve por tempo indeterminado
ADUNIR (Rondônia)	estado de mobilização
ADUFOP (Ouro Preto)	estado de greve
ADUFPR (Paraná)	indicativo de greve para maio
ADUFMAT (Mato Grosso)	indicativo de greve para 25/05
ADUFPB-JP (João Pessoa Campus I)	manutenção do indicativo de greve sem data
APUBH	movimento em discussão nas Unidades
ADCEFET (Rio de Janeiro)	Indicativo de greve



NO ATO DE SERVIDORES ESTADUAIS E FEDERAIS REALIZADO EM SÃO PAULO, HOUVE VIOLENTO CONFRONTO COM A TROPA DE CHOQUE DA PM. NA MANIFESTAÇÃO QUE REUNIU SETE MIL PESSOAS PELO MENOS 25 FICARAM FERIDAS. OS POLICIAIS USARAM BOMBAS DE GÁS LACRIMOGÊNICO, BALAS DE BORRACHA E CAVALARIA.



Opinião/Denise Alvarez e Mario Cesar Vidal

Avaliação de desempenho na universidade

Afinal o que é produção científica/acadêmica?

A avaliação da produção acadêmica tem sido debatida no meio universitário, nos órgãos de fomento à pesquisa, nas Associações de Docentes, no Ministério de Educação e Desporto. A comunidade científico/acadêmica não duvida que sua produção deve ser avaliada segundo critérios qualitativos/quantitativos de desempenho. Entretanto, há que se pensar na especificidade do processo de produção acadêmica, para o qual não caberiam formas de avaliação equivalentes a uma empresa comercial, uma editora, uma *software house*. A transposição direta seria aparentemente simples mas equivocada em sua essência já que desconsidera as características da complexidade peculiar do trabalho universitário. O setor de serviços tem características diferentes do setor de produção de bens. A dificuldade em estocar produtos – quando muito, alguns meios e componentes de um serviço podem ser guardados para uso futuro, mas nunca o produto total – é um exemplo, dentre inúmeros outros, desta diferença.

Por outro lado a formação de profissionais, a pesquisa científica e o desenvolvimento de projetos para setores da sociedade são serviços oferecidos pela universidade que estão conectados a um valor maior, da constituição da própria sociedade. Na organização social, o acesso aos saberes situa-se no pólo denominado Bem Comum (SCHWARTZ, 1998), referente ao político e ao direito, onde estão os valores “sem dimensão”, expressão usada por analogia a certos números em Física ditos sem dimensão e por oposição aos valores mensuráveis ditados pelo pólo do mercado¹. FARGOT (1991), enumera alguns destes valores, que podem ser *individuais* (saúde, amor, sucesso, conforto, prazer) e *coletivos* (prosperidade, direitos sociais, liberdade, segurança, bens culturais, acesso aos saberes, saúde, meio ambiente).² Todos são objeto de debate, conflitos, arbitragens políticas, para que se possa dar-lhes hierarquia, dotá-los de recursos, configurá-los em instituições, enfim “dimensioná-los”, dar-lhes concretude na vida social. Classificá-los de “sem dimensão” não significa considerá-los absolutos, transcendentais, ou que sejam idéias reguladoras das conjunturas onde vão operar, e, sim, ao contrário, que eles sempre funcionarão em princípios de ação. Discutir a avaliação da produção acadêmica significa discutir o dimensionamento do valor relativo ao acesso aos saberes, ou seja, o acesso à educação e à produção científica.

Os sistemas de avaliação existentes, tanto para a produção institucional quanto para a produção individual de professores e pesquisadores, utilizam a pontuação, que é um dos recursos possíveis de quantificação. A pontuação acadêmica opera sobre uma listagem de itens estabelecidos pelos órgãos de fomento (EXECAPES e CNPq) ou pelo Ministério da Educação e Desporto (GED), que neste caso, tem a intenção de transformar uma gratificação em um instrumento de avaliação de desempenho. A partir de uma listagem atribuem-se pontos às atividades que se pressupõe serem as desenvolvidas por professores/pesquisadores.

A própria composição da lista é discutível e sempre o será: como estabelecer superlativos entre atividades de enorme distinção e oportunidades? O princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma primeira característica da complexidade pois há uma forte interdependência entre tais conteúdos. Entretanto, as críticas mais freqüentes a estes sistemas centram-se na atribuição dos valores numéricos e sua conexão com os conteúdos a que se referem: se a orientação acadêmica deve valer 4 pontos e orientação de alunos de doutorado 5; se a publicação em revista internacional deve valer 20 pontos e a participação em projeto ou curso de extensão 2 pontos; se um projeto de inovação didático-pedagógica deve valer 2 pontos e um artigo completo em periódico nacional 12, etc. Além da prioridade explícita a atividades ligadas à pesquisa, o que observamos é que esta numerologia é de difícil aplicação, pois atribui valores a tarefas de características e complexidades diferentes. A discussão quanto aos pontos atribuídos refere-se na realidade aos conteúdos das tarefas. Se não ficarmos atentos, questionar os pontos escamoteará o cerne do problema, pois se discutirá o quantitativo, deixando à margem o principal: como avaliar a qualidade dos serviços e quais são os conteúdos a ele pertinentes?

Nossa pesquisa sobre funcionamento de grupos de pesquisa tendo o Instituto de Física da UFRJ como espaço empírico, buscou verificar como trabalham professores/pesquisadores, que atividades desempenham e quais as características específicas de sua produção. Seus resultados confirmam uma realidade extremamente complexa, pois verificou-se que a interdependência entre os constituintes desse processo de trabalho é bem maior do que apontavam nossas primeiras esquematizações hipotéticas. Nosso objetivo foi levantar dados para enriquecer o debate sobre a avaliação do trabalho docente e de pesquisa, a partir da observação do trabalho real no ensino e na produção científica. Uma das funções da universidade, que consta na Constituição de 1988 e continua estabelecida pela LDB - mesmo bastante dissimulada -, é de que a universidade deve realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, e definir como estas atividades devem ser desempenhadas. Sem considerar os outros itens relativos à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e para refletirmos apenas sobre a atividade de pesquisa, verificamos que dentro de um instituto onde se desenvolve pesquisa básica de uma universidade federal esta pesquisa pode ser realizada de diferentes maneiras.

Desde os primeiros contatos com pesquisadores do Instituto, ficaram claras a pluralidade e a diversidade dos grupos de pesquisa em relação às condições materiais, aos processos de trabalho e à produção de resultados entre os grupos estudados: alguns com poucos integrantes, outros com muitos; alguns dedicados à pesquisa experimental, outros à pesquisa teórica; alguns de formação recente, outros com mais de 20 anos de atuação no meio acadêmico. A divisão da Física em *área experi-*

mental e área teórica faz também com que encontremos diversidades dentro de cada campo, no que se refere à composição e à forma de trabalhar dos grupos, e mesmo dentro de cada grande área encontramos diversidade significativa.

Na *física experimental*, por exemplo, há grupos formados por número reduzido de pessoas, que utilizam equipamentos alocados em laboratório no próprio Instituto e se dedicam a uma área de pesquisa. Fazem medições, analisam dados e os sistematizam. Ocupam-se da manutenção dos equipamentos, da obtenção de matérias-primas, da coordenação do grupo, têm poucas relações com grupos externos. Há outros grupos na área experimental de Física das Partículas Elementares, com muitos componentes, onde a rede de relações internacionais é determinante para a existência do grupo, pois os equipamentos ficam em outro país - o LEP (*Large Electron-Positron (Collider)*) situado no CERN, Genebra. Um destes grupos de *física experimental* é multidisciplinar (Matemática, Engenharia de Softwares, Engenharia Eletrônica), formado por 16 pessoas, participa de 4 colaborações internacionais, formadas por aproximadamente 500 pesquisadores do mundo inteiro. Os artigos produzidos por esses grupos de pesquisadores associados alcançam número elevado de publicações, pois uma decisão de colaboração estabelece que os artigos sejam assinados por todos os pesquisadores. Nesta área da Física, as colaborações são comuns há aproximadamente 20 anos.

Na *física teórica* os grupos também mantêm redes nacionais e internacionais de relação. Característica relevante no desenrolar da pesquisa na área de *física teórica* é a velocidade com que circulam as informações³. Os pesquisadores consultam diariamente as redes de pesquisa (Los Alamos e HEP - *High Energy Physics*), que divulgam trabalhos do mundo inteiro sem seleção prévia e possibilitam saber o que foi escrito no dia anterior e o que será divulgado com até um mês de antecedência. A velocidade na troca de informações na área de Física como um todo e, em especial, na *física teórica*, imprime ritmo de produção bastante acelerado aos pesquisadores que nela atuam.

Distinção clara entre as duas áreas, que se reflete em seu modo de produção, é a necessidade na *física experimental* de manter laboratório para realizar suas pesquisas, seja no Instituto ou fora dele. É preciso comprar equipamentos e materiais e manter o laboratório. Esta diferença básica se reflete no modo e no processo de produção: aqui é preciso fazer os experimentos e testes e, só depois de analisar os dados, produzir artigos. Em um dos laboratórios estudados, vimos que o levantamento e análise de dados pode consumir até seis meses de trabalho para que o material possa ser apresentado em congresso e depois elaborado um artigo para publicação em revista internacional indexada. Na área teórica, o modo de produção é mais rápido: entre a geração da idéia em linha de pesquisa que já está sendo trabalhada e sua concretização em um *pré-print* na Internet pode se passar apenas uma semana. Um chefe de grupo descreve bem

esta velocidade de produção: “É uma coisa muito rápida do dia-a-dia, por isso que é tudo meio louco. Você fica com aquela angústia: ou você publica ou alguém publica. Ou você corre atrás ou passou o tempo.” Para os que se dedicam à “pesquisa de ponta” a velocidade na divulgação de resultados é importante para se apropriar das conclusões.⁴ Com estes rápidos exemplos vê-se que dentro do mesmo instituto há diferentes modos de fazer a pesquisa segundo suas características: na área experimental ela pode ser feita de algumas maneiras, na teórica também; se o grupo participar de linhas de pesquisa da chamada “pesquisa de ponta” terá um modo específico de trabalhar, se dedica-se a fazer medições para si ou para outros laboratórios terá outro modo de trabalhar. O que nos remete imediatamente à questão: se há maneiras distintas de trabalhar não deveríamos ter maneiras de avaliar adequadas a esta diversidade? No momento, a produção científica nas universidades é avaliada com critérios pertinentes à “pesquisa de ponta”. Mas este tipo de pesquisa não é hegemônico no meio acadêmico e tem formas e condições materiais de trabalho diferentes da pesquisa menos competitiva. Ante esta constatação uma nova pergunta se apresenta: a “atividade de pesquisa” é um conceito partilhado por todos os grupos de pesquisa? E logo a reboque desta, emergem outras questões relevantes: quais as condições da negociação de avaliação da produtividade universitária com os parceiros políticos? Qual o projeto político-social para a universidade pública brasileira? Será possível dar lugar à *atividade* de professores/pesquisadores nos critérios de avaliação de qualidade da produção acadêmica? Que critérios escolher para que as atividades de pesquisa, ensino e extensão tenham o mesmo reconhecimento na hora da avaliação? São perguntas que devemos nos fazer e tentar responder através do diálogo para que, no mínimo, as questões ligadas à avaliação da produção acadêmica sejam discutidas com a mesma seriedade com que se faz formação de recursos humanos, pesquisa científica e o desenvolvimento de projetos para setores da sociedade na universidade pública brasileira.

Denise Alvarez
Mario Cesar Vidal
Grupo de Ergonomia e Novas Tecnologias da COPPE/UFRJ
Caixa Postal 68507 Rio de Janeiro RJ CEP 21945-970
E-Mail MVIDAL@PEP.UFRJ.BR ALVAREZ@PEP.UFRJ.BR

¹ SCHWARTZ, Yves. (1998) “Concordance des temps? Le travail, le marché, le politique”. In: Les temps - Actes du colloque interdisciplinaire, les 12 et 13 mars 1998, Nantes, pp.12-13.

² FAGOT, Anne. (1991). “Réflexions sur la notion de qualité de la vie”. Archives de Philosophie du Droit, tomo 36, pp.135-153. Citado por SCHWARTZ, Yves. Op.cit.p.12.

³ A informação pode ser vista como acesso a revistas especializadas, participação em congressos, seminários, “escolas”, consulta bibliográfica a redes de “pré-prints”, etc, assim como as trocas informais: conversas realizadas na hora do almoço, ao telefone, visitas a sala de um colega. Ou seja, como dizem LATOUR e WOOLGAR (1987) “*dedica-se uma energia considerável inventando-se meios para chegar a qualquer forma de traços escritos que possa ser ofertado à leitura*”. Latour, B. e Woolgar S. (1997) “*A vida em laboratório: a produção dos fatos científicos*”, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

⁴ Segundo explicação dos pesquisadores, a expressão “pesquisa de ponta” define a pesquisa que estuda assuntos novos, que lida com inovações que podem virar tecnologia avançada e que estão sendo estudados em várias partes do mundo.



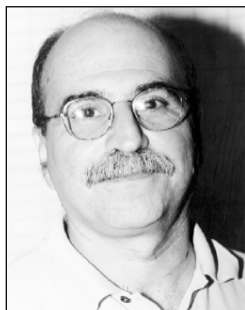
Vida no Campus



Resolvido, em parte

De acordo com a Prefeitura Universitária, as obras de ligação das linhas Vermelha e Amarela estão correndo dentro do prazo. Portanto, está mantida a data de inauguração para a segunda quinzena de junho. Na análise do prefeito Ivan Pereira, o fechamento total da via entre o CT e o CCMN resolveu os engarrafamentos da Cidade Universitária na parte da tarde. Para ele, o problema do momento reside na saída no mesmo horário dos 47 ônibus especiais que servem ao CENPES, CEPEL, COPPEAD e CETEM. A Prefeitura estava tentando negociar um espaçamento maior no tempo de partida desses veículos pesados para desobstruir um pouco mais o horário de *rush*. Sobre as reclamações da falta de informação para os motoristas, o prefeito lamenta que só tenha recebido as determinações da mudança em cima da hora.

Tribuna



Eduardo Siqueira, 53

Professor do Instituto de Matemática

Foi distribuído um croqui muito mal feito sobre essa interdição. Extremamente primário. E somente depois das obras. Eu só soube no dia, por exemplo. O nível de informação esteve muito precário, embora eu lembre de ter visto uma maquete da interligação na reitoria há algum tempo. Não peguei engarrafamentos até pelos meus horários: chego às 8h e saio depois das 22h.



Ana Paula Cerbino, 33

Funcionária do CCMN

Foi um caos completo. Voltei de férias essa semana e fiquei sabendo que a Prefeitura Universitária não tomou as providências para informar a comunidade. A minha saída ficou muito prejudicada, pois o ônibus que eu pego para Niterói (linha 998) não passa mais depois das 17h, como antes. E eu só saio às 18h.



Kátia Regina de Souza, 35

Estudante de pós-graduação do Instituto de Química

Não avisaram sobre a interdição, nem sobre os novos pontos de ônibus. Até os motoristas estavam desinformados sobre o trajeto a seguir. Eu moro em Bonsucesso. No máximo, eu levava dez minutos para ir e voltar. Com o fechamento da passagem, estou gastando meia hora. No pior dia dos engarrafamentos, fiquei duas horas e meia para tentar sair do Fundão.



Iuri Cota, 32

Estudante de pós-graduação da Informática

O grande problema foi a informação, que não houve. Ninguém disse nada. Como morador do Flamengo, agora estou perdendo quinze minutos a mais para sair e mais quinze minutos para entrar. Isso para não falar no gasto de gasolina. Estou sabendo que vai melhorar, mas deviam programar melhor a comunidade.

Seguridade na pauta dos docentes da UFRJ

O II Encontro dos Professores da UFRJ foi dedicado à análise das reformas do governo e à busca de alternativas para uma nova seguridade social no país



Promovido pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind, foi um sucesso o II Encontro de Professores da UFRJ. Cerca de 200 pessoas lotaram o Auditório da Escola de Serviço Social, na parte da manhã e da tarde do dia 12 de maio, para discutir “As duas faces da Contra-reforma de FHC. Alternativas para uma nova Seguridade”.

Na parte da manhã, a professora da Universidade de Pernambuco, Ana Elizabete Mota, e o Atuário e Doutor em Administração Pública, Ivo Loyola, apresentaram suas posições e avaliações a respeito da crise da seguridade no Brasil e sua relação com a política neoliberal implementada pelos últimos governos.

Na parte da tarde, os professores Aloisio Teixeira e Laura Tavares trataram, respectivamente, do “Financiamento da Previdência Pública: rumo ao desmonte da proteção social” e da “Contra-reforma de FHC e seus impactos na Previdência Social”. Com problemas de última hora, a presidente do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, Fernanda Duclos Carisio, que falaria especificamente sobre os fundos de pensão, não pôde comparecer.

Nas páginas seguintes, você confere os principais trechos dos discursos dos palestrantes.

Os objetivos do encontro

Os objetivos das palestras estavam bem definidos: aprofundar o debate sobre as implicações da reforma do Estado para a Seguridade Social nos anos 90, especialmente em relação à Previdência Social; debater os impactos da contra-reforma da Seguridade Social para o conjunto dos trabalhadores; discutir as consequências sociais da flexibilização do trabalho no processo de desconstitucionalização dos direitos sociais; construir estratégias coletivas para o acompanhamento, avaliação e discussão da Seguridade Social; buscar formas de articulação com outros setores sociais a exemplo dos Conselhos Profissionais Federais e Regionais e, finalmente, abrir um espaço de debate entre professores ativos, aposentados e substitutos sobre a política de assistência e o papel do sindicato na construção de propostas de implementação de políticas sindicais.

GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind

Cleusa dos Santos (coordenadora)
Angela Santana do Amaral (UFPE)
Fátima Grave
José Miguel Saldanha
Roberto Houaiss
Sara Nigri Goldman
Sara Granemann
Waldir Azevedo Junior



A PROFESSORA YOLANDA GUERRA DURANTE AS INTERVENÇÕES DA MANHÃ. NA MESA (DA ESQUERDA PARA A DIREITA), IVO LOYOLA, JOSÉ HENRIQUE SANGLARD, CLEUSA SANTOS E ANA ELIZABETE MOTA

Tribuna



Aloisio Teixeira
Professor da UFRJ

“Não é o Tesouro que está financiando a Seguridade; é a Seguridade que está financiando o Tesouro Nacional para pagar juros da dívida pública. Não há crise estrutural (do sistema previdenciário), mas qualquer pessoa na rua vai falar que há. O sujeito jura pela mãe mortinha que existe uma crise. A mentira venceu”



Ana Elizabete Mota
Professora da UFPE

“Hoje, infelizmente, a demanda é por Plano de Saúde. Eu tive uma experiência como funcionária do Banco do Brasil ao ser diretora, durante quatro anos, do maior fundo de pensão deste país e pude constatar a demanda de funcionamento. (...) Eu não sei se um sindicato deve promover planos privados para seus associados, mas acho que as entidades poderiam estimular formas de organização com alguma autonomia para um sistema autogerido. (...) Uma das questões fundamentais é a sua forma de gestão democrática ou não. Não vamos querer ‘companheiros investidores’.”



Ivo Loyola
Atuário e ex-assessor da OIT

“O problema das relações dos sindicatos de funcionários públicos com o governo é que este não admite que é empregador. Ele só admite ser soberano. Enquanto isso não mudar, enquanto não houver a obrigatoriedade da criação de um sindicato patronal, fica complicado discutir qualquer coisa. É um diálogo de surdos. Mesmo nas empresas privadas que não admitem discutir acordos trabalhistas, sempre se destina um interlocutor para negociar com o sindicato. Isto, no governo, não acontece.”



Laura Tavares
Professora da UFRJ

“Mesmo que ‘consertassem’ o financiamento da Seguridade Social, a malvadeza existiria ainda na distribuição dos benefícios. Se nós cumpríssemos a Constituição Federal de 88, teríamos um quadro social mais justo. Hoje, as pessoas ficam falando em programas antipobreza e o cinismo impera”.

Sistema brasileiro é desmontado nos anos 90



As políticas de desemprego e os níveis de pauperização e de concentração de renda impediram a sociedade de se beneficiar do texto constitucional de 1988

A professora da Universidade Federal de Pernambuco, Ana Elizabete Mota, abriu a programação de palestras do II Encontro da Adufrj-SSind dizendo ser necessário ‘reconceituar’ alguns termos relativos à chamada crise da seguridade social. A professora lembrou que há diferentes tratamentos teóricos para o significado da seguridade social. Um deles a qualificaria como uma “política de compensações, promotora de justiça e equidade”. Outro abordaria a questão “sob à ótica redistributiva do resultado da produção do trabalho, podendo tanto socializar os custos deste trabalho com o capital quanto ser um meio de mercantilização da força de trabalho.”

A professora contextualizou a crise brasileira como mais um elemento desenvolvido pelo capitalismo contemporâneo, principalmente entre os anos 40 e 70. “As políticas de seguridade social têm origem do reconhecimento público dos riscos sociais do trabalho assalariado e ampliam-se a partir do II pós-guerra como um meio de promover uma proteção social a todos os trabalhadores através de ‘ações compensatórias’ para os impossibilitados de se sustentar através do trabalho; de ‘cobertura de riscos’, nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário; e ‘manutenção de renda’, seja por velhice, morte ou suspensão definitiva ou temporária das atividades”.

Segundo Ana Elizabete, nos países desenvolvidos, os sistemas públicos de proteção social se transformaram na principal forma de intervenção do Estado, o conhecido *Welfare State* ou, ainda, o estado de bem estar social. “Este modelo se constituiu num verdadeiro padrão de financiamento público na economia capitalista, financiando parte dos custos da reprodução da força de trabalho, o que viabilizou a estatização política da sociedade salarial e a socialização (com o capital) dos custos do trabalho.”

Para tanto, os governos que adotaram o estado de bem estar social promoveram a universalização da cobertura dos benefícios e ampliaram o conceito de proteção atribuindo-lhes o estatuto de ‘direitos sociais’. “Com esta ampliação, os salários deixaram de ser o único elemento constitutivo da renda disponível da população assalariada”, continuou. Os benefícios sociais, juntamente com o trabalho doméstico e os salários passaram a compor os meios pelos quais o Estado manteve a ‘gestão da força de trabalho’, através das políticas públicas e da legislação.

Vendaval neoliberal

Com a reformulação do capital e a inclusão do neoliberalismo na ordem do dia das nações mundiais, de acordo com a professora, o quadro “pródigo” de medidas de ajustes econômicos e reformas institucionais propiciou às classes trabalhadores – seja nos países centrais, seja nos periféricos – presenciar uma verdadeira “ofensiva” dos organismos financeiros internacionais nos chamados

direitos sociais. Isto tudo com o objetivo de redirecionar a gestão das políticas de proteção social para quem? Logicamente, para o mercado em vias de implosão.

No Brasil

Segundo a professora, embora a arquitetura da seguridade social no Brasil, após a Constituição de 1988, tenha a mesma orientação daquelas que constituíram o estado de bem estar social nos países desenvolvidos, as características excludentes do mercado, a pauperização e os níveis de concentração de renda provam que por aqui esta concepção nunca atingiu, de fato, a universalização dos benefícios.

“Parece paradoxal, mas o fato é que durante as décadas de 70 e 80, quando começam a surgir nos países desenvolvidos as primeiras críticas ao *Welfare State*, assiste-se no Brasil, primeiramente sob os auspícios do regime militar e, em seguida, sob uma direção democrático-popular, a expansão e ampliação dos sistemas de proteção social”, explica. Segundo a professora, a consolidação “tardia” de um sistema de seguridade mais universal, no Brasil, foi rompida a seguir, nos anos 90, com a avalanche de “prescrições neoliberais e reformas voltadas para o desmonte dos recém-instituídos direitos sociais”.

Para Ana Elizabete, isto se deu por dois motivos bastante claros: as condições particulares sob as quais a burguesia nacional assimilou as necessidades sociais dos trabalhadores e a inserção subalterna do Brasil na economia mundial, o que envolveria a reestruturação produtiva, os ajustes e a reforma do Estado.

“A SEGURIDADE SOCIAL PASSOU A SER TRATADA SOB ÀS ÉGIDES DA VIABILIDADE FINANCEIRA E DA EFICÁCIA”.



Foram estas, segundo a professora, as condições propícias para o surgimento dos sistemas corporativos (fundos de pensão), dos seguros privados e da “assistencialização” ou os chamados programas de renda mínima.

Estratégia

De acordo com Ana Elizabete, a principal estratégia política utilizada para viabilizar as reformas foi a despolitização da discussão sobre a Seguridade Social (que incluí a previdência, a assistência e a saúde). Esta passou a ser tratada “sob às égides da viabilidade financeira, da eficácia e da incompatibilidade entre os sistemas de proteção e as novas configurações do mundo do trabalho”.

Os fundos de aposentadoria e de pensões foram, segundo a professora, os primeiros que incorporaram as mudanças. A sociedade passou a configurar dois novos tipos de classes: os cidadãos consumidores e a população pobre. Como outros bens sociais, saúde, previdência e assistência passaram a ser considerados não mais direitos, mas produtos de um mercado em expansão.

A receita para o desmonte do setor público de proteção social, segundo Ana Elizabete, é recente, mas não muito. Pode ser facilmente encontrada no relatório do Banco Mundial (1990) sobre desenvolvimento que já prescrevia “a busca de um modelo de crescimento que garanta o **uso produtivo do trabalho dos pobres** e o provimento amplo de **serviços sociais básicos aos pobres**, sobretudo de educação, assistência médica básica e planejamento familiar”.



“A mentira venceu!”

Aloisio Teixeira demonstra com números que não há crise estrutural no sistema previdenciário criado pela Constituição de 1998

A palestra da tarde do II Encontro de Professores foi iniciada pelo Doutor em Economia e professor da UFRJ Aloisio Teixeira, que discursou sobre o “Financiamento da Previdência Pública: rumo ao desmonte da proteção social”. No final dos anos 80, Aloisio trabalhou como secretário-geral da Previdência e ajudou a construir o projeto aprovado na Constituição Federal de 1988. Um projeto que ele mesmo reconhece não ser perfeito (discorda, por exemplo, da aposentadoria mais cedo para o professor homem), mas afirma ser, com certeza, muito superior ao desenhado pelos governos recentes em suas segundas incursões reformistas.

Aloisio lembrou um pouco do período de criação da Previdência, na Constituição Federal de 1988. O professor comentou, por exemplo, que, pela primeira vez, surgia o conceito de Seguridade Social, cujo sinônimo mais próximo seria “proteção social”. Para ele, a idéia era justamente ampliar essa proteção em meio à miséria, unificando os instrumentos da área social: Previdência, Saúde e Assistência. “Doze anos depois, digo que foi um notável avanço

no campo social”, disse.

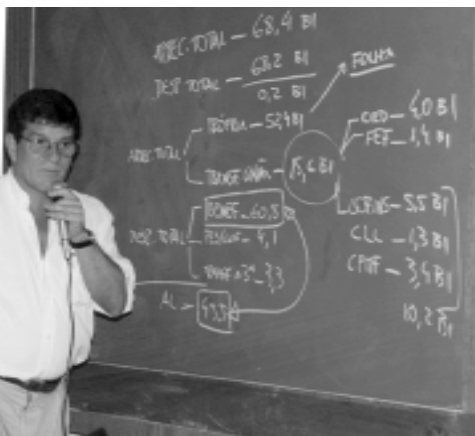
O ponto mais realçado pelo discurso de Aloisio disse respeito às fontes de financiamento da Previdência, muito bem definidas na CF de 88. De fato, o artigo 195 diz que a “seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...)”. Além disso, estão previstas as contribuições sociais relativas ao Lucro Líquido, ao PIS/PASEP, ao COFINS, ao FAPI, entre outras. Para completar a arrecadação, existem ainda as contribuições de empregadores, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; a contribuição dos trabalhadores e, ainda, um percentual sobre a receita de concurso de prognósticos.

“Esse sistema jamais foi implantado”, criticou o professor. Desde então, explicou Aloisio, apenas parte desses recursos foi destinada à Seguridade Social, com o burocrático nome de “transferências do Tesouro Nacional”. Ou seja, parece que o Tesouro presta um favor à Previdência. Na verdade, é o contrário. “Não é o Tesouro

que está financiando a Seguridade; é a Seguridade que está financiando o Tesouro Nacional para pagar juros da dívida pública”, afirmou.

Aloisio listou os dados consolidados da União relativos ao exercício de 1999 para comprovar o que estava dizendo. Citou a despesa total da Previdência (R\$ 68,2 bilhões) e o que o governo chama de déficit (R\$ 15,6 bi), coberto com as tais “transferências da União”. Ocorre que, desses pouco mais de R\$ 15 bilhões, mais de R\$ 10 bi são oriundos de COFINS, CPMF ou Contribuição sobre Lucro Líquido (portanto, de recursos constitucionais da Previdência).

Antes que a platéia indagasse que o governo ainda “gastaria” cerca de R\$ 5 bi com o Previdência, Aloisio respondeu com números. “Acontece que, no ano passado, a COFINS arrecadou R\$ 20 bilhões; a Contribuição sobre Lucro Líquido, 10 bilhões, e a CPMF também ficou nessa casa dos R\$ 10 bilhões. Se a gente contar com o restante dos chamados recursos próprios da



arrecadação da Previdência, temos R\$ 100 bi para financiar a Seguridade Social. Isso sem falar da sonegação sistemática”, disse.

Na opinião de Aloisio, o governo conseguiu convencer a sociedade em geral com um discurso mentiroso sobre o déficit da Previdência. “Não há crise estrutural (do sistema previdenciário), mas qualquer pessoa na rua vai falar que há. O sujeito jura pela mãe mortinha que existe uma crise. A mentira venceu”, ironizou.

Brasil, a reforma que não deve ser feita

Doutor em Políticas Públicas, o atuário Ivo Loyola relata as diversidades dos sistemas europeu e americano e revela os motivos da opção brasileira

O atuário e doutor em Políticas Públicas, Ivo Loyola, passou os últimos anos dedicando-se a acompanhar e desenvolver reformas previdenciárias em diversas localidades no mundo, principalmente, na região euro-asiática. De sua experiência como assessor da OIT – Organização Internacional do Trabalho, Loyola contou para a platéia do Auditório da ESS que em países do chamado primeiro mundo convivem três patamares de sistemas de seguridade social: o de natureza pública, de controle estatal (regimes de previdência); o de natureza privada, involuntária ou obrigatória (os fundos de pensão); e o de natureza absolutamente voluntária e privada, caso dos seguros e complementações, abundantemente ofertados pelo mercado.

Para dar água na boca dos presentes, Loyola apresentou como um ícone da seguridade pública o regime suíço. Segundo o ex-professor, na Suíça o regime é primordialmente público. As revisões na legislação previdenciária são periódicas e, desde 1947, os suíços ainda optam por uma seguridade que beneficia integralmente a população em todos os níveis, da assistência à previdência, com direito a seguros desemprego, maternidade e outros benefícios. Em outros lugares, como na Escandinávia ou Noruega, sequer existem os fundos de pensão, porque todas as necessidades são cobertas pelo sistema público.

O caminho oposto ao europeu foi traçado pelos Estados Unidos, nação em que, segundo Loyola, a cultura do liberalismo gerou o total desinteresse pelo Estado em criar qualquer bene-

fício que se assemelhasse a um sistema de seguridade ou de bem estar social.

Nos EUA, o primeiro programa federal que pode ser chamado de seguridade foi criado em 1931, fruto da crise de 29, e dava renda e assistência às mães abandonadas e seus filhos. Foi, segundo Loyola, a origem da *social security* americana, que nada tem a ver com a nossa “seguridade social”. Isto porque os americanos não consideram os benefícios da *social security* como de caráter previdenciário, mas puramente assistencial.

Loyola conta que nas reuniões internacionais de atuários, os representantes norte-americanos geralmente dizem “É, realmente o que vocês fazem aqui (na Europa) é completamente estranho para nós.

Segundo Loyola, a linha de desenvolvimento da cultura liberal não favorece em nada o surgimento de atividades gregárias e solidárias, como um sistema de seguridade. “A idéia que as pessoas têm de si mesmas e que têm dos outros, em países como o Canadá e os EUA, revela que elas não se consideram boas cidadãs se não obtiverem sucesso em qualquer coisa que sejam. Seja como um chaveiro ou como presidente, se não for ‘bem sucedido’ com as oportunidades que o país oferece, a pessoa não se acha um bom cidadão, merecedor de qualquer benefício.”, comentou. De acordo com o especialista, a única atividade efetivamente mutualista nos EUA, segundo o atuário,

são os sindicatos. E é deles que surgem os fundos de pensão, dos quais são esmagadoramente proprietários. O maior deles é, curiosamente, de um sindicato de professores.

Inglaterra, uma exceção na Europa

De acordo com Loyola, a Inglaterra não oferece nenhum benefício de previdência, mas dá a chamada “média testada”. “Quem tem um determinado conjunto de bens e renda não ganha nada, mas quem está abaixo deste patamar tem direito a um único benefício de um único valor – 257 libras por semana. Isso gera uma necessidade de complementação, geralmente oferecida por fundos geridos também pelos sindicatos”, esclarece.

Cultura do umbigo

Para Loyola, a “cultura do umbigo” é um novo viés na questão da seguridade e é tradicional de lugares como o Porto de Hamburgo que doou seus armazéns para as empresas de informática, tecnologia de ponta ou biotecnologia. “No norte da Noruega, por exemplo, não existem sindicatos e, portanto, os trabalhadores não ligam para a questão da previdência. O que vale é a cultura do pensamento em relação a quanto o indivíduo, sozinho, pode se desenvolver na empresa”. O que se descobriu, segundo o atuário, é que este histórico de tentar cobrir as aposentadorias apenas com o resultado dos investimentos nas ações da empresa é improvável. “A média móvel de 50 anos mostra que ninguém consegue cobrir aposentadoria ou

Fator previdenciário revolta professora

Mecanismo de pagamento dos benefícios, introduzido pelo governo FHC, penaliza os mais pobres

Logo em seguida à exposição do professor Aloisio Teixeira, foi a vez da Doutora em Economia do Setor Público pela Unicamp e também professora da UFRJ Laura Tavares falar sobre “A contra-reforma de FHC e seus impactos na Previdência Social”. Laura não conseguiu conter sua revolta ao tratar do mecanismo do fator previdenciário, introduzido pelo governo FHC no ano passado.

Pelo critério antigo da Previdência, o segurado que completasse 35 anos de contribuição teria direito a receber 100% do salário do benefício, o qual corresponde à média dos últimos 36 salários de contribuição para a Previdência. No novo regime, um segurado com 35 anos de contribuição e 53 anos de idade, para que tenha o mesmo benefício, terá de contribuir por mais sete anos. Assim, o projeto estabeleceu que ninguém poderá se aposentar com a totalidade da contribuição, com menos de 59 anos.

“Para criar isso, (os técnicos do governo) basearam-se na média do aumento da expectativa de vida – 60,3 anos, de acordo com dados do INSS, em 98. Só que existem estudos que comprovam a relação entre renda e expectativa de vida. Quanto maior a renda, maior a expectativa”, disse a professora. Na opinião de Laura, os trabalhadores brasileiros, especialmente os de baixa renda, que dificilmente alcançam uma alta média de expectativa de vida acabam ficando sem o benefício.

Para piorar a situação, em março, o Supremo Tribunal Federal não acatou as ações diretas de inconstitucionalidade movidas pelos partidos de oposição contra o fator previdenciário, que está sendo aplicado

desde dezembro de 99.

Pois bem. No atual sistema, as pessoas vão morrer antes de receber o benefício. Laura afirmou que o fator previdenciário foi uma pancada de que poucas pessoas se deram conta.

Programas antipobreza

Fazendo uma referência à palestra anterior, Laura informou que, mesmo que “consertassem” o financiamento da Seguridade Social, a “malvadeza” existe ainda na distribuição dos benefícios. “Se nós cumpríssemos a CF de 88, teríamos um quadro social mais justo. Hoje, a gente fica pensando em programas anti-pobreza e o cinema impera.

Os trabalhadores brasileiros, especialmente os de baixa renda, que dificilmente alcançam uma alta média de expectativa de vida acabam ficando sem o benefício.

Fundos de Pensão

A última expositora, com problemas de última hora, não pôde comparecer ao II Encontro de Professores da UFRJ. Fernanda Duclos Carisio, que é presidente do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, trataria do “Significado dos Fundos de Pensão no neoliberalismo”. Apesar da ausência de Fernanda, o tema acabou sendo discutido pelos outros dois expositores e pela platéia. “Até estudos do Banco Mundial denunciaram que os fundos de pensão são uma caderneta de poupança puramente financeira, que nada reverteu para os trabalhadores”, comentou Laura. Foi lembrado ainda que os fundos de pensão ajudaram a privatizar o Brasil, ao assumir parte dos consórcios que tomaram conta dos setores elétrico e telefônico, entre outros.

qualquer tipo de deficiência só com investimentos na bolsa de valores ou, mesmo, com poupança individual.

No Brasil

Em 1994, como consultor da OIT, Loyola conta que foi chamado pelo governo brasileiro para opinar sobre o projeto de reforma constitucional que seria apresentado no Congresso. Na ocasião, ele e mais dois outros técnicos perguntaram quais eram as informações que o ministério tinha para iniciar o processo. “Não havia nada, só discurso, nada de estatística, sistema de coleta, contabilidade e nenhum sistema de fluxo que permitisse apurar alguma coisa”, revelou. Segundo Loyola, a incompetência reinava no governo tucano e era preciso pelo menos dois anos para se montar um sistema de estatística que desse suporte a qualquer iniciativa reformista.

O sistema brasileiro de previdência data de 1934 e, anteriormente às reformas, era considerado um sistema de vanguarda, para a época em que foi criado. O sistema serviu, inclusive, de modelo para os demais países da América Latina. Os seminários internacionais sobre o assunto dedicam palestras com títulos sugestivos, como *Brasil: a reforma que não deve ser feita*. Isto demonstra a fragilidade do projeto reformista do atual governo.

Mitos

O resultado dessa primeira reunião dos membros da OIT com o governo brasileiro, no início do governo tucano, foi que o então secretário da previdência social do ministério disse claramente que não queria nenhuma assessoria, que não precisava de nenhum apoio técnico e que a reforma era exclusivamente política e “iria passar de qualquer jeito”, conta Loyola.

“Eles (governo) levaram quatro anos para implementar as

reformas. Neste período, o estoque de benefícios concedidos cresceu 47%. A taxa histórica de crescimento variava de 32 a 33% anos antes. O volume de aposentadoria corresponde à taxa de crescimento demográfico historicamente registrado, ou seja, hoje se aposentam aqueles que contribuíram durante 30 ou 35 anos. Se é por conta da quantidade de gente a ser beneficiada, o Brasil não precisava desta reforma”, denunciou o atuário.

As fontes

Segundo o técnico, existem duas concepções na forma de se obter recursos, de acordo com a Constituição: o regime contributivo (recursos do trabalhador) e o não contributivo (oriundo de impostos gerais e orçamento fiscal). “O seguro social só atinge aqueles que têm renda para ser confiscada e ser redistribuída para a sociedade. Essa é a grande história por trás da reforma, hoje. Está sendo discutido um confisco distributivo e resta saber quem vai receber benefício e quem vai pagar a conta”.

A ordem dos fatores altera o produto

Segundo o atuário, quando se vai montar um regime de previdência se leva em conta a ordem de alguns fatores. Primeiro, a rede de distribuição. Segundo, a solidariedade. E o terceiro é a equivalência entre receita e despesa. No seguro privado, a prioridade é o terceiro fator. No fundo de pensão, existe um segundo princípio que é o da solidariedade. “Em vez de cobrar um preço para cada pessoa, se cobra um preço único para todos”.

Para Loyola, a ordem destes fatores influi decisivamente para se determinar o tipo de regime. “Se coloco a equidade em primeiro lugar, faço a relação entre contribuição e benefício. Se coloco a solidariedade, estou trabalhando com fundo

de pensão e se eu coloco a redistribuição primeiro, aí tenho o regime de previdência social.

Previdência para o servidor

Enquanto no setor privado o que deve ser levado em conta é o princípio da equivalência entre receita e despesa, no regime de funcionários públicos, segundo Loyola, o governo tem que tomar uma decisão política. “Há duas possibilidades: ou, como na Noruega, faz-se um regime único para todos, setor público e privado, com as mesmas regras para seguros em todos os níveis (lá, a taxa de contribuição é de 37% do PIB, bem menor do que no Brasil); ou se monta um regime múltiplo, um geral para os demais trabalhadores e outro para o sistema público”.

Nas contas do atuário, convivem, no Brasil, 6028 regimes para servidores (Federal, estaduais e municipais). “Nada de mais, porque, em princípio, é mais barato manter um regime próprio do que pagar ao regime geral de previdência social.” Do ponto de vista do FMI, o segredo da “boa reforma” é nunca se dizer que está se fazendo uma reforma. “Na Argentina, com todo o alarde na mídia, a reforma reduziu significativamente os benefícios e aumentou a contribuição de 27% para 49%”.

Para Loyola, não faz sentido um regime de previdência para o serviço público. Segundo ele, este tipo de contribuição só serve para duplicar receita e manter um superávit fantasioso, aos olhos da sociedade. “Se o governo paga a previdência dos servidores com o mesmo dinheiro que vem de impostos, qual é o sentido econômico de se pagar um salário e retirar a mesma parte dele, se o próprio governo tem a capacidade de fixar o mesmo salário, diferente do que acontece no mercado?”, questiona. “Os governos se utilizam deste expediente exclusivamente para produzir uma receita fantasma e reduzir salário”, conclui.




 Eleições/Andes-SN

Quem é que faz oposição a atual diretoria da Andes

A corrente política, que dirigiu nosso sindicato nacional por mais de dez anos, pautou a sua atuação por uma visão aparentemente classista da atividade sindical, pretensamente de vanguarda e revolucionária. Esse grupo político (Andes AD), que comandou a Andes até 1998, parte do pressuposto que o movimento sindical se constitui no pólo aglutinador da sociedade na luta pela transformação social. Na frente de todo esse processo estaria um sindicato de intelectuais capaz de iluminar o caminho e conduzir os demais sindicatos para a construção da nova sociedade que se ergueria sobre os escombros da sociedade capitalista em crise (permanente). Do ponto de vista teórico essa concepção sindical encontra sua matriz fundadora no século XIX, particularmente no socialismo revolucionário francês, caudatário das várias frações anarquistas. Mais recentemente esse conjunto de idéias tem encontrado respaldo em correntes organizadas de algumas facções de esquerda em nosso país, particularmente no PSTU.

Essa veledade vanguardista e “revolucionária” transformou a Andes em uma espécie de partido político que, como tal, precisa de uma disciplina e organização para dar conta do conjunto de atribuições próprias da instituição partidária de “esquerda”. Essa visão de mundo levou o sindicato nacional a uma postura estreita e sectária nas suas relações com a sociedade, sobretudo com a universidade.

Todo esse processo divorciou o sindicato de suas bases, do cotidiano do professor universitário, muitos dos quais não comparecem mais as assembleias gerais, seminários e eventos nacionais porque não se identificam com a Andes, não se sentem representados. A oposição quer reduzir o movimento docente à sua militância, aos frequentadores de assembleias, Conad's e Congressos. Ao deixar de representar o professor, o nosso sindicato se descredenciou como interlocutor da universidade com a sociedade.



Ao construir uma direção plural para o nosso sindicato demos o primeiro passo para romper com a política estreita e sectária que predominou até 1998. Estamos tentando arejar e desburocratizar a ANDES. Somos mais parecidos com o conjunto do pensamento médio dos professores universitários brasileiros, fato indispensável para um processo de reaproximação com as nossas bases, com a comunidade científica.

Essa eleição é plebiscitária. Os professores universitários brasileiros terão que decidir entre um amplo leque de forças que buscam ampliar o conjunto de forças que defendam a universidade pública, de um lado, e os setores mais sectários que divorciam cada vez mais a universidade da sociedade.

Coordenação da Campanha da Chapa www.andes.chapa1.tmp.br

Quem Apoia a Chapa 1

José Dirceu - **Dep. Fed. PT/SP e Pres. Nac. PT**; Miguel Arraes - **Pres. Nac. PSB e ex-Gov. de Pernambuco**; João Amazonas - **Pres. Nac. do PC do B**; Zuleide Farias de Melo - **Pres. Nac. do PCB**; Luíza Erundina - **Dep. Fed. PSB/SP e ex. Pref. de São Paulo**; Osmar Ribeiro de Almeida Júnior - **Vice-Gov. do Piauí - PC do B**; Aloizio Mercadante - **Dep. Fed. PT/SP**; Aldo Rebelo - **Dep. Fed. PC do B/SP**; Fernando Marroni - **Dep. Fed. PT/RS**; Pedro Wilson - **Dep. Fed. PT/GO**; Jandira Feghali - **Dep. Fed. PC do B/RJ**; José Genoíno - **Dep. Fed. PT/SP**; Sérgio Miranda - **Dep. Fed. PC do B/MG**; Waldir Pires - **Dep. Fed. PT/BA**; Luís Sérgio - **Dep. Fed. PT/RJ**; Marcos Rolim - **Dep. Fed. PT/RS**;

Nelson Pellegrino - **Dep. Fed. do PT/BA**; Pedro Eugênio - **Dep. Fed. PPS/PE**; Jacques Wagner - **Dep. Fed. PT/BA**; Professor Luizinho - **Dep. Fed. PT/SP**; Alcino Câmara Neto - **UFRJ**; Alexandre Pinto Cardoso - **UFRJ**; Aloisio Pimenta - **ex-Ministro da Cultura, ex-Reitor da UFMG**; Ana Maria Beluzzo - **USP**; Aníbal Moura - **UERJ**; Carlos Lessa - **UFRJ**; Celso Caruso Neves - **UFRJ**; Cid Veloso - **ex-Reitor da UFMG**; Cristina Richer - **UFRJ**; Carlos Brito Cruz - **Pres. da FAPESP/UNICAMP**; Décio Saes - **UNICAMP/USP**; Demerval Saviani - **UNICAMP**; Eduardo Kugelmans - **USP**; Edwaldo Cafezeiro - **UFRJ**; Felipe Serpa - **UFBA**; Hélgio Trindade - **UFRGS**; Isaura Beloni - **UnB**; Ismênia de Lima Martins - **UFF**; João Sayad - **USP**; José Carlos Dias Sobrinho - **UNICAMP**; Lucília Regina de Souza Machado - **UFMG**; Luciano Coutinho - **UNICAMP**; Lúcio Ney de Souza - **Vice-Reitor da UERN**; Luís Fernandes - **UFF / FAPERJ**; Luiz Pinguelli Rosa - **Ex-pres. da ANDES/UFRJ**; Márcio Pochmann - **CESIT/UNICAMP**; Maria Lúcia Teixeira Werneck - **UFRJ**; Nelson Cardoso do Amaral - **UFG**; Renato de Oliveira - **UFRGS / FAPERGS**; Ricardo Ferreira - **UFPE**; Sabino Barroso - **Intelectual/RJ**; Sérgio Ferreira - **ex-Pres. da SBPCS**; Sérgio Rezende - **Ex-Sec. de C&T/UFPE**; Sulamies Dain - **UERJ/UFRJ**; Tomas Aroldo da Mota Santos - **ex-Reitor da UFMG**; Wilson Cano - **UNICAMP**; João Vaccari Neto* (**Vice-Presidente**); João Antonio Felício* (**Secretário Geral**); Mônica Valente* (**Direção Executiva**); Rita de Cássia Evaristo (**Direção Executiva**); Wagner Gomes* (**Direção Executiva**)* **Candidatos à Presidência da CUT**; Wadson Ribeiro - **Pres. da União Nacional dos Estudantes - UNE**;



Eleições/Andes-SN

Por um sindicato dos professores, verdadeiramente autônomo e democrático

Prezados colegas professores da UFRJ:

Nos dias 23 e 24 de maio ocorre um evento de grande importância para a universidade brasileira e seus docentes: o Andes-SN estará realizando a eleição para sua Direção Nacional.

Dirijo-me a meus colegas da UFRJ para solicitar o voto para a **Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática)** -da qual participo como candidato a Presidente- e é com familiaridade que o faço: aqui me graduei em Ciências Biológicas (1981/1984) e aqui desenvolvo

minhas atividades acadêmicas e sindicais desde 1989, quando me tornei professor da Faculdade de Educação.

Na UFRJ tive a satisfação de receber a confiança de meus colegas, expressa por seus votos na eleição para três diretorias da Adufrj-SSind que integrei, numa das quais ocupei a posição de Presidente. Esforcei-me por corresponder à confiança de meus colegas com o cumprimento do programa apresentado nas três eleições, muito semelhante àquele que a **Chapa 2** apresenta agora para o conjunto dos sindicalizados do Andes-SN. Na Adufrj-SSind, temos respeitado rigorosamente a vontade dos sindicalizados, conduzido nossas Assembléias Gerais com transparência, organizado os grupos de trabalho locais (GTs), investido com vigor na construção de veículos de informação transparente, rigorosa e atualizada para os professores. Defendemos os legítimos direitos dos docentes, quando atacados pelo governo ou pela administração da UFRJ, como ocorreu recentemente com a imposição do Sigma aos professores.

Assim como a Adufrj-SSind, nosso

A Chapa 2 soma mesmo: alia clareza de propostas em defesa da educação pública com combatividade criativa, fazendo da luta universitária, ela própria, atividade de extensão contra o nefasto modelo neoliberal autoritário. Ela não contribui para a geléia geral ideológica e neofisiológica que o governo FHC induz, para embaralhar papéis e confundir a opinião pública. A 2, Roberto Leher à frente, trará a necessária nitidez ao Sindicato Nacional.

Vencer é preciso!

Chico Alencar
(Educação/UFRJ/
Dep. Est. PT/RJ)

Sindicato Nacional tem desempenhado um papel fundamental tanto na defesa da universidade pública de qualidade e de condições dignas para o trabalho docente quanto na luta por tornar a sociedade brasileira mais justa e igualitária. Como espaço de formulação e luta coletiva da categoria de docentes do ensino superior, nosso sindicato contrapõe-se às orientações individualistas e desagregadoras do neoliberalismo hoje imposto de maneira selvagem à sociedade brasileira e suas instituições.

Para preservar este papel, o sindicato precisa manter sua autonomia frente ao governo, às administrações universitárias, aos partidos políticos, a tudo enfim que não seja a vontade de seus sindicalizados, manifesta nos espaços coletivos que constituímos ao longo de duas décadas de existência: nossas Assembléias Gerais, CONAD's e Congressos.

Nos dois últimos anos nosso Sindicato Nacional tem sido dirigido por um conjunto de forças - nas quais o PCdoB desempenha papel proeminente - que solapam a autonomia sindical, com o objetivo de transformar o sindicato em um braço destas forças, em detrimento de seu papel de representação dos sindicalizados. Para alcançar este objetivo, desrespeitam a vontade dos professores expressa nas Assembléias Gerais (todos nos lembramos do

acordo feito com o governo FHC ao final de nossa greve em 1998), desqualificando nossos espaços de deliberação coletiva. Isto tem sido feito sistematicamente pela Diretoria do Andes-SN e por integrantes da Chapa 1, que ela apóia. Em suas declarações, as Assembléias Gerais, os CONAD's e Congressos são sempre referidos como uma forma ultrapassada de organização do movimento docente.

Esta direção política tem-se revestido de várias características perniciosas para o movimento

dos docentes: o sindicato tem sido usado como trampolim para alcançar cargos em governos (como ocorreu recentemente com o Presidente do Sindicato, que se licenciou para assumir a presidência da FAPERGS); a participação do sindicato em Comissões governamentais, mesmo quando expressamente proibida por nossas instâncias de deliberação, tem ajudado o governo a implantar sua política de destruição da universidade pública e de precarização do trabalho

docente (como na indicação pela Diretoria do Andes-SN de nomes para integrar o Conselho Nacional de Educação e o Grupo de Trabalho do MEC que vai instituir o regime de CLT nas universidades federais); o sindicato tem sido aparelhado, prática corrente e profundamente destrutiva desta força política em relação aos movimentos sociais; a sistemática desqualificação dos militantes do movi-

A Chapa 2 parece-me garantir a mais ampla participação do movimento docente na defesa da Universidade pública, competente, democrática, gratuita e laica -uma Universidade comprometida com respostas substantivas às demandas da massa do povo brasileiro. Uma Universidade livre de corporativismos, rigorosa para com as exigências da produção de conhecimentos e sensível ao movimento das classes trabalhadoras.

José Paulo Netto
(ESS/UFRJ)

mento, sempre acusados de "sectários", "estreitistas", "esquerdistas" e outros adjetivos com intenção igualmente desrespeitosa.

A verdadeira razão pela qual a Chapa 1 e a Direção Nacional do Andes-SN atacam os professores da **Andes-AD** reside na obstinada defesa que temos feito da preservação da autonomia do sindicato em relação a qualquer instância externa a ele. A interlocução com os partidos políticos -forças legítimas e necessárias à democracia em

nosso país- e as negociações que o sindicato conduz com o governo e com as administrações universitárias só podem ser feitas a partir de uma perspectiva de inteira independência, sob pena de inviabilização do sindicato como instância de representação dos professores.

É esta a concepção de sindicato que apresentamos com transparência para nossos colegas. Em defesa de nosso sindicato como instrumento privilegiado de intervenção dos docentes nos rumos de nosso país, da universidade pública e de condições dignas de trabalho, peço seu voto nos dias 23 e 24 de maio para a **Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática)**.

Roberto Leher
(Educação/UFRJ)

Visite nossa
página eletrônica
www.chapa2andes-ad.org.br

Eleição para o ANDES-SN nesta terça e quarta

Nos dias 23 e 24 de maio, próximas terça e quarta, será realizada a eleição para a diretoria do ANDES-Sindicato Nacional, gestão 2000/2001.

O nosso sindicato se organiza localmente através de Seções Sindicais - a Adufrj-SSind é uma delas. E tanto no âmbito nacional como no local, os dirigentes são escolhidos pela manifestação direta de cada um de seus sindicalizados. Em tempos como os em que vivemos, onde a democracia e a liberdade são valores cotidianamente aviltados, é essencial o comparecimento maciço às urnas para expressar nossa vontade política e escolher a proposta que desejamos para o nosso sindicato e para a Universidade nos próximos anos.

Para votar, os sindicalizados eleitores na UFRJ devem-se dirigir preferencialmente à seção eleitoral que contém a Unidade em que estejam lotados, nos horários e locais indicados no quadro abaixo.

Entretanto, é importante ressaltar que, ao contrário das eleições para o legislativo e o executivo tradicionais, nas eleições do sindicato é facultado ao eleitor o voto na seção eleitoral que lhe for mais conveniente, através do mecanismo de voto em separa-

do. Mais do que isso, também poderão votar em trânsito e em separado, em qualquer seção eleitoral da Adufrj-SSind, os sindicalizados eleitores do ANDES-SN de outras seções sindicais, ou seja, qualquer professor sindicalizado eleitor pode votar em qualquer seção eleitoral!

Fortaleça o sindicato elegendo diretamente nossos dirigentes nacionais! Participe de um dos momentos mais importantes da vida da entidade! Todos às urnas!

Seção Eleitoral	Local de votação	Unidades agrupadas	Horário de funcionamento	
			terça 23	quarta 24
01 – Praia Vermelha 1	Hall do Instituto de Psicologia	Instituto de Psicologia Escola de Serviço Social Instituto de Psiquiatria Instituto de Neurologia	09:00 – 19:00	09:00 – 19:00
02 – Praia Vermelha 2	Hall de entrada da Decania do CCJE	Instituto de Economia Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	09:00 – 15:00	09:00 – 15:00
03 – Praia Vermelha 3	Sala de professores da Faculdade de Educação	Faculdade de Educação Escola de Comunicação	10:00 – 18:00	10:00 – 18:00
04 – IFCS	Hall de entrada do IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	10:00 – 13:00	10:00 – 13:00
05 – Museu Nacional	Hall de entrada do Museu	Museu Nacional Observatório do Valongo	11:30 – 13:30	13:30 – 16:30 11:30 – 13:30
06 – Ana Nery	Hall do pavilhão de aulas	Escola de Enfermagem HESFA	08:00 – 12:00	08:00 – 12:00
07 – CAP	Pátio interno do CAP	Colégio de Aplicação	10:00 – 13:00	08:00 – 13:00 15:30 – 17:30
08 – Reitoria	Hall do prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes IPPUR COPPEAD Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	10:00 – 14:00	10:00 – 14:00
09 – Letras	em frente ao bloco D (térreo)	Faculdade de Letras	10:00 – 14:00	10:00 – 14:00
10 – CT 1	em frente ao bloco D (térreo)	Escola de Engenharia (Civil e Naval) COPPE (Civil, Oceânica, Energia, Química) Escola de Química	10:00 – 15:00	09:00 – 15:00
11 – CT 2	em frente ao bloco F (térreo)	Escola de Engenharia (demais áreas) COPPE (demais áreas) Instituto de Macromoléculas	09:00 – 16:00	09:00 – 16:00
12 – CCMN	Hall do bloco A do CT	Instituto de Matemática Instituto de Física Instituto de Química Instituto de Geociências NCE	09:00 – 16:00	12:00 – 16:00
13 – EEFD	Corredor da piscina	Escola de Educação Física e Desportos	09:00 – 12:00 13:00 – 16:00	09:00 – 12:00 14:00 – 20:00
14 – CCS 1	Bloco A (térreo) do CCS	Instituto de Biologia NUTES Faculdade de Farmácia	10:00 – 15:00	10:00 – 15:00
15 – CCS 2	Bloco H (térreo) do CCS	ICB Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Instituto de Biofísica NPPN	10:00 – 15:00	10:00 – 15:00
16 – HUCFF	Subsolo do HUCFF (Hall dos elevadores)	Faculdade de Medicina Instituto de Ginecologia Instituto de Doenças do Tórax NESC	08:00 – 14:00	08:00 – 14:00
17 – Direito	Hall do 2º andar	Faculdade de Direito		18:00 – 21:00
18 – Música	Corredor da entrada	Escola de Música		14:00 – 17:00
19 – Odontologia	Hall do 2º andar	Faculdade de Odontologia	10:00 – 13:00	10:00 – 13:00
20 – IPPMG	Hall do 3º andar	IPPMG	11:30 – 12:30	11:30 – 12:30



Resenha Greve

Confira aqui a adesão dos docentes nas universidades federais à greve dos SPF

Seção Sindical	Situação
ADUFPA (Pará)	GTI
APUB e Cefet (Bahia)	GTI
ADUFAL (Alagoas)	GTI
ADUFPb-Patos	GTI
ADUFES (Espírito Santo)	GTI
ADFCAP (Ciências Agrárias Pará)	GTI
ADUNIR (Rondônia)	GTI
ADUFEPE (Pernambuco)	GTI
ADUC (Paraíba - Campus V)	GTI
APRUMA (Maranhão)	GTI
ADEPM (São Paulo)	GTI
APUFSC (Santa Catarina)	GTI a partir de 29/05
ADUFS (Sergipe)	GTI
ADUFC (Ceará)	IG (1/06)
ADUFOP (Ouro Preto)	IG (17/06)
ADUFPR (Paraná)	IG (maio)
ADUFMAT (Mato Grosso)	IG (25/05 ou 30/05)
ADUA (Amazonas)	IG (26/05)
ADUR (Rural RJ)	IG (1/06)
ADUFRGS (Rio Grande do Sul)	IG (25/05)
ADUFSCar (São Carlos)	IG
ADUFAC (Acre)	IG
ADUFPB-JP (Paraíba Campus I)	IG
ADUnB (Brasília)	IG
APROEFEI (Eng. de Itajubá)	IG
APROFURG (Rio Grande)	Contra IG dos SPF
SINDEFEOA (Alfenas)	IGSD
ADFUNREI (São João del Rey)	IGSD
ADUFPB-CG (Paraíba-CII)	IGSD
ADURN (Grande do Norte)	IGSD
ADUFERPE (Rural Pernambuco)	IGSD
ADCEFET (Rio de Janeiro)	IGSD
SESDUF (Roraima)	EG
ADUFPI (Piauí)	EG
APUBH (Minas Gerais)	MD
ADUFPel (Pelotas)	AG (01/06)
ADUFMS (Mato Grosso do Sul)	AG (02/06)
APESJF (Juiz de Fora)	AG (26/05)
ADFMTR (Triângulo Mineiro)	AG (sem data)
ASPELAL (Lavras)	AG (sem data)
ADCAC (UFG-Catalão)	AG (sem data)
ADUFG (Goiás)	ND
ADUFU (Uberlândia)	paralisações
ADCAJ (UFG-Campus Jataí)	paralisação 23/05
ADUNI-RIO (Rio de Janeiro)	Avaliação da Greve
ADUFF (Fluminense)	não adesão e reavaliação dia 30/5
SINDOCEFET-PR (Paraná)	não adesão
SEDFUSM (Santa Maria)	greve até 30/05
ASPUV (Viçosa)	contra adesão

Legenda

GTI - Greve por Tempo Indeterminado
 IG - Indicativo de Greve
 IGSD - Indicativo de Greve sem Data
 EG - Estado de Greve
 MD - Movimento em Discussão
 MIG - Manutenção do Indicativo de Greve
 AG - Assembléia Geral
 ND - Não Deliberado



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 5 • 29 de Maio de 2000



Professores da UFRJ indicam greve para 5 de junho

A Assembléia Geral do dia 25 de maio aprovou greve de 24h no dia 30/05

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 25 aprovou o indicativo de greve para o dia 5 de junho, para ser apresentado pela Adufrj-SSind na reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior no fim de semana (27/05). A posição da Adufrj-SSind para esta reunião é a de que o indicativo seja "conjunto", isto é, que todas as universidades ainda não paralisadas entrem em greve nessa mesma data (5/6). O novo indicativo da UFRJ foi aprovado com 75 votos a favor, sete contrários e duas abstenções.

A AG aprovou ainda uma greve de 24 horas na próxima terça-feira (dia 30). Os professores vão aproveitar esse dia para promover reuniões nas Unidades (ver quadro) e avaliar o indicativo e a pauta da possível greve. A Assembléia de deliberação sobre o novo indicativo de greve (5/06) está marcada para a sexta-feira (dia 2/6).

O principal motivo apontado para essa mudança de data do indicativo – anteriormente posto para este 25/5 – foi a insuficiente mobilização e organização dos docentes da UFRJ para a greve. A eleição para a Diretoria do Andes-Sindicato Nacional, nesta universidade, consumiu muito tempo de mais de cem professores e não foi possível a realização das tradicionais reuniões nas Unidades, onde os professores se preparam para as deliberações da AG.

DCE

Um representante do DCE esteve presente à Assembléia Geral e trouxe o informe da reunião do Conselho de Cen-

tros Acadêmicos, ocorrida no dia anterior. A reunião deliberou pelo apoio à greve dos funcionários e dos professores (se ela ocorrer), mas pediu um comando único de mobilização com uma pauta unificada de reivindicações (não se restringindo, portanto, à questão salarial).

Comando de Greve

Escaldados pela experiência da greve de 98, os professores da UFRJ reafirmaram ser prerrogativa do Comando Nacional de Greve conduzir as negociações da greve. Há dois anos, a diretoria do Sindicato recém-empossada acertou o fim da greve com o senador Antônio Carlos Magalhães, ignorando completamente o Comando Nacional de Greve daquela ocasião.

Colégio de Aplicação

Em uma carta distribuída à Assembléia, o CAp se posicionou contrário à greve neste momento. O documento informa que a "greve, como instrumento de luta, precisa ser assumida em um contexto de intensa mobilização e participação". O texto critica ainda a diferenciação salarial causada entre os professores pela GED - nem um pouco compensada com a criação da GID - e pede a reflexão para vários temas, como a autonomia universitária e o esfacelamento da carreira docente.

A próxima pauta

A próxima AG da Adufrj-SSind marcada para o dia 2/6 terá como pauta, além do indicativo de greve, a extensão

dos 26,05% (referentes ao Plano Verão) a todos os docentes da UFRJ e a eleição dos delegados da seção sindical para o 7º Congresso Nacional da CUT, de 15 a 19 de agosto e para o Congresso Estadual da CUT, de 7 a 9 de julho.

Encaminhamento do professor da ESS

O professor Eduardo Mourão Vasconcellos, da Escola de Serviço Social, pediu para ser encaminhada às reuniões de Unidades uma proposta de se realizar "um dia de semi-trabalho e mobilização" em rodízio (uma semana, na segunda-feira; terça-feira na semana seguinte e assim por diante). Nesses dias, os objetivos da mobilização seriam: informar melhor a comunidade universitária; discutir e avaliar os rumos do movimento; mobilizar e organizar de forma mais constante os eventos internos e externos à comunidade universitária e criar fóruns de discussão mais permanentes sobre as questões internas da UFRJ e de cada Unidade.

Reuniões nas Unidades

30 de maio - Terça-feira

FAU/EBA - 12h, sala Archimedes Memória
 Escola de Serviço Social - 10h - Auditório da ESS
 IFCS - 9h30 - sala 200
 Psicologia - 10h - sala 2
 CT - 10h - sala D/201

Assembléia GERAL

2/6 **10:00**
Sexta-feira **Horas**

Auditório do Roxinho
CCMN

PAUTA

- Indicativo de greve a partir de 5/6
- Extensão dos 26,05% a todos os docentes (Plano Verão)
- Eleição de delegados para o CONCUR e para o CECUT



Eleição Andes-SN

Oposição ganha com folga

Na UFRJ, a chapa Autônoma e Democrática vence com 70,4% dos votos

A chapa de oposição à atual diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) venceu com folga as eleições para o biênio 2000/02, na UFRJ. A chapa 2 *Andes-AD (Autônoma e Democrática)* obteve 70,4% dos votos válidos dos docentes da UFRJ contra 29,6% da chapa da situação *Andes Para Uma Nova Universidade*. Se a tendência deste resultado se confirmar nas demais universidades do país (segundo foi apurado pela redação, a chapa 2 já está praticamente eleita), o professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher (foto), será o próximo presidente do Sindicato. A UFRJ estará representada também na Regional-Rio do Andes-SN pela professora do CAP/UFRJ, Maria Cristina Miranda da Silva, que deverá ocupar a 2ª vice-presidência regional.

A apuração das 20 urnas da UFRJ foi tranqüila. A Comissão Eleitoral Local foi presidida pelo presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, e teve a participação de representantes das duas chapas. De um universo de 3.494 docentes, 1038 compareceram às urnas, um aumento significativo do quórum eleitoral em relação à eleição de 1998. Na última eleição nacional, ocorrida em meio à greve nacional dos docentes, 598 professores participaram com o voto.

No Colégio de Aplicação, a chapa 2 obteve a maioria absoluta dos votos válidos (58 a 0). Na Praia Vermelha, foram abertas três urnas: em duas a vitória da oposição foi esmagadora e na urna que concentrou o Instituto de Economia e a Faculdade de Administração a chapa da situação conseguiu maioria com 14 votos a 3, de um total de 20 votantes. Nas urnas do Museu Nacional, Escola de Enfermagem, Reitoria, Centro de Tecnologia 2, CCMN, EEFD e HUCFF, a chapa Andes-AD foi vencedora com larga margem de votos. Além da urna da Praia Vermelha 2, a situação só obteve maioria de votos no Centro de Tecnologia 1, CCS 2, Odontologia e IPPMG (ver quadro detalhado na página ao lado). Para a professora Maria Cristina, do CAP, “a expressiva votação na UFRJ é fruto direto do respeito e dedicação com que a Adufrj-SSind tem tratado seus sindicalizados. Destaco, especialmente, a votação do Colégio de Aplicação onde obtivemos 100% dos votos como o reconhecimento da luta que esta seção sindical tem travado em defesa da Carreira Única para os professores de 1º, 2º e 3º graus. A construção de um sindicato verdadeiramente autônomo e democrático se dá no trabalho diário de cada um. Em nome da Chapa 2, agradeço a todos aqueles que nos apoiaram e que trabalharam para esta vitória”.



“Agradeço, com enorme alegria, os votos dos professores da UFRJ na Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática). A retumbante vitória da Chapa 2 na UFRJ atesta que os seus professores não abrem mão da universidade produtora de conhecimento, crítica e socialmente referenciada. Foram derrotados aqueles que tentaram atrelar o Andes-SN aos gabinetes do poder governamental, aos grupos que hoje dão sustentação ao interventor do Governo Federal na UFRJ e à política de privatização interna da universidade. Venceram aqueles que exigem um Andes-SN radicalmente democrático, autônomo diante do governo, dos partidos e da administração.

A mobilização e o empenho dos docentes foram extraordinários. Comprovamos, mais uma vez, que podemos fazer política por meio da argumentação fundamentada e do agir ético, sem recurso a falsos apoiadores, a campanhas milionárias e a acusações grosseiras e inverídicas.”

Roberto Leher



Eleição Andes-SN na UFRJ

Seção Eleitoral	Unidades	Chapa 1	Chapa 2	Branco e Nulos	Total Geral
01 – Praia Vermelha 1	Instituto de Psicologia Escola de Serviço Social Instituto de Psiquiatria Instituto de Neurologia	6	86	3	95
02 – Praia Vermelha 2	Instituto de Economia Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	14	3	3	20
03 – Praia Vermelha 3	Faculdade de Educação Escola de Comunicação	6	50	0	56
04 – IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	19	24	5	48
05 – Museu Nacional	Museu Nacional Observatório do Valongo	7	29	2	38
06 – Ana Nery	Escola de Enfermagem HESFA	1	33	4	38
07 – CAp	Colégio de Aplicação	0	58	1	59
08 – Reitoria	Escola de Belas Artes IPPUR COPPEAD Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	14	53	3	70
09 – Letras	Faculdade de Letras	28	53	4	85
10 – CT 1	Escola de Engenharia (Civil e Naval) COPPE (Civil, Oceânica, Energia, Química) Escola de Química	39	32	3	74
11 – CT 2	Escola de Engenharia (demais áreas) COPPE (demais áreas) Instituto de Macromoléculas	31	74	4	109
12 – CCMN	Instituto de Matemática Instituto de Física Instituto de Química Instituto de Geociências NCE	28	71	8	107
13 – EEFD	Escola de Educação Física e Desportos	8	25	2	35
14 – CCS 1	Instituto de Biologia NUTES Faculdade de Farmácia	0	0	0	0
15 – CCS 2	ICB Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Instituto de Biofísica NPPN	58	34	0	92
16 – HUCFF	Faculdade de Medicina Instituto de Ginecologia Instituto de Doenças do Tórax NESC	7	51	21	79
17 – Direito	Faculdade de Direito	0	0	0	0
18 – Música	Escola de Música	0	0	0	0
19 – Odontologia	Faculdade de Odontologia	16	10	0	26
20 – IPPMG	IPPMG	7	0	0	7
Totais		289	686	63	1038
Proporção do total de votos		27,8%	66,1%	6,1%	
Proporção de votos válidos		29,6%	70,4%		975

Servidores fazem ato vitorioso em Brasília

Os servidores públicos federais organizaram uma grande manifestação, na última quarta-feira, dia 24, na Esplanada dos Ministérios, Brasília. O número de participantes surpreendeu até os organizadores do Ato que começou pela manhã com uma passeata saindo do Eixo 102 Sul com 5 mil pessoas: no início da tarde, mais de 30 mil servidores e manifestantes se aglomeraram em frente ao prédio do Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão, na tentativa de serem recebidos pelo ministro Martus Tavares, que não atendeu à solicitação de audiências dos sindicalistas.

Muitas faixas e cartazes expressaram o repúdio da categoria contra o arrocho salarial e pediam melhoria do serviço público. O Comando Nacional de Greve dos SPF avaliou que a manifestação foi vitoriosa pela participação da categoria e o apoio da população e dará forças para pressionar pela abertura de negociações com o governo. O Comando procurou representantes do Congresso e o ato contou a participação e apoio da CNBB, da OAB, do MST e da CUT.

Patrulhamento

Segundo o jornalista da Fasubra, Mario Camargo, que acompanhou de perto todo o trajeto dos manifestantes, o número de policiais militares que acompanhavam o ato era de assustar. "Acho que todo o contingente de Brasília está aqui", comunicou em tempo real, via Internet, na página da CUT-RJ (www.alternex.com.br/~cutrj). Apesar do policiamento exagerado, a manifestação pôde seguir pacificamente.

Sem diálogo

Os jornais do dia seguinte à manifestação (25/05) confirmavam as declarações do Presidente Fernando Henrique de que "não iria tolerar uma greve de servidores". O governo aposta na volta do canto da sereia do PDV - Programa de Demissão Voluntária -, que será reaberto como uma tentativa de frear o movimento por reajuste linear dos salários.



Informes

Coppe sem graduação

Não foi desta vez que a proposta de cursos de graduação da Coppe foi aceita pelo CEG. O colegiado entendeu que faltaram detalhes técnicos para aprovar a iniciativa a tempo de ser incorporada no edital do vestibular deste ano, até o último dia 14 de maio. O projeto deve voltar à pauta do colegiado com o objetivo de ser incluído no concurso de 2001.

GED dos funcionários

A exemplo dos professores em 1998 (após a greve), os funcionários estão para receber um presente de grego, idealizado pela Administração Central da UFRJ. Foi distribuído no CEG, em 24/5, uma proposta de Gratificação de Desempenho de Técnicos-Administrativos das IFES (GTDA). Na página eletrônica da universidade, Vilhena afirma que a idéia "tem encontrado acolhida em Brasília".

No documento distribuído no Conselho de Graduação, a "GED dos funcionários" funcionaria da seguinte forma: 60% da pontuação total alcançável seria conseguida pelo desempenho individual e 40%, pelo desempenho institucional. Isso mesmo. Para conseguir uma gratificação plena, o funcionário dependeria de uma alta "produtividade" da instituição onde estivesse lotado. Os índices propostos são: graduação de quatro alunos/ano por professor e um aluno/ano por doutor na pós-graduação.

Reitoria na Sesu

O professor Antônio Figueiredo foi empossado na Secretaria de Ensino Superior (SESu) no último dia 25. Por conta da posse de Figueiredo na Sesu, o reitor José Vilhena adiou a sessão do Conselho Universitário, ordinariamente marcada para o mesmo dia.

Reestruturação das sub-reitorias

Está circulando entre os conselheiros do CEG e CEPG um documento da reitoria com sua proposta de reestruturação das Sub-reitorias Acadêmicas SR-1 (Ensino de Graduação e Corpo Discente), SR-2 (Ensino para Graduados e Pesquisa) e SR-5 (Desenvolvimento e Extensão). A idéia já havia sido ventilada pelo então sub-reitor de pós-graduação (SR-2), Antonio Figueiredo, o que, na ocasião, gerou a demissão do professor Aníbal Gil Lopes da SR-1. O documento da reitoria certamente será alvo dos próximos debates nos colegiados superiores.

Daniel Garcia/ADUSP



Cadê a passeata? A mídia escondeu!

Em São Paulo, um mar de gente tomou conta da Consolação, da Paulista até a Ipiranga, no maior protesto já realizado contra o governo Covas, também no dia 24 de maio

Os servidores estaduais em greve realizaram a maior passeata de protesto contra o arrocho salarial e a política neoliberal dos governos estadual e federal desde que Mário Covas tomou posse pela primeira vez, em 1995. As três universidades paulistas (USP, Unicamp e Unesp) estão em greve desde o dia 26 de abril.

Impedidos de seguir em passeata, pela brutalidade da Polícia Militar, milhares de trabalhadores e estudantes retornaram pela Avenida Paulista até a Consolação, e de lá desceram pela Ipiranga, até a Praça da República. Cinquenta mil pessoas participaram do percurso. No caminho, muito papel picado e acenos de moradores de prédios saudando os manifestantes.

A maior parte dos meios de comunicação minimizou as dimensões da passeata, destacando apenas os conflitos provocados pela PM. fonte: www.adusp.org.br.



Perigo

Incêndio no CT alarma comunidade

Um princípio de incêndio mudou a rotina do bloco A do Centro de Tecnologia, na manhã do último dia 23. De acordo com o superintendente do CT, José Rechuan, o técnico de um dos laboratórios (sala 509) do departamento de Química Analítica deixou cair um pouco de água em um frasco com sódio, um elemento muito reativo. "Houve uma pequena explosão, o fogo pegou no papel-toalha da bancada, chamoscou a janela, mas não houve maiores danos e ninguém saiu ferido", contou Rechuan. Ainda

segundo Rechuan, os próprios técnicos do andar já controlavam a situação, antes mesmo da chegada dos bombeiros, chamados por precaução.

Apesar de não ter acontecido nada de mais grave, o fogo assustou as pessoas, que foram orientadas a evacuar o andar. "Havia muita fumaça no corredor, mas não houve pânico e as pessoas desceram as escadas com calma", afirmou o estudante de Química Vinícius Castilho, de 20 anos, que estava na sala 505, ao lado do laboratório.

Assembléia
GERAL

08/06
quinta
13:00
horas

NO FUNDÃO
AUDITÓRIO
A CONFIRMAR

Pauta

Avaliação da greve

Extensão dos 26%
a todos os docentes

Ação judicial: GID dos
aposentados

Reunião do
Comando Local
de Greve
06/06
terça
14:00
horas

SEDE DA ADUFRJ

A assembléia (2/06) indicou que nas reuniões de unidades do período de 5 a 7/06 sejam eleitos os representantes para o Comando Local de Greve.



Eleição Andes-SN

Chapa de oposição vence em todo o país.
Confira o resultado nacional.
Página 6.

AUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 5 • 5 de Junho de 2000

Professores da UFRJ entram em greve

Guilherme Lessa



OS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, MUNICIPAIS E ESTADUAIS REALIZARAM DIVERSOS ATOS PÚBLICOS, PASSEATAS E MANIFESTAÇÕES EM TODO O PAÍS NO DIA 31 DE MAIO. ERA O DIA DE LUTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO. NO RIO DE JANEIRO, HOVE UM GRANDE ATO NA CINELÂNDIA.

A MANIFESTAÇÃO CORREU DE MANEIRA TRANQUÍLA. UM CORAL DO COLÉGIO PEDRO II FEZ UMA APRESENTAÇÃO E FUNCIONÁRIOS DO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES REALIZARAM UMA EXPOSIÇÃO. OS MANIFESTANTES TAMBÉM SIMULARAM UM ENTERRO SIMBÓLICO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, COM DIREITO A UM CAIXÃO DE VERDADE E MARCHA FÚNEBRE. JÁ ESTÁ MARCADO UM NOVO ATO PÚBLICO NO PRÓXIMO DIA 8, EM BRASÍLIA.



A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 2/06, realizada no Auditório do Roxinho (CCMN), aprovou por 86 votos a favor, 18 contrários e oito ausências a entrada da UFRJ na greve dos Servidores Públicos

Federais a partir desta segunda-feira (5/06). No entendimento da maioria dos mais de cem professores presentes, não havia mais o que esperar do governo FHC, sendo necessário, portanto, a adesão ao movimento nacional de greve dos SPF. Não se trata, assim, de uma ação isolada da categoria. Nesse sentido, foi aprovada a participação da Adufrj-SSind em uma passeata dos SPF no Centro (da Candelária à Cinelândia), no próximo dia 8/06, a partir das 17h30.

Neste momento, a pauta de reivindicações será o reajuste de 63,68% (até dezembro/99) no salário base de janeiro de 95, com a retirada de todas as gratificações posteriores a esse período (portanto, também a Gratificação de Estímulo à Docência - GED). Será defendida ainda a manutenção do Regime Jurídico Único para todos os servidores, em total repúdio à proposta do governo de emprego público (ou seja, contra a implantação do regime celetista nas carreiras públicas). A próxima AG da Adufrj-SSind será no dia 8/06, às 13h, no Fundão, em auditório a ser confirmado, para avaliação da greve, além de outros pontos de pauta. Está marcada uma reunião do Comando Local de Greve para esta terça-feira (6/06), às 14h, na sede da seção sindical. O comando será a instância da categoria responsável pela construção e pela avaliação da greve na UFRJ. Entre outras tarefas, caberá ao Comando Local promover atividades em conjunto com estudantes e funcionários.

A Assembléia indicou a realização de reuniões nas unidades para discussão de questões concernentes à greve, como: indicação de representantes para o Co-

Continua na página 3



Editorial

Estamos na greve nacional

O agravamento da crise econômica e, em especial, o acirramento das contradições do capital rentista têm tornado os países latino-americanos sob tutela do FMI/Banco Mundial prisioneiros de uma política econômica perigosamente destrutiva. Cada vez mais o pagamento de juros (R\$ 78,1 bilhões, orçamento de 2000) e a amortização da dívida (R\$ 65,2 bilhões) tornam o Estado Social inviável. Os acordos com o FMI exigem o cumprimento de metas fiscais, de programas de *estabilização* e de reformas estruturais (leia-se: neoliberais). As reformas da previdência social e administrativa, o avanço das privatizações e as reformas trabalhistas são expressões diretas desta política econômica subalterna. Os desdobramentos para as universidades são terríveis: o fim da isonomia salarial e da paridade entre os docentes ativos e aposentados, entre os docentes que atuam no 3º Grau e os que atuam no ensino básico e tecnológico, a criação dos empregos públicos (CLT) e o estabelecimento de fundos para o financiamento das universidades, a partir de contratos de gestão com o setor privado, não são apenas ameaças, mas um projeto em curso.



PROFESSORES COMEMORAM, NA ASSEMBLÉIA DO DIA 2/05, A DECISÃO DE ADERIR À GREVE DOS SPF

É neste contexto que a Greve Nacional dos SPF foi deflagrada, após mais de meia década de congelamento salarial. Trata-se, seguramente, da maior greve do setor. São mais de 350 mil servidores em greve. O Setor das Federais do Andes-SN deliberou a adesão à Greve a partir do dia 27 de maio.

Compreendemos que a pauta "Reajuste salarial de 64% sobre o salário de janeiro de 1995, em substituição às gratificações concedidas a partir de janeiro/95; Defesa do RJU, contra o emprego público, e Defesa do Servi-

ço Público" responde corretamente aos desafios da conjuntura. A famigerada Portaria 77 (que suprimia os ganhos judiciais) e o Pacote Argentino que corta de 12 a 15% do salário dos servidores indicam que a política de gratificações, em detrimento de salários, coloca-nos em uma situação de grave vulnerabilidade.

Por todas estas razões, a assembleia da Adufrj-SSind deliberou pela adesão à greve do setor das IFES do Andes-SN, inserida na greve nacional dos SPF, a partir de 5 de junho.

Comunicação de afastamento

De 1º de junho até 27 de julho de 2000, está licenciado da presidência da Adufrj-SSind o professor José Henrique Sanglard, para participar de um curso de especialização nos Estados Unidos. No período de afastamento do professor Sanglard, assume interinamente a presidência da Adufrj-SSind a professora Maria de Lourdes Passos (1ª vice-presidente da seção sindical).



@dufrj

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Os professores da UFRJ podem se atualizar sobre os rumos da mobilização da campanha salarial da categoria na nova página eletrônica da Adufrj-SSind (<http://www.adufrj.org.br>). Lembramos ainda que as últimas publicações da seção sindical (jornais e boletins) também podem ser vistas no formato eletrônico, bem como os avisos sobre as assembleias marcadas e outras atividades sindicais. Mais de 1,5 mil pessoas já visitaram a nova página desde 8 de maio de 2000.

Aduspnet HOME

As universidades estaduais paulistas continuam em greve por reajuste salarial. A página eletrônica da Adusp (<http://www.adusp.org.br>) fornece informações atualizadas sobre as atividades de mobilização do Fórum das Seis (entidade que congrega os sindicatos de professores e funcionários da USP, Unicamp e Unesp). Quem quiser mais dados sobre a luta da seção sindical pode escolher entre quatro tipos de publicação eletrônica: informativos, boletins, mural e revistas.

LE MONDE
diplomatique

O *Le Monde Diplomatique*, ou "Diplô", como é tradicionalmente conhecido, tem mais de 50 anos de existência. Nascido como edição mensal do diário francês *Le Monde*, tornou-se ao longo dos anos um símbolo de informação profunda e confiável. Ainda não há edição autônoma impressa em português, mas o *Le Monde Diplomatique* brasileiro eletrônico www.diplo.com.br trará a tradução dos textos publicados no original francês. A preocupação com a difusão do pensamento e com o trabalho de intelectuais e jornalistas brasileiros estará, porém, viva desde este primeiro momento. A Adufrj-SSind estará, em breve, associada ao site brasileiro e disponibilizará no seu Jornal alguns dos artigos traduzidos diretamente do jornal francês.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard (afastado pelo período de 01/06 a 27/07) **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (presidente em exercício) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza - Titular; Marcos Vinícios P. Andrade - Titular e Clóvis de F. Neves Filho - Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports

Colaboração: Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** <http://www.adufrj.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Continuação capa

mando Local de Greve; avaliação das atividades que não poderão ser paralisadas e sistematização de propostas de pauta específica da UFRJ e extensão dos 26,05% (Plano Verão) a todos os docentes.

O debate na Assembléia

Na AG, alguns professores se posicionaram contra a greve, outros defenderam a adesão à greve dos SPF e outros ainda greve por tempo determinado de duas semanas. O professor Aloisio Teixeira, do Instituto de Economia, foi muito aplaudido ao defender a greve já, com mobilização, até para impedir, num futuro próximo, "a ameaça de uma reeleição de Vilhena". O conselheiro da Adufrj Roberto Houaiss foi enfático. "Muita gente não concorda com a greve por causa da reposição nas férias. Eu também não gosto, mas não quero continuar trabalhando nas condições atuais. Cadê a nossa capacidade de reagir? A nossa rebeldia?"

O presidente regional da CUT, Alcebíades Teixeira, esteve presente e conclamou os docentes à greve. "A UFRJ tem um peso político importante. A gente (CUT) torce para que o contingente dos profes-

sores venha se somar à greve dos servidores, pois cumprirão um papel decisivo, de força", disse.

Eleição dos delegados para Congressos da CUT

A Assembléia da Adufrj-SSind elegeu os delegados e suplentes para os congressos estadual e nacional da CUT. Para o CECUT, que será realizado de 7 a 9 de julho, no Rio de Janeiro, irão os professores Roberto Leher, José Miguel, Maria de Lourdes, Cleusa Santos, Sara Granemann, Fátima Grave, Luciano Menezes (delegados), Roberto Houaiss e Leila Rodrigues (suplentes). Para o 7º CONCUT, de 15 a 19 de agosto, irão os professores Roberto Leher e José Miguel (delegados) e Sara Granemann (suplente).

Informe da Comissão Eleitoral

O professor José Miguel, como representante da chapa 2 (Andes Autônoma e Democrática) na comissão eleitoral da Adufrj-SSind, fez um breve relato do processo realizado na UFRJ no fim de maio. José Miguel ressaltou o recorde histórico de votantes na maior universidade federal do país (1.038). Os professores Eduardo Serra e

Edvaldo Cafezeiro, partidários da chapa 1, aproveitaram a Assembléia Geral para parabenizar a chapa 2 pela vitória e para desejar ao professor Roberto Leher uma gestão de muitas conquistas para a categoria.

Reunião nas Unidades já agendadas até o fechamento desta edição:

- IFCS dia 07/06 - quarta-feira às 10:00h na sala 200
- Instituto de Psicologia dia 05/06 - segunda-feira às 13:00h com professores e às 14:00h reunião conjunta com os três segmentos na sala 02
- EBA e FAU dia 05/06 - segunda-feira às 12:00h na sala Archimedes Memória

Pauta:

- Avaliação da greve
- Representação para o Comando Local de Greve
- Extensão dos 26,05% (Plano Verão) a todos os docentes



Resenha

O governo anunciou, no último dia 30, o fim da suspensão dos concursos públicos. A Comissão de Controle Fiscal do governo vai estabelecer ainda os critérios para sua reabertura. Com as contratações, nascerá uma nova categoria de trabalhador do serviço público federal: o empregado terá tratamento de celetista, podendo ser demitido sem justa causa e sem direito à aposentadoria integral. Isto aponta para o rebatimento da flexibilização do trabalho no âmbito do Estado.

O servidor federal ex-celetista terá que assinar um acordo com o governo para receber os valores atrasados referentes aos anuênios não pagos até dezembro do ano

passado. Deverão, ainda, entregar o termo assinado ao departamento de recursos humanos ao qual são ligados até 30 de julho. Em março último, o governo decidiu pagar os atrasados em quatro parcelas semestrais em 2001 e 2002 (folhas de pagamento de junho e dezembro).

Cerca de 50 estudantes da UNI-Rio jogaram ovos no carro da segurança do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, no último dia 29, pensando que ele estivesse no veículo. O ministro foi ao prédio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), na Urca, ao lado da UNI-Rio para uma inauguração e, alertado pela segurança, acabou tendo que sair pelos fundos.

A greve dos servidores federais ganhou no último dia 23 o apoio oficial de três entidades de peso: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O Ministério da Educação vai recorrer à Justiça contra decisão da Universidade Federal de Alagoas (UFA) que suspendeu as atividades acadêmicas em razão da greve dos servidores públicos. De acordo com matéria de O Globo, em 01/06, o ministério avaliou que a resolução do Conselho Universitário da instituição alagoana tornou oficial a adesão à greve. Segundo o MEC, o Conselho não tem poder para tomar essa decisão.



Resenha Greve

Confira aqui a adesão dos docentes nas universidades federais à greve dos SPF

Seção Sindical	Situação
ADUFPA (Pará).....	GTI
APUB e CEFET (Bahia)	GTI
ADUFAL (Alagoas)	GTI
ADUFES (Espírito Santo)	GTI
ADFCAP (Ciências Agrárias Pará)	GTI
ADUNIR (Rondônia)	GTI
ADUFEPE (Pernambuco)	GTI
ADUC (Paraíba - Campus V)	GTI
APRUMA (Maranhão).....	GTI
ADEPM (São Paulo)	GTI
APUFSC (Santa Catarina)	GTI
ADUFS (Sergipe)	GTI
ADCAJ (UFG-Campus Jataí)	GTI
SINDUFAP (Amapá)	GTI
SESDUF (Roraima)	GTI
ADUFMAT (Mato Grosso)	GTI
ADUFPb-Patos (Paraíba)	GTI
ADUFPB-CG (Paraíba-CII)	GTI
ADUFPB-JP (Paraíba CampusI).....	GTI
ADURRJ (Rural RJ)	GTI
ADUFF (Fluminense)	GTI
ADUFPI (Piauí)	GTI a partir de 7/6
ADUFOP (Ouro Preto)	IG (17/6)
ASPUV (Viçosa)	IG (8/6)
ADUA (Amazonas)	IG (5/6)
ADUFAC (Acre)	IG (2/6)
SINDEFEOA (Alfenas).....	IGSD
SINDCEFET-MG (Minas Gerais).....	IGSD
ADFUNREI (São João del Rey)	IGSD
APUBH (Minas Gerais)	IGSD
ADCEFET-RJ (Rio de Janeiro)	IGSD
APUFPR (Paraná)	IGSD
ADUFSCar (São Carlos)	IGSD
ADUFC (Ceará)	EG
ADUFU (Uberlândia).....	MD
ADUFMAT-ROO (Campus Rondonópolis)	sem informação
ADOCA (Ciências Médicas de POA)	sem informação
ADAFa (Academia da Força Aérea)	sem informação
ADEPM (Paulista de Medicina)	sem informação
ADFMTM (Triângulo Mineiro)	sem informação
ADCAC (UFG-Catalão)	sem informação
ADUFMS (Mato Grosso do Sul)	ND
ASPEAL (Lavras)	ND
ADUFG (Goiás)	ND
APROEFEI (Eng. de Itajubá)	ND
ADUNI-RIO (Rio de Janeiro)	ND
ADOURADOS (MS - Dourados)	ND
ADUFPEl (Pelotas)	AG(01/06)
ADUnB (Brasília)	AG(2/06)
ADURN (Rio Grande do Norte)	não adesão
APESJF (Federal de Juiz de Fora)	não adesão
ADUFERPE (Rural Pernambuco)	não adesão
ADUFRGS (Rio Grande do Sul)	não adesão
APROFURG (Rio Grande)	não adesão
SINDOCEFET-PR (Paraná)	não adesão
SEDUFSM (Santa Maria)	não adesão

Legenda

- GTI - Greve por Tempo Indeterminado
- IG - Indicativo de Greve IGSD - Indicativo de Greve sem Data
- EG - Estado de Greve MD - Movimento em Discussão
- MIG - Manutenção do Indicativo de Greve
- AG - Assembléia Geral ND - Não Deliberado



Entrevista/Susie Nogueira

Assistência, ensino e pesquisa, juntos

Programa de Atenção Integral à Gestante HIV Positiva tem índices de redução da transmissão mãe-filho similares aos de países desenvolvidos



O Programa de Assistência Integral à Gestante HIV Positiva foi criado no segundo semestre de 1995 com uma estrutura tipicamente multidisciplinar integrando, entre outras unidades, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), o Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG), a Maternidade de Escola, a Escola de Serviço Social e a

Faculdade de Nutrição. Após cinco anos de trabalho, a equipe do programa se caracterizou como um primeiro local de assistência em medicina multiprofissional da universidade, acumulando na bagagem índice invejável - só encontrado em países como os EUA, França e Bélgica - de até 96% da taxa de redução de transmissão vertical (mãe-filho). Segundo a coordenadora, Susie Nogueira, o projeto foi definido pela necessidade de direcionar aspectos especiais que se relacionam às mulheres com HIV e Aids,

De acordo com a professora e doutora do HUCFF, atualmente, a Assistência Integral na UFRJ atende 254 gestantes, sendo que 120 delas já ultrapassaram o 6º mês de gravidez, período a partir do qual é possível detectar a presença do vírus no bebê. Somente em quatro gestantes foi detectada a contaminação vertical. Isto significa que 116 bebês nascerão não portadores do vírus, salvo qualquer problema no momento do parto.

Segundo Susie Nogueira, o programa recebe todo apoio 'logístico' da UFRJ e dos dirigentes das unidades envolvidas. Mas é só. Os recursos financeiros e técnicos para sustentar o programa são mantidos basicamente por organizações internacionais não governamentais.

Instituições como a *World Aids Foundation* e a *Fogarty International Training Program*, da Universidade de *Maryland*, já financiaram algumas versões dos manuais educativos produzidos pela equipe do programa. "Os manuais são voltados para médicos e profissionais da saúde que lidam com as mulheres infectadas e as gestantes HIV positivas", explica. A Fundação José Bonifácio (FUJB) também colaborou, imprimindo metade da 2ª edição do "Manual para o Acompanhamento Clínico da Mulher Infectada pelo HIV", com tiragem de mil exemplares, e

produziu um vídeo. Segundo a professora, o Ministério da Saúde entra com a medicação, "sem o que seria impossível manter o atendimento, já que a esmagadora maioria das gestantes que chegam ao pré-natal, e são testadas, são de baixa renda".

Além deste tipo de material mais técnico, o programa investe na Jornada de Prevenção Vertical do HIV. Docentes e pesquisadores realizam palestras nas várias universidades e unidades de atendimento espalhadas pelo país. Levam material didático que inclui os manuais, um vídeo e um kit de *slides*. A Jornada já percorreu a grande maioria dos estados brasileiros. Aborda a questão do acompanhamento clínico de gestantes HIV positivas e apresenta as propostas para um atendimento global que visa à conseqüente redução da contaminação no período da gravidez e durante o parto. O programa também produz material informativo para as mulheres gestantes e seus familiares. "O trabalho da equipe médica é decisivo na redução da contaminação vertical e o treinamento dos profissionais de saúde e médicos é realizado através destes manuais, vídeos, seminários e palestras"

Assistência, ensino e pesquisa, juntos

De acordo com Susie, primeiramente, o programa atendeu a uma necessidade assistencial das unidades hospitalares da universidade, mas a partir do trabalho multidisciplinar com as gestantes, as mães e seus filhos o programa fortaleceu seu caráter de ensino e pesquisa. "Já percorremos diversos estados, cobrimos boa parte das principais cidades do país, do norte ao sul e, com certeza, mudamos a cultura dos profissionais de saúde em relação ao atendimento às gestantes soro positivas. Na área da pesquisa, estamos verificando - como parte de um programa multidisciplinar internacional vinculado a universidades americanas - a receptividade nas pacientes do uso de mais um componente, a Niverapina, além do AZT tradicional."

Mesmo reconhecendo o apoio das direções das unidades envolvidas, a professora comenta que até hoje o programa não conta com o apoio institucional da própria UFRJ. "Temos dois projetos com a Universidade de *Maryland* em pesquisa e educação, seria bom o apoio mais direto da nossa universidade para programas deste tipo". A UERJ e a Federal Fluminense também participam do programa, mas a coordenação é da Federal do Rio.

Estudantes

De acordo com Susie, do ponto de vista do ensino, o programa é voltado para a pós-graduação. "São poucos os alunos que se envolvem, mas os residentes participam das atividades, sempre em nível de especialização ou mestrado".

Envolvimento

O aspecto humanitário do projeto sobressai quando a professora se refere aos filhos já nascidos das gestantes soro positivas. "A maioria das mulheres que são encaminhadas ao programa não sabiam da existência da infecção antes dos exames do pré-natal realizados nas unidades públicas. Dessas, 94% contraíram o vírus de seus maridos ou companheiros regulares. Mas dói quando pedimos que a gestante infectada traga seus outros filhos para uma testagem. De dois ou três, pelo menos um, geralmente, já apresenta o vírus".

Segundo Susie, o município do Rio de Janeiro é o campeão em número de testagem de HIV no estado. Na rede pública, são realizados cem mil partos por ano e 1% das gestantes é soro positivo. "Destas mil mulheres, somente cerca de 40% ou 50% são identificadas como soro positivas durante o pré-natal. Ou seja, recebemos de 40 a 50 gestantes por ano para atendimento no programa, o que é pouco se comparado ao universo de infectadas".

O Futuro

Para a professora, este tipo de ação contribui para a redução da contaminação de crianças durante a gravidez a níveis bastante otimistas em todo o país. Ela lembra que a o caráter epidêmico da Aids no Brasil mudou muito nos últimos anos. Em contraposição à conjuntura das primeiras fases de pesquisas sobre o vírus - quando os homens, principalmente os homossexuais, eram maioria na relação de infectados - a transmissão heterossexual do HIV é, atualmente, a mais importante, com uma conseqüente e progressiva contaminação das mulheres e seus filhos. "Por volta de 1985, a relação de infectados era de 35 homens para uma mulher; hoje, são apenas 2 homens para cada mulher infectada, na grande maioria das cidades brasileiras, na faixa dos 20 a 40 anos, justamente na fase reprodutiva da mulher".

Destaca que a esperança para os que participam do programa é que, a partir deste trabalho de educação, assistência e pesquisa integrados, mais mulheres sejam identificadas em tempo hábil pelo teste anti-HIV nas unidades de saúde que oferecem atendimento pré-natal, maternidades e clínicas ginecológicas e de doenças sexualmente transmissíveis. Assim, os filhos ainda não nascidos poderão ser tratados com terapêuticas eficazes para que nunca desenvolvam o vírus. Na Introdução de um dos manuais, assinada pelo Dr. John Lambert, do *Institute of Human Virology* da Universidade de *Maryland*, constata-se que o programa de atenção integral à gestante HIV positiva é a "prevenção da infecção pelo HIV na criança pelo tratamento de suas mães na gravidez e a supressão a longo prazo do HIV nos outros membros infectados da família (...) para que mães, pais e crianças possam ter uma convivência mais duradoura e o termo "órfãos da Aids" seja uma coisa do passado".

A professora-doutora Susie Nogueira fez questão de apresentar a equipe (na UFRJ) que está à frente do Programa de Assistência Integral à Gestante HIV Positiva:

Tomáz Pinheiro da Costa – IPPMG • Thalita Fernandes de Abreu – IPPMG • Ricardo Hugo de Oliveira – IPPMG • Márcia Bondarowisk – Maternidade Escola • Rita Bósnia - Maternidade de Escola • Mirian Peres Andrade – Maternidade Escola Elizabeth Machado – HUCFF • Maria de Fátima Lago Garcia – Psicóloga • Iraina Fernandes – Enfermeira Regina Mercadantes – Enfermeira

Vale lembrar que nenhum dos membros da equipe, docentes ou funcionários, recebem qualquer remuneração extra por sua participação no programa.

Solidariedade

As mães soro positivas não podem amamentar seus bebês, já que podem transmitir o vírus a partir do aleitamento. Segundo Susie, os recursos destinados para o programa não cobrem a nutrição dos filhos das mães infectadas, em sua maioria de baixa, baixíssima renda. Para resolver o problema, a equipe e alguns voluntários criaram a Associação dos Amigos do programa de Assistência Integral à Gestante HIV Positiva, uma ONG destinada a levantar fundos para a distribuição de leite em pó para os lactentes expostos.



Carta

Enquanto professor, mas também como cientista político, entendo que o momento presente exige de nós, professores da UFRJ, um firme posicionamento junto aos demais servidores públicos brasileiros em torno da dignidade do nosso trabalho e da qualidade das políticas públicas no país. Entretanto, a atual conjuntura mostra um governo por um lado completamente **asujeitado no plano externo**, pois para cumprir as metas fiscais dessa subordinação corta na carne o orçamento das políticas sociais e, ao mesmo tempo, no **plano interno, se torna cada vez mais arrogante e autoritário** na relação com os movimentos sociais e reivindicativos da população. Em suma: podemos prever uma greve e um enfrentamento difíceis e, talvez, longos.

Refletindo sobre as dificuldades de nossas últimas greves e tentando ascultar as apreensões de meus colegas, lembrei

de que o movimento sindical neste país vem inventando desde sua re-emergência em 1978 formas bastante criativas de luta, tais como a 'operação-padrão', na polícia federal; a 'greve-tartaruga'; e as 'greve-rodízios', no ABC etc. A idéia é tentar evitar a 'greve pela inércia', pois em 1998 foi ficando difícil até mesmo recontatar os colegas, os estudantes e os servidores, até mesmo para discutir a saída da greve.

Minha proposta, que coloco em discussão para os colegas, é a seguinte: de que o caráter de greve por tempo indeterminado é politicamente compatível com um **dia de semi-trabalho e mobilização** por semana, em rodízio (uma semana na segunda-feira, na seguinte na terça-feira, etc), com plena visibilidade e comum para toda a UFRJ, visando:

- informar melhor a comunidade universitária, através do contato direto nas unidades;

- discutir e avaliar os rumos do movimento, repactuando de forma mais permanente a vontade política de continuidade e de luta, inclusive reanimando e criando oportunidades para discutir com aquelas unidades mais apreensivas quanto aos caminhos da greve;

- mobilizar e organizar de forma mais constante os eventos internos e externos à comunidade universitária;

- criar fóruns de discussão mais permanentes sobre as questões internas da UFRJ e de cada unidade, que hoje não são poucas.

Gostaria de que os colegas pudessem entender o 'espírito' da proposta e que possam discuti-la em suas unidades no sentido, inclusive, de aperfeiçoá-la.

Prof. Eduardo Vasconcelos
Escola de Serviço Social



Vida no Campus



UMA REFORMA NO PRÉDIO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO ESTÁ CAUSANDO POLÊMICA. ALUNOS E PROFESSORES RECLAMAM DO CHEIRO INSUPORTÁVEL DE TINTA E DA POEIRA QUE ATRAPALHAM AS AULAS, ALÉM DE CAUSAREM ENJÔS E DOR DE CABEÇA NAS PESSOAS. A DIRETORA DA FACULDADE, SPERANZA FRANÇA, COMENTOU QUE AS MESMAS PESSOAS QUE ESTÃO RECLAMANDO DEVERIAM ELOGIAR A OBRA. "HÁ ONZE ANOS NINGUÉM PINTAVA O PRÉDIO", DISSE. SPERANZA AFIRMOU SER IMPOSSÍVEL REALIZAR A REFORMA NO PERÍODO DE FÉRIAS, QUANDO AS PESSOAS NÃO SERIAM TÃO PREJUDICADAS. SEGUNDO ELA, COMO SE TRATA DE UM PRÉDIO TOMBADO PELO IPHAN, O PROCESSO DAS OBRAS É FEITO COM MUITO CUIDADO E AS FÉRIAS NÃO SERIAM SUFICIENTES PARA COBRIR O PERÍODO DAS OBRAS. A PREVISÃO PARA O TÉRMINO DA PINTURA É EM SETEMBRO.

Anote

Eça de Queirós na UFRJ

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ tem o prazer de convidar para o colóquio "Eça entre Milênios: pontos de olhar". Todas as sessões de trabalho transcorrem no Salão Dourado, nos dias 5 e 6, no próprio FCC, na Avenida Pasteur, 250 - Urca. A entrada é franca e os interessados em obter um *Certificado de Frequência* devem inscrever-se pelo telefone 295-1595 R. 113 e 116 com Paulo César ou Joaquim, de 10h às 19h. Taxa de inscrição: R\$ 10,00.

X Congresso Mundial de Sociologia Rural

O X Congresso Mundial de Sociologia Rural será realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 30/7 e 5/8 de 2000. O tema central do congresso é "Condições de vida rural sustentável: construindo comunidades, protegendo os recursos naturais, apoiando o desenvolvimento humano". Os interessados em apresentar trabalhos devem encaminhar resumos em inglês até o dia 30/1/2000. A ficha de inscrição, a relação dos grupos temáticos, simpósios, plenárias, conferências e outras informações estão disponíveis no *site* da Associação Internacional de Sociologia Rural: <http://www.ag.auburn.edu.irs>

Abraço ao Museu Nacional

Os servidores técnico-administrativos do Museu Nacional/UFRJ convidam todos para participarem da comemoração dos 182 anos da Instituição, dando um "abraço" em torno do prédio. O ato é também uma manifestação contra sua degradação e o descaso das autoridades. Dia 6 de junho, às 10h, no Museu Nacional, Quinta da Boa Vista.



Assembléia GERAL

08/06
quinta

13:00
horas

No Fundão
auditório a confirmar

PAUTA
Avaliação da greve
Extensão dos 26%
a todos os docentes
Ação judicial: GID dos
aposentados



Eleições/Andes-SN

OPOSIÇÃO VENCE ELEIÇÃO DO ANDES-SN

Com 53,25% do total de votos, a Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática) venceu as eleições para a Direção Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN. Encabeçada pelo Professor Doutor Roberto Leher (Faculdade de Educação-UFRJ), a Chapa 2 é constituída por professores de todo o Brasil. Esta vitória significa uma derrota para a política encaminhada pela atual Diretoria Nacional de aceitação da agenda de reformas do Governo Federal. Significa também uma derrota para as práticas antidemocráticas de desrespeito às deliberações das instâncias deliberativas do Sindicato Nacional. A nova diretoria tomará posse dia 23 de junho, em Belo Horizonte, durante o Conselho do Andes-SN. As prin-

cipais linhas de ação da chapa vencedora são a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade como dever do Estado e a preservação da autonomia do Sindicato frente ao Governo e aos partidos políticos. Nas eleições, ocorridas nos últimos dias 23 e 24, participaram 24.986 professores, de um universo de 66.874 mil docentes. Uma participação recorde na história do Andes-SN, que completará 20 anos em 2001.

VOTAÇÃO:

CHAPA 2:	13.304
CHAPA 1:	10.494
BRANCOS:	779
NULOS:	409

Quem disse que a categoria não se mobiliza?

A Diretoria da Adufrj-SSind registra a participação dos sindicalizados que, com seu trabalho e dedicação, constituíram, como presidentes de mesa e mesários, as 17 mesas receptoras que funcionaram na UFRJ durante a eleição para a Diretoria do Andes-SN, permitindo assim que 1.038 sindicalizados – recorde histórico na Adufrj – exercessem seu direito de voto:

Adriano Paiter Fonseca, Alberto Britto Sanches Fernandes, Alcimar do Lago Carvalho, Alcino Ferreira Camara Neto, Alejandra Pastorini Corleto, Alice de Barros Horizonte Brasileiro, Ana Maria Vergueiro Borralho, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Ângela Bretas Gomes dos Santos, Ângela Santana do Amaral, Anita Leocádia Prestes, Antônio Geraldo Peixoto Filho, Antônio José Ledo Alves da Cunha, Arthur Arruda Leal Ferreira, Benedicto Humberto Rodrigues Francisco, Carlos Eduardo Montano Barreto, Cátia Antunes de Mello Patiu, Cecília Lopes de A. Araújo, Cláudia Regina Lopes Cardoso, Cleusa J. Machado, Denise Medeiros Pamplona, Dianne Fontanelli Cunha, Dircéia Machado Gonçalves, Ednilson Porangaba Costa, Edson P. de Souza, Eduardo Gonçalves Serra, Elisa Muller, Eronides da Silva Lima, Fernando Carvalho da Silva, Filadelfo Cardoso Santos, Flávio Gomes, Gabriela M Lema Icasuriaga, Gil Fernando da Costa Mendes de Salles, Hatisaburo Masuda, Hélio de Mattos Alves, Iná Pires de Carvalho, Ingeborg Gisela M. Hartl, Ionilde Maria de Azevedo, Íris Rodrigues de Oliveira, Ivone Pereira Ferreira, Jailson Alves dos Santos, João Francisco de A. Vitor, Jorge Rodrigues do Nascimento, José Antônio Martins Simões, José Augusto Vaz Sampaio Bisneto, José Luciano de Souza Menezes, José Pedro Simões Neto, José Roberto Meyer Fernandes, Laudicea de Souza Pinto, Leandro Nogueira Salgado Filho, Leonor Werneck dos Santos, Letícia Legay Vermelho, Lúcia Pereira de Andrade, Luciane Maria Quintanilha

Falcão, Luiz Afonso Henriques Mariz, Luiz Alberto Nogueira Alves, Luiz Carlos Brito Paternostro, Luiz Eduardo Acosta Acosta, Marcelo Braz Moraes dos Reis, Marcelo da Silva Bueno, Marcelo de Castro Costa, Marco Antônio Carneiro da Silva, Marcos Aguiar de Souza, Marcos Primo de Lima e Silva, Marcos Vinícios Pimentel de Andrade, Maria de Lourdes R da Fonseca Passos, Maria Lúcia Patitucci, Maria Lucia Pimentel, Maria Lúcia Teixeira Werneck Viana, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo, Marta Mega de Andrade, Mavi Pacheco Rodrigues, Mirian Ribeiro Leite Moura, Nei Regis Seabra de Brito, Nélio Victor de Oliveira, Nelly G. Valladares, Nilo Pedro da Cunha Gonçalves, Osvaldo Luiz de Souza Silva, Person Cândido Matias da Silva, Raquel Goulart Barreto, Regina Célia de Souza Pugliese, Regina Helena Simões Barbosa, Ricardo Coscarelli Antonini, Roberto Houaiss, Roberto José Leal, Rosângela Conceição de Souza, Rosângela da S. Moreno, Rosanne Evangelista Dias, Ruth Machado Barbosa, Ruth Maria Fonini Monserrat, Sandra Martins de Souza, Sérgio Sami Hazan, Sheila N. Pécope R. Guerra, Sônia Maria Ponciano dos Santos, Vanda Santos Falseth, Vera Lucia T. Aires, Victor Andrade de Melo, Waldyr Azevedo Junior e Waldyr Mendes Ramos.

A Diretoria registra ainda a participação no processo dos membros da Comissão Eleitoral Local: Alex Pina de Almeida, Antônio Carlos Moraes, Fátima da Silva Grave, José Henrique Sanglard, José Miguel Bendrao Saldanha, Leila Rodrigues, Máximo Augusto Campos Masson, Sara Granemann e Selene Alves Maia.

Jornal do Brasil desinforma seus leitores

Nota da Direção Nacional eleita para o biênio 2000/2 do Andes-SN a propósito da matéria do JB de 31/05/2000 (capa e página 10)

Em entrevista a um jornalista da editoria de Brasília, realizada em 30/05/00, o presidente eleito do Andes-SN, Roberto Leher, foi indagado a respeito da composição partidária da nova Direção Nacional. Conforme pode ser visto na matéria do JB, Leher afirmou que a composição da Chapa 2 Andes-AD (Autônoma e Democrática) não se deu por critérios partidários e que, em nenhum momento da convenção que definiu os integrantes da chapa, foi discutida a filiação partidária dos candidatos. Indagado a respeito da preferência/filiação partidária dos novos diretores, Leher declarou que a maior parte, cerca de 95%, é de simpatizantes ou militantes do PT. Neste sentido, a manchete da primeira página não corresponde aos fatos, pois destaca que foi o PSTU que venceu a eleição em coalizão com os “radicais do PT”. A mesma informação inverídica é retomada no interior do jornal, em especial no subtítulo “Candidato do PSTU...”.

O presidente eleito do Andes-SN, Roberto Leher, declara: “Em nome da Chapa 2, vencedora legítima do pleito eleitoral, reitero que não fui o candidato do PSTU, mas da corrente Andes-Autônoma e Democrática, existente no Andes-SN desde 1986, quando ocorreu a primeira disputa eleitoral. Cabe destacar que esta corrente, coerente com nossa Carta-Programa e Manifesto, defende que nosso Sindicato Nacional seja autônomo em relação aos partidos políticos, governos, administrações e mantenedoras. Este posicionamento nos distingue da atual Diretoria Nacional, cujo atrelamento ao PC do B tem comprometido a autonomia de nosso Sindicato Nacional, sendo este, provavelmente, um dos motivos de sua derrota.

Em nome da verdade, afirmo que na entrevista citada não qualifiquei o pertencimento dos novos diretores ao “PT Radical”, sendo esta afirmação de exclusiva responsabilidade do JB.”

Dossiê Universidade Pública

Instituto de Estudos Avançados da USP rebate argumentos contra a manutenção e ampliação da rede pública de ensino superior

“A universidade pública é responsável pelos melhores cursos de graduação e pós-graduação e pela quase totalidade da pesquisa científica e tecnológica do Brasil.” É dessa forma que começa o Dossiê USP, documento criado por uma comissão de docentes daquela instituição para reafirmar a importância do ensino superior público no Brasil.

O dossiê tem por objetivo rebater um por um todos os argumentos contrários à manutenção e ampliação do sistema superior de ensino público. Os autores apontam a falta de informação como um grande problema, que permite a formação de opiniões totalmente erradas. “Pessoas cujas vidas foram salvas no pronto-socorro do Hospital das Clínicas de São Paulo por médicos que dão plantão corrido de 24 horas seriam capazes de repetir, no dia seguinte, levados pela força do lugar-comum, que todo funcionário público trabalha pouco” é um dos trechos do documento.

Destacamos neste resumo três pontos do dossiê USP relativos ao número de matrículas no ensino superior, ao ingresso nas universidades e ao orçamento.

“Como se faz nos países avançados”

Para consertar a situação, dizem os inimigos das universidades, o ensino superior deveria ser entregue à iniciativa privada, “como se faz nos países avançados”. Nada mais falso. O dossiê USP esclarece que, nas nações mais desenvolvidas, as matrículas em estabelecimentos públicos de ensino superior atingem quase a totalidade (92,08% na França e 99,9% no Reino Unido). Nos EUA, 72,4% frequentam as públicas e o restante estuda em fundações subsidiadas direta ou indiretamente pelo governo americano. No Brasil, apenas 34% estão nas universidades públicas.

Universidade cara?

Repetidamente, afirma-se que o Brasil gasta muito com o terceiro grau e deixa o ensino básico sem recursos. De acordo com o dossiê, como base da discussão, usa-se um percentual do Produto Nacional Bruto (PNB) investido em educação, sua divisão pelos três níveis de ensino e, finalmente, o custo individual de cada estudante. Segundo os dados mais recentes (1996), o Brasil investia 4,6% do PNB em Educação. Um valor razoável em comparação com Argentina (3,3%), Colômbia (4%) e México (4,4%), mas atrás de Reino Unido (5,4%), da França (6,1%), da Suécia (8,1%) e da Dinamarca (8,2%).

O problema ficaria, portanto, na repartição do bolo orçamentário entre os três níveis, na qual, supostamente, o terceiro grau levaria vantagem. Para o documento produzido pela USP, essa afirmação não é verdadeira. “As estimativas mais confiáveis indicam, no entanto, que os gastos do Brasil com ensino superior não ultrapassam os 20% (José Goldemberg,

em *O Repensar da Educação no Brasil*). Se reduzissem ainda mais esse percentual, conclui o documento, o mais provável seria uma deterioração considerável do ensino superior, sem uma contrapartida visível nos outros níveis. Isso tudo sem falar que o valor destinado às universidades inclui gastos com hospitais universitários e com servidores inativos. Enquanto isso, os EUA (sempre tomados como exemplo pelos nossos governantes, menos no que interessa) reservaram, no mesmo ano, 40% das verbas de Educação para o terceiro grau.

Elitismo

Estando provado que não se gasta com ensino superior mais do que o mínimo razoável, os adversários do sistema público partem para o argumento de que as universidades são elitistas. Os mais abastados estudam de graça. Para contornar isso, deve-se cobrar mensalidades. Errado de novo. “A vasta maioria dos universitários brasileiros pertence à classe média” diz o documento. O que está se diminuindo, de verdade, nos últimos anos, é o número de estudantes da rede pública que ingressam nas universidades. “Tudo isso nos leva a concluir que o problema existe mas não está no superior e sim no secundário, que foi se deteriorando nas últimas décadas segundo uma tendência tristemente inegável”.

O argumento da cobrança de mensalidades também cai por terra quando o documento comprova que seria uma dupla tributação (visto que os impostos servem para financiar o ensino). Além disso, esses recursos seriam pouco relevantes. “A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou problemas da universidade brasileira (1991-1992) (...), concluiu que a eventual cobrança de mensalidades nas universidades públicas (que se dedicam ao ensino e à pesquisa) a preço equivalente ao que se pratica nas particulares (que ignoram a pesquisa), cobriria apenas entre 7% a 10% do orçamento.”

O Dossiê USP é o produto final da Comissão em Defesa da Universidade Pública, instituída em janeiro de 1998 atendendo a uma solicitação do Instituto de Estudos Avançados (IEA). O instituto convocou o professorado das mais diversas áreas do conhecimento para levantar os dados e aprofundar o debate em torno do ensino superior nacional.

O documento se estende ainda sobre o belo desempenho alcançado pelas públicas no Provão do MEC, embora critique esse modelo de avaliação do governo FHC. Não são esquecidas as grandes contribuições das instituições públicas de ensino para a melhoria das condições de vida, como a parceria da USP com o Instituto Butantan para a produção de vacinas contra a hepatite B, entre tantas outras iniciativas. O resumo do Dossiê USP pode ser lido na página eletrônica www.usp.br/iea/unipub.html

OS NÚMEROS

- Com apenas 33,5% das 1.868.529 matrículas em ensino superior, as universidades contam com 77,2% dos docentes com doutorado e com 83% dos docentes em tempo integral do país.
- 87,1% dos cursos de mestrado e 89,2% dos cursos de doutorado são oferecidos pelas universidades públicas.
- Das 45.781 publicações por docentes de pós-graduação, 91,5% provêm de instituições públicas. Em publicações no exterior, 94,75% correspondem a instituições públicas.
- No Ranking da Ciência, organizado pela “Folha de S. Paulo” e publicado em 12 de setembro de 1999, a quase totalidade dos 494 cientistas do Brasil com maior influência na pesquisa mundial faz parte do corpo docente das universidades federais de diversos estados.

A Comissão em Defesa da Universidade Pública

ALBERTO CARVALHO DA SILVA - Instituto de Estudos Avançados; **ALCEU G. DE PINHO** - Instituto de Física; **ALFREDO BOSI** (coordenador) - Instituto de Estudos Avançados; **AMÉLIA IMPÉRIO HAMBURGER** - Instituto de Física; **ANA MARIA PESSOA DE CARVALHO** - Faculdade de Educação; **CARLOS FERREIRA MARTINS** - Escola de Engenharia de São Carlos; **CAROLINA BORI** - Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior; **CELSO DE RUI BEISIEBEL** - Faculdade de Educação; **FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; **JAIR BORIN** - Associação dos Docentes da USP; **JAIR LÍCIO FERREIRA SANTOS** - Faculdade de Saúde Pública; **JOSÉ JEREMIAS DE OLIVEIRA FILHO** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; **JOSÉ MÁRIO PIRES AZANHA** - Faculdade de Educação; **LUIZ D. DE A. RONCARI** - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; **NILSON JOSÉ MACHADO** - Faculdade de Educação; **OSWALDO UBRÍACO LOPES** - Escola Paulista de Medicina; **OTAVIANO HELENE** - Instituto de Física; **SÉRGIO MASCARENHAS** - Instituto de Estudos Avançados de São Carlos.



Opinião\Elio Gaspari

Bala em lavrador é alerta. Ovo em ministro é o caos

O Governo está embriagado pela mistificação e pelo radicalismo verbal. Tomem-se dois exemplos: a intransigência de FFHH com os servidores públicos, verbalizada pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares, e a reação do Planalto ao ovo amassado no ministro José Serra.

Os funcionários estão pedindo 62% de reposição salarial. Talvez façam negócio por 6,2%. O que está em jogo não é o percentual de um reajuste, mas a decisão do Governo de não aceitar conversa com uma classe que vem massacrando há cinco anos.

O ministro disse que a folha do funcionalismo chegou a R\$ 53,6 bilhões neste ano. Portanto, um reajuste de 2% significará uma despesa equivalente ao que se gasta com a merenda escolar.

Tudo bem. Já que o negócio é brincar com estatísticas, os grevistas lembram que neste ano o Governo desembolsará R\$ 65 bilhões para pagar os juros de sua dívida. Gastará esse erivanário porque fixou e mantém os juros brasileiros no patamar mais alto do mundo. O ministro Martus nunca foi ouvido reclamando de que os juros custam 61 vezes o que se gasta com a merenda escolar. Com uma diferença: a choldra que paga imposto prefere dar de comer às crianças do que banquetear banqueiros.

O Planalto conversa com ruralistas

caloteiros, privadas quebrados e banqueiros falidos, mas não vai à mesa com os servidores. Age assim porque está jogando numa estratégia de tensão.

O melhor exemplo dessa estratégia foi verbalizado pelo secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, e pela liderança parlamentar do PSDB. Eles se enfureceram porque um estudante desempregado amassou um ovo no ministro da Saúde e um manifestante bateu com um pau de bandeira no governador Mário Covas. Aloysio disse o seguinte:

- Essas ações partiram de uma canalha de ânimo fascista, porras-loucas, membros de grupelhos extremistas. É um banditismo político.

Pegou pesado. As leis do país têm remédios para delitos desse tipo e, no caso do ovo, dificilmente podem levar a uma pena maior do que a perda da primariedade por cinco anos. Se é pouco, pode-se fazer outra lei, mas essa é a que há.

Será que um ovo vale tantos adjetivos?

O ministro José Serra era presidente da UNE em 1964. A escumalha que ele representava fazia coisa pior, muito pior. Cinquentões, todos esses baderneiros lembram-se com ternura de suas malfetorias (cometidas num regime democrático). Da mesma forma, FFHH se lembra com carinho da baderna francesa de 1968, à qual assistiu, enlevado. Isso para não mencionar as doces recordações

que os senadores Antônio Carlos Magalhães e José Sarney guardam das pancadas que tomaram da polícia do ditador Getúlio Vargas. (Sarney, no exercício da Presidência, teve o ônibus apedrejado de "terrorismo revolucionário". Como quadro destacado da ALN, em agosto de 1968 o atual ministro participou do assalto a um trem-pagador da ferrovia Santos-Jundiaí, do qual levaram o equivalente a US\$ 21.600. Bandido não era. Canalha, muito menos. Fascista, nem pensar. Porra-louca, talvez. Extremista, com certeza. Se ele não era tudo isso, como é que um jovem que amassa um ovo pode vir a sê-lo?

O Governo, tão fiel aos costumes do FMI, deveria copiar também os seus modos sociais. Na cerimônia de sua despedida da direção-geral do Fundo, Michel Camdessus tomou uma torta no rosto. Se desse queixa, o agressor tomaria cadeia, pois as leis americanas são mais severas que as brasileiras. Camdessus não deu queixa. Pelo contrário, deu lição: "Risco profissional, que aceito com alegria de viver."

Como o ovejão é petista registrado, o deputado Aécio Neves quer que o PT o condene. Não o fazendo, seria cúmplice da ovada. Divertido, o doutor Aécio. Nunca pediu ao PFL (partido que participa da aliança governista) que condenasse o deputado Hildebrando Paschoal. Ele é um homem de fino trato. Não amassava ovo,

serrava gente viva. O PFL, que gosta tanto da ordem, só o expulsou depois que as fotografias das vítimas da moto-serra de seu deputado circularam no Congresso. Pode-se encarcerar os baderneiros. O que não se pode é jogar o Governo no oportunismo da histeria.

Admita-se que o certo seja mandar para o Carandiru todos aqueles que ofendem as autoridades, desrespeitam a tropa de choque e gritam palavrões para FFHH (que não reclamou quando 200 mil pessoas referiram-se à mãe do presidente João Figueiredo no comício do Anhangabaú, em 1984.) Nesse caso, consegue-se finalmente restabelecer a ordem. Que ordem?

Aquela que levou um professor da Sorbonne a governar em aliança com o deputado Hildebrando Paschoal.

O senador Vitorino Freire dizia que em política se pode fazer tudo, menos balançar o coreto das autoridades. Pode-se ser miseráveis no Acre, mas não se pode amassar um ovo num ministro. A PM paranaense pode matar um lavrador (a tiro de carabina) e o Planalto pode dizer que isso deve ser tomado como um alerta. O que não se pode é balançar o coreto, porque essa é a ordem que ele mantém.

Artigo publicado no jornal O Globo (28/05/00) na coluna do jornalista Elio Gaspari.

“Covas e FHC: paus mandados do FMI!”

Até o fechamento desta edição (2/06), as universidades estaduais paulistas mantinham a greve, iniciada em 26 de abril. No dia 31/5, o Conselho de Reitores só admitiu dar um reajuste salarial de 4,25%. Professores e funcionários da USP, Unicamp e Unesp consideraram o índice insuficiente. Eles reivindicam 20% de reajuste imediato mais 12% parcelados até abril do ano que vem. No mesmo dia 31, cerca de 50 mil servidores estaduais (de acordo com os organizadores) tomaram conta da Avenida Paulista durante a tarde (foto).

Felizmente, desta vez, não houve conflitos com a polícia militar.



Daniel Garcia/ADUSP

Assembléia GERAL

13/6
Terça-feira

14:00
Horas

Auditório do CT

PAUTA

Avaliação da greve

**Eleição de delegado para o
40º Conad do Andes-SN**

Reuniões nas Unidades

ESS - segunda (12) - 13h - Auditório da Escola

IFCS - segunda (12) - 10h - sala 200

EBA/FAU - segunda (12) - 12h - Salão Azul

CT - segunda (12) - 14h - sala D201

NESC - terça (13) - 11h - 5º andar do HU

Psicologia - segunda (12) - 9h - sala 2

ECO - terça (13) - 11h

CAp - quarta (14) - 12h

Entre outros assuntos, os professores estarão avaliando a Greve. Sugerimos que as unidades que não enviaram informes ao CLG incluam na pauta de suas reuniões locais a eleição de seus representantes, preferencialmente, antes da reunião do Comando. (ver quadro abaixo) Sugerimos também que os professores discutam a viabilidade de serem promovidas "aulas públicas", na semana que vem; e de construir um evento de maior porte como o "Universidade na Praça", em conjunto com estudantes e técnico-administrativos. As datas serão avaliadas e combinadas na próxima reunião do CLG. Os interessados em participar das atividades podem entrar em contato com a Adufrj-SSind através do e-mail: adufrij@alternex.com.br ou pelos telefones 590-4799/590-7753.

Reunião do Comando Local de Greve

13/06 **09:00**
terça horas

SEDE DA ADUFRJ

ADUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 5 • 12 de junho de 2000



A greve continua

Os professores da UFRJ decidiram permanecer em greve por tempo indeterminado. A decisão foi tomada em assembléia geral realizada na tarde da última quinta-feira (8/06) e contou com a participação de mais de 200 professores e cerca de 200 alunos (foto). Os estudantes presentes fizeram questão de declarar apoio ao movimento dos docentes e das demais categorias do serviço público federal, que se mantém em greve há um mês. Para se ter uma idéia da adesão dos alunos ao movimento de greve, ao fundo do plenário eram ouvidas palavras de ordem como "professor é meu amigo/ mexeu com ele/ mexeu comigo".

Dos docentes presentes, 131 votaram pela continuidade da greve; 41 foram contrários e nove se abstiveram. Ne-

nhum professor propôs a saída da greve durante a assembléia. Nos relatos sobre as reuniões feitas nas unidades, algumas encaminharam o estado de greve, como a Escola de Belas Artes. Na Matemática, a proposta era de que os professores terminassem esse período, dando as aulas "de luto" e, caso o governo não atenda as reivindicações, os professores não reiniciariam as atividades no segundo semestre. Estas propostas não chegaram a ser votadas, já que a manutenção da greve foi vencedora.

Ficou evidente nas declarações dos professores que a greve extrapola o caráter corporativo da luta salarial - os docentes querem 63,68% de reajuste e, em contrapartida abrem mão das gratificações posteriores a 1995 - GED e GID.

Os docentes entendem, mesmo os que ainda não aderiram à greve, que a pauta dos servidores públicos, incluindo o reajuste salarial, é justa. Mas não é só isso. A dimensão desta greve de caráter nacional se tornou, sem dúvida, uma resposta à política social e econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Para professores presentes à assembléia, o governo está mais do que pautado pelos organismos financeiros internacionais, em especial, o FMI.

Regime de emprego

Para os docentes que já aderiram ao movimento, a greve vem se caracterizando como um recurso para uma ampla defesa da universidade pública, contra a reforma de ensino anunciada pelo governo

Continua na página 2

Continuação da página 2

federal através de seu projeto de autonomia. Os professores, como lembrou o professor da Escola de Educação Física, Leandro Salgado Filho, vêm como uma ameaça o regime de emprego público que irá gerir as relações trabalhistas de docentes e técnico-administrativos que vierem a ser contratados após a promulgação da nova lei. “Se alguém se ilude que este regime afetará somente os que virão, é um tremendo engano. O ataque virá também para os que estão sob o RJU”. Para ilustrar a falta de política deste governo para o sistema público, o professor citou o dossiê USP, produzido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, que mostra que de um universo de 4.868 milhões de estudantes, apenas 33,5% estão matriculados nas universidades públicas.

O presidente eleito do Andes-SN e diretor da Adufrj-SSind, professor Roberto Leher, disse que a agenda política desta greve é determinante para o futuro dos servidores e do sistema público federal. “Estar enquadrado em um regime em extinção (RJU) num governo que se pauta pelo neoliberalismo é uma questão a ser enfrentada por uma greve como esta. Como, por exemplo, vai ser custeada a nossa aposentadoria, já que sabemos que este recurso não sai do Tesouro, mas de um fundo pago mês a mês por parte de nossos salários?”.

Roberto lembrou ainda a importância que o governo deu à adesão dos professores da UFF e da UFRJ à greve dos SPF, ao publicar nota paga nos principais jornais do país, dia 6 de junho, respondendo às assembleias de docentes destas universidades. “A entrada da UFRJ e da UFF na greve fez diferença, e, hoje, temos uma enorme responsabilidade frente ao movimento nacional”.

Após a assembleia, o público presente se dirigiu para o ato unificado dos servidores públicos do Rio que começou às 15h com passeata da Candelária à Cinelândia.

CT resiste em aderir à greve

A maior parte dos docentes contrários à greve neste momento parece estar concentrada nas unidades do Centro de Tecnologia. Não por que estes professores achem que as reivindicações não sejam justas, mas porque acreditam que os estudantes destas unidades seriam prejudicados, ou que seus projetos não podem parar ou, ainda, que não estão suficientemente mobilizados para uma pa-

“ Na luta em defesa da universidade pública devemos tomar uma decisão firme: manter e expandir a nossa greve. ”

José Simões
Instituto de Física



realização. Embora nenhum docente tenha se manifestado contrário à greve durante a assembleia geral, relatos da reunião feita no Centro, um dia antes, revelaram esta posição. Muitos continuam dando aulas e desenvolvendo suas atividades, como se a greve não fosse uma realidade. A professora da Escola de Serviço Social, Cleusa Santos, criticou esta postura pedindo para que estes professores reflitam sobre o papel social do educador e seu comprometimento com a construção de um saber crítico. A professora denunciou reações bastante agressivas por parte de professores e alunos do CT quando os representantes do Comando Local de Greve percorreram as salas de aula convocando-os para a adesão ao movimento.

Situação parecida vive algumas unidades do CCMN, como a Matemática, o Instituto de Física e o de Química. A mais curiosa, contudo, é a postura dos professores do I. Física. Segundo o professor desta unidade, José Simões, foi feita uma consulta informal, por e-mail, entre os professores da Física sobre a adesão ou não à greve. “Apesar de um número significativo ter se manifestado contra a adesão à greve, nenhum professor apareceu na assembleia para dar um informe sobre esta consulta. Não estou falando como representante da minha unidade, mas não poderia deixar de convidar os professores que, ainda que não concordem com o movimento, venham debater isto conosco, na assembleia. Uma greve é um processo longo e árduo, difícil de ser construído, mas é o espaço para as nossas conquistas coletivas e não só individuais”.

Muitas unidades estão paralisadas ou parcialmente paralisadas (ver quadro). Muitas unidades do CCS, CFCH e a Letras, não expuseram informes na assembleia, mas também estão parcialmente paralisadas.

Conselho Universitário apóia a greve

Uma moção de apoio às reivindicações dos servidores públicos federais foi o ponto alto da sessão do Conselho Universitário do último dia 8. Encaminhado pelo professor Aloisio Teixeira, o documento foi aprovado por aclamação pelos conselheiros. Além do apoio, a moção faz um apelo para que se abram imediatamente as negociações entre o governo e os servidores para um rápido retorno à normalidade nas Instituições Federais de Ensino Superior. Veja a íntegra da nota abaixo:

“O Conselho Universitário da UFRJ, em sua sessão de 8 de junho de 2000, tendo em vista os movimentos que vêm ocorrendo nas IFES, inclusive na UFRJ, relacionados à greve dos servidores públicos federais, manifesta seu apoio às reivindicações da categoria e faz um apelo para que se abram imediatamente as negociações, para que se possa retornar rapidamente à normalidade laborativa nas IFES.”



Resenha Greve

Unidades representadas na Assembleia com informes sobre o movimento local

Unidade	Situação
Enfermagem	paralisada
Biologia	paralisada
Farmácia	paralisada
Nutrição	paralisada
Psicologia	paralisada
Comunicação	paralisada
Medicina	paralisada
IFCS	paralisada
Bioquímica-médica	parcialmente paralisada
Arquitetura	parcialmente paralisada
Belas Artes	parcialmente paralisada
Música	parcialmente paralisada
CAp	parcialmente paralisada

Deliberações da Assembleia Geral (8/06)

1 - Continuidade da adesão da adufrj-SSind à Greve Nacional dos SPF, com pauta: reajuste de 63,68% sobre o salário de janeiro de 1995, extinguindo todas as gratificações concedidas a partir desta data (no caso dos professores, a GED e a GID); a defesa do RJU, contra o regime da CLT no setor público, e a defesa do Serviço Público de qualidade.

2 - Encaminhar ao CNG-Andes-SN a questão das atividades de pós-graduação para que faça gestões junto às agências de fomento (CAPES, CNPq e similares) no sentido de não haver prejuízos para a avaliação de programas, docentes e estudantes em função da greve das IFES.

3 - Delegar ao Comando Local de Greve da Adufrj-SSind a prerrogativa de escolher o delegado da Adufrj-SSind no CNG-Andes-SN

4 - Eleição de Delegados à Plenária Nacional dos SPF em greve (Brasília, 11/6)

5 - Próxima AG: terça-feira, 13/06, 14h

6 - Solicitar ao Conselho Universitário da UFRJ que produza proposta de Lei ao Executivo para que os 26,05% (Plano Verão) sejam estendidos a todos os docentes, garantindo o princípio da isonomia.

Abraço ao CAp

O Colégio de Aplicação aderiu à greve de uma forma peculiar: os professores decidiram reduzir o tempo de aula para 40 minutos. O restante do tempo será aproveitado para a promoção de atividades e reuniões com alunos e comunidade sobre as reivindicações dos servidores públicos federais.

A primeira atividade já foi realizada na tarde da sexta-feira, dia 9. Alunos, professores e funcionários deram um “Abraço ao CAp”, como forma de mostrar para a população a necessidade de se defender a escola e o ensino público e gratuito.

Grevistas pedem apoio aos parlamentares

A greve está tomando a agenda política do Congresso Nacional. Os membros do Comando Nacional de Greve do Andes-SN percorreram os gabinetes dos deputados e senadores, no dia 6 de junho. Foram contactados os senadores Jader Barbalho (PMDB) e José Sarney (PMDB). Roberto Freire (PPS) fez pronunciamento naquele dia exigindo do governo a abertura de negociações com os grevistas. Segundo o senador, não é possível aceitar que o governo fique “encastelado”, recusando-se a negociar. Assim, fez um apelo para que o MEC receba os professores do ensino médio e universitário “para acabar com esta situação de intolerância que somente leva a episódios lamentáveis de violência, resultando na radicalização das posições de cada lado e no desgaste da própria democracia. Cabe ao governo a abertura do diálogo, e quanto mais cedo, melhor”.

Mas o apoio mais contundente veio da bancada do PT. Os líderes do partido decidiram obstruir a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA) do governo para forçar a negociação em torno das reivindicações dos servidores. Também do PT, o senador Eduardo Suplicy entregou ao presidente da casa, Antônio Carlos Magalhães, um documento solicitando o apoio para a abertura de negociações e a revisão do corte de ponto dos servidores em greve.

Quanto ao corte de ponto, foi feito um estudo jurídico pelas entidades em greve que cabe um mandado de segurança preventivo. Em vários estados, o recurso já está sendo providenciado. O mandado deve ser impetrado, em

primeira instância, contra o órgão que proceder o desconto nos salários.

Audiência com os ministros

O Comando Unificado de Greve dos SPF (que inclui a participação do Andes-SN) esteve na audiência pública da Comissão de Educação da Câmara, cujos convidados eram os ministros da Educação, Paulo Renato, e da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg. Paulo Renato deu declarações estarrecedoras, principalmente para os docentes: disse que as universidades vão bem, que os professores tiveram aumento de 50% , em função da GED e só reconheceu a greve nas duas universidades do Rio – UFF e UFRJ. Na verdade, 29 universidades federais já paralisaram suas atividades, sem contar a paralisação das universidades estaduais, como as paulistas e a UERJ, no Rio.

O deputado Fernando Marroni (PT/RS) mostrou o relatório do MEC que mostra o aumento de 16,6% de vagas nas instituições públicas, mas que, para o mesmo período, apresenta o aumento de 36,6% de vagas nas instituições privadas. “Se a situação estivesse tão boa, não haveria necessidade de uma greve”, questionou.

O deputado Jorge Bittar (PT/RJ) também criticou: “O senhor (Paulo Renato) pode dizer que os recursos de custeio aumentaram e que a situação melhorou, mas basta conversar com a comunidade acadêmica para saber do sucateamento e da insatisfação com a remuneração”.

Fonte: Comando Nacional de Greve do Andes-SN

Atividades da Greve

IFCS

12 de junho

segunda-feira - 18h00. Palestra: “A Revolta dos Sargentos”. Palestrante: Eunício Cavalcanti, integrante do movimento dos sargentos em 1963. Local: Salão Nobre do IFCS

14 de junho

quarta-feira - 9h00. Exibição de vídeo: Os anos JK (documentário histórico de Sílvio Tandler) Local: Sala 107

19 de junho

segunda-feira - 14h00 Palestra: A Universidade na crise atual. Palestrante: Maria Yedda Linhares - Professora Emérita da UFRJ. Local: Salão Nobre do IFCS

21 de junho

quarta-feira - 9h00 Exibição de vídeo: Simon & Garfunkel in Concert. Local: sala 107

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Seminário de Extensão na

Escola de Serviço Social da UFRJ

19 de junho: (aberto à comunidade)

8h30 - Abertura

Conferência e Debate “Panorama histórico e

conceitual da política e das práticas de extensão universitária no Brasil”, com professora Dóris Santos de Faria - Decana de Extensão da UnB. Debatedora: Professora Maria José Chevitarese, sub-reitora de Desenvolvimento e Extensão da UFRJ.

10h30 - Conferência e Debate “Política de extensão e perfil dos projetos extensionistas na UFRJ”, com professora Maria José Chevitarese. Debatedores: Professor Eduardo Vasconcelos (ESS/UFRJ) e Elizabeth Rondelli (ESS/UFRJ/Coord. Extensão CFCH)

12h30 - Almoço

14h00 - Painel e Debate “A Pós Graduação Lato Sensu/ ESS e sua relação com a extensão

14h30 - Painel e Debate “As atuais práticas de caráter extensionista na Escola de Serviço Social da UFRJ e na Decania doo CFCH”.

Com os coordenadores dos respectivos projetos. Debatedores: Professores Suely de Almeida, Yves Lesbaupin, Eduardo Vasconcelos e Rodrigo Souza Filho

20 de junho: (só para a Escola de Serviço Social)

9h00 - Oficina de Trabalho “Princípios, diretrizes e metas para uma política de extensão na Escola de Serviço Social da UFRJ”.

11h00 - Plenária Final

Local: Auditório da ESS



Resenha greve

Confira aqui a adesão dos docentes nas universidades federais à greve dos SPF atualizada em 8/6, às 9:45 horas

Seção Sindical Situação

ADUFPA (Pará).....	GTI
APUFSC (Santa Catarina)	GTI
APUB e CEFET (Bahia)	GTI
ADEPM (São Paulo)	GTI
ADUFAL (Alagoas)	GTI
ADUFS (Sergipe)	GTI
ADUFPb-Patos (Paraíba)	GTI
ADUFES (Espírito Santo)	GTI
ADFCAP (Ciências Agrárias Pará)	GTI
ADUNIR (Rondônia)	GTI
ADUFEPE (Pernambuco)	GTI
ADUC (Paraíba - Campus V)	GTI
APRUMA (Maranhão)	GTI
ADCAJ (UFG-Campus Jataí)	GTI
SINDUFAP (Amapá)	GTI
SESDUF (Roraima)	GTI
ADUFMAT (Mato Grosso)	GTI
ADUFPB-JP (Paraíba CampusI)	GTI
ADUFPB-CG (Paraíba-CII)	GTI
ADURRJ (Rural RJ)	GTI
ADUFF (Fluminense)	GTI
ADUFPI (Piauí)	GTI
ADUFAC (Acre)	GTI
SEDUFMS (Santa Maria)	GTI
ADUA (Amazonas)	GTI
ADUNI-RIO (Rio de Janeiro)	GTI
(a partir de 14/6)	
ADUFMAT-ROO (Campus Rondonópolis)	GTI
(apartir de 12/6)	
ADUFOP (Ouro Preto)	IG (8/6)
ASPUV (Viçosa)	IG (8/6)
APUBH (Minas Gerais)	IGSD
ADCEFET-RJ (Rio de Janeiro)	IGSD
SINDEFEOA (Alfenas)	IGSD
ADUFSCar (São Carlos)	IGSD
ADUnB (Brasília)	IGSD
SINDCEFET-MG (Minas Gerais)	IGSD
APROFURG (Rio Grande)	MD
ADUFU (Uberlândia)	MD
ADUFPEL (Pelotas)	NA
SINDOCEFET-PR (Paraná)	NA
ADUFRGS (Rio Grande do Sul)	NA
ADUFERPE (Rural Pernambuco)	NA
APESJF (Federal de Juiz de Fora)	NA
ADURN (Rio Grande do Norte)	NA
ADUFC (Ceará)	EG
ADFUNREI (São João del Rey)	AG (7/6)
APUFPR (Paraná)	AG (12/6)
ADUFG (Goiás)	ND
ADUFMS (Mato Grosso do Sul)	ND
ASPESAL (Lavras)	ND
APROEFEI (Eng. de Itajubá)	ND
ADOURADOS (MS - Dourados)	ND
ADOCA (Ciências Médicas de POA)	SI
ADAFa (Academia da Força Aérea)	SI
ADFMTM (Triângulo Mineiro)	SI
ADCAC (UFG-Catalão)	SI

Legenda

GTI - Greve por Tempo Indeterminado
 IG - Indicativo de Greve IGSD - Indicativo de Greve sem Data
 EG - Estado de Greve MD - Movimento em Discussão
 MIG - Manutenção do Indicativo de Greve
 AG - Assembléia Geral ND - Não Deliberado
 NA - Não Adesão



Cinco mil servidores tomaram conta das ruas do centro do Rio em 8/6. Era o Dia Nacional de Luta, Solidariedade e Protesto Em Defesa do Serviço Público. “Dos 118 mil servidores da União no estado, 40% a 50% aderiram à mobilização”, afirmou Vitor Madeira, do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Rio de Janeiro (Sintrasef).

Servidores paulistas – Até o fechamento desta edição (9/6), os professores e funcionários das escolas paulistas decidiram permanecer em greve, que já dura 36 dias. Nas universidades, também estava mantida a paralisação, iniciada em 26 de abril. Já os trabalhadores da Saúde suspenderam o movimento.



Colegiados

Adiada nomeação do sub-reitor da graduação

A Reitoria indicou, na sessão do Consuni de 8/6, o nome do professor da Engenharia Mecânica Atila Pantaleão Silva Freire para o cargo de sub-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR-1). Vale lembrar que este cargo ficou vago desde a saída de Antônio Figueiredo para a Secretaria de Ensino Superior (SESu), em 23/5. Uma vez que a pauta do Conselho com a indicação da reitoria só chegou aos conselheiros na véspera, houve um pedido (acatado pela Mesa) de mais tempo para estudo do currículo e das idéias do professor Atila Freire. A decisão sobre o assunto deve ser tomada na próxima reunião do Consuni, marcada para 15/6.

Professor da UFRJ desde janeiro de 1988 (do mesmo departamento do ex-sub-reitor Figueiredo), Atila fez uma breve exposição de suas idéias e foi sabatinado pelos conselheiros. Revelou-se preocupado com a evasão e manifestou sua preocupação de valorizar a graduação da universidade. No entanto, admitiu que, nesses doze anos de universidade, nunca assumiu qualquer cargo administrativo e não tem muitos conhecimentos sobre as áreas fora do eixo CT-CCMN. No fim, deixou clara a intenção de aumentar os indicadores de produtividade da instituição (atualmente, segundo a reitoria, forma-se um aluno por professor na graduação por ano).

Ao contrário do processo que levou à posse nas sub-

reitorias dos professores Ricardo Gattass e Antônio Figueiredo em meados de abril, não houve tão boa vontade dos conselheiros quanto à indicação de Atila, que foi bastante questionado durante a sessão. O representante dos estudantes José Carlos Madureira perguntou a opinião do candidato sobre a política do MEC para graduação, com redução do tempo dos cursos para se obter o maior número de formados possível. Em seguida, o conselheiro citou a questão do novo calendário e a conseqüente reforma curricular para que o sub-reitor indicado comentasse sua opinião. Madureira aproveitou para dizer que a reestruturação das sub-reitorias – proposta por Vilhena – representa uma quebra do tripé ensino, pesquisa e extensão. Para finalizar, cobrou uma política de assistência estudantil.

Atila respondeu que, no exterior, a tendência dos cursos é não diminuir a carga horária. Pelo contrário. “Cursos de três anos estão passando para quatro”, disse. Afirmou que a nova periodização modular proposta é “bastante interessante” e defendeu a valorização da assistência estudantil. Para ele, a UFRJ deveria ter condições de alojar um terço do seu corpo discente no *campus*.

Representante dos estudantes da pós-graduação, Divinomar Severino quis, entre outros pontos, um posicionamento do indicado em relação à cobrança de

mensalidades aos alunos. Atila foi veemente na defesa do ensino gratuito.

A mais tensa intervenção da sessão coube ao professor Flávio Dickstein, do CCMN, que criticou Atila como “um homem de pouco diálogo”. Para isso, Dickstein baseou-se em uma experiência passada da qual participou em campo antagônico ao professor indicado. A implantação de um projeto de turma especial de engenharia, que visava ao aprofundamento da matemática para quaisquer alunos do CT e do CCMN. Na ocasião, muitos professores do CT, incluindo Atila, se opuseram ao projeto. Este argumentou que todo e qualquer projeto de turma especial tem um caráter elitista, que separa somente os melhores estudantes.

Aloisio Teixeira continuou o bombardeio. Perguntou, de forma incisiva, como seria o relacionamento do sub-reitor com os conselhos superiores da UFRJ? “O senhor estará disposto a fazer cumprir o estatuto, regimento e decisões dos conselhos superiores?”, interrogou, fazendo referências a atos muito vivos na memória da comunidade como a exoneração do diretor do IDT e a nomeação do coordenador da pós-graduação da Faculdade de Educação à revelia do CEPG. Atila, no caso, disse apenas que tentaria seguir quem tivesse a delegação para o caso.

BOLETIM DE GREVE

**Assembléia
GERAL
20/06
terça-feira
14:00
Horas**

**Auditório do
Centro de
Tecnologia**

PAUTA

- Avaliação da Greve
- Eleição de delegado para
o 40º Conad do Andes - SN

**Reunião do Comando
Local de Greve**

**16/06 16:00
sexta horas**

IFCS - SALA 200

Principais deliberações da AG (13/06)

- Continuidade da greve unificada dos SPF.
- Solicitar às bancadas dos partidos de oposição ao governo a manutenção da obstrução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), até que as negociações estejam de fato abertas.
- Intensificar a greve na UFRJ com promoção de panfletagens, aulas-públicas e debates a respeito da proposta de periodização do ano letivo encaminhada pelo CEG - CEPG.
- Fortalecer o movimento nacional, com participação no ato público dos servidores e estudantes, dia 15 de junho e da atividade "Universidade na Praça", no dia 16 de junho.
- Apresentar um documento do Comando Local de Greve aos Conselhos Superiores da UFRJ, em especial CEG, CEPG e Conselho Universitário, solicitando que sejam consideradas não válidas as aulas e avaliações realizadas durante o período de greve.
- Moção de repúdio à visita do ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

AduFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Boletim de Greve da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

nº 1 • 14 de junho de 2000

Professores mantêm greve

Continuidade da greve por tempo indeterminado. Esse foi o principal ponto de pauta aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind, na última terça, dia 13, no Auditório do Centro de Tecnologia. Os mais de cem professores presentes não ficaram nada satisfeitos com os informes trazidos do Comando Nacional de Greve (o ministro Martus Tavares se negou a abrir negociações com os servidores – *ver o verso deste boletim*). O resultado da deliberação não poderia ser outro: 95 docentes votaram pela manutenção da greve, com sete votos contrários e três abstenções.

A presidente em exercício da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, chamou a atenção para a necessidade de intensificar a mobilização na UFRJ. No entendimento da professora, o governo através de recentes declarações dos ministros demonstrou sentir a força do movimento grevista. "Nós temos que ir para as ruas e convocar os colegas que não estão aqui", conclamou.

Carreata na quinta-feira - Para reforçar a luta, os professores decidiram participar de uma carreata, nesta quinta-feira, 15 de junho, com concentração a partir das 14 horas na Prefeitura da Cidade Universitária da UFRJ (ao lado do Sintufrij - Fundão). O ato faz parte do Dia Nacional de Luta dos SPF, quando estarão acontecendo atividades em todos os estados.

Universidade na Praça - Os professores da UFRJ também participarão de mais uma versão do "Universidade na Praça", um dia dedicado a manifestações em defesa das universidades públicas e à exposição de trabalhos desenvolvidos por estudantes, docentes e técnico-administrativos. Este ato é promovido pelos estudantes das instituições e acontece nesta sexta-feira, dia 16, na Cinelândia, a partir das 10 horas da manhã.

A Assembléia aprovou, também, a possibilidade de realização de um outro "Universidade na Praça" na semana que vem - desta vez organizado em conjunto com docentes, estudantes e técnico-administrativos –

para dar mais visibilidade ao movimento grevista.

Outra novidade da Assembléia Geral foi a aprovação de um documento do Comando Local de Greve que será entregue aos Conselhos Superiores da UFRJ - Consuni, CEG e CEPG -, solicitando que não sejam consideradas válidas as aulas e avaliações realizadas durante o período de greve.

Corte de ponto - A Justiça Federal concedeu liminar favorável ao Mandado de Segurança impetrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT). A decisão, ainda que provisória, ampara todos os servidores dos sindicatos em greve ligados à Confederação e, por extensão, a todos os servidores federais.

CT - O Centro de Tecnologia continua sendo apontado como o ponto fraco da mobilização na UFRJ. O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, informou que existe uma vontade implícita de se terminar o período para, finalmente, se avaliar a possibilidade da paralisação. José Miguel informou ainda que está para ser agendado um debate entre os diretores de Unidades do CT, o decano e um diretor da Adufrj-SSind com o objetivo de tratar da integração entre a graduação e a pós-graduação.

40º Conad - Uma vez que o caderno de textos referente ao 40º Conad só foi entregue na Adufrj-SSind na quinta-feira passada (8/6), não houve tempo hábil para que os sindicalizados pudessem se informar sobre o conteúdo das propostas apresentadas. Ficou adiada para a próxima AG a eleição do delegado da seção sindical e, também, o debate sobre as propostas em discussão para este evento.

Repúdio - Os professores durante a AG reagiram com revolta quando foram informados sobre a visita do ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, ao Fundão. O ministro estará presente a um seminário da Coppe, nesta semana. Os docentes decidiram preparar uma moção de repúdio a essa visita, considerada indesejada enquanto o governo não negociar com os servidores públicos.

Governo não abre negociação com conjunto dos servidores

Para comandos de greve, governo quer dividir o movimento com promessas de reajustes diferenciados

No dia 8 de junho, os deputados Aloísio Mercadante (PT/SP) e Walter Pinheiro (PT/BA) se encontraram com o ministro de Orçamento e Gestão Martus Tavares na tentativa de abrir negociações entre os servidores e o governo federal. Na reunião, o ministro disse aos deputados que o processo de negociação estaria aberto a partir do dia 12 de junho, mas que esta negociação se daria por carreira, separadamente, evitando assim o confronto com o conjunto dos SPF. Apesar da audiência com os parlamentares, o governo não estabeleceu um cronograma da negociação.

ministro nega reajuste linear

O ministro disse, ainda, que não concederá reposição linear das perdas salariais para todos os servidores, em conjunto. Quanto ao corte de ponto, o ministro disse que aqueles que suspendessem a greve até o dia 12 não seriam descontados, mas teriam que compensar os dias sem atividade.

O efeito da tentativa de obstrução da Lei de Diretrizes Orçamentárias pela bancada de oposição foi, até agora, fazer com que o governo acenasse com a possibilidade de modificar o texto do projeto da LDO para que fosse conce-

dido um “aumento da massa salarial para o período de 2001, ficando a responsabilidade do valor e critérios para o projeto orçamentário a serem encaminhados para o Congresso no segundo semestre de 2000.

Tanto na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG) como na do Comando Nacional de Greve Unificado (CNUG), o entendimento foi que esta reunião com os parlamentares não significou abertura de negociações e que a estratégia do governo é dividir o movimento conjunto dos servidores.

Pós-Graduação adere à greve na UFRJ

Nota do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro à comunidade universitária: adesão à greve

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, decidiu, em reunião do seu corpo docente, aderir à greve dos professores e funcionários desta universidade, e portanto à greve dos servidores públicos federais iniciada no dia 10 de maio deste ano. A intransigência do Governo em dialogar e negociar com setores importantes da sociedade civil e a grave situação em que se encontram a Universidade e o serviço público no país são as razões que nos levam a tomar tal decisão.

Já há alguns anos os professores universitários vêm experimentando dificuldades crescentes no exercício da profissão. Isso não se deve exclusivamente ao problema histórico de financiamento à pesquisa e à infraestrutura institucional, mas também à deterioração salarial e à imposição de mecanismos perversos de avaliação, fundados em um produtivismo quantitativo e individualizante, que atenta contra a produção científica de qualidade e a dignidade do ofício de professor e pesquisador. Nosso Programa de Pós-Graduação, desde sua fundação há mais de 30 anos, recebeu sempre a mais alta classificação nas avaliações das agências que

implementam a política educacional e científica no país. Sempre nos pautamos pelo compromisso pessoal e coletivo com nossos alunos, a sociedade brasileira e os valores científicos e acadêmicos. A política de gratificações que durante estes anos substituiu os reajustes salariais, além de insuficiente, vem produzindo distorções que já estão tendo conseqüências negativas na vida universitária. Sob a capa da racionalização e da prestação de contas para a sociedade, essa política governamental vem destruindo as bases coletivas e institucionais da ciência brasileira.

A difícil situação da universidade não se limita apenas à de seus professores. Seus funcionários não receberam qualquer reajuste ou gratificação nos últimos cinco anos, e não pode haver boa universidade com funcionários mal pagos. A crise produzida na universidade reflete, ademais, o quadro de deterioração do serviço público e do Estado brasileiro, em função da aplicação de políticas cujo único princípio é um suposto ajuste das contas públicas. A própria degradação física do nosso lugar de trabalho (o Museu Nacional) é um exemplo das conseqüências perversas dessas políticas. Todos sabemos que há vários modos de racionalizar o gasto público e não é política nem mo-

ralmente aceitável que os “ajustes” incidam sistematicamente sobre os instrumentos de democratização da sociedade e sobre o patrimônio cultural da nação.

Nosso Programa de Pós-Graduação sempre procurou intervir na política científica e educacional do país. Nossos professores têm discutido sistematicamente o conteúdo destas políticas e formulado propostas alternativas junto aos órgãos governamentais. Produzimos material didático, artigos de divulgação e realizamos regularmente atividades de extensão e de discussão pública do resultado das nossas pesquisas. A paralisação das atividades do Programa é para nós uma medida extrema, que tomamos com profundo pesar e conscientes dos prejuízos imediatos que acarretará às atividades acadêmicas e aos nossos alunos. Mas temos certeza que, diante da intransigência do governo em discutir a situação da universidade e a crise social do país, essa é a alternativa mais correta no momento.

Em 12 de junho de 2000 - **Corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro**

15 de junho - Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais
Carreata - com concentração a partir das 14h na prefeitura da UFRJ (ao lado da sede do Sintufrj) Cidade Universitária

Assembléia GERAL

20/06
terça

14:00
horas

Auditório do
Centro de Tecnologia

PAUTA

Avaliação da Greve

40º Conad do Andes - SN
(teses e eleição do
delegado e observadores)

Reunião de Unidades

AVALIAÇÃO DA GREVE

IFCS

Segunda (19) – 10h

Sala 200

CT

Segunda (19) – 14h

Sala D-215

EBA/FAU

Segunda (19) – 12h

Sala Archimedes Memoria

Faculdade de Medicina

Terça (20) – 10h

Auditório 10E34

PERIODIZAÇÃO

Psicologia

Segunda (19) – 10h

Sala 2

Andes-SN



PROFESSORES
PRESSIONAM
MINISTRO EM
AUDIÊNCIA NO
CONGRESSO

Governo
reconhece greve
**Em Brasília,
Comando de Greve
dos SPF se reúne
com Martus Tavares.**

Página 7

AUFRRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 6 • 19 de Junho de 2000



Servidores em greve interpelam ministro de C&T na UFRJ



LUIZ ANTÔNIO DO COMANDO DE GREVE DO SINTUFRJ E A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA ADFRJR, MARIA DE LOURDES, ACOMPANHAM RESPOSTA DE SARDENBERG A DOCUMENTO DE REPÚDIO DOS PROFESSORES

NO DIA NACIONAL DE LUTA DOS SPF, 15 DE JUNHO, OS SERVIDORES EM GREVE ENTREGARAM UM DOCUMENTO DE REPÚDIO A PRESENÇA DO MINISTRO NA UNIVERSIDADE E PEDIRAM NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO EM TORNO DA PAUTA UNIFICADA. NO MESMO DIA OS GREVISTAS FIZERAM UMA CARREATA. MAIS DE SETENTA CARROS ATRAVESSARAM A PONTE RIO-NITEROI A 40KM/H (FOTO EM DETALHE).
PÁGINAS 4, 5 E 6

Oito motivos para repudiar a presença do Ministro de Ciência e Tecnologia na UFRJ

Sr. Ministro,

Os professores da UFRJ, reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-Ssind, realizada em 13 de junho de 2000, deliberaram a favor de uma moção de repúdio à presença de V. Ex^a no *campus* da UFRJ. Evidentemente, a presença de um Ministro de Ciência e Tecnologia

em nossa Universidade deveria ser motivo de regozijo; entretanto, ela o deixa de ser quando V. Ex^a representa um Governo que:

a. promove drástico estrangulamento financeiro ao setor de C & T: atualmente, no CNPq, os gastos atingiram R\$ 407 milhões em

Continua na página 6.



Editorial

Mais uma greve das universidades?

A Greve do setor das Instituições Federais de Ensino Superior está inserida em um movimento muito mais amplo, abrangendo o conjunto dos Servidores Públicos Federais. Deste modo, a greve aprovada pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind (02/06) não é específica. A pauta da greve diz respeito a todos nós, servidores públicos.

Por que uma greve dos Servidores Federais?

Em virtude da subordinação do Governo FHC às *condicionalidades* do FMI e do Banco Mundial, está em curso uma política que atende aos interesses do capital financeiro (o orçamento de 2000 prevê R\$ 78 bilhões para o pagamento de juros da dívida e R\$ 65 bilhões para a amortização da dívida), em detrimento do Estado Social. Hoje todos os setores do serviço público estão sendo sucateados. Como parte da política de desmonte do serviço público, o governo empreende brutal arrocho salarial, expresso por mais de meia década de congelamento salarial, diferencia e discrimina os servidores. Nas universidades, os docentes aposentados recebem salário significativamente menor do que os da ativa, os professores da carreira de 1º e 2º graus recebem uma gratificação que representa a metade do valor da GED. Além disso, a GED também produz diferenciações entre os docentes que atuam no 3º grau. Com a Reforma Administrativa, o governo pretende extinguir o RJU e contratar apenas pelo regime de CLT, deixando os atuais professores na terrível situação de estar em um Regime fadado à extinção. Os novos professores, por sua vez, não terão nenhuma estabilidade e perderão a aposentadoria integral.

O recente pacote da Argentina, imposto pelo FMI e aplaudido por FHC, mostra-nos quão frágeis podem ser nossos direitos em um momento de ajuste fiscal. Por tudo isso, esta greve é justa, legítima e necessária ao país. Será



tanto mais eficaz e rápida quanto maior for a adesão e mobilização dos SPF.

Então, quais são os eixos desta greve?

O reajuste de 63,68% sobre o salário de janeiro de 1995, extinguindo todas as gratificações concedidas a partir desta data (no caso dos professores, a GED e a GID); a defesa do RJU, contra o regime de CLT, e a defesa do Serviço Público de qualidade.

A Greve já resultou em avanços nas negociações?

Antes da greve, o governo ignorava solenemente as

reivindicações dos servidores. Agora, a pressão da greve, exercida através da obstrução da votação da LDO feita pela oposição, levou o governo a apresentar uma proposta de negociação aos servidores. No entanto, esta proposta é inaceitável, pois exclui a possibilidade de um reajuste salarial geral, não garante reajuste para todos os servidores e aponta para processos de negociação por carreira, em vez da negociação para o conjunto dos servidores, que estamos buscando. Acena ainda para um “aumento da massa salarial” em 2001, o que pode significar simplesmente a contratação de novos servidores pelo regime de CLT, o que contraria um dos dois eixos principais da nossa greve. A força da greve já levou o governo a reconhecer o Comando Unificado dos Servidores, recebido pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, na última quinta-feira (dia 15). Nessa ocasião, o governo repetiu sua intenção de negociar com cada categoria em separado. Não houve portanto, abertura de negociações sobre os itens da nossa pauta e, por isso, a insígnia **NEGOCIAÇÃO JÁ!** permanece válida.

E os próximos passos?

Fortalecer a greve em todas as unidades, a partir de debates radicalmente democráticos, ampliar nossa presença na esfera pública, esclarecendo a sociedade da justiça de nossa greve. A participação de todos nas assembleias gerais, nas reuniões das unidades e nas demais atividades da greve são imprescindíveis para o sucesso do movimento. As atividades em Brasília também serão decisivas, em especial no Congresso Nacional. Como é tradição no movimento, estaremos continuamente discutindo a greve nas unidades e no comando local de greve e deliberando em Assembléia Geral sobre os seus desdobramentos.

ADUFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard (afastado pelo período de 01/06 a 27/07) **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (presidente em exercício) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Greve nos estados

Daniel Garcia/ADUSP

Vitória!



TERMINOU COM VITÓRIA A GREVE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. AS ASSEMBLÉIAS APROVARAM, NO ÚLTIMO DIA 15, UM ACORDO NEGOCIADO ENTRE O FÓRUM DAS SEIS – QUE REPRESENTA OS SINDICATOS DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS DE USP, UNICAMP E UNESP - E O CONSELHO DE REITORES. ENTRE OUTROS ITENS, SERÁ CONCEDIDO UM REAJUSTE IMEDIATO DE 4,25% SOMADOS A UM REAJUSTE ANTERIOR DE 7% SOBRE O SALÁRIO DE MARÇO E A INCORPORAÇÃO DE MAIS 3,75% EM JANEIRO DE 2001 – 15% NÓ TOTAL, PORTANTO. EXISTE A POSSIBILIDADE AINDA DE UM OUTRO REAJUSTE EM OUTUBRO INDEXADO À EVOLUÇÃO DO ICMS (OS SINDICATOS CALCULAM UM PERCENTUAL ENTRE 2% E 4%). TAMBÉM FORAM APROVADOS PELAS AGs OS PRINCÍPIOS QUE DEVEM NORTEAR A RETOMADA DO TRABALHO ACADÊMICO, COMO A GARANTIA DE CUMPRIR O CONTEÚDO PROGRAMADO PARA O PERÍODO LETIVO. O CRUESP, POR SUA VEZ, DECIDIU NÃO DESCONTAR OS DIAS PARADOS.

Anote

ATIVIDADES DA GREVE NA UFRJ

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

19 de junho

segunda-feira - 14h00
Palestra: A Universidade na crise atual.
Palestrante: Maria Yedda Linhares - Professora Emérita da UFRJ. Local: Salão Nobre do IFCS

21 de junho

quarta-feira - 9h00
Exibição de vídeo: Simon & Garfunkel in Concert. Local: sala 107

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Seminário de Extensão na Escola de Serviço Social da UFRJ

19 de junho:

(aberto à comunidade)
8h30 - Abertura Conferência e Debate "Panorama histórico e conceitual da política e das práticas de extensão universitária no Brasil", com professora Dóris Santos de Faria - Decana de Extensão da UnB. Debatedora: Professora Maria José Chevitaese, sub-reitora de Desenvolvimento e Extensão da UFRJ.
10h30 - Conferência e Debate "Política de extensão e perfil dos projetos extensionistas na UFRJ", com professora Maria José Chevitaese. Debatedores: Professor Eduardo Vasconcelos (ESS/UFRJ) e Elizabeth Rondelli (ESS/UFRJ/Coord. Extensão CFCH)

12h30 - Almoço

14h00 - Painel e Debate "A Pós Graduação Lato Sensu/ESS e sua relação com a extensão
14h30 - Painel e Debate "As atuais práticas de caráter extensionista na Escola de Serviço Social da UFRJ e na Decania doo CFCH".
Com os coordenadores dos respectivos projetos. Debatedores: Professores Suely de Almeida, Yves Lesbaupin, Eduardo Vasconcelos e Rodrigo Souza Filho

20 de junho:

(só para a Escola de Serviço Social)
9h00 - Oficina de Trabalho "Princípios, diretrizes e metas para uma política de extensão na Escola de Serviço Social da UFRJ".
11h00 - Plenária Final
Local: Auditório da ESS



Resenha

O geógrafo Milton Santos lançou recentemente o livro "Por uma outra globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal", pela editora Record. Neste trabalho, o professor reuniu e reescreveu conferências, artigos, aulas e entrevistas que tratam do fenômeno da globalização.

De acordo com matéria de O Globo, de 11/06, as mulheres estão predominando nas salas universitárias. Informe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao MEC, constatou que, entre os alunos que estão concluindo a faculdade, 38,5% são homens e 61,5% são mulheres.

Desde o dia 14/6, apenas as universidades, escolas técnicas públicas e fundações que tenham o ensino profissionalizante previsto expressamente em seus regimentos ou estatutos, centrais sindicais e serviços nacionais sociais, como Senai, Senac e Sebrae, podem ter acesso aos repasses de dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essa medida do Ministério do Trabalho retira dos estados o poder de contratar instituições encarregadas de auditar as próprias contas. Agora, o Ministério tem a responsabilidade de escolher e pagar as auditorias.

Nota de Fred Suter, de O Dia, de 16/6: "Já bateu a casa dos 23,8 milhões o vermelho nas contas da UFRJ. Só nas contas de energia, a instituição gasta 33% de seu orçamento. Com segurança, 19%; com limpeza, outros 15%. Dos 85% referentes ao custeio, 13,4% foram gastos com telefones."



Jurídico

Assessoria Jurídica informa

Os professores que estão afastados para capacitação ou qualquer tipo de licença e não receberam a gratificação de estímulo à docência (GED) ou a gratificação de incentivo à docência (GID) devem procurar o Plantão Jurídico da Adufrj-SSind. O Plantão funciona toda quarta-feira, de 13h às 17h, na sede da entidade. Para marcar horário, ligar para 590-4799 ou 590-7753.



Greve na UFRJ

Principais deliberações da AG (13/06)

- ☞ Continuidade da greve unificada dos SPF.
- ☞ Solicitar às bancadas dos partidos de oposição ao governo a manutenção da obstrução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), até que as negociações estejam de fato abertas.
- ☞ Intensificar a greve na UFRJ com promoção de panfletagens, aulas-públicas e debates a respeito da proposta de periodização do ano letivo encaminhada pelo CEG - CEPG.
- ☞ Fortalecer o movimento nacional, com participação no ato público dos servidores e estudantes, dia 15 de junho e da atividade "Universidade na Praça", no dia 16 de junho.
- ☞ Apresentar um documento do Comando Local de Greve aos Conselhos Superiores da UFRJ, em especial CEG, CEPG e Conselho Universitário, solicitando que sejam consideradas não válidas as aulas e avaliações realizadas durante o período de greve.
- ☞ Moção de repúdio à visita do ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg.

Professores em GREVE
pela defesa da universidade pública

Já está à disposição dos professores interessados o adesivo da greve (reprodução ao lado) da UFRJ. O material é mais uma forma de divulgar o movimento, que ganha força a cada dia que passa. Basta passar na sede da Adufrj-SSind, que fica no Bloco D do Centro de Tecnologia, sala 200.



Última AG de professores mantém greve

Continuidade da greve por tempo indeterminado. Esse foi o principal ponto de pauta aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind, no dia 13, no Auditório do Centro de Tecnologia (foto). Os mais de cem professores presentes não ficaram nada satisfeitos com os informes trazidos do Comando Nacional de Greve no dia 12 (o ministro Martus Tavares se negava a abrir negociações com os servidores). O resultado da deliberação não poderia ser outro: 95 docentes votaram pela manutenção da greve, com sete votos contrários e três abstenções.

A presidente em exercício da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, chamou a atenção para a necessidade de intensificar a mobilização na UFRJ. No entendimento da professora, o governo demonstrou sentir a força do movimento grevista através de recentes declarações dos ministros. "Nós temos que ir para as ruas e convocar os colegas que não estão aqui", conclamou.

Corte de Ponto

A Justiça Federal concedeu liminar favorável ao Mandado de Segurança impetrado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT). A decisão, ainda que provisória, ampara todos os

servidores dos sindicatos em greve ligados à Confederação e, por extensão, a todos os servidores federais.

Centro de Tecnologia

O Centro de Tecnologia continua sendo apontado como o ponto fraco da mobilização na UFRJ. O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, informou que existe uma vontade implícita no Centro de terminar o período para, finalmente, se avaliar a possibilidade da paralisação. José Miguel informou ainda que está para ser agendado um debate entre os diretores de Unidades do CT, o decano e um diretor da Adufrj-SSind com o objetivo de tratar da integração entre a graduação e a pós-graduação.

40º Conad

Uma vez que o caderno de textos referente ao 40º Conad só foi entregue na Adufrj-SSind na quinta-feira passada (8/6), não houve tempo hábil para que os sindicalizados pudessem se informar sobre o conteúdo das propostas apresentadas. Ficou adiada para a próxima AG a eleição do delegado da seção sindical e, também, o debate sobre as propostas em discussão para este evento.



Semana de atividades mobiliza UFRJ
Uma carreta da Prefeitura Universitária até Niterói e o luto dos professores na recepção ao ministro da Ciência & Tecnologia foram duas provas da crescente mobilização na universidade. Na Uni-Rio, estudantes da UFRJ reforçaram o movimento de ocupação (foto à esquerda) do campus daquela universidade em protesto contra o processo de escolha do reitor (o nome do atual reitor, embora tenha ficado em terceiro na consulta popular, foi jogado para a primeira posição da lista tríplice enviada ao MEC). A união dos estudantes fomentou a primeira "Universidade na Praça" da greve, realizada no dia do fechamento desta edição (16/6), no centro do Rio.



Protesto

Coppe tenta esconder ministro

Os servidores em greve da UFRJ foram recebidos pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, durante uma palestra para o público da Coordenação de Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe), na manhã da última quinta, dia 15. A palestra deveria ter ocorrido no Centro de Tecnologia, no auditório da própria Coppe, mas a organização do evento, coordenada pelos professores Luiz Pinguelli Rosa e Segen Estefen, deslocou o ministro e os demais expositores para o auditório do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras (Cenpes), a cerca de 500 metros do CT, na tentativa de evitar o encontro com os grevistas.

Mesmo assim, o grupo de professores, estudantes e funcionários das universidades federais se dirigiu ao Cenpes para uma manifestação de repúdio contra a presença do ministro na universidade em greve. A servidora e membro do comando estadual de greve dos servidores, Lucia Reis, entregou a Sardenberg um documento aprovado pela assembléia geral dos docentes da UFRJ, onde são expostos oito motivos para o repúdio ao governo federal (ver capa e página 6).

Lucia pediu ao ministro que se torne um interlocutor entre os servidores e o restante do governo que vinha se recusando a abrir negociações com a categoria. “Não temos nada contra a pessoa do ministro da Ciência e Tecnologia. Estamos aqui para entregar este documento na tentativa de estabelecer um canal de negociação. Não podemos deixar de dizer que foi o governo que radicalizou ao não conversar com os trabalhadores e os levou a esta greve que já dura mais de um mês em todos o país”, disse Lucia.

Sardenberg se mostrou favorável ao diálogo com os servidores em greve e disse que estava ali como convidado da Coppe e não como representante do governo. “Já que sou tomado como símbolo, gostaria de ser um símbolo do bem”, disse à comissão de grevistas. O ministro aceitou ser o porta-voz dos manifestantes junto ao presidente e os demais ministros e finalizou fazendo referência à sua expectativa de resolver a questão salarial através “das carreiras específicas, nas próximas semanas”. A categoria quer justamente o contrário: que o governo conceda um reajuste linear para todos os segmentos, de 63,68%.

Protesto

O grupo de estudantes, professores e funcionários vestidos de preto e com “ovos fritos” estampados nas camisetas permaneceu durante duas horas em frente ao Cenpes até que a comissão de servidores fosse recebida pelo ministro. A manifestação foi considerada pacífica e o secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mozart Queiroz, esteve presente, sendo um dos que negociou com a assessoria do Centro de Pesquisa a entrada da comissão. No final, quando o grupo retornou à manifestação, Mozart criticou a estrutura do Cenpes, a Coppe e a reitoria da UFRJ por “esconder” o ministro dos manifestantes. “Lamento que o Cenpes seja utilizado como um recurso para esconder o ministro das manifestações. Infelizmente, isto deve ser uma orientação de um reitor interventor”, disse, fazendo referência ao interventor do MEC na UFRJ, José Vilhena. “Mas isto é uma questão democrática a ser discutida na Coppe e pela comunidade da UFRJ”, complementou mostrando indignação com a atitude da Unidade em mudar o local do evento para desmobilizar a manifestação e evitar o encontro com Sardenberg.

Responsabilidade

Durante o encontro com o ministro da C&T, a comissão de servidores cobrou do governo a responsabilidade pela greve e considerou um desrespeito à política do presidente de fingir que nada está acontecendo. A pauta de reivindicações dos servidores públicos federais está protocolada no ministério de Planejamento e Gestão desde setembro de 1999. A categoria não tem reajuste salarial há mais de cinco anos. “Isso é um desrespeito”, considerou Lucia.

A comissão que entregou o documento foi formada, além da diretora da CUT/RJ, pela presidente em exercício da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, pelos representantes dos Comandos Locais de Greve do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ, Luiz Antônio Barbosa, do Sintuff, Maria Thereza, e da entidade dos trabalhadores da Escola Federal de Química, João Carlos Nogueira.

Ministro apresenta os fundos setoriais para comunidade da Coppe

A razão da visita do ministro da C&T à UFRJ foi a sua exposição para professores e pesquisadores da Coppe sobre os projetos dos fundos setoriais de apoio à pesquisa, recentemente aprovados na Câmara Federal e em tramitação no Senado.

Sardenberg considera que o investimento no setor é pulverizado e se “perde muita energia” no desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. Segundo o ministro, a decisão de criar os fundos foi essencialmente política e teve apoio da bancada governista e de lideranças da oposição no Congresso.

Os projetos (ver quadro) se destinam basicamente aos setores de energia elétrica, transportes e à relação universidade-empresa. O caráter mercadológico dado pelo governo à sua proposta ficou bastante evidente no relato do ministro. Segundo ele, é necessário estreitar as relações orçamentárias de sua pasta com os demais ministérios que têm programas próprios de pesquisa. Os mais citados foram o MEC, o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio e o de Meio Ambiente. Para o ministro, os mais resistentes a esta aproximação são os Ministérios da Saúde e da Agricultura, que mantêm programas tradicionais, através da Fiocruz e da Embrapa.

Desenvolvimento regional

Um segundo grupo de fundos, de acordo com o ministro, seria criado, desta vez para estreitar a relação com as agências estaduais de fomento. Um volume de recursos – cerca de R\$ 280 milhões – seria destinado para uma “política de equalização regional” de desenvolvimento tecnológico.

A terceira ação do ministério, seria, segundo Sardenberg, junto às comunidades científicas e tecnológicas. O ministro pediu a participação da comunidade em um diálogo franco. “Melhor o diálogo franco do que hipocrisia”, disse para a platéia da Coppe que lhe assistia em um pequeno auditório do Cenpes.

O ministro comunicou também que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), considerado o “pai dos fundos”, será “perenizado”. Isto significa que o FNDCT acolherá todos os fundos setoriais como sub-fundos e não vai mais retornar suas aplicações ou sobras aos cofres do Tesouro, como é feito anualmente. Será transformado em um fundo fixo, a ser utilizado de acordo com as “estratégias do governo”, disse o ministro.

Ao todo são cinco os projetos de fomento:

- PL 663/99, destinado à pesquisa e produção de energia elétrica (a partir das energias eólica e solar), do deputado Eduardo Jorge (PT/SP);

- PL 2.859/00, do executivo, que institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Especial;

- PL 2.794/00, que altera o destino de receitas próprias de contratos firmados pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), para o financiamento de pesquisa para o setor de transportes terrestres;

- PL 2.793/00, que dispõe sobre a realização de investimento em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica;

- E o PL 2.978/00, instituindo a contribuição de intervenção do domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Integração Universidade-Empresa para apoio à Inovação.

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.



Continuação da página 6.



Oito motivos para repudiar a presença do Ministro de Ciência e Tecnologia na UFRJ

- 1999 (contra os já exíguos R\$ 500 milhões em 1995) e no MCT R\$ 750 milhões em 1999 (contra igualmente exíguos R\$ 980 milhões em 1996);
- propõe mecanismos de financiamento extra-orçamentários, desobrigando cada vez mais o Tesouro Nacional da manutenção e desenvolvimento do precioso patrimônio da nação brasileira, que são nossas universidades públicas e órgãos de C&T;
 - busca formas cada vez mais restritas de financiamento às universidades e ao setor de C&T, ampliando os mecanismos de subordinação destas instituições aos interesses exclusivos das empresas, descaracterizando a autonomia acadêmica das universidades;
 - promove uma política de abertura comercial que desindustrializa o nosso país, tornando-o prisioneiro da *exuberância irracional* do mercado financeiro internacional, uma política que faz crescer a dependência tecnológica do país frente aos países centrais;
 - impõe um Reitor não desejado pela comunidade universitária, cujo único "mérito" é a subserviência às políticas governamentais;
 - promove brutal arrocho salarial aos Servidores Públicos Federais, expresso por mais de meia década de congelamento salarial, levando a perdas da ordem de 64%. A participação do gasto com pessoal na totalidade das receitas correntes passou, no período 1995 a 2000, de 29,82% para 21,58%, ou seja, houve uma redução na participação da despesa com pessoal na receita corrente total;
 - para atender às metas de ajuste fiscal exigidas pelo FMI não repassou nenhum centavo dos quase R\$ 91 bilhões de aumento da arrecadação, verificada no período 1995-1999, para o Estado Social e para a correção salarial dos SPF, sempre em benefício dos banqueiros. A despesa com juros cresceu de maneira assustadora, revelando as verdadeiras preocupações do governo que V. Ex^a representa: saímos de R\$ 16,8 bilhões em 1995 para R\$ 45,3 bilhões em 1999. Em 2000, a previsão é de R\$ 78,1 bilhões de gasto nesta rubrica. O aumento é de 364% no período; e
 - tenta negar o direito do servidor ao exercício do direito de greve, ainda não regulamentado após 12 anos de vigência da Constituição. Desde 1995 vem adotando medidas para intimidar e sufocar as greves dos servidores, suprimindo direitos e prerrogativas como a licença para o exercício de mandato sindical, a estabilidade e o RJU. A presença de V. Ex^a, portanto, não é bem vinda. Nós a repudiamos em protesto contra a política de desmonte da Nação, da ausência de democracia e de diálogo verdadeiro.

ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUFRJ-SSIND

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2000

Maria de Lourdes R. da F. Passos

Presidente em exercício da Adufrj-SSind
Comando Estadual Unificado dos Servidores Públicos Federais em Greve

Assinaram o documento

Comando Estadual de Greve dos Servidores Federais da CUT/RJ

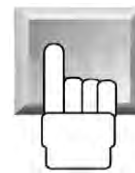
Seção Sindical dos Docentes da UFRJ - Adufrj

Comando Local de Greve do Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ - Sintufrj

Comando Local de Greve do Sindicato dos Trabalhadores da UFF - Sintuff

Sindicato dos Trabalhadores da Escola Federal de Química - Cefeteq

Será realizado, de 22 a 24 de junho, em Brasília, o 40º Conad do Andes-SN. O Conselho Nacional das ADs terá como tema, desta vez, a "Autonomia para a Universidade e Liberdade para Cátedra" e dois pontos de pauta: avaliação e atualização do plano de lutas e questões organizativas e financeiras. Neste Conad, que ganha especial importância no atual contexto de greve, tomará posse a nova diretoria do Sindicato, com a presidência do professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ. Qualquer docente pode ter acesso ao Caderno de Textos do 40º Conad na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br).



@dufrj



A página eletrônica do Andes-Sindicato Nacional (<http://www.andes.org.br>) foi recentemente reformulada. E bem a tempo de ajudar a acompanhar os rumos da mobilização dos docentes em todo o país. Destaque na página de entrada para o link "Comando Nacional de Greve". Este vínculo permite ao usuário conhecer o nível de adesão das seções sindicais das universidades e, ainda, ler os últimos comunicados do Comando. Na parte de "Últimas Notícias", estão presentes relatórios do Setor das IFES e o caderno de textos do 40º Conad, que será realizado de 22 a 24 de junho, em Brasília.



O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (<http://www.sintrasef.org.br>) traz textos críticos para a reflexão do internauta. À esquerda da tela de entrada do site, o visitante pode entrar nos vínculos com a história, o objetivo, as conquistas e as publicações do sindicato. A homepage disponibiliza um boletim ("Movimento") e um jornal ("Público") eletrônicos.



A página eletrônica da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) (<http://www.fasubra.com.br>) é mais uma importante fonte de informação na luta dos servidores. Além da página de entrada - com links para a parte administrativa da Federação -, destaca-se a janela com notícias atualizadas diariamente. A homepage já recebeu quase 70 mil visitas.

40º Conad
Conselho do Andes
Sindicato Nacional

Brasília-DF
22 a 24 de
junho de
2000



Greve Nacional dos SPF

Greve obriga governo a receber comando unificado

O ministro do Planejamento e Gestão, Martus Tavares, recebeu na noite da quinta-feira (15), Dia Nacional de Luta dos SPF, quatro representantes do Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG). Estiveram presentes à reunião os deputados Aloizio Mercadante, líder do PT na Câmara; e Arthur Virgílio, líder do governo no Congresso. Na reunião, ficou acordada a abertura de diálogo permanente entre a categoria e o governo para analisar os itens da pauta de reivindicações.

No dia seguinte, o comando unificado esteve reunido, com a presença dos representantes dos docentes do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG). Na audiência o governo acenou com a possibilidade de um reajuste diferenciado de acordo com a política de carreira. O governo manteve a posição de que o reajuste linear seria inviável,

pois atingiria os aposentados e comprometeria o orçamento; e de uma política salarial baseada na produtividade.

Em relação ao corte de ponto, o ministro disse que vai seguir a orientação do decreto presidencial que trata da questão. Segundo o Informe de Greve da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – Fasubra nº 33 (15/06), o decreto não indica o corte de ponto dos grevistas.

LDO – ainda segundo o boletim da Fasubra, o governo garantiu que haverá crescimento da massa salarial a partir de 2001. Os deputados Mercadante e Virgílio redigirão uma proposta para o ministro para ser acrescentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Reunião não significa abertura de negociação

Até o fechamento desta edição (16/6), o CNG do Andes-SN

ainda não havia concluído sua avaliação da reunião dos servidores com o ministro. A tendência, segundo o delegado do Comando Local da Adufrj-SSind, Marcos Aguiar, era de que as entidades, tanto o Andes-SN quanto os demais sindicatos dos SPF, indicassem a discussão da proposta do governo para as próximas assembleias gerais locais. Na UFRJ, a assembleia dos docentes acontece nesta terça-feira, dia 20, às 14h, no Auditório do Centro de Tecnologia.

Ainda segundo Marcos, os comandos de greve nacional e unificado deverão indicar para as bases a manutenção da greve até que sejam abertas as negociações, de fato, com o governo.

O representante da Adufrj disse que será feito um esforço por parte dos Comandos para que na próxima reunião com o ministro todas as entidades dos servidores em greve estejam representadas.



Colegiados

Rápidas do Consuni de 8/6

O representante dos adjuntos do CCJE João Carlos Ferraz comentou preocupado a implantação da resolução CEG/CEPG, que regulamenta a nova periodização. O professor solicitou a Vilhena que o CEG/CEPG fizesse um relato de como está a situação em toda a universidade neste aspecto. As unidades e Órgãos Suplementares deveriam apresentar ao CEG/CEPG seus projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação até 25 de maio. “A questão é muito importante e gostaria de saber o que nossos colegas estão fazendo”, disse João Ferraz.

A Divisão de Material e Serviços da SR-3 lançou na sua página eletrônica (www.ufrj.br) o edital de concorrência para “contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e conservação de áreas externas, incluindo as atividades correlatas de segurança externa armada e desarmada, e operação de estacionamento”. Olha a privatização aí, gente!

No Cepg

O pós-doutorado não pode ser considerado mais um grau ou título acadêmico, tal qual o mestrado ou o doutorado. Essa foi a decisão tomada pelo CEPG na resolução nº 03/2000, já enviada para publicação no Boletim da UFRJ. O conselho entendeu que o pós-doutorado deve ser classificado como um “programa de estudos e pesquisa, com prazo delimitado, desenvolvido por portador do título de doutor em instituição de pesquisa distinta daquela em que atua de maneira rotineira”. A mesma resolução determinou em seu artigo segundo que os programas de pós-graduação da UFRJ que oferecem curso de doutorado há pelo menos dois anos estão autorizados a receber doutores de outras instituições de ensino ou pesquisa para o desenvolvimento de programas de pós-doutorado. O artigo terceiro dá as condições para os programas, Departamentos e Unidades examinarem as solicitações de licença de afastamento para a realização de pós-doutorado. Além da legislação específica desses casos, existem agora as seguintes condições: mérito e relevância do plano de estudos/pesquisa; a qualificação da instituição receptora na área/temática pretendida; as condições de trabalho/pesquisa oferecidas pela instituição receptora e a perspectiva de real intercâmbio. Apenas uma ressalva é feita no final da resolução: “Em nenhuma circunstância um professor da UFRJ poderá solicitar afastamento para realizar um pós-doutorado na própria Universidade”.

Assembleia GERAL

20/06
terça

14:00
horas

**Auditório do
Centro de Tecnologia**

PAUTA

Avaliação da Greve

**40º Conad do Andes - SN
(teses e eleição do
delegado e observadores)**



Opinião/Maria Luiza Mesquita da Rocha*

Quem é clone de quem?????

Qual não foi a minha surpresa, professora do ensino público federal da carreira de 1º e 2º graus, ao ver disposta na capa do periódico InformAndes – Ano XI – nº 98 – Março 2000, a imagem de um cordeirinho premiado por uma medalha intitulada GID. Ao que todos sabem, essa gratificação (GID) promove a distribuição de pontos para a realização da atividade didática do professor, ou seja, prêmio para estar em sala de aula, como fator primordial de sua produção. A imagem sugeria um comportamento modelar dos professores do ensino fundamental e médio - a exemplo dos professores do ensino superior -, incentivados e envaidecidos por terem alcançado tal premiação...!!! Quão ilustrativo é pensar que somos trabalhadores ingênuos e condescendentes, bem ao gosto da sedução exercida pela medalha do operário padrão, orgulho do patrão neoliberal...

A surpresa só foi maior, porque era igualmente improvável supor que este insólito retrato estivesse sendo defendido pelo Andes – Sindicato Nacional, como troféu de uma luta travada pela atual diretoria dessa entidade, que se diz promotora de reivindicações trabalhistas da categoria. Que ironia... A falta de melhor comparação, esta cândida representação servirá de contraponto para analisar a questão – bastante polêmica - apresentada no título desse mesmo texto: **a GID é mesmo um clone da GED?**

Será que havia, no gesto pictórico, alguma intenção irônica em relação à caracterização dos delineadores da política-econômica governamental? Ao recuperar as premissas, consideramos que o lobo seja o governo, cujos mediadores seriam fiéis artífices representantes da clonagem ideológica. Será que a atual diretoria da Andes aplaudia as boas intenções do governo ou as suas como mediadora da categoria junto ao MEC?

Se havia intenção de engendrar piada e leveza, não foi o que se conseguiu. Ficou sugerido no artigo que a GID segue a mesma lógica da GED, ou seja, os mesmos critérios de competitividade, portanto, suben-

tende-se a adoção da mesma pontuação máxima e dos mesmos valores financeiros. No entanto, será essa a realidade? Será que, se essa lógica fosse verdadeira, o caput da MP da GED não teria sido suficiente para definir sua abrangência? Por que seria necessária uma outra MP? Quem sabe não bastaria inserir um parágrafo na Portaria (ou “-ca-”?) da GED, estendendo os “benefícios” (não há erro no uso das aspas) aos professores da outra carreira de ensino público federal – a de 1º e 2º graus -, assim como foi feito na MP da GID, em que o último parágrafo apontava – providencialmente – para um reajuste de 30% dos valores de uma gratificação que, àquela época, passaria a existir para a carreira de 1º e 2º graus...

Será que o sujeito por detrás desse artigo leu a GID na sua íntegra? Será que reparou que a pontuação máxima atribuída ao desempenho dos professores de 3º grau é de 140 pontos/fator 12.077 e aos de 1º e 2º graus é de 80 pontos/fator 9.28, para o portador de diploma de doutorado? Será que percebeu que essa diferenciação revela que a “aula dada” pelo professor de 3º grau vale mais para o MEC do que a aula dada pelo professor de 1º e 2º graus? E que, embora acene **com a mesma qualificação acadêmica**, a aula do professor de “1º e 2º graus” abunda em singeleza, enquanto sobeja em magnitude a aula do de “3º grau”? Afinal, será que trabalhar com crianças e adolescentes sempre remeterá ao universo da miniaturização do trabalho, portanto esses “trabalhadorezinhos” não fariam jus a nada além de uma “gratificaçozinha”?

Será que, para exercer docência no ensino público federal, é necessário compactuar com a categorização tão distintamente planejada entre os graus de trabalhadores: uns perceberiam gratificações “estimulantes” e outros as “incentivadoras”?

Passou também despercebido do comentarista – certamente não professor de

1º e 2º graus – que a pontuação máxima concedida à Instituição é do valor de 73 pontos por docente na Unidade. Matematicamente, parte dos professores estaria impedida de obter a pontuação máxima, cuja elaboração estratégica visa ao “incentivo” da competitividade entre os traba-

lhadores, para que se veja travada a “batalha campal pelos 80 pontos”, uma vez que, para um docente atingir 80, outro só poderia obrigatoriamente perfazer (73-7=66). Quem teria pensado em “cifrar” medidas tão verdadeiramente magnânimas?

Será que o nosso entusiasmado, porém desatento, leitor da GID percebeu que a MP não contempla os anseios de todos os professores da carreira de 1º e 2º graus, visto que, ao ignorar os da categoria A (portadores do diploma de Normal), os da categoria B (portadores de diploma de Normal + Estudos Adicionais) e os aposentados, estaria sinalizando para a exclusão de uma grande porcentagem de professores, os quais não seriam beneficiados por gratificações incentivadoras de docência, pois – imagina-se – ou “não teriam nenhum grau ativo” ou “teriam um grau inativo”? Por que esse governo milita em investir na discriminação en-

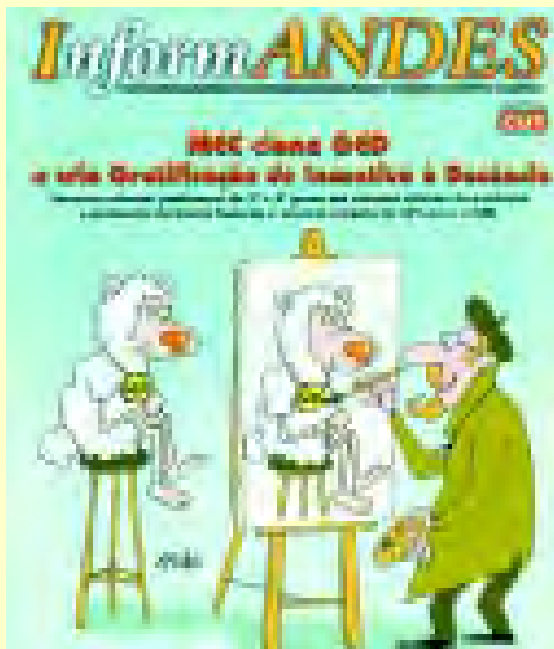
tre as categorias de profissionais? Agora também assistiremos, no seio da carreira de professor público federal de ensino de 1º e 2º graus, (a)os sem-GID?!?!?

Por que será que os tais leitores circunscritos ao título da MP não suspeitaram que o desconhecimento voluntário, por parte dos secretários do MEC, em relação ao aumento dos valores a serem percebidos pelos professores abençoados com a GID, era impossível, simplesmente porque eles não poderiam ignorar o que não existe?!?! Quanta economia para o orçamento (ou para os bolsos?) do governo... Esbanjar em salário para professores é absolutamente recriminável... Supõe-se que só para presentear os filhos do judiciário com auxílios-moradia lendários, os amigos da casa do legislativo com programas sociais da carochinha e os defensores da pátria com planos ficcionais esteja bem guardado (????) o Tesouro da União... Entrelaçada à política de caça ao ócio do servidor público das Universidades Federais vem, há muitos anos, a justificativa para a desvalorização do salário de seus trabalhadores.

Por fim, será que criar uma página de “**estímulo e incentivo**” à indecência, dentro do periódico da categoria, não seria clonar os juízos de valor divulgados pelo MEC, em sua propaganda política desqualificadora da ação educativa, como em “os amigos da escola”? Quem é que pode estar “clonando os cordeirinhos” e “servindo e posando de artista” para o “lobo-MEC”? Será os fins sempre justificarão os meios? Afinal, de onde viria a insuspeita inspiração do MEC? Não seria para o capital estrangeiro que os príncipes-regentes federais – prósperos e pródigos em interesses individuais – estão a alardear mais uma sórdida farsa antropofágica e pós-moderna em nome de preocupações sociais com nossa aldeia?

É certo que o FMI agradece. A quem? Os tacapes brasilíndios sabem muito bem quem é clone de quem. Não é mesmo, cara pálda?!?!?

* Professora da carreira de 1º e 2º graus Colégio de Aplicação da UFRJ Rio de Janeiro, maio de 2000



BOLETIM DE GREVE

ASSEMBLÉIA GERAL

28/06 quarta-feira

14:00 horas

Auditório do CT

PAUTA

► Avaliação da greve

Reunião de Unidades

Pauta: **avaliação da greve**

Serviço Social (26/6) – 14 horas –
Auditório

IFCS (27/6) – 10 horas – sala 200

PPGAS-Museu Nacional (21/6) – 10h

Pauta: **avaliação da greve/
carreira docente/periodização/
mobilização interna**

Escola de comunicação (26/6) – 14h

Comando Local de Greve

21/06 15:00
quarta-feira horas

SEDE DA ADUFRJ

Agora, as reuniões do CLG serão às 2^{as},
4^{as} e 6^{as} feiras, sempre de 15h às 18h.

Em dias de assembleia as reuniões
ocorrerão pela manhã.

Principais deliberações da AG (20/06)

❶ Continuidade da greve unificada dos SPF, com pauta: reajuste de 63,68% sobre o salário de janeiro de 1995, extinguindo todas as gratificações concedidas a partir desta data (no caso dos professores, a GED e a GID); a defesa do RJU, contra o regime da CLT no setor público, e defesa do Serviço Público de qualidade.

❷ Não autorizar que as entidades nacionais solicitem, sob coordenação do CNUG, audiência com ministérios ou órgãos.

❸ Intensificar a greve na UFRJ, promovendo panfletagens e outras atividades.

❹ Autorizar a Adufrj-SSind a interpor Ação Judicial para impedir o corte de ponto.

ADUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim de Greve da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

nº 2 • 21 de junho de 2000

Greve com mobilização



Mesmo reconhecendo as dificuldades de mobilizar os professores para uma maior adesão à greve dos servidores federais, a assembleia geral dos docentes (20/06) aprovou por 70 votos contra apenas um e duas abstenções

a continuidade desta categoria no movimento nacional.

Foram lidos os informes do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG) sobre o impacto da reunião do ministro do Planejamento Martus Tavares com representantes do Comando Unificado de Greve (CNUG), na última quinta-feira (15/06).

Ficou constatado que este seria um dos momentos mais delicados para a categoria. O governo joga para dividir o movimento de greve acenando com a possibilidade de abrir negociações em separado, por setores, através dos diversos ministérios. Além disso, Martus Tavares disse que só receberia novamente os Comandos de Greve no dia 29 de junho. A estratégia do governo, segundo o documento apresentado pelo Comando Local de Greve, é apostar no esvaziamento do movimento.

Mas, se depender dos estudantes e dos professores presentes à AG, é nesta hora que a greve deverá tomar maior visibilidade e incomodar para valer o governo federal. Um Universidade na Praça deverá ser programado entre 26 e 29 de junho, desta vez, com maior participação dos professores - a exemplo do ato que tomou conta da Cinelândia na última sexta (16/06). Alguns sugeriram aulas públicas sobre temas como violência, fome e outras expressões da questão social que envolvem o atual cenário do país, tendo como perspectiva mostrar para a população e, também, para o próprio público interno da universidade, o desmantelamento da educação pública proposto na reforma do ensino superior do atual governo.

O representante dos estudantes da pós-graduação, Divinomar Severino, leu o manifesto da Associação da UFRJ, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e da PUC/RJ em total apoio à greve dos SPF (ler no verso deste boletim).

Mobilização

Esta é a palavra-chave para o movimento docente da UFRJ. Todos os docentes que relataram reuniões

feitas em suas unidades propuseram, de uma forma ou de outra, que sejam realizadas também atividades internas sobre a greve. “A discussão dos temas carreira, avaliação docente, periodização, universidade pública, na verdade, faz parte de uma de uma pauta comum. Trata-se do mesmo projeto e temos que debater sobre isso”, disse o professor Luiz Carlos Paternostro, da Escola de Comunicação.

Segundo o professor da Escola de Engenharia, José Miguel Saldanha, este é o momento mais difícil e a única alternativa para o movimento é a manutenção da greve unificada. “Esta é uma greve política. Não estamos defendendo somente o reajuste dos salários, mas a universidade pública”, disse.

A presidente em exercício da Adufrj-SSind, Maria de Lourdes Passos, afirmou que a categoria deve estar muito atenta ao que o governo anunciou na reunião com os SPF. Em um dos pontos apresentados, o governo menciona claramente que “será gerado um problema financeiro se houver aumento para todos (...) o governo não concorda com a paridade entre funcionários ativos e aposentados”. “Isto significa que este governo, escancaradamente e sem pudor, admite que estas gratificações são uma forma de salário. Esse não era o seu discurso quando instituiu a Ged ou a Gid, eram formas de ‘incentivo à docência’”, alertou. A professora lembrou, também, que a paridade entre ativos e aposentados é um direito constitucional, o que agrava ainda mais as declarações do ministro.

Ainda sobre as declarações do governo na reunião com os servidores, o ministro comparou a remuneração dos servidores com seus pares na iniciativa privada. Lourdes mostrou preocupação quanto a este tipo de comparação. “Provavelmente eles trabalham com os níveis mais mal remunerados do setor privado e os comparam com os salários dos servidores. Em vez de promover a distribuição de renda, que seria o seu papel, este governo quer nivelar os salários, tanto no setor privado quanto dos servidores, por baixo”, complementou.

Em relação às atividades letivas e avaliações, os professores irão aos conselhos superiores (CEG, CEPG e Consuni) solicitar aos seus representantes nestes fóruns que invalidem as aulas e exames aplicados aos estudantes no período da greve.

Pós-graduandos divulgam manifesto de apoio à greve

“Considerando:

- que o governo federal cumpre as diretrizes do Fundo Monetário Internacional, até com relação às políticas salariais para serviço público, que diz: “Não conceder aumento de salários para conter despesas...”;
- que o custo de vida aumentou muito nos últimos 5 anos;
- que o próprio salário mínimo sofreu reajuste de 100%;
- que o governo federal cortou verbas para revistas científicas, que são fundamentais ao ensino e à pesquisa;
- que a política educacional fez privatizar 75% do ensino superior, impedindo contratação de docentes e técnicos, não permitindo assim abertura de novos cursos e novas vagas, abrindo espaço para o ensino privado;
- que a CAPES obrigou os pós-graduandos a estágio didático na graduação, como forma de evitar contratação de docentes;
- que o investimento na manutenção das universidades públicas e demais órgãos da esfera federal é aquém do necessário;
- que os 200 milhões prometidos pelo MEC para melhoria das condições físicas de funcionamento das universidades é quase nada perto do que é necessário;
- que o montante de juros pago para manter o sistema financeiro é quase 100 vezes esse valor;
- que a GED não é salário;
- que as bolsas de pesquisa estão congeladas, desde 1995 e desvinculadas do salário dos professores pelo decreto 2370/97;
- que o CNPq não paga as taxas de bancada que nos é devida, desde setembro de 1998;
- que o MEC começa a fazer a mercantilização também da pós-graduação;
- que a educação pública é direito de todos e dever do Estado e não convém ser tratada desta maneira;

Manifestamos o nosso repúdio à política do governo para economia e educação, e o nosso apoio total à greve do funcionalismo público federal!

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2000.

Associação dos Pós-graduandos da UFRJ, do CBPF e da PUC/RJ”

Assembléia da APG

21/6 IFCS – 14h

Pauta: indicativo de greve dos pós-graduandos da UFRJ

Intensificar a greve é tarefa do movimento docente

O Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG), reunido nos dias 17 e 18 de junho, em Brasília, considerou decisivo o atual momento de greve. De acordo com a representação, estão postas duas tarefas para os docentes: a primeira é fazer crescer a greve em números, com a adesão de mais ADs para o movimento dos SPF; a segunda, intensificar a greve e fazer dela um grande protesto contra a política do governo.

O informe do CNG segue afirmando que a greve quer impedir a discriminação, seja entre docentes da ativa e aposentados, seja entre os docentes do 1º, do 2º e do 3º graus. Para isso, defende a luta conjunta com técnico-administrativos e estudantes contra o sucateamento e a privatização da Universidade Pública.

O CNG considera como tarefas estratégicas para o Movimento: desenvolver ações que ocupem os *campi* com o objetivo de produzir uma defesa da universidade pública; mover ações no campo ju-

rídico e político que visem garantir o pleno exercício do direito de greve, sem punições; ações junto aos partidos em prol da manutenção de obstrução à votação da LDO; a partir desses atos e da intensificação e diversificação das ações na greve, conseguir inserção na mídia e, finalmente, unificar e ampliar o Movimento contra o sucateamento e privatização dos serviços públicos.

CNUG

O Comando Nacional Unificado da Greve dos SPF (CNUG) confirmou uma audiência com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para o dia 29 de junho. Com o objetivo de pressionar o governo, o CNUG está sugerindo manifestações públicas dos servidores entre os dias 27 e 29, em Brasília. Além do mais, também está prevista para o dia 28 a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso Nacional.

USP discute reposição de aulas

Em São Paulo, os professores da USP, apoiados por alunos, estão acertando o calendário de reposição das aulas com a reitoria, depois de 52 dias de greve. A pró-reitoria de graduação quer aulas até 12 de agosto, com quatro dias de férias até o dia 17, quando começa o segundo semestre. Os professores defendem dois curtos períodos de férias: 9 a 16 de julho e 18 a 23 de agosto. O segundo semestre terminaria no dia 16 de dezembro (pela reitoria) ou no dia 22 (pelos professores). Mantendo a reposição integral das aulas, a reitoria deu liberdade para que cada unidade defina seu esquema.

Na avaliação do Comando Nacional de Greve do Andes-Sindicato Nacional, a vitória da greve das universidades paulistas não ficou limitada a um índice de reajuste salarial conquistado. Ficaram garantidos ainda o pagamento dos dias parados e a não punição dos grevistas. “Foram vitoriosas a reorganização das entidades universitárias, a construção da unidade dos três segmentos da comunidade universitária, o resgate do debate público sobre a universidade, a ciência e a tecnologia e o seu papel na sociedade brasileira”, diz um trecho do informe do CNG, de 18/6.

Posse da nova diretoria do Andes-SN

Será realizado, de 22 a 24 de junho, em Brasília, o 40º Conad do Andes-SN. O Conselho Nacional das ADs terá como tema, desta vez, a “Autonomia para a Universidade e Liberdade para Cátedra” e dois pontos de pauta: avaliação e atualização do plano de lutas e questões organizativas e financeiras. Neste Conad, que ganha especial importância no atual contexto de greve, tomará posse a nova diretoria do Sindicato, com a presidência do professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ. Qualquer docente pode ter acesso ao Caderno de Textos do 40º Conad na página eletrônica do Andes-SN (www.andes.org.br). O delegado da Adufrj-SSind para o evento será o professor José Miguel da Escola de Engenharia, e os observadoras serão: Maria de Lourdes Passos, Regina Pugliese e Cleusa Santos.

40º Conad

Conselho do Andes
Sindicato Nacional

Brasília-DF

22 a 24 de

junho de 2000

Assembléia GERAL

04/07
terça

14:00
horas

Auditório do
Centro de Tecnologia

PAUTA
Avaliação da Greve



11 de julho - Praça XV

**Tema: Universidade e
Desigualdade Social**
Página 2

GREVE E MOBILIZAÇÃO Reuniões nas Unidades

Faculdade de Medicina dia 3/7 segunda-feira às 11:00h na sala 10E 34 HU - Pauta: Avaliação da Greve.

Biologia dia 5/7 quarta-feira às 14:00h - Pauta: Periodização e Avaliação da Greve

IFCS dia 3/7 segunda-feira na sala 200 às 10:00h - Pauta: Avaliação da Greve.

Escola de Serviço Social/ESS dia 3/7 segunda-feira no Auditório da ESS às 10:00h - Pauta: Avaliação da Greve; Carreira e Malha Salarial; Universidade na Praça.

Escola de Comunicação dia 3/7 segunda-feira às 14:00h - Pauta: Avaliação da Greve; Resolução CEG 99/1 e Periodização; GED/GID/GDTA e Avaliação; Substitutos.



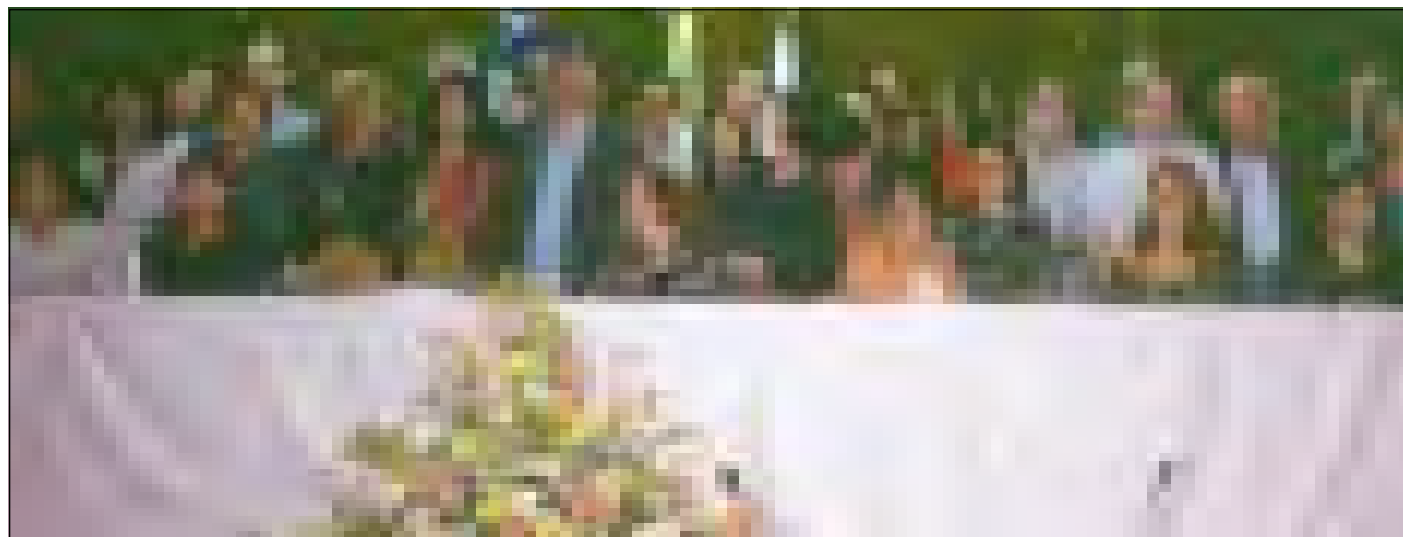
Entrevista
João Zanetic,
professor da USP,
comenta a greve das
paulistas. Página 5

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 7 • 3 de Julho de 2000



A NOVA CARA DA DIRETORIA DO ANDES-SN

Oposição assume Direção Nacional do Sindicato dos Docentes

Presidente empossado ênfaticamente a necessidade de luta contra o governo FHC

Um misto de entusiasmo e preocupação marcou a posse do novo presidente do Andes-Sindicato Nacional, professor Roberto Leher, durante o 40º Conad, realizado em Brasília, entre os dias 22 e 24 de junho. Leher se mostrou preocupado com a atual conjuntura nacional e internacional – que provoca a exclusão de numerosos trabalhadores de diversos setores da sociedade – e, ao mesmo tempo, demonstrou vontade para preservar a Universidade e lutar contra o modelo econômico do governo Fernando Henrique Cardoso. A plenária de abertura, ocorrida no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, foi prestigiada pelo presidente em exercício da CUT, Kjeld Jacobsen; pelo coordenador geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes; pelo presidente da Andifes,

Reitor usa burocracia contra a greve

Desde o início da paralisação na UFRJ, o Comando Local de Greve (CLG) indicou as reuniões dos professores nas Unidades como instância de deliberação sobre as atividades que deveriam ser mantidas para evitar danos irreparáveis, no caso de sua interrupção. As decisões acertadas naquelas reuniões têm sido ratificadas pelo CLG. Tal encaminhamento decorre da atitude responsável e irrepreensível assumida pelos professores em greve.

Em outra direção, objetivando desmoralizar o movimento grevista, a Reitoria, irresponsavelmente, descarta o diálogo e opta pelo autoritarismo, pres-

sionando os docentes para que estes desenvolvam as atividades de um período letivo normal. São exemplos da conduta adotada pela Administração central da Universidade: a manutenção de inscrição em disciplinas dos calouros e a exigência de entrega de notas para a colação de grau, feita aos docentes, sob a alegação de prejuízos aos formandos. A repressão política ao movimento de greve se oculta em argumentos burocráticos e na falsa defesa dos interesses dos alunos por parte de uma Reitoria que sistematicamente desrespeita decisões democraticamente construídas.

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind



Universidade na Praça

Data: 11/07/2000 Local: Praça XV

“Universidade e desigualdade social”

Caros (as) colegas

Já são conhecidas as manobras que o governo e a grande imprensa utilizam para forjar uma imagem pela qual os servidores públicos em geral e os professores universitários em particular são representados como uma casta que recebe bons salários e não produz nada.

Neste momento, em que além da deterioração salarial, assistimos ao desmantelamento da universidade pública como *locus* privilegiado de produção e socialização de conhecimento, urge trabalhar pela desmistificação desta idéia e pela conquista do apoio da população à nossa luta. E isso não depende de outra coisa senão da capacidade de mobilização de todos os segmentos da comunidade universitária.

Não podemos assistir passivamente aos ataques desferidos contra a universidade pública tanto na mídia, quanto através de portarias e resoluções que a corroem por dentro.

É por isso que, mais uma vez, vamos às ruas para mostrar que a universidade produz, e muito. Pretendemos realizar uma nova edição do “Universidade na Praça” a fim de conferirmos maior visibilidade para o nosso movimento. Isto se dará através da exposição da nossa produção e da informação à população sobre as razões da nossa luta.

Por isso, estamos convocando os professores, estudantes (de graduação e pós-graduação) e funcionários para que apresentem atividades vinculadas ao tema geral “Universidade e Desigualdade Social” e a um dos 4 subtemas seguintes:

Violência

Saúde

Trabalho

Meio ambiente

A escolha do tema geral se inscreve numa concepção de que a universidade que nós defendemos

- ▶ pública, democrática, laica e de qualidade – deve estar vocacionada para enfrentar os problemas que afetam a grande maioria da população, sobretudo os setores mais intensamente submetidos aos efeitos excludentes da política neoliberal.

As **atividades** devem consistir em:

- ▶ prestação de serviços concretos à comunidade (Ex: distribuição de camisinha, exames rápidos, orientação jurídica sobre questões trabalhista e previdenciárias, etc.)
- ▶ informação sobre o que a universidade produz (mais especificamente o seu setor)
- ▶ expressões culturais diversas
- ▶ aulas públicas curtas (± 20 minutos)
- ▶ tribuna popular

Fazemos algumas **recomendações** para a estruturação das atividades:

- ▶ Não limitar a atividade à apresentação de cartazes;
- ▶ A partir da temática de cada atividade, organizar uma coleta de dados sobre as condições de vida das pessoas que participarem do evento. A idéia é que esses dados possam ser aproveitados para uma reflexão sobre os problemas concretos enfrentados pela maioria da população.

▶ Nas atividades ligadas a projetos que envolvem parceria com outras instituições ou são desenvolvidos em comunidades, convocar para participar do evento os líderes comunitários e/ou representantes das entidades que fazem parceria nos projetos.

Aguardamos sua presença.

Sua participação é muito importante! Ponha seu trabalho na rua!

Para participar entre em contato com as **comissões locais** de organização do evento:

Organização

Adufrj-SSind DCE-UFRJ APG-UFRJ

ALGUNS ORGANIZADORES DO EVENTO

Zona Sul (Praia Vermelha e CAP)

Yolanda Guerra – 295-3184 – yguerra@openlink.com.br

Marcelo Braz – 543-4180 – marcelobraz@ess.ufrj.br

Fátima Grave – 591-9409 – fgrave@gbl.com.br

Fernando – 710-3953/9243-2659

Aline – 767-3358

Luciana – 9651-4680

CCS

Leticia Vermelho – 507-8809 / 9964-2756

Maria Lucia Pimentel – 527-6446 / 9615-1473 – mlpmentel@openlink.com.br

Paulo Paiva – 560-5993 r.31 – pcpaiva@biologia.ufrj.br

Maria Auxiliadora – 542-2951; 9945-9912 – zemario@montreal.com.br

CT/CCMN

Mosquito - lesilva@siberia.iq.ufrj.br

Lucia – 238-0549 / 9649-9196 – pati@iq.ufrj.br

Luciano – 507-5916 – jmenezes@civil.ee.ufrj.br

Divino – 562-7120 – severino@iq.ufrj.br

Reitoria/CLA

Oswaldo – 288-1696 – osvaldoufrj@novanet.com.br

Eduardo – 539-0807

Jobson – 460-1010 (código 284-7946)

Isabelle – 9147-7935

Centro

Isabel – 9772-5495

Fernanda – 9261-9528

Emerson – 469-5078

Walcyr – 572-0612 – walcyr@alternex.com.br

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard (afastado pelo período de 01/06 a 27/07) **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (presidente em exercício) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Oswaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Fotos do 40º Conad:** Kelvin Melo **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Greve

Pós-graduandos da UFRJ entram em greve

A assembléia geral da Associação dos estudantes de pós-graduação (APG/UFRJ) deliberou por uma greve a partir do dia 21 de junho, em assembléia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS).

E por que a greve?

Os estudantes da pós-graduação decidiram entrar em greve por não suportarem mais a política de desmonte executada pelo governo com relação à produção intelectual, científica e tecnológica. Segundo panfleto distribuído pela associação, os pós-graduandos são responsáveis por parte desta produção e amargam juntamente com os servidores federais uma situação cada vez pior.



PÓS-GRADUANDOS REUNIDOS EM ASSEMBLÉIA

As reivindicações dos estudantes

- ▣ Ampliação do número de bolsas
- ▣ Reajuste do valor das bolsas
- ▣ Prorrogação dos prazos na situação de greve
- ▣ Retomada das discussões sobre LPG (Lei de Pós-Graduação)
- ▣ Fim da obrigatoriedade do estágio de docência
- ▣ Reativação dos programas de aquisição de periódicos
- ▣ Rediscussão sobre o papel e critérios de avaliação das agências de fomento
- ▣ Investimento na infra-estrutura da pós-graduação
- ▣ Apoio à pauta de reivindicações dos servidores públicos federais

Moção de apoio à greve das Federais A UNE, Fasubra e Andes

Todo apoio a greve das federais

Os estudantes, professores e funcionários das universidades estaduais paulistas fizeram uma vitoriosa greve de mais de 50 dias. Com muita luta conquistaram um reajuste salarial de 15%, e o início da negociação dos estudantes com as reitorias para discutirem suas pautas de reivindicação. Estudantes e trabalhadores enfrentaram em São Paulo a intransigência do governo Covas, que seguindo à risca a cartilha de FHC e o FMI, busca destruir todos os serviços públicos, respondendo com a repressão à reivindicação de negociação das entidades representativas.

A ANPG entende que a greve das universidades federais tem o mesmo caráter, que vai além de um justo reajuste salarial, isto é, a greve é a exigência por mais verbas para os serviços públicos, destruídos pelos planos do FMI aplicados no Brasil por FHC.

Por isso ANPG apóia esta greve, visto que ela demonstra a resistência a esta política que representa a destruição não só da educação, ciência e tecnologia do Brasil, mas também a destruição da Nação.

Para a greve ser vitoriosa conclamamos a união de professores, funcionários e estudantes (graduação e pós graduação) de todas as universidades em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos. Esta greve é um grande passo para termos nossas reivindicações atendidas, dando um basta nesta política de destruição e privatização. Ou seja, esta greve é uma importante trincheira na luta pelo Fora FHC e FMI.

Associação Nacional dos Pós Graduandos - ANPG, junho de 2000.

RELATO DA AUDIÊNCIA DO CNUG COM O MINISTRO MARTUS TAVARES EM 29/06/2000

Presentes:

MOG: **Ministro Martus Tavares e Assessores Ceres e Selma.**

CNUG: **Agnaldo (FASUBRA-Sindical); Angelo (FENAJUF); José Milton (CONDSEF); Paulo Gil (UNAFISCO); Rita (FENASPS); Roberto (ANDES-SN); Rômulo (SINASEFE), Vladmir (CNTSS). O Presidente da CUT Nacional participou do início da reunião.**

A reunião teve início aproximadamente às 18,30 horas, com o Ministro recapitulando os elementos centrais da audiência anterior. Em sua interpretação, o governo sinalizou com gestos de boa vontade ao editar Decreto suspendendo o corte de ponto para os servidores que voltassem ao trabalho até 29/06 e ao apoiar a aprovação da LDO contemplando reivindicações dos servidores. Entretanto, questionou os servidores por não terem encerrado a greve. O Ministro indagou se, de fato, os servidores ainda estavam em greve. Ele afirmou que a sua política salarial está vinculada à sua política de reforma de Estado, por isso sua defesa de reajustes diferenciados. Elencou, ainda, outros fatores que o impedem de conceder reajustes lineares: distorções salariais existentes no serviço público, quantitativo elevado de servidores, inativos. Subjacente a tudo isso, a restrição fiscal.

blico, quantitativo elevado de servidores, inativos. Subjacente a tudo isso, a restrição fiscal.

Em relação às propostas protocolizadas pelo CNUG (Comissões de interlocução e licença sindical) o Ministro afirmou que concorda com ambas em tese, mas que não teria condições de dar uma resposta objetiva em virtude do pouco tempo para apreciação.

O Ministro confirmou a edição da Medida Provisória criando uma gratificação vinculada ao desempenho do servidor neste ano, que alcançaria 44 mil servidores de 18 carreiras, dos quais apenas 8 mil são do PCC. Para os do PCC o Governo está propondo uma "função comissionada técnica", que mede avaliação de desempenho e não incorpora aos vencimentos. Foi informado que o objetivo do governo é contemplar 50 mil servidores (ativos) do PCC, sendo 8 mil agora e os outros 42 mil entre 2001 e 2002. Frisou que esta gratificação depende da "performance" do servidor, aferida por critérios de avaliação ainda não determinados. Ainda segundo o Ministro, nos próximos dois anos (2001-2002) seriam criados 44 mil novas gratificações para os servidores do PCC.

Quanto à proposta de abono aventada na reunião

anterior, o Ministro afirmou que não é razoável pois, sendo para todos aqueles servidores que não receberam nenhuma forma de gratificação, teria que ter um valor irrisório, ademais o abono não leva em consideração o desempenho do servidor.

Após ser instado pelos representantes das entidades a apresentar um encaminhamento mais objetivo, o Ministro concordou em realizar nova reunião, pensada por ele inicialmente para o dia 12/07, mas definida para o dia 06/07, às 17,00 horas, conforme solicitação dos representantes das entidades. Ficou estabelecida a seguinte pauta: O Ministério responderá oficialmente as pautas gerais e emergenciais protocolizadas pelo CNUG no MOG; detalhamento da proposta de mesa de interlocução, licença sindical e, no que diz respeito à pauta econômica, o Ministro se comprometeu a discutir com o Ministério da Fazenda a correção do auxílio alimentação e discutir planos de saúde. A reunião foi concluída às 21,30 horas.

A avaliação política da audiência será realizada pelas entidades reunidas em seus Comandos Nacionais de Greve. É possível adiantar, contudo, que não houve nenhum avanço substancial das cláusulas

econômicas. Igualmente não houve progressos em relação às mesas de interlocução nos ministérios. Claramente, o Governo FHC permanece intransigente, não atendendo as justas reivindicações dos SPF. Por outro lado, é preciso frisar que obtivemos importante conquista com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tendo em vista a possibilidade de inserção no Orçamento Geral da União reajuste linear e correções de tabelas de carreiras para o ano de 2001.

Indicações para discussão nos Comandos Nacionais de Greve das entidades dos SPF na Greve Nacional dos SPF

1) Discussão das condições efetivas em que faremos a audiência do dia 06/07 – avaliação da adesão do sindicato na greve, condições de mobilização neste dia, continuidade ou não da greve.

2) Mesas de negociação – caracterização, relação com os setores afins.

3) Inclusão de itens salariais possibilitados pela LDO no OGU.

Brasília, 30 de junho de 2000
Comando Unificado de Greve dos Servidores Públicos Federais



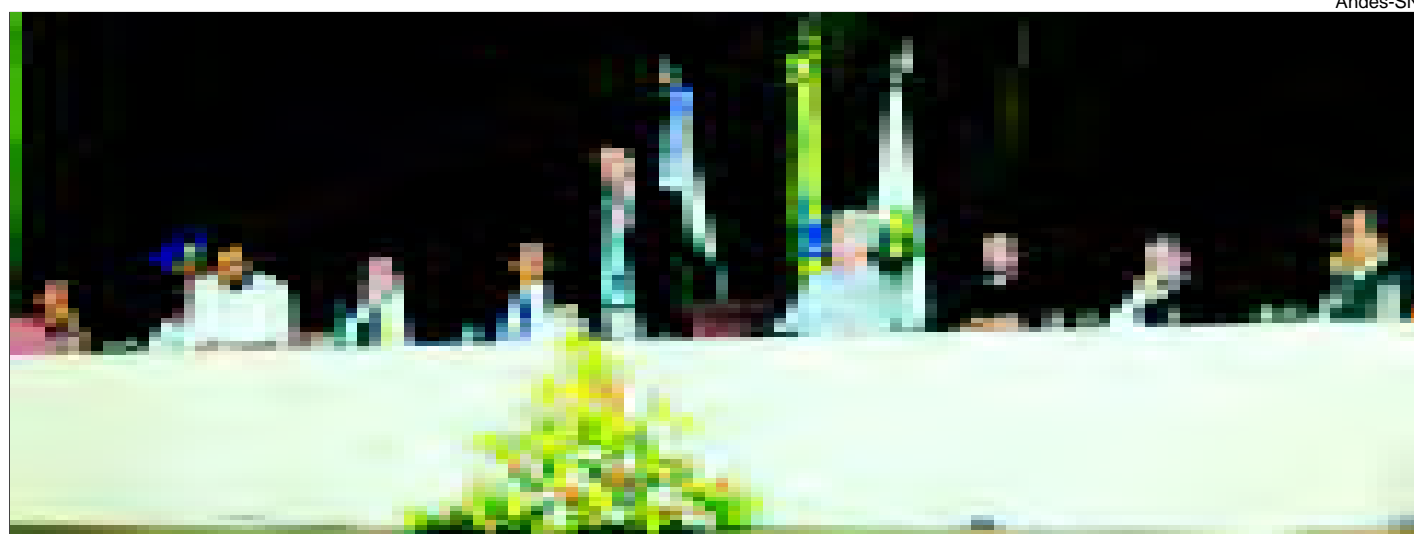
40º Conad

Continuação Capa

Emídio Cantídio; por representantes do MST, do Sintrasef e dos povos indígenas.

O novo presidente do Andes-SN usou a imagem da Graúna – personagem do Henfil que ilustrou o material de campanha da vencedora chapa 2 – como eixo de análise da conjuntura. Nas palavras do professor: “A graúna está feliz, mas com um quê de zangada. Zangada ao observar a condição do país e da universidade pública, mas está feliz porque sabe que é possível a construção de uma alternativa mais justa”, disse. Roberto Leher saudou os diretores que completavam o mandato naquela data, os representantes das entidades presentes e fez algumas observações sobre o processo eleitoral do sindicato.

Na opinião do presidente, a votação de 40% dos sindicalizados foi bastante significativa. “Foi um voto esclarecido, resultado de uma profunda reflexão. A vitória da chapa 2 mostra um caminho bastante claro. Temos um embate importantíssimo e eu não temo a palavra radical”, afirmou. Roberto destacou as diretrizes do Banco Mundial, nas quais não cabem universidades nos países chamados periféricos, e enfatizou a necessidade de luta. “Diante de um quadro como esse, não dá para resolver tudo numa animada conversa ministerial. Negociar sem lutar, nós vimos na greve de 98”, disse. O novo presidente do Sindicato encerrou seu discurso com uma posição de repúdio ao governo FHC e ao FMI.



Andes-SN

Principais deliberações do 40º CONAD do ANDES-SN

Pauta de reivindicações do setor das IFES: O movimento docente deixou claro que a eventual conquista do reajuste integral pelo ICV-Dieese reivindicado pelos SPF (63,68%) substituirá as gratificações recebidas de janeiro de 95 em diante (GED e GID). Até a conquista desse objetivo, permanece a pauta emergencial de incorporação da GED em seus valores máximos para todos os docentes, ativos ou não.

Contra a privatização das IFES: foi aprovado que o Andes-SN viabilize um profundo estudo que vise mapear o acelerado processo interno de privatização das Instituições Federais de Ensino Superior, via fundações, cursos de extensão, mestrados à distância, consultorias pagas, cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes etc.

Plano de Lutas das IEES: o 19º Congresso já havia deliberado para a ex-diretoria a necessidade de criação de GTs Verbas Regionais para estudarem formas de regulamentação do financiamento público para as Instituição Estaduais de Ensino Superior para análise do 40º Conad. Uma vez que esses mecanismos não foram implementados a tempo, a plenária entendeu que isso deveria ser feito até, no máximo, o XX Congresso, contudo, preferencialmente até o 41º Conad.

Setor das IPES: em relação às instituições particulares, o movimento reiterou a necessidade de realização de um seminário nacional que discuta as condições de trabalho dos docentes e a liberdade de organização sindical. Este seminário está previsto para o segundo semestre deste ano e deverá contar com a participação de todos os setores (IPES, IFES e IEES).

Política Sindical: Ficou confirmada a articulação do Andes-SN com outras categorias e movimentos sociais, com especial atenção para a CUT. O 40º Conad aprovou que as secretarias regionais do Sindicato Nacional devem organizar reuniões com os delegados (abertas aos demais sindicalizados) das seções sindicais de cada estado para garantir uma participação organizada nos Congressos Estaduais da Central Única dos Trabalhadores.

Seguridade Social: o 40º Conad aprovou a realização de seminários locais/regionais, até no máximo o final de setembro de 2000, na perspectiva de preparar o Seminário Nacional para discutir as conseqüências econômicas e políticas dos contratos de gestão e parcerias entre o Estado e as Organizações Sociais Não Governamentais, conforme deliberação do 19º Congresso.

Prestação de contas: Com poucos votos contrários, a deliberação sobre as contas do Sindicato nos anos de 1998 e 1999 foi transferida para o 41º Conad. O exame do “Relatório Político-Financeiro da Diretoria, gestão 1998-2000”, encaminhado pelo então presidente em exercício, Dalton Macambira, ao presidente empossado, Roberto Leher, levou a nova Diretoria a pedir o adiamento. No relatório, estão apresentados 429 lançamentos efetuados sem localização de comprovantes que totalizam R\$ 569.468,74, relativos ao ano de 1998. Além disso, as informações contidas nos relatórios apresentados foram considerados insuficientes para análise pelos delegados. Há a expectativa de que a nova Diretoria reelabore os relatórios, tornando-os mais claros e completos.

Orçamento dos anos 2000 e 2001: O Conad aprovou a proposta de orçamento para 2000 apresentada pela Diretoria anterior e autorizou a nova Diretoria a remanejar valores entre os itens do orçamento, respeitando os valores globais e apresentando o orçamento atualizado para aprovação no 41º Conad. Foi também aprovada a recomendação, proposta pela Adufrj, do orçamento do ano 2001 ser apresentado pela Diretoria ao 41º Conad, para conhecimento e recomendações.

Orçamentos, relatórios financeiros e prestação de contas: saiu vencedora a proposta da Adufrj-SSind de envio às seções sindicais, para análise, a alteração do mecanismo de orçamento, relatórios financeiros e prestação de contas do Sindicato. Nessa proposta, cada Conad aprovará, em definitivo o orçamento do semestre seguinte, provisoriamente o orçamento do semestre subsequente e deliberará sobre as contas do semestre anterior. “Por exemplo, o 43º Conad (a realizar-se no 2º semestre de 2001) deliberará sobre as contas do 1º semestre de 2001 e aprovará o orçamento definitivo do 1º semestre de 2002, além de aprovar uma primeira versão do orçamento do 2º semestre de 2002”, diz o documento.

Tradicionalmente, o primeiro Conad de cada ano, realizado no final do primeiro semestre, examina os relatórios financeiros do ano anterior e a previsão orçamentária do próprio ano em curso. Ou seja, quando o orçamento anual do sindicato é aprovado, já transcorreu metade do ano. As despesas realizadas nesse período não obedeceram a qualquer orçamento prévio. Quando ocorre algum problema com a prestação de contas - como agora -, o Sindicato funciona sem orçamento.

Além disso, o movimento docente aprovou a recomendação de que a atual diretoria apresente ao 41º Conad os relatórios financeiros e prestação de contas relativos ao primeiro semestre de 2000 e a previsão orçamentária de receitas e despesas do Andes-SN para o primeiro e para o segundo semestres de 2001. Essa recomendação tem o objetivo de dar maior transparência ao uso dos recursos do Sindicato.

O Conselho Fiscal, proposto pela diretoria anterior, foi mais uma vez rejeitado pelo conselho do Andes-SN.

Próximo Conad: A seção sindical de Pelotas se ofereceu para sediar o próximo Conad, que se realizará em novembro.



Galeria

“O Roberto tem boa visão. Tem o propósito de trabalhar. Basta ver o rosto dele. A gente percebe quem não é amigo de índio, como o Fernando Henrique, que tem paciência curta, é teimoso e enjoado”

Cacique Aniceto Tzudvavere líder indígena que participou dos trabalhos do 40º Conad



Professores reunidos em uma das plenárias de deliberação sobre os rumos do Sindicato Nacional

“Dessa atuação contestatória no cenário nacional, é quase certo que, a identidade ideo-política - à qual me referi no início - seja a prova cabal de que a necessidade de ruptura como modelo de estado herdado da ditadura fosse uma bandeira política do movimento docente.”

Cleusa Santos
Mestre de cerimônia da plenária de abertura



Entrevista/João Zanetic

A vitória das Paulistas

Um dos movimentos mais saudados no 40º Conad, realizado em Brasília, foi a greve das universidades paulistas. Não foram poucos os professores que fizeram uso da palavra para reconhecer essa legítima conquista da comunidade universitária organizada. Nessa entrevista, o professor João Zanetic (Instituto de Física), com seus 30 anos de USP, fala um pouco sobre essa luta.



Como o senhor avaliou o resultado final das negociações entre o Cruesp (Conselho dos Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) e o Fórum das Seis (entidade que agrega os sindicatos de docentes e professores de USP, Unesp e Unicamp)?

Foi um resultado vitorioso por vários motivos, principalmente porque mais que dobramos o reajuste de 7% oferecido inicialmente pelos reitores. Já temos garantido um reajuste de 11,25% sobre o salário de março e vamos incorporar mais 3,75% em janeiro de 2001. Além disso, fechamos um processo de política salarial que indexa os reajustes à evolução da arrecadação do ICMS no estado. Para outubro, o sindicato já está calculando mais um reajuste entre 2% e 4%. Para mim, foi também a mais importante greve – e eu participei de todas - por causa desse quadro político de cerco à universidade e da forte mobilização alcançada nos três segmentos.

A que o senhor atribui o sucesso da mobilização?

Foi muito importante a participação dos estudantes. O movimento estudantil está renascendo. Em 94, durante a outra greve, havia muita resistência nesse segmento. Desta vez, isso quase não aconteceu. Os alunos levantaram as bandeiras de luta, contra a falta de docentes e contra a privatização sorrateira da universidade, por exemplo.

Houve alguma história curiosa durante a greve?

Marcou muito a atuação da chamada Comissão de Intermediação, criada no início de junho para obter a reabertura de negociações com os reitores. Ela era formada por professores “notáveis”, como Alfredo Bosi, Aziz Ab’Sáber, Milton Santos, Gerhard Malnic, Antonio Candido e Dalmo Dallari. Quando apareceram para falar em uma das assembléias, foi bastante emocionante. Os discursos mexeram com a platéia. O contanto com os velhos ideais da universidade comoveu os estudantes e fortaleceu a luta.

Em algum momento o senhor temeu pelo insucesso do movimento? O corte de ponto dos funcionários e dos docentes da USP foi um ponto crítico?

Não. Em todos os movimentos desse tipo, existem momentos de entusiasmo e de aflição. O corte de ponto, ao contrário de desmobilizar, mexeu ainda mais com os ânimos de todos. O detalhe da greve foi justamente esse: a suspensão do movimento se deu no auge, ao contrário de movimentos anteriores. Eu costumo dizer que essa foi a greve da maioria dos trabalhadores de ensino superior, uma vez que a primeira greve de professores e funcionários ocorreu há 21 anos.

Qual o próximo passo?

A Adusp, o Sintusp e o DCE estão organizando o 4º Congresso da USP, que deve se realizar no fim desse ano ou no início de 2001. Vários temas, como a relação da universidade com a sociedade, o papel das fundações e a integração entre as unidades estarão sendo discutidos.

Rápidas da posse

O então presidente em exercício do Andes-SN, Dalton Macambira, disse, antes da transferência de cargo, que o Sindicato nunca mais seria o mesmo depois desses dois anos da atuação do grupo vinculado à chapa 1. Um “com certeza!” irônico foi ouvido na platéia, seguido de muitos risos.

Um representante do governador Itamar Franco, chamado para compor a mesa da plenária de abertura pelo professor Dalton, foi vaiado. Como se sabe, Itamar não dialogou com os servidores em greve naquele estado.

Parente do goleiro Taffarel, a professora Celi Taffarel, ao se dirigir para a mesa e assinar o termo de posse como 3ª tesoureira do Andes-SN, ouviu uma saudação muito conhecida. “Vai que é sua!!!”

Assim como o professor Roberto Leher, o recém-eleito coordenador geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes, também é servidor da UFRJ – o que deve favorecer o entendimento entre as duas entidades.



Resenha Greve

Amazonas

A Universidade Federal do Amazonas está em greve desde o dia 7 de junho. Segundo o delegado ao 40º Conad, Isaac V. Lewis (Faculdade de Educação), está havendo uma grande participação de docentes, funcionários e alunos nas atividades de mobilização, sejam atos ou aulas na praça. Os únicos cursos que não pararam – relata o professor – foram os pagos, em convênio com a prefeitura de Manaus. O *pro labore* recebido pelos docentes envolvidos no convênio, somado a outros cursos de pós-graduação também pagos, está impedindo uma paralisação total da universidade local. “Mesmo na Faculdade de Direito, onde a dificuldade de mobilizar é muito grande, está começando a existir um diálogo e, ao que parece, eles também vão parar por esses dias”, comentou. De acordo com Isaac, as assembleias estão contando com uma média de cem docentes e o comando local de greve soma 30 pessoas. Na semana anterior ao Conad, relata o professor, representantes da comunidade universitária visitaram a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa para chamar a atenção dos políticos para os problemas da instituição.

Sergipe

A Universidade Federal de Sergipe entrou na greve dos servidores públicos federais em 25 de maio com força total. As assembleias estão contando com uma média de 200 docentes e intensa participação dos alunos. De acordo com a delegada Maria Auxiliadora Rezende (Enfermagem), a graduação está quase 100% parada, enquanto a pós-graduação tem 90% de paralisação. “A garra do comando local de greve é muito grande”, comentou. A professora citou com especial satisfação o caso da paralisação dos professores substitutos naquela instituição. Havia uma cláusula no contrato destes docentes que indicava rescisão em caso de greve. Foi realizado um amplo trabalho de mobilização no Conselho Universitário local para retirar publicamente esse item – o que foi efetivamente conseguido no último dia 13. “No hospital universitário, só não parou a emergência. Os cursos de Medicina e Odontologia também estão sem aulas”, completou.

Santa Catarina

Já a federal de Santa Catarina está travando um duelo bastante singular no meio docente para manter a greve deflagrada em 29 de maio. Pouco depois da entrada no movimento dos SPF, formou-se na universidade um comando contra a greve. Isso mesmo. Quem conta a história é o observador daquela seção sindical ao 40º Conad, Clarilton Ribas (Centro Sócio-Econômico). “Na semana passada, esse comando contra a greve fez uma ampla convocatória para nossa AG de 14 de junho com o objetivo de determinar o fim do movimento. A estratégia fracassou, pois mais de 250 docentes deram uma vitória folgada para a continuidade da greve”, disse. O professor destacou ainda a mobilização dos estudantes e a formação do comando articulado de greve, com reuniões bastante cheias. Segundo ele, facilita o trabalho o fato de o comando estadual dos SPF de Santa Catarina estar bem organizado. “A plenária dos SPF aqui em Brasília afirmou por esses dias que o nosso comando é um dos mais bem organizados”, disse.

Professores da UFRJ continuam em greve

Reunidos em Assembleia Geral, no auditório do CT, no último dia 28/6, os professores da UFRJ decidiram pela continuidade da greve (60 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção) em conjunto com os SPF, pelo reajuste linear de 63,68% e em defesa do serviço público. O encontro entre o Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF (CNUG) e o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, marcado para o dia seguinte, contribuiu muito para essa decisão. Os docentes avaliaram que seria uma tática muito ruim sair da greve sem conhecer o próximo passo do governo federal.

Os últimos informes do CNUG dando conta de uma possível negociação em separado entre os sindicatos e os respectivos ministérios preocuparam o Comando Local de Greve da Adufrj-SSind. De acordo com o grupo de professores, a UFRJ entrou na greve com uma pauta e não pode perder esse rumo de vista. Além do mais, ainda segundo o CLG, a unidade do movimento deve ser preservada para não enfraquecer a posição dos grevistas. Por isso, o Comando Nacional de Greve do Andes-SN, enviou à AG a pauta deliberada no início da greve com os “eixos de pauta específica”.

Juntou-se a essa preocupação o fato de a pauta de reivindicações do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) estar sendo atualizada pela nova Diretoria do Andes-SN. Essa atualização seria protocolizada no MEC no dia 30/6. A AG da Adufrj-SSind não entende esse documento como a pauta específica do Andes-SN no contexto da greve dos SPF. A proposta de carreira única e malha salarial correspondente inserida nessa pauta atualizada pode ser inoportuna e comprometer a unidade do movimento geral dos servidores.

Repúdio

O ato do reitor de desrespeito às deliberações do Conselho de Ensino de Graduação na questão da matrícula dos calouros do segundo semestre (ver matéria na página 8) mereceu veemente repúdio da Assembleia. Chegou-se a se pensar num pedido de destituição da superintendente da SR-1, Maria Luiza, mas a maioria dos professores presentes entendeu que ela estava cumprindo ordens. Um outro grupo manifestou que a superintendente deveria expor ao colegiado a atitude do reitor antes de mais nada e era tão responsável quanto Vilhena. O meio termo encontrado foi mais uma moção de repúdio à atitude da professora (Ver moções na página 8).

Universidade na Praça

A Adufrj-SSind já iniciou os preparativos para a segunda edição da Universidade na Praça, aprovada pela AG anterior. Desta vez, as atividades serão realizadas na Praça XV, no dia 11/07, e o tema será a desigualdade social. Na avaliação do Comando Local de Greve, esse tema permite a ampla participação de todas as Unidades da UFRJ. O CLG avaliou também que a Universidade na Praça será construída independente da greve. Para os professores, a defesa da UFRJ deve ser feita em qualquer período. O Comando vai montar subcomissões para distribuir formulários de solicitação de material necessário à participação no evento. Se o pedido de material for considerado muito caro, a próxima AG deverá aprovar um orçamento. Além dessas atividades, aulas públicas de 20 minutos devem ser programadas.

Plenária dos servidores

Tendo em vista a realização de uma Plenária dos SPF no dia 1/07, a AG aprovou os nomes dos professores Luis Acosta e Regina Pugliese como delegados da Adufrj-SSind ao evento.

Deliberações da última AG (28/06)

- 1) Continuidade da greve unificada dos SPF, com pauta: reajuste de 63,68% sobre o salário de janeiro de 1995, extinguindo todas as gratificações concedidas a partir desta data (no caso dos professores, a GED e a GID); a defesa do RJU, contra o regime da CLT no setor público, e defesa do Serviço Público de qualidade;
- 2) Próxima Assembleia Geral: 04 de julho, terça-feira, às 14 horas;
- 3) Propôs ao CNG como “eixos de pauta específica” os mesmos dois eixos pelos quais estamos em greve (item 1 acima);
- 4) Esclareceu que a pauta de reivindicações do setor das IFES que será atualizada pela Diretoria do Andes-SN e protocolizada no MEC no dia 30/6 **NÃO É** a pauta específica do Andes-SN a ser apresentada ao MEC no contexto da greve dos SPF e da negociação coordenada pelo CNUG;
- 5) Manifestou a preocupação de que a entrega, neste momento, da pauta atualizada ao MEC, se esta incluir a carreira única do Andes-SN e a malha salarial correspondente, pode ser inoportuna e comprometer politicamente nossa posição de manter unificado o movimento de greve dos SPF, dando margem a ser entendida como contrária às orientações do CNUG (ver Comunicado 12: “para que as negociações em cada ministério de fato garantam a unidade do movimento dos SPF é preciso que os itens a serem negociados não sejam opostos à pauta geral”);
- 6) Aprovou moção de repúdio à atitude do reitor-interventor da UFRJ que desrespeitou a decisão do Conselho de Ensino de Graduação sobre o calendário de matrícula dos novos alunos;
- 7) Aprovou moção de repúdio à superintendente Maria Luiza, da SR-1, que encaminhou decisão do reitor contrária à deliberação do CEG;
- 8) Aprovou os nomes dos professores Luis Acosta e Regina Pugliese como delegados da Adufrj-SSind à Plenária dos SPF, realizada neste fim de semana.



Cartas

Ao presidente da Adufrj

Venho esclarecer que não é verdadeira a informação publicada no último Boletim da ADUFRJ sobre o episódio com o ministro da ciência e tecnologia no campus da Universidade. Em primeiro lugar não foi, como está citado, o Mozart Queiroz, colega do CENPES que conheço pela sua atuação no movimento sindical, no PT e na luta no setor do petróleo e de energia, o interlocutor entre a liderança do movimento grevista de funcionários e docentes, e o ministro. Confirmei com Mozart este fato: ele intercedeu para um ou dois manifestantes entrarem no CENPES mas estes não se dirigiram ao ministro. Juntamente com o pesquisador Gonçalo Guimarães, presente no seminário para falar da Incubadora de Cooperativas Tecnológicas da COPPE e o problema dos catadores de lixo, fui pessoalmente conversar com os manifestantes em frente ao CENPES para acertar a entrada de cinco manifestantes, e solicitei ao ministro e encontro. Fui com eles ao ministro e estive presente ao encontro, que o Boletim da Adufrj considerou frutífero para encaminhar as reivindicações da greve ao governo.

Em segundo lugar não é verdade que o diretor da COPPE e eu tenhamos escondido o ministro no CENPES transferindo o seminário para lá. Eu estava na véspera participando de um debate na Câmara Federal, organizado pela Confederação Nacional dos Urbanitários, do

ILUMINA e outras organizações sindicais, sobre a privatização do setor elétrico. Lá fui informado por telefone que o ministro, que estava em uma solenidade na Academia Brasileira de Ciência no Rio, cancelara sua presença no seminário da COPPE. De vota ao Rio informei-me do que acontecia e, já na manhã do dia seguinte, negociamos a vinda do ministro para o seminário no CENPES ao invés da COPPE.

O tema central do seminário não era os fundos para pesquisa, como está no Boletim da ADUFRJ, assunto tratado na palestra do ministro, mas sim a Convenção do Clima da ONU e as alternativas de energia limpa que reduzem emissões de gases do efeito estufa responsáveis pelo aumento da temperatura da Terra. Cogitamos de cancelá-lo, mas havia convidados externos à Universidade, inclusive do exterior, e era uma atividade dentro do programa de Institutos Virtuais da FAPERJ. Ademais vai haver dentro de poucos meses uma reunião dos países membros da Convenção da ONU, o Ministério de Ciência e Tecnologia é o responsável pela posição do Brasil neste tema, em que há um conflito de interesses com os países desenvolvidos, em particular os EUA. A COPPE está diretamente envolvida na formulação de propostas que defendem os interesses do país na Convenção e trabalha no programa Rio Desenvolvimento Limpo, com o governo do Estado/FAPERJ. Quatro professores da COPPE, três do Programa de Planejamento Energético e um de Transportes participam do Painel

Intergovernamental de Mudanças Climáticas que assessora a ONU. Poderíamos Ter transferido desde logo para um hotel, como é habitual neste tipo de reunião, mas isso limitaria a participação dos alunos da COPPE. Preferimos mantê-lo na COPPE, entendendo que não afrontava a greve, tal como o Debate sobre os Sem Terra que a COPPE/Instituto Virtual/FAPERJ e o Centro de Tecnologia/Decania realizaram no Fórum de Ciência e Cultura há poucos dias, quando teve a ocasião de se manifestar um funcionário da UFRJ em nome da greve. Também ocorreu nesta semana na UFRJ o encontro sobre Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas para a geração de trabalho e renda, organizada pela Incubadora da COPPE, com representantes do movimento sindical, do movimento social e do governo. A nosso ver estas atividades não afrontam a greve. É efetiva a paralisação dos funcionários da COPPE e a direção respeita a greve, embora não tenha havido paralisação efetiva dos docentes na COPPE.

Solicito publicar esta carta de esclarecimento, alertando que é injusto o ataque feito à COPPE como uma instituição que age com independência em relação à Reitoria e ao Governo. Por isto deve ser respeitada, a despeito das divergências internas da UFRJ originadas do desastroso processo de sucessão do Reitor.

Rio 21/16/2000

Luiz Pinguelli Rosa
Vice Diretor da COPPE

ESCLARECIMENTO: O Jornal da Adufrj-SSind de 19 de junho de 2000 publicou matéria referente à manifestação dos servidores (professores, técnicos e estudantes) durante a visita do ministro da Ciência & Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, ao *campus* do Fundão, dia 15 de junho. Como foi retratado na matéria, o ministro declarou à comissão de servidores em greve estar no Centro de Pesquisa da Petrobrás (Cenpes) como convidado da UFRJ, o que é confirmado na carta do professor Luiz Pinguelli Rosa na qual destaca ter negociado “a vinda do ministro para o seminário no Cenpes ao invés da Coppe”.

Como foi publicado, o ministro só recebeu os manifestantes após algumas horas de negociação entre os sindicalistas e a assessoria do Cenpes. A organização do evento, como declarou a assessoria de Comunicação do Cenpes, era de responsabilidade da direção da Coppe.

O secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros foi “um dos que negociou com a assessoria

do Centro de Pesquisa a entrada da comissão”, conforme está publicado na mesma matéria. As declarações do sindicalista foram dadas após o encontro da comissão com o ministro, em frente ao prédio do Cenpes, onde os manifestantes estiveram durante toda aquela manhã, realizando um protesto contra a presença do ministro e, também, contra o fato de a direção da Coppe ter modificado o local da palestra em cima da hora.

Como está exposto na matéria que trata da palestra do ministro, a razão de sua visita “foi a exposição para professores e pesquisadores da Coppe sobre os projetos dos fundos setoriais de apoio à pesquisa, recentemente aprovados na Câmara Federal e em tramitação no Senado”.

A redação deste jornal esteve presente durante toda a palestra do ministro e tanto o seu discurso quanto o de seu assessor, Maurício Mendonça, foram dedicados integralmente à apresentação dos projetos dos fundos setoriais. Nos cartazes (figura) distribuídos

pelo Centro de Tecnologia, a Coppe divulgou o evento denominado “Seminário Fundos Setoriais para Pesquisa, Mudanças Climáticas e CDM”, apresentando como palestrantes o ministro Sardenberg, o superintendente da Faperj, Antonio Celso Alves e o Coordenador da Área Humana do Estado, Fernando Pellegrino. No Programa, a palestra de abertura, anunciada para as 9h30 do dia 15 de junho, no Auditório da Coppe, Centro de Tecnologia, bloco G, sala 122, era dedicada aos “Fundos Setoriais para a Pesquisa”.

A tentativa de “esconder” o ministro dos grevistas ficou bastante evidente quando às 10h30 a Segurança do Cenpes não confirmava aos manifestantes a presença de Sardenberg naquele auditório, quando o mesmo já se encontrava lá dentro, prestes a iniciar sua palestra. Às 10h40 o ministro iniciou sua exposição. Às 11h30 a comissão de servidores ainda não tinha sido liberada para entrar no prédio.

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind

Militância x Academia: o que é mais importante?

Gostaríamos de demonstrar nossa indignação frente à declaração do ex-presidente do Andes-SN (gestão 98/00) no último InformAndes.

O equívoco começa ao utilizar a revista da entidade para travar uma resposta ofensiva a uma determinada tendência do movimento docente que ganhou a atual gestão da entidade. Isto revela o aparelhamento da entidade.

Com relação ao conteúdo da declaração, desconhecemos que os professores da Andes-AD sejam apenas militantes, como foi dito na revista, sindicalistas profissionais. Ao contrário, prezamos a combatividade desses militantes e ainda o mérito do ensino que ministram em suas unidades e até fora delas.

Lamentavelmente, essa postura despolitizada reforça a desmobilização da comunidade universitária e principalmente do corpo docente.

Gostaríamos que esse tipo de prática não existisse no meio dos movimentos sociais. Parabenizamos a Andes/AD pela vitória e que esta possa contribuir para a luta da manutenção do caráter público e democrático da universidade brasileira.
Solange da Silva Moreira – aluna de graduação – ESS/UFRJ
Suerya Santos da Cruz – aluna de pós-graduação – ESS/UFRJ
Elizabeth Amorim Leandro – aluna de pós-graduação – ESS/UFRJ

Nota de esclarecimento

O Boletim n. 5, ano III, traz referências à minha intervenção na seção do Consuni de 8/6 que não espelham com fidelidade o meu pensamento. No meu entender, o professor Atila Pantaleão Silva Freire, indicado ao cargo de sub-reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente, tem uma visão equivocada daquela que é a função primordial do ensino na UFRJ, a saber, a de propiciar aos seus alunos uma formação abrangente e multidisciplinar, ancorada no sólido conhecimento científico. Este foi o ponto central da minha argumentação naquela seção do Consuni. Eu não considero, no entanto, que nossas divergências de idéias nos coloquem em “campos antagônicos”, conforme afirmou o Boletim n. 5.

Flávio Dickstein, Representante no Consuni dos Professores Adjuntos-Doutores do CCMN.

Seminário Fundos Setoriais para Pesquisa, Mudanças Climáticas & CDM

ABERTURA:
Ronaldo Sardenberg - Ministro da Ciência e Tecnologia
Antonio Celso Alves - Superintendente da FAPERJ
Fernando Pellegrino - Coordenador da Área Humana do Estado

Programa:

9h30 h Abertura
Fundos Setoriais para Pesquisa
Sessão A: Convenção do Clima, o CDM e o Rio Desenvolvimento Limpo
10h30h Abertura do Bloco G - Transporte
Filme: A Sustentabilidade e Outras Linguagens
Músicas do Movimento Cultural Brasileiro
11h30h Abertura do Bloco G - Energia
Filme: Sustentabilidade para o Futuro: O Brasil
Apresentação dos Manifestos Sólidos,
Resoluções e Desenvolvimento Social

Auditório da COPPE
Centro de Tecnologia - Bloco G - sala 122
15 de junho - Quinta-feira 9:30 hs



Colegiados

Vilhena apronta mais uma

Os representantes dos docentes e dos alunos no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) voltaram a se indignar com os atos do reitor do MEC, José Henrique Vilhena. A última do interventor foi ignorar a deliberação do Colegiado de adiar a matrícula dos novos ingressos para o segundo semestre de 2000. A medida foi aprovada em reunião do CEG dia 21 de junho, antes do feriado prolongado.

Na segunda-feira, dia 26, a superintendente da Sub-reitoria de Ensino para Graduandos (SR-1), professora Maria Luisa Marchiori, telefonou pessoalmente para as unidades e comunicou que o reitor havia “mantido” a data de 27 de junho para a matrícula dos calouros no próximo período. Uma circular da SR-1 também chegou às unidades naquele dia.

As unidades acabaram acatando, mesmo que parcialmente, a decisão arbitrária da reitoria e os futuros alunos que compareceram aos departamentos para a inscrição em disciplinas assinaram uma “lista de presença”. Na última reunião do Colegiado, os conselheiros do CEG decidiram interpelar formalmente o reitor e encaminhar uma nota ao Consuni - como Colegiado máximo, está acima do próprio reitor - de denúncia sobre a atitude intempestiva de Vilhena.

A decisão de adiar as inscrições foi tomada pelo CEG como uma forma de reconhecer a greve dos servidores na universidade e não prejudicar nem o movimento nem tampouco os novos alunos. Vilhena simplesmente ignorou a decisão do conselho superior e ordenou que a superintendente avisasse as unidades sobre a manutenção da data para as matrículas.

A superintendente da SR-1 justificou-se para os conselheiros do CEG que Vilhena ignorou a deliberação pelo fato de que este Conselho está sem o comando de um sub-reitor nomeado, o que irritou ainda mais os conselheiros. Na opinião de todos, o CEG é soberano para tomar decisões quanto à política acadêmica para a graduação com ou sem a presença de um sub-reitor.

A professora e atual presidente das sessões do CEG (como conselheira mais antiga no Colegiado), Maria Penha Cruz, tentou contemporizar a atitude do reitor. Alegou que talvez pudesse ter havido algum problema de “comunicação” entre o CEG e Vilhena. Mas, todos constataram que a grande dificuldade de dar prosseguimento às atividades dos órgãos supe-

riores está no fato de Vilhena não respeitar as decisões tomadas pelas instâncias superiores, haja visto que até o Consuni tem processos judiciais contra medidas autoritárias do interventor.

Para os conselheiros, a situação é clara, Vilhena parece insistir na política do esvaziamento, nas decisões tomadas em gabinetes. Sua ilegitimidade lhe traz o confinamento e emperra as decisões dos conselhos. Vilhena, por não ter autoridade - “nem dignidade” - política, não se apresenta publicamente, é arbitrário e vai continuar fazendo o que seu humor determinar, sem nenhum compromisso com a democracia interna, com a institucionalidade e com o respeito às decisões dos Colegiados CEG, CEPG e até mesmo o Consuni.

A assembléia da Adufrj-SSind (28/06) aprovou uma moção de repúdio aos desmandos de Vilhena (ver matéria na página 6).

Novamente, Consuni não tem quórum

Na última quinta, os representantes dos três segmentos no Conselho Universitário só puderam se manifestar no expediente da sessão que foi interrompida quando a professora do CCS, Diana Maul, voltou a mencionar o desrespeito de Vilhena - que presidia a reunião - ao CEG. Antes dela, o decano do CCS apresentou a denúncia encaminhada pelo Colegiado de graduação e pediu esclarecimentos do reitor. Irritado, Vilhena encerrou a sessão alegando falta de quórum para a discussão da pauta ordinária.

Segurança também preocupa conselheiros

Durante a sessão do CEG de 28 de junho, os professores reclamaram bastante da falta de segurança em todos os *campi* da universidade. Foram diversos os casos relatados, de assaltos à tentativa de estupros e roubos de carro - uma média de 18 por dia, no *campus* do Fundão, segundo informe da professora Penha obtido na 37ª DP quando do roubo de seu carro. Segundo uma conselheira, existe projetos na sub-reitoria de patrimônio (SR-3) de “cercar os prédios para impedir o livre acesso às unidades”. A questão foi considerada pela maioria dos conselheiros um pouco mais complexa do que isso, até porque como negar o acesso da população a um patrimônio público?

Diretoria do Andes-SN protocoliza Pauta de Reivindicações no MEC

A Diretoria do Andes-SN protocolizou no MEC, na última sexta-feira (30), a Pauta de Reivindicações dos Docentes das Ifes, atualizada com as deliberações do 19º Congresso (Juiz de Fora, fevereiro de 2000) e do 40º Conad (Brasília, junho de 2000).

Esta pauta deveria ter sido protocolizada logo após o Congresso, como é praxe no Sindicato, o que não foi feito pela Diretoria anterior. Ao constatar este fato, a nova Diretoria do Sindicato, que tomou posse no último dia 22, considerou que era sua responsabilidade protocolizar aquela pauta o mais rapidamente possível. Levou em conta, no entanto, que os docentes das Ifes estão numa greve unificada com o restante dos SPF e, por isso, consultou o Comando Nacional de Greve (CNG) sobre qual seria a melhor forma de apresentar a pauta atualizada ao MEC. O CNG recomendou que a pauta fosse entregue ao MEC após a audiência do Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF (CNUG) com o Ministro Martus Tavares, do MPOG, no dia 29/6.

Na pauta atualizada estão o reajuste emergencial de 63,68% sobre os salários de janeiro de 1995 para todos os SPF e a incorporação emergencial da GED, em seus valores máximos, aos salários de todos os docentes das Ifes (1ª, 2ª e 3ª graus, ativos e aposentados), descontando-se estes valores em caso de obtenção do reajuste de 63,68%. Na pauta, estão também reivindicações históricas do setor das Ifes quanto à defesa do serviço público, autonomia e financiamento das Ifes, preenchimento de vagas por concurso, entre outras.

Também consta da pauta a reivindicação, já apresentada em agosto de 1999, da aprovação e implantação da Carreira Única para o Magistério das IFES e do Plano Nacional de Capacitação Docente, aprovados no 38º Conad (Rio de Janeiro, junho de 1999).

O CNG esclarece que esta pauta não corresponde aos eixos específicos a serem negociados com o MEC, no contexto da greve dos SPF, sob a coordenação do CNUG. Estes eixos estão ainda sendo discutidos e deliberados pelas AGs de base do movimento docente.

A entrega propriamente dita da pauta não foi uma tarefa simples, porque a Diretoria e o CNG do Andes-SN foram impedidos de entrar no MEC.

Além de fechar as portas do MEC, a segurança do ministério chamou a polícia para impedir os docentes de ir até o protocolo, onde formalizariam a entrega do documento. Após protestos dos docentes, quanto ao direito de ir e vir, uma funcionária da Secretaria de Ensino Superior (SESU) autorizou cinco professores a irem até o protocolo, onde o documento foi, finalmente, entregue.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 28/6/2000 aprovou as seguintes moções e solicitação:

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os professores da UFRJ reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind repudiam a atitude do Reitor de desrespeito à deliberação do CEG (21/6/2000) segundo a qual “a inscrição dos alunos calouros 2000/2 matriculados na UFRJ somente se realizará após o término da greve.” A atitude do Reitor não constitui somente um ato deliberado de afronta às instâncias superiores da UFRJ, mas também fere os princípios mais básicos da democracia e da autonomia que precisamos garantir para a nossa Universidade.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os professores da UFRJ reunidos em Assembléia Geral da Adufrj-SSind repudiam a atitude da Superintendente da SR-1, Profª Maria Luisa Marchiori, ao determinar que os Coordenadores de Curso realizassem a inscrição dos alunos calouros da UFRJ em 27/6/2000, contrariando e desrespeitando a deliberação do CEG (21/6/2000) que adia a inscrição para após o término da greve.

A TODOS OS ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UFRJ

Tendo em vista o desrespeito do Reitor da UFRJ à decisão do CEG, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind solicita aos Colegiados de todos os níveis da UFRJ que garantam que a inscrição em disciplina dos alunos calouros 2000/2 matriculados na UFRJ somente se realize após o término da greve.

Assembléia GERAL

11/7

Terça-feira

14:00

Horas

Auditório do CT

PAUTA

Avaliação da greve

Eleição de delegado para a plenária dos SPF (12/7)

Reuniões nas Unidades

Biologia - 10/07 às 14h

IFCS - 10/07 às 11h - sala 200

Educação - tem feito reuniões às terças-feiras às 10h
Pauta: Avaliação da greve

ECO - 10/07 às 11h

Pauta: Plenária da ECO; avaliação da greve e
resolução CEG 01/99

CFCH - 11/07 às 10h - auditório da ESS

Pauta: resolução CEG 01/99 e Periodização

Nota produzida na Reunião dos Professores do IFCS

03 de julho de 2000

Os professores presentes na reunião do dia 03 de julho de 2000 avaliaram a greve e resolveram expressar a sua perplexidade diante do fato de alguns colegas do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais estarem desenvolvendo atividades didáticas e em alguns casos, inclusive, concluindo os seus cursos e entregando notas finais.

Tal conduta evidencia o desrespeito às deliberações democraticamente assumidas em reuniões dos professores do IFCS e Assembléias Gerais da Adufrj-SSind e rompe com as tradições que sempre estiveram presentes neste Instituto.

Insistimos em afirmar a importância da presença de todos os nossos colegas às reuniões realizadas no IFCS e às Assembléias Gerais da Adufrj-SSind.

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 6 • 10 de julho de 2000



Ministro não atende às reivindicações dos servidores

O CNG/ANDES-SN, representado pelo diretor Fernando Mascarenhas, acompanhou a audiência do CNG/FASUBRA na SESU/MEC realizada em 05/07. Naquela ocasião, o Secretário de Ensino Superior, Prof. Figueiredo, anunciou que em conversa com o Secretário Geral do MEC e o próprio Ministro Paulo Renato foi autorizado a construir simulações que apontam para duas linhas de negociação e proposta. A primeira, indicada como opção preferencial do MEC, adota como referência a MP 2048-26/2000, incluindo o setor da educação entre as carreiras "beneficiadas". Desta forma, seriam mudadas substancialmente as tabelas salariais, uma vez que a medida implica a alteração dos vencimentos básicos e a incorporação da GAE, além de implementar a gratificação, nos termos da GED, para os técnico-administrativos. Nesta primeira hipótese, anunciou o Secretário, dirigindo-se ao representante do CNG/ANDES-SN, que os professores seriam contemplados. A segunda possibilidade, que o MEC ainda não descartou, embora considere como sendo negativa frente à primeira proposta, limita-se à implantação da gratificação, o que só atingiria os técnico-administrativos.

No entender da SESU, a MP 2048-26/2000 mexe diretamente na base salarial das categorias alcançadas por ela. Desta forma, inclui, por ser uma alteração de tabela, ativos e aposentados. Para o

Secretário, a MP criou uma situação de perplexidade, pois sua lógica de construção abre o cenário de se trabalhar com um patamar mais elevado para o impacto financeiro da proposta a ser gerada.

O Secretário ressaltou ainda que qualquer uma das possibilidades e/ou propostas, com destaque para a primeira, estaria condicionada ao aval do MPOG (ver proposta de memorando do MPOG no quadro abaixo).

A audiência do CNUG - Comando Nacional Unificado de Greve dos SPF - com o Ministro do Planejamento Martus Tavares no dia 6 de julho indica que o governo FHC permanece inflexível em sua disposição de não apresentar qualquer resposta concreta à pauta de reivindicações dos servidores. O governo apenas se comprometeu a criar uma "comissão de interlocução" que discutiria, entre outros, a pauta de reivindicações, evitando assim, mais uma vez, o estabelecimento de uma verdadeira negociação com os servidores.

Na terça-feira, dia 11 de julho, será publicado um boletim da Adufrj com informes e avaliações mais detalhados. Ainda nesta terça-feira, nossa Assembléia Geral delibera sobre a posição que a Adufrj levará à Plenária de Servidores Federais do dia 12 de julho acerca da proposta de "memorando" do Ministério do Planejamento, assim como sobre outras questões relativas à nossa greve.

PROPOSTA DE MEMORANDO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO AO CNUG

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP

Considerando a evolução do diálogo instituído entre os Governos Federais e representantes dos servidores, e, em caso do término efetivo da paralisação dos servidores públicos federais, até o próximo dia X.07.2000, o Governo Federal se compromete a:

a) editar Decreto, no próximo dia (X+1).07.2000, autorizando a compensação das faltas, mediante compensação de serviços, no período de 06.07.2000 até X.07.2000, mantendo todas as vantagens e direitos dos servidores, desde que a CNESF se comprometa a retirar a ação da justiça;

b) criar uma Comissão de Interlocução, no âmbito do MP, com o objetivo de:

1) analisar e discutir, em sua totalidade, a pauta de reivindicações

dos servidores, 2) analisar, discutir e propor o estabelecimento de um diálogo permanente, com os órgãos e unidades setoriais, relativos ao conjunto dos servidores e 3) analisar, discutir e propor alterações para assegurar ao servidor o desempenho de mandato em entidades de classe.

b.1) A Comissão de Interlocução terá a seguinte composição:

b.1.1) o titular da Secretaria de Gestão do MP, que presidirá a Comissão;

b.1.2) o titular da Secretaria de Recursos Humanos do MP;

b.1.3) dois assessores indicados pelo Ministro do MP;

b.1.4) onze representantes indicados pela CNESF

b.2) Fica, desde já, agendada a primeira reunião da Comissão de Interlocução para o próximo dia (X+3).07.2000, às 15:00h, no 4º andar do MP.

b.3) O Ministro do MP e a CNESF, deverão indicar seus representantes com antecedência mínima de 24 horas do início de cada reunião.

b.4) Caberá a presidência da Comissão de Interlocução aceitar (ou não) eventuais outras participações;

b.5) a Comissão de Interlocução reunirá, no mínimo, uma vez por trimestre, e sempre que convocada pela sua presidência;

b.6) a partir de sua instalação, a Comissão de Interlocução terá, num prazo de até 20 dias, proposto e acordado a instalação das comissões setoriais;

b.7) as comissões terão autonomia para proposição de matérias de competência ao órgão ou entidade a que estiver vinculada.

E, por estarem de acordo, com os termos e condições, assinam este Memorando de Entendimento.

Brasília, aos X.07.2000

UNIVERSIDADE NA PRAÇA

Devido à necessidade de maiores debates acerca do caráter que se deseja imprimir à Universidade na Praça, aliada à exigüidade de tempo hábil para providenciar os recursos para as atividades, a Comissão Organizadora decidiu adiar o evento para o início do 2º semestre letivo.

Gattass é nomeado por Vilhena sub-reitor interino da SR-1

Os conselheiros do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) receberam como sub-reitor interino da SR-1 o professor e atual sub-reitor de ensino para pós-graduados e pesquisa, Ricardo Gattass, na última reunião deste colegiado, 5 de julho. Gattass se apresentou como sub-reitor interino, nomeado por José Vilhena, até que o professor Átila Pantaleão Silva Freire (ou outro) venha a ser nomeado para o cargo (o Conselho Universitário adiou a deliberação sobre a indicação de Átila pelo reitor, na sessão de 8/06).

Gattass comunicou aos conselheiros presentes que o reitor exonerou a professora Maria Luisa Marchiori do cargo de Superintendente da SR-1. A notícia comoveu os professores para quem a presença da professora na sub-reitoria é fundamental para o andamento das atividades da SR-1. O próprio sub-reitor interino reconheceu o importante papel desempenhado pela professora no cargo e disse que envidará todos os esforços para mantê-la na SR-1, mesmo que para isso tenha que “contratá-la” como uma “assessora”.

Os reais motivos que levaram o reitor a tomar esta decisão não foram expostos pelo professor Gattass. Alguns conselheiros atribuíram tal atitude a notícias veiculadas no Jornal da Adufrj da semana anterior. Para estes, ao ler as informações veiculadas na matéria *Vilhena apronta mais uma* (edição nº 7, de 3 de

julho, página 8), o reitor interventor teria demitido a professora ou, ao menos, isto teria sido “a gota d’água” para esta medida. Por sete votos a quatro, foi aprovada uma nota de retificação da informação pelo Conselho, já então presidido pelo professor Gattass (quadro ao lado). Segundo estes conselheiros, a professora não teria dito que a decisão de Vilhena teria ocorrido pelo fato do conselho estar, naquele momento, sem a presença de um sub-reitor.

A edição nº 7 do Jornal da Adufrj saiu da sede da entidade para ser distribuída pelos *campi* por volta das 9h30 da manhã do dia 26. O professor Gattass não divulgou em que horário a professora foi demitida. Segundo o sub-reitor, Vilhena designou a ele a tarefa da demissão.

O CEG aprovou também uma moção de elogio aos serviços prestados pela professora enquanto Superintendente da SR-1 e no período em que foi representante neste colegiado.

Gattass é bem recebido pelo CEG

O atual sub-reitor de ensino para graduados e pesquisa (SR-2) foi bem recebido pelos conselheiros presentes à última sessão do CEG. Na reunião anterior (28/06), este colegiado aprovou uma nota de interpelação ao reitor por este ter decidido manter a data de inscrição em disciplinas (27/06) dos novos alunos do segundo semestre de 2000. O CEG havia tomado a decisão para não

prejudicar nem o movimento dos servidores em greve, nem os novos alunos (conforme está veiculado na matéria do Jornal da Adufrj nº 7, página 8, parágrafo anterior ao que foi questionado pelo CEG na sessão do dia 5/07).

Durante a última sessão do colegiado, Gattass disse que a decisão do reitor de manter a data foi tomada em conjunto com ele, a sub-reitora de pessoal, Maria Augusta, e o procurador da universidade. Segundo Gattass, haveria problemas legais caso a universidade não realizasse a inscrição dos alunos na data já divulgada.

Os conselheiros do CEG ouviram o relato do sub-reitor, aceitaram as explicações, mas questionaram mais uma vez a postura autoritária com que o reitor interventor trata os colegiados superiores, no caso o CEG, com relação às deliberações destas instâncias.

À dura nota de interpelação do CEG não houve uma resposta formal de Vilhena. A resposta parece ter sido a própria nomeação de Gattass para a SR-1 e sua explanação, o que parece ter satisfeito os conselheiros presentes na reunião do dia 5.

Em tempo

Segundo o representante dos alunos da pós-graduação no CEPG, Pablo Piras, durante a última sessão deste colegiado (7/07) foi divulgado que o professor Átila Pantaleão Silva Freire foi nomeado por Vilhena para assumir a Superintendência da SR-1

Moção do Conselho Deliberativo da COPPE/UFRJ pela reposição salarial dos funcionários públicos

O Conselho Deliberativo, como Órgão máximo da COPPE/UFRJ, em face dos efeitos da greve, que se prolonga em um impasse com o governo, que não abriu de fato as negociações sobre reivindicação de reposição salarial dos funcionários públicos federais, vem se dirigir ao Ministro da Educação para que abra um processo real de entendimento com os grevistas visando a uma solução.

Os funcionários públicos federais não têm reajuste de salário há mais de 5 anos, perdendo poder aquisitivo com a inflação acumulada neste período, em especial aqueles que não tiveram nenhum tipo de gratificação, como é o caso dos funcionários técnico e administrativos das Universidades Federais entre os quais se incluem os da COPPE.

Para a COPPE seus funcionários são imprescindíveis no apoio ao ensino, à pesquisa científica e aos projetos tecnológicos, muitos deles especializados nas áreas da engenharia ou da administração, vários com títulos de mestrado e doutorado, essenciais para o funcionamento dos laboratórios.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 2000

Ney Roitman
 Presidente do CD
 da COPPE/UFRJ

Nelson Maculan Filho
 Vice-Presidente do
 CD da COPPE



Governador reprime professores

O governador Anthony Garotinho parece estar importando as práticas nada democráticas de seu colega paulista Mário Covas. No último dia 5 de junho, policiais militares usaram de violência duas vezes para retirar professores, alunos e servidores da Uerj em greve há 28 dias e acampados há sete dias em frente ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras. Durante a madrugada, o chefe do gabinete militar do Palácio deu a ordem de desocupação do terreno. As barracas foram derrubadas por 30 soldados, oficiais e praças armados com cassetetes. Houve pancadaria e ate o deputado Paulo Pinheiro (PT-RJ) foi agredido. O segundo confronto ocorreu poucas horas depois. Enquanto funcionários da Uerj negociavam com secretários do governo a permanência da manifestação, os PMs voltaram a retirar barracas do lugar, iniciando o conflito. O trânsito chegou a ser interrompido na rua Pinheiro Machado, em frente ao Palácio. Os grevistas reivindicam 28,38% de reajuste salarial.

Ofício nº 96/2000

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2000.

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em reunião ordinária do dia 05.07.2000, a bem da verdade e amparado pelo direito de imprensa, solicita a essa Associação a retificação com o mesmo esforço e o mesmo destaque da notícia veiculada no Jornal da Associação nº 07, à página 8, 5º parágrafo, por considerá-la não coerente com os fatos e discussões havidos em sua reunião ordinária de 28.06.2000.

Atenciosamente,

Ricardo Gattass

Sub-Reitor de Ensino de Graduação e Corpo Discente-Interino

Embora o CEG tenha pedido a retificação não foi explicitado o que deveria ser retificado, por isso publicamos abaixo a íntegra do Parágrafo questionado.

A superintendente da SR-1 justificou-se para os conselheiros do CEG que Vilhena ignorou a deliberação pelo fato de que este Conselho está sem o comando de um sub-reitor nomeado, o que irritou ainda mais os conselheiros. Na opinião de todos, o CEG é soberano para tomar decisões quanto à política acadêmica para a graduação com ou sem a presença de um sub-reitor.



AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim de Greve da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

nº 3 • 11 de julho de 2000

Comando de Greve do Andes-SN propõe suspensão da greve unificada

Posicionamento do movimento

“O quadro de resultados das AGs vem sinalizando uma cautelosa manutenção de indicativo de continuidade da greve. Sem esconder as dificuldades, o movimento aponta para a perspectiva de continuidade da luta expressando um entendimento de que a dinamicidade da conjuntura pode sofrer inflexões na dependência de fatos e situações que vêm sendo construídos a cada momento. É certo que o tempo corre contra esse potencial de resistência, mas nada caracteriza que, na busca de abertura de negociações de nossas específicas questões, a vontade e a capacidade de luta estejam esgotadas.

Claro também está que, na perspectiva de greve unificada, o movimento dá sinais de exaustão pelas condições expressas por significativa parte da categoria, o que aponta para suspensão da greve com a continuidade da luta através de manutenção do estado de greve, com possibilidade de retomada do movimento em função do não cumprimento por parte do governo das negociações específicas nos Ministérios.

Mesmo nessas condições, a compreensão do CNG-ANDES-SN é que a agenda de luta que poderá ser construída na plenária dos SPF não dará conta, em particular, das questões da educação e, em especial, da parte específica dos docentes. Tal compreensão levou o CNG-ANDES-SN a considerar algumas alternativas decorrentes de manifestações expressas nos comunicados

dos comandos locais de greve e nas falas dos delegados que os representam. São elas:

1. entendimento de que a suspensão da greve unificada dos SPF e nossa participação nela põe fim a esta estratégia de luta, sem possibilidades de greves setoriais ou por segmentos, embora outras formas de luta devam ter continuidade;

2. a continuidade da luta sob a forma de greve específica dos docentes;

3. a continuidade da luta sob a forma de greve do setor da educação a ser construída em movimento conjunto com a FASUBRA, SINASEFE e a UNE;

4. a suspensão da greve unificada dos SPF e de nossa participação nela, indicando, entretanto, que os docentes declarar-se-ão em estado de greve, sustentado por uma agenda de lutas voltada para fortalecer ainda mais o movimento, armando-o para:

a) sustentar o embate com o governo/MPOG/MEC no sentido de abrir mesa de negociação com a categoria ou;

b) caso isso não ocorra e a conjuntura indique a construção de outras condições objetivas que hoje não estão dadas, retome-se a análise das possibilidades retratadas nos itens 2 e 3.

Considerando essas alternativas e a necessidade de indicar para a Plenária de Greve dos SPF a data de 17 de julho para suspensão da greve unificada e nossa participação nela, o CNG-ANDES-SN posicionou-se favoravelmente, por unanimidade, pelo encaminhamento da opção 4, em caráter

indicativo, para consideração das AGs, que deverão ocorrer até terça-feira (11/7). Indica-se também a necessidade de uma outra rodada de AGs após a Plenária dos SPF visando organizar a saída unificada e encaminhar a agenda e o calendário de lutas.

Entendeu o CNG-ANDES-SN que no presente momento nenhuma das outras três alternativas consideradas tem condições de serem assumidas pelo conjunto da categoria, embora reconheça que, em algumas ADs-S.Sind., dadas as peculiaridades de desenvolvimento da greve unificada, possam ter se criado bases para sua sustentação. Além disso, CNG-ANDES-SN considera que a alternativa indicada dá conta de garantir: a) uma saída unificada e ordenada da greve, permitindo criar condições para um retorno programado ao trabalho; b) a manutenção e fortalecimento do processo de luta que permita agregar setores que não optaram ou não tiveram condições de assumi-lo sob forma de greve; c) perspectiva de forçar o governo a reconhecer a existência de uma pauta específica de reivindicações que deve ser negociada com a categoria mediante a realização de uma audiência com o Ministro, na qual se definam as formas, prazos e condições de negociação; d) a possibilidade de se assumir outro encaminhamento para o processo de luta, caso as situações hoje não existentes ou imprevistas possam vir a se apresentar, tanto a curto como a médio prazo”.

Extrato reproduzido do Comunicado nº 20 do CNG do Andes-SN

“Agenda positiva”

Segundo análise do CNG, o governo FHC iniciou a semana passada tentando consolidar o que tem sido chamado de “agenda positiva”, o que seria uma estratégia de responder a uma crescente insatisfação popular caracterizada pelas seguidas manifestações de rua, particularmente dos SPF, desde o mês de abril. A “agenda positiva” seria também uma tentativa de reverter a já notória queda de popularidade de FHC que beira os 70% de rejeição, de acordo com o Vox Populi, de cinco de maio de 2000.

Uma das investidas do governo para conter a mobilização dos servidores seria a edição da MP 2048/26/2000, no dia em que o comando unificado de greve dos SPF (CNUG) esteve reunido com o ministro Martus Tavares (29/07) para tentar dar início a abertura de negociações.

Além de desconsiderar a pauta de reivindicações dos servidores, o governo acenou com “benefícios” que atingem uma reduzidíssima parcela de funcionários, o que contribuiu para confundir ainda mais a opinião pública.

Apesar de ainda não ter conseguido nenhuma conquista real, o CNG reconhece que é um avanço para o movimento grevista o fato de o ministro Martus Tavares ter declarado em audiência com os representantes do movimento reconhecer a greve dos SPF. Para este comando, é um saldo político que não se pode ignorar, já que no início da greve o governo dizia que sequer receberia qualquer comissão de servidores públicos.

Para o comando do Andes-SN, a greve dos servidores tem incomodado bastante, ao ponto do ministro declarar, em audiência, que o governo sofre desgastes com o movimento.

Os passos dos SPF

8 de junho

No dia 8 de junho, parlamentares da oposição se encontraram com o ministro Martus Tavares na tentativa de abrir negociações com os servidores. Na ocasião, o ministro disse aos deputados que a negociação seria aberta dia 12 de junho, mas separadamente (por carreira). Martus negou o reajuste linear e ameaçou com o corte de ponto, caso os servidores não voltassem ao trabalho até o dia 12.

15 de junho

Em 15 de junho, Dia Nacional de Luta dos SPF, o ministro cedeu às pressões e acabou se encontrando com quatro representantes do CNUG. No dia seguinte, o Comando se reuniu com a presença de representantes do CNG do Andes-SN. A postura intransigente do governo de não conceder o aumento salarial linear determinou a continuidade da greve. Martus desconversou quanto à questão do corte de ponto. Foi marcada nova audiência para o dia 29 de junho.

28/29 de junho

Desde a véspera da audiência marcada, os SPF realizaram manifestações em Brasília para pressionar o ministro e para influenciar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (votada dia 28 no Congresso). O ministro editou Decreto para suspender o corte de ponto para os servidores que voltassem ao trabalho até dia 29/06. Nesse encontro, foi divulgada a “bomba” da MP 2048-26/2000. Martus Tavares desconsiderou qualquer proposta de abono e, no fim, se comprometeu a discutir planos de saúde e auxílio-alimentação para os SPF. A LDO foi aprovada com algumas conquistas para os trabalhadores públicos, como a previsão de aumento da massa salarial para 2001.

6 de julho

Na nova audiência do CNUG com o ministro do Planejamento, em 6/07. Martus Tavares propôs o “memorando de entendimento” publicado no último boletim da Adufrj-SSind (10/07). O governo apenas se comprometeu a criar uma “comissão de interlocução”, que discutiria, entre outros pontos, a pauta de reivindicações.

Nota da Coordenação Nacional dos Servidores Federais para entidades filiadas

Assunto: Convocação de Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais em Greve Companheiros:

O Comando Nacional Unificado de Greve em reunião ampliada, com participação dos membros dos CNGs das Entidades de Servidores em Greve, analisando o atual estágio de desenvolvimento de greve e dos elementos mais recentes de conversação com o governo, por consenso definiu pela convocação de uma Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais em Greve, a realizar-se no dia 12/07, quarta-feira, às 14 horas, em Brasília, o local será divulgado posteriormente:

A Pauta dessa Plenária contemplará os seguintes pontos:

- 1 – Informes do CNUG;
- 2 – Informes dos CNGs das Entidades;
- 3 – Avaliação e deliberações relativas à greve;
- 4 – Encaminhamentos

Observações:

- a) O Relatório referente à avaliação feita na reunião será enviado até o final do dia de amanhã (8/07/00);
- b) O CNUG submete à consideração das Assembléias Gerais dos Comandos Locais de Greve as seguintes alternativas:
 - b.1) manutenção da Greve Nacional Unificada;
 - b.2) encerramento da Greve Nacional Unificada;
 - b.3) suspensão da Greve Nacional Unificada.

No caso da alternativa b.3, se complementaria a deliberação com a aprovação de: Estado de Greve ou Estado de Mobilização.

Obs: Em qualquer dessas condições, ainda no item b.3, com ou sem o complemento da possibilidade:

- a) análise de Indicativo de retomada da greve em prazo a ser definido, tendo em vista o acompanhamento da votação da Lei do Orçamento Geral da União;
- b) Indicação à CUT Nacional de retomada da Campanha Nacional em Defesa do Serviço Público com convocação da Comissão dos três níveis (federal, estadual e municipal).
- c) Apreciação pelos CECUTs de propostas de encaminhar ao CONCUT a continuidade da luta em defesa do serviço público e construção de uma greve geral.

Brasília, 07 de julho de 2000.

COMANDO NACIONAL UNIFICADO DE GREVE

Assembléia da APG/UFRJ

12 de julho

14 horas

CCS - sala C1-002

Pauta:

- Avaliação da greve;
- Mestrado profissionalizante;
- Lei dos 50% de vagas para os estudantes provenientes das escolas públicas;
- e outros.

BOLETIM DE GREVE



AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim de Greve da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

nº 4 • 12 de julho de 2000

Assembléia Geral da Adufrj-SSind indica suspensão da greve para plenária dos SPF

Os professores da UFRJ entraram na greve unificada dos servidores públicos federais em cinco de junho e de lá para cá, apesar das dificuldades de adesão de todas as unidades, o movimento em torno da pauta geral dos SPF tem sido mantido pelo conjunto das categorias. Com uma pauta que inclui um reajuste linear de 63,68% (sobre o salário de janeiro de 1995, extinguindo todas as gratificações concedidas a partir desta data - no caso dos docentes, a GED e a GID), a defesa do Regime Jurídico Único, contra o regime de CLT no setor público e a defesa do Serviço Público de qualidade, a greve unificada dos SPF teve início há dois meses e conseguiu forçar o governo a discutir a abertura de negociação.

Os professores presentes à Assembléia Geral da Adufrj-SSind, em 11/07, aprovaram o encaminhamento do Comando Local de Greve de propor à Plenária dos Servidores Federais de 12 de julho a suspensão da greve unificada dos SPF a partir do dia 17 deste mês. No entendimento da AG, como o movimento se iniciou em conjunto com os SPF com uma pauta única de reivindicações, uma eventual saída da greve também deveria ser feita de forma unificada.

Embora os discursos dos professores continuem demonstrando uma grande insatisfação com a política do governo, o Comando Local de Greve encaminhou

esta proposta por entender que, neste momento, a greve unificada deve ser rediscutida pelo conjunto dos servidores, uma vez que a mobilização dentro da Universidade não apresentou sinais de crescimento.

O professor José Simões fez uma clara referência ao terceiro item da proposta aprovada do CLG (ver quadro), no qual a Assembléia indicou também a retomada da greve unificada dos servidores federais, caso o governo não inclua um reajuste salarial satisfatório para os servidores no seu projeto de lei do Orçamento da União.

Alguns professores não aceitaram a possibilidade de se indicar à Plenária dos SPF a suspensão unificada da greve e defenderam o contrário: a continuidade unificada da greve. Para a professora Maria Auxiliadora, da Nutrição, a luta também se faz com poucos. Dora, como é conhecida, citou o exemplo dos técnico-administrativos da própria UFRJ, que decidiram continuar a greve em Assembléia realizada pela manhã do mesmo dia 11/7.

O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, argumentou que “o que a gente não pode é se iludir. Até a CONDSEF (Confederação Nacional dos Servidores Federais) está admitindo que suas unidades estão saindo da greve. O professor lembrou ainda que, caso a Plenária delibere majoritariamente pela continuidade da greve ou o governo não negocie de for-

ma satisfatória, a Adufrj-SSind estará apontando mais uma vez para a construção do movimento dentro da UFRJ.

Sintufrj e DCE

Com o objetivo de pressionar o governo nas negociações salariais com os servidores, os funcionários da UFRJ e os estudantes iniciaram na manhã do dia 11/7 uma vigília no prédio da reitoria. Neste ato, os alunos apresentaram suas próprias reivindicações como o aumento do número de bolsas, retorno aos bandejões, entre outros pontos.

Deliberações da AG 11/07

1 - Propor à Plenária de Servidores Federais de 12 de julho:

- A aprovação do “memorando de entendimento” proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com os ajustes acertados na reunião de 6 de julho, retirada a condição de término da greve;
- a suspensão da greve unificada dos SPF no dia 17 de julho; e
- a indicação da retomada da greve unificada dos servidores federais caso o governo não inclua reajuste salarial satisfatório para os servidores no seu Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 2001.

2 - Próxima assembléia geral dia 14 de julho para deliberação sobre as indicações que virão da Plenária dos SPF de 12/07.

3 - Eleição de delegados à Plenária Nacional dos Servidores Federais em greve: Antônio Mateo Sole; José Miguel Bendrao; Marcos Aguiar e Luis Eduardo Acosta, como delegados de base e Leila Rodrigues, como delegada pela reitoria.

Avaliação do Comando de Greve da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras)

Estamos completando hoje 10 de julho, 02 meses da greve unificada do serviço público federal, é uma data significativa. Nossa GREVE neste intervalo de tempo conseguiu: mobilizar e unificar as categorias que compõem o serviço público e conquistar o apoio da população, de entidades representativas da sociedade civil organizada (OAB, ABI, MST, CNBB, Partidos Políticos, CUT) e de organismos internacionais (OIT, CEA). No decorrer de nossa greve, percebemos que o governo inicialmente manteve a postura de desqualificar o nosso movimento, ameaçar e protelar as negociações, caracterizando assim sua intransigência. Essa postura, no entanto, não dissuadiu a categoria de lutar por suas justas reivindicações. Assim, foram organizadas caravanas, vigílias, atos públicos nos estados, atividades que deram maior visibilidade ao serviço público e reafirmaram sua importância social. Essas atividades foram ainda articuladas com campanhas em prol de segmentos excluídos das políticas sociais, denunciando-se, dessa forma, o descaso do governo com o bem estar do conjunto da população. Portanto, deveu-se à firmeza de nossas convicções e de nossa atitude, o reconhecimento do movimento grevista por parte do governo e o recuo em relação a sua postura inicial, abrindo-se canais para negociações.

Foi nesta perspectiva que a greve manteve-se unificada e forte, chegando a patamares de paralisação de mais de 60%, cerca de 300.000 trabalhadores do serviço público em greve. Esta greve unificada forçou o governo de FHC a descer do pedestal, reconhecer a greve e escalar o Sr. Martus Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, como seu representante oficial nas diversas reuniões com o CNUG. Um fator que não pode deixar de ser destacado, produto do nosso movimen-

to, foi à inclusão na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) da autorização para aumento real da massa salarial no orçamento de 2001, além do compromisso assumido de fazer constar no Orçamento Geral da União (OGU) um reajuste linear dos salários dos servidores no próximo ano.

Estamos num momento importante de nossa greve, a base da FASUBRA está informada que a greve unificada passa por momentos difíceis, como podemos perceber na avaliação do CNUG que consta neste informativo. Ressaltamos que os diversos setores que compõem o movimento dos servidores, têm realidades diferenciadas, que repercutem no grau de mobilização e na avaliação de conjuntura.

Este Comando diante dos avanços ocorridos nas interlocuções junto ao MEC, bem como do índice de paralisação mantido pela categoria, indica a manutenção da greve dos servidores das universidades federais.

A manutenção de nossa greve, deve porém, garantir a pressão necessária junto ao MEC, como forma de estabelecermos a partir desta semana uma mesa de negociação. Nesta mesa será necessário garantirmos que qualquer proposta a ser apresentada, não fira nossos pressuposto e princípios. Neste sentido, é importante que estejamos articulando os servidores do setor da educação e com os demais servidores em greve.

Desta forma o CNG indica:

1. Manutenção da Greve dos servidores das universidades federais;

2. Fortalecimento de nossa greve com o retorno à greve daquelas entidades que suspenderam a greve e a entrada em greve daquelas entidades que ainda não entraram o fizeram;

3. Chamado a todos servidores para que se incorporem à luta, no sentido de engrossarem o movimento. Neste sentido é fundamental que as entidades da base da federa-

ção estejam articulando a participação dos companheiros aposentados em todas as atividades de greve;

4. Recomposição imediata do CNG FASUBRA. Para esta recomposição lembramos que o número de delegados ao CNG é o mesmo da Plenária da FASUBRA, descontados os representantes de direção, e todos os delegados devem ser eleitos em Assembleia Geral da categoria e apresentarem a ata e lista de presença da AG;

5. Que preferencialmente os delegados ao CNG seja eleitos delegados a plenária dos SPF's;

6. Apresentação dos delegados ao CNG na terça-feira, dia 11/7. a noite. Na quarta-feira, dia 12 às 8 horas será feito, um nivelamento político com todos os delegados ao CNG FASUBRA, que participarão da plenária dos SPF's;

7. Na quinta-feira, haverá nivelamento com o GT-Carreira, sobre a proposta que deve ser entregue pelo MEC na terça-feira.

Extrato reproduzido do Informe nº 50 do CNG-Fasubra

**Assembléia
GERAL
ADUFRJ**

**14/07
sexta-feira**

**14:00
Horas**

**Auditório do
Centro de
Tecnologia**

PAUTA

**Avaliação da
Greve**

CNUG na SBPC

Uma das atividades da greve dos servidores está sendo uma série de manifestações na 52ª Reunião Anual da SBPC que está ocorrendo nesta semana (9 a 14 de julho), em Brasília. No dia 12, durante a Assembléia Geral da SBPC, será entregue uma Carta Manifesto à comunidade científica denunciando a política de desmonte dos serviços públicos, com ênfase na destruição da ciência e da pesquisa nas universidades públicas.

Assembléia GERAL

20/07
quinta

PAUTA

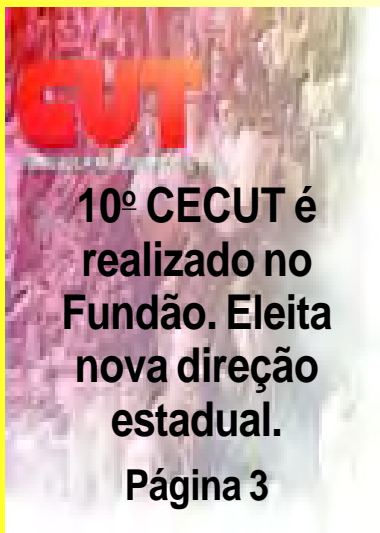
Avaliação e encaminhamentos dos desdobramentos da Greve

Universidade
na Praça

Vem aí!
Participe!



Cortes
Estudantes
protestam contra
cortes de bolsas.
Página 6



10º CECUT é
realizado no
Fundão. Eleita
nova direção
estadual.
Página 3

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 8 • 17 de Julho de 2000



SERVIDORES PÚBLICOS EM GREVE MARCAM PRESENÇA NA 52ª SBPC E ENTREGAM MANIFESTO EM APOIO ÀS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO. O MANIFESTO FOI TRANSFORMADO EM MOÇÃO APROVADA PELA ASSEMBLÉIA DA SBPC (VER PÁGINA 7).

Servidores suspendem greve

As decisões da assembléia da Adufrj-SSind e da Plenária dos SPF
Páginas 4 e 5



Editorial

Uma greve solidária

A Plenária dos SPFs de 12 de julho de 2000 contemplou a convergência das posições levadas pelos respectivos Comandos e pelos Delegados de Base. Na avaliação da Plenária, a unidade construída ao longo de nossa greve, foi a tônica reconhecida e apontada como um saldo político a ser preservado para continuidade de nossas lutas. Esse compromisso foi mantido, apesar do reconhecimento da situação de mobilização diferenciada das várias categorias.

A decisão de suspender a greve pautou-se numa avaliação amadurecida de não desgastarmos esse precioso instrumento de luta dos trabalhadores que é a **greve!** Continuamos em alerta, pois o Governo Federal continua implementando a política de destruição dos serviços públicos, conforme manda a cartilha do FMI e do capital financeiro internacional.

Suspender a greve é uma tática para recuperarmos nossas forças, deixando claro o indicativo de retorno à greve, caso o Governo não inclua os reajustes satisfatórios para os servidores no Orçamento Geral da União e nem garanta uma efetiva negociação de nossa pauta unificada.

A Plenária não se limitou apenas a indicar a posição de suspensão da greve, mas sim armou um movimento para continuarmos articulados, propondo ações efetivas que garantam a mobilização dos SPFs.

Diante desse quadro, o CNG-ANDES-SN indicou aos CLGs e AGs a avaliação dos encaminhamentos aprovados na Plenária dos SPFs em 12 de julho de 2000, pois só a nossa mobilização e intensificação das ações possibilitará a conti-



**SERVIDORES
 PROTESTAM EM FRENTE
 AO MINISTÉRIO DA
 FAZENDA NO CENTRO
 DO RIO.
 ALÉM DA REPOSIÇÃO DE
 64% NOS SALÁRIOS, A
 CATEGORIA LUTA PELA
 MANUTENÇÃO DA
 QUALIDADE DO SERVIÇO
 PÚBLICO PARA A
 SOCIEDADE BRASILEIRA**

nuidade da luta. Além dos encaminhamentos da referida plenária, também destacamos:

1. Suspensão da greve unificada dos SPFs a partir do dia 17 de julho de 2000, mantendo o estado de mobilização.

2. Indicação de retomada da greve dos servidores federais caso o governo: a) não inclua reajuste satisfatório para o servidores no seu Projeto de Lei do OGU; ou b) não avance efetivamente nos processos de negociação.

3. Manutenção por parte do CNESF da articulação entre as categorias do funcionalismo federal que continuam em greve e com o conjunto do funcionalismo, intensificando ações e definindo calendários comuns, dando seqüência a campanhas em defesa dos servidores e do serviço público. O Comando Nacional Unificado de greve transforma-se, assim, em Comando Nacional de Mobilização.

4. Em relação a proposta de Memorando de

Entendimento, deliberou-se a) a não retirada das ações na justiça relativas ao corte de ponto; b) a eliminação do termo “permanente” do nº 2 do item b) do referido documento e c) incluir no item b) o papel da Comissão de Interlocação no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que deverá tratar a pauta geral/emergencial dos SPFs.

5. A participação efetiva no “Dia do Basta”, em 25 de julho.

6. A implementação do plebiscito da dívida externa em setembro, promovendo debates e seminários internos, que garantam uma participação efetiva nessa ação.

7. O encaminhamento para deliberação no CONCURTO de proposta de uma greve geral dos trabalhadores conforme apontado no documento de análise de conjuntura do CNUG de 08 de julho de 2000.

Do Comunicado 23 do CNG/ANDES-SN

AdUFRJ
 SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard (afastado pelo período de 01/06 a 27/07) **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (presidente em exercício) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.**

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento Sindical

CUT-Rio tem novo presidente

Antônio Carlos Carvalho, o Carlinhos, é o novo presidente da CUT-RJ. A chapa de Carlinhos – que é previdenciário – recebeu 53% dos votos (350 votos) contra 46% (310 votos) da chapa encabeçada por Adeilson Teles, professor e atual tesoureiro da entidade. A eleição foi realizada durante o 10º Congresso Estadual da CUT Rio de Janeiro, na UFRJ. Uma outra chapa recebeu apenas 1% dos votos. A Chapa 1 foi formada pelas correntes de esquerda da CUT: Alternativa Sindical Socialista (ASS), Movimento por uma Tendência Socialista (CSC) e PCB. A chapa que incluiu sindicalistas de partidos como PT (à esquerda), PC do B, PCB e independentes formou o bloco que derrotou a Chapa 2, que inclui a Articulação Sindical (centro direita do PT), PDT e a Tribo.

A diretoria da CUT-RJ, assim como a direção nacional da central, se constitui proporcionalmente, com o número de cargos (diretoria) distribuído pelas chapas de acordo com o resultado da votação.

O presidente

Antonio Carlos Carvalhos, o Carlinhos, tem 39 anos e substituiu Alcebiades Teixeira, o Bid. Ambos são da Alternativa Sindical Classista



CARLINHOS EM ASSEMBLÉIA DO SINTUFRJ, SEMANA PASSADA, NO PRÉDIO DA REITORIA

“A CUT é um poder compartilhado. Nós compreendemos a mensagem dos servidores quanto à suspensão da greve. Daqui até setembro temos que construir uma grande mobilização. A CUTU-RJ estará convocando reuniões do Fórum Estadual dos SPF para realizar as atividades.”

(ASS). Carlinhos nasceu no Rio e é Agente de Portaria do Ministério da Saúde. Começou suas atividades no movimento sindical em 1985.

Como servidor público federal foi diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTTS) da CUT e da Federação Nacional dos Servidores da Saúde e Previdência Social (Fenasps). É dirigente do sindicato dos Previdenciários e mesmo como candidato participou ativamente da greve dos SPF nos últimos dois meses. “Vimos este projeto (neoliberalismo) começar a ser elaborado há mais de seis anos. Desde o governo Collor, passando por Itamar e, agora, com FHC. Vimos o dismantelamento da estrutura do serviço público e a decomposição máxima da política salarial. A compreensão da CUT é que esta greve dos SPF não é apenas por salário ou só para garantir um ‘bandejão’ ou mais um ‘computador’ ou outro equipamento qualquer para o trabalho. Trata-se de uma luta dos servidores por um novo projeto de sociedade. Este projeto (neoliberal) não é elaborado para as universidades, nem tão pouco para a sociedade brasileira”, afirmou, comentando a greve nacional dos SPF para o Jornal da Adufrj-SSind.

A Adufrj-SSind esteve presente no 10º CECUT, com a participação de 7 delegados.

Os delegados do 10º CECUT aprovaram:

- Fora FHC e o FMI;
- Iniciar o debate sobre a construção da greve geral ainda este ano;
- Engajamento no plebiscito da dívida externa. As reuniões acontecem todas as quartas-feiras no Sindicato dos Engenheiros;
- A CUT deve assumir uma posição independente em relação ao governo Garotinho, criticando a postura que este governo vem tomando em relação aos trabalhadores, principalmente nos seguintes casos: retenção de contribuição sindical dos profissionais de educação ao seu sindicato, o Sepe; repressão da PM aos funcionários da Uerj em frente ao Palácio Guanabara;
- Unificação do movimento social na defesa intransigente dos Serviços Públicos;
- Solicitar aos partidos políticos tempo nos seus horários gratuitos para divulgar a greve dos servidores;
- Luta pela reestatização do conjunto das empresas estatais privatizadas;
- Encaminhar ao governo do estado a exigência do fim do processo de privatização da Cedae;
- Campanha contra a utilização do FGTS nas privatizações.



Resenha

De acordo com matéria da *Folha*, de 05/07, o volume de recursos gastos com publicidade e propaganda pela União no primeiro semestre deste ano aumentou em 156% em relação ao mesmo período de 1999 – R\$ 92,5 milhões contra R\$ 36,2 do ano passado. A matéria afirma que é uma tendência em anos eleitorais.

Folha, em 10/07: *o Brasil tem cerca de 25 mil crianças de 5 anos trabalhando. Conforme a faixa etária vai aumentando, esse número também cresce, até que culmina em 1,7 milhão aos 17 anos, metade da população do País dessa idade. Ao todo, são 7,7 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhando.*”

Fernando Henrique está voltando ao fundo do poço da popularidade em pesquisa do Instituto Vox Populi, realizada em junho – 59% de desaprovação entre os entrevistados. Esse índice só foi pior em setembro do ano passado (65%).

Nota do Boechat, em 10/07: “O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho assinou sexta-feira com o BNDES um convênio no valor de R\$ 5 milhões. A verba será liberada ainda neste semestre. Com o dinheiro, o hospital implantará centros de nefrologia e de pesquisas integradas para combater doenças infecciosas, além da habilitação de novos 46 quartos”.

Anote

Plebiscito popular decidirá sobre a dívida externa

Entre os dias 2 a 7 de setembro, será realizado o Plebiscito Nacional da Dívida Externa. A população deverá responder sim ou não a três perguntas presentes na cédula de votação. São elas: “O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?”; “O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988?” e, finalmente, “Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?”. Responda três vezes não ao neoliberalismo e à política econômica seguida pelo atual governo, que coloca a dívida acima da vida do povo brasileiro.

BA Greve dos SPF

Pela continuidade da mobilização dos SPF

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, de 14/7, aprovou a adesão à suspensão da greve unificada dos SPF a partir do dia 17 de julho. A decisão foi tomada com coerência em relação às determinações da assembléia anterior – de respeito à Plenária dos Servidores Públicos Federais (realizada dois dias antes – ver matéria na página 5). Os professores presentes também deixaram claro que, caso o governo não negocie de forma adequada a pauta dos servidores, será levado adiante o indicativo de retomada da greve.

No entendimento do professor José Miguel, da Escola de Engenharia e integrante do CLG, tudo que foi encaminhado pela AG anterior da Adufrj passou com poucas modificações na Plenária dos SPF. “Estamos agora dando seqüência ao processo”, disse. O professor opinou que uma greve isolada da UFRJ ou do setor das IFES enfraqueceria o movimento, embora tenha manifestado solidariedade às categorias que decidiram permanecer paralisadas. José Miguel também comentou que a AG deveria dar uma indicação para que o CNG do Andes-SN deixasse de funcionar e

desse lugar a uma Comissão de Mobilização. “Naturalmente, como o CNG é composto de delegados de seções sindicais em greve, o movimento pode ser armadilha de sua própria organização”, afirmou. Ou seja, o CNG ficaria restrito ao pensamento das ADs restantes em greve, perdendo sua representatividade.

Como bem disse o professor da FAU, Roberto Houaiss, agora é hora de tirar as lições dessa greve e continuar a mobilização para alterar esse quadro de sucateamento da universidade pública.

Martus Tavares

Muitos professores discursaram preocupados com o futuro das negociações entre o governo e os servidores, uma vez que o interlocutor do Palácio do Planalto – o ministro do MPOG, Martus Tavares – esteja sendo acusado de irregularidades administrativas.

Reposição das aulas

O Comando Local de Greve da Adufrj-SSind sugeriu um calendário de reposição das aulas para encaminhamento aos

colegiados superiores da UFRJ (ver quadro). O último dia para término do primeiro período de 2000 seria 18 de agosto, com início do segundo período em 21 de agosto. Alguns professores contestaram essa proposta para defender um recesso maior entre os dois períodos de aula. Na opinião deste grupo, além do descanso dos professores, estariam sendo preservadas a inscrição de alunos para o período seguinte e a devida preparação dos cursos do semestre seguinte por parte dos docentes.

Para o CLG, a proposta de calendário tem o seu ônus, mas garante a reposição integral das aulas até o Natal. Além disso, essa sugestão de calendário deixa o segundo período com 16 semanas, confrontando-se intencionalmente com a resolução CEG/CEPG que definia 20 semanas para o semestre seguinte. A proposta do CLG saiu vencedora por imensa maioria. Nas demais deliberações da AG, o CLG tratou de assegurar os direitos dos alunos que apoiaram a greve dos docentes (ver quadro).

Deliberações da AG de 14 de julho

- 1) a adesão à suspensão da greve unificada dos SPF a partir de 17 de julho de 2000;
- 2) a indicação de retomada da greve dos SPF caso o governo: a) não inclua reajuste salarial satisfatório para os servidores no seu Projeto de Lei do Orçamento Geral da União de 2001, ou b) não avance efetivamente nos processos de negociação;
- 3) a não manutenção da greve do setor das Ifes do Andes-SN com nome de “greve específica”, “greve da educação”, “desdobramento de greve unificada” ou qualquer outro eufemismo para a extensão da greve; com o término da greve unificada, devem encerrar-se os trabalhos do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG); eventuais indicativos de nova greve e respectiva pauta devem ser apresentados, debatidos e deliberados em reunião do setor das Ifes;
- 4) assumir estado de mobilização do setor da educação federal, com pauta a ser construída no setor, que não se oponha à pauta unificada dos SPF;
- 5) encaminhar para deliberação no VII Concut a proposta de uma greve geral;
- 6) a reposição integral das aulas, conteúdos e avaliações relativas ao período da greve dos docentes da UFRJ (5/6 a 15/7/00);
- 7) encaminhar aos colegiados superiores da UFRJ, como uma das formas possíveis de permitir a reposição do item 6, a seguinte proposta de modificação do calendário acadêmico do ano de 2000:
 - a) último dia para aulas e provas parciais do primeiro período de 2000 – 5 de agosto
 - b) último dia para provas finais e término do primeiro período de 2000 – 18 de agosto
 - c) início do segundo período de 2000 – 21 de agosto

- d) último dia para aulas e provas parciais do segundo período de 2000 – 9 de dezembro
- e) último dia para provas finais e término do segundo período de 2000 – 22 de dezembro
- 8) não realização de avaliações antes do dia 24 de julho;
- 9) garantir aos estudantes o direito a segunda chamada de avaliações evitando qualquer punição, ameaça ou prejuízo decorrente de uma não participação de aluno em atividades acadêmicas ordinárias (exigência de presença, provas, testes, entregas de trabalhos etc.) que tenham eventualmente sido realizadas durante o período da greve, respeitado o item 8, e
- 10) realizar Assembléia Geral da Adufrj-SSind na 5ª feira, 20 de julho, para avaliação e encaminhamentos dos desdobramentos da greve.
- 11) dia de paralisação no dia da Universidade na Praça
- 12) aprovar moção: “Nós, professores da UFRJ, consideramos indispensável prestar solidariedade aos alunos que construíram conosco ativamente a luta pela defesa da Universidade Pública. Repudiamos quaisquer atos que possam vir a prejudicá-los pessoal ou academicamente, sob quaisquer pretextos, durante e após a greve nacional dos Servidores Públicos Federais, da qual participaram docentes e funcionários da UFRJ. Entenderemos como falta grave de ética e retaliação inaceitável qualquer punição, ameaça ou prejuízo decorrente de uma não participação de aluno em atividades acadêmicas ordinárias (exigência de presença, provas, testes, entregas de trabalhos etc.) durante o período de greve. Rio de Janeiro, 14 de julho de 2000.”

Comando Local de Greve da Adufrj-SSind, em 14 de julho de 2000



AO CENTRO, ROBERTO LEHER, EMÍDIO CANTÍDIO E CLEUSA SANTOS

MEC não recebe Andes-SN Reitores e Senadores intercedem

Agência Andes (Brasília) - Relações de trabalho e ações políticas que venham ao encontro da defesa da Universidade Pública, este foi o tema que deu início à reunião entre Andes-SN e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), realizada no último dia seis de junho. Estiveram presentes na reunião o presidente do Andes-SN, Roberto Leher; o vice-presidente, Fernando Molinos; e, representando o Comando de Greve/Andes-SN, Cleusa Santos (Adufrj) e Antonio Berto (Adufrpb-CG). Os professores foram recebidos pelo presidente da Andifes, Reitor Emídio Cantídio, e pelos Reitores das Universidades Federais do Paraná, Rio Grande do Norte, Pará e o vice-Reitor de Pelotas.

O presidente do Andes-SN enfatizou a posição contrária do movimento docente ao projeto do governo de Fernando Henrique. “Particularmente, a proposta para as Instituições Federais do Ensino Superior (IFES) privilegia a privatização do ensino, que vem sendo implementada por este governo”, afirmou Leher.

Leher comentou o descaso do governo em não atender a pauta de reivindicações e não abrindo perspectivas para negociações com o movimento. “O MEC está ignorando nossa pauta específica, protocolada neste órgão inúmeras vezes. Salientamos o papel que a Andifes poderia desempenhar junto ao MEC, na perspectiva de agendar uma audiência com o Ministro”, afirmou.

As repressões aos movimentos grevistas que vêm ocorrendo nos planos federal, estadual e

até por parte de alguns Reitores, foram relatadas por Leher aos representantes dos reitores.

Outro ponto enfatizado pelo presidente do Andes-SN à Andifes diz respeito à necessidade de priorizar, na pauta de luta em defesa da Universidade Pública, a Carreira Docente. “Da isonomia entre docentes da ativa, aposentados, os professores da carreira de 1º e 2º graus e a situação relativa aos cursos de Pedagogia, assim como da descaracterização a que têm sido submetidos os estabelecimentos que se ocupam da formação básica e profissionalizante”, destacou. A recomposição dos quadros docentes e a questão do custeio das IFES também foram discutidas.

Ainda com relação à greve dos SPF, Leher questionou o Reitor Cantídio sobre a necessidade de um posicionamento claro da entidade.

No final da reunião, Cantídio manifestou-se, prometendo contatar o Ministro da Educação no sentido de solicitar a abertura das negociações. “Estamos dispostos a manter com o Andes-SN um canal de interlocução para discussões dos pontos e questões dos recursos. Solicitamos, ainda, que nos mantenham informados sobre os desdobramentos da greve”, concluiu Cantídio.

Senadores – A Senadora Heloísa Helena (PT-AL) comprometeu-se a elaborar ofício ao MEC solicitando o agendamento de audiência do Andes-SN com o Ministro da Educação. Segundo a Senadora Heloísa Helena, este ofício será enviado por fax pelos demais senadores do Partido dos Trabalhadores (PT).



BA Greve dos SPF

“Um recuo tático”

Reunidos em Plenária Nacional no dia 12 de julho de 2000, os servidores públicos federais decidiram suspender a greve a partir do dia 17. Em carta distribuída aos meios de comunicação, o CNUG afirma basear a decisão em uma aposta no aprofundamento do diálogo com o governo e no atendimento das principais reivindicações dos SPF. “Estamos fazendo um recuo tático”, diz um trecho da carta. Ainda de acordo com o texto, o movimento continuará mobilizado e preparado para “cruzar os braços quando se fizer necessário”.

O CNUG fez uma avaliação dos 64 dias de greve até então e considerou positivo o saldo do movimento. A carta se refere principalmente às vitórias políticas e sociais que marcaram o processo de construção e condução do movimento.

É citado, por exemplo, o apoio de entidades democráticas, como a ABI, a OAB, UNE, UBES e MST, para forçar a abertura de diálogo com o governo, que, de início, se manteve totalmente intransigente. O fato de a greve ter alcançado 62% de apoio da população, enquanto FHC caía nas pesquisas para apenas 17% de aceitação popular também é significativo.

A vitória política ocorreu, de acordo com a carta, com o reconhecimento da greve e a solicitação de recuo do movimento por parte do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o compromisso de instalar mesas oficiais de negociação no MPOG e nos outros ministérios para atendimento das pautas específicas.

Reproduzimos a seguir a parte do documento do CNUG em que são dadas as condições fundamentais para não haver o retorno à greve pelos SPF:

“1. Transformar o aumento da massa salarial, que foi incluído na LDO para 2001, em reajustes lineares no Orçamento Geral da União, mantendo a isonomia entre ativos e aposentados. A inclusão da elevação da massa salarial na LDO foi uma vitória do movimento, chegando a contrariar inclusive os mandos do FMI, mas queremos garantir, sustentar e manter os pressupostos da isonomia e do reajuste linear.

2. Continuar com a negociação unificada no MPOG, apresentando propostas concretas para o setor do PCC, que hoje representa cerca de 60% dos Servidores Públicos Federais, e avançar nas discussões sobre

a pauta geral de reivindicações.

3. Implementar as negociações nos Ministérios, contemplando as pautas específicas dos diversos segmentos da categoria.

A partir do dia 17 de julho de 2000, a CNESF reforçará a articulação entre as entidades do funcionalismo federal, intensificando as ações em defesa dos servidores e do Serviço Público. Suspenderemos a greve buscando o diálogo, mas se o Governo repetir seus atos truculentos, voltaremos mais fortes, com mais folêgo e determinação, tomados pelo espírito otimista dos vários avanços que conquistamos nesse período.”

Deliberações da Plenária dos SPF

São relatadas abaixo as principais deliberações. As demais constarão no relatório da Plenária dos SPF.

1. Suspensão da greve unificada dos SPF a partir do dia 17 de julho de 2000, mantendo o estado de mobilização.
2. Indicação de retomada da greve dos servidores federais caso o governo: a) não inclua reajuste satisfatório para os servidores no seu Projeto de Lei do OGU; ou b) não avance efetivamente nos processos de negociação.

3. Manutenção por parte do CNESF da articulação entre as categorias do funcionalismo federal que continuam em greve e com o conjunto do funcionalismo, intensificando ações e definindo calendários comuns, dando seqüência a campanhas em defesa dos servidores e do serviço público. O Comando Nacional Unificado de greve transforma-se, assim, em Comando Nacional de Mobilização.

4. Em relação a proposta de Memo-

rando de Entendimento, deliberou-se a) a não retirada das ações na justiça relativas ao corte de ponto; b) a eliminação do termo “permanente” do nº 2 do item b) do referido documento e c) incluir no item b) o papel da Comissão de Interlocução no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que deverá tratar a pauta geral/emergencial dos SPF.

5. Elaboração de um comunicado do CNUG versando sobre as deliberações da Plenária para ser entregue à Imprensa, visando dar maior visibilidade das decisões dos SPF. Além disso deliberou-se por agenda uma entrevista coletiva do CNUG com a Imprensa.

6. Calendário aprovado :

27 de julho – Participação no Dia do Basta

03 de agosto – Ao no Congresso Nacional quando do início da tramitação do Projeto de Lei do Orçamento Geral da União para 2001.

04 de agosto – Reunião das categorias

05 de agosto – Plenária Geral dos SPF.



Colegiados

CEG definirá calendário acadêmico de 2000

Na última sessão do Conselho de Ensino para Graduados (12/07), presidida pela professora Maria Penha Cruz, foi aprovado como um dos pontos de pauta para a sessão do dia 19 a discussão sobre o calendário das atividades acadêmicas após a retomada das aulas pelos docentes nesta segunda-feira, dia 17. A sessão do dia 12 foi interrompida em função da assembléia geral dos técnico-administrativos, que ocorria simultaneamente na ante-sala da reitoria, ao lado da sala dos colegiados.

Reitoria suspende bolsa estudantil

Na próxima reunião do CEG, será tratado também o problema da suspensão do auxílio-alimentação concedido aos estudantes moradores do alojamento do *campus* do Fundão. Os alojados tiveram suas bolsas suspensas pela Sub-reitoria de Pessoal (SR-4), desde o último dia 14.

O auxílio-alimentação é concedido pela universidade sob forma de uma bolsa assistencial de R\$ 240,00 e é um dos últimos resquícios de uma política de assistência ao corpo discente. Quem decide sobre esta política é o CEG, mas há bem pouco tempo, no início do ano, a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) saiu do âmbito da Sub-reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR-1) para a SR-4.

A sub-reitora de Pessoal, Maria Augusta Temponi, anunciou ao CEG, há cerca de um mês, que as bolsas seriam suspensas e o auxílio-alimentação seria transformado em "bolsa-trabalho". O colegiado encaminhou um pedido de prorrogação por noventa dias do auxílio-alimentação para alunos do alojamento até que os conselheiros tomem uma decisão sobre uma política de assistência

estudantil, na qual a questão das bolsas para estes alunos será definida.

Para o conselheiro Antônio Cláudio, professor da Escola de Engenharia, a questão da assistência estudantil deve ser resolvida pelo CEG. "Apesar das bolsas envolverem recursos financeiros, esta é uma política acadêmica e, mesmo a DAE passando para o âmbito da SR-4, é o CEG que deve decidir sobre esta política", disse questionando a decisão da reitoria de suspender a bolsa.

O professor criticou, também, a ausência da professora Temponi no CEG para explicar os motivos da suspensão e cobrou a proposta de criação da bolsa-trabalho, que seria apresentada pela SR-4 a este colegiado.

Estudantes protestam

Os representantes dos alunos no CEG entregaram aos demais conselheiros uma carta dos estudantes do alojamento aos colegiados superiores (CEG e Consuni) reivindicando um posicionamento contra a proposta da reitoria de uma bolsa-trabalho como substituição à bolsa-alimentação. Para os alunos, o recurso da alimentação é um benefício inerente ao auxílio-moradia, "não havendo possibilidade de desvinculação de ambos".

Pela volta do Bandeirão

Os estudantes aceitam a proposta de uma eventual bolsa-trabalho, mas não como substituição à alimentação. Atualmente, o pagamento dos R\$ 240,00 já nem existe mais. A reitoria fornece todos os dias quinzenas (feitas pelo restaurante BURGUESÃO, localizado no Centro de Tecnologia), no almoço e na janta, para os alojados.

No refeitório do alojamento não há sequer lugar para os alunos fazerem as refeições. Os estudantes



ESTUDANTES DO ALOJAMENTO PROTESTAM CONTRA O FIM DA BOLSA ALIMENTAÇÃO.

almoçam e jantam em seus quartos. Na carta entregue aos colegiados superiores, eles reivindicam a "abertura imediata de um Bandeirão" para garantir a permanência de todos na universidade até o término do curso, além de "mais investimento em pesquisas e a implementação de uma 'extensão' de verdade".

Bolsa-trabalho

Para os estudantes do alojamento, a bolsa-trabalho pode vir a ser mais um recurso de assistência aos alunos do alojamento sendo, inclusive, estendido aos demais. Mesmo sem ter recebido oficialmente a proposta da reitoria, os alunos adiantam que o projeto não leva em conta as especificidades dos alunos em relação a horários, disponibilidade etc. Mas a principal crítica ao projeto é que este não pressupõe vinculação do trabalho a ser realizado com as atividades acadêmicas dos bolsistas. Ou seja, para garantir o "pão de cada dia", literalmente, os estudantes do alojamento terão que prestar serviços

do tipo estagiário em agência bancária ou digitador em órgãos do governo, independente das disciplinas que estiver cursando na universidade.

Os estudantes entregaram, também, uma carta de reivindicações, recebida pelo chefe de gabinete do reitor, Sebastião Amoedo, na manhã de quinta-feira, dia 13, na sala do Conselho Universitário, onde deveria estar ocorrendo uma sessão ordinária do Consuni. O reitor cancelou a sessão neste dia não por acaso, já que os técnico-administrativos e os estudantes ainda permaneciam em vigília no prédio, ocupando a ante-sala da reitoria. A justificativa para a ausência do reitor foi o fato deste estar em Brasília onde estaria "acompanhando as negociações sobre a greve dos servidores". Esta informação foi dada pela secretária dos Órgãos Colegiados aos representantes do Consuni. A ocupação durou 48 horas e após assembléia, os trabalhadores e estudantes se retiraram do local.

Atividades realizadas durante a greve

Tanto o CEG quanto o CEPG não acataram a solicitação de uma das assembléias da Adufrj-SSind, realizada durante a greve, para que as atividades acadêmicas realizadas durante este período fossem consideradas não válidas. A proposta de calendário aprovada na AG de 14/07 (ver página 4) será levada às sessões destes conselhos nesta semana (CEG: 19/07 e CEPG: 21/07)



Protesto

Servidores ganham apoio da 52ª SBPC

Conforme anunciado no Boletim de Greve da Adufrj-SSind nº 4 (12 de julho), o CNUG esteve presente na 52ª Reunião Anual da SBPC, que se realizou em Brasília na UnB, de 9 a 14 de julho.

Três fatos marcaram esta manifestação dos servidores na Reunião da SBPC: em 11 de julho, o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, foi vaiado por manifestantes durante um dos debates para o qual tinha sido

convidado e, no dia seguinte, uma moção de apoio à reivindicação do movimento dos SPF foi submetida à Assembléia Geral da SBPC, sendo aprovada por unanimidade.

O protesto contra o ministro da Previdência ganhou bastante visibilidade na mídia. Ao fim da exposição sobre o futuro do sistema previdenciário, vaias foram ouvidas e um estudante entregou um chapéu de bobo da corte para Waldeck.

No dia 12, um outro protesto foi organizado contra o ministro do

Meio Ambiente Sarney Filho, que estaria fazendo uma conferência sobre a questão da Amazônia também durante a Reunião da SBPC, mas Sarney Filho não compareceu.

Também no dia 11, o CNG-Andes articulou com estudantes do PET e com o comando de mobilização e greve da UNE uma passeata no espaço da UnB. A manifestação juntou mais de 800 pessoas e circulou por várias salas de conferências e estandes de exposição do evento da SBPC.

A exclusão do Brasil na sociedade do conhecimento

No exato momento em que a SBPC realiza sua 52ª Reunião Anual, o Brasil atravessa uma das crises mais brutais. Embora a sociedade conviva com intensa propaganda que coloca o nosso país em um patamar científico e tecnológico próximo ao do chamado Primeiro Mundo, vivemos no entanto, uma situação real e efetiva de chegada e consolidação no Quarto Mundo.

Os programas de ajuste fiscal, que o governo FHC vem implementando, têm levado ao aprofundamento da miséria e do desemprego. Por um lado, a riqueza é concentrada numa pequena parcela da população, por outro, a grande maioria é reduzida à miséria mais radical. As políticas sociais desaparecem em nome do pagamento de uma dívida externa que assume contornos extremamente graves. Na verdade, a população é chamada a pagá-la, embora, a mesma seja de responsabilidade dos grandes grupos econômicos que o governo avalizou ao longo das últimas décadas. No entanto, a grande dívida social fica por pagar. A destruição da educação e da saúde públicas, o afastamento dos centros de pesquisa e da totalidade dos órgãos que desenvolvem práticas sociais, constituem ações que o governo auto proclamado social-democrata desenvolve sem o menor pudor, realizando, assim, o mais cruel programa neoliberal.

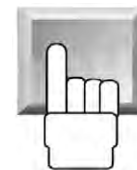
Justamente por isso, docentes e técnico-ad-

ministrativos das Instituições Federais de Ensino Superior encontram-se em greve unificada com os demais trabalhadores do Serviço Público. Esta luta tem recebido apoio de várias entidades, como a CNBB, OAB, ABI, MST e várias outras de inúmeros países, além de Ter despertado a discussão dos serviços públicos, pela sociedade brasileira.

Os servidores públicos em greve, desde o dia 10 de maio, lutam por recompor minimamente suas condições de vida e de trabalho. O governo, em nome da Modernidade e Reforma do Estado, destrói o patrimônio público histórica, e dolorosamente construído. Impor ao conjunto dos servidores públicos a condição de celetistas, sem concurso público e com salários beirando a indigência, significa transformá-los em criaturas subservientes aos governantes do momento, implementadores dos interesses do grande Capital em detrimento dos interesses sociais.

A luta dos servidores públicos, da educação, da saúde, da seguridade, etc., é a luta em defesa da nossa sociedade. Por esta razão, conclamamos todos os participantes da Reunião da SBPC, a apoiarem a nossa luta, participando dos nossos eventos, posicionando-se publicamente em defesa do futuro da nossa sociedade.

Comando Nacional Unificado de Greve dos Servidores Públicos Federais



@dufrj

ANDIFES

A página eletrônica da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (<http://www.andifes.org.br>) já recebeu mais de mil visitas desde que foi reformulada em maio deste ano. A Andifes é a associação dos dirigentes de 52 instituições e foi criada em 1989 para ser a representante oficial das IFES na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de funcionários e de estudantes e com a sociedade em geral. As instituições que integram a Andifes abrigam cerca de 470 mil alunos, 42 mil professores e 45 hospitais universitários que oferecem mais de 10 mil leitos. Destaque no *site* para o *link* "Notícias", com a resenha de educação dos principais jornais do país atualizada diariamente.

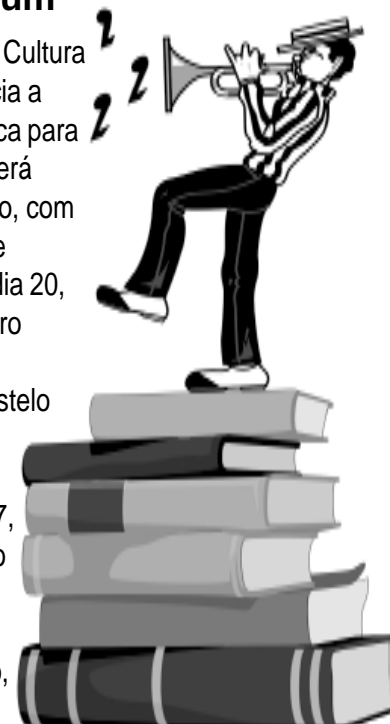


Fundada em 1948, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos, voltada, principalmente, para a defesa do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional e cultural do Brasil. Em sua página na Internet (<http://www.sbpcnet.org.br>), destaque para o *link* "Acontece", com a lista de vários eventos científicos previstos até o fim do ano e para *link* do Jornal da Ciência na parte de baixo da tela, com notícias de C&T.

Anote

Música no Fórum

O Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da UFRJ anuncia a programação de música para o mês. No dia 13, haverá recital de flauta e piano, com Alexandre Eisenberg e Miriam Grosman. No dia 20, recital de piano a quatro mãos, com Francisco Stehling e Ricardo Castelo Branco interpretando Brahms, Villa-Lobos, entre outros. No dia 27, é a vez do VI Encontro Internacional de Violoncelos. O local é o Palácio Universitário, no FCC, Salão





Opinião José Leite Lopes e Joaquim Francisco de Carvalho*

FHC e o Sistema Nacional de C&T

Como ocorreu com outros setores da vida brasileira, a tecnologia passou a ser *chasse gardee* dos autoproclamados “gênios” da ciência econômica, que se alternam no poder desde a administração Collor.

Não tem eles nada de cientistas, mas inventam e “desinventam” teorias com a maior facilidade, de acordo com instruções do FMI, do governo americano e de banqueiros internacionais. E dedicam metade de sua atividade “científica” a fazer previsões sobre o que resultará da aplicação de suas teorias.

A outra metade, dedicam-na a explicar o fracasso das previsões que tinham feito antes. Uma de suas teorias preferidas é a dos mercados eficientes, que respondem de forma perfeita (e rápida) à lei da oferta e da procura.

Em alguns casos, essa preferência é simples manifestação do *wishful thinking* de jovens que querem fazer carreira em instituições financeiras.

No mais das vezes, porém, as teorias são inventadas para satisfazer a interesses de banqueiros expertos, especuladores inescrupulosos e governantes desonestos.

Uma condição necessária (mas não suficiente) para que tais teorias traduzissem fatos econômicos e sociais da vida real seria que todos os agentes que compõem o mercado - do grande investidor ao mais humilde consumidor, passando pelo anônimo poupador de pequenas quantias - tivessem acesso pleno às mesmas informações, apresentadas de forma detalhada e imparcial.

Ora, isso não acontece, porque a Imprensa é manipulada e falseia tudo, para que poderosos banqueiros e grandes investidores exerçam livremente sua cupidez, sempre em prejuízo dos menos informados, que - não por acaso - constituem a massa dos pequenos consumidores e poupadores anônimos.

É por isso que ninguém fica indignado quando o governo, a qualquer pretexto, ceva os banqueiros com juros de agiota, ou corta as verbas sociais.

Foi igualmente por isso que o povo não se revoltou contra o programa de privatizações, que - examinado racionalmente, sob qualquer ângulo - revela-se o maior peculado da história do Brasil.

Mas vejamos os atentados que os “gênios econômicos” tem praticado contra nosso desenvolvimento científico e tecnológico. Começamos com a nova lei de patentes e o projeto Sivam, defendidos com unhas e dentes pelo então Secretário de Assuntos Estratégicos, na primeira fase do governo FHC.

É importante notar que o competente ex-secretário é agora ministro da C&T, graças a sua credencial de economista-diplomata que, no tempo dos governos militares, era versado em temas econômicos secretos.

Tão secretos que até hoje ninguém viu nenhum trabalho

importante de sua autoria.

A nova lei de patentes, que substituiu o código de propriedade industrial de 1.971, “flexibilizou” tudo para as multinacionais farmacêuticas, sem nenhuma contrapartida, a não ser a vaga esperança de atrair investimentos em ativos fixos e estimular a inovação tecnológica na indústria privada nacional. Mas, como invariavelmente acontece no governo FHC, o resultado foi o oposto do esperado: nos últimos 5 anos, apenas 2 laboratórios investiram em no-

vas instalações, e nenhum investiu em tecnologia.

Entretanto, no mesmo período, fecharam-se dezenas de instalações industriais importantíssimas (inclusive algumas voltadas para a produção de fármacos básicos), acabando com a fabricação local e abrindo caminho para onerosas importações e para a formação dos cartéis que nos impõem preços abusivos, até pelos medicamentos mais simples.

Quanto ao projeto Sivam, é incrível que o secretário de Assuntos Estratégicos tenha-o defendido, sem perceber que oferecia à firma americana Raytheon, à nossa custa, acesso a informações altamente estratégicas sobre a Amazônia (flora, geologia, recursos minerais, etc.), e privava nossa indústria aeroespacial do importante mercado gerado pelo projeto, aí incluídos os serviços de engenharia, assistência técnica e pesquisa industrial.

O competente estrategista “entregou o ouro ao bandido” e ainda pagou-lhe honorários ...

Outro gravíssimo golpe contra a ciência e a pesquisa tecnológica brasileira foi desferido pela privatização das estatais de telecomunicações, jogando fora o inestimável capital tecnológico aglutinado em torno do centro de pesquisas da Embratel, em Campinas.

O mesmo aconteceu com as empresas de eletricidade: antes de 1960 o sistema elétrico era privado e se caracterizava pela baixa confiabilidade e péssima qualidade.

Até então o Brasil importava projetos, tecnologia e equipamentos, para usinas hidroelétricas e linhas de transmissão.

No período em que foi estatal (60 a 96), o sistema elétrico brasileiro evoluiu até alcançar-se à categoria de um dos mais avançados do mundo, graças ao potencial de investimento do Estado e, principalmente, à sua disposição de reinvestir lucros na formação de pessoal especializado e de

financiar o desenvolvimento tecnológico, pelo apoio a projetos executados em instituições de pesquisa como o IPT e o IEE (SP); a Coppe e o Cepel (RJ), e em diversos laboratórios e departamentos ligados a Universidades estaduais ou, mesmo, a firmas de engenharia e empresas industriais.

Nesses 36 anos, consolidou-se no Brasil uma importante indústria de equipamentos eletromecânicos, criaram-se firmas de engenharia e formaram-se milhares de engenheiros e técnicos altamente qualificados, nas áreas de projeto, construção e operação de usinas geradoras e sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Esse conjunto de instituições públicas, com suas equipes de engenheiros e pesquisadores, interagindo com firmas privadas, teve competência para desenvolver e aplicar tecnologia adaptada às condições brasileiras, prestando os serviços de engenharia e fabricando os equipamentos para construção de nosso parque elétrico - das usinas, aos sistemas de transmissão e distribuição.

Pouco antes de começar a era Collor/FHC, até já exportávamos equipamentos e tecnologia para países da América Latina e África, e mesmo para países desenvolvidos. Tudo isso foi aniquilado pelas administrações Collor e FHC: os donos das empresas, agora privadas, passaram a contratar firmas de engenharia internacionais até para a execução de projetos e obras simples, e a comprar os equipamentos no exterior, matando por ociosidade as firmas de engenharia, as instituições de pesquisa e a indústria nacional.

Não satisfeitos com essa destruição, os “gênios econômicos” de FHC investem agora contra as instituições de pesquisa estatais e as Universidades públicas, misturando escola com Universidade; e confundindo ensino com pesquisa e criação de conhecimentos.

Como se vê, a política científica e tecnológica de FHC é uma política de terra arrasada, que nos devolve à situação de colônia.

E as bombásticas declarações oficiais são enganosas, para dizer o menos.

Certo está o ex-presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, que, em recente artigo publicado no “JC E-Mail”, sobre os fundos setoriais e o desenvolvimento tecnológico na indústria privada, disse:... “Quem conhece as características da política de FHC, sabe que suas afirmações categóricas tem valor apenas relativo”.

* José Leite Lopes, pesquisador do CBPF, lecionou física atômica da Universidade Louis Pasteur, de Estrasburgo, França, da qual é hoje professor emérito; Joaquim Francisco foi coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento, engenheiro da CESP e diretor da Nuclen (Eletronuclear); hoje é consultor no campo da energia.

Retirado do JC-online, jornal virtual da SBPC.

REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

27/07
Quinta-feira

18:30
horas

Local
Escola de Serviço Social

Aberta a todos os professores

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 7 • 24 de julho de 2000

1897-2000

Pequena homenagem a um símbolo da luta em defesa dos legítimos interesses nacionais



Resenha

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo apresentou ligeira queda em julho, passando de 18,7% para 18,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Isso significa 1,689 milhão de pessoas sem trabalho. E olha que foi o melhor junho desde 1997, quando o desemprego registrou 16% da PEA.

A redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas pode gerar até 1,7 milhão de empregos no Brasil, segundo um estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O cálculo do Dieese considera que há cerca de 24 milhões de trabalhadores no mercado formal do Brasil, dos quais 70%, ou 17 milhões, trabalham mais de 40 horas semanais. Uma redução de até 10% do período de trabalho e a necessidade de manter a produção no mesmo nível levaria à contratação desse 1,7 milhão de pessoas.

Governo e o MST voltaram a negociar no último dia 20 de julho, na sede da Conferência Nacional do Bispos do Brasil. Um dos pontos de divergência é a meta do governo para assentamento de famílias ainda para este ano: 90 mil. O MST defende o assentamento de 150 mil famílias.

O ministro Paulo Renato disse, no dia 19 de julho, em uma conferência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é fundamental para o Brasil criar um sistema de bolsas de estudos no ensino superior. Para ele, existe a possibilidade de o governo propor uma emenda constitucional que possa financiar alunos e não mais as escolas.

Redefinição do calendário 2000

- ▶ Reposição do 1º período 17/7 a 17/8
- ▶ 2º período 21/8 a 29/12
- ▶ Matrículas, inscrições em disciplinas e outros atos a partir de 21/8
- ▶ Requerimento de inscrição de transferências externas, internas e isenção de vestibular 31/7 a 4/8
- ▶ Exames de transferências externas, internas e isenção de vestibular 12/8

■ A Reitoria ficou de divulgar oficialmente este calendário no mesmo dia da reunião do CEG. Embora tenham sido aprovadas na sessão do colegiado, até o fechamento desta edição, a secretaria do CEG não confirmou estas datas. A redinção do calendário será submetida à homologação pelo Consuni.

CEG redefine calendário

Greve dos servidores contribui para o adiamento da nova periodização

Na reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) foi redefinido o calendário acadêmico de 2000, levando em consideração o fim da greve unificada dos servidores federais e o retorno dos docentes às atividades no dia 17 de julho. Foi definido que o fim do primeiro semestre letivo será no dia 17 de agosto, quinta-feira, e que a volta às atividades para o segundo semestre será dia 21 de agosto.

Foram apresentadas algumas propostas para o colegiado. A primeira, formulada pela SR-1, tinha como preocupação garantir a implementação da resolução anterior conjunta CEG/CEPG (01/99), que trata da nova periodização, com o cumprimento dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo (interpretado pelos conselheiros como dias letivos), de acordo com a LDB.

Outra preocupação muito enfatizada pelos representantes da SR-1e defendida pelo professor e sub-reitor interino, Ricardo Gattass, era de que o calendário proposto pela reitoria (com término do primeiro período em 17/08; início do segundo em 28/08; e término do segundo em 25/01/2001) daria conta de garantir a publicação do edital de requerimento de inscrição para matrícula de transferência ou isenção de vestibular para alunos externos à UFRJ e para os já vinculados à universidade. São cerca de 700 vagas.

A proposta da Faculdade de Medicina trazia a preocupação de manter o seu calendário de 22 semanas por semestre, tradicionalmente diferenciado das demais unidades. Os conselheiros desta unidade sugeriram que o primeiro período fosse de 17/07 a 4/08, com uma semana de recesso, e o segundo fosse de 14/08 a 19/01/2001.

A proposta da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, apresentada pelo professor da Escola de Engenharia, Henrique Longo, indicava o dia 18/07 para o término do período e o início do segundo no dia 21/07, o que acabou sendo aprovado pelos conselheiros. A única diferença entre a resolução do CEG e a proposta do sindicato dos docentes foi o término do segundo período em 29 de dezembro. A Adufrj-SSind propunha o dia 22 de dezembro.

Ao final das deliberações (ver quadro ao lado com as datas aprovadas pelo CEG), mais duas propostas da Adufrj-SSind foram incorporadas pelo colegiado: a não realização de avaliações antes do dia 24 de julho e a garantia aos estudantes do direito à segunda chamada das avaliações, evitando qualquer punição, ameaça ou prejuízo por conta do aluno não ter participado das atividades acadêmicas ordinárias (exigência de presença, provas, testes, entregas de trabalhos etc) que tenham eventualmente ocorrido no período da greve. Os professores que vierem a aplicar segunda chamada de exames ou similares deverão respeitar o prazo de 24 de julho para o início das avaliações.

Periodização

O que norteou o debate entre os conselheiros foi a definição de se cumprir ou não os 100 dias letivos já no segundo semestre,

de acordo com o que foi definido na resolução CEG/CEPG sobre periodização. O Conselho optou, por 12 votos favoráveis e nenhum contrário, por reproduzir a sistemática adotada para o primeiro semestre em curso e adiar a implementação da nova periodização para o próximo ano. Até porque, a maioria das unidades não apresentou sua proposta de reforma curricular ao CEG, o que deveria ter ocorrido até o dia 25 de maio. Na opinião de alguns, é esta reforma de currículos que daria sentido acadêmico, e não só administrativo, à nova periodização que prevê uma nova divisão de períodos em até dois blocos, de 50 dias cada, por semestre. A Adufrj-SSind vai aproveitar este novo prazo para promover outros debates sobre o assunto nas unidades

Greve dos técnico-administrativos

Apesar da decisão da Plenária Nacional dos Servidores em Greve de suspender a greve unificada no dia 17 de julho, o Comando Nacional de Greve da Fasubra manteve a greve dos técnico-administrativos, como uma greve isolada no setor da educação. Na UFRJ, o Sintufij mantém a paralisação até que haja alguma negociação entre a Fasubra e a Secretaria de Ensino Superior do MEC (Sesu), cujo secretário é o ex-sub-reitor da universidade, professor Antonio MacDowell Figueiredo. A Sesu está acenando para os funcionários das universidades federais a possibilidade de criar uma gratificação nos moldes da GED dos docentes. Esta gratificação poderia ser incluída na reedição no dia 29 de julho da medida provisória 2048/26, que trata dos reajustes diferenciados para algumas categorias do funcionalismo federal.

Figueiredo receberá os representantes do comando de greve da Fasubra nesta semana. Os sindicatos de funcionários da UFRJ, da UFF e da Rural do Rio realizam assembléias nesta Segunda-feira, 24/07 às 10h, em suas universidades. Na pauta, será definido a organização de atividades conjuntas dos servidores em greve nestas universidades.

Alojamento

O Superintendente da SR-1, Átila Pantaleão, disse aos estudantes que estavam presentes à sessão do CEG que o auxílio-alimentação será garantido aos estudantes moradores do alojamento do campus do Fundão até que o CEG tome uma posição quanto à política de assistência estudantil. Uma comissão formada pela Câmara Discente do colegiado, um representante da Divisão de Assistência ao Estudante (DAE), outro da SR-4 e três professores da Escola de Serviço Social deverá apresentar uma proposta ao CEG até o dia 8 de setembro.

A comissão, coordenada pela presidente da Câmara Discente, professora Ana Borralho, já se reuniu uma vez e vem trocando informações por e-mail na tentativa de construir uma política acadêmica de assistência estudantil.

A sub-reitora da SR-4, professora Maria Augusta Temponi, tem divulgado, extra-oficialmente, um projeto de criação de uma bolsa-trabalho. Os representantes dos estudantes não tiveram acesso a proposta da professora, que é assistente social. Temponi foi convidada para as reuniões da comissão e sessões do CEG para expor o seu projeto, mas ainda não atendeu a nenhum dos convites. Nas próximas sessões, o CEG deverá retomar o assunto.

Andes-SN instala Comando de Mobilização



No último dia 19, instalou-se na sede do Andes-SN o Comando Nacional de Mobilização, em substituição ao Comando Nacional de Greve. O CNM surge da necessidade de mobilização da categoria e do fato de várias ADs permanecerem em greve, sob diferentes formas, sem desconsiderar as greves de algumas universidades estaduais. O CNM terá a função de: articular a comunicação entre todas as ADs, propor atividades (regionais ou de nível nacional), atuar junto ao parlamento e acompanhar reuniões políticas com outros sindicatos e movimentos sociais organizados. No momento atual, o CNM deve prestar integral apoio às greves em desenvolvimento até que o setor das Federais dê encaminhamento à questão da greve como forma de continuidade da luta.

Audiência com o MEC

Representantes da Diretoria do Andes-SN e do CNM tinham (até o fechamento desta edição) uma audiência marcada com o ministro interino Luciano Oliva Patrício, dia 21 de julho, às 14h30.

CUT defende investigação da corrupção no governo

A CUT-RJ realizou em 20 de julho, na Central do Brasil, um campanha pela instauração da CPI do Congresso Nacional para investigar o esquema de corrupção no governo e a possibilidade de participação do presidente Fernando Henrique. A campanha continua no dia 25, em todas as capitais, com o apoio da UNE e do MST. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) entregou no Congresso, no dia 18, uma denúncia por crime de responsabilidade contra FHC. A motivação para esta denúncia estaria na assinatura de FHC no requerimento ao Congresso pela liberação de verbas para o TRT de São Paulo e nas recentes notícias envolvendo o ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge.

Iniciação científica, artística e cultural

A XXII Jornada de Iniciação Científica e XII Jornada de Iniciação Artística e Cultural, que serão realizadas entre os dias 7 e 9 de novembro, estão com inscrições abertas a partir deste 24 de julho. A apresentação de trabalho nessas Jornadas é obrigatória para os bolsistas SR2 e CNPq/PIBIC. Também é obrigatória a participação dos orientadores desses bolsistas nas atividades da Jornada.

De acordo com a Sub-Reitoria de Ensino para Graduação e Pesquisa da UFRJ, essas Jornadas têm o objetivo de proporcionar ao aluno de graduação um espaço para exposição e discussão do seu trabalho de iniciação científica, artística e cultural. As inscrições – que devem ser feitas no SIGMA, na home page da SR-2 (www.sr2.ufrj.br) – se encerram em 9 de agosto.

Professores da UFRJ dizem não à greve específica

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 20/7 deu encaminhamento a questões do fim da greve. Algumas seções sindicais demonstram disposição de continuar o movimento, enquanto outras já retomaram as atividades. Uma vez que a Plenária dos SPF de 12/7 decidiu pelo fim da greve unificada, algumas seções sindicais (que permaneceram paralisadas) estão defendendo um movimento do setor da Educação ou uma greve do setor das IFES.

A AG da Adufrj reafirmou, então, o item 3 das deliberações da assembléia passada (14 de julho): “a não manutenção da greve do setor das IFES do Andes-SN com nome de “greve específica”, “greve da educação”, “desdobramento de greve unificada” ou qualquer outro eufemismo para a extensão da greve; com o término da greve unificada, devem encerrar-se os trabalhos do Comando Nacional de Greve do Andes-SN (CNG); eventuais indicativos de nova greve e respectiva pauta devem ser apresentados, debatidos e deliberados em reunião do setor das IFES”.

Afinal, como afirmou o professor José Miguel, da Escola de Engenharia, a greve isolada de algumas ADs enfraquece o movimento, em lugar de ajudar. “Tem que manter o movimento unificado. Não dá para emendar uma greve na outra ou ir mudando a pauta de reivindicações durante a greve”, comentou. Além disso, o professor alertou que seria ruim politicamente para o movimento docente retomar

a greve antes da audiência no MEC no dia seguinte (ver nota ao lado). Nesse sentido, a AG deliberou pela aprovação de uma proposta vinda do Comando Nacional de Mobilização do Andes-SN que contemplasse a não continuidade da greve de qualquer tipo, entre outras possibilidades (proposta da seção sindical da Federal da Bahia). A AG ainda deixou indicado em suas deliberações que o cronograma para discussão dos rumos da greve e para uma nova reunião do setor das IFES seja mais dilatado do que o previsto no texto original (a primeira reunião do setor das IFES iria ocorrer nos dias 21 e 22 e a segunda, no dia 29). A AG defendeu que essa segunda reunião não seja logo em uma semana depois.

Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes

O conselheiro da Adufrj-SSind Roberto Houaiss deu informe na AG sobre a reunião do GTCA do Andes-SN, realizado no último dia 15 de julho. O GT decidiu que o Andes-SN deve editar um jornal provisório na primeira semana de agosto, uma vez que nenhum veículo de comunicação foi publicado pelo Sindicato desde as eleições. Uma nova reunião do GTCA está marcada para os dias 12 e 13 de agosto para discutir o projeto global de comunicação do movimento docente.

Professor é preso em Londrina

No último dia 16, o professor Kennedy Piau, integrante do Comando Local de Greve da Universidade Estadual de Londrina, foi preso por estar panfletando um Manifesto em Defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade. A alegação do oficial de justiça que realizou a prisão era uma liminar da reitoria que tinha o objetivo de “impedir que sejam praticados quaisquer atos que visem suspender, boicotar, tumultuar ou obstar a realização do vestibular de julho de 2000 da UEL” (texto da liminar).

Ocorre que, segundo o Comando Unificado de Mobilização de alunos, funcionários e professores da UEL, Kennedy panfletava na rua, portanto, fora do local de prova. O manifesto

distribuído em nenhum trecho pedia um boicote ao concurso da universidade. Pelo contrário, encerrava-se da seguinte forma: “Desejamos que você tenha êxito no vestibular e que participe, efetivamente, da luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade”.

Outro fato reportado pelo Comando dizia respeito à livre circulação de representantes de instituições particulares universitárias de Londrina no mesmo local e até dentro dos locais de prova distribuindo material de propaganda aos candidatos, enquanto os membros da própria comunidade universitária da UEL não podiam se manifestar.



Adufrj apresenta cálculo do abono 98

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind apresentou ao Juiz da 6ª Vara Federal do Rio o cálculo dos valores devidos aos professores da UFRJ referentes ao abono pecuniário de 1998.

A assessoria está tentando executar a decisão judicial que a reitoria da UFRJ vem descumprindo há quase dois anos. O Jurídico da Adufrj-SSind, em conjunto com o Conselho Jurídico da CUT, pretende denunciar o descumprimento desta e de outras decisões judiciais favoráveis aos servidores perante a Corte Latino-americana de Direitos Humanos.

Assembléia GERAL

03/08
quinta-feira

9:30
horas

CT

Auditório do Centro de
Tecnologia, bloco A - Fundão

PAUTA

Desdobramentos da greve
Eleição de delegados para
a Plenária dos SPF
Grupos de trabalho da
Adufrj-SSind (GT)

MEC recebe
Andes-SN

Página 7



Entrevista

Professora Lilia
Pougy, da ESS, fala
sobre assistência
estudantil na UFRJ

Página 5

Calendário
2001

CEG e CEPG
definem datas
de início e fim
das aulas

Página 6

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 9 • 31 de Julho de 2000

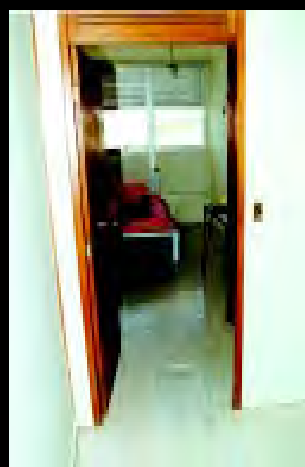
Fotos Guilherme Lessa



BIBLIOTECA DO PRÉ-VESTIBULAR
OFERECIDO PELOS ALUNOS DO
ALOJAMENTO



ESTUDANTE MOSTRA
FILTRO CORROÍDO PELA
ÁGUA DO ENCANAMENTO
DO QUARTO



GOTEIRA LOGO
NA ENTRADA
DE UM DOS
QUARTOS

INFILTRAÇÕES INUTILIZAM MÓVEIS



SOMENTE UMA LÂMPADA ILUMINA TODO O CORREDOR DO TERCEIRO
ANDAR DA PARTE MASCULINA DO ALOJAMENTO

Alojamento, ruim com ele, pior sem ele

Política de assistência estudantil da UFRJ vive seu pior momento.
Alunos carentes enfrentam dificuldades de moradia dentro do *campus*

Páginas 4 e 5



Opinião\Emir Sader

O estatal, o público e o privado na educação

Os provões do Ministério da Educação, se não valem como critério de avaliação real da qualidade do ensino nas faculdades, serviram pelo menos para demonstrar a superioridade das universidades públicas sobre as privadas. Estas, situadas no plano do mercado, estão vendendo uma mercadoria – ao que ficaram reduzidos educação e saúde no neoliberalismo, quando deveriam ser direitos garantidos igualmente para todos – bichada, cobrando muito caro e dando em troca um bem de qualidade inferior.

A reação das universidades privadas não se fez esperar – acelerar a busca de professores do setor público, seja para contratá-los efetivamente, especialmente os que se aposentam, seja para se valer de seus nomes para elevar, nominalmente apenas, a qualidade do que estão vendendo. Contam, para isso, com a política consciente de degradação e liquidação das universidades públicas, como, de resto, de tudo o que se construiu de público dentro do Estado brasileiro. Trata-se de reduzi-lo a um núcleo estatal, funcionando a serviço da financeirização do Estado, pelo endividamento resultante da forma de estabilidade monetária levada a cabo pelo governo FHC, e uma carcaça inoperante, mal paga, que serve para seguir diabolizando o Estado e, com ele, qualquer forma de regulação econômica.

O recado para os professores das universidades públicas é claro: se quiserem seguir em seus postos, saibam que seus salários serão cada vez mais achatados, suas condições de trabalho piores, sem substituição para os que se aposentam e, portanto, com cargas de trabalho cada vez maiores. As condições de aposentadoria seguirão sob pressão e, assim, se puderem, aposentem-se logo, transfiram-se para as



universidades privadas para complementar a aposentadoria, que evidentemente não lhes basta.

Paulo Renato, por um lado, Pedro Malan, por outro, e FHC, por todos, trabalham assim como quintas-colunas do caráter público do Estado, com políticas totalmente funcionais como a privatização e a mercantilização da educação, em troca do apoio que recebem da bancada que defende os interesses do ensino privado no Congresso.

Assim, as universidades privadas passaram a pagar melhores salários – hoje, em várias delas, já são o dobro ou o triplo dos pagos nas universidades públicas – e, inclusive, a dispensar professores para fazer tese. Dispõem de recursos incomparavelmente superiores aos das públicas, cobrando mensalidades que chegam às vezes a 1.500 reais, mas que, na média, se situam em torno de 750 reais por mês, dando uma enorme margem de manobra, além dos grandes lucros que obtêm.

Estamos então vivendo um período transitório, ao final do qual, em poucos anos, projetando-se a situação atual, as universidades privadas se assemelharão aos planos de saúde privados, em comparação com universidades públicas, que se parecerão à precariedade dos hospitais públicos. Educação e saúde terão sido definitivamente mercantilizados.

Na sociedade mais injusta do mundo, em vez de o sistema educacional ser um instrumento que amortecia as brutais diferenças, vai se tornando, cada vez mais, um multiplicador delas. Uma política funcional à acumulação de capital, que necessita apenas de uma certa quantidade, relativamente limitada, de mão-de-obra técnica altamente qualificada, numa sociedade malthusiana, com muito para poucos e pouco para muitos.

* Emir Sader é jornalista e escritor

Artigo publicado na Revista Caros Amigos, edição nº 40, julho 2000.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard (afastado pelo período de 01/06 a 27/07) **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (presidente em exercício) **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Colegiados

Consuni aprova calendário 2000

A nova redefinição do calendário acadêmico 2000 foi aprovada pelo Conselho Universitário do último dia 27 da mesma maneira como veio do Conselho de Graduação. Desta forma, está confirmado que o primeiro período letivo se inicia em 13 de março e vai até 17 de agosto (13 de março a 4 de agosto, para a Faculdade de Medicina). O segundo período vai de 21 de agosto a 29 de dezembro de 2000 (14 de agosto a 19 de janeiro de 2001, na Medicina). Ficou ressalvado apenas que as Unidades poderão antecipar ou postergar o início do calendário escolar devendo informar a nova data ao CEG até 9 de agosto de 2000. Uma vez que o segundo período (antes da greve) tinha previsão de término antes do Natal, foram acrescentadas essa data festiva mais o dia 1º de janeiro como feriados escolares. Sem quórum para deliberação (apenas 18 conselheiros presentes na hora da votação), o Consuni fez essa aprovação de calendário *ad referendum*. Isto é, o assunto ainda volta para uma aprovação formal em um plenário cheio.

2001

Problema para os conselheiros pareceu ser a construção do calendário acadêmico para 2001 com a implementação dos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo. Muitos se mostraram preocupados com o fato da distribuição de bolsas pelas agências de fomento à pesquisa se iniciar em março e a universidade ter previsão de começar os trabalhos em 5 de fevereiro. O sub-reitor Ricardo Gattass informou que, justamente por não estar com o calendá-

rio definido, não poderia se dirigir às agências financiadoras para pedir o adiantamento das bolsas. O decano do CCMN, Marco Antônio, voltou a se manifestar pela contagem dos sábados como dias de trabalho acadêmico efetivo, com abertura das bibliotecas e laboratórios. (Ver nota página 6).

Redefinição do calendário 2000

► Reposição do 1º período 17/7 a 17/8

2º período 21/8 a 29/12

► Matrículas, inscrições em disciplinas e outros atos a partir de 21/8

► Requerimento de inscrição de transferências externas, internas e isenção de vestibular 31/7 a 4/8

► Exames de transferências externas, internas e isenção de vestibular 12/8

A constante falta de quórum das sessões do Consuni levou à revolta dos conselheiros presentes. Muitos defenderam a substituição dos representantes que estiverem faltando muito, de acordo com o regimento.



Resenha

A reitoria da UFF afastou a diretoria do Hospital Universitário Antônio Pedro no dia 21 de julho. Os motivos da decisão, de acordo com matéria da Folha de S. Paulo dessa mesma data, estariam relacionados com as situações precárias de infra-estrutura e atendimento. Uma comissão nomeada pelo reitor assumiu a direção do hospital em 24/7 e tem a responsabilidade de apresentar ao Ministério da Educação, em 60 dias, “um diagnóstico preciso sobre o Huap e um plano de recuperação”.

De acordo com notícia divulgada na página eletrônica do MEC, a SESu já começou a liberar o pagamento das bolsas dos estudantes do Programa Especial de Treinamento (PET). “Os recursos, da ordem de R\$ 5 milhões, estão previstos no Orçamento Geral da União e correspondem ao pagamento das bolsas do primeiro semestre deste ano a 2.281 alunos de graduação inscritos no PET”. A previsão para a total liberação dos recursos era até o final do mês de julho.

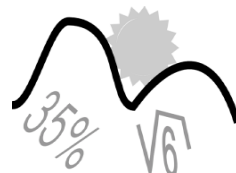
De acordo com a Folha Dirigida, duas universidades do Rio estão entre as cinco instituições do Brasil que possuem o maior número de matrículas no país: UFRJ e Estácio de Sá. Elas ocupam a quarta e quinta colocações respectivamente. Surpreende (ou não) o fato de a Estácio ter pulado de 14.782 alunos em 1998 para 27.884 no ano seguinte. A UFRJ registrou 27.933 matrículas ano passado.

Em sua coluna no caderno de Informática de O Globo, em 24/7, o jornalista Carlos Alberto Teixeira alerta para os riscos decorrentes do uso de celulares e da proximidade de estações transmissoras. No caso da UFRJ, o assunto ganha especial significação, uma vez que uma torre está instalada há quatro anos no pátio do Colégio de Aplicação, na Lagoa. Quais seriam os efeitos sofridos pelos estudantes, professores e funcionários do colégio em relação às radiações eletromagnéticas neste tempo todo?

Um integrante do MST foi morto e dez ficaram feridos num conflito com pistoleiros no município de Ocara, a 83 quilômetros de Fortaleza, no Ceará, pouco antes de manifestações do dia “Levante no campo”, em 25/7.

Anote

Matemática em destaque



Dois congressos na área de Matemática acontecem no Rio de Janeiro nos próximos dias. De 31 de julho a 4 de agosto se realizará o 1º Congresso Latino-Americano de Matemáticos e de 14 de agosto até 19 de agosto ocorre a 4ª Escola Brasileira de Probabilidades. Todos os encontros serão no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), na Rua Dona Castorina, 110, Jardim Botânico. Os interessados podem se inscrever diretamente no Impa ou pela Internet: www.impa.br Outras informações podem ser obtidas pelo telefone 529-5018.

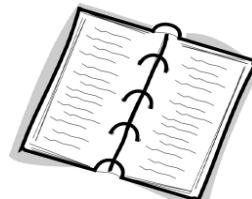
Universidade Sitiada

No próximo dia 4 de agosto, será lançado na Adusp o livro “Universidade Sitiada – A ameaça de liquidação da universidade brasileira, de Luis Carlos de Menezes. Professor do Instituto de Física, Menezes tem se dedicado a pesquisas sobre o ensino superior e, no livro, discute o processo de desmobilização vivido pela universidade pública brasileira.



Previdência Social é tema de concurso

De acordo com informe da coluna “Funcionalismo”, da Tribuna da Imprensa, foram prorrogadas as inscrições para o 1º Concurso Nacional de Monografia da Previdência Social, que tem como tema “A Previdência Social como fator de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios brasileiros”. Podem participar alunos e professores universitários e o vencedor receberá prêmio de R\$ 10 mil. Os trabalhos devem ser endereçados para SBN, Quadra 1, Bloco H, Ed. Anfig, CEP 70040-907. Mais informações pelo telefone 0800-780191.





Assistência estudantil

Alojamento aguarda solução

Os estudantes do alojamento da UFRJ vão viver em expectativa até o próximo dia 8 de setembro. Este foi o prazo final dado para uma comissão formada por professores e alunos do CEG e SR4 apresentar seu projeto de assistência estudantil ao colegiado. A Escola de Serviço Social foi convidada e aceitou assessorar os trabalhos desta comissão. Até lá, a reitoria garantiu o atual sistema alimentação (almoço no Burguesão e quentinhas fornecidas por uma firma particular para o jantar, além do café da manhã). Vale lembrar que esta solução vale apenas para os alunos selecionados para o alojamento este ano.

Histórico

Em agosto do ano passado, o CEG aprovou a desvinculação das bolsas do benefício-moradia. Na época, a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) avaliou que alguns alunos poderiam ter

a bolsa, mas não precisariam de alojamento; outros poderiam ter a bolsa, mas dispensariam o alojamento e, finalmente, haveria os que deveriam ter os dois benefícios. Em seu relatório para o preenchimento das vagas ociosas, a equipe de assistentes sociais da DAE chegou a indicar 109 dos 136 selecionados para também receberem as bolsas-alimentação, uma vez que a renda familiar *per capita* deles se apresentava inferior a dois salários mínimos. No entanto, todos os 136 alunos alojados a partir deste ano não receberam o auxílio (de R\$ 240).

Bolsa-trabalho

Fora o trabalho da comissão, a sub-reitora Maria Augusta Temponi lançou a idéia de uma bolsa-trabalho. Os alunos trabalhariam para ter direito à bolsa em com ela, pagarariam as refeições. A principal crítica ao projeto é que este não significaria vinculação do tra-

balho a ser realizado com as atividades acadêmicas dos bolsistas. Além do mais, ainda segundo os estudantes, esse tipo de benefício não deveria substituir a alimentação.

Representante do corpo discente no Conselho Universitário, Glaucete Magalhães questionou na última sessão (27/7) a postura da reitoria em relação à política de assistência estudantil. Lembrou, por exemplo, a ocupação pelos estudantes do *hall* da reitoria no último dia 11, com a entrega de uma pauta de reivindicações ao chefe de gabinete do reitor, Sebastião Amoedo. “A pauta não foi encaminhada para discussão nos colegiados superiores da universidade”, reclamou. Aliás, por falar no chefe de gabinete do reitor, ele havia prometido comparecer ao alojamento no dia 14 de julho para ver de perto os problemas, não apareceu e não deu satisfação alguma, de acordo com alunos moradores do local.

O cotidiano de uma alojada

Moradora do quarto 405 do alojamento, a estudante Renata Veloso (foto), 20 anos, está vivendo a pior fase da assistência estudantil na UFRJ. Renata entrou no processo seletivo do alojamento em 1999, mas só conseguiu a vaga em março deste ano, já sem o auxílio alimentação de R\$ 240. Sem apoio da família, que mora em Rio das Ostras (assunto sobre o qual não gosta de falar muito), ela morou na casa de amigos durante os primeiros períodos do curso de Farmácia da UFRJ.



Hoje no quarto período da faculdade, a aluna convive com a falta de segurança, com a alimentação precária e com o descaso das autoridades da universidade para levar adiante sua formação. Acorda às 7h para o café da manhã e enfrenta a rotina de um curso integral. Como o curso de Farmácia é distribuído em diferentes Centros do Fundão e o almoço só pode ser servido no Burguesão até as 15h, Renata às vezes tem que escolher entre comer e assistir às aulas.

Quando volta para o alojamento no final da tarde, a estudante tem que encarar as eventuais faltas de luz ou água. Aliás, no bebedouro do corredor, próximo à entrada do seu quarto, ela não confia nem um pouco para matar a sede. “Uma vez, eu pus um pouco de água num copo e esperei. Em pouco tempo, já tinha uma camada de sedimento no fundo”, afirma.

Renata sofre ainda com uma goteira logo na entrada de seu quarto, que começa a ameaçar o armário de madeira. A estudante já solicitou conserto à direção do alojamento e foi informada de que poderia se mudar para outro quarto desocupado. “Só que eu não posso fazer isso sem minha colega de módulo (cada módulo tem três quartos), com quem já dividi os custos de um fogão e de uma geladeira. E nenhuma de nós tem dinheiro para comprar a parte da outra”, comenta. “E olha que esse módulo é *vip* perto dos outros”, completa.

Fora esses problemas cotidianos, a estudante conta que não sai à noite nem acompanhada por colegas. “Eu já fui assaltada durante o dia e soube do estupro de uma garota por aqui”, diz. Renata já viu baratas e lacraias enormes dentro do alojamento e ratos no lado de fora. “No dia que eu vir um lá dentro, eu saio”, afirma. Apesar de todas as dificuldades, Renata reconhece que, se não fosse o alojamento, não teria a menor condição de seguir no curso de Farmácia.

Solidariedade mesmo com a crise



“ O alojamento tem que criar seus meios no momento. O trabalho é todo voluntário ”

Anderson Tomaz,
estudante do alojamento



Como demonstração de criatividade e solidariedade no meio da crise, os alunos do alojamento promovem algumas atividades dentro do *campus*. De dois anos para cá, por exemplo, um grupo de alojados montou uma espécie de cursinho pré-vestibular comunitário, cujas mensalidades só servem para bancar o material utilizado nas aulas. Estudante do curso de Engenharia e “professor” de Matemática do pré-vestibular, Anderson Tomaz, 27 anos, explica

que as aulas são dadas no CCS. “A procura é imensa: mais de 900 candidatos disputaram as vagas este ano”, afirma. Cerca de 70 chegaram ao fim do curso ano passado. Anderson informa que a idéia para o futuro é buscar patrocínio e um possível apoio da Escola de Serviço Social para consolidar a iniciativa. Os alojados também mantêm um coral, um laboratório de informática com poucos recursos e uma pequena biblioteca comunitária.



Entrevista/Lilia Pougy

Por uma Política de Assistência Estudantil

Representante no CEG, a professora da Escola de Serviço Social fala sobre a necessidade de se construir uma política de assistência para a graduação

O que existe hoje, na UFRJ, em relação a políticas de assistência estudantil?

Não existe uma 'política de assistência estudantil', propriamente. Eu, pelo menos, a desconheço até o momento. O que existem são ações localizadas, mas não há uma política que reúna estas ações. O que eu conheço, e que existe hoje na reitoria, é uma proposta de reestruturação das sub-reitorias acadêmicas. E qual seria o lugar da política de assistência aos estudantes nesta reestruturação? É um lugar acadêmico, é no setor de pessoal? Sem desqualificar o setor de pessoal, mas acho que este é um debate a ser promovido.

O que existe, hoje, é uma divisão de assistência ao estudante que trabalha com os recursos que a administração executiva da UFRJ disponibiliza, mas não existe uma política ou um conjunto de ações voltadas para o estudante de graduação.

A reitoria pediu que a Escola de Serviço Social formulasse uma política de assistência para os alunos de graduação?

Não. Esta foi uma proposta do CEG. Eu acho que nós (do CEG) caímos em uma armadilha quando topamos desvincular o auxílio moradia do auxílio alojamento. Fizemos isso para agilizar os recursos. O CEG foi orientado pela Câmara do Corpo Discente e por uma comissão que existia no colegiado, constituída por um representante discente, dois professores e as assistentes sociais da DAE. Nós achamos que seria importante 'flexibilizar' um pouco os critérios de admissão no alojamento. Por quê? Tem estudantes que não precisam receber a bolsa alimentação mas precisam do alojamento. Já outros não precisam do alojamento mas precisam da bolsa. Então por que ter uma estrutura assim tão rígida? Queríamos tentar construir critérios capazes de permitir a extensão do direito para um conjunto maior de estudantes.

Nós (CEG) achávamos que esta desvinculação agilizaria os recursos, o que na verdade não aconteceu. E quando acordamos para isso, tentamos reverter o quadro. Foi em uma sessão que contou com uma grande participação dos estudantes, quando aprovamos um 'benefício' alimentação que seria para todos os estudantes do alojamento.



São duas bolsas destinadas ao alojamento?

Tem modalidade de bolsa acadêmica e de bolsa de auxílio. O alojamento faz parte de uma política de assistência, mas entra aí a definição de assistência com a qual a gente vai trabalhar.

Qual seria então a concepção de assistência que está vigorando no momento? É uma questão acadêmica ou administrativa?

Há controvérsias. Existe uma tendência, que acredito estar presente no CEG, de compreender a assistência ao estudante não como uma caridade, mas como uma política em que há direitos e deveres e que se está lidando com pessoas que são cidadãos e não 'quaisquer' pessoas. Parte dos estudantes tem, originados de outros processos seletivos, alimentação e alojamento. E cento e poucos dos cerca de 500 beneficiados não têm. Por quê? Por que criar duas categorias de estudantes dentro do alojamento.

No último processo seletivo, no edital há a desvinculação entre a alimentação e moradia. Foi um debate que durou mais de um ano. Então, os estudantes já estavam alojados, mas

Para Lilia Pougy, existe um debate acerca de qual seria o espaço de definição desta política. Para a professora, ao menos, no CEG, existe uma visão de que a assistência ao aluno deve ser ampliada e definida no âmbito dos colegiados, como parte da política de ensino. A ESS está assessorando o CEG na formulação de uma política de assistência estudantil através dos professores Sheyla de Souza Backx, Marília Porfírio e Rodrigo de Souza Filho.

não recebiam a alimentação. O CEG tentou reverter isso, garantindo a alimentação e moradia para todos do alojamento até que a gente tenha uma política definida.

Daí o pedido à reitoria para a prorrogação do auxílio?

Pedimos mais três meses, por considerar um prazo razoável para a apresentação de uma política. Mas só que o pedido para que a ESS formasse a comissão de professores que vai formular uma política de assistência para apresentação à Câmara Discente do CEG demorou mais de um mês para sair da SR-1. Quando saiu, no dia seguinte passou na Congregação da Escola e foram indicados três professores.

Em que 'pé' estão os trabalhos da comissão da ESS?

Foi pedida muita documentação. Não é nada novo. A gente vai formular propostas com base no que já existe, tentando revalorizar ou redimensionar a valorização das bolsas da graduação. A gente não quer fazer assistência. Mas o que oferecer para estes alunos. Existe bolsa de pesquisa? Primeiro e segundo períodos não são elegíveis para bolsa de pes-

quisa e estas estão cada vez mais reduzidas. Existe bolsas de jovem pesquisador, não existe mais isso. Cadê as bolsas de extensão. Têm? Não têm. Onde estão as bolsas que priorizem a graduação para a gente ter uma resposta, alguma contrapartida para estes alunos?

E a 'bolsa-trabalho'?

A SR-4 ainda não enviou oficialmente esta proposta.

Mas os estudantes parecem ter uma visão bem clara do que significa esta bolsa, mesmo sem ter recebido proposta.

Acho que está idéia não está sendo politicamente digerida porque ela não está sendo politicamente apresentada. Ela está sendo apresentada como um substitutivo do auxílio alimentação. Em substituição à alimentação você vai oferecer trabalho? 'Ah! Eles não querem trabalho!' Não é isso, esta visão é muito simples. E tratar simploriamente uma questão destas é muito complicado.

Na sua opinião, qual seria então o caminho para a construção de uma política acadêmica de assistência ao estudante?

É retomar o estudante e não somente o estudante alojado. O estudante que é objeto de política de assistência direta. Porque assistência é um direito. Isto não é uma concessão. O ensino público e gratuito já é visto como um privilégio e a assistência, dentro deste ensino ainda mais.

Nesta visão mais ampla de uma política para a graduação, quais seriam as 'bolsas' ou 'auxílios' que poderiam ser oferecidos?

Além das bolsas de pesquisa, extensão, jovem pesquisador - que já eram bolsas destinadas a alunos -, de cada curso da universidade quem tirou primeiro lugar escolheria um orientador e ganharia uma bolsa para o curso inteiro, independentemente da sua condição socioeconômica. Acho que isso valorizaria o ensino e a qualidade da graduação, por exemplo. Eu não sou contra nem a favor do auxílio alimentação. Acho que em alguns casos é indispensável. Se existisse um bandeirão no alojamento, por exemplo, decerto não se precisaria deste auxílio.



Colegiados

CEG e CEPG iniciam discussão sobre 2001

Os Conselhos de Ensino de Graduação (CEG) e de Pós-Graduação e Pesquisa (CEPG) definiram o calendário acadêmico de 2001 com base na resolução dos colegiados que estabeleceu o calendário de 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, como reza a LDB de 1997.

Foi aprovado na sessão conjunta realizada sexta-feira, 28/07, que o início do período letivo de 2001 será em 12 de fevereiro e o seu término em 21 de dezembro.

O que está em jogo é a implementação da nova periodização. A resolução dos colegiados estabelece que cada disciplina de cada curso, em cada unidade, poderá optar pela divisão dos períodos em módulos (dois blocos de 50 dias cada) ou por semestre (100 dias cada). Isto significa, na visão da reitoria, dar mais flexibilidade aos cursos e

permitir aos alunos uma maior transitoriedade entre as unidades.

O professor Gattass deu início à discussão dizendo que os professores que não participam das reuniões dos colegiados estão apreensivos quanto aos 200 dias letivos por temerem uma aumento da carga de trabalho. Esta visão, para o sub-reitor, pode ser decorrência de falta de comunicação entre os colegiados e unidades. Segundo Gattass, o que a reitoria quer com a implementação dos 200 dias “é uma mudança vinculada às áreas do conhecimento e à pesquisa. Isso não significa mais trabalho para os professores, mas maior monitoramento dos seus alunos”.

Técnico-administrativos

Os representantes do Sintufrj reivindicaram que a reitoria deixe bem claro na resolução que a opção pelos

módulos de 50 dias ou por uma periodicidade semestral, com recesso letivo no meio do ano pode ser tomada pelas unidades. Os funcionários temem que a implementação não funcione, na prática, devido à cultura das férias escolares em dezembro, janeiro e julho, períodos em que os servidores tradicionalmente marcam suas férias trabalhistas.

A reitoria ficou de divulgar em sua *home-page* o calendário detalhado de 2001. A Faculdade de Medicina, assim como vários cursos do CCS, poderão, pela resolução, iniciar o seu calendário em 5 de fevereiro de 2001, mantendo assim a tradição de um semestre com 22 semanas de aula.

Em tempo: na sessão conjunta CEG/CEPG, o sub-reitor Ricardo Gattass divulgou que o computador da DRE voltaria a funcionar no mesmo dia (28/07), à tarde.



Rápidas do CEG

Um maquinário responsável pelo registro de alunos no sistema de informações da UFRJ está quebrado há duas semanas. Uma dívida com a empresa fornecedora do tal computador vem impedindo seu conserto, causando sérios problemas na vida acadêmica da instituição. Os alunos não têm condições de receber seus diplomas e a proximidade do segundo semestre letivo deixa no ar a ameaça de não realização das inscrições. Representantes do CEG levaram essa preocupação ao sub-reitor interino Ricardo Gattass, que prometeu empenho para consertar a situação. Gattass informou que um acordo sobre a dívida com a empresa deveria ser fechado ainda naquele dia da sessão do CEG. Atualmente o contrato de manutenção feito pelo NCE (Nú-

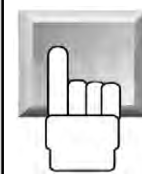
cleo de Computação Eletrônica) com a empresa Unisys, está em torno de R\$10 mil mensais.

O restaurante “Burguesão” foi assaltado no último dia 22 (sábado), à tarde, por um grupo armado. Além de levarem pertences pessoais das pessoas presentes, o bando levou o cofre do estabelecimento. Representante dos professores do CT, o professor Antônio Cláudio pediu mais atenção da reitoria à segurança do campus. Gattass informou que já existe na home page da UFRJ um edital para cuidar do assunto, criando “zonas de risco zero” dentro da ilha. Antônio Cláudio disse ainda que, por conta desse incidente, a direção-executiva do restaurante resolveu suspender o funcionamento aos sábados e limitar o horário durante a se-

mana até as 18h (antes, funcionava até as 19h30).

O problema dos professores substitutos voltou a tomar conta do Conselho de Graduação. O sub-reitor Gattass comunicou que as Unidades com maior número de substitutos, em geral, são as que vem apresentando os piores resultados no Provão do MEC.

O CEG decidiu encaminhar, através da reitoria, a questão do atendimento no Hospital Universitário para professores, funcionários e estudantes. No entendimento dos conselheiros, é um absurdo não haver uma possibilidade de assistência, mesmo que primária, para um possível acidente envolvendo alguém do corpo universitário no campus do Fundão, depois que o Hospital fechou a emergência.



@dufrj

Associação Nacional de Pós-Graduandos

A página eletrônica da Associação Nacional de Pós-Graduandos (<http://www.geocities.com/anpgbr>) tem o objetivo de discutir assuntos de grande relevância para os pós-graduandos e a sociedade em geral (mestrado profissionalizante, movimentos sociais e pós-graduação, programa estágio de capacitação docente, ciência e tecnologia, Plano Nacional de Pós-Graduação e Lei dos Pós-Graduandos). O *site* deve oferecer novidades por estes dias, uma vez que se realizou de 28 a 30 de julho o XXVI Conselho Nacional de APGs, na Universidade Federal de São Carlos.



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também tem seu espaço na Internet (<http://www.mst.org.br>). A página de entrada do *site* traz *links* para a história do MST, para as publicações do movimento e para um mural virtual (onde o visitante pode deixar sua opinião), entre outros vínculos. A Reforma Agrária tão sonhada pelos integrantes do MST será mais uma vez o grito de ordem do IV Congresso Nacional do MST, que acontece de 7 a 11 de agosto no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília.



Continuando nossa pequena homenagem ao jornalista Barbosa Lima Sobrinho, chamamos a atenção para a página eletrônica da Associação Brasileira de Imprensa (<http://www.abi.org.br>). Logo na entrada do site, o visitante tem a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a história de Barbosa Lima Sobrinho. Destacamos o link “índice da comunicação”, no qual o visitante pode descobrir os domínios eletrônicos dos mais diversos tipos de mídia (jornal, TV, revista, rádio etc.) por país.

Intranet UFRJ

O Núcleo de Computação Eletrônica está disponibilizando a Intranet UFRJ. A idéia desta página eletrônica (<http://intranet.ufrj.br>) é concentrar num único local a divulgação de informações internas da UFRJ, assim como oferecer serviços para a comunidade acadêmica. As informações transmitidas na Intranet da UFRJ, de acordo com os criadores do site, são totalmente criptografadas, impedindo a manipulação dos dados por terceiros.



Audiência

MEC recebe Andes-SN

Ministro defende o regime de CLT, a quebra da paridade entre os docentes ativos e aposentados e não responde à Pauta do Sindicato

Na audiência do Andes-SN com o MEC, realizada no último dia 21, a diretoria do Sindicato apresentou a insatisfação e a preocupação dos docentes com os rumos da política universitária atual. Estiveram presentes na audiência com o Ministro Interino da Educação, Luciano Patrício, o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, os diretores Fernando Molinos e Antonio de Pádua e representantes do Comando Nacional de Mobilização, Ranah Manezenco, da Federal de Viçosa, Romero Junior Venâncio Silva, da Federal de Sergipe, e Tadeu Antonio de Azevedo Mélo, da Paraíba – *campus* João Pessoa.

Os representantes do Andes-SN enfatizaram que, após o término da Greve Nacional dos Docentes em 1998, os professores da carreira de 1º e 2º graus continuaram a ser tratados de forma diferenciada e discriminatória. Basta observar a Gratificação de Incentivo à Docência (GID). Os aposentados também sofrem as conseqüências da quebra da paridade. “Os docentes da carreira de 3º grau também estão insatisfeitos com a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), motivo pelo qual a maioria destes a aderir à Greve Unificada dos Servidores Públicos Federais (SPF)”, frisou Leher.

Questionado sobre a posição do MEC a respeito da paridade entre os ativos e os aposentados, o ministro interino afirmou que o posicionamento estava expresso na GED. “Situação em que os aposentados receberam 60% do valor da gratificação”, disse Patrício. O caso dos docentes da carreira de 1º e 2º graus, em que nada foi assegurado aos aposentados, também foi abordado pelos diretores do Andes-SN. O ministro interino assumiu a quebra da paridade com a justificativa de que não seria possível fazer a contagem da GED para quem não está produzindo. No caso da GID, reconheceu, ainda, que há uma controvérsia judicial e que o governo está preparando uma posição a respeito.

Em relação à carreira, Patrício afirmou que esta não pode ser tratada desvinculada do emprego público. “Existiu um Grupo de Trabalho para implementá-la com a participação do Andes-SN, mas esta entidade e a Fasubra saíram da Comissão”, comentou.

“A categoria acompanha com grande expectativa a questão visto que, com a nova carreira, seria possível resolver, definitivamente, a inclusão dos docentes da carreira de 1º e 2º graus na carreira única, reverter a quebra da isonomia salarial nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e abrir novas perspectivas para a carreira acadêmica na universidade,



DIRETORES DO ANDES-SN E REPRESENTANTES DO CNM COM O MINISTRO INTERINO

em especial para os professores adjuntos”, afirmaram os representantes do Sindicato.

O ministro disse não acreditar em uma solução simples para a questão. Para Leher, a manutenção do regime de Regime Jurídico Único (RJU) é condição fundamental para a categoria. “Lembramos também que a questão do emprego público é objeto da mesa de interlocução central no Ministério do Planejamento”, disse. Por outro lado, o ministro afirmou que desconhecia qualquer argumento capaz de levá-lo a mudar de posição em relação ao regime de emprego público, com contratos regidos a partir da CLT.

Pauta de reivindicações

A diretoria do Andes-SN protocolizou em 30 de junho de 2000 a Pauta de Reivindicações aprovada no 19º Congresso, atualizada no 40º Conselho do Andes Sindicato Nacional (Conad). O MEC não enviou nenhuma resposta, apesar do contato com o Gabinete do Ministro.

Patrício afirmou ainda que a universidade somente terá um futuro promissor com o fim do RJU, possibilitado pela Emenda Constitucional (EC) de nº 20. “Pois, sem o regime de emprego público (CLT), os gastos com a aposentadoria acabariam por inviabilizar a universidade”, disse. Os representantes do Andes-SN lembraram ao ministro que a EC nº 20 não extinguiu o RJU, não havendo, portanto, nenhuma determinação legal imperativa. “O RJU foi muito negativo para a universidade, pois a folha de aposentados acabaria inviabilizando o futuro da universidade”, reiterou o ministro.

O deputado Federal Babá, presente no encontro, lembrou ao ministro que o orçamento das universidades federais no período 94/98 foi decrescente. A diretoria do Andes-SN solicitou que os estudos do MEC sobre a repercussão financeira dos aposentados fossem disponibilizados para que o debate não se desse em termos genéricos. “Poderia disponibilizá-los, embora não tenha um estudo específico”, afirmou o ministro.

Mesa de interlocução

O ministro disse que seguiria as orientações definidas no Ministério do Planejamento. “E a possibilidade de já abrir um processo de interlocução, a exemplo do que já ocorreu em outros ministérios?” perguntou o presidente do Andes-SN. “Aguardaremos as instruções governamentais”, respondeu o ministro. Ainda sobre os procedimentos do ministério, tendo em vista as conversações da Sesu com a Fasubra, o ministro

afirmou que se tratava de um processo que já estava em curso naquele órgão.

Autonomia

Luciano Patrício disse que o MEC desejava a autonomia ampla e que a partir de sua implementação o debate sobre carreira estaria superado. A diretoria do Andes-SN reafirmou a defesa da autonomia, destacando que o termo é polissêmico. “Estamos em profunda divergência com o governo em relação ao tema, destacamos também a necessidade do Estado garantir o financiamento público e as condições materiais para que a universidade possa se constituir em uma autêntica esfera pública, regida pelas mediações singulares que configuram a universidade. Registramos que não há incompatibilidade entre autonomia e carreira única, lembrando o caso das universidades portuguesas, dotadas de muito maior autonomia, apesar de possuírem uma carreira única”, afirmaram os diretores.

Ministro interino recusa agendar negociação ao saber de greves específicas

Ao final da audiência com o ministro, a diretoria do Andes-SN apresentou a insatisfação da categoria com a situação das universidades, quadro que tem levado algumas Seções Sindicais a indicarem a necessidade de uma Greve Específica.

Ao saber da existência de greves em algumas seções do Sindicato, o ministro ficou alterado, dizendo-se surpreso com a informação, “nesta condição, não haveria como construir as mesas de interlocução, pois o acordo pressupunha o final da greve”, disse.

A diretoria do Andes-SN informou que o Setor das Federais da entidade havia aprovado a suspensão da Greve Unificada dos SPF e que, conforme o Memorando de Entendimento do Ministério do Planejamento, a instalação das mesas estava condicionada a suspensão da Greve Unificada, o que foi feito. “Até o presente momento, o Setor das IFES não deliberou por uma greve do Setor, mas a questão está pautada”, informou a diretoria.

O ministro disse que não via, então, condições de agendar, naquele momento, a data de instalação da mesa de interlocução setorial. A diretoria lembrou que pelo termos do referido Memorando de Entendimento, a mesa teria de ser instalada até 20 dias após a suspensão da Greve Unificada.

Fonte Andes-SN



Opinião/Joel Rufino dos Santos

Por que não fui ao ato contra a violência

Há alguns anos perdi um sobrinho no morro Santa Marta. Geraldinho era soldado PM e foi fuzilado numa viela. Poderia colar sua foto de jovem recém-casado no painel do Largo da Carioca. Quer saber o leitor por que não fui ao ato de sexta-feira contra a violência? Porque os violentos estavam lá. Há os que sofrem a violência e os que a produzem. Estes têm interesse em esvaziar a violência do seu conteúdo concreto. Num golpe inconsciente, mas de mestre, mobilizam as vítimas para ato cívico, altamente emotivo, contra a violência. Gritam e fazem a população gritar: "Basta!". Com isso, dão à violência, de que são os produtores, um caráter abstrato. Eximem-se de qualquer responsabilidade. Os violentos são os outros. Na verdade, não são ninguém. Podem, portanto, ser demonizados - livrando a cara deles, os reais produtores de violência. Põem no lugar da sua cara, a cara do pobre coitado do ônibus 174.

Autoridades, sacerdotes, o escritório da UNESCO, artistas de novela fizeram chamadas para o Ato. No mesmo dia em que começavam a convocação, o Jornal Nacional deu uma matéria sobre o aumento do preço dos remédios. Aposentados faziam contas diante da câmera, provando que vão ter de tomar remédios pela metade. Quem é o produtor dessa violência? Os laboratórios farmacêuticos.

Quem quer ir à rua contra a violência dos laboratórios? A maior parte das vítimas (como meu sobrinho) foi de arma de fogo. Quem quer ir à rua contra os vendedores e fabricantes de armas de fogo? (Não falo dos ilegais, mas dos que pagam impostos e defendem o regime democrático). Os grandes bancos não recolhem impostos. Quem quer ir à rua contra o roubo dos bancos?

Alguém me replicou: Mesmo que não seja contra os produtores de violência concretos, a marcha não fez mal, ela despertou a cidadania e avivou os bons sentimentos da população. Gostaria de acreditar em Papai Noel. O que ela fez foi trocar a verdade pela mentira, pois não há violência sem sujeito.

Funcionou como B. O. (O "Bom pra otário" das farmácias), fazendo crer que se está combatendo a violência, quando o que se está é dando passaporte para produtores da violência. A marcha contra a violência apaziguará a consciência dos verdadeiros violentos: Eu fui ao Ato, Eu me mobilizei contra a violência etc.

O Ato de Sexta-feira contra a violência reforçou a idéia de que a violência aumenta porque "o Governo não faz nada".

Ele foi, portanto, despolitizante.

O Governo faz pouco, é verdade, mas ele não é a parte principal do Estado. O egoísmo das classes rica e média, os meios de comunicação que são porta-voz desse

egoísmo, a Universidade, as Igrejas, a Indústria Cultural, o Código do Tráfico, que mantém a favela como refém, a Opinião Pública, a Sociedade Civil, numa palavra - são a parte principal do Estado. Despolitizada pelo Ato, a população elegerá para próximo prefeito o candidato que fizer acreditar que seu governo diminuirá a violência. Como nos concursos de feira medieval, elegerá o maior mentiroso de todos.

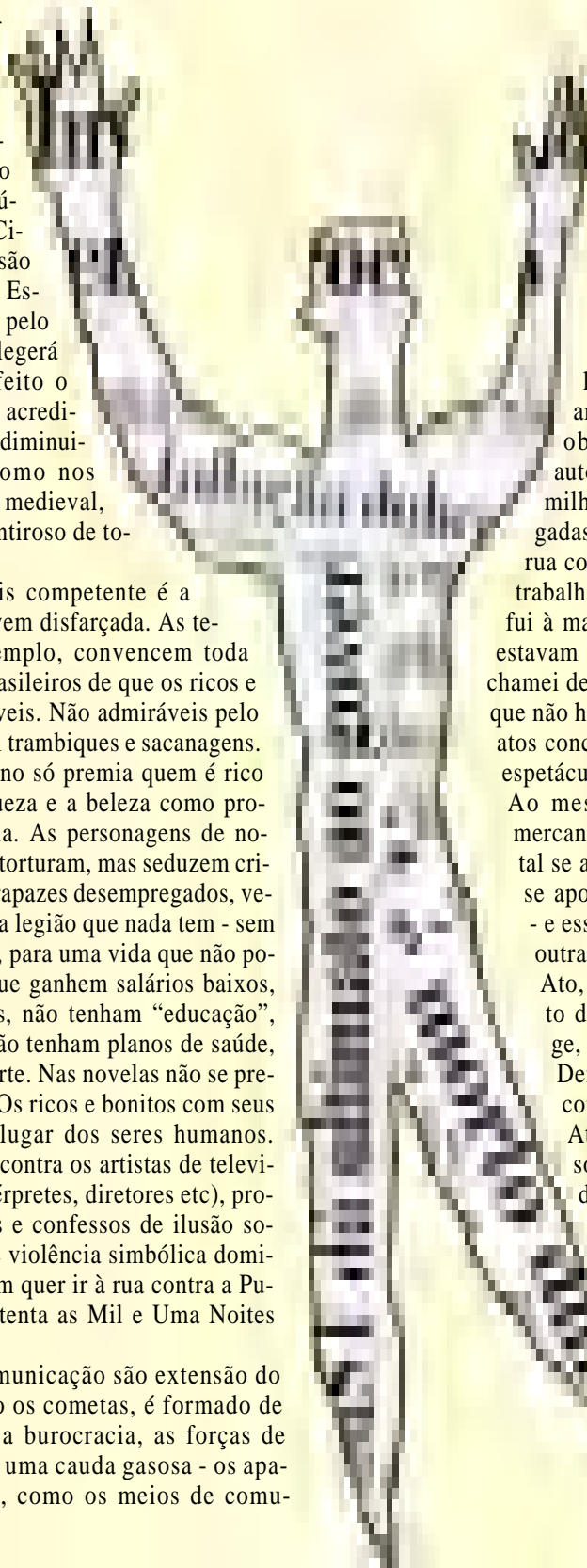
A violência mais competente é a simbólica, porque vem disfarçada. As telenovelas, por exemplo, convencem toda noite milhões de brasileiros de que os ricos e bonitos são admiráveis. Não admiráveis pelo que fazem, em geral trambiques e sacanagens. Mas porque o destino só premia quem é rico e bonito. Eis a riqueza e a beleza como produtores de violência. As personagens de novela não assaltam e torturam, mas seduzem crianças subnutridas, rapazes desempregados, velhos sem remédio - a legião que nada tem - sem cessar, a cada noite, para uma vida que não podem ter. Não por que ganhem salários baixos, não tenham escolas, não tenham "educação", não tenham casa, não tenham planos de saúde, não tenham transporte. Nas novelas não se precisa de nada disso. Os ricos e bonitos com seus pagens ocupam o lugar dos seres humanos. Quem quer ir à rua contra os artistas de televisão (roteiristas, intérpretes, diretores etc), produtores incansáveis e confessos de ilusão social - essa forma de violência simbólica dominante no país? Quem quer ir à rua contra a Publicidade - que sustenta as Mil e Uma Noites da telenovela?

Os meios de comunicação são extensão do Estado. Este, como os cometas, é formado de um núcleo duro - a burocracia, as forças de repressão etc. E de uma cauda gasosa - os aparelhos ideológicos, como os meios de comunicação.

Os que acreditam em Papai Noel só vêem o núcleo duro. Se tem violência por exemplo, bradam que o Governo não resolve. Não se perguntam pelo papel da televisão como sujeito totalitário de violência - totalitário porque dela ninguém escapa. Os artistas da televisão só se vêem como objetos da violência. E os artistas autoconscientes (mesmo os que ganham milhares de vezes o que pagam às empregadas que os admiram) por que não vão à rua contra a fábrica de ilusão social em que trabalham? Essa é a razão, leitor, por que não fui à marcha contra a violência: os violentos estavam lá, na primeira fila. Terá notado que chamei de Marcha o que foi chamado de Ato. É que não houve ato algum, mas encobrimento de atos concretos contra a violência. O real virou espetáculo. Qual é a essência do espetáculo? Ao mesmo tempo que esconde a vida, a mercantiliza. Como se não bastasse ao capital se apoderar da mais-valia econômica, ele se apodera agora da mais-valia espetacular - e essa se tornou infinitamente maior que a outra. Não fui à Marcha, que chamaram de Ato, para não espetacularizar o assassinato de Geraldinho. Eu, que venho de longe, me lembro da Marcha com Deus pela Democracia, que preparou os inocentes contra a democracia em março de 64. O Ato contra a Violência preparou o nosso espírito para indultar os produtores de violência.

Joel Rufino dos Santos é historiador e escritor.

Publicado no Jornal do Brasil, 12/07/2000
Nota da redação: O ato de sexta-feira ao qual o autor fez referência foi a manifestação ocorrida no dia 7 de julho, denominada "Dia do Basta".





Resenha

Coluna Radar, da Veja, de 2/08: “Duas historinhas que revelam bem como é cada vez mais difícil para o país manter suas melhores cabeças por aqui. Primeira: recentemente, um alto executivo brasileiro enviou propostas de trabalho para todos os brasileiros que terminavam o mestrado em informática e administração na Universidade Harvard. Cinco foram conversar, mas se desinteressaram: tinham ofertas mais polpudas feitas por companhias americanas. Outra: todos os anos, uma equipe da Microsoft desembarca no Recife e segue direto para a Universidade Federal de Pernambuco, onde existe um dos melhores cursos de informática do país. Sem dificuldade, recolhe os melhores formandos e os leva para Seattle, para serem empregados de Bill Gates”

Matéria da Gazeta de Alagoas, de 30/07, informa que o MEC começará a fazer em setembro um censo da Educação Infantil no país. A população na faixa etária de zero a seis anos é estimada hoje em 23 milhões de crianças, segundo o IBGE. De acordo com a coordenadora de Educação Infantil do MEC, Stela Maris, o mais importante neste levantamento de dados é conhecer a qualidade do atendimento oferecido nas creches e pré-escolas.

Jornal da Tarde (SP), 31/07: “Integrantes das novas comissões de especialistas da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC reuniram-se em Brasília, na semana passada, para conhecer o processo de avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação. No próximo ano, eles irão a campo conhecer o diagnóstico dos cursos de Ciências Agrárias, Biologia, Física, Química e Psicologia, cujos alunos foram submetidos ao último Provão”.

O governo não se emenda. Fracassou mais um Programa de Demissão Voluntária (PDV). Dos 494 mil servidores públicos federais, apenas 1.418 aderiram ao programa este ano. Em 1996, 7.800 funcionários aderiram; no ano passado, cerca de 5.700.

O Ministério da Educação estima que até 2002 o ensino superior brasileiro terá três milhões de estudantes. Para atender à demanda projetada, devem ser abertas cerca de 622 mil novas vagas entre 2000 e 2002, das quais apenas um terço nas instituições públicas federais, estaduais e municipais, considerando a atual distribuição de matrículas.

O jornalista Cláudio Tognolli foi ameaçado por Edmar Sid Ferreira, dono do Banco Santos, na quinta-feira 27 de julho. Segundo o jornalista, o banqueiro se revoltou contra reportagem onde é revelado que o banqueiro não pagou a 20 empresas que prestaram serviços à Mostra do Redescobrimto, no Parque Ibirapuera. O banqueiro é o curador da mostra. Tognolli é colunista da Caros Amigos, professor de jornalismo e repórter especial da Rádio Jovem Pan e do Jornal Notícias Populares.

O julgamento do STF sobre a correção dos saldos do FGTS nos planos econômicos dos governos Sarney e Collor foi adiado para a próxima quinta-feira (dia 10/08).

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 8 • 7 de agosto de 2000



A Dívida externa e o plebiscito
VEJA NO VERSO

Movimento discute retomada da greve

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior se reuniu em Brasília no último dia 22/7 para tratar dos desdobramentos da greve. O setor resolveu indicar uma rodada nacional de Assembleias Gerais até o dia 3 de agosto para discutir: a possibilidade de retomada da Greve Nacional Unificada dos SPF; a possibilidade de construção de uma greve específica do Setor das IFES, ou da Educação, ou dos docentes das IFES e, finalmente, a contribuição para o Comando Nacional de Mobilização do Setor das IFES na razão de R\$ 0,25 por sindicalizado por semana.

O Setor das Federais preparou essa consulta com base nas audiências recentes realizadas no MEC e no MPOG, quando não houve nenhuma resposta prática por parte do governo. A manutenção da greve em oito seções sindicais naquela data (atualmente, apenas duas ADs se mantêm paradas) e a continuidade da greve da Fasubra – esta, com princípio de radicalização no momento – fortaleceram a idéia dessa retomada das paralisações.

O Setor das Federais ressaltou, no en-

tanto, que, uma nova greve estaria condicionada ao resultado da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no Congresso, caso não for contemplado o reajuste salarial de servidores para 2001. Se as mesas de interlocução com o governo não produzirem resultados satisfatórios em torno da pauta de reivindicações do movimento, também se apontará para a retomada da greve unificada.

A contribuição por sindicalizado para o CNM foi motivada pelo fato de algumas seções sindicais com pequena arrecadação não conseguirem manter seus delegados em Brasília.

Assembléia da Adufrj-SSind

Com um quórum reduzido, a Assembléia da Adufrj-SSind de 3/08 encerrou-se sem qualquer deliberação sobre a consulta pedida pelo Setor. No entanto, o Conselho de Representantes da Adufrj, reunido na véspera da Assembléia, demonstrou consenso em não assumir qualquer movimento de greve específica e classificou como difícil uma retomada da greve unificada dos SPF a curto prazo. A diretoria da seção sindical ficou de tomar as providências necessárias para a Plenária dos SPF, que se realizaria em 5 de agosto.

O Andes-SN já confirmou o calendário de Grupos de Trabalho (GT) do mês de agosto:

GT Ciência & Tecnologia

9 de agosto

Coordenação do GT de Política Educacional

11 de agosto

GT de Política Educacional

11 e 12 de agosto

GT de Comunicação e Arte

12 e 13 de agosto

GT Verbas

19, 20 e 21 de agosto

Coordenação do GT Carreira

25 e 26 de agosto

GT Carreira

26 e 27 de agosto

Andes-SN em nota de repúdio exige comprovação de denúncias enganosas

Sindicato repudia propaganda de universidade privada

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes-SN, vem publicamente repudiar a matéria publicitária “Agonia da Impunidade”, veiculada em página inteira (nº 5) do Jornal do Brasil, na edição do dia 23 de julho de 2000. A propaganda antiética visa a desqualificação brutal da imagem da universidade pública enquanto instituição que promove a produção e disseminação do conhecimento, pesquisa e extensão a todos os brasileiros. Essa nota apóia, coerentemente a política de desmonte e sucateamento da educação pública brasileira que vem sendo implementada pelo

governo FHC, nos termos dos acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O ANDES-SN repudia, mas não se surpreende com a estratégia empresarial. O grupo UniverCidade, ao contrário do que o nome sugere é, na verdade, um centro universitário, uma criação perversa da LDB para burlar o preceito constitucional que restringe a condição de universidade àquelas instituições assentadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ela é apenas uma empresa que vende “serviços” educacionais de baixa qualidade e que vê na excelência das Universidades Públicas um desconfortável padrão de qualidade que expõe toda a sua debilidade acadêmica. Mesmo uma avaliação superficial e res-

trita como o Exame Nacional de Cursos é suficiente para evidenciar a inexistência, nessa empresa, de um projeto realmente universitário e seu péssimo desempenho.

O MEC tem o dever, usando suas atribuições e responsabilidades, de fiscalizar as atividades dessas empresas puramente mercantis e descomprometidas com a educação nacional. Deve exigir a retratação pública da UniverCidade e de todas as empresas que vêm no ataque à Universidade Pública uma forma de ocultar sua debilidade enquanto entidades educacionais. A comprovação das denúncias enganosas e antiéticas tem que ser comprovadas ou essa entidade deve perder seu credenciamento como Centro Universitário.

A Diretoria

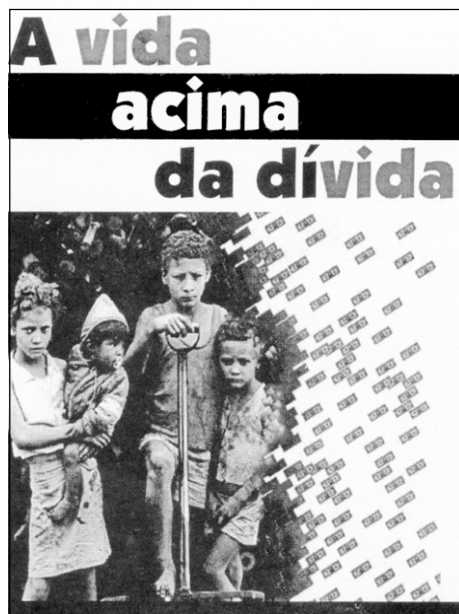
A dívida externa e o plebiscito

A dívida externa e o plebiscito

Em setembro, entidades das mais variadas matizes ideológicas, desde partidos, sindicatos, ong's e instituições político-religiosas como a CNB, promoverão o plebiscito contra a dívida externa. De dois a sete desse mês os brasileiros terão a oportunidade de opinar a respeito da dívida que consome nada menos do que US\$ 1.493,12 ou R\$ 2.762,28 por cada um dos 160 milhões de cidadãos deste imenso país. Segundo o Boletim do Plebiscito (28/07), uma publicação da Pastoral Social da CNBB, falar da dívida não significa necessariamente planejar um "calote" aos credores, nem advogar pura e simplesmente um perdão,

Notas do CEG

Na última reunião do CEG (2/08), o sub-reitor Ricardo Gattass comunicou que o sistema de registro acadêmico já estava funcionando. Um acordo com a empresa fornecedora do equipamento também garantiu a manutenção do sistema pelos próximos doze meses.



sem nenhum compromisso dos devedores. "Trata-se de verificar se a dívida é justa e ética; definir compromisso dos credores e dos devedores". Segundo a CNBB, Bispos de países credores e devedores reunidos em Colônia, Alemanha, em junho de 1999, declararam "que é necessário restituir a liberdade àqueles que estão escravizados, aprisionados pela dívida externa não resgatável. Trata-se de uma primeira

etapa essencial para

estabelecer relações justas no seio da comunidade humana e para erradicar a pobreza em nossa época. O problema da dívida não é

Veja o que poderia ser feito com os US\$ 126 bilhões enviados ao exterior para amortização, juros e encargos da dívida externa brasileira, de 95 a 98:

- ▶ Cobrir por 106 anos o alegado "rombo" de dois bilhões e duzentos milhões de reais, se o salário mínimo fosse aumentado para R\$ 171,00.
- ▶ Pagar um "bônus" de R\$ 1.474 para cada brasileiro ou de R\$ 45.677 para cada família que vive com um salário mínimo.
- ▶ Criar 504 mil empregos diretos em montadoras de automóveis ou 10 milhões e quinhentos mil em indústrias têxteis.
- ▶ Construir 15 milhões e 556 mil moradias populares de 35m² em lotes de 200m², ao custo de R\$ 15 mil.
- ▶ Duplicar os gastos em educação e ainda construir 6 milhões e 565 mil escolas (a R\$ 13 mil cada) ou 948 mil postos de saúde (a R\$ 90 mil cada).
- ▶ Assentar 5 milhões e 833 mil famílias de agricultores ao custo de R\$ 40 mil cada.
- ▶ Cobrir, por 12 anos, o alegado déficit da Previdência, na visão do governo, de R\$ 19 bilhões e 200 milhões em 1997.

Observações contundentes

Se teria sido possível fazer tudo o que foi citado ao lado com o montante remetido ao exterior, o que se deixará de fazer nos próximos anos quando a quantia a ser remetida será maior?

O Brasil arrecadou US\$ 85 bilhões de dólares com a venda de 63 estatais de 1991 a 1998 – 2/3 do que enviou aos credores no mesmo período. Para tornar vendáveis as empresas, o Governo gastou mais do que arrecadou. A nação perdeu três vezes!

O Governo diz que paga a dívida para continuar recebendo recursos. De 1995 a 1998, entraram no Brasil US\$ 66 bilhões e 537 milhões de investimentos líquidos estrangeiros. Mas ao mesmo tempo saíram US\$ 126 bilhões! Quem levou prejuízo?

Consulta popular sobre a dívida

O plebiscito é um direito democrático e está previsto constitucionalmente como forma de resposta da população a propostas do governo. Como o Congresso Nacional é dominado por maioria de aliados do governo e não vai levar a cabo a proposta de organizar um plebiscito formal sobre a dívida, as entidades populares organizarão por conta própria uma consulta popular com o nome de Plebiscito da Dívida. Esta é uma iniciativa legal pois os cidadãos são livres para organizar este tipo de consulta. A consulta também tem poder moral já que não obriga o Estado ou o Governo a seguir as decisões votadas, mas pode pôr em julgamento ético e político este mesmo Estado ou Governo.

As perguntas do Plebiscito

1. O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional?
2. O Brasil deve continuar pagando a dívida externa sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 88?
3. Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

A lentidão do MEC na aprovação das diretrizes curriculares tem sido apontada como um dos impedimentos, na visão dos conselheiros, para essa ampla reforma dos cursos. As propostas de diretrizes curriculares existentes não passaram ainda pelo crivo do Conselho Nacional de Educação e os cursos de licenciatura, por exemplo, não possuem sequer uma proposta.

Assembléia GERAL

29/08
terça-feira

9:30
horas

CT

Auditório do Centro de
Tecnologia, bloco A - Fundação

A PAUTA SERÁ DIVULGADA NO
PRÓXIMO BOLETIM

Reuniões ampliadas Diretoria/Conselho de Representantes

Datas: 17 e 24 de agosto

Horário: de 18h30 às 22h

Local: Escola de Serviço
Social/UFRJ (Praia Vermelha)

Pauta:

- 1 – Eleições para o Conselho de Representantes;
- 2 – Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind/Andes-SN
- 3 – Anteprojeto de Lei do Emprego Público das IFES
- 4 – Medida Provisória da GID
- 5 – Encaminhamentos Setor das IFES/ Plenária SPF

Vestibular

Até quinta-feira passada, o vestibular da UFRJ vivia um impasse. De um lado, o Comando Local do Sintufrj afirmava que o concurso não ocorreria, dentro da orientação de radicalização da greve da Fasubra. Do outro, a comissão de vestibular e a reitoria defendiam que as provas seriam realizadas de qualquer maneira. A última Assembléia Geral dos técnico-administrativos, em 10/08, decidiu, no entanto, não mais inviabilizar o vestibular. Esta decisão veio em função da conjuntura nacional que aponta entendimentos entre Fasubra, MEC e Andifes. Na AG de hoje (14/8), há a possibilidade de fim da greve dos servidores da UFRJ.

AUFRRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano VII nº 10 • 14 de Agosto de 2000



FAMÍLIA DE SEM TETO NA MANIFESTAÇÃO DO RIO

O Fórum Nacional de Luta em Defesa do Trabalho, Terra e Cidadania, do qual fazem parte os Sem Terra, Sem Teto, UNE, Servidores Públicos e outras entidades, escolheu o último dia 10 para pedir a instalação de uma CPI para investigar as denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo federal nas irregularidades da obra do Fórum Trabalhista de São Paulo. O ato aconteceu em vários estados. Os manifestantes fizeram uma vigília em frente ao Congresso, na noite de quinta-feira. Ainda em Brasília, a Marcha das Margaridas reuniu 20 mil trabalhadoras rurais de várias regiões. Entre as reivindicações, estão a solução de problemas ligados à agricultura e medidas para combater a violência e a discriminação contra as mulheres.

No Rio, estudantes, sem teto e trabalhadores ligados à CUT organizaram o protesto pela CPI, reunindo duas mil pessoas em passeata da Candelária ao prédio da Assembléia Legislativa, onde ocorreu o ato (foto). Os trabalhadores exigem o esclarecimento das denúncias sobre o desvio dos R\$ 169,3 milhões da obra do TRT paulista. “O roubo do dinheiro público não é apenas para enriquecer alguns bolsos ou bancos. Faz parte de um grande esquema de corrupção. Envolve a cúpula do governo, que se utiliza dele com o objetivo de manter a exploração do povo. Este esquema garante que o governo faça a compra de votos no legislativo e de representantes indignos no judiciário”, declara a organização do ato, através de nota distribuída à população.

Movimentos Sociais pedem CPI

Le Monde Diplomatique

A OCM contra-ataca em silêncio

Artigo analisa as novas investidas da Organização Mundial do Comércio após o fracasso de Seattle



Editorial

Começar de novo?

A conquista de uma carreira para o magistério superior e a inclusão das universidades federais no Regime Jurídico Único (RJU) foram processos que exigiram muito dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em confrontos e greves com o governo.

A primeira grande manifestação coletiva por uma carreira única nas universidades federais autárquicas culminou na greve de 1980, que além da carreira, marcou também a gênese do Andes-Sindicato Nacional, ainda na forma de uma Associação de Docentes. Alguns anos (e greves!) depois, em 1987, veio a conquista da unificação dos setores autárquico e fundacional, e, em 1990, a instituição do RJU, previsto na Constituição Federal de 1988.

Desde essa época, a discussão sobre carreira no interior do Andes-SN buscou produzir uma nova proposta que corrigisse as distorções das anteriores e resgatasse a unificação com o setor que faltava – os professores que também atuam no ensino fundamental nas IFES. A proposta de carreira única, porém, até agora ainda não conseguiu ser implantada, em que pesem todos os esforços neste sentido, tendo sido sistematicamente ignorada pelo MEC.

Nos últimos anos, a estratégia de desmantelamento e de privatização dos serviços públicos executada pelo governo deixou marcas profundas nas universidades e efetivou mecanismos que acentuaram diferenças e contribuíram para dividir e dispersar a construção de uma luta comum. Dentre as ações neste sentido, destaca-se a “avaliação” de produção como critério de ganhos salariais na GED/GID que, entre outros problemas, institucionalizou a discriminação de professores aposentados e dos professores que trabalham com o ensino de primeiro e segundo graus. Em paralelo, algumas ações na justiça, ironicamente, ao assegurar ganhos individuais resultaram em mais discriminação dentro da categoria docente, como no caso dos planos econômicos, em particular na UFRJ, em função dos famosos 26%.

No final de julho deste ano, após uma greve nas IFES em conjunto com os demais servidores públicos em que o governo se negou a negociar qualquer reajuste salarial das categorias com salários congelados por mais de cinco anos, o MEC divulgou sua proposta para a Universidade, de acordo com o regime de emprego público no serviço público. Ao mesmo tempo, reeditou, mais uma vez, a medida provisória que instituiu a Gratificação de Incentivo à Docência – GID, que retém os mesmos elementos negativos da GED.

O alcance das propostas contidas no anteprojeto de lei de emprego público para as IFES parece devastador, pois não só estabelece na prática um regime celetista para as IFES como também redefine toda a carreira do magistério superior. O projeto altera os regimes de trabalho e exclui a dedicação exclusiva, por exemplo, mas não apresenta qualquer tabela salarial. A estrutura de carreira é bastante modificada (classes, níveis e malha salarial) incluindo novas modalidades de professores como os conferencistas e os auxiliares de ensino, que passam a ser temporários (substitutos?). Mais uma vez os professores do ensino fundamental são excluídos!

As implicações desse anteprojeto ainda precisam ser melhor avaliadas mas, qualquer que seja o juízo que se venha a fazer sobre cada item, o caráter autoritário da forma em que a proposta está sendo encaminhada preocupa, pois, até agora, não há previsão de qualquer consulta aos professores ou à comunidade acadêmica em geral. Isto é especialmente grave se considerarmos que o MEC conhece a proposta do Andes-SN de nova carreira única, que há anos permanece sem resposta, apesar das insistentes cobranças e protocolos.

Assim sendo, conclamamos os professores para que se envolvam na discussão e crítica das propostas sobre o emprego público e carreira nas IFES, pois elas, se implantadas, vão provocar mudanças profundas em nossas vidas profissional e acadêmica. O processo de regulamentação em curso parece estar pautado claramente em diretrizes que visam ao enfraquecimento dos vínculo trabalhista e redução dos salários do setor público.

O encarte especial desta edição reproduz na íntegra os textos do anteprojeto do emprego público, da GID e algumas avaliações preliminares, que são elementos essenciais para a reflexão sobre as propostas em jogo. Reiteramos o convite a todos os professores para as reuniões abertas do Conselho de Representantes que tratarão do tema nas próximas semanas. Na impossibilidade de comparecer às reuniões, o envio de críticas e sugestões por correio eletrônico ou outro meio de comunicação também serão bem-vindas!

Qualquer ação política neste momento depende da manifestação das visões individuais e da organização da vontade coletiva. Desses debates e contribuições sairão as propostas da Adufrj-SSind que levaremos à Assembléia Geral para deliberação e envio às demais instâncias do Sindicato.



Carta

Gostaria de parabenizar o Joel Rufino dos Santos, pelas justas considerações feitas no artigo sobre o “ato contra a violência”.

Meu olhar “de fora” me leva às mesmas considerações...

Tudo isso não é mais do que um grande ritual, uma grande e macabra missa onde a verdadeira violência (simbólica e não) é camuflada e as consciências dos ricos aliviadas.

Parabéns de novo pela grande lucidez. Pena que represente apenas uma minoria.

Parabéns também ao jornal e à redação que hospeda este tipo de contribuições contra corrente.

Um abraço

Luca Bonacini

NR: o artigo citado foi reproduzido pelo Jornal da Adufrj, sendo originalmente publicado no JB em 12/07/00.

Informe

Licenciado do cargo no período de 1º de junho a 27 de julho, o professor José Henrique Sanglard já retornou às atividades como presidente da Adufrj-SSind, tendo, inclusive, dirigido a última Assembléia Geral, em 3/08. Aproveitamos este aviso para também comunicar o afastamento do 1º secretário, Roberto Leher, que assumiu a presidência do Andes-SN.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Movimento

Andes-SN retoma Grupos de Trabalhos

Os Grupos de Trabalho do Andes-SN voltaram a reunir, regularmente, professores das sessões sindicais e da Diretoria para o debate e encaminhamento de temas gerais e específicos que têm reflexo no movimento docente nacional. Os GTs, em nível nacional, que foram reativados são: Carreira, História do Movimento Docente, Gênero e Etnia, Política e Formação Sindical, Seguridade Social (mais Encargatura Aposentados), Verbas, Política Educacional, Ciência e Tecnologia, Política Agrária e Comunicação e Artes.

O trabalho destes grupos dá suporte às ações da diretoria do sindicato e serve como espaço de produção de análises e dados para o enfrentamento da categoria docente à política de bombardeio governamental junto aos setores públicos, em especial às áreas sociais.

Carreira

O GT Carreira fez sua primeira reunião, depois de empossada a nova diretoria do Andes-SN, em 27 de junho e avaliou as últimas ações do Sindicato em relação ao MEC, as consultas à Assessoria Jurídica e as reuniões feitas com outras entidades sobre a questão da carreira no serviço público.

A coordenação do GT História do Movimento Docente propôs superar as dificuldades do MD no último período com a reativação dos espaços coletivos para a construção das políticas que devem subsidiar os Planos de Lutas do sindicato (aprovados nos Conads e nos Congressos anuais). O GT fez uma crítica à postura da diretoria anterior do Andes-SN que teria desativado os GTs, nos últimos dois anos. O Grupo propõe ainda retomar os contatos com a Fundação Fiocruz com o objetivo de promover uma ampla pesquisa sobre o perfil do docente universitário, nos moldes do que foi feito há alguns anos com os profissionais da área médica.

Política e Formação

A Coordenação do GT de Política e Formação Sindical, propôs para os professores das sessões sindicais e suas diretorias a realização de reuniões com os delegados dessas sessões nos Congressos Estaduais da CUT, ocorridos em julho, antes do Congresso Nacional da Central (CONCUT) ou ainda, durante a sua realização, em agosto. A coordenação do grupo propôs também a organização de um seminário no primeiro dia do CONCUT. Sindicato orgânico e a utilização dos recursos do FAT são alguns dos temas a serem tratados pelo grupo.

Seguridade Social

O grupo de Seguridade Social e a Encargatura Aposentados analisaram, como o fizeram os demais grupos, as deliberações do último 40º Conad (Belo Horizonte). O grupo propõe à diretoria a realização de um seminário nacional sobre Organizações Sociais não Governamentais antes do 41º Conad, que acontece em Pelotas, em novembro. O GT propõe também a articulação com as entidades da área de Assistência Social, já que o governo tem se empenhado enormemente no desmonte dos serviços públicos, em particular do Sistema de Assistência Social. O GT espera que a próxima edição da Revista Universidade e Sociedade, que trará como tema a questão da Saúde, prepare e fomente a participação dos professores nos trabalhos do grupo sobre este assunto. Em relação à Previdência, o GT pretende se articular com o GT de Comunicação e Arte para desencadear uma campanha publicitária e mostrar como a reforma da previdência vai além da aposentadoria, destaca também a necessidade de mobilização dos professores que ainda não se aposentaram em torno da reforma. Com o GT de Política Sindical, o grupo de seguridade pretende levar a discussão dos temas saúde, assistência e

previdência para o âmbito da CUT e das centrais sindicais Com o GT Verbas, o grupo pretende discutir e propor ações que garantam o preceito constitucional da paridade dos vencimentos entre ativos e aposentados, em todos os níveis.

Verbas

A coordenação do GT está organizando um novo encontro para discutir os relatórios e documentos produzidos pelo grupo nos últimos períodos, uma agenda de reuniões, os encaminhamentos do último Conad e a questão da Lei de Diretrizes Orçamentárias em níveis federal e estaduais.

Política Educacional

Está organizando e recolhendo material para a elaboração do Plano de Trabalho do GTPE para o semestre julho-dezembro de 2000. O GT pretende participar em agosto do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, quando estará em discussão na Comissão de Educação do Senado o Plano Nacional de Educação (PNE do governo).

Comunicação e Artes

O grupo encaminhou à Direção Nacional sugestões quanto à retomada das publicações regulares do sindicato. O Informandes, publicado pela diretoria anterior como uma revista mensal, deverá estar circulando novamente em breve. A publicação volta ao seu formato anterior, provavelmente com uma periodicidade mais curta, até que um novo projeto editorial seja formulado pelo Sindicato. A preocupação do GT foi retirar o caráter panfletário e personalista que recebeu a publicação no último período. Temas como a greve no setor público federal e nos estados, conjuntura e a própria política de comunicação da entidade deverão figurar nas matérias do primeiro Informandes da nova gestão.



Resenha

Matéria de O Globo, de 6/08, alerta que quatro mil brasileiros estão fazendo cursos de pós-graduação não reconhecidos pelo MEC. Esses cursos são oferecidos por faculdades brasileiras mas seus diplomas são emitidos por insituições estrangeiras, portanto não têm validade no país. A tese é defendida no Brasil e o diploma estrangeiro é impresso sem qualquer referência ao modelo do curso. Isso põe em situação de igualdade alunos que fizeram cursos de qualidade duvidosa e os que, com bolsa da Capes, mudaram-se para um determinado país e passaram anos estudando para defender uma tese. O Ministério esclarece que esses casos não devem ser confundidos com os cursos de especialização à distância.

Estava prevista para 10/08 uma homenagem a setenta personalidades nacionais e estrangeiras com as insígnias da "Ordem Nacional do Mérito Científico", a mais importante condecoração brasileira da área científica. Vários nomes da lista de homenageados pertencem ao quadro da UFRJ. O sub-reitor Ricardo Gattass é um dos homenageados.

Até setembro, a Câmara dos Deputados deve trabalhar em cima de quatro matérias de interesse para a comunidade acadêmica. São elas: o polêmico projeto de reserva de vagas nas universidades para alunos egressos de escola pública; obrigatoriedade do ensino de espanhol nas escolas (o que demandaria a formação de milhares de professores desta língua estrangeira); a criação da Universidade de Tocantins e a regulamentação da profissão de Educação Física.

Folha de S. Paulo, 3/08/2000: "A Prefeitura da Unicamp determinou o fechamento, a partir desta semana, de duas das oito entradas da universidade no período noturno e durante os finais de semana. O objetivo da medida é tentar diminuir uma onda de furtos de componentes eletrônicos que está acontecendo dentro das faculdades e institutos".

A Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) é a primeira instituição de ensino brasileira a ter uma televisão na Internet. A Web TV da Ulbra entrou na rede com programas jornalísticos e de entretenimento. Para acessá-la, é necessário um computador multimídia, entrar no endereço www.ulbra.br e fazer um plug-in do Real Player – aplicativo copiado gratuitamente da Internet que permite rodar arquivos de áudio e vídeo no computador – que se encontra na página. A televisão está no ar de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 22h30.

Atividades do GT local de Seguridade Social

O Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind (GTSS) retomou suas atividades após o fim da greve dos docentes. Foram realizadas três reuniões de lá para cá. As principais atividades em andamento são:

1) Preparação de um *Caderno Adufrj* sobre os debates ocorridos durante o II Encontro de Professores da UFRJ, realizado em 12 de maio, contendo textos de Laura Tavares e Ana Elizabeth Mota, palestrantes do encontro.

2) Participação na organização do *Encontro de Seguridade Social Pública*, promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social que será realizado nos dias 24 e 25 de agosto, no Rio de Janeiro (informações na sessão Anote, página 4).

3) Participação nas reuniões e demais atividades do GT de Seguridade Social do Andes-SN.

4) Estudo de diversos textos acadêmicos e sindicais sobre os temas da seguridade social.

5) Preparação de uma cartilha sobre Seguridade Social Pública. A cartilha trará textos de vários autores sobre as principais concepções de seguridade social e as implicações do receituário do Banco Mundial e do FMI nas reformas do Estado e seus desdobramentos na Previdência, Saúde e Assistência, assim como a história das lutas em defesa da seguridade pública.

6) Planejamento de uma pesquisa sobre a vida dos docentes aposentados da UFRJ.

O GTSS é atualmente coordenado pela pro-

fessora Cleusa Santos, da Escola de Serviço Social e da Diretoria da Adufrj-SSind, é formado por professores de diversas unidades da UFRJ e tem como objetivo auxiliar o movimento docente a formular suas propostas para a Seguridade Social e a encaminhar as lutas pela sua implementação, constituindo-se num espaço de atuação simultaneamente acadêmico e sindical, assim como os demais grupos de trabalho do sindicato.

A próxima reunião do GTSS será na terça-feira, dia 22 de agosto, às 14 horas, na Escola de Serviço Social (*campus* da Praia Vermelha). Todos os professores interessados estão convidados a participar.

LE MONDE
diplomatique

Globalização/Susan George e Ellen Gould*

A OMC contra-ataca em silêncio

Derrotada na Batalha de Seattle, a Organização Mundial do Comércio não desistiu de radicalizar a globalização, em favor das transnacionais. Em Genebra, e sem qualquer debate com as sociedades, trama-se agora a desregulamentação geral de setores como saúde, educação, meio-ambiente e cultura.

Anunciado com grande estardalhaço, o novo ciclo de negociações comerciais multilaterais da OMC (Organização Mundial do Comércio) denominado “Rodada do Milênio” naufragou vergonhosamente em novembro passado, em Seattle. Mas este fracasso não impediu absolutamente que fossem há pouco retomadas as negociações sobre o comércio de serviços, em Genebra, como se nada tivesse acontecido. Com efeito, elas figuravam no mandato atribuído à OMC pelos acordos de Marrakech, de 1994. Ora, o que se arquiteta atualmente, a portas fechadas, com base no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATT, em inglês), é exatamente aquilo que havia sido espetacularmente recusado em Seattle: o confisco, pelas empresas transnacionais, dos novos setores e a transformação programada dos serviços públicos em mercadoria. A ponta de lança desta ofensiva encontra-se na Comissão Européia.

De fato, Bruxelas e o secretariado da OMC esfalfam-se ao máximo para satisfazer os projetos das grandes empresas: seja qual for a desculpa, o que está em jogo são os setores da saúde, educação, meio-ambiente e cultura. Os meios técnicos de contornar, ou de se contrapor à vontade dos cidadãos, ou mesmo dos Estados, neste campo, estão nos textos e já estão sendo postos em prática em grande medida. Basta visitar o site da Comissão Européia na Internet para ficar sabendo que “a participação ativa das indústrias de serviços nas negociações é crucial para permitir alinhar nossos objetivos de negociação com as prioridades das empresas. O GATT não é apenas um acordo entre governos. É antes de mais nada um instrumento para benefício do meio financeiro”.¹

Serviços “maduros para a liberalização”

Encarregado europeu do comércio, o comissário Pascal Lamy não modificou em nada o programa do seu predecessor, o hiper-thatcheriano sir Leon Brittan, além de ter conservado na equipe os seus principais colaboradores. Um deles, Robert Madelin, escreveu recentemente ao diretor-presidente do Barclays Bank,

também presidente do European Services Forum (ESF), para tomar ciência de suas prioridades (o ESF, criado pela Comissão Européia em 1998, reúne mais de 80 empresas transnacionais de serviços). Madelin pede oficialmente que lhe indiquem os mais importantes mercados de serviços e que identifiquem os principais entraves ao comércio nos “setores da construção, da educação, do meio-ambiente, da saúde, dos serviços sociais e da comunicação”. E acrescenta: “É desnecessário dizer que a Comissão dispõe-se a fornecer especialistas idôneos e documentos preparatórios para qualquer reunião que o senhor e seus colegas desejem organizar para discussões setoriais.”²

Um outro ex-membro da equipe de Brittan, Michel Servoz, sempre o principal negociador da Comissão para os serviços, havia declarado, por ocasião de um simpósio organizado em 1999, que “certos setores parecem-nos de uma importância crescente, e gostaríamos de ver aí um nível maior de comprometimento. Trata-se dos serviços ligados ao meio-ambiente, à construção, à distribuição, à saúde e à educação. Nossa pauta (*shopping list*) é totalmente similar à dos parceiros do Quadrilátero”.³ Servoz tinha aliás declarado, em outra ocasião, que a saúde, a educação e o meio-ambiente estavam “maduros para a liberalização”.⁴

Sacrifícios para ter acesso ao big deal

Será que nos querem fazer acreditar que a União Européia teria acesso aos “mercados” da saúde, educação, meio-ambiente e cultura em outros países, sem que igualmente abra suas próprias fronteiras nesse campo? A resposta foi dada pelo próprio Pascal Lamy diante do *U.S. Council for International Business* (USCIB): “Se queremos melhorar nosso próprio acesso aos mercados estrangeiros, não podemos excluir nossos setores protegidos. É preciso estarmos prontos para negociá-los se queremos ter cacife para negociar um acordo global (*big deal*). Tanto para os Estados Unidos quanto para a União Européia isto implica em algumas perdas em certos setores, mas ganhos em muitos outros, e creio que sabemos, uns como outros, que será necessário consentir em sacrifícios para obter, mais adiante, o que queremos”.⁵

O comissário não especifica quais sacrifícios ele está disposto a consentir em nome dos europeus. Por outro lado, acrescenta que o investimento também deve constar do *big deal*. Entretanto, faz questão de advertir o seu auditório do USCIB, ponta-de-lança dos norte-americanos no Acordo Multilateral de Investimen-

tos (AMI), provisoriamente “sepultado” na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), no fim de 1998: “É uma carta a ser jogada, porém com infinitas precauções. Falando francamente, estamos tanto na época do pós-AMI, quanto na do pós-Seattle. É preciso tirarmos as lições desses dois fracassos”.⁶ Sem dúvida, uma das lições é que acordos deste tipo são melhor negociados longe dos olhares curiosos dos cidadãos bem informados. E não é o secretariado da OMC que dirá o contrário: será difícil para ele, é claro, proclamar publicamente, como o faz em uma nota interna, que um dos principais objetivos do GATT é o de reduzir os salários! **“Importação” de trabalhadores**

Na verdade, essa nota afirma que “as vantagens mais significativas do comércio não virão da construção e da gestão de hospitais, mas da possibilidade de aí empregar pessoal mais qualificado, mais eficaz e/ou menos custoso que o que poderia estar disponível no mercado local de trabalho”.⁷ Reduzir as remunerações é a obsessão da OMC: em certos “serviços de meio-ambiente, tais como o recolhimento do lixo, existe limite ao movimento das pessoas (...) e exigências de nacionalidade no que se refere ao pessoal, que impedem as empresas de minimizar os custos do trabalho por meio de um recrutamento internacional”.⁸ O GATT, graças ao acordo sobre o “movimento das pessoas físicas”, também permitirá importar trabalhadores ao sabor das exigências dos empregadores multinacionais, ou fazer executar o trabalho “móvel” em outro lugar. O secretariado da OMC dá, aliás, o bom exemplo. “A OMC já nos faz economizar muito dinheiro”, diz seu diretor-geral, Mike Moore, ao dirigir-se aos países membros, “deslocando as traduções. Graças ao correio eletrônico, apelamos para tradutores que trabalham em casa em países do mundo todo”.⁹

Os artifícios “legais” da liberalização

Como seria possível “liberalizar” os serviços sensíveis — não somente nos setores da saúde, da educação, do meio-ambiente e da cultura, mas também nos correios e nos transportes — sem parecer fazê-lo e sem chamar a atenção das sociedades, antes que seja tarde? Existem para isso vários meios técnicos perfeitamente “legais”, desde que se faça a leitura mais “liberal” possível dos textos do GATT. Basta, entre ou-



Arte Douglas Pereira

tras coisas: reclassificar categorias de serviços incluindo-as nas listas existentes, tornando-as mais estreitas ou criando sub-categorias. Dessa forma, assiste-se a uma verdadeira metamorfose das categorias nos setores onde os governos se “engajaram” menos e que são precisamente as mais politicamente sensíveis. Por exemplo, a análise de bases de dados de pacientes, ou de estudantes, não fará mais parte da saúde, ou da educação, e sim do “tratamento informático”; a administração dos hospitais, ou — porque não? — a Previdência Social, é colocada na rubrica “administração”, “contabilidade” ou “serviços às empresas”. Adotar a abordagem dita “horizontal” e aplicar certas regras ao conjunto das categorias de serviços, de pa-

íses e de modos de abastecimento. Uma regra aprovada, digamos, para os serviços de contabilidade seria aplicada então automaticamente ao conjunto dos 160 setores enumerados. Abrir o mercado num setor equivale a abri-lo em todos os outros, considere-se ou não a saúde e a educação como “mercados”. A Comissão Européia declarou-se explicitamente favorável a essa abordagem “horizontal”. Restringir drasticamente os “regimentos internos” que qualquer governo teria o direito de estabelecer ou de manter. O perigoso artigo VI, parágrafo 4º do GATT é interpretado em seu sentido mais amplo, a fim de que o Conselho do Comércio de Serviços da OMC possa elaborar as “disciplinas necessárias” a serem impostas aos Estados-membros. O objetivo é permitir à OMC erigir-se em juiz dos regimentos internos em todos os domínios em que os governos têm a pretensão de fixar normas, bem como poder qualificá-las de “entraves desnecessários ao comércio”. Estas “disciplinas” também seriam aplicadas horizontalmente e a OMC decidiria sobre o que é “necessário” e o que não é para atingir tal ou qual objetivo governamental.¹⁰

Interpretação do “rigor legal”

As “disciplinas” que se aplicariam aos serviços incluem as “medidas referentes aos procedimentos de qualificação, as normas técnicas e a concessão de patentes”, categorias particularmente amplas e elásticas. Elas serão interpretadas, como sempre, no sentido mais favorável à liberalização: seja para importar — com contratos de duração determinada (CDD) — trabalhadores considerados “qualificados” pela OMC, no entanto baratos; seja para permitir a quem quer que seja abrir clínicas ou escolas, ou para anular normas consideradas “entraves ao comércio”.

Os dispositivos do AMI, caso ele tivesse sido adotado, teriam permitido a uma empresa processar um Estado, que tomasse “medidas equivalentes a uma expropriação”. Com o GATT, tal como ele está sendo projetado, bastará provar que tal medida governamental é “mais rigorosa do que o necessário” para realizar este ou aquele objetivo do Acordo. E o artigo VI, parágrafo 4º, vale até para medidas não discriminatórias em relação a outros Estados-membros da OMC. Um advogado de empresas experiente encontrará sempre, em abstrato, o meio “menos rigoroso” que o escolhido pelo governo em questão, colocando-o assim na defensiva. Podemos confiar nas empresas transnacionais de serviços para incentivar — senão financiar — ações junto ao Órgão de Resolução de Divergências (ORD) da OMC, a fim de suprimir regimentos internos inoportunos, inclusive nos setores que

um governo crê protegidos.

Hora de um compromisso

Na verdade os governos nada sabem sobre o que lhes está sendo preparado em Genebra e Bruxelas. O ex-diretor-geral da OMC, Renato Ruggiero, foi bem claro: “O GATT fornece garantias no terreno do direito e da regulação bem mais amplas que o Acordo Geral sobre as Tarifas Alfandegárias e o Comércio (GATT); o direito de estabelecer-se [uma empresa de serviços em um outro país] e a obrigação de tratamento nacional em relação aos fornecedores de serviços estrangeiros estende o campo do GATT a setores que não tinham ainda sido reconhecidos antes, como fazendo parte da política comercial. Sinto que nem os governos nem as empresas tomaram consciência ainda, plenamente, da extensão destas garantias, do alcance e do valor dos compromissos existentes”.¹¹

Por todas estas razões — e ainda por muitas outras — já é hora dos cidadãos exigirem de seus poderes públicos um compromisso sem ambigüidade: a saúde, a educação, o meio-ambiente, a cultura e os serviços públicos essenciais são campos nos quais a OMC não deve ter qualquer ingerência e, portanto, onde os governos e os parlamentos devem conservar seus plenos poderes. Trata-se, pelo menos nesses setores, de tornar a OMC definitivamente incapaz de prejudicar.

Traduzido por Angela Mendes de Almeida.

* Respectivamente sócia-diretora e encarregada de pesquisas do Transnational Institute (Amsterdam). Susan George também é presidente do Observatório da Globalização (Paris) e autora do livro *Rapport Lugano* (ed. Fayard, Paris, 2000).

¹ <http://gats-info.eu.int/gats-info/g2000.pl?NEWS=bbb>: “The GATS is first and foremost an instrument for the benefit of business”.

² Carta de Robert Madelin a Andrew Buxton (ref. DG I/II/RM D(2000), 24/01/2000).

³ Michel Servoz, “Commentary”, *GATS 2000: New Directions in Services Trade Liberalisation* (Org. Pierre Sauvé e Robert Stern), Center for Business and Government, Harvard University et Brookings Institution Press, Boston/Washington, 2000, p. 537. Os outros países do “Quadrilátero”, além dos da União Européia, são os Estados Unidos, o Canadá e o Japão.

⁴ Citado no *Washington Trade Daily*, 04/06/1999.

⁵ Discurso de Pascal Lamy, “Lamy Addresses Need for New WTO Round”, perante o United States Council for International Business, New York, 08/06/2000. Em inglês a expressão é “bite the bullet”, “morder o cartucho”, isto é, aceitar voluntariamente algo difícil.

⁶ *Ibid.*

⁷ Secretariado da OMC, “Background Note on Health and Social Services” (www.wto.org/services/w65.htm).

⁸ *Ibid.*

⁹ Discurso de Mike Moore, setembro de 1999 (www.wto.org/wto/speeches/mm6.htm).

¹⁰ Até hoje, sob o GATT, nenhuma medida de um governo, submetida à prova da “necessidade”, sobreviveu.

¹¹ Renato Ruggiero, perante a *Conference on Trade in Services*, reunião de 02/06/1998, em Bruxelas, organizada pela Comissão Européia.



AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

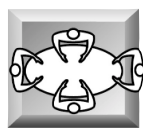
A página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) traz algumas novidades. O visitante agora tem a indicação de outros *sites* interessantes na seção “links”. Estão relacionados 24 partidos políticos brasileiros, outras 25 seções sindicais e parte da estrutura do Estado, como o Senado e a Câmara Federal e alguns ministérios. Na seção “downloads”, o internauta também pode ter acesso ao arquivo “Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil”, produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, além das edições anteriores de jornais e boletins da entidade.



A Biblioteca Nacional tem a mais rica coleção bibliográfica da América Latina, com 8,5 milhões de obras. A página eletrônica da Fundação Biblioteca Nacional (www.bn.br) tenta informar sobre essa quantidade de títulos. No link “agenda”, o visitante descobre os eventos previstos para o prédio sede da Biblioteca Nacional, para a Casa da Leitura e para a Biblioteca Euclides da Cunha. Na parte de biblioteca virtual, um catálogo *on-line* orienta a pesquisa do internauta.

INMETRO

Desde 22/11/96, mais de 340 mil visitas foram feitas ao *site* do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (www.inmetro.gov.br). Destaque total para o link “consumidor”, no qual o internauta fica por dentro de todas as análises de produtos realizadas pelo instituto, além de conhecer as diferentes formas através das quais o Inmetro atua na defesa do consumidor. No link “pergunte ao Inmetro”, o visitante descobre como incluir um produto para ser analisado por esta autarquia federal.



Colegiados

Distribuição de bolsas não agrada conselheiros

O critério de distribuição de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) foi bastante criticado por alguns conselheiros do CEPG. Alguns professores de currículo impecável teriam perdido bolsas para seus orientados. O próprio professor Gattass questionou o fato de o edital não limitar as bolsas aos professores com atividades docentes na universidade. Segundo ele, alguns professores alocados em outras instituições, sem vínculo atual com a universidade (hospitais, institutos etc), teriam recebido bolsas. Uma conselheira desabafou “temos que estimular o curumim, mas não às custas de matar o velho índio”.

Periódicos recebem apenas R\$ 630 mil

Na sessão do CEPG de 4 de agosto, o sub-reitor Ricardo Gattass divulgou o orçamento do MEC para a manutenção das assinaturas das bibliotecas e departamentos da UFRJ em 2000. Serão apenas R\$ 630 mil contra R\$ 1,3 milhão, em 1999, e R\$ 2,5 milhões, em 1998.

A UFRJ ficou em quinto lugar no *ranking* das universidades em verba, em reais, para periódicos: a USP recebeu 1,8 milhão; a Unesp, 1,5 milhão; a Unicamp, 1,3 milhão; a UERJ, 680 mil; e a UFRJ, os 630 mil. Segundo o sub-reitor, o sistema de cálculo é baseado na coleta Capes e leva em conta o grau de avaliação dos programas. Recebe alguma verba quem tem grau acima de 3.

Com a redução da verba, a UFRJ terá que se contentar com a atualização de apenas 233 títulos. Ano passado, foi possível a atualização de

970 títulos. A preocupação dos conselheiros é que, caso esta situação se mantenha, nos próximos anos quase nenhum periódico será atualizado.

Uma das possibilidades apresentadas por Gattass para que a UFRJ recebesse tão pouco, apesar do bom desempenho junto à Capes, seria que a universidade teria retido na Fundação Universitária José Bonifácio, durante sete meses, o último montante de recursos destinados às publicações. O MEC teria contabilizado este dinheiro, não utilizado pela UFRJ, como uma verba a ser executada no próximo período.

O sub-reitor disse que iria tentar resolver o problema em reunião informal com Abílio Baeta, durante sua estadia em Brasília, semana passada. Gattass esteve no ministério como um dos homenageados da Ordem Nacional do Mérito Científico).

Periodização

A Resolução 01/99 do CEG/CEPG, que trata da nova periodização na UFRJ, vai passar por uma fase de revisão nestes colegiados. Conforme já antecipamos no boletim nº 8 (7 de agosto), os conselheiros do CEG já pensam em reduzir a hora-aula de sessenta para cinquenta minutos. A Adufrj-SSind também não está parada em relação ao polêmico assunto, que movimentou muitas reuniões de Unidades durante a greve. Lembramos aos professores que já publicamos os seguintes textos sobre o tema: artigo “Comentários sobre o projeto de resolução conjunta CEG/CEPG nº 01/99”, subscrito pela maioria dos docentes do Instituto de Economia (12/11/2000); o texto “Adufrj realiza debate sobre a nova regulamentação acadêmica” (10/12/2000) e um encarte “Nova periodização na UFRJ: quem vai dar mais aulas? E para quê?” (10/04/2000). E muita discussão ainda vem por aí.

Justiça garante permanência de INDC

A Comissão de Defesa do Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) conseguiu, graças à medida cautelar nº 2000510056358, impedir a transferência do instituto para o Fundão, como era o desejo do reitor Vilhena. O Ministério Público Federal entendeu que a transferência não poderia ser feita sem um parecer favorável de estudo técnico das Secretarias de Saúde do Município e do Estado do Rio de Janeiro (ou seja, um parecer que não indique prejuízo de assistência hospitalar para a população). “Muito menos sem respeitar as instâncias democráticas de deliberação da Universidade”, ressaltou o texto da medida cautelar.



Jurídico

A juíza da 18ª Vara Federal, Regina Coeli M. C. Peixoto, concedeu liminar ao Andes-Sindicato Nacional em 4 de agosto obrigando a UFRJ a pagar aos aposentados e pensionistas do Colégio de Aplicação (CAp) o valor da GID, que havia sido cortado em maio deste ano. A juíza determinou ainda que este valor deverá ser incluído já na folha de pagamento do mês de agosto.

Anote

Encontro de Seguridade Social Pública

A Adufrj é uma das entidades que está organizando este encontro que acontece no mês de agosto, nos dias 24 e 25. O local será o Auditório da Petrobras, na Av. República do Chile 65, no Centro. O encontro é voltado para um público bastante homogêneo e tem como objetivo socializar o debate em torno da seguridade social, das políticas de assistência, previdência e saúde, de forma integrada. Outra meta

do evento é debater as principais diretrizes para a ação política de conselheiros, entidades da área e mandatos legislativos. Os organizadores esperam também que a partir do encontro sejam produzidas diretrizes para a Defesa da Seguridade Social.



No dia 24 acontecerão mesas redondas com os temas “Seguridade Social e Conjuntura”, coordenada pelo professor Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase/Abong); e “Seguridade Social: Incluídos e Excluídos”, coordenada pelo deputado estadual Arthur Messias (presidente da comissão de Seguridade Social da Alerj). Laura Tavares (UFRJ), Haroldo de Abreu (UFF), José Prata de Araújo

(economista), Luiz Viegas da Motta Lima (FAAPERJ), Ana Lígia Gomes (assistente social), Maria Inês Bravo (UERJ) e a deputada Tânia Rodrigues (presidente da comissão de Saúde da Alerj) realizarão palestras ao longo do primeiro dia. Dia 25, a programação fica por conta da apresentação dos trabalhos selecionados e debates. À tarde, haverá uma plenária para a Construção das Diretrizes Conjuntas.



Nosso Bolso

CUT quer capacitar para gestão da previdência complementar

Sindicalistas, dirigentes e assessores da CUT estarão, durante o segundo semestre de 2000, participando de um curso sobre fundos de pensão organizado pela empresa Gushiken Associados do ex-deputado federal pelo PT, Luiz Gushiken. A CUT/RJ organizou, na semana passada, uma reunião aos interessados para divulgar e explicar os objetivos do Programa de Formação e Qualificação Profissional de Dirigentes em Fundos de Pensão. O Programa é gratuito para os inscritos e está sendo financiado com verba do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

No Rio, serão organizadas duas turmas de quarenta participantes para um curso dividido em três módulos de três dias, com carga horária/dia de 8 horas. A intenção dos organizadores é preparar os sindicalistas cutistas para as mudanças em tramitação no Congresso na legislação que irá reger os Fundos de Previdência Complementar.

A discussão ainda é embrionária no conjunto das entidades sindicais, mas está prevista uma plenária específica para tratar do assunto no próximo Congresso Nacional da Central (Concut), que acontece no mês de agosto, em São Paulo.

Pelo relato dos trabalhadores e sindicalistas presentes à reunião promovida pela CUT/RJ, a discussão sobre previdência complementar e a administração dos fundos de pensão pelas entidades de classe está longe de chegar a um consenso. Para alguns, vale o esforço dos trabalhadores no sentido de se inteirar da legislação para que os sindicatos, através da nova

lei (PL 8, em final de tramitação no Senado), possam constituir seus próprios fundos. Pela Lei 6435/76, só as empresas poderiam ser “patrocinadores”, ou seja, donas dos fundos, a exemplo de várias instituições, públicas ou privadas, que mantêm o controle dos fundos de investimentos dos seus funcionários.

Para outros, a administração de fundos ou programas de aposentadoria complementar pelos sindicatos e associações significaria o fim de uma luta histórica do resgate da previdência social pública e da garantia de benefícios a todos os cidadãos. A idéia de entrar na lógica da ciranda financeira, da especulação e das aplicações de risco não agrada a muitos. O medo de se apostar nas aplicações para a garantia de uma aposentadoria segura é grande. Basta observar os exemplos de grandes fundos das estatais privatizadas que, durante anos, arrecadaram recursos dos trabalhadores e ao final foram liquidados por conta de empréstimos feitos a bancos, governos etc, deixando os funcionários a ver navios. Alguns exemplos são a extinção do Fundo de Pensão dos trabalhadores do antigo Banerj e da Fundação Francisco Conde (do extinto BCN), no Rio.

Fundos representam 12,5% do PIB

Os Fundos de Pensão movimentam em torno de 12,5% do Produto Interno Bruto e estudos projetam um crescimento desse patrimônio para R\$ 260 bilhões em 2005. Segundo a dirigente da Federação Nacional dos Bancários, Leonice Rocha, os sindicatas

deveriam começar a se importar com o destino deste dinheiro, onde é aplicado e qual o verdadeiro retorno para os trabalhadores.

Aplicações

Segundo Rogério Souza, representante dos trabalhadores na Previ – Fundo de Pensão do Banco do Brasil (maior da América Latina, com uma carteira de R\$ 31,8 bilhões), existe uma portaria (27/20 de abril de 2000) que estabelece como as instituições devem fazer a transparência dos recursos aplicados, em que proporção pode ser feito cada tipo de investimento (patrimonial, aplicações, de risco etc). Para Rogério, as experiências recentes com direções de fundos eleitas pelos trabalhadores deram uma nova perspectiva para o movimento social. “Temos que estar capacitados para entender a nova legislação e sermos capazes de ocupar as cadeiras desta administração. Se temos o avanço da legislação, os trabalhadores devem estar preparados”, comenta.

Segundo a coordenadora do GT de Seguridade Social da Adufrj-SSind, Cleusa Santos, os fundos de pensão têm hoje 17 trilhões de dólares aplicados nos mercados mundiais. A preocupação da professora é que, ao aceitar a gestão dos fundos brasileiros, os trabalhadores estarão se inserindo na lógica de mercado ditada pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI.



Programa

Os interessados em participar dos cursos do Programa Nacional de Qualificação Profissional em Fundos de Pensão devem se inscrever na Confederação Nacional dos Bancários, telefone 223-4117, ramais 248 e 273. O curso será realizado no Centro de Formação Paulo Freire, na CNB, no Rio de Janeiro.

■ Atualmente existem 360 entidades fechadas de previdência privada, com 2.223 patrocinadores e uma população beneficiária de mais de 6.530.000 pessoas, incluindo ativos, aposentados e dependentes. De 1990 a 1999, os ativos dos fundos se elevaram de R\$ 24,3 bilhões para R\$ 126 bilhões, representando um crescimento de 418% na década, numa expansão de 15% ao ano.

Fonte: documento do 1º Congresso Nacional de Participantes de Fundos de Pensão

Anote

Capex abre inscrição para doutorado no exterior

Estão abertas as inscrições para bolsas de doutorado pleno no exterior para o início dos cursos em 2001. Os candidatos para cursos de doutorado pleno nos EUA devem se inscrever até o dia 22/09, uma vez que a Capes vai adotar, ainda este ano, novos procedimentos na concessão de bolsas para aquele país. Os cursos devem ter duração de 12 meses mas a bolsa pode ser renovada, desde que não ultrapasse o total de 46 meses. A bolsa mensal é de US\$ 1.100, mais uma mensalidade para auxílio instalação. Outras informações no site www.capes.gov.br



V Semana de Extensão da UFF

A Universidade Federal Fluminense, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão articulada com os Centros Universitários e demais segmentos da UFF, promoverá a V Semana de Extensão da UFF - “Violência, Pobreza e Desigualdade, Estratégias para o Próximo Milênio”, no período de 23 a 26 de outubro de 2000. As inscrições estão abertas até 20 de outubro. Mais informações podem ser conseguidas nos telefones: (21) 717-8484 / 717-6146 ou no site: www.uff.br/proex/vsemana.htm



Jornada tem novo prazo de inscrição

O prazo para inscrições de resumos da Jornada de Iniciação Científica e Cultural foi prorrogado para esta segunda-feira (14/08) até as 23h59. O objetivo desta Jornada é proporcionar ao aluno de graduação um espaço para exposição e discussão do seu trabalho.

Pós-graduandos discutem lei própria

Pós-graduandos de toda a UFRJ, uni-vos! A Associação de Pós-Graduandos (APG) da universidade já começou a arregaçar as mangas para viabilizar o XV Congresso Nacional da “categoria” de 1 a 5 de novembro deste ano. Na pauta do evento, estarão os avanços e retrocessos da pós-graduação no país. Instância deliberativa máxima do movimento, o Congresso também deve cuidar de um tema polêmico: a Lei dos Pós-Graduandos.

As diretrizes dessa proposta foram aprovadas no último Conselho Nacional de APGs realizado de 28 a 30 de julho, na Universidade Federal de São Carlos. De modo geral, a idéia é tornar o estudo de pós-graduação um trabalho reconhecido em carteira assinada. Por exemplo, o tempo de estudo na pós seria considerado para aposentadoria (mesmo que o aluno não seguisse na carreira acadêmica). Outros benefícios dos trabalhadores como

adicionais de insalubridade, férias e licença-maternidade também seriam estendidos aos estudantes. Fora isso, existe a defesa para a meia entrada em eventos culturais e a tão sonhada bolsa de estudos para todos os pós-graduandos. Os princípios desta lei, no entanto, enfrentam resistência mesmo entre os estudantes. Para uma corrente divergente, estudo e trabalho são coi-

sas diferentes e devem permanecer assim.

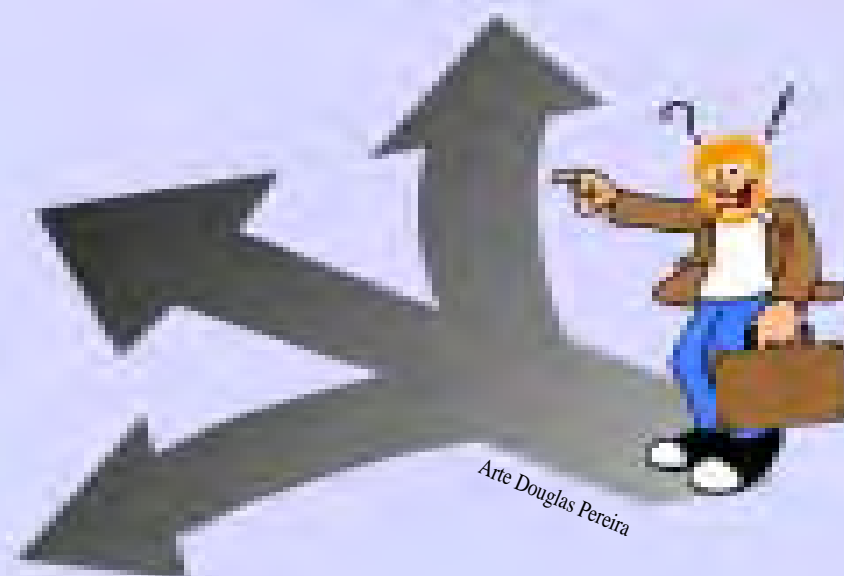
Outras deliberações do CONAP já são bastante conhecidas da comunidade universitária. Falam da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; contra o mestrado profissionalizante; pela gratuidade da pós-graduação, entre outros pontos. Além disso, existem as decisões de organização do

movimento de pós (entre os quais, citamos a Lei dos pós-graduandos).

XV Congresso

Integrante da comissão organizadora do Congresso Nacional, a mestrandia do Programa em Sociologia e Antropologia da UFRJ Flávia Braga Vieira resalta a importância de um encontro como esse na maior universidade federal do país. “A UFRJ está muito em evidência”, comenta, lembrando os atuais cargos de servidores da UFRJ, como o secretário de Ensino Superior, Antônio Figueiredo; o presidente do Andes-SN, Roberto Leher e o coordenador-geral da Fasubra, Agnaldo Fernandes.

“Além do mais, os últimos Congressos foram em São Paulo e o próximo poderia ser feito na PUC-SP”, afirmou, preocupada com a regionalização de um movimento nacional.



Arte Douglas Pereira



Vida no Campus



CONHECIDO COMO “HOTEL SETE DE SETEMBRO”, O IMÓVEL TOMBADO DA UFRJ LOCALIZADO NA AVENIDA RUI BARBOSA ESTÁ COMPLETAMENTE ABANDONADO. EM FEVEREIRO, O REITOR PUBLICOU UMA CARTA NO JORNAL DO BRASIL NA QUAL DIZIA QUERER ALOJAR NO LOCAL ALGUNS CURSOS DE CONCEITO SETE PELA CAPES, COMO O PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA SOCIAL DO MUSEU NACIONAL, E ESPAÇO PARA ATIVIDADES CULTURAIS. VILHENA AFIRMAVA AINDA QUE UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO ARQUITETÔNICA TERIA SIDO ENCAMINHADO AO MINISTÉRIO DA CULTURA PARA ANÁLISE. ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO, NÃO FOI ANUNCIADA NENHUMA NOVIDADE EM RELAÇÃO AO PRÉDIO.

Anteprojeto de Lei de emprego das IFEs

SUMÁRIO:

TÍTULO I - Dos empregos

Capítulo I - Da Criação e do Regime

Capítulo II - Da Implantação, Coordenação, Supervisão e Controle

Capítulo III - Da Remuneração e da Isonomia

TÍTULO II - Do Pessoal Docente

Capítulo I - Do Magistério da Educação Superior

Seção I - Das Atividades

Seção II - Da Carreira e da Remuneração

Seção III - Do Ingresso

Seção IV - Da Progressão na Carreira

Seção V - Do Professor Conferencista

Seção VI - Do Auxiliar de Ensino

Capítulo II - Do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II

Seção I - Das Atividades

Seção II - Da Carreira e da Remuneração

Seção III - Do Ingresso

Seção IV - Da Progressão na Carreira

Seção V - Do Instrutor e do Monitor

Capítulo III - Disposições comuns aos Capítulos Precedentes

Seção I - Do Regime de Trabalho

Seção II - Das Férias

Seção III - Dos Professores Visitantes e Substitutos

TÍTULO III - Do Pessoal Técnico-Administrativo

Capítulo I - Das Atividades

Capítulo II - Da Classificação dos Empregos

Capítulo III - Do Ingresso

Capítulo IV - Da Carreira e da Remuneração

Capítulo V - Do Regime de Trabalho

Capítulo VI - Da Progressão na Carreira

TÍTULO IV - Das Funções de Confiança

TÍTULO V - Das Disposições Gerais

Capítulo I - Das Vantagens

Seção I - Da Licença para Tratamento da Saúde

Seção II - Da Licença para Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro

Seção III - Da Cedência

Seção IV - Do Afastamento

Seção V - Da Licença Sabática

Seção VI - Dos Programas de Qualificação de Pessoal

Capítulo II - Dos deveres e proibições

Capítulo III - Da Acumulação

TÍTULO VI - Das Disposições Finais e Transitórias

PROJETO DE LEI

Cria os empregos públicos que menciona, estabelece sua remuneração, as diretrizes para as carreiras dos empregos públicos nas instituições federais de ensino, e determina outras providências.

TÍTULO I

Dos empregos

Capítulo I Da Criação e do Regime

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, cento e noventa mil empregos públicos destinados à composição dos quadros das instituições federais de ensino, conforme demonstrativo no Anexo I a esta Lei.

§ 1º Os empregos criados nos termos do disposto neste artigo serão alocados às instituições referidas no *caput* nos quantitativos expressos no Anexo II desta Lei.

§ 2º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação, poderá movimentar, na conformidade do disposto em regulamento, os empregos criados na forma desta lei, quando não ocupados, entre as instituições federais de ensino referidas no Anexo II desta Lei.

§ 3º É vedada a ocupação dos empregos de que trata esta lei fora das instituições referidas no § 2º.

Art. 2º Os empregos criados na forma desta lei reger-se-ão pelo regime da contratação da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme estabelece o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e suas alterações posteriores, e legislação complementar.

Parágrafo único. Os empregados contratados nos empregos criados por esta lei filiam-se ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e suas alterações posteriores.

Capítulo II Da Implantação, Coordenação, Supervisão e Controle

Art. 3º A implantação e administração dos empregos criados nos termos desta Lei caberá a cada Instituição Federal de Ensino – IFE, sob a coordenação, supervisão e controle do Ministério da Educação.

Capítulo III Da Remuneração e da Isonomia

Art. 4º Os empregos de que trata o art. 1º terão sua remuneração composta pelos salários definidos nas tabelas constantes no Anexo III, acrescidos das gratificações fixadas nesta Lei.

Parágrafo único. O salário para o docente em regime de trabalho de quarenta horas será acrescido de 100% do salário básico correspondente ao regime de vinte horas semanais de trabalho.

Art. 5º A isonomia salarial será assegurada pela remuneração uniforme do trabalho prestado por servidores da mesma classe

ou categoria funcional e da mesma titulação.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por remuneração o salário e as vantagens pecuniárias previstas em lei.

§ 2º Nenhum servidor receberá, a título de salário, importância inferior ao salário-mínimo nacional.

TÍTULO II

Do Pessoal Docente

Capítulo I Do Magistério da Educação Superior

Seção I Das Atividades

Art. 6º São consideradas atividades próprias do pessoal docente da Educação Superior:

I - as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão de nível superior, que visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura; e

II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Art. 7º A carreira de Magistério da Educação Superior compreende as seguintes classes:

I - Professor Titular;

II - Professor Associado;

III - Professor Adjunto; e

IV - Professor Assistente.

§ 1º Cada classe compreende cinco níveis, designados pelos números de 1 a 5, exceto a de Professor Titular Pleno, que possui um só nível.

§ 2º Os empregos do Magistério da Educação Superior integram os quadros das Instituições Federais de Ensino Superior.

Art. 8º Na carreira do Magistério da Educação Superior os salários de cada nível são determinados mediante a variação dos valores iniciais definidos no Anexo III, à razão de 5% nas classes de Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Associado, e à razão de 10% na classe de Professor Titular.

Parágrafo único. Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte, haverá acréscimo não cumulativo com as variações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, de 10%, de uma para outra classe.

Art. 9º O salário dos integrantes da carreira do Magistério da Educação Superior que possuírem título de Doutor é acrescido de 50%.

Art. 10 Os docentes do Magistério da Educação Superior perceberão a gratificação de produtividade de que trata a Lei nº 9.678, de 1998.

Seção III Do Ingresso

Art. 11 O ingresso na carreira do Magistério da Educação Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, somente podendo ocorrer no ní-

vel 1 da classe de Professor Assistente.

§ 1º Para inscrição no concurso a que se refere este artigo, será exigido grau de Mestre.

§ 2º Poderá ser admitido o ingresso na carreira na classe de Professor Titular, mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de Doutor bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo conselho superior competente da IFE na forma de regulamento.

§ 3º A instituição pode prescindir da observância dos pré-requisitos previstos no § 1º, em relação a áreas de conhecimento cuja excepcionalidade seja reconhecida pelo conselho superior competente da IFE.

Seção IV Da Progressão na Carreira

Art. 12 A progressão na carreira do Magistério da Educação Superior deverá ocorrer exclusivamente por mérito acadêmico ou por titulação, nos termos das normas estabelecidas pelo Conselho Superior competente da Instituição.

§ 1º A progressão de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe será feita após o cumprimento de interstício de dois anos e avaliação do respectivo desempenho acadêmico.

§ 2º A progressão da classe de Professor Assistente, em qualquer nível, para o nível inicial da classe de Professor Adjunto será feita após obtenção do título de doutor, reconhecido pela Instituição.

§ 3º A progressão da classe de Professor Adjunto, em qualquer nível, exceto o primeiro, para o nível inicial da classe de Professor Associado poderá ser feita após aprovação em processo de progressão por uma banca examinadora especialmente designada para tal fim, do qual devem constar a avaliação do desempenho acadêmico na classe e da apresentação de seminários temáticos, seguidos de arguição, dentre outros requisitos estabelecidos pela Instituição.

§ 4º A progressão da classe de Professor Associado, em qualquer nível exceto o primeiro, para a classe de Professor Titular poderá ser feita após aprovação em processo de progressão realizado por uma banca examinadora especialmente designada para tal fim, do qual devem constar a avaliação do respectivo memorial de desempenho acadêmico na carreira do Magistério do Ensino Superior, apresentação de seminários temáticos, seguidos de arguição, dentre outros requisitos estabelecidos pela Instituição.

Seção V Do Professor Conferencista

Art. 13 Poderá haver contratação de Professor Conferencista por prazo indeterminado, na forma estabelecida pela legislação trabalhista.

§ 1º O Professor Conferencista deverá ser pessoa de reconhecida qualificação e experiência profissional não acadêmica, e será contratado para realizar atividades de ensino em domínios do conhecimento para os quais é requerida tal experiência,

nos termos definidos em regulamento editado pelo colegiado superior da instituição.

§ 2º O Professor Conferencista será contratado após aprovação em processo seletivo simplificado, de provas e títulos, na forma de regulamento editado pela Instituição, dentre cujos requisitos mínimos de inscrição constará obrigatoriamente diploma de graduação em curso superior.

§ 3º A remuneração do Professor Conferencista, cujo regime de trabalho é de doze horas semanais, corresponderá a 80% do salário do Professor Adjunto-20h da carreira do Magistério do Ensino Superior.

Seção VI Do Auxiliar de Ensino

Art. 14 Poderá haver contratação de Auxiliar de Ensino, para exercício de atividades de ensino superior, mediante processo seletivo simplificado, pelo prazo determinado de até um ano, prorrogável por no máximo um ano, exigindo-se diploma de graduação na área.

§ 1º A contratação de Auxiliar de Ensino dar-se-á para o desempenho de atividades previstas em projeto acadêmico de responsabilidade de professor do quadro docente da IFE, aprovado na forma de regulamento a ser editado por órgão colegiado superior da IFE.

§ 2º O salário do Auxiliar de Ensino, cujo regime de trabalho é de vinte horas semanais, corresponderá a 80% do salário do Professor Assistente-20h, da carreira do Magistério da Educação Superior.

Capítulo II Do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II

Seção I Das Atividades

Art. 15 São consideradas atividades próprias do pessoal docente da Educação Profissional:

I - as relacionadas ao ensino, pesquisa tecnológica, extensão e articulação com a comunidade e setores produtivos, no âmbito das instituições de educação profissional; e
II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Art. 16 São consideradas atividades próprias do pessoal docente da Educação Especial:

I - as relacionadas às atividades de educação escolar destinada a educandos portadores de necessidades especiais; e
II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Art. 17 São consideradas atividades próprias do pessoal docente do Colégio Pedro II:

I - as relacionadas ao ensino fundamental e médio ministradas na instituição; e
II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assis-

tência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Seção II Da Carreira e da Remuneração

Art. 18 As carreiras do Magistério da Educação Profissional, do Magistério da Educação Especial, e do Colégio Pedro II, compreendem as classes I, II, III e Especial.

§ 1º Cada classe compreende cinco níveis, designados pelos números de 1 a 5, exceto a classe Especial, que possui um só nível.

§ 2º Os empregos do Magistério da Educação Profissional integrarão os quadros dos Centros Federais de Educação Tecnológica, das Escolas Técnicas Federais, das Escolas Agrotécnicas Federais, e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 3º Os empregos de Professor da Educação Especial integrarão os quadros do Instituto Benjamin Constant e do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

§ 4º Os empregos do Colégio Pedro II constituir-se-ão em quadro próprio da instituição.

Art. 19 Nas carreiras do Magistério da Educação Profissional, da Educação Básica e do Colégio Pedro II os salários de cada nível são determinados mediante a variação dos valores iniciais definidos no Anexo III, à razão de 5% por nível; Parágrafo único. Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte, haverá acréscimo não cumulativo com as variações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo, de 10%, de uma para outra classe.

Art. 20 O salário dos integrantes da carreira do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II que possuem titulação é acrescido:

I - de 50%, para os detentores de grau de Doutor;
II - de 25%, para os detentores de grau de Mestre;
III - de 12%, para os detentores de certificado de curso de Especialização; e
IV - de 10%, para os detentores de certificado de curso de Aperfeiçoamento.

Art. 21 Os docentes do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II perceberão a gratificação de produtividade de que trata a Medida Provisória nº 2.020, de 2000.

Seção III Do Ingresso

Art. 22 O ingresso nas carreiras do Magistério da Educação Profissional, do Magistério da Educação Especial, e do Colégio Pedro II, far-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos e deverá ocorrer no nível inicial da classe I.

Parágrafo único. Para inscrição no concurso será exigido pelo menos diploma de curso superior, conforme estabelecido no respectivo edital.

Seção IV Da Progressão na Carreira

Art. 23 A progressão nas carreiras do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II poderá ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho

acadêmico, nos termos das normas regulamentares a serem expedidas pelo Ministro de Estado da Educação:

I - de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe; e

II - de uma para outra classe, exceto para a de Professor Titular Pleno.

§ 1º A progressão de que trata o item I será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho.

§ 2º A progressão prevista no item II far-se-á sem interstício, por titulação.

Seção V Do Instrutor e do Monitor

Art. 24 Poderá haver contratação de Instrutor e de Monitor, para exercício de atividades auxiliares de educação profissional, mediante processo seletivo simplificado, pelo prazo determinado de até um ano, prorrogável por no máximo um ano.

§ 1º A contratação de Instrutor e Monitor dar-se-á para o desempenho de atividades de treinamento em cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, com qualquer nível de escolarização.

§ 2º O salário do Instrutor e do Monitor, cujo regime de trabalho é de quarenta horas semanais, corresponderá a 80% do salário do Professor Classe I, da carreira do Magistério da Educação Profissional.

Capítulo III Disposições comuns aos Capítulos Precedentes

Seção I Do Regime de Trabalho

Art. 25 O servidor das carreiras de Magistério de que trata esta Lei será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - tempo integral, de quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários; e

II - tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

Seção II Das Férias

Art. 26 Ao docente em efetivo exercício serão concedidos quarenta e cinco dias de férias anuais, que poderão ser gozados em um ou dois períodos.

Seção III Dos Professores Visitantes e Substitutos

Art. 27 Poderá haver contratação de Professor Visitante, na forma da legislação administrativa.

Parágrafo único. O Professor Visitante deverá ser pessoa de notória capacidade técnica ou científica e somente será contratado para atender a programa especial de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com as normas estabelecidas pela IFE, exigindo-se diploma de Doutor.

Art. 28 Poderá haver contratação de Professor Substituto por prazo determinado, na forma da le-

gislação administrativa, para substituições eventuais de docente das carreiras de Magistério.

Art. 29 Aplicam-se aos empregos docentes destinados ao Colégio Pedro II as disposições inerentes às carreiras do Magistério da Educação Profissional e Magistério da Educação Especial.

TÍTULO III Do Pessoal Técnico-Administrativo

Capítulo I Das Atividades

Art. 30 São consideradas atividades do pessoal técnico-administrativo:

I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais; e

II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.

Capítulo II Da Classificação dos Empregos

Art. 31 Os empregos do pessoal técnico-administrativo são classificados nos seguintes níveis:

I - Nível de Apoio, compreendendo os empregos permanentes a que sejam inerentes atividades de apoio operacional, especializado ou não, que requeiram escolaridade de nível fundamental completo;

II - Nível Intermediário, compreendendo os empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de nível médio completo; e

III - Nível Superior, compreendendo empregos permanentes a que sejam inerentes atividades técnico-administrativas, para cujo exercício é exigida formação de nível superior.

Capítulo III Do Ingresso

Art. 32 A contratação para emprego técnico-administrativo no Quadro da IFE far-se-á no nível inicial, mediante habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º Os empregos de Nível Apoio serão acessíveis aos brasileiros, mediante concurso público, exigidas escolaridade mínima equivalente ao ciclo completo do ensino fundamental e habilidades específicas na forma do regulamento, e compreenderão as atividades de apoio ao trabalho nas instituições federais de ensino para as quais não seja exigida escolaridade específica.

§ 2º Os empregos de Nível Intermediário serão acessíveis aos brasileiros, mediante concurso público, exigidas escolaridade mínima equivalente ao ciclo completo do ensino médio e formação profissional complementar exigível nos termos do edital, e compreenderão a assistência técnica ao desenvolvimento das atividades administrativas e finalísticas das instituições federais de ensino, podendo ser exigida formação profissional na área correspondente às respectivas atribuições.

§ 3º Os empregos a que se refere o parágrafo

anterior são acessíveis também a estrangeiros quando as respectivas atribuições forem da área de tecnologia.

§ 4º Os empregos de Nível Superior serão acessíveis aos brasileiros, mediante concurso público, nos termos de regulamento editado pelo Conselho Superior competente da instituição, exigidas escolaridade mínima de graduação completa na área correspondente às respectivas atribuições.

§ 5º. Os empregos a que se refere este artigo são acessíveis também a estrangeiros quando as respectivas atribuições forem de Técnico Científico.

Art. 33 As atribuições dos empregos públicos de que trata esta lei serão definidos pela instituição, na conformidade da Classificação Brasileira de Ocupações estabelecida pelo Ministério do Trabalho, devendo ser referidas no edital de abertura de concurso admissional.

Capítulo IV Da Carreira e da Remuneração

Art. 34 Os salários correspondentes aos empregos do pessoal técnico-administrativo das IFE terão desenvolvimento nos termos estabelecidos neste artigo.

I - a carreira terá desenvolvimento em dezesseis níveis, com interstício temporal de dois anos entre níveis;

II - os salários de cada nível são determinados mediante acréscimo ao valor fixado para o nível anterior a partir do nível inicial da carreira, à razão de 5%.

Capítulo V Do Regime de Trabalho

Art. 35 O regime de trabalho para os servidores técnico-administrativos será de quarenta horas semanais, ressalvados os casos em que a legislação específica estabeleça diferente jornada de trabalho.

Capítulo VI Da Progressão na Carreira

Art. 36 A progressão funcional dos servidores técnico-administrativos ocorrerá:

I - por mérito, mediante avaliação de desempenho, para o nível imediatamente superior ao que se encontrar, após o período de dois anos, contados da data de sua admissão, da última progressão por mérito ou do afastamento;

III - por titulação e qualificação, independentemente de interstício, de acordo com os critérios a serem estabelecidos nas normas complementares a serem editadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Parágrafo único. A progressão funcional ocorrerá de forma independente e cumulativa dentro do mesmo emprego.

TÍTULO IV Das Funções de Confiança

Art. 37 Os servidores contratados para os empregos criados na forma desta Lei poderão ser investidos nos Cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata a Lei nº 9.640, de 1998, aplicando-se-lhes as regras de opção por ela fixadas.

Parágrafo único. As funções de confiança de que trata este artigo serão exercidas, obrigatoriamente, em regime de tempo integral.

TÍTULO V Das Disposições Gerais

Capítulo I Das Vantagens

Seção I Da Licença para Tratamento da Saúde

Art. 38 O servidor regido pela legislação trabalhista, afastado de suas atividades por motivo de doença ou acidente de trabalho, por prazo superior a quinze dias, comprovada em inspeção médica, terá direito a complementação salarial, a ser paga pela instituição, correspondente à diferença entre o valor percebido na instituição previdenciária, ou outra equivalente, e a respectiva remuneração integral.

Seção II Da Licença para Acompanhamento de Cônjuge ou Companheiro

Art. 39 Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que seja igualmente servidor público federal, e que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1º A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2º O servidor em licença para acompanhamento de cônjuge ou companheiro poderá exercer suas funções provisoriamente em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu emprego, caso em que voltará a perceber sua remuneração.

Seção III Da Cedência

Art. 40 Os empregados contratados nos empregos criados na forma desta Lei poderão ser cedidos a órgão da administração pública para o exercício de cargos em comissão, observados, cumulativamente:

I - o interesse da instituição cedente; e

II - o ressarcimento integral das despesas com a remuneração do empregado cedido, bem assim dos correspondentes encargos sociais patronais.

Parágrafo único. Durante o período de cessão de que trata este artigo, caberá ao órgão cessionário a avaliação do empregado para fins de pagamento das gratificações instituídas por esta Lei.

Seção IV Do Afastamento

Art. 41 Além dos casos previstos na legislação vigente, o ocupante de emprego das carreiras de Magistério e Técnico-administrativo poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da atividade docente:

I - para aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira;

II - para prestar colaboração a outra instituição

de ensino ou de pesquisa;

III - para comparecer a congresso ou reunião relacionados com atividades acadêmicas;

IV - para participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas.

§ 1º O prazo de autorização para o afastamento previsto no item I deste artigo será regulamentado pela IFE e dependerá da natureza da proposta de aperfeiçoamento, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, o prazo de quatro anos.

§ 2º O afastamento a que se refere o item II não poderá exceder a quatro anos, após o que o servidor perderá o emprego na IFE de origem.

§ 3º A concessão do afastamento a que se refere o item I importará no compromisso de, ao seu retorno, o servidor permanecer, obrigatoriamente, na IFE, por tempo igual ao do afastamento, incluídas as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo ao servidor que realizar curso de pós-graduação na IFE a que pertença.

§ 5º O afastamento será autorizado pelo dirigente máximo da IFE, observada a legislação vigente.

Art. 42 O afastamento para prestar serviços nos Ministérios da Educação, da Cultura, da Saúde e da Ciência e Tecnologia e em outras situações previstas na legislação vigente será considerado como atividade acadêmica efetiva.

Seção V Da Licença Sabática

Art. 43 Os docentes que, após sete anos de efetivo exercício no Magistério em Instituição Federal de Ensino vinculada ao Ministério da Educação, tenham permanecido, nos dois últimos anos, em regime de quarenta horas, farão jus a seis meses de afastamento sabático, assegurada a percepção da remuneração do respectivo cargo ou emprego de carreira.

Parágrafo único. A concessão do semestre sabático tem por fim permitir a liberação do docente de suas atribuições regulares de ensino para a realização de estudos e aprimoramento técnico-profissional e far-se-á de acordo com normas complementares a esta Lei.

Seção VI Dos Programas de Qualificação de Pessoal

Art. 44 Será criado e mantido nas IFE um sistema de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo, constituindo-se, para tanto um programa com orçamento específico, nos termos de regulamento a ser editado pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 45 O Ministério da Educação criará o programa de aperfeiçoamento de docentes do Magistério da Educação Profissional, com o respectivo apoio orçamentário, de forma a assegurar a oferta de adequado treinamento.

Capítulo II Dos deveres e proibições

Art. 46 Sem prejuízo do disposto na legislação tra-

balhista, constituem-se em deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do emprego;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do emprego;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas; e

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso II será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Art. 47 Sem prejuízo do disposto na legislação trabalhista, ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, sociedade civil, salvo a participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social, sendo-lhe vedado exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau,

e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do emprego ou função e com o horário de trabalho; e

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

Capítulo III Da Acumulação

Art. 47 Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos.

§ 1º A proibição de acumular estende-se a empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2º A acumulação de empregos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

TÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 48 O Ministro de Estado da Educação,

cumpridas as disposições em vigor e as diretrizes da política de pessoal civil da União, expedirá normas complementares à execução do disposto neste Plano.

Art. 49 Os concursos públicos, destinados a recrutar pessoal para ingresso nos empregos de que trata esta Lei, serão organizados e realizados pela IFE, sob a coordenação e supervisão do Ministério da Educação

Art. 50 Os servidores contratados nos empregos de Magistério da Educação Superior de que trata esta Lei integram os quadros de pessoal docente das instituições federais de ensino para os fins do inciso III do art. 16 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 51 Ficam extintos, na data de publicação desta Lei, todos os cargos de provimento efetivo que se encontrem vagos nos quadros das instituições federais de ensino, ressalvados os das carreiras de que tratam a Lei Complementar nº **, de ** de ** de 2000, e a Lei nº ****, de ** de ** de 2000.

Parágrafo único. Fica vedado o provimento dos cargos efetivos que venham a vagar a partir da publicação desta Lei, ressalvados os referidos no *caput*.

Art. 52 As instituições federais de ensino ficam autorizadas a promover os atos necessários à contratação dos empregos criados nos termos desta Lei que lhes forem destinados na conformidade do Anexo II.

Art. 53 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O anteprojeto de Lei de emprego das IFEs

O anteprojeto divulgado aos membros do GT Emprego Público do MEC, "cria os empregos públicos, estabelece sua remuneração, as diretrizes para as carreiras dos empregos públicos nas IFES", em conformidade com a Lei 9962/2000, que cria o regime de emprego público no serviço público.

O anteprojeto normatiza o emprego e a carreira dos docentes e dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino, dispondo sobre: a carreira do magistério do ensino superior, do magistério do ensino profissional, da educação especial, do Colégio Pedro II e dos servidores técnico-administrativos ligados a todas essas instituições. Não há menção entretanto aos docentes dos CAP, Casas de Cultura, etc.

A seguir a Diretoria do ANDES-SN apresenta algumas pontuações de pontos relevantes do referido anteprojeto. Limitamos nossa análise às carreiras docentes propostas. As observações seguem a mesma estrutura do texto do anteprojeto. Uma análise mais exaustiva será

realizada pelo GT Carreira.

Criação e Regime

Prevê a criação de 190 mil empregos públicos destinados à composição dos quadros das IFES (chegar número de servidores IFES), com regime CLT e no Regime Geral da Previdência Social (leis: 8212 e 8213/91).

Implantação, coordenação, supervisão e controle

Confere as IFES a prerrogativa de implantação e administração dos empregos (gestão de pessoal) das vagas estabelecidas pelo MEC.

Remuneração e Isonomia:

A remuneração é composta por salário (uma tabela não apresentada no anteprojeto) + vantagens pecuniárias. Os regimes de trabalho são apenas dois: 20h e 40h. A dedicação exclusiva não é prevista. A isonomia salarial é restrita ao vencimento básico da tabela.

Pessoal docente

Capítulo 1: Ensino superior

Define as atividades próprias do magistério

superior (ensino, pesquisa, extensão; direção, assessoramento, etc).

Carreira

O anteprojeto, em seu art. 7, faz definições sobre a carreira, entrando em detalhes como classes e níveis, assim como os percentuais de remuneração das progressões horizontal e vertical.

A Carreira é composta por 4 classes com duas inovações: a extinção da classe de Auxiliar e a inclusão da classe de Associado. Também os níveis são modificados, com a inclusão de um quinto nível.

Salário

O salário de cada nível varia 5% não cumulativo em relação ao nível imediatamente anterior nas classes de Assistente, Adjunto e Associado e 10% na de Titular. Havendo mudança de Classe, o acréscimo não cumulativo é de 10%. Deste modo, entre o início e o final da carreira há uma variação de 80%.

O salário dos que possuírem título de Doutor é acrescido de 50%.

A gratificação por produtividade será a GED (Lei 9678/00).

Ingresso

O ingresso se dá por concurso público de provas e títulos exclusivamente para o nível 1 da classe de Professor Assistente, com titulação mínima de Mestre. A Instituição pode admitir, excepcionalmente, o ingresso de docente sem o título de mestre. Admite, ainda, o ingresso na classe de Titular, mediante concurso público de provas e títulos.

Progressão

Ocorre por mérito e titulação. Entre os níveis, a cada dois anos, mediante avaliação (10 anos em cada classe). Entre a classe de Assistente e Adjunto, por meio do Doutorado. O Adjunto pode pleitear a sua progressão para Associado, a partir do segundo nível, mediante aprovação por uma banca examinadora. O mesmo é válido para a progressão de Associado para Titular. Nada é dito a respeito da necessidade de

existência de vagas para a realização dessas progressões.

Professor Conferencista

O anteprojeto cria uma nova modalidade de professor, o professor conferencista, com contrato de tempo indeterminado, podendo ter ou não qualificação e experiência acadêmica e será contratado por processo seletivo simplificado de provas e títulos (não requer concurso público). Este docente atuará no ensino. O regime de trabalho desta nova modalidade é de 12h e o salário corresponderá a 80% do salário do professor Adjunto 20h da carreira do magistério superior.

Auxiliar de Ensino

Este professor possui contrato por tempo determinado (um ano, prorrogável por mais um), regime de trabalho de 20h, sendo contrato por processo seletivo simplificado (não exigindo concurso público). Sua atividade está relacionada a projeto acadêmico de responsabilidade de um professor do quadro da IFE. Salário corresponde a 80% do professor Assistente 20h.

CAPÍTULO 2: Educação Profissional, Educação Especial e CP-II

Atividades

Define como atividades próprias da educação profissional: ensino, pesquisa tecnológica, extensão e articulação com a comunidade e setores produtivos; direção, assessoramento, etc. Cabe destacar que não há menção às atividades relacionadas com o ensino médio e a pesquisa está restrita à pesquisa tecnológica.

É possível aduzir que a carreira de 1º e 2º graus das IFES foi extinta, dando origem a uma

carreira específica das instituições vinculadas à SEMTEC, retirando da SESU todo o corpo docente de 1º e 2º graus.

Carreira e remuneração

O anteprojeto reduz de 6 para 4 o número de classes da carreira, a saber, I, II, III e Especial. Cada uma delas é composta por 5 níveis. A remuneração por nível e classe segue o mesmo critério do magistério superior. Titulação: 50% para Doutor, 25% para Mestre, 12% para Especialização e de 10% para Aperfeiçoamento. A gratificação por produtividade será a GID (MP n. 2020/00).

Esta carreira é destinada a todos os docentes dos CEFETs, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e das Escolas Técnicas e Agrotécnicas vinculadas às IFES.

Ingresso

Segue, em linhas gerais, os mesmos critérios da Carreira do Ensino Superior.

Progressão

Há diferenças em relação a carreira do magistério superior. Dentro de cada classe, de um nível para o outro, obedecerá o interstício de 2 anos, mediante avaliação de desempenho e, de uma classe a outra, somente por titulação, não havendo previsão de como se dará a progressão para a Classe de Titular Pleno (também denominada de classe Especial). A progressão de uma classe a outra faz supor que somente haverá classes correspondentes a professor graduado (I), mestre (II) e doutor (III).

Instrutor e Monitor

Prevê a contratação destas novas modalidades

para a Educação Profissional por meio de processo seletivo simplificado pelo prazo de um ano, prorrogável por no máximo um ano. Estes instrutores/monitores atuarão em cursos de qualificação, requalificação, reprofissionalização de jovens, adultos e trabalhadores em geral, com qualquer nível de escolarização.

DISPOSIÇÃO COMUNS AOS CAPÍTULOS PRECEDENTES (CARREIRAS DOCENTES)

Regime de Trabalho

Reafirma a proposta da implantação de apenas dois regimes de trabalho: integral, com 40 horas, e parcial, com 20 horas semanais.

Férias

Mantém as férias com 45 dias anuais.

Professores Visitantes e Substitutos

Prevê a contratação de professores com titulação de Doutor, no regime de professor visitante, na forma de legislação administrativa.

Prevê a contratação de Professores Substitutos, também na forma de legislação administrativa, por prazo determinado, para substituição eventual de docentes.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Questões como licença para tratamento da saúde e acompanhamento de cônjuge seguem, basicamente, a CLT. No primeiro caso, após 15 dias de afastamento, o salário será pago pela Previdência, nos limites por ela impostos. No segundo caso, somente sem remuneração. Admite afastamento para qualificação, em linhas gerais nos termos das normas atuais, incluindo, entre-

tanto, o compromisso de permanência na instituição por prazo não inferior ao período de afastamento. A necessidade de autorização do dirigente máximo da instituição introduz um maior controle da instituição sobre o docente e o seu departamento. As atividades administrativas dos docentes nos ministérios da Educação, Cultura, Saúde e C&T, são consideradas acadêmicas.

Licença sabática

É permitida a licença sabática de 6 meses a cada 7 anos para os docentes que estejam há pelo menos 2 anos em regime de 40 horas.

Programas de qualificação profissional

Prevê a criação na IFE um sistema de treinamento e aperfeiçoamento para os técnico-administrativos e para os docentes da Educação Profissional com orçamento específico. Tratam-se de políticas superficiais e não há menção à qualificação para os docentes do magistério superior.

Deveres e proibições

Em consonância com os critérios de demissão dos servidores públicos, o anteprojeto introduz critérios como “zelo e dedicação”, “cumprir as ordens”, “presteza”, “lealdade”, “economia do material de consumo”, etc. O anteprojeto proíbe, em desacordo com a liberdade de expressão, “promover manifestações de apreço ou de despreço no recinto da repartição”.

Disposições Finais e Transitórias

Extingue todos os cargos efetivos vagos e proíbe o preenchimento dos cargos efetivos que venham a vagar a partir da publicação da Lei.

Avaliação preliminar I

Anteprojeto do MEC de Lei de emprego das IFEs

O ANDES-SN tem lutado desde a sua criação por uma proposta de carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus das IES, como um dos princípios norteadores do processo de constituição e implementação de um padrão unitário de qualidade para a Universidade Brasileira. Essa proposta foi aprovada no XIII Congresso em Manaus e aprimorada nos CONADs e Congressos subsequentes. Entre os principais pontos desta proposta, estão a garantia da isonomia salarial, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outros. Além disso, nossa proposta de carreira está intimamente vinculada a um Plano Nacional de Capacitação Docente, condição essencial para a sua implementação, estruturado na titulação e avaliação do desempenho acadêmico.

A carreira docente é, portanto, um elemento

fundamental na construção de uma Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. E é justamente visando possibilitar a construção dessa universidade que o governo apresenta seu anteprojeto de Lei de Emprego das Instituições Federais de Ensino (IFE).

Este anteprojeto está de acordo com as orientações neoliberais impostas pelo Banco Mundial e implementadas pelo Governo FHC, que estabelecem um modelo de educação aos países periféricos. Ou seja: privatização interna, vinculação acadêmica à lógica do mercado, precarização das relações de trabalho, fragmentação das instituições federais de ensino. Esta fragmentação se expressará na consolidação de um grupo de escolas superiores de ensino e de núcleos voltados à adequação tecnológica e à atividades científicas requeridas pelos agen-

tes do capital.

Análise do anteprojeto

Numa avaliação preliminar do anteprojeto fica evidente uma proposta extremamente nefasto às IFEs, senão pelos motivos a seguir.

Na primeira parte, relativa aos empregos, o anteprojeto dispõe sobre a criação de 190.000 empregos públicos. Estes empregos referem-se àqueles previstos na Lei 9.962, de fevereiro de 2000, que correspondem ao preenchimento de vagas nas IFE para os próximos 30 anos. Essas vagas se destinam à reposição de parte das vagas existentes hoje, nas IFEs, e ao preenchimento de vagas decorrentes da demissão, aposentadoria, falecimento, etc. dos servidores atualmente regidos pelo RJU.

O regime de contratação pela CLT retira a estabilidade do professor, limitando a liberdade de cátedra e aumenta a rotatividade de

docentes, comprometendo a qualidade de ensino.

O Regime Geral da Previdência impõe, na aposentadoria, um teto limitado a 10 salários-referência, hoje equivalente a R\$ 1.255,00. Para quem permanece no RJU, a não contratação de docentes em cargo efetivo impedirá a entrada de novos recursos no fundo de previdência, o que, acabará por extinguir o referencial de isonomia salarial entre ativos e inativos.

O anteprojeto prevê a exclusividade do MEC quanto à movimentação de vagas entre as IFEs, o que fere a autonomia dessas instituições e permite implementar a prática de clientelismo, na distribuição e alocação de vagas, entre o ministério e as reitorias atreladas ao seu projeto.

Na definição dos regimes de trabalho das IFEs, o MEC extingue o regime de Dedic-

ção Exclusiva. Isto está vinculado a dois fatores: reduzir a massa salarial dos docentes das IFEs e tornar desinteressante a atividade de pesquisa científica, ao limitar o salário ao regime de 40 horas.

Embora o anteprojeto tente assegurar, entre servidores de mesma classe ou categoria funcional e de mesma titulação, a isonomia salarial, pela via de uma tabela de vencimentos, esta é eliminada pelas gratificações por produtividade (GED e GID), que permanecem como instrumento perverso de “avaliação”, reforçando os mecanismos de disputa e de desagregação da atividade acadêmica, base do projeto em questão.

Na segunda parte, referente ao pessoal docente das IFEs, são propostas três carreiras, duas delas para o magistério federal: uma de ensino superior, dos docentes das IFES, e uma de educação profissional, especial e do Colégio Pedro II, para todos os docentes vinculados à SEMTEC. A terceira carreira destina-se aos servidores técnico-administrativos das IFEs.

A carreira do magistério superior é composta por 4 classes com duas inovações: a *extinção* da classe de Auxiliar e a inclusão da classe de Associado. Também os níveis são modificados, com a inclusão de um quinto nível. O anteprojeto restringe apenas às IFES, vinculadas à SESU, a contratação de professores na carreira de ensino superior, criando um grave problema que poderá redefinir o perfil acadêmico dos CEFETs que possuem cursos superiores de graduação e professores pertencentes à atual carreira de ensino superior.

Nesta carreira, o salário entre cada nível varia 5%, não cumulativos em relação ao nível imediatamente anterior, nas classes de Assistente, Adjunto e Associado. E está previsto que, havendo mudança de Classe, o acréscimo, não cumulativo, é de 10%. Desse modo, entre o início (Assistente 1) e o final da carreira (Titular), há uma variação de 90% para um mesmo regime de trabalho. A titulação de Doutor acresce 50% ao salário e a GED é mantida sob o nome de gratificação por produtividade.

A progressão funcional ocorre por mérito e titulação. Entre os níveis, a cada dois anos, mediante avaliação (ou seja, 10 anos em cada classe). O título de Doutor permite a progressão automática de qualquer nível da classe de Assistente para o primeiro nível da classe de Adjunto. O Adjunto pode pleitear a sua progressão para Associado, a partir do segundo nível, mediante aprovação por uma banca examinadora. O mesmo é válido para a progressão de Associado para Titular. Entretanto, nada é apresentado quanto à necessidade da existência de vagas para a realização destas progressões.

Além da contratação de docentes na car-

reira via concurso público, o anteprojeto prevê, ainda, a contratação de docentes fora dela por seleção pública simplificada, em quatro outras modalidades (Conferencista, Auxiliar, Substituto e Visitante), para desenvolver tarefas específicas nas instituições. Os servidores na carreira de Professor Conferencista podem permanecer, indefinidamente, na instituição, em contrato por tempo indeterminado, mas não têm progressão funcional, significando que seu salário não evolui ao longo do tempo. Além disso, seu salário é limitado a 80% do salário do professor Adjunto com 20 horas, para um regime de trabalho específico de 12 horas semanais. Esta modalidade quebra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, já que se restringe a atividades de ensino.

Já a modalidade de professor Auxiliar de Ensino, reproduz as condições de contrato dos atuais professores substitutos (tempo determinado) e seu salário também é limitado, em regime de 20 horas/semanais e com salário equivalente a apenas 80% do salário do professor Assistente com 20 horas. Esta modalidade docente parece ser destinada a constituir-se em mão-de-obra barata para atividades letivas, de apoio em laboratórios e, até mesmo, na substituição de servidores técnico-administrativos.

Estas novas modalidades, acrescidas das de professor Visitante e Substituto são, na verdade, a precarização da precarização que, hoje, já afeta o trabalho docente, uma vez que a carreira proposta no anteprojeto aprofunda a degradação em relação à carreira atual dos docentes (perda de estabilidade, fim da aposentadoria integral, gratificações vinculadas ao número de horas-aula e à produção de artigos, etc.). As modalidades adicionais precarizam ainda mais este quadro, com o salário inferior e a não progressão funcional.

Além de tudo isso gera-se, no interior das IFEs, situações de difícil administração, uma vez que, em cada instituição, haverá docentes em pelo menos cinco situações contratuais diferentes (na carreira e fora dela).

O documento é aparentemente contraditório e incoerente, uma vez que a proposta de carreira que o MEC apresenta está estruturada com base na titulação de mestrado e, ao mesmo tempo, prevê a contratação de docentes sem concurso público e sem a exigência de titulação para desenvolver atividades de ensino, chegando, inclusive, a impor como condição que, em uma das modalidades, o candidato não tenha experiência acadêmica. No entanto, considerado no contexto das demais políticas em curso, é possível perceber que ele é coerente com as demais políticas de destrui-

ção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas IFEs.

Essas novas modalidades de contratação, sem concurso público, criam também a possibilidade do clientelismo e da permanência de um docente, por tempo indeterminado na instituição, desenvolvendo tarefas de docentes da carreira e com salário inferior. Podemos, inclusive, chegar a situação de, na mesma instituição, termos mais docentes fora do que dentro da carreira. Isto não é difícil visto que o governo, quanto menos gastar em educação, mais favorece a difusão acrítica do discurso único – o discurso ditado pela lógica do mercado e não pelas necessidades da sociedade.

Outra situação criada e, no nosso entendimento extremamente grave, é a fragilização da nossa entidade sindical. As possibilidades de contratação fora da carreira gerarão, inevitavelmente, um grande número de docentes “passageiros” nas IFEs, contribuindo para a redução do número de filiados e, conseqüentemente, inviabilizando a luta da categoria.

Igualmente pernicioso, para o trabalho docente e para a atividade sindical, é estímulo institucional à múltipla vinculação trabalhista, já que, sem a Dedicção Exclusiva, com o rebaixamento da massa salarial e, sobretudo, com uma relação desenraizada de trabalho, o professor irá buscar complementação de renda em mais de um emprego.

A esta altura, cabe perguntar onde ficam os professores de primeiro e segundo graus. E a resposta é: eles não ficam. No capítulo II, está evidente a exclusão da carreira de primeiro e segundo graus das IFES, com a sua transferência para a Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico – SEMTEC.

Com a criação de novas modalidades na carreira, é possível que novos docentes sejam enquadrados na categoria de Auxiliar de Ensino, como mão-de-obra barata, com a redução dos seus salários em até 20%, com base no salário do Professor Assistente em regime de 20 horas.

O anteprojeto “garante”, para os docentes do Magistério da Educação Profissional, da Educação Especial e do Colégio Pedro II, a GID como gratificação por produtividade, deixando de fora os docentes de 1º e 2º das IFES, estabelecendo uma discrepância entre as carreiras, levando-se em conta a proposta de Decreto que institui os requisitos para regulamentar a avaliação destes docentes, quebrando, ainda mais, a isonomia no interior da categoria docente. Além do mais, tal procedimento quebra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também nestes níveis da atividade universitária. Sobre os professores que atuam nestes níveis, portanto, pesa o

risco do ensino nos moldes dos grandes *escolões*.

Segundo a proposta de decreto que regulamentará a concessão da GID, o professor, para alcançar os 80 pontos previstos, precisa cumprir 24 horas semanais em sala de aulas; precisa obter 16 pontos na avaliação dos *aspectos qualitativos* e, ainda, trabalhar com um número elevado de alunos para conseguir mais 16 pontos. Desse modo, seriam transformados em técnicos da educação, sendo-lhes negada a possibilidade de desenvolver projetos de pesquisa ou mesmo de pós-graduação.

A exigência de titulação para a progressão por classe, neste caso é, no mínimo, questionável. Qual seria a função de um professor, mestre ou doutor, numa instituição que só desenvolve o ensino? Com poucas possibilidades de realização profissional, sem muito espaço para a contribuição na melhoria da qualidade do ensino, restaria ao professor migrar para outras instituições ou deslocar suas atividades para o mercado.

Diante deste quadro, é preciso que qualquer mudança, na natureza jurídica das atividades de primeiro e segundo graus, seja bem avaliada para que não estejamos indo ao encontro do interesse do governo que, com o seu projeto, compromete cada vez mais a qualidade da formação dos professores com cursos aligeirados e desvinculados da pesquisa. Aceitar, por isto mesmo, este projeto do MEC é o mesmo que acelerar a exclusão definitiva do quadro de primeiro e segundo graus do interior das IFES.

Finalmente, merece ser destacada ainda, na proposta do MEC, a volta *legalizada* da repressão no interior das instituições, cerceando a liberdade de manifestação dos servidores conforme dispõe o inciso V do art. 47.

Por esta análise preliminar, o Projeto de Emprego Público do MEC seja em relação aos docentes do ensino superior, seja no tocante aos colegas docentes do primeiro e segundo graus, acaba por incorporar aos serviços públicos a lógica da iniciativa privada.

Se adotado, este projeto converterá, numa conjuntura muito próxima, o ensino público em negócio privado, guiado pelo pragmatismo na concepção dos projetos acadêmicos, e pelo individualismo na definição das tarefas docentes.

Contrapor-se a esta proposta e resistir à sua implementação significa defender a Universidade Pública e Gratuita, impedir a sua destruição e favorecer a sua expansão e consolidação na perspectiva de um projeto que atenda as demandas de todos os brasileiros e sua emancipação pelo Saber, pela Cultura, pelas Artes e pela Ciência e Tecnologia.

Medida Provisória Nº 2.051-05, de 29 de julho de 2000

Institui a Gratificação de Incentivo à Docência e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art.1º - Fica instituída, a partir de 1º de janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Professor de 1º e 2º Graus nas instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I.

§ 1º - A Gratificação instituída no caput deste artigo terá como limite máximo oitenta pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo II, obedecido ao limite fixado no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994.

§ 2º - O limite global de pontuação mensal corresponderá, em cada instituição, a setenta e três vezes o número de professores de 1º e 2º Graus ativos, e a pontuação atribuída a cada professor observará regulamento por ela estabelecido, que incluirá, obrigatoriamente, a carga horária semanal em sala de aula, o número de alunos sob sua responsabilidade, a avaliação qualitativa de suas aulas e a participação em programas e projetos de interesse da instituição.

§ 3º - A observância do disposto no art. 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é condição obrigatória para a atribuição de pontuação ao professor de que trata esta Medida Provisória.

§ 4º - O Poder Executivo estabelecerá os requisitos básicos para o regulamento de que trata o § 2º.

§ 5º - As instituições federais de ensino, constantes do Anexo I desta Medida Provisória, darão conhecimento prévio ao Ministério da Educação dos regulamentos referidos no § 2º, e os publicarão no Diário Oficial da União, com vigência a partir de

trinta dias da referida publicação.

§ 6º - A periodicidade da revisão da pontuação dos professores, nos termos do § 2º, não poderá ser superior a um ano.

§ 7º - Para fins de cálculo da Gratificação nos meses de férias do servidor ou dos alunos, será considerada a pontuação média alcançada nos doze meses imediatamente anteriores à competência do efetivo pagamento.

Art.2º - A Gratificação de que trata o artigo anterior será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

Art.3º - Até a vigência dos regulamentos de que trata o § 2º do art. 1º, a Gratificação será calculada com base em pontuação correspondente a sessenta por cento do limite fixado no § 1º daquele artigo.

Parágrafo Único - Até que seja possível o cálculo previsto no art. 1º, observar-se-á o disposto no caput deste artigo para o pagamento daquelas parcelas.

Art.4º - O servidor que não possua pontuação somente fará jus à Gratificação, calculada com base em sessenta por cento do limite máximo de pontos fixado no § 1º do art. 1º, quando se encontrar:

I - cedido para exercício de cargo de natureza especial ou DAS 6, 5 ou 4, ou cargo equivalente na Administração Pública Federal;

II - em exercício de Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada na própria instituição;

III - afastamento autorizado pela instituição para curso de especialização, mestrado ou doutorado em outra instituição.

Parágrafo Único - O professor que se encontrar nas situações previstas no inciso II poderá optar pela percepção da Gratificação com base na sua pontuação efetivamente alcançada, caso a possua.

Art.5º - Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão, a Gratificação:

I - somente será devida se percebida há pelo menos dois anos de atividade;

II - será calculada pela média aritmética dos últimos vinte e quatro meses anteriores à aposentadoria.

Art.6º - Fica vedada, a partir da publicação desta Medida Provisória, a redistribuição de Professores de 1º e 2º Graus com escolaridade inferior à graduação para as instituições referidas no Anexo I.

Art.7º - Sobre os valores fixados no Anexo II, incidirão os índices de reajuste geral concedidos aos servidores públicos federais civis a partir da publicação desta Medida Provisória.

Art.8º - Ficam reajustados em trinta por cento, a partir de 1º de janeiro de 2000, os valores fixados em reais no anexo da Lei nº 9.678, de 3 de julho de 1998.

Parágrafo Único - A Gratificação instituída pela Lei nº 9.678, de 1998, é devida, igualmente, aos ocupantes de cargos efetivos de Professor do Magistério Superior das Instituições Federais de Ensino Superior Militares.

Art.9º - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.051-4, de 29 de junho de 2000.

Art.10 - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de julho de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Geraldo Magela da Cruz Quintão
Pedro Malan
Paulo Renato de Souza
Martus Tavares

INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO:

a) Colégio Pedro II;

b) Instituto Nacional de Educação de Surdos;

c) Instituto Benjamin Constant;

d) Centros Federais de Educação Tecnológica:

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba; Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas; Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco; Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina; Centro Federal de Educação Tecnológica de Química; Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo; Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará; Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo; Cen-

tro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão; Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará; Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná; Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí; Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte; Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas;

e) Escolas Técnicas Federais:

Escola Técnica Federal de Mato Grosso; Escola Técnica Federal de Ouro Preto; Escola Técnica Federal de Roraima; Escola Técnica Federal de Santa Catarina; Escola Técnica Federal de Sergipe; Escola Técnica Federal do Amazonas;

f) Escolas Agrotécnicas Federais:

Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira; Escola Agrotécnica Federal de Alegre; Escola Agrotécnica Federal de Alegrete; Escola Agrotécnica Federal de Araguatins; Escola Agrotécnica Federal

de Bambuí; Escola Agrotécnica Federal de Barbacena; Escola Agrotécnica Federal de Barreiros; Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim; Escola Agrotécnica Federal de Cáceres; Escola Agrotécnica Federal de Castanhal; Escola Agrotécnica Federal de Catu; Escola Agrotécnica Federal de Ceres; Escola Agrotécnica Federal de Codó; Escola Agrotécnica Federal de Colatina; Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste; Escola Agrotécnica Federal de Concórdia; Escola Agrotécnica Federal de Crato; Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá; Escola Agrotécnica Federal de Iguatu; Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes; Escola Agrotécnica Federal de Januária; Escola Agrotécnica Federal de Machado; Escola Agrotécnica Federal de Manaus; Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho; Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul; Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba; Escola Agrotécnica Federal de

Rio Verde; Escola Agrotécnica Federal de Salinas; Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês; Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa; Escola Agrotécnica Federal de São Cristovão; Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira; Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista; Escola Agrotécnica Federal de São Luís; Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul; Escola Agrotécnica Federal de Satuba; Escola Agrotécnica Federal de Sertão; Escola Agrotécnica Federal de Sombrio; Escola Agrotécnica Federal de Sousa; Escola Agrotécnica Federal de Uberaba; Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia; Escola Agrotécnica Federal de Urutaí; Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão; Escola Agrotécnica Federal Juscelino Kubitschek de Oliveira; Escola Agrotécnica Federal Senhor do Bonfim;

Continua na página 8

Avaliação preliminar II

A regulamentação da GID e o desmonte das instituições federais de ensino médio, técnico e tecnológico

Ao posicionar-se contra a implementação da GED - Gratificação de Estimula a Docência -, imposta pelo MEC e aceita pela diretoria do ANDES-SN na gestão 1998-2000, o Movimento Docente posicionava-se contra os mecanismos produtivistas que, no seio das IFES, impulsionam mecanismos privatizantes, de flexibilização do trabalho docente, perda de direitos e, fundamentalmente, de discriminação dos professores de 1º e 2º graus, ampliando o fosso existentes na carreira, excluindo os aposentados.

Decorridos dois anos de tais medidas e depois dos percalços da "bolsa" destinada aos professores de 1º e 2º graus, suspensa em janeiro de 2000, o MEC sinaliza, agora, com uma Medida para regulamentar a GID - Gratificação de Incentivo a Docência -, agravando a situação pois que, além de manter invioláveis os itens rejeitados pelo Movimento Docente, ainda aponta para o desmonte das instituições de ensino médio e tecnológico e dos colégios de aplicação das universidades.

A versão preliminar do Decreto de Regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência, distribuída pelo ANDES-SN às seções sindicais em 4 de agosto via correio eletrônico, torna clara a intenção do MEC em inviabilizar o trabalho acadêmico dos docentes da carreira de 1º e 2º graus, além de não permitir na prática a incorporação dessa gratificação nos seus vencimentos.

A GID, que em linhas gerais tem a mesma concepção produtivista que a GED é, no entanto, extremamente mais perniciosa que esta para a carreira docente. Ela tem uma abrangência mais reduzida que a GED ao ser limitada (nos seus valores má-

ximos) a apenas 73% dos professores da carreira de 1º e 2º graus. Ela exclui completamente os docentes aposentados e pensionistas, cujos direitos têm sido preservados graças a ações judiciais impetradas pelas seções sindicais. Além disso, os valores da GID correspondem à cerca da metade dos valores da GED, para professores de mesmo regime de trabalho e mesma titulação. Portanto, já na sua definição, a GID discrimina a carreira de 1º e 2º graus, sinalizando o desinteresse do MEC para com os docentes que dela fazem parte e aponta sua intenção de desmonte das instituições de ensino médio e tecnológico e dos colégios de aplicação das universidades. Essa intenção torna-se evidente quando analisamos a GID e sua proposta de regulamentação juntamente com o anteprojeto de lei de emprego das IFES (Instituições Federais de Ensino) elaborado pelo MEC.

A versão preliminar da regulamentação da GID explicita os propósitos do MEC. Para que um docente da carreira de 1º e 2º graus perceba integralmente essa gratificação, é necessário que ele ministre pelo menos 24 horas-aula e tenha um grande número de alunos sob sua responsabilidade. Além destas exigências, o docente deve participar em programas e projetos de interesse da instituição e obter pontuação máxima no processo de "avaliação". O MEC nega ao docente, na prática, a possibilidade de desenvolver projetos de pesquisa e extensão, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A regulamentação prestigia, tal como a GED, os docentes que possuem cargos de direção e função gratificada, ao lhes atribuir 60% da gratificação sem qualquer processo de avaliação.

Por outro lado, os docentes regularmente afastados para especialização, mestrado ou doutorado são penalizados pela atribuição dos mesmos 60%, como se não estivessem integralmente envolvidos em suas atividades de qualificação acadêmica. Esta penalização também atinge os docentes em licença ou outros afastamentos legais, quando o período de afastamento ultrapassar o período de "avaliação".

Depois de concluída a implementação da regulamentação em cada IFE, o docente que obtiver um percentual de pontos superior a 60% terá direito a uma diferença que será contabilizada a partir de 27 de março de 2000. Entretanto essa diferença deveria ser retroativa a 1º de janeiro de 2000, data a partir da qual a bolsa deixou de ser paga.

É ilusão pensar que na estrutura de regulamentação proposta para a GID, tal como a GED, existam espaço de negociação interna na instituição, através dos "Comitês de Avaliação", para "amenizar" os efeitos desta nefasta gratificação.

É imperioso nos mobilizarmos enquanto docentes de qualquer carreira do ensino federal, rejeitando esta regulamentação e qualquer tipo de gratificação por produtividade imposta pelo governo, reivindicando sim, a incorporação aos salários das gratificações nos valores mais altos e, a implementação da carreira única.

Somente com a unificação da luta na defesa da Educação Pública e com a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral será possível barrar a política destruidora do atual governo.

Continuação da página 7

g) Instituições Federais de Ensino Superior:

Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro; Fundação Universidade de Rio Grande; Fundação Universidade do Maranhão; Fundação Universidade Federal de Pelotas; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Mato Grosso; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal de Viçosa; Universidade Federal do Acre; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Piauí; Universidade Fede-

ral do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;

h) Instituições de Ensino de 1º e 2º Graus vinculadas ao Ministério da Defesa:

- **Comando da Marinha:**
 Centro de Instrução Almirante Alexandrino; Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves; Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo; Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval; Centro de Instrução e Adestramento Almirante Attila Monteiro Achê; Centro de Formação de Pessoal Especialista em Hidrografia e Meteorologia;

Colégio Naval;

Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco; Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina; Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará; Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo; Escola de Saúde do Hospital Naval Marcílio Dias; Escola Técnica do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;

- Comando do Exército:

Academia Militar das Agulhas Negras; Centro de Estudos de Pessoal; Colégio Militar de Belo Horizonte; Colégio Militar de Brasília; Colégio Militar de Campo Grande; Colégio Militar de Curitiba; Colégio Militar de Fortaleza; Colégio Militar de Juiz de Fora; Colégio Militar de Manaus; Colégio Militar de Porto Alegre; Colégio Militar do Recife; Colégio Militar de Salvador; Colégio Militar de Santa Maria; Colégio Militar do Rio de Janeiro; Escola de Administração do Exército; Escola Preparatória de Cadetes do

Exército; Fundação Osório;

- Comando da Aeronáutica:

Academia da Força Aérea; Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; Colégio Brigadeiro Newton Braga; Comissão de Desportos da Aeronáutica; Departamento de Ensino; Escola Caminho das Estrelas; Escola de Especialistas de Aeronáutica; Escola Preparatória de Cadetes do Ar; Escola Tenente Rego Barros; Instituto de Logística da Aeronáutica; Instituto de Proteção ao Vôo; Instituto Tecnológico da Aeronáutica; Universidade da Força Aérea.

Valor dos Pontos para a Gratificação de Incentivo à Docência

Escolaridade	20 Horas	40 Horas	Dedicação Exclusiva
Graduação	1,61	3,22	4,92
Aperfeiçoamento	1,61	3,22	4,92
Especialização	1,61	3,22	4,92
Mestrado	2,46	4,92	7,58
Doutorado	3,03	6,06	9,28

Assembléia GERAL

29/08
terça-feira

9:30
horas

CT Auditório do Centro de
Tecnologia, bloco A - Fundão

PAUTA

- Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind/Andes-SN
- Ações judiciais do FGTS e Imposto de Renda
 - Anteprojeto de Lei do Emprego Público
 - Regulamentação da GID
 - Pauta de reivindicações e escolha de delegados para Plenária dos SPF

Reunião ampliada Diretoria/ Conselho de Representantes

Data: **24 de agosto, às 18h30**

Local: **Escola de Serviço Social/UFRJ**
(Praia Vermelha)

Pauta

- 1 – Eleições para Conselho de Representantes
- 2 – Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind/Andes-SN
- 3 – Anteprojeto de Lei do Emprego Público das IFES
- 4 – Medida Provisória da GID
- 5 – Encaminhamentos Setor das IFES/Plenária/SPF

Outras atividades da Adufrj

- GT Seguridade Social - 22/08, às 14h, na Escola de Serviço Social
- Reunião no CAp - 23/8, 17h30 - Carreira, GID e anteprojeto de Lei do Emprego na IFES
- GT Política Educacional - 24/8, de 10h às 13h, na Escola de Serviço Social. Pauta: Plano de Trabalho do GT Periodização na UFRJ



Jurídico

Plantão Jurídico:

Os professores podem consultar os advogados da Adufrj-SSind sobre qualquer tipo de questão trabalhista, coletiva ou individual através do Plantão Jurídico, realizado na sede da Adufrj, toda quarta-feira, das 13h às 17h. O endereço da entidade é: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão - Cidade Universitária.

Como ser atendido:

- Marcando horário com o advogado através da secretaria, nos telefones 590-4799, 590-7753 ou 260-6368 ramal 20;
- telefonando para o advogado, durante o Plantão, nos números acima;
- ou enviando sua questão para o endereço eletrônico adufrij@alternex.com.br Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN
Ano III nº 9 • 21 de agosto de 2000



Notas do CEG

■ O professor do CT Fernando Rochinha manifestou sua preocupação com o fato de o Conselho Universitário não se reunir com quórum suficiente há várias sessões. As decisões do colegiado máximo da universidade estão paralisadas desde 8 de junho, quando se estabeleceu o quórum mínimo (28 conselheiros) pela última vez. Nesse período, as várias vezes que o reitor adiou a sessão também contribuíram para a estagnação do colegiado.

■ O professor Antônio Cláudio do CT reclamou da proposta de Plano Diretor divulgada pela reitoria no Jornal da UFRJ nº 6 (julho). De acordo com ele, o CEG e o CEPG deveriam ter sido consultados para tal planificação. Antônio Cláudio criticou principalmente a idéia de cercar os Centros, prejudicando a integração acadêmica. O reitor Vilhena disse, em matéria de O Dia (17/08), que “os visitantes ainda poderão circular pela universidade, mas terão que ser identificados”.

STF suspende votação do FGTS

A votação da revisão das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi suspensa, temporariamente, no último dia 10 de agosto. Apesar de seis dos sete ministros se manifestarem favoráveis à concessão da reposição dos expurgos, o ministro Sepúlveda Pertence pediu vistas ao processo. A conclusão do julgamento ao recurso extraordinário, ajuizado pela Caixa contra o pagamento da correção monetária integral, pode-

rá ocorrer ainda este mês.

A decisão favorável do STF implicará no pagamento da reposição dos expurgos inflacionários aplicados às contas do FGTS com relação aos planos Bresser, Collor I (maio de 1990) e Collor II (fevereiro de 1991) a todos os trabalhadores que têm ou tiveram contas deste período.

Após encerrar a sessão de 10 de agosto, o ministro Carlos Velloso afirmou que a tendência do Supremo é re-

conhecer que o trabalhador tem direito adquirido à correção monetária nos planos Verão (janeiro de 1989) e Collor I (abril de 1990). Contradizendo o recurso impetrado pela Caixa, enfatizou, ainda, que “o Supremo se manifesta de acordo com as normas constitucionais e não com base em dados econômicos”. Isto, porque os representantes da Caixa Econômica Federal insistem em afirmar que o reajuste das contas poderá comprometer seriamente o Fundo.

Encontro de Seguridade será no João Caetano

A Adufrj é uma das entidades que está organizando o Encontro de Seguridade Social Pública - Construindo uma Ação Coletiva, que acontece no mês de agosto, nos dias 24 e 25. O local do evento mudou devido ao grande número de inscritos. Será no Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes. Mais de 600 pessoas, a maioria profissionais da área, já se inscreveram e a expectativa é que mais de 800 participem do evento promovido pelo CRESS, Conselho Regional de Serviço Social.

O encontro é voltado para um público



bastante homogêneo e tem como objetivo socializar o debate em torno da seguridade social, das políticas de assistência, previdência e saúde, de forma integrada. Outra meta do evento é debater as principais diretrizes para a ação política de conselheiros, entidades da área e mandatos legislativos. Os organizadores esperam também que a partir do encontro sejam produzidas diretrizes para a Defesa da Seguridade Social.

No dia 24 acontecerão mesas redondas com os temas “Seguridade Social e Conjuntura”, coordenada pelo professor Jorge Eduardo Saavedra Durão (Fase/Abong); e “Seguridade

Social: Incluídos e Excluídos”, coordenada pelo deputado estadual Arthur Messias (presidente da comissão de Seguridade Social da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro).

Laura Tavares (UFRJ), Haroldo de Abreu (UFF), José Prata de Araújo (economista), Luiz Viegas da Motta Lima (FAAPERJ), Ana Lígia Gomes (assistente social), Maria Inês Bravo (UERJ) e a deputada Tânia Rodrigues (presidente da comissão de Saúde da Alerj) realizarão palestras ao longo do primeiro dia. Dia 25, a programação fica por conta da apresentação dos trabalhos selecionados e debates. À tarde, haverá uma plenária para a Construção das Diretrizes Conjuntas.

Próximas atividades do Andes-/SN em Brasília:

GT Verbas 19, 20 e 21/8

GT Carreira 26 e 27/8

Encontro de
1º e 2º graus 27/8

Objetivo: Discutir temas ligados à situação do 1º e 2º graus na atualidade;

Participantes: Professores de 1º, 2º e 3º graus da base
Reunião do Setor das IFES 2/9

Plenária dos SPF 3/9



Carta

Editais da Faculdade de Educação

A professora Speranza França da Mata, diretora da Faculdade de Educação, assinou, *ad referendum* da Congregação da unidade, editais de seleção para um Mestrado Interinstitucional com a Universidade Federal do Acre, financiado pela CAPES, bem como para novas turmas de Mestrado e Doutorado no Rio de Janeiro. Baseou-se no Regulamento da Pós-Graduação de 1993, cuja estrutura curricular foi bastante criticada em avaliações da CAPES, ignorando o Regulamento de 1999, aprovado pelo CEPG.

Ainda que a Congregação não tenha, posteriormente, referendado os mencionados editais, os mesmos foram publicados, em flagrante desrespeito às normas acadêmicas.

ALICE RIBEIRO CASIMIRO LOPES – Colegiado da Pós-Graduação
 ANA CANEN – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 ANA MARIA CAVALIERI – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 ANTONIO CARLOS MORAES – Congregação
 ANTONIO FLAVIO BARBOSA MOREIRA – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 CARLOS FREDERICO LOUREIRO – Congregação
 EDSON ALVES DE SOUZA FILHO – Colegiado da Pós-Graduação
 IRIS RODRIGUES DE OLIVEIRA – Chefe do Departamento de Didática

JAILSON DOS SANTOS – Suplente na Congregação
 LUCIANE QUINTANILHA FALCÃO – Chefe do Departamento de Administração Escolar
 LUDMILA THOMÉ DE ANDRADE – Colegiado da Pós-Graduação
 LUIZ ANTONIO CUNHA – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 MARCELO CASTRO – Congregação
 MÁRCIO COSTA – Colegiado da Pós-Graduação
 MARCO ANTONIO CARNEIRO DA SILVA – Suplente na Congregação
 MARIA JUDITH SUCUPIRA DA COSTA LINS – Colegiado da Pós-Graduação
 MARLENE ALVES DE OLIVEIRA CAR-

VALHO – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 MÔNICA SANTOS – Colegiado da Pós-Graduação
 PEDRO BENJAMIN GARCIA – Colegiado da Pós-Graduação
 RAQUEL GOULART BARRETO – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação
 RENATO JOSÉ DE OLIVEIRA – Colegiado da Pós-Graduação e suplente na Congregação
 ROBERTO LEHER – Congregação
 TARSO BONILHA MAZZOTTI – Colegiado da Pós-Graduação e Congregação

CUT define novo presidente

Segundo noticiário *online* da Agência-CUT, o novo presidente da Central deverá ser o ex-presidente do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo João Antônio Felício. Seu nome foi escolhido dia 16 de agosto à noite, numa plenária da Articulação Sindical, no 7º Concut, com cerca de 60% dos votos. Wagner Gomes, da Corrente Sindical Classista e Jorge Martins, do MTS, também estão concorrendo. Apesar de se constituir maioria na Executiva Nacional da CUT, a Articulação não é majoritária nos estados. No Rio, a chapa 1 (formada pela Alternativa Sindical Socialista, Movimento por uma Tendência Socialista e PCB) derrotou a chapa 2 (Articulação Sindical, Tribo e PDT), por 350 votos contra 310, respectivamente, no 10º Cecut, realizado em julho. Na ocasião, o previdenciário Antônio Carlos Carvalho, o Carlinhos, foi eleito o novo presidente da CUT do Rio de Janeiro.

Até o fechamento deste boletim (18/08), já haviam sido aprovados os seguintes pontos: realização de uma campanha nacional contra a política econômica, pelo fim antecipado do governo FHC e rompimento com o FMI, sintetizado pela palavra de ordem “Fora FHC e o FMI”. Também foi decidido total apoio da central sindical e seus sindicatos filiados ao plebiscito da dívida externa, marcado para o período de 2 a 7 de setembro. A Adufrj-SSind participou do 7º Concut com dois delegados, os professores José Miguel Bendrao e Roberto Leher (como sindicalizado desta seção sindical).

Empréstimo de livros das bibliotecas

Livros emprestados das bibliotecas já podem ser devolvidos com o fim da greve dos funcionários. Na Faculdade de Letras, a biblioteca está aceitando devoluções sem multa de 21 a 25 de agosto (primeira semana de aulas). Para quem já estava atrasado antes da greve, será cobrada a taxa relativa somente aos dias anteriores e posteriores ao movimento. Mas, atenção: cada biblioteca estabelece seu próprio regulamento para devolução dos livros no período pós-greve.

Reserva de vagas

No último dia 15, a Assembléia Legislativa do Rio adiou a votação da proposta do governador Anthony Garotinho que reserva 50% das vagas dos cursos das duas universidades estaduais do Rio para alunos de escolas públicas. O pedido do adiamento foi feito pela reitora da Uerj, Nilcéia Freire, que alegou falta de discussão adequada em relação ao tema.

Decreto de Regulamentação da Gratificação de Incentivo à Docência/versão preliminar-02

No jornal da semana passada, publicamos o encarte sobre o anteprojeto de lei de emprego para as IFES e a MP da GID. Neste boletim, publicamos uma versão do decreto que vai regulamentar a gratificação para os professores de 1º e 2º graus. A Avaliação II do referido encarte analisa este documento.

DECRETO Nº , DE DE DE 2000.

Estabelece os requisitos básicos para os regulamentos de avaliação de docentes para fins de pagamento da Gratificação de Incentivo à Docência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 4º do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.020, de 24 de março de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos básicos a serem observados pelas Instituições Federais de Ensino relacionadas no Anexo I da Medida Provisória nº 2.020, de 24 de março de 2000, com vistas à elaboração do regulamento de que trata o § 2º do artigo 1º da referida Medida Provisória.

Art.2º A pontuação a ser atribuída a cada servidor em função da avaliação de suas atividades docentes terá como limite máximo oitenta pontos, observando-se o seguinte:

I – a avaliação da carga horária semanal de aulas obedecerá ao limite de quarenta e oito pontos, sendo:

a) quatro pontos por hora/aula semanal, no caso dos professores em regime de 20 horas semanais, e

b) dois pontos por hora/aula semanal, no caso dos professores em regime de 40 horas semanais ou em dedicação exclusiva;

II – na avaliação dos aspectos qualitativos das aulas do docente e de sua participação em programas e projetos de interesse da instituição, as pontuações a serem atribuídas a cada um destes critérios deverão observar, em conjunto, o limite de dezesseis pontos;

III – ao número de alunos sob a responsabilidade do docente corresponderá uma avaliação que terá, como limite, dezesseis pontos.

§ 1º As instituições de que trata este Decreto definirão as formas e os mecanismos de avaliação dos critérios mencionados neste artigo.

§ 2º O cumprimento do mínimo de oito horas semanais de aulas é condição obrigatória para a atribuição de pontuação aos professores de ensino de 1º e 2º graus, pertencentes aos quadros efetivos das instituições federais de ensino relacionadas no Anexo I da Medida Provisória nº 2.020, de 2000.

§ 3º O servidor que não possua pontuação somente fará jus à Gratificação de Incentivo à Docência, calculada com base em pontuação correspondente a sessenta por cento do

limite fixado no § 1º do artigo 1º da Medida Provisória nº 2.020, quando a ele for aplicável alguma das hipóteses previstas no artigo 4º da mesma Medida Provisória.

§ 4º Concluído o primeiro processo de avaliação, se a pontuação obtida pelo servidor for superior a sessenta por cento da pontuação máxima, a diferença será devida a partir de 27 de março de 2000.

Art. 3º No âmbito de cada instituição, deverá ser constituído, por ato do seu dirigente máximo, o Comitê de Avaliação, responsável pela elaboração do regulamento mencionado no artigo 1º deste Decreto e pela avaliação prevista para a concessão da Gratificação de Incentivo à Docência.

Parágrafo único. Na composição do comitê de que trata o *caput* deste artigo, deverá estar assegurada a representação dos docentes da instituição.

Art. 4º O servidor avaliado deverá tomar ciência do resultado de sua avaliação, manifestando a sua concordância ou discordância em relação ao resultado obtido.

§ 1º Na hipótese de discordância por parte do servidor, este deverá formular recurso próprio, que será julgado, em primeira e única instância, pelo comitê referido no artigo anterior.

§ 2º O regulamento a ser elaborado por cada instituição definirá os prazos e a forma de interposição de recursos contra o resultado da avaliação de desempenho do docente.

Art. 5º O servidor, nas hipóteses de licenças e afastamentos legais que assegurem a percepção da gratificação, por prazo inferior ao do período de avaliação, terá como resultado de sua avaliação:

a) a pontuação do período anterior de avaliação;

b) o percentual de sessenta por cento do limite máximo de pontos, considerados sua titulação e seu regime de dedicação, no caso de não ter havido aferição no período referido na alínea anterior.

Parágrafo único. Na hipótese das licenças e afastamentos citados no *caput* deste artigo, por prazo superior ao do período de avaliação, aplicar-se-á o disposto na alínea “b” deste artigo.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

Assembléia GERAL

29/08
terça-feira

9:30
horas

CT Auditório do Centro de
Tecnologia, bloco A - Fundação

PAUTA

Grupos de Trabalho da Adufrj-SSind/Andes-SN • Ações judiciais do FGTS e Imposto de Renda • Anteprojeto de Lei do Emprego Público • Regulamentação da GID • Pauta de reivindicações e escolha de delegados para Plenária dos SPF

ATIVIDADES DA ADUFRJ

GT de Seguridade Social

31 de agosto

quinta-feira 16 horas

Escola de Serviço Social

Sua opinião é fundamental

A Adufrj-SSind já possui uma lista de 1080 endereços eletrônicos cadastrados, só de professores da UFRJ. A nossa meta é ampliar ainda mais nosso cadastro. Para isso, precisamos da sua colaboração: envie uma mensagem para adufjr@alternex.com.br com seu e-mail (ou com a sua atualização, se for o caso).

Contamos também com a sua participação através de cartas, críticas, mensagens e avaliações sobre os temas do movimento docente local e nacional.

Sua participação é fundamental para a consolidação de uma comunicação rápida e eficaz entre a entidade e a categoria docente.

A nossa lista também é aberta a todos os interessados em receber informações do movimento docente e da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 10 • 28 de agosto de 2000

www.adufjr.org.br

Veja no site da Adufrj
Cadernos Adufrj nº 4

II Encontro de
Professores da UFRJ
Alternativas para uma
nova Seguridade

Os professores
sindicalizados receberão
esta edição pelo correio

Reitoria condiciona verbas à nova periodização

Crítérios de concessão de recursos incluem ainda bom desempenho no Provão do MEC e implantação de cursos seqüenciais.

Uma espécie de Proap para a graduação. Essa foi a proposta da reitoria que chegou à última sessão do CEG (23/08), causando grande alvoroço entre os conselheiros. De acordo com o superintendente da SR-1, Átila Freire, o Prograd (Programa de Apoio à Graduação) disponibilizaria cerca de R\$ 4 milhões por ano para fomentar esse nível de ensino da UFRJ, mediante projetos de melhoria e metas atingidas a serem apresentados pelas Unidades.

O programa funcionaria da seguinte forma: todos os projetos (com o respectivo orçamento) das Unidades seriam encaminhados à SR-1 através do CEG com avaliação de mérito pela Comissão de Apoio a Projetos de Ensino. Para a submissão, nesse primeiro momento, os projetos seriam divididos em duas chamadas: projetos relativos a um Plano de Metas Acadêmicas para o Triênio 2001-2003 e projetos relativos aos Indicadores de Desempenho Acadêmico. Todas as Unidades acadêmicas de graduação da universidade estariam consideradas nas duas etapas.

Periodização, cursos seqüenciais e Provão

A primeira chamada corresponderia a um valor entre 30 e 40% dos recursos. O projeto da Unidade deveria conter: uma descrição dos objetivos gerais e específicos contendo as metas anuais para os próximos quatro anos para uma melhoria dos indicadores de oferta, evasão e formação de alunos; histórico acadêmico da Unidade nos últimos cinco anos e, finalmente, **uma reforma curricular de acordo com a nova periodização definida pela resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. Concorreriam com vantagem para a verba as Unidades que apresentassem**

oferta de vagas noturnas, cursos seqüenciais, ensino à distância, integração graduação/pós-graduação e boa avaliação externa no Provão do MEC.

A segunda chamada responderia pelo restante dos recursos disponibilizados (entre 60 e 70% dos R\$ 4 milhões/ano). Os projetos seriam avaliados a partir de indicadores acadêmicos, com pontuação correspondente estabelecida pelo CEG. Nessa etapa, os quesitos avaliados seriam: o número de alunos diplomados por ano na Unidade; a relação entre o número de professores lotados na Unidade que contribuiriam com o curso e o número de alunos formados; as condições de oferta de vagas no vestibular; a taxa de evasão; o tempo médio de permanência dos alunos no curso e a qualidade dos alunos a serem formados de acordo com os mecanismos de avaliação externa hoje existentes. Para receber a verba dessa segunda chamada, as Unidades deveriam, portanto, superar números mínimos ainda a serem definidos pelo CEG e obterem conceito igual ou superior a C no Provão. À pontuação final da Unidade seria dado um percentual também proporcional do total de recursos. Unidades cujos professores ministram aulas em outros cursos receberiam um valor proporcional à participação de seus docentes nas demais Unidades.

Explicações da reitoria

Em sua exposição do programa ao CEG, o superintendente da SR-1 explicou que esses R\$ 4 milhões tiveram origem em “enxugamentos” das despesas da reitoria, como contas de telefone, por exemplo. Ainda segundo Átila, essa verba representaria quatro vezes o valor que tem sido aplicado atualmente na graduação da UFRJ. “Antigamente, esse valor era distribuído sem respeitar qualquer critério acadêmico, seguindo apenas uma média histórica de pedidos das Unidades. Agora, a intenção é montar uma página eletrônica na qual to-

dos saberiam para onde está indo o dinheiro”, afirmou.

Átila comentou que esse modelo de distribuição de recursos do Prograd não é definitivo e deve ser aperfeiçoado ao longo do tempo. O superintendente disse ter buscado, nesse primeiro momento, alguns parâmetros que não prejudicassem as Unidades de uma forma geral. “Se a gente adotassem somente o critério de alunos formados por professor, alguns lugares ganhariam zero de dinheiro. Se fosse utilizado apenas o critério de evasão, um número significativo também ficaria sem recursos”, disse, analisando números dos três anos anteriores (1997 a 1999).

A reação dos conselheiros

Alguns conselheiros ficaram preocupados com a possibilidade de o programa deixar à míngua as Unidades da UFRJ que não tenham mais potencial de crescimento ou problemas específicos para conseguir números expressivos de formação de alunos ou pouca evasão. Átila pediu tranquilidade. “Posso garantir que nenhuma Unidade vai receber menos do que vinha recebendo habitualmente. Além disso, para aquelas que apresentarem problemas de crescimento acadêmico serão feitos projetos especiais de recuperação”, completou.

Como o semestre já começou, os conselheiros vivem um dilema. Eles devem estabelecer critérios de pontuação e objetivos mínimos de crescimento acadêmico e não sabem ainda se há tempo para consultar a comunidade universitária sobre os melhores critérios para essa primeira versão do Prograd.

A tendência na discussão dos conselheiros era dividir esses recursos de forma igual entre as Unidades para, depois, então, numa outra fase do Prograd, organizar a distribuição de recursos com base no mérito e para “acabar com o casuísmo” (segundo o sub-reitor Gattass).

Plebiscito preocupa governo

Segundo o Boletim do Plebiscito (11/08/00), o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em entrevista para o jornal *O Estado de São Paulo*, revelou preocupação com a repercussão da organização do Plebiscito da Dívida Externa. A notícia "Malan sugere pacto político em defesa da economia" apresenta comentário do ministro sobre o possível impacto negativo, no exterior, em relação à organização de um plebiscito sobre o pagamento da dívida externa brasileira. Segundo o Boletim do Plebiscito, isso mostra que o movimento está no caminho certo: "o capital internacional precisa saber que há, sim, 'divergências da política local' (como disse o ministro ao Estadão) - o povo não concorda com o modelo da elite e o Plebiscito vai expressar essa divergência".

Equador

No Equador, a população indígena saiu na frente. Cerca de 1,5 mil índios e integrantes de movimentos sociais equatorianos entregaram ao Tribunal Eleitoral local um abaixo-assinado exigindo a realização de um referendo para que a população decida se quer a dissolução do Congresso e as suspensões da dívida externa e da dolarização da economia (fonte: *Correio Braziliense*, 3/08/00).

Como participar

Para quem quiser participar da organização do Plebiscito da Dívida Externa, basta comparecer às reuniões do Comitê Rio, que acontecem às quartas, 19h, no Sindicato dos Engenheiros - Av. Rio Branco, 277, 17º andar. O plebiscito será realizado de 2 a 7 de setembro, exatamente na Semana da Pátria, em todo o país.

Quem quiser apenas votar, é só procurar uma das entidades do movimento social (sindicatos, associações, ONGs etc) que estiver promovendo o plebiscito, durante estes dias.

Resultado deve ser divulgado em 13 de setembro

Segundo a Secretaria Executiva do Plebiscito, os núcleos regionais de cada estado estão sendo orientados para organizar a apuração dos votos para que o trabalho seja concluído até o dia 10 de setembro. No dia 11, o Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais da CNBB fará a totalização dos votos. A previsão é de que a divulgação nacional dos resultados ocorra na manhã do dia 13.

O governo deve ou não pagar a dívida externa? Brasileiros vão dizer o que deve ser feito

No 40º Conad do Andes-SN, em julho deste ano, foi aprovada como uma das tarefas essenciais do movimento docente a realização do Plebiscito da Dívida Externa. Os professores das seções sindicais avaliaram a crise social vivida pela sociedade brasileira e ressaltaram como causa a subordinação do país. Para o Sindicato dos Docentes, a subserviência do governo FHC às ordens do FMI e outros organismos tem levado o país à bancarrota e a priorizar as reformas no Estado, aniquilando direitos sociais, aumentando o desemprego e subordinando o orçamento da União ao pagamento da dívida.

A CNBB, idealizadora do projeto, já conseguiu agregar mais de 50 entidades e movimentos sociais para a organização do Plebiscito. Nos dias 2 a 7 de setembro, a população poderá democraticamente decidir se o governo deve ou não continuar pagando uma dívida que ainda custará nada menos do que US\$ 320 bilhões aos bolsos dos brasileiros. O orçamento geral da União dispõe, hoje, de R\$ 965 bilhões. Destes, R\$ 52 bilhões são destinados ao pagamento de pessoal e encargos. Outros R\$ 127 bilhões são reservados a investimentos e outras despesas. O restante - ou R\$ 786 bilhões - está comprometido com o pagamento das dívidas públicas, interna e externa.

Orçamento Geral da União

Orçamento R\$ 965,4 bilhões

Refinanciamento R\$ 642,54 bilhões
(executados R\$ 106,48 bilhões até 31/03/2000)

Diferença R\$ 322,86 bilhões

* Pessoal e Encargos Sociais R\$ 52 bilhões

* Juros e Encargos da Dívida R\$ 78,1 bilhões

* Amortização da Dívida R\$ 65,4 bilhões

- Outras destinações R\$ 127,36 bilhões

Despesas com pessoal:

Em 1995 29,82% das Receitas Correntes

Em 2000/08/04 21,58% das Receitas Correntes

* Orçamento votado e não publicado, informações obtidas nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), publicada por determinação do Artigo 165, §3 da Constituição Federal.

STF retoma julgamento do FGTS

O ministro do Supremo Tribunal Sepúlveda Pertence disse que o julgamento do caso que discute os expurgos inflacionários das contas do FGTS deve ser retomado dia 30/08. Até a interrupção do julgamento, há cerca de quatro semanas, sete ministros já haviam votado. Seis foram favoráveis à correção dos saldos do FGTS, referente aos planos Verão (44,72%) e Collor I (44,80%), do período de abril de 1990. Como são onze ministros no STF ao todo, a causa já está ganha para os trabalhadores.

Reconhecida, então, a derrota no Judiciário, o governo FHC passou a armar mais um golpe. Existe a intenção do Executivo de publicar Medida Provisória que estipule em cinco anos o prazo legal para ajuizamento de ações sobre a correção do FGTS (atualmente vigora o período de 30 anos para reclamação desse tipo).

Essa mudança não afetaria as ações em curso, mas impossibilitaria que novas demandas fossem propostas (pelos cálculos do governo, atualmente, menos de 10% dos prejudicados pleiteiam a causa do FGTS no Judiciário). Por outro lado, o Executivo também estaria impedindo a cobrança de débitos por parte, principalmente, do setor empresarial. Ou seja, daria o calote nos trabalhadores e ainda limparia as dívidas de empresários inadimplentes, de acordo com o escritório de advocacia Wagner Advogados Associados, especializados em causas dos SPF.



Rápidas do CEG

O professor Fernando Rochinha, um dos representantes do CT no colegiado, questionou a proposta do MEC de Carreira, divulgada no jornal da Adufrj-SSind (14/08). Para Rochinha, o CEG deveria formar uma comissão para avaliar os impactos desse projeto do governo no meio acadêmico e, dentro do possível, fazer a UFRJ interferir nesse processo.

O diretor do CAp, Moacyr Barreto, esteve presente ao CEG para aprovação do edital do ensino médio do colégio. De acordo com o diretor, não houve nenhuma mudança em relação ao edital do ano passado (à exceção das datas, é óbvio). Na próxima publicação, estaremos divulgando os dias para pedido de isenção da taxa de matrícula. De acordo com Moacyr, o edital tem que ser publicado no Diário Oficial antes de sua divulgação para a imprensa. Da mesma maneira, em breve também será divulgado o edital para admissão no Ensino Fundamental do CAp.

A Adufrj-SSind estará participando do plebiscito da dívida com algumas urnas.

Os locais serão divulgados através de cartazes e no próximo jornal da seção sindical.

Adufrj reivindica extensão dos 26,05% (Plano Verão) para todos os professores
Página 10

Grupos de Trabalho da Adufrj
Política Educacional 4 de setembro - Segunda-feira
Horário: 16h Pauta: Plano de Trabalho do GT e periodização na UFRJ
Seguridade Social 5 de setembro - Terça-feira
Horário: 17h
Local: Escola de Serviço Social/UFRJ (Praia Vermelha)



II Encontro de Professores da UFRJ
Alternativas para uma nova Seguridade
Adufrj lança caderno
www.adufrj.org.br



A vida acima da dívida
Plebiscito da Dívida Externa
Veja onde votar na UFRJ.
Página 11

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN Ano VII nº 11 · 4 de Setembro de 2000

Trabalhadores ganham ação do FGTS

Adufrj entrará com ação coletiva e individual para assegurar a correção do FGTS para os seus associados. A entidade reivindicará os índices do Plano Verão e do Plano Collor (referentes ao expurgo nas contas dos trabalhadores). Leia os detalhes da ação na página 10



Encontro de Seguridade lota João Caetano

Iniciativa do 7º Conselho Regional de Serviço Social com o apoio de várias entidades, entre as quais, a Adufrj-SSind, reuniu quase 900 pessoas no teatro do centro da cidade. Páginas 5 a 8



Editorial

Periodização a toque de caixa?

Está em discussão no CEG (Conselho de Ensino de Graduação) a proposta da Reitoria para concessão de recursos à graduação, no âmbito do chamado PROGRAD 2000 - Programa de Apoio à Graduação, cuja sigla poderia ser simplesmente um sugestivo PAG. Em vista das conhecidas dificuldades por que passam os cursos de graduação da UFRJ, uma proposta desta natureza provoca grande expectativa. Afinal, a graduação tem sido, de longa data, o patinho feio na história da distribuição de recursos e de valorização do trabalho docente na Universidade. Assim, a implantação de um programa de alocação de recursos para projetos acadêmicos na graduação seria, a princípio, bem vinda.

Entretanto, a forma com que se pretende vincular a liberação dos recursos é, no mínimo, temerária, pois tem como pano de fundo uma reforma curricular compulsória. Os projetos seriam classificados em duas categorias: planos de metas acadêmicas e indicadores de desempenho. E os problemas começam com a interpretação do que deve conter um plano de metas acadêmicas e o que são indicadores de desempenho.

A estrutura geral dos planos de metas acadêmicas, por exemplo, se baseia numa reforma curricular de acordo com a nova periodização imposta pela Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99 e as metas anuais de oferta de vagas, índices de evasão e de for-

mação de alunos. As críticas e objeções de várias unidades à nova periodização foram esquecidas ou não foram consideradas. Mais grave ainda, condicionar os recursos à periodização é a forma mais perversa de submetê-las ao processo que rejeitam ou criticam.

Os projetos de indicadores de desempenho acadêmico, por sua vez, seriam implantados numa segunda fase e teriam como critérios de elegibilidade das unidades relações do tipo alunos/professores, alunos formados/vestibular e o conceito obtido no provão. Cada unidade receberia pontos pelo número de alunos formados, pela relação alunos por professor, pelo conceito no provão, etc. A partir dessa pontuação será atribuído um "valor" (sic) a cada unidade da UFRJ, cuja soma resultaria num "valor total" para a UFRJ. Os recursos seriam alocados a cada unidade na mesma proporção que a relação entre seu "valor" individual e a soma dos "valores" de todas as unidades da UFRJ, através de uma simples regra de três! Qualquer semelhança com a GED/GID não é mera coincidência!

Assim como ocorre na GED, e agora na GID, em relação aos professores, utiliza-se apenas parâmetros quantitativos a título de fazer avaliação e qualificar o desempenho dos cursos. Pior do que isso, deixa-se implicitamente a parte de avaliação qualitativa externa (e a interna?) a cargo do famigerado provão.

Assim como a GED não diferencia professores nos diversos níveis da carreira, o PROGRAD não considera as especificidades de cada curso ou unidade, atendendo mais a aspectos políticos e estratégicos de demanda e de mercado. Se não houver tais cuidados, corre-se o risco de apenas reafirmar a tendência de fortalecer as áreas já estabelecidas e de excluir as demais do acesso aos recursos que poderiam lhes propiciar ascensão.

Por fim, permanece o grave problema do processo de discussão e de legitimidade da proposta, pois mais uma vez não há muito esforço nem preocupação, desde o início, em consultar as unidades e os professores. A questão se encontra até agora restrita aos gabinetes e conselhos superiores, onde os representantes das categorias docentes e diretores ainda não foram capazes de promover o debate entre seus representados. Embora ainda haja tempo para reverter este quadro, não seria surpresa, a julgar por nossa história recente, se daqui a alguns dias nova resolução pronta e acabada caísse sobre nossas cabeças, fosse aprovada à nossa revelia ou remetida para apreciação das unidades e departamentos com prazos exíguos ou impraticáveis, como ocorreu com a própria periodização e anualmente vem acontecendo com os critérios da GED.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza - Titular; Marcos Vinícios P. Andrade - Titular e Clóvis de F. Neves Filho - Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.**

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Cidade Nova ganha Espaço Cultural

As ruínas da antiga Maternidade Thompson Motta por quase uma década estiveram escondidas atrás de outdoors, na rua Afonso Cavalcanti - Cidade Nova (ao lado da estação do Metrô da Praça Onze). A Escola de Enfermagem Anna Nery está transformando o local em mais uma opção cultural na cidade. O Espaço Cultural Anna Nery já conta com auditório para 120 pessoas, livraria, salas de exposição, café, centro de documentação, Museu da Enfermagem e tem previsão para a instalação de uma pequena sala de cinevídeo, com 80 lugares. O novo espaço foi lançado dia 29 de agosto.

O prédio pertence à Escola e passou,



O ESPAÇO CULTURAL ANNA NERY VAI ATENDER A ALUNOS DA GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ÁREA MÉDICA

nas últimas semanas, por uma intensa limpeza e reforma. Na primeira fase do projeto, ainda se poderá conviver num cenário com aspectos de ruínas, que será valorizado pela introdução de materiais modernos, adereços cenográficos e iluminação feérica.

O prédio data dos primeiros anos da década de 30 e possui características arquitetônicas ecléticas, com detalhes

que marcaram as construções em estilo neoclássico, da virada do século XIX. Sua construção robusta, em tijolos maciços deitados, formam paredes de 30 cm de espessura. Uma estrutura metálica dá suporte ao telhado. Apesar dos quase trinta anos de abandono e exposição ao tempo, o prédio resistiu à desativação da antiga Maternidade Thompson Motta, nos anos 70.



CEG

Preocupados com a reação da comunidade universitária em relação à nova periodização, os conselheiros puseram em discussão a possibilidade de produzir um documento com princípios básicos a serem seguidos para facilitar o trabalho das Unidades na reforma curricular de seus cursos.

O sub-reitor Gattass informou ao colegiado que faria, na tarde daquele mesmo dia (30/8), uma reunião com os diretores de hospitais da UFRJ para definir a questão do atendimento da emergência dentro do compus do Fundão. Nas últimas sessões (tanto do CEG, como do Consuni) foram relatados pequenos acidentes envolvendo alunos, que não tiveram sequer atendimento primário no HU.

Na noite de 30/8, o sub-reitor Gattass tinha ainda marcada uma reunião com todo o corpo docente da Faculdade de Educação. Os vários problemas daquela Unidade estariam, no entendimento do sub-reitor, levando a reitoria a criar o Instituto Superior de Educação da UFRJ. Os institutos superiores fazem parte dos planos do MEC para cumprir as metas da LDB, que determina um prazo até 2007 para que todos os professores do ensino fundamental tenham formação em nível superior. O Andes-SN já tem posição contrária a essa iniciativa, por entender que esta "formação" dada nos Institutos, além de acabar com os cursos de pedagogia, vai servir apenas de maquiagem para atingir os índices de formação de professores previstos na legislação.

Anote

Casa da Ciência expõe fenômenos ópticos

A Casa da Ciência expõe fenômenos ópticos divertidos na mostra "Espelho, espelho meu" até 12/11. As visitas podem ser feitas às terças e sextas, das 9 às 20h. Nos sábados, domingos e feriados,

das 10 às 20h. O evento inclui ainda duas oficinas: "Construção de experimentos com espelhos" - indicada para adolescentes e crianças a partir de

6 anos - sábados às 15h e "Ver ou não Ver Experimentando teatro, imagem e reflexo" Curso de Direção Teatral (ECO/UFRJ) 3/9 a 12/11 - aos domingos às 15h.



Idealizações da República

"Idealizações da República" será o tema debatido no Fórum de Ciência Cultura da UFRJ no mês de setembro de 2000 (O ciclo integra o Seminário Permanente "Fórum Brasil", realizado sempre às terças-feiras, no Salão Moniz de Aragão. O evento é gratuito.



Bolsas de mestrado e doutorado do CNPq para 2001

O "Manual de Instruções" do CNPq, para solicitações de novas bolsas e renovações de mestrado e doutorado para o ano de 2001, já está disponível na página eletrônica: www.cnpq.br, no item "Mestrado e Doutorado no País". O período para inscrições vai de 1/09 a 15/10.



Resenha

De acordo com matéria de O Globo, de 29/08, os trabalhadores celetistas ou os servidores públicos vinculados ao Regime Jurídico Único têm direito à isenção do imposto de renda em indenizações trabalhistas, de acordo com decisão que foi tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mesmo quando abonos por assiduidade, férias e licenças-prêmio são convertidas em dinheiro no momento da aposentadoria, o trabalhador não deve pagar o imposto de renda.

Em 2001, os cerca de um milhão de funcionários públicos federais da ativa e aposentados deverão passar mais um ano - o sétimo consecutivo - sem receber reajuste salarial. Ainda em fase de elaboração no Ministério do Planejamento, o Orçamento da União não previa recursos para aumento generalizado, apenas para a concessão de reajustes restritos, via gratificações. Pior: o governo ainda espera aprovar a contribuição de 11% dos funcionários aposentados e pensionistas para 2001. A proposta está parada no Congresso e FHC espera conseguir uma receita de R\$ 1 bilhão por ano com a aprovação.

O ministro da Educação formalizou no último dia 24 a entrega de US\$ 230 milhões em equipamentos para universidades e hospitais do país. A UFRJ ficou com US\$ 10,4 milhões e a UFF, com US\$ 5,6 milhões. Só o HUCFF ganhou o equivalente a US\$ 4,3 milhões.

Nota de Ricardo Boechat, de 19/08: "O MEC baixará até setembro novas normas para o ensino superior. Uma das regras proibirá as universidades de abrirem cursos fora do seu estado-sede. Há cinco anos o Conselho Nacional de Educação debate o tema, sem chegar a um acordo."

Matéria da Folha, de 28/08, informa que a USP registrou no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) a sua marca e mais oito logotipos da universidade. O objetivo é impedir que empresas ou pessoas se aproveitem da marca USP para fins comerciais. Além do registro, que normalmente demora cerca de dois anos para ser concedido, a USP registrou domínios envolvendo seu nome na Internet e montou um grupo que estabelecerá diretrizes que professores e funcionários deverão seguir na hora de se associarem a outras instituições.



Movimento

GT de política educacional planeja segundo semestre

Na última reunião do GTPE do Andes-SN, foi organizado um cronograma de trabalho para dar seqüência aos encaminhamentos do Plano de Lutas do Sindicato, definido no último Conad (Junho/Brasília). O GT contou com a participação da professora do CAP/UFRJ, Rosanne Dias, que também participa do GTPE da Adufrj.

O grupo retomou as discussões em torno da participação do Andes-SN no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública FNDEP, ressaltando a necessidade de as Seções Sindicais participarem dos respectivos fóruns municipais e estaduais onde estes já existirem e de organizá-los junto às outras entidades em defesa da escola pública onde eles ainda não estiverem constituídos.

O grupo avaliou também a necessidade do Andes-SN de concorrer, juntamente com entidades como a Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) e Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino), à secretaria executiva do FNDEP. Desta secretaria fazem parte duas entidades sindicais e uma científica, atualmente representada pela Associação de Educadores Latino Americanos e do Caribe (AELAC).

Uma das atividades do Fórum está sendo mobilizar os candidatos às prefeituras para o compromisso de elaborar planos municipais de educação, seguindo as propostas aprovadas no último Congresso Nacional de Educação (III Coned, Porto Alegre/



1999). A idéia que o FNDEP está desenvolvendo é de produção de uma carta para os candidatos que sirva de orientação para os debates a serem realizados por ocasião das eleições municipais deste ano.

Fóruns Estaduais/Municipais de Educação

O GTPE vai sugerir que o Sindicato faça um levantamento sobre a situação dos estados e municípios em relação à educação e ao processo de constituição dos Planos Estaduais e Municipais de Educação. A sugestão é que as Regionais do Andes-SN encampem este trabalho. Os princípios e concepções para os planos estão no documento final do III Coned.

GID

O grupo criticou o caráter autoritário, punitivo e excludente dado pelo Governo aos professores do Ensino Básico através da Gratificação de Incentivo à Docência (GID). A crítica também vai para o processo desigual de constituição das comissões e comitês de avaliação nas diferentes instituições de ensino.

O GTPE pretende realizar discussões

conjuntas com os grupos de política e formação sindical (GTPFS) e seguridade social (GTSS) sobre GID e também sobre o projeto de Emprego Público.

Reserva de vagas

Sobre os projetos de lei de reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes egressos da rede pública, o grupo ressaltou o caráter populista das propostas e entende que o movimento deve lutar pelo aumento de vagas no ensino superior público com melhores condições de trabalho. Para os professores do GT, o tema é polêmico e merece maior debate do Sindicato.

Preocupações

O GTPE estará analisando a Rede de Formadores (Parâmetros em Ação) - uma ação do governo federal em conjunto com os municípios. O objetivo do governo é gerar uma rede de profissionais formadores de professores buscando a atuação dos colégios de aplicação das IFES e IES, em convênios com as prefeituras. Os Cefet também estariam envolvidos em projeto semelhante e seriam encarregados de desenvolver um programa de formação para professores do ensino técnico e tecnológico.

Outra preocupação do grupo é contratação de consultores pelo MEC para elaboração das diretrizes curriculares para os diversos cursos das universidades. Há uma grande pressão por parte das instituições privadas para que os critérios de autorização e de avaliação dos cursos de formação de profissionais de educação não sejam rígidos ou tão "exigentes".

Anfope debate Diretrizes Curriculares e formação dos profissionais da educação

A cada dois anos é realizado o Encontro Nacional pela Formação de Profissionais de Educação - Anfope, reunindo profissionais que atuam com a formação de educadores em diferentes estados do país. Este ano, o X Encontro da Anfope, realizado em agosto, em Brasília, contou com representantes do Andes-SN e das seções sindicais que participam do GT Política Educacional. Também participaram convidados dos Fóruns de Pró-reitores de Graduação e de diretores das Faculdades de Educação e representantes do Conselho Nacional de Educação (CNE), além da Executiva Nacional dos estudantes de pedagogia. No encontro também foi realizada a eleição da nova diretoria e do conselho fiscal da entidade para o próximo biênio.

A diretora do Andes-SN, professora Vera Jacob anunciou a disposição do Sindicato de acompanhar as atividades desenvolvidas pela Anfope na luta pela formação dos profissionais de educação no país. Além da Adufrj-Ssind, as seções sindicais da UFF (Aduff), UFMG (Apubh), UFPA (Adufpa) e Rural/RJ (Adur-RJ) estiveram presentes.

A mesa-redonda "Embate entre projetos de formação. A construção da base comum nacional e diretrizes curriculares" contou com a presença da professora Leda Scheibe (UFSC) e do professor Antonio Bosco de Lima (Unioeste). As "Diretrizes Curriculares" e "A Organização dos Profissionais da Educação e a Anfope" foram temas de dois outros debates que contaram com a presença das seções sindicais do Andes-SN. No primeiro, as debatedoras foram as professoras Silke Weber, do CNE, e Raquel Figueiredo, também do CNE.

Em virtude do atual quadro, ora de regulamentação, ora de desregulamentação desses profissionais no Brasil, o segundo debate foi bastante concorrido e contou também com a presença do Andes-SN e do Conselho Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE).

Foram aprovadas três moções de repúdio. Uma, contra a proposta de Rede de Formadores (ver matéria ao lado); outra, contra as declarações do ministro Paulo Renato de que os professores brasileiros não sabem ensinar; e uma terceira, contra a constituição de um Conselho Regional de Pedagogia.

GT Comunicação e Arte

A Reunião do Grupo de Trabalho Comunicação e Arte do Andes-SN, realizada nos dias 12 e 13 de agosto, avaliou alguns pontos do projeto de comunicação do Andes aprovado no Congresso de João Pessoa. Entre outras medidas, ficou decidido que será realizada uma ampla pesquisa para quantificação do público da revista *Universidade & Sociedade* junto às Seções Sindicais. A próxima edição da revista será dedicada aos temas: **Seguridade Social e Carreira**. O **InformANDES** deverá ter como uma das pautas da sua próxima edição o resultado do plebiscito da Dívida Externa.

Calendário

20/10 - Palestra sobre jornalismo sindical com a participação dos componentes do GTC&A, jornalistas das Seções Sindicais e integrantes da Diretoria do Andes-SN

21 e 22/10 - Reunião do GT para discutir e aprovar o texto referente ao projeto global da política de comunicação para o Andes-SN, a ser encaminhado ao 41º CONAD

04 e 05/11 - Participação no 41º CONAD

24 e 25/11 - Seminário de Avaliação e Implantação do projeto de comunicação do Andes-SN

Encontro



MARIA LÚCIA WERNECK E OS OUTROS PALESTRANTES
FALARAM PARA UM PÚBLICO DE MAIS DE 800 PESSOAS

Construindo uma ação coletiva

O Encontro de *Seguridade Social Pública: Construindo uma Ação Coletiva* surgiu, segundo as entidades organizadoras, da necessidade de um debate estadual amplo sobre a gravidade da situação das políticas que integram a Seguridade Social. A partir da compreensão da crise da Seguridade Social, o Conselho Regional de Serviço Social – 7ª região decidiu convocar a sociedade civil para a construção coletiva de um Encontro Estadual de Seguridade Social.

Havia, de acordo com os organizadores, uma orientação nacional do Conselho Federal de Serviço Social, CFESS, de que os encontros nacionais de Seguridade Social, por ele promovidos a cada três anos, fossem antecedidos por encontros estaduais, organizados pelos CRESS.

O CRESS-7ª Região decidiu implementar esta resolução e tomou a iniciativa de convocar diversas entidades para a realização deste encontro,

aberto a usuários e trabalhadores da área. Foram convidados Conselhos de Direitos e de Políticas, Faculdades de Serviço Social públicas e privadas, Organizações Não-Governamentais, Conselhos Profissionais, Sindicatos, Movimentos Sociais.

Em torno de quinze entidades, entre as quais a Adufrj-SSind, se envolveram na organização do evento e planejaram, ao longo de quase um semestre, um evento que assumiu características próprias, definidas por estas entidades.

A demanda pela discussão da Seguridade Social no Rio de Janeiro surpreendeu a Comissão Organizadora. As inscrições chegaram a quase 900 pessoas, o que levou a comissão a transferir o Encontro para o Auditório do Teatro João Caetano, no Rio.

O elevado número de inscritos expressou para os organizadores uma preocupação, um compromisso, uma indignação e vontade coletiva de enfrentar as expressões dessa questão social, o que

tornou o Encontro de Seguridade Social Pública em um marco para os trabalhadores da área no Rio de Janeiro.

O evento contou com o apoio dos mandatos legislativos dos deputados Artur Messias e Tânia Rodrigues; do Sindicato dos Trabalhadores de Saneamento e Meio Ambiente; do Teatro João Caetano; do SENAC; do Banco do Brasil; da Secretaria de Ação Social e Cidadania do Estado do Rio de Janeiro.

O evento teve 882 inscritos, dos quais 58% eram assistentes sociais, 25% estudantes de nove universidades, 14,1% de outras profissões (maior incidência: psicólogos, professores e enfermeiros) e 3% sem profissão identificada. Contou com a presença de parlamentares, de diretores, inclusive o presidente da Central Única dos Trabalhadores/RJ, de militantes da Central de Movimentos Populares, da base da Federação de Associações e Aposentados e Pensionistas, de representantes da Marcha Internacional das Mulheres, entre seus participantes.

A Comissão Organizadora do evento foi integrada pelas seguintes representações da Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, FASE, Adufrj, Curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida CSS/UVA; Centro de Estudos e Pesquisa em Serviço Social/INSS, CEPSS; Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/7ª Região; Federação de Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro, FAAPERJ; Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos - ANDEF e Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, CEAS/RJ; Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, CES/RJ; do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado

As resoluções gerais

- ▶ Afirmar publicamente um projeto alternativo de sociedade, como nas grandes lutas populares desenvolvidas no país, em contraponto ao projeto governamental orientado pelo FMI e pelos interesses internacionais.
- ▶ Superar a demarcação de projetos meramente econômicos, priorizando o plano ético-ideológico. Politizar o debate sobre a questão fiscal. Resgatar idéia de que somos sujeitos do nosso destino.
- ▶ Retomar alianças entre os setores médios e excluídos da sociedade.
- ▶ Manter a luta pelo conceito amplo de Seguridade Social, com estreita articulação entre as políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social. Considerar as particularidades nacionais neste processo. Ter ação afirmativa, de Seguridade que amplia direitos.
- ▶ Mudar a postura na atuação nos Conselhos de Direitos e Políticas, enfrentando governos e poder público, alterando e sugerindo novas pautas para debate e deliberação.
- ▶ Criar Fórum integrado dos Conselhos no Rio de Janeiro, para debate das políticas públicas.
- ▶ Articular a ação de usuários e profissionais nos Conselhos. Articular a capacitação destes conselheiros, com participação da Academia e de entidades comprometidas com a luta pela Seguridade Social Pública.
- ▶ Motivar o movimento sindical a lutar pela organização dos trabalhadores no local de trabalho.
- ▶ Criar comitês de informação, debate e divulgação do conceito de Seguridade Social.
- ▶ Articular Universidades e Centros de Pesquisa no sentido de democratizar e socializar conhecimentos quanto à Seguridade em seu conceito mais amplo.
- ▶ Criar/reactivar fóruns da política de Seguridade Social insistir na realização da Conferência Nacional de Seguridade Social.
- ▶ Pautar, nas disputas eleitorais presidenciais vindouras, a proposta de criação do Ministério de Seguridade Social.
- ▶ Persistir na luta pela ampliação dos recursos destinado à Seguridade Social.
- ▶ Ter a democratização do Estado como desafio central da agenda política.
- ▶ Ampliar o envolvimento com atividades do movimento social na conjuntura, como o plebiscito da dívida externa, que será realizado em setembro.
- ▶ Enfrentar debate sobre a exequibilidade de uma estratégia pública de Seguridade Social.
- ▶ Que as entidades organizadoras do Encontro assumam a divulgação da carta da Marcha Mundial das Mulheres nos espaços de imprensa disponíveis a essas entidades.
- ▶ Apoiar e mover esforços no sentido de realizar um Congresso Nacional contra o neoliberalismo.
- ▶ Socializar os resultados políticos deste Encontro, sugerindo às entidades organizadoras que façam publicação de todo o material do evento (palestras, trabalhos, deliberações).
- ▶ Organizar uma caravana do Rio de Janeiro para participar do II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade.



Encontro

Os mitos da Seguridade Social



Primera palestrante do Encontro, a professora da UFRJ Maria Lúcia Werneck (Economia) deveria falar sobre as políticas de seguridade social no Brasil. Logo de início, ironizou: “Eu poderia simplificar in-

teiramente a tarefa, sem muito receio de exagerar, afirmando que elas não existem. Pronto, acabou”, comentou. A professora analisou alguns motivos que levaram à formação da Seguridade Social no Brasil e criticou os mitos espalhados pelo governo para retirar o caráter público das políticas sociais.

Em sua leitura, a Seguridade Social da Constituição de 1988 demonstra que o Brasil optou por um seguro social visto como uma garantia para pessoas em situações adversas. Lembrou que essa concepção de Seguridade surgiu nos anos 40, na Europa (pós-guerra), assentada no princípio de que “a pessoa que não conseguir sobreviver por seus próprios meios deixa de ser uma preocupação individual e passa a ser uma questão da Seguridade Social”.

“A Constituinte integrou as áreas de Previ-

dência, Saúde e Assistência sob o signo da Seguridade”, pois a idéia era cuidar das especificidades de cada área e, ao mesmo tempo, manter o espírito geral de proteção social, distributiva e democrática.

No início dos anos 90, no entanto, a Assistência, a Saúde e a Previdência são regulamentadas por leis diferentes e colocadas em ministérios diferentes. Isso fez com que “as áreas comessem a disputar recursos entre elas. Em vez de se fortalecerem, as três áreas se enfraquecem”, analisou. Segundo ela, as reformas ministeriais do primeiro presidente eleito em 1989, transformaram o Instituto Nacional de Previdência Social em Instituto Nacional do Seguro Social e mais ainda: reconduzindo-no ao âmbito do Ministério do Trabalho e lembrou: “os servidores foram taxados pela reforma Collor de vilões da República”.

Para Maria Lúcia, não se pode esquecer que o contexto internacional dos anos 90 foram desfavoráveis à expansão da Previdência Social por conta da crise da dívida externa e dos condicionantes impostos ao nosso país pelas agências multilaterais de crédito (entre elas, o FMI).

Ao apresentar o desmonte da Seguridade, a professora destacou três “mitos” que estão sendo espalhados pelo governo: o primeiro é que a

Seguridade Social requer soluções meramente técnicas e nenhuma solução política, ou seja, “é uma opção que despolitiza a própria idéia de Seguridade Social, pois termos como ‘eficiência’, ‘custo’ e ‘capitalização’ substituíram, no vocabulário dos especialistas, noções que se associavam estreitamente à proteção, aqui entendida como integração social, solidariedade, bem-estar”. Exemplificou com a política de assistência social, que no início, foi passando de ministério para ministério e hoje está diluída em diversas instâncias governamentais.

“Ela foi reduzida a uma função meramente assistencialista, que quase chega a ser caridade pública e está muito longe da idéia que preside a própria LOAS (Lei Orgânica de assistência social) de 1993, que reforça a assistência social como um direito do cidadão e um dever do Estado”.

O segundo mito foi resumido na frase “Seguridade é uma espécie em extinção”. Nesta comparação, a professora sugere que, para os governantes, os processos privatizantes são processos naturais como chuvas ou tempestades. A Seguridade, por assim dizer, estaria fora do controle humano. Assim, “a Seguridade seria um doente em fase terminal”, enquanto que nos países desenvolvidos todas as ações bus-

cam manter a Seguridade viva.

O terceiro e último mito seria o de que a seguridade privada deve substituir a seguridade pública. Uma visão maniqueísta de que uma é necessariamente melhor do que a outra. No caso, a seguridade privatizada. Comentou que as propostas têm sido expostas com a idéia de contas individuais. Afirmou, ainda, que, na visão do governo, o regime de repartição (os da ativa se solidarizando com os aposentados) não daria conta da questão da previdência. “Essa dicotomização é perigosa porque confronta dimensões diferentes: capitalização é diferente de repartição. A justificativa, de acordo com os técnicos do governo, é que seria um sistema competitivo, com preços acessíveis a toda população. As administradoras dos fundos de pensão cobrariam preços menores: o que não se verificou na prática. “Das 13 que permaneceram, quatro concentram a maioria das contas. Houve uma oligopolização. E o Estado paga pelos trabalhadores que não têm condição nenhuma.”

Concluiu afirmando que “toda a reforma da Previdência está sendo usada para garantir recursos para apresentação de contas ao FMI. Só isso. Essa é uma questão que cabe à sociedade discutir.”

“Eles pensam que destruíram a nossa fala, mas ainda estamos de pé”



O professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense Haroldo de Abreu concentrou sua palestra na resistência da concepção de Seguridade Social do governo FHC.

Assim, todo o ataque contra as áreas sociais só existe porque não há, em contrapartida, um movimento forte e organizado da sociedade. Destacou que este Encontro pode significar um dos primeiros passos para mudar esse processo. Criticou, também, a desqualificação com que o governo trata os discursos propositivos da oposição.

Para ele, os estados europeus (e alguns poucos fora da Europa) chamados de “estados de bem-estar” não surgiram do nada. “A seguridade

veio como produto de negociação entre classes e partidos. Portanto, foi uma resposta possível para garantir bem-estar sem uma revolução social. Nesse sentido, criou-se formas de compensação da venda da força de trabalho ao capital”.

Para ele, a partir da metade do século XX, formou-se um pacto social em torno da Seguridade. Mas, “a partir dos anos 70, esse pacto começa a ser rompido, poisas estratégias de globalização do capital começam a se delinear”. Isso porque as movimentações dos trabalhadores que foram os grandes impulsionadores destas reformas - entram em refluxo, causado pelo quadro recessivo geral e a sua crescente automação da força de trabalho. Já no Brasil, o enfraquecimento fica bastante claro depois da Constituição de 88. Até então, havia uma diversidade de movimentos sociais (principalmente sindicatos), com grande poder de pressão, fazendo com que a Constituição vislumbrasse

uma Seguridade abrangente, com direitos universais dos cidadãos.

Daí em diante toda a força supranacional do capitalismo passa a exercer, através dos segmentos interessados na globalização, uma campanha orquestrada contra a Seguridade. “Seguridade é inviável”, dizem aqueles que retiraram verbas das áreas sociais, enquanto banqueiros e obras irregulares ganham milhões. E isso, na sua opinião, só é possível porque muitos desses donos do poder não se sentem ameaçados politicamente. “Não há um movimento real da sociedade ainda capaz de se contrapor à essa ideologia que foi identificada como neoliberal”.

Destacou ainda que “quando falamos de seguridade, falamos de seres humanos. E isso basta para que o assunto não seja mais tratado como simples questão contábil. Mas a ideologia que pensa o destino do homem como questão contábil, continua dominando. Movimentos

como esses que estamos realizando aqui podem ser os primeiros passos contra essa ideologia.

Ao lembrar que a previdência no Brasil nunca foi universal, denuncia que o governo conseguiu transformar em mercadoria aquilo que nunca foi efetivamente um direito no Brasil, na medida em que a aposentadoria por tempo de serviço se transformou em aposentadoria por tempo de contribuição. Houve uma descaracterização completa da idéia de direito, transformando a aposentadoria numa mercadoria que o trabalhador compra financiadamente.

O governo, na sua opinião, trabalha uma campanha que desqualifica tudo o que é distinto do ajuste contábil neoliberal e complementou: “quem não apoia o grande capital está fora da história. Se não combatermos esse processo, eles vão continuar passando as suas reformas. Eles pensam que destituíram a nossa fala, mas nós ainda estamos de pé”, encerrou.



Próximo passo do governo é privatizar totalmente a previdência



O último palestrante da parte da manhã, o economista José Prata de Araújo, teve como tema “Os Trabalhadores e Seguridade Social”. José Prata dividiu sua exposição, enfocando três aspectos: a constituição histórica dos direitos sociais no

Brasil, a privatização desses direitos na América Latina e algumas propostas de melhoria da Previdência.

O economista lembrou que a primeira constituição republicana simplesmente proibia legislar sobre políticas públicas. A incumbência, nessa área, seria de cada estado do novo país. Para ilustrar o que estava dizendo, citou a famosa frase do presidente Washington Luiz, para quem, a questão social “era questão de polícia”. Assim, entre 1891 e 1930, reinou no Brasil o capitalismo selvagem, no qual a classe trabalhadora não tinha qualquer direito. “Portanto, o neoliberalismo de que falamos tanto só tem de novo o nome”. Em 1926, uma emenda constitucional, finalmente, liberava a União para

legislar políticas públicas. Identificou no contexto de greves e nas revoluções do exterior as causas da mudança que “as elites aceitaram como uma forma de ceder os anéis para não perder os dedos”. Por isso também que o lema da revolução de 30 assentava-se no seguinte pressuposto: “Façamos a revolução antes que o povo a faça”.

Já os anos 80 marcaram o fim do socialismo. Ficou em cena sozinho o capitalismo. “Quer dizer, o capitalismo que antes cedia os anéis para não perder os dedos perdeu o seu contraponto. Passou-se a defender o seguinte: não mais ceder os dedos, mas recuperar os anéis. Tão logo as elites se sentiram confiantes, passaram a rolar a roda da história para trás”, disse.

O economista também lembrou que, no Brasil, as conquistas sociais não se universalizaram, o que favoreceu a atuação do liberalismo. José Prata deu alguns exemplos da facilidade de atuação do liberalismo no país. “Eles (governo) querem acabar com a carteira assinada, mas no Brasil, 50% do povo já não têm carteira assinada. Eles querem privatizar as nossas estatais que, indiretamente já são controladas, por indicações políticas, pelo

capital privado. Qual é a estratégia? Como uns tinham direito e outros, não, o que eles fizeram? Apostaram na divergência da sociedade. Em vez de estender os direitos, tiram de quem tem.

Outro ponto que, segundo o economista, favoreceu a política do governo foi o controle da inflação. “A inflação arrebenta o pobre e concentra a renda”, afirmou. Assim, transformou-se a queda da inflação em uma âncora política para justificar as reformas: demite-se os servidores para manter a inflação baixa, privatiza-se as estatais para manter a inflação baixa e faz-se a reforma da previdência para manter a inflação baixa.

Para ele, o próximo passo do governo é a privatização plena da previdência. Por enquanto, só não privatizaram, porque não há dinheiro para tal. “Se você privatizar os R\$ 50 bilhões que o INSS arrecada, mais os R\$ 20 a 30 bilhões dos servidores, o passivo que essa transição privada levaria, nos próximos 30 anos, seria de R\$ 2 trilhões (R\$ 80 bi/ano). Por isso, estão privatizando pelas beiradas”, disse, citando o fator previdenciário e as MPs e decretos que vão minando aos poucos os direitos sociais existentes.

A privatização da previdência na América

latina começou no Chile. De acordo com José Prata, o sistema chileno implantado pelo ditador Augusto Pinochet privatizou o lucro e socializou as despesas com o pagamento dos aposentados e dos que viriam a se aposentar. Segundo ele, no entanto, o mais grave no modelo chileno é o aspecto ético. “A previdência que era um pacto de vida, virou um pacto de morte. Os aposentados constituem um passivo. É um modelo eticamente insuportável”, destacou.

Ao compartilhar algumas idéias com a plateia na área da previdência, considerou como aspecto fundamental que os setores médios organizados da sociedade façam uma aliança com os mais pobres. “Esse modelo que aí está tem base social para isso. A nossa classe média é privatista. Em vez de defender o Sistema Único de Saúde (SUS), procura os planos privados. Outro ponto citado pelo economista é a necessidade de manutenção do conceito original de seguridade, com as três áreas (Saúde, Previdência e Assistência) atuando de forma integrada. Quanto ao sistema previdenciário, considera que deveria ser refeito porque só assim seria possível usar os recursos de forma mais preventiva, em vez de se restringir aos casos de morte, invalidez etc.

“A idéia de que vence quem é mais capaz é falsa”



O presidente da federação dos Aposentados e Pensionistas (Faaperj), Luiz Viegas da Motta Lima defendeu um sistema de previdência social público. “Temos que entender o que é a previdência social no novo contexto da constituição federal de 1988, em seu

artigo 201, que estabelece a seguridade social como uma série de iniciativas do governo e da sociedade no sentido de promover a saúde, previdência e assistência sociais”. Com esse pressuposto, Luiz Viegas relatou o processo de construção da previdência social brasileira, destacando o movimento mutualista e o conceito de solidariedade que, segundo o aposentado, de alguma forma estavam presentes nas primeiras caixas de assistências, organizadas primeiramente

por entidades associativas, posteriormente por sindicatos e em seguida, institucionalizadas pelo governo de Vargas.

No Brasil, segundo Viegas, o primeiro ato público oficial sobre previdência social foi a lei 4682 de 24 de janeiro de 23 -Lei Elói Chaves “que não era nenhum socialista, mas sim ligado às estradas de ferro. Foi secretário de Polícia em São Paulo, dissolveu o movimento dos trabalhadores, mas tinha um interesse em atender aos funcionários das ferrovias. E era uma reivindicação destes a caixa de aposentadoria e pensão para a categoria”. Segundo Viegas, a partir deste período, outras categorias, como os marítimos, tiveram suas caixas de assistência regulamentadas.

“Na década de 30,” continuou “Getúlio Vargas entendeu que era uma reivindicação dos trabalhadores a unificação destas caixas para viabilizá-las financeiramente. E como na época a tendência do movimento era o corporativismo, o estadista fundou os institutos de aposentadoria

e pensão, por categoria.”, descreveu. Viegas lembrou que, apesar da constituição tripartite das caixas de assistência -com participação de governo, trabalhadores e empregadores -, os governos nunca cumpriram com a sua parte na manutenção destes programas de previdência ou de assistência médica. Ao contrário “metiam a mão na sacola, sempre que podiam”.

Com a fusão de 1966, os institutos de previdência por categoria, de acordo com o aposentado, foram unificados através da criação do INPS, o que para ele foi feito “de uma maneira desastrosa”. “O movimento nacional dos aposentados acha que isto não foi feito por acaso. Já havia, nesta época, a intenção de liquidar a previdência social para passar o atendimento às entidades privadas.” Segundo Viegas, o Instituto Nacional de Seguridade Social foi criado a partir da “destruição de cadastro dos segurados, nivelando o atendimento por baixo.” Ainda para o representante dos aposentados, esta estratégia faz com

que o próprio trabalhador sinta apenas o peso do desconto do imposto em seu contracheque “e com isso floresce a iniciativa privada”, crítica.

Para o aposentado, a CF de 88 foi feita em um momento de grande mobilização popular em torno de um projeto democrático de sociedade e na época o chamado “centrão” (grupo político formado predominantemente pelo PMDB, de onde foi formado o atual PSDB) era contra o projeto de seguridade social pública. Hoje, este ‘centrão’ está no poder, na figura de FHC e seus subordinados. “Fingiram que estavam mortos e hoje estão acabando com todas as conquistas da constituição de 88”. Segundo Viegas, já neste período predominava o pensamento neoliberal e a idéia de acabar com o conceito de solidariedade. - “Cresce aquele que nasce em berço de ouro e não aquele que nasce na favela, de pais analfabetos etc. Esta idéia de que vence quem é mais capaz é falsa, vence quem é mais protegido, quem tem seus direitos garantidos”, comenta.



A filantropia ainda é uma marca da assistência no país



A Assistente Social Ana Lúcia Gomes apresentou para presentes um questionamento sobre o papel da assistência social nos dias atuais e nos sete anos de aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social. Para Ana

Lúcia, a Loas significou um corte formal com um tipo de assistencialismo brasileiro típico dos anos 30 que se estendeu até, pelo menos, a formulação da Constituição de 1988. Uma assistência marcada pela relação de dominação que culturalmente se instalou desde o período pré-republicano até os dias de hoje. “O conjunto de práticas assistenciais designadas ao longo da história, no Brasil, tem a característica de um campo de ações pontuais, fragmentadas, descontínuas, emergenciais e seletivas que surtem e são implementadas ao sabor de dada conjuntura política

ou econômica e não pelo reconhecimento das necessidades e da legitimidade das demandas dos sujeitos”.

Segundo Ana Lúcia, essas características acompanham a assistência social desde o seu surgimento, em uma dimensão clientelista, marcada pela ambigüidade entre a “prática” e o “direito”. No início, a assistência social foi criada para ceder benefícios a quem não podia trabalhar. Para ela, trata-se de uma profissão que surgiu como “social” mas que tem como prática o “favor” aos necessitados. A profissão, assim como a assistência social, foi assumida institucionalmente pelo estado, nos anos 30, “através da criação de órgãos próprios e do braço caridoso e maternal das esposas dos governantes assim chamadas primeiras-damas”.

No seu entendimento, a filantropia ainda é uma marca da assistência no país e mesmo com a aprovação da Loas, o ‘tripé’ - Saúde, Assistência e Previdência - da seguridade social ainda não é encarado pela sociedade e pelos go-

vernios como um direito social, público, como uma política que deve ser definida em função das demandas reais da população e não para ‘tapar’ buracos de um sistema econômico injusto e discriminatório.

Quanto ao processo de descentralização. Ana Lúcia comentou que atualmente a descentralização dos programas de assistência do governo federal, principalmente no nível dos municípios, tem papel importante na execução da assistência no país, entretanto, os fundos para esses programas são criados, na sua grande maioria, para receber os recursos federais e não cumprem os objetivos para os quais foram criados. “O Fundo Nacional de Assistência Social tem recursos, mas estes acabam sendo destinados a outros programas como, por exemplo, o de renda mínima do MEC, ou seja, já começam a ser desvirtuados dos objetivos do Fundo. Quanto aos estaduais, nós não temos conhecimento. Sabemos que são fundos criados somente para cumprir o dispositivo legal e receber os

recursos do governo federal”, comentou.

Para Ana Lúcia, essa tendência de descumprimento do Estado quando às políticas de seguridade e, neste caso, de assistência pública pode ser considerada como a negação dos direitos sociais. “Não se viabiliza o que foi declarado nas instâncias legislativas” e reafirma, ainda, a necessidade - para que os direitos sejam realizados - de uma ação ativa do Estado. “Esta ação não se trata de dever moral, de um dever para com a consciência ou para com Deus ou para com a fé, mas de um dever legal com o usuário ou beneficiário”. Finalizou criticando o atual modelo de assistência empregado pelo governo Fernando Henrique Cardoso que apela para a solidariedade e o voluntarismo dos governantes e dos setores privados da sociedade para resolver os problemas sociais de toda a população. Uma clara alusão ao carro-chefe da política de assistência federal - o Comunidade Solidária, da primeira-dama Ruth Cardoso.

A “democracia de massas” e a “reforma da saúde”



A professora da Escola de Serviço social da UFRJ, Maria Inês Bravo, expôs a tentativa de articulação entre a seguridade social e as questões específicas da Saúde pública, segundo ela, localiza-

da nas décadas de 80 e 90. Para a professora, a década de 80 significou um período de vitória para os trabalhadores em relação à organização política que consolidou suas reivindicações na Constituição Federal de 1988. A CF segundo a professora, traduziria uma concepção diferente de seguridade social, Universal, embora ainda restrita, por articular apenas três políticas - saúde, assistência e previdência. “É claro que esta concepção ainda é restrita, mas foi possível de se conseguir naquele momento”.

Em sua avaliação, a perspectiva da se-

guridade social caracteriza a universalização, a concepção de direitos e deveres do Estado, de um estatuto de política pública para a assistência social, da definição de fontes de financiamento e novas modalidades de gestão democrática e descentralizada, o que, segundo Maria Inês, levaria à discussão da constituição dos ‘conselhos de direito’ ou ‘conselhos de definição, de políticas’.

E na década de 80 que, segundo a professora, é definido o “projeto de reforma sanitária da saúde”. Tal reforma estaria articulada a um “projeto de democracia de massas” que, por sua vez, é antagônico ao projeto de sociedade, hoje hegemônico, na sociedade capitalista”. Segundo Maria Inês, o projeto de reforma sanitária significava uma nova concepção de saúde: saúde entendida como melhores condições de vida e salário para todos os trabalhadores “A constituição de 88 refletiu a reestruturação do modelo de sistema de saúde brasileiro que foi consolidado na ditadura militar, que privatizou o Estado, financiou o setor privado

de saúde, além de caracterizar o cidadão como de primeira, segunda ou terceira categorias.” A perspectiva da reforma sanitária era, segundo a professora, um Sistema Único de Saúde (SUS) que a universalidade do atendimento, a participação popular nas decisões e fosse regionalizado, articulando municípios, estados e União. “Ou seja, que acabasse com a dicotomia que existe entre saúde coletiva, de um lado; ações curativas pulverizadas do INAMPS, das secretarias estaduais etc, de outro”.

Este projeto de reforma sanitária foi discutido em diversas instâncias de entidades e movimentos ligados à saúde, principalmente, mas, na VIII Conferência de Saúde (1983), foi esquecido. “Foi apenas formalizado em Sistema Único de Saúde, o que é um avanço, mas é apenas uma estratégia para organizar o sistema”, comenta.

É na década de 90 que, segundo Maria Inês, se consolidam as estratégias das classes dominantes para enfrentar as conquistas dos direitos sociais da nova legislação,

visando em primeiro lugar acirrar as críticas à própria constituição de 88. Segundo: construir uma cultura do conformismo para fazer calar a população excluída destes direitos. Concorda com as teses centrais da professora Ana Elizabete Mota, de que existe uma cultura de que “o problema é de todos”, “que a crise afeta a todos”, “que não existe classes sociais neste país”, “que a crise não afeta somente aqueles que vivem do trabalho”.

Para ela, esta cultura de passividade dominou toda a década de 90 e deve ser combatida. Segundo ela, os profissionais da saúde e de outras áreas sociais e a própria sociedade estariam retomando agora o movimento em torno de um ‘projeto de democracia de massas’, que teria sido interrompido no início dos anos 90.

Ao final da sua exposição, conclamou os profissionais, usuários e as entidades presentes ao evento a retomarem a participação nos conselhos regionais de saúde e nos encontros do setor.



Entrevista/Fernando Molinos

A agenda do Andes-SN para a Seguridade

Nesta entrevista, o 1º Vice-Presidente do Andes-SN e Encarregado de Assuntos de Docentes Aposentados esclarece algumas posições do Sindicato Nacional em relação à Seguridade Social e fala ainda do funcionamento dos Grupos de Trabalho (GTs) dentro do movimento docente. Professor da UFRGS, Molinos esteve no Rio para a primeira reunião nacional do GT Seguridade Social desta gestão, nos dias 11 e 12 de agosto.

Qual a importância dos GTs dentro do movimento docente?

A retornada do trabalho dos GTs recupera um modelo de prática sindical que caracterizou a fundação do Andes. É um sindicato que se caracteriza pelo radical compromisso com a democracia, com a construção coletiva. Os GTs se constituem em um espaço da base para formulações e contribuições de propostas que a Diretoria leva aos eventos de deliberação nacional. Esse é o papel dos GTs. Eles identificam as demandas e preocupações geradas no cotidiano do trabalho docente. Na sua relação interna com a universidade e na sua relação externa com a sociedade. Da reflexão sobre esse cotidiano, apontam-se perspectivas para o Sindicato.

Qual a importância específica do Grupo de Trabalho de Seguridade Social nesse contexto?

O GT Seguridade Social se ocupa das questões relacionadas à Seguridade sob o ponto de vista das políticas públicas: a Assistência Social, a Saúde e a Previdência. Hoje, a política do governo é uma política que procura descaracterizar a Seguridade Social como uma concepção unitária dessas três dimensões da política pública. A perspectiva do governo é tratar cada uma dessas questões como coisas separadas, ferindo a concepção de totalidade escrita na Constituição. Então, o GT, ao garantir essa discussão articulada, já garante a concepção constitucional de Seguridade Social.

Quais foram as questões mais debatidas nesses dois dias de GT?

Foram pontuadas questões para serem tratadas politicamente pelo Sindicato. Por exemplo, o sistema de Assistência Social Pública, que foi substituído por uma ação paternalista que é o Programa Comunidade Solidária, abre espaço para a transferência de responsabilidades públicas para o setor privado através de mecanismos de contrato de gestão com Organizações Sociais Não Governamentais (ONGs). As ONGs estão servin-

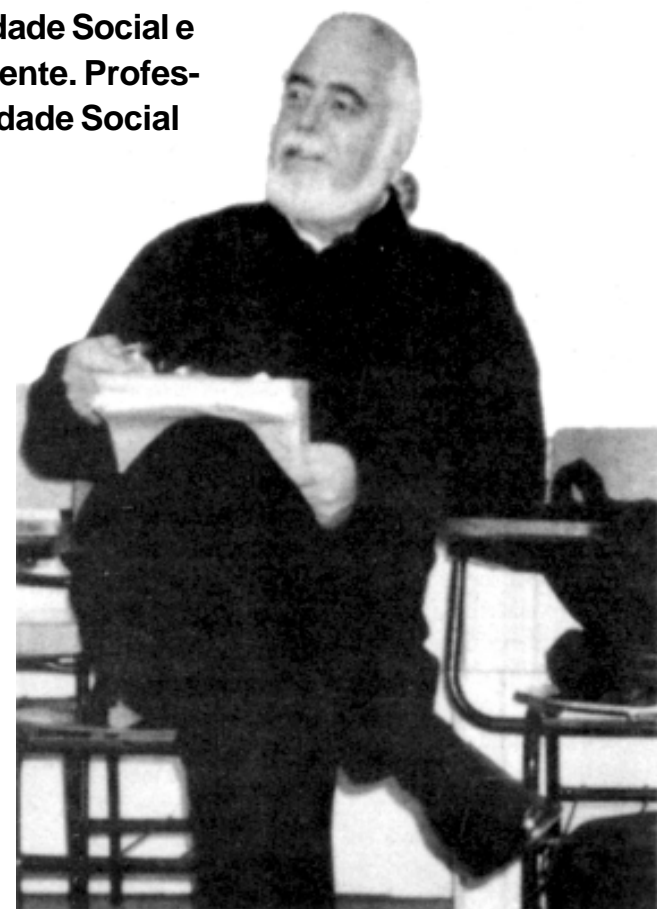
do como uma bengala para justificar o afastamento do governo de suas responsabilidades sociais. No campo da Saúde, também. Nós fizemos nesta reunião uma discussão sobre algumas questões que precisam ser consideradas na 11ª Conferência Nacional de Saúde (a Conferência será realizada de 16 a 19 de dezembro de 2000, no campus da UnB). Estamos buscando subsídios a fim de nos prepararmos para intervir na Conferência Nacional de Saúde através dos delegados docentes que foram eleitos nas conferências estaduais. Vamos tratar da questão do ensino médico, através da nossa participação na Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico (CINAEM). Interessa-nos discutir a metodologia de análise da formação médica utilizada, pois ela se diferencia do provão. O Andes-SN tem participação nessa comissão desde sua criação, há dez anos. Quer dizer, enquanto o governo faz um diagnóstico que induz ao fechamento de instituições, a CINAEM avalia os estabelecimentos com a perspectiva de diagnosticar as causas dos problemas e apontar soluções.

Como o Sindicato vê essa discussão que se iniciou na CUT para a criação de fundos de pensão?

O Sindicato não autoriza qualquer iniciativa da sua Diretoria de assumir-se como gestor desses tipos de plano. Sabidamente, o governo num momento, tentou aliciar as organizações sindicais, levantando a hipótese de que elas poderiam ser gestoras de planos de seguro privado. O Sindicato tem posição contrária a isso. Entende-se que a nossa necessidade é de uma Previdência Social Pública organizada e administrada com a participação e o controle dos trabalhadores, uma Previdência que não permita as evasões de contribuição.

Como seria uma Previdência mais justa na visão do Sindicato?

O Sindicato defende a tese da manutenção do sistema de previdência onde os contribuintes trabalhadores da ativa sustentem, com as suas contribuições, as gerações que se aposentam. É o princípio da solidariedade e manutenção dos direitos de aposentadoria. Ao contrário



do que pretende o governo, que trabalha com a concepção de seguro individualizado, defendemos uma visão onde o coletivo é responsável por sua aposentadoria e pela sustentação de seus proventos. Até hoje, al propaganda do governo assenta-se no de que a previdência social é um seguro do trabalhador. Nós não temos essa concepção. Entendemos a previdência social como um instrumento de redistribuição de renda para a sociedade. Portanto, não se trata de cada um receber o seguro que pode, mas sim de que todos recebam o que é razoável em decorrência da contribuição de todos.

Como o Sindicato está vendo a criação pela CUT do Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas?

Já temos análise a respeito dessa questão. Os servidores públicos federais já se manifestaram nas Plenárias dos SPF. A última (5/8) referendou a seguinte posição: são contrários à criação de sindicatos de aposentados, tanto da CUT, quanto da Força Sindical. Partimos da idéia de que os problemas de aposentadoria não são problemas dos aposentados, mas problema de todos os trabalhadores.



Jurídico

Expurgos de FGTS

A Assembléia Geral da Adufrj autorizou a entidade a Interpor ação judicial ordinária coletiva e individual visando assegurar a correção dos saldos das contas vinculadas de FGTS de seus associados, movimentadas em virtude do contrato de trabalho que tinham com a UFRJ antes de sua transformação em estatutários pela Lei 8.112/90.

Estamos pleiteando o reajuste dos índices expurgados em decorrência do Plano Verão (42,72%, a incidir sobre todos os depósitos existentes no mês de fevereiro de 1989) e do Plano Collor I (44,80%, a reajustar os saldos das contas em abril de 1990).

No dia 31/8, o STF decidiu que a CEF (Caixa Econômica Federal) deverá reajustar os saldos pelos índices referentes ao Plano Verão e ao Plano Collor I, podendo haver ainda alguma contestação por parte da CEF no que diz respeito à determinação do valor dos índices. Embora a decisão do STF estabeleça jurisprudência sobre o assunto, de maneira que poderemos pedir com bastante segurança os índices reconhecidos pelo Tribunal, toda ação judicial envolve responsabilidades e a CEF poderá cobrar honorários de sucumbência caso seja vitoriosa.

A Procuradoria da República tem uma ação civil pública na qual pretende obter a correção de todas as contas de FGTS de todos os trabalhadores no Rio de Janeiro. Como a execução desta ação (pagamento efetivo dos valores que a justiça vier a considerar devidos) será muito difícil, dado o número de contas de FGTS envolvidas, a Adufrj resolveu ingressar com as ações em nome de seus sindicalizados. Alguns juízes estão exigindo das pessoas que pretendem acionar pessoalmente (ou através de ação coletiva de seu sindicato) uma declaração na qual renunciam aos efeitos daquela ação. Ou seja, optam pelo seu processo e aceitam que o resultado da contenda será o que for definido no seu processo, e não naquele do Ministério Público. Assim, solicitamos este termo para evitar eventuais alegações de litispendência, que podem inclusive atrasar o processo, mas só o apresentaremos à Justiça se houver determinação expressa para a opção entre as ações.

Embora até o momento a jurisprudência dominante consolidada em SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA entenda que o prazo para a interposição da ação é de 30 anos a contar do mês em que ocorreram os expurgos, os jornais têm noticiado a possibilidade de o governo editar uma medida provisória diminuindo de 30 para 5 anos o prazo de prescrição para se entrar com uma ação contestando perdas do FGTS.

Para assegurar os direitos dos sindicalizados antes que seja editada a Medida Provisória, a Adufrj entrou com uma ação coletiva, na quinta feira, dia 31 de agosto, reivindicando para todos os sindicalizados a correção do FGTS. Como a ação coletiva apresenta maiores dificuldades de execução do que as ações individuais, estaremos entrando também com ações individuais, organizadas em grupos de 10 professores (ações plúrimas). A medida em que o sindicalizado apresentar sua documentação para ingresso na ação plúrima, seu nome será retirado da ação coletiva. Se ele quiser fazer parte da ação coletiva, mas não da plúrima, ainda assim ele terá que apresentar os documentos.

Contas de FGTS outras que não a relacionada ao vínculo empregatício com a UFRJ poderão ser incluídas na ação. Caso o sindicalizado não tenha tido conta de FGTS decorrente de seu vínculo empregatício com a UFRJ, mas tenha conta(s) decorrente(s) de outro(s) vínculos empregatício(s), serão cobrados honorários advocatícios de 20% sobre a correção que o sindicalizado venha a receber. Não serão cobrados honorários advocatícios nos casos em que o sindicalizado: só tenha conta de FGTS decorrente do vínculo com a UFRJ; além da conta de FGTS decorrente do vínculo com a UFRJ, tenha outra(s) conta(s), decorrente de outro(s) vínculo(s) empregatício(s).

O professor deve ir à sede da Adufrj, o mais rápido possível, para apresentar os seguintes documentos: xerox autenticadas da identidade, do CPF, da Carteira de Trabalho (das folhas nas quais constam os contratos de trabalho e opção pelo FGTS até abril de 1990) e dos extratos de sua(s) conta(s) de FGTS dos meses de janeiro, fevereiro e março de 1989 e de março, abril, maio e junho de 1990. Além disso, o professor deverá assinar uma autorização para a Adufrj, um termo de renúncia da ação do Ministério Público Federal e uma procuração para os advogados da Adufrj, cujos modelos encontram-se na Adufrj. O professor precisará também informar o(s) número(s) da(s) conta(s) de FGTS para cujo(s) saldo(s) está pleiteando correção (esta(s) conta(s) necessariamente devia(m) ter algum saldo em fevereiro de 1989 ou em abril de 1990. A maior parte dos professores sacou seus fundos após dezembro de 1990 e, portanto, as contas tinham saldo naquela oportunidade, salvo se a totalidade dos valores foi sacada em período anterior por motivos individuais, como aposentadoria ou saque para a casa própria). Ao indicar o número das contas que pretende ver corrigidas e pedir os extratos, o professor deve fazer um levantamento exato, pois em alguns casos (transferência de Universidade, vínculo com a COPPE, etc...) havia duas ou mais contas para depósitos de FGTS com saldo naquela ocasião. Se o professor não tiver o(s) extrato(s) de sua(s) conta(s), deverá solicitá-lo(s) à CEF ou ao antigo banco depositário (em geral, Banco do Brasil ou Banerj). O professor deve tentar obter um recibo (por exemplo, um protocolo) de seu(s) pedido(s) de extrato, pois ele pode vir a ser necessário para o processo.

Não são admitidas várias ações sobre o mesmo tema. Assim, se você já entrou com um processo idêntico não poderá renová-lo.

As custas e despesas processuais correrão por conta do associado no caso das ações individuais (plúrimas). Inicialmente as custas correspondem a R\$ 10,00 (dez reais), mas o juiz pode arbitrar um valor maior e, neste caso, que não é comum ocorrer, o sindicalizado deverá arcar com eventual diferença. Tais custas serão pagas integralmente à Justiça Federal. AADUFRJ está arcando integralmente com as despesas e com a remuneração dos advogados (excetuando-se o caso mencionado acima, em que o professor não teve conta de FGTS vinculada à UFRJ).

Adufrj reivindica ao Consuni extensão dos 26,05 % a todos os professores da UFRJ

Uma das maiores discrepâncias salariais hoje na UFRJ envolve a questão dos 26,05% do Plano Verão, que apenas parte dos professores recebe. Tal situação é esdrúxula e injusta, uma vez que estabelece, na prática, a quebra da isonomia e se agrava a cada ano.

Há alguns meses atrás, em função da edição da portaria ministerial nº 77, que retirava os 26,05% dos que já tinham, a Reitoria tentou de todas as formas se apresentar como a responsável pela reversão do processo e capitalizar a mobilização da comunidade.

Entretanto, a tônica do movimento acabou sendo a manutenção da vantagem para os que já tinham - houve pouco ou nenhum espaço para o desdobramento natural de extensão a todos do percentual daquele plano econômico, nem houve qualquer iniciativa da administração da Universidade neste sentido. Ao contrário, em várias oportunidades, as respostas da Reitoria sobre esta possibilidade foram evasivas e mostraram apenas a preocupação de que era melhor não tocar nesse assunto, pois a manutenção dos 26,05% na UFRJ se devia a empenho da própria Reitoria junto ao MEC, ficando implícita a ameaça de corte se o assunto ganhasse destaque.

Em vista desse impasse, de acordo com deliberação de Assembléias anteriores, estamos formalizando solicitação ao Conselho Universitário para que se pronuncie, discuta e encaminhe uma solução para o caso (ver o ofício reproduzido a seguir). Mas este problema não será resolvido apenas de forma legal e burocrática - será preciso genuíno empenho da administração e, principalmente, mobilização, organização e pressão política dos professores.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2000

Ofício nº 094/2000

Da: Adufrj-SSind Para: Presidente do Conselho Universitário

Reitor Professor José Henrique Vilhena

No ano de 1989 através do chamado Plano Verão o Executivo federal impingiu aos trabalhadores mais um achatamento salarial ao impedir a correção dos salários e das tabelas de vencimentos pela URP de fevereiro, no percentual de 26,05%. O Poder Judiciário Trabalhista, acatando reclamação trabalhista movida pela ADUFRJ-SSind - Seção Sindical do SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES/SN, julgou inconstitucional a supressão deste reajuste e entendeu que os professores da Universidade associados à entidade sindical deveriam ter seus salários reajustados.

Na realidade, em justiça, a própria tabela de vencimentos da Universidade deveria ser corrigida em 26,05%. Isto, no entanto, não ocorreu por questões meramente processuais, na medida em que o Sindicato só pôde substituir processualmente aqueles associados que eram vinculados formalmente à autarquia naquela época.

Em decorrência, hoje a Universidade vivencia uma situação completamente diferenciada já que uma parte de seus servidores recebe a rubrica 26,05% e outra parte, cada dia mais substantiva, não a recebe. Como não se trata, a rigor, de uma vantagem pessoal, já que não decorre de condições especiais de trabalho e labor específicas de um só indivíduo, tal diferenciação não se justifica.

É princípio geral de direito, erigido inclusive à categoria dos direitos humanos reconhecidos pela Declaração Internacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, que a cada trabalho igual deve corresponder uma idêntica retribuição. Como, então, se justifica que um mesmo professor adjunto, por exemplo, receba 26,05% a menos que outro professor adjunto, apenas porque foi admitido após 1995? Não há teoria de direito adquirido que ampare tamanha desigualdade.

Desta forma, e tendo em vista os dispositivos constitucionais que instituem o princípio da reserva legal para extensão de vencimentos, bem como atribuem ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para iniciar o processo legislativo quando a norma proposta importarem aumento de despesas, a ADUFRJ-SSind solicita que o Conselho Universitário encaminhe ao Poder Executivo uma proposta institucional de envio de Projeto de Lei ao Legislativo estendendo a vantagem do percentual de 26,05% do chamado Plano Verão (URP de fevereiro de 1989) a todos os professores ativos, inativos e pensionistas da Universidade.

Saudações Sindicais e Universitárias,

José Henrique Sanglard
Presidente da Adufrj-SSind
C/c: para os conselheiros



Participe do plebiscito da dívida pública

Antes mesmo do Plebiscito da Dívida Externa, os resultados da participação das entidades já permitiam uma avaliação positiva do evento no Rio de Janeiro. A previsão inicial do Comitê Organizador Estadual, que funciona no Sindicato dos Engenheiros, era a de distribuir duas mil urnas e um milhão de cédulas. Entretanto, o informativo Rápido da CUT-RJ já dizia em 1º de setembro que os números finais da iniciativa estariam próximos de 2,5 mil urnas distribuídas e 2 milhões de cédulas. Na plenária convocada pela CUT-RJ, os sindicatos e associações classistas contabilizavam, só no setor, cerca de 215 urnas. Vale

lembrar que a iniciativa do Plebiscito faz parte do Jubileu 2000, uma campanha mundial pelo cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. Participam da organização um conjunto de entidades, como a CNBB, Pastorais Sociais, CUT, MST, entre outras. Com o êxito do Plebiscito, pretende-se pressionar o Legislativo a aprovar a realização de um plebiscito oficial nos mesmos moldes.

A Adufrj-SSind, o Sintufrij e o DCE também estarão participando junto com o Sintufrij e o DCE, do Plebiscito nos dias 4, 5 e 6 com urnas em várias unidades (veja quadro).

ESCOLHA APENAS UMA DAS ALTERNATIVAS EM CADA PERGUNTA

Sobre o FMI
O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI? Sim Não

Sobre a Dívida Externa
O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previa a Constituição de 1988? Sim Não

Sobre a Dívida Interna
Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores? Sim Não

Locais de votação, nos dias 4, 5 e 6	
Hospital Universitário	3 urnas
CCS	4 urnas
CT	3 urnas
CCMN	1 urna
Reitoria	2 urnas
Letras	1 urna
Praia Vermelha	4 urnas
CAp	1 urna
EEAN e Hospital São Francisco de Assis	1 urna
Música	1 urna
Direito	1 urna
Ginecologia	1 urna
Maternidade Escola	1 urna
Museu Nacional	1 urna
Prefeitura da Cidade Universitária	1 urna
IFCS	4 urnas
Alojamento	1 urna
Educação Física	1 urna



AEPET

A página eletrônica da Associação dos Engenheiros a Petrobrás (Aepet) traz alguns artigos contra a política de desmonte e privatização da companhia. Destaque no link "Petróleo/Meio Ambiente" para o artigo "Análise do derramamento de óleo na Baía de Guanabara", do engenheiro mecânico e vice-diretor de comunicações da Aepet, Argemiro Pertence. No texto, está descrita a asfixia financeira que já dura dez anos na Petrobrás, com enxugamento do corpo de trabalho e sem concursos públicos para admissão, entre outros aspectos que favorecem acidentes como esse. A página já recebeu mais de 400 mil visitas (www.aepet.org.br).



O novo site do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: já está no ar. Fácil de navegar, com notícias em tempo real e informações institucionais, a página eletrônica (www.smabc.org.br) tem o objetivo

de potencializar a luta dos Metalúrgicos do ABC. É a nova tecnologia a serviço do movimento sindical. Com muito mais conteúdo, ficou mais fácil conhecer as atividades da categoria, do Sindicato e do movimento sindical. Tem também outros serviços agregados como pesquisas on-line, área destinada à divulgação de projetos sociais, links sindicais e um espaço onde os trabalhadores podem se expressar. Aproveite e vote no Plebiscito da Dívida Externa.



A página do voto eletrônico (www.votoseguro.org) questiona a segurança das urnas eletrônicas. Especialista em segurança de dados formado pela USP, o

engenheiro Amílcar Brunazo compartilha algumas dúvidas com os visitantes do site criado por ele. Uma delas seria a inserção de um sub-programa na urna que desvie votos de um candidato para outro. De acordo com o engenheiro, não é possível verificar isso, pois o TSE não permite que os partidos testem o software utilizado pela urna.

Fórum Social Mundial

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas, para priorizar o desenvolvimento humano e a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, a partir de 2001, simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, Suíça, sempre no final de janeiro. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo o mundo. Veja ainda o último capítulo do livro "Por uma outra globalização", do professor Milton Santos, que inaugurou a "Biblioteca das Alternativas", um dos principais meios de difundir, via Internet (www.forumsocialmundial.org.br), o Fórum Social Mundial e seus temas.



Cartas

Li no número 10 Ano VII do Jornal da Adufrj, na matéria "Vida no Campus", referência ao imóvel da Av. Rui Barbosa 726.

Informo-lhe que a análise da documentação enviada ao Ministério da Cultura já está completa. A Fundação Universitária José Bonifácio será designada proponente para gerenciar os recursos que vierem a ser captados, aguardando-se a publicação oficial do ato no Diário Oficial da União.

O projeto de recuperação do citado bem contempla a necessidade de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). Já iniciamos ação conjunta com Museu Nacional e o Instituto de Economia - que serão os ocupantes do imóvel - visando à captação dos referidos recursos.

Com saudações universitárias, subscrevo-me
Atenciosamente

Professor Emérito Carlos Nilo Gondim Plamplona,
presidente da Fundação Universitária José Bonifácio

Leio com profunda consternação na página 12, 2º do O Globo de 28/08/2000 a notícia: "Um triste retrato da ciência" "Um dos cientistas mais respeitados do mundo", diz a matéria, "Elysiário Távora Filho foi condecorado pelo Governo dia 10, mas nem ele nem a mulher Adolfinia puderam ir a Brasília receber a homenagem. Doente, ele vive com uma minguada pensão que obriga o casal a depender dos amigos para morar e pagar tratamento de saúde. O cientista é autor de um estudo adotado pela Nasa em suas pesquisas para futuras viagens a Marte ..."

Desejo dar o meu testemunho, pois fui aluno do professor Elysiário Távora nos anos 50 na extinta Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Várias vezes o professor foi convidado a se transferir para universidades americanas ou francesas, mas sempre dizia para seus alunos: "sou brasileiro e aqui quero ajudar a formar novos professores e pesquisadores" (...) sempre corretíssimo, nobre, encorajador dos jovens, jamais valeu-se de expedientes ou amizades para auferir lucro ou aumentar seus proventos. Hoje, como aposentado da UFRJ, encontra-se com proventos indignos, sem nenhum aumento ou sequer reajuste como todos os professores e funcionários das IFES.

(...) No mesmo jornal, há outra notícia devastadora para todos os que se preocupam com o futuro do Brasil (...) "no orçamento do Governo Federal para o próximo ano não foi previsto nenhum aumento para o funcionalismo público, com seu salário congelado desde o início do atual governo (...), ou seja, proventos congelados por praticamente seis anos.

Por outro lado, cresce assustadoramente o número de grandes mestres, grandes cérebros, altamente qualificados que se aposentam, que pedem demissão e que se transferem para o exterior, porque nem de longe têm o patriotismo e a abnegação do professor Elysiário que, se no exterior estivesse, estaria dignamente aposentado.

Edgar Menezes

Prograd 2000 ainda é polêmica no CEG

O Prograd 2000 - proposta da reitoria para fomentar a graduação da UFRJ - voltou a agitar o CEG, em sua última sessão (30/8). O superintendente da SR-1, Átila Freire, apresentou algumas simulações ele como esse programa atingiria a, diversas Unidades, mas os conselheiros pediram mais tempo para analisar os dados. A idéia do sub-reitor Gattass é aprovar, na próxima reunião (06/9), o primeiro edital de liberação de parte dos recursos (R\$ 4 milhões, no total).

De acordo com a exposição de Átila, a graduação da UFRJ apresentou nos últimos três anos uma evasão média de 57% e estaria formando 1,56 alunos por professor. Nessa apresentação, Átila esclareceu que buscou reunir um conjunto de fatores que não prejudicassem ou favorecessem demais determinada Unidades. Ele citou, por exemplo, que os índices de formação de alunos, de alunos por professor e de evasão são ótimos nas faculdades de Direito e na Administração e Ciências Contábeis, enquanto outras Unidades puxam

esses números para baixo (formando menos de um aluno por professor).

Porém, quando questionado sobre alguns números de certos cursos, Átila reconheceu que a consolidação dos dados é "complicada". Ele acrescentou que esses foram os números conseguidos. "Em muitos lugares, as relações (entre as Unidades para "empréstimo" de professores) é muito informal. Não estão registradas em lugar algum", exemplificou.

O superintendente explicou que esteve em uma reunião de pró-reitores, representando o professor Gattass, e descobriu que aquele fórum estava discutindo 19 quesitos de avaliação para os cursos das universidades (ele não especificou os 19 critérios). Para Átila, pode ser que, num futuro, a UFRJ decida englobar todos esses quesitos dentro do Prograd. Nesse momento inicial, no entanto, ele acredita que a universidade deve trabalhar com poucos indicadores, sinalizando claramente que a evasão deve ser reduzida e o número de alunos formados deve ser maior. O superintendente citou rapidamente, ao fim da sessão, que o MEC pode vir

a considerar esses índices globais da universidade para consideração da GED dos professores.

Repercussão

De maneira geral, os conselheiros pediram para que esses indicadores que vão nortear a distribuição de recursos sejam pensados com muito cuidado e respeitando a individualidade de cada curso. Átila respondeu que os casos diferenciados têm que ser vistos mesmo de forma diferenciada. "Existem os cursos mais 'papel e lápis' e outros que exigem atividades de laboratório"

Outros conselheiros também ficaram preocupados com o uso específico das verbas do Prograd. Embora tenha uma destinação acadêmica, o dinheiro poderia acabar servindo para "tapar os buracos" da precária infra-estrutura da universidade. "Tenho medo de que, num curso caro, sirva só para bancar as deficiências", afirmou Cláudio Limeira, do Instituto de Geociências.

Átila voltou a afirmar que as Unidades vão receber bem mais do que na atualidade. "O Prograd não é só um instrumento de distribuição de renda. É para induzir ações de melhoria", afirmou.

Medicina

A bancada do CCS pareceu não ter gostado da exposição do superintendente. A representante da Medicina Ana Maria Borralho aproveitou para atacar o Provão (um dos indicadores utilizados para avaliar as Unidades). "Estava sendo feito um estudo sério há mais de dez anos pela CINAEM (Comissão Interinstitucional de Avaliação do Ensino Médico). Então, veio o Provão. Decidido de cima para baixo", analisou. "Será que o curso daqui é igual ao de outros estados?" Até o sub-reitor Gattass destacou que, para algumas áreas, o índice de professores por alunos formados é pequeno por exigência dos cursos como a Medicina.

CAP

A vice-diretora do CAP, Ana Lúcia, pediu para que o colégio não fosse esquecido no Prograd, pela sua atuação com as licenciaturas. "Parece-me fundamental que se pense a universidade em bloco", disse. O superintendente informou que o colégio também vai receber recursos.



Vida no Campus



DESDE O MEADO DE AGOSTO, ALGUNS PROFESSORES DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO ESTÃO VIVENDO UM VERDADEIRO "APERTO". COM A MUDANÇA FÍSICA DOS DEPARTAMENTOS PROMOVIDA PELA DIREÇÃO DA ESCOLA, O ESPAÇO DOS DOCENTES DE DIDÁTICA, FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL FICOU REDUZIDO À SALA 218 DO PRÉDIO.



ASSEMBLEIA GERAL

15/09 9:30
Sexta-feira horas

Auditório

CENTRO DE TECNOLOGIA
ILHA DO FUNDÃO

PAUTA

Periodização/Prograd 2000

Emprego Público/GID

Pauta de Reivindicações dos SPF

Dia Nacional de Luta e Paralisação (20/09)

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 11 • 11 de setembro de 2000

www.adufrj.org.br

GT POLÍTICA
EDUCACIONAL
12 de setembro
terça-feira 14 horas
Pauta: periodização
Escola de Serviço Social

GT SEGURIDADE SOCIAL
19 de setembro
terça-feira 15 horas
Escola de Serviço Social

CEG aprova diretrizes da Assistência Estudantil

Mais de cem estudantes comemoram o resultado da sessão do colegiado

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) aprovou na última sessão (06/09) a política de assistência estudantil discutida pela Câmara de Ensino do colegiado com a assessoria da Escola de Serviço Social. O documento aprovado não se preocupou somente com os alunos do alojamento – origem de toda a discussão – e teve como objetivo também criar ações para o conjunto dos alunos de baixa renda (aproximadamente 2,7 mil alunos) e para o restante dos estudantes. Enquanto a nova política não é adotada, o auxílio-alimentação continua sendo distribuído à maneira de hoje para os alojados (café da manhã, almoço no restaurante “Burguesão” e quentinhas à noite).

Para os autores do documento “Subsídios para uma proposta de política de assistência ao estudante”, seria necessário, entre outras medidas, a criação de uma série de programas de assistência aos estudantes de graduação: programas de desenvolvimento técnico-científico; de saúde e apoio psicossocial; de acompanhamento acadêmico e suporte ao ensino; cultural, artístico e esportivo; de auxílio moradia/alojamento estudantil e programa de apoio ao transporte. O professor Rodrigo de Souza Filho (da ESS), que apresentou a proposta acolhida pelos conselheiros, fez questão de lembrar que a Constituição Federal de 1988 determina a assistência social como dever do Estado e direito de cidadania.

A decisão dos conselheiros foi muito comemorada pelos mais de cem estudantes que lotaram as dependências do Conselho Universitário, onde também se realizam as sessões do CEG e do CEPG, com cartazes escritos “assistência estudantil não é assistencialismo” e “igualdade de condições para o acesso e a permanência na universidade”. A vibração foi ainda maior porque a representação estudantil conseguiu incluir a discussão de recriação dos bandejões, uma creche universitária mais abrangente e a expansão dos cursos noturnos da UFRJ na pauta de uma comissão do CEG. Esta comissão será responsável pelo detalhamento do plano e pela elaboração de um cronograma de trabalho do projeto aprovado em um prazo máximo de dois meses, quando será reapresentado ao colegiado.

O único fator de preocupação dos representantes estudantis esteve relacionado à aprovação também do Programa de Apoio à Formação Acadêmica de Graduação

(PROFAG). Esta proposta – que regulamenta a idéia da bolsa-estágio ou bolsa-trabalho -, da sub-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (SR-4), foi incorporada ao plano geral com muitas dúvidas. Os conselheiros questionaram, por exemplo, a possibilidade de viabilizar mais de 500 bolsas só para os alojados nas áreas acadêmicas pertinentes. O cumprimento de uma jornada de 20 horas de estágio (de acordo com a proposta) poderia prejudicar o desempenho de alunos de determinados cursos, segundo os estudantes.

O debate

Um dos representantes dos estudantes no CEG, Marcelo Novaes (História), iniciou a discussão pelos três pontos reivindicados pelo segmento: “Sem bandejão não há como manter os alojados e outros estudantes de baixa renda na universidade; sem cursos noturnos não damos oportunidade ao aluno que trabalha e sem a creche universitária, a estudante que é mãe, não pode fazer o seu curso”, disse.

A sub-reitora Maria Augusta Temponi (SR-4), presente ao CEG, retrucou que, em nenhum momento, a SR-4 quis diminuir os recursos para os estudantes. No entanto, questionou a aprovação de uma política grandiosa demais para o caixa da universidade. “Seria uma leviandade prometer coisas que não podemos cumprir”, afirmou.

A bancada estudantil não aceitou o argumento da sub-reitoria de trabalhar com restrições orçamentárias. “Tem dinheiro para Prograd, mas está tirando dinheiro da assistência estudantil”, completou Marcelo.

Justamente sobre este ponto, o representante dos professores do CT Antônio Cláudio resolveu intervir. “O CEG não tem visibilidade dos recursos da UFRJ. Fica difícil implantar uma política imediata. Devemos aprovar uma política aqui para que os estudantes saiam confiantes (no futuro)”, disse.

No fim da sessão, os estudantes não se acomodaram e, logo ao lado, no saguão da reitoria, começaram a discutir um plano de lutas para a real efetivação de tudo o que foi aprovado no CEG naquele dia.

PROGRAD 2000

Por falta de tempo (a discussão sobre a política de assistência estudantil durou cerca de quatro horas), o programa de fomento da graduação acabou não sendo debatido.



A próxima revista Universidade Sociedade, uma publicação do Andes-SN) será dedicada ao tema Seguridade e Previdência. O Grupo de Trabalho

de Comunicação e Artes do Sindicato (GTCA) está selecionando textos para esta edição – nº 23 – e conta com a participação dos docentes das universidades brasileiras. Também serão publicados artigos diversificados, ensaio fotográfico e entrevistas. Os interessados em contribuir com o tema desta edição devem enviar textos de aproximadamente 20 mil caracteres – ou 15 laudas padrão - para andes.sp@adusp.org.br, aos cuidados de Jair Jatobá.

DEBATE SOBRE CARREIRA

DOCENTE

NA FACULDADE DE
ARQUITETURA E URBANISMO

19/09 11:00
terça-feira horas

Auditório

ARQUIMEDES MEMÓRIA

CONVIDADOS

Professor José Simões

Instituto de Física

Professor Reinaldo Gonçalves

Instituto de Economia

COMPAREÇA



Jurídico

Esclarecimento sobre os 28,86%

A Medida Provisória 1.962-29 (de 25 de agosto de 2000) é a reedição de medidas anteriores que determinaram o pagamento dos 28,86% a todos os servidores públicos a partir de julho de 1998. Como a MP determina o pagamento do índice conforme o critério definido pelo Supremo Tribunal Federal, a incorporação não significou praticamente nada para os docentes, na medida em que, por força de reposicionamento determinado pela Lei 8627/93, a maioria dos docentes obtiveram vantagem pecuniária superior a 28,86%.

Em relação ao adicional por tempo de serviço, esclarecemos que a decisão judicial e a MP determinam o pagamento de diferença de adicional por tempo de serviço eventualmente existente em decorrência da não inclusão do tempo de serviço prestado sobre o Regime da CLT no cálculo dos anuênios, quando do ingresso no RJU.

No entanto, como os professores já recebiam adicional por tempo de serviço (diversamente de outras categorias do serviço público) mesmo antes de 1990, ainda quando eram regidos pela CLT, praticamente o artigo 8º da MP não repercute nas Universidades, salvo casos particulares.



Protesto

Servidores propõem greve geral

A última Plenária dos Servidores Públicos Federais, 3 de setembro, reuniu em Brasília trabalhadores da educação, fisco, justiça, saúde, previdência, assistência, IBGE e representantes de outros setores do funcionalismo federal para discutir, entre outros assuntos, a proposta de emprego público e o orçamento da União.

A Coordenação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNESF) decidiu criar um documento-denúncia de rápida circulação, para destacar o descumprimento do governo em relação ao acordo firmado no fim da greve. Ainda nesse sentido, a CNESF resolveu levar para a CUT a proposta de discussão de uma greve geral.

Entre outras medidas, a CNESF aprovou o dia 13/9 para o Ato Nacional Unificado dos SPF; o dia 20/9 como Dia Nacional de Luta e Paralisação dos Servidores Públicos; e o dia 25/10, como o Dia Nacional em Defesa do Serviço Público, dada a proximidade com o dia do servidor público (28/10).

Luta por emprego e salário é prioridade na CUT

Direção Executiva Nacional da CUT, reunida nos dias 30 e 31 de agosto, em cumprimento às deliberações do 7º CONCUR, reiterou a importância do envolvimento de todas as entidades da base da central e de todas as categorias nas mobilizações do segundo semestre contra as políticas excludentes do governo, tendo como eixo a bandeira do "Fora FHC e o FMI".

A direção nacional da CUT decidiu:

1. Intensificar as lutas e mobilizações imediatas como o Plebiscito da Dívida Externa e o Grito dos Excluídos
2. Garantir a unificação das campanhas salariais do período
3. Fortalecer o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, reconhecendo-o como espaço estratégico para o desenvolvimento da luta unitária do movimento sindical com o conjunto das entidades da sociedade civil organizada, especialmente o Movimento Popular e os Partidos de Oposição.

Outras decisões

Luta contra as privatizações

Articular as campanhas de combate às

privatizações, recolocar o tema no debate nacional e, principalmente, buscar denunciar que este processo tem significado a perda de patrimônio público, desemprego, precarização dos serviços.

Emprego e salário digno

Organizar uma ampla Campanha Nacional de Luta Contra o Congelamento dos Salários imposto pela política econômica do governo e uma intensa campanha pela valorização do salário mínimo.

Convenção 158 da OIT

A luta por Empregos de Qualidade deve ter como um dos objetivos estratégicos a conquista da ratificação da Convenção 158 da OIT.

40 horas de trabalho sem redução de salários

A CUT intensificará a luta pela redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários.

Artigo 7º da Constituição

A CUT lançará ainda neste ano de 2000 a mais ampla campanha em defesa dos direitos dos trabalhadores e do Artigo 7º da Constituição Federal. Uma Campanha que integra a luta contra o Banco de Horas e pelo fim das horas extras.

Direitos Sindicais

A Direção Nacional deverá manter uma Campanha Permanente de denúncia das violações cometidas contra os Direitos Sindicais e contra os Direitos de Organização.

Campanha nacional contra a corrupção

A CUT deverá, no curto prazo, promover uma Campanha Nacional Contra a Corrupção, especialmente para denunciar os escândalos que marcam os mandatos do governo FHC. A Campanha deverá, entre outras iniciativas, organizar a coleta de 1 milhão de assinaturas para exigir a abertura de uma CPI para investigar os desvios de verbas do TRT/SP.

Internacional

Aprofundar as relações com as centrais sindicais e organizações democráticas no mundo com o objetivo de denunciar a nefasta política do governo FHC e do FMI em relação ao Brasil e aos países da América Latina, articulando ações de defesa e conquista de direitos. Denunciar, especialmente, o intervencionismo norte-americano na América Latina, particularmente, neste momento, na Colômbia.

Plebiscito movimentou o Rio

As atividades do Plebiscito da Dívida Externa tomaram conta das ruas do Centro



As entidades que participaram do Plebiscito da Dívida no Rio, entre elas a Adufrj, coletaram milhares de votos contra o atual acordo financeiro do governo com o Fundo Monetário Internacional, o pagamento da dívida externa sem auditoria pública e o uso de grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores.

Foram seis dias de votação em mais de 3.000 municípios, envolvendo cerca de 50 mil comunidades e 100 mil pessoas em sua organização. Segundo o jornal Folha de S. Paulo (6/09/00), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), principal organizadora da votação, calcula que pelo menos 1 milhão de pessoas tenham participado da decisão. O resultado nacional será divulgado esta semana, dia 13, na Câmara Federal, em Brasília.

No dia 7, o Grito dos Excluídos marcou o último dia do pleito com a participação de milhares de trabalhadores, sem terra, sem teto e estudantes em atos nos diversos estados. O evento era tradicionalmente organizado pelo MST e hoje congrega diversas entidades do movimento social. O lema da manifestação foi "Progresso e vida. Pátria sem dívidas".

"Trata-se de um protesto contra a ingerência do FMI, o pagamento da dívida externa e a tentativa de recolonização dos EUA neste continente, por meio do Plano Colômbia e da Alca (Área de Livre Comércio das Américas)", comentou o coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile, durante seminário na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) sobre o Plebiscito, dia 6 de setembro.

Evolução da dívida externa total

1980	64 bilhões de dólares
1990	123 bilhões de dólares
1994	148 bilhões de dólares
1999	241 bilhões de dólares
Juros	15,1 bilhões de dólares
Amortização	51,9 bilhões de dólares

Fonte: boletins do Banco Central

GT Seguridade Social

19/9 (terça-feira)
15 horas - Escola de
Serviço Social

GT Carreira

22/9 (sexta-feira)
14 horas- Sede da
Adufrj-SSind

Temas prioritários: Plano
de trabalho, GED/GID e
Emprego Público

GT de Política Educativa

26/9 (terça-feira)
14 horas - Escola de
Serviço Social
Pauta: Periodização

PERIODIZAÇÃO

Veja a diferença
entre a proposta da
reitoria e o atual
calendário letivo

Páginas 6 e 7

PROGRAD 2000

Critérios do
programa da
reitoria de
fomento à
graduação
causam polêmica
no CEG
Página 9

OPINIÃO

" GED (ou
gratificação para
extinção dos
docentes) ou
como os docentes
irão se tornar
camelôs",
por Arthur Arruda
Página 12

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br

Ano VII nº 12 • 18 de Setembro de 2000



Cinco milhões dizem não ao pagamento da dívida externa

Nos dias 2 a 7 de setembro milhões de brasileiros participaram de uma consulta inédita na história do país.

Páginas 4 e 5



Editorial

Quem representa quem na UFRJ

A prática democrática em qualquer instituição deve se basear em dois princípios: o acesso à informação, com divulgação antecipada e ampla de todas as propostas, atividades, eventos e reuniões, visando estimular e permitir a maior participação possível, e a efetiva representação dos diversos segmentos da comunidade nos órgãos colegiados e conselhos deliberativos, para que as preocupações, propostas e sugestões de todos possam ser consideradas e eventualmente incorporadas às decisões.

Estes princípios são tão simples quanto importantes no exercício democrático, mas têm sido desprezados ou, pior do que isso, caíram no esquecimento na UFRJ. Mas precisam ser resgatados – e rápido. A crise institucional em que mergulhamos não terá solução enquanto não houver um processo de legitimação e de construção de propostas coletivas para a Universidade, que envolva professores, alunos e funcionários desde a origem, em todos os níveis – dos departamentos aos colegiados superiores.

A perda da perspectiva do compromisso com a comunidade que devia representar esvazia a administração e leva a profunda distorção do significado da representação. A identificação do que é estritamente necessário retornar para ser discutido em fóruns mais amplos pode não ser imediata, mas não se deve entender autonomia como independência. Em muitos casos, a autonomia é confundida com livre arbítrio, supondo que ao votar num candidato a qualquer cargo eletivo o eleitor estaria corroborando, implicitamente, qualquer idéia ou proposta que o representante venha defender durante seu mandato, liberando-o da necessidade de consulta posterior. Porém, isso significa, na prática, a negação da própria natureza da representação – não se elege um indivíduo apenas por suas idéias próprias, mas principalmente por sua capacidade de liderança para estimular o debate e ser o portador das posições relevantes ou majoritárias entre seus pares, que podem ou não coincidir com as suas posições individuais.

Nestas circunstâncias, é comum que o eleitor seja esquecido no primeiro minuto após a proclamação dos resultados das urnas e os supostos representantes reivindiquem legitimidade para suas idéias apenas pelo fato de ocuparem o cargo para o qual foram indicados e usufruírem de posição privilegiada, apesar de não exercerem os deveres para com seus representados. O compromisso

de divulgação, de informação e de construção coletiva das propostas que serão levadas aos fóruns para os quais receberam delegação é facilmente esquecido. Em algum momento há um corte e a legitimidade é substituída pela legalidade formal – o fato de ser sido legalmente eleito é suficiente para justificar o exercício da representação de si mesmo, negociar, propor e aprovar suas próprias idéias em nome dos que deveria representar.

Esta situação ocorre com frequência e preocupante naturalidade na UFRJ, a começar pelo próprio reitor imposto pelo MEC, cuja posse e permanência no cargo à revelia da vontade da comunidade expressa nas urnas gerou uma relação dúbia entre as diversas instâncias administrativas e acadêmicas da instituição. A reitoria parece estar em conflito permanente com os colegiados superiores, mas estes, na prática, de certo modo reconhecem e legitimam a situação através da aprovação dos sub-reitores e da forma com que atuam, sem buscar o efetivo respaldo da comunidade. As propostas que os conselhos elaboram e encaminham, em tese em contraposição às da reitoria, não são trabalhadas adequadamente junto à comunidade que deveriam e julgam representar. Desta forma, embora a origem possa ser de natureza um pouco diferente, o processo de exclusão se repete e produz a mesma sensação de arrogância e autoritarismo.

Guardadas as devidas proporções, o CEG, o CEPG e o Conselho Universitário, ao aprovarem resoluções sem a participação ou pelo menos alguma forma de consulta à comunidade, estão realizando atos tão autoritários e questionáveis quanto os executados pela reitoria ao destituir diretores e nomear interventores no Instituto de Doenças do Tórax e na Faculdade de Educação. Parece que estes colegiados, ainda que possam ter sido movidos por boas intenções, não perceberam que não é possível transformar a estrutura administrativa e acadêmica sem o apoio e o compromisso da comunidade, apenas com as propostas elaboradas no âmbito dos próprios colegiados, mesmo que elas possam ter seu mérito reconhecido ou serem propostas pelos professores da mais alta qualificação acadêmica. Isto porque você só se compromete, apóia de fato e luta por aquilo com que você se identifica e em cuja elaboração e concepção tem possibilidade de participar e in-

terferir desde o início – o que nos tem sido sistematicamente negado, consciente ou inconscientemente.

A UFRJ, assim, convive com dois mundos diferentes e quase desconexos: a universidade idealizada nos gabinetes e a realidade de cada unidade, curso ou departamento. Este processo tende a se generalizar, a desestimular a crítica e a cristalizar a omissão, pois não oferece perspectivas de mudança. Situação semelhante ocorre, por exemplo, em relação à GED – a CADD, comissão que estabelece normas e critérios de pontuação, nunca se deu ao trabalho de debater com os docentes os critérios adotados, nem a exclusividade de apresentar os relatórios por via eletrônica. Aliás, por decisão da própria comissão, os resultados da primeira aplicação da GED, quando ela foi implantada em 1998, ainda não foram divulgados até hoje, não se sabe por que motivos. A GED, infelizmente, parece seguir o mesmo caminho.

O fato dos integrantes da CADD serem indicados e nomeados diretamente pela reitoria não os exime de dar satisfação à coletividade cujo trabalho pretendem avaliar, embora seja mais fácil de entender a tendência à auto-suficiência. No caso dos membros eleitos dos colegiados, porém, a relação precária dos representantes com seus representados assume maior gravidade. Talvez este afastamento possa ser explicado, pelo menos em parte, pela precariedade dos processos eleitorais. Geralmente a divulgação e, conseqüentemente, a participação são mínimas, os prazos são exíguos e o espaço para o debate é inexistente. A votação se dá mais em termos de relação pessoal ou de simpatia pelos eventuais candidatos do que pelas propostas ou processo de atuação que defendem.

Os exemplos de medidas recentes com alto impacto na vida acadêmica da UFRJ geradas neste ambiente distorcido são muitos. Alguns, porém, só terão seus efeitos negativos explicitados mais adiante, quando qualquer tentativa de modificação ou reversão será muito mais difícil. É o caso da GED 2000, da nova periodização, que está sendo vinculada e financiada através do Prograd, ainda em gestação, e da reestruturação das sub-reitorias. Até quando os professores vão assistir e aceitar impassíveis serem excluídos das decisões que vão nos afetar de maneira tão avassaladora?

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax:260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Governo investiu apenas 10% do Orçamento de 2000 na área social

Até o final de agosto, o governo federal investiu apenas 10% do previsto no Orçamento para 2000. Dos R\$ 12 bilhões que o governo dispõe para investimentos na área social somente R\$ 1,2 bilhão foi aplicado. Os setores mais prejudicados foram a saúde, (4,97% do previsto); assistência social (6%), reforma agrária (6%) e habitação (0,35%). Na saúde, o setor mais atingido foi o de prevenção de doenças, com apenas 3% do programado.

O argumento do governo para justificar a penúria é a demora do Congresso em aprovar o Orçamento, sancionado em 11 de maio, e a lei eleitoral que proíbe convênios com os Estados depois de junho, dificultando assim a execução orçamentária.

Enquanto a área social está à pão e água, o governo já gastou de janeiro até agosto em publicidade R\$ 146 milhões. Esse valor equivale ao investimento em saúde (R\$ 69 milhões), educação (R\$ 55 milhões) e ciência e tecnologia (R\$ 22 milhões) somados. Estas informações foram obtidas a partir de levantamento feito pelo gabinete do deputado federal Agnelo Queiroz (PC do B/DF), a partir de números do SIAFI – Sistema Informatizado de Acompanhamento de Gastos Públicos.

Reprodução: Informativo do Diap - Departamento Sindical de Assessoria Parlamentar

Anote

Colégio de Aplicação abre vagas

O Colégio de Aplicação da UFRJ está abrindo vagas para admissão de alunos ao Ensino

Fundamental (antigo 1º grau) e ao Ensino Médio (antigo 2º grau) para o ano letivo de 2001.

Ensino Fundamental:

Poderão candidatar-se para a Classe de Alfabetização alunos de, no mínimo, 6 anos de idade completados até 28 de fevereiro de 2001 até, no máximo, 7 anos de idade completados até 31 de dezembro de 2001. Existem 50 vagas. Para a quinta série (10 vagas), podem candidatar-se alunos que estejam cursando a 4ª série do 1º grau e nela venham a ser aprovados em 2000, no limite máximo de doze



anos de idade, completados até 31 de dezembro de 2001. Crianças que comprovem dependência de servidor da UFRJ podem pedir isenção de pagamento da taxa de inscrição (R\$ 35), no período de 16 a 19 de outubro de 2000, de 10h às 16h. Os pedidos de isenção deverão ser encaminhados à secretaria do CAp de próprio punho, com outros documentos, que após análise, serão devolvidos ao interessado.

Ensino Médio:

Poderão candidatar-se às 30 vagas de 1ª série do Ensino Médio alunos que estejam cursando a 8ª série do Ensino Fundamental e nela venham a ser aprovados em 2000, no limite máximo de 17 anos de idade,

completados até 31 de dezembro de 2001. Para as 6 vagas da 2ª série do Ensino Médio, podem concorrer os alunos que estejam cursando a 1ª série do Ensino Médio e nela venham a ser aprovados em 2000, no limite máximo de 18 anos de idade, completados até 31 de dezembro de 2001. O período para pedidos de isenção da taxa de inscrição será de 2 a 5 de outubro, de 10h às 16h. Assim como no procedimento de admissão ao Ensino Fundamental, dependentes de servidores da UFRJ também podem entrar com esse tipo de requerimento.

Mais informações pelos telefones 294-6597 ou 511-5382.

Nota da diretoria

Apesar de amplamente divulgada, apenas membros da diretoria compareceram à Assembléia da Adufrj-SSind de 15/9, razão pela qual ela foi encerrada, depois de observados os prazos regimentais, sem discussões e deliberações sobre a pauta.

GT Etnia, Gênero e Classe

O Andes-SN está organizando o Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe. A criação do GT foi uma decisão do último Congresso do Sindicato, realizado em fevereiro deste ano, em Juiz de Fora (19º Congresso Nacional).

A Adufrj está solicitando aos professores da UFRJ que tenham trabalhos acadêmicos nesta área que informem a entidade sobre sua produção e, caso haja interesse do docente, participem da organização do GT local.



Resenha

A reportagem da revista Veja (13/09) chamada “Engrenagem enferrujada”, que trata do atraso brasileiro na corrida tecnológica traz alguns dados interessantes para discussão: só 15% dos alunos do país matriculados em curso superior completam a faculdade; o Brasil tem 180 cientistas para cada milhão de habitantes, contra 700 da Argentina na mesma proporção; no Brasil, apenas 25 de cada mil pessoas usam a Internet, contra 32 da Argentina e 485 dos EUA também em cada conjunto de mil habitantes. O número de brasileiros na universidade equivale, proporcionalmente, à metade do de argentinos e chilenos. O tempo de escolaridade no país (6,2 anos) é inferior ao do Paraguai (8), Argentina (9) e Chile (9,5) e, para fechar, o percentual de estudantes brasileiros de 18 a 24 anos matriculados nas universidades é um dos piores do mundo (7,7%) – Chile (27%) e Argentina (39%) estão bem à frente.

Um levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra mostra que, de 1991 até o início de setembro deste ano, 370 agricultores foram assassinados. No total, desde 1985, 1.180 trabalhadores rurais foram mortos. O número de vítimas nos últimos 16 anos é quatro vezes maior do que o de mortos e desaparecidos, durante o regime militar, de acordo com matéria de O Globo, de 8/09.

Nota do Jornal do Commercio, de 7/09: “O CNPq e a Capes começaram levantamento para avaliar a produtividade dos pesquisadores financiados pelo governo, e o retorno das pesquisas para as universidades. O levantamento faz parte da tentativa de garantir que o dinheiro investido em cientistas que ganhem bolsas para fazerem pós-graduação no exterior seja otimizado. A Capes e o CNPq querem saber, por exemplo, quanto tempo ficam os pesquisadores no Brasil após retornarem de um período de estudos financiados pelos órgãos públicos no exterior. Passará a ser exigido que o bolsista que não volte ao Brasil devolva o dinheiro da bolsa.”

Embora a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reconheçam que todo brasileiro, independentemente de faixa etária, tem direito ao ensino fundamental, 13,3% da população com 15 anos ou mais é analfabeta, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE realizada em 1999.



Movimento

O Plebiscito confirma: a vida acima da dívida!

Resultado parcial mostra que mais de 5 milhões de brasileiras e de brasileiros participaram do Plebiscito Nacional da Dívida Externa.

Foi uma iniciativa inédita na história do país. O Plebiscito Nacional da Dívida Externa, organizado pela própria sociedade, foi realizado com lisura e transparência em todas as unidades da Federação, com a colaboração de 133.122 voluntários ligados a igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e poderes públicos. A consulta popular não foi obrigatória, o que demonstra a vontade da população brasileira de ter o poder de decidir sobre seu futuro.

Segundo nota da coordenação do Plebiscito, “raras vezes em nossa história, atores tão diversos se uniram em torno de uma causa comum como esta. Foi assim na campanha do “Petróleo é nosso”, nos anos 50. Foi assim na campanha pelas Reformas de Base, nos anos 60. Foi assim na campanha da Anistia, nos anos 70. Foi assim na campanha das Diretas, nos anos 80. Foi assim na campanha pelo impedimento do ex-presidente Collor, nos anos 90”.

O plebiscito foi realizado em 3.444 municípios e aprovou o rompimento dos acordos atuais com o FMI, a retomada do pagamento da dívida somente após uma auditoria pública nas suas contas e o fim do uso das verbas do orçamento da União para o pagamento da dívida interna.

O sucesso do Plebiscito, devolveu o tema das dívidas ao debate nacional. Para as entidades, apesar da postura omissa e até mesmo anti-plebiscitária dos principais meios de comunicação do país, a consulta foi um sucesso e deverá alavancar um processo no Congresso Nacional para a realização de um plebis-

cito oficial sobre as dívidas.

O governo federal evitou ao máximo dar publicidade à consulta, mas acabou não poupando ataques grosseiros à iniciativa. Pressionou as entidades patrocinadoras, como a CNBB, e chantageou a sociedade com informações incorretas, dizendo que o resultado teria um impacto negativo no exterior.

A nota dos organizadores do Plebiscito diz ainda: “Os porta-vozes do ‘pensamento único’ consideraram qualquer crítica como ‘ameaçadora’ e ‘desestabilizadora’; defendem que todos deveriam apoiar os cânones da política neoliberal, num ‘grande acordo’ nacional que respeitaria os direitos das elites, em detrimento dos direitos da maioria do povo.”

A organização da consulta afirma que o Plebiscito deixou claro que uma causa justa, capaz de mobilizar as entidades populares e principalmente milhões de anônimos cidadãos e cidadãs, não precisa de enormes recursos financeiros.

Foi uma campanha “modesta em termos

materiais, sem instrumentos de divulgação no volume necessário à uma empreitada deste porte”.

Adufrj participa do plebiscito

A seção sindical dos docentes participou, juntamente com o Sintufrj e o DCE, da organização da consulta nos campi da UFRJ. As urnas ficaram sob a responsabilidade de professores, estudantes e funcionários da universidade e garantiram à comunidade expressar o ‘não’ à dívida.

Segundo a CUT/RJ, as entidades fluminenses que participaram do pleito contabilizaram 271.291 votos. Noventa e cinco por cento foram contrários ao processo de endividamento público.

Parlamentar vai solicitar auditoria sobre a dívida

Com a expressiva votação do Plebiscito da Dívida Externa, o presidente nacional do

PT, deputado federal José Dirceu, vai encaminhar ao governo o pedido de convocação para um referendo sobre o plebiscito e uma auditoria sobre o montante da dívida. “O Plebiscito foi uma grande vitória e demonstrou a necessidade de um referendo”, disse o parlamentar, que apresentou à Câmara, no dia 13, um projeto para a consulta oficial.

O projeto já tem apoio de 187 deputados federais, 16 a mais do que o mínimo necessário para a tramitação. “Ficou provado o nível de consciência e de repúdio do povo com relação aos juros do pagamento das dívidas externa e interna e da necessidade de mudar o modelo econômico e toda a relação do Brasil com o FMI”, complementou o presidente do PT para justificar seu projeto.

Como foi a resposta (parcial) ao Plebiscito

Pergunta 1

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional)?

Resposta

Não	Sim	Nulos	Branco
5.136.272	249.861	23.395	66.587

Pergunta 2

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 98?

Resposta -

Não	Sim	Nulos	Branco
5.287.260	119.847	19.668	49.333

Pergunta 3

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Resposta -

Não	Sim	Nulos	Branco
5.197.896	134.156	72.534	71.529



VOTAÇÃO NA PRAÇA XV, CENTRO DO RIO



Movimento

“Veja” ofende bispos por causa do Plebiscito

Como disse o líder dos sem terra, João Pedro Stédile, cachorro morto ninguém chuta. A revista *Veja* da semana passada (13/9/00) publicou matéria (ou artigo) comentando o Plebiscito da Dívida Externa. Pouco informativo, o texto se limitava a esbravejar contra a iniciativa de entidades como a CNBB, a CUT e o MST de realizar democraticamente o pleito.

Um dos trechos mais arrogantes (ou hilários) da matéria é quando o articulista diz: “Não importa qual seja o balanço da contagem dos votos depositados nas urnas em mais de 3000 paróquias católicas no decorrer da semana passada”. Ou seja, para a revista da editora Abril, não importa a opinião de mais de 5 milhões de brasileiros. Tomara que estes eleitores, que compareceram por livre vontade às urnas do Plebiscito não sejam assinantes da revista. Falência na certa.

A começar pelo título – Plebiscito da CNBB: fé ou má-fé?, a reportagem com ares de editorial chama os bispos de caloteiros e desinforma o leitor quanto às propostas em jogo.

A matéria condena qualquer iniciativa que perturbe a ordem econômica neoliberal, a ponto de dizer que os bispos estariam ‘demonizando’ as finanças internacionais.

Parágrafos e parágrafos de adjetivações e divagações depois, os leitores de *Veja* puderam visualizar o mar de contradições em que se atolou o articulista. Primeiro afirmou: “A CNBB não foi informada por seus gurus econômicos de que o governo é responsável por apenas 40% da dívida externa nacional. Os outros 60% constituem dívidas que empresas privadas fizeram no exterior” Mais adiante conclui como se estivesse descobrindo a pólvora que “com esse dinheiro (pego no exterior), a juros muito mais baixos que os obtidos dentro do país, essas com-

panhias podem investir e criar empregos”. Santa ingênua *Veja*! Como se esta fosse a realidade de um país de desempregados. O Brasil acumula, segundo o IBGE, 7,7 milhões de pessoas sem emprego. É o terceiro país no mundo em número de desempregados, perdendo apenas para a Índia e para a Rússia. Em 1990, o Brasil estava na oitava posição e em 1995, na quinta.

Ignorando totalmente a história (talvez por desconhecimento), a amargurada matéria faz vista grossa ao fato de que a dívida externa é herança de tempos coloniais e que seu refinanciamento através das repúblicas gerou um montante de 237 bilhões de dólares a pagar. Segundo o professor titular de economia internacional da UFRJ, Reinaldo Gonçalves (um dos tais gurus da CNBB), em livro escrito a quatro mãos com o petista Valter Pomar, ‘O Brasil Endividado’, o setor público brasileiro deve mais de 516 bilhões de reais – incluído a dívida do governo (esferas municipal, estadual, federal e Banco Central) mais a dívida das empresas estatais. Isso equivale a 47% do PIB. Desse total, mais de 432 bilhões de reais são dívidas do governo federal.

Para esses autores ou gurus, a idéia de que é preciso continuar pagando os juros da dívida para que haja crescimento interno é a reedição da lorota militar de “fazer crescer o bolo, para depois dividi-lo”. “Primeiro pagamos aos grandes capitalistas, credores de nossa dívida interna e externa. Depois pagamos a dívida social com a maioria do povo.”

Tal como na história dos generais, parece que o dia da divisão não vai chegar tão cedo ou, melhor, nunca. Para o pagamento do chamado ‘serviço da dívida’, o governo tem feito de tudo um pouco. Os acordos com o sistema financeiro internacional

são claros: o governo deve pegar mais dinheiro lá fora para pagar o “serviço da dívida” ou seja, os juros. Quanto mais refinancia, mais se endivida.

Vamos então, com base na publicação de Reinaldo e Pomar, tentar esclarecer à redação de *Veja*: Ao final de 1999, atingimos US\$ 241,2 bilhões de dívida externa. Da dívida total, US\$ 100 bi são dívida do setor público não-financeiro e US\$ 141,2 bi são dívida do setor privado. A preponderância do débito privado seria decorrente do aumento da taxa de juros interna, já que os empresários locais contraíram empréstimos no exterior a juros menores e lucraram aqui dentro com as altas taxas.

Acontece que este é mais um mecanismo governista de proteção ao capital privado. Os autores explicam: “No Brasil, a dívida pode ser privada, o credor pode ser privado, mas quem paga é você, pois a dívida acaba no colo do Estado, que cobra impostos, aumenta os juros e adota uma política econômica voltada para pagar a dívida, cujos impactos recaem sobre a maioria dos trabalhadores.

Nos anos 70, o Estado fez empréstimos no exterior e os repassou, sem riscos cambiais ou juros, para empresas privadas. A partir da década de 80, os empresários tomaram dinheiro emprestado fora do país, a juros baixos, vendendo as divisas para o Banco Central. Com parte do dinheiro, compraram títulos da dívida pública interna, com correção cambial e direito a juros generosos. Se tudo correr bem, ao final do empréstimo, o empresário do Brasil pagará a dívida graças ao rendimento dos títulos (obra e graça deste governo). E se tudo correr mal, não sai perdendo: os títulos com correção cambial protegem a empresa.

Este governo mantém os juros internos bem altos também, e princi-

palmente, para saciar os investidores (na sua grande maioria especuladores) externos. Com isso, aumenta ainda mais a sua dívida interna. “A dívida mobiliária federal, por exemplo, passou de 62 bilhões de reais (1994) para 432 bilhões de reais (2000).”

Dívida eterna

Segundo o Banco Central, a amortização da dívida externa implicará em um valor superior a 80 bilhões de dólares. A previsão é de que a despesa com juros desta dívida chegue a 17 bilhões de dólares este ano, de acordo com os autores. Para quem ainda acredita que o Brasil não pagou nada, somente durante o primeiro mandato de FHC, “foram desembolsados 128 bilhões de dólares a título de juros e amortização. Quanto mais pagamos, mais devemos”, dizem Reinaldo e Valter.

Não se trata de calote

Segundo esclarecimento à confusa *Veja*: um plebiscito não é uma pesquisa de opinião. Ao primeiro não importa a metodologia, já que as pessoas que foram votar, de livre vontade, já tinham um posicionamento claro a respeito das questões apresentadas.

Terceiro e último esclarecimento: a proposta aprovada pelo plebiscito não é a de não pagar a dívida externa, mas sim romper com os atuais acordos do governo brasileiro com o FMI; realizar uma auditoria pública da dívida, como está previsto na Constituição de 1988; e não permitir que governos federal, estaduais e municipais usem grande parte do orçamento para pagar a dívida interna aos especuladores.

Como a redação da revista pode observar, o santo não é tão rebelde assim. Trata-se apenas de uma modesta iniciativa popular para fazer valer direitos já previstos na constituição brasileira.



Nova periodização: professores da UFRJ vão dar 60% a mais de aulas

Se você leciona hoje 8 horas-aula semanais, participa daquelas inúmeras comissões (de currículo, avaliação de docente em estágio probatório, etc.), preenche todos os relatórios (CAPES, GED, etc.), vai às reuniões do seu departamento, trabalha em pesquisa ou extensão, orienta alunos (iniciação científica, monitoria, pós-graduação), publica (artigos, capítulo de livro, livro, etc.) e ainda tem tempo sobrando, alegre-se: a nova periodização da UFRJ vem aí para preencher todo o seu tempo vago!

Se, ao contrário, você trabalha cada vez mais para poder dar conta de todos aqueles compromissos acadêmicos, se no final do seu dia sempre sobra muito trabalho que você não conseguiu terminar (às vezes nem mesmo começar), AJA RÁPIDO: DIGA NÃO À NOVA PERIODIZAÇÃO.

Veja na Tabela I o quanto a mais você vai ter de trabalhar para cumprir a carga horária imposta pela nova periodização.

Tabela I - Comparação entre a carga horária de ensino atual e a da nova periodização:

	(1)	(2)	(3)	(4)	
ANO LETIVO	Nº de semanas	Nº de horas aula	Duração da hora-aula	Tempo total em min	Equivalência em horas-aula atuais
Forma de cálculo		(1)x8		(2)x(3)	(4):50 min
ATUAL	30	240	50 min	12000	240h/aula
NOVA	40	320	60 min	19200	384h/aula

SE VOCÊ TIVESSE QUE CUMPRIR, NAS 30 SEMANAS ATUAIS DO ANO LETIVO, A CARGA HORÁRIA DE ENSINO EXIGIDA PELA NOVA PERIODIZAÇÃO, VOCÊ TERIA QUE:

Lecionar o equivalente a 60% a mais em horas-aula atuais. O número de horas que você vai ter que dar **a mais** será de 144 horas/aula por ano letivo (384 horas/aula-240 horas/aula=144 horas/aula);

Lecionar 12,8 horas-aula atuais por semana no mínimo (384 horas-aula em 30 semanas= 12,8);

Responsabilizar-se por, pelo menos, 3 turmas por período: 2 turmas de disciplinas de 4 créditos e 1 turma de disciplina de 5 créditos (neste caso, você cumpriria 13 horas aula por semana, ligeiramente -0,2 horas hora-aula- acima do padrão exigido).

Na Tabela II, compare a situação atual do ano letivo (sem as novas exigências colocadas pela nova periodização) com aquela que será criada com a nova periodização. Como a exigência relativa à carga horária de aula é feita em relação ao total de aulas por ano, o professor poderá cumpri-la em três ou quatro módulos (será inviável fazê-lo em 1 ou 2 módulos). A Tabela II mostra o que ocorre em cada uma das seguintes situações: a atual, o cumprimento da nova carga horária em 3 módulos e em 4 módulos.

	Nº de semanas	Horas-aula atuais por semana
Atual	30	8
3 módulos	30	12,8
4 módulos	40	9,6

Para cumprir sua carga didática em 3 módulos, você terá que dar aulas durante o mesmo número de semanas que você leciona atualmente; entretanto, você terá que dar 4,8 horas-aula a mais por semana do que faz atualmente!

Para cumprir sua carga didática em 4 módulos, você terá que dar 10 semanas a mais de aulas do que você atualmente e, além disso, você terá que dar 1,6 horas-aula a mais por semana do que faz atualmente.

Veja os calendários que simulam como será o ano letivo de 2001 em 3 diferentes situações: a atual e a da nova periodização, esta última com a projeção da situação do professor que der aulas nos 4 módulos e daquela em que o professor dará aulas em 3 módulos. (Não estão sendo considerados os feriados, recessos, reposição de aula por falta -doença, participação em congressos, bancas, etc.- e provas finais).

ATUAL

Carga didática: **8 horas-aula**

Nº de semanas de aula: 30

Nº de semanas sem aula (excetuando-se as férias): 15 e ½



Verde: férias

Rosa: Período sem aulas além das férias de 45 dias

Azul: período letivo

Férias: 1º de janeiro a 14 de fevereiro

Período sem aulas entre o final das férias e o início do 1º período letivo: 3 semanas e meia (15/2 a 9/3)

1º período letivo: 12/3 a 22/6

Período sem aulas entre o final do 1º período letivo e o início do 2º período letivo: 7 semanas (25/6 a 10/8)

2º período letivo: 13/8 a 23/11

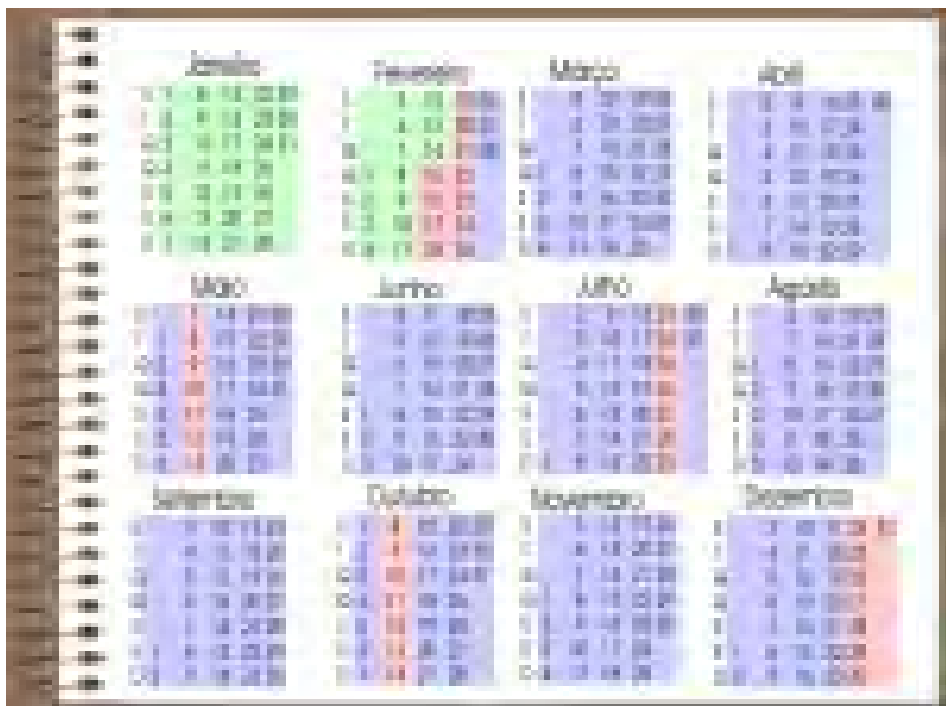
Período sem aulas entre o final do 2º período letivo e o início das férias: 5 semanas (26/11 a 31/12)

4 MÓDULOS

Carga didática: **9,6 horas-aula**

Nº de semanas de aula: 40

Nº de semanas sem aula (excetuando-se as férias): 5 e 1/2



Verde: férias

Rosa: Período sem aulas além das férias de 45 dias

Azul: período letivo

Férias: 1º de janeiro a 14 de fevereiro

Período sem aulas entre o final das férias e o início do 1º módulo: 1 semana e meia (15/2 a 23/2)

1º módulo: 26/2 a 4/5

Período sem aulas entre o final do 1º módulo e o início do 2º: 1 semana (7/5 a 11/5)

2º módulo: 14/5 a 20/7

Período sem aulas entre o final do 2º módulo e o início do 3º: 1 semana (23/7 a 27/7)

3º módulo: 30/7 a 5/10

Período sem aulas entre o final do 3º módulo e o início do 4º: 1 semana (8/10 a 12/10)

4º módulo: 15/10 a 21/12

Período sem aulas entre o final do 4º módulo e o início das férias: 1 semana (24/12 a 31/12)

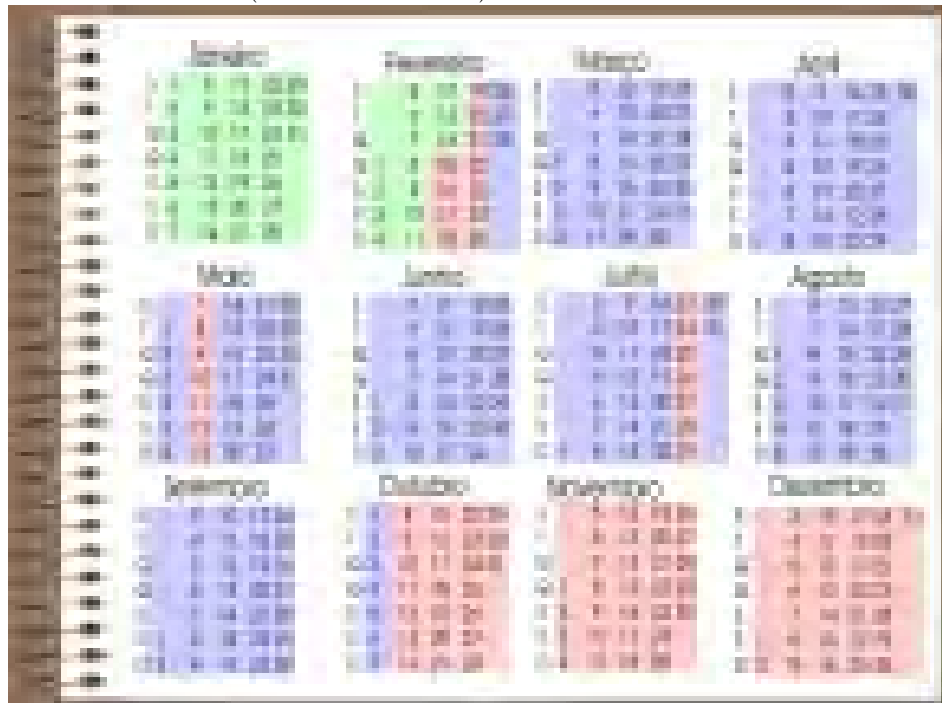
3 MÓDULOS

(caso em que o professor ficaria sem dar aulas no 4º módulo)

Carga didática: **12,8 horas-aula**

Nº de semanas de aula: 30

Nº de semanas sem aula (excetuando-se as férias): 15 e 1/2



Férias: 1º de janeiro a 14 de fevereiro

Período sem aulas entre o final das férias e o início do 1º módulo: 1 semana e meia (15/2 a 23/2)

1º módulo: 26/2 a 4/5

Período sem aulas entre o final do 1º módulo e o início do 2º: 1 semana (7/5 a 11/5)

2º módulo: 14/5 a 20/7

Período sem aulas entre o final do 2º módulo e o início do 3º: 1 semana (23/7 a 27/7)

3º módulo: 30/7 a 5/10

Período sem aulas entre o final do 3º módulo e o início das férias: (8/10 a 31/12): 12 semanas

A dedicação excessiva à atividade de ensino implicada pela nova periodização resultará na redução considerável do tempo disponível para as atividades de pesquisa, extensão, participação em comissões, reuniões de departamento e outras atividades indispensáveis ao bom andamento da vida acadêmica. Além do prejuízo acadêmico, o professor terá perdas financeiras, já que o cumprimento das atividades didáticas projetadas nas tabelas e calendários acima garantirão a ele apenas 60% dos valores da GED. Como ele conseguirá tempo, com a nova periodização, para todas as outras atividades necessárias para obter o restante da pontuação da GED?

GT de Política Educacional da Adufrj-SSind



Vida no Campus



OS TEMPOS DE SOL E CHUVA NA CABEÇA PODEM ESTAR ACABANDO NO PONTO DE ÔNIBUS ENTRE O CT E O CCMN. A PREFEITURA UNIVERSITÁRIA ESTÁ PREPARANDO UM ABRIGO. DE ACORDO COM O PREFEITO IVAN PEREIRA, A INSTALAÇÃO AINDA NÃO FOI FEITA PORQUE OS FUNCIONÁRIOS ESTÃO INTEIRAMENTE DEDICADOS À APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA “MARCO VERDE” UMA INICIATIVA DE PLANTIO DE ESPÉCIES DA MATA ATLÂNTICA NO CAMPUS E RENAMEAÇÃO DAS VIAS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA. ALÉM DO ABRIGO NO LOCAL, ESTÁ NOS PLANOS DA PREFEITURA CONSTRUIR UM RECUO PARA OS ÔNIBUS DEIXAREM OS PASSAGEIROS NA CALÇADA SEM ATRAPALHAR A CIRCULAÇÃO DOS DEMAIS VEÍCULOS.



Opinião\Renato José de Oliveira*

A quem interessa a atual crise da Faculdade de Educação da UFRJ?

A Faculdade de Educação da UFRJ vive dias difíceis. Em suas salas e corredores, recentemente pintados de branco, professores, estudantes e funcionários enfrentam a crise: uns, cabisbaixos; outros, indignados e muitos, desesperançados porque vêem cair sobre a instituição as sombras da desrazão e do arbítrio. E isso acontece justamente em uma casa, herdeira da tradição da Faculdade Nacional de Filosofia, pela qual passaram Anísio Teixeira e outros grandes nomes da educação brasileira e que possui, em seus quadros atuais, docentes de reconhecido prestígio nos cenários acadêmicos nacional e internacional. Por quê? A quem interessa a atual crise? O que resultará de tudo isso?

Uma parcela expressiva da comunidade acadêmica hoje rejeita a direção que não a ouve e não respeita as decisões da Congregação democraticamente eleita. Um fato recente ilustra as raízes do desentendimento.

Dia 30 de agosto, em reunião realizada com membros dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, o professor Ricardo Gattass, Sub-reitor de ensino para graduados ouviu a senhora diretora desqualificar sumariamente práticas democráticas consagradas na universidade pública brasileira desde o fim do regime militar. Os órgãos colegiados da Faculdade foram denominados de “casa da mãe Joana”, e a diretora declarou que nos bastidores da casa reina “uma podridão”, isso porque houve, na Congregação, vozes que levantaram críticas a procedimentos como suspensão de editais e outras medidas autoritárias. Isso indica a disposição hostil, de quem deveria – por força do cargo que ocupa – manter uma postura respeitosa em relação ao corpo docente e aos seus representantes.

Que terá pensado o Sub-Reitor? Que terá dito ao Reitor? Por certo as avaliações humanas diferem de indivíduo para indivíduo, mas ninguém em sã consciência poderá dizer que o conflito instalado entre a direção e um segmento majoritário da comunidade acadêmica caminha para uma solução. Fazer exortações ao entendimento sem apontar por quais vias este pode ser materializado é tão somente lançar palavras ocas ao vento. Portanto, a pergunta permanece: a quem interessa a crise?

Os professores, alunos e servidores técnico-administrativos da Faculdade de Educação sempre desenvolveram suas atividades dentro da normalidade democrática. Habitaram-se ao debate nas instâncias institucionais em que ele se faz necessário e a ver os frutos desse debate –

as decisões coletivamente tomadas – serem implementadas. A eles não interessa o litúgio já que em um ambiente de animosidade declarada nenhum trabalho é conduzido a contento. Mas curvar-se ao arbítrio apenas para aparentar uma situação de normalidade é também inadmissível. Os que não se curvam querem solucionar a crise, por isso vêm apelando às instâncias superiores da universidade, como o Conselho de Ensino para Graduados e a Reitoria. O CEPG tomou iniciativas no sentido de buscar algum acordo quanto aos problemas relativos ao Programa de Pós-Graduação – um dos focos da crise –, contudo não foi autorizado, pela Reitoria, a prosseguir em suas gestões. Por sua vez o Reitor, responsável pela nomeação da atual diretora, nada tem feito no sentido de apontar caminhos que levem à solução dos conflitos.

Enquanto a comunidade educacional brasileira assiste com perplexidade e pesar ao processo de implosão da Pós-graduação em Educação da UFRJ, outros certamente o vêem com bons olhos. Pensando mais a fundo no significado dessa crise, que não é simplesmente resultado de picuinhas domésticas como julgam alguns, encontraremos aqueles a quem o processo interessa. No Brasil de hoje, a velha mentalidade tecnocrática, travestida de modernidade, tem ampliado seus espaços. Palavras como eficiência, otimização, qualidade, funcionalidade têm sido constantemente repetidas e aparecem como peças-chaves de uma política que visa converter a formação do homem em processo no qual formar significa retirar o produto de determinada forma.

Sob tal perspectiva, como enquadrar os formadores, ou seja, os educadores? Fazendo deles bons modeladores, para os quais técnicas e métodos são os únicos instrumentos necessários. As reflexões de cunho filosófico, sociológico, histórico são postas em plano secundário e a pesquisa acadêmica não é incentivada. Embora o discurso oficial freqüentemente não declare abertamente esses objetivos, camuflando-os com termos como “redimensionamento dos cursos”, “readequação dos currículos”, “flexibilização das estruturas institucionais”, etc., para o olhar tecnocrático tudo se reduz ao que pode ser equacionado, transformado em variável controlável, medido por critérios seguros que permitam fazer do educador e do educando “produtos” de fácil e ágil colocação no mercado.

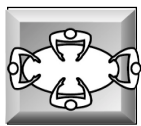
Na medida em que as faculdades de educação das principais universidades brasileiras têm se colocado na contra-mão desse processo, valorizando, ao contrário, o espaço da

reflexão e do debate bem como o exercício da democracia interna, seu enfraquecimento e possível destruição parece desejável. No lugar delas o olhar tecnocrático poderá colocar instituições alinhadas com os seus objetivos ou, ao menos, não tão refratárias a eles. O professor do futuro, segundo seu julgamento, é antes o técnico de ensino, aquele que ao invés de fazer da prática pedagógica um processo relacional, no qual educador e educando se enriquecem mutuamente, prima pelo desenvolvimento de competências e habilidades. O papel desempenhado pelo docente, como sujeito do conhecimento, se reduz ao que é funcionalmente requerido para cumprir tais objetivos, sendo o que vai além disso (capacidade de refletir sobre o saber, a verdade e as práticas sociais, por exemplo) secundário e dispensável. Afinal, para um olhar que se vê como expressão da verdade, a reflexão e a dúvida só podem ser tomadas como perda de tempo, exercício do mais profundo e estéril diletantismo.

O olhar tecnocrático não se limita, evidentemente, à esfera da educação. Seu campo de ação é mais amplo, se estende a muitas outras áreas da vida social. Mas o educador é sempre um alvo privilegiado na medida em que sobre ele recai mais diretamente a responsabilidade pelo ensino escolar. Assim, prepará-lo adequadamente é promover uma autêntica revolução nas escolas, sintonizando-as com o que é chamado de modernidade. E esta tem natureza absoluta, possui uma face única, aquela que lhe é conferida pelo olhar tecnocrático. Toda crítica a ela dirigida é brindada com o rótulo de arcaísmo, saudosismo e outras expressões do gênero.

Sob esse prisma, em que se baseia a moderna democracia no seio de instituições como a universidade pública? No princípio de que as decisões dos colegiados são válidas quando referendam as decisões dos chefes. Quando não lhes são favoráveis, constituem-se em manifestações mesquinhas de vozes insensatas cujo voto contrário à verdade pode ter sido objeto de compra nos “bastidores podres” da vida acadêmica.

À luz desse panorama, a implosão da Faculdade de Educação da UFRJ – segunda maior universidade pública deste país – não pode deixar de ser vista como balão de ensaio de uma política bem articulada e orquestrada por forças que agem muito além dos seus corredores e salas-de-aula pintados de branco.



Prograd

CEG adia discussão de critérios do Prograd

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) adiou para a sessão de 20 de setembro a discussão dos critérios de distribuição de recursos pelo Programa de Apoio à Graduação (Prograd 2000). Nesta quarta-feira (13/9), foram quase quatro horas de debate e um rosário de críticas à reitoria. De modo geral, ninguém é contra a idéia de fomentar a graduação, mas os conselheiros não aceitaram o formato apresentado pela reitoria (com poucos critérios, sem respeitar a especificidade de cada curso da universidade).

O sub-reitor de Graduação, Ricardo Gattass, afirmou que os conselheiros deveriam ter pressa na decisão, uma vez que o orçamento público não gasto até dezembro deve ser devolvido para os cofres da União. Outro motivo para a pressa seria impedir o estrangulamento financeiro das Unidades, que já poderiam estar recebendo para este segundo semestre cerca de R\$ 700 mil relativos à chamada I do programa (vale lembrar que o Prograd 2000 está dividido em duas chamadas: na primeira, as Unidades enviam projetos relativos a um Plano de Metas Acadêmicas para o Triênio 2001-2003 e seu históricoacadêmico dos últimos 5 anos. A primeira chamada corresponderia a um valor entre 30 e 40% dos recursos). Também na chamada I as Unidades devem se comprometer com a nova periodização definida pela resolução conjunta CEG/CEPG 01/99.

Por um lado, a maioria dos conselheiros não admite perder essa verba (R\$ 2 milhões por semestre); por outro, também não querem realizar esse processo de qualquer forma ou seguindo os moldes dos anos anteriores (que ninguém conhece). A reitoria prometeu revelar os valores recebidos pelas Unidades em anos anteriores também na próxima sessão.

Provão

Um dos principais alvos dos conselheiros em relação ao Prograd foi a vinculação das verbas ao polêmico Provão do MEC. Discordância de conteúdos cobrados, caráter pouco democrático, boicote dos alunos e não avaliação de alguns cursos foram lem-

brados por muitos conselheiros.

Um dos representantes do CCMN no colegiado, o professor Sérgio Machado lembrou a história de um Provão da Odontologia. “Uma das questões levava o candidato a escolher entre a extração de um dente ou o seu tratamento. Acontece que a corrente paulista que formulou (e corrigiu) o teste defendia a extração. Todas as faculdades do Rio, que defendem o tratamento no caso, ganharam conceito ruim”, disse.

A bancada estudantil do CEG também não aliviou, questionando a ligação do Provão com a graduação da UFRJ. O estudante Marcelo Novaes afirmou que todos os cursos da área dele (História) vão boicotar o teste do governo, por não aceitarem seu caráter pouco democrático. “Como é que vai ser avaliado isso (um curso que vai tirar conceito E pelo boicote) em termos de Prograd?”, perguntou.

Cursos “caros” e cursos novos

O professor Sérgio Machado voltou a criticar o Prograd com o que chamou de diferenciação entre cursos caros (com manutenção de laboratórios e acompanhamento necessário de poucos alunos, por exemplo) e cursos teoricamente mais baratos (feitos basicamente com quadro e giz para muitos alunos). Para ele, não teria cabimento gastar mais no segundo tipo do que no primeiro, como estaria sendo feito na simulação da reitoria. Outro ponto negativo encontrado pelo professor no Prograd 2000 disse respeito à criação dos cursos novos pelo CCMN em 1993. Uma vez que a reitoria fez seus cálculos baseados numa série entre 1995 e 1997, os alunos daqueles cursos não tiveram tempo para se formar e estariam obrigatoriamente sendo considerados pelo Prograd como um “fardo” para as Unidades. “Portanto, da mesma forma, se transforma em uma punição para as Unidades qualquer iniciativa de criação de cursos novos”, completou.

Artimanhas

Muitos conselheiros também ficaram preocupados com as artimanhas que podem ser utilizadas para ganhar mais re-

ursos do Prograd, prejudicando a qualidade dos cursos. Desta maneira, sugeriram, por exemplo, um índice que limitasse o tamanho das turmas a 50 alunos no máximo. A evasão também foi motivo de dúvida. Alguns professores ficam receosos de que alguns cursos passem a facilitar demais a aprovação dos alunos nas disciplinas para não perderem a verba do programa.

Idéias

Foram sugeridas algumas idéias para minimizar o impacto negativo dos critérios atuais do Prograd 2000. Em vez do Provão, por exemplo, a própria universidade poderia criar seus mecanismos de avaliação, comparando com os melhores cursos do país. Para se somar aos índices atuais, segundo o conselheiro Paulo Vaz (ECO), poderia existir um índice que considerasse a participação da Unidade na Jornada de Iniciação Científica e um outro que medisse quantos alunos são absorvidos no mercado de trabalho, depois de formados. Outro ponto defendido seria que o dinheiro do Prograd fosse destinado aos coordenadores de cursos, em vez dos diretores de Unidades.

Ditador

O sub-reitor Gattass provocou risos na plenária quando disse que, com o Prograd, gostaria de fazer uma política de autonomia das Unidades. “Mas as direções devem ser democráticas. Se há um ditador, vocês devem tirar”, conclamou. O estudante Marcelo Novaes não perdoou na sua vez de falar: “Concordo com o senhor. Temos que tirar todos esses ditadores da universidade. E devíamos começar pelo interventor do MEC na UFRJ.”

Resposta de Átila

O superintendente da SR-1, Átila Freire, alertou que o Prograd 2000 não vai resolver os problemas acumulados em anos na universidade. “É uma sinalização para melhorar”, disse. Átila pediu que as sugestões dos conselheiros, para a próxima sessão, sejam acompanhadas de formulações concretas para verificar sua viabilidade.

Rápidas do CEG

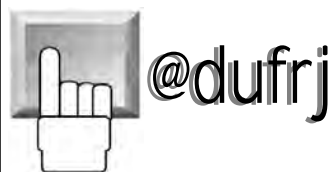
A professora Ângela Gonçalves, do Instituto de Microbiologia, comentou que a UFRJ ainda não se adaptou à lei que regulamenta o acesso de alunos deficientes às dependências das universidades. Segundo ela, já são conhecidos os casos de dois alunos: um no CCS e outro na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. “Temos que cumprir a lei”, disse.

O professor Antônio Cláudio (Engenharia) se mostrou mais uma vez contrariado com a idéia da reitoria de cercar os Centros, prejudicando a integração acadêmica. Segundo ele, não ficaram claros os gastos com o sistema de segurança criado no Plano Diretor. O sub-reitor disse que buscaria as informações para apresentar ao professor na próxima sessão.

Consuni

Mais uma vez não houve quórum para iniciar a sessão do Conselho Universitário. Vilhena só apareceu para dizer que o diretor do HU, Amâncio Paulino, é o mais novo membro do colegiado. Amâncio entra como professor indicado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, uma representação não preenchida desde que foi estabelecida a nova composição do Consuni pelo polêmico “Acordão”, em janeiro de 1999.

Amâncio Paulino, aliás, rebateu as críticas de que o Hospital Universitário estaria se omitindo no pronto-socorro à comunidade acadêmica da UFRJ – em algumas sessões do CEG e do Consuni, conselheiros reportaram acidentes envolvendo alunos que, supostamente, não tiveram atendimento no hospital. Amâncio explicou que a emergência atual não tem condições físicas de comportar mais gente. Além disso, existe a preocupação de que o atendimento de casos dessa natureza acabe trazendo uma demanda que o hospital não teria como suportar. O diretor afirmou que o hospital está em contato com a reitoria para estruturar um posto de pronto-atendimento ao lado do HU com a finalidade de servir ao corpo social da universidade. Amâncio acredita que isso pode ser feito dentro de seis meses.



Marcha Mundial das Mulheres

A página eletrônica da ONG Sempre Viva Organização Feminista (www.sof.org.br) tem o objetivo de contribuir para a construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular. A ONG trabalha para difundir o feminismo em amplos setores da sociedade e sensibilizar atrizes e atores sociais que lutam pela ampliação da cidadania, a fim de comprometê-los com a igualdade entre mulheres e homens.

Destaque na página para o *link* da Marcha Mundial das Mulheres. Trata-se de uma campanha (que começou em março) com o objetivo de marcar a presença das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexista. No dia 17 de outubro, as mulheres do Brasil farão manifestações em todas as capitais. Nesse mesmo dia, uma delegação da Marcha estará entregando todos os abaixo-assinados coletados no mundo em defesa das reivindicações das mulheres ao secretário geral da ONU, Kofi Annan.



CUT convoca manifestação para o dia 20

A Direção Executiva Nacional da CUT está convocando todas as entidades para uma grande manifestação no dia 20 de setembro em frente às agências da Caixa Econômica Federal por todo o país. Esta deve ser a primeira de uma série de ações de massa com o objetivo de pressionar o governo FHC, o Congresso Nacional e o Judiciário pelo reconhecimento e a extensão do direito à correção das contas do FGTS para todos. Para esta campanha, a CUT está unida com a Força Sindical, o que representará um total de 500 carros de som nas ruas neste dia. Para Carlos Alberto Grana, Secretário Geral da CUT Nacional, é um absurdo que o governo tente lançar a confusão em cima de uma decisão da mais alta corte de justiça do país. “Por isso é preciso que o movimento sindical se mobilize, para garantir um direito já adquirido”, diz ele.

Nota oficial da CUT sobre a correção do FGTS divulgada em 04/09

Correção do FGTS para todos

Confirmando o que a CUT vinha dizendo há muito tempo, a mais alta corte de justiça do país decidiu que os trabalhadores foram prejudicados pelos expurgos inflacionários dos planos econômicos “Verão” e “Collor I”, e tem, por conta disso, direito à correção no FGTS. O governo, todavia, diferentemente da pressa com que atende aos banqueiros nacionais e internacionais, procura escudar-se em filigranas jurídicas para protelar, ou mesmo não pagar, aquilo ao que os trabalhadores têm de direito.

Assim, a Central Única dos Trabalhadores vem a público manifestar seu repúdio a essa atitude governamental e deixar claro que vai mobilizar suas bases, não só exigindo o pronto pagamento da correção, mas também a extensão do direito a todos os trabalhadores indistintamente.

Nesse sentido, a CUT está orientando seus sindicatos filiados e instâncias orgânicas a promoverem manifestações por todo o país, no dia 20 de setembro, em frente às agências da Caixa Econômica Federal e organizando a pressão sobre os deputados federais para apressar a tramitação dos projetos de lei que estendem o direito aos demais trabalhadores.

João Antônio Felício
Presidente Nacional da CUT

Anote

Ciclo de palestras no CAP/UFRJ

O CAP/UFRJ promove nesta segunda-feira (dia 18) e nesta terça-feira (dia 19) um ciclo de palestras, debates e grupos de trabalho sobre o papel dos colégios de aplicação na formação de professores e na pesquisa sobre Educação Básica.

No dia 18:

8h30 – Abertura

9h00 – Palestra “O MEC e os Colégios de Aplicação das Instituições Federais de Ensino: Rumos e Perspectivas”, do Professor Antônio MacDowell de Figueiredo, secretário da SESu/MEC e ex-sub-reitor da UFRJ



10h00 – Debates

10h30 – Intervalo

11h00 – Apresentação do tema “CAP/UFRJ: Ensino, Pesquisa e Extensão e exposição do material de trabalho didático/pedagógico e pesquisas apresentado pelos Setores Curriculares” por uma comissão de docentes do CAP/UFRJ

12h00 – Debates

12h30 – Encerramento dos Trabalhos da manhã

13h30 – Grupos de Trabalho, com o tema “Critérios para Avaliação do Trabalho Docente do Professor da Carreira de 1º e 2º Grau: GID (quatro grupos)

15h30 – Apresentação dos Relatos dos GTs

16h30 – Intervalo

17h00 – Síntese dos Relatos e Avaliação do Dia

18h00 – Encerramento

No dia 19:

8h30 – Palestra “Pesquisa em Educação Básica e Formação de Professores: Papel dos CAP”, da professora Dra. Menga Lüdke (PUC-RJ)

9h30 – Debates

10h00 – Intervalo

10h30 – Grupos de Trabalho (GTs), com o tema “O que é Pesquisa em Educação Básica?” (quatro grupos)

12h30 – Encerramento dos Trabalhos da manhã

13h30 – Apresentação do relato dos GT 1, GT 2, GT 3, GT 4

15h00 – Intervalo

15h30 – Debates

16h00 – Síntese dos Relatos, Avaliação dos Trabalhos e Constituição de Comissão de Redação do Documento CAP/UFRJ 2000 a ser encaminhado à SESu/MEC

18h00 – Encerramento e Confraternização



Movimento

Pelotas recebe 41º Conad em novembro

Já está marcado na agenda do movimento docente o 41º Conselho do Andes-Sindicato Nacional, que se realizará nos dias 3 a 5 de novembro, na cidade de Pelotas (RS), sob a organização da ADUFPel seção sindical. O tema central será a “Reforma do Estado, Emprego Público e a Destruição do Caráter Público da Universidade”. Na programação, estão a Plenária Inicial: Movimento Docente e Conjuntura; Tema I (Avaliação e atualização do Plano de Lutas) e Tema II (Questões Organizativas e Financeiras).

As seções sindicais e/ou sindicalizados que queiram enviar textos de contribuição deverão fazê-lo até o dia 25 de setembro de 2000 (data de chegada na sede do Andes-SN), em disquete ou por e-mail, atentando para as seguintes orientações:

- 1 – Indicar o Tema e o subtema: movimento docente e conjuntura, Tema I ou Tema II;
- 2 – Indicar o Texto de Resolução (TR);
- 3 – Indicar o(s) autor(es) do texto. Exemplos: Diretoria,

Assembleia Geral, Conselho de Representantes ou Sindicalizado;

4 – A formatação deverá ser a seguinte: texto de apoio (3 laudas), margem superior (3cm), margem inferior (2cm), margem esquerda (2cm), margem direita (2cm), tipo (Arial 10), espaçamento entre linhas (simples), espaçamento entre parágrafos (antes: 3pt, depois: 3pt), título maiúsculo/negrito – letra 14, alinhamento justificado, parágrafos justificados e nota de rodapé – letra 8.

Essas especificações vão agilizar a produção do Caderno de Textos. Passado o dia 25/09, as contribuições que não forem incluídas no Caderno podem ser enviadas até o dia 11 de outubro, para reprodução e distribuição pela Diretoria do Andes-SN durante o credenciamento do evento. Após esse outro prazo, os textos devem ser reproduzidos pelos proponentes, em quantidade compatível com o Conad (cerca de 200 cópias) e entregues à Diretoria, em Pelotas, que providenciará sua distribuição.

Intimidação ao movimento docente

Conforme noticiado no boletim da Adufrj (24 de julho), o professor Kennedy Piau, do Departamento de Arte da Universidade Estadual de Londrina, foi detido em 16/07 por estar panfletando um Manifesto em Defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade. A alegação do oficial de justiça que realizou a prisão era uma liminar da reitoria que tinha o objetivo de “impedir que sejam praticados quaisquer atos que visem suspender, boicotar, tumultuar ou obs-

tar a realização do vestibular de julho de 2000 da UEL” (texto da liminar). Na ocasião, o professor foi intimado a comparecer ao Juizado Especial neste 18 de setembro. A assessoria jurídica do Sindiprol está assistindo o professor e acredita que o caso será encerrado com o simples comparecimento dele na Justiça.

Kennedy panfletava na rua, portanto, fora do local de prova. O manifesto distribuído em nenhum trecho pedia um boicote ao concurso da uni-

versidade. Pelo contrário, encerrava-se da seguinte forma: “Desejamos que você tenha êxito no vestibular e que participe efetivamente, da luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade”. De acordo com o jornal “Papel do Professor”, da Aduel e do Sindiprol, de agosto, mais do que os problemas jurídicos, “fica o aspecto político dessa história infeliz, com a tentativa da reitoria da UEL de intimidar o movimento dos professores, funcionários e alunos”.

Anote

Últimos dias para inscrição na Capes



Vale lembrar que está se encerrando o prazo de inscrição para bolsas de doutorado no exterior financiadas pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O candidato tem até o dia 22 de setembro para realizar os procedimentos. Outras informações na página eletrônica: www.capes.gov.br O CNPq está com inscrições abertas para solicitação e renovação de novas bolsas de pós-graduação no Brasil até 15 de outubro. O site do CNPq é www.cnpq.br

Escola de Música convida



No próximo dia 21, o conjunto de sopros da Orquestra Sinfônica da Escola de Música da UFRJ vai apresentar a suíte da “Ópera dos Três Vinténs”, de K. Weill, sob a regência do maestro Ernani Aguiar. Completam o programa uma obra de Mendelssohn e a “Adoração do Santo Sepulcro”, de F. Neukomm. As atrações estão marcadas para começar na sala Leopoldo Miguez, da EM, a partir de 18h30. O endereço é Rua do Passeio, 98.

AGENDA – 2000

Atividades Programadas pelo Andes-SN

22 e 23/09-São Paulo

09:00 – Reunião do GTPE

Local: Sede da ADUSP

23 e 24/09-Brasília

09:00 - 2º Encontro do Jurídico da ANDES-SN

Local: Hotel das Américas

7 e 8/10-Brasília

14:00 – Reunião do GT-Carreira

Pauta:

1 – Plano Emergencial de luta para implementação do Projeto de Carreira do ANDES-SN

2 - 41º CONAD – Encaminhamentos.

Local: Sede do Andes-SN

12, 13, 14 e 15/10-Brasília

Curso de Gestão Administrativa e Financeira

Local: Retiro das Irmãs Salesianas – SGAN Q. 911 – Brasília

03, 04 e 05/11-Pelotas

41º CONAD – Conselho da ANDES-Sindicato Nacional

Agenda GTs locais

GT Seguridade Social

19/9 (terça-feira) - 15 horas - Escola de Serviço Social

GT Carreira

22/9 (sexta-feira) - 14 horas - Sede da Adufrj-SSind
Temas prioritários: Plano de trabalho, GED/GID e Emprego Público

GT de Política Educacional

26/9 (terça-feira) - 14 horas - Escola de Serviço Social
Pauta: Periodização

DEBATE SOBRE CARREIRA

DOCENTE

NA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

19/09
terça-feira

11:00
horas

Auditório

ARQUIMEDES MEMÓRIA

CONVIDADOS

Professor José Simões - Instituto de Física

Professor Reinaldo Gonçalves - Instituto de Economia



Opinião\Arthur Arruda Leal Ferreira*

GED (ou gratificação para extinção dos docentes) ou como os docentes irão se tornar camelôs

O governo, em especial o MEC (Ministério da Educação), tem se esmerado na superação do marxismo. Não me refiro à ficção da terceira via e à suposta superação do dilema entre socialismo e liberalismo. Sua superação diz respeito às piores previsões marxistas sobre o capitalismo avançado. Quando Marx via na ideologia o grande risco para o pensamento, em que este se veria alienado das condições concretas de produção de uma sociedade, legitimando o tratamento do trabalho como mais uma mercadoria, ele não poderia prever que o próprio trabalho intelectual se tornaria ele também uma mercadoria. E do pior tipo. Ao apontar para este afã mercadológico imposto ao trabalho intelectual pelo atual governo não pretendo opor trabalho intelectual ao braçal, mas sim denunciar a avaliação do pensamento pelo pior fetiche operado sobre o trabalho braçal: o juízo meramente quantitativo. Também não pretendo opor aristotelicamente o ócio do pensamento ao labor do trabalho manual, mas imaginar que o pensamento, como qualquer técnica para produzir novidades e saltos qualitativos, sofre impasses e obstáculos. Como quantificar este trabalho?

Num retrocesso que nos lança aos “Tempos Modernos”, não os da terceira via, mas à sátira de Charles Chaplin, o MEC tem produzido estratégias bisonhas de mercantilizar e extrair uma mais valia dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Isto apenas para produzir números, índices, cifras de produtividade. Do Grande Império Monetarista do Real. Esquecendo o valor, por um lado, da novidade e da qualidade e, por outro, da hesitação e da dúvida no pensamento. Não tratarei do conjunto de dispositivos instruídos para mercantilizar o trabalho docente, como a contenção da contratação de professores nas universidades públicas, a ausência de reajuste salarial desde o início da dinastia FHC, o aumento do número de períodos por ano (como propõe o reitor da UFRJ) e a autonomia universitária enquanto meramente financeira (e não política).

Tratarei apenas de um desses mecanismos, a GED (a princípio denominada como “Gratificação de Estímulo à Docência”), instituída com o objetivo declarado de compensar as perdas salariais acumuladas pelos docentes desde 1995 com uma avaliação e conseqüente recompensa meritocrática dos professores mais produtivos. Contudo, a GED apresenta efeitos menos nobres, como excluir os

aposentados de qualquer reajuste concedido pelo governo, e mercantilizar o trabalho docente, além de julgar os docentes pelo número de relatórios, artigos, aulas e orientações que realizam. Isto sem falar no “Risco Argentina” de se cortar vencimentos sem cortar salários (apenas gratificações). Risco que não remete à “fracassomania alarmista”, mas a casos concretos, como mostrarei mais adiante. Por hora resta dizer que a GED institui um modelo para o trabalho acadêmico que pode ser reconhecido nas políticas das universidades particulares (pessimamente avaliadas pelos mecanismos do próprio governo, como os provões), ou até em certos trabalhos comissionados, como o dos vendedores de enciclopédias e de planos de saúde, ou ainda de camelôs. Só pode ser reconhecido agora como trabalho acadêmico o que for objetivado enquanto relatório, artigo, aula e orientação, pouco importando a qualidade destes. *Trata-se da camelotagem introduzida no seio do pensamento, sob o afã de modernizar e flexibilizar o trabalho intelectual, do mesmo modo que já foi experimentado em outras relações de trabalho.*

Contudo, a imagem da camelotagem não se limita a uma simples metáfora, mas a uma situação bem concreto como a que experimento como professor da UFRJ desde fevereiro. Nesta universidade, para complicar ainda mais o processo de avaliação da GED, os dados dos docentes só poderiam ser remetidos através de um programa de computador, o SIGMA (docentes de outras universidades federais, tomem cuidado com este programa), acessível somente pelo Netscape 4.5. Lembremos, mesmo quando preenchemos o Imposto de Renda, o uso dos computadores é uma opção, e a Internet, um dos possíveis usos, podendo os dados também ser passados por disquete (o que o Sigma não permitia). Ainda que estejamos num país em que a secretária doméstica do presidente viaja para a Grécia, cursa inglês e informática, nem todos os professores (com salários congelados desde 1995) e departamentos da universidade possuem computadores com acesso à Internet. Isto sem considerar o evidente engarrafamento proporcionado pela tentativa de transmissão de dados de cerca de 3000 professores. Os docentes que não conseguissem enviar os seus dados no prazo estipulado (até o fim do mês de novembro) teriam a sua gratificação cortada. Mediante esta situação, a Associação de Docentes da UFRJ (ADUFRJ) entrou na justiça vi-

sando garantir o óbvio direito dos professores que não desejavam desperdiçar as madrugadas tentando enviar dados a um programa engarrafado, de preencher a sua produção através de um formulário. Por decisão da juíza Simone Schreiber da 29ª Vara Federal, os docentes tiveram o prazo de preenchimento prorrogado até abril de 2000, além de ter a alternativa de envio por formulários.

Apesar de cumprir as determinações quase impossíveis da UFRJ para preenchimento da GED (considerando o obsoleto programa SIGMA), houve um erro administrativo no recebimento do meu formulário sobre as atividades básicas, sendo ele perdido na Sub-reitoria de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR-2). Tendo registrado a ausência da minha pontuação na página do SIGMA, escrevi diversas vezes para a SR-2, pedindo um esclarecimento sobre minha situação, só obtendo resposta na véspera do prazo-limite para recurso. Não tendo obviamente tempo para enviar meu recurso no prazo, minha GED foi cortada já no pagamento referente ao mês de fevereiro. Apesar de meu recurso ter sido enviado desde o mês de março (um mês antes do prazo estipulado pela Justiça Federal), continuo com a minha GED cortada até hoje, o que representa a ausência de cerca de 30% de meus vencimentos desde fevereiro, implicando uma série de prejuízos no meu orçamento pessoal, incluindo o cumprimento das prestações de financiamento de imóvel próprio. Poderia ser lembrado o papel da greve dos funcionários técnico-administrativos na prorrogação de meu problema (de maio a agosto de 2000), uma vez que tratou-se de uma greve de evasão, em que problemas como o meu foram considerados não-essenciais. Mas, ainda que questionemos a finalidade e a eficácia de uma greve de evasão ou a perpetuação dos descalabros do governo através de um movimento que era dos servidores públicos, ela não foi a responsável pela criação desta situação (talvez pela sua manutenção). A ausência desta gratificação desde fevereiro equivale ao não recebimento de cerca de R\$ 9.200 (ou um Uno Mille modelo 1998), conforme dados do Setor de Pagamentos da Universidade, o que me obrigou a contrair uma série de empréstimos para cumprir meus compromissos.

Eis o primeiro resultado da famigerada GED: a UFRJ, ainda que prometa através do Setor de Pagamentos a solução de meu caso, tomou-me des-

de fevereiro o valor equivalente a um carro popular semi-novo, reduzindo o meu vencimento, o que se não me engano, é proibido pela atual Constituição. E, em segundo lugar, o tempo que poderia devotar para relatórios, artigos, aulas e orientações está sendo gasto com malabarismos financeiros para cumprir meus compromissos e gerências justo à densa burocracia da universidade pública (nesse aspecto, podemos pensar a GED como **Gratificação para Extinção da Docência**). Em último lugar, como meu regime de trabalho é Dedicção Exclusiva, não posso arrumar outro emprego para remediar a minha situação. Talvez, organizar alguns grupos de estudo pagos, o que atrapalharia a minha Dedicção Exclusiva e me lançaria de vez numa relação de trabalho de camelotagem.

Pode-se contra-argumentar que este meu caso seria apenas um acidente na malha burocrática, mas na implementação de um justo mecanismo meritocrático, a GED. Mas vemos que esta junção da lentidão burocrática com o afã mensurador gera um risco não ocasional, mas estrutural. Outros professores podem ser subtraídos em suaves prestações do valor de um carro, a devolução será sem correção monetária (quem sabe a GED não seria outra forma do velho Empréstimo Compulsório tomado pelo governo desde 1986 e não pago até hoje). Portanto, o pior desta situação não está apenas nesta “modernização” do trabalho acadêmico que a GED implementa, mas na forma com que ela se alia a todo um labirinto burocrático arcaico, que conduz a situações absurdas como esta pela qual eu passo. Situações cujo risco todos nós professores corremos, enquanto nosso trabalho for avaliado e remunerado por uma espécie de “taxímetro”, ou ainda da mesma forma que se mede a comissão de um vendedor de enciclopédias ou, ainda, a produtividade de um camelô. Este quadro já vemos nas universidades particulares e imagino que não seja a imagem mais generosa para o nosso futuro “modernizador”. Além do mais, o espelho de nossa vizinha Argentina concede-nos a imagem do que parecia impossível e se concretiza no meu caso: a redução de salários. Sejamos bem vindos à modernidade das relações de trabalho. Quem se habilita a ser a próxima vítima?

*Professor Adjunto do Instituto de Psicologia

FHC ataca funcionalismo público

Na disputa entre o presidente Fernando Henrique e o MST, acabou sobrando para os funcionários públicos. Perguntado sobre as reivindicações dos sem-terra, FHC disse o seguinte: "Por que não vão (os sem-terra) pegar (dinheiro) lá no Programa de Agricultura Familiar? Porque querem dinheiro de graça e permanente, como se fossem funcionários públicos."

CUT e Força Sindical juntas pelo FGTS

A CUT e a Força Sindical deram início no dia 20/9 a uma série de manifestações para que o governo estenda o pagamento da correção do FGTS a todos os trabalhadores do país e não somente aos que impetrem ações na Justiça. Mais de três mil pessoas se manifestaram em frente à superintendência da Caixa Econômica Federal (CEF), na avenida Paulista, em São Paulo. De acordo com declaração do presidente nacional da CUT, João Felício, publicada no Jornal do Brasil, em 21/9, "as manifestações poderão culminar em greves se o governo não pagar o FGTS e se os empresários não sinalizarem com aumentos reais". Estão previstas manifestações para os dias 5 e 18 de outubro.

Eleições no CT

O Centro de Tecnologia vive o clima eleitoral. Nos dias 28 e 29 de setembro, os professores do CT vão escolher seus representantes no CEG e no CEPG. O local da votação será a sala C da Decania do CT, de 9h às 16h. De 18 a 22 de setembro, houve inscrição de chapas (titular e suplente) para concorrer às vagas.

Calendário de atividades do ANDES-SN

06/10 - Reunião da Coordenação do GTPFS (Política de Formação Sindical)

9:00h Local: Sede do ANDES-SN - Brasília

06, 07 e 08/10 Reunião do GT-Verbas

9:00h Local: Sede do ANDES-SN - Brasília

7 e 8/10 Reunião do GT-Carreira

14:00h Local: Sede do ANDES-SN - Brasília

7 e 8/10 Reunião do GTPFS

9:00h Local: Sede do ANDES-SN - Brasília

09/10 Reunião das Coordenações dos GTs: GTPFS, GTPE (Política Educacional), GT Carreira, GT Verbas e GTSS/A (Seguridade Social/Assuntos de Aposentadoria)

9:00h Local: Sede do ANDES - Brasília

13 e 14/10 Reunião do GTPA (Política Agrária)

9:00h Local: Sede do ANDES - Brasília

12, 13, 14 e 15/10 Curso de Gestão Administrativa e Financeira Sindical

Local: Retiro das Irmãs Salesianas - SGAN Q. 911 - Brasília

03, 04 e 05/11 41º CONAD - Conselho do ANDES-SN

Local: Pelotas



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 12 • 25 de setembro de 2000

www.adufrj.org.br

GT POLÍTICA EDUCACIONAL
26 de setembro
terça-feira 14 horas
Pauta: periodização
Escola de Serviço Social
GT SEGURIDADE
02 de outubro segunda-feira
17 horas
Pauta: pesquisa sobre
aposentadoria
Escola de Serviço Social

Simulações do PROGRAD revelam inconsistências

O PROGRAD 2000 (Programa de Apoio à Graduação), apresentado pela reitoria ao CEG, diz respeito à distribuição de verbas para as unidades que têm ensino de graduação e se divide nas "Chamadas I" e "II". Na primeira fase, as unidades deverão apresentar projetos semestrais de até R\$25000,00, dos quais devem constar metas anuais para melhoria de certos indicadores, o histórico acadêmico da unidade e sua reforma curricular para implantação da nova periodização. Na segunda, os projetos serão avaliados apenas a partir dos "indicadores acadêmicos" propostos. Estes indicadores são sempre quantitativos, como o número de alunos formados por ano, a taxa de evasão, a relação entre número de alunos formados e de professores, etc.

Ao ser questionado nas reuniões do CEG que trataram do Prograd até agora, o Sub-reitor Gatass não esclareceu de maneira conclusiva se os recursos do projeto são novos valores que se somarão aos recursos antes previstos para as unidades. Se os recursos do Prograd estiverem incluídos nos mesmos (e insuficientes) montantes que a Reitoria já repassa ou deveria estar repassando às unidades, isto representaria apenas mais trabalho para elas, pois teriam que fazer projetos para receber as minguadas verbas que já vêm recebendo até agora.

Nas últimas reuniões do CEG foram distribuídos vários documentos mostrando simulações da aplicação dos critérios propostos para cada unidade da UFRJ. O pacote inclui dois roteiros para o cálculo dos indicadores de avaliação, um com (opções A e C) e outro sem (opções B e D) o chamado "índice de especificidade"; quatro planilhas diferentes, em função de pequenas variações nos critérios utilizados em cada uma, que simulam os valores que cada unidade receberia nas opções A, B, C e D dos roteiros; e alguns gráficos (índice de formaturas, índice de produ-

tividade e variações entre as simulações por centro da UFRJ).

Os dois roteiros de cálculo apresentam uma fórmula pela qual será calculado o "valor da unidade", a partir do qual serão distribuídas as verbas para as unidades. Os dois roteiros de cálculo se diferenciam apenas porque um deles, que serve para projetar os valores das planilhas das opções A e C, inclui o IE (índice de especificidade) na fórmula de cálculo do valor da unidade. Este índice de especificidade diz respeito à área da unidade. A área da Saúde tem o índice 2, a de Ciências Exatas, Agrárias e da Terra e Engenharias tem índice 1,34 e a de Ciências Sociais, Humanas e Artes tem o índice 1. Supostamente, estes diferentes valores dizem respeito a diferentes custos dos cursos (cursos que exigem ou não laboratórios, por exemplo). Este tipo de classificação geral e de valorização tende a gerar muitos problemas.

As diferenças encontradas entre as planilhas A e C referem-se a alguns poucos valores e parecem decorrer da aplicação de um critério de corte em uma das opções, mas não na outra, a partir da qual se uma unidade tem, por exemplo, um índice de evasão abaixo de certo valor, ele conta como se fosse 0. O mesmo raciocínio pode ser feito para as diferenças entre as planilhas B e D.

As quatro planilhas apresentam valores pelos quais se calcula primeiro o valor da unidade. Depois, com base neste valor, ela apresenta o montante que a unidade receberia pelos alunos dela que ela atende (1), o quanto ela receberia de outras unidades que têm alunos de cuja formação ela participa (2) e o quanto ela repassaria para outras unidades: as que também participam da formação dos alunos dela (3). O valor total que a unidade receberia é a soma de 1 e 2, da qual se deve subtrair 3.

Muitas críticas podem ser feitas de imedi-

ato aos índices utilizados. O índice de evasão pode estar pouco relacionado à qualidade do trabalho desenvolvido na unidade e mais relacionado ao nível sócio-econômico dos alunos ou à receptividade do mercado aos alunos formados em um determinado curso. O índice de produtividade posiciona muito mal unidades que tenham um ensino necessariamente mais individualizado, como é o caso da Música. O índice de formaturas (IF) penaliza as unidades que estejam implantando cursos novos porque enquanto elas não estiverem formando alunos este índice será muito baixo.

Os gráficos que acompanham as planilhas são três: um que projeta o índice de formaturas das unidades (ao lado dele aparece a média dos valores e uma igualdade(?) de significado indecifrável: 25%=45%!); o outro faz a mesma coisa com o índice de produtividade (este apresenta a média e outra equação enigmática 25%=0,75) e o último aparentemente projeta a variação entre os valores que seriam recebidos por centro, no caso de adotadas as opções A, B, C ou D.

Esta análise preliminar mostra alguns dos problemas existentes apontados pelos simples raciocínios feitos. A tentativa de qualificar e de avaliar apenas por meio de indicadores quantitativos parece ser a questão central, que invariavelmente vai levar a distorções. Entretanto, uma análise mais elaborada é necessária e, em particular, uma ampla discussão destas propostas em cada unidade. Para permitir que todos possam ter acesso aos documentos citados, estamos disponibilizando-os, na íntegra, na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br). Divulgue livremente este material e promova a discussão em seu departamento e unidade. Suas sugestões, críticas e opiniões serão bem vindas. Mande suas contribuições para adufjrj@alternex.com.br.

Debate sobre Emprego Público, Carreira e GID

29/09
sexta-feira

14:00
horas

Professor Luiz Carlos
Gonçalves Lucas

(Universidade Federal de Pelotas)

Auditório do
Centro de
Tecnologia
Ilha do Fundão

Grupos de Trabalho da Adufrj

Seguridade Social

2 de Outubro - segunda-feira

Horário: 17h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ (Praia Vermelha)

Pauta: indicação de representantes do GT para eventos nacionais e pesquisa sobre professores aposentados da Adufrj-SSind

Carreira

6 de Outubro - sexta-feira

Horário: 14h

Local: Sede da Adufrj-SSind

Política Educacional

10 de outubro - terça-feira

Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ (Praia Vermelha)

Professor Luiz Paternostro analisa reforma curricular e resolução CEG/CEPG 1/99
Páginas 4 e 5

COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Discussão de perfil institucional é tema de seminário interno
Páginas 6 e 7

CARREIRA

Debate na Faculdade de Arquitetura analisou propostas existentes
Páginas 10 e 11

AUF RJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br

Ano VII nº 13 • 2 de Outubro de 2000



Escola de Educação Física se revolta contra atos do reitor

Unidade mobilizou cerca de 300 pessoas em manifestação na reitoria contra duas portarias intervencionistas de Vilhena, que foi obrigado a recuar



Movimento

Democracia atingida na UFPel

Se a UFRJ pena sob a administração Vilhena, imagine uma outra universidade vivendo situação semelhante e, recentemente, reelegendo o seu “Vilhena”. Esse lugar existe e chama-se Universidade Federal de Pelotas. Na última segunda-feira (21 de setembro), a reitora Ingelore Souza foi indicada em primeiro lugar na lista tríplice a ser enviada ao MEC para escolha do novo reitor. A “democracia” lá foi exercida numa votação fechada e secreta do Conselho Universitário daquela instituição, com proteção de agentes federais para impedir a entrada do protesto da comunidade acadêmica da UFPel. Quando os estudantes, funcionários e professores entraram no recinto do Conselho (foto), forçando uma porta desprotegida pela polícia, já estava consolidada a agressão à democracia.

De acordo com artigo do professor titular da UFPel Franklin Riet-Correa, publicado no Jornal da Ciência de 28 de setembro, esse processo só foi possível porque a reito-



ria tem maioria daquele colegiado. “Essa era uma atitude esperada num conselho no qual a maioria dos seus membros é escolhida, direta ou indiretamente, pela própria reitoria. Certamente, muitos diretores de Unidade e todos os pró-reitores quando votaram na reeleição da reitora estavam votando na sua própria reeleição para os cargos que ocupam. É uma prática que a sociedade brasileira conhece bem: é dando que se recebe”, diz um trecho do artigo.

O processo desse ano conseguiu ser pior que aquele realizado em 1996. Na ocasião, à semelhança da

intervenção do MEC na UFRJ, desconsiderou-se a consulta informal feita à comunidade e o nome da professora Ingelore, cujo único mérito se limitava a ter sido pró-reitora de graduação da administração anterior, foi indicado pelo reitor na sucessão. “Naquele momento, escrevemos que ao escolher uma candidata com um currículo com o qual não ingressaria na maioria das Universidades do país – ela não conseguiu finalizar o seu mestrado na UFRGS, nem o seu doutorado na UFPel – o presidente optou por fazer uma escolha política”, continua Franklin, em seu artigo.

De acordo com o vice-presidente da seção sindical da UFPel, Luiz Lucas, essa escolha não foi (e não será) por acaso. “Estamos na vanguarda do retrocesso”, ironizou. “Para o governo, é necessário que haja um poder no interior das universidades que cada vez mais se disponha a fazer aquilo que o próprio governo recomenda”, completou.

Federal de Uberlândia adapta LDB sem problemas

A Adufrj-SSind enviou solicitação a todas as seções sindicais para saber como as demais universidades estariam resolvendo a questão da adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No artigo 47 da polêmica lei, está determinado que, na educação superior, o ano letivo regular, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo. Na UFRJ, como se sabe, o CEG e o CEPG interpretaram trabalho acadêmico efetivo como dia de aula.

A Adufrj-Seção Sindical foi a primeira a responder: “A Universidade Federal de Uberlândia entendeu que 200 dias letivos não são necessariamente 200 dias de aulas. Dessa forma, os dias letivos são aqueles, excluindo os dias de recesso, feriados e domingos, nos quais são desenvolvidas atividades acadêmicas como: Aulas, Provas, Seminários ou Palestras, realizadas em dia Institucional ou Eventos Científicos etc. O importante é que sejam cumpridos os programas previstos nas disciplinas (...)”.

PROPOSTA DE CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA ADUFRJ-SSIND

Reunião	Outubro	Novembro	Dezembro
Diretoria (sempre às quintas)	5, 19 e 26	9, 16, 23 e 30	7, 14 e 21
Conselho de Representantes	Terça, 17	Segunda, 13	Quarta, 13
Assembléia Geral	Terça, 24	Terça, 21	Terça, 19

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefone: 590-4799 / Fax: 260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** **Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Esportes:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Carta

Diga não aos cursos pagos da CPM*

Quem pensa que a privatização das Universidades Públicas não passa de uma ameaça está enganado. Ela já é uma realidade. E a propagação de cursos pagos por diversas unidades da UFRJ é uma prova concreta disso. Trata-se da utilização de espaços públicos para fins lucrativos. Costuma-se associar privatização de universidades simplesmente à cobrança de mensalidades de seus alunos. Porém, esta é apenas uma etapa mais avançada - e já em curso em alguns lugares, como na Universidade Federal de Tocantins - de algo que está acontecendo. Além do ensino, pesquisa e extensão também são atribuições das Universidades. E elas vêm sendo cada vez menos voltadas para atender às necessidades da maioria da população. Progressivamente, passam a atender interesses privados. Há muito, a UFRJ em geral e a Escola de Comunicação em especial, não tem um projeto efetivo de extensão. Um fosso separa a ECO da sociedade e as últimas gestões de diretoria da Escola, incluindo a atual, nada fizeram para mudar este quadro. Agora, com o único objetivo de captar recursos para a Escola, são criados pretensos cursos de extensão, com taxas de inscrição variando entre R\$ 150 e R\$ 300. E com um detalhe especial: mesmo alunos da ECO devem pagar estas taxas (nos é concedida uma esmola: 25% de desconto). Sabe-

mos que faltam recursos para a Escola, que vem sofrendo com a política privatista do Governo Federal. Mas não podemos aceitar que cursos de extensão pagos substituam o Estado em sua função, atribuída pela Constituição Federal, de sustentação das Universidades Públicas. Aceitar isso é se tornar cúmplice da privatização das universidades. Acreditamos ainda ser possível lutar pela Universidade pública, gratuita, de qualidade e voltada para os interesses da maioria da população. Continuamos firmes nesta luta e esperamos contar com o apoio de toda a comunidade da Escola de Comunicação. Para que essa luta possa seguir adiante, porém, é necessário que todos saibam exatamente qual é a situação financeira das universidades e das suas unidades. Julgamos ser fundamental a transparência nas contas da Escola. Precisamos saber qual a verba anual da ECO e onde são empregados os recursos. Assim, teremos argumentos mais sólidos na nossa luta. Por isso, reivindicamos: NÃO À COBRANÇA DE TAXAS NOS CURSOS DA CPM; ABER-TURA DAS CONTAS DA ESCOLA.

Centro Acadêmico da Escola de Comunicação

* Central de Produção Multimídia

Anote

Inscrições para o Prêmio Jabuti

Até 17/11, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) mantém abertas as inscrições para o Prêmio Jabuti 2001, o mais tradicional da literatura brasileira. Os prêmios serão entregues a obras editadas entre 17/11/99 e 16/11/00, nas seguintes categorias: Ciências Naturais e da Saúde; Ciências Exatas, Tecnologia e Informática; Ciências Humanas e Educação; Economia, Administração, Negócios e Direito; Ensaio e Biografias; Didático de Ensino Fundamental e Médio; Tradução de Ficção; Romance; Contos e Crônicas; Poesia; Infantil ou Juvenil; Religião; Reportagem; Melhor Capa; Melhor Produção Editorial; e Melhor Ilustração. CBL - Telefax: (11) 3171-0600. E-mail: cbl@cbl.org.br

Ver Ciência 2000 – 6ª Mostra Internacional de Ciência na TV

Trata-se da apresentação de produções para TV voltadas para a área de C&T. São 50 programas, de 18 países, e 20 programas brasileiros. As escolas podem reservar lugar para suas turmas. Todos os programas estrangeiros estão legendados em português. De 29/9 a 8/10 no Centro Cultural Banco do Brasil, RJ. CCBB - R. Primeiro de Marco, 66 - Centro. RJ/RJ. Fones: (21) 808-2020 / 808-2070. E de 2 a 15/10 no Mast/MCT; Museu da Escola de Engenharia/UFRJ; Espaço Ciência Viva; Museu do Universo/Fundação Planetário; Museu da Vida/COC/Fiocruz; e Palácio das Descobertas/UFF.



Resenha

Nota da coluna Radar, na Veja de 27/09: “Está na reta final a definição da cidade que vai abrigar a filial do Museu Guggenheim no país. O Rio de Janeiro é o franco favorito, com uma diminuta chance para Recife. Quem comanda a operação Guggenheim no Brasil é o banqueiro Edegar Cid Ferreira”.

Na mesma coluna, sob o polêmico título Bonitinhas, mas ordinárias: “As universidades brasileiras adoram medir o aumento de sua produção em pesquisa contabilizando os trabalhos acadêmicos que foram editados em publicações científicas estrangeiras. Beleza. É um parâmetro importante. Mas elas se esquecem de olhar para dentro dos campi, onde a produção tecnológica patina. Apenas 0,2% do total dos pedidos de patentes no Inpi vem das universidades. Nos EUA, esse percentual é dez vezes maior.” Pouco abaixo, o colunista Lauro Jardim ainda põe as universidades brasileiras na seção “desce”: “Gastam por aluno mais do que as universidades francesas, mas quase tudo vai para aposentadoria e pessoal. Pesquisa que é bom...”

Matérias de O Globo (26 e 27/9) informam que a reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial, em Praga foi contestada por milhares de manifestantes contrários à globalização. No Brasil, o Dia da Ação Global, como ficou conhecido o ato mundial, houve protesto em frente à Bolsa de Valores de São Paulo. Em Bilbao, na Espanha, manifestantes mergulharam num lago simulando sangue em frente a uma agência bancária.

A Capes deve lançar ainda este ano um sistema de automação, que vai possibilitar o acesso virtual dos candidatos a bolsas no exterior. O novo sistema de informatização, além da agilidade, deve eliminar o armazenamento de papéis. Está prevista para o dia 2 de outubro a reunião de apresentação do produto final do projeto que vai possibilitar a tramitação virtual dos processos.

De acordo com o MEC, o presidente Fernando Henrique encaminhou (dia 25/9) ao Congresso Nacional um projeto de lei que transforma em universidade a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (Efei), em Minas Gerais. A Efei oferece hoje nove cursos de graduação e 13 de pós-graduação. Dentre as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para uma instituição de ensino superior se credenciar à universidade estão a de que 30% do corpo docente da escola trabalhem em tempo integral e 30% tenham pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado. A Efei cumpre essas exigências, sendo que 96% dos seus docentes trabalham em regime de tempo integral com dedicação exclusiva. A escola já formou 5.500 engenheiros e atualmente tem cerca de 2 mil alunos.

Desde a implantação do serviço de consulta ao saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na semana de 17 a 23 de setembro, mais de 800 mil trabalhadores já acessaram o site da Caixa Econômica Federal: www.cef.gov.br Aqueles que não conseguiram acessar o seu saldo devem procurar uma agência da CEF para atualizar seus dados. Somente não estão disponíveis para consulta as contas com divergências cadastrais, aquelas com bloqueios judiciais e administrativos, contas de empregados domésticos e contas que não possuem saldo.



Opinião\Luiz Carlos Brito Paternostro

Reforma curricular e resolução CEG/CEPG 1/99

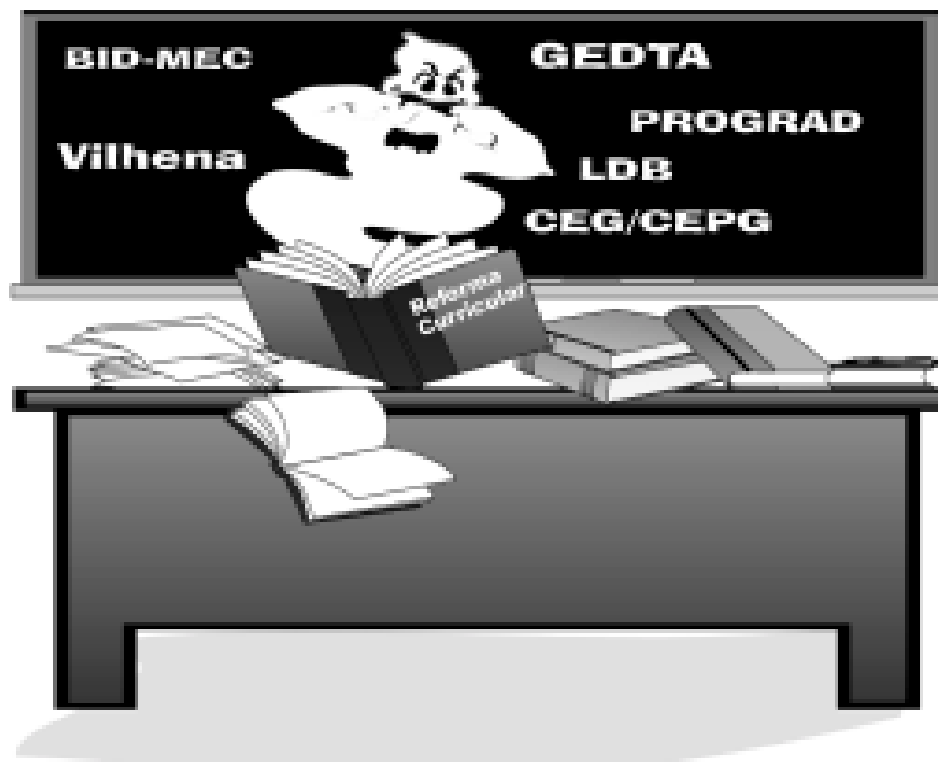


Considero tão indispensável como inadiável uma análise profunda das implicações da reforma - não apenas curricular - que se avizinha. Análise e discussões, amplas e irrestritas, por escrito e

presenciais, nos espaços possíveis. Não se trata apenas de divergências e incompreensões menores a respeito das transformações propostas, sejam elas realizáveis ou não. Segue aqui uma contribuição, certamente contrária ao princípio orientador da reforma que considero mais do que conservadora, um retrocesso mesmo, que, segundo penso, nada mais faz do que implementar o pacote BID-MEC patrocinado pela Reitoria. Não é casual que um dos itens de avaliação para obtenção dos minguados recursos do PROGRAD seja uma "reforma curricular de acordo com a nova periodização definida pela resolução conjunta CEG/CEPG 1/99".

Não creio que exista, por parte da comunidade mais atingida pelos efeitos das mudanças, um entendimento minimamente claro da razão, da urgência ou da necessidade daquilo que se está implantando. Sabemos que as alterações e adaptações das atividades na ECO e na UFRJ decorrem naturalmente do modelo de política educacional do MEC, adotado pela Reitoria e pelos que a sustentam, o que implica, no momento, articular diversos instrumentos de "avaliação" de produtividade do trabalho acadêmico, por perversos que sejam. São perversos alguns ao prometerem tomar comensurável o que sabidamente não pode ser uniformizado, apenas visando a concentração excludente dos recursos escassos. Outros são perversos por dissimulados, subestimando a nossa inteligência. Enfim, todos são perversos por tentarem corromper a nossa dignidade pessoal e profissional.

Assim, a Resolução CEG/CEPG 1/99 em sua singular interpretação da LDB à luz da GED/GID e de idiosincrasias resistentes da Universidade, assim como a proposta de estatuto da Reitoria, a adormecida GEDTA dos funcionários, o mais recente PROGRAD, os resultados seletivos do Provão, os índices de produtividade institucional segundo a evasão, a repetência e o número de diplomados por professor e, já que o recurso regular alocado não é repassado, as pro-



messas de um "dinheirinho por fora", mas isto somente para os docéis a certa política administrativa, em uma manobra nitidamente abusiva e ilegal, tudo isso é demasiado indigno para que ocorra sem qualquer resistência. Para os que não acreditam que o mundo é redondo, recordamos que amanhã há de ser outro dia. E cada um de nós terá que conviver com a sua consciência e com a sua responsabilidade pelo que está acontecendo agora.

O que se está fazendo contra o ensino superior público, contra a UFRJ e, particularmente, contra a Escola de Comunicação não é nem pode ser produto de atos isolados ou pouco articulados. Certamente, a resistência não é nem pode ser isolada ou desarticulada. Não apenas no âmbito da Associação dos Docentes, mas em vários colegiados e instâncias da UFRJ, professores, alunos e funcionários estudam, há algum tempo, os efeitos daquelas políticas e os seus desdobramentos mais visíveis. Há hoje, de fato, uma recusa importante na UFRJ da interpretação que a Resolução CEG/CEPG 1/99 fez da LDB.

O sistema de módulos não é apenas um modo de dividir o ano letivo. O fato de existir ou não em programas de pós-graduação ou de compatibilizar certas exigências legais com um conjunto de interesses dominantes não o trans-

forma em um mero instrumento útil na operacionalização otimizada do inelutável. O sistema de módulos é uma alavanca, ou um pé-de-cabra, bastante poderoso, que serve, em primeiro lugar, para apressar o desmonte do atual modelo de universidade pública, preparando-a para os novos tempos de mediocridade competitiva. Desmonte que aconteceu com o ensino fundamental e médio público, e que se projeta hoje sobre o ensino superior. É por isso, e apenas por isso, que a interpretação da LDB pela Resolução CEG/CEPG 1/99 é tão restritiva e minuciosa no que diz respeito aos 200 dias de sala de aula, aos 60 minutos da hora-aula, às oito horas-aula semanais da GED e às 320 horas-aula anuais do docente, aumentando a sua carga horária em sala de aula em 60%. E é por isso que a ambigüidade fica para as definições de disciplina, requisitos curriculares complementares, de atividades de orientação, daquilo que poderá ser eventualmente contornado por alguns desde que outros cumpram o rigor da pena. Aqui a palavra chave é "alguns". Pois ao desmonte não incomoda a exceção. A exceção pode ser um mecanismo bastante adequado para implementar a seleção e a exclusão, a adesão ao projeto dominante e aos PROGRADs.

Atualmente, um professor de uma universidade pública federal deve realizar uma série de

atividades tendo em vista a melhor formação possível de seus alunos, o que implica o seu próprio desenvolvimento, pesquisas e preparação didática. Implica também a participação em congressos, cursos, seminários, conselhos editoriais, consultivos e executivos de instituições científicas e culturais, a publicação regular de livros, artigos e relatórios, além de outras atividades administrativas eventuais ou permanentes, variadas mas, em geral, intensas. Estas exigências a que se submete o professor são exigências institucionais absolutamente regulares, reconhecidas, pelo menos nominalmente, pelos sistemas de avaliação quantitativa tipo GED/GID e absolutamente necessárias para as progressões funcionais e para a consolidação de sua carreira. A posição e o prestígio de um docente entre os seus pares e na sociedade é ou deveria ser o produto daquelas atividades, o produto de uma excelência, sim, mas no cumprimento responsável do dever de formar, de formar bem e de manter-se bem formado. Por isso é tão perigosa para a sobrevivência da universidade pública a desvalorização da carreira de professor. A pauperização e a fragilidade ajudam a corromper.

No atual estado de coisas, se a contrapartida de uma intensificação da carga de trabalho em sala de aula for a redução do tempo dedicado às outras atividades, caem então a qualidade, a produtividade, ou a gratificação, ou tudo isso junto. Se a contrapartida for a busca desesperada por qualquer expediente que o desonere daquela intensificação da carga horária, ou o docente se corrompe, aderindo eventualmente a uma alternativa qualquer que o poder de plantão lhe ofereça "com exclusividade", ou o seu envolvimento com a instituição e com as suas aulas se tornará muito frágil. Se, por outro lado, cumprindo o seu dever, o professor tenta manter a integridade de suas atividades apesar da intensificação da carga horária em sala de aula, o prejuízo recairá sobre o período de repouso, o que é obviamente absurdo, ilegal e imoral, pois se está alterando aí unilateralmente o contrato de trabalho sem qualquer contrapartida salarial, funcional ou mesmo ética. É razoável supor que qualquer professor servidor público tem a responsabilidade moral de cumprir com o seu dever. Ele é responsável pela qualidade de suas aulas, por sua própria formação e pela defesa da instituição pública a que pertence. Não lhe resta



senão lutar pelo direito de realizar bem o seu trabalho, procurando impedir que aquele projeto de desmonte seja bem sucedido. A Resolução CEG/CEPG 1/99 não representa o que diz representar, uma mera adaptação às exigências da LDB. Não é verdade que as atividades da UFRJ se limitassem a 150 dias e que, por isso, para cumprir com a LDB, tornou-se necessário aumentar a carga horária em sala de aula de seus professores em mais 50 dias. Em um calendário de 200 dias de atividades, isto é, com secretarias, bibliotecas e laboratórios abertos e funcionais, não cabe necessariamente um aumento da carga de 150 dias em sala de aula. Respeitando a LDB, pode caber até mesmo uma redução, se este for o caso, para proteger a qualidade do ensino e a sobrevivência da instituição. A responsabilidade da universidade pública, gratuita, de qualidade e referenciada socialmente, o que nem mesmo os seus maiores detratores têm coragem de negar, é com a sociedade, não é com o mercado. Se o mercado exige um índice de avaliação uniforme para melhor poder administrar a exclusão profissionalizante e a concessão dos recursos a que as universidades públicas têm direito simplesmente por serem públicas, não é por isso que deveríamos nos submeter a esta exigência. Nós formamos os profissionais de que o mercado fará uso necessariamente. Mas a nossa responsabilidade permanece com a sociedade onde este mercado está inserido, mercado que de forma alguma se confunde com ela.

As unidades da UFRJ assimilaram de forma muito diferenciada a Resolução CEG/CEPG 1/99. O que, por si só, justificaria a sua suspensão, em nome de uma discussão mais ampla e aprofundada das suas implicações para a vida acadêmica de cada um de nós. A necessidade de adaptação do calendário à LDB pode ser satisfeita, contudo, pelo estabelecimento de datas limites de início e término do semestre letivo, com a organização de seminários, debates, atividades culturais, com secretarias, bibliotecas e laboratórios em funcionamento, se fosse o caso. Organizar com autonomia a realização de eventos complementares tendo em vista o preenchimento do calendário acadêmico é bem menos radical e problemático do que as atuais subdivisões de semestres e ampliação da carga horária total e unitária em sala de aula.

Muitos outros dispositivos da Resolução CEG/CEPG 1/99 merecem ser apontados por seu caráter programático, dissimulado sob aparente inconsistência construtiva. Aqui estão alguns deles.

-Ao se aceitarem profissionais externos à

UFRJ como responsáveis por Requisitos Curriculares Complementares válidos no cômputo das horas mínimas para a habilitação, abre-se uma janela para a contratação sem concurso e para o curso pago integrado à habilitação.

-Pela Resolução CEG/CEPG 1/99 os Requisitos Curriculares Complementares (RCC) podem estar sob a responsabilidade de um profissional externo aos quadros da UFRJ. Como a definição da carga horária necessária à obtenção de um título inclui aquela preenchida pelos RCC, a formação em uma habilitação pode estar, pelo menos parcialmente, sob o controle daquele profissional externo não concursado, desde que “autorizado pelo colegiado competente”.

-A inscrição de alunos não pertencentes aos cursos regulares da UFRJ em disciplinas “desde que cadastrados no Sistema de Registro Acadêmico” (SIRA) e a ausência de menção a “créditos” e sua substituição pelo número mínimo de “horas-aula” para a formação em uma habilitação abrem um caminho para os cursos-brevê sequenciais pagos integralizáveis por horas-aula.

-Ao se considerarem equivalentes o trabalho de 30 horas-aula de um docente em uma turma, digamos, de uns cinquenta alunos, ao de outro docente por aluno orientado pelo mesmo período, isso ao lado da ampliação da carga unitária de 50 para 60 minutos da hora-aula, agrava-se a divisão entre professores “que orientam” e professores “que dão aula”.

-Sem concursos suficientes, ao se aumentarem as exigências de trabalho docente quanto à carga horária em sala de aula, ao mesmo tempo em que se diminuem as dependências dos vínculos regulares para a participação nos cursos, tornam-se urgentes as alternativas de contratação externa, possibilidade esta não casualmente prevista na Resolução CEG/CEPG 1/99.

-A modularidade, ao contrário do que parece, pode ajudar a desorganizar o sistema, ao invés de organizá-lo. A “liquidez” do currículo, isto é, o maior desacoplamento possível das disciplinas ou dos grupos de disciplinas, é algo bus-

cado como alternativa às deficiências crônicas implicadas no cumprimento das ruínas de uma grade curricular mais orgânica. A composição modular de elementos fracamente acoplados constrói um entorno conveniente para a desagregação de qualquer unidade orgânica que se venha a formar. Temos aqui a Universidade Orientada a Objetos, oferecendo pacotes multimídia a gosto do freguês, isto é, do cliente, que afinal de contas, não sabe nem tem como saber o que seria uma verdadeira formação superior pública, de qualidade e socialmente referenciada. O pouco que dávamos de orientação, cacoete proveniente de uma perspectiva mais humana, já não daremos mais.

-Na avaliação das condições de oferta e outros itens relativamente ao curso de Jornalismo, a ECO obteve uma nota ruim da Comissão Avaliadora do MEC, entre outras coisas, por não poder oferecer o que o próprio MEC deveria prover, isto é, instalações adequadas, equipamentos funcionais, etc. O horror às avaliações negativas, mesmo que sabidamente produzidas por mecanismos quase tão arbitrários como as raspadinhas, é capaz de despertar reações que visam a melhoria do índice seja lá do que for. Afinal, “para efeito de elegibilidade só deverão ser considerados os que apresentarem um quociente”... de adesão suficiente. Isto é, depois do PID, da GED, da GID e da GDTA, teremos a GEA, a gratificação de estímulo à adesão às teses da Reitoria. Se não fosse tão indigno, seria até engraçado.

O espanhol exigiu do povo um aposento repleto de ouro como resgate de Atahualpa Inca aprisionado, o equivalente a meio século de produção europeia. Cumprida a exigência, o Inca foi assassinado judicialmente. Perda que nem mesmo o ouro derretido escorrendo pela garganta do espanhol poderia compensar.

Luiz Carlos Brito Paternostro

Professor Adjunto da ECO/UFRJ, membro do GT Política Educacional da Adufrj-SSind.

Onde você pode encontrar os documentos citados no artigo:

PROGRAD:

<http://www.adufrj.org.br/indexedownload.htm>

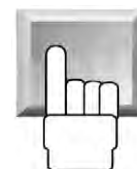
GEDTA:

<http://www.ufrj.br/informe/proposta.html>

Resolução CEG/CEPG 1/99:

<http://www.sr2.ufrj.br>

(nesse caso, o internauta deve acessar a janela “CEPG”. Logo em seguida, deve-se clicar em “Resoluções”. Bastará descer a barra de rolagem até se chegar às resoluções conjuntas CEG/CEPG e clicar em “CEG/CEPG n.º 01/99”)



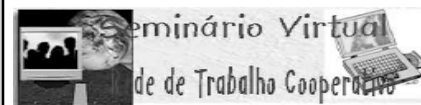
@dufrj



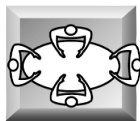
A página eletrônica do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos - (www.dieese.org.br) traz muitas matérias de interesse dos trabalhadores. O Dieese é uma instituição sem fins lucrativos mantida pelas entidades sindicais brasileiras. Criada há quarenta anos, a instituição consolidou-se pela sua eficiência e credibilidade, tornando-se uma fonte de dados, informações e análises confiáveis para as entidades sindicais e para a sociedade. Destaque na atualidade para a janela “cálculo do expurgo do FGTS” em decorrência dos Planos Verão e Collor. Para quem tem dúvida sobre o assunto, o Dieese também disponibiliza nessa mesma janela uma seção “tira-dúvidas”, com as respostas às perguntas mais frequentes relacionadas ao FGTS.



Desde 2 de agosto deste ano, cerca de 4 mil pessoas visitaram a página eletrônica “Educação Ambiental” (www.bio2000.hpg.com.br). O site é uma criação do estudante do 3º ano de Biologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC - Campinas), Rafael de Freitas Zeitouni. A idéia do estudante é disseminar, via internet, informações ambientais pouco conhecidas pela população. Há links para os órgãos ligados ao meio ambiente e para artigos científicos da área. Se o internauta quiser, também está à disposição a legislação ambiental em vigor no Brasil.



O site <http://netpage.em.com.br/mines> é um portal de apoio para pesquisadores, professores e estudantes. De forma interativa, constitui um seminário virtual e rede de trabalho cooperativo, possibilitando estudo, discussão e aplicação de orientações sobre o que é pesquisa científica, como planejar pesquisa, como elaborar e apresentar um projeto de pesquisa e como buscar recursos para executá-lo. Na janela “biblioteca de artigos e links”, existem textos sobre a capacitação docente e links para outros sites que tratam da política de C&T no país.



UFRJ

Colégio de Aplicação/UFRJ discute seu perfil institucional

Docentes realizam seminário no Colégio de Aplicação, nos dias 18 e 19 de setembro. Na pauta do evento: como se consolidar como escola de ponta do sistema educacional, a identidade do corpo docente como professores universitários, o histórico do CAp, a importância da pesquisa e a busca de um perfil institucional

Secretário do Ensino Superior do MEC tenta responder críticas

Comissão do CAp já iniciou discussão do perfil da escola

Convidado ao CAp para falar do tema "O MEC e os Colégios de Aplicação das Instituições Federais de Ensino: Rumos e Perspectivas", o professor Antônio MacDowell Figueiredo acabou tendo que responder uma série de críticas do corpo docente. Antes disso, porém, Figueiredo procurou analisar a conjuntura do sistema de educação básica e da função do CAp nesse contexto.

Para ele, deve-se levar em consideração alguns desafios: o crescimento do sistema educacional (tanto de professores, como de oferta de vagas para alunos); as condições de acesso e permanência dos alunos; o conteúdo difundido; a qualidade do ensino e inserção dos egressos desse sistema na sociedade. Na avaliação dele, o Exame Nacional de Cursos, o Exame Nacional do Ensino Médio, a GED e a GID se inserem justamente no desafio da qualidade do ensino. Apesar dos questionamentos em torno do conteúdo dos exames, Figueiredo acredita que a realidade não deva ser muito diferente dos resultados alcançados. Já em relação às gratificações, Figueiredo reconhece que possam existir falhas, mas acredita que elas têm um impacto positivo no comportamento do professorado. "Na UFRJ, ajudamos a integrar a graduação e a pós-graduação", exemplificou

Autonomia

Figueiredo questionou, quanto à autonomia dos colégios de aplicação, como deveria ser a relação

deles com as secretarias do MEC. "Cabe ao Mec ou às universidades estabelecer rumos e perspectivas para esses colégios?", comentou. Ele mesmo respondeu, em seguida: "Isso, pra mim, deve haver nas instâncias universitárias". A relação com o MEC deve se dar por intermédio da universidade. Caso venha a ser necessária a utilização de programas de outras secretarias, a SESu deve agir na comunicação entre as duas. "É a autonomia levada às últimas conseqüências", disse.

Perspectivas

Na parte da formação de professores, o secretário deixou uma dúvida no ar no que se refere ao papel a ser desempenhado pelos CAp. "Hoje, existem mais de quatro egressos do ensino médio para cada vaga na universidade. A pressão sobre o sistema universitário vai aumentar cada vez mais. Para expandir o sistema, é preciso aumentar o número de docentes. E expansão com qualidade", comentou. Para falar do desafio da expansão do sistema do ensino médio, Figueiredo ressaltou que os colégios de aplicação estão, qualitativamente, no topo.



ANTÔNIO MACDOWELL
FIGUEIREDO

Perguntas

Uma professora perguntou a Figueiredo como seria possível a defesa da autonomia da universidade (e suas Unidades), se o MEC edita medidas (GED e GID) que ferem esse princípio. O secretário explicou, no caso específico da GID, que o MEC falhou ao não estabelecer uma diferença para as unidades ligadas às universidades. "Sofreram as instâncias da esfera universitária, mas, na origem, como clientela da GID, existe mais

gente fora do guarda-chuva da autonomia. Outro aspecto redutor foi a questão dos aposentados", disse.

Quando perguntado sobre a não menção aos colégios de aplicação na proposta de emprego público nas IFES, o professor respondeu que pensava ser essa uma reivindicação da categoria. Os docentes do CAp, finalmente, estariam reconhecidos como profissionais do ensino superior.

Figueiredo ainda tentou justificar a criação

do regime de emprego público como uma reconfiguração do ensino bem para o futuro. "O regime de emprego público não é feito para nós. Devemos ver a feição que vai adotar a docência daqui a 20 anos", garantindo que a ninguém vai ser dada a opção de migrar para o emprego público.

Polêmica

Durante suas explicações sobre o anteprojeto de Lei de emprego das IFES, Figueiredo afirmou que a Adufrj-SSind divulgou apenas um rascunho. O documento divulgado seria o rascunho nº 5, mas a numeração já estaria bem adiante.

Primeira-tesoureira da seção sindical, a professora Regina Pugliese, presente ao evento, esclareceu que o anteprojeto de emprego público divulgado pela Adufrj em 14 de agosto (jornal nº 10) chegou ao Andes-SN e está sendo discutido em todas as unidades da UFRJ, com todas as explicações possíveis. "É uma nova versão do pré-projeto de lei do emprego público elaborado pelo MEC e divulgado aos membros do GT-MEC na quinta-feira, 20 de julho de 2000. Não acredito ser qualquer rascunho, mas, mesmo sendo rascunho, é importante ser discutido", acrescentando que a discussão permite a reação do movimento docente em tempo hábil.

Um dos momentos mais esperados do seminário do Colégio de Aplicação foi a apresentação do documento "CAp/UFRJ 2000 – Perfil Institucional" (anteriormente conhecido como Dossiê CAp). Esse texto, como já indica o próprio nome, além da história do CAp, serviria para ressaltar as atividades desenvolvidas pelo corpo docente. O objetivo final seria o pleito, em instâncias superiores da UFRJ e, provavelmente, do MEC, para o reconhecimento desses professores como efetivos atuantes do ensino superior.

A professora Maria Luiza Rocha iniciou a discussão, chamando a atenção de que o trabalho está sendo apenas iniciado. "O documento não está pronto. No fim, o texto será votado em plenária do CAp e, em seguida, será encaminhado ao CEG, ao Consuni e ao MEC", disse.

A apresentação se estendeu sobre os seguintes itens: histórico do CAp; perfil administrativo; perfil acadêmico da licenciatura; perfil acadêmico do ensino; perfil acadêmico de projetos (em andamento) e perfil do pessoal docente (sem responsável, por enquanto). Esses dois últimos perfis não foram levados ao seminário, pois não houve tempo para trabalhá-los apropriadamente.



DA ESQ. PARA A DIREITA: MÁRIO ORLANDO, LAURA CRISTINA E ANA LÚCIA ROCHA APRESENTAM SÍNTESE DO DOCUMENTO

Na parte do histórico, lembrou-se a itinerância do Colégio de Aplicação. Fundado em 1948, em prédio cedido pela Fundação Getúlio Vargas, a escola também funcionou na Praça San Salvador na década de 50 e, depois, ficou na Lagoa (ainda sem sede própria, uma

vez que as dependências pertencem à Prefeitura do Rio). Foram levantados os princípios gerais da criação do CAp, tais como as pioneiras classes de experimentação (para uso de novas estratégias pedagógicas) e a evolução dos processos de admissão de alunos na escola.

Em relação às licenciaturas, contou-se a progressiva construção de uma identidade própria do CAp junto à licenciatura, acompanhada de uma crescente representação do colégio nas instâncias superiores da universidade. Destaque nessa parte para a qualificação cada vez maior do corpo docente local.

Quanto ao perfil administrativo, o professor Mário Orlando comentou a evolução dos sistemas de contratação de docentes. No início, havia um contrato verbal por três anos. Mais tarde, seria a vez dos concursos públicos para professores em regime de 40 horas e com dedicação exclusiva. Essa mudança progressiva será fundamental para os docentes do CAp se identificarem mais com a instituição. Em perfil de ensino, destaque para o interesse de integração dos alunos e o desenvolvimento do prazer de aprender em entrevistas realizadas com o corpo docente do colégio.

Existe a expectativa de que no próximo 4 de outubro sejam divulgados os resultados deste seminário, no qual constará uma versão mais completa do documento "CAp/UFRJ 2000 – Perfil Institucional".

Onde está a pesquisa na Educação Básica?

A última palestrante do seminário do CAp foi a professora Menga Lüdke (PUC-RJ), auxiliada pelos doutorandos em Educação também da PUC Filipe Ceppas e Suzana Burnier. O grupo teve como tema a "Pesquisa em Educação Básica e Formação de professores: papel dos CAp", mas prendeu-se mais ao primeiro aspecto: a pesquisa. Na opinião deles, é muito recente o cenário dessa atividade na Universidade, e mais ainda, nos colégios de aplicação ou escolas técnicas a ela vinculadas.

Menga discorreu sobre a importância da pesquisa ("moeda de maior valor" da Academia) e provocou a platéia ao debate: "O que o

professor de educação básica está fazendo de pesquisa?", questionou. Em seguida, passou a tratar especificamente dos colégios de aplicação. A formação universitária e o convívio da instituição-mãe seria, para ela, um ambiente propício à proliferação da pesquisa na educação básica. Afinal, os professores do CAp trabalham para o ensino, a pesquisa e a extensão. As constatações obtidas (em linhas bem gerais, como fez questão de frisar a professora, pelo pouco tempo disponível) mostraram que a pesquisa nos CAp ainda está engatinhando e enfrenta muitas dificuldades: internas e externas.

Foram elencadas, em primeiro lugar, as

vantagens: o regime de contratação especial (embora existam professores com regime de 20 horas e substitutos) e a ligação com a universidade. E foi só. Já em relação às dificuldades, a lista foi bem maior. Externamente, está muito forte na comunidade acadêmica o conceito de que a pesquisa realizada em Educação Básica é de segunda classe. Talvez por isso, existam problemas para abrir canais com os demais colegas da universidade.

Internamente, explicou Menga, há uma contradição até na distribuição de horas pelas atividades do professor, mesmo em colégios universitários, prejudicando a pesquisa.

A crescente corrida pela titulação no ensi-

no superior brasileiro provocou uma situação peculiar nesses colégios especiais. As pesquisas realizadas para promoção na carreira docente pouco ou nada tinham a ver com a realidade do cotidiano do próprio colégio. A professora da PUC-RJ ressaltou ainda que os colégios de aplicação não procuram dialogar com as associações científicas e com os núcleos de pesquisa da própria instituição-mãe à qual estão vinculadas. Entre outras preocupações, batem fortemente no cotidiano do professor de CAp as condições materiais da escola. Apesar de serem considerados especiais, os colégios de aplicação diferem muito pouco da precariedade dos demais prédios da rede pú-

blica no que diz respeito a materiais, espaço das salas etc.

A própria Suzana Burnier, que fez pesquisa no CAp-UFRJ, comentou que não tinha lugar para fazer as entrevistas com os professores. "Onde está o espaço para reunir? Todas as salas vivem ocupadas?", disse. Isso para não falar de computadores, raríssimos nas instalações capianas.

Suzana comentou que o compromisso do professor com a pesquisa é um componente importante, mas deve haver outras condições que favoreçam essa prática. A doutoranda elogiou o CAp em relação à disposição dos docentes no trabalho desenvolvido junto aos

licenciandos

Ela citou outros problemas para a pesquisa se desenvolver nos colégios de aplicação, tais como a dificuldade de liberação da carga horária para qualificação; a disputa de outras atividades pelo tempo de professor (departamentos, apresentações, colegiados – que são fundamentais, mas devem ser melhor aproveitados). "As condições têm tudo a ver com a construção do clima organizacional, com a qualidade do projeto. A atividade de pesquisa é recente na universidade. É uma atividade recente no país. Essa cena de "pesquisa para os 1º e 2º graus" está sendo construída agora", concluiu Suzana.



Rápidas do Consuni

Após várias sessões canceladas ou sem quórum, o Consuni finalmente voltou a se reunir na última quinta-feira (dia 28). O colegiado aprovou o calendário acadêmico deste ano – isso mesmo: após o término da greve unificada dos SPF, o órgão colegiado máximo da universidade somente agora conseguiu aprovação plena para deliberar sobre a questão – e o calendário acadêmico do próximo ano. Ambas por unanimidade.

Assim ficou o calendário para 2001:

Primeiro período letivo: 12 de fevereiro, exceto para os alunos veteranos do curso de Medicina (começam dia 5/02), encerrando-se ambos em 11 de julho de 2001.

Segundo período letivo: 24 de julho a 21 de dezembro de 2001.

Para os cursos que optarem pelos blocos de 50 dias para oferecimento de disciplinas, a situação fica da seguinte forma:

Primeiro bloco: 12 de fevereiro a 26 de abril de 2001

Segundo bloco: 7 de maio a 16 de julho de 2001

Terceiro bloco: 24 de julho a 2 de outubro de 2001

Quarto bloco: 10 de outubro a 21 de dezembro de 2001.

Alguns conselheiros se mostraram preocupados com o início das aulas em fevereiro, principalmente pelo fato do atual sistema de bolsas da Capes e do CNPq só fazer os repasses em março. O sub-reitor Ricardo Gattass informou que a grande dificuldade para negociar com

as agências de fomento residia justamente no fato de a reitoria não ter um calendário aprovado para o ano que vem. Gattass garantiu que já estaria tudo acertado com o CNPq, restando convencer a Capes.

Um dos representantes do CT, professor Oscar Rosa Mattos, informou ter solicitado ao Ministério Público da União algumas explicações sobre os cursos de mestrado profissionalizante que estão se proliferando pelas universidades públicas (segundo ele, dos 41 cursos dessa modalidade implantados no país, 28 se localizam nas públicas). O conselheiro conseguiu que o documento fosse aceito pelo MPU e pediu à reitoria para brejar qualquer iniciativa de mestrado profissionalizante na UFRJ enquanto não che-

garem informações novas do órgão federal. Nesse ponto, o sub-reitor Gattass comentou ter enviado uma proposta de curso dessa natureza para estudo da Capes. Após pedido dos conselheiros, Gattass garantiu que irá pegar de volta a proposta.

O decano do Centro de Ciências da Saúde, Sérgio Fracalanza, lembrou aos conselheiros os cinquenta anos do Instituto de Microbiologia Prof. Paulo de Góes da UFRJ comemorados naquela data (28/9). Em seguida, cobrou do sub-reitor de Graduação algum tipo de repasse do Prograd 2000 para as decanias. De acordo com Fracalanza, a infra-estrutura dos Centros para a realização dos cursos de graduação é de responsabilidade das decanias.

Manifesto da Congregação do Museu Nacional por mais verbas para a assinatura de publicações científicas internacionais:

“A Congregação do Museu Nacional, em sua 910ª Sessão, de 14/9/2000, resolveu manifestar às autoridades brasileiras sua inconformidade com a redução brusca e radical dos recursos federais para assinatura de periódicos científicos no exterior, que coloca em risco a continuidade do serviço das bibliotecas científicas brasileiras e tolhe de maneira gravíssima o acesso da comunidade nacional de pesquisadores à informação atualizada internacional. A Congregação reconhece a conveniência e confirma a oportunidade de se promover a aceleração do acesso eletrônico à informação científica e tecnológica, base da proposta oriunda da Capes / MEC de constituição de um “Con-sórcio Nacional para acesso à Informação Científica e Tecnológica (Conacess)”, mas alerta para os riscos advindos de uma pura, simples e atabalhoada substituição das assinaturas em papel pelo acesso eletrônico - resultado prático dos cortes em curso.

Como já manifestara oficialmente à Capes o Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG)

da UFRJ, em documento datado de 28/4 deste ano, a implementação de uma política de acesso eletrônico deve levar em conta inúmeras considerações técnicas e sérias dificuldades práticas, a se contrapor à sua evidente racionalidade abstrata. As dificuldades do acesso são ainda imensas na maior parte das áreas das Universidades brasileiras, a qualidade dos serviços de disponibilização ainda é muito instável, a cobertura das diferentes áreas de conhecimento pelo registro eletrônico ainda é extremamente variada (sendo quase exclusiva, por exemplo, da produção anglófona), o custo para o usuário leitor terminal se torna bastante mais alto.

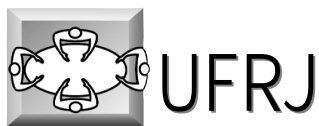
Essas e tantas outras considerações se somam às que em boa hora já tinha evocado o Conselho da UFRJ. O mal estar com a drástica redução dos recursos só se acentua ao ver que os pressupostos gerais explícitos do projeto do Conacess são perfeitamente razoáveis: expectativa de recomposição do orçamento tradicional do Programa de Aquisição de Periódicos (PAAP) da Capes com a manutenção das assina-

turas em papel “como garantia do acesso perene às informações” e a expectativa de investimentos para a criação da infra-estrutura geral de acesso eletrônico no País e para a capilarização das redes de informática nas instituições de ensino superior.

Isso significa, por um lado, que as autoridades do MEC estão conscientes dos inconvenientes e das dificuldades que adviriam de uma mera substituição das assinaturas convencionais pelo acesso eletrônico. Significa, também, por outro lado, que o MEC não está suficientemente coeso ou forte para defender um ponto tão crucial do seu orçamento nos embates com os controladores do cofre federal. O investimento na manutenção das bibliotecas universitárias e científicas brasileiras é uma dimensão básica e estratégica do sistema de ensino e pesquisa do país. Não há qualquer política de desenvolvimento nacional que possa se sustentar sobre o isolamento do pessoal de C&T dos permanentes e acelerados progressos dos centros metropolitanos.

A defasagem hoje inevitável em que vive a Nação e sua comunidade científica em relação aos padrões de atividade dos grandes centros só virá a se acentuar com a interrupção da circulação atualizada da informação. É lamentável que dependamos tão criticamente de um número tão grande de revistas estrangeiras e que tenhamos que nos submeter a regimes de circulação da informação em boa parte ditados pelos interesses das grandes editoras e distribuidoras. Esse é porém o resultado acumulado de políticas públicas imprevidentes e desastrosas como a que ora devasta nossas bibliotecas com o corte dos recursos para assinaturas de periódicos científicos.

O Museu Nacional conclama a comunidade universitária e científica do país a se unir com urgência em defesa de suas bibliotecas, concentrando a pressão necessária sobre os responsáveis públicos para garantir a mudança da atual política radical de cortes na assinatura de periódicos científicos.”



Intervenção de Vilhena não fica sem resposta

O interventor do MEC na UFRJ continua aprontando das suas. Sua última atitude intervencionista teve lugar na Escola de Educação Física e Desportos. O pretexto para tal foi a morte de uma estudante do ensino médio em uma atividade de extensão daquela Unidade (ver quadro ao lado). Vilhena, sem consultar qualquer instância da EEFD, baixou duas portarias, no dia 18/9, em relação ao ocorrido,

A primeira (nº 1820) constituía, de maneira arbitrária, uma comissão de sindicância para apurar os fatos sem qualquer integrante da EEFD e agregava o professor Mário Vaismann, ligado ao HU. Na visão da comunidade da Educação Física, não se poderia nunca excluir uma parte envolvida na ocorrência (no caso, a própria Escola), mantendo a outra (HU, que não pôde deslocar médico ou ambulância para o salvamento).

A segunda (nº 1821), editada de forma pouco precisa, dizia o seguinte: “O Reitor (...) resolve suspender temporariamente as atividades da Escola de Educação Física e Desportos desenvolvidas junto a Comunidade”. Na avaliação da Congregação da EEFD, que se reuniu no dia 25 de setembro, a ambigüi-

dade presente nos termos da portaria poderia significar que todas as atividades da Escola estavam suspensas.

Reitor volta atrás

Vilhena só não contava com a rápida e intensa mobilização do corpo social da EEFD. Na quarta-feira (dia 28), cerca de 300 pessoas, entre estudantes, funcionários e professores, se dirigiram ao prédio da reitoria, gritando palavras de ordem que exigiam a revogação das portarias. Uma comissão da Unidade aproveitou a realização de uma sessão do CEG e pediu uma intermediação para chegar ao diálogo com o reitor.

Pouco depois, o interventor do MEC chegava ao plenário. A comissão da EEFD, com o professor Person Cândido à frente, leu, então, uma carta aberta à reitoria e à comunidade da UFRJ (ver abaixo), eles se consideravam “frontalmente atingidos e desrespeitados” pelas duas portarias.

O reitor tentou se justificar dizendo que o convênio entre a EEFD e a Secretaria Municipal de Educação para a realização daquela atividade de extensão não fora assinada.

Vilhena afirmou, em relação à portaria da composição da comissão de sindicância, que o professor Vaismann tinha reconhecido saber na área da Saúde, e, em relação à segunda, disse estar tratando apenas da suspensão daquela atividade de extensão da qual a aluna participava.

Após argumentação dos integrantes da comissão e do próprio CEG, Vilhena se viu obrigando a desfazer seus erros. Destituíu o professor Vaismann, ligado ao HU (ficou encarregado de delegar outro professor de uma Unidade qualquer não envolvida no caso) e prometeu redigir uma nota de esclarecimento para precisar a atividade de suspensão. Para o corpo social da EEFD, tratou-se, sem dúvida, de uma vitória do movimento organizado.

Mas a luta não vai parar por aí. Segundo o professor Leandro Nogueira, é interesse da Escola continuar com a atividade do “Clube Escolar”. “Temos todo interesse que esse projeto continue. Quantas crianças da rede pública têm essa oportunidade de usufruir dessas instalações, com orientação de professores da universidade?”, completou.

Estudante já teria problema de saúde

No dia 14 de setembro, na parte da manhã, a estudante Gisele Nascimento Sobral, de 13 anos, passou mal na piscina da Escola de Educação Física. Gisele, que cursava a 6ª série da escola municipal Aníbal Freire, na Penha, participava do projeto “Clube Escolar”, uma parceria entre a EEFD e a Secretaria Municipal de Educação. O projeto congrega 1,5 mil crianças da rede pública, oferecendo-lhes a oportunidade de frequentar aulas nas várias atividades desportivas.

No fim daquela manhã, Gisele estava na recreação com outras crianças, quando desmaiou, engolindo um pouco de água. Imediatamente, o diretor da EEFD, Waldyr Ramos, que estava acompanhando a atividade, entrou na piscina e prestou os primeiros socorros. De acordo com relato do professor ao decano do CCS no dia do incidente, “a menina chegou a esboçar pequenos sinais vitais”. Houve tentativa de conseguir socorro junto ao Hospital Universitário, mas a informação na hora foi que não seria possível deslocar médico ou ambulância para o local. A EEFD providenciou, então, a remoção da menina ao HU, mas Gisele não resistiu.

O laudo fornecido alguns dias depois pelo Instituto Médico Legal falou em morte por afogamento. Para o professor Leandro Nogueira, que oferece as disciplinas Natação I e II, essa posição do IML é contraditória. “Afogamentos seguidos de morte em piscinas só se configuram em quarto grau, quando a vítima é abandonada debaixo da água por muito tempo. O que houve foi um afogamento em primeiro grau, com um pouco de água ingerida. O socorro foi imediato pelo próprio diretor da Escola”, disse.

Já o professor Person Cândido, chefe do departamento de Ginástica, informou ao sub-reitor Gattass, durante o intermédio do CEG na questão, que a EEFD se baseia em um atestado médico para aceitação dos alunos. Não caberia, portanto, aos professores da EEFD adivinhar as condições de saúde da menina. “Fatores específicos de saúde da criança levaram a essa triste situação”, completou.



Carta

Carta aberta à reitoria e à comunidade da UFRJ

Nós, estudantes, Professores e Técnicos administrativos da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vimos protestar por meio desta, contra a portaria 1821/00, editada pelo reitor José Henrique Vilhena de Paiva, que determinou a partir de seu teor arbitrário, a suspensão por tempo indeterminado de todas as atividades de nossa escola junto à comunidade, motivada pelo falecimento no dia 14 de setembro da estudante Gisele Nascimento Sobral, da Escola Municipal Aníbal Freire, vinculada ao projeto comunitário do clube escolar da Secretaria Municipal de Educação.

À Egrégia congregação e à direção da EEFD-UFRJ, não restou outra alternativa senão acatar a resolução da referida portaria, apesar do caráter dúbio, que não delimitou a temporalidade, as atividades e a abrangência do conceito de comu-

nidade constantes no referido documento.

Diante desta postura intervencionista, nós, a comunidade da Escola de Educação Física e Desportos, nos declaramos frontalmente atingidos e desrespeitados, por nos vermos impossibilitados de prosseguirmos em nossas diversas atividades acadêmicas – Ensino, Extensão e Pesquisa – e pelo descaso demonstrado pelo Magnífico Reitor, com relação ao encaminhamento institucional e administrativo que não previu a efetiva participação da EEFD na composição da comissão de sindicância, instaurada para a apuração das responsabilidades sobre a fatalidade, ocorrida no dia 14 do corrente.

Esclarecemos que este lamentável fato aconteceria em qualquer lugar e em qualquer circunstância, uma vez que foi devido a fatores específicos de saúde da estudante, estranhos à atividade que

ela desempenhava.

Por outro lado, alertamos que, enquanto comunidade preocupada com a integridade física e a segurança de todas as pessoas envolvidas em nossas atividades, outras ocorrências similares poderão se repetir, face à inexistência de estrutura adequada para o suporte básico de vida e o apoio logístico institucional, apesar das repetidas solicitações oficiais encaminhadas à Reitoria.

A Escola de Educação Física e Desportos consciente de seu papel institucional e das responsabilidades públicas que lhe competem, afirma o interesse e determinação na condução transparente e democrática da apuração e resolução dos fatos aqui ocorridos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS



Movimento

Debate sobre carreira

Confronto de diferentes visões de universidade

O anteprojeto de lei do emprego público do governo federal altera estruturalmente a carreira dos docentes das universidades federais. Para debater um tema para muitos ainda pouco conhecido (ou esquecido), a Adufrj-SSind e professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo promoveram um debate sobre carreira docente no último dia 19, com a presença dos professores José Simões, do Instituto de Física, e Reinaldo Gonçalves, do Instituto de Economia. Simões, que é professor adjunto do IF e foi algumas vezes diretor da seção sindical, apresentou aos presentes os princípios que norteiam o projeto de carreira do Andes Sindicato Nacional. Reinaldo é titular de Economia Internacional e participou da elaboração do projeto de estatuto da atual reitoria da UFRJ, em 1998, no qual existe um capítulo destinado à carreira dos professores da universidade.

De acordo com Simões, o debate entre o projeto de carreira do Andes-SN e o que propõe o governo ou o que a UFRJ apresentou na sua proposta de estatuto não é somente de uma discussão dos professores sobre o que vai acontecer com o “bolsa” de cada um. Na sua opinião, trata-se de uma discussão entre a opção por um dos dois grandes projetos de universidade que estão em pauta: o do movimento docente, traduzido pelo projeto do sindicato para a universidade brasileira e o do governo Fernando Henrique, configurado nas diversas emendas constitucionais e projetos de lei apresentados ou aprovados em suas duas gestões. “O projeto político que estão tentando impor à universidade é um retrocesso de pelo menos cinquenta anos”, criticou.

Para o professor da Física, o fenômeno novo que o movimento docente vem enfrentando é que, diferente da manipulação tradicional da história pelos governantes, hoje, o que predomina é a negação da história. “As propostas, os projetos, são tratados num patamar teórico, abstrato, o que podava a construção coletiva”.

Simões apresentou como princípios inegociáveis para o Andes-SN a obrigação



DA ESQ. PARA A DIREITA: PROFESSOR REINALDO; A DIRETORA DA FAU, MARIA ANGELA DIAS; O CONSELHEIRO DA ADUFRJ-SSIND, ROBERTO HOUAISS, E O PROFESSOR SIMÕES.

do Estado com a manutenção da educação pública em todos os níveis e com a pesquisa; o regime de dedicação exclusiva para docentes; o concurso público como a única forma de ingresso na carreira; e, por último, o artigo 207 da Constituição Federal (autonomia universitária) que determina a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.

Para Simões, o anteprojeto do MEC para carreira é “malandro”. “Incorporam a figura do professor associado, presente no nosso projeto como mais um nível na carreira entre o adjunto e o titular; incorporaram a idéia de que o titular seja mais um nível da mesma carreira, sem necessidade de concurso ligado a outra vaga; mas criam também a figura do professor ‘conferencista’ - unicamente ligado ao ensino, ou seja, um horista”, comentou. Para ele, isto é um indício claro da quebra do regime e da incorporação do sistema empresarial de gestão universitária. “Voltaremos aos tempos precedentes às nossas conquistas, quando um grupo dava aulas enquanto os catedráticos ficavam livres para a pesquisa e outras atividades”.

Além da nova carreira do governo ser regida pela CLT, Simões vê com muitas reservas o fato de o anteprojeto não mencionar a dedicação exclusiva, nem o concurso público para o professor conferencista. “Não há nenhuma menção também

de como se dará a transposição dos professores vinculados à carreira atual para esta. Contrário às políticas de Fernando Henrique, o professor Reinaldo iniciou sua palestra atacando ferozmente o atual governo. “Esse é o pior governo que experimentamos. Tem a característica particular de estar africanizando o país, ou seja, degradando os setores sociais, as instituições, as comunicações, a polícia, as universidades. Este tem sido o governo mais corrupto e mais violento na degradação das universidades”. Para o professor do IE, ao final do governo FHC, a sociedade brasileira vai levar pelo menos uns quinze anos para remontar tudo o que foi destruído.

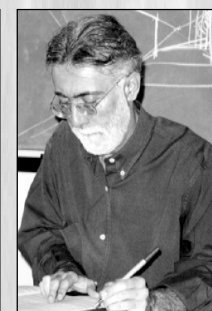
Reinaldo Gonçalves desqualificou tanto a proposta do Sindicato como a do governo, mas se ateuve mais à comparação da proposta da UFRJ com a do Andes-SN, declarando não ter tido conhecimento do teor do anteprojeto do MEC antes da exposição de Simões. Em relação à carreira docente, Reinaldo defendeu uma maior remuneração para os professores dos níveis assistente e adjunto que ganhariam menos, proporcionalmente, do que os professores titulares, como é o caso dele. Para Reinaldo, os professores das federais, se estivessem trabalhando nas instituições do mercado, ganhariam de 50% a 100% a mais do que seus salários atuais. O professor comentou também o alto custo so-

Tribuna



José Simões
Instituto de Física

“Voltaremos aos tempos precedentes às nossas conquistas, quando um grupo dava aulas enquanto os catedráticos ficavam livres para a pesquisa e outras atividades”



Reinaldo Gonçalves
Instituto de Economia

“Esse é o pior governo que experimentamos. Tem a característica particular de estar africanizando o país, ou seja, degradando os setores sociais, as instituições, as comunicações, a polícia, as universidades.”

cial embutido na remuneração dos docentes servidores e criticou o fato de haver, na sua opinião, uma resistência à avaliação da produção ligada aos salários, como acontece com a GED.

Reinaldo defendeu a meritocracia e o que chamou de “discriminação positiva” e a produtividade como mecanismos de estímulo. “Gratificações de estímulos como a GED são positivas”, comentou. Para ele, tanto na carreira proposta pelo Andes-SN como na proposta da reitoria existem poucos níveis de ascensão horizontal – dentro do mesmo nível de titulação. Na sua opinião, o número de “degraus” entre um nível e outro deve ser maior para abrandar distorções e injustiças quanto ao desempenho.

Mas, o ponto alto das críticas de Reinaldo foi direcionado para o que considera um problema cultural. “O maior problema dos professores é serem de classe média. Exercitam os direitos, mas se espelham em uma elite (a brasileira) que é predatória, vagabunda e injusta. Isto gera esta mentalidade de classe média que não quer ser avaliada”. Esta, segundo o professor, seria a marca que justificaria a rejeição ao cumprimento das “obrigações” e às “avaliações”.

Mediador do debate, o professor da FAU e conselheiro da Adufrj, Roberto Houaiss, manifestou preocupação quanto às declarações de Reinaldo. “Assim como temos, realmente, a marca cultural desta elite predatória que tem origem na corte portuguesa, temos também a marca cultural da perseguição inquisitória.”, ponderou.

Ao questionar a estabilidade na carreira, Reinaldo considerou que “por um lado, ela é positiva; por outro, estimula a prática do imobilismo”. Reinaldo também criticou a nova safra de professores titulares que, com pouco mais de 40 anos (o próprio Reinaldo é titular), acabam se acomodando neste estágio da profissão. “Alguns voltam do exterior com título de doutor e acham que não precisam fazer mais nada”, denunciou Reinaldo. Na discussão com a platéia, Reinaldo defendeu a demissão para professores “medfocres”, que, em sua opinião, existem em algumas

unidades da UFRJ. O professor citou o CAP como uma unidade que teria qualidade não em função de seu corpo docente, mas em função do alunado.

O regime de vinte horas foi outro alvo do professor. Para ele, as 20 horas são um “travesti de oito horas”. “Não gosto do esquema binário: acho que tem que haver algo a mais do que simplesmente 20 horas ou dedicação exclusiva”, disse corroborando, mesmo que sem querer, com a proposta do governo de um regime diferenciado para o professor conferencista.

Ao contrário dos representantes do movimento docente, Reinaldo não acredita na necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. “Extensão é atividade de complementação de renda e está corrompida e contaminada pela prestação de serviços (pagos)”.

Quanto à prestação de serviços, Simões concordou com Reinaldo, mas criticou, assim como alguns professores presentes na platéia, a avaliação individual desvinculada de um projeto de avaliação institucional onde apareçam os critérios e a prestação de contas das verbas que são alocadas neste ou naquele programa ou unidade. “Não dá para comparar a produção de um professor que participa de um projeto que recebe um milhão de dólares com outro que recebe apenas cinquenta mil”, rebateu Simões. “Também defendo a meritocracia e no projeto do Andes-SN a questão da avaliação é tratada como um ponto importantíssimo, mas com a visão de que é necessário fazer uma avaliação de toda a instituição. Enquanto a universidade não definir sua função social e as pessoas pensarem a universidade dentro de um projeto de sociedade, nenhuma regra ou conjunto de normas vai funcionar”.

O professor da FAU, Osvaldo Luiz de Souza Silva, também criticou os sistemas de avaliação individual como a GED. “Para publicar um artigo em uma revista internacional, que é um dos critérios mais considerados na pontuação, por exemplo, tive que despendar dinheiro, com outra professora, para o envio do material à editora.”



Colegiados



O CEG AINDA NÃO DEFINIU OS CRITÉRIOS DA SEGUNDA PARTE DO PROGRAD 2000

Conselheiros aprovam primeira parte do Prograd 2000

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG) começou a tomar algumas decisões em relação ao programa de fomento à graduação (Prograd 2000) criado pela reitoria. Os conselheiros resolveram dividir a verba total do programa para este semestre - R\$ 2 milhões por semestre - em três fatias. Na primeira parte, 45% (R\$ 900 mil) dos recursos serão divididos igualmente entre as 28 Unidades da UFRJ (o que dará cerca de R\$ 30 mil para cada uma). Na segunda parte, as Unidades vão concorrer a mais 45% com seus indicadores acadêmicos cujos “valores” o CEG ainda não conseguiu definir. Os 10% (R\$ 200 mil) restantes serão utilizados pela reitoria para corrigir eventuais injustiças nas duas primeiras partes da distribuição de dinheiro. Vale ressaltar que, após o recebimento dos valores relativos aos 45% iniciais, as Unidades devem enviar para a SR-1 suas metas acadêmicas para os próximos três anos e o orçamento (custos com o curso).

Antes dessa proposta, os conselheiros receberam a proposta da reitoria de distribuir um percentual do Prograd de acordo com a série histórica de recebimento das Unidades. O restante dos repasses seria feito com base nos critérios ainda a serem definidos pelo CEG. Esta proposta sofreu grande resistência, pois os con-

selheiros não tinham a menor idéia dos valores. “Eu me sinto desconfortável para votar assim, pois não sei que série histórica é essa”, disse a representante do CFCH Lilia Pougy. Ao descontentamento da professora, juntou-se o professor Cláudio Limeira, do Instituto de Geociências, que lembrou ter sido pedida a apresentação desses dados naquela sessão.

Quando o superintendente da SR-1, Átila Freire, subiu ao oitavo andar da reitoria e voltou, finalmente, com o orçamento das Unidades no ano anterior, houve o espanto. Datado de 5 de julho de 2000, o documento de dez páginas trazia números disparatados, na visão dos conselheiros. Só para se ter uma idéia, a Escola de Comunicação não recebeu nada. Para piorar a situação, o documento foi lido pelo superintendente apenas na parte de valores da graduação. A justificativa da reitoria para o segredo repousa sobre o fato de que o documento da sub-reitoria de Patrimônio e Finanças (SR-3) estava endereçado aos diretores da Unidade, não cabendo sua distribuição, pelo menos naquele momento, aos conselheiros. O sub-reitor Gattass afirmou que pediria ao sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, autorização para passar a informação ao CEG.



Opinião/ABEn

Até quando a iniquidade?

Brasil: das políticas de exclusão social, dos escândalos financeiros à morosidade da justiça

Na mudança de seu estatuto, em 1994, a Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn, entidade civil, criada há 74 anos, assumiu como compromisso oficial, ético, político e técnico propor e defender políticas e programas que visem à melhoria da qualidade de vida da população, maior grau de resolutividade dos seus problemas de saúde e que garantam acesso universal e equânime aos serviços de saúde.

Ao estabelecer este referencial, a ABEn explicita e propõe a si mesma e portanto aos seus associados, novos referenciais para a prática de enfermagem: buscar contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, aliando, no cotidiano dos serviços de saúde e do trabalho da enfermagem, novos valores como a garantia de acesso universal, da resolutividade, da integralidade da assistência, e da equidade. Valores portanto éticos sociais, ligados à dignidade, à cidadania plena.

A ABEn avançou para além da defesa da corporação ao reafirmar a humanidade e solidariedade anônimas e universais como preceitos estatutários máximos para a entidade e para suas associadas e associados.

Valores hoje - de humanidade e solidariedade anônimas e universais - reprimidos em um mundo onde imperam o discurso e a prática do neoliberalismo e da globalização da economia e seus valores máximos de individualismo, do consumismo, da flexibilização das relações trabalhistas, da tecnificação e fragmentação

transcontinental do processo de trabalho para o aumento da produtividade. Estes valores do neoliberalismo trouxeram ao mundo e ao Brasil, em particular, perversas conseqüências: o aumento do desemprego em índices nunca encontrados, o aumento da fome, da ignorância, da brutal concentração de renda, da perda do poder de compra da classe média e da crescente miséria que agride e avilta a dignidade do nosso povo. E talvez pior que tudo isso, os valores do neoliberalismo trouxeram a crença do Estado Mínimo como valor supremo das políticas públicas, ou seja, a desresponsabilização dos poderes executivos com seus mais primários deveres sociais: a garantia da saúde, da educação, da segurança, da justiça para todos os cidadãos.

Impera hoje na nossa sociedade civil um sentimento coletivo de descrença, de desesperança e uma sensação de impotência frente às determinações macro econômicas, ao abuso de poder, à corrupção e a violência que assolam nosso país.

E a enfermagem brasileira precisa se posicionar frente a esta situação. Omitir-se é contribuir para manter o atual caos. É preciso lembrar que no nosso cotidiano não trabalhamos no etéreo, no sublime, no ideal, no rigor da técnica do cientificismo, na neutralidade... A prática da enfermagem brasileira hoje se dá em um cotidiano cada vez mais perverso conseqüente às políticas econômicas de exclusão social.

Esta perversidade é traduzida na fome das

nossas crianças desnutridas, que chegam aos nossos centros de saúde. São elas as que mais sofrem com as conseqüências do segundo mais baixo salário mínimo do mundo. Esta exclusão social nos chega na forma da violência nos prontos-socorros por meio das nossas mulheres, espancadas e agredidas pelos próprios companheiros desempregados, nos chega por meio do aumento da drogatização entre nossos jovens e dos acidentados no trabalho. Nos chega na forma de depressão de nossos idosos, à margem da vida com os míseros recursos da aposentadoria, que vêm em busca do *Diazepan* para que possam dormir e aí então sonhar com dias melhores que dificilmente virão....

E, se lembrar do sofrimento pelo qual passa a clientela dos serviços da enfermagem for pouco para convencer de que é preciso falar e agir sobre a exploração econômica que nos domina, basta lembrar da crônica e crescente falta de recursos humanos e financeiros que nos obriga a reduzir o acesso dos usuários aos serviços de saúde, que não nos fornece material de qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento digno e que nos obriga a atender nossos clientes em locais insalubres, sucateados, desconfortáveis, mal adaptados.

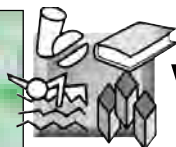
Basta lembrar também que essas mesmas políticas econômicas têm reduzido os já incipientes recursos para as universidades e para as pesquisas da saúde, congelaram nossos salários nos últimos cinco anos, obrigando os tra-

balhadores de enfermagem ao multi-emprego que nos tira a coragem para o aprimoramento profissional continuado. Multi-emprego que nos rouba também o tempo para o lazer e para a felicidade de conviver com nossas famílias ou com aqueles a quem amamos.

Estes são problemas de enfermagem, mais que problemas da enfermagem, são também problemas da cidadania brasileira e lutar para sua transformação são responsabilidades coletivas e corporativas, por mais que tentamos negar. São, portanto problemas da ABEn e de suas associadas e precisamos parar de fugir ou desanimar frente a eles. Esta sensação de desânimo frente à nossa cidadania aviltada precisa ser combatida com as armas da ética social da compaixão, do amor e da solidariedade.

É preciso também lembrar que neste imenso país chamado Brasil a violência se banaliza a cada dia e que nos atingiu no rosto. Há dez meses choramos de vergonha e de revolta com a violência, que assassinou em plena manhã os nossos líderes, o casal Edma e Marcos Valadão, presidentes do Sindicato dos Enfermeiros e da ABEn seção do Rio de Janeiro. Edma e Marcos, casal amigo e irmão nas causas da enfermagem brasileira, simples, alegres, cidadãos... Foram assassinados no dia 20 de Setembro de 1999, sem que até hoje nenhum(ns) autor(es) ou mandante(s) do crime tenham sido indiciados no inquérito policial instalado.

Diretoria da ABEn



Vida no Campus

AS JOVENS MARIA RITA (À ESQUERDA), 16 ANOS, E MARIA KALLÁS, 17, SÃO UM EXEMPLO DE QUE O PROCESSO DE AUTOCONSCIÊNCIA POLÍTICA COMEÇA CEDO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO. ALUNAS DA TURMA 22 A, ELAS AJUDARAM A ORGANIZAR O PLEBISCITO DA DÍVIDA COLANDO CARTAZES NAS PAREDES DO ESTABELECIMENTO E CHAMANDO OS COLEGAS E PAIS DE ESTUDANTES PARA VOTAR. POUCOS DIAS ANTES DO PLEBISCITO, CONSEGUIRAM CHAMAR UM ECONOMISTA PARA FALAR DA DÍVIDA PÚBLICA DO PAÍS E LOTARAM O AUDITÓRIO DA ESCOLA. O ESFORÇO DAS MENINAS E DEMAIS COLEGAS SE REFLETIU NA VOTAÇÃO NO COLÉGIO: CERCA DE 350 VOTOS – UM RESULTADO BASTANTE EXPRESSIVO VISTO QUE MENORES DE 16 ANOS NÃO PODERIAM VOTAR.

GED 2000: CONFUSÃO DE DATAS

O porta-voz da comissão local de Avaliação de Desempenho Docente (CADD), professor Fernando Rochinha, informou, na última sessão do CEG (4110) que a data de 17 de outubro divulgada no contracheque que dos docentes neste mês está errada. O prazo final na foi fixado em 17 de novembro de 2000. Mais uma vez, reitoria insiste para que a inserção de dados seja feita exclusivamente pelo sistema Sigma. Outro fato chama a atenção: por que o limite foi estabelecido tão cedo. Ano passado, essa data final foi marcada em 30 de novembro. Neste ano, com calendário letivo até 29 de dezembro, em função da greve, era de se esperar que esse limite também fosse deslocado.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 13 • 9 de outubro de 2000

www.adufrj.org.br

GT da Adufrj

Política Educacional

10 de outubro - terça-feira horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ

Carreira

20 de outubro - sexta-feira Horário: 14h

Local: Sede da Adufrj-SSind

Seguridade Social

24 de outubro - terça-feira Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ

Jurídico

O abono pecuniário (transformação de 113 das férias em pecúnia) permanece sendo um direito dos professores, garantido pelo art. 39 do PUCRCE. Entretanto, desde 1997, a Reitoria da UFRJ vem desrespeitando este direito de várias formas, a começar por não incluir nas planilhas de férias o espaço para sua solicitação. A Adufrj-SSind tem reivindicado na justiça o reconhecimento deste direito desde 1997. Veja qual é a situação de nossos processos sobre o abono em cada ano:

1997: A ação foi ganha em 1ª e 2ª instâncias, tendo a UFRJ recorrido ao STJ. O abono foi pago.

1998: A ação foi ganha em 1ª instância, tendo a UFRJ recorrido à 2ª instância. O juiz da 1ª instância determinou o pagamento imediato deste abono. Nossos advogados já apresentaram os cálculos dos valores devidos do abono. Como a Reitoria não cumpriu a decisão judicial, o juiz determinou multa por descumprimento da ação.

1999: A Adufrj-SSind obteve liminar, que já deveria ter sido cumprida pela Reitoria. Ainda não houve julgamento da ação em 1ª instância.

2000: A Adufrj-SSind perdeu a ação em 1ª instância e recorreu desta decisão para a 2ª instância.

É desanimador que a Justiça demore tanto tempo para julgar as ações e se mostre tão pouco empenhada em fazer respeitar suas decisões. Entretanto, julgamos que não devemos desistir de reivindicar nossos legítimos direitos, política e judicialmente.

A planilha de férias/2001 também não apresentou o espaço para solicitação do abono. Ainda assim, alguns professores o solicitaram, fazendo a anotação na própria planilha ou apresentando requerimento por escrito. Mesmo os professores que marcaram seus 45 dias de férias, não tendo portanto solicitado o abono, ainda podem reivindicar este direito.

A diretoria da Adufrj-SSind vai propor à AG de 24/10 a interposição de ação coletiva, com vista a garantir o direito dos professores ao abono. A ação também garantiria o direito dos professores que, como mencionamos acima, já reivindicaram o abono.

Prograd 2000: reitoria ignora CEG

A reitoria deu mais uma prova de desrespeito às decisões dos colegiados superiores da UFRJ. Quem sofreu desta vez com a arbitrariedade da administração central da universidade foi o Conselho de Ensino e Graduação (CEG). Na penúltima reunião do conselho (27/9), ficou resolvido que as Unidades de graduação repartiriam de forma igual um montante de R\$ 900 mil relativos à primeira parte do Prograd 2000. Embora fosse consenso de que esta não seria uma distribuição justa (até mesmo, pela diversidade de tamanho das Unidades), seria uma forma de “tirar os cursos do sufoco” do zero de orçamento e acertar os repasses na segunda parte do programa. Na última reunião (4/10), os conselheiros foram surpreendidos pelo informe do sub-reitor de graduação, Ricardo Gattass, de que nada do combinado e votado tinha sido implementado. Pior: uma outra distribuição de recursos teria sido realizada pela SR-3 a partir de uma simulação de indicadores acadêmicos não discutida pelo CEG (ver tabela ao lado).

Para o sub-reitor, a justificativa da mudança residia no fato de não haver um edital aprovado pelo colegiado para fazer a distribuição equânime entre as Unidades. “E por que foi feita a outra distribuição sem edital algum?”, perguntaram os conselheiros. Nesse caso, Gattass argumentou que foi feito apenas um “adiantamento da segunda parte do Prograd 2000”. Perplexos, os conselheiros reclamaram muito do procedimento da reitoria. Representante do CCS, a professora Angela Gonçalves não sabia se devia continuar a debater o Prograd 2000. “O CEG está sendo atropelado. O que garante que esse edital será corrigido e será posto na rua tal como votamos?”, perguntou ao sub-reitor. A ela se juntou a também representante do CCS, Ana Borralho: “Tudo que foi votado não foi cumprido”, comentou.

Gattass admitiu que os aspectos executivos foram descumpridos e jogou a culpa na SR-3. “Eu dei urna instrução para a SR-3, mas isso foi emperrado. A SR-3 alegou que não pode repassar esse dinheiro sem um edital”, informou. Em seguida, o sub-reitor pautou um edital para liberação de recursos restantes deste semestre (R\$ 900 mil). Os conselheiros agiram, afirmando que seria im-

possível finalizar, naquela sessão, uma discussão de critérios tão polêmicos e seria mais difícil ainda conseguir um retomo adequado de metas acadêmicas pelas Unidades no prazo estipulado no documento (20110).

No fim, o colegiado resolveu transformar o edital de 2000/2 em um edital para o próximo ano. Agora, as Unidades têm até 30/11 para inscrever projetos na SR-1 para avaliação de mérito por uma câmara do CEG. Os projetos devem conter o histórico acadêmico da Unidade nos cursos de graduação durante os últimos cinco anos; descrição de metas anuais (para os próximos três anos) para melhoria dos indicadores de desempenho acadêmico e a tão polêmica reforma curricular de acordo com a nova periodização definida pela resolução conjunta CEG/CEPG nº 01199. Concorrem com vantagem para as verbas do ano que vem as Unidades que apresentarem propostas de cursos noturnos, integração graduação/pós e até medidas não tão bem aceitas na comunidade acadêmica, como o ensino à distância. As Unidades devem, até o dia 30 de outubro, especificar seus atuais indicadores de desempenho.

Restante dos recursos

Resolvido isso, uma comissão do CEG formada por um integrante de cada Centro permaneceu no local, após a sessão ordinária do Colegiado, para definir como seria feita a distribuição daqueles R\$ 900 mil restantes do Prograd 2000. A comissão decidiu deixar R\$ 200 mil para corrigir distorções bastante prováveis de tão apressada distribuição de recursos - outros R\$ 200 mil já tinham sido separados com essa mesma finalidade na penúltima sessão. Os R\$ 700 mil que sobraram foram divididos da seguinte forma: R\$ 10 mil para cada Laboratório de Informática da Graduação (LIG) da universidade e mais R\$ 6 mil para cada Unidade que ofereça graduação. A conselheira Ângela Gonçalves não tem nenhuma informação da reitoria de quando isso será implementado. “Aliás, até hoje (5/10), as informações que tenho indicam que nenhum diretor recebeu nem esse adiantamento do Prograd divulgado pelo sub-reitor na última sessão,” disse.

Valores repassados pelo PROGRAD 2000 desde 29/9 (de acordo com a reitoria)

CENTRO UNIDADE	TOTAL R\$
CLA	
Fac. de Arq. e Urbanismo	26.601,06
Escola de Belas Artes	28.322,07
Faculdade de Letras	46.957,21
Escola de Música	9.519,50
CCMN	
Instituto de Geologia	14.698,08
Instituto de Física	22.460,98
Instituto de Matemática	62.813,36
Instituto de Química	51.030,38
CFCH	
IFCS	49.965,62
Esc. de Comunicação	46.905,04
Fac. de Educação	34.322,40
Instituto de Psicologia	17.004,13
Esc. Serviço Social	13.384,58
CCJE	
Fac. Adm. e C. Contábeis	50.889,47
Instituto de Economia	29.789,21
Faculdade de Direito	62.974,46
CCS	
Instituto de Biologia	33.451,62
Inst. de C. Biomédicas	34.899,10
Instituto de Biofísica	14.008,66
Esc. Ed. Fís. e Desportos	51.591,63
Esc. de Enferm. Anna Nery ..	15.864,85
Fac. de Farmácia	12.555,49
Fac. de Medicina	51.969,92
inst. de Microbiologia	16.027,74
Instituto de Nutrição	11.438,00
Fac. de Odontologia	11.060,70
CT	
Escola de Engenharia	46.087,45
Escola de Química	33.407,27
Total da UFRJ	9000.000,00

Vilhena suspende novamente atividades da EEFD

O reitor da UFRJ voltou a errar na situação criada junto à Escola de Educação Física, nas últimas duas semanas (ver quadro). Todos esperavam que o reitor fosse suspender apenas a atividade denominada "Clube Escolar", da qual participava a menina falecida (e pela qual a direção da Escola ainda promete brigar para manter, visto que a menina teria morrido devido a problemas de saúde específicos dela).

Qual não foi a surpresa da EEFD quando, naquela mesma tarde de 27/9, a nota de esclarecimento do reitor comunicou o seguinte: "O Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro esclarece que a suspensão de atividades estabelecida pela portaria nº 1821, de 18 de setembro de 2000, refere-se apenas àquelas desenvolvidas junto à comunidade externa". Ou seja: Vilhena mandava suspender todas as atividades de extensão (e todas as atividades de ensino e pesquisa estreitamente relacionadas), a organização das Olimpíadas internas dos estudantes da UFRJ e outros projetos.

Solicitação contestada pelo CEG

Como se o "esclarecimento" não fosse suficiente para prejudicar a EEFD, o reitor encaminhou à sub-reitoria de Graduação (para avaliação do CEG) uma solicitação de informações sobre a Unidade. O objetivo seria, de posse das informações, julgar a permanência da portaria nº 1821. Acontece que o documento da reitoria (que constituía um "ataque" à EEFD, na visão dos conselheiros) foi facilmente respondido pelo diretor daquela Unidade, Waldyr Ramos, presente ao colegiado. O sub-reitor Gattass resolveu, então, passar processualmente as questões para a resposta formal da Escola.

Outro ponto polêmico no CEG foi a idéia do sub-reitor de constituir uma comissão para verificar as condições de segurança das atividades acadêmicas oferecidas pela Unidade. Imediatamente, os conselheiros se revoltaram contra essa proposta. "Nenhum conselheiro aqui tem o conhecimento técnico para apurar se as atividades da Escola podem continuar", disse o representante do CCMN Sérgio Machado, defendendo seu ponto de vista que não caberia ao CEG atuar

nesse tipo de situação. No fim das contas, acabou mesmo aprovada uma comissão de três conselheiros para assessorar a SR1 no desenrolar do caso da EEFD, com o colegiado frisando que iria se prender somente às questões acadêmicas.

O diretor Waldyr mostrou-se bastante contrariado com o encaminhamento da reitoria no caso. "O reitor suspendeu as atividades sem ouvir a EEFD. O Clube Escolar era realizado há oito anos, com sucesso. A ilegalidade deste convênio com a Secretaria Municipal de Educação não se deveu à Escola. O processo, ao contrário do que alega a reitoria, não estava parado na EEFD e, sim, na SME. Por algum motivo, o processo não retornou de lá para assinatura do reitor", disse, acrescentando que a comissão do CEG será muito bem recebida na Unidade.

Sobre as condições de saúde da menina, Waldyr reiterou que houve uma fatalidade, independente da atividade que ela desempenhava. O diretor mostrou à reportagem da Adufrj um atestado liberatório da menina para a prática desportiva, emitido no Hospital Balbino, de Olaria.

■ No dia 18 de setembro, Vilhena baixou duas portarias arbitrárias, sem consultar a EEFD, para apurar a morte de uma aluna do ensino fundamental na piscina da Escola: a primeira constituía uma comissão para abertura de processo administrativo disciplinar (sem integrantes da EEFD e com um servidor do Hospital Universitário, Unidade envolvida na história por não ter deslocado socorro até o local do incidente) e outra, ambígua, dava a entender que todas as atividades da Unidade estavam suspensas até segunda ordem da reitoria. Em 27 de setembro, uma mobilização forte do corpo social da EEFD e as ponderações dos conselheiros do CEG jogaram Vilhena contra a parede, que prometeu consertar as duas portarias: destituir o servidor do HU daquela comissão (substituindo por professor de outra Unidade) e dar um sentido preciso às atividades suspensas.

Resenha

Matéria da Gazeta Mercantil, de 25/09, informa que as instituições de ensino públicas e privadas do Rio estão investindo fortemente na criação de cursos de pós-graduação. Levantamento da Capes mostra que, em onze anos (de 1987 a 1998), o número de novos mestres no estado cresceu em média 50% e o de doutores, 260%.

O MEC divulgou, através de sua página eletrônica, que foram criados mais dois novos comitês de avaliação na Capes, ambos em caráter experimental: o Comitê de Ensino de Ciências e Matemática e o Comitê Multidisciplinar. A iniciativa tem o objetivo de atender à demanda crescente de programas de pós-graduação que, "por possuírem características específicas, não se enquadraram nas áreas abrangidas pelos 42 comitês formalmente constituídos até agora".

O credenciamento de cursos de graduação nas áreas de Engenharia, Agronomia e Medicina esteve na pauta da 35ª Reunião do Comitê Coordenador Regional do Setor Educacional do Mercosul, em Brasília, nos últimos dias 4 e 6. O objetivo do setor educacional do Mercosul é, a partir de 2001, reconhecer os diplomas de graduação que serão aceitos nos seis países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia).

NOTA DE SOLIDARIEDADE

Surpreendidos com a exoneração da Professora Maria Judith Sucupira da Costa Lins, nós, alunos pós-graduandos da Faculdade de Educação da UFRJ, tornamos pública nossa profunda insatisfação com o referido fato.

Como alunos desta Faculdade, temos acompanhado o entusiasmo com que a Professora Maria Judith tem conduzido sua trajetória profissional, sempre pautada pela seriedade, responsabilidade e competência que devem caracterizar a conduta de todo professor.

Por entender que foram essas qualidades que conduziram a Professora Maria Judith, através de concurso público, ao cargo de Professora, motivo de honra para esta Universidade e que tanto tem contribuído para a formação acadêmica de seus alunos, consideramos sua perda um prejuízo irreparável.

Rejeitamos todas as formas traiçoeiras e obscuras que propiciaram este desfecho lamentável, negando o direito de conhecimento e defesa de nossa Professora.

Depositamos toda a nossa solidariedade à Professora Maria Judith e esperamos que este erro seja reparado.

Alessandra Bruno
Ana Luiza Manzini Bittencourt de Castro
Anita Handfas
Aparecida de Fátima Tiradentes dos Santos
Carlos Alberto de Mattos Ferreira
Débora Raquel Alves Barreiros
Fátima Regina Martins Ferreira
Francisco Sérgio Strauss Vasques filho
Giseli Pereli de Moura Xavier
Helenice Maia Gonçalves
Hélio José Rello de Souza
Josefina Carmen Diaz de Mello
Marcelo Macedo Corrêa e Castro
Marcia Serra Ferreira
Maria Inês Lavinias Pereira
Maria Inês Rocha Sá
Marina Alves de Novaes e Cruz
Marlucy Alves Paraíso
Merise Santos de Carvalho
Rejane Pinto Costa
Rita de Cássia Pimenta de Araújo
Rosanne Evangelista Dias
Rozana Gomes de Abreu
Tatiana Beaklini Moraes
Vania Laneuville Teixeira Marques
Vera Lúcia Marques da Silva

6 milhões contra a dívida

Às 17 horas do dia 20 de setembro, foi concluída a totalização dos votos apurados no Plebiscito Nacional da Dívida Externa. Votaram, ao todo, 6.030.329 pessoas ou 5,7% do eleitorado brasileiro (dados do TSE referentes a 1998). Os resultados relativos a cada pergunta foram os seguintes:

Pergunta 1

O governo brasileiro deve manter o atual acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional)?

Resposta

Não- 5.646.862 Sim- 280.442
Nulos- 26.451 Brancos- 76.574

Pergunta 2

O Brasil deve continuar pagando a dívida externa, sem realizar uma auditoria pública desta dívida, como previsto na Constituição de 98?

Resposta -

Não- 5.765.954 Sim- 182.462
Nulos- 23.959 Brancos- 57.954

Pergunta 3

Os governos federal, estaduais e municipais devem continuar usando grande parte do orçamento público para pagar a dívida interna aos especuladores?

Resposta -

Não- 5.768.563 Sim- 158.995
Nulos- 22.290 Brancos- 80.481

ASSEMBLÉIA GERAL

24/10 17:30
TERÇA-FEIRA HORAS

PAUTA

Periodização Prograd 2000
Teses e delegados ao 41º Conad
Ação judicial abono pecuniário

AUDITÓRIO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PRAIA VERMELHA



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 14 • 23 de outubro de 2000

www.adufrj.org.br

Reunião Aberta para discussão
dos temas do Caderno de Textos
do 41º Conad.

Data: 23/10/2000 - segunda-feira

Horário: a partir das 15h

Escola de Serviço Social/ESS -
Praia Vermelha

GT Seguridade Social

25 de outubro - quarta-feira

Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ

Resenha

Distribuição de renda no país permanece inalterada por 20 anos consecutivos. Foi o que publicou a Gazeta Mercantil em 18/10/00. Segundo o jornal, a estabilidade econômica não foi suficiente para alterar o “quadro gritante de desigualdade social, em que uma elite de 1% da população concentra renda igual àquela apropriada pelos 50% mais pobres”. O estudo foi feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados referentes ao período de 1977 a 1998.

Até o Banco Mundial sugere maior distribuição de renda para os brasileiros. O Jornal O Globo de 18/10/00, publicou que, de acordo com o Bird, “a economia brasileira terá que crescer até 6% ao ano e o governo transferir pelo menos R\$ 1,5 bilhão para a população menos favorecida, se quiser reduzir a pobreza do país à metade até 2005.” O Bird revelou (que surpresa!) que 22% dos brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, de acordo com seus próprios critérios para definir esta categoria social. O equivalente a nada menos do que 34,5 milhões de pessoas (dados de 1996, IBGE).

Deu na Folha de S. Paulo: “Além de carro, vinho, petróleo e componentes, o Brasil está se transformando em grande importador de mão-de-obra”. A matéria de 18/10/00 mostra que mais que dobrou o número de trabalhadores estrangeiros no país, deste ano (9.579) em relação a 1999 (4.695). O setor campeão em importação de trabalhadores é o petrolífero, mais especialmente na área de pesquisa. Segundo a matéria, as privatizações também ajudaram a aumentar a contratação de mão-de-obra estrangeira.

Conversa para “boi” dormir

Reitoria implementa reforma estatutária disfarçada de Projeto de Reestruturação Organizacional

A reitoria de José Vilhena está trabalhando a todo o vapor no projeto de reestruturação da universidade. Na última quinta-feira (19), o reitor e a equipe do professor Heitor Caulliraux realizaram uma segunda apresentação informal do Projeto de Reestruturação Organizacional da UFRJ para os colegiados superiores. O projeto já havia sido exposto para alguns conselheiros do CEG, CEPG e Consuni, na semana anterior.

De acordo com a exposição, a proposta é “flexibilizar e dinamizar” a operacionalidade da Administração Central. Mas, se olharmos com um pouco mais de atenção ao que foi apresentado, e analisando o discurso da reitoria e de sua equipe, veremos que trata-se de uma reforma profunda que atingirá, passo a passo, todos os setores da instituição. Reforma que passa pela atividade acadêmica, pelas estratégias de gerenciamento e, sobretudo, pela definição orçamentária.

Segundo Vilhena, foi consenso na primeira reunião “informal” a necessidade de uma estrutura única que congre as políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Esta estrutura aparece no projeto no formato de um Conselho de Integração Acadêmica (CIA), formado por representantes da graduação, pós-graduação e extensão. Na nova estrutura, este fórum teria um papel “normativo e indutor” das políticas acadêmicas.

O Conselho Universitário, de acordo com Vilhena e Heitor, continuaria sendo a instância máxima de avaliação e controle das políticas, mas não ficou claro na exposição até que ponto uma estrutura (Conselho de Integração

Acadêmica) não iria se sobrepor à outra (Consuni).

A composição da CIA (o reitor fez questão do crédito pela descoberta da possibilidade analógica da sigla) seria de representantes docentes e discentes. Mas, também, não ficou claro se serão representações eleitas ou indicadas diretamente pela reitoria ou outras instâncias dirigentes.

A CIA seria composta de Câmaras (de caráter permanente) e Comissões (de caráter provisório). Tanto umas quanto as outras teriam atribuições de elaborar pareceres e instrumentos normativos sobre questões acadêmicas que envolvem graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. A palavra final sobre projetos, avaliações e pareceres ficaria a cargo do Plenário da CIA, com conseqüente submissão ao Consuni.

Estatuto “enxuto”

Segundo Heitor, a idéia central da reitoria Vilhena é montar uma estrutura universitária “flexível e dinâmica”, onde as questões relacionadas à sua estrutura organizacional devem assumir “feições infra-estruturais”. Para isso, haverá um “enxugamento” do estatuto da universidade e todas as questões serão tratadas “caso a caso”, discutidas, deliberadas e homologadas, a todo o momento, pelo Conselho Universitário.

A equipe contratada pela reitoria apresentou dois “cortes” na organização da universidade: um corte por “produto”, visando à produção final da universidade (o que, para eles, significa o número de formandos, pesquisas e serviços prestados à sociedade); e outro

corte por “função”, determinando as instâncias de planejamento e administração da instituição.

Em princípio, a estrutura apresentada, resumidamente, se divide em Conselho Universitário, Comissão de Reestruturação Acadêmica (formada por três ou quatro membros indicados pelo reitor com a tarefa de acompanhar e avaliar o processo de mudança), a CIA, o reitor, a Comissão de Curadores, três pró-reitorias acadêmicas (uma de graduação e pós-graduação, uma de pesquisa e uma terceira, de extensão), uma pró-reitoria de Planejamento e Estrutura, uma Superintendência de Administração e uma Prefeitura (segundo Heitor, ainda não há um parecer exato sobre o futuro da prefeitura e como ela se encaixará na organização da universidade).

Portal da UFRJ

Está sendo formulado, também, um Sistema de Informação para integrar, de acordo com a reitoria, toda a “nova” estrutura da UFRJ. A reitoria pretende montar o “portal” da universidade com acesso a todas as áreas internas e conexões com outros institutos e órgãos do governo, como o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados).

Na reunião “informal”, algumas poucas críticas ou elogios foram ouvidos, mas, daqui para frente, o debate em torno da reestruturação deve “esquentar” na universidade já que os Fundos Setoriais do Ministério da C&T devem desaguar, pelos cálculos de Vilhena, algo em torno de 100 a 120 milhões de reais/ano na UFRJ.



Resenha MST

O cerco aos sem terra continua. Existe, em São Paulo, segundo a revista Caros Amigos (setembro/2000), seis trabalhadores sem terra condenados a vários anos de prisão. A sentença foi proferida em julho, pela juíza Ana Cristina Paz Néri, da comarca de Boituva (SP). Valquimar Fernandes, Benedito Cardoso, Elvis Lima, Edmar dos Santos, Odair Moisés e Rosalino Bispo foram condenados a, em média, oito anos de prisão por roubo, incêndio e danos a instalações públicas. Noventa por cento das penas serão cumpridas em regime fechado.

Segundo a revista, as acusações são totalmente infundadas e sem provas materiais, tratando-se de óbvio julgamento político e perseguição ideológica. “Só isso pode explicar o extremo rigor da pena, assim como o conteúdo da acusação: era o MST que estava no banco dos réus”, diz a revista.

A matéria desmascara, item por item, as acusações contra os trabalhadores e afirma: “diante de tamanha aberração jurídica, não há como negar que os seis de Boituva são, de fato, prisioneiros políticos”. Dados do MST: de 1987 a 2000, já formam assassinados 102 trabalhadores ligados ao movimento e, no mesmo período, 1.428 foram presos em diversos Estados. E a imprensa ignora.

Enquanto isso, em Millau, cidade francesa de apenas 20 mil habitantes, cinquenta mil pessoas prestaram solidariedade ao agricultor José Bové que comandou o desmonte de uma loja do McDonald's em protesto “contra a mercantilização do mundo e em defesa da volta à agricultura camponesa”, também segundo a Caros Amigos de setembro.

Segundo a revista, os objetivos da Confederação Camponesa, organização da qual o líder camponês Bové faz parte, guarda muitas semelhanças com o brasileiro MST. No entanto, a imprensa de lá noticiou os desdobramentos da ação judicial contra Bové impetrada pela *fast-food* americana com muito mais responsabilidade social do que a nossa em relação aos protestos de nossos trabalhadores.

De acordo com a revista, Bové foi preso com outros seis trabalhadores e se recusou a pagar a fiança, por considerar sua retenção um ato político. “Enquanto Bové estava preso, a França entrou em comção. Que fizeram a imprensa e as autoridades locais? Falaram de ‘baderna’, de ‘atos de vandalismo’, de ‘explosões do facismo’? Não. Num país que conheceu a real barbárie nazista, o presidente da República e seus ministros não podiam cair no ridículo de classificar de ‘facista’ um jovem atirador de ovos, de ‘vandalismo’ uma vidraça quebrada involuntariamente nas ocupações de prédios do MST.”

Sub-reitorias apresentam plano para qualificação docente

Foi confirmada na última sessão do CEG (18/10/00) a intenção das sub-reitorias de Graduação (SR-1) e Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2) de apresentar à Capes um projeto de qualificação institucional para os docentes da UFRJ. Como foi divulgado no Jornal da Adufrj da semana passada, a Capes libera apenas oito bolsas PICDT (Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica) por ano para a universidade. Segundo documento apresentado ao colegiado pelos coordenadores Acadêmicos de Graduação, Celina de Mello, e de pós-graduação, Edson Watanabe, esta cota está muito aquém daquela necessária para se atingir a meta do projeto que será debatido pelos colegiados: um quadro de pessoal com 85% de docentes doutores, em dez anos. Só nos primeiros cinco anos, se chegaria a um percentual de 70% de docentes doutores.

Para atingir tal meta, os professores propõem que os colegiados CEG e CPEG discutam e aprovem um projeto para os próxi-

mos dez anos, visando também à permanência do docente na instituição após sua qualificação, que inclui: afastamento dos docentes para a qualificação, sistema de substituição de docentes liberados, apoio à instalação de laboratórios de pesquisa e à atualização de bibliotecas.

Estará em pauta, também, um projeto acadêmico de qualificação docente específico para os Departamentos ou Unidades com menos de 70% de doutores. Algumas unidades nesta situação foram destacadas: Belas Artes, Escola de Música, Serviço Social, Faculdade de Direito, Nutrição, Contabilidade, Administração, alguns departamentos da Faculdade de Letras, Geociências, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Comunicação, Educação e Educação Física. O texto ressalta, ainda, que os concursos para docentes da UFRJ têm sido direcionados aos doutorados. Tal exigência não valeria para estas áreas, já que não há uma política de formação neste nível para as mesmas.

O documento solicita que o Sistema Institucional de Gestão Acadêmica (Sigma) seja aprimorado. O objetivo é ter um quadro mais detalhado da relação titulação docente/distribuição por Área de Conhecimento.

Dados apresentados pelas sub-reitorias

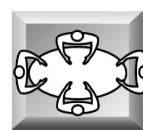
- 153 cursos de Pós-graduação *stricto sensu*
- 3.472 professores formam o corpo docente da universidade
- 438 são graduados
- 137 têm diploma de Especialização
- 972 são mestres
- 1.922 têm doutorado
- 3 professores cursam, atualmente, Especialização
- 44 estão inscritos em curso de Mestrado
- 258 estão inscritos em curso de Doutorado
- 16 exercem atividades de Pós-doutorado

Sessenta milhões para hospitais universitários

De acordo com notícia veiculada pelo MEC, em 16/10, a proposta orçamentária de 2001 – que aguarda aprovação do Congresso Nacional –, prevê o repasse de R\$ 30 milhões para os hospitais universitários pelo Ministério da Educação. Estes recursos, somados a outros R\$ 30 milhões, também previstos no orçamento do Ministério da Saúde, vão constituir o Programa Interministerial de Apoio à Manutenção dos Hospitais Universitários.

STJ julga FGTS

O Superior Tribunal de Justiça vai retomar no próximo dia 25 de outubro o julgamento das ações de cobrança da correção de perdas impostas por planos econômicos às contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O presidente do tribunal, ministro Costa Leite, advertiu o advogado-geral da União, Gilmar Mendes, para que o governo não demore a encontrar uma solução para o pagamento da correção a todos os trabalhadores do País. O julgamento de ações no STJ estavam suspensos à espera de decisão do STF, que, em agosto, resolveu pela constitucionalidade da correção dos planos Verão e Collor (abril de 1990).



Rápidas do CEG

O sub-reitor de Graduação, Ricardo Gattass, informou que o adiantamento do Prograd (tabela divulgada no boletim da Adufrj de 9 de outubro) foi finalmente passado no dia 17/10 para as Unidades.

Para explicar o orçamento da UFRJ em 1999, o sub-reitor Maurício Arouca foi convocado a falar em uma reunião conjunta CEG/CEPG na próxima quarta-feira (dia 25).

Haverá abertura do edital de alienação do imóvel da UFRJ na avenida Chile, na próxima segunda-feira (23/10), às 10h30, no auditório do 8º andar do prédio da reitoria.

Com a proximidade do fim de ano, o assunto dos professores substitutos e a distribuição de vagas pelas diversas Unidades da UFRJ voltam a freqüentar a pauta do CEG nas próximas sessões. Outro tema recorrente nesta época é o concurso de vestibular 2002. A antecipação se explica para sinalizar ao ensino médio as eventuais mudanças e dar o tempo necessário para a adaptação do ensino no terceiro ano do antigo 2º grau.

CEG pede a retomada das atividades de extensão da EEFD

O Conselho de Ensino e Graduação aprovou, em 18/10, um encaminhamento urgente ao reitor para revogação da portaria que suspende as atividades de extensão da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD). A única ressalva feita pelo conselho se deu em relação à atividade denominada Clube Escolar, na qual faleceu a menina de 13 anos. Uma comissão do colegiado fez um parecer no qual observa a condição de regularidade de todas as demais atividades da Escola, à exceção da citada atividade que não possui um convênio assinado entre a UFRJ e a Secretaria Municipal de Educação.

Embora a própria SME tenha assumido os encargos do enterro da menina, a falta de uma cobertura legal não foi aceita pelos conselheiros. Para continuidade de tal atividade, os conselheiros exigem o convênio formal. A comissão do colegiado estranhou, inclusive, que, no dia da visita à EEFD, o Clube Escolar desse sinais de continuação da atividade. O sub-reitor Gattass garantiu que pediria a Vilhena para revogar a portaria naquele mesmo dia.

Grupos de Trabalho da Adufrj

Carreira

20 de outubro - sexta-feira

Horário: 14h

Local: Sede da Adufrj-SSind

Seguridade Social

25 de outubro - quarta-feira

Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/
UFRJ

Vida no *Campus* UFRJ no limite

Os quatro
elementos que
faltam à
universidade:
água, energia,
estrutura e verba

Página 3

EMPREGO PÚBLICO

Vice-presidente
da Seção Sindical
de Pelotas debate
carreira docente
e emprego
público

Página 4

Conselho de Representantes

17/10

TERÇA-FEIRA

18:30

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

PAUTA

41º Conad

Periodização

Prograd 2000

Fundos Setoriais de C&T

AUFERJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br

Ano VII nº 14 • 16 de Outubro de 2000

Ilustração/Roberto Houaiss

O lobby da UFRJ



Reitoria monta comissões para os Fundos Setoriais

Sub-reitor apresenta ao CEPG sua estratégia para conquistar parte da verba de um bilhão de reais destinada à pesquisa nacional

Páginas 6 e 7



Editorial

Ouro de tolo

A implantação de uma política de distribuição de verbas para os cursos de graduação da UFRJ é uma antiga reivindicação da comunidade. O recente anúncio do Prograd 2000, um “programa de repasse de recursos aos Coordenadores de Graduação das Unidades com a finalidade de fomentar as atividades de graduação”, de acordo com a mensagem de “Boas Notícias” enviada aos professores pela sub-reitoria de ensino para graduados, gerou grande expectativa. Afinal, que curso ou unidade não gostaria de dispor de melhores condições para realizar suas atividades acadêmicas nesses tempos de crise? O primeiro impulso seria aceitar esses recursos sem questionar sua origem ou condições para obtê-los – diz o ditado que cavalo dado não se olha os dentes. O simples fato de haver uma proposta com critérios estabelecidos já seria um avanço. Mas a história de descaso crônico em relação à graduação até aqui, que deixou à míngua por tanto tempo os cursos das diversas unidades da UFRJ, indica que é melhor ter prudência antes de festejar.

A primeira questão que surge é quanto à origem dos recursos que hoje estão sendo oferecidos pelo programa. A versão inicial e simplória oferecida pela sub-reitoria numa reunião do CEG é muito pouco convincente – os recursos teriam sido “poupados” de outras rubricas através de algum tipo de programa de austeridade, que teria “enxugado” gastos com serviços telefônicos, de energia elétrica e coisas do gênero. Entretanto, em nenhum momento houve a divulgação de campanha ou processo administrativo com esse objetivo, nem quais seriam as metas a alcançar. E se fosse o caso, onde estariam os focos de gastadores contumazes daqueles serviços? Que

medidas foram tomadas para estancar a sangria e gerar a sobra de recursos? Esta disponibilidade será permanente ou é circunstancial – já se está pensando na próxima reitoria? Se era tão simples, porque não foi realizado antes?

Por outro lado, a situação financeira das unidades, a julgar por um levantamento preliminar que a Adufrj está realizando, vai de mal a pior, pois o repasse de recursos virtualmente não vem ocorrendo, os montantes são irrisórios e não há regularidade. O orçamento parece ser uma verdadeira obra de ficção – não há planejamento, plano aprovado, nem acompanhamento de execução; os critérios de distribuição de recursos são arbitrários e subjetivos. Este quadro é problemático não só pela deterioração das condições de ensino em geral, como também por fazer dos diretores verdadeiros reféns políticos da administração central, que tem o poder quase absoluto de suprir, pelo menos em parte, as necessidades das áreas de seu interesse imediato. Junto do Prograd deveria estar sendo feita uma discussão mais geral de critérios transparentes de distribuição de quaisquer recursos para toda a Universidade.

O segundo aspecto problemático da proposta está na vinculação dos recursos a reformas curriculares de acordo com a nova periodização definida na resolução conjunta CEG/CEPG 01/99. A exigência de 200 dias aula por período letivo vai aumentar, e muito, a carga didática dos professores. Além disso, vai restringir a possibilidade de férias e de reposição de aulas devido a qualquer motivo (saúde, feriados, participação em congressos, etc). A divisão em módulos vai tender a transformar as atuais discipli-

nas em disciplinas curtas de um módulo e, conseqüentemente, haver redução do número de períodos para a integralização dos cursos, ou seja, pode-se formar mais alunos em menos tempo. Esta tendência é inevitável, até porque o número de alunos e de formandos por professor é um dos principais índices para a candidatura aos recursos. Entretanto, parece que está em segundo plano a qualidade dos cursos e dos alunos formados, uma vez que apenas os quantitativos são considerados. A experiência hoje com o ensino básico de graduação aponta para a necessidade de maior tempo de trabalho dos conteúdos com os alunos em sala de aula ou fora dela – a prioridade deveria ser utilizar mais tempo para formar melhor e não aumentar a carga para formar em menos tempo ou com mais conteúdos.

Em resumo, permanece a dúvida se não estaria em curso apenas uma velha estratégia comercial: oferecer o mesmo produto (os recursos que as unidades já deveriam estar recebendo há muito tempo) com uma nova e vistosa embalagem (um programa de apoio à graduação), mas a um preço muito maior (uma reforma curricular de acordo com a nova periodização, aumento da carga de trabalho de alunos e professores, sacrifício da qualidade em prol da produtividade medida pela quantidade de alunos formados ou a velocidade de conclusão dos cursos). Esta situação lembra ainda o paradoxo das tentativas de negociação durante os embates de uma greve, por exemplo. À certa altura dos acontecimentos é comum ouvir do governo que ele só negocia se a greve terminar, oferecendo como vantagem ou concessão a volta ao que era antes, ou seja, o retorno às

condições que teriam originado a própria greve! Neste caso, porém, as conseqüências podem ser muito mais graves – uma reforma curricular geral atrelada a critérios quantitativos de desempenho para obtenção de recursos pode ser um passo em falso, sem retorno.

O Prograd, porém, é apenas um dos elementos na complexa rede de fontes de financiamento da UFRJ e das universidades públicas em geral. A falta de recursos orçamentários tem levado à busca de fontes alternativas que passam por convênios de prestação de serviços a cursos pagos de extensão ou pós-graduação, o que deveria causar certa estranheza numa instituição de ensino de graduação gratuito, mas é encarado com grande naturalidade em quase toda a universidade.

Mais recentemente, foram criados (ainda estão surgindo novos fundos) e estão sendo regulamentados os fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico, em que parte dos recursos serão repassados às universidades por meio de critérios muito parecidos aos do Prograd (número de alunos, formandos, etc). Os recursos desses fundos, porém, serão destinados à graduação e à pós-graduação, de acordo com as unidades afins aos respectivos setores de origem dos recursos. A sub-reitoria de ensino para graduados já apresentou sua proposta de constituição de comissões por setor para a gestão das verbas que vierem através desses fundos, incluindo as respectivas unidades candidatas. A comunidade acadêmica, mais uma vez, pode estar ficando à margem dos acontecimentos e deve lutar pelo direito de participar deste debate.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação:** Sandra Martins de Souza – Titular; Marcos Vinícios P. Andrade – Titular e Clóvis de F. Neves Filho – Suplente **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha – Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros – Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva – Titular e Roberto Houaiss – Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso – Titular e Regina Helena Simões Barbosa – Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto – Titular e Sara Granemann – Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira – Titular e Marcos Aguiar de Souza – Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes – Titular e Marcos Antônio C. da Silva – Titular.

Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **ilustração de capa:** Roberto Houaiss **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Vida no Campus

UFRJ no limite

Em 16 de setembro, uma tubulação de água arrebentou no segundo andar do Instituto de Matemática, na área do Centro de Tecnologia. O resultado desse triste acontecimento foi uma série de prejuízos: divisórias de madeira comprometidas, livros raros danificados, mau cheiro e equipamentos de informática perdidos, entre outras baixas. A situação revela apenas uma ponta do problema que vive a maior universidade federal do país. Sem recursos do governo, a estrutura antiga começa a apresentar sua "conta". Em cada Centro, várias reclamações e nenhum dinheiro para resolver.

No Centro de Ciências da Saúde (CCS), todas as principais dificuldades estão relacionadas à água. Após 30 anos, a cobertura do Centro mostra sinais de fadiga e, quando as chuvas vêm, as infiltrações são comuns em toda a parte. A falta de uma caixa d'água também é motivo de preocupação. "Quando a Cedae, por alguma razão, cessa o fornecimento, imediatamente todo o Centro fica sem água. Estamos com um projeto em análise na reitoria para resolver essa situação", afirma o decano Sérgio Fracalanza. A rede de incêndio também precisa ser refeita, com instalação de novas mangueiras e compra de mais extintores. O decano chama a atenção para o fato de que a infra-estrutura do CCS dá suporte a vários cursos de graduação

e pleiteia uma verba junto ao Prograd. "Todas as áreas comuns (banheiros, corredores etc) são de responsabilidade da decania", disse.

No Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o limite está na parte elétrica. De acordo com a superintendente do CCJE, Maria Vânia, a fiação está exposta em alguns lugares, além de funcionar na capacidade máxima. "Não tem como ligar um computador a mais nesta rede", comenta. No Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), a superintendente do CFCH, Iza Labelle, também sabe que o verão que se aproxima é sinônimo de panes. "A Praia Vermelha tem um problema sério com seu gerador de energia. No verão, quando os computadores e os refrigeradores de ar estão todos ligados, temos quedas de luz de vez em quando", diz.

Para Iza, outra preocupação é o estacionamento em torno do Palácio Universitário. "A trepidação e o gás carbônico emitido pelos carros está destruindo aquele prédio tombado pelo IPHAN", afirma. A superintendente disse ainda que estaria sendo feito um recadastramento dos veículos para detectar quem não é estudante, funcionário ou professor da UFRJ no *campus*. No futuro, a idéia é limitar o acesso de alunos, deixando o espaço garantido de professores e funcionários. Essas mudanças terão o objetivo de otimizar o

estacionamento e de preservar o prédio tombado (o que a superintendente não contou foi que a taxa de uso do estacionamento iria subir de R\$5 para R\$15 por ano, a serem pagos até 6 de novembro, de acordo com matéria do Jornal do Sinfufjr, de 9/10).

No Centro de Tecnologia (CT), o problema é a soma das dificuldades dos Centros anteriores relacionadas à água e à energia. O chefe de manutenção do CT, Waldir Pinto, comenta que o Centro recebe, em suas tubulações, uma pressão muito forte das linhas de fornecimento da Cedae. "Ao que parece, o CT é o primeiro prédio a ser abastecido dentro do Fundão e a água entra com muita força nas tubulações". Para Waldir, essa é a explicação para o ocorrido no Instituto de Matemática. "Volta e meia, estou aqui no fim de semana fechando registros para tentar impedir cenas como aquela", completa, acrescentando que o CT também não possuiu uma caixa d'água e está à mercê, portanto, do abastecimento da Cedae. As subestações de energia constituem outra fonte de problemas para Waldir. "Quando chega o verão, cai todo o sistema", corroborando com as denúncias dos colegas dos Centros da Praia Vermelha.

No Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), as atenções da superintendente Marinalva Soares estão

voltadas para cima. Os telhados do bloco F2 e a pérgula que faz a cobertura do corredor principal estão bastante deteriorados. "A laje está danificada pelo tempo e partes da sustentação de ferro estão expostas. Não é uma ameaça por enquanto, mas precisamos ver isso logo", diz.

Se no CCS o problema está no telhado, no Centro de Letras e Artes (CLA) é o contrário: o prédio da reitoria sofre com a presença de um lençol freático que compromete a sua estrutura. "As ferragens são corroídas e o cimento começa a esfarelar", afirma a ex-coordenadora do sistema de manutenção do CLA, Rejane Gadelha. Além disso, existem focos de vazamento da rede de esgoto local, que caem diretamente nos cabos de energia do prédio. A longo prazo, os tubos de ferro que cobrem os cabos estão sendo deteriorados e existe risco de curto-circuito, incêndio e conseqüente falta de luz. De acordo com o eletricitista Ageildo Gomes, os vazamentos são constantes e já causaram vários prejuízos às instalações do primeiro andar do prédio.

Nota da Redação: a reportagem da Adufrj-SSind limitou-se às áreas dos Centros. Unidades isoladas ou órgãos suplementares da UFRJ certamente têm seus problemas, mas não havia condições de relacionar todos os prédios a tempo desta publicação.



REFLEXO DA DETERIORAÇÃO QUE VIVE A ESTRUTURA DA UFRJ, A PÉRGULA PRESENTE NA BIBLIOTECA CENTRAL DO CCS TERÁ QUE SER DEMOLIDA. COM MUITAS RACHADURAS, HÁ O RISCO DE DESABAMENTO E QUEBRA DOS VIDROS QUE FAZEM O CERCADO DE UM JARDIM LOCALIZADO NO INTERIOR DA BIBLIOTECA. COMO HAVIA O RISCO DE FERIR ALGUÉM, A OBRA EXIGIU A INTERDIÇÃO PARCIAL DO LOCAL. DE ACORDO COM A BIBLIOTECÁRIA-CHEFE DO CCS, ROSANE APPARÍCIO, A IDÉIA É SUBSTITUIR A PÉRGULA POR UM MATERIAL MAIS LEVE E TRANSPARENTE DENTRO DE UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO TOTAL DA BIBLIOTECA. "NÓS QUEREMOS TROCAR ESSA VEGETAÇÃO E PÔR ALGUMAS MESINHAS EM VOLTA DO NOVO JARDIM PARA CRIAR UM AMBIENTE MAIS DESCONTRAÍDO", CONTA.



Emprego Público

O velho discurso novo do governo para a carreira



Realizado em 29/9, no auditório do Centro de Tecnologia, o debate sobre Carreira e Emprego Público teve como convidado o vice-presidente da seção sindical da Universidade Federal de

Pelotas e encarregado de Assuntos Jurídicos do Andes-SN, Luiz Lucas. O professor fez um histórico da luta do movimento docente em torno da carreira unificada e do contra-ataque do governo. No debate, Lucas discorreu ainda sobre a proposta de Emprego Público para as Ifes que está circulando no meio universitário e as estratégias para enfrentar essa ameaça.

Para o professor Lucas, as medidas a serem enfrentadas no momento não passam de uma recuperação de propostas governamentais antigas. “O que há de novo nesta conjuntura é que as coisas aparecem muito mais costuradas, elas têm maior lógica interna e, na realidade, compõem um modelo”, disse. Para o professor, esse modelo se aplica muitas vezes na base da tentativa e erro. Algumas idéias passam, outras não. Depois o governo se preocupa em dar uma nova “roupagem” ao que não passou e faz-se uma tentativa posterior. “A lógica desse projeto é a lógica da segmentação”, comentou.

O professor explicou que o governo atuou em duas frentes no início do governo FHC: reformas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que conseguiu as maiores vitórias para “eles” e pelo MEC. “As propostas do MEC não tiveram tanto sucesso”, analisou. Não se conseguiu, por exemplo, impor o projeto de

autonomia universitária. As propostas vitoriosas do MEC foram a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), que representam uma maneira de tornar precário o trabalho docente, instituindo o pagamento por tarefa e rompendo a isonomia. “Primeiro entre aqueles que estão na ativa e os aposentados e depois, entre as universidades, na medida em que a definição dos critérios para implementação da GED varia de instituição para instituição”, comentou.

“O que se tinha de ruptura da isonomia nas universidades, no passado, era em grande parte decorrente de decisões judiciais. A partir da GED, a ruptura começa a estar já no interior das normas. É a própria regulamentação que estabelece as diferenciações”, continuou.

A argumentação do governo para impor essas medidas está em criar um “produto” melhor para os cidadãos “consumidores”. Tudo aquilo que se construiu ao longo do tempo sob a justificativa de política social se separa cada vez mais do Estado. É nessa lógica, que se formou, em 3 de março, um grupo de trabalho para elaborar o projeto de lei que, no âmbito da educação, cria o emprego público. “A gente tem duas versões: a segunda, tomamos conhecimento recentemente”, esclarece Lucas.

Crítica do projeto

Segundo Lucas, esta última versão não se distancia muito da primeira. “A proposta de carreira não muda muito. Em alguns momentos, poderia até se aproximar um pouco da carreira que defendemos. Encontramos aí a categoria de professor Associado, que por denominação, pelo menos,

aparece na nossa carreira também”, disse.

As características destacadas pelo professor da UFPel no projeto são: a carreira começa com o professor Assistente e não existe mais o professor Auxiliar. O ingresso na carreira é com o mestrado, seguida do Adjunto, do Associado e, finalmente, do Titular. Fora da carreira, existem outras categorias que compõem a força de trabalho docente. Por exemplo, os auxiliares de ensino (esses são contratados a título precário – uma espécie de professores substitutos) e mantém-se os substitutos, que em alguns momentos são chamados de professores Colaboradores. “Ou seja: as formas precárias continuam e aumentam”, disse. Outra discriminação flagrada pelo professor é em relação à carreira de 1º e 2º graus. Os CAP não aparecem no texto.

O artigo 66 da última versão expõe com clareza a intenção de não se continuar com o RJU. “Nós teríamos, em caso de aprovação, dois regimes nas universidades: RJU e o emprego público”, falou. Consolidando-se a extinção do RJU, não se podem fazer novos concursos, o que significa que a atual carreira termina em adjunto. Não há como passar sem concurso para o outro nível. Os que estão no RJU somente irão para o novo regime por novo concurso. Detalhe: nesse caso, quem estiver no RJU desde que este foi criado e passar para a nova carreira terá ficado num limbo do qual sairá sem aposentadoria integral e sem o FGTS. O governo poupa as duas coisas.

Para Lucas, o bloqueio dessa decisão depende de mobilização. E ele faz um alerta: “Nós temos não só que nos opor ao que está aí, mas recompor o RJU, que sofre com generalizado processo de privatização interna. Temos que fazer trabalho enor-

me de pressão em cima dos reitores e dos conselhos universitários. Uma coisa que pode pesar um pouco é que os reitores são regidos pelo RJU, e a situação pessoal deles também em jogo”, disse.

Sobre a privatização interna da universidade, citou os convênios para a formação de professores com as prefeituras, as empresas montadas por docentes dentro dos *campi*, os vestibulares cada vez mais lucrativos. “Dinheiro vai para fundação de apoio e ninguém sabe como é usado. Minha universidade fazia um concurso por ano, com duas entradas em dois períodos. Agora, são dois vestibulares e as datas são arranjadas para não coincidir com os vestibulares de outras instituições”, contou.

Para fechar o debate, o presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, questionou se o vazamento dessas informações pelo MEC não seria uma estratégia de convencimento da sociedade. “Quanto mais tempo fica exposta uma idéia ruim e aparecem as pequenas correções, a proposta se torna mais aceitável. Espero que os professores não se desinteressem de uma ameaça como essa”, disse. Sanglard ainda analisou que a estabilidade do serviço público objetiva dar uma autonomia dos servidores em relação ao governo. “Nós não somos empregados do governo FH, mas da sociedade”. Em relação ao reduzido número de professores que compareceram ao auditório do CT naquela tarde, o presidente da Adufrj-SSind concluiu que as pessoas ainda não se deram conta das consequências graves do projeto. “Talvez a estratégia seja, nesse primeiro momento, discutir mais localmente nas Unidades, pois nós devemos estar bem preparados e organizados para enfrentar essa proposta”, afirmou.

Kant não serve para universidade brasileira

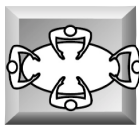
Presente ao debate de carreira, o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, comentou que a própria liberdade acadêmica está em jogo na proposta de emprego público do governo. Só para exemplificar, Leher lembrou que o primeiro reitor da Universidade de Brasília após o golpe de 1964 demitiu quinze professores sob as mais diversas alegações. Logo a seguir, outro reitor demitiu mais docentes. “A produção de

conhecimento requer crítica. Pelo projeto que está aí, se você não conseguir produzir resultados imediatos, pode haver demissão por insuficiência de desempenho. Ou seja: o docente corre o risco de ser mal avaliado ao se dedicar a um projeto que requeira um prazo mais longo do que outros, podendo ser induzido a realizar trabalhos superficiais e aligeirados para avaliação do MEC.”

Leher aproveitou para contar a história de uma audiência com o ministro interino da Educação, Luciano Patrício, durante a greve dos SPFs. Falava-se da GED e da sua inadequação para avaliar o trabalho do professor universitário. O presidente do Sindicato Nacional citou o filósofo Emmanuel Kant, que levou onze anos para escrever a *Crítica da razão pura*. E, nesse período, quase não teve outra publicação. Retrucou

o ministro: “Esse tal de Kant não poderia trabalhar na universidade brasileira e seria ótimo, porque é um professor improdutivo”, disse.

Nesse caso, podemos concluir que até mesmo Marx – apesar de levar 16 anos aproximadamente para concluir sua pesquisa sobre a ordem burguesa –, com sua obra *O Capital*, seria considerado improdutivo. O que dizer dos estudos de FHC?



Prograd 2000

Parte do Prograd vira Prolig

O Prograd 2000 se transformou completamente em sua reta final. O programa de fomento à graduação não terá mais a chamada relativa às metas acadêmicas das Unidades da UFRJ. A única chamada que permanece inalterada é aquela relativa aos atuais indicadores de desempenho. É com o resultado dessa etapa que será eventualmente corrigida a tabela com os valores divulgados no último boletim da Adufrj-SSind (9/10). Montante de dinheiro que, até o fechamento desta edição (11/10), os conselheiros ainda não sabiam o paradeiro. Gattass não tinha explicação para o repasse não ter sido feito até então. Tentou se justificar, afirmando que passou toda a documentação necessária à distribuição para a SR-3. Ele disse que, ao fim daquela sessão, voltaria a pressionar aquela sub-reitoria.

A novidade da reitoria em relação à decisão do CEG de distribuir R\$ 10 mil para cada Laboratório de Informática da Graduação (LIG) da universidade foi a criação do Prolig (Programa de Apoio aos Laboratórios de Informática para Graduação). De acordo com documento distribuído aos conselheiros, o Prolig seria um projeto aditivo à iniciativa conjunta do CEG e CEPG que criou os laboratórios. Serão alocados R\$ 550 mil para essa finalidade exclusiva de adquirir equipamentos e programas de computação (são 55 LIG)

Para submeter-se ao Prolig, os LIG deverão preencher planilha de utilização dos equipamentos disponíveis para alunos de gradua-

ção e enviá-las para a SR-1 até 30/10. Os equipamentos serão distribuídos prioritariamente nos LIG de maior taxa de utilização – a avaliação dessas planilhas será feita pela equipe que coordena o projeto LIG, a cargo do professor Nivalde Castro.

Diretor analisa emergência no HU

O diretor do Hospital Universitário, Amâncio Paulino, esteve presente na última sessão do CEG (11/10) para responder às constantes solicitações dos conselheiros para um pronto-atendimento no prédio do HU. Para o colegiado, constitui-se um absurdo o fato de um hospital do tamanho do Clementino Fraga Filho não disponibilizar uma emergência para o corpo social da UFRJ.

Amâncio retrucou que a missão social do HU é atividade assistencial mais voltado para a alta complexidade dos tratamentos, com a devida ligação com ensino e pesquisa. O diretor fez um breve histórico do atendimento de emergência para o público externo no local e da excessiva demanda que isso gerou. “Hoje, a emergência é voltada apenas para os clientes desses tratamentos mais complexos e vive totalmente lotada”, comentou.

A proposta do diretor do HU para o colegiado foi ajudar na criação de um pronto-atendimento na ilha do Fundão, sem quebrar a missão do hospital. “O HU funcionaria como uma retaguarda desse posto”.

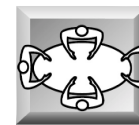
Serviço de Emergência responde críticas

Na mesma sessão do CEG, foi distribuído aos conselheiros um documento assinado pelo chefe do serviço de emergência do HU, professor Marcos Freire, destinado ao diretor da Escola de Educação Física. O texto dá a versão da emergência para o caso da menina Giselle Nascimento Sobral, de 13 anos, que participava da atividade Clube Escolar e faleceu.

Segundo o relato de Freire, a paciente foi prontamente recebida no HU pela porta de serviço por uma médica da equipe e já se encontrava em estado de parada cardíaco-respiratória, sem pulsos periféricos. “Após cerca de 40 minutos de tentativa de reanimação cardiopulmonar sem sucesso, foi constatado o óbito. Em seguida foram realizados os procedimentos legais que o caso implicava, encaminhando ao IML”, diz um trecho.

Freire reclama do depoimento do diretor da EEFD ao jornal O Globo, de 16/09, no qual afirma ter havido “demora no atendimento médico pelos componentes do SEM/HU”. Freire questiona a segurança na piscina da Escola. Entre outros pontos, o fato de não “haver sequer um salva-vidas nem muito menos um médico no setor para tais eventualidades, o que deveria ser pré-requisito”. No fim, o médico pede retratação à Escola para com o SEM/HU e seus profissionais.

O CEG ainda não decidiu o que fazer em relação às atividades suspensas da Escola de Educação Física.



CEPG

A discussão dos fundos setoriais se deu durante o expediente da sessão. Na pauta, estava prevista a discussão do processo de reestruturação do sistema informatizado de bibliotecas (SIBI). Ainda no expediente, foi informado que o SIBI está sugerindo às unidades que cortem as bases eletrônicas que contém somente resumos. Uma forma de economizar dinheiro, segundo a reitoria.

O professor Watanabe, do Centro de Tecnologia, informou que o colegiado está trabalhando em um projeto para aumentar a qualificação do corpo docente. A idéia é ampliar o percentual de doutores dos 54% atuais para 70%, em cinco anos. Segundo Watanabe, não existe nenhum programa estruturado atualmente para esta finalidade. O professor informou que a Capes, através do PICDT, disponibiliza apenas oito bolsas para doutoramento de professores da UFRJ, por ano. “Enquanto isso, a USP já está com mais de 80% de doutores em seu corpo docente”.

Gattass disse que a USP consegue este índice porque seu corpo docente não é totalmente estável. “Lá, só é estável quem tem doutorado e quem não tem estabilidade não conta”.

Mestrado

Profissionalizante

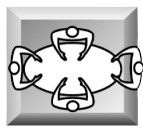
O representante discente Pablo Piras, citou a consulta feita à Procuradoria Geral da República sobre a inconstitucionalidade dos cursos pagos de mestrado profissionalizante já em vigor, inclusive, na UFRJ. A consulta foi feita pelo professor do CT e membro do Consuni, Oscar Rosa Mattos. O estudante estava preocupado com as implicações na regulamentação do CEPG para estes cursos de um possível parecer favorável à inconstitucionalidade. Para desgosto dos que defendem a universidade de balcão, a professora Lidia Sigaud informou que, se depender da comissão que vai avaliar os projetos de mestrado profissionalizante, a tendência é somente aceitar os cursos gratuitos. A íntegra do texto do professor Oscar pode ser lida no site da Adufrj www.adufrj.org.br.

Pós-graduação à Distância

O CEPG aprovou a seguinte comissão que vai trabalhar na regulamentação dos cursos de pós-graduação à distância: Marcos Borges (NCE), César Gonçalves (Copead), Cristiane Rose (FAU), Maria Emília (Letras) e Flávia Braga, representante discente.

Reestruturação à vista

A reitoria da UFRJ contratou (isso mesmo, “contratou”, segundo informes do professor Gattass, no CEPG) uma equipe da Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, sob a coordenação do professor Heitor Caulliraux, para realizar estudo e proposta de reforma administrativa da universidade. O recorte que está sendo proposto, em relação às sub-reitorias acadêmicas, é o de haver uma pró-reitoria de ensino, uma de pesquisa e outra de extensão. Qualquer semelhança com o projeto de autonomia do governo, que rompe com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, não é mera coincidência. Entre outras sugestões da equipe do professor Heitor, estaria a reestruturação do hospital universitário como uma unidade essencialmente de extensão.



Colegiados

Começa a disputa pelas verbas do MCT

Reitoria apresenta estratégia para concorrer aos Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

“Muito ajuda quem não atrapalha”. Foi com esta ‘democrática’ sentença que o sub-reitor de pós-graduação e graduação, Ricardo Gattass, apresentou ao Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa (CEPG) as idéias da reitoria para o que chamou de uma “articulação institucional” para concorrer às verbas dos Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os fundos setoriais são vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e foram aprovados recentemente no Congresso Nacional, em tramitação recorde nas duas casas legislativas. O próximo passo do MCT será definir os critérios para a regulamentação destes recursos. É aí que surge o lobby das instituições.

Segundo Gattass, a UFRGS e a UFMG saíram à frente na discussão interna sobre a participação destas instituições nos fundos. Fugindo a qualquer iniciativa mais democrática de discussão institucional a respeito dos fundos, a reitoria da UFRJ apresentou aos conselheiros, na última sessão do CEPG (6/10), um elenco de idéias de como “conseguir” uma parte do bolo destes financiamentos. Segundo o sub-reitor, o superintendente da SR1, Atila Freire, identificou com base nas *home-pages* das unidades os “possíveis candidatos” à verba do MCT.

Na véspera da sessão do CEPG, Gattass se reuniu com pesquisadores da UFRJ, ligados a programas do CNPq e Pronex e definiu como estratégia organizar comissões de três coordenadores para cada um dos Fundos. Os conselheiros do CEPG não gostaram deste formato e criticaram também alguns dos nomes elencados pela reitoria para as comissões que vão gerir

os recursos que a UFRJ vai captar.

Segundo Gattass, o trabalho dos coordenadores das comissões será mapear os “possíveis candidatos” e otimizar os esforços que serão envidados pela administração da universidade no sentido de interferir nas decisões do Ministério sobre a regulamentação dos fundos. De acordo com o sub-reitor, cada coordenador vai fazer indicações para os “comitês gestores” e depois relacionar os programas com os fundos.

Entre os nomes citados em dois documentos que circularam nesta sessão do colegiado (ver página 7) figuram professores que notadamente fazem parte da base de sustentação das políticas da reitoria. Muitos dos indicados são docentes e pesquisadores das áreas em questão, mas foram identificadas por alguns conselheiros algumas incoerências “acadêmicas” nos eleitos pela reitoria. Gattass disse que a proposta que circulava naquele momento não estava “fechada” e que ele estava aberto a novas sugestões dos conselheiros.

A professora Lidia Sigaud, representante do Museu Nacional, foi uma das que mais questionou a falta de critérios para a formação das comissões. “Como foi feita a distribuição de nomes e unidades que estão aqui apresentadas?”, perguntou, fazendo referência ao documento da reitoria que definia alguns dos coordenadores e unidades candidatas aos recursos de cada fundo.

Gattass respondeu que os nomes foram definidos com o propósito de “colocar alguém da UFRJ nos comitês gestores de cada fundo”, em Brasília.

“Qual a dinâmica?”, foi a pergunta que se seguiu. “Os coordenadores vão identificar grupos, organizações sociais

que podem concorrer aos recursos, já que os fundos virão vinculados às organizações sociais (agências de fomento). A idéia é copiar a articulação institucional que faz, por exemplo, a UFRGS ou a Coppe”, respondeu economicamente o sub-reitor, sem entrar em detalhes sobre esta ‘articulação’.

Democracia na gestão das verbas

O professor Marcio Estillac, do Instituto de Química, disse que a UFRJ deveria definir primeiramente o que é prioridade interna, ao menos, no que diz respeito às verbas do Fundo de Infra-Estrutura (20% dos recursos destinados a cada fundo setorial e de outros fundos destinados à C&T serão alocados para a infra-estrutura das universidades e instituições públicas de pesquisa do país). Márcio também sugeriu que os nomes que comporão as comissões internas da UFRJ passem pela aprovação dos colegiados superiores. Gattass não viu sentido na proposição dizendo que estes “cargos” não seriam regulamentados institucionalmente, não havendo, portanto, necessidade de aprovação dos nomes destas instâncias.

Alguns conselheiros, como Márcio, consideraram que esta é uma questão de ordem política e não meramente acadêmica, pois trata-se de gestão de verbas e, ao menos no CEPG, estas comissões deveriam ser aprovadas.

Márcio foi adiante nas suas argumentações a favor de um debate mais amplo sobre a gerência dos fundos. “A UFRJ deve decidir o que ela quer. Um dos coordenadores aqui listados (no documento da reitoria) é diretor do Instituto de Física que, há algum tempo, vem

reivindicando a construção de um prédio para sua unidade”, disse, reafirmando a necessidade de se democratizar este processo. “Uma coisa é um grupo particular de determinada pesquisa, outra coisa é a gestão dos recursos para esta universidade – a questão não é técnica, é política”, fez coro a professora Lidia.

Incoerências

No decorrer das discussões do CEPG, Gattass passou por algumas “saídas justas” ou pequenos constrangimentos. Os nomes dos coordenadores das comissões da pós-graduação e da graduação são exatamente os mesmos, questão para a qual o sub-reitor não teve resposta. As unidades das áreas humanas, à exceção da Comunicação, não apareceram no documento que a reitoria apresentou. No entanto, a única decania presente como candidata às verbas é justamente a do CFCH, cujo decano, Carlos Messeder, foi o único que não bateu de frente com Vilhena na ocasião da sua nomeação pelo MEC.

Esta talvez tenha sido a pior ‘saída justa’ para Gattass. Como explicar que a única decania listada pela reitoria para concorrer a fundos de petróleo, saúde, informática, transporte, energia, telecomunicações (até aí, tudo bem, mas e as unidades?), recursos hídricos, mineral, espacial, e aeronáutico foi justamente a da área de humanas? A resposta foi que esta é a única decania que tem programa de pós-graduação. Mas decania não é unidade de ensino, não podendo oferecer cursos, e o próprio CEPG já regulamentou esta questão. E agora, Gattass?

Fundos Setoriais vão disponibilizar R\$ 1 bilhão para a C&T

Cerca de 1 bilhão de reais estará disponível para energia elétrica, espacial, recursos hídricos e transportes através dos Fundos Setoriais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O orçamento previsto pelo CNPq para 2001 continua na casa dos 15 milhões de reais para o fomento à pesquisa nacional.

Os fundos setoriais estão assim configurados:

Petróleo - CTPetro - Fundo criado em 1999 com recursos de *royalties* da produção de petróleo e gás natural. Para financiamento de programas de amparo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico do setor petrolífero e à formação de recursos humanos. Por lei, 40% deste fundo destinam-se às regiões Norte e Nordeste.

Em 99, foram aplicados R\$ 37 milhões e a previsão para 2000 é de R\$ 150 milhões, totalizando R\$ 900 milhões até 2003.

Energia Elétrica - Fundo destinado a programas e projetos na área de energia, com especial ênfase na área de eficiência energética no uso final. Fonte de financiamento: Empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, num percentual variável de 0,75% a 1% da receita operacional líquida. Uma parcela desses recursos será repassada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e administrada pelo FNDCT.

Recursos Hídricos - Fundo destinado a estudos e projetos na área de recursos hídricos, com recursos provenientes da arrecadação baseada na compensação financeira. O objetivo é gerar uma base de conhecimentos e tecnologias a fim de subsidiar os diversos agentes privados e públicos no novo ambiente institucional e descentralizado que está se consolidando no setor. Fonte de financiamento: 4% da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica (equivalente a 6% do valor da produção de geração de energia elétrica).

Transportes - Fundo para estudos e projetos na área de transportes, com recursos provenientes da arrecadação sobre os contratos realizados com operadoras de telefonia, empresas de comunicação e similares que utilizem a infra-estrutura de serviços de transporte terrestre da União. Além dos aspectos tecnológicos de pavimentação e sinalizações horizontais e verticais, a pesquisa no setor de transporte abrange aspectos relacionados aos impactos sobre o meio ambiente, a segurança, os efeitos legais, entre outros. Fonte de financiamento: 10% da receita arrecadada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - em contratos firmados com operadoras de telefonia, empresas de comunicações e similares, que utilizem a infra-estrutura de serviços de transporte terrestre da União.

Mineração - Destinado a programas e projetos na área das atividades do setor. Será financiado por recursos provenientes da compensação financeira das empresas detentoras de direito de mineração. Fonte de financiamento: 2% da Compensação Financeira do Setor Mineral (CFEM) devida pelas empresas detentoras de direitos minerários.

Interação Universidade-Empresa - Intensificar a cooperação tecnológica entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo em geral, contribuindo, assim, para a elevação significativa dos investimentos em atividades de C&T no Brasil nos próximos três anos. Fonte de financiamento: Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimento tecnológicos do exterior. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste deverão receber, no mínimo, 30% dos recursos arrecadados.

Espacial - Estimulo à pesquisa e ao desenvolvimento ligados à aplicação de tecnologia espacial na geração de produtos e serviços, com ênfase nas áreas de elevado conteúdo tecnológico, como as de comunicações, sensoriamento remoto, meteorologia, agricultura, oceanografia e navegação, o que implicará amplo benefício a toda sociedade. Fonte de financiamento: Parcela da receita auferida com o lançamento comercial de satélites e foguetes de sondagem, utilização de posições orbitais, comercialização dos meios de rastreamento de foguetes e concessão de licenças e autorizações pela Agência Espacial Brasileira (AEB).

Fundos criados por decreto:
Saúde - Decreto de 3 de abril de 2000.

Agronegócios - Decreto de 3 de abril de 2000.

Aeronáutica - Decreto de 3 de abril de 2000

Fonte: Site do MCT - www.mct.gov.br/temas/fundos/

FUNDOS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ORGANIZAÇÃO	PTNÃO-IC	SAÚDE	AGRICULTURA	TRANSPORTE	ENERGIA	TEL. E COMUNICAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS	MINERAÇÃO	ESPACIAL	FUNDO DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA	RECURSOS HÍDRICOS
CTPetro											
Energia Elétrica											
Recursos Hídricos											
Transportes											
Mineração											
Espacial											
Interação Universidade-Empresa											

FUNDOS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

ORGANIZAÇÃO	SAÚDE	AGRICULTURA	TRANSPORTE	ENERGIA	TEL. E COMUNICAÇÃO	RECURSOS HÍDRICOS	MINERAÇÃO	ESPACIAL	FUNDO DE INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA	RECURSOS HÍDRICOS
CTPetro										
Energia Elétrica										
Recursos Hídricos										
Transportes										
Mineração										
Espacial										
Interação Universidade-Empresa										



Opinião/Almir Fraga Valladares*

Diretor da Medicina avalia PROGRAD 2000

Documento enviado em 18/9/00 ao Conselho do CCS pelo Diretor da Faculdade de Medicina

O PROGRAD

O programa enquanto idéia de avaliação continuada dos cursos de graduação das diversas Unidades acadêmicas, baseada em indicadores de qualidade, merece ser aproveitado e discutido em profundidade e sem açodamento, considerando a prudência necessária e desejável, quando se busca estabelecimento de indicadores. Se não houver estudos adequados e diferenciados, há o risco de comparações com indicadores iguais de situações totalmente diferentes e de construirmos um monstro, o qual naturalmente far-se-á assustador, com risco de necrose de algumas de suas partes por falta de oxigenação. Para a própria Faculdade de Medicina, que tem três cursos de graduação diferentes (Medicina, Fisioterapia e Fonoaudiologia), os indicadores teriam inevitáveis variações em suas aplicações e ponderações. É absolutamente diferente graduar com qualidade um Médico, um Fisioterapeuta e um Fonoaudiólogo.

Indicadores e Simulações:

Não temos familiaridade com números, nosso adestramento é para cuidar de seres humanos. Quando o fazemos e ensinamos estudantes a fazê-lo, afirmamos "não haver doenças e sim doentes", considerando as peculiaridades de cada pessoa e suas reações biológicas, psicológicas e sociais. Mesmo em se tratando de números, cremos, este mesmo princípio não é desmentido. A aplicação dos mesmos e dos índices deve considerar especificidades.

Os índices sugeridos e aplicados igualmente a todos os cursos das diversas áreas, nas diversas simulações, criou distorções preocupantes. Neste ser humano, assim resultante desta en-

genharia matemática, estaria o cérebro sendo nutrido pela artéria coronária e o coração pela carótida, para não citar outras anomalias congênitas mais graves! Exemplificando o risco destes índices, talvez sugeridos e utilizados precipitadamente, usamos as próprias simulações apresentadas apenas em relação à Medicina e os recursos resultantes dos cálculos:

Simulações:

A=R\$1.436,31; B = 1 . 5 1 5 , 1 6 ;
 C=R\$1.419,04; D=R\$1.534,51
 e simulação extra=R\$55.076,60.

Algo está diferente, por que enorme variação na simulação extra? Em nosso modesto entendimento é fundamental aprofundar a reflexão e certamente consultar diretamente a direção da Unidade envolvida.

Não cometeríamos a descortesia de comentar outras Unidades, mas mostraremos as peculiaridades da Faculdade de Medicina no referente à proposta e supervalorizada relação docente e aluno na própria Faculdade:

- Em relação ao corpo discente: o curso de Medicina tem 1256 alunos, o de Fisioterapia 314 e o de Fonoaudiologia 357. O corpo docente para Medicina é de 386 professores, para Fisioterapia 18 e para Fonoaudiologia 16.

Considerando apenas o número de graduados por ano, o que consideramos simplificação perigosa, pois não somos empresa que tem necessidade de produzir bastante mercadoria, o resultado dos cálculos já seria muito distinto pois são graduados por ano em média em Medicina 192, em Fisioterapia 80 e Fonoaudiologia 80.

Os cursos são executados a partir de

projetos didático pedagógicos muito diferentes. Medicina dura seis anos, sendo em tempo integral, com atividades curriculares o ano inteiro (Internato); os outros têm tempo parcial e ainda sem atividade o ano inteiro, embora nos três, o semestre letivo oficial seja de vinte e duas semanas. Outra observação é a não inclusão dos alunos de pós-graduação como referencial para estas simulações em relação ao número de docentes. Para ilustrar informamos haver na Faculdade de Medicina, no momento, 504 alunos em pós-graduação *senso stricto* e 58 em *senso lato*, sem considerar a Residência Médica, oferecida pelos hospitais, mas com relevante participação e orientação do corpo docente da Faculdade.

- Em relação ao corpo docente: a proposta é avaliar a produtividade apenas em relação aos alunos graduados. Totalmente desinformada, pois a principal e indispensável atividade de professor de Medicina é a ATIVIDADE DOCENTE-ASSISTENCIAL. Portanto, além de atividades de ensino tradicionais, o docente-médico participa da assistência a doentes nas diversas unidades hospitalares da UFRJ e, sem esta participação direta nas enfermarias, ambulatórios, setores de métodos especiais de diagnóstico e tratamento e outras, haveria grande diminuição da produtividade destas unidades e grande prejuízo à graduação, pois a partir do 3º período do curso o aluno é inserido em práticas de treinamento em serviço e também a pós-graduação estaria prejudicada, em virtude de inúmeras linhas de pesquisa se sustentarem na prática clínica. Outra participação fundamental dos docentes da Faculdade de Medicina se faz na administração, quer na área acadêmica, quanto na área dos serviços hospitala-

res. A quase totalidade das direções dos hospitais, suas divisões e serviços é exercida por professores da faculdade. Se diminuíssemos o quantitativo de docentes nestas funções, reduzir-se-ia em muito o total para o cálculo.

Não podemos esquecer a existência de afastamentos por diversos motivos, a saber: estudos no exterior, cessão a outros órgãos da administração pública, licenças, entre outros.

Conclusão

Certamente não esgotamos o assunto. A diversidade de situações, programas e projetos é tão significativa, que não caberia neste documento. A idéia é traçar um perfil destas diferenças para justificar nosso entendimento, referendado pelo Conselho Departamental, de não concordarmos com o PROGRAD, como apresentado, na subitaneidade do surgimento e uniformidade rígida e injusta de indicadores, mais de quantidade, que de qualidade. Aos de qualidade temos respondido com sucesso, engrandecendo o prestígio da UFRJ. Como proposto, o PROGRAD estaria nos punindo pelo mérito reconhecido.

Proposta:

I - Repassar de imediato os recursos aos quais todos têm direito, conforme valores anteriores (precários), para o desenvolvimento do principal projeto das unidades, ou seja, o próprio curso de graduação.

2 - Manter, prolongar e aprofundar estudos sobre metodologias de avaliação, atribuindo indicadores, valores e ponderações, consideradas e respeitadas claramente as diversidades.

*Prof. Almir Fraga Valladares é diretor da FM

Grupo de
Trabalho da Adufrj

Política Educacional

31 de outubro - terça-feira

Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social/UFRJ

Convidados

Ana Borralho

Conselheira do CEG e Coordenadora de
Ensino da Faculdade de Medicina

Ana Maria Ribeiro

Técnica em Educação e
ex-Coordenadora
da Comissão de Vestibular

**Adufrj critica uso
do Sigma para
coleta da GED**

Página 3

**EMPREGO
PÚBLICO**

Conheça mais
alguns detalhes
do projeto do
governo

Página 5



Reforma do
Estado,
Emprego
Público e
Destruição do
Caráter
Público da
Universidade
são os temas
do 41º

Conselho
Nacional do

Andes-SN (Conad), que se
realizará em Pelotas, de 3 a 5/
11. O evento ganha especial
significado neste momento em
que o governo tenta empurrar
goela abaixo dos docentes sua
proposta de celetização dos
professores universitários,
com uma carreira totalmente
separada da proposta do
movimento docente.

Confira em nosso *site*
(www.adufrj.org.br) a
delegação da Adufrj que vai
acompanhar o 41º Conad.

AUFRRJ

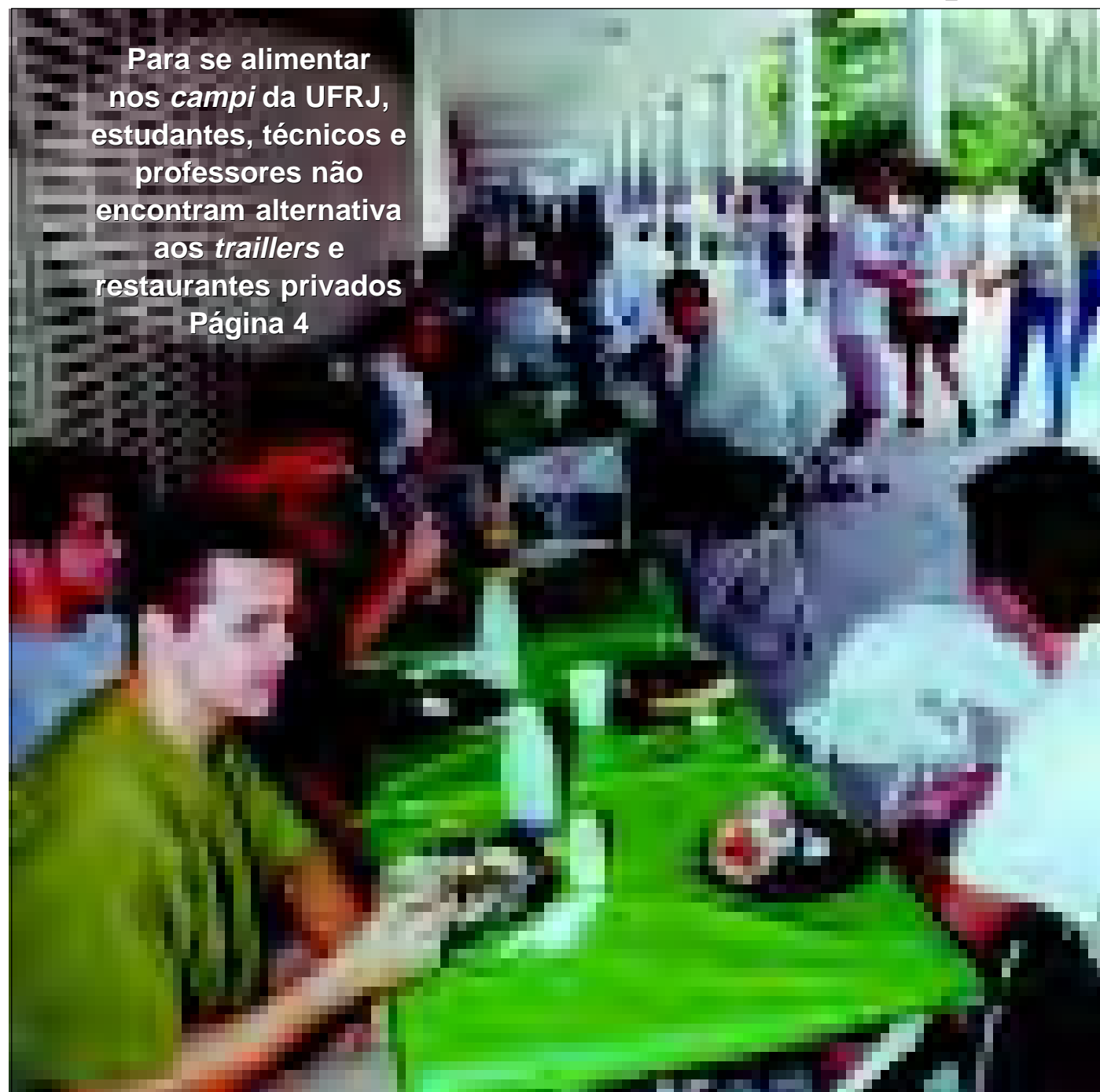
SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br

Ano VII nº 15 • 30 de Outubro de 2000

UFRJ recusa 'bandejões'

UFMG e USP mantêm restaurantes universitários públicos



Para se alimentar
nos *campi* da UFRJ,
estudantes, técnicos e
professores não
encontram alternativa
aos *trailers* e
restaurantes privados

Página 4



GT Política Educacional

GTPE aponta diferença entre periodização na UFRJ e na UniRio

A interpretação (Resolução 1/99 CEG/CEPG) que os colegiados superiores da UFRJ fizeram da LDB resultará num acréscimo de 60% de aulas para a maior parte dos professores. Isto ocorreu porque: 1) os 200 dias de trabalho acadêmico efetivo de que se constitui o ano letivo, segundo a LDB, foram en-

tendidos como 200 dias de aula; 2) a determinação da LDB de que a carga didática dos professores deve ser de, pelo menos, 8 horas-aula por semana foi transformada em uma exigência de que os professores lecionem 320 horas-aula por ano, com um mínimo de 160 horas em disciplinas de graduação; a hora-aula foi es-



tendida de 50 para 60 minutos.

Apenas na UFRJ parece ter havido este tipo de interpretação. O GTPE da Adufrj-SSind está examinando a maneira como outras universidades interpretaram a LDB. Um exame da situação na UNIRIO, por exemplo, mostra um quadro muito diferente do da UFRJ. Veja no quadro abaixo.

Compare a situação da UFRJ (Resolução 1/99 CEG/CEPG) com a da UNIRIO (Resoluções 1893 e 1897/97 Conselho de Ensino e Pesquisa)

	UFRJ	UNIRIO
Trabalho acadêmico efetivo	Dias em que há atividade de ensino regular na Universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas.	Conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão vinculadas aos currículos, como: estudo do conteúdo teórico e prático das disciplinas, orientação pedagógica e curricular, exercícios de fixação de aprendizagem, práticas em laboratórios, seminários, trabalhos de campo, estudo dirigido, estudo na biblioteca, trabalhos de pesquisa e de extensão, dedicação à monografia, dissertação e tese de final de curso, participação em bancas de trabalhos científicos, artísticos e culturais, atividades técnicas, científicas, artísticas e culturais, relacionadas a Reuniões, Congressos, Seminários e Jornadas.
Aula	Estrutura das atividades de ensino de uma disciplina (exceto de orientação); unidade programada de trabalho pedagógico. Atividades pedagógicas que constituem a disciplina: exposições teóricas, exercícios de fixação de conteúdos, seminários, estudos dirigidos, trabalhos de campo, trabalhos em laboratório, orientação, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de educação básica e educação superior, nos níveis de graduação ou de pós-graduação, aprovadas pelo Colegiado competente.	Aula Tipo I: aulas teóricas e/ou práticas vinculadas às disciplinas integrantes dos currículos. Aula Tipo II: orientações de iniciação científica, monitoria, projetos artísticos e culturais, projetos/monografias de conclusão de curso, dissertações e teses de mestrado e doutorado e programas, projetos e atividades de extensão.
Duração da hora-aula	60 minutos	50 minutos
Total de horas-aula que devem ser lecionadas no ano letivo	320 (mínimo de 160 em disciplinas de graduação)	320 (mínimo de 150 de aula Tipo I, sendo que um mínimo de 60 destas na graduação)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel
CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação: Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Ilustrações:** Roberto Houaiss **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



Informe:

Os docentes do Colégio de Aplicação Marcos Andrade e Sandra Martins solicitaram à Adufrj-SSind o desligamento do Conselho de Representantes desta entidade.



Jurídico

Adufrj critica uso do Sigma para coleta da GED

A Adufrj encaminhou para a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) um requerimento solicitando que os professores possam utilizar outras formas de preenchimento de dados para a avaliação.

A partir de 1999, a CADD determinou que os professores só poderiam declarar dados para efeito do cálculo da GED por meio do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGMA). O sistema mostrou-se cheio de falhas e impossível de ser utilizado por boa parte dos professores.

Embora tenha recebido inúmeros protestos e estivesse ciente de todos os transtornos causados, a CADD manteve a posição e não permitiu outras formas de coleta de dados fora do sistema Sigma.

Somente com a ação ganha na Justiça pela Adufrj, os professores puderam fazer valer o direito de declarar em papel ou em disquete os dados para a avaliação.

Para 2000, a CADD manteve a determinação de somente permitir que os professores declarem seus dados por meio do SIGMA. Tendo em vista todos os problemas enfrentados pelos professores no ano passado e pretendendo evitar que eles se repitam agora, a Adufrj-SSind solicitou informações relativas a providências que deveriam ter sido tomadas pela UFRJ para tornar viável a utilização do SIGMA (ver quadros ao lado).

Veja aqui os questionamentos encaminhados à CADD pela Adufrj:

- 1) O sistema pode ser baixado e usado fora da rede ("off-line")?
- 2) A UFRJ adquiriu computadores e programas em número suficiente para disponibilizar o acesso adequado ao Sigma em todas as unidades e departamentos?
- 3) A UFRJ treinou docentes ou deu cursos para a utilização do sistema?
- 4) Haverá uma equipe treinada de funcionários à disposição para auxiliar os professores a entrar com seus dados no sistema?
- 5) Haverá a possibilidade de apresentar o relatório por escrito ou em mídia magnética (disquetes) ou ótica (CDs), por exemplo?
- 6) Como será feito o recibo da declaração? Quais os prazos para recursos?
- 7) Por quais meios e em que prazos serão notificados os professores no caso de o sistema não acusar o recebimento dos relatórios?
- 8) Por que o limite de apresentação do relatório foi fixado em 17 de novembro, se o período vai até 29 de dezembro? É possível declarar a produção do segundo período de 2000 (artigos, bancas, etc.) que ocorrer após esta data?
- 9) Houve alterações nas atividades e nos critérios de pontuação em relação ao ano anterior? Se houve, quais foram elas?
- 10) Que alternativas serão oferecidas para registrar atividades de produção em campos apropriados de registro no sistema (páginas de artigos em mídia digital - CD, ISBN para publicações na Internet ou ainda sem registro, etc.)?

Além das informações solicitadas e considerando que os docentes estão tendo grandes dificuldades em utilizar o SIGMA, a Adufrj-SSind solicitou à CADD as seguintes providências:

- a) Possibilitar a apresentação dos relatórios por escrito;
- b) Disponibilizar computadores e uma equipe de funcionários em cada Unidade para ajudar os docentes na elaboração dos relatórios;
- c) Prolongar o limite de apresentação do relatório até o dia 29 de dezembro para coincidir com o término no período letivo;
- d) Permitir que o sistema forneça um recibo da declaração ao docente

Anote

II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade

"Seguridade Social Pública: é possível!". Com este tema central, o Centro de Eventos da PUC-RS estará recebendo o II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. De 29 de outubro a 1º de novembro, este encontro terá o objetivo de aprofundar as reflexões e discussões das formas e expressões da questão social e suas implicações para a Seguridade Social no Brasil.

XV Congresso Nacional de Pós-graduandos

Com o tema "Pós-graduação no Brasil hoje: avanços ou retrocessos?", terá início no dia 1º de novembro o XV Congresso Nacional de Pós-graduandos. A abertura do evento será feita com um debate sobre "Educação e Conjuntura Nacional", no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Praia Vermelha, às 19h.

Seminário internacional na ESS

De 27/11 a 1/12, a Escola de Serviço Social vai promover o seminário internacional com o tema "A questão social em 500 anos". O evento será dividido em dois lugares: no Auditório Ministro João Alberto, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), das 9h às 18h, e no auditório da ESS, das 18h às 20h. Mais informações podem ser conseguidas no telefone 295-1695, ramal 280.



Resenha

Insegurança no Fundão

Dados da 37ª DP (Ilha do Governador) mostram que a violência na Ilha do Fundão está cada vez maior. Nos últimos dois anos, já foram registrados 31 roubos de veículos e três homicídios, além de vários assaltos a mão armada. O delegado Zaqueu Teixeira lembra que as estatísticas são precárias, o que significa dizer que os números podem estar errados para menos. Na área de 4,5 milhões de metros quadrados do campus, equivalente à de Copacabana, circulam diariamente 60 mil pessoas nesse clima de insegurança.

Polêmica dos fundos setoriais

Membros das diretorias da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências devem conversar com o ministro da C&T, no dia 31/10, sobre os problemas surgidos em torno da estruturação dos fundos setoriais que estão sendo criados para ampliar a base de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico no país. A SBPC e as Sociedades Científicas Associadas, em recente reunião em São Paulo, decidiram reiterar sua proposta de criação de um Conselho Deliberativo junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Foi enfatizado, igualmente, que a comunidade científica deseja participar da gestão de cada fundo setorial e defende a tese de que os projetos apresentados ao fundos devam ser julgados pelo seu mérito (retirado de matéria do Jornal da Ciência, 23/10)

Faperj comemora 20 anos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do RJ (Faperj) comemora 20 anos no dia 9 de novembro, em solenidade na Fundação Oswaldo Cruz. O evento contará com a presença do governador Anthony Garotinho. No ato, será feita a entrega simbólica das 200 bolsas do Programa Cientistas do Nosso Estado, com validade de 2 anos.

Homenagem a Anísio Teixeira

Aconteceu no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, de 23/10 a 27/10, o I Encontro do Curso Normal Superior "Diálogos em Formação" – uma homenagem aos 100 anos de Anísio Teixeira. Vários educadores, tais como a professora Menga Lüdke (PUC-RJ), que já falou ao Colégio de Aplicação, estiveram presentes para dar sua contribuição.

Política Universitária

Alimentação é política para alunos na UFMG e na USP

Um das reivindicações dos estudantes na formulação do Projeto de Assistência Estudantil aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação da UFRJ (CEG), em setembro, foi a reabertura dos famosos e saudosos restaurantes universitários. A proposta foi encaminhada pelos alunos primeiramente à Câmara Discendente do CEG, onde obteve parecer favorável. Os alunos reivindicavam a reconstrução a médio prazo de, no mínimo, quatro restaurantes universitários: dois no campus do Fundão, um na Praia Vermelha e um no Centro. Mas, considerado por muitos um tabu, o assunto 'bandeões' foi remetido a um debate "mais amplo" sobre política geral da universidade.

Enquanto o sonho não se realiza para a comunidade da UFRJ, estudantes, professores e funcionários têm que desembolsar, em média, cerca de 5 a 8 reais por uma refeição, acompanhada de suco ou refrigerante, com um mínimo de qualidade, diga-se, dentro dos *campi*.

O Jornal da Adufrj vasculhou um pouco do que funciona em outras universidades públicas em termos de alimentação e assistência e descobriu que ainda é possível encontrar vestígios de políticas públicas em algumas instituições do país.

■ Na UFMG

Na Federal de Minas, a Fundação Universitária Marechal Pimentel é a responsável pelo Programa de Assistência Alimentar que possibilita aos estudantes, de acordo com a condição sócio-econômica, o acesso aos restaurantes universitários e a refeições subsidiadas pela UFMG. Cabe à fundação, que conta com uma equipe de assistentes sociais - a partir de uma análise sócio-econômica -, classificar e qualificar os alunos, credenciando-os ao Programa. Até a metade deste ano, 2.749 mil estudantes estavam credenciados.

A verba para subsidiar a alimentação dos estudantes mineiros, no primeiro semestre de 2000, foi estimada em torno de 885 mil reais, segundo informações da própria Fump. O que significa 1.600 mil refeições/dia com subsídio unitário de 3,07 reais. O custo médio da refeição é de 3,77 reais. Os estudantes pagam apenas 70 centavos por refeição.

Cantinas e restaurantes

Até junho deste ano, a Fump também gerenciava as cantinas e restaurantes dos campi da UFMG. O objetivo era destinar os recursos originados da venda de refeições e produtos para a assistência estudantil.

A UFMG conta, então, com cinco restaurantes universitários. Segundo a Fump, o gerenciamento destas unidades envolve atividades de produção, armazenagem, fornecimento e comercialização das refeições, administração de pessoal e manutenção das instalações e equipamentos. Desde 1987, a UFMG assume todos os custos dos restaurantes universitários, subsidiando todas as refeições servidas, independente do público.

Servidores beneficiados

O Conselho Universitário determina o preço das refeições e a última resolução para o assunto data de 1997. São duas categorias para os servidores: o "diarista I", que paga 2,30 reais, e o "diarista II", que gasta 2,60 reais por refeição. O estudante que faz parte do programa paga 30% do valor cobrado para o diarista I, ou 0,70 centavos. Apesar do sistema ter capacidade para fornecer 10.150 refeições diárias, os restaurantes estão servindo cerca de 2.600, diariamente.



NO CORREDOR DO CT, A ÚNICA ALTERNATIVA AOS QUIOSQUES É O 'BURGUESÃO' QUE COBRA R\$ 5,80 A REFEIÇÃO

■ USP também é referência

Na estadual paulista, a Divisão de Alimentação da Coseas (Coordenadoria de Assistência Social) administra, em sistema de auto-gestão, cinco restaurantes universitários com produção e distribuição local. Assim como, um restaurante com distribuição de refeições transportadas, uma cozinha infantil (que abastece as creches) com refeições transportadas e dois restaurantes para professores e visitantes. Em outubro está prevista a abertura de mais um restaurante na estadual paulista.

Estudantes pagam menos

Em média, são servidas sete mil refeições por dia, incluindo almoço e jantar, nos res-

taurantes da USP, que atendem a 6% da população universitária do campus da capital. Nos universitários, os estudantes de graduação e pós pagam R\$ 1,90 por refeição. Para os funcionários, a cobrança é feita de acordo com o salário, sendo que o preço da refeição equivale a 0,15% do salário bruto limitado ao teto de R\$ 2,50 por refeição.

Existem, ainda, outras categorias: aluno especial, de quem é cobrado R\$ 3,50; e visitantes, que pagam apenas R\$ 4,00. As refeições nos restaurantes universitários são gratuitas para os estudantes bolsistas.

Nos restaurantes dos professores, os preços variam entre 5,50 e 11 reais para docentes da casa e 6,50 a 14 reais para visitantes.

■ Santo de casa faz milagre

Na USP, a manutenção dos restaurantes, as refeições, o transporte, pessoal e toda a infra-estrutura é custeada integralmente, segundo a diretora da Divisão de Alimentação da Coseas, Roseane Avegliano, com verba da universidade definida em seu orçamento. Segundo Roseane, a Coseas não controla as cantinas ou lanchonetes, sendo estes serviços terceirizados na instituição.

O cardápio semanal, tanto dos restaurantes universitários como o dos professores, pode ser verificado no *site* da Coseas (www.usp.br/coseas/) e tem como composição básica arroz, feijão, uma salada, um tipo de carne, legumes e sobremesa. O cardápio do Restaurante Clube dos Docentes, um restaurante só para os professores, é um pouco mais sofisticado com opções diárias que variam do filé mignon grelhado e frango ao catupiry ao peixe à brasileira.



Movimento Nacional

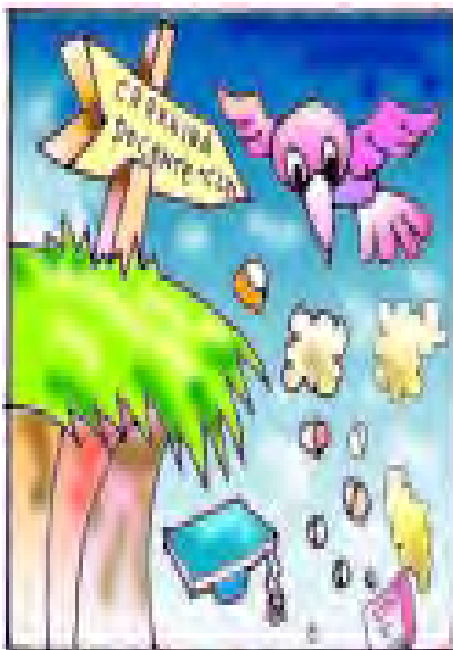
GT Carreira avalia projeto de emprego público

Um Grupo de Trabalho do Ministério da Educação (MEC) apresentou em setembro deste ano uma nova versão para seu anteprojeto de Lei “Empregos Públicos para as Instituições Federais de Ensino”. O objetivo do governo é regulamentar o regime de emprego dos servidores das universidades e escolas federais.

Para o Grupo de Trabalho Carreira Docente do Andes-SN, a prática do governo de apresentar sucessivas versões para o mesmo projeto é uma forma de transmitir uma falsa idéia de “diálogo” com a categoria dos professores. O GT verificou que a mesma estratégia foi usada pelo governo quando se discutia nas universidades o projeto de autonomia universitária. “Várias versões, sempre maquiadas a partir das críticas feitas a cada versão”, dizem os professores do Andes-SN.

CLT

De acordo com o GT do Andes-SN, o núcleo central do projeto de



Fernando Henrique está na contratação de docentes e técnico-administrativos pela CLT, retirando os novos servidores do Regime Jurídico Único. Uma das consequências imediatas é a aposentadoria pelo regime geral de Previdência, limitado ao teto de 10 salários mínimos, ou R\$ 1.250.

Carreiras independentes

O estudo feito pelo GT do Sindicato mostra que a nova versão do governo aumenta a fragmentação da categoria. São criadas quatro carreiras independentes: educação superior, educação profissional, educação especial e Colégio Pedro II.

Transferência Imediata

No primeiro artigo do anteprojeto de emprego público fica a impressão, segundo o GT Carreira, que serão criadas 190 mil vagas. Na verdade, trata-se da transposição dos atuais professores e funcionários para o regime de CLT.

A indefinição do projeto fica para os professores dos Colégios de Aplicação, Casas de Cultura, Escolas Experimentais, Núcleos e Unidades de Educação Infantil, Centros Pedagógicos, Colégios Militares e Cefets, que não se enquadram na proposta ministerial.

Alguns detalhes do Projeto de Lei do Emprego Público

Dedicação Exclusiva – apenas para o magistério de ensino superior. Único regime de trabalho possível, além dos atuais regimes de 20 e 40 horas. Para as carreiras do Ensino Profissional, Educação Especial e Colégio Pedro II não haverá regime DE.

Progressão – Também para estas carreiras não haverá possibilidade de progressão por titulação. A progressão só ocorrerá por avaliação de desempenho com intervalo mínimo de dois anos.

Professor Conferencista – Embora contratado por concurso público, em regime de 12 horas, significará o professor horista das faculdades particulares. Uma nova versão para o atual professor substituto.

Duas categorias – segundo o GT do Andes-SN, serão criadas duas categorias de professores bem distintas: o acadêmico, que terá direito a optar pelo regime DE, à prática da pesquisa, ensino e extensão e à progressão na carreira; e o professor destinado apenas a exercer atividades de ensino.

Restrições – Para progredir da classe de Adjunto para Associado (uma nova classe criada pelo PL, também presente na proposta do Sindicato) e de Associado para Titular, o professor teria que atingir o nível 5 de cada classe, o que significa, por exemplo, dez anos de trabalho como Adjunto para solicitação de progressão para Associado e mais dez anos para a passagem à classe de Titular (sem necessidade de novo concurso).

Gratificações – Para todas as carreiras são fixadas gratificações de qualidade de ensino e produtividade, que podem variar até atingir um máximo de 80% dos vencimentos básicos. Os princípios de avaliação serão os mesmos das atuais GED e GID.

Destaque I – Na carreira dos técnico-administrativos, o nível de Apoio desaparece, permanecendo apenas as classes de nível médio e superior. Fica explícita a opção pela terceirização dos serviços prestados por estes trabalhadores.

Destaque II – O projeto apresenta um capítulo dedicado à “Avaliação” dos funcionários que resalta os casos de demissão do empregado, que poderão ocorrer pelo regime de CLT.



Vida no Campus



REITORIA PROMOVE FESTA NO FUNDÃO

TRÊS PAVILHÕES ESTÃO SENDO ERGUIDOS ENTRE O CT E O CCMN PARA A FESTA DOS 80 ANOS OFICIAIS DA UFRJ, NOS DIAS 21 A 24 DE NOVEMBRO. DOIS DELES VÃO CONTAR COM A EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DE TODA A UNIVERSIDADE. NO TERCEIRO PAVILHÃO HAVERÁ *SHOW* E UMA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO. O ACESSO SERÁ GRATUITO. A COMEMORAÇÃO IGNORA O PASSADO DE MUITAS UNIDADES. SÓ A ESCOLA DE ENGENHARIA TEM MAIS DE 200 ANOS. AGORA, FICA A PERGUNTA: QUEM ESTÁ PAGANDO POR ESSA FESTA? E, MAIS DO QUE ISSO: ESSE MESMO DINHEIRO NÃO PODERIA ESTAR SENDO UTILIZADO PARA SANAR ALGUNS PROBLEMAS DAS UNIDADES (INUNDAÇÕES NO CT, POR EXEMPLO)? A INSTALAÇÃO DA COBERTURA DOS PAVILHÕES INTERROMPEU, AINDA, OS SERVIÇOS TELEFÔNICOS DO CT NA MANHÃ DO DIA 23/10.



Movimento

Periodização afeta pesquisa e extensão

A “Com Ciência”, revista mensal eletrônica de jornalismo científico (<http://www.comciencia.br>), traz como destaque do mês o centenário da Psicanálise. Boa parte dos artigos e resenhas de livros remetem ao tema. Há espaço ainda para entrevistas, notícias de todas as áreas da Ciência. Outros artigos mais antigos podem ser conseguidos na seção “radar da ciência”. Em “links”, o internauta pode acessar outros sites de jornalismo científico.

O ProssigaBrasil (<http://www.prossiga.br/prossigabrasil>) é o portal de informações brasileiras em C & T, que se integra ao conjunto de serviços de informação do Programa Prossiga do CNPq. Constituído por um banco de dados de localizadores de informações, o portal direciona seus usuários para os mais importantes sites brasileiros que tratam das atividades de ciência e tecnologia, desenvolvidas em instituições de pesquisa, institutos de tecnologia e universidades de todo o país. A proposta fundamental do ProssigaBrasil é dar visibilidade às atividades de pesquisa que se desenvolvem nas instituições brasileiras, além de serviços de informação nas áreas de Ciência e Tecnologia.

GT de Política Educacional da Adufrj analisa aumento da carga de trabalho em função das políticas da reitoria

O movimento docente tem defendido o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por ser essencial à construção de uma universidade de qualidade, produtora de conhecimentos.

Em sentido inverso a este, o governo tem-se esmerado em apresentar inúmeras políticas (como a GED e a GID, o anteprojeto de emprego público para as IFES, as propostas de financiamento de ensino superior baseadas em índices de “produtividade”) cujo objetivo é o de transformar nossas universidades em universidades de ensino, verdadeiros “escolões” de 3º grau.

Prograd

Na UFRJ, o interventor imposto pelo MEC, prof. Vilhena, tem implantado todas as políticas de interesse do MEC, não importa o quanto elas sejam destrutivas para a universidade. Duas destas medidas são a nova periodização e o PROGRAD (Programa de Apoio à Graduação).

A nova periodização surgiu a partir de uma proposta do interventor que pretendia que a UFRJ tivesse três períodos letivos por

ano, com a finalidade de aumentar o número de vagas, sem a contrapartida necessária de ampliação do quadro docente e técnico-administrativo e das instalações da universidade. Os colegiados superiores da UFRJ acabaram por aprovar, a pretexto de adequar a universidade às diretrizes da LDB e a exigências da legislação da GED, uma resolução que estabelece:

- o ano letivo na UFRJ consistirá de dois períodos de 20 semanas de aula, que podem, cada um deles, ser divididos em 2 módulos;
- o professor deverá lecionar 320 horas-aula no ano letivo; e
- a hora-aula tem 60 minutos.

Carga de trabalho

Desta forma, a determinação da LDB de que o ano letivo tem 200 dias de trabalho acadêmico efetivo se transformou em 200 dias de aula e a determinação, também da LDB, de que o professor tem que lecionar, pelo menos, 8 horas-aula por semana transformou-se numa exigência de 320 horas de aula por ano.

O acréscimo de 5 semanas de aula por semestre e a ampliação da hora-aula dos atuais 50 para 60 minutos resultam em um aumento de 60% da carga didática para a maior parte dos professores da UFRJ

Reforma curricular

O PROGRAD é um instrumento pelo qual a Reitoria da UFRJ passará a distribuir os recursos para as unidades que ministram ensino de graduação. Um dos critérios para que as unidades possam apresentar os projetos pelos quais deverão se candidatar aos recursos existentes é a apresentação de uma reforma curricular para implantação da nova periodização a partir do 1º semestre de 2001. Os demais critérios são quantitativos e dizem respeito a: nota da unidade no provão, índices de “produtividade” como relação docentes/alunos, alunos formados/alunos ingressantes, etc.

Ambas as medidas, a nova periodização e o PROGRAD, se implementadas, terão como efeitos:

- o prejuízo das atividades de pesquisa e extensão, por causa do excesso de carga didática que o professor terá que assumir;
- uma abreviação do tempo de formação dos estudantes, já que eles terão, a cada ano, uma carga de aulas bem maior do que a atual; e
- uma “corrida” das unidades pelo atendimento aos índices quantitativos do PROGRAD, com sacrifício da qualidade de realização das atividades acadêmicas.

Proposta de texto resolução do GTPE da Adufrj para o 41º Conad do Andes-SN (Pelotas, 3 a 5 de novembro)

O 41º CONAD delibera que:

- o ANDES-SN reafirma sua posição contrária às formas de avaliação produtivista, embutidas na GED e nas propostas quantitativas de financiamento pelo MEC das universidades ou pelas universidades das unidades acadêmicas, que comprometem a qualidade com que devem ser desempenhadas as atividades acadêmicas;
- o ANDES-SN combata todas as medidas que contenham exigências de excessiva ampliação da carga horária

do professor à atividade de ensino, porque contrariam o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, necessário à manutenção da qualidade das atividades acadêmicas;

- o ANDES-SN promova, junto às seções sindicais, um levantamento das formas como as universidades vêm se adequando às diretrizes da LDB, em particular aos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo e ao mínimo de 8 horas semanais de aula;

- o ANDES-SN promova, junto às seções sindicais, um levantamento da existência de modelos de financiamento das unidades acadêmicas baseados em critérios quantitativos de avaliação.

- o GT Verbas do ANDES-SN elabore um estudo relacionando o atual modelo de financiamento das IFES pelo MEC com os modelos de financiamento das unidades acadêmicas por cada IFES baseados em critérios quantitativos de avaliação.

Aprovada na Assembléia Geral da Adufrj de 24/10/2000.



A página eletrônica da seção sindical dos docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (www.adufrgs.org.br) foi reformulada recentemente. O internauta tem várias opções, entre as quais destacamos a janela “ADclipping”, na qual podem ser encontradas as principais notícias de interesse do sindicalizado e da entidade. Nesta seção, são tratados fatos relevantes da conjuntura ou ligados aos temas sindicais.



Seguridade

Projeto privatiza a previdência

Está para ser votado na Câmara Federal o substitutivo do Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA) que institui a Previdência Complementar para os servidores públicos. Os regimes complementares não valerão somente para funcionários federais. Estados e Municípios poderão instituir regimes semelhantes a partir de lei complementar. No substitutivo do deputado do PFL, fica claro que a previdência complementar será facultativa aos servidores, mesmo aos que ingressarem após aprovação da legislação.

Segundo a assessoria técnica da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), está circulando, em caráter extra-oficial, uma minuta de um outro substitutivo sobre a matéria, com grandes chances de ser aprovada. Segundo a Anfip, esta versão não permite escolha ao servidor entre a aposentadoria do INSS e a complementar. Os governos poderiam introduzir regras que estabeleceriam a filiação compulsória dos funcionários ao regime complementar.

Servidor pode pagar mais

No substitutivo que tramita oficialmente na Câmara, vale a paridade entre a contribuição do servidor e a do patrocinador (no caso, os governos). Na nova versão de substitutivo que circula nos bastidores, é restabelecida a proporcionalidade do projeto original para as contribuições, o que permitiria aos governos instituir uma parcela maior de contribuição para o servidor.



O risco dos Fundos de Pensão

Tanto no projeto original, como no substitutivo do relator do PFL, como na versão “apócrifa” que será, segundo os auditores fiscais, apresentada em Plenário, a gestão destes fundos de previdência complementar será feita por entidades fechadas, de direito privado. Isso significa, segundo a Anfip, que nenhuma regra da administração pública poderá ser neles aplicada.

Também está previsto que os recursos poupados durante a vida ativa do servidor, o famoso fundo de pensão, serão administrados por instituições financeiras (bancos, seguradoras etc) sujeitos à regulamentação econômica do governo (ou do mercado?).

Aposentadoria na bolsa de valores

Para os fiscais, o risco é grande. O futuro da aposentadoria do servidor dependerá da capacidade administrativa dos gestores do fundo

complementar. Leia-se: do retorno sobre o investimento neste ou naquele empreendimento financeiro. A pergunta que fazem é: se este projeto for aprovado, qual será a garantia de que o que foi “poupado” ou “investido” se transformará em aposentadoria para o servidor?

A resposta dos auditores é clara: se aprovados a previdência complementar e o ingresso obrigatório no novo sistema, os lucros das seguradoras privadas, estes sim, estarão assegurados. E, o pior: a aposentadoria dos servidores ficará sujeita às oscilações das ‘bolsas’ de capitais.

Reação

Entidades representativas dos servidores públicos, entre elas o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), criaram o Fórum de Entidades em Defesa da Previdência do Servidor Público. A idéia é formar uma frente de resistência à aprovação do projeto na Câmara.



Rápidas

Prograd

De acordo com o sub-reitor de Graduação, Ricardo Gattass, os recursos relativos ao Programa de Fomento da Graduação (Prograd) estão chegando “aos poucos” para as Unidades da UFRJ. A conselheira Lilia Pougy, da Escola de Serviço Social, distribuiu no colegiado um documento daquela Unidade no qual fica clara a insatisfação com a atual distribuição da verba. Na sessão anterior, a Faculdade de Farmácia também se posicionou contra os critérios adotados. Não existiu discussão do orçamento da UFRJ em 1999, tal como havia sido combinado no dia 18/10.

Universidade do Brasil

Vilhena distribuiu aos conselheiros um ofício enviado ao Ministério da Educação para restabelecer a antiga denominação da UFRJ (Universidade do Brasil). No documento, o reitor argumenta que a Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, que mudou o nome da universidade, teve motivação puramente política.

O reitor mostra seu reconhecimento de que toda mudança de nome tem, necessariamente, um caráter político. Resta saber quais são as suas motivações para restaurar o antigo nome da instituição.

Pinguelli se arrepende de ter apoiado Vilhena

Arquivo/Adufrj



O vice-diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa (foto), em artigo no Boletim Opção Coppe nº 464, página 11, afirma que a entidade deve “refletir sobre si própria, politicamente”. E em seguida: “A crise de sucessão do Reitor deixou cicatrizes. Devo reconhecer que, apesar do apoio à posse do Vilhena ter sido dado em nome da prioridade à academia, a atual reitoria não formulou uma proposta viável para a Universidade, hoje à deriva e omissa sobre os graves problemas do país e da sociedade.”



Seminário debate previdência complementar do servidor

O Fórum das Entidades em Defesa da Previdência do Servidor Público promove sua primeira atividade, no próximo dia 7 de novembro. Será um grande seminário no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília, para debater a “Previdência Complementar dos Servidores. A mediação caberá ao jornalista Carlos Chagas. O evento terá participação dos líderes dos partidos na Câmara, especialistas na matéria e do relator do **PL 9/99**, deputado Robson Tuma (PFL/SP). O debate acontece um dia antes da data prevista para votação deste **PL** que cria os fundos de pensão para servidores públicos, pondo fim à aposentadoria integral.



UFRJ



ANTÔNIO CLÁUDIO OBSERVA A ORIGEM DO "DILÚVIO"

Mais uma inundação no Centro de Tecnologia

Representante do CT no CEG, o conselheiro Antônio Cláudio (foto) cobrou uma posição da reitoria quanto à infra-estrutura dos prédios da universidade. No dia 23/10, uma tubulação antiga de água se rompeu no segundo andar do bloco H do CT. De acordo com o conselheiro, mais de três mil litros de água vazaram antes que o fluxo fosse cortado pela equipe de manutenção do Centro. Até o dia 25/10, não havia previsão de retorno do fornecimento da água e parte do sistema elétrico teve de ser desligado pelo risco de curto-circuito. Graças a isso, os professores com salas sem ventilação estão sofrendo muito com o calor. Para ele, ficam duas lições do episódio (já ocorrido no Instituto de Matemática): a estrutura precisa ser urgentemente avaliada e trocada e não existe uma reação imediata da equipe manutenção – o escoamento da água só foi possível pela atuação da equipe de manutenção dos programas da Coppe, no mesmo bloco, no andar de baixo. O decano do CT, Oscar Acselrad, argumentou que já havia encaminhado à reitoria em agosto de 1998 um retrato da situação do Centro, pedindo auxílio. Até hoje, não obteve resposta. "Com as obras de melhoria que a Cedae fez aqui perto do Fundão, a nossa situação piorou. A água está entrando com mais pressão em nossos encanamentos. A nossa equipe de manutenção fica correndo de um lado para o outro", comentou.



Eduardo Galeano

Pesadelos literários*

Socorro, doutor, não consigo dormir

A Escola do Crime surgiu como necessidade de mercado e para cumprir uma função social. O mercado exige níveis cada vez mais altos na área da delinquência e a educação criminal é a única que assegura aos jovens um trabalho bem remunerado e permanente

Seis moscas ficam zumbindo na minha cabeça e não me deixam dormir. O mosqueiro das minhas insônias, na verdade é muito mais numeroso - digo seis para encurtar a coisa. Descrevo aqui algumas das angústias que atormentam minhas noites. Como se verá, não é pouca coisa. Referem-se nada menos que aos destinos do mundo.

Ficará o mundo sem professores?

Segundo o jornal *The Times of India*, vem funcionando com absoluto sucesso uma Escola do Crime, na cidade de Muzaffarnagar, na região ocidental do Estado indiano de Uttar Pradesh.

Ali se oferece aos adolescentes uma formação de alto nível para ganhar dinheiro fácil. Um dos três diretores, o pedagogo Susheel Mooch, é



to metálico sobre o automóvel escolhido; intrigado com o ruído, o motorista pára e então se passa ao assalto, que o docente supervisiona.

Segundo os diretores, a escola surgiu em resposta a uma necessidade de mercado e para cumprir uma função social. O mercado exige níveis cada vez mais altos de especialização na área da delinquência e a educação criminal é a única que assegura aos jovens um trabalho bem remunerado e permanente.

Receio bastante que tenham razão. E me apavora pensar que o exemplo se vá propagar pela Índia e pelo mundo. Que será - fico-me perguntando - dos pobres professores das escolas tradicionais, já punidos com salários de fome e com a pouca ou nenhuma atenção que lhes dão os alunos? Quantos professores conseguirão reciclar-se e adaptar-se às exigências da modernidade? Dos que conheço, nenhum. Consta que são incapazes de matar uma mosca e não têm talento sequer para assaltar uma velhinha órfã e parálitica. Que irão ensinar no mundo de amanhã, esse bando de inúteis?

*trecho extraído de artigo publicado na versão eletrônica do *Le Monde Diplomatique*



Eleição

Rescaldo do segundo turno

Manchete do Globo (31/10/00): “Oposição bate Governo por um milhão de votos”. No corpo da matéria, a reportagem demonstra que a maior parte dos votos válidos no segundo turno das eleições municipais, 9,1 milhões (45,7%), foi para os candidatos da oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso e sua base aliada ‘pefelista’. “Na oposição, o partido com mais prefeituras é o PDT, com 288 (duas capitais); o PT elegeu 187 prefeitos (seis capitais). O PPS, 166. E o PSB, 133 (quatro capitais). O PV tem 13 prefeituras; o PC do B, uma (Olinda).”

Balanco

Manchete do JB (31/10/00): “Presidente reconhece avanço do PT”. A matéria diz que Fernando Henrique terá uma “atitude de cooperação” com os prefeitos petistas que ganharam as eleições em seis capitais. Na noite do mesmo dia, os telejornais anunciaram que o ministro Pedro Malan havia dito que não vai renegociar a dívida das prefeituras da oposição. Bela ‘cooperação’, FH.

Na edição do mesmo dia do jornal Valor Econômico, o presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, diz que os dois anos de administração que antecedem as eleições gerais servirão de “base concreta para um programa para o país”. Segundo o ‘Valor’, as prefeituras petistas governarão para uma população de 28,85 milhões.

Repercussão

Ainda no Jornal do Brasil: “Fidel aplaude êxito petista”. Repercutindo uma entrevista ao Correio Brasiliense, o JB ressaltou o discurso do presidente cubano ao comentar a vitória da oposição nas eleições do Brasil. “O mundo começou a mudar, os povos do Terceiro Mundo começam a recobrar a consciência do que está acontecendo”, disse Fidel. “Alegro-me muito que a esquerda avance e desejo que essa esquerda vença em todas as prefeituras e em todos os lugares e se mantenha no poder com os mesmos princípios que agradaram tanto aos eleitores”, complementou.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 15 • 6 de novembro de 2000

www.adufrj.org.br

Veja na nossa página da internet

Já estão disponíveis na página de entrada (www.adufrj.org.br) as propostas do Andes-SN, do MEC, da Andifes e de Vilhena para a carreira docente. Após um período de exposição inicial na página de entrada, o internauta poderá encontrar as propostas no link “documentos”.

Unidades disputam professores

Sem concurso, departamentos sofrem para oferecer até disciplinas obrigatórias

A falta de professores na Universidade foi o principal tema abordado na última sessão do Conselho de Ensino e Graduação (CEG), de 2/11. O Instituto de Psicologia, a Faculdade de Letras e o IFCS foram mencionados como Unidades que não estariam fornecendo docentes para disciplinas obrigatórias de outros cursos. A Faculdade de Letras foi apontada ainda como um curso que não oferece as próprias disciplinas obrigatórias.

Esteve presente no colegiado para dar um testemunho da situação vivida em sua Unidade a coordenadora de ensino do curso de Odontologia, Vilma Azevedo da Silva. Para ela, falta professor para as disciplinas de Sociologia e Antropologia e Psicologia. Essas matérias, oferecidas no primeiro período do curso, acabam “estrangulando” o fluxo de alunos. “Nós sabemos das dificuldades de todos os cursos da UFRJ, mas não temos nenhuma disciplina obrigatória de nossa responsabilidade (direta) que não esteja sendo dada”, afirmou. A conselheira Lilia Pougy também protestou contra a falta de professor

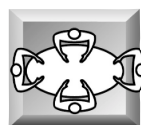
da Psicologia para uma disciplina noturna da Escola de Serviço Social. “Somente ontem (31/10) foi dada a primeira aula da disciplina”, contou.

O professor Sérgio de Paula Machado, da Câmara de Corpo Docente do CEG, comentou ter negado um pedido de substitutos para a Psicologia, pois considera um absurdo um quadro como o do IP, com uma carga horária docente semanal média (CDSM) inferior a doze horas, pedir substitutos. Sérgio citou ainda um acordo verbal da Psicologia com o reitor para que não fossem dadas aulas para mais de quarenta alunos (o relato desse acordo foi feito por representantes da Psicologia ao conselheiro Alberto Schanaider).

Dada a situação, o CEG decidiu não mais alocar vagas de professores substitutos para as Unidades que não estejam cumprindo os compromissos assumidos em outras Unidades. Será dada prioridade de substitutos para as chamadas unidades-clientes, que estariam sendo prejudicadas. Mesmo assim, houve polêmica.

A conselheira Danielle Bento reclamou que essa solução “cobre um lado, mas descobre outro”. Estudante da Faculdade de Letras, Danielle sabe que disciplinas de Latim da própria Unidade não têm professor. Diretora da Letras e também representante do CEG, a professora Edione Trindade explicou ao sub-reitor de Graduação que o professor substituto, geralmente, atua na própria Unidade e fora dela – o que quebraria o caráter rígido da decisão do CEG. A professora Ana Lúcia, representante do CFCH no CEG, prometeu levar esses problemas para a reunião do Conselho de Centro que se realizaria naquele mesmo dia (1/10). O sub-reitor Ricardo Gattass pediu a formalização dessas denúncias de falta de professores para atuar junto às direções de Unidades citadas.

O fato é que a falta de concursos públicos para as Universidades e a corrida pelas aposentadorias começam a jogar Unidades umas contra as outras na disputa pelos substitutos.



Colegiados

Vestibular nacional

O CEG aprovou a intenção de se criar um vestibular 2002 para a UFRJ de abrangência nacional. O coordenador acadêmico do concurso, Herli Joaquim de Menezes, informou que existe uma procura muito grande de candidatos de algumas capitais do país para a UFRJ que precisam se deslocar para o Rio para prestar os exames. A idéia seria montar pontos de prova nessas capitais. Herli afirma que é possível manter essa estrutura nacional, com o mesmo sigilo e fiscalização das provas feitas no estado do Rio de Janeiro.

Anote

Abertura da Jornada

A XXII Jornada de Iniciação Científica e a XII Jornada de Iniciação Artística e Cultural serão abertas no dia 7/11, às 9h30, com a palestra “A biologia da esquizofrenia”, no auditório do Quinhentão, no CCS.



Opinião

O governo federal e o MST

Ao desencadear coordenadamente uma ação repressiva e desmoralizadora contra o MST, o Governo Federal decidiu enfim abandonar o simulacro de reforma agrária, com o qual vinha se exibindo perante as autoridades políticas e religiosas no plano internacional.

Só no corrente ano, 10 integrantes do MST foram assassinados, enquanto processos criminais foram abertos contra 180 líderes do movimento. Ademais, seis militantes cumprem a inusitada pena de oito anos de reclusão por crime de dano a bem público (instalações de um posto de pedágio em rodovia estadual paulista).

Não contente com isto, o Governo Federal acaba de condenar à miséria 250.000 famílias de lavradores já assentados, ou seja, mais de um milhão de pessoas, ao recusar-lhes em tempo hábil o indispensável crédito referente à safra 2000-2001, o qual vinha sendo pleiteado desde o começo do ano. Foi somente em 20 de outubro, ou seja, depois de ultrapassada a época de plantio, que o Governo anunciou a liberação desse crédito. Trata-se, contudo, de um ardil. Tais recursos não são disponíveis na prática, porque as novas modalidades de crédito foram meticulosamente talhadas a fim de impedir que a grande massa dos assentados e dos pequenos agricultores tenham acesso ao dinheiro. O Governo passou a exigir que os pedidos de crédito sejam individuais e os bancos só os atendem na medida em que tenham em

caixa recursos disponíveis, o que nem sempre acontece.

Em razão dessa má-fé governamental, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e a Ordem dos Advogados do Brasil retiraram-se da mesa de negociações.

Podemos afirmar que em nenhum outro momento de nossa História viu-se um Governo acuar 250.000 famílias à súbita miséria, por razões puramente políticas.

Em reforço dessa ação repressiva, o Governo orquestrou, com a oportuna coadjuvação de jornalistas bem situados, uma campanha de desmoralização do MST, imputando aos seus dirigentes o desvio de recursos públicos em proveito próprio. De imediato, a Polícia Federal foi instruída a abrir dezenas de inquéritos em todo o País, para investigar tais denúncias.

O objetivo evidente dessa operação estratégica é liquidar o MST, da mesma forma como foram liquidadas as Ligas Camponesas nos primeiros meses do regime militar.

O momento não comporta mais tergiversações. Os signatários estão seguros de que todos os partidos políticos decentes, todas as organizações religiosas e entidades de defesa dos direitos humanos irão mobilizar-se para repudiar o comportamento indigno do Governo Federal no episódio, e defender o direito à sobrevivência das famílias trabalhadoras de todo o Brasil.

São Paulo, 25 de outubro de 2000.

Fábio Konder Comparato — *Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito da Universidade de Paris e Professor Titular da USP;*

Milton Santos — *Doutor, Geógrafo e Professor Emérito da USP;*

Plínio de Arruda Sampaio — *Professor, ex-Deputado Federal Constituinte e Consultor da FAO*

Dom Tomás Balduino — *Bispo e Presidente Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra)*

Aderiram no ato de lançamento:

Confederação Nacional das Associações de Servidores do INCRA- CNASI, por seu diretor José Parente

Partido dos Trabalhadores, por seu secretário geral Dep. Arnildo Chinaglia

Partido Comunista do Brasil, por seu deputado Jamil Murad

Partido Democrático trabalhista, por nota do seu Diretório Regional do Rio de Janeiro

Central Única dos Trabalhadores, por sua vice-presidente Mônica Valente

Central de Movimentos Populares-CMP

Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP

Sindicato Nacional dos Docentes das Universidades Brasileiras - ANDES

Representantes rediscutem periodização

A professora da Faculdade de Medicina e representante no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Ana Borralho, e a Técnica em Educação e representante do Consuni, Ana Maria Ribeiro, foram as convidadas da última reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional da AdufRJ (31/10/00). O grupo discutiu os impactos da nova periodização na vida acadêmica e profissional de professores, alunos e funcionários.

Atropelo

A conselheira do CEG comentou a forma atropelada com que a reitoria encaminhou a discussão da periodização para o CEG e o CEPG (conselho de pós-graduação). Para a professora, no início, parecia se tratar apenas de uma adequação do ano letivo aos 200 dias previstos na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Com o tempo, outros interesses entraram em cena. A distribuição de verbas através de programas como o Prograd e Prolig poderia estar ligada ao afã da reitoria em alterar calendários e “reformular” currículos.

Aumento da evasão

Segundo alguns professores presentes, somente agora as unidades e departamentos estão se dando conta do que representa o novo sistema de divisão do ano letivo. Para Ana Maria Ribeiro, ex-coordenadora do Vestibular da universidade, a nova periodização significará um aumento dos índices de evasão, já que os aprovados para o ingresso na UFRJ terão que fazer suas matrículas em fevereiro, bem antes do resultado das demais instituições. “Existem dois fatores de evasão. Um deles é a questão social que somente uma política de assistência, com bandejões, alojamento, transporte e bolsas, pode resolver. O outro, e bem mais grave, é a evasão na própria matrícula, que correspondia, só em 1996, a perdas de 15% em unidades como a Medicina e 60% no Direito”.

Factóide acadêmico

Ana Maria trabalhou na Sub-reitoria de Graduação (SR-1) na época em que o tema ‘Nova LDB’ começou a ser tratado pelos colegiados. Segundo ela, antes da nomeação de Vilhena pelo MEC, tanto o CEG quanto o CEPG já haviam chegado à conclusão de que uma diferença de 20 dias letivos (a nova lei aumentou de 180 para 200) não pedia nenhuma alteração no calendário, nem muito menos curricular. Muitas unidades, como a Medicina (desde 1994), trabalhavam com mais de 180 dias letivos.

Ana Maria lembrou ainda que a LDB se refere a ‘ano letivo’ com 200 dias. “Isso significa apenas o período em que a instituição deve estar aberta e nela deve se estar produzindo conhecimento”, complementou.

Fica a impressão (quase certeza) de que a periodização de Vilhena não passou de mais um de seus ‘factóides’ acadêmicos. Um dos prejuízos serão as dificuldades de funcionamento que enfrentarão muitas unidades e departamentos.

Centrais dão o alerta para greve geral

Campanha unificada paralisa centro financeiro

No último dia 31, terça-feira, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical reuniram cinco mil trabalhadores na Avenida Paulista, bem em frente à Federação das Industrias de São Paulo (Fiesp). A intenção das centrais foi chamar a atenção de governos e empresários para uma greve geral. Segundo o Jornal O Globo (01/11/00), o protesto começou pela manhã e os trabalhadores ocuparam quatro das oito pistas da Paulista. Trabalhadores de várias categorias, entre elas metalúrgicos e bancários, querem 20% de reajuste salarial mais aumento real e redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Oitenta agências paradas

De acordo com o informativo da CUT/Rio, os bancários pararam parte do centro financeiro de São Paulo, contra a intransigência dos banqueiros em negociar. Mais de 80 agências da Avenida Paulista não funcionaram no último dia de outubro.

No Rio de Janeiro, a manifestação pela Campanha Salarial Unificada, envolvendo diversas categorias e sindicatos da CUT, também ocorreu na tarde da terça-feira, em frente à delegacia do Ministério da Fazenda.

CUT

A CUT convocou os trabalhadores das categorias com data-base neste segundo semestre para participar das manifestações da cam-

panha unificada. Os trabalhadores cutistas reivindicam a reposição das perdas salariais, o aumento real, a correção do FGTS para todas as categorias, salário mínimo digno, defesa e valorização dos serviços públicos, e redução da jornada semanal de trabalho, sem redução de salário.

Greve no dia 7

As manifestações da semana passada foram uma preparação para a greve nacional de categorias como os metalúrgicos paulistas, que têm data-base em setembro e dezembro. A data prevista para a greve geral é dia sete de novembro. Cerca de 4,5 milhões de trabalhadores de 26 categorias poderão parar, caso os empregadores continuem se negando a apresentar propostas de reajuste salarial acima da inflação.

ASSEMBLÉIA GERAL

16 DE NOVEMBRO 8 horas
QUINTA-FEIRA

Escola de Serviço Social

PAUTA

Greve de 24 horas em 20 de novembro
Indicativo de greve
Periodização/PROGRAD
GED 2000/Ação judicial
Eleição de delegado para o Encontro Unificado (17 a 19/11, em Goiânia)



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 16 • 13 de novembro de 2000

www.adufrj.org.br

Encontro Unificado

Com o objetivo de definir estratégias conjuntas para enfrentar os projetos do governo para a educação federal, UNE, fasubra e Andes-SN promoverão o III Encontro Unificado do Setor da Educação. O encontro será em Luziânia (GO), nos dias 17 a 19 de novembro. Cada sessão sindical deverá enviar dois representantes eleitos em assembléia geral.



Resenha

SPBC questiona fundos setoriais

É grande o receio da SBPC em relação ao destino dos fundos setoriais. O tema foi debatido em encontro promovido pela entidade com o secretário do MCT, Carlos Pacheco, e o presidente do CNPq, Evandro Mirra. Segundo nota da FSP (8/11/00), a presidente da SBPC, Glaci Zancan, disse que pode ocorrer escassez de verbas para alguns setores por conta da especificidade dos fundos.

O orçamento para Ciência & Tecnologia deverá ser, em 2001, de R\$ 975 milhões contra os R\$ 200 milhões deste ano. Os recursos das bolsas serão praticamente os mesmos, entre R\$ 400 a R\$ 450 milhões. Segundo o secretário do MCT, verbas dos fundos também poderão ser destinadas a bolsas.

Independente das promessas do ministério, a comunidade da SBPC continua expondo preocupações em relação ao cumprimento da liberação das verbas por parte das agências. Um dos exemplos utilizados pela comunidade científica foram os 150 a 200 mil reais que são esperados até hoje para a recuperação de laboratórios destruídos por um incêndio, numa Unidade da Federal do Rio Grande do Norte.

CUT convoca greve para o dia 13

Depois de reunir nas principais capitais, cento e cinquenta mil trabalhadores em um dia de atos e paralisações, terça-feira 7, a Central Única dos Trabalhadores está organizando em conjunto com várias categorias a deflagração de uma greve no dia 13, que poderá ser, inclusive, por tempo indeterminado.

A onda de manifestações geradas pela campanha salarial unificada já apresentou alguns ganhos para pelo menos uma das categorias. No setor metalúrgico, as empresas, que antes se limitavam a oferecer 5% de reajuste, já acenam com 8%. Mas os metalúrgicos, assim como os bancários e petroleiros reivindicam índices mais altos. Os bancários, por exemplo, querem 9,2%, mais 25% de participação nos lucros dos bancos e aumento de 19,98% dos ganhos de produtividade das instituições. Os metalúrgicos da CUT não aceitam menos de 10%.

Conad indica greve de 24 horas

O 41º Conad do Andes-SN está propondo uma greve nacional dia 20 de novembro.

O objetivo é impedir a votação do projeto de emprego público

Um dos resultados do 41º Conad (Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN), ocorrido em Pelotas (RS), de 3 a 5 de novembro, foi a indicação para os docentes das universidades públicas de uma greve de vinte e quatro horas, dia 20 de novembro. Os conselheiros do Andes-SN apostam na mobilização dos professores para impedir o envio e a aprovação, no Congresso Nacional, do projeto governamental de Lei do Emprego Público.

Caso aprovado, o projeto implicará no fim dos contratos pelo RJU e na implantação do regime de CLT para os docentes das universidades federais. As determinações do PL podem se estender a estados e municípios, bastando para isso leis complementares.

Outro projeto que já se encontra em tramitação no Congresso e foi discutido pelos participantes do Conad é o da regulamentação da previdência complementar dos servidores públicos. A criação de fundos de pensão para servidores não agradou os docentes. O Andes-SN está participando, juntamente com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (Anfip), do recém criado Fórum em Defesa da Previdência do Servidor Público. Segundo in-

formações da Anfip, a gestão dos fundos será feita por entidades privadas, bancos e outros agentes financeiros.

O Conad de Pelotas teve como tema central o debate sobre o projeto de emprego público e a destruição do sistema federal de ensino. Uma das questões mais exploradas pelos professores foi o processo intenso de privatização interna nas universidades públicas. A origem e o destino das verbas públicas que hoje são gerenciadas pelos grupos de pesquisa ou pelas administrações acadêmicas foram bastante questionados pelo movimento docente.

Seminários

A sexta-feira, dia 3, foi dedicada a seminários que trataram do desmonte da carreira docente e das próprias instituições. Pela manhã, o presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher, e o professor da PUC-SP, João Reis Silveira Junior, comentaram as consequências da reforma do Estado no governo Fernando Henrique. Para Leher, o governo encontrou na aprovação de emendas da legislação sobre o Estado (emenda 19/99 e lei 9962) a fórmula para reestruturar também as universidades.

O presidente do Andes-SN argumentou que a reforma constitucional passou despercebida no âmbito da CUT e do movimento docente. “Os tais dez anos de financiamento previstos na proposta de emenda sobre autonomia universitária (PEC 370) teve forte resistência até da equipe econômica do governo. Já com a aprovação da lei 9962, é possível a contratação de servidores nos dois regimes RJU e CLT. A Universidade foi caracterizada como atividade não exclusiva de Estado, o que abre o caminho para o projeto de emprego público que agora se apresenta”.

Mudança estrutural

Segundo Leher, o novo regime celetista para docentes e funcionários não significa somente uma mudança no regime trabalhista, mas uma mudança estrutural das instituições. “Surge o professor conferencista que não terá uma carreira, nem possibilidade de progressão por titulação. Terá apenas a carga horária de doze horas de dedicação exclusiva ao ensino, a dar aulas”, criticou.

Mais informações sobre o 41º Conad no próximo jornal da Adufrj

Motivos da greve de 24 horas

Contra a proposta governamental de Emprego Público;

Pelo restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;

Pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º grau e os da carreira de 3º grau;

Correção salarial conforme determina a Constituição Federal.

Calendário de atividades

6 a 10 de novembro: Semana Nacional de Lutas dos SPFs e Rodada de AGs;

10 de novembro: Reunião do Setor das IFES;

11 de novembro: Plenária dos SPFs;

17 a 19 de novembro: III Encontro Unificado das Entidades do Setor da Educação

20 de novembro: Greve Nacional de 24 horas em defesa das Instituições Federais de Ensino e ato em Brasília com as entidades participantes do III Encontro Unificado e com os companheiros de todas as entidades que estarão presentes na Conferência Nacional de Educação.



Colegiado

Periodização pode ser rediscutida

A representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro, apresentou ao Conselho Universitário, na semana passada, um requerimento ao reitor, como presidente do conselho, para que insira na pauta do colegiado superior a discussão sobre a resolução CEG/CEPG 01/99 que trata da periodização. O argumento de Ana é que a resolução aprovada fere o regimento geral da universidade que é de competência do Consuni.

A resolução da periodização estabelece um calendário único de atividades, altera o regime de trabalho docente e trata de profissionais externos à instituição. Segundo a conselheira, ao aprovar uma resolução tratando destes assuntos, os colegiados acadêmicos extrapolaram o que determina a Lei de Diretrizes e Bases. A LDB define que colegiados de ensino podem tratar apenas de plano de carreira – isso, segundo Ana, numa determinada concepção de autonomia universitária. A Lei estabelece oito horas semanais de aulas para

o docente e o regime de trabalho vigente (PUCRE) define 40 horas semanais de dedicação, em tempo integral, sendo 20 horas para pesquisa, orientação de alunos e outras atividades.

Ao aprovar a resolução, os colegiados determinaram um regime de 320 horas anuais de trabalho docente, sendo 160 horas dedicadas à graduação. Para Ana, já que a legislação trabalha com horas semanais e a resolução da UFRJ trabalha com horas anuais, nas 20 semanas definidas pela nova periodização estarão concentradas estas 320 horas, aumentando efetivamente a carga de trabalho dos profissionais.

Vilhena não aceitou inserir a discussão da periodização na pauta da sessão e disse que vai encaminhar o pedido da conselheira para a Procuradoria Jurídica da universidade.

Esclarecimento sobre a festa dos 80 anos

O Conselheiro Roberto Gambine pediu ao reitor um esclarecimento for-

mal ao Consuni sobre as comemorações dos 80 anos da UFRJ, organizada pela reitoria. Gambine quis saber qual é a programação para os cinco dias previstos do evento, quais unidades estão participando da organização e qual o custo desta produção, que contará com *shows* de vários artistas, entre eles o cantor Lobão.

Conselheiros não votam nomeação de Átila

Novamente, Vilhena tentou fazer com que os conselheiros aprovassem a nomeação do professor Átila Freire para o cargo de sub-reitor de graduação. O nome do professor não foi aceito pela maioria dos representantes do CT e do CCMN e nem pelas representações discente e dos técnico-administrativos. Vilhena acabou acatando a sugestão do professor Amâncio Paulino, diretor do Hospital Universitário e favorável a nomeação de Átila, de adiar a votação para outra sessão.

Governo quer responsabilizar trabalhadores sobre o FGTS

CUT, Força Sindical e o ministro do Trabalho estiveram reunidos, semana passada, para discutir o pagamento das perdas nas contas do FGTS dos trabalhadores, do período da implantação do Real.

Segundo notícia do site da CUT, Francisco Dornelles deixou claro que o assunto “não é com ele”. Mesmo o confisco tendo sido perpetrado pelo governo, Dornelles afirma que o tesou-

ro nacional não vai disponibilizar recursos para pagar aos trabalhadores, o que a Justiça já considerou um direito. Aliás, foi além, propôs aos representantes das centrais sindicais que encontrassem uma solução para cobrir o passivo de R\$ 40 bilhões do FGTS.

O presidente nacional da CUT, João Felício, classificou de absurdas e inaceitáveis as propostas do Ministro. “Sem mobilização e pressão das bases

esse governo não vai se mexer” disse Felício, já antecipando que esse assunto vai entrar na pauta da reunião do Núcleo de Negociações Coletivas do Andes que organiza as mobilizações para novembro.

Nesta semana, técnicos das centrais sindicais e da Caixa Econômica Federal reúnem-se em São Paulo para colher dados que permitam um retrato mais detalhado da situação das contas do FGTS.

Chomsky defende MST

Na semana passada, dia 9, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra lançou seu segundo jornal especial, com tiragem de 1 milhão de exemplares. No *standard*, está publicada uma nota de apoio ao movimento assinada pelo lingüista Noam Chomsky. O texto do professor do Massachusetts Institute of Technology é dirigido ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro de Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann.

Chomsky declara sua preocupação com as notícias de que o governo brasileiro está oprimindo o MST por receber contribuições voluntárias de seus membros. “Prática comum, adotada internacionalmente por sindicatos e muitas outras organizações”, declarou o lingüista.

“O MST tem realizado um trabalho extraordinário de mobilização popular e defesa dos interesses da população mais pobre e sofredora, para resolver o grave problema de grande concentração de riquezas que convive com uma imensa pobreza”, afirma o professor.

Professora de 76 anos recebe medalha por dedicação e é processada por vandalismo

O reitor José Vilhena está processando a professora da EEFD, Margarida Menezes, por danos materiais ao patrimônio da universidade. O processo absurdo sugere que a professora, de 76 anos, tenha derrubado os muros e cercas que delimitam a área de estacionamento da Praia Vermelha. A professora teria também fechado com “alvenaria” a entrada do local impedindo os veículos de estacionarem no campo. A área faz parte da Escola de Educação Física e deveria ser destinada à prática de atividades de esporte e lazer pela comunidade universitária. Era justamente isso que a professora Margarida estava reivindicando quando participou de um ato, em maio de 1999, juntamente com estudantes e funcionários. Para a professora, que se encontra esta semana em Brasília para receber uma medalha de mérito pelos seus cinquenta anos de dedicação à UFRJ, trata-se obviamente de perseguição da reitoria por ser contra o uso do local para estacionamento de carros.

Anote

Espanhóis na Escola de Música

A mezzosoprano Maria Aragon e o pianista Fernando Turina se apresentarão no recital Música en la poesía de Rafael Albert, dia 14 de novembro, às 18h30, no Salão Leopoldo Miguez, da Escola de Música da UFRJ. Maria Aragon nasceu em Madri e é professora da Escuela Superior de Canto de Madri. Tem se apresentado em várias orquestras europeias. Fernando Turina também nasceu em Madri. É especialista em acompanhamento vocal e tem se apresentado regularmente na Europa, Estados Unidos, Ásia e África. No dia 13, véspera do recital, eles apresentarão um master-class de canções espanholas, a partir das 14h, no Salão Herique Oswald, Entrada Franca.

GT SEGURIDADE SOCIAL

DIA 13 de novembro 15 horas
Segunda-feira

PAUTA

✓ INFORMES:

1 -II ENCONTRO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTO ALEGRE

2 -CURSO SOBRE FUNDOS DE PENSÃO

3 - outros

✓ DELIBERAÇÕES DO CONAD E

ENCAMINHAMENTOS PARA O GTSS

✓ PERFIL DOS APOSENTADOS DA UFRJ

ADIAMENTO

Reunião de
professores do CT

5 de dezembro - terça-feira

Horário: 12:00

Local: Sala C da Decania bloco A 2º andar
Pauta: Periodização

Reunião de
professores

Unidades: Serviço Social, Psicologia,
ECO, Educação, CAP e IFCS
29 de novembro - quarta-feira

Horário: 15:30

Local: Escola de Serviço Social
Pauta: Periodização

Adufrj ganha na justiça o adiamento do prazo e a entrega do relatório da GED fora do Sigma

A Juíza Jane Moreira dos Reis, da 27ª Vara Federal, concedeu, na última quarta-feira, 22 de novembro, liminar favorável para o mandado de segurança coletivo, proposto pela Adufrj-SSind. A resolução determina uma **prorrogação do prazo** para a entrega dos Relatórios da GED. O novo prazo para entrega dos relatórios para a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD) é 31 de dezembro de 2000. Está é uma forma de garantir a contagem da pontuação das atividades ocorridas em dezembro, bem como de obrigar a UFRJ que aceite a entrega dos Relatórios de Atividades através de formulários escritos, impedindo-a de exigir que todos os docentes apresentem seus relatórios obrigatoriamente no Sigma. Sem dúvida, uma vitória da categoria docente da UFRJ.

Confira um trecho do texto da juíza Jane Moreira dos Reis

“Em face do exposto, defiro a liminar, para determinar a suspensão do prazo de entrega das informações, que poderão ser prestadas pelos professores até o fim do ano (31/12/2000), por meio de formulários preenchidos manualmente (manuscritos ou datilografados) que deverão ser aceitos com fonte hábil para coleta de dados e avaliação de comissão, sendo entregue o devido comprovante de recebimento assinado pela autoridade responsável pelo seu recebimento.”

Adufrj

SEÇÃO SINDICAL

Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 17 • 27 de novembro de 2000

www.adufrj.org.br

Reunião GT de
Seguridade Social

28 de novembro
terça-feira

15 horas

Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Aberta a todos os
interessados



MOBILIZAÇÃO ESTUDANTIL FOI FUNDAMENTAL PARA A CONQUISTA

CEG altera resolução da periodização

Decisão abre espaço para rediscutir toda a resolução 01/99

Na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), dia 22, estudantes, professores e funcionários acompanharam a rediscussão da Resolução conjunta CEG/CEPG 01/99 que definiu uma nova divisão de períodos acadêmicos na UFRJ.

Os conselheiros acabaram aprovando algumas alterações que retomaram as características anteriores da hora-aula, que voltará a ter 50 minutos e não mais 60 como previa a polêmica resolução. As alterações deverão ser aprovadas também no CEPG. Mas o questionamento à estrutura letiva aprovada pelos conselheiros no ano passado não parou por aí. As entidades Adufrj, Sintufrj e DCE estiveram presentes e manifestaram-se pela rediscussão da Resolução em sua totalidade.

A interpretação dada pelos colegiados

em relação aos 200 dias de trabalho acadêmico efetivo, previstos na LDB, foi o ponto mais ressaltado pelos presentes. Alguns conselheiros reconheceram que a interpretação de dia de trabalho acadêmico como “dia de aula” poderá trazer transtornos para as unidades. Muitos reconheceram também que a matéria não foi suficientemente debatida e que a comunidade desconhece o teor da Resolução e suas implicações no trabalho diário de professores, alunos e funcionários.

Evasão

O diretor da Adufrj, Henrique Longo, pediu a rediscussão da periodização em todos os colegiados e nas unidades. Henrique lembrou o problema do aumento da evasão de alunos, principalmente dos egressos dos vestibular, caso o novo ca-

lendário, com início em 12/02/2001, seja efetivado.

200 dias

A vice-presidente da Adufrj, Maria de Lourdes Passos, também lembrou que não está previsto na LDB que os 200 dias de trabalho acadêmico sejam dias de aula. “Esta interpretação foi uma escolha da UFRJ. Nenhuma outra universidade interpretou deste modo a LDB. Todos nós queremos ampliar a quantidade de alunos matriculados, mas não à custa do restante do trabalho acadêmico”. Os representantes da Adufrj solicitaram ao colegiado que encaminhasse a rediscussão da periodização, com ampla divulgação na comunidade universitária do conteúdo da Resolução e em um calendário exequível para que toda

Continua na página 2

as unidades se manifestem.

Lourdes lembrou que, muito antes de a resolução ter sido aprovada, ainda durante o ano de 1998, a Adufrj requereu à secretaria do CEG uma cópia das versões que estavam sendo discutidas no colegiado, o que foi negado. Desta forma, impediu-se que a Adufrj divulgasse entre os professores a proposta em discussão naquele momento.

O representante do Sintufjrj, Marcílio Dias, também ressaltou a falta de discussão na comunidade universitária que marcou a aprovação da nova periodização. Além disso, ele informou que a entidade tem sido procurada por funcionários que trabalham nas seções de ensino. Foram relatadas preocupações em relação à implementação da nova divisão de períodos e do calendário. Marcílio comunicou que o Sindicato estará promovendo reuniões com estes funcionários para estudar alternativas à Resolução.

Estudantes

O ponto alto da sessão foi a participação dos estudantes, tanto por meio das falas dos conselheiros estudantis do CEG, quanto por meio das manifestações do grande número de estudantes que assistia à sessão. O conselheiro discente, Bruno Bacellar Lopes, do IFCS, disse que os alunos praticamente desconhecem a nova estrutura letiva e comentou que a resolução aprovada pode não ser a

proposta original da reitoria Vilhena, de quatro períodos e divisão por módulos, mas acabou se aproximando muito do que o reitor apresentou aos colegiados. Bruno ainda ressaltou que os procedimentos adotados atualmente no CEG não permitem que os conselheiros desempenhem democraticamente sua representação, exemplificando com o fato de só ter recebido no próprio dia da sessão a proposta de alteração da Resolução que estaria sendo votada, o que inviabilizava a consulta aos estudantes que ele representa. Os estudantes chamaram a atenção também para o fato de as unidades terem tido pouco tempo para se manifestar em relação ao que os colegiados debatiam o ano passado.

Participação das entidades

Ao final, o professor Antonio Cláudio, que presidiu a reunião em substituição ao sub-reitor Ricardo Gattass, agradeceu a participação das entidades e da assistência (composta principalmente pelos estudantes). Antonio Cláudio também comentou que, atualmente, as entidades (de estudantes, funcionários e professores) é que têm feito a divulgação das propostas em debate nos colegiados da UFRJ. Ele pediu a todos que encaminhem ao colegiado propostas concretas de alteração da resolução, além da que foi deliberada naquela sessão.

Alterações aprovadas pelo CEG na Resolução Conjunta CEG/CEPG 01/99

Do Trabalho Acadêmico Efetivo, da Disciplina e do Requisito Curricular Complementar

Art 4º ...

§3º (nova redação) – As atividades de ensino de uma disciplina, excetuando-se a de orientação, estruturam-se em horas-aula, definidas como Unidades programadas de trabalho pedagógico.

Novo artigo – A hora-aula será ministrada em 50 minutos de aula e 10 minutos de intervalo

§2º Quando uma disciplina for ministrada em duas ou mais horas-aula consecutivas, os intervalos poderão ser agrupados desde que sejam mantidos em sua duração total.

Art. 10º - A unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno é a hora-aula.

Funcionários começam a organizar nova proposta para a periodização

Com o objetivo de reunir informações e provar que a Resolução 01/99 aprovada pelo CEG e CPEG (nova periodização) não é aplicável a realidade da universidade, os técnico-administrativos estão convidando toda a comunidade da UFRJ a participar das seguintes reuniões:

Dia 29 de novembro

às 14h, no Auditório da Decania do CCS - Unidades/Centros/SG's do Fundão;

Dia 30 de novembro

às 15h, no Auditório da Escola de Serviço Social - Unidades/Centros da Praia Vermelha e Centro da Cidade(IFCS, Direito, Museu, Ginecologia, Valongo).



Movimento

Setor de educação retoma luta unificada

Representantes dos servidores públicos do setor de educação reunidos no III Encontro Unificado, este mês, na cidade de Luziânia, caracterizaram o projeto de emprego público do governo federal como a mais recente investida no caminho do desmonte das instituições públicas de ensino. O projeto prevê, entre outras, a celetização dos funcionários, incluindo aí os professores das universidades federais.

De acordo com as entidades presentes, o sistema federal está sendo configurado pelo governo em três dimensões: a aceleração do processo de privatização, a mudança do papel dos trabalhadores de educação e a fragmentação das categorias e dos sindicatos.

Privatização

A privatização, principalmente a praticada internamente nas universidades

públicas, estaria possibilitando a redefinição da educação 'como algo rentável ao capital', na medida em que a torna uma mercadoria em circulação, submetida aos mandos dos sucessivos governos.

A produção dos trabalhadores em educação passa a ser vigiada e o ensino passa a ser mera reprodução de conhecimentos, quando ao ser dissociado da pesquisa e da extensão, próprias do sistema universitário, caminha em direção à uma perda da "universalidade fáustica do homem" e em seu lugar surge o "especialista".

Salários

De acordo com as entidades, o governo vem cumprindo os acordos feitos com os organismos internacionais em função da política de 'estabilidade'. Às custas, é claro, do pagamento de altas taxas de juros aos credores externos. Uma das con-

seqüências para a população é a falta de verbas para os setores sociais e para as universidades. A conseqüência imediata para os servidores é o congelamento dos salários e a perda de direitos adquiridos, como a aposentadoria integral e o regime jurídico único.

Entidades que participaram do III Encontro Unificado

Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes

Fasubra – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras

Sinasefe – Sindicato Nacional dos Servidores de Educação Federal (???)

UNE – União Nacional dos Estudantes

Ubes – União Nacional dos Estudantes Secundaristas

ANPG – Associação Nacional dos Pós Graduandos

O que querem as entidades

4 Ampliação das verbas públicas para a educação e sua aplicação exclusivamente no ensino público.

4 Ampliação das verbas para Assistência Estudantil e para as bolsas acadêmica-estudantil.

4 Gratuidade plena do ensino público.

4 Autonomia nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, com garantia de financiamento público.

4 Manutenção do RJU e abertura imediata de concurso público para as instituições Federais de ensino neste regime

4 Ampliação das vagas e democratização do acesso às instituições públicas de ensino

4 Getão democrática nas instituições de ensino.

4 Reposição das perdas salariais, reparação da paridade entre ativos e aposentados e restabelecimento da isonomia salarial.

4 Aprovação do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira.

4 A manutenção da previdência Social Pública, contra a aprovação do PL 9/99.



Movimento

Andes-SN reage à tentativa de exoneração

Pela Liberdade de representação sindical do presidente do Andes-SN, contra o obscurantismo do MEC e da UFRJ

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**
Filiado a CUT

O Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN,

Roberto Leher, legitimamente eleito em um pleito que mobilizou nacionalmente a categoria, sofre ignominiosa perseguição dos algozes da liberdade sindical. A UFRJ caracteriza o exercício do mandato sindical como abandono de emprego e o MEC, amparado em legislação contestada juridicamente, indeferiu a solicitação de seu afastamento com os direitos trabalhistas e previdenciários.

Tempos sombrios pesam sobre a UFRJ. Desde a intervenção do MEC, em julho de 1998, ocasião em que um candidato derrotado nas urnas foi nomeado reitor, uma série de medidas de força vêm

sendo tomadas contra todos aqueles que se opuseram ao obscurantismo. Estudantes e técnico-administrativos que participaram da defesa da nomeação do candidato eleito foram processados. A composição do Conselho Universitário foi adulterada em detrimento da representação dos professores, técnico-administrativos e estudantes, com o objetivo de favorecer o setor empresarial, o governo e a administração universitária. Diretores eleitos foram exonerados e a reitoria passou a se imiscuir no processo de escolha de diretores nas unidades. Nesse ambiente de ignorância e violência, foi escolhida a Diretora da Faculdade de Educação, a unidade a que está vinculada o Presidente do Andes-SN, apesar da consulta ter rejeitado o seu nome e de ter contado com apenas

1 ou 2 votos na Congregação. O seu primeiro ato foi afastar a coordenação da pós-graduação legitimamente eleita e alterar a organização e a natureza do programa.

O professor Roberto Leher foi liberado por seu Departamento, em decisão unânime. No entanto, a Diretora da Faculdade de Educação, reles ventríloquo do reitor-interventor, ele mesmo reles ventríloquo do Ministro da Educação, encontra-se cegamente obcecada pela idéia de exonerar um desafeto. O MEC sabe da importância do ANDES-SN e que esta gestão não será dócil em relação ao seu projeto e, por isso, quer impedir o exercício de seu mandato. À antiga prática de cassação das direções sindicais pela ditadura, o Governo Federal e seus prepostos

implementam a perseguição por meio de ameaças aos sindicalistas com o objetivo de atingir o movimento sindical autônomo e classista.

O problema não se restringe à situação funcional do dirigente. É um atentado à liberdade sindical. É hora da política, da denúncia, da manifestação pública, afinal, todos somos silenciados com esse ato do MEC e do interventor da UFRJ. Manifeste a sua solidariedade e seu protesto, subscrevendo esta nota*.

* Este texto já está disponível na sede da Adufrj e estará circulando nas unidades na forma de abaixo-assinado. A coleta de assinaturas será feita em âmbito nacional. Não deixe de manifestar sua solidariedade ao companheiro Roberto e seu repúdio a esta violência contra o sindicato.

Adufrj denuncia e repudia perseguição

A diretoria da Adufrj-SSind, indignada e estarecida, vem a público denunciar a perseguição movida contra o Presidente do Andes-SN, Prof. Roberto Leher, com o indisfarçável intuito de cercear a liberdade sindical.

A interventora da Faculdade de Educação, Sr^a. Speranza França da Mata, o interventor da UFRJ, Sr. Vilhena, e o Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, associaram-se em um esforço obscurantista e truculento para impedir o Prof. Roberto Leher de exercer o mandato sindical para o qual foi eleito pelos professores de 90 universidades brasi-

leiras. No âmbito da UFRJ, as “autoridades” buscam caracterizar “abandono de emprego” (embora o Prof. Roberto Leher tenha sido dispensado de aulas por decisão unânime de seu Departamento) e, no MEC, elas indeferem sua solicitação de afastamento.

Este é apenas mais um capítulo na trajetória percorrida pelos mencionados dirigentes da UFRJ. Tendo aceito a nomeação para os cargos que ocupam apesar do repúdio de toda a comunidade universitária, eles não se constroem por praticar mais este ato colorido pelo autoritarismo que tem sido a triste marca distinti-

va de suas medíocres gestões: desrespeito aos colegiados da universidade, processos contra estudantes, técnico-administrativos e professores que ousam manifestar sua oposição, além de uma série de outras medidas pelas quais expressam sua subserviência ao MEC.

A política destrutiva do MEC em relação ao ensino público brasileiro também se caracteriza pela subserviência, aqui aos interesses dos organismos financeiros internacionais, desejosos de manter nosso povo ignorante e iletrado, para mais facilmente submetê-lo à exploração e à exclusão social

O sindicalismo autônomo e classista que o Prof. Roberto Leher pratica é o verdadeiro alvo dos ataques destes que trabalham contra a educação de nosso povo e que desejam, por qualquer meio, subjugar e silenciar os sindicatos.

Manifestamos nossa mais carinhosa e dedicada solidariedade ao Prof. Roberto Leher, querido companheiro de tantas lutas em defesa da educação pública brasileira. Estamos certos de que toda a comunidade da UFRJ somará seus protestos àqueles já expressos por outras universidades, por parlamentares, sindicalistas e intelectuais brasileiros.


UFRJ

“78 anos de excelência. Dois anos de atraso”

Comunidade protesta na festa promovida pela reitoria

O reitor José Vilhena não compareceu à abertura do que os jornais chamaram de ‘Feira de Ciências da UFRJ’. Tratava-se do evento, inaugurado na manhã da Terça, 21, “UFRJ 2000, 80 anos de Excelência”. Um amontoado de *stands* perfilados em um espaço coberto por lonas *high-tec*, localizado entre o Centro de Tecnologia e o Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, no Fundão.

Na abertura, os músicos da aplaudida UFRJazz Essemble tiveram que competir por pelo menos uma hora antes da apresentação com o ‘apitajo’ promovido pelas centenas de pessoas da comunidade que aproveitaram o momento para protestar contra os desmandos da reitoria Vilhena e a política do MEC para a educação.

Do *staff* de Vilhena, além da sub-reitora de Extensão, Maria Chevitaressse, na parte interna do Pavilhão, circulavam timidamente o atual Secretário de Ensino Superior e ex-sub-reitor de pós-graduação e graduação, Antonio MacDowell de Figueiredo e seu sucessor na graduação, Átila Nunes. Ninguém subiu ao palco montado para a comemoração. Tão pouco ninguém da reitoria falou para o público que foi protestar ou prestigiar o evento.

Após a apresentação do grupo da Escola de Música, para a surpresa de todos, a sub-reitora chamou os dirigentes das entidades presentes – Adufrj, Sintufjr, DCE e APG – e disse que poderiam usar o microfone e o palco para seus pronunciamentos.

Mesmo não fazendo parte das atividades oficiais da comemoração, as entidades da comunidade deram seu recado. Lênin Pires, diretor do Sintufjr declarou que aquele espaço havia sido conquistado legitimamente pela



NONONON ONNONO NONON ONNONO NONON ONNONO

comunidade, ‘que está aqui não só para comemorar os 80 anos de excelência, mas também para protestar contra os 2 anos de atraso, de intervenção, que vêm atingindo a qualidade da produção da universidade. Temos orgulho de fazer parte destes 80 anos, mas não podemos deixar de registrar os baixos salários, a falta de democracia e a baixa qualidade do serviço público que é gerada a partir desta política’.

Marketing

O presidente da Adufrj, José Henrique Sanglard, questionou a organização da comemoração da reitoria. “Não se sabe com que recursos esta estrutura foi montada, quem está financiando”, disse, fazendo referência ao processo de privatização interna da universidade, a partir de compra e venda de serviços de terceiros. “Estamos oferecendo um



espaço para investimentos privados de maneira bastante vantajosa para as empresas, sem contra-partidas razoáveis para a instituição”. Sanglard lembrou também que, na verdade, a universidade estaria completando bem mais de 200 anos, se fosse levada em conta toda a história de algumas unidades que fazem parte da instituição como, por exemplo, a Escola de Engenharia. Diante da falta de recursos para várias áreas da universidade, o professor disse não ver sentido em demarcar os 80 anos, a não ser por capricho e *marketing* do reitor.

APG e DCE

A Associação dos Pós-Graduandos foi representada pela estudante Gilda Moreira. A estudante disse que aquela atividade era tradicionalmente realizada pelo Centro de Letras e Artes, mas que este ano Vilhena teria tomado para si a organização sob a justificativa dos 80 anos. Isto é resultado, segundo a pós-graduanda, da falta de discussão com as unidades em relação à participação no que acabou se transformando em uma simples feira de ciências, um evento institucional pouco significativo para o porte da produção acadêmica da universidade. Gilda disse estar comemorando apenas “78 anos de excelência” e lamentando os “dois anos sem pesquisa, sem bolsas e sem políticas de assistência para os estudantes”.

O representante do DCE fez coro com os demais, ressaltando que “no ato de abertura de sua própria festa, o reitor impostor não apareceu, assim como não aparece em muitas reuniões do colegiado que preside. Ele não aparece onde a comunidade está e isto revela a farsa deste evento.”

SOLIDARIEDADE

Os funcionários e a diretoria da Adufrj se solidarizam com a professora do Colégio de Aplicação e ex-vice presidente da entidade, Rosanne Evangelista Dias, pelo momento delicado de saúde de seu pai, Paulo Dias. Paulo está internado no CTI do Hospital São Victor, na Tijuca e necessita ur-

gentemente de doadores de sangue. Ao todo, a cota estipulada pelo hospital para a família da professora são de 44 doadores. Até o momento, treze pessoas, entre amigos e familiares, já fizeram a doação.

Os que puderem colaborar, a doação deve ser feita no Banco de Sangue do

Hospital da Ordem Terceira da Penitência, Rua Conde de Bonfim, 103 – Tijuca, das 7h às 16h, de segunda a Sábado.

Não é necessário estar em jejum, basta apenas não ingerir alimentos gordurosos (leite, manteiga etc) quatro horas antes da doação. Também não é necessário

ter um tipo sanguíneo específico. O doador deve ter entre 19 e 59 anos, ter peso superior ou igual a 50 quilos, não ser diabético e não ter contraído hepatite após os dez anos de idade.

A professora e companheira Rosanne certamente agradecerá a todos pela solidariedade.

Reunião de professores do CT

28 de novembro - terça-feira

Horário: 12h

Local: Salão Nobre da Decania do CT

Pauta: Periodização Prograd

Reunião de professores

Unidades: Serviço Social, Psicologia, ECO e Educação

29 de novembro - quarta-feira

Horário: 18:30

Local: Escola de Serviço Social

Pauta: Periodização Prograd

Reunião GT de Seguridade Social

28 de novembro - terça-feira

Horário: 15h

Local: Escola de Serviço Social Praia Vermelha

Aberta a todos os interessados



Conad de Pelotas
Conselheiros do Andes-SN discutem privatização interna nas universidades públicas

Página 4

Professores da UFRJ

Estamos em luta

pelo restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

contra a proposta de Emprego Público do MEC

pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de 3º grau

pela correção salarial conforme determina a Constituição Federal

AUFRRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 16 • 20 de Novembro de 2000

Vilhena persegue professora premiada



MARGARIDA RECEBE MEDALHA DO MINISTRO PAULO RENATO E É CINICAMENTE APLAUDIDA POR VILHENA

Margarida Menezes da Escola de Educação Física lutou contra a construção do estacionamento privado no campus da Praia Vermelha. A professora foi homenageada em Brasília pela sua dedicação à universidade. Ao mesmo tempo, o reitor, que participou da solenidade, processa Margarida por sua participação naquele movimento.

Professores participarão de ato na festa dos 80 anos

O Conad de Pelotas indicou para os docentes das universidades públicas uma greve de 24 horas no dia 20, segunda-feira, contra o projeto de emprego público do MEC. Acontece que no Rio

de Janeiro está é a data de homenagem a Zumbi dos Palmares, dia da Consciência Negra, sendo feriado no município. A assembléia geral da Adufrj, dia 16, definiu que a forma de adesão dos professores da UFRJ ao movimento será a participação no ato contra as políticas do MEC e da reitoria para a UFRJ, na terça-feira, dia 21, às 11h, durante a abertura das comemorações dos 80 anos da universidade.



de. O evento acontecerá na avenida Jequitibá, entre o CT e o CCMN, no Fundão.

Adufrj também convida os professores para participarem da manifestação organizada pelo DCE e pela Associação de Pós-Graduandos na próxima sessão do CEG, quarta-feira, dia 22. Os estudantes pretendem acompanhar as discussões sobre a nova periodização, que está na pauta deste Colegiado.

GED

A assembléia da Adufrj aprovou também a solicitação de que a Comissão de

Avaliação de Desempenho Docente (CADD) reveja os critérios e as atividades acadêmicas consideradas para o efeito do cálculo da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Outra solicitação é que os professores possam apresentar seus relatórios de atividades para a GED/2000 por escrito (em papel, mídia magnética ou ótica) e que a CADD amplie o prazo de entrega do relatório.

Encontro Unificado

A assembléia autorizou a diretoria da Adufrj a indicar delegados para o III Encontro Unificado do Andes-SN, UNE e Fasubra. O encontro acontece de 17 a 19 de novembro, em Luziânia, Goiás.



Movimento

Dois anos de Vilhena na UFRJ: nada a comemorar

A UFRJ sempre foi sinônimo de universidade pública de qualidade e possui uma história no cenário da educação superior do país que é motivo de orgulho de seus professores, alunos e funcionários técnico-administrativos. Entretanto, esta universidade hoje amarga dois anos de intervenção e de gestão temerária imposta pelo MEC ao nomear como reitor o candidato repudiado pela comunidade acadêmica nas urnas – uma mancha em nossa história sobre a qual nada há para comemorar.

O interventor do MEC tem promovido uma política irresponsável, desastrosa e de retrocesso para a UFRJ, no estilo “pão e circo, sem pão”. A administração Vilhena se caracteriza pelo desrespeito às normas mais elementares do exercício democrático, tentando gerir a universidade à revelia da comunidade e dos conselhos superiores. O autoritarismo e a arrogância da reitoria podem ser vistos com clareza nas intervenções na Faculdade de Educação e no Instituto de Doenças do Tórax, na constituição da comissão de avaliação da GED, no plano diretor para a ilha do Fundão, que pretende cercar e estabelecer condomínios fechados, na distribuição de recursos para as unidades acadêmicas ou ainda ao simplesmente ignorar as reivindicações do corpo discente em relação à assistência estudantil.

Para o público externo, porém, o reitor-interventor se apresenta como o defensor da academia, da tradição e da instituição mas, na prática, é apenas o subserviente executor das políticas governamentais de destruição da universidade pública na UFRJ. Enquanto faltam recursos para as bibliotecas, para os laboratórios, para a manutenção dos prédios, para bolsas de iniciação científica, para transporte no campus, para o alojamento de estudantes e para a implantação de cursos noturnos, por exemplo, a reitoria oferece luxuosas agendas como brinde aos professores, coloca como prioridade renomear a UFRJ como Universidade do Brasil e as ruas da ilha

do Fundão com espécies nativas da mata atlântica. Finalmente, aproveita o aniversário oficial da UFRJ para se auto-promover em grandiosa festa, como se tudo fossem flores, sem esclarecer a origem dos recursos.

Enquanto isso, a reitoria se omite ou finge não ver que seus professores e funcionários estão há seis anos sem reajuste salarial, que as bolsas de pós-graduação não são reajustadas há sete anos e que o projeto de Emprego Público do MEC significa a destruição de conquistas obtidas com muita luta por professores e funcionários da universidade. Pior do que isso, encaminha propostas mirabolantes de periodização e de reformas curriculares atreladas ao repasse de recursos às unidades (Prograd), tenta implantar o mestrado profissionalizante sem ouvir os colegiados e propõe uma reforma administrativa ainda mais centralizadora, com a criação de um conselho acadêmico integrado, que exclui os funcionários e boa parte dos docentes da instituição.

Por tudo isso, a Adufrj-SSind, o Sintufrj, o DCE Mário Prata e a APG convocam toda a comunidade da UFRJ para um ato público na próxima terça-feira, dia 21 de novembro, às 11 horas, na avenida entre o CT e o CCMN, contra a política do governo de sucateamento, de privatização e de arrocho salarial na universidade, e para no dia 22 de novembro, quarta-feira, a partir das 10h, na Reitoria, a realização de um dia inteiro de mobilização e de atividades culturais e de protesto da comunidade da UFRJ contra as políticas da atual reitoria. Compareça! Vamos nos unir, professores, alunos e funcionários, para dar um basta a esses dois anos de desmandos na UFRJ.

Adufrj – Seção Sindical dos Docentes da UFRJ
Sintufrj – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ

DCE Mário Prata – Diretório Central dos Estudantes da UFRJ

APG – Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ

80 anos

UFRJ
 sim
Vilhena
 não

ATO PÚBLICO

TERÇA, 21 DE NOVEMBRO

Contra a política do governo de desmonte das IFES
11 horas, rua entre CT e CCMN

Todos de Vermelho

ATO NA REITORIA

DIA DE LUTA E DE PROTESTO NA UFRJ
QUARTA, 22 DE NOVEMBRO

10h – Sessão do CEG – Periodização

14h – Lançamento do Jornal do MST (No. 2)

16h – Grupos de Discussão: Segurança nos campi da UFRJ,
Assistência Estudantil, Periodização/Prograd

17h30min – Grupos Musicais

18h30min – Lançamento do Jornal do Mário

20h30min – Sessão e Filmes (Rádio Pulga)

22h – “JUBILAE”

Debate com a Adufrj-SSind, o Sintufrj e o Prefeito da UFRJ

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1ª Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2ª Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular.
Edição: Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Ilustrações:** Roberto Houaiss **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



GT Política Educacional

Interpretação da LDB sobrecarrega atividades

A interpretação que os colegiados superiores da UFRJ, por meio da Resolução 1/99 CEG/CEPG, fizeram da LDB resultará numa sobrecarga de atividades de ensino para os docentes (acréscimo de 60% de aulas para a maior parte dos professores), com prejuízo para as atividades de pesquisa, extensão e administrativas.

A Resolução 1/99 CEG/CEPG transformou a determinação da LDB de que a carga didática dos professores deve ser de, pelo menos, 8 horas-aula por semana em uma exigência de que os professores lecionem 320 horas-aula por ano. Além disso, a referida resolu-

ção ampliou a hora-aula dos atuais 50 para 60 minutos.

Apenas na UFRJ parece estar ocorrendo esta ampliação da diretriz estabelecida pela LDB. O GTPE da Adufrj-SSind está examinando a maneira como outras universidades interpretaram a LDB. Já mostramos em edições anteriores que a UNIRIO e a UFU (Universidade Federal de Uberlândia) estabelecem a carga horária didática mínima do professor *por semana* (8 horas, como determina a LDB) e não *por ano*, como faz a UFRJ.

Nesta edição, estamos apresentando as situações da UFS (Universidade Federal de Sergipe) e da

UFG (Universidade Federal de Goiás) que, assim como a UNIRIO e a UFU, também não estabelecem limite mínimo de carga didática *anual* do docente.

Na UFS, a carga horária mínima por semana é de 8 horas e a hora-aula tem 50 minutos. As disciplinas têm a duração mínima de 15 semanas por semestre.

Na UFG, os professores que têm regime de dedicação exclusiva devem lecionar, no mínimo, 12 horas-aula semanais (embora haja exceções). A hora-aula tem 50 minutos e as aulas ocorrem entre março e dezembro, com férias durante o mês de julho.

Confederação dos Servidores retoma conversa sobre reajuste com Ministério do Orçamento

A inclusão do reajuste para o funcionalismo federal no orçamento de 2001 foi o assunto da reunião da Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESEF) e o Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG). Na audiência, a CNESEF sugeriu a criação de um grupo de trabalho para a apresentação de uma proposta em tempo de ser discutida pelo Congresso. Do grupo de trabalho participariam técnicos do orçamento do Ministério Público e da CNESEF. A coor-

denação dos servidores propôs também um projeto de combate à sonegação, fraude e renúncia fiscal, elaborado pela União Nacional das Associações dos Fiscais. O objetivo é gerar orçamento possível para garantir o reajuste dos servidores.

A Confederação informou também ao ministério que os servidores encontram-se em processo de retomada das mobilizações. A retomada da greve dependerá da resposta do governo em relação ao reajuste.

Grupo de Seguridade Social promove encontro em Brasília

O Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social do Andes-SN está convocando as sessões sindicais para participarem nos dias 2 e 3 de novembro de uma reunião em Brasília. Entre os assuntos que serão tratados pelos professores estão o projeto de Previdência Complementar dos servidores, a XI Conferência Nacional de Saúde, o XX Congresso do Andes-SN e o VII Encontro sobre Assuntos de Aposentadoria do sindicato.

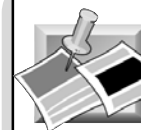
O grupo de Seguridade da Adufrj se reúne dia 28 de novembro, às 15h, na Escola de Serviço Social, na Praia vermelha. A reunião é aberta a todos os interessados.

Anote

serviço social debate os 500 anos e a questão Social

De 27/11 a 1/12, a Escola de Serviço Social vai promover o seminário internacional com o tema "A questão social em 500 anos". O evento será dividido em dois lugares: no Auditório Ministro João Alberto, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), das 9h às 18h, e no auditório da ESS, das 18h às 20h.

Participarão do evento Didier Lapeyronnie, Maria Victoria Benevides, Lúcio Kowarick, Vera Silva Telles, Victor Valla, Elimar Nascimento, Cláudia Lima Costa, Suely Kofes, Maria das Dores Machado, Manolo Forentino, Maria Elena de Toledo Machado, Aparecida Vilaça, Rubens de Almeida, Sergio Adorno, Suely Souza de Almeida, Inácio Cano, Alba Zaluvar, José Maria Gômes, João Antônio de Paula, Maria da Conceição Tavares, Ana Elizabeth Mota, Márcio Pochmann, Hildete Pereira, Jorge Mattoso, Ana Maria Motta Ribeiro.



Resenha

Jornalistas criticam campanha contra MST

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) decidiu protestar contra os principais jornais, TVs e revistas do país pelo tratamento dado ao Movimento dos Sem Terra. A nota da Fenaj considera uma satanização do MST as matérias divulgadas pela mídia. O estopim da crítica foi a matéria da Folha de S. Paulo em que o jornalista Josias de Souza teria usado o transporte do Inbra do Paraná.

Segundo a Fenaj, além de utilizar o carro e o motorista do órgão público, o jornalista foi claramente orientado pelo Inbra na produção da reportagem.

A nota crítica também a política do governo em relação aos assentamentos.



Cartas

Sou redator da Revista ComCiência, de jornalismo científico. Gostaria de agradecer ao tratamento dado pelo Boletim da Adufrj a nossa matéria sobre Psicanálise, no mês de outubro, em sua seção "@dufrj". Nossa revista principiou em sua fase de parceria com a SBPC no mês de julho deste ano, e toda publicidade é bem vinda. Especialmente aquela divulgada em meio acadêmico.

Novamente obrigado. Estou a disposição para esclarecimentos e colaborações futuras! cordialmente,

Bruno Dorfman Buys

Redator - Revista ComCiência

Olá. Gostei especialmente da matéria sobre alimentação dos alunos da UFRJ. Foi bastante oportuna, pois há anos vejo alunos aquecendo marmitas e se desculpando porque precisam almoçar durante as aulas. Pior foi quando descobri que tinha alunos com anemia, por não poderem manter um ritmo alimentar regular e mais saudável. A reflexão que me veio acabou chegando na tão buscada excelência acadêmica. Suponho que para chegar a ela, professores, pesquisadores, alunos, administradores, funcionários, usuários etc, muito se beneficiariam de uma excelência alimentar, de igual importância e mais do que necessária. Já diz o ditado, saco vazio não fica em pé...

Abraços

RuthBarbosa/IP/UFRJ



41º Conad/Conselho Nacional do Andes-SN

Professores debatem privatização interna

O Seminário “Reforma do Estado, emprego público e a destruição do caráter público das universidades” foi um dos pontos altos do Conad de Pelotas, ocorrido nos dias 3 a 5 deste mês. Junto com o presidente do Sindicato, Roberto Leher, o professor da PUC-SP, João dos Reis Junior, debateu durante algumas horas com os delegados do Conad o processo de mundialização da economia e seus reflexos nas universidades brasileiras. Com os sucessivos cortes de verbas públicas, as consequências do modelo “Bresser” de reforma do estado levaram reitores, dirigentes e até os pesquisadores a praticamente desistirem do financiamento estatal.

Para João dos Reis, o processo de reestruturação do capital gerou uma mudança de paradigma para as corporações mundiais. Na esfera pública, a reforma educacional em curso vem atender a estes paradigmas. E segundo o professor, o Estado passa agora a “administrar” as instituições, de forma gerencial e com a mesma visão das corporações privadas.

Determinismo tecnológico

Para Reis, a mídia tem tido o seu papel em reproduzir a lógica do determinismo tecnológico, que teria no projeto do ex-ministro Bresser Pereira o seu embrião para a esfera brasileira. “Bresser propôs, partindo do princípio de que era necessário sairmos do patrimonialismo do Estado, construir uma administração gerencial das instituições públicas”, diz.



PROFESSOR JOÃO REIS E O PRESIDENTE DO ANDES-SN, ROBERTO LEHER

De acordo com o professor, ao contrário do que muitos acreditam, o impacto da reforma do estado nas universidades não foi o da descentralização das estruturas. Foi gerada uma “recentralização do Estado, tendo como um dos setores estratégicos as universidades.”

Guarida

Os serviços não exclusivos do Estado ou “competitivos”, na visão do governo, poderiam contar com financiamento do Estado. Podem até ser prestados pelo estado, mas não necessariamente, como acontece no setor das telecomunicações, por exemplo. Mas estes serviços, não exclusivos, contam sempre com a “guarida” do governo, segundo o professor. É

o que chamam de estruturas semi-públicas.

Perda da autonomia

No caso das universidades, segundo Reis, muda-se a institucionalidade, com emendas, medidas e outras reformas legislativas, e o caráter passa a ser também do não exclusivo. O financiamento público passa a ser contingenciado. As universidades seriam então avaliadas pela “sociedade”, entendida aí como o mercado. Um mercado que agora investe diretamente e diretamente tem seu poder de cobrança. Para o professor, ao aceitar o financiamento contingenciado, ou seja, ao estabelecer contratos de gestão (ainda que até agora não explicitados para a

comunidade), com metas pré-definidas e números a serem alcançados, os reitores assumiram a perda da autonomia universitária.

Transferência de recursos

Reis criticou também a chamada sociedade de pesquisa, lembrando as relações que se estabelecem com os fundos setoriais, hoje o grande chamariz do governo para a comunidade científica. “Quem paga a conta escolhe a comida”, citou, questionando o fato de que as pesquisas ficarão subordinadas ao setor produtivo.

Para exemplificar a situação da subserviência direta ao mercado, Reis citou um projeto da Escola de Comunicação da USP que está movimentando 3 milhões de reais por ano, repassando verbas para docentes e para própria escola. Segundo o professor, trata-se de um super projeto na área de moda, financiado por um grupo de estudos e pesquisa de uma multinacional de cosméticos

Hospitais Universitários

A crítica da transferência de recursos públicos para a pesquisa privada foi ainda maior quando se mencionou os hospitais universitários. “O uso de equipamentos, pesquisadores e outras estruturas públicas por empresas é gritante”, comentou. O professor reconheceu que a relação cada vez mais intensa dos docentes e pesquisadores com esta promiscuidade entre o público e o privado é fruto de uma necessidade real de complementação salarial aliada a um fascínio diante da falta de políticas institucionais, de caráter público, para a pesquisa brasileira.

Prestação de serviços promove divisão na categoria

O segundo seminário do Conad contou com a participação dos diretores do Andes-SN, Luiz Lucas e Luiz Alan. O tema continuou centrado no processo de privatização interna das universidades públicas. Novamente o projeto de reforma do estado de Bresser Pereira foi o alvo das críticas dos docentes. “Ao final da ditadura militar, se avançou no modelo de controle do patrimônio público e de suas administrações pelo Estado. É contra isso que se insurge Bresser”, comentou o professor Lucas para quem “na medida em que os docentes são

cooptados para o trabalho de prestação de serviços, venda de projetos e participação de pesquisas vinculadas a empresas, surge a divisão de classes dentro da própria categoria: os que prestam serviços acreditando que estão trabalhando para a universidade e os que são contra este modelo e lutam por uma nova ordem social e consequentemente por uma nova universidade”.

Para os palestrantes, enquanto não se processa a privatização oficial das instituições, o governo segue tentando regulamen-

tar esta privatização através do estabelecimento de novas relações de trabalho, com a implementação de um regime celetista, por exemplo. O RJU passará, segundo os palestrantes, a ser um regime em extinção caso o governo aprove o projeto de emprego público. Para os sindicalistas, a proposta do governo não é aceitável. “As despesas com aposentadoria serão as mesmas e a entrada de recursos será reduzida. Pela CLT, o teto de arrecadação será de 10 salários mínimos de referência.”, comentou Lucas. A proposta

significará também o avanço da previdência complementar sem nenhuma garantia para o futuro docente aposentado.

Para os professores presentes ao 41 Conad, as perspectivas de enfrentamento com o governo vão variar dependendo da capacidade de mobilização da categoria. A idéia é informar os professores do significado das novas regulamentações em curso, promover atos locais e sensibilizar os parlamentares a votarem contra o projeto de emprego público, caso venha a ser apresentado ao Congresso Nacional.



UFRJ

MEC homenageia e Vilhena ataca professora

‘No último dia 14 de novembro, a professora da Escola de Educação Física, Margarida Thereza Nunes da Cunha Menezes, foi homenageada juntamente com outros dois docentes durante as comemorações dos setenta anos no Ministério da Educação, em Brasília. A medalha de ouro foi um prêmio pelos seus cinquenta anos de dedicação como servidora.

Emocionada, a professora conta que participou da primeira solenidade do dia, pela manhã, no prédio do MEC, onde recebeu a homenagem. “Ao final, o ministro Paulo Renato convidou a todos a participarem das demais comemorações previstas para aquele dia, que aconteceriam no Palácio do Planalto. Mas a assessora do reitor da UFRJ disse que nós (eu e ela) não iríamos”. Os demais homenageados, professor Tuiscon Dick, da UFRGS, e Edgard Freire, da USP, se dirigiram ao Palácio, acompanhando os dirigentes das suas instituições.

Desgosto

Para a professora Margarida, que foi levada para um *tour* pela cidade, esse é mais um desgosto que teve que amargar desde que participou, e saiu vitoriosa, da resistência ao projeto da reitoria de Vilhena de transformar as quadras esportivas do campus da Praia Vermelha em estacionamento.

No último dia 11 de novembro, a professora foi chamada com urgência ao 8º andar do prédio da reitoria, no Fundão, onde foi comunicada de que estava sendo indiciada a comparecer à Polícia Federal, exatamente no dia 14 de novembro, para prestar esclarecimentos sobre o seu suposto envolvimento na derrubada de estacas e cercas que delimitavam o espaço entre as quadras e as obras do estacionamento. Vilhena deu entrada no processo em 15 de maio de 99, logo após a participação de Margarida no ato da Praia Vermelha.

A professora só não teve que com-

parecer à PF, ainda, porque o próprio ministro da Educação, quando soube da solicitação, encaminhou a Vilhena pedido para que a professora pudesse comparecer à Brasília.

Manifestação da comunidade

O ato de “vandalismo” da professora de 76 anos teria ocorrido em 8 de maio de 1999, quando participou ativamente de uma campanha promovida por alunos e professores da escola, juntamente com deputados e vereadores e a comunidade de Botafogo, contra a cessão do espaço das quadras para a construção do estacionamento.

Margarida conta que sua única atitude foi apoiar a derrubada das cercas pelos alunos que, como uma das atividades programadas para o ato, jogavam bola no campo de futebol ao lado do estacionamento. “Os meninos acabaram derrubando as cercas para evitar algum acidente durante as atividades esportivas, o que eu apoiei integralmente”.

Intransigência

Na ocasião, o prefeito da cidade universitária, Ivan Pereira, disse que as atividades do local estariam suspensas, mas que o estacionamento reabriria dali a duas semanas, contrariando explicitamente a uma decisão anterior do Conselho Universitário de fechar o estacionamento e manter as atividades da escola e da comunidade.

História

A proposta de utilizar as quadras poli-esportivas da Praia Vermelha como local de arrecadação de verbas através do funcionamento de um estacionamento privado surgiu no final de 1988. No primeiro momento em que o assunto chegou à congregação da Educação Física, os professores, entre eles, Margarida, foram unânimes em declarar que a utilização do espaço para fins comerciais fugia completamente aos princípios da escola.

O ESPAÇO DA EEFD NA PRAIA VERMELHA

A N T E S



D E P O I S



Arquivo pessoal/Margarida Menezes

A reitoria, então em negociação com a empresa Brascan, apresentou a um dos departamentos da EEFE (de Corridas) uma tentadora proposta. De toda a verba arrecadada pelo estacionamento, deduzidas as despesas com o que a Brascan e a reitoria chamaram de ‘manutenção’, 60% ficaria com a Escola e o restante com a prefeitura universitária.

Um bom negócio, sob o aspecto ganancioso de Vilhena. A empresa Brascan, que já havia declarado que o parque do Rio Sul já não comportava todos os veículos que ali estacionavam diariamente, apresentou, inclusive, os preços do “serviço” que seria prestado: alunos, professores e funcionários pagariam R\$ 40 por 22 dias de uso; “clientes externos” pagariam R\$ 5 por dia; e os automóveis dos moradores da região poderiam pernoitar no local por R\$ 130 mensais.

Vitória

Depois de várias reuniões de outros departamentos, da congregação, e da intervenção do decano do CCS no processo junto ao Conselho Universitário e, principalmente, da manifestação da comunidade interna e externa da UFRJ, o Conselho Universitário definiu que o estacionamento deveria ser fechado.

Lamento

Margarida lembra do local antes do corte de árvores preciosas, como os eucaliptos, as figueiras e as casuarinas. Para abrir espaço para a construção do ex-estacionamento, a prefeitura derrubou ainda uma goiabeira e várias amendoieiras. A professora lamenta os estragos causados na natureza local. “São centenas de pessoas que usufruem deste espaço público para suas atividades de lazer. Até os pacientes do Instituto de Psiquiatria aproveitam o espaço”, comentou.



“Vivi ali os melhores anos da minha vida, desde estudante e depois como professora. Adoro aquele lugar, as árvores seculares... As pessoas que fizeram isso não merecem o ar que respiram”.
Margarida Menezes
Sobre os cortes das árvores na Praia Vermelha



Opinião\Ana Maria Ribeiro*

Nova periodização é desculpa para a

De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases (Art. 47, Lei 9.394/96), o ano letivo deverá ter a duração de, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo (DTAE), não incluindo o tempo reservado aos exames finais. É bom deixar claro que, independentemente da lei, a UFRJ já organiza o calendário escolar com os duzentos dias letivos há muitos anos.

A proposta de extensão do ano letivo, iniciando as atividades em 12 de fevereiro de 2001, nada tem a ver com a exigência legal dos 200 DTAE, uma vez que a UFRJ sempre aprovou o calendário escolar com mais de 200 dias (a LDB anterior determinava o mínimo de 180 dias). Apresentá-la como uma proposta inovadora para melhor ocupar o espaço institucional e reestruturar a universidade, seria mais apropriado. Sendo assim, creio que a Resolução CEG/CEPG nº1/1999 deva ser debatida sob essa ótica.

Em primeiro lugar, constitui-se um verdadeiro absurdo vincular os dias de trabalho acadêmico efetivo ao funcionamento de secretarias, laboratórios e bibliotecas (§1º Art. 1º da Res. CEG/CEPG nº.01/99). Nossa universidade pode, aliás, como o vem fazendo ao longo dos seus 80 anos de existência, produzir e desenvolver suas atividades acadêmicas sem o funcionamento da parte administrativa e prática **ao mesmo tempo**. Com esta redação, simplesmente, todas as atividades desenvolvidas aos sábados na UFRJ, ou em dias fora do calendário, deixam de ter validade acadêmica e portanto, não podem ser contabilizadas na carga horária discente e docente. Além disso, se ocorrer algum acidente (físico ou patrimonial) durante a realização destas atividades, este será de inteira responsabilidade do professor/indivíduo, e não da instituição. Somente aqueles que não têm o hábito de comparecer ao Campus do Fundão, principalmente no CT e CCS, aos sábados, desco-

nhecem a quantidade de docentes e discentes que aqui trabalham.

Ano letivo

Outra enorme confusão é a definição de Ano Letivo (no mínimo os 200 DTAE) e Período de Aulas. Inúmeras universidades federais elaboraram, em consonância com a LDB, seus calendários escolares iniciando o Ano Letivo mais cedo – prevendo as matrículas, atividades de inscrição em disciplinas e orientação aos alunos – e o Período de Aulas se iniciando uns quinze dias depois.

O 2º artigo da Resolução, prevê um período de recesso escolar de, no mínimo, 1 e, no máximo, 3 semanas e a possibilidade de as disciplinas serem oferecidas em blocos de 50 DTAE. Uma vez que a experiência existente é restrita a alguns cursos de pós-graduação, em que a atividade relacionada às aulas é limitada a cerca de um ano ou dois anos (3 ou 4 períodos/blocos por ano) e o trabalho de pesquisa e orientação é individual, devemos analisar sua capacidade de execução, frente à realidade da UFRJ e de seus mais de 25 mil alunos de graduação, e todas as

“Outra enorme confusão é a definição de Ano Letivo (no mínimo os 200 DTAE) e Período de Aulas.

Inúmeras universidades federais elaboraram, em consonância com a LDB, seus calendários escolares iniciando o Ano Letivo mais cedo – prevendo as matrículas, atividades de inscrição em disciplinas e orientação aos alunos – e o Período de Aulas se iniciando uns quinze dias depois.”

consequências estruturais, acadêmicas e jurídicas que podem acarretar.

No mundo

Em pesquisa junto às principais e mais antigas universidades no mundo, podemos verificar que o ano letivo dividido em dois períodos semestrais é a forma adotada universalmente. A Universidade de Bolonha/1158,

“Constitui-se um verdadeiro absurdo vincular os dias de trabalho acadêmico efetivo ao funcionamento de secretarias e laboratórios.”

Oxford University, Sorbonne, Universidade de Coimbra, Harvard University, Universidade Autônoma de Madrid, The University of Melbourne e Universidade Livre de Bruxelas são alguns exemplos de estrutura acadêmica semestral, onde as férias de verão são organizadas em dois meses (julho/agosto) e os principais feriados recebem uma semana de suspensão das aulas (Natal/Carnaval/Páscoa), além de contar com o sábado como dia letivo, mesmo não sendo utilizado por todas as unidades acadêmicas.

O ano letivo dividido em dois períodos semestrais, também, é a estrutura acadêmica adotada por todo o sistema federal de ensino superior brasileiro. A UFRJ, como maior universidade federal do país, ao definir sua estrutura, deve avaliar a capacidade de criar as devidas correspondências para alunos que por ventura desejem se transferir (entrar ou sair), garantindo assim, o equilíbrio do sistema nacional.

Reestrutura curricular

A opção por oferecer as disciplinas em bloco leva necessariamente a uma reestruturação curricular, o

que não significa uma reforma curricular (até porque os currículos dos cursos vêm sendo atualizados com frequência). Nas alterações curriculares, a UFRJ, para minimizar os efeitos das mudanças na vida acadêmica dos alunos, tem procurado implantar seus novos currículos de forma gradual e de acordo com as possibilidades reais dos departamentos. Portanto, uma reestruturação curricular, pode levar a alterações na redistribuição dos conteúdos em mais disciplinas, assim como à alteração da carga horária e, portanto, dos créditos à ela atribuídos (isto pensando em não reduzir conteúdos).

Dois sistemas

As mudanças, ao serem efetivadas, devem ser feitas com toda a cautela e estudos necessários, mantendo a tradição e respeito que a instituição sempre teve com seu alunado, buscando minimizar os problemas e garantindo o direito adquirido dos mesmos. Neste ponto é importante ressaltar que a nova Lei de Diretrizes e Bases prevê no § 1º do Art 47 - “As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.” (grifo meu). Isto significa, que todos os alunos ingressos a partir de 1997 têm garantia legal de terminar seus cursos conforme informado ao iniciá-los. Correspondências podem ser apresentadas, mas o aluno tem o **direito** de optar por continuar com o currículo antigo. Cabe aos órgãos colegiados avaliarem, a partir de pareceres de nossos técnicos, se temos condições de manter dois sistemas em pleno funcionamento.

reforma administrativa da reitoria*

Modernização e desconhecimento

É extremamente importante buscar a modernização da UFRJ e equipá-la de forma a atender, com mais rapidez, as necessidades tecnológicas. A informatização dos serviços e do **atendimento na administração acadêmica ainda está muito atrasada**, não só do ponto de vista de pessoal qualificado, como pela falta de equipamentos disponíveis. Imaginar passar, em apenas 1 ou 3 semanas, de um período/bloco para outro, nas condições atuais, é apostar no caos na vida acadêmica dos alunos e dos que têm a responsabilidade de organizá-la. Nem com as condições ideais - todos os professores com seu próprio computador (nada de secretárias); todos lançando no sistema, na data prevista no calendário acadêmico, as notas de todos os seus alunos - seria possível que o sistema de registro fechasse e sistematizasse a vida acadêmica de todos os alunos (ao contrário da pós-graduação, os cursos de graduação têm um grande número de disciplinas de unidades distintas, necessitando ser organizado em um sistema único geral) para imediatamente em seguida abrir-se o sistema para o planejamento do próximo período letivo - previsão de turmas, inscrição em disciplinas, verificação de turmas e pré-requisitos, etc. As deficiências que vivemos hoje só se agravariam. O calendário aprovado para o ano 2001, com apenas uma semana de intervalo - muitas quebradas, com fim de semana no meio - com o atual quadro de falta de recursos - material para laboratórios, salas de aula, infra-estrutura, recursos humanos, etc., demonstra um completo desconhecimento dos problemas reais que enfrentamos.

O risco da evasão

Outro aspecto, gravíssimo, é o início do 1º período letivo de 2001, antes da divulgação dos resultados e matrículas

dos concursos de seleção/vestibular ocorridos nas outras IES's públicas do estado do Rio de Janeiro. Como cada universidade prepara seu próprio concurso, e a UFRJ divulga suas listas de classificados antes das demais (em 2001 será no dia 19/01), tem sido comum os candidatos efetivarem a matrícula na UFRJ e, após a divulgação

"Imaginar passar, em apenas 1 ou 3 semanas, de um período/bloco para outro, nas condições atuais é apostar no caos na vida acadêmica dos alunos e dos que têm a responsabilidade de organizá-la."

dos resultados das outras instituições, desistirem da vaga na UFRJ, o que acarreta novos processos de reclassificação. Este processo necessita de pelo menos um mês, pois a confecção da lista de convocados, a convocação dos que estão aguardando a vaga, a organização da matrícula e inscrição em disciplinas, demandam tempo.

O calendário aprovado para 2001 prevê a inscrição em disciplinas para os calouros no dia 3/02 e início das aulas em 12/02. Na UERJ, o resultado do vestibular será divulgado no dia 3/02; matrícula de 6 a 8/02 e todo processo de reclassificação/edital fecha no dia 16/03. Na UNIRIO, o resultado sai dia 10/02; matrícula 12 e 13/02 e fechamento em 21/03. Na UFF, resultado dia 7/02; matrícula 8 e 9/02 e fechamento em 13/03. Ou seja, somente após um mês de aulas na UFRJ é que se poderá ter o universo real de alunos que querem estudar na UFRJ. Os professores vão começar toda a matéria de novo? Atualmente, a substituição/reclassificação de alunos vai de 20 a 50% dos inicialmente classificados, em todos os cursos! Para se ter uma idéia, apresentamos o número de candidatos reclassificados por ano, após a divulgação dos

resultados (em janeiro) e até três semanas após o início do período letivo.

O mês de fevereiro é vital para o processo de organização da lista de classificados e de redução da situação de dupla e tripla matrícula.

Sociedade quer transparência e democratização

Portanto, a resolução aprovada, no fundamental, só mexe na forma, não se constituindo em elemento de transformação necessária ao atendimento dos anseios da sociedade com relação à universidade. A sociedade quer transparência e democratização do acesso, assim como vagas para os nossos jovens. A resolução aprovada levará, em curto prazo, à ociosidade de vagas (desistência de calouros) que não poderão ser ocupadas; a privilegiar os que podem passar mais tempo na universidade, sem apresentar solução aos alunos que precisam trabalhar durante o curso - e, portanto, precisam de horários livres; a cercar o acesso à universidade nos dias de sábado, provavelmente prevendo sua ocupação para

"A Universidade de Bolonha/1158, Oxford University, Sorbonne, Universidade de Coimbra, Harvard University, Universidade Autonoma de Madrid, The University of Melbourne e Universidade Livre de Bruxelas são alguns exemplos de estrutura acadêmica semestral."

atividades acadêmicas pagas e particulares; e, por fim, à introdução de "um profissional externo à UFRJ" como responsável por um requisito curricular complementar vinculado aos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ, em qualquer nível, necessita, no mínimo, de regulamentação específica antes de qualquer iniciativa isolada.

* este texto faz parte do documento apresentado no CONSUNI em 1999, durante o debate sobre Reforma do Estatuto da UFRJ, e foi atualizado em outubro de 2000.

Ana Maria Ribeiro é Técnica em Assuntos Educacionais, trabalha na UFRJ desde 1988, onde esteve na SR-1 durante 12 anos, foi Coordenadora Administrativa do Vestibular UFRJ(96/99); Membro do GT Educação da Fasubra-Sindical, pelo qual acompanhou a discussão e votação da LDB; atualmente está no Instituto de Doenças do Tórax e é representante dos funcionários técnicos-administrativos no CONSUNI.

Ano	1º sem	2º sem	total de dias
1984	105	107	212
1985	103	108	211
1986	108	111	219
1987	108	109	217
1988	121	108	229
1989	108	102	210
1990	108	108	216
1991	116	115	231
1992	103	105	208
1993	115	115	230
1994	107	107	214
1995	114	114	228
1996	112	105	217
1997	103	106	209
1998*	100	100	200

*em consequência da greve nacional de 98, o calendário destes anos ficaram limitados ao cumprimento do mínimo. Fonte: Calendários Escolares aprovados pelo CEG e CONSUNI de 1984 a 1999, publicados no BUFRJ.

N.º de candidatos reclassificados			
Vagas oferecidas	1997	1998	1999*
6.120	1.209	1.978	1.430

*até o dia 29/04, sem contar as reclassificações que ocorrerão no 2º semestre



UFRJ

Projeto democratiza acesso à informática

“Tio, salva o meu trabalho” é o apelo mais ouvido no fim das primeiras aulas do Projeto Minerva. Os “tios” em questão são os coordenadores e monitores de uma iniciativa que busca democratizar a informática para os alunos de escolas públicas. Criado em 1994 pelo professor Ricardo Rhomberg e pelo funcionário Ricardo Jullian – hoje sob coordenação do professor Antônio Cláudio -, o projeto já viveu melhores dias e luta para se reerguer.

O Minerva, em seu auge (1997), chegou a atender mais de 500 crianças de várias faixas: jardim de infância à quarta série, educação juvenil e até mesmo uma turma de ex-alunos do projeto foi montada para funcionar aos sábados. Tinha seis bolsistas e cerca de vinte voluntários. Atualmente, apenas sete voluntários se revezam para atender 100 estudantes do Ciep Gustavo Capanema, na Maré, e do colégio Levi Neves, em Inhaúma, às terças e sextas-feiras pela manhã. São 20 computadores montados em rede na sala H202-g do Centro de Tecnologia, todos capazes de suportar a plataforma *Windows*. Além das noções básicas de informática, as aulas são voltadas para auxiliar as disciplinas do currículo escolar, como Português e Matemática.

Atualmente, a atração do Minerva para a criança tem sido a construção de um jornalzinho, que será impresso e vendido na comunidade de origem dos alunos. O dinheiro arrecadado servirá para ajudar na festa de formatura dessas turmas. Divididos em du-

plas, os alunos fazem pequenos textos, escrevem poemas, fazem desenhos. As crianças aprendem a formatar as colunas de texto, inserir figuras nas páginas e observam as correções feitas. Pela Internet, conhecem os jornais eletrônicos da grande imprensa.

Desmistificação

Mais importante do que isso, no entanto, é a desmistificação do computador e da universidade por esses alunos, como explica Ricardo Jullian. “Aqui, eles têm acesso a um ambiente que não conheciam. A estética da universidade, sua organização e seus espaços amplos são fatos novos para esse grupo de crianças”, comenta. O computador, que nenhuma criança possui em casa, também começa a ser manipulado sem medo. “Depois de passadas algumas noções de correio eletrônico, os alunos enviam mensagens para seus ídolos. Teve uma mensagem que já foi lida no programa da Angélica; aí foi aquela festa”, lembra Ricardo.

Justamente pela animação das crianças, do interesse delas, Ricardo Jullian se ressentiu dos bons tempos do projeto. “Com uma pequena verba de mil reais por mês, nós faríamos o projeto voltar ao que era ou melhor até”, diz. Quando a sub-reitoria de extensão (SR-5) cortou várias bolsas no final de 1997, o Minerva perdeu as seis que tinha. Sem esse dinheiro, os “sem-bolsa” ainda ficaram mais de um ano trabalhando, mas quando começou a época de estágio de fim



CRIANÇAS DE ESCOLAS PÚBLICAS USAM COMPUTADORES NA EE

de curso e outras necessidades, não teve jeito. Foram largando o projeto aos poucos. “Surgia uma outra oportunidade remunerada, o pessoal saía. Nós tentamos recursos junto à Secretaria Municipal de Educação, mas o processo burocrático é muito lento”, afirma. Atualmente, a Escola de Engenharia está apoiando com verbas para o transporte das crianças e está empenhada em conseguir apoio junto a empresas.

Mas nem tudo é crise no Minerva. A força de vontade para investir no projeto fez com que crescesse a parte de aperfeiçoamento dos próprios professores das escolas públicas. “Antigamente, eles vinham aqui e ficavam olhando. Esse processo amadureceu e os professores foram orientados a participar mais”, diz Ricardo. Os colégios de origem dos alunos também passaram a investir em laboratórios de informática. A expectativa é que, em breve, cada escola tenha doze computadores do mesmo nível encontrado no Minerva.

Crítica ao governo e à Internet

Ricardo Jullian é um crítico da Internet

como professora, como se alardeia nos dias de hoje. “Pelo menos para mim, a rede não passa de uma grande biblioteca, um grande banco de dados a ser consultado. A relação aluno/professor ainda é insubstituível no aprendizado”, comenta. Nesse mesmo sentido, Jullian refuta a idéia de que o ensino público vá melhorar com a simples aquisição de computadores. Existe uma proposta do governo Fernando Henrique de distribuir 250 mil micros para toda a rede pública. “Esse é um processo muito complicado. Esses computadores ficarão disponíveis para todos os alunos e professores ou ficarão na parte administrativa apenas? Se ficarem disponíveis, os professores serão treinados para passar os conteúdos com a ajuda do computador?”, questiona.

Para quem insiste em confundir o trabalho do Minerva com assistencialismo, Ricardo dá um recado. “Não se trata de ajudar os pobres. Estamos aqui ajudando a transformação social dessas crianças. A Universidade é cercada de favelas. Qual o nosso compromisso com elas? Não que a UFRJ vá mudar todo o quadro, mas que ela seja uma ferramenta é um objetivo”.

Desejo de compartilhar sustenta a iniciativa

“Agora eu sou tio, fiquei velho aos 18 anos”, brinca o universitário do primeiro período de Engenharia Cícero Ricardo. Um dos sete voluntários do Projeto Minerva, Cícero investiu na idéia por puro idealismo e está há pouco mais de um mês no projeto. “A gente tem tanta chance

e é um mínimo de justiça compartilhar esse conhecimento”, diz o estudante, que ajuda as crianças a mexerem com as ferramentas básicas dos aplicativos.

Outro voluntário recente do Minerva é o técnico do departamento de Eletrônica Isaiás Mendes. O funcionário se entusi-

asma com a possibilidade de dar uma chance aos garotos. “Sempre tive vontade de ensinar e me sinto bem aqui”, conta Isaiás, que começou a dar aulas de digitação para a criança, além de passar um pouco de inglês. “É o básico do básico, mas eles já entendem alguma

coisa”, fala satisfeito.

O idealismo desses voluntários é que faz a festa da professora Gilda Martins, do Ciep Gustavo Capanema. “É uma briga para vir para cá. A turma fica superinteressada. No dia de comparecer ao Projeto Minerva, nenhum aluno falta”, conta.

Reunião de
professores do CT

5 de dezembro - terça-feira

Horário: 12h

Local: Sala C da Decania
bloco A 2º andar

Pauta: Periodização

Assistentes
sociais de todo
o país se
reúnem em
Porto Alegre no
II Encontro
Nacional de
Serviço Social e
Seguridade

Páginas 4, 5 e 6

GED 2000
CADD
descumpre
decisão
judicial
Página 7



@dufrj

Já está na página eletrônica da Adufrj-SSind (www.adufrj.org.br) o abaixo-assinado em defesa da liberdade de representação sindical do presidente do Andes-SN, Roberto Leher. O primeiro *link* que aparece na página de entrada contém um texto explicativo da iniciativa.

Em www.adufrj.org.br/rleher.htm, os interessados podem clicar em “abaixo-assinado” para mandar um e-mail de participação com o seu nome. Nessa mesma página, estão disponíveis os nomes dos parlamentares e pessoas da comunidade acadêmica que já se manifestaram a favor do professor Roberto Leher.

A D U F R J

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 17 • 4 de Dezembro de 2000



Periodização
preocupa toda
a UFRJ

Página 2

CEG discute participação
de Unidades em rede
virtual de ensino

Página 8



UFRJ

CFCH rejeita nova periodização

A Adufrj-SSind realizou, no dia 29/11, uma reunião com os professores do CFCH tendo a periodização como ponto único de pauta. Embora todos os conselheiros docentes do CFCH dos colegiados superiores da UFRJ (CEG, CEPG e Consuni) tenham sido convidados (à exceção de três, assinalados ao lado, onde se apresenta a relação dos Conselheiros convidados) apenas a prof^{ta} Maria Cecília de Mello e Souza participou da reunião. As professoras Lília Guimarães Pougy e Iris Rodrigues Oliveira enviaram correspondência à Adufrj informando que não poderiam participar porque já tinham assumido outros importantes compromissos acadêmicos na mesma data. As professoras Lília e Iris também manifestaram sua disposição de participar das reuniões que a Adufrj vier a convocar futuramente.

Estiveram presentes professores e estudantes da Escola de Comunicação, do Instituto de Psicologia e da Escola de Serviço Social.

Os professores posicionaram-se, praticamente por unanimidade, contrariamente à Resolução 1/99 CEG/CEPG. Apenas um professor declarou ver pontos positivos nela. Infelizmente, o professor somente expressou sua opinião

ao final da reunião, depois de feitas as falas de todos os inscritos e quando a mesa coordenadora, ao fazer um resumo dos debates, dizia que os professores tinham-se posicionado por unanimidade contrários à Resolução. Desta forma, os demais presentes não puderam saber que pontos da Resolução o referido professor achava interessantes nem porque ele os avaliava assim.

Os demais professores especificaram tanto os vários pontos que criticam na Resolução - e também no PROGRAD-, quanto as razões pelas quais os criticam: a imposição de mudanças de grande porte na vida acadêmica sem que elas fossem minimamente discutidas pela comunidade universitária; o excesso de aulas (320 por ano) exigidas do professor viola o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, essencial para o ensino superior; a corrosão dos valores universitários provocada pela avaliação produtivista do trabalho docente e das unidades da UFRJ; a adoção do sistema de blocos sem maiores discussões sobre sua repercussão na realização dos currículos dos cursos; a sobrecarga de atividades de ensino para os estudantes, que não terão tempo para refletir sobre os novos conhecimentos com os

quais entram em contato nas atividades universitárias; o caos administrativo que será gerado por haver apenas uma semana sem aula entre os blocos (não houve qualquer treinamento dos funcionários das seções de ensino para isto; não há informatização suficiente do sistema de matrícula), etc.

Além de expressar seu descontentamento com a nova Resolução, os professores também consideraram inviável sua adoção pela UFRJ em 2001/1 pois, além dos problemas administrativos da matrícula, as unidades não tiveram condições de fazer a reestruturação curricular exigida. Todos concordaram com a absoluta necessidade de que os colegiados superiores da UFRJ adotem os seguintes procedimentos:

a) refaçam o calendário letivo de 2001/1 nos moldes antigos, com as 15 semanas de aula, mais as duas para os exames finais (à exceção da Medicina);
b) reabram o debate, durante 2001/1, sobre esta Resolução e sobre o PROGRAD, com prazos convenientes para que as unidades acadêmicas possam posicionar-se a respeito de ambos e para que os conselheiros convoquem reuniões para discutir e obter a posição de seus representados.

NA REUNIÃO DO CEG DE 29/11, o Prof. Gattass deixou claro que não pretende colocar em rediscussão a Resolução 1/99 CEG/CEPG. Os conselheiros estudantis lembraram ao Prof. Gattass que, na reunião do CEG de 22/11, esta rediscussão tinha ficado acordada porque a maioria dos conselheiros reconhecia que a referida Resolução não tinha sido debatida com a comunidade universitária. Embora outros conselheiros tenham confirmado o que era dito pelos estudantes, o Prof. Gattass não modificou seu ponto de vista. A rediscussão da Resolução 1/99 CEG/CEPG só será feita como consequência de uma ampla mobilização da comunidade universitária.

Conselheiros do CFCH dos colegiados superiores da UFRJ que foram convidados para a reunião de 29/11:

Ana Lucia A. Souto Mayor (CEG)

Iris Rodrigues Oliveira (CEG)

Lília Guimarães Pougy (CEG)

Paulo Roberto Vaz (CEG)

André de Souza Parente (CEPG)

Francisco Eduardo Pires de Souza (CEPG)

Mabel Tarré Carvalho de Oliveira (CEPG)

Tania Coelho dos Santos (CEPG)

Carlos Alberto Messeder Pereira (Consuni)

Marco Antônio Teixeira Gonçalves (Consuni)

Luiz Afonso Henriques Mariz (Consuni)

Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro (Consuni)

Heloisa Helena C. Buarque de Hollanda (Consuni) (não convidada porque na lista fornecida pela secretaria do Consuni não constam seu e-mail ou seu telefone)

Norma Musco Mendes (Consuni)

Maria Cecília de Mello e Souza (Consuni)

Cristina Ayoub Riche (Consuni) (Não convidada porque na lista fornecida pela secretaria do Consuni consta apenas um fax que não respondia ao chamado)

Mônica Lima e Souza (Consuni)

Maurício Luz (Consuni) Pedimos desculpas ao professor por não tê-lo convidado para a reunião. Enviamos o convite em nome do conselheiro que antecedeu o Prof. Maurício no Consuni, porque nossa lista não tinha sido atualizada com esta substituição. Quando fomos informados dela, já era muito tarde para que o convite do Prof. Maurício fosse enviado.

Calendário letivo da UFRJ de 2001

Os cursos que optarem por oferecer disciplinas em blocos de 50 dias deverão fazê-los nas seguintes datas:

- primeiro bloco de 50 dias: 12 de fevereiro a 26 de abril de 2001;
- segundo bloco de 50 dias: 07 de maio a 16 de julho de 2001;
- terceiro bloco de 50 dias: 24 de julho a 02 de outubro de 2001;
- quarto bloco de 50 dias: 10 de outubro a 21 de dezembro de 2001.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Centro de Tecnologia, bloco D, sala 200 - Ilha do Fundão Cep: 21944/970 - Caixa Postal 68531 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: 590-4799, 260-6368 e 590-7753

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Henrique Sanglard **1º Vice-Presidente:** Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos **2º Vice-Presidente:** Cleusa dos Santos **1º Secretário:** Roberto Leher (afastado para assumir a presidência do Andes-SN) **2º Secretário:** Henrique Innecco Longo **1ª Tesoureira:** Regina Célia de Souza Pugliese **2ª Tesoureira:** Leila Rodrigues Roedel **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND** **Colégio de Aplicação:** Clóvis de F. Neves Filho - Titular **Escola de Engenharia:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular **Escola de Enfermagem Ana Nery:** Walcyr de Oliveira Barros - Titular **Faculdade de Arquitetura e Urbanismo:** Osvaldo Luiz de Souza Silva - Titular e Roberto Houaiss - Titular **NESC:** Lídia Soares Cardoso - Titular e Regina Helena Simões Barbosa - Suplente **Escola de Educação Física e Esportes:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular **Escola de Serviço Social:** José Augusto V. S. Bisneto - Titular e Sara Granemann - Titular **Instituto de Psicologia:** Arthur Arruda L. Ferreira - Titular e Marcos Aguiar de Souza - Titular **Faculdade de Educação:** Antônio Carlos Moraes - Titular e Marcos Antônio C. da Silva - Titular. **Edição:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Fotografia:** Guilherme Lessa **Ilustrações:** Roberto Houaiss **Tiragem:** 10.000 **Impressão:** Jornal dos Sports **Colaboração:** Agência Andes **E-mail Adufrj:** adufrj@ax.ibase.org.br **E-mail Redação:** adufrj2@ax.ibase.org.br **Home-page:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CUT manifesta apoio ao presidente do Andes-SN

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também já se manifestou em relação ao caso do professor Roberto Leher (ver boletim da Adufrj de 27 de novembro). No último dia 28 de novembro, o presidente da Central João Antônio Felício enviou um ofício ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Eis a íntegra do texto:

“Excelentíssimo Senhor:

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, através do seu Presidente João Antônio Felício, vem, respeitosamente, solicitar uma audiência, com o objetivo de discutir a liberação do sindicalista Roberto Leher, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES.

Sem mais para o momento, e no aguardo de uma breve resposta, despeço-me,

Respeitosamente,
João Antônio Felício
Presidente”



UFRJ

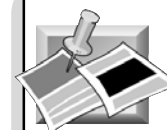
Estudantes da ECO apresentam alternativas à nova periodização

Os estudantes da Escola de Comunicação apresentaram à congregação da Unidade uma proposta de reforma curricular e sistemas de blocos que difere do que foi aprovado pelos Conselhos de Graduação e Pós-Graduação na resolução conjunta 01/99. A resolução estabelece uma nova divisão de períodos e 200 dias de trabalho acadêmico entendidos como ‘dias de aula’.

Para os estudantes da ECO a congregação da escola não deve aprovar nenhuma proposta de reforma curricular no primeiro semestre de 2001. Os alunos também não

querem o sistema de blocos ou módulos como está previsto na resolução CEG/CEPG.

A proposta pede a aplicação no próximo período do atual currículo e a aprovação de um calendário acadêmico que preveja o primeiro semestre com 15 semanas de aulas. As semanas adicionais necessárias para o cumprimento dos 200 dias de trabalho acadêmico seriam utilizadas para a discussão por toda a comunidade da ECO, nos meses de março e abril, sobre a definição de um projeto de reforma curricular, incluindo uma proposta acadêmica/pedagógica a ser aplicada na Escola.



Resenha

Fim da intervenção nas universidades

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que extingue as listas tríplices de escolha de dirigentes universitários. O projeto, apresentado pelo deputado do PMDB Wilson Santos, solicita que os reitores sejam diretamente escolhidos pela comunidade universitária.

O projeto segue para Comissão de Constituição e Justiça e deverá ser votado na Câmara no ano que vem.

Caso aprovada, a legislação acabará com situações de intervenção como a vivida pela comunidade da UFRJ com a nomeação pelo governo de José Vilhena, terceiro colocado na consulta, com apenas 11% de votos de professores, alunos e funcionários.

Fundo para novas tecnologias da informação

O Poder Executivo sancionou com vetos, no dia 28/11, a Lei 10.052, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL. O fundo contará inicialmente com uma receita da ordem de R\$ 100 milhões provenientes do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL e terá como recursos permanentes um percentual anual oriundo das concessões de serviços de telecomunicações e uso de radiofrequências.

O fundo será destinado a estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias, incentivar a capacitação de recursos humanos, gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

Sua administração será exercida por um Conselho Gestor formado por representantes dos Ministérios da Comunicação; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e do BNDES.

Certamente, este recurso será utilizado pelos consórcios de ensino à distância, como o Cederj – Centro de Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro - e a UniRede – Universidade Virtual Pública, os quais a UFRJ está sendo convidada a integrar.

ICB/UFRJ analisa

Universidade Brasileira

A realidade universitária brasileira e suas perspectivas foram analisadas em encontro realizado no Instituto de Ciências Biomédicas no dia 27 de novembro. Participaram como palestrantes a professora Wraha Maria Panizzi e o professor César Sá Barreto, reitores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal de Minas Gerais, respectivamente. O ciclo, organizado pelo Núcleo de Educação, Difusão e Gestão em Ciências do ICB, continuará em 2001 e está aberto à participação de estudantes, funcionários e professores.

CNPq anuncia mais

R\$ 13 milhões para o fomento

O Presidente do CNPq, Evando Mirra, informou ao Jornal do Ciência (30/11) que a Instituição conseguiu mais R\$ 13 milhões para financiar projetos de pesquisa apresentados dentro do edital de março deste ano. Os novos recursos atenderão a 341 projetos. Assim, o fomento do CNPq fecha o ano com R\$ 28 milhões. O novo dinheiro deve ser disponibilizado imediatamente.

Anote

Encerramento da Jornada de Iniciação Científica 2000

A cerimônia de encerramento da Jornada, com a entrega de prêmios dos melhores trabalhos e menções honrosas será no dia 07 de Dezembro de 2000, às 14h00, no Auditório do Centro de Tecnologia, Bloco A.

Segunda Bienal de Pesquisa da Fiocruz

De 1 a 4/12, na Fundação Oswaldo Cruz, em Manguinhos, no Rio de Janeiro, o evento inclui palestra do Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia de 1998, Louis Ignarro, e lançamento da Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz.

Recital na Escola de Música

O duo formado pela violoncelista Valéria Guimarães e pela pianista Marly Moniz vai se apresentar na terça-feira (dia 5/12), às 18h30, na Sala da Congregação da Escola de Música. A EM fica na Rua do Passeio, 98, e a entrada é grátis.

Seminário sobre Seguridade

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro (Sindpetro-RJ) vai promover nos dias 7 e 14 de dezembro um seminário sobre as reformas da Previdência Social e sobre como ficou a aposentadoria especial com as novas regras. As inscrições para o seminário são gratuitas, mas as vagas são limitadas. O telefone para informações é: 3852-0148 e o e-mail é: saude-meioambiente@sindpetro.org.br. O horário de atendimento vai das 10h às 18h.



Serviço Social e Seguridade

Professor da Uerj critica aumento da pobreza



Logo após a solenidade de abertura do II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, o professor Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira realizou uma conferência intitulada “Da pobreza da inflação para a inflação da pobreza – a questão social no Brasil”. Professor aposentado da USP e atualmente docente visitante da Uerj, Francisco Oliveira fez uma breve recapitulação da história econômica do país e seus efeitos na área social. Começou pelos anos 60, quando o “flagelo da inflação” constituiu-se num dos maiores fatores de empobrecimento da população. Devido à deterioração causada pela inflação sobre rendimentos fixos, principalmente salários, quem sofria era o mais pobre. Este, afinal, não teria como dispor de dinheiro para fazer aplicações financeiras e se defender da erosão inflacionária.

Naquele período, reivindicações sociais surgiram e vieram as políticas sociais atenuantes. Em grande parte comprometidas pela própria inflação, e no caso brasileiro, pelo controle oligárquico de sua aplicação. Os recursos mal chegavam aos objetivos programados, dada a corrupção das autoridades brasileiras.

A última vez que se conheceu no Brasil estabilidade econômica foi no período do milagre brasileiro, entre os anos 67 e 73. Na época, houve uma forte contenção do crescimento dos salários reais que serviu apenas para alimentar o processo de acumulação de capitais, ao mesmo tempo em que o regime militar ditatorial não fazia das políticas sociais sua prioridade fundamental.

Plano Real e a Pobreza

Na conjuntura brasileira de hoje, depois do milagre, reconduziu-se a economia brasileira a baixos índices de inflação. A economia vive, desde agosto de 1994, com taxas declinantes dos preços. O efeito inflacionário não mais ataca o poder dos salários brasileiros, o que, em tese, constituiria uma base para uma política previdenciária redistributiva.

No entanto, segundo Francisco, a abertura comercial indiscriminada e precipitada, que funciona como uma polícia externa dos preços internos, levou ao fechamento de milhares de empresas. Sistemáticos déficits na balança comercial são registrados graças ao maciço ingresso de capitais especulativos. Para anular o possível efeito inflacionário desse ingresso, o governo pratica taxas de juros altíssimas no patamar de 16% anuais, elevando a dívida interna hoje a colossais R\$ 400 bilhões, com o pagamento de juros (serviço da dívida) alcançando os R\$ 100 bilhões anuais.

Vale dizer que a dívida interna, toda ela basicamente de curto prazo equivale a mais da metade do PIB e seu serviço, à sétima parte deste. Desde 1994, tal política de combate à inflação obriga a destinar para o pagamento dos juros da dívida interna, sem contar os juros da dívida externa, uma parcela importantíssima do orçamento da União, dos estados e dos municípios, reduzindo, sobretudo, os gastos sociais e também de investimentos. A diminuição do papel do estado na economia, por via da restrição orçamentária, combinada com a estabilização, faz a economia experimentar um permanente avanço e recuo, “ou como já se disse, inflação suíça e expansão angolana”. Por último, a política de privatizações, cujo único resultado visível é a mudança do controle patrimonial das grandes companhias estatais também levou à retração dos investimentos estatais. Ao mesmo tempo em que contribuiu para o crescimento do desemprego.

Outra nota que não aparece na avaliação do Real é que este se sustenta também no arrocho salarial dos setores privados, mascarado nos anos iniciais pelo desaparecimento dos efeitos da inflação nos salários, mas agora nitidamente reconhecido. Por outro lado, o funcionalismo público federal, estadual e municipal não conhece nenhum reajuste salarial, salvo raríssimas exceções aqui e ali.

Desde 94, de acordo com os dados apresentados por Francisco de Oliveira, o desemprego aumentou em 40% (desde os 5,5% de jul/94 – mês de implantação do

Plano Real – até os 7,1% de out/2000). Isso medido pelos índices do IBGE, que são notadamente subavaliados. Pelo Dieese, registra-se para São Paulo taxas de 18 a 20% desde 1998. Uma em cada cinco pessoas da mais densa e importante região econômica do país está desempregada. Hoje, as pesquisas mais recentes já percebem 55 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza.

Comunidade Solidária

Numa tentativa de parecer preocupado com a área social, o governo, segundo o professor, concebeu o programa Comunidade Solidária. O programa não inovou nada, consistindo em verbas de programas já existentes, entregando sua execução em municípios escolhidos das tradicionais forças clientelistas. “Os resultados são pífios, para dizer o mínimo”, disse. Resume-se à distribuição de cessas básicas, tendo ganho alguma publicidade no caso da seca do Nordeste.

Francisco Oliveira argumenta que se pode dizer, sem exagero, que a política social no Brasil experimenta uma regressão que a leva de volta aos padrões da República Velha, quando era considerada “um caso de polícia”. Com o agravante de que, na República Velha, dada a modéstia numérica do operariado e a pouca mercantilização da vida, a questão social apenas engatinhava.

Reflexos da crise

Mesmo com a CPMF, os custos com saúde são cortados. A cólera e a dengue estão de volta. “O desemprego, inicialmente tratado como transitório, agora se justifica pela falta de empregabilidade do trabalhador brasileiro devido às suas baixas qualificações na globalização”, criticou.

O estatuto da política social, refletido na própria questão social é, pois, o da imprevisibilidade, misto de filantropização, privatização, lógica de mercado e de falência do Estado Nacional. “A um Encontro como este cabe pensar com radicalidade esta questão”, disse, acrescentando uma citação: “A hora é péssima. Boa para fazer reflexões e propor caminhos”, completou.



A solenidade de abertura do encontro foi presidida pela assistente social Elaine Behring (ao centro)

Mil assistentes sociais acompanham o evento

Entre os dias 29 de outubro e 1º de novembro, Porto Alegre recebeu o II Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade. Promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social e suas regionais, com o apoio do governo do Rio Grande do Sul e a da Prefeitura da capital gaúcha, o II ENSS visou ao aprofundamento da questão social e suas implicações para a Seguridade Social. Cerca de mil pessoas, predominantemente assistentes sociais, de todo o país prestigiaram o evento e lotaram o Centro de Convenções da PUC-RS para acompanhar as discussões. O tema do encontro foi “Seguridade Social Pública: é possível!”

A coincidência de datas entre a abertura do evento e o segundo turno das eleições municipais não passou em branco nas falas. O crescimento do bloco de oposição e a vitória do PT em Porto Alegre foram muito saudados pelos palestrantes. Primeira a se pronunciar, a presidente do Conselho Regional de Serviço Social (RS), Maria Aparecida Marques da Rocha, foi enfática. “É um dia histórico. Os resultados (eleitorais) demonstram que a consciência está aumentando com uma clara opção para programas de cunho democrático, de esquerda”, disse.

Provocação

A presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Elaine Rosseti Behring, também elogiou a vitória das esquerdas e fez referência ao tema do evento. “O título

do nosso encontro é, na verdade, uma grande provocação. Nós não estamos perguntando, nós estamos afirmando que a seguridade social pública no Brasil é possível. Nós estamos aqui para discutir exatamente isso: quais as estratégias a serem formuladas para conseguir tais condições. Temos, desta vez, o triplo do número de trabalhos inscritos no I Encontro (ocorrido em julho de 1997, em Belo Horizonte). Isso demonstra o compromisso que esta categoria tem com a luta”, completou.

O presidente da fundação municipal de Assistência Social e Cidadania, Carlos César Filho, foi sucinto. “Aqui em Porto Alegre estamos subordinados à vontade da maioria. Nós nunca fugimos a essa responsabilidade de poder público. Invertendo a lógica do governo federal, estamos investindo cada vez mais nas áreas sociais, enquanto o governo federal faz cortes nessas mesmas áreas”, afirmou.

O secretário de estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Tarcísio Zimmerman, também atacou o governo FHC. “Nós não precisamos de fundo de combate à pobreza, mas de prioridades orçamentárias nas áreas de políticas públicas sociais.”

Também estiveram presentes na solenidade de abertura representantes da PUC-RS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).



Serviço Social e Seguridade

Assistente Social analisa concepção de Seguridade



A assistente social Ana Elisabete Mota abriu a mesa-redonda da manhã do dia 30 de novembro que tinha o mesmo título do encontro: “Seguridade Social Pública: é possível!”. Mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora da Universidade Federal de Pernambuco e consultora do CNPq, Ana comentou que a afirmação do título qualifica a posição da categoria dos assistentes sociais em relação à questão da Seguridade Pública no país. Fez uma análise da concepção de Seguridade Social e suas implicações no modelo brasileiro.

A professora identifica o confronto de diferentes concepções de Seguridade no Brasil de hoje: a política de seguridade compensatória, a política redistributiva e a política de combate à pobreza. A primeira se situa no conjunto dos mecanismos de administração da desigualdade social, da compensação de riscos sociais. A segunda, embora o objeto continue sendo os riscos sociais, mobiliza um tipo de intervenção do Estado que redistribui a mais valia social ou redistribui uma parte da riqueza produzida. A terceira concepção seria a atual vencedora no governo federal: as políticas de combate à pobreza que estariam substituindo as políticas de seguridade social.

História

Ana ressaltou que a seguridade, ao mesmo tempo em que enfrenta a questão social, pode atender também às necessidades do atual sistema. “Na medida em que ela seja pública e universal, o indivíduo pode usufruir do consumo de serviços sociais independente da sua condição de inserção na produção. Independente de ser empregado ou não, de ter uma renda ou não, conseguirá ser atendido por um serviço de saúde, por exemplo. Ela transita de um patamar individual, corporativo, particular para um patamar universal, afeto ao direito”, comentou. Esse processo que dá base à

Seguridade predomina nas sociedades de capitalismo maduro quando se constituem os Welfare States (estados de bem-estar social) até o fim dos anos 70.

No Brasil, a experiência se dá de forma diferente. Até os anos 60, o Brasil não havia se consolidado como uma sociedade eminentemente salarial – o que influi bastante na questão da Seguridade Social. Por isso, pode-se dizer que houve uma disjunção na constituição da Seguridade entre os países de capitalismo maduro e os periféricos. Durante o regime militar, houve uma expansão dos mecanismos da área social. No entanto, essa expansão trazia uma fragmentação em si. Eram políticas pontuais. É também no regime militar que surgem os planos privados de saúde.

Somente com a volta do estado de direito é que a questão da proteção social passa a ocupar a pauta de alguns movimentos reivindicatórios. Enquanto no Brasil se defende a Seguridade Social e a Constituição trata do assunto, esse modelo começa a ser criticado nos países desenvolvidos. Entretanto, assim que foi aprovado, o governo Sarney classifica esse modelo como ingovernável. “Ou seja, já nos anos 90 ela começa a ser criticada. A seguridade social pública possível, na verdade, está no nosso horizonte desde o início da década de 90”, comentou.

Quanto às motivações

A professora perguntou à platéia como seria possível a existência de um ataque a um projeto encaminhado pela sociedade com tanto esforço político e organizativo. Para ela, existem algumas razões. A crise econômica dos anos 90 origina uma espécie de “cultura da crise”. Cria-se uma idéia de que toda sociedade precisa passar por reformas. A segunda razão seria a de que todo sistema de Seguridade Social está vinculado à sociedade salarial. Com a metamorfose do mundo do trabalho em todo o mundo, com novas formas de dividir, social e tecnicamente, o trabalho, com as novas profissões autônomas e as crescentes taxas de desemprego, a Seguridade Social é novamente atingida.

O terceiro elemento contrário ao projeto de Seguridade redistributiva é a inserção subalterna do Brasil na economia internacional e o papel dos organismos financeiros internacionais. Ao comentar os resultados de suas análises em sua tese de doutoramento, Ana constatou que todas as propostas do FMI e do Banco Mundial para Previdência Social, nos anos 80 e 90, eram de Previdência básica para os pobres e privatizada para a classe média assalariada. Cria-se assim um vínculo entre assistencializar a política de Seguridade e privatizar a política de Seguridade. “Aquilo que a gente considera como déficit de leito na rede pública de saúde, o capital privado considera mercado em potencial”, criticou.

Quanto à concepção de Seguridade

A impressão de Ana Elisabete é que a burocracia governamental quer enfrentar a questão social não mais como uma questão de classe, mas conceituar tudo como políticas de combate à pobreza. Nesse sentido, o ideário de Seguridade Social pública e redistributiva vem sendo despolitizado. “Essa despolitização aparece por um novo tipo de solidarismo social: Comunidade Solidária, projeto anti-pobreza de Antônio Carlos Magalhães, o ex-presidente do FMI ir ao Papa dizer que está preocupado com a pobreza depois de dez anos de prescrições sobre a subtração da política social como direito”, são alguns, entre outros fatos. “Não tenho estudos sobre o assunto, mas tenho a impressão de que esse governo FH tenha sido o mais pródigo em políticas pontuais e efêmeras no combate à pobreza. É uma usina de idéias. Uma proliferação de programas residuais que não duram nem oito meses”, atacou.

Para a professora, a preocupação maior de todos que se interessam pela Seguridade Social Pública é defender o modelo redistributivo. “Mas isso é um dado que não depende só de uma categoria profissional. O nosso trabalho é de mobilização de partidos, de mobilização da onda vermelha e dos movimentos sociais”, concluiu.



Serviço Social e Seguridade

Conselhos são instrumentos importantes de Seguridade



Doutora em serviço social pela PUC-RS, a assistente social Berenice Couto foi a segunda palestrante da mesa-redonda da manhã do dia 30/10. Berenice, que também leciona na PUC-RS, destacou o papel que cada profissional ligado à área de Seguridade Social deve ter para se alcançar uma sociedade mais justa.

A professora também fez referência ao tema do encontro: “Seguridade Social Pública: é pos-

sível!”. Para ela, essa afirmação é uma utopia. Mas uma utopia que entusiasma. “Os pós-modernos dizem que não existe mais utopia. Vamos dizer o contrário a eles. É isso que nos move a fazer este encontro”, disse. Diante de tantas artimanhas conservadoras do governo federal, Berenice frisou que a realização de encontros como aquele deixam claro para a categoria o projeto de Seguridade Social que deve ser defendido.

Ela lembrou que, nos dias de hoje, a mídia condena os que pensam diferente do governo. “Falamos que nós somos o entrave para que esse país

se desenvolva”, contou. Graças a esse processo, a Seguridade Social ganha características de caridade e filantropia. Fez ainda uma referência à cultura de hoje, quando as pessoas são consideradas meros consumidores. “Hoje, o consumidor, individualmente, é chamado a controlar e cobrar por um serviço qualquer. Quem não é consumidor, não pode cobrar, não é cidadão”, criticou.

Papel dos Conselhos

Os conselhos estaduais e federais da área da Seguridade Social foram classificados por ela como instrumentos importantes para derrubar a lógi-

ca neoliberal do governo federal. “O conselho não vai resolver a questão do controle social e da participação popular. Ele vai ser um instrumento importante. Mas não é o único. Temos que democratizar as idéias em todos os espaços”, comentou. Ainda sobre esse assunto, Berenice frisou que os conselheiros eleitos não devem restringir sua atuação à legislação ou à parte educativa. “A capacitação dos conselheiros vai para o espaço político de debate. Trata-se de uma questão de entender os projetos que estão em jogo. Trata-se da disputa pela hegemonia do nosso projeto”, completou.

Financiamento da previdência é desviado pelo governo



O cientista político Paulo Rocha, mestre em Ciência Política pela UnB e ex-integrante do Conselho Nacional de Assistência Social, encerrou a mesa-redonda do dia 30/10. Em seu discurso, Paulo discutiu o financiamento da Seguridade Social e mostrou algumas formas e os objetivos que o governo federal encontra para desviar dinheiro dessa área.

De acordo com Paulo, o modelo econômico do Plano Real - com sua

política cambial, abertura comercial e balança comercial com déficit - trouxe crescente endividamento ao país. Para pagar essas dívidas, o governo precisou arranjar recursos de qualquer forma. E essa captação foi feita basicamente estimulando a entrada de investimento especulativo no Brasil com altíssimas taxas de juros (o Brasil tem a terceira maior taxa de juros do mundo). “Ou seja, podemos dizer que o Real foi o fim da inflação da moeda, mas foi a inflação da dívida. O pagamento da rolagem dessa dívida aos investidores estrangeiros implicou na es-

cashez de recursos de custeio e investimento da máquina estatal”, esclareceu.

Absurdo

O professor comentou ainda o absurdo de o governo federal ter editado uma medida provisória para que o Tesouro cubra todo o *déficit* das operações do Banco Central retroativas a 1994. “Lembrem que o governo diz a todo tempo que o Tesouro não pode cobrir o ‘*déficit*’ da Previdência, mas, pelo visto, pode cobrir o *déficit* do BC”. De 94 a 99, o “*déficit*” da Previdência (porque o dinheiro arrecadado antes não foi

bem aplicado, entre outros fatores) foi de R\$ 23,8 bilhões. O do BC foi de R\$ 25,2 bilhões. “Quer dizer, dinheiro há”, informou.

Hoje, as receitas da Seguridade Social superam em muito suas despesas da Seguridade Social. “Só que os recursos vêm sendo desviados, o que é inconstitucional. A seguridade social pública é possível do ponto de vista do financiamento? Sim. Seus recursos podem até ser aumentados. Mas somente se as bases do modelo de estabilidade monetária e suposto desenvolvimento econômico forem alteradas também”, completou.

O GT Seguridade Social do Andes-SN se reuniu nestes dias 2 e 3 de dezembro, na própria sede do Sindicato.

Aposentadoria integral dos novos servidores está ameaçada

A Câmara dos deputados aprovou no último dia 29/11 uma proposta que acaba com a aposentadoria integral dos futuros servidores públicos da União, Estados, municípios e Distrito Federal. O projeto limita os vencimentos da aposentadoria ao teto da Previdência Social (R\$ 1.328). Ainda não está definido, mas quem ganhar mais que esse teto pode vir a ser obrigado a contribuir para um fundo de pensão. Os atuais servidores não são atingidos. Falta aprovação do Senado.



GED 2000

CADD descumpre decisão judicial

A CADD/UFRJ, Comissão de Avaliação do Desempenho Docente da UFRJ, não está cumprindo a liminar que estendeu o prazo da GED 2000 e permitiu a entrega dos relatórios por escrito, de acordo com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind.

A liminar concedida pela juíza da 27ª Vara Federal suspendeu o prazo original de entrega das informações estabelecido pela CADD (22-11-2000), prorrogou o prazo de entrega dos relatórios da GED 2000 até o fim do ano (31-12-2000) e assegurou a via alternativa de entrega das declarações por escrito. Mas a prorrogação do prazo implica assegurar a manutenção das demais regras anteriormente fixadas, ou seja, se antes de 22 de novembro era permitido aos docentes fazer suas declarações, alterar seus relatórios e incluir novas atividades através do sistema Sigma, é óbvio que esta possibilidade deve ser mantida durante o novo prazo!

O objetivo da extensão do prazo solicitada pela Adufrj-SSind, e deferida pela juíza, foi garantir a todos os docentes a inclusão das atividades realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2000, já que a GED é anual. Desta forma, está assegurado aos professores que ainda não apresentaram seus dados o envio de seus relatórios e aos professores que já entregaram seus relatórios antes de terem ciência da liminar o envio de novo relatório com a alteração ou complementação dos dados.

No mandado de segurança, a Adufrj-SSind solicitou que a universidade disponibilizasse, além do sistema Sigma, outros mecanismos de declaração de atividades, sendo certo que a juíza deferiu o que necessitava de ordem judicial expressa, a saber, a determinação à Comissão de que aceitasse os formulários por escrito, preenchidos manualmente ou datilografados, como fonte hábil para a coleta de dados a serem avaliados. A decisão judicial, desta forma, faculta com certeza o envio dos dados por escrito, mas não de forma exclusiva, pois isto não expressa o que foi solicitado nem o que foi determinado na conclusão dos autos. Em vista disso, a Adufrj-SSind estará entrando com petição para informar ao Juízo a atitude da CADD e assegurar o cumprimento da liminar obtida.

Veja aqui os termos da petição

O mandado de segurança impetrado pela Adufrj-SSind e deferido pela juíza da 27ª Vara Federal pleiteava a concessão de liminar para:

a) determinar a suspensão do prazo previsto para 22/11/00, prorrogando-o até o final do ano, dando ampla divulgação aos professores da ordem judicial.

b) determinar às autoridades coatoras que se abstenham de compelir os professores à utilização

exclusiva do sistema SIGMA como a única modalidade admitida para o fornecimento dos dados necessários para a realização da avaliação docente com vistas à obtenção da GED, Gratificação de Estímulo à Docência, sem a necessária contrafé.

c) que possibilitem aos professores a entrega dos formulários indicados através de seu preenchimento manual, manuscrito ou datilografado, admitindo-os como fonte hábil para a coleta dos dados a serem utilizados para a avaliação da Comissão, com o devido comprovante de recebimento assinado pela autoridade responsável pelo seu recebimento, conforme determina a Lei.

d) que comprovem ao Juízo o cumprimento da presente liminar, trazendo aos autos, em 48 horas, o ato normativo competente, instituindo os novos prazos e procedimentos, sob pena de multa diária.

Relatório por escrito requer processo administrativo

A CADD determinou que o envio dos dados da GED 2000 por escrito deve ser feito por meio da abertura de um processo administrativo. Para tanto, o docente que desejar fazer, refazer ou complementar sua declaração de atividades relativas à GED/2000 deve se dirigir à Seção de Pessoal de sua Unidade, solicitar dois formulários RAP – Requerimento para Assuntos de Pessoal, preenchê-los, anexar a cópia de seu relatório de atividades de 2000. Uma das vias do formulário RAP deve ser devolvida ao docente, devidamente autenticada e assinada pelo funcionário da Seção de Pessoal da Unidade, como comprovante de entrega do relatório e de recebimento do processo pela UFRJ. O processo será então enviado à CADD/SR-2 pela respectiva Seção de Pessoal, através da Divisão de Comunicação – DICOM - da UFRJ, de acordo com a sistemática divulgada pela CADD na página eletrônica do Sigma. Este é o procedimento padrão da universidade nestes casos e contempla a emissão de comprovantes de recebimento dos relatórios reivindicada.

A necessidade de abertura de processo administrativo, porém, vai exigir mais trabalho dos docentes para prestar suas declarações e dificultar a entrega dos relatórios. Por outro lado, o envio do processo à CADD pelos setores de pessoal das unidades pode significar também a ocorrência de atrasos no envio e no processamento dos dados para a estipulação da GED 2000 de cada docente. Em função disso, a Adufrj-SSind vai encaminhar à CADD solicitação visando assegurar desde já que, no caso de haver atrasos no processamento dos dados relativos à GED 2000, seja qual for o motivo, os do-

centes envolvidos recebam a GED nos níveis atuais até que a situação seja regularizada, quando, se for o caso, seriam feitos os ajustes necessários, como ocorreu no ano passado.

Que formulário RAP deve ser utilizado?

A sistemática indicada pela CADD para a entrega das declarações relativas à GED 2000 encontra um obstáculo burocrático aparentemente banal mas que pode ser motivo de grandes transtornos para os professores. Como a Comissão não se preparou para a hipótese de receber as declarações por escrito, fora do sistema Sigma, a improvisação trouxe outro problema: os formulários RAP da sub-reitoria de pessoal, SR-4, são os únicos disponíveis e não dispõem dos campos adequados para requerimentos de pessoal para o envio da declaração da GED à CADD ou a outra sub-reitoria, no caso a sub-reitoria de pós-graduação, SR-2.

A página eletrônica da SR-4 (<http://www.sr4.ufrj.br/formularios/home.html>) apresenta três modelos de formulários RAP diferentes, mas em nenhum deles os docentes vão encontrar os campos adequados para o envio de seus relatórios, de acordo com a sistemática definida pela CADD. O presidente da CADD, prof. Leslie Benchetrit, quando consultado a respeito dessa sopa de formulários, sugeriu simplesmente que os próprios docentes acrescentassem os itens extras necessários num dos modelos de RAP, pois todos seriam encaminhados e chegariam normalmente à CADD.

Entretanto, para evitar que tais procedimentos possam ser creditados apenas ao voluntarismo dos interessados, que estes sejam obrigados a adulterar os formulários oficiais, e que estes docentes ainda possam ser responsabilizados depois por eventuais problemas, extravios ou atrasos no envio de suas declarações, a Adufrj-SSind solicitou à CADD que publicasse tais instruções ou esclarecimentos adicionais da Comissão, além de disponibilizar na rede e nas Unidades um novo modelo de RAP, com os campos específicos para a declaração de atividades para a GED 2000.

Não ficou claro também se o pagamento dos novos valores da GED estaria garantido a todos os docentes já a partir de janeiro de 2001, em particular para os que fizerem a declaração por escrito, nem que os valores atuais pudessem ser recebidos até que fosse feita a avaliação de 2000, com acerto posterior das diferenças. O presidente da CADD alegou que estes problemas fugiam da alçada da Comissão, mas que estas questões seriam levadas para a próxima reunião da CADD, no início desta semana, provavelmente no dia 4 ou 5 de dezembro.

Como enviar seu relatório GED/2000 por escrito

Para enviar por escrito sua declaração dos dados relativos à GED/2000 através de processo administrativo, devem ser seguidos os seguintes passos:

1 – dirija-se à Seção de Pessoal de sua Unidade, munido de sua declaração de atividades com os dados relativos à GED/2000;

2 – solicite dois formulários RAP - Requerimento para Assuntos de Pessoal para abertura do processo administrativo;

3 – preencha os formulários RAP com seus dados pessoais e funcionais, indique a natureza do processo (envio da declaração de atividades por escrito com os dados relativos à GED/2000), informe no campo de observações o tipo da declaração (declaração completa nova, substituição, alteração ou complementação da declaração anterior feita no Sigma) e descreva sucintamente que itens estão sendo declarados dentro de cada um dos grupos de atividades (ensino e orientação, projetos, produção intelectual e/ou atividades suplementares, conforme o caso), com os respectivos quantitativos (número de horas de aula/ período, de alunos orientados, de artigos em Congressos, de teses, etc., conforme o caso);

4 – não se esqueça de solicitar ao funcionário da Seção de Pessoal a devolução da segunda via do formulário RAP devidamente autenticada – ela é seu comprovante de entrega da declaração, que deve ser guardado para qualquer eventualidade ou recurso.

Professores da UFRJ

Estamos em luta

pelo restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

contra a proposta de Emprego Público do MEC

pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de 3º grau

pela correção salarial conforme determina a Constituição Federal



UFRJ

UFRJ formará à distância

Quatro unidades participam de rede estadual de ensino à distância

Os conselheiros do CEG foram apresentados na última sessão do colegiado, dia 29/11, ao projeto do Centro Universitário de Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj). A apresentação foi feita pelo superintendente de ensino à distância da Secretaria Estadual de Ensino à Distância da Secretaria Estadual de C&T, professor Carlos Eduardo Bielschowsky. Carlos é docente da UFRJ e ex-coordenador da Coopera – Comissão Permanente de Avaliação Institucional - e veio à universidade vender a idéia do investimento no consórcio de instituições públicas para a oferta de cursos de graduação via *Internet*. Ao todo, de acordo com Carlos, serão instalados em todo o Estado vinte e um pólos regionais vinculados às sete universidades públicas do estado, entre elas, a UFRJ. Os primeiros pólos serão instalados nos municípios de Itaperuna e Três Rios.

As unidades da UFRJ que já estão montando seus cursos virtuais para primeira fase do Cederj são a Biologia, a Física, a Química e a Geociências. Carlos informou que cada curso oferecido na rede estadual será de responsabilidade de duas instituições em conjunto e citou o exemplo da Biologia que ficará sob a tutela da UFRJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf).

Qualidade

O sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass foi o primeiro a demonstrar preocupação com a qualidade dos cursos que serão oferecidos pelo Cederj já que os graduados serão diplomados pela universidade.

Herli Menezes, coordenador acadêmico do vestibular, mostrou-se preocupado com a forma de acesso aos cursos à distância. Para ele, a UFRJ tem tradicionalmente tratado seu concurso de forma a estabelecer um padrão próprio do alunado. O professor questionou um possível concurso unificado.

Carlos respondeu que o padrão de qualidade no concurso de acesso vai ser respeitado, ressaltando que o vestibular do Cederj poderá apenas acrescentar um componente regional diferenciado dos vestibulares tradicionais. A idéia

seria agregar, principalmente, estudantes do interior do estado, onde realmente não houvesse instituição disponível para o ensino presencial.

Vagas

O professor Alberto Schainaider, do Centro de Ciências da Saúde, se disse preocupado com o discurso de que é preciso ampliar as vagas, “Recentemente, saíram matérias na imprensa demonstrando que o Estado aumentou as vagas no ensino médio, mas houve decréscimo da qualidade do ensino oferecido”. Outra preocupação do professor da Medicina foi quanto à dedicação dos professores das unidades aos cursos à distância. Para ele, se não houver abertura de vagas específicas para estas disciplinas, os docentes que se envolverem com o projeto acabarão, mesmo recebendo bolsa adicional, abdicando do tempo dedicado à graduação tradicional. Alberto questionou também qual seria a contrapartida do governo do estado para a universidade.

Quanto à contrapartida, Carlos respondeu que os laboratórios criados pelo Cederj serão, na prática, integrados às instituições; e as unidades poderão chegar a receber cerca de mil reais por estudante, por ano, o que não deixaria de ser uma forma de financiamento.

Docentes

A participação dos docentes das Unidades das universidades vinculadas ao Cederj se dará, de acordo com Carlos, de duas formas. Ou as universidades contratam novos professores ou os próprios professores do quadro poderão se dedicar aos cursos à distância recebendo para isso bolsas, nos moldes do CNPq, financiadas pela própria secretaria estadual.

O papel dos professores do Cederj será o de formuladores de programas e conteúdos didáticos das disciplinas. Os chamados professores ‘conteudistas’, segundo Carlos, assim como os ‘tutores’ – alunos-bolsistas em fim de curso ou da pós-graduação –, serão coordenados em cada curso por ‘lideranças acadêmicas’ e docentes que têm se destacado pela dedicação ao ensino

de graduação, todos indicados, ainda que informalmente, pela comunidade de cada Unidade. Carlos citou o exemplo do Instituto de Física, onde o professor Felipe Couto e o ex-diretor de graduação Leandro Salazar já assumiram a coordenação do curso virtual de Física.

Cada disciplina terá dois professores ‘conteudistas’ que serão responsáveis pela formulação e aplicação dos exames presenciais e coordenarão o trabalho dos tutores. Para cada grupo de alunos, em cada disciplina, está previsto o acompanhamento de um bolsista-tutor.

No setor de produção de material didático, tanto impresso quanto virtual, Carlos prevê uma equipe de cem profissionais envolvidos com o projeto. Todo o material didático produzido poderá ser, segundo o professor, disponibilizado para outras instituições ou redes públicas, como a UniRede – Universidade Virtual Pública, que se constitui em um consórcio de mais de 50 instituições, inclusive a própria UFRJ.

Acesso

Em agosto o Cederj estará abrindo turmas-piloto de 100 alunos. Dando certo, o projeto poderá alavancar uma oferta de mil a duas mil vagas por curso. Os números podem surpreender, mas Carlos explica que a evasão deste modelo de ensino é, em sua natureza, elevada. Cerca de 1/3 dos estudantes desistem ainda no primeiro semestre.

A representante dos estudantes no CEG, Flávia dos Santos, disse conhecer a experiência do ensino à distância na Espanha. “Morei lá e pude ver de perto a dificuldade dos alunos da Uned (Universidad Nacional de Educación a Distancia) para permanecerem nos cursos. O custo de equipamento e material é bastante alto”.

Carlos disse que esta preocupação com a evasão existe, mas que é esperada. Segundo o professor, um curso à distância, ao contrário do que se comumente acredita, não é fácil, e exige muita dedicação do estudante. “Muitos desistem, mas os que ficam se tornam excelentes profissionais”, garantiu.

Diploma

O professor Alcino Câmara, do Instituto de Economia, perguntou se o diploma dado por um dos cursos à distância – já que o curso seria de responsabilidade de duas instituições – seria dado duplamente, por duas universidades. Alcino questionou se não seria o caso de criar uma instituição jurídica independente, para a diplomação dos formados.

Carlos explicou que seria, do ponto de vista administrativo, até mais fácil montar uma ‘universidade virtual’, mas esta entidade retiraria das unidades das várias universidades envolvidas a responsabilidade com a qualidade dos cursos, o que, na sua opinião, enfraqueceria o compromisso dos professores e coordenadores com os cursos.

Mais discussão

A diretora da Faculdade de Letras, Edione Trindade, lembrou aos presentes que já existem na UFRJ várias unidades com projetos de ensino à distância em avançado estágio de implementação, como no caso da própria Letras. Edione apresentou preocupação com o perfil dos alunos dos novos cursos. “A UFRJ dedica tanto tempo pensando o perfil dos alunos de seus cursos presenciais. Me preocupa que este perfil se mantenha nos cursos à distância”, disse a professora sugerindo mais tempo para a discussão do tema no colegiado.

Ao final, a professora Maria da Penha, da Faculdade de Direito, elogiou o trabalho e a exposição do professor Carlos, mas pediu que os conselheiros tivessem acesso a todo o conteúdo do projeto do Cederj e das unidades envolvidas para que posteriormente se fizesse uma avaliação mais qualificada.

Maria da Penha pediu que o assunto fosse incluído como tema de pauta do CEG, o que foi acatado pelo sub-reitor.

Universidades que participam do Centro Ensino à Distância do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ UFF UFRRJ UniRio
Uenf UERJ

Conselho de Representantes

2ª feira – dia 18/12 - 18h30
Escola de Serviço Social

Assembléia Geral
4ª feira – dia 20/12 - 13h30
Auditório do CT

As pautas dessas reuniões serão divulgadas no próximo jornal e em cartazes.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 18 • 11 de dezembro de 2000

www.adufrj.org.br

CT continua a discutir a PERIODIZAÇÃO

Dia: 12/12 (terça-feira), às 11 horas

Local: sala C da Decania do Centro de Tecnologia, bloco A, 2º andar.

CEG vota contra reunião conjunta sobre periodização

Unidades não estão preparadas, mas sub-reitor argumenta contra proposta das entidades

O estilo 'trator' do atual reitor José Vilhena na condução de reuniões dos colegiados superiores foi mais do que reconhecido na última sessão do CEG, dia 6, presidida pelo sub-reitor acadêmico Ricardo Gattass, que não deixou nada a dever para o interventor que o nomeou. Em uma aula de superação do *modus* autoritário de fazer política universitária, Gattass desdobrou-se em intervenções, argumentações acadêmicas, tecnicistas ou meramente capciosas e acabou conseguindo a rejeição da proposta do Sintufrj, DCE, APG e Adufrj-SSind de realizar uma reunião conjunta dos dois colegiados (CEG e CEPG) para examinar questões relativas ao calendário 2001.1, ao processo de rediscussão da Resolução 1/99 CEG/CEPG e ao PROGRAD (veja na página 2 a proposta das entidades).

Inicialmente, seis conselheiros votaram a favor da proposta das entidades e oito votaram contra (a Adufrj está solicitando ao CEG a informação sobre os votos de cada um dos conselheiros para publicar no próximo jornal). Bem depois da votação, quando já se estava em outro ponto de pauta, o professor Alcino Ferreira (CCJE), que tinha votado na proposta das entidades, comunicou ao presidente do CEG estar mudando o seu voto porque tinha votado equivocadamente, na verdade ele era contrário à proposta.

Para as entidades e para os conselheiros estudantis no CEG, a implementação da nova periodização já no próximo semestre significará o caos administrativo e acadêmico. Segundo relataram a representante do DCE, Isabel Mansur, e a vice-presidente da Adufrj, Maria de Lourdes Passos, nem os professores, nem os estudantes, nem os funcionários estarão preparados para cumprirem as exigências do novo calendário. Isabel e os demais estudantes lembraram que muitos funcionários e professores estarão de férias ainda no início das aulas, marcado para 12 de fevereiro. Ainda segundo alguns estudantes, já correm boatos em várias unidades de que as aulas só começarão "de verdade" depois do carnaval.

A Profª Ana Borrallho (CCS) interveio em favor da proposta das entidades, lembrando que a discussão da Resolução 1/99 não foi encaminhada adequadamente nas sessões conjuntas CEG/CEPG que acabaram por aprová-la. A conselheira mencionou ainda o fato de que a Resolução não foi adequadamente discutida pelas unidades acadêmicas.

Objetivo

Na proposta das entidades que seria analisada na reunião dos dois colegiados, o primeiro semestre de 2001 teria quinze semanas de aulas, duas semanas para exames finais, com o mínimo de cem dias de trabalho

acadêmico efetivo, que não significa necessariamente dias de "aula" (de acordo com a própria LDB). Além disso, seria fixado um calendário para rediscussão de toda a resolução pela comunidade da UFRJ nos meses de março e abril de 2001, com deliberação pelos colegiados superiores da UFRJ a partir de maio.

Nervosismo

Gattass se mostrou bastante nervoso com a possibilidade de um espaço oficial de rediscussão da Resolução 01/99. O sub-reitor sabia que esse poderia ser o momento de se rever toda uma proposta da reitoria para a

universidade nos próximos anos. A resolução aprovada, além de interferir em questões de tempo de trabalho de professores e funcionários e outros assuntos administrativos, demanda uma reestruturação curricular, cuja necessidade não é sentida pela maioria das unidades. O conteúdo da resolução, seus desdobramentos práticos e sua orientação político-institucional não foram, na opinião das representações docente, discente e de técnico-administrativos, suficientemente debatidos no âmbito das unidades.

Estratégia

Para contornar o sentimento gerado nos demais conselheiros sobre a evidência de que a resolução foi mal encaminhada e ainda não foi digerida pela comunidade que está à margem das decisões do colegiado, e, principalmente, da necessidade de se rever o calendário do próximo semestre, Gattass utilizou a tática que é marca da atual administração: primeiro desqualificou a proposta (concreta) das entidades; depois confundiu a proposta em questão, de apenas marcar a reunião conjunta, com outra (criada por ele mesmo) de discutir o mérito das propostas que seriam analisadas posteriormente pelos dois colegiados. Outra estratégia foi a do 'terrorismo esclarecido': ameaças de abertura de sindicância se tomar conhecimento de que professores não iniciaram o semestre em 12/2, além de frases como "Manda quem pode, obedece quem tem juízo". "Vamos abrir", "vamos botar as coisas claras", disse visivelmente irritado, "o Consuni tem recesso em janeiro (na verdade, o recesso é em fevereiro), esta discussão já foi feita...". Mais adiante, avisado de que haveria sessão do Consuni dia 28 de dezembro e, portanto, os colegiados CEG e CEPG poderiam encaminhar alguma coisa até lá, soltou um solene "eu duvido...", deixando "no ar" se duvidava de que o Consuni se reuniria de fato ou de se a reitoria iria deixar que os conselheiros aproveassem qualquer alteração que maculasse um dos pilares do vilhenismo.

CEPG nem vota proposta

O sub-reitor Ricardo Gattass, no dia 8/12 no comando do colegiado da pós-graduação e pesquisa, não pôs em votação a proposta das entidades – Adufrj, Sintufrj, DCE e APG – de marcar uma reunião conjunta CEG/CEPG para rediscussão e reformulação da polêmica resolução 01/99. Gattass admitiu que corre o risco da mudança e espera "que tudo dê certo". Antes que os conselheiros resolvessem o encaminhamento de duas formas de votação relativas à possível reunião, Gattass perdeu a paciência com a polêmica e encerrou a sessão.

O sub-reitor, no início, até que expôs o pedido de inclusão do ponto de pauta das entidades (reunião conjunta para rediscussão e reformulação da 01/99), mas os conselheiros resolveram manter a pauta do dia – Sistema de Bibliotecas e discussão do programa de pós-graduação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

Somente no início da tarde, com o plenário já esvaziado, teve lugar a discussão da periodização. O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, manifestou que o sindicato verificou vários problemas nas Unidades e deixou claro que, se o assunto não fosse resolvido academicamente, seria estudada a alternativa judicial. Os representantes da APG, Gilda Moreira, e do Sintufrj, Marcílio Dias, também apontaram a possibilidade de uma saída jurídica.

Alguns conselheiros também manifestaram dúvidas em relação à futura aplicação da 01/99, mas não queriam definir como pauta a possível reunião conjunta a reformulação da 01/99. Queriam apenas uma sessão para esclarecimento geral dos pontos polêmicos do documento. Enquanto se decidia qual era o melhor encaminhamento de votação, o sub-reitor encerrou a reunião.



Periodização

Proposta das entidades Adufrj-SSind, Sintufrj, DCE Mário Prata e APG aos colegiados superiores da UFRJ

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2000

De: Sintufrj, Adufrj-SSind, DCE Mário Prata e APG da UFRJ

Para: Presidente do Conselho de Ensino de Graduação

Considerando:

1. O desconhecimento de boa parte da comunidade universitária sobre o conteúdo da Resolução 1/99 CEG/CEPG;

2. Que a adoção do sistema de blocos, facultada pela referida Resolução, carece de maiores discussões sobre sua repercussão na realização dos currículos dos cursos;

3. O caos administrativo que será gerado por haver apenas quatro dias úteis sem aula entre os blocos/períodos, sem qualquer treinamento dos funcionários das seções de ensino para um possível novo sistema;

4. Que a informatização das secretarias de ensino, principalmente na graduação, é insuficiente para atender o sistema de matrícula;

5. Que as unidades acadêmicas, na sua maioria, ainda não deliberaram, em seus órgãos colegiados, uma reestruturação curricular que atenda à extensão do período letivo de 15 para 20 semanas de aulas;

6. Que a Resolução 1/99 CEG/CEPG extrapola os limites da competência legal dos colegiados superiores da UFRJ ao estabelecer um limite mínimo de 320 horas-aula por ano para o docente, quando a legislação em vigor estabelece um mínimo de 8 horas-aula semanais, sem fixar o limite mínimo anual;

7. Que as unidades acadêmicas não se prepararam para manter em funcionamento dois currículos, o atual e o novo – exigido pela Resolução 1/99 CEG/CEPG- e que há garantia legal de que os alunos ter-

minem seus cursos conforme informado ao iniciá-los, pois a nova Lei de Diretrizes e Bases prevê no § 1º do Art 47 que “*As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.*” (grifo nosso);

8. Que o calendário aprovado para 2001 aumentará a evasão na UFRJ, gerando vagas ociosas, porque o início do 1º período letivo de 2001 ocorrerá antes da divulgação dos resultados e matrícula dos concursos de seleção/vestibular ocorridos nas outras IES's públicas do estado do Rio de Janeiro. O calendário aprovado para 2001 prevê a inscrição em disciplinas para os calouros no dia 3/02 e início das aulas em

12/02. Na UERJ, o resultado do vestibular será divulgado no dia 3/02; matrícula de 6 a 8/02 e todo processo de reclassificação/edital fecha no dia 16/03. Na UNIRIO, o resultado sai dia 10/02; matrícula 12 e 13/02 e fechamento em 21/03. Na UFF, resultado dia 7/02; matrícula 8 e 9/02 e fechamento em 13/03. O mês de fevereiro será vital para o processo de organização da lista de classificados e de redução da situação de dupla e tripla matrícula;

9. Que a Resolução 1/99 CEG/CEPG fere vários artigos da Parte V - Das Atividades (Título I /Organização Didática e Título III /Do Regime Didático e Escolar) do Regimento Geral da UFRJ que, conforme seu Art. 294, só poderá ser reformado ou emendado, depois de aprovado por dois terços dos membros do Conselho Universitário, mesmo por motivo de Lei e de alteração no Estatuto da UFRJ.

Professores, funcionários e alunos lutam pela reformulação da 01/99

O Sintufrj, a Adufrj-SSind, o DCE Mário Prata e a APG da UFRJ solicitam que o CEG proponha a convocação de uma reunião conjunta CEG/CEPG para examinar a seguinte proposta:

1. Sejam suspensos os efeitos da Resolução CEG/CEPG para o 1º semestre de 2001;

2. Sejam feitas alterações no calendário de 2001, estabelecendo que o 1º semestre de 2001 tenha 15 semanas de aula, além de 2 semanas

para os exames finais, com no mínimo 100 dias de trabalho acadêmico efetivo, obedecendo o exposto no Art. 221 do Regimento Geral (cada unidade baixará o seu próprio calendário de acordo com as normas fixadas, anualmente, pelo Conselho Universitário);

3. Que seja fixado um calendário exequível para rediscussão da Resolução 1/99 CEG/CEPG pela comunidade da UFRJ, com discussões pela comunidade universitária em

março e abril/2001 e deliberação pelos colegiados a partir de maio/2001, assim como encaminhamento ao CONSUNI das alterações no Regimento Geral da UFRJ que se fizerem necessárias;

4. Seja suspenso o edital do PROGRAD, com o seu encaminhamento para o Consuni, conforme previsto no Art. 26 do Regimento Geral (compete ao CONSUNI aprovar as diretrizes da política universitária, propostas pelo Reitor, e os

planos setoriais referentes às áreas de atividades da universidade), que deverá remeter a proposta atual para exame pelas unidades.

C/C para os Conselheiros do CEG, CEPG e Consuni e Diretores das Unidades Acadêmicas.

Sintufrj

Adufrj-SSind

DCE Mário Prata

APG da UFRJ



Periodização

Centro de tecnologia critica nova periodização

Na reunião do Centro de Tecnologia convocada pela Adufrj-SSind para discutir a nova periodização, realizada no dia 5 de dezembro, foram apontadas muitas críticas à nova periodização e dificuldades de sua implantação. Os professores do centro foram convocados por meio de cartazes, por chamadas no Boletim/Jornal da Adufrj e pela lista de endereços de correio eletrônico da Seção Sindical. Todos os conselheiros do centro (CEG, CEPG e Consumi) foram ainda convocados por carta individual para a reunião.

Os conselheiros do CEG que estiveram presentes foram os professores Ismael da Silva Soares (EE/Produção), Paulo Renato Barbosa (EE/Civil) e Antônio Cláudio Gomez de Souza (EE/Eletrônica), além da representante discente Danielle São Bento, do Centro de Letras e Artes. Do CEPG, apenas o professor Eduardo Batista (EE-COPPE/Civil) compareceu. O professor Joel Regueira Teodósio, conselheiro do Consumi, respondeu ao convite informando sua impossibilidade comparecer devido a outros compromissos. Pela diretoria da Adufrj estiveram presentes os professores José Henrique Sanglard (EE/Naval) e Henrique Inecco Longo (EE/Civil). Participaram ainda da reunião o professor Fernando de Souza Barros, do Instituto de Física (CCMN) e os professores do CT José Miguel Bendrao Saldanha (EE/Produção), Ricardo Musafir (EE-COPPE/Mecânica), Fernando Carvalho (COPPE/Nuclear) e José Luciano de Souza Menezes (EE/Estruturas).

No início da reunião foram dados informes sobre a visão da Adufrj-SSind acerca da Resolução Conjunta 01/99 do CEG/CEPG, a falta de sua discussão mais ampla nas unidades e departamentos, a interpretação peculiar da UFRJ entre as universidades federais em relação à adequação à LDB, a posição contrária ou crítica de outras unidades acadêmicas da UFRJ e a programação de reuniões nos centros/unidades promovida pela Adufrj para colher subsídios, formular propostas e estratégias de atuação junto aos Conselhos Superiores visando recolocar em pauta a discussão da Resolução.

Em seguida, a palavra foi aberta aos presentes para relatarem suas experiências, fazerem suas avaliações e encaminharem propostas. Durante as intervenções, quase todos reconheceram, com maior ou menor ênfase, haver dificuldades e apontaram problemas diversos na Resolução, tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto à implantação dos dispositivos lá contidos, embora várias intervenções também destacassem aspectos considerados positivos.

Os professores Ricardo Musafir e Fernando Carvalho relataram as dificuldades da adaptação de seus departamentos/programas à nova periodização. O programa de Engenharia Nuclear da COPPE tem posição totalmente contrária. Os professores da Escola de Engenharia também relataram problemas na Resolução e no processo de discussão em seus departamentos. Os principais aspectos negativos apontados na nova periodização durante o debate foram os seguintes:

- i) o aumento demasiado da carga didática de aulas dos professores;
- ii) a flexibilização ou a ampliação excessiva do conceito de aula;
- iii) a reduzida duração dos módulos - são muito curtos, não há tempo para o aluno refletir, exercitar os conteúdos e se apropriar dos conceitos;
- iv) o início prematuro do ano letivo cria dificuldades para a pós-graduação, pois inviabiliza os cursos de nivelamento, essenciais em programas multi-disciplinares, e está defasado em relação ao início do pagamento de bolsas nos sistemas Capes/CNPq;
- v) a resolução legisla sobre vários temas e aspectos diferentes da vida acadêmica, o que gera problemas para sua compreensão, coerência e implantação;
- vi) o objetivo de uniformizar os calendários acadêmicos e de integrar a graduação com a pós-graduação, em princípio correta e legítima, acabou se transformando numa camisa de força para toda a universidade;
- vii) a definição rígida dos 200 dias de aula inviabiliza outras atividades, tais como o espaço para a preparação de cursos e a reposição de aulas, além de não admitir qualquer flexibilidade para o período de férias;
- viii) a exclusão dos sábados como dias normais de aulas sobrecarrega a carga didática diária e aumenta desnecessariamente o número de semanas de aula por período;
- ix) a extensão do período de aulas e a carga didática diária maior podem estimular a evasão de alunos, que já é alta;
- x) a Resolução confunde, em alguns casos, as diretrizes da LDB com aspectos de pontuação da GED, em particular para acomodar as atividades da pós-graduação;
- xi) a principal motivação declarada para a Resolução foi a necessidade de adequação urgente à LDB e as possíveis conseqüências legais para a instituição, não os problemas das unidades acadêmicas da UFRJ; e
- xii) a nova periodização requer um processo

de reforma curricular geral artificial, que não parte das necessidades internas de cada unidade ou curso, resultando em baixa motivação, dificuldades de adaptação e risco elevado de soluções equivocadas.

Dentre os aspectos positivos da Resolução mencionados em algumas falas, destacaram-se os seguintes:

- i) o reconhecimento da orientação como atividade de ensino equivalente a aula;
- ii) a adoção de um calendário único para toda a universidade, que é importante para o planejamento geral, em particular para as unidades que oferecem disciplinas de serviço, que têm dificuldades em atender a calendários diversificados;
- iii) a divisão do período em módulos permitiria acomodar disciplinas curtas de menor carga horária;
- iv) o período mais longo forneceria maior espaço para o trabalho dos conteúdos e melhor formação dos alunos; e
- v) a maior integração da graduação com a pós-graduação, ao harmonizar os períodos letivos diferentes.

Os conselheiros do CEG e do CEPG fizeram um pequeno histórico do processo de discussão da Resolução no interior daqueles Conselhos, destacando que:

- i) a proposta é do CEG/CEPG e se contrapõe frontalmente à da reitoria, embora esta tenha interferido no processo de discussão, pois a partir do anúncio da proposta dos três períodos com o aumento de 50% das vagas (entrada tripla) feito pelo reitor, o número de períodos passou a ser a questão central nas discussões dentro e fora dos Conselhos;
- ii) a GED também atrapalhou a discussão acadêmica que vinha sendo realizada, pois passou a ser uma referência permanente para os termos da Resolução;
- iii) um dos principais objetivos perseguidos foi a unificação dos calendários acadêmicos na UFRJ - a adoção dos módulos permitiria acomodar a diversidade existente;
- iv) o aumento do número de semanas de aulas não teria sido de 15 para 20 (33%), mas de 17 para 20 (~18%) e até menos em alguns casos, considerando a extensão do período de atividades acadêmicas já praticada em várias unidades;
- v) o objetivo dos Conselhos não era aumentar a carga semanal de aulas, mas sim reduzir a carga horária dos alunos redistribuindo-a ao longo das 20 semanas; e
- vi) é necessário ter propostas objetivas de alterações para motivar o debate e se rediscutir a

Resolução, pois a experiência mostrou que só houve alguma resposta dos professores quando os Conselhos apresentaram propostas específicas, como no caso do número de períodos.

Durante as intervenções foram destacadas ainda a precariedade do processo de discussão em geral no Centro, que foi pouco participativo, apesar das iniciativas de alguns membros dos Conselhos, da decania do Centro e da Adufrj em realizar debates e encontros para ampliar a discussão sobre o assunto. A maioria dos conselheiros esteve ausente nas discussões em suas unidades e na promoção de atividades e encontros com seus representados sobre o tema, restringindo sua atuação quase que exclusivamente à intervenção pessoal nos próprios Conselhos e Colegiados.

Além disso, quando as propostas foram encaminhadas para discussão esbarraram ainda em entraves burocráticos da estrutura administrativa da UFRJ, em alguns casos não chegaram aos departamentos, em outros chegaram com atraso e prazos exíguos para resposta ou não foram nem colocados em discussão nos colegiados. O representante do CEPG chegou a expressar opinião que a discussão fora dos Conselhos deveria ser mesmo função apenas das entidades representativas da comunidade acadêmica, pois a estrutura universitária não fornecia condições adequadas para que os conselheiros promovessem reuniões onde pudessem debater as questões com seus representados ou consultá-los quando julgassem necessário. Isto, porém, seria o mesmo que admitir a falência da estrutura administrativa e do sistema de representação atual nos Conselhos e nos órgãos colegiados da UFRJ.

Outros aspectos abordados foram a influência da GED, que permeou a discussão da Resolução com noções falsas de produção, eficiência e de qualidade; e as improváveis conseqüências legais de nenhuma ou outra forma de adaptação à LDB, cuja propriedade poderia até ser questionada pela UFRJ, em função de seu conteúdo e do processo complicado de tramitação e de aprovação no Congresso, por exemplo. Algumas propostas chegaram a ser mencionadas, como o fim dos blocos, com a adoção em toda a UFRJ do semestre como unidade básica contínua para os períodos letivos, e até a simples rejeição total da Resolução, mas não houve encaminhamento formal de propostas. Como a reunião se estendeu e algumas das pessoas tinham outros compromissos, foi marcada nova reunião para continuar a discussão na próxima terça-feira, dia 12 de dezembro, às 11 horas, no mesmo local, sala C da Decania do CT.



Movimento Sindical

Plano de Ação da CUT

Reunida nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, em São Paulo, a Direção Nacional da CUT, em cumprimento das deliberações do 7º CONCUT, elaborou um plano de ação imediato. Serão intensificadas as lutas em defesa do FGTS, do reajuste salarial dos servidores públicos, do salário mínimo digno e contra as privatizações. Seguindo a bandeira do “Fora FHC e o FMI”, também estão inseridos o combate ao desempre-

go, pela reforma agrária e o não pagamento da dívida externa. Além disso, será fortalecido o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, tido como um espaço estratégico e de desenvolvimento da luta unitária do movimento sindical com o conjunto das entidades da sociedade civil organizada.

Entre as várias resoluções tomadas pela Direção Nacional da CUT, destaca-se a campanha de denúncia de violações aos

Direitos Civis e de Organização Sindical, na qual aparece o caso do professor Roberto Leher, presidente do Andes-SN. Um dos trechos do documento diz: “Assim, exigimos da Reitoria da UFRJ e do MEC que tomem providências necessárias para a superação da injustiça que tem vitimado o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior e que atinge o conjunto dos trabalhadores no seu direito à organização sindical.”



Jurídico

PSS sobre a Gratificação Natalina

A Adufrj-SSind ajuizou ação ordinária na 24ª Vara Federal para impedir a incidência de desconto do PSS (Plano de Seguridade do Servidor) sobre a gratificação natalina dos professores. Nesta ação, pleiteia-se que os sindicalizados tenham devolvidos os 11% descontados da gratificação natalina e abono constitucional de 1/3 das férias de 1999, com juros e correção monetária. Na mesma ação, tenta-se impedir os descontos futuros para o PSS, também na gratificação natalina e no abono. Vale lembrar que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a instituição de contribuição para a seguridade social dos inativos e pensionistas. A Adufrj-SSind já tem liminar garantindo esse direito. Os servidores que permanecem em atividade após terem completado as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas na Emenda 20 (artigo quarto da Lei 9.783/99) também não podem ser descontados em seu 13º salário.



Política Educacional

Aprovada a reserva de vagas para estaduais do Rio

O projeto de lei que prevê a reserva de 50% das vagas nas universidades estaduais para alunos vindos de escolas da rede pública foi aprovado no último dia 6, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). De acordo com o projeto de lei nº 1653/2000, as vagas oferecidas para acesso a todos os cursos de graduação das universidades públicas estaduais serão preenchidas observados os seguintes critérios: 50% por estudantes selecionados em processo definido pelas universidades segundo a legislação vigente; as outras 50% serão de alunos que tenham cursado o ensino fundamental e médio em instituições da rede pública do Estado ou dos Municípios e também tenham sido selecionados por um sistema de acompanhamento de desempenho a ser criado, em conjunto, pelas universidades e instituições de ensino médio.

Faltava apenas a assinatura do governador para a transformação do projeto em lei. Isso não

deverá ser nenhum empecilho, uma vez que foi o próprio Garotinho que enviou o documento à ALERJ. Algumas emendas dos deputados ao projeto ainda estão sendo discutidas e a lei só deve vigorar em 2002.

O 41º Conad, realizado em Pelotas nos últimos dias 3 e 6 de novembro, determinou que o Andes-SN deveria lutar pelo acesso de todos à educação pública e gratuita em todos os níveis. Diferente do projeto de reserva de vagas, no entanto, o Conad defendeu, entre outros pontos, a ampliação drástica das vagas nas Instituições de Ensino Superior públicas, deixando garantida a qualidade de ensino, assim como a qualificação da Educação Básica pública. O Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN ficou encarregado também de continuar essa discussão nas bases do Sindicato Nacional e gerar subsídios para uma deliberação no 20º Congresso, a ser realizado no próximo ano.

Adiada votação do PNE do governo

A Comissão de Educação do Senado adiou até esta terça-feira (dia 12/12) a votação do Plano Nacional de Educação do MEC, que deverá ter duração de dez anos. O pedido de vista do projeto foi feito pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu uma audiência pública para debater o documento. Relator no Senado, o parlamentar José Jorge (PFL-PE) apresentou parecer favorável e sem qualquer emenda ao texto que veio da Câmara dos Deputados.

Vale lembrar que o PNE/MEC foi elaborado em gabinete, sem a participação da sociedade, embora, em sua introdução, o ministro da Educação, Paulo Renato, afirme que houve contribuição de entidades como o Andes, o que não é verdadeiro. De acordo com análise do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, realizada em maio de 1998, o PNE/MEC apresenta um número considerável de conceitos indefinidos e ambíguos. Além disso, não estariam previstos mecanismos efetivos de participação e fiscalização das iniciativas governamentais pela sociedade brasileira. Ainda segundo a análise do Fórum, as únicas metas objetivas do PNE do MEC se traduzem na transferência de responsabilidade do poder público para a sociedade no financiamento da educação.

Em oposição ao projeto do governo, existe o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, democraticamente elaborado pelos setores representativos da sociedade civil e parte da sociedade política, comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada.

O PNE- Proposta da Sociedade Brasileira pode ser encontrado no site da Adufrj (www.adufrj.org.br) no botão “Documentos”.

Anote

Projeto “Plantando Sonhos”

Continua crescendo o projeto “Plantando Sonhos” do Instituto de Psiquiatria (IPUB) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Criado em março com os objetivos de se tornar uma área de convivência para toda a comunidade da UFRJ e para tratamento terapêutico de seus pacientes, o jardim localizado na Praia Vermelha agora está inaugurando uma fonte e um viveiro de plantas. O evento está marcado para o dia 15 de dezembro, às 14h.

Continua a campanha de abaixo-assinado pela liberdade de representação sindical do presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher. Em www.adufrj.org.br/rleher.htm, basta clicar em “abaixo-assinado” para mandar um e-mail de participação com o seu nome.

Conselho de
Representantes

2ª feira – dia 18/12 - 18h30
Escola de Serviço Social

Assembléia Geral
4ª feira – dia 20/12 - 13h30

Roxinho-CCMN

PAUTA

Periodização e calendário 2001

Crise na Faculdade de Educação
Liberdade Sindical

Ações Judiciais

Periodização

Situação da Faculdade de Educação

Sindicalismo
revive
tempos de
autoritarismo

Presidente do
Andes-SN sofre
perseguição pela
diretora da sua
unidade na UFRJ

Páginas 4 e 5

Senador
comenta
falta de
reajuste
para o
funcionalismo
federal

Página 3

Andes-SN
promove
debate sobre
emprego
público na
regional Rio

Página 7

A DUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano VII nº 18 • 18 de Dezembro de 2000



COMUNIDADE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO
REALIZA ASSEMBLÉIA COMUNITÁRIA E ATO
CONTRA A ATUAL ADMINISTRAÇÃO

Educação quer o fim das arbitrariedades da diretora Speranza



PRESIDENTE DA ADUFRJ,
PROFESSOR SANGLARD
PARTICIPA DE ATO NO CEG



A crise na Faculdade de Educação é a cara da Reitoria

A prepotência, a arrogância e o autoritarismo da diretora da Faculdade de Educação parece não ter limites. Numa sucessão de atos arbitrários, a interventora vem ignorando as reivindicações da comunidade acadêmica, destituiu a coordenadora de pós-graduação, colocou funcionários exemplares em disponibilidade, ameaçou professores e persegue o presidente do Andes-SN. Lamentável nisso tudo são não só as medidas de força da diretora/interventora, mas também a omissão da Reitoria, que agora tenta se eximir de qualquer responsabilidade sobre os rumos que os acontecimentos tomaram. Não faltaram denúncias e alertas de professores, alunos e funcionários desde o início da desastrosa gestão.

A crise que assola hoje a Faculdade de Educação, assim, não surgiu como um fato isolado dentro do cenário político da UFRJ. A professora Speranza foi uma opção consciente da Reitoria que talvez tenha apenas fugido ao controle.

Mais preocupante ainda é o fato de que há indícios de que processos semelhantes possam estar sendo gestados em outras unidades, como os problemas relatados na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Na discussão da crise na Faculdade

de Educação no CEG, alguns aspectos merecem especial atenção. Em primeiro lugar, a condução confusa da reunião e a insistência da Reitoria em se colocar o tempo todo como a guardiã da democracia, da lei, da moral e dos bons costumes, como se ela tivesse legitimidade para reivindicar para si tal função. Além disso, a prática de discussão é de democracia relativa e limitada. A permissão da palavra aos representantes das entidades da comunidade acadêmica externa ao conselho para apresentar ou defender suas propostas é sempre objeto de um ritual de concessão do poder, que depende ainda de proposição de um membro do próprio Conselho e da aprovação deste a cada solicitação de intervenção. É óbvio que nestas condições fica impossível estabelecer o debate, pois um dos lados detém o direito irrestrito à palavra e ao outro resta quase que exclusivamente o direito de ouvir.

Por outro lado, salta aos olhos a passividade e a inapetência de muitos conselheiros para contestar a forma de encaminhamento da discussão, de apresentar propostas e de assumir como um problema do Conselho Superior o fato de uma unidade acadêmica ter chegado à beira do caos. A discussão esvaziada das questões políticas e acadêmicas tende a

girar em torno de aspectos legais ou administrativos e delegação a terceiros para resolver o problema. A dificuldade de boa parte dos conselheiros em assumir postura mais ativa e contundente está relacionada com o problema de como a representação é exercida na maioria dos casos. A falta de uma prática sistemática de levar as questões para as unidades, de discutir com os seus representantes e de retornar uma posição coletiva para apreciação do conselho enfraquece o debate, a capacidade do representante em assumir responsabilidades e de se confrontar com as posições da administração superior. A posição defendida pelo detentor do cargo hierárquico mais alto tenderá sempre a ficar em evidente vantagem num confronto direto se o outro lado não estiver respaldado por uma proposta assumida, subscrita ou apoiada coletivamente.

Desta forma, mesmo diante de denúncias da mais alta gravidade e de depoimentos de membros de toda a comunidade local, poucos conselheiros ousaram se manifestar sobre o patético pedido de paciência da Reitoria aos agredidos. E apenas a constituição de comissões para averiguar e acompanhar o caso foi insuficiente, frustrando as expectativas de todas as vítimas do arbítrio.

Reverter a falta de perspectiva de construção de soluções coletivas para os problemas da instituição é talvez o principal desafio que esteja colocado hoje. O movimento docente se insurgiu contra a ditadura e conquistou seu espaço político apostando no processo e no debate democrático. Uma parte da geração de dirigentes e de representantes que emergiu do próprio movimento, porém, parece ter renegado alguns de seus princípios e priorizado a via institucional. Hoje está claro que as tentativas de esvaziamento do movimento docente autônomo, porém, esvaziam também o espaço institucional.

Professores da UFRJ

Estamos em luta

pelo restabelecimento da paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

contra a proposta de Emprego Público do MEC

pela isonomia salarial entre os docentes da carreira de 1º e 2º graus e os da carreira de 3º grau

pela correção salarial conforme determina a Constituição Federal



Servidores

Senador denuncia tratamento “férico” aos servidores públicos

Em seu pronunciamento no Plenário do Senado, no dia 4 de dezembro, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou o tratamento dado pelo governo federal à categoria dos servidores públicos federais, sem nenhum reajuste salarial ao longo dos últimos seis anos. “A política de tratamento férreo dos servidores públicos, iniciada no Governo Collor, foi integralmente encampada pelos dois governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso”, disse o senador.

Ademir Andrade questionou a alegação da falta de dinheiro para uma política de reajuste para o funcionalismo federal. “O tão propalado equilíbrio fiscal primário mostra sua face perversa quando observamos o conjunto de gastos do Governo Federal nesses anos, que vem privilegiando o pagamento da dívida externa e o financiamento de grupos estrangeiros e brasileiros endinheirados”, prosseguiu.

O senador lembrou que o Brasil conta com um número de empregos

públicos que corresponde a 11,2% da mão-de-obra empregada no país. Nos EUA, são 15,4%; no Reino Unido, 16,9% e na Itália, 23,2%. O percentual de servidores brasileiros é menos da metade do que no México (26%) e na França (27%). O senador complementou ainda: “Todos sabem que os salários da grande maioria dos servidores sempre foram baixos, sofrendo, nestes seis anos, uma corrosão sistêmica nunca antes vista”.

Ademir citou, no caso das universidades federais, a “evasão de cérebros” motivada pelos baixos salários, se referindo aos docentes que deixam as instituições públicas para exercer funções em escolas ou faculdades privadas.

Perseguição

O senador também citou o tratamento dispensado ao Andes-SN e o fato do presidente da entidade, professor Roberto Leher, estar sendo ameaçado de perder o exercício de suas funções acadêmicas por conta de sua atividade como sindicalista. “A

direção da UFRJ caracterizou o exercício do mandato sindical como abandono de emprego. Esse entendimento estapafúrdio e obscurantista foi corroborado pelo ministério da Educação (...)”, citou o senador. (veja matérias nas páginas 4, 5 e 6)

Nova greve

Ademir comentou também a disposição da categoria docente de enfrentar nova greve caso o governo não se disponha a, de fato, reconhecer e conceder o reajuste para os servidores. “Sabemos que é contra a sua vontade que os professores universitários estão sendo levados a entrar em nova greve. A descontinuidade das atividades letivas, por sucessivas greves ao longo dos anos, vem reduzindo a qualidade do ensino, já precária. (...) esperamos que os professores das universidades federais e o conjunto da União não sejam levados a deflagrar uma nova greve, a fim de obter a recomposição do valor de seus salários, tão justa como necessária”, complementou.



Periodização

A sessão do CEPG de 15/12 finalmente apreciou a proposta das entidades para convocação de uma reunião conjunta CEG/CEPG de discussão e reformulação da 01/99. O presidente da Adufrj-SSind, José Sanglard, esteve no plenário e fez a solicitação para discussão da proposta. Na votação, somente os representantes estudantis votaram a favor da idéia. Os demais foram contrários. Em seguida, uma outra proposta do conselheiro Márcio Estillac, do Instituto de Química, de se promover uma reunião conjunta CEG/CEPG em fevereiro para esclarecimen-

to das entidades foi aprovada por unanimidade.

Entretanto, na mesma sessão, o sub-reitor Ricardo Gattass admitiu que vários pontos da 01/99 ainda estão carentes de regulamentação pelos colegiados. Estillac afirmou que a comissão mista está trabalhando nestes pontos, mas Gattass respondeu que estes devem ser obrigatoriamente aprovados em plenário. Uma vez que os colegiados só voltam a se reunir em fevereiro e o início do ano letivo está previsto para 12/02, já dá para imaginar a confusão em cima da hora.



Resenha

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista da mensagem presidencial que trata do empréstimo de cerca de R\$ 280 milhões a ser tomado pelo Brasil junto ao Japão. O dinheiro será utilizado na compra de bens e serviços para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-estrutura Acadêmica das Universidades Federais e Hospitais Universitários. Heloísa acredita que os estados mais ricos serão beneficiados e quer um relatório detalhado sobre o uso dos recursos.

De acordo com matéria da Folha Dirigida de 23/11, o MEC decidiu reformular o Programa Especial de Treinamento (PET). Até o ano passado, o programa era mantido pela Capes. Após sua transferência para a Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC), os estudantes e tutores ficaram sem receber as bolsas durante seis meses. Somente em agosto, o governo voltou a liberar o valor destinado ao programa.

Segundo matéria de O Globo, de 03/12, a UFRJ vai utilizar seu próprio patrimônio para tentar superar a crise financeira da instituição. No dia 8, seria lançado um edital para a alienação de um terreno da universidade na Avenida Chile, no Centro. Em troca do terreno, a UFRJ teria direito à exploração comercial de cinco andares de um prédio a ser construído no local. De acordo com o sub-reitor Maurício Arouca, o aluguel desse espaço renderia R\$ 6 milhões por ano, a partir de 2003. Mais uma vez, a comunidade não foi consultada sobre as iniciativas da direção.

No dia 30/11, a UFRJ retomou na justiça o nome de Universidade do Brasil. A liminar foi concedida pela doutora Bianca Stamato Fernandes, juíza substituta da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. A mudança anterior de nome, realizada em 1965, segundo Vilhena, teria sido motivada por um conjunto de medidas autoritárias do regime militar então vigente. Agora que parece respirar ares democráticos, o interventor do MEC na UFRJ (ou Universidade do Brasil) bem que deveria renunciar ao cargo.

Anote

Universidades em festa

A Universidade Federal Fluminense (UFF) completa 40 anos no dia 18/12. Para marcar a data, de 17 a 21, os jardins da Reitoria, o Teatro e o Cinema da UFF, em Niterói, serão palcos de vários eventos culturais. Também recentemente, em 4 de dezembro, a Uerj comemorou o seu cinquentenário.



Movimento



Movimento

Sindicalismo revive tempos de autoritarismo

Uma das marcas da tão propalada reestruturação produtiva que atinge os setores da indústria, do comércio e mais recentemente o serviço público é a investida no desmonte das organizações sindicais. E o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), sendo uma entidade que se posiciona nas frentes de lutas que incomodam o governo federal, não poderia mesmo ficar imune aos desmandos desta nova ordem.

A nova diretoria do Andes-SN foi eleita em maio de 2000, em meio a uma paralisação nacional dos servidores públicos. Como é de praxe, terminada a greve, o novo presidente da entidade, o professor-doutor da Faculdade de Educação da UFRJ Roberto Leher, assim como os demais grevistas, cumpriu a reposição de aulas de acordo com o calendário estabelecido pela instituição. No final de agosto, Roberto participou de uma sessão da Congregação de sua unidade quando expôs a condição de sindicalista e discutiu suas atividades acadêmicas dali para frente. O presidente do Andes-SN foi liberado das atividades de aula para o segundo período letivo (2000/2), devendo manter apenas as demais atividades acadêmicas, que não implicavam necessariamente em sua presença na unidade.

Oportunismo

Tudo devidamente acertado não fosse a intransigência e o senso de oportunismo da diretora da Faculdade, professora Speranza França da Mata, nomeada à revelia da comunidade pelo não menos rejeitado professor José Vilhena, atual reitor-interventor da UFRJ. Em setembro deste ano, Speranza passou por cima do chefe de departamento do curso de Roberto, professor Jorge Ricardo,



NA ASSEMBLÉIA COMUNITÁRIA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, PERSEGUIÇÃO FOI MOTIVO DE PROTESTOS

Projeto dá fim às listas tríplices e restabelece escolha democrática

Abusos de autoridade administrativa como este impetrado pela professora Speranza contra o presidente do Andes-SN podem ser fruto de um processo de escolha de dirigentes universitários baseado no modelo das listas tríplices. É o que acredita o deputado federal Wilson Santos (PMDB/MT) que teve seu projeto de lei (2.961/2000) aprovado recentemente na Comissão de Educação da Câmara Federal. O projeto do deputado extingue as listas e recomenda a eleição de dirigentes, inclusive os reitores, através de votação direta pela comunidade universitária.

Para o deputado, há um “relaxamento” nas comunidades em relação à democracia, o que abre espa-

ço “para as forças reacionárias ocuparem os espaços de atuação na administração”. Pedro Wilson acredita também que falta às comunidades o exercício do debate institucional e a participação mais ativa nos processos de decisão.

Quanto à perseguição sofrida pelo presidente do Andes-SN, o deputado peemedebista lembra que Roberto foi eleito, tem legitimidade e a legislação garante o exercício da atividade sindical. Pedro Wilson relaciona a arbitrariedade à falta de democracia nas instituições. “Ao não respeitar o mais votado, o governo cria precedentes para este tipo de atitude reacionária. A diretora da faculdade atende a quem a nomeou e não à comunidade”.

que já havia enviado os boletins de frequência do presidente do Sindicato à sub-reitoria de pessoal da universidade, e passou a emitir ofícios pedindo a aplicação das faltas na tentativa de caracterizar o ‘abandono de emprego’. Para a diretora, as atividades de pesquisas não contam e ela insiste em atribuir faltas que não existem.

Speranza França não ataca somente sindicalistas. Desde a sua nomeação, a diretora já colocou em disponibilidade 18 funcionários (outros cinco pediram afastamento em solidariedade, totalizando mais de 40% do quadro de servidores), entre outras arbitrariedades como pedir na justiça o cancelamento de um concurso para o programa de pós-graduação da faculdade, realizado em 1999, antes da sua posse e ignorar várias decisões da congregação da unidade. Trata-se da escola vilhenista de fazer política universitária.

Perseguição

O caso, caracterizado por uma explícita perseguição política e sindical, já foi levado pelo Andes-SN e pela Central Única dos Trabalhadores aos Ministérios da Educação (MEC) e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O ministro Martus Tavares ainda não se pronunciou. No MEC, o Secretário de Ensino Superior e ex-sub-reitor acadêmico de Vilhena, disse que não concorda com a arbitrariedade contra a liberdade de atuação sindical mas, invocando a ‘autonomia universitária’, disse que o assunto deveria ser resolvido no âmbito da UFRJ. Ou seja, todo o poder ao interventor. Para completar o quadro de caça à liberdade de organização classista, o MEC não aceitou o pe-

didado de liberação para o exercício da atividade sindical, requerido por Roberto Leher, em meados de novembro.

Legislação reformada

Já José Vilhena disse que aceitaria a liberação do presidente do Andes-SN, mas sem vencimentos e sem direito de contribuir para o Plano de Seguridade do Servidor (PSS). Vilhena se respalda na nova legislação trabalhista, fruto das reformas do governo Fernando Henrique que em 1996 baixou a medida provisória 1.522, o primeiro pacote do governo para o serviço público. A MP foi gerada com a justificativa de economizar 6,5 bilhões de reais, na mesmíssima época em que se criava o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o famoso Proer que levou para os cofres dos banqueiros soma bem semelhante. A MP foi transformada em lei pelo Congresso Nacional e entre outras medidas que afetaram as universidades (corte de verbas, bolsas, suspensão de reajustes etc), alterou o artigo 9.527 do Regime Jurídico Único mantendo o direito à liberação dos servidores sindicalistas, mas sem vencimentos.

Repercussão

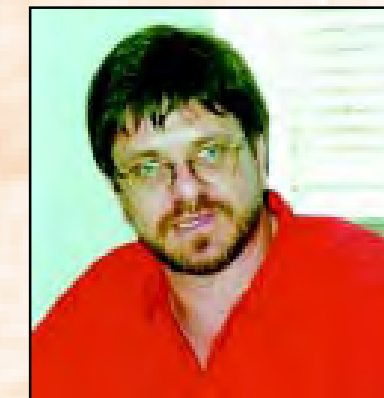
Para o professor titular de ética e filosofia da Unicamp, Roberto Romano, o processo de perseguição ao presidente do Sindicato mostra que o país está pouco a pouco retomando os procedimentos da época ditatorial, quando os docentes não tinham liberdade de cátedra nem segurança no emprego. “O fato é mais grave na medida em que temos leis que asseguram ao sindicalista suas atividades sem prejuízo das suas fun-

ções”, acrescenta. Para Romano, “atitudes mesquinhas” dos que promovem verdadeira caçada ao professor Roberto Leher são incompatíveis com a essência universitária e com a vida democrática. “Tenho vergonha de ser considerado colega de pessoas que, ocupando cargos de direção, usam seu ofício para essas atividades que mais condizem com delegacias de polícia do que com o *campus* universitário”.

No Congresso, o senador Ademir Andrade (PSB/PA) fez pronunciamento (4/12/2000) relatando as dificuldades por que passa a categoria dos servidores públicos, os seis longos anos sem reajuste e a disposição de luta da categoria docente em resgatar a dignidade do serviço e das universidades públicas. Citando a situação de perseguição ao presidente do Andes-SN, o senador comenta: “é sintomático o tratamento que vem sendo dispensado ao Sindicato Nacional dos Docentes (...). Esse entendimento estapafúrdio e obscurantista foi corroborado pelo Ministério da Educação que indeferiu a solicitação de seu afastamento com a manutenção dos direitos trabalhistas. E nós que julgávamos que, com o fim da ditadura, já não veríamos cenas como essas”.

Além do abaixo-assinado do Sindicato que já foi respaldado por centenas de professores das várias universidades do país, setenta e cinco parlamentares assinaram um documento dirigido à direção da UFRJ, protestando contra a perseguição. A maioria dos parlamentares que assinam a nota são de partidos de oposição ao governo, mas muitos também fazem parte da base governista, como o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL/PE).

Conselhos Universitários apóiam presidente do Andes-SN



UFF

O Conselho Universitário da UFF aprovou nota de apoio ao professor Roberto Leher e em defesa da liberdade de representação sindical. Confira a íntegra da moção:

O Conselho Universitário da UFF, em sua reunião ordinária de 29 de novembro de 2000, vem manifestar o seu apoio ao Professor Roberto Leher, assegurado o direito de

licença sindical, de acordo com a legislação existente, e que a Direção da UFRJ viabilize o mais rápido possível esta licença. O Conselho Universitário da UFF também entende que a garantia do direito de representação sindical é um dos princípios fundamentais do funcionamento de uma sociedade efetivamente democrática.

São Carlos

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, reunido em 14/12/2000 em sua Reunião Ordinária vem manifestar o seu apoio e solidariedade ao Professor Dr. Roberto Leher, Presidente do Andes Sindicato Nacional. O direito ao pleno exercício do mandato sindical é um direito a ser garantido e preservado. Quaisquer atos ou ações que te-

nam por objetivo cercear este direito devem ser repudiados pois contrariam direitos constitucionais e princípios de uma sociedade democrática. E, ainda mais, não condizem com a proposta de uma Universidade, autônoma e democrática, produtora de novos conhecimentos, onde o livre direito de manifestação é elemento fundamental por todos nós reconhecido.

As seções sindicais da Universidade de São Paulo (Adusp), da Federal de Minas Gerais (Apubh), da Federal Fluminense (Aduff) e da Feral de Viçosa também enviaram moções de apoio ao professor Roberto Leher e a favor da liberdade de atuação sindical.

Confira a íntegra das moções no site www.adufrj.org.br/rleher.htm.



Movimento UFRJ

Crise da Faculdade de Educação repercute no CEG

A crise na Faculdade de Educação esquentou a sessão do Colegiado de Ensino de Graduação (CEG), na última quarta-feira (13/12). Com a presença de dezenas de alunos, professores e funcionários daquela Unidade ocupando a sala de reuniões, a situação da FE acabou sendo discutida, embora nem estivesse pauta inicialmente. No fim, os conselheiros decidiram pela formação de duas comissões para investigar o caos acadêmico e administrativo do lugar.

Foram lidos dois manifestos de protesto contra a atual direção da faculdade. O primeiro, da comunidade acadêmica da FE, foi lido pela conselheira do CEG, Íris Rodrigues. No documento (também dirigido ao CEPG), é feito um apelo baseado em oito fatos (ver quadro) para que os conselheiros auxiliem a Unidade. No fim, a comunidade pede aos colegiados urgentes providências para a retomada do exercício democrático na FE. O segundo manifesto veio do Curso de Pedagogia da Faculdade, basicamente com os mesmos pontos. Um terceiro manifesto, dos alunos da pós-graduação da FE, não foi lido, mas entregue ao sub-reitor Ricardo Gattass, com pontos mais específicos deste nível de ensino.

Em seguida, o sub-reitor afirmou que “todas as arbitrariedades serão tratadas de acordo com a lei”. Para ele, será seguido todo o processo legal devido ao caso. Neste momento, o

conselheiro Alcino Câmara pediu a votação para a moção de abertura de uma sindicância imediata na FE. Outro conselheiro, Sérgio Machado, sugeriu até o afastamento da diretora para o trabalho tranquilo das comissões. Mas foi esclarecido de que a comissão de sindicância não tem poderes para tal. Isso só poderia ser feito pela próxima etapa do processo, com a formação de uma comissão de inquérito.

Falta de diálogo

Foi dada a palavra ao professor Antônio Flávio, coordenador do Núcleo de Estudos do Currículo da UFRJ, que, ainda como ex-aluno da Unidade na década de 70, confessou nunca ter visto uma direção tão complicada como a atual. Antônio Flávio historiou toda a crise desde a nebulosa nomeação da diretora Speranza França da Mata, passando pela falta de diálogo com a comunidade, até a destituição da coordenadora do programa de pós-graduação, a disponibilidade lançada a 18 funcionários da Unidade e a perseguição ao presidente do Andes-SN, Roberto Leher, entre outros aspectos. Antônio Flávio contou que tentou apelar à diretora para elevar o nome da FE, apesar das divergências, mas não obteve êxito. O conselheiro Herli Menezes, horrorizado com o relato, comentou que naquela data da reunião do colegiado (13/12) havia sido criado o Ato Institucional nº 5 pela dita-

dura militar, em clara referência aos desmandos da direção da Unidade.

Reitoria é responsável pela crise

O presidente da Adufrj-SSind, José Henrique Sanglard, também se manifestou no colegiado. Sanglard afirmou que não faltaram alertas da comunidade e das entidades representativas para o caos que estava sendo criado. Lembrou ainda que a mesma reitoria que se dizia preocupada com a atual situação tinha nomeado Speranza à revelia do corpo acadêmico.

Atendendo ao pedido dos conselheiros, Gattass comentou que a comissão de sindicância começará a trabalhar a partir do momento de sua publicação no Boletim da universidade (provavelmente, dia 22/12). Antes disso, porém, uma comissão do CEG buscará aspectos acadêmicos que estejam sendo prejudicados para fornecer dados à sindicância. O problema, conforme disseram as conselheiras Ana Maria Borralho e Isabel Mansur, é que a diretora tome medidas que acabem de vez com a Faculdade de Educação antes do término dos trabalhos das comissões.

Vestibular 2002 – Com a entrada em pauta da crise da FE, o vestibular 2002 acabou sendo transferido para uma sessão extraordinária a ser marcada ainda este ano.

Comunidade da FE promove assembléia comunitária

Na véspera da sessão no CEG, a comunidade da Faculdade de Educação organizou uma assembléia comunitária que culminou em um protesto contra as arbitrariedades da professora Speranza. A assembléia, que reuniu estudantes da graduação e da pós-graduação, professores e funcionários da unidade, contou com a participação de representantes da Adufrj, do Sintufrj e do DCE Mário Prata.

No evento foi decidida a ida ao Conselho de Graduação, na manhã da quarta-feira, dia 13. Ao final, a comunidade da Faculdade levou um manifesto organizado pelos estudantes de graduação ao gabinete da diretora. Speranza se encontrava, segundo os seus secretários, na reitoria, na Ilha do Fundão. O documento foi recebido por um secretário da sessão.

Informes e críticas

Várias críticas, desabafos e informações foram trocadas na assembléia que ocupou boa parte do espaço do Laginho, em frente à Escola de Comunicação. Os representantes do DCE e do Sintufrj apontaram para a necessidade de se ampliar a luta da faculdade e ganhar a adesão do restante da universidade. Quase todos lembraram que a crise vivida na FE é fruto do processo autoritário de nomeação do reitor José Vilhena pelo Ministério da Educação, em 1998.

Oito motivos para contestar a diretora

1. Desrespeito aos Órgãos Colegiados e a suas decisões;
2. Constatção de perseguição política a professores;
3. Constatção de perseguição a servidores técnico-administrativos – 18 deles, ou seja, cerca de 40% da força de trabalho da FE, muitos com longa ficha de serviços prestados não só à Unidade, mas a outros locais da Universidade, foram colocados em disponibilidade até o momento; tal procedimento representou o fechamento de setores essenciais; cabe salientar que tiveram suas fichas de avaliação preenchidas segundo critérios desconhecidos e sem consulta a chefias imediatas, em alguns casos;
4. Desativação do Gabinete de Aperfeiçoamento de Expressão Oral (GAEO) que vinha prestando um serviço reputado como excelente junto a estudantes, professores e servidores, não só da Faculdade de Educação como de outras unidades, como a Escola de Comunicação;
5. Lançamento de edital de seleção para os cursos de Mestrado e de Doutorado, com voto contrário da Colenda Congregação;
6. Intervenção indevida no andamento de processos, impedindo e/ou dificultando mudanças de regime de trabalho e a participação de professores em eventos científicos para apresentação de trabalhos;
7. Retirada intempestiva de cartazes colocados pelos alunos em sala de aula para divulgação de seus interesses, sem entendimento prévio com os mesmos;
8. Calúnia pública a professores que, na versão da Sra. Diretora, estão criando turmas fictícias com o objetivo de acumular pontos com vistas à GED.



Andes-SN

Seções Sindicais do Rio analisam conjuntura

A idéia de uma greve específica do setor da Educação já começou a ser repensada pelas entidades de docentes, funcionários e alunos. Esse foi um dos informes levados pelo presidente do Andes-SN, Roberto Leher, à reunião de seções sindicais do Rio de Janeiro, realizada no último dia 12/12, no centro. O encontro serviu também para análise da conjuntura, com destaque para a questão dos CEFET. Estiveram presentes docentes da Uerj, da UFRJ, do CEFET-RJ, da UFF, entre outros. Os encaminhamentos das decisões do 41º Conad (Pelotas) também foram tratadas.

Roberto Leher fez uma breve análise do momento atual pelo qual passam as instituições superiores de ensino do país. O presidente do Andes-SN fez referências principalmente ao projeto de Emprego Público do MEC. Para ele, a celetização dos serviços públicos expressa uma nova geração de reformas neoliberais do governo FHC. O professor historiou que a desvalorização do Real em 1998 obrigou o país a contrair empréstimo gigantesco (US\$ 40 bilhões) junto ao FMI. Como condicionante, o governo brasileiro deveria regulamentar as reformas já aprovadas e levar adiante as restantes. “A gente percebe isso claramente analisando a pauta do Congresso dos últimos anos”, disse Roberto.

Em relação ao projeto de Emprego Público, Roberto frisou que o MEC precisa aprovar lei específica para enquadrar docentes e funcionários. Até agora, o ministério apresentou duas versões totalmente rechaçadas pela categoria. Criticou, sobretudo, o rebatimento que essa lei específica trará para a previdência dos docentes (novos ou não). Os futuros professores, se o anteprojeto for aprovado da forma como está, estarão geridos pelo Regime Geral da Previdência, com um teto de aposentadoria limitado a dez salários-referência. Para quem permanece no Regime Jurídico Único, a não contratação de docentes em cargo efetivo impede a entrada de novos recursos no fundo de previdência. Neste ponto, o professor comentou que em um recente encontro unificado da UNE, da Fasubra, do Andes-SN, do SINASEFE e UBES (17 a 19 de novembro) houve

consenso contra o projeto do governo FHC. Embora o Encontro Unificado não tivesse poder deliberativo, cada entidade ficou de avaliar em suas próprias instâncias decisórias a possibilidade da greve do setor.

Ainda em relação ao Emprego Público, Roberto criticou a passividade dos sindicatos, inclusive do Andes-SN, na tramitação da lei geral (nº 9.962), aprovada em fevereiro deste ano. Segundo ele, as entidades não conseguiram informar e articular suficientemente as bases para fazer oposição ao projeto. Justamente por isso, afirmou a necessidade de organização das forças políticas em contraposição ao projeto neoliberal.

Quanto à Gratificação de Incentivo à Docência (GID), Roberto criticou veementemente a posição do MEC de subordinação à área econômica. De acordo com ele, os técnicos do ministério assumem sem nenhum constrangimento que a Educação Brasileira está sendo monitorada (e regulada) pela equipe econômica. “No caso da isonomia entre ativos e aposentados, dizem (os técnicos do MEC) que não haveria nenhum problema, mas transferem a responsabilidade para a Fazenda e para o Planejamento”, afirmou.



DOCENTES TROCAM IDÉIAS PARA ENFRENTAR PROJETOS DO GOVERNO

CEFET

Em seguida ao presidente do Andes-SN, falou o professor Carlos Gouvêa, do CEFET-RJ. Gouvêa ressaltou que, embora exerçam as mesmas atividades, há uma grande diferença salarial entre os professores de 1º e 2º graus (maioria da força de trabalho desta instituição) e os de ensino superior. Tudo por conta do abismo criado entre a GID e a GED.

Segundo Gouvêa, a visão dos governantes para o Brasil no cenário internacional é a de um país que forme pessoal apenas para empregar os pacotes tecnológicos enviados do estrangeiro. Isso explicaria, por exemplo, a constante perseguição ao ensino tecnológico, exemplificada na redução dos cursos. O professor sugeriu que o Sindicato promova encontros de “quem faz a Educação com quem pensa a Educação” para viabilizar alternativas ao modelo atual. Gouvêa citou um exemplo de desmobilização que vem ganhando a mídia de forma intensa: o projeto “Amigos da Escola”. Para ele, um mecanismo que faz com que pessoas realizem alguma tarefa mecânica sem discutir nada do processo educativo.



Cartas

Direito de resposta

Caros Membros da Diretoria da ADUFRJ

Recebi com espanto a informação de que, em seu último número, o Jornal desta entidade afirma que eu teria solicitado a mudança de meu voto por ter me equivocado. A confirmar-se a referida informação, eu teria sido tomado por uma espécie de síndrome de Antônio Kandir. Não foi isto que aconteceu. O Professor Gattass pôs em votação inicialmente se concordávamos ou não com uma sessão conjunta CEG-CEPG. Eu concordo que seja convocada e meu voto foi favorável; não sei porque não debatermos apelo das entidades, especialmente quando apresentam em conjunto uma proposta.

De fato, entre os conselheiros docentes, somente eu e uma representante do CCS votamos a favor. A seguir fui informado que a votação, na verdade, prendia-se à aprovação ou não do documento das entidades. Isto seria pré-julgamento e há pontos do texto que eu discordo frontalmente. Assim, meu voto teria de ser contrário. Em dúvida, perguntei ao presidente da sessão, o que, afinal, tinha sido objeto de deliberação. Ao ser informado de que era o texto apresentado por Vossas Senhorias, avisei que meu voto então era outro: contra o teor do documento. De qualquer maneira, se há dúvidas quanto a isto, as fitas gravadas da sessão poderão esclarecer. Porque não recorrer às fitas???? Em nome da verdade, e não de versões e, em nome dos meus direitos legais, demando que seja publicada a íntegra da gravação concernente a este episódio como meu direito de resposta. Creio que Vossas Senhorias não ignoram que tenho direito a esta resposta. Como não acredito que haja má fé de vossa parte, nem tampouco ignorância de meus anos de luta pela democracia e pela universidade pública brasileira e de meus direitos como cidadão, mas acreditando que possa haver dúvidas quanto ao que de fato ocorreu, já que no momento em que proferi meu voto (ou mudança de voto) vossas senhorias já haviam se retirado, provavelmente em protesto por nosso voto, solicito uma vez mais que publiquem a íntegra da gravação do episódio.

Saudações Universitárias,

Alcino Ferreira Câmara Neto

Nota da diretoria

Prezado professor Alcino

Não temos acesso às gravações das sessões do CEG, do CEPG ou do Consuni, mas, de qualquer modo, fica aqui registrada a sua versão dos fatos.

Como o professor mesmo confirma em seu relato houve de fato a alteração de voto, devido a dúvidas e equívoco de sua parte quanto à matéria que estava em votação naquele momento. Caso a referida fita nos seja disponibilizada, nos comprometemos a publicar a transcrição do trecho relativo ao referido episódio.



Vida no Campus

Foto: Cristina Maia/Coral da Coppe



O CORAL DA COPPE MUDOU A ROTINA DO CENTRO DE TECNOLOGIA NA TARDE DO DIA 12 DE DEZEMBRO. COM UM PROGRAMA DE DEZ MÚSICAS (METADE COM TEMAS NATALINOS), OS CANTORES PARARAM UMA PEQUENA MULTIDÃO EM FRENTE AO BLOCO G DAQUELE CENTRO. FORMADO HÁ POUCO MAIS DE TRÊS ANOS, O CORAL REÚNE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES E FAZ ENSAIOS ÀS TERÇAS-FEIRAS, AO MEIO-DIA, NO ANEXO DA GEOTECNIA. COM O PERÍODO DE FESTAS, O GRUPO SÓ VOLTARÁ A ENSAIAR E A SE APRESENTAR EM FEVEREIRO.

Abaixo-assinado pela liberdade de representação sindical

Continua a campanha de abaixo-assinado pela liberdade de representação sindical do presidente do Andes-SN, professor Roberto Leher.

Em www.adufrj.org.br/rleher.htm, basta clicar em "abaixo-assinado" para mandar um e-mail de participação com o seu nome.



Opinião

A volta da Universidade do Brasil

Professor analisa as possíveis conseqüências da mudança de nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recebi o Boletim UFRJOnLine, adiante-se que de grande valia para as informações que são veiculadas, e me surpreendeu o primeiro artigo que trata do autoritarismo e da mudança de nome da UFRJ para Universidade do Brasil.

Dentro de uma visão universitária, acredito que deveria ser consultada toda a comunidade: professores, técnicos administrativos e alunos sobre a alteração de um nome que, apesar dos argumentos utilizados, é de conhecimento de todos os Brasileiros. Quanto ao outro nome, faz parte da História e como tal pode permanecer sem alterar o curso normal da DEMOCRACIA.

Os argumentos usados são louváveis, mas a mudança, creio, depende de uma consulta mínima aos membros da comunidade acadêmica da UFRJ, pois se tornaria inviável a consulta a todos os que sustentam o Sistema Universitário Público Federal do Brasil.

Como a história se escreve através do relato dos fatos, lembrei-me do que hoje está acontecendo na UFRJ:

- O Presidente do Sindicato Nacional de Docentes (ANDES-SN), Professor Dr. Roberto Leher, que com muito orgulho, lembro, pertence à UFRJ, está sendo - não me ocorre outra palavra a não ser - *retaliado* e é ameaçado de um processo punitivo a partir do instante em que a Diretora da Faculdade de Educação, atropelando a Chefia do Departamento, envia para a SR-4 faltas que devem ser aplicadas ao Presidente do nosso Sindicato.

Esse fato, no presente momento em

que uma ameaça de censura e as investigações de pessoas públicas pela ABIN é tornada pública, nos leva a comparar as perseguições citadas no artigo sobre a troca de nome no Boletim UFRJOnLine durante a ditadura que vivemos durante 21 anos e a atual situação na UFRJ.

Conforme cita o artigo, "As universidades foram um dos alvos dessas medidas autoritárias. No caso da Universidade do Brasil, os golpes foram ainda mais violentos do que para as outras, já que era um espaço altamente politizado, onde as reformas econômicas e sociais da época eram amplamente debatidas", estamos, de fato, sentindo na pele o autoritarismo e, pior, mais uma vez, ele rebate contra um professor da UFRJ. Vale lembrar, que o presidente do ANDES-SN foi eleito democraticamente como representante de 65.000 professores das universidades brasileiras.

Uma possível explicação, está na compreensão da crise política como determinação da nova ordem mundial, que por sua vez, exige o fim das entidades representativas não corporativistas, que é o que representa a Andes Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN) desde a sua fundação.

Seria pertinente divulgar o que acontece no Boletim UFRJOnLine.

Prof. J. Luciano de S. Menezes
(jmenezes@civil.ee.ufrj.br)

Prof. do Depto. de Mecânica Aplicada e Estruturas da EE-UFRJ

Cópia remetida para a Adufrj-SSind

Anote

O Fórum Social Mundial será um novo espaço internacional para a reflexão e a organização de todos os que se contrapõem às políticas neoliberais e estão construindo alternativas para priorizar o desenvolvimento humano. O Fórum será realizado entre 25 e 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre.



Boletim quinzenal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN

Ano III nº 19 • 26 de dezembro de 2000

www.adufrj.org.br

Secretaria do Consuni não convoca todos os representantes

A secretaria dos Órgãos Colegiados não tem convocado todos os membros do Consuni oficialmente. Esta foi uma reclamação de muitos conselheiros, que foram avisados pelo telefone ou até mesmo por terceiros. Este procedimento pode ser uma estratégia da reitoria para esvaziar as sessões do principal conselho superior da universidade.

Consuni não dá conta de todos os temas neste fim de ano

Conselho deve se reunir na próxima quinta-feira, 28. O calendário 2001 estará na pauta

Na penúltima sessão do Conselho Universitário deste milênio (e, talvez, a última) as questões que marcaram o embate político entre a comunidade da UFRJ e a reitoria Vilhena, em 2000, estiveram presentes. Periodização, Provão, Calendário 2001, patrimônio, reforma curricular, quase tudo foi citado pelos conselheiros como questões a serem tratadas. Muito pouco foi decidido e pelo andar da carruagem as soluções só virão mesmo no próximo milênio. Vilhena garante que ainda haverá uma sessão no próximo dia 28, quinta-feira. Na pauta, avaliação da necessidade de rediscutir o calendário do próximo ano e a resolução 01/99 que trata da nova periodização.

A conselheira Ana Maria Ribeiro, que fez parte da comissão de vestibular e trabalhou onze anos na sub-reitoria de graduação, fez um relato minucioso das conseqüências da aplicação do novo calendário em 2001, com o início das aulas em 12 de fevereiro. Uma das conclusões da conselheira é que haverá aumento do índice de evasão de estudantes ainda nas matrículas e que as secretarias de ensino não têm estrutura e preparo, neste momento, para iniciar a nova periodização. Outro fato, já mencionado pelas representações discentes nos conselhos de graduação e pós-graduação, é que a universidade está vivendo uma situação de faz-de-conta. Na verdade, poucos iniciarão efetivamente as aulas antes do carnaval.

Vilhena se mostrou bastante irritado com a possibilidade de que o Consuni venha a alterar, ainda este ano ou no início do ano que vem, o calendário letivo aprovado. Certamente isso feriria os seus compromissos em manter a UFRJ como a universidade-laboratório do MEC e inaugurar aqui a reforma universitária do governo.

Vestibular

Ana Maria questionou o fato do pagamento dos técnicos e professores que participaram da produção do vestibular 2001 ter sido feito nos contra-cheques dos servidores. A conselheira não vê razão neste procedimento já que para o Tribunal de Contas da União (TCU) o pagamento de servidores como prestadores de serviço caracteriza uma 'irregularidade' e não uma 'ilegalidade'. Este pagamento em folha prejudica os servidores que têm suas alíquotas de descontos, principalmente o imposto de renda, aumentadas, perdendo valor o trabalho executado e também o salário correspondente às suas funções na universidade. "A universidade lucra mais de 200 mil reais com o vestibular, não faz sentido este tipo de procedimento. Então, que se reduza a cobrança de inscrição dos vestibulandos", criticou.

Liberdade sindical

Outra questão que tem gerado bastante discussão na comunidade no final deste ano, e foi tratada pelo Consuni, é a perseguição do exercício sindical sofrida pelo atual presidente do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), Roberto Leher. Roberto é professor-doutor da Faculdade de Educação e vem sofrendo ameaças da polêmica diretora, professora Speranza da Mata. A Adufrj-SSind encaminhou aos conselheiros uma nota solicitando o apoio do Consuni ao presidente do sindicato, a exemplo de outros colegiados, como o da UFF, São Carlos e Unicamp. A solicitação da entidade não foi considerada pelo colegiado. (Veja íntegra da nota no verso)

Segundo José Vilhena, a reitoria também é a favor do livre exercício do mandato sin-

dical e abonou as faltas aplicadas ao professor Roberto pela diretora à revelia da Congregação daquela Unidade e do chefe de departamento de Roberto. Vilhena disse também que o MEC autorizou a liberação do presidente do Andes-SN de acordo com a nova legislação, sem vencimentos.

O professor do CCS, José Roberto Meyer, criticou com veemência a atitude autoritária da diretora da faculdade de Educação e todo o processo de restrição ao mandato sindical. O professor encaminhou pedido de apoio público do Conselho Universitário da UFRJ ao professor Roberto Leher, através de moção a ser encaminhada à direção da faculdade de Educação.

O representante dos técnico-administrativos, Carlos Maldonado, disse que, caso não se chegasse a uma solução negociada para a situação do presidente do Andes-SN, iria encaminhar à Comissão de Legislação e Normas (CLN) do Consuni um recurso legal para garantir o exercício do mandato sindical do professor.

Já no final da sessão tanto Maldonado como o próprio Vilhena sugeriram que a solução poderia estar em uma nova interpretação da legislação, considerando a liberação sindical sem 'remuneração' (o valor do salário seria pago pela entidade de classe) mas mantidas todas as garantias dos direitos trabalhistas do servidor (desconto PSS, tempo para aposentadoria etc), e não sem 'vencimentos', como está sendo entendida pelo governo.

Ainda Speranza

Maldonado aproveitou para lembrar que o Conselho de Graduação (CEG) instalou uma comissão de sindicância que vai apurar as arbitrariedades cometidas pela pro-

fessora Speranza, inclusive os afastamentos de funcionários com a conseqüente suspensão de programas. Propôs que o Consuni suspendesse os atos administrativos da diretora até que o parecer da comissão fosse apresentado no CEG.

Provão

O resultado da avaliação das universidades pelo MEC foi lembrado pelos conselheiros. Principalmente, em relação ao Provão. Foram citadas as declarações de apoio dos diretores das escolas de comunicação da UFF e da UFRJ ao boicote dos alunos de jornalismo. José Roberto Meyer se disse satisfeito de observar a crítica institucional aos métodos de avaliação do MEC e propôs a reitoria que encaminhasse a discussão de um sistema próprio de avaliação, segundo os critérios definidos pelas unidades, como um novo balizador para o sistema universitário.

Linha Amarela

As obras de integração das Linhas Vermelha e Amarela foram citadas pelo conselheiro Oscar Rosa Matos. Oscar rememorou que o Consuni aprovou ceder o espaço do campus do Fundão para as obras com o compromisso da reitoria de negociar uma contrapartida para universidade. O que até agora não ocorreu.

Patrimônio

A alienação do patrimônio da UFRJ, principalmente o prédio da Av. Chile, no centro do Rio, foi questionada pela conselheira Gil da Moereira, representante dos pós-graduandos. Vilhena disse que a alienação de patrimônio havia sido aprovada pelo próprio Consuni.



Opinião

Quem estará tranquilo?

Recentemente o Prof. Gattass, Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa, divulgou mensagem em que desejava “que todos dêssemos um presente para a UFRJ nesse início de ano ao garantir uma transição equilibrada e se possível, tranqüila na mudança do Velho para o Novo Sistema Acadêmico (SIRA)”, vinculado à implantação da nova periodização.

A mensagem do Prof. Gattass aparece no momento em que o DCE, a APG, o Sintufrj e a Adufrj-SSind têm repetidamente reivindicado junto ao CEG e ao CEPG uma modificação no calendário acadêmico de 2001.1 e uma ampla rediscussão., no 1º semestre de 2001, da Resolução CEG/CEPG 1/99.

As entidades assim reivindicam não por desejarem ver a UFRJ imersa na intransigüilidade mas, ao contrário, por estarem convencidas de que os segmentos que elas representam não aprovam as profundas modificações introduzidas na UFRJ pela referida Resolução, sem que estudantes, técnico-administrativos e docentes fossem consultados. Além disso, as entidades também estão convencidas de que as unidades acadêmicas não estão preparadas para implementar a Resolução. Pergunta-se: Que unidades apresen-

taram ao CEG -e tiveram por ele aprovado- o plano de reestruturação curricular exigido pela nova Resolução? Que unidades se programaram para ter simultaneamente em funcionamento dois currículos –o atual e o reestruturado-, como será necessário para resguardar os direitos (garantidos pelo art. 47 da LDB) dos estudantes que iniciaram seu curso com o atual currículo? Que unidades se prepararam para fazer a nova matrícula nos moldes exigidos pela Resolução?

O fato de as unidades acadêmicas não terem condições efetivas de implantar o estabelecido pela Resolução é bastante sintomático. Os segmentos da universidade –estudantes, técnico-administrativos e docentes- NÃO concordam com a concepção de universidade – universidade basicamente de ensino- que subjaz a ela. Temos ouvido o argumento de que não concordamos com ela porque ainda não entendemos as ótimas inovações que ela traria. Não é estranho que professores universitários, acostumados a produzir e compreender textos de razoável complexidade, não sejam capazes de “entender” uma Resolução?

Temos ouvido também que a reitoria Vilhena foi derrotada em sua proposta original (de 3 períodos letivos por ano) e que a

Resolução 1/99 CEG/CEPG representa uma bem sucedida reação destes colegiados à política do interventor (nunca nos é dito *de que forma* ela contraria a proposta original do interventor). Não é estranho que esta reitoria se ponha a defender, com unhas e dentes, uma proposta que derrotou a sua?

Avaliamos que a nova periodização mantém, em essência, o sentido da proposta de 3 semestres por ano e isto porque ambas levam ao mesmo resultado: sem aumentar os quadros técnico-administrativo e docente, aumentar o número de alunos que a universidade recebe por ano e/ou diminuir o tempo de formatura dos alunos. Em resumo, oferecer razões técnico-administrativo/estudante e docente/estudante mais a gosto do MEC, mesmo que à custa da pesquisa e da extensão atualmente realizadas em nossa universidade.

O Prof. Gattass é um integrante da reitoria Vilhena, comprometido tanto quanto quem o nomeou com as políticas do MEC. O que a mensagem do Prof. Gattass sugere é que todos nós devemos abraçar estas políticas. Nela, o Prof. Gattass lança mão da mesma técnica utilizada à exaustão pelo governo FHC, que sempre acusa quem critica suas políticas de estar contra o Brasil. Assim, quem estiver con-

tra, por exemplo, a privatização de uma determinada empresa pública, está contra o Brasil. É um mecanismo muito simples, pelo qual o dirigente ao forçar uma identificação entre seu governo e o país, torna inimigos do país todos os que se opõem à sua forma particular de governo.

O Prof. Gattass, em sua mensagem, identifica UFRJ e nova periodização (junto com o novo calendário dela resultante), esta última aprovada pelo CEG e CEPG e defendida pela reitoria Vilhena. Todos aqueles que se opõem a ela -as entidades na linha de frente porque têm-se esforçado por dar voz àqueles que não foram ouvidos nem consultados durante todo o processo de aprovação da Resolução- conspiram contra a tranqüilidade da UFRJ.

Não estaria o Prof. Gattass subestimando a inteligência de nossa comunidade universitária? O Prof. Gattass nos solicita que, por nossa concordância passiva, façamos um presente de Natal ao MEC e à reitoria Vilhena, ingressando num ritmo fabril de formatura em série de profissionais para o mercado, mesmo que isto signifique abrir mão do que até hoje entendemos por “universidade”. Quem se habilita?

Diretoria da Adufrj-SSind

Nota da sub-reitoria aos professores da UFRJ

Um presente para a UFRJ:

Uma transição tranqüila.

Prezados colegas,

Em julho de 2000 o Conselho Universitário aprovou o calendário 2001 da UFRJ com as aulas da graduação e pós-graduação iniciando-se em 12 de fevereiro de 2001. Esse calendário foi aprovado no CEG, no CEPG e em uma reunião conjunta CEG-CEPG e foi discutido em duas reuniões consecutivas do CONSUNI.

Uma modificação deste calendário, neste momento, é operacionalmente inviável, pois esta é a última semana antes do recesso natalino e só há uma reunião regular do Conselho Universitário, prevista para dia 28 de dezembro. Além disso, o recesso dos Conselhos será em janeiro. Isto é, não há em janeiro nenhuma reunião programada dos Conselhos CEG, CEPG e CONSUNI, pois a mai-

oria dos conselheiros estarão de férias. Assim, em respeito às decisões dos Órgãos Colegiados Superiores da Universidade o calendário 2001 será respeitado e as aulas terão início em 12 de fevereiro.

Gostaria ainda de prestar alguns esclarecimentos:

• **PRAZO** - A resolução CEG-CEPG 1/99 prevê que a(s) reforma(s) curricular e pedagógica sejam implementadas em 2002. Assim sendo, temos até novembro de 2001 para aprovar no CEG as novas ementas de disciplinas e as novas estruturas curriculares.

• **DISCIPLINAS** - Para o ano de 2001 as disciplinas têm as características aprovadas no CEG.

• **BOLSAS NOVAS** - Na Pós-graduação estamos garantindo o pagamento das bolsas novas que terão início em fevereiro.

• **SIRA** - Estou apostando na seriedade e competência do NCE. Tenho certeza que o Novo Sistema de Registro Acadêmico (SIRA) estará completamente operacional no início do semestre. Na próxima terça-feira, dia 12/12/00, deveremos ter as instruções prontas para a PREVISÃO DE TURMAS, que deverão constar na home-page da SR-1.

• **SUBSTITUIÇÃO DO COMPUTADOR VE-**

LHO - Estamos adquirindo, via FUJB, dois grandes servidores de banco de dados, quatro SUNs UltraSpark II, chaves de segurança e um sistema de backup que estarão em operação em Janeiro de 2001. Assim, quando o sistema velho baseado no UNISYS for desativado estaremos com um sistema on-line capaz de processar mais de 1000 transações via Web garantido a eficiência e segurança do SIRA.

• **NOVAS DISCUSSÕES** - O CEG e o CEPG deverão trabalhar no primeiro semestre de 2001 para regulamentar alguns pontos das resoluções de 99. Nas primeiras reuniões de fevereiro deveremos definir o calendário dessas regulamentações.

Caros amigos, ao se aproximar o período de festas de fim de ano eu não poderia deixar de desejar a todos um Feliz Natal e os votos de um Próspero Ano Novo. Gostaria, ainda de sugerir que todos dêssemos um presente para a UFRJ nesse início de ano ao garantir uma transição equilibrada e se possível, tranqüila na mudança do Velho para o Novo Sistema Acadêmico.

Cordialmente,

Prof. Ricardo Gattass

Sub-Reitor de Ensino para Graduados e Pesquisa

Liberdade Sindical

Nota ao Conselho Universitário da UFRJ

A Adufrj - Seção Sindical dos Docentes da UFRJ vem solicitar ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro que, em sua reunião de 21 de dezembro de 2000, manifeste seu apoio ao professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da UFRJ, no sentido de que lhe seja assegurado o direito de licença sindical para exercer seu mandato como presidente do Andes - Sindicato Nacional, para o qual foi eleito. A Adufrj-SSind entende ainda que o pleno exercício do mandato sindical é um direito a ser preservado numa sociedade democrática e que negar esse direito é uma tentativa de cassação política das lideranças sindicais. A Universidade que desejamos, autônoma, democrática e de qualidade, não pode se calar e servir de instrumento do MEC e do Governo para impedir a ação do movimento sindical em defesa da Universidade Pública e dos direitos trabalhistas dos professores do ensino superior do país.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2000

AduFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornais e boletins da Adufrj-SSind publicados no período de 01/1999 a 12/1999.

ESTATUTO DE VILHENA ACABA COM CARÁTER PÚBLICO DAS UNIVERSIDADES

Isolado, o reitor do Mec, José Vilhena, apresenta sua reforma estatutária ao Conselho Nacional de Educação. Para o presidente do CNE, Éfren Maranhão, o parecer da Câmara de Ensino Superior não indicava a dissolução do atual Conselho Universitário para sua adequação à nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Leia sobre a reforma estatutária nas páginas 4 a 7



Uma das sessões do Conselho Universitário, durante a greve nacional dos docentes, ano passado, com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade.

Na UFF, reitoria instala uma estatuinte com a participação de todos os segmentos e a organização de um plebiscito para deliberar sobre os pontos polêmicos

Veja como foi feita a adequação dos estatutos à nova LDB em outras federais. Página 7.

Jurídico urgente!

A Adufrj ganhou uma liminar garantindo o direito do professor optar pela venda de férias. A Reitoria já encaminhou aos departamentos de pessoal uma nova listagem com o nome dos nossos sindicalizados. Esta listagem deve ser assinada por todos os docentes que desejarem vender 1/3 de suas férias. Inclusive aqueles que já assinaram uma solicitação através da Adufrj, deverão confirmar sua opção na listagem definitiva.

Editorial

A “SANTA ALIANÇA” PARA ACABAR COM A UNIVERSIDADE PÚBLICA

A divulgação da proposta de um novo estatuto para a UFRJ torna mais claro o cenário político dos eventos recentes envolvendo nossa universidade. Há uma ligação direta entre a nomeação de Vilhena, a suspensão do Consuni da UFRJ, a proposta de um novo estatuto e a tentativa de aprovação da Pec-370 e da reforma administrativa. Estes episódios são todos capítulos seqüenciais na implementação de rumos no ensino público superior, compatíveis com as opções do governo FHC.

Neste sentido, destacamos a atuação de pelo menos três tipos de atores. O primeiro é o governo FHC. Sua atuação é toda voltada para manter as altas taxas de juros, transferindo assim as riquezas produzidas no país para o capital especulativo. Sem um projeto de desenvolvimento autônomo, considera os investimentos em educação, saúde, ensino superior, tecnologia como desnecessários e procura reduzir suas obrigações financeiras por todos os meios. O segundo ator é um conjunto de professores da UFRJ, que, vindo suas posições acadêmicas ameaçadas, procu-

ram ficar fora do arrocho generalizado, privilegiando suas relações diretas com os círculos de poder em Brasília. Como consequência, prestam-se a alianças políticas que, em última análise, implicam na exclusão de setores importantes da universidade e no abandono do caráter público do ensino superior. O terceiro setor é constituído pelos dirigentes de algumas unidades que pretendem sobreviver financeiramente com a captação de recursos externos. Seguem o mesmo caminho do grupo anterior.

Que o governo siga o caminho da destruição da universidade pública é uma decorrência de suas opções políticas, com as quais evidentemente não concordamos. Mas é particularmente grave a participação de colegas nossos neste movimento. Alguns com uma trajetória acadêmica respeitável, outros com posições políticas de oposição, terminam, consciente ou inconscientemente, sendo instrumentos da política neoliberal. Como não enxergam que a competência acadêmica não foi suficiente para salvar os cientistas russos do naufrágio da política do mercado? Não conhecem a atuação

do senhor Bresser Pereira? Não vêm os atuais institutos do CNPq na miséria? E os outros, que durante anos sobreviveram graças aos convênios com as empresas estatais? Já não sentiram que, com a privatização das estatais, nenhuma empresa irá investir em tecnologia no país? E como esperar que a classe média em crise vá encher os consultórios e os bolsos de nossos hospitais com atendimentos particulares?

Queremos creditar suas posições recentes ao desespero na luta pela sobrevivência. Mas não podemos nos omitir de denunciar que sua atuação política, apesar de seus protestos, os torna cúmplices da destruição da universidade pública.

Por outro lado também é importante a observação de que existe uma oposição significativa ao desmonte da UFRJ. Apesar de posições políticas diferenciadas, muitos professores tem participado dos últimos eventos, demonstrando sua indignação e seu distanciamento da política orquestrada pelo senhor Vilhena. É importante neste momento, que este debate ultrapasse os limites da UFRJ e tenha uma repercussão maior.

Opinião

REFORMA DO ESTATUTO DA UFRJ: PROJETO HEGEMÔNICO

*Antônio Cláudio Gómez de Sousa**

A universidade é uma instituição social que como tal é parte da sociedade e de seus reflexos. A Universidade Pública, além disso, está inserida dentro do aparelho do Estado e, portanto, é vista pelas classes hegemônicas como um instrumento de manutenção e reprodução de sua hegemonia. Estas classes têm uma proposta para a Universidade Pública: a formação de uma elite social que assegure sua continuidade e permita formas de realização econômica individual a membros dessas classes, ou a membros cooptados para a visão dessas classes. Isto não é uma crítica a todos que participam ou passam pela Universidade Pública, mas é o projeto das classes hegemônicas para a Universidade Pública.

As demais classes não têm uma visão clara sobre a função social da Universidade Pública, por ser ela utilizada como um instrumento de poder estranho a elas e por ser vista, sob o aspecto individual, como um privilégio de poucos.

Para cumprir um papel social mais adequado, a Universidade Pública deve expressar interesses mais amplos e ser um instrumento de crítica e de conflitos

em sua relação com as classes hegemônicas e não hegemônicas.

Na discussão sobre a reformulação da Universidade Pública, desde a mudança de seus estatutos, estão colocadas duas perspectivas: uma hegemônica, coerente e “sem conflitos”; outra mais ampla, plena de conflitos e contradições. Para saber qual a perspectiva vencedora, devemos considerar como será o processo de discussão.

A perspectiva hegemônica dispensa a participação da sociedade, pois não corresponde a seus interesses. Como decorrência dispensa também a participação da comunidade universitária, que bem ou mal, tenderia a permitir a expressão dos interesses mais amplos da sociedade. Exige apenas um grupo de especialistas, ou “notáveis”, que saibam adequar a Universidade Pública aos interesses hegemônicos plenamente representados no governo federal brasileiro.

A perspectiva social exige uma interação da Universidade Pública com a sociedade e com todo seu corpo social para a definição de sua missão, objetivos, metas e estruturas. Seguramente este é um ca-

minho difícil, pleno de conflitos, mas trata-se exatamente de trazer à tona as diferentes perspectivas, os diferentes conflitos, para eleger adequadamente a quais interesses a Universidade Pública atenderá.

A forma que a atual reitoria está impondo para a discussão dos estatutos da UFRJ, com a total repulsa à participação da comunidade, mostra a adesão da mesma integralmente ao modelo hegemônico neoliberal excludente. O que um sociólogo fez no país, um filósofo está fazendo na UFRJ.

Nosso desafio é, primeiro, identificar claramente o que está se processando e, segundo, tentar reverter o processo, ampliando a discussão e fazendo participar da reforma estatutária toda a comunidade universitária e a sociedade na forma mais ampla possível. Caso este segundo desafio seja impossível na situação atual, devemos então limitar ao máximo a reforma do estatuto para que ela signifique apenas, e claramente, uma adequação à legislação. Em futuro próximo se pensaria em retomar o processo, em condições mais favoráveis.

** Ex-diretor da Escola de Engenharia e membro do Ceg*

ADUFRJ OBTEVE, DA JUSTIÇA, MANDADO DE SEGURANÇA QUE PROÍBE DESCONTO CUMULATIVO DE IR NO MÊS DE JANEIRO

A Juíza Federal Edna Carvalho Kleemann concedeu, em 22 de dezembro, Mandado de Segurança impetrado pela Assessoria Jurídica da Adufrj, proibindo a acumulação de descontos do Imposto de Renda em janeiro. Os 70% do salário de dezembro, que serão pagos em 5 de janeiro, mais os vencimentos de janeiro/99 acarretariam um desconto maior no IR.

Cartas

Ao presidente do Andes-SN

A carta do presidente da Andes (Jornal Adufrj, Ano V, 4/10/12, p. 6) tenta rebater minhas críticas à liderança do movimento docente com as grosserias habituais desde a posse desta diretoria. Esta mostra-se fiel aos donos do mando, atenta às oportunidades de escalada social de seus integrantes, arrogante com os seus críticos. Desde abril de 1998, todos no Fórum em Defesa da C/T Nacional sabiam que após outubro/98 eu não exerceria a Coordenação. A atual diretoria da Andes tinha o compromisso, por ela assumido de, com outras entidades, apresentar o novo Coordenador. Mente pois, com dolo, o Sr. Oliveira, ao dizer que abandonei a Coordenação. Na reunião em debate, compareci como ex-coordenador, com o conhecimento disto por todos os presentes. Em vez de cumprir tais obrigações, a diretoria da Andes achou rendoso frequentar os gabinetes ministeriais. É sua escolha. Fiquei pouco tempo no encontro mencionado. Tenho visto coisas ignóbeis na vida brasileira, desde a época de minha prisão na ditadura militar até hoje. Nunca imaginei que professores universitários levassem a subserviência ao governo até o ponto atingido pela diretoria da Andes. O anúncio da “moratória” nas ações governamentais sobre a autonomia universitária : só tolos podem crer que a “reforma” anunciada não tem nexos com verbas. Suponhamos que o assunto seja “apenas” o da autonomia. O sindicato docente que pede algo assim a um ministro que não faz segredo de seu alvo de privatizar a universidade pública, é estólido ou de má fé. Ati-

tudes deste naipe não cabem a sindicatos livres : elas são o apanágio de pelegos. Mesmo assim, enguli a declaração “realista” da Andes. Insuportável foi ouvir o Sr. Oliveira relatar, feliz, a audiência com o Ministro, quando o último lhe comunicou o desejo de lutar pela unidade entre ministério da educação e o de tecnologia. O sindicalista, ainda na ante-sala do gabinete, falou ao “O Estado de São Paulo” apoiando o maravilhoso achado. “Eu não havia lido o artigo do professor Ferreira (o presidente da SBPC), contrário à idéia. Parece que na França esta medida não deu certo. Eu não conheço a situação universitária da França”. Quem assim falou defendeu há poucos anos um doutorado na França (em ética...) ! Custa acreditar que esta liderança sindical, quando no exterior, tenha sido alheia à vida universitária. Como os patrões do ministério, o Sr. Oliveira pensa ser lido e ouvido por idiotas. E usa um discurso sofisticado. Não se preocupe Sr. Presidente : alguém lerá minhas críticas, verificando os atos de sua diretoria. De tanto servir café e procurar taxi para assessores poderosos e ministros, os senhores podem estar refestelados, no futuro próximo, em gabinetes, para onde chegarão através do trampolim fornecido pelo movimento docente. Foi isto o que vez, como pioneiro, o atual ministro. Eu continuarei, se ainda vivo, como simples professor, tendo a honra de não entregar, por “realismo”, o espírito e o corpo de nossa terra aos agentes do FMI, disfarçados de ministros do Estado.

Roberto Romano

Agenda

Congresso do Andes-SN

15 de janeiro: Reunião da diretoria da Adufrj com os professores interessados em se candidatar a delegados para o Congresso do Andes. A reunião está marcada para às 10 horas, na sede da Adufrj.

20 de janeiro: Prazo final para o envio de contribuições ao Caderno de Textos do XVIII Congresso.

25 de fevereiro a 3 de março: XVIII Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). O evento acontecerá na cidade de Fortaleza (CE).

1º e 2º Graus - Encontro dos Grupos de Trabalho Política Educacional, Verbas, Seguridade Social e Política Sindical

11 de janeiro: Reunião preparatória para encontro. Às 9 horas, no Colégio de Aplicação da UFRJ, na Lagoa.

21 de janeiro: Encontro dos GTs para discussão da transposição dos docentes de 1º e 2º Graus para a carreira de 3º Grau, em Brasília.

Assembléia Geral da Adufrj

19 de janeiro: Pauta: Situação do Consuni e o estatuto da UFRJ; Eleição dos delegados da Adufrj ao XVIII Congresso. Anfiteatro do CCMN, às 13:30h.

Reunião Ordinária do Conselho Universitário

14 de janeiro, às 9 horas, na sala do Consuni, prédio da reitoria, Fundão.

Reunião dos professores do CFCH

18 de janeiro: Pauta: situação do Consuni e estatuto da UFRJ, 12h, na Escola de Serviço Social.

Reunião dos professores do CAp

13 de janeiro: Pauta: Carreira de 1º e 2º Graus e transposição para o 3º Grau; e situação do Consuni e estatuto da UFRJ. Às 13:30, no Colégio de Aplicação.

Reunião dos professores estrangeiros

2 de fevereiro: Pauta: aposentadoria – CLT/estatutários. Às 18 h, na Escola de Serviço Social.

“Uma das coisas que se exige de uma instituição pública é a gestão democrática. A LDB é clara neste sentido. Toda a instituição universitária tem que ter um conselho universitário atuante. O parecer da Câmara de Ensino Superior sobre o processo da UFRJ, indicava apenas a reformulação do conselho, assim como vem acontecendo em todas as universidades federais.” **Éfren de Aguiar Maranhão – Presidente do Conselho Nacional de Educação, em depoimento exclusivo ao Jornal da Adufrj**

TODO PODER AO REITOR

Cerca de 50 pessoas, entre dirigentes e representantes da comunidade universitária, reuniram-se na manhã de quinta-feira (7), no Salão Nobre do Centro de Tecnologia, para discutir estratégias a serem adotadas na próxima sessão do Conselho Universitário, prevista para o dia 14. Todos os presentes expressaram indignação diante da proposta de reformulação do estatuto da universidade construído pela reitoria. Classificada pelo professor da Biofísica Paes de Carvalho como “idiota”, esta proposta recebeu uma enxurrada de críticas dos participantes. Para a grande maioria, o que está em jogo é o futuro da universidade pública brasileira. A UFRJ estaria servindo apenas como projeto piloto. O decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acserald, - responsável pela convocação da reunião – chegou a afirmar que não gostaria de discutir a proposta da reitoria, mas sim outra alternativa para o futuro da UFRJ.

Outro ponto de pauta da convocação de Vilhena para o dia 14 é a homologação das indicações dos Sub-reitores, que até agora não foi executada pelo Consuni. Este assunto gerou uma certa polêmica entre os participantes. Alguns acham que este item não deve ser o ponto principal das discussões no dia 14. Outros acham uma incongruência aprovar as indicações de Vilhena na atual conjuntura.

A palavra mobilização foi citada várias vezes durante a reunião como um dos caminhos de resistên-

cia apontados por professores, alunos e técnico-administrativos presentes à reunião do CT.

Vilhena vai propor conselho provisório para elaborar novo estatuto

No dia 29 de dezembro, Vilhena enviou ao Mec um ofício com a proposta da reitoria e um cronograma de trabalho, por ele construído, que estabelece o prazo até 8 de abril para a finalização da proposta de estatuto da universidade. Para justificar a prorrogação do prazo de 31 de dezembro, Vilhena argumenta que é necessário “que a comunidade e o Colegiado Superior tenham tempo suficiente para bem discutir a proposta (...), tendo em vista a magnitude das transformações por que deverá passar a nossa Universidade”. Vilhena também escalou um “conselho universitário provisório” para a elaboração do novo estatuto da UFRJ (*ver composição no quadro ao lado*). A aprovação deste conselho provisório também faz parte da pauta do Consuni do dia 14.

A proposta da reitoria para a UFRJ foi disponibilizada para a comunidade através da página da Internet às vésperas da virada do ano. Um de seus idealizadores, Herch Moysés Nussenzweig, tentou lê-la na última reunião do Conselho Universitário, dia 28 de dezembro. Os conselheiros não aceitaram a exposição do documento para evitar que Vilhena afirmasse em Brasília que a proposta havia sido apresentada ao colegiado.

Proposta de composição do Conselho Universitário provisório:

- Reitor
 - 12 Representantes dos Professores Titulares (2 por Centro)
 - 12 Representantes dos Professores Adjuntos (2 por Centro)
 - 2 Representantes do Fórum de Ciência e Cultura
 - 1 Representante dos Professores Assistentes
 - 1 Representante dos Professores Auxiliares
 - 1 Representante dos Professores de 1º e 2º graus
 - 1 Representante dos professores Eméritos
 - 4 Representantes dos Funcionários Técnico-administrativos
 - 4 Representantes dos estudantes
 - 1 Representante dos ex-alunos
 - 1 Representante da Área Cultural
 - 1 Representante da Área Empresarial
 - 1 Representante da Comunidade Local
- Leia a análise da proposta de Vilhena nas páginas 7 e 8.

A opinião de quem ajudou a formular o projeto de Vilhena para a UFRJ

O professor titular do Instituto de Economia, Reinaldo Gonçalves, foi um dos professores convidados por José Vilhena para formular um novo estatuto para a universidade, adequando-o à nova LDB. Reinaldo não poupa críticas à política do governo Fernando Henrique Cardoso, e foi um dos articuladores da campanha de Lula para a presidência da República.

Mas quanto à discussão sobre a reforma estatutária da UFRJ, Reinaldo está convicto de que a proposta apresentada por Vilhena ao Conselho Nacional de Educação é o que de melhor pode ser formulado para a universidade pública brasileira.

“É um projeto para daqui a vinte anos.” Averso às discussões políticas que envolveram o processo eleitoral na UFRJ, Reinaldo discorda da maioria dos membros do atual Conselho Universitário quanto às intenções do Mec para a UFRJ. Para Reinaldo, esta é uma proposta para “aglutinar” a comunidade universitária.

Para o professor Antônio Figueiredo, que responde por boa parte do estatuto apresentado, junto com o professor Herch Moysés Nussenzweig, esta proposta teria sido apresentada ao Conselho Universitário, em sessão extraordinária (último dia 28) com uma “referência para a discussão”.

A confusão começa quando o próprio reitor impede que os representantes da comunidade deliberem ou decidam sobre o conteúdo da mesma, se valendo de todas as formas e argumentos, jurídicos ou não, para não entrar em acordo quanto à composição do Conselho Universitário.

Vilhena deverá convocar outra sessão ordinária do Consuni para a próxima quinta-feira (14). Nesta sessão, o reitor escolhido pelo Mec, tentará aprovar a nomeação de seus sub-reitores, um dos pré-requisitos para que esta reitoria continue investindo na aprovação de seu estatuto junto ao Conselho Nacional de Educação.

O ESTATUTO DE VILHENA: A UNIVERSIDADE NEOLIBERAL

Para a diretoria da Adufrj, a proposta de estatuto para UFRJ do atual reitor é um modelo da ideologia neoliberal: as necessidades do mercado – e não os valores acadêmicos – terão prioridade.

Divulgado pela Comissão designada inicialmente para “adequar a UFRJ às exigências da LDB”, a proposta de um novo estatuto para a UFRJ é uma transformação profunda na maior universidade pública federal do país. No último dia 28 de dezembro, quando seria realizada uma sessão extraordinária do Consuni para discutir o assunto, mais uma vez, a questão do quorum foi levantada pela administração para impedir que os conselheiros manifestassem sua discordância com os rumos que vêm sendo apresentados à UFRJ. Apesar do cancelamento, a Comissão insistiu na apresentação formal do texto. Sentindo-se constrangidos com a situação, alguns conselheiros retiraram-se em protesto e o texto acabou sendo simplesmente distribuído. Sua íntegra encontra-se na home-page da UFRJ.

Após ameaçar enviá-lo ao Mec como proposta formal estatuto, José Vilhena optou por uma nova estratégia: inventou um Conselho provisório e pretende, a partir de 14 de janeiro, aprovar sua proposta em etapas sucessivas, encerrando o processo do novo estatuto em 8 de abril. O Art. 53 da LDB determina que a reforma do Estatuto é competência do Conselho Universitário sendo, portanto, absolutamente ilegal a reformulação sem passar pela aprovação do colegiado máximo da UFRJ.

A diretoria da Adufrj considera fundamental que toda a comunidade da UFRJ leia e discuta com atenção esta proposta. Para os diretores da sessão sindical, todos os órgãos colegiados deveriam se pronunciar a respeito. Não se trata apenas de uma reformulação numérica do Consuni, mas de uma transformação na estrutura da universidade, da carreira docente e técnico-administrativa, dos objetivos da universidade pública, colocando-a a serviço do mercado.

Principais alterações propostas pela comissão da reitoria

Prioriza a LDB, em detrimento da Constituição

É sabido que vários pontos da LDB são inconstitucionais e, por isso, o governo já tem um Projeto de Emenda Constitucional (PEC-370) que deverá ser votado em breve. Nos artigos 1º e 3º da proposta de estatuto, ao se referir à adequação a legislação vigente, cita em primeiro lugar a LDB e depois a Constituição Federal, deixando clara sua prioridade

Distorce o caráter público do ensino superior

No título II, omite que o ensino público superior é um direito de todos os cidadãos brasileiros (e não apenas propriedade dos mais “competentes”) e que é um dever do Estado brasileiro assegurar os meios, principalmente os financeiros, para este fim.

Contém uma visão limitada e corporativista da avaliação da universidade

No Título IV, e em outros artigos, limita a questão da avaliação à formação de “Comissões Externas” à instituição. Nem sequer são mencionados os pontos centrais de qualquer avaliação rigorosa, a saber: a formulação clara de seus objetivos, dos critérios utilizados, a divulgação dos procedimentos utilizados e de seus resultados, a relação entre os recursos alocados e os resultados obtidos. Assim, ao negar o caráter público da avaliação, substitui o corporativismo das avaliações apenas internas pelo corporativismo das confrarias de cada área.

Substitui os atuais centros por áreas de conhecimento.

No artigo 8 estabelece controversas áreas de conhecimento onde as atuais unidades devem se inserir, até 8 de abril. **Cria uma nova carreira docente (ver página 6).**

Todos os técnico-administrativos teriam contratos temporários

No artigo 15, & 2, estabelece “A contratação será por tempo determinado e os níveis salariais levarão em conta os do mercado externo. A recontração dependerá de avaliação de desempenho realizada a cada dois anos,...”.

Esvazia as atribuições do Consuni e cria um novo Conselho elitista

Ao criar um novo Conselho de Política Acadêmica, com atribuições quase idênticas às do Consuni (ver artigos 21 e 29), na prática esvazia o colegiado superior, e, no mínimo, criará um conflito de competências. A grande maioria das unidades, dos docentes, os técnico-administrativos e estudantes não estará representada neste conselho.

O Reitor poderá vetar qualquer deliberação do Consuni

O artigo 23 estabelece que “O reitor poderá vetar resoluções do Conselho universitário até dez dias depois da sessão em que tiverem sido aprovadas”. Não há previsão de veto para o Conselho Político

Acabam as eleições/consultas para Reitor

No artigo 43, &1, atribui apenas ao Consuni e ao Conselho de Política Acadêmica a prerrogativa de escolha de Reitor.

CARREIRA DOCENTE: NAVEGANDO PARA TRÁS

A proposta de Vilhena cria carreira específica na UFRJ, separa os docentes em “acadêmicos” e “profissionais”, estabelece vínculos temporários e permanentes, quebra o ingresso via concurso público e elimina a dedicação exclusiva para alguns níveis.

Há vinte anos atrás, quando o movimento docente propôs uma nova carreira para o ensino público superior, a tônica dos debates era a qualificação acadêmica, o incentivo ao trabalho docente, os mecanismos de promoção pelo mérito, o incentivo à titulação, o concurso público, a transparência da instituição pública, uma carreira única para todo o país, a preocupação com a importância do ensino público para o desenvolvimento do país e do bem estar da população. Se não foi obtida com pleno sucesso, a carreira atual atingiu alguns objetivos: promoveu a titulação, o concurso público resguardou o quadro dos docentes, a dedicação exclusiva e a estabilidade permitiram que vários grupos desenvolvessem um trabalho acadêmico importante. Se é verdade que a carreira atual está em muitos aspectos desatualizada, a expectativa da universidade era a de um aprimoramento da experiência vivida.

A proposta de carreira apresentada vai exatamente no sentido contrário. Não é por acaso que não contém os termos “progressão, promoção, incentivo”. Ao criar duas carreiras diversas, a de Docente Acadêmico e de Docente Profissional, a reitoria da UFRJ quebra a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A carreira para Docente Profissional abre um espaço claro para os antigos contratos de horistas (art. 11 & 1). A transformação do Concurso Público em “processo seletivo público” abre brechas para as contratações ao sabor das conveniências. Os contratos temporários são o paradigma da competição capitalista e da precarização do trabalho. Finalmente, o projeto de Vilhena tenta proteger os docentes ditos “altamente qualificados”, atribuindo apenas a estes, a estabilidade e a dedicação exclusiva.

Conheça o projeto da reitoria para a carreira docente

TÍTULO VI

Do Corpo Docente

Art. 9º - O corpo docente é formado pelo Setor Docente Acadêmico e pelo Setor Docente Profissional, com carreiras diversas.

§ 1º - O Setor Docente Acadêmico é formado pelos docentes engajados necessariamente em atividades de ensino e pesquisa, podendo também contribuir para a extensão.

§ 2º - O Setor Docente Profissional é formado pelos docentes que, além das atividades de ensino, podem contribuir para a pesquisa e extensão e exercem atividades profissionais regulares, internas ou externas à Universidade, desejáveis para manter a atualização em suas especialidades.

Art. 10º - O corpo docente do Setor Docente Acadêmico da Universidade é formado por uma carreira temporária e outra institucional. A carreira temporária é composta pelas categorias de Docente Auxiliar, Docente Assistente e Docente Recém-Doutor. A carreira institucional é composta pelas categorias de Professor Doutor, Professor Associado e Professor Titular.

§ 1º - A Universidade poderá contratar Professores Visitantes para fins específicos.

§ 2º - O Docente Auxiliar, com graduação, será contratado mediante processo seletivo público, em regime de 12 ou 20 horas semanais, por período de um ano, renovável, no máximo, por igual período.

§ 3º - O Docente Assistente, com mestrado, será contratado mediante processo seletivo público, em regime de 12 ou 20 horas semanais, por período de um ano, renovável, no máximo, por igual período.

§ 4º - O Docente Recém-Doutor, com doutorado obtido no máximo nos 2 (dois) anos anteriores a inscrição, nos termos do Regimento Geral, será contratado mediante processo seletivo público, em regime de dedicação exclusiva, por período de um ano, renovável, no máximo, por igual período.

§ 5º - O Professor Doutor, em regime de dedicação exclusiva, será contratado mediante processo seletivo público de títulos e provas. Nos termos do Regimento Geral, a permanência nesta categoria não poderá exceder a 7 anos.

§ 6º - O Professor Associado, em regime de dedicação exclusiva, será nomeado por tempo indeterminado, mediante concurso público de títulos e provas.

§ 7º - O Professor Titular, em regime de dedicação exclusiva, será nomeado por tempo indeterminado, mediante concurso público de títulos e provas.

§ 8º - O Professor Visitante Doutor, Associado ou Titular, em regime

de dedicação exclusiva, será contratado por tempo determinado, não excedendo dois anos.

§ 9º - Os processos seletivos e os concursos, bem como os procedimentos de contratação de docentes, serão regulamentados pelo Regimento Geral da Universidade.

Art. 11 - O corpo docente do Setor Docente Profissional da Universidade é formado pelas categorias de Docente Associado e Docente Titular.

§ 1º - O Docente Associado, em regime de 8, 12 ou 20 horas semanais, será contratado por tempo determinado (período de um ano, renovável, no máximo, por igual período) ou indeterminado, conforme regulamentado pelo Regimento Geral, na forma da Lei, mediante processo seletivo público de títulos e provas.

§ 2º - O Docente Titular, em regime de 8, 12 ou 20 horas semanais será nomeado por tempo indeterminado, mediante concurso público de títulos e provas.

Art. 12 - Os concursos públicos de títulos e provas na carreira docente serão realizados por comissões julgadoras com preponderância de membros externos à Universidade, segundo normas regulamentadas pelo Regimento Geral da Universidade.

Construída em meio ao desmonte da universidade pública, do afastamento do Estado da manutenção do ensino público e de abandono de um projeto de desenvolvimento nacional, esta proposta adapta a universidade à inserção do Brasil como um país dependente na economia globalizada.

FEDERAL FLUMINENSE: COMUNIDADE CONSTRÓI

PROPOSTA DE ESTATUINTE

Tão próxima da UFRJ, mas com atitudes bem distintas. A Universidade Federal Fluminense optou por realizar a reforma em seu estatuto da maneira mais democrática possível: envolvendo todos os segmentos na discussão. Foi convocada uma estatuinte. Organizou-se uma eleição para que a comunidade universitária elegeisse os componentes que se debruçariam numa nova proposta de estatuto para a instituição. A participação dos três seg-

mentos que compõem a universidade foi garantida através da paridade. Este grupo iniciou os trabalhos em novembro do ano passado.

A UFF não encontrou nenhuma resistência, nem por parte do Mec, nem internamente, para ampliar o prazo de 31 de dezembro para o envio dos trabalhos a Brasília. Segundo a presidente da Associação de Docentes da Fluminense, Gelta Xavier, foram considera-

dos dois fatores para que este prazo fosse entendido: a autonomia universitária e o fato de as discussões já estarem sendo realizadas.

Após os trabalhos, a proposta será submetida ao conselho universitário.

Uma das ações que deverá ser implementada pela comissão é submeter os pontos polêmicos do estatuto a um plebiscito para que a comunidade interna possa definir o perfil de universidade que deseja.

FEDERAL DA PARAÍBA : PRAZO PARA ENTREGA DO ESTATUTO É AMPLIADO INTERNAMENTE

Fazendo valer o que prescreve a autonomia universitária, a Universidade Federal da Paraíba ampliou o prazo de entrega do novo estatuto ao Mec sem a necessidade de autorização do Ministério.

A discussão sobre as novas normas que regerão a Federal da Paraíba está acontecendo no próprio Conselho Universitário, no qual não houve cassação de mandatos.

Com início em novembro do ano passado, os debates estão ocorrendo em cima de propostas da reitoria e de outros conselheiros. A mais polêmica, de autoria do reitor Jader Nunes de Oliveira, prevê a criação de listas tríplices para eleição de diretores de centro. Os movimentos organizados dentro da universidade, em especial a Associação de Docentes, estão empenhados em derrubar este item.

FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL:

REITORIA AFIRMA QUE JÁ

CONCLUIU O PROCESSO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul já encerrou o processo de adequação do estatuto às novas regras da LDB. Pelo menos é o que afirma a reitoria da instituição. O regimento interno da UFRGS é recente (de 1996) e este fator, atribuído por assessores da reitoria Wrana Panizzi, é o responsável por tanta agilidade. Uma comissão do próprio Conselho Universitário foi designada para formular propostas que foram aprovadas em agosto pelo fórum máximo da instituição. A única alteração que a UFRGS se submeteu recentemente foi a adequação numérica do Conselho Universitário, dando aos professores 70% dos cargos disponíveis.

FEDERAL DO PARANÁ: DISCUSSÃO SOBRE NOVO ESTATUTO

ACONTECE DESDE 1997

A alteração estatutária mais profunda feita até agora pela Universidade Federal do Paraná foi a recomposição numérica do Conselho Universitário, nos moldes da nova LDB.

Formado por funcionários e estudantes, o fórum máximo de deliberações da Federal do Paraná vem discutindo alterações estatutárias desde 1997.

Com a posse do novo reitor Carlos Roberto Nunes, em abril de 1998, foi criado um fórum de coordenadores ligados à Pró-reitoria de Graduação que está trabalhando na alteração do estatuto enquanto espera o resultado dos trabalhos, em Brasília, das várias comissões nacionais que estão definindo parâmetros curriculares para cada curso.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES DA UFRJ

DIA 19 DE JANEIRO (TERÇA), ÀS 13H 30

ANFITEATRO DO CCMN

PAUTA:

SITUAÇÃO DO CONSUNI E O ESTATUTO DA UFRJ

ELEIÇÃO DE DELEGADOS DA ADUFRJ AO XVII CONGRESSO DO ANDES

Declaração de Voto

Na primeira reunião do Consuni sob a presidência do prof. Vilhena, o reitor quis impor seus sub-reitores baseado em um parecer jurídico que afirmava não ser necessário APROVAR os respectivos nomes no Conselho Universitário. Alertamos, na ocasião, que não seria conveniente para a UFRJ tratar questões internas com pareceres jurídicos, sobretudo aquele apresentado que claramente espelhava uma conveniência e carecia de razão. Após esta data, os sub-reitores, apesar de não terem sido submetidos ao Consuni, continuaram exercendo seus respectivos cargos ignorando a grave crise da UFRJ e sobretudo a forma autocrática do reitor, que num primeiro momento não reunia o Consuni nem o Conselho de Administração Superior da UFRJ; noutra não reconhecia a composição do Consuni nem as propostas de reformulação de sua composição; impunha um quorum inatingível e encaminhava ao Mec proposta de estatuto sequer discutida na Universidade e nos seus Conselhos Superior. Em nenhum instante vieram estes sub-reitores à comunidade manifestar seu desacordo com a situação, referendando com o silêncio o impasse e o desgaste que tem minado a UFRJ nos últimos meses. Por decisão judicial, o reitor é forçado a apresentar os nomes dos sub-reitores ao Consuni. Diante das circunstâncias acima, não podemos aprovar a atual equipe. Seria aprovar um modo errado de governar, não condizente com uma instituição Universitária formadora de espíritos atinentes às leis, ao respeito a seus estatutos e ao convívio sereno mesmo no conflito das idéias.

Fique claro, entretanto, que a presente rejeição não implica em nenhuma oposição sistemática, nem de Indisposição ao diálogo. estamos simplesmente, com o atual voto, exigindo mudanças de comportamento e a indicação de nomes que, uma vez aprovados, deverão marcar o compromisso de reitoria com o respeito aos colegiados da UFRJ e à prática de uma administração responsável.

A. Giannella, Oscar Rosa Mattos, Oscar Acselrad, Alexandre Cardoso e Aloísio Teixeira

Adufrj quer mobilizar comunidade para a discussão de uma estatuinte

A diretoria da Adufrj não pode se manifestar durante a sessão do Conselho e pretende promover reuniões, a partir desta semana, nos Centros para debater a reforma estatutária. A Adufrj defende a formação de um processo estatuinte com a participação mais ampla possível de todos os segmentos da comunidade.

Leia o "acordão" na página da Adufrj www.alternex.com.br/~adufjrj. Assinam o pacto Aloísio Teixeira, Antônio Paes de Carvalho, José Taulle, Amâncio Paulino de Carvalho, Antônio Carlos Campos de Carvalho, Carlos Augusto Perlingeiro, João Barcelos Neto, Stefen Segen, Pinguelli Rosa, Sylvia Vargas, Vera Halfoun entre outros. Assinaram também os decanos à exceção do professor Fracalanza, do CCS.

Decanos e conselheiros fazem pacto com reitor

Resultado de um de "acordão" entre o atual reitor, José Henrique Vilhena, e um seletor grupo, entre eles membros do conselho universitário e decanos (veja na página da Adufrj na Internet), foi aprovada a indicação dos sub-reitores com um Consuni regido pelo estatuto de 1971. Utilizados segundo alguns como moeda de troca para que o reitor aceitasse incluir na pauta da sessão ordinária a adequação numérica da composição do Consuni à nova LDB, os sub-reitores de Vilhena assumiram seus assentos sob um festival de vaias dos mais de 200 estudantes presentes.

"Golpistas, traidores, não à rendição!" bradavam, indignados estudantes e funcionários, sumariamente excluídos da representação na sessão da última quinta-feira (14). Constrangidos ou não, os sub-reitores não se manifestaram e foram criticados principalmente por terem assumido seus cargos durante todo este tempo, mesmo sem a aprovação do Conselho Superior.

A homologação dos sub-reitores e o pacto político sofreram críticas contundentes daqueles que, diante da conformação autoritária de um Consuni dos "anos de chumbo" (sem a participação de funcionários e com apenas uma representação estudantil), acabaram sendo porta-vozes dos excluídos e dos que defendem a democracia institucional. O decano do Centro de Tecnologia, Oscar Acselrad, os professores da Coppe, Oscar Rosa Mattos e Antônio Gianella, e o ex-reitor Alexandre Cardoso se empenharam em defender um "acordo de alto-nível", onde fosse invertida a ordem dos itens da pauta, ficando a aprovação dos sub-reitores para depois da adequação numérica do Conselho. A intenção era rejeitar a indicação dos sub-reitores que, com a derrota da inversão da pauta, tiveram seus nomes homologados por um conselho que sequer deuse ao trabalho de analisar as indicações. A aposta política da maioria passou a ser a discussão da conformação do Conselho "provisório" que definirá o novo estatuto. O Consuni provisório terá a composição de 70%, no mínimo, de representação docente.

O representante dos professores do Colégio de Aplicação, Moacir Barreto, também declarou voto contrário à nomeação dos sub-reitores, que foi rejeitada por unanimidade entre os professores do CAP.

O professor Aloísio Teixeira disse que a única saída digna para restaurar a legitimidade do Conselho Universitário perante a comunidade da UFRJ era reconfigurar o Conselho com base no estatuto vigente em 98 e fazer a adequação à LDB sem cassar mandatos. Aloísio propôs um Conselho "provisório" com representações eleitas especialmente para discutir a

elaboração do novo estatuto com a presença de todos os diretores de unidade.

O professor e ex-reitor Alexandre Cardoso manifestou a preocupação quanto ao "acordão" por ser uma manobra sem amparo do atual estatuto da universidade. "A história mostra que é preocupante o estabelecimento de um acordo que não está garantido na Lei, já que mais adiante pode ser questionado". Moacir Barreto, do Cap, complementou o receio lembrando as atitudes do próprio reitor (Vilhena) que encaminhou ao Conselho Nacional de Educação questionamento sobre a representação dos técnicos e estudantes, aprovada em Ata pelo Consuni em 23 de outubro de 1997, gerando toda a atual crise institucional. O professor lembrou que a própria reitoria não enviou a ata desta sessão ao CNE, invalidando sua resolução, e posteriormente questionou o procedimento, uma clara manobra para invalidar a representação estudantil e do corpo técnico.

Na avaliação dos estudantes, os decanos surpreenderam quando apoiaram a iniciativa do pacto. "Foi uma surpresa o movimento dos decanos e se percebe a tentativa da construção de um estatuto sem levar em consideração a opinião expressa da maioria da comunidade da UFRJ", comentou Adolfo Wagner, estudante.

Comissão *ad hoc*

A configuração do Conselho Universitário que vai definir o novo estatuto só vai ser conhecida na próxima Terça-feira (19), a partir das 10h. Os conselheiros mantiveram o Consuni em sessão permanente. Até lá uma comissão *ad hoc* formada pelo decano do CLA, Carlos Tannus, pela sub-reitora de Extensão, Maria Chevitaressi e pelo decano do CCMN, Marco Antonio de Farias irá verificar possíveis irregularidades nas duas propostas de composição em pauta: a apresentada pelo reitor e a defendida pelo professor Adolpho Pollilo que recusa a cassação de mandatos para a adequação.

Convocação pela Internet

O reitor convocou o Conselho para esta sessão pela Internet, o que provocou indignação em alguns conselheiros que consideraram a prática antidemocrática e pouco inteligente, já que nem todos tem acesso à rede ou tem a navegação como hábito diário. Alguns sequer têm micros com acesso à rede em suas salas ou secretarias, como no caso do CAP.

ADUFRJ PROMOVE REUNIÕES PARA DISCUTIR CRISE NA UFRJ

CONFIRA O CALENDÁRIO
E COMPAREÇA

CFCH - Dia 18/01, às 12h, Sala dos Professores da Escola de Serviço Social;

CT - Dia 18/01, às 12h, Salão Nobre da Decania (bloco A);

CLA - Dia 19/01, às 10h, Auditório Archimedes Memória, 3º andar do prédio da Reitoria;

CCS e HU - Dia 18/01, às 9h, Sala 9E34, 9º andar do Hospital Universitário.

ESTRANGEIROS VOLTARÃO A RECEBER A GED

Muitos professores estrangeiros, ainda no regime da CLT, receberam os três meses iniciais da Ged e depois tiveram seu pagamento suspenso. Em reunião com a Sub-reitora Maria Augusta Temponi, responsável pela SR4, a Diretoria da Adufrj conseguiu esclarecer que não havia nenhum impedimento legal e que trata-se de um erro a suspensão do pagamento.

Mesmo sem deixar claro se a origem do erro foi da UFRJ ou do Siape, Temponi afirmou que procuraria corrigi-lo o mais rapidamente possível.

SALÁRIOS SERÃO PAGOS ATÉ O QUINTO DIA ÚTIL DE CADA MÊS

A Medida Provisória (sob o número 1.757-50) estipula que a partir deste mês, o pagamento dos salários de militares e servidores públicos federais será efetuado até o quinto dia útil de cada mês subsequente ao de competência. Esta MP está publicada no Diário Oficial do dia 14 de janeiro de 1999.

Com os bilhões que saem do país a cada dia, há uma grande inquietação quanto ao que vai acontecer no resto do ano com os salários do funcionalismo.

ABONO 99: LISTAGEM COM ERRO NÃO COMPROMETERÁ OPÇÃO

A Adufrj obteve uma liminar garantindo o direito à opção pela venda de férias. A administração da UFRJ enviou uma nova listagem para a confirmação da venda de 1/3 de férias de todos os professores (sindicalizados à Adufrj) que desejarem fazer esta opção. No entanto esta última listagem contém erros, omitindo alguns professores sindicalizados à Seção Sindical.

A Diretoria da Adufrj levou o fato a Maria Augusta Temponi, responsável pela SR4, que assumiu o compromisso de enviar autorização aos Departamentos de Pessoal para fazer a inclusão de todos os sindicalizados.

Todos os interessados deverão procurar, com urgência, confirmar sua opção junto aos departamentos de pessoal de suas unidades.

DEMISSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS PODERÁ SER VOTADA A QUALQUER MOMENTO

Durante sessão na Câmara dos Deputados do dia 12 último, foi aprovado o caráter de urgência para votação dos três projetos que regulamentam a reforma administrativa. O objetivo da base governista é aprová-lo durante a convocação extraordinária que termina no dia 29.

O conteúdo dos três projetos interfere diretamente na vida do servidor público federal.

Um deles (PL 248/98) prevê a exoneração, por insuficiência de desempenho, do funcionário estável. Este desempenho será medido através de uma avaliação anual, a qual o funcionário deverá alcançar, no mínimo, 40% da pontuação total. Qualidade do trabalho, produtividade, iniciativa e presteza serão os aspectos considerados no processo de avaliação. O projeto de lei estabelece que o servidor com desempenho considerado insatisfatório ou regular será submetido a treinamento.

Outro projeto que ganhou caráter de urgência para votação neste período refere-se aos limites

das despesas para pagamento dos servidores estáveis. Este PL (sob o número 249.98) anula a Lei Camata, reduzindo para 50% o limite de gasto com pessoal da União que, atualmente, é de 60%.

O Projeto de Lei 4.812/98 também passará pelo Congresso com urgência. Seu conteúdo estabelece normas para que União, estados, municípios e Distrito Federal possam exonerar o servidor estável por excesso de despesas. A medida poderá ser adotada quando o gasto com pessoal e encargos ultrapassar 60% da receita corrente líquida, como determina a Lei Camata.

Alguns critérios servirão de base para as demissões: menor tempo de serviço público, maior remuneração ou menor idade. Um destes critérios seria combinado com o menor número de dependentes.

O deputado Walter Pinheiro (PT/BA) declarou que a partir do momento em que esses projetos forem aprovados, ninguém estará livre de ser afastado do serviço público.

ALOJAMENTO: ESTUDANTES SE ENCONTRAM COM VILHENA

Reitor do Mec promete que pagará bolsa-auxílio, mas benefício continua atrasado.
Situação dos estudantes é caótica

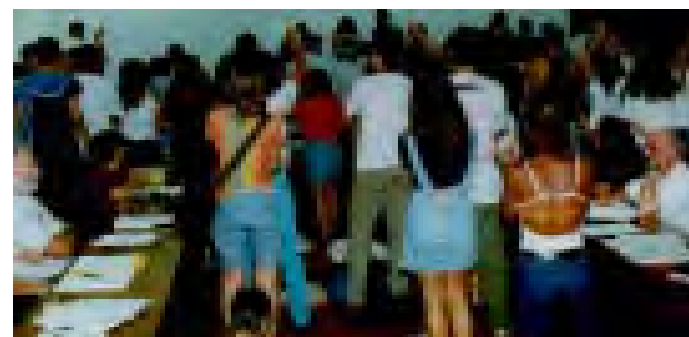
Na última segunda-feira (11), os estudantes que moram no alojamento da UFRJ estiveram no gabinete do reitor José Henrique Vilhena para reivindicar o pagamento da bolsa auxílio-alimentação, que está há mais cinco meses atrasada. Vilhena garantiu que iria providenciar o pagamento, mas até quinta-feira (14), nada havia mudado. “A nossa situação está cada dia mais difícil”, reclama Fernanda Nascimento, que reside em Petrópolis e há um ano mora no alojamento da UFRJ. A estudante teme que a bolsa de R\$ 240 não seja renovada no mês de março: “Se isto acontecer, a universidade estará inviabilizando a formação de muitos alunos carentes que dependem desta verba para se alimentar”.

O estudante Robson Reis, de Cabo Frio, que vive há um ano e meio no alojamento, acredita que este atraso é uma estratégia da reitoria para acabar com o auxílio. “Estamos nos organizando para evitar o fim da bolsa. O grupo está unido, realizando inclusive assembléias. Esta situação demonstra o descaso da reitoria com os alunos da universidade”. Além do atraso no pagamento da bolsa auxílio-alimentação, os moradores do alojamento têm de enfrentar, com frequência, falta de luz e de água ocasionados pelo atraso no pagamento das contas.

NOVO CONSELHO UNIVERSITÁRIO É ILEGAL E ILEGÍTIMO



Com vaias e de costas para os conselheiros, comunidade recebe os sub-reitores de Vilhena. Decanos fazem pacto político com interventor para garantir assentos no Consuni constituinte.



Vilhena lê para um plenário apático os nomes de seus sub-reitores. Intervenção cassa mandatos e impõe novo estatuto.

Páginas 4 e 5

Enquanto a UFRJ cassa mandatos, UFF propõe orçamento participativo *Página 5*

Andifes mostra que cobrança de mensalidades nas Ifes é inviável *Páginas 6 e 7*

O NOVO CONSUNI: ACORDO, RENDIÇÃO OU TRAIÇÃO ?

De forma magistral, Tomasi di Lampedusa, em *O Leopardo*, resume o ideário conservador: para que tudo fique como está, é preciso que tudo mude. Mudaram os conselheiros que, em nome do pragmatismo, aceitaram o golpe no Consuni. Adversários de ontem se aliam para alijar os representantes dos estudantes, técnico-administrativos e de parte dos docentes para assim promover as reformas “por cima”, à revelia do conjunto da universidade. Este acordo, na prática, desautoriza o Conselho Universitário, desmoralizando toda a forma de representação coletiva.

O acordo representa uma versão *cabocla* de *bonapartismo*. O governo da universidade não mais irá demandar um legislativo autônomo e atuante, porém, no caso da UFRJ, distintamente do conceito original, não é conduzido por um personagem carismático, “aparentemente” acima de todos os grupos, mas por uma pessoa que mais se assemelha ao *buffo* - mas diferentemente da comicidade deste personagem, este

possui instrumentos de despotismo fundados no poder governamental.

A combinação pode ser assim resumida: os conselheiros votam os sub-reitores de Vilhena, garantindo, com esta medida, o quorum do conselho em sua versão de 1971. Em contrapartida, uma nova composição do Consuni seria aprovada (o conselho estatuinte), assim como o calendário das reformas do estatuto propostas pela reitoria. O caráter retrógrado do acordo pode ser visto quando os seus termos são olhados mais de perto. Os acordantes aceitam a interpretação do reitor de que determinados membros do Consuni atual devem ser cassados e de que o conselho vário é o de 1971. Pela proposta de conselho-estatuinte por eles apresentada, a representação dos estudantes e funcionários técnico-administrativos seria reduzida pela metade. E não menos grave, pelo acordo, o calendário de reforma da universidade encerrar-se-ia em 08 de abril deste ano. É preciso lembrar que em virtude da greve, as férias serão de março até o

dia 12 de abril.

Não se trata mais de uma adequação do estatuto aos termos da LDB. Os acordantes convergem para a posição de que uma nova universidade deve ser definida em aproximadamente dois meses, um período que inclui o carnaval e as férias da comunidade.

Que a ressurreição de um Conselho Universitário nos moldes do estatuto de 1971 é de uma ilegalidade aberrante, não resta a menor dúvida. É igualmente escandalosa a falta de legitimidade do novo formato acordado por alguns grupos. De onde tiram representatividade os novos “conselheiros” para se auto-proclamar estatuintes na UFRJ? Como justificarão perante seus colegas que votarão transformações estatutárias, se a grande maioria não fez uma única reunião com seus representados?

A comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro deve se manifestar perante estes “novos conselheiros” da maneira mais firme possível: declarando sua ilegalidade e sua ilegitimidade como estatuintes.

RODOLPHO PAULO ROCCO: PROFESSOR UNIVERSITÁRIO (1933-1999)

A Seção Sindical dos Docentes da UFRJ lamenta a trágica morte, em 6 de janeiro último, de um dos seus primeiros associados. Lembrar da história de Rodolpho Paulo Rocco na UFRJ talvez seja a melhor forma de prestar-lhe uma homenagem.

“A Congregação da Faculdade de Medicina nunca será a mesma”. Este é um trecho da nota aprovada na última reunião da Congregação da Faculdade de Medicina, realizada em 15 de janeiro. A professora Sylvia Vargas, uma das redatoras da nota, lembra com saudade do amigo. “Rocco tinha como tônica de vida a cordialidade e o trato humano e delicado com todos que o cercavam. Nunca o vi exaltado. Muito pelo contrário, às vezes ele ouvia demais e respondia sempre com muita calma. Todos os seus pacientes o adoravam”. Outro aspecto da personalidade de Rocco, que refletia em seu trabalho como médico, também é lembrado por Sylvia: “Ele não via os seus pacientes como apenas corpos doentes. Ele os via como pessoas. Era um médico completo, tanto no aspecto técnico científico como no aspecto humanista ao tratar dos pacientes”. Segundo Sylvia, Rocco trans-

mitia esta forma de encarar a medicina aos seus alunos. “Hoje em dia, profissionais como o Rocco estão em falta”, completa.

A ex-aluna de Rodolpho Paulo Rocco, Letícia Legay Vermelho, reforça a opinião de Sylvia, lembrando que o então diretor do Hospital São Francisco de Assis nos anos de 1975/1976 exerceu uma grande influência sobre seus alunos. “Para a época, ele era considerado um professor moderno, aberto e ao mesmo tempo, tranqüilo”. Apesar de sua formação ser na área de medicina preventiva, Letícia afirma que Rocco a influenciou no ensino básico. Hoje, Letícia é professora da Faculdade de Medicina da UFRJ e diz que a influência que Rocco exerceu em sua vida profissional estende-se, também, à área política. Na época em que ela estava na universidade, ele era presidente do Sindicato dos Médicos. Posso afirmar com tranqüilidade que comecei minha militância através da influência de Rocco”. Letícia define o perfil político de Rocco: “Ele era firme nos avanços, mas não era um radical. Ou seja, atendia bem ao perfil da categoria a qual representava”.

CÂMARA APROVA CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS E AUMENTO DE DESCONTO DOS SERVIDORES ATIVOS

Os inativos da União ganharam um presente de grego na véspera do Dia do Aposentado. A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta (20) o desconto para a Previdência dos aposentado e pensionistas da União. O governo, mas uma vez, optou por aumentar os impostos – cometendo uma tremenda injustiça com os inativos – ao invés de drenar suas despesas com agrados a parlamentares e pagamentos de juros das dívidas internas e externas ou promover uma caçada aos sonegadores. O Projeto de Lei 4.898/99, que segue para votação no Senado, cria a contribuição dos inativos e aumenta a dos servidores da ativa. Se aprovada, após sua promulgação, ela terá 90 para entrar em vigor.

AÇÃO CONTRA ATRASO NO PAGAMENTO

Continuando sua ofensiva contra o serviço público federal, o governo editou a medida provisória 1.757-50, de 13 de janeiro de 1999, determinando que o pagamento da remuneração será efetuado até o **quinto** dia útil de cada mês de competência. O atraso no pagamento de dezembro já havia sido um abuso. A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind havia obtido uma liminar garantindo o não desconto cumulativo do imposto de renda no mês de janeiro. Com a MP 1.757-50, o governo federal, na prática esvaziou nossa liminar. Agora estamos estudando as possibilidades jurídicas de questionarmos a nova MP, que entrou em vigor em janeiro, ocasionando mais prejuízos aos servidores federais.

O que diz o PL:

- ❑ A contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo, e dos pensionistas dos Três Poderes da União, será de onze por cento, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, do provento ou da pensão.
- ❑ Além desta contribuição, haverá um adicional de:
 - ❑ 9% sobre a parcela da remuneração de exceder a R\$ 1.200,00 até R\$ 2.500,00
 - ❑ 14% sobre a parcela da remuneração que exceder R\$ 2.500,00
- ❑ Esta contribuição será temporária. Vale até 31 de dezembro de 2002.
- ❑ Os inativos ou pensionistas que recebem até R\$ 600,00 estão isentos.
- ❑ Os inativos ou pensionistas com mais de 70 anos de idade ou servidor aposentado por motivo de invalidez que recebem até R\$ 3.000,00 também estão isentos.
- ❑ As contribuições passam a valer a partir de 1º de maio de 1999. Até lá, segue a contribuição vigente.

ALOJAMENTO: PAGAMENTO DE BOLSA-AUXÍLIO É NORMALIZADO

Na última sexta-feira (15) foi regularizado o pagamento da bolsa-auxílio alimentação aos estudantes do alojamento. Segundo a diretora do local, Vera Aguiar Dias, os tickets que vinham sendo distribuídos para suprir o atraso no pagamento do benefício, dando direito aos estudantes de almoçarem no restaurante Burguesão, não serão descontados. A diretora do Alojamento retifica que, ao contrário do que fora divulgado no boletim da Adufrj, o benefício vinha sendo pago com atraso de apenas alguns dias há cinco meses e não estava atrasado há cinco meses, conforme foi publicado na nota.

ASSEMBLÉIA DA ADUFRJ APROVA AÇÃO CONTRA CASSAÇÕES NO CONSUNI

Indignados com os atropelos cometidos contra o Conselho Universitário da UFRJ, os professores presentes à Assembléia Geral da Adufrj no dia 19 de janeiro, aprovaram uma moção autorizando a Diretoria do sindicato a estudar as medidas jurídicas cabíveis para garantirmos que a adequação da composição do Consuni à LDB não signifique a cassação de mandatos de conselheiros.

GT SOBRE ESTATUTOS DA UFRJ

Foi criado um grupo de trabalhos sobre propostas de estatutos para as universidades públicas brasileiras. Este grupo deverá aprofundar as questões mais relevantes e divulgar seus trabalhos. A participação é aberta a todos. Para maiores detalhes, os interessados deverão procurar a diretoria da Adufrj.

ASSEMBLÉIA APROVA DELEGAÇÃO PARA XVIII CONGRESSO DO ANDES-SN

A Assembléia Geral da Adufrj aprovou mudança do Tema 1 do XVIII Congresso do ANDES-SN. Inicialmente definido como “Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional”, a proposta do Tema 1 foi criticada por ser muito genérica e não apontar diretamente para uma pauta com desdobramentos políticos mais claros. A alteração aprovada foi a de que este espaço fosse reservado para discutir as “Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira”. Também foi escolhida a delegação da Adufrj: Roberto Leher, Raquel Goulart Barreto, da Faculdade de Educação; Roberto Houaiss, Patricia March Souza, da Escola de Belas Artes; Regina Pugliese, Maria Cristina M. da Silva, Rosanne E. Dias, Sandra Martins de Souza, do Colégio de Aplicação; Sara Graneman, Cleusa M. dos Santos, da Escola de Serviço Social; Leila R. Roedel do IFCS e José Miguel Bendrao Saldanha da Escola de Engenharia. Reunião da delegação será segunda-feira (25), a partir das 18 horas, na Escola de Serviço Social.

**ATO NACIONAL EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
DIA 29, ÀS 10H, HALL DA REITORIA DA UFRJ**

FASUBRA SINDICAL

Apoio: Andes, CUT/Rio, Sintufrj, Sintuff, Sintur, Asun-rio, Asuerj, Adufrj, DCE/UFRJ

CONSUNI QUE APROVARÁ NOVO ESTATUTO ESTÁ DEFINIDO

A composição do Conselho Universitário é marcada pela cassação dos mandatos de funcionários, estudantes, ex-reitores, sub-reitores e prefeito

Numa discussão difícil, permeada por acordos unilaterais e muita desconfiança, o Conselho Universitário da UFRJ definiu a sua nova composição adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (confira no www.alternex.com.br/~adufjrj). Os assentos foram definidos com base no acordo firmado entre alguns conselheiros e decanos, chamado de “Acordão”, e na proposta que fora encaminhada por um grupo de conselheiros nos últimos dias de dezembro ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A nova composição reduz a representação dos técnico-administrativos e dos estudantes de 11 assentos cada para apenas 5 e substitui as vagas dos sub-reitores de Patrimônio/Finanças e Pessoal/Serviços Gerais por dois ex-reitores. Para esta aprovação, foram necessárias três sessões consecutivas, realizadas nos dias 14, 19 e 21. Este Conselho Universitário, que deverá estar reunido já na próxima sessão, será o responsável pela reformulação estatutária da UFRJ.

O Acordão, cujo o documento encontra-se à disposição na homepage da Adufrj, marca o fim da oposição dos decanos à administração de Vilhena.

Técnicos e estudantes vão definir se participam desta nova composição

Após a definição da nova composição do Conse-

lho, uma pergunta estava no ar: dos conselheiros que tiveram seus mandatos cassados, quais fariam parte do novo Consuni? Os estudantes estão cépticos quanto ao processo. Não definiram sequer se aceitam participar desta nova composição. Até a próxima terça-feira (26), o DCE da UFRJ deverá ter uma posição oficial, inclusive sobre os representantes que ficarão no Consuni caso os estudantes resolvam participar do fórum.

Os técnico-administrativos farão uma reunião ampliada na próxima segunda (25) para definir com a categoria o que fazer. Em princípio, o Sintufjrj defenderá a proposta de participação no Consuni, mesmo com a representação diminuída.

Uma situação complicada é a dos ex-reitores. Adolpho Polillo, um dos membros mais assíduos do Conselho, já resolveu: pretende se despedir na próxima sessão. “Não posso conviver com esta situação”. Polillo cita a Constituição Federal “que é soberana” para defender o direito adquirido dos sete ex-reitores da UFRJ: “Nenhuma lei pode prejudicar o direito adquirido”. Um dos professores mais antigos da universidade, que tem orgulho de nunca ter faltado a nenhum dia de aula na Faculdade de Arquitetura, está perplexo com os desdobramentos que vêm sendo tomados na UFRJ. Ele caracteriza a cassação de mandatos como um tipo de violência na qual não pretende compactuar.

A diretoria da Adufrj acredita que apenas um processo de estatuinte amplo e democrático poderá realizar uma reforma estatutária que represente um salto positivo na história da universidade.

Acordão garante homologação de sub-reitores

Na primeira sessão (14), a principal deliberação foi a homologação dos sub-reitores. Nesta reunião, Vilhena contabilizou sua mais importante vitória. A partir daí, estava regularizada a administração do interventor. Esta

foi a moeda de troca para a realização do Acordão que reuniu nos dias 8, 11 e 12 alguns membros da comunidade sob o pretexto de se buscar um “entendimento”. Sem a presença de funcionários e estudantes, que concretamente tiveram seus mandatos cassados por Vilhena, o grupo redigiu um documento no qual está ratificado, inclusive, uma sugestão de composição do Consuni que previa a redução de mandatos.

Homologados os sub-reitores, que entraram na Sala do Consuni diante de um plenário virado de costas como forma de protesto, o próximo ponto de pauta seria a composição do Conselho Universitário.

Sobre este ponto, o plenário encaminhou à Comissão de Legislação e Normas as três propostas de composição: a do acordão, prevendo cassação de mandatos; a composição do Conselho de 1971 e o resultado do trabalho de um grupo designado pelo Consuni de 1998 que previa a ampliação do número de docentes (incluindo mais 5 professores adjunto).

A CLN apresentou o parecer na sessão do último dia 19, no qual afirmava que apenas a proposta apresentada pelo reitor era “perfeitamente adequada” às normas da LDB. Os conselhos realizaram uma votação na qual 17 foram a favor da proposta de cassação de mandatos e apenas 7 a favor da ampliação na representação docente. Diante deste placar, o conselheiro Oscar Rosa Mattos incluiu nos debates a proposta de composição que fora enviada por alguns conselheiros ao CNE no final de dezembro, que se diferencia da proposta do Acordão por retirar a representação de membros externos à universidade. O argumento do professor do Coppe é que esta proposta, formulada na presença de vários membros da comunidade, inclusive funcionários e estudantes, ou contrário da proposta do Acordão, poderia ter uma aceitação maior da comunidade.

Sessões que definiram composição são marcadas por apatia

A continuação do Conselho Universitário, na última quinta-feira (21), limitou-se, basicamente, a aprovar a nova composição. Percebeu-se, diante dos debates, que o Acordão havia sido definido por alguns, mas aceito, sem grandes questionamentos, pela grande maioria.

Em pauta, as sugestão de composição do Consuni: a que fora encaminhada ao CNE por alguns conse-

lheiros e a do Acordão. Depois de uma verificação de quorum sugerida por Vilhena, onde percebeu-se que a proposta do Acordão ganharia com facilidade, Oscar Rosa Mattos alterou a sua proposta de votação, solicitando que dois sub-reitores (os das áreas denominadas meio: Patrimônio/Finanças e Pessoal/Serviços Gerais) por dois ex-reitores. Esta proposta de composição foi aprovada por 25 dos 26

conselheiros presentes. Apenas Aloísio Teixeira foi contrário à proposta. Para o professor titular do CCJE, a cassação de mandatos é inadmissível. Inclusive, apesar de seu nome constar na lista do Acordão, Aloísio e Sylvia Vargas estão absolutamente fora desta negociata que garantiu a homologação dos sub-reitores de Vilhena e a cassação de mandatos legítimos da composição de 1998.

Entidades conseguem direito à fala por apenas cinco minutos

Um fato interessante marcou a segunda das três reuniões do Consuni. Diante do apelo de alguns conselheiros, as entidades representantes da comunidade universitária tiveram, por apenas cinco minutos, o direito de expressarem seus pontos de vista sobre as cassações de mandatos. Uma das defesas mais emocionadas pelo direito veio do ex-reitor Adolpho Polillo. Ele lembrou a todos que até os criminosos têm direitos à defesa. “Porque, então, não dar o direito à fala aos que foram cassados?”, questionou.

Diante dos apelos, e depois de ser esclarecido de que as entidades não fariam parte do debate mas teriam apenas um tempo para se pronunciarem, Vilhena acatou a sugestão.

Roberto Leher, presidente da Adufrj, lembrou que Conselho Universitário com a composição de 1971 era tão ilegal quanto qualquer um e alertou que um dia este procedimento poderia ser questionado pela comunidade. Para Adolfo Wagner, um dos representantes discentes com mandato cassado, o obscurantismo e a intolerância são as principais características da administração de Vilhena: “diminuí o poder de intervenção e o debate dentro do Conselho Universitário e propõe uma reforma que deve entrar em pauta no momento em que a universidade estará de férias, evitando, assim, a participação da comunidade”. Roberto Gambini, diretor do Sintufrj, marcou seu constrangimento por estar com o uso da palavra condicionado a momentos específicos do debate. Depois de criticar a atitude do Conselho e de Vilhena, passou a palavra a Carlos Maldonado que, além de representante dos técnico-administrativos no Consuni, fez parte da Comissão pela governabilidade formada no início de outubro para trabalhar adequação do estatuto à LDB. Maldonado se restringiu relatar o papel da comissão.

UFF QUER INCLUIR ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM SEU ESTATUTO

Autonomia, democracia e controle social. Estas três palavras ainda fazem parte do cotidiano universitário no outro lado da Baía de Guanabara. São esses os princípios que estão norteando a discussão da estatuinte na Universidade Federal Fluminense. Em direção oposta à violência na qual a UFRJ vem sendo submetida, o processo de reformulação do estatuto da UFF foi deflagrado no mês de agosto do ano passado. A convocação da estatuinte surgiu no Conselho Universitário após uma discussão sobre a necessidade de se adequar o estatuto vigente (da época da ditadura militar) às novas normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A partir daí, a comunidade vem discutindo permanentemente os rumos da instituição. Uma comissão foi eleita paritariamente pelo conjunto da universidade, onde todos os segmentos têm participação garantida: docentes, professores e estudantes. Desde a eleição destes representantes, no início de setembro, a comissão está em reuniões permanentes. Esta etapa, que deve se encerrar em meados de março, será substituída por um amplo debate dentro do Conselho Universitário. Os pontos polêmicos serão submetidos a um plebiscito dentro da instituição. A diferença de propostas e idéias entre a UFF e a UFRJ salta os olhos.

Comissão quer inverter o poder na instituição

Um dos integrantes desta comissão é a professora Cláudia March, que foi eleita para representar a Faculdade de Nutrição, na qual leciona no Departamento de Nutrição Social. Ela explica que o objetivo central da proposta de estatuto na UFF é a reformulação da estrutura da universidade. A grande mudança seria a implementação de uma gestão colegiada em todas as instâncias, desde os departamentos até a reitoria. Estes órgãos colegiados seriam superiores aos cargos administrativos. A comissão já entrou em acordo quanto à eliminação dos Centros. “Estamos querendo acabar esta estrutura. Este processo de centralização do poder nas mãos da reitoria seria revertido”, explica Cláudia. A representante da Faculdade de Nutrição, que também faz parte da diretoria da Associação de Docentes da UFF, antecipa outro ponto que será discutido, o orçamento participativo: “O orçamento passaria a ser elaborado através das Unidades, que se transformariam



em Unidades Gestoras. O planejamento elaborado por elas e pelos departamentos seria entregue às coordenadorias (de extensão, de planejamento e de orçamentos e finanças) que o encaminharia à reitoria e ao órgão máximo da universidade, o Conselho Universitário”. A integrante da comissão esclarece, inclusive, que o conselho universitário seria formado por câmaras técnicas. Os conselhos de ensino, pesquisa e o curador seriam extintos e fundidos no próprio Conselho Universitário.

Criação do Fórum Popular garante controle social

Sobre o controle social, a UFF dá mais um passo à frente. A comissão pretende incluir na estatuinte a formação de um Fórum Popular. O objetivo seria promover a discussão das políticas institucionais acadêmicas contando com a participação, inclusive, da comunidade externa à UFF. Este Fórum, que se reuniria periodicamente, também será responsável por promover uma avaliação da universidade.

Até esta semana, a comissão já havia aprovado o fim dos Centros e o princípio da gestão colegiada. A transformação das unidades gestoras e o orçamento participativo serão os próximos pontos de discussão.

Cláudia March não tem dúvidas sobre os pontos polêmicos da proposta que será encaminhada ao Conselho Universitário. A diretora da Aduff acredita que a inversão de poder que será proposto na estatuinte não deve ser bem aceito pelo atual conselho. “Este grupo faz parte do poder vigente da universidade”. Mas conta com a mobilização da comunidade para garantir uma reformulação profunda e democrática na Universidade Federal Fluminense.

ANDIFES MOSTRA QUE MENSALIDADE É INVIÁVEL

Dos estudantes de graduação das universidades federais, 46% cursaram escolas públicas antes do vestibular, contra 42% oriundos dos colégios particulares. Segundo relatório sobre pesquisa realizada pela Andifes, com um país campeão em concentração de renda, seria um absurdo cobrar mensalidades dos alunos das universidades públicas.

A chamada “grande” imprensa adora veicular que a grande maioria dos estudantes das universidades públicas, em especial, das federais, são “filhos da classe média alta”, mostrando estacionamentos lotados de carros “do ano” ou insinuando que a formação superior gratuita é um privilégio individual, sem nenhum compromisso social. O governo e muitos de seus partidários, volta e meia, apropriam-se destas imagens para defender o fim da gratuidade nas escolas públicas federais.

No final do ano de 1997, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) realizou uma pesquisa nacional onde fica evidenciado que nas Ifes não estudam somente alunos vindos de escolas privadas e que estes, muito menos, são em sua maioria pertencentes às classes B e A. Preocupado com a má utilização da imprensa sobre os dados da pesquisa com os estudantes, o professor do Instituto de Física e ex-reitor da Universidade de Goiás, Nelson Cardoso do Amaral realizou relatório onde ressalta a inviabilidade de cobrança de mensalidades aos alunos das universidades públicas.

De acordo com o relatório da pesquisa, a enorme desigualdade social existente no país pentacampeão em concentração de renda é definitiva para que seja considerada absurda qualquer tentativa de cobrar mensalidades dos

404.340 alunos de graduação e dos 66.306 pós-graduandos das universidades públicas brasileiras (dados de 1997).

A pesquisa da Andifes identifica os percentuais sócio-econômicos dos alunos dos cursos de graduação com critérios da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado - Abipeme. Nelson Cardoso os comparou com uma outra pesquisa realizada, com os mesmos critérios, incluindo moradores de nove grandes capitais brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, Curitiba, Fortaleza, Recife, Salvador e Brasília.

De acordo com o professor, verifica-se uma distorção entre o resultado da pesquisa com os estudantes e a feita com a população das grandes capitais. O resultado do trabalho do professor desnuda as reais condições dos estudantes. Se na pesquisa nacional, segundo os critérios da Abimepe, 13% dos estudantes pertencem à classe A, 43% à classe B e 31% à classe C; de acordo com a Marplan Brasil, empresa que pesquisou nas nove capitais, apenas 2% da população pertencem à classe A, 19% à classe B, 30% à classe C, 28% à D e 21% à E. Supondo que o perfil de renda familiar dos estudantes seja similar ao da população das grandes capitais, a comparação aponta para que mais da metade das famílias da classe B se situe com renda entre 7 e 30 salários mínimos, as da classe C entre 3 e 15 salários, da classe D entre 2 e 100 salários e E com renda menor que 1 e 5 salários mínimos.

Segundo o ex-reitor, se o ministro Paulo Renato resolvesse implementar aqui as orientações do Banco Mundial (Bird), como fez o governo Chileno, e tentar fazer uma receita de 30% dos orçamentos das federais a partir do dinheiro de seus alunos, as Ifes deveriam arrecadar com as mensalidades algo em torno de R\$ 1.8 bilhões (dados de 1997). Mesmo que os estudantes com renda entre 0 e 10 salários mínimos recebessem bolsas integrais, para atingir o nível de 30% do orçamento das instituições, cada família brasileira, para manter um estudante em uma universidade pública deveria pagar algo em torno de 22% de sua renda.

Em um país onde os 10% mais ricos acumulam 51,3% de toda a renda nacional e os 40% mais pobres têm que dividir míseros 7% da mesma renda, cobrar mensalidades de R\$ 330,00 a 1.980,00 por aluno é totalmente fora da realidade, de acordo com o relatório da Andifes. “Este estudo não deixa dúvidas sobre a impossibilidade de se obter esta meta do Bird num país em que a concentração de renda é tão elevada”, conclui o trabalho.

O universo da pesquisa é de 356.069 estudantes de graduação

A Experiência de Portugal

Em Portugal, a experiência de cobrança de mensalidade de alunos nas universidades públicas revela as distorções deste sistema. Segundo Nelson “Os portugueses parecem já terem se arrependido. Além de chegarem a conclusão que o valor arrecadado com os estudantes é muito pequeno para o custeio das instituições, há ainda as distorções individuais: os filhos dos verdadeiros ricos, com mais de 21 anos, não trabalham e acabam não declarando a renda de seus pais e com isso ganham gratuidade ou bolsas. Já os estudantes trabalhadores têm que declarar sua renda, que na maioria das vezes é o seu único sustento. Estes acabam pagando pelos outros”, comenta.

Simulação na UFMG

Os professores Jacques Schwartzman e Wagner Saleme da UFMG, no trabalho “A Controvérsia do Ensino Pago”, fazem uma simulação da cobrança de mensalidades na universidade. Os estudantes de famílias com renda de até 10 salários mínimos estariam isentos da cobrança. Os com renda entre 11 e 20 salários pagariam metade da anuidade, com exceção para os cursos da área da saúde. Somente os membros de famílias com renda superior a 20 salários mínimos estariam em condições de pagar a anuidade total em todas as áreas.

Dentro deste quadro 42,4% dos estudantes da UFMG estariam isentos do pagamento, 16% pagariam metade das mensalidades e 40,6% pagariam o total cobrado. O impacto desta “hipotética cobrança” nas contas da UFMG seria de apenas 8,9% do total do orçamento desta universidade, bem aquém dos 30% sugeridos pelo Bird.

Argumentos a favor da gratuidade incluem depoimento de Fernando Henrique

Segundo o trabalho, organizado pelo ex-reitor da Universidade de Goiás, professor Nelson Cardoso Amaral, os que defendem a cobrança de mensalidades nas federais argumentam que a gratuidade não teria tornado a educação superior acessível a todos, já que esta “se manteve como privilégio das camadas médias e altas da população”. Outro argumento seria que o dinheiro arrecadado com as mensalidades permitiriam “melhorar a qualidade dos serviços acadêmicos” ou que a educação superior é um investimento no indivíduo e que portanto deveria ser pago por este, ou ainda, que o pagamento de mensalidades resultaria em maior dedicação dos alunos aos estudos. A pesquisa realizada pelo Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantis da Andifes revela justamente o contrário destas e de outras falácias.

De acordo com Nelson, o próprio presidente Fernando Henrique contra-argumentou, em 1991, as teses do ensino público privado lembrando em artigo na Folha de S. Paulo (21/03) que se as universidades públicas são frequentada pelos filhos dos “ricos” a solução é melhorar o ensino público em todos os níveis. “É tão pouco certo que só haja ricos nas universidades oficiais”, dizia o ainda não convertido senador. Na verdade, 46% dos calouros são oriundos das escolas públicas, contra 42% dos que cursaram algum colégio particular.

Outras defesas

Nelson Maculan Filho, em artigo no jornal O Globo (09/03/91) comentou que nos Estados Unidos, “onde o ensino superior é pago pelos estudantes, pode-se constatar que o total das taxas e mensalidades provenientes deste pagamento não ultrapassa 10% das despesas gerais das universidades. (...) Assim sendo, 90% das despesas com educação superior nos Estados Unidos estão a cargo de seu Governo”.

José Martins Filho, lembrou, também em artigo, na Folha de S. Paulo (10/06/96), que uma pesquisa feita na Unicamp, mostra que 18,7% dos estudantes poderiam ser considerados ricos, 47,17% são membros da classe média e 37,1% são pertencentes a famílias com renda entre dois e 15 salários mínimos. “Um indicador importante é que, da totalidade destes ingressantes, quase 40% vêm da escola pública”.

Critérios da Abipeme para definir as classes de A a E

Itens de posse	Não tem	1	2	3	4	5	6 e +
Automóvel	0	4	9	13	18	22	26
Televisor em cores	0	4	7	11	14	18	22
Banheiro	0	2	5	7	10	12	15
Empregada mensalista	0	5	11	16	21	26	32
Rádio (excluído do carro)	0	2	3	5	6	8	9
Máquina de lavar roupa	0	8	8	8	8	8	8
Vídeo-Cassete	0	10	10	10	10	10	10
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6
Geladeira comum e/ou freezer	0	7	7	7	7	7	7
Computador	-	-	-	-	-	-	-
Televisor branco e preto	-	-	-	-	-	-	-

Pontuação das classes sociais

Classe	Critério Abipeme
A	89 e +
B	59 e 88
C	35 e 58
D	20 e 34
E	0 e 19

Pesquisa nacional com os estudantes

No Brasil: Classe	%
A	13
B	43
C	31
D	10
E	3

Pesquisa nas principais capitais

Nove capitais	%
A	2
B	19
C	30
D	28
E	21

O que os estudantes deveriam pagar, segundo o Bird

Faixa em Salários Mínimos	Salário Médio (R\$)	Valor hipotético das mensalidades em R\$, em média
<1	60,00	-
1 e 2	180,00	-
2 e 3	300,00	-
3 e 5	480,00	-
5 e 7	720,00	-
7 e 10	1.020,00	-
10 e 15	1.500,00	330,00
15 e 20	2.100,00	462,00
20 e 25	2.700,00	594,00
25 e 30	3.300,00	726,00
30 e 40	4.200,00	924,00
40 e 50	5.400,00	1.188,00
>50*	9.000,00	1.980,00

* Considerou-se a faixa até 100 SM para a obtenção do valor médio

Apenas 25% dos jovens nasceram no Estado da Universidade onde estudam e apenas 20% moravam neste local antes de ingressar na universidade. A pesquisa da Andifes revelou que o aumento de despesas, com mensalidades, por exemplo, pode diminuir a migração interna promovida pela oportunidade que se oferece aos jovens de regiões menos desenvolvidas de estudarem nos grandes centros e, se possível, retornar ao seu local de origem para aplicar seus estudos propiciando melhorias às regiões.



Fonte: Andifes

BRESSER DÁ INÍCIO AO DESMONTE DO CNPQ

O novo ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, a pedidos do Presidente Fernando Henrique, assumiu também a presidência do CNPq e pretende desmembrar a instituição. A justificativa do governo é aumentar a “eficiência” para aumentar a capacidade científica do país.

A medida gerou protestos da comunidade científica que se manifestou através da lista virtual criada pelo Jornal Ciência Hoje, na Internet.

A proposta preliminar do ministro envolve a criação de três vice-presidências científicas em uma vice-presidência de Gestão, que será ocupada cumulativamente pelo Secretario-executivo do MCT e cuidará das questões financeiras. As presidências científicas serão de Ciências Exatas e Engenharias, de Ciências da Vida e Biotecnologia e de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Seus titulares também serão responsáveis pela política de fomento e deverão ser escolhidos “entre os membros de competência reconhecida dentro da comunidade científica brasileira”. Terão total autonomia para gerenciar programas e conceder bolsas e auxílios sob suas responsabilidades.

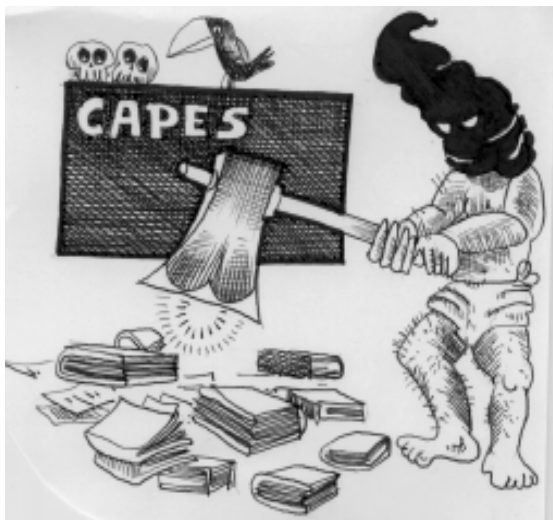
Os institutos de pesquisa ligados ao CNPq seriam transferidos para o ministério, separando as atividades de fomento da pesquisa. De acordo com o JC, a Finep também deverá passar por uma reestruturação.

O ministro deverá apresentar a sua proposta final de reorganização da agência ao presidente da República até 6 de fevereiro. Para isso conta com uma comissão assessora formada por treze cientistas, entre eles o até então presidente do CNPq, José Galizia Tundizi,

Um dos temores da comunidade é que com a mudança os pesquisadores fiquem restritos a uma única fonte de financiamento.

O CNPq passaria a financiar todas as pesquisas a fundo perdido, o MCT definiria a execução de pesquisas de competência dos institutos especializados e a Finep financiaria somente projetos através de empréstimos, funcionando como um banco. A lista do JC está no site da SBPC (www.sbpcnet.org.br).

CAPES CORTA ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E REVISTAS



A Capes vai reduzir, em 1999, de 21 milhões para 7 milhões a verba para as assinaturas de periódicos nas universidades federais de todo o país. A idéia é proibir a duplicação de títulos. Com isto a comunidade só terá acesso a uma assinatura de cada revista, alocada em apenas uma universidade.

Os demais títulos assinados por mais de uma instituição serão alocados segundo a sua participação histórica na biblioteca em questão.

A Capes justifica que, se fossem renovadas todas as assinaturas em 99, seriam necessários cerca de US\$ 24 milhões. Segundo a agência, todos os títulos de periódicos de referência tiveram suas assinaturas mantidas. Foram adquiridos 9.264 títulos num total de 12.182 assinaturas. De acordo com a Capes, as bibliotecas “comtempladas” deverão assumir um compromisso com a comunidade acadêmica de permitir o acesso a todos os seus periódicos.

Na disputa pelas assinaturas estão concorrendo todas as instituições, inclusive as universidades católicas e privadas, mas a Capes contemporiza e sugere que as “IES públicas são as que reúnem maiores condições do que as IES particulares para acolher as assinaturas”. Salve-se quem puder.

Reunião com professores estrangeiros

Dia 2 de fevereiro às 18 horas, na Escola de Serviço Social, com a presença da assessoria jurídica.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO

CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: ADRIANA GOMEZ

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufjrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufjrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufjrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

URGENTE

A Assessoria Jurídica da Adufrj teve reconhecido um Mandado de Segurança Coletivo, determinando que o pagamento do salário de janeiro seja feito ainda este mês. Medida idêntica foi obtida pela Procuradoria da República. É possível a cassação destas liminares.

Vilhena abandona sessão do Consuni

A última sessão do Conselho Universitário foi interrompida abruptamente pelo reitor durante o pronunciamento de um estudante de pós-graduação. Irritado com a postura ditatorial de Vilhena e com a apatia dos conselheiros diante dos desmandos do reitor, o representante dos discentes da pós-graduação afirmou que o Consuni “era uma grande palhaçada orquestrada pelo palhaço mor”, referindo-se ao reitor. Destemperado, Vilhena se retirou da sala, encerrando a sessão.

Estudantes e funcionários resolveram participar do “novo” Conselho Universitário. A representação de cada um destes segmentos foi reduzida de 11 para cinco. Este Consuni terá uma grande responsabilidade pela frente: levar até a comunidade a discussão sobre o estatuto da UFRJ. Esta tarefa não será fácil, uma vez que José Henrique Vilhena deixou bem claro na última reunião do Consuni, realizada na quinta-feira (28), que qualquer proposta deverá ter como base o projeto apresentado por ele anteriormente. Neste pacote, que introduz mudanças profundas na instituição, está prevista, dentre outras arbitrariedades, uma nova carreira docente e técnico-administrativa (veja a proposta no Jornal da Adufrj de 22 de janeiro). Vilhena quer aprovar o novo estatuto até 8 de abril, data apresentada por ele ao Mec. Só aceita alterações neste calendário se forem “de poucos dias”.

Todas as propostas que se afastavam do objetivo central de Vilhena - que é aprovar, o mais rápido possível a proposta de estatuto elaborada por sua comissão - foram rejeitadas pelo reitor. Nem sequer entravam em votação. Vilhena não aceitou discutir a possibilidade de separar a discussão da adequação à LDB da elaboração de um novo estatuto, e chegou a afirmar: “Agora que estamos conseguindo discutir conteúdo, vocês querem prejudicar o processo”. Esta desvinculação faz parte de um encaminhamento feito pelos professores titulares do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). O entendimento destes professores é adequar, emergencialmente, o atual estatuto à LDB e depois, abrir os debates sobre o novo estatuto.

Inclusive, para o decano do CCJE, Carlos

Lessa, os problemas da UFRJ não estão vinculados ao estatuto, mas, principalmente, à falta de transparência interna quanto ao orçamento e à falta de horizontalidade entre os cursos que a compõem.

Os professores titulares do Centro de Ciências da Saúde (CCS), em proposta específica, admitem que a reitoria e a comissão de notáveis não são suficientes para definir o novo estatuto. No texto, indicam que “a discussão do novo estatuto (a grande reforma) precisa envolver extensamente todos os segmentos da UFRJ”. Esses professores propõem a criação de uma comissão que seria encarregada de definir cinco grandes temas a serem discutidos por toda a UFRJ.

Vilhena tem pressa

Na abertura da sessão, Vilhena chegou a ler a pauta de discussão para o debate do estatuto. Os quatro temas considerados pela reitoria como fundamentais são: Universidade e Sociedade; Avaliação Interna e Externa; Estrutura; e Carreira Docente e Técnico-administrativa. O sub-reitor de pós-graduação, Antônio MacDowell de Figueiredo, sugeriu a inversão da discussão sobre carreira e estrutura, por acreditar que somente após as alterações nas carreiras seria possível ter uma definição sobre a estrutura. O objetivo de Vilhena era encerrar a sessão desta quinta com temas para o debate sobre o estatuto definidos. Mas alguns conselheiros reivindicaram a separação da discussão do estatuto com a adequação à LDB.

Ex-reitor se despede do conselho

Na abertura da sessão, o ex-reitor

Adolpho Polillo anunciou que não se sentiria mais obrigado a participar do Conselho Universitário. Polillo já havia anunciado esta decisão ao jornal da Adufrj após a sessão que definiu a cassação dos mandatos de ex-reitores.

Na despedida de Polillo, a reação de alguns conselheiros foi patética: depois de terem cassado a representação dos ex-reitores no Consuni, aceitando a interpretação de Vilhena na qual ex-dirigentes não são considerados docentes, prestaram homenagens ao ex-reitor. Alguns pediram que ele ficasse. Até o sub-reitor de pós-graduação destacou a importância acadêmica de Polillo para a universidade.

Ambigüidades a parte, a atitude de Polillo pode ser considerada como um protesto às atitudes arbitrárias que vêm sendo tomadas pela nova administração da UFRJ.

Nova composição dos técnico-administrativos e dos estudantes

Funcionários:

Ana Maria de A. Ribeiro – João Eduardo do N. Fonseca (suplente); Carlos Maldonado – Neuza Luzia Pinto (suplente); Lenin Pires – Agnaldo F.da Silva (suplente); Marlene Gonçalves Ortiz – Eduardo Nazareth de Paiva (suplente); Roberto Gambini – Eleonora Ziller Camenietzki (suplente)

Estudantes:

João Carlos Madureira – Diego Tinoco (suplente); Luciano da Cruz Mendonça – Glauce Magalhães (suplente); Eduardo Leite Villaça – Leandro Metidieri (suplente); Vladimir Morcillo – Vitor Rezende (suplente)
Pós-graduandos – Diego Bevilacqua e Samuel Campos

Próximo Conselho Universitário da UFRJ
2 de fevereiro – 9h

No último Boletim da Adufrj incluímos os nomes dos professores Sylvania Vargas e Aloísio Teixeira como signatários de um documento que circulou na UFRJ na semana anterior, que ficou conhecido como “Acórdão”. Sylvania Vargas informou à redação do nosso Jornal que foi convidada para uma reunião com uma pauta bastante ampla sobre a universidade, mas que se encontrou com uma articulação com a qual não concordava. O prof. Aloísio Teixeira esclarece que não endossa nenhuma proposta que implique na exclusão de mandatos de conselheiros.

Governo assalta servidores

OAB e partidos de oposição entram com Ação de Inconstitucionalidade contra descontos para previdência de servidores, aposentados e pensionistas

O Senado Federal referendou o projeto de Lei aprovado na Câmara dos Deputados que aumenta a contribuição previdenciária de servidores ativos e permite a cobrança do imposto aos aposentados e pensionistas. O impacto nos vencimentos dos funcionários pode chegar a 39% de redução salarial. Os servidores que recebem R\$ 2.000,00, por exemplo, descontarão R\$ 413,20 de previdência e Imposto de Renda.

A nova lei foi aprovada pelos senadores na última Terça-feira (26) e deverá entrar em vigor a partir de maio. A medida que reduzirá os salários e proventos mais de 1 milhão de funcionários e aposentados faz par-

te do pacote do governo para “tapar” o rombo das contas públicas, patrocinado principalmente pela política recessiva instalada no país a partir do Plano Real, em 1995. Ao todo serão retirados dos servidores R\$ 2,5 bilhões para o “ajuste fiscal”.

Os partidos de oposição (PT, PC do B, PDT, PSB) e a OAB vão entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade contra os descontos, baseada na redução da remuneração dos trabalhadores. Este tipo de ação não pode ser requerida por entidades sindicais, mas somente por associações ou partidos. O Andes-SN e as seções sindicais apoiam a iniciativa.

Congresso aprova cortes para fazer o ajuste e manter o Real

De onde sairão R\$ 26,1 bilhões (95,2% do ajuste) que o governo prometeu ao FMI	
Reforma da Previdência	R\$ 3 bi
Depósitos Judiciais	R\$ 5,1 bi
Aumento da Cofins (imposto de empresas para a seguridade social)	R\$ 1,4 bi
Aumento do IOF	R\$ 1,9 bi
Contribuição Social sobre o Lucro das empresas	R\$ 2,1 bi
Privatização da Telebrás	R\$ 1,4 bi
Contribuição de servidores e inativos	R\$ 2,5 bi
Cortes no Orçamento de 1999 (incluindo setores da Educação e Saúde)	R\$ 8,7 bi
Medidas que faltam, como aumento da CPMF, vão abocanhar mais R\$ 1,3 bilhão para a manutenção do Real.	

Fonte: O Globo

Impacto do aumento do desconto para a Previdência somado ao Imposto de Renda									
Servidores Ativos					Inativos e pensionistas				
Remuneração	Contribuição	Imposto de Renda	Total	%	Remuneração	Contribuição	Imposto de Renda	Total	%
900,00	99,00	0	99,00	11	600,00	0	0	0	0
1.200,00	132,00	28,20	160,20	13	900,00	33,00	0	33,00	4
1.500,00	192,00	61,20	253,20	17	1.200,00	66,00	35,10	101,10	8
2.000,00	292,00	121,20	413,20	21	1.500,00	126,00	71,10	197,10	13
2.500,00	392,00	219,70	611,70	25	2.000,00	226,00	131,10	357,10	18
3.000,00	517,00	322,82	839,82	28	2.500,00	326,00	237,85	563,85	23
4.000,00	767,00	529,07	1.296,07	32	3.000,00	451,00	340,97	791,97	26
5.000,00	1.017,00	735,32	1.752,32	35	4.000,00	701,00	547,22	1.248,22	31
6.000,00	1.257,00	941,57	2.208,57	37	5.000,00	951,00	753,47	1.704,47	34
7.000,00	1.517,00	1.147,82	2.664,82	38	6.000,00	1.201,00	959,72	2.160,72	36
8.000,00	1.767,00	1.354,07	3.121,07	39	7.000,00	1.451,00	1.165,97	2.616,97	37
					8.000,00	1.701,00	1.372,00	3.073,22	38

Fonte: Folha de S. Paulo

Andes-SN exige demissão de Malan e Paulo Renato

Os presidentes do Andes-SN, da Fasubra e do Sinasefe entraram com um pedido de impeachment dos ministros Pedro Malan e Paulo Renato junto ao Supremo Tribunal Federal.

A iniciativa é uma forma de chamar a atenção da população sobre os abusos cometidos pelo governo federal em relação ao não pagamento dos precatórios às universidades federais. Segundo a diretoria do Andes-SN, a intenção é denunciar o total descaso do governo com as universidades e com as categorias, que aguardam pelo dinheiro para pagamento de ações ganhas (em todas as instâncias) e já incluídos no orçamento de 1997 e não pagas até o último dia útil de 1998.

Segundo a assessoria jurídica da Adufrj, esta situação de não pagamento dos precatórios é anticonstitucional e os governantes estão passíveis de serem condenados por crime de responsabilidade. Mesmo que o STF emita parecer contrário ao pedido de impeachment, a medida é importante para denunciar a quebra do Estado de Direito no Brasil. Internacionalmente, os precatórios são considerados uma “sobre-pena” para aqueles que tiveram seus direitos violados pelo Estado. O Brasil é um dos poucos países em que se permite que o Estado não cumpra com as decisões jurídicas e use o precatório com forma de adiamento do pagamento de ações devidas.

Esta semana, o Congresso Nacional aprovou por 301 votos de deputados e 48 senadores contra 81 deputados e sete senadores os cortes no Orçamento da União de 1999 que irão afetar em cheio os setores sociais. O valor global do orçamento é de R\$ 201,2 bi. Foram destinados para o refinanciamento da dívida pública R\$ 284,2 bi e R\$ 91,9 bi para o pagamento de encargos financeiros da União. As universidades também serão prejudicadas.

Abono 98 A assessoria jurídica da Adufrj informa que já esgotaram-se todas as medidas cabíveis para que a UFRJ cumpra com a decisão da Justiça e pague o abono. O dinheiro existe (o Mare já abriu rubrica no orçamento da UFRJ), a documentação “perdida” pela reitoria já foi recuperada e o reitor não se digna a pagar os professores. A última desculpa foram os cortes no orçamento das universidades.

“A UNIVERSIDADE ESTÁ SOFRENDENDO GRANDE PRESSÃO DE ORGANISMOS EXTERNOS”

Com esta declaração, Vilhena praticamente confessa que esta sob o comando do Mec e do governo federal para reformar a universidade, páginas 4 e 5



Fotos cedidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Homenagem aos trabalhadores da Ford

Pela primeira vez, uma montadora anuncia cortes em massa e volta atrás. Os trabalhadores da Ford conseguiram, a partir de um movimento que há muito tempo não se via no sindicalismo brasileiro, reverter 2.800 demissões e garantir o sustento das famílias que dependem destes salários. Com a vitória, a CUT conseguiu derrubar o mito de que as demissões e o desemprego são inevitáveis durante a crise.

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE: O ARTIGO PRIMEIRO

O primeiro artigo do estatuto da universidade deveria ser :

“ O acesso ao ensino publico superior, gratuito e de qualidade é um direito de todos os cidadãos brasileiros. Cabe ao Estado brasileiro assegurar os meios para o pleno cumprimento deste direito fundamental e à Universidade Publica garantir sua execução.”

Um dos fatos mais marcantes do mundo contemporâneo é o crescente papel da ciência, da tecnologia, da cultura, do conhecimento em geral, na vida cotidiana e nas relações entre pessoas, nações, continentes. As transformações profundas que atingem a todos, muitas ocorridas num curto intervalo de tempo, estão direta ou indiretamente ligadas aos avanços que o enorme acúmulo de conhecimentos proporcionou.

O outro fato de fundamental importância é que os frutos do progresso da humanidade não estão igualmente distribuídos entre seus membros. É com grande inquietação que vemos a deterioração da qualidade de vida de largos segmentos da população, de continentes inteiros condenados a pobreza, dos conflitos bélicos crescentes, da própria degradação da vida sobre o planeta.

É exatamente neste quadro contrastante, de enormes progressos e de inaceitáveis retrocessos, que o direito aos frutos do que a humanidade acumulou de melhor nos últimos séculos deve ser reafirmado como um

direito básico, fundamental, universal. Sua negação, direta ou indireta, implica na concepção de que existem cidadãos de primeira e de segunda categorias, alguns com mais direitos do que outros, ou de que existem diferenças biológicas que tornam alguns mais aptos, outros menos, ao exercício da cidadania. Neste sentido, a exclusão ou a simples adaptação a cursos universitários de segunda categoria, de um amplo setor de nossa juventude, em nome dos ditames das “ regras do mercado econômico” constituem um verdadeiro crime contra a humanidade. Privar um jovem do acesso à cultura, à educação, ou enganá-lo com cursos profissionais duvidosos, caros e inúteis é privá-lo de uma vida plena. Se não é, deveria ser um crime, previsto em lei.

A exclusão ou a simples adaptação a cursos universitários de segunda categoria, de um amplo setor de nossa juventude, em nome dos ditames das “ regras do mercado econômico” constituem um verdadeiro crime contra a humanidade. Privar um jovem do acesso à cultura, à educação, ou enganá-lo com cursos profissionais duvidosos, caros e inúteis é privá-lo de uma vida plena. Se não é, deveria ser um crime, previsto em lei.

Também é importante a reflexão sobre o papel do Estado e de suas obrigações em relação a seus membros. Se aceitamos participar de uma coletividade, se transferimos poder a este ente abstrato tornando-o real, se pagamos impostos é fundamentalmente para termos certos direitos garantidos que nos permitam uma vida digna. Ensino, saúde, segurança, emprego são apenas as obrigações mínimas que o Estado

deve assumir. Novamente é importante reafirmarmos estas questões de principio num quadro em que o Estado brasileiro é assaltado pelos interesses privados locais e internacionais. Não é um acaso que todas as ações políticas do governo apontem no sentido de reduzir suas despesas com os investimentos no setor publico. E é importante dizermos que não pagamos impostos para garantir os lucros dos especuladores.

A reflexão sobre o artigo primeiro do estatuto da univeridade reflete as diferentes concepções ideológicas sobre o mundo contemporâneo. Ou a educação superior é um direito universal e obrigação do Estado, ou pertence a alguma elite que dela fará o que quiser em seu proveito, regida pelas leis e regras do mercado globalizado. A primeira opção é difícil, pois aponta para um mundo novo, ainda não construído. A segunda é mais concreta. Está mais estabelecida. Tem o apoio dos grandes centros de domínio. Atrai milhões de pessoas. Mas só contempla alguns, com um preço amargo.

A responsabilidade das decisões que tomarmos na elaboração de um novo estatuto são enormes. Isto torna ainda mais essencial o debate e o amadurecimento destas decisões. Em hipótese alguma podemos aceitar que as conveniências políticas da atual administração estejam acima dos interesses maiores que a universidade pública brasileira merece.

É importante dizermos que não pagamos impostos para garantir os lucros dos especuladores

Escândalo

Banco Central vai para as mãos de especulador

“Ao indicar o senhor Armínio Fraga, funcionário e escudeiro de confiança do megaspeculador George Soros, o governo pretende sinalizar com clareza: basta de intermediários, vamos logo colocar a raposa para tomar conta do galinheiro”

CUT

Pisou em Brasília o vice-presidente do FMI, caiu o presidente do Banco central brasileiro.

Para o seu lugar foi indicado um colaborador direto, nos EUA, do megainvestidor George Soros. Aquele investidor que propôs que a receita com as futuras privatizações fossem dadas como garantia aos empréstimos. Em nota divulgada no dia 2 (dia da saída de Francisco Lopes), a CUT faz duras críticas ao anúncio do Banco Central. Dz o texto que a medida significa “subordinação do governo aos investidores internacionais” vai passar a definir a execução da política econômica.

Fonte: Boletim diário da CUT/RJ



ANDES PREPARA PROJETO PARA UNIFICAR CARREIRAS

Um dos pontos que a categoria não abre mão é a manutenção do ingresso na carreira por concurso público

O movimento docente esteve representado no encontro de cinco grupos de trabalho do Sindicato, dia 21 de janeiro, em Brasília. Na reunião, que contou com a participação de mais de 60 professores dos GTs Carreira, Verbas, Seguridade Social, Formação Sindical e Política Educacional, foi elaborado um anteprojeto de Lei que unifica as carreiras de magistério superior com a dos professores do ensino básico, técnico e tecnológico das escolas e universidades federais.

A iniciativa de reunir os GTs surgiu no encontro do Sindicato sobre ensino de I e II Graus das Ifes, ocorrido na UFRJ, em outubro de 98. A discussão sobre carreira nas instituições públicas tornou-se para o movimento docente uma questão vital, principalmente após as declarações governamentais sobre a criação de novas carreiras possibilitadas com uma possível regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal (que trata da autonomia) ou até sem ela, bastando a concretização da reforma administrativa.

No encontro dos GTs foi lembrada a situação da UFRJ, onde o Mec, utiliza-se de um reitor escolhido à revelia da comunidade e propõe um ensaio de reformas estatutárias. Propostos pela reitoria da UFRJ, as carreiras temporárias, a instabilidade, o ingresso sem concurso e a dissociação clara entre unidades voltadas para o ensino de núcleos de pesquisa são defendidos com ardor pelos que apostam no desmonte.

A proposta do Mec de separar em uma só carreira os professores das escolas técnicas, desvinculando-os da carreira de magistério superior é também uma ameaça à constituição de uma carreira unificada.

Estes exemplos deverão ser balizadores das ações do movimento docente, pelo menos até o próximo Congresso Nacional do Andes-SN, a ser realizado em Fortaleza, de 25 de fevereiro a 1 de março. No Congresso, o texto elaborado pelos GTs e o anteprojeto de Lei deverão ser submetidos à apreciação da categoria.

O projeto do Andes para a carreira

Pela minuta do anteprojeto do Andes, a carreira unificada compreenderá as classes de Professor Titular, Associado, Adjunto Assistente e Auxiliar, sendo que cada classe compreenderá quatro níveis, exceto a de Titular, com um só nível. Na prática, isto significa a transposição direta dos professores de 1º e 2º graus para a carreira de terceiro grau. A única diferença é a inclusão da classe do Professor Associado que, segundo o documento dos GTs, avança no sentido da implantação da Carreira Única do Andes.

A carreira unificada do magistério deverá manter todos os direitos adquiridos pelos professores em relação ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (Pucrce). Os docentes oriundos da carreira do magistério superior serão reenquadrados para a carreira unificada nas classes e níveis de denominação idêntica aos ocupados no momento que for promulgada a lei. Os professores da carreira de 1º e 2º graus serão reenquadrados seguindo alguns critérios específicos (veja quadro).

Os GTs recomendaram ao movimento docentes que sejam discutidas no Congresso as questões relativas à situação dos aposentados na nova carreira, o enquadramento dos professores atualmente em final de carreira no 1º e 2º graus, que não tenham titulação e a inclusão na carreira unificada da gratificação para aperfeiçoamento, que existe na atual carreira dos níveis fundamental e médio.

A íntegra do anteprojeto de carreira unificada proposto pelo Andes e que será um dos pontos de discussão do Congresso de Fortaleza se encontra na homepage da Adufrj (www.alternex.com.br/~adufrij).

- A proposta de enquadramento dos professores de 1º e 2º graus na carreira unificada:**
- Os docentes com graduação em curso superior ou especialização serão reenquadrados como Professores Auxiliares
 - Os docentes com grau de mestre serão reenquadrados como Professores Assistentes
 - Os docentes com grau de doutor e os livre-docentes serão reenquadrados como Professores Adjuntos
 - Os docentes enquadrados como titulares nas carreiras originais permanecerão como titulares

Secretário do Mec diz que governo deve retirar emenda da autonomia

Em audiência com diretoria do Andes-SN, o Secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta disse que o Ministério não necessitará mais da Emenda Constitucional 370 para alterar a autonomia das universidades e deverá retirar a Pec do Congresso. O Secretário disse ainda que o Mec está reelaborando o projeto de Autonomia “à luz das mudanças” aprovadas pelas reformas administrativa e previdenciária. Disse também que não pretende transformar as universidades em organizações sociais. A avaliação da diretoria do Sindicato é que, antes de enviar seu projeto ao Congresso, o Mec deverá ouvir as entidades (Andes, UNE, Fasubra e Andifes). Não precisando mais da Pec, o governo buscará “caminhos legais mais fáceis”, via regulamentação infraconstitucional, para implementar seu projeto de autonomia. A diretoria do Andes pretende encaminhar ao Congresso de Fortaleza, uma proposta de construção de um projeto de das entidades para a regulamentação da autonomia universitária “levando em consideração quatro pontos: regime jurídico, garantia do financiamento público, gestão democrática e avaliação”.

Esta proposta não encontra ecos em boa parte do movimento docente que avalia que a autonomia das universidades é auto-regulamentada pelo artigo 207 da Constituição Federal e qualquer proposta de lei ordinária poderá servir de pretexto para que o governo desobrigue a União do financiamento do ensino superior público. A orientação de que não existe a necessidade de regulamentação do artigo 207 já foi referendada em diversos congressos da categoria.

Ged

O Sindicato cobrou do Mec o pagamento do aumento de 10% da Ged, o que teria sido um compromisso do governo com a diretoria do Andes-SN, pouco antes do final da greve do ano passado. Segundo a diretoria, o secretário reconheceu o compromisso e pediu um prazo de uma semana para responder oficialmente sobre o assunto. Quanto aos recursos da avaliação da Ged, o Andes disse haver cerca de 1200 professores das universidades federais que não receberam a gratificação. O Mec reconheceu os abusos e disse que não há como pagar os 100% da Ged para todos os professores, contrariando uma reivindicação da categoria. O Andes comunicou ao Mec que deverá entrar com uma ação judicial para o pagamento de 100% da Ged para os aposentados.

Bolsas de 1º e 2º graus

Os assessores do Mec disseram que as bolsas continuarão a ser pagas até que se implemente uma nova carreira para os professores de 1º e 2º graus.

“A UNIVERSIDADE ESTÁ SOFRENDO PRESSÃO DE ORGANISMOS EXTERNOS”

Vilhena reconhece a pressão externa durante sessão do Conselho Universitário

Eleição das Comissões especiais do Conselho Universitário, extensão dos prazos para a discussão do estatuto da universidade e envio à Comissão de Legislação e Normas (CLN) e pedido de estudo sobre as modificações do estatuto atual para contemplar a Lei de Diretrizes e Bases. Este foi o saldo de duas sessões do Consuni, realizadas na terça-feira (2) e na quinta-feira (4). Os conselheiros extrapolaram o tempo regimental de três horas e meia debatendo os mecanismos que garantirão o debate sobre o novo estatuto.

Na sessão de terça, 24 conselheiros apresentaram um pedido de preferência para votação de uma proposta que desvincula a elaboração do novo estatuto das adequações à LDB.

Os argumentos baseavam-se na proposta dos professores titulares do CCJE que pretende garantir à comunidade o tempo necessário para um debate profundo sobre as novas regras que regerão a instituição.

A reitoria – que até então defendia a data para o término da discussão em 8 de abril – não considerou este pedido e encerrou a sessão sob o pretexto de que o tempo regimental havia se esgotado. Vilhena chegou a dizer que a votação poderia ocorrer na sessão seguinte. O que não aconteceu.

Um ponto marcante da sessão de terça foi o desabafo do reitor da UFRJ que gerou espanto. Vilhena afirmou que está sofrendo pressão de organismos externos: “A universidade está sofrendo uma pressão grande de organismos externos. Ela significa para o sistema alguma coisa bem fundamentada”. A declaração foi considerada por muitos uma confissão de que a reitoria está seguindo as orientações do Mec.

Reitoria quer evitar participação da comunidade

Antes mesmo da sessão de quinta-feira (4)

começar, uma articulação envolvendo reitoria e demais conselheiros já havia garantido a extensão dos prazos da elaboração do estatuto. A reitoria aceitou ampliar os prazos de abril para junho, embora vários conselheiros ainda achem o período curto para mobilizar a comunidade sobre os temas propostos (veja quadro).

A proposição da reitoria, defendida energicamente pelo sub-reitor de pós-graduação Antônio Figueiredo, pretende excluir a comunidade das discussões sobre a estatuinte. Ficou evidente a intenção de limitar a participação da comunidade nas discussões. Vilhena pretende mandar para o Mec, com a máxima urgência possível, um parecer sobre autonomia universitária, tema que será debatido no Congresso Nacional a partir de março.

Para viabilizar seus planos, a reitoria absorveu parte da proposta dos professores do CCS. Trata-se de criar uma comissão que ficaria responsável por elaborar os textos provocativos que nortearão os debates junto à comunidade. Esta comissão terá também a tarefa de recolher as propostas apresentadas pela instituição antes de submetê-las novamente ao Consuni para aprovação. A proposta seria concluída no mês de junho. Ou seja, em quatro meses, a UFRJ terá de se pronunciar sobre temas complexos como carreira e relação da universidade com a sociedade. Levando-se em consideração que em março e abril é período de férias, o processo está comprometido. Para Figueiredo, independente da opinião comunidade, as discussões têm que continuar no

Consuni.

Os representantes dos técnico-administrativos apresentaram outra proposta, aprovada no congresso da categoria. O texto prevê calendário de discussões, temas a serem discutidos e, sobretudo, a participação efetiva da universidade através de um colegiado estatuinte. Os trabalhos terminariam em outubro de 1999, os meses de férias seriam considerados.

Vilhena aceitou um dos itens da proposta dos técnicos de remeter o atual estatuto para a CLN, visando a adaptação técnico-jurídica do texto atual ao disposto na Constituição e na legislação em vigor. Este ponto foi citado no texto como proposta original dos professores titulares do CCJE.

Tentando assegurar um certo equilíbrio entre as propostas, Aloísio Teixeira fez um apelo ao plenário que tentasse aglutinar os pontos convergentes entre as propostas para que o processo de discussão dos temas fosse aberto. Em função disso, Teixeira fez sugestões de inclusão no temário itens como gestão financeira e gestão de recursos humanos – que também recebeu destaque na proposta dos funcionários – e solicitou que a discussão sobre carreiras docente e técnico-administrativa fosse tratada em itens exclusivos. A ampliação do prazo, de junho para julho, também foi sugerida pelo titular do CCJE e aceita pela reitoria.

Entretanto, não houve consenso sobre a forma de inclusão da comunidade nos debates. A próxima sessão do Consuni será em 11 de fevereiro.

TEMAS GERAIS QUE SERVIRÃO DE BASE PARA O NOVO ESTATUTO:

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE (FINALIDADES, AUTONOMIA E AVALIAÇÃO EXTERNA); ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO; CARREIRA DOCENTE; AVALIAÇÃO INTERNA; CARREIRA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA; SERVIÇOS GERAIS E ESPECÍFICOS; ORIGEM DE RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATO PELA UNIVERSIDADE PÚBLICA REÚNE 200 PESSOAS NA UFRJ

Foto: Niko (Sintufrj)



A UFRJ vem servindo de modelo para o desmonte das universidades federais. Este foi o principal enfoque abordado pelos participantes do Ato Nacional em Defesa da Universidade Pública Brasileira, realizado no dia 29, no hall da reitoria da UFRJ. O evento, promovido pela Fasubra – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidade Brasileiras -, contou com a presença de cerca de 200 pessoas.

Várias entidades ligadas à educação apoiaram a manifestação, dentre elas: Sindicato Nacional dos Docentes, e as Seções Sindicais da Fluminense e da UFRJ e os Sindicatos de Trabalhadores em Educação da UFF e da UFRJ. Para a coordenadora geral da Fasubra, Léa Souza Oliveira, a UFRJ é a “ponta do iceberg” que detonará a reforma universitária. A

mobilização intensa, segundo ela, é fundamental para conter este processo. Para Aníbal Moura, da diretoria nacional do Andes, o reitor da UFRJ representa, da forma mais evidente, a tentativa de desorganização da produção social do conhecimento de forma autônoma, há séculos produzida pela sociedade.

A irreverência foi o marco principal do evento. Um casal de estudantes se fantasiou de FHC e Dona Ruth (foto) e distribuiu pão de queijos aos participantes. Ao final da manifestação, o grupo de teatro do Sintuff apresentou a peça “Somos Todos Construção”, baseado no poema “O operário em construção” de Vinícius de Moraes, com uma adaptação especial à UFRJ, incluindo uma ligação telefônica ao reitor José Henrique Vilhena.

JURÍDICO

ADUFRJ OBTÉM LIMINAR PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS ATÉ DIA 25 DE CADA MÊS

A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind obteve liminar favorável ao pagamento dos salários dos docentes da UFRJ até o dia 25 de cada mês. Deferida pela juíza Salete Maccalóz no dia 29 de janeiro, considerando que “...por um caminho aparentemente insignificante faz-se uma redução salarial indireta, transvestida de parte de um projeto econômico mais amplo”, a liminar reconhece que “...O prejuízo de difícil reparação também está comprovado, provisoriamente no dano objetivo sofrido por cada professor.”

Devemos no entanto, alertar para a possibilidade de cassação desta liminar por parte da UFRJ. Também chamamos a atenção para a situação da outra liminar obtida pela Adufrj, contra o acréscimo da contribuição do Imposto de Renda. Esta outra liminar foi obtida especificamente para o salário de dezembro que foi parcialmente pago em janeiro. Posteriormente houve a medida provisória que transferiu o pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente. Esta liminar não garante, na nova situação, que não tenhamos a bitributação em fevereiro e portanto, lá vamos nós atrás de mais uma liminar.

NOVA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DO CONSUNI

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS:

MARCO ANTÔNIO DE FARIA (DECANO DO CCMN)
CARLOS TANNUS (DECANO DO CLA)
SÔNIA GOMES PEREIRA (TITULARES DO CLA)
LÉA MÍRIAM B. DA FONSECA (TITULARES DO CCS)
ANA CLARA T.RIBEIRO (ADJUNTOS DO CCJE)
JOÃO CARLOS MADUREIRA (ESTUDANTES)
CARLOS MALDONADO (TÉC.-ADMINISTRATIVOS)

COMISSÃO DE ENSINO E TÍTULOS:

CARLOS ALBERTO MESSEDER (DECANO DO CFCH)
SÉRGIO FRACALANZZA (DECANO DO CCS)
EDUARDO COUTINHO (TITULARES DO CLA)
IVONE MAGGIE (TITULARES DO CFCH)
ADELAIDE M.DE S. ANTUNES (ADJUNTOS DO CT)
ANA MARIA RIBEIRO (TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS)
LUCIANO DA CRUZ MENDONÇA (ESTUDANTES)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO:

CARLOS LESSA (DECANO DO CCJE)
OSCAR ACSELRAD (DECANO DO CT)
PAES DE CARVALHO (TITULARES DO CCS)
ALOÍCIO TEIXEIRA (TITULARES DO CCJE)
MARIA ÂNGELA DIAS ELIAS (ADJUNTOS DO CLA)
ROBERTO GAMBINE (TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS)
WLADIMIR MORCILLO (ESTUDANTES)

GOVERNO PERDERÁ APOIO A PARTIR DO PRÓXIMO ANO

Mesmo com toda a manipulação dos institutos de pesquisa, o Diap observa um crescimento da esquerda na política nacional

O governo é o principal vencedor. Esta é a análise feita por Antônio Augusto Queiroz, diretor do Núcleo de Documentação do Diap (Departamento Intersindical de Análise Parlamentar), sobre a nova composição do Congresso Nacional que tomou posse no dia 1º de fevereiro. Entretanto, Queiroz afirma que a base de sustentação do governo deve desmoronar em junho do próximo ano, quando começam as articulações para as eleições municipais e a construção efetiva de um nome para disputar a Presidência da República em 2.002. “Nos primeiros dois anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a tendência é que haja um grau de fidelidade dos partidos, principalmente diante da crise sem precedentes na qual o país se encontra”.

O diretor do Diap acredita que esses partidos tendem a apoiar o governo na aprovação do ajuste fiscal. A partir de junho de 2000, este apoio passaria a ser pontual, em apenas alguns itens o governo teria apoio do Congresso. Mas, as reformas já estariam concluídas.

Congresso se renova em 43%

A nova composição da Câmara dos Deputados foi renovada em apenas 43%, menor índice das duas últimas eleições, - em 90, renovou-se 62% e, em 94, 54%. O governo continuou com uma base consistente, segundo análises do Diap.

A composição antiga da Câmara era dividida da seguinte forma: 104 deputados de oposição; 296 davam apoio consistente ao governo e 115 constituíam o apoio condicionado a algum benefício direto, entre os quais nomeação de gente de suas relações, liberação de emenda do orçamento, até anistia ou renúncia fiscal.

Nesta eleição, houve uma ampliação do apoio consistente e uma redução do apoio condicionado. “O

governo, com isto, ganha, pois deixar de ter um apoio condicionado e passa a ter um consistente. Alias, o grupo de parlamentares que pedem favores em troca de apoio, foi bastante penalizado nestas eleições”.

A oposição, por sua vez, teve um aumento em sua bancada: de 104 para 113 deputados. Este aumento aconteceu, basicamente no PT, PSB e PDT. O PT passa de 50 para 58 parlamentares; o PSB, de 14 para 19 e o PDT de 23 para 25. Entretanto, verificando-se o desempenho dos partidos de oposição nas eleições de 1994, percebe-se um crescimento, pois naquele pleito apenas o PT e o PSB obtiveram crescimento em suas bancadas (de 49 para 48 e de 15 para 19, respectivamente).

Pauta será polêmica

Reforma tributária e fiscal, reforma do Judiciário, reforma política, reforma Sindical e reforma Trabalhista. Estes serão os itens que comporão a pauta deste novo Congresso. Segundo o diretor do Diap, estão nos planos do governo: Criar uma carga tributária permanente, uma vez que a CPMF é provisória; redefinir o desenho tributário e, na parte da despesa, realizar um ajuste fiscal incluindo o pacto federativo com estados e município, passando-lhes a responsabilidade com saúde, educação, saneamento e habitação, diminuindo o Estado.

Para o Diap, a nova agenda é muito mais complexa e envolve interesses muito bem consolidados. “Imagine o grau de dificuldade de uma reforma fiscal que cuida simultaneamente da receita e da despesa dos três níveis de governo: União, estados e municípios.

A reforma política, por sua vez, que vai discutir fidelidade partidária, representação dos estados, cláusula de barreira, sistema eleitoral com provável inclusão do voto distrital misto, financiamento público de campanhas, sistema de lista fechada e bloqueada, sublegendas ou coligações proporcionais, entre outros aspectos, também não será fácil”.

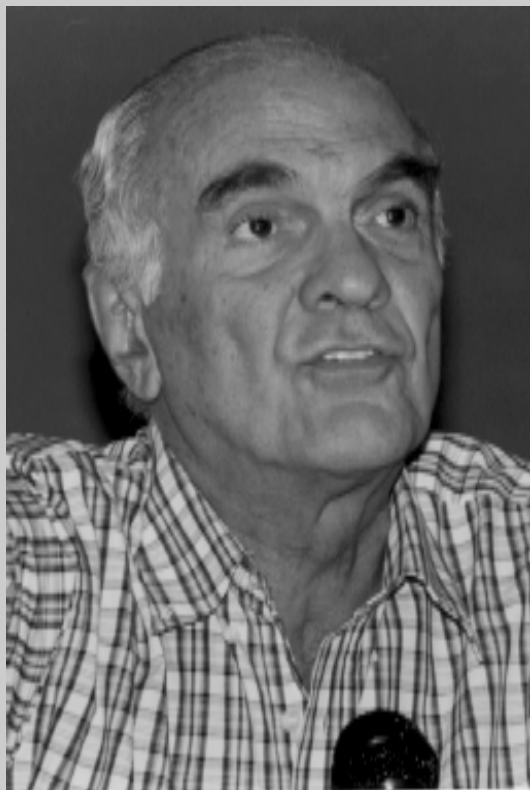
Queiroz acredita que em 2000 haverá uma nova recomposição partidária, independente da reforma política. Ao contrário da crise com Itamar, o PSDB deverá se fundir novamente ao PMDB. Na oposição, verifica-se a possibilidade de fusão entre o PT e o PC do B e a criação de um partido centro-esquerda absorvendo o PPS, o PSB e uma ala

expressiva do PDT.

Na reforma do Judiciário, o ponto mais polêmico será o efeito vinculante nas decisões judiciais e o teto salarial entre os três poderes. Muito provavelmente, o Judiciário não aceitará a redução do teto salarial dos atuais R\$ 12.700, para os R\$ 10.200 aprovados.

NOVA BANCADA CARIOCA NO CONGRESSO NACIONAL

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Aldir Cabral	PFL	59.072	Delegado da PF	Reeleito
Alexandre Cardoso	PSB	95.364	Médico	Reeleito
Alexandre Santos	PSDB	103.768	Médico	Reeleito
Almerinda De Carvalho	PFL	91.969	Professora	Nova
Aroldo de Oliveira	PFL	72.883	Engenheiro	Reeleito
Ayrton Xerez	PSDB	59.024	Engenheiro	Reeleito
Carlos Rodrigues	PFL	75.611	Pastor	Novo
Carlos Santana	PT	52.571	Ferrovário	Reeleito
Comélio Ribeiro	PDT	52.257	Comerciário	Novo
Dino Fernandes	PSC	13.635	Advogado	Novo
Eber Silva	PDT	53.828	Professor	Novo
Eduardo Paes	PFL	117.164	Estudante	Novo
Eunico Miranda	PPB	105.969	Empresário	Reeleito
Fernando Gabeira	PV	48.836	Jornalista	Reeleito
Fernando Gonçalves	PTB	79.153	Médico	Reeleito
Francisco Dornelles	PPB	218.170	Advogado	Reeleito
Francisco Silva	PPB	89.954	Empresário	Reeleito
Heleno Augusto de Lima	PSDB	139.219	Juiz de Paz	Novo
Iedio Rosa	PMDB	45.282	Advogado	Novo
Jair Bolsonaro	PPB	102.893	Militar	Reeleito
Jandira Feghalli	PCdoB	105.307	Médica	Reeleita
João Mendes	PPB	34.652	Empresário	Reeleito
João Sampaio	PDT	80.489	Arquiteto	Novo
Jorge Bittar	PT	113.579	Eng. Eletrônico	Novo
Jorge Wilson	PMDB	74.495	Advogado	Reeleito
José Carlos Coutinho	PFL	56.923	Empresário	Reeleito
José Mauricio Garcia	PSDB	59.171	Militar	Novo
Laura Carneiro	PFL	83.124	Advogada	Reeleita
Luís Eduardo A. Oliveria	PSDB	48.181	Comerciante	Novo
Luiz Ribeiro	PSDB	36.433	Médico	Novo
Luiz Sérgio	PT	27.517	Metallúrgico	Novo
Márcio Fortes	PSDB	43.253	Empresário	Reeleito
Matusael do Nascimento	PSDB	41.223	Músico	Novo
Milton Temer	PT	41.991	Jornalista	Reeleito
Miriam Reid	PDT	43.939	Assis. Social	Nova
Miro Teixeira	PDT	263.015	Jornalista	Reeleito
Paulo Baltazar	PSB	99.633	Médico	Novo
Paulo Feijó	PSDB	72.215	Engenheiro	Reeleito
Roberto Jefferson	PTB	61.599	Advogado	Reeleito
Rodrigo Maia	PFL	96.385	Economista	Novo
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	131.607	Empresário	Reeleito
Rubem Medina	PFL	50.990	Empresário	Reeleito
Simão Sessim	PPB	70.629	Professor	Reeleito
Valdeci Paiva	PSDB	87.303	Pastor	Novo
Vivaldo Barbosa	PDT	36.696	Advogado	Novo
Wanderley Martins	PDT	46.431	Delegado	Novo



Mesmo concorrendo com campanhas milionárias, a frente de esquerda do Rio conseguiu eleger Saturnino Braga (PSB) Senador

SENADO: RENOVAÇÃO É MARCADA POR MANIPULAÇÃO

A indução, foi a marca principal desta eleição tanto para presidente, como para deputados, senadores e governadores. Os institutos de pesquisa manipularam os dados e favoreceram deliberadamente os candidatos oficiais ou endinheirados. Na eleição para senadores, essa manipulação foi flagrante em vários estados. Foi assim no Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Queiroz observa que mesmo diante desta manipulação, a esquerda ficou em segundo lugar em vários estados. Isto significa que, se houvesse uma reformulação de 2/3 do Senado, vários

senadores de partidos de esquerda assumiriam mandatos. Para o diretor do Diap, isto é uma demonstração de que a esquerda vem crescendo substancialmente, principalmente nos grandes centros.

Nas próximas eleições, o Diap prevê uma grande atuação das esquerdas. Este fator se deve, principalmente, ao fato dos partidos de centro-direita não terem conseguido dar uma diretriz satisfatória ao país. "Isto demonstra que o nosso eleitorado está mais consciente. Em São Paulo, por exemplo, será muito difícil se tirar a eleição do Partido dos Trabalhadores.

BANCADA DO RIO DE JANEIRO CONTINUA CONSERVADORA

A terceira maior bancada do Congresso Nacional tomará posse em 1999 com uma renovação de 45,65%, o menor índice desde a eleição de 1990, quando 56,52% dos deputados foram substituídos, e de 1994, que registrou 47,83% de renovação.

Com relação à composição partidária, o PSDB tem agora a maior bancada federal do Rio de Janeiro, subindo de 8 para 11 deputados. O PFL passa a ter a segunda maior bancada, mantendo a representação atual: 9 deputados.

Em terceiro lugar, aparece o PDT com 7 deputados, dois a mais do que a bancada eleita em 1994. O PT elegeu quatro deputados, um a mais do que a bancada atual. O PMDB, o PSB e o PTB elegeram dois deputados cada; e com apenas um representante ficaram os seguintes partidos: PC do B, PV e PSC.

Como se vê, apesar do crescimento dos par-

tidos de esquerda, como o PT e o PDT, a bancada do Rio de Janeiro continua majoritariamente conservadora, somando pelo menos 28 deputados que deverão se concentrar na base de sustentação do governo no Congresso.

No estado, os votos nulos, brancos e abstenções atingiram percentual de 28,64% do eleitorado, enquanto os votos válidos chegaram a 35,98%. Entre os deputados eleitos, somente Francisco Dornelles (PPB) e Miro Teixeira (PDT) conseguiram superar o quociente eleitoral que, no Rio, ficou em 154.652 votos.

OS SENADORES CARIOCAS

Saturnino Braga(PSB), engenheiro
Artur da Távola (PSDB), jornalista
Geraldo C. Silva* (PT), metroviário

* Substituto de Benedita da Silva, eleita vice-governadora

Quem não se reelegeu - Rio de Janeiro	
Alcione Athayde	PPB
Álvaro Valle	PL
Candinho Mattos	PSDB
Carlos Alberto Campista	PFL
Itamar Serpa	PSDB
José Egydio	PFL
Lindberg Farias	PSTU
Lima Netto	PFL
Moreira Franco	PMDB
Nilton Cerqueira	PSDB
Noel de Oliveira	PSDB
Osmar Leitão	PPB
Ronaldo Santos	PSB
Sérgio Arouca	PPS
Fernando Lopes	PDT
José Maurício	PDT

MINISTÉRIO QUER CENTRALIZAR FOMENTO

Oportunista, Bresser aproveita-se da falta de política para a C&T no país para reformular estrutura de fomento



A reforma do CNPq tomou conta das discussões entre pesquisadores e bolsistas brasileiros desde que o novo ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, anunciou o desmembramento da agência em vice-presidências divididas em áreas de conhecimento. A reformulação pretendida por Bresser inclui a junção da Finep e do

FNDCT ao CNPq, colocando em risco a sobrevivência de programas de fomento como o PADCT, Pronex e outros.

Segundo a SBPC, o CNPq e a Finep são as instituições que garantiram, ao longo dos anos, os avanços conquistados no Brasil em termos de desenvolvimento científico e tecnológico. A opinião é comungada em texto assinado por diversos secretários estaduais de C&T, entre eles o do Estado do Rio, Wanderley de Souza; por diretores do Coppe e da Copea/UFRJ, do Andes-SN e da Faperj e da própria SBPC.

O documento critica a divisão do CNPq alegando que a “estanqueidade das áreas contraria as tendências crescentes de interdisciplinariedade”. Para seus signatários, a gestão unificada dos recursos do CNPq é fundamental para evitar a reserva de recursos para determinada área. A crítica vai também para a acumulação de cargos do ministro, que não deveria ter assumido a presidência do CNPq, nem criado secretarias do MCT para cada área de conhecimento. Para a comunidade, isto é uma forma de subordinar as atividades de fomento do CNPq à política (ou à falta desta) do governo.

As fundações de amparo à pesquisa foram criadas

em momentos distintos na história recente do país. Algumas com características mais democráticas, como o CNPq, outras consideradas mais regionalizadas, como a Finep, e outras, ainda, privilegiando projetos individuais ou de grupos de pesquisadores desvinculados de qualquer política institucional, como o Pronex.

É certo que a fragmentação do apoio à pesquisa no Brasil foi uma forma encontrada pela comunidade acadêmica para manter o sustento dos programas e projetos de desenvolvimento tecnológico e social do país. Nos últimos anos, mais especificamente no período iniciado com o governo Collor, a sociedade viu desaparecer de vista a construção de um projeto nacional para a pesquisa brasileira.

A tentativa de reorganizar a estrutura do CNPq revela a falta de um projeto que vislumbre a solução dos problemas nacionais, tanto os sociais e emergenciais como emprego, saúde, educação, moradia, como os de desenvolvimento econômico.

Na opinião da diretoria da Adufrj, o ministro Bresser Pereira se aproveita, oportunisticamente, das próprias investidas contra o sistema promovida pelo governo Fernando Henrique e desloca o diálogo com a academia para questões organizacionais das agências, sem entrar no mérito dos objetivos do fomento à pesquisa brasileira. Vale registrar os inúmeros cortes de recursos sofridos pelos programas ao longo destes anos.

O documento da SBPC foi produzido em reunião na Coppe/UFRJ, dia 20 de janeiro, com a presença de representantes da comunidade, entre eles a ANPG. A íntegra do texto está disponível na página da Adufrj (www.alternex.com.br/~adufjrj).

Bresser considera críticas ideológicas e partidárias

O ministro da C&T, Bresser Pereira, respondeu ao documento enviado pela SBPC reclamando por não ter sido convidado a debater a sua proposta para o CNPq. Na resposta, o ministro, além de criticar a mobilização da comunidade contra a reforma, diz que não declinará de suas intenções em relação ao MCT.

Conselho da UFRJ repudia ameaças de ministro

Na resposta, Bresser ameaça “eliminar quaisquer concessões de ‘bolsas extras’ ou ‘recursos especiais’ para instituições com maior capacidade de se manifestar politicamente”. A coação do ministro foi repudiada, por aclamação, pelo representantes do Conselho Universitário da UFRJ, nesta quinta-feira, 4.

As sugestões da SBPC e dos secretários ao ministro

- 1 – Estabelecer as diretrizes par a política de C&T nos próximos anos e o aporte de recursos, incluindo a preservação dos programas e projetos em andamento.
- 2 – Reduzir o período de acumulação do cargo de ministro de C&T com o de presidente do CNPq ao menor prazo possível, não excedendo 90 dias.
- 3 – Reunir em uma só vice presidência científica do CNPq todas as áreas de conhecimento.
- 4 – Manter na Finep o apoio institucional, criando o Conselho Deliberativo do FNDCT, com estrutura e atribuições análogas às do CD/CNPq.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO

CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531

RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: ADRIANA GOMEZ

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufjrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufjrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufjrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2º SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

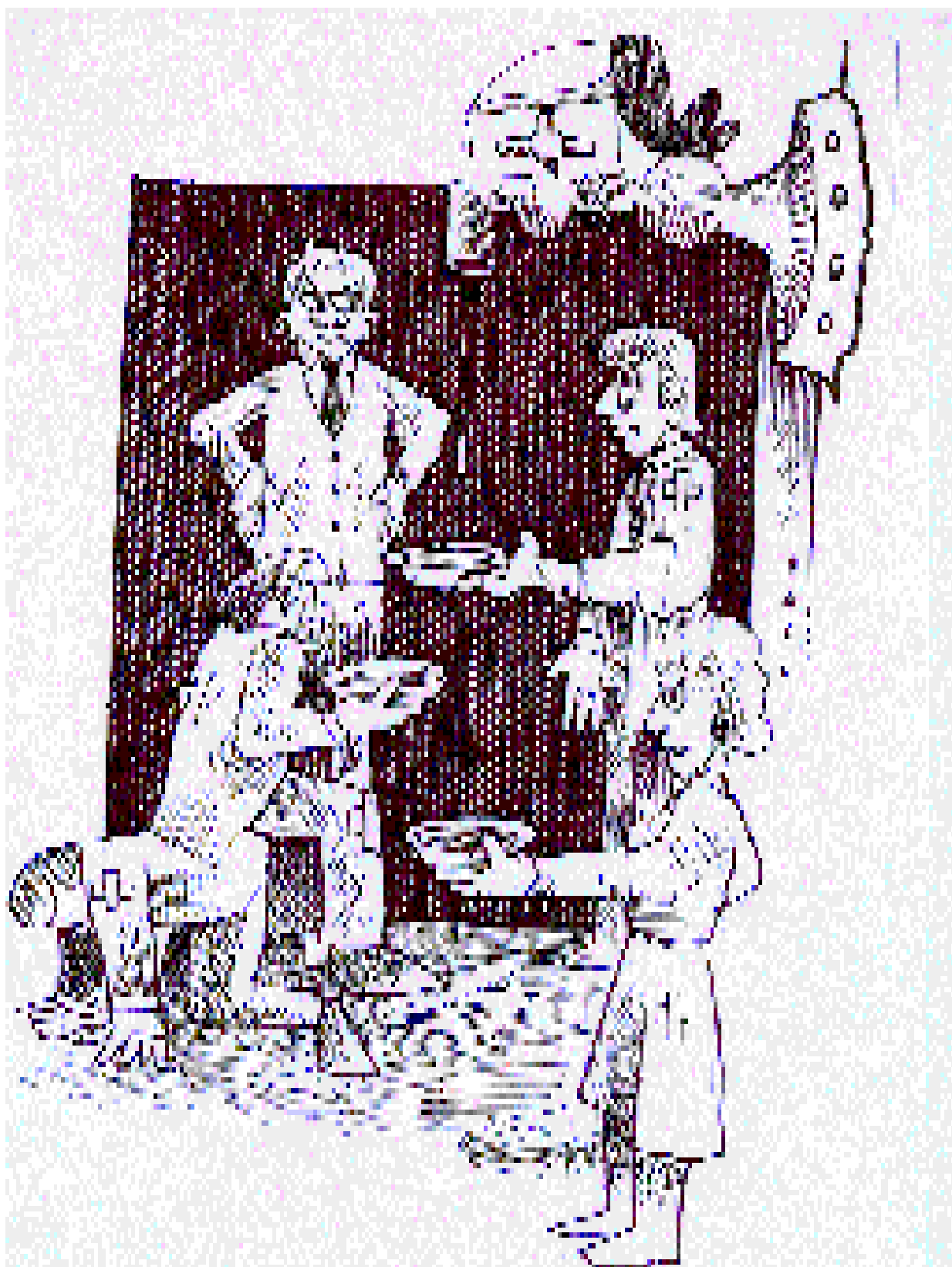
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA EM TESTE: NO ESTATUTO DA UFRJ E NO CONGRESSO DO ANDES-SN

Com a decisão do Consuni de iniciar os debates sobre o estatuto da UFRJ, aprofunda-se a questão da autonomia da universidade e de suas implicações. Este também será um dos pontos centrais do XVIII Congresso do Andes-SN, no final deste mês, em Fortaleza, onde diferentes concepções de universidade estarão em confronto

FMI é o FIM?

O técnico do Dieese, Ademir Figueiredo, comenta a crise econômica do país do Real



UM ESTATUTO CONTRA A UNIVERSIDADE PÚBLICA

A radical incompatibilidade entre o neoliberalismo e a democracia está claramente expressa nas obras de Hayek, Friedman, Buchanan e Tullock. Para estes autores, o Estado social perturba o equilíbrio de mercado e a democracia é a grande responsável pela redução da eficiência e dinamismo da regulação de mercado, pois são as reivindicações sociais que hipertrofiaram o Estado social. A solução, para esta corrente, é menos democracia e mais competição entre os indivíduos. É lutando por si, contra todos, que cada um coopera para a organização social. A utopia neoliberal quer a emancipação frente ao Estado, à ética e à toda forma de solidariedade. Uma nova expressão foi cunhada para designar o autoritarismo característico dos governos neoliberais. O processo de reunião dos dogmas da globalização com o pensamento único neoliberal, em escala mundial, foi denominado de globalitarismo.

O episódio dos “grampos” no BNDES, envolvendo altas figuras do governo em acordos privilegiados para a aquisição do gigantesco sistema de telefonia e a edição frenética de medidas-provisórias (cerca de 52/mês no governo Cardoso), praticamente abolindo o Congresso Nacional, a escandalosa subserviência dos altos escalões da área econômica ao FMI confirmam a tese de Florestan Fernandes de que na periferia o capitalismo é drasticamente incompatível com a democracia. Com o aprofundamento da crise estrutural, as tentações totalitárias aumentam, espraiando-se por todas as dimensões da vida social. Seria improvável que a universidade ficasse à margem deste verdadeiro desmanche da incipiente democracia.

A proposta de Estatuto encampada pelo “mandatário” da universidade, ungido pelo governo federal, é uma cabal demonstração de que o autoritarismo corrói também a universidade. Este fato não é surpreendente. Basta considerar historicamente a relação dos intelectuais com o poder para observar o quanto é comum a colaboração de importantes e competentes cientistas com algozes da democracia. A tristemente célebre colaboração de Heisenberg com Hitler e, igualmente, da Escola de Chicago com Pinochet, atestam que a competência científica não substitui os procedimentos democráticos.

A leitura da proposta de Estatuto em circulação na UFRJ requer um prudente distanciamento crítico para ser considerado em toda a sua complexidade. É imprescindível atentar simultaneamente para a política educacional em curso e para a situação interna da UFRJ.

A proposta em circulação não seria a mesma se a UFRJ tivesse um reitor legítimo. A escolha do atual mandatário para o cargo de reitor pelo governo Cardoso está inscrita neste processo de corrosão da vida democrática no País. Com efeito, a escolha incidiu

sobre um professor desprovido do reconhecimento de seus pares (obteve cerca de 10% dos votos dos docentes votantes) que, em retribuição a escolha, não pestanejou em chamar a polícia federal para dentro do campus, em desferir ilegal e ilegítimo golpe contra o colegiado máximo da universidade e em assinar uma proposta de Estatuto que cabe como uma luva na política governamental para as universidades públicas federais. Em suma, todas as medidas em curso afrontam as mediações singulares que configuram a universidade, obedecendo a apenas um imperativo: as razões do governo.

É exatamente por este motivo que a proposta de Estatuto é antiuniversitária: subordina a liberdade acadêmica e a sua expressão jurídica, a autonomia universitária, às ingerências externas, mais precisamente, às imposições governamentais. Não há como apagar as marcas da ilegitimidade originária das condições que produziram a mencionada proposta estatutária. Discuti-la, desconsiderando as condições em que foi produzida, é um exercício infrutífero, incapaz de apreender o projeto de universidade nela contida.

Igualmente, é um brutal equívoco (se por ingenuidade) ou um ardil (se intencional) a assunção de que a lei nº 9394/96 (LDB) impõe mudanças de fundo no Estatuto da universidade como quer a “junta governamental” da universidade. A simples consideração da dimensão da reforma estatutária nas demais universidades públicas atesta que a LDB requer, imperativamente, apenas mudanças pontuais. Foi exatamente isto que fizeram a quase totalidade das universidades. O Conselho Nacional de Educação (CNE), sempre zeloso no cumprimento das determinações governamentais, não fez nenhuma objeção a tais reformas pontuais. Evidentemente, a consideração de que existe um projeto em curso permite supor que, se este projeto for vitorioso, mudanças de fundo serão

necessárias. No entanto, o projeto em curso ainda está tentando se realizar. A aceitação dele como um fato, como quer a comissão da UFRJ, é apenas uma manifestação inequívoca de **adesão** a este projeto.

Admitindo a análise da política educacional no Brasil sob uma ótica mais ampla, que reconhece a existência de um projeto intencional em curso, é necessário discutir se existe um *motivo gerador* capaz de conferir organicidade ao projeto. A consideração dos discursos dos dirigentes de Estado, dos organismos internacionais (Banco Mundial, Unesco e Cepal, principalmente) e dos *homens de negócio* permite evidenciar que o tema gerador da reforma educacional é a globalização. A reconfiguração da educação é justificada pragmaticamente pois, segundo estes formuladores, as nações se encontram diante do seguinte dilema: a **adesão** à globalização, abrindo-se ao futuro redentor ou a **negação** deste (suposto) fato com a exclusão do país da economia mundializada e de suas benesses, aprisionando-a ao passado e à privação.

*Nesta perspectiva, a educação deve preparar os jovens para o **mercado de trabalho** (como preconiza a proposta da reitoria: Dos fins, art. 2: “A principal missão da universidade é a formação de recursos humanos...”) preparando-os para a saudável competição, requerendo o desenvolvimento de pessoas individualistas, pouco afeitas a solidariedade social, prontas para atuar num mercado de trabalho em que o baixo valor da força de trabalho se constitui em poderosa “vantagem comparativa”. Em outros termos, a educação deve desenvolver **competências** para a **empregabilidade**.*

O exame mais cuidadoso dessa premissa fundamental (globalização como fato objetivo) indica que a economia mundial não caminha para a unificação virtuosa; ao contrário, a polarização entre as nações centrais e as nações periféricas não pára de aumentar, lançando milhões de pessoas na miséria absoluta. Enquanto as nações centrais possuem um mercado integrado

tridimensionalmente $\frac{3}{4}$ capital, as mercadorias e o trabalho/conhecimento circulam quase sem obstáculos entre estas nações $\frac{3}{4}$ nas nações periféricas, o mercado é integrado bidimensionalmente. Somente as mercadorias e o capital circulam (mesmo que desigualmente) entre as periferias e os países centrais. O trabalho/conhecimento não rompe as fronteiras que opõem centro e periferias. De fato, as fronteiras que limitam o território dos países centrais nunca estiveram tão fechadas, impedindo a circulação do trabalho/conhecimento. Com as patentes, o acesso às tecnologias de ponta está vedado às periferias.

Qual é a educação que convém a esta divisão internacional do trabalho?

A resposta a esta indagação pode ser melhor buscada nas diretrizes educacionais do Banco Mundial. Duas grandes orientações são definidas: 1) o ensino superior tem de deixar de ser responsabilidade do Estado, e 2) as universidades devem estar voltadas para o mercado (periférico) e, neste sentido, não cabe no conceito de universidade a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, daí as propostas de diferenciação do ensino superior.

Em termos práticos, a reforma tem como eixo a redefinição da autonomia universitária. Ao invés de um direito fundamental apenas limitado pelas disposições constitucionais, capaz de protegê-la do poder governamental e de garantir a liberdade acadêmica, por meio de prerrogativas constitucionais como o autogoverno e o estabelecimento de regras e normas próprias, a noção de autonomia do Banco Mundial é buscada no pensamento liberal, significando afastamento do Estado da vida da universidade.

A aprovação de uma série de medidas normativas, aparentemente desconexas, desde o início da década de 1990 foi tornado realidade a reforma das universidades públicas, como as leis nº 9131/95 e 9192/95. A primeira cria o CNE, não como órgão de **Estado**, mas de **governo**. Todas as suas decisões precisam ser homologadas

unipessoalmente pelo ministro da educação, cf. Art.2, lei 9131/95. Este Conselho tem atribuições que limitam indevidamente a autonomia definida no art. 207 (CF), podendo deliberar sobre os estatutos das universidades, sem prever, sequer, a ampla defesa desta instituição. Não é um excesso lembrar que a própria LDB reconhece que a competência para reformar os estatutos é da própria universidade. A Segunda, dispõe sobre a escolha de dirigentes, igualmente invertendo a hierarquia das leis: a legislação ordinária se sobrepõe a Constituição. Estas medidas ganharam organicidade com a aprovação da lei 9394/96 (LDB Darcy Ribeiro) em 1996.

Atualmente, o esforço do governo está direcionado para quebrar de vez o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e para tornar realidade a autonomia (nos moldes neoliberais). A aprovação da Emenda constitucional nº 19 (Reforma Administrativa) abriu um verdadeiro continente para as ações governamentais, levando o ministro da educação a prever que talvez a PEC-370 nem fosse mais necessária.

A consideração das medidas em curso permite evidenciar que este projeto já se encontra bastante avançado. Com o deslocamento do CNE de um órgão do Estado em um órgão governamental, a reforma “por dentro” avança rapidamente. Hoje, a ruptura do princípio da indissociabilidade já pode ser verificada, em esboço, em várias instituições, tanto numa perspectiva interuniversitária como intrauniversitária. Pelo lado dos “núcleos de excelência” temos o PRONEX como uma medida significativa; pelo lado dos “centros de ensino superior” temos as universidades especializadas (ex-CEFET’s), os Institutos Superiores de Educação e os cursos seqüenciais, já em adiantado processo de implementação nas IES privadas. Também medidas como a avaliação centralizada pelo governo (provão), a GED, a modificação dos currículos estão inscritas nesse processo. A proposta de Estatuto do interventor da UFRJ aponta exatamente para esta situação

ESTATUTO: CONSUNI APROVA CALENDÁRIO DE DISCUSSÃO PRELIMINAR

Na sessão do último dia 11 do Conselho Universitário da UFRJ foi aprovado, por unanimidade, o calendário de discussão dos temas provocativos que servirão de reflexão para o novo estatuto da universidade. Mais uma vez, a polêmica gerou em torno da participação da comunidade. O cronograma de debates preliminares dentro do Consuni termina em 9 de abril. A partir daí, inicia-se a chamada “segunda etapa do processo” que constitui-se na deliberação desses temas que se transformarão em base para o novo estatuto. Entretanto, a organização desta fase ainda não foi definida.

Mas como a comunidade entra nesta discussão? O sub-reitor de Pós-graduação, Antônio Figueiredo, chegou a propor um cronograma de envio dos textos a departamentos, centros e unidades intercalado à discussão no Consuni. Entretanto, a administração não pensou em mecanismos que garantam a discussão dos três segmentos da comunidade, nem mesmo a sua realização. O decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), Carlos Lessa, sugeriu, então, que fosse incluído no calendário um dia para avaliação de como a comunidade está reagindo aos temas propostos. O objetivo é verificar a necessidade de extensão dos prazos, ou não, destes debates. Outra proposta neste sentido surgiu no final da sessão. O representante dos titulares do CT, Oscar Rosa Mattos, sugeriu que esta avaliação fosse realizada tema a tema e não apenas em um dia, conforme a proposta de Lessa.

Realização de sessões públicas do Consuni

Também foi sugerida a realização de sessões públicas do Conselho Universitário como forma de ampliar os debates.

Definir a participação da comunidade somente através da estrutura formal da universidade (centros, unidades e departamentos) não agrada os representantes dos técnico-administrati-

vos, que defendem a formação de um *Conselho Estatuinte*. Outro problema ligado ao calendário é que ele não contempla o período de férias. Os cursos de graduação praticamente estarão parados entre o período de 12 de março a 12 de abril. Exatamente neste momento, dentro do cronograma proposto pelo sub-reitor de pós-graduação, os departamentos estariam realizando debates internos sobre os temas. Ou seja, a participação seria alijada.

Em função destas polêmicas que se arrastaram por três horas de debates, um grupo de conselheiros irá se reunir na próxima quinta-feira (18) para tratar da participação da comunidade no processo. Seis decanos, um representante da reitoria, um dos técnico-administrativos e um dos discentes apresentarão à sessão de 23 de fevereiro uma proposta que contemple a polêmica gerada em torno da participação comunitária.

Na próxima sessão do Conselho também será debatida a composição da comissão de sistematização que terá a incumbência de aglutinar todas as propostas que chegarem da comunidade num só texto a ser apreciado pelo Consuni. Este tema foi debatido durante algumas sessões, entretanto não chegou a ser aprovado. A composição proposta pela reitoria é: 2 representantes de cada centro, 2 representantes dos técnico-administrativos, 2 estudantes, um representante do museu nacional e 3 sub-reitores.

JUSTIÇA RECONHECE PROCESSO CONTRA VILHENA

A juíza da 20ª Vara Federal do Rio acatou recurso do mandado de segurança impetrado pelos decanos e conselheiros do Consuni contra o reitor José Vilhena, como uma forma de garantir que fosse convocado o Conselho Universitário com a participação de todos os seus membros. Na época, em janeiro, a juíza expediu parecer indeferindo o processo alegando que quem deveria ser acionado era o Mec, na figura do ministro.

A juíza já notificou a reitoria de que o recurso foi aceito e quem deverá responder é o próprio José Vilhena. Caso no futuro seja expedida liminar favorável à ação, todos os atos do Consuni, de janeiro em diante, inclusive a adequação feita recentemente, poderão perder efeito legal.

CALENDÁRIO DE DISCUSSÃO NO CONSUNI DOS TEMAS

PROVOCATIVOS:

22 a 26 de fevereiro – FINALIDADE DA UNIVERSIDADE, AUTONOMIA E AVALIAÇÃO

01 a 05 de março – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

8 a 12 de março – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

15 a 19 de março – CARREIRA DOCENTE, TÉCNICA-ADMINISTRATIVA E AVALIAÇÃO

22 a 26 de março – SERVIÇOS GERAIS

29 de março a 02 de abril – RECURSOS E GESTÃO FINANCEIRA

05 a 09 de abril – ESTRUTURA

A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA PROPOSTA MEC/VILHENA

Logo nas primeiras linhas do Título II, art. 2 já se esboça a vocação da Universidade na concepção do MEC/ Vilhena: a formação de recursos humanos. Uma rápida análise é suficiente para desmascarar tal entendimento de Universidade: ela é voltada para o mercado. A teoria de Recursos Humanos olhada de uma perspectiva crítica é profundamente ideológica pois reduz os trabalhadores a mais um componente da organização empresarial. Tais como os recursos financeiros, materiais e técnicos, os sujeitos da produção são diminuídos e tratados com uma Neutralidade científica” capaz de ocultar interesses bastante claros como o da destruição das organizações coletivas - quando tratamos da empresa - ou da direção da produção do conhecimento, para quem ele se presta - quando tratamos da Universidade.

Assim, a concepção de democracia presente neste estatuto é cristalina. É democrático produzir “recursos humanos” socialmente referenciados nos interesses do capital. Pensar para além da restrita democracia do mercado é pensar que a sociedade não se resume nos interesses do capital: a realização de lucros! Alargar o estreito (senão equivocado) conceito de democracia presente neste estatuto, é admitir, ao menos, a possibilidade de o conhecimento ser referenciado nos milhões de habitantes excluídos de as mais básicas condições de sociabilidade humana e objetivar contribuir na superação de tão degradantes condições de vida em vigência na moderna sociedade brasileira.

Vale reiterar que a “missão da universidade”, nos termos da proposta da reitoria, afronta a própria constituição Federal que determina como objetivo da educação: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. A redução operada, além de antidemocrática, é inconstitucional. Daí a inversão da hierarquia legal: o Estatuto coloca em primeiro lugar a LDB e abaixo desta a Constituição Federal (Art.1, par. único).

Definida a sua orientação para o mercado, a “entidade” supostamente capaz de adequar a universidade ao tempo atual, a cisão no padrão unitário de qualidade instaura uma preocupante diferenciação interna. Algumas abstrações são postas. Expressões como

“primado da qualidade acadêmica” (concretizada no texto como oposta à profissional) e “hierarquia do mérito” sustentam a partição - quebra - proposta. Banida a dialética, tese e antítese não são superadas ou mesmo retomadas numa espécie de síntese conciliatória. O resultado é a implantação da dualidade, justificada pelo suposto mérito.

Assim, o texto:

1. Celebra a livre manifestação do pensamento e proscreve o tratamento desigual (II, Art.2o, Par. 2o), ao mesmo tempo em que institui inusitada ampliação da autonomia constitucional (novamente afrontando a Constituição Federal) incluindo, além das definidas pela Carta Magna, uma reveladora “autonomia disciplinar” para fazer impor sanções (III, Art. 3o , Par. 4o) e recria noções discriminatórias (com quais objetivos?) há muito banidas do vocabulário científico como a noção de raça, cuja pretensão de validade foi negada pela genética molecular e pela moderna antropologia;

2. Destaca criatividade, iniciativa individual e pensamento crítico para a atualização permanente dos conhecimentos. Apenas em segundo plano, “também” está a “capacidade de trabalho cooperativo” (V, Art.5o, 1,Par.1o);

3. Como o trabalho cooperativo é secundarizado, é reduzida a participação nos colegiados aos docentes que sejam minimamente “associados” (desde o nível departamental). Também a autonomia dos colegiados está sujeita a veto (Tít. III, Art. 23);

4. Promove a cisão do trabalho docente: acadêmicos e profissionais, precarizando de todas as formas o trabalho dos últimos que, a rigor, seguindo a lógica do texto, são os que têm a “missão” de atender às necessidades prementes;

5. O divisor é o “mérito”, aferido com o referendado da “avaliação externa” (Tít. IV). A excelência seria a justificativa, não fosse a identificação dos “altamente qualificados” aos que se situam no “quartil superior das avaliações externas” (IV, Art. 4o, Par. 2o).

Obs: O mercado (rachado entre o intelectual - do conhecimento - e o de trabalho) é o critério definidor da alta qualificação. Como a proposta assume o racha e o reproduz, não caberá aos “mais qualifica-

dos” a formação de recursos humanos para o mercado de trabalho...

6. Os recursos humanos (da universidade parcialmente - um quarto - excelente), atuando com finalidades distintas, devem prestar contas anuais aos seus respectivos mercados. Os que tiverem mérito no do conhecimento permanecem. Mas o trabalho sequer é assegurado aos que tiverem seu mérito atestado pelo mercado de trabalho. Nestes termos, é possível afirmar que a universidade abraça o trabalho para desqualificá-lo.

7. Em nome de evitar “escolhas precoces e especializações estanques” (V,Art. 5o, I 4, Par. 2o), a direção não é o investimento na produção de recortes interdisciplinares, mas o terreno pantanoso dos “campos do saber”, abrangente a ponto de acolher os cursos sequenciais e a universidade quarto-excelente (25%) à la Vilhena/MEC.

Dentre os parâmetros mais precisos para auferir a precarização das relações de trabalho, sem dúvida alguma lugar de destaque deve ser atribuído ao contrato de trabalho. Porém, ao contrato se pode agregar uma análise das condições nas quais se realiza o próprio trabalho, isto é, do quanto o trabalho se constitui em um elemento socializador, criador, em última instância, humanizador, ou se ao contrário ele gera somente alienação, desgastes e patologias ao sujeito que trabalha. Taylor em suas primeiras experimentações anotou que a repetição de uma mesma atividade (ou de um número restrito delas) aumenta a produtividade. Assim recomendou, em seu método, que os trabalhadores deixassem de produzir as mercadorias integralmente e que se tornassem especialistas em produzi-las em pequenas partes, que somadas integrariam o todo.

.....
: Este texto foi produzido pelo Grupo de Tra- :
: balho Estatuto, da Adufrj-SSind, que tem pro- :
: movido reuniões periódicas para a discussão das :
: várias concepções e implicações de estatuto para :
: a Universidade Brasileira. Nossas reuniões são :
: abertas a toda a comunidade. Acompanhe pelo :
: Jornal da Adufrj a divulgação das datas e locais :
: de nossas próximas reuniões. :
:
:

MEC DESCARTA PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DOCENTE

Para governo, a capacitação dos professores das universidades federais é agora assunto da Capes

Em audiência com secretários de ensino superior do Mec, a diretoria do Andes-SN ouviu dos representantes do governo que o Mec descarta a possibilidade de realizar qualquer Plano Nacional de Capacitação Docente através do Conselho Nacional de Educação.

Uma reivindicação antiga da categoria é tratada agora pelo ministério como assunto de propriedade da Capes. Para o Mec, um plano de capacitação dos professores deveria ser produzido pela agência ou pelas demais fundações de amparo à pesquisa estaduais (FAPs). Para o governo somente as agências possuem experiência acumulada para tratar da capacitação.

Os representantes do governo revelaram também a intenção de retornar a política de bolsas de alguns anos, vinculada a projetos institucionais e de formação docente associada a projetos desenvolvidos no campo de atuação deste. Atualmente, a tendên-

cia é a distribuição de bolsas pelas universidades, individualmente, a cada professor.

O Mec quer que a opção por um curso ou programa de pós-graduação seja uma opção menos individual e mais institucional. A diretoria do Sindicato considerou a proposta uma redução da liberdade acadêmica dos professores e privilégio a certos temas de interesses de grupos de pessoas que já dominam certos departamentos, em prejuízo de outros temas.

Outra idéia do Mec é incentivar uma espécie de adoção entre universidades, para que a capacitação seja “mais rápida e dirigida às necessidades da Universidade em formação”, segundo relato da diretoria do Andes.

Plano de carreira para 1º e 2º graus

O Andes-SN reafirmou para o Mec a necessidade da nova carreira para os professores de 1º e 2º graus, ressaltando a discrepância dos valores das bolsas dadas a estes professores em relação aos valores da Ged, além da exclusão dos aposentados. A assessoria jurídica do Sindicato considera viável a construção de uma nova carreira, exclusiva para os docentes das Ifes, já que não é permitida, juridicamente, a transposição automática destes docentes para a carreira do magistério superior.

Foi apresentada pelo Sindicato a proposta de car-

reira unificada, baseada na Carreira Única do Andes-SN, considerando titulação e tempo de exercício na docência. As atuais carreiras de 1º e 2º graus seriam extintas gradualmente e os novos professores seriam contratados tendo apenas a nova carreira como opção.

O Mec quer que somente os professores dos Colégios de Aplicação sejam enquadrados em uma carreira unificada. Para o governo, não há justificativa para que os professores dos Cefets e demais escolas técnicas federais integrem a carreira dos docentes das universidades. Além disso, o Mec quer deixar de fora de uma nova carreira os 19 mil professores das escolas federais dos ex-territórios.

Bolsas estão comprometidas

Com a recessão a vista e os cortes no orçamento para a educação, o Mec reconheceu que os recursos que são destinados ao pagamento das bolsas dos professores de 1º e 2º graus provêm de um fundo de apoio a programas e bolsistas de pós graduação. Os assessores disseram que houve o aumento de 37% destes recursos no orçamento deste ano, que será consumido integralmente pelas bolsas para os docentes do ensino básico e tecnológico. Em 1998, estas bolsas foram pagas com verba suplementar, o que poderá ocorrer, novamente, este ano.

DIRETORIA DO ANDES-SN PROPÕE FUNDO DE FINANCIAMENTO NÃO ESTATAL PARA AS UNIVERSIDADES

A diretoria do Sindicato encaminhará ao 18º Congresso de Fortaleza uma tese sobre a criação de um fundo de expansão das instituições de ensino superior públicas com recursos provenientes de setores que se beneficiam da pesquisa e da formação profissional destas unidades.

Para o presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, é necessário que o movimento se posicione sobre a relação da sociedade com as universidades e entidade deve propor uma solução para os 400 mil alunos que sobram dos vestibulares das universidades públicas. “Os reitores estão propondo um ampliação de 10% do número de vagas nas instituições públicas em 10 anos, o que seria pouco mais de 700 mil vagas em cinco anos”.

Para Renato, caso esta proposta seja aceita pelo

movimento docente, a criação de um projeto de Lei desta natureza irá implicar na discussão da reforma tributária, que ainda não foi encaminhada para discussão no Congresso. A idéia básica, segundo Renato, é criar um “imposto” que incida sobre a rentabilidade de alguns setores da economia.

“A zona franca poderia sofrer uma taxaçaõ, assim como a zona de livre comércio que está sendo criada no Amapá, setores da agricultura, informática, petróleo, todas as empresas que atuam nestes ramos reverteriam parte de seu capital para a expansão e manutenção do sistema público e gratuito”, exemplifica. Para o presidente do Andes, a proposta vai, provavelmente, sofrer muita resistência destes setores.

CPMF, imposto pelo ralo

Mesmo sem conhecer a fundo a proposta, a diretoria da Adufrj não compartilha com a idéia de criação de impostos vinculados a setores privados para a manutenção das universidades. Para o diretor da seção, José Simões, a contribuição complementar para a saúde, CPMF, é um bom exemplo de que com este governo, principalmente em um segundo mandato, não vale a pena insistir em mecanismos “alternativos” para tapar buracos de cortes orçamentários nos setores sociais. “O governo vai adorar esta idéia. É a possibilidade concreta de desobrigá-lo do financiamento das federais, assim como foi feito com a arrecadação da CPMF, que originalmente era uma idéia interessante de melhoria do sistema, mas virou mais dinheiro para salvar banqueiros e especuladores.”, critica.

ALUNOS DA UFRJ PROMOVEM CURSO PRÉ-VESTIBULAR

Os estudantes do alojamento da UFRJ estão abrindo um curso pré-vestibular, gratuito, para a população do Rio. São 100 vagas para o cursinho que será ministrado nas instalações do Centro de Ciências da Saúde (CCS), na Ilha do Fundão. O objetivo é proporcionar a oportunidade de acesso à universidade a trabalhadores e aos filhos dos setores mais carentes da sociedade.

Caso o número de inscrições ultrapasse o número de vagas, as inscrições serão definidas por sorteio entre os candidatos.

As matrículas estarão abertas de 20 a 28 de fevereiro, de 10 às 15h na secretaria do alojamento, que também fica no campus do Fundão. Mais informações no telefone 560-6053. De graça.

GOVERNO PROSEGUE OFENSIVA CONTRA AÇÕES JURÍDICAS

Além de não cumprir determinações jurídicas favoráveis aos servidores, de utilizar medidas provisórias para distorcer direitos básicos, de aumentar contribuições previdenciárias, da interferência direta na escolha dos magistrados dos tribunais superiores, o governo FHC acaba de publicar mais um decreto ameaçando os servidores e desrespeitando os atos do poder judiciário. Publicado no Diário Oficial de 25 de janeiro, o Decreto N.º 945 constitui uma Comissão para Análise da Aplicação de Decisões Judiciais (CAADJ), cujo Art. 2º estabelece que: Compete à CAADJ; I – proceder ao levantamento das ações ajuizadas por servidores públicos, ativos e inativos e pensionistas da União, de suas autarquias e fundações, identificando aquelas em fase de execução; II – proceder ao levantamento de decisões administrativas extensivas de vantagens concedidas judicialmente, identificando os beneficiados, a despesa, o embasamento jurídico e demais informações necessárias ao exame de sua legalidade; III – levantar e identificar as decisões ainda passíveis de recurso ou de ação rescisória; Portanto, através de um simples decreto, todas as decisões judiciais passam a ser vistas como passíveis de questionamento.

18º CONGRESSO DO ANDES-SN DEFINIRÁ POSIÇÃO SOBRE CARREIRA UNIFICADA

Cerca de 400 docentes de instituições de ensino superior de todo o país participarão do 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) em Fortaleza. Desta vez, a anfitriã do evento é a seção sindical da Federal do Ceará (ADUFC). Serão seis dias de plenárias, grupos mistos e seminários, estes organizados em conjunto com outras instituições, a CNBB e a Unitrabalho.

A proposta de carreira unificada para todos os docentes das instituições públicas federais, formulada por grupos de trabalho do Sindicato, será debatida e poderá ser aprovada neste congresso. Na última audiência do Sindicato com o Mec, o governo reconheceu que os professores de 1º e 2º graus das Ifes estão ameaçados de perderem as bolsas que vêm recebendo desde o ano passado. (Veja matéria na página 6)

Congresso debate autonomia

As discussões prometem esquentar a comunidade docente em torno da necessidade ou não da regulamentação da autonomia universitária. Para a diretoria do Sindicato a resposta é sim e esta apresentará ao plenário deste Congresso um projeto de lei sobre autonomia.

Para a diretoria da Adufrj e boa parte da categoria docente, este é um tema já definido em congressos anteriores e proposta de regulamentar o artigo 207 da Constituição Federal é um recurso que vem sendo utilizado pelo governo federal para intimidar reitores, professores, alunos e funcionários e suas respectivas entidades quanto à falta de recursos para gerir as instituições e financiar as atividades acadêmicas. A opinião da diretoria do Andes é a tese da “auto-aplicabilidade” do artigo 207 é correta do ponto de vista estratégico e de princípio, mas que a redação do texto constitucional seria insuficiente para a defesa da autonomia e estaria permitindo ao governo normatizar, arbitrariamente, a

organização da universidade.

Em relação ao Congresso deste ano, a diretoria da Adufrj aprovou, em assembléia geral desta seção, uma proposta de alteração dos temas definidos pela diretoria do Andes. A idéia é alterar o Tema I (Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional) para “Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira” e incluir em algum dos temas o ponto “Elaboração do Plano de Lutas”, que tradicionalmente origina as orientações básicas do Congresso para a mobilização e enfrentamento da categoria em relação à conjuntura atual e futura.

A preocupação da diretoria da Adufrj não é apenas uma mera formalidade. Para estes professores, a formatação dada pela diretoria do Sindicato a este evento, entre outras coisas, reforça a política governamental de fragmentação do sistema nacional de educação, indo ao encontro das políticas governamentais para o setor.

Seminários

Além de definir estratégias para enfrentar os próximos tempos de arrocho salarial, falta de recursos para as instituições, pacotes econômicos e outras armadilhas do governo tucano, os professores que forem ao Congresso de Fortaleza terão a oportunidade de participar de cinco seminários, que acontecerão dias antes do início do evento. Os temas são relacionados à conjuntura e seus convidados abordarão assuntos sobre a ordem econômica, a crise social, política, universidade, legislação e sindicalismo.

Foram convidados Paulo Nogueira Batista Filho, Cristóvam Buarque, Vicente Paulo da Silva, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, entre outros.

Temas do 18º Congresso do Andes - 24 de fevereiro a 1 de março, Fortaleza (CE)	
Tema I	Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional
Tema II	Trabalho Docente: Política Educacional, Política Sindical, Política de Ciência e Tecnologia, Carreira e Qualificação, Salários
Tema III	Questões Organizacionais e Financeiras

FMI É O FIM?

Ademir Figueiredo*

Para entender a crise do Real é preciso lembrar alguns aspectos de sua trajetória. Fins de 1993, amadurece a idéia de um novo plano de estabilização. Preventivamente, os empresários do ramo de alimentos promovem remarcações de preço: a cesta básica do Dieese/Procon eleva-se cerca de 30% entre outubro de 93 e julho de 94. Em março de 1994, cria-se a URV apressando-se a fase de negociação dos contratos, dada a conversão futura dos mesmos para uma nova moeda. De cara, os contratos salariais são rasgados, impõe-se a conversão dos salários pela média de 4 meses anteriores, de alta inflação. Em 1 de julho de 94, edita-se o Plano Real, na paridade de uma URV igual a 1 Real e igual a 1 dólar. Seguidamente o Real valoriza-se chegando a valer mais que o dólar, na proporção de 82 centavos de real por dólar. O Brasil é conclamado como país do 1º mundo, afinal nossa moeda valia mais que o dólar. A estabilização havia sido conquistada com queda da inflação, com a galinha virando símbolo nacional. A liberalização comercial avançada. Os dólares fartos no mercado financeiro internacional fluíam para o Brasil buscando taxas de juros entre as mais elevadas do mundo. As estatais sendo privatizadas, não importando sequer o açodamento. os sindicatos sendo desmontados e adotando-se progressivamente a “flexibilização” do mercado de trabalho. O Brasil globalizado e integrado ao “moderno”. Pensar diferente: “coisa de derrotados”, “de pessimistas”, “de jurássicos”.

O grande sucesso do Plano Real foi a estabilização, mas a estratégia macroeconômica para consegui-la nem sempre foi um consen-

so. Os críticos ao modelo, de diferentes matizes ideológicos, sempre alertaram para o caráter explosivo da combinação valorização do Real com taxas de juros estratosféricas. A sobrevalorização permitia ao governo combater os aumentos de preços com produtos importados, porém ao mesmo tempo encarecia os produtos de exportação, provocando o desequilíbrio da Balança de Pagamentos do País, os dados são evidentes:

BALANÇA COMERCIAL

Contas	1992	1994	1998
Exportação	35,8	43,5	51,1
Importação	20,6	33,1	57,6
Saldo	15,2	10,4	-6,4

Fonte: Banco Central

A prática dos juros altos para atrair capitais e formar reservas criou um círculo vicioso de endividamento e dependência dos recursos externos, tornando o país vulnerável ao movimento dos capitais especulativos e “voláteis”. O quadro de endividamento do País é expressivo:

DÍVIDA INTERNA E DÍVIDA EXTERNA (EM US\$ BILHÕES)

	Dez/1994	Set/1998
Dívida Externa	148,3	228,3
Dívida Interna	151,6	310,6

Fonte: Banco Central

A crise do México (1995), dos “Tigres Asiáticos” (1997) e da Rússia (1998), agravou a desconfiança dos investidores estrangeiros com relação aos países “emergentes”. Ao final de 1997, o ministro Malan declarou à imprensa: “... (crise) vai se estender e não será possível fazer qualquer tipo de previsão de quem será a próxima vítima.”(FSP-23/11/97). Mesmo após esta declaração, as regras não mudaram na sua essência. E o Brasil virou a “Bola da Vez”. Quedas de reservas expressivas marcaram o período pós-eleitoral, seguida da liberação do câmbio com o dólar disparando. Elevação da taxa de juros, não mais para atrair capitais (será um vilão), agora para combater a inflação.

Antes de completar seu quinto ano, o Real mostra a sua fragilidade. O FMI intervém e passa a ditar as regras da política econômica. Se não é o fim, nada de novo é.

A recessão será o freio para segurar a estabilização, juntamente com o corte de gasto público e com aceleração do processo de privatização do que resta. E o que é grave: as taxas de desemprego já batem 19% no Sudeste e 22% no Nordeste.

Finalizando, lembramos que o setor informal do mercado de trabalho já atinge 50%, o que agrava o financiamento do social, pois sua base de financiamento (FGTS, PIS e PASEP, IAPAS, INSS, Salário Educação) está atrelada à folha de salário das empresas.

* Supervisor Técnico do Dieese-RJ

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190
REPORTAGEM: ADRIANA GOMEZ
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAIS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:
ROBERTO LEHER
1º VICE-PRESIDENTE:
ROBERTO HOUAIS
2º VICE-PRESIDENTE:
PHILOMENA GEBRAN
1º SECRETÁRIO:
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA
2º SECRETÁRIA:
REGINA CÉLIA DE SOUZA
PUGLIESE
1º TESOUREIRO:
JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)
- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS
- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU
- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)
E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON
- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO
- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Programa Fala Mulher organiza programação para o 8 de março

O programa Fala Mulher vai ao ar, diariamente, das 9 às 10 horas da manhã, na Rádio Bandeirantes AM 1360. Sua programação é diversificada, com debates e convidados especiais sobre temas que interessam não só ao público feminino, ruas a toda a população carioca.

O Fala Mulher está no ar há 8 anos e é apresentado por Denise Viola com a produção do Cemina (Centro de Projetos da Mulher) e da Redeh (Rede de Desenvolvimento Humano).

A programação dos dias 8 a 12 de março será dedicada ao Dia Internacional da Mulher. Confira:

Segunda-Feira 8 - Movimento de Mulheres. Com Thaís Helena Neves, do Núcleo de Mulheres do PSB; Virgínia Figueiredo ou Cristina Dorico, da Secretária Estadual de Mulheres do PT e da Comissão Estadual de Mulheres da CUT Rio; Joana Angélica, coordenadora da Rede de Mulheres Negras Afro-Caribenhas e Afro-Americanas; Neusa Pereira dos Santos ou Beth Calvet, do Coletivo de Lésbicas do Rio; e Lígia Doutel de Andrade, do Cedim.

Terça-feira 9 - Sabedoria Feminina. Com Regina de Castro, jornalista e escritora; Helenice Carvalho, teatróloga e astróloga; Jurema Batista, vereadora; Rachel Bittar, fundadora da Cooperativa Mãos Mineiras.

Quarta-Feira 10 - Aborto, uma questão de saúde pública. Mesa redonda com D? Santinha, do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher da Secretaria Estadual de Saúde; Tatiana Dahmer, do Disk-Mulher Baixada; Leila Linhares, advogada do Cepia.

Quinta-Feira 11 - Projeto Mulher 500 Anos Atrás dos Panos. Exposição de Hildete Pereira de Mello, economista e pesquisadora do projeto; Schuma Schumaer, coordenadora da Redeh e do projeto; e Ana Lipke, vereadora.

Sexta-Feira 12 - Bate papo com a jornalista Sônia Biondo, Ana Luísa Lima e Andréa Alves, com uma homenagem especial a Carmem Miranda.

URGENTE: Extinção do adicional por tempo de serviço.

Enquanto aumentam os juros da dívida, o governo FHC toma mais uma medida contra o serviço público: extingue o Adicional por Tempo de Serviço, estabelecido em Lei, através de mais uma medida provisória. A Adufrj está estudando as medidas jurídicas cabíveis.

Conselho Universitário define participação da comunidade na elaboração do novo Estatuto

A elaboração e definição do novo estatuto da UFRJ poderão ser acompanhadas pela comunidade universitária através de quatro grandes Fóruns de discussão que englobarão os centros CT e CCMN; CCS; CFCH, CCJE e FCC (Praia Vermelha); e CLA e Administração Central. Também serão organizados onze fóruns em unidades isoladas como o Observatório do Valongo, o Cap, o IFCS e outros que não estão inseridos nos campi do Fundão e da Praia Vermelha. Também será organizado um Fórum de discussão eletrônico, provavelmente no site da universidade.

A sistemática aprovada empurrou para junho o término das discussões sobre as reformas. A partir da semana que vem as sessões de Terça e Quinta-feira serão dedicadas a temas que envolvem a elaboração do novo estatuto (ver quadro).

O resultado do debate entre os conselheiros será remetido em forma de textos de apoio aos fóruns da comunidade para análise, críticas e sugestões. Cada Fórum terá uma comissão

relatora formada por um estudante, um professor e um funcionário (representantes no Consuni), encarregada de remeter a resposta da comunidade novamente ao Consuni. Só após este processo de idas e vindas é que a reitoria e os Conselheiros poderão iniciar as deliberações e configurar o estatuto.

Novo calendário de discussão dos temas sobre a reforma na UFRJ

9 e 11 de março: Finalidade da Universidade, Autonomia e Avaliação.

16 e 18 de março: Ensino, Pesquisa e Extensão.

23 e 25 de março: Prestação de Serviços.

30 de março e 1 de abril: Carreira Docente, Técnica-Administrativa e Avaliação.

6 e 8 de abril: Serviços Gerais

13 e 15 de abril: Recursos e Gestão Financeira

20 e 22 de abril: Estrutura

Professores do CCMN ouvem propostas da reitoria

Um dos membros da comissão que elaborou a proposta de estatuto da reitoria, o professor do IE Reinaldo Gonçalves, expôs para um pequeno grupo de professores do CCMN as linhas gerais do projeto da reitoria para a UFRJ. Reinaldo diz que a idéia é proteger-se da crise econômica do governo Fernando Henrique que, segundo o professor, se intensificará a ponto de ameaçar toda a estrutura da universidade federal. Na reforma estatutária pensada por Reinaldo está prevista a criação de uma “comissão de credenciamento” que fará as avaliações de desempenho institucional e individual: a manutenção de um “ouvidor geral” ou um corregedor, na sua opinião “um cargo importantíssimo para manter a equidade e eficácia das atividades na universidade”.

Reinaldo propõe também que seja elaborado, pela reitoria ou comissões por ela designada, um planejamento acadêmico geral, onde seriam definidas as prioridades sobre o que a universidade irá produzir e para quem. Este planejamento não seria, necessariamente, submetido à apreciação dos colegiados superiores, nem muito menos à sua aprovação ou rejeição. Outra meta a ser atingida, segundo Reinaldo, é a “transparência das finanças”. O professor quer exigir que todas as unidades apresentem balanços mensais sobre suas finanças, “do reitor ao diretor de unidade”, complementou.

O bate papo aconteceu na manhã da última Sexta (5) e foi uma iniciativa de professores do CCMN.

Congresso do Andes reivindica fim do governo FHC e da intervenção do FMI na economia brasileira

O 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) reuniu cerca de 500 pessoas, durante seis dias, na capital cearense, Fortaleza.

A principal decisão tomada pelo movimento docente neste início de ano foi o ataque veemente à política do governo federal em todos os níveis. Por ampla maioria, os congressistas aprovaram como eixo de luta da categoria o fim do governo FHC e o não pagamento da dívida externa brasileira, em um rotundo “Fora FHC e fora FMI”. A diretoria do Sindicato, encaminhou proposta bem mais moderada. Para a corrente da situação, o Congresso deveria apontar para o apoio da categoria a uma moratória “soberana”, com centralização da política cambial, renegociação da dívida externa e retomada de uma política econômica nacional.

O congresso foi marcado pela atuação da corrente de oposição à atual diretoria da entidade “Andes AD”, que conseguiu levar às plenárias a maioria de delegados, o que praticamente derrubou, nas votações, as teses da direção. Os congressistas da oposição demonstraram não acreditar que possíveis “pactos sociais” resolverão a crise imposta à imensa maioria da população brasileira e conseguiram incluir no plano de lutas da categoria, en-

tre outras, a reivindicação do pagamento da dívida social brasileira.

Quanto aos temas relativos à autonomia universitária, mais uma vez, a oposição levou a maioria dos votos. Foi rejeitada a tese apresentada pela direção do Andes de formular um projeto de lei, que regulamentasse a autonomia das instituições de ensino sob a alegação de que, na prática, a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição não estaria garantindo a autonomia.

Para a maioria dos delegados presentes, a desregulamentação do artigo constitucional pode levar ao fim de muitas universidades públicas, com a introdução de carreiras e políticas de financiamento diferenciadas entre as instituições.

Adufrj sediará próximo Conad

O Rio de Janeiro foi a cidade escolhida para receber os cerca de 300 delegados que participarão, em junho, do próximo Conselho das Sessões Sindicais do Andes (Conad). A Adufrj será a sessão sindical anfitriã e ficará responsável pela organização do evento juntamente com a direção do Andes-SN.

A cobertura completa do Congresso de Fortaleza estará no próximo jornal da Adufrj.

Docentes aprovam anteprojeto de Lei para unificação da carreira

Os professores de 1º e 2º graus viveram dias de expectativa quanto à definição da proposta de carreira unificada para a integração deste segmento à carreira do magistério superior nas federais. Amargando perdas significativas ao longo das últimas greves, os professores do ensino médio e tecnológico das Ifes ficaram de fora do recebimento da gratificação de estímulo à docência (Ged), concedida pelo governo como resultado da greve de 100 dias, no ano passado. Atualmente, estes professores recebem uma minguada bolsa, através da Capes, que pode ser suspensa a qualquer momento, por tratar-se de verba da destinada ao sistema de bolsas da pós-graduação.

O 18º Congresso aprovou que o Sindicato deve encaminhar ao governo federal o anteprojeto de Lei de Carreira Única para o Magistério de Ensino Superior (contido no caderno 2, Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, de 1996). O projeto abrange a junção das duas carreiras com critérios de transposição e as definições de níveis, ingresso, progressão, regime de trabalho, afastamentos, isonomia, capacitação, entre outras.

A briga agora será a de convencer o Mec e o governo federal a encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de unificação das carreiras. Até o próximo Conad, a diretoria do Andes-SN deverá encaminhar ao executivo o projeto de Lei do Sindicato, para que este chegue às comissões da câmara e do senado. Por mexer com a agenda orçamentária da União, a estruturação de carreiras no serviço público é de competência do executivo e só o presidente pode encaminhar projetos desta natureza ao Congresso.

Outros detalhes sobre a carreira unificada, no Jornal da Adufrj que estará circulando a partir de sexta-feira (12).

Total Geral	Filiados	Delegados permitidos	Professores presentes nas assembleias locais	Delegados presentes	Observadores
68 sessões sindicais	62.979	477	1.850	385	90

Governador de Minas agita campus da Praia Vermelha

Na tarde de sexta (5), a comunidade da Praia Vermelha lotou o salão Pedro Calmon, no FCC, para ouvir Itamar Franco sobre a moratória do governo de Minas e sua política de oposição ao governo federal. A conferência transformou-se em manifestação pública marcada pela presença de economistas e políticos, entre eles Maria da Conceição Tavares, Jamil Haddad, Ciro Garcia, Milton Temer, representantes da CUT, do MST e de diversas entidades sindicais e da sociedade civil. O evento revelou que tanto os partidos de oposição quanto a maioria das entidades estão em compasso de espera até o final de abril, quando o governo federal deverá explicitar o pacote econômico, para detonar uma campanha nacional contra o governo FHC, a interferência do FMI e pela defesa dos empregos e salários.

Reitoria retira Ged de professores em estágio probatório

A Adufrj tem recebido protestos de vários professores que ainda estão em estágio probatório e que tiveram a Ged suspensa pela administração da UFRJ. No entendimento da diretoria da Adufrj, esta decisão é ilegal. Os professores que foram avaliados têm pleno direito a receberem os valores correspondentes a sua pontuação. Os contratados mais recentemente, que eventualmente não possam ser avaliados, têm direito aos 60% da Ged, até a próxima avaliação. Estamos sugerindo que todos os prejudicados abram um processo junto a SR4, exigindo o pagamento da gratificação. As negativas da administração devem ser encaminhadas à Adufrj para que sejam tomadas as medidas jurídicas.

DE COSTAS PARA O MEC



Congresso do Andes-SN reúne 500 docentes, em Fortaleza, na última semana de fevereiro



Professores revoltam-se contra a presença do secretário da Sesu, Luis Roberto Liza Curi, durante a abertura do 18º Congresso do Andes-SN, em Fortaleza. Durante vários minutos, a platéia deu as costas para o secretário que prometeu aumentar em 10% o valor da Gratificação de Estímulo à Docência. Veja a cobertura do Congresso nas páginas 4, 5 e 6.

HOMENAGEM A HORÁCIO MACEDO, POR EDWALDO CAFEZEIRO

Página 7

Governador de Minas lota auditório Pedro Calmon

Página 8

OPOSIÇÃO GARANTE TRABALHOS DO 18º CONGRESSO DO ANDES-SN

As observações sobre o 18º Congresso, em particular dos seus desdobramentos, devem ter como ponto de partida a Convocação deste Congresso feito pela Diretoria Nacional do ANDES-SN (Of. Circ. 277/98 de 04/12/98). Nesta convocatória, a Diretoria do ANDES-SN explicitava de forma clara a sua visão de como deveria ser o 18º Congresso: Um evento intercalado por um grande número de seminários destinados a “subsídio ao debate” e com pouco espaço previsto para o seu verdadeiro objetivo que seria de definir as formas e estratégias de luta do Sindicato Nacional para o ano de 1999.

O cronograma apresentado foi rejeitado amplamente pelas Seções Sindicais. O seu caráter desmobilizador levou a uma série de manifestações que obrigaram a Diretoria Nacional a refazer a proposta de Cronograma do Congresso. Outro fato, que comprova o pouco interesse da Diretoria em relação ao 18º Congresso se evidencia, pelo Caderno de Textos apresentado para debate nas Seções Sindicais. O conjunto de propostas da Diretoria neste Caderno se apresentava de forma genérica sem explicitar de forma objetiva um eixo de luta para o enfrentamento da conjuntura nacional, seja no seu caráter mais geral seja no específico das questões relacionadas à educação.

Ao se instalar o 18º Congresso, e particularmente, ao verificar logo na Plenária de Instalação, que a Oposição tinha a grande maioria dos delegados presentes ao Congresso, a Direção Nacional intensificou sua estratégia de descaracterizar o Congresso, estabelecendo mecanismos que inviabilizassem os debates necessários. Há de se destacar no en-

tanto que, a partir da condução dada pelas Mesas Coordenadoras das Plenárias, foi necessário solicitar, por diversas vezes, manifestações do Plenário, que garantissem a continuidade dos trabalhos e respeito ao regimento, democraticamente estabelecido.

O fato mais grave e certamente mais lamentável de toda história do ANDES SN veio a ocorrer no final da Plenária do tema II na madrugada de Segunda para Terça-feira. Apesar da permanente tentativa de obstrução dos trabalhos por parte da Diretoria e seus apoiadores, o quorum das Plenárias vinha sendo garantido com uma grande presença de delegados. O fato ocorreu ao se submeter a apreciação, o Relatório da Comissão constituída no XXXVII CONAD para analisar as denúncias feitas pelo Prof. Rubens Pinto Lyra em relação ao Relatório da Comissão GED. O relatório foi submetido acompanhado de uma moção de crítica à Diretoria em função da estratégia adotada pela mesma no tratamento das alterações feitas pelo MEC no Relatório Final da Comissão. Estas alterações foram objeto de negociações direta da Diretoria com o MEC após encerrados os trabalhos da Comissão. Dada a existência de quorum regimental e maioria absoluta da oposição, o **próprio Presidente em Exercício do ANDES-SN, Prof. Dalton Macambira**, bem como outros membros da Diretoria, dirigiram-se acintosamente a seus delegados apoiadores presentes no Plenária exigindo que os mesmos se retirassem imediatamente da mesma, fato que acabou se concretizando e assim inviabilizou-se a votação que estava em Pauta e por conseqüência a própria continuidade do Con-

gresso. Sem a menor manifestação da mesa coordenadora dos trabalhos, o **Presidente** em exercício, que deveria preocupar-se em preservar a integridade política do congresso e por extensão do sindicato, de forma irresponsável e inescrupulosa comandou a retirada dos delegados do plenário, fazendo chacotas e descaradamente zombando cerca de 175 delegados que presenciaram atônitos a manobra dos diretores ser executada.

Constatada a falta de quorum, suspenderam-se os trabalhos por trinta minutos. A partir de uma rápida e eficiente intervenção dos membros da Oposição (ANDES-AD), delegados que haviam sido vencidos pelo cansaço e até mesmo muitos que encontravam-se com sérios problemas de saúde foram trazidos para Plenária que, assim, em menos de vinte minutos teve o seu Quorum restabelecido. Não restou à Diretoria Nacional outra alternativa senão ter que retornar a Plenária com os seus apoiadores. O desejo e o esforço da oposição em dar continuidade aos trabalhos do Congresso pode ser traduzido pela votação seguinte a retomada dos trabalhos: mais de 250 delegado estavam presentes no Plenária por volta de 04 horas da manhã. Deste número de delegados pouco mais de vinte manifestaram apoio a Diretoria. Duas moções de crítica a Diretoria foram então aprovadas: Uma em função da negociações da Ged e uma Segunda pelo comportamento da Diretoria no caso da intervenção na UFRJ. Vencidas estas moções, o Congresso prosseguiu normalmente, encerrando seus trabalhos as 08:30h

Diretoria da Adufrj-SSind.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MIB 18190

REPORTAGEM: ADILSON CABRAL

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2º SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

MEC QUER TRÊS PERÍODOS POR ANO

A proposta do ano letivo com três períodos, apresentada pelo reitor da UFRJ para se adequar às novas exigências da LDB, foi vista com simpatia pelo Secretário de Educação Superior do MEC, Abílio Afonso Baeta Neves. O Secretário declarou em recente entrevista ao JB que apesar de não conhecer o projeto, não acredita que este prejudicará outras atividades da UFRJ.

Enquanto isso, a comunidade acadêmica já deu início aos debates do projeto, que deverá ser apresentado para aprovação no Conselho Universitário até o próximo mês.

O que a LDB determina aos cursos universitários é a ampliação da carga mínima de aulas para 200 dias. O projeto apresentado por Vilhena aumenta para três o número de períodos no ano letivo de 2000, começando do dia 15 de fevereiro ao dia 15 de dezembro. As férias serão reduzidas de 20 para 10 semanas, sendo duas em maio, duas em setembro e seis no verão. Em compensação, o curso que dura 4 anos será concluído em 3 anos e meio.

A grande preocupação das entidades docen-

tes é a de que este modelo de ano letivo venha a prejudicar as atividades de pesquisa e extensão da UFRJ, em função da fragmentação do calendário. Além disso, o período de férias é tradicionalmente o espaço em que o professor procura se aperfeiçoar, participando de simpósios, cursos, pesquisas, etc.

Apesar de projetar sua implementação já para o próximo ano, Vilhena prevê que a efetiva implementação deste projeto resultará obrigatoriamente na alteração dos currículos dos cursos. No entanto, para ser aprovado, o projeto ainda precisa ser apresentado ao Conselho de Ensino e Graduação (CEG) e ao Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisas (CEPEG).

A justificativa é a melhora da formação dos alunos, e a oferta de mais vagas, aumentando o tempo de dedicação ao ensino. Outras soluções para a oferta de vagas, como a criação de cursos noturnos, não são, no entanto, levantadas pela atual reitoria, que parece preferir soluções mais rápidas e práticas para os problemas.

SEÇÕES SINDICAIS BRIGARÃO CONTRA SUSPENSÃO DE GRATIFICAÇÕES E CONCURSOS

Ao suspender a “concessão de promoções e progressões funcionais a todo servidor da Administração Federal” o governo FHC fez uma inovação surpreendente: instituiu o novo Calendário Cardosiano. Não só suspende o adicional por tempo de serviço bem como a MP 1.815 no seu artigo primeiro diz que o período entre 8/03/99 e 7/03/2000 não será contado para os fins de promoção e de progressão funcional. Este período foi portanto cancelado !!! Se a moda pega, teremos em breve um calendário diferenciado para os servidores federais.

Mais uma vez nossa Assessoria Jurídica está estudando qual o melhor caminho a seguir para questionarmos na justiça mais este abuso do governo FHC.

ADUFRJ ENTRARÁ COM AÇÃO CONTRA O AUMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVIDÊNCIA

A liminar da Adufrj, contra o aumento da contribuição dos aposentados para a Previdência, deverá entrar na Justiça nos próximos dias.

MCT CORTA PRONEX E PADCT

O Ministro da Ciência e Tecnologia, Luis Carlos Bresser Pereira, anunciou o corte de dois programas prioritários em sua pasta: o PADCT e o Pronex, visando garantir o pagamento das bolsas de estudo do CNPq.

O PADCT (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) existe desde 85. Financia o desenvolvimento de produtos de destaque, tais como a *insulina humana*, já em comercialização pelo mercado, e que beneficia pessoas portadoras de diabetes. Outro é o *plástico biodegradável*, que pode ser decomposto por microorganismos, diminuindo a poluição do ambiente.

Já o Pronex financia pesquisas realizadas pelos chamados grupos de excelência. Para o período de 1997-2001 estava previsto o financiamento de R\$ 156 milhões, envolvendo 162 projetos.

Para ajustar seu orçamento, o MCT deverá cortar de 10 a 12% do montante previsto para 99, o que equivale à pouco mais de R\$ 1 milhão. Em compensação, o CNPq anunciou a aplicação de R\$ 404 milhões em bolsas de estudo para o ano de 99, mantendo o orçamento do ano anterior.

ADUFRJ GANHA AÇÃO DE ABONO 99

O Mandado de Segurança da Adufrj-SSind, pleiteando a venda de 1/3 das férias dos filiados, teve deferida sua liminar pelo juiz Augusto Guilherme Diefenthaler, da 15ª Vara Federal. Este foi o mesmo Juiz que deferiu nosso processo de 1997 e conseguiu sua execução. Ainda teremos recursos pela UFRJ e um longo processo pela frente. Quanto ao abono do ano passado, após termos ganho em todas as instâncias ainda não conseguimos que a justiça executasse a sentença. Infelizmente não se trata de um caso isolado. Temos repetido que, apesar da aparente normalidade política do país, vivemos sob uma autêntica ditadura do governo central. Não há respeito às Leis, às determinações da Justiça, aos princípios básicos de um Estado Democrático.

PROFESSORES QUEREM FIM DE POLÍTICAS LIBERAIS E DA INTERVENÇÃO DO FMI NA ECONOMIA

O 18º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) reuniu cerca de 500 pessoas, durante seis dias, na capital cearense, Fortaleza.

Na abertura do evento, ocorrida na noite do dia 25, a presença do diretor de políticas educacionais da Secretaria de Ensino Superior do Mec (Sesu), Luis Roberto Curi, causou constrangimento e revolta na maioria dos presentes que lotava o Centro de Convenções de Fortaleza. O convite da diretoria do Andes-SN foi aceito pelo Secretário que discursou para uma platéia voltada de costas, numa atitude de repúdio ao representante do governo. Curi vangloriou-se da promessa, há meses sustentada pelo Mec, de aumentar em 10% a gratificação de estímulo à docência. Quanto a situação de aposentados, professores do ensino médio e tecnológico e outros não contemplados pela Ged, o secretário manteve a postura ministerial: fez-se surdo.

Fim do governo FHC e da intervenção do FMI

A principal decisão tomada pelo movimento docente neste início de ano foi encaminhar junto à população, através de campanhas e organização de atos e passeatas pelo país, o ataque veemente à política do governo federal em todos os níveis. Por ampla maioria, os congressistas aprovaram como eixo de luta da categoria o fim do governo FHC e o não pagamento da dívida externa brasileira, um rotundo “Fora FHC e fora FMI”.

A diretoria do Sindicato, encaminhou uma proposta um pouco mais moderada. Para a corrente da situação, o Congresso deveria apontar para o apoio da categoria a uma moratória soberana, com centralização da política cambial, renegociação da dívida externa e retomada de uma política econômica nacional.

O congresso foi marcado pela atuação da corrente de oposição a atual diretoria da entidade “Andes AD”, que conseguiu levar as plenárias a maioria de delegados, o que praticamente derrubou, nas votações, as teses da direção.

Ainda na Plenária de Instalação do evento, foi aprovada a proposta de alteração dos temas que seriam discuti-

dos, apresentada pela Adufrj. Mudou-se o tema “Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional” para “Políticas de Ajuste Estrutural e as Reformas Neoliberais da Educação Brasileira”. Apesar de parecer apenas uma alteração de redação, a mudança deu novo rumo às discussões durante todo o evento.

Se a intenção da direção do Sindicato era aprovar articulações amplas, como por exemplo, com os governadores que querem a renegociação da dívida interna como

tas entre os eventos e as reuniões da tendência, que aconteciam simultaneamente às palestras de convidados como Cristóvan Buarque, Paulo Nogueira Batista, Luiz Fernandes, Márcio Porchmann, a reitora da UFRGS, Wrana Pazini, o representante da Unesco, Marco Antonio Dias, entre outros.

Regulamentação rejeitada

Quanto aos temas relativos à autonomia universitária, mais uma vez, a oposição levou a maioria dos votos. Foi



Na mesa de abertura do 18º Congresso do Andes, representantes da Fasubra, da CUT, da Adufc (anfitriã do evento), da diretoria do Sindicato e personalidades políticas de Fortaleza. O presidente do Sindicato, Renato de Oliveira, esteve ausente durante todo o evento por motivos de saúde.

solução para a crise nos estados, ou a moratória das dívidas externa e interna, a oposição encaminhou, e foi vitoriosa, posicionamentos bem mais contundentes: não ao pagamento das dívidas públicas, fim do governo de Fernando Henrique Cardoso e fim da intervenção dos organismos internacionais na política do país.

Oposição rejeita seminários

A questão da soberania nacional não foi sugerida por acaso. A diretoria inovou na organização deste Congresso e promoveu, juntamente com a CNBB e a Fundação Unitrabalho, uma série de seminários onde este e outros temas apareceriam na voz de personalidades do meio político e acadêmico. O resultado dos seminários serviriam de “subsídios” para os trabalhos dos congressistas.

A corrente de oposição “Andes AD” organizou um boicote aos seminários, dividindo a atenção dos congressis-

rejeitada a tese apresentada pela direção do Andes de formular um projeto de lei, que regulamentasse a autonomia das instituições de ensino sob a alegação de que, na prática, a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição não garante autonomia. Para a maioria dos delegados presentes, a desregulamentação do artigo constitucional pode levar ao fim de muitas universidades públicas, com a introdução de carreiras e políticas de financiamento diferenciadas entre as instituições.

Adufrj sediará próximo Conad

O Rio de Janeiro foi a cidade escolhida para receber os cerca de 300 delegados que participarão, em junho, do próximo Conselho das Sessões Sindicais do Andes (Conad). A Adufrj será a sessão sindical anfitriã e ficará responsável pela organização do evento juntamente com a direção do Andes-SN.

Crise econômica e conjuntura política

Marcelo Badaró é representante da Seção Sindical da Federal Fluminense e um dos coordenadores do grupo de oposição à atual direção do Sindicato, Andes Autônoma e Democrática. Badaró defendeu na Plenária de Conjuntura a tese que derrubou a proposta da direção da entidade de apoiar a moratória “soberana” e um pacto federativo como soluções para a crise enfrentada pela população brasileira. Por ampla maioria, os docentes não se furtaram em bradar, em alto e bom som: Fora FHC e Fora FMI!

JAD: Como o movimento docente vai levar as principais bandeiras de luta, os “Fora FHC” e “Fora FMI”, para o conjunto dos trabalhadores, da sociedade, dos segmentos universitários e mobilizá-los para este movimento?

Badaró: O que agente aprovou aqui é uma diretriz clara de intervenção do Sindicato para dentro da categoria e também para fora. Acho que a tese aprovada é a de que a gente está numa situação em que o governo vive uma crise que foi criada por suas próprias políticas e a postura do movimento sindical neste momento não deve ser a de resolver esta crise nos termos colocados pela pauta e pela agenda deste governo. A nossa agenda é a perspectiva de discutir a supressão dos problemas mais graves a partir da supressão das suas causas. Se foi este governo, através das suas ações, que causou os problemas, queremos a supressão deste governo, queremos o “Fora FHC”. Se a causa é uma política ditada pelos organismos financeiros internacionais, a gente quer o fim desta ingerência. Se na prática, isto significou aumento da dívida pela política

de juros e pela abertura de mercados, a gente defende o não pagamento da dívida pública nos termos em que tradicionalmente isto sempre foi colocado.

Agora, o movimento vai partir para uma segunda etapa que é se engajar nas mobilizações que já estão sendo agendadas pela CUT e outros setores organizados.

JAD: Este Congresso mostrou que o movimento docente é contra qualquer tipo de pacto social ou a qualquer proposta neste sentido, como a apresentada pela atual direção do Sindicato. Por quê? quais seriam os efeitos negativos de um pacto social, mesmo que “socialmente justo”?

Badaró: No Brasil, não há nenhuma expectativa por parte do movimento sindical de que um pacto possa ser feito sob o controle ou sob a hegemonia política dos trabalhadores. A idéia de um pacto só aparece nos momentos de crise da própria política das classes dominantes, quando estas buscam estabelecer mecanismos de controle sobre o crescimento da mobilização popular. Esta mobilização pode significar não apenas a superação de um governo, mas a superação de uma forma de governo, de políticas mais gerais, políticas de classe. Então, qualquer proposta de gerar pactos em um momento como esse significa administrar a crise que estes próprios setores criaram com o sacrifício dos trabalhadores. Um pacto passa por contenção das mobilizações, de demandas econômicas, pressão sobre os salários etc. Como vamos fazer “pactos” com esta conjuntura de desemprego estrutural, volta da inflação com perda de poder de compra dos salários? Que pacto é este? Acho que esta é a questão que definimos. O movimento docente, como grande parte do movimento sindical, é contrário a pac-

tos que na verdade são propostas de contenção da mobilização dos trabalhadores num momento de crise causado pelas próprias contradições da política econômica vigente.

JAD: De que forma a oposição vai interferir para que a direção implemente as orientações definidas neste congresso?

Badaró: Acho que existem dois níveis de trabalho no MD. Tem momentos que são de elaboração política e decisão coletiva e outros de implementação. Este é um Sindicato nacional e a executiva tem por tarefa levar adiante as bandeiras e as deliberações aprovadas nas instâncias do movimento. O Andes é um sindicato com uma forte representação de base, através das sessões sindicais, as antigas Ads. Para fazer com que a diretoria cumpra as deliberações do Congresso a gente tem dois caminhos. Um é manter a pressão nos eventos nacionais, nas reuniões de setor, nos Conads etc. O outro é implementando, na prática, nas seções sindicais, o que foi deliberado aqui. Acho que as decisões tomadas colocam esta possibilidade. E aí, estas deixam de ser decisões de oposição e ou de situação e passam a ser decisões que têm que ser encapadas pelo Sindicato. Por isso, a oposição atua no sentido de construir propostas para que o Sindicato as implemente, claro que coerentes com a história da Andes Autônoma e Democrática, que reflitam o que esta corrente vem historicamente construindo dentro de movimento. Mas a atuação da oposição neste momento é de armar o Sindicato para a conjuntura, não é uma posição de simples polarização com a diretoria.

Autonomia Universitária

Fábio Faversoni, da Seção Sindical da Federal de Ouro Preto, defendeu a tese da formulação, pelo movimento docente, de um anteprojeto de lei para regulamentar a autonomia nas universidades brasileiras. A tese, apresentada pela diretoria do Andes-SN, foi derrotada por larga maioria, em Plenário.

JAD: Por que a defesa de que o artigo 207 não é auto-aplicável?

Fábio: Em primeiro lugar, neste movimento há alguns consensos. Primeiro, que o artigo 207 deve se manter na constituição e vamos fazer todo o possível para que ele não seja retirado. O governo tem a perspectiva de retirá-lo com a PEC 370. Segundo, concordamos que o artigo 207 é auto-aplicável. O problema, e é aí que acho que está a divisão no MD, é que há uma legislação infraconstitucional que determina sobre o funcionamento das universidades, como por exemplo, em relação a eleição de reitores e ao financiamento. Esta legislação já existia antes de 1988 e continua existindo. E ela fere o artigo 207. Nós teríamos que fazer um esforço para alterar estas leis no sentido de respeitar a autonomia das instituições e não somente dizer que é “auto-aplicável” e deixar vigorando estas leis, que são absolutamente nefastas. Mas se você diz que é auto-aplicável, então não temos que mudar nada no campo legislativo para que a autonomia se torne efeti-

vamente um registro auto-aplicável, que por ora não o é. Tanto é assim, que as universidades a todo tempo tem que ir ao Mec implorar pelas mínimas coisas. E isto gera uma política de clientelismo entre os reitores que é irritante. No caso da UFRJ, não preciso dizer muito sobre o que significa um reitor atrelado aos interesses do Mec para fazer valer seus projetos, atropelando a autonomia.

Se não tivermos uma legislação ordinária que regule a autonomia das instituições teremos dois problemas: cada universidade vai fazer o que bem entende e isto vai implodir o sistema federal, mexendo na isonomia e na carreira.

JAD: Aceitar a regulamentação não seria cair na armadilha do governo?

Fábio: Acho que não. Teríamos que mobilizar a comunidade acadêmica que apontasse um rumo claro para a autonomia que garantisse uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Por que sozinho, o movimento, não vai barrar o projeto do governo, que vai passar no Congresso.

JAD: No momento que se regulamentar a autonomia com orçamento global, que é a proposta do governo, não vai se dividir as instituições entre as mais ricas e as mais pobres, entre os melhores e os piores salários, entre os excelentes e os não qualificados?

A idéia é justamente criar no campo legislativo a alteração das leis existentes e que autonomia saia como o

movimento docente sempre quis que ela saísse. Se não fizermos isto, o Congresso vai fazê-lo através de ação do governo. E vai fazê-lo com o apoio de setores internos das universidades. Por que hoje não temos a autonomia efetiva e os professores precisam captar recursos e fazer funcionar suas atividades de pesquisa. Muitos não vêem uma alternativa coletiva. Se o movimento se omite, a gente deixa a categoria sem um padrão coletivo de atuação. Não adianta dizer que é auto-aplicável quando você tem dentro da categoria um sentimento de que, na prática, não é. Temos que fazer com que a categoria veja em um projeto de alteração das leis existentes a garantia de sua posição de trabalho.

JAD: Este Congresso aprovou por ampla maioria a rejeição total a qualquer possibilidade de formulação de projeto de autonomia pelo Sindicato. Você acredita que a direção do Andes vai atuar de acordo com esta deliberação?

Com certeza. Além de ter sido votado que o artigo 207 é auto-aplicável, e nós vamos lutar pela sua manutenção, foi aprovado também que tenhamos uma atividade ampla de discussão da autonomia, para a mobilização da discussão em torno do tema junto às bases. Eu acho que a direção do Andes tem que implementar isto. A luta pelo 207 e a conversa com a categoria, principalmente com aqueles que não vão às assembleias, criar fóruns de discussão que agreguem mais pessoas, que formem opinião sobre o tema.

Principais deliberações do Congresso

■ Foram definidas bandeiras de luta para o enfrentamento ao governo e seu projeto neoliberal: 'Fora FHC, Fora FMI, não ao pacto social'; 'Não pagamento das dívidas externa e interna'; 'Pelo Pagamento da Dívida Social'.

■ Quanto à Autonomia Universitária: Reiterou-se a luta em defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal e contra a qualquer proposta de sua regulamentação por quaisquer instrumentos legais. Deliberou-se ainda, desencadear uma ofensiva política de debate e de mobilização em defesa da Autonomia Universitária, envolvendo não apenas a comunidade universitária mas o conjunto das forças políticas democráticas e o movimento social organizado. Há se destacar que esta deliberação foi aprovada por unanimidade pelo Plenário.

■ Quanto à situação dos professores de 1º e 2º Graus, mais uma vez ficou evidente a necessidade de se buscar uma solução para os problemas destes conjunto de docentes, conseqüentes da greve do ano passado, quando este segmento não obteve nenhuma conquista. Deliberou-se pela imediata elaboração de um Projeto de Lei que estabeleça uma nova carreira unificada para todos os docentes das Ifes (Professores do Magistério Superior, 1º e 2º Graus). Este Projeto de Carreira deverá ser elaborado a partir da Proposta de Carreira Única para os docentes das IES, que consta do Caderno 2 do Andes. Este projeto deverá ser aprovado no próximo Conad.

■ A Ged também mereceu destaque nas discussões: reiterou-se o repúdio à gratificação e seu significado, que além de excludente é produtivista e divisionista, contrário aos princípios defendidos pelo Sindicato para a Universidade Brasileira. Privilegiou-se a luta por uma digna e efetiva recomposição salarial com base na reposição de perdas salariais com base no ICV-Dieese.

■ O 18º Congresso posicionou-se também, entre outras coisas: contra a Implantação dos Institutos Superiores de Educação e dos cursos sequenciais previstos na LDB, pela realização do III Coned (Congresso Nacional da Educação) ainda em outubro de 1999, com data a ser confirmada, e pela luta em favor da aprovação do Plano Nacional de Educação: proposta da Sociedade Brasileira aprovado no II Coned, em 1997.

APROVADO ANTE-PROJETO DE LEI PARA UNIFICAÇÃO DAS CARREIRAS

Uma das preocupações deste Congresso foi com a situação dos professores de 1º e 2º graus que vivem a expectativa quanto à implementação de uma carreira unificada, que os integraria à carreira do magistério superior. Amargando perdas significativas ao longo das últimas greves, os professores do ensino médio e tecnológico das Ifes ficaram de fora do recebimento da gratificação de estímulo à docência, concedida pelo governo como resultado da greve de 100 dias, no ano passado. Atualmente estes professores recebem uma minguada bolsa, através da Capes, que pode ser suspensa a qualquer momento, por tratar-se de verba da destinada ao sistema de bolsas da pós-graduação. O 18º Congresso aprovou que o Sindicato deve encaminhar ao governo federal o anteprojeto de Lei de Carreira Única para o Magistério de Ensino Superior (conti-

do no caderno 2, Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira, de 1996). O projeto abrange a junção das duas carreiras com critérios de transposição, as definições de níveis, ingresso, progressão, regime de trabalho, afastamentos, isonomia, capacitação, entre outras.

A briga agora será a de convencer o Mec e o governo federal a encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de unificação das carreiras. Até o próximo Conad, a diretoria do Andes-SN deverá encaminhar ao executivo o projeto de Lei do Sindicato, para que este chegue às comissões da câmara e do senado. Por mexer com a agenda orçamentária da União, a estruturação de carreiras no serviço público é de competência do executivo e só o presidente pode encaminhar projetos desta natureza ao Congresso.

DISPUTAS POLÍTICAS MARCAM O CONGRESSO

Corrente de oposição à atual diretoria do Andes-SN teve presença marcante no Congresso de Fortaleza. As principais teses e encaminhamentos aprovados pela categoria foram defendidas por membros da Andes Autônoma e Democrática. A tendência, hoje oposicionista, existe desde 1986, quando pela primeira vez, no Congresso de Salvador, duas correntes distintas disputaram a eleição do Sindicato Nacional.

Na última eleição, a Andes AD perdeu a direção da entidade para a chapa "Ganhar a Andes para não perder a Universidade". De lá para cá, a briga entre as duas correntes tem tido momentos bastaste acirrados, como no final da greve nacional, ocorrida nos meses de abril e junho do ano passado.

As diferenças entre os principais grupos políticos do movimento - o representado pela atual direção e o grupo de oposição - vão desde propostas para a organização do Sindical até a visão sobre a inserção da entidade e do movimento nas lutas por mudanças na organização da sociedade e da própria universidade.

A atual direção do Andes defende a articulação direta com o campo institucional, tanto na esfera parlamentar quanto em relação à estrutura das instituições de ensino. Para Andes AD, a autonomia da categoria docente em relação às "estruturas" ou ao poder institucional é fundamental para garantir o avanço das conquistas sociais.

O exemplo prático destas divergências pode ser constatado no Congresso de Fortaleza. No final dos trabalhos, lá pelo amanhecer da terça-feira, dia 2, após mais de cinquenta horas de avaliações, destaques, encaminhamentos e votações, uma polêmica que há meses vem corroendo diretores e opositores veio a tona para a apreciação e posicionamento do Plenário. No auge do processo de intervenção do Mec na UFRJ, em uma das primeiras sessões do Consuni presidida pelo reitor José Vilhena, o presidente e um diretor do Andes-SN reu-

niram-se com o eleito do Mec, com a justificativa de que queriam marcar posição contra a decisão do ministério, em apoio aos conselheiros e à comunidade universitária.

Para a oposição, a atitude da diretoria constituiu uma espécie de "crime sindical". Não obstante dialogar com o interventor, os diretores o fizeram sem o conhecimento e o aval político da seção sindical local, no caso, a Adufrj. A diretoria rebateu dizendo que agiu publicamente, em nome da entidade que representa, e em momento nenhum teria passado por cima das instâncias locais do movimento.

Farpas e brigas, acusações de um lado e de outro, revelam as duas tendências. Para a situação parece que sempre vale a pena a interlocução com as autoridades universitárias ou mesmo governamentais, ainda que seja apenas para ouvir negativas, como nas recentes audiências realizadas com o Mec. Para a oposição, conversar com o governo, ou com qualquer representação deste, como é considerada a atual reitoria da UFRJ, constitui erro político mortal, ferindo todos os princípios de um sindicalismo autônomo, combativo e como eles dizem "democrático".

Lavada a roupa, foi aprovada uma crítica à postura da diretoria do Sindicato, mostrando que "as bases" não querem conversa com ministros, reitores ou coisas que os valham. Terminada mais uma etapa de formulação coletiva, o movimento volta-se para as lutas gerais e para os embates que virão a partir de março. Autonomia Universitária, cortes orçamentários, inflação sem reposição, entre outras brigas, aguardam esta categoria de profissionais que vivem da difícil tarefa de formar e educar a sociedade que tantam almejam transformar.

Ana Manuella Soares, da reportagem do JAD

Homenagem

Morreu Horácio Macedo. Primeiro reitor eleito ainda em pleno regime ditatorial, pela comunidade acadêmica da UFRJ. Realizou uma gestão voltada para a cidadania, por uma universidade amada pelos cidadãos que a mantêm e a empresam. Num programa de maior desempenho de suas atividades (acadêmicas ou sociais), a universidade assumia lugar e papel na luta por um país melhor.

Um grupo de amigos e a ADUFRJ se reuniram na Praia Vermelha, em torno da fogueira por ele mesmo acesa, para homenagear o companheiro.

Estes são tempos difíceis. Pensar parece um crime hediondo. Marx nos aponta o espetáculo das marionetes, onde bonecos se prendem - cabeça, tronco e membros - aos dedos do titeriteiro. E nós, bonecos-atores, mestres-bonecos, bonecos-doutores, cabe ver o espetáculo nos olhos dos espectadores. Eles pagam o teatro que que-

rem, como quem constrói uma universidade para ver, na sua própria imagem, o que necessita e ficou preso na mão dos titeriteiros. Olhem, então, nos olhos da platéia e neles estudemos os espectros dos nossos interesses, escondidos reconditamente em movimentos que nos impedem o pensamento e a ação. Movidos, não vemos, nem percebemos a potencialidade da cena e sua beleza. Os dedos dos titeriteiros, amarrados a nossos cérebros e pernas, apontam roteiros para caminhos que eles querem trilhar. Quebram os espelhos onde nos tentamos refletir. Narcisos, nascidos da reflexão, vemos na platéia nossos rostos feridos nos cacos do espelho quebrado, reflexo no rosto de Narciso nas ondas das águas. Conosco também, Fausto e Mefistófeles se contemplam, complementando-se. Precisamos de figura e fundo. Tentemos entender aquela parede, a quarta, que fica na frente do palco e avalia a nossa performance pela necessidade dela, sem nos deixar morrer na lagoa, como as rãs de Esopo.

Ele pensava alto e nos dizia; “Pensem mais alto ainda. Somos todos tudo o que necessitamos”. Hermes sentou-se com Héstia no centro da praça e encenamos com eles o ensino de todas as carências, carícias e astúcias necessárias à libertação, ao caminho do entendimento. Em busca da luz, também as árvores e os animais bailam por um espaço. São os fios de cantos de galo com que o poeta tece a manhã e o amanhã.

Ele dizia sempre: “É preferível ter um pássaro



Arquivo JAD

voando. Em nossas mãos, eles não voariam mais”. Para nós, é preciso dar o salto. E ele próprio soltou. Caiu no poço; tão fundo que não sabemos sua profundidade e nem sabemos se o poço tem fundo. Mas continuamos em nossa procura sem cura, através de um caminho pró-fundo e sem fundo, no qual o passado em que ele se tornou retorna em nossa busca, como véspera de toda esperança de conquista. Tudo se resume à necessidade de buscar, que a nossa carência não pára de carecer.

Hermes e Héstia sumiram da praça. Os cavernosos titeriteiros assumiram o palco e a direção do espetáculo. Mas os mesmos fios que a eles nos prendem servirão para que assumamos a intuição de Ariadne.

Edwaldo Cafezeiro e amigos presentes ao ato realizado no FCC, na manhã do dia 25 de março.

ESTATUTO DA UFRJ: UM PROCESSO NEBULOSO

As últimas reuniões do CONSUNI provisório demonstram a fragilidade do acordo político que reabriu um “novo Conselho” em troca do reconhecimento da posse do novo Reitor. Não só o calendário de apresentação dos pontos das propostas de um novo Estatuto está atrasado, não há motivação na comunidade para discussão dentro da agenda proposta, mas principalmente continuamos sem ter um CONSUNI pleno. Apesar de terem ocorrido algumas reuniões, a pauta do CONSUNI continua vazia. Na prática todas as decisões políticas, acadêmicas, financeiras, vagas, de interesse para a universidade, continuam nas mãos

da administração e de seus aliados. Estamos vivendo uma ditadura camuflada pelo funcionamento de um órgão sem vida própria.

Enquanto o país mergulha numa crise profunda provocada pela política do governo FHC, com perspectivas sombrias para a Universidade, continuam a ser defendidas aqui dentro as propostas que o MEC e os organismos internacionais propõe para a universidade. Apesar das tentativas de alguns setores, de desvincular o apoio à Vilhena e ao MEC de um apoio mais amplo ao governo FHC, é impossível esconder que a proposta defendida pela Reitoria contém os mesmos fundamentos políticos que orientam o governo

federal. A inoperancia do CONSUNI é a demonstração dos limites deste processo nebuloso que foi imposto à UFRJ.

A Adufrj-SSind insiste em propor que o debate sobre o novo estatuto da UFRJ seja feito dentro de um quadro de normalidade institucional, onde os órgãos colegiados tenham plena autonomia e credibilidade, em instâncias onde a comunidade toda esteja representada. Só assim as divergências e diferentes concepções que certamente existem entre nós poderão ser democraticamente confrontadas e chegaremos a uma conclusão.

Diretoria da Adufrj

ITAMAR É ATRAÇÃO EM EVENTO NO FCC

“Se a mídia não coopera, a esquerda também não facilita”. Esta foi a impressão de quem esteve presente na Conferência sobre a “Crise econômica e sua repercussão política”, realizada no dia 5 do presente mês, no Fórum de Ciência e Cultura.

Organizado pela Coppe e com apoio de várias unidades da UFRJ, do Sintufrj e da CUT, o evento contou com quase 200 pessoas e se transformou num ato de apoio à moratória promovida por Itamar Franco. Depois do discurso do governador mineiro, afirmando suas posições e criticando o governo FHC, seguiram-se falas inflamadas de personalidades de vários partidos de oposição.

Para Milton Temer, do PT, a grande importância deste evento foi afirmar o papel da UFRJ, que “sempre esteve presente nos grandes debates do país”. Ele acredita que, ao trazer Itamar, a UFRJ provoca uma reflexão sobre os motivos que levaram a sua presença na Universidade.

Já o representante do DCE, contextualizou a discussão, fazendo um paralelo entre a retaliação ao Governo



de Minas e a nomeação do atual reitor da UFRJ, afirmando que ambos foram vítimas de intervenção por parte do Governo Federal.

Radicalização das lutas prevista para final de abril

Ao invés de aprofundar propostas, o ato serviu para afirmar o apoio de grupos da esquerda à postura adotada por Itamar, refletindo a falta de posicionamento de partidos de expressão, tais como o PT e o PDT.

Segundo Cunha Bocayuva, da Fase, Itamar Franco nos traz isoladamente a discussão sobre a inviabilidade do pagamento de uma dívida da qual ele não é responsável: “Itamar está mostrando que a dívida se torna impagável”.

Ele ainda afirma que o cenário estará mais claro no final de abril, quando tanto as ações do Governo Federal, como as mobilizações da sociedade civil estarão mais visíveis. “Aí será inevitável o posicionamento dos partidos”, conclui.

Entretanto, se o verdadeiro papel da Universidade é o de produzir conhecimento aplicável no seio social, não podemos dissociar os fatos que revelam a prática do governo FHC. O debate a ser aberto na UFRJ deve ser mais amplo, resultando numa proposta afirmativa de contraposição por parte da comunidade acadêmica. Se este evento deixou a desejar, esperamos que atividades nesse sentido não fiquem por aqui.

Opinião

MAIS UM PACOTE CONTRA OS SERVIDORES FEDERAIS

O Governo Federal anunciou no dia 03 de março de 1999 mais um pacote contra o funcionalismo público, eleito o bode expiatório da crise econômica. Através de duas Medidas Provisórias, o governo pretende economizar R\$ 1,450 bilhão. A primeira MP suspende a concessão de promoções, progressões e revoga o art. 67 da Lei 8.112 do Regime Jurídico Único que determinava a incorporação do Adicional por Tempo de Serviço do salário do servidor. A Segunda MP suspende a realização de novos concursos públicos e a contratação de novos concursados que já passaram e estão em fase de treinamento. Por fim, suspende reajustes, a qualquer título, de remunerações, pensões e aposentadorias.

Não por coincidência, o Banco Central anunciou, em seguida, a elevação das taxas de juros de 39% para 45% ao ano.

Com estas medidas, o governo quer passar a idéia de que a elevação da taxa de juros decorre da ausência do ajuste fiscal e que as despesas com o funcionalismo público são a causa do crescente déficit público.

Nada mais equivocado. A tabela abaixo mostra as despesas da União com juros e pessoal (ativos, aposentados e pensionistas). Nota-se que os gastos com os servidores ficaram praticamente constante durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. No mesmo período, entretanto, os juros cresceram de forma exponencial. Em 1995, o governo gastou com pessoal um montante duas vezes superior aos gastos com juros. Em 1997, os montantes se aproximaram. Em 1998, gastou-se

1,5 vezes mais com juros. A previsão para 1999 é que o gasto com juros seja duas vezes superior ao gasto com a folha de pessoal. Nos cinco anos da gestão FHC as despesas com juros atingirão R\$ 275 bilhões, contra R\$ 233 bilhões gastos com pessoal.

Os dados acima não deixam dúvidas: a pressão exercida sobre o déficit público decorreu do componente dos juros e não da folha de pessoal.

O presidente FHC passará para a história como o governante que sustentou as maiores taxas de juros da história do país. Com qual objetivo? Manter o Real forte e a inflação baixa. Com qual objetivo? Conseguir a reeleição.

Esta é a verdade nua e crua. Visando a reeleição, o governo promoveu uma política suicida. Para manter o Real sobrevalorizado, a equipe econômica elevou as taxas de juros para atrair capital internacional e cobrir os crescentes déficits interno e externo, elevando, por conseguinte, as dívidas interna e externa. O endividamento fora de controle realimentou os déficits, afugentou o capital estrangeiro, desvalorizou a moeda nacional e já ameaça com a volta da espiral altista dos preços. Mesmo entregando o leme ao comando do FMI, a desconfiança internacional quanto aos rumos da economia brasileira permanece.

Neste quadro, imputar ao funcionalismo público a responsabilidade pelos fracassos do governo FHC é lançar uma cortina de fumaça sobre as causas reais dos desequilíbrios macroeconômicos do país. Atacar falsos alvos pode servir para enganar os incautos, mas certamente não trará de volta a estabilidade e o crescimento econômico.

José Eustáquio Diniz Alves, Professor da Federal de Ouro Preto e Coordenador do GT-Verbas do Andes-SN

Despesas da União com pessoal e juros (1995-1999)		
em bilhões de reais		
Ano	Despesas com pessoal	Despesas com juros
1995	47	24
1996	45	38
1997	46	46
1998	47	70
1999*	48	97
Total do Período	233	275

Fonte: BACen e FSP
*estimativa

Adufrj contra o confisco da previdência

A Adufrj vai entrar com uma ação contra o aumento da contribuição previdenciária dos servidores e o desconto dos inativos. Para isto, será necessária a aprovação da categoria na assembléia geral marcada para o dia 30 de março, terça-feira (ver chamada neste boletim). Seguindo recomendação das assessorias jurídicas local e nacional, a Adufrj está concluindo a fundamentação jurídica e os encaminhamentos pertinentes para impetrar ação contra a Lei n. 9783/99, promulgada em 28 de janeiro deste ano.

Principais efeitos da MP:

a) **Majora a contribuição previdenciária dos docentes ativos com:**

1. Contribuição de 11% sobre o total da remuneração do docente, incluindo as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei;

2. A parcela da remuneração que exceder a R\$ 1200,00 até o limite de R\$ 2500,00 será majorada em 9%, e

3. A parcela que exceder a R\$ 2500,00 será majorada em 14%

A majoração prevista nos itens 2 e 3 tem prazo determinado até 31/12/2002.

b) **Institui contribuição de 11% sobre a remuneração dos APOSENTADOS.**

Para os assessores, a referida Lei está eivada de inconstitucionalidades, afrontando escandalosamente as normas legais vigentes. De fato, o governo quer aumentar a contribuição sem ampliar os benefícios correspondentes. Ademais, a Lei 9.783/99 é inconstitucional na medida em que estabelece contribuição para os inativos e pensionistas.

Necessidade de AG para interpor Ação Judicial

O Presidente da República, autoritariamente, editou a MP 1798-01 determinando que as entidades sindicais estão obrigadas a apresentar atas de assembleias convocadas especificamente para a autorização das ações em favor de seus associados.

Apesar da Adufrj sempre consultar os seus associados em assembleias, antes de interpor uma ação judicial, consideramos este ato uma manifestação autoritária do poder executivo claramente motivada para dificultar as ações judiciais e, por isso, a assessoria jurídica nacional entrou em contato com o Conselho Federal da OAB, para examinar a possibilidade de ajuizar no STF um pedido de inconstitucionalidade.

A Adufrj está atenta à medida do governo que suspendeu a concessão de promoções e progressões dos servidores e já solicitou esclarecimentos jurídicos sobre o assunto. As assessorias local e nacional deverão divulgar pareceres em breve.

URGENTE:

Os valores divulgados pelo governo, na Internet, correspondem à diferença entre o que os servidores deverão receber, em relação à ação dos 28,86%, e os reajuste obtidos por cada categoria em fevereiro de 1993, quando foi feita uma recomposição dos níveis salariais (Lei 8.627/93 ou recomposição das tabelas).

Feito o desconto, a grande maioria dos professores não tem nada a receber. Apenas algumas classes, como o Auxiliar e o Titular A, por exemplo, teriam algo em torno de 1,16 a 3,26% de diferença a receber. A Assessoria Jurídica da Adufrj destaca que aqueles que aceitarem tais valores estarão aderindo ao acordo proposto pelo governo ao conceder os 28,86% efetuando os descontos, e não poderão continuar pleiteando na Justiça o pagamento integral requerido na ação impetrada pela Adufrj.

Conselheiros iniciam debate sobre novo estatuto

Autonomia, finalidades da insituição e avaliação foram os primeiros assuntos da reforma universitária discutidos, esta semana, no Conselho Universitário da UFRJ. Após uma série de debates e discussões, que acontecerão também nos centros e em algumas unidades, será definido o novo estatuto da universidade. Na versão apresentada pela reitoria, o nível de atrelamento da produção acadêmica aos interesses dos setores privados da sociedade é explicitamente registrado com a criação de uma comissão de avaliação externa composta de várias entidades representativas do setor industrial e comercial, e apenas um representante de trabalhadores e categorias profissionais.

Calendário de discussão dos temas sobre a reforma na UFRJ

23 e 25 de março: Ensino, Pesquisa e Extensão

30 de março e 1 de abril: Prestação de Serviços

6 e 8 de abril: Carreira Docente, Técnica-Administrativa e Avaliação

13 e 15 de abril: Serviços Gerais

20 e 22 de abril: Recursos e Gestão Financeira

27 e 29 de abril: Estrutura

A comissão relatora das propostas para o novo estatuto da universidade

CT - Oscar Acserald

CCS - Antonio Paes de Carvalho

CCMN - Flávio Dickstein

CCJE - Ana Clara Torres Ribeiro

FCC - Luis Fernando Dias Duarte

IFCS - Ivonne Maggie

CLA - Sonia Gomes Pereira

Funcionários - João Eduardo do Nascimento Fonseca

Estudantes - José Carlos Madureira Siqueira

Reitoria - Antonio MacDowell de Figueiredo

Assembléia Geral

30 de março (terça-feira), 15h

Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha

PAUTA

□ Consuni e Estatuto da UFRJ

□ Preparação do "Dia Nacional de Luta contra a Política Econômica de FHC e o Desemprego (26/03)"

□ Ações Judiciais: contra a contribuição previdenciária dos aposentados e o aumento para os ativos; a extinção dos anuênios e cobrança dos atrasados, a MP 1815/99 que acaba com as progressões funcionais e o decreto 2983/99 que suspende os concursos; e a exclusão da Ged dos docentes em estágio probatório e pelo recebimento integral da gratificação pelos aposentados.

□ Contribuição de 1%

□ Encaminhamentos do 18º Congresso do Andes

□ Assuntos Gerais

Acordo com o FMI agrava crise social

A crise econômica que atinge toda a população brasileira vem tomando proporções assustadoras nas últimas semanas. Reproduzimos aqui a entrevista feita pelo boletim diário Rápido da CUT/Rio com o economista do Dieese, Paulo Jager. Paulo fez algumas previsões sobre as consequências do acordo assinado entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o FMI

Salários – A não ser que aconteça algo inesperado, como o TST dar ganho de causa à indexação salarial, os trabalhadores vão amargar perdas sem conseguir reposição. O governo prevê inflação anual de 17% em 99. À exceção de algumas categorias, esta perda salarial não será reposta.

Emprego – A tendência é de aumentar em muito o desemprego. Isto só fortalece a idéia de que os sindicatos terão dificuldades em restabelecer o valor dos salários. Com as altas taxas de juros vai aumentar em muito o número de desempregados em todas as categorias. O que marcará este ano será o agravamento do quadro social. No setor público os cortes serão ainda maiores já que o governo está se comprometendo a chegar a um superávit primário de 3,1% (o do acordo anterior era de 2,8%) e terá uma queda acentuada da receita já que prevê queda do PIB de 4%. De cara, a população carente será a mais prejudicada com o serviço público ficando pior do que já é.

Crise social – Uma recessão maior, como querem o governo e o FMI, levará ao agravamento na área social. Pode chegar a um ponto em que a população começará a responder ao aumento das dificuldades, com saques a supermercados, etc.

Crédito – Com as taxas de juros Tban a 45%, as taxas cobradas pelos bancos ficarão em cerca de 70% ao ano inviabilizando a utilização do crédito ao consumidor. O que jogará mais lenha na fogueira da recessão. As empresas reduzirão o nível de investimentos na produção, gerando mais desemprego e arrocho salarial. Vão preferir aplicar no mercado financeiro que na produção.

Descontrole da economia – As medidas podem provocar uma depressão. O governo tem o controle da economia, mas isto vai até certo ponto. O

processo recessivo pode vir a ser muito mais profundo do que o previsto. Foi o que aconteceu recentemente com o câmbio, onde a situação saiu completamente do controle do governo.

Metas - O economista do Dieese, Paulo Jager, falou ao Rápido sobre as consequências das medidas constantes da revisão do acordo assinado entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o FMI, esta semana. Acho pouco provável que o governo consiga superávit de US\$ 11 bilhões na balança comercial. Terminamos 98 com um déficit de US\$ 6,5 bilhões. Como estamos em março, o Brasil teria de inverter este resultado e passar a ter superávits comerciais mensais de US\$ 1,4 bilhão. Além de importar quase nada, teríamos de exportar muito mais.

Recessão - Se a recessão se aprofunda diminui a receita e o governo pode não chegar aos 3,1% do PIB de superávit primário (relação receita versus despesas públicas, exceto os gastos com a dívida interna). A procura por atingir esta meta vai trazer ainda mais sofrimento para a população, unicamente para pagar os juros dos credores externos e internos.

O país – Será imposto ao Brasil um enorme sacrifício por causa de erros da política econômica cometidos nos últimos anos. O governo estará dando mais uma calote no povo, não saldando a sua imensa dívida social, para pagar aos banqueiros nacionais e estrangeiros.

Toda a política econômica que vem sendo posta em prática por Fernando Henrique Cardoso é exigência da comunidade financeira internacional com o apoio de alguns setores nacionais. Trata-se de uma política e um modelo econômico que só privilegiam o setor financeiro, vide os superlucros dos bancos. O governo está sangrando a população, sangrando a economia nacional, e comprometendo o futuro do país.

Programe-se

A crise em debate

O professor de economia da Unicamp, Ricardo Antunes, encerra dia 7 de abril, às 17h30, ciclo de debates promovido pelo Sindipetro/RJ. O tema é "O Desafio do Movimento Sindical". No Conselho Regional de Química, Rua Alcindo Guanabara, 24, 13º andar.

Direitos Humanos

Começa nesta segunda, dia 22, na UERJ, o ciclo de debates "Sociedade Civil e Direitos Humanos". A coordenação é de Olinto Pegoraro. Local: RAV94, 9º andar.

Núcleo Humberto Bodra

Comunicação e Expressão, Como Funciona a Sociedade, Questões de Sindicalismo, Noções Básicas de Economia Política. Cursos oferecidos pelo Núcleo de Formação Humberto Bodra. Informações pelo telefone (024) 442-4253.

Pela Petrobrás

Dia 23, às 17h30. Ato em defesa da Petrobrás, no auditório da Associação dos Empregados do Comércio, no Centro.

Dia Nacional de Luta contra o Desemprego

Dia 26 de março, todo mundo na rua. De camisa vermelha e bandeira na mão. É o grande ato promovido pelo Fórum Estadual de Luta Trabalho, Terra e Cidadania. Passeata da Candelária à Cinelândia. Concentração às 16h. Basta de FHC e FMI

Assembléia Geral dos Professores da UFRJ
30 de março (terça-feira), 15h
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

MEC DIVULGA RESULTADO NACIONAL DA GED

Na UFRJ, 57%
receberam 100% da
gratificação. A federal do
Rio ficou em 38º lugar
entre as universidades,
com uma pontuação
média de 113 pontos,
ficando seis pontos
abaixo da média
nacional

Páginas 4 e 5



Dia Nacional de Luta contra o Desemprego
26 de março, 18h, na Cinelândia

A REFORMA DA UFRJ SUMARIZA OS PROJETOS EM DISPUTA

A magnitude da proposta de reforma do Estatuto da UFRJ é singular entre as IFES brasileiras. Embora em algumas outras a reforma tenha ultrapassado as determinações da LDB, como a UFMG, cujo reitor ambiciona uma autonomia semelhante à proposta pelo MEC ou como a UFU que aprofundou a privatização do hospital universitário, as demais limitaram-se a adequar os seus estatutos às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, conforme pode ser visto adiante, impõe mudanças importantes, danosas em sua maioria, mas de escala muito mais modesta do que a pretendida pelo reitor-interventor da UFRJ. Quais as verdadeiras motivações da reforma pretendida? Trata-se de uma reforma construída a partir das demandas da comunidade universitária ou está inscrita em um projeto muito mais amplo, de reconfiguração do Estado brasileiro, nos termos das reformas de ajuste estrutural preconizado pelos organismos internacionais, notadamente o FMI e o Banco Mundial.

As “reformas estruturais” dos organismos criados em *Bretton Woods* (Banco Mundial/FMI) fornecem não somente a matriz conceitual da política educacional em curso no Brasil, América Latina e de diversos outros países, como garantem as condições para a sua efetivação a “ferro-e-fogo”. O Estado brasileiro vive uma gigantesca crise fiscal, agravada pelo custo do “plano de ajuste” brasileiro. Diante desta fragilidade, as *condicionalidades* dos mencionados organismos tornam-se ainda mais peremptórias. Deste modo, os recursos para o Estado Social, já escassos, irão se reduzir drasticamente e, ob-

viamente, as Universidades Federais, já severamente atingidas, terão cortes ainda mais violentos. As projeções para os próximos anos do governo FHC não são portanto nada positivas. Diante de tal cenário, é possível identificar pelo menos três tendências:

a) A privatização *tout court* das IFES, por meio de sua transformação em “organizações sociais” e pela cobrança de mensalidades dos alunos. Esta posição é defendida pelos empresários, pela grande imprensa, pela área econômica do governo e também pelo MEC. Os termos do regime jurídico da universidade ainda não é consensual. Alguns setores defendem uma Lei específica para normatizar a questão; o governo parece inclinado a aceitar a tese de que as reformas administrativa e da Previdência (Emenda Constitucional nº 19, Leis complementares e outros instrumentos jurídicos) edificaram o marco jurídico necessário para a reconfiguração da universidade. Restaria regulamentar alguns aspectos como a autonomia de gestão, por meio de um projeto de lei. Outros setores como os reitores alinhados ao governo, defendem uma lei específica para normatizar a questão, abrangendo, principalmente, regime jurídico, autonomia e carreira docente. A cobrança de mensalidades, um consenso, já é objeto de projeto de lei no Congresso Nacional.

b) A reforma conservadora, sustentada por parte do grupo signatário do Manifesto em Defesa da Universidade Brasileira (COPEA), do Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior-USP (Eunice Duhram), da Academia Brasileira de Ciências/ SBPC e de outros grupos, entre os quais os ligados as fundações universitárias e à prestação de serviços para o mercado. Esta tendência, eclética, reúne interesses difusos,

agregando frações de: a) grupos de pesquisa não diretamente vinculados ao setor privado, entre os quais alguns que idealizaram e se beneficiaram do PRONEX; b) professores que se valem de suas unidades para obter prestígio curricular, com o objetivo de alcançar, no mercado, maiores ganhos econômicos pessoais (alguns médicos, advogados, economistas etc.), e c) centros voltados para a prestação de serviços ao “mercado”, particularmente às empresas públicas e privadas. Hoje estes centros já não dependem inteiramente das verbas públicas, posto que edificaram fundações que “agilizam” a comercialização de serviços e podem oferecer significativa complementação salarial aos docentes envolvidos em projetos direcionados ao mercado. Estes grupos, ainda que diversos, compartilham a crença de que, diante da crise, é preciso salvar os *núcleos de excelência*, notadamente, os seus próprios núcleos e, também, os seus próprios salários. Também em comum, compreendem professores com fácil acesso a tecnoburocracia estatal do aparato de apoio ao desenvolvimento C&T. Argumentam, em última instância, que a saída particularista está avalizada pelo mérito científico, reconhecido por esta própria tecnoburocracia e por professores igualmente próximos desta tecnoburocracia.

c) A da universidade pública, compreendendo os docentes que dependem exclusivamente das verbas públicas (salário, verbas para pesquisa, livros, viagens etc) e cujos trabalhos são voltados para a esfera pública. Entre estes encontram-se os docentes que atuam, mais ou menos intensamente, no movimento docente, revigorado pela Greve Nacional de 1998. A

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

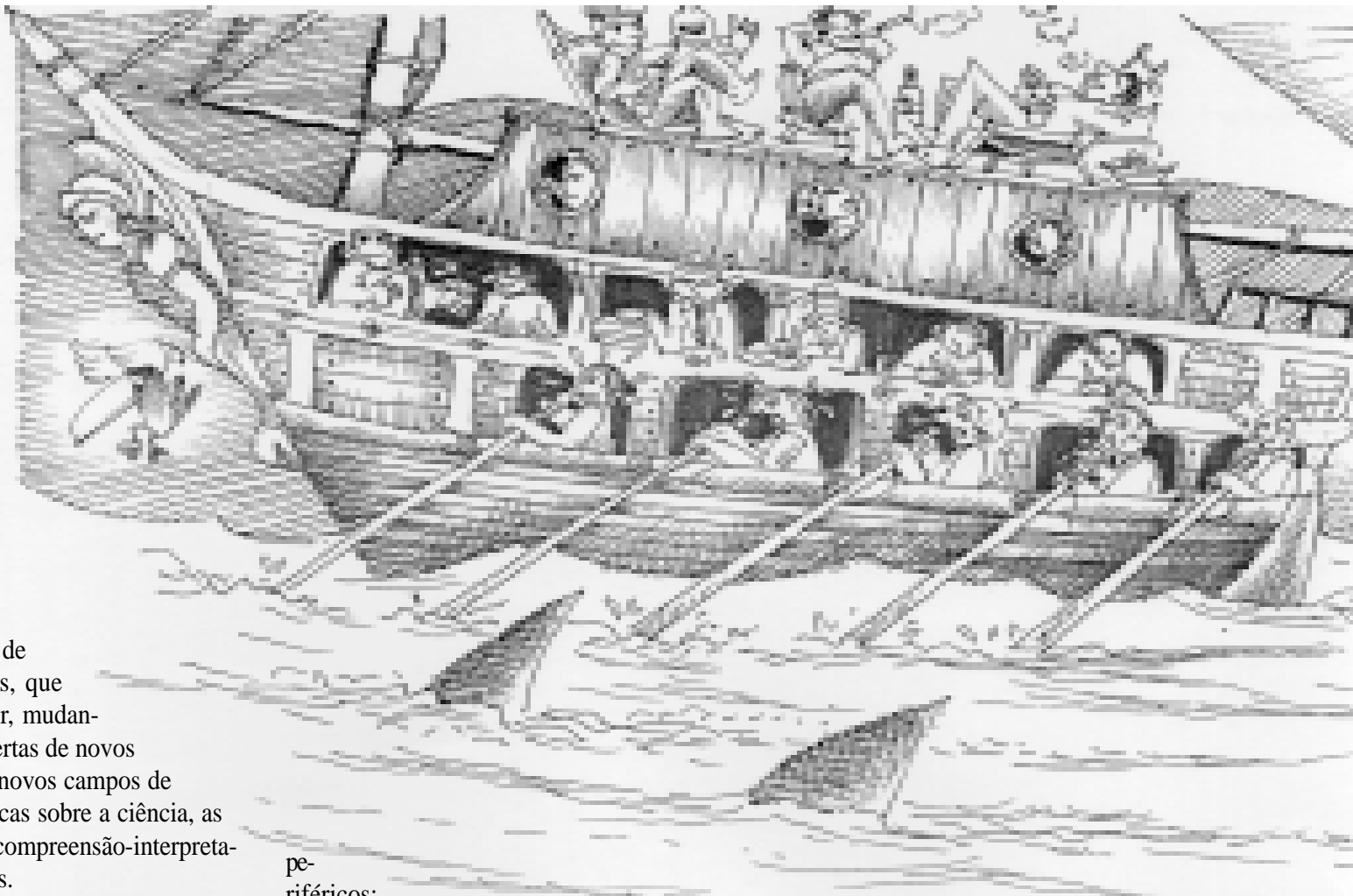
- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

orientação majoritária é nitidamente contra as reformas neoliberais e em defesa do conjunto do ensino público e gratuito; um traço marcante é a defesa intransigente: a) do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; b) do padrão unitário de qualidade entre as universidades brasileiras; c) do direcionamento público da pesquisa e do ensino, e d) da democratização (avaliação, acesso, gestão etc). Como lembra Marilena Chauí (1997), são estes que realizam as pesquisas fundamentais, ou seja, as de longo prazo, independentes, que acarretam aumento do saber, mudanças no pensamento, descobertas de novos objetos de conhecimento e novos campos de investigação, reflexões críticas sobre a ciência, as humanidades e as artes, e compreensão-interpretação das realidades históricas.

A intervenção na UFRJ foi patrocinada e operacionalizada por uma aliança entre representantes das duas primeiras tendências e a oposição tem-se dado principalmente pela última. A proposta de reforma do Estatuto, igualmente, resulta da aliança das duas primeiras. O resultado previsível desta aliança é a configuração de uma “nova” universidade, condizente com a condição periférica do país, “moderna do Terceiro Mundo”, como disse Marilena Chauí.

A leitura da proposta de Estatuto em circulação na UFRJ requer um prudente distanciamento crítico para ser considerado em toda a sua complexidade. É imprescindível atentar simultaneamente para a política educacional em curso e para a situação interna da UFRJ; em outras palavras, é preciso considerar a contradição entre a dimensão institucional e a dimensão propriamente acadêmica, contradição esta agudizada pela crise fiscal. Somente associando as duas dimensões será possível discutir a crise profunda que transforma a universidade pública e, mais especificamente, a UFRJ.

O buslís da reforma contida na proposta de estatuto contempla, de imediato, as grandes orientações do Banco Mundial para as universidades dos países



pe-
riféricos:

a subordinação à lógica de mercado, com o afastamento do modelo baseado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a reconfiguração de seu caráter institucional. Embora o Estatuto defina a universidade como “pessoa jurídica de direito público” (art.1), como não poderia deixar de ser, tendo em vista as determinações constitucionais ainda não revogadas, paulatinamente, o modelo das “organizações sociais” vai assumindo contornos mais nítidos, como pode ser visto adiante. Deste modo, o maior avanço conceitual é mesmo na quebra da indissociabilidade, abolindo o ideal republicano do “padrão unitário de qualidade”. Na mesma linha, faz parte da nova configuração conceitual, uma universidade capaz de formar recursos humanos para o mercado, com óbvio empobrecimento de seu conteúdo humanístico e crítico. Estas orientações repercutem nos objetivos, na carreira docente, na avaliação, no financiamento e a forma do poder e da representação.

Nesta perspectiva, a educação deve preparar os jovens para o mercado de trabalho (como preconiza a proposta da reitoria: Dos fins, art. 2: “A principal missão da universidade é a formação de recursos hu-

manos...”) preparando-os para a saudável competição, requerendo o desenvolvimento de pessoas individualistas, pouco afeitas a solidariedade social, prontas para atuar num mercado de trabalho em que o baixo valor da força de trabalho se constitui em poderosa “vantagem comparativa”. Em outros termos, a educação deve desenvolver *competências para a empregabilidade*.

A crítica ao modelo de universidade preconizada pela atual administração é produzida cotidianamente na UFRJ, nas atividades dos departamentos, cursos, laboratórios e projetos que tecem os vínculos sutis entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Todo o movimento em favor de uma universidade produtora de conhecimento novo, da constituição de uma comunidade comunicativa capaz de discutir a pretensão de validade dos conhecimentos produzidos pela comunidade científica dos diversos países, volta-se contra o projeto que o MEC quer ver concretizado na UFRJ. Entretanto, é preciso que todo este vigor crítico possa resultar em um posicionamento sistemático da comunidade. Estas pontuações são portanto um convite ao debate com o objetivo de subsidiar a sistematização da crítica necessária.

GED MOSTRA QUE UNIVERSIDADE PÚBLICA MANTÉM QUALIDADE DE ENSINO

Apesar da falta de financiamento, das críticas do governo, quase sempre ovacionadas pela grande imprensa, da falta de avaliações institucionais, da desqualificação da remuneração, o resultado da implementação da Gratificação de Estímulo à Docência mostrou que, nas instituições federais, 76,26% dos professores universitários cumprem as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para manter a qualidade e o padrão do ensino público e gratuito

Em novembro do ano passado, bem no meio do semestre letivo e após encarar uma greve de cem dias, mais de quarenta mil professores das federais tiveram que responder a relatórios de atividades docente, organizados às pressas por comissões locais também constituídas, em alguns casos, de forma bastante ligeira, por pessoas indicadas diretamente por reitores ou dirigentes.

O esforço de correr atrás de pontos por horas-aula e somá-los a mais pontos por publicações, orientações, seminários e tantas outras atribuições serviu para que os docentes recebessem gratificações de estímulo à docência que variaram de R\$ 1.300,60 (100% de Ged para os titulares) a absolutamente nada.

Segundo análise feita pela professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Isaura Belloni, sobre os primeiros resultados da implantação da Ged, 64,52% dos docentes atingiu os 140 pontos da avaliação, recebendo 100% da gratificação.

Para Isaura, isto revela que a grande maioria está cumprindo plenamente suas atividades acadêmicas. Para a professora, a Ged não é um processo de avaliação de desempenho docente, como está colocado na lei que instituiu a gratificação. Na sua



liar todas as atividades acadêmicas. Para Isaura, o conceito de docência mudou, “hoje docência significa qualquer atividade acadêmica”, diz.

No estudo, a professora e integrante da Comissão de Acompanhamento da Implantação da Ged, por indicação da direção do Andes-SN, identifica uma enorme variedade de critérios utilizados para a pontuação de cada tipo de atividade docente. Em algumas instituições houve ênfase no produto de pesquisas, teses, registro de patentes ou o que ela chama de “ênfase no resultado”. Em outras, além de terem sido pontuados os resultados, também foram atribuídos pesos significativos a atividades de coordenação, a elaboração de relatórios, que não necessariamente se tornaram ou tornarão *papers*.

As atividades de extensão apareceram discretamente nas várias formas de pontuação definidas pelas comissões locais das instituições. Segundo Isaura, muitas universidades desenvolvem estas atividades em forma de cursos. “Quando isto acontece, a atividade de extensão é transformada em hora-aula”.

opinião, compartilhada pela diretoria do Sindicato Nacional (Andes-SN), a Ged nada mais é do que um processo de identificação da realização de tarefas acadêmicas, ou um pagamento extra por tarefa realizada. “Avaliação tem outra finalidade. Identificar acertos e dificuldades e, a partir disto, propor ações de melhoria, de aperfeiçoamento, da instituição, do desempenho etc. A associação entre o resultado de avaliação e salário desvirtua o objetivo da própria avaliação”, comenta.

Pensada pelo governo para ser uma gratificação por atividade de ensino, a Ged acabou ganhando uma conceituação mais ampla e passou a valer para ava-

Discrepâncias

Na Federal de Ouro Preto, um artigo publicado em revista internacional garantiu 40 pontos, na São João Del Rei, o mesmo valeu oito pontos e na UFRJ, 20. Na UFLA, um livro valeu 200 pontos, já na Unifesp, a publicação mereceu apenas dez pontos. Na UFRJ, o autor recebeu 18 pontos pela publicação. Uma participação em banca de doutorado na UFAL obteve 30 pontos, um ponto na UFF e dois na UFRJ.

Este é um ponto que mereceu destaque na avaliação da educadora. O conceito básico que consta no relatório da Comissão Nacional de Avaliação (CNA), formada por representantes do Mec, da Andifes e do próprio Andes-SN, é que hora-aula significa “atividade de ensino que leva à obtenção de crédito”. Segundo Isaura, ocorreu que na definição dos critérios estabelecidos pelas comissões locais, o conceito de hora-aula foi “ampliado”, passando a significar todo e qualquer atendimento ao aluno.

Este pequeno detalhe abriu margem a toda sorte de interpretações sobre o que poderia ser levado em conta para se cumprir um mínimo de oito horas-aula semanais, exigido pela nova LDB e pelo relatório da CNA.

Isaura sugere que com a relativização dos critérios de pontuação e do que, na prática, significa hora-aula, é possível se chegar a 100% de recebimento da Ged sem a realização de atividade de pesquisa e extensão. O caminho inverso também pode ser percorrido pelo docente. Dependendo dos critérios estabelecidos pela instituição, com apenas quatro horas semanais e mais uma ou duas atividades de pesquisa, gestão de projetos ou coordenação é possível que o docente atinja os 140 pontos. “Se o professor estiver desenvolvendo as atividades acadêmicas tem direito aos 100% da Ged. A combinação de quanto de aula, quanto de pesquisa, de extensão ou de gestão que vai permitir chegar a pontuação máxima ficou para o âmbito da autonomia das instituições. O que é interessante é que a média nacional foi relativamente alta ou que os professores estão cumprindo suas atividades contratuais. Por outro lado, existem maneiras muito distintas de pontuar. Tem uma instituição que está com 100% dos professores recebendo 100% de Ged, enquanto outras estão com uma pequena porcentagem com 100% da gratificação.”

Com esta análise, Isaura joga, a discussão dos critérios para a alçada de cada instituição. Mas a professora reconhece a necessidade de ajustes no processo de implementação da gratificação. Em março e abril a Comissão Nacional de Acompanhamento Ged nas Ifes estará promovendo seminários regionais com as comissões locais de avaliação das instituições. Para Isaura esta será uma oportunidade de aprofundar a discussão sobre os critérios e de tentar estabelecer um mínimo e um máximo de pontos para cada atividade evitando as disparidades e, principalmente, que professores recebam remunerações diferenciadas para as mesmas “tarefas” realizadas.

A GED NA UFRJ

Até a presente data a Comissão de Avaliação da Ged na UFRJ, nomeada pelo sr. Vilhena ainda não se dignou tornar públicos seus resultados. Tivemos informações divulgadas diretamente pelo MEC. Assim, não é possível sabermos como foi a situação dos vários departamentos, unidades, centros. Temos algumas informações parciais que ainda não permitem uma análise mais cuidadosa.

- ✓ **3.025** docentes foram avaliados de um total de 3.233
- ✓ **381** (12.59%) tiveram menos de 84 pontos
- ✓ **93** (3.07%) tiveram 84 pontos
- ✓ **386** (12.76%) tiveram de 85 a 120 pontos
- ✓ **439** (14.51%) tiveram de 121 a 139 pontos
- ✓ **1.726** (57.06 %) tiveram 140 pontos.

Números da Ged em 1998

- ✓ **40.646** docentes tiveram seu relatório de atividades submetido avaliação da Ged.
- ✓ **94,77 %** dos docentes foram avaliados.
- ✓ **99,18%** obtiveram alguma gratificação, variando o número de pontos de 1 a 140 (coluna H);
- ✓ **0,82 %** docentes – distribuídos em 18 IFES - receberam zero pontos
- ✓ **5,59%** receberam pontuação inferior a 60 % do total, isto é, de 1 a 83 pontos
- ✓ **5,21%**, obtiveram 84 pontos, isto é, exatamente 60% da Ged
- ✓ **8,59%** dos docentes obtiveram de 85 a 119 pontos
- ✓ **3,54%** obtiveram 120 pontos
- ✓ **11,74%** alcançaram 121 a 139 pontos
- ✓ **64,52%** obtiveram 140 pontos
- ✓ **76%** do professores obtiveram mais de 120 pontos.
- ✓ De acordo com os dados das folhas de pagamento de novembro/98, existem **5.389** docentes extraquadro, isto é, visitantes e substitutos. Estes docentes representam **12,56%** a mais do total do quadro provido e não participaram do processo Ged

IFES	Total Docentes Avaliados	Total de Docentes	Média dos Docentes
UFLA	302	309	136,02
FUFSCar	582	579	135,28
EFEI	133	133	135,27
FUNREI	186	193	131,99
UFSC	1.616	1.690	131,45
EFOA	100	102	131,30
UNIFESP	586	617	131,28
UFRRJ	515	515	130,70
CEFET-RJ	94	101	130,30
UFRGS	2.043	2.114	129,65
UFV	686	690	129,42
UFPR	1.593	1.696	129,23
UNB	1.385	1.385	129,05
FUFMT	945	999	128,67
UFES	894	934	127,79
UFMG	2.357	2.408	125,25
UFJF	736	736	125,00
FMTM	124	124	123,60
FUFUB	928	935	123,45
UFRPE	365	366	123,42
FAFEOD	47	50	122,90
FCAP	102	107	122,89
UFPE	1.453	1.613	122,14
UFPB	2.352	2.368	122,13
UNIRIO	543	543	118,49
UFRN	1.386	1.474	118,48
UFSM	1.115	1.144	118,30
FUFOP	333	333	118,14
CEFEMA	67	68	117,68
UFAL	783	871	117,66
UFGO	1.115	1.160	117,53
UFPA	1.476	1.624	116,66
UFF	2.211	2.256	116,09
CEFETBA	66	67	115,81
FFFCMPA	143	159	115,14
UFC	1.177	1.240	114,06
ESAM	51	53	114,02
UFRJ	3.025	3.233	113,86
FUFPEL	717	720	113,42
FUFMS	722	752	112,67
UFBA	1.488	1.725	110,68
FUFPI	811	890	109,43
FUFSE	411	469	106,54
FUFAP	106	114	106,32
FURG	485	485	105,19
UNIR	231	264	104,86
CEFETPR	196	225	103,11
FUFRR	185	222	102,55
FUAM	635	799	101,13
FUFAC	264	286	100,72
FUFMA	693	851	93,13
CEFETG	87	98	92,60
TOTAL	40.646	42.889	119,80

ABONO 98, É DE SE LAMENTAR! JUSTIÇA AINDA NÃO DETERMINA EXECUÇÃO DA SENTENÇA

Como já divulgamos em edições anteriores, ganhamos na Justiça o direito a venda das férias do ano passado para os sindicalizados à Adufrj. Como a UFRJ não cumpriu a determinação judicial, entramos com uma outra ação exigindo o cumprimento da sentença. O Juiz da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou nossa nova ação e proferiu a seguinte carta de sentença em 23/03/99:

1. Com efeito, é de se lamentar que desde a época da sentença até a presente data, não se tenha tomado qualquer medida em termos práticos para que houvesse o pagamento dos valores judicialmente reconhecidos.

2. Contudo as providências pleiteadas pelo requerente constantes nos itens “a” e “c” das fls 6/7 da petição datada de 04/02/99 não comportam acolhimento, conforme ora será analisado.

3. Inicialmente, a busca e apreensão de cópia da folha de pagamento ou resumo analítico não guarda pertinência com a finalidade da Execução Provisória, sendo assim providência estranha aos limites da controvérsia.

4. A penhora dos valores de todas as contas correntes da UFRJ se afigura providência abusiva além de contrariar o ordenamento jurídico brasileiro no tocante ao patrimônio público

5. E, finalmente, a expedição da carta precatória para que o secretário do Tesouro Nacional seja “citado”, além de determinar “BLOQUEIO DE TODOS OS REPASSES ORÇAMENTÁRIOS” “são providências que fogem ao âmbito do Processo instaurado. Inicialmente, em virtude da autoridade mencionada não ser parte na ação e além disso, o bloqueio pretendido acarretaria grave lesão à instituição.

6. *Por tais motivos, INDEFIRO os requerimentos feitos pelo Sindicato-Exequente. Determino, no entanto, a intimação pessoal do Reitor para, em 48 (quarenta e oito) horas, prestar esclarecimentos sobre o cumprimento da segurança, tal como determinado.*

Realmente é de se lamentar que o judiciário brasileiro não seja capaz de fazer cumprir suas determinações, deixando os cidadãos deste país órfãos de justiça. A Assessoria Jurídica da Adufrj-SSind esclarece, no entanto, que esta decisão não afeta o mérito da decisão anterior que nos foi favorável e que a citação do Reitor implica na continuidade do processo.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL SERÁ DISCUTIDA NA ASSEMBLÉIA GERAL

Nesta terça-feira, dia 30, estará novamente em pauta a questão da nossa contribuição sindical. relembramos que, pelo Estatuto do ANDES-SN, todos os sindicalizados devem contribuir com 1% de sua remuneração total. A Assembléia Geral da Adufrj-SSind deliberou no ano passado uma mudança, passando a contribuição a 1%, mas apenas do salário permanente (excluindo por exemplo, a Ged e os 26%). Como isto implica um cálculo individual para cada sindicalizado, seria necessária a colaboração da administração da UFRJ para procedermos a alteração nas folhas de pagamento da UFRJ. Infelizmente encontramos vários obstáculos por parte da Reitoria e terminamos fazendo um reajuste linear para o valor de R\$ 20,00. Esta situação é provisória e na próxima Assembléia estaremos rediscutindo o assunto. A proposta da Diretoria é passarmos para o valor de 1% da remuneração **total**, o que, em princípio seria mais simples de implementar na folha da UFRJ.

**Assembléia Geral
30 de março
15h**

**Auditório da Escola de
Serviço Social
Praia Vermelha**

GT ESTATUTO

O Grupo de Trabalho sobre Estatuto da Universidade, organizado pela Adufrj-SSind, têm se reunido para discutir e aprofundar o tema. Estamos elaborando um caderno de textos, que será publicado em breve, com as principais contribuições do movimento docente e expondo as divergências com as concepções do governo e seus aliados. As reuniões são abertas à comunidade e a próxima será dia 31 de março, quarta-feira, às 9:00 horas na sede da Adufrj. Outros grupos de trabalho também estão se organizando em torno dos temas Verbas, Carreira e Seguridade Social.

Básicas

Vilhena nomeia “vice”

O reitor, no “uso de suas atribuições”, nomeou, esta semana, seu sub-reitor de Pós-graduação, Antônio MacDowell de Figueiredo, substituto do cargo de vice-reitor, atualmente desocupado, apesar da lista com o nome da professora eleita Silvia Vargas ter sido enviada para Brasília. O professor da Coppe, já há várias sessões tem se comportado como o próprio e especula-se que Vilhena finalmente tirará merecidas e esperadas férias. Em tempo: os vôos para Brasília já estão lotados.

Pontualidade

A sessão de terça-feira (23) do Consuni não aconteceu por falta de quórum. A novidade é, “a pedido de alguns conselheiros”, o reitor convocou a reunião para às 9:30h, com tolerância de cravados quinze minutos. Só treze conselheiros madrugaram e os que chegaram segundos mais tarde perderam a viagem. Para o britânico Vilhena, tempo deve ser muito dinheiro ou qualquer coisa parecida. Muito acadêmico.

Calendário cardosiano

Enquanto Fernando Henrique encurta o tempo, na UFRJ, Vilhena estica o calendário. Com a medida provisória que suspendeu as progressões, FH suprimiu um ano de tempo de serviço para os servidores federais. Por aqui, o (sub)reitor De Paiva quer aumentar para 42 semanas ou 210 dias o período letivo. A inovação são os três quadrimestres no lugar dos tradicionais dois semestres, alterando toda a estrutura didática e acadêmica da universidade.



As recentes iniciativas do governo FHC, aumentando as contribuições previdenciárias dos servidores públicos, suspendendo promoções e concursos, tem provocado um grande número de pedidos de esclarecimentos. A fim de fornecer maiores detalhes aos nossos leitores, estamos publicando na íntegra os dispositivos sobre estes assuntos.

Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999.

Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social dos servidores públicos, ativos e inativos, e dos pensionistas dos três Poderes da União, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo, e dos pensionistas dos três Poderes da União, para a manutenção do regime de previdência social dos seus servidores, será de onze por cento, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, do provento ou da pensão.

Parágrafo único. Entende-se como remuneração de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, inclusive as relativas à natureza ou ao local de trabalho, ou outra paga sob o mesmo fundamento, excluídas:

I - as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família.

Art. 2º - A contribuição de que trata o artigo anterior fica acrescida dos seguintes adicionais:

I - nove pontos percentuais incidentes sobre a parcela da remuneração, do provento ou da pensão que exceder a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), até o limite de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

II - catorze pontos percentuais incidentes sobre a parcela da remuneração, do provento ou da pensão que exceder a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

Parágrafo único. Os adicionais de que trata o caput têm caráter temporário, vigorando até 31 de dezembro de 2002.

Art. 3 Não incidirá contribuição sobre a parcela de até R\$ 600,00 (seiscentos reais) do provento ou pensão dos que forem servidores inativos ou pensionistas.

Parágrafo único. Será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da parcela de que trata o caput, quando se tratar de servidor inativo ou pensionista com mais de setenta anos de idade ou de servidor aposentado por motivo de invalidez.

Art. 4º O servidor público civil ativo que permanecer em atividade após completar as exigências para a aposentadoria voluntária integral nas condições previstas no art. 40 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional

nº 20, de 15 de dezembro de 1998, ou nas condições previstas no art. 8º da referida Emenda, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até a data da publicação da concessão de sua aposentadoria, voluntária ou compulsória.

Art. 5º - A União, as autarquias e as fundações públicas federais contribuirão para o custeio do regime próprio de previdência social dos seus servidores públicos, observados os critérios estabelecidos na Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo às organizações sociais, com relação aos servidores detentores de cargo efetivo que compõe o seu quadro.

Art. 6º As contribuições previstas nesta Lei serão exigidas a partir de 1º de maio de 1999 e, até tal data, fica mantida a contribuição de que trata a Lei 9.630, de 23 de abril de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se a Lei 9.630, de 23 de abril de 1998 e o art. 231 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Brasília, 28 de janeiro de 1999.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Waldeck Ornelas

Paulo Paiva

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.815, DE 5 DE MARÇO DE 1999.

Suspende a concessão de promoções e progressões funcionais a todo servidor da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações e extingue o adicional por tempo de serviço de que trata o art. 67 da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O período entre 8 de março de 1999 e 7 de março de 2000 não será considerado para os fins de promoção e de progressão funcional de todo servidor da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo da União. Parágrafo único. O disposto nesse artigo não se aplica à carreira de que trata o art. 38 da Lei nº 7.501, de 26 de junho de 1986.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, respeitadas as situações constituídas até 8 de março de 1999.

Brasília, 5 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

DECRETO Nº 2.983, DE 5 DE MARÇO DE 1999

Suspende temporariamente a realização de novos concursos públicos e as nomeações para cargos civis de provimento efetivo ou de carreira no âmbito da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo da União e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, DECRETA:

Art. 1º *Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 1999, a realização de novos concursos públicos e as nomeações para cargos civis de provimento efetivo ou de carreira no âmbito da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo da União.*

§ 1º Fica suspensa a contagem do prazo de validade dos concursos públicos, a partir da sua homologação, retomando-se a respectiva contagem após o término do período a que se refere o **caput**.

§ 2º *O disposto nesse artigo aplica-se às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que receberem recursos da União para pagamento de despesas de pessoal.*

Art. 2º A suspensão das nomeações de que trata o artigo anterior não se aplica aos concursos públicos:

I - homologados até a data de publicação deste Decreto;

II - disciplinados pelos arts. 38 e 39 da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986;

III - cujos candidatos tenham sido convocados, até a data de publicação deste Decreto, para participar de curso de formação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

REINVENTANDO A DEMOCRACIA

Adilson Pires*

Para quem não passou pela experiência de viver o dia-a-dia do período da explícita ditadura militar, falar em algo como afirmação da democracia pode soar como palavras jogadas ao vento. Mas a clara impressão de quem hoje vive o cenário político na UFRJ é a de que a grande, a principal e a incomparável contribuição da gestão Horácio Macedo foi a de fazer da universidade uma instituição democrática. Mais do que confrontar acertos ou erros, o que ressaltamos aqui, a partir dos relatos de Chico Alencar e Philomena Gebran, professores de História da UFRJ, é a manifestação da democracia como um cerne que movia suas atividades e dava forma a uma nova universidade, afinada com o propósito de produzir conhecimento com aplicação social.

A gestão Horácio Macedo surge num momento importante na história da UFRJ e, por que não dizer, da própria universidade brasileira como instituição. Foi o ponto culminante de uma vitória do movimento docente, que começava a conquistar espaços importantes de atuação na luta contra a ditadura, reestruturando suas organizações associativas e participando ativamente do momento político que vivia o país.

Num primeiro momento, sua vitória representou para a universidade a vitória do ressurgimento das organizações docentes. Trazido ao cargo de reitor em 84, mediante eleições diretas, Horácio sempre participou ativamente da Adufrj, sendo seu sócio-fundador, em abril de 78. Em todos os momentos de sua carreira acadêmica teve também uma atuação destacada: como Diretor da Química, decano e posteriormente reitor.

Participou de um movimento que introduziu eleições diretas para os departamentos e decanias e posteriormente para a reitoria, bem como estimulou o ressurgimento de organizações estudantis. Como militante, Philomena ressalta uma de suas principais características: “Ele era uma pessoa que defendia extremamente seus pontos de vista. Mesmo que equivocados, ele não retroagia”. Ainda assim, não era revanchista. Abria espaços para manifestação de opiniões e exposição de motivos, sempre receptivo a participação de todos. Maior prova disso foi a expressiva votação que obteve para reitor, resultando numa chapa composta por pessoas de várias tendências.

Pulando os muros da torre de marfim

Sua gestão teve início com a universidade saindo da ditadura, depois de forte repressão nos anos 70. Um dos grandes ganhos do movimento docente, implementado em seu mandato como reitor, foi a reintegração de professores cassados e expulsos no período da ditadura militar. Uma imagem que ilustra bem o que significou a democratização nesse período é a de que Horácio Macedo foi o primeiro Reitor em toda a História da UFRJ a colocar os pés no IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

Mas a grande novidade da gestão Horácio foi aproximar a universidade da comunidade, colocando-a a serviço do país, com o respaldo da sociedade. Além disso, ele incentivou em muito a pesquisa e a extensão universitária na universidade: estimulou a iniciação científica, projetos comunitários, participou ativamente do CRUB - Conselho dos Reitores Universitários e da elaboração da Constituinte, incentivando inclusive a participação de outros professores, estabeleceu relacionamento mais próximo com as instituições de fomento à pesquisa.

O ex-reitor construiu bases sólidas para a implementação do papel da universidade como produtora de conhecimento voltado à sociedade. O legado de seu momento na UFRJ é o da democracia e o da afirmação da liberdade e da justiça, que é preciso e necessário conduzir adiante.

O movimento possível

Atualmente, tanto a instituição Universidade como a UFRJ, em particular, vivem um momento de reversão de algumas conquistas adquiridas ao longo desses vários anos de luta. A intervenção do Ministério da Educação, colocando o professor Vilhena no papel de reitor da instituição representa um golpe na democracia acadêmica, uma imposição do governo FHC, que age como uma “ditadura branca”. Para ilustrar com uma imagem não tanto agradável, a Polícia só havia invadido a UFRJ na época da ditadura e recentemente para a desocupar a Reitoria dos manifestantes indignados com a atitude do MEC.

O acontecimento não é só autoritário pelo ato em si, mas pela condução do próprio processo: Vilhena não recebe reivindicações do movimento docente e estudantil, marcando audiências apenas pelo mero cumprimento da burocracia.

Entretanto, o que não podemos deixar de esquecer é que a UFRJ é um reflexo do momento do país, desrespeito ao desejo da maioria. Segundo o professor Chico Alencar, também deputado estadual pelo PT, falta para a universidade um projeto político-pedagógico que possa reconstituir a identidade da UFRJ, promovendo a reinvenção da democracia nos espaços de produção acadêmica. O professor Aloísio Teixeira, eleito Reitor pela comunidade acadêmica, mas não empossado, afirma que, durante os debates para o último pleito, pôde-se estruturar um amplo programa de atuação, que poderia nortear a ação da reitoria, que tratava de construir um “novo modelo de gestão, adequado às transformações por que passa o mundo e a ciência. Infelizmente, talvez este programa tenha de esperar outra ocasião para ser implementado. É requisito fundamental para isto a existência de uma reitoria representativa, participante e transparente.” Mas quem sabe a semente desses debates que germinaram num projeto tão consistente não contenha a chama viva desse guerreiro da universidade democrática que foi Horácio Macedo. Que ela permaneça em cada um de nós, sempre!

*Jornalista

URGENTE: Continuamos a nos lamentar! Ainda não há resposta da reitoria sobre a determinação do Juiz da 6ª Vara Federal do Rio, intimando o professor José Vilhena, na condição de reitor da UFRJ, a prestar esclarecimentos sobre o cumprimento da ação do abono 98, ganha na justiça pela Adufrj.



A passeata que marcou o Dia Nacional de Luta contra a política econômica de FHC superou as expectativas dos organizadores. Mais de 10 mil pessoas participaram da manifestação e acompanharam o trajeto da Candelária à Cinelândia

RIO CONTRA O DESEMPREGO

Vende-se

PIB: 800 bilhões de dólares. Área: 8 milhões e 500.000 Km² População: 160 milhões. Povo criativo. Religião predominante: catolicismo. Razoável infraestrutura. Sol o ano todo. Água abundante. Frente para o Atlântico. Fauna e Flora riquíssimas. Floresta aos fundos, em quase metade da área. Porteira fechada.

Preço: A combinar. Urgente. Tratar em Washington, com Teresa ou Stanley do FMI.

100 mil pessoas participaram de manifestações em todo o país contra a política econômica de Fernando Henrique Cardoso. A avaliação é da diretora da Executiva Nacional da CUT, Sandra Cabral, que diz ser o 26 de março o início de um processo de unificação de partidos e entidades para uma ação geral de oposição a FHC. Não aos pagamentos das dívidas interna e externa, terra, emprego e democracia foram bandeiras levadas às ruas das principais capitais do país.

No Rio, 10 mil participaram das atividades, segundo a CUT Rio, foi a maior manifestação dos últimos cinco anos. Nos estados, além das capitais, em média, duas ou três cidades realizaram atos contra o governo federal. A indignação maior ficou por conta dos servidores públicos e aposentados, que sofreram confisco salarial com o aumento do desconto para a previdência.

Em São Paulo, houve passeata na Avenida Paulista; em BH, ato na praça Sete, com paralisação de professores e funcionários da rede pública. Goiânia, Florianópolis, Belém, Recife, Maceió, Salvador, Campo Grande, João Pessoa, Aracaju, Brasília, São Luiz, Manaus, Curitiba, Rio Branco, Teresina, Natal, Porto Velho, Vitória e Tocantins também promoveram manifestações expressivas no dia.

O ato do Rio foi organizado, além da Central, pela UNE, MST, CNBB, ABI e a Associação dos Petroleiros.

A organização geral do movimento está por conta do Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, que está organizando mais três grandes atos de caráter nacional: dia 21 de abril, em Ouro Preto; outro dia 30 de abril, em São Paulo; e o terceiro no Rio, dia 1º maio, com a presença de Lula, Brizola e outros dirigentes sindicais e partidários.

Assembléia aprova contribuição sindical para Adufrj

A mensalidade dos associados à Adufrj esteve congelada em R\$12,00 no período compreendido entre janeiro de 1995, data do último reajuste da categoria, até 17 de novembro de 1998, quando em Assembléia Geral, os professores, considerando as dificuldades intransponíveis para a implementação da contribuição sindical de 1 % apenas sobre os vencimentos básicos, como aprovado na AG de 10 de setembro de 1998, deliberaram por um reajuste emergencial, passando a mensalidade para R\$ 20,00.

No entanto, embora com este reajuste a situação econômica tenha melhorado, permanecia injusta, tendo em vista que os professores que recebem menos contribuem com bem mais do que 1% de seus salários, enquanto que os de maior salário contribuem com bem menos de 1%.

Com a necessidade da Adufrj se adequar a política de arrecadação do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), definida em seus Congressos, e de buscar um modo de arrecadação mais

equânime, a AG desta semana deliberou que a contribuição de 1 % deveria incidir sobre o total da remuneração bruta, possível de ser implantada sem as dificuldades alegadas pela reitoria da UFRJ.

Este novo percentual é provisório. Após dois meses, nova AG deverá avaliar a nova arrecadação e, caso esta seja maior do que a necessária ao pleno funcionamento da entidade e a recomposição de um adequado fundo de emergência, a AG poderá aprovar um percentual que **poderá ser inferior a 1%**.

Na avaliação da AG, o percentual de 1% permitirá a obtenção de informações precisas a respeito da folha de pagamento da UFRJ, uma condição necessária para a definição de um percentual definitivo. A informação referente a nova arrecadação deverá ser amplamente divulgada para que a categoria possa deliberar de forma definitiva sobre a questão em nova assembléia.

A diretoria

Professores aprovam ações na justiça

Os professores que compareceram à assembléia geral da última terça-feira (30), aprovaram diversas ações judiciais que deverão ser encaminhadas pelo setor jurídico da Adufrj. São elas:

- contra a contribuição previdenciária dos aposentados;
- contra o aumento da contribuição previdenciária para os servidores ativos; contra a extinção dos anuênios e pela cobrança

dos atrasados;

- contra a **MP 18** 15199, que acaba com as progressões funcionais;
- contra o decreto 2983199, que suspende os concursos públicos;
- contra a exclusão da Gratificação de Estímulo à Docência (Ged) para os docentes em estágio probatório;
- e pelo recebimento integral da Ged pelos aposentados.

MCT ameaça programa de desenvolvimento tecnológico

Em nota do secretário executivo do PADCT III (Programa e Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para o Coordenador Geral da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), o Ministério da M assume que os R\$ 25 milhões disponíveis para o programa só cobrirão os gastos com os projetos contratados e em curso. “Os projetos aprovados e ainda não contratados (rodada 4 do CCT e rodada 2 do CCT, bem como a primeira rodada do TIB), ainda que venham a ser contratados este ano, provavelmente não terão desembolso de recursos neste exercício.”, diz a nota do secretário Luiz Antonio Barreto de Castro.

O representante do MCT diz que a situação dos programas neste ano será semelhante a crise vivida nos anos de 1991 e 92. Para o coordenador da associação dos pós-graduandos, Divinomar Severmo, a maioria das universidades só conseguem investir em pesquisa, criar e manter estruturas e laboratórios com verbas do PADCT e da Finep. “Eu me formei em cima de uma bancada, com poucos recursos destas agências. Nossos artigos, teses, só têm referências a esses programas. Um pós-graduando num laboratório vazio, só com a bolsa, vai fazer o quê? É como entrar numa biblioteca sem luz”, critica.

Programe-se



TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

Tribunal da Dívida Externa, dias 26, 27 e 28 de abril, no Teatro João Caetano

O Brasil deve continuar pagando uma dívida ao sistema financeiro internacional, considerada por muitos impagável, imoral e ilegítima, a juros extorsivos, enquanto faltam recursos pra combater o desemprego, a fome e a miséria? O veredicto será proferido ao final das atividades do Tribunal da Dívida Externa, organizado pela CNBB em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Central de Movimentos Populares (CMP), o Conselho Regional de Economia do Rio (Corecon/RJ), o Sindicato dos Economistas do Rio e o PACS - Políticas Alternativas para o Cone-Sul.

Participarão do júri diversas personalidades políticas, economistas, juristas, artistas é intelectuais, que estarão depondo e julgando este réu sem rosto da vida brasileira. A intenção, o dos organizadores é identificar os responsáveis pelo quadro de dependência externa e buscar alternativas frente ao processo de globalização em curso, articulando a solidariedade entre os povos dos países endividados e credores.

A abertura do evento é no dia 26 de abril, às 19h, no Teatro João Caetano, na praça Tiradentes.

GT Seguridade Social

Os professores da UFRJ estão convidados, para mais uma reunião do grupo de trabalho do Adufrj sobre seguridade social e assuntos de aposentadoria. O encontro acontece dia 6 de abril, terça-feira, às 15h, na sala dos professores da Escola de Serviço Social.

Editorial Adufrj elabora proposta de estatuto

A Adufrj está lançando esta semana um Caderno Especial sobre a questão do Estatuto para a UFRJ. Elaborado por um conjunto de professores, que em reuniões públicas e abertas discutem o tema (o GT Estatuto), este texto visa aprofundar os principais pontos da proposta elaborada pela comissão oficial designada pelo interventor do Mec na UFRJ, e divulgar as propostas que o movimento dos docentes têm defendido nos últimos anos.

Nosso ponto de partida é a constatação de que a atual crise da Universidade Brasileira está intimamente ligada à crise que o país enfrenta. As posições sobre o Estatuto são reflexos das posições sobre a política do governo FHC para o país. Aos setores que apoiam e constituem o governo interessam o desmonte da universidade pública. Os setores que, mesmo esclarecidos sobre a crise nacional, desistiram de críticas e fizeram a opção política de salvar seus próprios interesses procuram adaptar-se aos propósitos do MEC e promovem um estatuto apenas para uma pequena elite. Finalmente, os setores da comunidade acadêmica que procuram construir um horizonte melhor para o país também procuram imprimir à Universidade Brasileira uma orientação mais democrática.

No texto, abordamos as questões centrais do debate sobre o Estatuto: objetivos da universidade, avaliação docente e institucional, carreira docente, organização acadêmica da universidade, autonomia e financiamento. Não pretendemos ter esgotado estes temas. Nossos objetivos são os de aprofundar a reflexão, promover debates e, principalmente, organizar a comunidade acadêmica em torno de uma proposta democrática para a Universidade Brasileira. Neste sentido estamos abertos à contribuições e sugestões de todos.

URGENTE: 28,86% As assessorias jurídicas do Andes-SN e da Adufrj reafirmaram, em encontro ocorrido em março, em Brasília, a orientação para que os servidores não aceitem o acordo proposto pelo governo, tanto pelos motivos já conhecidos (ausência de juros, correção incompleta etc) como por não haver garantia de rescisão do acordo caso o governo deixe de pagar uma das parcelas, havendo apenas obrigações para o servidor e nenhuma para o executivo.

Projetos de universidade em disputa: a reforma na UFRJ

Ao ritmo de início de ano letivo, a Adufrj lança, nesta semana, o Cadernos Adufrj nº 2, com um tema que certamente estará presente nas salas de aula, laboratórios, assembléias e nos diversos fóruns da universidade, nos próximos meses: a reforma universitária e o embate de projetos de autonomia para as instituições de ensino superior. O texto foi elaborado a partir das discussões ocorridas nas reuniões do Grupo de Trabalho Estatuto, organizado pela entidade. A idéia é que o material motive a comunidade para a

participação na elaboração do novo estatuto da UFRJ.

A edição de Cadernos da Adufrj nº 2 estará circulando na universidade, a partir desta segunda-feira (12). Todos os professores ativos e aposentados, da UFRJ, receberão, em suas residências, uma cópia da publicação.



Entidade move ação contra aumento na contribuição previdenciária

Conforme autorização de nossa Assembléia Geral de 30 de março, a Assessoria Jurídica da Adufrj entrou com um mandado de segurança coletivo na Justiça Federal, onde constam dois pedidos diferenciados. O primeiro é contra o aumento da contribuição para os professores ativos. Nosso argumento básico é o de que, como não houve nenhum benefício adicional, não há justificativa para o aumento da contribuição. O segundo aspecto da ação diz respeito

à contribuição dos aposentados. A contribuição para a previdência é feita exatamente para que se constitua um fundo que permita o pagamento aos aposentados. Ao fazer um novo desconto dos aposentados, os valores arrecadados não serão utilizados em novos benefícios. Trata-se, na verdade, de uma diminuição no salário dos aposentados, o que é inconstitucional até a presente data. Ainda não foi feita a distribuição do mandado para as várias Varas da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Consuni já tem proposta sobre finalidades, autonomia e avaliação para a reforma universitária

O Conselho Universitário continua debatendo os temas gerais da proposta de um novo estatuto para a UFRJ apresentada pela reitoria no final do ano passado.

O primeiro documento fruto das sessões do Consuni está em fase de finalização pela Comissão Relatora do Item 1 e será remetido a Fóruns de discussão que serão patrocinados, a partir da segunda semana de abril, pelas decanias. O texto, intitulado “Pontos Básicos par a reforma estatutária – Documento de Discussão do tema 1: Fins, Autonomia e Avaliação”, pode ser encontrado no site da universidade www.sr2.ufrj.br, no link “Em discussão ...”. O texto inicialmente apresentado pela Comissão Relatora há algumas sessões já sofreu alterações na versão que foi disponibilizada na rede.

Como Fins, a relatoria define que a “missão da universidade” seria a “formação de quadros profissionais de nível superior”; a “pesquisa”; a “extensão”; e o “domínio e cultivo do saber humano”. Em relação à Autonomia, o texto diz que a “... a UFRJ não pode nem deve colocar-se como simples executor de tarefas encomendadas pela Sociedade.” A questão da autonomia foi tratada pelo Cosuni de forma isolada e destacada da discussão sobre financiamento e gestão da instituição, que será o sétimo ponto a ser tratado pelo conselho. Quanto à Avaliação, o texto dá destaque, entre outros, à aceitação de seus formandos pelos “vários mercados de trabalho”, concluindo ser esta a “avaliação externa mais crítica”.

Na última sessão, os conselheiros iniciaram o debate sobre o segundo ponto da reforma, Ensino, Pesquisa e Extensão. Os debatem prosseguem todas as terças e quintas, com início às 9h30 na

sala do Consuni, no prédio da reitoria.

Reitoria não quer adequar Consuni à LDB

Tanto o professor José Vilhena, quanto seu substituto, professor e sub-reitor de pós-graduação, Antonio Figueiredo, não fazem questão que o Conselho Universitário faça as adequações regimentais necessárias para atender a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As exigências não necessitam de uma reforma profunda como a que está sendo proposta pela reitoria e atendê-las faz parte do acordo feito entre os membros do Conselho anterior à cassação de mandatos - Conselho Univeritário de 98, que rejeitou a nomeação de Vilhena.

No entendimento da reitoria, no momento em que o atual Consuni fizer as adequações, a discussão sobre a reforma universitária se esgota, pondo fim aos anseios acadêmico-políticos do grupo atualmente dominante na estrutura universitária.

Crítica

Um dos pontos mais curiosos do documento é a afirmação surpreendente de que “Não deve pois a UFRJ ser dominada pelo Estado”. Logo a seguir, pretende desmarcar-se da posição de “Torre de Marfim” e de “independência absoluta”. Ou os autores da proposta pretendem tumultuar o debate ou ignoram uma discussão já consagrada na Universidade, desde, pelo menos, a Constituição de 88. Há uma separação clara entre Estado entendido como um conjunto de instituições socialmente reconhecidas e regulamentadas, da qual a Universidade é parte, e Governo, que designa os ocupantes temporários dos cargos máximos do Estado, e que deveriam promover o ensino público e não desmontá-lo. A partir desta diferença, um setor significativo da Universidade passa a concebê-la como parte do Estado, mas não sujeita às conveniências políticas do governo. Daí o famoso artigo 207 da Constituição Federal, que regulamenta a Autonomia (em relação ao governo) mas não a independência da universidade.

Dia 20 de abril

Marcha

Contra FHC e FMI

Só o povo, nas ruas, livrará o Brasil do governo Fernando Henrique e das intervenções do Fundo Monetário Internacional

Da Candelária à estátua de Tiradentes (Alerj)

Concentração a partir das 16h

Programe-se

Adufrj debate novo estatuto da UFRJ
No Centro de Letras e Artes, dia 15 de abril, 5ª
feira, às 15h, no 3º andar do prédio da Reitoria.
Auditório Archimedes Memória.

Show “Cambala Mineira”, com Amarildo
Silva e outros compositores
De 7 a 16 de abril, às 19h, no Teatro Gláucio
Gil. Praça Cardeal Arco Verde, em
Copacabana.

Seminário Internacional O novo projeto
histórico das maiorias, uma alternativa à
crise capitalista mundial”

Na UERJ, sempre às 18h30

Dia 13

Abertura. Programa de Transição do
Capitalismo Global ao Novo Projeto Histórico,
com Nildo Ouriques e Theotonio dos Santos.
Mediador: Alcebiades Teixeira

Dia 14

O novo projeto histórico das maiorias: quadro
atual e perspectivas, com Heinz Dicterch e João
Pedro Sédile. Medidador: Marcelo Badaró

Dia 15

A crise capaitalista mundial e a “terceira via”.
Com Milton Santos. Mediadora: Iná Meireles.

Dia 16

Mesa redonda. Aternativas para Crise
Capitalista Global: o novo projeto histórico das
maiorias. Com César Beijamim, Heinz Dieterch
e Carlos Nelson Continho. Mediador: Sérgio
Almeida.

Promoção

Foro por La Emancipación e Identidad de
América Latina e Oficina do Autor

Patrocínio

CUT/RJ, Asduerj, Asuerj, Sepe/RJ, Senge/RJ
e Sintrasef/RJ

Inscrições

R\$ 15,00. Podem ser feitas com Argelina, na
CUT/ RJ, pelo telefone 509-4324

O CIRCO NA UFRJ



Um dos segredos da longevidade do Império Romano foi a política do “Pão e Circo”, que mantinha as multidões ocupadas enquanto as elites gozavam de seus privilégios. Vários políticos contemporâneos, bastante notórios, especializaram-se nesta prática. Agora, chegou a vez da atual administração da UFRJ colocar esta antiga prática em uso. Enquanto a universidade enfrenta dificuldades no seu funcionamento diário, enquanto um novo Estatuto está sendo gerado nos gabinetes e no Mec, enquanto o Conselho Universitário continua esvaziado em suas atribuições e enquanto o país mergulha numa crise profunda que afeta todos nós, inclusive nossa própria instituição, o Sr. José Vilhena cria uma nova polêmica local com a questão dos três períodos acadêmicos. Ao apresentar sua proposta primeiro na grande imprensa e somente depois divulgá-la na UFRJ, demonstra o Sr. Vilhena não só seu desrespeito com nossa universidade, mas também suas intenções propagandísticas.

Se o aumento do número de vagas oferecidas pela UFRJ e a qualidade de nossas atividades são reivindicações que interessam toda nossa comunidade, é importante esclarecermos que a proposta do Sr. Vilhena não aponta nesta direção.

A UFRJ apresenta por um lado, várias deficiências em sua estrutura acadêmica, mas também acumulou uma experiência positiva e de méritos reconhecidos em muitas áreas. Qualquer reforma curricular deve ser precedida de uma avaliação criteriosa de nossa situação atual, da discussão ampla de quais aspectos devem ser preservados e quais devem ser modificados. Um simples decreto da administração central não resolverá nossos problemas e provavelmente causará ainda maiores dificuldades. Já existem sugestões que poderiam significar um avanço na questão das vagas oferecidas pela UFRJ e que não são sequer cogitadas pela administração. Apontamos a seguir alguns aspectos que poderiam trazer avanços e que dependeriam de medidas administrativas relativamente simples.

Em primeiro lugar, existem questionamentos sobre a real capacidade da UFRJ em absorver mais alunos, em função do número atual de docentes. Esta questão poderia ser facilmente esclarecida pela administração que possui dados precisos e recentes sobre a carga didática e o número de alunos atendidos por cada professor e por cada unidade acadêmica. A Adufrj tem reiterado solicitações de divulgação dos critérios e resulta-

dos da recente avaliação da Ged que possibilitariam um maior esclarecimento neste sentido. Se estas informações não são divulgadas pela administração, podemos nos indagar sobre a seriedade das modificações curriculares propostas e sobre quais os interesses políticos que estão sendo escondidos.

Um outro aspecto importante para avançarmos é na questão dos cursos noturnos. Algumas iniciativas recentes na UFRJ, no nosso entendimento bem sucedidas, não têm sido discutidas nem estendidas a outras áreas. É claro que existem interesses de algumas unidades em não funcionar no turno da noite, alugando suas instalações para atividades particulares. Não sabemos se este é o único impedimento, mas esta questão poderia ser melhor tratada.

Também existe a prática, limitada a algumas unidades, de oferecer cursos durante as férias atuais, que complementam a formação de nossos alunos e até de alunos e professores de fora da Universidade. Sua prática não é ampliada, em boa parte, por falta de apoio e de uma política institucional. Outras sugestões existem e dependem de uma decisão política de incluir nossa comunidade na discussão para que venham à tona.

Finalmente, destacamos que a opção da administração atual tem um conteúdo político bem claro e coerente com as orientações do governo FHC para a educação e a pesquisa no país. Seu projeto de uma universidade/fábrica de diplomas não precisa promover a pesquisa e nem a formação de seus docentes. Se hoje, as universidades públicas apresentam uma qualificação de seus cursos e suas pesquisas muito superiores aos das universidades particulares, é exatamente porque seu quadro docente foi estimulado a se qualificar e a desenvolver atividades de pesquisa. Para isto, precisamos, além de nossas atividades em aula, de tempo de trabalho e de estudo. As fábricas de diplomas precisam apenas otimizar a relação entre seu orçamento e o número de formandos, como sugere a proposta de “terceiro período”.

Jurídico Urgente

Adufrj ganha liminar contra contribuição previdenciária de aposentados. A Juíza da 11ª Vara da Justiça Federal, Lucy Costa de Freitas Filha, deferiu a liminar impetrada por nossa Assessoria Jurídica, suspendendo a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, sindicalizados. Para os ativos, ainda aguardamos deliberação.

ANO LETIVO COM TRÊS PERÍODOS É INVIÁVEL EM 2000

A pouco mais de um mês da feitura do edital do vestibular de 2000, a proposta de dividir o ano letivo em três períodos esbarra em dificuldades de infra-estrutura, currículo, recursos humanos e no curto tempo para discussão e aprovação pelos departamentos.

Por mais que queira, o reitor José Henrique Vilhena deve adiar para 2001 seus planos de criar a triperiodização já para o ano que vem. Isso porque as discussões sobre o tema mal engatinharam na comissão mista do CEG/CEPG e o edital do vestibular (documento que regulamenta a entrada de alunos para o ano seguinte) fica pronto obrigatoriamente em maio para, em junho, ser publicado no Diário Oficial. A Reitoria teria então pouco mais de um mês para esgotar a discussão a seu favor em todas as unidades acadêmicas e órgãos de decisão, prazo considerado inviável pelo professor Antônio Cláudio Gómez de Sousa, integrante do CEG. Pressionado pela LDB que prescreve 200 dias no ano letivo, Vilhena desejava implantar no ano 2000 um sistema com três entradas de alunos. O estudo seria dividido em três partes de 14 semanas com férias de duas semanas durante o ano e quatro semanas separando as aulas no fim do ano.

Além do entrave imediato de publicação do edital, o professor Antônio Cláudio prevê outras dificuldades para aprovação satisfatória do projeto do reitor a despeito da extensão do curso. “Independentemente

da idéia do professor Vilhena, teríamos que adequar o nosso calendário à LDB. Esse ano letivo mesmo só não será mais longo por causa dos efeitos da Greve Nacional do ano passado que provocou a extensão das aulas até o início de 1999”, afirmou.

Problema, para Antônio Cláudio, seria suportar uma entrada a mais de novas turmas sem a infra-estrutura própria. E infra-estrutura representa novos funcionários, professores, mais salas de aula e laboratórios e mais materiais. Falhas que a universidade apresenta ainda hoje com apenas duas turmas por ano em cada habilitação. “O DRE, por exemplo, apresenta dificuldade para regularizar os alunos a cada mudança de período quando o espaço é de apenas um mês. Com apenas duas semanas de intervalo ou quatro no fim do ano, a situação se torna impraticável. Precisamos de um reforço administrativo”, analisa Antônio.

Como novas turmas demandariam mais professores (com concurso de admissão proibido até dezembro), haveria pouco tempo hábil para contratar profissionais para todas as áreas. “Sem contar aquelas onde faltam candidatos ao cargo”, disse Antônio. O problema das salas poderia ser resolvida com cursos noturnos, mas nem todos podem dispor dessa oportunidade. No Fundão, de acordo com o professor, essa chance teria que ser obrigatoriamente acompanhada de outros cuidados como aumento da segurança e manutenção (teoricamente, mais uso, mais gasto). “Já precária hoje em dia”, comentou o professor.

“Essa medida traz um forte impacto sobre os currículos que mereceriam outro debate e, por isso mesmo, deve ser discutida com muito cuidado em todas as unidades da universidade para ser adotada corretamente”, finalizou Antônio Cláudio.

CEG E CEPG AINDA NÃO TÊM AVALIAÇÃO SOBRE O ASSUNTO

Primeiro estágio de discussão da nova proposta de três períodos anuais, a comissão mista CEG/CEPG sequer tem noção, a pouco mais de um mês do prazo de feitura do edital do vestibular, da viabilidade desta idéia. De acordo com o presidente da comissão, professor Edson Hirokazu Watanabe, ainda é muito cedo para dizer algo sobre o projeto. De qualquer forma, Edson Watanabe tem certeza que o desejo do reitor de implantar os três períodos para o ano que vem vai necessitar de um esforço gigantesco de entendimento da comunidade universitária e desconfia que o tempo é muito curto para o debate esgotar todas as etapas. “Nosso primeiro passo aqui trata-se de organizar essa problemática toda e passar isso a todas as unidades acadêmicas. Depois da manifestação de cada unidade, o assunto volta para a comissão mista, é novamente debatido e vai aos conselhos universitários. Após nova discussão, o reitor dá sua palavra”, disse Watanabe, acrescentando que esse não é o único tema da comissão mista.

Isso sem falar no que Watanabe chamou de fatores complicadores da proposta. Para o professor, a infra-estrutura da universidade sofrerá um desgaste maior, uma vez sendo freqüentada por mais estudantes. Outro ponto diz respeito à utilização da carga horária dos professores que teriam sua qualificação prejudicada; como não se pode exigir que estes trabalhem além da cota de horas semanais, os profissionais reduziram o tempo empregado em pesquisa e extensão para dar conta do ensino da nova demanda. Para completar, o presidente da comissão chama a atenção para o problema da transição; a comunidade universitária deverá encontrar uma maneira de adequar o espaço físico e o tempo para dar ensino de qualidade para turmas que já estariam com um formato de dois períodos anuais e também para aquelas turmas que entrariam no novo formato.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

MEC VAI ESTABELEECER LIMITES PARA PONTUAÇÃO DA GED

Ged continua causando transtorno para categoria. O conceito de hora-aula deverá ser definido pelas comissões Locais para a avaliação deste ano.

O resultado da primeira avaliação nacional da Gratificação de Estímulo à Docência revelou uma série de disparidades e irregularidades nos critérios adotados pelas comissões locais da Ged nas 52 universidades federais. Durante o mês de abril, a Comissão Nacional de Acompanhamento da Ged está realizando encontros regionais com os representantes das instituições. O encontro da região Sudeste aconteceu no dia 7, em Belo Horizonte, e teve a participação de representantes do Andes-SN e da professora Isaura Belloni, que organizou um mapeamento da implantação da Ged, ano passado. Na comparação com as demais federais, a UFRJ ficou em 38º na pontuação média obtida pelos docentes.

Para a presidente da comissão local de avaliação da UFRJ, Maria da Graça Derengowski, o "ranqueamento" divulgado no trabalho de Isaura Belloni "é absurdo porque inclui as Ifes que fizeram a contagem a partir dos 84 pontos já garantidos antes mesmo da avaliação qualitativa, contrariando a lei da gratificação". Graça diz que nas seis universidades em que todos, ou a grande maioria, receberam 100% da Ged, o Mec instalou um processo de auditoria.

Graça justificou a colocação da UFRJ dizendo que aqui os critérios teriam sido mais "rigorosos" do que em outras instituições.

Isaura Belloni aceitou a crítica das instituições de que a leitura dos formulários *ad hoc*, feita por ela e duas estagiárias, poderia ter tido problemas de interpretação. Até agora, apenas quatro instituições entraram em contato com a professora pedindo alteração dos dados das tabelas divulgadas (Federal de Alagoas, Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre, Federal de Goiás e Rural do Rio de Janeiro).

Quanto às universidades que deram 100% da Ged para a maioria de seus docentes, Isaura acredita que esta decisão faz parte da autonomia que cada instituição tem para considerar as atividades de seu corpo docente merecedoras ou não da gratificação.

No caso do Cefet/RJ, em que todos os professores receberam os 140 pontos, Isaura reconhece que pode ter havido o entendimento da comissão de que a Ged nada mais é do que um reajuste dado pelo governo em forma de "avaliação". Com isso, todos os professores teriam direito à remuneração máxima, reivindicada também pelo movimento docente, como resultado da greve de quase 100 dias.

Para o governo, a Ged é um instrumento para verificar, entre outras coisas, se os professores estão cumprindo uma "carga horária" de, no mínimo, oito horas-aula semanais, uma exigência da nova LDB. Para a diretoria do Andes, a gratificação é reajuste e, por isso, deve ser estendida a todos os docentes no seu

valor máximo.

Para a diretoria da Adufrj, a questão não é tão simples. A Ged acaba sendo instrumento perverso de avaliação, porque condiciona a remuneração a critérios de produtividade, quebrando a isonomia entre as classes que compõem a categoria docente.

Conceito de hora-aula

O conceito de hora-aula acabou se tornando o grande divisor de águas. As disparidades que ocorreram entre os critérios de pontuação de uma universidade para outra têm origem no entendimento que cada comissão teve sobre o que significa uma hora-aula.

Que a indefinição causa confusão ninguém, nem mesmo a professora Graça, discorda. Para corrigir distorções, o Mec terá que estabelecer limites mínimos e máximos de pontos para cada atividade avaliada. "Só assim a UFRJ vai continuar participando do processo", reclamou Graça, para quem a imagem da UFRJ pode ter sido prejudicada pelo resultado da avaliação.

A pedidos não só da UFRJ, mas da maioria das instituições, o Mec terá que apresentar estes novos critérios até maio para que em junho as comissões locais comecem a trabalhar na avaliação de 99, e a partir de julho os contracheques passem a notificar os novos valores que valerão até a metade do ano 2000. Conhecendo o ritmo do governo e pelo andar da carruagem pode ser que o prazo se esgote e novamente os professores poderão ser avaliados sem antes conhecerem as regras do jogo.

Jurídico

SEÇÕES SINDICAIS ENTRAM COM MANDADO CONTRA DESCONTO DA PREVIDÊNCIA

Um encontro dos setores jurídicos do Andes-SN, Regionais e Seções nos dias 9 e 10 deste mês decidiu recomendar a todas as Associações de Docentes para pedirem mandado de segurança preventivo de forma a suspender o desconto previdenciário para os aposentados e o aumento da alíquota para os ativos. A Adufrj já entrou com o mandado coletivo em nome de todos os seus sindicalizados.

Também sobre essa questão, o encontro reco-

mendou pedido de liminares para que seja impedido o desconto até a questão ser julgada. Outra orientação do Encontro diz respeito ao pedido de ação de cada seção sindical para pedir extensão da Ged em 100% para os aposentados. A intenção do Jurídico é que a questão chegue ao Supremo Tribunal Federal após um grande volume de decisões favoráveis. Algumas comissões estão estudando a questão das progressões.

Aposentados realizam encontro dia 22

A adufrj convida os professores aposentados para reunião dia 22 de abril, quinta-feira, às 15h, na Escola de Serviço Social, campus da Praia Vermelha.

UFRJ NO DIVÃ

Reinaldo Gonçalves*

Os psicólogos perdoem a ousadia deste humilde economista, mas tenho a impressão de que a UFRJ está sofrendo um surto neurótico. Nos últimos anos tem havido um processo de degradação institucional de tal extensão que o próprio Conselho Universitário operava em desacordo com as determinações legais. Alterações efetuadas no estatuto da UFRJ ao longo dos últimos 12 anos só foram aprovadas pelo Mec em 1998, enquanto outras não foram aprovadas.

As histórias de horror crescem exponencialmente em toda a universidade, interesses privados sobrepuseram-se, em grande medida, ao interesse público. A UFRJ foi atingida pela mesma praga que contaminou, fragilizou e provocou a extinção de várias entidades públicas – a privatização da coisa pública.

O diagnóstico é muito simples. Há dois processos distintos de privatização: no atacado e no varejo. A privatização no atacado ocorre quando empresários, freqüentemente aqueles que representam grandes grupos econômicos, ocupam o aparelho de estado com intuito de se apropriar de recursos públicos. Vários são os meios: esquemas de crédito diferenciado, programas de reestruturação setorial (o exemplo mais recente foi o Proer, que custou bilhões de reais), preços subsidiados, mecanismos tributários preferenciais e leilões de privatização (com ou sem grampo).

A privatização no varejo envolve o corporativismo, que é praticado por grupos de indivíduos. No caso da UFRJ, exemplos específicos variam da imoralidade à ilegalidade. Pode-se mencionar casos de professores que fazem concurso num dia e se aposentam no outro (ver o famoso caso Bacha, que representou uma desmoralização para o Instituto de Economia). Os alunos são obrigados a aturar, durante anos e anos, professores sem vocação para a profissão. Representantes estudantis são facilmente cooptados com bolsas de pesquisa e pequenos favores. Há os funcionários despreparados que, no mercado de trabalho, ganhariam uma fração do seu salário na UFRJ. Naturalmente, pode-se aceitar o argumento de que tudo isto é exceção. Mas também, não

se pode rejeitar o argumento de que a exceção está contaminando a regra.

A responsabilidade pelo processo de degradação institucional da UFRJ pode ser facilmente atribuída ao governo federal. Afinal de contas, é de responsabilidade do governo a desestabilização macroeconômica, o desmantelamento do aparelho produtivo, a degradação do tecido social e a deteriorização político-institucional. Não há dúvida que o agravamento da fragilidade do setor público brasileiro resulta, em grande medida, dos erros, inoperância e equívocos do governo FHC. Até os empresários paulista da FIESP, que têm uma desavergonhada aderência ao poder, parecem concordar com esta avaliação. Que o governo FHC é fraco, medíocre e incompetente eu não tenho dúvida.

Entretanto, no que diz respeito à UFRJ, parte substantiva dos seus problemas decorre da conduta predatória do corporativismo envolvendo professores e funcionários, bem como as representações estudantis. Colocar a culpa no mundo exterior, por mais hostil que ele seja, acaba aprofundando ainda mais o processo neurótico, que está levando à degradação institucional.

A UFRJ se deita no divã do psicanalista e o diagnóstico é do de um caso típico de regressão de libido (élan, energia vital). Segundo Jung, isso acontece quando nos recusamos a “aceitar que os obstáculos que impedem nosso progresso estão em nós mesmos e, em consequência, fingimos que pertencem ao mundo exterior. Adaptando-se constantemente aos novos desafios, a libido regride diante de obstáculos intransponíveis: em vez de concentrar suas energias para um esforço maior, desiste da empreitada e volta a um modo de adaptação anterior e mais primitivo”. A neurose da UFRJ é um problema de adaptação frustrada.

E por que tem havido uma adaptação frustrada da UFRJ diante dos obstáculos criados pelo governo FHC? A resposta é simples e baseia-se na lei geral da inércia. Qualquer analista diria que a UFRJ buscou o caminho mais fácil. E este caminho significou uma aliança das forças corporativistas e predatórias que existem dentro

da própria UFRJ. Mefistófoles vive nas entranhas de Fausto.

A atual proposta de estatuto pode desempenhar o papel de analista jungiano na medida em que ela permite que a UFRJ realize um esforço ético de grande valor pedagógico no sentido da sua desprivatização. A proposta de estatuto da UFRJ está servindo de base para uma discussão ampla e profunda que deve se realizar nos próximos meses. O projeto de reforma do estatuto da Comissão Nussenzweig, que já está disponível na *homepage* da UFRJ, baseia-se no princípio do mérito em uma entidade pública.

A UFRJ não pode perder esta oportunidade de tratamento psicanalítico e deve exterminar as práticas corporativistas e oportunistas, que estão provocando a sua degradação institucional e moral. O élan vital da UFRJ tem que ser usado para derrotar o corporativismo e enfrentar as restrições externas. A UFRJ tem que abandonar a linha de menor resistência e reverter a sua trajetória de “descida de ladeira”, rumo ao muro de concreto da escassez crescente de recursos públicos. Não temos muito tempo pela frente porque os obstáculos do mundo exterior serão cada vez maiores com a economia brasileira à deriva, a perda de legitimidade do governo FHC e a deteriorização política-institucional no país.

O governo fez um acordo com o FMI, que pode levar, inclusive, a restrições quanto à emissão de moeda. Isto pode ser usado, como razão ou pretexto, para cancelar o envio de recursos para a UFRJ, inclusive, da folha de pagamento. É difícil crer que a sociedade ficará solidária com professores que ganham mais de R\$ 4.000,00 (líquido) por mês e não querem ser avaliados, com funcionários que pouco ou nada trabalham, e com alunos que custam dezenas de milhares de reais aos cofres públicos. Se a UFRJ não aceitar o tratamento psicanalítico (a desprivatização) poderá acabar recebendo um eletrochoque (a privatização).

*Professor Titular do Instituto de Economia

ESTATUTO CAUSA DIVERGÊNCIA NO CONSUNI

Como quem não quer nada, a reitoria continua enrolando o Conselho Universitário. Representante dos titulares do CCS, o professor Antônio Paes de Carvalho frisou que a proposta de estatuto enviada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no final do ano passado apenas para cumprir um prazo legal foi aquela elaborada por José Henrique Vilhena. Não foi enviada, portanto, como a maioria dos conselheiros desejava, uma proposta com simples adaptações à LDB enquanto se preparava a reforma do estatuto pela ampla discussão na comunidade universitária.

Para Paes de Carvalho, significa uma temeridade deixar a proposta que não mereceu avaliação do Conselho Universitário em uma gaveta do CNE. “Seria o caos se o ‘UFRJ’ (jornal institucional produzido pela reitoria) trouxesse, em suas próximas edições, a aprovação pelo CNE em relação a essa proposta”, avisou. A intenção imediata dos conselheiros de oposição é substituir a proposta do reitor pela chamada proposta “maquiada”, que se adaptaria perfeitamente à LDB. No caso específico da UFRJ, essa adaptação determinou a recomposição da representação das categorias nos Colegiados Superiores, cabendo aos docentes um mínimo de 70% de participação no Consuni. Exatamente naquela ocasião de turbulenta reforma, a proposta original do reitor foi apresentada e, embora não tenha sido aprovada pelos conselheiros, foi levada a Brasília.

Na reunião de quinta-feira, o Consuni tentou provocar uma sessão especial para votar a substituição da proposta de Vilhena no CNE, mas esbarrou na burocracia. Pelo estatuto atual, a convocação da sessão especial só pode ser realizada pelo reitor – ausente no último Consuni para cumprir agenda na Prefeitura da cidade. Nem mesmo a vontade de mais de dois terços do Conselho, válida para convocar as chamadas sessões extraordinárias, garante a sessão especial. Por outro lado, outra norma do estatuto confere totais poderes ao vice-reitor Antônio MacDowell Figueiredo para atender aos anseios da maioria dos conselheiros na ausência de seu superior. Apesar da possibilidade, Figueiredo se esquivou dessa decisão, solicitando a presença do reitor para um assunto dessa importância.



A parte da frente da Assembléia tomada pela multidão descontente com a política federal. Barbosa Lima Sobrinho tornou-se o destaque da manifestação (detalhe)

MAIS UMA MARCHA CONTRA FHC E O FMI

Cerca de quatro mil pessoas marcharam, na última terça-feira, no Centro do Rio, pedindo a renúncia do presidente Fernando Henrique e o fim da intervenção do FMI no país. A passeata, iniciada na Cinelândia, terminou com um comício em frente à Assembleia Legislativa. No percurso, em uma tribuna improvisada ao lado das colunas do prédio da ABI, o discurso nacionalista do centenário Barbosa Lima Sobrinho redobrou o ânimo dos participantes. A iniciativa carioca acabou se tornando um preparativo da grande manifestação das oposições ao governo federal realizada em Ouro Preto, no dia seguinte, que reuniu 20 mil insatisfeitos com a política federal.

Estiveram presentes na marcha do Rio de Janeiro os mais diversos partidos de oposição, sindicatos, representações e movimentos como o dos tra-

balhadores rurais sem-terra (MST) – este grupo lembrando os três anos do conflito em Eldorado dos Carajás que resultou na morte de 19 agricultores. Quando a passeata finalmente chegou à Alerj, às 18h15, um trio elétrico estacionado ao lado da estátua de Tiradentes se tornou o palco da manifestação. Um a um, os representantes das entidades tomavam o microfone para passar um recado contra a política federal. Aliás, em todos os discursos não foram poucas as alusões a Joaquim Silvério dos Reis para falar de Fernando Henrique.

Último a discursar, o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, chamou a atenção para que as passeatas continuem até a renúncia de FHC. Nesse ponto, lembrou também que deve ser pedida a renúncia do vice Marco Maciel “pois é indivisível a situação dos dois”.

PROJETO DE AUTONOMIA DO MEC NÃO GARANTE FINANCIAMENTO DAS FEDERAIS

Esta semana, o Mec apresentou oficialmente à Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes) as linhas gerais de sua proposta de Autonomia para as universidades federais. O projeto significa a regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal, que já garante a todas as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, autonomia didático-científica, patrimonial e financeira.

O projeto do governo não foi bem recebido pelos reitores. A principal crítica foi a falta de garantias de financiamento público para as federais. O governo quer manter a personalidade jurídica das Ifes, caracterizadas como entidades de Direito Público, “sem alteração das naturezas autárquicas e fundacionais públicas”, mas não garante financiamento público. No texto, o ministério limita-se a definir como uma das diretrizes para a lei a “manutenção das condições de funcionamento estável das universidades federais”. Com isso, o governo não define absolutamente nada em relação ao financiamento das Ifes. Nem mesmo a propaganda proposta de financiamento por um período limitado de dez anos (com apenas 75% do atual orçamento repassado às federais) foi mencionada. Diante dos rumores das brigas travadas entre o Mec e a equipe econômica sobre a manutenção das universidades, esta última parece ter ganho a disputa.

Com a proposta, o Mec parece querer que as instituições entrem imediatamente na corrida pelas parcerias. Outra diretriz para o PL da Autonomia do governo é a “possibilidade de opção pelas universidades pela ampliação de sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, mediante celebração de contrato”.

O texto apresentado à associação dos reitores, no dia 19, é um enunciado de intenções e trata com muita economia de palavras as questões que envolvem a autonomia acadêmica das Ifes. Estas foram remetidas ao âmbito da nova LDB que, segundo celebração explícita do Mec, ao “eliminar o currículo mínimo e per-

mitir formas diferenciadas de oferta de cursos superiores, abriu definitivamente o caminho para a autonomia didática na estruturação das carreiras e cursos”.

Autonomia Plena

O texto do Mec centra todo o debate na discussão sobre contratos de gestão das instituições. E usa a Reforma Administrativa, em vigor desde junho de 1998, como instrumento para prometer um patamar de “autonomia plena”. Um modelo de autonomia dotado de maior “flexibilidade” para a gestão de pessoal e de recursos. As instituições que atingissem tal condição teriam liberdade para elaborar e executar seu próprio orçamento. De onde viria o dinheiro, novamente não é mencionado. Pela proposta, existiria também a possibilidade de “dispensa de licitação em situações específicas a serem definidas, e possibilidade de alienação e oneração de bens patrimoniais”. Ou seja, no caso de endividamento, por que não vender um prédio aqui, um equipamento ali?

A proposta é explícita quanto à possibilidade de “edição de planos de carreira por instituição”. O reitor poderia também ampliar ou reduzir seu quadro de pessoal.

Para a diretoria da Adufrj, o projeto do Mec é um retrocesso em todos os aspectos. Quanto ao financiamento, significa a desobrigação do Estado com a manutenção do Ensino Público e quanto à carreira docente é a perspectiva da volta dos contratos temporários, da quebra da isonomia entre as categorias e a institucionalização da competitividade entre as instituições e seus quadros funcionais e acadêmicos. Um análise um pouco mais cuidadosa revelará o quanto são equivalentes a proposta de Estatuto do atual reitor da UFRJ e o projeto que o governo apresentará até o final de maio ao Congresso Nacional.

PROFESSORES APOSENTADOS DA ADUFRJ GANHAM LIMINAR CONTRA DESCONTO DA PREVIDÊNCIA

Em janeiro deste ano, o governo editou a lei 9.783/99 determinando que os servidores aposentados passassem a descontar para a previdência e aumentando a alíquota dos funcionários ativos. Os descontos passariam a vigorar a partir do dia 30 de abril. Vários sindicatos vêm ganhando na justiça liminares contra o desconto dos aposentados. A Adufrj obteve liminar favorável contra o desconto e beneficia 1159 professores inativos sindicalizados.

O despacho data do dia 14 de abril, e foi assinado pela Juíza da 11ª Federal, Lucy Costa de Freitas Filha. Algumas das considerações que motivaram a conclusão da Mma. Juíza da 11ª Vara merecem destaque. Inicialmente é citada a Constituição Federal, em seu artigo 195, inciso II, que dispõe que “do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201.” A partir deste texto bastante claro, concluiu a Juíza que: “O Governo Federal, no afã de tentar - às custas dos servidores públicos, mais uma vez -, cobrir o déficit causado pela sua própria inoperância e incompetência, aliados à mancha de corrupção que o contamina, esquece que sua atuação tem limites; limites estes traçados pela Constituição Federal e que, portanto, são de observância obrigatória. E louve-se, neste ponto, o legislador constituinte pátrio, posto que, ante a ausência de regras garantidoras dos mais elementares direitos do cidadão, como as que tornam ilegítima a cobrança em testilha, estaríamos presenciando número maior de arbitrariedades e abusos perpetrados pelo Governo”. Segue a juíza, com um texto do MM. Juiz Federal em Sergipe, Dr. Ricardo César Mandarinho Barreto, onde está claramente demonstrado que a alíquota de 11% permite plenamente que, após 35 anos de contribuição, seja revertida uma renda mensal integral ao contribuinte. Conclui o MM. Juiz que “... o governo passa a idéia falaciosa de que é a sociedade que sustenta o aposentado servidor público, com esta conta simplória entre quantidade de servidores ativos e inativos”.

A situação dos professores ativos da UFRJ, que também tiveram um aumento na sua alíquota do PSS, é objeto de outra ação em curso.

SERVIDORES DO DF GANHAM AÇÃO QUE IMPEDE

AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO E DESCONTO DE INATIVOS

A maior ação coletiva favorável contra a medida do governo foi obtida na 9ª Vara Federal de Brasília e atinge todos os servidores públicos civis e pensionistas dos três Poderes cujos órgãos estejam sediados no Distrito Federal.

O juiz César Antônio Ramos considerou que a lei 9.783/99 tem “efeito confiscatório que resulta da cobrança de uma contribuição social que, nos níveis mais elevados, chega a lançar 24% da remuneração do servidor contribuinte”. Ele citou a decisão do ministro e futuro presidente do STF, Carlos Veloso, que concedeu liminar favorável da mesma natureza a dois servidores aposentados do tribunal recentemente. Esta ação foi solicitada pelo Ministério Público Federal.

Dia 30 de abril
Dia de Mobilização

Fora FHC/FMI:

Por Terra, Emprego, Salários Dignos e Cidadania.

Pela moratória já, Rumo ao Não Pagamento das Dívidas Externa e Interna

CNESF/CUT/ANDES/CONDSEF/FASUBRA/FENAFISP/FENAJUFE/FENASPS/SINASEFE/UNAFISCO/CNTSS

A VIDA ACIMA DA DÍVIDA

Durante três dias, o Tribunal da Dívida Externa organizado pela CNBB, IAB, CUT e MST levou mais de 1.200 pessoas ao Teatro João Caetano. No evento, personalidades e populares condenaram o pagamento da dívida brasileira ao sistema financeiro internacional



O palco do teatro foi tomado por artistas que lutam contra o pagamento da dívida. Dentre eles, Mário Lago foi o grande inspirador

PROFESSORES SINDICALIZADOS DA ADUFRJ RECEBEM PAGAMENTO ATÉ O DIA 30

Na tarde da quinta-feira (dia 29), a redação do Jornal da Adufrj confirmou com o DVRT que o pagamento dos professores sindicalizados da Adufrj sairia no dia seguinte, sexta-feira (30). O pagamento deveria ser efetuado como cumprimento de uma liminar favorável ao Mandado de Segurança Coletivo da Adufrj contra a mudança da data de pagamento (25 de cada mês) de seus sindicalizados. Página 3

Reunião sobre os 28% dia 4 de maio

A Adufrj estará realizando uma reunião com presença de seus advogados para esclarecer as conseqüências do acordo proposto pelo governo. A reunião será às 17h, na terça-feira, dia 4 de maio, na Escola de Serviço Social

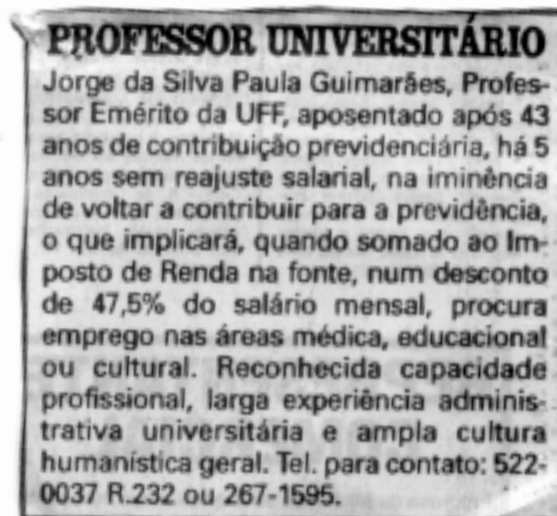
ANDES-SN E ANDIFES CRITICAM AUSÊNCIA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO NA PROPOSTA DO MEC

Para Adufrj, a regulamentação da autonomia das federais significará um desastre para o sistema de ensino superior do país. Página 7

PARA COMPLEMENTAR APOSENTADORIA PROFESSOR ANUNCIA EM CLASSIFICADOS

A proposta do governo de que aposentados passem a contribuir para a Previdência gerou vários protestos na sociedade. Nos tribunais e nas ruas, o povo brasileiro se juntou para combater o confisco de salários. Dentro desse movimento, com certeza, um dos mais peculiares protestos se deu nas páginas de classificados do *Jornal do Brasil* do dia 11 de abril. Em anúncio (reproduzido ao lado), o professor Jorge da Silva Paula Guimarães, de 75 anos, sendo 43 de contribuição previdenciária, expôs toda sua indignação. “Mais do que a necessidade, uma vez que o desconto está previsto para ocorrer a partir de maio, o que existiu foi o protesto realmente”, disse Jorge.

Para o professor emérito da UFF formado em Medicina no ano de 1948, essa ameaça extrapolou qualquer conceito legal internacional. “Não se pode taxar o salário em mais de 30%. Isso é um absurdo. Todos os colegas aqui da UFF estão muito apreensivos. A situação econômica está muito difícil e estamos sem aumento desde o início de 95”, afirmou. Fundador e primeiro presidente da Aduff Seção Sindical no período de 76 a 78, Jorge espera que a nomeação de Carlos Velloso para presidente do Supremo Tribunal Federal torne os ares naquela instância mais favoráveis aos aposentados. “Infelizmente, não confio no Supremo, órgão que considero mais político do que



outra coisa”, criticou. A Aduff espera obter sua liminar contra o desconto dos aposentados a qualquer momento.

Integrante do Conselho Universitário da UFF, Jorge aproveitou para comentar a política federal para o ensino superior. “Qualquer coisa que venha desse governo é ruim. Como se já não bastasse essa escassez de verbas, essas migalhas que nos dão, ainda preparam esse projeto de autonomia que é um absurdo completo”, disse.

Em tempo: até agora, o professor não obteve resposta para o seu anúncio; apenas recebeu telefonemas de amigos solidários com seu drama.

“UFRJ” É CONSIDERADO JORNAL OFICIAL DA REITORIA

O “UFRJ” causou polêmica na sessão do Conselho Universitário seguinte ao seu lançamento. Para muitos conselheiros, o tom das idéias publicadas caberiam melhor num jornal intitulado “Jornal da Reitoria”. O professor Oscar Rosa Mattos não gostou, por exemplo, da chamada de capa onde se lia que a UFRJ “aumentará o número de vagas no vestibular do ano 2000”. Segundo Mattos, uma discussão que ainda não avançou nos diversos órgãos deliberativos não poderia entrar como questão decidida numa primeira edição da instituição.

A revolta era tão grande entre os conselheiros que o professor Moacyr Barreto da Silva, representante do Colégio de Aplicação, chegou a pedir um direito de resposta na próxima edição do “UFRJ”, aproveitando igual espaço. Na réplica, o vice-reitor Antônio MacDowell Figueiredo, que presidia o Conselho – o professor José Vilhena se ausentou para atender a um compromisso na Prefeitura do Rio – prometeu interceder para que o Consuni tenha uma participação no número dois da publicação.

Suspensão de promoções

O governo Federal editou e fez publicar a Medida Provisória 1.815-1, de 5 de março de 1999, que “suspende a concessão de promoções e progressões funcionais a todo servidor da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações e extingue o adicional por tempo de serviço de que trata o art. 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”.

O Partido dos Trabalhadores propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade, onde defende junto ao Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade integral desta MP que integra o chamado “ajuste fiscal”.

Para tanto argumenta, entre outros pontos, que a MP fere o direito ao desenvolvimento na Carreira e o artigo 246 da Constituição Federal, referente à proibição da utilização de Medidas Provisórias na regulamentação de Emendas Constitucionais.

A ação encontra-se em tramitação, tendo o Jurídico Nacional da Andes decidido que irá auxiliar o PT no desenvolvimento de estratégias jurídicas para o encerramento do processo.

Mandado de segurança relativo ao dia de pagamento

A Adufrj interpôs em 22 de janeiro de 1999, Mandado de Segurança Coletivo contra a mudança da data de pagamento de seus filiados. O processo foi distribuído para a 7ª Vara Federal e em 10.02.92 foi publicada a seguinte decisão liminar:

“Vistos, etc ... 3 – Por estas razões, defiro liminar, para determinar ao impetrado que mantenha o dia 25 de cada mês como o dia de pagamento de todos os professores, lembrando que o descumprimento destas implicará responsabilidade funcional ...”

A UFRJ interpôs recurso contra a decisão, estando o mesmo pendente de apreciação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Com a liminar em vigor a assessoria jurídica já ajuizou Mandado de Segurança relativo à questão da duplicidade de pagamentos no mesmo mês de competência, visando evitar preventivamente qualquer possibilidade de aumento das alíquotas de imposto de renda, em virtude do somatório de remunerações.

Este MS do imposto de renda encontra-se em tramitação, ainda não tendo sido deferida a liminar pleiteada.

Assessoria Jurídica da Adufrj Seção Sindical

acordo com seus organizadores, o início de uma grande caminhada. Ao final, todos foram unânimes na disposição de transformar a retórica em algo mais palpável ao povo brasileiro e houve a conclamação geral para que a população seja chamada a tomar conta das ruas até o cancelamento total da dívida.

Jubileu 2000

O Papa João Paulo II e os líderes de outras igrejas cristãs decidiram celebrar o Jubileu no ano 2000 para resolver conflitos e desigualdades sociais e econômicas que consideram intoleráveis. Para esses líderes religiosos, a dívida externa é a causa de muita pobreza e de injustiças, além de não ser possível pagá-la. Segundo o Antigo Testamento, a cada 50 anos deveria haver um ano de Jubileu, em que os escravos seriam libertados e as dívidas perdoadas. As pessoas poderiam recuperar suas propriedades e sua liberdade.

Confusão

Pouco antes do veredicto do Tribunal, nove pessoas ficaram feridas – entre elas, o deputado estadual Chico Alencar (PT), que sofreu fissura no punho e luxação no braço esquerdo – em um confronto entre manifestantes e guardas municipais destacados naquele dia para reprimir o comércio de ambulantes na região da Praça Tiradentes. A pretexto de retirar alguns vendedores de dentro dos portões do teatro, guardas municipais entraram em choque com os participantes. O conflito só terminou com a chegada de policiais militares do 5ºBPM. Os PMs prenderam o inspetor Zacarias Barbosa que comandava a operação da Guarda Municipal.

Lula e Brizola

Após a confusão, teve espaço no palco do teatro um ato político das esquerdas. Dois dos seus maiores líderes – o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, e o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva – compareceram e prestigiaram a festa. No seu discurso, Brizola lembrou a época da colonização, quando as caravelas demoravam meses para atravessar o oceano com a riqueza dos países da América. “Hoje, a velocidade do comércio é tão grande que a gente chega a dever antes mesmo que eles (países mais ricos) produzam”, criticou.

Logo em seguida, o ex-governador do estado explicou que tem sido alvo de chacota pelo comportamento assumido em defesa da renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso e do seu vice, Marco Maciel. “Ficam me ridicularizando, mas não agüento essa minha inquietação. Até penso nessa loucura para não ficar pensando em outras”, deixou no ar. Brizola justificou a renúncia também de Maciel pelo que chamou de condição indivisível dos dois. “São irmãos siameses. E, além do mais, o vice não foi eleito pelo povo”, comentou.

Para finalizar o ato, Lula defendeu a posição de Brizola, chamando atenção para o fato de que outras personalidades já foram tomadas como loucas como Jesus Cristo, Antônio Conselheiro e o próprio Tiradentes. O presidente de honra do PT se comprometeu a levar o documento produzido pelo Tribunal da Dívida Externa para ser considerado na esfera política do país.

De acordo com o artigo 81 da Constituição Federal: “Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.” Se essa vacância se der nos dois últimos anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.



O Tribunal em plena atividade

MAIOR MANIFESTAÇÃO CONTRA FHC FOI EM OURO PRETO

A mineira Ouro Preto se tornou palco, no último dia 21, Dia da Inconfidência, da maior manifestação das oposições contra a política econômica do governo federal em seu segundo mandato. A presença de diversos líderes motivou um público - calculado em 20 mil pessoas pelos organizadores - a lotar a Praça Tiradentes e arredores. Num palanque improvisado nas escadarias do Museu da Inconfidência, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi duramente criticado pelos representantes de partidos, sindicatos e movimentos sociais.

Anfitrião do evento, o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, entregou a Medalha da Inconfidência para 88 personalidades homenageadas, entre elas, Lula, Brizola, Miguel Arraes, José Dirceu (PT-SP), Luíza Erundina (PSB-SP) e Nilmário Miranda (PT-MG), além da representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Feliciano dos Santos, de 59 anos, acampada numa fazenda da região de Valadares. Em seu discurso, Itamar afirmou que Minas não permitirá que “levem seus rios e suas usinas hidrelétricas”, referindo-se à possibilidade de privatização do setor levantada pelo Governo. “Estamos de novo empenhados na defesa dos bens, da dignidade e da vida do povo brasileiro. Não estamos sós. Ao contrário do que pretendia o Governo, todos os esforços para isolar o povo mineiro foram inúteis”, disse.

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, chamou o presidente de Joaquim Silvério dos Reis (o traidor de Tiradentes), acusando-o de ser o “vendilhão da pátria”. Lembrando a CPI dos Bancos, Lula comentou que o fato de FHC defender o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, demonstrava uma perda de controle na esfera federal. “Ele (Fernando Henrique) acabou com a soberania do país e com as estatais. Ele colocou o país de joelhos diante dos credores internacionais. Temos que criar a medalha Joaquim Silvério dos Reis e entregá-la para o presidente, que é o grande traidor da independência do país. Se quisermos salvar o país, cada um de nós deve se transformar num Tiradentes”, afirmou.

Após a manifestação, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, se mobilizou nos bastidores para atrair Itamar Franco novamente ao bloco dos governadores de oposição – Itamar rompeu com o grupo depois de um encontro desses governadores com Fernando Henrique. “Ele nunca saiu. Não se volta de onde nunca se saiu. Os governadores vão colocar o povo nas ruas”, disse.

JULGANDO A PRÓPRIA VIDA

“A vida acima da dívida”. Com esse lema, aproximadamente 1,2 mil pessoas lotaram o Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes, de 26 a 28 de abril, para analisar as causas, efeitos e soluções da dívida externa dos países pobres. Constatou-se no evento, intitulado Tribunal da Dívida Externa e promovido por várias entidades civis e religiosas, que esse problema é um dos grandes culpados da situação da baixa qualidade de vida encontrada no Terceiro Mundo. Por unanimidade (sete votos a zero), um júri popular - formado por representantes dos sem-terra, índios, desempregados, aposentados e pensionistas, políticos, sindicatos e igrejas - decidiu pelo cancelamento dessa dívida e pela responsabilização formal dos governantes que a produziram ao longo dos anos.

O Tribunal fez parte dos esforços internacionais

consolidados na Campanha do Jubileu 2000 para o perdão da dívida externa dos países de baixa renda e mais endividados. Nessa campanha, os organizadores estão pedindo ao G-7 (grupo de sete países mais ricos do mundo) que aprove um corte de US\$ 75 bilhões por ano nos débitos de 90 países até o ano 2015, além de uma ajuda de US\$ 12 bilhões anuais a esses países para reduzir a pobreza mundial à metade, pelo menos. A campanha, iniciada na Inglaterra, já existe em 40 países e pretende realizar uma grande manifestação em agosto desse ano em Colônia, na Alemanha. Nessa ocasião estará se reunindo o G-8 (G-7 mais a Rússia) e o Jubileu 2000 deseja entregar ao grupo o maior número possível de abaixo-assinados a favor desse perdão. Só no Brasil, foram recolhidas mais de 512 mil assinaturas.

A tomada de decisão do júri popular foi baseada nos depoimentos de especialistas brasileiros e estrangeiros sobre o tema (não só economistas como também pessoas ligadas aos movimentos sociais). Participaram do Tribunal da Dívida Externa - dividido em quatro sessões: “o sistema financeiro internacional”, “a situação do Brasil”, “casos emblemáticos de alguns países” e “alternativas para o povo brasileiro” - várias personalidades como o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, João Pedro Stédile; o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernichiaro; o ex-procurador Geral da República Aristides Junqueira, a professora Maria da Conceição Tavares e houve ainda o depoimento gravado do lingüista Noam Chomsky, entre outros.

O caráter simbólico do Tribunal significou, de

MÚSICA, POESIA E TEATRO NA NOITE QUE ANTECEDEU A INSTALAÇÃO DO TRIBUNAL

Artistas também se mobilizaram contra o endividamento dos países mais pobres

O Tribunal da Dívida Externa se iniciou da forma mais brasileira possível. Na noite de terça-feira, o teatro João Caetano foi tomado por artistas que descontraíram os presentes com muita música, poesia e teatro. Entusiasmado, o público aplaudiu e cantou junto as canções de nomes como Leci Brandão, Chico César e do grande destaque do evento Mário Lago, entre outros.

Talvez não acreditando no sucesso do Tribunal, muitas pessoas chegaram em cima da hora e enfrentaram enormes filas de inscrição. Por conta disso, os organizadores provocaram um atraso de meia hora na programação para que todos tivessem tempo de conseguir um lugar na platéia. Como primeira atração, a peça do Grupo de Engenheiros da Petrobras satirizou a relação do presidente Fernando Henrique Car-

dosado com a sociedade brasileira. Um dos momentos mais hilariantes do teatro foi uma partida de futebol envolvendo operários de uma fábrica contra investidores estrangeiros (tendo FHC como árbitro) para decidir a posse sobre uma estatal. No desenrolar do jogo, o juiz-presidente expulsa todos do time nacional e favorece escandalosamente o adversário em todos os lances até conseguir a vitória estrangeira.

Após a peça, foi a vez dos cantores e poetas se sucederem no palco. Em intensidades diferentes, variando conforme a música ou poesia escolhida, o tema político se fazia presente. A sambista Leci Brandão, por exemplo, antes de sua apresentação, frisou que se sentia honrada por estar cantando ali. “Que Deus abençoe cada um de vocês que estão lutando por algo tão importante”. Mário Lago apareceu em cena para declamar uma poesia



Leci pede a Deus bênção para a luta

conclamando todos à resistência. “É tempo de fazer tempo”, dizia um verso. Foi aplaudido de pé. Ao final, todos os artistas e organizadores se juntaram para cantar “Amélia”, grande sucesso de Mário Lago.

Depois de mais de duas horas de espetáculo, a noite terminou com o Hino Nacional sendo cantado por todo o público de mãos dadas e levantadas, seguido pelo grito de “Fora daqui/O F-M-I”.

AUTONOMIA DO MEC NÃO GARANTE FINANCIAMENTO PÚBLICO

Na UFRJ, o tema ainda não entrou em pauta nas discussões do Conselho Universitário

As diretrizes governamentais para elaboração de um Projeto de Lei que vai regulamentar a autonomia das universidades federais foram apresentadas pelo ministro Paulo Renato aos reitores e dirigentes das instituições no dia 19. O professor José Henrique Vilhena não estava presente no encontro entre o Mec e os membros da Associação Nacional de Dirigentes (Andifes). A orientação da entidade é que as reitorias promovam a discussão sobre autonomia e financiamento em suas instituições, com base na proposta do Mec e da própria Andifes. Até o momento, a reitoria da UFRJ não iniciou o debate nos Conselhos Superiores.

Os reitores farão uma reunião no dia 13 de maio para tomar uma posição em relação à proposta do governo. A preocupação maior dos dirigentes se resume a questão financeira. Segundo a assessoria da Andifes, os reitores temem que ao não deixar claro o compromisso do Estado com a manutenção das instituições o governo restrinja o financiamento público a apenas algumas universidades, e mesmo assim por um tempo determinado.

O presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, se manifestou através de nota divulgada para toda a imprensa criticando a proposta do governo, mas considerou “positivo” o fato de o Mec divulgar o documento com as diretrizes para o debate e não apresentá-lo em forma de projeto de lei.

NA UFRJ, CONSUNI VOTARÁ AJUSTE ESTATUTÁRIO

Finalmente marcada para o dia 11 a convocação da sessão especial do Consuni para votar os ajustes determinados pela LDB ao estatuto - nesta semana não há possibilidade de ser realizada, pois haverá Conselho de Curadores e um seminário sobre autonomia promovido pelo Mec, em Brasília, nas datas normalmente reservadas ao órgão de deliberação máxima da UFRJ.

Grande divergência já na reunião anterior, os conselheiros batiam na tecla de que o Consuni não teria uma espécie de “diploma legal” para deliberar, uma vez que a mudança de sua composição não foi aprovada em plenário. Outro temor dos conselheiros residia na possibilidade de o Conselho Nacional de Educação (CNE) reti-

A diretoria do Andes-SN faz a mesma crítica da Andifes sobre a falta de garantia de financiamento público para a manutenção das instituições. De acordo com a nota de Renato de Oliveira, as recentes declarações do ministro sobre um financiamento para as Ifes calculado sobre a média dos últimos dois ou três anos significariam “o fim daquelas que não consigam receita própria em valores iguais ou maiores dos que são alocados pelo Mec”.

Quanto à questão dos salários e da carreira, Renato criticou a proposta dos contratos de gestão, apresentada nas diretrizes do Mec, e a possibilidade das universidades adotarem planos de cargos e salários próprios. Segundo ele, isto poderia criar um sistema de competição entre as instituições “com as mais ‘ricas’ saindo à caça dos melhores docentes e dos melhores quadros técnico-administrativos, praticando níveis de salários incompatíveis para as universidades da ‘periferia’ do sistema, esvaziando-as”.

Em entrevista a um jornal de Porto Alegre, há algumas semanas, o presidente do Sindicato declarou – o que foi confirmado pela redação deste jornal – que não vai negociar com o Mec o projeto de regulamentação da autonomia enquanto o governo não cumprir com um acordo firmado com a diretoria da entidade, no final da greve de 1998, quando o ministro prometeu-lhe aumentar em 10% os valores da Gratificação de Estímulo à Docência.

Vale lembrar que o 18º Congresso do Andes-SN, ocorrido em fevereiro deste ano na cidade de Fortaleza, referendou mais vez a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, que já garante a todas as instituições de ensino superior, públicas ou privadas, autonomia didático-científica, gestão patrimonial e financeira.

rar para análise a proposta de estatuto enviada pelo reitor, esta também sem o aval do Consuni.

O contra-argumento da reitoria afirmava que não havia a necessidade de homologação de um estatuto chamado “maquiado”, já que o cumprimento do prazo estabelecido pelo Mec com o envio da proposta do reitor em dezembro passado dava amparo legal ao funcionamento da UFRJ e seus órgãos até a ampla discussão e reforma do estatuto se concretizar. No entanto, depois de muita insistência – alguns conselheiros avisaram que essa recusa poderia significar uma volta aos tempos de crise vividos pelo Consuni no final do ano passado -, o reitor ouviu os apelos da maioria e se decidiu pela marcação da data.

AUTONOMIA? QUE AUTONOMIA?

A divulgação da proposta do MEC não trouxe surpresas. Foi abandonada a tentativa de uma Emenda Constitucional (PEC 370), uma vez que os principais pontos que interessavam ao governo já haviam sido instituídos. A LDB já havia aberto o caminho para a reestruturação dos cursos também chamados agora de “universitários” ou cursos sequenciais. Seguindo as orientações do Banco Mundial, as universidades dos países periféricos deveriam formar a mão-de-obra para a economia globalizada. Os donos das escolas particulares festejaram a nova LDB, e hoje já vemos diariamente crescer nos jornais os anúncios de cursos “superiores” com mensalidades bastante elevadas. Enquanto isto, nos Estados Unidos, a comunidade acadêmica vem tecendo severas críticas a este modelo, apontando suas insuficiências.

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº19 - Reforma Administrativa -, em junho de 1998, outros objetivos do governo já foram contemplados. A reforma deu ao governo a possibilidade de oferecer aos reitores a proposta de “contratos”, bastante amplos, que servem de base para um modelo de financiamento privado das universidades públicas e permite a “flexibilização” dos contratos de trabalho no serviço público, com cargos temporários e sem concurso. É bom lembrar que os professores de ensino superior foram um dos poucos setores do serviço público que não tiveram seus quadros distorcidos nos últimos anos, exatamente pelo rigor no ingresso na carreira através de concurso.

Portanto, não é de surpreender que a proposta do Mec omita totalmente a obrigação do financiamento do Estado com o ensino público superior. Esta proposta já vem sendo anunciada há vários anos. Aqui na UFRJ, a nomeação do interventor já apontava claramente neste sentido. Os recentes escândalos financeiros também mostram para onde vão os recursos retirados das áreas sociais. Para a diretoria da Adufrj, a surpresa fica por conta de setores da universidade e da própria direção do Sindicato Nacional dos Docentes que trabalham com a idéia de “melhorar” a proposta do governo. Na opinião da Diretoria da seção sindical, esta proposta deve ser rejeitada em seus fundamentos e devemos concentrar esforços em sua denúncia. “Não temos dúvidas que sua implementação, mesmo disfarçada, implicará num desastre para o ensino superior no país”, critica o diretor José Simões.

SERVIDORES FEDERAIS INDICAM GREVE GERAL

A última plenária dos servidores públicos ocorrida dia 20, em Brasília, aprovou a indicação de uma greve geral ainda neste semestre. A decisão agora será apreciada pela executiva nacional da CUT. A proposta também foi defendida pelos delegados do Andes-SN que participaram de uma reunião do setor das Federais um dia antes.

Na Plenária, a situação salarial dos servidores foi um dos principais pontos de debate e, segundo técnicos do Dieese, as perdas salariais de janeiro/95 a abril/99 implicam numa reposição de 55,45%.

Os servidores aprovaram encaminhar a luta pela data-base

dos SPFs, que seria todo o dia 1 de maio, como acontece com algumas categorias do setor privado. A Plenária dos servidores foi contra a participação da CUT em negociações com o governo para a flexibilização de direitos trabalhistas.

Foi aprovado na Plenária e será incluído na Pauta de Reivindicação dos SPFs:

Pela ruptura dos acordos do Governo de ajuste estrutural, com o FMI e Banco Mundial;
Defesa do Serviço Público, contra a transformação dos Órgãos Públicos em Organizações Sociais e outras modalidades de privatização;
Incluir na pauta geral 1 ou 2 itens principais da pauta específica de cada categoria (segmento) dos SPFs.

Foi aprovada a participação da categoria no Fórum oficial dos Trabalhadores "Brasil outros 500" e na organização de um grande ato em abril de 2000, em Porto Seguro, seguindo as comemorações oficiais.

No dia 19 de maio, quando deverá acontecer nova paralisação em todo o país, os sindicalistas estão propondo que os funcionários queimem os documentos do acordo proposto pelo governo para o pagamento da ação dos 28,86%.

Calendário de atividades do movimento dos servidores federais

28 de abril

Grito da Terra Brasil.

30 de abril

Dia Nacional de luta com paralisação;

1 de Maio

Manifestações em todo o país contra o governo FHC e a intervenção do FMI

16 de maio

Reunião ampliada da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (CNEFSF)

19 de maio

dia nacional de luta com paralisação.

20 a 23 de maio

Encontro Nacional de Combate à Discriminação Racial no RJ

28 de maio

Aleida Guevara, filha de Che Guevara, estará no Rio de Janeiro no Sindicato dos Bancários para encontro com sindicalistas numa palestra com o tema: América Latina e Cuba Hoje.

CONAD DO RIO DEVERÁ DEFINIR PROPOSTA DE PISO E MALHA SALARIAL PARA PROFESSORES

38º Conselho das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad) estará reunido entre os dias 25 e 27 de junho, no Rio de Janeiro, e desta vez a Adufrj será a anfitriã do evento. Na ocasião o Sindicato deverá debater e definir uma proposta de piso ou malha salarial para ser defendida junto à proposta de uma carreira única para categoria, congregando os professores de 1º, 2º e 3º graus das escolas e universidades federais. Este encaminhamento foi aprovado na reunião do setor das Federais do Andes-SN, ocorrida dia 19, em Brasília.

Até lá, as seções sindicais deverão discutir em seus fóruns locais a proposta encaminhada pelo GT Verbais sobre a questão salarial.

O setor aprovou também uma proposta de paralisação de 24 horas no dia em que o Projeto de Lei do Andes-SN para a Carreira Única for protocolado no Mec. A idéia é mostrar a disposição de luta da categoria pela aprovação da carreira unificada que vai contra a proposta de fragmentação da categoria, com contratações temporárias e salários diferenciados contidos na proposta de autonomia do governo.

CARREIRA ÚNICA DO ANDES-SN SERÁ DEFINIDA NO CONAD

Apesar do 18º Congresso do Andes-SN ter aprovado a proposta de carreira única para os professores das instituições federais, o GT Carreira encaminhou novamente o anteprojeto de lei - devidamente adequado à proposta de carreira contida na Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2, 1997) - para discussão nas seções sindicais e posterior deliberação no próximo Conad que acontece em junho, no Rio.

A proposta de carreira do Sindicato caminha na direção contrária ao projeto do governo para a autonomia das federais. Enquanto o Mec quer salários diferenciados, contratações temporárias e a exclusão dos professores de 1º e 2º graus dos quadros universitários, o Andes-SN defende a carreira unificada com a inclusão destes segmentos e um piso salarial, também unificado, com a manutenção da isonomia para as diferentes classes e níveis.

A proposta que deverá ser apreciada e aprovada durante o próximo Conad apresenta uma estrutura de carreira docente com cinco classes (Professor Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado e Pleno) e dois níveis entre cada uma (A e B), com exceção do professor Pleno que teria um nível único.

A íntegra da proposta de carreira do Sindicato está disponível na página da Adufrj na Internet (www.alternex.com.br/~adufjrj).

Cartilha do Plano Nacional de Educação

Foi lançada pelo Fórum em Defesa da Escola Pública a cartilha "A educação pública no Brasil precisa de você", com explicações para a população sobre o que significa o Plano Nacional de Educação formulado pelo movimento social. O lançamento aconteceu no último dia 14, na Câmara Federal, em Brasília, com a participação de parlamentares e entidades envolvidas.

III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O III Congresso Nacional de Educação (Coned) será realizado no período de 2 a 5 de dezembro, em Porto Alegre. O evento é uma iniciativa do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Na edição anterior do Congresso, foi definido o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira após ampla discussão entre educadores, estudantes, trabalhadores e representantes de entidades. O PNE da sociedade é uma contra-proposta ao PNE do governo que já se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

UFRJ: SURTO NEURÓTICO OU EMBATE IDEOLÓGICO?

Regina Helena Simões Barbosa*

O artigo do colega economista Reinaldo Gonçalves me fez voltar ao meu passado profissional e político na área 'psi', especialmente no Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. No início dos anos 80, atuávamos em várias frentes, inclusive no embate teórico. Nos vários congressos e encontros científicos, problematizávamos, especialmente com nossos colegas psicanalistas, a psicologização dos problemas sociais. Naquela época, a psicanálise, especialmente, baseava-se numa visão subjetivista e psicologizante do psiquismo, além de se prender à defesa da 'neutralidade' do psicoterapeuta frente às questões sociais vivenciadas por (todos) seus pacientes. Argumentávamos, então, que mesmo os problemas psicológicos patológicos, como a neurose, também eram problemas ideológicos, no sentido de que as relações pessoais - afetivas, conjugais, familiares - refletiam e reproduziam as relações sociais em geral. Portanto, o individualismo, a competição, a ganância, entre outros valores da sociedade capitalista, permeariam a subjetividade humana, causando sofrimento e dor. Essa tese, na época, causava incômodo entre aqueles que se achavam acima dessas questões. A subjetividade era vista como uma dimensão à parte da sociedade.

Que o colega economista me perdoe, mas o 'surto neurótico' por que aparentemente passa a UFRJ não é um problema interno neste sentido. É uma CRISE POLÍTICA E IDEOLÓGICA. Aliás, é grande a tentativa de interpretar a realidade que estamos vivendo na universidade por essa vertente pois, sem dúvida, as consequências desse processo nos provocam - provavelmente na maioria de nós - intenso sofrimento psíquico. O 'sintoma' mais evidente é, a meu ver, a falta de discussão sobre o que está ocorrendo. Há um esvaziamento dos fóruns de debate, das reuniões e até mesmo do informal bate-papo entre colegas. Há visivelmente um clima depressivo e apático. Poucos compartilham coletivamente em seu departamento, em sua unidade, suas vivências e opiniões sobre o que está ocorrendo. Porém, muitos colegas - a maioria, eu diria - estão calados por desânimo e, talvez, por um sentimento de impotência. Isso não os leva, entretanto, a aderir ao 'esquema'. Continuam a 'empurrar com a barriga' seus cursos

e pesquisas e tentam sobreviver à crise. Outros, porém, estão calados, mas agem na surdina, fazendo suas articulações, conspirando, beneficiando geralmente seu grupo político/de pesquisa. Talvez seja isso que o colega Reinaldo chama de corporativismo ou de 'privatização no varejo'. Ou talvez 'egocentrismo', se quisermos usar a metáfora 'psi'. Mas nada é explicitado, tudo corre 'por debaixo dos panos'. A situação realmente se assemelha aos quadros familiares ambíguos que produzem a neurose e até mesmo a psicose em seus membros mais sensíveis e fragilizados.

Essa interpretação, porém, é falaciosa. Dá a impressão de que podemos resolver nossa crise internamente. Ou indo 'para o divã' tratar de nossos problemas como se eles fossem questões exclusivamente individuais, subjetivas. O estatuto seria o analista que curaria nossos males. Mas não estarão eles relacionados ao que está acontecendo no mundo, na sociedade que nos cerca? As diretrizes do Banco Mundial para o ensino na América Latina deixam claro que o projeto em curso é exatamente este. Os grupos corporativos e privatizantes na UFRJ representam assim tão somente os porta-vozes internos desta política, ávidos por colocá-la em prática e colher seus frutos. Se não compreendermos as coisas dessa forma, corremos o risco de ficar dez anos em análise sem que nada de novo aconteça em nossas vidas como decorrência de nossa ação. Ou de discutirmos e aprovarmos um novo estatuto que não resolverá em profundidade nenhum dos problemas que estamos vivendo, tanto internos quanto externos. Aliás, quem estará discutindo e propondo mudanças para o novo estatuto? Não serão exatamente aqueles que praticam o corporativismo e a privatização, tão bem denunciado pelo colega Reinaldo? Afinal, sabemos, pela histórica tradição política brasileira, que somente os grupos que detêm poder se fazem representar. Mesmo no regime democrático.

A política deste governo é clara: subserviência absoluta ao capital externo, o que implica em desmonte do ensino e da pesquisa nas instituições públicas no país. Como enfrentar essa situação tanto interna quanto externamente? Como não ficarmos

absortos em nosso próprio umbigo enquanto o circo pega fogo? Por outro lado, como não invertermos a situação ao empurrar nossos problemas para baixo do tapete em nome de uma luta mais ampla? Como enfrentar esse confronto em todos os seus *fronts*?

Em primeiro lugar, compreendendo que os problemas internos estão organicamente relacionados aos externos. Portanto, não basta conchamar a comunidade universitária a resolver nossas mazelas através de um novo estatuto. Este não vai ser a 'pílula mágica'. Ao contrário, corre-se o risco de reproduzir no estatuto aquilo que queremos mudar. Nossas cisões internas são hoje muito profundas e não serão resolvidas através de um estatuto. Assim como o indivíduo neurótico não resolve suas dificuldades sem que o ambiente que produz sua neurose seja também tratado.

Em segundo, resgatando a discussão e o debate entre nós. Restituindo a transparência e a solidariedade para que a diversidade das opiniões e visões possam se confrontar aberta e democraticamente. É desse processo que podem surgir novos e mais saudáveis caminhos. É nesse processo que nasce e cresce a consciência política, que aponta para horizontes mais coletivos e solidários. Mais que um divã, estamos precisando de uma imensa 'terapia de grupo'.

E em terceiro, reavivando nossa 'libido', aqui entendida de forma mais ampla do que a energia sexual: o desejo de brigar por uma universidade e uma sociedade melhores e mais comprometidas com os infindáveis e complexos problemas que o mundo e a sociedade brasileira nos colocam. Resgatar as utopias, quem sabe, pode ser nossa palavra de ordem. Voltar a acreditar que é possível, através de valores e de nossa ação coletiva, mudarmos os rumos dos acontecimentos.

Nos dias que correm, pode soar estranho e, até mesmo, lunático falar em utopias mas é bom lembrar que todas as transformações históricas que resultaram em uma vida melhor foram movidas a utopias.

*Professora do Departamento de Medicina Preventiva/Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva

URGENTE: A UFRJ já entrou com agravo contra a liminar da Adufrj que impede o desconto dos inativos para a previdência social. Ainda não houve manifestação da Justiça, o que torna a ação da entidade válida até este momento. A outra liminar, a do pagamento, está em vigor. Portanto, os professores sindicalizados devem receber no dia 25 de cada mês, pelo menos até que a UFRJ recorra e reverta este parecer, o que ainda não ocorreu.

1º DE MAIO LEVA 130 MIL ÀS RUAS EM SP

No Rio, estudantes deram o tom das manifestações, participando com trabalhadores e aposentados de uma passeata pela Rio Branco e de shows nos Arcos da Lapa

Continuam as manifestações em todo o Brasil contra a política econômica do governo federal. Na véspera do 1º de maio, cerca de duas mil pessoas marcharam da Candelária até a Cinelândia tomando meia pista da Av. Rio Branco. A passeata teve como marca principal a presença de estudantes, que se dirigiram depois aos Arcos da Lapa para participarem de um ato pela reabertura do Circo Voador. Estiveram representados os partidos de oposição, além do MST e UNE. No final, na Cinelândia, shows da bateria da Mangueira, Dicró e Neguinho da Beija-Flor preencheram os intervalos entre as falas dos representantes dos partidos e demais entidades contra Fernando Henrique.

No Dia do Trabalhador, as maiores centrais sindicais do país realizaram grandes atos públicos em São Paulo. A CUT e a Força Sindical reuniram cerca de 130 mil para seus shows e discursos, respectivamente, no Vale do Anhangabaú e no Sambódromo paulistano. Em Brasília, 500 manifestantes protestaram contra o desemprego e o pequeno aumento do salário mínimo em frente ao Palácio do Planalto, onde fixaram réplicas em madeira da tradicional carteira de trabalho.



Manifestantes ocupam a Cinelândia

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, aproveitou a ocasião para disseminar a idéia de mais manifestações contra o governo a exemplo do ocorrido na era Collor e do movimento das Diretas Já. Quase todos os oradores presentes ao ato da CUT se utilizaram do aumento irrisório de R\$ 6 no salá-

rio mínimo – anunciado na véspera pelo governo – e do auxílio de R\$ 1,5 bilhão concedido pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam. “É importante que os trabalhadores estejam nas ruas para protestar contra tudo isso”, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

MENOR MÍNIMO ENVERGONHA O PAÍS

FHC reajusta em R\$ 6 o Salário Mínimo. Para o Dieese, este deveria estar valendo em maio R\$ 878,24

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, o aumento de R\$ 6 no salário mínimo significou mais um desrespeito ao trabalhador no momento em que remédios e outros itens estão subindo muito. A CUT defendia reajuste de aproximadamente 45% no valor do salário mínimo (chegando a R\$ 188) e queria alcançar R\$ 277,30 no ano 2000, para, pelo menos, ficar na média atual dos países do Mercosul. No Peru, na penúltima posição do “ranking”, o salário mínimo equivale a R\$ 180.

De acordo com cálculos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), para cobrir as necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, o salário mínimo deveria

valer R\$ 878,24. Também segundo o Dieese, o salário mínimo correspondia até o ano passado a cerca de 25% do valor da época em que foi instituído (1940). Naquela época, segundo o deputado federal Paulo Paim (PT-RS), o salário mínimo comprava quatro carrinhos cheios de mercadorias. E isso com os 35% de seu valor destinados especificamente para a alimentação de uma família de quatro pessoas. “Hoje, com os 35% desse salário mínimo do governo, e considerando-se uma família de apenas três pessoas, sobra um pouco mais de R\$ 0,50 por dia para cada um. Isso não dá pra comprar um saquinho do tipo de leite mais barato”, afirmou. O novo salário mínimo brasileiro começa a vigorar no salário de maio, que é pago em junho.

Assembléia Geral 13 de maio, 15h Auditório da Escola de Serviço Social

Proposta de carreira unificada
Autonomia universitária
Três períodos na UFRJ
Campanha salarial
Paralisação em 19 de maio - greve geral
Eleição de delegados para plenária SPFs

IMPrensa

IGNORA EVENTO CONTRA DÍVIDA EXTERNA



Guarda Municipal agride os participantes do Tribunal

Dois fatos marcaram tristemente a realização do Tribunal da Dívida Externa, no Teatro João Caetano, no Centro do Rio, de 26 a 28 de abril e é difícil dizer qual deles prejudicou mais o evento. No primeiro, guardas municipais despreparados invadiram o saguão do teatro a pretexto de retirar vendedores ambulantes de refrigerantes – uma operação de repressão a esse tipo de comércio foi desenvolvida naquela tarde nas proximidades da Praça Tiradentes - e confrontaram-se com alguns participantes do Tribunal. Como resultado, barracas de livros derrubadas e nove feridos, entre eles, o deputado estadual Chico Alencar (PT), que sofreu fissura no punho e luxação no braço esquerdo; a segunda tratou da quase completa indiferença da grande imprensa em relação ao Tribunal.

REITORES QUEREM REELEIÇÃO

Os deputados Maria Elvira (PMDB/MG) e Pastor Oliveira Filho (PPB/PR) vão tentar aprovar na Comissão de Educação da Câmara um projeto de Lei (PL 3.606/97) que revoga o artigo 2º da lei que regulamenta a escolha de reitores e outros dirigentes universitários. A intenção é suprimir o artigo que impede a reeleição dos dirigentes. O argumento tem inspiração na emenda da reeleição que tanto favoreceu o atual presidente, Fernando Henrique Cardoso. Nunca é demais lembrar o festival de propina e compra de votos que foi patrocinado por FH durante as votações da emenda, um ano antes das eleições de 98.

Terão os reitores interessados em permanecer no cargo a mesma estratégia para convencer os parlamentares? A assessoria de gabinete do representante do núcleo parlamentar de Educação do PT no Congresso, deputado Padre Roque (PT/PR), informa que o partido vota contra a reeleição como recondução a cargos administrativos na esfera pública.

Em tempo: Imaginem o que pode significar uma emenda desta para a UFRJ? O obstinado professor José Vilhena provavelmente vai querer a qualquer custo manter-se mais uns oito anos, no mínimo, sentado na cadeira de reitor.

Pouco antes da confusão, o líder dos sem-terra, João Pedro Stédile, e o senador Geraldo Cândido (PT) questionavam a ausência no evento da chamada grande imprensa dada a presença de vários ilustres como um dos ministros do Superior Tribunal de Justiça Luiz Vicente Cernichiaro, o ex-procurador Geral da República Aristides Junqueira, a economista e professora Maria da Conceição Tavares, além do depoimento gravado do lingüista Noam Chomsky, entre outros nomes. Ironicamente, durante o tumulto, os repórteres acabaram aparecendo, mas tão somente para cuidar disso. No dia seguinte, as (pequenas) matérias, ilustradas com fotos, limitaram-se às cenas de violência, apenas citando o nome do Tribunal da Dívida Externa como o ato político do qual os manifestantes feridos participavam.

UFRJ NÃO PRESTA CONTAS

Será apreciada no dia 19 pelo Conselho de Curadores a prestação de contas da UFRJ relativa ao ano passado. Na última reunião, terça-feira, quando finalmente foi divulgada essa prestação, o reitor José Henrique Vilhena atendeu à solicitação do representante dos ex-alunos, Benjamin Valdman, e deu mais 15 dias para os curadores analisarem a questão.

Benjamin explicou que está atrás dessas informações desde abril do ano passado, conforme deixou declarado em ata do Conselho e veio a reiterar em dezembro de 98 e em fevereiro deste ano. Quando corria o mês de dezembro, Benjamin deixou claro em ata que o Conselho não poderia se manifestar favoravelmente à prestação de contas sem um tempo suficiente para análise.

**Assembléia Geral
13 de Maio, 14h
Auditório da Escola de
Serviço Social**

PREVIDÊNCIA: SERVIDORES FEDERAIS DO RIO GANHAM LIMINAR

O juiz da 30ª Vara Federal no Rio, Alfredo França Neto, concedeu na sexta-feira passada uma liminar suspendendo a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores públicos federais inativos e pensionistas e o aumento da alíquota dos ativos domiciliados no Rio de Janeiro. A decisão foi tomada a pedido do procurador da República Daniel Sarmento, que entrou há 15 dias com ação civil pública alegando que a cobrança tem efeito de confisco. Para cassar a liminar, o governo deverá recorrer ao Tribunal Regional Federal (TRF) no Rio. O juiz alegou em sua decisão que os benefícios não podem ser reduzidos. Temos notícia de várias liminares semelhantes em todo o país. Até agora, apenas uma liminar foi cassada.

81% rejeitam FHC

Pesquisa realizada pelo instituto Vox Populi para a Confederação Nacional dos Transportes revela que 81% dos entrevistados consideram de regular a péssimo o desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso. 64% declararam que em hipótese nenhuma votarão em um candidato indicado por FHC, nas próximas eleições.

CEPG VAI REGULAMENTAR PROGRAMAS E CURSOS

Há algumas semanas, o Conselho de Ensino para Graduados (Cepg) está trabalhando sobre uma proposta de regulamentação dos cursos *stricto e lato sensu*. A idéia é responsabilizar as unidades e desburocratizar o conselho superior. Páginas 4 e 5.

CONSUNI APROVA ADEQUAÇÃO ESTATUTÁRIA

Com a adequação aprovada, a proposta de estatuto encaminhada por Vilhena ao Conselho Nacional de Educação (CNE), no final de 98, perdeu a validade. Página 7.

PROFESSORES DA COPPE COMENTAM REFORMA NA UFRJ

Opinião, página 8

ARGENTINOS PARAM CONTRA CORTES NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO, IMPOSTOS PELO GOVERNO MENEM

Paralisação atinge universidades e escolas em todo o país. Página 3



A UFRJ CAÇA-NÍQUEIS

A atual administração da UFRJ deu recentemente grande destaque à sua proposta de Estatuto, contando com a colaboração de alguns professores desta universidade. Nossa caracterização desta proposta, feita desde sua divulgação, como Mec-Vilhena, foi amplamente confirmada pela publicação da carta de intenções do Mec. Ambas coincidem nos pontos fundamentais: redirecionamento da universidade para atender as demandas do mercado dependente que foi imposto ao país; quebra da carreira docente unificada e dos concursos públicos; ausência das obrigações do Estado com o financiamento do ensino público superior. Estes são, na verdade, aspectos de uma política que está sendo implantada há alguns anos na UFRJ – a sua privatização. Ao contrário das empresas estatais e de alguns recursos naturais, a Universidade Pública não será leiloadada. Mas seu patrimônio mais importante já está sendo colocado à disposição do mercado – o conhecimento acumulado em nossa instituição. O quadro docente, cuja qualificação foi financiada com recursos públicos, tem sido sistematicamente desviado para o setor privado, que não investe um centavo na formação de quadros, seja através da aposentadoria forçada, seja através dos baixos salários. A própria estrutura do ensino público superior tem sido privatizada. A crescente demanda pelo acesso ao ensino superior, pela melhoria de qualificação profissional, por melhores oportunidades de emprego, tem

sido canalizadas para os “cursos seqüenciais”, reconhecidos pela LDB como sendo de nível universitário. Os comerciantes do ensino enchem os jornais com anúncios diários deste engodo, com mensalidades exorbitantes.

Também dentro de nossa instituição a privatização tem avançado. Se a escassez de recursos empurra um número crescente de professores para atividades economicamente “rentáveis”, as próprias administrações promovem este processo, fazendo vistas grossas quanto a suas implicações. Se, por um lado, entendemos que um número significativo de colegas promovam e usem expedientes complicados para manterem suas unidades funcionando, por outro não podemos concordar com o volume crescente do uso de uma instituição pública, em proveito particular de alguns indivíduos ou grupos. É bastante sintomático que a proposta Mec-Vilhena, tão enaltecida quanto à inclusão do “mérito acadêmico em suas premissas, seja absolutamente omissa quanto ao uso particular que vários setores desta universidade fazem do espaço público. Isto não é um acaso, mas faz parte da ideologia de uma instituição privatizada.

Esta questão volta à nossa pauta política, com a discussão no Cepg a respeito da regulamentação da pós-graduação na UFRJ. Além de questões acadêmicas, a pressão para que uma parte cada vez mais significativa de recursos seja proveniente de cursos, projetos, parcerias estará

presente em todos os pontos. E mais uma vez nos perguntamos: estará a UFRJ esclarecida quanto à natureza e a importância das decisões em pauta? Será que finalmente será público o volume de recursos próprios que a UFRJ dispõe? Saberemos finalmente como são administrados? Teremos clareza quanto às cifras, uso e retorno para a UFRJ dos convênios que a COPPE, o NCE, o Hospital Universitário e muitos outros departamentos, grupos e institutos têm feito ao longo dos anos? E as várias Fundações que permeiam a UFRJ, quais suas funções reais? Como anda funcionando o Conselho de Curadores, responsável pela aprovação de todas as contas da Universidade?

Se estas e outras perguntas e suas respostas devem estar sempre presentes no encaminhamento político das questões universitárias, no atual momento de crise tornam-se cruciais. A defesa da instituição pública, cujos frutos são um direito de todos os cidadãos brasileiros, exige respostas claras, transparentes. Só assim poderemos continuar exigindo que o Estado brasileiro nos dedique uma parte de seu orçamento e que o governo cumpra suas obrigações constitucionais. O outro caminho, o do simples acordo interno para manter um funcionamento cada dia mais precário, perpetuará a política do caça-níquel e dos pequenos favores de balcão, onde cada vez mais a luta pela sobrevivência acelera a desintegração desta instituição.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

PREFEITURA TRANSFORMA ESPAÇO UNIVERSITÁRIO EM ESTACIONAMENTO

A construção de um estacionamento no campus da Praia Vermelha (em funcionamento desde o dia 10) no lugar dos antigos campos de areia e quadras está causando polêmica: infração séria diante dos princípios básicos da universidade, segundo estudantes; simples atendimento a um pedido da congregação da Faculdade de Educação Física, de acordo para a prefeitura geral dos *campi*.

Quem faz a acusação da irregularidade da obra na Praia Vermelha é o representante dos estudantes no Conselho Universitário, José Carlos Madureira, acrescentando ter informações sobre cobrança de estacionamento já a partir dessa segunda-feira. “Enquanto os próprios cursos da Praia Vermelha sofrem com a falta de salas de aulas - situação que poderia ser resolvida com a construção de um prédio naquela área -, montam um estacionamento em lugar com destinação especificamente poliesportiva. E a discussão sequer passou pela Comissão de Desenvolvimento, que regulamenta esse tipo de obra”, comenta, mostrando um abaixo-assinado com vários professores da EEFD integrantes da Congregação contrários à mudança. O diretor do CAP-UFRJ, Moacyr Barreto, acrescenta que seria um belo presente para o colégio a cessão do espaço para construção de dependências próprias. “Estamos ‘provisoriamente’ instalados fora da UFRJ desde nossa fundação há 51 anos”, criticou. Os protestos já começaram. Uma moção da Alerj contra essa construção foi feita semana passada prevenindo a inauguração do estacionamento e um ato público no local

(dia 8) repudiou a obra.

A Prefeitura se defende argumentando que atende a uma solicitação da própria Congregação da EEFD. “Além do mais, o IPHAN (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) já nos cobrava uma posição para desafogar o tráfego em torno do Palácio Universitário. Os carros estariam causando vários danos ao prédio, poluindo o ambiente de diversas formas. Então, limitamos a área aos docentes e funcionários”, conta o prefeito Ivan Pereira de Abreu. E quanto à aprovação da comissão de desenvolvimento? “Esse projeto já foi levado pela antiga sub-prefeita Maria Ângela ao Conselho Superior Executivo, em 96, quando ainda não existia a comissão de desenvolvimento”, contou. Cobrança? “Vai existir para trazer um retorno em melhorias nas outras dependências da EEFD, mas não está definida nenhuma tabela. Fora isso, tratava-se de um espaço subutilizado, tomado à noite por viciados”, alega Ivan.

No campus do Fundão

Além dos sinais instalados nas pistas de ida e volta entre o CT e o CCMN e entre o CCS e a Educação Física, a Prefeitura Universitária pretende fazer uma pequena mudança no trânsito em volta do HU para evitar atropelamentos e engarrafamentos naquela área. A medida mais imediata passa pelo recapeamento asfáltico da via próxima à BioRio, que receberia os veículos que saem do Fundão. Se o tempo firmar, a obra poderá ser feita já nessa semana.

ARGENTINOS PARAM POR EDUCAÇÃO

O decreto 455/99 do governo Menem prevê um corte de 280 milhões de dólares para a educação argentina neste ano. A votação do decreto na Câmara de Deputados encontrou forte oposição em professores, estudantes e educadores de todos os níveis. A ex-ministra da Educação Susana Decibe renunciou por não concordar com a política de cortes. Os reitores das 37 universidades nacionais argentinas assinaram um acordo repudiando os cortes e vão participar das manifestações marcadas para o dia 19 de maio da qual participarão todas as entidades envolvidas com o setor.

Estudantes e professores estão em greve. Os maiores sindicatos do ensino primário, secundário, universitário e particular aderiram ao movimento. Participam da greve nacional contra os cortes na Educação argentina as entidades La CTERA, que congrega os docentes de primeiro e segundo graus de todo o país; La Federación Nacional de Docentes Universitários (Conadu), paralisada desde o dia 9 de maio; El Sindicato de Docentes Particulares (Sadop), que reúne professores de Buenos Aires e outras províncias. Na capital argentina, somaram-se ao movimento outras associações e sindicatos importantes de educadores.

Nas maiores universidades, Buenos Aires, La Plata, Córdoba, Rosario e Mar del Plata a adesão à greve nacional é quase total. Manifestações paralisam Buenos Aires na maior greve enfrentada pelo governo Menem. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência. A imprensa brasileira silencia. **Fonte: Clarín**

ELEIÇÃO PARA DIRETOR DO IM CAUSA POLÊMICA

O diretor do Instituto de Matemática, professor Luís Paulo Viera Braga, exonerou seu diretor adjunto de graduação, professor Miguel Jonathan, por este ter se candidatado a vice-diretor da unidade na chapa de oposição à sua gestão. Luís Paulo concorre a reeleição como diretor e argumenta que a diretoria adjunta é uma função política e o cargo não faz parte da estrutura da unidade. “Miguel Jonathan é coordenador de Informática do Instituto, cargo do qual não foi exonerado. Este sim é um cargo técnico”, justifica.

Reeleição

Na semana passada, o boletim da Adufrj publicou uma nota sobre a tramitação de um projeto de lei (3.606/97) que retira o artigo 2º da Lei sobre escolha de dirigentes. Na verdade, este artigo já foi revogado na Lei 9.640 de 25 de maio de 1998, fato que a Comissão de Educação da Câmara Federal parece desconhecer.

Adufrj reúne prejudicados com a avaliação da Ged

A assessoria jurídica da Adufrj realizará um encontro com os sindicalizados. A reunião será dia 20 de maio, das 15 às 18h, na Escola de Serviço Social, no campus da Praia Vermelha. O assunto em pauta é a situação dos professores sindicalizados prejudicados com a implementação da Gratificação de Estímulo à Docência na UFRJ. Os advogados recolheram as várias reclamações que serão agrupadas em lotes para encaminhamento das medidas cabíveis. Os diversos casos foram assim agrupados:

Grupo 1: professores em estágio probatório.

Grupo 2: professores com funções gratificadas e comissionadas que não foram consideradas.

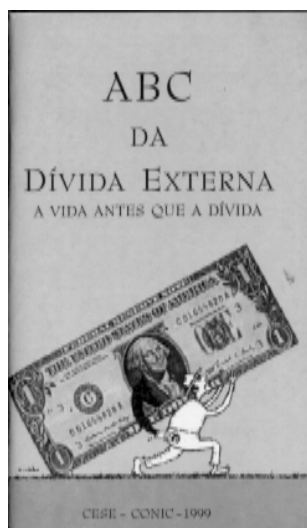
Grupo 3: professores com licenças médicas (incluindo licença-maternidade), que não foram consideradas.

Grupo 4: professores que davam aulas na pós-graduação e tiveram pontuação prejudicada.

Grupo 5: professores que tiveram uma determinada avaliação (e conseqüente pontuação) e a perderam ao ingressar no processo de aposentadoria.

A reunião com os advogados será dividida em seis etapas, sendo cada meia hora destinada ao debate das questões de cada grupo, em separado. A última meia hora será destinada a outros casos que ainda não foram classificados. Os professores que se sentem prejudicados e encontrem-se ou não nos casos citados, devem levar toda a documentação para análise dos advogados (pontuação, recursos feitos, respostas da comissão, cópias de contra-cheque etc).

DÍVIDA BRASILEIRA É AGIOTAGEM



Mais do que revolta contra a atual política econômica do governo, as entidades civis e religiosas, intelectuais, parlamentares e público em geral reunidos no Teatro João Caetano de 26 a 28 de abril por conta do Tribunal da Dívida Externa basearam-se em fatos e documentos retirados de fontes como o próprio Banco Central

para condenar o pagamento desse montante de dinheiro aos credores internacionais. E, como já foi visto na nossa edição anterior, o júri popular decidiu por unanimidade nesse sentido.

Mostrar a íntima relação entre o pagamento da dívida externa e a péssima situação social dos países endividados, apontar os “erros” de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial na condução dessa questão, demonstrar a origem do problema e responsabilizar governos corruptos na criação e posterior aumento do endividamento foram algumas das tarefas nada fáceis dos documentos e depoimentos apresentados no Tribunal. Um dos livretos mais esclarecedores disponíveis no evento chama-se “ABC da Dívida Externa” organizado por diversas organizações religiosas como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como o próprio título diz, pretende assinalar os pontos básicos do problema. O texto que segue tenta resumir, a grosso modo, seu conteúdo e se prende ao caso brasileiro, uma vez que as 92 páginas do documento também comentam o caso de outros países. Também evitou-se comentar a questão da dívida interna, de estreita vinculação com a dívida externa, para não alongar demais o assunto.

A dívida financeira do Brasil vem do tempo do Império. Em 1934, Oswaldo Aranha então Ministro da Fazenda, disse que “a história do endividamento brasileiro é uma história de... dívidas feitas para pagar outras dívidas, numa interminável seqüência de transações de crédito, de tal modo que, revisando

nosso passado financeiro, encontraremos que os empréstimos buscados para obras públicas são raros e estes, embora avalizados oficialmente, foram desviados para outros objetivos”. Ao que parece, essa história não mudou muito de lá pra cá... Mesmo assim, em 1964, nossa dívida externa era de “apenas” US\$ 2,5 bilhões.

Nos anos 70, durante a ditadura militar, no entanto, a dívida deu um salto gigantesco. Com o aumento do preço do petróleo, em 1974, rios de petrodólares - quase um US\$ 1 trilhão - foram depositados nos bancos dos países ricos pelos países produtores de petróleo e pelas empresas petrolíferas transnacionais. Como resultado, os banqueiros saíram pelo mundo oferecendo empréstimos a juros baixos, mas flexíveis (juros que podem variar e somente fixados depois do empréstimo realizado, ou seja, segundo o interesse do credor). Apesar de ter um parque industrial razoavelmente avançado e uma capacidade própria de produção e investimento, os governos militares preferiram o dinheiro fácil e ariscado do exterior. Somente na administração do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a dívida total cresceu de US\$ 13,8 bilhões para US\$ 52,8 bilhões. Foi o tempo dos grandes projetos financiados com recursos externos, muitos dos quais estão hoje decadentes ou desativados. Mas sua dívida continua sendo paga. A situação se complicou ainda mais graças a um aumento da taxa de juros relativa à dívida, entre 1979 e 1981. A taxa média, em torno de 6,35%, subiu nestes dois anos até alcançar 24% ao ano. Foi uma decisão unilateral dos EUA que queriam cobrir seus déficits atraindo dólares de volta para casa. Ocorre que a moeda norte-americana também é moeda internacional. Este evento foi um duro golpe para os países dependentes. Em 1981, o FMI e o Banco Mundial vieram nos “socorrer” como agora. Um programa de ajustes foi imposto, com o fim de adequar nossas economias à única prioridade, que era continuar pagando os juros da dívida, mesmo à custa de recessão, desemprego e empobrecimento

da maioria das nossas populações. Em 1985, devíamos US\$ 105 bilhões aos credores internacionais.

No mais novo capítulo dessa crise, o endividamento externo durante o governo FHC foi muito alto: de US\$ 148 bilhões, no início, passamos a dever US\$ 198 bilhões (sem contar 1998). Neste período, o Brasil pagou quase US\$ 100 bilhões de juros e amortizações, mas, em novembro de 1998, porém, segundo o Banco Central, a dívida havia aumentado para US\$ 235 bilhões, revelando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida. E o pagamento dos juros e amortizações representa recursos reservados ilimitadamente no orçamento federal, comprometendo as políticas públicas de saúde, educação, habitação, alimentação e outras de caráter social. Os cortes nas áreas sociais que o ministro Malan disse que não ocorreriam, foram feitos. O dinheiro das privatizações, que iria desafogar a nação, evaporou-se. E o novo dinheiro a ser tomado do FMI e outros credores, em vez de aliviar a crise, terá que ser pago a juros mais altos do que os do mercado, elevando a dívida.

O governo Fernando Henrique aumentou a dívida externa em US\$ 87 bilhões, até novembro de 1998.

O Tribunal da Dívida Externa montado no Teatro João Caetano fez parte dos esforços internacionais consolidados na Campanha Jubileu 2000 de que as necessidades sociais dos povos endividados não podem ficar em segundo plano por conta do serviço das dívidas externas. Através de um processo justo e democraticamente construído, essa iniciativa de um grande número de organizações religiosas, laicas e não governamentais de dezenas de países de todos os continentes está apoiando a proposta para que milhões de pessoas no mundo iniciem o novo milênio com suas dívidas externas canceladas. O Tribunal levou em consideração ainda que a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico, bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais.

ONG INTERNACIONAL AJUDA A COMBATER NEOLIBERALISMO NOS PAÍSES POBRES

Aos poucos, as iniciativas contra o cassino financeiro internacional e suas graves conseqüências começam a surgir em todo o mundo. Uma delas, que vem ganhando adeptos a cada dia é a Associação pela Tributação das Transações Financeiras e Apoio à Cidadania (Attac). Nascida na França, no início do ano passado, essa organização não governamental tem como proposta ajudar a combater os efeitos do neoliberalismo, uma idéia do Prêmio Nobel de Economia de 1972, o norte-americano James Tobin, e que está claramente expressa em seu nome: taxar todas as transações financeiras internacionais. A taxa Tobin, como seria chamada, ainda não tem valor determinado, mas estudos recentes indicam que um imposto de apenas 0,05% seria suficiente para arrecadar US\$ 100 bilhões anualmente – montante de dinheiro capaz de eliminar a miséria extrema em todo o globo até o ano 2001.

Para um dos representantes da Attac no Brasil, o professor da Uerj e psicólogo Fernando Freitas, al-

gumas ações além da simples crítica retórica já estão em andamento. “Em associação com algumas rádios comunitárias, como a rádio Maré (que atinge 250 mil pessoas da favela de mesmo nome) ou a rádio Rocinha (150 mil), estamos tentando conscientizar as comunidades carentes sobre o problema da globalização através de uma linguagem mais popular”, disse Freitas. Fora isso, o professor aguarda ansioso o Encontro do Mercosul com a União Européia, em junho desse ano, no Rio de Janeiro. “A exemplo da Rio-92, ONGs farão um encontro paralelo ao dos chefes de Estado e aproveitaremos a ocasião para lançar oficialmente a Attac nacional.” Para quem não quiser esperar até lá, o professor adianta uma reunião do grupo no próximo dia 19, no auditório 13 do campus da Uerj, às 18h, e deixa o endereço do *site* da Attac internacional (traduzido em seis idiomas, inclusive o português): <http://www.attac.org> O e-mail do professor para qualquer contato é ffreitas@uerj.br

IMPrensa IGNORA MOVIMENTO CONTRA A DÍVIDA

Um ato político que terminou em pancadaria generalizada foi a impressão geral que o Tribunal da Dívida Externa ganhou nas páginas dos principais jornais cariocas. O que houve lá dentro do teatro? Pelos jornais, não foi possível saber. No período de 25 de abril (véspera do evento) até o dia 30 (dois dias após seu término), O Globo, O Dia, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil só abriram “generosos” espaços na edição seguinte (dia 29) ao confronto entre guardas municipais e participantes. Isso apenas para relatar os lamentáveis fatos desencadeados pela Guarda Municipal a pretexto de uma repressão aos vendedores ambulantes da Praça Tiradentes e imediações. No momento em que o discurso oficial prega que a oposição não tem proposta ou soluções para a crise, essa falta da imprensa toma conotação mais grave do que se supõe.

A indiferença da imprensa carioca não pode ser creditada à falta de espaço ou divulgação - uma assessoria de imprensa montada no Teatro João Caetano funcionou diariamente para prestar informações sobre o evento. Ainda assim, o Jornal do Brasil, em 25 de abril, preferiu noticiar a abertura de um seminário sobre vazios urbanos, no Palácio da Cidade, contabilizando um total de 213 participantes (um número bastante inferior aos mais de mil presentes ao Tribunal em seus três dias de realização). O mesmo JB ape-

nas citou o Tribunal ao entrevistar o cientista político russo Kiva Maidanik para comentar a crise em seu país, na quarta-feira, e, finalmente, na quinta-feira, na parte internacional, publicou uma matéria com uma das fundadoras da Campanha Jubileu 2000, a inglesa Ann Pettifor. Devido ao enfoque, também não foi descrito o conteúdo do Tribunal, embora se deva ressaltar o espaço concedido à campanha.

Menos condescendente, O Globo publicou dia 27 uma nota sobre debate de políticas públicas de saúde mental no Instituto Pinel e, no dia seguinte, uma nota incrível (se comparada à existência do Tribunal) sobre a formatura de alguns alunos de cursos de garçom e de secretária do lar. Um pouco perdida, A Tribuna da Imprensa, na edição sobre o tumulto, disse que o Tribunal da Dívida Externa “seria realizado” quando, na verdade, já estava acabando. O Dia conseguiu ignorar o Tribunal até mesmo nesse dia, paralelamente à divulgação de medidas antiviolença feita pelo governador Anthony Garotinho em um fórum promovido pelo próprio jornal. No dia 30, todos os periódicos saíram com as desculpas do prefeito Luiz Paulo Conde sobre a atuação da Guarda Municipal, à exceção do JB que preferiu dar voz de acusação para o governador contra a instituição municipal.

Depoimentos

Anselmo Lee (professor coreano): “Quando veio a crise de 1997, o FMI não previu, nem controlou. Até o verão daquele ano, o FMI dizia que a economia coreana ia muito bem, demonstrando sua total incapacidade. Sua teoria econômica não é do povo, mas tão somente dos investidores e, por conta disso, desde a intervenção desse organismo, há um ano aproximadamente, elevaram-se as taxas de crimes violentos, de alcoolismo e relacionados a drogas (entre outros problemas).”

João Pedro Stédile (líder dos sem-terra): “É preciso derrotar politicamente o presidente FHC; criar um projeto popular alternativo sem ilusão, reorganizando a produção dessa sociedade; romper com FMI e outros organismo internacionais; fazer as empresas multinacionais criarem um fundo social; parar de pagar a dívida externa que só interessa aos banqueiros e democratizar os meios de comunicação. Para isso, é fundamental difundir no meio do povo o que significa a questão da dívida externa.”

Kiva Maidanik (cientista político russo): “Todos os governos russos que se sucederam desde 1991 tiveram um servilismo total às orientações do FMI e suas políticas clássicas, que são iguais em todo mundo e são bem conhecidas aqui no Brasil. Hoje, o povo russo sofre de tal forma os impactos da globalização, que retornou aos problemas sociais existentes no capitalismo há cem anos. A modernização serve apenas para viabilizar o saque do capital. Os resultados sociais dessa política foram desastrosos. Apenas 2% da população se beneficiaram, aumentando sua riqueza e tendo acesso a bens de consumo de luxo. Outros 10% tiveram algum ganho, mas apenas no essencial e os outros 80% perderam muito e a metade destes perdeu até as mínimas condições de vida.”

Alejandro Olmos (jornalista argentino): “Trago uma visão que foge dos números manejados pelos tecnocratas da economia, porque a dívida externa argentina é o resultado de uma gigantesca manobra de dominação diante de procedimentos previsíveis e reprimíveis pela lei penal. Dentre estes, destaco o caso da YPF - a companhia de petróleo nacional, que figurava entre as de maior faturamento da América Latina. A perícia identificou que à YPF se atribuía uma dívida externa de US\$ 6 bilhões, porém a empresa não havia recebido um dólar sequer! (...) Esse suposto endividamento da YPF - originado na ditadura militar - foi usado pelos governos constitucionais do meu país para definir sua privatização por um preço vil.”

A REFORMA NOS ESTATUTOS DA UFRJ

Recente artigo do Prof. Reinaldo Gonçalves, publicado no jornal da Adufrj de 16/4/99, joga um pouco de luz sobre as motivações e as idéias que nortearam a proposta de Estatuto elaborada pela comissão da qual ele faz parte. O artigo começa mencionando a *privatização no varejo* que, segundo o professor, há algum tempo vem se impondo na UFRJ. Ele assim denomina o prevailecimento dos interesses particulares de professores, alunos e funcionários, sobre os interesses públicos, ou seja, os interesses da sociedade brasileira. A *privatização no varejo* estaria enfraquecendo a universidade diante da ameaça externa, a *privatização no atacado*, ou seja, os interesses dos grandes grupos econômicos, o governo FHC.

Examinemos a questão da privatização com um pouco mais de detalhe. Privatiza-se porque a empresa estatal é ineficiente, funciona mal. O que se esquece é o por quê da ineficiência. O que está sendo esquecido é a perspectiva histórica. Se uma empresa pública é tomada por interesses internos, alheios aos seus fins (a *privatização no varejo*), é porque as instâncias de poder que deveriam zelar por estes fins, permitiram que isto acontecesse.

Para se apropriar da empresa pública pode ser interessante, primeiro, debilitá-la. Para isto, nada melhor do que deixá-la ao léu, à rédea solta. Anos de desgoverno, de deterioração do aparelho do estado, nos levaram a esta situação. Uma vez debilitada, chega a hora de tomá-la, e para isto, nada melhor que acusá-la de ineficiente e incompetente. Ineficiência e incompetência que se provocou ao deixá-la ao léu, à rédea solta. Cabe lembrar que pode ser interessante promover o sucateamento da empresa pública para então comprá-la a preço de sucata!

O leitor já deverá ter adivinhado que a força determinante neste processo é a *privatização no atacado*. Não que o *varejista* não tenha a sua parcela de responsabilidade. Seja por miopia ou mesmo por oportunismo, o *barnabé* se aproveita da situação. Mas quem dá as cartas é o *atacado*. Assim tem sido.

Segundo o professor Gonçalves, em vez de concentrar seus esforços para superação dos problemas internos, a *privatização no varejo*, a UFRJ finge que estes pertencem ao mundo externo. Citando Jung, para ele isto seria um caso típico de regressão de libido. E o professor propõe o tratamento psicanalítico para a UFRJ: o Estatuto.

A primeira dúvida que surge é acerca da divisão em interno e externo. Não seria *metafísica*, ou seja, pura abstração, fora do concreto, do real? Até que ponto é possível separar assim interno de externo? Como vimos, *privatização no varejo* e *privatização no atacado* são elos de uma mesma cadeia.

Embora não explicitado claramente, existe no artigo do Prof. Gonçalves uma aparente priorização, ao menos temporal, dos problemas internos. A análise do professor soa um pouco como se coubesse superar os problemas internos para então enfrentar o inimigo externo. Não estaria esta estratégia sendo escolhida por se tratar aqui do elo mais fraco da cadeia?

Se é esta a motivação, e, se a intenção foi boa, isto é, se a intenção foi quebrar a cadeia, corre-se o risco de um sério equívoco. Sim, porque não se trata aqui de uma sim-

ples corrente que se quebra pela remoção de um elo. A cadeia neste caso é mais complicada do que pode parecer à primeira vista. Existem muitos elos e muitas interligações. Por exemplo, se em determinado momento histórico foram os *atacadistas* que permitiram a tomada da universidade pelos *varejistas*, em outro momento, quando interessa aos primeiros tomá-la, passam os *varejistas* a ser um entrave. Inicia-se então a campanha para desprivatização no varejo, com o intuito de privatizá-la no atacado. Certamente o Prof Gonçalves não estará a serviço destas forças. Não poderia, no entanto, estar sendo por elas aproveitado?

Além disso, se a intenção foi boa, não seria tudo ingenuidade? O artigo do Prof. Gonçalves, publicado em jornal da ADUFRJ é dirigido a quem? Em parte, aos *varejistas*, aos imersos na penumbra dos interesses particulares. Ou outros, os iluminados, recebendo a luz do Estatuto, seriam capazes de fazer resplandecer a UFRJ? Até que ponto as forças internas vão conseguir reverter um processo que, como vimos, é muito mais amplo? Em certos aspectos a expectativa gerada em torno do estatuto lembra-nos a história do barão de Münchhausen, capaz de escapar do pântano puxando-se pelos cabelos.

O artigo do Prof. Gonçalves termina com uma visão apocalíptica. A UFRJ teria duas alternativas: ou o eletrochoque (que pode levar à morte) ou o tratamento psicanalítico: o Estatuto.

Evidentemente é preciso melhorar a UFRJ e um novo Estatuto faz parte deste processo. O atual Estatuto está caduco, pior que caduco, está inconsistente, cheio de remendos. Mas colocar nisso um nível de expectativa além do razoável, achar que o Estatuto é luz, salvação, é inverter a ordem dos valores. Em uma democracia plena, lei e sociedade andam lado a lado, a menos que se acredite ser possível mudar a sociedade impondo a lei. Se é este o objetivo, que mudança é esta, e quem comanda a imposição?

Além disso, de que adianta varrer os interesses *varejistas*, limpar a UFRJ, sem a melhoria de laboratórios, salas de aula, prédios e bibliotecas, sem um significativo investimento na universidade, de perspectiva cada vez mais remota? De que adianta a *limpeza*, sem uma política científica e educacional, sem uma política econômica dentro da qual a universidade possa se inserir? Se a universidade forma desempregados e se a contribuição única da pesquisa é engordar o currículo do pesquisador ou alguma longínqua revista estrangeira, onde fica a contribuição para a sociedade brasileira, como deixar de ser *varejista*?

Outras instituições públicas com menor domínio de interesses *varejistas* do que a UFRJ estarão em situação melhor, conseguiram escapar da *privatização no atacado*? Não seria antes o contrário? Não teriam sido *saneadas* as empresas justamente para privatizar?

A divisão em penumbra e luz, em obscuros e iluminados, implícita no artigo do Prof. Gonçalves, além de metafísica, é desconcertante e deixa uma pontinha de desconfiança. Não seria tudo questão de ótica? Não seriam ambos *varejistas* só com outros interesses? Chamar as-

sim os primeiros e achar que os outros defendem os interesses da sociedade brasileira não seria um pouco de presunção, de falta de modéstia? Com que procuração, com que autoridade se estaria fazendo esta classificação se a única autoridade que poderia ser invocada é a de FHC?

Queremos dar um único exemplo deste espírito, presente na proposta de Estatuto da comissão Nussenzweig, para não prolongar por demais este artigo. O parágrafo 2 do Título IV da Parte I da proposta de Estatuto subordina a elegibilidade e a participação de docentes em conselhos e outros órgãos ao quartil superior das *avaliações externas*. Somente estes seriam, segundo o Estatuto, os *altamente qualificados*. Por outro lado, somente 3 representantes docentes dos 30 membros do Conselho Universitário, órgão máximo da universidade, não precisam ser *altamente qualificados*. Os demais 17 dos 20 representantes docentes, além de *altamente qualificados*, devem ser professores titulares. Ora, a exigência de quartil superior exclui, por definição, 75% dos professores. Ou seja, 75% dos professores passam a ter uma representação que corresponde apenas a 10% do CONSUNI. Ou, o reverso da medalha, 25% dos professores passam a ter uma representação que corresponde a 56% do CONSUNI. Tal medida de concentração de poder seria de dar inveja a muita oligarquia latino-americana!

Independentemente do caráter discriminatório e antidemocrático da medida, a idéia de quartil traz implícita uma concepção competitiva, que pode ir bem com os tempos que estamos atravessando, mas dificilmente conduzirá a uma universidade em conformidade com outros tempos que certamente virão. Por exemplo, suponhamos que toda a universidade tivesse professores e pesquisadores excelentes. Ainda assim, a medida classificaria como *altamente qualificados* somente 25% destes.

O pior, no entanto, não é a discriminação entre docentes. O pior é que a medida do parágrafo 2 do Título IV da Parte I da *proposta* se estende a unidades, cursos e programas deixando aberta uma via através da qual poderão ser cassados a voz e os direitos de setores inteiros da UFRJ. Acreditamos que se unidades ou cursos vão mal, cabe melhorá-los e não puni-los, cortando voz e voto.

Não queremos aqui ser niilistas a achar que nada vale a pena porque a alma é pequena. Acharmos que um novo Estatuto é preciso, achamos que a universidade pode e deve ser melhorada. Mas um Estatuto concebido de cima para baixo e cuja essência é excluir os obscuros e privilegiar os iluminados, não serve a este objetivo. Uma universidade deve irradiar claridade, de preferência de forma equilibrada, por todo o ambiente. Se a psicanálise é para ter alguns poucos pontos de luz e manter o resto imerso em escuridão, de pouco serve a psicanálise. Afinal, tão ruim quanto um eletrochoque pode ser uma psicanálise mal feita.

Claudio Thomás Bornstein, *Professor Titular*
 Luiz Alfredo Vidal de Carvalho, *Professor Adjunto*
 Paulo Oswaldo Boaventura Netto, *Professor Titular*
 Roberto Diéguez Galvão, *Professor Titular*
 Os professores que assinam este artigo são da Coppe/UFRJ

URGENTE - A liminar que garante que o pagamento dos sindicalizados da Adufrj deve sair dentro do mês trabalhado ainda está valendo. Isto significa que os docentes sindicalizados devem receber em torno do dia 25 de maio. Até fechamento desta edição (dia 20), a UFRJ não havia questionado o resultado favorável para esta seção sindical.

UFRJ RESPONSABILIZA GOVERNO FEDERAL PELA CRISE FINANCEIRA

O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, apresentou no Conselho Executivo (dia 18) e no Conselho Universitário (dia 20) um levantamento da dívida atual da universidade, orçada em RS 27 milhões. E, agora oficialmente, a situação não está nada boa. Responsabilizando a pequena receita proveniente da União, a ausência de inflação para aplicação de recursos excedentes e a divisão do bolo orçamentário entre as instituições de ensino pela matriz da Associação de Dirigentes das Federais (Andifes), Arouca pintou um quadro negro para os órgãos colegiados.

O sub-reitor comparou dados dos últimos dez anos e descobriu que a verba conseguida para custeio mínimo vinda da União, pelo menos nesse período, nunca foi suficiente. Para cobrir as despesas, a UFRJ sempre se valeu da arrecadação própria (através de aluguéis, por exemplo) e, principalmente, pela aplicação, mês a mês, dos recursos para pagamento de pessoal nos tempos de inflação. Com a estabilização da moeda, em 1994, isso não pôde mais ser realizado. No ano seguinte, começou o déficit da UFRJ. Para complicar ainda mais a situação, também em 1994, a Andifes aprovou a chamada matriz orçamentaria - uma divisão do montante de dinheiro entre as instituições de ensino superior federais - que teria utilizado critérios prejudiciais à UFRJ. Hoje em dia, por exemplo, a UFRJ gasta 108% do que lhe cabe somente com custeio mínimo (água, luz, vigilância etc.) - as instituições que a seguem negativamente mais de perto são a Unifesp, com 82% dos recursos consumidas em custeio, a FUB (78%), o Cefet/MA (72%) e a UFMG (71%).

Mesmo diante das evidências, para o sub-reitor não existe crise na UFRJ. "A cada ano que passa, formamos mais alunos, aumentamos nossa produção de tecnologia, o Hospital Universitário atende com qualidade seus usuários e não recebemos uma contrapartida da União. A crise está no financiamento", ressaltou Arouca. Tendo em vista os dados apresentados, os conselheiros tanto do CSE, como do Consuni, começaram a se mobilizar. Baseados no plano de Arouca de mostrar, pelo que chamou de indicadores de desempenho da universidade (número de alunos formados, produção de tecnologia, número de funcionários e professores), que a UFRJ está endo sub-orçamentada, os conselheiros querem trazer os três senadores do Rio de Janeiro mais a bancada fluminense de deputados federais para defender a instituição. E a

mobilização em torno do tema deve ser rápida, uma vez que o Congresso começa a discutir a questão orçamentária do próximo ano no final desse semestre.

UFRJ omite recursos próprios

O representante dos ex-alunos no Conselho de Curadores, Benjamin Valdman, enviou para o Jornal da Adufrj um parecer sobre a prestação de contas da UFRJ do exercício de 1998. Dentre alguns comentários, Benjamin destaca a omissão dos recursos próprios (inclusive os administrados pelas fundações internas). Um dos exemplos é a obra I-2000 da Coppe cujo custo foi divulgado para imprensa como sendo de mais de R\$ 20 milhões, enquanto a rubrica Obras para todo os campi é de R\$ 1,6 milhão. Veja a íntegra do parecer na página da Adufrj: www.alternex.com.br/~adufjrj.

MILTON SANTOS RECEBE

HONORIS CAUSA

Foi concedido por aclamação, pelo Conselho Universitário, o título de doutor *honoris causa* ao geógrafo Milton de Almeida Santos. A idéia inicial do Consuni é entregar essa titulação em uma sessão solene.

SERVIDORES PROTESTAM CONTRA ACORDO DOS 28%

Protestos dos trabalhadores federais em todo o Brasil marcaram o dia 19. A data foi o limite dado pelo governo para que os servidores se sujeitassem a um acordo em relação aos 28,86% - aumento de salário concedido a algumas categorias em 1993 e que não foi pago até hoje para a grande maioria. Pelo acordo, o servidor abriria mão de qualquer ação judicial contra a União em troca do pagamento parcelado em sete anos (14 prestações semestrais!) desse percentual.

Todas as organizações sindicais envolvidas buscaram orientar seus filiados até o último instante para não aceitar esse termo, uma vez que nem a base do cálculo e nem os índices de correção da dívida foram negociados com o governo. Nas palavras do presidente regional da CUT, Alcebíades Teixeira, o Bid, "esse presidente da República só cumpre a lei que quer". Bid foi um dos líderes da manifestação do Rio de Janeiro, que queimou, nas escadarias do Ministério da Fazenda, dezenas de cópias da transação judicial proposta pelo governo federal.

Com faixas e cartazes de "Chega de FHC, 'Fora FMI' e 'Greve geral derruba o neoliberal'", aproximadamente 150 pessoas ainda marcharam da frente do Ministério da Fazenda, no Castelo, até o prédio do Ministério Público Federal



Servidores protestam em frente ao MPU

(MPU), na Nilo Peçanha. Ali, o presidente regional da CUT chamou a atenção dos presentes para a ação civil pública que corre no órgão exigindo o pagamento integral dos 28,86% aos servidores. Alcebíades Teixeira comentou a transformação do MPU em uma trincheira de resistência do movimento popular e citou como exemplo o caso dos jovens procuradores do MPU que conseguiram um mandado para investigar a casa do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes.

AS VERDADES E MENTIRAS SOBRE A DEVOLUÇÃO DO PSS

Está circulando pela UFRJ um modelo de requerimento solicitando à Receita Federal a devolução de valores descontados indevidamente a título do Plano de Seguridade Social, nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 1994. Também o Jornal O Dia (15/05/99) divulgou notícia sugerindo aos servidores que encaminhassem à Receita o pedido de devolução, com o prazo até 30 de junho de 1999. Para melhor esclarecimento de todos é importante destacar o seguinte:

a) O Supremo Tribunal Federal acolheu, já há algum tempo, uma ação direta de inconstitucionalidade, interposta pelo Partido dos Trabalhadores, julgando inconstitucional a cobrança de valores a título de Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos nos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 1994, efetuados com base em Medida Provisória que aumentou alíquotas de desconto devidas.

a) Face à decisão do STF, em 6 de novembro de 1997, a Adufrj protocolou o processo administrativo n. 23079 028010/97-15 no qual pediu que a UFRJ devolvesse administrativamente, no contracheque dos professores, as quantias descontadas ilegalmente.

b) Após idas e vindas do processo entre a Sub-Reitoria, a Procuradoria e o Mare, foi dado ciência à Adufrj, em 22/4/99, do despacho de um chefe de divisão do Mare "informando não ser necessária a adoção de qualquer providência para o cumprimento da decisão" (sic...)

a) Ou seja, **a UFRJ se omitiu em ressarcir no contracheque dos professores o que é por ela devido a cada um e pleiteado adminis-**

tratativamente, desde 1997, pela Adufrj.

a) Nossa Assessoria Jurídica já estava preparando um Mandado de Segurança Coletivo contra mais um ato lesivo à categoria praticado pela Reitoria quando tomou conhecimento de que alguns Departamentos de Pessoal da universidade estavam sugerindo aos professores (um encaminhamento equivocado) para assinar requerimento à Receita Federal e obter tal ressarcimento.

a) Tal requerimento é absolutamente equivocado e desnecessário, mesmo porque na segunda-feira, dia 17 de maio, foi publicado no Diário Oficial a instrução normativa n° 53 na qual o Secretário da Receita Federal **reconhece a tese defendida pela Adufrj há dois anos**, qual seja: de que é a própria universidade que deve efetuar pagamento de tais diferenças, administrativamente, de ofício, no contracheque do servidor.

a) A Adufrj já remeteu cópia desta norma para a Reitoria, requerendo enfim, que seu processo administrativo seja acolhido, com o pagamento, conjuntamente com os vencimentos, dos valores descontados indevidamente.

Todos os professores da ativa e os aposentados deverão receber a devolução sem necessidade de assinar nenhum requerimento. As únicas pessoas que devem requerer a devolução são aquelas pessoas que se desligaram do serviço público (até mesmo porque não recebem contracheque).

A Adufrj continuará atenta para verificar se a UFRJ, enfim, cumprirá a lei, bem como para confirmar a correção dos valores que venham a ser devolvidos.

CRITÉRIOS DA FUJB CAUSAM INDIGNAÇÃO

Uma iniciativa da Fundação José Bonifácio que, em princípio deveria promover projetos de interesse para a UFRJ, tornou-se mais um instrumento de discriminação. No Programa de Apoio a Docente Recém-Doutor "Antonio Luís Vianna", um dos critérios para a inscrição foi o de ter concluído o curso de graduação antes de 1986. Este critério excluiu todos os docentes de áreas em que a obtenção do doutorado é um pouco mais longa, como no caso da área médica. A própria prática profissional exige, além da tese, um tempo maior de atividades. Segundo os critérios da FUJB, estes docentes nem sequer merecem sua inscrição para a obtenção da bolsa proposta. O assunto foi discutido na última Assembléia Geral dos professores. A Adufrj está encaminhando a denúncia pública deste lamentável ato.

**Visite a página da Adufrj
e leia o artigo A**

universidade operacional,

**da professora Marilena
Chauí, publicado no
Caderno Mais! da Folha
de S. Paulo (09.05.99).**

**Confira, também, a
prestação de contas da
UFRJ.**

www.alternex.com.br/-adufjr

CONSUNI SUSPENDE ESTACIONAMENTO DA EFFD NA PRAIA VERMELHA

O Conselho Universitário conseguiu junto à reitoria a suspensão do funcionamento do estacionamento construído na Praia Vermelha até a próxima quinta-feira, quando o assunto será amplamente debatido. Essa decisão foi influenciada pela indignação dos vários conselheiros em relação à desapropriação de um espaço destinado especificamente para o esporte e educação. A própria Congregação da Educação Física apresentou moção no Consuni com o resultado de sessão ordinária revogando, por unanimidade, a autorização para a obra.

Uma das iniciativas que colaboraram para o espírito de defesa do patrimônio da UFRJ se deu no sábado pela manhã, quando um mutirão,

comandado pela professora emérita da Educação Física Margarida Menezes, ergueu um muro para tampar o portão de entrada e saída dos veículos do estacionamento recém-construído. Os vigilantes, pegos de surpresa, tentaram argumentar contra a construção de início, mas não conseguiram impedir a pequena "reforma" pelas mãos de quase cinquenta pessoas. O muro acabou sendo derubado na segunda-feira pela coordenação da Praia Vermelha.

Outro que não está vendo com bons olhos o estacionamento da Praia Vermelha é o decano do CCS. Sérgio Fracalanza, ao qual a Escola de Educação Física está ligada. Fracalanza reclama não estar sendo comunicado das atitudes da Prefeitura,

inclusive em relação à mudança de tráfego em torno do Hospital Universitário. "Essa decisão da EEFD nem foi levada ao Conselho de Centro. Não sou contra a discussão de uma reformulação da área. Não pode é vir uma atitude de cima para baixo assim", criticou. O decano, após vários memorandos sem resposta dirigidos à Prefeitura e à Reitoria, acredita que somente agora está conseguindo alguns entendimentos.

Curiosamente, nem mesmo a professora Maria Ângela - atual diretora da FAU e presidente da comissão de desenvolvimento -, que encaminhou o projeto de estacionamento quando era subprefeita da Praia Vermelha, se lembra de qualquer aprovação nos colegiados sobre sua idéia.

O MAR DE LAMA DO GOVERNO FHC

Governo não desmente acusações. Oposição pede CPI e quer impeachment.

Leia mais no Editorial e na página 8.

DOCENTES

PERDERÃO

ESTABILIDADE

Página 4

ESTACIONAMENTO

DA PRAIA

VERMELHA

PERMANECE

FECHADO

Página 5

Leia A Universidade Operacional, artigo de Marilena Chauí

Páginas 6 e 7



ESCÂNDALOS E A UNIVERSIDADE

A crescente onda de escândalos que se abate sobre o país tem tido um tratamento bastante singular na chamada “grande imprensa”. Em primeiro lugar, o envolvimento bastante explícito dos altos escalões do governo em falcatruas monumentais não é de todo negado, mas rapidamente desmentido pelos próprios governistas. Logo depois, some dos noticiários e numa espécie de “tribunal da imprensa”, todos são inocentados. A outra característica significativa é a total manipulação da história recente do país. **Toda** a imprensa falada, escrita e televisionada do país apoiou o projeto FHC de privatização, de endividamento, de desmonte do serviço público e ajudou na eleição de um Congresso conservador. Rios de tinta, anos de noticiários, foram gastos em louvor deste projeto. Agora, com a crise econômica explodindo, tudo isto foi esquecido, não vemos uma vírgula sobre de quem são as responsabilidades. Este mesmo procedimento foi adotado no governo Collor, ficando a responsabilidade de seu fracasso como uma questão de insanidade ou corrupção do ex-presidente. Nunca foi reconhecido, nos grandes meios de comunicação, o fracasso de um projeto político. Repetindo a história, as responsabilidades pelos desmandos do governo FHC ficam limitadas a atos de alguns funcionários, talvez do próprio presidente, mas esconde-se o grande engodo que foi a chamada “modernização” brasileira. E de quebra escondem-se todas as responsabilidades

dos agentes que promoveram e promovem este processo.

Na universidade parece que, numa escala menor, este processo se repete. Com os ataques do governo central, com a onda da globalização, muitos de nossos colegas foram cuidar de seus próprios interesses, mesmo que isto significasse apoiar um governo cujo projeto político era nefasto para o país. Alguns, com o desmonte do sistema de Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior, não hesitaram em bater palmas aos Pronex da vida, mesmo sabendo da sua precariedade. Outros fecharam os olhos à intervenção na UFRJ, apoiaram uma administração imposta por Brasília. E outros, dentro do nosso próprio sindicato saíram em socorro de um ministro que cambaleava sem resposta à uma greve nacional forte.

E hoje, com a crise cada dia mais grave, com a falta generalizada de recursos, procuram repetir as lições que aprendem diariamente na televisão

e nos jornais. Apagam a responsabilidade de seus atos recentes, escondem, diluem seu apoio efetivo e seus vínculos orgânicos com o governo FHC, como se não tivessem nenhuma responsabilidade com o estado atual do país e da universidade. Ainda vão à Brasília almoçar com ministros, mas por outro lado, já lançam farpas ao governo FHC procurando livrar-se da posição incômoda de terem seus nomes ligados a um regime que começa a cheirar mal.

É chegada a hora de começarmos a nos perguntar, com um olho nos fatos recentes da história do país e o outro nos projetos que começam a aparecer, quais as reais posições que foram tomadas frente às crises recentes. De que lado, e onde, estavam os personagens, organizações, partidos políticos nos momentos de dificuldades? As saídas da crise atual vão exigir um esforço enorme no sentido de se organizarem forças capazes de propor alternativas. E não podemos desprezar as lições de nossa história recente.

Adufrj nas unidades

A Diretoria da Adufrj-SSind está promovendo uma série de reuniões em várias unidades da UFRJ. Nosso objetivo é divulgar e discutir com nossos colegas alguns dos temas que estão em nossa pauta atual: carreira docente e GED; autonomia e estatuto; regulamentação dos cursos de pós-graduação situação de convênios na UFRJ; proposta de 3 períodos letivos; assuntos jurídicos. Estas reuniões contarão com a presença de Diretores da Adufrj e terão suas datas e locais divulgados em breve. Como não temos representantes do nosso Conselho em todas as unidades, os colegas que desejarem realizar estas reuniões em suas unidades podem procurar a nossa secretaria para agendá-las.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

SOS ALOJAMENTO

A crise da UFRJ ganha novos desdobramentos à medida que o tempo passa. E a bola da vez é o alojamento dos estudantes com um custo anual de R\$ 2,5 milhões. A reitoria resolveu abrir o jogo e diz que não tem o dinheiro para cobrir as bolsas e demais auxílios aos 500 estudantes que moram no local – as bolsas de maio, cada uma no valor de R\$ 240, não tinham sido pagas até o fechamento desta edição. Tendo em vista as dificuldades, até mesmo o processo de seleção periódico para preencher novas vagas está ameaçado.

O assunto veio à tona na última reunião do Conselho Superior Executivo. O sub-reitor de Graduação e Corpo Discente, professor Aníbal Gil Lopes, deixou claro que uma solução urgente deve ser acertada. “Infelizmente, o caixa está zerado. Não tem nem mais de onde tirar”, disse. Utilizando-se da imagem popular de que, na dificuldade, o cobertor curto cobre uma parte do corpo, mas descobre outras, o professor afirmou que “não tem nem mais onde descobrir”. “O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) é o colegiado que decide sobre o processo de seleção, mas acho que devemos preparar uma discussão para tentar separar bolsa do alojamento. Acredito que alguns que moram no Rio, só precisariam da bolsa; enquanto outros, de condições mínimas, mas naturais de outras cidades, só precisariam do alojamento”, comentou.

No encontro do Conselho Executivo, pensou-se em duas formas de atuação: cobrar dos alunos com melhores condições uma taxa no ato da inscrição

semestral ou organizar os estacionamentos do Fundão para destinar seus lucros ao alojamento. Como a cobrança aos estudantes de taxas dessa natureza foram proibidas pelo regimento interno há anos e uma reformulação do espaço para veículos na Cidade Universitária ainda demandam tempo, surgiu uma terceira idéia, que parece ser a mais firme – criar uma espécie de caixa escolar (um fundo de auxílio voluntário) para captar os recursos necessários e urgentes. Dentro desse raciocínio, para ganhar a simpatia dos doadores, os conselheiros acenaram com a possibilidade de os usuários do alojamento prestarem pequenos serviços comunitários dentro da Universidade.

Pelo lado dos estudantes do alojamento, serviços comunitários não assustam. Pelo menos essa é a opinião do estudante de Belas Artes, Robson Reis, 23 anos, natural de Cabo Frio e integrante de uma comissão desse grupo de 500 alunos para negociação com a reitoria. “Nós já falamos isso ao Vilhena, mas não conseguimos nada, pois ele alegou total falta de recursos”, contou. Segundo Robson, o reitor não tem interesse na desativação do alojamento. Um dos motivos é porque seus moradores são instrumentos de barganha nas negociações com os credores da UFRJ. “Ele pede para não cortarem a luz, por exemplo, porque informa à Light que tem gente morando aqui dentro”, afirmou.

Ficou marcado para o dia 7 de junho um encontro entre uma comissão do alojamento e a reitoria para aprofundar a discussão em torno do problema.

STF SUSPENDE MP DAS PROGRESSÕES

Brasília, DF (STF) - O Supremo Tribunal Federal suspendeu no dia 20 de maio o artigo 1º da Medida Provisória nº 1.815/99, que desconsiderava o período de março de 1999 a março de 2000 para fins de promoção e progressão funcional dos servidores da administração federal direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo da União. A decisão do Supremo tem efeito retroativo à edição da primeira medida provisória que tratou do assunto, publicada no Diário Oficial de oito de março de 1999. O STF suspendeu o artigo ao conceder liminar parcial na ação direta de inconstitucionalidade (Adin 1975) apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra a MP. Na ação, o PT questiona a constitucionalidade do artigo 1º e do artigo 3º da MP. O artigo 3º acabou com o adicional por tempo de serviço (quinquênios), que é previsto no regime jurídico dos servidores públicos federais (Lei nº 8.112/90). Por unanimidade e seguindo o voto do relator Sepúlveda Pertence, os ministros entenderam que a MP, ao desconsiderar período efetivamente trabalhado para fins de promoção de parte do funcionalismo público, contrariou o princípio constitucional da igualdade (artigo 5º). Para os ministros, não se pode permitir tratamento desigual entre servidores essencialmente iguais. No pedido de liminar, o partido solicitava também a suspensão do artigo 3º da MP, que acabou com o adicional por tempo de serviço. No entanto, os ministros, por maioria, mantiveram a extinção, por entender que, no primeiro exame da questão, não se encontrou ofensa a Constituição.

PRONEX

Deu na coluna do Boechat, do dia 24, em O Globo: “Ciência Pobre: Está parado o Programa Nacional de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex), idealizado pelo próprio presidente FH. A pré-seleção dos projetos que seriam bancados em 99 já foi feita. Mas faltam verbas no Ministério da Ciência e Tecnologia para levá-los adiante.”

JUBILEU 2000

Deu na coluna da Danuza, no Jornal do Brasil: “O presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, João Luiz Pinnaud, entregou essa semana um documento para ser levado ao Tribunal Internacional de Haia, que fala da impossibilidade de o Brasil pagar sua dívida externa; outros 40 países, que enviaram representantes ao encontro, vão fazer o mesmo. A iniciativa faz parte do Movimento Jubileu 2000, para que todos os países endividados comecem o novo milênio com perspectivas de desenvolvimento, emprego e justiça social. No papel de maior credor, os Estados Unidos ficaram de fora, é claro.”

CONSELHEIROS CRITICAM MOROSIDADE NA DISCUSSÃO SOBRE O NOVO ESTATUTO DA UFRJ

Chamou-se a atenção na última reunião do Consuni, dia 27, para a necessidade de se retomar a discussão do estatuto. Desde a aprovação dos ajustes da LDB ao estatuto antigo, no dia 11, não se fala mais no assunto. O decano do CCJE, Carlos Lessa, frisou que é importante não perder a seqüência sobre o tema, sem deixar de lado os assuntos “dramáticos” que entraram em pauta nos últimos dias, como o financiamento da universidade. “Acredito que as questões da crise da UFRJ darão maturidade à re-

forma que pretendemos fazer”, afirmou. Nesse sentido, o decano do CT, Oscar Acsclrad, manifestou vontade de refazer o calendário de reforma do estatuto, deixando um espaço de quinze dias entre as sessões voltadas exclusivamente para o estatuto, para que não causem prejuízo aos temas cotidianos da universidade. O professor Aloízio Teixeira comentou que o estatuto deve ser o objetivo imediato do Consuni, uma vez que sua intenção “é ampliar nossas expectativas futuras”.

LEIS DEFINIRÃO DEMISSÕES E CARREIRAS DE ESTADO

Servidores estáveis serão avaliados anualmente e estarão sujeitos à demissão por insuficiência de desempenho

Está em pauta em caráter de urgência, na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei que definirá o regime de emprego dos servidores públicos federais da administração direta, autárquica (universidades) e fundacionais (PL 4.811/98). Pelo projeto original do governo, só serão consideradas carreiras típicas de Estado e, portanto, estatutários com estabilidade garantida, os advogados da União, os procuradores da Fazenda, os procuradores e advogados vinculados à advocacia geral da União, os defensores públicos, as polícias federal, rodoviária e ferroviária e diplomatas.

As demais categorias, incluído os docentes universitários, serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Se aprovada, a Lei valerá apenas para os futuros servidores. Quem já faz parte do quadro funcional - até que não surja nenhuma nova lei - está garantido pelos princípios do Regime Jurídico Único.

Assim como outras entidades do serviço público, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) faz plantão junto à Comissão de Trabalho da Câmara na tentativa de incluir o magistério público, em todos os níveis, como carreira estável. A argumentação do Sindicato, entre outras, é que os docentes das carreiras de magistério têm como responsabilidade a produção, o desenvolvimento e a difusão do conhecimento e precisam ter garantidos seus direitos à estabilidade, além de não poderem ficar submetidos aos variados governos que se sucedem.

Segundo diretores do Andes-SN, apesar da aprovação do pedido de urgência do governo, o projeto ainda não foi votado na Comissão de Trabalho e só deverá entrar em Plenário depois do feriado. O motivo são as pressões da grande maioria das categorias que, com o PL, poderão perder a estabilidade. Dentre as mais aguerridas, estão os fiscais da Receita Federal que, em uma das emendas que deverão ser apresentadas durante a votação do projeto, estão contemplados.

Lei definirá demissão

O Projeto de Lei Complementar 248/98 já foi aprovado na Comissão de Trabalho e disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável, ou seja, todos os atuais funcionários públicos federais. Pelo projeto, o servidor terá que se submeter a uma avaliação anual de desempenho que levará em conta os seguintes julgamentos: a qualidade do trabalho; a produtividade; iniciativa, presteza; aproveitamento em programas de capacitação, assiduidade; pontualidade; administração do tempo e uso adequado dos equipamentos de serviço.

Se aprovada, a Lei determinará a avaliação anual dos servidores em excelente, bom, regular e insatisfatório. Aqueles que forem avaliados como insatisfatórios durante dos anos seguidos ou três anos intercalados num período de cinco anos serão sumariamente demitidos.

Conseqüências da derrota

Essa tentativa do governo de regulamentar as carreiras de Estado e definir o processo de demissão no serviço público nada mais é do que o desdobramento da Reforma do Estado, aprovada no ano passado. Apesar dos esforços do Sindicato dos Docentes junto às bancadas de oposição e até mesmo junto à própria relatoria dos projetos, dificilmente a maioria governista irá incluir professores e médicos como carreiras de Estado, já que a quebra do Regime Jurídico Único foi uma das vitórias do governo. Segundo a própria assessoria da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara, o projeto de autonomia universitária que o governo diz estar discutindo com as entidades ligadas à educação já traz embutidos os conceitos de contratação temporária, funcionalismo não-estável, planos de cargos e salários diferenciados por instituição etc.

Carreiras consideradas típicas de Estado pelo projeto original do governo, com estabilidade garantida:

- Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União
- Procurador e Advogado dos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União
- Defensor Público da União
- Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal
- Carreiras cujos cargos sejam privativos de brasileiro nato

Outras carreiras que poderão ser consideradas de Estado, com estabilidade garantida, segundo emenda do relator, a ser apreciada:

- Auditor Fiscal
- Técnico do Tesouro Nacional
- Fiscal de Contribuições Previdenciárias
- Fiscal do Trabalho
- Fiscal de Defesa Agropecuária
- Analista de Finanças e Controle
- Analista do Banco Central
- Diplomata

Todas as demais carreiras, incluindo os docentes e os técnico-administrativos das universidades federais, passarão a ser regidas pela CLT, sendo avaliadas ano a ano, perdendo a estabilidade e o direito à aposentadoria integral

Deputada propõe mais participação popular na elaboração das leis

A líder do PSB na Câmara, Luiza Erundina, encaminhou uma Proposta de Emenda Constitucional que reduz as exigências para apresentação de projetos de lei pela população. Atualmente é necessário, no mínimo, 1% de assinaturas de eleitores nacionais para apresentação de projeto popular. Erundina propõe que os projetos sejam subscritos apenas por, no mínimo, 0,5% dos eleitores ou por entidades de classe que representem este número.

PROFESSORES E ALUNOS DA EEFD GARANTEM FECHAMENTO PROVISÓRIO DE ESTACIONAMENTO NA PRAIA VERMELHA

Permanece provisoriamente impedido de funcionar o estacionamento construído nos antigos campos de areia dos fundos da Praia Vermelha. Na próxima reunião do Conselho Universitário – provavelmente na terça-feira, dia 1º, uma vez que a quinta-feira é feriado de *Corpus Christi*, o assunto será retomado. A extensa deliberação dos conselheiros em torno do assunto tomou toda a manhã e parte da tarde, quando alguns integrantes do colegiado já haviam se retirado; pela falta de quórum, acabou prevalecendo mais uma vez o acerto da sessão anterior.

A reunião teve a forte presença de professores e alunos da Educação Física, mobilizados na defesa do seu espaço, e até mesmo um improvisado mural de fotos em uma das entradas do salão mostrando as diferenças da área antes (movimentação de crianças e adultos no lazer ou em aula) e depois do estacionamento (estacas de cimento cercadas por arame farpado separando os carros das pessoas). A grande discussão girou em torno da proposta da Comissão de Desenvolvimento, reunida pouco antes do Consuni, no último dia 27, que autorizava, também em caráter provisório, o funcionamento do estacionamento. No entendimento da comissão, presidida pela diretora da Faculdade de Arquitetura, Maria Ângela, não há mais como permitir a grande circulação de veículos em torno do Palácio Universitário por causa dos danos causados ao patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a possibilidade que se abria era desse estacionamento mesmo.

“Um estudo feito pelos meus estagiários, em 1997, quando eu era subprefeita da Praia Vermelha, indica que a área é sub-utilizada e, portanto, as atividades da EEFD não seriam prejudicadas”, argumentou Maria Ângela. Em defesa desse ponto de vista, o professor José Henrique Vilhena comentou que são gastos R\$ 6 milhões com o custeio de áreas não-acadêmicas da UFRJ, enquanto faltam recursos para o alojamento dos estudantes, por exemplo. Os demais conselheiros que pediram a palavra atacaram de diversas formas a lógica da comissão. Entre

outros fatos, o representante dos estudantes José Carlos Madureira comentou que tudo que é feito provisoriamente na universidade ganha longevidade e citou o exemplo do Colégio de Aplicação “provisoriamente” fora da UFRJ desde sua fundação. Como integrante da Comissão de Legislação e Normas, Madureira também condenou a ausência de um processo documentado sobre o assunto. “Eu não vi o processo, não sei quem autorizou e, somente agora, com o fato consumado, a comissão de desenvolvimento deu um parecer. O estacionamento está totalmente fora do rito processual normal”, contra-atacou.

Em caráter especial, foi cedida a palavra para a professora emérita da EEFD, Margarida de Menezes, que questionou veementemente a tomada do espaço dos campos e quadras em favor dos veículos. Em alusão à explanação da professora Maria Ângela, Margarida disse que o espaço era bastante utilizado, sim. Não só pelos alunos da EEFD, como em atividades de extensão como colônias de férias e escolinha de futebol. “Além disso, é incompatível com a saúde criar um estacionamento ao lado de uma área de atividades físicas”, referindo-se à liberação de gases venenosos pelos carros. O representante dos funcionários Carlos Maldonado, em face dos problemas apresentados no campus da Praia Vermelha com relação a salas de aula, levantou outra questão: “Estamos começando a discussão pelo lado errado. Se não tem sala de aula para ir, para que se preocupar com a vaga do carro?”

Diante da resistência do Consuni e da falta de quórum apresentada no final da sessão, foram levantadas quatro propostas para deliberação e votação na próxima reunião do colegiado. A da comissão; uma do diretor do CAp, Moacyr Barreto, exigindo “parar tudo” até a definição de um Plano-Diretor da UFRJ; outra, do estudante Madureira, para não permitir de maneira nenhuma o estacionamento na área da EEFD e, finalmente, a proposta da representante dos adjuntos doutores do CLA, Sonia Zyngier, para proibir o estacionamento em torno do Palácio Universitário e suspender a autorização do novo estacionamento até uma ampla discussão no Consuni.

Reitoria quer regulamentar trailer e estacionamentos

Os estacionamentos da UFRJ são uma incógnita. A reitoria não sabe quanto é arrecadado e, muito menos, qual é a destinação desse dinheiro. A irregularidade é grave porque apenas o reitor ou pessoas delegadas por ele poderiam realizar contratos e renová-los. Diante desse quadro, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, pediu a todas as 52 unidades acadêmicas da UFRJ as cópias desses contratos de uso da terra (e, nesse caso, também estão incluídos os contratos de trailer e barracas de alimentação) para um estudo. “Isso sem-

pre funcionou na informalidade, mas, agora, a UFRJ vai tentar dar transparência a esses recursos e garantir seus direitos”, disse. Dessa forma, quando tiver todos os dados na mão, o sub-reitor vai buscar regulamentar e reorganizar o funcionamento dos estacionamentos e barracas de alimentação. Arouca quer destinar parte do dinheiro arrecadado para alguns itens específicos da universidade (exemplos: alojamento, transporte gratuito), deixar uma parte ser aplicada na própria unidade desse serviço e a parte restante fica com o concessionário do serviço.

Anote

Extensão na Música

• *Recital comentado com Roberto Macedo Ribeiro*

31 de maio, às 16h - Sala da Congregação

No programa:

Händel - Sonata em RéM

Debussy - La plus que lente

Hindemith - Trauermusik

F. Braga - Tango Caprichoso

Intérpretes: Beatriz Licurci (piano) e Nathercia Teixeira (violino)

1 de junho às 12h30, Hall da Escola de Música

2 de junho, às 18h30, Salão Leopoldo Miguez

No programa:

Alfred Reed - The Hounds of Spring

Vaclav Nellybel - Tritico -3: mov.

João Guilherme Ripper - Brasileira

Alfred Reed - Imperatrix

Edmundo Villani - Côrtes - Djopoi (Oferenda)

Maurice Whitney - Introduction and Samb

Sammy Nestico - Persuasion

Claude Smith - Fantasia for Alto Saxophon

Ralph Martino - A Gershwin Fantasy

Solista: Dale Underwood

Recitais e Conferências

• *O charme, a verve e a sensibilidade da música francesa no violino” (1º de uma série de quatro recitais)*

2 de junho, às 18h30, na Sala da Congregação

No programa:

G. Fauré - Sonata em la maior op. 13

E. Chausson - Poème op. 25

Violino - Amarilis Guimarães

Piano - Tamara Ujakova

Terças Musicais

• **UFRJAZZ ensemble**

Com Maestro José Rua

1 de junho, às 12h30, no Hall da Escola de Música

Todos os eventos têm entrada franca

Escola de Música

Rua do Passeio, 98 - telefone 240-1391 r.45

Autonomia

Como resultado da sua plenária Estatutária, ocorrida em abril deste ano, a Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), entidade que representa os Técnico-administrativos das universidades federais, lançou seu projeto Por Uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores, uma contribuição para a discussão dos projetos para universidade pública e de autonomia nas federais.



A UNIVERSIDADE OPERACIONAL

Marilena Chauí*

A Reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não-estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. O Estado pode prover tais serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como "organizações sociais" prestadoras de serviços que celebram "contratos de gestão" com o Estado.

A Reforma tem um pressuposto ideológico básico: o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, a Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível nas atividades ligadas à produção econômica, mas também onde não é admissível no campo dos direitos sociais conquistados.

A posição da universidade no setor de prestação de serviços confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária e introduz termos como "qualidade universitária", "avaliação universitária" e "flexibilização da universidade".

De fato, a autonomia universitária se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas.

A "flexibilização" é o corolário da "autonomia". Na linguagem do Ministério da Educação, "flexibilizar" significa: 1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por "contratos flexíveis", isto é, temporários e precários; 2) simplificar os processos de compras (as licitações), a gestão financeira e a prestação de contas (sobretudo para prote-

ção das chamadas "outras fontes de financiamento", que não pretendem se ver publicamente expostas e controladas); 3) adaptar os currículos de graduação e pós-graduação às necessidades profissionais das diferentes regiões do país, isto é, às demandas das empresas locais (aliás, é sistemática nos textos da Reforma referentes aos serviços a identificação entre "social" e "empresarial"); 4) separar docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos.

A "qualidade" é definida como competência e excelência, cujo critério é o "atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social"; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. Observa-se que a pergunta pela produtividade não indaga: o que se produz, como se produz, para que ou para quem se produz, mas opera uma inversão tipicamente ideológica da qualidade em quantidade. Observa-se também que a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a prática dos "contratos flexíveis". Ora, considerando-se que a proposta da Reforma separa a universidade e o centro de pesquisa, e considerando-se que a "produtividade" orienta o contrato de gestão, cabe indagar qual haverá de ser o critério dos contratos de gestão da universidade, uma vez que não há definição de critérios para "medir" a qualidade da docência. O léxico da Reforma é inseparável da definição da universidade como "organização social" e de sua inserção no setor de serviços não-exclusivos do Estado. Ora, desde seu surgimento (no século 13 europeu), a universidade sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua in-

venção ou descoberta como de sua transmissão.

Por isso mesmo, a universidade europeia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se a responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista.

Que significa, então, passar da condição de instituição social à de organização social?

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes.

A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder.

Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Donde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo.

A passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se nessa mudança geral da sociedade, sob os efeitos da nova forma do capital, e ocorreu em duas fases sucessivas, também acompanhando as sucessivas mudanças do capital. Numa primeira fase, tornou-se universidade funcional; na segunda, universidade operacional. A universidade funcional estava voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.

Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho, separando cada vez mais docência e pesquisa. Enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento e a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, a nova universidade ou universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos mei-

os e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micrororganizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar co-opere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

Que se entende por docência e pesquisa, na universidade operacional, produtiva e flexível?

A docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em CDs. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins - o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorçado e arrojado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

A desvalorização da docência teria significado a valorização excessiva da pesquisa? Ora, o que é a pesquisa na universidade operacional?

À fragmentação econômica, social e política, imposta pela nova forma do capitalismo, corresponde uma ideologia automeada pós-moderna. Essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as idéias clássicas e ilustradas, que fizeram a modernidade. Para essa ideologia, a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes e a compressão dos lugares e instantes na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo enquanto estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento.

A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade. O que pode ser a pesquisa numa universidade operacional sob a ideologia pós-moderna? O que há de ser a pesquisa quando razão, verdade, história são tidas por mitos, espaço e tempo se tornaram a superfície achatada de sucessão de imagens, pensamento e linguagem se tornaram jogos, constructos contingentes cujo valor é apenas estratégico?

Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um “survey” de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. Pesquisa, ali, não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se.

Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos microproblemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobrevivência da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido.

Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesquisa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não há pesquisa na universidade operacional.

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

O mar de lama de FHC

Ganhou força a campanha de *impeachment* do presidente Fernando Henrique Cardoso graças ao escândalo, divulgado pela Folha de São Paulo, das fitas gravadas com conversas telefônicas do presidente e outros membros do alto escalão do governo para favorecer certas concessionárias no leilão de privatização da Telebrás. O primeiro passo do processo foi dado no dia 25, quando PT, PC do B, PSB e PDT anunciaram que vão entrar com uma representação na Câmara acusando FHC de crime de responsabilidade.

O problema desse procedimento é que o presidente da Câmara, Michel Temer, não é obrigado a acatar o requerimento e já se pronunciou sobre o assunto, chamando a iniciativa de “exagerada”. Nesse caso, se a recusa de Temer continuar, a idéia da oposição é recorrer diretamente ao plenário. Aprovada a representação, de uma forma ou de outra, forma-se uma comissão especial para tratar da postura de FH. Caso a comissão conclua que houve crime de responsabilidade e a decisão seja confirmada pelo plenário, será aberto processo de *impeachment* no Senado.

Luiz Inácio Lula da Silva considerou inadmissível o comportamento revelado pelo grampo. “O governo parece até uma quadrilha. Todo dia tem uma pessoa ligada ao presidente envolvida em alguma falcatura”, disse. O governador de Minas Gerais, Itamar Franco, afirmou que “a promiscuidade no caso das privatizações sobretudo está permitindo que se venda o país e seus interesses”.

Governo não desemente conteúdo das fitas

Apesar de minimizarem as acusações, nem o presidente Fernando Henrique nem tão pouco os envolvidos desmentiram o conteúdo escandaloso das fitas, divulgado por praticamente todos os jornais.

Fernando Henrique se limita a dizer que não há necessidade de esclarecimentos adicionais que justifiquem uma CPI, como se a população não tivesse direito de questionar um governo que há cinco anos vem mingando salários, com aumentos de impostos e criação de fundos destinados ao salvamento de bancos falidos.

Quem não se lembra dos rios de dinheiro destinados à compra de votos dos congressistas para a emenda da reeleição? Um governo cujos ministros passam férias às custas dos contribuintes está acima do bem e do mal?

Pelo que se ouviu nas conversas telefônicas, os integrantes do governo envolvidos na operação (incluindo o presidente) poderão ser processados baseados em três leis:

Constituição

Art. 85 – São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

(...)

V – a probidade na administração.

Lei 1.079 (dos crimes de responsabilidade)

Art. 9º - São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

(...)

3 – não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

4 – expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições da Constituição;

7 – proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Lei 8.249 (Lei da Improbidade)

Seção III – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Art. 11 – Constitui improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

(...)

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

Lei 8.666 (Lei das Licitações)

Seção III, dos Crimes e das Penas.

Art. 90 – Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena – detenção, de 2 a 4 anos, e multa.

Art. 91 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.

Pena - detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.

Art. 93 – Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório:

Pena – detenção, de 6 meses a 2 anos, e multa.

Art. 94 – Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena – detenção, de 2 a 3 anos, e multa.

Art. 95 – Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo:

Pena – detenção, de 2 a 4 anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Alguns trechos de conversas altamente comprometedoras:

1) “Ajuda, né? (risos) Para quem ‘tá na miséria...”
- FHC a Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Ministro das Comunicações, que comentava a expectativa de arrecadar R\$ 16 bilhões na venda das teles)
2) André Lara Resende (então presidente do BNDES): “Então, nós vamos ter uma reunião aqui às seis e meia. Vem aqui aquele pessoal do Banco do Brasil, o Luiz Carlos etc. Agora, se precisarmos de uma certa pressão...” (para forçar a Previ a entrar no consórcio Opportunity-Stet)
FHC: “...Não tenha dúvida.”
Lara Resende: “A idéia é que podemos usá-lo aí para isso.”
FHC: “Não tenha dúvida.”
Lara Resende: “Tá bom.”

3) – André Lara Resende telefona, no dia 28 de julho (prazo final para entrega da carta de fiança), para Daniel Dantas, seu amigo e controlador do Opportunity, para saber se o banco já havia entregue o documento que assegurava a participação no leilão na Câmara de Liquidação e Custódia da Bolsa de Valores do Rio.
(...)
Lara Resende: “É, mas entregou lá?”
Daniel: “Eu nem sei se entregaram. Cheguei agora do BNDES. Acho que devem ter... Entregaram? Entregou.”
Lara Resende: “Ah, é?”
Daniel: “Entregou.”
Lara Resende: “Então, tá. Vamos fechar as sete horas, então.”

PERSEGUIÇÃO E IRRESPONSABILIDADE POLÍTICA NA UFRJ

Como é do conhecimento público, a Adufrj tem sido firme na denúncia e na crítica à política educacional do governo FHC. Uma das decorrências desta postura é nosso posicionamento em relação à intervenção sofrida na UFRJ. Entendemos que, dentro de um estado democrático, o exercício da crítica política é um direito constitucionalmente assegurado e deve fazer parte de nossa instituição. Dentro deste espírito, abrimos espaço dentro de nossos meios de comunicação para setores que não partilham de nossas opiniões, incluindo a própria administração da UFRJ. Acreditamos ser este o comportamento adequado de todos os setores que compõem esta instituição e que contribuem para seu amadurecimento.

Fomos surpreendidos, este mês, com a suspensão da contribuição dos filiados à Adufrj. Com tal medida, o MARE e/ou a administração da UFRJ, dão um exemplo de um outro tipo de comportamento: o da perseguição e da intimidação política. No caminho do desmonte do setor público, não se medem mais limites, instau-

ra-se a política do vale-tudo. Nem na época da ditadura os procedimentos foram tão autoritários. As questões jurídicas mais elementares são atropeladas: a nossa liminar garantindo o pagamento dentro do mês trabalhado e a decisão do STF sobre a devolução de parcelas do PSS indevidamente cobradas são ignoradas, os 28 % viraram uma pantomima. Vários advogados e juízes já têm chamado a atenção: o governo FHC está acabando com o estado de direito constitucional.

A cada dia que passa fica mais claro que a administração da UFRJ segue este modelo. O descaso crescente com as questões acadêmicas mais elementares, o tratamento desrespeitoso com professores, funcionários e alunos fazem parte de um projeto de desmonte da universidade pública e não são ocasionais.

A Diretoria da Adufrj repudia estes atos intimidatórios e reafirma sua postura firme na defesa do ensino público superior como um direito de todos e uma obrigação do estado brasileiro.

Adufrj envia protesto à reitoria

Ofício enviado à Reitoria em 02 de junho

“Fomos surpreendidos pela **não inclusão da mensalidade da Adufrj-SSind** na folha de pagamento do mês de maio. Como ocorre todos os meses, enviamos todos os nomes de nossos sindicalizados, nas datas já estabelecidas pela administração da UFRJ para fechamento da folha de pagamento. Ao constatar a não inclusão na folha, solicitamos esclarecimentos ao MARE, que confirmou que a rubrica de nossa consignação estava aberta e regular, não havendo nenhum impedimento para o desconto.

Sendo a contribuição sindical um direito garantido por lei, protestamos contra este abuso por parte da administração, da UFRJ ou do MARE, e estamos exigindo um esclarecimento sobre as responsabilidades e medidas reparadoras.

Também estamos exigindo esclarecimentos sobre o **atraso no pagamento do mês de maio dos sindicalizados à Adufrj-SSind**. Conforme liminar expedida pela MM. Juíza Salete Maria Polita Macaloz, em 29 de janeiro de 1999, processo nº 99.0001822-2, esta administração deve proceder ao pagamento no dia 25 de cada mês, o que não ocorreu em maio. O não cumprimento desta liminar é inusitado, uma vez que no mês anterior ela foi obedecida e que até a presente data não houve nenhuma outra decisão judicial contrária.

Outra questão que exige esclarecimentos é a **não devolução das parcelas do PSS cobradas indevidamente** em 1994. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade já foi acatada pelo STF em 13 de agosto de 1997 e portanto não cabe mais nenhum recurso jurídico. A Adufrj-SSind já abriu processo administrativo em 12 de novembro de 1997, já enviamos vários ofícios exigindo o cumprimento desta decisão e recentemente enviamos a esta administração cópia da Instrução Normativa nº 63 de 14 de maio de 1999 da Receita Federal, autorizando cada fonte pagadora da União a devolver as parcelas cobradas indevidamente. No entanto, até a presente data, esta administração omitiu-se de cumprir mais esta decisão judicial.

Tendo em vista a gravidade dos fatos acima relatados e suas possíveis conseqüências jurídicas estamos exigindo esclarecimentos imediatos, por escrito”.

Diretoria da Adufrj-SSind.

CONSUNI OUVIRÁ COMUNIDADE DA PRAIA VERMELHA

Prefeito desafia autoridade do Conselho Universitário. Indignados, conselheiros querem seu afastamento

Ainda não ganharam caráter definitivo as deliberações do Conselho Universitário em torno do funcionamento do novo estacionamento do campus da Praia Vermelha no espaço da Escola de Educação Física e Desportos. O Consuni avaliou que a decisão sobre aquela área específica não podia ser separada de uma discussão global da situação daquele campus e resolveu criar uma comissão interna para ouvir a comunidade local e levantar dúvidas e sugestões de reformas na região. O grupo formado terá um prazo de 90 dias para apurar isso e levar o resultado da consulta à Comissão de Desenvolvimento. A partir daí, a Comissão de Desenvolvimento tem a missão de juntar os dados e buscar uma proposta que será finalmente analisada e votada pelo Consuni. Até o encerramento desses trabalhos, permanece suspensa a autorização para as obras do novo estacionamento e, para evitar transtornos, o estacionamento próximo ao Palácio Universitário continua funcionando.

Paralelamente às deliberações do Consuni sobre o destino do campus da Praia Vermelha, foi bastante criticada a postura do prefeito universitário, Ivan Pereira de Abreu,

que teria supostamente atacado a respeitabilidade do colegiado máximo da universidade no dia 22 de maio. O representante dos estudantes, José Carlos Madureira, informou que estava visitando a polêmica área em companhia da professora emérita da Educação Física, Margarida de Menezes, para verificar se a ordem do Consuni de impedimento das obras estava sendo cumprida e acabou presenciando uma controvérsia entre os vigilantes e a comunidade de usuários locais - alguns meninos estariam jogando bola na área prevista para o estacionamento e alguns “peladeiros” teriam derrubado as estacas da cerca do estacionamento.

Madureira tomou partido contra os vigilantes e, no meio da confusão formada, foi chamado o prefeito para resolver a questão. Questionado pelo representante dos estudantes sobre a ausência de tramitação institucional daquele estacionamento, Ivan Pereira teria feito pouco caso do Consuni. Nas palavras do estudante, segundo o qual existem várias testemunhas, o prefeito teria perguntado a serventia do Consuni, uma vez que o próprio reitor nomeado pelo Mec não seria o nome indicado pelo

colegiado. O caso revoltou os demais conselheiros, na última sessão, que chegaram a pedir a substituição do prefeito. Pesou ainda contra o prefeito a grave acusação de ter promovido a remoção de árvores próximas ao estacionamento após um pedido de simples poda do coordenador da Educação Física na Praia Vermelha, Orestes da Silva. No fim, ficou garantido o direito de defesa e estabeleceu-se que a reitoria pedirá esclarecimentos ao prefeito até a próxima reunião do Consuni.

Em tempo: O professor da Coppe Luiz Alberto Vidal de Carvalho denunciou ao jornal da Adufrj um convênio entre a reitoria da UFRJ e a CET-Rio. A informação foi obtida com um vigilante federal que, na quarta-feira (2) multava todos os motoristas que paravam fora dos estacionamentos no campus do Fundão. Segundo o professor que considerou o “convênio” uma “fábrica de multas”, o vigilante teria dito, ainda, que o próximo passo da reitoria é entregar os estacionamentos para a administração, e faturamento, da própria CET-Rio.

CRESCE REJEIÇÃO AO GOVERNO FHC

A popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso não pára de cair. Desde 1996, quando a Confederação Nacional de Indústrias (CNI) começou a encomendar tal pesquisa ao Ibope, esse índice nunca esteve tão baixo: apenas 35% de duas mil pessoas ouvidas em todo o país acham FHC confiável. E o detalhe agravante do dado é que a enquete foi realizada entre os dias 13 e 17 de maio; antes, portanto, da divulgação das conversas telefônicas sobre a privatização da Telebrás. Quem divulgou o resultado da pesquisa foi o presidente da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que também é o líder do Governo no Senado.

Já na coluna "Panorama Político" da jornalista Tereza Cruvinel, em O Globo, foram divulgados os números do instituto Vox Populi em parceria com a CNT sobre a aprovação

ao governo. Sobe de 46% para 51% o índice dos que consideram o governo ruim ou péssimo e cai de 17% para 15% o dos que o acham bom ou ótimo. Foram ouvidas 2.011 pessoas em todo o país, nos dias 22 e 23 de maio, antes, portanto, da divulgação do grampo telefônico.

Desemprego – De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, a meta do Governo Federal é ter uma taxa de desemprego entre zero e 2% até o ano que vem. A previsão de Dornelles foi contestada pelo diretor técnico do Dieese, Sérgio Mendonça, para quem a economia brasileira deveria crescer 5% ao ano durante os próximos dez anos até conseguir uma taxa de desemprego razoável (entre 3% e 4%).

Abono pecuniário

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal negou, por unanimidade, o recurso da UFRJ ao nosso processo de Abono Pecuniário de 1997. Este é o processo que já foi pago à maioria dos professores em 97. Consideramos que este julgamento representa uma vitória para os docentes, uma vez que reconhece o mérito de nossa reivindicação. Isto poderá ter conseqüências para os processos semelhantes das férias de 1998 e 1999.

Bolsas de alojamento são pagas

Foi paga, finalmente, no dia 28, a bolsa de maio dos estudantes do alojamento. O conselheiro Vitor Rezende, aluno do 8º período de Informática e morador daquelas instalações, recebeu a informação, no entanto, de que a reitoria não tem nenhuma fórmula para pagá-las nos próximos meses.

GOVERNO VAI DEMITIR

SERVIDORES

O secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, confirmou no dia 31 de junho que o governo estuda uma série de medidas para diminuir seus gastos com pessoal, orçados em R\$ 52 bilhões neste ano. A partir do segundo semestre, os servidores começarão a ser postos em disponibilidade e remanejados. Os que não encontrarem vagas serão encorajados a pedir demissão através de um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV). Ainda segundo o secretário, o movimento do funcionalismo depende de um "censo" do serviço público.

Anote



Adufrj sediará 38º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN, de 25 a 27 de junho. A abertura do evento será no dia 25, às 14h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na cidade universitária. A programação seguirá nos dias 26 e 27, no Othon Palace, em Copacabana. Confira a programação e acompanhe o evento no site da AD (www.alternex.com.br/~adufrij)

Ciclo de palestras na Letras

A Faculdade de Letras realiza de 8 de junho a 13 de julho, sempre às terças-feiras, um ciclo de palestras com profissionais da psicanálise e professores de literatura. No auditório G-2, Faculdade de Letras, Fundão

8 de junho: "Psicanálise, Filosofia e Romance Policial", com Luiz Alfredo Garcia-Roza (professor da UFRJ e escritor)

15 de junho: "Corpo e Narratividade na Construção da Experiência Subjetiva: uma leitura de Clarice", com Benilton Bezerra Jr.

22 de junho: "Freud e os Escritores", com Marialzira Prestrello e Helena Parente Cunha

29 de junho: "Lacan e a Interpretação em Psicanálise", com Marco Antonio Coutinho Jorge

6 de julho: "Discurso e Corpo", com Tânia Loureiro

13 de julho: "No que o Estilo Concerne à Psicanálise?", com Luíza Ribeiro

CONAD DISCUTIRÁ PISO E MALHA SALARIAL

O próximo Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad) acontecerá nos dias 25 a 27 de junho e será sediado pela Adufrj, no Othon Palace Hotel, em Copacabana. A abertura do evento será na sexta-feira, 25, às 14h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na cidade universitária.

Além de discutir e definir posições sobre temas como a autonomia e o financiamento das universidades públicas, os representantes das seções sindicais definirão a proposta do Sindicato para o piso e a malha salarial da categoria a ser anexada à proposta de Carreira Unificada para as federais, que também será definida no encontro.

Segundo relato da última reunião do grupo de trabalho do Sindicato sobre Verbas, esta é uma discussão que já dura anos e os docentes devem definir a sua proposta de carreira para que esta sirva também de instrumento na discussão com o governo sobre a autonomia das federais.

O GT Verbas sugeriu há algumas semanas que as seções organizassem assembleias locais sobre o tema. Metade das entidades sequer discutiu o assunto.

O GT propõe para discussão no Conad que o piso salarial do professor universitário seja fixado em um salário mínimo do Dieese, em torno de R\$ 870 e que o piso emergencial para a categoria deva ser de no míni-

mo R\$ 570 (0,65 SM Dieese).

A diretoria da seção dos docentes da UFF (Aduff) encaminhou ao GT uma nota onde justifica a escolha do salário do Dieese para o cálculo do piso da categoria. Segundo simulações com o piso já adequado à carreira unificada proposta pelo Sindicato, um auxiliar nível A 20h receberia R\$ 878,24 e 40h, R\$ 2.538,11. Já o professor Pleno, equivalente hoje ao Titular, receberia R\$ 4.391 e, com 40h, chegaria a R\$ 12.690,57. Para a entidade, o piso salarial de uma categoria deve expressar o valor que lhe permita a remuneração do trabalho em condições dignas de sobrevivência e plenas condições para o exercício profissional.

HOSPITAL UNIVERSTÁRIO PERDE EM ATENDIMENTO E QUALIDADE POR FALTA DE RECURSOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Páginas 4, 5 e 6



Hospital Universitário Clementino Fraga Filho

**REITORIA NÃO
EXPLICA A FALTA DE
COBRANÇA DAS
MENSALIDADES DOS
SINDICALIZADOS NO
MÊS DE MAIO**

Nota da diretoria, página 3

**SENADO APROVA
DEMISSÃO POR EXCESSO
DE QUADROS**

Governo consegue aprovar a
demissão dos servidores estáveis
com base em gastos com a folha
de pagamento acima de 60%
para estados e municípios e 50%
para a União

Página 7



Diretoria da Adufrj convida a
comunidade para participar da
abertura do 38º Conselho das
Seções Sindicais do Andes-SN.

Página 2

Assembléia Geral

18 de junho, sexta-feira,
das 13h às 16h30
Auditório da Escola de
Serviço Social, Praia
Vermelha

Pauta:

- a) Ação Judicial contra o não recolhimento da contribuição sindical pela reitoria
- b) 38 ° Conad:
 1. Teses da Adufrj-SSind
 2. Escolha de delegado e observador(es)
- c) Autonomia

CONVIDAMOS PARA O 38º CONAD

É um fato que a política de privatização e desmonte da universidade pública não foi iniciada pelo governo FHC. As políticas da ditadura militar, da Nova República e do governo Collor atestam isto. Contudo, em seus cinco anos de governo, Fernando Henrique Cardoso aprofundou as reformas condicionadas pelo Banco Mundial de forma mais radical que os seus antecessores. Com efeito, as exigências impostas pelos "senhores do mundo" para o trabalho/conhecimento dos países periféricos são hoje muito claramente definidas. No que diz respeito ao ensino superior e tecnológico, simplesmente não há lugar para estas instituições nas políticas do governo federal. Como afirma o Ministro Paulo Renato: "A ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias, este modelo está em agonia terminal. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz muito mais sentido do ponto de vista econômico". (Exame, 10/06/96)

Para fazer frente a este processo, o Andes-SN está organizando, a partir de suas seções sindicais, vigorosa crítica - teórica e prática - ao projeto governamental, tendo, ao mesmo tempo, redes de solidariedade política com outros sindicatos do campo cutista, entidades científicas como a SBPC, partidos de esquerda, entidades devotadas à luta por direitos e deveres iguais para todos, como a OAB, ABI, CNBB, entre outras.

O próximo evento deliberativo de nosso sindicato —

38º Conad, 25 a 27 de Junho de 1999 — será, por indicação de várias seções sindicais, na UFRJ. Trata-se de uma escolha simbólica, tendo em vista a violenta intervenção governamental na reitoria desta universidade, seguida de um golpe obscurantista contra o Conselho Universitário que excluiu vários de seus membros. Faz parte do movimento deste governo a proposta de um estatuto que submete a instituição à irracionalidade do mercado, desfigurando suas características universitárias. Esta proposta de estatuto é uma antecipação do projeto de autonomia universitária do MEC/Banco Mundial.

O próximo Conad será, neste sentido, um ato político em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade; será, também, um ato contra a intervenção governamental na UFRJ, metonímia da política para as universidades brasileiras.

Estamos convidando a comunidade universitária da UFRJ a participar deste evento. A sua presença no



Conad contribuirá para tornar o próximo evento do Andes-SN uma referência importante na história da universidade pública brasileira.

Um fraterno abraço,
Roberto Leher
Presidente da Adufrj-SSind

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2º SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)
- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS
- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS
- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU
- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES) E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON
- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO
- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

PROFESSORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO AINDA TÊM PROBLEMAS COM A GED

No último dia 20 de maio, reunião da Adufrj destacou o prejuízo que os professores da UFRJ vêm sofrendo com a distribuição da Ged. Embora a participação de docentes não tenha sido grande no encontro, a diretoria tem se empenhado nos desdobramentos dos exemplos apontados em ação conjunta com sua assessoria jurídica.

Vários foram os casos arrolados (pelo menos cinco só no Jornal da Adufrj de 14 a 20 de maio). Dentre eles, a diretoria e advogados julgam ser o maior contingente o dos professores em estágio probatório. Para isso, a secretaria da AD já efetuou um levantamento de 161 sindicalizados, desde 1997, que estariam nesta situação e, portanto, com potenciais problemas na implantação da Ged.

Cabe ressaltar que o questionamento da aplicação da lei desta gratificação será a busca fundamental da diretoria e da assessoria jurídica. O caráter da lei, sua perspectiva produtivista e as circunstâncias em que foi criada já foram discutidas do final da última greve até os nossos dias, com inequívocas críticas em relação ao governo e ao papel da comissão montada na UFRJ para definir os critérios de repasse da Ged.

Sendo assim, continuamos a receber informações na seção sindical, tanto dos sindicalizados nessa situação como daqueles que passam por outros problemas: funções gratificadas, licenças não consideradas, pontuações prejudicadas para quem ministra aula na pós-graduação e professores que perderam a Ged após ingresso em seus processos de aposentadoria. Pelos próximos dias, aqueles professores que entraram na UFRJ desde 1997, sindicalizados, deverão receber correspondência a respeito do assunto com instruções mais atualizadas.

Regional tem novo endereço

A Secretaria Regional Rio do Andes Sindicato Nacional mudou para a Av. Rio Branco, 277, sala 1306, no Centro - Rio de Janeiro - RJ. O novo telefone é: (021) 532-7644.

Lembramos que o endereço eletrônico permanece o mesmo: andesrj@domain.com.br

FIOCRUZ TAMBÉM SOFRE COM FALTA DE VERBAS

Principal instituição não universitária de pesquisa, a Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) está enfrentando sérios problemas por falta de verbas mostrando o completo desleixo do governo federal com a Educação e a Saúde. Segundo o diretor da ENSP (Escola Nacional de Saúde Pública), Paulo Buss, o orçamento da fundação caiu cerca de 30% desde 1995, prejudicando pelo menos 20 linhas de pesquisa e impedindo a substituição de mais de cem pesquisadores que se aposentaram por falta de concurso público.

Em crise orçamentária – a fundação vai receber R\$ 20 milhões a menos do que havia sido previsto para este ano -, a saída foi apelar para agências nacionais e internacionais em busca de um reforço de caixa de R\$ 15 milhões. Sem esses recursos extras, o presidente da Fiocruz, Eloi Garcia, afirma que a instituição teria que reduzir ainda mais suas atividades. “Levando em conta a realidade nacional, não posso me queixar. Precisamos de mais recursos, mas se compararmos a Fiocruz a outras instituições públicas, até que não estamos tão mal”, disse Garcia.

Entre as linhas de pesquisa que tiveram suas atividades prejudicadas pelo corte de verbas, está um projeto da área epidemiológica sobre oito tipos de hepatite. Para Paulo Buss, caso essa iniciativa não tivesse sido cancelada, poderia haver uma redução de 20% nos índices de contaminação por hepatite B no Brasil nos próximos dois anos. “No Brasil não existem dados confiáveis, mas acredita-se que seja um número superior ao encontrado nos Estados Unidos (um a cinco adultos por grupo de mil têm o vírus da hepatite B)”, comenta Buss.

NOTA SOBRE O NÃO PAGAMENTO DA MENSALIDADE DA ADUFRJ

A não inclusão da mensalidade da Adufrj-SSind na folha de pagamento de maio configura mais um ato descabido da atual administração. Enviamos ofício solicitando esclarecimentos, mas até a presente data não tivemos nenhuma resposta. As únicas informações que tivemos foram, em primeiro lugar, o fato, até agora inexplicável, de que 55 professores, filiados à Adufrj-SSind tiveram o desconto normal. O outro foi a não inclusão de outras consignações, devidamente autorizadas por professores, na folha de maio.

Como tampouco foi possível sabermos o que irá acontecer na próxima folha de pagamento, a Diretoria da Adufrj-SSind resolveu enviar ofício à administração da UFRJ, pedindo apenas o desconto de 1% da remuneração

dos docentes, conforme já havia sido estabelecido em nossa Assembléia Geral. A mensalidade atrasada será objeto de uma decisão posterior. Infelizmente, ainda não podemos informar qual será o procedimento adotado pela administração.

Lembramos aos nossos sindicalizados que o desconto de 1% deverá vigorar por dois meses. Esta nova sistemática já é adotada pela maioria das seções sindicais do Andes-SN. O prazo limitado deve-se ao fato de que, como a folha de pagamento da UFRJ não é pública, não temos condições de saber exatamente o valor da arrecadação. A Diretoria da Adufrj-SSind fará prestações de contas de nossa arrecadação, podendo este percentual ser reduzido ao final deste prazo, em decisão de uma nova Assembléia Geral.

Diretoria da Adufrj-SSind

GOVERNO IGNORA PRODUTIVIDADE DO HU E MANTÉM POLÍTICA DE CORTES

Excesso de produtividade está prejudicando o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Por mais incrível que possa parecer essa afirmativa - produtividade devia ser motivo de tranquilidade para qualquer instituição -, essa é a triste realidade do momento. Com uma política de gestão de qualidade, com racionalização dos horários e dos procedimentos, o hospital vem realizando, nos últimos meses, mais atendimentos do que permite o atual orçamento liberado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para custear esse tipo de despesa.

Estabelecido por uma comissão de gestores do SUS em 98, levando em consideração a média de produção dos últimos três anos (sem contar, portanto, o período do aumento de produtividade do HUCFF), o teto orçamentário da instituição não ultrapassa R\$ 1,85 milhão contra um "faturamento" mensal que acusou, por exemplo, em março, um valor de R\$ 2,6 milhões. Como a diferença não pode ficar descoberta, as reservas financeiras do hospital começaram a ser utilizadas emergencialmente para cobrir os *déficits* mensais - de R\$ 1,8 milhão do início do ano, esse fundo caiu para R\$ 600 mil nos dias de hoje.

Para a direção do HUCFF, existem duas saídas: ou o financiamento do Ministério da Saúde para o hospital se torna mais adequado ou o número de atendimentos será reduzido. Infelizmente, como o governo federal não sinaliza com nenhuma ajuda, a segunda opção já mostra seus primeiros sintomas: em 99, foram fechados 67 leitos (33 no dia 7 de junho), dos quais 54 pertenciam à enfermaria cirúrgica - o que representa menos 150 cirurgias por mês. Esse ponto do atendimento cirúrgico, aliás, é outra questão importante envolvendo o hospital universitário.

Atualmente, o HUCFF responde por 20% dos atendimentos de alta complexidade (cirurgias cardíacas, ortopédicas, neurocirurgia, transplantes e angioplastias) do estado do Rio de Janeiro. Se esses procedimentos não forem realizados ali, o problema vai estourar com mais intensidade ainda nas

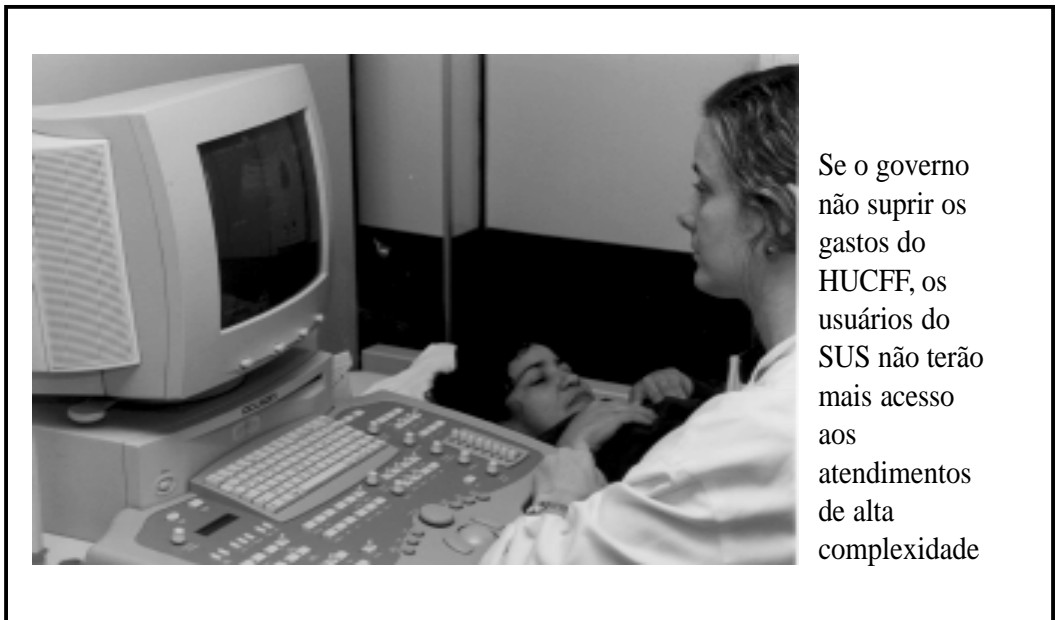
demais unidades hospitalares da cidade.

"Essa é uma saída traumática, porque o hospital possui instalações físicas para receber mais pacientes e recursos humanos para atendê-los, mas não pode fazer isso sem o repasse do SUS", comentou o decano do CCS, Sérgio Fracalanza. Ainda de acordo com o decano, também não interessa lutar por um teto orçamentário que prejudique outro hospital.

"Seria o mesmo que cobrir a cabeça e descobrir o resto", acrescentou. Pelos cálculos de Fracalanza, se o hospital continuasse a operar de forma plena, não agüentaria mais três meses.

Em matéria de números, o diretor do HUCFF, Amancio Paulino de Carvalho, aponta as necessidades de sua unidade: aumento de 50% no teto do SUS ou o governo assume à parte as chamadas operações de alta complexidade do hospital. "Assim como faz com os transplantes, que são

pagos por um Fundo Nacional de Saúde desde abril, a União poderia considerar os demais procedimentos dessa natureza fora do teto e resolveria nosso problema", disse Amancio, explicando



Se o governo não suprir os gastos do HUCFF, os usuários do SUS não terão mais acesso aos atendimentos de alta complexidade

que a alta complexidade significa 42% do custo do hospital. Outro dado que o diretor tem a seu favor para sensibilizar o governo é a alta incidência de pacientes de fora da cidade atendidos no hospital universitário: o teto do SUS é distribuído por cidade e, em seguida, para as instituições, mas 40 mil (um terço) dos procedimentos ambulatoriais registrados por mês, por exemplo, são de pessoas de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, entre outras cidades.

Números do HUCFF

ANO	CIRURGIAS	INTERNAÇÕES	PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS	ÓBITOS	TRANSPLANTES
1997	6.568	12.481	1.191.160	847	75
1998	7.430	13.694	1.328.827	652	83
Diferença	+ 862 (13,12%)	+ 1.213 (9,72%)	+ 137.667 (11,56%)	- 195 (23,02%)	+ 08

GOVERNO QUER SEPARAR HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Outro problema que vem tirando o sono dos profissionais da Saúde do Fundão diz respeito à vontade do Ministério da Saúde de trazer, para seu gerenciamento, todos os hospitais universitários do país - atualmente ligados ao Mec. De acordo com o decano Sérgio Fracalanza, essa atitude que vem sendo manifestada em encontros do Conselho Nacional de Saúde não trará qualquer benefício ao HUCFF. "Não sei quais as reais intenções por trás disso, mas o fato é que a maioria dos hospitais federais não universitários funciona melhor quando passa para o controle da rede estadual ou municipal", comentou.

Para a comunidade universitária daquela área, existe a opinião de que o Ministério da Saúde deve funcionar como órgão normatizador e regulador, nunca como administrador. "Não se mostra eficaz dessa maneira", afirmou Fracalanza. No caso específico dos hospitais universitários, fundamenta-se ainda o temor de se perder o vínculo de ensino, pesquisa e extensão dado pelo

Mec. Explica o decano que, afinal, a função do HUCFF é, em primeiro lugar, formar profissionais e pesquisadores.

Em resposta a essa iniciativa, o decano informou que foi preparada um moção de protesto da Câmara de Hospitais da UFRJ, devidamente aprovada pelo Conselho do Centro de Ciências da Saúde e pelo Conselho Universitário, e que será encaminhada aos dois ministérios citados. Essa é a mesma luta enfrentada pelo hospital universitário Antônio Pedro, da UFF, que também sofre com falta de financiamento. Fica claro o plano do governo Fernando Henrique de provocar uma crise geral nessas instituições para justificar a privatização e favorecer os donos dos planos de saúde. A transferência para o Ministério da Saúde seria o primeiro passo desse processo.

HOSPITAL PEDE R\$ 7 MILHÕES AO BNDES

Enquanto o dinheiro do governo não chega de uma maneira mais adequada, o HUCFF se vira como pode. Para investimentos na estrutura do hospital, está sendo pleiteado um empréstimo de R\$ 7 milhões, no qual o BNDES entraria como fiador. Uma consulta prévia ao banco já foi feita, mas o sinal verde da negociação depende da aprovação do Consuni. Uma comissão integrada por profissionais das áreas biomédicas e sem ligação com a administração do hospital ficou de estudar o caso e fornecer um parecer ao órgão colegiado máximo da UFRJ. Dentro de dois meses, a análise deve estar terminando. Paralelamente a esse empréstimo do HU, existe um outro tendo como beneficiário o Instituto de Doenças do Tórax (IDT), que deseja mudar sua sede do Caju para o campus do Fundão. Também esse empréstimo está sob as vistas dessa comissão.

HU ESTUDA CONVÊNIO COM PLANOS PRIVADOS

Uma forma que o HUCFF vislumbra, a médio prazo, para conseguir recursos extras para manter o funcionamento de qualidade da unidade como um todo é a criação de um setor separado para atender conveniados. Inaugurada desde o dia 4 de maio, com 13 leitos, a ala 5F do hospital, está voltada experimentalmente para o atendimento do plano de saúde dos funcionários da UFRJ (CAURJ). Trata-se do meio encontrado para provar às grandes empresas do ramo que o Clementino Fraga Filho oferece condições de tratamento semelhantes às clínicas particulares. Deste modo, os convênios iriam se instalando à parte e os recursos extras obtidos com essa iniciativa seriam investidos no hospital.

Existe uma grande desconfiança, no entanto, de que se inicie um tratamento discriminatório entre os setores público e privado do HUCFF e, que, a longo prazo, ocorra a privatização geral da unidade. O decano do CCS, Sérgio Fracalanza, não vê esse risco. "A diferença que existe está no que chamamos de hotelaria: as acomodações dos quartos. Fora isso, o tratamento será o mesmo e está previsto no projeto o acesso normal dos alunos àquela área específica", afirma o decano. Segundo Fracalanza, não deixa de ser até mesmo um processo educativo, pois mostra aos estudantes como lidar com os diferentes tipos de pacientes - uma realidade que será enfrentada no mercado de trabalho.

"Uma fiscalização interna vai garantir a transparência dos trabalhos naquela ala", garante o professor. Os docentes só poderão prestar atendimento no setor conveniado quando tiverem esgotado sua carga horária na parte pública. "Esse é outro aspecto positivo, pois vamos estimular uma maior permanência do docente no HUCFF", explica.

MATERIAL DE CONSUMO (INCLUINDO MEDICAMENTOS)	
ANO	VALOR DA DESPESA
1997	R\$ 16.848.957,27
1998	R\$ 10.398.268,81
Diferença	- R\$ 6.450.688,46 (38,28%)

TRANSPLANTES	1997	1998	DIFERENÇA
MEDULA	22	26	+ 4 (18,18%)
RIM	25	32	+ 7 (28%)
CÓRNEA	28	12	- 16 (57,14%)
PELE	-	11	+ 11
FÍGADO	-	2	+ 2

VILHENA RESPONSABILIZA GOVERNO PELA CRISE NO HU

Não adianta mais falar sobre a crise da UFRJ nos limites dos *campi*. A falta de financiamento se resolve na discussão de orçamento no Congresso e a reitoria, finalmente, começa a engatinhar nessa direção. No último dia 9, foi convocada para a sala do Conselho Universitário uma coletiva com a imprensa para tentar expor o máximo possível o quadro de degradação da instituição e, de forma específica, a situação do HUCFF.

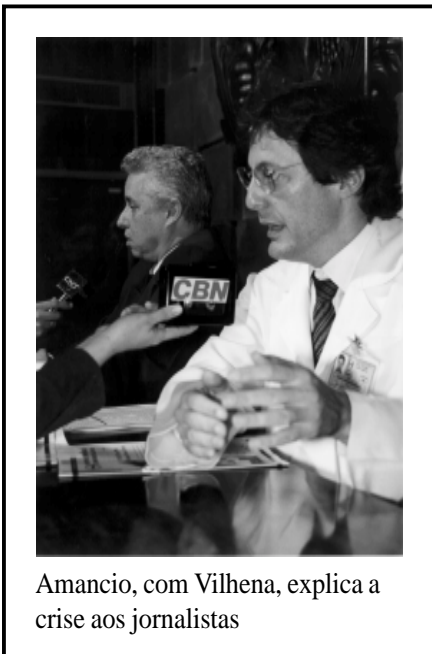
Depois das considerações iniciais do reitor, admitindo uma dívida da ordem de R\$ 28 milhões – R\$ 6,7 milhões decorrentes do exercício dos primeiros meses deste ano -, ficou clara a intenção da UFRJ de buscar os parlamentares da bancada carioca para defender seus interesses. Essa iniciativa – uma idéia do decano do CCJE, Carlos Lessa, amigo pessoal do senador Saturnino Braga (PSB) -, parece ter sido encampada.

O chefe de gabinete da reitoria, Cláudio Murilo Leal, que também se disse amigo pessoal do senador Artur da Távola (PSDB), ficou encarregado de fazer os contatos para trazer esses dois nomes, mais o senador Geraldo Cândido (PT), a uma sessão especial do Consuni. A partir de uma exibição de dados

da crise da UFRJ em relação à sua produção acadêmica, estaria depositada nos três senadores a responsabilidade de preservar com afinco a instituição

UFRJ. A data para essa sessão deve ser definida na próxima semana.

Pelas contas da universidade, 108% do orçamento está comprometido com o custeio básico (energia, água, telefone, vigilância e limpeza). Ou seja, não se paga e não consegue investir em melhorias. A UNIFESP vem como a segunda pior, com 82% de comprometimento, e UnB (78%). Depois, 14 universidades entram



Amancio, com Vilhena, explica a crise aos jornalistas

na faixa de 75% a 50%; 27 universidades, entre 49% e 25%, e 9 universidades, entre 24% e 8%. A média de todas essas instituições estaria na casa dos 53%.

Na situação atual, a UFRJ recebe R\$ 22,9 milhões por ano. Se recebesse de acordo com a pior hipótese (no extremo da pior faixa de comprometimento do orçamento, isto é, 75%), a UFRJ levaria da União R\$ 32,4 milhões – o que lhe daria condições de uma sobrevivência digna. Se ganhasse de acordo com a média (53%), o valor seria de R\$ 48,5 milhões e os problemas estariam, em grande parte, próximos de uma solução. Além disso, a maior universidade federal do país sofreu com a divisão do bolo orçamentário pela matriz da Andifes de 1994, que não levou mais em conta os indicadores de desempenho acadêmico dos anos subsequentes.

“Vivemos uma situação perversa. Nossa economia está entre as 10 primeiras do mundo, mas em educação universitária, estamos em 53º lugar. Apenas 13% dos nossos jovens entre 20 e 24 anos estão nas universidades”, afirmou o professor José Henrique Vilhena. Este índice é de 23% na Bolívia; 39% na Argentina e 80% nos Estados Unidos.

Indicadores de desempenho

DADOS UFRJ	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
alunos/ graduação	19.720	19.541	24.413	20.600	22.282	23.335	24.368	25.111	26.584	33.091
alunos/ pós-graduação	6.749	6.488	7.136	7.767	8.056	8.637	9.354	8.962	9.211	9.838
total de alunos	26.469	25.939	31.549	28.367	30.338	31.972	33.722	34.073	35.795	42.929
** dissertações e teses	*	*	*	*	*	1.008	1.104	1.301	1.255	1.388
** produção científica	*	*	*	*	*	5.236	6.670	7.138	7.948	9.020
** produção técnica-artística	*	*	*	*	*	6.990	8.746	5.731	6.353	7.505

* Dados em fase de consolidação ** Dados Capes

Obs: em 94, foi implantada a matriz da Andifes

SENADO APROVA DEMISSÃO DE SERVIDORES POR EXCESSO DE DESPESAS

Nove de junho de 1999 já vai ficar marcado como um dia negro na história dos servidores públicos. Nessa data, o senado aprovou, por 43 votos a 20, o projeto de lei que permite a demissão, por excesso de despesas, de funcionários públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O projeto, já aprovado pela Câmara vai agora para o tiro de misericórdia (assinatura) do presidente Fernando Henrique Cardoso. As despesas serão consideradas excessivas quando o comprometimento das receitas líquidas com pessoal ultrapassar os limites fixados pela Lei Camata: 50% para a União e 60% para estados e municípios. Pelos dados de fevereiro deste ano, o estado do Rio de Janeiro gastava 80% com seu quadro de servidores. A demissão dos servidores estáveis só será possível depois que União, estados e municípios tiverem reduzido suas despesas com cargos em comissão em pelo menos 20% e demitido os não-estáveis.

Cumprida esta exigência, a demissão de estáveis terá de obedecer a três critérios: menor tempo de

serviço, maior remuneração e menor idade. Em caso de empate, será dispensado o servidor com menor número de dependentes. A demissão de servidores, através desse recurso, será possível daqui a um ano, já que a nova versão da Lei Camata, também aprovada pelo Congresso, deu prazo até junho de 2000 para União, estados e municípios se adaptarem aos limites de gastos.

“A intenção deste projeto é desmontar o Estado. Depois de sua aprovação, ninguém mais trabalhará com tranquilidade no país”, reagiu a senadora Emília Fernandes (PDT-RS). O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) lembrou em seu discurso que o governo ainda não enviou ao Congresso o projeto que regulamenta a contratação de serviços terceirizados pela administração pública. “Sabemos que esta é uma forma de manter os apadrinhados entrando pela janela no serviço público. Porque empresas terceirizadas poderão concentrar as contratações, beneficiando cabos eleitorais e parentes dos administradores”, disse Dutra.

GOVERNO NÃO QUER ESTABILIDADE PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO

O projeto de Lei 4.811/98 que definirá o regime de emprego dos servidores públicos e, portanto, quais serão as categorias que continuarão estáveis está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, onde pode ser votado a qualquer momento e encaminhado ao Plenário. Segundo os assessores da liderança do PT na Câmara, existe, no entanto, um compromisso da CCJ em não votar o projeto enquanto a Comissão do Trabalho (que retirou o PL da sua pauta) não delibere sobre matéria.

Entre as mais de 30 emendas apresentadas ao relator do PL, Francelino Pereira (PFL/MG), poucas foram as aceitas e entre estas últimas não constam a categoria dos docentes de 1º e 2º graus nem o magistério superior.

Em regime de urgência urgentíssima há mais de três semanas, tanto o PL das carreiras típicas quanto o projeto de lei complementar que definirá as demissões por insuficiência de desempenho (PLC 248/98 - que já foi aprovado na CT e na CCJ) podem ser votados a qualquer hora. Para alívio da grande maioria dos servidores públicos, incluindo os profes-

res, médicos e profissionais de ensino e da saúde, o presidente da Câmara, Michel Temer, parece querer adiar esta discussão, pois a base do governo está dividida quanto à definição das carreiras típicas.

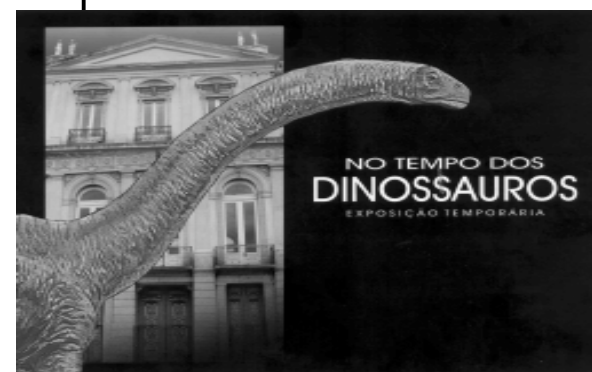
Segundo assessores da liderança do PT, parlamentares do PFL já afirmaram publicamente que só votarão os projetos se os funcionários do Banco Central forem incluídos como carreira de Estado. Com a base rachada, o governo vai tentar fazer cair no esquecimento o PL 4.811 com a esperança de votar apenas o projeto complementar que define as carreiras.

Ainda segundo a assessoria do PT, as carreiras que poderão ser consideradas de Estado, além das que estão no projeto original do governo, são os Auditores Fiscais, Fiscais de Contribuição Previdenciária, Técnicos do Tesouro, Fiscais do Trabalho, Fiscais de Defesa Agropecuária, Analistas de Finanças e Controle, Analistas do Banco Central. Diplomata e, desde a semana passada, os Juizes Marítimos, os Gestores Públicos e os Pesquisadores do Ipea.

GOVERNO TENTA DERRUBAR MAIS DE 1,2 MIL LIMINARES CONTRA DESCONTO DA PREVIDÊNCIA

Também no fatídico dia 9 de junho, o governo federal entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação declaratória de constitucionalidade, pela primeira vez assinada de próprio punho por FHC, para derrubar as mais de 1,2 mil liminares judiciais contrárias à cobrança das novas alíquotas de contribuição previdenciária de servidores, ativos e inativos. Se a União sair vitoriosa, uma péssima notícia vai apanhar a grande maioria do funcionalismo: terá que ser pago, retroativamente a 1º de maio (data em que entraram em vigor as novas alíquotas), os valores que deixaram de ser descontados em seus contracheques por conta das liminares. Apesar dessa ameaça, existe alguma esperança: dos 11 ministros, dois (incluindo o presidente Carlos Velloso) já concederam liminares favoráveis aos servidores, alegando que a cobrança é confiscatória.

Anote



Exposição No Tempo dos Dinossauros é gratuita para professores e estudantes da UFRJ

O Museu Nacional promove, de 11 de junho até o dia 12 de setembro, a exposição No Tempo dos Dinossauros. O ingresso custa R\$ 3, mas professores e estudantes da UFRJ não pagam nada, basta a identificação. De terça-feira a domingo, entre 10h e 16h.

OPOSIÇÃO ORGANIZA MARCHA PELO IMPEACHMENT

A oposição decidiu organizar em agosto uma marcha pelo *impeachment* do presidente Fernando Henrique Cardoso, por conta da intervenção do governo na privatização das estatais de telecomunicação. O objetivo é reunir 100 mil pessoas, em Brasília. “Nós formamos uma frente a favor do Brasil. Não é possível assistir calado ao governo FHC destruir o país”, afirmou o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, logo depois de um encontro com os líderes dos PDT, Leonel Brizola, e do PSB, Miguel Arraes.

As direções desses partidos, mais o PC do B e o PCB, decidiram ainda iniciar uma campanha nacional de coleta de assinaturas reivindicando que a Câmara dos Deputados aprove a instalação do processo de *impeachment*. “Vamos percorrer o país, organizando comitês municipais para coletar essas assinaturas e criar um canal para que a sociedade manifeste sua indignação. O país não vai mudar sem a participação popular”, disse o presidente do PT, deputado federal José Dirceu.

A oposição já apresentou duas representações na Câmara pedindo a abertura de processo de *impeachment* contra o presidente Fernando Henrique. Ambas foram indeferidas pelo presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), mas o segundo pedido ainda não foi submetido ao plenário. “Vamos sair pelas ruas para exigir que o Congresso não fique de joelhos diante do presidente da República”, disse Lula.

Existe esperança nessa frente contra FHC de que ocorra forte movimentação popular nesse sentido. Leonel Brizola contou que havia fila para assinar o pedido de *impeachment* no Rio, no dia 28 de maio. “Deu fila e não avisamos nada e nem tínhamos megafone para chamar as pessoas na rua”, relatou empolgado. Infelizmente, o governo tem maioria suficiente no Congresso para impedir a abertura de um processo desse tipo. Mesmo assim, os líderes da oposição acham que é importante marcar posição com o pedido de impedimento de FHC contando com o apoio das massas populares.

BANCOS DOAM R\$ 11,5 MILHÕES PARA CAMPANHA DE FHC

No último dia 6, a Folha de São Paulo publicou mais informações comprometedoras do governo Fernando Henrique levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Depois de divulgar na íntegra os diálogos do grampo telefônico, o jornal revelou dados do levantamento de custos da campanha presidencial que comprovam a influência de instituições financeiras na campanha de reeleição de FHC. Os bancos foram os maiores doadores dessa campanha, com uma contribuição total de R\$ 11,504 milhões. A soma equivale a 26,73% dos fundos levantados pelo comitê de reeleição (R\$ 43,022 milhões).

No primeiro mandato de FHC, as instituições financeiras viveram anos de prosperidade, segundo balanços divulgados pelo Banco Central e escaparam dos impostos, segundo a Receita Federal. A soma do patrimônio líquido (dinheiro investido nos bancos por seus acionistas) do conjunto das 223 instituições financeiras mais do que duplicou no período, passando de R\$ 26,426 bilhões para R\$ 55,653 bilhões. O acúmulo de patrimônio não foi acompanhado, no entanto, por um crescimento proporcional no pagamento de impostos. O recolhimento dos bancos cresceu apenas 11,13%, de 1994 a 1998, contra 60,1% das empresas não-financeiras. O Itaú foi o maior contribuinte na campanha eleitoral passada, com R\$ 2,6 milhões. O segundo lugar, entre os bancos, ficou para o banco ABN Amro (R\$ 2,3 milhões), seguido pelo Bradesco (R\$ 1 milhão).

Levantamento dos balanços publicados pelos 18 bancos que fizeram doações revela ainda que houve um desempenho durante o Plano Real superior ao obtido pelo conjunto dos 223 bancos. Um terço dos bancos que fizeram doações conseguiram triplicar o patrimônio líquido entre 1994 e 1998; outras três instituições financeiras conseguiram mais do que duplicar o patrimônio e apenas um banco desse grupo registrou queda no período.

DÍVIDA

Deu no Boechat, em O Globo, no dia 7 de junho: “Tem peso extra o documento de entidades internacionais, em defesa do perdão da dívida externa dos países subdesenvolvidos. O estudo a ser exibido dia 19, na Alemanha, aos presidentes do G-7 (as sete nações mais ricas do mundo), tem 20 milhões de assinaturas - 510 mil de brasileiros”.



Grande baile em comemoração dos 20 anos da fundação da Adufrj Seção Sindical com a Orquestra Cuba Libre 25 de julho, sexta-feira, no Clube Ginástico Português. Av. Graça Aranha, 2º andar - Salão Nobre - Centro Ingressos a R\$ 10,00 com Elisa ou Alex, na sede da entidade

NOSSA CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Em comemoração aos 20 anos de fundação da Adufrj, entidade organiza debate-manifesto pela constitucionalidade da autonomia

Elaborar um documento preliminar para a defesa do ensino público superior, gratuito e de qualidade é o objetivo principal do Debate-Manifesto – evento organizado pela seção sindical da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj) para o próximo dia 24, às 18h, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Nessa dinâmica, intitulada “Nossa Concepção de Autonomia Universitária”, será discutida a tentativa do governo federal de anular os efeitos do art. 207 da Constituição Federal, que regulamenta o direito de autonomia das universidades, como parte de um processo mais amplo de divisão internacional do trabalho. O debate faz parte das comemorações pelos 20 anos de fundação da Adufrj Seção Sindical.

Sob a égide da ideologia da globalização, os países periféricos estão sendo afastados do trabalho e conhecimento avançados em detrimento de uma política de simples formação de recursos humanos para o mercado de trabalho. As diretrizes governamentais pregam o deslocamento da universidade pública para a esfera privada em dois pontos: no seu financiamento – o Ministro da Educação, em entrevista a *The Economist* (06/99), afirma que a regulamentação da autonomia é uma pré-condição para a cobrança de mensalidades nas instituições federais de ensino – e na destinação social, quando se sufoca sua perspectiva crítico-emancipatória.

É um fato que a política de privatização e desmonte da universidade pública não começou no governo FHC. A ditadura militar, a Nova República e Fernando Collor atestam isso. No entanto, em seus cinco anos de governo, o presidente Fernando Henrique aprofundou esse processo. E seu ministro Paulo Renato sintetiza essa ideologia: “A ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias. Este modelo está em agonia terminal. A terceirização das universidades, como fez a

Coréia, faz muito mais sentido do ponto de vista econômico”. (Exame, 10/06/96)

Apesar de toda essa demonstração de má vontade contra a finalidade social das universidades públicas, alguns educadores e sindicalistas, supostamente bem intencionados, insistem em negociar os termos da desconstitucionalização da autonomia, acreditando de forma ingênua, que o atual Congresso possa regulamentar a autonomia por meio de uma lei complementar de modo mais avançado, preciso e duradouro do que a Constituição Federal, em seus diversos artigos que tratam do ensino e das autarquias públicas. Corre-se o risco, então, de toda a agenda apresentada pela União entrar em pauta e ser aprovada: uma carreira desvinculada dos direitos constitucionais, um modelo de avaliação quantitativo que obedece ao mais vulgar produtivismo antiacadêmico, uma sistemática de financiamento que terá como consequência a busca de fontes alternativas de recursos e, igualmente grave, deslocam para um plano secundário o debate a respeito das medidas inconstitucionais já encaminhadas por meio de legislação complementar, como o Conselho Nacional de Educação, o “Provão”, a criação de cursos rápidos, desvinculados do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entre outros desatinos.

Sua presença neste evento será um ato político em favor da universidade brasileira, contra a política de desmonte do Estado Social e contra a barbárie imposta aos países periféricos.

Do debate participarão: o presidente da Adufrj, Roberto Leher; o ex-deputado federal do PT-SP Ivan Valente; o articulista da Folha de São Paulo e professor de Filosofia da Unicamp, Roberto Romano, e a professora de Sociologia da UFRJ e também ex-vice-presidente do Andes-SN, Miriam Limoeiro Cardoso. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) fica no Largo de São Francisco, no Centro.

DIRETORIA DO ANDES-SN CONVIDA VILHENA E PROVOCA PROTESTOS

Como é tradição no movimento docente, a organização do Conad é, inicialmente, feita por uma comissão onde participam membros indicados pela Direção Nacional e pela Seção Sindical local. Entre vários assuntos, discutidos com bastante tranquilidade pela Comissão Local, foi deliberada uma lista de convites para participação no Conad, onde não foi incluído o atual ocupante da Reitoria na UFRJ. Nomeado interventor pelo MEC, sua atuação tem se pautado pelas tentativas de implementação da política educacional do governo, de efeitos nefastos para nossa instituição. Além disto, recentemente, a administração da UFRJ reteve a contribuição sindical dos docentes da UFRJ, num ato de represália política inaceitável.

Foi com profunda indignação que recebemos um relatório da reunião da Diretoria do ANDES-SN, de 08/

06, com a presença do Presidente, Renato de Oliveira, do Secretário Geral Osmar Marchese, do 1º Secretário Márcio Pereira, onde encontramos a deliberação da Direção Nacional de convidar o atual reitor da UFRJ para a cerimônia de abertura do Conad. Isto foi posteriormente confirmado pelo ofício 243/99.

Imediatamente a Diretoria da Adufrj-SSind enviou nota protestando contra mais este atropelo ao movimento docente e aos mais elementares procedimentos democráticos. A própria Comissão Local, com a participação de representantes da Direção Nacional, também protestou, por unanimidade, contra este ato descabido que em nada contribui para fortalecer nosso sindicato. Até o fechamento do nosso Boletim não havia resposta nem à Adufrj, nem à Comissão Local.

Diretoria da Adufrj-SSind



Grande baile em comemoração dos 20 anos da fundação da Adufrj com Orquestra Cuba Libre

25 de junho, sexta-feira, 22h, no Clube Ginástico Português

Av. Graça Aranha, 187 - 2º andar - Salão Nobre - Centro

Ingressos a R\$ 10, buffet incluído

Assembléia Geral

18 de junho, 13h
Auditório da Escola de Serviço Social

- Ação judicial contra o não recolhimento da contribuição sindical pela reitoria
- 38º Conad:
- 1. Teses da Adufrj
- 2. Escolha de delegado e observadores
- Autonomia

MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA UFRJ POR DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO IFCS

Não bastasse a crise pela falta de financiamento adequado por parte da União, está para cair sobre os ombros da UFRJ uma ação civil pública motivada pela precariedade em que se encontra o prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) – um imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com o representante dos estudantes no Consuni José Carlos Madureira, a universidade, através de seu Escritório Técnico, tem até o dia 20 de junho para apresentar um projeto de restauração daquele prédio, que deverá ser realizada em prazo de um ano. Caso contrário, a UFRJ receberá multa diária de R\$ 1 mil pela não-conservação do bem público tombado.

O processo teve início em novembro de 96, quando o Ministério Público Federal (MPF), no uso de suas atribuições “para defesa (...) de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional” solicitou ao IPHAN uma vistoria técnica do imóvel – antiga Escola Nacional de Engenharia. Ficou constatado então que a UFRJ infringiu sua obrigação legal de não fazer quaisquer obras de reparação, pintura ou restauração sem a prévia e especial autorização daquele órgão federal. Em julho de 97, foram iniciadas e executadas algumas obras de restauração do pórtico e vestíbulo do bem tombado, mas de forma incompleta, e, em nova vistoria realizada em maio de 98, o IPHAN constatou a inércia da ré (a UFRJ) na conservação e manutenção do prédio e ainda se concretizou uma pintura que comprometia a visão do conjunto, contrariando as orientações do IPHAN.

Em dezembro do ano passado, em correspondência enviada ao MPF, a atual direção do IFCS (sob gestão da professora Neyde Theml) informa que não foi inteirada pela direção anterior (professora Yvonne Maggie, atualmente responsável pela Editora da UFRJ) dos convênios e atos de reforma do prédio, mas confirmou o estado precário do imóvel.

DOIS PERÍODOS SÃO PREFERÊNCIA PARA A MAIORIA NOS CONSELHOS DE GRADUAÇÃO E PÓS

Falta pouco para os colegiados CEG e CEPG terminarem uma proposta de resolução sobre a aplicabilidade das Leis N° 9.394/96 e 9.678/98, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas, a carga horária discente e a carga horária docente. O texto deve sofrer uma última avaliação no próximo dia 23 e, enfim, descer para as unidades acadêmicas para ampla discussão na comunidade universitária. No encontro do dia 11, em debate preliminar, venceu por 12 votos a 5 a idéia de se permanecer com as atuais duas entradas de estudantes por ano na questão da periodização. Outro ponto que se promete polêmico diz respeito à carga horária docente semanal. Reza o artigo 11 que a carga semanal

média do professor deverá ser igual ou superior a 8 horas de aulas, calculado como a razão entre o total de horas de aula ministradas no ano letivo e o número de 40 semanas. No parágrafo primeiro do mesmo artigo, está escrito que, para efeito de cumprimento da carga horária mínima obrigatória, a carga horária média semanal em disciplinas teórica, prática ou teórico-prática deve ser igual ou superior a 4 horas (sendo que, pelo menos, 2 horas), em disciplinas de graduação. Na tomada de posição preliminar do CEG/CEPG, a opção “sendo, pelo menos 2 horas” teve 11 votos e a opção “4 horas, em disciplina de graduação” teve 8 votos.

REITORIA CONTINUA OMISSA EM RELAÇÃO À MENSALIDADE DA ADUFRJ

Até a presente data não recebemos nenhuma explicação sobre a ausência da consignação da Adufrj no mês de maio nem sobre o nosso pedido de não acumular os dois descontos no mês seguinte. Na Assembléia Geral desta sexta-feira estará em pauta a decisão de uma ação judicial contra a administração da UFRJ por mais este abuso.

Diretoria da Adufrj

MOVIMENTOS ORGANIZAM MANIFESTAÇÃO DURANTE CIMEIRA

O Fórum Estadual de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania já começou a se organizar para realizar uma grande manifestação no dia 28 de junho – em paralelo com a Cimeira, evento dos chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia. A manifestação terá caráter nacional, contando com a participação de lideranças sindicais e partidárias, de estudantes e sem-terra. É fundamental o empenho de todos para construir um grande protesto exigindo a renúncia de FHC e a saída do FMI.

Anote



Adufrj sediará o 38º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN, de 25 a 27 de junho. A abertura do evento será no dia 25, às 14h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária. A programação seguirá nos dias 26 e 27, no Othon Palace, em Copacabana. Confira a programação e acompanhe o evento no site da AD (www.alternex.com.br/~adufjrj)

A Escola de Música da UFRJ já tem programada para o dia 22, uma homenagem aos 150 anos do compositor Frederic François Chopin. O evento, coordenado pela pianista Sônia Goulart, terá na parte artística alunos-pianistas do curso de graduação executando obras de Chopin e comentários do professor Mordehay Simoni sobre “As origens, a vida e a obra do gênio”. Quem vai merecer um programa da série Tributos no próximo dia 23, será o compositor brasileiro Villa-Lobos. Já no dia 25 é a vez do projeto “O Piano na Música de Câmara” mostrar Haydn; Gnatalli, Debussy e Honegger. Todos os programas terão lugar no Salão Leopoldo Miguez, na Rua do Passeio, 98, às 18h30, com entrada franca.

Seminário

Descrição, imaginação e estranhamento cultural são alguns dos temas do seminário “Viajantes, visitas e encontros – interpretações do Brasil” (2ª parte). O evento ocorre na Fundação Casa de Rui Barbosa, na Rua São Clemente, 134, no próximo dia 18 de junho. A programação começa às 9h, com o tema “Estrangeiros no Brasil”, prossegue às 14h com uma palestra sobre Euclides da Cunha e termina às 15h, tendo como assunto “Brasileiros no exterior”.

Adufrj promove encontro preparatório para o III Congresso Nacional de Educação

A Adufrj está promovendo, nesta quarta-feira, 24 de novembro, às 17h30, na Escola de Serviço Social, uma reunião aberta para discutir a participação da entidade no III Congresso Nacional de Educação (Coned), que estará acontecendo no período de 2 a 5 de dezembro, em Porto Alegre. O objetivo principal desta reunião na ESS é reorganizar o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj.

Conselheiros pedem revisão de calendário

Foi adiada a aprovação final pelo Consuni do novo calendário acadêmico da UFRJ. Vários conselheiros se pronunciaram contrariamente à proposta CEG/CEPG e outros tantos não se sentiram suficientemente esclarecidos sobre seus itens. Para enrolar ainda mais a situação, o colegiado máximo não ficou à vontade para deliberar sobre o calendário sem discutir também a resolução conjunta dos colegiados que adapta a universidade à LDB e seus “200 dias de trabalho acadêmico efetivo”.

Três fatores contribuíram para esse desfecho. A Comissão de Ensino e Títulos, que deveria elaborar o parecer sobre o calendário não conseguiu quórum mínimo para debater a questão e o decano do CCS e também presidente dessa comissão, Sérgio Fracalanza, acabou emitindo apenas uma opinião e lançando dúvidas. Em segundo lugar, a bancada dos estudantes no Conselho Universitário pediu vistas ao processo antecipadamente ao parecer de Fracalanza

– que deve ser elaborado no dia 22/1. Finalmente, foi encaminhado pelo também representante dos alunos no CEG, Felipe Marun, um recurso ao Consuni para discutir a nova regulamentação acadêmica definida nos colegiados de ensino.

Além desses entraves legais, várias dúvidas sobre o novo calendário mobilizaram a plenária. Férias de professores já marcadas para o mês de fevereiro (o calendário prevê o dia 7/02 como início das aulas), ingresso na UFRJ dos alunos recém-saídos do vestibular depois do 7 de fevereiro, a falta de previsão dos sábados como dias letivos (realidade em algumas unidades), a falta de um intervalo de tempo razoável entre os blocos de aulas para registro dos atos acadêmicos e, principalmente, a ausência de um planejamento curricular de todas as unidades para adaptação aos novos períodos modulares se transformaram nos questionamentos mais comuns dos conselheiros. A representante dos técnico-administrativos Ana Maria Ribeiro era uma das mais

revoltadas: “Imagine o fulano que vai fazer o vestibular nesse domingo (dia 21). Se viesse me pedir conselho sobre como está a UFRJ, eu diria que ele talvez comece as aulas no dia 7 de fevereiro, ou talvez comece em abril. Mais: ainda não se sabe que disciplinas serão oferecidas, porque isso ainda está sendo discutido por lá. Não podemos apresentar essa proposta. Não tem lógica acadêmica isso”, comentou

Representando o CEG/CEPG, o sub-reitor Antônio Figueiredo, procurou defender como pôde a regulamentação proposta. De acordo com o sub-reitor, a LDB não define “trabalho acadêmico efetivo” e o artigo 207 da Constituição, que trata da autonomia das universidades, dá liberdade para a UFRJ interpretar essa expressão e suas implicações. Figueiredo insistiu que a resolução e o calendário vão ajudar a construir uma nova universidade, apesar de seus problemas normais de transição. Difícil vai ser convencer os conselheiros. Na próxima sessão do Consuni (dia 25), todas essas questões estarão de volta.

Professores não querem implantação de calendário nos moldes da resolução CEG/CEPG

A nova periodização dos cursos da UFRJ repercutiu também na assembléia da Adufrj, dia 17, na Praia Vermelha. Os professores foram unânimes em discordar da interpretação restritiva da LDB feita pelo CEG/CEPG ao reconceituar “trabalho acadêmico efetivo” como aula.

A entidade deverá indicar ao Consuni o reexame da resolução CEG/CEPEG para que a mesma se coadune ao preceito do art. 47 da LDB referente ao trabalho acadêmico efetivo e o estabelecimento de um calendário exequível para discussão pelas Unidades e Departamentos da Resolução CEG/CEPEG.

Os professores vão reivindicar que a reitoria não implante, no 1º período de 2000, o calendário aprovado pelo CEG/CEPEG. Segundo os docentes, esta medida se justifica porque existem problemas de ordem operacional que inviabilizariam a implantação. Há casos de professores e estudantes que, por exemplo, já marcaram férias ou assumiram compromissos

(cursos de férias etc.) no mês de fevereiro de 2000. Também as férias coletivas dos professores em janeiro inviabilizariam o planejamento das atividades e levariam à improvisação de mudanças curriculares, com sérios prejuízos acadêmicos para a universidade.

A assembléia aprovou, também, o nome do professor e diretor da entidade, Roberto Leher, como delegado da Adufrj ao 39º Conad do Andes Sindicato Nacional que acontece neste fim de semana, em Curitiba. Como observadoras participarão as professoras Cleusa dos Santos, da Escola de Serviço Social e Maria Cristina Miranda da Silva, do CAP.

Foi aprovado o adiamento para o mês de dezembro da implantação da redução da mensalidade da Adufrj de 1% para 0,8%, em função dos problemas surgidos na implantação para o mês de novembro. Sobre as propostas de compensação do valor descontado em novembro não houve deliberação conclusiva.

INDC e Instituto de Psiquiatria também são tombados

A Assembléia Legislativa agiu de novo. Depois da casa de espetáculos Canecão, o Instituto de Neurologia Deolindo Couto (INDC) e o Instituto de Psiquiatria foram tombados, por unanimidade, na quarta-feira, 17. O INDC, por determinação do reitor, estava com alocação prevista para o Fundão. Apesar do resultado da votação da Alerj, o professor Vilhena já avisou que não pretende desistir da transferência. De acordo com Vilhena, o atual prédio do Instituto funcionaria como um centro cultural. Para o deputado Paulo Pinheiro (PT), mesmo que não se evite a mudança da unidade para o Fundão, o tombamento inviabiliza qualquer proposta da reitoria de entregar o prédio à especulação imobiliária. O projeto será enviado semana que vem ao governador Anthony Garotinho para ser sancionado.

Sub-reitores justificam problemas no cadastramento para a Ged

Desde sábado (dia 13) pela manhã, estão disponíveis no Sigma - Sistema de Gerenciamento Acadêmico - todas as planilhas para a incorporação de dados da Ged. Para tentar facilitar a atividade de cadastramento no Sigma, o sub-reitor de Ensino e Graduação, Aníbal Gil Lopes, deu autorização, em caráter excepcional, para os professores utilizarem os Laboratórios de Informática da Graduação (LIGs) – ligados à rede. Sobre as reclamações de que o acesso ao aplicativo estaria sendo negado ou estivesse muito lento, o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio Figueiredo, esclareceu que o problema estaria no servidor, cujo equipamento, segundo ele, vai ser trocado no início da próxima semana (21 a 27/11).

O professor que ainda não se cadastrou deve se apressar, pois a coleta de dados para a atribuição da gratificação termina em 30 de novembro. A página desse aplicativo na Internet é: www.sigma.ufrj.br. De acordo com um dos representantes da comissão local de avaliação da Ged, professor Fernando Alves Rochinha, o cadastramento em toda a UFRJ melhorou e, até o dia 16, aproximadamente 1,8 mil docentes já estavam devidamente registrados no sistema Sigma.

Enquanto o CCS e o Museu Nacional lideram o número de cadastramentos, a Faculdade de Direito e a de Administração estão preocupando a comissão local. Rochinha explica que a idéia de aproveitar os equipamentos das decanias não foi adiante justamente porque se percebeu que o cadastramento aumentou significativamente. “Isso não quer dizer que a gente se acomodou. Estamos mapeando e buscando resolver as dificuldades encontradas”, disse. O professor reafirmou a necessidade de os professores não deixarem o cadastramento para última hora.

Mais uma vez também, o professor Rochinha fez questão de frisar que os professores devem declarar toda sua produção acadêmica e não apenas aquela necessária para alcançar a pontuação máxima da Ged em cada item. “Mesmo o aposentado, que tem sua gratificação limitada a 60%, mas ainda está com vida acadêmica ativa, deve se cadastrar no Sigma para promover seu trabalho e seu departamento”, comentou.

Ged repercute na imprensa

Na Coluna do Servidor, em O Dia, de 17/11, o jornalista Marco Aurélio Reis critica duramente o artifício da Ged. “O Ministério da Educação está conseguindo desagradar ainda mais aos professores com sua Gratificação de Estímulo à Docência (Ged), benefício obtido pelos docentes no ano passado após 100 dias de greve. A Ged só vem após avaliação anual. Portanto, professores que ingressaram no período após a avaliação de 98 estão há mais de um ano sem recebê-la. E há casos de quem foi avaliado ano passado e ficou com a Ged menor que a de outro docente em situação acadêmica idêntica”.

Nem os técnicos da SR-2 conseguem acesso ao Sigma

Apesar das informações dadas pelos sub-reitores de que o sistema está funcionando, não é esta a situação vivida nas várias Unidades da universidade. Foram muitas as reclamações ouvidas pela reitoria, na última sessão do Consuni.

Um exemplo de que o sistema é bastante frágil foi a experiência vivida pelos docentes da Escola de Serviço Social. Com o objetivo de informar os professores sobre o acesso ao sistema Sigma, que será obrigatoriamente utilizado para preenchimento *on line* do formulário da Ged, a reitoria organizou uma reunião com professores da Escola e também de outras unidades da Praia Vermelha.

Dois técnicos da equipe da SR-2 que gerencia a implantação do Sigma forneceriam informações que - em tese - possibilitariam a alimentação do formulário da Ged. Montou-se uma operação para demonstrações no telão, através do *data show*. Não foi ainda desta vez, entretanto, que os professores puderam afinal saber como acessar o sistema, pois tudo que viram foi apenas a tentativa frustrada de conectar o Netscape 4.5, *browser* que permitiria carregar o programa. O acesso ao sistema não foi possível.

Outros problemas, além da dificuldade de aces-

so ao sistema, parecem não ter sido ainda resolvidos, e nem mesmo percebidos, pela SR-2. Perguntados sobre o prazo que o diretor de unidade teria para enviar à SR-2 os dados recebidos dos professores, os técnicos da SR-2 informaram que seria o mesmo prazo que os professores têm para o preenchimento do formulário, isto é, 23:59 horas do dia 30/11/99. Isto evidentemente não é possível, pois, se o diretor de unidade receber dados enviados no limite do prazo, ele não será capaz de repassá-los para a SR-2 dentro do prazo.

É muito preocupante que, já tão perto da data limite para preenchimento do formulário, a SR-2 ainda não tenha resposta para estas questões tão elementares a respeito do Sigma. O pior de tudo, entretanto, é verificar que os próprios responsáveis pela implantação do sistema não conseguiram nem mesmo acessá-lo, numa reunião cujo único objetivo era ensinar os professores a utilizar o sistema.

Se até agora ainda não foram sanadas essas dificuldades de acesso ao Sigma - já constatadas pelos professores que têm tentado preencher o formulário Ged -, como manter o dia 30/11 como prazo para os professores?

Resenha

Destaque

A editoria Vozes lançou, no último dia 16, *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, edição da Coleção Zero à Esquerda organizada por José Luíz Fiori. Entre os colaboradores, figuram os professores Aloisio Teixeira e Maria da Conceição Tavares.

Inflação é realidade

Causaram indignação as críticas do presidente Fernando Henrique na última semana aos aumentos produzidos pelos empresários que estariam trazendo de volta o fantasma da inflação. Isso porque o Índice do Custo de Vida (ICV), calculado pelo Dieese, mostrou que a inflação deste ano foi puxada pelos preços públicos. Do índice médio de 7,27% de janeiro a outubro, os preços públicos ou controlados pelo governo respondem por 17,21%, os preços oligopolizados (produtos fabricados por poucas empresas) subiram 15,98% e os concorrenciais aumentaram 3,98%. É o governo utilizando o famoso provérbio “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

CEG quer mais estágio nos campi

A carga horária de estágio dos estudantes está preocupando os conselheiros do CEG. Embora não esteja estabelecido em qualquer resolução, o colegiado sugere que o aluno não dedique mais do que quatro horas diárias a uma atividade desse tipo. Infelizmente, a realidade se mostra bem diferente. Muitos chegam a realizar até oito horas diárias de estágio. Ficou a conclusão de que a UFRJ deveria oferecer mais opções desse tipo dentro de seus campi para tentar minimizar as relações exploratórias do atual mercado de trabalho.

Adufrj recorre à Justiça para garantir envio de dados da Ged por escrito

Nem mesmo a utilização de um novo provedor para o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma) acalmou os ânimos dos professores que tiveram ou estão tendo que perder algumas horas de sono ou trabalho para preencher as planilhas com os dados para a avaliação da Ged99. O novo equipamento - que tem o dobro da capacidade em termos de velocidade e capacidade de recepção de informações - entrou no ar na madrugada do dia 22, mas não foi suficiente para atender os mais de 700 acessos simultâneos. O Sigma permanece lento e exige um equipamento pessoal sofisticado quando, em algumas unidades, o professor não tem sequer um modesto microcomputador disponível para o acesso, como é o caso da Faculdade de Medicina.

Não só os problemas declarados pela própria reitoria e pela comissão chegaram ao conhecimento da diretoria da Adufrj. Muitos sindicalizados procuraram a entidade para que alguma medida concreta fosse tomada em relação ao procedimento de avaliação da Ged na UFRJ. A assessoria jurídica da Adufrj está preparando um mandado de segurança coletivo para garantir que o professor possa entregar os dados da Ged por escrito e que a Comissão prorogue os prazos para o cadastramento.

A diretoria da entidade enviou na segunda-feira, 30, um requerimento solicitando da comissão local as seguintes providências:

1 - a dilatação dos prazos para a efetivação do fornecimento de dados para o cadastramento da Ged; 2 - que seja facultado aos docentes a entrega das citadas informações na forma escrita, garantindo-se assim o acesso para a totalidade dos docentes; 3 - seja expressamente ressaltado pela comissão que nenhum professor da UFRJ será prejudicado em seu legítimo direito devido a dificuldades de caráter meramente operacional; 4 - por fim, em face da exiguidade de tempo, requer seja a presente solicitação analisada no prazo máximo de 24 horas.

Consuni

Na última sessão do Conselho Universitário, o representante da Escola de Engenharia, professor Oscar Rosa Mattos, encaminhou à reitoria duas solicitações de sua Congregação: que os prazos para a coleta de dados, já adiados, fossem novamente revistos (medida já acatada pela comissão) e que a reitoria ou a comissão garantissem ao professor um programa *off-line* para o preenchimento e envio por correio eletrônico. Embora reconhecendo a necessidade do Sigma como banco de dados da produção acadêmica, vários conselheiros manifestaram grande irritação com a vinculação do sistema - que, se-

gundo reconheceu a própria reitoria, ainda é uma versão nova e em experimentação - com a captação de dados para a Ged.

Diante da reclamação generalizada dos professores, o sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, disse que o processo de coleta não prejudicará ninguém, mas, ao mesmo tempo, reconheceu que há a dificuldade do término do processo em consequência de atributos predatórios do próprio programa. "Havia duas possibilidades - ou começávamos todo o processo ou continuávamos", disse, referindo-se às dificuldades de acesso apresentadas no início do cadastramento. O sub-reitor decidiu levar o Sigma-Ged adiante, mesmo sabendo das dificuldades com as máquinas, infra-estrutura dos departamentos e dos "engarrafamentos" pelo fluxo e uso do provedor.

Segundo o professor que responde pela comissão local de avaliação, Fernando Rochinha, o Sigma não é uma novidade, pois foi utilizado na captação de dados e trabalhos durante a XXI Jornada de Iniciação Científica, neste ano, e foi escolhido como o meio para o cadastramento da Ged por ser um sistema que possibilita o cruzamento das informações que o docente vai fornecer com os dados já registrados no departamento. Isto evitaria, em princípio, as distorções ocorridas nos relatórios de trabalho que os professores entregaram, no ano passado, em papel, à comissão.

As tais "distorções" também propagadas pelo sub-reitor Figueiredo durante o Consuni não vieram à tona nem puderam ser analisadas pelos colegiados porque a reitoria não divulgou o relatório da Ged98. Esta parece ser a principal justificativa da reitoria para não permitir que a comissão aceite que o docente entregue seus dados para a avaliação em papel ou em disquete.

Medidas

A comissão local, diante do número de reclamações, resolveu adiar novamente os prazos para envio de dados para a Ged e para a homologação, também *on-line*, dos chefes de departamento ou dirigentes das Unidades.

Os novos prazos são: dia 3 de dezembro até às 23h59 para os dados referente às atividades de ensino, e dia 9 de dezembro até às 23h59 para as informações sobre a produção intelectual e homologação pelos diretores e chefes.

Segundo Fernando Rochinha, além do adiamento, a comissão vai solicitar a compra de novos equipamentos para as Unidades menos capacitadas tecnologicamente

e vai abrir novas linhas de acesso. Para o professor, o anel de fibra ótica que liga os cabos do sistema interno da UFRJ pode não estar totalmente implementado, o que resultaria em Unidades com menor capacidade de acesso do que outras.

Medidas como a interrupção do acesso para fornecimento de dados anteriores ao ano de 1998, para liberar o provedor para os que ainda não conseguiram efetuar o cadastramento para Ged, também estão sendo pensadas pela comissão, disse Rochinha.

Pool de digitadores

A comissão recomenda aos diretores de Unidades e chefes de departamento que organizem grupos de digitadores para receber os dados dos professores que não conseguirem se cadastrar através da rede. Segundo Rochinha, a comissão já havia sinalizado aos dirigentes que fornecessem o próprio formulário de módulos do Sigma-Ged para organizar o cadastramento nas Unidades através do que chamou de *pool* de digitadores. Rochinha diz que a comissão não tem condições de aceitar a proposta de produzir um formulário padrão que poderia ser preenchido pelo professor tanto em papel como em disquete. Lamentando os transtornos causados pelo sistema, o professor pede paciência aos professores e diz que há um compromisso da comissão de que não vai haver prejuízos. O endereço da comissão é caad@sr2.ufrj.br.

Orientações da Adufrj

A Adufrj recomenda que todos os professores, mesmo aqueles que tenham preenchido o formulário eletrônico, preencham por escrito um relatório de atividades que siga o roteiro da Pontuação para a GED da comissão da UFRJ (a pontuação que está na *home page* da UFRJ: www.ufrj.br), e entreguem este relatório ao chefe de departamento para que este o encaminhe à comissão da GED (como foi feito no ano passado). O professor deve ficar com algum registro de que entregou o relatório ao chefe de departamento. Este encaminhamento se justifica porque: o acesso ao sigma é extremamente difícil, o sistema não permite correções em alguns casos, não diz como os dados informados pelo professor foram interpretados, não dando retorno sobre a pontuação relativa a estes dados, e não dá comprovante das informações enviadas, com a respectiva pontuação. Ao entregar o formulário por escrito, o professor estará cumprindo, nos termos da lei, a exigência do prazo em que deve prestar a informação à UFRJ.

Aula só em março

Nem sim, nem não. O Conselho Universitário alterou a proposta de calendário formulada nas reuniões conjuntas dos Conselho de Ensino em Graduação (CEG) e Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG) – que previa o início do ano letivo para fevereiro –, mas classificou como interessante e viável já para o segundo semestre de 2000 a idéia – também daqueles colegiados – de nova regulamentação acadêmica para a universidade. A solução final do Consuni aparentemente impede uma crise entre os conselhos superiores da UFRJ e dá tranqüilidade para os professores iniciarem suas aulas após o mês de fevereiro.

No calendário aprovado na última sessão do Consuni (25/11), o ano letivo será dividido em dois períodos – não se fala mais em cem dias letivos para cada período, nem em módulos. As aulas começam em 13 de março e vão até 14 de julho no primeiro semestre e reiniciam em 31 de julho e seguem até 22 de dezembro. Para contemplar as necessidades de cursos que já realizam 40 semanas ou mais de ensino, como a Medicina, as unidades que necessitem de uma antecipação do início das aulas devem comunicar o fato aos colegiados CEG/CEPG.

Para quem fizer as contas, o primeiro semestre contará 18 semanas contra 21 do segundo. No entendimento do técnico-administrativo Roberto Gambine, essa diferença deixa sinalizado que o Consuni aceita as modificações propostas pelo CEG/CEPG já na segunda parte do ano letivo que vem. Nesse sentido, foi aprovada uma outra resolução em que se determina um estudo de adaptação à nova regulamentação acadêmica. Unidades ou órgãos suplementares devem apresentar ao CEG/CEPG, em até seis meses (25 de maio é a data-limite), seus projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação dentro dos termos da nova regulamentação. A resolução conjunta CEG/CEPG previa anteriormente um prazo de implantação de até 24 meses. Essa diferença provocou os votos contrá-

Reunião dos professores novos 10/12, às 17h na Escola de Serviço Social

A Adufrj-SSind convida todos os professores novos que ainda não recebem os 60% da Ged para participar desta reunião. De acordo com a comissão local da UFRJ, mais ou menos cem professores que ingressaram após a avaliação passada já estariam recebendo a Ged no contracheque de novembro. Participe.

os de quatro representantes estudantis, que preferiram o prazo maior. Segundo o sub-reitor Antônio Figueiredo, essa segunda resolução do Consuni foi positiva porque permitirá antecipar aos colegiados uma “fotografia” do que as unidades ou órgãos suplementares querem para seu futuro acadêmico. Desse modo, possibilita os colegiados de ensino pensar na aplicação ou não dos dispositivos apresentados. Resta saber se as festas de fim de ano somadas ao período de férias dos docentes não vão tornar esse prazo de seis meses insuficiente para as devidas discussões.

Sábados

A classificação do sábado ou não como dia letivo mais uma vez mobilizou a plenária do Consuni. O colegiado entendeu que o sábado só é utilizado para ensino de algumas disciplinas de determinados cursos. Esse reduzido percentual de atividade acadêmica da UFRJ, para o Consuni, não poderia ditar a regra para a universidade inteira. Ainda mais porque, segundo a resolução conjunta CEG/CEPG, “os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividade de ensino regular na universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas.” Os conselheiros passaram, então, a pedir, pelo menos, a abertura das bibliotecas aos sábados. O reitor se comprometeu a estudar essa possibilidade – para isso, seria necessário um escalonamento dos horários dos técnicos ligados às bibliotecas.

CEG/CEPG/Consuni

Finalmente, na mesma sessão, ficou acertada uma reunião conjunta CEG/CEPG/Consuni para o próximo dia 2/12 para esclarecer dúvidas em torno da nova regulamentação acadêmica. Pontos polêmicos da resolução conjunta não devem ser alterados para o ano 2000, uma vez que o sub-reitor Figueiredo anunciava a publicação do documento tal como estava para o dia 30/11.

Qual a contrapartida?

O Iate Clube e a Prefeitura da UFRJ (setor Praia Vermelha) fecharam um convênio recentemente. Pelo acordo, publicado em nota do boletim do clube, o Iate ganha 50 credenciais para seus funcionários estacionarem no campus da universidade e ainda recebe mais quatro estagiários da área de Informática para trabalhos em suas dependências. Em “troca”, estes estagiários estariam aprimorando o nível de conhecimento dos funcionários do clube.

Adufrj promove debate A periodização do ano letivo na UFRJ e a LDB

Participantes:

Aníbal Gil Lopes

(Sub-Reitor de Ensino de Graduação)

Antônio Cláudio

(Escola de Engenharia/conselheiro do CEG)

Mario Luiz Possas (IE)

Adufrj, Sintufrj e DCE

7/12/99 (terça-feira),

às 10 horas, no Auditório do CT

Assembléia Geral

Data: 1º de dezembro, quarta-feira, às 18 horas, no Instituto de Psicologia

Pauta:

- 1. Ações judiciais relativas a:**
 - **Cadastramento e envio do relatório de atividades referente à Ged/Sigma;**
 - **A Ged dos professores novos e afastados total ou parcialmente para qualificação;**
- 2. Periodização do trabalho acadêmico e LDB.**

Segundo tombamento gera revolta no CEPG

A reitoria foi duramente criticada na reunião do CEPG (dia 19/11). O conselheiro Carlos Vainer não aceitou passivamente o segundo tombamento (INDC e Instituto de Psiquiatria) dentro da UFRJ. “Cadê a Procuradoria? Cadê o Conselho Curador? O patrimônio tem que ser defendido. Daqui a pouco, esses dirigentes vão embora e a universidade fica aí sem seu valioso patrimônio”, afirmou.

Adufrj consegue liminar que garante direitos do docente no processo Ged

A Adufrj conseguiu que a Juíza Federal Simone Schreiber despachasse liminar determinando a suspensão do prazo fatal fixado pela UFRJ para entrega dos relatórios dos docentes com dados relativos à avaliação da Ged99. A liminar assegura também, que os relatórios possam ser entregues por escrito e que a instituição emita um recibo no ato da entrega do relatório, resguardando o professor de eventuais falhas do sistema (Sigma), desaparecimento de dados, e para eventual interposição de recurso administrativo caso a pontuação final não esteja de acordo com os dados que foram apresentados.

A liminar da Juíza da 29ª Vara determina ainda que a universidade apresente alternativas "mais racionais" para a elaboração e entrega dos relatórios, "assegurando-se emissão de recibo" no ato de entrega dos mesmos. Esta ação também obriga a UFRI a dar ampla divulgação da liminar inclusive através da Internet. à seu corpo docente".

O representante da comissão local da Ged, Fernando Rochinha, disse, no início da tarde da segunda-feira, 6, que a universidade vai cumprir a determinação da Justiça, apesar de considerar que a medida "poderá atrapalhar a vida do docente". Rochinha disse que 90% dos professores, dados da manhã do dia 6, já haviam se cadastrado ao sistema e, destes, 85% já teriam enviado os dados referente ao módulo de ensino aos seus dirigentes. Isto não significa, no entanto, que estes professores já concluíram todo o processo, já que o módulo sobre produção intelectual é o que vem apresentando, na maioria dos casos, mais problemas para o preenchimento no sistema informatizado, *on-line*.

Juíza critica administração

Quanto ao procedimento da UFRJ, a liminar diz o seguinte: "É evidente que o corpo docente da universidade deve ter condições materiais, prazo suficiente

e informações necessárias, para que possa produzir tal relatório de atividades, a cada ano. A narrativa candente da petição(...), corroborada com documentação (...), evidencia que os procedimentos eleitos pela reitoria da UFRI são de difícil execução, especialmente no prazo assinado, que por sinal termina rio dia de hoje (3;12)".

No, terceiro parágrafo da liminar, a magistrada é enfática: "Não lia lógica em que os professores sejam vitimados por não conseguirem cumprir normas procedimentais de difícil acatamento...".

Entre outras "irracionalidades" da coleta de dados do Sigma, a liminar diz que o prazo final deve ser adiado até que sejam apresentadas pela UFRJ alternativas mais racionais (não é razoável, por exemplo que o docente não possa armazenar dados em seu computador e tenha que reiniciar toda a operação a cada vez que o sistema cai)... .

Consuni antecipa início de segundo semestre letivo

Houve uma pequena modificação no calendário aprovado pelo Conselho Universitário em sua última sessão. As aulas só começam em 13 de março (salvo as unidades que quiserem iniciar seu período letivo antes), tuas o final do primeiro período foi antecipado em uma semana. O término está marcado para o dia 7 de julho e o segundo período recomeça no dia 24 do mesmo mês. No calendário anterior, as aulas terminavam no dia 14 de julho e o reinício estava previsto para 31 de julho. Assim como antes, a UFRI finaliza suas atividades de 2000 em 22 de dezembro.

Para quem fizer as contas, a universidade terá 17 semanas (82 dias úteis) no primeiro semestre letivo contra 22 do segundo (104). Os conselheiros promoveram essa pequena alteração para viabilizar a implantação dos módulos nas unidades que assim o desejarem. O primeiro bloco iria de 24 de julho a 5 de outubro (perfazendo 50 dias úteis) e o segundo bloco, de 16 de outubro a 22 de dezembro (47 dias). O intervalo entre esses módulos para a realização dos atos acadêmicos pelo DRE ganhou um período superior a uma semana por conta do feriado de 12 de outubro.

Mais unia vez, o sub-reitor Antônio-Figueiredo

explicou que nenhuma Unidade da UFRI está obrigada a aceitar a divisão modular. "A resolução conjunta CEGICEPG abre a possibilidade para quem quiser ou não fazê-lo. O trabalho das Unidades que estão preparando uma reforma curricular não será perdido. E apenas transferido para 200012", comentou.

Reunião conjunta CEG/CEPG/Consuni

Transcorreu num clima de bastante cordialidade a reunião conjunta CEG/CEPG/Consuni para esclarecimentos sobre a nova regulamentação acadêmica da UFRI. Na verdade, antes de ser unia espécie de "sabatina" de cada item da resolução, a sessão tratou mais do "espírito" do documento. O CEG não compareceu (à exceção de algumas presenças isoladas) por acreditar que devia se reunir antes com o CEPG para articular suas respostas. Outro fator que contribuiu para esvaziar essa discussão foi o adiantado da hora - a sessão normal do Consuni demorou e, quando se formou a reunião conjunta, muitos conselheiros do colegiada máximo da universidade abandonaram o salão.

O representante dos adjuntos do CCMN, Flávio Dickstein, manifestou sua total falta de

credibilidade na idéia de que a resolução possa modificar para melhor a UFRI. "Para mim, ela é inócua porque não se mexeu em pontos realmente importantes das práticas desta universidade"; comentou, referindo-se à qualidade do ensino, ao desencontro entre os anseios dos alunos e os interesses dos docentes, ao ciclo básico abandonado e ao processo Ged, entre outras críticas.

Os demais conselheiros preferiram dar um crédito à regulamentação, mas também levantaram a possibilidade de "armações" que podem ser criadas com as flexibilizações introduzidas. Do mesmo modo, foi questionada a obrigatoriedade de aula-tia graduação para professores que não têm vocação para isso. Aloísio Teixeira, representante do CCJE, contentou que conhece docentes ótimos na pós-graduação, mas que não funcionam (ou não funcionariam) na graduação.

O conselheiro do CEPG Carlos Vainer comentou alguns pontos. Entre eles: o reconhecimento da disciplina de orientação. "A atividade de orientação tem a mesma dignidade da aula com turma. Não estamos legislando sobre a pilantragem. Essa pode ser feita também com a turma cheia com 50 alunos", contentou.

Consultando base de dados. Aguarde...

Preocupado em apurar a opinião dos docentes sobre os problemas causados pelo Sistema de Gerenciamento Acadêmico - Sigma, o professor da Escola de Engenharia e diretor da Adufrj, Henrique Longo, enviou uma mensagem eletrônica a seus colegas e recebeu respostas que confirmam a insatisfação de grande parte com o Liso do sistema pela reitoria para a coleta de dados para a avaliação da Ged99. Confira algumas das mensagens que certamente refletem a situação vivida pelos docentes da UM, nas últimas semanas, em relação à Ged.

“Prezado Prof Longo,

Hoje de madrugada tentei entrar no Sigma (Ged) em meu computador pessoal. A transferência dos 16.5 Mb do programa Sigma levou cerca de 2 horas. E, para que funcionasse, eu teria que configurar o Netscape 4.5 no meu computador. Resultado: sem que eu fosse bem informado, o download do Netscape alterou várias configurações existentes em meu computador no que se refere à Internet, estou com dificuldades para acessar meu e-mail através do programa que uso, o Outlook Express e. pior. sempre que tentava acessar o Sigma, depois disso (2 tentativas): vinha a tal história de instalar o Netscape...

Desisti, vim para a Coppe e aguardo agora o retorno de meu número de código para só então fazer o logro, etc, etc.”

Atenciosamente

Willy Lacerda

PEC/Coppe” (1/12/99)

“Henrique, tive alguns problemas na semana passada mas esta semana consegui conectar sem muitos problemas para a primeira parte (aulas e orientações). Não consegui acessar publicações.”

Laura. PEC/Coppe (1/12/99)

“Prezado Longo

Ainda não consegui nem mesmo me cadastrar no Sigma. Fiz várias tentativas em dias diferentes e em horários diferentes e todas foram sem suces-

so. Adufrj tem todo meu apoio neste assunto para garantir que os professores não serão prejudicados por causa do Sigma. Um abraço.”

Augusto Cláudio Paiva e Silva -
E E (1/12/99)

“Caro Henrique,

Trabalhando nos horários de 20h às 21h consegui enviar os dados da Ged.”

Fernando Baruqui-DEL/EE (2/12/99)

“Henrique, felizmente, até o momento não tive qualquer problema com o Sigma.”

Antonio Santana - DETIEE (2/12/99)

“Caro Prof Longo,

É muito bom saber que ainda há gente batalhando contra esse absurdo em que se transformou a Ged. Envio em anexo um conjunto de e-mails não muito amistosos que troquei com o sub-reitor sobre esse assunto. Envio para seu conhecimento e autorizo você desde já a fazer uso dessas mensagens para fins de combater esse absurdo.

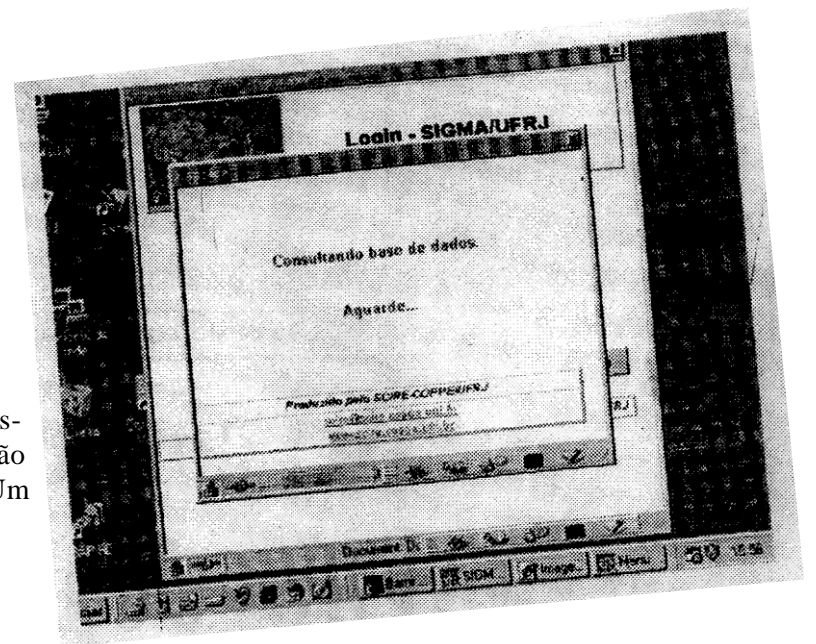
Caros Senhores Burocratas da UFRJ:

É unia hora da manhã e estou aqui, na frente desse computador, tentando me cadastrar no maldito Sigma, para provar que trabalho. Tento isso desde a última semana de outubro, sem sucesso. Já tentei trabalhar nos sábados, nos domingos, nos feriados, nas madrugadas, sempre sem sucesso. (...)

Já são 2 horas da manhã e o maldito sistema continua sem aceitar o meu CPF. Como estou Alugado na rede desde 9:00 da noite de (a essa altura) ontem, já se vão 5 horas de telefone. No mês, já devem ser algumas dezenas de horas, apenas tentando me cadastrar neste moderno sistema da web. (...)

São 3 horas da manhã. A ligação telefônica caiu, sabe-se lá por que, às 2:10. Desde então estou tentando ter a oportunidade de enviar o meti CPF uma vez mais para o cadastramento no Sigma. Infelizmente, o moderno sistema recomeça a “carregar os módulos necessários” e ainda não tive o prazer de reenviar o meti CPF para vocês. A mensagem de erro da rede voltou muitas vezes. Ela pede que eu continue tentando : -).”

José Carlos Pinto, Programa de Engenharia Química/Coppe, atualmente, em período de pós doutoramento na Bahia. (2/12/99)



À Comissão GED/99 da UFRJ Prezados Professores

A Adufrj-SSind tem lutado pelo reajuste salarial devido aos docentes e criticado a remuneração por atividade representada pela ÇED pelas distorções que introduz na vida universitária. A atividade sindical, que justamente, neste momento, combate a GED, não deve receber qualquer pontuação para efeitos desta gratificação. Vimos, por esta razão, protestar contra a pontuação destas atividades para efeito da GED/99 em nossa universidade, o que ocorreu sem que a Adufrj-SSind tivesse sido consultada pela Comissão da GED. Nenhum dos membros da atual diretoria da Adufrj-SSind, assim como os da diretoria anterior, reivindicará qualquer pontuação GED referente à atividade de representação sindical.

José Henrique Sanglard

Henrique Longo Regina Pugliese*

Leila Rodrigues Roedel

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos

Cleusa dos Santos Roberto Leher
Philomena Gebran* José Miguel B.
Saldanha José Antônio Martins Simões
Roberto Houaiss

* Docentes que, embora não recebam pontuação da GED por serem -a primeira- do CAP e -a segunda- aposentada, concordam integralmente com os termos desta nota.

Violência contra servidores do DF choca país

Um morto e quatro feridos gravemente. Esse foi o resultado da violenta reação de despreparados policiais militares a lona manifestação de servidores em Brasília na tarde do último dia 2. O jardineiro José Ferreira da Silva, de 33 anos, faleceu com uma perfuração no pulmão direito causado por um projétil de chumbo. Essa constatação do laudo preliminar do INIL sobre o ocorrido desmente a informação que somente seriam utilizadas balas de borracha, divulgada pela assessoria da PM do Distrito Federal. O documento indicou ainda que havia perfurações de chumbo na sola dos pés, o que indica que pelo menos um dos tiros foi dado enquanto ele estava deitado.

O conflito se estabeleceu quando os trabalhadores (cerca de 500) resolveram impedir a entrada e saída de veículos da empresa de urbanização Novacap para chamar a atenção para o seu problema. Eles queriam manter benefícios sociais obtidos no governo anterior. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Servidores e Empregados do Governo do DF, filiado à CUT. O secretário de Segurança Paulo Castello Branco pediu a desobstrução da passagem, sem sucesso, e chamou a tropa de choque. Ela deveria supostamente atuar com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos de água. Mas isso não aconteceu. Até mesmo o presidente Fernando Henrique Cardoso criticou a polícia do seu aliado político, o governador Joaquim Ronz (PMDB).

Assembléia dos docentes aprova medidas jurídicas

Além do mandado de segurança, a Assembléia Geral da Adutri realizada em 1º de dezembro autorizou a seção sindical a entrar com ações judiciais relativas aos seguintes pontos:

1) Garantir a Ged dos professores novos, nos termos da legislação atual que assegura 6ffii) do valor total da gratificação;

2) Garantir a possibilidade de obtenção da pontuação máxima da Ged nas atividades de qualificação dos professores em pós-graduação *sinete sensu* a partir da avaliação dessas atividades feita pelo orientador e pelo departamento

3) Garantir aos professores afastados a pontuação máxima nas atividades de que foram liberados.

A Assembléia Geral também recomendou que seja solicitado à assessoria jurídica da Adufrj-SSind um estudo sobre outras ações relativas à Ged, em particular no que diz respeito aos itens que já foram apontados na análise da Ged do ano passado.

Quatro mil representantes da educação se reúnem em Porto Alegre

Mais de quatro mil pessoas participaram do 111 Congresso Nacional de Educação (Coned) em Porto Alegre, de 2 a 5 de dezembro. A maioria dos presentes eram representantes de entidades sindicais, científicas, estudantes, educadores e administradores de escolas e universidades públicas. A expectativa do encontro era a atualização do Plano Nacional de Educação formulado pelas entidades que fazem parte do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, como o Andes-SN, a Fasubra e a UNE.

Nesta quarta-feira (8), estará sendo apreciado o substitutivo do deputado Nelson Marchezan (PSDB/ SP) ao chamado PNE da Sociedade. No substitutivo, como era de se esperar, Marchezan alterou os principais pontos da proposta das entidades para a educação nacional, principalmente no que se refere ao financiamento das escolas e universidades e o compromisso do Estado com a manutenção e ampliação do sistema público.

Um dos compromissos firmados pelos movimentos sociais, incluindo as entidades participantes

como a CNBB, a CUT, o MST, entre outras, era de pressionar os parlamentares da Comissão da Câmara a votarem contra o substitutivo do governo.

Abertura

A abertura do evento contou com a participação dos representantes do governo do Rio Grande do Sul e da Prefeitura de Porto Alegre, com tino discursivo inflamado do vice-governador Miguel Rosseto pela “radicalidade” na afirmação dos direitos fundamentais de educação para todo o povo. O prefeito Raul Pont chamou a atenção para o orçamento participativo e da experiência do projeto “Escola Cidadã” que, segundo ele, reflete as propostas do Fórum.

Mas a grande presença da noite foi a professora Marilena Chauí que criticou a chamada Terceira Via, como alternativa política ao neoliberalismo, além de criticar veementemente a propagação do termo “estudante inadimplente”, utilizado pela mídia. “Eu já tinha ouvido falar em estudante em formação, estudante que precisa ser formado, mas nunca inadimplente”.

Eleição no CT

Dias 9 e 10 de dezembro - inscrição de chapas (efetivo e suplentes) para representação dos professores adjuntos no Consuni e inscrição de candidatos à vaga de suplente no CEPG Local: decania do CT

Horário: 9 às 16h

Votação: 14 e 15 de dezembro (mesmos local e horário)

A apuração se dará no último dia, após o encerramento da votação.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os professores universitários brasileiros, reunidos no 39º CONAD - Conselho da ANDES- Sindicato Nacional, diante dos fatos ocorridos na Universidade Federal do Paraná:

1. ocupação pacífica da ante-sala do Gabinete do Reitor,

2. convocação da Polícia Federal pelo Reitor, Professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, inviabilizando a continuidade das negociações;

3. surgimento de Mandado de Intimação contra quatro dirigentes estudantis (Jeferson Choma, Bento

José Pereira, Andréa Moesse e Gentil Couto Vieira); manifestam seu mais veemente repúdio e exigem: A anulação do ato intimidatório contra os dirigentes estudantis;

B. o mais completo esclarecimento para a comunidade acadêmica e para a opinião pública;

C. que se abram, de forma democrática, negociações para a resolução do impasse dos restaurantes universitários.

39º CONAD - Conselho da ANDES-Sindicato Nacional Curitiba, 19 de novembro de 1999

CEG e CEPG produzem documento genérico para a regulamentação acadêmica

Os conselheiros dos colegiados CEG/CEPG foram genéricos onde deveriam ter sido específicos na nova regulamentação acadêmica da UFRJ. Esta é a opinião da professora aposentada pela Faculdade de Educação Helena Ibiapina Lima, ex-diretora da Adufrj, que já foi sub-reitora da Universidade Estácio de Sá (novembro/96 a janeiro/98), e superintendente da SR-2 (85 a 94).

As dúvidas da professora começam no artigo 4º, no qual se define a disciplina de orientação. “Fala-se em supervisão individualizada, mas, e quando houver dois orientandos no mesmo horário”? Conta duas vezes?”, questiona. A nova regulamentação também não facilita o trânsito de alunos por outras universidades, no entendimento de Helena. “Pela nova regulamentação, não fica claro em nenhum lugar que o estudante pode trazer oficialmente para o seu currículo o aprendizado de outra universidade. No entanto, o artigo 5º contempla os alunos de fora que venham buscar o aprendizado daqui”, disse.

A professora, cujo objeto da sua defesa de doutorado foi o “Modelo alternativo de regime escolar para cursos de nível superior no Brasil - estudo de caso: UFRT”. acredita que a regulamentação da forma como está vai precisar de um muito bem estruturado e ágil sistema de registro acadêmico e vai depender da força de decisão dos chefes de departamento. Fatos que, para ela, não são a realidade da universidade hoje. Na opinião dela, essa obrigatoriedade de aula na graduação - que considera positiva - não vai ter o efeito desejado, se o chefe de departamento não conseguir levar os docentes da pós para diluir o esforço dos cursos “inchados” de alunos. Aliás, com a decisão do Conselho Universitário de só iniciar o calendário nos moldes da nova LDB somente no segundo semestre, a professora não sabe como vai ficar essa obrigatoriedade. “Pelas normas transitórias, o

docente tinha que dar 60 horas de aulas na graduação nesse ano 2000. E agora? Ele faz 30?”

O artigo 11, que dá ao professor a carga horária total de uma disciplina compartilhada, é um grande risco para a professora Helena. Ela acredita que a pilantragem possa trilhar esse caminho e não aceita o argumento de que o registro da disciplina como tal vai dar visibilidade aos “especialistas” e possibilitar sua fiscalização. Outro ponto complicado no mesmo artigo é o que diz o seguinte: “caso o professor leccione para turmas com horários total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada não deverá superar aquela da disciplina de maior carga horária”. “Claro que, às vezes, o professor pode reunir duas turmas para dar uma aula, mas para disciplinas diferentes eu não consigo entender. Será que os professores da UFRJ têm o dom da ubiquidade?”

Um ponto delicado no caminho da nova regulamentação acadêmica da UFRJ é a reforma curricular dos cursos. Segundo Helena, a LDB e a Constituição garantem ao aluno que estiver regular (sem trancamentos ou repetições em disciplinas) o direito de escolher o curso que quiser entre a grade curricular antiga e a nova a ser oferecida. “É o direito adquirido. Quando ele entra, existe um programa de currículo. São as regras do jogo. Se elas mudam, a pessoa deve reconhecer o benefício da mudança e seguir as novas regras ou reivindicar as antigas”, comenta.

Para Helena, preocupa ainda o fato de alguns pontos da resolução conjunta remeterem a outras resoluções ou regulamentações específicas, como são os casos do parágrafo quarto do artigo 4º, do parágrafo único do artigo 5º e do artigo 13. “Como está o cronograma destas resoluções ou regulamentações? Já foram encaminhados?”, pergunta.

Para esta e outras dúvidas, com a palavra, os conselheiros CEG/CEPG.

Desconto do PSS incide sobre o 13º salário

Os professores ficaram surpreendidos com o desconto do PSS. A lei nº 9.783 de 28/1/99 determinou que este desconto deve ser calculado sobre a totalidade da remuneração e sobre todas as vantagens, inclusive o 13º salário. Apenas algumas vantagens ficariam de fora (salário-família etc). Assim - no salário de novembro, o PSS foi calculado com base na soma da remuneração com o 13º salário. Mais um confisco para pesar no bolso dos docentes.

Abono 98

A UFRJ entrou com Agravo de Instrumento junto ao TRF visando anular a multa determinada pelo juiz da 6ª Vara Federal pelo atraso do pagamento do abono pecuniário de férias (1998). O Desembargador Federal Ney Fonseca, da 1ª turma, indeferiu o recurso da LJFR3 e manteve a multa. Agora, a cada dois dias, a UFRJ passa a ser devedora de um salário mínimo por cada professor.

Adufrj promove debate A periodização do ano letivo na UFRJ e a LDB

Participantes:

Aníbal Gil Lopes

(Sub-Reitor de Ensino de Graduação)

Antônio Cláudio

(Escola de Engenharia/conselheiro do CEG)

Mario Luiz Possas (IE)

Adufrj, Sintufrj e DCE

7/12/99 (terça-feira)

às 10 horas, no Auditório do CT

Reunião dos professores novos no dia 10/12, às 17h, na Escola de Serviço Social

A Adufrj-SSind convida todos os professores novos que ainda não recebem os 60% da Ged para participar desta reunião, na sala 9 do prédio da ESS. De acordo com a comissão local da UFRJ, cerca de cem professores que ingressaram após a avaliação passada já estariam recebendo a Ged no contracheque de novembro. Participe.

Leia aqui a íntegra da liminar Ged/Sigma

Poder Judiciário

Justiça Federal

Conclusão

Nesta data, faço os presentes autos conclusos à Juíza Federal

SIMONE SCHREIBER

Rio, 3.12.99

Decisão

Processo 990061641-3

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO impetra mandado de segurança contra ato do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE do REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, objetivando seja garantido aos docentes do UFRJ prazo e condições materiais para a elaboração de seus relatórios de atividades docentes, para o fim de cálculo da GED (Lei 9678/98).

DECIDO

A lei 9678/98 instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, a qual constitui-se de uma parcela da remuneração fixada de acordo com a produção acadêmica do docente no ano anterior. A pontuação de cada docente é fixada de acordo com as atividades que tenha desempenhado no ano, e a partir daí é fixado sua remuneração para o ano seguinte.

É evidente que o corpo docente da universidade deve ter condições materiais, prazo suficiente, e informações necessárias, para que possa produzir tal relatório de atividades, a cada ano. A narrativa constante da petição inicial, corroborada com documentação que a acompanha (especialmente declarações de diversos docentes juntadas às fls. 72), evidencia que os procedimentos eleitos pela Reitoria da UFRJ são de difícil execução, especialmente no prazo assinado, que por sinal termina no dia de hoje.

Não há lógica em que os professores sejam vitimados por não conseguirem cumprir normas procedimentais de difícil acatamento, especialmente considerando que a elaboração do relatório é imprescindível para a fixação da remuneração no ano seguinte.

Também deve ser garantido aos docentes um mecanismo que permita a aposição de recibo pela Universidade em contrafé, no ato de entrega dos relatórios. A documentação da entrega do relatório assegura ao professor resguardar-se em caso de eventual falha do sistema informatizado, desaparecimento de dados referentes ao docente, etc. Mesmo em um sistema avançado de rede, tais falhas são absolutamente possíveis e corriqueiras. Também é importante a aposição de recibo na contrafé para eventual interposição de recurso administrativo pelo docente da pontuação final computada pela Administração a seu favor.

Assim, defiro a liminar para determinar a suspensão do prazo fatal fixado para a entrega dos relatórios pelos docentes, até que sejam apresentadas pela UFRJ alternativas mais racionais (não é razoável por exemplo que o docente não possa armazenar dados em seu computador, e tenha que reiniciar toda a operação a cada vez que o sistema cai) para a elaboração e entrega dos mesmos, assegurando-se a emissão de recibos no ato de entrega dos relatórios.

Determino às autoridades impetradas que apresentem tais alternativas juntamente com as informações, para que o juízo possa examiná-las em cotejo com as que foram apresentadas pelo sindicato impetrante, na petição inicial.

Finalmente, determino que a UFRJ dê ampla publicidade da liminar ora deferida, inclusive através da internet, a seu corpo docente.

Oficie-se por fax, como requerido pelo sindicato impetrante, comunicando-se a presente decisão, para cumprimento, e solicitando-se informações no prazo legal. Após, ao MPF.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1999.

Simone Schreiber

Juíza Federal da 29ª Vara

Professores querem cumprimento da liminar sem nenhum prejuízo

A diretoria da Adufrj encaminhou uma carta (abaixo) esclarecendo as intenções do mandado de segurança coletivo para garantir que os docentes da UFRJ não venham a ser prejudicados pelo sistema acadêmico (Sigma) na coleta de dados para a Ged99. A carta é uma resposta pública a uma nota da Comissão de Avaliação que circula na página da UFRJ, onde os representantes da instituição insinuem que poderá haver atrasos no pagamento da gratificação em função da liminar da Ged (texto ao lado).

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1999

Ofício nº 098/99

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Presidente da Comissão de Avaliação
do Desempenho Docente da UFRJ – CADD

Prof. Leslie Claude Benchetrit

Senhor Presidente,

Os esclarecimentos sobre o mandato de segurança que suspendeu os prazos estipulados pela CADD para a coleta dos dados dos docentes exclusivamente por meio do sistema Sigma para efeito da Gratificação de Estímulo à Docência – GED, inseridos em 07/12/99 na página da rede do referido sistema, acenam com a possibilidade de atraso na avaliação dos dados pela própria Comissão.

Não há nos citados esclarecimentos menção às medidas tomadas para oferecer alternativas racionais ao sistema Sigma para a elaboração e entrega dos relatórios de atividades. Por outro lado, os sucessivos adiamentos dos prazos, mesmo com o escalonamento do acesso, não vêm surtindo os efeitos esperados pela Comissão, pois as dificuldades de acesso e uso do Sigma não são passíveis de solução imediata nem se resumem apenas ao número excessivo de acessos simultâneos.

Assim sendo, a insistência da Comissão desde o início, em não aceitar outros meios de apresentação dos dados e a possibilidade de não ser capaz de analisá-los a tempo, deixam-na como a única responsável pelos eventuais da-

nos e prejuízos aos docentes em relação à GED/2000.

Em vista disto, vimos requerer a V.S^a.

i) que a CADD apresente imediatamente as alternativas ao sistema Sigma que estão sendo exigidas na liminar judicial, se antecipando ao prazo legal do dia 17/12/99;

ii) que a CADD garanta a análise completa dos relatórios incluídos no Sigma e dos que forem apresentados nas formas alternativas que vier a oferecer, sem que isto implique prejuízo ou atraso na percepção dos novos valores da GED aos docentes, como tem sido reiterado pela CADD e pela SR-2;

iii) que, na hipótese da CADD não oferecer alternativas adequadas que permitam a remessa e posterior avaliação dos relatórios em tempo hábil e houver atrasos devido às reconhecidas dificuldades de acesso e de uso do sistema Sigma, seja garantida aos docentes a percepção da GED nos níveis atuais, até que sejam concluídas as listas dos docentes com as novas pontuações e respectivos valores das gratificações; e

iv) que tão logo seja implantada a percepção dos novos valores da GED, seja efetuado o pagamento das diferenças relativas aos meses em que foram percebidos apenas os valores atuais, quando for o caso.

Saudações Universitárias e Sindicais

José Henrique Sanglard

Presidente da Adufrj-SSind

A Ged na UFRJ: como alguns poucos decidem sobre o que afeta muitos

Um dos principais instrumentos do autoritarismo que hoje permeia a vida de nossa universidade é a tomada de decisões que afetam muitos por alguns poucos, geralmente indicados pela reitoria. O processo de implantação da GED na UFRJ é um dos exemplos desta situação. Tanto na avaliação realizada em 1998 quanto na atual, os departamentos não puderam opinar sobre os critérios de pontuação pelos quais as atividades docentes serão avaliadas, assim como em ambas as ocasiões os professores só tomaram conhecimento destes critérios na época de preenchimento dos formulários da GED.

O processo de avaliação da GED/99 teve seu início em março/maio deste ano, período em que, em reuniões da Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação da GED com as Comissões Institucionais de cada IFES, discutiram-se critérios dos quais resultaram as orientações gerais -divulgadas em agosto de 1999- da Comissão Nacional que deveriam ser observadas em cada IFES.

A comissão da UFRJ só foi nomeada em 20/8/99 e tinha de enviar até 15/10/98 as normas e critérios propostos pela UFRJ para validação pela Comissão Nacional. A comissão elaborou estes critérios e os submeteu à homologação do CEG e do CEPG sem qualquer tipo de consulta aos departamentos e às unidades, enviando-os para a Comissão Nacional sem sequer divulgá-los internamente à nossa universidade. Os professores da UFRJ só tomaram conhecimento da proposta de critérios da comissão GED/UFRJ enviada à Comissão Nacional por meio do boletim da ADUFRJ (edição de 8 a 14 de outubro).

A primeira comunicação oficial aos professores sobre a pontuação da GED só ocorreu *depois* que a Comissão Nacional deliberou sobre esta pontuação, após o que não era mais possível interferir nela. Coube aos professores o triste papel de apenas submeter-se ao que as Comissões Nacional e GED/UFRJ, CEG e CEPG decidiram a respeito desta pontuação.

A pontuação da GED/99 na UFRJ é bastante restritiva, se comparada às possibilidades oferecidas pela regulamentação federal. São exemplos de itens que esta regulamentação permitia que fossem pontuados, mas que não o foram pela UFRJ: projetos de pesquisa, assim como seus relatórios parciais; atividades do docente como aluno de pós-graduação *strictu sensu*, com dispensa total de atividades do ensino, desde que seu relatório tivesse sido aprovado pelo orientador e por sua IFES; conclusão de dissertação de mestrado e tese de doutorado; avaliação qualitativa das atividades de ensino.

Uma comparação entre os processos de implantação da GED ocorridos na UFF e na UFRJ, amparados numa mesma legislação e regulamentação federais,

indica a diferença e a natureza das escolhas feitas pelas respectivas reitorias, Comissão/GED e Conselhos Superiores envolvidos (a pontuação final foi homologada, na UFF, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa).

Em 26/5/99, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF decidiu encaminhar a discussão da pontuação para os Centros, que por sua vez a encaminhou para as unidades e departamentos. Esta etapa foi encerrada em 6/10/99 - estendendo-se portanto por mais de 4 meses - quando o referido Conselho aprovou os critérios encaminhados pela UFF à Comissão Nacional.

Todos os itens apontados acima, à exceção da avaliação qualitativa do ensino, foram pontuados na UFF: coordenação (10 pontos) de projeto de pesquisa ou participação nele (5 pontos); atividades de qualificação com afastamento total (máximo de 56 pontos, condicionado à apresentação de relatório aprovado pelo orientador e pelo departamento), tese de mestrado (máximo de 18 pontos) e doutorado (27 pontos no ano/máximo de 54 pontos).

Outras atividades pontuadas pela UFF e não pela UFRJ foram as de tradução de livros e de artigos em periódico especializado (ambas com 14 pontos/máximo de 28) e a produção de textos didáticos para uso local (6 pontos/ máximo de 12). Estas são importantes atividades docentes relacionadas mais de perto ao ensino de graduação, em que encontramos um número considerável de estudantes que precisa da tradução de textos ou da produção de textos didáticos, principalmente em certas áreas em que há escassez de material em língua portuguesa.

Além das diferenças já mencionadas, a pontuação da UFF possui muito mais itens do que a da UFRJ - um número maior de atividades foi pontuado. Em acréscimo a esta diferença, quando o item aparece tanto na UFF quanto na UFRJ, em geral a UFF atribui a ele uma pontuação maior do que a atribuída pela UFRJ.

A pontuação estabelecida na UFRJ beneficia os professores mais titulados e que, trabalhando há bastante tempo na pós-graduação, já têm um número expressivo de orientandos, de cujas pesquisas resultam publicações das quais o orientador é co-autor. Por outro lado, ela não valoriza adequadamente as atividades dos professores iniciantes, em qualificação ou com pouco tempo de atividade na pós-graduação. O exame de um item da proposta de pontuação da UFRJ vetado pela Comissão Nacional é bastante esclarecedor no que se refere a este ponto. Nesta proposta, as teses e dissertações concluídas de mestrado e doutorado apareciam com 8 e 12 pontos, respectivamente, como produção intelectual do orientador ou co-orientador, mas com nenhum ponto como produção intelectual de seu autor,

isto é, de um docente em pós-graduação strictu sensu. A Comissão Nacional vetou este item porque considerou que havia pontuação dupla da atividade do orientador ou co-orientador, pois este já recebe 10 pontos por orientação de cada aluno de pós-graduação. De qualquer forma, o docente autor de tese ou dissertação continuou sem qualquer pontuação pela conclusão de seu trabalho.

A comparação que fizemos entre a GED/99 na UFF e na UFRJ mostra que o veto à participação dos professores e dos departamentos na elaboração dos critérios da GED/99 em nossa universidade não foi uma consequência inevitável do calendário estabelecido nacionalmente, mas uma *escolha* da reitoria e da Comissão GED/UFRJ/99, com o aval do CEG e do CEPG, que homologaram a pontuação estabelecida pela comissão.

O movimento docente rejeitou a GED desde sua implantação por várias razões: ela quebra a isonomia salarial, introduz o pagamento por tarefa (ou "por taxímetro") e representa uma ingerência indevida na autonomia universitária, porque uma Comissão Nacional estabelece critérios de pontuação que acabam por direcionar as atividades dos professores, o que deveria ser feito pelo planejamento acadêmico das instituições em que estes trabalham.

O modo como a GED tem sido tratada na UFRJ só aprofunda e agrava estes problemas. À ingerência da Comissão Nacional soma-se a das poucas instâncias da UFRJ que decidiram os critérios da GED, interferindo profundamente na autonomia dos departamentos. Outro resultado infeliz do autoritarismo do processo da GED na UFRJ são injustiças que, embora cometidas aparentemente de maneira involuntária, teriam sido evitadas se os departamentos fossem consultados sobre a proposta de pontuação da Comissão da GED. Um exemplo é o item relativo aos professores cursando pós-graduação *strictu sensu* com afastamento parcial ou sem afastamento que, nos termos da pontuação da UFRJ, só receberão 15 pontos/ano se estiverem inscritos em disciplinas. A Adufrj-SSind observou ao presidente da Comissão GED que, em muitos programas de pós-graduação, não há inscrição em disciplinas quando já foram cumpridos todos os créditos exceto os relativos à tese. O presidente da Comissão reconheceu que esta cometeu um engano e sugeriu que os docentes que estiverem neste caso *devem apresentar recurso à Comissão*.

Enfim, precisamos manter nossa luta contra a GED, por representar um mecanismo que introduz inúmeras distorções na vida universitária. Não queremos GED, queremos reajuste salarial.

Adiretoria da Adufrj Seção Sindical

Comissão aprova Plano Nacional de Educação

Nesta última quarta-feira, 8, a Comissão de Educação da Câmara aprovou o substitutivo do Plano Nacional da Educação Brasileira, apresentado pelo deputado federal Nelson Marchezan (PMDB/RS). Trata-se de um plano que envolve todos os setores e níveis da educação nacional, originalmente elaborado e apresentado pelo conjunto de entidades do movimento social e sindical, entre elas o Andes-SN, a Fasubra e a Une, que reivindicava um financiamento público de 10% do PIB para a rede pública de ensino.

Logo após a Marcha pela Educação, ocorrida em 6 de outubro deste ano, o governo resolveu dar prioridade ao tema, se apropriando de um projeto pensado e definido pelos movimentos e representantes da oposição durante os I e II Congressos Nacionais de Educação (Coneds), ocorridos em 1996 e 1997, na cidade de Belo Horizonte.

O substitutivo do deputado Marchezan descaracteriza em grande parte o Plano original e segundo os participantes do III Coned - realizado este mês (de 2 a 5), em Porto Alegre - traz embutido a proposta privatizante do governo para o setor. O substitutivo tem como meta aplicar apenas 7% do PIB, cerca de R\$ 20 bilhões, em programas educacionais e eliminar o analfabetismo em 15 anos.

É importante ressaltar que a idéia original de um

plano que progressivamente acabasse com a defasagem da educação no Brasil não partiu deste governo, mas sim das entidades e movimentos de educadores, trabalhadores e estudantes comprometidos com o setor e com a escola pública, organizados através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e suas versões estaduais.

Segundo as entidades participantes dos Coneds, por exemplo, o Brasil apresenta índices da taxa de matrícula líquida de 11,6% no ensino superior para a faixa de 18 a 24 anos, um dos piores do mundo: o Chile tem 20,6%; a Venezuela, 26%; e a Bolívia, 20,6%. Os objetivos do substitutivo são de prover até o final da próxima década a oferta no ensino superior para 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. No PNE original (da Sociedade) a meta é atingir 40% em dez anos, com oferta gradual associada a investimentos públicos nas universidades públicas.

O substitutivo do governo ainda tem que passar pelo Plenário da Câmara e a oposição pretende apoiar três destaques que foram rejeitados por Marchezan: a ampliação do Fundef, fundo de desenvolvimento do ensino fundamental, para os níveis médio e superior; outro que propõe os 10% do PIB como financiamento da Educação; e a autonomia plena das universidades, sem que os eleitos para o cargo de reitor tenham que ser submetidos à aprovação do governo.

Governo entrega florestas aos ruralistas

O governo federal decidiu entregar de vez o Código Florestal aos ruralistas. É algo como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. A bancada ruralista enviou no dia 23 de novembro, para votação no Senado Federal, um projeto de conversão da medida provisória que reformularia o código. O texto está recheado de atrocidades contra o meio ambiente. O Instituto Socioambiental - ISA, Inesc, Conservation International e Rede de ONGs da Mata Atlântica, com o apoio da senadora Marina Silva (PT-AC), conseguiu impedir a votação naquele momento, mas a proposta pode ser reapresentada a qualquer momento. Saiba mais sobre essa iniciativa maquiavélica dos ruralistas no *site* do Instituto: <http://www.socioambiental.org/noticias/brasil/campanha.html>.

Faculdade de Educação rejeita decreto que regulamenta a formação de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Nota da Congregação

Considerando que o Decreto nº 3276/99 que "Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências":

- Afronta a autonomia didático-acadêmica das Universidades (Art. 207, CF);

- Atribui incorretamente à LDB a determinação de que a formação dos professores de educação infantil e das Séries Iniciais está restrita ao CNS;

- Ignora todo o debate e as recomendações das entidades representativas dos educadores - Anped, Anfop, Andes-SN, Coned - para a formação de professores. Essas entidades têm reiterado que a formação de professores deve ter caráter universitário, de forma a garantir a articulação ensino-pesquisa; e

- Interrompe o debate no âmbito do próprio CNE, tendo em vista a existência de recurso ainda não apreciado sobre o tema,

A Congregação da Faculdade de Educação da UFRJ:

- Posiciona-se contrária ao Decreto nº 3276/99;

- Manifesta a sua disposição de manter o debate a respeito da formação de professores, com o objetivo de buscar alternativas que permitam uma formação de qualidade, capaz de contribuir para a melhoria da escola pública; e

- solicita ao Consuni posicionamento contrário ao referido Decreto, e o encaminhamento de ações unitárias junto à Andifes, visando à revogação.

Atenção, professores

Solicitamos que os professores isentos do PSS, porque já completaram o tempo para aposentadoria, verifiquem em seu contracheque de novembro se houve desconto do PSS sobre o 13º salário e comuniquem à Adufrj se isto tiver acontecido.

Adufrj-SSind

Assembléia Geral

13 de dezembro, segunda-feira,
10 horas

Salão Nobre da Decania do
Centro de Tecnologia,
bloco A, 2o andar

Pauta

Ações judiciais relativas a:

1 - Desconto do PSS sobre o
13o salário;

2 - Abono pecuniário

Adufrj realiza debate sobre nova regulamentação acadêmica

O primeiro de uma série de debates necessários. Essa foi a impressão que ficou do encontro sobre a nova regulamentação acadêmica da UFRJ realizado pela Adufrj no último dia 7. O sub-reitor de Ensino e Graduação, Aníbal Gil Lopes, e alguns conselheiros do CEG e do CEPG prestaram esclarecimentos sobre aspectos da resolução conjunta que têm preocupado os professores, mas muitas dúvidas ainda permaneceram no ar. De ruim mesmo, foi o fraco comparecimento dos docentes ao auditório do CT para debater a resolução cuja implantação alterará profundamente a vida acadêmica da universidade.

Primeiro a se manifestar, o sub-reitor Aníbal preferiu tratar das motivações que levaram ao documento final produzido pelos colegiados. No entendimento dele, dois fatores foram preponderantes: a nova LDB, de 96, e um impulso para repensar os cursos da universidade. Nesse sentido, a intenção seria aproximar a graduação da pós-graduação e estimular o conhecimento interdisciplinar ou, em outras palavras, possibilitar ao aluno transitar entre várias Unidades ou até mesmo entre Centros. Para fundamentar seu raciocínio, o sub-reitor armou-se de alguns números da UFRJ dos últimos anos. “Nós oferecemos pouco mais de seis mil vagas e titulamos cerca de três mil a cada ano. É uma evasão de 50% no momento em que a sociedade exige o acesso do jovem à universidade com o aumento de demanda do ensino médio”, afirmou. Ele acrescentou ainda que, de todas as disciplinas oferecidas a cada ano, pouco mais de 50% são realizadas e, destas, também a metade representa turmas de apenas quatro ou cinco estudantes.

O professor do Instituto de Economia Mário Possas, um dos debatedores, concordou com os argumentos de ordem geral levantados pelo sub-reitor (aliás, todos os demais também concordaram), mas questionou os efeitos positivos que a resolução conjunta CEG/CEPG poderia trazer para melhorar essa situação. Segundo Possas, houve um erro de interpretação da LDB quando se definiu dia de trabalho acadêmico efetivo como dia de aula e quando se equiparou a orientação com a aula tradicional. “A LDB em seu artigo 57 fala que o professor deve dar oito horas semanais de aula. Entender o conceito de aula de outra forma, incluindo as orientações, pode dar margem a comportamentos oportunistas”, disse. Mário e a professora Maria Teresa, também da Economia, escreveram um artigo no Jornal Adufrj, de 12 a 18 de novembro de 1999, detalhando seu ponto de vista sobre a resolução. “Não se trata de ter uma posição radical contra o projeto. Muita coisa pode ser aproveitada do documento, mas acredito, por exemplo, que seria uma camisa-de-força para toda a universidade uniformizar o calendário”, completou.

Representante do CT no CEG, o professor Antônio Cláudio lembrou que o pensamento dos colegiados foi “legislar sobre fatos positivos”. “Fomos obrigados a aumentar o nosso conceito de aulas para adaptar. Dá margem à pilantragem, sim, mas acreditamos que essa regulamentação associada ao sistema de registro acadêmico vai tornar visíveis esses fatos”, afirmou. Antônio Cláudio até citou o exemplo das disciplinas compartilhadas, que contarão seu tempo total para todos os docentes encarregados. “De repente, eu

posso dizer que compartilho uma aula com um professor da Economia, mas isso não ocorre na realidade e a pilantragem ainda passa como uma grande experiência de integração universitária”, comentou. Sobre as reclamações de que não houve discussão suficiente para o amadurecimento do documento, o professor justificou que os colegiados trabalharam dentro de uma realidade da universidade. “Há um ano que estamos solicitando sugestões, idéias, críticas às Unidades, mas existe o problema da mobilização. As pessoas só se preocuparam quando o documento estava quase pronto (já seguiu para ser publicado, inclusive)”.

O presidente da Adufrj, José Henrique Sanglard, participou do debate lançando muitas dúvidas sobre o documento e sobre o processo de sua construção. “Reconheço que existe uma resistência ao debate, mas ainda acho que isso foi aceito com passividade pelos colegiados. Por isso mesmo, devemos investir fortemente na discussão para obter um retorno mais rico”, disse. Entre os artigos da resolução conjunta, Sanglard especificou os problemas da modulação, das disciplinas divididas e compartilhadas, das férias curtas e dos aspectos operacionais para sua viabilidade. “No currículo atual, já existe a dificuldade dos alunos verificarem a relação entre as disciplinas. Com os módulos, essa tendência de fragmentação pode complicar ainda mais o quadro. Com os 200 dias de aula, as férias coletivas ficarão restritas a janeiro, o que contraria a idéia de fazer a universidade funcionar o ano inteiro. E, analisando a resolução conjunta, nota-se que vários artigos remetem para outras regulamentações ou resoluções específicas. Como está o andamento disso tudo?”, questionou.

VEJA OUTROS PONTOS DO DEBATE E DAS INTERVENÇÕES DA PLATÉIA

- **Disciplinas:** o documento diz, em certo item do artigo 11, que “caso o professor leccione para turmas com horário total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada não deverá superar aquela da disciplina de maior carga horária”. O professor Sanglard perguntou como seria possível a um docente ministrar disciplinas diferentes para turma diferentes em um mesmo horário. Representante do CEPG, o professor Edson Watanabe explicou que, por mais estranho que possa parecer, esta é uma realidade no CLA, por exemplo. Nos ateliês, o docente ministra as disciplinas de Escultura I, Escultura II ou Pintura I e Pintura II no mesmo horário e local. O professor acompanha o trabalho de um aluno e oferece a ele determinada

orientação própria da disciplina (Pintura I, por exemplo). Para outro aluno, a orientação já pode ser específica de outra disciplina (Pintura II).

- **Aumento de carga horária dos alunos:** o professor do Instituto de Química e representante no CEPG Márcio Estillac comentou que a carga do aluno não aumenta com a resolução. “Só aumenta se o curso estabelecer assim. O aumento do número de semanas servirá para diluir a carga horária total do curso e haverá mais tempo para estudos. O que aumenta sim é o tempo dedicado a aulas para os docentes. O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, retrucou que é óbvio que isso não vai ocorrer. “É uma decorrência natural. A intensificação do trabalho docente vai levar a um oferecimento de disciplinas (sufocante) aos alunos com mais ‘folga’.”, disse. Para José Miguel, os cursos que não se organizarem para formar alunos em menos tempo, vão receber menos verbas. “Os in-

dicadores de que tanto falam todos os projetos de autonomia do governo vão obrigar a isso”, disse.

- **Trânsito de alunos por toda a UFRJ:** o sub-reitor e os representantes dos colegiados sustentaram que o calendário único pode facilitar o trânsito de alunos pelas Unidades devido ao oferecimento de todas as disciplinas no mesmo período e até favorecer a aproximação da graduação com a pós-graduação. O professor José Miguel contestou esse ponto também. “De que adianta abrir espaço na grade, se o aluno não tem como se deslocar para a outra Unidade que oferece a disciplina desejada? Teria que se dar, na verdade, condições para os docentes se deslocarem entre as Unidades”.

Ao final do debate, verificou-se o que muitos já têm afirmado: a discussão sobre a resolução precisa ser efetivamente realizada, com o envolvimento de toda a comunidade universitária.

NOSSA CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Em comemoração aos 20 anos de fundação da Adufrj, entidade organiza debate-manifesto pela constitucionalidade da autonomia

Elaborar um documento preliminar para a defesa do ensino público superior, gratuito e de qualidade é o objetivo principal do Debate-Manifesto – evento organizado pela seção sindical da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj) para o próximo dia 24, às 18h, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Nessa dinâmica, intitulada “Nossa Concepção de Autonomia Universitária”, será discutida a tentativa do governo federal de anular os efeitos do art. 207 da Constituição Federal, que regulamenta o direito de autonomia das universidades, como parte de um processo mais amplo de divisão internacional do trabalho. O debate faz parte das comemorações pelos 20 anos de fundação da Adufrj Seção Sindical.

Sob a égide da ideologia da globalização, os países periféricos estão sendo afastados do trabalho e conhecimento avançados em detrimento de uma política de simples formação de recursos humanos para o mercado de trabalho. As diretrizes governamentais pregam o deslocamento da universidade pública para a esfera privada em dois pontos: no seu financiamento – o Ministro da Educação, em entrevista a *The Economist* (06/99), afirma que a regulamentação da autonomia é uma pré-condição para a cobrança de mensalidades nas instituições federais de ensino – e na destinação social, quando se sufoca sua perspectiva crítico-emancipatória.

É um fato que a política de privatização e desmonte da universidade pública não começou no governo FHC. A ditadura militar, a Nova República e Fernando Collor atestam isso. No entanto, em seus cinco anos de governo, o presidente Fernando Henrique aprofundou esse processo. E seu ministro Paulo Renato sintetiza essa ideologia: “A ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias. Este modelo está em agonia terminal. A terceirização das universidades, como fez a

Coréia, faz muito mais sentido do ponto de vista econômico”. (Exame, 10/06/96)

Apesar de toda essa demonstração de má vontade contra a finalidade social das universidades públicas, alguns educadores e sindicalistas, supostamente bem intencionados, insistem em negociar os termos da desconstitucionalização da autonomia, acreditando de forma ingênua, que o atual Congresso possa regulamentar a autonomia por meio de uma lei complementar de modo mais avançado, preciso e duradouro do que a Constituição Federal, em seus diversos artigos que tratam do ensino e das autarquias públicas. Corre-se o risco, então, de toda a agenda apresentada pela União entrar em pauta e ser aprovada: uma carreira desvinculada dos direitos constitucionais, um modelo de avaliação quantitativo que obedece ao mais vulgar produtivismo antiacadêmico, uma sistemática de financiamento que terá como consequência a busca de fontes alternativas de recursos e, igualmente grave, deslocam para um plano secundário o debate a respeito das medidas inconstitucionais já encaminhadas por meio de legislação complementar, como o Conselho Nacional de Educação, o “Provão”, a criação de cursos rápidos, desvinculados do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entre outros desatinos.

Sua presença neste evento será um ato político em favor da universidade brasileira, contra a política de desmonte do Estado Social e contra a barbárie imposta aos países periféricos.

Do debate participarão: o presidente da Adufrj, Roberto Leher; o ex-deputado federal do PT-SP Ivan Valente; o articulista da Folha de São Paulo e professor de Filosofia da Unicamp, Roberto Romano, e a professora de Sociologia da UFRJ e também ex-vice-presidente do Andes-SN, Miriam Limoeiro Cardoso. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) fica no Largo de São Francisco, no Centro.

DIRETORIA DO ANDES-SN CONVIDA VILHENA E PROVOCA PROTESTOS

Como é tradição no movimento docente, a organização do Conad é, inicialmente, feita por uma comissão onde participam membros indicados pela Direção Nacional e pela Seção Sindical local. Entre vários assuntos, discutidos com bastante tranquilidade pela Comissão Local, foi deliberada uma lista de convites para participação no Conad, onde não foi incluído o atual ocupante da Reitoria na UFRJ. Nomeado interventor pelo MEC, sua atuação tem se pautado pelas tentativas de implementação da política educacional do governo, de efeitos nefastos para nossa instituição. Além disto, recentemente, a administração da UFRJ reteve a contribuição sindical dos docentes da UFRJ, num ato de represália política inaceitável.

Foi com profunda indignação que recebemos um relatório da reunião da Diretoria do ANDES-SN, de 08/

06, com a presença do Presidente, Renato de Oliveira, do Secretário Geral Osmar Marchese, do 1º Secretário Márcio Pereira, onde encontramos a deliberação da Direção Nacional de convidar o atual reitor da UFRJ para a cerimônia de abertura do Conad. Isto foi posteriormente confirmado pelo ofício 243/99.

Imediatamente a Diretoria da Adufrj-SSind enviou nota protestando contra mais este atropelo ao movimento docente e aos mais elementares procedimentos democráticos. A própria Comissão Local, com a participação de representantes da Direção Nacional, também protestou, por unanimidade, contra este ato descabido que em nada contribui para fortalecer nosso sindicato. Até o fechamento do nosso Boletim não havia resposta nem à Adufrj, nem à Comissão Local.

Diretoria da Adufrj-SSind



Grande baile em comemoração dos 20 anos da fundação da Adufrj com Orquestra Cuba Libre

25 de junho, sexta-feira, 22h, no Clube Ginástico Português
Av. Graça Aranha, 187 - 2º andar - Salão Nobre - Centro
Ingressos a R\$ 10, buffet incluído

Assembléia Geral

18 de junho, 13h
Auditório da Escola de Serviço Social

- Ação judicial contra o não recolhimento da contribuição sindical pela reitoria
- 38º Conad:
- 1. Teses da Adufrj
- 2. Escolha de delegado e observadores
- Autonomia

MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA UFRJ POR DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO IFCS

Não bastasse a crise pela falta de financiamento adequado por parte da União, está para cair sobre os ombros da UFRJ uma ação civil pública motivada pela precariedade em que se encontra o prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) – um imóvel tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com o representante dos estudantes no Consuni José Carlos Madureira, a universidade, através de seu Escritório Técnico, tem até o dia 20 de junho para apresentar um projeto de restauração daquele prédio, que deverá ser realizada em prazo de um ano. Caso contrário, a UFRJ receberá multa diária de R\$ 1 mil pela não-conservação do bem público tombado.

O processo teve início em novembro de 96, quando o Ministério Público Federal (MPF), no uso de suas atribuições “para defesa (...) de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional” solicitou ao IPHAN uma vistoria técnica do imó-

vel – antiga Escola Nacional de Engenharia. Ficou constatado então que a UFRJ infringiu sua obrigação legal de não fazer quaisquer obras de reparação, pintura ou restauração sem a prévia e especial autorização daquele órgão federal. Em julho de 97, foram iniciadas e executadas algumas obras de restauração do pórtico e vestíbulo do bem tombado, mas de forma incompleta, e, em nova vistoria realizada em maio de 98, o IPHAN constatou a inércia da ré (a UFRJ) na conservação e manutenção do prédio e ainda se concretizou uma pintura que comprometia a visão do conjunto, contrariando as orientações do IPHAN.

Em dezembro do ano passado, em correspondência enviada ao MPF, a atual direção do IFCS (sob gestão da professora Neyde Theml) informa que não foi inteirada pela direção anterior (professora Yvonne Maggie, atualmente responsável pela Editora da UFRJ) dos convênios e atos de reforma do prédio, mas confirmou o estado precário do imóvel.

DOIS PERÍODOS SÃO PREFERÊNCIA PARA A MAIORIA NOS CONSELHOS DE GRADUAÇÃO E PÓS

Falta pouco para os colegiados CEG e CEPG terminarem uma proposta de resolução sobre a aplicabilidade das Leis N° 9.394/96 e 9.678/98, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas, a carga horária discente e a carga horária docente. O texto deve sofrer uma última avaliação no próximo dia 23 e, enfim, descer para as unidades acadêmicas para ampla discussão na comunidade universitária. No encontro do dia 11, em debate preliminar, venceu por 12 votos a 5 a idéia de se permanecer com as atuais duas entradas de estudantes por ano na questão da periodização. Outro ponto que se promete polêmico diz respeito à carga horária docente semanal. Reza o artigo 11 que a carga semanal

média do professor deverá ser igual ou superior a 8 horas de aulas, calculado como a razão entre o total de horas de aula ministradas no ano letivo e o número de 40 semanas. No parágrafo primeiro do mesmo artigo, está escrito que, para efeito de cumprimento da carga horária mínima obrigatória, a carga horária média semanal em disciplinas teórica, prática ou teórico-prática deve ser igual ou superior a 4 horas (sendo que, pelo menos, 2 horas), em disciplinas de graduação. Na tomada de posição preliminar do CEG/CEPG, a opção “sendo, pelo menos 2 horas” teve 11 votos e a opção “4 horas, em disciplina de graduação” teve 8 votos.

REITORIA CONTINUA OMISSA EM RELAÇÃO À MENSALIDADE DA ADUFRJ

Até a presente data não recebemos nenhuma explicação sobre a ausência da consignação da Adufrj no mês de maio nem sobre o nosso pedido de não acumular os dois descontos no mês seguinte. Na Assembléia Geral desta sexta-feira estará em pauta a decisão de uma ação judicial contra a administração da UFRJ por mais este abuso.

Diretoria da Adufrj

MOVIMENTOS ORGANIZAM MANIFESTAÇÃO DURANTE CIMEIRA

O Fórum Estadual de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania já começou a se organizar para realizar uma grande manifestação no dia 28 de junho – em paralelo com a Cimeira, evento dos chefes de Estado da América Latina, Caribe e União Européia. A manifestação terá caráter nacional, contando com a participação de lideranças sindicais e partidárias, de estudantes e sem-terra. É fundamental o empenho de todos para construir um grande protesto exigindo a renúncia de FHC e a saída do FMI.

Anote



Adufrj sediará o 38º Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN, de 25 a 27 de junho. A abertura do evento será no dia 25, às 14h, no Auditório do Centro de Tecnologia, na Cidade Universitária. A programação seguirá nos dias 26 e 27, no Othon Palace, em Copacabana. Confira a programação e acompanhe o evento no site da AD (www.alternex.com.br/~adufjrj)

A Escola de Música da UFRJ já tem programada para o dia 22, uma homenagem aos 150 anos do compositor Frederic François Chopin. O evento, coordenado pela pianista Sônia Goulart, terá na parte artística alunos-pianistas do curso de graduação executando obras de Chopin e comentários do professor Mordehay Simoni sobre “As origens, a vida e a obra do gênio”. Quem vai merecer um programa da série Tributos no próximo dia 23, será o compositor brasileiro Villa-Lobos. Já no dia 25 é a vez do projeto “O Piano na Música de Câmara” mostrar Haydn; Gnatalli, Debussy e Honegger. Todos os programas terão lugar no Salão Leopoldo Miguez, na Rua do Passeio, 98, às 18h30, com entrada franca.

Seminário

Descrição, imaginação e estranhamento cultural são alguns dos temas do seminário “Viajantes, visitas e encontros – interpretações do Brasil” (2ª parte). O evento ocorre na Fundação Casa de Rui Barbosa, na Rua São Clemente, 134, no próximo dia 18 de junho. A programação começa às 9h, com o tema “Estrangeiros no Brasil”, prossegue às 14h com uma palestra sobre Euclides da Cunha e termina às 15h, tendo como assunto “Brasileiros no exterior”.

A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind escolheu para representantes no 38º Conad: Maria de Lourdes R. F. Passos, do Instituto de Psicologia, como nossa delegada no Conad e Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, como suplente. Observadores: Rosanne Evangelista Dias, José Miguel B. Saldanha, Sandra Martins de Souza, Leila Rodrigues, Sara Granemann, Lígia Cardoso, Cleuza dos Santos, Roberto Houaiss e Cristina Miranda.

ADUFRJ SEDIA 38º CONAD

A autonomia universitária será o principal tema do 38º Conad (Conselho Nacional das Seções Sindicais da Andes-SN), que será realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 27 de junho. E o evento, que reúne algo em torno de 300 representantes dos professores universitários de todo o país, vem em momento certo. O governo está bem perto de apresentar seu projeto de autonomia-que-não-é-autonomia no Congresso Nacional e os resultados obtidos nos debates do Conad podem fortalecer os argumentos de defesa das instituições federais de ensino superior e definir uma ação da categoria docente frente ao governo.

A abertura do Conselho está marcada para as 14h desta sexta-feira (dia 25), no auditório do Centro de Tecnologia do campus da Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão. No sábado e no domingo, o evento prossegue no Othon Palace, Av. Atlântica, nº 3264, em Copacabana. O encerramento está previsto para as 20h de domingo.

Para o Sindicato dos Docentes, a proposta do Mec para a autonomia das universidades federais é uma tentativa de desregulamentação do ensino superior, através da qual pretende reduzir custos, desonerar o Estado de suas obrigações e implodir a carreira



docente ao instalar a competição desigual entre as universidades, privilegiando as regiões mais ricas. Além disso, a proposta do governo não garante o financiamento público para suas atividades. O Mec limita-se a definir como uma de suas diretrizes para a lei a “manutenção das condições de funcionamento estável das universidades federais”. Com

isso, o governo não define absolutamente nada em relação ao financiamento.

A Associação Nacional de Diretores (Andifes) pretende que a União garanta que pelo menos 75% do orçamento do Mec proveniente da receita de impostos para a Educação sejam destinados anualmente às universidades. Já o Mec quer que o financiamento seja calculado com base na média do que foi repassado para as instituições nos últimos três anos (cerca de R\$ 4,5 bilhões ao ano para o conjunto das 52 instituições federais de ensino superior, o que é insuficiente, como demonstra o crescente endividamento das instituições, caso da UFRJ).

Para o movimento docente, compete ao Estado financiar o ensino, a pesquisa e as atividades de extensão nas universidades públicas, destinando-lhes recursos em montante não inferior a 12% do total do orçamento da União, em dotação específica para a educação e vinculada a este fim.

Outros – Também serão temas do evento o futuro do ensino técnico e tecnológico e do Primeiro e Segundo Graus das Ifes; a implantação dos cursos sequenciais; a situação dos docentes aposentados; o sistema de avaliação das universidades e a remuneração da carreira docente, entre outros assuntos.

DIRETORIA DO ANDES-SN RECUA

NO CONVITE A VILHENA

O protesto veemente da Comissão Organizadora do 38º Conad e de várias Seções Sindicais, inclusive da Adufrj-SSind, fez a Diretoria do AN-SN recuar na tentativa de convidar o interventor da UFRJ para participar no evento. Conforme noticiado em nosso boletim anterior, no ofício 243/99 do ANDES-SN, a Direção do Sindicato incluiu o nome do interventor do MEC na lista de convidados. Posteriormente recebemos um comunicado da vice-presidência Regional do Rio de Janeiro (VPR-RJ), que publicamos na íntegra. Em relação a esta nota, esclarecemos que não há reparos a fazer, nem confusões de proposta. Quando publicamos nossa matéria ainda não havia o recuo da Direção Nacional e nem o convite foi “supostamente” feito. O ofício 243/99 da Direção Nacional, enviado a todas as ADs, é bastante claro ao deliberar pela inclusão de Vilhena. Se houve atraso no envio do convite, é uma outra questão, mas o registro da intenção da Direção não deixa dúvidas. Se consideramos positivo o recuo da Direção Nacional, atendendo aos protestos de sua base, ainda consideramos que falta o esclarecimento público das motivações políticas desta infeliz iniciativa.

Diretoria da Adufrj-SSind.

Of. 057/99/NPR-RJ Rio de Janeiro, 22 de junho de 1999.

Assunto: Resposta à notícia publicada no Boletim da ADUFRJ relativo ao período de 18 a 24/06/99.

A ANDES-SN NÃO CONVIDOU O VILHENA!

Com relação à notícia veiculada em nossa edição anterior sobre o convite da Andes-SN ao reitor Vilhena para participação no 38º Conad, a diretoria nacional se pronunciou da seguinte forma: “(...) temos a informar que tal deliberação foi revertida por decisão da comissão organizadora do 38º Conad. Solicitamos, para que se restabeleça a verdade, que sejam divulgados no próximo informativo desta Seção Sindical, com o mesmo destaque, os esclarecimentos que se seguem: 1. salientamos que, embora sem formalização por escrito, a proposta de convite fora suspensa pela diretoria da Andes-SN, por ação da vice-presidência regional, no dia 15/06/99, em

face do protesto unânime da comissão organizadora; 2. merece ainda reparo a manchete do título da matéria “Diretoria do Andes-SN convida Vilhena...”, visto que esta confunde uma proposta (já então rejeitada) com um convite (supostamente) já formulado, induzindo os leitores a erro.”

Sem mais apresentamos nossas

Saudações Sindicais e Universitárias,

Celso de Almeida e Silva e Alex Pina de Almeida, representantes da vice-presidência regional da Andes-SN na comissão organizadora do 38º Conad.

MINISTRO PROPÕE VENDER PATRIMÔNIO DA UFRJ PARA SALDAR DÍVIDAS

Em entrevista ao Caderno de Educação de O Dia, o ministro Paulo Renato desfilou seus absurdos já conhecidos e acrescentou alguns novos. Além de defender o “provão”, mensalidades em universidades públicas e a autonomia-que-não-é-autonomia, Paulo Renato sugeriu a venda de terrenos da UFRJ para o pagamento das dívidas da universidade (estimadas em R\$ 29 milhões). “A UFRJ tem um potencial muito grande de autogestão. Seu patrimônio é muito maior do que suas dívidas. O terreno da Avenida Chile (no Centro), por exemplo já foi avaliado em cerca de R\$ 30 milhões. Esse e o do Canecão (em Botafogo), que não estão sendo usados, poderiam ser transformados em patrimônio útil à universidade. A venda deles poderia ser usada para construir os laboratórios que estão faltando, ou deixar o campus da Ilha do Fundão um ‘brinco’. A solução é simples. Por que ficar sentado em cima do patrimônio?”, disse o ministro.

Ou é má fé ou é desinformação. A idéia de Paulo Renato esbarra em vários obstáculos legais e estruturais. Em primeiro lugar, vender imóveis para quitar dívidas é inconstitucional. Em segundo, a Lei 6.120, de 15 de outubro de 1974, determina que recursos gerados por venda de patrimônio público de universidade têm que ser aplicados obrigatoriamente no campus ou na sede da instituição, em edificações, serviços de infra-estrutura, instalações, equipamentos e urbanização. E o sub-reitor de Patrimônio e Finanças da UFRJ, Maurício Arouca, argumenta ainda: “Só para recuperar as pilastras dos prédios do Fundão e da Praia Vermelha, seriam necessários entre US\$ 100 milhões e US\$ 150 milhões, por isso o ministro foi infeliz”, comentou Arouca.

Para completar o quadro, resta dizer que o problema da UFRJ é, estruturalmente, de financiamento. “Se fosse possível vender os terrenos para pagar a dívida e o orçamento anual da universidade permanecesse insuficiente – somente as despesas de custeio (água, luz, telefone, vigilância e limpeza) consomem hoje 108% do valor total -, daqui a três ou quatro anos teríamos outra dívida”, acrescentou o sub-reitor.

UFRJ BRIGA PELO ESPAÇO DO CANECÃO

A UFRJ corre o risco de perder definitivamente o espaço onde funciona o Canecão. Há anos, a universidade e a casa de shows discutem sobre a taxa de cessão da área, mas, agora que a reitoria pediu a desocupação do terreno, existe uma iniciativa de tombamento do imóvel pela sua relevância para a Música Popular Brasileira. O sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, garante que a universidade não quer acabar com a memória da MPB. “Nossa idéia é aproveitar a área para fazer algo do tipo de um shopping cultural, onde caberá também uma casa de espetáculos”, informou. Em relação ao assunto, a secretária da Administração Federal, Cláudia Costin, parece não gostar mesmo da UFRJ. Ela abriu sua palestra sobre o pacto federativo na Alerj, no dia 22, defendendo o Canecão. “Eu assino qualquer abaixo-assinado a favor do Canecão”, disse.

CONSUNI RECOMEÇA DEBATE SOBRE ESTATUTO

A morosidade nas discussões sobre reforma do estatuto acabou motivando uma espécie de novo calendário do Consuni. A intenção é intercalar sessões ordinárias do colegiado entre o estatuto e as questões cotidianas da universidade. O mecanismo só sofreria alteração em caso de algum debate emergencial sobre um problema da UFRJ na semana de uma sessão estatutária. Também estão sendo estudadas medidas para diminuir as ausências dos conselheiros nas sessões – muitas deixam de ocorrer por falta de quórum. Atendendo a pedidos dos próprios conselheiros, as reuniões devem ficar limitadas às quintas-feiras.

APOIO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Foi dado na reunião do Consuni do dia 15 um voto de louvor ao pedido da professora Denise Medeiros Pamplona, do Museu Nacional, para que sejam fornecidas pela SR-2 passagens Rio-Porto Alegre-Rio e ajuda de custo para o aluno Pablo Huber Mendes participar da 6ª Jornada Nacional de Iniciação Científica, em julho, na capital do Rio Grande do Sul. Pablo, estudante do segundo ano do CAP-UFRJ, concorreu com alunos da graduação na Jornada de Iniciação Científica Interna e acabou indicado pela Diretoria de Divulgação e Intercâmbio da SR-2.

Debate sobre autonomia universitária abre comemorações dos 20 anos

Elaborar um documento preliminar para a defesa do ensino público superior, gratuito e de qualidade é o objetivo principal do Debate-Manifesto – evento organizado pela seção sindical da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj) para esse 24 de junho, às 18h, no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Nesta atividade, intitulada “Nossa Concepção de Autonomia Universitária”, será discutida a tentativa do governo federal de anular os efeitos do art. 207 da Constituição Federal, que regulamenta o direito de autonomia das universidades, como parte de um processo mais amplo de divisão internacional do trabalho.

Para tornar as universidades realmente autônomas, seria preciso remover todos os obstáculos legais que impedem sua concretização, e não criar mais uma regulamentação que inevitavelmente irá enfraquecer a autonomia das universidades. Neste Debate-Manifesto, estas questões serão discutidas em suas inter-rela-

ções. E sua presença neste evento será um ato político em favor da universidade brasileira, contra a política de desmonte do Estado Social e contra a barbárie imposta aos países periféricos.

Do debate participarão o presidente da Adufrj, Roberto Leher; o ex-deputado federal do PT-SP Ivan Valente; o articulista da Folha de São Paulo e professor de Filosofia da Unicamp, Roberto Romano, e a professora de Sociologia da UFRJ e também ex-vice-presidente do Andes-SN, Miriam Limoeiro Cardoso. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) se localiza no Largo de São Francisco, no Centro.

Caderno 20 anos – Durante o debate-manifesto, será entregue aos participantes o caderno 20 anos da Adufrj. Esse documento comemorativo contará um pouco do que foi a história de lutas da entidade pela universidade brasileira. Os demais docentes sindicalizados receberão o documento pelo correio.



Grande baile em comemoração dos 20 anos da fundação da Adufrj com Orquestra Cuba Libre
25 de junho, sexta-feira, 22h, no Clube Ginástico Português
Av. Graça Aranha, 187 - 2º andar - Salão Nobre - Centro
Ingressos a R\$ 10, buffet incluído
Vendas com Alex e Elisa, na sede da Adufrj

ADUFRJ

Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Andes Sindicato Nacional

Ano V

2 a 8 de julho de 1999



Fidel Castro discursou 45 minutos para o Plenário do Conad, ao lado do chanceler Felipe Roque e do presidente do Antes-SN, Renato de Oliveira

FIDEL PRESTIGIA CONAD

O presidente cubano, mais badalado chefe de Estado da Cimeira, marcou presença histórica e inesperada no 38º Conselho do Andes-SN, realizado no mesmo hotel em que o líder havia se hospedado

A NOSSA CONCEPÇÃO DE AUTONOMIA

O futuro da universidade pública brasileira depende do desfecho da luta entre duas concepções distintas de autonomia: a “autonomia neoliberal” e a “autonomia como autogoverno, autodeterminação e independência” da universidade diante dos governos, do capital, dos partidos e das seitas religiosas: condições fundamentais para garantir as mediações singulares que configuram a universidade. A primeira, ao contrário, transpõe para dentro da universidade o fetiche do mercado, inviabilizando qualquer tentativa de vida intelectual independente e crítica. A “autonomia neoliberal” redefine a universidade transformando-a numa instituição a serviço de interesses privados particularistas.

A análise da política de privatização das universidades, conduzida pelo governo FHC, revela que, também na educação, o governo se limita a dar conseqüência às *condicionalidades* do Banco Mundial e do FMI. A *desconstitucionalização* da autonomia, deslocando-a, na prática, para a legislação ordinária, é apenas a ponta do *iceberg* de um processo muito mais amplo: a reconfiguração da divisão internacional do trabalho, decorrente do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. Sob a égide da ideologia da globalização, os países periféricos estão sendo apartados do trabalho/conhecimento avançado. Por isso, não há lugar na política governamental para a universidade autônoma, de qualidade e produtora de conhecimento. Como afirma o Ministro da Educação: “a ênfase no ensino universitário foi característica de um modelo auto-sustentado que demandava criar pesquisa e tecnologias próprias, este modelo está em agonia terminal. A terceirização das universidades, como fez a Coréia, faz muito mais sentido do ponto de vista econômico” (Exame, 10/06/96). Mais recentemente, o mesmo Ministro admitiu que a autonomia é uma condição para a

cobrança de mensalidades nas instituições públicas.

Diante deste quadro, os educadores e democratas devotados à causa do ensino público não podem tergiversar. É preciso organizar a luta contra este projeto de forma ampla, contundente e radical. Não há lugar para acordos e soluções de compromisso com um governo que, de fato, delegou as suas atribuições para os “senhores do mundo”. Esperar que o atual Congresso Nacional que defendemos enquanto instituição, majoritariamente subserviente às exigências do Banco Mundial e do FMI, defenda a universidade sem ampla mobilização popular, apenas motivado pelos “melhores projetos” ou é ingenuidade ou é capitulação: duas alternativas igualmente inconcebíveis. A abertura econômica irresponsável, que vem destruindo a capacidade produtiva do País, as privatizações selvagens, as reformas da previdência, administrativa e trabalhista, comprovam a insuficiência do parlamento em resguardar os direitos fundamentais da cidadania.

Foi a luta pela integridade da autonomia universitária, uma aspiração que expressa um dos mais importantes ideais da modernidade, que permitiu a institucionalização da ciência moderna por meio da liberação desta das tutelas da religião e da Igreja, e de outras instâncias - quer fossem elas as imposições da autoridade do Estado, quer das pressões da sociedade burguesa, interessada nos **resultados úteis** do trabalho científico. Desde Humbolt, passando pelos grandes educadores brasileiros, como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes, entre tantos outros, a solução para estes desafios tem sido a luta em favor da **“autonomia científica com organização estatal”**.

A proposta de (des)regulamentação da autonomia da Andifes não é capaz de romper com a lógica das Diretrizes do MEC. O mesmo pode ser dito das propostas de regulamentação elaboradas pelos trânsfugas que se aliam

aos algozes da democracia, aceitando os termos da agenda apresentada pelo governo: uma carreira desvinculada dos direitos constitucionais; a associação linear entre autonomia e avaliação, expressão vulgar do nefasto produtivismo antiacadêmico; e a aceitação de fontes alternativas de recursos. Igualmente grave, são cúmplices do silêncio e da falta de debate a respeito das medidas inconstitucionais já encaminhadas por meio de legislação complementar: o Conselho Nacional de Educação, o “Provão”, os cursos aligeirados, desvinculados do princípio constitucional da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como os “cursos sequenciais” etc.

O exame cuidadoso da Constituição Federal revela que, para tornar as universidades realmente autônomas, seria preciso remover todos os obstáculos legais que impedem a sua concretização, e não criar mais uma regulamentação que inevitavelmente debilitará a autonomia das universidades. Esta posição foi ratificada na Proposta de Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, em tramitação no Congresso Nacional.

Os signatários deste Manifesto conclamam as entidades científicas, sindicais, partidárias e todos aqueles que defendem o ensino público, a participar da luta contra a autonomia neoliberal, fortalecendo as ações do Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público e de suas entidades, em especial o III Congresso Nacional de Educação, e posicionando-se contra os projetos de lei que atentem contra a auto-aplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal.

Este manifesto está sendo divulgado e assinado por todas as pessoas que concordarem com seu teor. Os interessados podem obter cópias na sede da Adufrj.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

COPPE TERÁ QUE DEVOLVER OS R\$ 3 MILHÕES ARRECADADOS COM O CONCURSO DA CÂMARA

Uma nuvem negra paira sobre o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe/UFRJ). A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal do Rio presidida pela vereadora Jurema Batista (PT) apurou fraudes no processo de realização do concurso realizado para preencher 207 vagas na Casa Legislativa. O Coppe foi contratado pela Câmara para organizar todo o concurso e faturou R\$ 3 milhões que deverão ser devolvidos aos 99 mil candidatos que pagaram taxas que variaram de R\$ 25 a R\$ 35. A decisão foi da juíza da 16ª Vara Federal, Márcia Maria Nunes de Barros, com base nos resultados e na

apuração da CPI.

As denúncias surgiram logo após a realização do concurso, em novembro de 98, quando o jornal *Folha Dirigida* publicou a primeira listagem com as notas dos candidatos. A Coordenação de Concurso do Coppe questionou a listagem publicada, alegando que continha erros. Nova listagem foi divulgada e vinte e um candidatos tiveram a nota aumentada. Por coincidência, estes trabalhavam em gabinetes de vereadores ou na presidência da casa. Nove deles estavam diretamente ligados a vereadores da Casa.

A Procuradoria da UFRJ já informou que vai recorrer da decisão da juíza federal.

QUE VERGONHA, FHC!

Na véspera da Cimeira, vários *outdoors* do Sintrasef que criticavam o presidente Fernando Henrique foram retirados das ruas por equipes da Prefeitura a pretexto de “defender a moral” de FHC. A CUT vai pedir ressarcimento.

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE SEGURIDADE SOCIAL DA ADUFRJ

Será no próximo dia 7 de julho, quarta-feira, às 15h, na Escola de Serviço Social na Praia Vermelha. Em pauta: elaboração de pesquisa/perfil do aposentado da UFRJ, exposição/debate de princípios da seguridade e encontro de “Assuntos de Aposentadoria”(ainda no mês de julho).

ANDES-SN LANÇA 18ª EDIÇÃO DA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Foi lançado na abertura do 38º Conad o número 18 da revista “Universidade e sociedade”, produzida pelo Andes-SN. Entre os destaques dessa edição estão os seminários - que tratam principalmente da crise decorrente da globalização - transcritos do 18º Congresso da entidade (realizado este ano, em Fortaleza).

CONCEIÇÃO TAVARES PUBLICA

LIVRO SOBRE CRISE

Foi lançado no último dia 27 de junho o livro “Destrução Não Criadora” da economista Maria da Conceição Tavares, que enfoca, entre outras questões, a desindustrialização do país decorrente da abertura às importações e suas conseqüências sobre o nível de emprego. Na visão da economista, a economia do Brasil foi desmantelada em quatro anos e meio, numa velocidade que só perde para a observada na Rússia - quebrada em três anos.

Mensalidade da Adufrj

Ainda não recebemos explicações por parte da administração da UFRJ sobre o não desconto de nossa mensalidade no mês de maio. Pelo acesso aos contracheques via Internet, verificamos que no mês de junho foi descontado o valor de 1% mais a cota anterior de R\$ 20,00. Não foi esta a orientação da Adufrj, que enviou ofício solicitando o adiamento do desconto do mês de maio. Mais uma vez, não fomos atendidos pela administração. Como até a presente data (01/07) ainda não foi feito o pagamento, não temos o valor do repasse. Relembramos que o percentual de 1% deve vigorar por dois meses e que, após prestação de contas por parte da diretoria da Adufrj, teremos nova Assembléia Geral para decidirmos sobre o valor definitivo do percentual.

Cobrança indevida de parcelas do PSS

Recebemos o ofício 119/99 da Sub-Reitora de Pessoal e Serviços Gerais, datado de 21/06/99, em resposta à nossa solicitação (enviada em 19/05/99) de que sejam devolvidos os acréscimos indevidamente feitos às contribuições de julho, agosto, setembro e outubro de 1994, do PSS. “Consultamos o Ministério do Orçamento e Gestão que pronunciou-se através do Ofício 07/SRH/SEAP/MOG, informando que aquele órgão está discutindo com a SRF e o Serpro...”, justificou a sub-reitora de Pessoal, Augusta Temponi. Na cópia do ofício, está misturada a questão do PSS com “o recebimento da contribuição para o PSS não cobrado sobre a GAE, no período de dezembro/92 a novembro/93”. Até a presente data, não havia tido notícias deste último fato e não vemos nenhuma relação com o PSS indevidamente cobrado. Nossa impressão é de que estão sendo adotados procedimentos protelatórios que visam simplesmente burlar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que já decidiu que o governo agiu incorretamente no aumento das parcelas do PSS.

Atraso no pagamento dos salários

Confirmamos que a liminar ganha pela Adufrj, determinando que os salários sejam pagos no mês trabalhado continua válida até a presente data (01/07/1999). Portanto o não pagamento de nossos salários até 30/06, constituiu-se em mais um desrespeito a deliberações jurídicas em vigor. Nossa Assessoria Jurídica está estudando as medidas mais adequadas contra este atentado ao estado de Direito que deveria vigorar no país.

TRF mantém liminar da Adufrj garantindo a isenção dos aposentados

Por unanimidade o Tribunal Regional Federal/2ª região negou o recurso da UFRJ tentando cassar nossa liminar, que garante que os professores inativos não terão descontos para o PSS. O aumento das alíquotas dos professores ativos ainda está suspenso, em virtude de outra liminar, impetrada pela Procuradoria da República. Por outro lado, recebemos da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN a informação de que o STF somente julgará os processos referentes a este tema em agosto.

POUCAS HORAS DEPOIS DE SE HOSPEDAR EM HOTEL, FIDEL CASTRO FALA DURANTE 45 MINUTOS ESPECIALMENTE PARA PROFESSORES



Em aparição histórica, Fidel discursou para os participantes do 38° Conad. Na manhã de domingo, os professores foram para o calçadão, em frente ao hotel, manifestar solidariedade à Cuba.

Uma histórica e inesperada visita transformou o 38° Conad (Conselho Nacional de Associações de Docentes) que se realizava no salão de convenções do Rio Othon Palace, em Copacabana. O presidente de Cuba, Fidel Castro, hóspede do mesmo hotel por ocasião da Cimeira do Rio de Janeiro, atendeu a um pedido da assessora de comunicação da Apufpr, enquanto passava pelo saguão do lugar e, exatamente à 00h45, foi ao encontro dos cerca de 200 professores universitários presentes. Pegos de surpresa, os docentes suspenderam imediatamente a discussão do tema “A Universidade e a Crise Nacional” e convidaram Fidel para a mesa de debates.

Muito atencioso, o presidente cubano acenou inicialmente com a possibilidade de ali ficar por não mais que um minuto – dados os compromissos que o aguardavam na reunião de chefes de estado no dia seguinte (hoje) -, mas (bem ao seu feitio) acabou dialogando por 45 minutos com a

plenária. No encontro, foi comparado a grosso modo os sistemas universitários dos dois países e um incrível Fidel não acreditou quando Renato de Oliveira lhe disse que Cuba teria uma população estudante universitária proporcionalmente maior que a brasileira (2 milhões para um total de 160 milhões, em torno de 1,5% contra o que Fidel calculou como 200 mil para um total de 10 milhões - 2%). Fora o sistema universitário, Fidel aproveitou o espaço para divulgar o sistema de saúde cubano, reconhecido em todo o mundo e revelou sua preocupação de “ser estudante por toda a vida”. Fidel ainda relevou a importância do ensino em Cuba, onde não se busca formar apenas o intelecto, mas o associa às dimensões artística, física e de trabalho.

No final do encontro, o presidente cubano recebeu uma camiseta do encontro e um *pin* do Andes-SN pelas mãos de Renato de Oliveira. No momento em que se retirava do plenário, Fidel ainda

ouviu os gritos de “Abaixo o embargo!” e “Viva Cuba!”, entre outros, favoráveis ao povo cubano. Retribuindo a gentileza dessa visita, o movimento docente aprovou em suas últimas deliberações, já na manhã de segunda-feira, uma moção de repúdio ao bloqueio econômico daquele país e ainda conferiu caráter histórico a essa presença na Carta final do Conad, que potencializa os anseios dos professores.

A ainda inacreditável façanha de quebrar o protocolo do popstar da Cimeira e levá-lo para o Conad coube à assessora dos professores do Paraná, Niele Melo, de 28 anos. A jornalista, que se define como “entrona” conseguiu cativar o “Comandante” e mandou o protocolo para o espaço. “Fui capturado por esta *chica*”, disse Fidel.

Coincidência - Depois da histórica visita, não faltaram comentários lembrando a coincidência entre a presença de Fidel e o baile comemorativo do 38° Conad e dos 20 anos da Adufrj e que foi animado pela Orquestra **Cuba Libre**.

UNIDADE CONTRA O DESMONTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA



Da esquerda para a direita: o secretário-geral do Andes-SN, Osmar Marchese; o representante do Sintrasef, Albertino Nascimento; o vice-presidente regional do Andes-SN Eduardo Serra; a representante do DCE Glauce Magalhães; o presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira; o presidente da Adufrj, Roberto Leher; o representante da Fasubra Agnaldo Fernandes e Eleonora Ziller, do Sintufj.

A união da comunidade universitária em torno de um projeto alternativo de educação contra a política de desmonte do governo Fernando Henrique Cardoso foi o discurso de todos os integrantes da mesa de abertura do 38° Conad, que reuniu 63 delegados das seções sindicais e 120 observadores. Além do presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira, e do presidente da Adufrj, Roberto Leher, estiveram presentes representantes dos funcionários e a representação do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ.

O presidente da Seção Sindical da UFRJ dedicou o dis-

curso a uma análise da crise estrutural em que vive o Brasil e suas universidades. “Não é uma crise conjuntural. Ela faz parte de uma imposição do Banco Mundial, operacionalizada pelo governo brasileiro”, comentou. No ponto de vista de Leher, esse problema se consolidou no início da década de 80, quando os diversos países endividados do mundo se submeteram à pauta do FMI a pretexto da renegociação de suas dificuldades.

Roberto Leher destacou ainda a falta de investimentos nas universidades africanas e latino-americanas como um exemplo claro do papel de segundo plano na área do co-

nhecimento avançado que os organismos financeiros internacionais querem delegar às nações mais pobres. “O exame da situação latino-americana e a análise do documento do Banco Mundial atestam que a autonomia em sua acepção neoliberal é o meio para afastar definitivamente as universidades públicas para a esfera privada, mesmo que formalmente permaneçam públicas”.

Para finalizar, Roberto Leher lembrou o histórico de lutas do Sindicato Nacional dos Docentes e o entusiasmo da entidade no encaminhamento das propostas aprovadas pela maioria dos professores. “Historicamente, acertamos mais do que nos equivocamos. Pelo exposto, a Adufrj espera que esse Conad insista para forjar uma esfera pública de debates, onde as diversas perspectivas possam ser livremente deliberadas”.

Em sua fala final, o presidente do Andes-SN fez coro com as palavras de Leher, principalmente em relação ao histórico do sindicato nacional. Renato reafirmou o compromisso de construir uma esfera de debate público transparente. “E a regra de ouro de qualquer debate público é a aceitação do outro e da legitimidade do outro. Esse é o propósito com o qual estamos animados para esse Conad e esperamos sinceramente que as divergências de opinião se tornem elementos enriquecedores da nossa história comum. Temos a convicção de que podemos manter a nossa história comum, que é o que tem mantido a universidade viva até hoje. Temos certeza de que, no que diz respeito à autonomia, avançaremos na questão. E tenho certeza que a questão maior da autonomia superará de longe as eventuais diferenças divisionistas que poderão caracterizar nossos debates”, afirmou.

SEMINÁRIO DEBATE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

As divergências em torno da necessidade de regulamentação ou não do artigo 207 da Constituição Federal, que dispõe sobre autonomia universitária, marcaram as discussões políticas durante o Seminário Internacional sobre Autonomia Universitária, que precedeu a abertura do 38° Conad.

O debate deixou claro que a direção do Sindicato Nacional reconhece que o artigo 207 é auto-aplicável, mas entende que há necessidade de aprovação de dispositivo legal capaz de assegurar a autonomia universitária. Este ponto de vista, porém, não é compartilhado por outra parcela do movimento docente, segundo a qual a auto-aplicabilidade, por si só, já garante autonomia às instituições.

Mediado pelo professor Aníbal Sanches Moura, da diretoria do Andes-SN, o seminário contou ainda com a participação do presidente da entidade, Renato de Oliveira,

além dos convidados: o argentino Pablo Gentili, professor da UERJ, o professor e jurista brasileiro Francelino Grando, da Universidade Federal de São Carlos, e o secretário-geral da Confederação dos Educadores Americanos (CEA), Fernando Rodal.

Para o professor Pablo Gentili, a perda de autonomia universitária vem se acentuando no Brasil nos anos 90 estando vinculada a fatores que vão desde o desinvestimento público à falência das instituições e organismos de financiamento e produção de pesquisa na América Latina. Gentili destacou que a privatização que começa a se instalar no interior das instituições não significa, necessariamente, redução dos recursos públicos, mas, ao contrário, muitas vezes tem significado a aplicação de recursos públicos em empreendimentos privados.

O professor e jurista Francelino Grando observou que não existe rigorosamente nenhum argumento técnico ca-

paz de negar a auto-aplicabilidade do artigo 207, o que seria “juridicamente indiscutível”, mas defendeu uma lei específica para a sua regulamentação, a exemplo do Ministério Público.

Renato de Oliveira observou que a universidade não pode abrir mão de incorporar as demandas sociais em que os movimentos populares estejam concretamente representados. Finalizando, o secretário geral da CEA, professor Fernando Rodal, convocou a universidade a recuperar a capacidade de autonomia no sistema educacional como um todo, incluindo o ensino médio e primário. “Devemos entender a autonomia como algo articulado à idéia de conjunto, caso contrário a universidade será cada vez mais atacada”, frisou, acrescentando que, em seu país, o Uruguai, já existem experiências nesse sentido, com projetos envolvendo a participação de alunos, pais, sindicatos, centrais de trabalhadores e mesmo alguns reitores.

Resoluções

AUTONOMIA CONSTITUCIONAL VENCE POR UM VOTO

Como já era de se esperar, a autonomia universitária acabou se tornando um dos pontos mais polêmicos do 38º Conad. Dois textos principais de resolução sobre o tema foram apresentados e as diferenças entre um e outro não passaram de um voto, nas decisões do plenário. O texto final acabou sendo consolidado a partir da tese proposta pela Seção Sindical da UFF (Aduff). Foram aprovadas implementações da Federal de Santa Catarina, da Adufrj e da Diretoria do Andes-SN.

A redação assegura a auto-aplicabilidade do Art. 207 da Constituição Federal, com financiamento integral do sistema público do ensino superior pelo Estado, e combate as propostas governamentais e da Andifes de regulamentação dessa matéria através de legislação infra-constitucional ou de emenda constitucional. O grande temor da maior parcela da representação docente residia, basicamente, no fato de o governo federal não respeitar nem as leis atuais, quanto mais uma legislação infra-constitucional ou emenda, conforme ansiava uma parcela dos professores. Nas palavras do presidente da Adufrj, Roberto Leher: “Estamos sendo derrotados em todas as nossas indicações por este Congresso Nacional que está aí. A forma clara de combater essa política do governo federal é impor um Plano Nacional de Educação alterna-

tivo”. No fim, acabou prevalecendo essa visão.

Fora o ponto central da questão, o plenário também decidiu por outras reivindicações do movimento como a luta contra a intervenção governamental nos processos de nomeação e escolha de dirigentes assim como todas as formas de cerceamento da autonomia universitária que interferiram com a democracia interna e as decisões representativas e legítimas da comunidade universitária.

Ainda nesse sentido, o movimento se declarou claramente contra a transferência dos hospitais públicos para o Ministério da Saúde e contra a transferência de IFES para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Ficou definida também a carreira única para o magistério das IES, que incluía os docentes da Educação Básica e a manutenção autônoma dos procuradores universitários. Outro ponto acertado foi a manutenção da isonomia salarial entre os ativos e aposentados, permanecendo a situação atual de vinculação da folha ao Mec.

Além disso, garantiu-se no texto final a gratuidade plena nos estabelecimentos de ensino público, a avaliação institucional interna e externa, segundo os princípios do movimento docente (não como é feita no “provão”) e o controle estatal sobre as instituições particulares de ensino superior (IPES).



A tese sobre a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal foi, mais uma vez, vitoriosa neste Conad

SINDICATO REJEITA CARREIRAS TÍPICAS

Foi aprovada no Conad a rejeição do projeto de lei que prega a discriminação aos servidores que não forem integrantes das carreiras consideradas, pelo projeto governamental, como típicas de Estado. A diretoria do Andes-SN, agora, deve se esforçar para conseguir a manutenção do estatuto da estabilidade para o conjunto do professorado público, por ser o magistério um serviço essencial à sociedade.

ANDES-SN DEVE LUTAR PELA REINTEGRAÇÃO DOS CEFETs

Os Centros Federais de Ensino Técnico (CEFETs) - que o governo está desvinculando das Instituições Federais de Ensino Superior - não foram esquecidos no 38º Conad. Ficou definido dentro da política de autonomia universitária de que o Andes-SN lutaria pela reintegração dessas instituições à SESU e, ainda, para que a carreira única dos docentes dos CEFETs seja a carreira única dos docentes das instituições federais de ensino superior.

CONAD APROVA CARREIRA ÚNICA

A aprovação da carreira única para o magistério das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) exigiu muito cuidado dos delegados do Conad. A tentativa da proposta é “pôr uma ordem na casa” e corrigir, no máximo possível, as injustiças entre aqueles que estão trabalhando e em relação àqueles que já saíram. A nova carreira será estruturada nas seguintes classes e níveis: professor auxiliar (níveis A e B); assistente (A e B); adjunto (A e B); associado (A e B) e Professor Pleno (nível único). Uma comissão será constituída por um mesmo número de representantes de docentes e dirigentes das IFES para acompanhar e implantar a Carreira Única até o prazo de um ano de sua publicação como lei. Também foi aprovada uma proposta de Plano Nacional de Capacitação Docente em consonância com a Carreira Única. Mais detalhes sobre esses dois temas tão importantes estarão na nossa *homepage* nos próximos dias.

APROVADA MALHA SALARIAL DAS FEDERAIS

Na discussão sobre a malha salarial dos docentes, acabou prevalecendo a proposta da Aduff/Adufrj de defender como piso um salário mínimo do Dieese (em torno de R\$ 870) para o professor auxiliar A em regime de 20 horas. Também de acordo com essa proposta, o salário do professor pleno no mesmo regime seria igual a três salários mínimos do Dieese e a razão entre os salários de professor pleno e professor auxiliar A em regime de dedicação exclusiva ficaria igual a três.

Essa proposta derrotou a tese que estabelecia como piso um salário de R\$ 557,48 para o professor auxiliar A em regime de 20 horas (0,65 SM do Dieese) e R\$ 1,728,18 (2 SM do Dieese) para o professor auxiliar A em regime de dedicação exclusiva, com uma variação de cinco vezes entre o menor e o maior salário do professor em regime de dedicação exclusiva.

De acordo com os partidários dessa última malha salarial, estaria sendo estimulada a dedicação exclusiva para os professores, ao mesmo tempo em que se preservava a luta igual das classes - sob esse ponto de vista, fica impensável dar um SM do Dieese integralmente a um professor de 20 horas, enquanto um trabalhador comum teria 40 horas para igualar esse valor.

Já os seguidores da proposta vencedora alegaram que a questão não pode sair por esse lado. Nesse entendimento, deve haver valorização salarial para os professores ensinarem nas universidades ou na educação básica ligada a elas. “Temos que incentivar os nossos professores que saíram ou sairiam das redes estadual e municipal”, disse Marcelo Badaró, da Aduff.

NEGOCIAR COM ESTE GOVERNO SERIA UMA IMPRUDÊNCIA

Para os convidados da Adufrj para o debate em comemoração dos 20 anos de fundação da entidade, promovido na noite do dia 24, no IFCS, negociar a autonomia já garantida no texto constitucional poderia levar o movimento docente a perdas irreparáveis em relação a garantias já conquistadas durante todos estes anos de luta pelo ensino público



Na mesa, Miriam Limoeiro, Roberto Leher, Ivan Valente e Roberto Romano

O debate-manifesto organizado pela Adufrj na noite de quinta-feira (dia 24) serviu para jogar sal na ferida do movimento docente. Ficou claro para os cerca de 60 professores presentes no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Centro do Rio, que ainda falta união e disposição dos próprios professores para combater o plano de desmonte da universidade pública, gratuita e de qualidade pelo governo federal. Diante dos argumentos do professor de Filosofia da Unicamp Roberto Romano, do ex-deputado federal Ivan Valente (PT-SP), do presidente da Adufrj, Roberto Leher, e da ex-vice-presidente da Andes Miriam Cardoso de que seria uma imprudência tentar negociar com o governo o artigo 207 da Constituição Federal - que regulamenta a autonomia das universidades -, a falta de mobilização do movimento docente surgiu como a preocupação mais imediata.

O presidente da Adufrj iniciou os trabalhos caracterizando a crise das universidades do Terceiro Mundo em geral como sendo mais do que conjuntural. Na visão do professor, essa é uma crise estrutural que tem sua origem nas idéias de pensadores neoliberais da década de 50. “Ou seja: não é uma política fortuita, mas de longa duração

e com formulação bastante antiga”, disse. Nesse sentido, tendo a tentativa de parte do movimento docente de negociar a autonomia em Brasília, Roberto Leher lançou à platéia perguntas sobre o papel do Congresso Nacional nessa discussão: “O nosso Congresso tem autonomia para deliberar livremente sobre as condicionalidades do Banco Mundial? O Congresso deve ser o nosso principal espaço de luta ou existem outras formas de atuação?” De acordo com Leher, a aprovação de várias reformas de cunho neoliberal nos últimos tempos prova que o Congresso não tem conseguido exercer suas atribuições de modo soberano.

Uma vez que o presidente da Adufrj deu as motivações externas da crise universitária, o filósofo e professor da Unicamp Roberto Romano preferiu relacionar os problemas da “casa”. Na opinião de Romano, todas as mudanças neoliberais foram profundamente facilitadas pela própria definição de Estado brasileiro, com grande centralização no Executivo. “Existe uma ditadura do poder Executivo e o Legislativo e o Judiciário são poderes que mantêm permanente trato com representantes das oligarquias nacionais”, disse.

Ainda de acordo com o filósofo - e para revelar a gravidade da situação -, o desmonte das conquistas trabalhistas da Constituição de 1988 representa não um golpe de estado “instantâneo, mas um golpe de estado em doses homeopáticas”.

Por sua vez, o ex-deputado federal Ivan Valente, que sempre defendeu a causa da educação no período de sua legislatura, comentou que não existe no Congresso uma discussão séria para viabilizar a autonomia, mas uma reforma administrativa nas universidades. “Uma questão de princípios acabou virando uma questão de custos e gastos”, afirmou.

A professora Miriam Limoeiro Cardoso, criticou aqueles que apostam na alternativa dos núcleos de excelência em detrimento de uma universidade realmente autônoma. “Esses professores são meros funcionários de uma ideologia. Pensam que recebem muito dinheiro, mas estão se vendendo por gorjetas do capital estrangeiro. Muitos já foram intelectuais, mas hoje são meros gerentes dessa política neoliberal”, afirmou. Retomando uma frase do professor Romano, Miriam disse que “não podemos aceitar sermos os covéis do ensino superior no país”.

REITORIA COMPLETA UM ANO DE AUTORITARISMO



**CEG E CEPG
ENCAMINHAM ÀS
UNIDADES
PROJETO DE
PERIODIZAÇÃO E
CARGA HORÁRIA
DOCENTE**

IMPORTANTE

Leia o Projeto de
Resolução Conjunta
CEG/CEPG que está
sendo discutido pelas
Unidades na página
eletrônica da Adufrj:
www.alternex.com.br/~adufrij

Adufrj - Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN)

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

De acordo com o Regimento Geral da Adufrj-SSind, convoco as eleições para a Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 1999-2001, para os dias 13, 14 e 15 de setembro de 1999. De acordo com o Regimento Geral, as chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas até o dia 13 de agosto de 1999 e os candidatos ao Conselho de Representantes até o dia 03 de setembro de 1999.

Roberto Leher
Presidente da Adufrj-SSind

O CONAD E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Completo esta semana o primeiro ano do Decreto -Lei que instituiu a GED. Anunciada pelo governo como um estímulo à docência, aplaudida aqui na UFRJ por alguns professores que apoiaram a intervenção do MEC, vista pela direção nacional do nosso sindicato como uma “vitória”, sua realidade é bem outra.

A denúncia da discriminação de aposentados e pensionistas confirma-se com a instituição da contribuição previdenciária, suspensa temporariamente graças a liminares. Os professores de 1º e 2º graus continuam com bolsas precárias e o desmonte do ensino técnico se aprofunda. E a tão propagandeada “avaliação” das atividades docentes revelou-se uma farsa. Até hoje os professores da UFRJ não sabem quais os critérios que foram utilizados em sua pontuação e muito menos como será a próxima avaliação. Os critérios nacionais não foram uniformizados e a famigerada Comissão Nacional simplesmente sumiu. E finalmente, nenhuma melhoria no ensino superior pode ser atribuída a este instrumento criado, gerenciado e de inteira responsabilidade do MEC. A previsão do movimento docente de que a GED apenas agravaria a situação da universidade se confirma. Continuamos com uma situação salarial ruim e a pretendida “avaliação” foi mais um disfarce para esconder o desmonte sistemático do ensino público superior.

É bom lembrarmos o episódio da GED, por que outros similares estão sendo implantados. O anúncio recente, feito pelo MEC, sobre a mudança nos critérios para o repasse de verbas às universidades, não visa corrigir distorções e

muito menos incentivar o trabalho acadêmico. É um simples mecanismo que promove a competição entre as universidades pelas migalhas que o governo distribui. E a administração da UFRJ, em sintonia com os projetos do MEC, propõe uma mudança intempestiva no calendário acadêmico, forçando todas as unidades a adotarem os três períodos, independente de suas especificidades e sem maiores justificativas. Não temos dúvidas de que o único argumento é a adaptação às novas regras do MEC. Igualmente grave são os anúncios de reformas na universidade. É claro que precisamos de modificações profundas na estrutura do ensino do país, mas não podemos confundir as aspirações por uma universidade voltada para o crescimento econômico e melhoria das condições de vida de nossa população com as reformulações propostas pelo governo FHC. O fundamento desta divergência é bastante simples e basta olharmos o orçamento que o governo definiu para 99. Enquanto para a educação serão destinados cerca de 10 bilhões de reais, para a saúde 20 bilhões, para o pagamento dos juros e amortização das dívidas interna e externa são destinados 130 bilhões de reais !!! Esta é a motivação profunda das reformas do governo FHC, a razão do amplo apoio que os órgãos internacionais que gerenciam a especulação financeira lhe oferecem e o pano de fundo para manter o país dependente do sistema global.

Neste quadro, revestem-se da maior importância as deliberações políticas tomadas no 38º Conad, sediado pela Adufrj-SSind no Rio de Janeiro. Os docentes das instituições de ensino

superior, reunidos democraticamente, mostraram com firmeza sua oposição ao governo FHC. Ao reafirmarmos a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, que consagra a autonomia universitária, estamos levantando a bandeira política da obrigação do Estado brasileiro com o Ensino Público Superior e sua separação das conveniências momentâneas do governo. Ao aprovarmos um plano de carreira docente, baseado no ingresso através de concurso público, na promoção pelo mérito acadêmico, na inclusão e no respeito ao trabalho de todos os docentes e numa tabela salarial equânime, estamos reafirmando a necessidade e a importância de um projeto político que vê na expansão, na qualidade e na estabilidade do ensino público superior, um instrumento indispensável para o progresso na nação.

GT SEGURIDADE FARÁ PESQUISA SOBRE SITUAÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS

Em sua última reunião, o GT Seguridade Social da Adufrj iniciou trabalhos para realizar uma pesquisa sobre os aposentados da universidade. Para desenvolver esse ponto e outros relativos à seguridade social, ficou marcado mais um encontro para o próximo dia 22, às 14h, na Escola de Serviço Social, campus da Praia Vermelha.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE DIREITO: AGNELO MAIA BORGES DE MEDEIROS

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

REAL COMPLETA CINCO ANOS DE ENDIVIDAMENTO E EMPOBRECIMENTO SOCIAL NO BRASIL

Alta taxa de desemprego, queda no rendimento médio da população, aumento irrisório do salário mínimo, aumento do custo da cesta básica e explosão do endividamento público brasileiro. Fora a queda inflação (único fator positivo), esse é o resultado de cinco anos do Plano Real, de acordo com estudo do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Graças ao Plano Real e sua política de abertura total às importações e juros altos visando conseguir recursos externos para acertar as contas do país, o Brasil passou a enfrentar sua pior crise econômica. Sem dinheiro para saldar compromissos internos e externos, foi obrigado a recorrer ao FMI, aprofundando a recessão.

Assim, a taxa média anual de desemprego pulou de 14,2% em 1994 para 18,3% em 1998, na Grande São Paulo. Em maio desse ano, a taxa alcançou triste recorde em maio: 20,3%. Em todas as regiões pesquisadas, o Dieese constatou ainda queda no rendimento médio mensal da população, caracterizando o arrocho salarial. O governo prometeu dobrar o salário mínimo, mas o que

se viu foi um crescimento de minguados 19% em cinco anos. Já a cesta básica subiu 18,4%, passando de R\$ 104,85 em julho de 94 para R\$ 124,19 em maio de 99.

Com a política de altas taxas de juros (chegaram a 40% durante a desvalorização da moeda em janeiro desse ano), a dívida interna deu um pulo espetacular. A dívida líquida do setor público passou de R\$ 153 bilhões em 1994 para R\$ 500 bilhões em 1999 e a dívida externa cresceu US\$ 75,5 bilhões no mesmo período.

Marcha – Como uma forma de demonstrar toda sua insatisfação com o governo federal e, especificamente, para pedir a investigação sobre o envolvimento do presidente FHC no leilão da Telebrás, o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, em sua reunião de 24 de junho, escolheu o dia 26 de agosto como data da Marcha para Brasília. A idéia do movimento é entregar um abaixo-assinado no Congresso para requerer a instalação da CPI do leilão. O fórum de entidades de cada estado vai lutar para garantir que, nesse dia escolhido, estejam em Brasília cem mil pessoas e um milhão de assinaturas no documento.

“A DEMANDA DOS POBRES NO BRASIL É POR NAVEGAR NA INTERNET E APRENDER A FALAR INGLÊS”

Depois de “vida de rico, em geral, é muito chata”, o presidente Fernando Henrique ainda encontra frases para debochar do povo brasileiro. Em um dos seus discursos da Cimeira, FHC disse ao mundo que “além de querer dominar o português, os brasileiros vão querer dominar o inglês: uma da Internet – a informática – e a outra, a do inglês. É a demanda das populações mais carentes.” Seria cômico, se não fosse trágico.

ORQUESTRA DE HARPAS NA ESCOLA DE MÚSICA

De formação única no mundo (harpas, clarinete, percussão e berimbau), a Orquestra Brasileira de Harpas da UFRJ se apresenta nesta terça-feira (dia 13), no hall de entrada da Escola de Música, às 12h30. A orquestra tem como objetivo principal a divulgação da música brasileira em suas duas vertentes: erudita e popular. Essa exibição será a última antes do embarque do grupo para Praga, na República Tcheca, onde a OBH vai participar do VII Congresso Mundial de Harpa. Entre as músicas do programa estarão “Trenzinho do Caipira” de Villa-Lobos, e “Carinhoso” de Pixinguinha. A Escola de Música fica na Rua do Passeio, 98, e a entrada é grátis.

CNE APROVA INGRESSO ALTERNATIVO NO ENSINO SUPERIOR

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no dia 6 de junho um parecer que autoriza as universidades brasileiras a adotarem formas alternativas de acesso aos cursos superiores. Hoje, esse ingresso só é possível pelo vestibular – considerado um meio elitista pelos conselheiros – ou, mais recentemente, pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A iniciativa do CNE tem a intenção de dar igualdade de condições no processo de conquista da vaga a todos os estudantes. O parecer ressalva que nenhuma forma alternativa pode criar reserva de vagas para colégios conveniados, empresas ou qualquer tipo de segmento. “Isso quer dizer que as faculdades não vão poder mais aceitar candidatos com uma simples carta de recomendação das escolas, como muitas vêm fazendo”, afirmou Francisco Aparecido Cordão, um dos 24 conselheiros que aprovaram, com três abstenções, o parecer do relator Carlos Alberto Serpa. O documento ainda recomenda às faculdades e universidades que todos os cursos, independente da área, ministrem Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, organização e expressão do pensamento. O parecer será levado na próxima semana ao ministro da Educação, Paulo Renato, para homologação. Se não for contestado, o parecer será transformado em resolução e a medida deve vigorar a partir do ano 2000. Cada novo critério de ingresso proposto pelas universidades ou faculdades deverá ser aprovado pelo CNE.

STF JULGARÁ CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Previsto para agosto, o julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre a contribuição previdenciária dos servidores está cercado de grande expectativa. Serão 820 mil trabalhadores amparados por liminares (75% da folha da União) contra o governo federal, que espera estabelecer, pelo menos, a alíquota de 11% sobre o salário de trabalhadores inativos e pensionistas. Se o conjunto dos trabalhadores perder, a cobrança dos descontos aprovados virá retroativa a 1º de maio. Se o governo perder, deverá ressarcir todos aqueles que não foram amparados por liminares no mesmo período.

GOVERNO QUER VOLTA DA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Além do receio com o resultado do julgamento do STF sobre contribuição previdenciária, o servidor já tem um motivo mais imediato para se preocupar. A revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o governo deverá adotar novas medidas para reduzir os gastos com pessoal e na previdência. Entre as alternativas, o secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, listou a volta do Plano de Demissão Voluntária, a indisponibilidade de servidores e o incentivo a licenças que os servidores podem tirar e que significam menos gastos para o Tesouro.

FHC ACABA COM SERVIÇO DE COMBATE A DOENÇAS COLETIVAS

Medida provisória assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso rescindiu o contrato com mais de seis mil prestadores de serviço ligados à Fundação Nacional de Saúde, no Rio de Janeiro, no último dia 28. Essa atitude – levando-se em conta que uma família tem, em média, três pessoas –, deixou, portanto, 18 mil pessoas sem o meio de sustento de uma hora para outra. Além de provocar o desemprego em massa, a decisão de FHC pode provocar um surto de dengue hemorrágica e de outras doenças transmitidas por mosquitos em todo o estado, uma vez que a função desses prestadores era justamente a de combater os agentes transmissores.

REITORIA MANDA E DESMANDA NA UFRJ

Um aniversário nada feliz teve lugar durante o dia de fechamento desta edição. Exatamente no dia 7 de julho de 1998, o professor José Henrique Vilhena foi escolhido pelo Mec para ser o reitor da UFRJ, em detrimento do candidato mais votado (Aloísio Teixeira) em consulta popular no seio da comunidade universitária. No dia seguinte, a nomeação era oficializada no Diário Oficial da União. Por esse motivo – não podia ser diferente –, a sessão do Conselho Universitário do dia 8 do mês corrente não pôde deixar de prestar suas devidas “homenagens” ao aniversariante.

Quem começou o rosário de críticas ao interventor do Mec foi o representante dos estudantes José Carlos Madureira. Depois de lembrar a infeliz data, Madureira discorreu sobre o momento político e econômico do Brasil e contextualizou a universidade em todo o processo neoliberal. “A universidade pública é a bola da vez. E essa reitoria faz parte desse processo. A marca da atual administração é o desrespeito aos seus órgãos colegiados. O Consuni só sabe do que ocorre pela imprensa ou quando vê o fato consumado”, afirmou.

“Um ano e nada a se comemorar”, prosseguiu o representante dos técnico-administrativos Carlos Maldonado. O conselheiro também fez referência à política do fato consumado implantado pela reitoria

na UFRJ e citou como exemplo o projeto de reformulação do campus da Ilha do Fundão presente no *site* da universidade com a inclusão de um parque temático e um shopping, sem sequer ter havido alguma discussão no Consuni. Outro exemplo encontrado por Maldonado foi a entrevista de Vilhena ao Jornal “UFRJ”, produzido pela reitoria, que dava como certo o sistema de três períodos no ano 2000. No fim, o conselheiro perguntou: “Até quando o Consuni será pautado pelo *O Globo*, pelo *Jornal do Brasil* ou pela página da UFRJ?” Isso acaba desacreditando a instituição, ainda de acordo com Maldonado, porque o Conselho veta essas idéias e a sociedade fica sem uma referência correta na discussão.

O professor Aloísio Teixeira lamentou, inclusive, que, nesse dia, a presidência da mesa do Consuni estivesse sendo exercida pelo sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, Antônio MacDowell Figueiredo, esvaziando um pouco o valor do protesto. O professor José Roberto Meyer lembrou, nesse ambiente de indignação, sua cassação do Conselho pela reitoria e sua posterior recondução. Os decanos Sérgio Fracalanza e Oscar Acselrad engrossaram o coro dos insatisfeitos. Este último então chamou a atenção para a falta de diálogo entre a reitoria e as decanias na tomada de decisões sobre a infra-estrutura dos prédios nesse período de um ano.

No fim, o sub-reitor Figueiredo retrucou que não via desrespeito algum por parte da reitoria aos órgãos colegiados e que as idéias lançadas, antes de configurarem também esse desrespeito, serviriam para alavancar as discussões na comunidade universitária.

POLÍTICA DO FATO

CONSUMADO

Exemplo mais recente e escandaloso da chamada política do fato consumado, as ações do prefeito universitário, Ivan Pereira, de fazer funcionar um estacionamento na Praia Vermelha e, nesse sentido, até mesmo desrespeitar o Conselho Universitário (ver edições anteriores) mereceram um capítulo à parte no Consuni de aniversário da administração Vilhena.

O professor Aloísio Teixeira questionou a demora do prefeito de se explicar sobre o episódio em que supostamente ofende a autoridade do Conselho Universitário e lembrou sua proposta (retirada na sessão anterior) de pedir a substituição do prefeito – assim, o reitor escolheria um novo nome que se comprometeria publicamente em respeitar as deliberações dos conselheiros. Mais uma vez, Aloísio optou pela oportunidade de defesa do prefeito e, num documento assinado por 24 conselheiros, pediu nova convocação de Ivan Pereira para o próximo Consuni.

O sub-reitor Figueiredo, que presidia o Consuni, disse que não teria condições de responder pela relação de confiança entre Vilhena e o prefeito, mas prontificou-se a encaminhar o assunto ao reitor.

IMPORTANTE

Leia o Projeto de Resolução Conjunta CEG/CEPG que está sendo discutido pelas Unidades na página eletrônica da Adufrj: www.alternex.com.br/~adufrij

Recurso da Adufrj sobre a GED não teve resposta

Em 15 de dezembro de 1998, a Adufrj-SSind encaminhou à Comissão de Avaliação de Desempenho Docente da UFRJ (CADD) um recurso coletivo de reformulação dos critérios para a pontuação da GED, indicando que os procedimentos por ela adotados estavam em desacordo com a Lei 9.678, que criou a GED, com o relatório da Comissão Nacional incumbida de definir a aplicação da lei e com alguns princípios básicos que deveriam nortear qualquer processo de avaliação de desempenho docente.

Os procedimentos considerados indevidos e cuja reformulação foi solicitada diziam respeito a: (a) limitações parciais às quantidades de pontos atribuídas a cada

tipo de atividade; (b) inexistência da avaliação qualitativa das atividades de ensino; (c) desconsideração dos afastamentos dos docentes para formação, e (d) desconsideração do regime de trabalho, do cargo e da titulação na atribuição de pontos.

A CADD jamais deu qualquer resposta ao recurso e sua “avaliação” deixou sem o valor integral da GED (140 pontos) 43% dos professores da UFRJ, que ficou atrás de outras 29 IFES em relação a esse critério.

A íntegra do recurso foi disponibilizada naquela época por meio da *home-page* da Adufrj, onde poderá novamente ser encontrada.

O DEBATE SOBRE A PERIODIZAÇÃO DO ANO LETIVO NA UFRJ

Profª Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (I. Psicologia) e Prof. José Augusto Vaz Sampaio Bisneto (ESS)

Em breve nossas unidades acadêmicas deverão se manifestar sobre duas propostas de periodização do ano letivo na UFRJ: 1) três períodos letivos por ano, de extensão mínima de 12 semanas cada um; 2) a manutenção de dois períodos letivos por ano, cada um deles aumentados das atuais 15 para, no mínimo, 18 semanas.

A primeira proposta é defendida pela reitoria da UFRJ e a segunda é aparentemente majoritária no CEG/CEPEG. Estes Conselhos esperam um posicionamento das unidades acadêmicas até 15/7 para deliberar em definitivo sobre a questão.

A proposta de três períodos por ano letivo pode ser aparentemente sedutora, acenando para um atendimento a um maior número de alunos por ano, para um possível encurtamento do tempo de formação dos alunos, etc. As dificuldades para o funcionamento de um sistema de periodização trimestral, entretanto, são muito grandes e suas supostas vantagens podem representar, a um exame um pouco menos afoito, clara perda de qualidade acadêmica.

Até mesmo para o funcionamento atual das unidades da UFRJ, com dois períodos letivos de no mínimo 15 semanas, ao invés de sobram recursos, faltam professores, funcionários, salas de aulas, salas de trabalho individual para os professores, etc. Da periodização trimestral decorreria um acréscimo no número de turmas que agravaria nossos atuais problemas. Se hoje temos muitos professores substitutos e mesmo assim é difícil ou impossível para muitos departamentos até mesmo permitir o afastamento do docente para capacitação, como os atuais docentes poderiam se responsabilizar por mais turmas do que aquelas que as unidades já têm? Se na maioria de nossas unidades é difícil acomodar as turmas existentes, como fazê-lo na hipótese de haver mais turmas? Se nosso atual sistema de lançamento de notas e de matrícula não é eficiente para registro do que ocorre em dois períodos letivos, como ele daria conta de três? Com

um intervalo de apenas duas semanas entre dois períodos, que tempo haveria para o planejamento das aulas do trimestre seguinte, para a matrícula dos alunos acumulada com todo o trabalho burocrático para o registro das notas etc.? E vão contratar mais funcionários e professores? É claro que não, com a atual proibição pelo governo federal de contratação de pessoal.

Além dos problemas de recursos, há os de compatibilidade, que são diversificados. A UFRJ terá dificuldade de receber ou enviar alunos para outras universidades que adotam majoritariamente a semestralidade, pois os cursos ficarão também diferentes dos similares de outras faculdades. E os outros países do mundo reconhecerão plenamente os cursos brasileiros encurtados para menos de quatro anos de formação? Os cursos que têm obrigatoriamente estágios fora da universidade conseguirão que as organizações se adaptem à UFRJ, quando a sociedade mantém o regime de semestralidade? Ora, o sistema de dois períodos é praticamente universal e a regulação dos contratos de estágio no Brasil tem grande tradição de semestralidade. E como se fará a compatibilização entre as disciplinas antigas e as novas encurtadas? E durante o período de transição, como se dará a convivência entre o velho e o novo curso?

O encurtamento indiscriminado do tempo total de integralização dos cursos, para menos de quatro anos, não eliminaria um tempo indispensável para que o aluno adquirisse a necessária maturidade profissional? Em todas as áreas, é necessário um certo tempo, não apenas para que o aluno assimile o conhecimento específico para sua área de estudo, mas também para que ele possa se expor a conhecimentos de áreas correlatas. É preciso, também, que ele possa integrar os conhecimentos provenientes de diferentes áreas e refletir sobre sua realidade a partir de todos estes novos conhecimentos. Tudo isso demanda um tempo que não pode ser encurtado como se estivéssemos em uma linha de montagem educacional. O ensino não é uma es-

teira rolante em que o aluno recebe passivamente as informações de cada período letivo por ano para no final da linha de montagem ser um produto acabado destituído de capacidade reflexiva e crítica.

E quanto aos alunos que fazem o curso ao mesmo tempo em que trabalham, como se sentirão no atropelo dos três períodos anuais, com 14 dias de intervalo? Será isso viável ou será mais uma medida para elitizar o ensino universitário?

Além de todas estas dificuldades, devemos fazer a pergunta: qual a motivação que sustenta esta proposta da reitoria da UFRJ? Certamente não é uma coincidência que ela seja apresentada imediatamente antes da divulgação da nova matriz de cálculo dos recursos enviados pelo MEC às IFES (Jornal da ADUFRJ, 2/7/99). Segundo a nova matriz, o financiamento das IFES será definido pelo *número* de alunos e pela produção científica, com a destinação de 90% das verbas para o ensino e 10% para a pesquisa (Jornal do SINTUFRJ, 5/7/99). A nova matriz de cálculo do MEC, por sua vez, está inserida no conjunto de medidas relativas à autonomia universitária que o governo federal pretende enviar ao Congresso Nacional no 2º semestre deste ano, com a clara intenção de privatização das universidades federais e do desmantelamento do sistema federal de ensino superior.

Qualquer mudança na universidade precisa estar voltada para o aperfeiçoamento das atividades características da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão. A proposta de três períodos letivos por ano, pelas razões apontadas acima e também por outras, certamente significaria perda de qualidade das atividades universitárias na UFRJ.

A proposta de implantação de três períodos por ano letivo deve ser examinada em conexão com outros aspectos da política em curso do governo federal com relação ao ensino superior e com as propostas de reformulação da universidade pública deste mesmo governo. Com a atu-

al proibição de contratação de professores, um acréscimo na atividade de ensino das unidades implica necessariamente uma participação menor ou inexistente dos docentes nas atividades de pesquisa, extensão e administração. Em relação a uma maior dedicação dos docentes ao ensino, com prejuízo de seu trabalho na pesquisa e na extensão, esta proposta vai ao encontro da tentativa do governo federal transformar as universidades públicas em verdadeiras escolas de terceiro grau, onde a pesquisa e a extensão seriam atividades excepcionais de alguns docentes ou de algumas unidades de ensino. No que diz respeito à exclusão dos professores das atividades administrativas, ela é compatível com a proposta do governo de transformação das universidades públicas em organizações sociais, possivelmente administradas por um corpo técnico não docente, com gerenciamento do tipo empresarial.

A proposta de manutenção de dois períodos letivos também acarreta um aumento da carga de trabalho do professor, embora muito menor. Ela não exige adaptação de currículos, não sobrecarrega as seções de ensino das unidades, não representa acréscimo significativo nos gastos de manutenção que a universidade já tem, não representa sobrecarga para os estudantes etc. Por estas razões, ela é muito melhor do que a proposta da reitoria.

Qualquer uma das duas propostas, entretanto, significa apenas um maior tempo de permanência dos estudantes na universidade, deixando intocados os problemas atuais relativos à qualidade do ensino.

A respeito da qualidade do ensino de graduação

Os procedimentos atuais de avaliação das atividades docente e discente têm incidido sobretudo sobre a pós-graduação, pela CAPES e por outras agências de fomento à pesquisa, e, no caso da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), a um aspecto apenas quantitativo do ensino, seja ele de graduação ou de pós-graduação. A maior parte destas avaliações prende-se a aspectos quantitativos: *quantos* trabalhos o docente publicou, *quantas* teses foram defendidas em um curso de pós-graduação ou sob a orientação de um docente, em *quanto tempo* os alunos terminam seu curso de pós-graduação, *quantas* horas-aulas o docente leciona etc.

Há a suposição implícita, nem sempre correta, é óbvio, de que a avaliação qualitativa esteja sendo feita com parâmetros adequados pelas bancas que examinam as teses, por conselhos editoriais de periódicos e editoras, etc. A partir de um certo limite, entretanto, é claro que a quantidade é inimiga da qualidade e, como há uma enorme pressão sobre os fatores quantitativos na avaliação da pós-graduação e na concessão de bolsas, pode-se supor que a qualidade destas atividades venha a ser sacrificada para que sejam atendidas as exigências relativas à quantidade.

Nenhuma área da universidade vem sendo mais atingida negativamente pela predominância dos critérios quantitativos de avaliação do que o ensino de graduação. As únicas formas de avaliação que incidem diretamente sobre o ensino de graduação são a representada pela GED -unicamente quantitativa, relativa ao número de horas-aulas que o docente ministra na graduação- e o chamado “provão” do MEC, apenas sobre alguns cursos de graduação e sobre cujo caráter de avaliação supostamente qualitativa as universidades ainda não se pronunciaram.

A avaliação da qualidade do ensino de graduação vem sendo sistematicamente postergada. É razoável supor que, à medida em que aumenta a pressão do MEC e das agências de fomento à pesquisa em relação a outras formas de atividade docente, os docentes, por uma questão pessoal de sobrevivência e também da sobrevivência dos cursos de pós-graduação, dediquem menos de seus esforços ao ensino de graduação. É de se notar que, com as regras atuais, o docente que dedica boa parte de seu tempo a aperfeiçoar suas atividades de ensino na graduação será realmente penalizado, porque publicará menos, orientará menos teses, participará de um número menor de bancas etc.

As propostas em discussão no CEG/CEPEG relativas à adequação do ano letivo da UFRJ à nova LDB supõem aumento da carga horária docente em sala de aula. Trata-se de uma alteração, em princípio, mais uma vez puramente quantitativa. É menos tempo de que o docente vai dispor para suas atividades não relacionadas ao ensino de graduação -que, como vimos acima, são aquelas sobre as quais incide a maior parte da avaliação de seu trabalho. Em princípio, trata-se de um mecanismo que, ao invés de enriquecer o ensino de graduação, tende a empobrecê-lo ainda mais:

a qualidade pode ser mais uma vez sacrificada à quantidade.

A melhoria do ensino de graduação, tema sobre o qual é urgente que a universidade se dedique, pressupõe modificações nas práticas pedagógicas. A atividade mais comum no ensino de graduação -em muitas disciplinas, quase que a única - é a aula tradicional em que o professor fala e o aluno limita-se a ouvir. O aluno é muito pouco ativo, isto é, ele é pouco encorajado a elaborar o conhecimento. Aprender a aprender, de que tanto se fala no momento, é habilidade necessária ao estudante, mas que depende de um acompanhamento mais individualizado por parte do professor, em lugar das atividades atuais em que ele dá uma aula, atendendo ao mesmo tempo a uma grande massa de alunos.

A proposta da reitoria de três períodos letivos por ano agrava o problema que temos no momento e engana a sociedade, porque esconde dela os reais problemas do ensino superior. Investir na qualidade do ensino implica o reconhecimento de que a atividade do professor deve ser artesanal, em muitos momentos. É preciso que uma maior atividade do aluno seja acompanhada atentamente pelo professor, já que esta maior atividade só se justifica se ela for progressivamente aperfeiçoada pela orientação do professor que precisa ser permanente.

O aumento do número de estudantes no ensino público superior é objetivo que todos devemos assumir. Ele não deve ser confundido, entretanto, com a proposta populista e enganadora do interventor da UFRJ, cujo verdadeiro objetivo é apenas o de servir, com a costumeira subserviência, aos propósitos do governo FHC. Por que a reitoria não propõe um debate sério a respeito da generalização da oferta de cursos no período noturno?

Precisamos lutar para que a universidade pública atenda a mais estudantes do que ela faz atualmente. Uma etapa prévia a esta expansão passa pelo aumento dos recursos destinados ao sistema federal de ensino superior, para que as universidades federais possam melhorar suas bibliotecas e laboratórios, aumentar o número de salas de aula e de trabalho para os docentes, capacitar os servidores docentes e técnico-administrativos, além de ampliar seu número.

CONAD APROVA ANTE-PROJETO DE CARREIRA DOCENTE E MALHA SALARIAL

O 38º Conselho do Andes - Sindicato Nacional (Conad), reunido no Rio de Janeiro nos dias 25, 26 e 27 de junho, aprovou o ante-projeto de Lei de Carreira Única para o Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior que o Andes-SN vai apresentar ao governo. O Conad aprovou também a realização de um Dia Nacional de Mobilização, com manifestação em todas as IES (paralisação, seminários e debates sobre autonomia e ensino tecnológico, pressão junto às reitorias e Conselhos Universitários, entrega simbólica do projeto de carreira no escritório do FMI no Banco Central, abertura de espaços na mídia, coletivos etc) que marquem a entrega ao MEC, com a presença de diretores do Andes-SN e respectivas seções sindicais, do projeto de carreira do Andes-SN, assim como às comissões de educação da Câmara e do Senado.

O ante-projeto é uma adaptação para as Instituições Federais da proposta de Carreira Única do Andes-SN aprovada no Congresso do Andes-SN de 1993 (Manaus). Prevê a estrutura da carreira, regimes de trabalho, condições para ingresso, progressão, licenças, afastamento, avaliação de desempenho, fixação do quadro, mecanismos de transição a partir da carreira atual e um Plano Nacional de Capacitação Docente como parte inerente e indissociável da implantação da Carreira Única.

O ante-projeto prevê que os professores poderão optar por ingressar na nova carreira ou permanecer na atual, que seria gradualmente extinta.

Os detalhes finais da redação do ante-projeto, de acordo com as deliberações do Conad, estão a cargo da diretoria nacional do Andes-SN. Alguns dos seus pontos são os seguintes:

Classes e Níveis

- I - Professor Auxiliar - Níveis A e B
- II - Professor Assistente - Níveis A e B
- III - Professor Adjunto - Níveis A e B
- IV - Professor Associado - Níveis A e B
- V - Professor Pleno (Nível Único)

Ingresso na Carreira

Exclusivamente por concurso público de provas e títulos, exigindo-se graduação em curso superior para Professor Auxiliar, mestrado para Professor Assistente e doutorado para Professor Adjunto.

Regimes de Trabalho

Dedicação Exclusiva – com carga horária de quarenta horas semanais de trabalho, distribuídas entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica – e Tempo Parcial – com carga

horária de vinte horas semanais de trabalho.

O professor em regime de dedicação exclusiva não poderá exercer outra atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, em instituição pública ou privada, à exceção de (a) participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções do magistério; (b) participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionada com ensino, pesquisa ou extensão; (c) percepção de direitos autorais correlatos, ou (d) colaboração esporádica ou não habitual em atividades de sua especialidade, devidamente autorizada pela unidade, setor ou departamento onde estiver lotado. Todo professor terá direito à alteração de regime de trabalho para Dedicação Exclusiva, desde que tenha seu plano de atividades aprovado pela unidade, setor ou departamento acadêmico onde estiver lotado.

Progressão

A progressão para as classes de Assistente e Adjunto será exclusivamente por titulação, exigindo-se, como no ingresso, mestrado para Assistente e doutorado para Adjunto. Entre os níveis A e B da mesma classe e do nível B da classe de Adjunto para a classe de Associado, a progressão será por avaliação de desempenho, após cumpridos, no mínimo, dois anos no nível anterior. A progressão do nível B de Associado para Professor Pleno será por concurso interno.

Atribuições

Professor Auxiliar: exercício das atividades de ensino em todos os níveis e modalidades da educação, participação em atividades de pesquisa ou extensão, em caráter coletivo ou individual, seleção e orientação de monitores e orientação de monografia de graduação.

Professor Assistente: além das atribuições de Au-

xiliar, atividades de ensino em curso de pós-graduação *lato sensu*, elaboração de projetos de pesquisa ou colaboração e coordenação de projetos de extensão, orientação de alunos de pós-graduação *lato sensu* e/ou bolsista de iniciação científica, aperfeiçoamento e participação em banca de concurso público para Professor Auxiliar.

Professor Adjunto: além das atribuições de Assistente, atividade de ensino em curso de pós-graduação *stricto sensu*, coordenação de projetos de pesquisa, orientação de alunos de pós-graduação *stricto sensu*, participação em bancas de concurso para Professor Assistente.

Professor Associado: além das atribuições de Adjunto, consolidação de uma linha de pesquisa e elaboração de proposta teórico-metodológica em sua área de conhecimento, participação em bancas de concursos para Professor Adjunto.

Professor Pleno: além das atribuições de Associado, coordenação de pesquisa e desempenho acadêmico de grupos de produção de conhecimento e participação em bancas de concurso para Professor Associado e Pleno.

Malha salarial

O 38º Conad também aprovou a proposta de malha salarial associada à Carreira Única apresentada pela Adufrj-SSind, fixando em um salário-mínimo do Dieese (R\$ 878,24 em abril de 1999) o piso salarial da Carreira, correspondente à remuneração do Professor Auxiliar nível A em regime de tempo parcial, e em três salários-mínimos do Dieese (R\$ 2.634,72) a remuneração do Professor Pleno no mesmo regime. Mantida a atual relação entre as remunerações dos regimes de tempo parcial e dedicação exclusiva, isto corresponde à tabela abaixo:

Classe	Nível	Fator	20 horas	D.E.
Auxiliar	A	1	878,24	2.722,54
Auxiliar	B	1,1	966,06	2.994,80
Assistente	A	1,5	1.317,36	4.083,82
Assistente	B	1,65	1.499,10	4.492,20
Adjunto	A	2	1.756,48	5.445,09
Adjunto	B	2,2	1.932,13	5.989,60
Associado	A	2,5	2.195,60	6.806,36
Associado	B	2,75	2.415,16	7.487,00
Pleno	único	3	2.634,72	8.167,63

Obs.: O Conad só aprovou o piso e o teto; os demais valores desta tabela ainda serão objeto de deliberação

SENADOR DO RIO CONHECE DE PERTO CRISE NA UFRJ

Bastante proveitosa a visita do senador Saturnino Braga (PSB) ao campus da UFRJ na última terça-feira (dia 6). Dentro do plano de conquistar a bancada parlamentar fluminense para defender mais firmemente os interesses da universidade, Saturnino atendeu ao pedido do decano do CCJE e seu amigo pessoal, Carlos Lessa, e veio compreender a crise nos limites dos *campi*.

Depois de ouvir do professor José Henrique Vilhena, dos decanos e sub-reitores os números do “rombo” financeiro, o senador se mostrou realmente interessado no problema, fazendo perguntas sobre a matriz de financiamento e o déficit apresentado. Integrante das

comissões de assuntos econômicos e também de educação no Senado, Saturnino lembrou a dificuldade de reunir a segunda pela falta de disposição do grupo. “Com certeza, isso é um sinal de que o interesse do Congresso no assunto é pequeno”, disse, acrescentando, no entanto, que essa apatia pode se transformar na medida em que houver uma aproximação da sociedade tal como foi feita com ele nessa visita.

Como existe a idéia do Conselho Universitário de reunir os três senadores da bancada fluminense em uma sessão solene de agosto para alavancar essa disposição, Saturnino se prontificou a comparecer e ainda sugeriu formas de incrementar o encontro. “Acredito

que o resultado vai ser muito bom. E, com o tempo, devemos incorporar os deputados a essa luta, já que emendas de bancada têm grandes chances de aceitação. Durante o recesso parlamentar, fica realmente difícil porque as pessoas aproveitam para viajar”, disse.

Os decanos do CT e CLA, respectivamente Oscar Acelrad e Carlos Antônio Tannus, se pronunciaram favoravelmente a esse primeiro passo do embate político. “É um início alentador”, comentou Oscar. “De uma forma delicada, vamos provocar um envolvimento maior dos nossos políticos. Isso é importante porque pagamos um ônus hoje por não termos apoio político à altura”, disse.

UM NOVO ESTATUTO PARA A UFRJ

Manifestação de Professores Titulares do CCMN

A UFRJ, por seu porte e sua história, e pela elevada qualificação de seu corpo docente, deve se auto-definir como centro dedicado à educação universitária extensa e profunda, visando à formação de pessoas capacitadas a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, da cultura, da ciência e da tecnologia.

A UFRJ, em princípio e em realidade prática, não deve oferecer simplesmente a preparação imediatista de jovens para o mercado de trabalho, que leva a uma formação limitada e com risco de ser superada e descartada em curto prazo.

A comunidade da área de ciências exatas, por sua inserção e dedicação exclusiva à vida universitária, depende crucialmente dos princípios norteadores da instituição. É importante que a UFRJ adquira qualidade, competitividade e prestígio avaliados em nível internacional, esperando-se que as condições institucionais permitam a busca desses objetivos.

A proposta de estatuto elaborada em 1998 pela Comissão de Reforma do Estatuto introduz diversos conceitos e princípios reconhecidos nacional e internacionalmente como essenciais para o desenvolvimento de instituições de ensino e pesquisa. Algumas propostas inovadoras são particularmente oportunas e corajosas, implicando em modificações importantes na estrutura e nos procedimentos da UFRJ, e contribuiriam decisivamente para o aperfeiçoamento da Universidade. Entre elas podem ser destacados os seguintes pontos:

- Caracterização das Grandes Áreas do Conhecimento, com atuações e representações específicas.
- Valorização da multidisciplinaridade e atualização permanente de programas de ensino, pesquisa e extensão.
- Avaliações internas e externas como mecanismos permanentes de controle de qualidade e de desempenho.

- Estabelecimento de dois tipos de carreira docente (Acadêmica e Profissional).

- Exigência de alta qualificação para representantes e para cargos dirigentes.

- Controles internos e externos de orçamentos e despesas.

- Participação da Sociedade em órgãos colegiados, e criação de um conselho curador.

Os Professores Titulares do CCMN entendem ser importante que esses pontos constem explicitamente do futuro estatuto, e que venham a constituir princípios fundamentais e normativos da vida universitária.

É externamente importante que a UFRJ se prepare para atuar nas condições de Autonomia Universitária, e alguns dos itens mencionados acima são essenciais para esta adaptação.

O texto proposto pela Comissão, por sua coerência e esforço inovativo, pode e deve servir como base para discussão e construção do novo estatuto, por mais ampla e profunda que venha a ser essa discussão. A proposta é uma implementação de princípios formulados no Manifesto do Grupo de Defesa da Universidade Pública, de maio de 1998, conforme mencionado na Exposição de Motivos que a acompanhou em dezembro de 1998. O Manifesto foi elaborado e subscrito por grande número de professores de diversas instituições do país (ver *Jornal da Ciência*, 26/06/98).

Os Professores Titulares do CCMN entendem que algumas modificações devam ser feitas no texto da proposta, à medida que ela seja discutida em detalhe, e entendem também que alguns pontos e conceitos adicionais devem ser incluídos no estatuto, tais como:

- Constituição de uma Coordenação para cada uma das Grandes Áreas, capaz de garantir a interação e a cooperação entre as unidades acadêmicas, com forte competência de organização, gerenciamento e administração. Algumas

funções dessas Coordenações: cuidar do desenvolvimento harmônico das unidades; planejar, coordenar e estimular programas de ensino e de pesquisa; representar externamente suas unidades e a UFRJ em assuntos relativos à Área; representar dentro da Universidade os interesses comuns de suas unidades.

- O ingresso de estudantes na Universidade far-se-ia de modo unificado por Grandes Áreas do Conhecimento, ou por combinações de Áreas, levando os estudantes a adquirirem uma formação básica de caráter comum, a partir da qual suas opções de carreira seriam mais conscientes e seguras.

- A UFRJ exigiria das Coordenações de Áreas e das unidades que as compõem, esforços permanentes pela racionalização e integração de cursos, com máxima permeabilidade nos caminhos de formação oferecidos aos estudantes. Carreiras e profissões seriam definidas de forma sempre atualizada, acompanhando os progressos da civilização, da cultura, da ciência, da tecnologia, e refletiriam a cooperação que deve existir entre unidades e áreas dentro da Universidade.

- Corpo Docente: a cuidadosa definição de critérios e escalas de valores é essencial para garantir o bom desempenho e a evolução da Universidade.

Os Professores Titulares do CCMN entendem que este é um momento de importância histórica para a definição dos destinos da universidade pública brasileira, e esperam que todos os setores da comunidade universitária tenham consciência da necessidade de fazer da UFRJ uma instituição capaz de cumprir um papel responsável e relevante no desenvolvimento da nossa sociedade.

Abril de 1999

Texto apresentado ao Jornal da Adufrj pelo professor Erasmo Ferreira, do Instituto de Física, representante dos professores titulares do CCMN no Conselho do Centro.

Está aberta a todos os interessados a próxima reunião do GT Seguridade Social da Adufrj, que irá se realizar no próximo dia 22, às 14h, na Escola de Serviço Social, no campus da Praia Vermelha.

Docentes desconhecem proposta de CEG e CEPG para reformulação da graduação e da pós-graduação

De acordo com carta aos deanos e diretores de unidades, datada de 24 de junho e assinada pelos sub-reitores de Ensino de Graduação e Corpo Discente (SR1), Aníbal Gil Lopes, e de Ensino para Graduados e Pesquisa (SR2), Antônio MacDowell de Figueiredo, o CEG e o CEPG concluíram em 11 de junho a discussão da versão preliminar de uma resolução conjunta que disporá sobre a aplicação na UFRJ das leis 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) e 9.678/98 (Gratificação de Estímulo à Docência - GED). Os Conselhos deram prazo até 15 de julho para que as manifestações dos centros e das unidades sobre a proposta lhes fossem encaminhadas e os sub-reitores declararam na carta sua intenção de concluir o processo até o fim do mês de julho.

A proposta permaneceu praticamente desconhecida na UFRJ até ser divulgada pela *home-page* da Adufrj-SSind (onde permanece) na semana passada. A maioria dos departamentos sequer tinha tido acesso ao texto da proposta. A carta dos sub-reitores prometia ainda a criação de um *site* para servir de fórum de discussão, o que não ocorreu até agora.

A resolução proposta é ambiciosa quanto à abrangência, dispendo sobre adaptação da UFRJ à

LDB, implementação da GED, periodização do ano letivo, caracterização das disciplinas e cargas horárias discente e docente. Em oposição às suas evidentes importância e complexidade, cada um destes temas é tratado de forma muito superficial, umas vezes afirmando o óbvio, como ao exigir presença simultânea de professor e aluno numa aula, e outras vezes padronizando o tratamento de atividades muito diversas, como ao computar uma hora semanal por aluno "inscrito" em disciplinas de orientação, seja ele um monitor, um estagiário ou um doutorando, de qualquer área. Há ainda tentativas mal sucedidas de definir sucintamente conceitos importantes como aula, disciplina, turma e trabalho acadêmico efetivo.

Os assuntos tradicionalmente mais problemáticos, como por exemplo os critérios para liberar docentes do mínimo de oito horas de aula semanais, a avaliação qualitativa das atividades de ensino e os procedimentos usados para a distribuição da carga horária pelos docentes não são regulados.

Possivelmente o aspecto mais importante a ser destacado nesta proposta de resolução é o seu viés centralizador e a sua total desconsideração pela atual estrutura administrativa da UFRJ e, conseqüentemente,

pelas atribuições e responsabilidades das suas diversas instâncias. É como se não existissem departamentos, colegiados e coordenações e ninguém planejasse ou avaliasse atividades (é curioso notar que, por outro lado, a proposta atribui responsabilidades a um inexistente "colegiado do curso" - art. 5º § único). Tendo como uma das suas motivações a "adequação à LDB", ignora seu art. 13, que atribui aos docentes as incumbências de "elaborar e cumprir plano de trabalho" (inciso II) e de "participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento" (inciso I).

Mas grave mesmo é deixar que assuntos como este sejam decididos sem a devida reflexão e discussão por parte da comunidade universitária. É claro que os membros do CEG e do CEPG não são culpados pelo fato de sub-reitores, deanos ou diretores de unidade resolverem não divulgar para as comunidades que dirigem os documentos que recebem, mas, se querem de fato que suas propostas sejam conhecidas e debatidas por todos os interessados, não podem ignorar esse fato e têm a obrigação de recolocar a questão em discussão, com novos prazos, e desta vez com ampla divulgação e estímulo ao debate.

Central quer unificação das categorias para a greve geral

Dois temas principais mobilizaram o encontro da plenária da CUT estadual no fim de semana passado: a luta contra o neoliberalismo e a organização sindical. No sentido dessas vertentes, o plano de lutas – com a proposta, inclusive, de uma greve geral em outubro - foi aprovado por aclamação, e seus principais pontos são: a unificação das categorias com a participação dos trabalhadores informais; atos nas ruas com barracas, painéis e outros, uma vez por semana, para conversar com a população sobre a grave crise social; cadastramento de desempregados e coleta de assinaturas para apuração de crime de responsabilidade de FHC, abaixo-assinado que tá conta com mais de 700 mil assinaturas. A idéia da greve geral daqui a três meses será encaminhada à plenária nacional da CUT, em agosto, para apreciação.

Antes disso, está marcada pelo Fórum Estadual por Terra, Trabalho e Cidadania uma manifestação contra as privatizações, o desemprego, o

arrocho salarial, pela reforma agrária e pelo *impeachment* de FHC, no dia 26 de julho. O protesto será em frente ao edifício-sede da Petrobras, ao meio-dia. Esse mesmo ato será o ponto de partida, aqui do Rio, até Brasília, da Marcha Popular pelo Brasil, que estará discutindo com a população propostas alternativas para um projeto popular para o país.

No contexto em que a CUT agendava suas manifestações, a ONU, em seu "Relatório do Desenvolvimento Humano 1999", divulgava ao mundo os efeitos da globalização. A disparidade de renda entre a quinta parte da população mundial que vive nos países mais ricos e os 20% que vivem nos mais pobres aumentou de 30 para um, em 1960; passou de 60 para um, em 1990; e atingiu 74 para um, em 1994. Ao mesmo tempo em que criou oportunidades para o homem, a globalização não distribuiu os recursos igualmente entre os povos.

O relatório aponta ainda que a globalização também vem integrando os povos de maneira desequilibrada. O mercado de produtos de entretenimento (música, cinema e TV) se expandiu, mas é dominado por poucas indústrias, principalmente americanas. Outro aspecto negativo levantado no documento é a expansão do crime em escala internacional. O comércio ilegal de drogas aumentou seu poderio com as máfias organizadas atuando além das fronteiras nacionais.

FHC – Na esteira da globalização, o governo Fernando Henrique não se cansa de se superar em matéria de impopularidade. Na última pesquisa do tipo encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes ao instituto Vox Populi, FHC atingiu 53% de avaliação péssima ou ruim. O índice mais baixo alcançado desde o primeiro mandato o aproxima do número desastroso (60% de reprovação) do governo Sarney em seus últimos dias.

E ainda faltam três anos e meio...

Governo vai lançar programa permanente de demissão

O pacote de medidas de contenção de gastos com o funcionalismo público federal deve ser anunciado daqui a duas semanas pelo Ministério do Orçamento e Gestão. Entre as medidas a serem divulgadas, provavelmente no dia 29 de julho, estão o Programa de Demissão Voluntária (PDV) permanente - voltado para os servidores civis do Executivo de nível médio -, as regras para pôr em disponibilidade parte dos 509 mil funcionários públicos, o aumento do prazo da licença sem vencimentos, o remanejamento de pessoal das áreas burocráticas para o setor de atendimento ao público e a redução da jornada de trabalho com a diminuição proporcional do salário. Especula-se que os 108.427 servidores federais do Executivo lotados no Rio de Janeiro deverão ser os mais atingidos pelo pacote.

Rio sob risco de epidemia

O governador Anthony Garotinho enviou, no dia 13, ao presidente Fernando Henrique e ao ministro da Saúde, José Serra, um documento pedindo pressa na busca de soluções para o problema da dengue no estado. O programa está parado desde que a Fundação Nacional de Saúde deixou de renovar os contratos dos mata-mosquitos. "No documento eu digo que o risco de epidemias por que passa o estado, uma vez que o combate está parado, é todo deles. Afinal, os funcionários eram da Fundação Nacional e não estadual", disse Garotinho.

Ação da Adufrj confirma isenção previdenciária de aposentados e pensionistas

Em sentença proferida pelo juiz José Antônio Lisboa Neiva da 11ª Vara Federal, os sindicalizados da Adufrj-SSind, aposentados e pensionistas, tiveram reconhecido o direito de não sofrerem descontos para a previdência social. Foi explicitamente mencionado na sentença que não é de responsabilidade dos servidores públicos o eventual déficit tão referenciado pelo governo.

Serra defende convênios privados nos HUs

O inacreditável ministro da Saúde, José Serra, defendeu no último dia 8 a aprovação de um projeto que autoriza os hospitais universitários a destinar até 25% dos seus leitos a pacientes que possam pagar ou sejam usuários de planos de saúde. No mesmo dia, Serra assinou convênio com o ministro da Educação, Paulo Renato, para o repasse de R\$ 60 milhões aos 45 hospitais universitários federais. Os recursos serão destinados ao pagamento de pessoal e calcula-se que o Clementino Fraga Filho vá receber R\$ 4,3 milhões.

Censo mostra que universidade pública não atende só classes favorecidas

Uma pesquisa feita há dois anos e somente divulgada agora serve para calar a boca de muita gente que defende a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. A Uerj mostrou, em seu primeiro censo, que 84,9% dos estudantes moram fora do eixo Zona Sul/Barra. Quase a metade - 42,5% - completou o segundo grau em escolas públicas e, ainda, que 45,6% trabalham para viver. Embora a universidade reconheça que alguns cursos, como Direito e Medicina, estejam restritos aos alunos mais endinheirados, o resultado geral demonstra que a instituição não atende apenas aos privilegiados.

Vestibular 2000

Foi divulgado no último dia 7 o edital para o vestibular do ano 2000, que estará à disposição dos futuros candidatos a partir do dia 9 de agosto. Nessa data começam as inscrições para o concurso, que oferecerá 6.128 vagas (apenas 8 a mais que o do último vestibular). Ficou mantido o sistema de duas entradas de alunos durante o ano em detrimento da idéia de três períodos do reitor José Henrique Vilhena. Antes da inscrição, é preciso pagar a taxa de R\$ 65 nas agências credenciadas do Banco do Brasil até 18 de agosto. Ano passado, a taxa foi de R\$ 60.

SBPC debate autonomia

O debate sobre a autonomia das universidades federais brasileiras também esteve presente na reunião anual da SBPC e os participantes foram unânimes quanto à reclamação pela penúria de verbas. Os debatedores concordaram que a autonomia existe de direito na Constituição Federal, mas faltam recursos para viabilizá-la de fato. O reitor da UFMG, Francisco Sá Barreto, mostrou, com dados do governo, que a fatia das instituições superiores federais do PIB era de 0,52% em 94, mas caiu para 0,4% em 98.

Bresser vaiado na SBPC

O ministro da Ciência e Tecnologia, Luis Carlos Bresser Pereira, recebeu uma sonora vaia na solenidade de abertura da 51ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada na PUC de Porto Alegre, no domingo à noite. Nas palavras do presidente da SBPC, Sérgio Ferreira: "Neste governo, a ciência está em crise, a universidade federal está em crise. Ele é um representante de um governo em crise. O ministro foi vaiado pela representatividade que tem."

Pronex

A vaia só não foi maior porque o governo federal decidiu liberar, até dezembro, R\$ 31 milhões para a retomada dos 162 projetos do Programa Núcleos de Excelência (Pronex), coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Eles estavam paralisados desde o início do ano por causa da crise econômica. Foi um calaboca para os excelentes.

Transgênicos

Está bastante dividida a comunidade científica brasileira quanto à liberação do plantio e comercialização de alimentos transgênicos (modificados geneticamente). Além das questões de impacto ambiental e de saúde envolvidas, há ainda o aspecto econômico: de toda a soja brasileira exportada, por exemplo, 90% vai para a Europa, cuja população tem se manifestado amplamente contrária à produção e ao consumo de alimentos geneticamente modificados.

Canecão

Venceu no dia do fechamento desta edição o prazo de um mês dado pela reitoria da UFRJ para que os administradores do Canecão desocupassem o imóvel. O próximo passo da universidade, segundo o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, é entrar na Justiça com um pedido de reintegração de posse da área, em Botafogo. Arouca nega que a intenção da UFRJ seja a de transformar o local em um estacionamento e adianta que pretende fazer ali um grande empreendimento cultural.

Pronex

ADUFRJ ORGANIZA I ENCONTRO DE PROFESSORES DA UFRJ SOBRE ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

As constantes medidas do governo federal contra os aposentados e pensionistas levaram a entidade, através do Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social, a realizar este encontro para que aposentados e ativos possam definir estratégias e ações coletivas sobre questões referentes a aposentadoria dos servidores federais. Em agosto, o Andes-SN e a Adufg (Seção Sindical da Federal de Goiás), estarão promovendo o 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria. (Página 4)



No dia 26 de julho, segunda-feira, o fórum nacional de luta por terra, trabalho e cidadania estará realizando um grande ato contra as privatizações e dando início a uma **Marcha Nacional rumo a Brasília contra FHC e o FMI. O ato de protesto está marcado para a Av. Chile, em frente ao edifício da Petrobras.**

CLIPPING

Deu no Bochat, em O Globo, dia 20: “Visando a criação de um novo curso de geologia ligado a petróleo, a americana Mobil Foundation doa, amanhã, US\$ 25 mil à UFRJ.”

Deu no Bochat, dia 20 também: “O Conselho Nacional de Educação anuncia dia 9 novas diretrizes para o ensino profissionalizante. O assunto interessa de perto a sete milhões de alunos. As escolas terão liberdade para montar seus currículos, dentro de 21 áreas básicas.”

Deu no Informe JB, no dia 20: “Concebido nos moldes do La Villete, em Paris, o Rio vai ganhar seu primeiro museu tecnológico, com jogos interativos e máquinas de manipulação. O museu será viabilizado na semana que vem (de 25 a 31) com convênio de R\$ 300 mil assinado entre a Coppe e a Fundação Vitae.”

Deu no Radar, de Ancelmo Gois, na Veja de 21/07: “A gigante Glaxo Wellcome vai apostar 3,1 milhões de dólares num grupo de cinquenta cientistas brasileiros liderado pelo professor da UFRJ Antônio Paes de Carvalho. São cérebros que pesquisam o uso medicinal de plantas nativas (...).”

CONSUNI PEDE NOVO PRAZO PARA DISCUSSÃO DA REGULAMENTAÇÃO ACADÊMICA

Página 4

A UNIVERSIDADE EM LIQUIDAÇÃO

Por Marilena Chauí

VIOLÊNCIA NO CAMPUS

Página 5

A NOVA CARREIRA DOCENTE DO ANDES-SN

A recente proposta de uma nova carreira para os docentes das universidades públicas, aprovada no 38º Conselho do Andes-SN, parte de dois pontos fundamentais: uma avaliação da carreira atual em vigor e uma afirmação do caráter público do ensino superior brasileiro. Enquanto as versões sugeridas pelo governo, e por sua base de apoio, escamoteiam a avaliação do atual sistema e disfarçam seus propósitos privatistas, a proposta dos docentes enfatiza suas premissas e intenções.

A carreira atual apresenta alguns pontos que, no nosso entendimento, devem ser mantidos. O ingresso através do concurso público foi uma conquista importante. Ao acabarmos com as contratações arbitrárias, muitas vezes baseada nas conveniências políticas de alguns grupos, instalou-se um ambiente de independência intelectual, acadêmica e ideológica que é fundamental para o desenvolvimento de uma universidade. Também foi graças ao concurso público para os docentes, que, ao contrário de outros setores do serviço público, nossos quadros não foram simplesmente inchados por pressões políticas dos governantes de turno. A dedicação exclusiva como regime de trabalho também teve um papel de destaque no crescimento e consolidação de várias áreas de conhecimento, que contribuíram para uma melhoria significativa das atividades das universidades públicas. A estabilidade de nossa carreira e a progressão pelo mérito e titulação permitiram que um grande número de docentes investisse na sua formação, elevando significativamente o nível acadêmico de nossas instituições.

Existem também várias insuficiências em nossa carreira, que merecem análise. Alguns são de natu-

reza pontual, mais agudos em alguns períodos, em algumas áreas, como a progressiva “flexibilização” do regime de dedicação exclusiva. Com a crescente deterioração salarial, a observação mais rigorosa da dedicação exclusiva foi relaxada. A alocação de vagas para concurso, infelizmente, nem sempre segue critérios estritamente acadêmicos. Estes e outros aspectos poderiam ser superados através de administrações mais transparentes, onde os problemas fossem expostos, tornados públicos, bem como as medidas a serem tomadas fossem implementadas sem hesitações. Outras deficiências são de natureza mais estrutural e merecem mudanças mais profundas. Com a crescente titulação e com o ingresso dos docentes já com o título de doutor, a carreira docente atual não permite uma progressão interna adequada, havendo uma concentração no nível de adjunto.

Estes e outros aspectos têm sido objeto de debates há algum tempo. A proposta que foi aprovada preserva os aspectos que consideramos positivos, incluindo uma correção importante para uma das distorções mais graves na atual carreira ao criar mais um nível entre os atuais adjuntos e titulares – o de professor associado. Também foi explícita a separação entre os critérios acadêmicos de uma nova carreira e a questão salarial. Aprovamos uma nova tabela salarial, cujos critérios básicos são a valorização do mérito acadêmico e a titulação, com um elemento relativamente novo: a separação entre o salário mais baixo (auxiliar-20 horas- R\$ 878,24) e o salário mais alto (Pleno-DE- R\$ 8.167,63) foi diminuída ao máximo, tornando nossa carreira mais equânime. *

O elemento mais importante da nossa proposta de uma nova carreira está na sua vinculação direta com nossa concepção de universidade. Entendemos que o ensino público, em todos os níveis, é um direito inalienável de todos os cidadãos brasileiros. Sua implementação constitui uma obrigação do Estado brasileiro, que para isto arrecada impostos. Esta concepção é diametralmente oposta ao elitismo de alguns setores que pretendem monopolizar e se apropriar dos frutos do conhecimento que a humanidade desenvolveu nos últimos séculos. Também estamos no caminho oposto ao da política de dependência e subordinação da nação ao sistema de dominação global. Não vemos possibilidade de transigirmos com um governo que, só neste ano, destina 10 e 20 bilhões de reais para a educação e saúde, enquanto dilapida 130 bilhões com os juros da dívida. Entendemos que a universidade pública tem e terá um papel fundamental na superação das desigualdades e limitações que ora atravessamos. O mundo contemporâneo incorporou um padrão de conhecimento que está em permanente crescimento, sendo que as universidades públicas são um dos seus componentes indispensáveis. Um dos elementos necessários para isto é a manutenção de um quadro docente qualificado. Neste sentido, a proposta da nova carreira docente do Andes-SN reveste-se de um sentido político importante, principalmente ao se opor às atuais concepções governistas.

* Para maiores detalhes sobre a carreira do Andes, ver o Jornal da Adufrj de 9 de julho.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2º SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESCS: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

MEDIDAS FORÇAM ADESÃO AO PDV

O governo arranhou uma forma bem “peculiar” para estimular a adesão de servidores ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) a ser lançado no fim deste mês. Onde não houver a adesão, a orientação será pela transferência compulsória (sem escolha do servidor) para outras repartições e até estados, redução de jornada e de salários ou colocação em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Assim, o PDV com uma indenização entre um ou dois salários por ano trabalhado não seria, segundo os técnicos do governo, o mesmo fracasso registrado em 1997.

Também seria oferecida ao servidor que optasse pelo PDV uma linha de crédito para a abertura de uma microempresa. A fonte desses recursos deverá ser o Fundo de Amparo ao Trabalhador. O novo ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, confirmou o pacote de cortes ao tomar posse no último dia 19.

O Rio de Janeiro, com 108 mil funcionários federais ativos (21,2% do total) será um dos estados mais atingidos. Nas palavras do presidente FHC: “Não se trata de uma visão mesquinha de que o funcionário paga a conta do ajuste. É uma coisa muito mais profunda do que isso, que requer um pensamento inovador e uma gestão empreendedora”.

Além desses cortes no serviço público federal, o novo ministério também vai voltar a atacar o sistema previdenciário. O novo chefe da Casa Civil, Pedro Parente, defende claramente o desconto para aposentados e pensionistas do serviço público de até 25%. Mas a maioria das cobranças está suspensa por ordem da Justiça.

REITORIA NÃO PROVIDENCIA OBRAS DO IFCS

O reitor Henrique Vilhena ainda não tomou as providências necessárias para atender às exigências do processo acionado pelo Ministério Público Federal contra a UFRJ devido à precária restauração e manutenção do prédio do IFCS, no Largo de São Francisco. Uma vistoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) detectou que as obras realizadas no prédio em 1997 foram feitas sem a devida autorização deste órgão. A administração da UFRJ ainda não realizou as urgentes e há muito esperadas obras de reparação, pintura e restauração do IFCS.

Para os militares, também haverá mudanças. Se o Supremo Tribunal Federal considerar definitivamente ilegal o descoto de inativos, a alíquota atual de 6% deverá ser elevada para 8,5% para os servidores da ativa.

Concursos

A secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Ceres Prates, disse que os concursos continuarão suspensos este ano. No ano passado, o governo suspendeu a contratação de servidores, exceto para algumas funções de Estado, como diplomacia e advogados da Advocacia-Geral da União. Aliás, sobre o assunto, a coluna Em Brasília, do jornal O Dia de 20/7 informa o seguinte: “Um atento técnico do Congresso farejou maracutaia na reedição da Medida Provisória que dispõe sobre contratação temporária no serviço público. Com as sucessivas reedições da MP, o Planalto estaria tornando permanente o que deveria ser temporário. Tudo para driblar a realização de concursos que, em alguns órgãos, não acontecem há uma década.”

Enquanto isso...

Muito afetada pelo ajuste fiscal, a área social recebeu do presidente, no último dia 16, a determinação de novo corte – desta vez, de 10% - dos cargos comissionados e redução ainda maior das despesas. Até mesmo o secretário-executivo da Saúde, Barjas Negri, lamentou que o corte aconteça exatamente no momento em que há necessidade de ampliar os cargos comissionados no projeto Saúde da Família e no acompanhamento dos contratos de planos de saúde. O Ministério da Saúde reduziu suas despesas em R\$ 371 milhões no ano passado e encontrou o orçamento de 1999 com R\$ 1 bilhão a menos.

O MPF deu prazo até 20 de julho passado para que o escritório técnico da universidade (ETU) apresentasse um projeto de restauração e manutenção das instalações do Instituto. Até agora o processo se encontra na mesa do reitor e nenhum contato foi feito com a direção do ETU para a realização do projeto. De acordo com a procuradoria da UFRJ, o processo judicial está suspenso, mas pode ser retomado a qualquer momento pelo MPF e a multa de cerca de R\$ 1 mil/dia poderá ser cobrada pela Advocacia Geral da União caso a ação obtenha parecer favorável em última instância.

UFRJ TENTA ACORDO COM CÂMARA MUNICIPAL

De acordo com a procuradoria da UFRJ, os quase 100 mil candidatos que participaram do último concurso público para o quadro efetivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro já teriam o direito de requerer a devolução do dinheiro das inscrições (num total de R\$ 3 milhões), com base na ação civil pública ganha pelo Ministério Público. O concurso realizado pelo Coppe, segundo parecer de uma Comissão de Inquérito da Câmara foi suspenso por suspeita de fraude. A reitoria está tentando um acordo político com a presidência da câmara para resolver a questão da realização de novas provas, além de ter entrado com recurso contra a ação do MP. Segundo um dos advogados da UFRJ, Marcos Fiaça, a Câmara quer o cumprimento do contrato que estabelece a realização de novo concurso, sem ônus para esta casa, e dificilmente aceitará que o Coppe realize as novas provas. A UFRJ está apresentando o Núcleo de Computação Eletrônica como alternativa.

A direção do Coppe, por sua vez, afastou a equipe que coordenou e organizou o concurso através do “Coppe Concursos”, entidade que foi devidamente dissolvida também pela direção do Instituto.

MAIS POR BAIXO QUE BARRIGA DE COBRA

Com os índices de popularidade lá embaixo, o presidente Fernando Henrique Cardoso tentou pegar novo fôlego na conquista da Copa América pela Seleção e recebeu os jogadores em Brasília, na segunda-feira 19. Ao lado da primeira-dama Ruth Cardoso, FHC posou para fotos com os craques e disse o seguinte num rápido discurso: “Se há alguma coisa que o Brasil tem de bom, assim como o Carnaval, que é uma característica marcante de nossa cultura, essa coisa é o futebol.” No desespero para sair do fundo do poço, FH já havia recebido João Pedro Stédile, o padre-cantor Marcelo Rossi e o apresentador Ratinho.

Em tempo: por que a cobra não morde o presidente? - Ética profissional.

FÍSICO É CONTRA AUTONOMIA DO MEC

O respeitado físico brasileiro Roberto Salmeron, há 31 anos na França e hoje professor da Escola Politécnica, em Paris, criticou, durante a 51ª Reunião Anual da SBPC, a reforma universitária como está sendo conduzida pelo Ministério da Educação. De acordo com Salmeron, uma reforma das universidades deve levar em conta as diferenças regionais. “Autonomia universitária não significa dar liberdade aos reitores de demitir e contratar professores e funcionários, mas sim dar condições às universidades de terem estruturas diferentes, de acordo com as regiões do país em que estão”, disse.

CONSUNI DISCUTE ADIAMENTO DOS PRAZOS PARA REGULAMENTAÇÃO ACADÊMICA

Conforme o boletim da Adufrj já tinha antecipado, a proposta de resolução CEG/CEPG que dispõe sobre periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas, a carga horária discente e a carga horária docente não foi suficientemente debatida nas unidades. Em todas as instâncias, inclusive na reunião do próprio CEG do dia 21 e do Consuni (22), as reclamações se multiplicaram quanto ao exíguo prazo apresentado (até o dia 15) para retorno de subsídios e pela falta de um projeto definido quanto à proposta de três períodos anuais, se aprovada.

Tanto as Escolas de Química e de Engenharia, de acordo com o conselheiro do CEG Antonio Claudío, só receberam o documento protocolado dos colegiados no dia 9. "Impraticável realizar uma discussão e preparar subsídios em apenas seis dias, enquanto ficamos meses aqui nos colegiados no mesmo tema. São assuntos de grande significação e importância", disse, pedindo mais dois meses de prazo. "Além disso, o prometido fórum de discussão na Internet não existiu". O sub-reitor de Graduação e Corpo Discente, Anibal Gil Lopes, contra-argumentou que tal pedido não poderia ser atendido pela necessidade de fechar a regulamentação com uma certa folga em relação ao calendário do ano que vem. "Acredito que 10 de agosto pode significar um bom

prazo", respondeu. Para o problema do fórum virtual, Anibal não teve resposta.

A reclamação quanto ao tempo curto se repetiu na Letras, no CCS como um todo e, também, em vári as outras unidades. O bom senso deve realmente obrigar novo prazo nos colegiados. Não se sabe se aquele estabelecido pelo sub-reitor

Três períodos

De acordo com o professor Sérgio de Paula Machado, representante do Instituto de Química no CEG, a proposta de três períodos não leva necessariamente ao conceito do aumento do número de alunos. "E não sou contra o aumento do número de alunos", afirmou. O problema, ainda segundo Sérgio, é que a atual infra-estrutura mal dá para o sistema atual. "A Congregação de Química já se resolveu pelos dois períodos", comentou. A posição pelos dois períodos, segundo Sérgio Fracalanza, também deve ser unânime no CCS.

Pelo Consuni, o professor Oscar Rosa Mattos não se disse favorável a qualquer uma das propostas de periodização simplesmente pela ausência de um projeto definido. "O que não pode ocorrer é aprovar os três períodos e construir um projeto para isso depois", completou.

Notas do Consuni

■ Diante do anúncio que a proposta de autonomia do Mec será oficialmente apresentada ao conselhos dos reitores e ao Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), dia 29, o conselheiro Carlos Maldonado pediu para que fosse agendada uma sessão logo em seguida para tratar do tema e dar uma posição da UFRJ.

■ O conselheiro José Roberto Meyer reivindicou da reitoria alguma resposta para o caso dos professores concursados depois de dezembro de 94 e que não estão recebendo os 26% em seus contracheques. Além disso, reclamou da situação dos docentes recém-contratados, que não estão recebendo a Ged.

■ Sobre a Ged, aliás, o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio MacDowell Figueiredo, avisou que o atual sistema de gratificação vai vigorar até o final do ano (e não até agosto como estava previsto) com o objetivo de sincronizar esse repasse de recursos com o ano letivo a partir de 2000.

■ Ainda de acordo com Figueiredo, existe a possibilidade de o ministro Paulo Renato isentar as universidades da MP que proíbe contratações. Por conta disso, o conselheiro Flávio Dickstein levantou a questão de que a UFRJ não deve suspender seus concursos já instaurados para aproveitar os concursados assim que houver a brecha. Isso sem contar com a desorganização do governo federal, que esqueceu uma vez, por exemplo, de reeditar a MP da CPMF e poderia muito bem abrir essa chance para os professores no futuro.

■ Novamente, o prefeito da Cidade Universitária não se apresentou para explicar seu suposto desrespeito ao Consuni. Vários conselheiros se manifestaram pedindo mais empenho da reitoria em levá-lo à próxima sessão. Caso contrário, a proposta de substituição do prefeito ganhará força entre os representantes do órgão colegiado máximo da UFRJ

I ENCONTRO DE PROFESSORES APOSENTADOS DA UFRJ

A Adufrj, seguindo sua tradição de defesa da universidade pública e gratuita programou um encontro para a categoria discutir os assuntos de aposentadoria e seguridade. Os objetivos do evento são: criar um espaço para a troca de experiências e informações dos professores, ampliar o conhecimento sobre as conseqüências da Reforma do Estado e as alterações na legislação previdenciária e possibilitar a criação de laços de solidariedade entre os docentes, definindo ações e estratégias para a manutenção de direitos já adquiridos e a conquista de outros.

O I Encontro de Professores da UFRJ sobre Assuntos de Aposentadoria acontecerá no dia 28 de julho, das 13h às 18h, na Escola de Serviço Social, quando ao final dos trabalhos será oferecido um coquetel para confraternização dos participantes. O evento é gratuito e está aberto a todos os professores aposentados ou em exercício.

O Andes-SN estará promovendo de 6 a 8 de agosto, na Federal de Goiás, o 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria.

Professores, vamos refletir juntos e lutar por nossos direitos!

Programação

13h às 15h - Conhecendo e debatendo o tema. Exposição sobre os diversos aspectos em torno da aposentadoria, inclusive os fatores jurídicos.

15h às 15h15 - Pausa para café.

15h15 às 16h - Reflexões sobre os direitos, possibilidades e limites da aposentadoria. Propostas e contribuições oriundas do Movimento Sindical. Atividades em pequenos grupos.

16h às 17h - Plenária/Síntese - Apresentação e discussão do resultado dos grupos.

17h - Confraternização com coquetel

28 de julho - quarta-feira - Escola de Serviço Social - Praia Vermelha

MEDO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA

Sem necessidade de vestibular, a violência resolveu cursar ensino superior na UFRJ. Nas cercanias do CT e, principalmente do CCS, não são poucos os casos de roubo, furto e, recentemente, ameaças de morte. O número insuficiente de vigilantes e a iluminação precária em vários pontos da ilha formam um prato cheio para os assaltantes tomarem conta da região. Na reuniões do Consuni dos dias 8 e 22 de julho, os decanos desses centros tornaram oficial um problema que já era de conhecimento público.

Responsável pelo CT, Oscar Acselrad fez questão de lembrar que levou à reitoria os estudos relativos à violência em sua área logo nos primeiros meses de sua gestão, que começou em março do ano passado. Com apenas três vigilantes no turno diurno e quatro à noite para uma movimentação de sete a oito mil pessoas, Oscar percebeu cedo que não poderia dar certo. “O estudo revelou que precisaríamos de pelo menos 33 guardas”, afirmou, acrescentando para o espanto de todos que, no domingo retrasado àquela sessão, tinham roubado o revólver do vigilante encarregado pela portaria do bloco A do CT.

No CCS, a situação tomou contornos mais dramáticos para seus dirigentes. Com a adoção de medidas administrativas rigorosas (ver texto abaixo), o diretor do hospital, Amâncio Paulino, e o decano

do CCS, Sérgio Fracalanza, estão sofrendo ameaças de morte. “Estou me cuidando. Mudando horários de chegada e saída dos lugares para não dar sopa ao azar”, explica o decano.

Além dessas graves denúncias, os estacionamentos do CCS se transformaram em palco de atuação para os ladrões de carro. Somente nas últimas três semanas, foram anotados quatro casos. O mais recente (dia 21) ocorreu em plena luz do dia, às 11h. Uma estudante de Medicina, cercada por dois homens armados, teve seu carro e celular roubados. E isso sem falar nos arrombamentos para furto de tocafitas e outros objetos. O professor José Mauro Peralta, representante dos titulares do CCS no Consuni, revelou que seus estudantes estão com medo de permanecer depois das 18h no Fundão. “E quando vão pegar o carro, ficam olhando para todos os lados”, completou.

“Está na hora de o Conselho Universitário elaborar um Plano de Segurança para a ilha. Estamos caminhando muito perto de uma tragédia aqui dentro”, afirmou Fracalanza.

O sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, argumentou que já foram feitos contatos com as polícias Federal e estadual nesse sentido. A Polícia Federal argumentou que não é sua tare-

fa realizar qualquer tipo de policiamento ostensivo. Quanto à PM, de acordo com o sub-reitor, restaria ainda saber da comunidade universitária se haveria a opção por um policiamento ostensivo no campus. Imediatamente, o representante dos adjuntos doutores do CCS, José Roberto Meyer, retrucou que “se for para ter policiais destreinados e armados, é melhor não ter”. A discussão está lançada.

Menor Infrator

Na reunião do Consuni, Fracalanza chamou a atenção para a história de um rapaz que se apresenta como interno da Funabem e, como parte de sua pena, teria que vender ímãs coloridos para geladeiras. Se barrada sua entrada nas dependências do CCS, o rapaz acionaria a 4ª Vara de Menores contra a obstrução de seu trabalho. O decano se informou e descobriu que não há registro algum do tal rapaz e tudo não passa de mais um conto-do-vigário.

Ponto do Terror

Ainda nas proximidades do CCS, com a criação de um ponto de ônibus pouco antes da entrada da Linha Vermelha, existe a necessidade urgente de uma melhor iluminação do lugar. O decano já recebeu dezenas de reclamações sobre roubos e assédio às mulheres naquele ponto.

DIRETOR DO HU SOFRE AMEAÇAS

Mais alarmante sinal de que um bando se instalou nos domínios da UFRJ diz respeito às ameaças de morte sofridas pelo diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), Amâncio Paulino de Carvalho. Nos telefonemas que vêm recebendo, o diretor foi informado que seus passos estavam sendo controlados e o anônimo interlocutor deixou claro alguns detalhes do trajeto de Amâncio de casa para o trabalho e do trabalho para casa. “Eu já sofri uma ameaça de morte no ano passado, mas não levei a sério. Desta vez, parece ser mais sério”, disse o diretor. O fato está sendo investigado pela Polícia Federal e por ordem do reitor, Amâncio vive agora cercado por dois seguranças. A proteção funciona dia e noite.

Na sessão do Consuni em que os decanos noticiaram suas situações, o diretor do hospital foi convidado a falar e enumerou as medidas administrativas que, segundo ele, provocaram as ameaças. Em janeiro deste ano, seis funcionários foram afastados porque recebiam dinheiro para agenciar enterros dentro do hospital univer-

sitário. Era a chamada “máfia dos papa-defuntos” em ação, antes mesmo do caso Edson Isidoro ganhar projeção. Dentro dessa linha de moralidade administrativa, também foram afastados um outro servidor e funcionários de um trailer, que funcionava perto do hospital, responsáveis pela cobrança de uma taxa para passar pacientes à frente na fila de atendimento.

Duas outras medidas ainda se somaram a essas para agravar a “impopularidade” do diretor. O novo esquema de segurança da farmácia do hospital implantado em sua gestão, por exemplo, anda evitando o roubo de medicamentos. Antes da medida, o hospital gastava por mês R\$ 6 milhões com remédios; depois da segurança reforçada, o gasto caiu para R\$ 3 milhões. Eram levados principalmente quimioterápicos e antibióticos de última geração, que provavelmente eram vendidos no mercado negro.

A última medida, considerada rigorosa, foi o fechamento do grêmio estudantil que funcionava em um dos andares do prédio anexo ao hospital.

QUADRILHA TENTA ASSALTO NO CENPES

No dia 6 de julho, como exemplo bastante ilustrativo da onda de violência dentro da ilha do Fundão, foram presos seis homens fortemente armados no estacionamento do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes). Dentro de uma Kombi branca, quatro deles portavam uma pistola nove milímetros, um revólver Magnum 38 e uma metralhadora Uzi. Dois menores, um deles de moto, também participavam da ação.

De acordo com o delegado da 37ª DP, Victor Nigri, a quadrilha iria assaltar a agência do Banco do Brasil que fica na área do Cenpes quando foram surpreendidos por cinco seguranças da Petrobras, com apoio de policiais militares chamados.

Na hora da prisão, o presidente da instituição, Henri Philippe Reichstul, estava no prédio, lançando um programa de reurbanização da ilha do Fundão.

UNIVERSIDADE EM LIQUIDAÇÃO

Marilena Chauí*

A idéia de que os ricos devam pagar pelos pobres impossibilita a instituição de justiça social no país

Volta à baila uma afirmação que, vira-e-mexe, reapparece na cena política: a da universidade pública paga como “uma questão de justiça social”. A novidade, agora, está em considerar-se que tal medida já não corre o risco de impopularidade junto à opinião pública porque a sociedade brasileira, de um lado, teria absorvido a idéia de que o mercado é a “última ratio” da realidade e, de outro, será sempre favorável a medidas governamentais que, dizem alguns, tratam de “beneficiar maiorias em detrimento de minorias”, mesmo que essas esperneiem com a perda de privilégios.

Essa cantilena populista não é nova. Foi entoada nos anos 70 e 80 com o refrão “os ricos devem pagar pelos pobres”. Curiosamente, porém, não a ouvimos quando o governo despejou bilhões para beneficiar bancos e banqueiros, os quais, até prova em contrário, não parecem constituir exatamente a camada dos pobres. Também não a ouvimos nos processos de privatização da saúde e seus planos escorchantes. Nem quando se trata de definir as concessões para as telecomunicações. Por alguma razão insólita, volta e meia, no país dos 10 milhões de desempregados, a idéia de começar a justiça social pela cobrança do ensino universitário público parece incendiar corações e mentes. Mais surpreendente ainda é a aparente recepção positiva dessa idéia num país que não consegue acertar a declaração do Imposto de Renda nem taxar as grandes fortunas e que, portanto, não tem como saber legalmente quem são os ricos.

O entusiasmo populista é tão grande que não se deixa afetar por esse argumento, nem mesmo por argumentos econômicos comparativos que mostram que nos países metropolitanos o investimento público no ensino superior é elevado (chega a ser a única fonte de financiamento, em alguns países europeus, que também praticam o sistema de bolsas para estudantes de graduação; e é fonte majoritária dos recursos investidos nas pesquisas de ponta, nos Estados Unidos).

O primeiro argumento em favor do ensino univer-

sitário público pago baseia-se num dado de fato: os filhos da classe média e da classe dominante estudam em caros colégios particulares, recebem uma formação aprimorada, fazem os cursinhos pré-vestibular (em geral, caríssimos) e tomam praticamente todas as vagas nas universidades públicas, delas excluindo os filhos da baixa classe média e da classe trabalhadora (que permanecem fora do ensino superior ou cursam universidades privadas dispendiosas e muitas vezes de baixo nível). A esse argumento acrescenta-se um segundo, também com base em fatos: fala-se nos elevados custos das universidades públicas, que poderiam ser reduzidos com a cobrança de mensalidades para os filhos das classes abastadas.

Qual o logro do primeiro argumento? Escamotear o principal, isto é, a devastação a que foi submetida a escola pública de primeiro e segundo graus quando a ditadura - que tinha no Conselho Federal de Educação os proprietários das escolas privadas - desviou recursos públicos para as escolas particulares, introduziu a licenciatura curta para formação de professores do ensino fundamental e médio, arrochou os salários e preparou o caminho da exclusão universitária para a baixa classe média e a classe trabalhadora, oferecendo-lhes como consolação o funesto e fracassado profissionalizante. O argumento, portanto, abandona o campo das causas, opera com os efeitos da política dominante e propõe uma solução duplamente falsa: em primeiro lugar, porque deixa intocado o problema de origem; em segundo lugar, porque acaba levando para a universidade o mesmo projeto que destruiu a escola pública de primeiro e segundo graus.

O segundo argumento é enganador, pois calcula os gastos tomando as verbas anuais das universidades públicas, dividindo-as pelo número de alunos, e tem como resultado uma cifra altíssima, porque deixa na sombra o fato de que nessas verbas estão incluídos hospitais universitários, centros de atendimento à população, centros de pesquisas, obras de infra-estrutura e aquisição de livros e equipamentos para laboratórios, além do salário dos inativos. Porém é enganador ainda por uma outra razão mais profunda.

Com efeito, em muitas unidades da USP (não sabemos se o mesmo ocorre em outras universidades estaduais e federais) o ensino pago já está instituído com o uso de dois mecanismos principais: 1) por um decreto do MEC, estudantes de pós-graduação devem cumprir

uma parte de seus créditos dando aulas para a graduação (maneira de não abrir concursos para contratar novos professores), e isso libera professores, que passam a oferecer cursos pagos de extensão universitária e que, por serem pagos, são altamente seletivos ou elitistas; 2) por meio de convênios com fundações e empresas privadas, são oferecidos cursos pagos de especialização e de pós-graduação com critérios próprios de seleção e de avaliação e, como no caso anterior, produzem discriminação econômico-social entre os estudantes. Em outras palavras, até prova em contrário, pagamento de cursos e igualdade de condições (isto é, justiça democrática) não andam juntos.

A posição populista aparece como moderna e pragmática porque parece se basear em análises de problemas reais das universidades públicas e, se cala fundo nas mentes conservadoras, é porque desde o “milagre brasileiro” a universidade foi oferecida à opinião pública como meio certo de ascensão social e prestígio.

Essa proposta, porém, não é realmente pragmática porque não introduz (correta ou incorretamente) os fatos para encontrar uma solução localizada e imediata que resolveria, no curto prazo, alguns dos sérios problemas sociais brasileiros, dos quais a universidade pública gratuita é apenas um caso particular. Também não é realista e pragmática porque a solução apontada não leva em conta aspectos práticos complicados e talvez insolúveis, como, por exemplo, a determinação de quem, com equidade, pode pagar e quanto pode pagar. Na verdade, os fatos e a solução são colocados para afirmar que se trata de uma questão de princípio, isto é, de justiça social.

Vejamos então se, no nível dos princípios, a universidade pública paga, que à primeira vista pareceria ser um fator decisivo de justiça social, cumpriria efetivamente esse papel.

Fala-se atualmente em “colapso da modernização” para referir o declínio do Estado de Bem-Estar e a sua correção racionalizadora pela economia política neoliberal. Esse “colapso”, no entanto, pode ser analisado sob outra perspectiva, se o percebermos, como faz Francisco de Oliveira, a partir das transformações econômicas e políticas introduzidas pelo próprio Estado de Bem-Estar com a criação do fundo público. Esse se caracteriza:

1) pelo financiamento simultâneo da acumulação do capital (os gastos públicos com a produção, desde subsí-

dios para a agricultura, a indústria e o comércio, até subsídios para a ciência e a tecnologia, formando amplos setores produtivos estatais que desaguarão no célebre complexo militar-industrial, além da valorização financeira do capital por meio da dívida pública etc.);

2) pelo financiamento da reprodução da força de trabalho, alcançando toda a população por meio dos gastos sociais (educação gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro-desemprego, subsídios para transporte, alimentação e habitação, subsídios para cultura e lazer, salário-família, salário-desemprego etc.).

Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a república entendida estruturalmente como gestão dos fundos públicos, os quais se tornam pré-condição da acumulação e da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. Numa palavra, houve a socialização dos custos da produção e a manutenção da apropriação privada dos lucros ou da renda (isto é, a riqueza não foi socializada).

A ação de duplo financiamento gerou um segundo salário, o salário indireto, ao lado do salário direto, isto é, o direto é aquele pago privadamente ao trabalho, e o indireto é aquele pago publicamente aos cidadãos para a reprodução de sua força de trabalho. O resultado foi o aumento da capacidade de consumo das classes sociais, particularmente da classe média e da classe trabalhadora; ou seja, o consumo de massa.

Nesse processo de garantia de acumulação e reprodução do capital e da força de trabalho, o Estado endividou-se e entrou num processo de dívida pública conhecido como déficit fiscal ou “crise fiscal do Estado”. A isso se deve acrescentar o momento crucial da crise, isto é, o instante de internacionalização oligopólica da produção e da finança, pois os oligopólios multinacionais não enviam aos seus países de origem os ganhos obtidos fora de suas fronteiras e, portanto, não alimentam o fundo público nacional, que deve continuar financiando o capital e a força de trabalho. É isso o “colapso da modernização” e a origem da política neoliberal, que propõe “enxugar” ou encolher o Estado.

Ora, o que significa exatamente o fundo público (ou a maneira como opera a esfera pública no Estado de Bem-Estar)? Como explica Francisco de Oliveira, o fundo público é o antivalor (não é o capital) e é a antimercadoria (não é a força de trabalho) e, como tal, é a condição ou o pressuposto da acumulação e da reprodução do capital e da força de trabalho. É nele que se vem pôr a contradição atual do capitalismo, isto é, ele é o pressuposto necessário do capital e, como pressuposto, é a negação do próprio capital (visto que o fundo público não é capital nem trabalho).

Por outro lado, o lugar ocupado pelo fundo público com o salário indireto faz com que a força de trabalho

não possa ser avaliada apenas pela relação capital-trabalho (pois na composição do salário entra também o salário indireto pago pelo fundo público).

Ora, no capitalismo clássico o trabalho era a mercadoria padrão que media o valor das outras mercadorias e da mercadoria principal, o dinheiro. Quando o trabalho perde a condição de mercadoria padrão, essa condição também é perdida pelo dinheiro, que deixa de ser mercadoria e se torna simplesmente moeda ou expressão monetária da relação entre credores e devedores, provocando, assim, a transformação da economia em monetarismo. Além disso, com sua presença sob a forma do salário indireto, o fundo público desatou o laço que prendia o capital à força de trabalho (ou o salário direto). Essa amarra era o que, no passado, fazia a inovação técnica pelo capital ser uma reação ao aumento real de salário e, desfeito o laço, o impulso à inovação tecnológica tornou-se praticamente ilimitado, provocando expansão dos investimentos e agigantamento das forças produtivas, cuja liquidez é impressionante, mas cujo lucro não é suficiente para concretizar todas as possibilidades tecnológicas. Por isso mesmo, o capital precisa de parcelas da riqueza pública, isto é, do fundo público, na qualidade de financiador dessa concretização. Esse quadro indica que o fundo público define a esfera pública da economia de mercado socialmente regulada e que as democracias representativas agem num campo de lutas polarizado pela direção dada ao fundo público. Visto sob a perspectiva da luta política, o neoliberalismo não é, de maneira nenhuma, a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e a desaparecimento do fundo público, mas a posição, no momento vitoriosa, que decide cortar o fundo público no pólo de financiamento dos bens e serviços públicos (ou o do salário indireto) e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. Que o neoliberalismo é a opção preferencial pela acumulação e reprodução do capital, o montante das dívidas públicas dos Estados nacionais fala por si mesmo. Mas isso significa também que a luta democrática das classes populares está demarcada como luta pela gestão do fundo público, opondo-se à gestão neoliberal. E é nesse campo democrático que se coloca, como questão de princípio, a universidade pública gratuita, juntamente com a melhoria da escola pública do primeiro e do segundo graus. Noutras palavras, a luta pela qualidade do ensino, pela boa formação dos professores e dos alunos, pela ampliação da rede pública escolar, pela dignidade dos salários de professores e funcionários, assim como a luta pela gratuidade da universidade pública e pela qualidade da formação e da pesquisa não são lutas de uma minoria barulhenta, nem de lobistas e corporativistas, mas a disputa democrática pela direção da aplicação do fundo público. É nesse

campo que se põe a justiça social.

De fato, que significa a cantilena “os ricos devem pagar pelos pobres”? Significa, em primeiro lugar, que os ricos são vistos como cidadãos (pagam impostos e mensalidades) e os pobres não (mesmo que saibamos que, neste país, os ricos justamente não pagam impostos); em segundo lugar, que a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres; em terceiro lugar, que a cidadania, reduzida ao pagamento de impostos e mensalidades, e o assistencialismo, como compaixão pelos deserdados, destroem qualquer possibilidade democrática e de justiça.

Ultrapassando a simples idéia de um regime político identificado à forma de governo, a democracia, como forma geral de uma sociedade, caracteriza-se pela afirmação da liberdade e da igualdade dos cidadãos e, por essa razão, o maior problema da democracia numa sociedade de classes é o da manutenção desses dois princípios sob os efeitos da desigualdade real. Eis por que a luta política democrática na sociedade de classes contemporânea passa pela gestão do fundo público pelo qual a igualdade se define como direito à igualdade de condições. Somente com a idéia de criação e conservação dos direitos estabelece-se o vínculo profundo entre democracia e a idéia de justiça.

Embora a visão liberal reduza a democracia ao regime da lei da ordem, essa imagem deixa escapar o principal, isto é, que a democracia está fundada na noção de direitos e por isso mesmo está apta a diferenciá-los de privilégios e carências. Os primeiros são, por definição, particulares, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, porque deixariam de ser privilégios.

Carências, por sua vez, são sempre específicas e particulares, não conseguindo ultrapassar a especificidade e a particularidade rumo a um interesse comum nem universalizar-se num direito. A cantilena “os ricos devem pagar pelos pobres” reforça a polarização entre privilégio e carência e, longe de ser instrumentode justiça social, é a impossibilidade de que esta seja instituída pela ação criadora de direitos. A educação, em todos seus níveis, é um direito e, como tal, dever do Estado, isto é, da esfera pública na sociedade de classes, quando o fundo público não se destina exclusivamente ao capital.

*Marilena Chaui é professora no departamento de filosofia da USP, autora de “Cultura e Democracia” (Ed. Cortez) e “A Nervura do Real” (Companhia das Letras), entre outros. Este artigo é uma reprodução do Caderno Mais! da *Folha de S. Paulo*.

SENADO APROVA RESERVA DE VAGAS NAS FEDERAIS

A Comissão de Educação do Senado aprovou um projeto que estabelece a reserva de vagas pelas universidades públicas para egressos da rede pública de 1º e 2º graus. Se aprovada também na Câmara, a nova lei determinará que as universidades públicas destinem 50% das vagas, por ano, aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em escolas públicas.

O Senador do PSDB Antero Paes de Barros justifica sua proposta alegando que 73,5% dos estudantes que concorrem às universidades federais são oriundos das escolas públicas e que apenas 45% dos que passam no vestibular cursaram a rede pública enquanto 55% vêm da rede privada.

A proposta serve como uma luva às intenções do governo de cobrar mensalidades aos estudantes das universidades federais, ou melhor, aos 50% restantes, a exemplo do que já acontece na pós-graduação em nível de especialização e, a partir da nova LDB, com os chamados mestrados e doutorados “profissionalizantes”.

Embora alguns setores ultra-conservadores - bem representados pela colunista do jornal O Globo, Hildegard Angel, para quem a proposta “entupiria” as universidades públicas “com alunos semi-alfa-

betizados” (21/07) - possam até rechaçar a projeto, o discurso do senador governista deverá agradar aqueles que querem vender a idéia de que o ensino para as classes populares é uma filantropia do Estado e não uma obrigação.

Como bem diz a professora Marilena Chauí, em artigo reproduzido nas páginas 6 e 7 deste jornal, “a educação não é vista como um direito de todos, mas como um direito dos ricos e uma benemerência para os pobres”. Isso significa que, caso seja aprovada uma “reserva de mercado” para os candidatos que cursaram o 1º e 2º graus em escolas públicas, está aberta a porta para a concretização do sonhos de nossos governantes liberais: cobrar mensalidades da classe média que, segundo pesquisas já divulgadas por entidades como o Andes-SN e a Andifes, têm renda familiar na faixa de 10 a 20 salários mínimos; e, no futuro, preencher as vagas que sobrarão da “cota dos pobres” com esta mesma classe média pagante.

O projeto já obteve parecer favorável da Comissão do Senado e deverá seguir para apreciação da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentada nenhuma interposição de recurso, assinada por um décimo dos senadores, até 5 de agosto.

Inconstitucional

Segundo o presidente da associação dos reitores (Andifes) e reitor da Universidade de Santa Catarina, Rodolfo Pinto da Luz, o projeto do Senado é anticonstitucional e dificilmente seguirá tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Para Rodolfo, os alunos egressos da rede pública já são maioria nas universidades federais em muitas regiões do país. A disparidade, segundo ele, estaria concentrada no Nordeste, onde os alunos que cursaram a rede privada são majoritários nas instituições públicas de ensino superior. Mas, ainda assim, este modelo não resolveria, já que a imensa maioria dos candidatos, apesar de cursar toda a vida as escolas públicas, geralmente cursa o último ano do ensino fundamental em cursinhos particulares, o que a eliminaria da concorrência pelas vagas reservadas. Além de, é claro, não atacar o cerne do problema que é a falta de política para a melhoria do ensino público de 1º e 2º graus para, aí sim, dar condições de igualdade a todos de disputarem uma vaga pública no terceiro grau.

O Andes-SN encaminhou o texto do PLS e o parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB/ES) para a discussão dos docentes nas suas sessões sindicais e posterior posicionamento do sindicato sobre o assunto.

GOVERNO MONTA NOVO MINISTÉRIO E AGRADA AINDA MAIS ACM E SUA BASE

Foram anunciadas nove mudanças no primeiro escalão do governo FHC, no último dia 16. A grande novidade ficou por conta da nomeação do deputado Aloysio Nunes Ferreira para a pasta da coordenação política (Secretaria da Presidência). O ministério como um todo é marcado pelo perfil operacional, com apoio dos partidos. Partidariamente, aliás, ficou mantido o equilíbrio. Para isso, o presidente teve que sacrificar dois de seus amigos (Celso Lafer e Bresser Pereira). A prioridade fiscal, por força do acordo com o FMI, deverá ser o principal obstáculo à retomada do desenvolvimento com geração de emprego e, infelizmente, não há uma definição clara de uma política social.

A nova composição do ministério agradou ao setor produtivo, ao indicar dois de seus principais representantes – Pratini de Moraes, vinculado aos exportadores, e Fernando Bezerra, ligado à indústria; agradou ainda ao senador Antônio Carlos Magalhães, porque manteve seus afilhados políticos Ornélas e Tourinho e ainda conseguiu conduzir ao Palácio do Planalto outros dois amigos como Pedro Parente (Casa Civil) e Aloysio Nunes. Aparentemente, as brigas internas acabam com as saídas de Clóvis Carvalho e Renan Calheiros e a entrada de novos nomes não tão capazes de criar conflito.

SAI BRESSER, ENTRA SARDENBERG

GOVERNO TROCA SEIS POR MEIA DÚZIA

Pouco se sabe até agora do novo ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, mas a comunidade científica em geral está comemorando muito a saída de Bresser Pereira. Amigo do presidente Fernando Henrique, o ex-ministro saiu bastante desprestigiado do primeiro escalão do governo. Seu cargo foi oferecido pelo menos duas vezes durante o período de negociações da reforma ministerial.

Há quatro anos e meio no ministério, Bresser Pereira chegou ao governo FHC como tesoureiro da campanha presidencial de 94. Apesar do sonho de se tornar ministro das Relações Exteriores, acabou nomeado para a Administração Federal no primeiro mandato, quando idealizou a reforma administrativa. Em meados do ano passado, Bresser se afastou do governo mais uma vez para comandar a arrecadação de fundos da campanha presidencial de reeleição. No início do ano, assumiu a pasta de Ciência e Tecnologia e comprou briga com quase toda comunidade científica.

Apesar da alegria da comunidade com a saída de Bresser, a mudança não deverá gerar grandes novidades para a ciência e tecnologia brasileiras.

I Encontro de Professores da UFRJ sobre Assuntos de Aposentadoria
28 de julho - quarta-feira - das 13h às 18h - Escola de Serviço Social

Encontro dos Aposentados - Aproximadamente 35 professores compareceram ao encontro local Adufrj sobre assuntos de aposentadoria. Desses, 28 se registraram numa ficha de inscrição, sendo 15 em exercício e 13 aposentados. Na visão dos organizadores, a estreita divisão numérica demonstra uma crescente preocupação de todos com relação ao tema. A capitalização através de fundos de pensão e a contribuição previdenciária a ser definida pelo STF nos próximos dias foram os destaques das conversas, que acabaram servindo como um preparatório para o 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria a ser realizado pelo Andes-SN entre os dias 6 e 8 de agosto, em Goiânia.

Mec apresenta projeto de autonomia para as federais

O Ministério da Educação e do Desporto apresentou nesta quinta-feira, 29, Projeto de Lei para regulamentar a autonomia das universidades federais. Como era de se esperar, o projeto é bastante detalhado no que se refere à desconstrução do regime jurídico único e do sistema de financiamento e gestão patrimonial.

O projeto do Mec acaba por definitivo com o regime de carreira única para professores e funcionários. No caso dos docentes, este ponto é uma ameaça direta ao projeto de carreira única que inclui os professores de 1º e 2º graus, apresentado recentemente pelo Andes-SN.

Com o projeto, o governo federal quer que as universidades sobrevivam com um orçamento calculado sobre o exercício de 1997, o que não supriria nem as atuais necessidades orçamentárias das Ifes, basta vermos o atual estado de déficit e endividamento da UFRJ.

Atráves do que chama de “contrato de desenvolvimento institucional”, o Mec propõe aos reitores que adotem uma política de reestruturação que inclui, entre outras coisas, redução de pessoal e simplificação de estruturas, ou seja, extinção de cargos administrativos.

Compridas as metas, os reitores-executivos bem sucedidos terão total liberdade para gerir a instituição a seu bel-prazer (nenhuma semelhança ao que já vem ocorrendo por aqui). Demissão de uns pode significar aumento de salário de outros. Venda de imóveis pode levantar fundos para a compra de equipamentos, construção de laboratórios, certamente mais interessantes. Para quem? Ah! isso não importa ...

Em tempo: Com o projeto do Mec, os reitores também estarão “livres” para alçar vôos mais intrépidos. Poderão realizar operações de crédito ou financiamento, quem sabe até jogar na bolsa?

UFRJ muda sistema de registro

De olho na passagem para o ano 2000, a UFRJ está promovendo mudanças no seu sistema de registro acadêmico. A única informação a ser conservada no número de registro é o ano de ingresso do aluno no seu curso, ainda que de forma indireta. No novo sistema, os alunos que ingressaram na universidade em 1989, terão número de registro iniciado por 089; entrando no ano 2000, terão número de registro começando por 100. Além de adaptar esses números dos alunos para o terceiro milênio, a idéia é preparar terreno para a posterior unificação de todos os sistemas de registro da universidade. Como existem vários sistemas coexistindo no meio universitário, podem ser observados casos de alunos distintos com o mesmo número de registro e, também, números distintos de registro para um mesmo aluno que cursa níveis distintos de ensino (por exemplo: do CAP para a graduação e, em seguida, para a pós-graduação, um estudante ganha três registros)

Marcha levará três meses para chegar a Brasília

Cerca de dois mil manifestantes – entre sem-terras, funcionários demitidos da Fundação Nacional de Saúde e simpatizantes – tomaram conta dos gramados em frente ao edifício-sede da Petrobras, no Centro, para iniciar mais um protesto contra o governo federal. Desta vez, no entanto, o momento era especial. Considerada símbolo nacional, a estatal foi escolhida como ponto de partida da Marcha Popular pelo Brasil, que vai percorrer 1.480 quilômetros até Brasília para criticar o presidente Fernando Henrique.

Apoiados pela CUT, os integrantes da Marcha pretendem entregar, em agosto – os coordenadores da marcha esperam alcançar a capital federal em outubro -,

um abaixo-assinado com mais de um milhão de nomes ao presidente da Câmara, Michel Temer, pedindo rigorosa investigação no caso do leilão das teles e desejando enquadrar FHC em crime de responsabilidade. Para mostrar que não estão para brincadeiras, a idéia de uma greve geral dos servidores públicos de todo o país será espalhada ao longo do caminho.

“O povo quer saber o que houve na privatização da Telebrás. Se Fernando Henrique estiver metido, ele que se explique. O governo que nos aguarde”, comentou o economista João Pedro Stédile, principal líder do MST e um dos coordenadores da iniciativa.

Paulo Renato faz gol contra

O ministro da Educação, Paulo Renato, está jogando (mais uma vez) contra. Em reunião no último dia 28, no prédio do Mec, no Rio de Janeiro, o ministro disse que respeitava a decisão do reitor de tentar recuperar o prédio do Canecão, em Botafogo, patrimônio da UFRJ, mas sugeriu ao pesquisador Ricardo Cravo Albim, defensor dos interesses da família Priolli, para procurar uma brecha na lei de forma a bloquear a ação do despejo.

Fundão versus trânsito da cidade

Não é segredo para ninguém que o trânsito de veículos que buscam apenas uma passagem pelo campus da ilha do Fundão preocupa toda a comunidade universitária. Por isso mesmo, mobilizou amplamente o Conselho Universitário do último dia 29 a discussão em torno de uma possível interligação entre as Linhas Vermelha e Amarela pela Ilha do Fundão. Seria construído um sistema viário de pistas auxiliares - chamadas de “alças” devido ao seu formato vistas de cima – que retiraria o fluxo intenso de

veículos das avenidas propriamente universitárias. O problema enxergado pelos conselheiros seria o isolamento de uma área significativa do campus pelo cercamento das tais alças viárias e a ausência de qualquer outra contrapartida para a UFRJ. A situação ganhou caráter de urgência e a Secretaria Municipal de Obras aguarda impacientemente uma resposta da universidade para levar o projeto adiante. O tema volta à pauta na próxima quinta-feira e promete nova polêmica.

Coppe perde estudantes para mercado

O Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ está “sofrendo” com a abertura dos setores de petróleo e energia do país. Muitas vezes, os alunos estão sendo levados pelo mercado de trabalho antes mesmo de defenderem suas teses. “Se, por um lado, a gente fica contente de estar colocando a pessoa no mercado de trabalho, por outro nos preocupa se a tese será concluída”, disse um dos professores do programa, Maurício Tolmasquim, ao Jornal do Brasil. Essa preocupação se justifica porque o programa é avaliado pela Capes por suas teses terminadas.

Serra vai demitir - O inacreditável ministro da Saúde, José Serra, disse que vai afastar todos os servidores da sua pasta que não estiverem trabalhando ou cujo trabalho não justifique os salários ganhos. Por um motivo ou pelo outro, bem que o ministro podia iniciar o afastamento por ele mesmo...

UFRJ não abre mão do Canecão

Está esquentando a briga pelo Canecão. O administrador do imóvel, Mário Priolli, recusou-se a assinar o primeiro pedido de desocupação enviado pela UFRJ, mas um novo pedido será entregue esta semana por um oficial de Justiça, dando mais trinta dias para o prédio ser devolvido. Se o prazo não for cumprido, a universidade pedirá uma liminar para reintegração de posse. Com a liminar na mão, pode fazer o despejo.

Vale lembrar que a discussão toda surgiu em função da diferença entre as duas partes com relação ao aluguel a ser pago pela casa. Em julho de 94, com o Plano Real, as taxas deviam ser reajustadas. De acordo com a UFRJ, o valor correto seria de R\$ 16 mil; a família Priolli contra-argumentou com R\$ 8 mil. A questão foi parar na Justiça.

O empresário passou a depositar o dinheiro em juízo (atualmente, com as correções, R\$ 10 mil). Na conta, R\$ 500 mil. Mas a UFRJ quer o dobro.

Segundo avaliação da corretora Patrimóvel divulgada na Veja Rio, o aluguel da área vale, no mínimo, R\$ 20 mil.

Sobre o polêmico tema, que já motivou um abaixo-assinado da classe artística pela preservação do Canecão na mão dos empresários, o sub-reitor de Patrimônio e Finanças, Maurício Arouca, marcou presença no último Consuni (dia 29) para pedir ajuda aos conselheiros. Na opinião de Arouca, um pronunciamento favorável do colegiado máximo da UFRJ daria respaldo à luta de reconquista daquele espaço. "Precisamos mostrar a todos que não somos contra o Canecão, mas contra esse empresariado que tomou conta do lugar", disse.

A intenção da UFRJ é abrir licitação até o fim do ano para exploração de um complexo cultural a ser erguido no local. Estimando uma arrecadação de R\$ 6 milhões por ano com o futuro complexo, a reitoria espera abrir novas vagas na universidade.

Sardenberg quer debate sobre transgênico

O discurso cauteloso do novo ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, quanto à questão dos produtos transgênicos está agradando aos setores ambientalistas do governo. Sardenberg lembra que a manipulação genética tem uma ampla gama de aplicações, mas ressalta que essa nova tecnologia cria a necessidade de se "retomar um grande debate sobre as relações entre a ética e ciência".

Outro tema que vai merecer atenção do ministro nesse início de gestão será a lei de informática. Sardenberg não disse se vai defender a renovação da lei que criou incentivos fiscais para o setor. Apesar desse silêncio, o ministro revelou que acredita no debate sobre a manutenção dos incentivos fiscais que são permitidos na legislação do comércio internacional para o estímulo ao desenvolvimento científico e regional.

ENEL congrega centenas de estudantes de todo o país

O Centro Acadêmico de Letras inaugurou, dia 28, em sua sala, como um dos eventos relacionados ao XX Encontro Nacional de Estudantes de Letras, a exposição de fotos intitulada "Ó, Vilhena, não, hein!!" sobre a ocupação da reitoria da UFRJ, em 98. Para a organizadora da exposição, Gilda Moreira, o país precisa saber quem foi Vilhena e o que sua presença como interventor significa para a UFRJ. A exposição permanece na Letras por mais algumas semanas. A Adufrj esteve presente no Enel, com a participação do professor e presidente da entidade Roberto Leher em uma mesa sobre o tema avaliação institucional, ocorrida na tarde de quinta, 29.

Embratel caça as bruxas

No último dia 22, houve um protesto em frente à sede da Embratel contra a demissão "por interesse da empresa" do engenheiro de telecomunicações Paulo Eduardo Gomes. O pretexto foi o envio de uma mensagem, por e-mail, a seis empregados da seção onde Paulo trabalhava e que criticava as mudanças do DDD e a postura da Embratel e sua diretoria nesse período. Além de ferir o direito de expressão dos trabalhadores, ficou clara a conotação política desse ato - Paulo Eduardo, integrante do Conselho da Associação, já foi presidente e diretor do Sinttel/RJ.

Professores do CAP querem manutenção da obrigatoriedade do estágio para formandos da UFRJ

A direção e o corpo docente do Colégio de Aplicação estão revoltados com a decisão do CEG de acabar com a obrigatoriedade dos estágios de licenciatura na unidade, transformando-a em "campo preferencial" de estágio para os formandos em Licenciatura da UFRJ. A medida foi aprovada no primeiro semestre deste ano e revoga o artigo 11 de uma resolução do Conselho de Graduação de 1994. O CAP congrega todas as licenciaturas da UFRJ exceto as licenciaturas de Química, por ser oferecida no turno da noite, e Geografia. Ainda assim, pelo prestígio do Colégio, os alunos da Química optaram por fazer o estágio pela manhã.

O CAP oferece estágios a todos os cursos de licenciatura, inclusive Enfermagem, e, segundo a direção da escola, ainda tem condições de criar espaços alternativos para as disciplinas que ainda não integram sua grade como Filosofia e Espanhol. Estas novas disciplinas ainda não foram criadas, como pede inclusive a nova LDB, porque o governo federal impede a criação de novas vagas para a contratação de docentes por concurso, mas para a direção do Colégio nem mesmo este entrave político seria justificativa para não se investir em novos estágios, como já acontece nas turmas de Grego, Hebraico e Japonês, criadas para atender os licenciandos da Faculdade de Letras.

O CAP, desde 1988, também está sendo campo de estágio para a 3ª série do Curso de Formação do Ins-

tituto de Educação do Estado. Para a direção, a parceria do CAP com o Instituto revela o reconhecimento e a importância do trabalho desenvolvido pela escola na formação de professores. A mudança no sistema de ingresso de alunos, através de sorteio para a 1ª e 5ª séries e do sistema misto para a 1ª série do ensino médio, segundo a direção do colégio, também abre a possibilidade de os licenciandos entrarem em contato com uma maior heterogeneidade no campo acadêmico oferecido aos alunos.

Alunos das públicas darão aulas na rede estadual

Alunos de universidades públicas serão convocados para suprir o déficit de 1.666 professores de química, biologia, física e matemática na rede estadual de ensino. Os estudantes selecionados receberão uma bolsa-auxílio de R\$ 200 para dar as aulas. De acordo com o secretário de Educação, Hélio Cordeiro, os universitários serão sempre acompanhados por professores das universidades e da própria escola e cumprirão uma carga horária de 300 horas/aulas, estabelecida no currículo das universidades para o estágio da licenciatura.

Pronex



Ainda no início do expediente, o professor do CT, Oscar Rosa Matos, questiona as declarações públicas de Vilhena acerca do projeto de autonomia do Mec

Conselho Universitário rechaça postura separatista de Vilhena

Adufrj ganha liminar contra aumento do PSS

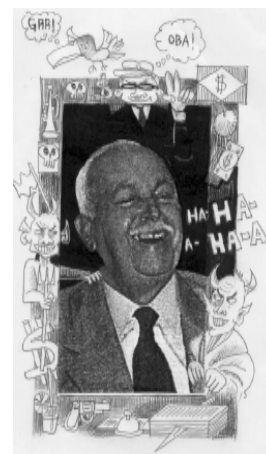
A Juíza Erika Schmitz, da 8ª Vara Federal, concedeu liminar aos sindicalizados da Adufrj-SSind, atualmente em atividade na UFRJ, considerando inconstitucional o aumento na contribuição ao Plano de Seguridade Social, instituído pelo governo através da Lei 9.783/99. A juíza afirmou ser um nítido confisco o adicional pretendido pelo governo. Com a outra liminar, anteriormente concedida à Adufrj, aos aposentados e pensionistas, agora também estarão beneficiados os professores da ativa. Lembramos que além de nossas liminares, também está em vigor outra liminar do Ministério Público, abrangendo todos os servidores federais do Rio de Janeiro.

CLIPPING

■ Deu na Hildegard, dia 04/08: “O vereador Índio da Costa subiu ao palco do Canecão, na estréia de Emilio Santiago, para anunciar que estava entrando com projeto, na Câmara, para tomar a casa de espetáculos, e pediu à vice-governadora Benedita da Silva, na platéia, para apoiá-lo junto ao PT e ao PDT. Mas ela não pareceu muito entusiasmada com a idéia...”

■ Deu no Informe JB, do dia 03/08: “Para reunir o maior número possível de signatários, inclusive os que discordam da teoria do *impeachment* do presidente, mas estão insatisfeitos com o governo, o abaixo-assinado que será levado na Marcha dos Cem Mil não terá o slogan ‘Fora FHC’. Será um ‘Alerta à nação.’”

O lado negro da “Força”



Reunidos em São Luís (MA) entre os dias 31 de julho e 1º de agosto, os dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificaram como “demagógica, populista e eleitoreira” a proposta de criação de um imposto para erradicar a pobreza, de autoria do senador Antônio Carlos Magalhães. No mesmo encontro, os

advogados se pronunciaram de forma contundente contra o governo federal. Segundo a OAB, a falta de autoridade do presidente Fernando Henrique Cardoso é “causadora da proliferação da pobreza, do desemprego, da injusta distribuição de renda, da exclusão social e da insegurança jurídica, fontes de conturbações sociais”.

Uma simples análise de seu governo na Bahia (90 a 94) é a maior prova de que o senador ACM está apenas querendo ganhar espaço na mídia com o tal imposto contra a pobreza. Nessa sua última administração, ACM empregou menos de 10% do orçamento geral do estado para executar obras em quatro dos principais setores ligados diretamente à erradicação da pobreza – agricultura, direitos humanos, trabalho, ação social e programas especiais. Os gastos do senador com esse governo foram decrescentes ao longo do mandato. Em 1991, ele gastou 13,3% do orçamento estadual com Educação e 24,8% com Saúde. Em 1994, encerrou o governo gastando 12,8% com Educação e 20,3% com Saúde.

Deu no Boechat, em 02/08: “Já está certo o nome do futuro presidente do Senado: será José Sarney. Ele substituirá o atual, Antônio Carlos Magalhães, que depois de dois períodos não pode mais se reeleger. Já está também sacramentado quem substituirá Sarney dois anos depois: será o próprio ACM, que pretende voltar ao cargo. O entendimento já foi feito ouvindo os principais eleitores envolvidos: ACM e Sarney”. E a gente tem que agüentar...

A autonomia do Mec é o fim da universidade brasileira

Com a divulgação do Projeto de Lei do Mec, que dispõe sobre a autonomia universitária, confirmam-se as mais sombrias provisões sobre os planos do governo para a universidade brasileira.

Por um lado, consagra-se a política de transformar as obrigações sociais do Estado, que evidentemente exigem financiamento público, e para isto são arrecadados impostos, em repasse de fundos públicos aos agiotas internacionais. São inúmeros os exemplos recentes de privatizações, de tráfico de informações, da política de juros, que apontam nesta direção. O Projeto de Lei do Mec é claro neste sentido. Congela o orçamento no patamar de 1997, que já era insuficiente e deixa o resto por conta da “capacidade de cada instituição”, em arrecadar e gerenciar fundos. Junto a isto, observa-se a contenção de verbas dos órgãos de financiamento de pesquisa, em particular do CNPq, associada a soluções precárias, tipo Pronex, que, apesar do entusiasmo inicial de alguns beneficiados, já está se esgotando.

O modelo proposto também apresenta um cunho ideológico bastante claro. Transforma a universidade, de uma instituição consagrada ao ensino, pesquisa e extensão, numa instituição de outro tipo. O valor mais alto passa a ser a capacidade de inserção no mercado, seja através de convênios vantajosos, seja através de contratos com o setor privado, inclusive na área de ensino. Instaura-se a competição entre os docentes, o ensino pago para

estudantes, salários aviltantes para funcionários. A universidade passa a ser um modelo de darwinismo social, altamente predatório.

E como a junção destes dois aspectos - a contenção de verbas e a ideologia do mercado - nem sempre é aceita com facilidade, o PL institui um novo quadro jurídico que é alarmante para toda a sociedade. Não só as relações de trabalho são “flexibilizadas”, de uma precariedade total para os trabalhadores, de um despotismo crescente para os donos do poder, mas também o PL constitui-se numa versão tardia de totalitarismo estatal. Assim, no artigo 8, §9, é assegurado ao Presidente da República, através de uma simples portaria, a suspensão de recursos, para ... “a obtenção de superávit no exercício (sic).” Se o governante de turno resolver que o pagamento de juros é prioritário em relação ao ensino superior, poderá, legalmente, com a aprovação deste PL, suspender as verbas orçamentárias. Noutro artigo, o 7º item IV, abre-se a possibilidade de uma intervenção nas universidades, bastando para isto que seja aberto “processo de investigação de irregularidades administrativas.” Assim, qualquer denúncia, mesmo que seja a mais grotesca falsificação, se julgada conveniente pelo governo, pode implicar numa intervenção sumária contra a universidade. Não há mais necessidade de tribunais, processos, julgamen-

tos. Abrem-se as portas para as perseguições políticas mais desvairadas. Pelo visto, Hitler e Mussolini fizeram escola no governo FHC.

Infelizmente as concepções manifestadas no PL do Mec não se limitam a uma simples transformação no ensino superior brasileiro. Sua implantação é uma conseqüência da política de dependência e submissão nacional aos interesses dominantes na escala global. O endurecimento ideológico e a repressão cada vez mais explícita dos governos que seguem este ideário são decorrências desta opção.

São significativas duas posições recentes a este respeito. Apesar de suas limitações, o atual Conselho Universitário da UFRJ, mostrou em sua última sessão (05/08) uma relativa independência em relação à administração imposta pelo Mec. Mais clara foi a posição dos docentes no 38º CONAD, realizado no Rio de Janeiro: “Defender a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, combatendo as propostas de legislação infra-constitucional ou de Emenda Constitucional que tenham o objetivo de regulamentar a autonomia universitária, tais como as do Mec e da Andifes”.

Consideramos que o projeto de lei apresentado pelo Mec deve ser rejeitado, não só pelo seu conteúdo danoso à universidade pública brasileira, mas principalmente pelas conseqüências danosas que significam para o presente e para o futuro da nação.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL ADUFRJ: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTE)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Proibição do consumo de bebidas nos *campi* leva Vilhena às páginas da mídia

Desde a última segunda-feira (dia 2 de agosto), a venda de bebidas alcoólicas está proibida em todos os *campi* da UFRJ. A medida foi tomada através de uma portaria do professor José Henrique Vilhena e tem objetivo, segundo ele, de não incentivar alunos a se acostumarem com o álcool no dia-a-dia. A portaria só será publicada no boletim da universidade no fim do mês, mas já está valendo. “Nos restaurantes, trailers, quiosques e até em festas dentro do campus da UFRJ, não será mais tolerado nenhum tipo de bebida alcoólica. Fiscais da prefeitura da universidade estarão atentos para eventuais flagrantes”, disse Vilhena ao Jornal do Brasil, em entrevista

Governo esconde o quanto pode aumento nos preços de bens e serviços

O último aumento dos remédios e o anúncio de mais um reajuste dos combustíveis para os próximos dias estão ressuscitando a bandeira do gatilho salarial. No dia 3 último, os bancários entregaram à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) sua pauta de reivindicações. Além de 9,3% de reajuste, eles pedem gatilho toda vez que a inflação acumular 3%. São 420 mil bancários em todo o país. Pelo menos duas outras categorias querem o mesmo: os químicos, que reivindicam correção automática de salário quando a inflação chegar a 5% e carteiros (gatilho de 5% também). Os metalúrgicos do Rio também vão pedir gatilho, de percentual ainda não definido.

Deu nos jornais desta semana o índice de 65,3% de reajustes médios acumulados desde janeiro deste ano nos derivados de petróleo, com uma variação de apenas 5,23% no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no IGP-M da Fundação Getúlio Vargas. É a mágica da sonegação de infomação sobre o custo de vida das camadas populares e médias.

publicada na mesma segunda-feira. O estabelecimento que desobedecer será fechado imediatamente e o aluno que for pego com bebida receberá uma advertência.

A medida pirotécnica do atual reitor, bem ao estilo conservador moralista dos prefeitos Celso Pita e Luiz Paulo Conde, se não resolve o problema do alcoolismo nas famílias cariocas, ao menos prouz o efeito marketeiro desejado: Vilhena na mídia. O lamentável é que as discussões realmente prioritárias para a universidade, como a discussão sobre a regulamentação da graduação e da pós-graduação, não são tão alardeadas assim pelo interventor.

Seguridade Social e Aposentadoria na Adufrj

O Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, com cerca de dez participantes, se reuniu no dia 30 de julho para analisar o projeto de lei sobre autonomia, recentemente colocado pelo governo. Foram enfatizados os assuntos relativos à aposentadoria. Para aprofundar o debate sobre as implicações para todo o sistema de seguridade social, será utilizado o artigo da professora Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, da UFRJ, “As armas que abateram a seguridade social”, que está disponível na sede da Adufrj.

Esta e outras reuniões terão um desdobramento importante no 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, que será realizado nos dias 6, 7 e 8 de agosto em Goiás, organizado pelo Andes e pela ADUFG. Pela Adufrj irão os professores José Miguel Bendrao Saldanha, Sara Granemann e Cleusa dos Santos. Os resultados do Encontro, bem como o artigo da professora Maria Lúcia serão discutidos em nova reunião e local, marcada para o dia 17 de agosto, terça-feira, às 14 horas na Escola de Serviço Social, na Praia Vermelha. Como sempre, a reunião está aberta aos interessados.

Reitor proíbe licença sem vencimentos

Vilhena avisou, em relação ao pacote anti-servidor, na última reunião do Consuni, que não vai conceder qualquer tipo de licença sem vencimentos dentro da UFRJ e ainda vai pedir ao governo para que os professores e técnicos de nível superior sejam impedidos de aderir ao PDV. O reitor disse que precisa de toda a força de trabalho disponível da UFRJ.

Reitoria continua atrasando salários

Apesar da Adufrj ter obtido uma liminar, que continua em vigor, garantindo o pagamento dos salários até o último dia do mês trabalhado, a administração da UFRJ continua ignorando mais uma decisão judicial. Somente no dia 14 de julho foi enviado ao Juiz Federal da 7ª Vara Federal uma resposta da procuradoria da UFRJ sobre o descumprimento da liminar da Adufrj. Entre argumentações bastante frágeis, a seguinte pérola, que tem o mérito de tornar clara a concepção limitada da autonomia, feita pelos burocratas da administração da UFRJ: segundo o procurador da UFRJ, “...a autonomia prevista no artigo 207 da C.R.F.B. limita-se à acadêmica, inexistindo as financeira e administrativa (estas de competência do MEC e do Ministério de Orçamento e Gestão), o que dificulta, senão impede, o atendimento à diligência solicitada...”. E assim, a administração da UFRJ lava as mãos e ignora a decisão Judicial, remetendo a questão a Brasília.

Música na UFRJ

A Escola de Música da UFRJ vai promover entre os dias 9 e 13 de agosto a 2ª Retrospectiva da Música Popular Brasileira. Programação:

- 9 de agosto – Música do Brasil colonial.
- 10 de agosto – A canção de câmara brasileira
- 11 de agosto – Música de câmara para sopros
- 12 de agosto – O violão brasileiro
- 13 de agosto – O piano brasileiro

Nesses dias, as mostras começarão às 18h30, na Sala de Congregação da EM, com entrada franca.

Uma opção perigosa

Colocar a corda no próprio pescoço e no dos demais. Esse é o caminho que os trabalhadores estão tomando ao escolher os fundos de pensão como meio de complementar a renda no futuro, na opinião da professora da Escola de Serviço Social Sara Granemann e integrante do Grupo de Trabalho da Seguridade Social da Adufrj. Negócios dos mais lucrativos, os fundos se tornam instrumento de opressão dos trabalhadores de todo o mundo e não oferecem garantias totais do seu sucesso, além de roubar o papel do Estado de prover o cidadão quando este estiver fora do mercado, ainda de acordo com a professora que estuda o assunto em seu doutorado. “Você apostaria todo o seu dinheiro suado da aposentadoria numa ciranda financeira? Numa bolsa de valores?”, ela pergunta, no momento em que essa discussão começa a ganhar corpo no Andes-SN.

“A Seguridade Social nasceu da luta histórica de classes. Antes, as pessoas trabalhavam até a morte. Com a seguridade, formava-se uma pequena poupança, com o trabalhador vivendo daquilo que ajudou a poupar e com a contribuição dos que ainda estão na ativa”, ensina a professora. Mas e o argumento dos governos (em especial, o brasileiro) de que a expectativa de vida mais alta graças aos avanços da ciência médica criou um conjunto de inativos e pensionistas insustentável? “É um argumento falacioso por dois motivos: o primeiro é que não há uma cobrança séria no país. Você não cansa de ouvir sobre os rombos da previdência? São as fraudes somadas aos grandes sonegadores. São os grandes bancos, indústrias; até os clubes de futebol estão entre os devedores”, diz.



O I Encontro de professores aposentados da UFRJ reuniu cerca de 30 participantes na Escola de Serviço Social. Na ocasião, foram discutidas estratégias para resistir ao aumento do desconto do PSS e à cobrança dos inativos

O segundo motivo é a ausência de uma política de investimento do dinheiro arrecadado. “Mas não como os fundos de pensão agem”, esclarece prontamente Sara.

No Brasil, por exemplo, existe uma resolução do Banco Central específica para o dinheiro acumulado pelos fundos e, incredivelmente, apenas 5% são destinados à produção. Isto é, os outros 95% viram capital especulativo, que busca o lucro rápido e quebra as economias mais frágeis, como ocorreu com o México e a Rússia. “Grande parte desse capital que corre o mundo tem sua origem nos fundos de pensão dos sindicatos norteamericanos”, alerta. Os fundos de pensão dos Estados Unidos, em dado recolhido do livro “A Mundialização Financeira (Gênese, Custos e Riscos)”, coordenado por François Chesnais, somavam ativos de US\$ 3,5 trilhões, em 1993 (o equivalente a 68% do PIB).

E se um grupo de trabalhadores não estiver interessado em combater o capital especulativo e a opressão dos demais assalariados e quiser apenas salvar a própria pele com os trocados a mais dos fundos administrados por instituições financeiras? “Ainda assim, não haverá garantias. Você não ouve falar dos *hackers* que invadem os sistemas dos bancos e o destroem? E as falências? E o *crack* da bolsa nova-iorquina de 29? No fim, o trabalhador fica sem nada”, avisa. Isso sem falar na falta de controle na utilização desses recursos. “A gente viu no episódio dos grampos telefônicos a pressão que o governo fez para o Previ (maior fundo de pensão do país, do Banco do Brasil) atuar a favor de um dos consórcios”, completa.

Para continuar suas explicações, Sara recorre a um modelo que não abusa dos fundos de pensão, a França - mais uma vez citando Chesnais. Depois de duas guerras mundiais e uma característica extremamente particular de forte lutas de classe, com sindicatos muito fortes, constitui-se naquele país o chamado Estado de Bem Estar Social. “Ou seja, a Saúde, a Previdência e a Assistência Social - o tripé da Seguridade Social - são atribuições do Estado e, claro, têm qualidade, inviabilizando a existência dos grandes fundos de pensão”, afirma. No Brasil, o que se está se fazendo, a exemplo do que ocorre nos países mais ricos, é separar essa seguridade em duas partes: a dos desprovidos (que ficaria com o Estado de qualquer maneira) e a do restante do conjunto dos trabalhadores, que seria obrigado a comprar os itens Saúde (planos) e de Previdência (planos de previdência). “A Assistência Social, por si, já é praticamente exclusiva dos mais pobres”, comenta.

Na sua conclusão, a professora Sara aponta uma alternativa ao governo brasileiro. “Investir o dinheiro arrecadado na produção. Falta uma política de geração de empregos. A conta é simples: mais empregos, mais gente contribuindo para a Previdência, aposentadorias garantidas”. O recado está dado.

Essa entrevista foi concedida pouco antes do encontro local Adufrj sobre assuntos de Seguridade Social, no último dia 28 de julho, quando o tema mobilizou a platéia presente. E a expectativa é que os fundos de pensão recebam igual ou maior atenção no 6º Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria, de 6 a 8 de agosto, em Goiânia.

Fundos querem a melhor fatia do “mercado”

Os fundos de pensão estão cada vez mais ousados. No último dia 27, quatro entidades do mercado de capitais – Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Abrapp (Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada), ANAP (Associação Nacional das Entidades Privadas) e Anbid (Associação Nacional dos Bancos de Investimento) anunciaram um projeto para captação de recursos e para sanear o rombo de R\$ 12 bilhões do sistema de previdência.

Trabalhadores perdem o controle sobre os fundos

Um exemplo de como os trabalhadores perdem o controle sobre o fundo de pensão pôde ser visto recentemente na Petros (fundo da Petrobras). O próprio presidente da Petros, Francisco Gonzaga, pediu demissão no último dia 27 depois que foram aprovadas mudanças no estatuto. O Conselho Curador acatou a proposta do Conselho de Administração da Petrobras de alterar o estatuto do quinto maior fundo de pensão do país, com patrimônio de R\$ 5,2 bilhões. Agora, é permitido que dois dos quatro principais dirigentes da Petros possam ser profissionais do mercado financeiro. Antes, os cargos só podiam ser ocupados por funcionários da Petrobras.

Um dos pontos do modelo previdenciário defendido pelas entidades estabelece a oficialização da previdência privada para vencimentos acima de 10 salários mínimos. “Um dos tópicos prevê que o beneficiado tenha a opção de escolher a previdência privada. Este instrumento, que hoje funciona como um complemento, seria uma forma de gerar capitalização e resolver o rombo”, explicou Francisco Oliveira, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

3º maior fundo tem 70 empresas disputando sua gerência

Uma prova a mais da instabilidade a que estão sujeitos os fundos de pensão é a atual situação do Sistel - fundo do Sistema Telebrás, terceiro maior do país, com um patrimônio de R\$ 5 bilhões, 60 mil empregados na ativa e 22 mil aposentados e pensionistas. Com a privatização, as 70 novas empresas que surgiram estão decidindo este mês como vai funcionar a estrutura do Sistel. A tendência a ser seguida é a manutenção da estrutura jurídica única, com cada operadora tentando influenciar o conjunto de acordo com seus interesses no mercado.

Sistema chileno é modelo liberal

O sistema chileno de fundos de pensão implantado em 1981, em plena ditadura Pinochet, tem sido considerado o modelo de previdência em vários países da América Latina e serviu de base, em maior ou menor escala, para as reformas previdenciárias da Argentina, México, Colômbia e Peru. De acordo com a edição do Jornal do Brasil de 1º de agosto, as oito administradoras do país detêm patrimônio de US\$ 34 bilhões, o equivalente a 45% do PIB. Entretanto, a previdência chilena começa a viver momentos de angústia; em 2004, as administradoras vão começar a pagar as aposentadorias daqueles que passaram a contribuir quando o sistema foi implantado.

As administradoras de fundos sofreram no ano passado por causa das sucessivas crises do mercado financeiro internacional que abalaram os mercados latino-americanos. A rentabilidade anual caiu da média de 11,6% de ganhos acima da inflação para perdas de 1,1%. A preocupação levou algumas administradoras a ampliar seu patrimônio para bolsas dos EUA e Europa com

a finalidade de se protegerem das flutuações dos mercados chamados emergentes, demonstrando todo o risco do negócio. Isso sem falar na falta de controle. O presidente da Central Autônoma dos Trabalhadores, Osvaldo Herbach, acusou o sistema de ser excluyente. “São os trabalhadores que contribuem e nós devíamos participar das decisões, assim como o Estado. Essa função não poderia ficar só nas mãos das empresas”, disse.

Muitos aposentados chilenos ainda usam o sistema estatal. Na época da reforma, quem já era contribuinte pôde escolher entre as novas administradoras e o plano estatal. “Eu optei pelo sistema estatal, mais seguro. Muitos amigos meus que escolheram as administradoras se arrependem hoje”, afirma o professor aposentado Oscar Concha, de 69 anos. Ele se lembra das promessas de rendimento. “Mas essas coisas nunca acontecem do jeito que dizem”. Para ele, o grande defeito da nova previdência é que a carga recai praticamente toda sobre o trabalhador. “A contribuição do empregador é muito pequena”, comenta.

Pacote anti-servidor é mais uma etapa do ajuste fiscal

A MP 1.917 divulgada recentemente pelo governo federal e já chamada de pacote anti-servidor traz quatro pontos essenciais: Plano de Demissão Voluntária; licença sem vencimento; redução de jornada e disponibilidade. As três primeiras são de caráter voluntário – embora fortemente induzido - e a última, acionada apenas quando vencido o prazo para adesão do servidor em relação às primeiras, independe da vontade do empregado.

A divulgação do pacote de corte sobre os servidores públicos faz parte de uma estratégia coordenada do governo de, por um lado, cortar despesas seguindo as instruções do FMI, e de outro, de implementar um novo modo de administração pública. A proposta de mudar a administração pública, a partir da teoria da modernização, é a mina de ouro do tucanato. E a recente reforma ministerial, mesmo com retirada de Bresser Pereira, fortaleceu essa tese. Tanto na coordenação política – dentro do Executivo e no Congresso – quanto na condução das finanças, da economia e da execução de políticas públicas importantes (saúde e educação), o PSDB está no comando. Portanto, não se trata de uma iniciativa isolada e sem maiores conseqüências, mas de um projeto coordenado do governo.

As duas principais emendas constitucionais – da reforma administrativa e previdenciária – já foram aprovadas e estão em fase de regulamentação. Concluída essa etapa, especialmente com a transformação em lei dos projetos que definem as carreiras típicas e dispõem sobre a dispensa de pessoal por excesso de gasto, estarão dadas as condições para a implementação do novo modelo de gerência e contratação de pessoal, dentro dos marcos fixados pelo FMI

Provão: gastança improdutiva

Lilia da Rocha Bastos*

Leigos e, até mesmo, alguns educadores sérios têm defendido o Provão. Os argumentos usados são expressos mais ou menos assim: “o Provão vale porque, pelo menos, ‘sacudi’ o ensino superior no país”; “vários cursos têm melhorado seus conceitos no Provão, a cada ano”; “numerosas instituições que se manifestavam contra o Provão, já o aceitam”; “os alunos que, nos primeiros anos de sua aplicação, costumavam boicotá-lo, entregando-o em branco e até mesmo recorrendo à Justiça para evitá-lo, já não o repudiam em massa”; “em 1999, alunos inadimplentes de instituições particulares, impedidos de fazê-lo por falta de pagamento, chegaram a reclamar o direito de a ele se submeter.”

Embora os conteúdos de algumas dessas afirmações sejam observáveis, isso não significa que justifiquem a aplicação do Provão e, menos, que o absolvam. É necessário analisar a iniciativa do MEC com base em critérios técnicos e políticos. Até porque, os custos do Provão para o contribuinte brasileiro chegaram, apenas em 1998, a mais de R\$ 8 milhões.

A primeira aberração do Provão é a responsável por seu custo exorbitante. Se o objetivo do teste é a avaliação das instituições, não haveria necessidade de aplicá-lo a todos os alunos. Bastaria que isso fosse feito com uma amostra aleatória de concluintes de cada curso, de cada instituição. Segundo o MEC, essa aplicação é universal para oferecer ao formando informações que lhe permitam aperfeiçoar-se. Como se a comunicação de uma nota, sem vistas da prova, significasse alguma coisa! Um aluno que recebe, pelo Correio, um certificado com sua nota não tem informação sobre o que errou ou acertou. Uma instituição de ensino superior que recebe um conceito C também não tem informações acerca das deficiências na formação de seus alunos. Por isso, quando se “sacode”, o faz de forma errática pois falta-lhe norte para ações corretivas. Resultados de testes como o Provão só servem para ordenar os examinandos em relação ao grupo de que fazem

parte. Assim, se o grupo for fraco, um aluno poderá obter conceito A, por ser o menos deficiente entre seus pares.

Em realidade, a opção do MEC por esse tipo de testagem faz com que ele tenha que conviver com a expressão de resultados que têm significados diferentes para cada instituição. As deficiências de um curso que obteve determinado conceito não são as mesmas de outros cursos com conceito idêntico. De forma análoga, alunos com os mesmos escores, brutos ou padronizados, apresentam desempenho diferenciado em diferentes habilidades. Como decorrência, nem cursos nem alunos recebem informações específicas sobre seu desempenho em cada habilidade ou competência medida pelo teste. Somente esse tipo de informação - conteúdos e habilidades dominados, ou não, pelos alunos - permitiria que os cursos aperfeiçoassem seus projetos pedagógicos e que os alunos buscassem sanar suas deficiências.

Se o MEC passasse a fornecer aos cursos seus resultados médios em cada habilidade medida, as informações oriundas do Provão poderiam ser mais bem aproveitadas no redirecionamento do projeto pedagógico das instituições de ensino superior. Para isso, a natureza do Provão teria que ser diferente. Meramente comparar indivíduos e instituições a partir de ordenamento é insuficiente para avaliações que visam a mudanças. Mais construtivo e eficaz seria permitir que indivíduos e instituições pudessem cotejar seus desempenhos com relação a competências predefinidas, desde que estas fossem julgadas válidas. Esse tipo de comparação, de caráter absoluto, em vez de relativo, pode ser oferecido por testes com referência a critério, que não constituem novidade na área das medidas educacionais.

Outro problema é a interpretação de subidas ou descidas de conceitos dos cursos, a cada ano. Como o Provão não é um teste padronizado, essas deficiências impedem qualquer interpretação mais séria quanto a crescimento ao longo do tempo.

Se o Provão sobrevivesse a uma avaliação apenas técnica, da qual este artigo não representa se não leve introdução, restaria avaliá-lo enquanto instrumento de controle e de condução a uma indesejável homogeneização dos cursos superiores no Brasil. O controle é exercido pela atribuição de conceitos aos cursos e pelo uso que deles é feito. O MEC já demonstrou como pretende exercê-lo. Divulga os conceitos dos cursos pela mídia, às vezes antes de fazê-lo diretamente aos interessados, constringendo instituições e alunos. É a cultura da pseudo-avaliação, punitiva e destrutiva; a genuína tem caráter construtivo. Se o regime é neoliberal, porque não deixar a “lei do mercado” atuar, também, no campo educacional? Os próprios alunos levariam as más instituições à falência, na medida em que estas não atendessem a seus objetivos, não necessariamente de natureza profissional. O MEC age como se os alunos não conhecessem os cursos em que se inscrevem e precisassem do Provão para esclarecê-los. Para essa finalidade – apontar a grosso modo as melhores e as piores instituições – o Provão não passa no teste de custo/benefício. Seus resultados, publicados nos moldes de matéria de tablóides sensacionalistas, não servem ao aprimoramento do ensino superior brasileiro, nem passam no crivo dos padrões éticos exigidos de verdadeiras avaliações.

Por que desperdiçar recursos públicos escassos e despender enorme tempo na construção do praticamente inútil Provão? Por que ser anacrônico, fazendo mal o que o Primeiro Mundo, embora fazendo bem, tenta superar com base em pesquisas sérias? Por que não aproveitar a globalização para evitar redescobrir a roda, ainda por cima quebrada?

*Bacharel em Sociologia e Política, PUC/RJ; Mestre e Ph.D em Educação (Pesquisa e Medidas Educacionais), University of Southern California; Pós-Doutorado em Avaliação Educacional, UCLA; Professora Titular de Pesquisa Educacional da UFRJ (1973 a 1995).

Professores das federais indicam greve para setembro

Reunidos em Brasília, no último final de semana (31/07 e 1/08), alguns dias depois de receberem o projeto do governo para a autonomia das universidades federais, os professores representantes destas instituições no Andes Sindicato Nacional aprovaram um indicativo de greve para a primeira quinzena de setembro. O objetivo do Sindicato é mobilizar a categoria e a sociedade para a rejeição do anteprojeto de lei do Mec que regulamenta a autonomia universitária. O Ministério deverá apresentar nos próximos dias o anteprojeto ao Congresso Nacional.

A iniciativa do movimento partiu dos três setores do sindicato, tanto os representantes das federais, como das estaduais e privadas. Participaram da reunião vinte e seis seções sindicais. O entendimento dos dirigentes destas entidades é que o projeto é ameaçador em todos os seus aspectos à sobrevivência das universidades públicas.

A primeira polêmica do Mec com os docentes, compartilhada pelos técnico-administrativos, é o fim da estrutura de carreira unificada, com salários diferenciados, sem a definição de um piso ou teto de remuneração. O governo quer que cada instituição defina seu próprio Plano de Cargos e Salários, além do fato de que os atuais servidores permanecerão estatutários, mas os futuros serão contratados pela CLT, novidade implementada com a recente aprovação, no Congresso da lei que trata das carreiras típicas de Estado. Para este governo, professores e funcionários não são carreiras estratégicas, não têm direito à estabilidade e, muito menos, à isonomia salarial.

A segunda crise é sobre financiamento e gestão. A crítica à vontade do atual ministério de que todas as instituições sobrevivam com uma verba fixa de 4 bilhões (parâmetros de 1997, correspondentes a 84% do que pleiteiam os reitores), a ser dis-

putada pelas Ifes através de critérios de produtividade, é compartilhada, pelo menos a grosso modo, pelos reitores. O presidente da Andifes, Rodolfo Pinto da Luz, deu declarações à imprensa de sua insatisfação. Para o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, a noção de que a autonomia será conquistada por contratos é o principal problema do projeto do governo.

O reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Antunes dos Santos, por exemplo, já identificou a perda de 15% na arrecadação de sua universidade caso o projeto do Mec seja aprovado.

Principais decisões das seções sindicais sobre o projeto do governo

- Rejeição total do Anteprojeto de Lei de Autonomia do Mec de 29/07/99, pelo seu conteúdo, sua inconstitucionalidade;
- Contestação política e jurídica do Anteprojeto de Autonomia do Mec, contando com o apoio de juristas e da OAB;
- Rodada nacional de Assembléia Gerais nas Federais, Estaduais e Particulares para tratar da questão da Autonomia e do Plano de Demissão Voluntária;
- Articulação com os demais servidores públicos federais;
- Organizar um manifesto com a UNE, a Fasubra e a Andifes para a rejeição do anteprojeto do Mec;
- Articular reunião com a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública sobre a questão da Autonomia;
- Articular documento conjunto com entidades científicas e da sociedade (OAB, ABI, CNBB etc)
- Indicativo de greve dos três setores a partir da 1ª quinzena de setembro.

O Projeto de Lei do MEC

Financiamento público

Valor anual de R\$ 4,01 bilhões (exercício de 1997), incluindo pagamento da GED dos professores ativos mais a contribuição da seguridade social.

Convênios e prestação de serviços

Institui o Contrato de Desenvolvimento Institucional, que modifica as atuais funções da universidade pública, possibilitando contratos para prestação de serviços, convênios com empresas e outras instituições privadas de ensino. Os fundos arrecadados poderão ser utilizados na contratação e remuneração de pessoal.

Expansão

Para receber mais verbas do que as estabelecidas na matriz de financiamento, a universidade será forçada a cumprir as "metas" estabelecidas no contrato de desenvolvimento institucional (contrato de gestão), determinadas pelo MEC.

Cortes

As universidades que desagradarem à política do Mec podem ter o financiamento institucional suspenso, à critério do Presidente da República, com uma simples portaria.

Intervenção I

O Mec poderá decretar intervenção nas instituições onde as metas do "contrato de gestão" não forem cumpridas.

Intervenção II

Bastará uma simples denúncia e abertura de inquérito (ver art.7, IV) para afastar qualquer dirigente universitário e ser decretada a intervenção. Abre uma possibilidade de perseguições políticas sem precedentes.

Carreira

Cada universidade poderá fazer seu plano de carreira, criar e extinguir cargos e definir salários diferenciados para as mesmas funções.

Vilhena “racha” com reitores e diz que tratará da autonomia independente da Andifes

O reitor da UFRJ, José Vilhena, honrou a função que lhe deram de presente o presidente da república e o ministro da educação e resolveu se isolar do conjunto dos reitores, organizados pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior). Arvorando-se dono da universidade, Vilhena já tomou o partido do governo e assinou em baixo o projeto do Mec como o projeto de autonomia da UFRJ. O problema é saber onde se encontra o “projeto da UFRJ”, ou em que gaveta.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (31/07/99), Vilhena afirmou o disparate: “A UFRJ tratará da questão da autonomia independentemente da sistemática da Andifes, porque as universidades são autônomas e não dependem de outras instituições”.

A assessoria da Andifes informou que desde que assumiu a reitoria, Vilhena não compareceu a nenhuma das reuniões convocadas pela entidade, à exceção de uma acompanhando o ministro Paulo Renato. Apesar de declarar formalmente que não tratará das questões de autonomia com o fórum dos reitores, Vilhena não se desligou da entidade. A assessoria da Andifes ressaltou que, apesar da postura separatista do interventor, está aberta aos segmentos da comunidade universitária da UFRJ.

Na última sessão do Conselho Universitário, Vilhena foi criticado pelo representante dos adjuntos do CT, Oscar Rosa Matos, sobre o isolamento da UFRJ perante as demais universidades. Vilhena rebateu áspero, tecendo

duras críticas ao que chamou de corporativismo da entidade dos reitores. Deslegitimou e ignorou, por completo, o fórum dos dirigentes acusando seus membros de não terem “preocupações acadêmicas”.

Vilhena disse, também, que na última eleição da entidade teria havido um “conchavo” entre “esquerda” e “extrema direita” para eleger o atual presidente da Andifes, Rodolfo Pinto da Luz, e impedir que o reitor da Federal de Minas Gerais, Francisco César de Sá Barreto, fosse o escolhido.

Na verdade, o interventor do Mec sabe do peso político que têm universidades grandes como a de Minas, do Rio Grande do Sul e de São Paulo e, apesar da empáfia, contou que propôs diversas vezes a reitores desta universidades consideradas “excelentes” a formação de um grupo que teria o privilégio de, como ele, conversar diretamente com o governo e obter financiamento permanente.

A intenção de Vilhena não é nenhuma novidade no meio universitário. Desde o ano passado que reitores de nove instituições (UFRJ, UFMG, Unicamp, Unifesp, Unesp, UnB, UFRGS e PUC-RJ) vêm se articulando para garantir o filé do orçamento da União e dos estados, em caráter permanente. Como alguma coisa deve ter dado errado nestas conversas, o reitor-interventor da UFRJ achou por bem não “sacrificar” sua instituição compondo com os demais e partiu para o ataque, sozinho. Em nome, evidentemente, da “academia”. Nada a ver com política. Afinal, Vilhena não faz política.

UFRJ retratará jornalista

Homenageados, na sessão do Consuni de 5 de agosto, o jornalista Elio Gaspari e mais 18 ex-estudantes da antiga Universidade do Brasil. Tendo como “gancho” a coluna de Gaspari de 1º de agosto, que defendeu o patrimônio da UFRJ contra o empresariado que administra o Canecão, o professor Aloísio Teixeira buscou reparar uma antiga injustiça. “Essa universidade tem uma dívida com Gaspari e mais 18 alunos”, disse, historiando o episódio em que, em 1964, no início da ditadura militar no Brasil, por “crime de opinião”, o jornalista e os demais colegas foram expulsos da Faculdade Nacional de Filosofia. Na proposta encaminhada por Aloísio – e aprovada por aclamação, com direito a execução do Hino Nacional e tudo -, Gaspari e os outros serão homenageados em uma sessão solene.

Filantropia às custas dos alunos

Vilhena anunciou no Consuni que vai administrar todos os estacionamentos da UFRJ e estabelecer uma taxa para as diárias. O dinheiro seria destinado à assistência estudantil e à vigilância nos *campi*.

Para resolver a dramática situação de estudantes bolsistas, como os do alojamento, a reitoria também está pensando em adotar, a exemplo das federais de Minas e Rio Grande do Sul, a cobrança de taxas escolares (cerca de R\$ 80,00, por semestre) aos alunos que não comprovarem necessidade da isenção da tarifa. A idéia retoma a proposta filantrópica das elites conservadoras de que os ricos devem pagar para os pobres. Como se a universidade, enquanto instituição pública, não pudesse pressionar o governo e o Congresso a adotar medidas para manter o financiamento das bolsas estudantis como parte de uma política de ensino e democratização do acesso à universidade.

A reação do Consuni

Foi completamente rechaçado pelo Conselho Universitário o comportamento do reitor da UFRJ de romper o diálogo com a Andifes. No dia em que autonomia-que-não-é-autonomia foi divulgada pelo ministro da Educação, Paulo Renato, Vilhena foi aos jornais dizer que faria uma negociação separada da instância dos reitores. A resposta do Consuni veio na forma de uma resolução aprovada por unanimidade criticando tal atitude e exigindo que se respeite aquele fórum como importante espaço político.

Quem puxou o coro dos insatisfeitos foi o conselheiro Oscar Rosa Matos, representante do CT, que classificou como muito ruins as declarações de Vilhena. “Porque quando o reitor fala, fala em nome da UFRJ”, acrescentando que isso não poderia ser possível em relação ao tema, sequer discutido no colegiado máximo da universidade. O professor Aloísio Teixeira seguiu a linha. “Essa atitude de subserviência ao governo federal e de desprezo pelos seus pares é uma idéia malévola”, disse. O decano do CT, Oscar Acelrad, lembrou ainda que essa postura de isolamento da Andifes teria sido praticada pelo ex-reitor Paulo Alcântara Gomes, com resultados desastrosos.

Promovidas as manifestações contra o reitor, os conselheiros passaram a tratar de um cronograma para discutir a autonomia. Mais do que uma simples análise do projeto do Mec, o professor Flávio Dickstein, representante do CCMN, deu o tom que poderia pautar a discussão. “Não é só ver os pontos negativos. Temos que ver o que queremos para a UFRJ e o que queremos também para as outras universidades”, disse.

É proibido proibir

Depois de proibir o consumo de bebidas alcoólicas nos *campi*, a reitoria da UFRJ baixou uma portaria (1658/99) regulamentando as atividades festivas na universidade. Festas, shows e apresentações terão que ser institucionais e sua realização dependerá de autorização do diretor da unidade ou decano. Além de proibir atividades organizadas independentemente da estrutura por estudantes, professores e funcionários, a portaria obriga que o dirigente responsável pelo evento autorizado permaneça no local durante toda a sua realização.

Vai ser engraçado ver o professor Messeder ou o professor Pedro Parente participar de uma festa estudantil no “Laguinho” até às 5h da manhã de sábado. Isso, é claro, se os estudantes conseguirem o aval da direção.

Cadê a Comissão da Ged?

Na última reunião do CEG, um dos representantes do CT, Fernando Alves Rochinha, indagou do sub-reitor de Graduação e Corpo Discente, Anibal Gil Lopes, em que pé estava a formação da comissão local para avaliação da Ged e lembrou que quanto mais rápido se iniciasse esse trabalho menos pressão haveria e, conseqüentemente, falhas seriam evitadas. O sub-reitor respondeu que a demora existia porque não se encontravam docentes de outras universidades dispostos a encarar o papel de representantes externos na comissão.

Conselho Universitário rejeita projeto de autonomia do Mec

O Conselho Universitário da maior universidade federal do país repudiou o projeto de lei do Ministério da Educação que regulamentaria a autonomia universitária. O documento aprovado por amplíssima maioria pelos conselheiros remete claramente à auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal como instrumento legítimo para o exercício da autonomia e gestão sem a necessidade de uma lei complementar.

Com o documento, o Consuni indaga ao governo e à sociedade: “Se é tão clara a questão (da auto-aplicabilidade), por que persiste o governo em suas tentativas de regulamentar a autonomia? Na verdade a ação do governo tem contribuído mais para restringir o significado e amplitude da autonomia universitária do que para consolidá-la e implementá-la. Assim será com o atual projeto de lei, assim foi com a PEC 370, assim tem sido com a legislação que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários..., assim é, inclusive, com alguns dispositivos da própria LDB. Isto parece confirmar que o projeto do governo prescinde do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológicos gerados no país e da preservação da identidade cultural da nação”.

Para o Consuni, o que as universidades federais necessitam no momento é de uma ação pública que reafirme o “princípio da autonomia universitária” estabelecido no art. 207, revogue as leis que violem este princípio (como a lei da escolha de dirigentes) e elabore uma lei que defi-

na as obrigações da União com o financiamento do ensino superior, “contemplando a cobertura de suas despesas de custeio e investimentos”.

O substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 119/92, do atual deputado federal Ubiratan Aguiar (PSDB/CE), aperfeiçoado, em 1994, pelo então deputado Florestan Fernandes e arquivado logo no começo do mandato FHC, foi apontado como uma alternativa para a questão do financiamento público das federais. O PL regulamentaria o artigo 165 da CF que trata do Orçamento da União, que prevê o estabelecimento de lei complementar para as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta.

O conselheiro Carlos Maldonado, representante dos técnico-administrativos informou que PL foi reaberto para discussão na Câmara dos Deputados e, inclusive, já foi aprovado pela Comissão de Trabalho, no último dia 11.

Ausência - Causou indignação nos conselheiros a ausência do reitor. Vilhena chegou a abrir a sessão, mas, alegando ter que receber o cônsul da China, ausentou-se logo no início e não retornou. A revolta foi maior porque, antes de sair, Vilhena teria dito que não demoraria mais de cinco minutos nessa formalidade. Como conseqüência – quase no fim da reunião -, o professor Oscar Rosa Matos, um dos representantes do CT, sugeriu que outro representante do Conselho Universitário (até mesmo um dos sub-reitores, Antônio Figueiredo ou Anibal Lopes) se tornasse uma espécie de porta-voz do colegiado em outras instâncias políticas e deliberativas fora da universidade .

Projeto de Florestan Fernandes volta a ser referência

As deliberações no Consuni giraram em torno da comparação do substitutivo de Florestan com o projeto do Mec. Depois de uma análise com parecer completamente negativo do texto do ministro Paulo Renato, os conselheiros chamaram a atenção para o projeto de lei remodelado por Florestan Fernandes e, embora deixando claro que não aprovavam todo seu conteúdo de imediato, o escolheram como um forma resolver o problema do financiamento. O sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio Figueiredo, acabou tendo que amargar mais uma derrota, pois defendeu o tempo todo a utilização do projeto do Mec como base de negociação para o estabelecimento das normas orçamentárias e de gestão. No final, acabou sendo criada uma comissão conjunta Consuni/CEG/CEPG para ampliar a discussão da autonomia universitária dentro da UFRJ. Para a Comissão serão indicados seis membros do Consuni e dois de cada conselho acadêmico: CEG e CEPG.

Mec adia envio de projeto para Congresso

O ministro da Educação, Paulo Renato, adiou pro algumas semanas a entrega do anteprojeto de Lei para a regulamentação da autonomia das federais. A atual diretoria do Andes Sindicato Nacional considerou a atitude do ministro um recuo diante das pressões das entidades universitárias. Segundo a assessoria do Sindicato dos Docentes será elaborado um documento conjunto do Andes, Fasubra, Andifes e UNE que “sistematizará os princípios constitutivos de uma universidade autônoma”. Cabe lembrar que o último Congresso do Andes (Fortaleza) deliberou pela defesa da auto-aplicabilidade do artigo 207 da CF e pela rejeição de qualquer projeto complementar para esta matéria. Os grupos de trabalho do Sindicato (Carreira, Seguridade etc) também já apontaram, a exemplo do que aconteceu esta semana no colegiado máximo da UFRJ (vide matéria acima), a regulamentação do artigo 165 da CF como a forma mais adequada de definir a questão do financiamento público das instituições e de sua gestão.

Urgente: abono pecuniário !!!

Mais uma vez a atual administração da UFRJ atropela direitos legais dos professores e envia a próxima escala de férias sem a opção pela venda de um terço. A legalidade desta opção tem sido reiteradamente confirmada nos tribunais. Ganhamos, e recebemos, a venda de 1/3 de férias em 97, ganhamos novamente em 98, embora não tenha sido paga, tivemos o direito à opção novamente garantido em 99, com o processo ainda em tramitação. Os atropelos jurídicos que o governo vem cometendo, ao não cumprir decisões judiciais, é agora apoiado pela administração da UFRJ, que praticamente obriga os professores a não fazerem a opção. A Assessoria Jurídica da Adufrj está orientando os professores que desejarem vender 1/3 de suas férias a marcarem na escala os 45 dias corridos, e anexarem o seguinte requerimento à sua chefia imediata. O documento deve ser em duas vias, uma a ser anexada à escala e a outra, devidamente carimbada, deve ficar com o requerente.

Modelo de ofício:

Ao Chefe do Departamento

Tendo em vista que fui impedido de marcar na escala de férias o pleito de conversão de 1/3 de minhas férias em pecúnia, venho formalizar nessa oportunidade o requerimento de abono pecuniário mantendo-se os 30 dias de férias já consignados na escala.

Requeiro, nestes termos, o pagamento do abono pecuniário,

Data e assinatura

Diretoria do Andes-SN despreza deliberações do movimento docente e usa imprensa sindical para tentar enganar os professores

A “cobertura” do 38º Conselho do Andes-SN (Conad) realizada pela revista *InformAndes* n° 92 (junho/julho de 1999), de responsabilidade da diretoria nacional do Andes-SN traz desinformação, mentiras e calúnias. O noticiário sobre a não-aprovação pelo Conad da prestação de contas de 1998 feita pela diretoria é distorcido. A tentativa de desqualificação da oposição – e, em particular, da delegação da Adufrj – revela a omissão completa das decisões mais importantes do Conad, relativas à autonomia universitária, carreira docente, malha salarial e atualização do plano de lutas do sindicato. Estas decisões, que deveriam ser amplamente divulgadas pelos meios de comunicação do sindicato e nortear as ações da diretoria, são *criticadas* mas não *informadas*.

O presidente Renato de Oliveira mente e confunde a categoria no texto que assina em nome da diretoria (“Autonomia não-autônoma”), quando considera “chocante” a decisão do Conad sobre o que ele diz ser o “Plano de Capacitação” aprovado pelo 38º Conad, pelo qual, segundo ele, “a ANDES-SN propõe que a capacitação não seja um fator primordial para a progressão na carreira”. Nada mais longe da verdade. O ante-projeto de carreira para os docentes das federais aprovado no Conad é uma adaptação, sem alteração no conteúdo, do plano de carreira docente do Andes-SN aprovado no 12º Congresso do Andes-SN (Manaus, 1993), depois de longos debates no interior do movimento docente, e cujo princípio básico (mas não único) para a progressão na carreira é a titulação. Esta questão, já resolvida, não estava sequer em discussão no Conad. O debate que houve foi em relação às propostas de malha salarial, isto é dos salários que o movimento vai reivindicar para cada cargo da carreira. A proposta da diretoria estabelecia diferenças maiores entre os salários do que as da proposta ganhadora, defendida principalmente pelas delegações da UFRJ e da UFF. Em relação à proposta da diretoria, a malha aprovada pelo 38º Conad parte de um piso substancialmente maior e vai até um teto ligeiramente menor, o que atende certamente aos interesses da grande maioria dos professores e é totalmente coerente com nosso projeto de universidade.

O presidente Renato insinua ainda uma contradição entre a malha aprovada e a “elevada capacitação” dos docentes da UFRJ, remetendo para outro artigo da revista, não assinado, intitulado “14 ‘bravos companheiros’ propõem destituição da diretoria da Andes-SN”. Este artigo, ilustrado com uma foto do professor José Miguel, da di-

retoria da Adufrj-SSind, contém mentiras e acusações graves à condução do movimento docente na UFRJ e destina-se claramente a semear a desconfiança entre os professores da UFRJ em relação à diretoria da sua seção sindical e à sua delegação no Conad.

O título do artigo é falso. A proposta aprovada pela AG da Adufrj não foi a destituição da diretoria e sim a inclusão na pauta do 38º Conad, para discussão e deliberação, da convocação de um Congresso Extraordinário para destituir membros da diretoria do Andes-SN. Pelo Estatuto do Andes-SN, só um Congresso – convocado especificamente para esse fim e pelo voto de dois terços dos seus delegados – pode destituir diretores. A proposta foi apresentada na Plenária de Instalação do Conad (que aprova a pauta, o cronograma e o regimento do Conad), cuja mesa, autoritariamente presidida por Renato, impediu sua defesa pela delegada da Adufrj. O artigo diz que a destituição de membros da diretoria foi defendida pelo professor José Miguel. Outra mentira. José Miguel defendeu claramente que a Plenária de Instalação não era o momento adequado para discutir o mérito da destituição, mas apenas da inclusão do assunto na pauta, para discussão nos grupos e nas plenárias finais.

O artigo diz ainda que a proposição não constava da pauta da AG da Adufrj-SSind de 18 de junho. Isso também não é verdade. A pauta, transcrita com erros no artigo, explicitava: “38º Conad: a) escolha de delegados e observadores; b) teses da Adufrj-SSind”, de forma genérica, para que qualquer proposta (tese) pudesse ser apresentada, discutida e eventualmente aprovada.

No seu artigo, Renato acusa ainda um certo “segmento político” (forças ocultas?) de “promover a imobilização da diretoria para retomar a direção do sindicato ainda que, para isso, seja necessário impor derrotas e prejuízos às universidades [e] aos professores brasileiros”. Imobilizar a diretoria? O que a oposição mais faz é justamente o contrário, ou seja, tentar fazer com que a diretoria trabalhe e implemente as deliberações do movimento. O que a oposição não faz é aceitar que os diretores do sindicato defendam publicamente (ou negociem nos gabinetes de ministros) propostas contrárias às do movimento, como tem sido seu costume.

Talvez nem todos se lembrem, mas um dos primeiros atos da atual diretoria do Andes-SN após tomar posse foi negociar o fim da greve dos docentes das federais com o governo, em troca da aprovação da lei da GED, apesar da posição contrária naquele momento da maior

parte das assembleias gerais em todo o país. Para justificar sua atitude, o presidente Renato de Oliveira alegou, entre outros absurdos, que o Comando Nacional de Greve (CNG), formado por representantes indicados pelas assembleias gerais de base, era dominado pelos membros da diretoria anterior e da chapa derrotada nas eleições para a diretoria do sindicato e não tinha, portanto, legitimidade para representar a categoria em greve, papel que cabia exclusivamente à diretoria. Vale lembrar que colaboraram nas negociações para o fim da greve os “notáveis” da UFRJ, que em seguida viriam a dar o golpe da nomeação do Vilhena.

A diretoria do Andes-SN vem sendo formalmente criticada e advertida pelo voto da maioria dos delegados em todos os encontros deliberativos do sindicato desde que tomou posse, não por causa das suas idéias e propostas, mas por não cumprir suas obrigações de implementar as decisões destas instâncias, por desprezar a democracia interna do movimento e por comportamento anti-ético: no 4º Conad Extraordinário (São Paulo, setembro 98), por ter desprezado o Comando de Greve das federais; no 37º Conad (Belo Horizonte, novembro 98) por ter aceitado no relatório final da comissão da GED a inclusão de dispositivos contrários a princípios históricos do movimento; no 18º Congresso (Fortaleza, fevereiro 99), por ter colaborado com a adulteração daquele relatório pelo MEC, e no 38º Conad (Rio de Janeiro, junho 99) por falta de prestação de contas adequada.

A atual diretoria do Andes-SN adota assim uma prática que não existia no nosso Sindicato Nacional: o total desprezo pelas decisões das instâncias deliberativas e democráticas do sindicato e suas seções sindicais. A diretoria considera qualquer decisão destas instâncias contrária às suas teses como “tentativa de golpe da oposição”. O raciocínio é simples: quando as assembleias gerais têm poucos presentes, suas decisões não são representativas das posições do conjunto dos docentes, mas apenas dos poucos “bravos” militantes que lá comparecem. Quando estas decisões contradizem a diretoria, esta deve desconsiderar os resultados das AGs e “interpretar” o sentimento do conjunto da categoria que não comparece às AGs. Por outro lado, se as decisões confirmam as teses da diretoria, está tudo certo, a AG é legítima. De qualquer forma, a diretoria do Andes-SN está sempre certa. Isto chama-se *burocracia sindical* e é um enorme fator de desmobilização. De que vale comparecer a uma assembleia se suas decisões não têm valor?

Diretoria da Adufrj-SSind

Capes oferece bolsas de doutorado no exterior

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) anunciou no último dia 10 que está oferecendo bolsas de doutorado no exterior a brasileiros e a estrangeiros que tenham visto permanente para morar no Brasil. As inscrições estão abertas até 30 de outubro. As bolsas serão concedidas aos candidatos com bom desempenho acadêmico. Mais informações sobre o programa podem ser conseguidas na página da Capes: <http://www.capes.gov.br> e as dúvidas podem ser tiradas via e-mail: cce@capex.gov.br

STF pode votar contra contribuição previdenciária

O Supremo Tribunal Federal (STF) está dando demonstrações de que pode votar contra a contribuição previdenciária de servidores públicos federais inativos e o aumento de alíquota dos ativos. Para o ministro Celso de Mello, apenas quatro decisões favoráveis à lei 9.783/99 foram classificadas como “um número reduzidíssimo”.

Mais cortes

O relatório preliminar da reforma tributária prevê nova perda de recursos para a educação. Pela emenda proposta, as transferências constitucionais para gastos com ensino passarão a ser calculados sobre base menor do que a atual. O deputado Mussa Demes (PFL, é claro), relator do projeto, propõe que os repasses à educação sejam definidos apenas depois de as transferências para o Legislativo e o Judiciário terem sido descontadas das receitas de estados e municípios.



Servidores federais dão início, no Rio, às manifestações do mês de agosto que culminarão no grande ato nacional, no próximo dia 26, em Brasília, com repercussão nas principais capitais. Os manifestantes estiveram concentrados na tarde da última quarta-feira (18) na Cinelândia, Centro.

Chapa única concorre à eleição para a diretoria da Adufrj no biênio 2000/2001

Páginas 10 e 11

Leia íntegra do documento do Consuni contra o projeto de Autonomia do Mec

Páginas 4 e 5

Consuni retoma reforma estatutária

Página 6

Alojamento ganha novos rumos

Página 7

“Universidade: autonomia ou morte?”

Por Roberto Romano

Página 8

25 de agosto

Dia Nacional de Luta pela
Carreira Docente

Página 9

Reitoria negligencia convênio para bolsas de professores do CAp

Página 12

Sindicatos respondem ao governo com indicativos de greve

A política de desmonte do setor público tem provocado reações por parte dos sindicatos dos servidores públicos. Os professores universitários, através de seu Sindicato Nacional (Andes-SN), têm discutido o recente Projeto de Lei elaborado pelo MEC, que dispõe sobre a autonomia universitária. O conteúdo deste PL tem sido apontado como inaceitável para a universidade brasileira, não só pelo movimento sindical, mas também pelos setores acadêmicos mais comprometidos com a instituição pública, como foi o caso do Consuni da UFRJ, na sessão do dia 12 de agosto. Reunidos no final de julho, os representantes das Seções Sindicais do Andes-SN resolveram encaminhar às suas bases um indicativo de greve nacional dos docentes, a partir da primeira quinzena de setembro, cujo pauta seria centrada na questão da autonomia. Até o presente, o MEC ainda

não submeteu este PL ao Congresso. Este adiamento, na opinião dos sindicalistas, deve-se em parte às reações da comunidade acadêmica, e em parte às dificuldades que o governo FHC vêm enfrentando. Na Assembleia Geral do próximo dia 25 os professores da UFRJ estarão avaliando a oportunidade e o encaminhamento deste indicativo.

Os servidores públicos federais também estão discutindo um indicativo de greve nacional. O arrocho salarial continua grave, a falta de verbas para o funcionamento mínimo de vários setores é crítica, e finalmente, o governo empurra os servidores para a demissão. Além da manifestação pública programada para o dia 26 de agosto, em Brasília, no final de semana seguinte os servidores federais estarão realizando uma plenária para deliberação sobre a greve nacional por tempo indeterminado.

Adufrj apresenta moção contra demissões

A indignação com o recente "Plano de Demissões Voluntárias" é enorme. A cada dia que passa o governo FHC limitando mais as obrigações sociais do estado brasileiro, imprescindíveis para uma enorme parcela de nossa população. Ao mesmo tempo, as vantagens oferecidas a banqueiros, especuladores, latifundiários parecem não ter limites.

Na área da educação, além da ameaça direta de demissões, através do PDV, temos no horizonte outros mecanismos preocupantes. O projeto de "autonomia" do MEC, ao propor um orçamento global insignificante para as universidades, deixa em aberto a questão da redução de quadros como meio de adaptação à política de desobrigação financeira do estado com a educação. Embora os professores universitários não estejam explicitamente mencionados no PDV, tampouco estão excluídos. Basta um simples ato ministerial para incluí-los. As propostas de modificação institucional na universidade tampouco deixam dúvidas. Apesar das declarações peremptórias de alguns dirigentes, afirmando que os quadros qualificados estarão fora das demissões, basta ver o grau de intervenção explícita do governo nas universidades, proposto pelo MEC, para não termos dúvidas de que as demissões de caráter político estão às nossas portas.

Por considerarmos que tal política é incompatível com a universidade pública, estamos propondo uma moção ao Conselho Universitário da UFRJ, no sentido de defendermos o patrimônio intelectual da universidade, recusando toda e qualquer ameaça de demissões nos quadros da universidade. Tal moção deverá ser votada na nossa Assembleia Geral de quarta-feira, dia 25 de agosto.

A diretoria

ASSEMBLÉIA GERAL

25 de agosto, 9h30

Auditório do Centro de Tecnologia

Ilha do Fundão

pauta

- 1) Anteprojeto de lei do Andes-SN para a nova carreira docente;
- 2) Projeto de lei do Mec para a autonomia universitária
 - a) Avaliação
 - b) Indicativo de greve dos docentes das federais
- 3) Plano de Demissão Voluntária (PDV) e outras medidas do governo contra os servidores federais;
 - a) avaliação
 - b) indicativo de greve dos servidores federais
- 4) Escolha dos delegados da Adufrj-SSind para a Plenária Nacional de SPFs de 28/08

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL ADUFRJ: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTES)
- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA
- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS
- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI
- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA
- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK
- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU
- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES) E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON
- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO
- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

Professores da USP rejeitam previdência estadual

Em matéria publicada na Folha de S. Paulo do dia último dia 12, a Seção Sindical dos Docentes da USP (Adusp) rejeitou completamente o projeto de previdência estadual apresentado pelo governador Mário Covas na Assembléia Legislativa. Caso o documento passe, serão aprovados quebra de contrato social de longa data e o maior confisco salarial da história recente do funcionalismo daquele estado. “Além do confisco salarial, o projeto Covas tem a ousadia de excluir mais de 200 mil servidores estaduais. Entre os docentes da USP, os excluídos são cerca de 40%, que não têm cargo efetivo e nem são CLT, apesar de escolhidos em

processos seletivos públicos e de terem as mesmas obrigações e responsabilidades dos efetivos. Esses contratos precários vêm ocorrendo há anos, não por opção dos docentes, mas por irresponsabilidade de sucessivos governos estaduais e reitorias. O projeto terá conseqüências desastrosas na USP, UNESP e Unicamp, que são responsáveis por metade da produção científica do país e pela formação de milhares de estudantes por ano.” Para evitar essa situação, os deputados estão se mobilizando para incluir no regime estadual os 200 mil temporários, que seriam mandados para o INSS de acordo com o projeto do governo.

CFCH cobra taxa de professores para apresentação de trabalhos em evento

Os professores do CFCH estão indignados com a cobrança de R\$ 15,00 por trabalho apresentado na V Jornada dos Pesquisadores de Ciências Humanas da UFRJ. A equipe da coordenação da jornada, liderada pela professora da Escola de Serviço Social Maria Carmen Jacob Romano, informou que a taxa é destinada a cobrir “os custos do evento”, mas não soube especificar qual seria o destino da verba.

Muitos professores em estágio probatório se vêm obrigados a apresentar seus trabalhos mesmo diante do pedágio, já que precisam da publicação de seus resultados para a contagem de pontos para sua avaliação e efetivação.

O prazo para inscrição na V Jornada do Centro foi prorrogado para 27 de agosto. Mais informações no endereço <http://www.cfch.ufrj.br/jornadas/jo-pesq.html>

Educação pode perder até R\$ 4 bi

A área de educação terá perdas de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões com a reforma tributária, informou no último dia 13, o inacreditável ministro da Educação, Paulo Renato. Se até ele está preocupado, a situação é realmente gravíssima. Um dos itens da reforma estabelece que o repasse de verbas da União, estados e municípios para a educação só será feito após a transferência de recursos para os poderes legislativo e judiciário dos estados e municípios. Portanto, as alíquotas de 25% para a educação, no caso da União, e 18%, no caso de estados e municípios, seriam prejudicadas porque não incidiriam mais sobre o total da receita de impostos.

Lei de informática

O ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, afirmou que há consenso no Poder Executivo sobre a prorrogação da lei de incentivos ao setor de informática. A vigência desta legislação termina em 29 de outubro deste ano.

Governador do Paraná visita UFRJ

Em visita à universidade no último dia 11, o governador do Paraná, Jaime Lerner, aproveitou para divulgar seu projeto de financiamento permanente de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico através da vistoria veicular anual de veículos. Com assessoria de faculdades e centros tecnológicos, seriam criadas oficinas de inspeção técnica em todo o país que reverteriam um determinado percentual para os projetos em Ciência e Tecnologia. De acordo com os cálculos do governador, poderia ser conseguida uma verba de R\$ 1 bilhão anual (e crescente, uma vez que a frota de carros do país aumenta também). Lerner fez questão de afirmar que esses recursos se somariam aos (poucos) já existentes.

Governo não pode impedir marcha sobre Brasília

Um estudo dos advogados Rodrigo Peres Torelly e Claudio Santos, da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, revelou que a intenção dos governos federal e do DF de restringir o acesso de manifestantes à capital do país por conta da chegada dos sem-terras representa grave inconstitucionalidade. Tanto os itens XV e XVI, do art. 5º, da CF, garantem a liberdade de locomoção e reunião: “Art. 5º (...) XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.” O estudo aponta a impetração de *habeas corpus* como primeira medida judicial a ser adotada por cada manifestante na hipótese de sentir seus direitos de locomoção e reunião prejudicados e, por fim, sugere a busca de auxílio no Ministério Público Federal, órgão com atribuição constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro face ao Projeto de Lei sobre Autonomia Universitária apresentado pelo Ministério da Educação

**Texto aprovado
pelo Conselho
Universitário da
UFRJ, dia 12 de
agosto, e enviado
ao Mec.**

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reunido para avaliar o projeto de lei que “dispõe sobre a autonomia das universidades federais e dá outras providências”, apresentado pelo Ministro da Educação e do Desporto aos reitores das universidades federais e à diretoria da ANDES no dia 29 de julho próximo passado, considera essencial reabrir o mais amplo debate, em toda a sociedade, acerca do significado e da amplitude da autonomia universitária.

Autonomia, auto + nomos, significa, rigorosamente, a faculdade que um indivíduo, coletividade ou instituição possui de dirigir-se por vontade própria e de estabelecer, as regras de seu comportamento e de sua organização. No caso específico da universidade, a autonomia corresponde a uma construção milenar, cujo elemento essencial é a liberdade de pensamento e de expressão.

Sua definição corresponde ao direito de autogoverno, exercido democraticamente pelos corpos acadêmicos, sem qualquer imposição por parte dos poderes governamentais, tanto na implantação e funcionamento de seus órgãos de deliberação, como na determinação de sua política de ensino, de pesquisa e de extensão; sem restrições de nenhuma espécie na condução de suas atividades de criação e de difusão do conhecimento, nem na constituição de seus corpos docentes e na fixação de seus critérios de acesso, avaliação e promoção de seu corpo discente.

Por que o instituto da autonomia é tão importante e tão caro para a universidade, em particular para a universidade pública? Porque é o único instrumento de que ela dispõe para se proteger contra o arbítrio e a intervenção do poder, resguardando assim sua característica fundamental de espaço livre de indagação, debate e crítica. A universidade pública é uma instituição permanente da sociedade, e como tal deve ser entendida e preservada. Sua construção corresponde a necessidades profundas da sociedade que a mantém, e seus resultados não podem ser avaliados senão a médio e longo prazos. Por isso, não pode estar submetida aos desideratos de governos, que são passageiros, mas apenas às prioridades e estratégias permanentes da nação. Por isso, sua forma de organização e gestão deve ser decidida fora do âmbito limitado e imediato da política partidária e basear-se em critérios que considerem a especificidade de sua ação no campo da ciência e da cultura.

O pleno exercício da autonomia pressupõe, por parte da universidade, a mais ampla divulgação de to-

das as suas ações e transparência da forma como administra os recursos públicos colocados à sua disposição. Pressupõe ainda a permanente interação com as demais instituições do Estado e da sociedade, com a construção de mecanismos através dos quais a universidade oferece à sociedade os conhecimentos que produz, detém e desenvolve, e dela recebe experiência e saber necessários à melhoria contínua de suas atividades. Pressupõe finalmente a existência de mecanismos de acompanhamento e avaliação, por parte da sociedade, que levem em conta a natureza específica e de longo prazo de suas atividades.

Foi a partir dessa concepção que o constituinte de 88 adotou, sem restrições, a fórmula explicitada no artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Redigido dessa forma, o princípio da autonomia não deixou dúvidas quanto a sua interpretação, e inúmeros juristas já se pronunciaram sobre sua aplicabilidade. É o caso, por exemplo, do ilustre jurista, professor Baracho, em parecer solicitado pela ANDIFES: “(...) No caso da autonomia universitária (...) é desnecessária a regulamentação do artigo 207, pois, além de não existir referência expressa à norma regulamentadora, a autonomia constitucionalmente assegurada se refere exatamente à capacidade que as universidades têm garantidas pela Constituição de auto-organizar-se e autogerir-se sem necessidade de lei do Congresso Nacional. Em outras palavras, as universidades têm desde 1988 garantida pela Constituição a competência constitucional de dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional sem nenhuma interferência de outros órgãos do Estado, neste âmbito de autonomia. Podem, portanto, as universidades exercer essa autonomia nos limites constitucionais, sendo inconstitucionais toda e qualquer interferência da administração direta...” (José Alfredo de Oliveira Baracho, UFMG, 1996).

Se é tão clara a questão, por que persiste o governo em suas tentativas de regulamentar a autonomia? Na verdade a ação do governo tem contribuído mais para restringir o significado e a amplitude da autonomia universitária do que para consolidá-la e implementá-la. Assim será com o atual projeto de lei, assim foi com a PEC 370, assim tem sido com a legislação que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários (Lei nº 9.191, de 21.12.1995, e Decreto nº 1.916, de 23.05.1996), assim é, inclusive, com alguns

dispositivos da própria LDB. Isto parece confirmar que o projeto do governo prescinde do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico gerados no país e da preservação da identidade cultural da nação.

Toda a política do governo, ademais, é subordinada à questão do ajuste das contas públicas. As políticas econômicas, fundadas no atrelamento dos preços internos aos internacionais e na prática de taxas de juros astronômicas para atrair capitais externos, vêm gerando crescentes desequilíbrios financeiros para o Estado brasileiro. A resposta é sempre o corte do gasto público, sem atenção para sua natureza específica nem para as prioridades do desenvolvimento nacional. O resultado dessa sucessão de ajustes perversos é a degradação da função pública, cujas conseqüências mais dramáticas se dão no campo social, educacional, científico e tecnológico. E, o que é pior, a perda de eficácia das políticas públicas, esvaziadas pela escassez de recursos, acaba justificando *ex-post* a condenação do Estado como agente pouco eficiente.

A submissão do MEC a essa estratégia política acaba levando à inclusão dos recursos investidos no ensino superior na categoria de simples gastos, que devem ser reduzidos de qualquer maneira. Nessa visão apequenada, surgem como conseqüências o contrato de gestão, a avaliação como instrumento punitivo e tantas outras medidas que comprometem o futuro da ciência e da cultura no país.

O que as universidades federais necessitam nesse momento é de uma ação pública em duas direções:

(i) reafirmação do princípio da autonomia universitária, estabelecido pela Constituição, com a revogação imediata de toda a legislação infraconstitucional que viole esse princípio;

(ii) elaboração, a partir do Congresso Nacional, de uma lei sobre as obrigações da União com o financiamento do ensino superior público, contemplando a cobertura de suas despesas de custeio e investimento.

A garantia de um fluxo permanente de recursos públicos para as universidades federais é o compromisso que se exige do governo, em nome da sociedade. Defini-lo em lei implica simultaneamente estabelecer os deveres da própria universidade para com a sociedade, pois não se trata de criar uma instituição acima do direito, mas movida pelo mais elevado sentido de responsabilidade social e pelo compromisso de devolver à nação, não apenas sob a forma de ensino e pesquisa, mas também de serviços e atividades

de extensão, os recursos que lhes são destinados das escassas disponibilidades do país. Esta concepção se desdobra na idéia de que as universidades federais são e devem continuar a ser instituições públicas custeadas pelo Estado.

A análise dos pontos centrais deste projeto revela a política do governo para o desenvolvimento futuro do sistema universitário público brasileiro. Resumidamente, destacam-se:

- Artigos 1º, 2º e 3º - atribuem ao MEC o papel de tutor da universidade, o que constitucionalmente não lhe cabe. Com isso, esvaziam a autonomia universitária e vinculam esse instituto a “mecanismos de controle da sociedade”, que não definem, mas que ao longo do projeto se traduzem em formas de controle governamental;

- Artigos 4º, 5º - dispõem de forma ainda mais restritiva sobre a matéria regulada pelos artigos 53 e 54 da LDB, retirando do Conselho Universitário a prerrogativa de decidir acerca das principais questões da gestão institucional.

- Artigo 6º - Ao usar a denominação “empregados”, define, *a priori*, que o Regime Estatutário é substituído pelo da CLT e que cada universidade terá um Plano de Carreira próprio. Considera ainda um exercício de autonomia a simples proposição de planos e projetos, a serem analisados e aprovados pelo Ministério da Educação. O mesmo ocorre com a questão orçamentária.

- Artigo 7º - elimina na prática a autonomia universitária ao estabelecer que “o poder executivo poderá decretar intervenção nas universidades ...” nas hipóteses que define, entre elas um simples “processo de investigação de irregularidades administrativas” ou “não-atingimento das metas fixadas no contrato” de gestão;

- Artigo 8º - derroga, na prática, o artigo 55 da LDB, que obrigava a União a “assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento de instituições de educação superior por ela mantidas”; o orçamento de 1997, fixado como determinante no montante de recursos que doravante serão destinados às universidades federais, não permite nem mesmo atender às necessidades básicas do sistema e, evidentemente, ao não prever um aporte adicional de recursos para expansão e melhoria do sistema, impede sua expansão; reserva ao MEC 7% do montante destinado às universidades sem garantir seu retorno; ressalta-se a indefinição dos critérios de participação de recursos.

- Artigo 8º, § 9º - combinado com o artigo 7º, é o instrumento pelo qual é eliminada não só a autonomia universitária, como a soberania do Congresso Nacional em matéria orçamentária. Este parágrafo autoriza o Presidente da República a limitar, a qualquer momento, a transferência de recursos às universidades federais, em casos de “insuficiência da arrecadação”, de “necessidade imperativa de redução do déficit público” ou de “obtenção de superávit no exercício”. Com isso, fica o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país submetido aos ditames da política macroeconômica de curto prazo;

- Artigo 10º - retira não só docentes como servidores técnico-administrativos do Regime Jurídico Único do servidor público, com implicações em termos de diferenciação salarial corrente e de benefícios previdenciários futuros; além disso, prevê “demissão na hipótese de constatação de insuficiência dos recursos orçamentários e financeiros”;

- Artigos 11º a 18º - mercantilizam as relações entre o governo central e as universidades federais ao instituir um “contrato de desenvolvimento institucional”, que estabelece controles não acadêmicos sobre a produção universitária; ao mesmo tempo, reduz ainda mais o grau de autonomia das universidades que a ele não aderirem.

A análise do projeto mostra que o objetivo do governo federal é, por um lado, sujeitar as universidades federais a controles dos ministérios da Educação, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, eliminando na prática a autonomia, e, por outro, desonerar-se progressivamente do financiamento do sistema público de ensino superior. Desta forma, a atitude coerente com a defesa do sistema de ensino superior e com o respeito ao estabelecido no artigo 207 da Constituição brasileira é a sua recusa e o encaminhamento de alternativas que assegurem no Orçamento Geral da União a cada ano recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino superior.

O Conselho Universitário, ao avaliar o projeto de lei que “dispõe sobre a autonomia das universidades federais e dá outras providências”, apresentado pelo Ministro da Educação e do Desporto, manifesta sua posição favorável à mais ampla discussão, em toda a sociedade, sobre o futuro da universidade brasileira. Desse debate deve nascer um modelo de educação superior comprometido com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do país e que aponte para a construção de um Brasil mais democrático e socialmente mais justo. É isso o que exigem a realidade nacional e a nossa consciência de educadores.

Conselho retoma reforma estatutária

A questão do estatuto vai merecer novo tratamento pelo Conselho Universitário. A morosidade do processo anterior (sistemizado na forma de reuniões quinzenais – que nunca se realizavam - para discussões exclusivas do assunto) dará lugar a uma nova dinâmica.

Foi designada e aprovada uma comissão de redação formada por dezesseis nomes para elaborar o anteprojeto do novo estatuto. Paralelamente a essa atividade, o colegiado ainda fará duas reuniões estatutárias para esgotar os assuntos pendentes como prestação de serviços, carreiras docente e técnico-administrativa, serviços gerais, estrutura e gestão financeira.

A proposta foi apresentada pelo representante dos técnico-administrativos Roberto Gambine e pelo professor Aloísio Teixeira. Segundo Gambine, a função da nova metodologia é dar ritmo à discussão do estatuto e tentar envolver a comunidade universitária nessa tarefa. A expectativa dos conselheiros com as reuniões estatutárias é dar mais subsídios à comissão já formada e, espera-se, em pleno funcionamento.

O Consuni estabeleceu datas **referenciais** para dar continuidade ao processo. Isto é, conforme a comissão achar melhor para o bom andamento dos trabalhos, os prazos podem ser esticados ou reduzidos na seguinte ordem: 14 de outubro seria o dia de entrega ao Consuni do relatório inicial da comissão de redação; de 28 de outubro a 4 de novembro, o relatório seria apreciado no colegiado; até o dia 30 de novembro (após ampla divulgação), a comunidade universitária poderia participar dessa dinâmica com

sugestões e críticas ao anteprojeto do estatuto. No dia 10 de dezembro, a comissão de redação enviaria ao Consuni o projeto de estatuto, após exame dos subsídios da comunidade e, em anexo, entregaria ainda todas as sugestões não aproveitadas, acompanhadas das razões de sua recusa, para não discriminar nenhuma idéia. Finalmente, de 16 a 23 de dezembro, seriam realizadas sessões especiais do Conselho Universitário para discussão e aprovação do novo estatuto.

Como membros da comissão, foram escolhidos seis docentes de cada Centro, um decano representando as decanias, dois sub-reitores, dois alunos, dois técnico-administrativos, um representante do CAP, um do Museu Nacional e um representante externo. Por motivos pessoais, o representante do governo do estado (externo) no Consuni, professor Adalberto Vieyra, e o representante dos estudantes Eduardo Leite Villaça ainda vão indicar seus substitutos. Também alegando outros compromissos, o professor Antonio Paes de Carvalho (CCS) pediu para ser substituído pelo professor Luz Afonso, do mesmo Centro.

Os demais são: Flavio Disckstein (CCMN); Ana Clara Torres Ribeiro (CCJE); Yvonne Maggie (CFCH); Sonia Zyngier (CLA); Oscar Rosa Mattos (CT); Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional); Moacir Barreto (Colégio de Aplicação); José Carlos Madureira (corpo discente); Carlos Maldonado (corpo técnico-administrativo); Roberto Gambine (corpo técnico-administrativo), Carlos Lessa (decano); Antonio MacDowell de Figueiredo e Anibal Gil Lopes (sub-reitores).

Professor sugere política de resistência a donos do Canecão

Estimados professores, alunos e funcionários da UFRJ,

Gostaria de solicitar especial atenção de todos para a questão do terreno da UFRJ alugado ao Canecão, em Botafogo. A reitoria da UFRJ está lutando para reaver o terreno pois o contrato de aluguel (que já dura 32 anos) acabou e existe a intenção da Reitoria de construir, com a ajuda de uma incorporadora, um grande centro cultural para a UFRJ por lá. Ocorre que grupos financeiros ajudados por políticos e a imprensa estão armando um golpe contra a UFRJ e tentando tombar o Canecão como patrimônio histórico e cultural. Desta forma, o Canecão continuaria dando lucro a muitos, menos à UFRJ. Semana passada já houve uma reunião na Câmara dos Vereadores, na qual o Vereador Jorge Leite defendeu de todas as formas o tombamento do Canecão e chegou a propôr que artistas e populares organizassem uma passeata para dar um grande abraço ao Canecão.

Vejo a UFRJ mais uma vez desmobilizada diante da perda de um enorme patrimônio e do sonho de possuir um centro cultural de primeiro mundo para termos nosso centro de convenções, teatro, cinemas, etc... Solicitei a ajuda do Senador Saturnino Braga na carta abaixo e a resposta foi favorável, mas ele cobrou de nós MOBILIZAÇÃO.

Tenho algumas sugestões para defendermos nosso patrimônio:
1) É bastante fácil mandarmos e-mails (educados, moderados e bem argumentados, é claro!) solicitando que a UFRJ seja defendida nesta questão: Governador Garotinho: governadorrj@gabgovernador.rj.gov.br / Prefeito Conde: conde@rio.rj.gov.br / Vereador Sami Jorge (Ex-Pres. da Câmara Municipal): sami@cmrj1.cmrj.gov.br / Vereador Eliomar Coelho (Pres. da Comissão de Assuntos Urbanos): eliomar@cmrj1.cmrj.gov.br / Vereador Fernando Gusmão (Pres. da Comissão de Educação e Cultura): fernando@cmrj1.cmrj.gov.br / Vereador Gerson Bergher (Presidente da Câmara Municipal): bergher@cmrj1.cmrj.gov.br

2) Podemos organizar um movimento de defesa de nosso patrimônio com a ajuda da Adufrj, Sintufrj, DCE, entre outras entidades representativas da UFRJ. É preciso fazer barulho! Talvez, darmos uma abraço em TODO o campus da UFRJ na Praia Vermelha, que obviamente inclui o terreno onde está o Canecão...

3) Organizarmos uma visitinha à Câmara dos Vereadores para sensibilizá-los também seria uma boa idéia. Principalmente no dia da próxima reunião deles que pretende decidir o destino do NOSSO terreno.

Enfim, precisamos nos unir e fazermos algo, pois estamos prestes a perder mais uma batalha.

Divulguem esta mensagem, por favor, e obrigado.

Prof. Luis Alfredo Vidal de Carvalho (COPPE/UFRJ).

Crise força universidade a rever política para alojamento

A crise econômica forçou uma revisão da política do alojamento. Com um orçamento daquelas instalações girando em torno de R\$ 3 milhões anuais, a UFRJ se deu conta de que não pode arcar com esses custos sozinha.

Criado em 1972, ainda em tempos de aplicação do dinheiro da universidade na ciranda financeira e de bandejões funcionando, os recursos foram escasseando e, hoje em dia, com o descaço do governo federal, a Divisão de Assistência ao Estudante (DAE) passou a “administrar a miséria”, uma expressão cada vez mais comum na vida universitária.

Na penúltima reunião do Conselho de Ensino e Graduação (CEG), no dia 11, por exemplo, foi aprovada a flexibilização dos benefícios concedidos aos estudantes - o alojamento em si e um auxílio em torno de R\$ 240. Recente estudo da DAE comprovou que não há estrita necessidade, entre os alojados, de recebimento da bolsa. São alunos cuja família possui uma razoável condição financeira, mas moram longe do campus. E, por outro lado, existem ainda os casos de pessoas que não precisam do alojamento, embora sintam a falta da bolsa-alimentação. Esses moram próximos ao campus, mas a família passa por necessidade.

De acordo com a diretora da DAE, Sônia Furtado, a distribuição dos dois benefícios em conjunto mostrou uma espécie de equívoco histórico. “Não está em nenhuma resolução da universidade”, diz. “A bolsa-alimentação surgiu com o fim dos bandejões em 1992. Foram criadas 1,5 mil cotas naquela época e ficou decidido que os alunos do alojamento (500) concorreriam a elas como todos os outros. O problema é que alguns estudantes do alojamento se negaram a fazer isso, porque se sen-

tiram prejudicados no que chamaram de direito adquirido (como habitantes do *campus*, o fim dos bandejões implicaria diretamente, na visão daquele grupo, nesse benefício substituto)”, explica. A administração da UFRJ decidiu, então, criar mais 500 bolsas para os alojados e, algum tempo depois, acabou com as restantes. Por isso, os benefícios terminaram atrelados, embora isso não esteja escrito em lugar algum.

Na reunião do colegiado foi então confiada à DAE a delicada missão de avaliar quem necessita apenas das instalações, quem necessita apenas da bolsa e quem precisa dos dois. Mas aos alunos preocupados com a possibilidade de quartos vazios no alojamento ou que estas bolsas não sejam mais distribuídas, a diretora manda um aviso: “Não é minha idéia extinguir tais bolsas.”

Outro estudo - que será conduzido pela equipe da DAE em conjunto com quatro conselheiros do CEG - vai buscar novas formas de financiamento para essa política. Parcerias, caixa escolar, percentual de dinheiro dos estacionamentos, trabalho comunitário dos estudantes alojados, tudo será levado em conta na construção de um projeto que a diretora espera apresentar até a segunda quinzena de novembro. Mesmo prazo, aliás, que a DAE está colocando para encerrar o processo seletivo desse ano - deveria ter sido concluído neste mês, mas a crise forçou uma interrupção do processo.

Quem não gostou nada da idéia de buscar outras formas de arrecadação, que não o governo, para essa política de assistência estudantil foi o representante dos alunos no CEG Felipe Marun. “Estamos fazendo o jogo do governo: ele cria a dificuldade e vamos nos encolhendo, tirando dele as obrigações”, questiona.

Comunidade decide sobre estacionamento na Praia Vermelha

Já está disponível na página da UFRJ na Internet (<http://www.ufrj.br>) o questionário de consulta para a comunidade da Praia Vermelha decidir o futuro dos estacionamentos daquele campus - tanto os usuais como aquele construído na área dos campos de futebol. As pessoas interessadas devem responder à pesquisa até o dia 30 de setembro.

Conselhos formam Comissão da Ged

Finalmente formada a comissão local da UFRJ para avaliação da Ged. São membros: Sérgio de Paula Machado, Edione Trindade de Azevedo, Fernando Alves Rochinha, Leslie Claude Benchetrit (que será o presidente da comissão), Mabel Tarré Carvalho de Oliveira, Marcos Roberto da Silva Borges, Maria Antonieta Rubio Tyrrel, Marília Lopes da Costa Facó Soares e Walter Araujo Zin, pela UFRJ; como avaliadores externos, participarão ainda Dalcy Angelo Fontanive, Elisabeth Giestal de Araújo e Francisco Palharini, da UFF, e Regina Longarino, da Uni-Rio.

Ceg e Cepg retomam regulamentação

Foi retomada na última reunião conjunta Ceg/Cepg a regulamentação das atividades acadêmicas da universidade. Ficou resolvido que as últimas contribuições da comunidade universitária que chegarem até o colegiado, antes das deliberações finais, ainda serão aceitas. Justamente por este motivo, as questões mais polêmicas, como a periodização, ficaram para último lugar na fila de discussões. Após repassados todos os artigos, terá lugar uma votação final.

UFRJ ligará Linhas Vermelha e Amarela

Depois de quatro meses de negociação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a concessionária Lamsa chegaram a um acordo sobre a construção de uma ligação entre as Linhas Amarela e Vermelha, utilizando parte do terreno do Fundão. A conclusão das obras está prevista para julho de 2000 e espera-se que a interligação diminua de 2,5 mil para 600 o número de veículos trafegando na ilha durante o horário de *rush*.

A alteração prevista no projeto, estimado em R\$ 25 milhões, é a construção de jardins no campus. Um deles ficaria nos arredores do hospital universitário e do instituto de pediatria, onde não haverá mais circulação de veículos, e outro, em frente ao prédio do CCMN, que deixa de ter uma das pistas de rolamento, antes usada pelos veículos que vinham da Linha Amarela. A Lamsa, que vai financiar o custo integral da obra, também fica responsável pela manutenção dos manguezais na área próxima às alças viárias.

Universidades: autonomia ou morte?

Roberto Romano*

O Ministério da Educação está encaminhando ao Parlamento o projeto de autonomia por ele considerado o mais propício à mudança institucional dos *campi*. Desde 1988, com a Carta Magna, a matéria já deveria estar na pauta de todos os brasileiros preocupados com a ciência e a tecnologia.

Dois aspectos que a proposta a ser enviada pelo Executivo tenta resolver precisam ser bem observados. Em primeiro lugar, o estatuto da autonomia na própria Constituição. No segundo plano, mas com muita relevância, segue a necessária administração dos dinheiros públicos quando alocados nas universidades.

No primeiro ponto, juristas competentes afirmam, sem muita discrepância entre si, que a Constituição já garante a autonomia universitária, não sendo possível que uma lei menor a defina e oriente. A exegese da Carta Magna, se forem afastados as paixões e os interesses imediatos, é translúcida. Como indica a jurista Anna Candida da Cunha Ferraz na “Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo”, citando Saulo Ramos: “O conteúdo intrínseco desse postulado não se alterou. Da constitucionalização desse princípio, a única consequência que se pode extrair é, sem dúvida, a eficácia derogatória e irrecusável da norma que o contempla, cuja supremacia se impõe à observância necessária do legislador ordinário”.

Desse enunciado se originam os seguintes, definidos pela jurista: a autonomia, para as universidades, “representa proteção reforçada contra o arbítrio e a invasão dos entes legislativos inferiores”. Tal princípio deve ser lido segundo a Carta; “ele possui uma dimensão fundamentadora, interpretativa, integrativa e diretiva para a aplicação do instituto, seja nos planos legislativo e executivo de qualquer nível do sistema constitucional brasileiro, seja no tocante à sua aplicação em geral”.

Sendo assim, “o exercício e a aplicação da autonomia universitária não se faz na forma da lei.

A norma constitucional que abriga o princípio é de eficácia plena, independentemente, portanto, de lei para ser aplicada. Leis que, de qualquer modo, alcancem as universidades não podem ter como objetivo ou finalidade conceder ou restringir sua autonomia. Toda e qualquer lei que abrigue normas relativas à universidade, ou a ela se dirija, deve se conter nos limites da Constituição (...), a fim de não frustrar a garantia institucional da autonomia”.

Para o exame do mencionado projeto do governo, se considerarmos a palavra abalizada dos juristas, é preciso que os legisladores tenham grande prudência, pois o princípio da autonomia universitária é sincrônico e coessencial às garantias que o povo brasileiro deu a si mesmo ao proclamar a “Constituição cidadã”. Ocorrendo ligeireza no trato desse problema, estará aberto o caminho para todas as aventuras políticas, mesmo que estas tenham a chancela de um governo.

Se o princípio da autonomia universitária tem semelhante natureza, não se deduz daí que os *campi* devam ser imunes à responsabilidade dos recursos públicos que neles são depositados. A *Folha* trouxe, em data recente, a notícia de que uma espécie de “Anatel” estaria sendo cogitada para as universidades. Estas seriam seguidas por uma agência externa. Se tal organismo mostrar-se tão eficaz quanto o que se dedica ao controle das empresas telefônicas, estamos em péssimos lençóis. Mas resta o fato: é preciso que todas as universidades prestem contas dos bens públicos nelas depositados. E a forma de efetivar isso pode e deve ser regulada por lei infraconstitucional.

Tempos atrás, analisando as universidades paulistas, fiz a proposta de criar uma comissão integrada por membros dos três Poderes políticos, pela própria universidade por segmentos civis para exercer o acompanhamento e o controle externo das verbas públicas em todos os *campi*, públicos e privados. A idéia era simples: a comissão se reuniria anualmente, antes de a proposta orçamentária receber uma forma definitiva. Tendo em mãos

o plano de pesquisa, docência e extensão de todas as instituições acadêmicas e conhecedora das planilhas de custos, a comissão julgaria cada uma das universidades em que verbas públicas fossem alocadas. As que justificassem seus gastos, segundo o plano coletivo de atividades apresentado à comissão, receberiam parecer positivo antes que o Orçamento do Estado fosse definido. As que não pudessem dar razões convincentes sobre seus gastos teriam sanção negativa. A transparência, a isonomia no trato dos três Poderes com a universidade, a presença de representantes da vida civil e dos próprios universitários garantiria um estatuto digno e autônomo às instituições de ensino superior.

De fato, entre as facetas negativas da universidade brasileira está o mimetismo por ela assumido em face do Executivo político. O estilo, imperante nos *campi*, de controle quase absoluto das reitorias sobre os conselhos permite muito arbítrio e desperdício de verbas. A cada quatro anos, um novo reitor estabelece seus planos, sem considerar os antigos, e desativa projetos para aplicar recursos em outros – não raro, por motivos pouco nobres de política universitária.

Se o governo está de fato interessado em promover uma melhor gestão financeira nas universidades sem cometer um crime contra a autonomia universitária, algo semelhante à comissão de controle externo deveria ser pensado. Na trilha que está sendo aberta pelo Ministério da Educação, entretanto, é mais provável que a segunda hipótese constitua a verdade. É tempo de apelar para a prudência dos Poderes, para que nossas universidades saiam da indefinição institucional em que se encontram sem caminhar para seu puro e simples aniquilamento.

*Roberto Romano, 53, filósofo, é professor titular de ética e filosofia política da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

25 de agosto

DIA NACIONAL DE LUTA PELA CARREIRA DOCENTE UMA ALTERNATIVA AO DESMONTE DA CARREIRA DOCENTE: ANDES-SN PROTOCOLIZA NO MEC O SEU PROJETO DE CARREIRA

Prezada professora, prezado professor,

Nesta quarta-feira, 25 de agosto, o nosso sindicato estará protocolizando no MEC o seu projeto de carreira para os docentes das universidades federais. Este projeto, amplamente discutido no movimento docente, foi aprovado no Congresso de Manaus (1993) e adaptado à situação das Federais no 18º Congresso (1999) e no 38º CONAD, realizado na UFRJ no último mês de junho. A Adufrj-SSind, por meio de suas Assembleias, vem conferindo toda prioridade à questão. Em nossa avaliação, esta iniciativa permite a inclusão definitiva dos docentes de 1º e 2º graus (CAp) na carreira única, valoriza a trajetória acadêmica do professor e poderá contribuir para a correção das disparidades salariais existentes nas IFES. Ademais, este projeto é uma alternativa concreta ao projeto de autonomia do MEC que tem o objetivo de "flexibilizar" a carreira docente por meio do fim da estabilidade, pelo retorno ao regime de CLT e pela pulverização da carreira nacional em carreiras definidas localmente.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA CARREIRA REIVINDICADA

Classes e Níveis

I - Professor Auxiliar - Níveis A e B

II - Professor Assistente - Níveis A e B

III - Professor Adjunto - Níveis A e B

IV - Professor Associado - Níveis A e B

V - Professor Pleno (Nível Único)

Ingresso na Carreira

Exclusivamente por concurso público de provas e títulos, exigindo-se graduação em curso superior para Professor Auxiliar, mestrado para Professor Assistente e doutorado para Professor Adjunto.

Regimes de Trabalho

Dedicação Exclusiva – com carga horária de quaren-

ta horas semanais de trabalho - Tempo Parcial - com carga horária de vinte horas semanais de trabalho.

Progressão

A progressão para as classes de Assistente e Adjunto será exclusivamente por titulação, exigindo-se, como no ingresso, mestrado para Assistente e doutorado para Adjunto. Entre os níveis A e B da mesma classe e do nível B da classe de Adjunto para a classe de Associado, a progressão será por avaliação de desempenho, após cumpridos, no mínimo, dois anos no nível anterior. A progressão do nível B de Associado para Professor Pleno será por concurso interno.

Prevê um Plano Nacional de Capacitação Docente

Malha salarial

O 38º Conad também aprovou a proposta de malha salarial associada à Carreira Única apresentada pela Adufrj-SSind, fixando em um salário-mínimo do Dieese (R\$ 878,24 em abril de 1999) o piso salarial da Carreira, correspondente à remuneração do Professor Auxiliar nível A em regime de tempo parcial, e em três salários-mínimos do Dieese (R\$ 2.634,72) a remuneração do Professor Pleno no mesmo regime. Mantida a atual relação entre as remunerações dos regimes de tempo parcial e dedicação exclusiva, isto corresponde à tabela abaixo:

Classe	Nível	Fator	20 horas	D.E.
Auxiliar	A	1	878,24	2.722,54
Auxiliar	B	1,1	966,06	2.994,80
Assistente	A	1,5	1.317,36	4.083,82
Assistente	B	1,65	1.499,10	4.492,20
Adjunto	A	2	1.756,48	5.445,09
Adjunto	B	2,2	1.932,13	5.989,60
Associado	A	2,5	2.195,60	6.806,36
Associado	B	2,75	2.415,16	7.487,00
Pleno	único	3	2.634,72	8.167,63

Obs.: O CONAD só aprovou o piso e o teto; os demais valores desta tabela ainda serão objeto de deliberação

ADUFRJ

Venha discutir este assunto na Assembleia Geral
25 de agosto, 9h30
Auditório do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

CHAPA 1 – ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

CARTA-PROGRAMA

A intensificação das ações do Governo Federal contra o ensino público e, mais especificamente, contra as universidades federais cujo exemplo mais grotesco é o recente Projeto de Lei de iniciativa do MEC que dispõe sobre a autonomia universitária exige o fortalecimento das entidades que possam convocar todos os docentes devotados à causa do ensino público e gratuito para a luta organizada e eficaz contra as políticas neoliberais que estão destruindo o País.

Há vários anos estamos empreendendo ações que julgamos capazes de robustecer politicamente o ANDES-SN, a entidade que historicamente vem articulando esta luta no plano nacional e, no âmbito da UFRJ, estamos empenhados em manter a ADUFRJ-SSind como uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, reitorias, partidos políticos e credos religiosos. É com base nesta trajetória que vimos postular a direção da Adufrj-Ssind (gestão 1999/2001) apresentando ao conjunto da categoria a síntese de nossa Carta-Programa:

1. Lutar pela democracia e por transformações econômico-sociais capazes de engendrar a superação da heteronomia que submete o país à condição de nação capitalista dependente e subordinada, incapaz de forjar soberanamente um desenvolvimento científico, artístico, educacional e cultural capaz de configurar uma autêntica universidade pública, gratuita e de qualidade, uma condição para a universalização de melhores condições de vida para o conjunto dos brasileiros, dos povos latino-americanos, africanos e de outras regiões subordinadas.
2. Organizar com as entidades sindicais (Sintufrj, Fasubra, Servidores Públicos Federais, CUT), científicas (SBPC, ANPEd, ANPOCS, ANPUH, SBF, ABEM, SBQ etc), estudantis (DCE, UNE) e demais movimentos sociais (MST, ATTAC etc) a luta contra o conjunto de medidas que tem o objetivo de aprofundar a privatização do ensino público, como: a Proposta de Autonomia do MEC/ Banco Mundial, o Programa de Demissão Voluntária, as Reformas Administrativa e da Previdência.
3. Lutar pela viabilização de medidas que assegurem o financiamento público das universidades federais, pela inclusão de todos os docentes, inclusive os de 1º e 2º graus, na Carreira Única do Andes-SN, atualizada no 18º Congresso e no 38º Conad, e pela manutenção da estabilidade do emprego dos servidores públicos. Defendemos que estas ações estejam fundamentadas no Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira e estejam organicamente articuladas com a luta em favor do Plano Nacional de Educação, edificado nos Congressos Nacionais de Educação (CONED's).
4. Lutar pela imediata correção dos salários dos docentes ativos e aposentados, congelados por mais de 5 anos, tomando como base as perdas inflacionárias e a malha salarial da nova carreira proposta pelo Andes-SN.
5. Lutar pela democratização da gestão das universidades e pelo fortalecimento de todas as instâncias e práticas capazes de constituir a universidade como uma esfera pública.
6. Promover amplo debate a propósito do processo de privatização que vem deslocando a universidade para a esfera privada com o objetivo de preservar e aprofundar a universidade como o lugar do pensamento crítico, inclusive crítico da própria ciência, da arte e de outras manifestações da criação humana.
7. Prosseguir a luta contra a implementação das políticas anti-universitárias do MEC na UFRJ, combatendo as políticas do interventor do MEC que ocupa o lugar do reitor legitimamente escolhido pela comunidade.
8. Prosseguir e aperfeiçoar as iniciativas capazes de promover ampla circulação das idéias na universidade, fortalecendo o Jornal da Adufrj e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação.
9. Ampliar e aprofundar as formas de participação da categoria, inclusive dos aposentados, no cotidiano da Adufrj-Ssind, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes e as reuniões nas unidades.
10. Lutar de modo denodado pela preservação dos espaços e práticas democráticas de nosso Sindicato Nacional, denunciando quaisquer formas de debilitamento da democracia interna, e atuando ativamente nos eventos que forjam o ANDES-SN como um sindicato autônomo e democrático.

Conclamamos a categoria a participar ativamente do processo sucessório na UFRJ e a votar na Chapa 1: Adufrj- Autônoma e Democrática.

Clipping

Deu na coluna Painei, da Folha de S. Paulo, do dia 01/08: “Ronaldo Sardenberg (Ciência e Tecnologia) ainda não teve o prazer de despachar em seu novo gabinete: o escritório está interditado por uma reforma que Bresser mandou fazer ainda sem saber que não usufruiria das novas acomodações”. Sobre Bresser...

Marcada para o próximo dia 23 de agosto uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para discutir o projeto de tombamento do Canecão como patrimônio artístico da cidade.

Deu no Informe JB, do dia 14: “Projeto de iniciativa popular, que reuniu um milhão de assinaturas, foi protocolado pela CNBB, semana passada, na Câmara Federal. Objetivo: tornar crime a compra de votos e tentar evitar o uso da máquina administrativa em eleições. Se o texto for aprovado, candidatos flagrados comprando votos pagarão multas entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil.”

Também no Informe JB, do mesmo dia: “Em quarenta dias, no máximo, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) vai revelar boa parte das investigações sobre a privatização do sistema Telebrás. Ele tem documentos inéditos que, garante, mostraram que o leilão ‘foi feito para atender a interesses de alguns e com a cumplicidade de altíssimas autoridades’.”

Deu na editoria de Internacional do JB, de 18/08: “O enviado das Nações Unidas à República Democrática do Congo (RDC), embaixador André Kapanga, acusou o Conselho de Segurança de fugir às suas responsabilidades na manutenção da paz e da segurança na África. Segundo ele, é um caso claro de dois pesos e duas medidas, já que o Conselho enviou grandes recursos e 30 mil soldados a Kosovo para ajudar 700 mil pessoas. ‘Aqui temos mais de um milhão de civis, a maioria mulheres e crianças, sem abrigo, sem comida. Por que mais de US\$ 5 bilhões foram gastos na Bósnia, e níqueis em Serra Leoa, Libéria, Angola, RDC, Sudão?’”

Eleição

Chapa única concorre à diretoria da Adufrj

O prazo para inscrição de chapas para a diretoria da Adufrj-SSind encerrou-se na sexta-feira 13 de agosto e a chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática (VER COMPONENTES) será a única candidata. As eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas nos dias 13, 14 e 15 de setembro. O prazo para inscrição de listas de candidatos ao Conselho termina em 3 de setembro. O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da unidade. Unida-

des com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. De acordo com o Regimento Eleitoral em vigor, aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 17/11/98, as inscrições devem ser feitas na forma de listas, em cada unidade. Os sindicalizados votam numa das listas da sua unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

ASSEMBLÉIA GERAL

25 de agosto,
9h30
Auditório do
Centro de
Tecnologia
Ilha do Fundão

pauta

- 1) Anteprojeto de lei do Andes-SN para a nova carreira docente;
- 2) Projeto de lei do Mec para a autonomia universitária
 - a) Avaliação
 - b) Indicativo de greve dos docentes das federais
- 3) Plano de Demissão Voluntária (PDV) e outras medidas do governo contra os servidores federais;
 - a) avaliação
 - b) indicativo de greve dos servidores federais
- 4) Escolha dos delegados da Adufrj-SSind para a Plenária Nacional de SPFs de 28/08

CHAPA 1 – ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

CARTA-PROGRAMA

A intensificação das ações do Governo Federal contra o ensino público e, mais especificamente, contra as universidades federais cujo exemplo mais grotesco é o recente Projeto de Lei de iniciativa do MEC que dispõe sobre a autonomia universitária exige o fortalecimento das entidades que possam convocar todos os docentes devotados à causa do ensino público e gratuito para a luta organizada e eficaz contra as políticas neoliberais que estão destruindo o País.

Há vários anos estamos empreendendo ações que julgamos capazes de robustecer politicamente o ANDES-SN, a entidade que historicamente vem articulando esta luta no plano nacional e, no âmbito da UFRJ, estamos empenhados em manter a ADUFRJ-SSind como uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, reitorias, partidos políticos e credos religiosos. É com base nesta trajetória que vimos postular a direção da Adufrj-Ssind (gestão 1999/2001) apresentando ao conjunto da categoria a síntese de nossa Carta-Programa:

1. Lutar pela democracia e por transformações econômico-sociais capazes de engendrar a superação da heteronomia que submete o país à condição de nação capitalista dependente e subordinada, incapaz de forjar soberanamente um desenvolvimento científico, artístico, educacional e cultural capaz de configurar uma autêntica universidade pública, gratuita e de qualidade, uma condição para a universalização de melhores condições de vida para o conjunto dos brasileiros, dos povos latino-americanos, africanos e de outras regiões subordinadas.
2. Organizar com as entidades sindicais (Sintufrj, Fasubra, Servidores Públicos Federais, CUT), científicas (SBPC, ANPEd, ANPOCS, ANPUH, SBF, ABEM, SBQ etc), estudantis (DCE, UNE) e demais movimentos sociais (MST, ATTAC etc) a luta contra o conjunto de medidas que tem o objetivo de aprofundar a privatização do ensino público, como: a Proposta de Autonomia do MEC/ Banco Mundial, o Programa de Demissão Voluntária, as Reformas Administrativa e da Previdência.
3. Lutar pela viabilização de medidas que assegurem o financiamento público das universidades federais, pela inclusão de todos os docentes, inclusive os de 1º e 2º graus, na Carreira Única do Andes-SN, atualizada no 18º Congresso e no 38º Conad, e pela manutenção da estabilidade do emprego dos servidores públicos. Defendemos que estas ações estejam fundamentadas no Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira e estejam organicamente articuladas com a luta em favor do Plano Nacional de Educação, edificado nos Congressos Nacionais de Educação (CONED's).
4. Lutar pela imediata correção dos salários dos docentes ativos e aposentados, congelados por mais de 5 anos, tomando como base as perdas inflacionárias e a malha salarial da nova carreira proposta pelo Andes-SN.
5. Lutar pela democratização da gestão das universidades e pelo fortalecimento de todas as instâncias e práticas capazes de constituir a universidade como uma esfera pública.
6. Promover amplo debate a propósito do processo de privatização que vem deslocando a universidade para a esfera privada com o objetivo de preservar e aprofundar a universidade como o lugar do pensamento crítico, inclusive crítico da própria ciência, da arte e de outras manifestações da criação humana.
7. Prosseguir a luta contra a implementação das políticas anti-universitárias do MEC na UFRJ, combatendo as políticas do interventor do MEC que ocupa o lugar do reitor legitimamente escolhido pela comunidade.
8. Prosseguir e aperfeiçoar as iniciativas capazes de promover ampla circulação das idéias na universidade, fortalecendo o Jornal da Adufrj e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação.
9. Ampliar e aprofundar as formas de participação da categoria, inclusive dos aposentados, no cotidiano da Adufrj-Ssind, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes e as reuniões nas unidades.
10. Lutar de modo denodado pela preservação dos espaços e práticas democráticas de nosso Sindicato Nacional, denunciando quaisquer formas de debilitamento da democracia interna, e atuando ativamente nos eventos que forjam o ANDES-SN como um sindicato autônomo e democrático.

Conclamamos a categoria a participar ativamente do processo sucessório na UFRJ e a votar na Chapa 1: Adufrj- Autônoma e Democrática.

Clipping

Deu na coluna Painei, da Folha de S. Paulo, do dia 01/08: “Ronaldo Sardenberg (Ciência e Tecnologia) ainda não teve o prazer de despachar em seu novo gabinete: o escritório está interditado por uma reforma que Bresser mandou fazer ainda sem saber que não usufruiria das novas acomodações”. Sobre Bresser...

Marcada para o próximo dia 23 de agosto uma audiência pública na Câmara dos Vereadores para discutir o projeto de tombamento do Canecão como patrimônio artístico da cidade.

Deu no Informe JB, do dia 14: “Projeto de iniciativa popular, que reuniu um milhão de assinaturas, foi protocolado pela CNBB, semana passada, na Câmara Federal. Objetivo: tornar crime a compra de votos e tentar evitar o uso da máquina administrativa em eleições. Se o texto for aprovado, candidatos flagrados comprando votos pagarão multas entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil.”

Também no Informe JB, do mesmo dia: “Em quarenta dias, no máximo, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) vai revelar boa parte das investigações sobre a privatização do sistema Telebrás. Ele tem documentos inéditos que, garante, mostraram que o leilão ‘foi feito para atender a interesses de alguns e com a cumplicidade de altíssimas autoridades’.”

Deu na editoria de Internacional do JB, de 18/08: “O enviado das Nações Unidas à República Democrática do Congo (RDC), embaixador André Kapanga, acusou o Conselho de Segurança de fugir às suas responsabilidades na manutenção da paz e da segurança na África. Segundo ele, é um caso claro de dois pesos e duas medidas, já que o Conselho enviou grandes recursos e 30 mil soldados a Kosovo para ajudar 700 mil pessoas. ‘Aqui temos mais de um milhão de civis, a maioria mulheres e crianças, sem abrigo, sem comida. Por que mais de US\$ 5 bilhões foram gastos na Bósnia, e níqueis em Serra Leoa, Libéria, Angola, RDC, Sudão?’”

Eleição

Chapa única concorre à diretoria da Adufrj

O prazo para inscrição de chapas para a diretoria da Adufrj-SSind encerrou-se na sexta-feira 13 de agosto e a chapa Adufrj-SSind Autônoma e Democrática (VER COMPONENTES) será a única candidata. As eleições para a diretoria e para o Conselho de Representantes serão realizadas nos dias 13, 14 e 15 de setembro. O prazo para inscrição de listas de candidatos ao Conselho termina em 3 de setembro. O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da unidade. Unida-

des com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. De acordo com o Regimento Eleitoral em vigor, aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 17/11/98, as inscrições devem ser feitas na forma de listas, em cada unidade. Os sindicalizados votam numa das listas da sua unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

ASSEMBLÉIA GERAL

25 de agosto,
9h30
Auditório do
Centro de
Tecnologia
Ilha do Fundão

pauta

- 1) Anteprojeto de lei do Andes-SN para a nova carreira docente;
- 2) Projeto de lei do Mec para a autonomia universitária
 - a) Avaliação
 - b) Indicativo de greve dos docentes das federais
- 3) Plano de Demissão Voluntária (PDV) e outras medidas do governo contra os servidores federais;
 - a) avaliação
 - b) indicativo de greve dos servidores federais
- 4) Escolha dos delegados da Adufrj-SSind para a Plenária Nacional de SPFs de 28/08

CHAPA 1 – ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

CARTA-PROGRAMA

A intensificação das ações do Governo Federal contra o ensino público e, mais especificamente, contra as universidades federais cujo exemplo mais grotesco é o recente Projeto de Lei de iniciativa do MEC que dispõe sobre a autonomia universitária exige o fortalecimento das entidades que possam convocar todos os docentes devotados à causa do ensino público e gratuito para a luta organizada e eficaz contra as políticas neoliberais que estão destruindo o País.

Há vários anos estamos empreendendo ações que julgamos capazes de robustecer politicamente o ANDES-SN, a entidade que historicamente vem articulando esta luta no plano nacional e, no âmbito da UFRJ, estamos empenhados em manter a ADUFRJ-SSind como uma entidade democrática, combativa e autônoma diante de governos, reitorias, partidos políticos e credos religiosos. É com base nesta trajetória que vimos postular a direção da Adufrj-Ssind (gestão 1999/2001) apresentando ao conjunto da categoria a síntese de nossa Carta-Programa:

1. Lutar pela democracia e por transformações econômico-sociais capazes de engendrar a superação da heteronomia que submete o país à condição de nação capitalista dependente e subordinada, incapaz de forjar soberanamente um desenvolvimento científico, artístico, educacional e cultural capaz de configurar uma autêntica universidade pública, gratuita e de qualidade, uma condição para a universalização de melhores condições de vida para o conjunto dos brasileiros, dos povos latino-americanos, africanos e de outras regiões subordinadas.
2. Organizar com as entidades sindicais (Sintufrj, Fasubra, Servidores Públicos Federais, CUT), científicas (SBPC, ANPEd, ANPOCS, ANPUH, SBF, ABEM, SBQ etc), estudantis (DCE, UNE) e demais movimentos sociais (MST, ATTAC etc) a luta contra o conjunto de medidas que tem o objetivo de aprofundar a privatização do ensino público, como: a Proposta de Autonomia do MEC/ Banco Mundial, o Programa de Demissão Voluntária, as Reformas Administrativa e da Previdência.
3. Lutar pela viabilização de medidas que assegurem o financiamento público das universidades federais, pela inclusão de todos os docentes, inclusive os de 1º e 2º graus, na Carreira Única do Andes-SN, atualizada no 18º Congresso e no 38º Conad, e pela manutenção da estabilidade do emprego dos servidores públicos. Defendemos que estas ações estejam fundamentadas no Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira e estejam organicamente articuladas com a luta em favor do Plano Nacional de Educação, edificado nos Congressos Nacionais de Educação (CONED's).
4. Lutar pela imediata correção dos salários dos docentes ativos e aposentados, congelados por mais de 5 anos, tomando como base as perdas inflacionárias e a malha salarial da nova carreira proposta pelo Andes-SN.
5. Lutar pela democratização da gestão das universidades e pelo fortalecimento de todas as instâncias e práticas capazes de constituir a universidade como uma esfera pública.
6. Promover amplo debate a propósito do processo de privatização que vem deslocando a universidade para a esfera privada com o objetivo de preservar e aprofundar a universidade como o lugar do pensamento crítico, inclusive crítico da própria ciência, da arte e de outras manifestações da criação humana.
7. Prosseguir a luta contra a implementação das políticas anti-universitárias do MEC na UFRJ, combatendo as políticas do interventor do MEC que ocupa o lugar do reitor legitimamente escolhido pela comunidade.
8. Prosseguir e aperfeiçoar as iniciativas capazes de promover ampla circulação das idéias na universidade, fortalecendo o Jornal da Adufrj e outras iniciativas capazes de democratizar a comunicação.
9. Ampliar e aprofundar as formas de participação da categoria, inclusive dos aposentados, no cotidiano da Adufrj-Ssind, fortalecendo os Grupos de Trabalho, o Conselho de Representantes e as reuniões nas unidades.
10. Lutar de modo denodado pela preservação dos espaços e práticas democráticas de nosso Sindicato Nacional, denunciando quaisquer formas de debilitamento da democracia interna, e atuando ativamente nos eventos que forjam o ANDES-SN como um sindicato autônomo e democrático.

Conclamamos a categoria a participar ativamente do processo sucessório na UFRJ e a votar na Chapa 1: Adufrj- Autônoma e Democrática.

Quem participou da Marcha dos 100 mil

PT, PC do B, PCB, PDT, PMN, PSB, PSTU; Andes-SN, Adufrj, MST, CUT, CNBB, UBES, UNE, União Brasileira de Mulheres, Associação Brasileira de ONGs, Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania, Central de Movimentos Populares, Conferência Brasileira de Aposentados, Coordenação Nacional de Associações de Moradia, Coordenação Nacional de Entidades Negras, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entre outras.

Passamos dos 100 mil

“Se o presidente tiver bom senso, vai ouvir o povo, pois este ato é apenas o começo. Pelo menos uma vez ao mês deverá haver um ato público em capitais contra a entrega do país”. Esta foi uma das declarações do presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a “Marcha dos 100 mil”, que levou milhares de trabalhadores, estudantes, sem terra e desempregados a se manifestarem contra a política econômica e social do governo Fernando Henrique Cardoso. O ato aconteceu no dia 26 de agosto e tomou a Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

“Nosso rumo é construir uma política industrial, fazer a reforma agrária, criar financiamentos para pequenos e médios agricultores, canalizar recursos públicos para financiar pequenas e médias empresas, acabar com o analfabetismo, impedir que as universidades públicas sejam privatizadas e não deixar que privatizem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Petrobras e os Correios”, disse Lula, em referência às críticas de FHC contra a oposição.

O Comando da Polícia Militar do Distrito Federal informou que, até as 16 horas de quinta-feira, não foi registrada qualquer ocorrência envolvendo manifestantes da Marcha a Brasília. O clima foi de total tranquilidade.

O estudante secundarista Marcelo Soares, 17 anos, morador de Brasília, disse que foi ao ato na Esplanada dos Ministérios porque “a juventude tem que lutar por um país mais justo, acabando com a corrupção”. Marcelo acha que “só a voz do povo batendo no ouvido de FHC é que vai mudar essa situação”.

Principal alvo da manifestação, FHC reagiu da pior maneira possível. Chamou esta manifestação popular de “golpista, antidemocrática e sem rumo”. Esquece que há vinte anos foi beneficiado pela lei de Anistia, fruto de um processo de luta pela democracia que levou as forças populares às ruas em protesto contra um regime antidemocrático e golpista: a ditadura militar.

MST vai recorrer de julgamento

“O Pará escancarou as portas da impunidade.” Com essas palavras, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT), mostrou toda sua indignação com o julgamento dos três oficiais da Polícia Militar que comandaram o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996. O MST anunciou que vai recorrer do resultado e tem o apoio de entidades nacionais e internacionais.

Pelo que o juiz chamou de falta de provas, o coronel Mário Pantoja, o major José Maria de Oliveira e o capitão Raimundo Almendra foram absolvidos. Mas dá pra falar em falta de provas em um conflito filmado, no qual se vê claramente que policiais armados até os dentes efetuaram disparos contra os sem-terra? Mais do que isso: com prova pericial feita nos corpos registrando, inclusive, três execuções à queima-roupa?!

Petrobras e Furnas são as mais lucrativas

O não menos inacreditável ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, não cansa de se manifestar sobre a “necessidade” de privatizar as empresas de energia. Engraçado. A Petrobras e Furnas são as sociedades anônimas que mais dão lucro ao país, em pesquisa recentemente divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Detalhe: a primeira, nos 30 anos de existência da pesquisa, só deixou a liderança do ranking em apenas duas ocasiões.

Mais sobre os fundos de pensão

Está na Veja desta semana: o Funcef (fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal) enterrou R\$ 117 milhões no falido grupo Mappin, do empresário paulista Ricardo Mansur, mais R\$ 40 milhões em precatórios falsos de Santa Catarina e outros R\$ 22 milhões numa companhia de telecomunicações que não deu certo do banqueiro Salvatore Cacciola. Na coluna Painel, da Folha, em 19 de agosto, foi registrado ainda o prejuízo de R\$ 80 milhões do Centrus (fundo dos funcionários do Banco Central) que também investiu no Mappin.

Coréia tem quatro vezes mais cientistas do que Brasil

Há pouco mais de um mês no cargo de ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, constatou uma triste realidade: atualmente, o Brasil possui 80 mil cientistas, pesquisadores e professores. Desse número, 58 mil estão nas universidades, 12 mil nos institutos de pesquisa e o restante, na iniciativa privada. A Coréia, com uma população cinco vezes menor, tem, proporcionalmente, quatro vezes mais cientistas.

Menor procura faz índice de desemprego cair

Infelizmente, as pessoas andam tão desacreditadas que nem procuram mais por um emprego. E o pior é que o governo considera esta reação como uma diminuição de índice de desemprego. Em sete regiões do país, a taxa do IBGE registrou um recuo de 7,8%, em julho de 98, para 7,5%, em julho deste ano.

“A queda deveria ter sido motivada pelo aumento de ocupados, como geralmente acontece nesta época do ano”, divulgou a Folha de S. Paulo (26/08/99).

CUT pode eleger professor ou bancário como presidente

Com eleição marcada para o ano que vem, a CUT poderá ter, pela primeira vez em sua história, um presidente não operário. Concorrem o professor João Felício e o bancário João Vaccari. Seja quem for o eleito, não há dúvida que o desemprego será o principal problema a ser enfrentado pela entidade. Por falar no assunto, uma pesquisa do Dieese feita em julho informou que a taxa de desemprego total da região metropolitana de São Paulo chegou a 20,1%.

Articulação esquisita

Não deu para entender de maneira alguma a aliança, mesmo que ocasional, de líderes petistas com o fundador da extinta União Democrática Ruralista (UDR), o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO). Nem o combate a esse governo federal que está aí justifica tal atitude.

Saramago recusa título de Federal do Pará

Deu na coluna do Boechat, em O Globo, de 23/08: “José Saramago encerrou sua temporada brasileira com um troféu a menos no currículo. A Universidade Federal do Pará ofereceu ao escritor o título de doutor *honoris causa*. Ao saber que o governador do estado era o mesmo da época do massacre dos sem-terra, Saramago recusou.”

Eleições na Adufrj

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro os professores da UFRJ estarão elegendo a nova diretoria da sua seção sindical. As eleições para o Conselho de Representantes da Adufrj acontecerão no mesmo período. O prazo para inscrição de listas de candidatos ao Conselho termina em 3 de setembro. O Conselho é formado por representantes dos sindicalizados de cada unidade da UFRJ, em quantidade que varia de acordo com o número de sindicalizados da unidade. Unidades com até 60 sindicalizados têm um representante; entre 61 e 120, dois representantes; e, acima de 120, três. Os suplentes são em igual número. De acordo com o Regimento Eleitoral em vigor, aprovado pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind em 17 de novembro de 1998, as inscrições devem ser feitas na forma de listas, em cada unidade. Os sindicalizados votam numa das listas da sua unidade e o critério para preenchimento dos cargos é proporcional, isto é, o número de candidatos eleitos de cada lista é proporcional ao número de votos recebidos pela lista.

Quem são os candidatos à diretoria do biênio 1999/2001

Chapa Autônoma e Democrática
Presidente
José Henrique Sanglard (Escola Engenharia)
1º Vice-presidente
Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos (Instituto de Psicologia)
2ª Vice-presidente
Cleusa dos Santos (Escola de Serviço Social)
1º Secretário
Roberto Leher (Faculdade de Educação)
2º Secretário
Henrique Innecco Longo (Escola de Engenharia)
1ª Tesoureira
Regina Célia de Souza Pugliese (Colégio de Aplicação)
2ª Tesoureira
Leila Rodrigues Roedel (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais)

Vandalismo na Federal de Pernambuco

No dia 20 de agosto, a secretaria de pós-graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi invadida e incendiada, com destruição de computadores, impressoras, ar condicionado e uma pilha de documentos. Para completar o vandalismo, as paredes foram pichadas com suásticas e palavras de ordem discriminatórias. O fato, obviamente, revoltou a comunidade acadêmica local, que atendeu ao chamado do CFCH e do departamento de História para um ato de reflexão e repúdio.

Fora do PDV

Professores de 1º, 2º e 3º graus, médicos, enfermeiros e outros servidores da área médica estão impedidos de aderir ao PDV do governo. As restrições surgiram em função do quadro de escassez de pessoal nas áreas especializadas.

Universidades a cabo

A partir de segunda-feira (dia 30) entra no ar um novo canal a cabo. Dezenove universidades do Rio montaram a UTV, canal 16 da NET-Rio, com programação educacional, informativa e cultural. Inicialmente, a transmissão será das 17h às 23h e a estrea pode ser vista no Museu da República, no Catete. Serão passados um programa especial de apresentação e o filme "Castro Alves", do diretor Silvio Tendler. No dia seguinte, começam a ser veiculados os programas produzidos nas universidades.

Assembléia da Adufrj aprova indicativo de greve caso governo encaminhe projeto de autonomia

Os professores da UFRJ, reunidos em assembléia, dia 25, aprovaram um indicativo de greve, a ser debatido em nova assembléia, caso o governo insista em encaminhar ao Congresso Nacional o seu projeto de Autonomia Universitária. Os professores referendaram a auto-aplicabilidade do artigo 207 da CF e indicaram uma paralisação de um dia, no início de setembro, como parte da construção de uma greve nacional dos servidores públicos federais.

Os professores rejeitaram, ainda, o início de uma greve em 30 de agosto, conforme proposta de algumas entidades dos SPFs. Os professores da UFRJ querem também que a pauta emergencial unificada seja apro-

vada pelas assembléias locais.

Na assembléia foram aprovadas moções contra o PDV, a intervenção do governo no CEFET-MG, o resultado do julgamento dos culpados pelo massacre de trabalhadores em Eldorado dos Carajás e de apoio ao anteprojeto da nova carreira docente do Andes-SN.

Andes-SN protocola projeto de Carreira

Também no dia 25, o Sindicato Nacional dos Docentes protocolou no Mec o anteprojeto de uma nova Carreira para os professores universitários. O projeto também é uma alternativa do movimento ao projeto do governo para as universidades e cria, entre outras coisas, uma malha salarial para os professores.

UFRJ quer criar museu da música popular

Além do projeto de erguer um centro cultural no lugar do Canecão - que teria, entre outras opções, uma casa de espetáculos do mesmo porte da atual -, a intenção da UFRJ ainda é criar um museu da história da música popular brasileira. Para detalhar esse plano, a direção da UFRJ vai formar uma comissão com representantes de associações de moradores das áreas próximas ao Canecão e de instituições culturais e artísticas. A comissão terá como uma de suas preocupações principais o trânsito daquela área.

Mas é bom agir logo: os empresários que atualmente administram a casa conseguiram o apoio de alguns vereadores para sua causa. Eles prometem fazer muito barulho pela tombamento do lugar. Inclusive, já anunciaram que vão convocar o professor José Henrique Vilhena para prestar esclarecimentos sobre a possível utilização da área

pela universidade. Por outro lado, uma outra comissão, formada por integrantes do Consuni, ficou de entregar um documento em defesa dos interesses da UFRJ para ser divulgado nos principais jornais da cidade.

Nesse sentido, vale registrar o apoio de mais um colonista - depois de Elio Gaspari, de O Globo - contra o empresariado que domina o Canecão hoje. Artur Xexéo, do Jornal do Brasil, em sua coluna de 25/08, torce para que a UFRJ retome o terreno e crie no local uma realmente boa casa de espetáculos. "Como qualquer carioca, também me orgulho da história do Canecão. Mas como qualquer carioca, me espanta a capacidade que esta cidade tem de gerar empresários que tomam conta de espaços públicos e passam a administrá-los como se fossem os donos do terreno. Tombar o Canecão? Por que?", escreveu.

A proposta de uma paralisação nacional

agitou a 9ª Plenária da CUT, realizada em São Paulo, na última semana. A iniciativa será mais um protesto contra a atual política do governo federal e deve ganhar força agora com o sucesso da Marcha dos Cem Mil. De acordo com as lideranças da Central Única dos Trabalhadores, deve-se abrir ampla discussão entre os sindicatos, entidades que integram o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania e demais centrais sindicais para costurar essa greve geral.

Principais bandeiras e reivindicações:

- Reposição geral
- Geração de emprego
- Redução de jornada
- Não às demissões
- Não à fusão de empresas
- Combate à miséria
- Não ao corte dos direitos previdenciários
- Fim das privatizações
- Reforma agrária
- Resgate do sistema público de saúde e educação
- Resgate da dignidade do servidor público
- Defesa da autonomia universitária
- Combate à corrupção
- Fora FHC e pela convocação de eleições presidenciais

Um alerta à comunidade da UFRJ

Se a grande imprensa não consegue mais ocultar a crescente insatisfação popular com o governo Fernando Henrique Cardoso, ainda continua fazendo seu papel de coadjuvante do sistema de exploração do país ao diluir os reais motivos e as responsabilidades da crise. O orçamento do governo é claro: privilegia a agiotagem internacional em detrimento das necessidades da população. A doação das empresas públicas aos aliados do governo, chamada de privatização, não trouxe nenhum benefício ao país. A abertura do país ao mercado internacional decretou a falência de empresas e agravou o desemprego. Os especuladores continuam seu tráfico de informações e concessão de privilégios, com toda impunidade que lhes é peculiar.

O que não aparece nas manchetes é que isto tudo é o resultado de uma política deliberada, imposta ao país há cinco séculos. Colonial, imperial, global, a seqüência rima mas não afina. As disparidades continuam, aumentam, os rumos das elites e os anseios do povo não coincidem nunca.

A Marcha dos 100 mil foi um impulso que faltava para que os movimentos sociais voltem a ocupar os espaços públicos em defesa dos interesses da população. Os servidores públicos federais já organizaram a sua agenda política e de mobilização. Várias outras categorias, como os petroleiros e metalúrgicos, em data base, já marcaram greves. A CUT organiza um calendário das categorias, conquistando a sociedade para a realização de uma greve geral que marque definitivamente o descontentamento da sociedade com o governo FHC

As comunidades universitárias não estão à margem destes movimentos e sentem na carne os golpes liberais deste governo. O projeto de Autonomia do governo, cortes de verbas, suspensão de bolsas, pagamentos de taxas, salários defasados, falta de políticas institucionais de avaliação e crescimento assombram cotidianamente professores, estudantes e funcionários. Está na hora de pararmos para pensar no que poderá se transformar a universidade brasileira. Convocamos os professores da UFRJ a participar da próxima assembléia geral da Adufrj e a discutir conosco estratégias de enfrentamento às políticas anti-sociais do governo federal, em especial as que atingem a universidade pública.

Assembléia Geral

8 de setembro
quarta-feira, 9h30
Auditório do Centro
de Tecnologia

Pauta:

- 1) Campanha dos servidores federais
 - a) Pauta de Reivindicações
 - b) Paralisação nacional em 14 de setembro
 - c) Indicativo de greve nacional a partir de 5 de outubro
- 2) Prestação de contas da Adufrj

Decisão judicial obriga UFRJ a pagar o abono 98 e impõe multa

O juiz da 6ª Vara Federal, Mauro Luiz Rocha Lopes, expediu uma carta de sentença, intimando a UFRJ a pagar o abono de férias de 1998, já julgado e ganho, aos sindicalizados da Adufrj-SSind que venderam férias naquele período. Foi dado um prazo de 60 dias para o pagamento. Caso isto não seja efetivado, na carta de sentença o juiz já impõe à UFRJ uma multa diária de meio-salário mínimo por professor, por dia de atraso.

Pagamento

Mais uma vez, os salários dos professores da UFRJ foram pagos após a virada do mês, contrariando decisão judicial de que o pagamento deve ocorrer dentro do mês trabalhado.

Eleição para
Diretoria e Conselho
de Representantes
13, 14 e 15
setembro
Urnas nas unidades

Confira locais de votação no site da Adufrj,
a partir do dia 8
www.alternex.com.br/~adufjr

Reunião de setores do Andes-SN aprova indicativo de greve contra PL do MEC e presidente do Andes-SN perde o juízo

Reunião dos três setores do Andes-SN (fede-rais, estaduais e particulares) realizada em Brasília no último dia 27 aprovou, por 21 votos a favor, um contra e três abstenções, indicativo de greve e imediata convocação de rodada de assembléias gerais e reunião do setor das Ifes do Andes-SN se o governo encaminhar ao Congresso o projeto de lei de autonomia do MEC. Esta foi exatamente a proposta aprovada na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 25 de agosto. A reunião dos três setores aprovou também (24F, 0C, 4A) submeter à avaliação e deliberação pelas AGs a defesa da aprovação do PLC 119/92 - substitutivo do relator Florestan Fernandes, na forma em que está - como parte da estratégia de combate às tentativas de regulamentação da autonomia (PL do governo e outros) e não como uma alternativa de regulamentação da autonomia, lembrando que o apoio a este PLC já foi deliberado pelo movimento docente.

A reunião aprovou também transferir para Belo Horizonte, no Cefet-MG, o local de realização, nos dias 10 e 11 de setembro, do I Encontro Nacional sobre Educação Tecnológica, com uma das formas de apoiar a luta dos docentes daquela instituição contra a intervenção do MEC, que nomeou diretor o terceiro colocado na consulta, tal como fez com Vilhena na UFRJ.

A reunião terminou subitamente, quando o professor Renato de Oliveira, atual presidente do Andes-SN, deu mais uma demonstração de autoritarismo e desequilíbrio mental e encerrou-a aos gritos. Antes de encerrar a reunião, Renato havia, também aos gritos, de pé e batendo na mesa, “encerrado o assunto” após uma inacreditável resposta à crítica da Adufrj (aprovada na última Assembléia Geral) quanto ao desrespeito demonstrado pela diretoria do Andes ao enviar um funcionário do sindicato representar o Andes nas reuniões da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais). A resposta de Renato foi límpida: ele é que sabe quem tem de representar “a” Andes e pronto, ninguém mais tem nada com isso! A qualidade das relações sindicais do Andes com as demais entidades representativas dos servidores federais passa a depender, se aceitarmos o que diz Renato, de um mero capricho seu.

Renato foi muito mais longe: declarou, em alto e bom som para os estupefactos representantes das ADs, que não acatava a decisão do Congresso de Fortaleza, que o proibia de manter assessores sindicais, parlamentares ou similares, pois “isto é uma questão administrativa e como tal cabe estatutariamente à diretoria”. A indignação foi generalizada por parte da oposição. Os

apoiadores da diretoria ficaram mudos. Um dos diretores, Milton Muniz, ficou nitidamente surpreso. Ele é que levantara o assunto quando, já quase no final da reunião, solicitara a José Miguel, um dos representantes da Adufrj na reunião, que informasse em que data tinha ocorrido a presença de um funcionário representando o Andes na CNESF, pois ele, que era o diretor responsável pelo assunto, não tinha conhecimento de tal fato. José Miguel comprometeu-se a confirmar a data o mais rapidamente possível e lembrou-lhe que poderia também obtê-la diretamente com o próprio Renato. Foi aí que Renato se descontrolou e fez aqueles pronunciamentos.

No dia seguinte, ainda em Brasília, a delegação da Adufrj confirmou a data solicitada e informou-a pessoalmente a Milton Muniz, durante a plenária dos SPFs. Na reunião da CNESF de 23 de agosto, o funcionário Flávio foi o único representante do Andes. Este funcionário esteve em outras reuniões da CNESF falando em nome do Andes, mesmo na presença de diretores.

Um conjunto expressivo de representantes de seções sindicais que assistiu estas cenas dirigiu uma nota à diretoria, com cópia para as seções sindicais, protestando fortemente contra o comportamento de Renato, nesta e em outras ocasiões.

(relato feito por José Miguel e Leila Rodrigues, representantes da Adufrj-SSind na reunião)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO E REPORTAGEM: ANA MANUELLA SOARES MTB 18190
REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTES)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESF: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Servidores aprovam paralisação nacional em 14 de setembro e indicam greve a partir de 5 de outubro

Estas foram as duas principais deliberações da plenária de SPFs realizada no último dia 28 em Brasília. Estavam presentes 290 delegados e 35 observadores de servidores federais de todo o país. O Andes-SN estava representado por 24 delegados, sendo 2 da Adufrj-SSind, Leila Rodrigues e José Miguel. A pauta de reivindicações dos servidores será debatida pelas assembleias gerais de base, a partir da proposta aprovada na plenária anterior, em 20 de abril (ver neste jornal), e será aprovada na próxima plenária dos SPFs, que ficou marcada para o dia 26 de setembro. As contribuições das entidades nacionais serão encaminhadas à CNESF até o dia 14 de setembro.

A plenária caracterizou-se pela busca da unidade entre os SPFs. Esta busca levou as entidades que tinham indicado o início da greve para o dia 30 de agosto a retirarem o indicativo em favor da paralisação em 14 de setembro, aprovada praticamente por unanimidade. Vale destacar que as entidades cuja mobilização para a greve ainda é fraca comprometeram-se a intensificá-la. A próxima AG da Adufrj-SSind, em 8 de setembro, tratará deste tema.

CNESF apresenta ao MOG eixos para abertura de negociação

No dia 25 de agosto, véspera da Marcha dos Cem Mil, a CNESF foi recebida em audiência por funcionários do segundo escalão do Ministério do Orçamento e Gestão (MOG, sucessor do Mare), após uma passeata de cerca de 5.000 servidores. A CNESF encaminhou ao governo documento contendo “eixos para abertura de negociação” (ver abaixo) e questionou os representantes do governo quanto à efetiva disposição deste para negociá-los. A resposta foi positiva, mas com a ressalva de que a negociação “dependia também de outros setores do governo”. A CNESF retrucou que isso podia significar, a exemplo de outras vezes, o esvaziamento da negociação, ao que os representantes do governo afirmaram que a situação mudou pois agora o MOG tem mais auto-

nomia, e que poderiam dar resposta a uma pauta em cerca de um mês. A CNESF considerou o prazo muito dilatado, particularmente porque vários pontos da pauta referem-se a medidas do governo em andamento. Os técnicos disseram então que, de posse da pauta, procurariam dar uma resposta o mais rapidamente possível.

Este encontro foi relatado na plenária de SPFs. A avaliação da CNESF é que o encontro não representou nenhuma abertura de negociações e que só a mobilização dos servidores federais, que começará a exprimir-se na paralisação marcada para o dia 14 de setembro, é que poderá alterar a correlação de forças e forçar o governo a uma negociação efetiva.

Calendário de mobilização

até 14 de setembro: discussão e aprovação pelas assembleias gerais de base da pauta de reivindicações e de encaminhamentos para a greve nacional dos servidores federais (SPFs) e para a greve geral;

14 de setembro: paralisação nacional de um dia dos SPFs;

até 22 de setembro: consolidação e apresentação à CUT pela CNESF das pautas e demais encaminhamentos para a greve geral;

22 e 23 de setembro: deliberação da direção nacional da CUT sobre a greve geral;

25 de setembro: plenárias setoriais de SPFs (no caso do Andes-SN, o setor das federais);

26 de setembro: plenária nacional de SPFs; pauta: greve SPFs e greve geral;

5 de outubro: data indicada para a deflagração da greve nacional por tempo indeterminado dos servidores federais;

outubro: Dia Nacional de Paralisação (greve geral).

O que é a CNESF

A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESF) é uma instância de articulação e mobilização das entidades de âmbito nacional representativas de servidores públicos federais, coordenada pela CUT. As entidades que atualmente participam da CNESF são: ANDES-SN, ASSIBGE, CONDSEF, FASUBRA, FENAFISP, FENAJUFE, FENASPS, SINASEFE, SINDILEGIS, UNAFISCO e CNTSS. Com exceção da FENAFISP e da UNAFISCO, todas são filiadas à CUT. Estas entidades são sindicatos nacionais, federações e confederações e têm formas de organização bastante diversas. A CNESF coordena as plenárias nacionais de servidores federais. Nem a CNESF nem as plenárias têm caráter deliberativo para as entidades que delas participam, que mantêm sua autonomia. Na CNESF, as decisões têm de ser consensuais. Durante as greves nacionais, cada entidade mantém seu Comando Nacional de Greve (CNG) e é formado um Comando Nacional Unificado de Greve (CNUG), composto de representantes de cada entidade em greve, para articular as ações conjuntas. As negociações da pauta geral de reivindicações com o governo - quando existem - são feitas pela CNESF e pelo CNUG.

Eixos para abertura de negociação no Ministério de Orçamento e Gestão

- 1) Reposição integral das perdas salariais acumuladas durante o governo FHC;
- 2) Não implantação das novas alíquotas de desconto previdenciário;
- 3) Pagamento dos anuênios e licença-prêmio por assiduidade, conforme decisão do STF;
- 4) Garantia de estabilidade e revisão de critérios para demissão de servidores públicos, estáveis e não estáveis; reintegração e efetivação de todos os demitidos dos governos Collor e FHC;
- 5) Revogação da Medida Provisória nº 1.917 e do Decreto 3.151/99.
- 6) Pagamento imediato dos 28,86%, e
- 7) Revogação imediata das reformas Administrativa e Previdenciária.

Proposta de pauta nacional de reivindicações dos servidores federais

(encaminhada pela plenária de SPFs de 28 de agosto para ser debatida pelas assembleias gerais de base de todas as entidades e aprovada pela plenária de 26 de setembro; a estrutura da pauta aqui apresentada é a que foi proposta pelo setor das federais do Andes-SN em 19 de abril; a CNESF ainda encaminhará uma proposta mais "enxuta", também para discussão nas AGs de base)

1 Pauta geral

1.1 Pela ruptura dos acordos de ajuste estrutural do governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial (BM).

1.2 Defesa do serviço público contra a transformação dos órgãos públicos e outras modalidades de privatização.

2 Política Nacional

2.1 Reafirmação e implementação dos princípios, diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira, referendado no 17º Congresso da ANDES-SN, em especial os referentes à formação dos Profissionais da Educação.

2.2 Contra as propostas de reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior que tenham como objetivo o seu desmantelamento e/ou que viabilizem a consolidação de diferenciações entre as instituições, que impliquem romper com a possibilidade de atingir o padrão unitário de qualidade.

[estes dois itens estão sendo propostos pelo setor das federais do Andes-SN; cada entidade nacional deverá propor dois itens da sua pauta específica para compor a pauta geral]

3 Campanha salarial

3.1 Empregos

3.1.1 Constituição de uma mesa permanente de negociações com representantes do Governo e da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais;

3.1.2 Abertura de negociação sobre a regulamentação da Reforma Administrativa, em especial no referente a:

- a) Implementação de critérios de avaliação de desempenho de forma objetiva e procedimentos democráticos, visando à melhoria do serviço e a atualização e qualificação do servidor;
- b) Suspensão da legislação que limita gastos com pessoal em percentual da arrecadação da União;
- c) Garantia de estabilidade com revisão de critérios para demissão de servidores públicos estáveis e não estáveis;

d) Acesso aos cargos do serviço público apenas através de concurso público;

e) Reabertura dos processos de convocação dos aprovados nos concursos já efetuados;

3.1.3 Definição de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores dos diversos segmentos do Serviço Público Federal;

3.1.4 Implantação de políticas que impeçam a discriminação de trabalhadores do serviço público por motivo de raça, gênero, idade, religião, opção sexual, entre outras, no acesso e prática do serviço;

3.1.5 Alocação de verbas suficientes para o atendimento qualificado do serviço público;

3.1.6 Reintegração dos demitidos e assegurar a manutenção dos anistiados pela Lei 8878/94;

3.2 Salários

3.2.1 Reconhecimento da data base dos SPFs em 1º de maio;

3.2.2 Reposição imediata de todas as perdas salariais acumuladas desde janeiro/95, sem prejuízo de negociações sobre perdas anteriores [O ICV-Dieese acumulado até julho de 1999, inclusive, é 57,57%];

3.2.3 Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividade ao vencimento no seu valor mais alto;

3.2.4 Pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais;

3.2.5 Pagamento imediato dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário;

[sobre os dois itens a seguir, a plenária dos SPFs de 20 de abril considerou que não havia acúmulo de discussão suficiente para deliberação]

3.2.6 Implementação de uma política salarial com reposição automática das perdas a partir de 5 ou 10% (cinco ou dez por cento) da inflação no período;

3.2.7 Pagamento de um reajuste emergencial de 10%, sem detrimento das reivindicações apresentadas;

3.3 Direitos sindicais

3.3.1 Direito à Organização por Local de Trabalho:

a) Garantia de acesso dos dirigentes e de reuniões nos locais de trabalho;

b) Espaço para divulgação de materiais do sindicato;

c) Liberação de representantes por local de trabalho para participação em atividades sindicais;

d) Espaço de negociação permanente acerca de questões locais;

3.3.2 Estabelecimento de espaços de negociação sindical permanentes nos diversos setores dos SPFs;

3.3.3 Liberação de dirigentes sindicais com salários pagos pelos empregadores; reconhecimento da importância do exercício da atividade sindical para o aperfeiçoamento da democracia garantindo a liberação dos dirigentes com remuneração arcada pelos empregadores;

3.3.4 Manutenção de descontos de mensalidades em folha, sem ônus financeiro para os sindicatos; garantia, conforme Constituição Federal, do desconto em folha de mensalidades e outras eventuais taxas aprovadas pela categoria, sem ônus para as entidades sindicais;

3.4 Defesa da Seguridade Social

3.4.1 Defender um orçamento digno para a Seguridade Social e que sua utilização seja apenas na Seguridade Social.

3.4.2 Garantir o repasse do Tesouro Nacional de todas as receitas arrecadadas para a seguridade social, proibindo o desvio dessas verbas para outras finalidades.

3.4.3 Realizar auditoria independente em todos os institutos de previdência estaduais e municipais, com participação da sociedade.

3.4.4 Revogação da lei que institui o aumento do desconto para os servidores ativos e cria o desconto para os servidores aposentados.

3.4.5 Manutenção da aposentadoria especial para todos os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde e condições insalubres.

3.4.6 Manutenção da previdência pública estatal.

3.4.7 Garantia do Controle Social nas políticas de Seguridade Social.

Diretoria do Andes-SN não investe na unidade com os demais SPFs

A representação do Andes-SN por um assessor nas reuniões da CNESF não é uma questão de menor importância, e sim reflete a ausência de prioridade política dada pela atual diretoria do Andes-SN à construção da unidade dos servidores públicos federais.

O 18º Congresso do Andes-SN, realizado em Fortaleza no início deste ano, aprovou, por ampla maioria, a extinção das Assessorias Parlamentar e de Política Sindical do Andes-SN. A diretoria nacional, no entanto, não implementou esta decisão, alegando tratar-se esta de uma questão “administrativa”, sobre a qual o Congresso (instância deliberativa máxima do Andes-SN) não poderia posicionar-se. Apesar dos protestos de muitas seções sindicais, inclusive da Adufrj-SSind (ofício nº 22/99, de 6/4/99), os assessores permanecem contratados. Por este e muitos outros motivos é que a Adufrj-SSind tem seguida-

mente se manifestado favoravelmente à deposição da diretoria do Andes-SN.

Um dos assessores, o Sr. Flávio, tem participado das reuniões da CNESF representando o Andes-SN, o que tem gerado um enorme desconforto nas demais entidades que a compõem, que protestaram à diretoria do Andes-SN sobre o fato. A resposta do presidente Renato foi mais grosseira ainda: afirmou, em ofício dirigido às entidades, que não lhes cabe questionar quem é o representante do Andes-SN e ainda ameaçou retirar o Andes-SN da CNESF se esse questionamento continuasse.

Além disso, o comportamento e a posição do Andes-SN na CNESF vêm causando prejuízos à unidade do movimento dos SPFs. O indicativo de greve contra o PL do MEC, aprovado na reunião dos setores de 30/7, não foi informado à CNESF, por exemplo. O Andes-SN também foi

contrário a uma convocação da plenária de SPFs há mais tempo, valendo-se do fato de que todas as decisões da CNESF necessitem de consenso. Por isso, a paralisação de SPFs do dia 18 de agosto passou praticamente despercebida no Andes-SN.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind realizada em 25 de agosto aprovou, por unanimidade, “crítica à diretoria do Andes-SN por desprezar as demais entidades que compõem a CNESF ao fazer-se representar em reunião desta por um funcionário do sindicato e por suas práticas desmobilizadoras do movimento nacional dos SPFs, entre as quais a de não informar adequadamente nem implementar com as seções sindicais do Andes-SN a articulação com a CNESF e a de postergar a convocação da plenária nacional de SPFs, desprezando as deliberações do último Congresso sobre esta articulação”.

Universidades lançam canal na Net

Foi lançado no Museu da República, no dia 30 de agosto, o canal universitário na TV a cabo, a UTV (Canal 16 da Net). Com grande pompa e uma bela polêmica. Cercado de expectativas, o projeto já nasceu sob o protesto de vários estudantes de Comunicação. Com os já tradicionais narizes vermelhos de palhaço e cartazes escritos “estudante figurante?”, um grupo de alunos se manifestou contra uma alegada falta de participação na elaboração do projeto e na sua efetiva realização.

Para o aluno do oitavo período de Produção Editorial da UFRJ, Guilherme Fernandez, 21, “não houve discussão com os estudantes. As decisões foram tomadas de cima para baixo. E olhe em volta: não tem nenhum universitário na parte técnica das equipes de reportagem da UTV. Além disso, não é um espaço democrático. O aluno que quiser aparecer no canal tem que estar ligado a algum professor envolvido no projeto”, criticou.

Nomeada diretora executiva da UTV, a professora da Uerj Gabriela Dias minimizou o problema. “A participação dos estudantes depende do esquema de cada instituição”, afirmou. A presen-

ça dos técnicos não-universitários nas equipes da UTV, segundo ela, é vista como uma boa chance para os estudantes ganharem experiência com quem já está no mercado.

Gabriela explicou que a intenção do novo canal é levar para a tela assuntos que as televisões comerciais, por suas natureza econômica, não podem aprofundar normalmente. Resultado de uma sociedade civil sem fins lucrativos, o canal universitário pretende discutir, por exemplo, entre várias faixas temáticas, a tecnologia de ponta, a visão da universidade, programas de saúde e meio ambiente, debates e uma rica agenda cultural e educacional.

Não existe um número definido de tempo para cada instituição ocupar a grade diariamente, de 17h às 23h. O número de estabelecimentos educacionais envolvidos pode crescer até se conseguir uma emissora 24 horas. Cada instituição está bancando o projeto com uma contribuição de R\$ 13 mil mensais.

UFRJ

Com a Central de Produção Multimídia ainda incompleta e sem equipamentos, o diretor da Escola de Comunicação da UFRJ, André Parente, informou que a universidade não estará presente nos dois pri-

meiros meses da UTV. “Só entramos nas conversas de formação do canal há menos de um mês e não houve tempo para discutir amplamente o projeto”, comentou. O diretor garantiu, no entanto, que os alunos da universidade serão chamados para essa discussão.

No meio disso tudo, ainda sobraram alguns “respingos” para o professor José Henrique Vilhena. Durante a homenagem feita pelo reitor da Uerj, Antônio Celso, aos representantes das instituições que vão participar do novo canal, Vilhena, um dos que receberiam a medalha comemorativa do evento, não estava presente. Percebendo a situação, um dos estudantes que protestava se adiantou, pegou o microfone e não perdeu. “Comunico que o reitor Vilhena não estará presente porque não é digno de tal atitude”, disse. O reitor da UFRJ acabou aparecendo na cerimônia um pouco mais tarde.

Quem está no canal Academia Nacional de Engenharia, CEFET-RJ, Cesgranrio, UniverCidade, ESG, Facha, Fiocruz, IME, Moacyr Bastos, PUC-Rio, UCAM, UCB, Estácio de Sá, Uerj, UFRJ, UGF, Uni-Rio, USU e UVA.

GED para os professores em Estágio Probatório

Recentemente a ADUFRJ enviou correspondência para um conjunto de professores que, pela data de sindicalização, em tese, estariam em estágio probatório. Isso porque se constatou que alguns docentes nessas circunstâncias estariam perdendo ou não recebendo o pagamento da GED, Lei 9778.

Esse conjunto totalizava cerca de 180 docentes e inicialmente se pensava abranger um contingente que já fora avaliado no ano de 1998, de julho em diante, após a greve do ano passado. O que também se constatou, no decorrer dos contatos e recebimento de documentos, é que um outro grupo que havia ingressado na UFRJ de março em diante, aproximadamente, não estava recebendo nada ou, esporadicamente, tinha recebido alguns meses.

Nossa advogada logo colocou que a Lei da GED é clara: pelo menos esses casos deveriam estar recebendo os 60% da GED, sendo também certo imediatamente pleitear os valores relativos aos meses não recebidos. As-

sim se corporificou um sub-grupo dentro do maior, objeto de ação específica.

Terminado o prazo inicial, constatamos um retorno de 12 professores, também aí incluídos docentes que mandaram solicitações e perguntas a partir daquela carta inicial.

Ponderando com os advogados pensamos, por enquanto, não montar nenhuma reunião, tentando separar os casos recebidos: os já avaliados (e suas controvérsias), em número de dois; e esperar o caso dos não avaliados, em número de dez docentes que em sua maioria mandaram a documentação pedida (mais importante para os casos dos já avaliados).

As razões alegadas por nossos advogados vão no sentido de que a comissão da GED da UFRJ já foi montada e, seus próximos passos serão importantes como desenho de como será a avaliação para todos os **docentes em cargos efetivos** (os termos da Lei), em particular desse sub-grupo que, em sua maioria, não tem recebido nada.

A diretoria

Grande Perda



Registramos o falecimento da amiga e companheira Rosângela da Costa Motta, ocorrido no início desta semana.

Professora da faculdade de Arquitetura da UFRJ, departamento de planejamento urbano e regional (DPUR), Rosângela foi uma batalhadora pelas questões e causas do movimento docente, local e nacional. Compôs a diretoria da Adufrj no biênio 1991/1993 e recentemente estava afastada do País para doutoramento. Foi também neste período que, diagnosticada grave doença, ela começou nova batalha, infelizmente perdida. Dela, sempre lembraremos de seu empenho, seriedade e combatividade (tanto nos assuntos acadêmicos como sindicais) como ainda do carinho para com os que compartilhavam de sua companhia.

Como lembrança e homenagem anexamos sua foto como delegada da Adufrj no XII Congresso do Andes, realizado em Manaus.

Conselhos debatem carga horária docente

Pegaram fogo as duas últimas discussões sobre a nova regulamentação acadêmica da UFRJ nos encontros conjuntos do CEG e do CEPG. O tópico “carga horária docente” abriu claramente uma divisão entre alguns representantes da pós-graduação e da graduação. O motivo foram os parágrafos seguintes ao artigo 11º da resolução em pauta, que determinam um mínimo de 320 horas de aulas no ano letivo, das quais 160 seriam dedicadas à graduação – como uma forma de evitar a falta de professores nas salas de aula nesse nível de ensino. Os docentes da pós-graduação reclamaram que essa carga poderia ser resolvida com as disciplinas de orientação – a partir dessa resolução, a orientação passa a contar carga horária para o docente -, mas foram vencidos. Derrotados nessa etapa, alguns integrantes do CEPG tentaram, pelo menos, reduzir a parcela de tempo a ser despendida em aulas teóricas, práticas ou teórico-práticas para um mínimo de duas horas semanais. Não conseguiram. Embora a situação ainda não esteja completamente definida – mais discussões e uma votação final vêm por aí -, o docente pode vir a cumprir uma carga horária mínima de quatro horas semanais nas disciplinas teóricas, práticas ou teórico-práticas na graduação. “Não podemos sacrificar o modelo da pós-graduação para tentar salvar a graduação. Assim, os dois afundam”, disse uma corrente. “Quatro horas semanais de ensino na graduação corresponde a apenas 10% da carga horária de um professor DE”, respondeu outra corrente.

Consuni defende luta pelo Canecão

O Conselho Universitário publicou nota paga no jornal O Globo (29/08) questionando as matérias veiculadas nos jornais em defesa dos proprietários do Canecão.

Confira o texto no site da Adufrj: www.alternex.com.br/~adufrij

Adufrj Autônoma e Democrática

A chapa Adufrj - Autônoma e Democrática conchama os colegas sindicalizados a participarem das eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind nos próximos dias 13, 14 e 15 de setembro. Mais do que apenas votar nestas eleições, é fundamental que os professores busquem maior aproximação da seção sindical e se integrem a seu dia-a-dia de acordo com suas possibilidades, trazendo questões para serem debatidas e compondo, construindo e fortalecendo grupos de trabalho - nossos espaços públicos e democráticos de reflexão sobre a educação, o ensino, a pesquisa, a Universidade e as políticas sociais em geral.

Há hoje grande número de frentes de atuação, envolvendo questões em diversos níveis que afetam tanto nossa Universidade quanto o sistema público de ensino superior de nosso país. Todas elas precisam ser bem trabalhadas no interior da categoria: dos problemas internos com a Reitoria às propostas do governo sobre autonomia e financiamento; das condições de trabalho, salários e carreira à evasão de alunos; da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão à do serviço público em geral. Com certeza, sempre haverá um tema de interesse maior para cada um de nós - e todas as contribuições são importantes.

O fortalecimento da entidade não passa pela defesa unânime e monocórdia de quaisquer propostas, mas principalmente por nossa capacidade de manter o debate das idéias, aceitar a diversidade de opiniões e respeitar visões diferentes das nossas, buscando forjar linhas de ação comuns através da mais ampla participação nos espaços públicos e democráticos da seção sindical, de forma que todos se sintam comprometidos e de algum modo representados por suas resoluções. Sua autonomia e representatividade estará vinculada, assim, à capacidade de acolher as questões trazidas pelos professores, submetê-las ao amplo debate e encaminhar e defender as propostas resultantes junto ao governo, nas diversas instâncias do movimento e da própria Universidade.

Os novos conservadores, adeptos do *pensamento único*, afirmam enfaticamente que toda forma coletiva de encaminhamento das lutas políticas estão falidas, pois expressariam utopias ultrapassadas. Entretanto, nada propõem a não ser a aceitação passiva da situação estabelecida. Como fazer frente à política encaminhada localmente pelo interventor do MEC e seus aliados? Como lutar contra o avanço das políticas neoliberais de FHC/Banco Mundial direcionadas contra o ensino público e mais especificamente contra as universidades? Como se contrapor à

privatização insidiosa que corrói a esfera pública da universidade? A memória histórica das lutas sociais - daqui e de outros países - atesta que o fim da história é apenas um desejo dos grupos econômicos hegemônicos. E mais, organizados em sindicatos, podemos não apenas resistir ao avanço conservador, mas obter vitórias: a defesa da previdência social na França e na Itália, o fim do *apartheid* na África do Sul, a organização dos trabalhadores do campo no Brasil, fazendo avançar a luta pela reforma agrária etc.

A Adufrj-SSind, em conjunto com outras entidades sindicais e científicas que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o Congresso Nacional de Educação, vem construindo uma agenda própria para redefinir a universidade pública. Os seus eixos principais são: a garantia do financiamento estatal das universidades públicas; a nova carreira e malha salarial para os docentes; a reposição das perdas salariais decorrentes de meia década de congelamento salarial; os direitos dos aposentados e, neste sentido, nos empenharemos para reforçar os laços de solidariedade com as outras categorias em luta contra o neoliberalismo em toda América Latina.

Em suma, em nossa concepção, a defesa da universidade não pode ser confundida com a aceitação da universidade realmente existente. A exacerbação da razão instrumental vem deformando a instituição, degradando o ensino e a pesquisa, situação que contribui para o alto índice de evasão de estudantes. O movimento docente tem um compromisso histórico com uma universidade dinâmica, produtora de conhecimento científico, artístico e cultural novo. Para isto, é preciso romper com as amarras engendradas pelo capitalismo dependente. Com efeito, não é possível autonomia se o país vive em uma situação de heteronomia diante do FMI e Banco Mundial.

Por que é importante votar nestas eleições da Adufrj-SSind? Porque é o seu voto que legitima a Diretoria e o Conselho de Representantes eleitos e dá a ambos a certeza de estar lutando por um bem valorizado coletivamente pelos professores.

Sabemos que há muito porque lutar, pois o que está em jogo neste momento é, nada mais nada menos, que o futuro da universidade pública, gratuita e de qualidade, sempre a principal motivação das tantas lutas já travadas por nossa entidade. A luta por salários dignos, pela carreira nacional unificada e pelo plano nacional de capacitação docente propostos pelo ANDES-SN compõem as tarefas mais imediatas com vistas a oferecer condições de trabalho que garantam a qualidade das atividades acadêmicas. Além disto, é necessário defender os direi-

tos dos docentes aposentados, reiteradamente desrespeitados pelo governo federal.

Precisamos impedir que as reformas neoliberais do governo FHC, respaldadas e apoiadas pelo interventor na UFRJ, continuem desmantelando a universidade pública. Por esta razão, combatemos o projeto de lei de (des)autonomia do MEC, cujo objetivo é a consolidação destas reformas no espaço universitário. Em seu lugar, defendemos a aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, que garante a autonomia universitária.

Estas são lutas coletivas, cujo sucesso depende de serem elas coletivamente assumidas. Por isso queremos que a Adufrj-SSind continue sendo um espaço democrático de discussão para o conjunto dos sindicalizados na universidade. Acreditamos que isto somente será alcançado se houver uma participação efetiva dos professores da UFRJ. Daí a importância do seu voto.

Conheça os candidatos

Presidente

José Henrique Sanglard é Professor Adjunto do Departamento de Engenharia e Oceânica da Escola de Engenharia da UFRJ desde 1979 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Vice-presidente

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos é Professora Assistente do Departamento de Psicologia Geral e Experimental do Instituto de Psicologia da UFRJ desde 1985 e já foi diretora e representante do IP no Conselho de Representantes da Adufrj.

2ª Vice-presidente

Cleusa dos Santos é Professora Adjunta da Escola de Serviço Social e participa do GT-Seguridade Social da Adufrj.

1º Secretário

Roberto Leher é Professor Adjunto da Faculdade de Educação, atual presidente da Adufrj e foi vice-presidente da entidade (1989-1981), representante da FE no Conselho de Representantes

2º Secretário

Henrique Innecco Longo é do Departamento de Engenharia da UFRJ desde 1982 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Tesoureira

Regina Célia de Souza Pugliese, Professora do Colégio de Aplicação. Foi representante dos professores do CAp no Conselho de Representantes da Adufrj entre 1994 e 1997 e é a atual 2ª Secretária da diretoria.

2ª Tesoureira

Leila Rodrigues Roedel é Professora Adjunta do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais desde 1994. Foi do Conselho de Representantes e participa do GT-História do Movimento Docente

Prestando contas

Adufrj apresenta situação financeira

Conforme decisão da Assembléia Geral da Adufrj, que autorizou a modificação no nosso sistema de arrecadação para 1% do rendimento bruto de nossos sindicalizados, estamos divulgando informações sobre a nossa situação financeira. Relembramos que a Adufrj foi uma das últimas seções sindicais a adotarem esta forma de arrecadação, que já vigora no Andes-SN há vários anos.

Inicialmente, queremos esclarecer alguns detalhes sobre o funcionamento da tesouraria da Adufrj. Todas as nossas movimentações financeiras são registradas num arquivo, que constitui a base das informações aqui apresentadas. Toda a documentação é enviada a um contador, que, de forma independente, elabora os balancetes e faz os registros oficiais em livro.

Na primeira tabela indicamos os saldos de nossa poupança, no início dos últimos três anos. Como a mensalidade de R\$ 12,00 ficou congelada por vários anos, houve uma diminuição de nossas reservas ao longo de 97. A grande diferença em 98 foi devida aos gastos com a nossa greve nacional. Neste período, não houve cobrança de nenhuma cota extra, sendo todas as despesas arcadas pela Adufrj. Nossa poupança começou a ser recomposta em 99, com o aumento da mensalidade para R\$ 20,00. Nesta tabela incluímos um saldo credor da Adufrj junto ao Andes, que será explicado adiante.

Na segunda tabela, indicamos os valores da arrecadação, o depósito (+) ou saque (-) da poupança e os valores totais de nossas despesas, a cada mês. Os quatro primeiros meses foram bastante típicos de nosso movimento. Os maiores itens de despesa são, em valores médios: Andes-SN (R\$ 10.500,00), pessoal (R\$ 16.000,00), jornal e correio (R\$ 7.000,00), viagens e congressos (R\$ 6.000,00). Em maio, nossas despesas “caíram” pois, antes do final do mês, através dos contracheques soubemos que a reitoria da UFRJ havia sustado a cobrança de nossa mensalidade. Renegociamos os pagamentos e tivemos que lançar mão de nossas reservas no mês de junho. Em julho, houve um aumento significativo em nossas despesas por conta do Conad realizado no Rio de Janeiro. Este é um evento financiado pelo

	Saldo poupança
01/01/97	216.313,00
01/01/98	136.521,00
01/01/99	22.497,00
01/08/99	165.161,00
Saldo credor Andes-SN	39.050,44

Valores em Reais

Andes-SN, que, após a prestação de contas, está retornando à Adufrj a quantia de R\$ 64.777,00. Isto está sendo feito parceladamente e, em agosto, nossa despesa “diminuiu”, pois abatemos a contribuição ao Andes-SN.

Em julho e agosto, passou a vigorar o sistema de 1%. Com isto, pela sistemática adotada pelo Andes-SN, devemos repassar 0,2% para a tesouraria nacional, o que significa cerca de R\$ 25.700,00. Além disto, com a inflação passando os 10% acumulados, reajustamos os salários de nossos funcionários.

A situação das reservas da Adufrj em 01/09 é a de um saldo de cerca de R\$ 205.000,00, conforme indicado na primeira tabela.

Queremos chamar a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro é a absoluta necessidade de termos um fundo de reserva que nos permita continuar funcionando, em qualquer situação. Recentemente tivemos nossa mensalidade retida, por interferência da reitoria da UFRJ. Como a folha de pagamento é feita em Brasília, não seria difícil para o governo reter ou atrasar o repasse. O segundo aspecto é a necessidade de renegociarmos o contrato com a assessoria jurídica. Atualmente pagamos à assessoria o valor de R\$ 2.068,00, sendo que as ações com ganho financeiro devem pagar aos advogados um percentual de 10%. Estamos reiniciando a discussão de um novo contrato, sem a taxa de 10%, com plantões da Assessoria na Adufrj, e, é claro, com um valor mensal mais elevado. Por enquanto, não temos um acerto sobre este novo contrato. Isto não nos possibilitou, ainda, fazer uma projeção segura sobre o nível de despesas que teremos no futuro próximo.

Por este motivos, a posição que a Diretoria da Adufrj estará encaminhando à nossa Assembléia Geral será a de que ainda não devemos realizar modificações na contribuição de 1%, sendo necessária uma avaliação mais precisa em breve.

Diretoria da Adufrj-SSind

	Arrecadação	Poupança	Despesas
Janeiro	65.998,00	+4.150,00	15.000,00
Fevereiro	66.068,00	+15.000,00	40.113,00
Março	66.280,00	+25.000,00	56.478,00
Abril	66.718,00	+25.000,00	52.676,00
Maio	66.526,00	+15.000,00	35.360,00
Junho	66.364,00	-56.000,00	86.630,00
Julho	117.795,38	+64.000,00	127.153,00
Agosto	118.454,91	+50.000,00	38.054,00

Greves mobilizam Colômbia e México

As centrais sindicais colombianas paralisaram o país desde o dia 31 de agosto. Indignados com o programa de privatizações, com as negociações do FMI e pedindo a moratória da dívida pública, cerca de 90% dos trabalhadores aderiram a uma greve geral nacional por tempo indeterminado. Os dirigentes da greve afirmam que o movimento não será levantado até que o governo conservador de André Pastrana aceite suas reivindicações. O presidente da República, em cadeia de rádio e TV, convidou os sindicalistas para negociar, mas declarou que os compromissos financeiros do país eram irrevogáveis.

Um outro movimento, desta vez no México, também ganhou repercussão nacional. A greve estudantil na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) já dura mais de 130 dias. Deflagrada em 20 de abril, quando o reitor da UNAM aumentou uma taxa semestral cobrada aos alunos de dois centavos de dólar para o equivalente a cerca de 100 dólares, a greve deixou parada a maior universidade da América Latina, com 270 mil alunos. Depois de perceber a briga feia que tinha pela frente, o reitor voltou atrás, mas a mobilização começou a exigir outras reivindicações, causando o impasse.

No Brasil

A coordenação do 5º Grito dos Excluídos espera promover manifestações contra o desemprego em mais de 1,2 mil municípios do país no dia 7 de setembro. O símbolo do movimento este ano é a carteira de trabalho e o lema inclui uma frase do hino nacional: “Brasil, um filho teu não foge à luta”.

Visite a página da
Adufrj
[www.altenex.com.br/
~adufrij](http://www.altenex.com.br/~adufrij)

Adufrj aprova pauta emergencial para os servidores

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind discutiu a situação atual do movimento dos servidores federais. Há cinco anos sem reajustes e sofrendo um desmonte sistemático por parte do governo FHC, todo o serviço público encontra-se em crise. Em abril, a CNESF, Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, elaborou uma proposta de pauta, divulgada em nosso último jornal. No dia primeiro de setembro foi feita uma nova versão. No entanto, esta pauta não foi ainda discutida em profundidade em nossas bases, sendo seu conteúdo bastante complexo em função do grande número de reivindicações específicas de cada categoria. A Adufrj-SSind considera da maior importância a construção e o fortalecimento deste movimento. Nas nossas últimas AGs, ressaltamos a urgência de discutirmos a pauta nas bases, não só pela necessidade de um maior aprofundamento, mas também por ser este processo fundamental na mobilização dos servidores. Na AG do dia 08/09, aprovamos uma série de sugestões de alterações à pauta nacional, que estarão na nossa *home page* em breve. Uma das mais importantes sugestões que fizemos foi a necessidade da aprovação da pauta nacional na próxima plenária do dia 26/09. A outra sugestão que aprovamos foi a definição de uma pauta emergencial (ao lado) que mobilize todo o movimento dos servidores federais.

Adufrj aprova mobilização dia 14 de setembro

A Assembléia Geral da Adufrj aprovou para o próximo dia 14 de setembro um dia de luta e mobilização em defesa da pauta de reivindicações dos servidores federais. Foi aprovada uma Carta aos técnicoadministrativos e estudantes, ressaltando a necessidade de ações conjuntas no âmbito da UFRJ. Não aprovamos a nossa adesão à paralisação do dia 14 de setembro, em função da pouca mobilização em torno de nossas reivindicações neste momento.

Proposta de pauta emergencial para os servidores federais

1) Salários:

- Reposição imediata de todas as perdas salariais acumuladas desde janeiro/95 até a presente data, sem prejuízo de negociações sobre perdas anteriores. Reivindicamos o ICV/DIEESE acumulado até julho de 99, inclusive, de 57,57% ;
- Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividades ao vencimento no seu valor mais alto;
- Pagamento imediato e integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário;
- Revogação da lei que institui o aumento do desconto para os servidores ativos e cria o desconto para os servidores aposentados;

2) Emprego:

- Manutenção da estabilidade dos servidores públicos, revogação do PDV, reintegração dos demitidos e manutenção dos anistiados pela Lei 8878/94.

3) Serviço público:

- Revogação imediata das reformas administrativa e da previdência.

Arrecadação da Adufrj

A Diretoria da Adufrj submeteu à Assembléia Geral uma demonstração da nossa situação financeira atual, conforme indicamos no último jornal. A necessidade de termos uma maior precisão no nosso novo contrato jurídico, de fazermos uma reavaliação de nossas despesas nos próximos meses e a definição de um fundo de reserva, levou a Assembléia a aprovar a proposta da diretoria de que o tema volte a uma próxima Assembléia, ainda em tempo de que eventuais mudanças sejam implementadas na folha de novembro. Até lá, continua a vigorar o desconto de 1%.

Clipping

O Coppe está com a corda toda. De acordo com nota de Boechat, publicada no dia 30, o instituto recebeu um equipamento único no Brasil, chamado difratômetro de Raios X com câmara de reação, avaliado em US\$ 400 mil. A máquina atesta a eficiência dos catalisadores usados nos canos de descarga dos veículos para medir a emissão de gases.

Mais uma do Boechat, de 26/08: "Há quatro anos, privatizaram a Escelsa por US\$ 670 milhões. Anteontem, o Banco Pactual vendeu 38% da empresa ao grupo EDP por US\$ 534 milhões. Se ela vale hoje US\$ 1,4 bilhão, saiu em 94 por mixaria."

Outra do Boechat, na mesmo dia 26: "Saiu no Diário Oficial. O Ministério dos Esportes liberou R\$ 600 mil para a Fundação Cultural de Curitiba, presidida pela mulher do ministro Greca, Margarida Sansone. A verba seria "cooperação técnica para a implementação do projeto Brasil 500 anos". Imaginem se Cabral tivesse desembarcado no Paraná..."

O ministro Paulo Renato aceitou participar do programa "Barraco", da MTV, do próximo dia 13. O debate será ao vivo.

Deu na coluna da Danuza, em 26/08: "O ministro Ronaldo Sardenberg vai mexer num vespeiro. Existem 50 mil bolsistas no exterior e governo não tem interesse algum em manter grande parte deles. O lobby para que nada mude é grande, e Sardenberg está por enquanto de mãos amarradas. Por enquanto."

Eleição para Diretoria e Conselho de Representantes

13,14 e 15
setembro

Confira aqui os
locais de votação

Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj

Nos próximos dias 13, 14 e 15 de setembro estarão sendo realizadas as eleições para a Diretoria e para o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para um mandato de dois anos, de 15/10/ 1999 a 15/10/2001.


Para a Diretoria, a única chapa inscrita é a chapa Adufrj Autônoma e Democrática e para o Conselho de Representantes há listas de candidatos em 9 unidades da UFRJ (ver quadros).

Nos dias das eleições, funcionarão 11 seções eleitorais, sendo uma delas na própria sede da Adufrj-SSind, que funcionará das 9 às 17 horas em todos os dias da eleição.

São eleitores todos os docentes sindicalizados pela Adufrj-SSind até 15 de julho de 1999. Qualquer eleitor poderá votar em qualquer seção eleitoral, mas a votação será mais rápida e simples se o local escolhido for o correspondente à unidade do eleitor (ver quadro nesta página), onde seu nome

estará na listagem de eleitores da seção. O voto realizado em outra seção terá de ser recolhido em separado, para posterior conferência do nome do eleitor.

Os locais e horários de funcionamento indicados no quadro são os que puderam ser confirmados até o fechamento desta edição. Poderá haver outros horários de funcionamento nos mesmos locais, dependendo da disponibilidade de mesários. Informações mais precisas poderão ser obtidas durante os dias da eleição na sede da Adufrj-SSind. A Comissão Eleitoral solicita aos sindicalizados que estejam dispostos a colaborar com o processo da eleição trabalhando como mesários em locais e horários ainda não cobertos que entrem em contato com a Secretaria da Adufrj-SSind. A Comissão Eleitoral lembra ainda que só professores sindicalizados podem atuar como mesários.



**Dias 13, 14
e 15
de
setembro.
Não
deixe de
votar.
Fortaleça
sua
entidade.**

Quem são os candidatos

Chapa Única - Adufrj Autônoma e Democrática Presidente

José Henrique Sanglard é Professor Adjunto do Departamento de Engenharia e Oceânica da Escola de Engenharia da UFRJ desde 1979 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Vice-presidente

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos é Professora Assistente do Departamento de Psicologia Geral e Experimental do Instituto de Psicologia da UFRJ desde 1985 e já foi diretora e representante do IP no Conselho de Representantes da Adufrj.

2ª Vice-presidente

Cleusa dos Santos é Professora Adjunta da Escola de Serviço Social e participa do GT-Seguridade Social da Adufrj.

1º Secretário

Roberto Leher é Professor Adjunto da Faculdade de Educação, atual presidente da Adufrj

e foi vice-presidente da entidade (1989-1981), representante da FE no Conselho de Representantes.

2º Secretário

Henrique Innecco Longo é do Departamento da Escola de Engenharia da UFRJ desde 1982 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Tesoureira

Regina Célia de Souza Pugliese, Professora do Colégio de Aplicação. Foi representante dos professores do CAP no Conselho de Representantes da Adufrj entre 1994 e 1997 e é a atual 2ª Secretária da diretoria.

2ª Tesoureira

Leila Rodrigues Roedel é Professora Adjunta do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais desde 1994. Foi do Conselho de Representantes e participa do GT-História do Movimento Docente

Confira aqui os candidatos e locais de votação

Seção	Unidades	Local	Dias	Horário de funcionamento
Seção 1	Museu Nacional	Sede da Adufrj	13, 14 e 15	9h às 17h
Seção 2	Todas as unidades do CT e do CCMN	Centro de Tecnologia	13 e 14	Bloco A: 9h às 10h30 Bloco H: 12h às 14h (só no dia 13)
Seção 3	Todas as unidades do CCS, exceto Neurologia, IPUB e EEFD	Hospital Universitário	13	8h30 às 10h e das 11h30 às 14h
Seção 4	EEFD	EEFD - Depto. de Corridas	13, 14 e 15	16h às 17h
Seção 5	Letras	Letras	14	9h às 12h
Seção 6	FAU, EBA e IPPUR	Prédio da Reitoria	13	12h às 15h
Seção 7	Todas as unidades da Praia Vermelha, exceto Fac. de Educação e ECO	ESS	13, 14 e 15	9h às 11h e de 14h às 18h (dia 13) 10h às 13h e 14h às 18h (dia 14) 14h às 18h (dia 15)
Seção 8	Faculdade de Educação e ECO	Faculdade de Educação	13, 14 e 15	9h às 13h e de 14h às 18h (dia 13) 10h às 13h e de 14h às 18h (dia 14) 9h às 14h (dia 15)
Seção 9	IFCS, Música e Direito	IFCS	14	14h às 16h30
Seção 10	CAp	CAp	15	11h às 13h
Seção 11	Escola de Enfermagem Ana Nery	Escola de Enfermagem Ana Nery	14 e 15	9h às 16h

Listas de candidatos ao Conselho de Representantes

***E. Enfermagem Ana Nery:**

Walcyr de Oliveira Barros

***Escola de Serviço Social:**

José Augusto Vaz S. Bisneto e Sara Granemann

***Escola de Engenharia:** *José*

Miguel Bendrao Saldanha

***Escola de Educação Física e Desporto:**

Leandro Nogueira Salgado Filho

***Faculdade de Arquitetura e**

Urbanismo: *Oswaldo Luiz de Souza Silva e Roberto Houaiss*

***Faculdade de Educação:**

Marcos Antônio C. da Silva e Antônio Carlos Moraes

*** NESC:** *Lídia Soares*

Cardoso (titular) e Regina Helena Simões Barbosa

(suplente)

*** Colégio de Aplicação:**

Sandra Martins de Souza e Marcos Vinícios P. de Andrade

(titulares) e *Clóvis de F. Neves Filho* (suplente)

***Instituto de Psicologia:**

Arthur Arruda Leal Ferreira e Marcos Aguiar de Souza

(titulares)

Governo pode lançar novo PDV

O governo federal poderá lançar no ano 2000 um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os servidores civis do Executivo. Antes, porém, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, vai avaliar os resultados do PDV deste ano. O inacreditável Tavares já mandou avisar que não há a menor possibilidade de aumento salarial linear para o funcionalismo público. Talvez apenas para os ocupantes das chamadas carreiras típicas de Estado, entre as quais os docentes não foram incluídos. O último reajuste concedido para todos os servidores da União foi em janeiro de 1995.

PDV causa alcoolismo

De acordo com o Departamento de Segurança na Saúde da Uerj, cresceram muito os casos de alcoolismo nas repartições públicas. Para esse departamento, os PDVs, as ameaças de transferência, o risco da disponibilidade e declarações ofensivas das autoridades vêm contribuindo para agravar o problema.

Governo acaba com o PET

O Programa Especial de Treinamento (PET) está com os dias contados. A determinação veio do Mec para acabar com a distribuição de mais de 3,5 mil bolsas de estudo em todo o país. De acordo com o ministério, a justificativa para sua extinção está no caráter elitista do programa, de alcance muito restrito. Em substituição, o governo pretende promover, a partir do ano que vem, um tal de Programa Especial de Apoio a Projetos Destinados à Modernização e Qualificação Institucional de Ensino Superior Público. Nesse novo modelo, cada universidade ou faculdade poderá apresentar três projetos no valor de R\$ 150 mil.

Grito dos Excluídos reúne 30 mil em Aparecida

Organizado pela CNBB em parceria com entidades como a CUT, o Grito dos Excluídos reuniu 30 mil manifestantes, no 7 de setembro, em seu maior ato, em Aparecida, a 170 km de São Paulo. Em Recife, o protesto incluiu uma homenagem a dom Hélder Câmara, que morreu há dez dias.

Fundo de Estabilização retém R\$ 25,9 bi do social

FHC disse ultimamente que ia dar mais atenção à área social, certo? Mas o que se diz não é o que se faz. O governo vai reter no Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) R\$ 25,9 bilhões das receitas de contribuições sociais, que incluem as contribuições de empresas e trabalhadores para o INSS e a arrecadação com a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). Com esta retenção, o governo garante quase todo o superávit primário de R\$ 28,5 bilhões acertado com o FMI. “O governo vai fazer o ajuste fiscal acertado com o FMI com o dinheiro da área social”, criticou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), em entrevista ao Jornal do Brasil.

Mais vaias ao reitor da UFRJ

Segundo a coluna Estudantada, do jornal O Dia, de 7/09, Vilhena foi mais uma vez vaiado. Desta vez, no evento em homenagem ao educador Anísio Teixeira, na semana passada, na UFRJ. “Um grupo de universitários invadiu o local aos gritos de ‘Fora, Vilhena’, impedindo que ele continuasse a falar. Maior constrangimento, impossível.”, diz a nota.

Mais de 80% dos novos empregos são informais

A organização americana Worldwatch Intitute, que trabalha com dados da ONU, informou que o desemprego vai crescer cerca de 350% até o ano 2050 nos 50 países mais pobres do mundo. Atualmente, mais de 80% dos novos empregos na América Latina são criados no setor informal ou na economia clandestina, caracterizando-se por baixos salários, más condições de trabalho e escassa segurança.

Até tu, Rockefeller?

Até os ricos de fora estão enxergando o problema. O bilionário banqueiro norte-americano David Rockefeller, em entrevista à Folha de S. Paulo, ex-presidente e atual membro do conselho internacional do Chase Manhattan Bank, disse que “a disparidade entre os ricos e os pobres no Brasil é tão grande que, a menos que os ricos reconheçam esse problema e tomem medidas para corrigi-lo, grandes agitações sociais vão acontecer”.

Noticiário

Senado aprova reserva de vagas nas universidades públicas

O Senado aprovou, no último dia 2, por unanimidade, o projeto de lei 298/99, que reserva 50% das vagas das universidades públicas para os alunos que tenham cursado o ensino fundamental e médio inteiramente na rede pública de ensino. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados. Nem o ministro Paulo Renato gostou da idéia. “A democratização do acesso ao ensino superior passa pela melhoria da escola pública”, comentou. Opinião compartilhada pelo presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Roberto Bezerra, em entrevista ao Estado de S. Paulo. Ele informou que uma experiência semelhante foi feita nos anos 70, quando 50% das vagas de veterinária e agronomia das universidades públicas foram reservadas para filhos de agricultores. “Durante o curso, o desempenho deles foi pior”, disse.

Justiça reintegra mata-mosquitos

A 8ª Vara Federal concedeu, por liminar, a reintegração ao trabalho por seis meses dos agentes sanitários da Fundação Nacional de Saúde. Conhecidos como mata-mosquitos, cerca de 5,7 mil desses funcionários foram demitidos no fim de junho - o que pode ter facilitado a proliferação de doenças.

“Avança, Brasil” só no nome

O nome do projeto do presidente Fernando Henrique Cardoso é “Avança, Brasil”, mas o salário do funcionalismo continua no mesmo lugar. O Governo espera gastar R\$ 51,9 bilhões com o pagamento da folha salarial dos servidores. O aumento de R\$ 2,6 bilhões em relação ao previsto para 1999 é explicado pelos gastos com o crescimento vegetativo da folha, a implantação do plano de carreira do Judiciário e o pagamento do reajuste de 28,86% e de precatórios.

FHC despenca vertiginosamente na popularidade

A última pesquisa do Ibope, realizada entre os dias - 19 e 23 de agosto, com 2 mil entrevistados em todo o país, apontou que a administração FHC é considerada ruim ou péssima para 52%; outros 29% acham que é regular; 13% classificam o governo como bom e apenas 2%, ótima. O restante não soube ou não quis responder. Para o cientista político Rogério Schmitt, da USP, os dados mostram que Fernando Henrique chegou ao fundo do poço.

Adufrj recorre à Justiça para garantir envio de dados da Ged por escrito

Nem mesmo a utilização de um novo provedor para o Sistema de Gerenciamento Acadêmico (Sigma) acalmou os ânimos dos professores que tiveram ou estão tendo que perder algumas horas de sono ou trabalho para preencher as planilhas com os dados para a avaliação da Ged99. O novo equipamento - que tem o dobro da capacidade em termos de velocidade e capacidade de recepção de informações - entrou no ar na madrugada do dia 22, mas não foi suficiente para atender os mais de 700 acessos simultâneos. O Sigma permanece lento e exige um equipamento pessoal sofisticado quando, em algumas unidades, o professor não tem sequer um modesto microcomputador disponível para o acesso, como é o caso da Faculdade de Medicina.

Não só os problemas declarados pela própria reitoria e pela comissão chegaram ao conhecimento da diretoria da Adufrj. Muitos sindicalizados procuraram a entidade para que alguma medida concreta fosse tomada em relação ao procedimento de avaliação da Ged na UFRJ. A assessoria jurídica da Adufrj está preparando um mandado de segurança coletivo para garantir que o professor possa entregar os dados da Ged por escrito e que a Comissão prorrogue os prazos para o cadastramento.

A diretoria da entidade enviou na segunda-feira, 30, um requerimento solicitando da comissão local as seguintes providências:

1 - a dilatação dos prazos para a efetivação do fornecimento de dados para o cadastramento da Ged; 2 - que seja facultado aos docentes a entrega das citadas informações na forma escrita, garantindo-se assim o acesso para a totalidade dos docentes; 3 - seja expressamente ressalvado pela comissão que nenhum professor da UFRJ será prejudicado em seu legítimo direito devido a dificuldades de caráter meramente operacional; 4 - por fim, em face da exiguidade de tempo, requer seja a presente solicitação analisada no prazo máximo de 24 horas.

Consuni

Na última sessão do Conselho Universitário, o representante da Escola de Engenharia, professor Oscar Rosa Mattos, encaminhou à reitoria duas solicitações de sua Congregação: que os prazos para a coleta de dados, já adiados, fossem novamente revistos (medida já acatada pela comissão) e que a reitoria ou a comissão garantissem ao professor um programa *off-line* para o preenchimento e envio por correio eletrônico. Embora reconhecendo a necessidade do Sigma como banco de dados da produção acadêmica, vários conselheiros manifestaram grande irritação com a vinculação do sistema - que, se-

gundo reconheceu a própria reitoria, ainda é uma versão nova e em experimentação - com a captação de dados para a Ged.

Diante da reclamação generalizada dos professores, o sub-reitor de Pós-Graduação, Antônio Figueiredo, disse que o processo de coleta não prejudicará ninguém, mas, ao mesmo tempo, reconheceu que há a dificuldade do término do processo em consequência de atributos predatórios do próprio programa. "Havia duas possibilidades - ou recomeçávamos todo o processo ou continuávamos", disse, referindo-se às dificuldades de acesso apresentadas no início do cadastramento. O sub-reitor decidiu levar o Sigma-Ged adiante, mesmo sabendo das dificuldades com as máquinas, infra-estrutura dos departamentos e dos "engarramentos" pelo fluxo e uso do provedor.

Segundo o professor que responde pela comissão local de avaliação, Fernando Rochinha, o Sigma não é uma novidade, pois foi utilizado na captação de dados e trabalhos durante a XXI Jornada de Iniciação Científica, neste ano, e foi escolhido como o meio para o cadastramento da Ged por ser um sistema que possibilita o cruzamento das informações que o docente vai fornecer com os dados já registrados no departamento. Isto evitaria, em princípio, as distorções ocorridas nos relatórios de trabalho que os professores entregaram, no ano passado, em papel, à comissão.

As tais "distorções" também propagadas pelo sub-reitor Figueiredo durante o Consuni não vieram à tona nem puderam ser analisadas pelos colegiados porque a reitoria não divulgou o relatório da Ged98. Esta parece ser a principal justificativa da reitoria para não permitir que a comissão aceite que o docente entregue seus dados para a avaliação em papel ou em disquete.

Medidas

A comissão local, diante do número de reclamações, resolveu adiar novamente os prazos para envio de dados para a Ged e para a homologação, também *on-line*, dos chefes de departamento ou dirigentes das Unidades.

Os novos prazos são: dia 3 de dezembro até às 23h59 para os dados referente às atividades de ensino, e dia 9 de dezembro até às 23h59 para as informações sobre a produção intelectual e homologação pelos diretores e chefes.

Segundo Fernando Rochinha, além do adiamento, a comissão vai solicitar a compra de novos equipamentos para as Unidades menos capacitadas tecnologicamente

e vai abrir novas linhas de acesso. Para o professor, o anel de fibra ótica que liga os cabos do sistema interno da UFRJ pode não estar totalmente implementado, o que resultaria em Unidades com menor capacidade de acesso do que outras.

Medidas como a interrupção do acesso para fornecimento de dados anteriores ao ano de 1998, para liberar o provedor para os que ainda não conseguiram efetuar o cadastramento para Ged, também estão sendo pensadas pela comissão, disse Rochinha.

Pool de digitadores

A comissão recomenda aos diretores de Unidades e chefes de departamento que organizem grupos de digitadores para receber os dados dos professores que não conseguirem se cadastrar através da rede. Segundo Rochinha, a comissão já havia sinalizado aos dirigentes que fornecessem o próprio formulário de módulos do Sigma-Ged para organizar o cadastramento nas Unidades através do que chamou de *pool* de digitadores. Rochinha diz que a comissão não tem condições de aceitar a proposta de produzir um formulário padrão que poderia ser preenchido pelo professor tanto em papel como em disquete. Lamentando os transtornos causados pelo sistema, o professor pede paciência aos professores e diz que há um compromisso da comissão de que não vai haver prejuízos. O endereço da comissão é caad@sr2.ufrj.br.

Orientações da Adufrj

A Adufrj recomenda que todos os professores, mesmo aqueles que tenham preenchido o formulário eletrônico, preencham por escrito um relatório de atividades que siga o roteiro da Pontuação para a GED da comissão da UFRJ (a pontuação que está na *home page* da UFRJ: www.ufrj.br), e entreguem este relatório ao chefe de departamento para que este o encaminhe à comissão da GED (como foi feito no ano passado). O professor deve ficar com algum registro de que entregou o relatório ao chefe de departamento. Este encaminhamento se justifica porque: o acesso ao sigma é extremamente difícil, o sistema não permite correções em alguns casos, não diz como os dados informados pelo professor foram interpretados, não dando retorno sobre a pontuação relativa a estes dados, e não dá comprovante das informações enviadas, com a respectiva pontuação. Ao entregar o formulário por escrito, o professor estará cumprindo, nos termos da lei, a exigência do prazo em que deve prestar a informação à UFRJ.

Aula só em março

Nem sim, nem não. O Conselho Universitário alterou a proposta de calendário formulada nas reuniões conjuntas dos Conselho de Ensino em Graduação (CEG) e Conselho de Ensino Para Graduados (CEPG) – que previa o início do ano letivo para fevereiro –, mas classificou como interessante e viável já para o segundo semestre de 2000 a idéia – também daqueles colegiados – de nova regulamentação acadêmica para a universidade. A solução final do Consuni aparentemente impede uma crise entre os conselhos superiores da UFRJ e dá tranqüilidade para os professores iniciarem suas aulas após o mês de fevereiro.

No calendário aprovado na última sessão do Consuni (25/11), o ano letivo será dividido em dois períodos – não se fala mais em cem dias letivos para cada período, nem em módulos. As aulas começam em 13 de março e vão até 14 de julho no primeiro semestre e reiniciam em 31 de julho e seguem até 22 de dezembro. Para contemplar as necessidades de cursos que já realizam 40 semanas ou mais de ensino, como a Medicina, as unidades que necessitem de uma antecipação do início das aulas devem comunicar o fato aos colegiados CEG/CEPG.

Para quem fizer as contas, o primeiro semestre contará 18 semanas contra 21 do segundo. No entendimento do técnico-administrativo Roberto Gambine, essa diferença deixa sinalizado que o Consuni aceita as modificações propostas pelo CEG/CEPG já na segunda parte do ano letivo que vem. Nesse sentido, foi aprovada uma outra resolução em que se determina um estudo de adaptação à nova regulamentação acadêmica. Unidades ou órgãos suplementares devem apresentar ao CEG/CEPG, em até seis meses (25 de maio é a data-limite), seus projetos pedagógicos de graduação e pós-graduação dentro dos termos da nova regulamentação. A resolução conjunta CEG/CEPG previa anteriormente um prazo de implantação de até 24 meses. Essa diferença provocou os votos contrá-

Reunião dos professores novos 10/12, às 17h na Escola de Serviço Social

A Adufrj-SSind convida todos os professores novos que ainda não recebem os 60% da Ged para participar desta reunião. De acordo com a comissão local da UFRJ, mais ou menos cem professores que ingressaram após a avaliação passada já estariam recebendo a Ged no contracheque de novembro. Participe.

os de quatro representantes estudantis, que preferiram o prazo maior. Segundo o sub-reitor Antônio Figueiredo, essa segunda resolução do Consuni foi positiva porque permitirá antecipar aos colegiados uma “fotografia” do que as unidades ou órgãos suplementares querem para seu futuro acadêmico. Desse modo, possibilita os colegiados de ensino pensar na aplicação ou não dos dispositivos apresentados. Resta saber se as festas de fim de ano somadas ao período de férias dos docentes não vão tornar esse prazo de seis meses insuficiente para as devidas discussões.

Sábados

A classificação do sábado ou não como dia letivo mais uma vez mobilizou a plenária do Consuni. O colegiado entendeu que o sábado só é utilizado para ensino de algumas disciplinas de determinados cursos. Esse reduzido percentual de atividade acadêmica da UFRJ, para o Consuni, não poderia ditar a regra para a universidade inteira. Ainda mais porque, segundo a resolução conjunta CEG/CEPG, “os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividade de ensino regular na universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas.” Os conselheiros passaram, então, a pedir, pelo menos, a abertura das bibliotecas aos sábados. O reitor se comprometeu a estudar essa possibilidade – para isso, seria necessário um escalonamento dos horários dos técnicos ligados às bibliotecas.

CEG/CEPG/Consuni

Finalmente, na mesma sessão, ficou acertada uma reunião conjunta CEG/CEPG/Consuni para o próximo dia 2/12 para esclarecer dúvidas em torno da nova regulamentação acadêmica. Pontos polêmicos da resolução conjunta não devem ser alterados para o ano 2000, uma vez que o sub-reitor Figueiredo anunciava a publicação do documento tal como estava para o dia 30/11.

Qual a contrapartida?

O Iate Clube e a Prefeitura da UFRJ (setor Praia Vermelha) fecharam um convênio recentemente. Pelo acordo, publicado em nota do boletim do clube, o Iate ganha 50 credenciais para seus funcionários estacionarem no campus da universidade e ainda recebe mais quatro estagiários da área de Informática para trabalhos em suas dependências. Em “troca”, estes estagiários estariam aprimorando o nível de conhecimento dos funcionários do clube.

Adufrj promove debate A periodização do ano letivo na UFRJ e a LDB

Participantes:

Aníbal Gil Lopes

(Sub-Reitor de Ensino de Graduação)

Antônio Cláudio

(Escola de Engenharia/conselheiro do CEG)

Mario Luiz Possas (IE)

Adufrj, Sintufrj e DCE

7/12/99 (terça-feira),

às 10 horas, no Auditório do CT

Assembléia Geral

Data: 1º de dezembro, quarta-feira, às 18 horas, no Instituto de Psicologia

Pauta:

- 1. Ações judiciais relativas a:**
 - **Cadastramento e envio do relatório de atividades referente à Ged/Sigma;**
 - **A Ged dos professores novos e afastados total ou parcialmente para qualificação;**
- 2. Periodização do trabalho acadêmico e LDB.**

Segundo tombamento gera revolta no CEPG

A reitoria foi duramente criticada na reunião do CEPG (dia 19/11). O conselheiro Carlos Vainer não aceitou passivamente o segundo tombamento (INDC e Instituto de Psiquiatria) dentro da UFRJ. “Cadê a Procuradoria? Cadê o Conselho Curador? O patrimônio tem que ser defendido. Daqui a pouco, esses dirigentes vão embora e a universidade fica aí sem seu valioso patrimônio”, afirmou.



Mais de 200 estudantes ocupam durante 26 horas o hall da reitoria em protesto contra o projeto de autonomia do governo federal

Estudantes em defesa da universidade pública

Ged99

Comissão Local de Avaliação da
Gratificação de Estímulo à Docência
já tem diretrizes nacionais

Página 8

**Professores elegem nova
diretoria e conselheiros
para a Adufrj**

Página 2

Financiamento
Governo aumenta verba para a
manutenção das universidades
públicas

Página 3

Professores elegem nova diretoria

Na eleição realizada nos dias 13, 14 e 15 de setembro os professores da UFRJ, sindicalizados à Adufrj-SSind, elegeram a nova diretoria de nossa seção sindical. De um quadro de cerca de 3.400 professores, entre ativos e inativos, compareceram às urnas 569. Destes, 544 votaram na única chapa inscrita: Adufrj Autônoma e Democrática.

Presidida pelo professor José Henrique Sanglard, da Escola de Engenharia, a nova diretoria toma posse no próximo dia 15 de outubro.

Os professores escolherem também os novos membros do Conselho de Representantes da entidade (veja lista). Os docentes das unidades que ainda não têm representação na Adufrj podem solicitar eleições nos seus locais de trabalho em qualquer tempo.

Seção	Votos apurados	Votos Diretoria	Votos brancos	Votos nulos
Sede Adufrj	12	11	1	0
CT e CCMN	110	106	3	1
CCS	59	58	0	1
EEFD	12	9	3	0
Letras	55	54	1	0
Fau,Eba,Ippur	61	58	2	1
Praia Vermelha	50	48	1	1
ECO,Educação	51	48	1	2
IFCS,Mús.Dir.	24	20	3	1
Cap	56	55	1	0
Ana Nery	49	48	1	0
Museu	30	29	1	0
TOTAL	569	544	18	7

Os novos Conselheiros da Adufrj

• E. Enfermagem Ana Nery: *Walcyr de Oliveira Barros*

• Escola de Serviço Social: *José Augusto Vaz S. Bisneto e Sara Granemann*

• Escola de Engenharia: *José Miguel Bendrao Saldanha*

• Escola de Educação Física e Desporto: *Leandro Nogueira Salgado Filho*

• Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: *Oswaldo Luiz de Souza Silva e Roberto Houaiss*

• Faculdade de Educação: *Marcos Antônio C. da Silva e Antônio Carlos Moraes*

• NESC: *Lídia Soares Cardoso* (titular) e *Regina Helena Simões Barbosa* (suplente)

• Colégio de Aplicação: *Sandra Martins de Souza e Marcos Vinícios P. de Andrade* (titulares) e *Clóvis de F. Neves Filho* (suplente)

• Instituto de Psicologia: *Arthur Arruda Leal Ferreira e Marcos Aguiar de Souza* (titulares)

Conheça a nova diretoria

Presidente

José Henrique Sanglard é Professor Adjunto do Departamento de Engenharia e Oceânica da Escola de Engenharia da UFRJ desde 1979 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Vice-presidente

Maria de Lourdes Rodrigues da Fonseca Passos é Professora Assistente do Departamento de Psicologia Geral e Experimental do Instituto de Psicologia da UFRJ desde 1985 e já foi diretora e representante do IP no Conselho de Representantes da Adufrj.

2ª Vice-presidente

Cleusa dos Santos é Professora Adjunta da Escola de Serviço Social e participa do GT-Seguridade Social da Adufrj.

1º Secretário

Roberto Leher é Professor Adjunto da Faculdade de Educação, atual presidente da Adufrj e foi vice-presidente da entidade (1989-1981), representante da FE no Conselho de Representantes

2º Secretário

Henrique Innecco Longo é do Departamento da Escola de Engenharia da UFRJ desde 1982 e já foi presidente e representante da EE no Conselho de Representantes da Adufrj.

1ª Tesoureira

Regina Célia de Souza Pugliese, Professora do Colégio de Aplicação. Foi representante dos professores do CAp no Conselho de Representantes da Adufrj entre 1994 e 1997 e é a atual 2ª Secretária da diretoria.

2ª Tesoureira

Leila Rodrigues Roedel é Professora Adjunta do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais desde 1994. Foi do Conselho de Representantes e participa do GT-História do Movimento Docente

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531 RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTES)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

Governo suplementa orçamento das universidades federais com verba da Pós-Graduação

Desde o final do ano passado, quando o Congresso aprovou o primeiro ajuste fiscal do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, as universidades e escolas técnicas federais vêm fazendo malabarismos financeiros para sobreviver. Não faltam reclamações de reitores, diretores, professores e alunos quanto à falta de dinheiro para o pagamento de contas, compra de material, equipamentos e outras despesas.

A nova matriz de financiamento do Mec, anunciada em junho, previa o acréscimo de R\$ 76 milhões, conquistados através de emenda proposta pela entidade dos reitores (Andifes), com o apoio dos docentes (Andes-SN) e da SBPC, durante a votação do orçamento de 1999 para o ensino superior federal. Do total de R\$ 308,4 milhões do exercício de 1998, foram acrescentados os R\$ 76 milhões da emenda parlamentar mais R\$ 23,4 milhões oriundos da Capes (agência de fomento à pós-graduação do Mec) e cerca de R\$ 17 milhões que sobraram de um acerto de contas sobre a estimativa de auxílio-alimentação e auxílio-transporte de servidores. Com mais estes reforços, o orçamento geral das Ifes para o exercício de 1999 saltou para cerca de R\$ 425 milhões.

Para o assessor da Andifes, professor Artur Obino, o montante pode resolver o problema de caixa das 52 instituições do sistema. “Desde que o repasse seja feito a tempo”, ou seja, até o final do mês de dezembro de 99.

Segundo Obino, os convênios só começaram a ser assinados esta semana e daí para o ministério iniciar o repasse das verbas para as universidades “é mais uma novela”, comenta. Caso haja demora no repasse, as comunidades universitárias se verão, mais uma vez, diante de um fim de ano cheio de cobranças, dívidas e falta de recursos para manutenção dos cursos e programas.

Aníbal diz que reitoria não vai impor três períodos

Na última reunião do CEG, no dia 15, o sub-reitor de Graduação e Corpo Discente, Aníbal Gil Lopes, desfez os rumores de que o reitor Vilhena estaria disposto a implantar o sistema de três períodos na UFRJ de qualquer forma no ano que vem. “É competência legal dos colegiados e, principalmente, do Consuni decidir pelos três períodos ou não”, disse. Vamos ver...

Andifes propunha sistemática de financiamento com base no “tamanho” das instituições

Pela matriz de financiamento proposta pelos reitores, as instituições federais de ensino superior deveriam ter sua dotação orçamentária baseada no número de estudantes matriculados, ou seja, no “tamanho” das universidades. A dissidência ficou com a atual reitoria da UFRJ. Por diversas vezes, o reitor José Vilhena e seus sub-reitores se posicionaram contrários à proposta da Andifes. Para esta reitoria, os critérios de distribuição das verbas entre as universidades devem considerar os resultados, ou a comparação entre o número de egressos e de diplomados, teses e trabalhos concluídos.

A proposta de Vilhena vingou no Ministério da Educação (ou vice-versa) e os critérios adotados para o custeio das Ifes neste ano são baseados na “produtividade” das instituições.

A UFRJ na divisão do “bolo”

Da verba disponibilizada pela Capes sob a forma do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação nas Ifes (cerca de R\$ 24 milhões), cerca de R\$ 4,7 milhões vêm diretamente para a reitoria local.

Segundo o sub-reitor de pós-graduação e vice-reitor, Antônio Figueiredo, quem vai gerir esta suplementação é a reitoria, através da SR-2. Pela nova matriz do Mec,

cabará à UFRJ R\$ 30,2 milhões, em 1999, contra R\$ 25,5 milhões do exercício de 1998. A diferença sai basicamente do convênio com a Capes.

O Programa da Capes prevê a aplicação desta verba na manutenção geral da “infra-estrutura da Instituição, voltada para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e de pesquisa, bem como no apoio a grupos emergentes, que possam tornar-se programas de pós-graduação”. Isto significa a possibilidade de reformas, manutenção de equipamentos, construção de laboratórios. Mas onde? Em quais unidades? Para quais programas? Quem define, segundo Figueiredo, é a própria reitoria.

Este revestimento acadêmico para o custeio e manutenção das Ifes é a forma que o ministro Paulo Renato e alguns reitores acharam para driblar a equipe econômica que, por princípio, seria contrária à qualquer aumento de recursos para as áreas sociais, incluindo as universidades. Mas esta não é uma novidade no meio acadêmico. Segundo o atual diretor da Adufrj, José Simões, o governo federal costuma praticar este tipo de expediente para não ter que assumir uma política orçamentária justa e permanente para o sustento do sistema público universitário e científico

Unidades querem excepcionalidade quanto a aulas na graduação

Em meio às acaloradas discussões sobre carga horária do docente nas reuniões conjuntas CEG/CEPG, algumas unidades que não possuem cursos regulares de graduação, como o Museu Nacional, conseguiram incluir na resolução um dispositivo para tentar liberar seus professores da obrigatoriedade de cumprir, no mínimo, 160 horas em disciplinas teóricas, práticas ou teórico-práticas na graduação. Assim reza o

parágrafo segundo do artigo 11, por enquanto: “Unidades ou órgãos suplementares que não ofereçam cursos de graduação, mediante solicitação justificada, poderão ser autorizados através de resolução específica CEG/CEPG a isentar, temporariamente docentes, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no parágrafo primeiro, devendo a autorização fixar prazos e condições para a isenção”.

Autonomia

Estudantes ocupam reitoria durante 26 horas



“Se o ministro Paulo Renato apresentar esse projeto de autonomia universitária no Congresso Nacional, os estudantes entram em greve por período indeterminado”. Com essas palavras, o presidente nacional da UNE, Wadson Ribeiro, encerrou seu discurso na sala do Conselho Universitário da UFRJ, no último dia 15. Eram os últimos momentos da ocupação de 24 horas da reitoria (na verdade, foram 26), uma iniciativa que se repetiu nas reitorias das principais universidades federais do país e mobilizou centenas de alunos, representantes dos funcionários técnico-administrativos e dos docentes. O evento, que começou ao meio-dia do dia 14, ficou conhecido como Dia Nacional de Luta em Defesa da Universidade Pública.

Organizado pelos alunos no fórum da UNE, em Uberlândia, no dia 27 de agosto, o 14 de setembro foi escolhido em solidariedade à paralisação já marcada pelos Servidores Públicos Federais, também contra o projeto do governo. Na UFRJ, aproximadamente 200 pessoas tomaram conta do saguão de entrada da reitoria, enquanto o professor Vilhena saía pelos fundos. Foi a terceira ocupação desde a nomeação do reitor, em 98.

Apesar da resistência inicial dos seguranças, reforçada pela chegada de guardas municipais, agentes do

DOPS e PMs, houve um acordo entre as partes e o grupo pode se instalar até o início da tarde do dia seguinte para protestar contra a política do Mec e contra a administração Vilhena.

Com adesivos de dizeres “Por uma Autonomia de Verdade” colados no corpo, mais dezenas de cartazes, bandeiras da UNE e da União Estadual dos Estudantes (UEE), os alunos mostraram que não estavam ali para simples diversão. Havia unidade no discurso e uma pauta definida. Entre os presentes, foram distribuídas cópias de um documento que se transformará em abaixo-assinado contra o projeto de autonomia do Mec, pela manutenção da gratuidade no ensino superior, pela retomada do Programa Especial de Treinamento (PET), entre outras reivindicações. A intenção do movimento estudantil é conseguir o maior número de assinaturas possível (pelo menos 15 mil somente na UFRJ) para serem entregues ao próprio ministro da Educação, no início de outubro.

Além desse compromisso, ficou firmado entre os estudantes e os representantes da Adufrj e do Sintufrj um acordo para uma possível greve, capaz de acordar a sociedade para a penúria do ensino em todos os seus níveis no Brasil e de sacudir as estruturas do poder.

No fim da ocupação - após reiterados discursos pela necessidade de continuidade da mobilização - , já no

Principais reivindicações da Marcha da Educação que acontecerá dia 6 de outubro, em Brasília:

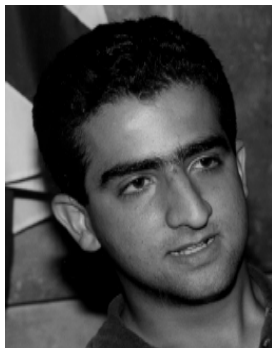
- Aumento de 3,7% para 10% do PIB destinado à Educação
- Imediata erradicação do analfabetismo
- Garantia de vagas para todos nas escolas públicas
- Mais emprego
- Gestão democrática nas escolas públicas
- Defesa da soberania nacional

dia 15, aos tradicionais gritos de Fora FHC e Fora FMI juntaram-se às palavras de ordem contra o interventor da UFRJ, enquanto o numeroso grupo deixava a reitoria. A representante do DCE da UFRJ, Glauce Magalhães, avaliou como bastante positiva a iniciativa. “O que nos deu mais força foi a presença de muitos estudantes novos, bastante conscientes, renovando o movimento”, disse.

Outubro - O próximo marco de importância não só para o movimento estudantil, mas para toda a comunidade universitária deve ser o dia 6 de outubro. Nessa data, a CUT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e várias outras entidades vão promover, em Brasília, a Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública. Aproximadamente 20 mil pessoas devem tomar parte desse evento para exigir do governo federal um aumento dos recursos para essa área; imediata erradicação do analfabetismo; garantia de vagas para todos nas escolas públicas; mais emprego; gestão democrática nas escolas públicas e defesa da soberania nacional.

Depoimentos

“Mais que uma ocupação, foi um ato político. Talvez não tenhamos agora a compreensão deste fato. A ocupação não se encerra aqui porque não acabou, na UFRJ, a tentativa de leiloar o



patrimônio público. E, se o Paulo Renato apresentar esse projeto de autonomia no Congresso Nacional, os estudantes entram em greve por período indeterminado”

Wadson Ribeiro, presidente nacional da UNE

“Temos um vazio de poder dentro da universidade. É obrigação nossa mandar para a Marcha da Educação não só uma delegação da Adufrj, ou do Sintufrj, ou do DCE, mas uma delegação da UFRJ. Hoje, nós vamos pegar uma carona nesse ânimo de luta da juventude que, com certeza, vai mudar os rumos da UFRJ” **Lenin dos Santos, conselheiro universitário e representante do Sintufrj**



“Precisamos de união para que a gente possa barrar aqui e em todas as universidades esse projeto de privatização do patrimônio público. Aqui é o começo de uma nova mobilização. Temos coleta de assinaturas por fazer e novas reuniões marcadas. Isso faz parte de nossa luta por uma universidade viva” **Glauce Magalhães, do DCE da UFRJ**



“Quando o presidente cortar ainda mais as verbas da educação, qual vai ser o caminho? Nem no período da ditadura militar houve mecanismos tão drásticos de controle. Estamos

completamente subordinados à política do Banco Mundial”

Roberto Leher, presidente da Adufrj



“Quando a UFRJ completou 75 anos, um adesivo foi lançado com os dizeres ‘Formando cidadãos e gerando saber’; se passar esse projeto de autonomia do governo, outro

adesivo vai ser lançado: Formando lucro e gerando mão-de-obra”

Anderson Nascimento, licenciando de Letras

“Essa reitoria é marcada pela intervenção do governo federal. Não pode haver vacilação diante de uma reitoria que, em pouco mais de um ano de administração, não fez medidas que favorecessem a vida acadêmica dessa universidade” **José Carlos Madureira, conselheiro universitário**



“Tudo isso faz parte de um plano global do FMI e do Banco Mundial. A Adufrj vai dar toda sua energia para combater isso. Não dá pra fazer uma de avestruz, que perde a visão quando põe a

cabeça no buraco e ainda levanta a parte de trás. E ‘eles’ estão atrás”

Roberto Houaiss, diretor da Adufrj

Abaixo-assinado da UNE

“Sr. Ministro da Educação,

Nós, Estudantes, abaixo-assinados, manifestamo-nos em defesa do artigo 207 da Constituição Federal que garante a autonomia das universidades brasileiras e que entendemos ser auto-aplicável. Denunciamos o projeto de lei apresentado por este ministério como limitador da autonomia das universidades e como parte da política de desmantelamento do sistema federal de ensino superior.

Portanto, exigimos:

- .. a não apresentação deste projeto ao Congresso Nacional;
- .. a manutenção da gratuidade do ensino superior;
- .. a retomada do Programa Especial de Treinamento (PET);
- .. a construção, com a comunidade, de um novo programa de Avaliação Universitária;
- .. o respeito às eleições democráticas para reitor;
- .. abertura de novas vagas no sistema público para contratação de mais professores nas Ifes;
- .. a abertura de novas vagas no sistema público vinculada ao repasse às universidades federais de pelo menos 75% do orçamento do Mec, que deve ser de 18% da União, descontados os salários dos pensionistas e aposentados.”

Reviravolta na interligação das Linhas Vermelha e Amarela

Reviravolta no projeto de interligação das Linhas Amarela e Vermelha. No último dia 31, o prefeito Luiz Paulo Conde e a secretária municipal de Obras Angela Fonti se mostraram desfavoráveis ao desenho das alças viárias já aprovado no Conselho Universitário. O desagrado dos dois se manifestou em uma reunião da Prefeitura com um grupo da Coppe na qual se tratava da reorganização do sistema de ônibus da cidade.

O professor Paulo Cezar Ribeiro, do Programa de Engenharia de Transportes da instituição, envolvido nessa reorganização, aproveitou então a presença de Conde para exibir o projeto das alças viárias que ligaria as vias expressas. Na hora, após algumas breves explicações de Paulo Cezar, ficou claro entre os presentes que a alternativa aprovada era muito ruim. O professor - que chama esse desenho de "monstrengo" - aponta, por exemplo, um grave problema de entrelaçamento de tráfego nessa interligação. Algo como repetir, dentro das tais alças, o cruzamento em "X" que ocorre na saída do Fundão: quem vem da Linha Vermelha querendo ir para a Av. Brasil brigando com quem sai do campus e quer pegar a pista da Linha Vermelha.

Como a proposta aprovada ainda está no papel, Paulo Cezar sugere ao Conselho Universitário uma revisão do caso. "Quando a obra estiver andando, vai ter muito dinheiro envolvido e será difícil parar o projeto ruim", avisa.

A presidente da comissão de desenvolvimento do Consuni, Maria Ângela, alertada sobre essa entrevista com o professor disse que ia conversar com o reitor para tentar reabrir a questão. "Ele (Paulo Cezar) é muito ocupado e, de repente, por um problema de comunicação, ocorreu isso. Vamos ver se conseguimos convocar o professor para explicar essa situação melhor", afirmou.

Estudo do Ipea revela que 78 milhões vivem com menos de R\$ 149

Um recente estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão do governo, revelou que os problemas sociais do Brasil são mais graves do que se pensava. A maioria da população (50,2%) é pobre. Esse percentual representa cerca de 78 milhões de pessoas com renda mensal abaixo de R\$ 149, considerado pelo Ipea como o mínimo necessário para gastos básicos com comida, moradia e transporte. O autor dessa análise e também coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade do Ipea, Marcelo Neri, descobriu ainda outro motivo de preocupação. Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad), de 1996 e 1997, do IBGE, Marcelo calculou que o país possui 43 milhões de indigentes (28% da popu-

lação). Esse percentual sobrevive com menos de R\$ 73 mensais.

Neri diz que o Brasil precisa de R\$ 19 bilhões por ano para acabar com a penúria desses 43 milhões de indivíduos; uma quantia mais baixa, portanto, que os R\$ 20,3 bilhões gastos pelo governo desde 1995 para socorrer bancos quebrados. Para eliminar a pobreza, ainda segundo o pesquisador, deveriam ser gastos R\$ 72 bilhões por ano. Nas suas observações sobre a pobreza, Marcelo Neri não poupou o senador Antônio Carlos Magalhães, que anda posando de Robin Hood do Congresso. No levantamento nacional da pobreza, a Bahia - que já foi governada por ACM por 11 anos - possui dez milhões de pessoas (80% da população do estado) dentro da faixa de pobreza.

Faperj recebe verbas do Estado

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) está de fôlego renovado. O governo estadual garantiu um aumento de recursos destinados à entidade, que somarão R\$ 48 milhões até o final do ano (contra R\$ 19 milhões do ano passado). De acordo com o diretor-superintendente da Faperj, Fernando Peregrino, esse valor dará um retorno de até dez vezes mais para o estado em forma de serviços, empregos e tecnologia. Bem que o governo federal podia seguir esse exemplo...

Poucos aderem ao PDV

Escaldado com as artimanhas do governo federal que está aí, o funcionalismo não quis nem saber do PDV deste ano. Ainda não existem números oficiais, mas já se tem a informação de que menos de quatro mil servidores teriam aderido ao programa. Esse número fica abaixo das perspectivas mais pessimistas do ministro Martus Tavares e representa menos de 50% do número de adesões de 97.

ERRATA: A organização da UTV (canal 16 da Net) informa que o valor de contribuição de cada instituição na manutenção das transmissões é de R\$ 3 mil mensais - não R\$ 13 mil, como foi divulgado no último jornal.

Cursos na EBA e na ECO

Nos dias 6 e 7 de outubro, será realizado o seminário "Informação em Arte", organizado por uma rede de bibliotecas especializadas em arte. As inscrições podem ser feitas na UFRJ na Biblioteca da Escola de Belas Artes (7º andar do prédio da reitoria) e na Biblioteca da ECO, no campus da Praia Vermelha. Estudantes pagam R\$ 5 e demais interessados, R\$ 15. Mais informações sobre o evento podem ser conseguidas pelo telefone 262-4516.

"Arte e Holocausto" na Letras

No dia 27 de setembro, às 10h, no auditório G2 da Faculdade de Letras da UFRJ, será realizada a conferência "Arte e Holocausto: a expressão dos artistas plásticos nos guetos", com a professora Aiala Wengrowicz Feller. Diretora do Arquivo Visual do Instituto Massuah, em Israel, Aiala vai se pronunciar em espanhol. Mais informações podem ser conseguidas no Departamento de Letras Orientais e Eslavas no telefone: 562-2010, ramal 3192 ou no e-mail: orielav@letras.ufrj.br.

Jogo rápido

A biodiversidade do Brasil é a sexta mais ameaçada entre os 151 países analisados no relatório da organização Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e divulgado no último dia 9. O país tem 55 mil espécies conhecidas, das quais 358 estão ameaçadas.

Bird revela a miséria do liberalismo

O Banco Mundial descobriu a pólvora. Seu mais novo relatório, divulgado no dia 15, mostrou que, no período de maior adesão ao neoliberalismo, aumentou a pobreza. A quantidade de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia passou de 1,2 bilhão em 1987 para 1,5 bilhão hoje. Vale lembrar que o neoliberalismo ganhou força nos anos 80 e os países em desenvolvimento aceitaram logo as três principais regras do ideário neoliberal: abrir seu mercado; reduzir o papel do Estado e estimular a entrada de investimentos estrangeiros.

E não é só. Vejam os números divulgados pelo Bird: hoje, 13% da população urbana dos países em desenvolvimento não têm acesso à água potável e 26% não têm sequer latrinas. Em 1950, eram 300 milhões de pobres e miseráveis vivendo nas grandes cidades; no ano 2000, esse número sobe para 2 bilhões.

Nas palavras de Stiglitz: “Mesmo que não tenhamos um interesse humano nessas cifras de pobreza, é preciso dar maior atenção a elas por uma simples questão de interesse próprio, de autoproteção. Porque altos índices de pobreza e uma pobreza crescente levam à agitação, à instabilidade, ao caos”. Ou seja, os burocratas do banco assumiram a defesa direta dos interesses dos ricos. E esse mesmo Bird determina as propostas do ministro Paulo Renato para a Educação...

Opinião

Quando se porá fim ao cinismo?

José Saramago*

Que importa ao mundo que eu me sinta humilhado e ofendido? Que importa ao mundo que eu tenha chorado lágrimas de indignação impotente perante às imagens infames de um crime infame? Se esta desgraçada humanidade, faltando mais uma vez ao respeito que deve a si mesma, não impôs à Indonésia, em nome da simples moral, o acatamento imediato e incondicional da vontade do povo de Timor Leste, que importa que um escritor acuda agora a protestar usando as palavras de toda a gente, que demasiados calam, porque estão mais preocupados com seus interesses no presente e no futuro do que com o sangue que corre e as vidas que se perdem? Quanto pesa o povo do Timor Leste nas balanças políticas da China e da Rússia? Qual é a cotização de um habitante de Dili na bolsa de Nova York? A Indonésia tem mais de 3.000 ilhas e Timor Leste é apenas metade de uma delas. Valerá a pena por tão pouco levantar - se o mundo para reclamar responsabilidades aos culpados diretos e indiretos das atrocidades que diante dos nossos olhos se cometem, para exigir o castigo dos assassinos e dos seus mandantes? Quanto é preciso,

então, para que nos levantemos? Um continente? Dois continentes? Levantar-se á o mundo quando já estiver a ponto de perder-se o mundo? Que se passa com o ser humano? E a democracia, para que tem servido? Serviu de alguma coisa no Timor? Faz-se um referendo para logo o negar, antes mesmo que os votos sejam contados? Não será um crime contra a dignidade e a honra desprezar e violentar a vontade de independência de um povo? E que sentido têm hoje aquelas palavras? Há honra num ministro, há dignidade num general, se são o ministro e o general que armam o braço dos criminosos? Ou são eles próprios os criminosos? Quando se porá fim ao cinismo da mal denominada comunidade internacional? Quando acabará a hipocrisia dos que mandam? E a inércia dos que são mandados, quando acabará? Quando deixaremos de chorar sobre nós próprios? Quando deixaremos de dizer que não temos culpa? Não se salve o Timor, e nós não teremos salvação.

**José Saramago, escritor português, ganhou o Nobel de literatura em 98. Artigo publicado na Folha de São Paulo em 11/09/99*

Clipping

Deu na coluna do Boechat, do dia 10: “Em Brasília, ontem, o primeiro-ministro de Guiné-Bissau, Francisco Fadul, deu sua opinião sobre a demora da ONU em ajudar o Timor Leste: O problema é que os timorenses são pardos, pobres e falam portugueses.”

Deu no Informe JB, de 16/09: “A Universidade Federal da Bahia registrou queda nas doenças endêmicas em Salvador. Resultado da despoluição da Baía de Todos os Santos. As obras, de R\$ 1,3 bilhão, terminam no início de 2001. Os financiadores são os mesmos bancos da despoluição da Baía de Guanabara – que vive de altos e baixos.”

Chamou a atenção pela curiosidade a nota do Informe JB, de 10/09: “A revista onde foi publicada pela primeira vez a Teoria da Relatividade é uma das atrações da biblioteca de obras raras da Fiocruz, que reabre hoje. O exemplar tem o autógrafo do próprio Einstein, que visitou o Rio em 1925.”

Quebrando o “gelo”

O ex-ministro e economista Celso Furtado rompeu seu silêncio para acusar a política do atual governo federal. Em entrevista ao Jornal do Commercio, em 9 de setembro, Celso afirma que o Brasil perdeu a capacidade própria de decisão, ao entregar ao Fundo Monetário Internacional as decisões estratégicas do país. “Você já viu um país programar um endividamento externo, progressivo e permanente, para não crescer? Isso porque, em qualquer das hipóteses do acordo acertado com o FMI, o país estará se endividando para não crescer”, comentou.

Feitiço contra o feiticeiro

Muito engraçados alguns deputados... Em vinte de janeiro deste ano, o governo conseguiu aprovar a contribuição previdenciária dos aposentados do serviço público por 324 votos a 147. Com essa decisão, todos os ex-parlamentares arcariam com o desconto também. Hoje, já se tem notícia de pelo menos 14 dos deputados que foram favoráveis à medida entraram na Justiça contra o desconto previdenciário em seus contracheques.

“Lapso” de honestidade

O secretário de Política Econômica, Edward Amadeo, acaba de se juntar ao grupo dos inacreditáveis. No último dia 9, Amadeo afirmou que a conclusão da reforma da Previdência Social pode agravar parcialmente o problema do desemprego. É simples. Com as novas regras, os trabalhadores devem se aposentar mais tarde e, portanto, diminuir o número de vagas a longo prazo. Logo em seguida, o secretário tentou se emendar do “lapso” de honestidade. Segundo ele, com os trabalhadores mais tempo no mercado, isso representará maior renda durante mais tempo, seguido de consumo e conseqüente aumento de empregos. Tá bom, a gente acredita...

Presidente faz discurso demagógico sobre ciência e tecnologia no país

Em seu discurso de 50 minutos, lançando o Plano Plurianual, o presidente Fernando Henrique Cardoso dedicou algumas palavras à Ciência e Tecnologia. Desastrosas, aliás. Entre tantas “pérolas”, algumas se destacaram: “Temos um sistema de pesquisa, e é bom que se diga, que é o maior do Terceiro Mundo”, disse. A Coreia, proporcionalmente, tem uma comunidade de pesquisadores e cientistas maior que a do Brasil. Cuba, também proporcionalmente, possui uma comunidade universitária maior que a nossa.

“Há décadas, damos bolsas de estudo. Poderiam ser mais, poderiam ser menos, poderiam ser melhor distribuídas ou pior distribuídas, mas nós temos essas bolsas”, comentou. Cada vez mais reduzidas, presidente. Depois de sucessivos cortes, o governo federal brinda o ensino superior com o fim do PET (Programa Especial de Treinamento).

“Se não houvesse tecnologia brasileira, não teria-

mos a Petrobras, aumentando a sua produção em águas profundas, nas quais temos vantagem tecnológica em escala mundial”, disse. Nesse ponto, o presidente acertou. Mas de que adianta? Empresa mais lucrativa do país, a Petrobras, não é de hoje, desperta a cobiça dos investidores estrangeiros. De acordo com a revista Imagem, do sindicato dos petroleiros do Norte Fluminense: “A Agência Nacional do Petróleo (ANP) trabalha contra a Petrobras, apesar de alardear na imprensa que dá condições iguais de concorrência. Um dos exemplos mais claros do que vem acontecendo é que o BNDES destinará ao setor petrolífero nos próximos cinco anos cerca de US\$ 40 bilhões. Só que este dinheiro é reservado a empresas privadas nacionais e multinacionais. Para receber uma parte do que lhe cabe, a Petrobras é obrigada a fazer parcerias, entrando como empresa minoritária, não podendo sequer impor as regras do jogo e determinar onde esse dinheiro será aplicado”.

Fernando Henrique chega a 65% de impopularidade

O governo está ótimo... para apenas 1% da população. Esse foi o resultado divulgado pela 18ª pesquisa Confederação Nacional do Transporte (CNT-Vox Populi) que, no mês de setembro, atingiu pouco mais de 2 mil pessoas em todo o país. Já a avaliação negativa do desempenho do presidente FHC chegou ao seu nível mais alto registrado até hoje: 65%. O número supera os piores índices negativos de Collor (57%) e José Sarney (59%).

Em precioso artigo do dia 15, em sua coluna de O Globo, o jornalista Elio Gaspari faz considerações acerca da impopularidade do presidente. Mais que isso, fala do comportamento do presidente rejeitado: põe culpa dos seus erros nos outros (Câmara e Senado), evita as grandes cidades e pouco sai da residência oficial. No fim, sugere aos futuros candidatos à presidência a imediata divulgação de suas propostas de governo.

Greves vão “pipocar” a partir desta semana

Depois de algumas reuniões, a CUT e a Força Sindical anunciaram para a semana que vem o início de um “Festival de Greves”. Os sindicatos querem paralisar, a cada semana, alguma fábrica de autopeças ou montadoras de automóveis. A primeira da fila é a Volkswagen, do Rio de Janeiro, no dia 23. No dia 30, será a vez da Fiat e da Mercedes, em Minas Gerais. As greves irão durar um dia. O “Festival” só acaba com as reivindicações atendidas: reajuste de 10% e a criação de um contrato nacional de trabalho, com jornadas e pisos salariais únicos em todo o país.

STF adia mais uma vez julgamento sobre contribuição previdenciária

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, adiou para o dia 23 o julgamento das ações que questionam a constitucionalidade da lei que instituiu o desconto previdenciário de até 25% para servidores federais da ativa e introduziu o desconto para inativos e pensionistas.

Professores receberão Ged99 a partir de fevereiro de 2000

A comissão local da Ged, na UFRJ, já tem o documento da SESu com as orientações gerais para promover o processo de gratificação. Essas diretrizes foram elaboradas após ampla discussão com as comissões institucionais de cada Ifes, representantes da Andes e de várias Ads. Assim sendo, está definido o seguinte cronograma da Ged 99:

Até o dia 15 de outubro: recebimento pelo Mec/Comissão Nacional das normas e critérios das Ifes para a avaliação de 1999.

Até o dia 30 de outubro: comunicação da aprovação pela Comissão Nacional das normas e critérios de cada Ifes.

Até o dia 10 de novembro: publicação das normas das Ifes.

Até o dia 30 de novembro: conclusão do processo de coleta de dados e pontuação pelas comissões de avaliação das Ifes.

Até o dia 30 de dezembro: recebimento e exame de recursos no âmbito das Ifes e envio dos resultados das avaliações das Ifes ao Mec/Comissão Nacional.

Até o dia 10 de janeiro de 2000: apuração dos valores correspondentes à avaliação docente para inclusão na folha de pagamentos referente ao mês de janeiro de 2000 (pagamento no início de fevereiro de 2000).

Até o dia 28 de fevereiro: envio do relatório final do processo à SESu/Mec.

Clipping

Timor livre

Já não era sem tempo. Tropas australianas entraram em território timorense e mais um reforço está a caminho. Deu na coluna Panorama Político, em O Globo, no dia 17/09, que uma tropa de 50 policiais do Exército brasileiro vai ao Timor integrar a força internacional de paz. A Comissão de Relações Exteriores da Câmara pediu ao ministro Elcio Álvares o aumento da tropa. Achou o efetivo pequeno demais para um país como o Brasil. ONGs internacionais dão conta da existência de 25 campos de concentração na Indonésia.

Deu na coluna Fato do Dia, da Tribuna da Imprensa, de 21/09: “Uma conta feita no Mec, que toma como base uma mensalidade média de R\$ 300, aponta que o ensino superior privado no país faturou, no ano passado, por volta de R\$ 5 bilhões, crescendo uma média de 15% ao ano. É por isso que o setor vem despertando o interesse de tanta gente do mercado financeiro”.

A partir do fim deste mês, a face reconstituída de Luzia, apelido do mais antigo crânio encontrado nas Américas, será exibida no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. Ao seu lado ficará uma cópia do crânio original. A peça verdadeira data de 11 mil anos atrás e, por sua fragilidade, não vai poder figurar entre os objetos da exposição permanente.

Estão abertas as inscrições para o curso “Geoprocessamento e Saúde”, que se realizará no período de 22 a 26 de novembro, no NESC, com horário integral (40 horas). Os interessados devem procurar a Coordenadoria de Ensino do NESC até 31 de outubro. Mais informações podem ser conseguidas com a coordenadora executiva Nilma Travassos, no e-mail: nilma@nesc.ufjr.br ou pelos telefones 560-6810 e 590-1609.

Desde que elogiou FHC, Romário não marcou mais nenhum gol: já jogou contra Olímpia, Gama, São Paulo e Colo-Colo. E ainda foi assaltado no fim de semana passado.

Assembléia da Adufrj aprova indicativo de greve geral dia 26 de outubro

A Assembléia Geral da Adufrj, realizada dia 23 de setembro, discutiu o indicativo de greve dos servidores públicos federais, a partir do dia 5 de outubro, e a proposta da CUT, de um dia de paralisação geral dia 26 de outubro.

A partir da avaliação da pouca participação na paralisação do dia 14, da fraca mobilização neste momento, e de discordarmos do encaminhamento da pauta de reivindicações dos servidores, decidimos pela **não adesão à greve dos SPFs a partir do próximo dia 5**. Em relação a este último item, reiteramos nossas deliberações anteriores, no sentido de definirmos uma pauta geral e uma pauta emergencial. Um dos pontos que consideramos essenciais é a reapresentação de um calendário que permita a discussão em nossas bases, com a aprovação da pauta e das datas de nossas mobilizações em plenárias dos servidores. Além disto, temos discordâncias de prin-

cípio em relação a alguns pontos da pauta já protocolada pela CNESF e estamos sugerindo sua substituição por uma pauta aprovada pelas bases.

Em relação à proposta da CUT, de uma paralisação geral no dia 26 de outubro, consideramos oportuna nossa adesão a este movimento, conclamando todos à construção democrática da pauta e das suas deliberações. Estamos propondo que os eixos políticos deste movimento sejam os seguintes: um protesto contra o desemprego; contra a intervenção do FMI no país; em defesa de um serviço público de qualidade; fora FHC; contra as reformas e a privatização do setor público. Também aprovamos a caracterização deste ato como um dia de greve geral.

Diretoria

Só 1% adere ao PDV de Fernando Henrique

Agora é oficial. Apenas 3.607 servidores civis do Executivo federal aderiram ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) lançado em 23 de agosto e encerrado em 3 de setembro. Esse número representa menos de 1% dos 507.232 dos trabalhadores da ativa. No Rio, apenas 495 aderiram. E o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, teve a cara-de-pau de dizer que o programa foi um sucesso. Em dezembro, no entanto, à revelia do servidor, o governo deve começar a colocar os funcionários em disponibilidade.

CUT quer apuração de assassinato de sindicalistas

Foram assassinados a tiros, no último dia 19, a presidente do Sindicato dos Enfermeiros, Edma Rodrigues Valadão e o seu marido Marco Otávio, da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben). Como nada foi mexido ou roubado do carro onde estavam, os dirigentes do sindicato acreditam em crime “encomendado”. Edma e Marcos faziam parte do Movimento Nacional pela Ética nos conselhos de enfermagem e estavam sendo ameaçados de morte desde que foram formalizadas denúncias de desvio de verbas e manipulação do processo eleitoral nos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem. A CUT/RJ distribuiu nota lamentando o falecimento dos companheiros e prometeu trabalhar para o esclarecimento do crime junto à Secretaria de Segurança do Estado.

A Assembléia dos professores da UFRJ aprovou moção de repúdio ao assassinato, exigindo a apuração e punição dos responsáveis.

Trechos da nota assinada pela ABEn, CNTSS/CUT, FNE, SINDENF e SATENRJ; todas entidades representantes da categoria dos Enfermeiros

“O que significa isso?

Esta é a pergunta que milhares de trabalhadores da saúde se fazem hoje?

(...) Exigimos:

Que o Tribunal de Contas da União execute auditoria financeira no Conselho Federal de Enfermagem (...) Que as denúncias já formuladas sejam apuradas pelo Ministério da Justiça, possibilitando o esclarecimento urgente dos fatos e a punição de todos os envolvidos, assassinos e mandantes. (...) Pela abertura do debate nacional, nos conselhos e conferências de saúde sobre o controle da sociedade na fiscalização do exercício profissional na saúde.

Economistas contra o neoliberalismo

Rompimento com o modelo econômico neoliberal implantado nos países da América Latina na década de 90. Esse foi o teor da Carta do Rio de Janeiro, documento lançado pelo 13º Congresso Brasileiro de Economistas e do 7º Congresso de Economistas da América Latina e Caribe, que se encerrou na semana passada. O manifesto conjunto convida os cidadãos a “se recusarem à continuidade de um modelo que rouba a esperança, amplia a violência social e bloqueia o aproveitamento de suas potencialidades.

Ainda no mesmo Congresso, o ex-presidente do BNDES e atual professor da Faculdade de Economia da UFRJ, Antonio Barros de Castro, divulgou um estudo no qual mostra que a renda per capita brasileira caiu para 22% da norte-americana, em 1998. Isso depois de ter alcançado o pico de 29%, em 1980. De acordo com Castro, essa queda se deveu aos 14 anos desse intervalo com inflação elevada e hiperinflação e ao Plano Real, que criou “uma bolha de crescimento e mais nada”.

Milton Santos recebe título de *honoris causa* nesta sexta, na Praia Vermelha

Será homenageado pela UFRJ nesta sexta-feira, dia 24, o geógrafo Milton de Almeida Santos. O professor emérito da USP receberá o título de doutor *honoris causa* no auditório Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura, às 16h. A Adufrj, o Sintufrj e o DCE planejam fazer uma recepção especial ao geógrafo e toda comunidade está convidada a comparecer ao evento.

Aliás, a unidade dos três segmentos universitários não vai ser exclusividade deste ato: a luta contra o projeto de autonomia universitária do Mec, a participação da UFRJ na Marcha em Defesa da Educação Pública, no dia 6 de outubro, em Brasília, e a realização de um ato em defesa do patrimônio da universidade já vêm mobilizando conjuntamente os representantes dos docentes, dos funcionários técnico-administrativos e dos estudantes.

ATENÇÃO

No último jornal da Adufrj cometemos um equívoco ao afirmar que as orientações gerais do Mec para a avaliação da Ged99 foram feitas com ampla participação do Andes-SN e das ADs. Na verdade, a grande maioria das seções sindicais deliberou que o Sindicato Nacional dos Docentes não deveria participar da comissão do Mec, por entender que a Ged é apenas uma gratificação que deveria ser estendida a todos e não uma avaliação do trabalho docente.

Unicamp e PUC-Campinas criam conselho de segurança

Enquanto a UFRJ não discute o seu Plano de Segurança, outras universidades vão dando o exemplo. A Unicamp e a PUC-Campinas acabam de criar um conselho de segurança comum para combater a violência nos dois lugares. O conselho, que conta com a participação da Polícia Militar e de representantes das agências bancárias instaladas nos *campi*, foi formado depois que uma pessoa morreu e outra ficou ferida em assalto a uma agência do campus 1 da PUC. Até o próximo ano, deverá ser instalado um posto policial na rodovia que dá acesso às duas universidades e está prevista a implantação de um sistema de rádio, integrando universidades, polícia e bancos. O conselho se reunirá mensalmente para fazer um balanço da operação e discutir estratégias.

Acabou o privilégio

A Justiça comum vai passar a julgar ex-ocupantes de cargos ou mandatos públicos do Executivo ou do Legislativo. A mudança foi provocada por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que acabou com o privilégio do foro especial para ex-prefeitos, ex-governadores, ex-deputados, ex-senadores e ex-ministros. Dessa forma, o ex-governador do Acre Oleir Cameli e o ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf, acusados de prática de crimes, serão processados pelas varas criminais de primeiro grau, como qualquer cidadão.

Antônio Cândido diz que palestra na Letras foi sua última exposição em público

Um grupo de estudantes da pós-graduação da Faculdade de Letras resolveu “dividir” uma entrevista com o professor Antônio Cândido com mais de 300 estudantes de graduação que se apinharam no auditório G2, na manhã do último dia 22.

Sociólogo, militante de esquerda, Antônio Cândido contou para os presentes a trajetória do livro “Formação da Literatura Brasileira”, onde se propõe narrar a constituição do que chamou de “Sistema Literário Brasileiro”, segundo o próprio, a chave para conciliar o contexto histórico e cultural da literatura com o valor estético do texto.

Para desalento de muitos, o professor disse que a visita à UFRJ foi sua última palestra aberta ao público. Sorte de quem pôde comparecer.

Nova periodização pode ser definida já para 2000

A definição da periodização do ano acadêmico se tornou prioridade para os Conselhos de Ensino e Graduação (CEG) e de Ensino para Graduados (CEPG). Na última reunião mista dos dois colegiados, o Sub-reitor de Graduação, Anibal Gil Lopes, foi categórico: “A periodização tem que ser definida antes da regulamentação geral dos cursos, porque senão terei que decidir, ou a reitoria terá que decidir como será o próximo ano letivo”.

Para adequar a universidade aos 200 dias letivos da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a reitoria propôs que o ano acadêmico fosse formado por três períodos. A proposta ainda está na “mesa” dos colegiados superiores, mas concorrem com ela a manutenção dos dois períodos, a ambivalência de dois e três períodos (como opção para as unidades) e uma novíssima proposta de segmentação do ano letivo em quatro módulos de dez semanas, originada em reuniões do Instituto de Química.

De acordo com Aníbal, para que o período letivo comporte mais de dois vestibulares no ano (três ou mais períodos), bastaria que a Divisão de Registro dos Estudantes “abrisse e fechasse” em vários momentos. Alguns conselheiros consideraram a proposta inviável, já que o atual volume de trabalho no DRE já é o bastante, não havendo possibilidade de uma mudança tão brusca, a curto prazo, que garantisse o início de uma nova sistemática de registros, matrículas, emissão de notas e diplomas etc.

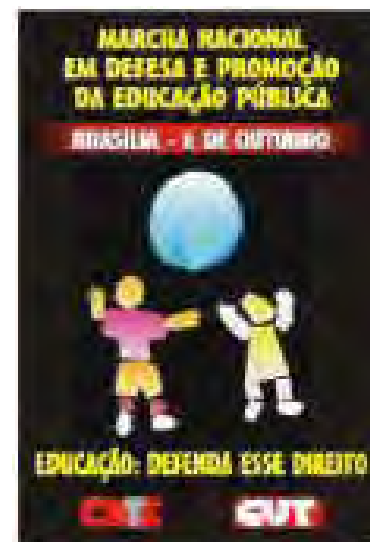
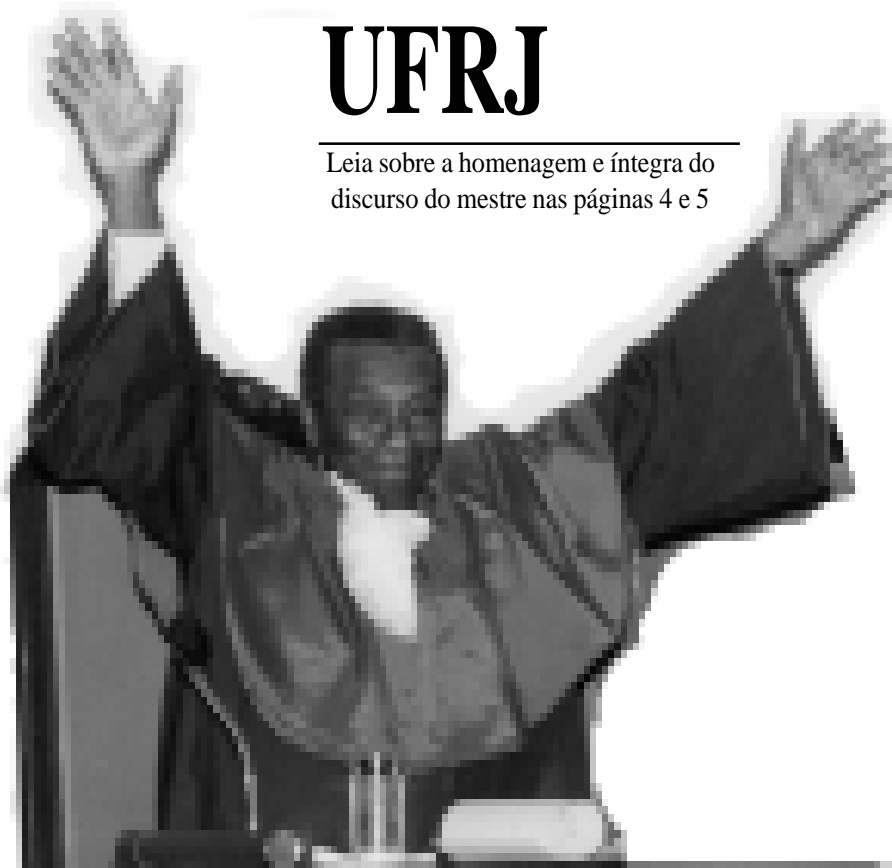
De qualquer forma, a manutenção de um calendário unificado com apenas dois períodos e dois vestibulares por ano continua sendo a tendência majoritária entre os conselheiros. A mudança ficaria por conta de uma divisão do semestre (de 100 dias) em dois sub-períodos (de 50 dias cada) que serviria apenas para atender às necessidades de um ou outro curso. Na graduação pouco ou nada seria alterado, apenas algumas disciplinas que não preenchem as 40 semanas do semestre poderiam ser ministradas em meio período. Já a pós-graduação teria que reduzir os períodos para 50 dias cada, perfazendo três períodos por ano, utilizando o quarto para o início da feitura das teses.

CEG e CEPG aprovam dois períodos por ano letivo e critérios para avaliação da Ged99

Páginas 3 e 8

Milton Santos recebe *Honoris Causa* da UFRJ

Leia sobre a homenagem e íntegra do
discurso do mestre nas páginas 4 e 5



Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

Dia 6 de outubro milhares de professores, estudantes e trabalhadores do sistema de ensino público ocuparão a Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A exemplo dos trabalhadores sem terra, os manifestantes sairão de todas as partes do país, inclusive do Rio de Janeiro. Os professores, estudantes e funcionários da UFRJ que estiverem interessados em participar do movimento devem entrar em contato com a Adufrj. A caravana das entidades cariocas deve partir para o planalto central na terça-feira, dia 5, retornando ao Rio no dia 7.

Com a marcha, o movimento reivindica a erradicação do analfabetismo; a aplicação de 10% do PIB no Ensino Público; autonomia universitária; universalização do ensino; PNE da sociedade e soberania nacional. Quem promove o ato é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação da CUT. Com a participação do Andes-SN, Fasubra e UNE.

**Nesta terça-feira, dia 5, tem ato na
Central do Brasil em Defesa da
Educação
Lançamento da "Campanha Nacional
pelo Direito à Educação"
10h às 12h**

Assessoria jurídica da Adufrj terá novo contrato

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind do próximo dia 8 de outubro deliberará sobre a proposta de um novo contrato com o escritório de advocacia Machado & Silva, que presta atualmente assessoria jurídica à Adufrj. O novo contrato está sendo discutido pela Diretoria e pelo Conselho de Representantes da Adufrj desde o início de 1997. As negociações ficaram suspensas durante todo o ano de 1998 e parte de 1999 em virtude das dificuldades encontradas para a implantação da mensalidade sindical de 1% da remuneração, condição necessária para o estabelecimento do novo contrato.

Pelo novo contrato, os honorários mensais fixos da assessoria serão mais altos do que os atuais e deixará de haver o pagamento dos honorários advocatícios de 10% sobre os va-

lores ganhos nas ações ajuizadas pela assessoria, sejam elas coletivas ou individuais. Passará também a haver atendimento jurídico aos professores, por meio de consultas pessoais, em matérias relacionadas à sua relação funcional com a UFRJ, incluindo redação de requerimentos e recursos em processos administrativos. Inicialmente, este atendimento será dado num plantão semanal de quatro horas nas dependências da Adufrj, podendo ser aumentado conforme a demanda por parte dos sindicalizados.

A diretoria da Adufrj-SSind concluirá no decorrer desta semana as negociações com o escritório sobre o contrato e apresentará à AG do dia 8 seu parecer final. A íntegra da proposta de novo contrato será publicada na próxima edição do *Jornal da Adufrj*.

Protesto pela manutenção do PET

Estudantes de todo o país realizaram um protesto no dia 28, na Esplanada dos Ministérios e em frente ao Palácio do Planalto contra o anúncio de extinção do Programa Especial de Treinamento (PET). Revoltados, os alunos criaram um belo constrangimento ao presidente ao criticar o governo no exato dia em que o presidente da Namíbia, Sam Nujoma, visitava FHC.

18 anos de Adufrj

No dia 1º de outubro, a secretária Elisa Jesus de Oliveira completou 18 anos de Adufrj. Elisa faz parte de nossa história, acompanhando diariamente nossas atividades. Sua dedicação, carinho e energia são reconhecidos por todos. A atual diretoria da Adufrj tem certeza de que a homenagem que prestamos à nossa querida Elisa é compartilhada por todas as diretorias que nos antecederam, bem como por todos os nossos colegas da UFRJ.

Reitoria poderá ser multada caso não pague abono 98 até novembro

O prazo dado para a reitoria pagar o abono pecuniário referente à venda de férias dos professores em 1998 ainda está correndo e termina dia 22 de novembro. O ofício com o comunicado judicial já chegou às mãos do reitor, mas este ainda não manifestou resposta. Caso a reitoria não cumpra o prazo, o juiz determinou que a multa será de 0,5 salários mínimos por professor por dia de atraso.

Assembléia Geral

8 de outubro de 1999, às 13h30, no Auditório do Centro de Tecnologia (Fundão)

- 1) acordo coletivo com os empregados da Adufrj;
- 2) novo contrato de assessoria jurídica
- 3) contribuição dos sindicalizados para a Adufrj
- 4) PLC 119/92 (financiamento das universidades federais)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DIRETORIA DA Adufrj-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA Adufrj-SSIND

- COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTES)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

CEG e CEPG optam por dois períodos no ano letivo

O sistema de dois períodos, cada um com cem dias de trabalho acadêmico configurados em intervalos de 50 dias, saiu amplamente vitorioso na última reunião conjunta CEG/CEPG. Por 22 votos a favor, dois contra e uma abstenção, ficou clara a disposição dos colegiados de não deixar a situação acadêmica da UFRJ da forma como está e, ao mesmo tempo, rejeitar a possibilidade de três ou até quatro entradas de alunos por ano como chegou a ser proposto. Apesar de ainda não ser uma decisão definitiva (resta uma homologação final), tudo leva a crer que essa será a nova periodização da universidade.

A grande novidade da proposta, a rigor, é a tentativa que se vai fazer de abrir as disciplinas de todos os cursos ao mesmo tempo nesses intervalos de 50 dias, tanto na graduação como na pós-graduação. O objetivo final seria facilitar a vida acadêmica dos alunos, muitas vezes presos a uma determinada grade curricular. O grande problema é o volume de trabalho que será dado ao DRE. Essa unidade seria obrigada a lançar notas e a registrar a movimentação acadêmica de todos os estudantes num espaço de tempo mais reduzido do que o atual.

A idéia mereceu oposição apenas da representante da Medicina, professora Ana Maria Borralho, preocupada com a grande diversidade de carga horária das disciplinas do Centro de Ciências da Saúde. No entendimento inicial de Ana, disciplinas que hoje levam, por exemplo, até 6 semanas para serem ministradas, não ficariam bem encaixadas nos intervalos de 10 semanas (os tais intervalos de 50 dias). Nas deliberações, os colegas conselheiros terminaram por convencê-la de que adaptações do currículo resolveriam o problema.

Nem mesmo o discurso do sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio McDowell Figueiredo, em defesa dos três ou até quatro períodos sensibilizou os integrantes dos colegiados. Figueiredo justificava sua opção no seguinte ponto: oferecimento imediato de disciplinas onde o aluno fosse reprovado. “Esses colegiados estão desprezando os altos índices de reprovação do ciclo básico”. Com a nova

periodização, alegava, o aluno teria menos tempo de espera - “pelo menos no ciclo básico”, segundo Figueiredo - até que a tal disciplina fosse novamente aberta e, portanto, seria naturalmente estimulado a progredir. Questionado sobre a falta de espaço para tantas turmas, Figueiredo respondeu com números do primeiro semestre de 99 nos quais cerca de 43% das disciplinas tiveram 10 alunos ou menos. “Tenho certeza de que as salas de aula que abrigaram essas turmas tinham capacidade para abrigar 30 ou mais estudantes”, disse.

O professor Sérgio de Paula Machado, da Química, justificou, no entanto, que o atual corpo docente não teria condições, nem mesmo no ciclo básico, de comportar novas turmas ou as chamadas turmas de recuperação. Pelo novo sistema aprovado até o momento, acredita, as unidades vão optar pelos módulos de cem dias para aplicar as disciplinas de grande reprovação. Dessa maneira, pelo menos é o que espera, os alunos receberão o conteúdo tido como pesado em um tempo maior, facilitando o aprendizado e combatendo finalmente a reprovação.

Faltou tato - A última reunião CEG/CEPG reuniu um ingrediente a mais. No ímpeto de aprovar qualquer proposta diferente do atual sistema, o presidente da mesa, Antônio Figueiredo, acabou revoltando muitos professores. No momento em que se aproximava de uma votação sobre o sistema de periodização escolhido - o de quatro períodos já havia sido eliminado -, Figueiredo se recusou a dar o encaminhamento de uma votação que contemplasse de qualquer forma o sistema atual com dois períodos. Houve discussão e o professor Alcino Câmara, do Instituto de Economia, ameaçou se retirar da sala: “Pelo menos um verniz de democracia devemos ter aqui. Ou então estarei sendo aviltado na minha representação”, disse em alto e bom som. A turma do deixa disso entrou em cena e acabou sendo colocada em votação a proposta a do sistema com dois períodos segmentados - que teve esmagadora maioria - contra a sua negação. E bastava ouvir com atenção as deliberações para perceber que era notório o seu favoritismo sobre as demais propostas.

Errata: foi dito no último boletim da Adufrj que essa proposta de segmentação do ano letivo em quatro módulos teria se originado em reuniões do Instituto de Química. Na verdade, a idéia partiu isoladamente do professor Márcio Estillac, deste instituto. A Congregação do I.Q. se posicionou favorável aos dois períodos sem segmentação.

Estadual da Paraíba faz greve por tempo indeterminado

Ampla maioria dos docentes e funcionários da Universidade Estadual da Paraíba decidiu por uma greve por tempo indeterminado em assembléia reunida em 22/09. Trata-se de um protesto contra o menor piso salarial do país (R\$ 179,54) - os docentes estão sobrevivendo com um poder aquisitivo que corresponde a 20% daquele de cinco anos atrás. A decretação da greve é uma resposta à política de desmonte da educação pelo governador José Targino Maranhão (PMDB), que se negou a atender às reivindicações de reposição salarial em todas as vezes que foi procurado pela ADUEPB e SINTESPB.

CUT propõe greve geral em novembro

A CUT anuncia para o dia 10 de novembro a realização de uma greve geral com o objetivo de protestar contra o governo federal. Entre as reivindicações estarão a suspensão da dívida externa brasileira, o fim do acordo com o FMI e um salário mínimo de R\$ 180. De acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vicente Paulo da Silva, a intenção é chamar também estudantes e desempregados para uma ampla participação no movimento.

Clipping

Deu na coluna Radar, na Veja de 29/09: “Brasília é o lugar do país onde há mais gente com curso superior (16%).

Que o senador José Sarney nos perdoe, mas o Maranhão carrega a lanterna. Apenas 1,7%.”

Logo em seguida, no mesmo dia, a coluna informa que o sistema federal de ensino superior, com seus 48 mil professores, forma apenas 52 mil alunos por ano. “É quase um professor para cada aluno. A proporção ideal é de quatro alunos para cada mestre”.

Na sua coluna do Caderno de Educação, o jornalista Antônio Gois cita a palestra da filósofa Marilena Chauí, na Unicamp, semana passada: “O governo mantém com as universidades públicas a mesma relação com as empresas que cuidam do lixo. Hoje, as universidades são administradas como fábricas de automóveis”, disse ela.

O professor José Henrique Vilhena lançou no último dia 28 um projeto de restauração do Hotel Sete de Setembro, no Flamengo, onde já funcionou a Casa do Estudante Universitário. A previsão é que sejam construídos um centro de estudos avançados em economia de energia elétrica, um museu interativo e um curso de pós-graduação em antropologia cultural da UFRJ.

Milton Santos recebe da UFRJ título de *Honoris Causa*

“Quando a Universidade se transforma em uma oficina do utilitarismo, ela é, ao mesmo tempo, esterelizada e esterelizante. Torna-se um corpo morto e um corpo morto não cria coisa alguma.”

O auditório Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura ficou pequeno para acompanhar a concessão do título de Professor Honoris Causa ao geógrafo Milton Santos, no último dia 24. Mais de 300 pessoas prestigiaram a cerimônia no local e se emocionaram com as palavras do professor da USP, de 73 anos. E quem esperava um discurso do homenageado restrito a simples agradecimentos saiu surpreendido com a disposição com que Milton atacou aqueles que querem destruir a universidade pública.

Quem iniciou a cerimônia foi o sub-reitor de Graduação e Corpo Discente, Aníbal Gil Lopes, substituindo o professor Vilhena. “Se esse título engrandece quem o recebe, engrandece também essa casa que o concede”, disse a Milton Santos, que foi acolhido com estrepitosas e demoradas palmas em sua entrada no auditório. Seguiram-se às palavras de Aníbal os discursos da professora emérita da Geografia, Maria do Carmo Galvão; do chefe do departamento de Geografia da UFRJ, Jorge Xavier da Silva, e da diretora do Instituto de Geociências, Josilda Rodrigues da Silva de Moura.

Para falar em nome de toda a UFRJ foi escolhido o decano do CCJE, Carlos Lessa. Amigo de Milton por mais de trinta anos, Lessa fez uma irreverente minibiografia do homenageado, contando sua história de lutas em defesa da universidade, contra a ditadura e pelo social. Mostrando a admiração pelo colega, comparou-o a grandes pensadores brasileiros. “Milton está para a Geografia, assim como Anísio Teixeira está para a Educação, assim como Celso Furtado está para a Economia Política, assim como Gilberto Freyre está para a Antropologia e assim como Sérgio Buarque de Hollanda está para a Linguística”. No final, completou: “É um grande baiano, um grande brasileiro e um companheiro dessa universidade”.

Depois de agradecer um a um os discursos feitos,

Milton fez questão de destacar que esse era, para ele, um dos títulos mais importantes que já recebia em toda carreira como intelectual. Mais do que isso, destacou a UFRJ (que o acolheu após o exílio da ditadura) ao lado da Universidade Federal da Bahia (que lhe permitiu ser professor pela primeira vez) e da USP (sua atual “casa”) como os lugares pelos quais tem a maior afeição. “Por isso, estou honrado pela outorga deste título desta casa que nunca deixou de ser minha”, afirmou. Em seguida, o professor entrou no discurso que reproduzimos, na íntegra, ao lado, convocando toda a comunidade universitária a uma reflexão sobre os rumos do ensino superior.

Elogios rasgados - De acordo com a diretora do Instituto de Geociências, professora Josilda, a máxima honraria da UFRJ entregue a Milton (72º agraciado em toda a história da universidade) veio reparar uma injustiça. “Até mesmo a Uerj já lhe tinha concedido um título de Doutor Honoris Causa”, informa Josilda. Ela conta que a realização dessa homenagem vinha sendo ventilada há um bom tempo nos corredores do instituto, mas somente quando se tornou diretora um ano atrás conseguiu meios para tornar esse desejo uma realidade.

Confessando-se mais do que uma fã de Milton Santos, a diretora não mediu elogios ao mestre. “Eu nem

sei se o termo existe, mas o Milton é um ‘transcientista’. Todo mundo que toma conhecimento de sua obra na Geografia Social fica sensibilizado”.

Ela, que conviveu com o geógrafo no período de 1979 a 1983, quando Milton se tornou Professor Titular Visitante do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFRJ, comentou até uma curiosidade acerca da homenagem. “Nossa solicitação ao Conselho Universitário foi pela concessão de um título de Doutor Honoris Causa. No entanto, o Consuni alterou o pedido para a titulação máxima.” A diretora ainda não se disse surpresa com o discurso intenso apresentado pelo homenageado: “Quem conhece Milton, sabia que vinha algo assim. Esse discurso foi um trator”. Sabendo que o evento seria concorrido, Josilda preparou um telão em uma sala das proximidades e descobriu que também esta ficou lotada.

Outra fã de Milton Santos, a professora titular da Geografia, Ana Luisa Coelho Neto, faz coro com Josilda. “Ele disse tudo aquilo que precisa ser dito”. Emocionada com a vinda do geógrafo - que está sofrendo de câncer - ao Rio, Ana Luisa afirmou que Milton nunca deixou de estar presente na UFRJ com suas idéias. “Ele nos encoraja para a reversão desse processo de desmonte das universidades. É um lutador”, comentou.



O professor doutor Milton Almeida dos Santos nasceu em 3 de maio de 1926, no município de Brotas de Macaúbas, na Bahia. Formado em Direito pela UFBA, em 1948, Milton se graduou em Geografia dez anos depois, na Universidade de Estrasburgo, na França. Seus conceitos de cidade, cidadão e cidadania influenciaram fortemente as ciências sociais neste século e lhe renderam homenagens de diversas universidades do mundo. Entre tantas condecorações e prêmios, deve-se dar destaque ao Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud de 1994, a maior honraria mundial concedida na área geográfica. Atualmente, Milton Santos dá aulas na USP e atua como consultor da ONU, OIT, OEA, Unesco, entre outras atividades.

A Universidade: da internacionalidade à universalidade

Nos dias atuais, é praticamente comum, quase em toda parte, a perda progressiva, pelas Universidades, da meta do conhecimento genuíno, o que contribui para despojar a instituição universitária de sua principal razão de ser.

Será essa uma evolução inelutável e irreversível? Talvez valha a pena, para fixar as idéias, retrair, ainda que brevemente, a história geral do trabalho intelectual. Primeiro houve o sábio individual, aquele cujo conhecimento era elaborado em comunhão integral com a Natureza total. Era uma busca localizada, talvez inconsciente, de universalidade. O sábio individual foi substituído pelas corporações de sábios, nas escolas e nos conventos: o saber se tornava um atributo específico de um grupo, treinado para exercê-lo. Chega-se, depois, com as universidades, à figura do “scholar”, mistura de professor e pesquisador, pago pela sociedade como um todo para “produzir” livremente o saber, isto é, codificar, do seu ponto de vista, o saber coletivo, inventar, individualmente, novos saberes, ou simplesmente fabricar um conhecimento a ser transferido à comunidade como educação. Mais recentemente, essa figura do “scholar” foi parcialmente substituída pela dos “funcionários da educação”, sem maior compromisso com a pertinência dos temas.

Os sábios, as corporações de sábios, assim como a produção de um saber desinteressado e verdadeiro acabam se tornando coisa rara, quando a ciência, como serviço às coisas, matou a filosofia como serviço ao homem. O sábio é substituído pelo erudito, o cientista pelo mero pesquisador, o intelectual pelo profissional, se a grande preocupação não é mais o encontro e o ensino da verdade, em todas as suas formas, mas uma atividade parcelada, dominada por um objetivo imediato ou orientada para um aspecto redutor da realidade.

Em tais circunstâncias, a Universidade corre o risco de abandonar a busca do saber abrangente, substituído pela tarefa de criação e de transmissão de um saber prático. Este saber prático, elaborado fora da Universidade pelas grandes firmas e dentro da Universidade por sua inspiração direta ou indireta, é subordinado a objetivos externos à busca do conhecimento verdadeiro. Daí o papel, hoje determinante, das Fundações corporativas internacionais, na produção e na circulação das idéias. Veja-se, também, nas ciências sociais, o papel das redes, financiadas por convênios internacionais, tanto mais exitosos, no geral, quanto menos relevantes são os seus objetivos. A função desse pseudo-conhecimento – fabricado sob encomenda – é construir, sob o selo do cientificismo, um discurso universitário cujo pecado de origem elimina a possibilidade de o associar à noção de verdade científica.

De um modo mais ou menos geral, a Universidade aceita esse papel sem glória de produzir um conhecimento

comprometido, acorrentado ao que hoje se chama “o prático”, “o objetivo”, “o pragmático”, vocábulos que ganharam um novo contexto para significar o que é capaz de dar maior lucro, seja como for. Por isso, a Universidade é chamada a realizar uma produção comercial do saber, um conhecimento adremente planejado como um valor de troca, destinado desde a sua concepção (que é inspirada, cada vez menos, nas Universidades e cada vez mais nas grandes firmas) à criação de um valor mercantil. O conhecimento assim produzido é uma mercadoria, sujeito à lei do valor econômico.

É um mundo de cabeça para baixo que as Universidades estão ajudando a criar e difundir, onde o meio passa ele mesmo a ser um fim. Quando a Universidade se transforma em uma oficina do utilitarismo, ela é, ao mesmo tempo, esterelizadora e esterelizante. Torna-se um corpo morto e um corpo morto não cria coisa alguma. O conhecimento produzido com meio de produção nasce para morrer quando se torna funcional. É o saber do fazer coisas, um processo finito. Ora, a busca do conhecimento é um processo infinito, o processo de criação que é, ele mesmo, recriador. O seu centro de interesse é no homem e não nas coisas.

Quando a Universidade decide institucionalizar a primazia outorgada ao estritamente técnico sobre o mais amplamente filosófico, entroniza o instrumental e minimiza o teleológico. Quando as ciências, quaisquer que sejam, são tratadas como se não devessem ter uma filosofia própria, integradora, os objetos são colocados acima do homem. A Universidade que cria e difunde esse tipo de saber entre aspas perde seu conteúdo e sua finalidade, e os professores e alunos vão fazendo coisas, mas não sabem mais exatamente o que estão fazendo. Por isso, ao mesmo tempo em que as disciplinas chamadas científicas afundam num imediatismo confrangedor ou numa futurologia cega, as ciências sociais e humanas são subalternizadas, reduzidas a um papel de justificação ou de codificação de uma interpretação unilateral da sociedade.

Essas tendências gerais, hoje comuns a quase todas as Universidades, em quase todos os países, são um resultado do fato de que o saber se transformou numa força produtiva direta. Como ao mesmo tempo a economia se internacionalizou, o saber-mercadoria tinha que acompanhar a tendência, razão pela qual as universidades, por iniciativa própria ou por contaminação, aceitam seguir essa mundialização unilateral. Adotando um modelo externo às realidades nacionais ao serviço da produção das coisas, elas se tornam medíocres, graças, também, ao desajustamento entre um saber cada vez mais transferido e as realidades profundas das nações, e graças à contradição entre os meios, universalizados pelas necessidades

produtivas de caráter internacional, e os fins próprios a cada coletividade nacional, minimizados estes por uma globalização perversa, comandada por uma economia mundial perversa e uma informação internacional igualmente perversa.

Sob esse ponto de vista, a situação dos países do Terceiro Mundo é dramática. Porque o saber já chega de fora incorporado nos objetos, na tecnologia, no “management” e inclusive nos “scholars” importados, ainda que haja exceções. Nessa situação, a produção de um saber nacional autêntico torna-se assim dispensável. É exatamente por isso que as ciências sociais deveriam voltar a ganhar dimensão, pelo fato de que são os esquemas sociais de uso das técnicas e dos objetos que alicerçam o discurso de justificação das novas dependências e desigualdades. O esforço dos países subdesenvolvidos, como o nosso, deveria, pois, se orientar principalmente na direção do estudo das suas próprias realidades sociais como um todo. Esse, desgraçadamente, é também um domínio onde a imitação passou a ser uma regra e a mania dos títulos (maestria, PhD etc) substitui, nas universidades burocratizadas, o saber genuíno.

A universidade internacionalizada “a priori” só serve a alguns, cada vez menos numerosos. Porque, não sendo universal, também não é propriamente Universidade.

Mas não seria justo concluir com uma nota pessimista. Com todos os seus defeitos atuais, tão parecidos em quase todo o mundo, as Universidades geram o veneno e o antídoto, mesmo se em doses diferentes. Lugar de um saber vigiado e viciado, elas são, também e ainda, o único lugar onde o contra-saber tem a possibilidade de nascer e às vezes prosperar. Isto pode ser o resultado de esforços, de cientistas pioneiros, agrupados ou não. Mas para guardar e manter o pensamento independente, é indispensável que a instituição universitária aceite desinstitucionalizar-se, caminho único para evitar que o excesso de regras e de mandos acabe por esterilizar as suas possibilidades de um trabalho realmente livre, voltado para o interesse geral.

A tarefa de incorporar a Universidade num projeto social e nacional impõe primeiro a criação e depois a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número e para o homem universal. Não há contradição entre nacionalidade e universalidades entre a busca do nacional popular e o encontro com o universal. Devemos estar sempre lembrados de que o internacional não é o universal. O trabalho universitário não é propriamente uma tarefa internacional, mas precipuamente nacional e universal, dependendo, desde a concepção à realização efetiva, da crença no homem como valor supremo e da existência de um projeto nacional livremente aceito e claramente expresso. É a tarefa que nos aguarda.

Milton Santos (24/09/99)

Servidores suspendem indicativo de greve e retomam discussão da pauta de reivindicações

Com a presença de 197 delegados e 27 observadores, realizou-se em Brasília, no último dia 26, plenária nacional de servidores federais (SPFs). A Adufrj-SSind foi representada pelos delegados Regina Pugliese e José Miguel e pela observadora Leila Rodrigues. A plenária avaliou que a paralisação nacional do dia 14 de setembro teve pouca adesão, e decidiu suspender o indicativo aprovado na plenária de 28 de agosto, de greve nacional a partir do dia 5 de outubro. Este será um Dia Nacional de luta e mobilização, com paralisação de atividades onde for possível. Foi mantido, sem marcação de data, o indicativo de greve por tempo indeterminado.

A discussão deste assunto foi especialmente marcada pela discordância, apresentada por várias delegações, entre as quais a da Adufrj, quanto ao encaminhamento da pauta de reivindicações dos servidores. A primeira versão desta pauta havia sido apresentada pela CNESF à plenária de SPFs do dia 20 de abril e remetida para discussão pelas instâncias de base das entidades nacionais (uma das quais é o Andes-SN). A plenária seguinte só foi realizada em 28 de agosto, não deliberou sobre a pauta e delegou à

CNESF a consolidação das contribuições das diversas entidades e a elaboração da versão final da pauta. No dia 1º de setembro, a CNESF encaminhou uma nova proposta de pauta às bases das entidades, para que elas se posicionassem até o dia 8 de setembro. Finalmente, no dia 13 de setembro, a CNESF protocolizou uma pauta de reivindicações no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Ou seja, a pauta oficial de reivindicações dos servidores federais foi entregue ao governo com pouca ou nenhuma discussão pelo conjunto dos servidores e sem a aprovação de uma plenária nacional.

Este processo foi apontado por vários delegados como uma das principais causas da falta de mobilização dos servidores. A própria deliberação da plenária de 28 de agosto, que delegou a versão final da pauta à CNESF, foi muito criticada, inclusive quanto à forma vaga como foi tomada, que permitiu interpretações confusas e contraditórias sobre os encaminhamentos posteriores.

Em decorrência deste debate, a plenária aprovou duas propostas da AG da Adufrj: 1) o calendário de construção da campanha dos SPFs deve ser

reelaborado, enfatizando a necessidade de discussão e deliberação da pauta de reivindicações pela base dos movimentos, como parte fundamental do processo de mobilização, e 2) as pautas de reivindicações geral e emergencial devem ser aprovadas em plenária nacional de servidores federais. Além disso, a CNESF ficou encarregada de estabelecer um prazo para o recebimento de contribuições para a pauta, após o qual as consolidará e enviará para todas as entidades, a tempo de haver discussão na base antes da próxima plenária, prevista para o fim de outubro.

Greve geral

A plenária aprovou a participação dos servidores no Dia Nacional de Mobilização e Paralisação marcado pela CUT para o dia 10 de novembro e a caracterização desta atividade como uma greve geral de 24 horas, conforme proposta da AG da Adufrj. Foi também aprovado o encaminhamento à CUT e às instâncias de base dos movimentos dos eixos políticos para esta greve propostos pela AG da Adufrj: protesto contra o desemprego; contra a intervenção do FMI no país; em defesa de um serviço público de qualidade; fora FHC; contra as reformas e contra a privatização do setor público.

Novo calendário de mobilização

5 de outubro – Dia Nacional de Luta, com atividades de mobilização e paralisação onde for possível

6 de outubro – Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

7 de outubro – Marcha Popular pelo Brasil (MST / Consulta Popular)

20 de outubro – Seminário em defesa dos direitos sindicais no serviço público (São Paulo)

21 de outubro – Audiência pública com os trabalhadores na Câmara dos Deputados sobre direitos sindicais no

serviço público

28 de outubro – Dia do Funcionário Público - atos em Brasília e nos legislativos estaduais e municipais (caso seja ponto facultativo, estas atividades serão transferidas para o dia 27)

29 de outubro (ou 28) – Plenárias setoriais (para o Andes-SN, reunião do setor das federais)

30 de outubro (ou 29) – Plenária nacional de servidores federais (Brasília)

10 de novembro – Dia Nacional de Paralisação e Mobilização / Greve geral

Reunião com os novos sindicalizados da Adufrj

A Adufrj realizará o primeiro encontro com os professores recém-concursados na universidade dia 14 de outubro das 10h30 às 13h no Salão nobre da decania do Centro de Tecnologia, perto do bloco A no fundão. Nesta reunião, na primeira hora, haverá uma exposição do papel da seção sindical e as possibilidades de participação dos filiados. No tempo restante está prevista questões do jurídico com a presença de nossos advogados, particularmente uma ação em favor dos docentes recentemente sindicalizados que não tem os 60% da GED.

O universo dos novos sindicalizados gira em torno de 180 docentes, considerando sindicalizações desde 1997.

Contamos com a presença dos diretamente interessados, requerendo dos demais ajuda na divulgação do evento cumprindo um papel importante em cada unidade, de recepção aos novos colegas de profissão e UFRJ.

Setor das Federais do Andes-SN debate Projeto Florestan Fernandes para financiamento das Ifes

Realizou-se em Brasília, no último dia 25, reunião do Setor dos Docentes das IFES (setor das federais) do Andes-SN. A Adufrj-SSind foi representada por Regina Pugliese e Cristina Miranda. A reunião dedicou-se à discussão do PLC 119/92 (substitutivo de Florestan Fernandes), aos encaminhamentos do movimento nacional dos servidores e a questões internas do movimento docente

Em relação ao PLC 119/92, na versão do substitutivo do deputado Florestan Fernandes, cuja defesa já foi aprovada pelo Andes-SN, no seu 14º Congresso (Brasília, 1995), surgiram algumas dúvidas sobre sua atualidade. Naquela época, a perspectiva para o movimento docente era a da aprovação de uma Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB) diferente da que está hoje em vigor e de um Conselho Nacional de Educação com outro formato. Na situação atual, o PLC 119/92 pode ter implicações diferentes das que pretendíamos. Acatando a avaliação do GT Verbas do Andes-SN, de que a questão do financiamento é prioritária na discussão sobre autonomia, e dada a preocupação de que o PLC possa ser, neste momento, apesar da deliberação do Congresso de Brasília, contrário aos interesses do movimento docente, o Setor formou uma comissão, formada pelos professores Gil Vicente (Adufscar), Solange Bretas (Adufu) e Denise Maia (Andes-SN), encarregada de fazer e enviar com urgência às seções sindicais um estudo mais detalhado do PLC.

O Setor está indicando a convocação de uma rodada de assembleias gerais das seções sindicais até o dia 8 de outubro, para que estas se pronunciem sobre o PLC 119/92 e eventuais propostas de modificações. As posições das seções sindicais serão remetidas à próxima reunião do Setor, que deverá ser realizada em torno do dia 15 de outubro, e que, por sugestão do GT Verbas, deverá durar dois dias. As Assembleias também deverão indicar em que instância do Andes-SN devem ser deliberadas as modificações no PLC, a fim de que o Sindicato possa, o mais rapidamente possível, posicionar-se publicamente sobre o tema.

Neste sentido, a diretoria nacional do Andes-SN

foi criticada por ter encaminhado um documento, em 1º de setembro, em conjunto com outras entidades (Une, Sinasefe e Fasubra), ao deputado Pedro Wilson, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, contendo propostas de modificações no PLC que não foram previamente discutidas nas instâncias do movimento. Diante da crítica, o presidente Renato de Oliveira alegou que eram propostas “preliminares” e assumiu o compromisso de comunicar à Frente Parlamentar e ao deputado Pedro Wilson que a proposta enviada ainda está em processo de discussão dentro de nosso Sindicato.

Em relação ao movimento nacional dos servidores públicos, o Setor também discordou do encaminhamento dado pela Diretoria Nacional e não aprovou uma proposta de atividades de mobilização e paralisações que a diretoria do Sindicato havia encaminhado à CUT sem aprovação do Setor. O Setor foi contrário à greve nacional dos servidores a partir do dia 5 de outubro, mas aprovou a manutenção do indicativo de greve nacional em outra data, a ser definida pela plenária de SPFs, e acatou o calendário de mobilização da CUT. O Setor aprovou ainda a proposta da Adufrj, de defender na plenária de SPFs a rediscussão da pauta de reivindicações dos servidores pelas instâncias de base dos movimentos.

A Diretoria Nacional foi mais uma vez criticada, desta vez por ter participado de reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal Fluminense sem qualquer espécie de comunicação à seção sindical local, a Aduff-SSind, desrespeitando sua autonomia e afrontando a democracia interna do movimento.

O Setor discutiu ainda a questão da escolha, feita pelo MEC, do terceiro colocado nas eleições para a direção do CEFET-MG. Foi deliberado que a direção do Andes-SN deverá se integrar à Frente Parlamentar Suprapartidária formada com o objetivo de impedir a nomeação de mais um interventor do MEC. Será elaborado um documento neste sentido, para ser entregue ao Ministro e uma ação judicial para revogar a portaria de nomeação, antes que ela entre em vigor, a partir do dia 14 de outubro.

Assembléia debaterá Projeto do educador

Está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar no 119/92, que trata da gestão financeira e administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior. O projeto em tramitação é o substitutivo apresentado em 1994 pelo deputado Florestan Fernandes (PT/SP) a um projeto apresentado em 1992 pelo deputado Ubiratan Aguiar (PSDB/CE). O projeto de lei (substitutivo do Deputado Florestan Fernandes) já foi aprovado em duas comissões (a de Educação, Cultura e Desporto e a de Trabalho, Administração e Serviço Público) da Câmara dos Deputados, devendo ser ainda submetido a mais duas comissões da Câmara para que possa ser então levado para votação em plenário.

Como o projeto trata de temas cruciais para as universidades federais e como sua tramitação parece estar sendo muito acelerada, é urgente que a comunidade universitária analise seu conteúdo e se posicione em relação a ele. Embora o substitutivo seja de autoria de um parlamentar notoriamente comprometido com a causa da universidade pública, o saudoso deputado Florestan Fernandes, ele foi elaborado em uma conjuntura muito diversa da que temos hoje, não apenas em termos econômicos e políticos, mas também em termos dos dispositivos legais hoje existentes de controle do governo sobre a universidade pública, como por exemplo, a LDB, a GED, o CNE, o provão etc.

A Assembléia Geral da Adufrj do dia 8 de outubro vai posicionar-se sobre este assunto. O texto integral do PLC 119/92 (substitutivo Florestan) estará na home-page da Adufrj e no próximo *Jornal da Adufrj*.

CEG e CEPG aprovam critérios para avaliação da Ged99

Este ano, a pontuação feita pela Comissão Local de Avaliação da Ged para as atividades de ensino, pesquisa e extensão foi referendada pelos Conselho de Ensino de Graduação e Pós-Graduação (CEG/CEPG). Até o dia 15 deste mês a UFRJ deverá mandar seus critérios para o Mec. A universidade só deverá estar divulgando os critérios para o recebimento da Ged referente ao exercício de 1999 a partir do dia 10 de novembro. Isso porque estas normas devem ainda passar pelo crivo da Comissão Nacional de Avaliação da Ged. Os critérios aprovados não foram encaminhados pela administração à apreciação das Unidades, sendo divulgados apenas para os Conselheiros, na véspera da sua aprovação.

Seguindo as orientações do Mec, a comissão da UFRJ introduziu algumas novidades em relação ao ano passado. Além das horas/aula na graduação e na pós-graduação *stricto sensu*, as atividades de ensino na Pós-graduação *lato sensu*, desde que não remuneradas, serão pontuadas dentro do limite de 120 pontos da avaliação quantitativa. A avaliação qualitativa foi dividida em um máximo de 40 pontos para Orienta-

ções e Co-orientações em andamento e de 60 pontos para a Produção Intelectual (dados de 98 e 99), que incluem desde orientações e co-orientações concluídas a livros, artigos, participação em Congressos, comissões acadêmicas, bancas, entidades científicas e até sindicais. As atividades administrativas e de representação poderão acumular no máximo 20 pontos, assim como as atividades de Extensão, não remuneradas. Neste ponto, a Comissão Nacional contempla mais os que se dedicam a levar para a população os conhecimentos produzidos na universidade, gratuitamente. A CN permitia pontuar a Extensão em até 30 pontos.

Ainda no que cabe à avaliação qualitativa, as atividades mais pontuadas foram a publicação de texto integral de livros (25 pontos - máximo de um), a autoria de obras artísticas, exposições e concertos (25 pontos), artigo completo em periódico especializado de circulação internacional e/ou indexado (20 pontos), patente ou registro de software (25 pontos - máximo de um) e atividades de qualificação (mestrado ou doutorado *stricto sensu* (15 pontos por ano).

As orientações e co-orientações concluídas valem 8 pontos (mestrado, por aluno) e 12 pontos (doutorado, por aluno). Artigo completo em periódico nacional vale 12 pontos, enquanto um artigo de opinião na imprensa aberta vale 2 pontos (máximo de 1 artigo).

São muitas as divisões e sub-divisões de atividades que foram tratadas e pontuadas pela Comissão Local. Segundo o professor que apresentou a proposta aos conselheiros, Fernando Rochinha, os critérios para a Ged na UFRJ buscam levar o docente da universidade para um perfil mais voltado às atividades de pesquisa, o que caracterizaria sua própria política institucional.

Apesar de terem aprovado no conjunto os critérios, os conselheiros fizeram ressalvas à comissão em relação a alguns pontos que ainda serão definidos na configuração que seguirá para Brasília.

Apesar de sua atividade não contar pontos para a Ged, os chefes de departamento continuam tendo função fundamental neste processo de avaliação. Serão eles que, novamente, avaliarão todas as informações fornecidas pelos professores aos avaliadores, principalmente as que a universidade não tem, ainda, como conferir, como o trabalho na pós-graduação *lato sensu* e diversas atividades que envolvem orientação aos alunos.

No geral, a Ged na UFRJ vai premiar aqueles que têm produção considerada "relevante" para o ensino e a pesquisa universitária. As atividades de extensão ainda não foram consideradas com importância equivalente a pesquisa científica. Mas vale lembrar que a Gratificação de Ensino à Docência, pelo menos para grande parte do movimento docente, nada mais é do que reajuste de salário (ainda que apenas para parte da categoria). Reajuste conquistado após uma greve nacional de cem dias, onde muitos dos que foram para as ruas, encheram assembleias e atividades de mobilização, como os professores de 1º e 2º Graus e aposentados, ficaram de fora ou ainda não foram contemplados com toda a gratificação.

Professores novos

Após solicitação formal da Comissão Local da Ged, a reitoria divulgou que irá pagar os 60% da Ged (avaliação quantitativa) aos professores que ingressaram na universidade após o processo de avaliação da Ged 98, ou que ainda estejam em estágio probatório. Só em março deste ano, entraram cerca de 150 novos professores que estão sem receber a gratificação.

Os professores que fizeram concurso para Titular de 94 para cá e que já faziam parte do quadro da universidade já vinham recebendo a Ged conforme a avaliação anterior, ainda que também estejam em "estágio probatório".

Conselheiros não agüentam mais política administrativa de Vilhena

O cancelamento das duas sessões anteriores do Conselho Universitário custou caro ao sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio MacDowell Figueiredo, já bastante habitual na substituição de Vilhena. O descaso com relação aos conselheiros se transformou em um perigoso estopim para discussões. E, como reitor em exercício, Figueiredo foi obrigado a ouvir uma torrente de críticas ao comportamento da reitoria nos últimos tempos.

Só para se ter uma idéia da reação dos conselheiros, a pauta do dia se limitava a deliberações sobre o estatuto; no entanto, todas as intervenções buscaram atacar a administração Vilhena. O primeiro a falar nesse sentido foi o professor Oscar Rosa Mattos, representante dos titulares do CT. "O professor Flávio Dickstein (representante dos adjuntos do CCMN) convocou a reitora da UFRGS Wrana Panizze para um debate no Consuni sobre autonomia e foi surpreendido com a notícia do cancelamento da sessão. A informação é que o reitor viajou para participar de um seminário de autonomia em Brasília, mas nenhum relato foi feito dessa participação para o Consuni", comentou. "E, aliás, segundo soube por outras fontes, foi uma participação pífia".

A bancada dos funcionários técnico-administrativos também foi enfática. "Onde está a reunião com os senadores? E a questão dos 28%? Quando interessa à reitoria, o Consuni ganha relevância como no caso do Canecão", afirmou Roberto Gambine. "As pessoas já iniciaram a contagem regressiva para o fim da administração Vilhena. Penso que devíamos tomar resoluções de obstrução para chamar a atenção da reitoria", somou Carlos Maldonado. Aqui, o professor Figueiredo fez a ressalva de que a paralisação das atividades do Consuni seria uma irresponsabilidade de gestores públicos.

Também tomaram as dores do Consuni os decanos Fracalanza, Acselrad e até mesmo o discreto Carlos Tannus, que levantou a voz para demonstrar o grau de saturação no colegiado com a política Vilhena. "Os centros estão sendo atropelados porque não deve ser da conveniência do reitor ter centros administrativos. Falta transparência no orçamento", disse.

O representante dos estudantes, José Carlos Madureira, frisou a necessidade de o Consuni ampliar seus poderes e reforçar sua atuação legislativa. "Hoje, qualquer reitor torna lei qualquer portaria. Por que o Consuni não regulamenta esse poder?"

ADUFRJ

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Boletim ANO II

8 a 14 de outubro de 1999

Visite a página
da Adufrj
[www.alternex.com.br/
~adufjr](http://www.alternex.com.br/~adufjr)

Assembléia Geral
8 de outubro de 1999, às 13h30,
no Auditório do Centro de
Tecnologia (Fundão)

- 1) acordo coletivo com os empregados da Adufrj;
- 2) novo contrato de assessoria jurídica
- 3) contribuição dos sindicalizados para a Adufrj
- 4) PLC 119/92 (financiamento das universidades federais)

Marcha pela Educação leva 15 mil a Brasília

Aproximadamente 15 mil manifestantes, de acordo com os organizadores, participaram da pacífica Marcha em Defesa da Educação Pública, no último dia 6, em Brasília. Os temores da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal quanto a algum tipo de conflito mostraram-se sem qualquer fundamento diante de estudantes, professores e funcionários desejando apenas o melhor para o ensino no país. Os líderes do movimento entregaram cópias de um dossiê intitulado "Retrato da Escola" ao ministro da Educação, Paulo Renato, ao presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL) e ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB). O documento pede elevação dos recursos da educação dos atuais 5% para 10% do PIB, a partir do ano 2000, entre outras reivindicações. No dia seguinte, de fechamento desta edição, foi a vez da Marcha Popular pelo Brasil tomar conta de Brasília para demonstrar sua insatisfação com o governo federal.

Novo contrato jurídico da Adufrj

Estará em discussão na AG desta sexta-feira, 08/10, uma nova modalidade de contrato jurídico com a atual Assessoria Jurídica da Adufrj. É do conhecimento público a pressão que os servidores federais vêm sofrendo por parte do governo FHC, com o desrespeito e a supressão de direitos constitucionais. Além disto, a atual administração da UFRJ tem se esmerado no mau atendimento aos nossos professores, principalmente os aposentados. A Diretoria da Adufrj está discutindo com a nossa Assessoria Jurídica um novo contrato que amplie o atendimento jurídico aos nossos sindicalizados. Destacamos duas mudanças significativas: o fim da cobrança do percentual de 10%, em vigor atualmente, nas ações promovidas pela Assessoria Jurídica nas instâncias da Justiça do Rio de Janeiro e um plantão de atendimento aos nossos sindicalizados, na sede da Adufrj. Os detalhes, a extensão e os valores do novo contrato estão sendo negociados entre a Assessoria Jurídica e a Diretoria da Adufrj, que decidiu submeter esta decisão à apreciação de nossa AG. Também estamos discutindo a situação das ações atualmente em andamento, em particular a do abono 98.

Reitoria redireciona recursos dos hospitais

O diretor do IPPMG, Luiz Afonso Henriques Mariz, levantou no último Consuni (dia 7) uma questão delicada sobre recursos de hospitais. Desde 1996, as oito unidades hospitalares da UFRJ vêm fazendo relatórios completos sobre sua atuação e suas dificuldades financeiras. Situação não muito diferente dos demais hospitais universitários de todo o país. No ano passado, historiou o diretor, o Mec e o Ministério da Saúde se sensibilizaram e decidiram liberar recursos para esses hospitais. Por uma questão burocrática, o dinheiro deveria passar pela reitoria das instituições, mas com o compromisso de sua aplicação nos hospitais. Para surpresa de Luiz Afonso, o reitor comunicou que, em vez de tratar do déficit apresentado nas oito unidades, o dinheiro deverá ser usado para a implantação do IDT, do Instituto de Neurologia Deolindo Couto e do Instituto de Ginecologia no prédio do HU, causando mais uma polêmica no Consuni contra o reitor. Como se não bastasse essa atitude, Luiz Afonso informou que a reitoria transferiu, no início de setembro, as despesas com empresas de limpeza para o orçamento dos hospitais, já bastante sofridos.

Intelectuais debatem obra de Antônio Cândido

Um encontro para discutir o sentido e a atualidade da obra "Formação da Literatura Brasileira", de Antonio Candido, será realizado nos próximos dias 26, 27, 28 e 29 de outubro. O evento, que terá lugar na Faculdade de Letras, contará com a presença dos professores Paulo Arantes (USP), Fernando Novais (USP), Leandro Konder (PUC-RJ), Carlos Nelson Coutinho (UFRJ), Carlos Lessa (UFRJ), Ronaldo Lima Lins (UFRJ), entre outros. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 562-2010 ramal 3196 ou pelos e-mails: laaves@uol.com.br ou luisalberto@letras.ufrj.br.

CONVITE PARA POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ADUFRJ

Será realizada na próxima sexta-feira, dia 15, no Salão Nobre do IFCS (2º andar), a assembléia de posse da nova diretoria da Adufrj. O evento está marcado para começar às 18h e será seguido de um coquetel para os presentes. O IFCS fica no Largo de São Francisco, nº 1.

Clipping

Uma nota do colunista Boechat, em O Globo, de 5/10, fala do protesto da Academia Nacional de Ciências, à frente de 34 entidades da área médica, contra o governo federal. "O motivo foi a decisão do Ministério da Saúde de centralizar no Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, em Brasília, todas as autorizações para a realização de trabalhos científicos no país. As licenças podem demorar mais de 60 dias, em prejuízo dos centros de estudo. Por causa da burocracia, por exemplo, o Instituto Nacional do Câncer não consegue testar uma vacina inédita contra o melanoma."

Uma auditoria interna do CNPq encontrou irregularidades em 213 bolsas concedidas a pesquisadores brasileiros no exterior. Uma bolsa de doutoramento de quatro anos no exterior tem um custo mínimo de US\$ 100 mil. Já foram devolvidos R\$ 2 milhões aos cofres do órgão, depois de rastreadas as irregularidades.

O mundo dá voltas. Conhecido por guardar uma grande coleção de charges e de recortes de jornais em que é personagem, o deputado federal Delfim Netto (PPB-SP) deparou-se com uma curiosidade. Ele encontrou um artigo de 1983 do então senador Fernando Henrique Cardoso atacando violentamente o acordo feito por Delfim com o FMI. No texto, o presidente diz que o acordo estava "escorçando com juro os empresários, paralisando a atividade pública e lambando o dorso dos assalariados".

Centros pressionam comissão da Ged/99 a reabrir discussão sobre pontuação

Dois Centros (CT e CCS) da universidade solicitaram aos CEG e CEPG alterações nos critérios de avaliação da Ged/99 que podem alterar significativamente a pontuação feita pela comissão local e homologada pelos colegiados na sessão de 1º de outubro. As críticas que foram apresentadas aos conselhos se referem principalmente à falta de espaço para a discussão dos critérios pelas unidades e que, com isso, as decisões tomadas se pautaram exclusivamente na “intuição” dos representantes do CEG e CEPG sobre as mais diversas atividades nas várias áreas da universidade.

Frente a esta pressão da comunidade, a comissão reabriu a discussão sobre a gratificação e deverá receber propostas das unidades até esta quarta-feira, dia 13. Uma nova reunião conjunta dos colegiados superiores deverá homologar as possíveis alterações na pontuação da Ged, na sexta, dia 15, a partir das 11h, na sala do Conselho Universitário.

Alguns pontos deverão ser ainda objeto de polêmica a partir das sugestões das unidades como as pontuações hora/aluno para orientação na graduação e na pós (veja como estão definidas, por enquanto, no

quadro abaixo).

Até o novo prazo foi objeto de tensionamento entre os membros da comissão de avaliação e os demais conselheiros.

CAP – Causou polêmica também o artigo 14º da regulamentação acadêmica, que pede a criação de uma resolução específica do CEG para o cômputo da carga letiva dos docentes do Colégio de Aplicação. Argumentou a representante do colégio que a regulamentação na forma como está, retirando esse artigo, contempla perfeitamente todos os docentes do CAP. O sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, professor Antônio MacDowell Figueiredo, por sua vez, afirmou que em nenhum momento da elaboração do atual documento a situação do CAP foi questionada nas reuniões CEG/CEPG. Citou como exemplo o parágrafo segundo do artigo 11º, que isenta certas unidades, como o Museu Nacional, da obrigatoriedade de dar aulas regulares de graduação, como o Museu Nacional. “Como é que a gente vai isentar o CAP de uma obrigatoriedade (dar aulas de graduação) que é inexequível para um colégio?”, questionou Figueiredo. O assunto voltará à pauta dos colegiados.

Conselhos questionam liderança política da reitoria em relação ao tombamento do Canecão

A notícia do tombamento do Canecão caiu como uma bomba nos órgãos colegiados da UFRJ. Na reunião conjunta CEG/CEPG do último dia 6 o conselheiro Carlos Wainer deu uma bela indireta à reitoria. Pediu a imediata reconvocação, pela reitoria, da comissão de notáveis da universidade (e de todos os professores que tenham algum tipo de influência na capital federal). Segundo Wainer, assim como eles já garantiram a nomeação e posse de Vilhena, os notáveis poderiam demonstrar sua força nessa oportunidade também.

No Conselho Universitário, as críticas ficaram por conta da falta de habilidade política da reitoria na condução do caso, permitindo que a família Priolli, que administra a casa de espetáculos, saísse na frente na conquista da opinião pública, da classe artística e, principalmente, da classe política. O conselheiro José Carlos Madureira, representante dos estudantes, foi mais além. Chamou a atenção do Consuni para o fato de existir um prédio entre o Canecão e a Casa da Ciência – portanto, em terreno da UFRJ – um bingo pronto para funcionar (só esperando uma decisão judicial). Nesse sentido, encaminhou um documento, assinado por vários conselheiros, para pedir empenho da reitoria no impedimento dessa atividade.

Alerj - A lógica passou longe da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro no caso de tombamento do Canecão. Nem mesmo o parecer contrário do Inepac, órgão estadual que regulamenta os tombamentos, foi capaz de mudar a idéia dos nossos deputados. Aparentemente, a UFRJ continua normalmente seu processo de reintegração de posse do local. A restrição fica por conta da impossibilidade de realizar grandes mudanças no prédio para transformá-lo, como Vilhena afirma, em um centro cultural.

Avaliação Ged/99 homologada pelos colegiados, mas sem algumas alterações já sugeridas pelos conselheiros

Pontuação
Dados relativos aos períodos 1998/2, 1999/1 e 1999/2.
Mínimo de 80 pontos: Lei nº 9.678/98, art. 1º, § 3º
Máximo de 120 pontos: Lei nº 9.678/98, art. 1º, § 2º

Ensino
Graduação – 10 pontos/hora-aula semanal
Pós-graduação lato sensu (não remunerado) – 8 pontos/hora-aula semanal
Pós-graduação stricto sensu – 10 pontos/hora-aula semanal
Orientações e co-orientações em andamento
Máximo de 40 pontos: orientação da Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação/SESU/MEC
Mestrado, doutorado, pós-doutorado – 10 pontos/aluno/ano
Iniciação científica, monitoria – 8 pontos/aluno/ano
Especialização/aperfeiçoamento – 8 pontos/aluno/ano
Trabalho final de curso/monografia – 8 pontos/aluno/ano
Tutoria/orientação acadêmica - 8 pontos/aluno/ano
Atividades em projeto artístico/cultural - 8 pontos/aluno/ano
Atividades de extensão - 8 pontos/aluno/ano
Estágio - 8 pontos/aluno/ano
Programa Especial de Treinamento (PET) - 8 pontos/aluno/ano
Residência médica - 8 pontos/aluno/ano
Orientações em ambulatório/enfermaria/sala de cirurgia e similares - 8 pontos/aluno/ano
Produção Intelectual
Dados relativos aos anos 1998 e 1999
Máximo de 60 pontos: Lei nº 9.678/98, art. 1º, § 2º
Orientações e co-orientações concluídas (dissertações e teses)
Mestrado - 8 pontos/aluno
Doutorado - 12 pontos/aluno

Livros publicados
Texto integral (máximo de 1 livro) - 25 pontos
Capítulo (máximo de 2 capítulos) – 10 pontos/capítulo
Edição/organização (máximo de 1 livro) – 10 pontos
Obras artísticas e exposições
Autoria (máximo de uma) – 25 pontos
Participação (máximo de duas) - 10 pontos/participação
Organização (máximo de uma) – 10 pontos
Artigo completo em periódico especializado de circulação internacional e/ou indexado – 20 pontos
Artigo completo em periódico especializado de circulação nacional – 12 pontos
Produto de divulgação científica, tecnológica, artística ou cultural – 4 pontos (máximo de 2 produtos)
Artigo de opinião – 2 pontos (máximo de 1 artigo)
Congressos internacionais
Artigos completos – 8 pontos/artigo
Resumo (máximo de 4 resumos) – 2 pontos/resumo
Congressos nacionais
Artigos completos – 4 pontos/artigo
Resumo (máximo de 4 resumos) – 1 ponto/resumo
Participação em comissões julgadoras (máximo de 10 pontos)
Tese de doutorado – 2 pontos/comissão
Dissertação de mestrado – 2 pontos/comissão
Exame de qualificação - 1 ponto/comissão
Trabalho de final de curso - 1 ponto/comissão
Concurso público - 2 pontos/comissão
Participação em conselhos ou comissões de órgãos governamentais e de entidades científicas, culturais e profissionais
Comitês assessores de programas de graduação e pós-graduação e projetos de pesquisa – 2 pontos/atividade
Consultor “ad hoc” de órgãos financiadores de programas e projetos de

pesquisa – 2 pontos/atividade
Consultor “ad hoc” de revistas especializadas - 2 pontos/atividade
Conselhos editoriais, diretorias e comissões de sociedades científicas, tecnológicas e culturais - 2 pontos/atividade
Atividades administrativas e de representação (máximo de 20 pontos)
Representantes no CONSUNI, CEG, CEPG, CPPD, COOPERA E CADD – 5 pontos/ano
Coordenador de curso/disciplina/programa curricular interdepartamental (PCI) (não remunerado) – 3 pontos/ano
Comissões de avaliação docente (progressão funcional, estágio probatório, pertinência e outros – 1 ponto/ano
Participação na diretoria da ANDES ou da ADUFRJ
Atividades de extensão (não remunerada) (máximo de 20 pontos)
Cursos
Organização/coordenação – 2 pontos/atividade
Atividade como docente em curso de até 30 horas-aula - 2 pontos/atividade
Atividade como docente e curso de mais de 30 horas-aula - 4 pontos/atividade
Conferências proferidas (máximo de 5) – 1 ponto/conferência
Participação em comissões organizadoras de eventos técnicos, científicos e culturais – 2 pontos/evento
Participação em simpósios, painéis e mesas redondas técnicas, científicas e culturais – 1 ponto/atividade (máximo de 5 atividades)
Projetos (máximo de 5 projetos) – 2 pontos/projeto
Patente ou registro de software (máximo de um) – 25 pontos/ocorrência
Projeto didático-pedagógico de inovação curricular, desenvolvimento de tecnologias e de equipamentos em apoio ao ensino (máximo de 2 projetos) – 4 pontos/projeto
Atividade de qualificação (stricto sensu) - 15 pontos/ano

Zulmair Rocha



A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) reuniu de 15 mil a 20 mil pessoas, no último dia 6, em Brasília, para protestar contra a política educacional do governo. O ato, que foi chamado *Marcha em Defesa e Promoção da Educação Pública*, teve o apoio de parlamentares da oposição e do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva. Os líderes do movimento entregaram um dossiê intitulado *Retrato da Escola* ao ministro da Educação, Paulo Renato, e aos presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente, ACM e Michel Temer. Entre as principais reivindicações, os docentes pediram a ampliação dos recursos da Educação dos atuais 3,7% para 10% do PIB nacional; salários melhores; melhoria da infra-estrutura das escolas, garantia de vagas para todos no ensino e programas permanentes de formação.

Nova diretoria da Adufrj toma posse dia 15 de outubro

O professor José Sanglard, da Escola de Engenharia, toma posse nesta sexta-feira, 15 de outubro, como presidente da Adufrj Seção Sindical para o biênio 1999/2001. A nova diretoria é composta também pelos professores Henrique Innecco Longo (E. Engenharia), Maria de Lourdes Passos (I. Psicologia), Regina Célia Pugliese (CAp), Cleusa dos Santos (E. Serviço Social) e Roberto Leher (F. Educação).

A Assembleia de Posse aconteceu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Centro, a partir das 18h.

Proposta de reserva de vagas nas Federais gera manifestações da comunidade universitária

Páginas 6 e 7

Adufrj diminui mensalidade dos sindicalizados

Página 5

UFRJ usa novo sistema de coleta de dados para avaliação da Ged

Página 3

Dois anos de mandato

Dia 15 de outubro de 1999 completamos nosso mandato na direção da Adufrj-SSind. Coincidentemente, este também foi um dos períodos mais atribulados na história da UFRJ. O desmonte sistemático das instituições públicas promovido pelo governo FHC, e da universidade em particular, atingiu a UFRJ em cheio, culminando com a nomeação de um interventor, apesar da oposição da grande maioria da comunidade acadêmica.

O estrangulamento financeiro, salarial e orçamentário, o total desprezo demonstrado pelo governo FHC com o ensino público tiveram resposta por parte do movimento docente: a greve nacional das universidades em 1998. A adesão foi notável, não só por parte dos professores, e demais setores da universidade, mas principalmente pelo interesse despertado na população. Num quadro de crescentes dificuldades enfrentadas pela oposição ao governo FHC, a greve nacional dos docentes foi uma demonstração política clara de que é preciso mudar os rumos implantados pela chamada “globalização”.

Nosso mandato, durante a greve nacional, ainda presenciou dois eventos importantes: as eleições para a Reitoria da UFRJ e para a direção nacional do nosso sindicato. Apesar das polêmicas e divergências, os docentes da UFRJ deram uma demonstração de maturidade política. Em plena greve, tivemos os dois processos eleitorais absolutamente normais. É claro que o desfecho final foi outro. Apesar da oposição clara da comunidade acadêmica, a nomeação de um interventor foi imposta. O final da greve demonstrou de forma clara as diferentes concepções políticas dentro do próprio movimento docente.

Se a greve não resolveu definitivamente nossas dificuldades, com certeza mostrou um caminho. Não estamos satisfeitos com a Ged, mas estaríamos menos ainda com as bolsas do Mec (o famigerado PID) e com a exclusão absoluta dos aposentados. Nosso movimento, muito além de questões salariais, tem sido o instrumento democrático da defesa da instituição pública. Foi através dele que consagramos o concurso público, o afastamento das ingerências politiquei-

ras dos governos na instituição, o financiamento do ensino público pelo Estado.

Se as ameaças à universidade pública ainda persistem, se nosso sindicato continua dividido, também retomamos o caminho das discussões públicas, democráticas, da importância da mobilização de nossa base. O governo FHC e seus pares menores dispõem de um poder político, jurídico, de inserção na mídia, igual ou maior do que o do tempo da ditadura militar. E, no entanto, o conceito de uma instituição pública, dedicada ao ensino, à pesquisa, à extensão, voltada para as necessidades de nossa população, não pode ser apagado, persiste e retorna sistematicamente às nossas pautas. E para isto é fundamental a organização democrática do movimento docente.

A Diretoria da Adufrj-SSind, ciente dos limites de sua atuação, conclui seu mandato com a satisfação de ter contribuído para que nossa Seção Sindical continue sendo um dos instrumentos políticos importantes da defesa de um dos patrimônios mais significativos de nossa nação – a universidade pública brasileira.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ

TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368

EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES

REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO

ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS

FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA

TIRAGEM: 10.000

IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS

COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES

E-MAIL ADUFRJ: adufrj@ax.ibase.org.br

E-MAIL REDAÇÃO: adufrj2@ax.ibase.org.br

Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

-COLÉGIO DE APLICAÇÃO: SANDRA MARTINS DE SOUZA E CÉLIA BRITO TEIXEIRA GAMA (TITULARES), CLÓVIS NEVES FILHO E MIRIAM KAIUCA (SUPLENTES)

- ESCOLA DE BELAS ARTES: PATRÍCIA MARCH DE SOUZA

- ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY: WALCYR DE BARROS

- ESCOLA DE ENGENHARIA: HENRIQUE LONGO, SÉRGIO LOURENÇO FRAENKEL E MIGUEL DE SIMONI

- FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO: OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA

- FACULDADE DE LETRAS: LEONOR WERNECK

- INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS: LEILA RODRIGUES ROEDEL E LINCOLN DE ABREU

- FACULDADE DE MEDICINA: GIL FERNANDO COSTA M. SALLES, MARIA LÚCIA PIMENTEL, FERNANDO SÉRGIO VIANA (TITULARES)

E CLÁUDIA REGINA LOPES CARDOSO (SUPLENTE)

- FACULDADE DE EDUCAÇÃO: MARCO ANTONIO CARNEIRO, RAQUEL GOULART BARRETO E MÁXIMO AUGUSTO C. MASSON

- INSTITUTO DE PSICOLOGIA: MARCOS AGUIAR DE SOUZA

- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL: SARA GRANEMANN E JOSÉ AUGUSTO VAZ S. BISNETO

- NESC: LETÍCIA LEGAY VERMELHO (TITULAR) E RONIR RAGGIO LUIZ (SUPLENTE)

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE:

ROBERTO LEHER

1º VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO HOUAISS

2º VICE-PRESIDENTE:

PHILOMENA GEBRAN

1º SECRETÁRIO:

JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA

2ª SECRETÁRIA:

REGINA CÉLIA DE SOUZA

PUGLIESE

1º TESOUREIRO:

JOSÉ ANTÔNIO MARTINS SIMÕES

Na rota do tráfico

O ministro da Educação, Paulo Renato, disse aos jornais, no último dia 8, que o campus da Ilha do Fundão serve freqüentemente ao desembarque de drogas que entram pela Baía de Guanabara. “A universidade está ao lado de um local que é, praticamente, rota de tráfico”, comentou. Em relação a esse assunto, Vilhena quer instalar câmeras de vídeo nas entradas e saídas da Cidade Universitária para inibir a entrada de traficantes no campus e tentar controlar o movimento de pessoas estranhas no meio universitário.

Greves

As montadoras de automóveis receberam uma forte pressão dos metalúrgicos, no último dia 7. Um protesto pela criação de um contrato coletivo nacional liderado pelas centrais CUT e Força Sindical envolveu aproximadamente 70 mil trabalhadores e parou a produção de 15 montadoras do ABC, capital, região de Campinas e do Vale do Paraíba. Os sindicalistas pedem um piso salarial único de, no mínimo, R\$ 800. Não aceitam, por exemplo, que empregados de montadoras do ABC recebam um salário médio de R\$ 1,5 mil, os da Fiat, em Minas, de R\$ 800, e os da Volkswagen, em Resende, ganhem R\$ 400.

Seminário

O Hospital Escola São Francisco de Assis e o CFCH convidam toda a comunidade para o III Seminário Universitário de Extensão em Ecologia da Mente, a ser realizado no dia 21 de outubro. As inscrições serão realizadas no dia e local (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Amoroso Lima, 15, Cidade Nova) do evento, nos horários de 8h às 8h30 e de 13h30 às 14h. Pelo horário integral, os interessados vão pagar R\$ 10, mas, por meio horário, a taxa cai a R\$ 5.

Depois de uma caminhada de mais de 1,5 mil quilômetros a partir do Rio de Janeiro, a Marcha Popular pelo Brasil chegou a Brasília para protestar contra o governo federal e o FMI. E acabou rendendo uma boa polêmica para o líder dos sem-terra João Pedro Stédile. Houve uma tentativa de invasão do Banco Central e empurra-empurra entre militantes e a polícia militar. Em meio ao tumulto, Stédile convocou uma grande manifestação nacional para novembro, estimulando a depredação de postos de pedágio nas estradas, invasão de latifúndios e paralisação dos operários de usinas hidrelétricas. No dia seguinte, o líder já pedia desculpas pelas declarações, mas já era tarde. O Ministério da Justiça estuda formas de enquadrá-lo em crime de incitamento à violência. Fora esse incidente, a manifestação teve um ato ecumênico na praça onde foi queimado vivo o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos e encontro de um sem-terra típico com o presidente do BC, Armínio Fraga. Este reconheceu o grave estado social do país, mas anunciou melhores dias para breve. É o que esperamos...

Nova coleta de dados para a Ged 99

A coleta de dados para a avaliação Ged 99 vai ganhar um novo formato esse ano. Em uma tentativa de simplificar o trabalho da comissão e conseguir agilidade nos processos, os docentes vão preencher seus dados em um aplicativo disponibilizado na Internet chamado SIGMA. O Sistema Integrado de Gerenciamento Acadêmico terá o objetivo de prover uma base corporativa de informação sobre as atividades acadêmicas, de natureza científica, artística e técnica realizadas e desenvolvidas na UFRJ. Aliás, além da Ged, os dados fornecidos vão servir para a Coleta de Dados Capes relativa a 1999, evitando trabalho dobrado para os professores e, no futuro, espera-se que o sistema dê suporte para outras demandas como avaliação institucional da universidade, entre outras.

Integrante da comissão de avaliação local, o professor Fernando Rochinha avisa que o campo de dados relativo à Ged não está pronto ainda, uma vez que nem as regras locais foram fechadas – isso será feito nesta sexta-feira (15/10) em reunião conjunta CEG/CEPG -, mas faz um alerta importante: “É fundamental que os docentes procurem se cadastrar no sistema o quanto antes, até para que a gente possa fazer um mapeamento das unidades com dificuldades”, comenta. Depois, acredita ele, com um universo de docentes bastante amplo já cadastrado, ficará mais fácil instruir o preenchimento de dados. A página do SIGMA é: www.sigma.ufrj.br e mais informações sobre o cadastramento nesse sistema podem ser conseguidas no *site* da UFRJ.

Clipping

A coluna Coisas & Fatos do jornalista Genilson Gonzaga, do Jornal do Commercio, informa em 08/10: “Dizem que no Brasil é exorbitante o número de funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Não é bem assim. Eles representam 9,3% da população economicamente ativa. Na França, por exemplo, esse índice é de 24%, informa o professor Sérgio de Azevedo, especialista em administração pública, formado pela Fundação Getúlio Vargas. Ele desmitifica assertivas de que o serviço brasileiro está inchado. Tem, sim, é muito cacique e pouco índio.”

Em cinco anos, mais da metade dos médicos que trabalham nos hospitais federais vai estar se aposentando. Em dez anos, a maioria dos profissionais de saúde lotados nessas unidades também terá saído por aposentadoria. Esta é uma projeção do Ministério da Saúde - divulgada em O Globo (10/10) -, que não faz concurso há quinze anos para contratação de pessoal. Com onze hospitais e 7.651 profissionais, a rede federal se transformou em uma verdadeira “bomba-relógio armada”, de acordo com definição da chefe de escritório do Ministério no Rio, Ana Tereza da Silva Pereira.

Sucateamento das universidades, salários congelados, corte nos financiamentos para pesquisas, mudanças na Previdência e a nova LDB: todos esses fatores reunidos levaram muitos docentes das universidades públicas a se aposentarem precocemente, de acordo com matéria de O Globo (10/10). A UFRJ, por exemplo, perdeu 14% de seu quadro por aposentadoria nos últimos três anos. Enquanto isso, a Universidade Estácio de Sá, a segunda maior do estado, atrás apenas da própria UFRJ, subiu de 9% para 52% o seu número de professores com mestrado e doutorado – a nova LDB exige que todas as universidades tenham pelo menos 33% de seu corpo docente com mestrado e doutorado até 2004.

Zulmair Rocha



CAp vai oferecer alfabetização

Introdução de classes de alfabetização pode ser a novidade do Colégio de Aplicação para o ano 2000 em diante. O dispositivo foi amplamente discutido e aceito na plenária do CAp e em seu conselho pedagógico, e ganhou o aval do CEG. Falta agora o parecer final da Procuradoria Jurídica da UFRJ (para verificar se não existe nenhuma ilegalidade no texto aprovado). Para este ano, a intenção do Colégio é abrir uma turma de CA de 25 vagas e uma turma de primeira série de 25 vagas – em vez das duas turmas de 25 de primeira série, como vinha sendo feito.

De acordo com a professora Celina Costa, diretora de ensino do CAp, essa medida foi tomada para evitar a sobrecarga de aula para o conjunto de professores do ensino fundamental. “A idéia é diluir esse esforço através dos anos até 2005, quando teremos 10 turmas nessa faixa em vez das oito atuais”, comentou. O objetivo principal, ainda segundo a diretora, é promover a democratização plena do acesso ao CAp pelo critério único de sorteio.

Hoje, para o ingresso na primeira série, o candidato passa por exames em Língua Portuguesa e Matemáti-

ca, nos quais deve alcançar apenas 50% de rendimento (vale a pena citar que não são dadas notas de aproveitamento. Só são medidas as aptidões). Após essa fase, é realizado um sorteio entre todos os candidatos considerados aptos. Como não existe forma de avaliar uma criança antes de sua alfabetização, o critério passa a ser apenas o de sorteio. Esse mecanismo fica mais bem compreendido, quando o mesmo edital já sinaliza que o CAp terá duas turmas de 25 vagas para 2001, fechando o acesso pela primeira série (ver tabela).

A professora garante que todos os docentes do ensino fundamental estão totalmente habilitados para dar aulas de alfabetização e que não haverá nenhum problema com a novidade.

O que ainda não foi decidido é o que mudará no edital de entrada no CAp pela quinta série em 2004 e em 2005 – nesses anos, pela tabela, verifica-se que apenas uma turma de quarta série estará passando para a quinta. “Vai depender do número de docentes em atividade até lá e da política educacional do governo federal, que, espero, não seja mais essa que está aí”, analisou Celina.

Faltou empenho da reitoria na defesa do Canecão

Mais uma vez o assunto Canecão voltou a mobilizar o Conselho Universitário, no dia 14/10. Dessa vez, uma audiência pública com a comissão de educação, cultura e desporto da Assembléia Legislativa, marcada para as 15h do mesmo dia, serviu de motivador das discussões. Os parlamentares, depois de decidirem pelo tombamento da casa de espetáculos – lei sancionada pelo governador –, resolveram escutar alguém da universidade sobre a utilização daquele espaço tombado. Um grupo do colegiado foi escolhido para representar a universidade e, instruído pelos demais conselheiros, procurou não tomar qualquer atitude de atrito com os políticos. Chegou-se à conclusão de que falta de prestígio político é tudo que a UFRJ não precisa mais. A ação de reintegração de posse do Canecão continua no campo judicial, enquanto se pretende definir um projeto para a utilização do imóvel que conquiste a simpatia da sociedade.

Estudantes estrangeiros

Está causando preocupação no CEG o caso dos alunos estrangeiros estudando na UFRJ sem condições financeiras mínimas. Ganha destaque, nesse contexto, a situação dos angolanos (aproximadamente uns 50), cujo país vive uma guerra há anos. O sub-reitor Aníbal (SR-1) citou, inclusive, uma visita que a universidade recebeu do ministro do petróleo de Angola, que só demonstrou interesse na manutenção dos seus contêrreos ligados aos programas de Engenharia. Enquanto isso, ainda segundo Aníbal, outros angolanos passam sérias necessidades.

Vem aí o III Coned

Com o tema “Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira: reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado”, terá lugar, em Porto Alegre, de 2 a 5 de dezembro, o III Coned. As inscrições para o evento já estão abertas. Até 18 de outubro, estudantes pagam R\$ 15; trabalhadores da educação básica, R\$ 30 e trabalhadores da educação superior, R\$ 40 – outros participantes contribuem com R\$ 40. De 19 de outubro até 2 de dezembro, estudantes pagam taxa de R\$ 15, enquanto trabalhadores da educação básica entram com R\$ 40 e os trabalhadores da educação superior e outros participantes contribuem com R\$ 55. Duas observações importantes: estes valores não cobrem alimentação, hospedagem e transporte e os demais participantes da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão desconto de 20% sobre o valor da inscrição.

	Número de Turmas				
	Classe de Alfabetização	primeira série	segunda série	terceira série	quarta série
1999	-	duas	duas	duas	duas
2000	uma	uma	duas	duas	duas
2001	duas	uma	uma	duas	duas
2002	duas	duas	uma	uma	duas
2003	duas	duas	duas	uma	uma
2004	duas	duas	duas	duas	uma
2005	duas	duas	duas	duas	duas

Corte de telefone

Representante da Faculdade de Educação no CEG, a professora Íris Rodrigues de Oliveira reclamou na última reunião do colegiado (13/10) do corte de telefones de sua unidade por falta de pagamento desde o final de agosto. “Como a UFRJ é um órgão público, a Telemar sorteou randomicamente apenas uma linha que faz ligações externas. As demais só recebem as ligações”, comentou.

Voto de pesar

O CEG e o Consuni concederam esta semana um voto de pesar em razão da violenta morte do estudante Nelson Barbosa, do Instituto de Matemática, no sábado (dia 9/10). O aluno teve o carro roubado e foi assassinado a tiros no bairro de Jacarepaguá, onde morava. A SR-1 ficou de encaminhar uma carta pública ao corpo social do Instituto lamentando o ocorrido e, além disso, deve ser realizada ainda outra homenagem ao estudante.

Frente parlamentar discute financiamento das universidades federais

O deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) defendeu a imediata aprovação de um projeto que dê conta do financiamento das instituições federais de ensino superior. A manifestação ocorreu durante o Debate sobre Autonomia Universitária promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, que aconteceu nos dias 22 e 23 de setembro, em Brasília. No primeiro seminário que discutiu “Os fundamentos da autonomia universitária”, o deputado e autor do projeto original que trata do financiamento das Ifes (PL 119) disse que a questão do financiamento deve ser prioritária, já que a autonomia financeira determina todas as outras formas de autonomia. “Para mim não importa a autoria, o fundamental é aprovar um texto que contemple todas as necessidades das universidades públicas”, ele completa se referindo ao substitutivo ao PL do então relator Florestan Fernandes que foi, em 94, aprovado pela Comissão de Educação da casa.

O presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Rodolfo Pinto da Luz, afirmou que a autonomia universitária é condição fundamental para que as Universidades possam se desenvolver plenamente. Ele disse que a própria Constituição (artigo 207) já assegura a autonomia, mas o Legislativo, até agora, não foi capaz de implantá-la. Na sua apresentação o reitor reafirmou as reivindicações do projeto de autonomia da Andifes, principalmente quanto à vinculação de, no mínimo, 75% da parcela da receita resultante de impostos às Ifes. “Essa vinculação é essencial para que as Universidades consigam uma estabilidade financeira. Por exemplo, o orçamento do próximo ano foi reduzido, e já era insuficiente. A vinculação é importante para evitar que todo ano a gente tenha que renegociar o orçamento e fique a mercê de uma nova crise econômica” explica.

O coordenador da Frente, deputado Pedro Wilson (PT-GO), afirmou que o objetivo é juntar as diferentes propostas para chegar a um consenso e depois

defendê-la no Congresso. Para isso, a Frente está promovendo debates, seminários e reuniões permanentes com as entidades. O Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, não compareceu ao debate, pois estava viajando para a Alemanha.

Entidades debatem financiamento

No segundo debate do dia, “O projeto de Autonomia: financiamento, mérito e limites”, os representantes das entidades (Andifes, Andes, Fasubra e UNE) chegaram a um consenso quanto à questão do financiamento. Segundo o vice-presidente da Andifes, Jader Nunes de Oliveira, a proposta do Mec referente ao financiamento é inaceitável (teto de R\$ 4,01 bilhões anuais), já que tem base no orçamento de 1997 que é insuficiente para a manutenção básica das Ifes.

Para o presidente do Andes-SN, Renato Oliveira, é necessária a garantia de um modelo de gestão universitária, além da isonomia de funcionamento e isonomia de cargos e salários. Segundo Renato, o Sindicato está promovendo assembleias em todas as universidades e a categoria vem mostrando disposição de deflagrar uma greve caso o governo apresente o projeto de autonomia ao Congresso. Já a coordenadora nacional da Fasubra, Léa de Sousa Oliveira, disse ser necessário envolver a sociedade civil nesse debate. A entidade está buscando intensificar o debate com a participação de representantes da sociedade. Para isso, a Frente Parlamentar é estratégica, mas é necessário ampliar o debate para a OAB, para movimentos populares, da igreja, das minorias. “Pela primeira vez o Mec conseguiu uma unanimidade entre as entidades. Todas estão contra esse projeto”, ela completa.

O presidente da UNE, Wadson Ribeiro, afirmou ser necessário dar visibilidade ao que significa autonomia universitária e defendeu uma forma mais democrática de eleição para reitor. O secretário de Ensino Superior do Mec, Abílio Baeta Neves, não compareceu ao debate. Também estava na Alemanha.

Arrecadação da Adufrj passa para 0,8%

A Assembléia Geral da Adufrj de 08/10 aprovou a proposta da diretoria de reduzir a mensalidade de nossos sindicalizados de 1% para 0,8%. Este novo valor passará a vigorar a partir de novembro. Na exposição sobre a situação financeira da Adufrj, apresentado pela Diretoria, foi relatada a importância da arrecadação baseada num percentual, mais justa do ponto de vista das diferenças salariais existentes. Com o percentual de 1% foi possível a recomposição de nosso fundo de reserva, que em janeiro estava em R\$ 22.000,00 e que passou para cerca de R\$ 330.000,00 em outubro. Foi graças ao nosso fundo de reserva que atravessamos a greve sem cotas adicionais e que conseguimos manter nossas atividades quando nossa arrecadação não foi repassada pelo Mec/reitoria da UFRJ. Como o repasse ao ANDES-SN é fixo para todas as AD's, no valor de 0,2% do salário de cada sindicalizado, a arrecadação para a Adufrj passou de 0,8 para 0,6%. Com estes novos valores, a arrecadação da Adufrj passará para um valor bruto de cerca de R\$ 68.000,00 mensais. Temos uma estimativa de despesas mensais médias de R\$ 57.000,00. Um ponto que ainda está em discussão é o novo contrato com nossa Assessoria Jurídica. Esperamos em breve apresentar os termos e o valor do novo contrato.

A diretoria

Somos o 18º em produção de C&T

Durante o seminário promovido pela Frente, o diretor da SBPC, Jorge Almeida Guimarães, forneceu alguns dados sobre a produção científica brasileira ao longo das últimas décadas. Em 1973, quando se iniciou uma significativa produção de artigos científicos nacionais, foram publicados 373 trabalhos. Em 1998, a produção foi de 8.712 artigos. No ranking das nações que mais produzem ciência, de 1992 a 1996, o Brasil ocupa a 18ª posição. Guimarães acredita que se houvesse uma política de financiamento à ciência no país, em pouco tempo estaríamos entre os dez primeiros.

As universidades públicas produzem 82% da pesquisa nacional, mas 72% desta se concentram nas regiões Sul e Sudeste.

Posse da nova diretoria da Adufrj

Nesta sexta-feira, às 18h no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Centro

Reserva de vagas nas Públicas?

Formada pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, em 69, a professora Maria Judith Sucupira Costa Lins, de 52 anos, foi uma das primeiras vozes a chamar a atenção para os problemas do projeto de reserva de vagas nas universidades. Em artigo publicado no dia 13/09, em O Globo, esta docente - com mestrado em Educação na PUC-RJ, em 72, e doutorado em Educação em 96, na UFRJ- critica a iniciativa que, no seu ponto de vista, vai “artificializar” o processo de aprendizagem. Atualmente, Maria Judith faz parte do Laboratório do Imaginário Social e Educação (LISE), mas já foi professora titular da Universidade Santa Úrsula, de 71 a 96, ano em que ingressou na UFRJ.

O atual projeto realmente ajuda quem estudou a vida toda em colégio público?

O projeto de reserva de vagas na universidade para os alunos que estudaram todo o tempo na escola pública não está realmente atendendo estes alunos, mas criando uma esperança e artificializando o processo de aprendizagem. Parece-me uma medida sem respaldo científico, mas com vistas a atender um segmento da população que vota; enquanto investir em crianças não traz este retorno. Trata-se de uma medida paliativa que não ataca o problema pela raiz.

Essa iniciativa é uma novidade?

Não. Nos Estados Unidos se pratica até hoje o que se chama de ação afirmativa. Uma reserva de vagas para o ingresso de alunos nas universidades, com variação de estado a estado. O que citei no artigo de O Globo foi justamente o exemplo da revogação dessa iniciativa na Califórnia, em junho de 1998, quando se viu que a experiência não estava dando certo.

Como foi discutido este problema nos Estados Unidos?

Este problema já foi analisado pela filósofa política Hannah Arendt que chama a atenção para o fato da discriminação contra algum grupo continuar existindo quando se enfatiza um currículo com as características específicas deste. Isto estabelece uma não-instrumentalização, sendo um disfarce democrático, pois não dá a esse grupo condições de competição. Concretamente, ela exemplifica citando um abaixo-assinado, ao qual lhe pediram para aderir, pleiteando a organização de escolas com os currículos especifi-

camente voltados para grupos minoritários norte-americanos. Ela se negou e escreveu um artigo justificando sua posição.

Como assim?

O princípio é o seguinte: quando alguém lhe pede que negros tenham currículos para negros, hispânicos tenham currículos para hispânicos e mulheres tenham currículos para mulheres e homens brancos tenham currículos para homens brancos, de certa forma o conhecimento está sendo setorizado. Com isto se impede que todos tenham as mesmas ferramentas, os mesmos instrumentos, as mesmas armas. Não se pode separar mais do que já está separado. Esse é o nosso problema aqui. Se o aluno de colégio público não teve condições de obter essa vaga, a minha primeira inferência é que ele não estava bem equipado. Então, vamos equipá-lo. O que o Senado aprovou, em vez de “vamos equipá-lo”, foi “vamos dar de graça”.

Quais os problemas que um professor pode enfrentar com uma turma na qual metade dos alunos não está inteiramente capacitada?

Vejo vários problemas: o professor não poderá avançar na sua proposta metodológica curricular. Haverá um custo da universidade, porque esses alunos ficarão retidos no ensino superior por um tempo maior às custas do contribuinte. E esse custo seria evitado se as escolas de 1º e 2º grau tivessem qualidade. Eles precisam realmente ter o conhecimento. Não se pode vencer etapas artificialmente. Os créditos não são dados a alunos. São conquistados pelo trabalho. Dessa forma, o aluno precisa de turmas de apoio, como algumas universidades particulares estão fazendo: depois que o aluno entra e apresenta dificuldades, é chamado a cursar uma disciplina que não faz parte do currículo. Ele já está pagando, está com sua vaga garantida, mas é tão deficitário que ele vai ter que melhorar num semestre extra. Faz disciplinas que seriam do seu 2º grau (às vezes, do 1º grau), que infelizmente não teve. Só que ele está cursando uma universidade particular. A questão é delicada porque não se trata de uma mudança de grau simplesmente. É uma mudança nuclear. O tipo de pensar do aluno de 3º grau não é mais aquele de 2º grau.. É preciso ter um raciocínio lógico abstrato bem construído.

Como atacar o problema?

Insisto na necessidade de uma escola pública de qualidade. Investir na escola pública, na formação dos professores, pagar salários dignos para os professores e pessoal que trabalha nas escolas de modo geral é algo indispensável. Estes são aspectos que modificariam o quadro de supremacia da entrada de alunos oriundos das escolas particulares. Uma coisa é bom deixar claro: vejo escola pública como um elemento fundamental da sociedade, da democracia. A nossa está sendo aviltada, abandonada pelos políticos. É preciso que todos tenham uma qualificação para uma competição mais justa no que diz respeito a vaga no ensino superior, e não uma reserva.

Projeto não avança na Câmara

O projeto que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para os estudantes oriundos das escolas públicas é de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB/MT). Segundo a assessoria da senadora Marina Silva (PT/AC), por se tratar de um projeto de lei ordinária de autoria de senador, foi aprovado simbolicamente na Comissão de Educação do Senado como primeiro item de pauta de uma sessão esvaziada, no dia 22 de junho, quando a bancada de oposição estava reunida em outro local discutindo um ponto considerado mais relevante que estaria na ordem daquele dia. A senadora encaminharia contra o projeto.

O projeto já foi apresentado na Câmara dos Deputados, mas não foi protocolado, ainda, na Comissão de Educação desta casa, tão pouco na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com assessores de parlamentares da oposição, o projeto não avança na Câmara por não ter apoio tanto em setores à esquerda quanto na base do governo.

Mas é certo que falta discussão sobre o tema e a Frente Parlamentar em Defesa da Educação, coordenada pelo deputado Pedro Wilson (PT/GO), já reservou parte de suas próximas reuniões para debater a proposta.

Para o sub-reitor de Graduação, Aníbal Gil Lopes, o projeto de reserva de vagas nas universidades não é constitucional, pois fere o princípio da equidade. “Entendo também que o repasse de alunos mal preparados para as universidades vai comprometer o bom desempenho do alunato”, disse.

Somente estabelecer cotas é perpetuar o acesso restrito

A recente aprovação no Senado do projeto de lei estabelecendo um regime de cota de vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas reacendeu o debate sobre a demanda por ensino superior no Brasil.

No noticiário da imprensa e, sobretudo nos artigos de opinião publicados sobre a aprovação do projeto, o tom foi de crítica ao mesmo, seja porque este não consegue atingir o problema de fundo – a qualidade dos estudantes das redes públicas *estaduais* – seja por nele estar implícito um possível interesse demagógico, também diretamente relacionado à qualidade do ensino sob administração dos governos estaduais.

As críticas ao projeto sublinham o obviamente reconhecido: os estudantes das escolas particulares conseguem ingressar em maior número nas universidades públicas. Destacam também que o regime de cotas proposto ou provocará um processo interno de discriminação dos estudantes favorecidos pela nova lei ou exigirá a criação de programas para nivelá-los, demandando mais recursos. E mesmo alguns têm lembrado que experiências realizadas em outros países, como os EUA, visando assegurar o ingresso no ensino superior dos segmentos mais pobres e/ou discriminados têm sido contestadas ou eliminadas. Em geral, todos ressaltam o que também parece óbvio: a solução do problema encontra-se na melhoria do ensino médio das redes públicas *estaduais*. Ressaltamos o vínculo administrativo porque, primeiro, os estados são hoje os grandes responsáveis pela oferta do ensino médio no Brasil; segundo, há uma grande diferença de qualidade entre o ensino oferecido no conjunto das escolas estaduais e o das *poucas* instituições federais de ensino médio, como o Colégio Pedro II, as Escolas Técnicas e CEFETs, os colégios universitários; finalmente, porque o projeto, e este é o grande fator gerador das críticas ao mesmo, se refere, na realidade, aos estudantes das redes estaduais, em sua maioria oriundos de famílias pertencentes às camadas mais baixas das classes médias ou dos setores mais qualificados do operariado que, com raras exceções, historicamente não se incluem nas políticas públicas institucionais para o ensino superior.

Reconhecemos, como a grande maioria dos críticos do projeto, que a melhoria da qualidade do ensino médio das redes estaduais é uma necessidade imperiosa. Reconhecemos que a atual proposta de um

sistema estabelecendo cotas de vagas na universidades públicas em função da origem do estudante não produzirá outros efeitos senão a discriminação ou exclusão desses estudantes logo nos primeiros períodos. Isto porque a grande maioria deles, ao iniciar um curso de graduação, também estará sendo pressionada a ingressar no mercado de trabalho e a universidade ainda está absolutamente pouco preparada para atender às necessidades de estudantes trabalhadores ou oriundos de famílias de baixa renda. As universidades públicas, geralmente, não tem uma política institucional objetivando a permanência desses estudantes. Faltam programas de apoio e mesmo bibliotecas com acervos suficientes ou com horários adequados às demandas desses graduandos. Um olhar atento sobre as características dos alunos que mais se evadem do ensino superior público poderia sinalizar algumas boas pistas para a compreensão da situação acadêmica dos universitários de baixa renda.

Mas é igualmente necessário procurar compreender as motivações que levam à formulação de tal tipo de projeto, descartando as soluções fáceis da simples boa intenção ou do maquiavelismo demagógico. Um projeto como este objetiva responder a uma forte e persistente demanda por acesso ao ensino superior. É absolutamente expressivo o crescimento dos que passam a portar um diploma do ensino médio. Somente nos últimos cinco anos este crescimento foi de 57,3% em todo o Brasil, conforme dados do INEP. Tal contingente de estudantes se constitui numa grande força de pressão pelo aumento de vagas no ensino superior, ao contrário do que afirmam vários vozes ministeriais que proclamam haver diminuído o desejo de ingressar na universidade.

O que de fato diminuiu, em decorrência do processo econômico recessivo e concentrador de renda, foram as possibilidades dos estudantes de mais baixa renda ou oriundos de escolas de menor qualidade ingressarem nas faculdades e universidades privadas, instituições às quais, dada a tradição recente do sistema de ensino superior brasileiro, estavam destinados.

Como buscar resolver de forma não-paliativa as legítimas demandas de continuidade dos estudos desses segmentos de estudantes, geralmente empobrecidos pelas políticas econômicas excludentes? Certamente não basta o estabelecimento de cotas por tipo de candidatos a vagas universitárias ou mesmo a

“mítica”(ainda que sempre bem vinda e desejada) melhoria no ensino fundamental e médio, para capacitar os mais pobres a melhor disputarem “oportunidades” nos vestibulares das instituições mais prestigiadas. Torna-se necessário proporcionar um maior acesso às universidades públicas, tanto pelo aumento número de vagas, inclusive em cursos noturnos, como pela interação estreita entre as universidades e as redes públicas de ensino, no sentido de possibilitar a formulação de políticas educacionais que viabilizem soluções para os principais dilemas das redes estaduais de ensino.

Mas além de possibilitar o acesso é preciso assegurar condições de permanência desses estudantes nas universidades. Ora para que hoje isto possa vir a ser possível é *imprescindível* que elas estejam devidamente aparelhadas, dotadas de recursos necessários para sua manutenção e *ampliação*, possuindo quadros docentes e funcionários, numericamente suficientes e condignamente remunerados.

Neste sentido, o debate sobre o aumento do número de matrículas está intrinsecamente relacionado à discussão sobre as atuais propostas de *autonomia universitária*, ponto prioritário na agenda educacional brasileira. Ponto que não deve ser da exclusiva atenção dos imediatamente interessados (professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos) mas de toda a sociedade civil brasileira, das sociedades científicas e culturais às entidades representativas de empresários e trabalhadores e dos partidos políticos. Deve ser ponto da pauta política dos segmentos da sociedade que não descartaram temas como o desenvolvimento nacional e a equidade social. Sobretudo, dos que, almejando a constituição de uma ordem social realmente democrática, vêem um sistema de ensino ainda marcadamente elitista e discriminatório, legitimar sua exclusão.

Este artigo, é uma colaboração para o Jornal da Adufrj, sobre a questão de cotas de vagas e é assinado pelos professores Eduardo Gonçalves Serra (Professor da Escola de Engenharia da UFRJ), Alex Pina de Almeida (Professor da Escola de Educação Física da UFRJ), Máximo Augusto Campos Masson (Professor da Faculdade de Educação da UFRJ).

Substitutivo Florestan Fernandes pode ser uma armadilha

Uma comissão formada pela diretoria do Andes e coordenada pelo GT Verbas do sindicato elaborou um documento que está sendo divulgado entre a categoria com considerações sobre o substitutivo Florestan Fernandes (PLC 119) que trata da regulamentação do financiamento das instituições federais de ensino superior.

O PLC 119/92 é de autoria do atual deputado Ubiratan de Aguiar (PSDB/CE) quando ainda era do PMDB. Na época da aprovação pela Comissão de Educação, seu relator era o professor Florestan Fernandes que deu parecer favorável à proposta, apresentando um substitutivo. Neste, Florestan resgatava alguns princípios defendidos pelo movimento docente quanto à garantia da destinação orçamentária para pagamento de pessoal de acordo com um plano único de cargos e salários (RJU) e à exigência de um adicional de 25% sobre as despesas de pessoal para o custeio e investimento das instituições.

Acontece que, ao final de 1994, a Comissão de Educação aprovou o substitutivo Florestan com uma série de emendas. Uma delas propunha que a dotação global (contida no substitutivo original) fosse de recursos para Custeio e Capital e “de pessoal”. Considerava, ao contrário do original de Florestan, que o orçamento global poderia valer tanto para a verba de custeio e investimentos quanto para a de pessoal. Isso significaria que os reitores poderiam repassar verba de salários para a manutenção e compra de equipa-

mentos, por exemplo. Esta nova redação não foi percebida pelo próprio Florestan Fernandes e nem tão pouco pelo movimento docente, que referendou o substitutivo aprovado pela Comissão no Congresso Nacional do Andes-SN, em 1995.

O documento do GT Verbas chama atenção para os efeitos de se defender este substitutivo na discussão sobre financiamento e autonomia que está para ocorrer no Congresso Nacional. Combinada com a quebra da carreira única e com a subvinculação orçamentária, hoje na pauta dos ministérios, a versão do PL 119, com as emendas da Comissão de 1994, pode resultar em um mostrengo para as universidades.

O cenário previsto pelo GT, caso aprovado este PL, é, no mínimo, perturbador. As instituições poderiam mudar o plano de cargos e salários, economizando recursos através de contratações novas com salários menores. Os concursos hoje já tão escassos seriam ainda mais economizados. Contratos temporários, mão-de-obra rotativa e barata, professores substitutos e alunos da pós-graduação, a título de “experiência”, dariam conta do grosso das atividades de aulas, principalmente na graduação. Reitores correndo atrás da iniciativa privada tentando repor as perdas em função do teto orçamentário. Além da cobrança de mensalidades, taxas e outros pagamentos aos alunos, com corte de benefícios e exclusão ainda maior de segmentos menos favorecidos da sociedade no acesso às instituições federais.

Andes-SN propõe alterações no substitutivo

Caso o movimento docente decida defender a aprovação do PL 119 (substitutivo Florestan) como regulamentação do artigo 165 § 5º, inciso I, da Constituição (que trata do orçamento dos Poderes da União, incluindo-se aí as universidades), o GT Verbas faz algumas ressalvas e propõe alterações.

Segundo o Grupo, os segmentos universitários devem rejeitar qualquer projeto que contenha a proposta de dotação orçamentária global (ou seja Outros Custeios e Capital mais verbas de pessoal e a combinação destas rubricas ou seu remanejamento de acordo com a vontade dos reitores) e a subvinculação orçamentária (teto de fi-

nanciamento, a exemplo dos R\$ 4,01 bilhões propostos atualmente pelo governo em seu projeto de autonomia).

O Grupo chama atenção, ainda, sobre a origem dos recursos para o financiamento das federais que, nos termos do Art. 212 da CF, devem ser de 18% da União e 25% dos estados e municípios.

O pagamento de aposentados e pensionistas deve ser feito com recursos do Tesouro Nacional, separado portanto das contas orçamentárias.

O GT sugere, também, que o Sindicato promova um Congresso Extraordinário, caso o movimento ache necessário atualizar a defesa do PL.

Congresso pode aprovar emenda de R\$ 150 milhões para as Universidades Federais

Segundo a assessoria do Deputado e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública Pedro Wilson (PR/GO), existem duas propostas na Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) de emendas ao projeto do governo para o Orçamento de 2000 relativas às instituições federais de ensino superior. Uma destina, além do já previsto para todo o sistema, uma verba de R\$ 150 milhões a serem repassados ao Mec a título de “Desenvolvimento do Ensino Superior”. A outra seria específica para os Hospitais Universitários e demandaria cerca de R\$ 50 milhões.

A tendência, segundo a secretaria da CECD, é que apenas a emenda “global” seja aprovada, na próxima terça-feira (19), quando Comissão se reúne para definir quais emendas serão apresentadas ao Plenário.

O Orçamento da União para o exercício de 2000 tem que ser aprovado pelo Congresso até o dia 15 de dezembro.

Andifes também quer discutir o financiamento das Ifes a partir do PL 119

Em reunião na UFF, em Niterói, no último dia 11, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) reafirmou o projeto de Lei 119/92 como ponto de partida para discussão de financiamento das Ifes. A proposta dos reitores é que as instituições de ensino tenham um orçamento que leve em conta o recurso para pessoal, mais 25% para custeios, além de 10% para investimentos. Fechado esse ponto, seria formado um conselho com representantes das universidades e da sociedade, que estaria em permanente contato com o Mec. O conselho se encarregaria pelo estabelecimento de critérios e de programas de investimentos.

- 1) Ged 1999
- 2) Contrato de assessoria jurídica
- 3) Ato Público da Comunidade - Canecão
- 4) PLC 119/92 (financiamento das universidades federais)
- 5) Campanha salarial dos servidores federais
 - a) escolha de delegados para a Plenária dos SPFs
 - b) pauta de reivindicações
 - c) greve geral do dia 10 de novembro

Diretoria toma posse em solenidade no IFCS

Articular o movimento docente interno da UFRJ deve ser uma das principais preocupações da nova diretoria da Adufrj. Essa foi uma das declarações do novo presidente da entidade sindical, José Henrique Sanglard – que já esteve à frente da AD na gestão 85/87 -, na cerimônia de posse realizada no Salão Nobre do IFCS, na última sexta-feira (dia 15). Prestigiaram o evento aproximadamente 80 pessoas, entre professores, estudantes e representantes dos funcionários. E nos discursos de saudação à transição da Adufrj, os parabéns se misturaram às palavras de preocupação com a atual situação do ensino superior no país.

Para iniciar a celebração de posse, o professor Celso de Almeida e Silva, representante do Andes, parabenizou a diretoria anterior pela luta e declarou seu orgulho e, ao mesmo tempo, sua preocupação em defender o ensino público nacional. Citou como exemplo o caso das recentes eleições do Cefet-RJ, onde a consulta popular apontou um candidato como vencedor, mas um dos dirigentes atuais pediu intervenção do Mec para mudar o resultado das urnas. É Vilhena fazendo escola.

Em seguida, o representante dos estudantes no Conselho Universitário José Carlos Madureira fez questão de refutar a postura de acomodação do corpo social da universidade em relação ao reitor. “Dizem por aí: ‘ah, ele (Vilhena) já está lá há mais de um ano, então deixa’. Não podemos permitir isso. Temos que fazer a sociedade saber que o restante da universidade não pensa como a administração”, concluiu.

Representante da Fasubra, Agnaldo Fernandes aproveitou a oportunidade para lembrar o dia 10 de novembro como data de paralisação e Neusa Luzia Pinto, do

Sintufrj, disse que o desafio das entidades passa a ser cada vez mais fazer com que a comunidade universitária entenda o modelo de autonomia que deve ser realmente defendido (e que não é, certamente, o apresentado pelo Mec). Falaram ainda representantes de outras seções docentes (da Federal de Campinas, Federal Fluminense e Uni-Rio) antes da palavra ser passada ao ex-presidente da Adufrj Roberto Leher.

Roberto traçou um breve histórico de sua gestão, com destaque para a Greve de 98, que, no seu ponto de vista, empolgou os segmentos universitários e significou enfrentamento direto com o governo federal. “Infelizmente, o final da greve foi marcado pelo contraste com os princípios que construíram a greve”, afirmando que se deixou quebrar a paridade entre ativos e inativos e, ainda, foram deixados de lado os docentes do CAP. “Não devemos esquecer nossas derrotas, no entanto, porque, se houve derrota, houve luta e houve sujeito de luta”, comentou.

Econômico em seu discurso de posse, o novo presidente demonstrou suas preocupações mais imediatas: “Os professores estão muito isolados e nossa tarefa passa a ser uma busca de como atingir essas pessoas”, disse. Além de reafirmar o compromisso interno com as demais entidades da universidade (DCE, APG e Sintufrj) na luta contra a atual política do governo para o ensino superior, José Sanglard pretende, em sua gestão, rever o tumultuado relacionamento com a diretoria nacional do Andes. Por distração, somente depois de convidar os presentes para um coquetel organizado no salão, o novo presidente se lembrou de saudar o professorado pelo Dia do Mestre que se comemorava na mesma data da posse.

População desconhece oposição

Recente pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes ao Instituto Vox Populi revelou que boa parte da população desconhece o projeto das oposições (76%). Na mesma enquete, a avaliação de popularidade do presidente Fernando Henrique sofreu uma leve melhora – a rejeição caiu de 65% para 62%, embora o índice de aprovação tenha se mantido estável (8%). A pesquisa foi realizada entre os dias 9 e 10 de outubro, com mais de 2 mil pessoas.

Vestibular 2001

Já entrou em pauta no CEG o vestibular para o ano 2001. Ao que parece, muitas “caixas pretas” começaram a ser abertas nesse assunto. Transparência de critérios das bancas, escolha de fiscais para a administração do concurso, aspectos financeiros e a possibilidade de se criar, além dos exames usuais, uma fase de questões objetivas (múltipla escolha) estarão sendo debatidos até a confecção do próximo edital de vestibular.

40 Anos de Formação da Literatura Brasileira

Homenagem a Antonio Candido

O feriado do Dia do Funcionário Público alterou a programação do ciclo de debates e comunicações sobre Antonio Candido e a Formação da Literatura Brasileira. O evento promovido pela Faculdade de Letras começa nesta segunda-feira, dia 25, às 9h30, com a abertura seguida de debate sobre a Formação Social do Brasil. Estarão presentes os professores Carlos Lessa, da UFRJ, e Leandro Konder, da PUC-RJ.

No mesmo dia, a partir das 14h, será realizada outra mesa-redonda, dessa vez sobre Cultura e identidade Nacional, com Beatriz Resende, Carlos Nelson Coutinho e Edwaldo Cafezeiro, professores da UFRJ. Nos dias 26 e 27, a programação segue com apresentações de comunicações sobre o tema “40 Anos de Formação da Cultura Brasileira”.

Massacre de servidores

Em sua coluna de 20/10, o jornalista Elio Gaspari alerta para o massacre que se armou para os servidores públicos. “Sem aumentos e submetidos a uma sucessão de confiscos, eles se tornaram uma espécie de bode expiatório das injustiças sociais brasileiras.” Gaspari comenta que é mais fácil para o governo esganar o orçamento de um professor universitário do que arrecadar impostos sonegados. E vai além. “Mais fácil ainda é anistiar os sonegadores”. O jornalista alerta, também, para que os servidores não se acomodem diante da situação.

Educação é serviço público mais aceito

Uma nota equivocada do jornalista Marcelo Tognozzi, em 19/10, que faz a coluna “O Dia em Brasília”. Ao falar de uma pesquisa do Ministério do Planejamento sobre a qualidade dos serviços públicos, descobriu-se que a Educação ficou com as melhores notas. De zero a dez, obteve média seis. Até aí tudo bem. O problema é que o jornalista começou a nota com os seguintes dizeres: “O ministro da Educação, Paulo Renato, pode comemorar”. O certo seria: “Apesar do ministro da Educação, Paulo Renato, a população continua confiante no serviço público oferecido pelo sistema de Educação”.

Novo contrato com Assessoria Jurídica da Adufrj

Estará em discussão na próxima Assembléia geral da Adufrj, quarta-feira, 27/10, uma proposta de um novo contrato jurídico, cuja cópia estamos publicando na íntegra. O novo contrato institui plantões na sede da Adufrj, que serão oportunamente divulgados, e acaba com os honorários de 10% sobre os valores das ações encaminhadas pela Assessoria Jurídica. Embora ainda possamos fazer algumas alterações, esta proposta foi discutida pela Diretoria da Adufrj e pela Assessoria Jurídica, que, após vários ajustes, estão apresentando a proposta de comum acordo. As ações mais antigas, em anexo, continuam com o percentual de 10%, o abono 98 teve o percentual reduzido para 3,3% e as novas já serão pelo novo critério.

PROPOSTA DE UM NOVO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que fazem entre si, de um lado **MACHADO SILVA - CONSULTORIA JURÍDICA**, CGC nº [redacted], com endereço na Av. Rio Branco 277/601, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.047-900, nesse ato representado por sua sócia-gerente, doravante denominado **ESCRITÓRIO** e de outro **SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**, CGC nº [redacted], situada no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Cep. 21.944-970, nesse ato representado por seu Presidente Sr., doravante designada **ADUFRJ**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente contrato de prestação de serviços advocatícios, que reger-se-á pelas cláusulas e condições abaixo:

I - SERVIÇOS

1 - O ESCRITÓRIO prestará para a **ADUFRJ** os seguintes serviços profissionais advocatícios:

1.1 - assessoria jurídica à diretoria da entidade, em matérias de seu interesse estatutário, sob os aspectos do direito do trabalho, sindical, administrativo e constitucional, através da emissão de pareceres em consultas previamente solicitadas.

1.2 - ajuizamento e acompanhamento de ações trabalhistas nas quais a **ADUFRJ** figure como representante ou substituta processual de sua categoria.

1.3 - ajuizamento e acompanhamento de ações individuais de interesse dos sindicalizados em matérias relacionadas com seus interesses funcionais face à UFRJ e à UNIÃO FEDERAL.

1.4 - interposição e acompanhamento de ações plúrimas em nome dos sindicalizados da entidade,

sempre que a matéria a ser discutida envolva problemas coletivos e/ou individuais homogêneos, em matérias relacionadas com seus interesses funcionais face à UFRJ e à UNIÃO FEDERAL.

1.5 - redação de recursos e requerimentos de interesses dos professores sindicalizados junto à Universidade, excluído o acompanhamento administrativo dos mesmos.

1.6 - atendimento aos professores sindicalizados no tocante à sua relação funcional com a Universidade, através de consultas pessoais a serem realizadas em plantões previamente acordados entre as partes contratantes.

1.7 - participação em reuniões de trabalho, preferencialmente marcadas para os dias fixados de plantão de atendimento, em encontros, seminários, Assembléias da Categoria, e outros eventos do gênero, que se fizerem necessários para o esclarecimento de questões jurídicas.

1.8 - participação em reuniões e encontros jurídicos de interesse da categoria, inclusive os sediados fora da cidade do Rio de Janeiro.

2 - Os serviços mencionados nos itens 1.2, 1.3 e 1.4, *supra*, compreenderão a elaboração de iniciais, contestações, impugnações, petições, requerimentos, recursos, embargos, sustentações orais, pareceres, bem como ainda qualquer outra medida que, a critério do **ESCRITÓRIO**, for necessária à defesa dos direitos dos sindicalizados da **ADUFRJ** nas instâncias judiciais competentes para apreciar as questões funcionais, trabalhistas e sindicais compreendidas neste contrato e situadas na Cidade do Rio de Janeiro.

3 - Os serviços mencionados no item 1.6 serão prestados em um plantão de quatro horas de duração por semana.

3.1 - Outros plantões semanais, que serão remunerados conforme critério fixado no item 5 *infra*, poderão ser adicionalmente instituídos caso a demanda de atendimento justifique, conforme avaliação das partes.

3.2 - Fica instituído que o presente contrato compreende o acompanhamento simultâneo de até 200 ações judiciais em tramitação, sendo certo que neste limite não estão incluídas eventuais ações oriundas de desmembramentos de processos coletivos, com andamento conjunto.

II - DA REMUNERAÇÃO

4 - Pelos serviços ora contratados, a **ADUFRJ** pagará ao **ESCRITÓRIO** honorários mensais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a serem pagos no último dia de cada mês, sendo do encargo da contratante o pagamento do Imposto sobre Serviços - ISS incidente sobre esta verba.

4.1 - Será devida multa de 10% (dez por cento) sobre o montante devido em caso de atraso, superi-

or a trinta dias, no pagamento previsto no item 4, sem prejuízo da atualização monetária dos valores. A multa não será cobrada caso o atraso seja motivado por força maior, tais como falta de repasse das mensalidades dos sindicalizados, greve, suspensão de pagamento aos docentes e outros avaliados pelas partes.

5 - Caso sejam instituídos plantões semanais adicionais, na forma do item 3.1 *supra*, cada hora por semana de plantão será remunerada pela quantia mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), sendo certo que no valor fixado no item 4 *supra* já está incluída a remuneração pelo plantão de quatro horas por semana fixado no item 3 *supra*.

6 - Os honorários de sucumbência - assim definidos como aqueles honorários que porventura sejam fixados pelo juízo como ônus da parte contrária àquela representada por força deste instrumento - previstos em ações judiciais reverterão integralmente em favor do **ESCRITÓRIO**.

6.1 - Os honorários de sucumbência também serão devidos na hipótese de revogação do mandato, após a sentença de primeiro grau, sem culpa do advogado e também em caso de rescisão contratual.

7 - Os valores previstos nos itens 4 e 5 serão atualizados anualmente pelo Índice de Custo de Vida apurado pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (ICV/DIEESE).

III - DISPOSIÇÕES GERAIS

8 - Todo o apoio administrativo que não envolva trabalho técnico de advocacia ficará a cargo da **ADUFRJ**, que responsabilizar-se-á pelo pagamento das despesas com os processos e com as providências que se fizerem necessárias à mais rápida e eficiente execução dos serviços ora contratados, tais como: xerox, correspondências, autenticações, reconhecimentos de firmas, contadores, peritos e assistentes técnicos, emolumentos, custas, traslados, etc...

9 - Em caso de necessidade de viagem dos advogados do **ESCRITÓRIO** em decorrência no item 1.8 *supra*, as despesas com transportes (interestadual, sempre por via aérea), hotéis e alimentação correrão por conta da **ADUFRJ**, respeitados os padrões mínimos garantidos aos diretores da entidade.

10 - Não se estabelece, por força do presente contrato, qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade entre a **ADUFRJ** e o pessoal que o **ESCRITÓRIO** vier a designar, empregar ou contratar para a realização dos serviços aqui pactuados.

11 - O **ESCRITÓRIO** obriga-se a responder as consultas que lhe forem formuladas pela **ADUFRJ** na forma do disposto na Cláusula 1.1, no menor prazo possível, a critério de ambas as partes.

12 - Obrigam-se a **ADUFRJ** e os sindicalizados patrocinados por força deste contrato a fornecerem

ao ESCRITÓRIO, tanto que requisitados, os documentos e informações que forem necessários, bem como a encaminhar imediatamente as notificações, citações e intimações recebidas, isentando os advogados contratados de toda responsabilidade por eventos tais como preclusão, decadência ou prescrição, caso não seja feita a entrega ao ESCRITÓRIO em prazo hábil.

13 - Ficam mantidos os honorários pactuados nos contratos anteriores, em decorrência do êxito nos processos relacionados no anexo 1, cujo trabalho já está sendo realizado.

13.1 - Os honorários convencionados (de 10%) para o patrocínio do mandado de segurança relativo à opção e ao pagamento do abono pecuniário de férias do ano de 1998, em trâmite na 6ª Vara Federal, sob o número 98.0039700-8 - 6ª/VF, ficam reduzidos para 3,3% dos valores que venham a ser recebidos a esse título. Os demais processos ajuizados em decorrência dos contratos anteriormente firmados passam a ser remunerados, tão somente, conforme os critérios fixados neste contrato, renunciando o ESCRITÓRIO ao recebimento dos honorários anteriormente convencionados.

13.2 - Por força da parte final do item anterior a ADUFRJ assume, neste ato, o compromisso pactuado pelo ESCRITÓRIO com a sociedade de advogados ALINO & ROBERTO - ADVOGADOS ASSOCIADOS, para o acompanhamento do processo coletivo relativo ao Plano Verão (RT 841/90 - 34ª JCI/RJ) e a remuneração correspondente.

14 - A relação contratual entre o ESCRITÓRIO e a ADUFRJ mantém a autonomia das partes. A ADUFRJ poderá contratar outros advogados e o ESCRITÓRIO poderá dar-se por impedido em determinados casos segundo o foro íntimo e o entendimento jurídico de seus profissionais, recusando o atendimento e patrocínio de ações, desde que justificando o motivo.

IV - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

15 - O presente contrato vigorará por prazo indeterminado, sendo certo que:

15.1 - É facultado a qualquer das partes rescindir o contrato, desde que proceda a notificação prévia de 3 meses .

15.2 - As partes renegociarão o quantitativo de serviços previstos nesse instrumento e a devida remuneração correspondente sempre que ocorram modificações na conjuntura econômica, judicial e profissional que justifiquem alterações contratuais.

5 - DO FORO

16 - O For Poucas modificações foram feitas antes da homologação final das regras locais pela comissão de avaliação da Ged, na última sexta-feira, na reunião conjunta CEG/CEPG. A grande maioria das mudanças implicou em simples mudança de texto para dar maior clareza aos itens e estarão sendo divulgados na próxima semana pela Adufrj.

~~Durante o encontro dos colegiados, a comissão reafirmou sua intenção de tentar atender, na medida do razoável, todas as sugestões de unidades, mas foi enfática na defesa na legislação vigente e das normas~~

ANEXO 1

(Processos cujos honorários contratados ficam mantidos. A lista com todos os nomes dos integrantes será disponibilizada na home-page da Adufrj.)

ANTÔNIA PETROWA ESTEVES E OUTROS

RT 325/92 - 021ª/JCJ-RJ

ELIANA GÉA E OUTROS

RT 2394/91 - RO-7741/93 - TST AIRR 270687/96

ELOIDA CARVALHO DE FORMICA XAVIER E OUTROS

RT 2329/91 - 030ª/JCJ-RJ - RO-9174/95

2AI 001385/98 - 030ª/RJ

GLBERTO LUIZ TEIXEIRA STRUNECK E OUTROS

RT 564/92 - 025ª/JCJ-RJ - RO-2298/93 - RR-289191/96

JOSÉ MARIA GOMEZ

Proc.nº 94.0044821-0 - 020ª/VF

MARIA DA GLÓRIA T. GOMES E OUTROS

Ação Ordinária nº 93.0004114-2 - 026ª/VF

MARIA DE LOURDES R. DA FONSECA PASSOS E OUTROS

RT 2368/92 - 03ª/JCJ-RJ - RO-12414/93 - TST AIRR-362915/97

SÉRGIO MENDONÇA DE ANDRADE E OUTROS

RT 331/92 - 022ª/JCJ-RJ - RO-21722/93 - TST AIRR-349041/97

SÉRGIO MURILO ABRAÃO E OUTROS

RT 1806/91 - 09ª/JCJ-RJ - RO-23871/95

WALLY DA FONSECA CHAN PEREIRA E OUTROS

RT 1860/91 - 026ª/JCJ-RJ - RO-2548/93 - TST RR-287876/96

AGENOR PINHEIRO RODRIGUES VALLE E OUTROS

RT 1033/89 - 017ª/JCJ-RJ - RR-153621/94

AQUILES CORTES GUIMARÃES E OUTROS

RT 133/90 - RR-304095/96

ANA SHIRLEY VALVERDE MEIRELLES E OUTROS

RT 1029/89 - 014ª/JCJ-RJ - RO-3867/91

ANA MARIA SENRA BREITSCHAFT E OUTROS

RT 1270/89 - 024ª/JCJ-RJ

JOÃO SÉRGIO FARJADO ROLDÃO E OUTROS

RT 313/90 - 027ª/JCJ-RJ

LEDA PAPALEO RUFO

Proc. nº 88.0026240-6 - 09ª/VF - TRF 90.0222583-0

LICÍNIO DA SILVA PORTUGAL E OUTROS

RT 1035/89 - 015ª/JCJ-RJ

LIGIA GOMES ELLIOT E OUTROS

Proc. nº 88.0019984-4 - 016ª/VF - TRF 91.0208329-9

MARIA ANTONIETA P. GIMENES E OUTROS

Proc. nº 88.0019858-9 - 016ª/vf - TRF 91.02083280/94.0210248-5

MARLENE MARIA BUNN MORENO

Ação Rescisória nº 323/96 com EP 159/96 (interposto pela UFRJ, para desconstituir a decisão no processo 1032/89)

MARLENE MARIA BUNN MORENO

RT 1032/95 - 039ª/JCJ-RJ

MARIA LÚCIA ROCHA COUTINHO E OUTROS

RT 1073/89 - 04ª/JCJ-RJ

MARINA GUTMAN TOSTA PARANHOS E OUTROS

RT 1061/89 - 040ª/JCJ-RJ - RO-18172/95

ROBERTO BARROS FARIAS E OUTROS

RT 1030/89 - 01ª/JCJ-RJ

ROBERTO BARROS FARIAS E OUTROS

Ação Rescisória nº 487/96 relativa à RT, encontra-se na Procuradoria do Trabalho.

VERA LÚCIA FELTRIM BARBOSA E OUTROS

RT 1237/89 - 023ª/JCJ-RJ

Conselhos homologam definitivamente critérios para a Ged 99 na UFRJ

Poucas modificações foram feitas antes da homologação final das regras locais pela comissão de avaliação da Ged, na última sexta-feira, na reunião conjunta CEG/CEPG. A grande maioria das mudanças implicou em simples mudança de texto para dar maior clareza aos itens e estarão sendo divulgados na próxima semana pela Adufrj.

Durante o encontro dos colegiados, a comissão reafirmou sua intenção de tentar atender, na medida do razoável, todas as sugestões de unidades, mas foi enfática na defesa na legislação vigente e das normas gerais da comissão nacional da Ged. Um dos integrantes da comissão, Fernando Alves Rochinha, fez questão de frisar que a responsabilidade para fixar as normas locais deve ser dividida entre todos, uma vez que o grupo é composto por professores de todos os centros. “Erros não há como não cometer, mas devemos ser pragmáticos”, disse. Entre todos os presentes, ficou a sensação de que as discussões sobre avaliação acadêmica não devem se encerrar tão prontamente para, pelo menos, evitar tantas reclamações no ano seguinte.

Sobre as reclamações dos demais conselheiros de que a pontuação da Ged apresentada estaria apresentando distorções problemáticas, o subreitor Antônio MacDowell Figueiredo explicou que a planilha de dados do SIGMA será mais detalhada. Mais que isso, Figueiredo alertou mais uma vez que os docentes devem declarar toda sua atividade acadêmica e não apenas aquela que for suficiente para alcançar o limite máximo de pontuação da Ged. Enquanto o banco de dados com essa finalidade não está disponível, os integrantes da comissão continuam pedindo para os docentes se cadastrarem no sistema. O endereço eletrônico é: www.sigma.ufrj.br

Plano Nacional de Educação volta ao debate no Congresso Nacional

Existem hoje na pauta das discussões entre parlamentares e entidades ligadas à Educação dois Planos Nacionais para a educação brasileira: o “PNE da sociedade” e o “PNE do governo”. O PNE da sociedade é fruto da produção dos movimentos sociais. Foi definido durante os Congressos Nacionais de Educação (Coneds) realizados em 1996 e 1997, em Belo Horizonte. Destes eventos participaram entidades como o Andes-SN, Fasuba, UNE e entidades científicas e sindicais. E suas linhas gerais são que o Estado garanta ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis para toda a população e que o financiamento do sistema seja público e na casa dos 10% do PIB ao ano.

O PNE do governo se materializou no substitutivo do deputado Nelson Marchesan (PSDB/RS) que pegou uma carona no material desenvolvido pelas entidades, adaptando as diretrizes do Mec ao Plano. Para Marchesan, o financiamento do sistema público de educação deve chegar apenas a 7% do PIB.

Governo tem pressa

Com a proximidade da realização do III Coned, em dezembro, o governo talvez tente atropelar o debate em torno do Plano. Na Marcha pela Educação em Brasília, no dia 6 de outubro, o presidente da Câmara, Michel Temer, governista, “prometeu” aos professores presentes ao ato dar encaminhamento urgente ao PNE. A intenção é uma faca de dois gumes para o movimento. De posse do substitutivo Marchesan, talvez interesse ao governo minar a possibilidade de diálogo com a sociedade sobre as propostas em jogo daqui até a realização do Coned, em Porto Alegre.

CAp lança editais

O Colégio de Aplicação da UFRJ lançou no último dia 21 os editais de admissão ao seu ensino fundamental, infantil e ao ensino médio. São oferecidas 25 vagas na Classe de Alfabetização – a grande novidade deste ano –, 25 vagas na 1ª série do ensino fundamental e 10 vagas na 5ª série. Além destas, existem 30 vagas para a 1ª série do ensino médio e seis para a 2ª série do ensino médio. Dependentes de professores e de funcionários técnico-administrativos da UFRJ poderão pedir isenção de pagamento de taxa de inscrição (R\$ 35) nos dias 3, 4, 5 e 8 de novembro, de 10h às 16h, na secretaria do colégio, para as vagas dos ensinos infantil e fundamental. Já no caso do ensino médio, os pedidos de isenção se limitam aos dias 12, 16, 17 e 18 de novembro, no mesmo horário. Os documentos necessários serão informados pelos telefones 294-6597 ou 511-5382.

Na terça-feira, dia 19, o deputado Marchesan recebeu mais de 200 emendas dos representantes da oposição ao seu substitutivo. No geral, as emendas tentam resgatar os princípios do PNE da Sociedade. Na última reunião do Grupo de Trabalho do Andes-SN, o assunto foi tratado, mas com a participação de apenas quatro representantes de Seções Sindicais (São Carlos, UFF, Mato Grosso e Goiás). Os representantes das Seções solicitaram que o Sindicato encaminhasse uma emenda geral resgatando o PNE elaborado pelos Coneds. O GTPE aprovou como estratégia solicitar à Comissão de Educação uma audiência pública em forma de Seminário para debater o tema com as entidades.

Financiamento

Segundo a assessoria do deputado federal Pedro Roque (PT/PR), existem emendas que propõem um financiamento anual progressivo até que se chegue aos 10% do PIB para o sistema, anualmente. Ocorre que, com a economia em franca decadência, se fazem necessárias ressalvas para garantir que estes 10%, ou qualquer outro montante acordado entre o movimento e os congressistas, signifique um valor correspondente ao que significava os 10% do PIB na época em que o PNE da Sociedade foi elaborado (96/97).

III Coned

Segundo a professora da Universidade de São Carlos e representante da sua seção no GTPE, Géria Montanaro Franco, esta preocupação quanto ao percentual do PIB e outras atualizações conjunturais deverão ser objeto de discussão dos participantes do próximo Coned, que ocorrerá entre os dias 2 e 5 de dezembro, em Porto Alegre.

Parque Tecnológico

O professor Vilhena comunicou no último Consuni (dia 21) a liberação de R\$ 500 mil pela Prefeitura, na véspera, para as obras do Parque Tecnológico. Disse ainda que espera mais R\$ 600 mil até o fim do ano que acredita serem suficientes para a conclusão de infra-estrutura do local e instalação das empresas.

Greve de Petroleiros

Os petroleiros podem fazer uma greve de advertência nos próximos dias 27 e 28. A categoria está reivindicando reajuste de 5,79%, reposição das perdas desde a implantação do Plano Real de 37,25%, mais 24,54% de produtividade e reintegração dos demitidos nas greves de 94 e 95. A Petrobras ofereceu reajuste salarial de 3,9%, além de abono de um salário básico. O indicativo de greve entrou em pauta de assembléia no dia de fechamento desta edição (dia 21).

Aprovada nova regulamentação

A sorte está lançada. Foi aprovada na última sexta-feira (dia 22), na reunião conjunta CEG/CEPG, a nova regulamentação acadêmica da UFRJ. A carga horária anual do professor na graduação, obrigatoriamente em disciplinas teóricas, práticas ou teórico-práticas, de 160 horas acabou mantida, por 15 votos a 10. Foi aprovada ainda a inclusão do CAp na resolução, com alguns ajustes necessários a serem apresentados em um prazo máximo de 45 dias. Esta proposta venceu, por 11 votos a 10, a idéia de se criar uma resolução específica para o colégio. Os demais itens, como a instituição de dois períodos modulares, permaneceram sem alteração em relação ao que já havia sido divulgado pelo Jornal da Adufrj.

CNE quer normatizar comissões de cursos superiores

Até o fim de novembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) pretende apresentar à sociedade um documento preliminar com sugestões para normatizar a atuação das Comissões de Especialistas do Ministério da Educação. Encarregadas de avaliar e dar nota aos cursos superiores do país, algumas dessas comissões de área estão sendo acusadas de excesso de rigidez em seus pareceres. O CNE quer, portanto, estabelecer parâmetros mais uniformes para tal avaliação.

Entidade internacional questiona ações do governo contra servidores

A tática da União continua reconhecer suas dívidas salariais com os servidores (28,86%, por exemplo) só após decisões judiciais de última instância e, ainda assim, protelar o pagamento ao máximo. Essa atitude de violação dos direitos trabalhistas será exposta ao resto do mundo no fim deste mês no relatório que a entidade Internacional do Serviço Público vai apresentar à Organização das Nações Unidas. O documento também vai citar o desprezo do governo em relação às datas-base dos servidores e a tentativa de desconto da previdência sobre aposentadorias e pensões.

Lula propõe taxar 10% dos mais ricos

Taxar as 400 mil famílias mais ricas do país – que concentram 53% da riqueza nacional – pode ser a saída imediata para a arrecadação de recursos numa campanha de combate à pobreza. Essa idéia foi apresentada por Lula durante o Seminário Caminhos do Desenvolvimento e Combate à Pobreza, realizado em São Paulo, no último dia 18. “Se taxássemos em 10% o patrimônio dessa parte da população, poderíamos arrecadar R\$ 100 bilhões em cinco anos”, calculou. Também participante do encontro, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL) aproveitou para criticar o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, segundo ele, “ninguém conhece, mas todos defendem”. A participação de ACM no debate do PT, aliás, causou indignação nos setores radicais do partido. Para o deputado federal Milton Temer, por exemplo, Lula “deu aval a um dos maiores responsáveis pela concentração de renda no país”.

GED não avalia trabalho docente

Mais uma vez, a discussão dos critérios de pontuação da GED passou ao largo dos professores da UFRJ. Os prazos foram exíguos e o encaminhamento dado pela administração na Universidade praticamente restringiu o debate à Comissão de Avaliação Docente da UFRJ, ao CEG e ao CEPG. O próprio Conselho Universitário, órgão máximo da UFRJ, ficou à parte. Perdeu-se também, uma vez mais, a oportunidade de se promover uma discussão séria e abrangente sobre *avaliação*, o que comprovaria que a GED não tem esse objetivo, como reiteradamente vem afirmando o movimento docente desde que ela foi instituída.

Neste segundo ano do processo, fica ainda mais patente a tendência da GED em direcionar as atividades docentes, em manter o *status quo* e cristalizar divisões entre os professores - os critérios em geral dificultam a pontuação dos professores iniciantes e garantem o valor máximo a partir de certo nível de "desempenho" médio, sem estabelecer perfis diferenciados progressivos de produção associados à carreira, como se, por exemplo, um auxiliar 20 horas sem titulação e um titular doutor em dedicação exclusiva recebessem o mesmo salário e tivessem igual capacidade de publicar um artigo numa revista internacional. Penaliza-se o iniciante sob vários aspectos: seu vencimento básico é menor, tem mais dificuldades para obter pontos e seus pontos valem menos pois incidem sobre valores máximos diferentes da gratificação.

A limitação de pontos por atividade, por outro lado, não parece ter uma lógica adequada, na medida em que pode restringir de forma perniciosa a atividade docente. Sob o ponto de vista da GED, por exemplo, é interessante ter maior número de turmas com número mínimo de alunos, a qualidade dos cursos ministrados não é importante, a quantidade de alunos por turmas não afeta a carga docente e não vale a pena ter mais alunos orientados nem publicar outro livro num mesmo ano, pois isto não será considerado na "avaliação" do período. O argumento de que estas limitações estimulariam os professores a não se concentrarem demais num tipo específico de atividade, contribuindo assim para equilibrar a dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão, não se sustenta, pois não é levada em conta a integração - indissociabilidade - entre estas atividades. Além disso, os valores atribuídos a cada atividade, mesmo dentre as de mesma natureza, são às vezes inconsistentes, gerando desvios curiosos - é "melhor"

produzir partes do que um todo, como no caso dos capítulos de livros em relação a livros integrais.

Dentre as novas atividades consideradas na versão 1999 da GED, uma merece destaque especial - a **pontuação para as atividades sindicais**. O absurdo de tal inclusão, **decidida sem consulta à Adufrj-SSind**, só pode ser explicado pela tentativa de acomodação de qualquer atividade dentro dos critérios, independentemente dela estar ou não diretamente ligada ao ensino, pelo simples fato de ser executada por docentes. Outra leitura possível seria a tentativa de cooptação dos setores sindicais para o sistema, apesar da pontuação irrisória proposta. Em função disso, a Assembléia Geral da Adufrj realizada em 27/10/1999 se posicionou, por unanimidade, contrária à pontuação das atividades sindicais.

Entretanto, a noção de que a simples correção das distorções citadas e de muitas outras que poderiam ser identificadas resolveria o problema é enganosa - na verdade, não há mesmo "avaliação" neste processo, pois não há referência a qualquer plano de trabalho, individual ou coletivo, perante o qual as atividades efetivamente realizadas pudessem ser confrontadas com o planejado e de fato avaliadas.

A centralização e o autoritarismo presentes no processo instalado na UFRJ, mais perverso do que na maioria das outras universidades, são coerentes com os critérios aprovados. Para que um seletivo grupo de professores consiga "avaliar" milhares de docentes, com toda a diversidade característica de uma *universidade*, é necessário *quantificar*, operação em que se abstrai desta diversidade. Ou seja, é preciso retirar do relato das atividades qualquer referência às **qualidades** destas,

às suas **relevâncias específicas** e às **condições em que foram produzidas**, e reduzir a avaliação a uma operação de catalogação, cuja essência burocrática não deixa de aflorar na aparente modernidade informática do sistema computacional Sigma para o cadastro de docentes e a coleta das informações sobre as atividades realizadas.

Uma avaliação consistente teria de ser principalmente qualitativa, feita por pessoas, o que exigiria sua descentralização, ou seja, que fosse conduzida pelos departamentos, sujeitos completamente ignorados no atual processo. Tal descentralização é prevista pela própria lei da GED, que atribui às comissões de cada universidade a tarefa de coordenar os processos de avaliação, mas não necessariamente a de realizá-los.

Enfim, a falta de uma discussão mais profunda sobre a avaliação das atividades docentes restringe o debate da GED aos horizontes de suas questões intestinais - o que fazer para obter a pontuação máxima, sem refletir adequadamente sobre as consequências das prioridades assumidas visando alcançar aquele objetivo. Enquanto isso não ocorrer, estaremos deixando o trabalho acadêmico ser regido e definido pela lógica de tabelas semelhantes à aprovada na UFRJ para a GED 1999.

A reivindicação da Adufrj na defesa simultânea das condições de vida e de trabalho dos professores e da qualidade da educação superior não é contrária a que os professores percebam a atual gratificação, é óbvio, mas que ela seja substituída por um reajuste salarial. Porém, enquanto a GED existir, entendemos que deve-se atribuir a pontuação máxima ao docente que cumprir seu plano de trabalho, aprovado e avaliado pelo departamento onde exerce suas atividades.

A diretoria

Não queremos a GED, queremos reajuste salarial

- Queremos um verdadeiro processo de avaliação individual descentralizado.
- Queremos um processo de avaliação institucional com objetivos democraticamente estabelecidos em função de atender às necessidades da população.
- Queremos autonomia universitária com ensino, pesquisa e extensão indissociáveis.
- Queremos gestão democrática, com planejamento participativo, financiamento público e controle social.
- Queremos nova carreira docente associada a um plano de capacitação.

Novo contrato com Assessoria Jurídica da Adufrj

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que fazem entre si, de um lado **MACHADO SILVA - CONSULTORIA JURÍDICA**, CGC , com endereço na Av. Rio Branco 277/601, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.047-900, nesse ato representado por sua sócia-gerente, doravante denominado **ESCRITÓRIO** e de outro **SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**, CGC nº , situada .no Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Cep. 21.944-970, nesse ato representado por seu Presidente Sr., doravante designada **ADUFRJ**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar o presente contrato de prestação de serviços advocatícios, que rege-se-à pelas cláusulas e condições abaixo:

I - SERVIÇOS

1 - O **ESCRITÓRIO** prestará para a **ADUFRJ** os seguintes serviços profissionais advocatícios:

1.1 - assessoria jurídica à diretoria da entidade, em matérias de seu interesse estatutário, sob os aspectos do direito do trabalho, sindical, administrativo e constitucional, através da emissão de pareceres em consultas previamente solicitadas.

1.2 - ajuizamento e acompanhamento de ações trabalhistas nas quais a **ADUFRJ** figure como representante ou substituta processual de sua categoria.

1.3 - ajuizamento e acompanhamento de ações individuais de interesse dos sindicalizados em matérias relacionadas com seus interesses funcionais face à **UFRJ** e à **UNIÃO FEDERAL**.

1.4 - interposição e acompanhamento de ações plúrimas em nome dos sindicalizados da entidade, sempre que a matéria a ser discutida envolva problemas coletivos e/ou individuais homogêneos, em matérias relacionadas com seus interesses funcionais face à **UFRJ** e à **UNIÃO FEDERAL**.

1.5 - redação de recursos e requerimentos de interesses dos professores sindicalizados junto à Universidade, excluído o acompanhamento administrativo dos mesmos.

1.6 - atendimento aos professores sindicalizados no tocante à sua relação funcional com a Universidade, através de consultas pessoais a serem realizadas em plantões previamente acordados entre as partes contratantes.

1.7 - participação em reuniões de trabalho, preferencialmente marcadas para os dias fixados de plantão de atendimento, em encontros, seminários, Assembléias da Categoria, e outros eventos do gênero, que se fizerem necessários para o esclarecimento de questões jurídicas.

1.8 - participação em reuniões e encontros jurídicos de interesse da categoria, inclusive os sediados fora da cidade do Rio de Janeiro.

2 - Os serviços mencionados nos itens 1.2, 1.3 e 1.4, *supra*, compreenderão a elaboração de iniciais, contestações, impugnações, petições, requerimentos, recursos, embargos, sustentações orais, pareceres, bem como ainda qualquer outra medida que, a critério do **ESCRITÓRIO**, for necessária à defesa dos direitos dos sindicalizados da **ADUFRJ** nas instâncias judiciais competentes para apreciar as questões funcionais, trabalhistas e sindicais compreendidas neste contrato e situadas na Cidade do Rio de Janeiro.

3 - Os serviços mencionados no item 1.6 serão prestados por um advogado do Escritório em um plantão de quatro horas de duração por semana.

3.1 - Outros plantões semanais, que serão remunerados conforme critério fixado no item 5 *infra*, poderão ser adicionalmente instituídos caso a demanda de atendimento justifique, conforme avaliação das partes.

3.2 - Fica instituído que o presente contrato compreende o acompanhamento simultâneo de até 250 ações judiciais em tramitação, sendo certo que neste limite não estão incluídas eventuais ações oriundas de desmembramentos de processos coletivos, com andamento conjunto.

II - DA REMUNERAÇÃO

4 - Pelos serviços ora contratados, a **ADUFRJ** pagará ao **ESCRITÓRIO** honorários mensais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a serem pagos no último dia de cada mês, sendo do encargo da contratante o pagamento do Imposto sobre Serviços - ISS incidente sobre esta verba.

4.1 - Será devida multa de 10% (dez por cento) sobre o montante devido em caso de atraso, superior a trinta dias, no pagamento previsto no item 4, sem prejuízo da atualização monetária dos valores. A multa não será cobrada caso o atraso seja motivado por força maior, tais como falta de repasse das mensalidades dos sindicalizados, greve, suspensão de pagamento aos docentes e outros avaliados pelas partes.

5 - Caso sejam instituídos plantões semanais adicionais, na forma do item 3.1 *supra*, cada hora por semana de plantão será remunerada pela quantia mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), sendo certo que no valor fixado no item 4 *supra* já está incluída a remuneração pelo plantão de quatro horas por semana fixado no item 3 *supra*.

6 - Os honorários de sucumbência - assim definidos como aqueles honorários que porventura sejam fixados pelo juízo como ônus da parte contrária àquela representada por força deste instrumento - previstos em ações judiciais revertirão integralmente em favor do **ESCRITÓRIO**.

6.1 - Os honorários de sucumbência também serão devidos na hipótese de revogação do mandato, após a sentença de primeiro grau, sem culpa do advogado e também em caso de rescisão contratual.

7 - Os valores previstos nos itens 4 e 5 serão atualizados anualmente pelo Índice de Custo de Vida apurado pelo Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (ICV/DIEESE).

III - DISPOSIÇÕES GERAIS

8 - Todo o apoio administrativo que não envolva trabalho técnico de advocacia ficará a cargo da **ADUFRJ**, que responsabilizar-se-á pelo pagamento das despesas com os processos e com as providências que se fizerem necessárias à mais rápida e eficiente execução dos serviços ora contratados, tais como: xerox, correspondências, autenticações, reconhecimentos de firmas, contadores, peritos e assistentes técnicos, emolumentos, custas, traslados, etc...

9 - Em caso de necessidade de viagem dos advogados do **ESCRITÓRIO** em decorrência no item 1.8 *supra*, as despesas com transportes (interestadual, sempre por via aérea), hotéis e alimentação correrão por conta da **ADUFRJ**, respeitados os padrões mínimos garantidos aos diretores da entidade.

10 - Não se estabelece, por força do presente contrato, qualquer vínculo empregatício ou de responsabilidade entre a **ADUFRJ** e o pessoal que o **ESCRITÓRIO** vier a designar, empregar ou contratar para a realização dos serviços aqui pactuados.

11 - O **ESCRITÓRIO** obriga-se a responder as consultas que lhe forem formuladas pela **ADUFRJ** na forma do disposto na Cláusula 1.1, no menor prazo possível, a critério de ambas as partes.

12 - Obrigam-se a **ADUFRJ** e os sindicalizados patrocinados por força deste contrato a fornecerem ao **ESCRITÓRIO**, tanto que requisitados, os documentos e informações que forem necessários, bem como a encaminhar imediatamente as notificações, citações e intimações recebidas, isentando os advogados contratados de toda responsabilidade por eventos tais como preclusão, decadência ou prescrição, caso não seja feita a entrega ao **ESCRITÓRIO** em prazo hábil.

13 - Ficam mantidos os honorários pactuados nos contratos anteriores, em decorrência do êxito nos processos relacionados no anexo 1, cujo trabalho já está sendo realizado.

13.1 - Os honorários convencionados (de 10%) para o patrocínio do mandado de segurança relativo à opção e ao pagamento do abono pecuniário de férias do ano de 1998, em trâmite na 6ª Vara Federal, sob o número 98.0039700-8 - 6ª/VF, ficam reduzidos para 3,3% dos valores que venham a ser recebidos a esse título. Os demais processos ajuizados em decorrência dos contratos anteriormente firmados passam a ser remunerados, tão somente, conforme os critérios fixados neste contrato, renunciando o **ESCRITÓRIO** ao recebimento dos honorários anteriormente convencionados.

14 - A relação contratual entre o **ESCRITÓRIO** e a **ADUFRJ** mantém a autonomia das partes. A **ADUFRJ** poderá contratar outros advogados e o **ESCRITÓRIO** poderá dar-se por impedido em determinados casos segundo o foro íntimo e o entendimento jurídico de seus profissionais, recusando o atendimento e patrocínio de ações, desde que justificando o motivo.

IV - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

15 - O presente contrato vigorará por prazo indeterminado, sendo certo que:

15.1 - É facultado a qualquer das partes rescindir o contrato, desde que proceda a notificação prévia de 3 meses.

15.2 - As partes renegociarão o quantitativo de serviços previstos nesse instrumento e a devida remuneração correspondente sempre que ocorram modificações na conjuntura econômica, judicial e profissional que justifiquem alterações contratuais.

5 - DO FORO

16 - O Foro deste contrato será o da Cidade e Comarca do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outros por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justos e contratados, aceitam e assinam presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1999.

ANEXO 1

(Processos que estão tramitando na Justiça. A lista com todos os nomes dos integrantes está sendo preparada pela secretaria da Adufrj e será disponibilizada na home-page da Adufrj.nos próximos dias)

ANTÔNIA PETROWA ESTEVES E OUTROS

RT 325/92 - 021ª/JCJ-RJ

ELIANA GÉA E OUTROS

RT 2394/91 - RO-7741/93 - TST AIRR 270687/96

ELOIDA CARVALHO DE FORMICA XAVIER E OUTROS

RT 2329/91 - 030ª/JCJ-RJ - RO-9174/95

2AI 001385/98 - 030ª/RJ

GLBERTO LUIZ TEIXEIRA STRUNECK E OUTROS

RT 564/92 - 025ª/JCJ-RJ - RO-2298/93 - RR-289191/96

JOSÉ MARIA GOMEZ

Proc.nº 94.0044821-0 - 020ª/VF

MARIA DA GLÓRIA T. GOMES E OUTROS

Ação Ordinária nº 93.0004114-2 - 026ª/VF

MARIA DE LOURDES R. DA FONSECA PASSOS E OUTROS

RT 2368/92 - 03ª/JCJ-RJ - RO-12414/93 - TST AIRR-362915/97

SÉRGIO MENDONÇA DE ANDRADE E OUTROS

RT 331/92 - 022ª/JCJ-RJ - RO-21722/93 - TST AIRR-349041/97

SÉRGIO MURILO ABRAÃO E OUTROS

RT 1806/91 - 09ª/JCJ-RJ - RO-23871/95

WALLY DA FONSECA CHAN PEREIRA E OUTROS

RT 1860/91 - 026ª/JCJ-RJ - RO-2548/93 - TST RR-287876/96

AGENOR PINHEIRO RODRIGUES VALLE E OUTROS

RT 1033/89 - 017ª/JCJ-RJ - RR-153621/94

AQUILES CORTES GUIMARÃES E OUTROS

RT 133/90 - RR-304095/96

ANA SHIRLEY VALVERDE MEIRELLES E OUTROS

RT 1029/89 - 014ª/JCJ-RJ - RO-3867/91

ANA MARIA SENRA BREITSCHAFT E OUTROS

RT 1270/89 - 024ª/JCJ-RJ

JOÃO SÉRGIO FARJADO ROLDÃO E OUTROS

RT 313/90 - 027ª/JCJ-RJ

LEDA PAPALEO RUFO

Proc. nº 88.0026240-6 - 09ª/VF - TRF 90.0222583-0

LICÍNIO DA SILVA PORTUGAL E OUTROS

RT 1035/89 - 015ª/JCJ-RJ

LIGIA GOMES ELLIOT E OUTROS

Proc. nº 88.0019984-4 - 016ª/VF - TRF 91.0208329-9

MARIA ANTONIETA P. GIMENES E OUTROS

Proc. nº 88.0019858-9 - 016ª/vf - TRF 91.02083280/94.0210248-5

MARLENE MARIA BUNN MORENO

Ação Rescisória nº 323/96 com EP 159/96 (interposto pela UFRJ, para desconstituir a decisão no processo 1032/89)

MARLENE MARIA BUNN MORENO

RT 1032/95 - 039ª/JCJ-RJ

MARIA LÚCIA ROCHA COUTINHO E OUTROS

RT 1073/89 - 04ª/JCJ-RJ

MARINA GUTMAN TOSTA PARANHOS E OUTROS

RT 1061/89 - 040ª/JCJ-RJ - RO-18172/95

ROBERTO BARROS FARIAS E OUTROS

RT 1030/89 - 01ª/JCJ-RJ

ROBERTO BARROS FARIAS E OUTROS

Ação Rescisória nº 487/96 relativa à RT, encontra-se na Procuradoria do Trabalho.

VERA LÚCIA FELTRIM BARBOSA E OUTROS

RT 1237/89 - 023ª/JCJ-RJ

Estes processos estão fora do novo acordo com a assessoria jurídica da entidade. Os honorários advocatícios (10%) deverão ser pagos ao final das ações.

Docentes devem se cadastrar em sistema da UFRJ para garantir Ged99

Depois de aprovadas as regras para avaliação Ged/99 da UFRJ, o grande problema da comissão local no momento passa a ser o cadastramento e orientação do corpo docente da universidade no Sigma – sistema de gerenciamento acadêmico que, a partir deste ano, vai servir para a coleta de dados para a gratificação. De acordo com um dos integrantes desta comissão, Fernando Alves Rochinha, aproximadamente 750 professores já estão cadastrados, mas os demais devem se apressar. O prazo de coleta das informações Ged se encerra em 30 de novembro.

Como as planilhas para incorporação de dados da Ged ainda não estão implantadas no sistema – o módulo que trata da produção intelectual deve ficar disponível na próxima semana (1 a 7/11) e o restante, na semana seguinte (8 a 14/11) -, esse cadastramento imediato se justifica, segundo Rochinha, para o professor se habituar ao sistema e tirar suas dúvidas. “Além disso, à medida que os módulos estiverem sendo colocados, o professor checa o que estiver no Sigma (alguns dados foram retirados dos atuais sistemas de registro da UFRJ) e adianta o que já for possível inserir”, afirma.

Para esse procedimento ganhar em agilidade, Rochinha recomenda aos professores que tentem detalhar em uma folha de papel toda a sua atividade acadêmica antes de entrar no Sigma. Desse modo, o docente apenas repassa imediatamente os dados, em vez de ficar pensando naquela hora sobre as atividades que realizou no período. Outra recomendação – fundamental, no entender do professor da comissão – é acessar a página do Sigma pelo menos de três em três dias, para verificar o andamento da implantação dos módulos da Ged.

Sistema pede equipamento sofisticado - O

professor e atual diretor da Adufrj Henrique Longo tentou acessar de sua sala, no Centro de Tecnologia, o Sigma e não conseguiu. De posse de um modesto PC 486, o professor passou uma mensagem eletrônica para a Comissão da Ged sugerindo que o sistema fosse modificado ou, então, que a universidade providenciasse novos computadores, mais modernos, para os professores. Para o acesso, o sistema pede o navegador Netscape 4.5 ou superior, além de muita memória em disco.

Assim como no ano passado, as informações Ged de cada professor vão passar por um processo de convalidação por um chefe de departamento ou diretor de unidade. Segundo Rochinha, os chefes deverão ter acesso privilegiado ao Sigma através de senha especial para olhar e dar um visto *on line* nas informações dos docentes sob sua responsabilidade. Caso isso não seja possível, as informações serão impressas para a convalidação final.

UFRJ não divulga pontuação – O professor Rochinha admite que o processo Ged 99 começou tardiamente na UFRJ. A comissão, no entanto, ainda segundo ele, não pode arcar com toda a responsabilidade disso. “Não fomos nós que nos transformamos em comissão e nos demos os prazos. Dentro do possível, tentamos ouvir os colegiados”, comentou. Para Rochinha, a avaliação Ged é um processo evolutivo. “Tenho certeza que a avaliação deste ano está melhor do que a do ano anterior e tenho certeza também que esta estará pior do que a do ano que vem.”

O fato de a pontuação local não ter sido divulgada até agora na home page da UFRJ - como foi feito na UFF e na Uni-Rio -, segundo o professor, se explica porque ainda não são informações oficiais. “Embora não esteja nada sendo feito às escondidas, preferimos esperar a divulgação das normas das Ifes convalidadas pelo Mec (até 10 de novembro) para evitar mal-entendidos”, afirmou.

Assembléia aprova novo contrato com assessoria jurídica

A última assembléia da Adufrj aprovou o Contrato de Prestação de Serviços com o Escritório Machado Silva - Consultoria Jurídica. Isso significa que a partir do próximo mês, a diretoria da Adufrj espera que o plantão de atendimento jurídico já poderá estar sendo oferecido aos professores na sede da entidade. Os dias e horários de atendimento ainda serão definidos e serão divulgados em breve.

Em relação à proposta de acordo publicada no último boletim, a assembléia alterou os seguintes pon-

tos: foi explicitado que o atendimento no plantão será feito por advogado do Escritório; o número de processos a serem atendidos, simultaneamente, pela assessoria aumentou para 250; e foi suprimido o item 13.2, o que significa que a Adufrj fará um contrato formal com o Escritório Jurídico de Brasília para a continuidade do acompanhamento das ações em andamento, referente ao Plano Verão.

Confira a íntegra do acordo na página ao lado.

Confira a pontuação da Ged99 para os docentes da UFRJ

AValiação GED/99 – PONTUAÇÃO

ATIVIDADES DE ENSINO E ORIENTAÇÃO

Dados relativos aos períodos 1998/2, 1999/1 e 1999/2.

Mínimo de 80 pontos: Lei nº 9.678 / 98, art. 1º, § 3º

Máximo de 120 pontos: Lei nº 9.678 / 98, art. 1º, § 2º

Ensino

Graduação: 10 pontos/hora-aula semanal

Pós-graduação lato sensu (não remunerado): 8 pontos/hora-aula semanal

Pós-graduação stricto sensu: 10 pontos/hora-aula semanal

Orientações e co-orientações em andamento

Máximo de 40 pontos: orientação da Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação/ SESU/MEC

Mestrado, doutorado, pós-doutorado: 10 pontos/aluno/ano

Iniciação científica, monitoria: 8 pontos/aluno/ano

Especialização/aperfeiçoamento: 8 pontos/aluno/ano

Trabalho final de curso/monografia: 8 pontos/aluno/ano

Tutoria/orientação acadêmica: 8 pontos/aluno/ano

Atividades em projeto artístico/cultural: 8 pontos/aluno/ano

Atividades de extensão: 8 pontos/aluno/ano

Estágio: 8 pontos/aluno/ano

Programa Especial de Treinamento (PET): 8 pontos/aluno/ano

Orientações em residência médica: 8 pontos/aluno/ano

Orientações em ambulatório/enfermaria/sala de cirurgia e similares: 8 pontos/aluno/ano

PRODUÇÃO INTELECTUAL

Dados relativos aos anos 1998 e 1999.

Máximo de 60 pontos : Lei nº 9.678 / 98, art. 1º, § 2º

Orientações e co-orientações concluídas (dissertações e teses)

Mestrado: 8 pontos/aluno

Doutorado: 12 pontos/aluno

Livro publicado

Texto integral (máximo de 1 livro): 25 pontos

Capítulo (máximo de 2 capítulos): 10 pontos/capítulo

Edição/organização (máximo de 1 livro): 10 pontos

Obra artística e exposição

Autoria (máximo de uma): 25 pontos

Participação/execução (máximo de duas): 10 pontos/ocorrência

Organização (máximo de uma): 10 pontos

Artigo completo em periódico especializado

de circulação internacional e/ou indexado: 20 pontos/artigo

Artigo completo em periódico especializado

de circulação nacional: 12 pontos/artigo

Resenha crítica em periódico especializado

de circulação internacional (máximo de duas): 6 pontos/resenha

Resenha crítica em periódico especializado de circulação nacional

(máximo de duas): 4 pontos/resenha

Produto de divulgação científica, tecnológica, artística ou cultural

(máximo de dois): 4 pontos / produto

Artigo de opinião (máximo de um): 2 pontos/artigo

Congressos internacionais

Artigos completos: 8 pontos/artigo

Resumo: (máximo de 4 resumos) 2 pontos/resumo

Congressos nacionais

Artigos completos: 4 pontos/artigo

Resumo: (máximo de 4 resumos) 1 ponto/resumo

Participação em comissões julgadoras: (máximo de 10 pontos)

Tese de doutorado: 2 pontos/comissão

Dissertação de mestrado: 2 pontos/comissão

Exame de qualificação: 1 ponto/comissão

Trabalho de final de curso: 1 ponto/comissão

Concurso público: 2 pontos/comissão

Participação em conselhos ou comissões de órgãos governamentais e de entidades científicas, culturais e profissionais

(não remunerado) (máximo de 10 pontos)

Comitês assessores de programas de graduação e pós-graduação e projetos de pesquisa: 2 pontos/atividade

Consultor “ad hoc” de órgãos financiadores de programas e proje-

tos de pesquisa: 2 pontos/atividade

Consultor “ad hoc” de revistas especializada: 2 pontos/atividade

Conselhos editoriais, diretorias e comissões de sociedades científicas, tecnológicas e culturais: 2 pontos/atividade

Atividades administrativas e de representação (máximo de 10 pontos)

Representantes no CONSUNI, CEG, CEPG, CPPD,

COOPERA e CADD: 5 pontos/ano Coordenador de curso/disciplina/programa curricular interdepartamental (PCI) (não remunerado):

3 pontos/ano

Comissões de avaliação docente (progressão funcional, estágio probatório, pertinência e outros): 1 ponto/ano

Participação na diretoria da ANDES ou da ADUFRJ: 1 ponto/ano

Atividades de extensão (não remunerada) (máximo 20 pontos) Cursos

Organização/coordenação: 2 pontos/atividade

Atividade como docente em curso de até 30 horas-aula: 2 pontos/atividade

Atividade como docente em curso de mais de 30 horas-aula: 4 pontos/atividade

Conferências proferidas (máximo de 5): 1 ponto/conferência

Participação em comissões organizadoras de eventos técnicos, científicos e culturais: 2 pontos/evento

Participação em simpósios, painéis e mesas redondas técnicos, científicos e culturais (máximo de 5 atividades): 1 ponto/atividade

Projetos (máximo de 5): 2 pontos / projeto

Patente ou registro de software (máximo de um): 25 pontos/ocorrência

Projeto didático - pedagógico de inovação curricular, desenvolvimento de tecnologias e de equipamentos em apoio ao ensino (máximo de 2 projetos): 4 pontos/projeto

Docente em formação (mestrado ou doutorado, com inscrição em disciplinas de pós-graduação stricto sensu, com liberação parcial ou sem liberação de carga horária de ensino): 15 pontos/ano

Como se cadastrar no Sigma

O ENDEREÇO ELETRÔNICO DO SIGMA É: www.sigma.ufrj.br. O CADASTRAMENTO DE USUÁRIO acontece da seguinte maneira:

Identificação: Deve-se informar o “CPF” (11 dígitos sem edição - somente os números incluindo dígitos verificadores). Em seguida, informa-se a “Matrícula UFRJ”, que corresponde ao Registro como Servidor UFRJ (7 dígitos sem edição - somente os números incluindo o dígito verificador). Este número consta na carteira funcional referenciado como Registro e no contracheque referenciado como Matrícula de Origem. (neste caso NÃO utilize o primeiro algarismo). Para terminar esta fase, deve-se informar a “Matrícula SIAPE” (7 dígitos sem edição - somente os números). Atenção: a Matrícula SIAPE consta no contracheque. Não confundir com o campo Identificação Única também constante no contracheque.

Dados Básicos: deve-se informar o “Usuário” - nome pelo qual a pessoa será identificada permanentemente no SIGMA (mínimo de 4 caracteres). Importante: letras minúsculas e maiúsculas SÃO interpretadas diferentemente. Depois, deve-se informar a “Senha” e a “Confirmação da Senha”. Esta senha habilitará o usuário no uso do SIGMA (mínimo de 4 caracteres sem “espaços”). Importante: letras minúsculas e maiúsculas SÃO

interpretadas diferentemente. Para finalizar, deve-se informar o “E-Mail pessoal”. Não será permitido o uso de E-Mail já cadastrado para outra pessoa. Por questões de segurança, é importante que seja o seu E-Mail Pessoal, pois será utilizado para o envio automático do seu “Código de cadastramento” gerado pelo SIGMA.

Caso não receba o e-mail com o “Código de cadastramento” em até 24 horas, por favor envie e-mail para SIGMA@scire.coppe.ufrj.br informando: CPF, Nome completo, Matrícula UFRJ, Matrícula SIAPE, E-Mail Pessoal e telefone de contato.

Dúvidas e sugestões podem ser enviadas para SIGMA@scire.coppe.ufrj.br

Observações:

1) Para o acesso ao Sigma é necessária, na atual versão, a utilização do *browser* Netscape versão 4.5 ou superior.

2) Quem não tiver e-mail pessoal deve se dirigir ao Scire/Coppe para buscar sua senha.

3) Inicialmente somente os Servidores UFRJ estão aptos para o cadastramento nos Sistemas SIGMA (em breve o cadastramento estará disponível também para os Alunos de Graduação e Pós-Graduação).

Prazos

Até dia 10 de novembro: publicação das normas das Ifes

Até dia 30 de novembro: conclusão do processo de

coleta de dados e pontuação pelas comissões de

avaliação das Ifes

Até dia 30 de dezembro: recebimento e exame de

recursos no âmbito das Ifes e envio dos resultados das

avaliações das Ifes ao Mec/Comissão Nacional.

Até dia 10 de janeiro de 2000: apuração dos valores

correspondentes à avaliação docente para inclusão na

folha de pagamentos referente ao mês de janeiro de 2000

(pagamento no início de fevereiro de 2000).

Até dia 28 de fevereiro: envio do relatório final do

processo à SESU/Mec.

Plantão jurídico na Adufrj começa na próxima semana

A partir da semana que vem, os professores associados à Adufrj Seção Sindical terão à disposição o atendimento personalizado da assessoria jurídica. As consultas deverão ser sobre assuntos relativos a questões trabalhistas, coletivas ou individuais, que digam respeito ao docente e sua relação com a instituição UFRJ.

O “plantão” da assessoria será às quartas-feiras, das 13h às 17h, na sede da entidade. Excepcionalmente nesta primeira semana, o plantão será realizado na quinta-feira, dia 11. Isso porque quarta-feira é o Dia Nacional de Paralisação e Protesto.

O endereço da Adufrj é Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão – Cidade Universitária.

Como ser atendido

- Marcando horário com o advogado através da secretaria da Adufrj nos telefones 590-4799 ou 260-6368, lembrando que o “plantão” é oferecido às quartas-feiras;

- telefonando para o advogado, durante o horário de “plantão”, nos mesmos números acima;

- ou enviando sua questão pelo correio eletrônico, no endereço adufrij@alternex.com.br. Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

Assembléia Geral 8 de novembro, segunda-feira 9h30 da manhã Auditório do Centro de Tecnologia (Fundão)

PAUTA

- 1) Dia Nacional de Paralisação e Protesto - adesão à Greve Geral do dia 10 de novembro
- 2) Escolha de delegado e observadores para o 39º Conad, dias 19, 20 e 21 de novembro

Comissão Nacional não aceita dupla pontuação proposta pela UFRJ

Mudanças à vista. As regras para a avaliação da Ged com o aval do Mec só serão divulgadas oficialmente, pelas universidades, no dia 10 de novembro, mas o sub-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antônio McDowell Figueiredo, já adiantou que não deverá ser mais pontuada a conclusão das teses. Figueiredo informou que a comissão nacional da Ged – da qual faz parte - entendeu esse caso como uma dupla pontuação para uma única atividade. Pela tabela da UFRJ publicada na edição passada, estariam sendo pontuadas as orientações em andamento e também as concluídas.

Enquanto essa situação não se define, a comissão local de atribuição da Ged continua pedindo aos docentes para se cadastrarem no sistema Sigma (www.sigma.ufrj.br).

Segundo Fernando Rochinha, aproximadamente mil professores estão cadastrados no Sigma – dados da sexta-feira antes do feriado – e o mapa desse cadastramento permite notar algumas particularidades na UFRJ. “Curiosamente, várias unidades fora do campus do Fundão mostram uma

adesão quase total, como é o caso do Museu Nacional e da Escola de Música. Por outro lado, Arquitetura, Direito, Economia, Administração e Medicina apresentam um nível ruim de adesão”, disse. O CT, com seu suposto aparato tecnológico mais equipado, está na média. Isso, para Rochinha, pode significar que os docentes estão deixando tudo para última hora – outro fato que a comissão está alertando para não ocorrer.

O equipamento necessário para o cadastramento no Sigma – um computador que rode, pelo menos, a versão 4.5 da Netscape – continua causando dor de cabeça. Muitos docentes reclamaram na última reunião do CEG (dia 3) dessa exigência, alegando que suas unidades não estão estruturadas para isso. Rochinha justificou que o grau de modernidade do aplicativo é necessário para a interatividade na troca de dados.

Você pode conferir a pontuação da Ged99 na página eletrônica da Adufrj (www.alternex.com.br/~adufrij).

Colegiados definem calendário acadêmico para 2000

Está rendendo a discussão da nova regulamentação acadêmica da UFRJ. Depois de aprovada a resolução conjunta CEG/CEPG, os conselheiros começam a se voltar para as regras de transição de um modelo para o outro. Para a reitoria, os casos omissos poderão ser remetidos para decisão dos sub-reitores. Os períodos modulares, por exemplo, com disciplinas que deverão ser dadas em dez ou em 20 semanas são um exemplo dessas dificuldades de transição. Os conselheiros temem que, por acomodação, as disciplinas antes dadas em 15 semanas (antigo tempo de período da maioria das unidades da UFRJ) sejam todas estendidas para 20, em vez de reduzidas para 10 – aumentando enormemente a carga horária de todos os cursos. Uma sessão conjunta CEG/CEPG nessa sexta-feira (dia 5) ou, no mais tardar, na próxima semana, deve tratar dessas disposições transitórias e, como segundo ponto de pauta, do calendário letivo da UFRJ para 2000.

Resenha

Pelo menos por enquanto, a bancada fluminense vota contra a contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas. Em matéria de O Dia, publicada em 24/10, foram ouvidos 45 dos 46 deputados federais do Rio de Janeiro sobre a questão (um estava fora do país, em viagem) e 67% deles pretendem votar contra a cobrança. Obviamente, pesa na decisão dos deputados fluminenses o fato de nosso estado acumular 109 mil eleitores potenciais, entre funcionários ativos, inativos e pensionistas (21% do funcionalismo federal). Por se tratar de emenda constitucional, o governo precisa de 308 votos na Câmara e 42 no Senado, em dois turnos, para aprovar o desconto.

Deu na coluna Informe JB, de 24/10: “O Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ, e a Universidade Johns Hopkins, maior centro de pesquisa em saúde pública dos EUA, acertaram detalhes para a assinatura de acordo sobre controle de qualidade em procedimentos médicos e em administração hospitalar”.

Em matéria do Estado de S. Paulo, de 22/10, é divulgado que a procura pelos cursos de pedagogia e letras aumentou mais do que o triplo da média de todos os cursos do país de 96 até o ano passado. O número de inscritos nos vestibulares de pedagogia cresceu 41,8% e nos de letras, 38,4%, enquanto a média nacional foi de 12,2%. Os dados constam do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). De acordo com alguns dirigentes de instituições, o motivo apontado para este crescimento é a exigência da LDB de que todos os professores em atividade no País concluam, até 2007, um curso superior.

Essa nota vem da coluna do jornalista Antonio Gois, no Caderno de Educação de O Dia, de 26/10: “Desde que Paulo Renato Souza assumiu o Mec, há cinco anos, os reitores de universidades federais andam reclamando do tratamento dispensado a eles. Uma das manias de Paulo Renato que mais incomodam é a de sempre olhar para o relógio, assim que recebe o grupo”.

AVISO: Já está funcionando um caixa eletrônico do Banco do Brasil na entrada do bloco H do CT, na Ilha do Fundão.

UFRJ prepara proposta de financiamento para as federais

Uma comissão mista Consuni/CEG/CPEG está formulando uma proposta para regulamentar o financiamento das universidades federais. Os Colegiados afirmam a auto-aplicabilidade do artigo 207 da CF (da autonomia), mas quer que a União se comprometa com o financiamento público do sistema e de seu crescimento. Na primeira versão, ainda em debate na comissão, é aceita a proposta do governo de um patamar de financiamento baseado no

UFMG é acionada na justiça para aplicar a reserva de vagas

A proposta de reserva de 50% das vagas em universidades federais para alunos da rede pública ganhou um novo capítulo em Minas Gerais. O procurador-geral da República naquele estado, Fernando de Almeida Martins, entrou com uma ação na Justiça Federal, em Belo Horizonte, exigindo que as 10 instituições federais mineiras acatem essa idéia. Segundo afirmou o procurador, em matéria no Jornal do Commercio, do dia 27/10, a iniciativa tenta corrigir uma grave distorção no acesso ao ensino superior: baseando-se em um estudo recente da Universidade de São Paulo (USP), alunos de escolas públicas, de modo geral, têm uma chance em 104 de entrada numa universidade federal contra uma chance em nove dos alunos provenientes de colégios particulares. Como a ação civil pública impetrada tem pedido de liminar, já poderá vigorar no próximo processo seletivo em caso de vitória no tribunal. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já avisa que vai recorrer se isso acontecer.

PDV exonera neste ano mais de 5.700

Finalmente fechados os números do Programa de Demissão Voluntária (PDV) deste ano, lançado em agosto. Foram 5.733 exonerações e mais cem pedidos de demissão ainda em análise. O estado com o maior número de desligados foi o Rio de Janeiro (1.089). Para quem entrou na armação do governo federal, alguns desgostos: muitos não tiveram suas indenizações liberadas, apesar de seu desligamento da União ter sido publicado no Diário Oficial. E mesmo os indenizados estão com dificuldades para sacar os atrasados referentes aos 28,86%. Além disso, os salários desses já foram rapidamente cortados da folha.

executado em 1997 (R\$ 4,01 bilhões), mas prevê a criação do FADES (Fundo Apoio ao Desenvolvimento das Ifes) vinculado à arrecadação de impostos. Pela proposta o Fundo deverá atingir 17% da variação do total arrecadado pela Receita (que segundo estimativas deverá continuar crescendo, a curto prazo). Para se candidatar à verba do FADES, a universidade deverá apresentar projetos institucionais sendo submetida à avaliação de uma comissão gestora.

Governo faz as contas para pagar a dívida do PSS/94

O governo espera concluir até o fim de novembro os cálculos de devolução do Plano de Seguridade Social (PSS) descontado, indevidamente, dos servidores públicos federais em 1994 (período de julho a outubro). Tão logo fique pronto, o estudo será apresentado à equipe econômica para a decisão de pagamento da dívida. O problema é que, no período 94/95, essa mesma cobrança não foi feita sobre a Gratificação de Atividade Executiva (GAE). Assim, para evitar dois trabalhos (pagar e depois cobrar), o governo pretende fazer o encontro de contas. Só que essa segunda parte está com seus cálculos atrasados, o que pode retardar a operação toda. Para variar...

Governo promete 13º para dia 2 de dezembro

Os servidores públicos federais vão receber a segunda parcela do 13º salário no dia 2 de dezembro, com o salário de novembro. Essa é a informação dada aos jornais pelo secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Luiz Carlos Capella. A primeira parcela do décimo terceiro foi paga até julho. Vale lembrar que essa segunda parcela da gratificação traz os descontos de imposto de renda e de contribuição previdenciária, que não incidiram sobre a primeira parte do pagamento. Pior: o somatório do salário mensal com a gratificação natalina aumenta a base de incidência do IR nesse período e pode provocar um aumento no desconto (exemplo: o servidor que ganha pouco menos de R\$ 900 – isento, portanto, de imposto – se superar esse valor graças à adição do 13º, já entra na primeira faixa de desconto).

XXI Jornada de Iniciação Científica

Começa na próxima semana a XXI Jornada de Iniciação Científica da UFRJ. Mais de mil trabalhos estarão sendo apresentados pelos seis centros nos dias 9, 10 e 11. A Jornada terá uma sessão de abertura – uma mesa redonda sobre transgênicos, com os professores Paulo Arruda (Unicamp) e Marcos Palatnik (UFRJ) - no dia 8, às 14h, no auditório “Quinhentão” do CCS, próximo à agência do Banco do Brasil. A programação do evento já está disponível na *home page* da universidade.

Protesto na chuva

Apesar do tempo frio e chuvoso, várias pessoas participaram de atos no Dia Nacional em Defesa do Emprego e do Brasil. Na UFRJ, professores, alunos e funcionários pararam em diversas unidades



Passada no centro reuniu cerca de 300 trabalhadores. Às 14h20, o hall dos elevadores das faculdades de Arquitetura e Belas Artes estava assim, totalmente vazio.



Assembléia Geral

17 de novembro
quarta-feira, às 9h
Escola de Serviço Social
PAUTA

- 1) Teses para o 39º Conad
- 2) Nova periodização dos cursos da UFRJ/Calendário 2000
- 3) Atraso na redução da mensalidade da Adufrj para 0,8%

Nova periodização e calendário acadêmico 2000 são ilustres desconhecidos para maioria dos professores, alunos e funcionários. Conheça a proposta do CEG para o calendário do ano que vem e a nova resolução que irá reger a vida da universidade

Sem atropelos

Está em curso nos colegiados superiores da UFRJ a definição da periodização do ano letivo, de cargas horárias e do calendário de atividades para o ano 2000 e a caracterização de disciplinas. A justificativa é a adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. A resolução conjunta CEG/CEPG que normatiza a matéria, porém, propõe muito mais que uma simples reorganização do calendário escolar. A proposta implica alterações profundas na vida acadêmica da Universidade e, como tem sido observado nos próprios Conselhos, pode exigir uma reforma curricular generalizada nos diversos cursos.

O problema aqui não está em que os Conselhos de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação entendam ser necessária uma nova proposta acadêmica para a Universidade, já que o tema diz respeito à principal função destes Conselhos - avaliar, discutir e propor novas políticas e estruturas acadêmicas para a UFRJ. A questão central é a forma como a discussão tem sido encaminhada, restringindo o debate a uma parcela muito limitada da comunidade acadêmica. Este tipo de restrição, aliás, tem ocorrido com uma frequência preocupante em nossa Universidade, como aconteceu no recente processo para o estabelecimento de critérios de pontuação para a GED, em que os Departamentos não foram consultados e nem sequer informados sobre as propostas colocadas em discussão.

Mais grave ainda é que parece que a discussão sobre o conteúdo da resolução conjunta CEG/CEPG, aprovada há poucas semanas, em certos pontos por maioria com margem relativamente pequena, ainda não está suficiente madura no interior dos próprios Conselhos. Este fato foi reconhecido pelo próprio sub-reitor de Ensino

de Graduação na última reunião do CEG, pois que o debate sobre as disposições transitórias invariavelmente esbarra em decisões tomadas em sessões anteriores, indicando que as mesmas ainda necessitavam de maior aprofundamento.

A questão fundamental, evidentemente, não está em convencer agora os conselheiros e obter o consenso apenas dentro dos próprios Conselhos, mas em como retornar a polêmica proposta aos Centros, às Unidades e, principalmente, aos Departamentos, para envolver, estimular a participação, convencer e comprometer todos os professores com o processo de discussão e com as futuras deliberações nos colegiados superiores. Deste modo, as decisões poderiam ser tomadas em bases muito mais sólidas.

Outro aspecto que merece destaque é que, mesmo com o diagnóstico de uma decisão tomada com falta de maturidade e com a expectativa praticamente consensual de graves problemas para a implantação da nova dinâmica na Universidade, as sub-reitorias explicitamente assumem - e os Conselhos parecem concordar com elas - que a estratégia para instaurar a discussão é aprovar primeiro a sua proposta e depois discuti-la na comunidade. Parece claro que tal estratégia dificultaria qualquer possibilidade de intervenção posterior da comunidade, desestimularia a participação e tenderia a consolidar e a manter inalteradas as propostas cuja aprovação, como ressaltaram alguns conselheiros, já consumiu cerca de um ano de exaustivos debates internos. A resistência em reabrir a discussão sobre qualquer ponto seria, podemos esperar, muito grande, senão intransponível.

Em relação ao conteúdo da resolução conjunta, uma

análise mais aprofundada é necessária. Uma questão essencial, entretanto, parece ser, por um lado, a inter-pretação restrita de trabalho acadêmico efetivo apenas como aula, o que implica a ampliação de cada semestre letivo em 5 semanas, e por outro, obriga a definição de aula de modo excessivamente genérico, incluindo até atividades de orientação de alunos. Outros aspectos devem ser melhor discutidos como a carga didática mínima em graduação e, como consequência dos períodos em módulos, a adoção obrigatória de férias coletivas em janeiro e julho, o que coloca sérias limitações à implantação da proposta a partir de fevereiro de 2000.

Entendemos que o processo de discussão amplo e democrático destas propostas e de quaisquer outras que possam surgir é o caminho a ser perseguido, o que não limita, restringe ou exclui a necessidade de formulação dos Colegiados Superiores da UFRJ. Este caminho, embora não seja o mais simples e fácil, é, sem dúvida, o mais adequado e consistente para transformar a Universidade. As propostas do CEG/CEPG devem ser remetidas para as Unidades e Departamentos visando envolver e comprometer professores, alunos e também funcionários técnico-administrativos. Isto requer a abertura de um novo calendário de discussão, que tenha início ainda neste final de ano e se estenda durante o primeiro período de 2000, pelo menos. Alguns meses a mais para a reavaliação e posterior implantação de uma nova proposta se impõe como uma necessidade para legitimar e garantir mudanças no espaço sócio-institucional capazes de assegurar a continuidade de uma concepção de Universidade voltada para a produção e a reprodução do conhecimento crítico.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
SEDE E REDAÇÃO: CENTRO DE TECNOLOGIA, BLOCO D, SALA 200 - ILHA DO FUNDÃO
CEP: 21944/970 - CAIXA POSTAL 68531
RIO DE JANEIRO - RJ
TELEFONE: 590-4799 / FAX: 260-6368
EDIÇÃO: ANA MANUELLA SOARES
REPORTAGEM: KELVIN MELO DE CARVALHO
ILUSTRAÇÃO: ROBERTO HOUAISS
FOTOGRAFIA: GUILHERME LESSA
TIRAGEM: 10.000
IMPRESSÃO: JORNAL DOS SPORTS
COLABORAÇÃO: AGÊNCIA ANDES
E-MAIL Adufrj: adufrj@ax.ibase.org.br
E-MAIL Redação: adufrj2@ax.ibase.org.br
Home-page: <http://www.alternex.com.br/~adufrj/index.htm>
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND

PRESIDENTE
JOSÉ HENRIQUE SANGLARD
1ª VICE-PRESIDENTE
MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA FONSECA PASSOS
2ª VICE-PRESIDENTE
CLEUSA DOS SANTOS
1º SECRETÁRIO
ROBERTO LEHER
2º SECRETÁRIO
HENRIQUE INNECCO LONGO
1ª TESOUREIRA
REGINA CÉLIA DE SOUZA PUGLIESE
2ª TESOUREIRA
LEILA RODRIGUES ROEDEL

COLÉGIO DE APLICAÇÃO
SANDRA MARTINS DE SOUZA - TITULAR; MARCOS VINÍCIOS P. ANDRADE - TITULAR; E CLOVIS DE F. NEVES FILHO - SUPLENTE
ESCOLA DE ENGENHARIA
JOSÉ MIGUEL BENDRAO SALDANHA - TITULAR
ESCOLA DE ENFERMAGEM ANA NERY
WALCYR DE OLIVEIRA BARROS - TITULAR
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
OSVALDO LUIZ DE SOUZA SILVA - TITULAR; E ROBERTO HOUAISS - TITULAR
NESC
LÍDIA SOARES CARDOSO - TITULAR; E REGINA HELENA SIMÕES BARBOSA - SUPLENTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
LEANDRO NOGUEIRA SALGADO FILHO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
JOSE AUGUSTO V. S. BISNETO - TITULAR; E SARA GRANEMANN - TITULAR
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
ARTHUR ARRUDA L. FERREIRA - TITULAR; E MARCOS AGUIAR DE SOUZA - TITULAR
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MORAES - TITULAR; E MARCOS ANTÔNIO C. DA SILVA - TITULAR

Ainda o Canecão

O polêmico “tombamento do Canecão” não foi suficientemente debatido e explicado. Como professor da UFRJ – licenciado sem vencimentos para o exercício de mandato parlamentar – comprometido com o interesse público, tenho o dever de esclarecer alguns aspectos do que aconteceu na Assembléia Legislativa:

1. O projeto original de tombamento, de autoria de Sérgio Cabral Filho, presidente da Alerj, hoje no PMDB, teve tramitação aceleradíssima na Casa. A quem interessa esta pressa?
2. Os Priolli, empresários que conduzem a Casa de Espetáculos Canecão, acompanharam com viva atenção e presença permanente a tramitação da matéria, ao contrário da nossa UFRJ
3. Uma intervenção de plenário feita por mim e pela deputada Cidinha Campos (PDT) evitou a votação sumária do projeto (que seria aprovado com larga margem, quase unanimidade) e forçou a convocação de uma audiência pública
4. A reitoria, infelizmente, não compareceu a esta audiência. Ficamos sem argumentos contra a acusação de que a demolição do caixotão do Canecão obedeceria a interesses imobiliários, visto que o Ministério da Educação recomendara à UFRJ, como é notório, a “venda de todo o patrimônio disponível, para saldar dívidas”
5. Durante todo o processo, a empresa BRASCAN aparecia no discurso dos defensores do tombamento, como de olho na área, e não foi apresentado aos deputados nenhum projeto substantivo de construção de um centro cultural no local, como alegado genericamente pela reitoria
6. Voltando a matéria à ordem do dia, nós, deputados da bancada da esquerda, ficamos diante de um dilema: votar contra perdendo por 60 a 10, e vendo aprovado

um projeto que eternizaria lá os atuais usuários do Canecão, como Cabral e o governador Garotinho declaradamente desejam, ou tentar formular um substitutivo, garantindo a propriedade pública da UFRJ contra especuladores, sejam do entretenimento, da construção civil ou da privatização do ensino superior (estes, como se sabe, operando dentro da Universidade e do governo federal)

7. Conseguimos a aprovação do substitutivo, o que foi o melhor possível dentro das circunstâncias (falta de informação e mobilização em torno da questão por parte da reitoria, do Consuni e mesmo dos sindicatos da nossa UFRJ, talvez surpreendidos com a celeridade da tramitação da matéria, o que independia de nós, minoria)
8. Queremos continuar debatendo, na sociedade, na Universidade e na Alerj, o melhor uso daquele espaço precioso de nossa cidade, sabendo que, pela lei, o prédio tombado deve voltar-se para “atividades educativas e culturais ligadas à música popular brasileira”. Isto não tem nada a ver com a exploração meramente empresarial, ingressos a preços aviltantes, sonegação de direitos, pagamento de aluguel irrisório à UFRJ etc. As ações na Justiça contra os atuais inquilinos não sofrem qualquer prejuízo. E os setores docentes e discentes da nossa UFRJ mais vinculados à educação, cultura, arquitetura e administração estão chamados a elaborar um belo projeto para o local, no interesse do nosso povo!

Sigamos na luta por uma Universidade pública, democrática e de qualidade!

Chico Alencar é deputado estadual (PT/RJ) e vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alerj

Governo quer garfar FGTS dos trabalhadores

Agora, o governo quer receber a multa de 40% sobre o saldo do FGTS pago ao trabalhador em caso de demissão. Este dinheiro seria usado para cobrir as despesas com o seguro-desemprego. Além disso, o depósito mensal de 8% que as empresas fazem mensalmente nas contas do fundo de garantia de seus empregados também poderá ser suspenso depois de determinado tempo e passar a ser pago diretamente ao trabalhador, junto do salário. Essas são propostas de uma comissão de economistas encarregada pelo Ministério do Trabalho de reformular o FGTS e o seguro-desemprego. O ministro Francisco Dornelles prometeu levar a discussão dessas mudanças à sociedade.

Professores celetistas poderão ganhar mais do que estatutários

Depois do fim da estabilidade imposto pela votação da reforma administrativa, o governo federal conseguiu aprovar esta semana, por 282 votos a favor contra 109, o projeto de lei que cria o emprego público. A nova lei dermina que os contratos de trabalho de servidores que não são considerados parte das chamadas “carreiras típicas” deverão ser regidos pela CLT. Os atuais professores universitários, por exemplo, não deixam de ser estatutários, mas os futuros contratados já serão celetistas.

Na prática, isso significa que as universidades poderão contratar professores com salários maiores do que os atuais, para os mesmos níveis, alegando que irão economizar no momento da aposentadoria. O teto das aposentadorias dos celetistas é de 10 salários mínimos, ou R\$ 1.255,00.

Não só os professores celetistas poderão ser demitidos sumariamente. O governo estuda regras de transição dos estáveis para o novo regime e pelo novo projeto aprovado, a universidade poderá criar um plano de carreira (a ser aprovado pelo MEC) e poderá demitir por falta de dinheiro.

Um ensaio para a greve geral



Corredor do Centro de Tecnologia, no Fundão, por volta das 15h, no dia da paralisação

Um ensaio para a greve geral. Foi dessa maneira que o presidente da CUT/RJ, Alcebíades Teixeira, o Bid, viu o Dia Nacional de Paralisação e Protesto, no 10 de novembro. O frio e a chuva atrapalharam a organização do movimento sindical do Rio de Janeiro que só conseguiu reunir pouco mais de 300 manifestantes, na Cinelândia. O tempo ruim também motivou as explicações do presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, para a mobilização apenas parcial no restante do país. Aproximadamente 1,5 milhão de pessoas participaram dos atos de protesto no plano nacional, de acordo com a assessoria da Central. “O povo não tem que esperar de cabeça baixa, porque, se ele não protestar, o governo vai achar que está tudo bem”, advertiu o presidente da CUT.

No Rio, debaixo dos guarda-chuvas, os militantes que atenderam ao chamado da CUT e do Fórum Estadual de Lutas fizeram uma passeata da Candelária até a Cinelândia, no final da tarde. De acordo com Alcebíades Teixeira, além das condições climáticas ruins, prejudicou fortemente a mobilização a não adesão dos rodoviários – ligados à Força Sindical – e dos ferroviários. Apesar disso, Bid considerou o balan-

ço geral do dia como positivo. “Foi um ensaio”, afirmou, referindo-se à idéia de convocar uma greve geral para depois do carnaval. Até lá, o presidente regional da CUT acredita que vá conseguir o apoio dos trabalhadores do setor de transportes. Ele informou que a paralisação alcançou cerca de 400 escolas públicas do ensino fundamental e médio, 21 instituições na área de saúde (PAMs, hospitais federais e repartições do INSS), 16 unidades do serviço público federal e cinco agências bancárias (três da Caixa Econômica Federal e duas do Banco do Brasil).

Entre os discursos na Cinelândia, chamou a atenção a fala do deputado estadual Chico Alencar: “Mesmo com chuva, a rua é de quem tem proposta e coragem”, afirmou. Chico lembrou de um distante 10 de novembro, em 1937, quando, fora da rua, foi tramado o golpe do Estado Novo e pediu a virtude revolucionária da paciência aos presentes. “Tivemos paciência de juntar 100 mil, em Brasília; hoje, juntamos milhares no país inteiro. É aí que se gesta um mundo novo”, disse. Não faltou também ao protesto uma reverência à luta dos mata-

mosquitos, demitidos da Fundação Nacional de Saúde pelo inacreditável ministro José Serra, e que, até 10 de novembro, completaram 98 dias acampados na praça da Cinelândia.

Outras cidades - Em São Paulo, o Dia Nacional de Paralisação e Protesto provocou na manhã de ontem um congestionamento de 92 quilômetros. Segundo a SPTrans, órgão que gerencia o transporte de ônibus na capital paulista, das 54 empresas que operam no município, 24 ficaram paralisadas entre meia-noite e 7h do dia 10. As estações de metrô ficaram fechadas das 5h às 7h. Sem ônibus nem metrô, muitos paulistanos tiveram que sair com seu carro para o trabalho, prejudicando o trânsito na cidade. Os ferroviários não aderiram à paralisação. Nas imediações da Universidade de São Paulo (USP), mais de 400 estudantes, funcionários e professores participaram da manifestação. Em Porto Alegre, o protesto provocou a paralisação, pela manhã, de 840 dos 1,5 mil ônibus. Mas, à tarde, a circulação praticamente se normalizou. Segundo o presidente regional da CUT/RS, Francisco Vicente, houve uma participação de 200 mil trabalhadores do estado na paralisação.

UFRJ divulga pontuação na rede

Já estão disponíveis na página da UFRJ a pontuação e as instruções gerais da Ged. De acordo com um dos representantes da comissão local de atribuição da Ged, Fernando Alves Rochinha, aproximadamente 1,5 mil professores já estavam cadastrados no Sigma até o dia 9. Para contornar os problemas de suporte técnico e de infra-estrutura mínima para o cadastramento no sistema, ainda segundo Rochinha, a comissão vai tentar viabilizar um esquema de utilização dos equipamentos das decanias dos centros. “Estamos verificando essa possibilidade”, disse.

Em relação à tabela de pontuação divulgada pela Adufrj na edição de 29/10 a 4/11, pequenas mudanças foram feitas. Conforme antecipamos, foi eliminado o item que pontuava a conclusão das orientações. Atendendo a uma reivindicação da Escola de Música, acrescentou-se a expressão “performance solista” ao lado de “autoria” na parte de obra artística e exposição. Fora isso, na página oficial da UFRJ na Internet, mudou-se apenas a ordenação dos itens.

CAP – Excluídos do processo da Ged, os docentes do Colégio de Aplicação estão sofrendo para receber as bolsas. O diretor do CAP, Moacyr Barreto, informou no último Consuni (11/11) que os pagamentos não estão sendo feitos de forma regular. Neste mês, já há um atraso de sete dias.

Servidores do IDT protestam contra transferência para o Hospital Universitário

A tentativa do reitor de instalar no Hospital Universitário algumas unidades que atualmente se localizam fora do campus do Fundão causou forte reação nesses locais. Os servidores do Instituto de Neurologia Deolindo Couto, por exemplo, foram às ruas de Botafogo e ao Consuni, em sua penúltima sessão (dia 4), para protestar. Nessa reunião, também encontraram dirigentes do Instituto de Doenças do Tórax (IDT) que também apresentaram um apelo para não serem alocados no HUCFF. Atualmente, o IDT se situa no bairro do Caju. Em contrapartida, expuseram um detalhado plano de implantação do instituto num prédio abandonado próximo ao CENPES. O reitor contra-argumentou que o hospital possui espaço suficiente para abrigar todas as unidades e ainda permite uma melhor integração entre as diferentes áreas médicas. Diante da divergência, a discussão acabou sendo remetida ao Conselho de Centro do CCS. O centro vai tentar encontrar a melhor proposta para a construção do sistema hospitalar da UFRJ.

Reserva de vagas assusta reitoria

O sub-reitor de Ensino e Graduação, Aníbal Gil Lopes, demonstrou sua preocupação com a possível onda de liminares cobrando a reserva de 50% das vagas das universidades públicas para alunos proveni-

entes da rede pública. Ele pediu uma reflexão dos conselheiros sobre o tema para a UFRJ não acabar sendo “atropelada” por um processo judicial qualquer.

Proposta da UFRJ de financiamento para universidades é aprovada em colegiados

Foi aprovada a proposta da comissão mista Consuni/CEG/CEPG de financiamento das universidades. Apresentada há duas sessões, a idéia sofreu pequenas modificações e se torna agora o pensamento da UFRJ para garantir (e até expandir) o sistema de ensino superior público.

CAP tem recorde de pré-inscrições

Um recorde absoluto de pré-inscrições para a Educação Infantil e Educação Fundamental do CAP. São 3.418 candidatas – 1.175 para o C.A.; 908 para a primeira série e 1.335 para a quinta série. De acordo com o diretor do Colégio de Aplicação, Moacyr Barreto, esse número significativo representa a busca da sociedade pela escola pública de qualidade.

Obras atrapalham aulas

Representante dos estudantes, o conselheiro José Carlos Madureira pediu esclarecimentos para a reitoria em relação às obras em torno do IFCS. De acordo com Madureira, a movimentação do maquinário pesado e dos veículos em torno do instituto está prejudicando as aulas. O reitor disse que tentaria acertar a situação em uma conversa com o sub-prefeito do Centro.

Reitoria não reduz desconto de associados da Adufrj

Reproduzimos, ao lado, o ofício nº 088/99 enviado pela Adufrj à sub-reitoria de Pessoal no dia 11 de novembro. Este documento corrige informações sobre a contribuição mensal dos nossos sindicalizados e, principalmente, critica a demora de uma resposta pelo referido setor da UFRJ. Infelizmente, graças à incompreensível demora de comunicação por parte da reitoria, a nova mensalidade de 0,8% da remuneração total dos docentes não foi efetivada na folha salarial deste mês.

Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 1999

Ofício nº 088/99

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Sub-Reitoria de Pessoal

Profª Maria Augusta Temponi

Assunto: Mudança de contribuição da mensalidade da Adufrj-SSind

Srª Sub-Reitora,

Vimos por meio deste esclarecer e corrigir as informações contidas no ofício nº 081/99, de 14 de outubro de 1999, sobre a valor da contribuição dos sindicalizados desta Seção Sindical, aprovado na Assembléia Geral de 08 de outubro de 1999.

O valor correto é de **0,8% (zero vírgula oito por cento) da remuneração total**, como já foi amplamente divulgado entre os professores, e não “0,8 (zero vírgula oito) da remuneração total” como erroneamente foi informado no referido ofício, pois isso resultaria numa contribuição absurda de oitenta por cento da remuneração total dos sindicalizados.

Por outro lado, estranhamos e lamentamos a descabida demora desta sub-reitoria em nos solicitar instruções sobre como proceder, pois o evidente equívoco poderia ser prontamente esclarecido e corrigido por meio de simples contato por fax, telefone ou correio eletrônico, todos indicados no próprio ofício.

O ofício original da Adufrj com anotações da SR-4 (15/10/1999) e da SGC-4 (18/10/1999) solicitando instruções só nos chegou, via malote, após o fechamento da folha de pagamento de novembro de 1999, de acordo com a superintendente Rojane Fiedler (SGC-4), inviabilizando a implantação do novo percentual a partir deste mês, como havia sido aprovado, anunciado e era a expectativa dos professores.

CEG apresenta proposta de calendário letivo

Em relação ao calendário, saiu vencedora no CEG a sugestão que dividia o ano letivo da seguinte maneira: começam as aulas no dia 7 de fevereiro e vão até o dia 19 de abril. Nesse primeiro módulo, foram considerados como dias úteis a quinta-feira e a sexta-feira pós-carnaval, respectivamente, o 9 e o 10 de março. A proposta do CCS de iniciar o período letivo no dia 31 de janeiro foi derrubada pela lei que obriga 45 dias corridos de férias – este ano letivo não termina antes da primeira quinzena de dezembro. Segue-se então uma pausa nos trabalhos até o dia 27 de abril (uma quinta-feira).

Desse dia até 7 de julho seria realizado o segundo bloco de aulas. Também seria considerada como data de trabalho normal a sexta-feira de 23 de junho, após o feriado de *Corpus Christi* (dia 22/06). Essa foi a possibilidade encontrada para conseguir um período de, no mínimo, 15 dias de férias no meio do ano, uma vez que o segundo período letivo começaria em 24 de julho. Na proposição inicial, os professores teriam somente 8 dias de descanso, de 12/07 a 19/07.

O terceiro módulo iria do dia 24 de julho ao dia 3 de

outubro (uma terça-feira). Essa opção permite o “enforcamento” da sexta-feira de 8 de setembro, após o feriado da Independência. Finalmente, o quarto módulo teria seu início em 9 de outubro e seguiria até 22 de dezembro, também aceitando como “enforcada” a sexta-feira de 13 de outubro seguinte ao feriado comemorativo de Nossa Senhora Aparecida.

Os conselheiros procuraram trabalhar com a realidade das práticas da universidade de enforçar as sextas-feiras no segundo semestre e tentaram garantir um intervalo de tempo mínimo entre todos os módulos para que o DRE realizasse os chamados atos acadêmicos (inscrição de disciplinas, trancamento, registro de graus e frequência etc). No primeiro semestre, esse problema não ganhou relevância porque dois feriados aparecem “colados” ao fim de semana. O 21 de abril cai numa sexta-feira e o 1º de maio, numa segunda-feira. Só não houve alternativa para o período pós-carnaval e para o 23 de junho. Por força da legislação das férias de 45 dias e para se ganhar um período razoável de repouso no meio do ano, essas datas não puderam ser descartadas.

Proposta do CEG, sujeita a alterações

Calendário Letivo 2000		
Primeiro período	primeiro bloco	7/02 até 19/04
	segundo bloco	27/04 até 7/07
Segundo período	terceiro bloco	24/07 até 3/10
	quarto bloco	9/10 até 22/12

Excepcionalmente, os recém-ingressos na UFRJ pelo vestibular não poderão frequentar disciplinas de blocos de 50 dias no módulo inicial. Devido ao “drama” das reclassificações, muitos calouros só entrariam na universidade quando essas disciplinas mais curtas já tivessem decorrido em boa parte. Por conta disso, eles só deverão contar com disciplinas semestrais (ou de blocos de cem dias) e, apenas no segundo módulo, poderiam fazer as inscrições nas disciplinas mais curtas oferecidas. Será pensada ainda uma forma de evitar que a Jornada de Iniciação Científica não coincida com os momentos de avaliação dentro dos blocos.

Novo calendário causa polêmica entre conselheiros e preocupa comunidade

Adaptação. Essa, ao que parece, vai ser uma palavra muito ouvida na UFRJ daqui para frente. O problema é que o “daqui para frente” já está bastante próximo - 7 de fevereiro, previsão de início do próximo ano letivo. A nova regulamentação acadêmica da universidade e o calendário letivo para 2000 que estão sendo propostos em reuniões conjuntas CEG/CEPG prometem mexer muito com a estrutura dos cursos, mas a comunidade universitária ainda permanece alheia ao conteúdo delas. Para piorar, as normas de transição para esse novo estado não foram definidas completamente. No último dia 10, todos esses temas mobilizaram a reunião do CEG. A discussão foi observada de perto pela quase totalidade da diretoria da Adufrj e alguns conselheiros da seção sindical. No final, o presidente da entidade, José Henrique Sanglard, conseguiu permissão para se manifestar sobre as resoluções.

Na opinião de Sanglard, existe uma séria preocupação da Adufrj com relação à implantação dessas alterações tão profundas na vida acadêmica. “Não só professores, mas alunos e funcionários estão alheios a tudo isso”, afirmou. O presidente da seção sindical questionou o processo de elaboração dessas normas que, segundo ele, não levaram em conta uma ampla participação do professorado. Para Sanglard, a polêmica gerada em torno da transitoriedade da regulamentação nos próprios colegiados superiores já exprime uma certa precipitação na condução do caso. Na sessão do Consuni do dia 11, o professor João Carlos Ferraz levou uma carta aberta do Instituto de Economia aos conselheiros também criticando o processo de mudança das normas acadêmicas. Leia, na íntegra, esse documento, na página 7.

O sub-reitor Antônio Figueiredo explicou que faz parte da autonomia da UFRJ decidir como aplicar a

LDB em seus *campi*. “De certo modo, é bom incomodar até para mudar. O incômodo, nesse caso, é bem vindo”, disse. Para Figueiredo, as mudanças vêm para facilitar o trânsito do aluno em todas as unidades da universidade. E completou sua resposta dizendo que, se os colegiados fossem esperar a reforma curricular dos cursos, ela nunca aconteceria.

Normas transitórias – O CEG decidiu por um escalonamento na obrigatoriedade do docente prestar 160 horas na graduação, em disciplinas teóricas, práticas ou teórico-práticas. Seriam dois anos de adaptação: em 2000, os professores deveriam cumprir apenas 60 horas nesse tipo de ensino e, no ano seguinte, a exigência subiria para 120 horas.

IMPORTANTE: Tanto essa norma transitória como o novo calendário ainda serão levados ao CEPG e ao Consuni para a aprovação final, sujeitos portanto a alterações.

Comentários Sobre o Projeto de Resolução Conjunta CEG/CEPG nº 01/99

Mario Luiz Possas, Prof. Titular, IE/UFRJ
Maria Tereza Leopardi Mello, Prof. Adjunta, IE/UFRJ*

1. O Projeto de Resolução tem por objetivo básico a *adequação da periodização do ano letivo*, da caracterização de disciplinas e das *cargas horárias* docente e discente da UFRJ à lei nº 9.394/96 (L.D.B.).

2. O art. 1º repete os termos do art. 47 da LDB na definição do *ano letivo* como independente do ano civil e como composto no mínimo de *200 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais*.

3. Do art. 2º em diante o Projeto se estende detalhadamente em uma série de definições quanto ao que se deve entender não apenas por “trabalho acadêmico efetivo”, sua extensão e conteúdo, como também por “disciplinas” e por “requisitos curriculares” – quase tudo, aparentemente, no intuito de realizar a referida adequação. Note-se que a lei *não* requer necessariamente tais definições e, em particular, *não faz qualquer referência* ao que se deva entender por “aulas”, “disciplinas” e “requisitos curriculares”, até porque em princípio são termos de uso corrente na área acadêmica e não costumam demandar definições adicionais.

4. Ao que tudo indica, os autores do projeto interpretaram, sem maior questionamento, a expressão constante do art. 47 da LDB “*200 dias de trabalho acadêmico efetivo*” como significando “*200 dias de aula*”, o que é *desnecessariamente restritivo*. Aparentemente, tal caráter restritivo poderá ter sido motivado pela expressão precedente na lei, que estabelece o período em questão como “*...o ano letivo regular...*”. A palavra “letivo” se refere em geral a aulas, mas no contexto pode – e, a nosso ver, *deve* – ser interpretada como referindo-se, de modo mais *genérico*, ao *calendário escolar*, que é o contexto em que este artigo está redigido – tanto mais que ele se refere tanto a *instituições públicas quanto privadas* de ensino superior, sendo compreensível que pretenda regulamentar especialmente as atividades destas últimas. Neste mesmo sentido, o Dicionário Aurélio define um “ano letivo” como um período durante o qual “os estabelecimentos escolares funcionam”.

5. Em princípio, *não há por que pressupor* que o “ano letivo regular” não possa abranger *demais atividades*, além das aulas, que *também* constituem “trabalho acadêmico efetivo” como expresso na lei, *inclusive* envolvendo professores e alunos (não se restringindo, portanto, a pesquisas que sejam desenvolvidas somente pelos docentes) – tais como seminários e estágios dirigidos ou acompanhados, monitorias, orientação de monografias de graduação e dissertações ou teses de pós-graduação, trabalhos de campo, atividades experimentais de laboratório, etc. É razoável supor que, se o legislador pretendesse que os 200 dias fossem “de aula”, ele o teria *expresso claramente*; ou então, por exemplo, teria repetido a expressão “letivo” – o que *não fez*, optando pela forma genérica “trabalho acadêmico efetivo”.

6. A outra preocupação prioritária do Projeto de Resolução é com o estabelecido no art. 57 da LDB, que prevê que o professor *de uma IES pública* deve dar o mínimo de 8 horas de aula por semana. Note-se que a lei *não vai além* dessa especificação da carga *semanal* de aulas. Em particular, a LDB *não especifica*: (i) quantas “semanas efetivas” deve compreender o “ano letivo”, ou coisa semelhante; (ii) que “aulas” possam ser entendidas como *qualquer outra* “atividade acadêmica”, como o Projeto procura forçadamente interpretar e regulamentar, de forma exaustiva e *desnecessária*, desde o art. 2º. Mais uma vez, se a LDB quisesse ampliar o conceito que define esse limite inferior de aulas para os docentes das IES públicas, nada a impediria de usar a mesma expressão já empregada no art. 47, “trabalho acadêmico efetivo”, ou semelhante. “Aula” não é uma noção tão genérica – o mesmo se aplicando à palavra “disciplina”, utilizada pelo Projeto – a ponto de incorporar, por exemplo, atividades de *orientação de alunos!* (art. 4º, § 2º).

7. Vale repetir que o art. 57 da LDB refere-se *especificamente* aos *docentes de IES públicas*, diferentemente do art. 47, que é genérico. A intenção deste artigo é claramente a de regulamentar a carga didática mínima *desses* docentes, em vista do indicador nº de professores/nº de alunos notoriamente elevado entre as IES públicas federais; para, por assim dizer, mantê-los minimamente “em sala de aula”. É óbvio que tal preocupação seria descabida para as IES privadas (talvez o inverso devesse ser regulamentado...). Tudo indica que essa é a *única referência* da lei à carga didática dos docentes; ou ainda, que ela manifesta a *única preocupação da lei* sobre esse assunto, sendo a junção deste artigo com o artigo 47, ou sua *interpretação* a partir deste último, como faz o Projeto para efeito de definir o conteúdo dos tais “200 dias”, uma *extrapolação descabida* dos objetivos da lei. Em suma, tudo o que ela pretende dos docentes numericamente excessivos das IES públicas – e que está expresso *literalmente*, dispensando interpretações – é que eles *dêem aulas 8 horas por semana*, dado um calendário escolar “normal” (ou seja, independentemente de como este seja definido – a partir do art. 47, da longa tradição e das normas curriculares existentes, etc.), e *não* que eles *dêem 40 x 8 = 320 horas de aula por ano!* (art. 11).

8. A distorção a nosso ver mais grave, decorrente desse esforço desnecessário de adaptação ao que a LDB *não diz*, é descumprir aquilo que ela *claramente diz*. Uma “interpretação” tão flexível das palavras “aula” e “disciplina” a ponto de abranger, por exemplo, atividades de *orientação* de monografias e dissertações e de *monitoria* (art. 4º, § 2º, *d* e § 3º) – que não têm duração nem regularidade definidas –, procurando reduzi-las a uma carga horária de aula fictícia “equivalente” (art. 10, § 5º), não apenas é uma exorbitância lingüística que *viola o espírito e a letra da lei*, como acarreta um benefício implícito e indevido para os docentes, em geral mais antigos e/ou titulados, que possuem maior número de orientandos

(principalmente de pós-graduação), em detrimento dos colegas mais jovens e/ou menos titulados. Independentemente do que se julgue do mérito ou demérito dessa discriminação, o essencial em nosso argumento é que ela *não é estabelecida pela lei*, mas fruto única e exclusivamente da interpretação arbitrária e tortuosa que o Projeto lhe atribuiu.

9. Em *conclusão*, a interpretação “draconiana” (na verdade, errônea) que os autores do Projeto fazem da premissa dos “200 dias de trabalho acadêmico” como “dias de aula efetiva” acaba, ironicamente, por levá-los a uma interpretação oposta, excessivamente “flexível” e a nosso ver em claro desrespeito à letra e ao conteúdo do artigo 57 da LDB, do que afinal significam as “aulas”... Agravada por uma discriminação potencial *em favor* dos docentes que dão *menos* aulas – em flagrante oposição à intenção deste artigo da lei!

10. No entanto, acreditamos que ainda há tempo para interromper o curso profundamente equivocado a que uma leitura apressada e ingênua da LDB está levando esta universidade. Um desvio inicial, baseado numa premissa, senão falsa, certamente muito discutível, que talvez pudesse ter sido sanado com uma discussão mais cuidadosa e atenta da própria lei, acabou, decorrido algum tempo, por gerar um considerável gasto de trabalho e tempo, de cada vez mais difícil reversão e que poderia ter sido poupado. O que é pior, esse desvio aponta numa direção que trará sérios e prolongados transtornos à vida acadêmica, desde uma mudança radical de calendário – contrária a *toda* a tradição de calendário escolar brasileiro e de outros países –, até uma provavelmente inútil sobrecarga de trabalho a professores e alunos, até que uma igualmente inútil – porque puramente burocrática – mudança curricular, em que disciplinas de 60 horas sejam convertidas ou recompostas em conjuntos de 40 horas, seja concebida e posta em prática em todas as unidades.

11. Tudo isso, é importante frisar, *sem que* tenha havido (i) *qualquer determinação expressa na lei*, assim como (ii) *qualquer benefício social*. *Nosso objetivo nestes comentários não é corporativo* – ao contrário: professores e alunos sairão claramente prejudicados, sem que em contrapartida tenha havido *qualquer movimento efetivo* na direção de melhoria seja na *qualidade* seja na *produtividade* do ensino. Certamente não é isso que o legislador pretendeu; certamente não é isso que uma universidade pública espera de si mesma – e o próprio público, seu destinatário em última instância.

Rio, 13/10/99

* Advogada e professora de Direito.

Este texto foi subscrito pela maioria dos docentes do IE/UFRJ e endossado em reunião do Conselho Deliberativo do IE, em 8/11/99. Foi, também, apresentado pelo representante do Instituto na última sessão do Conselho Universitário (11/11/99).

Resolução CEG/CEPG

Resolução Conjunta CEG/CEPG n. 01/1999

Dispõe sobre a aplicação das Leis n. 9.394/96 e n. 9.678/98, a periodização do ano letivo, a caracterização das disciplinas e dos requisitos curriculares complementares, a carga horária discente e a carga horária docente.

O Conselho de Ensino de Graduação e o Conselho de Ensino para Graduados, em reunião conjunta de 22 de outubro de 1999, considerando ser necessário:

- adequar as normas e regulamentos que regem a organização do ensino, na UFRJ, aos dispositivos e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 de 23 de dezembro de 1996;

- estabelecer um sistema de periodização do ano letivo e de caracterização das disciplinas que admita maior flexibilidade e diversidade nas estruturas curriculares, que estimule a experimentação didático-pedagógica, o estudo cooperativo orientado em programas tutoriais e de iniciação à pesquisa como cumprimento de requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ;

- estender o período de utilização anual das instalações e do patrimônio material e intelectual da UFRJ em atividades de ensino e correlatas, incrementando o seu aproveitamento para as funções de formação de pessoal;

- criar um conjunto padronizado e uniforme de normas que permita o aperfeiçoamento e a operação integrada dos sistemas institucionais de registro acadêmico da UFRJ em todos os níveis de ensino;

- regulamentar a atividade letiva dos professores da UFRJ para fins de registro, avaliação e planejamento, e de implementação da Gratificação de Estímulo à Docência, Lei n. 9.678/98 de 03 de julho de 1998;

RESOLVEM:

Do Ano Letivo

Art. 1º - O ano letivo independe do ano civil e deve ter extensão mínima de duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais.

§1º - Os dias de trabalho acadêmico efetivo são aqueles nos quais há atividade de ensino regular na Universidade com funcionamento normal das secretarias, laboratórios e bibliotecas.

§2º - O calendário escolar é único para todos os cursos de educação básica e educação superior (graduação ou pós-graduação) regularmente oferecidos pela UFRJ.

Art. 2º - O ano letivo é constituído por dois períodos, cada um com extensão mínima de 20 semanas, correspondendo a 100 dias de trabalho acadêmico efetivo e separados por um período de recesso escolar de, no mínimo, 1 e, no máximo, 3 semanas.

§1º - Durante cada período letivo devem ser realizadas as atividades necessárias ao cumprimento dos requisitos

curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ.

§2º - As atividades acadêmicas programadas como disciplinas devem ser iniciadas e finalizadas no mesmo período letivo.

§3º - As disciplinas podem ser oferecidas, em cada período letivo, de duas formas:

a) Disciplinas oferecidas em um período de 20 semanas consecutivas (100 dias de trabalho acadêmico efetivo), seguido por uma semana para a complementação das atividades acadêmicas.

b) Disciplinas oferecidas em um bloco de 10 semanas consecutivas (50 dias de trabalho acadêmico efetivo). Os dois blocos de 10 semanas que compõem o período letivo são separados por uma semana para complementação das atividades acadêmicas.

Do Trabalho Acadêmico Efetivo, da Disciplina e do Requisito Curricular Complementar

Art.3º - Para efeito desta Resolução, entende-se como trabalho acadêmico efetivo discente as atividades didáticas sistemáticas de aprendizagem, diretamente vinculadas ao cumprimento dos requisitos curriculares dos cursos regularmente oferecidos pela UFRJ, em qualquer nível, programadas como disciplina ou como requisito curricular complementar (RCC).

Art. 4º - A disciplina corresponde a um determinado programa de conteúdos curriculares, atividades pedagógicas e respectivos processos de avaliação, realizada sob responsabilidade e acompanhamento diretos de docente devidamente credenciado pela UFRJ.

§1º - Toda disciplina deve compreender, pelo menos, uma das seguintes atividades pedagógicas: exposições teóricas, exercícios de fixação de conteúdos, seminários, estudos dirigidos, trabalhos de campo, trabalhos em laboratório, orientação, ou outras atividades devidamente previstas no regulamento dos cursos de educação básica e educação superior (graduação ou pós-graduação), aprovadas pelo Colegiado competente.

§2º - Segundo sua natureza e atividade predominante, as disciplinas são classificadas como Teóricas, Práticas, Teórico-práticas ou de Orientação. A disciplina de Orientação é realizada na forma de supervisão individualizada do estudante participante de projetos de iniciação científica, artística, cultural, tecnológica, atividades de monitorias, programas de estágio, monografias, trabalhos de final de curso, dissertações e teses.

§3º - As atividades de ensino de uma disciplina, excetuando-se a de orientação, estruturam-se em aulas, definidas como unidades programadas de trabalho pedagógico, com duração mínima de sessenta minutos.

§4º - Todas as disciplinas devem ser ministradas nas dependências da UFRJ, com exceção daquelas que, por sua

natureza, exijam localização externa.

§5º - As atividades didático-pedagógicas relacionadas ao ensino à distância, em qualquer nível, serão objeto de resolução específica dos colegiados competentes.

Art. 5º - Alunos não pertencentes a cursos regulares da UFRJ poderão inscrever-se nas disciplinas, desde que cadastrados no sistema de registro acadêmico da Universidade.

Parágrafo Único - O cadastro referido no caput deste artigo será feito de acordo com regulamentação específica do CEG/CEPG.

Art. 6º - O requisito curricular complementar (RCC) é uma modalidade de trabalho acadêmico efetivo previsto na estrutura curricular do curso, cujas características não correspondam às de uma disciplina.

§1º - Os colegiados responsáveis devem estabelecer a carga horária, local de realização, período acadêmico e as formas de avaliação de cada um dos requisitos curriculares complementares.

§2º - Quando um requisito curricular complementar for de responsabilidade direta de um profissional externo a UFRJ, este deverá estar devidamente autorizado pelo colegiado do curso.

Art. 7º - Todas as disciplinas e requisitos curriculares complementares devem ser cadastrados no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§1º - No cadastro da disciplina devem constar o código, o título, o nível, a carga horária e a sua classificação.

§2º - No cadastro do requisito curricular complementar devem constar o código, o título, o nível e a carga horária.

Art.8º - As disciplinas oferecidas são organizadas em turmas.

§1º - Toda turma deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§2º - O registro de turma de uma disciplina teórica, prática ou teórico-prática deve conter: nome(s) do(s) docente(s), período letivo, local, horário, carga horária, número mínimo e máximo de vagas para inscrição de alunos. Se a turma for subdividida, o registro de cada subturma deverá conter essas mesmas informações.

§3º - Para fins de registro acadêmico, a turma com atividades em diferentes locais terá como referência a Unidade Acadêmica onde a disciplina é ministrada.

§4º - A turma deve ter, necessariamente, a mesma carga horária da disciplina.

§5º - O registro de turma correspondente a Disciplinas de Orientação (cf. Art. 4º §2º) deve conter o período letivo, carga horária do aluno e o(s) nome(s) do(s) professor(es) orientador(es).

Art.9º - O requisito curricular complementar é oferecido sob a forma de turma.

Parágrafo Único - Toda turma de um requisito curricular complementar deve ser registrada no sistema de registro acadêmico da UFRJ.

Da Carga Horária Discente

Art. 10 – A unidade de contagem da carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno é a hora.

§ 1º – Toda a carga de atividade pedagógica desenvolvida pelo aluno deve constar do seu boletim escolar.

§ 2º - Apenas as cargas horárias das disciplinas nas quais o aluno obtém aprovação são consideradas para efeito do cumprimento dos requisitos curriculares de seu curso e constarão do seu histórico escolar.

Da Carga Horária Docente

Art. 11 - A carga horária letiva do professor é computada através de dados do sistema de registro acadêmico da UFRJ.

§ 1º - A carga horária letiva anual do professor é a soma das suas cargas horárias nas turmas que tenha lecionado ao longo do ano letivo.

§ 2º - Disciplinas sob responsabilidade de mais de um professor serão consideradas:

a) divididas, quando as atividades pedagógicas programadas forem divididas entre os professores e por estes assumidas separadamente ou através de módulos; ou

b) compartilhadas, quando as atividades pedagógicas programadas são conjunta e simultaneamente desenvolvidas pelos professores.

§ 3º - Para cômputo da carga horária letiva anual do professor, será considerada a proporção efetivamente assumida das disciplinas divididas e a carga horária total das disciplinas compartilhadas.

§ 4º - Caso o professor leccione para turmas com horários total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada não deverá superar aquela da disciplina de maior carga horária.

§ 5º - Nas turmas de disciplinas de Orientação referidas no Art. 4º, §2º, a carga horária atribuída é equivalente a 1 hora de aula média semanal por aluno inscrito.

§ 6º - Nas turmas de requisitos curriculares complementares referidas no Art. 9º, Parágrafo Único, a carga horária atribuída é equivalente a 1 hora de aula média semanal por aluno inscrito, pelo período correspondente à duração do RCC.

Art. 12 - A carga horária anual do professor deverá ser de, no mínimo, 320 horas de aula.

§ 1º - Para efeito de cumprimento do caput deste Artigo, a carga horária anual deve incluir, no mínimo, 160 horas em disciplinas de graduação, teóricas, práticas ou teórico-práticas.

§2º - Unidades ou Órgãos Suplementares que não ofereçam cursos de graduação, mediante solicitação justificada, poderão ser autorizados através de resolução específica CEG/CEPG a isentar docentes, temporariamente, total ou parcialmente, da obrigatoriedade expressa no §1º, devendo a autorização fixar prazos e condições para

a isenção.

Art. 13 - Resolução específica do CEG/CEPG disporá sobre o registro e o cômputo da carga letiva de docentes da UFRJ desempenhada em outra instituição, no cumprimento de acordos e convênios de intercâmbio acadêmico aprovados pelos colegiados competentes.

Art. 14 - As atividades letivas desempenhadas no âmbito de cursos que gerem remuneração complementar aos docentes não serão consideradas para efeito do cômputo da carga horária letiva mínima.

Das Disposições Finais

Art.15 - Esta Resolução aplica-se ao Colégio de Aplicação, cabendo ao CEG, no prazo máximo de 45 dias, após ter avaliado os itens que exijam regulamentação específica, submeter proposta de adequação, no que for cabível, ao Conselho Conjunto CEG/CEPG.

Art.16 - Caberá às Unidades e Órgãos Suplementares, através de seus órgãos dirigentes, cumprir e fazer cumprir a presente Resolução, constituindo o CEG/CEPG instância de recurso.

Art.17 - Revogam-se as disposições em contrário, constantes de Resoluções anteriores, conjuntas ou não, do CEG e do CEPG.

Art.18 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigos da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20/12/96) que se referem ao período letivo que as instituições de ensino deverão cumprir e à carga horária mínima obrigatória para o professor.

Art. 47 Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Art. 57 Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.

ATENÇÃO

Debate sobre a
nova
periodização dos
cursos na UFRJ

23 de novembro
terça-feira

10h

Auditório

do Centro de
Tecnologia

Ilha do Fundão

ADUFRJ

39º Conad

Algumas propostas de teses para o 39º Conad do Andes Sindicato Nacional que vai ocorrer nos dias 19, 20 e 21 de novembro em Curitiba (PR). Na assembléia do dia 17 (próxima quarta-feira), os professores da UFRJ terão a oportunidade de discutir e definir quais serão as teses que a delegação da entidade estará apresentando neste Conad. A íntegra do Caderno de Textos do 39º Conad se encontra na página eletrônica do Andes Sindicato Nacional (www.andes.org.br), na sua versão anterior.

Assembléia Geral

17 de novembro
quarta-feira, às 9h
Escola de
Serviço Social

PAUTA

- 1) Teses para o 39º Conad
- 2) Nova periodização dos cursos da UFRJ/Calendário 2000
- 3) Atraso na redução da mensalidade da Adufrj para 0,8%

TEMA I AUTONOMIA E FINANCIAMENTO:

a) Prosseguir a luta contra o governo FHC, e suas políticas neoliberais ditadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, em articulação com o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania e, mais especificamente, com a CUT e CNESF, reforçando o eixo “Fora FHC e o FMI!”. Esta luta, no âmbito das universidades, deve congrega todos os setores – professores, técnico-administrativos e estudantes – e ser direcionada para o combate da política de autonomia e privatização do Governo Federal.

b) Reafirmar a auto-aplicabilidade do Art. 207 da CF de 1988 e combater todas as tentativas de sua regulamentação;

c) Como condição para o efetivo gozo da autonomia universitária, priorizar a luta em favor: i) da **carreira única do Andes-SN** para as IFES e ii) da **garantia de financiamento público** das universidades públicas, pelos recursos definidos no Art. 212 da CF, nos termos historicamente defendidos pelo MD, a saber, garantia de repasse mensal do orçamento de pessoal, acrescido de 25% para OCC. Esta luta deve focar também o **combate a todas as medidas que tenham o objetivo de romper com o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão**, como os cursos de curta duração, a exemplo do Curso Normal Superior, e os cursos seqüenciais.

d) Inserir a luta pela defesa da universidade pública no escopo da luta pelo PNE-Sociedade Brasileira, enfatizando o combate a legislação que impede o efetivo exercício da autonomia universitária. Esta prioridade deve ser traduzida pela efetiva priorização da

participação do Andes-SN no III Conad.
e) Criticar a Diretoria do Andes-SN por subscrever teses que foram rejeitadas ou não deliberadas pelas instâncias deliberativas do Andes-SN no Documento de análise preliminar distribuído na Reunião da Frente Parlamentar de 02/09/99: a invenção de um “sistema nacional de universidades autônomas”, a “subvinculação de, no mínimo, 75% dos recursos destinados ao desenvolvimento e manutenção do ensino, nos termos do Art. 212, da CF/88, ..” e a adesão a um não discutido “*conselho nacional gestor do sistema de universidades autônomas*”.

f) Criticar os termos das “Proposições para uma universidade autônoma” de autoria da Diretoria Nacional, tendo em vista suas incorreções, as suas falsidades e a inclusão de teses já rejeitadas em Congressos do Andes-SN que não podem ser revertidas em um Conad. Ademais, no cerne desta proposta, temos a recriação de teses neocorporativistas que afrontam a autonomia do sindicato diante do Estado e do Governo.

Com efeito, a DN alega, incorretamente, que a sua tese a favor da “instituição de um Sistema Nacional de Universidades Autônomas” é uma determinação constitucional. É falso que a letra da Carta Magna determina a criação de tal entidade. A criação neocorporativista de um Conselho Nacional de Gestão Universitária e de Ensino Superior”, com caráter tripartite (uma tese presente no corporativismo fascista), afronta a autonomia do sindicato que passaria, ele mesmo, a administrar os assuntos do Estado. Esta proposição é anti-estatutária e contra todas as deliberações anteriores do Andes-SN que recusaram, veementemente, o tripartismo.

TEMA II

TR 12 - O PAPEL DO ANDES-SN NA CNESF

(contribuição da diretoria da ADUFP-JP-SSIND)

Aprovar, com a substituição do item 2 por: 2 - que o Andes-SN proponha à CNESF a seguinte pauta emergencial de reivindicações:

1 Salários

1.1 Reposição imediata de todas as perdas salariais acumuladas desde janeiro/95 até a presente data, sem prejuízo de negociações sobre perdas anteriores (O ICV do DIEESE acumulado até outubro de 1999, para reposição, é igual a 60,23%);

1.2 Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividades ao vencimento no seu valor mais alto;

1.3 Pagamento imediato e integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário;

1.4 Revogação da lei que institui o aumento do desconto para os servidores ativos e cria o desconto para os servidores aposentados;

2 Emprego

2.1 Manutenção da estabilidade dos servidores públicos, revogação do PDV, reintegração dos demitidos e manutenção das anistiados pela Lei 8878/94.

3 Serviço público

3.1 Revogação imediata das reformas administrativa e da Previdência.

TEMA II

GRUPO DE TRABALHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os GTs do ANDES-SN têm desempenhado um importante papel no fomento e organização da discussão pelo movimento docente de temas considerados como os mais relevantes para o sindicato. No momento, a diretoria do ANDES-SN imobilizou o GT C&T, pela forma como tem coordenado os trabalhos deste GT:

1) Desde que assumiu a direção do sindicato, só promoveu uma reunião deste GT, em julho de 1999. O relatório desta reunião só foi enviado pela diretoria do ANDES-SN às seções sindicais três meses depois de realizada esta reunião;

2) Convocou este GT para uma nova reunião, em 12/11/99, cuja programação revela o personalismo com que o prof. Renato Dagnino desempenha suas tarefas de coordenador deste GT. A referida programação obriga o GT a se referenciar em texto de autoria do coordenador e não contempla a apresentação e exame das formulações sobre C&T vindas das bases do movimento;

3) Transferiu a reunião do GT que seria realizada em 12/11 para 22/11/99. Assim, o 39º CONAD não poderá contar com os subsídios sobre C&T que o GT deveria lhe oferecer.

A ADUFRJ-Ssind propõe que o 39º CONAD:

1) critique a diretoria do ANDES-SN e principalmente o coordenador deste GT, prof. Renato Dagnino, por:

- reter o relatório da reunião do GT C&T de julho/99, só divulgando-o três meses depois da realização desta reunião, o que inviabilizou qualquer discussão pelo movimento docente das propostas deste GT;

- menosprezar a capacidade de formulação do movimento docente e particularmente dos integrantes deste GT, ao pretender que o trabalho do GT seja apenas o de encaminhar o que seja formulado pela diretoria do ANDES-SN;

- Não reunir o GT C&T com a regularidade necessária ao bom andamento de seus trabalhos.

2) Recomende ao coordenador do GT a reprogramação das atividades da reunião do GT C&T agendada para o dia 22/11/99, estabelecendo como primeira atividade da próxima reunião deste GT sua própria reorganização para que possa assumir sua função de fomentar e organizar o debate sobre C&T no movimento docente;

TEMA III

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA NACIONAL DO ANDES-SN

O Conad tem a função de conselho fiscal do Andes-SN. As contas de 1998 deveriam ter sido aprovadas pelo 38º Conad (Rio de Janeiro, junho de 1999), mas este considerou insuficientes os relatórios e as explicações apresentadas pela Diretoria e determinou que esta fizesse as correções contábeis necessárias e elaborasse vários demonstrativos adicionais, para análise e deliberação pelo 39º Conad. As correções contábeis referiam-se a acertos de contas com a CUT e com o caixa da Comissão Nacional de Mobilização (do próprio Andes-SN) e a saldos devedores e credores de adiantamentos para despesas feitas a diretores de gestões anteriores.

A Diretoria cumpriu apenas parcialmente estas deliberações do 38º Conad. Os relatórios estão mais completos, mas as correções não foram feitas. Estranhamente, mesmo assim, a Diretoria está propondo que as contas sejam aprovadas e que sejam “anistiados” os débitos e créditos daqueles adiantamentos.

A Adufrj-SSind não pode concordar com tal procedimento. Se há dívidas de antigos diretores, têm de ser cobradas. Se não há, os registros contábeis têm de ser corrigidos. Na Assembléia Geral do dia 17, estaremos decidindo sobre que atitude tomar em relação a esta questão.

ATENÇÃO

Debate sobre a nova periodização dos cursos na UFRJ

23 de novembro
terça-feira
10h

Auditório
do Centro de Tecnologia
Ilha do Fundão

UFRJ prepara novo vestibular para 2001

Está a caminho um novo vestibular para a UFRJ. Já para o ano 2001, os candidatos devem enfrentar um novo formato na briga para entrar na maior universidade federal do país. Uma comissão formada no Conselho de Ensino e Graduação está analisando com cuidado o conteúdo pedagógico das provas e uma nova gerência para o concurso.

Entre as propostas de mudança, surge a idéia de se criar uma fase eliminatória para diminuir os gastos com o concurso. Hoje, o vestibular da UFRJ custa cerca de R\$ 3 milhões. “Em nosso vestibular, temos muitos candidatos que não alcançam o desempenho mínimo ou ficam próximos disso. E eles prestam todos os exames”, diz o sub-reitor de Ensino e Graduação, Aníbal Lopes, respaldado pela comissão de vestibular. Se fosse dado esse corte inicial, ainda segundo o sub-reitor, apenas metade do total de candidatos continuariam o processo de seleção. A redução produzida representaria menos gastos com impressão de provas, com fiscalização, com segurança e com correção, entre outras despesas.

Para essa fase eliminatória, existem duas opções, por enquanto, em discussão: uma prova de múltipla escolha ou promover a prova de redação antes das demais. Representante do CLA no CEG e também integrante da comissão do colegiado para tratar do vestibular, a professora Edione Trindade faz questão de afirmar que a deliberação ainda está muito no início, mas também ressalta que a articulação na língua portuguesa é pré-requisito básico para todas as carreiras.

Pelas próprias características discursivas do vestibular da UFRJ, esta última opção parece estar ganhando mais a simpatia dos conselheiros. Para muitos, a existência da múltipla escolha significaria um grande retrocesso. De acordo com o professor Antônio Cláudio, essa etapa a mais facilita a vida dos alunos que se “adestram” para esse tipo de exame. Para o representante do corpo discente no CEG, Felipe Marun, o vestibular da UFRJ se apresenta como o mais completo entre todos, e não lhe agrada uma mudança que possa aumentar ainda mais a elitização do acesso. A professora Ângela Gonçalves da Silva também tem medo de entrar no que chamou de “jogo de dados da múltipla escolha”.

Nesse sentido, o professor Herli Joaquim Menezes, coordenador acadêmico da comissão de vestibular, indicou que as mudanças devem começar, principalmente, pelo seu conteúdo pedagógico. “O nosso vestibular é excludente, sim. Mais por culpa da fraqueza do ensino médio. O que devemos pensar é que nosso modelo está repetindo velhas fórmulas e valorizando as questões sofisticadas, em detrimento das perguntas básicas. Estamos cansados de ver candidatos com dom de Música, por exemplo, sendo descartados porque não sabem Física ou Matemática da forma como cobramos”, disse. Para as Artes, em geral, inclusive, está sendo pensado um acesso diferenciado, levando em conta apenas o teste de habilidade específica. Para aqueles que criticam a fase eliminatória como um mecanismo ainda mais excludente, o professor não responde apenas com a economia de recursos – que são públicos. “Infelizmente, qualquer forma de seleção num concurso de 60 mil candidatos para cerca de seis mil vagas vai ser excludente. Eu vou deixar o candidato prestar todos os exames para se manter uma ilusão?”.

Até o início de abril, o professor Herli espera conseguir do CEG os parâmetros definitivos para o novo vestibular. “Nessa época, começa a ser fechado o edital do concurso e devemos aproveitar a existência temporária dos cadernos de vestibular dos grandes jornais e toda a atenção da mídia para anunciar nossas alterações”, disse. Afinal, quanto antes a UFRJ se manifeste em relação ao vestibular do ano 2001, mais tempo terá o ensino médio para se preparar. Nesse sentido, o professor pede que todos os interessados em construir um novo vestibular procurem seus representantes no CEG para oferecer sugestões.

Não ao ranqueamento das escolas

Considerado inadequado por vários conselheiros, o ranqueamento das escolas que participam do vestibular UFRJ está com os dias contados. Ainda de acordo com o professor Herli, a universidade deve se preocupar em fornecer apenas os dados para quem quiser produzir um quadro do seu desempenho. A verdadeira tarefa da universidade deve ser, segundo Herli, encaminhar aos colégios um bem preparado relatório de desempenho por cada questão dos alunos de cada instituição.

Do conteúdo pedagógico das provas

Motivo de reclamação anual de todos os professores, o conteúdo das provas deve respeitar mais a vontade da comunidade acadêmica da UFRJ. Apesar de dois terços dos docentes envolvidos tanto na elaboração como na correção dos exames serem da universidade, a comissão de vestibular entende que os centros e unidades devem opinar mais sobre que tipo de perguntas devem ser feitas aos alunos.

O professor Antônio Cláudio, um dos representantes do CT no CEG, defende uma primeira fase eliminatória apenas para os cursos mais concorridos. Assim, seria estabelecido uma espécie de teto na relação candidato/vaga para a segunda fase.

Nova administração

Há dois meses no cargo de coordenador administrativo do concurso, o professor Cesar Scelza já começou a mudar o rosto do vestibular UFRJ. Para este ano, por exemplo, só foram escolhidos como fiscais pessoas que apresentassem um registro formal da universidade: funcionários com segundo grau completo ou estudantes que estivessem cursando, no mínimo, o sexto período – essa exigência tenta impedir vínculos de amizade entre os estudantes e os fiscais mais jovens. Prestadores de serviço da universidade – que não são poucos – foram deixados de lado desta vez, mas sua participação para o próximo processo estará na pauta da comissão do CEG constituída para estudar o novo modelo do vestibular. A norma só não vale integralmente para provas realizadas em outras escolas ou universidades. Somente neste caso, por cordialidade, 30% da fiscalização pode ser indicada pela instituição que cede o espaço.

Essa decisão, segundo Cesar, sofreu pressão de todos os lados para ser derrubada – não é para menos. Somente a fiscalização consome R\$ 800 mil dos gastos totais do vestibular -, mas a comissão não se rendeu. “Ganho de 10 a 20 inimigos por dia por causa disso, mas foi uma aposta minha. Se a universidade, com seu corpo social, não pode ‘tocar’ nem um vestibular, então ela não pode ir para frente”, afirmou.

Leia aqui a íntegra da liminar Ged/Sigma

Poder Judiciário

Justiça Federal

Conclusão

Nesta data, faço os presentes autos conclusos à Juíza Federal

SIMONE SCHREIBER

Rio, 3.12.99

Decisão

Processo 990061641-3

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO impetra mandado de segurança contra ato do PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE do REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, objetivando seja garantido aos docentes do UFRJ prazo e condições materiais para a elaboração de seus relatórios de atividades docentes, para o fim de cálculo da GED (Lei 9678/98).

DECIDO

A lei 9678/98 instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, a qual constitui-se de uma parcela da remuneração fixada de acordo com a produção acadêmica do docente no ano anterior. A pontuação de cada docente é fixada de acordo com as atividades que tenha desempenhado no ano, e a partir daí é fixado sua remuneração para o ano seguinte.

É evidente que o corpo docente da universidade deve ter condições materiais, prazo suficiente, e informações necessárias, para que possa produzir tal relatório de atividades, a cada ano. A narrativa constante da petição inicial, corroborada com documentação que a acompanha (especialmente declarações de diversos docentes juntadas às fls. 72), evidencia que os procedimentos eleitos pela Reitoria da UFRJ são de difícil execução, especialmente no prazo assinado, que por sinal termina no dia de hoje.

Não há lógica em que os professores sejam vitimados por não conseguirem cumprir normas procedimentais de difícil acatamento, especialmente considerando que a elaboração do relatório é imprescindível para a fixação da remuneração no ano seguinte.

Também deve ser garantido aos docentes um mecanismo que permita a aposição de recibo pela Universidade em contrafé, no ato de entrega dos relatórios. A documentação da entrega do relatório assegura ao professor resguardar-se em caso de eventual falha do sistema informatizado, desaparecimento de dados referentes ao docente, etc. Mesmo em um sistema avançado de rede, tais falhas são absolutamente possíveis e corriqueiras. Também é importante a aposição de recibo na contrafé para eventual interposição de recurso administrativo pelo docente da pontuação final computada pela Administração a seu favor.

Assim, defiro a liminar para determinar a suspensão do prazo fatal fixado para a entrega dos relatórios pelos docentes, até que sejam apresentadas pela UFRJ alternativas mais racionais (não é razoável por exemplo que o docente não possa armazenar dados em seu computador, e tenha que reiniciar toda a operação a cada vez que o sistema cai) para a elaboração e entrega dos mesmos, assegurando-se a emissão de recibos no ato de entrega dos relatórios.

Determino às autoridades impetradas que apresentem tais alternativas juntamente com as informações, para que o juízo possa examiná-las em cotejo com as que foram apresentadas pelo sindicato impetrante, na petição inicial.

Finalmente, determino que a UFRJ dê ampla publicidade da liminar ora deferida, inclusive através da internet, a seu corpo docente.

Oficie-se por fax, como requerido pelo sindicato impetrante, comunicando-se a presente decisão, para cumprimento, e solicitando-se informações no prazo legal. Após, ao MPF.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1999.

Simone Schreiber

Juíza Federal da 29ª Vara

Professores querem cumprimento da liminar sem nenhum prejuízo

A diretoria da Adufrj encaminhou uma carta (abaixo) esclarecendo as intenções do mandado de segurança coletivo para garantir que os docentes da UFRJ não venham a ser prejudicados pelo sistema acadêmico (Sigma) na coleta de dados para a Ged99. A carta é uma resposta pública a uma nota da Comissão de Avaliação que circula na página da UFRJ, onde os representantes da instituição insinuam que poderá haver atrasos no pagamento da gratificação em função da liminar da Ged (texto ao lado).

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1999

Ofício nº 098/99

Da: Diretoria da Adufrj-SSind

Para: Presidente da Comissão de Avaliação
do Desempenho Docente da UFRJ – CADD

Prof. Leslie Claude Benchetrit

Senhor Presidente,

Os esclarecimentos sobre o mandato de segurança que suspendeu os prazos estipulados pela CADD para a coleta dos dados dos docentes exclusivamente por meio do sistema Sigma para efeito da Gratificação de Estímulo à Docência – GED, inseridos em 07/12/99 na página da rede do referido sistema, acenam com a possibilidade de atraso na avaliação dos dados pela própria Comissão.

Não há nos citados esclarecimentos menção às medidas tomadas para oferecer alternativas racionais ao sistema Sigma para a elaboração e entrega dos relatórios de atividades. Por outro lado, os sucessivos adiamentos dos prazos, mesmo com o escalonamento do acesso, não vêm surtindo os efeitos esperados pela Comissão, pois as dificuldades de acesso e uso do Sigma não são passíveis de solução imediata nem se resumem apenas ao número excessivo de acessos simultâneos.

Assim sendo, a insistência da Comissão desde o início, em não aceitar outros meios de apresentação dos dados e a possibilidade de não ser capaz de analisá-los a tempo, deixam-na como a única responsável pelos eventuais da-

nos e prejuízos aos docentes em relação à GED/2000.

Em vista disto, vimos requerer a V.Sª .

i) que a CADD apresente imediatamente as alternativas ao sistema Sigma que estão sendo exigidas na liminar judicial, se antecipando ao prazo legal do dia 17/12/99;

ii) que a CADD garanta a análise completa dos relatórios incluídos no Sigma e dos que forem apresentados nas formas alternativas que vier a oferecer, sem que isto implique prejuízo ou atraso na percepção dos novos valores da GED aos docentes, como tem sido reiterado pela CADD e pela SR-2;

iii) que, na hipótese da CADD não oferecer alternativas adequadas que permitam a remessa e posterior avaliação dos relatórios em tempo hábil e houver atrasos devido às reconhecidas dificuldades de acesso e de uso do sistema Sigma, seja garantida aos docentes a percepção da GED nos níveis atuais, até que sejam concluídas as listas dos docentes com as novas pontuações e respectivos valores das gratificações; e

iv) que tão logo seja implantada a percepção dos novos valores da GED, seja efetuado o pagamento das diferenças relativas aos meses em que foram percebidos apenas os valores atuais, quando for o caso.

Saudações Universitárias e Sindicais

José Henrique Sanglard

Presidente da Adufrj-SSind

A Ged na UFRJ: como alguns poucos decidem sobre o que afeta muitos

Um dos principais instrumentos do autoritarismo que hoje permeia a vida de nossa universidade é a tomada de decisões que afetam muitos por alguns poucos, geralmente indicados pela reitoria. O processo de implantação da GED na UFRJ é um dos exemplos desta situação. Tanto na avaliação realizada em 1998 quanto na atual, os departamentos não puderam opinar sobre os critérios de pontuação pelos quais as atividades docentes serão avaliadas, assim como em ambas as ocasiões os professores só tomaram conhecimento destes critérios na época de preenchimento dos formulários da GED.

O processo de avaliação da GED/99 teve seu início em março/maio deste ano, período em que, em reuniões da Comissão Nacional de Acompanhamento e Orientação da GED com as Comissões Institucionais de cada IFES, discutiram-se critérios dos quais resultaram as orientações gerais -divulgadas em agosto de 1999- da Comissão Nacional que deveriam ser observadas em cada IFES.

A comissão da UFRJ só foi nomeada em 20/8/99 e tinha de enviar até 15/10/98 as normas e critérios propostos pela UFRJ para validação pela Comissão Nacional. A comissão elaborou estes critérios e os submeteu à homologação do CEG e do CEPG sem qualquer tipo de consulta aos departamentos e às unidades, enviando-os para a Comissão Nacional sem sequer divulgá-los internamente à nossa universidade. Os professores da UFRJ só tomaram conhecimento da proposta de critérios da comissão GED/UFRJ enviada à Comissão Nacional por meio do boletim da ADUFRJ (edição de 8 a 14 de outubro).

A primeira comunicação oficial aos professores sobre a pontuação da GED só ocorreu *depois* que a Comissão Nacional deliberou sobre esta pontuação, após o que não era mais possível interferir nela. Coube aos professores o triste papel de apenas submeter-se ao que as Comissões Nacional e GED/UFRJ, CEG e CEPG decidiram a respeito desta pontuação.

A pontuação da GED/99 na UFRJ é bastante restritiva, se comparada às possibilidades oferecidas pela regulamentação federal. São exemplos de itens que esta regulamentação permitia que fossem pontuados, mas que não o foram pela UFRJ: projetos de pesquisa, assim como seus relatórios parciais; atividades do docente como aluno de pós-graduação *strictu sensu*, com dispensa total de atividades do ensino, desde que seu relatório tivesse sido aprovado pelo orientador e por sua IFES; conclusão de dissertação de mestrado e tese de doutorado; avaliação qualitativa das atividades de ensino.

Uma comparação entre os processos de implantação da GED ocorridos na UFF e na UFRJ, amparados numa mesma legislação e regulamentação federais,

indica a diferença e a natureza das escolhas feitas pelas respectivas reitorias, Comissão/GED e Conselhos Superiores envolvidos (a pontuação final foi homologada, na UFF, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa).

Em 26/5/99, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF decidiu encaminhar a discussão da pontuação para os Centros, que por sua vez a encaminhou para as unidades e departamentos. Esta etapa foi encerrada em 6/10/99 - estendendo-se portanto por mais de 4 meses - quando o referido Conselho aprovou os critérios encaminhados pela UFF à Comissão Nacional.

Todos os itens apontados acima, à exceção da avaliação qualitativa do ensino, foram pontuados na UFF: coordenação (10 pontos) de projeto de pesquisa ou participação nele (5 pontos); atividades de qualificação com afastamento total (máximo de 56 pontos, condicionado à apresentação de relatório aprovado pelo orientador e pelo departamento), tese de mestrado (máximo de 18 pontos) e doutorado (27 pontos no ano/máximo de 54 pontos).

Outras atividades pontuadas pela UFF e não pela UFRJ foram as de tradução de livros e de artigos em periódico especializado (ambas com 14 pontos/máximo de 28) e a produção de textos didáticos para uso local (6 pontos/ máximo de 12). Estas são importantes atividades docentes relacionadas mais de perto ao ensino de graduação, em que encontramos um número considerável de estudantes que precisa da tradução de textos ou da produção de textos didáticos, principalmente em certas áreas em que há escassez de material em língua portuguesa.

Além das diferenças já mencionadas, a pontuação da UFF possui muito mais itens do que a da UFRJ - um número maior de atividades foi pontuado. Em acréscimo a esta diferença, quando o item aparece tanto na UFF quanto na UFRJ, em geral a UFF atribui a ele uma pontuação maior do que a atribuída pela UFRJ.

A pontuação estabelecida na UFRJ beneficia os professores mais titulados e que, trabalhando há bastante tempo na pós-graduação, já têm um número expressivo de orientandos, de cujas pesquisas resultam publicações das quais o orientador é co-autor. Por outro lado, ela não valoriza adequadamente as atividades dos professores iniciantes, em qualificação ou com pouco tempo de atividade na pós-graduação. O exame de um item da proposta de pontuação da UFRJ vetado pela Comissão Nacional é bastante esclarecedor no que se refere a este ponto. Nesta proposta, as teses e dissertações concluídas de mestrado e doutorado apareciam com 8 e 12 pontos, respectivamente, como produção intelectual do orientador ou co-orientador, mas com nenhum ponto como produção intelectual de seu autor,

isto é, de um docente em pós-graduação strictu sensu. A Comissão Nacional vetou este item porque considerou que havia pontuação dupla da atividade do orientador ou co-orientador, pois este já recebe 10 pontos por orientação de cada aluno de pós-graduação. De qualquer forma, o docente autor de tese ou dissertação continuou sem qualquer pontuação pela conclusão de seu trabalho.

A comparação que fizemos entre a GED/99 na UFF e na UFRJ mostra que o veto à participação dos professores e dos departamentos na elaboração dos critérios da GED/99 em nossa universidade não foi uma consequência inevitável do calendário estabelecido nacionalmente, mas uma *escolha* da reitoria e da Comissão GED/UFRJ/99, com o aval do CEG e do CEPG, que homologaram a pontuação estabelecida pela comissão.

O movimento docente rejeitou a GED desde sua implantação por várias razões: ela quebra a isonomia salarial, introduz o pagamento por tarefa (ou “por taxímetro”) e representa uma ingerência indevida na autonomia universitária, porque uma Comissão Nacional estabelece critérios de pontuação que acabam por direcionar as atividades dos professores, o que deveria ser feito pelo planejamento acadêmico das instituições em que estes trabalham.

O modo como a GED tem sido tratada na UFRJ só aprofunda e agrava estes problemas. À ingerência da Comissão Nacional soma-se a das poucas instâncias da UFRJ que decidiram os critérios da GED, interferindo profundamente na autonomia dos departamentos. Outro resultado infeliz do autoritarismo do processo da GED na UFRJ são injustiças que, embora cometidas aparentemente de maneira involuntária, teriam sido evitadas se os departamentos fossem consultados sobre a proposta de pontuação da Comissão da GED. Um exemplo é o item relativo aos professores cursando pós-graduação *strictu sensu* com afastamento parcial ou sem afastamento que, nos termos da pontuação da UFRJ, só receberão 15 pontos/ano se estiverem inscritos em disciplinas. A Adufrj-SSind observou ao presidente da Comissão GED que, em muitos programas de pós-graduação, não há inscrição em disciplinas quando já foram cumpridos todos os créditos exceto os relativos à tese. O presidente da Comissão reconheceu que esta cometeu um engano e sugeriu que os docentes que estiverem neste caso *devem apresentar recurso à Comissão*.

Enfim, precisamos manter nossa luta contra a GED, por representar um mecanismo que introduz inúmeras distorções na vida universitária. Não queremos GED, queremos reajuste salarial.

Adiretoria da Adufrj Seção Sindical

Comissão aprova Plano Nacional de Educação

Nesta última quarta-feira, 8, a Comissão de Educação da Câmara aprovou o substitutivo do Plano Nacional da Educação Brasileira, apresentado pelo deputado federal Nelson Marchezan (PMDB/RS). Trata-se de um plano que envolve todos os setores e níveis da educação nacional, originalmente elaborado e apresentado pelo conjunto de entidades do movimento social e sindical, entre elas o Andes-SN, a Fasubra e a Une, que reivindicava um financiamento público de 10% do PIB para a rede pública de ensino.

Logo após a Marcha pela Educação, ocorrida em 6 de outubro deste ano, o governo resolveu dar prioridade ao tema, se apropriando de um projeto pensado e definido pelos movimentos e representantes da oposição durante os I e II Congressos Nacionais de Educação (Coneds), ocorridos em 1996 e 1997, na cidade de Belo Horizonte.

O substitutivo do deputado Marchezan descaracteriza em grande parte o Plano original e segundo os participantes do III Coned - realizado este mês (de 2 a 5), em Porto Alegre - traz embutido a proposta privatizante do governo para o setor. O substitutivo tem como meta aplicar apenas 7% do PIB, cerca de R\$ 20 bilhões, em programas educacionais e eliminar o analfabetismo em 15 anos.

É importante ressaltar que a idéia original de um

plano que progressivamente acabasse com a defasagem da educação no Brasil não partiu deste governo, mas sim das entidades e movimentos de educadores, trabalhadores e estudantes comprometidos com o setor e com a escola pública, organizados através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e suas versões estaduais.

Segundo as entidades participantes dos Coneds, por exemplo, o Brasil apresenta índices da taxa de matrícula líquida de 11,6% no ensino superior para a faixa de 18 a 24 anos, um dos piores do mundo: o Chile tem 20,6%; a Venezuela, 26%; e a Bolívia, 20,6%. Os objetivos do substitutivo são de prover até o final da próxima década a oferta no ensino superior para 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. No PNE original (da Sociedade) a meta é atingir 40% em dez anos, com oferta gradual associada a investimentos públicos nas universidades públicas.

O substitutivo do governo ainda tem que passar pelo Plenário da Câmara e a oposição pretende apoiar três destaques que foram rejeitados por Marchezan: a ampliação do Fundef, fundo de desenvolvimento do ensino fundamental, para os níveis médio e superior; outro que propõe os 10% do PIB como financiamento da Educação; e a autonomia plena das universidades, sem que os eleitos para o cargo de reitor tenham que ser submetidos à aprovação do governo.

Governo entrega florestas aos ruralistas

O governo federal decidiu entregar de vez o Código Florestal aos ruralistas. É algo como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro. A bancada ruralista enviou no dia 23 de novembro, para votação no Senado Federal, um projeto de conversão da medida provisória que reformularia o código. O texto está recheado de atrocidades contra o meio ambiente. O Instituto Socioambiental - ISA, Inesc, Conservation International e Rede de ONGs da Mata Atlântica, com o apoio da senadora Marina Silva (PT-AC), conseguiu impedir a votação naquele momento, mas a proposta pode ser reapresentada a qualquer momento. Saiba mais sobre essa iniciativa maquiavélica dos ruralistas no *site* do Instituto: <http://www.socioambiental.org/noticias/brasil/campanha.html>.

Faculdade de Educação rejeita decreto que regulamenta a formação de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Nota da Congregação

Considerando que o Decreto nº 3276/99 que "Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências":

- Afronta a autonomia didático-acadêmica das Universidades (Art. 207, CF);

- Atribui incorretamente à LDB a determinação de que a formação dos professores de educação infantil e das Séries Iniciais está restrita ao CNS;

- Ignora todo o debate e as recomendações das entidades representativas dos educadores - Anped, Anfop, Andes-SN, Coned - para a formação de professores. Essas entidades têm reiterado que a formação de professores deve ter caráter universitário, de forma a garantir a articulação ensino-pesquisa; e

- Interrompe o debate no âmbito do próprio CNE, tendo em vista a existência de recurso ainda não apreciado sobre o tema,

A Congregação da Faculdade de Educação da UFRJ:

- Posiciona-se contrária ao Decreto nº 3276/99;

- Manifesta a sua disposição de manter o debate a respeito da formação de professores, com o objetivo de buscar alternativas que permitam uma formação de qualidade, capaz de contribuir para a melhoria da escola pública; e

- solicita ao Consuni posicionamento contrário ao referido Decreto, e o encaminhamento de ações unitárias junto à Andifes, visando à revogação.

Atenção, professores

Solicitamos que os professores isentos do PSS, porque já completaram o tempo para aposentadoria, verifiquem em seu contracheque de novembro se houve desconto do PSS sobre o 13º salário e comuniquem à Adufrj se isto tiver acontecido.

Adufrj-SSind

Assembléia Geral

13 de dezembro, segunda-feira,
10 horas

Salão Nobre da Decania do
Centro de Tecnologia,
bloco A, 2o andar

Pauta

Ações judiciais relativas a:

1 - Desconto do PSS sobre o
13o salário;

2 - Abono pecuniário

Adufrj realiza debate sobre nova regulamentação acadêmica

O primeiro de uma série de debates necessários. Essa foi a impressão que ficou do encontro sobre a nova regulamentação acadêmica da UFRJ realizado pela Adufrj no último dia 7. O sub-reitor de Ensino e Graduação, Aníbal Gil Lopes, e alguns conselheiros do CEG e do CEPG prestaram esclarecimentos sobre aspectos da resolução conjunta que têm preocupado os professores, mas muitas dúvidas ainda permaneceram no ar. De ruim mesmo, foi o fraco comparecimento dos docentes ao auditório do CT para debater a resolução cuja implantação alterará profundamente a vida acadêmica da universidade.

Primeiro a se manifestar, o sub-reitor Aníbal preferiu tratar das motivações que levaram ao documento final produzido pelos colegiados. No entendimento dele, dois fatores foram preponderantes: a nova LDB, de 96, e um impulso para repensar os cursos da universidade. Nesse sentido, a intenção seria aproximar a graduação da pós-graduação e estimular o conhecimento interdisciplinar ou, em outras palavras, possibilitar ao aluno transitar entre várias Unidades ou até mesmo entre Centros. Para fundamentar seu raciocínio, o sub-reitor armou-se de alguns números da UFRJ dos últimos anos. “Nós oferecemos pouco mais de seis mil vagas e titulamos cerca de três mil a cada ano. É uma evasão de 50% no momento em que a sociedade exige o acesso do jovem à universidade com o aumento de demanda do ensino médio”, afirmou. Ele acrescentou ainda que, de todas as disciplinas oferecidas a cada ano, pouco mais de 50% são realizadas e, destas, também a metade representa turmas de apenas quatro ou cinco estudantes.

O professor do Instituto de Economia Mário Possas, um dos debatedores, concordou com os argumentos de ordem geral levantados pelo sub-reitor (aliás, todos os demais também concordaram), mas questionou os efeitos positivos que a resolução conjunta CEG/CEPG poderia trazer para melhorar essa situação. Segundo Possas, houve um erro de interpretação da LDB quando se definiu dia de trabalho acadêmico efetivo como dia de aula e quando se equiparou a orientação com a aula tradicional. “A LDB em seu artigo 57 fala que o professor deve dar oito horas semanais de aula. Entender o conceito de aula de outra forma, incluindo as orientações, pode dar margem a comportamentos oportunistas”, disse. Mário e a professora Maria Teresa, também da Economia, escreveram um artigo no Jornal Adufrj, de 12 a 18 de novembro de 1999, detalhando seu ponto de vista sobre a resolução. “Não se trata de ter uma posição radical contra o projeto. Muita coisa pode ser aproveitada do documento, mas acredito, por exemplo, que seria uma camisa-de-força para toda a universidade uniformizar o calendário”, completou.

Representante do CT no CEG, o professor Antônio Cláudio lembrou que o pensamento dos colegiados foi “legislar sobre fatos positivos”. “Fomos obrigados a aumentar o nosso conceito de aulas para adaptar. Dá margem à pilantragem, sim, mas acreditamos que essa regulamentação associada ao sistema de registro acadêmico vai tornar visíveis esses fatos”, afirmou. Antônio Cláudio até citou o exemplo das disciplinas compartilhadas, que contarão seu tempo total para todos os docentes encarregados. “De repente, eu

posso dizer que compartilho uma aula com um professor da Economia, mas isso não ocorre na realidade e a pilantragem ainda passa como uma grande experiência de integração universitária”, comentou. Sobre as reclamações de que não houve discussão suficiente para o amadurecimento do documento, o professor justificou que os colegiados trabalharam dentro de uma realidade da universidade. “Há um ano que estamos solicitando sugestões, idéias, críticas às Unidades, mas existe o problema da mobilização. As pessoas só se preocuparam quando o documento estava quase pronto (já seguiu para ser publicado, inclusive)”.

O presidente da Adufrj, José Henrique Sanglard, participou do debate lançando muitas dúvidas sobre o documento e sobre o processo de sua construção. “Reconheço que existe uma resistência ao debate, mas ainda acho que isso foi aceito com passividade pelos colegiados. Por isso mesmo, devemos investir fortemente na discussão para obter um retorno mais rico”, disse. Entre os artigos da resolução conjunta, Sanglard especificou os problemas da modulação, das disciplinas divididas e compartilhadas, das férias curtas e dos aspectos operacionais para sua viabilidade. “No currículo atual, já existe a dificuldade dos alunos verificarem a relação entre as disciplinas. Com os módulos, essa tendência de fragmentação pode complicar ainda mais o quadro. Com os 200 dias de aula, as férias coletivas ficarão restritas a janeiro, o que contraria a idéia de fazer a universidade funcionar o ano inteiro. E, analisando a resolução conjunta, nota-se que vários artigos remetem para outras regulamentações ou resoluções específicas. Como está o andamento disso tudo?”, questionou.

VEJA OUTROS PONTOS DO DEBATE E DAS INTERVENÇÕES DA PLATÉIA

- **Disciplinas:** o documento diz, em certo item do artigo 11, que “caso o professor leccione para turmas com horário total ou parcialmente concomitantes, seja para a mesma disciplina ou não, a carga horária computada não deverá superar aquela da disciplina de maior carga horária”. O professor Sanglard perguntou como seria possível a um docente ministrar disciplinas diferentes para turma diferentes em um mesmo horário. Representante do CEPG, o professor Edson Watanabe explicou que, por mais estranho que possa parecer, esta é uma realidade no CLA, por exemplo. Nos ateliês, o docente ministra as disciplinas de Escultura I, Escultura II ou Pintura I e Pintura II no mesmo horário e local. O professor acompanha o trabalho de um aluno e oferece a ele determinada

orientação própria da disciplina (Pintura I, por exemplo). Para outro aluno, a orientação já pode ser específica de outra disciplina (Pintura II).

- **Aumento de carga horária dos alunos:** o professor do Instituto de Química e representante no CEPG Márcio Estillac comentou que a carga do aluno não aumenta com a resolução. “Só aumenta se o curso estabelecer assim. O aumento do número de semanas servirá para diluir a carga horária total do curso e haverá mais tempo para estudos. O que aumenta sim é o tempo dedicado a aulas para os docentes. O professor José Miguel, da Escola de Engenharia, retrucou que é óbvio que isso não vai ocorrer. “É uma decorrência natural. A intensificação do trabalho docente vai levar a um oferecimento de disciplinas (sufocante) aos alunos com mais ‘folga’.”, disse. Para José Miguel, os cursos que não se organizarem para formar alunos em menos tempo, vão receber menos verbas. “Os in-

dicadores de que tanto falam todos os projetos de autonomia do governo vão obrigar a isso”, disse.

- **Trânsito de alunos por toda a UFRJ:** o sub-reitor e os representantes dos colegiados sustentaram que o calendário único pode facilitar o trânsito de alunos pelas Unidades devido ao oferecimento de todas as disciplinas no mesmo período e até favorecer a aproximação da graduação com a pós-graduação. O professor José Miguel contestou esse ponto também. “De que adianta abrir espaço na grade, se o aluno não tem como se deslocar para a outra Unidade que oferece a disciplina desejada? Teria que se dar, na verdade, condições para os docentes se deslocarem entre as Unidades”.

Ao final do debate, verificou-se o que muitos já têm afirmado: a discussão sobre a resolução precisa ser efetivamente realizada, com o envolvimento de toda a comunidade universitária.

Liminar derruba Sigma

Finalmente, depois de tantos problemas, a diretoria da Adufrj foi chamada no último dia 10 para uma reunião com a Comissão de Acompanhamento de Desempenho Docente (CADD) e o sub-reitor Antônio Figueiredo. O objetivo do encontro foi traçar uma nova estratégia de recolhimento dos dados para a Ged/99 em substituição ao Sistema Sigma. O convite da CADD foi uma conseqüência do mandado de segurança impetrado pela seção sindical. A liminar da Juíza Simone Schreiber suspende os prazos de recolhimento dos dados dos professores e solicita formas alternativas de elaboração e envio dos relatórios. A Adufrj, na última assembléia (dia 13), fez uma contraproposta. Veja o documento, na íntegra, no verso deste boletim.

Proposta da CADD – A comissão propôs a utilização de planilhas quantitativas que seriam disponibilizadas na página do Sigma ou em papel, tanto para o módulo de Ensino e Orientações e Atividades Suplementares como para o módulo de Produção Intelectual. Estes formulários teriam todos os itens da avaliação e ao professor bastaria colocar, ao lado de cada item, o número de atividades correspondentes – com o comprometimento de detalhar a produção da planilha até 7 de abril de 2000 no Sigma.

Ainda de acordo com a proposta da comissão, os docentes que utilizassem a planilha em papel deveriam encaminhá-la para a CADD (sala 805 do prédio da reitoria) através do dirigente de seu respectivo departamento. A CADD estabelecerá o seguinte calendário: até 17/12 seria o prazo para envio dos módulos de Ensino e Orientação e Atividades Suplementares; até 20/12, seria o limite para homologação pelos dirigentes dos dados de ensino e orientação e, finalmente, 04/01 seria o prazo limite para envio das informações de produção intelectual.

Para tentar concluir ainda dentro do Sigma o processo para o módulo de Ensino e Orientações e Atividades Suplementares, seria retirado da rede o módulo relativo aos dados de pro-

dução intelectual. Esse mecanismo funcionaria de 10h às 16h. Nos demais horários, voltaria a funcionar normalmente o módulo Produção Intelectual – esse foi um pedido da Adufrj para não prejudicar o docente que estivesse com quase toda a produção no sistema e fosse obrigado a repetir o processo na planilha.

O sub-reitor Figueiredo frisou que a extensão dos prazos até essa data representaria um problema para a sub-reitoria de Pessoal. Em vez de implantar os dados na folha de pagamento da UFRJ, eles seriam enviados diretamente ao SIAPE, em Brasília, para não prejudicar o pagamento da Ged relativa a janeiro.

A resposta da Adufrj – A contraproposta da Adufrj aceita a introdução das planilhas quantitativas (nos meios eletrônicos e impresso) e o rodízio de horários para o funcionamento dos módulos, mas pede uma extensão dos prazos finais para o fechamento dos dados de Ensino e Orientação e sua devida homologação. Outra inovação da contraproposta seria a possibilidade do professor encaixar na planilha quantos pontos estão sendo reivindicados por item e facultaria aos docentes o reenvio de todos os dados, por papel, à CADD. No caso de reenvio, seriam considerados apenas os relatórios enviados pela nova sistemática. Além disso, no caso de dúvidas do docente na classificação de suas atividades, caberia ao departamento a definição desta classificação. A Adufrj deixou claro que o detalhamento deverá ser feito em papel e encaminhado através dos departamentos à CADD. Ficou estipulado ainda um período de recurso. A seção sindical se preocupou em garantir o pagamento da Ged, em seus valores atuais, também para os docentes que entregarem os relatórios após o prazo fatal de 4 de janeiro. Leia, no verso deste boletim, a proposta da Adufrj.

Até o fechamento desta edição, não houve resposta da CADD sobre a contraproposta da Adufrj. O prazo para decisão judicial em relação ao tema é dia 17 de dezembro.

Professores novos recebem os 60% da Ged

Mobilização foi fundamental

Aparentemente todos os docentes que entraram na UFRJ por volta de março deste ano ganharam, no último contracheque, os 60% que a lei da Ged determina, inclusive os atrasados devidos desde sua posse.

Como sempre, a UFRJ foi uma das últimas universidades a pagar esse percentual para os professores que ainda não foram avaliados. A demora exigiu esforços para agregar os interessados e pressionar os colegiados superiores para a correção desta disparidade salarial.

Sem dúvida, a movimentação dos professores interessados surtiu o efeito necessário para influenciar a decisão da reitoria. É importante frisar que o tempo gasto nas reuniões, em consultas à assessoria jurídica e nas correspondências enviadas pela entidade aos colegiados e aos docentes foi acompanhado pela necessidade de se fazer justiça: remuneração condizente com a letra da Lei.

Para os colegas justamente beneficiados, além da saudação pela conquista, fica o registro que, infelizmente, em nossa universidade, tudo tem que ser disputado duramente. Este fato está refletido nas atuais circunstâncias e atropelos da administração e de seus representantes – lembrem-se da situação recente da Ged e do sistema Sigma aplicado aos demais docentes do quadro. E, lembrem-se também que, para a luta jurídico-política - garantia das conquistas econômicas - a Adufrj estará sempre presente, como é sua tradição.

Se algum docente que foi incorporado à instituição neste período ainda não recebeu na citada folha o seu percentual da Ged deve comunicar imediatamente à Adufrj para providências e esclarecimentos junto aos setores responsáveis pela Ged, no caso, a Comissão de Avaliação de Desempenho Docente. **Comissão dos professores novos.**

Plantão Jurídico

O Plantão Jurídico na Adufrj está sendo realizado todas as quartas-feiras, de 13h às 17h, na sede da entidade. As consultas deverão ser sobre assuntos relativos somente a questões trabalhistas, coletivas ou individuais. O endereço da Adufrj é: Centro de Tecnologia, Bloco D, sala 200, Ilha do Fundão – Cidade Universitária.

Como ser atendido:

- Marcando horário com o advogado através da secretaria da Adufrj nos telefones 590-4799 ou 260-6368;
- telefonando para o advogado, durante o horário de “plantão”, nos mesmos números acima;
- ou enviando sua questão pelo correio eletrônico, no endereço adufjr@alternex.com.br. Neste caso, o professor deve informar o número de seu telefone para futuro contato da assessoria.

Ação contra desconto do PSS

A Assembléia Geral da Adufrj, realizada no último dia 13, autorizou a diretoria a entrar com ação judicial relativa ao desconto do PSS sobre o 13º salário. De acordo com a assessoria jurídica da Adufrj, a cobrança é totalmente ilegal para aposentados, pensionistas e para pessoas que já atingiram o limite da aposentadoria voluntária, mas continuam trabalhando. Para estes, será pleiteada a devolução integral do desconto. Para os ativos, será exigida a devolução de um terço do valor descontado. Explica-se: a lei 9.783/99 que instituiu a cobrança foi aprovada no final de janeiro, mas só entrou em vigência a partir de 1º de maio. Portanto, o primeiro quadrimestre do ano não poderia entrar na base de cálculo do governo.

Abono 2000

A AG autorizou, também, uma ação judicial para garantir a opção e o pagamento do abono pecuniário de 2000. Os professores que optarem pelo abono devem solicitá-lo por escrito e guardar um recibo dado pelo chefe de departamento, pela seção de pessoal ou pelo protocolo. O professor será solicitado a apresentar este recibo, se a Adufrj ganhar a ação.

Financiamento

A Adufrj promove, nesta sexta-feira, 17, um encontro com o professor e representante do Instituto de Economia no Conselho Universitário Aloisio Teixeira para debater a proposta de financiamento das Universidades Federais apresentada recentemente por uma comissão deste colegiado.

A discussão com Aloisio deverá tratar dos vários projetos de financiamento em pauta. Lembramos que o projeto de autonomia do MEC também aborda a questão do financiamento das Ifes.

O evento acontece na sala dos professores da Escola de Serviço Social, às 15h.

Contraproposta da Adufrj para o processo Ged-99

Aprovada na Assembléia Geral do dia 13 de dezembro de 1999

Mudanças na sistemática de captação de dados para a GED 1999:

Introduzir uma planilha para coleta de dados da produção intelectual que estará disponível simultaneamente em papel nos departamentos e no site <http://www.sigma.ufjr.br> até às 12 horas do dia 14/12/99. Esta planilha quantitativa conterá: 1) o número de itens desenvolvidos pelo docente nos anos de 1998 e 1999, em cada uma das atividades relacionadas no documento *Pontuação para a GED* (exemplo: o docente discriminará, nesta planilha, o número de artigos completos em congresso internacional apresentados em 99 ou 98); 2) a pontuação correspondente a cada item/bloco preenchido e o total de pontos reivindicados pelo docente.

No caso de dúvidas do docente na classificação de suas atividades, caberá ao departamento a definição desta classificação.

A produção contida nesta planilha deverá ser detalhada em relatório elaborado pelo docente a ser apresentado em seu departamento até o dia 7 de abril de 2000.

Aqueles docentes que utilizarem a planilha em papel deverão encaminhá-la para a CADD (sala 805 do prédio da Reitoria) através do seu departamento.

Para os docentes que ainda não informaram os dados de Ensino e Orientação, será permitido o envio destes, devidamente aprovados pelo seu departamento, através do formulário em papel que será disponibilizado pela CADD.

Aos docentes que já encaminharam seus dados pelo sistema GED-Sigma é facultado, mas não obrigatório, o reenvio dos dados de ensino e orientação e de produção intelectual nos termos desta nova sistemática. No caso do reenvio, serão consideradas para efeito de pontuação da GED apenas as informações prestadas pela nova sistemática.

Os dirigentes poderão homologar as informações de ensino e de orientação prestadas pelo docente tanto por meio eletrônico quanto

por meio impresso.

Para o relatório apresentado por escrito deverá ser fornecido um comprovante de entrega assinado pelo chefe de departamento.

O novo calendário deverá ser o seguinte:

1) Prazo final para entrega dos relatórios: 30/03/2000.

2) Todos os relatórios apresentados nos prazos especificados abaixo serão considerados para efeito de pagamento da folha de janeiro:

·Envio das informações relativas a Ensino e Orientação até 20/12/1999.

·Homologação pelos dirigentes dos dados de ensino e orientação até 22/12/1999.

·Envio das informações de produção intelectual e Atividades Suplementares até 04/01/2000.

·O resultado da pontuação GED atribuída ao docente pela CADD deverá ser remetido ao docente até o dia 15 de janeiro. Havendo discordância, o docente terá o prazo de até 15 de abril de 2000 para recorrer.

Os relatórios entregues entre 5/1/2000 e até 30/03/2000 deverão ser considerados nas folhas de pagamento dos meses respectivos. Enquanto o relatório não for entregue, considerado o prazo final, o docente deverá perceber os valores atuais da GED.

A partir da conclusão do processo da GED/1999, as eventuais diferenças serão imediatamente pagas ao docente.

O funcionamento do sistema eletrônico de captação de dados entre 13/12/1999 e 04/01/2000 seguirá a seguinte sistemática:

·De 10 horas até às 16 horas estarão funcionando os módulos de Ensino e Orientação e a planilha quantitativa.

·Nos demais horários, além dos módulos citados acima, funcionará, também, o módulo SIGMA de produção intelectual.

A Assembléia Geral delega à diretoria da Adufrj-SSind a possibilidade de negociar itens deste documento.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1999.

Resenha

□ □ De acordo com matéria publicada no *Jornal do Brasil*, do último dia 10, o universitário brasileiro está se formando com idade superior a 25 anos, não tem hábito de leitura e não fala outras línguas. As mulheres são maioria entre os formados, mas os homens dominam a área de Medicina e Engenharia. A pesquisa foi respondida por 2.151 formandos, mas a matéria não informa quais as regiões brasileiras presentes no estudo.

□ □ A União prepara mais um calote em cima dos trabalhadores. Uma resolução do Senado de setembro deste ano determina o pagamento de anuênios para cerca de 260 mil servidores ex-celetistas e 140 mil aposentados e pensionistas pelo período que trabalharam para o governo antes de 90 – neste ano, seus contratos pela CLT foram transformados em estatutários pela Constituição de 88. Ocorre que o Governo só deseja pagar imediatamente os anuênios por períodos posteriores a setembro de 1999. Técnicos da área econômica argumentam que o direito só é válido para quem tem ações na Justiça e somente no período compreendido entre 94 e 99. Para piorar, além de se livrar de parte da dívida (entre 90 e 94), o governo quer parcelar em sete anos o que é devido desde 94.

□ □ A Comissão montada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio para examinar as contas do Projeto Delegacia Legal do governador Anthony Garotinho (PDT) concluiu que houve superfaturamentos de 47,89% na compra de aparelhos de informática e de 34,98% em sua primeira instalação. O contrato foi firmado em março entre o governo e a Fundação Coppetec, autora do projeto Delegacia Legal.

Almoço de confraternização

Nesta quinta-feira, 16 de dezembro, a partir das 13h, na Churrascaria Estrela do Sul do Norte Shopping, os funcionários, a diretoria e o conselho de representantes da Adufrj estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento.

A churrascaria cobra R\$ 16,00 por pessoa. O Norte Shopping fica na Av. Suburbana s/n, em Del Castilho. Compareçam!

Erramos: No artigo *A Ged na UFRJ: como alguns poucos decidem sobre o que afeta muitos*, publicado no boletim de 10 a 16 de dezembro, as declarações atribuídas ao presidente da CADD, na verdade, foram dadas pelo professor Fernando Alves Rochinha, representante da Comissão.

ADUFRJ

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Boletim ANO II

20 de dezembro de 1999

Visite a página
da Adufrj
[www.alternex.com.br/
~adufrij](http://www.alternex.com.br/~adufrij)

Plantão Jurídico

Excepcionalmente no dia 29 de dezembro não haverá Plantão Jurídico na Adufrj. Nos dias 22 de dezembro e 5 de janeiro de 2000, o plantão acontecerá normalmente no horário de 13h às 17h.

Juíza acata propostas da Adufrj para a Ged/99

A Juíza Federal Simone Schreiber, da 29ª Vara Federal do RJ, que havia concedido liminar suspendendo os prazos da GED, depois de mais de duas horas de audiência com a diretoria da Adufrj-SSind e o presidente da Comissão de Avaliação do Desempenho Docente, definiu os novos procedimentos de entrega dos dados para a GED-1999 na UFRJ. Várias propostas aprovadas na Assembléia Geral da Adufrj de 13 de dezembro foram incorporadas à sistemática para captação de dados apresentada pela CADD em função da liminar.

Na decisão final da Juíza, foram feitas mudanças significativas na proposta original da CADD. Serão disponibilizadas nas decanias de cada Centro, até segunda-feira, 20 de dezembro, modelos em papel de planilhas quantitativas para apresentação dos relatórios, por escrito, das atividades de Ensino e Orientação, de Produção Intelectual e de Atividades Suplementares. Os professores que ainda não apresentaram seus relatórios ou que quiserem alterar as informações já enviadas, deverão apresentar os formulários em papel preenchidos até o dia 4 de janeiro de 2000 até as 12 horas em seus departamentos ou até as 18 horas diretamente na própria Comissão, sala 805 da Reitoria. O sistema Sigma permanecerá disponível com todos os módulos para a elaboração dos relatórios qualitativos para a GED até 7 de abril de 2000. Os módulos de Ensino e Orientação e Atividades Suplementares não serão retirados do sistema como pretendia a Comissão.

Aos docentes que já encaminharam suas informações pelo sistema Sigma, será permitido, mas não é obrigatório, o reenvio dos dados por escrito. Neste caso, serão consideradas para efeito da pontuação GED apenas as informações prestadas pela nova sistemática. Os professores que não conseguirem entregar seus relatórios quantitativos até 4 de janeiro conti-

nuarão a receber os valores atuais da GED, mas só terão sua remuneração regularizada a partir da entrega dos relatórios. A UFRJ comunicará aos professores o resultado da pontuação GED tão logo esteja disponível no sistema. O texto completo da decisão judicial está reproduzido no verso.

Tentativa de acordo

Antes da audiência propriamente dita houve uma tentativa de acordo entre as partes em torno de quatro pontos principais: a) que os prazos de entrega dos relatórios quantitativos de Ensino e Orientação, de Produção Intelectual e de Atividades Suplementares para efeito do pagamento dos novos valores da GED em janeiro fossem unificados em 4 de janeiro de 2000; b) que fosse permitida a apresentação de todas as informações quantitativas por escrito, com o detalhamento da produção intelectual até 7 de abril de 2000; c) que no caso de dúvidas do docente, a classificação de suas atividades caberia ao departamento; e d) que o sistema deveria informar ao docente a pontuação reivindicada. Não foi possível obter um acordo prévio em relação aos dois últimos itens.

Vitória da categoria

Para a diretoria da Adufrj, o resultado deste processo representou uma vitória importante para a categoria, sendo fundamental para resguardar os direitos dos professores. No entanto, os problemas trazidos pela Ged estão longe de uma solução e não se resumem às dificuldades técnicas de acesso e de utilização de um sistema computacional.

A imposição do uso do sistema Sigma pela administração da universidade e sua vinculação com a Ged refletem a forma autoritária e centralizadora com que a reitoria tem encaminhado suas propostas e decisões. Neste sentido, salta aos olhos a necessidade de uma discussão profunda sobre as implicações do Sigma na vida acadêmica e institucional da UFRJ.

Novos procedimentos para o envio de dados para a Ged/99

- A UFRJ deverá disponibilizar nas decanias, a partir desta segunda-feira, 20 de dezembro, os formulários necessários para a descrição dos dados referentes à produção intelectual, ensino e orientação e atividades suplementares.
- Os professores deverão entregar os formulários preenchidos até o dia 4 de janeiro até as 12h, nos seus departamentos ou até as 18h, na Comissão de Avaliação de Desempenho Docente (CADD), sala 805 da reitoria.
- O Sistema Sigma continuará disponível para a elaboração e envio do detalhamento dos dados qualitativos até o dia 7 de abril
- Os docentes que não conseguirem entregar os relatórios quantitativos até o dia 4 de janeiro receberão o valor da gratificação referente à avaliação do ano anterior e só terão a remuneração atualizada depois da entrega do relatório.
- A UFRJ deverá divulgar a data em que a pontuação atribuída para o cálculo da Gratificação vai estar disponível no sistema Sigma.
- No caso de dúvida em relação à classificação de atividades do docente, caberá ao departamento a definição de sua classificação.
- Aos docentes que já encaminharam seus dados pelo sistema Sigma é facultado, mas não obrigatório, o reenvio dos dados de ensino e orientação, de produção intelectual e de atividades complementares, nos termos da nova sistemática.
- No caso de reenvio, serão consideradas para a pontuação apenas as informações prestadas pela nova sistemática.

Leia abaixo a decisão da Juíza, na íntegra

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
ASSENTADA

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de audiência deste Juízo, onde se encontrava a MM. Juíza Federal Dr^a SIMONE SCHREIBER, comigo Diretor da Secretaria, abaixo assinado e declarado, às 13:30 horas, foi aberta a audiência referente ao Mandado de Segurança nº 99.0061641-3, em que é impetrante SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES – SINDICATO NACIONAL e Impetrado PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE – CADD. Apregoadas as partes compareceram: os diretores do impetrante, os senhores José Henrique Sanglard, identidade nº 05372429-0, I.F.P, Henrique Innecco Longo, identidade nº 000747-0 – UFRJ e Roberto Leher, identidade nº 04658506-3, representados por sua advogada, a Dr^a Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, OAB nº 76076, e o impetrado, representado por sua procuradora Dr^a Christianny Gomes Jorge, OAB nº 91593. Aberta a audiência, as partes procuraram entrar em acordo a respeito de alguns aspectos do objeto desta ação, sendo que, em alguns destes aspectos, foi possível um acordo entre as partes e em outros não. Deliberou o Juízo determinar que o procedimento de entrega dos dados a respeito do desempenho docente dos professores da UFRJ, para fins de cálculo da GED, deve seguir as regras propostas pela UFRJ às fls. 45 com algumas alterações a seguir consignadas: 1) Todas as planilhas necessárias para introdução de dados de produção intelectual para efeito de cálculo da GED deverão ser disponibilizadas pela UFRJ na forma proposta no segundo parágrafo do documento de fls. 475, são elas: produção intelectual, ensino e orientação e atividades

suplementares; 2) Os formulários que serão disponibilizados pela UFRJ para preenchimento pelos professores serão disponibilizados nas decanias a partir do dia 20 de dezembro; 3) Os professores deverão entregar tais formulários preenchidos até o dia 4 de janeiro de 2000 às 18:00 horas na comissão ou até às 12:00 horas nos departamentos; 4) O sistema SIGMA continuará disponível para utilização dos docentes que deverão elaborar seus relatórios qualitativos até o dia 7 de abril através do sistema; 5) Os professores que não lograrem entregar seus relatórios quantitativos até o dia 4 de janeiro receberão sua remuneração com a GED do ano anterior e só terão a sua situação remuneratória regularizada a partir da entrega do relatório; 6) A UFRJ dará divulgação aos professores da data em que a pontuação que lhes foi atribuída para cálculo da GED estiver disponível no sistema; 7) No caso de dúvida do docente na classificação de suas atividades, caberá o departamento a definição desta classificação; 8) Aos docentes que já encaminharam pelo sistema GED – SIGMA é facultado, mas não obrigatório, o reenvio dos dados de ensino e orientação, de produção intelectual e de atividades complementares, nos termos da nova sistemática. No caso do reenvio serão consideradas para efeito de pontuação da GED apenas as informações prestadas pela nova sistemática. As partes ficam intimadas desta decisão em audiência para interposição de eventual recurso. A autoridade impetrada fica intimada da presente decisão para cumprimento. Foi deferida a juntada de documentação apresentada pelo sindicato impetrante. Determinou o Juízo que os autos fossem com vista ao M.P.F e, após, que venham conclusos para sentença. Nada mais havendo foi mandado encerrar a presente que depois de lida e achada conforme vai devidamente assinada.

Abono 98: Gestão temerária ou má fé?

O Tribunal Regional Federal (TRF) rejeitou o agravo de instrumento da UFRJ para anular a multa determinada pela Justiça em função do atraso no pagamento do abono pecuniário das férias de 1998. Isto significa que a partir de agora, além do valor do abono, a universidade deve a cada professor o equivalente à quantia de meio salário mínimo por dia.

Quanto mais tempo a reitoria demorar a atender à decisão judicial maior será a dívida da instituição para com os docentes e maiores serão os prejuízos causados à comunidade.

Resenha

□ □ O CEG aprovou em sua última sessão (dia 15) uma nova forma para o vestibular 2001 da UFRJ. A prova de redação será antecipada e funcionará como etapa eliminatória do exame (além de também contar pontos para a fase seguinte). O edital do vestibular vai formalizar essa modificação. De acordo com o sub-reitor de Ensino e Graduação, essa medida indica ao ensino médio que a UFRJ coloca como fundamental na formação do estudante a capacidade de compreender e expressar idéias. Ficou acertada na mesma reunião que os centros formarão comissões para discutir e elaborar o conteúdo das demais provas do concurso.

□ □ Aposentar-se compulsoriamente aos 75 anos. Essa possibilidade pode se tornar uma realidade do funcionalismo público brasileiro num futuro muito próximo. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, no último dia 15, uma proposta de emenda constitucional que alonga a vida funcional dos servidores – hoje, a aposentadoria compulsória se dá aos 70 anos. O projeto seguiu para o plenário.

□ □ Deu na coluna do Ricardo Boechat, em O Globo, de 16/12: “Em parceria com o MEC, a Editora UFRJ lançará em janeiro o “Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais”. Pioneira no gênero, a obra investiga a história da educação no país, através da análise das idéias dos acadêmicos.”

□ □ Não satisfeito com os “avanços” da reforma da Previdência, que completou um ano recentemente, o ministro Waldeck Ornélas anunciou ao O Estado de S. Paulo que vai iniciar nova investida no Congresso para aprovar uma emenda que estabeleça um regime previdenciário único. Isto é, trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos e militares passariam a ter a aposentadoria e pensões estabelecidas pela mesma legislação.

□ □ Essa nota é do Informe JB, de 17/12: “Instituições de ensino superior que quiserem ser reconhecidas pelo Ministério da Educação terão que cumprir mais uma exigência. A partir de março, o MEC vai exigir que as universidades tenham instalações para portadores de deficiências”.